

WILLIAM SMITH KAKU

***HABITUS (ETHOS E PRÁXIS) NA CIVILIZAÇÃO LATINO-AMERICANA: UMA
COMPREENSÃO DA FORMAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E IDEOLÓGICA DA
AMÉRICA LATINA E SUA INFLUÊNCIA NOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL REGIONAL E SUB-REGIONAL, COM ENFOQUE NO
MERCOSUL***

Tese apresentada no Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título de Doutor em Ciências Humanas – Especialidade Direito

Orientador: Prof. Dr. Rogério Silva Portanova

Florianópolis
2006

WILLIAM SMITH KAKU

***HABITUS (ETHOS E PRÁXIS) NA CIVILIZAÇÃO LATINO-AMERICANA: UMA
COMPREENSÃO DA FORMAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E IDEOLÓGICA DA
AMÉRICA LATINA E SUA INFLUÊNCIA NOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL REGIONAL E SUB-REGIONAL, COM ENFOQUE NO
MERCOSUL***

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof. Dr. Rogério Silva Portanova

Prof. Dr. Cláudio Finkelstein

Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques

Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer

Prof. Dra. Odete Maria de Oliveira

Prof. Dr. Osvaldo Agripino de Castro Jr.

Florianópolis, junho de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

***HABITUS (ETHOS E PRÁXIS) NA CIVILIZAÇÃO LATINO-AMERICANA: UMA
COMPREENSÃO DA FORMAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E IDEOLÓGICA DA
AMÉRICA LATINA E SUA INFLUÊNCIA NOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL REGIONAL E SUB-REGIONAL, COM ENFOQUE NO
MERCOSUL***

William Smith Kaku

Prof. Dr. Rogério Silva Portanova
Orientador

Prof. Dr. Orides Mezzaroba
Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito

Florianópolis, junho de 2006.

À Família Mizuta,
À Família Kawano,
À Família Kaku,
A todos meus familiares,
Em especial às suas mulheres,
Por tanto força e tanta coragem diante da vida!...

Aos meus amigos e minhas amigas...
Há mais de vinte anos que compartilhamos uma amizade
Que me traz força, coragem, felicidade e orgulho.
Este trabalho também lhes pertence,
E agora aos seus filhos e filhas,
Pois é fruto de tudo que sempre somos e seremos...

Ao Professor Doutor Antonio Carlos Wolkmer,
Ao Professor Doutor Luiz Edson Fachin,
Ao Professor Mestre Padre Vilson Groh
Ao Professor Doutor Wilson Geronimo Comel
Pensamentos, palavras, atitudes e ações,
Que se fundem numa unidade indistinta.
Grato pelo exemplo!

Ao Brasil,
Lamento se tenho sido tão fraco
Lamento se tenho sido tão covarde,
Lamento minha ignorância e estupidez,
Por tanto que recebi e se tão pouco fiz.
Minha esperança é que, ainda assim,
Algo tenha valido a pena...

“Para evitar ser marionetes do passado, ou seja, do
inconsciente – dizia Durkheim: ‘O inconsciente é a
história’ –, devemos nos reapropriar do passado”
(Pierre Bourdieu, “Los muros mentales”)

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), através do Curso de Pós-Graduação em Direito (CPGD) do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), cuja existência é símbolo do que o ensino público é capaz de oferecer, mesmo diante das dificuldades que lhes são impostas pelo já secular momento contingencial que vive o país, mas que torna orgulhosos aqueles que, como este pesquisador, teve a oportunidade de fruir o que esta Instituição pôde oferecer de melhor ao desenvolvimento humano e acadêmico de um pós-graduando.

Nesse momento, o autor quer lembrar os nomes dos seguintes Professores(as) Doutores(as) que, na qualidade de representantes de todo histórico corpo docente do Curso, foram motivos de honra e orgulho, transformando e traduzindo em grandeza os quase sete anos – intensos – que este pesquisador viveu em Florianópolis: Antonio Carlos Wolkmer; Aires José Rover, Fernando Noronha, Índio Jorge Zavarizi, Jeanine Nicolazzi Philippi, José Alcebiades de Oliveira Jr., José Isaac Pilati, José Rubens Morato Leite, Josiane Rose Petry Veronese, Luis Adolfo Olsen, Luiz Otávio Pimentel, Moacyr Motta da Silva, Odete Maria de Oliveira, Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira, Orides Mezzaroba, Rogério Silva Portanova, Sergio Urquhart Cademartori, Silvio Dobrowolski, Thais Luzia Colaço, Ubaldo Cesar Balthazar, Vera Regina Pereira de Andrade, Welber Barral. Também aqui é lembrado os nomes de Telma Izabel Lino Vieira, Carla Margotti Mendonça e Rosangela Alves como representantes do corpo administrativo do Curso, bem como igualmente é lembrado todo corpo discente indissociável da história do Curso.

Todos juntos são a unidade indivisível do que constitui, para mim, o Curso de Pós-Graduação em Direito da UFSC, memória de minha vida inteira a partir de agora.

À Coordenadora e ao Sub-Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito da UFSC, por ocasião do início da elaboração deste trabalho, Profª. Dra. Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira e Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer, respectivamente, pela competência e brilhantismo na forma como conduziram a administração do Curso – para nosso gáudio, regra geral daqueles(as) que ocuparam o cargo e função – mantendo sempre aberto o diálogo entre o corpo docente e o corpo discente em sua gestão, revelando sabedoria, equilíbrio de postura e grandeza de espírito em suas ações. Ao atual Coordenador e Sub-Coordenador, Prof. Dr.

VI

Orides Mezzaroba e Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer, respectivamente, felicitando-os pelo mandato, e almejando – na certeza dessa concreção – brilhantismo e sucesso na nova condução do CPGD/UFSC.

Muitos(as) ajudaram materialmente para que este trabalho fosse concretizado. As dificuldades de financiamento foram quase insuperáveis, tamanha as necessidades financeiras e as restrições que foram impostas ao doutorando, para conseguir complementar minimamente sua renda. Foi necessário, dentro desse contexto, que eu me socorresse à falta de vergonha e minha caradura, a fim de solicitar que economias de outras pessoas fossem destinadas à manutenção e viabilização material do doutorando e seu trabalho. Financiaram este trabalho a Família Kawano – meus parentes no Japão –, Kiyoko Kaku – minha mãe –, Margaret Kaku Marsh – minha irmã –, Brian A. H. Marsh – meu cunhado –, Jaqueline Kaku – minha irmã –, Wollem Smith Kaku – meu irmão –, Thomas H. Marsh – meu sobrinho –, Peter K. Marsh – meu sobrinho –, Mauro Bandeira da Roza – meu amigo e já irmão –, Sonia Bortoleto – minha amiga –, Alessandra Bandeira Bortoleto – filha maravilhosa de Sonia e Mauro, e que a conheço desde recém-nascida –, Aramis Chain – o único livreiro desse mundo que me venderia livros fiado – e, finalmente eu próprio, que dilapidei todos meu patrimônio a fim de realizar esse sonho – cerca de 16 anos de trabalho. Uma bolsa de estudos fornecida pelo CNPq também foi importante: ao povo brasileiro, sua grande maioria, sei o quanto foi sacrificante poder me ajudar, muito obrigado por tudo, fiz e sempre procurarei fazer o melhor para justificar seu sacrifício, esforço e suor.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Rogério Silva Portanova, intelectual de primeira grandeza, político militante e pessoa humana excepcional num Brasil árido por inteligência e ética na esfera da vida profissional e pública – e também privada –, mostrando a todos a força e coragem voltados para aliar e conciliar a academia com a vida político-partidária, e, assim, trazer grandeza para a academia e toda sociedade brasileira. Para um pós-graduando que necessitava dar expressão e vazão a toda sua determinação de fazer ciência que traduzisse a sua histórica realidade cultural, social, política, ética e econômica – brasileira e latino-americana –, sou testemunha afortunada do espírito científico e da busca da ousadia rigorosa que inteligentemente inspira o Professor-Orientador a todos(as) seus(uas) orientandos(as). Obrigado pela honra e humanidade de ser seu orientando e por acreditar em minha pessoa na difícil tarefa de elaborar uma tese doutoral.

Ao corpo de professores(as) da área de concentração de Relações Internacionais do CPGD-UFSC, e das demais áreas de concentração, que muito contribuíram com seus

ensinamentos para que alcançássemos um estágio formativo espiritual-intelectual que já faz toda diferença para nossa vida inteira a partir de agora.

Ao corpo de funcionários do CPGD-UFSC e, em especial, à Chefe de Expediente, Telma Izabel Lino Vieira, que operam milagres em suas atividades cotidianas, não permitindo que a falta de recursos materiais seja motivo para deixar de atender todas as demandas requeridas pelos(as) alunos(as). Muito obrigado por essa vivência edificadora.

Um trabalho voluntário junto a um movimento social do Morro do Maciço Central do Morro da Cruz de Florianópolis, permitiu-me conhecer pessoas excepcionais pertencentes a esses recantos esquecidos do Brasil, pessoas que fazem de sua existência e vida uma ingente luta diária contra o preconceito, abandono, e descaso da maioria da sociedade civil em sua esfera privada, mas praticamente de forma quase que absoluta da esfera pública. Esse trabalho voluntário permitiu-me conhecer também a luta dos movimentos sociais sediados na Praia dos Ingleses e Praia do Santinho, também de Florianópolis, em busca de um mundo ecologicamente correto. Foi possível verificar como a iniciativa privada local, junto com os poderes legislativos – municipal e estadual – e também os poderes executivos – municipal e estadual –, com a quase omissão de parte do Ministério Público estadual, estão praticamente unidos para sonegar as demandas mais legítimas e concretas de milhares de pessoas, desvirtuando, assim, o espírito da democracia, republicanismo, participação e da busca coletiva de uma vida digna.

Ao Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz, criado pelas próprias comunidades que lá convivem, fica meu agradecimento especial, de alguém que hoje sabe melhor que está muito abaixo de todos vocês e da sua grande luta por cidadania e dignidade humana e social, Fórum esse que sintetizamos nas pessoas do Sr. João Ferreira da Silva, Sra. Darci Vitória de Brito e Sr. Rui Alves. Ao grande líder de todos nós, nesse movimento legítimo do Brasil que sempre dará certo, Prof. MSc. Padre Vilson Groh (Educação - UFSC), fica meu abraço e mais humilde reconhecimento e agradecimento por me permitir participar e aprender algo para minha vida. Ao Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe (Geólogo – UFRGS) fica também minha lembrança e agradecimento por compartilhar suas experiências junto ao movimento do Maciço, permitindo-me participar de conversas e reuniões de debates sobre os problemas comunitários de urbanização e preservação ambiental desse espaço geo-humano, no Laboratório de Análise Ambiental, por ele coordenado, do Departamento de Goeciências da UFSC. À líder de movimento social e gestora social, Luzanidia Ribeiro D'Ávila (Nica), e sua luta social e ecológica por um norte da Ilha de Santa Catarina a favor da dignidade de suas

VIII

gentes e de um futuro melhor para as gerações futuras, também fica meu reconhecimento e agradecimento pela convivência junto de suas várias lutas que muito me honrou.

Todos vocês são o Brasil que sempre foi e será certo. Gratíssimo a todos vocês!

Mais de vinte anos de amizade; mais duas décadas de encontros mensais certos e reiterados; incansáveis Reuniões de Diretoria (REDIR); obstinada repetição dos eventos marcantes da vida – individual e coletiva – que se tornaram patrimônio histórico dos “causos” da Diretoria, e que nunca se esgotaram – e não se esgotarão – em sua eterna novidade de alegria fraterna; anos de churrascos reproduzindo as mesmas práticas de acertos e erros, com exceção das risadas sinceras que nunca se cansaram de serem sempre abertas para a captura da surpresa da vida e dos momentos ímpares que o grupo jamais perdeu; vidas compartilhando e vivendo as alegrias, dores, sucessos e angustias pessoais e coletivas, almejando todo sucesso do mundo para todos e cada um; companheirismo que presencia cada um casar – menos desse que lhes escreve algumas palavras para nossa perpétua memória, tudo indicando que por querer bater o recorde como solteiro da turma –; presença que vê nascerem os(as) filhos(as), vê-los(as) crescer e hoje se tornarem o que nós fomos ontem, muitos praticamente na mesma idade quando nos conhecemos há pouco tempo atrás, enfim, apenas ontem..., gratíssima a surpresa de ter os filhos hoje entre nós, compartilhando do mesmo espírito de amizade e alegria nas confraternizações; muitos entendimentos e desentendimentos, muita compreensão e incompreensão, entretanto, sempre o respeito do que cada um é e sempre será, sempre o espaço para o diálogo, mesmo que seja apenas para ouvir calado o que o outro quer dizer porque apenas necessita falar; ao final de tudo risadas e felicidade infundas. Depois de minha Família, vocês são minha segunda Família; todos, pelo que são, fizeram e ainda constroem, correspondem à minha força, fé, coragem, disciplina e determinação para continuar sendo minimamente – mesmo que talvez eu os esteja a mistificar esse anos todos – próximo da grandeza de cada um e todos vocês!

Obrigado Mauro Bandeira da Roza e sua gentil amiga e ex-esposa Sonia Bortoleto; obrigado Jorge Higino Kulicz e sua gentil esposa Mariane de Lima; obrigado Altevir Luiz Amaral e sua gentil esposa Solange Foltran Amaral; obrigado Manoel Emilio de Ramos e sua gentil esposa Cassiana Baggio da Silva Ramos; obrigado Afonso Guilherme M. Anunciação e sua gentil esposa Edna Mara Anunciação; obrigado Euzébio Florêncio; obrigado Paulo Luis Duarte de Duarte; obrigado Alfredo Luis de Mattos Kraft; obrigado Álvaro Gomes; obrigado Namir Luiz Klimak; obrigado Helio Arantes de Souza; obrigado Edson Quadri Mariano; obrigado Edison Mendes; obrigado Mauricio Y. Hashimoto; obrigado Hiroshi Yoschida; obrigado Evandro Pereira Camargo; obrigado Luiz Carlos Basso; obrigado Dalton Luiz

Quinalha; obrigado Rogério Pires Machado; obrigado Rodrigo Kraft; obrigado Luis Fernando Kraft.

Muitíssimo obrigado a todos vocês pelo que são e têm sido para com esse que lhes escreve; gratíssimo a todos por existirem!...

Às minhas amigas e meus amigos que aqui formei em Florianópolis, cuja convivência foi da maior importância para que eu chegasse à finalização dessa tese e que sempre me mostraram que um dia eu deveria voltar ao “normal” e não “naturalizar” uma parte esquisita desse maravilhoso mundo da ciência, que lamentavelmente faz algumas pessoas esquecerem o mundo da vida – gentileza, respeito, compreensão, impessoalidade, humanidade, felicidade, ética, solidariedade, franqueza, honestidade, lealdade etc. –, bem como a poesia e graça que sempre há em todas as coisas e gestos.

Muitos dias do “nada” foram por nós compartilhados, momentos lúdicos, festivos e devaneios – etílicos e gastronômicos em abundância, com certeza –, a fim de que não perdêssemos o senso de humanidade que nos torna todos singularmente especiais. Especialmente quero lembrar aqui as seguintes pessoas: Prof. Dr. Ademir dos Anjos (Química), Prof. Msc. Antônio Cavalcanti (Sociologia), Prof. Dr. Maurício Godoy (Física), Prof. Dr. Renê Chagas da Silva (Física), Profa. Roselia Aparecida Gonçalves (Letras), Profa. Dra. Alessandra Greatti (Química), Farm. Louise Domeneghini Chiaradia (Farmácia), Prof. Dr. Alexandre Magno Silva Santos (Física), Enfa. Marcia Liane Kaluck (Enfermagem), Prof. MSc. Altamiro Quevedo Schervenski (Física), Prof. Dr. Rafael Galina Delatorre (Física), Evelyne Averbek (Medicina), Prof. Msc. Paulo César Leal (Química), Bel. Oldair Zanchi (Física e Ministério Público), Bel. Marcel Cardoso Tavelin (Física), Farm. Vânia de Lima (Farmácia), Profa. Georgia Martins da Costa (Pedagogia), Farm. Cláudia Alves (Farmácia), Farm. Karine Dal Paz (Farmácia), Farm. Carla Cremonez (Farmácia), Farm. Thalize Foppa (Farmácia), Farm. Patrícia Batista (Farmácia), Bel. Vinícius Zoldan (Física), Bel. Ricardo Zandonay (Física).

Também registre-se aqui esse excepcional grupo de pessoas que compõem o corpo discente do CPGD-UFSC, convivência que deixa marcas permanentes em minhas melhores lembranças e que gostaria de sintetizar exemplarmente nas pessoas da Profa. MSc. Karina Richter, Profa. Dra. Márcia Aguiar Arend, Profa. MSc. Letícia de Campos Velho Martel, Profa. MSc. Mônica Ovisnky de Camargo, Profa. MSc. Ester Eliana Hauser, Profa. Msc. Joseane Aparecida Corrêa, Profa. MSc. Cristiane Rozicki, Profa. MSc. Rosa Maria Rodrigues de Oliveira, Profa. MSc. Kátia Vanessa, Prof. MSc. Luiz Magno Bastos Jr., Prof. MSc. Volney Campos dos Santos e Profa. Msc. Leila Carione Barbosa (em memória).

Menção especial fica para o ser humano excepcional, a professora, a promotora de justiça, a amiga, a anfitriã, a cozinheira, a inteligência e gentileza ímpar de Márcia Aguiar Arend. Max Ehrmann escreveu: “...E, quaisquer que sejam suas lutas e aspirações no ruidoso tumulto da vida, mantenha a paz em sua alma./Apesar de todas as falsidades, maldades e sonhos desfeitos, este ainda é um belo mundo./Alegre-se...”. Você é essa luta ingente e gentil pela busca de uma perfeição, uma bondade e felicidade que desborda de ti e que te faz grande. O destino foi generoso para mim e eu sou grato por isso, por ter, juntamente com os(as) demais colegas, compartilhado uma prodigiosa vivência com sua pessoa. Muito Obrigado!

Todos(as) vocês foram e continuarão sendo seres humanos maravilhosos, exemplos de vida e grandeza humana; carregarei para sempre essa força.

Na trajetória de elaboração de uma tese doutoral, muitas pessoas contribuem para sua concretização. Este autor pede um milhão de desculpas aos esquecimentos que são desde já uma inominável injustiça para aqueles que involuntariamente não foram aqui lembrados. Saibam todos vocês que também foram importantes e significativos na minha caminhada e para chegar aonde cheguei, sendo que meu coração sempre acompanhará todos(as) vocês, mesmo que minha memória seja fraca e esteja a me trair nesse momento.

Ao Prof. Dr. Cláudio Finkelstein (PUC-SP) e ao Prof. Dr. Marco Antonio César Villatore (PUC-PR) sou-lhes grato por gestos significativos em favor desse estudante de pós-graduação, jamais esquecerei o que fizeram por mim; à Rosângela Alves, pelo empréstimo voluntarioso e salvador de um microcomputador, num momento em que eu não poderia parar de escrever; à minha colega doutoranda Dra. Maria Goretti Dal Bosco, que me salvou providenciando rapidamente um livro na Espanha, mesmo diante de todos seus afazeres por lá, igualmente sou-lhe grato por esse gesto.

Ao Prof. Dr. Nicolas Garcia Garcia (Física - Espanha) e sua gentil esposa D. Victoria Molyneux (D. Vicky), ao Prof. Dr. André Avelino Pasa (Física) e sua gentil esposa Profa. Dra. Tania Beatriz Creczynski Pasa (Farmácia), ao Prof. Dr. João Cardoso de Lima (Física) e ao Prof. Dr. Wagner Figueiredo (Física), pelas conversas maravilhosas, almoços e jantares espetaculares – inclusive os diversos momentos de samba.

À Família Mizuta – nas pessoas de D. Sakae Mizuta e Sr. Toshimitsu Mizuta (em memória) –; à Família Kawano – nas pessoas de D. Suguino Kawano (em memória) e o Sr. Michioyoshi Kawano (em memória) –; à Família Kaku – nas pessoas de D. Kiyoko Kaku e Dr. Michio Kaku (em memória) –; à Família Fujii – na pessoa do Dr. Yoshio Fujii –; à Família Weiss – nas pessoas de D. Mirna Terezinha Weiss Batista, D. Ieda Terezinha Weiss Pereira e Sr. José Venâncio Pereira Jr. –; às Famílias Alves e Campos – nas pessoas de

Delicia Campos Alves, Nascimento Leonel Alves (em memória), Salvador Campos, Aquino Campo (em memória), e Paulino Campos –; à Família Richter – nas pessoas de D. Marli de Oliveira Richter e Sr. Haraldo Richter –; à Família Villatore – nas pessoas de D. Miriam Gladys Villatore e do Sr. Antônio Douglas Villatore –; à Família Kagayama – nas pessoas de D. Kikuko Kagayama e Sr. Hiroyoshi Kagayama; às Famílias Brocco e Fracasso – nas pessoas do Sr. Orlindo Brocco, D. Teresa Brocco e Celito Fracasso.

Ao Prof. Dr. Rogério Silva Portanova, ao Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer, à Profa. Dra. Odete Maria de Oliveira, ao Prof. Dr. Nildo Ouriques (Economia – UFSC), ao economista Wollem Smith Kaku (UFPR), à psicóloga Francisca Lopes Almeida (Unifor), ao Prof. Dr. Ademir dos Anjos, ao Prof. Dr. Maurício Godoy, ao Prof. Dr. Alexandre Magno, ao Prof. Dr. René Chagas Freitas, ao Prof. MSc. Altamiro Quevedo Schervenski, partilhei com vocês muitas conversas sobre partes do trabalho que desenvolvia, e vocês me ajudaram a pensar melhor o que estava fazendo; gratíssimo a todos.

Ao adv. Álvaro Brocco e sua gentil esposa adva. Raquel Cristina Fracasso, à adva. Estela Roberta Beltramin, à adva. Cláudia Fioramonti, à adv. Tania Regina Felipim, à empresária Rosaura Bernardi e à administradora Cláudia Triska, ao adv. Marcelo Bento, à psicóloga Arminda Guimarães Rodrigues, à psicóloga Francisco Lopes Almeida, e ao Fábio Kagayama e sua gentil esposa Milena Tiemi Sasho, a todos(as) pela amizade sempre querida.

Também agradecimentos são registrados à Aramis Chain, da Livraria do Chain – Curitiba –; ao Eleotério de Oliveira Burrego, da Livraria do Eleoterio – Curitiba –; ao Juarez Vidal, à Rosinete Werle, à Giselly Vieira, à Cleide Luciane Morgerot, à Roberta Souza da Silva e Andreza Julcer Costa, da Livrarias Catarinense – Florianópolis –; à Verônica Almeida Siqueira, ao Eduardo Pereira da Silva e ao Luiz Antônio Blasi, da Livraria Livros e Livros – Florianópolis –; ao Otacílio Rodrigues Borges e Zenaide dos Santos Schardosim, da RZM Livros – Palhoça –; a todos vocês por tanta dedicação a essa atividade e que me ajudaram demais em minhas necessidades.

Aos professores: Dr. Antonio Carlos Wolkmer, Dr. Rogério Portanova, Dr. Luiz Otávio Pimentel, jornalista MSc. Karin Karla Villatore, doutoranda MSc. Marília Montenegro Pessoa de Mello, Dr. Nicolas Garcia, pelo acesso a textos, informações e obras da maior importância ao trabalho desenvolvido. Ao Prof. Dr. Paulo Nogueira Batista Jr. (Economia - FGV-SP), pela ajuda espontânea. Ao economista Wollem Smith Kaku, pelo acesso a obras necessárias para este trabalho.

À Faculdade de Direito de Francisco Beltrão – mantidas pelo CESUL – (Francisco Beltrão-PR); à Faculdade Regional Santa Cruz de Curitiba e à Faculdade de Ciências Sociais

XII

de Araucária – ambas mantidas pela UNIPEC – (Curitiba-PR); grato pela confiança, respeito e credibilidade mantidas para com minha pessoa como educador e professor de Direito; vivenciei a qualidade ímpar de instituições – com seu corpo diretivo, docente, administrativo e discente – voltadas para construir um ensino e aprendizagem sintonizados com os mais altos anseios da sociedade brasileira. Almejo, junto com os demais pares, todo sucesso para o seu futuro institucional e especialmente educacional, onde repousam greves responsabilidades e muitas esperanças para a educação crítico-transformadora das gerações presentes e futuras, voltada para a construção de uma sociedade e nação culturalmente e civilizacionalmente melhor, bem como mais justa sócio-economicamente e politicamente.

Ao Curso de Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR).

Ao Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos – IBEJ – (PR).

Finalmente aqui são lembradas as pessoas que, desde 1999, quando iniciei os trabalhos em Florianópolis, deixaram saudades não só para mim, mas para muitos que compartilhavam a alegria de suas existências esplêndidas, para nos revelar as pequenas grandes coisas da vida. Com certeza as pessoas a seguir partiram para uma outra existência, sem dúvida muito mais digna e honrada, como todos foram em vida: Sr. Toshimitsu Mizuta – meu avô –; Sr. José Antônio Weiss – meu tio –; Sr. Akinari Ohashi – meu tio –; Profa. MSc. Leila Carioni Barbosa – minha amiga –; Sr. Nascimento Leonel Alves – meu ex-sogro –; Sr. Aquino Campos – pessoa boníssima que conheci; D. Ivonete Silva de Almeida – funcionária gentilíssima do CPGD-UFSC. A vida é poder compartilhar o que todos vocês puderam ser para esse que lhes lembra agora... Muito obrigado!...

Todos(as) vocês, nominados(as) e involuntariamente inominados(as), são pessoas e instituições espetaculares a quem eu rendo todas as minhas mais altas e humildes homenagens. Grato por existirem, entre muitos outros mais, a fim de eu poder escrever essas singelas palavras de recordação...

RESUMO

Trata-se de trabalho interdisciplinar da área de ciências sociais ou humanas, dialogando com a sociologia, história, antropologia, economia, direito, relações internacionais, integração econômica internacional, voltado para uma tentativa de interpretação, entendimento e explicação dos processos de integração internacional da América Latina, especialmente do Mercosul. Parte-se do pressuposto de que gentes criam instituições sociais em amplo sentido e que tais instituições são essas mesmas gentes em inter-relacionamento dinâmico no espaço social, criando os sentidos subjetivos que dão significados simbólicos concretos ao mundo e às suas diversas coisas, bem como, especificamente, fixando o sentido objetivo das coisas do mundo social resultante desse encontro de pessoas e grupos de pessoas em cotidiano encontro e relação sociais entre si – mas observando-se que o sentido subjetivo e o sentido objetivo do mundo social não significam necessariamente uma unidade de entendimento absolutamente coincidente entre si. Assim, é tomada como ponto de referência, neste trabalho, a teoria sociológica de Pierre Bourdieu e Norbert Elias, especialmente seu conceito de *habitus*. O *habitus* como um sentido prático inscrito na pessoa ou grupo de pessoas, uma espécie de disposição ou pré-disposição comportamental humana – pulsão – voltada para agir sobre o seu ânimo e espírito e, assim, fazer a pessoa – ou grupo – agir no mundo social, respondendo a estímulos conforme determinadas demandas externas, verifica ser produto do tempo, num determinado espaço social e conforme práticas que se naturalizam dentro dos grupos de pessoas numa dada sociedade. É na medida em que ele é mais desconhecido pelas pessoas em sua atuação, que se constata ser proporcionalmente maior a sua força na produção dos seus específicos efeitos sociais; o que as pessoas e grupos de pessoas fazem, também está marcado – determinado – pelo espaço social. América Latina – Brasil incluído – é fruto de um grande negócio comercial estabelecido a partir da Ibéria, e tendo a Europa ocidental com o grande mercado consumidor final dos produtos finais transacionados. Se do ponto de vista econômico essa era a realidade objetiva que movia o comércio da época, é preciso considerar que o povo ibérico – que para a América se dirigiu – correspondeu a uma vertente diferente da civilização européia que forjou as revoluções científicas e religiosas, sendo que, segundo esses valores ibéricos diferenciados, eles conheceram a sua época de ouro – os séculos XV, XVI e XVII – com a realização de feitos que nenhum outro povo europeu estava apto para concretizar. Os ibéricos trouxeram para a América suas formas de vida, visão de mundo, enfim, apenas e tudo que possuíam para concretizar um feito voltado para realizar o específico destino da Ibéria perante a Europa, um destino ao mesmo tempo religioso e comercial. Nesse sentido, a época dos descobrimentos é rica em desvelar os sentidos racionais que norteavam as gentes ibéricas enquanto sua existência no mundo e os fundamentos éticos e espirituais que guiavam sua visão de mundo. Todas as pessoas possuem ideologia, afirmações, dúvidas, que são um sentido de certeza e probabilidades – do que fazer e não fazer – diante de seu cotidiano e de seu tempo, a fim do mundo pessoal e social realizar os feitos concretos que realimentam os sentidos significativos de vida de cada qual e da própria sociedade. A colonização, por eles – ibéricos – implantada em terras americanas, seguiu o destino herdado da sua terra de origem – Europa ibérica –, vale dizer, com todas as idiosincrasias e racionalidades que norteavam os feitos dessas gentes. O destino da América Latina, assim, desde sua origem, sempre esteve ligado a centros hegemônicos de poder e dominação, reservando-se a ela um papel coadjuvante diante de um jogo político e econômico de lutas mais “relevantes” sucedendo na Europa. A América Latina, portanto, durante toda sua colonização até a independência, foi sempre terra para dar tudo que possuía como riqueza para a Europa, para tudo dela ser retirada e de forma rápida, sem se importar com seu destino singular, uma vez que ele já estava traçado desde o início, qual seja, esgotar suas riquezas e

depois abandoná-la – se fosse o caso. A independência da América espanhola e da América portuguesa sucedeu porque injunções políticas contextuais a partir da Europa favoreceram que a independência pudesse ser proclamada na América Latina. Entretanto, apesar do evento libertador, a verdade é que os fatos acabam por revelar a recondução da América Latina em direção a um novo colonialismo e dependência que perduram ainda hoje. A forma social básica de constituir a sociedade na Ibéria, e transplantado para terras americanas, foi aquela legada pela Europa medieval, qual seja, a das ordens sociais, com suas hierarquias e autonomias perante o corpo social maior. As gentes ibéricas também cultivaram um sentido de sobrançeria, de personalismo, que marcaria os seus feitos sociais, de tal forma que, nessas sociedades, a ascensão e reconhecimento social se dariam pela busca de um mérito próprio, através de seus feitos em vida – especificamente na América, o objetivo era alcançar rapidamente riquezas para tornar-se um ser nobre e retornar à Europa com honrarias e viver uma vida nobre. As relações sociais assim, são marcadamente pessoais, sendo praticamente impossível a impessoalidade nas ações e comportamentos recíprocos estabelecidos entre essa gentes. A racionalidade cultivada por essa cultura acaba se circunscrevendo ao que existe de mais pragmático e imediato a ser alcançado pelos atos em vida; o pensamento é antes de tudo dogmático e em torno dele tudo se realiza, independentemente das novas condições sociais que possam impedir o resultado social que se deseja alcançar, observando-se que sociedade é identificada e restrita ao grupo a que cada um pertence, em detrimento ou apesar do corpo social maior e total. Acomodar-se às situações é a atitude mais freqüente de uma racionalidade que afasta-se de elucubrações mais complexas, científicas e filosóficas. Assim, sociedades de marcas autoritárias hierárquico-hieráticas, personalistas e de racionalismos formal-pragmáticos acabaram se instaurando na América Latina, e essas características, isoladamente ou em conjunto, formaram e se fixaram como um *habitus* secularmente estabelecido na região, legado direto da cultura e civilização ibérica, influenciando todos que se dirigiram para a América Latina ao longo do tempo, tendo em vista que as condições sociais – materiais e simbólicas – de vida acabaram se vinculando fortemente a esses valores – ideologia – histórico-sociais cultivados secularmente, estabelecendo os ganhos e vantagens sociais e os modos tradicionais socialmente reconhecidos de se alcançar os mesmos. No plano das relações internacionais dos países da região, a regra geral é que as históricas tentativas de integração inter-latino-americanas já havidas, fracassaram ou não progrediram conforme todas as expectativas iniciais depositadas em cada um dos projetos. De fato, verifica-se que os projetos ou foram inspiradamente abstrata e idealmente concebidos concebidos, ou sofreram os influxos do *habitus* da região, portanto, ficando sujeitos a sérias contradições que praticamente inviabilizaram a concretização dos ideais integrativos. No plano eminentemente político, as tentativas de integração no período de independência confundiam democracia e republicanismo com autoritarismo, exclusão político-social e sócio-econômica, bem como grandes doses de personalismo dos principais agentes políticos atuantes nas nascentes nações. A integração econômica revela com mais propriedade as fortes relações internacionais de dependência a que se submeteu a América Latina perante nações economicamente mais fortes do mundo, continuando uma situação histórica colonial de existir para atender as demandas provenientes do exterior, e sujeitar-se às intempéries políticas que foram – e ainda são – forjadas além de suas fronteiras internas. É preciso reconhecer que as tentativas de integração econômica regional ou sub-regional, pelo menos os estudos teóricos, voltaram-se para superar essa condição dependente que as nações acabaram submetidas perante – já no século XX – os centros mais industrializados. Entretanto, verifica-se que o pragmatismo racional latino-americano, voltado para os ganhos e lucros de curto prazo, impediu que um projeto intergeracional de crescimento e desenvolvimento econômico pudesse ser implantado, a fim de ver os seus concretos resultados sendo desfrutados por uma geração posterior à que deu início o processo de desenvolvimento da região. O Mercosul emerge no contexto da regionalização e

da globalização, enfim, dos blocos econômicos voltados para favorecer o comércio regional e enfrentar o comércio mundial com os outros blocos econômicos regionais constituídos. De fato, verifica-se que muitas são as questões concretas econômicas – comércio de produtos tidos como sensíveis para a economia nacional interessada – que se colocam como problemáticas para o inter-relacionamento harmonioso entre os membros do bloco, bem como a forma de condução conjunta das negociações Mercosul e demais blocos, gerando muitos posicionamentos diferentes, conflitos geralmente centrados em ganhos – exportação – de curto prazo ou ganhos de prazo um pouco mais dilatado. Diante disso, tudo lembra que fatores idiossincráticos – que não deixam de ser de caráter personalista – e de racionalidade formal-pragmática ainda esteja atuando no sentido de não favorecer o processo de integração econômico regional do Mercosul. De certa forma, verifica-se que novamente há indícios que a tradicional e histórica inclinação para a dependência externa da região – perante centros econômicos – ainda esteja pautando os rumos o Mercosul, na sua constituição e desenvolvimento até o presente momento, restando saber se a integração do Cone Sul é voltada para reafirmar a posição subalterna das nações envolvidas perante o mundo tido como desenvolvido – reafirmando as hierarquias do Planeta e a devida posição que “realisticamente” e tradicionalmente as elites locais já tem como certo para a sub-região –, ou, diferentemente, para constituir um bloco econômico autônomo no mercado comercial mundial, e buscar um espaço soberano de afirmação mundial.

PALAVRAS-CHAVES: INTERDISCIPLINARIDADE; *HABITUS*; CIVILIZAÇÃO; CULTURA; PIERRE BOURDIEU; NORBERT ELIAS; FERNAND BRAUDEL; SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA; RAYMUNDO FAORO; RICHARD MORSE; TULIO HALPERIN DONGHI; ANTONIO CARLOS WOLKMER; AMÉRICA LATINA; RELAÇÕES INTERNACIONAIS; SOCIOLOGIA JURIDICA; INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL; INTEGRAÇÃO ECONÔMICA; REGIONALIZAÇÃO; MERCOSUL; AUTORITARISMO; HIERARQUIA, PERSONALISMO, RACIONALISMO; FORMALISMO; PRAGMATISMO.

RESUMEN

Se trata de un trabajo interdisciplinar en el área de las ciencias sociales o humanas, dialogando con la sociología, historia, antropología, economía, derecho, relaciones internacionales, integración económica internacional, que busca interpretar, entender y explicar los procesos de integración internacional de Latinoamérica, especialmente del Mercosul. Se parte del presupuesto de que personas crean instituciones sociales en sentido amplio y que tales instituciones son esas mismas personas en interrelación dinámica en el espacio social, creando los sentidos subjetivos que atribuyen significados simbólicos concretos al mundo e a sus objetos, bien como, específicamente, fijando el sentido objetivo de las cosas del mundo social resultante de ese encuentro cotidiano de personas y grupos, pero observándose que el sentido subjetivo y el sentido objetivo del mundo social no conllevan necesariamente una unidad de entendimiento absolutamente coincidente entre sí. Así, se toma como punto de referencia en este trabajo la teoría sociológica de Pierre Bourdieu y Norbert Elias, especialmente su concepto de *habitus*. El *habitus* como un sentido práctico inscrito en la persona o grupo de personas, una especie de disposición o predisposición conductual humana –pulsión- que actúa sobre su ánimo y espíritu para hacer la persona –o grupo- actuar en el mundo social, respondiendo a estímulos conforme determinadas demandas externas, verifica ser producto del tiempo, en un determinado espacio social y conforme prácticas que se solidifican dentro de los grupos de personas en una determinada sociedad. En la medida que es más desconocido por las personas en su actuación, es proporcionalmente mayor su fuerza en la producción de sus específicos efectos sociales; lo que las personas y grupos hacen, también está marcado, determinado, por el espacio social. Latinoamérica – Brasil incluido- es fruto de un gran negocio comercial establecido a partir de la península ibérica, siendo Europa Occidental el gran mercado consumidor final de los productos negociados. Se, desde el punto de vista económico, esa era la realidad objetiva que movía el comercio de la época, es preciso considerar que el pueblo ibérico – que para América se dirigió – correspondía a una vertiente diferente de la civilización europea que forjó las revoluciones científicas y religiosas, siendo que, según esos valores ibéricos diferenciados, conocieron su época de oro – los siglos XV, XVI y XVII- con la realizaciones que ningún otro pueblo europeo estaba apto para concretizar. Los ibéricos trajeron para América sus formas de vida, visión de mundo, todo lo que poseían para concretizar un proyecto apuntado para la realización del específico destino de Iberia frente a Europa, un destino al mismo tiempo religioso y comercial.. En este sentido, la época de los descubrimientos es rica en desvelar los sentidos racionales que orientaban a la gente de Iberia en lo referente a su existencia en el mundo y a los fundamentos éticos y espirituales que guiaban su visión de mundo. Todas las personas poseen ideología, afirmaciones, dudas, que son un sentido de certeza y probabilidades – qué hacer y qué no hacer – frente a su cotidiano y su tiempo, con la finalidad del mundo personal y social realizar los actos concretos que realimentan los sentidos significativos de vida de cada uno y de la propia sociedad. La colonización implantada por ellos en tierras americanas, siguió el destino heredado de su tierra de origen – Europa ibérica-, podemos decir, con todas las idiosincrasias y racionalidades que orientaban sus actos. El destino de América Latina, así, desde su origen, siempre estuvo unido a centros hegemónicos de poder y dominación, reservándose a ella un papel coadyuvante en un juego político y económico de luchas más “relevantes” sucediendo en Europa. Latinoamérica, por tanto, durante toda la colonización hasta la independencia, fue siempre tierra para dar todo lo que poseía como riqueza para Europa, para ser retirado todo de ella de forma rápida, sin importarse con su destino singular, una vez que él ya estaba trazado desde el inicio: agotar sus riquezas y después abandonarla, se fuese el caso. La independencia de la América española y

portuguesa sucedió porque coincidencias políticas contextuales a partir de Europa favorecieron la proclamación de la independencia en Latinoamérica. No obstante, a pesar del acontecimiento liberador, la verdad es que los hechos acaban por revelar la reconducción de América Latina en dirección a un nuevo colonialismo y dependencia que duran hasta nuestros días. La forma social básica de constituir la sociedad en Iberia, transplantada para tierras americanas, fue aquella legada por la Europa Medieval, es decir, la de las ordenes sociales, con sus jerarquías y autonomías con respecto a la sociedad en general. Los ibéricos también cultivaron el personalismo, la hidalguía, de tal modo que, en esas sociedades, la ascensión y el reconocimiento social se darían por mérito propio, a través de sus actos en vida – específicamente en América, el objetivo era alcanzar rápidamente riquezas para volver a Europa con honores y vivir una vida noble. As relaciones, así, son marcadas por el personalismo, siendo prácticamente imposible la impersonalidad en las acciones y comportamientos recíprocos establecidos entre ellos. La racionalidad cultivada por esa cultura acaba por circunscribirse a lo que existe de más pragmático e inmediato en la vida; el pensamiento es, sobre todo, dogmático y entorno de él todo se realiza, independientemente de las nuevas condiciones sociales que puedan impedir el resultado social que se espera alcanzar, observándose que la sociedad es identificada y reducida al grupo al que pertenece cada uno, en detrimento o a pesar del cuerpo social mayor y total. Acomodarse a las situaciones es la actitud más frecuente de una racionalidad que se aleja de elucubraciones más complejas, científicas y filosóficas. Así, sociedades de marcas autoritarias jerárquico-hieráticas, personalistas y de racionalismos formal-pragmáticos acabaron instalándose en Latinoamérica, y esas características, de forma aislada o en conjunto, formaron y se fijaron como un *habitus* secularmente establecido en la región, legado directo de la cultura y civilización ibérica, influyendo todos los que dirigían para Latinoamérica a lo largo del tiempo, teniendo en cuenta que las condiciones sociales – materiales y simbólicas- de vida acabaron vinculándose fuertemente a esos valores - ideología- histórico-sociales cultivados secularmente, estableciendo los beneficios y ventajas sociales y los modos tradicionales socialmente reconocidos para alcanzarlos. En el plano de las relaciones internacionales de los países de la región, la regla general es que los históricos intentos de integración interlatinoamericanas ya habidos fracasaron o no avanzaron conforme las expectativas iniciales depositadas en cada uno de los proyectos. De hecho, se verifica que los proyectos, o fueron inspirados de forma abstracta e idealmente pensados, o sufrieron la influencia del *habitus* de la región y, por tanto, sujetos a serias contradicciones que prácticamente imposibilitaron la realización de los ideales integradores. En el plano eminentemente político, los intentos de integración en el período de independencia confundían democracia y republicanism con autoritarismo, exclusión político-social y socio-económica, bien como grande dosis de personalismo de los principales agentes políticos actuantes en las nacientes naciones. La integración económica revela más propiamente las fuertes relaciones internacionales de dependencia a las que se sometió Latinoamérica con respecto a naciones económicamente más fuertes, continuando una situación histórica colonial de existir para atender las demandas provenientes del exterior, y sujetarse a las intemperies políticas que fueron – y todavía son- forjadas más allá de sus fronteras. Es preciso reconocer que los intentos de integración económica regional o subregional, por lo menos los estudios teóricos, buscaron superar esa condición dependiente de las naciones con respecto – ya en el siglo XX- a los centros más industrializados. Al mismo tiempo, se verifica que el pragmatismo racional latinoamericano, orientado para los beneficios y lucro a corto plazo, impidió que un proyecto intergeneracional de crecimiento y desarrollo económico pudiese ser implantado, con la finalidad de ver sus concretos resultados siendo disfrutados por una generación posterior a la que dio inicio el proceso de desarrollo de la región. El Mercosul emerge en el contexto de la regionalización y de la globalización, de los bloques económicos orientados para favorecer el

XVIII

comercio regional y enfrentar el comercio mundial con los otros bloques económicos regionales constituidos. De hecho, se verifica que muchas veces son las cuestiones concretas económicas – comercio de productos considerados sensibles para la economía nacional interesada – que se colocan como problemáticas para la interrelación armoniosa entre los miembros del bloque, bien como la forma de conducción conjunta de las negociaciones Mercosul y demás bloques, generando muchas posiciones diferentes, conflictos generalmente centrados en beneficios – exportaciones – de corto plazo o beneficios de plazo un poco más dilatado. Todo nos lleva a recordar que factores ideosincráticos – que no dejan de ser de carácter personalista – y de racionalidad formal-pragmática todavía estén actuando en el sentido de no favorecer el proceso e integración económico regional del Mercosul. De cierta forma, se verifica que nuevamente existen indicios de que la tradicional e histórica inclinación para la dependencia externa de la región – frente a los centros económicos- todavía esté pautando los rumbos del Mercosul, en su constitución y desarrollo hasta el momento presente, restando saber si la integración del Cono Sur se orienta para reafirmar la posición subalterna de las naciones miembros frente al mundo llamado desarrollado – reafirmando las jerarquías del planeta y la debida posición que “realistamente” y tradicionalmente las élites locales ya prevén para la subregión- o, diferentemente, para constituir un bloque económico autónomo en el mercado comercial mundial, y buscar un espacio soberano de afirmación mundial.

PALAVRAS-CLAVE: INTERDISCIPLINARIDAD; *HABITUS*; CIVILIZACIÓN; CULTURA; PIERRE BOURDIEU; NORBERT ELIAS; FERNAND BRAUDEL; SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA; RAYMUNDO FAORO; RICHARD MORSE; TULLIO HALPERIN DONGHI; ANTONIO CARLOS WOLKMER; LATINOAMÉRICA; RELACIONES INTERNACIONALES; SOCIOLOGÍA JURÍDICA; INTEGRACIÓN INTERNACIONAL; INTEGRACIÓN ECONÓMICA; REGIONALIZACIÓN; MERCOSUL; AUTORITARISMO; JERARQUÍA, PERSONALISMO, RACIONALISMO; FORMALISMO; PRAGMATISMO.

ABSTRACT

This is an interdisciplinary study in the fields of social or human sciences, entwined with sociology, history, anthropology, economy, law, international relations, international economical integration, and it aims at attempting to interpret, understand and explain the international integration processes in Latin America, especially in the Mercosur countries. It is assumed that people create social institutions in the broad sense and that such institutions are these same people in a dynamic interrelationship in the social space, making subjective sense that gives symbolic and concrete meanings to the world and its many things as well as, specifically, fixing the objective meaning of the things in the social world that result from people meeting one another and groups of people in daily meetings and their social relations – but pointing out that the subjective meaning and the objective meaning of the social world do not necessarily mean a single understanding. Thus, the sociological theory of Pierre Bourdieu and Norbert Elias is taken as the reference point in this study, especially their concept of *habitus*. *Habitus*, as a practical sense in a person or groups of people, a type of human behavior disposition or pre-disposition – impulsion – which acts upon their animus and spirit and, therefore, make the person – or the group of people – act in the social world, responding to stimuli in accordance to external demands, is the outcome of time in a certain social space and according to practices that become natural in groups of people in a given society. And as it is unknown by the people in their actions, it is verified that it is proportionally stronger in the outcome of their specific social effects; what people and group of people do is also marked – defined – by the social space. Latin America – including Brazil – is the outcome of a major commercial transaction set up in Iberia and having Western Europe as the large target market for its products. Under an economic point of view this was the objective reality that set the commerce going in that time. It is fundamental to consider that the Iberian people that went to Latin America belonged to a different streak of the European civilization that faked the scientific and religious revolutions, being that, according to these different Iberian values, they hit their heydays – the XV, XVI and XVII centuries – with deeds that no other European nations were able to achieve. The Iberian peoples brought to America their way of life, vision of the world, that is, only and everything they had to achieve what they wanted, a target that was both religious and commercial. In this sense, the age of discovery is rich in unveiling the rational meanings that ruled the Iberian people and their ethical and spiritual foundations which steered their vision of the world. All people have their ideologies, reassurances and questions which are a sense of certainties and probabilities – of what to do and not to do – in their routines and time so that the individual and social world can reach the goals that match the meanings of life of both the individual and the society. The colonization by the Iberian people in American lands followed the fate in their original land – the Iberian Europe – with all the idiosyncrasies and rationality that steered their deeds. So the fate of Latin America had since its origin been connected to centers of hegemonic power and domination, giving it a secondary role before the political and economical ruling in more prominent struggles that were happening in Europe. Therefore, Latin America from the period of its colonization to its independence had always been the land that provided everything it had as resources to Europe so that everything could be taken rapidly from it regardless of its singular fate because it had already been decided since its beginning that there would be the depletion of its resources and its subsequent abandonment if that was the case. The independence of both the Spanish and Portuguese America occurred because political injunctions from Europe made the proclamation of independence in Latin America possible. However, despite the freeing movement, it is true that the facts reveal that Latin America was conducted to a new colonialism and dependence that endure until today. The basic social way to form society in

Iberia and which was taken to American lands was the one which had been inherited from the medieval Europe, that is, the society of social orders and its hierarchies and autonomies before a major social group. The Iberian people also developed a sense of pride and personality that would mark their social deeds in a way that in these societies the individual ascension and social recognition would be possible with the quest for the self aptitude through one's own deeds. Especially in Latin America, one's objective was to become rich as fast as possible so that one could be a noble and then return to Europe with honors and lead a noble life. Thus the social relations are markedly personal and impersonality was impossible in the actions and reciprocal behaviors established among these people. The rationality maintained by such culture ends up being restricted to what is more pragmatical and immediate to be reached in life; the thought is above all dogmatic and everything comes true around it, regardless of new social conditions that may prevent the social result that one wants to achieve, observing that the society is identified and restricted to the group one belongs to despite the major social group. To get accommodated to situations is the most frequent attitude of a rationality that stays away from the most complex, scientific and philosophical lucubrations. So, the societies with authoritarian, hierarchical, hieratical, personal, formal and pragmatical rationalisms were established in Latin America, and these characteristics, solely or altogether, became a *habitus* secularly founded in the region as direct legacy of the Iberian civilization and its culture, exerting a strong influence on all those who headed to Latin America, taking into consideration that the social life conditions – symbolic and material ones – got soundly connected to such values – ideology – social and historical ones secularly established, establishing the profits and social advantages and the traditional ways socially recognized to reach them. On the ground of international relationship, the general rule is that the historical attempts to achieve a Latin American integration failed or did not progress according to the initial expectations of each project. In fact, it is perceived that the projects were either abstract in their inspiration and ideally conceived or suffered the influences of the *habitus* in the region, therefore being subject to serious contradictions that made the integrative ideals impossible. On the political ground, the attempts to integrate Latin America over the independence period mixed up democracy and republicanism with authoritarianism, social and political and economical exclusion as well as with doses of personalism of the most prominent political leaders in the new founded nations. The economical integration strongly reveals the stout international relationship of dependence to which Latin America was submitted before the richest and most powerful nations in the world, keeping up a colonial status to meet the demands that come from overseas and being subject to ill-contrived policies that were – and still are – forged beyond its boundaries. It is necessary to acknowledge that the attempts on regional or sub-regional economical integration, at least in theoretical studies, were done to overcome such condition of dependence to which the nations were submitted before the most industrialized nations still in the 20th century. Nevertheless, it is found that the Latin American rational pragmatism, which aims at profits in the short term, has prevented an inter-creational project to promote economical growth from being implemented in order to see the concrete results being enjoyed by a generation after the one that triggered the process of development in the region. Mercosur rises in the context of regionalization and globalization, ultimately, of the economical blocs that aim at backing regional trade and facing up world trade with other established economical blocs. In fact, there are many concrete economical issues – trading of products which are considered sensible to a national economy – that are problematic in the harmonious relationship of the members of the bloc as well as the way negotiations are conducted between Mercosur and other blocs, sparking off many different viewpoints and conflicts often centered around profits – exports – in the short term or in the middle term. This reminds us that idiosyncratic and formal and pragmatical rationality factors – which have personalist characteristics – are still

acting so as not to enable the process of economical integration of the Mercosur. It is found again that there are evidences that the traditional and historical tendency towards external dependence in the region – before economical centers – is still ruling the directions of the Mercosur, in its structure and development until this moment, and it remains to be known whether the integration of the South Cone aims at reassuring the subordinate position of its members before the so-called developed world – so reassuring both the hierarchies in our planet and the traditional and realistic position that the local elites have established for the sub-region – or at constituting an economical and autonomous bloc in the world trade market and searching for a sovereign space of world reassurance.

KEY WORDS: INTERDISCIPLINARITY; HABITUS; CIVILIZATION; CULTURE; PIERRE BORDIEU; NORBERT ELIAS; FERNAND BRAUDEL; SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA; RAYMUNDO FAORO; RICHARD MORSE; TULIO HALPERIN DONGHI; ANTÔNIO CARLOS WOLKMER; LATIN AMERICA; INTERNATIONAL RELATIONSHIP; JUDICIAL SOCIOLOGY; INTERNATIONAL INTEGRATION; ECONOMICAL INTEGRATION; REGIONALIZATION; MERCOSUR; AUTHORITARISM; HIERARCHY; PERSONALISM; RATIONALISM; FORMALISM; PRAGMATISM.

RIASSUNTO

Si tratta di un lavoro interdisciplinare proprio dell'area delle scienze sociali o umane, che dialoga con la sociologia, la storia, l'antropologia, l'economia, il diritto, le relazioni internazionali, l'integrazione economica internazionale, nel tentativo di una interpretazione, un intendimento e una esplicazione dei processi di integrazione internazionale dell'America Latina, e specialmente del Mercosul. Si parte dal presupposto secondo cui le persone creano istituzioni sociali di ampio senso e che tali istituzioni sono le stesse costituite da persone in un inter-relazionamento dinamico di uno spazio sociale, che crea un senso soggettivo che dà significati simbolici concreti al mondo e alle sue diverse cose, così come, specificamente, fissa un senso oggettivo delle cose del mondo sociale risultante da questo incontro tra persone e gruppi di persone in un quotidiano incontro e relazioni sociali tra loro – ma osservandosi che il senso soggettivo e il senso oggettivo del mondo sociale non significano necessariamente un'unità di intendimento assolutamente coincidente. Così, è presa come punto di riferimento, in questo lavoro, la teoria sociologica di Pierre Bourdieu e Norbert Elias, specialmente per quanto riguarda il concetto di *habitus*. *L'habitus* (inteso) come senso pratico presente in ciascuna persona o ciascun gruppo di persone, una specie di disposizione o predisposizione comportamentale umana – pulsione – rivolta ad agire in riferimento al suo animo e spirito e, così, fa agire la persona - o il gruppo - nel mondo sociale, rispondendo agli stimoli in conformità a determinate domande esterne, rappresenta il prodotto del tempo, in un determinato spazio sociale ed in conformità a pratiche che si naturalizzano dentro a gruppi di persone in una data società. La sua attuazione è sconosciuta alla maggior parte delle persone; si constata essere proporzionalmente maggiore la sua forza nella produzione dei suoi specifici effetti sociali; ciò che le persone e i gruppi di persone fanno viene anche evidenziato – determinato - dallo spazio sociale. L'America Latina - Brasile incluso - è il frutto di un grande negozio commerciale creato dall'Iberia, che ha l'Europa occidentale come grande mercato consumatore finale dei prodotti finali oggetto di transazioni. Se dal punto di vista economico, questa era la realtà oggettiva che muoveva il commercio dell'epoca; è opportuno considerare che il popolo iberico - che si diresse verso l'America - concretizzò un'altra differente civilizzazione europea che forgiò le rivoluzioni scientifiche e religiose, dal momento che, seguendo gli stessi valori iberici differenziati, le stesse conobbero la loro epoca d'oro - nei secoli XV, XVI, XVII - con la realizzazione di fatti che nessun altro popolo europeo era in grado di realizzare. Gli iberici portarono in America i loro stili di vita, la loro visione del mondo, e per così dire, tutto ciò che possedevano per concretizzare un atto rivolto a realizzare lo specifico destino dell'Iberia disgiuntamente dall'Europa, un destino allo stesso tempo religioso e commerciale. In questo senso, l'epoca delle scoperte aiuta a svelare i sentimenti razionali che guidavano i popoli iberici mentre la loro esistenza nel mondo e i fondamenti etici e spirituali che guidavano la loro visione del mondo. Tutte le persone posseggono un'ideologia, un'affermazione, dei dubbi, che rappresentano un senso di certezza e di probabilità - di cosa fare e non fare - di fronte alla vita quotidiana e del loro tempo, la fine del mondo personale e sociale per realizzare i suoi effetti concreti che realimentano i sensi significativi della vita di ciascuno e della propria società. La colonizzazione, da loro – i popoli iberici - portata in terre americane, seguì il destino ereditato della loro terra di origine – l'Europa iberica – vale a dire, con tutte le idiosincrasie e razionalità che guidavano gli atti di questi popoli. Il destino dell'America Latina, così, dalla sua origine, sempre fu relazionato ai centri egemonici del potere e della dominazione, riservandosi essa stessa un programma coadiuvante di fronte ad un gioco politico e economico di lotte più rilevanti che si stavano verificando in Europa. L'America Latina pertanto durante tutta la sua colonizzazione fino all'indipendenza fu sempre terra destinata a rifornire tutto ciò che possedeva all'Europa, per

poi essere rapidamente abbandonata, senza che di fatto vi fosse un interesse particolare al suo destino, dal momento che essa già lo stava tracciando questo inizio quale fosse, ossia quello di essere destinata a fornire le proprie ricchezze per poi, se fosse il caso, essere abbandonata. L'indipendenza dall'America spagnola e dall'America portoghese si verificò dal momento che contestuali comandi politici partiti dall'Europa favorirono la proclamazione dell'indipendenza in America Latina. Nel frattempo, al di là dell'evento liberatore, la verità è che i fatti rivelano la riconduzione dell'America Latina ad un nuovo colonialismo e dipendenza che durano ancora oggi. La forma sociale basica di costituzione di società iberica fu trapiantata in territorio americano, ossia il modello legato all'Europa Medioevale, qual fosse, quello degli Ordini Sociali, con le loro gerarchie ed autonomie innanzi alla maggioranza della popolazione. Le popolazioni iberiche coltivarono anche un senso di superbia, di personalità che avrebbero marcato i loro atti sociali, di tal forma che, in queste società, l'ascensione e il riconoscimento sociale giustificerebbero un proprio merito, attraverso i loro atti in vita – specificamente in America, l'obiettivo era ottenere rapidamente ricchezza per divenire un nobile e ritornare quindi in Europa per vivere una vita nobile. Le relazioni sociali così sono marcatamente personali essendo praticamente impossibile una impersonalità nelle relazioni e nei comportamenti reciproci stabiliti tra le persone. La razionalità coltivata attraverso questa cultura arriva a circoscriversi a ciò che esiste di più pragmatico e immediato a essere realizzato dagli atti in vita; il pensiero è prima di tutto dogmatico e attorno ad esso si realizza indipendentemente delle nuove condizioni sociali che possono impedire il risultato sociale che si desidera ottenere, osservandosi che la società è identificata e ristretta al gruppo a cui ognuno appartiene, in fronte al maggioranza. Ad adattarsi alle situazioni è l'attitudine più frequente di una razionalità che si allontana da elucubrazioni più complesse, scientifiche e filosofiche. Così, le società di carattere autoritario e gerarchico, personalista e di razionalismo formale pragmatico, si instaurarono in America Latina, e queste caratteristiche, isolatamente o in congiunto, si formarono e si fissarono come un *habitus* secolarizzamento stabilito nella regione, legato direttamente dalla cultura e civilizzazione iberica, influenzando per lungo tempo tutti quelli che si diressero per l'America Latina, evidenziando che le condizioni sociali – materiali e simboliche – di vita si svincolarono fortemente da questi valori storico-sociali coltivati per secoli – ideologia –, stabilendo i guadagni e i vantaggi sociali e i modi tradizionali socialmente riconosciuti da raggiungersi. Sul piano delle relazioni internazionali dei paesi della regione, la regola generale è che i tentativi storici di integrazione tra latino-americani già avuti fracassavano o non progredivano secondo tutte le aspettative iniziali poste in ciascun progetto. Di fatto, si verificò che i progetti o furono ispiratamente astratti e idealmente preventivamente già concepiti, o soffrirono degli influssi dell'*habitus* della regione, pertanto rimanendo soggetti e serie contraddizioni che praticamente impedivano la concretizzazione delle idee integrative. Sul piano eminentemente politico, i tentativi di integrazione nel periodo di indipendenza confondevano democrazia e repubblicanismo con autoritarismo, esclusione politico-sociale e socio-economico, così come grandi dosi di personalismo dei principali agenti politici attuati nelle nazioni nascenti. L'integrazione economica rivela con più proprietà le forti relazioni internazionali di dipendenza a cui si sottomise l'America Latina di fronte alla nazioni economicamente più forti del mondo, continuando la situazione storica coloniale di esistere per rispondere alle domande provenienti dall'esterno, e a soggettarsi alle intemperie politiche che furono e ancora sono forgiate oltre le proprie frontiere interne. E' indispensabile riconoscere che i tentativi di integrazione economica regionale o subregionale, per lo meno, gli studi teorici, sono destinati a superare questa condizione di dipendenza secondo cui le nazioni risultarono sottomesse - già nel secolo XX - ai centri più industrializzati. Nel frattempo, si verifica che il pragmatismo razionale latino-americano, rivolto ai guadagni e al lucro in tempo rapido, impedì che un progetto intergerazionale di crescita e di sviluppo economico potesse essere creato, al fine

di vedere i suoi concreti risultati, dal momento che venne utilizzato da una generazione posteriore a quella che aveva dato inizio al processo di sviluppo della regione. Il mercosul emerge in un contesto di regionalizzazione e di globalizzazione dei blocchi economici volti a favorire il commercio regionale ed affrontare il commercio mondiale con gli altri blocchi economici regionali costituiti. Di fatto, si verifica che molte sono le questioni concrete economiche – commercio di prodotti considerati sensibili per l'economia nazionale interessata - che si collocano come problematiche all'inter-relazionamento armonioso tra i membri dei blocchi, così come la forma di conduzione congiunta delle negoziazioni Mercosul e più blocchi, generando molti posizionamenti, differenti conflitti generalmente finalizzati al guadagno – esportazione - rapido o comunque molto veloce. Di fronte ad esso, tutto ricorda che i fattori idiosincratici - che non lasciano di essere di carattere personalistico - e di razionalità formal-pragmatica anche se stando attuando nel senso di non favorire il processo di integrazione economico regionale del Mercosul. Di certa forma, si verifica nuovamente che si sviluppano indizi che la tradizionale e storica inclinazione alla dipendenza esterna della regione – centri economici – ancora stanno contenendo le direzioni del Mercosul , dalla sua costituzione e sviluppo fino ai giorni nostri, lasciando aperta la questione se l'integrazione del Cono del Sud sia rivolta per riaffermare la posizione subalterna delle nazioni inserite – riaffermando le gerarchie del Pianeta e la dovuta posizione che realisticamente e tradizionalmente caratteriano le *élites* locali già hanno come sicuro per la Sub regione -, o, diversamente, per costituire un blocco economico autonomo nel mercato commerciale mondiale, e trovare uno spazio sovrano di affermazione mondiale.

PAROLE CHIAVE: INTERDISCIPLINARIETÀ; HABITUS; CIVILIZZAZIONE; CULTURA; PIERRE BOURDIEU; NORBERT ELIAS; FERNAND BRAUDEL; SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA; RAYMUNDO FAORO; RICHARD MORSE; TULLIO HALPERIN DONGHI; ANTONIO CARLOS WOLKMER; AMERICA LATINA; RELAZIONI INTERNAZIONALI; SOCIOLOGIA GIURIDICA; INTEGRAZIONE INTERNAZIONALE; INTEGRAZIONE ECONOMICA; REGIONALIZZAZIONE; MERCOSUL; AUTORITARISMO; GERARCHIA; PERSONALISMO; RAZIONALISMO; FORMAILSMO; PRAGMATISMO

ZUSAMMENFASSUNG

Es handelt sich um eine interdisziplinäre Arbeit aus dem Bereich der Sozial- oder Humanwissenschaften, die mit der Soziologie, der Geschichte, der Anthropologie, der Wirtschaftswissenschaft, der Rechtswissenschaft, den Internationalen Beziehungen und der Internationalen Wirtschaftsintegration im Dialog steht und auf einen Versuch der Interpretation, des Verständnisses und der Erläuterung der internationalen Integrationsprozesse Lateinamerikas, insbesondere des Mercosul, ausgerichtet sind. Ausgangspunkt ist die Annahme, dass Menschen soziale Institutionen im weiteren Sinne schaffen und dass solche Institutionen selbst diese Menschen in dynamischer Verbindung im sozialen Raum sind, die subjektive Sichtweisen schaffen, die der Welt und ihren verschiedenen Dingen konkrete symbolische Bedeutung geben sowie, insbesondere, den objektiven Sinn der Dinge der sozialen Welt, die aus diesem Zusammentreffen von Personen und Personengruppen in täglicher sozialer Zusammenkunft und Verbindung zwischen sich selbst fixieren – aber die subjektiven Sichtweisen und der objektive Sinn der sozialen Welt bedeuten nicht notwendigerweise eine in sich absolut koinzidente Verständniseinheit. Auf diese Weise wird als Referenzpunkt dieser Arbeit die soziologische Theorie von Pierre Bourdieu und Norbert Elias, insbesondere deren Konzept des *habitus*, genommen. Der *habitus* als ein in der Person oder Personengruppe eingeschriebener praktischer Sinn, eine Art menschliche Verhaltenstendenz oder -veranlagung – Impuls –, die darauf gerichtet, hinsichtlich seiner Gesinnung und seines Geistes zu handeln, und auf diese Weise die Person – oder Gruppe – in der sozialen Welt handeln lässt, als Antwort auf bestimmte externen Anforderungen entsprechende Reize, als Produkt der Zeit, in einem bestimmten sozialen Raum und entsprechen Praktiken, die sich innerhalb der Menschengruppen in einer gegebenen Gesellschaft naturalisieren. Je unbekannter er den Personen in ihrem Handeln ist, desto größer ist seine Kraft zur Schaffung seiner spezifischen sozialen Effekte; was die Personen und Personengruppen tun, wird ebenfalls durch den sozialen Raum bestimmt – determiniert. Lateinamerika – einschließlich Brasilien – ist Frucht eines großen, von der Iberischen Halbinsel aus errichteten Handelsgeschäfts, und hat das westliche Europa als großen Endverbrauchermarkt für gehandelte Endprodukte. Falls dies aus wirtschaftlicher Sicht die objektive Realität war, die den Handel der Epoche bewegte, dann muss berücksichtigt werden, dass das iberische Volk – das sich auf Amerika ausrichtete – einer von der europäischen Zivilisation, die die wissenschaftlichen und religiösen Revolutionen schmiedete, verschiedenen Seite entsprach, so dass, nach diesen verschiedenen iberischen Werten, sie ihre goldene Epoche – das 15., 16. und 17. Jahrhundert – kennen lernten, mit der Schaffung von Fakten, die kein anderes europäisches Volk zu verwirklichen imstande war. Die Iberer brachten ihre Lebensformen, Weltsicht und schließlich nur und alles was sie besaßen nach Amerika, um ein Faktum zu konkretisieren, das darauf gerichtet war, das spezielle Schicksal Iberias vor Europa zu verwirklichen, ein gleichermaßen religiöses wie handelsgeschäftliches Schicksal. In diesem Sinne ist die Epoche der Entdeckungen reich daran, die rationalen Gefühle, die die iberischen Menschen während ihrer Existenz in der Welt leiteten, sowie die ethischen und spirituellen Fundamente, die ihre Weltsicht leiteten, zu enthüllen. Alle Personen haben Ideologie, Überzeugungen Zweifel, die ein Sinn von Sicherheit und Wahrscheinlichkeit – hinsichtlich was sie tun und was sie nicht tun – im Laufe ihres Tages und ihrer Zeit sind, damit die persönliche und soziale Welt die konkreten Fakten wahrnimmt, die die bedeutsamen Lebenssinne von einem jeden und der Gesellschaft selbst hegen. Die durch sie – die Iberer – in amerikanische Territorien eingebrachte Kolonisation folgte dem geerbten Schicksal ihrer Ursprungsregion – Ibero-Europa –, mit, worauf sich hinzuweisen lohnt, allen Charakterzügen und Rationalitäten, die die Leistungen dieser

Menschen leiteten. Auf diese Weise war das Schicksal Lateinamerikas stets mit hegemonialen Macht- und Dominanzzentren verbunden, wobei ihm im Wege eines in Europa stattfindenden politischen und wirtschaftlichen Spiels „wichtigerer“ Kämpfe eine Nebenrolle verblieb. Lateinamerika hingegen war während seiner ganzen Kolonisation bis zur Unabhängigkeit stets eine Region die alles, was sie an Reichtum besaß, an Europa abgab, so dass alles von ihm auf schnelle Weise abgezogen würde, ohne sich um sein Einzelschicksal zu kümmern, da es nun schon von Anfang an darauf ausgerichtet war, seine Reichtümer, welche auch immer es seien, zu erschöpfen und sich danach – gegebenenfalls –preiszugeben. Die Unabhängigkeit des spanischen Amerikas und des portugiesischen Amerikas kam zustande, weil von Europa ausgehende begleitende politische Drucke es begünstigten, dass in Lateinamerika die Unabhängigkeit ausgerufen werden konnte. Ungeachtet des befreienden Ereignisses ist die Wahrheit, dass die Fakten letztlich die Rückführung Lateinamerikas hin zu einem neuen Kolonialismus und zu einer neuen Abhängigkeit zeigen, die bis heute andauern. Die in die amerikanische Erde verpflanzte soziale Grundform zur Zusammensetzung der iberischen Gesellschaft war jene vom mittelalterlichen Europa geerbte, also jene der sozialen Ordnungen, mit ihren Hierarchien und Autonomien vor dem größeren sozialen Kollektiv. Die iberischen Menschen kultivierten auch einen Sinn für Hochmut, für Ichbezogenheit, der ihr soziales Schaffen dergestalt kennzeichnen würde, dass in diese Gesellschaften der soziale Aufstieg und die soziale Anerkennung im Wege der Suche nach einem eigenen Verdienst erfolgte, durch das Schaffen der Menschen im Leben – insbesondere in Amerika war das Ziel, möglichst schnell Reichtümer zu erlangen, um ein Adliger zu werden und mit Ehrungen nach Europa zurückzukehren und ein adliges Leben zu führen. Die sozialen Verhältnisse sind also deutlich persönlich, so dass in den zwischen diesen Menschen begründeten Handlungen und gegenseitigen Verhaltensweisen die Unpersönlichkeit praktisch unmöglich ist. Die durch diese Kultur gepflegte Rationalität endet in einer Umschreibung dessen, was am pragmatischsten und dringendsten durch die Handlungen im Leben erreicht werden muss; das Denken ist vor allem dogmatisch und um dieses herum verwirklicht sich alles, unabhängig von den neuen sozialen Bedingungen, die das zu erreichende gesellschaftliche Resultat behindern könnten, wobei Gesellschaft als Gruppe, zu der jeder gehört identifiziert und beschränkt wird, im Gegensatz zu und ungeachtet des größeren und totalen sozialen Kollektivs. Es gilt, sich an die Situationen und die gewöhnlichere Art und Weise einer Rationalität zu gewöhnen, die sich von den komplexeren, wissenschaftlichen und philosophischen Denken entfernt. Auf diese Weise errichteten sich in Lateinamerika Gesellschaften mit autoritären hierarchischen, personalistischen und von formal-pragmatischem Rationalismus geprägten Zügen, und diese Charakteristika, jedes allein oder alle zusammen, formten und fixierten sich wie ein über die Jahrhunderte in der Region eingerichteter, direkt von der iberischen Kultur und Zivilisation geerbter *habitus*, der alle beeinflusste, die sich im Laufe der Zeit auf Lateinamerika zu ausrichteten, im Blick den Umstand, dass die sozialen Lebensbedingungen – materieller oder symbolischer Art – sich am Ende stark mit diesen historisch-sozialen und über die Jahrhunderte gepflegten Werten – Ideologie – verbanden, wobei die sozialen Gewinne und Vorteile und die traditionellen, sozial anerkannten Methoden in die Lage versetzt wurden, eben jene zu erreichen. Im Bereich der internationalen Beziehungen der Länder der Region ist die Grundregel, dass die bereits stattgefundenen historischen Versuche zur inter-lateinamerikanischen Integration scheiterten und nicht im Sinne aller ursprünglich mit jedem der Projekte verbundenen Erwartungen fortschreiten. In der Tat bestätigt sich, dass die Projekte entweder abstrakt und ideell ersonnen waren oder unter den Einflüssen des *habitus* der Region litten, und folglich Reihen von Widersprüchen unterworfen blieben, welche die Verwirklichung der integrativen Ziele praktisch versperrten. Im politischen Bereich verwechselten die Integrationsversuche in der Periode der Unabhängigkeit Demokratie und Republikanismus mit Autoritarismus, politisch-

sozialer und sozioökonomischer Ausschließung sowie einer großen Menge Personalismus der politischen Hauptakteure der entstehenden Nationen. Die wirtschaftliche Integration zeigt mit größerer Genauigkeit die starken internationalen Unabhängigkeitsverbindungen, denen sich Lateinamerika gegenüber den ökonomisch stärkeren Nationen der Welt unterwarf, so dass eine koloniale historische Situation fortbestand, um die Nachfrage aus dem Ausland zu bedienen, und um sich den politischen Stürmen zu unterwerfen, die jenseits der eigenen Grenzen geschmiedet wurden – und immer noch werden. Man muss anerkennen, dass die Versuche der regionalen oder subregionalen wirtschaftlichen Integration, zumindest die theoretischen Studien, sich darauf ausrichteten, diese abhängige Kondition, dass die Nationen den – bereits im 20. Jahrhundert – industrialisierteren Zentren unterworfen endeten, zu überwinden. Inzwischen bestätigt sich, dass der auf kurzfristige Gewinne und Profite ausgerichtete lateinamerikanische rationale Pragmatismus es verhinderte, dass ein intergenerationelles Projekt für Wachstum und wirtschaftliche Entwicklung mit dem Ziel aufgenommen werden kann, seine konkreten Ergebnisse durch eine spätere Generation ausgenutzt zu sehen, der der Prozess der Entwicklung der Region den Anfang gab. Der Mercosul bildet sich im Kontext der Regionalisation und der Globalisation, schließlich der wirtschaftlichen Zusammenschlüsse, die darauf gerichtet sind, den regionalen Handel zu begünstigen und dem Welthandel mit den anderen regionalen wirtschaftlichen Zusammenschlüssen gegenüberzutreten. In der Tat bestätigt sich, dass der konkreten wirtschaftlichen Fragen viele sind – Handel mit als sensibel geltenden Waren sensibel für die betreffende nationale Wirtschaft –, die sich als problematisch für die harmonische Verbindung zwischen den Mitgliedern der Zusammenschlüsse stellen, ebenso wie die Form gemeinsamen Vorgehens der Verhandlungen Mercosul und anderer Zusammenschlüsse, die viele verschiedene Positionierungen hervorbrachte, Konflikte, die gemeinhin auf kurzfristige Gewinne – Export – oder ein wenig längerfristige Gewinne konzentriert sind. Auf diesem Wege erinnert alles daran, dass Wesenszüge – die ihren personalistischen Charakter nicht verlieren – von einer formal-pragmatischen Rationalität noch im Sinne handeln, den Prozess der regionalen wirtschaftlichen Integration des Mercosul nicht zu begünstigen. Auf gewisse Weise bestätigt sich, dass es neuerlich Hinweise darauf gibt, dass die traditionelle und historische Neigung zur externen Abhängigkeit der Region – gegenüber wirtschaftlichen Zentren – noch immer die Richtung des Mercosul bestimmt, hinsichtlich dessen Verfassung und Entwicklung bis zum gegenwärtigen Moment, wobei offen bleibt, ob die Integration des Südkegels darauf ausgerichtet ist, die untergeordnete Position der betroffenen Nationen gegenüber der als entwickelt geltenden Welt zu bekräftigen – indem die Hierarchien des Planeten und die geschuldete Position, dass „realistischerweise“ und traditionell die lokalen Eliten schon als richtige nehmen, oder, anders ausgedrückt, um einen autonomen wirtschaftlichen Zusammenschluss im Welthandelsmarkt zu errichten und einen souveränen Raum weltweiter Bestätigung zu suchen.

SCHLAGWORTE: INTERDISZIPLINARITÄT; *HABITUS*; ZIVILISATION; KULTUR; PIERRE BOURDIEU; NORBERT ELIAS; FERNAND BRAUDEL; SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA; RAYMUNDO FAORO; RICHARD MORSE; TULIO HALPERIN DONGHI; ANTONIO CARLOS WOLKMER; LATEINAMERIKA; INTERNATIONALE BEZIEHUNGEN; JURISTISCHE SOZIOLOGIE; INTERNATIONALE INTEGRATION; WIRTSCHAFTLICHE INTEGRATION; REGIONALISATION; MERCOSUL; AUTORITARISMUS; HIERARCHIE; PERSONALISMUS; RATIONALISMUS; FORMALISMUS; PRAGMATISMUS.

要約

この研究はラテンアメリカ、特にメルコスール（南米共同マーケット）の国際関係の発祥、発展を人文学、社会学、歴史学、人類学、経済学、法学、国際交流学、国際経済流通を通し、総合的に解明しようとしたものである。

まず、それには、人間というものは最初に社会組織を構成し、その構成組織の一員として主観的に社会の中で活躍していくことを忘れてはならないことに視点を向けた。人間の行動は世の中に様々な形であらわれ、形式だって客観的な要素を持つ社会を作り上げてく。しかしそれは主観的な要素と客観的な要素が絶対的に総合し、和解し合っていることだとはいえない。

したがって、この論文はピエール・ブルデュー と ノルバール・エリアス の社会理論、主にハビトゥス (*habitus*) の観念を基本として研究したものである。ハビトゥス

は周知のとおり、人間、または人間の集団の実践に制約と限界を与え、自己のアニムス及び、精神面を社会の刺激により社会的にシステム化してゆく構造で、ある社会的範囲においてそのメンバーが同化される行動を指している。

実際に社会に参加している人間は自分自身の行動について無知なだけに、その影響が社会に及ぼす具体的な効果は大きい。また、

個人行動及び集団行動も、その社会のスペースに左右されている。全西ヨーロッパに消費される商品を生産すべく、イベリア半島に始まった商業活動は、結果としてブラジルも含め、ラテンアメリカを出現させるにいたった。経済的にはこのような

目的で商業が行われていたが、

また、それにはアメリカ大陸へ渡ったイベリア半島の住民性が関わっていたことも忘れてはならない。それは十五世紀、十六世紀、十七世紀にわたり、科学革命と宗教革命に没頭していた他のヨーロッパ人の真似できない事をイベリア民はやったの
け、彼らの黄金時代とも言うべき時代を築き上げたからである。イベリア半島の住
民たちは、ヨーロッパに影響をもたらしたと同じように、アメリカ大陸に商業と宗
教を導入し、彼らの世界に対する解釈を新しい地に植えつけた。そうした意味では
、アメリカ発見時代は

この世において存在する意義、及び基本的な道徳観念と精神観念に導かれたイベリ
アの民の合理性を明らかにあらわしている。人間は誰しも理想、観念、疑問など、
確実性と可能性を時間と生活行動において有し、個人としての意義、また社会人と
しての意義を具体的に行い、各自存在価値を再確認している。アメリカにおける植
民地制度は彼らイベリア半島住民の実用主義思想、合理的思想をそのまま受け継い
だ。したがって、ラテンアメリカのたどる道は

最初から外部の支配と権力とつながっていた。したがって、立場としては、ラテン
アメリカはヨーロッパで起きていた、「より重要な」政治と経済摩擦の脇役に過ぎ
なかった。然るに、ラテンアメリカは植民地時代から独立国となるまでの間、ずっ
とヨーロッパに短期間における利益をもたらす資源の源として、その資源を採りつ
くした結果を考慮することなく行われてきた。アメリカにおけるスペイン領植民地
とポルトガル領植民地の独立はその独立運動を促したヨーロッパの政治的要素が関
わっている。しかし、自由を獲得したとはいえ、実際には、現在に至るまで、ラテ
ンアメリカは再び植民地制度の道をたどっており、ヨーロッパに身をゆだねている

。それは、かつて中世期ヨーロッパにおけるイベリア半島の社会構成のモデルがそのままアメリカに伝わったということ、すなわち、社会秩序においても人々は絶対的権力の配下において存在するということである。イベリア民もその君主主義および自己中心主義の思想を持ち、それは社会に影響を及ぼした。社会に認められ、地位を向上する手段としては自己のメリットをこの世において築き上げることであった。それはラテンアメリカで、貴族になる手段として速急に富を築き上げ、ヨーロッパに帰ることもあり、それは名を上げて、生涯の貴族生活を保障するものでもあった。

社会関係は人と人の交流であり、その意味では人を無視しては社会の中の人間同士の交流は行われないのである。イベリア民はその意味では実用主で即時的に成果を得ることをモットーとした合理性を重視した文化を育ててきた。

思想というものは元々教義であり、その教義の元に何事も実存するのである。それはこれから得ようとする社会政体を阻止する新しい社会状況に関係なく、より大きな社会団体が存在するにせよ、各個人が所属している団体をひとつの構成された社会として認めており、その社会団体は科学的で、哲学的で、なお複雑な熟考に対し、理性的に離れていく態度をとるのが常となっている。

このような見解の元に、階級と宗教的な支配力の存在する、利己中心的で、実用形式の社会がラテンアメリカに創設され、それが個々、及び総合的にハビトゥスとなり、この地域に何世紀にもわたる間に固定されたが、それはイベリア半島直々の文明の遺産であり、それは長い期間のあいだにラテンアメリカへ渡った人々に影響を与えた。その物質的な社会状況と象徴的な社会状況はその何世紀にもわたって

作り上げられてきた社会歴史的なイデオロギーに強く感化され、その社会で認められた地位を獲得する手段としての慣習になった。

同じ地域の国際関係としては、大まかに言って歴史上行われてきたラテンアメリカの国際共同活動プロジェクトは、初期の期待に反し、失敗したか、不成功に終わっている。それを分析してみると、それらのプロジェクトは抽象的な概念で動機付けられ、理想的なコンセプトで案出されたが、それは

その地域のハビトゥスの影響を受けたと言えよう。それはラテンアメリカの国々の理想的な共同体の構成を実現する妨げになった。政治面では

独立成立時代の共同体化運動は民主政体と共和政体を権威主義政体と混同され、社会政治と社会経済において駆除されたが、それは新しく独立した国々の主要政策員の多くが利己的な行動を示したのももう一つの要因となった。これらの国の経済総合はより明確にラテンアメリカの経済強国に対する強度の依存的国際関係を示し、植民地だったという歴史的立場からも、現在に至るまでも、外部の要求に応じて外部の政策に右往左往されている。20世紀に入ってから工業発展中心国に従順するという姿勢を乗り越えるべく地方の総合運動が起きたことは、たとえ理論上だけとしても無視できないことである。

しかし、ラテンアメリカ人の実用主義で、合理的な考えは、

短期間における利益の取得感覚を育て上げ、後世の世代の収得するべくための長期的な経済発展計画をこの地域に定着させなかった。メルコスールは世界のグローバル化と地方分権主義現象の元に現れ、それは国際貿易に対し、地方の経済を有利にし、他の既にあった経済ブロックと協力するべく生まれた経済ブロックである。実際に、国内の経済に影響を及ぼすような国際貿易においては、様々な経済的な問題

が存在し、それは経済ブロックの各メンバーの間における調和のとれた関係に影響を与え、それはメルコスール及び、他の経済ブロックの商取引の間の立場の相違を生じ、短期間、もう少し長期間における輸出における利益に対する経済摩擦を及ぼしている。それは、ある意味では、自己中心的かもしれないが、特異質で、形式実用主義の要素が未だにおいてメルコスールの地域経済共活動の発展を妨げていると思われる。ある意味では、メルコスール以外の経済中心地域への歴史的な経済的依存感覚が未だに存在しており、最終的には、コネスールの総合化は先進国の世界において、この地球上で「実存的」、伝統的に、中枢層から従属的な位置づけされたものを再確認するものなのか、または独立した経済ブロックを世界市場に築き上げ、世界にその存在を認めさせるかということにある。

キーワード: 学際的; ハビトゥス; 文明; 文化; ピエール・ボルジエ;
 ノルベール・エリアス; フェルジナンド・プロ-デル;
 セルジオ・ブアルケ・デ・オランダ; ライムンド・ファオロ; リチャード・モルス;
 ツリオ・ハルペリン・ドンギ; アントニオ・カルロス・ウオルクマー;
 ラテンアメリカ; 国際関係; 社会法学; 国際総合; 経済総合; 地方化;
 南米共同マーケット; メルコスール; 支配主義; 階級制度, 自己中心主義, 合理主義,
 形式主義; 実用主義

SUMÁRIO

RESUMO.....	XIII
RESUMEN.....	XVI
ABSTRACT.....	XIX
RIASSUNTO.....	XXII
ZUSAMMENFASSUNG.....	XXV
要約.....	XVIII
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1	
SEÇÃO 1: PIERRE BOURDIEU E SUA INTERPRETAÇÃO DO MUNDO SOCIAL (1).....	23
1.1.1. Aspectos Introdutórios.....	23
1.1.2. Uma Sistematização do Pensamento de Pierre Bourdieu (1).....	27
1.1.2.1. Pierre Bourdieu e seu Legado Intelectual.....	28
1.1.2.2. Espaço Social e Espaço Simbólico.....	31
1.1.2.3. <i>O Habitus</i>	33
1.1.2.4. Classe Social.....	39
1.1.3. Uma Sistematização do Pensamento de Pierre Bourdieu (2).....	46
1.1.3.1. Os Diferentes Tipos de Capital Circulante no Meio Social.....	47

XXXIV

1.1.3.2. A Teoria do Campo Social.....	50
1.1.3.3. O Pensamento Relacional e sua Força Heurística sobre o Social.....	59
1.1.4. A Violência Simbólica e o Poder Simbólico.....	63
1.1.4.1. Da Educação em Sentido Amplo ou Pedagogia da Vida Social como Processo de Violência Simbólica.....	63
1.1.4.2. Do Poder Simbólico.....	82
1.1.5. Epistemologia Reflexiva para Construir uma Sociologia Crítica e uma Verdade do Mundo Social.....	89
1.1.5.1. O Fato é Conquistado Contra a Ilusão do Saber Imediato.....	99
1.1.5.2. O Fato é Construído: as Formas de Demissão Empirista.....	115
1.1.5.3. O Fato é Conquistado, Construído, Constatado: a Hierarquia dos Atos Epistemológicos.....	129
1.1.5.4. Conclusão: Sociologia do Conhecimento e Epistemologia.....	139
1.1.6. Pensamento Sociológico de Pierre Bourdieu: Consequências Interpretativas sobre o Social.....	143
1.1.6.1. Desdobramentos do Pensamento de Pierre Bourdieu.....	143
1.1.6.2. As Formas de Capital: Capital Cultural, Capital Social e as Transformações do Capital.....	145
1.1.6.3. Sobre Espaço Social e Classes Social.....	170
1.1.6.4. Classes Sociais: Existência ou Inexistência? Teoria ou Fato?.....	212
1.1.7. Sobre o Campo Jurídico.....	233
1.1.8. Lingüística: o Significado do Falar (Sobre o Campo Lingüístico).....	254

CAPÍTULO 1

SEÇÃO 2: PIERRE BOURDIEU E SUA INTERPRETAÇÃO DO MUNDO

SOCIAL (2).....	295
-----------------	-----

1.2.1. Sobre Estrutura Social, <i>Habitus</i> e Prática Social.....	295
1.2.2. Sobre a Sociologia Reflexiva.....	317
1.2.3. Sobre a Produção Social da Crença Coletiva.....	326
1.2.3.1. O Costureiro e sua Grife: Contribuição para uma Teoria da Magia.....	348
1.2.3.2. Os Modos de Dominação.....	380
1.2.4. Sobre o Campo Científico.....	398
1.2.4.1. As Propriedades Específicas do Campo Científico.....	432
1.2.4.2. As Duas Espécies de Capital Científico.....	436
1.2.4.3. O Espaço dos Pontos de Vista.....	442
1.2.5. O Desencantamento do Mundo: <i>Habitus</i> , Tradição e Choque Cultural.....	445
1.2.5.1. Reprodução Simples e Tempo Cíclico.....	453
1.2.5.2. Necessidades Contraditórias e Condutas Ambíguas.....	472
1.2.5.3. Esperanças Subjetivas e Probabilidades Objetivas.....	487
1.2.5.4. As Condições Econômicas da Transformação das Disposições Econômicas.....	499
1.2.5.5. O Desencantamento do Mundo: Conclusão.....	518

CAPÍTULO 1

SEÇÃO 3: A SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU: ASPECTOS

CRÍTICOS DESTACADOS.....	521
1.3.1. Contexto e Trajetória Intelectual.....	521
1.3.2. Estruturas Sociais e a Humanidade.....	527
1.3.3. O Cientista Social e Epistemologia.....	534
1.3.4. A Violência Simbólica como Fato Gerador e Pedagogia Edificadora do Mundo	

XXXVI

Social.....	558
1.3.5. O Campo Social e sua Centralidade no Pensamento de Pierre Bourdieu.....	570
1.3.6. O <i>Habitus</i> no Mundo Social.....	581
1.3.7. Os Tipos de Capital Socialmente Relevantes.....	584
1.3.8. O Poder Simbólico Socialmente Construído.....	612
1.3.9. Uma Nova Perspectiva para o Debate Acerca das Classes Sociais.....	617
1.3.10. O Desencantamento do Mundo ou o Conflito entre um <i>Habitus</i> Tradicional e a Necessidade Social de um Novo <i>Habitus</i>	643
1.3.11. Reflexões Finais sobre o Pensamento e Obra de Pierre Bourdieu.....	688

CAPÍTULO 2

SEÇÃO 1: ESPAÇO, TEMPO, HUMANIDADE E <i>HABITUS</i>: POR UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICO-EPITEMOLÓGICA INTERDISCIPLINAR DAS CIÊNCIAS DO SER HUMANO.....	707
2.1.1. Aspectos Introdutórios.....	707
2.1.2. Estruturas Sociais, Interdisciplinaridade e Estruturas Históricas.....	710
2.1.3. Estrutura Social, Interdisciplinaridade e Antropologia.....	741
2.1.4. Marcel Mauss e Interdisciplinaridade.....	749
2.1.5. Norbert Elias, Interdisciplinaridade e <i>Habitus</i> Social.....	759

2.1.6. Interdisciplinaridade, <i>Habitus</i> e a Busca da Decifração do Mundo Social.....	788
---	-----

CAPÍTULO 2

SEÇÃO 2: INTERDISCIPLINARIDADE E CIÊNCIAS SOCIAIS: ASPECTOS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICO-CRÍTICOS DESTACADOS.....	835
--	------------

2.2.1. Ciências Sociais, Interdisciplinaridade e Evolução: o Valor Heurístico do Tempo Longo.....	835
---	-----

2.2.2. Antropologia e os Fenômenos Culturais Inconscientes: um Diálogo com a História.....	845
--	-----

2.2.3. Norbert Elias e Interdisciplinaridade: Sociologia e História.....	850
--	-----

2.2.4. Marcel Mauss: Contributo para uma Sociologia Crítica.....	867
--	-----

2.2.5. Humanidade, Espaço e Tempo: o <i>Habitus</i> como uma Estrutura da Cultura e Civilização.....	869
--	-----

CAPÍTULO 3

SEÇÃO 1: FORMAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL- SOCIAL DA AMÉRICA LATINA: ASPECTOS GERAIS DESTACADOS (1).....	883
--	------------

3.1.1. Aspectos Introdutórios: Origem da Expressão América Latina.....	883
--	-----

3.1.2. Nascimento de Espanha e Portugal: a Península Ibérica.....	884
---	-----

3.1.3. Imaginário e Ideologia Ibérica na Época dos Descobrimentos.....	892
--	-----

3.1.4. Cultura e Mentalidade Ibéricas como um Outro Marco Racional e Civilizatório Ocidental.....	955
---	-----

XXXVIII

3.1.5. América Latina Espanhola: Aspectos Destacados.....	1042
---	------

CAPÍTULO 3

SEÇÃO 2: FORMAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL-SOCIAL DA AMÉRICA LATINA: ASPECTOS GERAIS DESTACADOS (2).....	1105
---	-------------

3.2.1. América Latina Portuguesa: Aspectos Destacados.....	1105
--	------

3.2.2. Raízes Sócio-Culturais e Civilizacionais do Brasil: uma Interpretação.....	1150
---	------

3.2.3. Padrão Cultural e Civilizatório Luso-Americano: Conseqüências Sociais.....	1255
---	------

3.2.3.1 O Coronelismo e o Autoritarismo.....	1255
--	------

3.2.3.2. As Idéias e Mentalidades: da Ibéria à América Portuguesa.....	1282
--	------

3.2.3.3. Visões do Brasil: Conseqüências de um Modo Específico de um Ser Social.....	1296
--	------

3.2.4. Direito e Relações Internacionais na América Portuguesa.....	1320
---	------

3.2.4.1. O Direito Luso-Americano: Aspectos Críticos.....	1320
---	------

3.2.4.2. Relações Internacionais: um Destino da América Latina e do Brasil.....	1363
---	------

CAPÍTULO 3

SEÇÃO 3: AMÉRICA LATINA E DESTINO SOCIAL: ASPECTOS CRÍTICOS DESTACADOS.....	1373
--	-------------

3.3.1. Padrão Cultural e Civilizatório Hispano-Americano: Conseqüências Sociais.....	1373
--	------

3.3.1.1. A Questão Indígena.....	1373
----------------------------------	------

3.3.1.2. Racionalidades e Práticas Sociais.....	1383
---	------

3.3.1.3. Instabilidades Políticas.....	1387
--	------

3.3.1.4. Caciquismo e Caudilhismo.....	1391
--	------

3.3.1.5. Hierarquização da Vida.....	1394
--------------------------------------	------

3.3.1.6. Idéias, Positivismo, Ecletismo Filosófico: o Pragmatismo Ibero-Americano.....	1396
3.3.2. Realidade Sócio-Econômica Latino-Americana, Novas Racionalidades e Contra-Correntes ao <i>Status Quo</i>	1407
3.3.2.1. O Pensamento de Antonio Carlos Wolkmer.....	1412
3.3.3. América Latina: Análise Crítica sobre um Destino Civilizacional ou Sócio-Cultural (1).....	1418
3.3.3.1. Ibéria e os Séculos de Ouro: os Mares e a América como um Negócio.....	1419
3.3.3.2. O Personalismo Ibérico.....	1422
3.3.3.3. Igreja, Sentido de Mundo e Pragmatismo: a Natural Aceitação da Vida e das Coisas como se Apresentam.....	1425
3.3.3.4. Honra e Dignidade Pessoal: um Sentido para a Riqueza Imediata.....	1428
3.3.4. América Latina: Análise Crítica sobre um Destino Civilizacional ou Sócio-Cultural (2).....	1430
3.3.4.1. Pragmatismo e Tradição: a Manutenção da Ordem Secular.....	1430
3.3.4.2. Razão Prática.....	1432
3.3.4.3. A Ordem como Sentido: a Brutal Violência Física como Pedagogia.....	1436
3.3.4.4. A Ordem Cosmológica e Cosmogônica do Pensamento Medieval: as Fundações do Racionalismo Ibérico.....	1438
3.3.5. América Latina: Análise Crítica sobre um Destino Civilizacional ou Sócio-Cultural (3).....	1456
3.3.5.1. Novos Tempos: Aprofundamento em Direção ao Passado.....	1456
3.3.5.2. América Latina e Destino Colonial.....	1460
3.3.5.3. América Latina: Cultura e Civilização.....	1487
3.3.6. América Latina: Análise Crítica sobre um Destino Civilizacional ou Sócio-Cultural (4).....	1518
3.3.6.1 O Direito.....	1518
3.3.6.2. Relações Internacionais.....	1528

3.3.6.3. Mundo Social Latino-Americano.....	1530
3.3.7. O <i>Habitus</i> (<i>Ethos</i> e <i>Práxis</i>) na Civilização Latino-Americana: uma Compreensão da Formação Social, Cultural e Ideológica da América Latina.....	1550
3.3.7.1. Autoritarismo Hierárquico-Hierático.....	1552
3.3.7.2. Personalismo.....	1559
3.3.7.3. Racionalismo Racional-Pragmático.....	1563

CAPÍTULO 4

SEÇÃO 1: RELAÇÕES INTERNACIONAIS E REGIONALIZAÇÃO:

INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E O MERCOSUL.....	1579
4.1.1. Integração, Humanidade e Ciências Sociais.....	1579
4.1.1.1. Relações Humanas e Espaço Integrado Internacional.....	1579
4.1.1.2. Sentido Sócio-Cultural de Integração.....	1586
4.1.1.3. Esboço de uma Taxionomia da Integração Social.....	1599
4.1.1.4. Integração Internacional e Econômica: Aspectos Teóricos.....	1605
4.1.2. A União Européia.....	1610
4.1.2.1. Desenvolvimento Histórico.....	1610
4.1.2.2. Conjuntura Desencadeadora do Processo de Integração da União Européia.....	1616
4.1.2.3. Etapas da Integração Européia.....	1622
4.1.3. Integração na América Latina.....	1640
4.1.3.1. Integração Latino-Americana.....	1640
4.1.3.2. Integração Política na América Latina.....	1654
4.1.3.3. Integração Econômica Latino-Americana.....	1663
4.1.3.4. Interferências e Indutores da Integração.....	1680
4.1.4. A Integração do Cone Sul.....	1683
4.1.4.1. O Mercosul.....	1683

4.1.4.2. Mercosul Político-Jurídico-Institucional: Evolução.....	1692
4.1.4.3. Mercosul e a Emergência de Diversas Problemáticas Integrativas.....	1721
4.1.5. Aspectos Críticos da Integração Econômica na América Latina e no Mercosul...	1761
4.1.5.1. Por que Integrar?: Explicações Gerais e Específicas.....	1761
4.1.5.2. Porque tantos Problemas?: A Estrutural Dependência Latino-Americana..	1775
4.1.5.3. Dificuldades e Problemas Específicos dos Processos de Integração Latino-Americanos e do Mercosul.....	1824
 CAPÍTULO 4	
SEÇÃO 2: INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: ANÁLISES CRÍTICAS	
DESTACADAS.....	1859
4.2.1. Integração, Cultura e Economia.....	1859
4.2.2. Estados Unidos e Integração.....	1865
4.2.3. América Latina e Integração.....	1870
4.2.4. O Contexto do Mercosul.....	1891
4.2.5. O Contributo do Pensamento Marxista para Compreensão da Situação de Dependência da América Latina.....	1897
4.2.6. Trajetória da Histórica da Integração Latino-Americana.....	1905
4.2.7. América Latina, <i>Habitus</i> e Integração.....	1912
 CONCLUSÃO.....	1923
 REFERÊNCIAS UTILIZADAS.....	1937

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de quase sete anos de dedicação intensiva à realização de um projeto de vida que, pode-se afirmar aqui, levou cerca de um quarto de século para ser concretizado. Num país como o Brasil, inserido num conjunto civilizacional latino-americano – e um pouco do que essa idéia significa o resultado da investigação adiante procurará revelar –, é ato quase milagroso uma pessoa, como o autor desta obra, decidir sonhar algo e se lançar para a concretização do sonho. Procurar receber a mais alta titulação que o sistema universitário confere a quem decide um dia ser professor, é viver dias de esperanças e certezas, bem como desilusão e abandonos. É nos desenganos, decepções, desapontamentos, abdições e renúncias que é necessário tomar decisões difíceis para concretizar um sonho antigo, mas sabendo que o país – sua específica Sociedade e valores culturais – dará o que merecida ou imerecidamente a cada um – que aspira imaginação e devaneio, como todo sonhar – é possível receber. A vida pode resultar numa fantasia ou ilusão, mas, concretamente, tudo que se fez para realizar o mundo da vida é fato, evento real e material que move a realidade do mundo social; a fantasia e ilusão também fazem – constroem – a concretude real do espaço social.

Especificamente em 1999, o ingresso do autor no Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, foi o início de uma aventura única e desbravadora em sua vida, um empreendimento voltado para solidificar sua formação cultural, bem como estudar e compreender os processos internacionais de integração, independentemente deles serem de natureza essencialmente econômicos ou não. O eixo básico escolhido foi o Mercosul, realidade integrativa que completava então cerca de oito anos de existência. A primeira parte do projeto, completada em nível de mestrado, resultou na dissertação defendida e aprovada no início do ano de 2001, sob orientação da Profa. Dra. Odete Maria de Oliveira, com o título “O Atual Confronto Político-Institucional da União Européia: a Organização Internacional e o Federalismo em Questão” – obra publicada como mesmo título pela Editora Unijuí no ano de 2003 –, e essa dissertação foi um estudo preparatório e fundamental para o trabalho que ora é apresentado em nível doutoral, acerca do Mercosul.

Se aquele trabalho foi um estudo sobre a União Européia, voltado para a sua específica compreensão cultural sob viés da ciência política, história e direito, o presente trabalho tem um caráter sociológico, histórico, antropológico, sociologia jurídica e relações internacionais,

voltado para compreender melhor o processo de integração do Cone Sul sob um viés novo e diferenciado daqueles dos respeitáveis e importantes estudos que foram e estão sendo desenvolvidos pelo conjunto da academia, em especial a brasileira e latino-americana, todos voltados para contribuir cientificamente para o desenvolvimento do Mercosul. Trata-se, assim, de um trabalho interdisciplinar, dentro da melhor tradição – pelo menos é assim que este autor considera – da história do Curso de Pós-Graduação em Direito da UFSC, que, em sua existência, soube o Curso conciliar o estudo do Direito combinado especialmente com a Política, Filosofia, e Sociologia, no intuito de colaborar para enxergar as raízes mais profundas dos produtos que são burilados diuturnamente pelos operadores do direito, dentro de um espírito crítico-desmistificador e, assim, contribuir para repensar o conteúdo da dogmática jurídica, a prática jurídica, enfim, o Direito brasileiro, dentro desta forma interdisciplinar de também produzir conhecimentos válidos para o estudo do Direito. Assim, este é um trabalho da grande área das Ciências Sociais ou Humanas, voltado para a Ciência Jurídica, especificamente para a área do Direito Internacional e das Relações Internacionais.

A realização do trabalho foi muito difícil por dois motivos especiais. O primeiro deles, porque ele foi realizado num sistema de pós-graduação em mudança no Brasil todo, em função de novos critérios de avaliação fixados pela CAPES e que obrigou todos os cursos a se adequarem às novas diretrizes avaliativas. Esse processo atingiu o CPGD/UFSC e obrigou a rever regras antigas do Curso, afetando todos os doutorandos(as) que ingressaram no Programa de Doutorado a partir de 2001. Especificamente quanto ao prazo normal, com suas prorrogações e trancamentos, foram alterados de tal forma que um planejamento inicial estabelecido em 2001 já não poderia ser mais concretizado a partir de 2003. Todo um cronograma e ações que estavam previstos esfumaçaram e o projeto inicial – não só da tese, mas também o planejamento de todas as atitudes que estão relacionadas ao trabalho intelectual – ficou irremediavelmente comprometido. Para a vida, como regra geral – dentro do legado da melhor tradição da cultura da Humanidade –, não há atalhos, e quem vive essa verdade como regra geral de sua existência, sabe o quanto implica uma decisão tomada e a necessidade de cumprir o que foi definido como meta e valor moral, e o autor deste trabalho comprometeu-se – via sacrifícios que extrapolaram sua esfera individual – com as decisões pessoais tomadas no curso de todos esse acontecimentos em transmutação do CPGD/UFSC. Em 2005, uma prorrogação salutar de mais oito meses para todos os(as) pós-graduandos(as) ingressos(as) no ano de 2001, a fim de finalizarem seus trabalhos, foi concedida pelo Egrégio

Colegiado do Curso, possibilitando – especificamente quanto ao presente trabalho – alcançar os resultados investigativos que seguem adiante.

O segundo fator, de muita dificuldade para a realização do trabalho, foi a deficiência de financiamento da pesquisa e da praticamente impossibilidade do doutorando se lançar em busca de renda complementar para viabilizar minimamente, de forma boa, o trabalho. Durante quase uma década, as bolsas de estudo ficaram sem sofrer qualquer tipo de reajuste, a tal ponto delas possibilitarem apenas a subsistência do bolsista. A dedicação exclusiva implicada no recebimento da bolsa – e tudo que isso, por sua vez, resultava como consequência – era praticamente incompatível com a possibilidade de cumprir a missão de efetivar uma investigação científica em nível doutoral, pois nessas condições concretas não há trabalho que possa ser realizado com dignidade e razoável esmero, devido à falta de recursos materiais. Um certo dogmatismo – lamentável – regeu essa situação até a vinda de um novo governo que decidiu conceder um reajuste e fornecer um auxílio financeiro para suprir minimamente as diferentes despesas que estão implicadas na elaboração de um trabalho investigativo de nível doutoral, retirando o pesquisador de uma situação de vergonha e miséria inomináveis. Mesmo assim, com prazos comprometidos, esse reajuste e auxílio chegaram tarde, obrigando o autor do trabalho a pensar em desistir totalmente do projeto inicial, sob pena de não alcançar uma tese para defesa em início de 2005. Um significativo socorro financeiro privado deu a segurança necessária e permitiu a continuação do projeto inicial – com muitos cortes –, alcançando o seu resultado final, que segue nas páginas adiante; este é um trabalho cuja natureza do seu financiamento é muito mais privado do que público, e infelizmente é forçoso reconhecer que a pesquisa no Brasil, sem política alguma para a área – portanto, sujeita aos sabores retrógrados ou progressistas dos(as) burocratas de plantão –, torna-se uma prática ou uma atitude individual, ato antes de tudo de fé do(a) pesquisador(a) do que de política dos diferentes governos – e respectivos asseclas – que sucedem na administração da nação. Para a concretização da investigação, o autor teve que lançar-se em busca de obras em diversas livrarias e bibliotecas da Espanha, Portugal, México, Argentina e Brasil, adquirindo os textos necessários para fundamentar o trabalho.

O **presente trabalho tem forma interdisciplinar**, com caráter sociológico, histórico, antropológico, história do direito, sociologia jurídica, relações internacionais e integração internacional, voltado para compreender melhor o processo de integração do Cone Sul sob um viés diferenciado dentro da área do Direito, e com a finalidade de contribuir cientificamente para o desenvolvimento do Mercosul. Assim, este é um trabalho da grande área das ciências

sociais ou humanas, direcionado para a ciência jurídica, especificamente para a área do direito internacional e das relações internacionais.

O **tema da pesquisa** efetuada é Cultura ou Civilização e Integração Internacional. Trata-se de uma pesquisa que é delimitada – **delimitação do tema** – no entendimento sobre o funcionamento de um *habitus* socialmente produzido historicamente – mais abaixo e durante todo o corpo do trabalho é procurado explicar com maiores detalhes e esclarecimentos o que é e constitui esse *habitus* socialmente relevante e os efeitos sociais que ele produz – e sua ação concreta no *ethos* e na *praxis* dos diferentes agentes sociais e instituições atuantes dentro da Sociedade, e, desta forma, sua ação efetiva dentro de um processo de integração internacional. Para compreender melhor a problematização da investigação feita, torna-se necessário estabelecer um ponto de partida referenciada a partir de uma breve análise sobre dois processos de integração internacional em curso, um na Europa e outro na América do Sul, dentro de um ponto de vista civilizacional e interdisciplinar.

A integração na esfera internacional tem sido tratada como uma categoria ligada diretamente ao econômico e significando um processo específico, desencadeado entre alguns Estados, onde, para alcançar a paz e o bem-estar material e social, se aproximam para consecução de um maior intercâmbio comercial, eliminando barreiras tarifárias e não tarifárias, paulatinamente, em direção ao mercado único e comum, com livre circulação de fatores de produção; num estágio mais avançado, pode alcançar o nível político de defesa e segurança comum e administração de uma moeda única. Um sistema jurídico interno peculiar, denominado direito comunitário com características supranacionais, e um Tribunal próprio é estabelecido para administrar os conflitos de interesse emergentes no processo; além disso, um conjunto de outras instituições promove o desenvolvimento da integração, conforme estabelecido nos marcos jurídicos constitutivos. Hoje, o modelo mais desenvolvido – reunindo as características acima – é a União Européia, processo que se iniciou há cerca de meia década e que caminha para a integração política, num passo além do objetivo econômico que sempre norteou – e ainda norteia – aquele processo. Observando as circunstâncias e os fatores que concorreram para efetivar a União Européia, verifica-se a conjunção de elementos históricos, culturais e conjunturais – próprios, locais e regionais – que propiciaram a eleição do fator econômico como o mais adequado para impulsionar a integração de povos daquele quadrante do mundo, marcados por rivalidades históricas.

Se na Europa a integração nasce marcada pelo paradigma econômico – inicialmente a administração conjunta e comum do carvão e do aço, afetando uma indústria de base fundamental para reconstrução européia pós-guerra, posteriormente seguida pela integração

econômica dos mercados de bens e serviços –, ressalta-se que era incerto o seu sucesso, e a escolha do paradigma, assim, foi arbitrária, mas tratou-se de uma solução para dois problemas principais que os europeus enfrentavam naquele momento, ou seja, o fim de novas hostilidades bélicas de maneira que fosse construída uma paz que fosse perpétua, bem como a reconstrução material e econômica de uma Europa destruída pela guerra, e que vivia, então, rondada pelo perigo soviético. A referida arbitrariedade significa que nada havia onde teoricamente asseverasse o sucesso absoluto ou concreto da iniciativa feita. Assim, o paradigma econômico como condutor do processo nasceu para resolver um problema europeu, da mesma forma como a criação do Estado-nação também havia surgido outrora para resolver um problema europeu da época. Durante o curso do processo integrativo verificou-se que houve avanços e paralisações – ou recuos, conforme o ponto de vista –, mas nos seus períodos iniciais ele beneficiou-se do progresso econômico mundial que marcou aquele momento histórico – de vários anos – pós-guerra, e isso não deixou de ser um elemento importante para a crença no sucesso do projeto. Além disso, quando as crises sobrevieram, verificou-se que as atitudes tomadas, em prol da integração, reiteraram a mesma e cada vez mais aprofundaram-na.

O Mercosul insere-se num outro contexto político, econômico, cultural e social. A sua formação acompanha a história do Cone Sul que, por sua vez, se vincula à história dos povos sul-americanos, e ambos na própria formação do continente latino-americano, marcado pela exploração e barbárie. Assim, essa sua trajetória existencial, segundo os marcos culturais – paradigmas de análise da construção ou reprodução de um (novo) mundo – ocidentais europeus, iniciou-se através da conquista e colonização, sendo que seu desenvolvimento econômico deu-se vinculado aos Estados hegemônicos colonizadores da época – e aqueles que os sucederam economicamente e militarmente –, inicialmente negando e eliminando a cultura e sociedade dos povos que já habitavam o continente. Uma vez aqui instalados, os colonizadores trouxeram seu sistema político-jurídico-social e procuraram reproduzir seu sistema de vida e visão de mundo em terras novas e estranhas. Considerando o modelo de integração europeu, o paradigma econômico também foi adotado para promover ou impulsionar uma integração dos países do Cone Sul – inicialmente Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e agora, mais recentemente, com a Venezuela como seu mais novo parceiro, além de Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru como Estados Associados – cujo processo continua em curso, entretanto, tal ato não deixa de ter uma conotação com a idéia de reprodução de iniciativas desenvolvidas em outros povos para atingir os mesmos objetivos, sendo que aqui se insere uma indagação primordial, ou seja, *será efetivamente que a escolha*

*feita corresponde à nossa história, consciência cultural, e que, portanto, efetivamente concretizará – e terá identificação e significação aos povos envolvidos – uma integração que, até o momento, jamais foi alcançada na América Latina? Porque os processos de integração latino-americanos têm sido fadados ao fracasso? Segundo a história e cultura desenvolvida na América Latina e Cone Sul, não haveria outras razões mais fortes que objetivariam uma integração entre os países envolvidos no Mercosul? O **problema central da investigação**, assim, diz respeito ao inter-relacionamento profundo entre a cultura de uma dada formação social e seus efeitos sobre as instituições sociais – morais e políticas – que fazem a concreitude substancial da existência cotidiana dessa Sociedade. A pergunta central e problemática é a seguinte: *Afinal, a cultura de uma Sociedade influi até que ponto na vida cotidiana das pessoas e funcionamento das instituições sociais e, desta forma, num processo de integração internacional?**

A **hipótese central deste trabalho** é que a América Latina – portanto, Cone Sul incluído – é uma realidade única, singular, diferente do que outras culturas – com suas outras tradições e racionalidades próprias – construíram para si. Se assim é, haveria outro – ou outros – motivo que fundamentaria e alicerçaria melhor uma integração de povos singulares e diferentes, que mereceriam ser vistos em suas diferenças para continuarem construindo suas diferenças, nesse caso, no plano das relações internacionais. Assim, torna-se imperioso, antes – e é aqui que o trabalho se propõe a investigar mais acuradamente –, compreender melhor a realidade da formação sócio-cultural e racionalidades que produzem a materialidade da vida social latino-americana, pois *essa realidade singular latino-americana e, mais especificamente, brasileira, gerou uma forma diferenciada de racionalidade e respostas comportamentais que atingem as esferas pública e privada das pessoas e grupos sociais, afetando, conseqüentemente, o funcionamento ou direção das instituições sociais, inclusive no âmbito da integração internacional.*

O Mercosul segue a sorte que é e tem sido traçada histórico-cultural-socialmente entre os povos das Américas espanhola e portuguesa, daqueles agentes sociais que mais especificamente estão imbuídos na missão de concretizar uma integração que, se bem sucedida, será um marco histórico fundamental no desenvolvimento ou evolução dessas sociedades e cultura envolvidas, enfim, das próprias civilizações sendo edificadas na América Latina.

Observa-se que o Mercosul, enquanto teoria de integração econômica e institucionalização – especialmente jurídica – deveria ter avançado e aprofundado e não submetido a constantes relançamentos ou refundações – oficiais ou não –, retrato do tamanho

da fragilidade do processo alcançada no transcorrer do tempo. O Mercosul desta forma, implicitamente – no mínimo – tem-se também apresentado, segundo um senso comum, como um processo que somente poderá dar certo se todos os seus sócios, ou pelo menos seus principais sócios, estiverem economicamente bem situados no plano interno e internacional, caso contrário seria inevitável seu retrocesso ou mesmo falência. Seria possível conceber dentro de uma tradição cultural racional que integração somente se alcança na bonança e nos ventos favoráveis e, conseqüentemente, o inverso seria o “natural” – pré-determinado – fracasso? A integração internacional – econômica no caso – somente pode ser realizada por parceiros ricos economicamente? O fundamento econômico da integração em curso no Cone Sul e em diversas outras partes do mundo é universal, ou seja, válido independentemente das condições sócio-econômico-histórico-cultural dos Estados envolvidos? Deve-se assinalar aqui que tal racionalidade não deixou de ser anotada por historiadores que revelaram, através de sua análise do passado da região, opções político-econômicas tomadas na época pós-independência da América Latina, onde se condicionou que Estados e governantes seriam vitoriosos se os ventos econômicos mundiais continuassem sendo favoráveis para os países da região; enfim parece ser um cânon latino-americano que o progresso e bem-estar na região dependam de opções adotadas internamente, mas que são – todas –, por sua vez, sempre dependentes – sucesso ou insucesso – do que acontece fora dessas terras, ou seja, a América Latina é sempre dependente do mundo.

Evidentemente este trabalho não quer analisar esse aspecto econômico específico em questão – se integração econômica é só para nações ricas – exposto no parágrafo anterior, tal tema mais condizente para um estudo por outro especialista. Entretanto, esse entendimento está produzindo uma verdade explicativa que pode ser denominada como “senso comum” erudito e não-erudito, uma vez que foi adotado um importado arbitrário cultural de integração – de ambições menores (quanto ao seu fim) que o concebido na Europa – dentro de uma tradição jurídico-internacional clássica, e verifica-se que o processo não avança a fim de aprofundar a integração; desta forma, sua estagnação ou morte, regra geral vinculado conforme as circunstâncias e contextos econômicos mundiais e locais, não deixa de ser anunciada por políticos e industriais ou vice-versa.

É necessário o deciframento ou interpretação de uma realidade histórico-cultural específica, que é acerca da América Latina, vale dizer, a América Espanhola e a América Portuguesa. Tal estudo será importante para compreender melhor o que sucede no processo de integração do Cone Sul, enfim, todos esses aportes epistemológicos, teóricos e descritivos das ciências sociais, têm conseqüências a ponto de indicar uma explicação cientificamente

plausível para explicar o humano e social que se desenvolve dentro da civilização e cultura ibero-americana.

Tendo isso em foco, é preciso rever a América Latina, pois, neste trabalho, é pressuposto de que apreender objetivamente suas circunstâncias e história, contribui grandemente para apreender muito do que sucedeu – e ainda sucede – socialmente, inclusive no plano da suas relações internacionais; enfim, ajuda e enxergar como se produz e reproduz um comportamento, pré-disposições, enfim, uma *habitus*, que indicam heranças antigas de condutas que, de tão antigas, já se encontram naturalizadas nas práticas cotidianas das pessoas – portanto, já inconscientes –, mas que são necessárias serem resgatadas e lembradas, pois de certa forma elas vigoram, sob diferenciadas – disfarçadas – formas, para produzir e reproduzir um destino social. É porque tais fatos passam despercebidos, que eles vivem vigorosamente para produzir todos seus efeitos e eficácia.

Assim, é também pressuposto desse trabalho que a América Latina somente pode ser considerada negativamente ou positivamente a partir de si própria, tendo a sua própria história – com sua trajetória civilizatória e cultural – como referencial e, desta forma, parâmetro paradigmático de pensamento acerca dos seus problemas e respectivas soluções.

Nesse trabalho, desta forma, o **objetivo geral** que se pretende é analisar um contexto sócio-econômico-cultural-político mais amplo e subjacente ao processo de integração – bem como outros já tentados ou em curso –, que é a própria formação social e cultural da América Latina, tendo por âncora – ou motivo fundamental – o Mercosul, e, assim, estudar e procurar compreender o que os povos ibero-americanos fizeram ou construíram para si em Sociedade – suas instituições, história, elite, cultura, etc. –, bem como de que forma todo esse cabedal civilizacional tem implicado nos processos de integração em geral, especificamente para o curso normal do Mercosul, uma vez que o processo de integração do Cone Sul não é dissociado da racionalidade singular que foi construída pela cultura ibero-americana, sendo que tem guiado e conduzido os destinos desses povos desde a colonização, passando pela independência, até a contemporaneidade.

Como **objetivos específicos** fixou-se a necessidade de: a) trazer o aporte intelectual do sociólogo francês Pierre Bourdieu, uma vez que suas pesquisas empíricas – e teorias decorrentes – revelaram que um espaço social produz *habitus* que condiciona os diferentes agentes presentes no referido espaço social, e de que forma esse *habitus* atua nas próprias pessoas para fazer ou construir o mundo social concreto delas em Sociedade, em tudo que reproduzem, mesmo sem saber, as condicionantes inscritas no *habitus* que cada pessoa acaba assimilando; b) referendar a idéia de pesquisa interdisciplinar e como os progressos sempre

alcançados por diferentes ramos das ciências devem ser utilizados por uma especialidade do conhecimento, a fim de fazer progredir o conhecimento próprio dessa específica área, mas especialmente, trazer os contributos teóricos de Fernand Braudel – História – e Norbert Elias – Sociologia – a fim de somar ao pensamento de Pierre Bourdieu, reforçando a idéia de que a Sociedade produz, ao longo do tempo, disposições inconscientes ou *habitus* no corpo coletivo que passam a modelar as atitudes e racionalidades próprias das pessoas, governando o meio social; c) estudar a formação histórica, cultural e social da América Latina e, a partir do aporte dessas diferentes pesquisas empíricas, identificar um tipo de *habitus* próprio que tem marcado especialmente as atitudes e comportamentos das elites da região, uma vez que diante da miséria e pobreza reinante como regra geral, essas gentes acabam determinando o tipo específico de comportamento e racionalidade aceitáveis que permitirão acessos a bens materiais e simbólicos que são disputados no espaço social; d) estudar as relações internacionais de integração dentro da América Latina, a fim de verificar de que forma um tipo específico de *habitus* está atuando para favorecer ou desfavorecer a integração dos povos da região.

Diante dos desafios propostos nessa investigação interdisciplinar, justifica-se que a **variáveis teóricas** do trabalho realizado sejam amplas e profusas, tais como: direito, sociologia, história, antropologia, cultura, civilização, integração, integração internacional, União Européia, Mercosul, América Latina, Cone Sul, elites, *habitus*, campo social, figuração social, poder simbólico, violência simbólica, tempo longo, interdisciplinaridade, Portugal, Espanha, Península Ibérica, séculos de ouro da Ibéria, Igreja, época dos descobrimentos, mercantilismo, colonização, marco racional civilizatório ocidental, pensamento medieval, América Latina espanhola, América Latina portuguesa, civilização luso-americana, civilização hispano-americana, racionalidade, mentalidade, comportamento, razão prática, coronelismo, caciquismo, caudilhismo, autoritarismo, personalismo ibérico, hierarquização da vida, dependência, questão indígena, positivismo, ecletismo filosófico, violência, autoritarismo hierárquico-hierático, racionalismo formal-pragmático, personalismo.

A **justificativa do trabalho** centra-se na idéia que o Mercosul insere-se num outro contexto político, econômico, cultural e social. A sua formação acompanha a história do Cone Sul que, por sua vez, se vincula à história dos povos sul-americanos, e ambos na própria formação do continente latino-americano, marcado pela exploração e barbárie promovida por outros povos. Observa-se que o Mercosul, enquanto teoria de integração econômica e institucionalização – especialmente jurídica –, nos seus quinze anos de existência, deveria ter avançado e aprofundado e não submetido a constantes crises com relançamentos ou

refundações, oficiais ou não, retrato do tamanho da fragilidade do processo alcançado no transcorrer do tempo. Além disso, cotejando-o com o insucesso de outras tentativas de integração econômica e política já havidas na América Latina, verifica-se que sua trajetória pode reproduzir o destino das tentativas que resultaram em fracasso. Assim, torna-se necessário compreender o porquê dessas circunstâncias e contextos tão desfavoráveis.

Junto com a extensa e importante produção intelectual, especialmente jurídica e econômica, que foi e está sendo realizada no âmbito do Mercosul, entende-se que o resultado final do presente trabalho irá somar-se ao aporte de saberes econômicos e jurídicos que intentam efetivar um contributo significativo para a integração econômica internacional. Trata-se de uma investigação que ideologicamente está engajado na concretização do processo integrativo, pois entende sua importância para o fortalecimento dos povos envolvidos na integração – dentro de uma racionalidade diferente e quiçá superior àquela outra racionalidade que não busca concretizar a integração, esta última fortemente presente no Mercosul –, e procura apontar fatores outros – em princípio diferentes dos econômicos – que impedem ou dificultam – quem sabe possa favorecer – que o processo deslanche e alcance patamares mais profundos e extensos de aproximação dos Estados envolvidos.

Por fim, a **metodologia** da pesquisa realizada centrou-se num método de abordagem dedutivo, com método de procedimentos histórico – com viés comparativo e estruturalista – e cuja técnica de pesquisa foi indireta, através de uso primordial de resultados de trabalhos empíricos, por via de documentação indireta e pesquisa bibliográfica de fontes secundárias. Esclarece-se, também, que diante da quantidade de informações necessárias serem inseridas para esclarecer melhor as idéias, e o exíguo tempo para finalização do trabalho, as notas de rodapé foram elaboradas com inobservância de regra metodológica, qual seja, aquela que recomenda inserir transcrições literais de outros textos entre aspas; efetivamente, várias notas foram transcrições literais e que não foram inseridas entre aspas, mas em nenhum momento se quis plagiar conteúdo algum neste trabalho, por isso esse esclarecimento busca reforçar esse aspecto de honestidade intelectual do autor. No entanto todas as notas contêm a(s) fonte(s) devidamente referenciada(s), a fim de não deixar dúvida alguma sobre a origem do texto – e isso foi rigorosamente observado em toda a obra. Solicita-se, então, compreensão do(a) leitor(a).

A América Latina, esse espaço geográfico que compreende o México, a América Central e o Caribe, bem como a América do Sul, possui uma cultura e história própria. A exploração econômica desse subcontinente, exploração essa voltada para levar riquezas e

bem-estar para outros espaços geográficos e outros povos já existentes no mundo ocidental, marca sua história e origem pós-colombiana. A literatura é rica de fatos e documentos que retratam as opções que os Estados hegemônicos e seus agentes, ao longo do tempo, imprimiram nestas terras. Aqui uma cultura já existente – indígena, assim como o povo e cultura europeia ocidental é nativa, ou autóctone ou indígena naquela região do mundo – foi negada e quase que totalmente dizimada no lado espanhol, apesar da cultura ibero-espanhola ter racionalizado a incorporação dessa nova gente ao seu mundo cultural e justificado o porquê disso. No lado português, não se reproduziu o extermínio realizado pelo seu vizinho colonial; diferentemente, souberam aproveitar-se da cultura indígena para se adaptar às novas terras; entretanto, tanto espanhóis como portugueses acabaram por escravizar os indígenas necessários para sua exploração colonial.

A América Latina foi dividida em duas: a América espanhola e a América portuguesa. O enfoque colonizador adotado por uma e outra foi diferente e semelhante. Diferente nas opções escolhidas – idiosincrasias – em como realizar a colonização, mas semelhantes no porquê da colonização. O processo de independência foi diferente para uma e outra América; o resultado foi uma América espanhola fragmentada e uma América portuguesa unificada. O que sucedeu a partir daí assinala as opções dos diferentes povos que compõem a América Latina, e que vieram traduzir contemporaneamente na civilização alcançada por cada qual. Deve-se anotar aqui que tais opções foram feitas por poucos e assimiladas por muitos, tamanha a desigualdade e miséria – não se trata de pobreza, adotando-se um sentido distintivo de miséria e pobreza mais atualizado – que marcou a construção da civilização latino-americana.

Note-se aqui o quanto de diferente existe na formação político-social dos povos latino-americanos; essa diferença é a diferença que os diferencia – e repetição é propositada para marcar indelevelmente uma posição – historicamente, institucionalmente, culturalmente, economicamente, e seja em qual sentido for, de todos os outros povos do Planeta e suas realidades específicas; todos indígenas do mundo produziram suas específicas civilizações ou culturas, e os aborígenes da Europa produziram a sua singularidade. Portanto, quando se trata de importar modelos culturais para a América Latina – ou querer exportar aspectos do modelo cultural latino-americano para o exterior –, é preciso refletir o que Sérgio Buarque de Holanda já assinalou há muito tempo atrás, ou seja, até que ponto poderá alcançar bom êxito a tentativa de implementar uma outra realidade cultural – estrangeira – numa região, mas mais importante ainda é saber até que ponto pode-se representar essas formas de convívio,

instituições e idéias trazidas de fora, e de que os povos de uma dada região acabam sendo herdeiros.

A história registra que foi durante o período pós-independência – e com os movimentos militares havidos tanto na parte espanhola como portuguesa, onde circunstâncias específicas levaram a que eles se deslocassem pelo interior de cada país – que se revelou mais fortemente, pela primeira vez, a verdadeira condição humana da grande maioria daquelas gentes que pertenciam formalmente como povo dos respectivos países. Tais registros revelaram o comportamento e condição de todo um povo, mas revelam também, para a sociologia – em especial para a sociologia de Pierre Bourdieu –, alguns elementos condicionantes para a estruturação de um tipo de Sociedade que é e emergiu peculiar – como todas as singulares Sociedades do Planeta –, e menos previsível na racionalidade do comportamento social – referenciado aqui frente a uma certa tradição cultural de racionalidade e seu uso para estruturar a vida econômica e social – que aquelas passíveis de verificação dentre os povos anglo-saxão, eslavo e germano – pelo menos a partir de determinado período histórico civilizacional –, estas últimas que caracterizam mais a cultura ocidental européia.

Poder simbólico, arbitrário cultural, violência simbólica, modo de imposição, modo de inculcação, legitimidade, capital cultural, *habitus*, *ethos*, *práxis*, reprodução social, reprodução cultural, são categorias sociológicas trabalhadas por Pierre Bourdieu, que estão presentes na estruturação social e nas relações intra-sociais, portanto, na formação das sociedades latino-americanas. Tais categorias, aliadas aos elementos – históricos, culturais, sociais, elites, povos, pessoa, etc. – que foram colhidos ao longo da pesquisas, podem revelar ou contribuir para indicar até que ponto as mentalidades e pré-disposições comportamentais praticadas nessas terras estão preparadas, ou favorecem, a integração em curso, e em que sentido. Assim, será preciso ter em conta que se procura avaliar esse aspecto dentro de um ponto de vista científico histórico-cultural e não evolutivo-social, haja vista que o sentido paradigmático de evolução sempre é remetido ao que foi fixado pela cultura européia ocidental, se castrando – impedindo ou negando – a possibilidade de outros povos enxergarem-se como tais, enquanto a si mesmos e a partir de si mesmos, numa singular identidade, tal como os europeus fizeram-se historicamente para si mesmos, e, desta forma, impuseram-se como modelo de evolução, progresso, modernidade, etc., no mundo ocidental, atualmente avançando sobre o mundo oriental.

Assim, um conjunto de fatores outros, que está além de uma certa objetividade e determinismo econômico e racionalidade jurídica, está presente no Cone Sul e mais

amplamente na América Latina; trata-se dos mesmos fatores que estiveram presentes no processo de integração europeu, circunstâncias próprias – singulares – históricas, econômicas, geopolíticas, culturais, político-ideológico, que se somaram para viabilizar o que nada indicava que daria certo, mas cuja oportunidade impulsionou para o que hoje conhecemos como União Européia. A Europa se fez mirando-se a si e suas circunstâncias; a América Latina parece racionalizar de forma outra ou diferente a si mesma e suas circunstâncias, ou – entre outras possibilidades – está a se mirar nos Outros para se enxergar a si mesma. A América Latina parece não ter identidade enquanto não reproduzir o que um Outro faz, para, então, se identificar com algo fora de si, ou o seu não-ser. De qualquer forma, é preciso entender – interpretar – fundamentadamente o que se sucede, e porque assim sucede.

Nesse sentido, se for entendido que há um outro paradigma que possibilite melhor a integração latino-americana e no Mercosul, e que ele aponta diferenciado e não-excludente do marco econômico; se se entender que moderno é aquilo que se faz para se libertar ou solucionar os problemas que mais lhe angustiam, enfim, que é enfrentar francamente sua realidade histórica específica, seja ela qual for não importa a magnitude, intensidade e especificidade; se se entender que a Europa antes de tudo foi histórico-social-cultural, antes de qualquer conotação evolutiva ou progressista; então é possível vislumbrar que há uma história e evolução própria da civilização latino-americana e o marco que se apresenta é da pluralidade, alteridade, enfim, concebe-se aqui como identificado com o paradigma que fixa uma ética não etnocêntrica, predatória, competitiva, fundada numa racionalidade instrumental e eficientista econômica. Ao contrário, a ética que busca a integração, cooperação, conservação e parceria.

A América Latina recebeu o influxo de povos negros que vieram escravizados do continente africano, além dos indígenas que aqui já habitavam e dos imigrantes europeus, incluindo neste último os antigos funcionários da metrópole que administravam os interesses da Coroa na colônia. Aqui ocorreu a miscigenação de raças e cultura de povos, prevalecendo uma pluralidade de interesses e diferentes visões de mundo, enfim, de ideologias próprias ou importadas. Mais que conflitos sociais entre a grande maioria dos povos, ocorreram conflitos de elites, sendo isto regra geral, levando, em suas últimas conseqüências a guerras ou conflitos armados internos.

Nesse ambiente uma consciência da própria condição humana – suas causas – foi se fixando paulatinamente para grande maioria dos povos e estratos sociais que o compõem, assim como as possibilidades de resgate dessa condição. Ontem, as leituras marxistas da condição latino-americana e a revolução cubana; hoje, as manifestações sociais como a de

indígenas em busca do resgate de sua de identidade e cultura como ocorre em Chiapas (ao sul do México), os demais movimentos indígenas da América do Sul, especialmente Equador e Bolívia (Peru, Chile, Colômbia e Brasil também têm seus movimentos; na América Central Guatemala e Nicarágua), além do Movimento dos Sem Terra (MST) e dos Sem Teto no Brasil; apenas para citar alguns, todos reivindicam uma outra racionalidade político-econômico-social emancipatória, plural, cujos princípios assentam mais na solidariedade e alteridade, diferente de uma certa tradição político-social-econômica colonial e neocolonial.

O Mercosul, assim, é um processo de integração que é gerido por pessoas e feito diuturnamente por um conjunto de agentes – e a totalidade que estão em seu entorno – que dão um sentido, rumo e significado para sua existência. Compreender o Mercosul é também compreender a história e formação social dos povos que o compõem, aquilo que os caracteriza e que deixam uma marca indelével para tudo que fazem ou deixam de fazer dentro de cada Sociedade e também no processo integrativo internacional. Compreender essas realidades e suas formas específicas de comportarem-se, de forma a constituírem um certo conjunto de “caráter nacional” ou mesmo aspectos de um “caráter regional” – em sendo possível –, para em seguida verificar de que forma essa índole ou pré-disposição está sempre a atuar em momentos destacados da vida social pesquisada, é um trabalho que exige socorrer-se da interdisciplinaridade, a fim de compreender numa forma racional e articulada a complexidade analisada.

A União Européia não é fruto apenas de uma teoria econômica de integração regional, prevendo etapas de integração a serem superadas para avançar para uma próxima fase, acrescida de um arcabouço jurídico que lhe dá sustentação e segurança formal aos diferentes atos praticados; contrariamente, a União Européia é um ponto de chegada – e que também não deixa de ser partida – de um processo de integração que possui uma história antiga, e que passou por muitas etapas seculares, políticas e intelectuais, para, após a Segunda Guerra Mundial, os povos realizarem o feito modelar que marcará a cultura e civilização européia para todo mundo ocidental e avançando sobre o mundo oriental. Assim, fatores culturais, sociais, civilizacionais, políticos, econômicos etc., confluíram num determinado momento histórico daqueles povos, para edificarem uma integração econômica que tende a avançar sobre o social e também o político. Como um iceberg que revela somente sua ponta, a integração européia é muito mais forjada e sustentada por uma substancial materialidade cultural e social subjacente a todo seu processo histórico de formação social, como um enorme patrimônio acumulado de capital, que é uma garantia social para o estágio que

alcançou e os próximos que almeja avançar. Se assim é, um processo de integração econômica internacional suplantaria certa universalidade que conteria especialmente uma fórmula econômica de integração, para ser produto de forças históricas, sociais e culturais que concretizam – com seu capital e patrimônio histórico-social acumulado – a materialidade do mundo da vida, inclusive uma integração regional.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, estuda-se o pensamento sociológico de Pierre Bourdieu, que foi importante para este trabalho por revelar que as pessoas em sociedades acumulam práticas e predisposições que continuam a atuar de forma já inconsciente, nas suas atitudes e ações, ao longo do tempo. O sociólogo francês jamais estudou uma sociedade inteira, e foi taxativo em se recusar a fixar uma teoria total para explicar o social, mas sempre estudou grupos sociais específicos inseridos num campo social. O seu estudo de diversos grupos sociais e suas práticas sociais revelou aspectos constantes e que permitiu abstraí-los num conjunto teórico importante para entender o mundo social europeu, especialmente o francês. Diferentemente de outros pesquisadores, ao mesmo tempo em que fixou sua teoria, Pierre Bourdieu alertou seus leitores para não incorrerem no erro do dogmatismo e da tendência universalizadora de teorias, cujo resultado final é procurar enquadrar mundos sociais diversos – e respectivas práticas coletivas –, dentro de enquadramentos teóricos que não são pertinentes, nesse ato o pesquisador em realidade muito mais procurando referendar uma teoria do que explicar e entender aspectos relevantes do mundo social estudado.

Assim, o pensamento e atos epistemológicos de Pierre Bourdieu foram assimilados, neste trabalho, especialmente do ponto de vista epistemológico, ou seja, naquilo que esse pensamento nos ensina a praticar atos válidos para autonomamente construir uma teoria e uma explicação que, mais do que reprodução confirmatória da universalidade de uma teoria estrangeira, permite ao pesquisador arquitetar uma teoria específica para, no caso, explicar aspectos relevantes das práticas sociais de uma elite social. Nesse sentido, aspecto que deve ser destacado é que esse levantamento do pensamento da obra de Pierre Bourdieu, da forma como foi realizado, é talvez inédito na bibliografia científica do Brasil, uma vez que ele foi estruturado sistematicamente em aspectos considerados destacados, de uma forma que o próprio autor em vida se recusou a fazer. Assim, o leitor poderá, numa forma ordenada, compreender melhor o que o intelectual francês produziu em vida e o que ele pretendia explicar com suas conclusões, bem como o patamar de abstração que ele conseguiu alcançar através de estudos empíricos que requereram a formulação de teorias que correspondessem ao que ele mediu e aferiu no mundo concreto da vida, com suas materialidades e inconscientes.

Esse estudo respeitou as próprias palavras e pensamentos do sociólogo francês – entretanto, segundo os tradutores originais, bem como a retradução feita pelo autor deste trabalho –, a fim de trazer compreensivamente, e com detalhes que fazem toda diferença quando incluídos ou excluídos, toda complexidade do pensamento de Bourdieu, espelho de toda complexidade que é o mundo social milenar francês. Tratou-se de um investimento intelectual fundamental para inspirar fortemente o que foi feito a seguir – capítulos 3 e 4 – deste trabalho, e é um contributo especial que é feito para a própria academia no sentido de falar sobre um autor estrangeiro e o que ele fez como investigador, bem como trazer, com a máxima fidelidade possível, o que leu sobre o mesmo autor – nos limites das possibilidades de tempo permitido numa investigação doutoral brasileira –, a fim de ser o mais fidedigno possível quanto às opções intelectuais que sucedeu a partir daí e se possível explicando o porquê. Gerações futuras de pesquisadores(as) brasileiros(as) lerão o autor francês e terá neste trabalho um elemento a mais para refletir sobre o pensamento sociológico de Pierre Bourdieu.

No segundo capítulo, estuda-se a interdisciplinaridade nas ciências sociais, bem como é trazida a importância de análises tendo por foco o tempo de longuíssima duração, e também resgatada a teoria sociológica do alemão Norbert Elias, que, junto com Pierre Bourdieu, mas através de estudos diferenciados, também alcançou conclusões semelhantes às do sociólogo francês sobre o funcionamento do mundo social, enfim, ambos sociólogos, cada um empreendendo estudos singulares, revelaram conclusões semelhante sobre o funcionamento do mundo social e das atitudes e comportamentos das pessoas individuais num ambiente de vida coletiva.

De fato, este trabalho tem caráter interdisciplinar. Através de leitura de diferentes trabalhos das ciências humanas ou sociais, constrói-se uma teoria que, dialogando com esses diferentes estudos – com seus específicos objetos e metodologias –, permite alcançar uma nova ou diferente explicação sobre o mundo social estudado, dando um novo sentido interpretativo para os fatos sociais – reforçando aspectos que os referidos trabalhos já indicavam –, a partir do objeto de estudo escolhido e do método aplicado para construí-lo heurísticamente. A interdisciplinaridade aqui aplicada, assim, é justamente essa busca de uma outra teoria que, em maior ou menor grau, dialogue proficuamente com todos os diferentes e específicos trabalhos científicos, mas que permita construir e dar um sentido novo, potencialmente subjacente em todos os referidos trabalhos, entretanto, que necessitava desse esforço intelectual para fazer nascer ao mundo da ciência novas ou diferentes conclusões.

A interdisciplinaridade requer o diálogo constante com os outros ramos científicos afins ou distantes, pois é a partir do entendimento e do reconhecimento do progresso da

ciência “alheia”, e do que esse avanço permite refletir sobre sua “própria” ciência, que esses diálogos passam a se constituir fecundamente como uma das formas que podem ajudar a avançar e desenvolver o conhecimento científico na grande área das ciências sociais ou humanas. Pierre Bourdieu, Norbert Elias, Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Marcel Mauss, cada qual a sua maneira, compreenderam a necessidade de dialogar com ciências afins, tendo com uma postura comum não dogmatizar – portanto, não enrijecer – teorias, escolas, autores etc., a fim de adotar posturas inovadoras que, ao final, revelaram-se teoricamente fecundas para o progresso do conhecimento das sociedades e dos indivíduos coletivamente existentes. Entre as muitas formas de construir objetos e métodos de pesquisas, o recurso da interdisciplinaridade é um dos que contribui para descobertas fundamentadas e interessantes do mundo social. O tempo, o espaço, o ser humano, combinam-se para forjar um *habitus* que dá sentido consciente – até certo ponto – e inconsciente para os feitos que as diferentes gentes praticam coletivamente e reiteram de forma naturalizada.

O tempo de longa duração é um instrumento heurístico que permite refletir as gentes, as coletividades, os eventos, as conjunturas, as coisas sociais e humanas, a fim de obter conclusões e entendimentos que dão sentidos novos, diferentes e singulares para os acontecimentos conjunturais e mesmo os eventos mais imediatos e cotidianos. É na medida que o evento e a conjuntura se submetem à análise do longo tempo – secular –, que compreensões novas emergem para dar sentidos explicativos diferenciados e fundamentados, válidos enquanto proficuamente continuarem a esclarecer harmoniosa e concatenadamente aspectos destacados do funcionamento do mundo social. De certa forma, o tempo de longuíssima duração é como a resultante racional final de forças humanas coletivas que, ao longo dos séculos, sem saberem totalmente o que fazem, acabam construindo a história coletiva de uma sociedade, e como tudo que o ser humano faz, individual ou coletivamente, deixando seqüelas e determinações que prendem as próprias pessoas ao destino que foi imposto pelo passado. As instituições e normas sociais, assim, são o reflexo desse passado, e o sentido de vida e conduta de gentes que não mudam de uma hora para outra por decreto; desta forma, numa dada sociedade, não se concretiza a mudança de um sistema político e/ou econômico tradicional por simples deliberação.

O *habitus* é um conjunto de disposições ou pré-disposições humanas, socialmente constituído, e que dá às pessoas um sentido de conduta e decisão no meio social, em diversas esferas de sua vida individual e perante as demais pessoas que ele se relaciona. A origem do *habitus* está justamente nesse inter-relacionamento humano que faz emergir todos os principais significados sociais para a vida de uma pessoa ou conjunto de pessoas, pois é

relacionalmente que os ganhos materiais e simbólicos emergem na sociedade como um grande mercado onde todos vão e devem ir para desfrutar dos bens que lhes garantirão sobrevivência material, riquezas, reconhecimento social, prestígios etc. O *habitus*, assim, é um sentido de jogo social, um sentido prático de pré-disposições comportamentais e atitudes que, conforme a posição social ocupada pelos agentes, eles de aproveitarão de todas as oportunidades que a posição social lhes conferem, a fim de praticarem os melhores atos voltados para angariar os melhores resultados possível – materiais e simbólicos – que a própria sociedade pode lhes retribuir, dentro de um conjunto de ganhos possíveis a partir do jogo social, ou da existência individual e coletiva numa determinada sociedade.

Diante disso, as atitudes e comportamento das pessoas, num meio social, são atitudes que não deixam de ser marcadas, probabilisticamente previsíveis, mas em torno de regras e jogos sociais que põem constantemente em jogo as próprias regras e, em situações extremas, estruturalmente o próprio jogo em si. O *habitus* marca as pessoas, ajuda a lhes dar um caráter, a se posicionarem perante as coisas do mundo social, colocando constantemente em questão essas coisas, e de certa forma explicar porque o mundo social comporta-se com se apresenta. Um mesmo conjunto de *habitus* jamais existe para sempre, mas enquanto ele permanece socialmente presente – *habitus* sempre haverá –, acaba produzindo os resultados determinados que dele especificamente são esperados, sendo que o sentido de tais conseqüências é mais forte e duradouro na medida em que o *habitus* é mais desconhecido por todos, atuando inconscientemente e naturalizadamente, assim, para reforçar ou duplicar sua força e resultados. O produto social de comportamentos e atos concebidos no passado ultrapassa a barreira do tempo por via da cultura e civilização, enfim, das diferentes formas de reprodução da vida individual e social – que faz surgir os *habitus*.

Na América Latina, este trabalho verificará que um *habitus* antigo reproduz-se constantemente, adquirindo roupagens novas e diferenciadas, mas mantendo estruturalmente seus efeitos e conseqüências tradicionais e seculares. Trata-se de um *habitus* antigo, primordial e primevo, implantado em terras latino-americanas pela cultural ibérica, historicamente ainda presente e fortemente atuante, sendo que esforço dialético emergente na sociedade é voltado para superá-lo. Assim, esse *habitus* acaba cumprindo um desígnio histórico para região, qual seja, muito exigir da América Latina e pouco ou nada dar em troca, enfim, uma racionalidade final que acabava se coadunando com a mentalidade meramente colonial que marca a história da região. O que seguirá nos próximas páginas não é expor as resistências ao *status quo* que emergem na própria sociedade – apesar de estar indicada tais

oposições –, mas do que ainda é forte e presente – estrutural – na vida social latino-americana, conduzindo seu destino de desigualdade social, econômica e política.

No terceiro capítulo, é feito um levantamento da formação histórica, cultural e social da América Latina, dividindo-a em duas – a América portuguesa e a América espanhola – procurando trazer contributos explicativos e esclarecedores sobre o que foi implantado em terras americanas a partir dos povos e culturas ibéricas. De fato, para a história da Europa, durante três séculos Portugal e Espanha foram civilizações que constituíram-se como uma segunda opção civilizatória européia ocidental, e que por essa atitude eles revelaram o Planeta definitivamente para as gentes ignorantes da época. Um povo, é uma civilização e cultura únicas, cujo conteúdo valorativo concebido pela tradição cultural é que acabam marcando suas atitudes e ações. Ao aportar na América, portugueses e espanhóis trouxeram consigo suas idiossincrasias, visões de mundo, ideologia e *habitus*, para marcar a região com seus feitos históricos. De fato, a América nasceu para o movimento comercial e político que tinha na Europa seu núcleo central, e os ibéricos foram exemplares em cumprir um desígnio específico desse conjunto europeu, desbravando mares desconhecidos e descobrindo novas terras para conquistar e colonizar segundo interesses que se traçavam na Europa.

Ao longo de tempo, esse conjunto idiossincrático ibérico, seu *habitus*, acabou por deixar marcas indelévels nas diferentes gentes que para a América se dirigiram, reproduzindo durante séculos um modo de vida e visão de mundo que praticamente se impôs como uma inevitável opção civilizatória para o destino social da América Latina; de fato, todas as instituições, ética, normas sociais de impregnou de uma ideologia marcante, cujos reflexos ainda hoje se verificam, influxos de coisa sociais poderosas, construídas pelo longo tempo e pelas gentes, e que, por isso, não se alteram tão facilmente. Observa-se que a história da América espanhola e da América portuguesa, se possui cada qual singularidades próprias, entretanto se aproximam em muitos aspectos quanto à suas opções civilizatórias, a tal ponto de se reproduzir os fenômenos das ditaduras militares, como foi o caso também de Portugal e Espanha em tempos mais recentes. A América Latina, assim, é marcada historicamente por três fatores conjuntos que podem estar atuando isoladamente ou combinadamente pelo autoritarismo hierárquico-hierático, pelo personalismo e pelo racionalismo formal-pragmático, com todas as conseqüências que essa opção cultural-civilizatória tem implicado. Nesse ponto do trabalho, desvelamento do *habitus* latino-americano, eis a ligação dos dois primeiros capítulos com este terceiro, e que repercutirá nas conclusões do quarto capítulo, objetivo final da investigação realizada.

No quarto capítulo, se verifica como essa opção cultural-civilizatória tem influído no âmbito das relações internacionais do continente, especialmente após a independência das nações latino-americanas. De fato, verifica-se que objetivamente a América Latina nasceu para ser dependente e subordinada perante as demais nações mais fortes e desenvolvidas do Planeta, sendo que um constante movimento individualista de adesão a essas potências é a marca peculiar dos Estados da região, em detrimento dos interesses do conjunto das nações da região. Também é fato significativo que sua inserção no comércio mundial sempre foi preferentemente como fornecedora de produtos primários – matérias-primas e produtos agropecuários – em detrimento de um firme planejamento de médio e longo prazo voltado para implantação de uma industrialização autônoma. Por fim, as tentativas de integração política e econômica regra geral fadaram ao fracasso ou estagnação, por influências externas ou tomadas de decisões para obtenção de vantagens de curto prazo, em detrimento de ganhos de médio e longo prazo. Nesse contexto, o Mercosul, apresenta sintomas dos mesmos problemas que acometeram os demais processos internacionais de integração economia da América Latina, e indicando que seguirá o mesmo destino, existindo mais por influências externas do que por decisão e vontade autônoma dos seus Estados-partes.

Assim sendo, é desta forma que se procura rever e reinterpretar o Mercosul, vinculado ao destino da América Latina, sob marco(s) mais objetivo(s) e concreto(s) – atual(is) e moderno(s) – respeitando sua diversidade e complexidade, enfim, sua vida em sentido mais amplo que pode ser dado às suas Sociedades. Nesse contexto, o objeto de conhecimento desta pesquisa é inédito no acervo de dissertações e teses do Curso de Pós-Graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas desta Universidade, o que – o autor acredita – virá contribuir para seu corpo bibliográfico, bem como de outros Cursos do país, considerando que a pesquisa científica é voltada para o aprimoramento da realidade humana e social onde é concebida. Acredita-se, que o presente trabalho, ao seu modo, irá contribuir à percepção de um processo que se desenvolve nesse espaço e com uma cultura própria, vale dizer, a integração dos países do Cone Sul através do Mercado Comum do Sul.

O estudo, assim, procura contribuir ao processo de integração do Cone Sul, através de seus aportes teóricos, tanto de integração econômica como política e social, levantando outro(s) referente(s) que permite(m) somar-se aos saberes já desenvolvidos em torno do processo em curso, a fim de compreendê-lo em seus avanços e recuos e, quem sabe, permitir outros campos de tomadas de decisões, a fim de favorecê-lo. Para o pesquisador, o tema escolhido é de suma importância; trata-se de uma pesquisa que há muito pretendia

desenvolver, cujo trabalho concluído no mestrado, como já acima assinalada, foi fundamental para contribuir ao enfrentamento do tema proposto para o doutorado.

Desta forma, dentro do papel e responsabilidade que cabem à Universidade na produção de saberes, procura, o presente trabalho, através de um estudo sobre o Mercosul, contribuir para que o processo de integração em curso, a fim de que se desenvolva através de uma visão clara do seu paradigma maior, e serem adotadas soluções adequadas para os seus obstáculos emergentes, ou seja, pertinentes à realidade sul-americana.

Por fim, e não menos importante, é preciso referenciar que este trabalho foi defendido em 28 de junho de 2006, perante Banca formada pela ilustre Professora Doutora e ilustres Professores Doutores a seguir nominados: Prof. Dr. Rogério Silva Portanova (Direito – UFSC), orientador do trabalho e Presidente da Banca; Prof. Dr. Cláudio Finkelstein (Direito – PUC/SP); Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques (Economia – UFSC); Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer (Direito – UFSC); Prof. Dra. Odete Maria de Oliveira (Direito – UFSC); Prof. Dr. Osvaldo Agripino de Castro Jr. (Direito – Univali). Perante esse elevado corpo de pesquisadores e professores, o trabalho recebeu as devidas críticas e elogios cabíveis tanto pela sua forma quanto pelo seu conteúdo. A ilustre Banca transformou a defesa num momento de brilhantismo, pelas aulas dadas e arguições inexcedíveis sobre o objeto da pesquisa desenvolvida. Foi um dia que o pesquisador elaborador do trabalho aprendeu muito sobre o que havia já investigado.

Após a defesa do trabalho, emergiu imediatamente a necessidade de corrigir e encaminhar definitivamente o mesmo para depósito definitivo e requerimento do diploma, e como não podia deixar de ser, novamente contou com auxílio e contribuições das mais diversas formas de pessoas inestimáveis – o nosso mundo é antes de tudo coletivo e os seus melhores resultados o que coletivamente é produzido. Fica aqui registrado a valorosa ajuda, atividades ou recomendações, nesse outro momento de finalização definitiva do trabalho, das seguintes pessoas: Profa. Dra. Thais Luzia Colaço – Chefia do Departamento do Curso de Direito da UFSC –, Bel. Rosangela Alves – Chefia da Secretaria do Departamento do Curso de Direito da UFSC –, Profa. MSc. Tomoko Kimura Gaudioso – Professora de Língua Japonesa do Instituto de Letras da UFRGS, que cuidou da tradução de resumo para a língua japonesa –, Prof. MSc. Manuel Alfonso Diaz Muñoz – Professor de Psicologia Centro Universitário Metodista IPA, que cuidou da tradução de resumo para a língua espanhola –, Prof. MSc. João Rene Pereira Hass – Professor de Língua Inglesa do Centro Universitário

Metodista IPA, que cuidou da tradução de resumo para a língua inglesa –, Prof. Dr. Thomas Richter – Professor Visitante da Faculdade de Direito da UFRGS, que cuidou da tradução de resumo para a língua alemã –, Prof. MSc. Andrea Marighetto – Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da UFRGS, que cuidou da tradução de resumo para a língua italiana.

CAPÍTULO 1

SEÇÃO 1

PIERRE BOURDIEU E SUA INTERPRETAÇÃO DO MUNDO SOCIAL (1)

1.1.1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Entre o que o ser humano é ou que poderia ser e para onde ele irá, há uma questão mais fundamental que hoje se impõe, qual seja, o que ele tem feito e como tem feito as coisas para si mesmo? Tal pergunta, não responde às especulativas questões que movimentam o intelecto humano há milênios – “quem somos ou o que poderíamos ser e para onde vamos?” – , mas o coloca defronte de/para si mesmo, e lhe faz enxergar suas práticas, venturas e desventuras, alcançável pela ciência. Se assim o ser humano se desvela é para que sua trajetória histórico-cultural – pelo menos esse concreto que assinala toda sua existência, seja mais claro para sua própria compreensão e, quem sabe, em estágio superior ao que intelectualmente e culturalmente tem podido ser – se insira melhor na contínua construção de sua civilização e possa continuar pensando quem é ou poderia ser e para onde ele caminha, com maior consciência do que, e como tem feito as coisas.

Para pensar o que – e como – tem feito e agido no mundo social, e refletir sua aplicação a diversos campos do conhecimento humano, em especial no âmbito da integração internacional – objeto maior deste trabalho –, torna-se necessário buscar referencial teórico que permita, em análise crítica, debruçar-se sobre as práticas sociais cotidianas e, com o rigor do pensamento científico, construir as verdades que, justamente por serem cotidianamente reiteradas, passam despercebidas, mas que estão presentes fortemente nas causas e nos resultados das ações e decisões que são tomadas em diferentes âmbitos sociais, e mesmo em

uma esfera de abrangência social cujas ações e comportamentos ultrapassam as fronteiras nacionais, no caso específico, uma integração internacional regional.

Pierre Bourdieu, sociólogo francês, com formação em filosofia e pesquisas em etnologia, estabeleceu, através de suas pesquisas e reflexões, uma filosofia da ciência denominada *relacional*, uma vez que dá primazia às relações que se inserem os objetos de pesquisa, uma vez que são essas relações que dão o sentido e significado de diversas ações e comportamentos humanos num determinado contexto histórico-cultural, uma vez que o ser humano produz concretamente sua vida social – vale dizer, tudo que ele faz ou deixa de fazer – nas e pelas inter-relações travadas, com os sentidos específico- históricos – que lhes são conferidos.¹ Para o autor francês, a ciência social estabelece objetos ou realidades substanciais como indivíduo, grupos, entre muitos outros mais, mas não se atém fortemente às relações objetivas intangíveis que essas realidades estabelecem com o meio onde se inserem e que somente podem ser verificáveis – tais relações – através de um processo difícil de construção e validação por meio do trabalho científico.²

Também concebeu uma filosofia da ação, que denominou como *disposicional*, por desvelar as potencialidades inscritas nos corpos dos agentes³ e nas estruturas das situações onde eles atuam relacionalmente,⁴ através do que ele denomina por *habitus*, campo e capital.⁵ Desta forma, ele iniciou opor-se, a seu modo, às explicações consagradas para ações ou representações humanas, fundadas de forma inexorável em uma razão explicitamente dada por um indivíduo autônomo, plenamente consciente de suas motivações.⁶

Considerando que ele trabalha com o simbólico – marcante e condicionador – edificado através da comunicação humana, e que o estruturalismo⁷, como teria do

¹ BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo; Papirus, 1997, p.9. As pesquisas de Pierre Bourdieu estenderam-se, ao longo de sua carreira com pesquisador, por muitas disciplinas como etnologia, sociologia, filosofia, sócio-lingüística, economia, história. In: BOURDIEU, Pierre. **Los usos sociales de la ciencia**. Buenos aires; Nueva Vision, 2003, p. 63.

² BOURDIEU, Razões..., p. 9.

³ Como adiante se verá, tais disposições inscritas nos corpos dos agentes implicam que os mesmos já estão previamente predispostos a determinadas ações e reações, condicionantes de seu modo de ser.

⁴ Tais estruturas de situações também atuam para as respostas possíveis dos agentes nela inseridos, conforme se verá adiante.

⁵ BOURDIEU, Razões..., p. 10.

⁶ BOURDIEU, Razões..., p. 10.

⁷ A origem do conceito teve um sentido arquitetural, ou seja, a maneira de se construir um edifício; posteriormente assume o sentido de descrição da forma “como as partes integrantes de um ser concreto organizam-se numa totalidade”. Foi no século XIX que o estruturalismo aportou no campo das ciências humanas, designando “um fenômeno duradouro que combina de maneira complexa as várias partes de um conjunto numa acepção mais abstrata”. O estruturalismo nasce para sua significação como método moderno de busca de verdades científicas, através da lingüística, pela Escola de Praga ou Círculo Lingüístico de Praga. In: DOSSE, François. **História do estruturalismo**: o campo de signo, 1945/1966. São Paulo: Ensaio; Campina: Editora da Unicamp, 1993, vol. 1, p. 15; OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom; et alii. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 275. Este método de indagação, que

conhecimento – epistemologia – ou método de pesquisa das ciências humanas e sociais nasceu – em seu sentido moderno – dos lingüistas, seu enquadramento dentro da corrente estruturalista foi devidamente anotado,⁸ entretanto, como o próprio sociólogo francês terá oportunidade de explicar, ele não recusa o enquadramento, mas se afasta de certa corrente estruturalista que insere os *agentes* a simples epifenômenos da uma estrutura, ao mesmo tempo em que, ao recusar essa redução, Bourdieu não os eleva a *sujeitos* absolutamente livres e autônomos em suas manifestações e ações sociais.⁹

Ao proceder desta forma, ele rompe com noções consagradas que circulam no discurso acadêmico de forma já naturalizada – sujeito, motivação, ator, papel, etc. –, e sobre elas lança uma mirada que até então nada semelhante havia sido feito, para estabelecer um outro grau de discussão mais crítica, bem como rompe com os diversos pares teóricos – consagrados – de oposições que os acompanham e que constituem a própria construção do imaginário social – indivíduo/sociedade, individual/coletivo, consciente/inconsciente, objetivo/subjetivo, etc.¹⁰

Suas descobertas propõem modos controlados e constantes de agir e de pensar e que constituem um método para a busca da representação realista da ação humana, que para o pensador é condição primeira para um conhecimento científico do mundo social em suas várias dimensões, pois a análise sociológica passa a ser um dos instrumentos poderosos para conhecimento de alguém próprio, com ser social e, desta forma, como ser singular, pois “oferece alguns dos meios mais eficazes de acesso à liberdade que o conhecimento dos determinismos sociais permite conquistar contra os determinismos”.¹¹ Uma pesquisa que traga a compreensão rigorosa do mundo é parte dos instrumentos de libertação com que o ser

provocou uma verdadeira revolução em todas as ciências humanas no séc. XX, a ponto de considerarem que aqui haviam conquistado seu batismo científico, tornou-se influente especialmente nos anos 60 e 70. Ele procurou enfatizar “a importância fundamental de identificar e analisar as ‘estruturas profundas’ que estão na base e que geram os fenômenos observáveis”. Nas ciências sociais ele se opôs ao humanismo, historicismo e empirismo. Foi anti-humanista porque excluiu de suas análises ações conscientes e deliberadas de indivíduos e grupos sociais por estarem inseridos numa causalidade estrutural; foi anti-historicista porque deu preferência “pelas investigações sincrônicas, em vez das diacrônicas, com o objetivo de descobrir as características estruturais universais da sociedade humana e (...) relacionar (...) às estruturas da mente humana”; anti-empirista por insistir numa eficácia causal de uma estrutura profunda subjacente à aparência superficial e imediata dos eventos. Bastante criticada, no final dos anos 70 diminuiu sua influência e nos anos 80 viu ascender o pós-estruturalismo ou pós-modernidade. Entretanto, verifica-se que perdeu sua fecundidade de outrora, teóricos sociais, de forma menos extremada, tem trabalhado metodologicamente a respeito da relação entre estrutura e mediação humana, ou estrutura e mudança histórica. In: OUTHWAITE; BOTTOMORE; et alii, idem, p. 275-6; DOSSE, idem, p. 16.

⁸ François Dosse explica que o estruturalismo, no campo das ciências sociais, estaria dividido historicamente em : a) estruturalismo científico, que envolveria antropologia, semiótica e psicanálise; b) estruturalismo semiológico, mais cambiante, flexível quanto a uma lei estrutural governante; e c) um estruturalismo historicizado ou epistêmico, onde, nessa última corrente estaria localizado Pierre Bourdieu. In: DOSSE, idem, p. 16.

⁹ BOURDIEU, Razões..., p. 10.

¹⁰ BOURDIEU, Razões..., p. 10.

¹¹ BOURDIEU, Razões..., p. 11-2.

humano – individual ou coletivamente – conta para si, e seu método trata-se de um guia para se aplicar a uma prática.¹²

As pesquisas de Pierre Bourdieu centraram-se em sua maioria na França. O início de sua atividade de pesquisador ocorreu no norte da África, numa das colônias da França, estudando os efeitos da mudança de uma sociedade pré-capitalista – agrário – para capitalista, o confronto entre a tradição e as imposições sociais de uma nova economia que não pode sobreviver com a velha. De qualquer modo, suas análises voltaram-se para sociedade diferenciadas por classes, definidas enquanto tais pelo próprio avanço ou evolução de uma economia capitalista, os denominados países desenvolvidos. Assim, seus modelos de reflexão foram construídos especialmente a partir do caso da França,¹³ mas com intenção de validade universal para outras sociedades com as mesmas características sócio-econômicas.

Para Bourdieu, seria possível analisar a Alemanha, o Japão, os EUA, através de seu método de pesquisa social, apenas com o porém de considerar seriamente particularidades ou singularidades que seriam mais marcantes historicamente no desenvolvimento cultural e social de cada povo, e sem cair num perigoso etnocentrismo.¹⁴ Referência direta ao uso de seu método em países em desenvolvimento, somente analisando suas pesquisas iniciais em etnologia na África e construindo a possibilidade de um espaço de aplicação para sociedades como as latino-americanas.¹⁵

¹² BOURDIEU, Razões..., p. 8.

¹³ BOURDIEU, Razões..., p. 9 e 28.

¹⁴ BOURDIEU, Razões..., p. 15. “Se a ‘imigração de idéias’ (...) raramente se faz sem dano, é porque ela separa as produções culturais do sistema de referências teóricas em relação às quais as ideias [sic] se definiram, consciente ou inconscientemente, quer dizer, do campo de produção balizado por nomes próprios ou por conceitos em *-ismos* para cuja definição elas contribuem menos do que ele as define. Por isso, as situações de ‘imigração’ impõem com uma força especial que se torne visível o horizonte de referência o qual, nas situações correntes pode permanecer em estado implícito. Embora seja escusado dizer que *repatriar* este produto de exportação implica sérios riscos graves de ingenuidade e de simplificação – e também grandes inconvenientes, pois fornece um instrumento de objectivação” (grifos no original). In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998, p. 7.

¹⁵ Toda sociedade – mesmo os exemplos históricos que foram construídas como ausente de classes – constrói seu espaço social e o espaço simbólico, conforme princípios fundamentais de diferenciação ou de distinção e erige para o mundo seu modelo como um dos casos particular dos possíveis. Na França, verificou-se que levando em conta os diferentes tipos de capital e sua distribuição no espaço social, o capital econômico e o capital cultural tinham um peso fundamental na estrutura daquele, o que condicionou as pesquisas do sociólogo francês. No entanto, é preciso verificar em cada sociedade quais são seus princípios de diferenciação característicos para constatar verdadeiramente o que está na base das diferenças sociais; qual tipo de capital, qual princípio de diferenciação, cuja distribuição desigual governa as diferenças no espaço social. Assim, por exemplo, é possível vislumbrar o capital político que pode assegurar aos seus detentores um poder simbólico e material muito grande e ser a base fundamental – ou mais importante e significativa – de todas as diferenças no espaço social, confrontados sempre pelos detentores do capital escolar. In: BOURDIEU, Razões..., p. 27-32.

1.1.2. UMA SISTEMATIZAÇÃO DO PENSAMENTO DE PIERRE BOURDIEU (1)

Quem acompanha a produção teórica de Pierre Bourdieu, verifica que o autor e intelectual francês não sistematizou sua obra, no sentido de apresentar sua produção investigativa de forma estruturada conforme cânones seguidos pela academia – pelo menos a brasileira –, vale dizer, introdução, desenvolvimento e conclusão, com os conceitos teóricos e operacionais previamente delimitados, tema, delimitação do tema, problemas e hipóteses claramente e previamente delimitados etc., de tal forma que a leitura dos seus estudos e conclusões demandam um esforço maior do pesquisador a fim de tentar sistematizar o que o próprio autor se recusou a fazer ou não se preocupou em elaborar em vida. De fato, a compreensão do conjunto de sua obra deve passar necessariamente pelos diversos artigos que ele escreveu, livros específicos – de fôlego investigativo e reflexivo – e entrevistas que o sociólogo concedeu enquanto vivo. Essa forma peculiar de escrever foi observada por ele numa entrevista, dizendo que ele assim procedia conforme um autor que ele havia lido quando iniciava sua carreira de pesquisador social.

Pierre Bourdieu solicitou encarecidamente, à sua maneira, que não o dogmatizassem, que não lançassem seus estudos e conclusões – teorias, conceitos, abstrações sobre o social etc. – conforme era praxe nas práticas de um determinado setor da academia, que acabavam enrijecendo um dado autor e respectiva teoria utilizada, não estando aberto epistemologicamente e teoricamente para outras abordagens igualmente construtivas de saberes e conhecimentos importantes para avançar o entendimento do mundo social. Assim, de certa forma, a sistematização que segue abaixo é uma heresia que se comete contra o pensamento de Pierre Bourdieu, haja vista que corre-se o risco de contribuir para a dogmatização de uma pensamento que, antes de tudo, solicita do pesquisador uma luta constante de si próprio para si próprio, a fim de, numa sócio-auto-análise, identificar esses comportamentos ou atitudes que não permitem a ciência avançar e sempre estar alerta numa vigilância epistemológica constante contra esse tipo de ignorância erudita.

Entretanto, a abordagem sistemática que se pretende abaixo em nenhum momento referenda a canonização do pensamento de Pierre Bourdieu, mas contrariamente, procura aborda-lo dentro da vigilância epistemológica que requer a ciência social, revelando por que não se deve trabalhar sobre cânones científicos. Neste trabalho, a apresentação do pensamento

e alguns textos do sociólogo francês, procura seguir esse desiderato de não cometer o erro de ler parcialmente – e trabalhar parcialmente – esse importante acervo teórico-epistemológico sobre a ciência social e o mundo social.

1.1.2.1. PIERRE BOURDIEU E SEU LEGADO INTELECTUAL

Aqueles que acompanham a obra de Pierre Bourdieu entendem que ele inovou a área das ciências sociais influenciando pesquisas sociológicas, antropológicas e inclusive históricas em todo o mundo. O aspecto mais marcante de sua obra está na escolha dos objetos de análise (como sociedades tribais, sistema de ensino, processos de reprodução social, critérios de classificação social, lógicas de distinção social), na mirada ou reorientação do olhar frente a esses objetos (para melhor compreensão dos fenômenos de percepção social, a força da produção simbólica e seus efeitos sociais, as relações de poder informalizadas presentes e atuantes na sociedade), na formulação de noções operatórias (*habitus*, poder simbólico, capital, campo, etc.), e no recurso à sociologia do conhecimento ou epistemologia sociológica (onde a posição do investigador é constantemente questionada como forma de controle do seu trabalho de produção de sentido para o mundo social).¹⁶

Estudando a crise de um mundo campesinato e o choque essa sociedade rural com o espírito do capitalismo, a sua pesquisa científica inicia com observações sobre o processo de aculturação numa sociedade tribal norte-africana – os cabilas – vivendo nas margens da sociedade moderna, verificando o fato a partir (I) da organização familiar e social, (II) percepção do tempo e do espaço e (III) visão de mundo. Essa pesquisa inicial permitirá que o sociólogo francês utilize esse campo de observação para analisar a sociedade argelina como um todo e fará com que supere as divisões tradicionais do saber entre antropologia, sociologia e economia, num processo voltado para alcançar a efetiva e real compreensão – ou o que possa mais próximo disso ser considerado – de uma dada formação social. Após estudar uma sociedade tribal e um país subdesenvolvido, colônia da França, ele se dirige à ao seu país de origem, especificamente à sua terra natal, ou região de origem – Béarn –, a fim de estudá-la de acordo com seus primeiros marcos intelectuais.¹⁷

¹⁶ BOURDIEU, O poder..., p.1.

¹⁷ BOURDIEU, O poder..., p. 1. Nessa época ela já verifica que a crise do mundo rural tradicional ou do campesinato não se justifica apenas pela emergência do capitalismo agrário, com suas novas praticas e

Feito isso, ele deixa de dirigir seu foco de estudos para o âmbito rural, para os espaços sociais ou formações sociais distantes dos centros urbanos; mas influenciado pelas constatações teóricas verificadas, passa para o estudo da complexidade do mundo social – espaço social ou formações sociais – urbano, enfim, para o centro da sociedade moderna, elegendo a educação e seus protagonistas, mais especificamente suas práticas relacionais, como novo alvo para continuidade de suas reflexões científicas. Numa sociedade diferenciada em classes ou grupos, de que forma ela se reproduz – de forma inconsciente mesmo, ou naturalizada – tendo em foco a problemática da educação – em especial seu sistema de ensino – e a origem social dos seus protagonistas (família, instituições, professores, alunos, etc.)? A resposta é que o capital cultural acumulado tem um papel fundamental no processo de seleção escolar e na reprodução das práticas culturais de uma dada formação social. Isso possibilita questionar – de uma maneira inusitada – a autonomia aparente do sistema de ensino; também a idéia de igualdade de oportunidades sociais; bem como as diferenças de capital econômico, social e cultural, como determinantes nas escolhas e opções previamente assumidas mas dissimuladas.¹⁸

Estudando a arquitetura gótica e o pensamento escolástico, verificou como um mesmo *habitus* acaba produzindo efeitos em manifestações as mais diversas; estudando a fotografia, o livro e a pintura, verificou como a apropriação de tais objetos culturais por diversos agentes – e sua luta pela busca de autonomia dos objetos e suas práticas correlativas – contribuíram para valorizar as práticas dos grupos sociais constituídos em torno desses bens culturais ao longo do tempo; estudando grupos específicos de especialista em produção simbólica – como profetas, padres, intelectuais –, verificou como um ato de criação está inserido num campo ou mercado específicos, ou seja, submetidos a dadas condições sociais de produção; e refletindo com um grupo de especialistas sobre o ofício de sociólogo, procurou constituir um ponto de partida – para formulação de uma teoria da prática, enfim, uma forma de estabelecer uma vigilância epistemológica do próprio agir científico de quem faz ciência social, a fim de libertá-lo do que denomina por *sociologia espontânea*, verdade sobre o mundo social obtida

racionalidade incompatíveis com um mundo tradicional não fundado na racionalidade instrumental, mas também por outros mecanismos muito mais sutis presentes nessa realidade tradicional, entre outros a reprodução biológica do indivíduo e a própria reprodução desse mundo. Aqui a noção de *habitus* já começa por se forjar. In: BOURDIEU, Los usos..., p. 64-5.

¹⁸ BOURDIEU, O poder..., p. 2. A escola não só reproduz a estrutura social, ela faz parte de um processo mais amplo em curso numa formação social, que é o da violência simbólica como pedagogia, em sentido amplo, dos valores legítimos a serem cultivados pelos seus destinatários. In: BOURDIEU, Los usos..., p. 65.

equivocadamente, que faz aceitar-se como um dado inquestionável – erroneamente – fatos sociais em curso ou presentes num objeto de pesquisa.¹⁹

Quando ingressa no *Collège de France* passou a trabalhar para a constituição de uma teoria geral dos campos que permeiam uma sociedade; dedicou-se à sociologia do gosto e às distinções e classificações que se estabelecem num espaço social; denunciou a concepção estratificada – estratigráfica – da realidade social; aprofundou o estudo das instituições escolares e desvelou o conjunto de campos e poderes inerentes às universidades.²⁰ Nesse retorno ao sistema de ensino, ele especifica melhor como se constituem os campos de produção da cultura, como as artes, ciências, etc. Verifica que existem campos de produção estreitos ou restritos, vale dizer, um campo de produção de cultura onde os produtores têm por público direto e essencial os próprios concorrentes diretos, qual sejam, os outros produtores.²¹

Ao estudar a especificidade do campo científico e as condições sociais do progresso da razão, Bourdieu rompe com a tradição dominante na sociologia da ciência, tradição essa que assevera o fato de que haveria – e bastaria analisar essa constatação evidente – a existência ou a constatação de uma denominada *comunidade científica*, com todas as suas conseqüências mais imediatas, para revelar a verdade social do campo científico, em tudo que faz/produz e deixa de fazer/produzir; ele introduz os conceitos de campo e capital científico, e revela que a lógica de um mercado pode ser aqui aplicada, mostrando que os agentes nesses campos têm nos seus principais concorrentes os seus clientes diretos. Isso lhe permite avançar e verificar a função específica da academia, o ensino superior, com seu corpo docente e suas práticas academicistas, a luta entre as disciplinas, o ranço escolástico, as crises do campo, além de relacionar o Estado e algumas específicas instituições universitárias de onde saem tradicionalmente o corpo burocrático estatal, nesse último caso, analisando de forma singular a instituição estatal.²²

Ao longo de sua vida, Pierre Bourdieu concedeu inúmeras entrevistas em diversos meios de comunicação, a fim de esclarecer o conteúdo de suas obras e suas opções como pesquisador e os resultados – polêmicos – obtidos. Nos últimos anos de sua vida continuou polemizando por suas atitudes e ações políticas, que foram objeto de manifestações diversas na mídia francesa em geral e frente a seus pares, uma vez que a tradição recomenda que o

¹⁹ BOURDIEU, O poder..., p. 2-3.

²⁰ BOURDIEU, O poder..., p. 3-4. Na busca da interpretação dos processos de diferenciação social Bourdieu constrói uma teoria sociológica das categorias que organizam a percepção do mundo social e contribuem com eles a realizá-lo; o estudo dos gostos, das apreciações estéticas, do consumo geral dos objetos culturais ou classificados como tais, permitem compreender melhor os mecanismos de diferenciação ou afirmação de distâncias pelos grupos sociais dominantes e dominados. BOURDIEU, Los usos..., p. 66.

²¹ BOURDIEU, Los usos..., p. 67.

²² BOURDIEU, Los usos..., p. 67-8.

intelectual fique circunscrito ao campo de sua especialidade e não se exponha em outras esferas ou campos sociais que não são seu *métier*.

Para melhor compreensão sobre suas idéias será preciso sistematizar brevemente seu pensamento conforme um conjunto de obras que ele legou, traduzidos tanto em língua portuguesa como espanhola. O autor deste trabalho, diante de um leque de textos, obtidos com muita dificuldade, elegeu alguns para serem aqui descritos, respeitando o máximo possível os diferentes níveis de idéias e linhas argumentativas utilizadas por Pierre Bourdieu em seus textos. Acredita-se que somente desta forma é possível transmitir a riqueza intelectual desse autor específico, para que o leitor possa ter apenas uma introdução – suficiente para os objetivos e circunstâncias deste trabalho e da pós-graduação brasileira – que traga o mais fielmente possível a fecundidade intelectual desse cientista social francês.

1.1.2.2. ESPAÇO SOCIAL E ESPAÇO SIMBÓLICO

A pesquisa de Pierre Bourdieu se funda em que não é possível capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser com o pesquisador e cientista mergulhando completamente na particularidade de uma realidade empírica que é historicamente situada e datada para, a partir daí, construí-la como um caso do possível, de acordo com o que Gaston Bachelard²³ especificou, ou seja, uma figura num universo de configuração possível. Como apreender estruturas e mecanismos que escapam aos olhares, e que são princípios de construção do espaço social ou mecanismos de reprodução desse espaço?²⁴

Analisando o modelo que ele construiu para realizar sua obra “A Distinção: critérios e bases sociais do gosto”,²⁵ alerta para o fato de que tornou-se necessário fugir de uma leitura que ele denomina por “substancialista”, onde considera cada prática ou consumo em si mesmas e por si mesmas, independente do universo de práticas intercambiáveis, de tal forma a conceber de forma ingênua como realidade, ao final, a correspondência entre as posições sociais – ou classes – e os seus gostos e práticas como uma relação direta e mecânica.²⁶

²³ Gaston Bachelard (1884-1962), filósofo francês que elaborou uma epistemologia histórica, onde buscou considerar as ciências no seu desenvolvimento e aquilo que se chamou por uma psicanálise do conhecimento objetivo. In. GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 3.

²⁴ BOURDIEU, Razões..., p. 15.

²⁵ Obra não traduzida no Brasil. BOURDIEU, Pierre. **La distinción**: criterio y bases sociales del gusto. Madrid: Taurus, 2000. 597 p.

²⁶ BOURDIEU, Razões..., p. 16.

Tal modo de pensar “substancialista” leva ao erro de pensar que as atividades ou preferências próprias de cada indivíduo ou cada grupo de uma dada sociedade são propriedades inscritas numa espécie de essência biológica ou cultural em cada qual, pensamento que se estabelece como senso comum e que pode chegar ao racismo, uma vez que discriminatório ele já é por si. Ora, as práticas se alternam como tempo e o movimento histórico é importante para entender, numa dada sociedade, seu comportamento e escolhas em vigor. Ademais, as propriedades de um determinado grupo ou de certos indivíduos são dadas conforme a situação histórica ou contexto impõe como oferta de bens e práticas possíveis.²⁷

Assim, é possível constatar que posições sociais, disposições – ou *habitus* – e tomadas de posição dos agentes ou grupos, nas mais diversas esferas de sua vida cotidiana, estão inter-relacionados e interagindo-se interdependentemente. Alerta que a comparação que pode ser feita entre certos indivíduos ou grupos de diversas sociedades somente é possível inter-sistemas, uma vez que a equivalência analítica direta através de traços isolados arrisca-se a resultados equivocados tendo em vista diferenças estruturais presentes historicamente em cada sociedade. A distinção, que é tão presente no mundo social, “é de fato *diferença*, separação, traço distintivos, (...) propriedade *relacional* que só existe em relação a outras propriedades”.²⁸

Tal constatação – presença social da distinção – não é de evidência e conseqüências tão simples assim, pois essa idéia marcada de diferença, separação, está exercendo uma verdadeira fronteira invisível no espaço social, como conjunto de posições distintas e coexistentes, delimitando e definindo – até geograficamente – posições de localização de agentes ou grupos, em suas várias disposições e tomadas de posição. Esse espaço social como conjunto de disposições distintas mas coexistentes entre si, faz com que essas posições sejam definidas, numa circularidade, uma em relação às outras, umas mais próximas e outras mais distantes e por uma relação até de hierarquia posicional, sempre auto-referentes por sua exterioridade coexistencial mútua.²⁹

No espaço social, é o capital econômico e o capital cultural – dois princípios de diferenciação – que irão ditar a distribuição dos agentes e grupos e fixar sua posição, desta forma, em se colocando num gráfico essa distribuição, verificar-se-á que os agentes e grupos tem tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas dimensões econômica e cultural; assim, as distâncias representadas graficamente correspondem a distâncias sociais

²⁷ BOURDIEU, Razões..., p. 17-8.

²⁸ BOURDIEU, Razões..., p. 18. Grifos do autor.

²⁹ BOURDIEU, Razões..., p. 18-9.

que, por sua vez, equivalem a diferenças dos agentes e grupos nas disposições e tomadas de posição.³⁰

Suas pesquisas revelaram que nesse gráfico de distribuição de agentes sociais dentro do espaço social, “o espaço de posições sociais se retraduz em um espaço de tomada de posição pela intermediação do espaço de disposições (ou do *habitus*); ou, em outros termos, ao sistema de separações diferenciais, que definem as diferentes posições nos dois sistemas principais do espaço social, correspondem um sistema de separações diferenciais nas propriedades dos agentes (ou de classes construídas como agentes), isto é, em suas práticas e nos bens que possuem. A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desse *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculados entre si por uma afinidade de estilo”.³¹

1.1.2.3. O HABITUS

A noção de *habitus* – e sua função – nasceu exprimindo o sentido e significado de uma recusa a um conjunto de alternativas explicativas que fundamentariam certas práticas e comportamento dos agentes, presentes no mundo social, e que haviam sido adotadas pela ciência social como definitivas. Seriam as explicações que, como lugares-comuns eruditos, dominariam como princípios explicativos do proceder humano; assim, em última instância, o ser humano faz o que faz porque isso deriva ou de sua consciência – sujeito –, ou da sua inconsciência, ou de um finalismo, ou de um mecanicismo, e assim por diante.³²

Foi através da leitura de dois textos de Erwin Panofsky,³³ um deles explicando os efeitos do pensamento escolástico no terreno da arquitetura, que emergiu a noção fundamental de “*habitus*” e que, por sua vez, possibilitou o rompimento do sociólogo francês com um certo estruturalismo, um paradigma estruturalista que, quando abandonado, inclinava imediatamente os cientistas a se socorrerem na alternativa da filosofia do sujeito³⁴ ou da

³⁰ BOURDIEU, Razões..., p. 19-21. Na página 20 o sociólogo reproduz o gráfico correspondente ao espaço das posições sociais e espaço dos estilos de vida, extraído de sua obra “A Distinção”.

³¹ BOURDIEU, Razões..., p. 21. Itálicos no original.

³² BOURDIEU, O poder..., p. 60.

³³ Mais adiante, segue uma descrição sobre esse autor e sua idéia.

³⁴ E expressão “sujeito” tem dois significados fundamentais: a) aquilo que se fala ou a que se atribuem qualidades ou determinações ou a que são inerentes qualidades ou determinações. Trata-se de predicados

consciência,³⁵ ou mesmo da economia clássica e do seu *homo economicus*.³⁶ O uso da expressão é uma reconversão do termo *hexis*, feita pelos escolásticos, noção fixada e utilizada inicialmente por Aristóteles,³⁷ e tratou-se – como assinalado – de uma reação contra o

inerentes ou determinações referentes a um objeto real – significados ou denotações sobre um objeto, abrangendo até a própria alma humana –, que pode ser ou a matéria que se compõe uma coisa, ou a forma da própria coisa, ou a própria união da matéria a uma forma; b) o eu, o consciente ou a capacidade de iniciativa em geral. No sentido tradicional do termo o eu é sujeito na medida em que seus pensamentos lhe são inerentes com predicados. Num novo sentido, o eu é sujeito na medida em que determina a união entre sujeito e predicado nos juízos, na medida em que é atividade sintética ou judicante, espontaneidade cognitiva, portanto, consciência, autoconsciência e apercepção. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 929-30.

³⁵ Num primeiro sentido, consciência é a possibilidade que tem o ser humano de dar atenção aos próprios modos de ser e às próprias ações, bem como de exprimi-los com a linguagem; ou seja, consciência aqui significa a pessoa estar ciente dos próprios atos, estados, percepções, idéias, sentimentos, volições etc – assim se basearam as filosofias de Platão e Aristóteles –, sendo que somente com base nessa possibilidade é que foi possível erigir a noção filosófica da consciência. Portanto, em seu segundo sentido, é o significado filosófico da expressão consciência na filosofia moderna e contemporânea, que pressupondo a acepção comum, entretanto é mais complexa. Na filosofia moderna e contemporânea, consciência quer significar uma relação da alma consigo mesma, uma relação intrínseca ao ser humano “interior” ou “espiritual” onde ele pode conhecer-se de modo imediato e privilegiado e também efetuar julgamentos próprios de modo infalível e seguro; nesta noção, os aspectos morais têm conexões estreitas com o aspecto teórico, enfim, a possibilidade de conhecer-se de modo direto e infalível. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 185.

³⁶ O homem econômico foi um conceito criado pelos economistas da Escola Clássica, pelo qual o ser humano seria motivado exclusivamente por razões econômicas, desta forma preocupando-se em termos imediatos em obter um máximo de lucro com um mínimo de sacrifício; ele agiria racionalmente no sentido de maximizar sua riqueza e assim introduzir novos métodos produtivos para enfrentar a concorrência no mercado. Foi a Escola Histórica alemã que se contrapôs a essa corrente abstrata do comportamento do ser humano, procurando estudar os seres humanos reais, situando-os em diferentes épocas históricas e condições sociais. In: DICIONÁRIO DE ECONOMIA. Coleção os Economistas. São Paulo: Abril, 1985.

³⁷ Aristóteles (384-322 a. C.), filósofo grego, discípulo e crítico de Platão e o mais renomado entre os filósofos de seu tempo. Após a morte de seu pai Nicômaco, médico do Rei Amintas, aos 17 anos integrou-se à Academia de Platão, onde permaneceu – cerca de 20 anos – até pouco após a morte deste em 348-7 a.C. Posteriormente foi designado tutor de Alexandre o Grande. Em 335 voltou para Atenas, onde fundou uma escola – Liceu ou *escola peripatética*, porque ele, como mestre, costumava dar suas lições passeando com os alunos – e preparou uma coleção de manuscritos que se tornou modelo para as bibliotecas que surgiram posteriormente. Organizou projetos de pesquisa, entre eles o estudo comparativo das 158 constituições gregas. Após a morte de Alexandre, em 323, foi acusado de impiedade – sendo condenado à morte pelo Areópago – e abandonou Atenas, morrendo logo depois na Cálcida. Ele é modernamente considerado o pioneiro de muitos campos de investigação filosófica contemporâneos. Seus interesses eram de enorme amplitude e abrangiam quase todos os ramos da filosofia e da ciência natural. De sua extensíssima obra enciclopédica – seus tratados provêm de notas tomadas pelos seus alunos, assim, não foram redigidos por ele –, grande parte se preservou, principalmente na forma de conferências proferidas no Liceu, sua escola ou área de Atenas onde se reunia o grupo de filósofos ligados a ele, equivalente ao que fora a Academia, na época de Platão. Foi Aristóteles quem iniciou o estudo sistemático da lógica, desenvolvendo um sistema que permitisse a descrição formal e avaliação do raciocínio, e que perdurou até o século XIX como o núcleo da disciplina. O interesse de Aristóteles quanto às diferentes funções das palavras na língua está na origem do estudo moderno da gramática – dita de categorias –, o que faz dele um dos precursores da filosofia da linguagem e da lingüística. Ainda hoje são objeto de debate as questões centrais abordadas por Aristóteles na obra *Metafísica* – “o que é substância?”, “o que é próprio dos seres?” – e na obra *Da Geração e Corrupção* – “como as coisas e seres passam a existir e deixam de existir?”. Em sua obra *A Respeito da Alma*, discute o que é a alma – em grego *psyché* –, aquilo que dá aos seres vida e as atividades características da vida. Ao argumentar que a alma/psique depende do corpo, Aristóteles antecipa um longo debate filosófico, presente até hoje nas teorias sobre a mente. A ética, como disciplina filosófica, ainda hje tem como marco a *Ética* de Aristóteles. O argumento de que toda ação tem por objetivo a *eudaimonia*, ou felicidade, tem afinidades com a moderna corrente do utilitarismo; no entanto, a ênfase dada por ele às diversas virtudes difere do esforço utilitarista em encontrar um princípio único – e mesmo simples – que oriente o juízo sobre todas as questões morais. Seu trabalho caracterizou-se pelo amor à ordem, aparente na cuidadosa classificação das diferentes áreas da ciência. O conjunto de suas obras costuma ser dividido em quatro partes: (I) obras de lógica – *Organon* – que

estruturalismo e sua filosofia da ação que reduzia um agente social a mero suporte da estrutura; para isso, para retomar o agente a um papel ativo ou como ele acaba por construir suas determinações, a noção de *habitus* permitiu enxergar as capacidades criadoras, ativas, inventivas dos agentes e da própria noção, poder gerador esse que não se confundiria com a idéia de um espírito universal, ou mesmo de uma natureza ou de uma razão intrínseca humana.³⁸

O *habitus* ou *hexis* é um “princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas”.³⁹ A inserção de um agente ou grupos – classe de agentes – numa determinada posição no espaço social não é espontânea, tem a influência de que naquele ponto aonde irá se inserir se localiza um conjunto de agentes com semelhanças de estilo de vida, de bens desfrutados e práticas sociais. Por isso, uma das funções do *habitus* é dar conta dessa unidade de estilo de vida que vincula as práticas sociais e os bens desfrutados de um agente singular ou de uma classe de agentes.⁴⁰

Os *habitus*, assim, são diferenciados e diferenciadores; distintos e distinguidos, eles são operadores de distinções, geradores de práticas distintas e distintivas – o que se come, o que se veste, como se fala, o que se fala, esportes que se pratica, etc. – “são esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e divisão e gostos diferentes”, estabelecendo “diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e mal, entre o que é distinto e

fundam a lógica formal, a teoria dos juízos e dos raciocínios; a conclusão é uma teoria do conhecimento: o primeiro momento do conhecimento é a percepção; é pela memória que passamos da percepção à experiência, a partir de lembranças repetidas; a experiência fixa as leis fundamentais; em nível mais elevado encontramos a arte e, enfim, a ciência; a passagem do particular para o universal faz-se por um processo de indução fundado em leis da razão; essa teoria do conhecimento, empírica em sua gênese, racional em seu fundamento, caracteriza o que se denominou depois por conceitualismo ou conceptualismo; (II) obras de filosofia natural – *Das Partes dos Animais* –, que através de observação empírica e racionalidade, comparam as diversas anatomias e fisiologias animais; (III) obras sobre cosmografia, física e metafísica – *Do Céu, Física, Metafísica* –, onde compõe um sistema físico vitalista, vale dizer, todos os seres são animados, sendo o movimento explicado por uma força interna – ou forma substancial – dos corpos, fugindo de uma explicação fundada numa razão externa, ou de fora do corpo – por exemplo, o choque mecânico –, para explicar o movimento, e essa dinâmica sistematizadora dos fenômenos se alicerça numa metafísica que explicaria a relação entre a forma e a matéria, e o ato e a potência; a metafísica fundaria física numa teologia, numa teoria de Deus – Deus como transcendente (como pensamento de pensamento), e Deus como imanente (vivente eterno perfeito), como motor do universo, como ato puro; (IV) obras sobre política e ética – *Política e Ética a Nicômaco* –, que aliam os preconceitos das cidades gregas de então, frente a considerações inovadoras e modernas – importância da prática em moral; papel do meio geográfico, econômico e social; idéia de uma ciência política baseada na experiência. Por fim, Aristóteles também escreveu sobre retórica e poética política. Foi redescoberto pelos eruditos árabes e, traduzido para o latim, moldou o desenvolvimento do pensamento medieval tanto nas artes quanto na ciência. São Tomás de Aquino reconciliou as doutrinas aristotélicas com as da teologia cristã, e elas permaneceram parte fundamental da educação superior na Europa desde o século XIII até o século XVII. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 2.

³⁸ BOURDIEU, O poder..., p. 60-1.

³⁹ BOURDIEU, Razões..., p. 21-2.

⁴⁰ BOURDIEU, Razões..., p. 21.

o que é vulgar (...) mas elas [esquemas classificatórios, *habitus*] não são as mesmas [definidos num sentido único e universal] (...) [pois] o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode ser distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro”.⁴¹

Sua essencialidade está em que ao serem percebidas, as diferenças presentes e veiculadas tornam-se diferenças simbólicas e passam a constituir uma verdadeira linguagem, por sua vez constitutiva de um sistema mítico, como signos distintivos. O ser humano, desta forma, vive num dado ponto do espaço social em que ele difere e é diferente, e nessa distinção ele se significa; essa diferença só é percebida e torna-se pertinente por alguém capaz de estabelecer a diferença, sendo que, por esse princípio de visão e divisão que lhe é inscrito, ele se estrutura marcado conforme as diferenças. Considerando a totalidade dos agentes sociais e os grupos, tem-se que o que se sucede socialmente é produto dessa ação ou omissão marcantes, significativa e distintiva de forma cotidiana, e que ninguém consegue ser indiferente a esse fenômeno mas, ao contrário, sofre o influxo das condutas humanas marcadas pela significação na distinção.⁴²

No campo científico – campo social específico de um conjunto de agentes sociais dedicados à ciência –, por exemplo, o *habitus* se manifesta na forma de um comportamento estratégico prático que não necessita do agente um cálculo racional para se posicionar no jogo; aí está o valor do *habitus*, o agente que é dele dotado – de acordo com o campo social onde atua – já tem o “sentido do jogo [do jogo social que é jogado nesse campo ou no espaço social determinado onde está atuando] e não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço”. O *habitus* ou *hexis*, assim, favorece uma tomada de posição vantajosa mesmo sem o agente raciocinar, pois ele condiciona tal atitude.⁴³

Essa noção, assim, procura exprimir uma recusa a opções que a ciência social criou e se encerrou – consciência, inconsciência, finalismo, mecanicismo, etc. – para explicar as ações e atitudes humanas, inclusive romper com o tradicional paradigma estruturalista – que investe numa filosofia da ação calcada no inconsciente e reduzindo um agente a papel ou função de suporte da estrutura –, sem retornar, como opção inexorável – quando ocorre hiatos ou ausências teóricas substitutas ao se abandonar o estruturalismo –, à filosofia do sujeito ou da consciência, ou o *homo economicus* da economia clássica.

A noção original retomada é *hexis* de Aristóteles, mas que a escolástica converteu em *habitus*, e ela põe em evidência as capacidades – poder gerador – criadoras, ativas e

⁴¹ BOURDIEU, Razões..., p. 22.

⁴² BOURDIEU, Razões..., p. 22-3.

⁴³ BOURDIEU, O poder..., p. 62. Sobre essa facilidade de um agente já estar posicionado adequadamente num campo para agir e obter os melhores ganhos possíveis, vide abaixo o item sobre campo.

inventivas do *habitus* e do agente. Esse poder gerador não se identifica com um espírito universal, com uma dada natureza ou fruto de uma razão humana, mas fruto de um agente em ação na inter-relação com o mundo; o *habitus* ou *hexis* é um conhecimento adquirido e também um capital – um haver, um crédito – e indica uma disposição ou postura que já está programada ou incorporada num agente, retomando o primado da razão prática ou o lado ativo do conhecimento prático, abandonados, respectivamente, pelas tradições idealista e materialista.

Verifica-se que os utilizadores da expressão *habitus* sempre tiveram a mesma intenção de manter o agente como operador prático na construção de objetos sociais no mundo, mas abandonando a filosofia da consciência, como se constata em Hegel,⁴⁴ com sua noção de *etos* equivalente a *hexis*, reintroduzindo disposições duradouras constitutivas de uma moral realizada; em Husserl,⁴⁵ com seu conceito de *habitualität*, também semelhante a *habitus*, reintroduzindo uma relação de cumplicidade ontológica com o mundo; em Mauss,⁴⁶

⁴⁴ George Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), filósofo alemão fortemente influenciado pelo romantismo que desenvolveu a filosofia idealista de Kant. Ele modificou a metafísica de Kant em dois pontos fundamentais: a) sustentou que a divisão, proposta por Kant, da realidade em duas esferas distintas, a do concebível e a do cognoscível, era incoerente; b) além disso, introduziu a dimensão da história no cerne da filosofia. O sistema daí resultante – elaborado na *Fenomenologia do Espírito*, em 1807 – considerava o mundo como a evolução do espírito na direção de uma crescente racionalidade, à medida em que esse espírito atingia graus nunca antes alcançados de consciência de si. Esse processo deveria, segundo Hegel, ser entendido como dialético, supondo por isso uma forma lógica bem diferente da dedução: em vez de uma oposição absoluta entre erro e verdade, na dialética o erro faz parte do caminho para a verdade e cada estágio da história do espírito ou do conhecimento é função do processo em que uma tese ou afirmação é contraditada por uma antítese, resultando desse conflito uma síntese que supera ambas e que por sua vez é oposta a uma nova antítese, e assim sucessivamente. Hegel defendia uma concepção monista – mente e realidade exterior têm a mesma natureza –, para a qual a história é regida por leis necessárias e o mundo constitui um todo orgânico, que foi expressa na célebre frase segundo a qual o “racional é real”. Assim, ele se propõe a estabelecer um sistema que repousa no projeto de “pensar a vida” – o modo de colocar o ser e o pensamento, opondo-os num primeiro momento e depois superando esta oposição – na medida em que o mundo, o conhecimento desse mundo e discurso pelo qual esse conhecimento se exprime são concebidos como o desenvolvimento do Conceito. Propondo-se a expor este desenvolvimento do Conceito, o sistema hegeliano engloba a totalidade: exterioridade e interioridade se juntam, do mesmo modo que sujeito e objeto, no Absoluto que é o nível do discurso. A dialética hegeliana, assim, é este procedimento por oposição e englobamento das oposições, tanto no plano do entendimento como no da história. A dialética não é um método que supõe a exterioridade do entendimento em relação ao objeto, nem reciprocamente, mas é o próprio movimento do Conceito, a própria vida do sistema, por que o Absoluto é o sujeito. Hegel escreveu também *Ciência da Lógica* (1812-6), *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (1817), *Princípios de Filosofia do Direito* (1821). In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 12.

⁴⁵ Edmund Husserl (1859-1939), filósofo e lógico alemão que defendeu a concepção de que todo conhecimento reside no fato de uma visão, pela consciência, de uma essência, sendo essa a marca de sua filosofia, vale dizer, de tipo essencialista. Para ele, a consciência é determinada por uma intencionalidade; assim, os fenômenos dão-se à consciência numa série de sucessivos esboços: a consciência é o invariante que recebe e dá sentido à série de esboços. Após ter mostrado a elaboração dos significados no campo das idealidades lógico-matemáticas, Husserl buscou construir uma filosofia da vida e da percepção. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 13.

⁴⁶ Marcel Mauss (1872-1950), sociólogo e antropólogo francês que analisou as formas de trocas nas sociedades não-industriais revelando a dimensão simbólica do prestígio, excluindo a possibilidade de reduzi-lo a aspectos jurídicos e econômicos; ao analisar a dádiva, estendeu aos domínios jurídicos e morais os fundamentos econômicos da mesma. Para ele, a dádiva, à maneira dos outros atos sociais, põe em questão a totalidade da

reconhecendo a dimensão corporal da *hexis* como porte ou postura, utilizando a noção para designar o funcionamento sistemático do corpo civilizado; e também em outros como Heidegger⁴⁷ e Merleau-Ponty,⁴⁸ que sem empregarem a expressão também buscaram afastar-se da filosofia da consciência.⁴⁹

sociedade e de suas instituições. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 16.

⁴⁷ Martin Heidegger (1889-1976), filósofo alemão discípulo de Edmund Husserl, expoente da corrente filosófica existencialista que procurou responder em sua principal obra, *O Ser e o Tempo*, a questão fundamental: o que é o ser?. Ele desenvolveu um novo vocabulário filosófico, no qual a metafísica e a epistemologia davam lugar à análise dos diversos aspectos da existência humana. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1.

⁴⁸ Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), filósofo francês que influenciado pela fenomenologia husserliana destacou-se, entre outros, por escritos sobre o existencialismo [Costuma-se indicar por esse termo, desde 1930 aproximadamente, um conjunto de filosofias ou correntes filosóficas cuja marca comum não são os pressupostos e as conclusões (que são diferentes), mas o instrumento de que se valem: a análise da existência. Essas correntes entendem a palavra *existência* como o modo de ser próprio do ser humano enquanto é um modo de ser no mundo, em determinada *situação*, analisada em termos de *possibilidade*. A análise existencial é, portanto, a análise das situações mais comuns ou fundamentais em que o ser humano vem a encontrar-se. Nessas situações, obviamente, o ser humano nunca é e nunca encerra em si a totalidade infinita, o mundo, o ser, ou a natureza. Portanto, o termo existência tem significado completamente diferente de outros termos como consciência, espírito, pensamento etc., que servem para interiorizar ou, como se diz, tornar “imaneente” no ser humano a realidade ou o mundo em sua totalidade. *Existir* significa *relacionar-se com o mundo*, ou seja, com as coisas e com os outros seres humanos, e como se trata de relações não-necessárias em suas várias modalidades, as situações em que elas se configuram só podem ser analisadas em termos de possibilidades. Esse tipo de análise foi possibilitada pela fenomenologia de Husserl, que elaborou o conceito de transcendência onde, segundo esse conceito, nas relações entre sujeito cognoscente e objeto conhecido ou, em geral, entre sujeito e objeto (não só no conhecimento, mas no desejo, na volição etc.), o objeto não está *dentro* do sujeito, mas permanece fora, e dá-se a ele em “carne e osso”. Esse conceito manteve-se rigoroso na filosofia de Husserl e exerceu grande influência no existencialismo, para o qual as relações entre o ser-aí (isto é, o ente que existe, o ser humano) e o mundo sempre se configuram como transcendência. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 402.]. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 16. Sobre fenomenologia, a expressão quer designar inicialmente a descrição daquilo que aparece ao ser humano; outra forma de designá-la é tratá-la como a ciência que tem como objetivo ou projeto a descrição do que aparece – ou emerge apresentando-se – ao ser humano. Vários pensadores em diferentes épocas utilizaram a expressão dando diferentes sentidos específicos, inclusive no aspecto da psicologia descritiva. Foi Edmund Husserl quem fixou a noção até hoje presente e permanente sobre fenomenologia, dando um significado de fenômeno que implicou na eliminação da confusão entre psicologia e fenomenologia. Husserl afirmou que psicologia é a ciência de dados de fato, sendo que os fenômenos que ela considera são acontecimentos reais que, juntamente com os sujeitos a que pertencem, inserem-se no mundo espaço-temporal. Já a fenomenologia, que ele denomina por “pura” ou “transcendental”, seria uma ciência de essências – portanto, *eidética* – e não de dados de fato, possibilitada apenas pela *redução eidética*, cuja tarefa é expurgar os fenômenos psicológicos de suas características reais ou empíricas e levá-los para o plano da generalidade essencial. A *redução eidética*, vale dizer, a transformação dos fenômenos em essências, também é redução fenomenológica em sentido estrito, porque transforma esse fenômenos em *irrealidades*. Com esse significado, a fenomenologia constituiu-se como uma corrente filosófica particular, que pratica a filosofia como investigação fenomenológica, ou seja, valendo-se da redução fenomenológica e da *époché* – suspensão do juízo, consistente em não aceitar nem refutar, em não afirmar nem negar algo, sendo o contrário dessa atitude o que se conhece por dogmatismo, que já parte do assentimento sobre alguma coisa (ainda obscura, segundo uma corrente filosófica antiga grega). Os resultados fundamentais a que esta investigação levou, em Husserl, podem ser resumidos da seguinte maneira: a) o reconhecimento do *caráter intencional da consciência*, em virtude do qual a consciência é um movimento de *transcendência* em direção ao objeto, sendo que o objeto, ao mesmo tempo, se dá ou se apresenta à consciência “em carne e osso” ou “pessoalmente”; b) evidência da visão – intuição – do objeto devido à presença efetiva do objeto; c) generalização da noção de objeto, que compreende não somente as coisas materiais, mas também as formas de categorias, as essências e os “objetos ideais” em geral; d) caráter privilegiado da *percepção imanente*, ou seja, da consciência que o *eu* tem das suas próprias experiências, porquanto nessa percepção *aparecer* e *ser* coincidem perfeitamente, ao passo que não coincidem na *intuição do objeto externo*, que nunca se identifica com

1.1.2.4. A CLASSE SOCIAL

Mas como Bourdieu constrói sua visão de classe na sociedade? Construir o espaço social – realidade invisível e intangível – é possibilitar a construção de classes teóricas homogêneas, através de um princípio de classificação que se torna também explicativo, vale dizer, descreve classificatoriamente o conjunto das realidades sociais – aquelas escolhidas como pertinentes, que no caso em tela trata-se de agrupar os agentes que mais se pareçam entre si e distinguir daqueles que sejam tão diferentes quanto possível pertencentes a outras classes – de acordo com algumas propriedades determinantes assinaladas, que acabam por permitir prever outras propriedades porventura existentes ou não.⁵⁰

Ocorre que a classificação assim procedida, construtora de classes teóricas, pode levar a indução de que o que existe antes de tudo teoricamente, possa existir realmente, como classes reais ou grupos reais. Ora, a pesquisa de agentes ou grupos e sua teorização em modelos inscrevem previsões, previsibilidades, probabilidades, mas não significa que constituam necessariamente uma classe de acordo com o que Karl Marx⁵¹ assinalou, “*um grupo mobilizado por objetivos comuns e particularmente contra uma outra classe*”.⁵²

sua aparições à consciência, mas permanece além delas. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 339 e 437-8.

⁴⁹ BOURDIEU, O poder..., p. 62.

⁵⁰ BOURDIEU, Razões..., p. 24.

⁵¹ Karl Marx (1818-1883), cientista social, filósofo, teórico do socialismo e revolucionário alemão. Segundo filho de um advogado liberal de confissão judaica convertido ao protestantismo, foi originalmente um dos discípulos de Hegel – com rompimento mais tarde –, tendo estudado Direito nas Universidades de Bonn e Berlim, onde aprofundou-se em História e Filosofia. Devido a seu radicalismo viu sua ambição de seguir carreira acadêmica em Bonn frustradas. Em 1841 preparou em Iena uma tese sobre *As diferenças da filosofia da natureza em Demócrito e Epicuro*, que o fez descobrir a crítica materialista da religião. Membro dos jovens hegelianos, ligou-se aos irmãos Bauer e recebeu também a influência de L. Feurbach. Em 1842, em Colônia, tornou-se redator-chefe da *Gazeta Renana*, jornal de oposição fundado por burgueses radicais, que seria proibido de circular pelo censor. Foi então que tomou conhecimento dos problemas econômicos e conheceu melhor o socialismo francês, pela leitura de Saint-Simon, Fourier, Proudhon etc. Casou-se com uma amiga de infância, Jenny von Westphalen, em 1843, e mudou-se para Paris, onde lançou, após a interdição da *Gazeta Renana*, os *Anais Franco-Alemães*, em cujo único número figura *A questão judaica* (1844). Em Paris encontrou Friedrich Engels, que se tornaria seu colaborador intelectual em diversos trabalhos. Hegel exerceu uma grande influência sobre os *Manuscritos* de 1843 e 1844, nos quais o jovem Marx desenvolveu uma filosofia onde a alienação é o tema central. Na mesma época Marx redigiu sua *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel*. Escreveu, contra os hegelianos, *A sagrada família*, com Engels (1845), a *Ideologia alemã* (1845, só publicada em 1932) e, contra Proudhon, *Miséria da filosofia* (1847). Em 1845, foi para Bruxelas, onde associou-se à Liga Socialista pela Justiça (1847), posteriormente denominada Liga Comunista. O período vivido em Paris (1843-5) e depois em Bruxelas (1845-8) foi marcado por uma intensa atividade política. Marx multiplicou os contatos com os militantes operários e os emigrados alemães, uniu-se a Engels, fundou a Sociedade dos Operários Alemães de Bruxelas e, com Engels, estabeleceu uma verdadeira rede de correspondência comunista. Os dois

Mas isso não significa que não possa haver classe no sentido marxista do termo, uma vez que a proximidade de agentes no espaço social define uma potencialidade objetiva de unidade, ou seja, uma classe provável, tornado-se necessário um trabalho político de mobilização para construir uma classe real pertinente a uma classe teórica. O que se pode denominar mais proximamente por classe, real e concretamente – ou seja, no mundo contemporâneo e porque não de todas as épocas –, é talvez uma classe mobilizada ou

escreveram, entre outros, o *Manifesto do Partido Comunista* (1848), solicitado pela Liga dos Comunistas. Esses foram seus anos de acerto de contas com sua consciência filosófica de outrora e da elaboração do materialismo histórico: a ruptura com seu passado foi tanto política quanto teórica. Quando as Revoluções de 1848 eclodiram, Marx foi expulso da Bélgica. Fixou-se em Colônia, num breve retorno, onde lançou a *Nova Gazeta Renana* (junho de 1848 a maio de 1849), para a qual escreveu numerosos artigos em favor dos operários – *Trabalho assalariado e capital*. Expulso da Alemanha e depois da França, refugiou-se em 1849 em Londres, onde viveu na miséria, atenuada pela ajuda financeira de Engels que viveu o resto de seus dias. Escreveu então *Lutas de classes na França* (1850). Dispôs-se a estudar economia e concebeu sua obra-prima, *O capital*. Em 1864 foi convidado para assumir a direção da Associação Geral dos Operários Alemães – I Internacional –, para a qual redigiu o *Discurso inaugural* e os *Estatutos*. Estando em Paris por ocasião da Comuna, deu-lhe uma interpretação militante em *A guerra civil na França* (1871). Continuou a redação de *O capital*, participando ativamente da definição dos programas dos partidos operários alemão – *Crítica do Programa de Gotha* – e francês – *Considerações sobre o programa do Partido Operário Francês*, 1880. Auxiliou Engels na redação de *Anti-Dühring* (1878), mas, devido a sua doença, à morte de sua mulher (1881) e de sua filha Jenny (1883), não resistiu, vindo a falecer a 14 de março do mesmo ano. Seu envolvimento, como jornalista, com os grupos radicais alemães e franceses da conturbada década de 1840 levou-o a adotar o comunismo e a formular uma ampla e influente crítica do capitalismo, por ele condenado como a maior causa da alienação humana moderna. Convencido da importância central da economia – isto é, das condições materiais de vida – para a determinação dos demais aspectos da existência humana, Marx inverteu a célebre fórmula idealista de Hegel, segundo a qual é a consciência, ou o espírito, que determina o curso da história humana; desenvolveu, nesse sentido, uma interpretação materialista da história, que no entanto conserva da doutrina de Hegel a noção de dialética, a qual se transformaria no núcleo da corrente filosófica, ideológica e político-social conhecida como marxismo. Marx previa uma revolução política e social global, como resultado de um conflito entre as classes trabalhadoras e os capitalistas, os quais usavam o Estado para reforçar seu próprio domínio. Sua meta era a união de todos os trabalhadores para conseguirem o poder político. Após a militância revolucionária e as obras de caráter político e histórico, nos últimos anos de sua vida Marx dedicou-se mais intensamente às análises econômicas, com o propósito de demonstrar o caráter essencialmente exploratório do capitalismo, que, segundo ele, fazia com que o sistema produzisse crises cada vez mais graves. Seus estudos resultaram na obra *O capital*, de 1867 – editada por Engels em 1885-94. Durante muitas décadas, *O capital* foi uma referência central na área das ciências sociais. Em seus escritos anteriores, de cunho mais jornalístico, Marx analisou os acontecimentos políticos de sua época a partir de uma perspectiva comprometida com a classe operária. Em várias ocasiões participou ativamente de movimentos socialistas, ajudando a fundar a Primeira Internacional, em 1864, sendo escolhido seu líder. Um choque ideológico entre Marx e Bakunin levou-os a se desentenderem em 1876. Desde sua morte, sua extensa obra exerceu imensa influência sobre o pensamento político e social, e, mais especificamente, sobre os movimentos e partidos socialistas do mundo todo. Assim, durante a vida escreveu diversas obras objetos de muitas referências, tendo, juntamente com Friedrich Engels (1820-1895), concebido o marxismo como uma concepção sistemática social de idéias econômicas e política, desenvolvido, posteriormente, por seus adeptos. O marxismo, com seu materialismo dialético, é a base teórica e prática do comunismo; no cerne do marxismo encontra-se a concepção materialista da história, de acordo com a qual o desenvolvimento de todas as sociedades é, em última instância, determinado pelos métodos de produção adotados pelo povo para atender às suas necessidades. Uma técnica particular de produção determina, em primeiro lugar, um conjunto de relações de propriedade para organizar a produção – escravidão, feudalismo, capitalismo –, e, em segundo lugar, a política, a religião ou a filosofia de uma determinada sociedade. Desta forma, é o conflito entre as classes emergentes – luta de classes – que leva ao estágio seguinte da evolução social. O feudalismo é sucedido pelo capitalismo e será, por sua vez, sucedido pelo socialismo/comunismo. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 16; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.

⁵² BOURDIEU, Razões..., p. 24-5. Itálicos no original.

realizada, resultado de uma luta simbólica – política – de classificação que impõe uma visão do mundo social “ou, melhor, uma maneira de construí-la, na percepção e na realidade, e de construir as classes segundo as quais ele pode ser recortado”; enfim, tratar-se-ia aqui de uma classe de agentes que se impôs concretamente na realidade do mundo social e, assim, impõe a sua visão e divisão particular – exclusiva ou singular – de mundo a todos os demais agentes sociais.⁵³

Sabe-se que a existência de classes na teoria e na realidade é alvo direto de lutas. Uma tradição procura negar a existências de classes, em realidade procurando negar, no limite, a existência de diferenças e de princípios de diferenciação sociais; entretanto, mesmo em países muito desenvolvidos, onde a maioria se considere homogeneamente pertencentes a uma mesma classe identificada com alto bem-estar sócio-econômico e participação democrática, pesquisas revelam que a diferença se encontra por todos os espaços, revelando assim que a diferença existe e persiste vigorosamente no espaço social. Diante disso, melhor que afirmar a existência de classes sociais, seria admitir que o “que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como *algo que se trata de fazer*”.⁵⁴

Uma importante conclusão emerge. O mundo social, com suas diferenças e divisões, apresenta-se como algo que os agentes sociais continuamente têm que construir individual e coletivamente, tanto na cooperação quanto no conflito, e a posição ocupada por cada qual no espaço social – na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital – governa não só as representações desse espaço mas também a iniciativa de tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo. Assim, nessa relação complexa entre estrutura objetiva e construções subjetivas, parafraseando Blaise Pascal,⁵⁵ o sociólogo francês assinala que o “espaço social me engloba como um ponto. Mas esse ponto é um *ponto de vista*, princípio de uma visão assumida a partir de um ponto situado no espaço social, de uma *perspectiva* definida em sua forma e em seu conteúdo pela posição objetiva a partir da qual é assumida. O espaço social é a realidade primeira e última já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele”.⁵⁶ Ter consciência dessa realidade objetiva e fenomênica não altera nada por si, mas principiam reflexões sobre as “armas” passíveis de uso para

⁵³ BOURDIEU, Razões..., p. 25-6.

⁵⁴ BOURDIEU, Razões..., p. 26-7. Itálicos no original. O autor também cita Edward Palmer Thompson e sua obra “A Formação da Classe Operária Inglesa”, editada no Brasil pela Editora Paz e Terra, sobre o sentido que dá para construção ou fabricação de uma classe no sentido marxista. In: BOURDIEU, Razões..., p. 29.

⁵⁵ Blaise Pascal (1623-1662), matemático, físico, filósofo religioso e homem das letras francês. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.

⁵⁶ BOURDIEU, Razões..., p. 27.

conservações e transformações necessárias nesse espaço, compreendendo-se as imbricações entre a estrutura objetiva e as construções subjetivas nesse processo.

Entretanto, a expressão “estrutura social”, comumente empregada pelos sociólogos para identificar uma sociedade estratificada com classes ou grupos de *status*,⁵⁷ se efetivamente forma uma estrutura, torna preciso compreendê-la em que medida tais partes mantêm relações entre si para além de uma mera justaposição e se isso realmente está sucedendo factualmente no espaço social, vale dizer, se propriedades são reveladas como resultantes de uma dependência da classe ou grupo de *status* com relação à totalidade que os define. O termo “estrutura social” normalmente quer designar ou substituir a expressão “organização social”, entretanto, mais precisamente procura-se vincular a expressão “estrutura” com um sistema de posições sociais, ao passo que a expressão “organização” direciona-se para designar um sistema de papéis sociais.⁵⁸

A noção de estrutura social pressupõe que cada classe social – historicamente construída e definida, ocupante de uma posição e por essa posição afetada nas relações com as outras partes constitutivas da estrutura – possui propriedades marcantes de posição justamente por estar integrada numa estrutura e, como tal, um elemento nela constituinte e determinado, sendo essas propriedades independentes de propriedades intrínsecas evidenciadas como com a prática profissional e condições materiais de existência, estes últimos mais relacionados com os papéis sociais – sua situação ou condição de classe – que exercem. A distinção entre propriedades de posição e propriedades de situação é eminentemente uma operação do intelecto humano, e parte do pressuposto acima referido e da necessidade de desvelar – afastar ignorâncias – as determinações específicas que uma classe social recebe do conjunto total de relações que ela estabelece com as outras classes, levando a ser estabelecidas identificações verdadeiras e analogias reais.⁵⁹

As propriedades de posição permitem negativamente, vale dizer, impedem que um sociólogo transfira imediatamente, de uma sociedade à outra, esquemas interpretativos – descritivos e explicativos – ou, referido à mesma sociedade, mas de uma época a outra. Verifica-se que duas classes ou duas sociedades diferentes, mesmo quando definidas por condições de existência ou práticas profissionais idênticas ou semelhantes, apresentam

⁵⁷ Grupo de *status* é um conceito weberiano que quer significar um conjunto de pessoas definidas por uma certa posição hierárquica de honra e de prestígio, diferentemente de classe social que, para Weber, quer significar um grupo de indivíduos que compartilham as mesmas chances típicas no mercado de bens e trabalho, as mesmas condições de existência e de experiências pessoais – enfim, que partilham a mesma situação de classe ou situação de mercado. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998, p. 14.

⁵⁸ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 3 e notas de rodapé n. 1 e 2.

⁵⁹ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 3-4.

propriedades diferentes quando inseridas em estruturas sociais diferentes e por acabarem ocupando posições estruturalmente diferentes. Por outro lado, se duas classes ou dois grupos, caracterizadas por condições de existência e práticas profissionais diferentes, apresentarem propriedades comuns devido ao fato de ocuparem posições semelhantes em duas estruturas diferentes, isso não permite estabelecer imediatamente, e por si só, proposições gerais, transculturais e trans-históricas, a partir de casos isolados do contexto histórico e social que estão inseridos. Uma comparação é feita atendo-se às estruturas, mais que aos seus elementos; estruturas equivalentes e partes estruturalmente equivalentes das mesmas permitem efetuar uma profícua comparação.⁶⁰

Somente nesse sentido estruturas sociais de duas sociedades diferentes podem apresentar propriedades estruturalmente equivalentes, mesmo verificando-se diferenças profundas quanto às características objetivas das classes que a constituem e compõem. Essa apreensão estrutural permite submeter cada classe social a um questionamento e investigação mais sistemático e metódico, para desvelar verdades que uma apreensão “realista” – a realidade social tal com se apresenta imediatamente aos sentidos e percepção, enfim, sociologia espontânea – não poderia indicar. Nesse sentido, como exemplo de propriedades de posição, análises de Werner Sombart⁶¹ e Max Weber⁶² revelaram que há um ressentimento, disfarçado sob o discurso da indignação moral, ligado historicamente a uma posição de inferioridade na estrutura social, especificamente pertinentes às camadas inferiores das classes médias. Por outro lado, como exemplo de propriedades de situação, é possível asseverar proposições que são aplicáveis aos grupos definidos não por sua posição social, mas por sua situação social, como a dos sub-proletários que, por sua insegurança econômica permanente, acabam por não se constituir como um corpo coerente de reivindicações sociais e econômicas.⁶³

⁶⁰ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 5-6.

⁶¹ Werner Sombart (1863-1941), economista alemão que, entre outros, estudou as motivações subjetivas dos agentes econômicos. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 22.

⁶² Max Weber (1864-1920), sociólogo alemão e um dos fundadores clássicos da sociologia. Estudou e escreveu resultados de pesquisas sobre assuntos múltiplos, da história da economia à sociologia da música; afirmou que havia um elo entre a emergência do protestantismo e a ascensão do capitalismo, tendo sido um dos pioneiros a dar importância para a burocracia num meio social, ligando-o a determinado tipo de poder social institucionalizado. Ao estudar a estratificação social, revelou que pertencer a uma classe social não dependia diretamente de atributos econômicos ou ocupacionais, mas também do *status* – ou estatuto de reconhecimento ou prestígio social – no seu papel para a desigualdade social; para ele a sociologia deveria interpretar e explicar o comportamento social, numa postura científica diversa das descrições e observações preconizadas pelo positivismo comtiano. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.

⁶³ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 6-7.

Outro fator significativo de análise é que a posição de um indivíduo – agente social – ou de um grupo dentro de uma estrutura social somente pode ser avaliada dinamicamente – jamais estaticamente, como é feito erroneamente ao enquadrá-lo simplesmente numa posição superior, média ou inferior na estrutura social – e circunstancialmente. Todo grupo ou indivíduo localizado numa dada posição da estrutura social, possui uma trajetória social – histórica – que está se realizando; portanto, há propriedades sociais que podem ser extraídas da posição – caminhar já feito ou realizado da trajetória social – e do futuro que a posição indica para o indivíduo ou grupo. Conclui-se que posições aparentemente idênticas podem se revelar diferentes quando comparados ao futuro histórico da posição ocupada por cada um, enfim, ao destino de cada qual dentro da estrutura social vista em conjunto. Por outro lado, o sentido ascendente ou descendente do futuro trajeto de cada qual podem ser a propriedade comum desses grupos ou indivíduos, mesmo não tendo a mesma trajetória social – o mesmo caminhar social – já realizado.⁶⁴

A classe burguesa junto com as demais outras classes relativas que conviviam com ela – ou ela com as outras classes – como a classe nobre – por terras, títulos ou profissões eruditas – e a classe ou grupo que reunia camponeses iletrados, pequenos artesãos, e trabalhadores não-qualificados, é exemplo de classe social que ocupa – ou ocupou – a mesma posição em estruturas sociais diferentes e que apresenta um certo número de propriedades comuns, mesmo verificando-se diferenciação significativa de sua situação social. Assim, a análise estrutural das sociedades e seus grupos na Inglaterra, França, Alemanha e Itália, revela que essa classe média – ou intermédia – que essa análise consagrou historicamente como burguesa, construiu e manteve traços comuns trans-históricos e trans-culturais como: (I) preocupação quanto ao seu lugar na ordem social; (II) espírito rigoroso de trabalho, esforço, seriedade, moderação e poupança; (III) estilo de vida; (IV) *ethos* e atitudes em relação à educação e à cultura; entre outros.⁶⁵

Observa-se, também, que tais valores se irradiaram e acabaram por se manifestar em camadas baixas da pequena burguesia como empregados, funcionários médios e subalternos, que em suas atitudes e comportamentos profissionais – apego às práticas burocráticas, por exemplo – e pessoais – regularidade comportamental, probidade, rigor e indignação moral – retraduziram o novo sistema de valores conforme sua específica condição de vida.⁶⁶

⁶⁴ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 7-8.

⁶⁵ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 8-10.

⁶⁶ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 10-2.

Assim, verifica-se que as características das diferentes classes sociais estão em função da posição diferencial ocupada por cada classe na estrutura social e do seu peso funcional⁶⁷ na mesma, proporcional à contribuição das classes para a constituição da estrutura, não se restringindo à uma questão de importância numérica. Mas além disso, tendo em vista que os membros das diferentes classes sociais estão continuamente estabelecendo e se envolvendo em relações simbólicas⁶⁸ entre si, deliberadamente ou objetivamente verificáveis, decorre daí que muita das propriedades de uma dada classe provém – além de sua situação e posição na estrutura social – também dos resultados dessas interações e inter-relacionamentos efetuados pelos indivíduos ou agentes sociais.⁶⁹

Essas relações simbólicas acabam exprimindo “diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em *distinções significantes*. É a independência relativa do sistema de atos e procedimentos expressivos (...), das *marcas de distinção*, graças as quais os sujeitos sociais exprimem, e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros, sua posição na estrutura social (e a relação que eles mantêm com esta posição) operando sobre os “valores” (no sentido dos lingüistas)⁷⁰ necessariamente

⁶⁷ O funcionalismo é um ramo de análise em ciências sociais e refere-se a uma orientação metodológica e teórica em que as conseqüências de um dado conjunto de fenômenos empíricos constituem o centro da atenção analítica, deixando de lado as causas dos referidos fenômenos. A expressão funcionalismo tem sido aplicada a toda uma variedade de abordagens divergentes, mas o elemento que estas têm em comum é a concentração nas relações de uma parte da sociedade com outra e de uma parte da sociedade com a sociedade inteira. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom; et alii. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 326.

⁶⁸ Simbolismo, simbólico, simbólica, símbolo, entre outros, são termos que querem expressar o uso dos signos e suas manifestações para o ser humano. O símbolo é o mesmo que signo, e quer designar – genericamente – qualquer objeto ou acontecimento, usado como menção de outro objeto ou acontecimento. Em sentido mais restrito a noção deve ser entendida como a possibilidade de referência de um objeto ou acontecimento presente a um objeto ou acontecimento não-presente, ou cuja presença ou não-presença seja indiferente; um ente do qual se infere a presença ou a existência passada ou futura de outro ente. Os símbolos revelam alguma coisa ou são indicativos de algo que é obscuro, e são um produto intelectual que é uma relação de referência entre dois termos conexos e que permite chegar a conhecer alguma coisa. Distingue-se no signo a relação de significação e suposição que está implícito em seu uso, sendo que a vida humana está repleta de formas simbólicas com seus significados conceituais. Mais modernamente os signos foram estudados sob ponto de vista da sua relação com seus intérpretes, vale dizer, o uso que é dado aos signos; desse ponto de vista o signo é estudado como uma relação com ele próprio, com seu objeto e com o interpretante. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 894-6 e 901. A semiótica, no pensamento a partir do século XX, refere-se às teorias de signos e sistemas de signos, em especial com o seu papel na comunicação, portanto, ao estudo de sistemas de comunicação humana. Ela confere prioridade à linguagem ou ao código lingüístico que é usado como paradigma de outros signos não-lingüísticos de microfenômenos e macrofenômenos culturais. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom; et alii. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 683.

⁶⁹ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 12-4.

⁷⁰ Para os lingüistas, a significação de um signo não pode ser confundida com o significado do mesmo. O significado é o conceito ou imagem que vem junto e acompanhado do significante e a significação é a união efetiva entre um certo significado e um certo significante, revelando-se no âmbito da fala, e revelando ser sempre uma questão individual e localizada no tempo e no espaço. Nesse sentido, também não pode ser confundido significação com valor de um signo; valor de um signo é tudo que está à volta do signo, em seu entorno, e que ajuda a determinar a significação do mesmo. Por exemplo, a expressão “tutu” tanto pode remeter a um prato

vinculados à posição de classe, uma duplicação expressiva que autoriza a autonomização metodológica de uma ordem propriamente cultural”. Essa ordem econômica e social, assim expressa sistematicamente pode, desta forma, ser legitimamente constituída e tratada como sistema e, conseqüentemente, tornar-se objeto de uma apreensão estrutural, onde as diferenças de segunda ordem como as marcas de distinção – expressando valores de posição vinculados a cada posição (nível) na estrutura social – dependem das atitudes que os agentes desenvolvem e adotam – educação vinculada à sua condição e posição na estrutura social – para apropriar-se dessas marcas simbólicas de valores.^{71 72}

1.1.3. UMA SISTEMATIZAÇÃO DO PENSAMENTO DE PIERRE BOURDIEU (2)

Ainda dentro da tentativa de sistematizar o pensamento do sociólogo francês, segue abaixo conceitos teóricos que, somados ao que foi abordado anteriormente, pode-se considerar que atingem um núcleo central ou estrutural dentro do seu pensamento, elementos esses que serão fundamentais para compreender os textos posteriores que são trazidos para este trabalho, contribuindo não só para entendê-los, mas também para reforçar e reiterar o que descobriu fecundamente e heurísticamente Pierre Bourdieu, através de suas investigações e resultados alcançados.

culinário típico à base de feijão, como pode remeter à significação dinheiro, sendo que o entorno do signo – com sua carga valorativa – irá determinar a significação correta para a ocasião. In: COELHO NETTO, J. Teixeira. **Semiótica, informação e comunicação**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1990, p. 22-3.

⁷¹ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 14.

⁷² Ainda sobre espaço social e classes social, vide abaixo alguns textos de estudos de Pierre Bourdieu sobre a temática.

1.1.3.1. OS DIFERENTES TIPOS DE CAPITAL CIRCULANTE NO MEIO SOCIAL

A idéia de capital está diretamente ligada à idéia de campo,⁷³ como abaixo será melhor abordado. Cada campo constitui um tipo específico de capital e esse capital é uma espécie específica de capital simbólico. O capital simbólico não se confunde com o capital econômico, como normalmente é relacionado a expressão “capital”; trata-se de um fundo ou riqueza específica e singular – socialmente definido e reconhecido – que angaria um agente ou instituição num dado campo. Isso resulta por lhe reconhecer uma competência – por seus atos é que se dá o conhecimento e reconhecimento dos valores e objetos eleitos com importantes e lucrativos do ponto de vista social, por seus diversos protagonistas, num dado estágio do campo – produtora de efeitos, uma determinada autoridade, e que contribui para definir as regras do jogo do campo específico e a leis que garantem os lucros sociais para os diversos protagonistas em luta nele – no campo científico, por exemplo, define o que pode ser considerado como é brilhante ou antiquado, sobre que tema escrever, onde publicar. Desta forma, por exemplo, o capital científico – tipo específico de capital – seria uma espécie de capital simbólico consistente em reconhecimento – ou crédito – outorgado a alguém ou uma instituição pelo conjunto dos pares-concorrentes dentro do campo científico, se revelando através de citações, prêmios, medalhas, traduções, etc.⁷⁴

A noção de capital nasce da necessidade de escapar de uma redução do mundo social como um encadeamento ou somatória de equilíbrios instantâneos e mecânicos entre agentes sociais – através de suas ações ou comportamentos –, onde eles estariam jogando um jogo ocupando um papel social de meros elementos intercambiáveis entre si, num mundo concebido como de concorrência perfeita, igualdade de oportunidades perfeita, sem inércia, sem acumulação, e sem transmissão hereditária de posses e caracteres adquiridos, onde cada momento é perfeitamente independente do anterior e vigoraria a idéia de que qualquer um pode alcançar seus objetivos imediatamente, vale dizer, em todo momento qualquer pessoa pode converter-se naquilo que se propõe a ser; num mundo social mecânico de liberdade e

⁷³ Um campo é um espaço social definido, com seus agentes e instituições que nele atuam, com seus valores, regras e autonomia própria. Trata-se de um espaço social qualificado, cuja inter-relação entre os seus diferentes protagonistas definirá uma esfera cultural específica – economia, direito, filosofia, literatura, artes, música, etc. – e as ações e reações dos diferentes protagonistas do campo. Sobre o assunto vide abaixo item sobre “campo”.

⁷⁴ BOURDIEU, Los usos..., p. 79-80.

igualdade da forma acima descrita, a vida seria como um jogo de azar, onde a cada momento poder-se-ia ter uma surpresa.⁷⁵

Entretanto, verifica-se que o mundo social é uma história cumulada, e dentro de um sentido mais amplo de economia das práticas sociais – economia essa que não se reduz à economia economicista como comumente é conhecido e pensado – há capital circulando por toda sociedade, diferentes tipos de capital, e esse capital é objeto de acumulação histórico-cultural de forma a produzir efeitos específicos no seio da sociedade, bem como nas trocas – intercâmbios – que são feitas diuturnamente entre os diferentes agentes sociais. Esse capital – aqui ainda tratado genericamente – é um trabalho acumulado, um bem, um patrimônio social que existe em forma material – como substância – ou em forma interiorizada ou incorporada – portanto, imaterial, invisível. Quando agentes sociais – indivíduos ou grupos – se apropriam desse capital de maneira privada ou exclusiva, o que estão possibilitando para si, efetivamente, é a apropriação da energia social em forma de trabalho vivo ou de trabalho coisificado, graças ao que encerra o referido capital.⁷⁶

Esse capital acaba atuando de duas formas na sociedade, quais sejam, como força ínsita e como lei – norma – ínsita. Verifica-se, assim, que o capital é uma força inerente às estruturas sociais objetivas – como existem e se apresentam – e subjetivas – como são percebidas –, mas ao mesmo tempo atuam e funcionam como um princípio social fundamental para estabelecer as regularidades internas – pôr o mundo social dentro de uma “normalidade aceitável” – do mundo social. O mundo, assim, não existe e funciona, como não é fruto, de uma incerteza ou um jogo social comparável ao jogo de azar, jogado entre os agentes e grupos de agentes sociais, passível de ser traduzido por um simples olhar das ações e comportamentos – intercâmbios – estáticos entre os diferentes agentes e grupos de agentes, como se um conjunto de retratos tivesse sido tirado deles – num determinado momento – e os referidos retratos pudessem revelar o caminhar do mundo social naquele momento; enfim, o mundo social não é o local onde ingenuamente se compreenderia que o estatuto social a ser alcançado estaria sempre em aberto e presente, à disposição de quem simplesmente desejar possuí-lo. Constata-se que não se ganha um estatuto social em curto espaço de tempo, também não se perde ele de um momento para outro automaticamente; a acumulação do capital em suas forma objetivada ou incorporada requer tempo. É ínsita do capital sua tendência para a sobrevivência, podendo produzir benefícios – benefícios esses que revelam

⁷⁵ BOURDIEU, Pierre. **Poder, derecho y clases sociales**. 2. ed. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001, p. 131-2.

⁷⁶ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 131.

essa forma particular de sobreviver, convertendo-se ou transformando-se em outra coisa –, mas também reproduzindo-se a si mesmo, inclusive crescendo.⁷⁷

O capital é uma força inscrita na objetividade das coisas, sendo que determina que nem tudo no mundo social seja possível e impossível. Como uma força inscrita objetivamente nas coisas do mundo social, o capital está dotado de uma inércia – portanto com seu peso específico tendendo a manter certas coisas no mundo –, e esta inércia das estruturas do capital acaba guardando relação com o fato de que essas mesmas estruturas se reproduzem geralmente no marco das instituições sociais e disposições dos agentes, que são, por sua vez, produtos das estruturas do capital, portanto, se encontrando adaptados – “naturalmente” – a estas estruturas. A referida inércia também se vê reforçada mediante uma ação calculada, especificamente político-conservadora, qual seja, através de uma política de desmobilização e despolitização social, voltada para manter os agentes dominados numa situação de grupo meramente prático – diferentemente de um estatuto de grupo político –; de tal modo isso é feito, que esses agentes sociais, ao final, apenas entram em contato uns com os outros mediante a condução pré-direcionada das suas disposições, e resultando condenados a atuarem como um agregado de agentes – e não como um corpo unitário – limitando-se a práticas sociais – especialmente políticas – isoladas e conservadoras – que preservam o *status quo* – de cunho sempre idênticas, tais como as decisões eleitorais ou de consumo. Assim, a estrutura de distribuição dos diferentes tipos e subtipos de capital, dada num momento determinado do tempo, corresponde à estrutura imanente do mundo social, vale dizer, corresponde à totalidade de forças que lhe são inerentes, mediante as quais se determina o funcionamento duradouro da realidade social e se decidem as oportunidades de êxito das práticas sociais.⁷⁸

De fato, não é possível ter uma visão completa da estrutura e funcionamento do mundo social, a não ser que seja reintroduzido nele o *conceito de capital em todas as suas manifestações*, não somente na forma reconhecida pela teoria econômica, uma vez que a teoria econômica considera todas as formas de troca social, que não aquelas que ela abarca, como relações não econômicas e desinteressadas. O mundo social, e as práticas que nele se desenvolvem – e o marcam –, necessita de uma *ciência geral da economia das práticas sociais*, onde as trocas mercantis seja considerada apenas um caso particular entre todas as diversas outras formas possíveis de intercâmbio social. Nesse sentido, o capital pode apresentar-se em três formas fundamentais num espaço social, observando-se que a forma

⁷⁷ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 131-2.

⁷⁸ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 132-3 e nota de rodapé n. 1.

concreta em que se manifestará dependerá do campo de aplicação correspondente, assim como o seu maior ou menor custo de transformação, que constituirá uma condição prévia para seu surgimento efetivo no campo específico: (I) o *capital econômico* é aquele que é direta e imediatamente convertível em dinheiro e resulta indicado especialmente para a institucionalização, em forma de direitos de propriedade, em curso na sociedade; (II) o *capital cultural* é aquele que pode converter-se, sob certas circunstâncias, em capital econômico e resulta efetivamente apropriado para a institucionalização, sobretudo em forma de títulos acadêmicos, em curso na sociedade; (III) o *capital social* é um capital de obrigações e relacionamentos sociais e que resulta, igualmente, e sob certas condições, ser convertido em capital econômico, podendo ser institucionalizado na forma de títulos nobiliários. Nesse contexto, o *capital simbólico* é capital – na forma que se encontre manifestado socialmente – na medida em que é representando, vale dizer, simbolicamente apreendido numa relação de conhecimento, mais precisamente, numa relação de simultânea de reconhecimento e desconhecimento, pressupondo a intervenção do *habitus* – capacidade cognitiva socialmente constituída – para sua manifestação.^{79 80}

1.1.3.2. A TEORIA DO CAMPO SOCIAL

Para entender a noção de campo torna-se necessário compreender o estágio do percurso intelectual – os centros de discussão – que encontrou Bourdieu ao estudar as produções culturais em geral. Assim, contata-se que as produções culturais em geral – filosofia, história, ciências, literatura, arte, etc. – estão caracterizadas como objetos de análises com pretensão científica. Na história de cada um desses terrenos culturais verifica-se um mesmo padrão de oposição intelectual e antagonismo, tidos como irredutíveis, entre (I) as interpretações internas e (II) as explicações externas, que se dão dos conteúdos trabalhados em cada esfera cultural.⁸¹

De forma reduzida e simplificada, de um lado estariam aqueles que defendem que para compreender o conteúdo de cada esfera cultural específica – literatura, filosofia, etc. – bastaria ler os textos dos seus produtores e nada mais, pois o texto em si traria todos os

⁷⁹ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 133-6 e nota de rodapé n. 4.

⁸⁰ Ainda sobre capital, vide abaixo alguns textos de estudos de Pierre Bourdieu sobre a temática.

⁸¹ BOURDIEU, Los usos..., p. 73.

elementos significativos e suficientes para compreendê-lo e cumprir sua função cultural aos seus destinatários finais; de outro lado, estariam aqueles que entenderiam ser necessário inserir o texto em seu contexto social específico e procuram interpretar a obra de acordo com o mundo social ou o mundo econômico onde ela se insere, assim, por exemplo, no caso específico da ciência, haveriam aqueles que conceberiam o seu nascimento e desenvolvimento independentemente de condições sociais, pois ela, desta forma, seria fruto de uma partenogênese e engendraria a si mesma à margem de toda intervenção do mundo social.⁸²

A noção de “campo” produzida por Bourdieu procura superar essas duas visões irreduzíveis – interna e externa – voltadas para compreensão do conteúdo das produções culturais. A sua hipótese é que entre esses dois pólos muito distantes há um universo intermediário denominado campo econômico, jurídico, literário, artístico, científico, e assim por diante, mas cada universo composto por seus específicos agentes e instituições que produzem, reproduzem e difundem a arte, a literatura, a ciência, etc. Trata-se, desta forma, de um mundo social como tantos outros, mas com a particularidade de obedecer a leis sociais mais ou menos específicas do próprio campo; o campo da produção como espaço social de relações objetivas.⁸³

A noção de campo designa, então, um espaço relativamente autônomo, microcosmos provido de leis próprias, mas que está inserido num espaço maior social – macrocosmos – com suas leis sociais, entretanto não se confunde com elas. Por estar submetido a esse espaço social maior, ele nunca escapa absolutamente das influências ou coações sociais maiores, mas não deixa de dispor de uma autonomia parcial própria. Para construí-lo e visualizá-lo é preciso superar a imagem do campo intelectual – por se tratar da ciência das obras culturais, ciências religiosas, história da arte ou história literária – como um universo relativamente autônomo de relações específicas, extraído das relações imediatamente visíveis entre os agentes envolvidos na vida intelectual; em realidade, essas relações visíveis dissimulam as posições ocupadas por esses agentes, posições essas que determinam objetivamente a forma de tais interações ou relações.⁸⁴

Para exemplificar – e ao mesmo tempo para permitir compreender o funcionamento lógico dos campos –, no campo científico, a questão da autonomia que dispõem o campo – ou um mais específico subcampo – é algo que sempre se impõem; trata-se de uma diferença simples, mas difícil de apreciar e quantificar essa autonomia entre as diferentes disciplinas

⁸² BOURDIEU, Los usos..., p. 73-4. O que essas duas correntes têm em comum é “o fato de ignorarem o campo da produção como espaço social de relações objectivas”. In: BOURDIEU, O poder..., p. 64.

⁸³ BOURDIEU, Los usos..., p. 74; BOURDIEU, O poder..., p. 64.

⁸⁴ BOURDIEU, Los usos..., p. 74-5; BOURDIEU, O poder..., p. 64 e 65-6.

científicas, dificuldade que se estende para mensurar a autonomia das instituições científicas. Diretamente relacionado com o grau de autonomia disciplinar ou institucional é verificar qual a natureza das ingerências externas, as formas em que são exercidas, tal como financiamento, encargos ou obrigações, contratos, órgãos fiscalizadores, etc., e, inversamente, o respectivo contraponto, ou seja, o modo como manifestam as resistências que caracterizam a autonomia, ou os mecanismos que são liberados pelo microcosmo para opor barreiras às coações – ingerências – externas, a fim de identificar e reconhecer apenas às suas próprias leis internas – valores e determinações – que estabelecem sua referida autonomia.⁸⁵

A alternativa “ciência pura”, totalmente liberta de qualquer imposição – demanda ou necessidade – social, ou “ciência servil” – ou aplicada –, submetida totalmente às demandas político-econômicas, é equivocada. O campo científico é um mundo social específico e que acaba exercendo ingerências, demandas, entre outros, como qualquer outro mundo social, mas que são relativamente independentes das coações do mundo social global que o engloba. Ocorre também que as influências externas, antes de adentrarem no campo, sofrem ou passam pelo filtro da lógica própria do mesmo – espaço de mediatização –, que converte esses elementos exteriores e inicialmente estranhos em elementos lógicos próprios do campo, num autêntico processo de retradução.⁸⁶

Essa seria a manifestação mais visível da autonomia do campo, que é a capacidade de refratar ou converter, mas retraduzindo e transfigurando em uma lógica específica ao campo, as ingerências, coações ou demandas externas. Diretamente proporcional à autonomia do campo está a capacidade de conversão ou transfiguração das coações externas, a ponto de, no limite, apresentarem-se, posteriormente, totalmente irreconhecíveis. Essa capacidade de refração ou retradução é a medida do grau de autonomia do campo. De modo inverso, a heteronomia do campo se mede na medida que os problemas exteriores, em especial os políticos, se manifestam diretamente nele. Desta forma é possível verificar que disciplina como sociologia, economia e direito sofrem mais fortemente os influxos externos de ordem política, no sentido de seus conhecimentos – ou verdades – poderem ser classificados como, por exemplo, de “direita” ou “esquerda”. Já é mais difícil isso acontecer com disciplinas como biologia, física ou matemática. Uma parte da vulnerabilidade – heteronomia – de certas disciplinas das ciências sociais é que especialistas pouco competentes quanto às normas

⁸⁵ BOURDIEU, Los usos..., p. 75.

⁸⁶ BOURDIEU, Los usos..., p. 75.

específicas que regem seu campo científico agem em nome de princípios heterônomos e não são desqualificados de imediato por isso.⁸⁷

Todo campo é um campo de forças e um espaço de lutas para transformar esse campo de forças. Num primeiro momento, o espaço a ser criado como campo comporta um espaço inicial de relações de força e dominação, onde os agentes estão se fixando e criando o espaço definitivo; verifica-se que essa atuação dos agentes cria o campo e que ele acaba existindo por causa deles e das relações objetivas dos agentes que se encontram nele. Um agente poderoso que tem o poder de conferir significativamente – fortemente ou hegemonicamente – uma estrutura determinada num campo social determinado pode afetar de maneira decisiva todo ele, afetando, conseqüentemente, a atuação de todos os demais agentes. Por exemplo, a revolução de Albert Einstein⁸⁸ no campo da física ou os efeitos na pequena empresa quando uma grande empresa baixa consideravelmente seu preço no campo da economia.⁸⁹

Dessume-se daí que o campo produz um efeito prático social de significação, ou seja, ele governa os pontos de vistas dos agentes nele envolvidos; no campo científico, por exemplo, ele governa os lugares de publicação, os temas que são eleitos pelos pesquisadores, os objetos de maior valor para se depositar um interesse. Assim, essas estruturas de relações objetivas entre os diferentes agentes do campo acabam sendo as fontes do campo e essa mesma estrutura de relações acaba determinando o que os agentes podem ou não fazer no campo, tendo em vista os ganhos materiais e simbólicos que cada campo oferece aos agentes, e especialmente considerando a posição que o agente ocupa na estrutura do campo.⁹⁰

Essa posição ocupada pelo agente na estrutura do campo irá determinar, pelo menos negativamente – ou seja, o que ele não irá fazer –, a sua tomada de posição frente a várias questões específicas do campo. Assim, somente será possível compreender o que diz e faz um agente comprometido num dado campo, se for possível verificar qual a posição ocupada por ele nesse campo, enfim, se é possível saber exatamente de onde ele fala, que é muito mais significativo – explicita melhor uma posição – do que uma referência à sua condição de classe, ou seja, neste último caso, a um lugar supostamente ocupado no espaço social.⁹¹

⁸⁷ BOURDIEU, Los usos..., p. 75-6.

⁸⁸ Albert Einstein (1879-1955), físico e matemático alemão, cuja Teoria da Relatividade espacial mudou as idéias sobre o tempo e a natureza; ganhou o Prêmio Nobel de Física em 1921 por utilizar com sucesso a Teoria Quântica para explicar o efeito fotoelétrico. Passou seus últimos anos tentando desenvolver uma grande teoria unificada, ou um único sistema matemático que incorporasse as leis da gravitação e magnetismo. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1.

⁸⁹ BOURDIEU, Los usos..., p. 76-7.

⁹⁰ BOURDIEU, Los usos..., p. 77.

⁹¹ BOURDIEU, Los usos..., p. 77.

Mas a estrutura do campo social criado está – visto de uma maneira reduzida e simplificada, mas que contribui para melhor compreender o campo – determinada pela distribuição do capital específico total em um dado momento. Os agentes e as instituições possuem cada qual um volume de capital próprio que acaba determinando – de acordo com uma relação direta ao peso dessa proporção no capital total – a estrutura do campo; mas o reverso também está presente, ou seja, quanto mais escasso o peso relativo do agente ou instituição no capital total do campo, mais eles estão sujeitos às coações emanadas do próprio campo, das determinações da estrutura do espaço onde atuam, observando-se que essa coação estrutural não se dá necessariamente de forma direta, sendo exercida indiretamente – por exemplo, todos os físicos do planeta, após Einstein, mesmo sem conhecê-lo diretamente ou conviverem com ele, tiveram que se curvar à revolução – transformações, influências – que ele havia estabelecido no campo.⁹²

Quando um agente ou instituição com peso relativo muito alto, por suas práticas, acaba estipulando os objetos do campo de atuação de maior valor ou de menor valor, ele acaba indiretamente governando – influenciando – as escolhas dos demais agentes ou instituições de peso relativo mais fraco. Assim, no campo científico, os pesquisadores e as pesquisas dominantes definem, num momento dado, o conjunto dos objetos significativos e importantes, enfim, o conjunto de questões fundamentais – e lucrativas – que atrairão a atenção e concentração dos pesquisadores e das pesquisas.⁹³

Ainda falando do campo científico e contra um construtivismo idealista,⁹⁴ os agentes criam – produzem, concebem, fazem, realizam – os feitos – fatos – científicos, inclusive, em parte, o campo científico, mas a partir de uma posição nele que não fizeram – criaram, produziram, conceberam, realizaram – e que reforça e contribui para definir suas possibilidades e impossibilidades nele. Contra uma ilusão maquiavélica, nada é mais difícil e impossível de manipular que um campo, além do fato da possibilidade de um agente singular utilizar as forças do campo a seus próprios interesses ser diretamente proporcional ao seu capital científico, à sua posição na estrutura da distribuição do capital, que determina a sua força no campo. Somente um cientista com uma descoberta revolucionária, questionadora dos fundamentos da ordem científica estabelecida, poderia estipular por si as novas regras do

⁹² BOURDIEU, Los usos..., p. 77-8.

⁹³ BOURDIEU, Los usos..., p. 78.

⁹⁴ A expressão “construtivismo” aqui está empregada para designar o conjunto de atitudes, doutrinas e métodos que pretendem responder aos problemas da natureza e também do fundamento das matemáticas, tendo em comum a proximidade de adesão à hipótese de construtibilidade, vale dizer, à possibilidade, formulada com a ajuda de hipóteses, de enunciar um sistema lógico admissível. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 7.

jogo, os novos princípios de distribuição do capital científico, o que seria muito excepcional.⁹⁵

Além de serem espaços de relações de força, os campos também acabam por estabelecer tendências imanente ou probabilidades objetivas, vale dizer, um sentido de posição, colocação ou de situação em determinado espaço do campo, que permite aos seus mais “preparados” agentes a apoderar-se das oportunidades e momentos oportunos, a fim de obter o máximo de vantagens dentro do campo. Quer isto dizer que um campo – seus agentes e diversos protagonistas – não se movimenta e se orienta pela sorte – ou azar. O que é possível ou impossível nele depende do contexto. Aqueles agentes que nascem dentro de um campo, já possuem uma vantagem social inicial dentro dele, por já vivenciar e assimilar, desde tenra idade, o conhecimento e domínio de suas leis imanentes, mas de uma forma infusa, como que “natural” ou dita “inata”.⁹⁶

Leis imanentes do campo, traduza-se aqui por leis que não estão inscritas na realidade *formal* da vida, mas escritas na realidade *concreta* – forjadas paulatinamente – da vida e em estado de tendências dentro do campo, e que com o motivo e oportunidade – contexto, circunstância – adequados, produzem efeitos lucrativos para aqueles que se apropriam da ocasião a seu favor. Como no esporte um bom jogador tem esse sentido de posição e de colocação para aproveitar as oportunidades que aparecerem no jogo, um bom jogador dentro de um campo também tem esses sentido de colocação, de posição ocupada no espaço, como que previamente dotado de uma inteligência da arte de prever as tendências dentro do campo. Essa qualidade verifica-se estreitamente vinculado com uma origem social e escolar elevada do agente, que lhe permite, por exemplo, no campo científico, expor-se, apropriar-se de temas oportunos, dos bons meios de publicação, e torna-se, ao final, um fator social que determina as diferenças nas carreiras científicas.⁹⁷

Essa postura “natural” ou “inata” não se trata de um cálculo cínico na tomada de decisões mais vantajosas ou lucrativas pelo agente. Ele já possui um sentido de história do jogo, ou seja, seu passado e expectativas – percepções – quanto ao seu futuro; como um jogador de futebol que sabe onde irá cair a bola e lá se encontra quando ela cair, também o agente de um campo, com essas características marcantes que lhe dão uma qualidade especial, sabe tomar, nos momentos certos, as decisões mais vantajosas ou lucrativas para si, sem necessidade de serem cínicos para fazer o que devem fazer no momento certo e obter a

⁹⁵ BOURDIEU, Los usos..., p. 78-9.

⁹⁶ BOURDIEU, Los usos..., p. 80.

⁹⁷ BOURDIEU, Los usos..., p. 80-1.

vantagem correlativa. Essa é uma vantagem significativa de quem nasceu no jogo e tem como que “dons inatos” ou “atitudes naturais” para o jogo do campo.⁹⁸

Portanto, nos campos, há estruturas objetivas que condicionam os seus protagonistas, mas também lutas que giram em torno delas e a respeito delas. Os agentes sociais não são passivamente movidos pelas forças do campo, possuem disposições adquiridas – *habitus* –, maneiras de ser permanentes e duradouras, que podem levá-los a resistir às forças do campo, e ao invés de dobrar-se às estruturas e disposições requeridas pelo campo, tentar modificar as mesmas em função de suas disposições, para tentar dar novo contorno ao campo. Não se pode olvidar que disposições – *habitus* – cultivadas diferentemente daquelas que o campo exige levam ao agente estar sempre deslocado, mal posicionados no espaço da estrutura do campo, defasado, contrariado, inoportuno, com todas as conseqüências que isso redundam.⁹⁹

Tanto a representação que os agentes e instituições possuem do campo, quanto a sua realidade mesma, ambas são objetos de lutas dentro do campo. Assim, se é possível falar em jogo aqui, é porque nesse jogo de luta, as suas próprias regras são postas em jogo, vale dizer, não atuam previamente fixadas e imutavelmente governando as lutas; elas estão constantemente sendo postas em questão pelos agentes. Quando uma revolução simbólica se efetiva, as regras se transmutam, modificando as propriedades do jogo, seu acesso. Os agentes sociais estão inseridos na estrutura conforme posições que dependem de seu capital próprio e acabam desenvolvendo estratégias que se subordinam a esse mesmo capital acumulado, de sua posição alcançada e do seu *habitus*. Ou eles buscam a transformação das estruturas do campo ou se voltam para sua conservação; quanto mais privilegiada é a posição ocupada pelo agente no campo, verifica-se que mais ele luta para conservar – manter o *status quo* – as estruturas e sua posição nelas, mas nos limites de seus *habitus*, que é a de sua origem e particular trajetória social, que acabam mais ou menos correspondendo à sua posição no campo.¹⁰⁰

Foi estudando a sociologia religiosa de Max Weber, que Pierre Bourdieu concebeu o campo religioso como estrutura de relações objetivas, que explicava a forma concreta das interações nela havidas, passando a utilizar esse instrumento intelectual para verificar a pertinência de seu uso em diversos outros espaços sociais – campos da alta costura, política, literatura, filosofia, etc. –, a fim de verificar o que era propriedade específica de cada campo e o que era invariável comparando estrutura a estrutura. Desta forma, foi possível generalizar e

⁹⁸ BOURDIEU, Los usos..., p. 81.

⁹⁹ BOURDIEU, Los usos..., p. 81-2.

¹⁰⁰ BOURDIEU, Los usos..., p. 82.

formalizar cada vez mais “os princípios teóricos envolvidos no estudo empírico de universos diferentes e as leis invariantes da estrutura e da história dos diferentes campos”, podendo ser constatado, por exemplo, que os campos de produção cultural tem como uma das propriedades mais fundamentais, a lógica mágica da produção do produtor e do produto como feitiço.¹⁰¹

A teoria geral dos campos foi assim se estabelecendo mas sem nada dever, de modo refletido previamente, à transferência do modo de pensamento econômico – mercado, oferta, procura, concorrência, monopólio, capital, etc. Às propriedades mais gerais presentes em diferentes campos, verificou-se que a teoria econômica já havia assinalado, mas sem delas possuir um adequado fundamento teórico. Não foi a decisão deliberada de transferência do pensamento econômico – suas categorias – que esteve na origem da construção do objeto “campo” para melhor compreendê-lo; foi a própria construção do objeto que exigiu ou definiu a transferência da teoria econômica e a fundamentou. E tudo leva a supor que o campo econômico e suas categorias, tratam-se de um caso particular da teoria dos campos, longe de ser considerado como um modelo fundador da teoria geral.¹⁰²

A teoria geral da economia dos campos não se reduz ao economicismo;¹⁰³ este reduz tudo ao interesse material e ganho imediato e maximizado do lucro monetário e dos direitos de propriedade. A teoria geral da economia do campo possibilita “descrever e definir a *forma*

¹⁰¹ BOURDIEU, O poder..., p. 66-7.

¹⁰² BOURDIEU, O poder..., p. 68-9.

¹⁰³ O Dicionário Aurélio traz as seguintes acepções de economia: a) a arte de bem administrar uma casa ou um estabelecimento particular ou público; b) contenção ou moderação nos gastos, poupança; c) ciência que trata dos fenômenos relativos à produção, distribuição, acumulação e consumo dos bens materiais; d) organização dos vários elementos de um todo; e) organismo vegetal ou animal na plenitude de suas funções; f) bom uso que se faz de qualquer coisa; g) controle para evitar desperdício em qualquer serviço ou atividade. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, []. Nota-se que a palavra “economia” tem um sentido mais amplo que um conjunto de conhecimentos relativos ao sentido “c” acima indicado; expressa também administração, organização, plenitude; bom uso, controle. No Dicionário de Filosofia assinala-se que os filósofos marcaram o sentido primeiro da expressão como ordem ou regularidade de uma totalidade qualquer, não importando sua extensão finita ou infinita; de qualquer forma, está presente no plano filosófico um sentido de ordem ou regra vinculado à expressão e fixaram que a melhor ordem dentro de totalidades finitas é a que produz o resultado máximo com o mínimo de esforço – princípio da economia –, inicialmente princípio físico e metafísico para, num segundo momento, ser uma lei mecânica. Kant traduziu o princípio como a busca, na natureza, da máxima unidade e simplicidade possíveis, e a filosofia contemporânea alçou o princípio como regra metodológica, onde os métodos de constituição do saber são considerados de natureza econômica, de mínimo esforço. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 298-9. Se existe um sentido mais amplo de economia que não pode ser perdido de vista – até mesmo para sempre ser possível repensar a economia nos aspectos que cada época histórica exige; nas diferentes miradas ou ângulos de projeção que o tema permite – é possível reconsiderar as categorias estritas que foram construídas para um sentido estrito de economia, agora numa nova e diferente orientação, como faz Bourdieu – ao avançar e superar um propósito meramente lucrativo e monetarista, qual seja, o do máximo ganho material com o mínimo esforço e o mais rápido possível –, até mesmo para desmistificar a economia que se reduziu a economicismo; assim, se resgatam sentidos econômicos gerais mais constantes e presentes no mundo social e que atuam diuturnamente e historicamente para realizá-lo e, portanto, dão sentido simbólico e material ao mundo de todos e cada um.

específica de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho)”. Explicar, verificar porque e como se tornam necessários as ações dos produtores e a obras produzidas, é compreender a origem social do campo, discernir o que faz a necessidade singular ou específica que move a crença que o sustenta, o jogo da linguagem, o jogo das coisas materiais e simbólicas – específicas – que o assinalam, revelar o que há de arbitrário e não-motivado nesse jogo; um jogo onde as próprias regras estão em jogo continuamente.¹⁰⁴

Desta forma, a teoria geral dos campos permite verificar tudo que se encontra na história como explicação de muitas das opções intelectuais, até mesmo consideradas trans-históricas, que foram tomadas ao longo do percurso civilizacional humano. “Nunca se passa para além da história e a ciência do homem não pode pôr a si mesma outro fim que não seja o de se reapropriar, pela tomada de consciência, da necessidade que está inscrita na história e, em particular, de conferir a si mesma o domínio teórico das condições históricas em que podem emergir necessidades trans-históricas”. No campo literário ou campo artístico, em sua trajetória histórica de depuração de gêneros para alcance de distinção e definição de modo exclusivo, para longe de constituírem essências trans-históricas, produziram justamente uma histórica autonomização de campos de produção cultural.¹⁰⁵

A busca e o alcance de uma essência ou quinta-essência – especificação, distinção, depurado ao longo do tempo – dentro de um campo, traz a sua autonomia, mas também o esquecimento do próprio processo histórico que resultou na quinta-essência – abstração –, daí a importância da análise histórica do campo para analisar a própria essência. Diferentemente de se colocar a razão, a verdade, a beleza, a virtude como princípio, a fim de alcançar a vivência de uma experiência absoluta – trans-histórica – estranha às demandas e contingências de uma origem e caminhar histórico, a teoria geral dos campos circunscreve-se a uma história da razão, uma história do verdadeiro, uma história do belo, uma história do bem, que não estão preocupadas em encontrar a razão, a verdade a beleza ou a virtude. A autonomia relativa de um campo, é que confere à história de um de seus elementos – e, portanto, a respectiva autonomia relativa – um papel original.¹⁰⁶

Assim, por exemplo, longe da arte – campo artístico – encontrar nela própria o princípio e a norma – leis de evolução – da sua transformação, como numa visão sistêmica onde a lógica interna e determinada do sistema comandaria essas transformações, nos campos

¹⁰⁴ BOURDIEU, O poder..., p. 69.

¹⁰⁵ BOURDIEU, O poder..., p. 70-1.

¹⁰⁶ BOURDIEU, O poder..., p. 71.

– e o campo artístico incluído – observa-se e revela-se, em sua lógica histórica, que há os agente e os seus produtos que se acham objetivamente situados nos respectivos campos, em relação aos outros agentes e seus outros respectivos produtos, e se rupturas há com a tradição, isto está relacionado com a posição relativa, dentro dos respectivos campos, dos que defendem a tradição e dos que querem quebrá-la.¹⁰⁷

Para Bourdieu, “a história só pode produzir a universalidade trans-histórica produzindo, por meio das lutas (...) dos interesses particulares, universos sociais que, por efeito da alquimia social das suas leis históricas de funcionamento, tendem a extrair da defrontação dos interesses particulares a essência sublimada [engrandecido e volatilizado] do universal”. Desta forma, a exaltação ou santificação, por um lado, ou o rebaixamento redutor, por outro, têm em comum o fato de procurar a referência nos grandes nomes, os princípios das grandes obras, esquecendo-se de tudo que, nas práticas e produções mais elevadas da humanidade, é resultante da lógica do campo, onde as pessoas ou agentes encontram uma incitação para se superarem ou produzirem obras e ações que vão além das suas intenções iniciais.¹⁰⁸

No caso da obra de arte, por exemplo, a ciência deve compreendê-la em sua dupla necessidade, qual seja, (I) sua necessidade interna, que longe de ser contingente ou acidental, revela-se necessário e necessitando de seu referente; e (II) necessidade externa, que se traduz no encontro de uma trajetória histórica e seu campo, “entre uma pulsão expressiva e um espaço de possíveis expressivos, que faz com que a obra, ao realizar as duas histórias de que ela é produto, as supere”.¹⁰⁹

Por fim, haveria limites para o campo, e – caso a resposta seja positiva – quais seriam eles? Verifica-se que “o limite de um campo é o limite dos seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz”.¹¹⁰

1.1.3.3. O PENSAMENTO RELACIONAL E SUA FORÇA HEURÍSTICA SOBRE O SOCIAL

¹⁰⁷ BOURDIEU, O poder..., p. 71-2.

¹⁰⁸ BOURDIEU, O poder..., p. 73.

¹⁰⁹ BOURDIEU, O poder..., p. 70.

¹¹⁰ BOURDIEU, O poder..., p. 31.

A construção do objeto científico, como abaixo melhor será explicitado,¹¹¹ é um trabalho ingente, realizado vagarosamente, paulatinamente, mas solidamente, através de retoques, correções, emendas, enfim, sugestões essas que emergem do ofício de pesquisador, ofício esse que se constitui no conjunto de princípios práticos que orientam opções minúsculas, quase imperceptíveis – muitas vezes discussões sobre aspectos aparentemente ínfimos e insignificantes sobre pormenores –, mas decisivas para a pesquisa e formação do pesquisador.¹¹²

A atenção aos pormenores do procedimento da pesquisa é importante, uma vez que há uma dimensão social – público alvo da pesquisa, procedimento de abordagem desse público, forma de inserção no meio a ser estudado – presente e atuando – influenciando – nesse ato, e que acaba por colocar o pesquisador em alerta contra o fetichismo dos conceitos e teorias, e da propensão de considerar os instrumentos teóricos que utilizará – *habitus*, campo, capital etc. – como fechados e importantes em si mesmos, em vez de os colocar em ação, vale dizer, fazê-los funcionar. Deve ser a noção de campo – e de todas as suas implicações, conforme acima visto, como construtor de objetos de pesquisa – que irá comandar ou orientar as opções práticas da pesquisa; “funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades”. O mundo social, assim, é e deve ser pensado de forma relacional – pensar relacionalmente – escapando de uma forma de pensamento considerada realista e substancialista¹¹³ dada pela tradição intelectual. O real é relacional.¹¹⁴

O modo de pensamento relacional ou estrutural, como o que caracteriza a matemática ou a física moderna, tem a propriedade de não identificar o real com as substâncias ou materialidades mais visíveis como se apresentam as coisas, mas, diferentemente, identifica o real com as relações a que se encontram submetidas as coisas, relações essas que acabam dando o sentido e significado existencial das mesmas. Por este ponto de vista, a “realidade social”, da forma que sempre foi descrita pela sociologia objetivista – como a de Durkheim e Marx –, passa a ser vista de outra maneira, vale dizer, é agora formada por uma série de relações invisíveis, exatamente aquelas que constituem um espaço de posições sociais, onde cada uma das posições é exterior em relação às outras posições, bem como definidas pelas distâncias relativas que elas mantêm entre si. Trata-se de uma realidade extraída do realismo

¹¹¹ Vide item 1.1.5.

¹¹² BOURDIEU, O poder..., p. 26-7.

¹¹³ A filosofia substancialista, no sentido que Cassirer deu ao termo, quer designar o pensamento que somente reconhece a realidade que venha e se encontre diretamente oferecida à intuição da experiência ordinária. In: BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 104.

¹¹⁴ BOURDIEU, O poder..., p. 27-8.

da relação, ou seja, o real – agora – é o que se obtém do relacional; a realidade não é senão a estrutura social, como um conjunto de relações constantes que são muitas vezes invisíveis, porque estão obscurecidas pela realidade das experiências sensitivas e ordinárias e, particularmente, pelos próprios indivíduos em seu modo de enxergar o mundo, os quais se encontram presos ao realismo substancialista.¹¹⁵

A tradição erudita marcou e fixou o real através do que pode ser visto claramente – grupos, indivíduos, instituições etc. – e passou a refletir sobre elas em termos de substâncias em si, com propriedades e elementos singulares e específicos – ônticos – extraídos de si mesmos. Pensar em tais realidades é mais fácil que pensar em relações, assim como é mais fácil pensar as diferenciações e os antagonismos presentes na sociedade em forma de grupos de populações, definidos como classes, do que em forma de um espaço de relações sociais. A tradição erudita, desta forma, procura construir seus objetos de pesquisa por serem realidades notadas imediatamente, adotando, por exemplo, uma divisão de população mais ou menos delimitada arbitrariamente, ou categorias pré-constituídas – mães solteiras de um dado gueto, jovens, velhos, imigrantes etc. –, sem analisar o por quê é que eles tomam por objeto tais objetos – quais as causas e razões sociais por que eles concebem e constroem assim os objetos de seu estudo –, ou, por outras palavras, porque eles não tomam por verdadeiro objeto de estudo e pesquisa, esse trabalho social tradicional – em permanente reprodução já de forma naturalizada – de construção de objetos pré-constituídos. Aqui haveria uma ruptura epistemológica fecunda teoricamente.¹¹⁶

Também a tradição erudita formula questões para serem respondidas pelo mundo social, mas que deveriam ser melhor refletidas, enfim, se a resposta encontrada efetivamente revelaria a verdade procurada pela indagação. Por exemplo, a questão do poder é sempre uma indagação quanto à localização dele em termos substancialistas e realistas, qual seja, onde ele está e quem o detém e o exerce, ele vem de cima ou ele vem de baixo etc. Para escapar a essas alternativas vinculadas a um modo de pensamento realista e substancialista, é possível pensar a existência num dado espaço social de um campo de poder, com uma classe dominante – população verdadeiramente real de detentores da realidade tangível que se chama poder –, onde esse campo seria definido como as “relações de forças entre posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais

¹¹⁵ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 104-5.

¹¹⁶ BOURDIEU, O poder..., p. 28.

possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítima de poder”.¹¹⁷

A análise relacional impõe dificuldades, e uma delas é que, se não for feito um trabalho intelectual de definição e distribuição de propriedades entre os indivíduos, fica praticamente impossível apreender os espaços sociais; assinala-se que a informação acessível é associada a indivíduos. Ora, isso obriga, em todos os tempos e épocas – conforme diferentes contextos –, bem como espaços, ao pesquisador definir e atribuir as propriedades dos indivíduos que pertencem ao campo objeto de estudo para, somente a partir daí, extrair todas as conseqüências passíveis de serem demonstradas e verificadas, explicações que revelam a verdade e funcionamento de um objeto de estudo social. Por isso, Pierre Bourdieu compreende necessário interrogar os duzentos maiores e mais importantes executivos franceses para apreender e compreender, em um âmbito de completude maior, relacionalmente, o sub-campo econômico e como ele se reproduz socialmente e economicamente – suas práticas, opções, omissões, racionalidade etc.¹¹⁸

Um instrumento de construção de objetos de efeitos práticos muito úteis, utensílio – ferramental, instrumento – de um pesquisador que tem a faculdade de obrigar, durante o seu levantamento e após sua conclusão, uma forma de estimulação ao pensar relacional das unidades sociais que ele compara, com suas respectivas propriedades, é o *Quadro de Caracteres Pertinentes de um Conjunto de Agentes ou de Instituições*. Por ele, por exemplo, se se deseja fazer uma análise de diversos estabelecimentos de ensino, “inscreve-se cada uma das instituições em uma linha e abre-se uma coluna sempre que se descobre uma propriedade necessária para caracterizar uma delas, o que obriga a pôr a interrogação sobre a presença ou a ausência dessa propriedade em todas as outras (...); depois fazem-se desaparecer as repetições e reúnem-se as colunas que registram características estrutural ou funcionalmente equivalentes, de maneira a reter todas as características – e essas somente – que permitem discriminar de modo mais ou menos rigoroso as diferentes instituições, as quais são, por isso mesmo, pertinentes”.¹¹⁹

É por via de um trabalho de construção dessa qualidade – trabalho metuculoso, feito por aproximações, e que necessita paciência e atenção – que se constroem espaços sociais que vão se revelando paulatinamente de forma original, pois embora os dados ofereçam formas de relações objetivas muito abstratas, são, ao final, “o que constitui toda a realidade do mundo

¹¹⁷ BOURDIEU, O poder..., p. 28-9.

¹¹⁸ BOURDIEU, O poder..., p. 29.

¹¹⁹ BOURDIEU, O poder..., p. 29.

social”. Fora das relações com o todo, por exemplo, uma instituição nada é. Além disso, a propósito da consistência dos resultados obtidos relacionalmente, não se pode esquecer que fazer ciência é também “evitar as aparências da cientificidade, contradizer mesmo as normas em vigor e desafiar os critérios correntes do rigor científico (...). A verdadeira ciência, na maior parte das vezes, tem má aparência e, para fazer avançar a ciência, é preciso, (...) correr o risco de não se ter todos os sinais exteriores de cientificidade”. Fora das relações com o todo, por exemplo, já foi ressaltado que uma instituição nada é.¹²⁰

1.1.4. A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E O PODER SIMBÓLICO

Com essas explicações preliminares como base, torna-se necessário aprofundar sobre as reflexões deixadas pelo pensador e pesquisador francês, a fim de conhecer melhor o alcance de seu pensamento, epistemologia e seu método. Num primeiro momento, abaixo será trabalhado a explicação de três outras concepções – violência simbólica, poder simbólico e epistemologia social crítica –, inseridas e extraídas dentro de uma pesquisa mais ampla, onde Bourdieu, junto com outros pesquisadores, constroem saberes que interpretam aspectos que transpassam o mundo social, condicionando objetivamente o agir e comportamentos sociais. Num segundo momento, será dada ênfase a outras pesquisas que complementam as idéias já trabalhadas, revelando e ampliando o nível de fecundidade que é possível alcançar em diversos campos sociais, a utilização desses instrumentais epistemológicos, metodológicos e teóricos, mais especificamente, a busca de uma ciência que seja mais rigorosa na explicação do que é e sucede dentro do mundo social, com suas diversas conseqüências nas várias dimensões que o ser humano pode coletivamente estabelecer relações.

1.1.4.1. DA EDUCAÇÃO EM SENTIDO AMPLO OU PEDAGOGIA DA VIDA SOCIAL COMO PROCESSO DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

¹²⁰ BOURDIEU, O poder..., p. 29-31 e 42.

Analisando o sistema de ensino francês, e suas práticas autônomas, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron construíram proposições que explicam o sistema de ensino sob forma criticamente diferente, no sentido vinculá-lo diretamente com a estrutura das relações entre as classes sociais, como ponto central da teoria. Assim, as funções de comunicação, de inculcação de uma cultura legítima, de seleção e de legitimação, soma-se com autoridade, dissimulação, desconhecimento, violência, arbitrário, para compor um quadro “naturalizado” e “legítimo” de práticas educacionais, desvelando uma verdade objetiva da ação pedagógica, que é a imposição de um arbitrário cultural – arbitrário em sua imposição e em seu conteúdo – através da violência simbólica. Não se trata de algo que se estabelece deliberadamente e expressamente, mas muito mais como algo que está presente subjacente e dissimuladamente, e que marca o sistema de educação francês.¹²¹

Num sistema educacional, e nas práticas pedagógicas, está presente a violência simbólica, essa violência com caráter especial e diversa da violência física ou violência legítima, bem como dos demais tipos conhecidos de violência física ou moral, que se traduz no poder de impor significações com legítimas, mas dissimulando – regra geral sem o saber, por quem impõe e por aqueles que sofrem a imposição – as relações de força que estão na base mesma da origem de sua força. O efeito de dissimulação – desconhecimento – duplica a força simbólica – violência – dessa relação de força.¹²²

A ação pedagógica,¹²³ seja por quem a exerça, é uma violência simbólica por impor um arbitrário cultural fundado num poder arbitrário. Num espaço social formado por grupos ou classes, a ação pedagógica, no quadro de uma instituição escolar, visa especificamente reproduzir a cultura dominante, mas ela sempre terá as características assinaladas, tanto para reproduzir o arbitrário cultural de classes dominantes quanto de classes dominadas isoladamente. Observa-se que o sistema de ensino dominante assegura-se no monopólio da violência simbólica legítima.¹²⁴

¹²¹ BOURDIEU, Pierre; e PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, p. 11-3.

¹²² BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 19.

¹²³ Considerando que a vida social é um processo pedagógico intenso em várias dimensões ou campos sociais específicos onde os agentes ou classe de agentes ou grupos se inserem, a ação pedagógica que será exposta a partir de agora, compreende toda ação pedagógica, seja ela “exercida por todos os membros educados de uma formação social ou de um grupo (educação difusa); quer pelos membros do grupo familiar aos quais a cultura de um grupo ou de classe confere essa tarefa (educação familiar); ou pelo sistema de agentes explicitamente convocados para esse fim por uma instituição com função direta ou indiretamente, exclusiva ou parcialmente educativa (educação institucionalizada)”. Assim, a ação pedagógica é aquela que não só o sistema escolar pode exercer, mas também a Igreja, o Hospital, a Empresa, etc., conforme o campo social considerado (político, religioso, cultural, econômico, educacional, etc.). In: BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 20, 31-2.

¹²⁴ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 20-1.

Num primeiro sentido, a ação pedagógica é violência simbólica porque é resultante de relações de força presentes na sociedade, e que acabam por constituir/instituir poderes arbitrários; esses poderes arbitrários constituídos/instituídos, como resultante de lutas sociais, instauram relações de comunicação pedagógicas inicialmente com seus agentes ou grupos afins, relação de comunicação que é imposição e inculcação – ambas igualmente arbitrárias em seu modo – de um arbitrário cultural. Assim, a ação pedagógica se exerce numa relação de social de comunicação e numa relação social de força, sendo que, no sistema de diversas ações pedagógicas presentes num espaço social, será a ação pedagógica correspondente aos interesses – materiais e simbólicos – dos grupos ou classes dominantes, que será posto em posição dominante, fruto das lutas no seio de uma dada formação social.¹²⁵

Num segundo sentido, a ação pedagógica é violência simbólica, por impor e inculcar significações convencionadas – portanto, através de seleção e exclusão – como dignas de ser reproduzidas; essa reprodução – multiplicação e perpetuação – é resultado de uma seleção arbitrária de um grupo ou uma classe que marca sua existência por esse seu arbitrário cultural. Ocorre que essa seleção de significações, que acaba por definir objetivamente a cultura de um grupo ou de uma classe como sistema simbólico, é arbitrária, na medida que o fundamento dessa cultura adotada convencionalmente não pode ser deduzida de nenhum princípio universal, físico, biológico ou espiritual, nem em uma natureza das coisas ou mesmo natureza humana. A escolha feita por cada grupo, trata-se de uma opção sociologicamente necessária, porque a cultura acaba por dever sua existência às condições sociais da qual ela é produto, e sua inteligibilidade e aceitação, à coerência e funções internas na estrutura de relações significantes que a constituem para seus agentes ou classe de agentes. A cultura adotada está ligada à história das condições sociais de seu aparecimento e de sua reprodução ou perpetuação por relações sociais significantes, sendo que o arbitrário cultural que será posto – por uma luta – em posição dominante, diante dos vários outros arbitrários culturais num dado sistema social, será aquele que exprimirá mais completamente os interesses – materiais e simbólicos – dos grupos ou classes dominantes.¹²⁶

Existe uma relação direta entre a (I) arbitrariedade da imposição e a (II) arbitrariedade do conteúdo imposto – ambos constituem o denominado duplo arbitrário da ação pedagógica –, no sentido de que o grau objetivo de arbitrário do poder de imposição de uma ação pedagógica é tanto mais elevado quanto o grau de arbitrário da cultura imposta é ele mesmo mais elevado. Sociologicamente, os dois tipos de arbitrariedade funcionam numa forma una,

¹²⁵ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 21-2.

¹²⁶ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 22-4.

sendo ficção lógica a demarcação como “duas” realidades fáticas, porque “ambas” existem imbricadas. Toda ação pedagógica inculca significações dedutíveis a partir de um elegido – portanto, escolhido arbitrariamente – princípio universal, fundado numa “razão lógica” ou “natureza biológica”; uma autoridade – utilizando uma relação de força, com resultados simbólicos – irá lembrar, a quem por dever ou direito, aquilo que não pode se esquecer. Quanto menos “naturalmente” – pela via da explicação da natureza biológica ou razão lógica – as significações não se impuserem, mais uma autoridade deverá recorrer aos meios diretos de coerção.¹²⁷

Considerando que há várias ações pedagógicas em curso num espaço social, e que a imposição de um arbitrário cultural dominante se dá pela luta – relação de força – entre grupos ou classes sociais uns em relação aos outros, essa luta reproduz e inculca os arbitrários culturais em jogo – em especial o arbitrário cultural dominante –, bem como reproduz reforçando as mesmas relações de forças em jogo, contribuindo, assim, para reproduzir socialmente a reprodução cultural, em especial o domínio do arbitrário cultural dominante e as forças que o colocaram em posição dominante. O sistema de educação, “como conjunto dos mecanismos institucionais ou habituais pelos quais se encontra assegurada a transmissão entre as gerações da cultura herdada do passado (...) a informação acumulada”, quando não enxerga – ou constata – que em suas práticas está reproduzindo simbolicamente – imperceptivelmente, por isso sua força propriamente simbólica – as relações de força que haviam e ainda se processam no espaço social, jungidas a cada conhecimento transmitido – reproduzido –, reproduz mais fortemente ainda o tipo específico de sociedade e os valores sociais que o espaço social está forjando ao longo do tempo. Contribuem, assim, através da sua função de reprodução cultural, a reproduzir a sociedade e suas lutas internas. Como cada grupo ou classe se encontra numa determinada posição ou situação nessa relação de forças, eles estão assim reproduzindo sua condição ou situação, pois cada ação pedagógica corresponde a interesses materiais e simbólicos específicos, igualmente contribuindo para reproduzir a estrutura social. E por fim, o valor econômico e simbólico que socialmente se estabelece – ou se estipula nas lutas dentro das formações sociais – para os indivíduos educados, com seu capital cultural resultante das lutas dessas diferentes ações pedagógicas e seus arbitrários culturais, também assegura a reprodução social, que é a reprodução da estrutura das relações de força entre as classes ou grupos sociais. Assim, há um conjunto de fatos que contribui para não mais enxergar uma harmoniosa somatória de culturas que dão o

¹²⁷ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 24.

sentido do patrimônio cultural de uma sociedade, mas, diferentemente, como uma dada visão cultural se impõe e se fixa como dominante e norteia as demais manifestações culturais.¹²⁸

Para que a violência simbólica seja efetivamente simbólica, e a verdade inteira da imposição arbitrária de um arbitrário cultural não apareça jamais, é necessário que uma autoridade pedagógica exerça a ação pedagógica e que haja uma autonomia relativa da instância encarregada de exercê-la; uma ação pedagógica, exercida sem uma autoridade pedagógica é sociologicamente impossível. Também verifica-se que uma ação pedagógica, reveladora do exercício de sua verdade objetiva – como violência e arbitrariedade –, seria autodestrutiva; por isso, não sem sentido, revela-se que toda ação pedagógica tem objetivamente por condição de exercício, o desconhecimento social – dissimulada até por suas práticas cotidianas e ideologias presentes que ocultam sob vestimenta natural – da sua verdade objetiva.¹²⁹

A autoridade pedagógica, como direito de imposição legítima, portanto, poder de violência simbólica, desconhecido como poder arbitrário de imposição, justamente por essa condição de presença desconhecida, reforça o poder arbitrário que a estabelece e que ela dissimula. O reconhecimento dessa legitimidade não se encontra numa gênese psicológica nem sobre fundamento num princípio físico, biológico ou espiritual, muito menos como uma livre decisão, ou ato resultante de contrato ou a consequência de uma metafísica da cultura onde existiria um sistema lógico de escolhas das relações significantes que constituiriam uma dada cultura. Sociologicamente, os agentes reconhecem a legitimidade de uma instância pedagógica porque as relações de forças sociais no qual cada agente, classe ou grupo está colocado, impede a todos da apreensão dos fundamentos dessa relação de forças e suas consequências objetivas. Desta forma, todos agem reiterando ou reproduzindo o que a autoridade pedagógica, por sua legitimidade desconhecida ou dissimulada, inculca, especialmente quando alguém imagina que está transgredindo uma norma social, mas na realidade está reforçando sua força, por agir conforme um aspecto positivo ou negativo nela presente, como, por exemplo, praticar um delito e fugir, esquecendo-se que quem foge reitera um fundamento da norma, no caso, sua sanção.¹³⁰

Historicamente varia o peso das representações de legitimidade, em especial a legitimidade da ação pedagógica dominante, e ele é tanto mais completa na medida em que o estado das relações de força não obriga a classe dominante invocar a dominação – portanto

¹²⁸ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 24-5.

¹²⁹ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 26-7.

¹³⁰ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 27-8.

aos meios diretos de coerção – como princípio de legitimação da dominação, bem como quando se verifica a maior completude da unificação do mercado onde se constitui o valor simbólico e material de um sistema de ações pedagógicas. Esse reconhecimento – desconhecimento – da legitimidade, é uma força que reforça a relação de força estabelecida entre classes e grupos; ao impedir a apreensão dessa realidade dissimulada pelos grupos e classes dominadas, impede-se também o respectivo conhecimento de toda a força que lhes – grupos e classes dominadas – daria a tomada de consciência de sua força. A ação pedagógica precisa desse desconhecimento ou dissimulação de sua realidade objetiva, sendo que isso constitui a sua condição de exercício, ou transubstanciação das relações de força em autoridade legítima.¹³¹

Além de ser variável historicamente, as relações de força que determinam o modo de imposição do arbitrário cultural característico de uma ação pedagógica, implica numa definição social do modo legítimo dessa imposição, em especial o grau em que o poder arbitrário que torna possível a ação pedagógica pode se revelar sem eliminar o seu efeito próprio. Desta forma, para certas sociedades, o recurso à coerção desqualifica o agente pedagógico, enquanto que para outras mais tradicionais, as sanções são simplesmente atributos da legitimidade. A tomada de consciência da verdade objetiva da imposição, ou da verdade objetiva das significações impostas – uma ou outra isoladamente, ou ambas ao mesmo tempo –, não implica na apreensão completa do duplo arbitrário da ação pedagógica, na medida em que se verifica cair em concepções sobre as utopias de uma pedagogia sem arbitrário – ou espontaneísta, que outorgaria ao indivíduo o princípio de sua própria expansão ou desenvolvimento cultural –, mas que esconde a luta ideológica dos grupos que querem assegurar o monopólio do modo de imposição legítima; a idéia de uma ação pedagógica culturalmente livre, vale dizer, que escaparia ao seu duplo arbitrário, cai no desconhecimento da verdade objetiva daquela ação: sua violência específica – seja qual for o tipo historicamente e culturalmente estabelecido na sociedade – reside naquilo que ela consegue fazer esquecer como tal. Assim toda educação, por mais “liberal” que seja, nesse caso específico acaba por inculcar disposições liberais; mesmo maneiras suaves de tratamento educacional – escolas, igreja, família, hospital psiquiátrico, empresa –, acabam provocando uma retração afetiva que é tão arbitrária quanto a repreensão ou castigos.¹³²

Surgem as relações de concorrência entre as instâncias que pretendem o exercício legítimo do poder de imposição, concorrência sociologicamente necessária uma vez que não

¹³¹ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 28-9.

¹³² BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 29-31.

há instâncias para legitimar as instâncias de legitimidade, onde a força de tais reivindicações legitimadoras provém da força dos grupos ou classes que nesse processo exprimem diretamente ou indiretamente seus interesses materiais e simbólicos. Essa concorrência obedece à lógica particular de cada campo de legitimidade considerado (político, religioso ou cultural), mas cuja autonomia não se confunde com independência frente às relações de força exteriores que estão presentes entre os grupos ou classes – e seus interesses materiais e simbólicos – no espaço social.¹³³

A relação de comunicação pedagógica, que se realiza na ação pedagógica, não se reduz a uma pura e simples relação de comunicação – estando dissimulado esse fato –, uma vez que deve estar presente o reconhecimento da legitimidade de quem é emissor dos conhecimentos; a autoridade pedagógica do emissor condiciona a recepção da informação e o efeito de cumprimento dos desígnios de ação formativa implícitos no processo de inculcação de uma aprendizagem. A autoridade pedagógica assinala fortemente todo os aspectos envolvidos no processo da relação de comunicação pedagógica, de tal modo que é considerado como “o modelo da relação primordial da comunicação pedagógica”, ou seja, é a relação de comunicação com marca fundante e estruturadora presente nos grupos e classes, de forma a ser reiterada – reproduzida – de geração em geração, como a relação entre pais e filhos. Tudo que ela transmite, só pelo fato de transmiti-lo é legítimo, digno de ser transmitido por oposição a tudo que ela não transmite.¹³⁴

Outra característica marcante da relação de comunicação pedagógica, é o fato de que ela se encontra previamente e totalmente dispensada de produzir as suas condições de legitimidade, de sua instauração e de sua perpetuação ou reprodução. Isso se deve a fato de que a relação de comunicação pedagógica não necessita estar continuamente conquistando e reconquistando o reconhecimento social para seu discurso, uma vez sua legitimidade é reconhecida de imediato e de uma vez por todas. Assim, quem não tiver essa condição de autoridade pedagógica prévia e permanente para o exercício da violência simbólica, precisa continuamente buscar o reconhecimento social ou uma caução social – por exemplo científica – para dar uma aparência de legitimidade para suas práticas. Por isso, os emissores pedagógicos legitimados como autoridades pedagógicas, são imediatamente identificados como “dignos de transmitir o que transmitem, e (...) autorizados a impor a recepção e a controlar a inculcação por sanções socialmente aprovadas ou garantidas”.¹³⁵

¹³³ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 32.

¹³⁴ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 32-3, 35, 36.

¹³⁵ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 33-4.

Diante disso, os receptores não só estarão aptos ou dispostos para reconhecer e interiorizar a legitimidade da informação e a dupla arbitrariedade do processo, como também constata-se que a força simbólica das sanções físicas ou simbólicas exerce seu efeito maior para aqueles que estão mais dispostos a reconhecer a autoridade pedagógica que as impõe, reforçando e consagrando os efeitos de uma ação pedagógica.¹³⁶

Assim, numa dada formação social, a ação pedagógica legítima e dominante é “a imposição arbitrária do arbitrário cultural dominante, na medida em que ela é desconhecida em sua verdade objetiva de ação pedagógica dominante e de imposição do arbitrário cultural dominante”, onde a ortodoxia cultural fixa-se enquanto tal como resultado de uma concorrência, e vitoriosa enquanto uma certa estrutura dentro do campo de concorrência.¹³⁷

Assim, também, numa dada formação social, a cultura legítima e dominante é “o arbitrário do arbitrário cultural dominante, na medida em que ela é desconhecida em sua verdade objetiva de arbitrário cultural e de arbitrário cultural dominante”, sendo que os arbitrários culturais – mais ou menos integrados, conforme particularidade de cada espaço ou formação social –, numa relação de luta, compõem um sistema submetido à dominação do arbitrário cultural dominante, não podendo ser jamais definidos fora dessa dependência sistêmica. A cultura dominada e a cultura legítima estão marcadas pela estrutura de suas relações simbólicas, à estrutura de relações entre as classes.¹³⁸

A autoridade pedagógica exerce sua ação “a título de mandatário dos grupos ou classes dos quais ela impõe o arbitrário cultural segundo um modo de imposição definido por esse arbitrário, isto é, a título de detentor por delegação do direito de violência simbólica”. Não se trata evidentemente de uma convenção ou contrato explícito – excepcionalmente na família a autoridade pode estar juridicamente reconhecida –, mas reconhecimento das condições sociais necessárias para o exercício de uma ação pedagógica, que supõe objetivamente uma delegação de autoridade. O poder de manipular, criar opiniões, faz parte de ações simbólicas que somente podem exercer-se na medida em que elas encontram e reforçam predisposições; “são sempre as relações de força que definem os limites nos quais pode agir a força de persuasão de um poder simbólico”. Um profeta religioso ou político “que logra êxito é aquele que formula, para uso dos grupos ou classes aos quais ele se dirige, uma mensagem cujas condições objetivas sejam determinadas pelos interesses, materiais e simbólicos, desses grupos ou classes, predispostos a escutar e a compreender”, assim, eles sempre pregam “para

¹³⁶ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 35.

¹³⁷ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 35.

¹³⁸ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 36-7.

os convertidos e segue seus discípulos ao menos do mesmo modo que seus discípulos o seguem, já que só escutam e compreendem as suas lições aqueles que, por tudo o que eles são, lhes deram objetivamente mandato para lhes dar lição”. Verifica-se que alusões e elipses desses discursos favorecem a compreensão no mal-entendido e no subentendido, e o sucesso da mensagem não está nas características intrínsecas desses discursos; a força simbólica está na delegação tácita outorgada.¹³⁹

Essa mesma autoridade pedagógica, como uma instância pedagógica, legitima o arbitrário cultural que ela inculca, mas nos limites que foram traçados por esse mesmo arbitrário cultural, que é o do grupo ou classe que estipulou arbitrariamente “aquilo que é digno de ser reproduzido, tanto por sua existência mesmo quanto pelo fato de delegar a uma instância a autoridade indispensável para o reproduzir”. Decorre que a delegação do direito de violência simbólica é sempre uma delegação limitada, impedindo que a autoridade pedagógica de uma instância pedagógica defina livremente “o modo de imposição, o conteúdo imposto e o público ao qual ela o impõe”, sendo isso um princípio de limitação da autonomia das instâncias pedagógicas. Considerando que pela lei de mercado ou princípio da realidade, o mercado onde se constitui o valor econômico e simbólico dos produtos das diferentes ações pedagógicas definirá quais grupos ou classes terão maiores oportunidades de fruição das vantagens resultantes das lutas aí travadas, as sanções, materiais ou simbólicas, positivas ou negativas, garantidas juridicamente ou não, têm tanto mais oportunidade de serem reconhecidas como legítimas – com força simbólica maior – por esses grupos ou classes privilegiados pelo referido mercado.¹⁴⁰

Cada época histórica e cada contexto sócio-cultural, marcarão o que determina o alto valor de mercado disputado, que implica na consagração ou transformação de um grupo ou classe social; a unificação do mercado das diferentes ações pedagógicas, provoca, nos grupos ou classes que sofreram um processo de inculcação de um arbitrário cultural dominante – que os inserem como dominados –, uma situação de sempre lembrarem-se do não-valor de seu acervo cultural pelas (I) sanções anônimas do mercado de trabalho, (II) sanções simbólicas do mercado cultural, (III) veredictos escolares. Isso produz a “naturalização” da cultura dominante como cultura legítima e/ou a conscientização – pelos grupos ou classes do arbitrário cultural dominado – da indignidade cultural de seus conhecimentos. A sociedade burguesa francesa multiplicou as ocasiões para legitimamente “submeter os produtos das ações pedagógicas dominadas aos critérios de avaliação da cultura legítima, afirmando e

¹³⁹ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 38.

¹⁴⁰ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 39-40.

confirmando a sua dominação na ordem simbólica”. Mas existem espaços onde as ações pedagógicas dominadas conseguem impor seu próprio reconhecimento de sua legitimidade, durante certo tempo e em certos domínios da prática, como no âmbito familiar, mesmo que venham mais tarde a descobrir que seus arbitrários culturais são desprovidos de valor material e simbólico no mercado dominando pelos dominantes.¹⁴¹

Uma instância pedagógica, quanto mais diretamente reproduz o arbitrário cultural da classe ou grupo dominante que lhe delega sua autoridade pedagógica, tem menos a afirmar e justificar sua legitimidade própria. Os receptores não só reconhecem autoridade pedagógica, como também dominam – previamente ou com predisposição – o código cultural da comunicação pedagógica. Entretanto, dentro de um amplo quadro genealógico, o êxito de uma ação pedagógica numa formação social deve ser medido em função de três variáveis: (I) o sistema das relações sociais onde se encontra inserido o arbitrário cultural que impõe dada ação pedagógica; (II) o arbitrário cultural dominante na formação social; (III) o arbitrário cultural inculcado pela primeira vez nos grupos ou classes onde são pré-formados aqueles que se submetem a essa ação pedagógica. Isso explica a razão de ser da oportunidade que tem uma dada ação pedagógica e a cultura que ela contém e impõe, de ser recebida e reconhecida por diferentes grupos ou classes, diferentemente situados uns em relação a outros e às instâncias pedagógicas, e em relação aos grupos ou classes dominantes. Se for considerado um dado mercado unificado – integrado ou inter-relacionado – de ações pedagógicas, objetivamente hierarquizado, cujos resultados se constituem nos valores econômicos e simbólicos vigentes e legitimamente reconhecidos – portanto, cobiçados nessa formação social –, a luta das diferentes ações pedagógicas irá estabelecer mais fortemente aquelas dominadas e aquela dominante, cujos valores deste último marcam estruturalmente e submetem todas as demais dentro de princípios de avaliação que a reproduz.¹⁴²

A ação pedagógica iniciada no ambiente familiar, contribui para o êxito da imposição e dominação de uma dada ação pedagógica, frente a diversas outras de diferentes grupos ou classes. Esse êxito de uma ação dominante é função (I) dos *ethos* pedagógico próprio a um grupo ou uma classe, que, como *ethos*, trata-se de um sistema de disposições – produto de interiorização, *habitus* – do valor que a ação pedagógica dominante confere por suas sanções – simbólicas e economias – aos produtos de diferentes ações pedagógicas familiares e, portanto, por outro lado, do valor que os diferentes mercados reconhecem ou conferem aos valores dominantes; (II) e também do capital cultural ou bens culturais, que são transmitidos

¹⁴¹ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 40-2.

¹⁴² BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 42-3.

pelas diferentes ações pedagógicas familiares, cujo valor é função de sua distância em relação ao arbitrário cultural dominante. As diversas ações pedagógicas, assim, são veículos que reproduzem e submetem a relação que os membros dos grupos ou classes mantêm com sua cultura, desconhecendo a verdade objetiva dessa cultura como arbitrário cultural, enfim, produto de um etnocentrismo. Esse desconhecimento – presente nas classes dominantes e dominadas –, alça uma cultura legítima como arbitrário cultural dominante, e cuja reprodução contribui para reprodução das relações de força presentes num espaço social, com seus dominados e dominante.¹⁴³

Mas essa disposição ou *habitus* “como produto da interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de perpetuar-se após a cessação de uma AP [ação pedagógica] e por isso perpetuar-se nas práticas os princípios do arbitrário interiorizado”, implica num trabalho pedagógico, “como trabalho de inculcação que deve durar o bastante para produzir uma formação durável”. Vale dizer, a ação pedagógica é um trabalho de inculcação de um arbitrário cultural, de tal forma que ele se torne naturalizado, ao final do processo, para membros de grupos ou classes a ele submetido, a ponto de se tornar um *habitus*.¹⁴⁴

A ação pedagógica, e seu correlato trabalho pedagógico, é uma ação de violência simbólica contínua, cuja duração deve se prolongar, a fim de produzir os efeitos próprios. A ação pedagógica se transforma num tempo extremamente lento – por exemplo, os valores da família, os valores das instituições de ensino – e esse tempo é fundamental para conservar as tradições herdadas, a se auto-reproduzir valores com as menores modificações possíveis; no plano da educação ele marca a continuidade histórica como informação geradora de informação análoga. Assim, o trabalho pedagógico produz uma formação durável, práticas conformes, e reproduz as condições sociais de produção desse arbitrário cultural, ou seja, auto-realimentação que mantém as estruturas objetivas das quais ele é produto, tendo no *habitus* como o princípio gerador de práticas reprodutoras dessas estruturas objetivas.¹⁴⁵

O trabalho pedagógico só é eficaz – produtividade específica – quando alcança sucesso, que é a produção do efeito próprio da inculcação, qual seja, o seu efeito de reprodução de um hábito durável, gerador de práticas conformes aos princípios ou valores inculcado. Essa produtividade específica do trabalho pedagógico também se mede quanto ao fato de que ele é transferível, significando isso a capacidade de “engendrar práticas conformes aos princípios do arbitrário inculcado num maior número de campos diferentes”, como

¹⁴³ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 43.

¹⁴⁴ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 43-4.

¹⁴⁵ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 44-5.

condutas econômicas e escolhas políticas. Por fim, a produtividade específica também se mede pela sua exaustividade, no sentido de reproduzir “mais completamente nas práticas que ele engendra os princípios do arbitrário cultural de um grupo ou uma classe”. Diante disso, “a teoria do *habitus* como princípio unificador e gerador das práticas permite compreender que a durabilidade, a transferibilidade e a exaustividade de um *habitus* estejam fortemente ligados aos fatos”.¹⁴⁶

Toda delegação de autoridade pedagógica, que estabelece uma ação pedagógica, implica em: (I) definição do modo de inculcação legítima; (II) definição do tempo de inculcação – formação – legítima. Isso define o grau de competência legítima ou de realização cultural – e o grau do trabalho pedagógico considerado como necessário e suficiente – que se reconhece para um ser humano definido como realizado – a pessoa cultivada – por um grupo ou uma classe social. O resultado é uma pessoa dotada de competência legítima em matéria de cultura legítima, reconhecido por todas as classes, bem como o grau de realização cultural onde se medem objetivamente os produtos das ações pedagógicas dominadas, as diferentes formas de pessoa realizada que ali se produzem.¹⁴⁷

O trabalho pedagógico produz um *habitus* durável ou contínuo, que se traduz em “sistema de esquemas de percepção, de pensamento, de apreciação e de ação (parcial ou totalmente idênticos) (...) [e que] contribui para produzir e para reproduzir a integração intelectual e a integração moral do grupo ou da classe em nome dos quais ele se exerce [conjunto dos destinatários legítimos]”. A integração de um grupo ou classe, repousa sobre a identidade – total ou parcial – dos *habitus* inculcados pelo trabalho pedagógico dominante nesse grupo, observando que não é incomum um *habitus* gerador estar na base de práticas ou opiniões como fenômenos diferentes ou contraditórios, mas passíveis de serem compreendidos e integrados como unidade ou identidade, justamente por ser ele o *princípio da semelhança* das gramáticas geradoras das práticas sociais.¹⁴⁸

O trabalho pedagógico permite que o grupo ou classe, que se vale dele para uma ação pedagógica dotada de autoridade pedagógica delegada, consiga inculcar seus valores e visão de mundo – uma integração intelectual e moral – sem recorrer à coerção física ou repressão externa. A delegação permite que o trabalho pedagógico seja substituto da coerção física e, por ser mais dissimulado, ele é mais eficaz a longo prazo. A repressão física, nesse caso, pode ser usada para os reveses do processo de interiorização e naturalização de um arbitrário

¹⁴⁶ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 45-6.

¹⁴⁷ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 46-7.

¹⁴⁸ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 47.

cultural. Assim, esse trabalho é uma ação transformadora que inculca um sistema de disposições duráveis e transponíveis para diversas outras esferas da vida social.¹⁴⁹

O trabalho pedagógico, que precisa de uma autoridade pedagógica para seu eficaz exercício, acaba consagrando irreversivelmente a autoridade pedagógica e, conseqüentemente, a legitimidade da ação pedagógica e do arbitrário da inculcação e da cultura inculcada. Ele, à medida que se realiza, produz cada vez mais as condições objetivas da dissimulação do duplo arbitrário, naturalizando e dando sentido de necessidade subjetiva do arbitrário cultural imposto ou inculcado. “Aquele que delibera sobre sua cultura já é cultivado e as questões daquele que crê colocar em questão os princípios de sua educação têm ainda sua educação como princípio”.¹⁵⁰

O trabalho pedagógico acaba por legitimar o seu produto – objeto digno de ser consumido, ou seja, materialmente e simbolicamente venerado, adorado, respeitado, admirado, entre outros mais – e realizá-lo como necessidade legítima, além de produzir o consumidor legítimo que o consome de forma legítima. Somente o próprio trabalho pedagógico pode romper o círculo pedagógico que se encerra, na medida em que não permite esquecer que a *necessidade cultural* é antes de tudo uma *necessidade cultivada*, criada, construída pelo ser humano, e que somente é o que é, por causa de históricas condições sociais de produção. A família, as instituições, naturalizam as necessidades, e fazem esquecer as condições sociais de sua produção, instituindo uma razão inata, um gosto inato, como ilusão retrospectiva para justificar, ocultando, as determinações da imposição do duplo arbitrário.¹⁵¹

O trabalho pedagógico produz outro efeito na medida que vai se realizando mais completamente, que é o desconhecimento das limitações éticas e intelectuais que são implícitas, no processo de interiorização da delimitação constitutiva do arbitrário cultural que inculca, reproduzindo um etnocentrismo ético e lógico. Por isso o *habitus*, como “sistema de esquemas de pensamento, de percepção, de apreciação e de ação”, produzido pelo trabalho pedagógico, se encontra dissimulado quanto às limitações implícitas desse sistema inculcado;

¹⁴⁹ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 47-8.

¹⁵⁰ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 48-9. Bourdieu anota que a definição social de algo excelente está sempre relacionado a algo natural, a uma prática ou ação que é executada de forma não forçada, de maneira incorporada de tal forma que se poderia dizer como algo presente desde sempre, tamanho o esmero, a perfeição a naturalidade com que é executada. Para ele, nesse ponto é que o trabalho pedagógico cumpriu completamente sua finalidade, não só o duplo arbitrário, mas tudo que a prática realizada deve ao trabalho pedagógico que o agente foi submetido. In: BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 50-1.

¹⁵¹ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 49-50.

o pensamento e a prática fundados na ilusão de liberdade e universalidade levam os próprios agentes que produzem o trabalho pedagógico a serem prisioneiros dessas limitações.¹⁵²

Quando um trabalho pedagógico consegue impor a legitimidade de uma dada cultura cultivada em determinado grupo ou classe, não só para esse grupo que é seu destinatário legítimo da ação pedagógica, mas também a outros membros de outros grupos ou classes, tem-se um trabalho pedagógico que realiza uma ação pedagógica dominante frente aos grupos dominados, e a imposição ou inculcação de uma “ideologia dominante da cultura legítima como única cultura autêntica, isto é, como cultura universal”. O trabalho pedagógico que realiza a ação pedagógica dominante, tem a função de manter a ordem geral de determinada formação social, vale dizer, “reprodução da estrutura das relações de força entre os grupos ou classes, na medida em que tende, seja pela inculcação, seja pela exclusão, a impor aos membros dos grupos ou classes dominados o reconhecimento da legitimidade da cultura dominante, e a lhes fazer interiorizar, numa medida variável, disciplinas e censuras que servem tanto melhor aos interesses, materiais ou simbólicos, dos grupos ou classes dominantes, quanto mais tomam a forma de autodisciplina e da autocensura”.¹⁵³

Observa-se também que, ao mesmo tempo em que consegue impor às classes dominadas o reconhecimento da legitimidade da cultura dominante, acaba lhes impondo, pela inculcação ou exclusão, o reconhecimento da ilegitimidade de seu arbitrário cultural dominado. A ação pedagógica dominante não é aquela que inculca o conjunto de informações que constituem uma cultura dominante, mas aquela que inculca o fato ou verdade realizada da existência de uma cultura dominante e legítima. Assim, (I) a interiorização, nos excluídos sociais, da aceitação – legitimação, naturalização – de sua condição de excluído; (II) a imposição de um ensino de segunda ordem, e o reconhecimento respectivo da inferioridade do ensino por aqueles que a recebem; (III) a inculcação, na escola, de uma disposição que impõe a reprodução de uma dada hierarquia cultural, que se manifesta numa legitimação de hierarquia das disciplinas e também em legitimação das hierarquias sociais; todos são exemplos, pela exclusão, do reconhecimento da cultura dominante como cultura legítima e da ilegitimidade cultural dos grupos dominados. Um “dos efeitos menos percebidos da escolaridade obrigatória consiste no fato de que ela consegue obter das classes dominadas um reconhecimento do saber e do saber-fazer legítimos (...) levando consigo a desvalorização do saber e do saber-fazer que elas efetivamente dominam, (...) estabelecendo assim um mercado

¹⁵² BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 51.

¹⁵³ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 51-2.

para as produções materiais e sobretudo simbólicas cujos meios de produção (...) são quase-monopólio das classes dominantes”.¹⁵⁴

O trabalho pedagógico é um processo irreversível, que produz a inculcação de uma disposição irreversível, que somente pode ser reprimida ou transformada, por um outro processo irreversível produtor de uma nova disposição irreversível. A primeira ação pedagógica que sofre um agente, a ação pedagógica primária, através de um trabalho pedagógico também primário, produz um *habitus* primário, em vigor num grupo ou classe, e que está no princípio da constituição posterior de todo outro *habitus*. Posteriormente, outros trabalhos pedagógicos diferentes daquele marcado como primário, terão um grau de produtividade específica sobre o agente em “função da distância que separa o *habitus* que ele tende a inculcar (isto é, o *habitus* cultural imposto) do *habitus* que foi inculcado pelos TP [trabalhos pedagógicos] anteriores e, ao termo da regressão, pelo TP [trabalho pedagógico] primário (isto é, o arbitrário cultural originário)”.¹⁵⁵

Verifica-se que o sucesso da educação escolar, do trabalho pedagógico secundário, está diretamente relacionado e dependente da primeira educação recebida na família, apesar da Escola recusar esse fato em sua ideologia e prática. Sabe-se que, “através do conjunto de aprendizagens ligadas à conduta cotidiana da vida e em particular através da aquisição da língua materna ou a manipulação dos termos e das relações de analogia, criam-se disposições lógicas que são dominadas pelo estado prático, disposições essas mais ou menos complexas e mais ou menos elaboradas simbolicamente, segundo os grupos ou as classes, que predis põem inegavelmente para o domínio do simbólico das operações implicadas por uma demonstração matemática assim como pela decifração de uma obra de arte”. Assim, a irreversibilidade do processo de aprendizagem faz que “o *habitus* adquirido na família esteja no princípio da recepção e da assimilação da mensagem escolar, e que o hábito adquirido na escola esteja no princípio do nível de recepção e do grau de assimilação das mensagens produzidas e difundidas pela indústria cultural e mais geralmente de toda mensagem erudita ou semi-erudita”.¹⁵⁶

Um trabalho pedagógico, como um modo de inculcação determinado, é marcado por duas posições: (I) pela conversão, que trata do modo de inculcação que visa substituir completamente um *habitus* por outro; (II) pela manutenção ou reforço, que é o modo de inculcação que pretende simplesmente confirmar o *habitus* primário. Os trabalhos

¹⁵⁴ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 52-3.

¹⁵⁵ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 53-4.

¹⁵⁶ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 54.

pedagógicos secundários que visam uma conversão radical (metanóia), podem ser exemplarmente observados em instituições totais como caserna, convento, prisão, asilo e internato, que, considerando um *habitus* preexistente no agente, utiliza técnicas de desculturação e reculturação, num trabalho pedagógico que procura produzir um *habitus* o mais próximo possível daquele normalmente produzido pela primeira educação. Já o trabalho pedagógico secundário, que visa manutenção ou reforço de um *habitus* anterior, atua sobre agentes que o próprio modo de inculcação quer produzir, portanto, reforçando a cultura já recebida, e ostentando e enfatizando, ao final, o discurso de uma aprendizagem eficaz.¹⁵⁷

O trabalho pedagógico secundário, deve ser organizado em função dos meios que utilizará para realizar um modo de inculcação, tendo em vista a distância existente entre o *habitus* que irá inculcar e os *habitus* produzidos pelos trabalhos pedagógicos anteriores; quanto mais os destinatários finais possuírem os códigos da mensagem pedagógica que transmite, e quanto mais ele construa as condições sociais de comunicação eficaz, mais seu trabalho exercido assegura a acelerada assimilação do código de transmissão e a inculcação acelerada do *habitus*. Desta forma, a aceitação de um modo de inculcação secundário, por um grupo de pessoas, por já possuírem *habitus* adequado, indica o grau de tradicionalismo desse modo de inculcação – que já se encontra objetivamente organizado – frente a esse público, dotado já de um *ethos* pedagógico e de um capital cultural próprio. O trabalho pedagógico dominante, correspondente às classes dominantes como destinatários legítimos, também está em função dessa distância existente entre o *habitus* primevo inculcado nos diferentes grupos ou classes e o *habitus* cultivado pelo trabalho pedagógico dominante, isto é, “pelo grau em que a educação ou a aculturação é reeducação ou desculturação segundo os grupos ou classes”.¹⁵⁸

Racionalizar uma prática, teorizá-la ou explicitá-la em seus princípios, significa formalizar em domínio simbólico essa prática; conseqüentemente, o ulterior domínio prático desse princípio, sua manipulação enquanto princípio em uma prática – retorno do pensado à situação prática que lhe deu origem, a fim de repensar essa prática em dimensões várias – significa que o domínio simbólico não é jamais, em si próprio, o seu fundamento e, mais ainda, o domínio simbólico é irreduzível ao domínio prático de onde procedeu e onde acrescenta seus efeitos próprios. Dessume-se que (I) o trabalho pedagógico secundário – um modo de inculcação não primário –, produz práticas secundárias irreduzíveis às práticas primárias, de onde – das práticas primárias – ele busca o domínio simbólico; (II) o domínio

¹⁵⁷ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 54-5.

¹⁵⁸ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 56.

secundário que o modo de inculcação secundário produz, pressupõe esse domínio prévio – primário – próximo do simples domínio prático das práticas quanto mais cedo é exercido pelo agente. Por isso, Piaget e Vygotsky observaram que o ensino escolar da gramática não chega a inculcar uma nova gramática geradora de práticas linguísticas na criança, uma vez que ela possui no estado prático – pela inculcação primária – os princípios que aprende a submeter ao controle lógico; entretanto, através trabalho pedagógico secundário, ela adquire a codificação classificada como sábia, e passa a fazer sua prática mais conscientemente e sistematicamente. Assim também vale a análise para a transformação do direito consuetudinário em racionalização codificada, bem como a racionalização da religião, arte, teoria política, entre outros mais, como a ação profética que explicita e sistematiza princípios que o grupo endereçado já possuem em estado prático.¹⁵⁹

Um modo de inculcação – trabalho pedagógico –, se vale de recursos ou sistema de meios para realizar seus fins; em sua função, ele é caracterizado pela posição que ocupa entre “(1) o modo de inculcação que produz um *habitus* pela inculcação inconsciente de princípio só manifestados no estado prático da prática imposta (pedagogia implícita) e (2) o modo de inculcação que produz o *habitus* pela inculcação metodicamente organizada enquanto tal por princípios formais e mesmo formalizados (pedagogia explícita)”. O trabalho pedagógico como pedagogia implícita, é eficaz para transmitir conhecimentos tradicionais, indiferenciados e totais, que exige a entrega e identificação total do receptor com o educador, onde não há questionamento de princípios; o trabalho pedagógico como pedagogia explícita, é favorável para classes dominantes, num sistema de ações pedagógicas dominado pela ação pedagógica dominante, para reproduzir seu arbitrário cultural dominante e a reprodução social como se encontra.¹⁶⁰

O modo de inculcação secundário alcança eficácia, se a organização de seu sistema de meios para sua realização assegura, “pela inculcação explícita de princípios codificados e formais, a transferibilidade formal do *habitus*”. Um trabalho pedagógico é já considerado tradicional, quando menos especificado como prática específica e autônoma, e exercido por instâncias que o reduzem a um processo de familiarização de uma conduta exemplar de certos princípios. As autoridades pedagógicas são instâncias cada vez mais totais e indiferenciadas, que transmitem inconscientemente princípios – que não domina conscientemente – a um receptor que os assimila inconscientemente. Ao final resulta, numa sociedade tradicional, que

¹⁵⁹ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 56-7.

¹⁶⁰ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 57-8.

os grupo acabam exercendo, sem agentes especializados, uma ação pedagógica anônima e difusa.¹⁶¹

Quando grupos ou classes se encontram submetidos – classes dominadas – estreitamente à urgência da prática, devido às suas poucas ou escassas condições materiais de existência, verifica-se que o trabalho pedagógico original ou primário repousa sobre a transferibilidade da prática – disposição pragmática – simplesmente, e impede-se “a construção e desenvolvimento da aptidão para o domínio simbólico da prática”. Quando um grupo ou classe está mais distanciado da prática, devido à suas boas condições materiais de existência, neutralizando o imaginário ou razão para as necessidades vitais, verifica-se que o modo de inculcação primário melhor prepara os trabalhos pedagógicos secundários fundados numa pedagogia explícita.¹⁶²

O trabalho pedagógico dominante num espaço social, tende dispensar as condições de sua produtividade específica, quando o arbitrário cultural dominante – capital e *ethos* – se encontra grandemente dominado pelos destinatários legítimos, já inculcados pelo trabalho pedagógico primário dos grupos ou classes dominantes. Na prática pedagógica e na prática social, é o arbitrário cultural dominante que subordina o domínio prático ao domínio simbólico das práticas; quando o domínio dos princípios, que autorizam o domínio simbólico das práticas, já foi inculcado nos destinatários legítimos – portanto, já possuem o domínio simbólico ao estado prático – pelo trabalho pedagógico dos grupos dominantes, o trabalho pedagógico dominante, numa formação social, não necessita inculcar explicitamente os princípios que autorizam o domínio simbólico.¹⁶³

Constata-se, desse modo, que os trabalhos pedagógicos primários de diferentes classes, produzem sistemas de disposições primárias diversas em seus agentes, conforme o grupo ou classes que compõe. Uma mesma prática terá formas diferentes de explicitação; um domínio da prática predisporá desigualmente à aquisição do domínio simbólico; enfim, dessas desigualdades, o arbitrário cultural dominante será beneficiado, a exemplo do domínio prático voltado para a manipulação das palavras – regras de verbalização letrada – e da relação delas com as coisas, emergindo daí quem é ou não erudito.¹⁶⁴

O trabalho pedagógico secundário dominante, produz, no seu exercício, uma delimitação real e concreta dos seus destinatários possíveis, excluindo aqueles agentes de grupos ou classes formados por um trabalho pedagógico primário mais afastados do trabalho

¹⁶¹ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 58.

¹⁶² BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 59.

¹⁶³ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 59-60.

¹⁶⁴ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 60.

pedagógico primário dominante, por estarem desprovidos do capital cultural e *ethos* objetivamente pressupostos por seu modo de inculcação, especialmente um domínio prático com uma dominante verbal. Se a ação do trabalho pedagógico primário dos grupos ou classes dominantes foi eficaz, então o trabalho secundário dominante produz eliminação até pela simples abstenção, pela não-ação; isso quer significar que a inculcação primária produziu um efeito de favorecimento do trabalho pedagógico secundário dominante – por exemplo na escola –, ao reforçar ou reafirmar o *habitus* primevo que só pode incidir favoravelmente nos destinatários legítimos, porque eles foram preparados para dominar os valores e práticas que necessitam de valores e práticas prévias, inculcados anteriormente.¹⁶⁵

O trabalho pedagógico secundário dominante, somente por proceder “naturalmente” enquanto uma ação pedagógica em curso para inculcação de um arbitrário cultural, dissimuladamente reconhecido como legítimo, abstendo-se de preocupações quanto à produção dos meios ou condições que garantam sua produtividade específica de inculcação – pois isso já foi feito anteriormente –, “tende a produzir não somente a delimitação dos seus destinatários realmente possíveis, como também o desconhecimento dos mecanismos dessa delimitação; isto é, tende a fazer reconhecer seus destinatários de fato como legítimos e a duração da inculcação à qual estão submetidos de fato os diferentes grupos ou classes como duração legítima de inculcação”. Essa eliminação dissimulada de certas categorias de receptores acaba impondo a legitimidade dos produtos da inculcação e as suas hierarquias presentes. Os exames escolares e sua lógica de recrutamento/seleção/distinção – ou eliminação/exclusão/delimitação – e o museu que delimita seu público, estão nessa lógica de exclusão/seleção dissimulada.¹⁶⁶

O trabalho pedagógico secundário dominante reforça, no seu exercício, a legitimidade do monopólio dos conhecimentos dos grupos ou classes dominantes, devido a eles possuírem o modo de aquisição legítimo dos mesmos, enfim, a cultura legítima como relação de familiaridade por um grupo de agentes ou classe de agentes; não só isso, ele também supõe, produz e inculca, no seu exercício, uma ideologia de que há um dom inato – uma verdadeira petição de princípio que é condição fundamental de seu exercício dissimulado – nas pessoas e que esse dom não tem relação direta com as condições sociais de produção dos *habitus* cultivados predominantemente. Assim, o trabalho pedagógico secundário dominante, como um modo de inculcação tradicional, “tende sempre (...) a privar os membros das classes dominadas dos benefícios materiais e simbólicos da educação realizada”. E uma indagação –

¹⁶⁵ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 61.

¹⁶⁶ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 61-2.

voltada para a democratização do ensino pela racionalização da pedagogia – se seria possível (I) um trabalho pedagógico secundário “esclarecido”, “compreendido” e “racionalizado claramente” de todas as suas condições de existência e exercício, e o que está a produzir na formação social onde se insere, (II) alcançar uma supressão de fronteiras entre todos os destinatários indistintamente, buscando inculcar a todos – sem delimitações/distinções – os princípios práticos do domínio simbólico das práticas, (III) para atender interesses pedagógicos dos grupos ou classes classificados como dominados, (IV) a resposta é praticamente negativa. O caráter utópico dessa intenção esbarra não só na inércia própria da instituição educativa, como também porque a estrutura de relações de força – estrutura de relações de classes presente – na sociedade, acaba por excluir uma ação pedagógica dominante que recorra a um trabalho pedagógico – modo de inculcação – contrário aos interesses das classes dominantes, que delegam a respectiva autoridade pedagógica.¹⁶⁷

1.1.4.2. DO PODER SIMBÓLICO

Para Bourdieu, num dado estado de um campo, onde se vê o poder por toda parte e que torna necessário reconhecê-lo sem dissolvê-lo numa idéia de que ele estaria em toda parte e lugar algum, “é necessário saber descobri-lo onde ele deixa ver menos, *onde ele é mais completamente ignorado*, portanto, *reconhecido*: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.¹⁶⁸

Os sistemas simbólicos – como arte, religião, língua, mito, ciência – são instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objetivo, portanto, são estruturas estruturantes, onde as formas simbólicas “ativam” o conhecimento, têm uma função propulsora, dentro de uma tradição intelectual neokantiana.¹⁶⁹ Por outro modo, dentro de uma tradição kantiana,

¹⁶⁷ BOURDIEU; PASSERON, A reprodução..., p. 62-4.

¹⁶⁸ BOURDIEU, O poder..., p. 7-8. Grifos nossos.

¹⁶⁹ O neokantismo ou neocriticismo trata-se do movimento de retorno a Kant iniciado na Alemanha em meados do século XIX. São características comuns da corrente: a) negação da metafísica e redução da filosofia à reflexão sobre a ciência ou teoria do conhecimento; b) distinção entre os aspectos (i) psicológico e (ii) o lógico-objetivo do conhecimento, onde a validade do conhecimento é independente do modo como ele é psicologicamente adquirido ou conservado; c) tentativa de partir das estruturas das ciências para chegar às estruturas do sujeito. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 710. O kantismo ou criticismo refere-se à doutrina de Kant, nos pontos básicos onde influenciou a filosofia moderna e contemporânea: a) formulação crítica do problema filosófico, condenando a metafísica com esfera de problemas

emerge uma sociologia das formas simbólicas, que se trata de uma forma de classificação social, arbitrariamente e socialmente determinada, revelando que há condições sociais que produzem as próprias formas simbólicas e os seus usos consagrados. Assim, a objetividade do sentido de mundo define-se pela concordância das subjetividades estruturantes.¹⁷⁰

Enquanto estruturas estruturadas, os sistemas simbólicos querem significar a possibilidade de uma análise estrutural, vale dizer, cada uma das formas simbólicas podem ser apreendidas dentro de sua lógica específica; a análise estrutural busca alcançar o isolamento da estrutura imanente a cada produção simbólica a fim de dissecá-la, não tanto como atividade voltada para produzir consciência, mas para verificar como operam as estruturas estruturadas na produção de seus efeitos. Assim a língua – Saussure¹⁷¹ – é um sistema estruturado voltado para a inteligibilidade das palavras; trata-se de condição para compreensão da relação constante entre o som e o sentido.¹⁷²

que estão além das possibilidades da razão humana; b) fixação da tarefa da filosofia como reflexão sobre a ciência, determinando as condições que garantem e limitam a validade da ciência e, em geral, das atividades humanas; c) distinção rigorosa entre os problemas relativos à origem e desenvolvimento do conhecimento e o problema da validade do mesmo conhecimento – psicologia x domínio lógico-objetivo; d) conceito de moralidade fundada no imperativo categórico e o conceito de imperativo categórico como forma da razão em seu uso prático. In: ABBAGNANO, idem, p. 223-4. A expressão “crítica” foi introduzida por Kant para designar o processo através do qual a razão empreende o conhecimento de si. O iluminismo havia submetido as coisas e os fatos à crítica da razão, para extração dos sentidos do mundo, agora Kant havia submetido a própria razão à crítica, ou seja, submetido a razão à condição de coisa para ser objeto de uma crítica racional quanto à sua validade. Não se trata da crítica dos sistemas filosóficos, dos livros com as teorias e idéias ali contidos, mas a crítica da faculdade da razão em geral, uma espécie de tribunal que garante a razão em suas pretensões legítimas, com respeito a todos os conhecimentos que ela pode aspirar independentemente da experiência. In: ABBAGNANO, idem, p. 223.

¹⁷⁰ BOURDIEU, O poder..., p. 8.

¹⁷¹ Ferdinand de Saussure (1857-1913), lingüista suíço, pioneiro da semiologia e da semiótica. Sua principal contribuição foi para os fundamentos teóricos do estudo da linguagem – especialmente as chamadas línguas naturais humanas. Fundador da lingüística moderna, Saussure define o signo lingüístico, arbitrário, como a combinação de um significante – imagem acústica – e de um significado – conceito. Ele distinguiu entre dois aspectos da língua: (I) a *língua*, como um sistema compartilhado por uma comunidade de falantes, e (II) a *fala*, como o comportamento lingüístico real dos falantes individuais. Ele mostrou explicitamente que o estudo da *língua* pode ser de tipo *diacrônico* – tendo como objeto as mudanças e a evolução da língua – ou do tipo *sincrônico* – voltado para observação do funcionamento da língua em determinado momento, tratando-a como um sistema temporariamente autônomo. A esse respeito, afirmou ainda que os lingüistas *sincrônicos* deveriam ver a *língua* como sistemas estruturados de elementos inter-relacionados. Saussure desmembrou a língua em unidades lingüísticas básicas, como os fonemas e as palavras; tais unidades, segundo ele, não se definem isoladamente, mas somente por meio de suas inter-relações com outras unidades. As relações entre os termos ou elementos podem ser do tipo sintagmáticos – co-ocorrência, contigüidade – ou paradigmático – substituição. A idéia de que cada elemento em um sistema define e é definido por todos os outros elementos fundamenta a lingüística estruturalista e foi estendida a outros campos de pesquisa das ciências humanas e sociais, dando origem à semiótica. As teorias de Saussure foram publicadas após sua morte, no *Curso de Lingüística Geral* (1916), baseado em notas colhidas, durante suas aulas, por seus alunos, obra essa de considerável influência, sendo considerado o ponto de partida da corrente estruturalista. Em 1963 o livro teve uma importante reedição em que foi acrescido de novos subsídios textuais que aprofundaram o valor pioneiro da obra. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 21.

¹⁷² BOURDIEU, O poder..., p. 9.

Diante disso, é possível verificar que os sistemas simbólicos “como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque estão estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) (...) conformismo lógico (...) concordância entre inteligências [sobre o todo que compõe o mundo da vida]”. Verificar-se-á, posteriormente, que a função social do simbolismo humano é uma autêntica função política, para além da mera comunicação, sendo fundamento até mesmo da solidariedade social. “Os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (...) eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição da integração ‘moral’”.¹⁷³

Foi a tradição marxista que focou e desvelou as funções políticas dos sistemas simbólicos, explicando as produções simbólicas relacionadas com os interesses da classe dominante. Contrariamente ao mito, que é um produto coletivo e coletivamente apropriado, as ideologias servem a interesses particulares travestidos de interesses universais, portanto, comuns ao conjunto do grupo social. “A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções”.¹⁷⁴

Tal efeito ideológico é produzido pela cultura dominante, mas observando-se que é dissimulada e função de divisão na função de comunicação: “a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) e definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante”. Daí que os sistemas simbólicos, enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, cumprem essa função política de meios para imposição ou legitimação da dominação, e que perpetuam e asseguram a dominação de uma classe ou grupo sobre outro, uma autêntica violência simbólica; ao se legitimar dessa forma, produz-se um efeito realimentador, onde os sistemas

¹⁷³ BOURDIEU, O poder..., p. 9-10. Grifos no original.

¹⁷⁴ BOURDIEU, O poder..., p. 10.

simbólicos reforçam a sua própria força às relações de força presentes na sociedade, reforçando, em última instância, à domesticação dos dominados.¹⁷⁵

Aqui não se trata de reduzir as relações sociais de força a meras relações de comunicação, ou reduzir as relações de comunicação a relações de poder que dependem – quanto a forma e conteúdo – do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes envolvidos nessas relações sociais de força. A luta entre diferentes classes ou grupos é uma luta propriamente simbólica, para impor um sentido hegemônico de definição – ou um sentido legítimo – do mundo social; trata-se de construí-lo e impô-lo arbitrariamente, conforme os interesses próprios envolvidos e, assim, impor o campo de tomada de posições ideológicas legítimo. Isso irá reproduzir, em forma transfigurada, o campo das posições sociais de uma dada formação social, pois as “tomadas de posição ideológica dos dominantes são estratégias de reprodução que tendem a reforçar *dentro* da classe e *fora* da classe a crença na legitimidade da dominação da classe”.¹⁷⁶

A luta social – simbólica – assim travada, acontece nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, e também na luta travada por especialistas da produção simbólica, sendo que o que está em jogo trata-se do monopólio da *violência simbólica legítima*, que significa o poder de impor e inculcar instrumentos de conhecimento e expressão – taxinomias¹⁷⁷ – arbitrários acerca da realidade social de forma dissimulada, vale dizer, imposição e inculcação ignorados ou desconhecidos – portanto legitimados – por quem as impõem e quem as assimila.¹⁷⁸

No microcosmo específico do campo de produção simbólica – portanto, dos produtores de símbolos sociais significativos e de sentido de mundo – trava-se uma luta especial entre aqueles que têm interesses nos resultados das lutas internas do campo de produção, onde também se trata de um jogo de interesses próprios, com repercussão nos grupos exteriores ao campo de produção; seus resultados acabam servindo aos grupos não-produtores que têm seus próprios interesses. Por outro lado, nesse processo, a classe dominante se subdivide em frações dominantes – detentores do capital econômico – e frações dominadas – letrados ou intelectuais e artistas, segundo cada época –, que lutam pela hierarquia dos princípios de hierarquização;¹⁷⁹ os primeiros querem impor a legitimidade de sua dominação no topo da hierarquia por meio de sua própria produção simbólica ou por

¹⁷⁵ BOURDIEU, O poder..., p. 10-1.

¹⁷⁶ BOURDIEU, O poder..., p. 11, e nota de rodapé n. 4.

¹⁷⁷ Taxinomias são classificações e toda classificação é distinção. Ao distinguir, separa-se, diferencia-se, qualifica-se, portanto elege-se os mais distintos e menos distintos.

¹⁷⁸ BOURDIEU, O poder..., p. 11-2.

¹⁷⁹ É preciso não esquecer que essa divisão da classe dominante tem em mira em princípio uma sociedade com a francesa, com sistema econômico capitalista e dividida em classes sociais estratificadas.

intermédio de ideólogos conservadores, enquanto que os segundos querem colocar o capital cultural específico, a que eles devem sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização.¹⁸⁰

Resulta que os sistemas ideológicos,¹⁸¹ produzidos pelos especialistas na luta – e por meio da luta – do monopólio da produção ideológica legítima, reproduzem, de forma imperceptível, a estrutura do campo das classes sociais – as diferenças sociais –, tendo em vista a semelhança ou intensa proximidade – correspondência – entre o campo da produção ideológica e o campo das classes sociais.¹⁸²

Os sistemas simbólicos distinguem-se conforme sua produção; podem ser produzidos e ao mesmo tempo apropriados pelo conjunto do grupo social, ou produzidos por um corpo de especialistas, significando aqui um campo de produção e circulação bastante autônomo. Assim, a religião, como ideologia, inicia com o mito; este, ao longo de tempo, se transforma, mas diretamente jungido à formação de um corpo de especialistas – produtores especializados – dos discursos e ritos religiosos, estabelecendo o progresso social da divisão do trabalho religioso – parte da dimensão maior do todo do trabalho social em curso numa dada formação social – e, portanto, do reforço da divisão da sociedade em classes, desapossando paulatinamente dos laicos os instrumentos de produção simbólica desse sistema simbólico que é a religião. É a emergência de um campo de produção especializado, o fundamento e condição do surgimento de lutas ortodoxas e heterodoxas, cujo único ponto em comum é estabelecerem distinções a partir da *doxa*,¹⁸³ ou seja, do que é considerado indiscutido ou indiscutível.¹⁸⁴

¹⁸⁰ BOURDIEU, O poder..., p. 12.

¹⁸¹ No campo simbólico, são instrumentos de dominação estruturantes, uma vez que estão estruturados para tal.

¹⁸² BOURDIEU, O poder..., p. 12.

¹⁸³ Como acima visto, Bourdieu e Passeron estabeleceram que há um poder de violência simbólica impondo significações como legítimas, dissimulando as relações de força que existem na imposição desse arbitrário. A ação pedagógica em seu sentido mais amplo ou específico, assim, é o ato da imposição desse arbitrário cultural, inculcando significações culturais, sendo que o que se reproduz – em última instância – é o sistema de valores estabelecidos por um arbitrário cultural dominante, que se utiliza – inconscientemente ou não – de todos os recursos – inclusive o sistema educacional – para impor a hegemonia de um sistema de mundo, de uma visão das coisas e de ordem, de um sentido para a existência humana. Para Bourdieu a *doxa* é a internalização da própria dominação – os lugares comuns indiscutíveis, a partir dos quais tudo se discute menos sobre eles – inconscientemente, sendo que as pessoas aceitam tal situação, naturalmente, por um lado, mas não sem dor, não sem tensão ou sofrimento corporal, como admite o próprio autor. Daí a psicanálise para compreender como esse ser humano suporta e lida com essa agressão diuturna. Assim, o que é trivial na vida das pessoas toma outro corpo e colorido sob ponto de vista de Bourdieu, pois aqui, nessa comum aceitação naturalizada dos fatos diuturnos do cotidiano social e seus heterogêneos protagonistas, se encontra materializado toda uma violência simbólica pulsando seu arbitrário cultural, impondo seus significados extraídos de um domínio cultural que se estabelece como hegemônico e assim quer viver. Diante disso, não é incomum querer-se afirmar que a visão econômica dos fatos – *doxa* centrada numa específica “eficiência” que deve ser alcançada – da existência humana domina nossas ações diuturnas de forma “automática” – natural – especialmente quando a lógica instrumental (Weber) decide o nosso agir; aqui tudo tem uma conotação custo-benefício e sempre ganhar é o que

As ideologias estão subordinadas às condições sociais de sua produção e circulação, devendo a elas a sua estrutura e funções. Em primeiro lugar, cumprem funções para os especialistas em concorrência; em segundo lugar, para os não-especialistas. Elas sempre são duplamente determinadas, vale dizer, “que elas devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classes que elas exprimem (função de sociodiceia), mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específico do campo de produção (comumente transfigurado em ideologia do ‘criação’ e do ‘criador’)”. Assim, deve-se (I) evitar reducionismos dos interesses ideológicos aos interesses das classes a que eles servem; (II) um etnologismo que acaba tratando as ideologias como mito – produto indiferenciado de um trabalho coletivo, desconsiderando aquilo que ele deve ao campo de produção –; e, também, (III) não considerar as produções ideológicas como “totalidades auto-suficientes e autogeradas, passíveis de uma análise pura e puramente interna (semiológica)”, enfim, fugir de uma ilusão idealista da mesma.¹⁸⁵

Essa semelhança ou correspondência – intensa proximidade – de estrutura entre o campo da produção ideológica e o campo da luta das classes, faz com que as lutas em concorrência pelo monopólio da produção cultural legítima, produzam automaticamente formas eufemizadas das lutas econômicas e políticas entre as classes, fazendo com que a função propriamente ideológica do campo de produção ideológica se realize exatamente aí, ou seja, “é na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante [legítimo], intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objectivamente ajustadas às estruturas sociais”.¹⁸⁶

Essa correspondência de sistema a sistema, faz dissimular – esconder – aos olhos de todos – produtores e destinatários –, que os sistemas de classificação internos utilizados pelos grupos ou classes, conforme cada campo social de referência, reproduzem os sistemas de classificação políticas – portanto, ideológicas – em permanente luta; também dissimula que os

acaba importando para todos. Sobre como a ação pedagógica atua para impor um arbitrário cultural vide BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992; sobre a atuação da *doxa* vide BOURDIEU, Pierre e EAGLETON, Terry. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 265-78.

¹⁸⁴ BOURDIEU, O poder..., p. 12-3, e nota de rodapé n. 5.

¹⁸⁵ BOURDIEU, O poder..., p. 13.

¹⁸⁶ BOURDIEU, O poder..., p. 13-4.

axiomas¹⁸⁷ específicos de cada campo social especializado – religião, ensino, artes, direito, literatura, etc. –, sejam as formas transformadas – conforme o espaço de autonomia de cada campo, ou suas leis específicas – dos princípios fundamentais da divisão do trabalho social, convertendo propriedades sociais – divisões produzidas socialmente e culturalmente – em ordem natural. “O efeito propriamente ideológico consiste precisamente na imposição de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxinomias filosóficas, religiosas, jurídicas, etc. Os sistemas simbólicos devem a sua força ao facto de as relações de força que neles se exprimem só se manifestarem neles em forma irreconhecível de relação de sentido (deslocação)”.¹⁸⁸

“O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, as acção sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário”. Esse poder não está – não reside – nos sistemas simbólicos, mas materializado ou definido num ato de relação, vale dizer, por meio de uma relação determinada é que ele se manifesta, entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, na estrutura relacional do campo que produz e reproduz a crença. “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras”.¹⁸⁹

Desta forma, Bourdieu assinala que o poder simbólico é um poder subordinado, por ser uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada de outras formas de poder: “só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (... *eufemização*) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas

¹⁸⁷ Proposição que se admite como verdadeira porque dela se podem deduzir as proposições de uma teoria ou de um sistema lógico ou matemático; premissa imediatamente evidente que se admite como universalmente verdadeira sem exigência de demonstração. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [].

¹⁸⁸ BOURDIEU, O poder..., p. 14.

¹⁸⁹ BOURDIEU, O poder..., p. 14-5. Grifos no original.

encerram objectivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia”.¹⁹⁰

Para vencer ou subverter esse poder de violência – imposição, inculcação – simbólica que se radica na dissimulação, torna-se necessário uma tomada de consciência do arbitrário, ou seja, “a revelação da verdade objectiva e o aniquilamento da crença: é na medida em que o discurso heterodoxo destrói as falsas evidências da ortodoxia, restauração fictícia da *doxa*, e lhe neutraliza o poder de desmobilização, que ele encerra um poder simbólico de mobilização e de subversão, poder de tornar actual o poder potencial das classes dominadas”.¹⁹¹

1.1.5. EPISTEMOLOGIA¹⁹² REFLEXIVA VOLTADA PARA CONSTRUIR UMA SOCIOLOGIA CRÍTICA E UMA VERDADE DO MUNDO SOCIAL

¹⁹⁰ BOURDIEU, O poder..., p. 15.

¹⁹¹ BOURDIEU, O poder..., p. 15, nota de rodapé n. 8.

¹⁹² Segundo Abbagnano, também conhecido como teoria do conhecimento ou gnoseologia, epistemologia não é um ramo da filosofia – lógica, ética, estética – mas um modo de tratar um problema específico, nascida na corrente filosófica do idealismo, que é sobre a realidade das coisas, ou do mundo externo. A teoria do conhecimento tem como pressuposto: a) que “o conhecimento é uma ‘categoria’ do espírito, e uma ‘forma’ da atividade humana ou do ‘sujeito’ que pode ser indagada em universal ou em abstrato, isto é, prescindindo dos conhecimentos cognoscitivos particulares de que o homem dispõe fora e dentro da ciência”; b) que “o objeto imediato do conhecimento é (...) apenas a idéia ou a representação; e a idéia é uma entidade mental, exista apenas ‘dentro’ da consciência ou do sujeito que a pensa. Trata-se, portanto, de verificar: 1º se essa idéia corresponde uma coisa qualquer, ou entidade ‘externa’, isto é, existente ‘fora’ da consciência; 2º no caso de uma resposta negativa, existe alguma diferença, e qual, entre idéias irrealis ou fantásticas e idéias reais”. Assinalando que a teoria do conhecimento é originariamente idealista, assevera que mesmo as escolas realistas são formas de idealismo, porque as entidades que são dados como “reais” são resultado da consciência e conteúdos de consciência. Essa perspectiva de teoria do conhecimento iniciou perder seu significado e primado quando se colocou em dúvida a validade de um de seus pressupostos, qual seja, “que o dado primitivo do conhecimento e ‘interior’ à consciência ou ao sujeito e que, portanto, a consciência ou o sujeito devem ir para fora de si mesmos (o que, em princípio, é impossível) para apreender o objeto”. Contemporaneamente o primeiro pressuposto também é refutado e a teoria do conhecimento perdeu significado na filosofia contemporânea, tendo sido substituída pela disciplina de metodologia, que analisa as condições e os limites de validade dos procedimentos de investigação ou pesquisa, bem como os instrumentos lingüísticos do saber científico. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 183. Em sentido ao mesmo tempo aproximativo e diferenciado, Japiassu assinala que epistemologia quer significar etimologicamente discurso sobre a ciência e surgiu no século XIX no vocabulário filosófico, sendo, portanto, uma criação recente. Tradicionalmente se circunscreva ao discurso filosófico da filosofia das ciências ou teoria do conhecimento; entretanto o autor o insere “como um discurso sobre o qual o discurso primeiro da ciência deveria ser refletido”, encontrando na filosofia seus princípios e na ciência o seu objeto. Para a tradição a epistemologia é uma disciplina especial dentro da filosofia; focou uma teoria do conhecimento e uma filosofia das ciências buscando alcançar evidência acerca dos meios de alcance do conhecimento científico, elucidação dos objetos sobre os quais os conhecimentos podem ser aplicados e fundando a validade desses conhecimentos. Seria uma filosofia das ciências, não circunscrita à metodologia, nem uma síntese conjectural das leis científicas, mas sim “um estudo crítico dos *princípios*, das *hipóteses* e dos *resultados* das diversas ciências. Semelhante estudo tem por objetivo determinar a origem lógica (não psicológica) das ciências, seu *valor* e seu *alcance* objetivo”; ou seja, o lugar do conhecimento científico dentro do domínio do saber – as funções e meios apropriados para as diferentes formas de conhecimento e como se apresenta o sistema geral dessas funções –, os limites do conhecimento científico –

Pierre Bourdieu, junto com Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron, partindo de uma afirmação de Auguste Comte¹⁹³ – onde defende que o método não pode ser estudado separadamente das pesquisas na quais é utilizado, e que somente graças ao estudo das aplicações regulares dos procedimentos científicos, é que será possível chegar à formação de um bom sistema de hábitos intelectuais, sendo esse o objetivo essencial do método –, asseveram que não se pode dissociar o método científico – aspectos teóricos da ciência – da prática científica – aspectos práticos da prática empírica –, portanto, rejeitando todos os discursos do método enquanto discursos teóricos prontos e acabados, que ameaçam impor aos pesquisadores uma imagem dividida da atividade científica: de um lado a atividade “impura” da empíria, ou a atividade da rotina científica – dos pesquisadores de campo – como algo mesquinho, e, de outro lado, a atividade “sumo sacerdotal” da elevada reflexão intelectual voltada para alcançar uma teoria “pura” do método, que traria dignidade ao objeto e/ou ao sujeito científico, ao procurar definir teoricamente a correta maneira científica de fazer ciência sociológica e impor ao pesquisador um catecismo metodológico. Os teóricos procuram

ele não pode tudo conhecer –, e a busca da natureza da própria ciência. Duas são as orientações que dividem o pensamento epistemológico: a) de um lado a epistemologia genética que define um acordo entre sujeito e objeto estabelecido progressivamente, ou seja, o conhecimento, em sua formação e desenvolvimento, é analisado de um ponto de vista dinâmico ou diacrônico, de acordo com a evolução de sua estrutura. Aqui o sujeito intervém ativamente no conhecimento do objeto; b) de outro lado a epistemologia não-genética onde o acordo entre o sujeito e objeto é feito desde a origem, ou seja, o conhecimento é estudado estaticamente ou sincronicamente, não sendo aceita a perspectiva histórica ou temporal, vale dizer, em sua estrutura atual. Aqui o conhecimento é reduzido a um registro dado já anteriormente organizado independentemente dele. In: JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, p. 23-8.

¹⁹³ Auguste Comte (1798-1857), filósofo francês que, ao lado do compatriota Claude-Henry de Rouvroy, conde de Saint-Simon (1760-1825), é considerado um dos fundadores dos estudos sociológicos – o termo “sociologia” foi criado por ele. Politécnico, começou a ensinar matemática, e durante parte de sua vida foi secretário de Saint-Simon. Afirmava que a sociedade deveria ser vista como um organismo, em que cada parte tem uma função específica e contribui para o funcionamento do todo, sendo que nas ciências sociais o positivismo por ele preconizado significava em aplicar sobre ela os métodos utilizados na matemática para extrair leis que regem o desenvolvimento das sociedades. Em sua grande obra, *Curso de Filosofia Positivista* (1830-42), formulou a famosa “lei dos três estágios”, segundo a qual o conhecimento e a sociedade evoluem numa direção bem definida, passando por três fases distintas: a teológica, a metafísica e a positiva. Na primeira, os fenômenos são explicados por referência à vontade dos deuses e a realidades transcendentais; na segunda, recorre-se a conceitos mais abstratos, referidos a processos universais, como “natureza”; na terceira, finalmente, o conhecimento se baseia na descrição dos fenômenos e na descoberta das leis objetivas que os determinam. Em sua obra, Comte propôs uma classificação do campo do conhecimento e viu na sociologia a mais nova e complexa das ciências “positivas” – isto é, fundadas na análise de fenômenos diretamente observáveis. No fim da vida, intensificou seu interesse pelas questões morais e desenvolveu sua doutrina positivista como uma nova “religião da humanidade”, à altura dos desafios trazidos pelas mudanças da sociedade moderna. A filosofia positivista por ele elaborado trata-se de uma filosofia das ciências voltada para apreender a realidade em toda sua plena consistência ou positividade. O positivismo exerceu influência também fora da França, e seu lema, “ordem e progresso”, figura até hoje na bandeira brasileira. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 7.

dissociar o método – teoria – das práticas concretas da pesquisa empírica; mas o método não pode ser estudado separadamente das pesquisas onde é utilizado, levando aos três pesquisadores franceses proporem um estudo das aplicações regulares dos procedimentos científicos, a fim do cientista alcançar a edificação de um bom sistema de hábitos intelectuais, que é, em última instância, reiterando Comte, a finalística e essencial intenção do método. Assim, fugindo – especialmente àqueles que não pretendem em vida fazer pesquisa experimental ou submeter-se à experiência da pesquisa empírica – de um mero questionamento da sociologia empírica em si – da experiência geral da pesquisa em si e das dificuldades cotidianas encontradas por aqueles que o fazem –, voltam-se para centrar foco na questão da prática sociológica em si, enfim, da atuação enquanto pesquisador daquele que faz pesquisa.¹⁹⁴ É “necessário submeter as operações da prática sociológica à polêmica da razão epistemológica para definir e, se possível, inculcar uma atitude de vigilância que encontre no conhecimento adequado do erro e dos mecanismos capazes de engendrará-lo um dos meios de superá-lo”; tratar-se-ia de dar ao pesquisador os meios dele próprio assumir a sua própria vigilância.¹⁹⁵

De acordo com o que escreveu Gaston Bachelard, a epistemologia se esforça por apreender a lógica do erro, a fim de construir a lógica da descoberta da verdade como confrontação – ou polêmica – contra o erro; nisso, ela se esforça igualmente para “submeter as verdades próximas da ciência e os métodos que ela utiliza a uma retificação metódica e permanente”. Mas além disso, os autores franceses – Bourdieu, Chamboredon e Passeron – entendem que essa ação polêmica – questionadora – da razão em busca da verdade e contra o erro, deve ser acrescida da análise “das condições sociais nas quais são produzidas as obras sociológicas”, enfim da sociologia do conhecimento, que permite, ao final, incrementar e precisar com maior propriedade, o conhecimento do erro e das condições que o tornam possível ou inevitável; os limites da compreensão sociológica das condições do erro, que obriga a enxergar o erro no próprio sujeito condutor da pesquisa, pois pessoas são a personificação de “posições epistemológicas que se deixam compreender completamente apenas no campo social no qual elas se afirmam”.¹⁹⁶

A pedagogia da pesquisa consiste, desta forma, em definir um ensino de pesquisa que exponha e inculque os princípios de uma prática profissional, mas com uma atitude em relação a essa mesma prática que rompa com a rotina do discurso pedagógico tradicional, e

¹⁹⁴ BOURDIEU Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão do sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 9-10.

¹⁹⁵ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. *A profissão...*, p. 11.

¹⁹⁶ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. *A profissão...*, p. 12.

assim dê revigoramento a conceitos e operações que se encontram neutralizados pelo ritual da tradição,¹⁹⁷ lembrando: (I) que os atos mais práticos da prática epistemológica deve começar por uma reflexão que lembre – sistematizando – as implicações sempre presentes de qualquer prática boa ou má, devendo-se, assim, estabelecer preceitos de vigilância epistemológica sobre elas; (II) que é necessário procurar “definir a função e as condições de aplicação dos esquemas teóricos aos quais deve recorrer a sociologia para construir seu objeto sem pretender apresentar esse primeiros princípios de interrogação propriamente sociológica como uma teoria acabada do conhecimento do objeto sociológico e, menos ainda, como uma teoria geral e universal do sistema social”; (III) que a pesquisa empírica deve “realizar (...) em cada uma de suas operações, os princípios que a constituem como ciência, dando-lhe um objeto dotado de um mínimo de coerência teórica. Com tal condição, os conceitos ou métodos poderão ser tratados como *ferramentas* que, arrancados de seu contexto original, se oferecem para novas utilizações”.¹⁹⁸

Os saberes sociológicos não se constituem numa somatória de técnicas ou de conceitos à parte na utilização numa pesquisa; eles devem ser extraídos da ordem tradicional – racional e histórica – onde estão inseridos para transformá-los “no sistema dos princípios que definem as condições de possibilidade de todos os atos e de todos os discursos propriamente sociológicos”, visando uma nova visão de teoria do conhecimento sociológico, fugindo de uma concepção de pesquisa sociológica vinculada unicamente a uma teoria particular do social como a de Karl Marx, Max Weber ou Émile Durkheim,¹⁹⁹ ou seja, sem estabelecer separação – divisão ideológica ou opção única de uma só corrente de pensamento – canônica entre os autores, mas buscando alcançar uma aproximação deles no plano de um acordo epistemológico, que muitas vezes está dissimulado por oposições – canônicas – doutrinárias que não contribuem para verificar se uma pesquisa tem a ver com a ciência sociológica.²⁰⁰

Não se trata de realizar um amálgama de princípios e valores extraídos de tradições teóricas diferentes e/ou inconciliáveis, mas uma reconciliação epistemológica que opera-se no exercício autêntico da profissão de sociólogo, no *habitus* que interioriza os princípios da

¹⁹⁷ Não se trata mais da teoria teórica, vale dizer, um discurso profético ou programático que tem em si mesmo seu próprio fim e que nasce e vive da defrontação com outras teorias, mas de teoria científica que assim se constrói como um programa de percepção e ação revelado no próprio ato do trabalho empírico que é realizado. Desta forma, a teoria é tratada como um *modus operandi* que orienta e organiza na prática a prática científica. In: BOURDIEU, O poder..., p. 59 e 60.

¹⁹⁸ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 12-3. Grifos no original.

¹⁹⁹ Émile Durkheim (1858-1917), teórico social francês, reconhecido como um dos pais fundadores da sociologia e que concebia com uma das tarefas do sociólogo estudar os determinantes sociais do comportamento, tais como os deveres, leis e costumes que uniriam e manteriam as pessoas em sociedade. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1.

²⁰⁰ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 13-4.

teoria do conhecimento sociológico e que agora se opõe à tentação de transformar os preceitos metodológicos em receitas prontas de uma vez por todas – superestimação da importância das operações metódicas, garantidora, por si, do resultado e de uma verdade –, exigindo um treinamento constante de vigilância epistemológica que, “subordinando a utilização das técnicas e conceitos a uma interrogação sobre as condições e limites de sua validade, proíbe as facilidades de uma aplicação automática de procedimentos já experimentados e ensina que toda operação, por mais rotineira e rotinizada que seja, deve ser repensada, tanto em si mesma quanto uma função do caso particular”. Contrariando, também, uma prudência metodológica que transforma em reverência sagrada a utilização com receio, ou a não utilização, de instrumentos que deveriam ser utilizados e julgados somente após o seu uso – ou seja, práticas que não são adotadas de antemão, por censura ideal abstrata –, asseveram que os “que levam a preocupação metodológica até a obsessão nos fazem pensar nesse doente, mencionado por [Sigmund] Freud,²⁰¹ que passava seu tempo a limpar os óculos sem nunca colocá-los”.²⁰²

Uma arte ou ciência inventiva, criadora, é diferente de uma arte ou ciência focada eminentemente no problema da prova do que foi feito, pois não se trata de uma mecânica lógica das constatações e provas que efetivamente conduzem o funcionamento real do espírito

²⁰¹ Sigmund Freud (1856-1939), psicólogo e psicoterapeuta austríaco, pioneiro da psicanálise. Após sua formação com médico, com especialização em neurologia, Freud volta-se para o estudo da histeria. No livro *Estudos sobre a Histeria* (1895), escrito em colaboração com Josef Breuer (1842-1925) – que mais tarde viriam a se desligar por discordâncias teóricas –, estabeleceu a base das teorias psicanalíticas sobre a neurose: os sintomas resultam de – e têm relação simbólica com – um trauma emocional “esquecido” pelo paciente. A memória do evento, no entanto, continua a agir no inconsciente, desestruturando os pensamentos e emoções. Para obter acesso aos conteúdos inconscientes, o terapeuta emprega a hipnose, a análise dos sonhos ou a livre associação – o paciente discorre livremente sobre o que lhe vem de modo espontâneo à mente e o terapeuta procura depreender os momentos psicológicos profundos destas conexões aparentemente aleatórias. Freud publicou *A Interpretação dos Sonhos* em 1900. ele notou a importância dos temas sexuais na material proveniente de suas observações clínicas e concluiu que as “recordações” sexuais dos pacientes constituíam, na verdade, fantasias que remontavam à época da infância e que representavam os desejos sexuais da criança. Essa tese da sexualidade infantil, apresentada nos *Três Ensaios sobre a Sexualidade* (1905), tornou-se central no pensamento freudiano sobre normalidade e anormalidade do desenvolvimento psicosssexual. Suas teorias se baseavam nos casos clínicos por ele tratados, e alguns foram relatados em livros – mais tarde comprovou-se que Freud se autocensurou, omitindo certas informações de seus relatos, sendo que há vários pontos distorcidos nas informações apresentadas, e a preferência dada por Freud às explicações de teor sexual às vezes o levava a ignorar outras possibilidades mais óbvias. A teoria freudiana alcançou grande popularidade nos anos 1940-50 e foi assimilada por muitos estudiosos das áreas de psicologia e ciências sociais. Houve, inclusive, tentativas, raramente bem-sucedidas, de confirmar experimentalmente algumas dessas idéias. Ele dedicou-se a grandes problemas da civilização, dentro de uma perspectiva psicanalítica, e na obra *O Mal-Estar da Civilização*, desenvolveu mais detalhadamente suas concepções, ressaltando a submissão do ser humano às exigências da organização social onde, em troca de um pouco de segurança, a sociedade moderna impõe um pesado tributo, não somente à sexualidade mas também à agressividade. Freud e seus seguidores desenvolveram conceitos-chave como pulsão, deslocamento, identificação, projeção, regressão, repressão, e sublimação. Sua obra é objeto de controvérsias e é muito influente, não apenas no tratamento de desordens psiquiátricas, mas também nas artes e ciências sociais. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 11.

²⁰² BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 14. ‘ratar-se-ia da situação daqueles que tentam resolver os problemas do mundo da vida, mas no plano eminentemente teórico, e sem nunca sair dele para aplicar e apreender as verdades sociais que se revelarão dessa transposição teoria-prática.

inventivo, mas sim, diferentemente, é o que a teoria do conhecimento sociológico e a vigilância epistemológica procuram atingir nas práticas dos pesquisadores no próprio bojo – e jogo – do transcurso processual dessas mesmas práticas; e tão importante quanto isso, é sempre revelar ao pesquisador que existe uma diferença muito grande entre atalhos – ou caminhos mais “curtos” – que podem ser adotados durante suas reflexões enquanto pesquisador e cientista e “a progressão lenta, sem lamentos nem rodeios, proposta por um verdadeiro discurso do método sociológico”.²⁰³

Essa nova disposição mental não se limita à tradicional lógica da prova, mas fornece meios tanto para invenção quanto para a prova. A tradição científica centra seu poder na lógica da prova, não consentindo ingressar nos segredo e mistérios da criação ou invenção, sendo retórico e formal quando se trata da prova, e literário e psicólogo quando se trata da descoberta. Assim, ao renunciar qualquer ajuda científica ao processo da descoberta e invenção, a metodologia tradicional explica a criação criativa do criador de forma redutora, vale dizer, “invocar ou evocar, como é costume invocar os espíritos, os milagres da iluminação criadora, veiculados pela hagiografia [biografia de santo; escrito acerca dos santos]²⁰⁴ da descoberta científica, ou os mistérios da psicologia das profundezas”.²⁰⁵

O cultivo de tal atitude redutora tem a ver diretamente com o que a literatura metodológica definiu como objeto da lógica das ciências, afastando explicitamente as considerações sobre os caminhos da/para descoberta, privilegiando os caminhos da validação. Nesse sentido, Karl Raimund Popper²⁰⁶ anota que, a questão de como alguém descobriu pela

²⁰³ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 14-5.

²⁰⁴ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [].

²⁰⁵ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 15.

²⁰⁶ Karl Raimund Popper (1902-1994), filósofo britânico de origem austríaca que publicou trabalhos políticos hostis ao marxismo e à psicanálise, que qualificava como superstições intelectuais, mas é mais famoso por sua contribuição à filosofia da ciência, especialmente no que se refere à caracterização do método científico. Popper defendeu que, devido à falibilidade da indução – processo no qual regularidades previamente observadas são tomadas como base para a previsão de futuras regularidades –, a ciência não poderia progredir por esse método, sugerindo, ao invés disso, a utilização do método denominado por hipotético-dedutivo, que opera fazendo conjecturas teóricas audaciosas, que os cientistas tentariam então refutar, através de experimentos. A ciência progrediria, então, não pela verificação da correção – verificabilidade da verdade ou certeza – das teorias, mas por falsificação, ou seja, eliminando as teorias refutadas pelos testes experimentais. Por outras palavras, Popper criticou o *princípio da verificabilidade*, opondo-se, portanto, ao critério de demarcação entre ciência e pseudociência – metafísica em particular – proposto por Carnap [Rudolf Carnap (1891-1970), filósofo e lógico alemão naturalizado norte-americano, membro do Círculo de Viena, pesquisador sobre a filosofia da lógica e sobre a aplicação da simbólica matemática à epistemologia]. Segundo Popper, ao contrário do que ocorre numa teoria referente a uma ciência humana, como o marxismo e a psicanálise, o que é verdadeiramente próprio de uma teoria científica é a sua qualidade de “falseabilidade” – enquanto não for refutada, então permanece verdadeira –, isto é, a possibilidade de ser empiricamente refutada. Assim, diante de uma hipótese, a correta atitude científica não consiste em procurar caso particulares que a confirmem, mas em procurar casos cuja ocorrência a “falseariam” – determinariam sua falseabilidade. Para Popper, portanto, a ciência procede – seu método científico – por conjecturas e refutações, num processo que tende, no decorrer do tempo, ao conhecimento objetivo – ao conhecimento que permanece duradouramente como verdadeiro. In: NOVA

primeira vez a sua teoria, trata-se de uma indagação de ordem estritamente pessoal, diferentemente de uma outra indagação referente a como esse alguém verificou a sua teoria descoberta, onde aqui – nessa segunda indagação – ele deposita todo seu esforço intelectual para responder. O filósofo austríaco revela que não existe um método lógico para ter idéias ou uma reconstituição lógica desse processo, porque qualquer descoberta contém “elemento irracional” ou “intuição criadora” conforme ressaltado por Henri Bergson.²⁰⁷ As excepcionais obras metodológicas que invertem a ordem estabelecida, concentrando esforços no contexto da descoberta como objeto – portanto, saindo do contexto da prova –, são obrigadas a romper com muitos esquemas rotineiro e consagrados da tradição epistemológica e metodológica, especialmente com a concepção-quadro do “procedimento da pesquisa como sucessão de etapas distintas e pré-determinadas”.²⁰⁸

O sujeito da invenção científica não é um ser autômato movido segundo uma submissa programação metodológica definitiva; ao contrário, é um ser a que é permitido um retorno reflexivo ao seu programa metodológico como condição para invenção de novos programas, de tal modo que a metodologia em si não é mais condição de um trabalho fecundo. Na ausência da descoberta de uma ciência de se fazer ciência, e do tradicional quadro do uso da lógica para controlar a ciência por se fazer ou a ciência já constituída, “uma explicitação da lógica da invenção, por mais parcial que seja, pode contribuir para racionalização da aprendizagem da aptidão para inventar”, enfim, que a invenção pode ser cultivada.²⁰⁹

Existe uma representação, uma falsa representação da epistemologia das ciências da natureza e a relação que ela mantém com a epistemologia das ciências do homem – ou ciências do ser humano –, que acabam colocando em erro tanto a atividade sociológica – a ciência sociológica – quanto a reflexão crítica sobre tal atividade – epistemologia. Assim, tanto (I) a epistemologia, que procura marcar o método da ciência do homem como um

ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 5, 19. Sobre a teoria de conhecimento de Popper, vide: POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2002. 568 p.

²⁰⁷ Henri Bergson (1859-1941) foi filósofo espiritualista francês, que escreveu obras como “Ensaio sobre os dados imediatos da consciência”; “Matéria e memória: ensaio sobre relação entre o corpo e o espírito”; “O riso: ensaio sobre a significação do cômico”; “O pensamento e o movente”. Ganhador do Prêmio Nobel de Literatura, foi autor de uma filosofia espiritualista, preferindo a intuição à dedução como meio de acesso ao conhecimento, bem como à duração como fundamento do tempo, frente à noção de temporalidade mecânica que propunha a ciência de sua época, marcada pelo positivismo. Afastou-se também do racionalismo e principalmente o relativismo, em favor de uma concepção humanista da ciência; entre suas análises, a noção que ele pôs em primeiro plano na análise do riso ficou célebre: se rimos de alguém, é porque ele se comporta como se fosse um autômato (“o mecânico colocado sobre o vivo”). In: HUISMAN, Denis. **Dicionário de obras filosóficas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 577-8; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 4.

²⁰⁸ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 15, nota de rodapé n. 9.

²⁰⁹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 15-6.

processo de construção de distinções, a exemplo do que sucede na ciência da natureza, quanto (II) a epistemologia, que procura imitar em tudo a ciência da natureza, transferindo como real uma cópia redutora da experiência, ambas recusam algo presente mas esquecido na seara epistemológica, ou seja, a presença das filosofias exatas das ciências exatas.²¹⁰

A tentativa positivista²¹¹ de resgatar uma epistemologia exata das ciências do homem é infrutífera, e estabelece-se uma verdade, qual seja, “trata-se de uma constante da história das idéias que a crítica do positivismo mecanicista sirva para afirmar o caráter subjetivo dos fatos sociais e sua irredutibilidade aos métodos rigorosos da ciência”, a ponto de Friedrich August von Hayek²¹² afirmar categoricamente que “os fatos sociais diferem ‘dos fatos das ciências físicas porque são crenças ou opiniões individuais’ e, por conseqüência, ‘não devem ser definidos a partir do que poderíamos descobrir a seu respeito por meio dos métodos objetivos da ciência, mas a partir do que a pessoa que age pensa a seu respeito’”. Diante disso, a epistemologia das ciências sociais ficou presa a dois pólos: de um lado, a recusa ou crítica da

²¹⁰ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 16.

²¹¹ Foi Saint-Simon (Claude Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon) (1760-1825), filósofo e economista francês, quem primeiro empregou a expressão “positivismo” na literatura científica e filosófica, para designar o método exato das ciências e sua extensão para filosofia. Foi adotado por Auguste Comte (1798-1857), filósofo francês, para sua filosofia, e passou a designar uma grande corrente filosófica que na segunda metade do século XIX teve numerosos seguidores e profícua manifestação no mundo ocidental. Sua principal característica é elevar a ciência como único guia da vida individual e social do ser humano, assim como o único conhecimento, moral e religião possível; o positivismo acompanhou e estimulou o nascimento e afirmação da sociedade moderna organizada em sua forma técnico-industrial e expressou o otimismo resultante da industrialização. Das duas formas de positivismo, o positivismo social volta-se para construir a ciência como fundamento de uma nova ordenação social e religiosa de forma unitária, sendo adepto da corrente, além de Auguste Comte e Saint-Simon, também John Stuart Mill (1806-1873), filósofo e economista inglês. Já o positivismo evolucionista que procura estender a todo o universo o conceito de progresso e procura impô-lo a todos os ramos da ciência, tem em Herbert Spencer (1820-1903), filósofo inglês, o seu grande mentor. Fundamentalmente o positivismo defende: a) que a ciência é o único conhecimento possível para tudo e o método da ciência é o único válido também para todas as formas de alcançar verdades, inclusive para a filosofia; b) o método da ciência é puramente descritivo, no sentido de (i) descrever os fatos e mostrar as relações constantes entre os fatos, expressos por leis descobertas, que permitem a previsão dos próprios fatos – previsibilidade dos acontecimentos através das leis dos fatos e das coisas reveladas pelo método – conforme Comte, ou (ii) no sentido de mostrar a gênese evolutiva dos fatos mais complexos a partir dos mais simples, conforme Spencer; c) o método da ciência, por ser o único válido, deve ser estendido a todos os campos de indagação da atividade humana, devendo toda a vida humana – individual ou social – ser guiada por ele. O positivismo, assim, operou a primeira participação ativa na organização social e ainda hoje constitui uma das alternativas filosóficas para desvelar as manifestações humanas através da ciência. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 776-7; e HUISMAN, Denis. **Dicionário de obras filosóficas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 582, 598, 604, 607.

²¹² Friedrich August von Hayek (1899-1992), economista, cientista político e filósofo britânico de origem austríaca. Escritor prolífico, Hayek ficou famoso como uma das principais figuras da corrente dita “libertária” – adeptos da redução ao mínimo absoluto da intervenção do Estado na economia e nos assuntos privados – e como defensor do liberalismo do *laissez-faire* e da economia de livre mercado – corrente neoliberal. Em seu famoso ensaio, *Os Caminhos da Servidão* (1944), condenou a democracia social e o Estado de bem-estar social como precursores do totalitarismo. Em teoria econômica, deu ênfase à importância dos preços como veículos de disseminação – para aqueles que participam do mercado – de informações a respeito do comportamento dos agentes e das possibilidades tecnológicas, tendo também contribuído para as teorias do capital e dos ciclos de comércio. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 12; HUISMAN, Denis. **Dicionário de obras filosóficas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 589.

imitação automática das ciências da natureza; de outro lado, a crítica ou contestação subjetivista de uma impossível objetividade dos fatos sociais, levando a uma idéia de direitos imprescritíveis da subjetividade.²¹³

A ultrapassagem – superação – dessa polarização,²¹⁴ somente começa tornar-se possível a partir do momento em que se submete a prática científica a uma reflexão crítica, cujo resultado é para ser aplicado não mais focando uma ciência já constituída – portanto, em sentido reprodutor, copiador, repetidor –, mas uma ciência que o cientista aceita como em vias de se fazer, ou seja, de ser construída, criada, produzida, inventada. Trata-se de uma tarefa eminentemente epistemológica, que “consiste em descobrir no decorrer da própria atividade científica, incessantemente confrontada com o erro, as condições nas quais é possível tirar o verdadeiro do falso, passando de um conhecimento menos verdadeiro e um conhecimento mais verdadeiro, ou melhor, como afirma Bachelard, ‘próximo, isto é, retificado’”.²¹⁵

Aplicado à ciência do homem, isto significa que passa a ser uma “filosofia do trabalho científico como ‘ação polêmica incessante da Razão’”, que propicia “os princípios de uma reflexão capaz de inspirar e controlar os atos concretos de uma atividade verdadeiramente científica”, definindo o que tem de específico nos princípios circunscritos à ciência sociológica. Tal postura é diferente daquela que tradicionalmente havia se consolidado, que é o do racionalismo fixista, que estabelece de uma vez por todas os seus parâmetros de uso, e que atualmente ainda é empregado por defensores de um método que reduz as suas reflexões a uma lógica formal das ciências, o que, como já observado por Paul Karl Feyerabend,²¹⁶ faz o fixismo semântico na ciência encontrar dificuldades para justificar o progresso do conhecimento e as descobertas que levam ao mesmo.²¹⁷

Ao privilegiar as relações erigidas como *eternas*, *perenes* – intemporais – entre proposições abstratas, esquece-se “dos processos pelos quais cada proposição ou cada conceito foi estabelecido e engendrou outras proposições e outros conceitos”, retirando dos protagonistas da atividade científica um suporte real de diversos outros elementos

²¹³ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 16-7.

²¹⁴ Sobre isso é ressaltado que Emile Durkheim já assinalava o escape dessas alternativas polarizadas. In: BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 17, nota de rodapé n. 14.

²¹⁵ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 17.

²¹⁶ Paul Feyerabend (1924-1994), físico e epistemólogo austríaco, concebeu uma nova epistemologia que batizou de “anarquista”, procurando separar o científico do político. Suas obras principais são: *Contra o método, esboço de uma teoria anarquista do conhecimento* (1975) e *Escritores filosóficos* (1981). In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 10; HUISMAN, Denis. **Dicionário de obras filosóficas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 586; SILVA, Porfírio. **A filosofia da ciência de Paul Feyerabend**. Lisboa: Piaget, 1998, p. 11. Sobre o seu pensamento epistemológico, vide a obra de Porfírio Silva.

²¹⁷ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 17-8.

instrumentais, que seriam importantes para o desenvolvimento profícuo das suas atividades. Assim, essa busca de uma lógica ideal de pesquisa, implica, nos metodólogos, construírem um pesquisador ideal, perfeitamente enquadrado nessas normas de perfeição, um pesquisador impecável, portanto, impossível ou infecundo. Uma obediência incondicional a um código fechado de regras lógicas produz um efeito de “fechamento prematuro”, fazendo desaparecer a “elasticidade nas definições”, e a “disponibilidade semântica dos conceitos” que, “pelo menos em certas fases da história de uma ciência ou o desenrolar de uma pesquisa, constituem uma das condições de invenção”.²¹⁸

Estaria se tratando aqui de negar a formalização lógica? Não, a forma e coerência lógica são partes fundamentais para colocar à prova os atos de pesquisa e para o próprio controle epistemológico requerido; entretanto, isso não quer significar a adesão cega a um rigor técnico-metodológico definido definitivamente e intemporalmente, medida de todas as verdades a partir da obediência – com fé canônica – nos seus postulados. Nega-se, isto sim, a representação da verdade previamente fixada, conforme um sentido de erro previamente estabelecido como transgressão de normas incondicionais. O que se busca em troca – ou com isso – é alcançar rigores específicos, qual sejam, aqueles que podem e devem ser estabelecidos conforme cada disciplina ou área específica do conhecimento, e válidos ali por produzirem os efeitos e verdades que são pertinentes e logicamente significativos para o pesquisador e seu objeto de pesquisa. A verdade é o erro retificado, a superação do conhecimento menos verdadeiro para o mais verdadeiro.²¹⁹

A partir do conhecido, o conhecimento, através da razão, retorna ao conhecido, para partir a outros embates e desvelar novos desconhecidos – realizar, portanto novos conhecimentos – para evoluir sucessivamente – ou continuamente – desta forma. Mas, nesse processo, as diferentes proposições ou conceitos desvelados na trajetória – específicas que sejam – não podem ser desconsiderados, e sim guardados como instrumentos para novas descobertas e invenções. É preciso, assim, deixar de matematizar o procedimento de pesquisa, que, para evitar o erro, joga-se com procedimentos ou técnicas que acabam definindo a verdade como o produto intelectual que seguiu certas normas fechadas de conduta.²²⁰

Os procedimentos de pesquisa devem ser apreendidos observando como eles se procedem, e é possível verificar criticamente que: (I) os dados experimentais não são e não podem ser tratados como postulados geométricos; (II) as regras de pensamento não são e não

²¹⁸ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 18.

²¹⁹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 18.

²²⁰ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 18-9.

desempenham o papel da lógica matemática; (III) a experiência limitada não estabelece a teoria de uma única vez – e por todas –; (IV) os “procedimentos que instauram o rigor surgem como respostas a perguntas que não sabemos formular *a priori*, que somente o desenvolvimento da ciência faz emergir”; (V) cada teoria refutada implica em novas exigências de rigor científico; (VI) portanto, “é inútil pretender apresentar *a priori* as condições de um pensamento autenticamente científico”.²²¹

Quando se fixa-se num dogma metodológico e não se questiona, por exemplo, (I) o objeto de medição e se ele merece ser medido; (II) as técnicas de medição e o grau de precisão legítimo e desejável; (III) se os instrumentos utilizados medem o que se propõem a medir; enfim, quando não se reflexiona sobre o que se faz e como se faz, jungido intrinsecamente a uma idéia de puro rigor metodológico em tarefas científicas a serem realizadas, acomodando-se em rituais procedimentais fechados, então o que ocorre é o *deslocamento* da vigilância epistemológica ou a execução de seu contrário, prejudicando a possibilidade de uma ciência por se fazer.²²²

A ciência, assim, alcança outro patamar. Fazer ciência é antes um ânimo para compreender e repensar apreendendo “o esforço dispendido [sic] para saber o que faz o cientista, quer ele saiba ou não o que faz, (...) um questionamento dos métodos e teorias em sua própria utilização para determinar o que fazem aos objetos e os objetos que fazem”, enfim, um acréscimo de vigilância epistemológica para evitar que aconteça exatamente o efeito de seu deslocamento, manifestado em enrijecimento ou acomodação das práticas científicas em fórmulas consagradas e canônicas.²²³

Conforme asseverou Gaston Bachelard, existe uma hierarquia epistemológica dos atos/fatos científicos; o fato científico é (I) conquistado, (II) construído, (III) constatado, o que pode ser traduzido – no campo sociológico – no sentido de que a constatação leva à construção e a construção à ruptura; ultrapassando o empirismo que reduz o ato científico a uma constatação e ao convencionalismo que estabelece somente condições prévias para sua construção. Uma real ciência experimental – sociologia – leva a que a prova experimental necessite ser acompanhada previamente de seus pressupostos teóricos, pois somente esses são base para uma fecunda experimentação, mas essa explicitação teórica prévia somente pode ser

²²¹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 19.

²²² BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 19-20.

²²³ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 21-2.

feita se acompanhada da correspondente explicação formal acerca dos obstáculos epistemológicos apresentados, claramente especificado em cada ato científico.²²⁴

1.1.5.1. O FATO É CONQUISTADO CONTRA A ILUSÃO DO SABER IMEDIATO

Nas ciências que focam o ser humano, sucede um fato que não se apresenta em outros ramos da ciência, qual seja, a opinião comum e o discurso científico estão muito próximos; a distinção é mais imprecisa porque essas ciências trabalham com fatos que tendem a ser tidos como dados já fortemente estabelecidos e sobre eles nada haveria mais o que se falar, sendo que tudo – conhecimento – partiria a partir deles. Está a se falar aqui das coisas que são familiares no cotidiano do mundo social e, portanto, ao próprio sociólogo, cuja intensa proximidade não contribui para trabalhar criticamente os objetos de conhecimento que elege do próprio – e não poderia ser de outra forma – mundo social que o envolve.²²⁵

Assim, a vigilância epistemológica se impõe com mais força, pois a proximidade do pesquisador social com o mundo social é um obstáculo epistemológico fundamental, pois ajuda a produzir concepções ou sistematizações não verdadeiras – sociologia espontânea – e até mesmo condições para torná-las críveis. Essa sociologia espontânea dificilmente irá acabar, entretanto deve ser submetida ao processo de crítica ou polêmica incessante contra as evidências da ilusão de um saber imediato. Para piorar a situação, a sua percepção da realidade social – mais precisamente do objeto escolhido –, transformada em ciência, sofre os influxos e injunções da linguagem que utiliza, que é aquela de uso corrente, bem como as mesmas noções comuns que perpassam o imaginário das pessoas na construção do domínio do mundo social.²²⁶

a) PRENOÇÕES E TÉCNICAS DE RUPTURA

As opiniões primeiras sobre os fatos sociais – prenoções – são representações esquemáticas e sumárias, formadas pelas práticas e para elas, usadas para julgamentos, e sua

²²⁴ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 22.

²²⁵ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 23.

²²⁶ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 23.

autoridade – e evidência – se firma das funções sociais que desempenham. Essas noções comuns são uma influência muito forte no sentido de julgamentos que o pesquisador realiza, portanto, necessitam serem rompidas com o uso de todas as técnicas de objetivação possíveis de serem usadas. Assim é o papel da estatística; mas é “sem dúvida uma crítica lógica e lexicológica da linguagem comum que aparece como condição indispensável para a elaboração controlada das noções científicas”, considerando que a linguagem corrente e determinados usos eruditos das expressões banais “constituem o principal veículo das representações comuns da sociedade”.²²⁷

A sociologia, ou seus pesquisadores, estabelece uma relação com o objeto de pesquisa que são humanas demais – nunca é puro conhecimento –, vale dizer, influenciada por tudo que a relação social passada – e sempre presente – marcou seu objeto de pesquisa e a relação espontânea e significativa de sentido de mundo que sempre estiveram e estão presentes no pesquisador frente ao próprio objeto. Os dados são vivos e sempre foram utilizados para julgamentos considerados pertinentes no âmbito social, produzindo efeitos concretos conforme os sentidos de julgamento prévio posto em ação ou luta. A fragmentação dessas singularidades sociais em critérios abstrato-científicos, para construir outra verdade diferente da indução espontânea que se dê deles, busca alcançar a revelação de novas relações de natureza superior ao que então é praticado.²²⁸

Diante disso, a invenção, enquanto objetivo epistemológico que se quer alcançar no cientista, não pode se reduzir a uma simples leitura do real, quando se quer a ruptura do mesmo em direção a novas percepções para repensá-lo melhor e verdadeiramente. O acaso na descoberta científica precisa ser repensado com maior propriedade; ela ocorre porque o cientista quebra as relações mais aparentes – as mais familiares – fazendo surgir um novo sistema de relações entre os elementos até então desconhecidos, não desvelados, através de uma pesquisa séria que reúne o que o senso comum separa, e distingue o que o vulgo confunde.²²⁹

b) A ILUSÃO DA TRANSPARÊNCIA E O PRINCÍPIO DA NÃO-CONSCIÊNCIA

A sociologia espontânea precisa ser atacada no seu âmago, caso contrário as técnicas de ruptura existentes – crítica lógica das noções, comprovação estatística das falsas

²²⁷ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 23-4.

²²⁸ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 24.

²²⁹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 25.

evidências, contestação metódica das aparências – serão sempre impotentes. E o âmago referido é a filosofia do conhecimento do social e a ação humana correlata que lhe dá suporte, como tradicionalmente tem sido praticado. Para se distinguir do senso comum – e da correlata sociologia espontânea – e tornar-se ciência verdadeira, a sociologia precisa organizar uma teoria crítica do conhecimento do social, onde contradiga ponto por ponto os pressupostos da filosofia primeira do social que está calcada no artificialismo, ou seja, que o conhecimento do mundo social é tradicionalmente extraído por um processo de infusão – a imersão do mundo da vida social no próprio mundo da vida revelaria paulatinamente os seus princípios e essências descritivos e explicativos, enfim, suas verdades – que aglutinaria as familiaridades, o permanente, enfim, o que seria evidente por si mesmo para iniciar a tradução científica dele.²³⁰

Sair dessa representação ilusória de compreensão e explicação dos fatos sociais – gênese, desenvolvimento etc. – numa atitude determinada de, por exemplo, ingenuamente recusar de pronto as prenoções estabelecidas, também pode redundar que o esforço científico acabe caindo na armadilha inconsciente que engendrou as prenoções que se queria escapar, ou seja, edificar a aparência de um discurso científico sob os mesmos pressupostos assumidos inconscientemente e que marca a sociologia espontânea, unicamente por seu esforço particular de reflexão – como que imunizado de inconscientes determinações sociais. Contra o artificialismo, psicologismo ou moralismo Emile Durkheim, Karl Marx e Max Weber estabeleceram que o sociólogo deve investigar o mundo social como se fosse um mundo desconhecido, e romper com a transparência que induz o artificialismo para desvelar as causas profundas que escapam à consciência e explicam a vida social.²³¹

Mas ao mesmo tempo, todos fixaram a existência necessária de um determinismo – princípio da não-consciência seria exatamente designativo daquilo que a ciência sociológica deveria buscar, vale dizer, as causas profundas do social que escapam à consciência individual e coletiva e que determinam o social – que deveria ser buscado e desvelado como chave explicativa do mundo social, a fim de adequar a ciência social com a ciência da natureza – se havia determinações na natureza, então deveria haver as mesmas no plano social – ou dissocia-las da vontade, intenções subjetivas, da arbitrariedade individual. É preciso também esclarecer que o princípio da não-consciência como constitutivo da ciência sociológica –

²³⁰ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 25-6.

²³¹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 25-6. Ao aproximar Durkheim, Marx e Weber, ressalta-se que a aproximação não é sobre a teoria do sistema social defendida por cada um deles, mas das teorias do conhecimento social por eles exposta. In: BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 26, nota de rodapé n. 5.

afastando-se da idéia de um inconsciente antropológico – tratou-se de uma construção que contribuiu para erigir a ciência sociológica como ciência dentro de um rigor determinista metodológico, para não se negar enquanto ciência.^{232 233}

Verifica-se que a sociologia espontânea sempre ressurgiu, mesmo nos discursos ou na sociologia erudita, com diferentes disfarces, observando-se que os sociólogos não submetem suas práticas aos princípios fundamentais da teoria do conhecimento sociológico, resultando sempre num retorno deles à filosofia da ação – ou da escolha – para explicar as ações humanas e sociais, vale dizer, há uma relação do sujeito à sua ação – livre, independente, consciente e clara –, onde a motivação e decisão tomada são frutos de um sujeito “possuidor de si mesmo e de sua própria vontade, desejando conhecer apenas o determinismo de suas próprias determinações (embora as considere inconscientes)”. Assim, resiste-se a “qualquer tentativa para estabelecer que o sentido das ações mais pessoais e mais ‘transparentes’ não pertence ao sujeito que as realiza, mas ao sistema completo das relações nas quais e pelas quais elas se realizam”. Mesmo a aplicação da psicologia para explicar os atos e ações sociais – por via, por exemplo, das satisfações ou razões pessoais –, impede a busca das funções sociais que as razões dissimulam.²³⁴

A superação desse *status quo* – inter-relacionamento circular entre senso comum e senso comum erudito – é através de outro princípio da teoria do conhecimento social, traduzido na forma positiva do princípio da não consciência: “as relações sociais não poderiam ser reduzidas a relações entre subjetividades animadas por intenções ou ‘motivações’ porque se estabelecem entre condições e posições sociais, e porque, ao mesmo tempo, são mais reais do que os sujeitos que estão ligados por elas”. Deduz-se que não é possível modificar relações sociais objetivas, reduzidas às representações que os sujeitos têm ou acreditam delas, apenas transformando – modificando – as referidas representações. A psicologia social, em suas técnicas clássicas de participação e comunicação, inclina-se “a privilegiar as representações dos indivíduos em detrimento das relações objetivas nas quais

²³² BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 26-7.

²³³ Nos albos da sociologia, era-lhe negado a condição de ciência porque sua realidade dependeria das vontades arbitrarias das pessoas em tudo o que sucedia na sociedade, portanto, conhecimento volúvel – não rigoroso – pelo caráter subjetivo dos fatos sociais. A objetivação, a colocação dos fatos sociais aleatórios para a categoria de fatos determinados, como a ciência impunha para estabelecer-se como tal um dado conjunto de conhecimentos afins estruturados, deu-se com a eliminação da análise dos fatos subjetivos no âmbito social e passou-se para estudar e verificar os objetivados, qual sejam, aqueles que independem da vontade consciente dos agentes sociais – costumes, representações coletivas, formas sociais etc.; daí o significado aqui empregado do princípio da não-consciência. In: BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 141-6.

²³⁴ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 27-8.

estes estão envolvidos e que definem a ‘satisfação’ ou ‘insatisfação’ que os mesmos experimentam, os conflitos que enfrentam ou as expectativas e ambições que exprimem”.²³⁵

Sucedo que o princípio da não-consciência, diferentemente, exige a construção do sistema das relações objetivas em que os agentes sociais se encontram inseridos “e que exprimem mais adequadamente na economia ou morfologia dos grupos do que nas opiniões e intenções declaradas dos sujeitos; (...) [A] apreensão da lógica objetiva da organização é que conduz ao princípio capaz de explicar, por acréscimo, as atitudes, opiniões e aspirações. Esse objetivismo provisório que é a condição da apreensão da verdade objetiva dos sujeitos é também a condição da compreensão completa da relação vivida que os sujeitos mantêm com sua verdade objetivada em um sistema de relações objetivas”.²³⁶

Apesar da ênfase numa objetivação, para iniciar um rompimento com a sociologia espontânea, a tarefa de explicação sociológica não se resume a um objetivismo. Observa-se que “a sociologia pressupõe a superação da oposição fictícia que subjetivistas e objetivistas fazem surgir arbitrariamente. [Mas] uma antropologia total não pode se limitar a uma construção das relações objetivas porque a experiência das significações faz parte da significação total da experiência: a sociologia menos suspeita de subjetivismo recorre a conceitos intermediários e mediadores entre o subjetivo e o objetivo, tais como alienação, atitude ou *ethos*. Cabe-lhe, com efeito, construir o sistema de relações que englobe, não só o sentido objetivo das condutas organizadas segundo regularidades mensuráveis, mas também as relações singulares que os sujeitos mantêm com as condições objetivas de sua existência e com o sentido objetivo de suas condutas, sentido que os possui porque estão desapossados deles. (...) [A] descrição da subjetividade objetivada reenvia à descrição da interiorização da objetividade”.²³⁷

c) NATUREZA E CULTURA: SUBSTÂNCIA E SISTEMA DE RELAÇÕES

Karl Marx revelou que as propriedades ou conseqüências de um sistema social se devem à sua gênese e funções históricas, a tudo que o constitui como sistema de relações sociais, e não a uma suposta “natureza”. Somente por uma função ideológica de eliminação da história é que se defenderia a existência de uma certa “natureza” imunizadora contra o caráter

²³⁵ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 28-9.

²³⁶ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 29.

²³⁷ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 29-30, nota de rodapé n. 12..

eminentemente histórico e, portanto, transitório, das relações e fatos sociais em curso.²³⁸ Por outra maneira, Emile Durkheim ressalta que a facilidade de uso do recurso às explicações psicológicas provoca outro efeito, qual seja, a interrupção da análise dos fatos sociais, uma vez que permite, sem grande esforço, o sentimento da evidência imediata. Assim, expressões como “naturezas simples”, “propensões”, “instintos”, “tendências”, todas referidas à natureza do ser humano individual, cuja somatória repercutiria no âmbito social – fatos sociais como simples desenvolvimentos dos fatos psíquicos – nada explicariam, uma vez que sobre eles recairia a necessidade de explicá-los precisamente, antes de serem usados como função de explicação do mundo social. A natureza somente pode ser tratada como natureza cultivada – recepcionada e perpassada pelo influxo da cultura humana – para então ser passível de apreensão no que ela tem de específico e singular. Não é possível encontrar os princípios de instituições – família, magia – nos sentimentos provocados por essas mesmas instituições sociais.²³⁹

Deve-se recusar as tentativas de definir as verdades dos fenômenos culturais fora do sistema de relações históricas e sociais onde ele está inserido; desta forma, o conceito de natureza humana dado por economistas – tendências, propensões –, psicólogos sociais – motivações – ou funcionalistas – necessidades, pré-requisitos – devem ser revistos, assim como as características humanas “concebidas como dados naturais, necessários e eternos, cuja eficácia poderia ser apreendida independentemente das condições históricas e sociais que os constituem em sua especificidade para determinada sociedade e em determinado momento”, tais como sexo, idade, raça, aptidões intelectuais, fruto de uma filosofia marcado por essências.²⁴⁰

Referidos conceitos procuram explicar a realidade humana e social, mas conforme ressaltado por Karl Marx e Emile Durkheim, a realidade – e os próprios conceitos – deve ser antes vista naquilo que ela têm de histórico e cultural – portanto, construída socialmente – e, em especial, na sua necessidade de ser explicada pelo social e unicamente pelo social, por sua natureza ser, em princípio, justamente social. Esta última exigência, assinalada por Emile Durkheim, não quer significar que esteja se reivindicando um objeto distinto do objeto de outras ciências do homem, nem a pretensão sociológica de justificar todos os aspectos da realidade humana, mas sim tentar alcançar, através do esgotamento do método sociológico, a

²³⁸ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 146.

²³⁹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 151.

²⁴⁰ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 30.

explicação do fato, ante de se recorrer a um princípio e saberes retirado de outro ramo da ciência com outros princípios.²⁴¹

Como a pouco ressaltado, correm-se riscos com a utilização de elementos trans-históricos e transculturais, quais sejam, princípios e conceitos que nada explicariam, uma vez que sobre eles recairia a necessidade de explicá-los precisamente, antes de serem usados como função de explicação do mundo social; mas, além disso, essa situação explicaria somente as semelhanças das instituições, deixando de analisar a especificidade, originalidade e singularidade histórica e cultural delas. Por outro lado, se ficar-se apenas na interpretação e análise das diferenças existentes, não se alcança a distinção entre o geral e o específico.²⁴²

É preciso escapar de certa análise essencialista ou históricas que propõem justificativas sob roupagem sociológica para fatos sociais, tais como “inclinação a criar associações”, “necessidade de manifestar sentimentos por meio de ações exteriores”, “ressentimento pela natural inferioridade”, “busca do prestígio”, “insaciabilidade da necessidade”, “*libido domandi*”, que acabam concluindo, por exemplo, que a aversão ao capitalismo é fruto de indivíduos ressentidos devido à frustração no âmbito da ambição social, aliada a uma inferioridade natural; haveria também uma essência, uma natureza inata, que marcaria o destino de cada sujeito social, uma verdadeira sociodicéia. Tais explicações somente podem ser utilizadas por um sociólogo como último recurso, após esgotados todos os meios do método sociológico.²⁴³

d) SOCIOLOGIA ESPONTÂNEA E PODERES DA LINGUAGEM

A experiência erudita e ingênua do mundo social, implica em usos de expressões igualmente erudita e ingênua descritivas da realidade. Se a vigilância epistemológica leva a denúncia da ilusão da transparência e a adoção de princípios que rompem com as construções ilusórias da sociologia espontânea, isso ainda não se revela suficiente pois há um obstáculo fundamental a ser superado, que é a herança das palavras e que, por sua vez, é também herança de idéias. A “linguagem corrente que, pelo fato de ser corrente, passa despercebida, contém, em seu vocabulário e sintaxe, toda uma filosofia petrificada do social sempre pronta a

²⁴¹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 30.

²⁴² BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 30-1.

²⁴³ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 31 e nota de rodapé n. 14.

ressurgir das palavras comuns ou das expressões complexas construídas com palavras comuns que, inevitavelmente serão utilizadas pelo sociólogo”.²⁴⁴

As prenoções aparecem dissimuladas sob forma erudita e produzem discursos sociológicos críveis desde a origem. O que a vigilância epistemológica impõe é não só a denúncia da sociologia espontânea assim elaborada – e como ela influencia a análise sociologia crítica –, mas também o fornecimento de instrumentos necessários para evitar a influência indesejável das prenoções nas noções científicas. A solução imediata de uma possível adoção de uma linguagem “pura”, construída e formalizada perfeitamente para a ciência sociológica, acaba por desviar da análise, a lógica própria da linguagem comum. E essa lógica e a análise respectiva “pode dar ao sociólogo o meio de redefinir as palavras comuns no interior de um sistema de noções expressamente definidas e metodicamente depuradas, ao mesmo tempo que submete à crítica as categorias, problemas e esquemas, retirados da língua comum pela língua erudita, que ameaçam sempre se reintroduzir na linguagem sob os disfarces eruditos da língua mais formal possível”.²⁴⁵

Foi o filósofo Ludwig Wittgenstein²⁴⁶ que estabeleceu que o estudo do emprego lógico de uma palavra favorece e permite alcançar outros significados que fogem das expressões mais típica e imagens mais comuns que delas florescem, desviando das opiniões pré-concebidas. A linguagem comum, portanto, que é o principal instrumento de construção do mundo dos objetos, deve ser submetida a uma crítica metódica para que os objetos pré-construídos por ela sejam desmistificados em sua condição de dados já determinados onde, a partir deles, se constrói a interpretação do mundo social.²⁴⁷

A aposta de uma tradição intelectual da ciência voltada para a busca de uma definição rigorosa de expressões científicas verifica ser vazia e mesmo ilusória, uma vez que o princípio unificador utilizado para os objetos submetidos à definição, ele mesmo não é submetido à crítica. Assim, um sociólogo que retira do vocabulário mais familiar possível os termos que irão sistematizar sua problemática científica, está vinculado inexoravelmente à linguagem identificada com os objetos, e pressupondo, julgando e analisando estar cientificamente diante de um dado objetivo. Torna-se necessário uma nosografia – descrição metódica das

²⁴⁴ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 32.

²⁴⁵ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 32.

²⁴⁶ Ludwig Josef Johan Wittgenstein (1889-1951), filósofo austríaco marcado por duas fases intelectuais, o primeiro com estudos lógico-filosóficos que influenciou marcadamente um grupo de intelectuais que se reuniram no denominado Círculo de Viena; o segundo por sua filosofia lingüística e que foi desenvolvida pelo denominado Grupo de Oxford. In: Wittgenstein, Ludwig Josef Johan. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural, 1989, p. XVI e XVII.

²⁴⁷ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 32-3.

doenças²⁴⁸ – da linguagem corrente para verificar as divisões que se operam no vocabulário comum, bem como outras manifestações que resultam em pré-construções inconscientes e incontroladas que insinuam-se nos discursos sociológicos.²⁴⁹

Essa postura crítica de vigilância lingüística concederia ao sociólogo outro instrumento a mais que atenuaria certas certezas semânticas sempre presentes, ou mesmo prestígio que acompanham o significado de certas palavras, especialmente aquela mais comuns, e também controlar as significações das metáforas, constantemente presentes nos discursos, que remetem invariavelmente a outro imaginário e pode, assim, ser prejudicial a uma compreensão objetiva de um fato social ao jogá-lo para uma outra natureza e estabelecer ilações que não são pertinentes à coerência de um discurso. Especialmente os usos de esquemas de interpretação retirados da física ou da biologia acabam por induzir uma filosofia inadequada da vida social – equilíbrio, pressão, corpo, célula, gestação etc. – e acabam prejudicando uma explicação eminentemente social dos fatos, por fornecerem uma aparência de justificação, tal qual um processo revolucionário, explicado por alguns como resultante de uma opressão insuportável que acaba por explodir ao final dando origem àquele.²⁵⁰

A análise da lógica e a função dos esquemas onde se transferem para o plano da sociedade global observações ou proposições válidas apenas para pequenos grupos ajudariam a adestrar e aprimorar o espírito científico. Afinal, por que esses paralelos esquemáticos, portanto extraídos de outros campos de pensamento, explicariam o mundo social? Esquemas metafóricos de análise e explicação são muito comuns nas afirmações mais ingênuas e mesmo nos discursos eruditos, por que associada “à imaginação, a linguagem transpõe, sub-repticiamente, a certeza da evidência sensível para a certeza da evidência lógica”. O jargão científico dissimula a origem pseudo-explicativa do uso de palavras e expressões emprestadas porque: I) propõe imediatamente uma explicação global por meio de experiências familiares despertadas pelas evidências sensíveis que não necessitariam outras explicações; II) evoca uma filosofia espontânea da história ou um finalismo ingênuo de adesão imediata e comum; III) encontram esquemas eruditos já vulgarizados, como a imagem invisível das afinidades profundas entre as pessoas – ou mesmo o seu contrário.²⁵¹

Utilizando-se de forma consciente e metódica, os esquemas analógicos de explicação ou entendimento são perfeitamente legítimos em seu uso pedagógico e isso não contrariaria o rigor científico. O que é necessário proceder nas ciências sociais é um “‘corte epistemológico’

²⁴⁸ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Méio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [].

²⁴⁹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 33.

²⁵⁰ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 34.

²⁵¹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 34-5.

capaz de estabelecer a separação entre e interpretação científica e todas as interpretações artificialistas ou antopomórficas do funcionamento social: é somente com a condição de submeter os esquemas utilizados pela explicação sociológica à prova da explicitação completa que será possível evitar a contaminação a que estão expostos os esquemas mais depurados sempre que eles apresentarem uma afinidade de estrutura com os esquemas comuns”²⁵².

e) A TENTAÇÃO DO PROFETISMO

Uma vez que a maioria das pessoas é dotada da sociologia espontânea – cada um é um pouco sociólogo ou intérprete da sociedade –, elas passam a ser, cada qual, um entendimento e intérprete do mundo social; senso comum, reflexão comum e certeza comum perpassam o imaginário das pessoas que falam tudo que é humano e julgam tudo que falam do humano, inclusive o discurso científico. Sucede que o sociólogo, dentre todos os pesquisadores de outros ramos científicos é aquele que acaba mais suscetível à crítica dos diversos agentes sociais, ou seja, ao “veredicto ambíguo e ambivalente dos não-especialistas que se sentem com a autoridade de dar crédito às análises propostas, com a condição de que estas despertem os pressupostos de sua sociologia espontânea, mas que são levados, por esta razão, a contestar a validade de uma ciência que ele só aprovam na medida que ela coincide com o bom senso”²⁵³.

A sociologia objetiva quando não concorda com o imaginário cotidiano passa a sofrer ataques e críticas, especialmente quando questiona até que ponto realmente existe um ser humano autônomo, independente, portanto, reflexivo livre e criador. Quando o sociólogo sucumbe às expectativas do grande público, às demandas que dele emerge, nesse momento ele faz-se profeta, fornecendo “ao grande público a ilusão de ter acesso aos últimos segredos das ciências do homem”; um profeta credenciado pelo Estado, mestre de sabedoria às inquietações que perpassam a sociedade, unificando “o pequeno reino dos conceitos sobre os quais e pelos quais entende reinar”, em conformidade com os prévios anseios e expectativas de seu público.²⁵⁴

²⁵² BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 35-6. É de se notar que o ser humano inventou o avião e a máquina de costura quando deixou de tentar imitar os gestos espontâneos e imediatos das práticas que entendia ser a natureza do objeto em estudo. Assim, nessa tarefa de corte epistemológico, no que se refere ao controle semântico a sociologia pode utilizar: a) psicanálise do conhecimento (Bachelard); b) da crítica lógica e lingüística; c) da sociologia da utilização social dos esquemas de interpretação social. In: BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 36 e nota de rodapé n. 23.

²⁵³ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 36.

²⁵⁴ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 36-7.

Sucedem também que a linguagem sociológica utiliza palavras do léxico comum, controladas que sejam pelo viés científico, que acabam sendo apropriadas por não-especialistas e passa a ser até mesmo utilizada fraudulentamente. A astúcia e malícia polissêmicas, favorecidas por conceitos mal depurados e esquemas de pensamento e percepção ordinários, acabam por alimentar o “duplo sentido e os mal-entendidos cúmplices que garantem ao duplo jogo profético suas audiências múltiplas e, por vezes, contraditórias”. Ao sociólogo é seu dever combater a si próprio sua inclinação profético-social.²⁵⁵

A utilização, com aparência erudita, de palavras comuns aliado a palavras técnicas, dissimulam no sociólogo um certo esoterismo para um certo público, onde busca alcançar, assim, um empreendimento e realização profética. Há um encontro dessa sociologia com o senso comum e sua sociologia espontânea que constrói falsamente – ou erroneamente – suas respostas às questões existenciais. As explicações simples, ou explicações pelo simples ou naturezas simples, são muito utilizadas pela sociologia profética, onde os fenômenos mais familiares a todos são os princípios explicativos dos significativos fatos sociais. Ao final, esse recurso apenas traz uma representação primeira de um desconhecido que passa a mostrar-se conhecido, uma explicação qualquer à falta de explicação e que, portanto, proporciona alívio e tranquilização diante da inquietação do desconhecido.²⁵⁶

f) TEORIA E TRADIÇÃO TEÓRICA

Gaston Bachelard recusou à ciência as certezas do saber definitivo e entendeu que o seu progresso se daria na medida em que colocasse em constante e perpétuo questionamento os seus princípios estruturadores, enfim, a epistemologia como um constante vir a ser – a teoria do conhecimento nunca é fechada de uma vez por todas – e a história da razão científica marcada pela ruptura contínua. Entretanto, para se produzir a um questionamento radical dos postulados fundamentais de uma teoria científica é obrigatória uma outra teoria que leve à ruptura. As ciências tais como a matemática, física e química permitem mais facilmente – entenda-se, pela expressão “facilmente”, que aqui se fala em relação ao que ocorre no plano teórico nas ciências humanas e sociais – as rupturas, porque seus experimentos admitem verificar desacordos sutis que acabam revelando uma realidade teórica outra que aquela até

²⁵⁵ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 37.

²⁵⁶ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 38.

então estabelecida. Assim as geometrias não-euclidianas e físicas não-newtonianas constituem, cada qual, a negação no próprio âmago de teorias científicas confirmadas.²⁵⁷

O que ocorre na sociologia é que o cientista social irá encontrar não uma teoria científica construída, mas uma tradição. Desta forma, a ação de ruptura teórica é difícil e seus esforços acabam recomeçando com as demandas ou exigências do senso comum, tanto ingênuo quanto erudito. Essa situação assinala o domínio epistemológico da sociologia em dois campos, marcados pela incapacidade de opor à imagem tradicional da teoria uma real teoria científica: I) de um lado aqueles que procuram uma prática que pretende encontrar em si mesma seu próprio fundamento; II) de outro, aqueles que mantêm com a tradição uma relação tradicionalista, onde seus princípios de interpretação do mundo social estão dissimulando, numa essencialidade e coerência semântica ou lógica, escolhas últimas – ou primeiras – fundadas numa filosofia do homem e história e não em axiomas²⁵⁸ erigidos de forma consciente.²⁵⁹

A sociologia científica, submetida a um rigor maior pela vigilância epistemológica, que leva a se liberar da ilusão da transparência, e romper com a prenoções – filosóficas, históricas e lingüísticas – não pode ficar circunscrita – e dependente – apenas ao resultado das contribuições teóricas dos fundadores da sociologia, pois isso seria a reprodução da antiga ação, muito comum na época, dos teólogos e canonistas da Idade Média que se preocupavam em reunir numa única transcrição o conjunto dos argumentos e questões herdados das autoridades, textos canônicos ou padres da igreja. Tal atitude – relação tradicional a uma tradição – é comum no início histórico de uma ciência, pois ela procura não romper com o passado, até por falta de regras autônomas e organização própria; a construção da cidadela erudita é, nesse momento, dependente e vinculada à cidadela mundana; a discussão científica é marcada por um ato modelar de efetivação da conversão do mundano ao estatuto científico.²⁶⁰

Nesse sentido assinalado, poder-se-ia afirmar que a ciência deveria esquecer seus fundadores, para se adequar a pensamentos mais contemporâneos, mas essas novas sínteses – contemporâneas – ainda assim correriam o risco de diferirem muito pouco dos resultados das antigas compilações medievais, resultando em novas sumas. Isso porque, apesar da postura de

²⁵⁷ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 39.

²⁵⁸ Trata-se de conjunto de axiomas de que se deduz uma teoria ou um sistema lógico ou matemático. Os axiomas são premissas imediatamente evidentes que se admite como universalmente verdadeira sem exigência de demonstração; uma máxima sentença, ou proposição que se admite como verdadeira porque dela se podem deduzir as proposições de uma teoria ou de um sistema lógico ou matemático. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [].

²⁵⁹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 39.

²⁶⁰ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 39 e nota de rodapé n. 26.

rompimento com o passado que poderiam veicular, todos se encontram jungidos a um imperativo de cumulação de saberes e sujeitos a reinterpretações marcados fortemente justamente pelo legado intelectual dos pais fundadores – clássicos – da disciplina. Assim sendo, as leituras e reflexões mais contemporâneas e suas novas interpretações do mundo social correm o risco de estarem tentando conciliar as divergências – ou contradições – entre correntes de pensamentos passados, onde nesse ato dificilmente vislumbram que (I) estão aceitando o que foi feito – portanto não negando o que pretendem mudar ou renovar, mas o continuando – e (II) através de um intenso esforço de interpretações e reinterpretações contínuas tentando alcançar uma síntese conciliatória do legado passado.²⁶¹

Na sociologia, Talcott Parsons²⁶² reelaborou elementos teóricos extraídos de um corpo de autoridades que ele previamente escolheu e Georges Gurvitch²⁶³ construiu tópicos e procedimentos – coletâneas – confrontando autoridades divergentes, para, ao final, elaborar sínteses estabelecendo concordância entre eles. A ruptura com a sociologia espontânea abarca a ruptura com as relações tradicionais que emana das teorias tradicionais; isso se deve porque, tendo em vista a natureza de obras teóricas reconhecidas como canônicas por uma comunidade de sociólogos, as mesmas acabam produzindo o efeito de medida de dignidade ou indignidade de uma pesquisa, seja pelo tema escolhido, sejam pelas ferramentas conceitual ou técnicas que fogem ao que a teoria tradicional encoraja, segundo a lógica de sua transmissão e perpetuação, definindo positivamente ou negativamente uma hierarquia dos temas de pesquisa. Ao romper com esse esquema tradicional, o sociólogo deixa de se vincular

²⁶¹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 39-40.

²⁶² Talcott Parsons (1902-1979) foi sociólogo norte-americano que procurou construir uma teoria geral dos sistemas de ação na sociedade. As ações humanas são motivadas pela procura de um máximo de satisfação, e a situação social alcançada por cada um é definida e mediatizada por um sistema de símbolos organizados pela cultura da qual eles participam. Ele sintetizou as idéias do funcionalismo e tentou criar um sistema de análises que pudesse abranger todos os aspectos do comportamento humano, tanto individual quanto coletivo; por isso seus escritos abrangem uma ampla gama de assuntos, por exemplo, o papel que é conferido aos doentes numa sociedade, análise dos negócios e ocupações profissionais, os efeitos que a transformação dos EUA em potência mundial teve sobre a sociedade, entre outros. Preocupado com a forma pela qual a ordem – estabilidade – e coesão são mantidas nas sociedades, enfatizou os valores comuns que tornam possível a convivência entre pessoas, afirmando que as diferentes partes da sociedade, como seus sistemas educacional e político, têm papéis diferenciados na manutenção do equilíbrio. Entretanto, ao centrar-se excessivamente nos aspectos de ordem e estabilidade social, acabou dando pouca atenção aos conflitos e transformações que sucedem no meio social. Das suas obras são sempre referenciados o livro de 1937, *The Structure of Social Action (A Estrutura da Ação Social)*, e *The Social System (O Sistema Social)* de 1951. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 18; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.

²⁶³ Georges Gurvitch (1894-1965) foi sociólogo francês de origem russa que procurou estabelecer patamares da realidade social que requerem, cada qual, acesso particular. Estabeleceu, como outros, que os fatos sociais devem ser considerados em sua totalidade, mas, particularmente, que desta forma seria possível traçar um quadro analítico de observações operacional concreto do mundo social. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 12.

a pressupostos eruditos que impõem problemáticas, temáticas e esquemas de pensamento, bem como denuncia as prenoções comuns e eruditas que cumprem uma mesma função.²⁶⁴

O espírito crítico deve se voltar contra a teoria tradicional – em especial sua inclinação para conceber ordens e estruturas classificatórias –, da mesma forma que contrapõe à sociologia espontânea, ferramentas – ou armas – que contribuem para desmistificá-la, tendo em vista, e na medida em que essa sociologia, e as construções eruditas, constroem seus esquemas de pensamento e seu projeto fundamental da lógica do senso comum. Foi Alfred North Whitehead²⁶⁵ que observou que a lógica classificatória é uma abstração incompleta, sendo um meio-caminho entre a descrição do objeto concreto e a explicação sistemática que é proporcionada pela teoria comprovada; assim, teorias da ação social com pretensão universal como a de Talcott Parsons só aparentemente possuem características de generalidade e exaustividade, uma vez que utilizam esquemas abstrato-concretos análogos aos gêneros e espécies de uma classificação aristotélica.²⁶⁶

Ainda neste sentido, o sociólogo Robert King Merton,²⁶⁷ com sua “Teoria de Alcance Médio”, ao mesmo tempo em que renunciou à tentativa de alcançar uma teoria geral do sistema social, não colocou “em questão os pressupostos lógicos dessas tentativas de classificação e clarificação conceitual, inspiradas sobretudo em objetivos pedagógico e não científicos”. A época aristotélica da ciência social é a dos exercícios didáticos de taxinomia universal onde se pretende “adicionar todos os conceitos legados pela tradição e todas as categorias consagradas, ou pretender reduzir tudo que existe em uma espécie de casuística do real”. Suplantar essa situação é compreender que a “verdadeira acumulação pressupõe rupturas, que o progresso teórico pressupõe a integração de novos dados mediante um questionamento crítico dos fundamentos da teoria que os novos dados colocam à prova”.²⁶⁸

Uma teoria científica é soberana e representa uma inequívoca distinção entre o verdadeiro e o falso, entretanto, historicamente e provisoriamente instituído, para uma dada

²⁶⁴ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 40-1.

²⁶⁵ Alfred North Whitehead (1861-1947) foi matemático, lógico e filósofo inglês. In: HUISMAN, Denis. **Dicionário de obras filosóficas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 609.

²⁶⁶ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 41.

²⁶⁷ Robert King Merton (1910), sociólogo norte-americano que procurou desvendar as funções da sociedade no quadro de estruturas menores, estes como subsistemas do conjunto social, e estudar não somente as funções aparentes que se desenvolvem, mas também as funções latentes que à primeira vista parecem disfuncionais. Suas teorias se inscrevem na tradição do funcionalismo de Malinowski [Bronislaw Malinowski (1884-1942), antropólogo britânico de origem polonesa que durante dois anos viveu nas Ilhas Trobriand (Melanésia) e praticou um método então novo, o da observação participante, e elaborou a teoria do funcionalismo. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 15.], mas acrescentado-lhe maior flexibilidade. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 16.

²⁶⁸ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 41-2.

época. A verdade e o conhecimento ainda desconhecidos seria um – ou vários – objeto que não se sabe a forma e dimensão, e que necessita – para ser revelado e exposto – do intelecto humano uma ação crítica para aprofundar a verdade que ainda não foi concebida de uma vez por todas. A ciência não pode temer a substituição – abrupta que seja – de um conjunto teórico hegemônico – mas circunstancial – por outro de decifração do real; a história da ciência é feita de descontinuidades e rupturas.²⁶⁹

g) TEORIA DO CONHECIMENTO SOCIOLÓGICO E TEORIA DO SISTEMA SOCIAL

Não se pode considerar a teoria como um maior denominador comum das grandes teorias do passado; também não pode ser considerada uma exposição das teorias consagradas, que acaba se reduzindo a uma história da teoria; igualmente não pode ser um sistema de conceitos fechados como único critério de cientificidade e coerência semântica, referido sempre a si mesmo como medida de cientificidade, em vez de se medir aos fatos; por fim, não pode também ser considerado uma somatória de pequenos fatos ou relações demonstradas por diferentes cientistas e de forma desordenada, resultando, ao final, uma reinterpretação positivista de saberes acumulados e conciliados entre si – suma sociológica. A idéia tradicional – positivista – de que a teoria apenas representa tão exata e completamente possível um conjunto de leis experimentais, conduz ao desapossamento da teoria de sua função primordial: “garantir a ruptura epistemológica conduzindo ao princípio capaz de justificar contradições, incoerências ou lacunas que somente tal princípio pode fazer surgir no sistema das leis estabelecidas”.²⁷⁰

Sucedem ocorrer no meio científico uma exclusão – por imposição dos teóricos – da possibilidade de teorias parciais ou regionais, conduzindo o pesquisador – pela mesma imposição dos teóricos – a uma dupla alternativa fechada: superempirismo pontual ou teorização geral ou universal do sistema social. Há uma confusão entre o possível e impossível na busca do alcance de uma teoria sociológica, que se traduz, respectivamente, numa teoria do conhecimento sociológico e numa teoria geral e universal das formações sociais. A teoria do conhecimento sociológico é aceitável e plausível, pois aqui está se referindo de aspectos metodológicos e procedimentais – instrumentos, técnicas e ferramentais – que fiscalizam o próprio ato de conhecer, a fim de emergir dele verdades que desvelem a

²⁶⁹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 42.

²⁷⁰ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 42-3.

realidade social e a interpretem cientificamente; já a teoria geral e universal – unitária – das formações sociais é impraticável, excêntrico e insustentável, pois pretenciosamente dele se buscaria extrair toda a verdade social – lei geral – histórica e cultural de cada formação social.²⁷¹

O que as doutrinas sociológicas do século XIX revelam é que existe a “convergência das grandes teorias clássicas em relação aos princípios fundamentais que definem a teoria do conhecimento sociológico como fundamento das *teorias parciais*, limitadas a uma natureza definida de fatos. (...) A teoria do conhecimento sociológico, como sistema de regras que regem a produção de todos os atos e discursos sociológicos possíveis, e somente destes, é o princípio gerador das diferentes teorias parciais do social (...), o princípio unificador do discurso propriamente sociológico que não deve ser confundido com uma teoria unitário do social”.²⁷²

A teoria do conhecimento sociológico – enquanto parte de metaciência – não se confunde com as teorias parciais do social – que envolvem os princípios da metaciência sociológica na organização sistemática de um conjunto de relações e princípios explicativos de tais relações –, pois estas últimas somente existem porque emanam dos princípios referentes à forma de construir o conhecimento sociológico – princípios de epistemologia sociológica – como condição de qualquer conhecimento científico possível. O cientista não pode confundir ciência com metaciência – conhecimento da ciência – renunciando a fazer ciência em troca de uma ciência da metaciência, bem como considerar uma síntese das teorias gerais – ou mesmo parciais – como metaciência.²⁷³

1.1.5.2. O FATO É CONSTRUÍDO: AS FORMAS DE DEMISSÃO EMPIRISTA

Ferdinand de Saussure²⁷⁴ afirmou que o ponto de vista cria o objeto; Karl Marx asseverou que a totalidade concreta como totalidade pensada é um produto do pensamento, do ato de conceber e traduzir as coisas do mundo; Max Weber estabeleceu que são as relações conceituais entre problemas – e não as relações reais entre as coisas – que constituem o princípio de delimitação dos diferentes campos científicos. Todos estabeleceram princípios

²⁷¹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 43.

²⁷² BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 43. Grifos no original.

²⁷³ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 44.

²⁷⁴ Ferdinand de Saussure (1857-1913), linguista suíço. Vide nota acima acerca do intelectual suíço.

epistemológicos de ruptura com uma concepção mais ingênua do real. A pesquisa científica, observa-se, organizou-se em torno de objetos construídos que não tem nada em comum com a percepção ingênua. A sociologia erudita ainda possui elos que a ligam às categorias da sociologia espontânea, como família, lazer, mundo rural, mundo urbano, jovens, velhice etc.²⁷⁵

Emile Durkheim (sociologia), Galileu Galilei²⁷⁶ (física moderna), Ferdinand de Saussure (lingüística), aplicaram um golpe de estado teórico ou decisão metodológica original que estabeleceu distinções capitais para apreender verdades – de acordo com cada objeto – que até então não haviam sido tratadas da forma como eles fizeram. Emile Durkheim deixou claro que o cientista social deve “definir uma atitude mental, e não de atribuir ao objeto um estatuto ontológico”. Todos esses cientistas se reproduziram no sentido de asseverar que “a ciência se constitui ao construir seu objeto contra o senso comum, em conformidade com os princípios de construção que a definem”, vale dizer, há uma distinção fundante entre o objeto

²⁷⁵ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 45-6.

²⁷⁶ Galileu Galilei (1564-1642), astrônomo, físico, cientista e escritor italiano, filho de um compositor florentino em cuja casa foram apresentadas as primeiras óperas, na sua mocidade dedicou-se às letras. Observando as oscilações dos lustres da catedral de Pisa, teria descoberto as leis do pêndulo e como um pêndulo pode ser usado para medir intervalo de tempo, ensinando essas leis quando docente de matemática na Universidade de Pisa. Transferindo-se para a Universidade de Pádua, descobriu, em 1602, as leis da queda dos corpos, e que os objetos leves ou pesados caem ao chão com a mesma velocidade – sem os efeitos da resistência do ar –, descoberta fundamental da mecânica. Tendo ouvido da construção do primeiro telescópio, na Holanda, construiu em 1609 um desses instrumentos e fez com ele notáveis descobertas astronômicas: a composição estelar da Via Láctea, os satélites de Júpiter – quatro luas de Júpiter (Io, Ganimedes, Europa e Calisto) em 1610 –, os “braços” de Saturno – não chegou a discernir os anéis –, as manchas do Sol, as fases de Vênus. Todas essas descobertas foram comunicadas ao mundo no livro *Sidereus nuntius* (Mensageiro das estrelas) em 1610. Assim, no campo da ótica aperfeiçoou o telescópio de refração, que deduziu corretamente que o brilho da Lua é devido à reflexão da luz solar, sendo considerado o fundador do método experimental em astronomia. A observação das fases de Vênus converteu-o ao sistema heliocêntrico de Copérnico, que proclamava que o Sol, e não a Terra, é que seria o centro do Sistema Planetário – Solar. Esse sistema foi considerado pela Igreja como incompatível com os textos bíblicos e Galileu foi chamado à Roma, em 1611, para defender-se da acusação de heresia. Não foi condenado, porém, em 1616, teve de assinar um decreto da Inquisição que declarava ser meramente hipotético o sistema heliocêntrico. Em 1623 publicou a obra *Saggiatore* (Experimentador) pra combater a física aristotélica e estabelecer a matemática como fundamento das ciências exatas. Na obra *Dialogo dei massimi sistemi* (Diálogo sobre os grandes sistemas do universo), de 1632, voltou a apoiar e defender o sistema heliocêntrico. Já idoso, acusado perante a Inquisição por ensinar a teoria herética do movimento da Terra, foi condenado à prisão domiciliar, em 1633, e proibido de publicar livros. A lenda afirma que logo em seguida ao julgamento, onde ele teve que se retratar – ter sido forçado a negar a teoria –, ele murmurou nessa ocasião que: “Eppur si muove” (No entanto, ela – Terra – se move). Passou os últimos anos da vida retirado em sua vila, perto de Florença, escrevendo *Discorsi e dimostrazioni matematiche in torno a due nuove scienze* (Teorias e provas matemáticas sobre duas novas ciências), publicado em 1634, obra essa que é considerada como fundamental da dinâmica. A importância histórica de Galileu é muito grande. Além das suas descobertas em física e astronomia, abalou o prestígio do aristotelismo; estabeleceu o experimento e a formulação matemática do resultado da experiência como fundamentos das ciências exatas. Escreveu tratados didáticos e polêmicos em estilo simples, incisivo e irônico, tendo sido também um dos maiores prosadores da literatura italiana. Em 12 de setembro de 1982, ao visitar a Universidade de Pádua, o Papa João Paulo II retirou as acusações de heresia feitas pela Inquisição contra Galileu e, em novembro de 1992, o “reabilitou” definitivamente, reconhecendo-o como “físico genial”, com 360 anos de atraso. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 11.; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1.

pré-construído pela percepção simples ou ingênua e o objeto da ciência, que é fruto de um “sistema de relações construídas propositalmente” ou intencionalmente.²⁷⁷

Não basta, assim, adotar como pesquisa um objeto dotado de realidade social para ser imediatamente concebido como dotado de realidade sociológica, pois se estaria cometendo o equívoco de elevar a grau científico um problema percebido pelo senso comum ou consciência ingênua e muito circunstancial. Como construir um objeto sociológico abandonando os objetos pré-concebidos, problemas sociais, fatos sociais distinguidos, percebidos e nomeados pela sociologia espontânea? Por exemplo, quando se estuda os meios modernos de comunicação ou as diferentes formas de lazer na sociedade – temas de conversação comum na sociedade moderna –, o intelectual e cientista praticamente não se encontra plenamente ciente de que a sua específica relação com a cultura contém a “verdadeira questão da relação do intelectual com a condição intelectual”; é com a carga ideológica de sua condição – esse praticamente imperceptível inter-relacionamento entre intelectual e ideologia de seu meio, que estabelece uma relação primeira antes dele se debruçar sobre o objeto –, que o intelectual estabelece uma estudo da relação das classes populares com o cultura. Somente quando se estuda a relação mantida pela classe intelectual com as classes populares como classes desapossadas de cultura é que normalmente vem à tona essa verdade.²⁷⁸

Na busca do alcance de uma dignidade de objeto científico, não basta – ou não é suficiente – que um objeto comum seja adequando ou sirva à aplicação das técnicas científicas. Para superar essa situação, criam-se novas nomenclaturas – tais como *consumo conspícuo* ou *crime do colarinho branco* – que constroem objetos específicos e irreduzíveis aos objetos comuns, dando novo sentido a fatos conhecidos, mas essa “necessidade de construir designações específicas que, até mesmo formadas com as palavras do vocabulário comum, constroem novos objetos ao construírem novas relações entre os aspectos das coisas, não constitui mais do que um indício do primeiro grau de ruptura epistemológica com os objetos pré-construídos da sociologia espontânea”.²⁷⁹

Observa-se que, em estado isolado, os conceitos mais capazes de descompor as noções comuns não resistem sistematicamente à lógica sistemática da ideologia. Ao “rigor analítico e formal dos conceitos ditos ‘operatórios’ opõem-se o rigor sintético e real dos conceitos que receberam a designação de ‘sistêmicos’ porque sua utilização pressupõe a referência

²⁷⁷ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 46.

²⁷⁸ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 47 e notas de rodapé n. 5 e 6.

²⁷⁹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 47.

permanente ao sistema completo de suas inter-relações”. Os conceitos e proposições *operatórios* podem limitar-se a ser prenoções, significando isso o equivalente a um objeto pré-construído frente a um objeto construído – que no paralelo, seriam os conceitos sistemáticos e proposições teóricas. Ao se apostar no caráter operacional das definições pode-se chegar a considerar uma terminologia classificatória como teoria, sem saber acerca da sistematicidade dos conceitos propostos e se eles são fecundos ou produtivos teoricamente; deixando as exigências teóricas de lado, e privilegiando *definições operacionais*, as ciências sociais correm o risco de formar conceitos científicos separados da respectiva elaboração teórica, esquecendo-se que progressos científicos ocorrem quando são formulados sistemas conceituais dotados de pertinência teórica. Trata-se de invenção teórica não limitada a imperativos empiristas ou operacionalistas vocacionados a estabelecer sempre uma pertinência empírica.²⁸⁰

Um objeto de pesquisa “só pode ser definido e construído em função de uma *problemática teórica* que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhe é formulada”.²⁸¹

a) AS ABDICAÇÕES DO EMPIRISMO

Para o entendimento de que a observação ou experimentação implica em hipóteses a serem formuladas, não se pode olvidar que o real somente dá respostas ao ser questionado; o real, em si, não fornece nada. Gaston Bachelard defendia que o vetor epistemológico é sempre do racional para o real, observando que, de Aristóteles até Francis Bacon,²⁸² a concepção vigorante era a inversa, vale dizer, era de que o conhecimento e a verdade das coisas – e fatos – deveria ser buscado da realidade às concepções gerais. Entretanto, é forçoso observar que a teoria já está presente antes do trabalho experimental em laboratório; sem ela não é possível estabelecer os instrumentos que serão utilizados e como eles serão utilizados, assim como de que forma será feita a interpretação das leituras ou mensurações observadas.²⁸³

Assim, é necessário abandonar o entendimento de que o conhecimento ou verdade descoberta é isenta de qualquer relação teórica prévia do pesquisador. Foi Claude Lévi-

²⁸⁰ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 47-8 e nota de rodapé n. 8.

²⁸¹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 48. Grifos no original.

²⁸² Francis Bacon (1561-1626), político e filósofo francês. In: HUISMAN, Denis. **Dicionário de obras filosóficas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 576.

²⁸³ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 48-9.

Strauss²⁸⁴ que observou que os fatos, abandonados pela teoria que os reuniu, tornam a ser nada, podendo adquirir outro sentido tirado por outra teoria. Os dados em si não respondem a nada, necessitando de uma teoria prévia que dê significado a eles; eles foram construídos para serem respostas a questões prévias delimitadas e estabelecidas. O uso de um material científico já anteriormente utilizado é válido na medida em que se fixe nas condições – ou relevantes aspectos – epistemológicas que construiu a reunião dos fatos, enfim, que não seja uma retradução que recaia somente e apenas sobre os dados em si reunidos. “Semelhante trabalho de interpretação (...) [seria] o melhor treino para a vigilância epistemológica na medida em que exige a explicitação metódica das problemáticas e princípios de construção do objeto que são investidos tanto no material, quanto no novo tratamento que lhe é aplicado”.²⁸⁵

Tais preliminares epistemológicas, quando na observadas, levam o cientista a tratar como diferente o idêntico, como idêntico o diferente, comparar o incomparável, não comparar o comparável. Na sociologia, observa-se que os dados mais objetivos levantados são obtidos por aplicação de grades como faixa etária, remuneração e assim por diante, mas que implicam pressupostos teóricos que deixam escapar informações que poderiam ser apreendidas por outra prévia construção teórica dos fatos. Desta forma, o positivismo ao tratar os fatos como dados, acaba realizando reinterpretações inconseqüentes, ou a simples confirmações obtidas através de verificações realizadas em condições técnicas semelhantes, justamente por ignorar que está procedendo sem considerar a questão epistemológica – que se relaciona com o método e princípios de construção do objeto – relacionada com cada interpretação e reinterpretação dos fatos construídos.²⁸⁶

Portanto, a submissão aos fatos, como imperativo científico único leva à renúncia pura e simples – de qualquer atitude de vigilância epistemológica – perante o dado. A experiência rudimentar que evoca uma percepção ingênua – ou espontânea – dos fatos e coisas, segundo uma lógica de verdade que os próprios fatos levantados trariam em si, esquece-se que os cientistas que revolucionaram a ciência, através de um golpe de estado epistemológico, somente assim procederam com suas experiências porque elas foram, antes de tudo, experiências de pensamento, vale dizer, concebidas epistemologicamente, antes de

²⁸⁴ Claude Lévi-Strauss (1908), antropólogo francês, foi quem primeiro aplicou à antropologia os princípios teóricos e metodológicos do estruturalismo; estudando sistemas de parentesco e casamento em diversas sociedades, analisou-os como estruturas de trocas entre grupos. Expôs as relações entre o estruturalismo e lingüística e antropologia e analisou sistemas de classificação e mitos dos povos, afirmando que os diferentes relatos míticos e crenças aparentemente irracionais ou pré-científicas sobre o mundo são expressão de formas sofisticadas de pensamento, cujas propriedades estruturais básicas são comuns a toda espécie humana. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.

²⁸⁵ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 49.

²⁸⁶ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 49-50.

efetivamente e concretamente. Assim, um certo empirismo radical, sustentado por profissionais cientistas de campo, não pode olvidar o que Henri Poincaré²⁸⁷ já havia assinalado: “os fatos não falam”.²⁸⁸

Quando “o sociólogo pretende tirar dos fatos a problemática e os conceitos teóricos que lhe permitam construir e analisar tais fatos, corre sempre o risco de se limitar ao que é afirmado por seus informadores. (...) [Também] corre o risco de substituir pura e simplesmente suas próprias prenoções pelas prenoções que ele estuda, ou por um misto falsamente erudito e falsamente objetivo da sociologia espontânea do ‘cientista’ e da sociologia espontânea do seu objeto”, que no caso, trata-se de um objeto – ser humano – que fala e concebe sua existência. Desta forma, o sociólogo que não controla conscientemente sua distância do real e sua ação – por seus próprios julgamentos internalizados ou formulados por outros sujeitos – sobre o real, pode acabar impondo questões não afetas ao cotidiano dos sujeitos e deixar de formular as questões pertinentes suscitadas pelas experiências reais desses sujeitos. Pode também formular questões que o próprio cientista se formula a respeito deles, não enxergando a diferença entre “questões que se colocam objetivamente aos sujeitos e questões que eles se formulam de forma consciente”.²⁸⁹

A defesa dos empiristas extremistas – que negam a necessidade de uma construção teórica prévia no seu exercício científico de campo, em favor de uma sociologia espontânea – funda-se na filosofia espontânea da ação humana “como expressão transparente a si mesma de uma deliberação consciente e voluntária”. Assim, em pesquisas de motivação – especialmente as retrospectivas – há um pressuposto sempre presente de que os sujeitos pesquisados retêm a verdade objetiva de seu comportamento, nada devendo – em suas decisões e ações – às racionalizações passadas. Para sair da sociologia espontânea, o sociólogo deve assumir o seu privilégio epistemológico.²⁹⁰

b) HIPÓTESES E PRESSUPOSTOS

²⁸⁷ Henri Poincaré (1854-1912), matemático, físico e astrônomo francês, considerado um dos últimos matemáticos universais, tendo estabelecido as bases para a topologia algébrica. A amplitude de seu conhecimento era vasta, o que lhe permitia ensinar diferentes assuntos a cada ano. Ele publicou mais do que quase todos os outros matemáticos que lhe eram contemporâneos, tanto trabalhos destinados aos estudiosos da área quanto direcionados ao público em geral. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.; HUISMAN, Denis. **Dicionário de obras filosóficas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 601.

²⁸⁸ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 50.

²⁸⁹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 50-1.

²⁹⁰ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 51-2.

Toda prática científica, mesmo o empirismo mais arraigado, implica em pressupostos teóricos, e ao sociólogo restará a escolha entre questionamentos inconscientes, incontrolados e incoerentes sobre seu objeto de pesquisa ou um conjunto de hipóteses metodicamente construído para ser verificado experimentalmente. Recusando formular um elenco de hipóteses baseado numa teoria, o pesquisador acaba aplicando pressupostos que são prenoções da sociologia espontânea e da ideologia; mesmo utilizando-se de ferramentas e instrumentais que indicariam uma prática isenta de pressupostos, como as técnicas de gravação, torna-se necessário compreender a extensão e alcance do que disse Max Planck²⁹¹ que “estabelecer um dispositivo tendo em vista uma medição é formular uma questão à natureza”.²⁹²

A medida, os instrumentos de medição, todas operações da prática sociológica, constituem teorias em ato ou ação, “enquanto procedimentos de construção, conscientes ou inconscientes, dos fatos e das relações entre os mesmos”. A metodologia – a escolha da técnica metodológica e a respectiva reflexão presente desse ato – está presente realmente quando é pensada quanto à significação epistemológica do tratamento que um objeto de pesquisa será submetido e a relevância teórica das questões que se formula e se aplicará ao objeto. A escolha de uma amostragem pode esconder uma teoria implícita do social, pois pode conceber uma massa atomizada como um segmento social constituído; todas as operações estatísticas devem ser submetidas a interrogações epistemológicas, quais sejam, “em cada caso, o que ela diz e pode dizer, dentro de quais limites e sob quais condições”.²⁹³

c) A FALSA NEUTRALIDADE DAS TÉCNICAS: OBJETO CONSTRUÍDO E ARTEFATOS

Max Weber propugnou uma neutralidade ética nas ciências sociais e daí originou-se a ilusão de que operações axiologicamente neutras seriam também epistemologicamente neutras. O debate da neutralidade axiológica escamoteia a discussão – própria e fundamental – epistemológica sobre a neutralidade metodológica das técnicas, assim, se “evita o exame crítico da teoria do conhecimento sociológico que está implicada nos atos mais elementares da prática”, optando por pressupostos éticos e valores e fins últimos. Não se pode olvidar que as

²⁹¹ Max Karl Ernst Ludwig Planck (1858-1947), físico teórico alemão, criador da teoria quântica que, juntamente com a teoria geral da relatividade de Albert Einstein (1879-1955), físico e matemático alemão, forma os fundamentos da física do século XX. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1 e 2.

²⁹² BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 52-3.

²⁹³ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 53-4.

técnicas de pesquisa são outras das técnicas de sociabilidade qualificadas do ponto de vista social – o que dizer, quando calar, conforme classe social, região e grupo étnico; exposição da moral de um grupo; cuidados para não exposição e solicitude protetora; entre outros – revelando que as técnicas não são neutras, nem a observação, o instrumento utilizado e os questionamentos elaborados.²⁹⁴

Um simples pergunta de um pesquisador necessita que, antes – ou revendo-a depois –, ele se interrogue sobre o sentido da indagação elaborada e se é transparente a ponto de não obnubilar o objeto pesquisado. Submeter as próprias interrogações à interrogação sociológica é necessário para fazer uma análise sociológica neutra das respostas suscitadas. Na ausência de uma teoria que fundamente o questionário, o resultado fia-se na garantia do realismo das perguntas feitas escudado na realidade das respostas recebidas; é na medida que o sociólogo seja mais consciente quanto à problemática implicada em suas perguntas que compreende a problemática dos sujeitos e suas respostas. Um pergunta feita para sujeitos sócio-econômico-culturais diferentes não tem o mesmo sentido, pois aqui se deparam diferentes linguagens, temáticas e problemas.^{295]}

Para escapar a esse etnocentrismo lingüístico – libertar-se de pré-construções de linguagem – referido aqui tanto à linguagem que utiliza o cientista, quanto à linguagem de seu objeto, somente dialeticamente compreendendo os dois sistemas de pré-construções lingüísticas em jogo, ao estabelecer um confronto metódico que leve às construções adequadas dos significados e traduções possíveis levantados na pesquisa.²⁹⁶

Em relação ao questionário, como técnica restritiva de coleta de dados, é onde ressalta-se a grande necessidade de “restituir à observação metódica e sistemática seu primado epistemológico”. O questionário pressupõe todo um conjunto de exclusões que acentuam seu defeito na medida que as mesmas permanecem mais inconscientes; é necessário saber o que faz um questionário e o que não pode fazer. Observa-se que as perguntas mais objetivas que incidem sobre as condutas pesquisadas acabam se limitando a coletar resultados da observação do sujeito pesquisador – ou seja, o questionário acaba falando mais sobre o pesquisador do que sobre o pesquisado – acerca de suas própria condutas, tamanha as exclusões que as normas sociais proibitivas impõem ao pesquisador e aquelas que ele deixa de formular por aceitar uma definição social da sociologia como referendo.²⁹⁷

²⁹⁴ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 55 e 201-2.

²⁹⁵ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 56-7.

²⁹⁶ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 57-8.

²⁹⁷ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 58-9.

Uma interpretação dos resultados colhidos tem sua validade se distinguir metodicamente as ações e as declarações de intenção, bem como as declarações de ação que podem manter uma relação com a ação, tais como exagero valorizante, omissão por preocupação, segredos, deformações, reinterpretções, esquecimentos seletivos; para isso se concretizar, o pesquisador necessita encontrar um meio científico de operar essas distinções no próprio questionário, por um uso particular dessa técnica ou pela observação direta. Mas ao proceder dessa maneira o questionário deixa de ser um simples inventário de afirmações – feito pelos metodólogos – ou mesmo um inventário sistemático dos atos e objetos culturais – feito pelos etnógrafos –; como instrumento da observação, o questionário possui vantagens metodológicas que não podem dissimular os seus limites epistemológicos. Os “metodólogos recomendam o recurso às técnicas clássicas da etnologia; no entanto (...) excluem a questão propriamente epistemológica das relações entre os métodos da etnologia e os da sociologia. (...) [Ora] nada impede de aplicar os métodos da etnologia às sociedades modernas, com a condição de submeter, em cada caso, à reflexão epistemológica os pressupostos implícitos de tais métodos relativos à estrutura da sociedade e à lógica de suas transformações”.²⁹⁸

As operações mais elementares, as mais automáticas do tratamento da informação implicam escolhas epistemológicas e uma teoria do objeto; assim, “é uma verdadeira teoria, consciente ou inconsciente, da estratificação social que está em jogo na codificação dos indicadores da posição social ou na divisão das categorias”. Toda taxinomia implica uma teoria e opera-se necessariamente uma divisão inconsciente de escolhas em função de uma teoria inconsciente, vale dizer, de uma ideologia como regra geral.²⁹⁹

As diferentes técnicas contribuem para o conhecimento do objeto na medida em que “sua utilização seja controlada por uma reflexão metódica sobre as condições e limites de sua validade que, em cada caso, depende de sua adequação ao objeto, isto é, à teoria do objeto”.³⁰⁰

d) A ANALOGIA E A CONSTRUÇÃO DAS HIPÓTESES

O método em si não gera nada. Construir um objeto e conhecer o objeto que é construído precisa da consciência de que todo objeto científico é metodicamente e conscientemente elaborado; somente assim pode-se proficuamente elaborar questionamentos sobre as técnicas de construção das perguntas que serão dirigidas ao objeto, a fim dele revelar

²⁹⁸ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 59-60.

²⁹⁹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 60-1.

³⁰⁰ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 64.

suas verdades conforme o ponto de vista que foi escolhido para indagá-lo. Para gerar idéias novas e fecundas³⁰¹ as hipóteses também precisam ser problematicamente inventivas; elas não podem ser mais produtos de uma gestação espontânea ou automática – indução – diante dos fatos em si, conforme a tradição positivista legou. Verifica-se que uma ruptura ou revolução científica somente ocorreu porque “conseguiu sua legitimidade pela coerência do desafio da imaginação lançado aos fatos e às imagens ingênuas ou eruditas dos mesmos”, sem apoio nas sugestões da experiência.³⁰²

Afastar-se das ilações – ou decisões – imediatas que os fatos impelem o observador, é dar margem também ao intuicionismo,³⁰³ formalismo³⁰⁴ ou pura especulação, podendo

³⁰¹ Fazer uma ciência verdadeira é optar por uma atitude perseverante e rotineira na dedicação do tempo e esforço pessoal para colocar em ação os conhecimentos teóricos adquiridos investindo-os em pesquisas novas. In: BOURDIEU, O poder..., p. 59.

³⁰² BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 64-5.

³⁰³ A expressão “intuição” quer designar a relação direta, sem intermediários, com um objeto, pressupondo, desta forma, a presença efetiva do objeto para ela se manifestar; e dessa forma foi entendida na história da filosofia, como um conhecimento imediato e total que um intelecto tem de si e de seus próprios objetos. Inicialmente, o caráter intuitivo do conhecimento esteve ligado a uma manifestação de ordem divina. A Idade Média – e sua filosofia medieval – empregou a expressão para indicar uma forma específica e privilegiada de conhecimento humano, qual seja, o conhecimento empírico, em contraposição ao conhecimento abstrativo que não tem existência atual. Intuição se fixa, portanto, como sinônimo de experiência, sempre como uma relação imediata com um objeto qualquer, como algo evidente – concordando ou discordando – diretamente ou por si mesmas. Em 1868, Charles Sanders Peirce (1839-1914), filósofo e lógico norte-americano, fez uma crítica ao conceito de intuição que foram e são amplamente aceitas pela filosofia contemporânea. Sinteticamente ele afirmou que a intuição: a) não pode servir para garantir a referência imediata de um conhecimento ao seu objeto; b) não pode constituir um conhecimento que o Eu tem de si mesmo; c) não tem capacidade de distinguir os elementos subjetivos de conhecimentos diferentes. Também afirmou que não era possível pensar sem signos e de conhecer sem recorrer a vínculos recíprocos de conhecimento. Já a expressão “intuicionismo” quer designar atitudes filosóficas ou científicas diversas, que têm em comum o recurso à intuição no sentido mais geral do termo. Em particular relacionam-se as seguintes correntes com a denominação de intuicionismo: a) a filosofia escocesa do senso comum, por admitir que a filosofia se fundamenta em certas verdades primitivas e indubitáveis, conhecidas por intuição; b) doutrina de Henri Bergson (1859-1941), filósofo espiritualista francês, segundo a qual a intuição é o órgão próprio da filosofia; c) doutrina de Nicolai Hartmann (1882-1950), filósofo alemão, e de Max Scheler (1874-1928), filósofo alemão, segundo a qual os valores são objeto de uma intuição que se identifica com o sentimento; d) corrente matemática fundada por Luitzen Egbertus Jan Brouwer (1881-1966), filósofo da ciência holandês, inspirada nas idéias de Leopold Kronecker (1823-1891), matemático alemão, para quem o conceito de número natural fora dado à intuição humana, afirmando que os números naturais foram feitos por Deus e os outros pelo homem. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 581-4; HUISMAN, Denis. **Dicionário de obras filosóficas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 577, 601, 605; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 4, 12, 14.

³⁰⁴ A expressão “forma” é empregada nos seguintes sentidos: a) essência necessária ou substância das coisas que têm matéria, conforme Aristóteles asseverou; assim, a forma não se opõe à matéria, mas a pressupõem. Das coisas naturais que são compostas de matéria e forma, a forma é mais natureza que matéria, pois traduz de uma coisa aquilo que ela é em ato e não o que potencialmente poderia ser ou é, vale dizer, é causa ou razão de ser das coisas, aquilo em virtude do que uma coisa é o que é; b) uma relação ou conjunto de relações – uma ordem – que pode conservar-se constante com a variação dos termos entre os quais se situa. Na matemática isso revela que há certas relações gerais que constituem o aspecto formal das coisas, vale dizer, o que ela ensina não vale apenas para um conjunto de coisas, mas para todos os conjuntos possíveis. Se *p*, então *q* trata-se de uma conclusão, indução ou dedução que persistirá constante quaisquer que sejam as proposições *p* e *q*. Na filosofia indicaria as relações estabelecidas pelo pensamento entre as representações sensíveis que, por sua vez, constituiriam a matéria do conhecer. Estabelecendo uma distinção entre matéria e forma, a representação primeira das coisas é a matéria, aquilo que é tocado pela sensação; a forma ou espécie das coisas sensíveis é um segundo grau de

ilusoriamente indicar um escape das exigências da linguagem científica ou até mesmo ao controle da ideologia. Recorrer à analogia, em tal situação, não pode ser feito sem a devida precaução presente no fato de que modelos analógicos funcionam por paralelos que exigem uma vigilância epistemológica constante. Assim, ao utilizar o *tipo ideal*, Max Weber distinguiu um “conceito genérico obtido por indução e a ‘essência’ espiritual ou a cópia impressionista do real”, visando “explicitar as regras de funcionamento e as condições de validade do procedimento que todo pesquisador, por mais positivista que seja, utiliza consciente ou inconscientemente, mas que só pode ser controlado se for utilizado com conhecimento de causa”.³⁰⁵

Max Weber, desta forma, opõem-se às construções especulativas da filosofia social que constrói logicamente um sistema dedutivo bem ordenado, mas irrefutável por não poder ser comprovado; o *tipo ideal* weberiano é um guia para construção de hipóteses que insere mais coerentemente como ciência uma situação ou ação a ser comparada e avaliada, observando-se que ainda assim numa ficção mas, diferentemente da filosofia social, no sentido de ser uma construção concebida para se medir com o real, uma construção próxima e não aproximativa. “O tipo ideal permite medir a realidade porque se mede em relação a ela e define-se com precisão ao determinar precisamente a diferença que o separa do real”.³⁰⁶

Como técnica de construção fecunda de hipóteses, com o raciocínio de caso exemplar ou caso limite – construído ou constatado – ele é insubstituível pois (I) pode se referir a um caso teoricamente privilegiado em um grupo construído de transformações; (II) também pode se referir a um caso paradigmático que seja uma pura ficção – nesse caso, uma discussão sobre aspectos privilegiados e propriedades dos modelos, ou um exercício intelectual de análise de passagem dos limites fixados inicialmente para os modelos – ou um objeto efetivamente e concretamente observável que apresenta em alto grau muito das propriedades do objeto construído – *tipo ideal*.³⁰⁷

representação, passado pelos filtros do pensamento ou da inteligência as várias coisas que impressionam o sentido. A partir de Emmanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão, o sentido da palavra forma não deixou mais de ser relação generalizável, ordem, coordenação, ou universalidade, tendo distinguido matéria e forma no conceito, ou seja, a matéria do conceito é o objeto e a forma dele é a universalidade; c) uma norma de procedimento, expressando a necessidade e autonomia de se obedecer a um procedimento ou uma técnica, impondo-se isso mais que questões de substância ou conteúdo envolvido com a questão. Já a expressão “formalismo” quer designar toda doutrina que recorra à forma em qualquer das significações do termo. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 468-71; HUISMAN, Denis. **Dicionário de obras filosóficas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 592.

³⁰⁵ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 65-6.

³⁰⁶ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 66.

³⁰⁷ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 66.

É de se notar que o próprio Max Weber incorreu em ambigüidade ao tratar ou identificar o *tipo ideal* com o modelo concreto analisado, portanto, trata-se de procedimento que pode induzir o pesquisador em erro, e para escapar aos perigos próprios desse procedimento técnico metodológico torna-se “necessário tratar o *tipo ideal*, não em si mesmo e por si mesmo – à maneira de uma amostra reveladora que bastaria copiar para conhecer a verdade de todo o conjunto – mas como um elemento de um grupo de transformações, referindo-o a todos os casos da família da qual ele constitui um caso privilegiado”.³⁰⁸

Assim, a arte inventiva – relacionada com a fecundidade científica – deve fornecer as técnicas de pensamento e reflexão que permitam produzir metodicamente a edificação das hipóteses e minimizar conscientemente as implicações negativas que tal empreendimento implica, quais sejam, os riscos a ele inerentes. Nesse sentido a analogia tem um papel específico na sociologia que, como ciência, sempre recorre ao procedimento comparativo para produzir seu objeto; “a comparação orientada pela hipótese de analogias constitui não só o instrumento privilegiado do corte com os dados pré-constituídos, que pretendem com insistência ser tratados em si mesmos e por si mesmos, mas também o princípio da construção hipotética de relações entre as relações”, sendo, portanto, a analogia, uma forma legítima de comparação, um meio prático para tornar as coisas inteligíveis.³⁰⁹

e) MODELO E TEORIA

Modelo é “todo sistema de relações entre propriedades selecionadas, abstratas e simplificadas, construído conscientemente com a finalidade de descrição, explicação e previsão e, por conseguinte, plenamente controlável; (...). Simples ‘procedimentos de exposição’ que falam apenas à imaginação, tais ferramentas não podem servir de guia para a invenção porque, no melhor dos casos, não passam de formalização de um saber prévio e tendem a impor sua lógica própria, evitando, por conseguinte, a busca da lógica objetiva que tem de ser construída para justificar, teoricamente, o que eles se limitam a representar”. Portanto, em si, ele é uma cópia do real, obtido por procedimentos de ajustamento e extrapolação que acaba criando obstáculo às analogias profundas, muitas vezes veiculado através de metáforas da linguagem, vale dizer, noções eruditas das prenoções do senso comum.³¹⁰

³⁰⁸ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 66.

³⁰⁹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 67-8.

³¹⁰ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 68-9 e nota de rodapé n. 42.

A utilização de modelos revelou-se fecunda na medida em que ele foi alvo de uma ruptura epistemológica, como sucedido na biologia, onde modelos mecânicos – produção e transmissão de energia – foram substituídos por modelos cibernéticos – transmissão de informações – e passou a ser identificado com a lógica de funcionamento dos circuitos nervosos. No entanto, em sua característica meramente adaptativa – mimética – os modelos que “se limitam a apreender as semelhanças exteriores, opõem-se aos *modelos analógico* que visam reaprender os princípios ocultos das realidades que interpretam”. Analogia é a formação de um raciocínio fundado em semelhanças e relações entre uma coisa e outra, mas, mais especificamente, semelhanças e relações enquanto o juízo analógico revelar essas semelhanças e relações passíveis de serem trabalhadas através de uma teoria abstrata sobre a razão das semelhanças; há uma relação na natureza dos fatos que a analogia se aplica.³¹¹

Um modelo tem sua utilidade na medida em que, antes de sua verificação nos fatos – por uma impossibilidade –, possibilita um exercício intelectual substitutivo de uma experimentação, fornecendo um meio de predizer à realidade – no ato de confronto – as conseqüências fictícias e prováveis postas em evidência pelo exercício mental. A ciência, assim, ultrapassa o plano dos acontecimentos concretos e os dados da sensibilidade, podendo ser construído um conhecimento científico através de um modelo construído teoricamente, que estudado em suas propriedades e reações num laboratório, tem seu conjunto de observações aplicado para interpretar com o que se sucede empiricamente. O seu alto valor explicativo, é preciso assinalar, reside e resulta dos princípios de sua construção – epistemológicos – e não de seu grau de formalismo.^{312 313}

Aqueles que adotam o formalismo em si, se fiam arraigadamente nos símbolos, especificamente nas novas evidências fechadas que eles evocam das evidências primeiras – intuitivas – das coisas ou fatos, desconsiderando as outras verdades de fundo – analogias ocultas – que estão por se revelar contrariamente – ou diferentemente – ao que já está dogmaticamente estabelecido na ordem prática e teórica. Enquanto o simbolismo – conceitos, teorias, institutos, estruturas etc. – é utilizado para tornar as evidências imediatas em coisas

³¹¹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 69.

³¹² No processo de construção de hipóteses fecundas, o recurso ao uso de uma formalização não pode ser descartado. O formalismo tem a função de esclarecer conceitos e de exercer uma crítica no sentido de provar a lógica e o rigor das definições, bem como a coerência de um sistema de definições; mas pode também desempenhar, conforme circunstâncias, uma função de descoberta de verdades, por permitir explorar sistematicamente e teoricamente as situações possíveis e “a construção controlada de um elenco sistemático de hipóteses como esquema completo das experiências possíveis”. Essa formalização encontra sua eficácia mecânica ou metódica através dos símbolos e dos operadores da lógica ou da matemática, que são apontados como instrumentos comparatistas por excelência. In: BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 70.

³¹³ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 70.

não mais evidentes, por evocar o rigor metódico para discernir, distinguir e explicar as relações das coisas e fatos, ele cumpre uma função heurística fundamental; entretanto, quando ele se acomoda para consagrar as evidências do senso comum, sob a miragem de uma ruptura com as aparências, “o simbolismo dá ao objeto pré-constituído uma respeitabilidade usurpada que o coloca a salvo da crítica teórica”.³¹⁴

O trabalho de abstração intelectual – epistemológica, paradigmática, teórica – é o que permite desconstruir semelhanças aparentes para erigir as analogias ocultas, assim, é necessário um controle epistemológico dos falsos prestígios do formalismo, que poderiam indicar a desnecessidade de atividade intelectual abstrativa pelo simples fato de que verdades – aparentes em abstração e proposição – poderiam ser erigidas pela ideologia ou sociologia espontânea. Para alcançar a analogia oculta – aquela de onde emerge semelhanças estruturais e proficuas cientificamente – é preciso renunciar a encontrar nos dados da intuição sensível³¹⁵ o princípio que unifique e submeta as realidades comparadas a um tratamento comparativo; a analogia se estabelece “entre dois sistemas de relações intelegíveis, não entre ‘coisas’ que se confiariam à percepção ingênua, mas entre objetos conquistados contra as aparências imediatas e construídos por uma elaboração metódica”.³¹⁶

Um modelo teórico é conhecido pelo seu poder de ruptura e poder de generalização; transposto para ordens de realidades diferentes, pode sugerir novas analogias, princípios de novas construções de objetos. A “construção de um modelo permite tratar diferentes formas sociais como outras tantas realizações de um mesmo grupo de transformações e (...) fazer surgir propriedade ocultas que só se revelam quando cada uma das realizações é colocada em relação com todas as outras, isto é, por referência ao sistema completo das relações pela qual se exprime o princípio da afinidade estrutural das mesmas”. Tal procedimento, fugindo aos paralelos elaborados por semelhança de conteúdos, produz efetiva fecundidade – poder de generalização – nas comparações entre sociedades diferentes ou subsistemas de uma mesma sociedade.³¹⁷

Os modelos, também tidos como *metáforas científicas* ou *teorias em miniatura*, “como gramática generativas de esquemas transponíveis, fornecem o princípio de indagações e questionamentos indefinidamente renováveis; como realizações sistemáticas de um sistema de relações verificadas ou a serem verificadas, obrigam a proceder a uma verificação que, por si

³¹⁴ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 70-1.

³¹⁵ O intuicionismo acaba sendo uma mistura de dogmatismo e empirismo, misticismo e positivismo. In: BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 71.

³¹⁶ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 71.

³¹⁷ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 71-2.

mesma, só pode ser sistemática; como produtos conscientes de um distanciamento em relação à realidade, voltam sempre à realidade e permitem medir em relação com essa realidade as propriedades que, em virtude unicamente de sua irrealidade, acabam sendo colocadas em completa evidência, por dedução”.³¹⁸

1.1.5.3. O FATO É CONQUISTADO, CONSTRUÍDO, CONSTATADO: A HIERARQUIA DOS ATOS EPISTEMOLÓGICOS

O erro empirista, formalista ou intuicionista ocorre por uma ação de dissociação dos atos epistemológicos, acrescida de uma representação distorcida das operações técnicas metodológicas, olvidando que cada uma delas pressupõem atos de corte, construção e constatação. Há um debate fictício que procura dar um estatuto ontológico – autonomia – a algumas operações do processo de conhecer, tais como teoria ou medida, intuição ou formalismo, desconsiderando a possibilidade de que essas operações adquirem todo seu sentido e fecundidade quando considerados como um procedimento unitário.³¹⁹

a) A IMPLICAÇÃO DAS OPERAÇÕES E A HIERARQUIA DOS ATOS EPISTEMOLÓGICOS

O procedimento de pesquisa como um ciclo definido, temporalmente e espacialmente, de fases sucessivas – observação, hipótese, experimentação, teoria, observação etc. – é enganador, somente tendo utilidade pedagógica. Essa projeção espaço-temporal de fases olvida que todo ciclo está presente em cada uma das fases referidas, além de que – e isso é mais significativo – tal representação acaba permitindo escapar a ordem lógica dos atos epistemológicos, que se revela através da ruptura, construção, e prova dos fatos, e que não se reduzem à ordem cronológica das operações de pesquisa efetivadas. Quando se afirma que o fato é conquistado, construído e constatado, não significa que em cada uma desses atos epistemológicos haja operações sucessivas que sejam diretamente relacionadas com tal e qual instrumento específico ou técnica particular de procedimento metodológico.³²⁰

³¹⁸ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 72.

³¹⁹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 73.

³²⁰ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 73-4.

É quando se dissimula – ou esconde-se numa prática errônea – algum(s) dos atos epistemológicos que necessariamente deveriam ser praticados para uma prática correta – numa análise científica sobre o erro científico –, que se revela com mais força a necessidade do reconhecimento de sua integração hierárquica – ruptura, construção, constatação –, pois a análise do erro e das condições do erro revelam o quanto custa a subtração de um dos referidos atos. Um modelo formal possui seu valor na medida direta em que são levadas em consideração as preliminares epistemológicas de ruptura e construção e, desta forma, a intuição, a formalização ou simbolismo, valem na medida em que se enquadram na hierarquia dos atos epistemológicos para produzir os efeitos científicos almejados, pois, se houver um processo de controle epistemológico, podem receber uma função científica. O intuicionismo – no seu aspecto negativo – não pode obstar o estudo metódico de diferentes subsistemas sociais e perquirir as inter-relações reais que existem entre si, sob o manto de que haveria, de uma vez por todas, um mesmo princípio guia do sistema social como um todo e em todas as suas partes, lógica unitária e única de uma cultura; mas quando controlada, restitui as inter-relações existentes nas totalidades construídas, por interrogar toda as relações significantes que vão emergindo no trabalho de análise.³²¹

A ruptura epistemológica começa pela inversão entre teoria e experiência, como comumente é estabelecida ou compreendida. Pela epistemologia espontânea a observação é o início de tudo, vale dizer, a partir dela dá-se a apresentação dos dados primários de uma pesquisa para se elaborar o discurso científico em seguida; a observação positivista é uma gravação de dados fiel na medida que implicar menos pressupostos teóricos. O racionalismo aplicado rompe com a epistemologia espontânea por considerar já a observação como uma parte científica, na medida que são mais conscientes e sistemáticos os princípios teóricos de que se utiliza. A primeira observação de dados e sua apresentação será tanto mais eficaz para suas conseqüências científicas quanto mais corretamente eles forem colhidos, sendo que os dados pertinentes dependem de uma teoria sistemática – ou pelo menos certas noções abstratas³²² – que guie a ação do observador, mesmo que ele não se dê conta disso.³²³

³²¹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. *A profissão...*, p. 74-5.

³²² Noam Chomsky (1918), lingüista e filósofo da linguagem norte-americano; Sigmund Freud (1856-1939), psicólogo e psicoterapeuta austríaco, pioneiro da psicanálise; e Auguste Comte, observaram – cada um de uma forma específica – que a observação tem necessidade de uma teoria qualquer e que os fenômenos sempre estão relacionados imediatamente com algum princípio. Sem isso não seria possível relacioná-los entre si racionalmente e com algumas conseqüências imediatas que sempre derivam das observações, mais ainda, seria impossível efetuar uma observação conseqüente. In: BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. *A profissão...*, p. 75-6; e NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1.

³²³ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. *A profissão...*, p. 75-6.

Para a experimentação também são válidas as anotações acima sobre a observação. Uma experimentação também implica em pressupostos ou princípios teóricos; Max Planck anotou que a experiência é uma pergunta dirigida à natureza, e o resultado obtido – a medida – é a resposta por ela dada. Mas não se faz experiência à esmo, vale dizer, uma experiência somente sucede por que se pensou nela previamente, especialmente (I) que pergunta será dirigida à natureza e (II) de que forma se interpretará a resposta que ela dará, antes mesmo de chegar a uma conclusão sobre a medida obtida. Disso se observa que uma experiência bem sucedida é aquela que confirma uma razão prévia e o valor dedutivo de uma teoria, indo além da coincidência entre uma suposição – considerada como princípio – e a constatação experimentalmente pesquisada; deve-se comprovar que o fato observado e suas conclusões devem-se diretamente aos métodos relacionados com as hipóteses prévias levantadas pelo pesquisador. Os fatos e a teoria – ou princípios – prévia valem aquilo que imbricados relacionalmente e diretamente dizem um ao outro, validam um ao outro.³²⁴

Para escapar de enganosa teoria que possa interrogar fatos que não exprimam nada significativo, num sentido negativo – e verdadeira armadilha – fazê-los responder o que se pretende que eles expressem, fugindo de um princípio da realidade, não se pode esquecer que um objeto científico fecundo é aquele que se contrapõe, opõe-se, faz objeção, enfim, objeta. Assim, num grau mais elevado de reflexão crítica, a experiência “bem construída tem como efeito intensificar a dialética da razão e da experiência, mas somente com a condição de que o pesquisador saiba pensar, de forma adequada, os resultados, inclusive os negativos, que ela produz e se interroge sobre as razões que fazem com que os fatos têm razão de dizer não”. Portanto, o exercício intelectual crítico não se circunscreve a uma ação mecânica de construção de hipóteses, submetê-las a verificação, confirmá-las ou desmenti-las com a experimentação e refletir a teoria a partir daí.³²⁵

Por isso, num experimento fundado em pressupostos epistemológicos críticos, a “constatação do fracasso é tão decisiva quanto uma confirmação, mas somente com a condição de que coincida com a reconstrução do elenco sistemático de proposições teóricas no qual adquire um sentido positivo”.³²⁶

A dialética teoria e verificação está sempre presente numa operação metodológica de pesquisa; por exemplo, a própria escolha de um método de amostragem está vinculada diretamente com as hipóteses levantadas e objetivos específicos fixados para a pesquisa,

³²⁴ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 76-7.

³²⁵ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 77-8.

³²⁶ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 78.

assim como o controle das técnicas metodológicas do procedimento de pesquisa voltam-se para controlar o erro recorrente quando se abre mão de tais controles. O que está em jogo é uma mudança da visão de construção de um objeto científico; “para apreender certos fatos, não se trata tanto de afirmar os instrumentos de observação e medição, mas de colocar em questão a utilização rotineira dos mesmos. (...) [As] técnicas tradicionais, quando são utilizadas sem controle epistemológico, destroem o fato científico (...). O fascínio exercido pelo aparelho tecnológico, assim como o prestígio do aparato teórico, pode impedir uma justa relação aos fatos e à prova dos fatos. A submissão aos automatismos de pensamento não é menos perigosa do que a ilusão da criação sem apoio nem controle”.³²⁷

b) SISTEMA DE PROPOSIÇÕES E VERIFICAÇÕES SISTEMÁTICAS

O primado epistemológico da razão sobre a experiência faz das operações da prática científica valerem conforme a teoria que lhes serve de base; a sistematicidade da teoria assim concebida, como um processo de ruptura no ato da construção – observação – e da experimentação, se revela em que somente a teoria científica: (I) pode opor – contra a sociologia espontânea e às falsas sistematizações da ideologia – uma resistência organizada de um elenco sistemático de conceitos e relações que se definem tanto pela coerência do que exclui, quanto pela coerência do que estabelece; (II) pode construir um sistema de fatos entre os quais instaura uma relação sistemática; (III) pode dar à experimentação seu desmentido categórico, apresentando um elenco de hipóteses tão sistemático que se encontra exposto – em toda sua força negativa – em cada uma delas.³²⁸

Verifica-se que, quando a hipótese está implicada numa teoria sistematizada do real, a experimentação – que em si é previamente teórica –, se desmente algo, o faz com toda força e poder de sua sistematicidade; a experiência está implicada não numa hipótese isolada, mas em todo um conjunto teórico, portanto, é este último que é condenado pela experiência – que repita-se aqui novamente, é teórica previamente. Um sistema de hipóteses é epistemologicamente coerente na medida em que também se torna plenamente vulnerável, pois (I) um só fato é suficiente para coloca-lo todo em questão e (II) por ser construído como ruptura com as primeiras aparências dos fenômenos, ele não recebe a confirmação imediata que é fornecida pelos fatos imediatos e conteúdo dos documentos tomados ao pé da letra.

³²⁷ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 79-80.

³²⁸ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 80.

Assim, o cientista coloca a toda momento, “à prova dos fatos que ele interroga, tudo que está implicado em sua interrogação dos fatos”.³²⁹

As proposições científicas somente encontram sua prova na coerência total “do sistema completo dos fatos criados pelas – e não para as – hipóteses teóricas que devem ser validadas”. Esse método de prova, cuja coerência sistemática dos fatos inteligíveis é sua própria prova, somente assim é, porque há “a decisão sistemática de interrogar os fatos sobre as relações que o constituem como sistema”. Nesse sentido, Erwin Panofsky³³⁰ comparou a *Suma* de São Tomás de Aquino com uma edificação arquitetônica, que foi a catedral gótica. Afinal, o que teria a ver a escolástica e sua racionalidade com a construção de uma catedral? Se o observador renunciar aos dados da intuição sensível, poderá verificar que um sistema racional se manifesta de diferentes maneiras e que está além da manifestação concreta à disposição da percepção ingênua. Assim, foi observando e comparando *dois sistemas de relações inteligíveis* – plano das racionalidades sistematizadas – que permitiu ao historiador norte-americano de origem germânica notar – e refletir fecundamente a partir, inscrevendo numa teoria – em um plano da capela-mor de uma catedral, a inscrição da expressão escolástica *inter se disputando*, típica da dialética escolástica, revelando que o *habitus* de dialético escolástico estava presente e expressa numa arquitetura gótica.³³¹

A prova que Erwin Panofsky apresenta não é uma questão de fato, medido ou verificável imediatamente pela percepção, ou de uma influência direta dos escolásticos sobre os arquitetos e suas obras – como seria marcada pela historiografia positivista –, mas “tira sua força probatória de suas relações com outros fatos que, sendo eles próprios insignificantes enquanto forem considerados independentemente das relações que o sistema de hipóteses instaura entre eles, só adquirem todo seu valor como termos organizados de uma série”. Esse conjunto de observações análogas que adquirem um sentido, é o sentido que pode ser “legitimamente utilizado, como controle, para interpretar uma nova observação particular no interior da mesma ordem de fenômenos”. Por fim, verifica-se que se uma nova observação

³²⁹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 81.

³³⁰ Erwin Panofsky (1892-1968), historiador de arte norte-americano de origem alemã, que desenvolveu o método iconológico, visando a leitura da obra de arte em seu contexto de civilização e segundo seus diferentes níveis de significação. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 18.

³³¹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 71, 76, 228-31. Por vezes, “ocorre que uma leitura mais atenta acaba revelando ‘fatos’ que tinham permanecido imperceptíveis às próprias pessoas que os relataram: é assim que Panofsky só conseguiu anotar, em um plano da capela-mor de catedral, a expressão *inter se disputando*, lida milhentas vezes antes dele e típica da dialética escolástica, porque tinha a transformada em um fato, questionando-o a partir da hipótese teórica segundo a qual mesmo *habitus* de dialético poderia se exprimir na arquitetura gótica e na codificação escolástica das *disputationes*. In: BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 76.

particular – desse conjunto que adquire um sentido – indiscutivelmente recusar ser interpretada “em conformidade com o sentido da série, e se ficar provado que não há erro possível, o ‘sentido da série deverá ser reformulado de maneira a incluir a nova observação’”.³³²

Esse exercício epistemológico procura conferir ao sociólogo o cuidado dele não impor ao dado seus próprios pressupostos na apuração de uma pesquisa; no caso de interpretação de questionários e dados estatísticos, o todo e as partes estão mutuamente se relacionando e significando reciprocamente, de tal forma que as partes não podem ser interpretadas senão em relação ao todo – o conjunto das respostas ou dados impõem um sentido a cada um dos dados isolados – e o todo tem o sentido de seu conjunto reformulado conforme as partes estão a indicar para o todo. Um detalhe, dividido e isolado do todo perde sua significação e acaba não representando mais nada; é o conjunto simbolicamente e racionalmente construído e significado que dá unidade e sentido – fecundidade teórica – ao pesquisador.³³³

Diante disso, a força probatória de uma relação empiricamente constatada não é os dados em si, “a probabilidade composta da hipótese submetida à prova depende do sistema completo das proposições já estabelecidas (...), dessas ‘concatenações de provas’ (...) que ‘podem ser mais fortes do que seu elo mais fraco e, até mesmo, que seu elo mais forte’, porque a validade de tal sistema de provas é avaliada não só pela simplicidade e coerência dos princípios utilizados, mas ainda pela amplitude e diversidade dos fatos levados em consideração, e, enfim, pela multiplicidade das conseqüências imprevistas a que ele conduz”.³³⁴

c) OS PARES EPISTEMOLÓGICOS

Gaston Bachelard observou que se fosse possível colocar dentro de um espectro as filosofias da natureza, ter-se-ia dois extremos, de um lado o idealismo e de outro o realismo. A prática científica seria o meio termo dessas duas tendências, vale dizer, seria o racionalismo aplicado que associaria os valores da coerência com a fidelidade ao real. Nas ciências do homem verifica-se que esse par epistemológico não se reproduz – ou corresponde – como na ciência física, uma vez que os pares de posições epistemológicas das ciências sociais são antes

³³² BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 82.

³³³ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 82-3.

³³⁴ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 83.

aparentes, fruto de filosofias implícitas que produzem um embate sem proficuidade, afastadas da prática científica dialética entre a razão e a experiência.³³⁵

Assim, muitas das polêmicas e as tomadas de posições correspondentes são antes complementares; de um lado há a filosofia social e toda produção intelectual nela centrada, tentando justificar ou interpretar uma ordem social em escala planetária de universalidade, e desprezando a necessidade de prova daquilo que escrevem; e de outro, há aqueles que excessivamente arraigados no empirismo, procuram na denúncia das sínteses vazias ideológicas uma justificação para suas atividades. Da mesma forma, o positivismo condena o ritual intuicionista para, em seguida, se dedicara acriticamente – de forma autômata – às suas técnicas e procedimentos metodológicos; e o intuicionismo irá encontrar na atomização das pesquisas burocráticas do positivismo a sua defesa para num discurso científico vago e fluido “sobre totalidades indefinidas com contornos indecisos”.³³⁶

Aparentemente esses pares epistemológicos estão dissociados entre si, mas em realidade estão fortemente ligados; por exemplo, o positivismo – que limita o controle de sua prática ao controle técnico dos instrumentos que utiliza na pesquisa – acaba perseguindo o intuicionismo no momento em que sua pesquisa está submetida aos recursos tecnológicos disponibilizados em busca de uma verdade, uma vez que – e isso não é perceptível ou não visto – “por ter se privado dos recursos da teoria, está condenando a tomar de empréstimo à sociologia espontânea, não só as noções que ele traduz por meio de índices sofisticados, mas também os conceitos nos quais armazena os resultados mais sutis de suas observações (liberalismo, conformismo, empatia, satisfação ou participação, etc.)”.³³⁷

Quando se trata de conceber metodologicamente hipóteses ou esquemas de interpretação dos resultados quantitativos de uma pesquisa, há uma prevalência da intuição, de tal modo que é forçoso verificar que positivismo e intuicionismo estão próximos por solidariedade, “extraíndo muitas vezes na mesma fonte o fundamento de suas explicações e o princípio de suas hipóteses”, divergindo apenas nas técnicas adotadas por cada qual para a verificação. Na sociologia positivista o intuicionismo está sempre presente, por exemplo, quando reduz a uma palavra-chave, a um único conceito descritivo, uma grande soma de observações particulares que são absorvidos por essa fórmula matriz, definindo, assim, uma cultura, *ethos*, um caráter nacional, ou tipo de personalidade individual; o intuicionismo, que procura “apreender diretamente as totalidades reais pela utilização de modelos de pensamento

³³⁵ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 83-4.

³³⁶ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 84.

³³⁷ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 84-5.

tirados da sociologia popular ou semi-erudita”, desconsiderando os procedimentos e desvios da análise científica, em realidade acaba não tendo como escapar de ter que demonstrar a sua aptidão para fornecer provas científicas mais rigorosas, mesmo que seja dissimulado como prova experimental.³³⁸

Contra a epistemologia espontânea que fundamenta o positivismo e o intuicionismo, “o projeto propriamente científico se situa (...) em condições em que todo acréscimo de audácia nas ambições teóricas obriga a um acréscimo de rigor no estabelecimento de provas às quais deve se submeter”. Longe de uma teoria social sem fundamento empírico ou empiria sem orientação teórica, longe de uma temeridade sem riscos do intuicionismo e a minúcia sem exigência do positivismo, a sociologia “poderá (...) encontrar na superação em ato da oposição entre racionalismo e empirismo o meio de se superar, isto é, progredir, simultaneamente, no sentido da coerência teórica e da fidelidade ao real”.³³⁹

1.1.5.4. CONCLUSÃO: SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO E EPISTEMOLOGIA

O fato de que existe uma fronteira tênue e imprecisa entre saber comum e ciência, na sociologia, torna necessário, de forma mais acentuada, a imposição de uma ruptura epistemológica, que imponha um rigor maior frente aos saberes marcados pela sociologia espontânea e ideologia. A sociologia do conhecimento sociológico fornece instrumentos que permite uma forte crítica epistemológica, pois dela emerge todos os pressupostos inconscientes e princípios consagrados de uma tradição teórica, e necessários serem percebidos cada vez mais pelo pesquisador social, a fim dele não circunscrever sua crítica aos princípios de uma teoria já constituída. A crítica, portanto, não é dos pressupostos e conseqüências de uma teoria supostamente pronta ou acabada, mas antes, das condições epistemológicas que resultaram nela, de tudo que está implícito e não é questionado, mas que contribui fundamentalmente para produzir – construir – a teoria que, acabada, é objeto de crítica; a partir dela há a crítica, antes dela normalmente não.³⁴⁰

³³⁸ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 85 e nota de rodapé n. 22.

³³⁹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 86.

³⁴⁰ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 87.

A sociologia tem por objeto um sujeito que interpreta verbalmente suas próprias condutas, e uma postura inquisidora-científica dominada pelo empirismo, mas sujeita também às condições históricas e sociais em que a prática sociológica é realizada. Desta forma, não é possível afirmar uma realidade trans-histórica a permear a estrutura do campo epistemológico, como um espaço construído por posições filosóficas opostas por pares.³⁴¹

a) ESBOÇO DA SOCIOLOGIA DA TENTAÇÃO POSITIVISTA EM SOCIOLOGIA

A sociologia francesa é marcada pelo empirismo devido a condições históricas, acrescida de condições sociais e intelectuais. As ciências devem suas transformações à estrutura de campo onde elas se inserem; isso significa que, mais do que uma evolução dada por ela própria – cada ramo científico –, é o conjunto das práticas e opções metodológicas em exercício em outros ramos científicos que estão a influir diretamente no que se faz ou não dentro de certo ramo científico, pois aqui o que está em questão é a legitimidade – ou pelo menos a aparência do que se entende por tal – do que é fazer ciência, dada pelos ramos mais acabados, formados ou já consagrados; “a imagem da cientificidade (...) [da] própria prática deve ao campo do conjunto no qual ele se realiza”. Uma ciência preocupada quanto ao seu reconhecimento científico – estatuto consagrador de ciência – busca, para sua segurança, adotar os procedimentos e técnicas marcantes como mais legítimos pela comunidade científica e, desta forma, ela atenua a indagação ou dúvida sobre a cientificidade de sua prática, ou as condições de sua própria cientificidade.³⁴²

Observa-se, no caso norte-americano, que há uma divisão técnica do trabalho e uma organização social da profissão que orientam o pesquisador para práticas burocráticas autômatas; sua organização universitária é marcada por mecanismos de concorrência que submetem a carreira universitária às leis do mercado e que não garantem a qualidade dos trabalhos científicos produzidos em profusão. Assim, divisão das operações de pesquisa revela ser uma projeção, no espaço epistemológico, da completude do organismo burocratizado; o todo – organização universitária – burocratizado impõe a *naturalidade* da divisão técnica do trabalho de pesquisa: a) conceber previamente e de uma vez o uso os equipamentos e recursos que serão utilizados; b) quem decidirá as grandes estratégias dos trabalhos em curso e quem fará o serviço de campo; c) etc.³⁴³

³⁴¹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 87.

³⁴² BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 88-9.

³⁴³ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 89-90 e nota de rodapé n. 2.

Para compreender em sua integralidade as diferenças epistemológicas entre ramos científicos, é necessário relacioná-las ao sistema de posições e oposições entre instituições, grupos de pesquisadores, e pesquisadores nos diferentes espaços do campo cultural; é esse conjunto de características relacionadas com sua prática – tipo de formação, posição na instituição universitária, seus pares e filiações de interesses, participação em publicações ou comissões etc. – que irá determinar qual a posição – lugar onde ele falará um dado discurso e lhe será outorgado a prerrogativa de também opor-se a outros, justamente por ter todas as qualificações que o espaço recepciona ao seu perfil intelectual – que cada qual irá ocupar no campo intelectual e epistemológico. “O pesquisador acaba sendo empirista, formalista, teórico ou nada disso, não tanto por vocação, mas por destino, na medida em que o sentido da própria prática chega a cada um sob a forma do sistema de possibilidades e impossibilidades que definem as condições sociais de sua prática intelectual”.³⁴⁴

O erro epistemológico e a ideologia que as justifica não estão distribuídas ao acaso entre os sociólogos; essa consciência é fundamental para o sociólogo verificar que o sistema de justificações ideológicas é o princípio das resistências à lucidez epistemológica e que “a sociologia que cada sociólogo pode fazer a partir das condições de sua prática sociológica e de sua relação à sociologia não consegue tomar o lugar (...) de uma reflexão epistemológica”. Somente assim inicia-se o desvelamento e explicitação dos pressupostos inconscientes presentes no pesquisador e o início da interiorização de uma postura crítica ou de uma epistemologia mais acabada.³⁴⁵

b) O ENRAIZAMENTO SOCIAL DO SOCIÓLOGO

O sociólogo é ao mesmo tempo pesquisador e sujeito social. Claude Levi-Strauss asseverou que um pesquisador social não pode se negar como um sujeito culto de uma cultura particular, e ele tem a obrigação de pôr toda sua prática científica a um questionamento crítico contínuo em relação a essa estreita vinculação, especialmente o sociólogo e o etnólogo que são mais vulneráveis “à ilusão da evidência imediata ou à tentação de universalizar, inconscientemente, uma experiência singular”, vale dizer, sujeitos à lógica etnocentrista, que é alógica que rege as relações entre os grupos, pois o código que será empregado pelo cientista social para decifrar as condutas sociais é o que ele aprendeu conforme o grupo que faz parte, e conforme uma aprendizagem socialmente significada e qualificada. A crítica ao etnocentrismo

³⁴⁴ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 90-1.

³⁴⁵ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 91.

exige constantemente – incessantemente – ser reavivados e reinterpretados pela vigilância epistemológica, a fim de ter seus efeitos negativos controlados o máximo possível.³⁴⁶

O *ethos* de classe do pesquisador é o princípio através do qual ele organiza os modelos inconscientes que irão ser os pressupostos culturais em estado de potência e que se manifestarão concretamente em suas interpretações, e de forma sistemática. Todas as classes sociais possuem uma experiência originária do social, e a partir dela constroem suas verdades sobre o funcionamento e percurso da sociedade, onde os determinismos circunscritos a cada classe acabam por comprovar a certificação de suas verdades originárias. Assim, o sociólogo é predisposto a fazer uma sociologia adequada à sua classe social de origem e à sociedade que ela concebeu ideologicamente; caso ele não faça isso, ainda assim corre o risco de introduzir os pressupostos inconscientes de sua experiência primeira do social, ou “racionalizações que permitem a um intelectual reinterpretar sua experiência segundo uma lógica que deve sempre alguma coisa à posição que ele ocupa no campo intelectual”.³⁴⁷

Observa-se que a vigilância epistemológica nunca alcançou eliminar o etnocentrismo, devido às diferentes variações que ele pode tomar de forma imperceptível; assim, “denúncia intelectual do etnocentrismo de classe pode servir de álibi ao etnocentrismo intelectual ou profissional”. O etnocentrismo do intelectual é mais enganador na medida em que a classe intelectual marginaliza ou recusa a existência de uma sociologia espontânea ou semi-erudita que, frente às formulações mais populares dos lugares-comuns, possuem a mesma natureza falaz. O meio científico e seus mecanismos de divulgação e reprodução – revistas especializadas, encontros científicos etc. – veiculam essas prenoções não discutidas, que somente podem ser esclarecidas se combatidos os preconceitos – prenoções – em voga no meio acadêmico-científico.³⁴⁸

c) CIDAELA ERUDITA E VIGILÂNCIA EPISTEMOLÓGICA

A sociologia do conhecimento e a sociologia da sociologia são dois instrumentos eficazes para o controle epistemológico da prática sociológica. Pela primeira o pesquisador se reflete criticamente no ato de refletir como pesquisador em seu trabalho, mas não pode escapar do fato de que ele é um pesquisador com ligações e raízes, portanto, na esperança de que um esforço – ingente e monumental que seja – ele possa se libertar de todas as

³⁴⁶ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 91-2.

³⁴⁷ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 92.

³⁴⁸ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 92-3.

determinações fruto de uma situação e história social, é forçoso reconhecer que redundam em fracasso. Seria uma esperança utópica crer que alguém possa se libertar de suas ideologias presentes no ato da pesquisa através de uma auto-sócio-análise ou uma deliberada decisão reformista do entendimento socialmente condicionado que possui previamente.³⁴⁹

A objetividade da ciência não pode estar fundada na (auto-)objetividade dos cientistas. O saber, fruto de reflexão crítica epistemológica, somente se incorpora proficuamente na prática desde que sejam “estabelecidas as condições sociais de um controle epistemológico, isto é, de uma troca generalizada de críticas construídas, entre outras coisas, a partir da sociologia das práticas sociológicas”. A comunidade erudita é um microcosmo social, dotado de um corpo de instituições, normas, autoridades, comissões etc., que estão sempre e lembrar a seus pares o que é legítimo ou não em seu âmbito de atuação, portanto, definem o que é competência profissional e o quais os valores legítimos que devem ser observados por todos. Nesse ambiente, a produção de obras científicas depende de fatores como: (I) força de resistência que a comunidade científica é capaz de opor – expectativa do grande público intelectual, pressões difusas ou explícitas as mais variadas, inclusive de ordem ideológicas políticas ou religiosas etc. –; e (II) o grau de conformidade às normas científicas que a organização própria da comunidade mantém para si.³⁵⁰

O sociólogo da ciência, em suas análises, não pode mais ficar circunscrito a uma imagem consagrada de corporativismo – ou uma inércia *natural* – presente do mundo erudito como uma sociedade organizada, e, a partir daí, às resistências e adversidades gerais que ela impõem a quem quer inovar – ser inventivo – no meio, pois nesse caso estaria apenas centrado o foco de suas observações nas adversidades que recaem sobre quem se propõe a inventar – criar – no meio; ao reduzir o problema ao corporativismo ou a uma inércia que, talvez por si, seria justificado abordar como um elemento de resistência ao novo – invenção, criação – frente ao que já foi instituído e estatuído no meio científico – inovação x tradição – e que, portanto, não quer mudar, acaba por olvidar que é necessário distinguir os efeitos opostos – outros importantes efeitos relacionados – que são passíveis de serem produzidos sobre a pesquisa, fruto de controles e exigências impostas pela comunidade científica, marcada por um tradicionalismo erudito que concebe a pesquisa legítima conforme sua tradição teórica. É de se notar que os efeitos opostos acima referidos – agora em outro grau e qualidade – também são deixados de ser analisados pelo sociólogo da ciência, pelos mesmos motivos, quando sucede diferentemente o caso da institucionalização – no meio científico –

³⁴⁹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 93.

³⁵⁰ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 93-4.

de uma vigilância epistemológica crítica e instigante, que acabe favorecendo a ruptura contínua com todas as tradições.³⁵¹

Há uma falsa questão colocada quando se indaga se a sociologia é ciência, e uma ciência tal como as ciências já consagradas, sempre que a discussão passa a circunscrever-se à questão do tipo de organização e funcionamento de seu campo erudito de pesquisas, que seja mais favorável ao surgimento e desenvolvimento de trabalhos que seja submetido a um dado rígido controle científico, portanto, que atestem a cientificidade da pesquisa e do ramo de conhecimento. Em realidade, o que é necessário focar e analisar são “os múltiplos efeitos dos múltiplos fatores que contribuem para definir as possibilidades de aparecimento de uma produção mais ou menos científica e distinguir, com maior precisão, os fatores que contribuem para aumentar as possibilidades de cientificidade de uma comunidade científica em seu conjunto, assim como as possibilidades que cada cientista tem de se beneficiar de tais possibilidades em função da posição que ocupa no interior de tal comunidade”. A história da ciência tem muitos exemplos de reconhecimento retrospectivo de descobertas por, no momento de sua concepção, não haver um quadro teórico que contemplasse explicativamente o invento, mas foi necessário ter alguém – ou vários – se debruçado sobre o problema para, no futuro, ele ser inserido finalmente num plano teórico fecundo.³⁵²

A cidadela ideal dos cientistas é um espaço sem compartimentos estanques epistemológicos, sem instituições confinadas e fechadas, sem obstáculos institucionais e marcados pela tradição, pois isso possibilitaria instaurar as efetivas e completas comunicações científicas que a ciência realmente exige para seu progresso, com estrutura de trocas e críticas onde se verifique integração orgânica do meio científico, desta forma resultando em discussões fundadas em valores científicos, longe de questões de princípios marcadas unicamente por afiliações político-ideológicas, troca de polêmicas rituais entre adversários cúmplices, ou mesmo em interações que remeteriam mais a um clube onde os pares trocam admirações mútuas entre si.³⁵³

Essa troca acadêmico-científica generalizada forçaria a multiplicação e diversificação dos tipos de comunicação e uma maior explicitação dos postulados epistemológicos. Formaria, conforme assinalou Michael Polanyi,³⁵⁴ uma rede permanente de crítica que

³⁵¹ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 94 e nota de rodapé n. 6.

³⁵² BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 94-5 e nota de rodapé n. 7.

³⁵³ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 95.

³⁵⁴ Michael Polanyi (1891-1976), cientista húngaro que se graduou em química – especializando-se em físico-química – e medicina, mas que paulatinamente passou a pesquisar sobre “as coisas humanas”, dedicando-se à filosofia da ciência, economia e teoria social. Irmão mais novo do economista Karl Polanyi (mais abaixo vide nota de rodapé referente a este importante intelectual), seu pensamento político esteve sempre ligado com suas

possibilitaria emergir normas comuns de cientificidade. Assim, seriam mecanismos sociais de controle cruzado – transitividade de julgamentos entre diferentes áreas do conhecimento naquilo que é espaço comum de trocas recíprocas – que poderia instaurar, ultrapassando as fronteiras das especialidades, tais normas comuns e a respectiva adesão da comunidade de cientistas a elas; essa delegação circular³⁵⁵ do poder de controle garantiria o consenso geral sobre o valor científico das obras particulares. Instauraria, também, o controle de cada um sobre alguns – daqueles que podem ser definidos como especialistas – e o controle de cada um por alguns – os especialistas que podem julgar os outros especialistas –, bem como constituir e reforçar em cada um a aptidão para a vigilância epistemológica.³⁵⁶

Observa-se que a opção metodológica interdisciplinar também não escapa ao destino que é imposto pelas características sociais e intelectuais da comunidade erudita. Aqui, tal qual o que sucede quando sociedades de tradições diferentes estabelecem contato e acabam tornando explícita todos os princípios e pressupostos inconscientes de visão, definição, interpretação etc., de mundo, também o encontro e discussão entre especialistas de disciplinas diferentes revelam toda tradição e cidadela erudita onde se encerram cada qual, excluindo inconscientemente da discussão os pressupostos que tornariam possível tal discussão. Por exemplo, a diversidade de linguagem adotada por cada ramo científico, inclusive os mais próximos, refletindo toda sua tradição erudita, é o princípio de todas dificuldades de comunicação entre especialistas – e suas disciplinas – diferentes, porque “os sistemas de

reflexões sobre a ciência, que via com um modelo para o entendimento da condição humana e da estrutura fundamental da liberdade, tendo como fundamento a busca da verdade; as ordens sociais mais importantes para o bem-estar dos seres humanos são espontâneas e resultam da interação dos indivíduos, e o maior exemplo da ordem espontânea seria a própria ciência. Participou do encontro em Paris (1938) organizado por Louis Rougier, que procurou formar uma sociedade intelectual que tinha por objetivo restabelecer os ideais do liberalismo clássico, conforme a obra de Walter Lippman – *An Inquiry into the Principles of a Good Society* – havia inspirado, e que resultou, em 1948, na Sociedade Mont Pelerin, encabeçada por Friedrich A. Hayek; assim, conviveu mais diretamente, em diferentes momentos, junto com Raymond Aron, Friedrich A. Hayek, Ludwig von Mises, Karl Popper, Bertrand de Jouvenel, Milton Friedman e diversos outros importantes intelectuais, participando dos trabalhos iniciais e da fundação final da referida sociedade. In: POLANYI, Michael. **A lógica da liberdade: reflexões e réplicas**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. 314 p.

³⁵⁵ É preciso explicitar o que significa essa delegação circular referida. Michael Polanyi compreende que cada cientista controla uma área que abrange o seu campo específico de pesquisa e também algumas faixas limítrofes que correspondem a campos de conhecimento de território vizinho ou próximo ao seu, onde ele pode fazer julgamentos competentes, assim como os cientistas vizinhos também podem reciprocamente fazê-los; se diferentes trabalhos elaborados por especialistas de diferentes áreas, mas uns e outros direta ou indiretamente vinculados por áreas limítrofes – B produz um trabalho que pode ser avaliado por A e C; C igualmente por B e D; D igualmente por C e E; e assim sucessivamente – e esses grupos vizinhos adotarem as mesmas normas de avaliação científica para essas situações limítrofes, então acaba se instituindo normas comuns de cientificidade para diferentes campos da ciência. Será uma adaptação mútua de normas que se dá através de controles cruzados de ajustamento em cada setor particular e tal sistema se apoiaria na transitividade dos julgamentos de vizinhança. Tal consenso formaria uma rede contínua e circular de crítica que manteria certo patamar mínimo de qualidade científica e daria uma medida de cientificidade para os diversos ramos da ciência por estarem submetidas às mesmas normas comuns. In: BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. *A profissão...*, p. 287-8.

³⁵⁶ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. *A profissão...*, p. 96 e 287.

expressão são (...) os esquemas de percepção e de pensamento que fazem existir os objetos a propósito dos quais vale a pena falar”, fazendo os interlocutores de confinarem em suas linguagens. Revela-se, na prática, que os grupos transacionam trocando dados entre si, mas sem se encontrarem realmente.³⁵⁷

1.1.6. O PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DE PIERRE BOURDIEU: CONSEQUÊNCIAS INTERPRETATIVAS SOBRE O SOCIAL

Pierre Bourdieu foi um investigador empírico, mas voltado para descobrir teorias que explicassem fecundamente o modo de funcionamento do mundo social, um mundo gerido por gentes e que produzem tudo o que pode ser contabilizado como feitos culturais, para o bem e para o mal, tudo sendo devido antes de tudo por eles, em sua convivência diuturna – comportamentos, atitudes, omissões etc. – num coletivo humano. Para Bourdieu, enquanto a teoria é testada em várias outras dimensões do social, e é considerada válida para explicar fundamentadamente os fatos sociais em curso – ou já passados –, então o cientista social deve continuar investigando e explicando com seu aporte teórico até o ponto onde a teoria não pode mais explicar, e, nesse caso, uma nova teoria é necessária, a fim de suplantarmos os limites da anterior, e assim sucessivamente. O que segue abaixo e no próximo capítulo são textos que forma elaborados em diferentes momentos da carreira investigativa do sociólogo francês, mas que mantêm sua força explicativa considerando a profundidade das suas investigações e reflexões teóricas por ele desenvolvidas.

1.1.6.1. DESDOBRAMENTOS DO PENSAMENTO DE PIERRE BOURDIEU

A fecundidade do pensamento de Pierre Bourdieu espraia-se por diversas análises de aspectos destacados do mundo social. Essas análises reforçam a força e fertilidade – produtividade – de um pensamento que aplica toda sua força para revelar o que a razão e sentimentos humanos, enfim, as pessoas, inter-relacionadas e interdependentes em sua

³⁵⁷ BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON. A profissão..., p. 96 e nota de rodapé n. 9.

atuação no mundo social, produzem objetivamente na sociedade, refletindo-se nos comportamentos, ações, reações, omissões, opções, determinações construídas, desconstruções, reconstruções, destino construído, distinções, discriminações etc. Verifica-se que, em princípio, os seus objetos de análise são tomados justamente naquilo que escapam em tudo que objetivamente e imediatamente parece ser não possível captar e estudar fecundamente, através de um rigoroso procedimento científico, a fim de revelá-lo e mensurá-lo em suas verdades específicas, pois tratar-se-ia aqui da objetivação do imaterial simbolismo que reina nas relações humanas.

Assim, para explicar o mundo social, Bourdieu procura escapar de uma tradição que se fundamentaria nas naturezas intrínsecas e essenciais humanas – naturalidades admitidas acriticamente, reiterando fronteiras, diferenças, desigualdades e desconhecimentos que, antes de tudo, são produtos diretos de arbitrariedades objetivamente mensuráveis –, concebidas para justificar – em objetivamente também para mistificar dentro de um processo de reconhecimento-desconhecimento – o destino social, as regras gerais de vivências social em várias dimensões e espaços sociais, tomadas em forma de uma verdade ou explicação tidas como naturais e procurando ser uma totalidade ideológica, numa dada sociedade ou formação social.

Longe de aceitar universalidades no espaço social, Bourdieu as concebe no máximo como circunstanciadas, vale dizer, verdades dividida em campos sociais específicos, com suas próprias leis ou lógica governantes, mas também referidas necessariamente a uma dada época e espaço, uma dada história e num dado contexto cultural. Sua forma de abordagem metodológica somente permite conceber como válida uma teoria sobre o social, na medida em que consegue permanecer explicando satisfatoriamente o mundo social, nos objetos elencados para serem traduzidos e explicados – e mesmo assim, submetendo-o a questionamento críticos contínuos, junto como trabalho do próprio pesquisador, a fim de reparar os erros cometidos e fazer avançar os conhecimentos desta forma, vale dizer, de correção em correção –, ou seja, trata-se de uma metodologia que se encontra incansavelmente submetido à avaliações e reavaliações críticas quanto às verdade que produz, não só pelos pares cientistas, mas principalmente pelo próprio pesquisador.

O que se segue abaixo, são textos de Pierre Bourdieu, onde é feita a reiteração dos conceitos acima expostos, em diversos momentos e espaços de sua trajetória intelectual, escolhidos e dispostos destacadamente – sem seguir um rígido plano cronológico –, conforme uma opção metodológica de apresentação de um pensamento original e inédito. Tais textos revelam a dimensão das aplicações e manifestações possíveis de um conjunto de pensamentos

essencialmente epistemológicos, enfim, desdobramentos de um arcabouço teórico-epistemológico singular, original e inédito. É possível asseverar que os estudos de Pierre Bourdieu, em última instância, colocam e desnudam o ser humano diante de si mesmo, através da revelação da vigência de uma complexa determinação arbitrária do social, construída e reproduzida no seio da própria sociedade inconscientemente, e marcada pelos significados simbólicos, enfim, pelas inter-relações inconscientes – invisíveis – como um signo indelével que faz concretamente a visibilidade objetiva do mundo social, e que resulta na reiteração circular das ações e omissões racionalmente edificadas na inconsciente visibilidade das inter-relações sociais.

1.1.6.2. AS FORMAS DE CAPITAL: CAPITAL CULTURAL, CAPITAL SOCIAL E AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITAL

Como já assinalado acima, não é possível dar conta da estrutura e funcionamento do mundo social de forma completa, a não ser reintroduzindo nele o conceito de capital em todas suas manifestações, portanto, não apenas na forma reconhecida que monopolizou a teoria econômica. Ressalta-se que a teoria econômica se deixou acomodar por um conceito de capital a partir de uma *praxis* social econômica que é uma invenção – portanto, uma ação cultural – histórica do capitalismo. Este conceito científico-econômico de capital reduz o universo das relações sociais de troca ao simples intercâmbio de mercadorias, o que está objetiva e subjetivamente orientado para a maximização do benefício, bem como governado pelo interesse pessoal ou próprio do campo. Assim, por um processo de exclusão, a teoria econômica define implicitamente todas as demais formas de troca social como *relações não econômicas e desinteressadas*, obrigando, a quem empregue o conceito próprio de interesses no sentido estrito que lhe assinala a ciência econômica, a utilizar-se do conceito complementar de *desinteresse*, para designar todas as outras relações sociais não econômicas no sentido estrito. Não se pode descortinar o mundo do homem burguês - com sua contabilidade de dupla entrada – sem criar o universo puro e perfeito do artista e do intelectual, onde governa a “arte pelo amor à arte” e a teoria desinteressada. Em outras palavras, a ciência econômica se converteu numa ciência de relações de mercado, onde, na medida em que faz abstração dos fundamentos de seu próprio âmbito ou objeto de análise –

propriedade privada, benefício, trabalho assalariado etc. –, não abarca sequer a totalidade do campo da produção econômica, portanto, constituindo-se e justificando-se como uma ciência econômica restrita.³⁵⁸

Uma *ciência geral da economia das práticas sociais* precisa emergir para tratar as trocas comerciais como um caso particular dentre as diversas formas possíveis de intercâmbio social, e destacar o que foi excluído pelo cálculo egoísta – bem como da ciência –, vale dizer, as práticas e bens intelectuais e artísticos que são um quase-monopólio das classes dominantes. É possível afirmar que o economicismo não foi capaz de reduzir tudo à economia, porque esta mesma ciência repousa sobre uma redução; a economia se ocupa de preservar todos os âmbitos próprios e de interesse – eleitos, portanto – que devem manter-se intocáveis como sacrossantos. De fato, somente interessa para a economia as práticas orientadas diretamente pelo cálculo econômico que traga benefícios próprios do campo, bem como os bens direta ou imediatamente convertíveis em dinheiro – ou quantificáveis –; diante disso, ficam excluídos desse cálculo – e da economia – a totalidade da produção e as relações de intercâmbio burguesas, podendo ser apenas concebidas e apresentadas como uma esfera de desinteresses.³⁵⁹

Sabe-se que as coisas mais veniais – licenciosas, permissivas, concessivas, consentidas, enfim, desinteressadas – carregam em si o seu preço; a dificuldade de convertê-las em dinheiro se radica em que são produzidas com a intenção de uma *expressa negação do econômico*. Deduz-se daí que, uma ciência geral da *praxis* econômica social, deve ser capaz de abarcar todas as práticas que, apesar de se revestirem objetivamente de caráter econômico, não são reconhecidas nem reconhecíveis como tais no seio da vida social, somente podendo assim se concretizar tendo em vista um relevante esforço de simulação social, ou mais precisamente, de eufemização social. Por isso, uma ciência econômica geral das práticas, deve procurar incluir o capital e o benefício em todas as suas dimensões sociais, bem como determinar as leis ou princípios através das quais os diferentes tipos de capital – ou de poder, que no caso é a mesma coisa – se transformam uns nos outros ou entre si. Isto é particularmente válido para todo intercâmbio entre os membros de diferentes frações da classe dominante, que possuem diferentes tipos de capital; essas trocas compreendem desde a venda de habilidades, tratamentos ou outros serviços, que assumem a forma eufemística de troca gratuita e, nesse ato, seus praticamente se auto-dignificam com os nomes mais decorosos que se possa imaginar para designar o que recebem em retribuição – honorários, emolumentos etc.

³⁵⁸ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 133-4.

³⁵⁹ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 134.

–, até as trocas matrimoniais, que são o melhor exemplo de uma transação que apenas pode ser verificada na medida em que não seja percebida ou definida como tal pelas partes contratantes. Destaca-se o fato de que as tentativas próprias – efetuadas pelos próprios economistas – de ampliação da teoria econômica, para mais além dos limites que constituem a disciplina tradicional, revelam resultados mais aparentes do que efetivos em extrapolar as fronteiras da economia como ciência tradicional, uma vez que tem deixado intacto a morada do sagrado – o sacrossanto da ciência econômica –, salvo alguma outra incursão excepcional e sacrílega; desta forma, por exemplo, Gary S. Becker,³⁶⁰ um dos primeiros pesquisadores a levar em conta os tipos de capital que são freqüentemente ignorados, nunca considerou outra coisa mais do que custos e benefícios monetários em suas análises, esquecendo os investimentos não monetários – os afetivos, entre outros mais – e os benefícios materiais e simbólicos que a educação proporciona de forma indireta e diferida, como é o valor agregado que as disposições tenham produzido ou reforçado durante a escolarização – usos, maneiras ou comportamentos verbais, corporais, gostos etc. –, ou as relações estabelecidas com os companheiros de estudos que podem ser rentabilizados mais imediatamente no mercado matrimonial.³⁶¹

a) CAPITAL CULTURAL

O capital cultural pode existir em três estados: (I) em estado interiorizado ou *incorporado*, isto é, em forma de disposições duradouras do organismo biológico humano; (II) em estado *objetivado*, em forma de bens culturais como quadros, livros, dicionários, instrumentos ou equipamentos, que são o resultado e uma amostra das disputas intelectuais; (III) em estado institucionalizado, uma forma de objetivação que deve ser considerado à parte porque, como será visto mais adiante – no caso dos títulos acadêmicos –, confere propriedades inteiramente originais ao capital cultural que deve garantir. Pierre Bourdieu alerta aqui seus leitores para não se deixarem levar – confundir – pelo ar de irrefutabilidade, pela impressão apodíctica que possa provocar o intento de axiomatização acima; o conceito de capital cultural emerge como hipótese teórica no curso das pesquisas que permitiria explicar o desigual rendimento escolar de crianças procedentes de diferentes classes sociais. Devido à

³⁶⁰ Gary Stanley Becker (1930), economista norte-americano considerado um dos principais representantes da Escola de Chicago, e que recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1992. Seus trabalhos tratam principalmente da teoria do capital humano. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 3.

³⁶¹ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 134-5 e nota de rodapé n. 3.

reflexão dessa hipótese, foi possível vincular o “êxito escolar”, vale dizer, o proveito específico que as crianças de diferentes classes sociais – e frações de classe – poderiam obter no mercado acadêmico, através da distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe. Este ponto de partida implicou, de imediato, uma ruptura com as premissas sobre as quais repousam a idéia muito comum de que o êxito, ou o fracasso acadêmico, é consequência das “capacidades naturais” das pessoas, e, além disso, implicou também uma imediata ruptura com as teorias do “capital humano”.³⁶²

Os economistas da Escola do capital humano – onde Gary S. Becker, da Escola Econômica de Chicago, é um expoente –, se atribuem o mérito aparente de terem formulado explicitamente a pergunta sobre a relação que existe entre as quotas de benefício geradas mediante investimento educativo e mediante investimento econômico, assim como de que forma evolui essa relação. Ocorre, entretanto, que a medição de rendimento feita acerca do investimento escolar somente abrangeu investimentos e benefícios monetários, ou bens diretamente convertíveis em dinheiro, tais como os custos de escolaridade ou o equivalente monetário do tempo dedicado aos estudos. Desta forma, estes economistas não conseguem explicar o significado relativo que os diferentes agentes e classes sociais atribuem para os investimentos econômicos e culturais, e isso porque são incapazes de realizar uma consideração sistemática da *estrutura* das diversas oportunidades de benefícios que oferecem os diferentes mercados sociais, que dependem da magnitude e distribuição de seu correspondente âmbito de operação ou atuação. Assim, se esquecem de relacionar as estratégias de investimentos escolar com o conjunto total das estratégias educativas e com o sistema de estratégias de reprodução social.³⁶³

E desse esquecimento resulta um paradoxo inevitável: os teóricos do capital humano acabam por condenar-se, por desconsiderar em suas análises aquele investimento educacional que é melhor e mais oculto e, justamente por isso, mais eficaz socialmente – produz rendimentos sociais elevados –, vale dizer, a *transmissão de capital cultural no seio familiar*. O trabalho dos teóricos do capital humano sobre a relação entre a “aptidão” escolar – habilidade, talento, capacidade, jeito, inclinação – e investimento em educação, revela que eles se descuidam quanto ao fato de que a “capacidade”, ou o “talento”, ou os “dotes”, também são produtos de um investimento de tempo e de capital cultural. Considerando que o referido trabalho é voltado para investigar os rendimentos do investimento escolar, desta forma somente se preocupa – ao que tudo indica – pela rentabilidade dos gastos educacionais

³⁶² BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 136-7.

³⁶³ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 137.

para a “sociedade” como um todo – cota social de retorno –, ou pela contribuição da educação à produtividade nacional – lucro ou ganho social da educação, avaliada por seus efeitos sobre a produtividade nacional. Assim, trata-se de uma definição tipicamente funcionalista das funções da educação, que ignora a contribuição que o sistema educativo realiza para a reprodução da estrutura social, ao sancionar a transmissão hereditária do capital cultural. Assim, o “capital humano”, em que pese em sua definição as conotações humanísticas, não consegue subtrair-se do economicismo – estando vinculado diretamente a ele –, uma vez que a definição dessa escola passa ao largo, entre outras coisas, do fato de que o rendimento escolar da ação educativa depende do capital cultural previamente investido – aplicado – pela família, e olvida que o rendimento social e econômico da titulação acadêmica depende do capital social, igualmente herdado, que possa ser mobilizado para respaldá-la.³⁶⁴

Sobre o capital cultural incorporado. A maioria das características do capital cultural pode ser inferida do fato de que este se encontra fundamentalmente ligado ao corpo – físico do agente – e pressupõe a ação voltada para a interiorização ou incorporação. A acumulação da cultura em estado incorporado – possuir cultura, ser cultivado – pressupõe um *processo de interiorização* o qual *custa tempo*, uma vez que implica um período de ensino e aprendizagem, observando-se que esse tempo despendido é aquele que deve ser investido pessoalmente pelo próprio investidor. Da mesma forma que sucede para adquirir um físico musculoso ou de um bronzado, a incorporação do capital cultural não pode realizar-se por meio de outra pessoa, vale dizer, não pode ser, por exemplo, herdado simplesmente como uma transmissão de patrimônio que foi acumulado por alguém e que, por um ato externo ao interessado – no exemplo, independente do seu querer –, de um dia para outro ele fica dotado de alto grau de cultura pessoal. Na aquisição do capital cultural, está excluído o princípio de delegação social. Aquele que se esforça para adquirir cultura, trabalha sobre si mesmo, diz-se que “está-se formando”, implicando isso um custo pessoal que é pago com a própria pessoa – doa-se por inteiro, expõe-se e consagra-se – pelo menos é sua expectativa. Isso quer dizer, antes de tudo, que quando alguém investe tempo, em realidade está investindo, também, uma forma de afã – esforço, trabalho, empenho, mas também, vontade e ambição – (libido) socialmente constituída, ou seja, o afã do saber (*libido sciendi*) com toda as privações, renúncias e sacrifícios que pode comportar.³⁶⁵

Daqui se infere que as menos inexatas das medições do capital cultural são aquelas que tomam como referência a duração do período de formação, observando-se,

³⁶⁴ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 137-8.

³⁶⁵ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 139.

evidentemente, que essa medição não se reduza apenas à mera duração do período escolar. É preciso também ter em conta, ou em especial devida consideração, a educação primeva – ou primeira – no seio familiar, vale dizer, a primeira educação que recebe um agente em vida ou o seu primeiro processo de aprendizagem social, considerando sua distância, afastamento ou alienação – mas também suas proximidades – das exigências do mercado escolar, uma vez que a educação primeva familiar pode revestir-se de um valor positivo social – evidentemente conforme dada sociedade escolheu privilegiar determinados valores –, como tempo ganho ou adiantado, ou, por outro lado, revestir-se de um fator negativo, como tempo perdido, e também pela imposição da dupla caminhada do agente assim marcado, porque deve empregar-se tempo adicional para corrigir seus efeitos negativos – “erro estratégico” na educação familiar dos filhos. Com isso, não se quer afirmar ou reconhecer o valor das qualificações acadêmicas como valor paradigmático do que é positivo ou negativo apreender desde a tenra idade, medida do ajuste ou desajuste de uma pessoa com o mercado escolar, mas simplesmente constatar que existe uma relação real entre um capital cultural determinado e as leis do mercado acadêmico; por isso, disposições de condutas marcadas por um valor negativo no mercado acadêmico podem estar sujeitas a receber um valor muito positivo em outros mercados, mas antes disso, seguramente nas relações sociais dentro do curso ou da escola.³⁶⁶

O capital cultural é uma posse que acaba se convertendo em parte integrante da pessoa, em *habitus*; do “ter” acaba surgindo o “ser”. O capital incorporado, após ter sido interiorizado, não pode ser transmitido imediatamente através de doação, herança, compra e venda, ou intercâmbio – trocas –, diferentemente do que se sucede com o dinheiro, com os direitos de propriedade, inclusive com os títulos nobiliários. Disso resulta que a utilização ou exploração do capital cultural resulta particularmente problemática para os detentores do capital econômico ou político; seja através dos mecenas privados ou, ao contrário, através dos empresários que empregam executivos dotados de uma competência cultural específica – assim como os novos mecenas estatais –, a questão que sempre se apresenta é a seguinte: como é possível comprar esse capital, tão estreitamente vinculado à pessoa, sem acabar por comprar a própria pessoa mesmo, e, desta forma, perder a legitimação assegurada pela ocultação da relação de dependência? Enfim, como é possível levar a cabo a concentração de capital que é necessária para algumas empresas, sem concentrar, ao mesmo tempo, os possuidores desse capital, o que teria todo uma gama de conseqüências não desejadas?³⁶⁷

³⁶⁶ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 139-40 e nota de rodapé n. 9.

³⁶⁷ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 140.

A incorporação do capital cultural pode ser feita – em diferentes graus, segundo a época, a sociedade, e a classe social – sem medidas educativas expressamente planejadas, portanto, de forma completamente inconsciente. O capital cultura corporizado, permanece determinado para sempre pelas circunstâncias de sua primeira aquisição; estas circunstâncias são tão marcantes que deixam vestígios mais ou menos visíveis, como a forma própria de falar de uma classes social ou de uma região geográfica, determinando, por sua vez, o valor concreto de um dado capital cultural. Verifica-se que o capital cultural não pode ser acumulado além das capacidades de apropriação de um agente individual, sendo que diminui e termina quando falece seu portador, ou quando perde sua memória, suas capacidades biológicas etc. O capital cultural está vinculado de muitas formas à pessoa em sua singularidade biológica, se transmitindo por via da herança social, transmissão que se realiza sempre às escondidas e que costuma passar totalmente inadvertida. Por estar vinculado de muitas maneiras à pessoa em sua singularidade biológica, e também sujeito a uma transmissão hereditária sempre muito bem disfarçada – ou inclusive invisível –, o capital cultural se opõe à velha e desgastada distinção entre, de um lado, propriedades hereditárias ou herdadas – *ta patroa* –, e, de outro lado, propriedades adquiridas – *epikteta* – ou aquelas que um indivíduo acrescenta à sua herança, distinção essa que fizeram os juristas gregos.³⁶⁸

Portanto, o capital cultural alcança combinar o prestígio da propriedade inata com os méritos da aquisição; como as condições sociais de sua transmissão e aquisição são menos perceptíveis do que aquelas do capital econômico, o capital cultural costuma ser concebido como capital simbólico, vale dizer, desconhecido quanto à sua verdadeira natureza como capital e, em seu lugar, reconhecido como competência ou autoridade legítima que deve ser utilizada em todos os mercados nos quais o capital econômico não desfruta de pleno reconhecimento – por exemplo, no mercado matrimonial. Além disso, dessa verdadeira lógica simbólica resulta que a posse de um grande capital cultural seja concebida como “algo especial”, portanto, servindo de fundamento para ulteriores benefícios materiais e simbólicos; aquele que dispõe de uma competência cultural determinada, por exemplo, saber ler num espaço social composto de analfabetos, conquista um “valor de escassez” – valor social de escassez social – que pode conceder-lhe benefícios adicionais, devido à sua posição na estrutura de distribuição do capital cultural. Assim, aquela parte de benefício que é gerada na sociedade a partir do valor de escassez de determinadas formas de capital cultural, é explicada de forma definitiva pelo fato de que nem todos os indivíduos dispõem, em determinado

³⁶⁸ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 141.

momento, dos meios econômicos e culturais para prolongar a educação de seus filhos para mais além do que é tido como o mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho menos valorizada; assim, é a desigual distribuição de capital, ou seja, a própria *estrutura total do campo* – como tal –, que acaba conformando e ajustando o fundamento dos efeitos específicos do capital, a saber, *a capacidade de apropriar-se dos benefícios e de impor regras de jogo tão favoráveis para o capital e para sua reprodução quanto seja possível*. Por fim, observa-se que numa sociedade menos diferenciada – sociedades pouco diferenciadas ou consideradas como pré-capitalista –, onde o acesso aos meios de apropriação da herança cultural está distribuído de forma muito desigual, a cultura incorporada não atua como capital cultural, ou seja, não funciona como meio de adquirir vantagens exclusivas.³⁶⁹

Entretanto, não há dúvida de que o mais sólido princípio de efetividade simbólica do capital cultural é derivado diretamente da lógica de sua transmissão. Por um lado, é bem conhecido que o processo de apropriação do capital cultural objetivado – vale dizer, o tempo necessário para esse processo – depende em primeiro lugar do capital cultural previamente incorporado em toda família; por outro lado, é também sabido o fato de que a acumulação do capital cultural desde a mais precoce e prematura infância – pressuposto de uma apropriação rápida e sem esforço de toda uma sorte de capacidades úteis – somente tem lugar, de forma não demorada e sem perda de tempo – sentido prático que há nas famílias em determinada posição social –, naquelas famílias detentoras de um capital cultural tão sólido que faz todo o período de socialização ser, por sua vez, também de acumulação. Daí se segue que a transmissão de capital cultural é, sem dúvida nenhuma, a melhor forma dissimulada de transmissão hereditária de capital; por isso, quanto maiores forem o controle e a desaprovação recebidas pelas formas diretas e visíveis de transmissão cultural – que acaba referendando implicitamente um certo “bom” capital cultural herdado de “berço” ou de “estirpe” –, maior importância adquire a transmissão do capital cultural dentro do sistema de estratégias de reprodução do capital.³⁷⁰

É preciso assinalar que verifica ser o *tempo necessário* para a aquisição de uma capacidade ou competência cultural, o elemento que estabelece uma ponte entre o capital cultural e o capital econômico; as diferenças de capital cultural acumulado e possuído pelas famílias orientam primeiramente para diferenças a respeito do momento em que se decide começar o processo de transmissão e acumulação cultural, diferenças, portanto, a respeito da capacidade que cada uma possui para enfrentar as exigências propriamente culturais de um

³⁶⁹ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 141-2 e nota de rodapé n. 10.

³⁷⁰ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 142-3.

período prolongado de apropriação. Em estreita relação com esta idéia, encontra-se o fato certo de que um indivíduo somente pode prolongar o tempo destinado para a acumulação do capital cultural, enquanto sua família possa lhe garantir tempo livre e liberar-lhe das imposições das necessidades econômicas.³⁷¹

Sobre o capital cultural objetivado. O capital cultural em estado objetivado possui uma série de propriedades que somente são determináveis em relação com o capital cultural incorporado ou interiorizado. Assim, esse específico capital cultural é materialmente transferível através de um suporte físico – escritos, pinturas, monumentos, instrumentos etc. – ; uma coleção de pinturas, por exemplo, pode ser transferida tão bem como pode ser o capital econômico – talvez melhor, haja vista que a transferência é mais sutil –, mas é preciso observar que o que se transfere nesse caso é somente a propriedade legal, uma vez que o elemento que possibilita a verdadeira apropriação – cultural – não é transferível, pelo menos não necessariamente. Para a verdadeira apropriação é necessário dispor das capacidades culturais que permitam desfrutar de uma pintura ou de utilizar uma máquina ou aparelho tecnológico, e essas capacidades culturais são justamente o capital cultural incorporado, sujeito às mesmas regras de transmissão anteriormente referidas. Portanto, os bens culturais podem ser apropriados como bens materiais – que pressupõe capital econômico – e bens simbólicos – que pressupõe capital cultural; assim, o proprietário dos meios de produção deve encontrar o modo dele mesmo adquirir o capital cultural incorporado, capital esse necessário para a apropriação e utilização – desfrute – dos referidos meios de produção, bem como de colocar à sua disposição os serviços de quem possua esse capital cultural.³⁷²

Desta forma, para possuir uma máquina ou aparelho tecnológico basta possuir o capital econômico, entretanto, considerando que o equipamento é dotado de um capital cultural científico e técnico e que o conhecimento dele determina o seu correto e específico funcionamento – ou todas as suas vantagens sociais –, os proprietários somente poderão utilizar-se dos mesmos – que são também meios de produção – de forma apropriada e adequada desde que disponha, ele mesmo, o capital cultural interiorizado necessário ou, de outra forma, na medida em que seja capaz de procurar e fruir o referido capital através de outra pessoa. Sem dúvida nenhuma este fato revela o fundamento do ambivalente *status* dos executivos e engenheiros franceses – e de profissionais desse nível nas sociedades diferenciadas desenvolvidas –; por um lado, eles deveriam ser incluídos dentro do grupo social dos dominados, levando em conta que não são proprietários – no estrito sentido

³⁷¹ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 143.

³⁷² BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 144.

econômico – dos meios de produção que utilizam, e que também vendem seu próprio capital cultural – em forma de produtos e serviços – aos proprietários dos meios de produção, obtendo, assim, suas vantagens e benefícios pessoais; por outro lado, se for considerado o fato de que obtém seu benefício pessoal utilizando-se de uma forma específica de capital, seria necessário contabilizá-los dentro do grupo social dos dominantes. Considerando esses fatos, a ordem das coisas parece apontar para um aumento do poder coletivo dos detentores de capital cultural – e também, com isso, a qualificação necessária para conquistá-lo –, mas aumento de poder esse que sempre esbarra, e é dificultado, pelo fato de que os detentores de capital econômico – enquanto forma dominante de capital – podem induzir os detentores do capital cultural a competirem entre si, fato esse – concorrência – que não é difícil se concretizar, considerando as condições de formação e seleção que experimentaram – em especial a lógica da concorrência na escola e nos exames –, predispondo-os por todos os modos a um comportamento competitivo.³⁷³

O capital cultural se manifesta em estado objetivado de forma autônoma e coerente e que, como produto de uma ação histórica, obedece a leis próprias que escapam da vontade individual; o capital cultural objetivado não pode, desta forma, reduzir-se ao capital incorporado de um agente isolado – um agente singular –, nem mesmo à totalidade dos agentes atuantes – pois a história é uma totalidade feita pelos que estão vivos e também pelos que já morreram e fizeram sua parte ao deixarem sua marca de herança no mundo –, como revela muito bem o exemplo da linguagem. Ademais, outro fator a ser considerado, é que não se pode esquecer que o capital cultural objetivado subsiste como capital ativo e efetivo – de forma simbólica e material – somente na medida em que o agente tenha se apropriado dele e o utilize como arma e ferramenta de luta nas disputas que tem lugar no campo de produção cultural – arte, ciências etc. – e, para além deste campo específico, no campo das classes sociais, onde os agentes colocam suas forças em jogo e obtém benefícios proporcionais ao nível de sua capacidade para o domínio do capital cultural objetivado. Por fim, verifica-se que a relação dialética entre o capital cultural objetivado – cuja forma por excelência é a escrita – e capital cultural incorporado, tem sido reduzida freqüentemente, e de forma muito intensa, através de exaltadas teses como: “denegação do espírito em favor da letra”, “denegação do vivo em favor do inerte”, “denegação do criativo em favor da rotina”, “denegação da graça em favor da gravidade”, e assim por diante.³⁷⁴

³⁷³ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 144-5.

³⁷⁴ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 145-6 e nota de rodapé n. 11.

Sobre o capital cultural institucionalizado. O capital cultural incorporado se encontra submetido às mesmas barreiras biológicas que seu correspondente portador, entretanto, verifica-se que a objetivação do capital cultural incorporado em forma de títulos é precisamente um mecanismo voltado para neutralizar essa carência. Por exemplo, os títulos permitem que se estabeleça uma diferença entre o capital cultural do autodidata – sempre sujeito ao peso e carga da demonstração, para provar e referendar seu valor e competência – e o capital cultural academicamente sancionado e garantido de forma legal – portanto não necessitando se submeter à constante carga da demonstração – através dos títulos, que são formalmente independentes da pessoa de seu portador. O título acadêmico é um certificado de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional duradouro e legalmente garantido; a alquimia da vida social acaba produzindo, a partir daí, uma forma de capital cultural que não apenas é independente da pessoa de seu portador, como também do capital cultural que este efetivamente possui num momento determinado. Através da magia coletiva, como escreveu Maurice Merleau-Ponty, o capital cultural resulta institucionalizado, da mesma forma que os vivos “institucionalizam” os seus mortos com a ajuda de ritos funerários e lutos.³⁷⁵

A partir do momento da institucionalização do capital cultural, não há mais razão para se pensar – não há mais sentido – na necessidade da existência de uma modalidade de exame como o *concours* francês – modalidade de exame onde se determina com antecedência o número de candidato que se pode aprovar –, que a partir de um *continuum* de diferenças infinitesimais, *produz* descontinuidades duradouras e brutais entre os candidatos, vale dizer, a classificação obtida pelo candidato, por si, atua como extremamente classificadora ou distintora, com efeitos marcantes – brutais, pode-se dizer – para a vida do classificado; a partir de agora, de acordo com a lógica ou princípio do “tudo ou nada”, se institucionaliza uma diferença essencial entre o último candidato aprovado e o primeiro reprovado, uma linha que tem a intenção de separar a competência oficialmente reconhecida – os aprovados – e garantida, daqueles que são reconhecidos como dotados de simples – comum, ordinário – capital cultural, capital esse que sempre estará sujeito – e assim deverá ser, pela lógica do sistema – à carga da sua demonstração. Trata-se de uma situação onde é possível ver claramente a magia criadora ligada a esse poder institucionalizado, um poder capaz de induzir as pessoas e ver e – enxergando – crer em – ou, numa palavra, *reconhecer* – algo. Através do título escolar ou acadêmico, é conferido reconhecimento institucional ao capital cultural

³⁷⁵ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 146-7.

possuído por uma pessoa determinada, permitindo – entre outras coisas – comparar os possuidores do título, inclusive intercambiá-los, vale dizer, trocá-los entre si ou substituí-los uns pelos outros. Mediante a fixação do valor monetário – em dinheiro – necessário para a obtenção de um determinado título acadêmico, resulta ser possível verificar o “tipo de troca” que garante a conversibilidade entre o capital cultural e o capital econômico; considerando que o título é o produto de uma conversão do capital econômico em capital cultural, a determinação do valor cultural do detentor do título, em relação a outros agentes, se encontra ligada indissolúvelmente – não se pode reduzir – ao valor monetário pelo qual pode-se permutar o referido possuidor no mercado laboral – em países como a França, muitas ocupações, sobretudo na função pública, possuem uma relação muito estrita entre a titulação, categoria ou dignidade social, e remuneração.³⁷⁶

O investimento acadêmico não tem sentido, a não ser que se garanta objetivamente – pelo menos em parte – a reversibilidade da conversão originária de capital econômico em capital cultural. É preciso considerar também que os benefícios materiais e simbólicos garantidos pelo título escolar ou acadêmico, dependem diretamente do valor de escassez deste, podendo ocorrer que os investimentos e esforços realizados no tempo resultem menos rentáveis que o previsto no momento da sua realização – execução ou efetivação da reconversão –, o qual fica presumida, neste caso, uma *modificação de fato* no tipo de troca possível entre capital acadêmico e capital econômico. As estratégias sociais de conversão de capital econômico em capital cultural constituem uma das variáveis que mais tem influenciado na explosão da demanda educativa e na inflação dos títulos acadêmicos; em resumo, são estratégias determinadas pela estrutura das oportunidades de benefício, vigente para os diferentes tipos de capital.³⁷⁷

b) CAPITAL SOCIAL

O capital social é constituído pela totalidade dos recursos potenciais ou atuais, associados à posse de uma rede duradoura de *relações* de conhecimento e reconhecimento mútuos mais ou menos institucionalizado. Dito de outra forma, trata-se, aqui, da totalidade de recursos sociais fundados no fato do *pertencimento a um grupo*. Esse capital, entre outros, possibilita explicar porque é que pessoas dotadas de praticamente o mesmo capital cultural e econômico, ainda assim angariam benefícios sociais muito desiguais entre si. É preciso

³⁷⁶ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 147 e nota de rodapé n. 13.

³⁷⁷ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 147-8.

asseverar – já reiterando – que o conceito de capital cultural não emana de um trabalho puramente teórico e, menos ainda, de uma extensão analógica dos conceitos da ciência econômica; ele emerge e se apresenta para denominar e atuar como *princípio de efeitos sociais*, vale dizer, efeitos que são observáveis claramente ao nível dos agentes singulares – que efetivamente é onde se operam inevitavelmente as pesquisas estatísticas –, mas efeitos esses que não podem reduzir-se ao simples agregado de propriedades possuídas individualmente por determinados agentes. Tais efeitos, que a sociologia espontânea – sociologia aqui considerada como não rigorosamente científica – identifica com satisfação como “relações” ou “influências” – dos agentes perante um grupo social –, são particularmente visíveis quando diferentes indivíduos obtêm benefícios muito desiguais a partir de um capital econômico ou cultural virtualmente equivalente, mas que a sociologia científica verifica ser dependente direto do fato de uma medida de uso social de recursos sociais a seu favor, vale dizer, de até que ponto tais agentes irão estar dispostos a mobilizar, em seu favor, o capital de um grupo mais ou menos institucionalizado e opulento em capital – daí seu alto valor, riqueza e preciosidade –, tais como a família, os antigos alunos de um colégio de elite, um clube seleta, a aristocracia etc.³⁷⁸

O capital total que possuem os membros individuais do grupo serve ao conjunto – como um apoio que serve a todos –, além de incondicionalmente fazê-los – expressão essa no sentido mais amplo do termo – *merecedores de crédito*. Na prática, as relações de capital social somente podem existir com base em relações de intercâmbio – trocas – materiais e/ou simbólicos, contribuindo, além disso, para a sua conservação ou preservação. Mas podem ser institucionalizados e garantidos socialmente, seja mediante a adoção de um nome comum, que indique o pertencimento a uma família, uma classe, um clã, ou inclusive a uma escola, um partido etc.,³⁷⁹ ou seja mediante um farto elenco de *atos de institucionalização* que caracterizam aqueles que os suportam, ao mesmo tempo em que informam – esclarecem – sobre a existência de um inter-relacionamento – ligação – de capital social. Este capital acaba assumindo, assim, uma existência quase-real, sendo mantido e reforçado graças às relações de intercâmbio social, ou seja, relações de intercâmbio – que fundamenta o capital social – onde os aspectos materiais e simbólicos estão inseparavelmente unidos, até ao ponto onde as relações de trocas sociais somente podem funcionar e manter-se enquanto esta união seja reconhecível. Por isso é que tais relações não podem ser reduzidas completamente a relações

³⁷⁸ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 148 e nota de rodapé n. 14.

³⁷⁹ A maneiras comportamentais – modos, pronúncias etc. – de um indivíduo, por exemplo, podem ser incluídas no capital social na medida em que revelam seu modo de aquisição e, com isso, o pertencimento originário a um grupo mais ou menos prestigiado socialmente. In: BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 150, nota de rodapé n. 16.

objetivas de proximidade física – geográfica – e nem mesmo, tampouco, à proximidade econômica e social. Observa-se, nesse contexto, que as relações de vizinhança – geográfica – podem receber – de pronto – uma forma elementar de institucionalização; assim, por exemplo, em Bearn – região da França – ou no País Basco – região da Espanha –, os vizinhos recebem denominações determinadas e funções especiais, que estão diferenciadas por categoriais – há um “primeiro vizinho, um “segundo vizinho” etc. –, conforme regras sociais amplamente codificadas. A partir daí, essas categorias elementares de distinção social atuarão para se manifestar especialmente nas cerimônias sociais de maior relevância, como funerais, matrimônios etc. Mas é preciso assinalar que, mesmo nesse caso, o conjunto das relações sociais efetivamente realizadas segue sem necessariamente coincidir com essas relações – muito específicas – institucionalizadas socialmente.³⁸⁰

Constata-se, então, que o volume de capital social possuído por um indivíduo dependerá não apenas da extensão da rede de inter-relações – ligações – sociais que eles possa efetivamente mobilizar, como também do volume de capital – econômico, cultural ou simbólico – possuído por aqueles a quem ele se encontra relacionado. De fato, o capital social nunca é totalmente independente do capital econômico e cultural de um indivíduo determinado, nem da totalidade de indivíduos relacionados com o capital econômico e cultural, sendo certo que não pode ser reduzido imediatamente a nenhum deles. Isto é assim devido ao fato de que o reconhecimento institucionalizado nas relações de intercâmbio social pressupõe o reconhecimento de um mínimo de homogeneidade objetiva entre aqueles que mantém tais relações, bem como ao fato de que o capital social exerce um efeito multiplicador sobre o capital efetivamente disponível. Daí que os benefícios derivados do fato de se pertencer a um grupo social constituem, por sua vez, o fundamento da solidariedade que os torna possíveis – não apenas dos grupos, mas também do pertencimento aos referidos grupos. Por exemplo, os movimentos de emancipação nacional ou as ideologias nacionalistas, não podem ser compreendidos de forma adequada somente levando em consideração os benefícios estritamente econômicos a que sempre se referem discursivamente, vale dizer, vantagens que se refeririam apenas aos frutos que seriam resultantes da distribuição de uma parte da riqueza em benefício dos nacionais – nacionalização – e da conquista – democratização – dos trabalhos melhor remunerados para uma gama maior de nacionais; os benefícios, no caso, de natureza puramente econômica, somente explicariam o nacionalismo das classes privilegiadas, obrigando a ser acrescentado nessa equação os outros benefícios plenamente

³⁸⁰ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 148-9 e nota de rodapé n. 15.

reais e imediatos que atingem outros estratos sociais, e que resultam do fato geral de se pertencer a um grupo social, dotado – pessoa e grupo – de um capital social. É certo que tais benefícios, reais e imediatos, verifica serem em maior quantidade ou significativos à medida que vá sendo localizado o agente social nas posições mais abaixo da hierarquia social – exemplo, branco pobre – ou, mais precisamente, quanto mais ameaçado se encontre alguém, pela decadência econômica e social.³⁸¹

Tais benefícios, que fundamentam uma solidariedade social, não significa que sejam perseguidos – benefícios – conscientemente pelo grupo, nem mesmo no caso dos grupos que, como clubes exclusivos, funcionam francamente voltados para efetuar a concentração de capital social e explorar o efeito multiplicador resultante dessa concentração. Do pertencimento a tais grupos originam-se benefícios materiais – por exemplo, os múltiplos *favores* que estão associados às relações proveitosas – e também benefícios simbólicos – como aqueles que resultam do pertencimento a um grupo seletivo e de prestígio. A existência de uma rede de relações não é um “fenômeno” natural nem social que seja estabelecido, de uma vez por todas, a partir e através de um ato originário de institucionalização – reflita-se, por exemplo, para o caso da família, numa definição *genealógica* das relações de parentesco –, mas pelo contrário, trata-se efetivamente do produto de um esforço continuado de institucionalização. Cai-se aqui, assim, nos denominados *ritos de institucionalização*, freqüentemente e erroneamente descritos como ritos de inicialização, que caracterizam esses momentos essenciais. Este trabalho de institucionalização resulta necessário para produzir e reproduzir relações úteis e duradouras que assegurem o acesso aos benefícios simbólicos ou materiais; dito por outra forma, a rede de relações é produto de estratégias individuais ou coletivas de investimento, consciente ou inconscientemente voltadas para estabelecer e manter relações sociais que prometem – mais cedo ou mais tarde – um proveito certo ou imediato.³⁸²

Neste sentido, as relações mais casuais, como de vizinhança, laboral, e mesmo de parentesco, são transformadas em relações especialmente eleitas – escolhidas, mesmo que inconscientemente – e necessárias que acarretam obrigações duradouras, vale dizer, obrigações que se apóiam, ora sobre sentimentos subjetivos – reconhecimento, respeito, amizade etc. –, ora sobre garantias institucionais – diretos ou pretensões jurídicas. Isto conduz ao fato de que determinadas instituições sociais, ao investir alguém com a qualidade de parente – irmão, irmã, primo –, nobre, herdeiro, ancião etc., gera uma realidade simbólica que carrega ínsita a *magia do consagrado*; trata-se de uma atmosfera de sacralidade que se

³⁸¹ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 150 e nota de rodapé n. 17.

³⁸² BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 150-1.

reproduz mediante um intercâmbio social constante de palavras, dádivas ou presentes, mulheres etc. –, de onde o conhecimento e reconhecimento mútuo são, ao mesmo tempo, pressuposto e resultado, de tal forma que o intercâmbio converte as coisas intercambiadas em sinal ou marca de reconhecimento. O grupo se reproduz devido precisamente a esse mútuo “reconhecer-se” e ao reconhecimento de pertencimento que esse “reconhecer-se” implica; mas ao mesmo tempo e paralelamente, o grupo acaba por reafirmar seus *limites*, isto é, os limites que, se ultrapassados, não podem continuar a ter lugar as relações de intercâmbio constitutivas para o grupo, como até então reconhecidas – como comércio, comensalidade, matrimônio. Por tal sorte, cada membro se converte em guardião dos limites do grupo, pois a cada novo ingresso no grupo pode-se colocar em perigo a definição dos critérios de admissão, uma vez que qualquer forma de “casamento” ou união desigual – está-se referindo aqui ao fato de se inserir um agente no grupo que traga elementos que crie uma defasagem, desarmonia, desigualdade, que até então não havia no coletivo, quebrando o seu equilíbrio social de vida adotado, enfim, sua união (valores comuns) – poderia modificar o grupo, alterando os limites do intercâmbio considerado com legítimo.³⁸³

Por isso, não é à toa, mas ao contrário, trata-se de um fato bastante lógico que, na maioria das sociedades – especialmente pré-capitalistas –, a preparação e celebração do matrimônio seja um assunto de todo grupo, e não apenas dos indivíduos diretamente afetados; ocorre que com a introdução de novos membros numa família, um clã ou um clube, a definição de todo grupo, com seus limites e sua identidade, se coloca em jogo e fica exposta a redefinições, alterações ou adulterações. No entanto, nas sociedades diferenciadas desenvolvidas, quando a família perde o monopólio do estabelecimento dos contatos que conduzem a vínculos duradouros – que já estejam sancionados socialmente, como o matrimônio, ou que não estejam sancionados – verifica-se que ainda assim conseguem continuar a exercer seu controle sobre esses contatos, pois dentro da lógica do *laissez-faire*, a família pode servir-se de todas aquelas instituições voltadas para favorecer os intercâmbios considerados legítimos e excluir os ilegítimos. Estas instituições referidas provêm de ocasiões – viagens, cruzeiros, caçadas, bailes, recepções etc. –, lugares – bairros adequados, colégios seletos, clubes etc. –, ou práticas – esportes distintos, jogos de salão, cerimônias culturais etc. – que, de forma aparentemente fortuita – casual, natural – instigam a formar indivíduos os mais homogêneos possíveis, considerando todos os pontos de vista relevantes para a existência e sobrevivência do grupo.³⁸⁴

³⁸³ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 151-2.

³⁸⁴ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 152-3.

A reprodução do capital social exige o esforço incessante de todos os membros do grupo para relacionarem-se em forma de atos permanentes de intercâmbio, através dos quais se reafirma – renovando-se – o conhecimento mútuo. Este trabalho de relacionamento implica num gasto de tempo e energia, portanto, direta ou indiretamente de capital econômico; um gasto semelhante somente é rentável, inclusive concebível, se alguém investe nele uma competência específica, qual seja, o conhecimento de vínculos genealógicos e de relações reais, assim como a habilidade para aproveitá-lo. O trabalho de relacionamento é parte integrante do capital social, como também é a disposição – adquirida – para apropriar-se e preservar essa competência específica; assim, tudo leva a crer que o talento de uma pessoa para as “coisas do mundo” – ou para o mundano –, vale dizer, agir e se comportar adequadamente conforme o “mundo” deseja e espera dele e de todos – mais genericamente, talento para relacionar-se –, está distribuído de forma muito desigual entre as classes sociais, e também ocorrendo o mesmo dentro de uma mesma classe social, entre indivíduos de diferente origem social.³⁸⁵

Esta é uma das razões que explicam porque o rendimento do trabalho requerido para acumular e conservar o capital, acaba sendo mais elevado quanto maior é o próprio capital; por isso, também os portadores de um sobrenome famoso – notável ou nome da família distinto –, indicativo de um capital social herdado, estão inclinados ou predispostos – vale dizer, estão numa posição social, ajudados, naturalmente, pelo próprio capital que contém o sobrenome – a transformar todos seus conhecidos ocasionais em relações duradouras, aptos, assim, a reproduzir a conservação e acumulação do seu capital social; trata-se de um potencial social de cooptação ínsito no próprio sobrenome, pois como são famosos, sempre vale a pena a alguém conhecê-los, entretanto, os notáveis não precisam preocupar-se em conhecer a todos os seus “conhecidos” – ou aqueles que os conhecem de uma forma ou outra –, uma vez que os mesmos são conhecidos por mais gentes que eles mesmos conhecem. Disso resulta que, se um dia eles se dignarem em relacionar-se, seu esforço resultará altamente produtivo.³⁸⁶

Cada grupo possui suas formas mais ou menos institucionalizadas de delegação, que lhe permite concentrar a totalidade do capital social graças a qual o grupo existe – seja uma família ou uma nação, seja uma associação ou um partido –, delegação em mão de um indivíduo ou de alguns poucos indivíduos. Ao representante plenipotenciário em questão, revestido de *plena potestas agendi et loquendi*, é incumbido e confiado a tarefa de *representar*

³⁸⁵ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 153.

³⁸⁶ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 153-4.

o grupo, de falar e atuar *em seu nome* e, desta forma, por herança e amor ao capital comum, a tarefa de exercer um poder que transcende em muito a sua capacidade individual. Por exemplo, num nível mais elementar de institucionalização social, o “cabeça de família” – o *pater familias*, o primogênito ou o mais ancião – é reconhecido tacitamente como a única pessoa autorizada a falar em nome do grupo familiar, em todas as ocasiões oficiais. Neste caso de *delegação difusa*, os considerados como “maiores” ou “grandes” do grupo, para neutralizar a ameaça da honra grupal, estão obrigados a ocupar-se pessoalmente da sua defesa, inclusive a defesa da honra dos membros mais insignificantes do grupo. Em troca, a concentração de capital mediante a *delegação institucionalizada*, permite limitar e reduzir as conseqüências dos erros individuais, delimitando explicitamente responsabilidades e autorizando aos mandatários reconhecidos a proteger todo o grupo da desonra, mediante a expulsão ou excomunhão dos indivíduos considerados comprometedores ao grupo.³⁸⁷

Por isso, para evitar que a concorrência interna pelo monopólio da representação legítima do grupo ameace a conservação ou a posterior acumulação do capital constitutivo do grupo, os seus membros devem regular as condições de acesso ao grupo, mas além disso, sobretudo devem regular a forma pela qual alguém possa converter-se em representante de todo o grupo – delegado, comissário, plenipotenciário etc. – e dispor, assim, da totalidade de seu capital social. O princípio de delegação guarda em si o paradoxo de que o mandatário pode exercer o poder acumulado em nome do grupo e sobre este grupo, e, até certo ponto, contra o próprio grupo – especialmente nos casos extremos onde o grupo representado por um delegado tenha sido criado por esse próprio delegado e subsiste somente graças ao mesmo (delegado). Conseqüentemente, percebe-se que os próprios mecanismos de delegação e representação – expressão essa tanto em seu sentido teatral quanto jurídico – carregam ínsitos o *gérmen* do capital social gerado com sua própria ajuda ou contribuição. Quanto mais grande é um grupo e menos poderosos seus membros, mais necessário se torna a delegação e a representação, a fim de concentrar o capital social, entre outros motivos porque isto permite que um amplo número de indivíduos diferentes e dispersos “atuem como uma só pessoa”, superando, assim, as limitações causadas pela finitude – transitoriedade, contingência – da vida humana e pelas servidões do corpo, do espaço e do tempo.³⁸⁸

A possibilidade de malversar – administrar mal, desperdiçar, dilapidar, subtrair, desviar – o capital social, repousa no fato de que um grupo possa ser representado – nas diversas acepções da expressão verbal –, em sua totalidade, por um subgrupo claramente

³⁸⁷ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 154-5.

³⁸⁸ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 155 e nota de rodapé n. 20.

delimitado, perfeitamente visível, bem como conhecido e reconhecido por todos; este não é outro que o subgrupo dos *nobiles* – nobres, nobiliários –, das “pessoas conhecidas”, dos notáveis, os quais podem falar pela totalidade, a representam e exercem o poder em seu nome. O caso típico exemplar deste tipo de representação é a nobreza. O nobre é o grupo personificado: carrega o nome do grupo e o grupo carrega o nome dele – tal metonímia do nobre pelo grupo a que representa, se aprecia claramente quando Shakespeare denomina Cleópatra por “Egito” e ao Rei da França por “França”. O nome do senhor feudal e a diferença – distinção – que se manifesta nele, é, por sua vez, o nome dos membros de seu grupo, de seus servos, e também de suas terras e castelos. Verifica-se que esta mesma *lógica da representação* governa virtualmente também fenômenos como o “culto da pessoa”, ou seja, a identificação de partidos, sindicatos ou movimentos sociais com seus líderes. Isto seria como se o signo acabasse por assumir o lugar do significado, ou o representante dos representados acabasse tomando o lugar dos representados de tal forma que estes – representados – acabassem sendo identificados e assumidos por ele – o representante. Se isso ocorre, é devido, por um lado, porque sua personalidade individual de excelência, sua ilustre pessoa e sua visibilidade constituem uma parte essencial – se não a essência mesma – do seu poder, poder esse perfeitamente simbólico, que se move dentro da lógica simbólica do conhecer e do reconhecer; por outro lado, porque a mesma representação, tal qual a função que cumpre o brasão e o emblema, pode constituir e criar toda a realidade de grupos, cuja existência social efetiva repousa e se realiza somente através de dita representação.³⁸⁹

c) TRANSFORMAÇÕES DO CAPITAL

Os diferentes tipos de capital podem ser obtidos com a ajuda do *capital econômico*, porém, somente ao custo de um maior ou menor *esforço de transformação* que é necessário para produzir a forma de poder efetivo no campo correspondente – portanto, o capital econômico em si deve passar por um processo de modificação, de tal forma que ele seja convertido no tipo de capital aceito legitimamente em outro campo social. Assim, existem alguns tipos de bens e serviços que podem ser obtidos imediatamente e sem custos secundários ou acessórios graças ao capital econômico em si; porém, existem outros que somente podem ser obtidos em virtude de um capital social de relações ou obrigações, relações ou obrigações essas que somente podem ser mobilizadas rapidamente, num momento

³⁸⁹ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 156 e nota de rodapé n. 21.

preciso, desde que tenham sido estabelecidas há muito tempo, e sempre tenham sido conservadas vivas como se fossem um fim por si mesmas. Por isso, a possibilidade de fazer uso desse capital exige um custo prévio, vale dizer, um preço a ser pago antes do momento de sua utilização, que é o investimento em sociabilidade, estabelecida necessariamente em longo prazo; o que sucede aqui é que o transcurso do tempo é justamente um dos fatores que determina que uma dívida simples e direta se transforme em aceitação de uma dívida inespecífica – sem título nem contrato – vale dizer, em reconhecimento social.³⁹⁰

Mas é preciso esclarecer, para evitar prováveis mal entendidos, que os investimentos em tela não estão necessariamente fundados num cálculo consciente, pelo contrário, é muito mais provável que sejam vivenciados em termos da *lógica dos investimentos afetivos*, isto é, como uma obrigação – envolvimento – que é, por sua vez, necessária e desinteressada. Esta afirmação torna possível confrontar os historiadores que, mesmo quando estejam atentos aos efeitos simbólicos na sociedade, inclinam-se à conceber as práticas simbólicas – perucas polvilhadas e vestidos suntuosos – como estratégias explícitas de dominação, destinadas a serem contempladas desde as classes mais abaixo. Ademais, tais historiadores tendem a interpretar os comportamentos generosos e altruístas como “atos calculados voltados para pacificar o conflito de classes”, mas sem considerar que esta ingênua concepção materialista olvida o fato de que, precisamente os atos mais honestos e desinteressados, podem ser os que melhor se amoldem ao interesse objetivo – de preservação da distinção de classes, ou de divisão social. Campos sociais, em especial aqueles onde ganha grande importância a negação de interesse próprio e de qualquer tipo de cálculo – como o campo da produção cultural –, somente garantem pleno reconhecimento – e com ele a consagração que define o êxito – para aqueles que se distinguem pela conformidade imediata de seus investimentos com o que é esperado pela estrutura do campo, provando, desta forma, sua *sinceridade* e *solidariedade* com os princípios fundamentais em vigor no campo. Com efeito, seria completamente errôneo utilizar a linguagem da estratégia racional e do cálculo cínico de custos e benefícios, para descrever a “escolha” ou “eleição” do *habitus* que conduz a um artista, escritor ou pesquisador para seu lugar “natural” – ou a seu tema, seu material, seu estilo, seu gênero etc. –; as mudanças ou transformações por que passam os agentes, relacionadas à troca de um gênero, de uma escola, ou de uma especialidade por outro, ou outra diversa escolha mais distinta – vale dizer, mudanças que alguém faz “com toda a alma” –, podem ser compreendidas como conversões do capital cuja orientação e força – muitas vezes decisivas

³⁹⁰ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 157.

para seu êxito – estão determinadas por um *sentido de investimento*. A possibilidade de que este sentido não seja reconhecido como tal, é tanto maior quanto mais profundamente ele esteja desenvolvido; a inocência é o privilégio daqueles que se movimentam em seu campo de atividade como peixe na água.³⁹¹

À luz do que foi exposto, há que se partir de *dupla* suposição para compreender a verdade da relação entre o capital econômico e demais tipos de capital: (I) por um lado, o capital econômico serve de base para todos os demais tipos de capital; (II) por outro lado, as manifestações transformadas e travestidas do capital econômico não podem jamais ser reconduzidas – reconvertidas – a ele totalmente. E isto porque tais manifestações apenas podem produzir seus efeitos específicos, na medida em que ocultem – sobretudo para seus próprios detentores – que é o capital econômico que lhes serve de base, e é ele, ainda que em última instância, que determina os referidos efeitos. Assim, somente poderá ser possível compreender a lógica de funcionamento do capital – dentro de uma teoria geral da economia das práticas sociais que determina os diferentes tipos de capital –, bem como as transformações do capital e a lei de conservação do capital, na medida em que seja feito o combate de duas aproximações teóricas unilaterais, opostas entre si, sobre as relações de intercâmbio sociais: (I) de um lado tem-se o “economicismo”, que considera todas as formas de capital como definitivamente redutíveis ao capital econômico, passando ao largo da eficácia específica dos outros tipos de capital em curso numa dada sociedade; (II) de outro lado, tem-se o “semiologismo”, atualmente representado pelo estruturalismo, o interacionismo simbólico e a etnometodologia, que reduz as relações sociais de intercâmbio a fenômenos de comunicação, ignorando o fato já escancarado do processo de redutibilidade universal das coisas da vida à economia. Para compreender estas duas posições antagônicas, que se servem mutuamente como álibis, haveria que se analisar os benefícios inconscientes – *profits inconscients* – e os benefícios da inconsciência – *profits d'inconscience* – que ambas posições buscam nos intelectuais. Enquanto alguns encontram no economicismo um meio de eximir-se a si mesmo, excluindo o capital cultural e todos os seus benefícios específicos, e se colocando ao lado dos dominantes, outras pessoas se movimentam somente no reino dos símbolos e se afastam do campo econômico – assunto sempre detestável –, onde tudo concorre para lhes lembrar que eles mesmos podem definitivamente ser avaliados segundo critérios econômicos. Verifica-se que ambas correntes não fazem mais do que reproduzir no plano teórico a estratégia – de apenas um pensamento único como legítimo – pela qual alguns os artistas e

³⁹¹ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 157, nota de rodapé n. 23.

intelectuais procuram impor seus valores, mas – note-se – em realidade um valor, valor esse que inverte a lei do mercado – dos bens culturais –, onde o que alguém tem ou ganha, define plenamente o que ele vale e o que ele é. Isto se mostra mais claramente nas práticas comerciais dos bancos que, com técnicas como a da personalização do crédito, tendem a subordinar o aval de empréstimo e a fixação do tipo de juros a uma investigação exaustiva dos recursos passados e futuros do prestatário.³⁹²

Tal qual a lei física da conservação de energia, no espaço social governa o princípio de que as vantagens obtidas em uma dada área social são retribuídas e satisfeitas às custas de outra área. Por isso que um conceito tal como “perda” ou “prejuízo” é desnecessário para uma ciência geral da economia das práticas sociais. A base universal de todo valor, a medida de todas as equivalências não é outra coisa do que o *tempo de trabalho*, no mais amplo sentido do termo; assim, o *princípio de conservação da energia social*, em vigor através de todas as transformações do capital, pode ser verificado e apurado se for tomado em consideração, para cada caso dado, tanto o trabalho acumulado em forma de capital, como o trabalho necessário para transformar um tipo de capital em outro tipo. Já foi exemplificado de que forma a transformação do capital econômico em capital social pressupõe todo um trabalho específico dos agentes envolvidos nessa conversão; trata-se de um desembolso aparentemente gratuito de tempo, preocupação e esforço, mediante o que a relação de troca perde o seu significado puramente monetário, egoístico ou deliberadamente interesseiro – quando se observa, por exemplo, o esforço de alguém em personalizar ou individualizar egoisticamente um presente, uma dádiva ou uma cortesia –, ao mesmo tempo em que resulta alterado o próprio sentido da relação de intercâmbio, que passa a apresentar-se ou exteriorizar-se como um autêntico “prejuízo” a partir de um ponto de vista estritamente econômico, mas que no marco de uma lógica mais ampla de troca social deve ser considerado com um investimento seguro, cujos benefícios poderão ser colhidos mais cedo ou mais tarde em forma monetário ou de outra classe social.³⁹³

No caso da transformação do capital econômico em capital cultural, verifica-se que outro processo semelhante de conversão ocorre, com todas as suas especificidades. A melhor medida para o capital cultural é sem dúvida nenhuma a duração do tempo dedicado para a sua obtenção, vale dizer, a transformação do capital econômico em capital cultural pressupõe um dispêndio de tempo que resulta possível através da posse de capital econômico, ou, mais precisamente, o capital cultural – que em realidade se transmite dentro da família – não

³⁹² BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 158-9 e nota de rodapé n. 24.

³⁹³ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 159-60.

depende exclusivamente da importância do capital cultural disponível na comunidade doméstica, uma vez que ele somente poderá ser acumulado ao preço de um desembolso de tempo – o tempo aqui é fundamental, e pressupõe em etapa mais avançadas de acumulação, a posse de capital econômico para poder dedicar-se ao tempo da educação sem preocupações prementes de ordem material. Mas considerando que é dentro da comunidade familiar que ele principia ser transmitido e acumulado, o processo de conversão depende, antes de tudo, de quanto tempo útil – sobretudo em forma de tempo livre da mãe – a família tenha à sua disposição para tornar possível a transmissão de capital cultural e permitir uma inserção postergada ou tardia dos filhos no mercado laboral. O capital econômico disponível pela família desempenha, neste caso, um papel decisivo; uma inserção postergada no mercado de trabalho permite ao agente obter educação e formação escolar, vale dizer, um crédito que somente pode ser reembolsado – se é que assim ocorre – em longo prazo.³⁹⁴

Cabe assinalar aqui que, nesse processo de conversão, uma das vantagens mais valiosas de todos os tipos de capital é o incremento da quantidade de tempo útil que resulta possível desfrutar, apropriando-se do tempo de outras pessoas – em forma de serviços – mediante as diferentes formas de representação ou delegação, em seu sentido mais amplo possível. Tal incremento pode tomar a forma de um aumento de tempo livre, correlato ao menor gasto de tempo do interessado, destinado a atividades voltadas para a produção dos meios de reprodução da existência do grupo doméstico; ou mesmo pode tomar a outra forma que resulta quando, o agente interessado, se direciona a um incremento do uso do seu tempo de trabalho – ganha tempo no seu trabalho –, devido ao emprego de trabalho alheio ou de instrumentos e métodos acessíveis, mas somente para aqueles que paguem o preço de se preocupar com apenas uma formação específica e lhe dediquem, portanto, seu tempo disponível. É desta forma que alguém ganha tempo, por exemplo, com os meios de transporte mais rápidos, com moradia tão próxima do local de trabalho quanto seja possível etc. Entretanto, verifica-se o contrário com as economias monetárias feitas pelos pobres, que são obtidas mediante perda de tempo – no sentido do tempo que poderia ser destinado para sua educação e aquisição de cultura “erudita” –, pois eles são obrigados praticamente a fazerem tudo eles mesmos, buscar os locais de maior pechincha e ofertas especiais etc., implicando tudo isso em muitas esperas e muitas voltas ou andanças. Por fim, é importante observar-se algo que parece paradoxal, qual seja, que a simples ou mera posse do capital econômico não torna nada certo quanto ao tempo a ser economizado para aquisição do capital cultural, uma

³⁹⁴ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 160.

vez que é justamente a posse do capital cultural que torna possível obter um maior benefício, não apenas do tempo de trabalho, assegurando uma rentabilidade mais alta desse mesmo tempo, ma também do tempo livre, aumentando, desta forma, tanto o capital econômico quanto o próprio capital cultural.³⁹⁵

A mútua convertibilidade dos diferentes tipos de capital é o ponto de partida das estratégias que procuram assegurar a reprodução do capital – e da posição social ocupada pelo agente – com os menores custos possíveis de conversão de capital – referentes ao trabalho de conversão e perdas – prejuízos – inerentes à própria conversão. Os diversos tipos de capital se diferenciam segundo seu atributo de reprodutibilidade, ou seja, segundo a facilidade com que podem transmitir-se ou propagar-se e difundir-se em forma de transferências; portanto, trata-se, por um lado, da importância ou valor da porção determinada de perda originada durante o processo de transmissão – ou conversão – de capital, e, por outro lado, em que grau de medida é possível ser dissimulada, entre os agentes participantes, a transmissão implicada no processo de conversão. Nota-se que há uma lei governando a relação entre as perdas – prejuízos – e a simulação implicadas no processo, qual seja, o risco de prejuízos e os custos da simulação tendem a variar justamente em proporção inversa; a perda será maior quanto menor a simulação do processo, e vice-versa. Tudo o que contribui para dissimular o aspecto econômico, contribui também para acrescentar o risco de perda, especialmente nas transmissões inter-gerações de capital. Em primeira vista, a aparente incomensurabilidade dos diferentes tipos de capital introduz um volume considerável de insegurança em todas as transações realizadas entre os detentores dos diferentes tipos de capital, portanto, sucedendo o mesmo quanto ao capital social, um capital de muitas obrigações úteis e em longo prazo, que se produz e se reproduz mediante muitos presentes, dádivas, cortesias, convites, visitas, favores e outros similares, vale dizer, através de relações de intercâmbio que excluem explicitamente cálculos e garantias, comportando, assim, o risco da “ingratidão”.³⁹⁶

Portanto, nessa qualidade ou tipo de transação social, sempre estará presente o risco – de prejuízo – de que alguém acabe negando o reconhecimento de uma obrigação devida, presumivelmente surgida de uma relação de intercâmbio – troca – não contratual; da mesma forma, o grau de *simulação* característica da transmissão de capital cultural não somente se defronta com o risco inerentes de prejuízos, mas também com o fato de que o título escolar constitui a forma institucionalizada de capital educativo – com todas as suas *dissimuladas* conseqüências. Quanto a esta última assertiva explica-se: este título não é transmissível –

³⁹⁵ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 160, nota de rodapé n. 25.

³⁹⁶ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 161-2.

como o título nobiliário – nem negociável – como o título comercial; dizendo de melhor forma, a transmissão do capital cultural é feita – e assim é que sucede através de diferentes mecanismos – com o maior sigilo ou confiança entre os envolvidos nesse processo, entretanto, também trazendo ínsito um risco maior que a da transmissão do capital econômico, uma vez que a contínua e difusa transmissão do capital cultural dentro da família, por exemplo, é subtraída do conhecimento de todos, assim como todos os tipos de controles que o mesmo é submetido, sendo esse fato de dissimulação o princípio da aparência de que a distribuição dos diferentes títulos, reconhecidos pelo sistema oficial de ensino, corresponde exatamente à distribuição das capacidades *naturais* – diversas ou diferentes, evidentemente – entre os seus diversos detentores, quando em realidade verifica-se que assim não corresponde necessariamente.³⁹⁷

Por isso, a fim de ser possível esclarecer toda sua real eficácia, pelo menos no mercado de trabalho, o capital cultural precisa cada convalidado – confirmado –, cada vez mais pelo sistema oficial de ensino, isto é, necessita – para fazer valer a sua força social – ser convertido em títulos acadêmicos. Do mesmo modo que o título acadêmico constitui, cada vez em maior grau, a condição prévia para um acesso legítimo a um número progressivamente maior de postos sociais – especialmente os postos dominantes –, assim também o sistema de ensino se inclina, por sua parte, a retirar o grupo doméstico do monopólio da transmissão do poder e dos privilégios, tendendo, assim, a privar o grupo doméstico da escolha dos seus legítimos herdeiros, entre filhos de diferente sexo e ordem de nascimento, entre outros mais. Dentro do marco de uma estratégia global de diversificação da posse e dos investimentos de capital, através da qual deve-se garantir o máximo do volume de segurança e de rentabilidade, as frações dominantes tendem a conceder cada vez mais espaço ao investimento educativo; deduz-se possuírem toda uma sorte de meios para iludir os juízos acadêmicos quando – além do fato de que a transmissão direta de capital econômico continua sendo um dos principais instrumentos de reprodução social – verifica-se que os efeitos das sanções acadêmicas podem ser sempre corrigidos pela ação do capital social, mediante, mais especificamente, “proteção”, “pressões”, “ligações sociais”, “mudando os filhos de instituição” etc. Assinala-se que os títulos escolares jamais funcionam como o dinheiro, e uma vez que também jamais são inteiramente dissociáveis de seu possuidor, o valor deles – títulos escolares – aumenta quanto maior for os meios sociais à disposição do referido possuidor para aproveitá-los, observando-

³⁹⁷ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 162 e nota de rodapé n. 26.

se que tal assertiva resulta também válida frente aos setores menos rígidos da estrutura social.³⁹⁸

Um mesmo capital cultural acaba estabelecendo problemas muito diferentes de transmissão, dependendo da forma particular que assuma; já foi afirmado que a liquidez do capital comercial, que confere um poder econômico imediato e favorece a transmissão, também o converte mais vulnerável que a propriedade imobiliária, além de não facilitar a fundação de dinastias prolongadas. O caráter *arbitrário* da apropriação se revela mais claramente – do que em qualquer outro lugar – durante a transmissão de capital, sobretudo no momento da sucessão, um momento considerado crítico para qualquer poder. Ora, toda estratégia de reprodução é, por sua vez – e de forma inescapável –, uma estratégia de legitimação voltada para sacralizar tanto a apropriação exclusiva quanto a sua reprodução, justificando, neste sentido, a crítica subversiva que procura atacar a classe dominante, criticando o princípio de sua perpetuação, procurando fazer ver que os títulos nobiliários são tão arbitrários quanto é a sua forma de transmissão. Pois bem, se é desvelado que os mecanismos institucionalizados, como as leis – consagradas – de sucessão, pretendem regular a transmissão oficial e direta de poder e privilégios, então é lógico verificar-se o interesse do detentor de capital por utilizar-se de tais estratégias de reprodução, uma vez que garantem mais eficazmente a simulação – camuflagem, fingimento, dissimulação – da transmissão do capital. É evidente que para isso, levando em conta que se deve recorrer à convertibilidade dos tipos de capital, há que se pagar o preço de uma maior perda – prejuízo – de capital; quanto mais for impedida ou estancada a transmissão oficial de capital, torna-se mais determinante para a reprodução da estrutura social a sobrevivência da circulação clandestina de capital na forma de diferentes tipos de capital cultural. O sistema de ensino – instrumento de reprodução especialmente capaz de camuflar suas própria função – adquire, assim, uma maior importância e o mercado de títulos sociais – que outorga legitimação para aceder às posições mais cobiçadas – acaba por se unificar.³⁹⁹

1.1.6.3. SOBRE ESPAÇO SOCIAL E CLASSES SOCIAL

³⁹⁸ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 162-3 e nota de rodapé n. 27.

³⁹⁹ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 163-4.

Foi Max Weber quem constatou que o poder econômico puro e simples, ou a força do dinheiro em si, não fundam e constituem um reconhecimento legítimo de prestígio social; por isso ele distinguiu haver no espaço social aqueles agentes que formam as classes sociais e os outros agentes mais específicos que edificam os grupos de *status*. Classe social é “um grupo de indivíduo que, por partilharem a mesma ‘situação de classe’, isto é, a mesma situação de ‘mercado’, possuem as mesmas chances típicas no mercado de bens e de trabalho, as mesmas condições de existência e de experiências pessoais”, sendo que os grupos de *status* “são conjuntos de homens definidos por uma certa posição na hierarquia da honra e do prestígio”. Essa análise de Weber opõe a classe e o grupo de *status* “como dois tipos de unidades *reais* que se confundiriam de modo mais ou menos freqüente, conforme o tipo de sociedade (isto é, ao que parece, conforme o grau de autonomização e de dominação da ordem econômica)”. Para dar toda força e alcance às referidas categorias e respectivas análises de Weber, torna-se preciso reconhecer inicialmente que os grupos de *status* e as classes sociais constituem unidades *nominais* – e não unidades *reais* – que podem corresponder a uma realidade de modo mais ou menos completo segundo o tipo de sociedade, “mas que são sempre o resultado da opção de acentuar o aspecto econômico ou o aspecto simbólico, aspectos que sempre coexistem na própria realidade (em proporções diferentes conforme as sociedades e as classes sociais de uma mesma sociedade), uma vez que as distinções simbólicas são sempre secundárias em relação às diferenças econômicas que as primeiras exprimem, transfigurando-as”.⁴⁰⁰

Para Pierre Bourdieu, o que Max Weber denomina por “ordem propriamente social”, enquanto modo de distribuição do prestígio social, é uma ordem que dispõe de uma autonomia relativa, uma vez que está unida à ordem econômica “como modo de distribuição e de utilização dos bens e das prestações econômicas através de relações de interdependência mais ou menos estreitas e mais ou menos intensas segundo as sociedades”. Mas esta ordem social possui uma autonomia parcial decorrente do fato de que desenvolve uma lógica própria quanto ao universo das relações simbólicas; todos os traços marcantes que Weber atribui aos grupos de *status* – regras que regulam as trocas sociais, especialmente o casamento; estilo de vida; privilégios honoríficos como uso de roupas particulares, consumo de iguarias raras e de difícil acesso aos comuns, porte de armas, prática do diletantismo artístico etc. – pertencem à ordem simbólica. Desta forma, a “situação de classe social” somente realiza-se diante da situação de posse ou não-posse – especialmente sobre o poder de propriedade –, vale dizer,

⁴⁰⁰ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 14-5. Grifos no original.

ela existe vinculada diretamente ao aspecto visível da materialidade de bens que inserem seu possuidor num determinado “nível” (econômico-)social, onde a situação mais ideal é aquela que relações simbólicas recíprocas não determinam sua situação social, ou estão completamente ausentes. Já os grupos de *status* se caracterizam por serem definidos por uma certa maneira de ser e de comportar/agir no mundo, que não pode ser reduzida ao seu ter – bens, propriedades, riquezas materiais –, uma certa maneira de usar os bens que estão à sua disposição; portanto, não é o ter, a simples posse de bens que lhe dá a sua característica fundamental, uma vez que o que vale aqui é o simbolismo da distinção que é sempre buscada e, uma vez alcançada, insere um valor inestimável no patrimônio simbólico do agente, introduzindo-o “numa forma inimitável de raridade, a raridade da arte de bem consumir capaz de tornar raro o bem de consumo mais trivial”. Assim, a exteriorização da forma ou maneira como um agente, dotado de *status*, utiliza os recursos materiais e econômicos em suas diversas dimensões – do cotidiano ao extraordinário – é o que lhe dá visibilidade simbólica e que o marca como um ser – especial, distinto – no mundo.⁴⁰¹

Diante disso é que Weber assinalou que “poderíamos dizer, ao preço de uma simplificação excessiva, que as classes sociais se diferenciam segundo sua relação com a produção e com a aquisição de bens, e os grupos de *status*, ao contrário, segundo os princípios de seu consumo de bens, consumo que se cristaliza em tipos específicos de estilo de vida”, sendo que Bourdieu acrescenta que, na relação entrecruzada entre diferenças de classes e distinções de *status*, a posse de bens tende a tornar-se, ao longo do tempo, a condição necessária para um agente pertencer a um grupo de *status*, mas jamais se constitui como condição suficiente; por isso que a honra, nas ordens estatutárias, não está necessariamente ligada a uma situação de classe. Assim, às diferenças propriamente econômico-materiais, somam-se outras, às das distinções simbólicas, e, desta forma, se produz no meio social duplas – duplicações – diferenças. As distinções simbólicas atuam como mais uma diferença, agindo na maneira de uma agente usufruir os bens econômicos, onde esse consumo se transmuta em consumo simbólico ou ostentatório e que, por sua vez, acaba convertendo os bens em signos, “as *diferenças de fato em distinções significantes*, ou, para falar como os lingüistas, em ‘valores’, privilegiando a *maneira*, a forma da ação ou do objeto em detrimento de sua função”. Por isso, os traços distintivos mais prestigiosos numa dada estrutura social são aqueles que simbolizam mais claramente a posição diferencial – ou diferenciada – que cada agente ocupa nessa estrutura – roupa, linguagem ou pronúncia, maneiras, bom gosto, cultura

⁴⁰¹ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 15. Grifos no original.

– e que são identificadas como propriedades intrínsecas, essenciais, da pessoa, uma “natureza” do ser, mas natureza essa que cultivada, cultura tornada natureza, convertida em graça ou dom. “O que está em jogo no jogo da divulgação e da distinção é (...) a excelência humana, aquilo que toda sociedade reconhece no homem cultivado”.⁴⁰²

Diante disso, os grupos de *status* são a origem e repositório – modelo social, portanto – de todas as convenções, toda manifestação de estilização da vida, eles é que mantêm vivo a ênfase nas maneiras, às formas de ação às custas de sua função e instrumentos materiais que utiliza, por isso, não é sem sentido que foi observado quanto às ordens estamentais – simplificada, tratar-se-ia de um distinto grupo social com um estatuto normativo próprio –, que a honra ali presente repudie virulentamente ou repugnantemente, a ação ou comportamento visando o regateio – pechincha, a busca do mais barato, pedido de abatimento –, que é peça fundamental do jogo de mercado, mas moralmente diferente do jogo das trocas simbólicas. Como sucedia nas sociedades tradicionais, os grupos de *status* impõem aos que neles desejam participar modelos de comportamento e modelos das modalidades de comportamentos – regras justas que definem a maneira de executar os modelos. Foi Thorstein Bunde Veblen⁴⁰³ quem assinalou que as categorias de regras e observâncias cerimoniais “classificadas no capítulo geral das maneiras, ocupa um lugar mais importante na estima dos homens no estágio cultural em que o lazer ostentatório está em voga enquanto marca de honorabilidade, do que em estágios ulteriores do desenvolvimento cultural [...]. Na óptica popular, as maneiras acabam tendo uma utilidade substancial por si mesmas por haverem adquirido um caráter sacramental”. Diante disso têm-se fins a serem atingidos e maneiras de atingir esses fins que tomam vida como duas realidades separadas e distintas nomeio social; a maneira de se fazer algo toma corpo como um objeto de apreensão específico, onde se privilegia o estilo – em detrimento da eficácia – para em seguida submetê-lo a uma estilização, “tudo isso significa fazer da arte de viver uma das belas-artes, e transmutar as coerções naturais em regras culturais, propriamente humanas”.⁴⁰⁴

⁴⁰² BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 15-6 e nota de rodapé n. 26. Grifos no original.

⁴⁰³ Thorstein Bunde Veblen (1857-1929), economista e sociólogo norte-americano que, influenciado pelo meio rural em que se criou, foi um crítico do grande capitalismo, especialmente o financeiro, sem contudo se definir pelo socialismo. Detectou na sociedade de seu tempo as tendências à formação de uma tecnocracia. Fundou a chamada escola institucional de economia, afirmando que o sistema econômico deve ser estudado com um todo, privilegiando o papel que as instituições têm nele. Em sua obra principal, *A Teoria da Classe Ociosa* (1899) [VEBLÉN, Thorstein Bunde. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 182 p.], analisou o consumo conspícuo, tendo escrito também outras obras importantes. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 24.

⁴⁰⁴ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 16-7.

O sistema de atos e procedimentos expressivos numa sociedade – o sistema de marcas de distinção significantes – possui uma lógica própria e que somente pode ser entendida completamente quando se verifica qual a função específica dela, que é dar uma tradução do sistema social como um sistema de inclusão e exclusão e, além disso, dar significado à comunidade e à própria distinção, transformando “os bens econômicos em signos e as ações orientadas para fins econômicos em atos de comunicação (que podem exprimir inclusive a recusa de comunicar)”. As ações simbólicas, quando praticadas, longe de terem uma significação nelas próprias – em si mesmas –, exprimem sempre uma posição social que segue a lógica da distinção na estrutura social. Os signos valem pelo que de negativo eles expressam, na *relação* com os demais termos do sistema social, ou seja, eles valem por aquilo que os outros não são por não serem dotados desses signos em sua ação e comportamento; seu valor – nível estatutário – não é determinado por seu “conteúdo”, mas extraído relacionamente da estrutura social do sistema simbólico, como sistema de posição e oposições. Tais sistemas, assim, funcionam como elementos de sociação e dissociação, representando uma estrutura de semelhanças e oposições – portanto, com desvios diferenciais ou diferenciadores – ou funcionando como definidores da estruturação de uma sociedade através desses desvios diferenciadores, que formam um sistema estrutural de significações marcando os grupos e indivíduos passíveis de classificação como significantes e ou como insignificantes. Por isso que certas maneiras de tratar a linguagem e o vestuário expressam os desvios diferenciais ou diferenciadores no interior da sociedade, tendo por função revelar os signos ou insígnias da condição ou função social de quem os utilizam, conforme a forma como são utilizados.⁴⁰⁵

Observa-se que são as roupas e os enfeites – adornos – que os acompanham, bem como a linguagem e a cultura de uma pessoa, que melhor realizam simbolicamente a função de sociação e dissociação, considerando todos os tipos de condutas e consumo que comportem uma função expressiva – compra de automóvel, decoração do apartamento, escolha da escola do filho etc. As roupas e enfeites possuem um elevado rendimento simbólico e permite a alguém adotar sucessivamente diferentes signos distintivos; a moda do vestuário – que combina individualização com controle de imitação – permite a alguém afirmar a sua particularidade e a busca da diferença última, sendo que a “distinção” daí decorrente é semelhante à lógica da honra das sociedades estratificadas – sociedades mais antigas que sofreram um processo social que levou à superposição de camadas sociais, isto é,

⁴⁰⁵ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 17-8.

à formação de um sistema social, mais ou menos fixo e rígido, de estados, classes ou castas –, uma vez que tais símbolos funcionam como um marca comum que é conferida aos pares, membros de um grupo particular, distinguindo-os de todos aqueles que são estranhos ao referido grupo. Assim como a língua, o vestuário – sistema simbólico com função expressiva – obedece à seguinte lógica de oposições significativas, tendo como exemplo os EUA: (I) no ápice da hierarquia social: o paradigma é as velhas famílias tradicionais da Nova Inglaterra, afirmadas numa distinção fundada no nascimento e na hereditariedade – em oposição ao sucesso profissional –, “recusando as audácias da moda francesa, e invocando a aristocracia inglesa em seu gosto pelo *tweeds* e *woolens* e em todo seu estilo de vida”; (II) abaixo, as famílias de fortuna antiga: “que encontram na moda parisiense símbolos de vestuário ligados à riqueza e a um estilo de vida mais cosmopolita, que exprimem melhor sua condição econômica e sua posição social do que a moda conservadora da alta sociedade”. Elas se definem em relação às todas demais classes buscando associar opulência à uma elegância discreta, almejando sempre o *chic* e a sofisticação, evitando tanto a ostentação exagerada dos novos-ricos e a distinção aristocráticas das classes alta; (III) mais abaixo as classes médias: que “recusam a moda parisiense como ‘ousada’, ‘extravagante’ e ‘excessiva’, substituindo a procura de uma respeitabilidade distinta pela preocupação como efeito procurado, vale dizer, o *chic*”.⁴⁰⁶

A divulgação da moda implica numa produção em série – até mesmo para reduzir o seu preço – mas tal movimento se dá devendo respeitar-se a lógica da distinção; assim, a uniformidade completa deve ser evitada e os produtos distribuídos em quantidades tais que favoreçam a raridade num dado espaço geográfico. Esta é a dialética da distinção e da divulgação, voltada para preservar valores distintivos, respeitando a lógica de funcionamento do sistema de moda – e seu papel no sistema social de atos expressivos – quanto das mudanças incessantes que o marcam – uma vez totalmente divulgado um estilo, ele obrigatoriamente deve mudar. Um signo distintivo, ao ser universalizado, perde seu valor ou significação social – posição num sistema e oposição aos outros elementos do sistema. Tal princípio de busca da distinção impõe a busca de sua – procedimentos expressivos – renovação constante, especialmente nas esferas mais vulneráveis à popularização dos índices tradicionais de *status* – produção em série, por exemplo –, vale dizer, onde eles tornam-se mais amplamente acessíveis e “onde a preocupação de marcar as diferenças deve exprimir-se pela rejeição de certos tipos de consumos e práticas consideradas muito comuns (a fotografia,

⁴⁰⁶ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 18-9.

a televisão ou um certo tipo de turismo), ou então, pela maneira original de sujeitar-se a tais consumos e práticas. Neste último caso, o desvio diferencial deverá surgir ao nível da modalidade dos comportamentos”. Por isso que a figura do esnobe, personagem social criador e imitador de procedimentos expressivos – vestuários, habitação, estilo de vida – é da época da revolução industrial e do desaparecimento das ordens estatutárias; “tudo leva a crer que, à medida que se atenuam as diferenças objetivas, econômicas ou de *status*, a renovação incessante dos procedimentos expressivos que caracteriza o esnobismo se impõe cada vez mais, nas esferas mais diversas e a grupos cada vez mais extensos”.⁴⁰⁷

No caso do uso da língua, verifica-se vigorar a mesma lógica que dissimula o fenômeno da busca da distinção social em seu uso, conforme a localização do agente no espaço social. Não são as intenções individuais que marcam a lógica da simbolização da posição social, pois a “busca mais explícita da distinção se organiza segundo regras socialmente definidas, [assim,] as condutas ‘distintas’ estão para o sistema de procedimentos expressivos assim como as falas estão para uma língua”. Esse sistema complexo – tamanhas as manifestações – de diferenciação em curso, que toma diferentes âmbitos de interação social numa sociedade – ora as condutas e comportamentos consumistas, ora ao uso da língua, por exemplo –, revela que, conforme as diferentes sociedades e as respectivas diferentes classes sociais em cada uma delas, tudo se passe como se tivesse sido proposto a seus membros diferentes sistemas de índices de diferenciação. Assim, nas sociedades ocidentais diferenciadas – capitalistas e organizadas em diferentes classes sociais – ocidentais, “as práticas culturais apresentam um elevado rendimento simbólico por serem o meio de expressão por excelência da busca da diferença pela diferença. Contudo, tal busca também pôde manifestar-se em outras épocas e em outras esferas, por exemplo, através da religião”.⁴⁰⁸

Verifica-se que em comunidades lingüísticas muito diferenciadas, as distinções são bem marcantes na pronúncia, cada uma delas baseadas numa estrutura local, profissional ou cultural da sociedade; assim, haveria uma pronúncia educada, culta e polida em oposição a uma pronúncia vulgar ou comum; membros de uma classe social se distinguiriam das demais pela forma como praticaria a entonação de uma dada letra do alfabeto; haveria uma pronúncia literária nobre e uma pronúncia literária comercial. Mas, a par disso, constata-se que em todas as línguas existe uma oposição entre a pronúncia do campo e a pronúncia das cidades, assim como a pronúncia das pessoas cultas ou eruditas e a pronúncia das pessoas ignorantes ou leigas. Também existiria uma pronúncia “mundana”, “caracterizada por uma articulação

⁴⁰⁷ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 19-20.

⁴⁰⁸ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 20 e nota de rodapé n. 34.

indolente e própria dos dândis e dos esnobes de todos os tipos”. Assim, os diversos procedimentos expressivos da língua correspondem a uma lógica original de expressão da diferenciação social, com a particularidade significativa de que não é possível atribuir diretamente e mecanicamente a algum traço lingüístico em especial o predicado de “vulgar” ou “distinto”, pois cada procedimento expressivo deriva seu valor de sua posição no sistema de procedimentos expressivos.⁴⁰⁹

Mas é possível, por exemplo, observar traços constantes nos grupos sociais de posição elevada, como uma certa pronúncia indolente e prática negligente na articulação de algumas consoantes – procedimentos expressivos de identificação de um personagem social como um dândi –; a estilização da vida e a atitude de desprezo para com a atividade aquisitiva racional; diletantismo e uma relação carismática com a cultura; enfim, uma procura consciente ou inconsciente de distinção que leva à busca do refinamento, pressupondo o domínio das regras dos jogos refinados em curso na sociedade, que são justamente monopólio das pessoas refinadas dessa sociedade. Tal domínio – regras do jogo refinado – pressupõe lazer e tempo livre para sua aquisição, vale dizer, do agente ocupar uma dada posição no sistema de produção, resultando daí que “posições semelhantes na estrutura social correspondem a condutas simbólicas com estilos equivalentes”. Verifica-se que “diversamente dos sistemas lingüísticos propriamente ditos, os sistemas simbólicos que podemos denominar *expressivos* [aqui indicando procedimentos fonológicos que, numa comunidade lingüística, caracteriza um determinado grupo de sujeitos falantes], constituem sistemas hierarquizados que se organizam em torno de um termo fixo que pode ser as maneiras *distintas* do grupo de posição mais elevada, ou então as maneiras *comuns* do grupo de nível inferior”.⁴¹⁰

O princípio dos “sistemas expressivos consiste na busca da diferença, ou melhor, da *distinção*, no sentido de marca de diferença que separa do vulgo por ‘um toque de elegância, nobreza e bom tom’ (...). Compreende-se, então, por que os grupos de *status* tendem a distinguir-se uns dos outros por oposições mais ou menos sutis [quase que imperceptíveis] e, também, por que os grupos de nível mais elevado são os que melhor realizam o sobrelanço do refinamento, que se trate de linguagem, de vestuário ou de todo *habitus* em geral”. E nessa busca da diferença no uso da língua, podem simplesmente ocorrer bifurcações lingüísticas, devido às classes elevadas e cultivada usarem uma linguagem distinta da popular, sendo de observar que “a intenção de distinguir-se se realiza talvez de maneira mais acabada nos refinamentos trazidos à linguagem comum”. Nesse caso, verifica-se que maneiras mais

⁴⁰⁹ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 20-1.

⁴¹⁰ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 21-2. Grifos no original.

elaboradas nem sempre são as mais complexas, e conforme a estrutura social, o jogo social de oposição e distinção pode levar as classes mais elevadas a adotarem costumes “refinados” mais simples. Numa sociedade diferenciada onde a busca da diferença não é apenas para distinguir-se do comum, mas diferir diferentemente como princípio geral, a lógica das inversões pode levar a que ocorra – manifesto dentro da própria lógica – convergências como, por exemplo, a simplicidade dos “simples” distinta da simplicidade elaborada dos refinados.⁴¹¹

Pierre Bourdieu conclui, assim, que “é preciso englobar na simbólica da posição de classe não apenas os procedimentos expressivos, isto é, os atos específicos e intencionalmente destinados a exprimir a posição social, mas também o conjunto dos atos sociais que, independentemente do nosso querer, traduzem ou revelam aos olhos dos outros e, sobretudo, dos estranhos ao grupo, uma certa posição na sociedade (uma vez que a percepção da situação de classes, tanto da própria como da dos outros, é espontaneamente ‘estrutural’)”. Tanto nas sociedades diferenciadas atuais como nas tradicionais – que acentuam a ambigüidade das condutas –, a busca da autonomia das ações orientadas para fins econômicos não pode olvidar a sempre presença das funções simbólicas ali presentes, em especial – ou mais evidentes a todos – naqueles atos de consumo que procuram sempre revelar e afirmar a posição social de quem os pratica e todos os valores – especialmente no que exprime de oposição – a essa posição social associado. Assim, os procedimentos expressivos, enquanto atos subjetivos e com intenção de exprimir a posição social, se diferem ou se opõem dos atos objetivamente captados como expressivos – vale dizer, nesse sentido englobando todos os atos sociais –, uma vez que aqui veiculam significações de segundo grau, “produtos de uma duplicação expressiva das significações de primeiro grau que os atos sociais devem necessariamente à posição na estrutura social daqueles que os efetuam”; as etapas, então, seriam essas: passa-se gradualmente pela etapa da ênfase intencional – que pode ir até à autonomização da função expressiva – dos atos sociais mais comuns, para a etapa dos procedimentos expressivos e, por fim, para a etapa da busca da maximização do rendimento simbólico dos procedimentos expressivos.⁴¹²

Mas no jogo da duplicação expressiva das diferenças de situação e posição social, nem todas as classes sociais, de cada diferente sociedade, estão disponíveis para o jogo. Já foi observado, em mais de um momento, que “a opinião dos indivíduos acerca de sua posição na hierarquia social e da hierarquia das posições sociais, ou seja, acerca dos *critérios de*

⁴¹¹ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 22-3. Grifos no original.

⁴¹² BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 23-4.

hierarquização, é função direta de sua posição na hierarquia social”; além disso, foi observado que os critérios de pertinência a uma classe variam de uma classe para outra: “as classes inferiores se referem sobretudo ao dinheiro, as classes médias ao dinheiro e à moralidade, enquanto que as classes superiores acentuam o nascimento e o estilo de vida”. Por isso que uma hierarquia social que seja proposta, tendo por índices ou indicadores balizadores o estilo de vida e o prestígio social, irá refletir e expressar – como também já foi observado – o ponto de vista das classes superiores que se preocupam mais com as distinções estatutárias do que as demais classes abaixo dela. Esses fatos remetem a outro mais significativo, que diz respeito sobre “as *condições de possibilidade econômicas e sociais* da transmutação simbólica das diferenças econômicas e sociais”. As classes mais desfavorecidas economicamente jamais participam com protagonistas ativos – intervenientes a ponto de marcarem uma posição ativa no jogo – no jogo da divulgação e distinção, a não ser passivamente, como refugio, como “natureza”, uma vez que o jogo é cultural e se organiza objetivamente em relação a elas.⁴¹³

Portanto, quem joga o jogo das distinções simbólicas são os privilegiados das sociedades privilegiadas, por que ele só pode ser jogado no interior dos limites estreitos definidos pelas coerções econômicas, produzindo a dissimulação das oposições – diferenças sociais – existentes de fato na sociedade, isto é, oposições de força escondidas sob o manto das oposições de sentido. Diante disso, tentar “apreender as regras do jogo da divulgação e da distinção segundo as quais as classes sociais exprimem as diferenças de situação e de posição que as separam, não significa reduzir todas as diferenças, e muito menos a totalidade dessas diferenças, a começar por seu aspecto econômico, a distinções simbólicas, e muito menos, reduzir as relações de força a pura relações de sentido. Significa optar por acentuar *explicitamente*, com fins heurísticos, e ao preço de uma abstração que deve revelar-se como tal, um *perfil* de realidade social que, muitas vezes, passa despercebido, ou então, quando percebido, quase nunca aparece enquanto tal”. O estudo estrutural é possível aqui – na dimensão das relações objetivas ou intencionais que se estabelecem entre as classes sociais – porque “as marcas de distinção se organizam em sistemas, com base na homologia de estrutura entre o significante, a saber, aos atos e procedimentos expressivos, e o significado, isto é, o sistema de posições estatutárias definidas principalmente por sua oposição a outras posições estatutárias. A lógica das relações simbólicas impõe-se aos sujeitos como um

⁴¹³ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 24. Grifos no original.

sistema de regras absolutamente necessárias em sua ordem, irreduzíveis tanto às regras do jogo propriamente econômico quanto às intenções particulares dos sujeitos”.⁴¹⁴

Assim, “as relações sociais não são jamais redutíveis a relações entre subjetividades movidas pela busca de prestígio ou por qualquer outra ‘motivação’ porque elas não passam de relações entre condições e posições sociais que se realizam segundo uma lógica propensa a exprimi-las e, por esse motivo, essas relações sociais têm mais realidade do que os sujeitos que as praticam. A autonomia que torna possível a instauração das relações simbólicas, ao mesmo tempo sistemáticas e necessárias, é apenas relativa: as relações de sentido que se estabelecem no interior da margem restrita de variação deixada pelas condições de existência, apenas exprimem as relações de força, sujeitando-as a uma transformação sistemática. Tratar-se-ia, portanto, de estabelecer de que maneira a estrutura das relações econômicas pode, ao determinar as condições e as posições dos sujeitos sociais, determinar a estrutura das relações simbólicas que se organizam nos termos de uma lógica irreduzível à lógica das relações econômicas”.⁴¹⁵

Verifica-se que para construir uma teoria do espaço social, considerando tudo o que de mais significativo foi elaborado sobre essa temática, torna-se necessário contemporaneamente efetuar alguns rompimentos, a fim de aperfeiçoar essa realidade teórica que, portanto, está profundamente marcada pela visão intelectual – vale dizer, pela realidade intelectual e seu específico modo de produzir conhecimento ou verdade sobre o real –, em especial romper com diversos pontos com a visão teórica marxista. Diante disso torna-se necessário romper: (I) com a tendência de se privilegiar teoricamente as substâncias – os grupos reais, cujo número, limites, membros etc, sempre a ciência social pretendeu definir –; (II) com o detrimento ou diminuição – ou não atenção mesmo – que se faz com as *relações* que se estabelecem no meio social – relações sociais – e que tanto produzem de concreto para a existência humana, por se verificar – através delas, e nelas – como as coisas tomam sentido e significação social, portanto, terem uma eficácia produtiva de efeitos concretos ou reais para a sociedade; (III) com a ficção ou ilusão intelectual que considera a classe teórica construída pelo cientista como uma classe real, vale dizer, verificável imediatamente como presente na realidade social em forma de um grupo efetivamente mobilizado e pronto a desempenhar o papel que o cientista social lhe descobriu; (IV) com o economicismo que reduz o campo social – espaço por excelência e absolutamente multidimensional – unicamente ao campo econômico, vale dizer, reduzir o mundo social ao que é circunscrito sob as relações de

⁴¹⁴ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 24-5. Grifos no original

⁴¹⁵ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 25.

produção econômica, constituídas, assim, em diretrizes-guias da posição social dos indivíduos e grupos; (V) com um certo objetivismo científico que, caminhando lado a lado com um certo idealismo intelectual, tende a ignorar as lutas simbólicas que são desenvolvidas na sociedade, mais especificamente em seus diferentes campos sociais, lutas essas que sempre colocam em jogo a própria representação legítima do mundo social – qual tipo de mundo social é legítimo e que tipo de valores é considerado legítimo nesse mundo – e, especialmente, “a hierarquia no seio de cada um dos campos e entre os diferentes campos”.⁴¹⁶

Para se compreender reflexivamente ou racionalmente o espaço social – vale dizer, o mundo social – é possível representar essa compreensão através da sociologia como uma ciência que revela uma topologia – arte de representar no papel uma descrição, colocação e disposição minuciosa da realidade; a configuração da porção do terreno com todos acidentes e objetos que se achem à sua superfície – em termos sociais. Desta forma, ela pode representar o mundo social em forma de um espaço com suas várias dimensões, edificado com fundamento em princípios de diferenciação social ou de distribuição nesse espaço, utilizando-se, para essa análise, do conjunto das propriedades específicas que atuam no universo social considerado, “apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder nesse universo”. Nesse contexto os agentes e grupos sociais são definidos pelas posições relativas que ocupam nesse espaço; cada um deles está situado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas ou próximas, numa região determinada no espaço, e apesar de ser concebível eles ocuparem duas posições opostas no mesmo espaço social, eles não podem realmente assim proceder. “Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir esse espaço são propriedades actuantes, ele pode ser descrito também como campo de forças, que dizer, como um conjunto de relações de força objectivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais u mesmo às *interacções* directas entre os agentes”. Uma boa medida para verificar se o pesquisador rompeu com o substancialismo – que numa interpretação livre é aqui adotado como modelo de pensamento onde se concebe a realidade social através de figuras de pensamentos definidores e por si auto-explicativos, por pretensamente corresponderem imediatamente aos fatos e realidades sociais a que se referem – e se encontra dentro do modelo de pensamento relacional, é quando ele passa a estudar de fato as interações e as ações reais de trocas em curso entre agentes e grupos na sociedade; mas é de e observar também todas as dificuldades de se praticar tal pesquisa, uma vez que as solidariedades e a rivalidades práticas, da história passada e contemporânea – todos os

⁴¹⁶ BOURDIEU, O poder..., p. 133.

contatos diretos havidos e em curso, assim como todas as interações sociais de vizinhança/proximidade havidas e em curso – do próprio pesquisador, surgem como obstáculos concretos de ordem epistemológica para ele construir abstratamente as solidariedades e seus significados sociais baseadas na vizinhança do espaço teórico, sem ser influenciado por tudo que ele acumulou de visão específica de mundo e que pode obnubilar as suas análises e conclusões.⁴¹⁷

As propriedades mais atuantes, que agem como princípios de construção do espaço social, são as diferentes espécies de poder ou capital que emergem nos diferentes campos. O capital – que em *estado objetivado* é traduzido por propriedades materiais, ou que em *estado incorporado* (no caso do capital cultural) pode alcançar o status de até ser juridicamente garantido – representa, num determinado momento, um poder sobre o campo, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado, particularmente sobre o conjunto dos instrumentos de produção da vida social específica do campo, portanto, um poder sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens sociais e, deste modo, sobre o conjunto de rendimentos e ganhos – sociais – que aqueles garantem. As diferentes espécies de capital, dentro do jogo social, têm a função, para os jogadores, de atuarem como trunfos, vale vantagens que podem garantir a vitória dentro do jogo, de acordo com a qualidade do capital acumulado e frente ao que o campo requer; assim, esses diferentes capitais são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo particular – cada campo ou subcampo corresponde a uma espécie particular de capital, por sua vez jungido a um poder e objeto específicos em jogo no campo. No jogo social onde o capital cultural é fundamental, acumulá-lo é vital para aqueles que atuam nesse específico campo – raciocínio que equivaleria para os casos dos campos sociais onde o acúmulo de capital econômico é mais significativo –, uma vez que ele determina as propriedades agregadas de ganhos, bem como contribui para determinar a posição – dentro do campo – do agente ou grupo social que acumulou essa capital eficientemente, portanto, com sucesso.⁴¹⁸

Considerando o espaço social total que um agente pode significar sua existência, a sua posição nele pode ser definida por uma resultante tomada a partir de todas as posições que ele ocupa nos diferentes campos sociais desse espaço social, ou seja, na distribuição dos poderes que ele possui – e faz atuar – em cada um dos campos, poderes esses vinculados ao seu acumulado capital econômico – nas diferentes espécies que ele pode se manifestar –, ao seu capital cultural, ao seu capital social e também ao seu capital simbólico, nas formas em que

⁴¹⁷ BOURDIEU, O poder..., p. 133-4 e nota de rodapé n. 2. Grifos no original.

⁴¹⁸ BOURDIEU, O poder..., p. 134.

são percebidas e reconhecidas socialmente com legítimas, por exemplo, externalizadas através do prestígio, reputação, fama etc. Diante disso, verifica-se possível poder ser construído um modelo simplificado do conjunto dos campos sociais e que heurísticamente permite pensar a posição de cada agente em todo os espaços de jogo possíveis. Considerando que cada campo social possui sua lógica e sua hierarquia próprias, verifica-se que a hierarquia que se estabelece entre as diferentes espécies de capital e a ligação estatisticamente mensurável existente entre os diferentes ganhos que os diferentes capitais proporcionam, levam a que o campo econômico tenda a impor sua estrutura a outros campos.⁴¹⁹

O campo social é um espaço multidimensional de posições, onde qualquer posição ali passível de indicação é definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas, e onde cada um delas equivalem a um dado valor, conforme os valores das diferentes variáveis pertinentes; desta forma, “os agentes distribuem-se assim nele (...)[:] na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies [de capital] no conjunto das suas posses”. A pesquisa estatística apreende esta relação de forças em termos de *propriedades sociais*, algumas vezes garantidas até juridicamente, vale dizer, títulos de propriedade econômica, cultural – títulos escolares –, ou social – títulos de nobreza –, nesse caso explicando a estreita ligação entre a pesquisa empírica sobre as classes e as teorias sociais já elaboradas que explicam a estrutura social como uma estrutura estratificada, descrevendo um estrato dela que existe socialmente distante dos instrumentos de apropriação econômico e cultural como, por exemplo, o próprio Marx fez ao descrever a massa privada de propriedade – posses. A definição do estado de relações de força num campo social – institucionalizada em estatutos sociais duradouros, socialmente reconhecidos ou juridicamente garantidos –, entre agentes objetivamente definidos pela sua posição nessas relações, é dada pela forma como, num determinado momento e conforme o campo social considerado, o conjunto das distribuições das diferentes espécies de capital – incorporado ou materializado – se reveste, como instrumento de apropriação do produto objetivado do capital social acumulado. É a posição que define os poderes atuais e potenciais nos diferentes campos, bem como as probabilidades que cada agente – localizado numa posição específica – possui de acesso aos ganhos específicos que eles proporcionam.⁴²⁰

Observa-se que em certos universos sociais, há outros princípios de divisão – distinção – vigorando, além do volume e estrutura do seu capital específico – especialmente marcados

⁴¹⁹ BOURDIEU, O poder..., p. 134-5.

⁴²⁰ BOURDIEU, O poder..., p. 135 e nota de rodapé n. 3.

por propriedades econômicas ou culturais –, e que se somam para determinar a estrutura do espaço social; assim, princípios de divisão como filiação étnica ou religiosa fazem com que a distribuição dos agentes no espaço social seja um produto da interseção de dois espaços “que são parcialmente independentes, podendo uma etnia situada em posição inferior no espaço das etnias ocupar posições em todos os campos, ainda os mais altos, mas com taxas de representação inferiores às de uma etnia situada numa posição superior. Cada etnia pode assim ser caracterizada pelas posições sociais dos seus membros, pela taxa de dispersão dessas posições e, enfim, pelo seu grau de integração social, apesar da dispersão (podendo a solidariedade étnica produzir o efeito de assegurar uma forma de mobilidade colectiva)”. Assim, a regra geral é que o conhecimento da posição ocupada por um agente – ou grupo – nesse espaço social revela um conjunto de informações sobre as propriedades intrínsecas (condições) e relacionais (posição) desses agentes; tal fato reflete-se mais claramente naqueles ocupantes das posições intermediárias ou médias que, “além dos valores médios ou medianos das suas propriedades, devem um certo número das suas características mais típicas ao facto de estarem situados *entre* os dois pólos do campo, no ponto *neutro* do espaço, e de oscilarem entre as duas posições extremas”.⁴²¹

É com base no conhecimento do espaço das posições que é possível efetuar um recorte, onde acaba se definindo o que são classes no sentido lógico do termo, de acordo com o que é mais usualmente conhecido, ou seja, “conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitude e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes”. Mas trata-se de classes cuja existência é marcadamente teórica, vale dizer, classes no papel e do mundo das teorias, uma vez que tal classificação descritiva – como na zoologia e na botânica – possibilita explicar e prever as práticas, comportamentos ou ações, bem como certas propriedades descobertas, sobre os classificados, em especial, as condutas perante reuniões em grupo. Mas não se tratam de classes verdadeiras, reais, concretas, presentes, no sentido de que se tratam de grupos e de grupos mobilizados para uma luta; mais concretamente, rigorosamente e realmente, tratam-se de *classes sociais prováveis*, onde cada classe é um “conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objectivos às acções de mobilização do que qualquer outro conjunto de agentes”.⁴²²

⁴²¹ BOURDIEU, O poder..., p. 135, nota de rodapé n. 4, e 136.

⁴²² BOURDIEU, O poder..., p. 136.

É possível afirmar, diante dessa realidade teórica que: (I) existe um espaço social objetivo que determina – entre os agentes sociais – compatibilidades e incompatibilidades, proximidades e distâncias entre eles, contrariando um relativismo nominalista que anula as diferenças sociais quando as reduzem a puros objetos teóricos; (II) as classes sociais que podem ser teoricamente indicadas como presentes no espaço social – especialmente pela análise estatística – concretamente não existem enquanto grupos reais, mas explicam a probabilidade de se constituírem em grupos na prática concreta social – famílias, clubes, associações, movimentos sindicais ou políticos, entre outros, contrariando um realismo do inteligível ou a reificação dos conceitos. O que é concreto, real e existente no espaço social é um *espaço de relações* que se estabelecem entre os diferentes agentes sociais com um espaço geográfico, onde as mudanças de posições ocupadas somente se efetuam a custo de muito trabalho, esforço e tempo, especialmente considerando a trajetória social daqueles que partem das posições dominadas da sociedade para alcançar as posições dominantes; a ascensão, a ida das classes mais baixas para classes mais altas implica em também ser marcado ou trazer os estigmas de todo o esforço empreendido para mudança de posição social, sendo as distâncias sociais medidas em termos de tempo.⁴²³

Na medida que em uma dada região do espaço social aglutina-se agentes com probabilidades de agirem por condicionamentos, atitudes e interesses semelhantes, enfim, por práticas e tomadas de posição semelhantes, verifica-se que quanto mais se afasta desse espaço idealmente delimitado – passando a abranger outros espaços –, menos concreto é a possibilidade de efetuar uma mobilização desses diferentes agentes em termos de movimentos organizados, dotados de uma estrutura institucional – aparelho – e de porta-voz – a visibilidade da classe enquanto discurso ou fala. Há a probabilidade maior de reunir realmente ou abstratamente – pelo poder que é concedido a um agente delegado, com a função de atuar visivelmente como porta-voz de uma pretensa classe e que, por assim agir e fazer, assim também acaba por se afirmar, se fazer ou se edificar como representante de uma classe, portanto, num movimento circular, por legitimar uma categoria de agentes sociais como a classe – um conjunto de agentes na medida em que maior é a proximidade deles no espaço social e mais restrita e homogênea é a classe construída a que os agentes pertencem. Mas observa-se que a aproximação dos demais agentes semelhantes ou vizinhos no espaço social nunca é tida como absolutamente necessária, fatal, até mesmo porque a competição/disputa/concorrência que os próprios agentes estabelecem entre si, contribui para

⁴²³ BOURDIEU, O poder..., p. 136-7.

mantê-los afastados por uma barreira que eles mesmos impõem para si; por outro lado, é possível verificar que a aproximação dos agentes sociais mais afastados de um determinado espaço social, junto aos agentes desse espaço, nunca pode ser tida como impossível, uma vez que algum evento importante pode unir os agentes de todas – ou apenas algumas – diferentes regiões de um espaço social – por exemplo, uma guerra, uma crise interna ou internacional – que pode evocar uma identidade maior que suplante as identidades fundadas em visão e divisão social.⁴²⁴

O mundo social pode ser concebido, percebido, falado e construído de diferentes formas – tal qual Aristóteles havia asseverado em relação ao *ser* –, de acordo com os princípios de visão e divisão – por exemplo, étnicas – que se estabelecem no próprio mundo social pelos seus agentes, sendo que os reagrupamentos dos diferentes agentes com base na distribuição do capital – econômicos, social, cultural, simbólico – é o que apresenta maiores probabilidades de serem estáveis e duradouras, dentro da estrutura do espaço social assim construído. Todas as demais formas de reagrupamentos, que não sigam esse modelo, viverão ameaçadas pela instabilidade das cisões e oposições a que estão sujeitas continuamente, vinculadas diretamente à distância social e marcadas pelas diferenças que essa distância imprime – diferentes capitais, diferentes acúmulos de capitais, enfim, diferentes visões e divisões de mundo – e que existe entre os agentes dentro do espaço social. Espaço social, assim, é um local onde não se pode unir pessoas indistintamente – aproximar uma pessoa qualquer com outra pessoa qualquer – sem considerar o que os diferencia fundamentalmente, vale dizer, especialmente suas diferenças econômicas e culturais em sociedades diferenciadas, não significando isso que os diferentes agentes não possam, segundo outros princípios de divisão – etnias, nacionalidades etc. –, inclusive hierarquizados – por exemplo, quem imigrou primeiro ou chegou primeiro como imigrante num determinado país –, serem organizados cientificamente para funções heurísticas sociológicas, mas verificando-se que mesmo assim eles acabam se vinculando aos princípios fundamentais de diferenciação que vigoram em tais sociedades.⁴²⁵

A tradição marxista identifica a classe construída com a classe real – as coisas da lógica com a lógica das coisas – e também distingue-as pela oposição entre “classe-em-si” – definida por um conjunto de condições objetivas – e “classe-para-si” – fundamentada em fatores subjetivos –, sendo que a passagem de uma condição para outra se daria por uma ascensão ontológica, ora como fruto de uma lógica absolutamente determinista, ora como

⁴²⁴ BOURDIEU, O poder..., p. 137.

⁴²⁵ BOURDIEU, O poder..., p. 137-8.

fruto de uma lógica totalmente voluntarista. A lógica determinista indicaria uma necessidade lógica, orgânica, mecânica, fruto da maturação – efeito inevitável do tempo – das condições objetivas, que transformaria o proletariado de “classe-em-si” em “classe-para-si”; já a lógica voluntarista, conceberia a passagem de uma “classe-em-si” para a categoria de uma “classe-para-si”, como fruto do efeito da “tomada de consciência” de um grupo de agentes – no caso aqueles que compõe proletariado – sobre sua específica condição social, observando-se concretamente que essa “tomada de consciência” é em realidade uma “tomada de conhecimento” da teoria que os imprime e conduz em direção à “classe-para-si”, que é operada sob a direção esclarecida de um partido. Mas verifica-se que em nenhum momento é explicado como se forma ou sucede esse processo de transmutação, vale dizer, de que forma um “grupo em luta” – um coletivo personalizado – como agente histórico que determina seus próprios fins, emerge de condições econômicas objetivas – presentes – no seio social.⁴²⁶

Assim, torna-se preciso rever essa tradição teórica marxista que não pode fazer desaparecer das análises sociais questões fundamentais como: (I) o político, traduzido aqui como a ação própria e específica dos agentes sociais que, tendo em vista esta definição teórica de classe, provocam o efeito de destinar – efeito de destino que é lançado teoricamente, mas que se é realizado de alguma forma é também porque tudo se faz, em seguida, para realizá-lo – aos membros dessa classe os fins oficialmente mais conformes com os seus interesses “objetivos”, vale dizer, aqueles que teoricamente foram previamente inscritos; (II) ainda dentro do político, o trabalho ou resultado concreto que conseguem realizar ou produzir no meio social, se não como classe realizada, no mínimo na crença de que eles existem como classe e que, por isso, fundamenta a autoridade dos seus porta-vozes; (III) a questão da relação entre (a) as classificações com pretensão à verdade objetiva do social que o erudito – sábio – faz e (b) as classificações que são feitas continuamente pelos próprios agentes em sua existência cotidiana que, por sua vez, através delas, procuram modificar “a sua posição nas classificações objetivas ou os próprios princípios segundo os quais essas classificações são produzidas”.⁴²⁷

O que é necessário acentuar é que a teoria mais objetiva – como descritiva da verdade objetiva – do mundo social deve integrar não só a representação que os agentes possuem do mundo social, mas também – e precisamente – a contribuição que eles fornecem para a construção da visão desse mundo, “por meio do *trabalho de representação* (em todos os sentidos do termo) que continuamente realizam para imporem sua visão de mundo ou a visão

⁴²⁶ BOURDIEU, O poder..., p. 138.

⁴²⁷ BOURDIEU, O poder..., p. 139.

da sua própria posição nesse mundo, a visão da sua identidade social”. Nesse processo, a percepção do mundo social torna-se produto de uma dupla estruturação social: (I) por um lado, que pode ser considerado como “objetivo”, a percepção está ligada ao que se encontra socialmente estruturado, porque as autoridades vinculadas aos agentes ou às instituições não se comportam ou conduzem se oferecendo à percepção de todos de maneira independente, mas, ao contrário, objetivamente revelando-se que se encontram enredados numa estrutura social que oferece combinações de probabilidades muito desigual de inserção no complexo de tudo que é oferecido pelo mundo social e as ilações que daí podem ser extraídas – por exemplo, aqueles que freqüentam museus são vistos ou objetivamente marcados pelas probabilidades como detentores de um forte capital cultural, frente aos outros que não freqüentam museus, porque com toda probabilidade objetiva não possuem tal capital; (II) por outro lado, que pode ser considerado com “subjetivo”, a percepção do mundo social está assim estruturada porque cada agente social possui esquemas de percepção e de apreciação de tudo – eventos – que ocorrem em seu entorno e apto para serem utilizados em todos os momentos de sua vida, a fim de produzirem seus efeitos marcados por esses esquemas pessoal-subjetivos e que, por sua vez, marcam cada agente como um destino no meio social. Observa-se que tais esquemas se encontram sedimentados na linguagem, como produto de lutas simbólicas anteriores e que exprimem de maneira mais ou menos transformada o estado atual das relações de força simbólicas.⁴²⁸

O que é certo é que os objetos do mundo social estão aptos a serem percebidos e enunciados de diferentes maneiras porque sempre comportam uma parte de indeterminado e vago – como todos os objetos do mundo natural, com é possível verificar, por exemplo, o fato inescapável de que as combinações mais constantes entre propriedades dos objetos, feitos pela ciência, não possuem outro fundamento de fundo que não sejam as vinculações de pertinência estatística que são escolhidas (eleitas) e feitas pelo cientista, entre elementos característicos que são facilmente substituíveis por outros –, além do que, enquanto objetos histórico-culturais, se encontram sujeitos às variações ditadas pelo transcorrer do tempo e das respectivas mudanças das consciências, colocando sua significação em determinado momento e contexto sempre ligada ao porvir – portanto, de certa forma sempre em suspenso – e não deixando de marcá-las como relativamente indeterminadas. É essa parte de incerteza do jogo ou da luta pelas significações sociais legítimas que dá fundamento à pluralidade das visões do mundo – pluralidade dos pontos de vista –, assim como fornece fundamentos a todas as lutas

⁴²⁸ BOURDIEU, O poder..., p. 139-40.

simbólicas voltadas para a produção e imposição da visão do mundo legítima; por fim, essa incerteza, com toda precisão, atribui fundamento a todas as estratégias cognitivas – de revelação de conhecimento – de *preenchimento ou completamento* que produz o sentido dos objetos do mundo social, ao extrapolarem os atributos diretamente mais visíveis dos referidos objetos, lançando-os culturalmente numa referência frente ao futuro e ao passado – foi Husserl que denominou por *protensão* ou *retenção* a formas práticas que também são conhecidas por *prospecção* ou *retrospecção*, onde se procura excluir do discurso acerca do presente, as referências ou posições do futuro e passado enquanto tais, colocando-os enquanto referências implícitas ou tácitas; por outro lado, tais referências ao passado e ao futuro podem ser explícitas, para justamente determinar, definir e delimitar o sentido sempre aberto do presente, como nas lutas políticas, onde o passado é invocado para ser reconstruído retrospectivamente e terminar ajustado ao presente, ou quando o futuro é invocado para ser inserido criativamente pelo discurso num espaço de previsibilidade.⁴²⁹

Quando aqui se revela e se sustenta que o ato de percepção do mundo social é um ato necessariamente implicado diretamente com uma ação do agente social para construir esse mundo social, isso não quer dizer diretamente que se deva aceitar previamente toda uma construção racional e intelectual de uma teoria do conhecimento por parte do agente social nesse comportamento específico. Verifica-se que o que é essencial, e está sempre a operar na prática diuturna em todos os agentes sociais, é algo que se encontra aquém do nível de representação explícita e da cabal expressão verbal, mas que atua concretamente e presentemente em todos os momentos que faz a experiência do mundo social do agente e no trabalho de construção que ele comporta. Mais do que uma “consciência de classe” no sentido marxista, parece que o que aproxima os agentes sociais de uma dada região próxima ou vizinha do espaço social é em realidade um “inconsciente de classe”, que os fazem agir e se comportar dentro de certos padrões probabilísticos ou assemelhados. O sentido que cada agente possui sobre o lugar de cada um no espaço social, esse sentido da posição ocupada no espaço social é do domínio prático da estrutura social no seu conjunto e que envolve todos os agentes, e que somente se descobre na prática, vale dizer, ao ocupar uma posição na estrutura social. e através dessa posição verificar o sentido prático da posição ocupada nessa estrutura social.⁴³⁰

Quando um agente social qualquer incorpora em si – naturaliza – as estruturas objetivas do espaço social – local, regional e/ou total – onde ele vive e transita, ele acaba

⁴²⁹ BOURDIEU, O poder..., p. 140.

⁴³⁰ BOURDIEU, O poder..., p. 140-1.

incorporando em si também – essencialmente como produto daquela incorporação primeira – as categoria de percepção do mundo social; a posição ocupada no espaço social e o sentido ou significação que se obtém dessa posição, garantem ao agente a incorporação das estruturas objetivas e as categorias de percepção do mundo ou espaço social. Nesse processo, os agentes são levados a tomarem o mundo social tal qual ele é ou se apresenta à sua percepção mais imediata e corriqueira, aceitando-o como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele, ou mesmo a oporem-lhe outros possíveis aspectos diferentes de existência – outros mundos possíveis –, até mesmo radicalmente oposto ao que existe. Assim, esse sentido de posição ocupada no espaço social, como sentido do que alguém pode fazer ou não se pode fazer ou permitir-se a si mesmo no seio social, implica numa atitude de aceitação tácita da posição ocupada, um sentido dos limites a que se condiciona por essa posição, ou um sentido das distâncias, que devem ser marcadas e sustentadas, serem respeitadas e fazer-se respeitar, isso de modo mais firme “quanto mais rigorosas são as condições de existência e quanto mais rigorosa é a imposição do princípio de realidade”; não é à toa que a visão de mundo dos dominados dentro de uma sociedade é marcada por um profundo realismo, mas realismo esse que deve ser traduzido por uma espécie de forte instinto de conservação socialmente constituído, onde suas atitudes e comportamentos daí resultantes somente podem ser taxados de conservadores – ou como inertes – se for tomado por modelo uma outra representação de mundo, exterior ao mundo dos dominados, de caráter normativo – prescritivo – e fruto do interesse objetivo daqueles que ele – outra representação de mundo e respectivos interesses – ajuda a viver ou sobreviver.⁴³¹

Trata-se, portanto, de um *sentido de realidade*, probabilidades ditadas pelo assento numa dada posição do espaço social, não implicando de forma alguma a formação de uma *consciência de classe* – o menos irreal que pode ser identificado com essa expressão é o de uma representação explícita da posição ocupada por um agente na estrutura social e os interesses coletivos que lhe são correlativos – no sentido sócio-psicológico, ou mesmo uma *teoria das classes sociais* – “sistema de classificação firmado em princípios explícitos e logicamente controlados mas também um conhecimento rigoroso dos mecanismos responsáveis pelas distribuições”. Para que haja uma tomada de consciência e uma consciência de classes – que escape de uma maneira metafísica de tratar essa possibilidade – como espécie de *cogito* revolucionário da consciência coletiva de uma entidade personificada, é preciso examinar precisamente as condições econômicas e sociais que possibilitariam (I)

⁴³¹ BOURDIEU, O poder..., p. 141.

uma forma de distância frente às demandas mais imediatas em relação ao presente das práticas e da existência – liberto das exigências mais urgentes da vida, haveria condições para pensar melhor as condições sócio-econômico-políticas que governam a sociedade como um todo, inclusive em termos revolucionários – e que, por sua vez, (II) estão implicadas numa concepção e formulação de uma representação mais ou menos elaborada dum futuro coletivo – a consciência política de um agente social não pode se desvincular totalmente da consciência temporal da sua existência cotidiana.⁴³²

Desta forma, conclui-se que se há relações de força objetivas tendentes a reproduzir-se nas diferentes visões do mundo social e que, por sua vez, contribuem para que haja a permanência dessas relações, “é porque os princípios estruturantes da visão do mundo radicam nas estruturas objectivas do mundo social e porque as relações de força estão sempre presentes nas consciências em forma de categorias de percepção dessas relações”. Mas observa-se também que aquilo que é presente como indeterminado e vago nos objetos do mundo social é, junto com o caráter prático, pré-reflexivo e implícito nos esquemas de percepção e de apreciação que lhes são aplicados, o ponto arquimediano que se oferece objetivamente à ação propriamente política. “O conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível, são o que está, por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo”. Desta forma, a capacidade de fazer existir em estado explícito e público, vale dizer, objetivado numa coletividade, visível, dizível, oficial o que permanecia em estado da experiência individual – e, desta forma, por não estar “instituído oficialmente”, presente como um mal-estar, ansiedade, expectativa, inquietação –, representa um considerável poder social, pois isso constitui e define os grupos enquanto tais, com seus sentidos comuns normativos enquanto consensos explícitos de qualquer grupo.⁴³³

O trabalho de categorização social, ou seja, de classificação e explicitação social é feito continuamente, sem interrupção, em todos os momentos da existência dos indivíduos e dos grupos, pois a mesma – existência – traz implicitamente ou explicitamente as lutas que opõem os agentes acerca do sentido do mundo social e da respectiva posição de cada um nesse mundo, da identidade social que os assume – e assumem – e os marca, estabelecido concretamente pela somatória de todas as formas de bem dizer, mal dizer, permissões, elogios, louvores, cumprimentos, críticas, acusações, calúnias, insultos, censuras, interdições

⁴³² BOURDIEU, O poder..., p. 141, nota de rodapé n. 6.

⁴³³ BOURDIEU, O poder..., p. 142.

etc.; é preciso não esquecer que a expressão “categoria” vem de *katègorein* que significa *acusar publicamente*. Não é sem razão que uma das formas mais elementares de poder político – muito presente em sociedades mais antigas – se manifestou no “poder de nomear” – de instituir algo ao dizer –, poder esse quase mágico de fazer algo existir concretamente para a vida apenas pela virtude da nomeação em si. Na Cabília – região da Argélia – verificou-se que os poetas possuíam funções políticas eminentes – embaixador ou chefe da guerra –, especialmente em momentos de crise, quando o sentido de mundo se desviava, uma vez que a eles cabia explicitar ou dar o sentido do mundo – trabalho de produção simbólica –; no trabalho de produção do senso comum, a sua função essencial era reinterpretar os valores comuns acumulados e contidos em discursos sagrados – provérbios, ditados etc. – e, desta forma, dar um sentido mais puro às palavras da tribo. Essa apropriação de palavras – onde se acha consolidado tudo que o grupo reconhece – é uma efetiva garantia de uma vantagem considerável na luta pelo poder. Por exemplo, nas lutas pela autoridade religiosa a palavra mais preciosa é a palavra sagrada, portanto, possuí-la como possuidor legítimo é objeto de luta entre pretendentes à autoridade; na medida em que a contestação mística deve se reapropriar dos símbolos sagrados para se fazer reconhecer é que ela – palavra – acaba por ser recuperada pela tradição. No campo político, as palavras do léxico político – objetos de luta – trazem a marca da polêmica, “na forma de *polissemia* que é vestígio dos usos antagonistas que grupos diferentes dela fizeram e delas fazem. Uma das estratégias mais universais dos profissionais do poder simbólico – poetas nas sociedades arcaicas, profetas, homens políticos – consiste em por o senso comum do seu próprio lado apropriando-se das palavras que estão investidas de valor por todo o grupo, porque são depositárias da crença dele”.⁴³⁴

O que sucede no mundo contemporâneo – desenvolvido – onde a sociedade é diferenciada, portanto, onde ocorre um progressivo aumento da diferenciação e constituição de campos sociais relativamente autônomos, é que o trabalho de produção e de imposição de sentido faz-se tanto dentro das lutas internas do campo de produção cultural, como por meio dessas lutas mesmo – especialmente no seio do subcampo político –, sendo que esse trabalho de produção e de imposição de sentido é a “função própria, o interesse específico dos produtores profissionais de representações objectivadas do mundo social ou, melhor, de métodos de objectivação”. Assim, se é tão importante lutar para fixar o modo de percepção legítimo do mundo social, isso se deve, de um lado, ao fato de que a passagem do implícito ao explícito do imaginário social nada possui de automático – ou naturalmente inevitável, pois

⁴³⁴ BOURDIEU, O poder..., p. 142-3 e nota de rodapé n. 7. Grifos no original.

uma mesma experiência do social pode ser identificada por expressões muito diferentes –, e também, por outro lado, ao fato de que as diferenças objetivas mais acentuadas estarem dissimuladas por diferenças mais imediatamente visíveis, como, por exemplo, as diferenças que separam as etnias. As diferenças socialmente conhecidas e reconhecidas existem: (I) na objetividade das configurações sociais mais percebidas – entre outros, visibilidade como cada um concebe e constrói o seu mundo social, externando-o através de várias formas e maneiras –, como formas sociais, onde a proximidade das condições sociais dos agentes, desta forma, de seus comportamentos, tende a ser retraduzido como ligações e reagrupamentos duradouros dessas unidades sociais imediatamente perceptíveis, como, por exemplo, a segregação espacial que é promovida quando se estabelecem em regiões ou bairros socialmente distintos, ou mesmo quando um grupo de agentes apresenta-se dotado de propriedades visíveis perfeitamente semelhantes, revelando a existência social de diferentes grupos caracterizados por estilos de vida diferentes – portanto, com princípios próprios de visão e divisão de mundo –; (II) somente a partir do momento em que há um sujeito capaz não só de perceber essas diferenças, mas também de subjetivamente reconhecê-las como significantes, importantes, interessantes, enfim, “para um sujeito dotado da aptidão e da inclinação *para fazer* as diferenças que são tidas por significativas no universo social considerado”.⁴³⁵

O mundo social, assim, objetivamente pode ser considerado como um sistema simbólico, revelado objetivamente pelas suas propriedades e da forma como eles estão distribuídos socialmente, onde, tal qual um sistema de fonemas, “se organiza segundo a lógica da diferença, do desvio diferencial, constituído assim em *distinção* significativa”; esse espaço social e as diferenças que nele se inscrevem de forma já “naturalizada” – e assim também aceita – acaba funcionando simbolicamente como *espaço dos estilos de vida* ou como conjunto de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes – *stände*, conforme Max Weber o concebeu. Mas essa distinção não está implicada diretamente e sempre necessariamente com a procura da distinção pelo agente social, como se poderia crer àqueles que acedem a Thorstein Bunde Veblen e a sua teoria do consumo conspícuo – consumo notável, visível, eminente, distinto, ilustre, respeitável. Todo consumo e toda prática social é conspícuo – visível – quer tenha sido ou não realizado deliberadamente para a finalidade de ser visto, assim, ele é também distintivo, inspirado ou não pela intenção deliberada de ser visto, de se singularizar socialmente, de se distinguir ou agir com distinção. Desta forma, todo consumo e todo comportamento ou prática social está condenado, quer queira o agente ou

⁴³⁵ BOURDIEU, O poder..., p. 143-4. Grifos no original.

não, as funcionar como *signal simbolicamente distintivo* e a partir do momento em que esse sinal se converte em uma diferença reconhecida, legítima, aprovada socialmente, está-se diante de um *signal de distinção* com todos os qualificativos que a expressão – distinção – pode evocar, por exemplo, diferença, classificação, qualidades, dignidade, prerrogativa, honrarias, privilégio, separação, segregação. Ocorre aqui um fenômeno social que incrementa o efeito distintivo no seio social: os agentes sociais, conforme as categorias de percepção de que são dotados, capazes de perceber como distinções significantes ou pertinentes as diferenças que são já percebidas ou adotadas como “espontâneas” ou “naturais” em curso seio social, são também capazes de aumentar intencionalmente essas diferenças espontâneas de estilo de vida por meio do mecanismo social que Max Weber denominou por *estilização da vida*. “A procura da distinção – que pode marcar-se nas maneiras de falar ou na recusa a um casamento desigual – produz separações destinadas a serem percebidas ou, melhor ainda, conhecidas e reconhecidas como diferenças legítimas, quer dizer, na maior parte dos casos, como diferenças de natureza (em francês fala-se de distinção natural)”.⁴³⁶

A distinção social, assim, é a diferença social que é extraída do meio social por estar inscrita objetivamente na própria estrutura do espaço social, por ser – e quando é – percebida segundo as categorias apropriadas a essa estrutura social; apesar de muitos oporem o *stand* – grupo caracterizado por um estilo de vida singular ou próprio – weberiano à classe marxista, verifica-se que o *stand* não é nada mais que a classe construída por meio de um recorte adequado do espaço social obedecendo a lógica de percepção social inscrita segundo as categorias derivadas desse espaço – percebidas segundo as categorias apropriadas dessa estrutura, vale dizer, pré-conceitualmente distintas, essa percepção pré-conceitual reproduz a si mesmo como verdade social, contaminando-a. Assim, o capital simbólico – jungido visceralmente ao processo de fabricação de distinções, praticamente um outro nome que pode ser dado à distinção – “não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio”; perceber o mundo social através de categorias apropriadas conforme uma dada estrutura desse mundo é assumir imediatamente a incorporação de um capital que guie, norteie, possibilite essa percepção, e também significa o agente assumir uma posição na estrutura social de distribuição desse capital, com manifestações simbólicas e externalizações mais imediatas dessa sua posição e condição social.⁴³⁷

⁴³⁶ BOURDIEU, O poder..., p. 144. Grifos no original.

⁴³⁷ BOURDIEU, O poder..., p. 144-5.

Fruto, portanto, da aplicação de esquemas de construção – esquemas que constroem verdades sociais ou sentidos sociais, atuando geralmente em forma de pares de adjetivos (permitido/proibido, sofisticado/vulgar, inteligência/ignorância, gordo/magro, certo/errado, alto/baixo, rico/pobre etc.) que enunciam a maior parte dos juízos sociais – que, por sua vez, são produtos da incorporação das estruturas sociais pelos agentes e a que eles – sobre os esquemas – incidem ou se aplicam, as distinções sociais são transfigurações simbólicas das diferenças de fato em curso na sociedade, sendo que mais geralmente é possível verificar que os níveis, ordens, graus ou quaisquer outras hierarquias simbólicas são o produto de aplicação desses esquemas de percepção e construção do mundo social. Assim, a legitimidade social mais absoluta, a manifestação de um reconhecimento quase sem contestação – expressa ou tácita – de uma certa ordem ou normalidade social – comportamentos, diferenças, juízos etc. – é resultado da coincidência quase perfeita entre as estruturas sociais objetivas – como existem e se apresentam num dado momento da sociedade – e as estruturas sociais incorporadas ou assimiladas enquanto categorias de percepção pelos diferentes agentes sociais, fazendo que o mundo se torne comum, evidente, natural, enfim, para esses agentes que assim estão condicionados a ver “naturalizadamente” o mundo.⁴³⁸

Assim, o capital simbólico acaba se incorporando – realimentando – ao capital simbólico porque: (I) a real autonomia do campo de produção simbólica não é suficiente para impedir que ele – capital simbólico – permaneça dominado no seu funcionamento, pelos estrangulamentos que dominam o campo social; (II) as relações de força objetivas “tendem a reproduzir-se nas relações de força simbólicas, nas visões do mundo social que contribuem para garantir a permanência dessas relações de força”. Nessa luta pela imposição da visão legítima do mundo social – onde a própria ciência está envolvida –, “os agentes detêm um poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo. A autoridade que fundamenta a eficácia performativa do discurso sobre o mundo social, a força simbólica das visões e das previsões que têm em vista impor princípios de visão e de divisão de mundo, é um *percipi*, um ser reconhecido e conhecido (*nobilis*), que permite impor um *percipere*. Os mais *visíveis* do ponto de vista das categorias de percepção em vigor são os que estão mais bem colocados para mudar a visão mudando as categorias de percepção. Mas, salvo exceção, são também os menos inclinados a fazê-lo”.⁴³⁹

Nessa luta simbólica pela produção do senso comum legítimo – aquilo que vigora na sociedade e aceito como natural, ou o conhecido “é assim mesmo que as coisas são” – o que

⁴³⁸ BOURDIEU, O poder..., p. 145.

⁴³⁹ BOURDIEU, O poder..., p. 145. Grifos no original.

está realmente em jogo é a luta pelo monopólio do poder de nomeação legítima, poder esse de dizer o que é certo ou errado – portanto, normativo e oficial – no seio social, a visão legítima estruturante ou estruturadora do mundo social. As armas que se investem os digladiadores nessa disputa pelo legítimo social é todo capital simbólico que foi adquirido nas lutas anteriores, “e sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxinomias instituídas, como os títulos”; todas as estratégias simbólicas através dos quais os agentes impõem sua visão das divisões do mundo social e da sua posição nesse mundo situa-se entre dois extremos: (I) o insulto, *idios logos*, onde um simples particular procura impor seu ponto de vista, mas correndo o risco de sofrer os efeitos da reciprocidade; (II) a nomeação oficial, ato coletivo de imposição simbólico que tem a seu favor justamente o fato de sua força emergir do coletivo que o nomeia e impõe, tornado assim consenso e senso comum, uma vez que ela é operada por um mandatário do Estado que, por sua vez, é o detentor do *monopólio da violência simbólica legítima*. Assim, nesses dois extremos de estratégias simbólicas verifica-se, de um lado, o universo das perspectivas particulares, “dos agentes singulares que, a partir do seu ponto de vista particular, da sua posição particular, produzem nomeações – deles mesmos e dos outros – particulares e interessadas (sobrenomes, alcunhas, insultos ou, *no limite*, acusações, calúnias, etc.) – e tanto mais ineficazes em se fazerem reconhecer, portanto, em exercer um efeito propriamente simbólico, quanto menos *autorizados* estão os seus autores, a título pessoal (*autorictas*) ou institucional (delegação), bem como quanto mais interessados estão em fazer reconhecer o ponto de vista que se esforçam por impor”. Nesse sentido, a polinomásia como pluralidade de nomes – ou pessoa, instituição ou personagem literário dotado de vários nomes, sobrenomes, alcunhas – é, juntamente com a polissemia das palavras ou expressões – que designam os valores fundamentais do grupo –, o vestígio mais visível das lutas pelo poder de nomear que são travadas no seio de todos os universos sociais.⁴⁴⁰

Mas de outro lado, é possível constatar e verificar que se localiza o ponto de vista autorizado de um agente autorizado (I) a título pessoal – grande crítico, prefaciador de prestígio, autor consagrado – e, especialmente, (II) o ponto de vista legítimo do porta-voz autorizado, do mandatário do Estado, reconhecido por todas as perspectivas que podem ser tomadas socialmente, aquele que foi nomeado oficialmente e que detém um título reconhecido e que vale em todos os mercados sociais pertinentes – como o título escolar –, e que, também, por ser definição da identidade oficial, resguarda – de certa forma retira – os seus detentores da luta simbólica em curso na sociedade, outorgando aos seus detentores, enquanto agentes

⁴⁴⁰ BOURDIEU, O poder..., p. 146 e nota de rodapé n. 8. Grifos no original.

sociais, a perspectiva autorizada, reconhecida de todos, enfim, universal. O Estado, desta forma, produz as classificações oficiais e atua como o tribunal supremo que decide acerca das hierarquias e taxionomias oficiais – portanto, podendo até ser garantidas juridicamente – numa dada sociedade e, nesse contexto, a análise científica dessas lutas simbólicas não precisa decidir entre o perspectivismo – nietzschiano⁴⁴¹(?) – e uma teorização absolutista, em seu sentido de teorização universal: “a verdade do mundo social é o que está em jogo numa luta entre agentes armados de modo muito desigual para chegarem à visão e à previsão absolutas, quer dizer, autoverificantes”.⁴⁴²

Por exemplo, na França há o Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos, instituição pertencente ao Estado e que produz as taxionomias oficiais, especialmente nas relações entre empregadores e empregados – portanto, conferindo oficialmente direitos, independentemente da atividade produtora efetivamente exercida –, com valor quase jurídico, uma vez que “tende a fixar as hierarquias e, ao fazê-lo, a sancionar e a consagrar uma relação de força entre os agentes a respeito dos nomes de profissão e de ofício, componente essencial da identidade social”. Observa-se que um dicionário de ofícios é uma forma realizada desse neutralismo social, que procura anular as diferenças de fato – e constitutivas – em curso no seio social ao tratar uniformemente todas as posições ocupadas pelos diferentes agentes como – genericamente – *profissões*, entretanto marcando-as através de uma mudança constante do ponto de vista da definição – títulos, natureza das atividades etc. Quando os anglo-saxões denominam o médico por profissional, eles o fazem deixando claro que os referidos agentes são assim denominados e definidos pela sua profissão, que é para eles um atributo fundamental – e lhes garantem por isso determinadas vantagens simbólicas no meio social –; entretanto, o mesmo não ocorre quando se trata de um trabalhador com atividades e funções mais braçais e mais simples – atividades desvalorizadas socialmente por não requererem, entre outros, muito estudo para sua execução – onde, nesse caso, ele não é definido ou identificado por um atributo especial ou fundamental devido a ocupação exercida, sendo simplesmente designado – e qualificado assim – como ocupante de um posto de trabalho; também sucede que certa categoria de professor seja definida por uma tarefa, por uma atividade, e também por um título. Por isso que a questão dos nomes – a nomeação que dá uma identidade e valor social – é parte dos instrumentos voltados pra gerir uma raridade material – que por ser raro daí a sua valorização social –, de tal forma que os

⁴⁴¹ Perspectivismo é a doutrina de Friedrich Wilhelm Nietzsche, segundo a qual todo conhecimento é relativo às necessidades e especialmente às necessidades vitais do ser que conhece. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [].

⁴⁴² BOURDIEU, O poder..., p. 146-7.

nomes que são dados aos grupos – especialmente os profissionais – “registram um estado de lutas e das negociações a respeito das designações oficiais e das vantagens materiais e simbólicas que lhes estão associadas”.⁴⁴³

“O nome da profissão de que os agentes estão dotados, o título que se lhes dá, é uma das retribuições positivas ou negativas (do mesmo título que o salário) enquanto *marca distintiva* (emblema ou estigma) que recebe o seu valor da posição que ocupa num sistema de títulos organizado hierarquicamente e que contribui por este modo para a determinação das posições relativas entre os agentes e os grupos. Por esta razão, os agentes recorrem a estratégias praticas ou simbólicas tendo em mira maximizar o ganho simbólico da nomeação: por exemplo, podem renunciar às vantagens económicas garantidas por um posto para ocuparem uma posição de menor retribuição [material] mas à qual está atribuído um nome prestigioso, ou orientarem-se para posições cuja designação é menos precisa, escapando assim aos efeitos da desvalorização simbólica, da mesma forma que, ao declararem sua identidade pessoal, podem atribuir a si mesmos um nome que os engloba numa classes suficientemente vasta para comportar também agentes que ocupam uma posição superior à deles, como o mestre-escola que faz se passar por ‘professor’. De modo mais geral, eles têm sempre a faculdade de escolher entre vários nomes e podem jogar com as indeterminações e os efeitos de imprecisão que estão ligados à pluralidade das perspectivas para tentarem escapar ao veredicto da taxinomia oficial”.⁴⁴⁴

É no caso do título – nobiliário, escolar, profissional –, capital simbólico, social e até mesmo juridicamente garantido, onde se constata mais claramente a razão lógica da nomeação oficial. O nobre é aquele que é conhecido, célebre, prestigioso, bem conhecido – enfim, *nobilis* –, mas também reconhecido por uma instância oficial e universal, para ser considerado como conhecido e reconhecido por todos. Já o título escolar ou profissional “é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito”; trata-se portanto, de um capital simbólico institucionalizado, não apenas legítimo, mas também jurídico. O título escolar e o profissional estão cada vez mais indissociáveis, uma vez que o sistema escolar cada vez mais representa o referenda final e única que garante todos os títulos profissionais; esse título profissional ou escolar carrega em si um valor, e apesar de se tratar de um nome comum, funciona conforme um grande nome – nome de grande família ou nome próprio – “conferindo todas as espécies de ganhos simbólicos (e dos bens que não é possível adquirir directamente com a moeda)”. A posse de um título escolar é cada vez mais condição

⁴⁴³ BOURDIEU, O poder..., p. 147-8 e nota de rodapé n. 10.

⁴⁴⁴ BOURDIEU, O poder..., p. 148.

prévia para que alguém ingresse numa profissão dotada de título, verificando ser estrita a relação entre títulos escolares e a respectiva retribuição profissional, caso que ocorre diferentemente quando os ofícios não são titulados e os agentes que fazem o mesmo trabalho podem ter títulos escolares muito diferentes. “É a raridade simbólica do título no espaço dos nomes de profissão que tende a comandar a retribuição da profissão (e não a relação entre a oferta e procura de uma certa forma de trabalho): segue-se daqui que a retribuição do título tende a tornar-se autónoma em relação à retribuição do trabalho. Assim, o mesmo trabalho pode ter remunerações diferentes, conforme os títulos daquele que exerce (titular/interino; titular/em exercício, etc.). Dado que o título é em si mesmo uma *instituição* (como a língua) mais duradoira que as características intrínsecas do trabalho, a retribuição do título pode manter-se apesar das transformações do trabalho e do seu valor relativo: não é o valor relativo do trabalho que determina o valor do nome mas o valor institucionalizado do título que serve de instrumento o qual permite que se defenda e se mantenha o valor do trabalho”. Por isso, não é à toa que os detentores do mesmo título tendem a um comportamento voltado para constituir-se em grupo “e a dotar-se de organizações permanentes – ordens de médicos, associações de antigo alunos, etc. – destinados a assegurar a coesão do grupo – reuniões periódicas, etc. – e a promover os seus interesses materiais e simbólicos”.⁴⁴⁵

Uma ciência social das classificações somente pode ser feita na condição de se fazer também uma ciência das lutas sociais – pelo poder de conhecimento, pelo poder por meio do conhecimento, e pelo monopólio da violência legítima – dessas classificações, devendo ser devidamente considerado a posição ocupada por cada agente e cada grupo de agentes envolvido nessa disputa, desde o simples particular, submetido e condenado aos acasos das lutas simbólicas cotidianas, até os profissionais autorizados em tempo integral a atuar nessa disputa, incluindo os que falam e escrevem sobre as classes sociais, os que se comportam e se distinguem conforme as classificações estabelecidas, bem como todos que acabam envolvendo de uma forma ou outra, nesse processo, inclusive o Estado, como “detentor do monopólio da *nomeação oficial*, da boa classificação, da boa ordem”. Não se pode olvidar que a estrutura do campo social é sempre e ininterruptamente definida pela estrutura da distribuição do capital social e dos ganhos próprios dos diferentes campos particulares – o que implica, em cada momento ou contexto, que essa estrutura se apresente de forma diferente do que sucedia num momento anterior ou passado –, sendo certo que o jogo sendo jogado nesses diferentes espaços sociais de jogo, absolutamente tudo é objeto de jogo ou disputa, inclusive a

⁴⁴⁵ BOURDIEU, O poder..., p. 148-9 e notas de rodapé ns. 11 e 12.

própria definição daquilo que está em jogo – afinal, disputar-se o quê e sob quais regras? – e dos vários trunfos que podem ser colocados em jogo pelos agentes concorrentes.⁴⁴⁶

Todo campo social é um espaço de luta pela definição dos princípios legítimos de visão e divisão – distinções – do campo, pois daí advém os ganhos simbólicos e, inclusive, materiais para os detentores da visão e divisão legítima entre os diferentes agentes sociais concorrentes no campo específico. A legitimidade, então, emerge desse constante pôr-em-causa, dessa possibilidade de ação ininterrupta de desafio – na concorrência e disputa social – entre os diferentes agentes sociais acerca dos princípios de visão e divisão social, portanto, da ruptura constante da *doxa*, que é comportamento social de acomodação e aceitação de uma certa ordem corrente das coisas como já verdades evidentes e não questionáveis. Por isso que a força simbólica das partes envolvidas nessa luta simbólica social nunca é independente – ou neutra – da posição social que ele ocupa dentro do jogo, apesar do poder propriamente simbólico de *nomeação* ser uma força relativamente autônoma perante as outras formas de força social, pois cada campo social, em busca de sua autonomia, vingará estabelecer os seus princípios de visão e divisão conforme essa autonomia. Note-se aqui, que ocupar uma posição no espaço social – e há nele posições dominantes e dominadas – é levar em consideração todos os constrangimentos inscritos por essa posição que um agente social – ou um conjunto de agentes – se encontra submetido, e considerando que ele geralmente se encontra posicionado na estrutura de diferentes campos, todos os diferentes constrangimentos desses diferentes campos pesarão “nas lutas simbólicas que têm em vista conservar ou transformar essa estrutura: o mundo social é, em grande parte, aquilo que os agentes fazem, em cada momento, contudo eles não têm probabilidades de o desfazer e de o refazer a não ser na base de um conhecimento realista daquilo que ele é e daquilo de que nele são capazes em função da posição nele ocupada”.⁴⁴⁷

O trabalho científico, assim, deve estabelecer um conhecimento adequado do mundo social, considerando não somente os espaço das relações objetivas entre as diferentes posições constitutivas do campo social considerado, “mas também das relações necessárias estabelecidas, pela mediação do *habitus* dos seus ocupantes, entre essas posições e as tomadas de posição correspondentes, quer dizer, entre os pontos ocupados nesse espaço e os pontos de vista sobre este mesmo espaço, que participam na realidade e no devir deste espaço”. Assim, essa delimitação objetiva das classes construídas, vale dizer, delimitação de regiões do espaço social construído a partir das posições ocupadas pelos diferentes agentes, é que “permite

⁴⁴⁶ BOURDIEU, O poder..., p. 149-50. Grifos no original.

⁴⁴⁷ BOURDIEU, O poder..., p. 150.

compreender o princípio e a eficácia das estratégias classificatórias pelas quais os agentes têm em vista conservar ou modificar este espaço”, processo onde é capital a constituição de grupos organizados com o objetivo de assegurarem a defesa de seus membros. Analisar a luta das classificações é trazer à tona e revelar a ambição política que importuna e dificulta a ambição epistemológica – carregada de política – de produzir a boa classificação, ambição que define de modo próprio o soberano – príncipe –, aquele a quem pertence definir a transcrição – seu ato é de reproduzir, copiando o que está socialmente em luta ou sendo jogado – dos limites, fins, de um dado espaço e também transcrever o que pode ser considerado como consagrado e celebrado socialmente, enfim, “traçar, por meio do dizer, as fronteiras entre os grupos e também entre o sagrado e o profano, o bem e o mal, o vulgar e o distinguido”.⁴⁴⁸

O papel do cientista social, portanto, quando não deseja transformar a ciência social num outra maneira de dar seguimento a política – a luta política em curso na sociedade, presente em todas as disputas pela definição da visão e divisão legítima de mundo, com os respectivos ganhos simbólicos e materiais aos vencedores – por outros meios, deve tomar por objeto de estudo social justamente a intenção – em curso na sociedade, em diversos campos social, através de seus diversos agentes – de colocar os outros em classes como que reais e, deste modo, marcar de uma vez por todas a verdade do que os agentes enquadrados nessa definição são, bem como o que eles têm de ser segundo essa verdade imposta e construída arbitrariamente. Esse tipo de previsão realizada mistificadamente, encerra em si toda uma ambigüidade, pois é um destino que se realiza – se assim se realizar – porque todos os comportamentos vão atrás de sua realização, afinal, enquadra-se os diferentes agentes sociais em classes – ato dos dominantes para os dominados – e, em seguida, dita-se o que cada um é e o que devem ser a partir de então, e “naturalmente” acabam sendo. O cientista também deve analisar a sempre existente e presente “ambição da visão do mundo criadora – essa espécie de *intuitus originarius* que faria existir as coisas em conformidade com sua visão”, evidentemente visão de quem procura prevalecer o seu ponto de vista na sociedade, bem como deve repudiar tal visão – essa ambição arbitrária –; em realidade, o cientista social deve proceder cientificamente para objetivar essa ambição de objetivar, presente na sociedade – em suas lutas –, enfim, de efetuar uma classificação objetiva, do exterior, dos agentes sociais que lutam para classificar e para se classificarem e, assim, construir a vida social nessas classificações arbitrárias com intuito definitivo. Quando o cientista de fato classifica – através

⁴⁴⁸ BOURDIEU, O poder..., p. 150-1.

da análise estatística ele efetua recortes no espaço contínuo das posições sociais – ele assim procede para ter a possibilidade de conseguir objetivar todas as formas de objetivação social, desde o simples e singular insulto pessoal, até ao ato de nomeação oficial, sem poder esquecer “a pretensão, característica da ciência na sua definição positivista e burocrática, de arbitrar essas lutas em nome da ‘neutralidade axiológica’. O poder simbólico dos agentes, como poder de fazer ver – *theorein* – e de fazer crer, de produzir e de impor a classificação legítima ou legal, depende com efeito, como o caso do *rex* [soberano, príncipe] lembra, da posição ocupada no espaço (e nas classificações que nela estão potencialmente inscritas). Mas objectivar a objectivação é, antes de mais, objectivar o campo de produção das representações objectivadas do mundo social, e em particular, das taxinomias legiferantes, em resumo, o campo da produção cultural ou ideológica, jogo em que o próprio cientista está metido, como todos os que discutem acerca das classes sociais”.⁴⁴⁹

Nesse ponto torna-se necessário compreender os efeitos das homologias – equivalência, correspondência, semelhança – entre posições ocupadas em diferentes campos sociais pelos diferentes agentes sociais, em especial, os efeitos dentro do campo político. Verifica-se que o campo social de lutas simbólicas é um objeto de estudo onde o pesquisador social deve se debruçar para realmente compreender o ato ou comportamento dos diferentes agentes sociais – ocupantes de uma posição dentro do delimitado espaço social do campo referido – que faz a passagem do sentido prático da posição ocupada – vinculado a essa posição –, para manifestações sociais propriamente políticas. No campo de lutas simbólicas, os profissionais da representação – expressão essa que não pode deixar de ser referida em todos os sentidos que ela pode comportar – se opõem e entram em conflito quando considerado outro campo de lutas simbólicas, com seus princípios, agentes profissionais e autonomia própria; compreender o mundo social através do campo de lutas simbólicas é afastar-se de aceder conformado ao mito da “tomada de consciência” por um agente – ou grupos de agentes –, de sua condição social, e também afastar-se de uma pré-compreensão que estipula que ocupar uma dada posição social – ou uma dada posição no espaço social – é em si mesma suficiente e prontamente disponível para diferentes explicações sobre a verdade do mundo social, em especial, da posição considerada.⁴⁵⁰

Nota-se que os ocupantes das posições dominadas do espaço social se localizam também em posição dominada no campo da produção simbólica e a questão a ser respondida é “de onde poderiam vir os instrumentos de produção simbólica de que necessitam para

⁴⁴⁹ BOURDIEU, O poder..., p. 151. Grifos no original.

⁴⁵⁰ BOURDIEU, O poder..., p. 151-2.

exprimirem o seu próprio ponto de vista sobre o social”? A resposta é que a lógica própria do campo de produção cultural e os interesses específicos que aí são gerados, acabam produzindo o efeito de predispor uma fração dos profissionais envolvidos nesse campo a oferecer aos dominados, como base em uma homologia de posição – conforme o campo social de cada um considerado –, os instrumentos necessários para eles – dominados – realizarem a ruptura com as representações mentais acerca da sociedade e que são geradas na cumplicidade imediata das estruturas sociais objetivamente existentes, e das estruturas mentais dos diferentes agentes posicionados diferentemente na estrutura social que, por sua vez, garantem e reprodução continuada da distribuição – desigual, entre dominados e dominantes – do capital simbólico. Por isso que o fenômeno descrito pela tradição marxista como “consciência do exterior”, por onde certos intelectuais contribuiriam para a produção e difusão de uma visão de mundos social, rompedora com a visão dominante, discurso esse direcionado especialmente para os dominados, somente pode ser compreendido sociologicamente se for levado devidamente em conta a homologia entre duas posições dominadas em campos sociais diversos: (I) primeiro, a posição dos produtores de bens culturais dentro do campo do poder, ou mesmo dentro da divisão do trabalho de dominação, vale dizer, dentro do campo dos dominantes, ainda assim localizar-se uma sub-divisão entre dominantes-dominantes e dominantes-dominados, para então verificar a atuação deste últimos dentro do campo; (II) segundo, a posição ocupadas pelos agentes mais desprovidos dos meios de produção econômicas e culturais, dentro do espaço social. Essa homologia de posições favorece que um contribua para o trabalho de outro, numa espécie de “solidariedade” decorrente da posição social semelhantemente – posições equivalentes – ocupada em campos sociais diversos.⁴⁵¹

Mas esse modelo de análise do espaço social exige uma ruptura com a representação unidimensional e linear do mundo, e que traz subentendido uma visão dualista pela qual “o universo das oposições constitutivas da estrutura social se reduziria à oposição entre os proprietários dos meios de produção e os vendedores de força de trabalho”. Daí decorre uma outra falta da teoria marxista de classes, que se torna insuficiente ou incapaz de explicar o conjunto das diferenças sociais objetivamente demonstradas, uma vez que a teoria marxista reduz o mundo social unicamente centrado no eixo econômico, ou no campo social econômico, portanto, sendo obrigada – por uma imposição de coerência epistemológica e teórica – a definir a posição social – ocupada pelo agente – referida unicamente pela posição ocupada nas relações de produção econômica; disso decorre que são ignoradas todas as

⁴⁵¹ BOURDIEU, O poder..., p. 152.

demais posições sociais ocupadas nos diferentes campos e subcampos sociais, especialmente as relações sociais de produção cultural, bem como todas as oposições – disputas, diferenças – que estruturam o campo social e que são irreduzíveis à simples oposição entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção econômica.⁴⁵²

Se a análise marxista concebe o mundo social como unidimensional, sustentado em torno de dois eixos principais – detentores dos meios de produção e detentores da força de trabalho, sendo uma das questões mais debatidas e importantes ser acerca dos limites entre esses dois eixos, como a aristocracia operária, aburguesamento da classe operária etc, com todas as questões que decorrem como correlatas –, verifica-se, na realidade, que o espaço social é um espaço multidimensional, como um conjunto de aberto de campos sociais relativamente autônomos, subordinado, quanto ao seu funcionamento e suas transformações, de modo mais ou menos constante e de modo mais ou menos direto, ao campo da produção econômica, sendo que “no interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagonistas)”. Significativo e importante é observar que, “do ponto de vista do círculo da reprodução simbólica, está em que, na base das homologias de posição no interior de campos diferentes (e do que há de invariante, e até mesmo de universal, na relação entre dominante e dominado) se podem instaurar *alianças* mais ou menos duradouras e sempre com fundamento num mal-entendido mais ou menos consciente”. Assim, a homologia de posição entre os intelectuais – ocupando no campo do poder (em relação aos donos da indústria e do comércio) posições semelhantes ou equivalente aos dos operários da indústria quando tomado o espaço social em seu conjunto – e os operários da indústria é origem e fundamento de “uma aliança ambígua, na qual os produtores culturais, dominados entre os dominantes, oferecem aos dominados, mediante uma espécie de desvio do capital cultural acumulado, os meios de constituírem objectivamente a sua visão do mundo e a representação dos seus interesses numa teoria explícita e em instrumentos de representação institucionalizados – organizações sindicais, partidos, tecnologias sociais de mobilização e de manifestação, etc.”. Esse fenômeno foi bem relatado e constatado por historiador, ao fazer uma análise da história da revolução cultural francesa, constatando o que os dominados do campo intelectual, em vias de constituição, fizeram em pleno movimento revolucionário francês, acabando por contribuir para a deslegitimação dos fundamentos simbólico-políticos do poder então constituído.⁴⁵³

⁴⁵² BOURDIEU, O poder..., p. 152-3.

⁴⁵³ BOURDIEU, O poder..., p. 153-4 e nota de rodapé n. 13. Grifos no original.

A homologia de posição de agentes entre campos sociais diferentes, portanto, é também uma semelhança – correspondência – na diferença social, e não pode ser confundida como uma espécie de identidade de condição social entre diferentes agentes, no intuito ideológico e na busca de determinados efeitos sociais, tais como já foi feita, por exemplo, na análise da relação ideológica entre patrão, pai e professor para a estrutura social capitalista. Se uma mesma estrutura social se encontra presente em diferentes campos – invariante das formas das diferentes distribuições – permitindo a fecundidade do pensamento analógico em sociologia, não se pode olvidar também a verdade de que o princípio da diferenciação – e que marca a autonomia de cada campo – é diferente na medida em que é diversa a natureza do interesse e do que está em jogo em cada campo específico, portanto, na *economia* – das diferentes – práticas sociais. Por isso é importante restabelecer a hierarquização das espécies de capital, pois esse conhecimento da hierarquia dos princípios da visão e divisão – distinção – do mundo social permite definir os limites em que operam os princípios de divisão tidos como socialmente subordinados e, paralelamente, os limites que podem ser aplicados para as similitudes – por analogia – ligadas à homologia de posição. Nesse contexto, nas sociedades diferenciadas – sociedades capitalistas tidas como desenvolvidas – verifica-se que as relações dos diversos campos sociais com o campo da produção econômica são simultaneamente relações de homologia estrutural e relações de dependência causal, onde a “as formas das determinações causais é definida pelas relações estruturais e a força da dominação é tanto maior quanto mais aproximadas das relações de produção econômica estiverem as relações em que ela se exerce”.⁴⁵⁴

Todos os mandatários, aqueles que estão imbuídos de uma delegação social, possuem interesses específicos que emergem – são devidos – da sua posição social no campo político e no subcampo do partido ou sindicato, e submetidos a efeitos “teóricos” por eles mesmos – mandatários e suas posições ocupadas – determinados. Por isso, os debates eruditos sobre classes sociais – em especial seus problemas de ordem prática, de como se revelam no mundo real (quadros, aristocracia operária) frente ao que teoricamente foi assinalado – são em realidade a retomada das questões realísticas ou práticas sobre a temática e que sempre se impõe aos responsáveis políticos, pois eles têm sempre que fazer frente aos imperativos práticos – regra geral contraditórios – que emergem da luta no âmbito do campo social político – necessitam sempre provar a sua representatividade, preocupar-se em mobilizar o maior número de votos ou de mandatos, afirmar a irredutibilidade de seu projeto político-

⁴⁵⁴ BOURDIEU, O poder..., p. 154.

social aos outros mandatários adversários –, “vendo-se assim obrigados a pôr o problema do mundo social em termos da lógica tipicamente substancialista das fronteiras entre os grupos e do volume do grupo mobilizado”.⁴⁵⁵

Os mandatários procuram resolver os problemas de qualquer grupo que se preocupe em se fazer conhecer e fazer reconhecer a sua força coletiva, vale dizer, sua existência, recorrendo a conceitos variados – classe operária, trabalhadores, povo etc. – para identificar os agentes participantes do referido grupo que ele pertence e representa. Mas é preciso compreender que esses interesses específicos vinculados à posição ocupada por eles – mandatários, delegados – dentro do campo e a correlativa luta ou concorrência pela imposição da visão legítima – e normativa – do mundo social, produzem efeitos de estimular os teóricos e porta-vozes oficiais – enfim, os profissionais da visão e divisão sociais – a buscarem a raridade, vale dizer, de produzirem produtos – discursivos – diferenciados, distintos e que, tendo em vista a homologia de posições dos agentes localizados no campo dos produtores profissionais e o dos agentes localizados no campo dos consumidores de opiniões, já estão quase que automaticamente ajustados às diferentes formas de procura, procura essa da diferença, da oposição, da raridade considerada a partir de um ponto ou uma dada posição na estrutura social, para cuja produção os próprios mandatários – e mesmo os consumidores – contribuem quando permitem-lhe encontrar uma expressão ou demanda. Por isso, considera-se que é nesse sentido que a estrutura do campo político – relação objetiva com os ocupantes das outras posições do campo; relação com as tomadas de posição concorrentes –, tanto como a relação com os mandantes, acaba determinando as tomadas de posição ou a oferta dos produtos políticos. Considerando que os interesse envolvidos diretamente na luta pelo monopólio da expressão legítima da verdade do mundo social, sempre “tendem a ser o equivalente específico dos interesses dos ocupantes das posições homólogas no campo social”, os discursos políticos não deixam de estar impregnados por uma espécie de duplicidade estrutural, vale dizer, aparentemente destinados aos mandantes, em realidade são dirigidos aos concorrentes do campo.⁴⁵⁶

Assim, as tomadas de posição políticas num dado momento – por exemplo, os resultados eleitorais – “são também produto de um encontro entre uma oferta política de opiniões políticas objectivadas (programas, plataformas de partidos, declarações, etc.) que está ligada a toda a história anterior do campo de produção e uma procura política ligada, ela própria, à história das relações entre oferta e a procura. A correlação que se pode observar

⁴⁵⁵ BOURDIEU, O poder..., p. 154-5.

⁴⁵⁶ BOURDIEU, O poder..., p. 155-6.

num dado momento entre as tomadas de posição sobre este ou aquele problema político e as posições no espaço social só se pode compreender perfeitamente se se notar que as classificações utilizadas pelos votantes para fazerem a sua escolha (direita/esquerda, por exemplo) são produto de todas as lutas anteriores e que o mesmo se passa com as classificações utilizadas pelo analista para classificar não só as opiniões, mas também os agentes que as exprimem. Toda a história do campo social está presente, em cada momento, em forma materializada – em instituições tais como os serviços permanentes de partidos ou sindicatos – e em forma incorporada – nas atitudes dos agentes que fazem funcionar estas instituições ou que as combatem (com o efeito de histerese [ou inércia] ligados à fidelidade)”. Desta forma, todas as formas de identidades coletivas organizadas e reconhecidas – classe operária, central sindical, quadros etc. – “são produto de um longa e lenta elaboração colectiva: não sendo completamente artificial, sem o que a operação de constituição não teria sucesso, cada um destes corpos de representação que justificam a existência de corpos representados dotados de uma identidade social conhecida e reconhecida, existe por todo um conjunto de instituições que são outras tantas invenções históricas, uma sigla, *sigillum authenticum*, como diziam os canonistas, um selo ou um carimbo, um escritório ou um secretariado dotado de um monopólio da assinatura e da *plena potentia agendi et loquendi*, etc. Esta representação, produto das lutas que se desenrolaram, no seio do campo político e também no exterior dele, a propósito sobretudo do poder sobre o Estado, deve as suas características específicas à história particular de um campo político e de um Estado específico (o que explica, entre outras coisas, as diferenças que separam as representações das divisões sociais, logo, dos grupos representados, conforme os países)”.⁴⁵⁷

Por isso, o cientista social deve compreender que toda representação social é produto de uma história e cultura específicas ou particulares, sendo que, numa dada história e sociedade, ele precisa “reconstruir em cada caso [de representação legítima de mundo social] o *trabalho histórico* de que são produto as divisões sociais e a visão social dessas divisões”, a fim de evitar ser “iludido pelos efeitos do trabalho de *naturalização*, que todo o grupo tende a produzir em vista de se legitimar, de justificar plenamente a sua existência”. Uma posição social adequadamente definida é que permite uma melhor previsão das práticas e das representações dos agentes sociais instalados em tal posição da estrutura social, enfim, revela uma certa identidade social do agente – pelo menos quanto às suas inclinações mais prováveis. Mas esse *status* – estatuto – ou estado identitário do agente, atualmente muito

⁴⁵⁷ BOURDIEU, O poder..., p. 156-7. Grifos no original.

vinculado e identificado com a identidade profissional que ele carrega, não pode ser qualificado – como antigamente – de modo semelhante ao que o papel do “ser” tinha na metafísica – uma essência do onde derivariam todos os aspectos da existência histórica da pessoa –, uma vez que “esse *status*, como o *habitus* que nele se gera são produtos da história, suscetíveis de serem transformados, de modo mais ou menos difícil pela história”.⁴⁵⁸

O poder de constituição e instituição que um porta-voz autorizado detém, provém de um ato anterior, que possui uma lógica própria, lógica essa que governa primeiramente o processo constituição e instituição de um poder, para em seguida ele dar origem ao decorrente poder do porta-voz. Analisar esse processo é importante para discernir que não é suficiente explicar os interesses específicos dos teóricos ou dos porta-vozes, bem como as afinidades estruturais que os ligam aos seus mandantes, para entender como se constitui e se institui o poder de constituição e de instituição que o porta-voz autorizado detém. A análise requer a verificação da lógica do processo de instituição, regra geral “percebido e descrito como processo de delegação, pelo qual o mandatário recebe do grupo o poder de fazer o grupo”. Na sociedade há presente o que já foi descrito como mistério do ministério – jogo de palavras *mysterium/ministerium* muito prezado pelos canonistas – e que é uma espécie de magia social onde uma coisa ou pessoa acaba se transformando em algo diferente do que comumente é, para identificar-se e ser identificado com um conjunto de agentes sociais ou com uma entidade social; o mistério do processo de transubstanciação, que faz com que o porta-voz acabe como que encarnado o próprio grupo que ele representa e manifesta – exprime –, só pode ser desvelado através de uma análise histórica da gênese e do funcionamento da figura da “representação”, onde sucede ocorrer que o representante faz – produz e constrói concretamente para a existência – o grupo, que, por sua vez, faz – produz e cria concretamente para a existência – a figura do representante.⁴⁵⁹

O porta-voz é um ser, uma entidade dotada de pleno poder de falar e de agir sobre o grupo e em nome do grupo, através da magia da palavra de ordem; “é o substituto do grupo que somente por esta procuração existe; personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, ele faz sair do estado de indivíduos separados [isolados] os que ele pretende representar, permitindo-lhes agir e falar, através dele, como um só homem [uma só pessoa]. Em contrapartida, ele recebe o direito de se assumir grupo, de falar e de agir como se fosse o grupo feito homem [feito uma pessoa]: *Status est magistratus*, ‘l’État c’est moi’, ‘O Sindicalismo pensa que...’ etc. O mistério do ministério é um desses casos de magia social em

⁴⁵⁸ BOURDIEU, O poder..., p. 157. Grifos no original.

⁴⁵⁹ BOURDIEU, O poder..., p. 157-8.

que uma coisa ou uma pessoa se torna uma coisa diferentes daquilo que ela é, um homem (ministro, bispo, delegado, deputado, secretário-geral, etc.) que pode identificar-se e ser identificado com um conjunto de homens, o Povo, os Trabalhadores, etc. ou com uma entidade social, a Nação, o Estado, a Igreja, o Partido. O mistério do ministério chega ao cúmulo quando o grupo só pode existir pela delegação num porta-voz que o fará existir falando por ele, quer dizer, a favor dele e no lugar dele. O círculo fica então fechado: o grupo é feito por aquele que fala em nome dele, aparecendo assim como o princípio do poder que ele exerce sobre aqueles que são o verdadeiro princípio dele. Esta relação circular é a raiz da ilusão carismática que faz com que, *no limite*, o porta-voz possa aparecer e apresentar-se como *causa sui* [causa própria]”.⁴⁶⁰

A alienação – falsa consciência – política, tem sua origem no fato de que, para os agentes sociais isolados – principalmente por estarem mais desprovidos de capital simbólico – , não há outra alternativa de constituírem-se como força capaz de se fazer ouvir no campo político, a não ser constituindo-se como grupo, mas ao praticar esse ato, esses agentes isolados – que passam a existir como grupo – precisam abrir mão de algo e entregá-lo ou delegá-lo a um aparelho social criado, a partir daí dele desapossando-se, vale dizer, abrem mão do direito dele falar e agir politicamente, que é assumido pelo seu delegado como se estivesse assumindo e fosse o próprio agente isolado que politicamente estivesse agindo; por outras palavras, a alienação – que aqui também soa como um paradoxo surreal – está no fato de que é preciso ao agente social dominado arriscar o desapossamento político para justamente ter uma oportunidade de escapar ao desapossamento político. Karl Marx afirmou que o fetichismo é tudo que advém como produto da cabeça do homem e que aparece como dotado de vida própria; nesse sentido, o fetichismo político “reside precisamente em que o valor da personagem hipostasiada, esse produto da cabeça do homem, aparece como carisma, misteriosa propriedade objectiva da pessoa, encanto, inapreensível mistério sem nome. O ministro, ministro do culto ou ministro do Estado, acha-se numa relação de metonímia com o grupo; sendo parte do grupo, ele funciona como sinal pela totalidade do grupo”. Por isso ele – porta-voz – funcionando como substituto concretamente real de um ser perfeitamente simbólico, favorece um erro de categoria, pois substitui ou transforma uma coletividade ou pluralidade individualizada de agentes sociais por um nome próprio – grupo – que os identifica: “unicamente pela sua existência visível, ele constitui a pura diversidade serial dos indivíduos separados em pessoa moral, a *collectio personarum plurium* em *corporatio*, em

⁴⁶⁰ BOURDIEU, O poder..., p. 158.

corpo constituído, e pode mesmo, pelo efeito da mobilização e da manifestação, fazê-la aparecer como agente social”.⁴⁶¹

“A política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, acção que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos. Pelo poder dos mais antigos dos efeitos metafísicos ligados à existência de um simbolismo, a saber, aquele que permite que se tenha por existente tudo o que pode ser *significado* (Deus ou o não-ser)”, a representação política tem o efeito de produzir e reproduzir a todo instante um argumento que traz embutido em si um enunciado que dá vida e existência concreta a algo que foi idealmente concebido; assim, é por isso que o enunciado predicativo ou qualificativo – em qualquer sentido que seja – que tenha por sujeito, por exemplo, “a classe operária”, em realidade está externando e ao mesmo tempo dissimulando que *há* efetivamente uma classe operária, tão certo isso, que é digna de um enunciado predicativo com intenção “naturalizada” – portanto, dissimulada – de ser um também um enunciado existencial. “De modo mais geral, todos os enunciados que têm como sujeito um colectivo, Povo, Classe, Universidade, Escola, Estado, supõem resolvido o problema da existência do grupo em questão e encobrem esta espécie de ‘falsificação de escrita metafísica’ que foi possível denunciar no argumento ontológico. O porta-voz é aquele que, ao falar de um grupo, põe, sub-repticiamente, a existência do grupo em questão, institui este grupo, pela operação de magia que é inerente a todo o acto de nomeação. É por isso que é preciso proceder a uma crítica da razão política, intrinsecamente dada a abusos de linguagem que são abusos de poder, se se quer pôr a questão pela qual toda a sociologia deveria começar, a saber, a da existência e do modo de existência dos colectivos”⁴⁶²

Conclui-se, portanto, que uma classe somente existe na medida em que – e somente nessa medida – os seus mandatários estejam plenamente dotado do poder de agir em nome do grupo assim constituído – *plena potentia agendi* –, e desta forma poderem agir sobre o grupo, bem como ser e sentirem-se autorizados a falar em nome da coletividade assim constituída – “o Partido é a Classe Operária”; “a Classe Operária é o Partido”; “a Igreja é o Papa (ou os Bispos)”; “o Papa (ou os Bispos) é a Igreja” – “e a fazê-la existir assim como uma força real no seio do acampo político”. Por isso é que o que diversas – e diferentes – sociedades histórico-culturais denominam por “classe operária” é algo paradoxal: “trata-se de uma espécie de *existência em pensamento*, de uma existência no pensamento de uma boa parte daqueles que as taxinomias designam como operários, mas também no pensamento dos

⁴⁶¹ BOURDIEU, O poder..., p. 158-9.

⁴⁶² BOURDIEU, O poder..., p. 159.

ocupantes das posições mais afastadas destes últimos no espaço social [aqueles que se encontram no estrato social mais desfavorecido sócio-economicamente na sociedade]. Esta existência reconhecida quase universalmente assenta ela própria na existência de uma *classe operário em representação*, quer dizer, de aparelhos políticos e sindicais e de porta-vozes permanentes, vitalmente interessados em crer que ela existe e em fazê-lo crer tanto àqueles que a ela pertencem como àqueles que a rejeitam, capazes de *fazer falar* a ‘classe operária’ – e de uma só voz –, de a evocar, como se evocam os espíritos, de a invocar, como se invocam os deuses e os santos patronos, e até mesmo de a exhibir simbolicamente através da *manifestação*, espécie de aparato teatral de classe em representação, com o corpo dos representantes permanentes e toda simbólica constitutiva da sua existência – siglas, emblemas, insígnias – por um lado, e, por outro lado, a fracção mais convicta dos crentes que, pela sua presença, permite que os representantes dêem a representação de sua representatividade. Esta classe operária como ‘vontade e representação’ – segundo o famoso título de Schopenhauer⁴⁶³ – nada tem de classe em acto, grupo real realmente mobilizado, que a tradição marxista evocava”.⁴⁶⁴

“Mas nem por isso ela [classe operária] é menos real, embora sua realidade seja aquela realidade mágica que (seguindo Durkheim e Mauss) define as instituições como ficções sociais. Esta classe, verdadeiro corpo mítico, criada às custas de um imenso trabalho histórico de invenção teórica e prática – a começar pelo do próprio Marx –, incessantemente recriada

⁴⁶³ Arthur Schopenhauer (1788-1860), filósofo alemão que, em seu principal trabalho, *O Mundo como Vontade e Representação* (1818), apoiando-se em Platão e na metafísica idealista de Kant, concluiu que o mundo, tal como é dado, em sua aparente multiplicidade, em sua inconsistência, é apenas um conjunto de representações; o mundo externo é construído por nossas mentes e, neste sentido, é uma Representação. Mas negou que o mundo fosse impenetrável e identificou-o com a Vontade. A única coisa em si, fundamento do universo, raiz metafísica, princípio de toda a realidade, é a Vontade, que, sendo independente das representações, não se submete às leis da razão. O real, portanto, seria cego e irracional. Princípio irreduzível, que possui em si mesmo seu princípio de razão suficiente, a Vontade é a essência de todas as coisas, presente tanto na natureza inorgânica como nos organismos inferiores e superiores, inclusive nos seres dotados de consciência (o homem). Na consciência, este querer universal e eterno que é a Vontade suscita um desejo sempre novo de realização. Querer é, antes de mais nada, querer viver; mas a vida nunca se apresenta como algo completo e definitivo, daí Schopenhauer concluir que o querer-viver é a raiz de todos os males, de todo sofrimento. A Vontade como querer perpétuo que nunca é satisfeito, a cada grau de realização, multiplica os desejos e, portanto, também as dores; cada satisfação acarreta um desejo maior, que é fonte de dores maiores. A dor é, portanto, o estado natural do homem e o fim ao qual tende a natureza. A Vontade é uma força cega, irracional, que surge sem propósito ou direção, sendo também princípio último de tudo e impulso jamais inteiramente satisfeito. Tal é o profundo pessimismo do filósofo alemão, para quem todos os preceitos de moral se resumem num só, qual seja, “destruir em nós, por todos os meios, a vontade de viver”, pois o mundo é de dor e sofrimento. Para isso, no entanto, os meios físicos não são eficazes pois, segundo o filósofo, o homem pode se libertar dessa servidão através de outro procedimento, de um caminho que compreende três etapas: (a) a da arte, pela qual o artista, ao expressar a beleza, desliga-se da vida e de seus dolorosos desejos; (b) a da piedade, que liberta o ser humano do egoísmo; e (c) a do ascetismo, que consiste na negação de todos os desejos, na negação da vontade de viver, na total imersão do nada. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 21; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.

⁴⁶⁴ BOURDIEU, O poder..., p. 159-60.

pelos esforços e dedicações sem número e sem fim que são necessários para produzir e reproduzir a crença e a instituição que garante a reprodução da crença, existe no corpo de mandatários – e por meio dele –, os quais lhe dão uma palavra e uma presença visíveis, existe na crença na sua existência que este corpo de plenipotenciários consegue impor, pela sua existência e pelas suas representações, na base das afinidades que unem objectivamente os membros da mesma ‘classe no papel’ como grupo provável. O sucesso histórico da teoria marxista, a primeira, entre as teorias sociais com pretensões científicas, a ter-se realizado de modo tão completo no mundo social, contribui assim para fazer com que a teoria do mundo social menos capaz de integrar o *feito de teoria* – que ela [teoria marxista] exerceu mais do que qualquer outra – represente hoje, sem dúvida, o mais poderoso obstáculo ao progresso da teoria adequada do mundo social, progresso para a qual, em outros tempos, ela [teoria marxista] contribuiu mais do que qualquer outra”.⁴⁶⁵

1.1.6.4. CLASSES SOCIAIS: EXISTÊNCIA OU INEXISTÊNCIA? TEORIA OU FATO?

À indagação se a classe social seria uma categoria científica e analítica ou ordinária e vulgar – senso comum –, é preciso ser crítico quanto à própria maneira de formular o questionamento sobre a classe social, a fim de não reduzir o problema a uma solução de simples escolha fundada em alguns poucos argumentos do senso comum. Assim, anterior à essa indagação, há um problema prévio, vale dizer, o problema do conhecimento – como se constrói ele e, mais precisamente, como se constrói uma verdade sobre a realidade das classes sociais – especialmente considerando a situação muito peculiar de que o objeto deste conhecimento é feito *pelos/para* – simultaneamente – os sujeitos que o conhecem. Nesse sentido epistemológico, verifica-se que a sociologia muito utiliza as oposições comuns em suas construções teóricas, os denominados “pares conceituais” ou “pares epistemológicos” – na designação de Bachelard –, para marcar um dado conhecimento erudito sobre o mundo, pois, construídas pela realidade social – expressões construídas a partir do senso comum cotidiano –, são natural e inconscientemente utilizados para construir a realidade social de forma científica, o que dificulta muito o alcance da verdadeira sociologia científica. Uma de

⁴⁶⁵ BOURDIEU, O poder..., p. 160-1.

suas antinomias fundamentais é a oposição entre subjetivismo e objetivismo – também conhecidos mais contemporaneamente pelas expressões estruturalismo e construtivismo – que, grosso modo, pode ser assinalada da seguinte forma: (I) do ponto de vista objetivista – conforme Durkheim –, os agentes sociais são tratados como coisas, classificados como objetos, sendo que alcançar cientificamente essa classificação objetiva pressupõe uma ruptura com as classificações subjetivas ingênuas, tidas como prenoções e ideologias; (II) do ponto de vista subjetivo – conforme a fenomenologia, a etnometodologia e a sociologia construtivista –, os agentes sociais constroem a realidade social, entendida aqui como o produto da agregação desses atos individuais de construção ou edificação de mundo social, sendo que não há necessidade de ruptura com a experiência social primária, uma vez que a tarefa da sociologia se reduz a oferecer um relato de relatos.⁴⁶⁶

Para compreender a verdade que se constrói sobre a classe social é preciso verificar que, de fato, esta é uma falsa oposição; na realidade, os agentes sociais são classificados e classificadores, mas eles classificam de acordo com – ou dependendo de – sua posição nas classificações ou, resumindo, eles são marcados por um ponto de vista, que possui ao mesmo tempo uma faceta subjetivista e uma faceta objetivista: (I) o ponto de vista em sua faceta subjetiva indica que ele é uma visão subjetiva – pessoal – e parcial do mundo social e suas divisões ou classificações; (II) o ponto de vista em sua faceta objetiva é um panorama, tomado e marcado a partir de um ponto da estrutura social, de uma posição determinada no espaço social objetivo e que condiciona a visão de mundo e divisão de um agente social ali posicionado.⁴⁶⁷

O ponto de vista objetivo permite suplantar a visão de classe social como comumente é concebida – por um lado, classe social não existiria realmente, sendo apenas uma realidade teórica; por outro lado, ela seria uma realidade de fato e existente concretamente, inclusive teoricamente; por um lado ela seria uma categoria apenas científica, por outro lado ela seria uma categoria antes de tudo vulgar (senso comum); enfim, por um lado, classes sociais não existiriam, por outro, elas existiriam efetivamente na sociedade –; assim, ao invés de tratar sobre classes sociais, passar-se-ia a tratar de espaço social – uma construção teórica com muita correspondência na realidade, revelando a distribuição de um capital entre diferenciados agentes, localizados em posições diferentes nesse espaço social, mas que revelaria outras facetas acerca da classe social, inclusive sua condição de probabilidade existencial, entre outras conseqüências – e, decorrente dessa mirada epistemológica, voltar-se

⁴⁶⁶ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 101-2.

⁴⁶⁷ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 102.

para o fenômeno das classes sociais como uma construção teórica muito bem fundada, e de que forma ela existe no mundo social.⁴⁶⁸

Para a indagação se as classes sociais seriam uma construção meramente teórica ou uma realidade de fato, trata-se ela de um eufemismo para uma questão mais política, qual seja, se efetivamente existiriam classes sociais na sociedade, questionamento direto esse que emerge na mesma objetividade do mundo social e das lutas sociais que tem lugar nesse mundo. Foi o marxismo – e os movimentos que o seguiram sob sua inspiração – que estabeleceu a divisão social em classes sociais como um dos maiores princípios de divisão do campo político. Em princípio, qualquer resposta para as perguntas acima pode revelar a escolha política do pesquisador, reforçada pelo fato de que ela geralmente fica circunscrita a dois possíveis posicionamentos sobre a existência de classe e que corresponderia, por sua vez, a duas prováveis posturas sobre o modo de conhecimento – realista ou construtivista – que resultariam como produto a noção de classe. Assim, aqueles que afirmam a existência das classes sociais, tendem a adotar uma postura realista de construção de conhecimento, e caso encontrem-se empiricamente inclinados, eles determinarão empiricamente as propriedades e limites das diversas classes, às vezes expressando individualmente os membros de cada classe.⁴⁶⁹

Diferente a esse posicionamento, opõe-se muito freqüentemente outra corrente, em especial por sociólogos conservadores, que afirma a idéia de que classes sociais são apenas construções do cientista, não tendo absolutamente nenhuma correspondência na realidade, sendo que qualquer intenção de demonstrar a existência de classes, através de verificações empíricas de indicadores objetivos de posição social ou econômica, irá esbarrar no fato de que é impossível localizar, no mundo real, descontinuidades – divisões – claras; por exemplo, o rendimento, como a maioria das propriedades vinculadas ao indivíduo, revela uma distribuição contínua, de forma que qualquer categoria à parte – destacada – que se possa construir sobre sua base, acabará se revelando um mero e simples artifício estatístico; a dificuldade de traçar uma linha divisória que distinga precisamente na sociedade o que é ser rico e o que é ser pobre (quem é rico e quem é pobre), é a mesma que busca diferenciar o que é um jovem e o que é um velho, assim como qual linha divisória que distingue socialmente um homem de uma mulher. Evidentemente que esse posicionamento, ou esta fórmula, é muito adequado e de grande interesse e deleite daquelas pessoas – inclusive sociólogos – que desejam convencer a si mesmos e aos outros que as diferenças sociais não existem ou

⁴⁶⁸ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 102.

⁴⁶⁹ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 102-3.

estariam enfraquecendo – aburguesamento da classe trabalhadora; homogeneização da sociedade –, argumentando que não existe nenhum princípio dominante de diferenciação em curso na sociedade.⁴⁷⁰

Tanto um posicionamento quanto outro – de um lado classes existiriam constituídas na própria realidade objetiva do mundo social e, de outro, classes seriam simples artifícios teóricos (acadêmicos ou do senso comum) obtidos por um recorte arbitrário do indiferenciado *continuum* do mundo social – têm algo em comum e que os identifica, vale dizer, ambos posicionamentos aceitam como pressuposto natural nessa construção de conhecimento, a filosofia substancialista, onde a realidade é conhecida e reconhecida naquilo que vem de encontro e é oferecida diretamente para a intuição da experiência ordinária e, nesse caso, reivindicando ao mesmo tempo a afirmação e negação das classes sociais. Entretanto, quando se adota o modo de pensamento relacional ou estrutural, onde o real não é identificado com substâncias, mas com as relações e, por isso – transportando tal concepção para a sociologia – começa-se a vislumbrar a realidade social como uma série de relações invisíveis, mas que constituem um espaço de posições onde sua propriedade fundamental é a recíproca externalidade dos objetos que encerra, vale dizer, posições que, pelas próprias posições e distâncias que mantém entre si, bem como as relações que mantém objetivamente entre si, revelam um realismo de relações, onde a realidade passa a ser a própria estrutura social, mas tomada por uma mirada – um ponto de vista – como um conjunto de relações constantes que estão muitas vezes invisíveis, obscurecidas pelas realidades das experiências sensíveis ordinárias e pelos indivíduos presos ao realismo substancialista. Então, sob esse viés, é possível afirmar que não existem classes sociais como grupos homogêneos de indivíduos, distinguidos entre si por um ponto de vista – princípio de visão e divisão de mundo – econômico e social, constituídos objetivamente em grupos, entretanto, certamente existe um espaço de diferenças que está fundado num princípio de diferenciação – distinção – econômico e social. Do ponto de vista do rigor científico, o que efetivamente existe não são classes sociais tal como entendem o modo de pensar realista, substancialista e empirista – adotado paradoxalmente (uma verdadeira aporia) por oponentes e proponentes da existência da classe – mas um verdadeiro espaço social com suas propriedades fundamentais ditadas pelas relações externalizadas objetivamente e reciprocamente pelos ocupantes desse espaço.⁴⁷¹

⁴⁷⁰ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 103-4.

⁴⁷¹ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 104-5.

Por isso, o papel da ciência social é construir o espaço que permite explicar ou prever o maior número possível de diferenças observáveis entre os indivíduos ou, por outras palavras, que permita determinar os principais princípios de diferenciação – distinção – necessários ou suficientes para explicar ou prever a totalidade das características observáveis num determinado conjunto de indivíduos. O mundo social, assim, é um espaço multidimensional que pode ser construído através de pesquisas empíricas, que buscam descobrir os principais fatores de diferenciação que fundamentam as diferenças observáveis num determinado universo social ou, em outras palavras, descobrindo os poderes ou *formas de capital* que são e podem chegar a ser eficientes – como trunfos num jogo – neste universo particular, vale dizer, na luta – disputa ou competição – pela apropriação dos bens escassos que tem lugar nesse universo – específica economia social. Diante disso, verifica-se que a estrutura desse espaço social é dada pela distribuição dos diferentes formas de capital, ou seja, pela distribuição das propriedades significativas que estão vivas e atuantes no universo estudado, propriedades essas capazes de outorgar força, poder e proveito aos seus detentores.⁴⁷²

Se forem consideradas as sociedades diferenciadas tidas como desenvolvidas, especificamente a francesa e a norte-americana, Pierre Bourdieu constata, através das suas pesquisas empíricas, que os poderes sociais fundamentais são hierarquicamente assim distribuídos: (I) em primeiro lugar o capital econômico, em suas diversas espécies; (II) em segundo lugar o capital cultural, ou capital informacional, em seus diversos tipos; (III) em terceiro lugar duas formas de capital que estão fortemente relacionadas, que consiste no (a) capital social, como um recursos fundados em inter-relacionamentos e pertencimento num grupo social, e no (b) capital simbólico, que é a forma que adotam os diferentes tipos de capital, a partir do momento que são percebido e reconhecidos como legítimos. Assim, os diferentes agentes sociais estão distribuídos nos diferentes espaços sociais conforme algumas dimensões: (I) numa primeira dimensão, de acordo com o volume global do capital – conjunto de capitais – possuído; (II) numa segunda dimensão, segundo a composição do capital, isto é, segundo o peso relativo dos diversos tipos de capital na totalidade ou conjunto do capital possuído, especialmente o econômico e o cultural; (III) numa terceira dimensão, segundo a evolução dada no tempo do volume e composição do conjunto do capital, enfim, de acordo com sua trajetória no espaço social.⁴⁷³

⁴⁷² BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 105-6.

⁴⁷³ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 106.

Os agentes e os grupos de agentes estão todos destinados a ocupar uma posição nesse espaço social, mais precisamente, uma situação ou uma classe determinada de posições próximas, por exemplo, uma área particular nesse espaço, sendo definidos por sua posição relativa em termos de coordenadas num sistema multidimensional de coordenadas, cujos valores correspondem aos valores das diversas variáveis pertinentes – por exemplo, a ocupação de uma posição implica geralmente numa identificação de uma virtude e um indicador econômico de posição no espaço social, fornecendo informações importantes sobre os efeitos mais gerais por ocupar uma dada posição no espaço social, como a natureza do trabalho/profissão que exerce; o entorno de suas atividades, com suas especificidades culturais, organizativas etc. Nesse ponto é preciso ao pesquisador tomar um especial cuidado, uma vez que é muito provável ele enxergar e interpretar o produto do modo relacional de pensar a sociedade de forma realista ou substancialista, vale dizer, as “classes sociais”, como classes lógicas – construções analíticas obtidas dividindo-se teoricamente um espaço social –, passarem a ser vistas como grupos reais objetivamente constituídos. Entretanto, apesar de quanto mais exata ser a construção teórica das classes teóricas, e maior a possibilidade de assim serem percebidas como grupos reais, o que é verdadeiro e correto, no limite, é afirmar o fato de que essas classes estão fundadas em princípios de diferenciação que são os mais efetivos na realidade social – produzem efeitos concretos de distinção no seio social, por exemplo, os mais capazes de proporcionar a explicação mais completa do maior número de diferenças observáveis entre os agentes – e que a construção do espaço social é nada mais, nada menos, do que o fundamento de uma divisão ou diferenciação dentro das classes, que não passam de construções analíticas, porém construções muito bem fundadas na realidade concreta – *cum fundamento in re*. Como conjunto de princípios comuns que medem a distância relativa entre os indivíduos, o cientista adquire o meio de reagrupar os indivíduos em classes – lógicas/teóricas – de tal forma que os agentes da mesma classe acabam sendo os mais parecidos possíveis no maior número possíveis de aspectos – tanto maior quanto mais amplo é o número de classes assim definido, bem como a área que ocupam no espaço social seja pequena –, de tal forma que os perfis de classes assim obtidas seja as mais distintas possíveis umas das outras ou, em outras palavras, esse conjunto de princípios comuns de distinção social – princípios de visão de divisão de mundo – assegura a possibilidade de obter a maior separação – divisão/distinção – possível entre as classes, por alcançar distinguir com mais precisão classes centradas na maior homogeneidade possível.⁴⁷⁴

⁴⁷⁴ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 106-8.

Trata-se de um paradoxo, mas o próprio meio utilizado para construir e exibir o espaço social tem a tendência de afastar dos sentidos e razão do pesquisador as verdades desse espaço; as diferentes populações que são necessárias constituir para objetivar as posições que ocupam, tendem a ocultar essas posições. O espaço é construído de tal forma que quanto mais próximos os agentes – individualmente – se encontrem nele localizados, maior é a probabilidade do número de propriedades comuns entre eles, sendo o inverso também verdadeiro, ou seja, quanto mais distantes estiverem uns dos outros, menor será o número de propriedades comuns que terão entre si. Assim, os agentes que ocupam posições vizinhas no espaço social são colocados em condições parecidas, portanto, estão sujeitos a similares fatores condicionantes, tendo todas as probabilidades ou possibilidades de possuírem disposições – *habitus* – e interesses semelhantes e produzir práticas e representações de uma espécie similar; aqueles que ocupam uma mesma posição possuem todas as possibilidades de trazerem consigo os mesmos *habitus*, pelo menos até o ponto onde as trajetórias que os levaram até as posições ocupadas são as mesmas ou similares.⁴⁷⁵

As disposições adquiridas na posição ocupada implicam um ajuste a essa posição, vale dizer, os agentes incorporam uma atitude social de conhecimento do que pode ser denominado por “sentido da posição de alguém” – o devido lugar de cada um – dentro do espaço social. Numa situação de interação social esse sentido de posição do agente no espaço social acaba conduzindo – ou direcionando – aquelas pessoas que são classificadas como “gente humilde” ou “pessoas comuns do povo” – “povão” – a permanecerem humildemente em seu – “devido” – lugar, enquanto que conduzem os demais a “manterem a distância” ou “manterem sua posição na vida”. É preciso assinalar que essas estratégias sociais podem ser totalmente inconscientes e tomar a forma do que comumente se denomina por timidez ou arrogância. De fato, verifica-se que tais distâncias sociais acabam sendo inscritas no corpo do agente; todos *habitus* implica em marcar o agente com comportamentos mesmo inconscientes – vestir, maneira de falar, andar etc. –; assim, as distâncias sociais objetivas acabam tendendo a reproduzir-se na experiência subjetiva – pessoal de cada agente – da distância, vale dizer, as distâncias entre os agentes no espaço social são associadas a uma oposição – aversão, antipatia, repulsa – ou uma falta de compreensão, entretanto, a proximidade entre os agentes numa dada posição espacial é vivida e compreendida como um a forma mais ou menos inconsciente de cumplicidade.⁴⁷⁶

⁴⁷⁵ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 108.

⁴⁷⁶ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 108-9.

Mas esse sentido da devida posição social de alguém, em realidade tem o efeito de marcar o sentido da posição social do outro e, juntamente com as afinidades do *habitus* vivido, que se manifesta em forma de atração ou repulsão pessoal, se encontra a origem de todos os processos de cooptação, amizade, amor, associação etc., e, deste modo, proporciona o princípio de todas as alianças e inter-relacionamentos duradouros, incluindo as relações legalmente sancionadas. Desta forma, ainda que a classes lógicas, como uma construção analítica fundada na realidade, não seja nada mais que o conjunto de ocupantes de uma mesma posição social no espaço social, verifica-se que estes agentes, enquanto tais, estão submetidos, em sua existência social, aos efeitos da condição e dos condicionantes que correspondem à sua posição nesse espaço que pode ser definida de duas formas: (I) intrinsecamente, vale dizer, por um certo tipo de condições materiais de existência, de experiências primeiras – primárias – no mundo social etc.; (II) relacionalmente, vale dizer, por suas relações com outras posições, por exemplo, se localizando acima ou abaixo delas, ou entre elas, tal qual aquelas posições de meio, intermediárias, neutras, nem dominantes, nem dominadas. O efeito homogeneizante de condicionantes homogêneos está na base daquelas disposições que favorecem o desenvolvimento das relações formais ou informais – como a homogamia –, e que tendem a incrementar esta mesma homogeneidade; portanto, as classes construídas teoricamente aglutinam agentes que, estando sujeitos a condições similares, tendem a unirem-se uns aos outros e, como resultado, inclinam-se a se reunirem na ordem prática da vida, para associarem-se como grupo prático e, assim, reforçar seus pontos comuns de união.⁴⁷⁷

Para resumir, as classes sociais construídas – teóricas –, de certo modo podem ser caracterizadas como um conjunto de agentes que, pelo fato de ocuparem posições similares no espaço social – isto é, na distribuição dos poderes ou capitais –, estão sujeitos a condições similares de existência e aos fatores sociais condicionantes dessa existência, sendo que, como resultado, ficam dotados de disposições similares que os conduzem a desenvolver práticas sociais similares. Nesse sentido, tais classes reúnem todos os requisitos de uma taxionomia científica, ao mesmo tempo preditiva e descritiva, que permite ao cientista obter a maior informações possível dos comportamentos, como menor custo possível, vale dizer, as categorias sociais obtidas pela divisão de conjuntos sociais caracterizados pela similitude de suas condições ocupacionais num espaço tomado em sua dimensão tridimensional, possuem uma capacidade preditiva muito alta, em troca de um gasto cognitivo relativamente pequeno,

⁴⁷⁷ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 109-10.

uma vez que nesse modelo cognitivo e interpretativo do espaço social, passa a ser necessária uma quantidade de informação relativamente pequena para determinar a posição nesse espaço, bastando apenas três coordenadas para verificar uma dada posição social: (I) volume global de capital; (II) composição do capital; e (III) trajetória social, como evolução no tempo do volume e composição do capital do agente.⁴⁷⁸

Este uso da noção da classe é inseparável da ambição de descrever e classificar os agentes sociais e suas condições de existência social, de tal modo que a divisão de espaço social em classes possa dar conta das diversas variações que as práticas concretas acabam por revelar. Este projeto já foi manifestado de forma particularmente lúcida por Maurice Halbwachs,⁴⁷⁹ cujo livro publicado em 1955 sob o título *Esquisse d'une Psychologie des Classes Sociales*, surgiu pela primeira vez em 1938, uma década inteira antes do influente volume de Richard Centers sobre *The Psychology of Social Classes* nos Estados Unidos, sob o revelador subtítulo: “Motivos dominantes que orientam a atividade individual na sociedade”. Ao reunir num conjunto os agentes caracterizados pelas “mesmas condições coletivas e permanentes”, como escreveu Halbwachs, busca Pierre Bourdieu tentar explicar e prever as práticas das diversas categorias ali constituídas.⁴⁸⁰

Nesse ponto poder-se-ia ir mais longe e, a partir dessa mesma compreensão objetiva do mundo social, postular, conforme Karl Marx fez, que as classes teóricas são classes reais, grupos reais de indivíduos movidos pela consciência da identidade de sua condição e interesses, uma consciência que simultaneamente os une e os opõe a outras classes. De fato, a tradição marxista comete o mesmo engano teórico que o próprio Marx acusou que Hegel cometera, vale dizer, ao equiparar as classes construídas que somente existem como tais no papel, com as classes reais constituídas em forma de grupos mobilizados que possuem autoconsciência absoluta e real, a tradição marxista acabou por confundir as coisas da lógica com a lógica das coisas. A ilusão que nos impulsiona a crer que as classes teóricas são automaticamente classes reais – grupos conformados por indivíduos unidos pela consciência e conhecimento de sua condição comum e prontos e dispostos para mobilizarem-se em busca de seus interesses comuns – apóia-se de várias formas. Nesse sentido, é possível invocar o efeito mecânico produzido a partir da identidade de condições sociais que atinge um grupo social, que, por presunção, deve ou acaba impor-se inevitavelmente com o tempo; também seria

⁴⁷⁸ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 110.

⁴⁷⁹ Maurice Halbwachs (1877-1945), sociólogo francês que ocupou-se sobretudo do estudo das condições sociais da memorização, estabelecendo uma ligação entre a psicologia e a sociologia. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 12.

⁴⁸⁰ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 110-1.

lícito invocar o efeito de uma “tomada de consciência” de um conjunto de agentes como grupo comum, concebida como realização da verdade objetiva do mundo social; também seria aceitável invocar qualquer tipo de combinação entre essas duas vertentes para justificar a ilusão das classes teóricas como classes reais. Entretanto, a melhor hipótese explicativa parece ser aquela a indicar que a ilusão conseguiria encontrar o seu fundamento na ação de reconciliação – produzida sob a condução iluminada do Partido enquanto aparelho – entre a visão popular – ordinária e vulgar – e a acadêmica, de modo que, ao final, a construção analítica é transformada em uma categoria do senso comum.⁴⁸¹

A ilusão teórica que acaba outorgando realidade às abstrações, dissimula toda uma série de problemas maiores, aqueles que a própria construção das classes teóricas, fundadas solidamente, permite ao pesquisador delinear e estabelecer quando estão controladas epistemologicamente, ou seja, a de que uma classe teórica ou uma “classe no papel” é possível ser considerada como uma classe real *provável*, ou como a *probabilidade de uma classe real*, cujos componentes – agentes – podem se aproximar e se mobilizar – porém não estão realmente mobilizados – com base em suas semelhanças de interesses e disposições; deste modo, o espaço social pode ser construído como uma estrutura de probabilidades voltada para unir ou separar indivíduos, uma estrutura de afinidades ou aversão – oposição – entre os diferentes agentes sociais, contudo, subsiste presente nos fatos, contrariamente ao que assume a teoria marxista, que a movimentação da probabilidade para a realidade, a movimentação da classe teórica para a classe prática, jamais se realiza. Isso ocorre porque se tal movimento se fundamenta com a consciência ou inconsciência que os agentes possuem sobre “o sentido da devida posição social de alguém” e pelas afinidades dos *habitus*, é preciso acrescentar que os princípios de visão e divisão do mundo social, que trabalham para a construção das classes teóricas, na realidade concreta dos fatos disputam com outros princípios presentes e atuantes socialmente, como, por exemplo, princípios étnicos, raciais ou nacionais e, mais concretamente ainda, com os princípios impostos pela experiência cotidiana ou ordinária das divisões e rivalidades ocupacionais – profissionais –, e das vivências comunitárias em suas diversas dimensões.⁴⁸²

Ademais, mesmo que a perspectiva adotada para a construção das classes teóricas seja a mais “realista” possível, por se apoiar sobre princípios reais subjacentes nas práticas sociais, entretanto é preciso admitir que isto não se impõem, por si só – e de maneira evidente –, sobre os diferentes agentes sociais; a representação individual e coletiva que os agentes têm a

⁴⁸¹ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 111-2.

⁴⁸² BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 112-3.

possibilidade de formar acerca do mundo social e de seu lugar nele, pode muito bem estar construída de acordo com categorias totalmente diferentes, ainda mais considerando a possibilidade desses agentes, em suas práticas diárias, estarem obedecendo a leis imanentes desse universo social, através da mediação – filtro – de seu próprio sentido – suas categorias totalmente diferentes – acerca do lugar que ocupam.⁴⁸³

Quando se afirma que as ações e interações sociais entre os agentes e grupos de agentes podem ser deduzidas, de certo modo, pela análise das estruturas sociais – verificação do espaço social e seus princípios (diferentes capitais) de visão e divisão de mundo –, está-se abrindo mão e não se leva em conta – renuncia – a questão do *movimento do grupo teórico em direção ao grupo prático*, vale dizer, a questão das políticas e do trabalho político necessário para impor um princípio de visão e divisão do mundo social, ainda mais quando o princípio está muito bem fundado na realidade. Desta forma, quando se mantém uma categórica e terminante distinção entre a lógica das coisas e as coisas da lógica, inclusive àquelas que estão bem ajustadas à lógica das coisas – como as classes teóricas bem fundamentadas – é possível estabelecer várias proposições, entre elas: (I) que as classes realizadas e mobilizadas pela/para batalha de classes, “classes em luta” – como considerou Marx –, não existem concretamente; (II) que as classes teóricas podem consentir em tomar uma forma definitiva de existência somente ao custo de um trabalho específico, onde a produção especialmente teórica de uma representação das divisões sociais é um elemento decisivo; (III) que para esse trabalho político ter êxito, é necessário que ele esteja munido e preparado com uma teoria muito bem fundada na realidade, pois, nesse caso, o efeito que esta teoria tem possibilidade de exercer sobre os agentes é muito poderoso, uma vez que o que a teoria faz ver e crer a alguém está muito presente na realidade mesma, em estado potencial. Desta forma, uma teoria adequado sobre as classes sociais – e seus limites – possibilita estabelecer que o trabalho político voltado para produzir classes sociais em forma de instituições objetivas – expressadas e constituídas por órgãos permanentes de representação, siglas, e definições – possui sua lógica própria e específica, que não deixa de ser a lógica própria de toda produção marcadamente simbólica, sendo que esse trabalho político de formação de classe terá possibilidade de ser bem sucedido, na medida em que os agentes – do grupo cuja unidade se pretende fixar – estejam mais próximos uns dos outros no espaço social e, portanto, pertençam à mesma classe teórica.⁴⁸⁴

⁴⁸³ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 113.

⁴⁸⁴ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 113-4.

Os grupos sociais não estão previamente e definitivamente fundados na realidade, mesmo que se verifique no seio social a realidade de diferentes conjuntos de agentes que possam ter afinidades fundadas por ocupações profissionais – como se verifica nas sociedades atuais capitalistas – ou mesmo por fundamento genealógico – como já pôde ser verificado nas sociedades pré-capitalistas. E isso vale também nos casos onde um conjunto de agentes sociais acabe se apresentando a si mesmo com pretensão de eternidade, caso típico e característico onde se cunha uma naturalização da história – tal conjunto de agentes é sempre produto de um complexo trabalho histórico de construção, que na versão mais moderna é o que se apresente na França em relação aos engenheiros e executivos, ou a classe dirigente. A classe trabalhadora, tal como é percebida atualmente através das palavras ou expressões que são utilizadas para designá-la comumente – classes trabalhadora, proletariado, trabalhadores, trabalho etc. –, bem como através das organizações que as representam – com suas siglas, funções, órgãos, emblemas, bandeiras etc. –, é, em realidade, um artifício histórico bem fundado, da mesma forma que a religião é uma ilusão bem fundada; no mesmo sentido os denominados grupos de terceira idade são uma genuína invenção histórica, nascida pela ação de grupos de interesse e sancionada – legitimada – até mesmo mediante consagração legal. A própria família, na forma nuclear como é conhecida atualmente, é a que melhor pode ser descrita com produto de uma ação histórico-cultural – também sancionada por disposições legais – de uma série de agentes e instituições como, por exemplo, lobbies da área de planificação e políticas familiares.⁴⁸⁵

Por isso, as classes sociais – mais precisamente, a classe a que alguém se refere tacitamente quando fala de classes sociais –, especialmente a “classe trabalhadora”, existe de maneira suficiente para estabelecer – ou pelo menos rechaçar – sua existência, inclusive nas esferas acadêmicas mais rígidas, se pelo menos for levado em conta a verdade de que todo espectro de agentes históricos – a começar pelos cientistas sociais como Marx – já conseguiram êxito em transformar uma construção analítica em uma categoria do senso comum, vale dizer, numa daquelas reais ficções sociais, impecavelmente produzidas e reproduzidas pela magia da crença social.⁴⁸⁶

Até esse momento, foi vista a análise do ponto de vista em seu momento objetivo da questão acerca da perspectiva prática e teórica que tomam os agentes sociais na construção do seu espaço social, especificamente de como constroem a visão de classe na sociedade, análise essa que permite suplantar a visão de classe social como comumente é concebida; ao invés de

⁴⁸⁵ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 114-5.

⁴⁸⁶ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 115.

tratar sobre classes sociais, passa-se a tratar de espaço social – uma construção teórica com muito mais correspondência na realidade, especialmente fecundidade teórica para explicar as verdades concretas do mundo social, revelando a distribuição de um capital entre diferenciados agentes, localizados em posições diferentes nesse espaço social, revelando também outras facetas acerca do que se pode denominar por classe social, inclusive sua condição de probabilidade existencial, entre outras conseqüências. A partir de agora, passar-se-á a desenvolver a análise do ponto de vista em seu momento subjetivo, e como podem e devem ser interpretadas as suas conclusões analíticas acerca da classe sociais que dele emergem.

O momento subjetivo – ponto de vista subjetivo – trata do campo de forças e do campo de lutas no trabalho de produção das classes sociais. Ora, a existência ou inexistência de classes na sociedade é uma das mais importantes apostas que se faz na luta política que se trava na sociedade. Qualquer grupo ou coletivo de agentes que tenham uma base econômica e social – grupos profissionais ou “classes” – são construções simbólicas orientadas pela busca de interesses individuais e coletivos – especialmente a busca dos interesses específicos dos seus porta-vozes. O cientista social trabalha com um objeto onde ele mesmo é objeto e sujeito das lutas cognitivas que envolvem e referido objeto, não somente lutas e competição – disputas – entre acadêmicos, mas disputas entre os leigos e, entre estes, lutas entre os diversos profissionais envolvidos na fixação legítima da representação do mundo social. Desta forma, o cientista social pode ficar propenso a instituir-se com um referente, capaz de julgar com máxima autoridade construções sociais rivais, entre essas, teorias claramente populares – ordinárias ou do senso comum – que ele exclui de seu discurso teórico, sem dar-se conta de que são parte e parcela integrantes da realidade social e que, até certo ponto, são parte integrante da realidade do mundo social.⁴⁸⁷

Esse epistemocentrismo teórico faz esquecer que os critérios que são utilizados para a construção do espaço social objetivo, e as classificações bem fundadas que esses critérios tornam possíveis, são também instrumentos – verdadeiras armas ou instrumentos de luta – e apostas na luta pela classificação e que, por sua vez, determina a construção ou desconstrução das classificações vigentes e em curso na sociedade; assim, por exemplo, o valor relativo da diferentes espécies de capital, econômico e cultural, ou entre os diversos tipos de capital cultural, capital econômico-legal e capital científico, é constantemente colocado em questão e revalorizado, mediante lutas voltadas para inflar ou desinflar o valor de um ou outro tipo de

⁴⁸⁷ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 116.

capital – numa sociedade como a norte-americana, por exemplo, é possível verificar como se alteraram ao longo do tempo os valores relativos (no plano econômico, social e simbólico) de determinadas posses de títulos acadêmicos, bens de econômicos etc. Diversos critérios usados na análise científica como instrumentos de conhecimento, incluindo os considerados como mais neutros e aqueles que são tidos como mais naturais – tais como a idade e o sexo – em realidade funcionam na prática como verdadeiros esquemas de classificação, como velho/jovem, paleo/neo etc.⁴⁸⁸

As representações que os agentes produzem para fazer frente às exigências da existência cotidiana, particularmente os nomes dos grupos e todo vocabulário disponível para nomear e pensar o social, devem sua lógica específica – estritamente prática – ao fato de que são freqüentemente polêmicas e invariavelmente orientadas por considerações práticas; daí resulta que as classificações práticas nunca são totalmente coerentes ou lógicas no sentido da lógica – filosófica ou científica –, necessariamente carregando em si um grau de desajuste – desacerto – se for considerado o que necessariamente devem permanecer como classificações “práticas” ou convenientes. Uma operação de classificação depende da função prática que cumpre, podendo se apoiar em diferentes critérios – conforme a situação se apresente –, portanto, podendo produzir taxionomias altamente variáveis; pelas mesmas razões, uma classificação pode atuar em níveis de agregação ou de conjunto classificatório que podem se alterar ou serem (re)convertidos. O mais alto nível de agregação será produzido quando a classificação for aplicada numa região distante do espaço social – a partir do próprio observador –, ou seja, menos conhecida, da mesma forma que a percepção que um habitante da cidade possui sobre as árvores é menos claramente diferenciada – distinguida – do que aquela percepção que possui um habitante do campo. Além disso, outro caso de uso classificatório é quando os diferentes agentes sociais costumam utilizar-se de figuras tipificadas de uma dada posição na estrutura social – espaço social –, com a qual estão mais familiarizados, para estabelecer as demais diferentes posições sociais, dos outros diferentes agentes sociais, no espaço social, observando-se que, ao assim procederem, estarão agindo da mesma forma que os *experts* que classificam as pinturas obedecendo as características mais gerais – ou o membro arquetipo – da categoria em análise, ao invés de esquadrihar todos os membros individuais da categoria, ou mesmo considerar todos os critérios formais requeridos para determinar que um dado objeto pertence a uma dada categoria artística.⁴⁸⁹

⁴⁸⁸ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 116-7.

⁴⁸⁹ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 117-8.

É possível ir mais além – e é um dever do cientista social assim proceder – do que a marcada e assentada oposição entre a visão, por um lado, realista, objetiva ou estruturalista e, por outro lado, a visão construtivista, subjetiva ou espontaneísta. Para compreender o mundo social em sua verdade, qualquer teoria do universo social deve necessariamente incluir a representação que os agentes possuem do mundo social e, especialmente, a contribuição que eles dão para construção da visão desse mundo e, conseqüentemente, a própria construção desse mundo. Assim, é preciso ter sempre em conta esse trabalho simbólico de edificação de grupos, de elaboração de grupos; é por via desse trabalho de representação sem fim – em todos os sentidos que a expressão comporta – que os agentes sociais procuram impor sua visão de mundo – ou a visão de sua própria posição nesse mundo – e definir sua própria identidade. Desta forma, a teoria que se proponha interpretar o espaço social deve ter como uma verdade indiscutível que a verdade do mundo social é sempre o resultado – e também, objetivo, finalidade, alvo, propósito – de uma luta e, da mesma forma, reconhecer que, dependendo da posição que ocupa no espaço social – vale dizer, na distribuição dos diferentes tipos de capital –, os agentes sociais envolvidos nessa luta se encontram sempre desigualmente munidos na batalha para impor sua verdade, possuindo objetivos muito diferentes, inclusive contraditórios. Por isso, as ideologias, os preconceitos, e teorias populares – ou do senso comum – que a ruptura objetivista precisava primeiramente rechaçar para poder construir o espaço objetivo das posições sociais, novamente devem ser trazidas – conduzidas – a este modelo da realidade social. Este modelo deve ter em conta o fato de que o sentido do mundo social não se afirma de uma forma unidirecional e universal – contrariamente do que é afirmado pela ilusão teoricista –, estando sujeito a uma pluralidade de visões, dentro de uma mesma objetividade. A partir de um ponto de vista “objetivo”, a existência de uma pluralidade de visões e divisões de mundo, inclusive antagônicas, deve-se à relativa indeterminação da própria realidade que é oferecida à percepção.⁴⁹⁰

Da perspectiva dos sujeitos que percebem, deve-se a pluralidade dos princípios de visão e divisão disponíveis num dado momento – por exemplo, os princípios de divisão religiosos, étnicos ou nacionais estão expostos e presentes para competir com princípios políticos fundados em critérios econômicos ou ocupacionais (profissionais) –; essa pluralidade é também extraída da diversidade de pontos de vista que favorecem a diversidade de posições, de diferentes pontos do espaço social, onde se localizam aqueles que escolhem ou assumem diversas perspectivas sociais. De fato, verifica-se que a “realidade” social não se

⁴⁹⁰ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 118-9.

apresenta a si mesma nem como completamente determinada, nem como completamente indeterminada; de certo ângulo e perspectiva, apresenta-se a si mesma como fortemente estruturada, fundamentalmente porque o espaço social se apresenta a si mesmo na forma de agentes e instituições dotados de diferentes propriedades que possuem probabilidades muito desiguais de apresentar-se em combinações. Da mesma forma que os animais com penas possuem maior possibilidade – probabilidade – de também possuírem asas do que os animais com pelos, também as pessoas que possuem um completo domínio de sua linguagem podem ser encontradas, com maior probabilidade, em salas de concertos e museus, do que aquelas que não possuem tal domínio lingüístico; em outras palavras, o espaço social das diferenças objetivas – em relação ao capital econômico ou cultural – encontra expressão num *espaço simbólico* de distinções visíveis, de signos distintivos que são outros tantos símbolos de distinção.⁴⁹¹

Para os agentes dotados das categorias pertinentes de percepção, por exemplo, de uma intuição prática das homologias – semelhança, equivalência, correspondência – entre o espaço dos signos distintivos e o espaço das posições, as posições sociais são imediatamente percebidas através de suas manifestações mais visíveis – “um intelectual feito”, “nascido e talhado para a política”, “tem o jeito e maneiras de um juiz, enfim, nascido para ser juiz”, e assim por diante –; vale dizer, a especificidade das estratégias simbólicas, em particular, as estratégias que – como ostentação, exibicionismo ou investimentos simbólicos – se utiliza o detentor da autoridade prática das correspondências entre os dois espaços – dos signos distintivos e das posições – para produzir todo tipo de interferências semânticas, se traduz pela aceitação, na mesma objetividade das práticas ou propriedades percebidas, de uma espécie de imprecisão ou confusão – obscurecimento – semântica que não facilitará a decifração direta dos signos sociais. Inclusive, todas essas estratégias sociais encontrarão uma força adicional no fato de que as combinações das propriedades sociais mais constantes e confiáveis revelarem estar fundadas unicamente em vinculações estatísticas, portanto, se encontrando sujeitas a variações ao longo do tempo.⁴⁹²

Entretanto isso não é tudo; apesar de ser certo que os princípios de diferenciação objetivamente mais fortes, como o capital econômico e o cultural, produzem diferenças nítidas entre os agentes situados nos pólos opostos das distribuições sociais, é preciso considerar que eles são os menos efetivos nas zonas intermediárias do espaço social em questão, justamente nessas posições médias ou intermediárias do espaço social, onde é maior

⁴⁹¹ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 119-20.

⁴⁹² BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 120.

a ambigüidade da relação entre práticas e posições, e onde o espaço aberto a estratégias simbólicas destinadas a encobrir esta relação é mais amplo. Diante disso, se compreende porque esta região do universo social proporcionou aos teóricos do interacionismo simbólico – notadamente a Erving Goffman⁴⁹³ – um campo especialmente apropriado para a observação das diferentes formas de *apresentação de si*, através dos quais os agentes se esforçam por construir sua identidade social, devendo ser aqui acrescentadas as estratégias direcionadas para manipular os símbolos mais confiáveis sobre a posição social, aqueles símbolos que os sociólogos acostumaram usar como indicadores, tais como ocupação e origem social. Na França, por exemplo, os educadores das escolas primárias utilizam termos dúbios para designarem-se profissionalmente, de tal forma que tanto podem significar professores da escola primária como professores de instituições universitárias; no mesmo sentido, verifica-se que os bispos – membros do alto clero religioso – e intelectuais possuem a tendência de omitir suas origens sociais, ao contrário de outras categorias que fazem questão de acentuar exageradamente as suas origens sociais. E seguindo essa mesma linha de raciocínio, também poderiam ser mencionadas todas as categorias sociais que são utilizadas para manipular relações de pertencimento grupal, seja familiar, étnica, religiosa, política, ocupacional – profissional – ou sexual, para mostrá-las ou encobri-las segundo os interesses práticos e as funções definidas em cada caso ou situação concreta que se apresente, aproveitando-se, desta forma, e de acordo com a conveniência e oportunidade do momento, as possibilidades que são oferecidas pelo pertencimento simultâneo a uma diversidade de coletivos sociais. Nas sociedades relativamente indiferenciadas – ou pré-capitalistas – essas estratégias possuem o seu equivalente na manifestação das diferentes formas em que os agentes sociais se aproveitam e julgam – decidem – de acordo com filiações genealógicas, familiares, de clãs e tribos.⁴⁹⁴

Esta manipulação simbólica que é feita pelos diferentes grupos sociais, encontra uma forma paradigmática nos usos que se faz como estratégias políticas no seio social; desta forma, em virtude de sua posição objetiva, situada a meio caminho entre dois pólos extremos do espaço social – permanecendo, assim, num estado de equilíbrio instável e vacilando entre duas alianças opostas –, os ocupantes das posições intermediárias do campo social constituem o objeto de classificações completamente contraditórias, realizadas por aqueles que, na luta

⁴⁹³ Erving Goffman (1922-1982), sociólogo canadense que estudou a interação entre os comportamentos significativo e intencional de cada indivíduo – palavra, gesto, postura, olhar – e o código social pelo qual ele se manifesta. Escreveu entre outras obras, “Asilo” (1961), “Os Ritos da Interação” (1967), e “A Mise-en-scène da Vida Cotidiana” (1973). In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 11.

⁴⁹⁴ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 120-2.

política, procuram atraí-los para o seu lado. Por isso que os executivos ou aqueles profissionais situados na condição de classe dirigente francesa, podem ser considerados como inimigos de classe, nesse caso tratados como servos do capital ou, ao contrário, serem convertidos em classe dominada, portanto, vítimas da exploração. Mas na realidade do mundo social, verifica-se que já não há mais limites claros, enfim, não há mais aberturas – espaços – absolutas como as constatadas no mundo físico; as fronteiras entre as classes teóricas que a pesquisa científica permite construir, com base numa pluralidade de critérios, são similares, metaforicamente assinalando, aos limites entre as nuvens ou numa mata. Esses limites podem ser concebidos como linhas ou como planos imaginários, assim como a densidade – de árvores ou de vapor d'água – é maior de um lado e menor de outro, ou superior a certo valor de um lado e inferior a certo valor de outro; de fato, a imagem metafórica mais apropriada para descrever a imprecisão reinante para discernir claramente as fronteiras entre classes teóricas, é de uma chama ou labareda cujas margens estão em constante movimento, oscilando em torno de uma linha ou superfície.⁴⁹⁵

Mas a ação concreta voltada para construir grupos – mobilizados ou mobilizáveis –, vale dizer, o conjunto de ações sociais votadas para institucionalizar uma organização permanente capaz de *representá-los* enquanto grupo real, inclina-se a induzir divisões duradouras e reconhecidas que, na situação extrema – por exemplo, no grau mais alto de objetivação e institucionalização – podem adotar a forma de *fronteiras legais*. Os objetos, no mundo social, sempre encerram em si um grau de indeterminação e ambigüidade, portanto, apresentando um evidente grau de elasticidade semântica; este elemento de incerteza é que proporciona o fundamento para percepções divididas – separadas distintamente – ou antagonicas, bem como construções ou representações sociais que se defrontam entre si e que podem ser objetivadas na forma de instituições concretas e duráveis presentes no seio social. Uma das maiores apostas nestas lutas sociais é a definição das fronteiras entre os grupos, que é a própria luta pela definição dos grupos, onde, ao assentirem e manifestarem a si mesmos como tais – cada qual como um grupo com uma dada identidade que os define –, podem alcançar a condição de serem forças políticas capazes de impor sua própria visão das divisões – hierarquias, distinções, fronteiras – do mundo social e, deste modo, capazes de assegurar o triunfo de tais disposições e interesses como associadas em sua posição de grupo no espaço social.⁴⁹⁶

⁴⁹⁵ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 122.

⁴⁹⁶ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 122-3.

Portanto, ao lado das lutas individuais do dia-a-dia, nas quais os agentes sociais contribuem continuamente para mudar o mundo social, esforçando-se para impor uma representação de si mesmos através das próprias estratégias de apresentação que fazem de si mesmos, se localizam, também, as lutas e batalhas coletivas propriamente políticas voltadas para a imposição da legítima visão e divisão do mundo social. Nestas lutas, cujo objetivo final – nas sociedades modernas, ou sociedade diferenciadas capitalistas – é alcançar o poder de nomeação que detém o Estado – por exemplo, alcançar o poder de monopólio da violência simbólica legítima –, os agentes – notadamente, quase sempre especialistas, como os políticos – lutam para impor representações que criam a própria coisa representada, no próprio ato de justificar e demonstrar o que querem fazer valer, desta forma, realizando a magia social de instituir concretamente e fazer existir publicamente e oficialmente algo, pelo simples fato de falar sobre essas coisas sociais. É desta forma que os agentes – nessas batalhas e suas finalidades sociais últimas – acabam convertendo sua própria visão do mundo social – com os princípios de divisão em que se encontram apoiadas – na própria visão oficial, no *nomos*, o princípio oficial de visão e divisão do mundo social. Nas lutas simbólicas em curso na sociedade – entre agentes e grupos de agentes –, o que está em jogo é a imposição da visão legítima do mundo social, bem como de suas divisões sociais; o poder simbólico, como *poder construtor do mundo*, é o poder de impor e inculcar os princípios de construção da realidade e, em particular, de preservar ou transformar os princípios já estabelecidos de união e separação, de associação ou dissociação já em funcionamento no mundo social – da forma como funcionam conforme as classificações mais usuais sobre temas como gênero, idade, etnicidade, região ou nação –, vale dizer, poder simbólico é essencialmente o *poder sobre as palavras* usadas para descrever os grupos ou as instituições que elas procuram representar.⁴⁹⁷

O poder simbólico – cuja forma por excelência é o poder de fazer grupos e de consagrá-los ou instituí-los (concretamente, através dos ritos de instituição, cujo paradigma é o casamento) – consiste, assim, no poder de transformar o que previamente existia no estado implícito, em algo que passe a ser e existir – pelo trabalho de construção, através das palavras, do poder simbólico – em estado objetivado, público e formal – assim como foi feito com o que denominamos por constelação, como grupo de estrelas que existem numa dada região celeste, que apenas começou a existir e passou a ser designada como tal, depois que foi assim culturalmente selecionada e eleita pelo ser humano. Por isso, quando é aplicada num coletivo social, inclusive num coletivo que pode ser potencialmente definido como uma multidão, o

⁴⁹⁷ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 123-4.

poder realizador da nomeação – quase sempre acompanhado de um poder de representação –, emerge como forma instituída, a exemplo de um corpo associativo que até então somente existia como um conjunto imediato de indivíduos justapostos. Observa-se aqui que seria preciso ir mais a fundo e analisar uma outra faceta dessa realização social, qual seja, verificar as implicações do fato de que a luta simbólica entre agentes sociais é, em sua maior parte, levada a cabo por via da mediação de profissionais da representação que, ao atuar como porta-vozes dos grupos cujo serviço colocam sua competência específica, se confrontam entre si num campo social fechado e relativamente autônomo, que é o campo da política.⁴⁹⁸

De uma forma totalmente mudada, o problema da situação ontológica da classe social – e de todos os grupos sociais – novamente emerge; foram os canonistas que indagaram acerca de qual tinha sido o estado ontológico – natureza originária desse ser – disso que em latim medieval foi denominado por *corporatio*, corporação ou corpo constituído. Os canonistas concluíram – tal qual fez Thomas Hobbes,⁴⁹⁹ seguindo o mesmo raciocínio a esse respeito – que o grupo representado não seria outra coisa do que aquilo que o representa, vale dizer, o grupo constituído é o fato da representação mesma, no caso, a firma – assinatura – ou a marca característica – cunha, sinal, selo – que autentica a firma, o *sigillum authenticum*, de onde deriva atualmente a sigla, emblema, logotipo, etc. Entretanto, dentro do mesmo raciocínio, e mais diretamente, o grupo seria o representante, o indivíduo que representa o grupo em todos os sentidos do termo, aquele que o concebe mentalmente e expressa verbalmente pelo coletivo, aquele que o denomina, atuando e falando em seu nome, dando-lhe uma encarnação concreta, personificando-o através de sua própria pessoa; assim, é o indivíduo que, fazendo o grupo visível, fazendo-se ele mesmo visível em lugar do grupo, sobretudo, falando em seu lugar, aquele que o faz existir. Isto se torna mais claro quando o líder, considerado o depositário cabal da crença do grupo, chega a ser objeto de culto que o próprio grupo se entrega, o denominado “culto da personalidade”.⁵⁰⁰

Em resumo, o significado – grupo – se confunde ou identifica-se com o significante – indivíduo, porta-voz, sede social, o local, o comitê, ou a junta que o representa. Isto é o que os canonistas denominaram por mistério do ministério, mistério esse que pode ser resumido em duas equações: (I) pela primeira verifica-se o estabelecimento da equivalência entre mandantes e mandatários – a Igreja é o Papa; a função ou posto é o magistrado que o assume;

⁴⁹⁸ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 124-5.

⁴⁹⁹ Thomas Hobbes (1588-1679), filósofo político inglês, defensor do governo absoluto nos debates em torno da Guerra Civil Inglesa (1642-9). Suas idéias a esse respeito estão formuladas na obra-prima “O Leviatã” (1651). In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1.

⁵⁰⁰ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 125.

a Secretaria Geral é o Partido que, por sua vez, é a classes; etc. –; (II) pela segunda estabelece-se que a existência confirmada do mandatário implica a existência do grupo de mandantes – classe; povo; gênero; grupo de idade; etc. Assim, qualquer coletivo social existe se – e somente se – ali se encontra um – ou vários – agente que possa impor-se com a possibilidade razoável de ser tomado a sério como classe, ou povo, ou nação, ou Estado etc., diferentemente do louco que sai pronunciando a todos ser e se identificar com a própria nação. Por isso, para a questão política de fundo inicialmente formulada, qual seja, se há ou não classes sociais na sociedade, a resposta breve que pode ser dada é que uma “classe”, seja social, étnica, sexual, ou qualquer outra, existe quando se apresentam agentes sociais capazes de impor-se a si mesmos como autorizados a falar e atuar oficialmente em lugar do grupo e em seu nome, sobre aqueles que, reconhecendo-se a si mesmos nesses plenipotenciários, reconhecendo-lhes como dotados de pleno poder para falar e atuar em seu nome, se reconhecem como membros da classe e, desta forma, conferem a ela a única forma de existência que pode possuir um grupo.⁵⁰¹

Entretanto, para que esta análise seja completa, é necessário revelar que esta lógica de existência por delegação contém em si um desapossamento evidente – o próprio agente, que não o porta-voz, passa a não ter mais a plena liberdade de falar e agir politicamente –, e tal fato se impõe mais violentamente, na medida que os agentes individuais são carecedores de qualquer forma de ação ou expressão individual, quando irão passar de um estado de existência “em série” – ligados por alguma ou outra relação, como uma *collectio personarium plurium* dos canonistas – para um estado de grupo unificado, capaz de falar e atuar como grupo através de um porta-voz dotado de *plena potentia agendi et loquendi*. Isto significa que a realidade fática social impõe aos diversos agentes – os agentes estão como que dotados de um destino –, diferentes oportunidades de aceder às diversas formas de existência coletiva, dependendo de sua posição no espaço social; alguns estarão predestinados a uma reduzida forma de existência, freqüentemente adquirida ao custo do desapossamento permitido através dos “movimentos”, que supostamente representam o que, neste caso, é denominado por classe, como “classe trabalhadora inglesa”; para outros a probabilidade é que cedam à completa realização de sua singularidade, através da agregação – sempre eletiva – de agentes de igual privilégio, permitido por cada um desses privilegiados agrupamentos sociais, que são representados – de forma exemplar e paradigmática – pelo grupo restrito de agentes sociais

⁵⁰¹ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 125-6.

eleitos ou selecionados entre eles próprios – porta-vozes tais como conselhos de administração, camarilhas acadêmicas etc.⁵⁰²

Na luta para construir uma visão de mundo universalmente conhecida e reconhecida, a balança do poder depende do capital simbólico acumulado por aqueles agentes que têm a aspiração de impor as diferentes visões em jogo, na medida em que estas mesmas visões se apóiem na realidade. Isto dá ensejo à pergunta acerca das condições sob as quais as visões dominadas podem ser constituídas e existir; em primeiro lugar, é possível postular que é mais provável o êxito de uma ação voltada para transformar o mundo social quando ela se apóie na realidade. Para isso é preciso verificar que a visão dos dominados se encontram duplamente deformada a esse respeito: (I) em primeiro lugar, constata-se que as categorias de percepção que utilizam diuturnamente se impõem sobre eles através das estruturas objetivas do mundo, sendo que tais estruturas objetivas tendem a fomentar uma espécie de aceitação dóxica de suas categorias de percepção do mundo social, conforme lhes foi destinado; (II) em segundo lugar, verifica-se que os dominantes se esforçam para impor sua própria visão e desenvolver representações que oferecem uma “teodicéia” de seus privilégios, naturalizando-os e tendendo a ser assimilados “naturalmente” pelos próprios dominados. Contudo, apesar dessa dupla deformação de visão, é preciso considerar que os dominados possuem uma autoridade prática, um conhecimento prático do mundo social, sobre a qual a nomeação pode exercer um efeito teórico, um efeito de revelação para a visão dos dominados; quando está bem fundada na realidade, a nomeação encerra um verdadeiro poder criativo sobre os agentes e seus comportamentos, pois a revelação cria o que já existe, colocando-o num nível diferente, qual seja, o da autoridade teórica. Assim, o mistério do ministério pode exercer um verdadeiro efeito mágico dando poder à verdade: as palavras podem construir as coisas e, presentes e embutidas na simbolização objetivada do grupo que designam, fazem existir como grupos sociais, os coletivos de agentes que já existiam como tal, ainda que apenas em estado potencial.⁵⁰³

1.1.7. SOBRE O CAMPO JURÍDICO

⁵⁰² BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 126-7.

⁵⁰³ BOURDIEU, Poder, derecho..., p. 127-8.

Uma ciência rigorosa do direito, deve tomar o que se denomina por “ciência jurídica” como seu objeto de estudo – vale dizer, a verdadeira e rigorosa ciência do direito ou ciência jurídica, deve toma por objeto de estudo a própria “ciência jurídica”, tal como a tradição do estudo do direito acabou legando e estabelecendo. Ao assim proceder ela consegue escapar do (I) formalismo – que ressalta a autonomia do direito frente injunções externas – e do (II) instrumentalismo – que revê o discurso do direito como instrumento de dominação social –, que acabam marcando a discussão científica do direito. A ciência jurídica e a história do direito procuram privilegiar o desenvolvimento do direito enquanto um sistema fechado e autônomo, com uma dinâmica interna própria, sendo que a autonomia absoluta do pensamento e ação jurídico afirma o direito como totalmente livre de constrangimentos sociais (Hans Kelsen).⁵⁰⁴ Por outro lado, outro discurso procura privilegiar o direito como fruto das relações de forças sociais presentes, e das determinações impostas pelas imposições econômicas, enfim, como instrumento de dominação dos interesses dominantes, olvidando a estrutura dos sistemas simbólicos por onde o direito transita e, em especial, dentro dessa estrutura, a forma específica do próprio discurso jurídico.⁵⁰⁵

Verifica-se que a questão que não foi analisada por essas correntes diferentes e tradicionais correntes de análise é quanto aos fundamentos sociais dessa autonomia do direito, vale dizer, “mais precisamente, a questão das condições históricas que se devem verificar para poder emergir, mediante lutas no seio do campo do poder, um universo social autônomo, capaz de produzir e reproduzir, pela lógica do seu funcionamento específico, um *corpus* jurídico relativamente independente dos constrangimentos externos”. Desta forma, quando se analisam as condições sociais que dão origem à sua autonomia, o direito passa a ser percebido dentro de um universo social específico, onde ele se produz e se exerce – reproduz –, sendo ele próprio, com suas formas, elemento que dá contínua força para que propriamente cumpra suas funções estabelecidas socialmente.⁵⁰⁶

⁵⁰⁴ Quando Hans Kelsen procura afirmar de uma vez por todas a autolimitação da pesquisa jurídica circunscrita apenas e tão-somente no enunciado na norma jurídica, totalmente liberto de qualquer elemento histórico, psicológico, em especial a qualquer referência às funções sociais que a aplicação prática das normas pode garantir, seu gesto se assemelha à de Saussure, eu fundamenta a sua teoria pura da língua na distinção entre a lingüística interna e a lingüística externa, vale dizer, na exclusão de qualquer referência às condições históricas, geográficas e sociológicas do funcionamento da língua e das suas transformações. In: BOURDIEU, O poder..., p. 209, nota de rodapé n.2. Hans Kelsen (1881-1973), jurista austríaco, naturalizado norte-americano, estudioso da filosofia do direito e chefe da Escola de Viena, que em sua obra, *A Teoria Pura do Direito* (1922), elaborou um sistema logicamente rigoroso sobre os postulados do positivismo jurídico, afirmando que a única fonte do direito é o direito positivo. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 14.

⁵⁰⁵ BOURDIEU, O poder..., p. 209-10.

⁵⁰⁶ BOURDIEU, O poder..., p. 210-1. Grifos no original.

Verifica-se que o direito compõe “um universo social relativamente independente em relação às pressões externas, no interior do qual se produz e se exerce a autoridade jurídica, forma por excelência da violência simbólica legítima cujo monopólio pertence ao Estado e que se pode combinar com a força física. As práticas e os discursos jurídicos são (...) produto do funcionamento de um campo cuja lógica específica está duplamente determinada: por um lado, pelas relações de força específicas que lhe conferem sua estrutura e que orientam as lutas de concorrência ou, mais precisamente, os conflitos de competência que nele tem lugar e, por outro lado, pela lógica interna dos (sic) obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas”.⁵⁰⁷

O campo jurídico é um espaço social onde se luta pelo monopólio do direito de dizer o direito, ou seja, o que é a boa ordem do ponto de vista jurídico; nesse espaço há agentes sociais investidos de uma legitimidade e competência social e técnica para, essencialmente ou fundamentalmente, efetuar um exercício de interpretação de um conjunto de textos jurídicos que estabelecem a consagração da visão legítima e justa das ações passíveis de desenvolvimento no mundo social. Nesse sentido – ou condição –, é possível afirmar que estão certos aqueles que entendem que o direito é autônomo frente a ingerências externas – pois nesse caso estão tomados ou absorvidos pelo efeito propriamente simbólico do desconhecimento –, bem como aqueles que não desconhecem e não se iludem quanto ao fato de uma pretensa autonomia absoluta em relação às pressões externas – neste caso, que ele não é absolutamente autônomo.⁵⁰⁸

A concorrência travada historicamente – herança do passado, sendo reproduzida no presente com toda energia social acumulada, despendida nas lutas passadas – dentro do campo do direito, resultou numa especialização – excluiu os profanos do campo – onde apenas profissionais nele podem agora atuar, racionalizando cada vez mais a atividade jurídica – estruturando um discurso jurídico que se impõe frente intuições ingênuas da equidade – e mistificando cada vez mais o sistema de normas jurídicas – para seus agentes sociais produtores e reprodutores e para os agentes sociais destinatários – como totalmente independente das relações de força que o próprio sistema sanciona e consagra. É essa lógica paradoxal da divisão do trabalho no campo jurídico, determinado sem qualquer tipo de concertação consciente entre os agentes envolvidos numa concorrência estruturalmente

⁵⁰⁷ BOURDIEU, O poder..., p. 211. Pierre Bourdieu procura distinguir a sua noção de campo jurídico como espaço social, da noção de sistema, especialmente como Luhmann desenvolveu. Sobre isso vide BOURDIEU, O poder..., p. 211-2.

⁵⁰⁸ BOURDIEU, O poder..., p. 212.

regulada entre os agentes e instituições pertinentes ao campo, que constitui o verdadeiro princípio de um sistema de normas e práticas jurídicas – “que aparece como fundamento *a priori* na equidade dos seus princípios, na coerência de suas formulações e no rigor das suas aplicações, quer dizer, como participando ao mesmo tempo da lógica positiva da ciência e da lógica normativa da moral” – reconhecidos como uma necessidade universal ao mesmo tempo lógica e ética.⁵⁰⁹

Se a hermenêutica literária e filosófica tem em si mesma sua finalidade, a hermenêutica jurídica é orientada para fins eminentemente práticos, e só é eficaz na medida em que a sua autonomia é restrita, fazendo com que – nesse caso de restrição – as diferenças entre intérpretes legítimos ou autorizados sejam limitadas e não se admita, por princípio, a abundância de conflito de normas no sistema jurídico. No texto jurídico, assim como no literário, filosófico ou religioso, o que está em jogo é uma luta, pois a leitura autorizada e aceita como legítima é também apropriação da força simbólica que nele se encontra em estado potencial. Os conflitos entre intérpretes e suas interpretações é resolvido pelo corpo de instâncias hierarquizadas que compõem a estrutura do sistema judicial – organizado segundo normas e fontes que conferem autoridade às suas decisões –, e uma decisão judicial só não é confundido com um ato de força político porque ela se apresenta como resultado necessário de uma interpretação fundada em textos reconhecidos. A razão jurídica é produto histórico de um campo social que se especializou como tantos se especializaram conforme suas características próprias.⁵¹⁰

Nesse sentido, a linguagem jurídica tem um papel importante. Ela é resultado da combinação entre a linguagem comum e outros elementos lingüísticos estranhos ao campo jurídico, buscando alcançar um efeito retórico de impessoalidade e neutralidade. Os efeitos maiores que essa linguagem especializada produz são dois: (I) efeito de neutralização, que é obtido a partir de construções passivas e frases impessoais, procurando constituir o enunciador da sentença como sujeito universal ao mesmo tempo imparcial e objetivo; (II) efeito de universalização, que é obtido por via de vários processos convergentes como o uso do indicativo para enunciar normas, bem como o uso do indefinido, as referências a valores trans-subjetivos tidos como consenso ético, etc. Enfim, essa retórica da autonomia, neutralidade e universalidade, para além do aspecto ideológico que o cerca e revelado pelo

⁵⁰⁹ BOURDIEU, O poder..., p. 213.

⁵¹⁰ BOURDIEU, O poder..., p. 213-4.

discurso crítico, “é a própria expressão de todo funcionamento do campo jurídico e, em especial, do trabalho de racionalização”.⁵¹¹

O juízo jurídico, juízo específico, funda-se nas deduções permitidas a partir de um corpo de textos que contém regras coerentemente e internamente organizadas. A postura universalizante, requerida de um agente social que atua no campo do direito – em verdade constitui verdadeiro direito de entrada no campo –, é possuir esse “sentido jurídico” ou “espírito jurídico”, esse juízo jurídico com pretensão estatutária que gera uma cumplicidade entre os agentes que vivem da produção e venda de bens e serviços jurídicos. “A elaboração de um corpo de regras e de procedimentos com pretensão universal é produto de uma divisão do trabalho que resulta da lógica espontânea da concorrência entre diferentes formas de competência ao mesmo tempo antagonistas e complementares que funcionam como outras tantas espécies de capital específico e que estão associadas a posições diferentes no campo”.⁵¹²

Cada tradição e cada conjuntura histórica acaba por influenciar na formação da hierarquia das classes de agentes jurídicos, e o antagonismo estrutural que opõe posições ditas “teóricas” – pensamento doutrinal – com posições ditas “práticas” – aplicação prática –, é em realidade a origem de uma luta simbólica permanente, originada de uma diferença de trabalhos jurídicos, ambos voltados para a interpretação autorizada do corpo de textos. As diferentes categorias de intérpretes autorizados dividem-se em duas correntes: (I) os devotados às elaborações teóricas da doutrina, monopólio dos professores que ensinam e transmitem, de forma normalizada e formalizada, as regras em vigor; (II) os dedicados à avaliação de um caso concreto particular – juízes ou magistrados – que podem contribuir, através da jurisprudência, para construção jurídica. De fato, também se verifica que os produtores de normas legislativas e de regras administrativas, estão sujeitos a todas as reações e resistências do corpo jurídico para anular os efeitos desejados de uma lei; a corporação jurídica – através da interpretação – possui meios para reagir e anular os efeitos de uma lei.⁵¹³

É da confrontação entre diversos agentes sociais, que revelam os diferentes interesses específicos em jogo – voltados para estabelecer a interpretação legítima – que se extrai a significação prática do corpo de textos jurídicos, sendo que a história social da produção jurídica e do discurso jurídico, revela as diferentes tomadas de posição na luta simbólica e as diferentes posições na divisão do trabalho jurídico. As tradições jurídicas nacionais que se

⁵¹¹ BOURDIEU, O poder..., p. 215-6.

⁵¹² BOURDIEU, O poder..., p. 216-7.

⁵¹³ BOURDIEU, O poder..., p. 217.

constituem, ao final, num *corpus* jurídico com elevado grau de formalização e normalização, conforme suas circunstâncias e peculiaridades históricas, produtos das relações de força características de um estado do campo e da capacidade dos diferentes agentes – e seus antagonismos – de imporem sua visão do direito e sua interpretação.⁵¹⁴ Toda chamada tradição jurídica é fruto dessa luta, mas o campo jurídico também deve ser posto em confronto com o campo do poder – para analisá-lo na relações desta posição global –, pois conforme a força regulamentar que possui a burocracia frente ao peso relativo que cabe à lei em si – “reino das leis”; *rule of law* – por exemplo, pode-se verificar que o campo do poder irá influenciar os limites estruturais da eficácia da ação jurídica. “No caso da França, a ação jurídica achas-e hoje limitada pela dominação que o Estado e os tecnocratas saídos da Escola Nacional de Administração exercem em vastos sectores da administração pública e privada. Nos EUA, pelo contrário, os *lawyers* saídos das escolas superiores de direito (Harvard, Yale, Chicago, Stanford) podem procurar posições para além dos limites do campo propriamente dito, na política, na administração, na finança ou na indústria. Daqui resultam diferenças sistemáticas, freqüentemente invocadas depois de Tocqueville, nos usos sociais do direito e, mais precisamente, no lugar que cabe ao recurso jurídico no universo das acções possíveis, sobretudo em matéria de lutas reivindicativas”.⁵¹⁵

⁵¹⁴ A fim de efetuar descobertas proficuas no campo jurídico, caberia realizar uma pesquisa de história social comparada acerca de dois pontos, quais sejam, sobre a produção jurídica – pragmática – e sobre o discurso acerca desta produção – sintaxe. Esforçando-se por colocar metodicamente em relação as diferentes tomadas de posição nesta luta simbólica, com as diferentes posições na divisão do trabalho jurídico, tudo leva a supor que a tendência para insistir na sintaxe do direito é mais própria dos teóricos e dos professores, enquanto que a atenção à pragmática é, pelo contrário, mais provável entre os juízes. Uma história social comparada dessa qualidade, deveria também levar em conta a relação entre as variações verificáveis entre uma ou outra posição – conforme o lugar e o momento –, mais especificamente, a variação de força relativa que é tomada ora pela sintaxe e ora pela pragmática, mas também a variação da força relativa da sintaxe – teóricos – e da pragmática – práticos – frente às relações de força que constituem a estrutura do campo. A partir daí seria possível compreender, por exemplo, as diferenças sistemáticas que separam as tradições jurídicas nacionais – o que faz ou marca a diferença entre sistemas jurídicos de sociedades diferentes – mas, sobretudo, a grande divisão – que marca a própria civilização ocidental – entre a tradição jurídica romano-germânica e a tradição jurídica anglo-americana. Verifica-se que na tradição alemã e francesa, o direito – especialmente o privado – é um verdadeiro direito de “professores”, ligado ao primado da doutrina sobre os procedimentos e tudo o que diz respeito à prova ou à execução da sentença; desta forma, nessa tradição que marca a Alemanha e a França, acaba também retraduzindo e reforçando o domínio da alta magistratura, intimamente ligado aos professores, sobre os juízes que, por terem passado pela universidade, são mais inclinados a reconhecerem a legitimidade das suas construções do que os advogados, formados de certa forma na prática profissional cotidiana – ou na tarimba. Entretanto, contrariamente ocorre na tradição jurídica anglo-americana, onde o direito é um direito jurisprudencial – *case law* –, assentado quase que exclusivamente nos acórdãos dos tribunais e na regra do precedente, sendo fracamente codificado. Ele dá primado aos procedimentos, que devem ser leis – *fair trial* – e cuja maestria – perícia, habilidade, destreza – se adquire sobretudo pela prática ou por técnicas pedagógicas que estão voltadas para aproximarem-se o máximo possível da prática profissional, como, por exemplo, com o “método dos casos”, em uso nessas verdadeiras escolas profissionais – ou profissionalizantes – que são as escolas de direito. Essa tradição anglo-americana, o estatuto da regra do direito tem por objetivo apenas dar uma solução a um litígio, se situando deliberadamente ao nível da casuística das aplicações particulares aos casos concretos; compreende-se, assim, porque os grandes juristas são justamente aqueles juízes que saíram da fila dos práticos. In: BOURDIEU, O poder..., p. 218-9.

⁵¹⁵ BOURDIEU, O poder..., p. 217-9.

Apesar de existir uma competição ou concorrência entre os agentes sociais envolvido no campo, revelando um antagonismo entre eles, deve ser ressaltado que ao mesmo tempo esses adversários são cúmplices ao se servirem uns aos outros, pois as diferenças e as diferentes funções que eles exercem acabam sendo complementares e referendam sutilmente o estabelecimento de uma divisão do trabalho de dominação simbólica. O *habitus* jurídico é marcado pelo *lector*, intérpretes que se refugia nas aparências da aplicação da lei, e que pode dissimular algo novo que acaba criando em suas funções através dos mecanismos interpretativos e de legitimação que envolve suas próprias funções. Um juiz, por exemplo, em suas atividades normais, não deixa de estar vinculado ou ligado aos diversos teóricos e especialistas do direito, através de uma cadeia de legitimidade que dissimula a violência simbólica de seus atos.⁵¹⁶

O exercício legítimo da competência jurídica é fundado no princípio da complementaridade funcional dinâmica no conflito; os juristas ou os teóricos do direito tendem a levar o direito em direção da teoria pura – sistema jurídico aqui é autônomo e auto-suficiente, livre de incertezas e lacunas que a prática levanta –, e os juízes e outros agentes da prática jurídica orientam o direito para a casuística das situações concretas que enfrentam diuturnamente, com suas urgências e exigências da prática, criando seus repertórios de jurisprudências entre outros. Os magistrados têm a função de adaptar ao real o que os teóricos – professores – visualizam apenas dentro de uma rigidez de um rigor racional; as mudanças e inovações que aqueles introduzem no sistema jurídico e que mantêm a sobrevivência do mesmo, são depois integradas pelos teóricos no sistema que, nesse ato, acabam efetuando uma função de assimilação que reproduz e assegura a coerência de princípios e regras muitas vezes contraditórias e complexas. Nesse ato, os teóricos acabam oferecendo ao juiz os meios dele dissimular em suas decisões o arbitrário que elas contém.⁵¹⁷

A tradição jurídica romano-germânica reserva ao jurista teórico a função de *pôr-em-forma* dos princípios e regras envolvidos na prática, vale dizer, elaborar “um corpo sistemático de regras assente em princípios racionais e destinados a ter uma aplicação universal”. Assim, sua forma de pensamento assemelha-se ao pensamento teológico, pois com o pensamento lógico-dedutivo procuram que o justo lhe seja revelado, um dever-ser científico que guie a aplicação da lei ao caso concreto. O trabalho histórico de codificação tem sua razão de ser, ao favorecer essa racionalização do direito positivo e o controle lógico subjacente que

⁵¹⁶ BOURDIEU, O poder..., p. 219-20.

⁵¹⁷ BOURDIEU, O poder..., p. 220-1.

garante a coerência do corpo jurídico inclusive solucionando o problema das lacunas do direito.⁵¹⁸

Para quem não participa diretamente do campo jurídico e faça parte de seu sistema de funcionamento, portanto, não esteja absorvido a tudo que a pertença ao campo acabe implicando – *illusio* –, é difícil crer que a lógica dedutiva governe a atuação e produção de todos os seus agentes sociais. Toda aplicação do direito é uma confrontação de direito antagônicos que o julgador deve escolher; tanto na tradição do *civil law* como da *common law* revelam que não há uma metodologia jurídica perfeitamente racional, revelando que o julgador possui uma parcela de autonomia que o libera de ser um simples executante que deduz da lei as conseqüências aplicáveis ao caso particular a ele submetido. Tal fato garante ao juiz uma posição especial na estrutura do campo jurídico e lhe dá um capital específico de autoridade jurídica, e seus juízos ou decisões são verdadeiras criações ou invenções – arbitrário – filtradas ou dissimuladas pela lógica e valores dos textos que ele utiliza para decidir os casos concretos.⁵¹⁹

A interpretação historiciza a norma, sempre adaptando-a às novas circunstâncias histórico-social. A capacidade de elasticidade dos textos favorece sempre possibilidades inéditas de interpretação, revelando que a atividade hermenêutica em realidade é dotada de uma imensa liberdade para chegar à declaração final. Todos os agentes sociais do campo jurídico possuem a capacidade – em graus diferenciados – de explorar a polissemia ou anfibologia – ambigüidade ou duplicidade de sentido numa construção sintática; ambigüidade, exemplo, “ama o pai o filho” – das fórmulas jurídicas. A interpretação restritiva, também tem o significado de aplicação de uma lei que deveria ser aplicada; a interpretação extensiva, também tem o significado de aplicar uma lei que não deveria ser aplicada. Outras técnicas, como a analogia, aproveitam a elasticidade da lei, suas contradições, ambigüidades e lacunas.⁵²⁰

O ato de interpretação da lei para aplicação ao caso concreto não é ato solitário de um juiz preocupado em aplicar fielmente uma regra de forma fundamentada ou um ato lógico-matemático, procurando, assim, estabelecer um rigor dedutivo entre a regra e o caso concreto; diferentemente, esse ato de proclamação de um veredicto é o “resultado de uma luta simbólica entre profissionais dotados de competências técnicas e sociais desiguais, portanto, capazes de mobilizar, embora de modo desigual, os meios ou recursos jurídicos disponíveis, pela

⁵¹⁸ BOURDIEU, O poder..., p. 221.

⁵¹⁹ BOURDIEU, O poder..., p. 222-3.

⁵²⁰ BOURDIEU, O poder..., p. 223-4.

exploração da ‘regras possíveis’, e de os utilizar eficazmente, quer dizer, como armas simbólicas, para fazerem triunfar a sua causa; o efeito jurídico da regra, quer dizer, a sua *significação* real, determina-se na relação de força específica entre os profissionais, podendo-se pensar que essa relação tende a corresponder (...) à relação de força entre os que estão sujeitos à jurisdição respectiva”.⁵²¹

Desta forma, uma interpretação judicial é antes de tudo – e principalmente – uma manifestação de um conteúdo ético, portanto arbitrário, que se manifesta diferentemente em cada agentes social que atua no campo social jurídico. O trabalho de racionalização formal feito – para dar um conteúdo normalizado conforme padrões aceitos pelo sistema jurídico – é antes de tudo, e principalmente, um ato de dissimulação que confere eficácia simbólica à decisão judicial denominada por veredicto. A eficácia simbólica é decorrente de uma ação que é ignorada em tudo aquilo que tem de arbitrário, mas é reconhecida por tudo e por todos com legítima – justamente pelo desconhecimento do arbitrário que contém –, como natural – trata-se do par simbólico desconhecimento/reconhecimento social, atuando ao mesmo tempo para legitimar um arbitrário cultural. Essa eficácia tem por princípio a natural impressão de sua necessidade lógica e faz a forma ser mais significativo – ou influir – que o conteúdo. “O formalismo racional ou racionalizante do direito racional (...) participa da eficácia simbólica do direito mais racional. E o ritual destinado a enaltecer a autoridade do acto de interpretação (...) não faz mais do que acompanhar todo o trabalho colectivo de sublimação destinado a atestar que a decisão exprime não a vontade e a visão de mundo do juiz mas sim a *voluntas legis* ou *legislatoris*” (sic).⁵²²

O campo jurídico é um espaço social onde o monopólio é estabelecido para delimitar aqueles agentes sociais que podem ingressar nele e jogar o jogo desse espaço social. Há a imposição de uma fronteira que separa os que estão aptos a entrar no jogo e aqueles que de fato estão dele excluídos, enfim, entre aqueles que estão aptos a operarem toda a conversão do espaço mental – marcadamente a postura lingüística – requerida pelo campo e aqueles que não possuem essa capacidade ou competência. Estipular e consagrar uma competência jurídica é distinguir, portanto, também excluir ou desqualificar a visão dos não-especialistas. Estabelecer esta distinção é constituir uma relação de poder que fundamenta visões de mundo diferentes, de um lado aqueles – visão científica – que irão se apossar de uma competência e, de outro, aqueles – visão do senso comum e espontânea – que serão desapossados dela; a

⁵²¹ BOURDIEU, O poder..., p. 224-5. Grifos no original.

⁵²² BOURDIEU, O poder..., p. 224-5. Grifos no original.

estrutura do campo impõe um sistema de exigências para quem nele atuar como especialista, em especial o domínio de uma determinada linguagem.⁵²³

A linguagem jurídica constitui-se fundamentalmente com um uso particular da linguagem vulgar, mas diferentemente de outras linguagens douradas, o analista lingüístico tem dificuldade muito grande em desvelar o verdadeiro princípio “desta ‘mistura de dependência e independência’”. Para além da subtração das palavras e locuções vulgares de seu sentido corrente, essa “transmutação que afecta o conjunto das características lingüísticas está ligada à adopção de uma postura global que não passa da forma incorporada do sistema de princípios de visão e divisão, constitutivo de um campo ele próprio caracterizado pela independência na dependência e por ela”. O ser humano nomeia coisas diferentes para o mesmo nome e sem nenhum sentimento de inconveniência em fazê-lo. A linguagem dourada, portanto, a linguagem jurídica, ao empregar uma palavra para nomear o que é diverso do seu uso na linguagem vulgar, somente assim procede porque os dois usos estão vinculados a posturas lingüísticas radicalmente exclusivas e que não se confundem resultando mal-entendidos.⁵²⁴

O que sucede é que os dois significados, para além do contexto onde eles se inserem no seu uso cotidiano, são fruto de uma “dualidade dos espaços mentais, solidários de espaços sociais diferentes, que os sustentam”. Esse desvio entre significados, essa “*discordância postural*, é o fundamento *estrutural* de todos os mal-entendidos que podem produzir entre os utilizadores de um código erudito (...) e os simples profanos, tanto ao nível sintático como ao nível lexicológico”. A prática judicial é um momento de neutralização das coisas e dos antagonismos em jogo, por meio da “desrealização” e da busca do discurso que efetue o competente distanciamento que transforma e converte o confronto de interesses direto entre os adversários em diálogo entre mediadores. Os agentes sociais jurídicos, assim, atuando como terceiros indiferentes – e também interessados – acabam introduzindo uma distância neutralizante no jogo do campo, que é parte constitutiva de seu *habitus*, daí uma postura pessoal de reserva e atitudes formais – e mesmo com carácter aristocrático – que caracterizam o comportamento da maioria dos diferentes agentes.⁵²⁵

O campo jurídico, assim, “é o espaço social organizado no qual o pelo qual se opera a transmutação de um conflito directo entre partes directamente interessadas no debate juridicamente regulado entre profissionais que actuam por procuração e que têm de comum o conhecer e o reconhecer da regra do jogo jurídico, quer dizer, as leis inscritas e não-inscritas

⁵²³ BOURDIEU, O poder..., p. 225-6.

⁵²⁴ BOURDIEU, O poder..., p. 226-7.

⁵²⁵ BOURDIEU, O poder..., p. 227.

no campo”, e que organizam a manifestação pública dos conflitos sociais a eles dirigidos, buscando soluções socialmente reconhecidas como imparciais. O veredicto judicial é o resultado de um compromisso político, uma síntese lógica entre teses antagônicas – ou diferentes – emergidas no processo – que simbolicamente é reconhecido como busca da verdade –, e onde uma delas – ou terceira – deve ser escolhida pelo juiz; uma sentença é ao mesmo tempo produto político e produto científico que paradoxalmente trabalha com a idéia de oposição amigo/inimigo, e que exclui a necessidade de um árbitro para conformar as disputas – campo político –, e a idéia de oposição verdadeiro/falso que confere um poder arbitral de fato à concorrência entre os pares – campo científico.⁵²⁶

Ingressar no universo jurídico é aceitar a figura do mediador-jurista que se ergue acima dos pleiteantes como um poder transcendental, e também aceitar abrir mão direta e imediatamente da relação de cada qual com sua causa, em troca de uma reconstituição da realidade conforme as regras que o campo jurídico impõe, que redefine completamente a experiência corrente e a situação que está em jogo no litígio. Daí decorre que os litigantes devem renunciar à violência física e à violência simbólica – por exemplo, injúria – entre si, em favor do outro novo modo de expressão e discussão adotado, e aceitar que toda verdade seja estabelecida como causa conforme a reconversão, retradução e construção que é dada pelo sistema jurídico aos fatos jurídico.⁵²⁷

No contrato de entrada no campo jurídico, estão implícitas três exigências: (I) uma decisão necessariamente será pronunciada; (II) acusação e defesa se posicionarão conforme historicamente foi determinado como sua posição e categoria dentro do procedimento; (III) precedentes sempre serão levantados de forma recorrente e há a necessidade de se conformar com os mesmos. Sobre os precedentes, verifica-se que o seu uso reafirma a autonomia e especificidade da racionalidade do campo jurídico, na medida em que o seu uso numa decisão transparece como fruto de um ato neutro e objetivo, produto de uma competência especificamente jurídica. Verifica-se que os precedentes são utilizados ora como instrumentos de racionalização, ora como razões determinantes, e sua utilização é tão elástica que ele pode fundamentar teses paradoxalmente opostas, além do que seu extenso rol permite usos adaptados à mais diversas questões conflituais. Diante disso, a previsibilidade e a calculabilidade do direito racional ou racionalizado é fruto da constância e homogeneidade do *habitus* jurídico, vale dizer, fruto de atitudes comuns – como o estudo do direito e de suas práticas – e outras experiências familiares que acabam atuando como categorias de percepção

⁵²⁶ BOURDIEU, O poder..., p. 228-9.

⁵²⁷ BOURDIEU, O poder..., p. 230.

e apreciação e que estruturam a percepção e apreciação dos conflitos sociais para convertê-los em disputas jurídicas.⁵²⁸

Constata-se que o sentimento de injustiça ou a capacidade de perceber certa experiência com injusta não é universal, mas depende da posição que a pessoa ocupa no espaço social. O sentimento de injustiça que faz uma pessoa buscar os serviços jurídicos como uma necessidade não é natural, é cultural, é construído, vale dizer, é fruto de um trabalho de construção social que é efetuado pelos profissionais que atuam no campo. Os profissionais revelam ao mundo social os direitos e estimulam o sentimento de se ter direitos, criando, desta forma, a “descoberta” da sensibilidade e das experiências nominadas como injustas. Nesse sentido eles têm a capacidade de manipular as expectativas de direito, ora criando, ora aumentando ou ora diminuindo a mesma, conforme o caso.⁵²⁹

Os profissionais acabam produzindo a necessidade de seus próprios serviços ao traduzirem questões sociais em problemas jurídicos com as probabilidades de êxito conforme cada estratégia possível de ser adotada, e fazem isso guiados pelos seus interesses econômicos, suas atitudes éticas e políticas e seus interesses mais específicos, quais sejam, as suas relações objetivas travadas com os outros especialistas. O campo jurídico, assim, é um espaço fechado, reforçado por tradições e categorias de percepção e apreciação, que somente os especialistas podem deter, pois exigem uma verdadeira conversão mental – uma mudança de espaço mental – para nele atuar, que garanta o domínio da situação – que conflitos merecem nele ingressar e de que forma específico eles devem se revestir para merecer serem discutidos – aos detentores da competência jurídica, gerando um verdadeiro monopólio sobre a produção e comercialização dos serviços jurídicos. Tendo em vista esse monopólio, os ganhos de cada um de seus membros dependem do controle que é efetuado sobre a produção de produtores – escolas e seus formandos – nesse mercado de serviços jurídicos, gerando o problema da crise de acesso às profissões judiciais.⁵³⁰

O processo, que condensa os conflitos em jogo, é um espaço sintomático da representação da luta simbólica que se desenvolve continuamente na sociedade; o que os contendores querem é impor um reconhecimento social, portanto, o que está em jogo é “o monopólio do poder de impor o princípio universalmente reconhecido de conhecimento do mundo social, o *nomos* como princípio universal de visão e de divisão (*nemo* significa separar, dividir, distribuir), portanto de *distribuição* legítima”. A sentença – o veredicto do

⁵²⁸ BOURDIEU, O poder..., p. 230-1.

⁵²⁹ BOURDIEU, O poder..., p. 231-2.

⁵³⁰ BOURDIEU, O poder..., p. 232-3.

juiz, como ato de nomeação ou instituição, é palavra autorizada, pública, oficial, enunciada em nome de todos e perante todos – emitida pelo Poder Judicial, que proclama a verdade das coisas, com todas as suas conseqüências patrimoniais e/ou sobre a liberdade individual – podendo, inclusive, atingir a própria vida –, é a visão soberana do Estado – portanto, não é a visão dos particulares em luta –, desta forma, da visão de mundo legítima que a sociedade não deve esquecer ou perder de vista, daquele que é o detentor do monopólio de violência simbólica legítima.⁵³¹

A sentença, como enunciado que contém uma performance em seu entorno, além de ato político, é também um ato mágico, pois consegue ser reconhecido universalmente, vale dizer, impor irrecusavelmente e para todos o conteúdo de sua visão. Assim o direito alcança a consagração de uma ordem, na parte que cabe ao Estado garantir. “Ele atribui aos agentes uma identidade garantida, um estado civil, e sobretudo poderes (ou capacidades) socialmente reconhecidos, portanto, produtivos, mediante a distribuição de direitos de utilizar esses poderes, títulos (escolares, profissionais, etc.), certificados (de aptidão de doença, de invalidez, etc.), e sanciona todos os processos ligados à aquisição, ao aumento, à transferência, ou à retiradas desses poderes. Os veredictos por meio dos quais ele atribui diferentes volumes de diferentes espécies de capital aos diferentes agentes (ou instituições) põem um termo ou, pelo menos, um limite à luta, ao regateio ou à negociação acerca das qualidades das pessoas ou dos grupos, acerca da pertença das pessoas aos grupos (...). O direito é, sem dúvida, a forma por excelência do poder simbólico de nomeação que cria as coisas nomeadas e, em particular, os grupos; ele confere a estas realidades surgidas das suas operações de classificação toda permanência, a das coisas, que uma instituição histórica é capaz de conferir a instituições históricas”.⁵³²

Desta forma, o direito possui um discurso atuante que é capaz, por si próprio, por sua própria força, de produzir determinados efeitos; e ao mesmo tempo em que ele é produto do mundo social, ele também faz o mundo social, mas observando que há determinadas condições sociais – e, portanto, limites – para que ele opere com essa eficácia que é quase mágica, mas procurando escapar de uma análise que estabeleceria o ser humano como criador de categorias segundo as quais se constrói o mundo social, e que essas categorias acabam

⁵³¹ BOURDIEU, O poder..., p. 236. Grifos no original.

⁵³² BOURDIEU, O poder..., p. 236-7.

produzindo esse mundo, como se depreende de algumas análises feitas por Michel Foucault⁵³³ – enfim, não cair no nominalismo⁵³⁴ radical.⁵³⁵

O que sucede é que na origem da maneira como construímos o mundo social há esquemas de percepção e apreciação que são produzidos por um trabalho coletivo e histórico – uma construção cultural – mas a partir de estruturas que este mundo impõe, vale dizer, a partir das próprias estruturas desse mundo, estruturas estruturadas, elas próprias

⁵³³ Michel Foucault (1926-1984), historiador e filósofo francês, professor do *Collège de France* – a partir de 1970 –, que produziu uma extensa obra acadêmica. Foucault investigou as origens dos conhecimentos e das formas de controle político que se incorporaram à vida moderna ocidental ao longo dos últimos séculos, pretendendo, assim, demonstrar o caráter arbitrário das idéias e práticas sociais. Segundo ele, é preciso livrar-se da ilusão de que tais idéias e práticas têm fundamento racional. Foucault concentrou-se principalmente no conteúdo das chamadas “ciências humanas”, dando especial atenção às disciplinas e métodos de aplicação prática, como a medicina, a psicologia e a administração da sociedade. Em *História da Loucura* (1961), por exemplo, examinou como os conceitos de saúde e de loucura surgiram e se combinaram para dar origem a uma nova categoria – cheia de conseqüências práticas –, qual seja, a “doença mental”, observando-se, também, que nessa obra ele abriu novos horizontes à pesquisa e estudo no campo da história e da epistemologia, mostrando como o pensamento se forma a partir de uma prática do discurso e de uma prática social. Em *Nascimento da Clínica* (1963) e *As Palavras e as Coisas* (1966), Foucault aprofunda esse novo método de fazer história, que ele acaba denominando por “arqueologia”, aprofundando, também, a crítica da referência ao homem nas ciências humanas. Após *Arqueologia do Saber* (1969), Foucault se interessou pela ordem que a sociedade oferece aos homens, pela repressão que ela impõe nas suas instituições, e pelas deformações ideológicas que imprime com a ajuda dos saberes organizados em torno da noção de “ciências humanas”. Desta forma, especialmente em *Vigiar e Punir* (1975), analisou os métodos disciplinares empregados nas prisões, considerando-os exemplos da imposição, às pessoas, de padrões “normais” de conduta, estabelecidos pelas ciências sociais. A partir desse trabalho, explicitou-se a noção de que as formas de pensamento são também relações de poder, que implicam coerção e imposição. Assim, é possível lutar contra a dominação representada por certos padrões de pensamento e comportamento, sendo no entanto impossível escapar completamente a todas e quaisquer relações de poder. Perseguindo a mesma linha, publicou *História da Sexualidade* – 3 vols., 1980-4. Ele reconhece a influência de Nietzsche em sua obra, sendo que suas idéias provocaram debates e exerceram grande influência entre filósofos, historiadores e cientistas. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 11.

⁵³⁴ Nominalismo é a designação dada à doutrina dos filósofos *nominales* ou nominalistas, que constituíram uma das grandes correntes da Escolástica. O termo nominalista – *nominalis* – ou terminista – *terminista* – foram usados somente no princípio do século XV, mas O’ton de Freising, em sua crônica *Gesta Friderici imperatoris*, afirmava que Roscelin fora o “primeiro em nossos tempos a propor em lógica a doutrina das palavras (*sententiam vocum*)”. No princípio do século XII o nominalismo era defendido por Abelardo, mas seu triunfo na Escolástica foi devido à obra de Guilherme de Ockham que, com razão, foi chamado de *Princeps Nominalium*. Assim exprimia Ockham sua convicção sobre o assunto: “Nada fora da alma, nem por si nem por algo de real ou de racional que lhe seja acrescentado, de qualquer modo que seja considerado e entendido, é universal, pois é tão impossível que algo fora da alma seja de qualquer modo universal (a menos que isso se dê por convenção, como quando se considera universal a palavra ‘homem’, que é particular), quanto é impossível que o homem, segundo qualquer consideração ou qualquer ser, seja o asno”. [Assim, nominar – marcar algo com uma terminologia – é dar sentido – conceituar – a tudo, e o mundo se significa a partir daí]. Do ponto de vista positivo, o nominalismo admite que o universal ou conceito é um signo dotado de capacidade de ser predicado de várias coisas. O conceito já fora assim definido por Abelardo. Ao traçar uma breve história do nominalismo, Leibniz dizia que “são nominalistas todos os que acreditam que, além das substâncias singulares, só existem os nomes puros e, portanto, eliminam a realidade das coisas abstratas e universais”; para ele, o nominalismo assim entendido começava por Roscelin, e, entre os nominalistas, além de Nizólio estava também Thomas Hobbes. Essas observações e inclusões de Leibniz foram aceitas pelos historiadores da filosofia. Em época mais recente, nominalismo designou a interpretação convencionalista da física. Algumas vezes os lógicos modernos usam esse termo para indicar a doutrina segundo a qual a linguagem das ciências contém apenas variáveis individuais, cujos valores são objetos concretos, e não classes, propriedades e similares. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 715.

⁵³⁵ BOURDIEU, O poder..., p. 237-8.

historicamente erigidas, onde “nossas categorias de pensamento *contribuem* para produzir o mundo, mas dentro dos limites da sua correspondência com estruturas preexistentes”. É somente na medida “em que os actos simbólicos de nomeação propõem princípios de visão e de divisão objectivamente ajustados às divisões preexistentes de que são produto, que tais actos têm toda a sua eficácia de enunciação criadora que, ao consagrar aquilo que enuncia, o coloca num grau de existência superior, plenamente realizado, que é o da instituição instituída”.⁵³⁶

Estruturas sociais postas, gerando representações segundo esquemas adequados – pertinentes – à essa estrutura, acabam também gerando – por via dessas representações de um mundo de que são produto – o efeito propriamente simbólico de consagrar a ordem estabelecida; assim, a representação adequada, justa, conforme previamente já está determinado para ser, é aquela que reitera o visão dóxica das divisões que operam no mundo social, divisões essas que estabelecem o lugar de cada um e o que deve ser. Observa-se que mesmo em épocas de mudanças sociais onde uma ordem cede em relação a uma nova, ainda assim verifica ser necessário o ajustamento dos esquemas de percepção e apreciação para com as estruturas sociais como objetivamente se apresentam.⁵³⁷

Profetas, hereges, subversivos, os denominados anti-instituições somente conseguem sucesso em impor seu poder simbólico, com seu poder criador de representação, vale dizer, transformar o mundo transformando as palavras que o nomeiam, produzindo novas categorias de percepção e apreciação – nova visão das divisões e das distribuições sociais –, somente se – e na medida em que – essas profecias e novas criações forem previsões bem fundamentadas, ou seja, porque vem de encontro e anunciam aquilo que já está desenhado e está por vir a ser realizado – novas práticas, costumes, e grupos sociais. Somente desta forma é que o novo se consagra como oficial, reconhecido, conhecido, um novo real acede à sua existência plena, porque já está ou foi cultivado historicamente na própria realidade. Por ser aceito como natural – portanto, a questão da legitimidade nunca será aqui questionada –, o ato de consagração e nomeação esconde ou dissimula a força histórica de sua autoridade e desta forma acaba por acentua-la, reforçá-la. Trata-se de um ato de magia social com alta eficácia, cuja aceitação da sanção jurídica – portanto, do sistema jurídico – é a forma simbólica por excelência. Aí está o princípio do poder simbólico do direito, envolvendo e traspassando a sociedade.⁵³⁸

⁵³⁶ BOURDIEU, O poder..., p. 238. Grifos no original.

⁵³⁷ BOURDIEU, O poder..., p. 238.

⁵³⁸ BOURDIEU, O poder..., p. 238-9.

Sociedades não mudam ou se transformam por decreto; a força social do direito é que ele é socialmente reconhecido e está naturalizado como uma necessidade ou interesse real, e todo comportamento dos agentes nele envolvidos – codificação, neutralização, sistematização, etc., enfim, a leis próprias do universo do campo jurídico – contribuem para construir essa natural dependência. Essa consciência das condições sociais dos atos jurídicos não permite ignorar ou negar isso que faz a eficácia própria da regra, do regulamento e da lei.⁵³⁹

Tal qual a prática religiosa, a prática jurídica é definida “na relação entre o campo jurídico, princípio da oferta jurídica que se gera na concorrência entre os profissionais, e a procura dos profanos que são sempre em parte determinados pelo efeito da oferta. Há confrontação constante entre as normas jurídicas oferecidas as quais, pelo menos na sua forma, têm a aparência da universalidade e a procura social, necessariamente diversa, e até mesmo conflitual e contraditória”, e isso está previsto nas próprias práticas, em estado potencial, recepcionando futuras inovações da vanguarda ética ou política.⁵⁴⁰

A legitimidade do direito se estabelece do conjunto das relações objetivas entre o campo jurídico, o campo do poder e o campo social como um todo. “É no interior deste universo de relações que se define os meios, os fins, e os efeitos específicos que são atribuídos à acção jurídica”. O direito é explicado, em sua estrutura e efeito social: (I) pela sua demanda social, presente e potencial; (II) pelas possibilidades que oferece às criações jurídicas; (III) pela lógica própria de seu trabalho, em especial a atividade de formalização; (IV) pelos interesses sociais dos agentes formalizadores, definidos na concorrência interna do campo jurídico; (VI) e pela relação conjunta do campo jurídico com o campo do poder.⁵⁴¹

Verifica-se que há uma afinidade muito grande entre a prática dos agentes sociais do campo jurídico – detentores por excelência da forma do poder simbólico – com os detentores do poder temporal, político ou econômico, independente do conflito de competência que podem opor uns aos outros. Isso ocorre porque todos eles geralmente tiveram formações familiares e escolares semelhantes, favorecendo a proximidade de interesses, afinidade dos *habitus*, formando visões de mundo próximos. Dessa forma, as classes dominantes continuam a preservar os seus valores, porque as escolhas que serão feitas pelo corpo de agentes jurídicos tenderão “naturalmente” aos interesses valores e visão de mundo que corresponde ao seu *ethos*, no processo lógico de escolha interpretativa dos textos jurídicos, que é também o

⁵³⁹ BOURDIEU, O poder..., p. 239-40.

⁵⁴⁰ BOURDIEU, O poder..., p. 240.

⁵⁴¹ BOURDIEU, O poder..., p. 240-1.

do *ethos* dos dominantes. E para isso permanecer e ser preservado é importante que a classe dos magistrados seja proveniente das classes dominantes.⁵⁴²

Mas a eficácia do direito se estende além dos agentes neles convertidos, enfim, sua eficácia simbólica tem pretensão universal, cujo trabalho de formalização construído no âmbito do sistema pelos seus agentes contribui grandemente. Essa eficácia simbólica, somente assim é porque exercida com a cumplicidade daqueles que a ela se submetem ou suportam, mas de forma inconsciente, ou sutilmente extorquida. A eficácia específica do direito, portanto, é produzir desconhecimento do arbitrário que está na origem de seu funcionamento e, assim, angariar o seu reconhecimento. A inculcação da crença na neutralidade e autonomia do direito, e dos seus operadores, é reproduzida sem interrupção – tendo a escrita um papel fundamental nesse processo, pois põem em evidência os comentários universalizantes, os princípios universais, a transmissão objetiva e generalizada – e o trabalho jurídico de codificação das representações e das práticas éticas é voltado para reforçar essa crença; a ideologia profissional do corpo de juristas é aceita por adesão pelos profanos.⁵⁴³

“O trabalho jurídico exerce efeitos múltiplos: (...) ele liga continuamente o presente ao passado e dá garantias de que (...) o porvir será à imagem do passado e de que as transformações e as adaptações inevitáveis serão pensadas e ditas na linguagem da conformidade com o passado. (...) [Ele], assim inscrito na lógica da conservação, constitui um dos fundamentos maiores da manutenção da ordem simbólica também por outras características de seu funcionamento: pela sistematização e pela racionalização a que ele submete as decisões jurídicas e as regras invocadas para as fundamentar ou as justificar, ele confere o *selo da universalidade*, factor por excelência da eficácia simbólica, a um ponto de vista sobre o mundo social que (...) em nada de decisivo se opõe ao ponto de vista dos dominantes. E, deste modo, ele pode conduzir à *universalização prática*, quer dizer, à generalização nas práticas, de um modo de acção e de expressão até então próprio de uma região do espaço geográfico ou do espaço social”.⁵⁴⁴

Numa sociedade diferenciada – estratificada em diferentes classes ou grupos sociais do ponto de vista econômico – verifica-se que o efeito de universalização é mecanismo poderoso de dominação simbólica, ou seja, de imposição da legitimidade de uma ordem social. A norma jurídica, assim, funciona como consagradora da ordem social oficial – e sua cultura legítima – através de suas regras oficiais “universais”; ela contém os “princípios

⁵⁴² BOURDIEU, O poder..., p. 241-2.

⁵⁴³ BOURDIEU, O poder..., p. 243-4.

⁵⁴⁴ BOURDIEU, O poder..., p. 245. Grifos no original.

práticos do estilo de vida simbolicamente dominante” e informa as práticas – normalização via universalização – dos diferentes agentes sociais, independentemente de sua posição e função na estrutura social, e respectiva condição e etilo de vida. Ela também indica oficialmente para a sociedade o que deixou de ser ou não um tabu, vale dizer, o que pode ser dizível, pensável confessável – como, por exemplo, a homossexualidade –, além de fixar o espaço dos possíveis, ou o universo das representações ideais que acabam definindo o espaço de lutas, que vai da interpretação restritiva à extensiva de uma norma – um dos efeitos da imposição simbólica da norma que foi publicada.⁵⁴⁵

Não foi sem sentido que na França, apesar do Código Civil prever um novo procedimento sobre sucessão, diferente do que a tradição camponesa havia consagrado como seu real costume – o morgadio ou morgado era o costume consagrado, onde uma propriedade vinculada, ou conjunto de bens vinculados, que não se podiam alienar ou dividir, em geral, por morte do possuidor, passava para o filho mais velho –, verificou-se que essa norma oficial sofreu violenta recusa e foi, durante muito tempo, objeto de uma resistência que também era uma recusa ao próprio corpo do Código Civil; mas é esse mesmo Código Civil, oficialmente promulgado, que lhes possibilitou o contato e conhecimento com esses novos procedimentos e ao que a imaginação jurídica nele contida lhes oferecia e possibilitava. Assim, apesar dessas medidas codificadas serem totalmente desprovidas de realidade, “não é menos verdade que a oferta jurídica não deixa de exercer efeitos reais sobre as representações e (...) as representações constitutivas daquilo a que se poderia chamar o ‘direito vivido’ devem muito ao efeito, mais ou menos deformado, do direito codificado”. No universo dos possíveis que deste faz emergir, bem como no trabalho correlativo para os conter ou neutralizar dentro de um espectro de interpretação controlado, acaba-se produzindo o efeito de preparar a sociedade para as mudanças que advirão – por mais brutais que sejam –, quando surgir as condições sociais apropriadas para a realização desses possíveis teóricos.⁵⁴⁶

“Pela promoção ontológica que ele opera ao transformar a regularidade (aquilo que se faz regularmente) em regra (aquilo que é de regra fazer), a normalidade de facto em direito, (...) a instituição jurídica contribui, sem dúvida, *universalmente* para impor uma representação da normalidade em relação à qual todas as práticas *diferentes* tendem a aparecer como *desviantes*, anômica, e até mesmo anormais, patológicas”. Nesse sentido, o direito de família é fruto de um modelo de unidade familiar que foi sendo construído sob impulso da ética de uma classe dominante – e suas instituições gerenciadores das relações sociais domésticas e

⁵⁴⁵ BOURDIEU, O poder..., p. 246 e nota de rodapé n. 45.

⁵⁴⁶ BOURDIEU, O poder..., p. 246, nota de rodapé n. 45.

entre gerações –, transformando em normas “universais” práticas familiares que paulatinamente foram sendo inventadas. Esse etnocentrismo dos dominantes, a universalização de um estilo de vida tido e reconhecido como exemplar, fundamenta a crença universal do direito; trata-se duma ideologia que procura mostrar o direito como um instrumento de transformação das relações sociais, aparentemente com fundamento na realidade.⁵⁴⁷

O verdadeiro responsável pela aplicação do direito é todo conjunto de agentes jurídicos que estão postos em concorrência, assim como o verdadeiro legislador – elaborador das leis – é “o conjunto dos agentes que, determinados pelos interesses e os constrangimentos específicos associados às suas posições em campos diferentes (...) elaboram aspirações ou reivindicações privadas e oficiosas, as fazem aceder ao estado de ‘problemas sociais’, organizam as expressões (artigos de imprensa, obras, plataformas de associações ou de partidos, etc.) destinadas a ‘fazê-las avançar’. É todo este trabalho de construção e de formulação das representações que o trabalho jurídico consagra, juntando-lhe o efeito de generalização e de universalização contido na técnica jurídica e nos meios de coerção cuja mobilização esta permite”.⁵⁴⁸

O efeito próprio da oferta jurídica, do processo de criação – via interpretações – relacionada com a atividade jurídica, é possibilitar a existência de um campo social autônomo e de produção especializada, consagrador do grupo dominante ou em ascensão, ao fixar a representação oficial do mundo social. O direito, assim, é um poderoso discurso que possui meios físicos para se fazer respeitar e que “acha-se em condições de passar, *com o tempo*, dos estado de ortodoxia, crença correcta explicitamente enunciada como dever-ser, ao estado de doxa, adesão imediata ao que é evidente, ao normal, como realização da norma que se anula enquanto tal na sua realização”.⁵⁴⁹

Esse efeito de naturalização somente é devidamente compreendido se somado ao efeito próprio que o processo de formalização produz no direito: “a codificação introduz nas relações sociais uma nitidez, uma previsibilidade e, deste modo, uma racionalidade que nunca é completamente garantida pelos princípios práticos do *habitus* ou pelas sanções do costume que são produto da aplicação directa ao caso particular desses princípios não formulados” (sic). Essa é a força do pôr-em-forma jurídico, a força específica da forma, e “só pode ser bem sucedida na medida em que a organização jurídica dê uma forma explícita a uma tendência

⁵⁴⁷ BOURDIEU, O poder..., p. 246-7. Grifos no original.

⁵⁴⁸ BOURDIEU, O poder..., p. 247-8.

⁵⁴⁹ BOURDIEU, O poder..., p. 248-9.

imane das práticas e que as regras bem sucedidas seja aquelas que (...) *regularizam* situações de facto conforme as regras”. A passagem do costume – uma tradição, um *habitus* – com sua regularidade estatística de aplicação de um tipo de direito, para as regras jurídicas formalizadas, nítidas, previsíveis, tratar-se-ia de uma verdadeira mudança de natureza social de uma dada realidade social.⁵⁵⁰

A codificação leva também ao efeito de homologação, vale dizer, uma forma de racionalização que torna possível a previsibilidade e calculabilidade; “(*homologein* significa dizer a mesma coisa ou falar a mesma linguagem) (...). Mas os poderes da homologação só são exercidos plenamente por aqueles que estão ao mesmo nível no universo regulado do formalismo jurídico: as lutas altamente racionalizadas que ela consente estão reservadas, de facto, aos detentores de uma forte competência jurídica, à qual está associada – sobretudo entre os advogados – uma competência específica de profissionais da luta jurídica, exercitados na utilização das formas e das fórmulas como armas. Quanto aos outros, estão condenados a suportar a força da forma, quer dizer, a violência simbólica que conseguem exercer aqueles que – graças à sua arte de pôr em forma e de pôr formas – sabem, como se diz, pôr o direito do seu lado e, dado o caso, pôr o mais completo rigor formal, *summum jus*, ao serviço dos fins menos irrepreensíveis, *summa injuria*”.⁵⁵¹

Verifica-se, também, que a oferta e procura jurídica também obedece a um efeito estrutural próprio do campo, qual seja, a semelhança ou correspondência entre diferentes categorias de produtores e vendedores de serviços jurídicos com as diferentes categorias de clientes: “os ocupantes das posições dominadas no campo (...) tendem a ser mais propriamente destinados às clientelas de dominados que contribuem para aumentar a inferioridade dessas posições”.⁵⁵²

Diante disso, apesar da autonomia que possui o campo jurídico, tendo em vista o seu papel na reprodução social, essa autonomia é mais restrita do que pode-se verificar em outros campos sociais, como o científico ou o artístico, que também contribuem para a manutenção da ordem simbólica, portanto, manutenção da ordem social. Ele tem o papel de efetuar uma retradução dos conflitos que a ele chegam ou, em outras palavras, as mudanças externas ao campo jurídico – em curso na sociedade como um todo – são por ele neutralizados e normalizados, mas, verifica-se também, que os conflitos internos que nele se verificam são solucionados por forças externas – por decisões que são tomadas fora do campo jurídico. A

⁵⁵⁰ BOURDIEU, O poder..., p. 249. Grifos no original.

⁵⁵¹ BOURDIEU, O poder..., p. 250-1. Grifos no original.

⁵⁵² BOURDIEU, O poder..., p. 251.

hierarquia na divisão do trabalho jurídico, a hierarquia dos especialistas, se varia no curso do tempo, é em função da variação das relações da força no campo social, conforme a posição – no campo político – ocupada pelos grupos de interesse que correspondem às disciplinas – ou formas – do direito correspondente.⁵⁵³

À medida que aumenta a força dos dominados no campo social, bem como de seus representantes no campo jurídico, aumenta a diferenciação interna deste último. As lutas internas que se travam entre agentes com interesses polarizados são antes lutas definidas dentro dos limites do campo jurídico – e que se estendem ao campo universitário – e “ao mesmo tempo sobredeterminadas e ambíguas na medida em que [todos] os defensores da autonomia da lei como entidade abstracta e transcendente são, de facto, os defensores de uma *ortodoxia*” (sic), pois todos negam a realidade econômica e social e recusam a necessidade de apreensão científica dessa realidade. Daí que os dominados vão encontrar exterior ao campo jurídico – isso se sucede em todos os outros campos em semelhante situação –, mais especificamente nos campos científico e político, “os princípios de uma argumentação crítica que tem em vista fazer do direito uma ‘ciência’ dotada da sua metodologia própria e firmada na realidade histórica, por intermédio, entre outras coisas, da análise da jurisprudência. Assim, segundo uma divisão que se encontra em todos os debates teológicos, filosóficos ou literários a respeito da interpretação dos textos sagrados, os partidários da mudança situam-se do lado da ciência, da historicização da leitura (...), e da atenção à jurisprudência, que dizer, aos novos problemas e às novas formas de direito que estes problemas exigem”.⁵⁵⁴

Em épocas de mudanças sociais de poder, a autonomia do direito passa a ser o resultado do confronto dos textos sagrados com as realidades sociais, e não mais uma leitura dos textos fechadas em si, em busca de uma teoria pura. A realidade favorece ao aumento da diferenciação dentro do campo, ao aumento da concorrência interna, reforçando oposição dos dominados no campo jurídico e social. Conforme a posição ocupada no campo, as tomadas de posição dos agentes são diferenciadas, indo daqueles que defendem a fidelidade à doutrina e aqueles que querem as adaptações necessárias às realidades, conforme também as hierarquias ocupadas por cada ramo do direito.⁵⁵⁵

A produção jurídica, como outras formas de produção cultural, se realiza dentro de um campo social específico, produzindo, desta forma, um efeito ideológico de desconhecimento. “Os efeitos que se geram no seio dos campos não são nem a soma puramente aditiva de

⁵⁵³ BOURDIEU, O poder..., p. 251.

⁵⁵⁴ BOURDIEU, O poder..., p. 252-3.

⁵⁵⁵ BOURDIEU, O poder..., p. 253.

acções anárquicas, nem o produto integrado de um plano concreto. A concorrência de que eles são produto exerce-se no seio de um espaço que pode imprimir-lhes tendências gerais, ligadas aos pressupostos inscritos na própria estrutura do jogo de que eles se constituem a lei fundamental, como (...) a relação entre o campo jurídico e o campo do poder. A função de manutenção da ordem simbólica que é assegurada pela contribuição do campo jurídico é – como a função de reprodução do próprio campo jurídico, das suas divisões e das suas hierarquias, e dos princípios de visão e de divisão que está no seu fundamento – produto de inúmeras acções que não têm como fim a realização desta função e que podem mesmo inspirar-se em intenções opostas, como os trabalhos subversivos das vanguardas, os quais contribuem, definitivamente, para determinar a adaptação do direito e do campo jurídico ao novo estado das relações sociais e para garantir assim a legitimação da forma estabelecida dessas relações. É a *estrutura* do jogo e não um simples efeito de *agregação* mecânica, que está na origem da transcendência, revelada pelos casos de inversão das instituições, do efeito objectivo e colectivo das acções cumuladas”.⁵⁵⁶

1.1.8. LINGÜÍSTICA: O SIGNIFICADO DO FALAR⁵⁵⁷ (SOBRE O CAMPO LINGÜÍSTICO)

⁵⁵⁶ BOURDIEU, O poder..., p. 253-4. Grifos no original.

⁵⁵⁷ Para compreender percurso evolucionar histórico sobre os estudos que recaíram sobre essa atividade humana tão primeva que é a comunicação, segue um breve panorama acerca dos diferentes momentos de racionalização da língua e da linguagem e, mais contemporaneamente, a passagem mental para enquadrá-la como um dos momentos do uso do papel dos signos para a comunicação humana. A Teoria da Linguagem ou Teoria Lingüística seria a análise da linguagem não só como sistema de sinais ou sinalizações que são utilizados para uma forma específica de comunicação, mas também “a formulação de um modelo de descrição desse instrumento através do qual o homem enforma seus atos, vontades, sentimentos, emoções e projetos”, enfim, naquilo que ela tem se caracterizado como matriz do comportamento e pensamento humanos. Desta forma, as etapas seriam as seguintes: a) Linguagem como Gramática: seriam os estudos das regras para distinguir o certo e o errado sobre o uso da língua; b) Linguagem como Filologia: seriam os comentários aos textos escritos, com comparações entre diversas épocas, visando a determinação da língua de cada autor e explicação das línguas arcaicas, ou a procura da origem das palavras, analisando os costumes e as instituições sociais, mas como preocupação central apenas a língua escrita e tendo como ponto de referência o passado – mundo greco-latino; c) Linguagem como Filologia Comparativa ou Gramática Comparativa: seriam as relações entre uma língua e outra, a tentativa de explicação de uma língua por meio da outra; d) Linguagem como Neogramáticos: seria uma corrente que se destacou na escola alemã e que não aceitava a língua como entidade fechada, mas somente existindo nos sujeitos falantes, sendo a língua, assim, produto coletivo de vários sujeitos falantes; e) Linguagem como Lingüística: seria uma das espécies do ramo científico da semiologia, que estuda o papel dos signos no meio de vida social, através dos quais estabelece-se a comunicação – diferentes formas de linguagem – entre os seres humanos; a lingüística seria uma espécie privilegiada porque forneceria um modelo aplicável aos demais setores abrangidos pela semiologia. In: COELHO NETTO, J. Teixeira. **Semiótica, informação e comunicação**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1990, p. 15-7.

Para que a sociologia – e de certa forma toda a ciência social – não seja ludibriada e acabe incidindo nos erros que a dominação lingüística e seus conceitos exercem sobre ela, torna-se necessário revelar de que forma se dá “as operações de construção de objetos pelas quais foi fundada e as condições sociais da produção e da circulação de seus conceitos fundamentais” que encerram a lingüística. Nesse sentido a linguagem é um instrumento de ação e poder e não um simples objeto de eleição pelo corpo social que a utiliza. Ferdinand de Saussure e seu modelo lingüístico tratam o espaço social como um universo de trocas simbólicas, reduzindo a ação a um ato de comunicação, destinado a ser decifrado – decodificado – como uma cifra, um código, uma língua ou uma cultura.⁵⁵⁸

Para romper com a filosofia social que faz da linguagem um objeto de eleição, torna-se necessário o seguinte: (I) mostrar que as relações sociais – e de dominação – são interações simbólicas, vale dizer, relações de comunicação que implicam conhecimento e reconhecimento; (II) ressaltar que as trocas lingüísticas, como relações de comunicação, são também relações de poder simbólico, sempre atualizando as relações de força entre os locutores e seus respectivos grupos de pertencimento. Dessa análise decorre como funciona na sociedade uma economia das trocas lingüísticas. Ora, todo ato de fala, toda ação é uma conjuntura, um encontro de motivos – séries – causais independentes. Há assim, disposições socialmente modeladas do *habitus* lingüístico que resultam numa certa propensão para o falar, vale dizer, falar e dizer coisas determinadas – “interesse expressivo” jungido a um conteúdo – de acordo com uma capacidade para dizer discursos conformes o que gramaticalmente – forma – se espera do locutor, e também de acordo com a sua capacidade social – fruto de sua posição e situação no espaço social – que permite o uso adequado dessa competência numa dada situação. Além disso, o *habitus* lingüístico, como disposições lingüísticas inscritas nos diferentes agentes sociais, está inserido numa estrutura de mercado lingüístico que não pode ser desconsiderado, por impor aos locutores diversos um sistema de sanções e censuras específicas.⁵⁵⁹

A análise, assim, “permite compreender os erros e os fracassos aos quais está condenada a lingüística quando, a partir de um só dos fatores em jogo, a competência propriamente lingüística, definida abstratamente, fora de tudo que esta deve a suas condições sociais de produção, ela tenta dar conta do discurso em sua singularidade conjuntural”. Ressalta-se que não significa que este modelo de análise – “produção e circulação lingüística como relação entre *habitus* lingüístico e os mercados nos quais eles oferecem seus produtos”

⁵⁵⁸ BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1998, p. 23.

⁵⁵⁹ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 23-4.

– tenha por objetivo recusar ou substituir a análise especificamente lingüística do código, mas apenas revelar tudo que a lingüística deve ao meio social onde ela brota – o que está inscrito nas relações sociais e o que se importa inconscientemente desse meio para a língua – e é parte constitutiva, estabelecendo ou especificando melhor um limite ao que se constitui como ciência lingüística.⁵⁶⁰

A gramática define parcialmente o sentido da linguagem, sendo a determinação completa do significado do discurso dada: (I) pelas relações dele com um mercado que, longe de ser determinante, contribui para formar o valor simbólico e o sentido do discurso; (II) por tudo que a definição prática do sentido do discurso deve àquilo que é transferido de fora dele automaticamente para dentro dele. Desta forma, o sentido objetivo é formado inicialmente por um valor distintivo, produto consciente ou inconsciente do relacionamento entre os locutores, ou seja, “entre o produto lingüístico oferecido por um locutor socialmente caracterizado e os produtos simultaneamente propostos num espaço social determinado”; acrescenta-se a isso o fato de que o produto lingüístico somente é realizado como mensagem se for decifrado; por fim, envolto nas determinações que atuam para definir o sentido de um discurso, deve ser levando em consideração o fato de que os esquemas de interpretação que os receptores utilizam – tudo que culturalmente contribui para seu sistema de percepção e decifração de mensagens –, para se apropriar criativamente do produto comunicativo proposto, podem estar distanciados em graus diferenciados dos esquemas de codificação que orientaram a produção.⁵⁶¹

O estilo, nesse sentido, essa variante ou desvio das normas lingüísticas que os indivíduos ou agentes sociais inserem nos discursos, que procuram dar aos mesmos algumas propriedades distintivas, portanto, marcantes ou significativas de visão e divisão de mundo, “é um ser-percebido que existe apenas em relação com sujeitos perceptores, dotados dessas disposições diacríticas que permitem estabelecer *distinções* entre *maneiras de dizer diferentes*, artes de falar distintivas”. Decorre daí que o estilo – pode ser da poesia frente à prosa, ou da dicção de uma classe (sexual, social, ou mesmo geração) frente a uma outra classe – somente pode existir entre agentes “dotados dos esquemas de percepção e de apreciação que permitem constituí-lo como conjunto de diferenças sistemáticas, sincreticamente apreendidas”.⁵⁶²

Desta maneira, o que circula no mercado lingüístico não é língua, “mas discursos estilisticamente caracterizados, ao mesmo tempo do lado da produção, na medida em que cada

⁵⁶⁰ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 24.

⁵⁶¹ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 24-5.

⁵⁶² BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 25. Grifos no original.

locutor transforma a língua comum num idioleto, e do lado da recepção, na medida em que cada receptor contribui para *produzir* a mensagem que ele percebe e aprecia, importando para ela tudo o que constitui sua experiência singular e coletiva (...).[Assim], diferentemente da denotação, que representa ‘a parte estável e comum a todos os locutores’, a conotação remete à singularidade das experiências individuais, (...) porque ela se constitui numa relação socialmente caracterizada na qual os receptores empregam a diversidade de seus instrumentos de apropriação simbólica. O paradoxo da comunicação é que ela supõe um meio comum, mas que só tem êxito ao suscitar e ressuscitar experiências singulares, isto é, socialmente marcadas”.⁵⁶³

A poesia transmite emoções, mas as palavras que são utilizadas para tal intento são aquelas que se encontram nos dicionários, e nesse contexto – insere nos dicionários – não têm nenhuma existência social; somente irá existir diante das situações concretas ou reais em que elas forem inseridas por cada agente, em suas relações cotidianas ou práticas, que fixarão uma estrutura de significações. O denominado uso erudito da palavra, aquele onde é exigido – de um agente social – (I) como memória dos diferentes sentidos de seu uso, ou mesmo (II) a aptidão de manipulá-la restritivamente por um determinado saber especializado, de forma – em qualquer das situações I e II – a desprender ou rompê-la da relação prática que a une a um contexto prático, encerrando-a como que hermeticamente num único sentido dela – vale dizer, no segundo sentido acima indicado, como condição necessária para que um saber erudito se aproprie exclusivamente dela para as finalidades que ela designa para a palavra assim apropriada – e passando a considerá-la assim como em si e por si mesma, enfim, esse uso erudito que é uma aptidão para jogar sucessivamente e mesmo simultaneamente “diferentes variedades lingüísticas é possivelmente uma das mais desigualmente distribuídas; isso porque o domínio das diferentes variedades lingüísticas, e principalmente a relação com a linguagem por ele pressuposta, só pode ser adquirido em certas condições de existência capazes de autorizar uma relação desinteressada e gratuita com a linguagem”, vale dizer, o grau de domínio de diferentes variedades lingüísticas ou o grau de amplitude do registro lingüístico que um agente detém, verifica ser dependente de sua origem social.⁵⁶⁴

As palavras contêm um núcleo de sentido que as mantém invariáveis através dos diversos mercados onde são utilizadas, desta forma, seus diversos sentidos práticos são definidos nas relações lógicas entre esses núcleos invariáveis e as especificidades dos diferentes mercados que as utilizam, mas que sempre estão situados – esses diferentes

⁵⁶³ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 25. Grifos no original.

⁵⁶⁴ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 25-6 e nota de rodapé n. 3.

mercados – objetivamente em relação ao mercado onde se define o sentido prático mais comum delas. Se as “palavras recebessem sempre todos os seus sentidos de uma só vez, o discurso seria um contínuo jogo de palavras; mas se (...) todos os sentidos que elas podem assumir fossem perfeitamente independentes, todos os jogos de palavras (ideológicos especialmente) se tornariam impossíveis”. A religião e a política é que extraem os melhores efeitos ideológicos de tudo que a polissemia inerente à onipresença social da língua legítima permite manipular.⁵⁶⁵

Nas sociedades diferenciadas, as palavras mais comuns recebem significações diferentes e mesmo antagônicas, conforme a classe social que faz a tradução e o uso dela, observando-se que os diferentes agentes sociais formam uma comunidade lingüística utilizando a mesma língua e não línguas diferentes, ou seja, fazem parte de uma unificação do mercado lingüístico que impõem um mínimo de comunicação entre as classes sociais, como um mínimo vital lingüístico, que mesmo as classes mais desprovidas têm acesso, o que acaba favorecendo uma intensificação da profusão de significados para os mesmos significantes ou signos. As palavras, assim, não são neutras e possuem sentidos os mais diversos conforme a classe social que o utiliza, especialmente aquelas utilizadas para expressar gostos pessoais.⁵⁶⁶

O efeito próprio da linguagem – como a religiosa – é que ela consegue, por via das reinterpretções – permissivas pela polissemia da linguagem, ou por uma ideologia que prega a unificação dos opostos, ou pela ideologia que não concebe divisões sociais produzidas pela linguagem – feitas pelos diferentes grupos existentes no espaço social, com todas as suas diferenças em intenções e interesses, falar a todos e esses diferentes grupos, bem como todos os diferentes grupos a poderem falar. Mas isso não se verifica na linguagem de um ramo da ciência como a matemática, por exemplo, porque aqui somente os matemáticos a podem manipular; a universalidade da linguagem é diferente conforme o campo social de que se trata.⁵⁶⁷

Para se alcançar um consenso prático entre agentes ou grupo de agentes – mesmo entre etnias – com interesses divergentes – luta política ou diversas transações e interações da vida cotidiana – não importa em que grau, torna-se necessário recorrer a uma linguagem neutralizada, vale dizer, estratégias de deferências de linguagem recíprocas – estratégias que reconhecem a situação crítica que a língua utilizada representa, tanto para harmonizar quanto para desunir – onde se compreende previamente que as palavras não são inocentes, ao

⁵⁶⁵ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 26.

⁵⁶⁶ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 26 e nota de rodapé n. 5.

⁵⁶⁷ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 26-7.

contrário, possuem sentido abertamente carregado de conotações pessoais, portanto, podendo ter um sentido e conotação perigosa de fazer emergir tudo que elas carregam de antagônico e potencial conflituoso entre os diferentes agentes ou grupos sociais, favorecedor da quebra da comunicação entre as classes ou mesmo etnias. Emissor e receptor podem interpretar cada locução conforme os sentidos antagônicos que carregam, representando uma situação crítica para a língua neutralizar essas diferenças, sendo a lógica dos automatismos verbais – verdadeiro domínio de uma já arte no manuseio das palavras, que procura fugir dos perigos postos – calcado nos usos comuns neutralizantes da linguagem, com seus valores, preconceitos e portadora de regras de deferências recíprocas, a manifestação desse consenso, mas que encerra em si o perigo permanente da gafe que pode ser cometida.⁵⁶⁸

A eficácia simbólica da linguagem religiosa e política se manifesta quando agentes diferentes em tudo se reconhecem na mesma mensagem, sendo as diferenças de entendimento, ao final, apenas uma questão de mal-entendidos. Desta forma, os discursos eruditos extraem sua eficácia simbólica “da correspondência oculta entre a estrutura do espaço social no qual são produzidos, campo político, campo religioso, campo artístico ou campo filosófico, e a estrutura do campo das classes sociais no qual os receptores estão situados e em relação ao qual eles interpretam a mensagem. A homologia entre as oposições constitutivas dos campos especializados e o campo das classes sociais está no princípio de um anfibologia [ambigüidade ou duplicidade de sentido numa construção sintática; ambigüidade]⁵⁶⁹ essencial, perfeitamente evidente quando, difundindo-se para fora do campo restrito, os discursos esotéricos sofrem uma espécie de universalização automática, deixando de ser apenas conversas de dominantes ou de dominados no seio de um campo específico para se tornarem conversas válidas para todos os dominantes e para todos os dominados”.⁵⁷⁰

Portanto, cientistas sociais devem levar a sério “a autonomia da língua, sua lógica específica, suas regras próprias de funcionamento”. Os efeitos simbólicos da linguagem decorrem de que “a linguagem é o primeiro mecanismo formal [assimilado pelos seres humanos, a partir da qual estruturam sua visão de mundo] cujas capacidades geradoras são ilimitadas”. Tudo e nada se podem dizer com a língua, nos limites da gramaticidade; as palavras possuem a elasticidade de ter um sentido que pode remeter a coisa alguma, vale dizer, no seu máximo rigor formal, nada significarem semanticamente; todas “teologias religiosas e todas teodicéias políticas tiraram partido do fato de que as capacidades geradoras

⁵⁶⁸ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 27.

⁵⁶⁹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [].

⁵⁷⁰ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 27.

da língua podem exceder os limites da intuição ou da verificação empírica, para produzir discursos *formalmente* corretos, mas semanticamente vazios”. Assim, os rituais, onde é consagrado o exercício de uma competência técnica como exercício de uma competência social no campo da linguagem/comunicação, qual seja, a do locutor legítimo e, como tal, autorizado a falar e falar com autoridade, representam a situação limite de imposição de uma visão de mundo através da língua. Por isso, o ritual de “dizer o direito” é dizer direito, formalmente conforme, aquilo que é o dever-ser; mesmo o direito mais racional fundado na calculabilidade e previsibilidade é, antes de tudo e tão-somente, “um ato de magia social que deu certo”.⁵⁷¹

Note-se algo fundamental para compreender discurso do tipo jurídico, qual seja, o “discurso jurídico é uma palavra criativa, que faz existir o que ela enuncia. Ela é o limite ao qual pretendem todos os enunciados performativos, bênçãos, maldições, ordens, desejos ou insultos; isto é, a palavra divina, o direito divino que (...) faz surgir para a existência o que ela enuncia, ao contrário de todos os enunciados derivados, constatativos, simples registros de um dado preexistente. Jamais se deveria esquecer que a língua, em razão da infinita capacidade geradora, mas também, *originária*, (...) que lhe é conferida por seu poder de produzir para a existência produzindo a representação coletivamente reconhecida, e assim realizada, da existência, é com certeza o suporte por excelência do sonho de poder absoluto”.⁵⁷²

a) A PRODUÇÃO E A REPRODUÇÃO DA LÍNGUA LEGÍTIMA

É equivocada a imagem de que a linguagem é uma riqueza comum, pertencente simultaneamente a todos os agentes sociais, onde todos acabam concorrendo para sua conservação, uma espécie de comunismo lingüístico, impossível de expropriação, que seria lugar-comum de entendimento e parte constitutiva da teoria lingüística. Há condições econômicas e sociais de apropriação da língua, visão essa que foge de uma tradição lingüística – moderna lingüística geral – que parte do pressuposto ideal de um sujeito falante universal, com competência perfeita na manipulação da língua, língua essa considerada patrimônio universal, propriedade indivisa de todo grupo social em sua totalidade, sendo a competência lingüística individual uma parcela ou depósito dessa riqueza total, enfim, a “participação de cada membro da ‘comunidade lingüística’ neste bem público”.⁵⁷³

⁵⁷¹ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 28. Grifos no original.

⁵⁷² BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 28. Grifos no original.

⁵⁷³ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 29-30.

Mas toda mudança de linguagem, por essa tradição, “escamoteia a questão das condições econômicas e sociais de aquisição da competência legítima e da constituição do mercado onde se estabelece e se impõe esta definição do legítimo e do ilegítimo”. Nesse sentido, a teoria pura da competência comunicativa desenvolvida por Jürgen Habermas,⁵⁷⁴ que procura verificar a essência da situação de comunicação, também tem uma parcela de idealização ao afastar “das relações de comunicação as relações de força que aí ocorrem sob uma forma transfigurada”, produzindo o efeito de absolutizar o relativo, uma comunidade lingüística pressuposta homogênea de uma vez por todas; também incorre numa parcela de idealização Noam Chomsky,⁵⁷⁵ ao aceitar os pressupostos da lingüística como a tradição lhe imprimiu, vale dizer, locutor-auditor ideal, comunidade lingüística absolutamente homogênea, perfeitos conhecedores da língua e a salvo de efeitos negativos gramaticalmente não pertinentes.⁵⁷⁶

Verifica-se, assim, que os lingüistas “incorporam à teoria um objeto pré-constituído, cujas *leis sociais de construção* esquecem e cuja gênese social em todo caso mascaram”. Nesse sentido, Ferdinand de Saussure ao discutir a relação entre língua e o espaço, defende que “não é o espaço que define a língua, mas a língua que define o espaço (...) que nem os dialetos nem as línguas conhecem limites naturais”, argumentando dentro de uma visão histórica ou filosofia da história que elege “a dinâmica interna da língua no único princípio dos limites de sua difusão”, mas sem considerar ou ocultar “o processo propriamente político de unificação ao cabo do qual um conjunto determinado de ‘sujeitos falantes’ se encontra praticamente levado a aceitar a língua oficial”. Ferdinand de Saussure defende a língua como um “código ao mesmo tempo legislativo e comunicativo que existe e subsiste independentemente de seus usuários (‘sujeitos falantes’) e de suas utilizações (‘falas’), [e que] possui de fato todas as propriedades comumente atribuídas à língua oficial”. Mas constata-se que “a língua se beneficiou das condições institucionais necessárias à sua codificação e à sua imposição

⁵⁷⁴ Jürgen Habermas (1929-), filósofo e teórico social alemão, representante contemporâneo da Escola de Frankfurt, cuja tradição teórica desenvolveu a denominada teoria crítica, buscando a desmistificação entre os ideais da ideologia capitalista e o funcionamento real da sociedade. Seus trabalhos centram-se no conhecimento como instrumento eficaz para criticar o conjunto de valores e sistema de crenças capitalistas e também nas condições necessárias para que haja comunicação na sociedade. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1.

⁵⁷⁵ Noam Chomsky (1918-), lingüista e filósofo da linguagem norte-americano, revolucionou os estudos lingüísticos ao fundar a gramática denominada gerativa, que elabora descrições rigorosas e precisas dos sistemas gramaticais das línguas humanas; partindo do pressuposto de que se deve explicar a capacidade humana para falar – competência – e não enfatizar a observação do comportamento lingüístico – performance ou desempenho –, fugindo da visão de que a linguagem é adquirida da mesma forma que outros padrões de comportamento humano são assimilados, ele concebeu que a aquisição da linguagem só é possível graças a uma faculdade mental humana para a linguagem, inata e universal. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1.

⁵⁷⁶ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 30 e nota de rodapé n. 4..

generalizadas” – fato que não se sucedeu com o dialeto, por isso o valor depreciado que normalmente lhe é dado – vale dizer, ato político de instituição, ato arbitrário e desconhecido enquanto tal. “Assim conhecida e reconhecida (mais ou menos completamente) em toda a jurisdição de certa autoridade política, ela [língua] contribui, por sua vez, para reforçar a autoridade que fundamenta sua dominação: ela assegura de fato entre todos os membros da ‘comunidade lingüística’, tradicionalmente definida (...) como um ‘grupo de pessoas que utilizam o mesmo sistema de signos lingüísticos’, o mínimo de comunicação que é condição da produção econômica e mesmo da dominação simbólica”.⁵⁷⁷

Quando se fala “língua” simplesmente, sem maiores esclarecimentos, está se aceitando a definição oficial da língua oficial de uma dada unidade política, portanto, um espaço territorial delimitado submetido à jurisdição de uma língua que é estabelecida como única legítima e que é exigida mais intensamente ou extremadamente na medida em que as circunstâncias sociais para seu uso são mais oficiais, exigem um formalismo extremado, vale dizer, uma linguagem depurada, cuidada, nobre; também ocorre a exigência formal em outro ambiente e circunstância, formada por pessoas afetadas, artificiais, que por tal motivo, cultivam como modo de vida uma linguagem mais apurada em suas formas e regras de uso, com elemento de distinção frente à linguagem mais familiar e relaxada quanto ao seu uso, praticada por uma grande massa de agentes sociais.⁵⁷⁸

Toda língua oficial está vinculada ao Estado, tanto na sua origem quanto no seu uso social. Ela é produzida “por autores com autoridade para escrever, fixada e codificada pelos gramáticos e professores, também incumbidos de inculcar seu manejo, a língua é um código, no sentido de cifra que permite estabelecer equivalências entre sons e sentidos, mas também na acepção de sistema de normas que regem as práticas lingüísticas”. Quando Estado é constituído, são criadas as “condições de constituição de um mercado lingüístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória em ocasiões e espaços oficiais (escolas, entidades públicas, instituições políticas, etc.), esta língua de Estado torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas lingüísticas são objetivamente medidas”. Além de ninguém mais poder ignorar a lei lingüística imposta, também ocorre, tal qual no campo jurídico, haver um sistema de produção, controle, cobrança e sanção presentes em estado ostensivo, e garantido por agentes especialmente destinados a lembrar a legitimidade da língua legítima, vale dizer, “por um corpo de juristas (gramáticos) e de seus agentes de imposição e controle (os professores),

⁵⁷⁷ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 31 e nota de rodapé n. 6.

⁵⁷⁸ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 31-2 e nota de rodapé n. 7.

investidos no poder de submeter universalmente ao exame e à sanção jurídica do título escolar o desempenho lingüístico dos sujeitos falantes”.⁵⁷⁹

A imposição de um modo de expressão legítimo somente ocorre por que existe um trabalho social de unificação do mercado lingüístico, e todos os modos de expressão e dialetos são postos em referência ao uso legítimo de uma língua. Essa integração ou formação de uma comunidade lingüística é condição que permite instaurar relações políticas de dominação lingüística, através de instituições capazes de impor a língua dominante como universal.⁵⁸⁰

Verifica-se que a língua, até o século XVIII, na França, à semelhança dos ramos de artesanato antes da vinda da grande indústria, estava localizada em diversos recintos, vale dizer, localizada em vários espaços geográficos, cada qual com uma variante ou dialeto. E assim permaneceu enquanto não foi objetivada na escrita e devidamente codificada como língua oficial, as diferentes línguas existentes existiam num estado prático, “sob a forma de *habitus* lingüísticos pelo menos parcialmente orquestrados e de produções orais desses *habitus*”. Nessa época o requisito mínimo exigido era a intercompreensão nos encontros – raros – entre vilarejos ou regiões vizinhas, não se colocando a necessidade de uma língua comum normatizada.⁵⁸¹

⁵⁷⁹ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 32.

⁵⁸⁰ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 32. Numa determinada comunidade política que caminha para a unificação de seu mercado lingüístico, pode haver várias línguas vigentes num determinado momento de sua existência, assim como haver uma só língua, mas com diferentes modos de sua utilização – fenômeno especialmente verificável em sociedades divididas por classes sociais – sendo a luta pela unificação do mercado lingüístico uma luta para determinar qual a língua ou o uso dado a ela que deve arbitrariamente ser reconhecida como legítima de uma vez por todas; nesse sentido, os dialetos, referidos como usos lingüísticos marcados ou por pertença a diferentes classes sociais, ou fruto de práticas regionais específicas de uso de uma língua, ou mesmo decorrentes de pertença a uma etnia específica, ao final dessa luta pela unificação, passarão a ser referidos – cotados ou desvalorizados – sempre em relação a um uso legítimo da língua, ou seja, à língua oficial. In: BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 32.

⁵⁸¹ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 32-3. O estudo dos dialetos na França revelou que os traços fonológicos, morfológicos, e lexicológicos das línguas diferentes usadas antes da Revolução Francesa se distribuíam conforme áreas que nunca se sobrepunham perfeitamente, e somente em circunstâncias muito específicas se verificaria um ajustamento dos diferentes dialetos conforme uma artificial jurisdição de uma circunscrição administrativa ou religiosa – paróquia. A idéia de dialetos regionais, vale dizer, delimitados precisamente num espaço geográfico definido é, antes de tudo, uma construção cultural, tentativa de racionalização e enquadramento de um fato humano tendo por referência direta uma língua nacional arbitrariamente construída e tornada referência por excelência de tudo – linguagem – que lhe é diferente; a língua nacional cria uma extensão de representação que leva a acreditar-se na existência de dialetos regionais, por sua vez, divididos em sub-dialetos, que, por sua vez, podem ser novamente sub-divididos, e assim sucessivamente, mas idéia que é negada por estudiosos do dialeto. Verificou-se, também, que todo sentimento nacional, vinculado – entre outros – a uma identidade na língua, acabou produzindo a mesma unificação lingüística que condenava e denunciava, quando alcançava a vitória da independência e autonomia. Durante a Revolução Francesa, devido ao fato dessa profusão de línguas, a tradução dos decretos revolucionários revelou toda sua dificuldade de ser diante dos diferentes dialetos, uma vez que a língua prática – eminentemente oral – utilizada em diferentes partes da França era desprovida de vocabulário político como a revolução exigia ser traduzida. In: BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 32-3 e notas de rodapé ns. 8 e 9.

Até a Revolução Francesa, a unificação lingüística na França acompanhou o processo de edificação do Estado monárquico. Até o século XIV, alguns dialetos eram dotados de algumas propriedades formais e utilizados como línguas formais para registrar atos públicos ou oficiais, ao mesmo tempo em que conviviam com a existência das línguas literárias, como línguas artificiais distintas de cada um dos dialetos até então reconhecidos. A partir do século XIV a língua culta, burilada nos meios cultivados de Paris, torna-se a língua comum e oficial da França, pelo menos em suas províncias centrais – onde se cultivava a língua *d’oil* e seus diferentes dialetos–, substituindo o conjunto de dialetos até então reconhecidos para todos os usos formais e eruditos – escrito. Os usos populares e orais, os dialetos regionais, são relegados todos a uma classe ou classificação comum – “patoá” – objetos de desvalorização social, definidos negativa e pejorativamente frente aos novos usos refinados e letrados da língua comum, promovida ao estatuto de língua oficial. Somente a partir do século XVI é que as regiões francesas da língua *d’oc*, com seus diferentes dialetos, é que se converte ao dialeto parisiense, à medida que uma organização administrativa, vinculada ao poder real, lentamente vai se solidificando, se impondo em todos os atos públicos.⁵⁸²

Apesar dessa imposição da língua oficial, verificou-se que o dialeto continuou a ser utilizado – não foi abolido – nos escritos administrativos ou políticos e literários, especialmente suas utilizações orais. O bilingüismo se instaura: as classes baixas formadas pelos camponeses e populares reduzem-se ao falar local; já a aristocracia, a burguesia comercial, outros setores de negócios, a pequena burguesia letrada, todos têm acesso à utilização da língua oficial, escrita e falada, mas também mantendo a posse do dialeto original, atuando, portanto, como intermediários – entre a língua oficial e o dialeto local e em tudo que isso implica – em situações privadas e até mesmo públicas. Com o advento da revolução são esses membros da burguesia formada por párocos, médicos ou professores – que já angariavam posições privilegiadas no antigo regime justamente devido à sua posição de domínio dos instrumentos de expressão – são os que novamente têm mais a ganhar com a unificação da linguagem promovida pelos revolucionários. A ascensão da língua oficial para a condição de língua nacional dá aos burgueses letrados e conhecedores dos dialetos o monopólio da política e os coloca na condição daqueles que serão o elo – os notáveis locais – de ligação entre as aspirações locais com os representantes do poder central do novo regime republicano.⁵⁸³

⁵⁸² BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 33-4.

⁵⁸³ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 34.

O ato de imposição da língua legítima contra os dialetos, foi um ato político voltado para assegurar as “conquistas da Revolução pela produção e reprodução de um homem novo”. A identificação da língua revolucionária com o pensamento revolucionário fez da língua um método⁵⁸⁴ para consolidação revolucionária, qual seja, reformar a língua expurgando tudo que tem de uso característico identificado com o antigo regime e impô-la, desta forma, purificada; a relação necessária desse pensamento é que desta forma um pensamento purificado e depurado estaria sendo imposto à nova sociedade. Ora, disso decorre que seria ingênuo acreditar que a política de unificação lingüística é apenas para integrar lingüisticamente – suprir uma necessidade de comunicação – todo o país, especialmente Paris e as províncias, ou mesmo voltada unicamente para acabar de vez com os particularismos locais para vingar de vez um centralismo estatal.⁵⁸⁵

“O conflito entre o francês da *intelligentia* revolucionária e os idiomas ou os dialetos constitui um conflito pelo poder simbólico cujo móvel é a *formação* e a *re-formação* das estruturas mentais. Não se trata, em suma, apenas de comunicar mas de fazer reconhecer um novo discurso de autoridade, com seu novo vocabulário político, termos de estilo e referência, metáforas, eufemismos e a representação do mundo social por ele veiculada. Estando vinculado aos interesses dos grupos emergentes, esse discurso se revela indizível nos falares locais moldados por usos ligados aos interesses específicos dos grupos camponeses”.⁵⁸⁶

Portanto, os novos tempos pós-revolucionários impingiram novas necessidades lingüísticas decorrentes do novo sentido de nação construído, do novo direito, cuja língua-padrão, impessoal e anônima, e o trabalho de normalização dos produtos dos *habitus* lingüísticos daí decorrentes, são manifestações significativas. Nesse sentido, o trabalho de codificação e normatização encontra no dicionário o registro erudito da “totalidade dos recursos lingüísticos acumulados ao longo do tempo e, em particular, todas as utilizações possíveis da mesma palavra (ou todas as expressões possíveis do mesmo sentido), justapondo usos socialmente estranhos e até mesmo exclusivos (...). Desse modo, o dicionário oferece uma imagem bastante justa da língua no sentido que lhe confere Saussure, ‘soma dos tesouros de língua individuais’, tendente a preencher as funções de código ‘universal’”. Assim, a

⁵⁸⁴ Teoria de Étienne Bonnot de Condillac (1714-1780), filósofo francês, teórico do sensualismo, que afirmou ser a sensação é a única fonte de nossos pensamentos e colocou as necessidades como ponto de partida da economia. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 7.

⁵⁸⁵ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 34.

⁵⁸⁶ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 34. Grifos no original.

língua normatizada passa a ser objeto de emissão e decifração universal, em qualquer ocasião e circunstância, para qualquer emissor e receptor.⁵⁸⁷

O sistema escolar – no processo de elaboração, imposição e legitimação de uma língua legítima – fabrica as semelhanças, vale dizer, é um instrumento de integração intelectual e moral. O professor primário, cotidianamente nas suas funções, age sobre crianças em tenra idade justamente sobre as faculdade que elas têm de expressão e manifestação de qualquer idéia ou emoção, qual seja, sobre a sua capacidade de linguagem. Ao ensinar a mesma língua, ele também ensina os pequenos a verem e sentirem as coisas da mesma forma, contribuindo para construir uma consciência comum de nação. A língua escrita é a língua correta – em oposição à língua falada – e “adquire força de lei no e pelo sistema de ensino”, a tal ponto que, na França, a gramática e ortografia recebem uma eficácia jurídica por serem objetos de decretos, inclusive para regular e impor particularidades lingüísticas.⁵⁸⁸

O sistema de ensino, assim, também produz a desvalorização dos modos de expressão populares e os dialetos, valorizando o reconhecimento da língua legítima e a nova hierarquia dos usos lingüísticos. A relação escola/mercado de trabalho veio desvalorizar de vez o uso dos dialetos e acentuar o reconhecimento da língua oficial. Fato é que a escola unificou seu mercado ao emitir seus diplomas com valor nacional, independente – em tese – da origem social ou regional dos seus portadores, e o mercado de trabalho – especialmente com o desenvolvimento da administração pública, com seus postos cobiçados especialmente nas regiões de fraca industrialização – exigindo, portanto, valorizando esses diplomas que, por sua vez, somente passaram a ser emitidos para aqueles que adquiriram a competência lingüística de falar e escrever o francês corretamente. Isso provocou perante os dominados a ação ou comportamento de esforçarem-se em falar o francês em casa, perante seus filhos, e exigindo o mesmo comportamento deles – para ampliar o seu valor no mercado escolar –, abandonando seus dialetos, destruindo seus instrumentos históricos de expressão.⁵⁸⁹

A intenção política da unificação acaba fabricando a língua – portanto, ela não é um dado natural – mas essa intenção apenas não é suficiente para que ocorra a generalização de seu uso; é preciso não esquecer que ela é uma das dimensões da unificação do mercado de bens simbólicos, que se soma à unificação da economia e da produção e circulação dos bens culturais. Veja o caso do mercado de trocas matrimoniais; se antigamente os produtos desse mercado eram restritos – protegidos mesmo – dentro dos mercados locais, seguindo uma

⁵⁸⁷ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 34-5.

⁵⁸⁸ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 35 e nota de rodapé n. 12.

⁵⁸⁹ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 36.

lógica própria de formação de preços, entretanto verificou-se que quando novos valores culturais dominantes desvalorizaram o modo de vida e valores camponês, isso resultou na queda do valor dos camponeses, com reflexo no mercado de trocas matrimoniais, condenando-os ao celibato.⁵⁹⁰

É visível em todos os domínios das práticas humanas – esporte, canto, vestuário, etc. – que “o processo de unificação tanto da produção como da circulação de bens econômicos e culturais acarreta a obsolescência progressiva do antigo modo de produção dos *habitus* e de seus produtos”; as mulheres, nesse contexto, no campo lingüístico são as que mais prontamente de dispõem a adotar a língua legítima e sua pronúncia correta, sendo mais propensas a aceitar já na escola as novas exigências do mercado de bens simbólicos. Isso se dá pelo fato da sociedade condena-las a uma atitude de maior docilidade em relação aos usos dominantes e coloca-las, na divisão do trabalho entre os sexos, na esfera do consumo. A lógica do casamento as coloca diante da via principal, senão a única, de ascensão social.⁵⁹¹

Na sociedade, todo um conjunto de mecanismos e instituições específicos atua para produzir efeitos de dominação, fruto de uma unificação de mercado, sendo a política lingüística de unificação uma manifestação delas. Mas o avanço da língua oficial não se deve propriamente a coerções jurídicas ou quase-jurídicas; a dominação simbólica, para que assim seja caracterizada, implica numa cumplicidade de quem sofre os efeitos da dominação, mas “que não é submissão passiva a uma coerção externa nem livre adesão a valores” e nem mesmo uma crença consciente, deliberada e revogável, nem a aceitação intencional de uma norma, no caso lingüística, reconhecida, ao final, como língua oficial legítima; dominação simbólica é, em realidade, o produto de “um lento e prolongado processo de aquisição, [onde, ao final] tal reconhecimento se inscreve em estado prático nas disposições insensivelmente inculcadas pelas sanções do mercado lingüístico e que se encontram, portanto, ajustadas, fora de qualquer cálculo cínico ou de qualquer coerção conscientemente sentida, às possibilidades de lucro material e simbólico que as leis de formação dos preços característicos de um determinado mercado garantem objetivamente aos detentores de um certo capital lingüístico”.⁵⁹²

No âmbito da dominação simbólica, o que o agente faz, escapa à lógica da liberdade ou coerção; aqui há uma outra lógica, qual seja, quem sofre os efeitos da dominação simbólica

⁵⁹⁰ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 36-7.

⁵⁹¹ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 37.

⁵⁹² BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 37-8.

faz escolhas sem consciência ou coerção,⁵⁹³ tamanha a já naturalização da ação comportamental – um já saber de antemão o que deverá fazer em tal ou tal situação – diante das situações e circunstâncias. As sanções explícitas e implícitas do mercado, dão ao agente um conhecimento de colocação e comportamento, mesmo que ele não saiba de antemão que está agindo como age porque uma sanção – o agente entende que as coisas são isso mesmo, não há porque questionar uma sanção – está presente e contribuindo para ele naturalizadamente inscrever nas suas disposições – *habitus* – o comportamento que lhe trará maiores lucros materiais e simbólicos.

Os *habitus*, as disposições inculcadas, assim são mais que escolhas, são predisposições, como que programações presentes nos agentes dizendo automaticamente o que ele deve fazer ou agir em dada condição ou situação, e que são liberadas a atuar quando tais momentos se apresentam. Os *habitus*, as suas escolhas correspondentes, “são realizadas, sem consciência nem coerção, por força de disposições constituídas igualmente fora da consciência e da coerção, apesar de serem indiscutivelmente o produto de determinismos sociais”. A causa do ser humano ser o que é, fazer o que faz ou deixar de fazer, geralmente é explicada sob o âmbito das responsabilidades, ou seja, em tudo aquilo que é imputado como decorrente de seu livre-arbítrio, entretanto, tal visão não permite identificar em tudo que uma “intimidação (violência simbólica que não se mostra enquanto tal por não implicar eventualmente qualquer ato de *intimidação*) só tem condições de se exercer sobre uma pessoa predisposta (em seu *habitus*) a senti-la enquanto outros a ignoram”. Uma simples timidez tem causa “na relação entre a situação ou a pessoa intimidante (que pode negar a injunção que ela provoca) e a pessoa intimidada, ou melhor, entre as condições sociais de produção de uma e de outra – o que remete, por aproximações sucessivas, a toda estrutura social”.⁵⁹⁴

Na construção do *habitus*, revela ser as instruções mais determinantes aquelas que “se transmitem sem passar pela linguagem e pela consciência, através de sugestões inscritas nos aspectos aparentemente mais *insignificantes* das coisas, situações ou práticas da existência comum”. O olhar desaprovador, o tom da voz, o ar de censura, a postura corporal, o silêncio, etc., enfim, os diferentes e inúmeros modos em que a prática das relações humanas se manifesta, “são *carregadas* de injunções tão poderosas e tão difíceis de revogar por serem silenciosas e insidiosas, insistentes e insinuantes”. Trata-se de um verdadeiro poder de sugestão exercido através das coisas e das pessoas como “condição de eficácia de todas as espécies de poder simbólico capazes de se exercerem em seguida sobre um *habitus*

⁵⁹³ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 38.

⁵⁹⁴ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 38. Grifos no original.

predisposto e senti-lo”. Talvez por isso seja explicado porque em crises tipicamente domésticas, de adolescência ou mesmo conjugais, ocorre uma desproporção entre a violência da revolta e suas causas imediatas; nesses momentos as palavras mais insignificantes são verdadeiras imposições, intimidações, intimações, advertências, ameaças, “e denunciadas enquanto tais com violência tanto maior quando continuam agindo aquém da consciência e da própria revolta que suscitam”.⁵⁹⁵

Uma criança educada – sugestionada através de ordens – naquilo que ela deve ser, e não naquilo que ela deve fazer, contribui para – a longo prazo – ela se transformar naquilo que ela deve ser. Nos relacionamentos humanos verifica ocorrer fatos que revelam o grau de predisposições, umas em relação às outras, quando, por exemplo, alguém diz sentir frio e somente isso bastar para outra pessoa fechar a janela, ou mesmo quando bastar uma pessoa estar em presença de outra para que se defina imediatamente uma situação entre as duas, de forma indiscutível e absoluta, sem necessidade alguma de alguém lembrar ou afirmar, ou desejar ou ordenar. Também verifica-se essa violência invisível e silenciosa nas preocupações entre agentes de diferentes classes sociais quanto ao correto uso léxico e sintático da língua, havendo uma concordância quanto a avaliação que se dá para o uso correto dela, mas diferenças entre o modo de efetivação do uso dado pelos diferentes agentes; os dominados procuram – preocupam-se e se encontram auto-constrangidos – alcançar a correção de forma consciente ou inconsciente dos aspectos depreciados – estigmatizados – de sua pronúncia, estando submetidos completamente à violência simbólica do uso da língua, especialmente quando ficam na situação nada incomum de entrarem em estado de confusão lingüística, vale dizer, ficam sem ação e sem capacidade de encontrar suas palavras, “como se ficassem de repente expropriados de sua própria língua”.⁵⁹⁶

Desta forma, é preciso considerar objetivamente o valor que é dado para o uso legítimo da língua e quais são os fundamentos sociais desse privilégio, sob pena de incorrer em dois erros: (I) tornar inconscientemente absoluto o que é relativo – arbitrário do uso dominante – buscando em propriedades da própria língua – como a complexidade de sua estrutura sintática – os fundamentos de seu valor, mas desconsiderando tudo que se encontra fora dessas propriedades e concorre para dar-lhe o valor, tal como o próprio mercado escolar; (II) tentar escapar do fetichismo do culto da língua legítima, para cair num relativismo erudito, “incapaz de perceber que o olhar ingênuo não é relativista [ele está dominando de forma absoluta pela violência simbólica], recusando o fato bruto de sua legitimidade através

⁵⁹⁵ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 38-9. Grifos no original.

⁵⁹⁶ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 39.

de uma relativização arbitrária do uso dominante, socialmente reconhecido com legítimo e não apenas pelos dominantes”.⁵⁹⁷

A fetichização da língua legítima que se opera na realidade é reproduzida no discurso erudito através do código elaborado, pronto e acabado, da regras lingüísticas, que em caráter absoluto deve ser reconhecido, implicando em desapossamento de tudo que lhe seja diferente. Verifica-se que as práticas lingüísticas são relacionais, vale dizer, encontram um parâmetro de medição e avaliação sempre em relação às práticas consideradas legítimas ou dominantes, sendo no interior desse sistema referido predominantemente que se estabelecem os diferentes valores das diferentes produções lingüísticas e respectivos locutores. Os particularismos lingüísticos, antes da unificação, que eram particularismos insuperáveis, deixam de o ser, para se tornarem regionalismos como objetos de correção com suas expressões viciosas e erros de pronúncia. Passam a ser jargões vulgares inapropriados quanto ao uso em ocasiões oficiais e como “usos populares da língua oficial sofrem uma sistemática desvalorização”. Note-se que quando uma língua dominada passa a ser a língua oficial, ela passa a ser objeto de reavaliações modificando as relações que os diferentes locutores passam a ter com ela; os conflitos lingüísticos, assim, revelam ser racionais e reais – o que não significa serem marcados diretamente por interesses –, nos sentido de que carregam em si efeitos econômicos, políticos e simbólicos bastantes reais – prestígio social, apropriação de postos e vantagens econômicas.⁵⁹⁸

A partir de então começa a emergir um “sistema de oposições lingüísticas, *sociologicamente pertinentes*”, vale dizer, “as diferenças surgidas por conta do confronto entre falares não se reduzem às construídas pelos lingüistas em função de seu próprio critério de pertinência (...) [pois] existem tanto no plano da pronúncia, como no do léxico e mesmo da gramática, todo um conjunto de diferenças significativamente associadas a diferenças sociais (...) [e] tais diferenças se revelam pertinentes do ponto de vista sociológico porque fazem parte de um sistema de oposições lingüísticas que é a *retradução* de um sistema de diferenças sociais”. Assim, uma “sociologia estrutural da língua (...) deve tomar como objeto *a relação capaz de unir sistemas estruturados de diferenças lingüísticas sociologicamente pertinentes e sistemas igualmente estruturados de diferenças sociais*”.⁵⁹⁹

“Os usos sociais da língua devem seu *valor propriamente social* ao fato de se mostrarem propensos a se organizar em sistemas de diferenças (entre as variantes prosódicas e

⁵⁹⁷ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 39-40.

⁵⁹⁸ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 40-1 e nota de rodapé n. 17.

⁵⁹⁹ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 41. Grifos no original.

de articulação ou lexicológicas e sintáticas), reproduzindo o sistema de diferenças sociais na ordem simbólica dos *desvios diferenciais*. Falar é apropriar-se de um ou de outro dentre os *estilos expressivos* já constituídos no e pelo uso, objetivamente marcados por sua posição numa hierarquia de estilos que exprime através de sua ordem a hierarquia dos grupos correspondentes. Esses estilos, sistema de diferenças classificadas e classificantes, hierarquizadas e hierarquizantes, marcam aqueles que deles se apropriam, assim como a estilística espontânea, armada de um senso prático das equivalências entre as duas ordens de diferenças, envolve classes sociais através de indícios estilísticos”.⁶⁰⁰

Diante dessa hierarquização estabelece-se uma diferença notável entre a competência para produzir frases compreensíveis e entre a competência para produzir frases que, mesmo compreensíveis, possam ser escutadas, enfim, frases admissíveis socialmente, mesmo sendo gramaticamente pertinentes. O que sucede é que existe um parâmetro socialmente estipulado que é chave da aceitabilidade – ou não – para se reconhecer como admissível uma fala em qualquer situação onde se pode falar. “Os locutores desprovidos de competência legítima se encontram de fato excluídos dos universos sociais onde ela é exigida, ou então, se vêem condenados ao silêncio. Por conseguinte, o que é raro não é a capacidade de falar, inscrita no patrimônio biológico, *universal e, portanto, essencialmente não distintiva*, mas sim a competência necessária para falar a língua legítima que, por depender do patrimônio social, retraduz distinções sociais na lógica propriamente simbólica dos desvios diferenciais ou, numa palavra, da distinção”. Ressalta-se aqui que a capacidade de falar, na medida em que não dependa exclusivamente em tudo de um fator natural – enfim, que tudo esteja inscrito na natureza para ela se manifestar –, então reconhece-se mais claramente as diferenças lingüísticas como signos de distinção social.⁶⁰¹

O mercado lingüístico, unificado, produz uma concorrência objetiva entre os diferentes locutores, onde somente os detentores da competência legítima, com seu capital lingüístico, produzem o efeito simbólico de distinção e os lucros daí decorrentes nas diferentes trocas sociais. É a formação educacional recebida, aliada à forma como manipula as raridades dos produtos lingüísticos legítimos – e respectivas competências –, que medem o lucro social adquirido de um agente. Assim, a formação recebida por um agente social não é socialmente neutra, no sentido de que, em graus variáveis – por exemplo de acordo com as tradições escolares –, o custo engloba despesas – entenda-se despesas e custos em sentido amplo, como o tempo de formação que é tanto mais valorizado quanto mais tradicional e de

⁶⁰⁰ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 41. Grifos no original.

⁶⁰¹ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 42 e nota de rodapé n. 19. Grifos no original.

elite for considerada a instituição escolar – que ultrapassam o mínimo exigível para transmitir uma dada competência. Se o mercado marcado pelos dominantes estipula que uma duração de estudos mais prolongada passa a ser valorizado por si mesma, isso faz com que a lentidão na formação seja identificada com competência, atos técnicos praticados com esmero, etc., marcando certas práticas simbolicamente, ao mesmo tempo em que desvaloriza os estudos mais curtos ou intensivos, estigmatizando-os – e aquele que a eles se submeteram – com a imagem do atraso e da depreciação. Torna competência socialmente garantida aquilo que pode ser apenas um consumo ostentador de aprendizagem.⁶⁰²

Os lucros da distinção lingüística acompanham a posição ocupada pelo agente na estrutura social e, portanto, as condições efetivas de oportunidade que cada um possui de adquirir essa rara plenitude de competência legítima em função da posição ocupada na estrutura social. Trata-se de uma ilusão a “hipótese da igualdade de oportunidades de acesso às condições de aquisição da competência lingüística legítima (...) [que tem o único efeito de] trazer à luz do dia um dos *efeitos estruturais* da desigualdade”. A competência dominante assegura – jungido às suas relações calcadas nas diferenças lingüísticas, econômicas e sociais, com suas raridades distintivas e hierarquias desviantes/estilísticas – um lucro de distinção frente às demais competências, “contanto que sejam continuamente preenchidas as condições necessárias (entre as quais, a unificação do mercado e a distribuição desigual das oportunidades de acesso aos instrumentos de produção da competência legítima e aos lugares de expressão legítimos) para que os grupos detentores dessa competência sejam capazes de impô-la como a única legítima nos mercados oficiais (mercados mundano, escolar, político, administrativo) e na maioria das interações lingüísticas em que se encontram envolvidos”. Entre os lucros simbólicos que objetivamente se verifica nos detentores da competência lingüística legítima ou os mais próximos dela, é nos exames escolares e o seu êxito; nas entrevistas de seleção e o êxito na obtenção do emprego e na carreira profissional; também a atenção recebida e credibilidade para o que fala; e a maior facilidade em obtenção de ajuda e cooperação quando solicitado.⁶⁰³

Àqueles que desejam defender um capital lingüístico ameaçado, somente alcançam sucesso se preservarem o conjunto das condições políticas e sociais de produção e reprodução dos produtores-consumidores, vale dizer, assegurarem o mercado ou uma parcela do mercado para sua competência lingüística ameaçada. Fora desse mercado nada tem valor e, portanto, subsiste, daí a importância do sistema de ensino como detentor do monopólio da produção em

⁶⁰² BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 42-3.

⁶⁰³ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 43-4 e notas de rodapé ns. 20 e 21. Grifos no original.

massa de produtores-consumidores, portanto, como reproduzidor dos diferentes conteúdos culturais – aqui incluindo as línguas antigas, as outras diferentes línguas – assegurando, desta forma, a reprodução do mercado.⁶⁰⁴

O campo lingüístico possui um subcampo muito específico e de produção restrita, que é o campo literário – espaço dos estilos expressivos –, cuja propriedade marcante é que nesse espaço social “os produtores produzem aí prioritariamente para outros produtores”. Há, assim, uma diferença entre o capital necessário para produzir “um *falar comum* mais ou menos legítimo e o capital de instrumentos de expressão (supondo-se a apropriação dos recursos depositados em estado objetivado nas bibliotecas, livros em particular nos ‘clássicos’, gramáticas e dicionários) necessário à produção de um discurso escrito digno de ser *publicado* (quer dizer, oficializado). Esta produção de instrumentos de produção tais como as figuras de linguagem e de pensamento, os gêneros, as maneiras ou os estilos legítimos e, de modo geral, todos os discursos destinados a se tornarem ‘autoridade’, fontes de ‘referência obrigatória’, e a serem citados como exemplos de ‘uso correto’, confere àquele que a exerce um poder sobre a língua e, por essa via, sobre os simples usuários da língua como sobre seu capital”.⁶⁰⁵

A língua legítima precisa passar por criações continuadas dela própria, a fim de garantir sua perpetuação no tempo e garantir sua extensão no espaço, vale dizer, assegurar a permanência como língua legítima, bem como seu valor como tal. Trata-se, assim, de lutas entre diferentes autoridades legitimadas a promoverem a sua constante recriação, concorrendo, no espaço de produção especializado, pelo “monopólio da imposição do modo de expressão legítima”. Nessa luta, o campo produz um efeito que é peculiar em todos os campos sociais, qual seja, a de dissimular o porquê da origem da luta ou jogo em questão, vale dizer, “a luta em torno do que está exatamente em jogo costuma dissimular ao mesmo tempo o conluio objetivo a respeito dos princípios do jogo”. Assim, a luta produz e reproduz continuamente o jogo e o seu conteúdo, reproduzindo entre aqueles que nele se encontram jogando, a adesão ao valor do jogo e do que está em jogo. Daí – no jogo sendo jogado – se produz a língua legítima e a crença em sua legitimidade.⁶⁰⁶

Esse é o poder simbólico que os escritores, gramáticos e pedagogos – autoridades lingüísticas – podem exercer sobre a cultura, quando definem a literatura legítima e transformando de tempos em tempos a situação de mercado lingüístico e cultural. Eles produzem, consagram e impõem uma língua distinta e distintiva, atuando coletivamente –

⁶⁰⁴ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 44.

⁶⁰⁵ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 44-5.

⁶⁰⁶ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 45.

lutando entre si – para impor arbitrariamente a norma lingüística – única – válida e eficaz. Mas verifica-se que os escritores precisam dos gramáticos, que consagram os escritores e as escritas prestigiosas, definindo o digno que merece ser consagrado, e inculcado no sistema escolar como modelo de competência legítima. Os gramáticos, juntamente com os escritores oficiais e as academias, consagram e codificam, através de um trabalho de racionalização e fundamentação, um uso particular da língua, determinando, assim, o valor que receberá o uso da língua pelos diferentes agentes sociais por via de suas competências lingüísticas específicas, bem como nos diferentes mercados onde essa competência será utilizada, delimitando o universo das pronúncias, das palavras, dos estilos, fixando uma língua depurada e censurada de qualquer uso ou novidade popular. Nesse campo de lutas há uma invariante estrutural, qual seja, a alternância das autoridades no campo lingüístico coloca-os, entretanto, perante os mesmos recursos argumentativos e estratégicos para legitimar sua pretensão legislativa sobre a língua, e condenar, nos outros, posturas idênticas ao que ele pratica. Contra os mundanos e escritores, os gramáticos invocam o seu entendimento de uso raciocinado, enfim, um racional e bom gosto sobre o sentido da língua que eles detém; já os escritores, por sua vez, invocam sempre o gênio criativo em detrimento da regra gramatical.⁶⁰⁷

A expropriação ou desapossamento objetivo das diversas línguas das classes dominadas ocorre por ação de um corpo de profissionais, que detém, por investidura legítima, o monopólio legítimo do uso da língua legítima. Por esses profissionais é produzida uma língua especial que cumpre “uma função social de distinção nas relações entre as classes e nas lutas com que essas mesmas classes se opõem no terreno da língua”. Além de agentes legitimados como corpo de profissionais com tal objetivo, o desapossamento também implica a existência de uma estrutura institucional como o sistema de ensino, “o qual (com mandato para condenar, em nome da gramática, os produtos heréticos, bem como para inculcar a norma explícita que resiste aos efeitos das leis de evolução) acaba contribuindo fortemente para constituir enquanto tais os usos dominados da língua ao consagrar o uso dominante como o único legítimo, apenas pelo fato de inculcá-lo”. Mas a desvalorização da língua comum também ocorre devido a própria existência da língua literária; os literatos possuem uma posição no campo e buscam interesses aí associados que acabam dissimulando, inclusive para eles mesmos, os efeitos externos que emergem de suas funções ou do resultado de suas atividades – ou da própria atividade em si –, que é a dominação simbólica da língua legítima e a automática depreciação da língua comum ou dos dialetos.⁶⁰⁸

⁶⁰⁷ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 45-6.

⁶⁰⁸ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 47.

A excelência da língua legítima é medida pela distinção e correção. O trabalho literário é ante de tudo uma atividade voltada para produzir desvios e derivações da linguagem comum em seus usos mais corriqueiros, buscando a aparência de originalidade da linguagem; desta forma, a distinção é o valor que nasce do desvio produzido frente – em relação – aos lugares-comuns e usos ordinários e vulgares. Verifica-se, assim, que nos usos da língua, como nos estilos de vida, a definição sobre sua qualidade é sempre dada numa relação, como, por exemplo, a linguagem nobre frente à linguagem popular, gerando oposições marcadas socialmente – por serem organizadas sob ponto de vista dos dominantes – por um correspondente negativo. Esse pares-oposições – seletivo/comum; requintado/trivial; polido/grosseiro; etc. – construídos a partir da língua legítima, em realidade podem ser reduzidos a dois apenas, quais sejam, “a oposição entre ‘distinto’ e ‘vulgar’ (ou ‘raro’ e ‘comum’) e a oposição entre ‘vigoroso’ (ou ‘nobre’) e ‘relaxado’ (ou ‘livre’) que representam sem dúvida a especificação (...) de aplicação mais geral”. A hierarquização da fala, que assim sucede, manifesta as diferenças existentes entre as diferentes classes sociais e respectivos agentes sociais, ao mesmo tempo em que é um princípio – hierarquizado – de controle que tem o efeito de correção sobre o que foge ao instituído e estatuído arbitrariamente como língua legítima.⁶⁰⁹

Desta forma, a língua legítima é uma língua semi-artificial, mantida pela constante correção por seus locutores e pelas instituições. Os gramáticos fixam e codificam o seu uso legítimo, e os professores a inculcam através das diversas correções que impõem, contribuindo para que o sistema escolar apresente-se – na reprodução da linguagem e de outras matérias – como necessário para produzir seus serviços, produtos, trabalhos e instrumentos de correção.⁶¹⁰ A sua relativa constância no tempo e no espaço é devida a esse trabalho prolongado de inculcação, que a previne de atitudes econômicas de esforço e tensão contra ela, que poderiam levar, por exemplo, a simplificações analógicas, ou seja usos não-elaborados ou construções deselegantes que não a marcam na sua forma erudita. Assim, a expressão correta ou corrigida “deve o essencial de suas propriedades sociais ao fato de que

⁶⁰⁹ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 47-8. Grifos no original.

⁶¹⁰ As instituições de produção de bens culturais possuem uma economia – no sentido sociológico designado por Bourdieul, como acima já foi visto – própria e isso não pode ser perdido de vista para compreender o funcionamento no espaço social, especialmente quanto ao seu campo de funcionamento específico e, principalmente, os reflexos disso para a sociedade; por exemplo, a indústria cultural é voltada para a produção de bens serviços e instrumentos de correção lingüísticos – manuais, gramáticas, dicionários, guias para redação, modelos de textos, livros infantis, etc. – e reúne milhares de agentes predispostos a investir nesse jogo de concorrência social por seus interesses materiais e simbólicos, tanto do setor público quanto privado, contribuindo, assim, para a defesa – independentemente de sua vontade pessoal – e ilustração da língua legítima. In: BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 48, nota de rodapé n. 24.

só pode ser produzida por locutores que detêm o domínio prático das *regras* eruditas, explicitamente construídas por um trabalho de codificação e expressamente inculcadas por um trabalho pedagógico”.⁶¹¹

A pedagogia institucionalizada é paradoxal por desejar instituir regras ou esquemas lingüísticos de funcionamento em estado prático – atuais e presentes – extraídos do trabalho dos gramáticos que, por sua vez, estão devotados ao passado das práticas profissionais da expressão escrita, portanto, um trabalho retrospectivo para vincular e marcar todas as perspectivas atuais e presentes. Todo uso correto é, assim, uma gramática incorporada, vale dizer, “a palavra gramática (...) [deve] ser tomada ciosamente (e não tacitamente, como fazem os lingüísticos) em seu verdadeiro sentido de sistema de regras eruditas, extraídas *ex post* do discurso efetuado e instituído como normas imperativas do discurso a ser efetuado”. Assim sendo, as propriedades e efeitos sociais da língua legítima somente podem ser extraídas considerando as condições sociais de produção da língua literária e sua gramática, bem como as condições sociais de imposição e inculcação do “código erudito enquanto princípio de produção e de avaliação da fala”.⁶¹²

As “leis de transmissão do capital lingüístico constituem um caso particular das leis de transmissão legítima do capital cultural entre as gerações”, sendo a competência lingüística adquirida por um agente diretamente vinculado ao nível de instrução conferido pelos títulos escolares e da sua particular trajetória social. Mas observa-se que o domínio da língua legítima é favorecido mais particularmente por um ato de familiarização, “por uma exposição mais ou menos prolongada à língua legítima e pela inculcação expressa de regras explícitas”, revelando que há uma correspondência entre o grau do modo de expressão adquirido pelo agente e o grau de exposição a que ele foi submetido para adquirir suas qualidades lingüísticas, centrado fundamentalmente em dois espaços, quais sejam, a família e o sistema escolar.⁶¹³

A sociologia da cultura, a sociologia da linguagem, a sociologia da educação estão, portanto, imbricados, sendo os produtos do mercado escolar inteiramente dominado pelos produtos lingüísticos da classe dominante, ratificando as diferenças de capital preexistentes. Um “fraco capital escolar e (...) uma fraca propensão a aumentá-lo (...) condena as classes mais destituídas às sanções negativas do mercado escolar, ou seja, à eliminação ou à auto-eliminação precoce acarretada por um êxito apagado”. Para as classes mais desfavorecidas, o

⁶¹¹ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 48. Grifos no original.

⁶¹² BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 48-9. Grifos no original.

⁶¹³ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 49.

tempo destinado para a inculcação da cultura legítima – portanto, da língua legítima – é diretamente proporcional ao rendimento, criando um ambiente de maior dificuldades para aqueles que estão menos inclinados e menos aptos a aceitar e adotar a linguagem escolar e “que se expõem menos tempo a essa linguagem, bem como aos controles, correções e sanções escolares”.⁶¹⁴

O sistema escolar, como detentor da cultura legítima, dispondo de autoridade delegada para inculcá-la, mantém duradouramente o capital cultural herdado, dentre eles a matéria de linguagem. Em realidade, os mecanismos sociais de transmissão cultural garantem a reprodução da defasagem estrutural entre a distribuição desigual do conhecimento da língua legítima e a distribuição uniforme do reconhecimento da mesma, sendo que as lutas lingüísticas supõem dos diferentes locutores essa defasagem estrutural. Essa luta leva a que a concorrência seja acirrada, vale dizer, faz com que a busca da distinção lingüística suscite sempre e continuamente – conforme certas práticas e usos reconhecidos vão sendo cada vez mais assimilados pelas classes dominadas –, “novas estratégias de distinção entre os detentores das marcas distintivas socialmente reconhecidas como refinadas”. Introduzir tensão – disputa, diferença –, injetando novas desenvolturas – novas marcas distintivas – frente às outras formas classificadas como “mais vulgares” de manifestação lingüística, criando, desta forma, novas pretensões e aspirações no campo da linguagem que devem ser satisfeitas ou alcançadas para dotar-se de certa distinção, “são algumas das estratégias (no mais das vezes inconscientes) de distinção que dão lugar a lances infinitos (...), feitas exatamente para desencorajar a busca de propriedades não relacionais dos estilos lingüísticos”.⁶¹⁵

Não se pode afirmar que exista, nesse universo de práticas referidas entre si, um empenho consciente que acabe resultando em busca de distinções. “Tudo leva a crer que essas práticas estejam permeadas por um sentido prático da raridade das marcas distintivas (lingüísticas e outras) e de sua evolução no tempo”, de tal forma que as palavras inicialmente raras – portanto, discriminantes – pelo seu uso, no momento que perdem essa qualidade devido ao seu constante uso, tornando-se banais, comuns, gastas e fáceis, forçam a novos deslocamentos, vale dizer, “deslizamentos inconscientes para traços estilísticos mais ‘classificantes’ ou para usos mais raros dos traços divulgados”. Esses desvios distintivos – ou estilos expressivos – estão na raiz do movimento incessante de constantes mudanças do uso das línguas, assimiladas de forma dissimulada – inconsciente.⁶¹⁶

⁶¹⁴ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 49-50.

⁶¹⁵ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 50-1.

⁶¹⁶ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 51-2. Grifos no original.

A língua é reproduzida mantendo a estrutura de distribuição de seus diferentes usos e o sistema de sistemas de seus desvios distintivos – estilos expressivos – tendo como motor de mudança “o conjunto do campo lingüístico, ou mais precisamente, o conjunto das ações e reações que se engendram continuamente no universo das relações de concorrência constitutivas do campo”, tendo como centro deste movimento perpétuo “todo lugar e em lugar nenhum”, não podendo, portanto, situar o princípio de mudança num lugar determinado do campo lingüístico. Os diferentes agentes, através de estratégias de assimilação e dissimulação, e tendo por referência direta àqueles “que estão situados à frente e atrás dele[s] no espaço social e no tempo”, na concorrência travada entre si, acabam mudando incessantemente propriedades substanciais da língua – sotaques, léxicos, sintaxes, etc. – mantendo os desvios distintivos que estão na base – raiz – de tudo.⁶¹⁷

Esta constância estrutural dos valores sociais dos usos da língua legítima torna-se compreensível quando se sabe que as estratégias destinadas a modificá-las são comandadas, em sua lógica e em seus fins, pela própria estrutura, através na posição nessa estrutura daquele que dela se vale. (...) [Assim,] as estratégias lingüísticas dos diferentes agentes dependem estreitamente de sua posição na estrutura de distribuição do capital lingüístico que(...), por intermédio da estrutura das oportunidades de acesso ao sistema escolar, depende (...) da estrutura das relações de classe”.⁶¹⁸

b) A FORMAÇÃO DOS PREÇOS E A ANTECIPAÇÃO DOS LUCROS

A troca lingüística é uma troca econômica, fundada numa força simbólica voltada para propiciar um lucro material e simbólico, entre um produtor com determinado capital lingüístico e um consumidor ou um mercado. Discursos são signos a serem decifrados e compreendidos, mas principalmente, (I) avaliados, (II) acreditados e obedecidos, por serem (I) signos de riqueza e (II) signos de autoridade. Somente em usos literários a língua é puro instrumento de comunicação, pois esse é um caso limite da busca do máximo rendimento informativo, centrado fundamentalmente no lucro simbólico, construído sobre uma maneira diferencial de se comunicar, vale dizer, marcado por um estilo expressivo – dentre um universo de diferentes estilos expressivos concorrentes – com valor social e eficácia simbólica.⁶¹⁹

⁶¹⁷ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 52.

⁶¹⁸ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 52.

⁶¹⁹ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 53-4.

Discursos têm valor e sentido somente frente a um mercado, sendo seu preço determinado por uma lei especial, qual seja, seu valor depende diretamente da relação de forças que se estabelece entre as competências lingüísticas dos locutores – capacidade de produção, apropriação e apreciação – ou, em outras palavras, o valor depende da “capacidade de que dispõem os diferentes agentes envolvidos na troca para impor os critérios de apreciação mais favorável a seus produtos”, sendo que tal capacidade não é determinada apenas do ponto de vista lingüístico. Competências lingüísticas são “capacidades de produção socialmente classificadas que caracterizam unidades lingüísticas de produção socialmente classificadas e, ao mesmo tempo, configuram capacidades de apropriação e de apreciação que, por sua vez, definem mercados eles mesmos socialmente classificados”.⁶²⁰

Numa sociedade com diferentes competências lingüísticas, a relação entre tais competências contribui para determinar a lei de formação de preços nas trocas particulares, entretanto, é necessário somar a isso toda a estrutura social que está presente em cada interação “através das línguas faladas, dos locutores que as falam, ou melhor, dos grupos definidos pela posse da competência correspondente”. Assim, é de se criticar a visão sociológica interacionista,⁶²¹ que em suas análises sociais não ultrapassa as ações e interações

⁶²⁰ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 54.

⁶²¹ Interação usualmente significa todos os atos, ações, movimentos inter-relacionados de dois ou mais indivíduos, animais ou objetos como máquinas; tratar-se-ia, então, de algo que designa uma influência recíproca ativa entre coisas, animais ou seres humanos. Verifica-se que nas ciências sociais a expressão não é utilizada de maneira uniforme, sendo usada na sociologia e psicologia como: a) interação social quer significar o comportamento inter-relacionado de indivíduos que se influenciam uns aos outros pela e através da comunicação. Na literatura especializada, interação e comunicação são utilizadas como sinônimos, havendo várias definições de diferentes autores neste sentido, um deles colocando a interação social como todas as palavras, símbolos e gestos com que as pessoas reagem umas às outras, sendo na psicologia social onde se estuda a comunicação não-verbal – expressões faciais, torça de olhares, movimento corporal, comportamento espacial, comportamento extralingüístico, etc. – como de grande importância para compreensão da interação social. Das teorias sociológicas e psicológicas acerca da interação, duas se destacam: a.1) teoria do intercâmbio ou dos resultados da interação: que explica a interação social em termos de recompensas e custos especialmente na relação entre duas pessoas, procurando, a partir daí, estender a análise para os grupos sociais maiores, mas seus métodos de observação e estudos empíricos sempre partem da análise de interação entre duas pessoas. a.2) teoria do interacionismo simbólico: trata-se de influente teoria sociológica de interação desenvolvida pelo filósofo e sociólogo George Herbert Mead (norte-americano – 1863-1931 – pioneiro da psicologia social, onde procurou demonstrar a gênese da concepção do “eu” e do “pensamento”. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 16), onde concebe que os indivíduos se comportam na base de “significados” que vêm das interações sociais, sendo esses significados constantemente modificados por um processo contínuo de interpretação dos indivíduos que participam da interação, sendo o “eu” resultado da interação. O comportamento interativo somente pode ser compreendido com base nos atos recíprocos de interpretação entre parceiros que interagem num certo contexto histórico, cultural e situacional – circunstancial. A psicologia social européia centra nos estudos da interação social entre membros de diferentes grupos – comportamento intergrupal e relações intergrupais; b) análise de interação: trata-se da coleta, registro, análise e interpretação sistemáticos da comunicação verbal e não-verbal. São procedimentos de observação e mecanismos de registros desenvolvidos para classificar a comunicação entre grupos de duas pessoas ou pequenos grupos; c) interacionismo: expressão que designa um grupo de teorias que tratam dos efeitos interativos como, por exemplo, os efeitos da relação corpo e mente, indivíduo e sociedade, organismo e meio ambiente. In:

tomadas mais imediatamente e mais visivelmente presentes que se apresentam ao cientista social; que, frente a essas alterações ou mudanças mais visíveis e imediatas de superfície, ignora os mecanismos profundos que asseguram a reprodução do mundo social; enfim, que tratam da interação social como um império dentro de um império, mas olvidando que o que se passa entre duas pessoas – patroa e empregada, dominante colonial e dominado colonizado ou, numa situação pós-colonial, entre membros da antiga nação colonizada, um falando a língua dos antigos dominantes e outro dos antigos dominados (língua nativa) – “deve sua forma particular à relação objetiva entre as línguas ou entre os usos correspondentes, ou seja, entre os grupos que falam essas línguas”.⁶²²

Quando o agente social dominante adota estratégias de condescendência para com a cultura dos dominados – em realidade, objetivamente, mesmo que incoscientemente, preocupado em reservar-se (conservar, manter, preservar), cedendo e anuindo – para se voltar para as coisas como elas são, a fim de chegar o mais próximo possível da realidade que ele vive, conforme as verdades históricas mais próximas possíveis dessa realidade – preocupação, assim, microsociológica –, “pode levar a que se deixe escapar pura e simplesmente um ‘real’ que não se oferece à intuição imediata pelo fato de residir em estruturas transcendentais à interação que elas alicerçam”. Desta forma, por exemplo, quando numa cerimônia oficial, uma autoridade pública ou funcionário público fala em dialeto local, homenageando uma personalidade local, e isso toca fundo nos sentimentos do público presente, isso somente ocorre porque “é preciso que esse público reconheça tacitamente a lei não escrita segundo a qual a língua (...) [oficial] se impõem como a única aceitável nos discursos oficiais das situações oficiais”.⁶²³

Assim, tal estratégia de condescendência, em realidade e objetivamente, tira “*proveito* da relação de forças objetivas entre línguas que se encontram praticamente confrontadas (...) no próprio ato de negar simbolicamente tal relação, isto é, a hierarquia entre as línguas e seus respectivos falantes. Estratégia semelhante acaba sendo possível em todos os casos em que os desvios objetivos entre as pessoas presentes (...) é suficientemente conhecido e reconhecido por todos (...) para que a negação simbólica da hierarquia (...) permita acumular os lucros ligados à hierarquia imaculável aos propiciados pela negação inteiramente simbólica dessa hierarquia”. Um dialeto pronunciado numa ocasião oficial – por uma autoridade dotada de competência legítima na língua oficial, legítima e superior – somente é elogiado porque tem

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom; et alii. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 391-3.

⁶²² BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 54-5.

⁶²³ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 55.

valor apenas na boca de uma autoridade legítima – locutor legítimo – da língua legítima, sendo totalmente destituído de valor na boca de um camponês autêntico local – nativo – pronunciando impecavelmente um discurso em dialeto local. As estratégias de subversão ou dissimulação das hierarquias objetivas da língua e da cultura são provavelmente também estratégias de condescendência reservadas àqueles que estão seguros de sua posição nas hierarquias objetivas, e sempre utilizadas sem riscos de estigmatizações do tipo *usa-se na falta de coisa melhor*, pois está implícito ou naturalizado inconscientemente que *quem pode o mais pode o menos*.⁶²⁴

O mercado lingüístico é o encontro de agentes com diferentes níveis de capital lingüístico – portanto, com diferentes níveis de valor de troca e de variações de preço de acordo com os diferentes espaços (sub-mercados) onde o discurso atuará nesse mercado – e estabelecem entre si uma concorrência que se traduz também numa relação de forças, mas com uma particularidade: “certos agentes não estão em condições de aplicar aos produtos lingüísticos oferecidos, por eles mesmos ou por outros, os critérios de apreciação mais favoráveis a seus próprios produtos”, vale dizer, não podem fixar o seu preço e valor lingüístico. Isso ocorre em situação de mercado oficial, ou quanto mais oficial é o mercado, onde a imposição de legitimidade é muito maior e favorece os detentores dotados de alta competência lingüística – portanto o mercado é ajustado fortemente às normas da língua legítima e dominado pelos dominantes, autorizados a falar com autoridade –, pois o peso do uso legítimo da língua aí se impõe inexoravelmente, ou quando é amplo “o reconhecimento que os consumidores concedem à língua legítima e à competência legítima”, independentemente deles conhecerem ou não a língua.⁶²⁵

A competência lingüística, assim, adquire o âmbito de uma capacidade estatutária, deixando de ser uma simples capacidade técnica; uma capacidade adquirida como efeito de uma atribuição estatutária – nobre obrigação – acompanhada pela capacidade técnica, portanto, não é esta última que fundamenta a capacidade estatutária. “A competência legítima é a capacidade estatutariamente reconhecida a uma pessoa autorizada, uma ‘autoridade’, de empregar, em ocasiões oficiais (*formal*), a língua legítima, quer dizer, oficial (*formal*), língua autorizada que tem autoridade, fala autorizada e digna de crédito, ou numa palavra, *performativa*, que tem a pretensão (com as maiores probabilidades de sucesso) de ser de fato imitada”. Disso decorre o porquê da psicologia social ter estabelecido que a eficácia de um discurso, “o poder de convencimento que lhe é reconhecido, depende da *pronúncia* (e

⁶²⁴ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 55-6. Grifos entre aspas no original.

⁶²⁵ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 56.

secundariamente do vocabulário) daquele que o pronuncia, ou seja, através deste índice particularmente seguro da competência estatutária, da autoridade do locutor”, indicando – tal avaliação prática da relação de forças simbólicas permeando a sociedade e que determinam critérios de avaliação – que somente estão levando em conta as propriedades lingüísticas e não lingüísticas do discurso, por anunciarem “a autoridade e competência sociais daqueles que as pronunciam”.⁶²⁶

É na medida em que mais oficial é a situação – portanto, um mercado particular enquanto capital lingüístico –, a competência legítima tem mais chances de “impor a lei de formação de preços mais favorável aos seus produtos e de propiciar o lucro simbólico correspondente”, tornar-se rigoroso e ser conhecido e reconhecido com essa qualidade – modo de expressão legítimo – pelos seus destinatários mesmo que inconscientemente, vale dizer, apesar do constrangimento da situação oficial. Também é na medida em que diminui o grau de oficialidade da situação de troca, bem como a dominação por locutores dotados de autoridade, que os *habitus* lingüísticos dominados encontram seu mercado mais favorável.⁶²⁷

Verifica-se, nessa relação de forças constitutiva do mercado, que esta pode ser objeto de negociação, onde o mercado acaba sendo manipulado dentro de certos limites, “por um metadiscurso girando em torno das condições de utilização do discurso” – as estratégias de condescendência são um exemplo –, capacidade essa que os que possuem um melhor capital lingüístico detêm com maior facilidade.⁶²⁸

Verifica-se, também, que os dominados sempre encontram um espaço onde não precisem preocupar-se formalmente com as leis lingüísticas dos mercados oficiais, qual seja, o espaço da vida privada, entre familiares, onde eles são interlocutores homogêneos e seus produtos legítimos “são medidos por critérios que, estando ajustados aos seus princípios de produção, os libertam da lógica (necessariamente comparativa) da distinção de do valor”. Nesse espaço eles em verdade suspendem as leis de formação de preços, portanto, não transgridem a lei oficial que continua válida, e – esta última – que voltam a se impor quando os locutores se afastam da região onde podem falar com franca liberdade de expressão, sendo

⁶²⁶ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 57. As propriedades não lingüísticas do discurso seriam exemplificativamente: “a empostação da voz (a nasalização ou emissão pela faringe), disposição duradoura do aparelho vocal que constitui um dos marcadores sociais mais poderosos, bem como todas as qualidades abertamente sociais, tais como os títulos nobiliárquicos ou escolares, o vestuário, em especial os uniformes e as vestimentas oficiais, os atributos institucionais, o púlpito do padre, o estrado do professor, a tribuna e o microfone do orador, que colocam o locutor legítimo em posição eminente e estruturam a interação através da estrutura do espaço que tais propriedades lhe impõem, até chegar à própria composição do grupo interior do qual se realiza a troca”. In: BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 57.

⁶²⁷ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 57-8.

⁶²⁸ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 58.

a postura de seus porta-vozes – com preocupações em produzir uma linguagem de acordo com a oficial – em situações oficiais a melhor medida desse fato. “A legitimidade lingüística reside precisamente no fato de que os dominados são sempre *virtualmente* subordinados à lei oficial, mesmo se passarem toda sua vida (...) fora de seu meio; colocados em situação oficial, os dominados estão fadados ao silêncio ou ao discurso arrevesado”. Não se pode, assim, afirmar que haveria uma verdadeira linguagem popular em curso nesses espaços de liberdade franca, onde se está à vontade para falar; talvez o único espaço onde ocorra uma afirmativa contra-legitimidade lingüística seja no uso da gíria, mesmo sendo uma língua de *chefes*.⁶²⁹

Quando um pesquisador faz pesquisa de campo, ele o faz inserido no mercado lingüístico oficial e assim é visto, percebido e sentido pelos diferentes interlocutores sociais. A observação lingüística científica acaba registrando um discurso como produto da relação entre uma certa competência lingüística e justamente esse mercado particular – a academia, que é um mercado oficial, vinculado ao mercado escolar e toda sua tensão – onde se insere o pesquisador e sua situação de pesquisa; o pesquisador e os pesquisados fazem, cada qual, parte de produção de um *habitus* lingüístico conforme o mercado onde se inserem. A competência lingüística popular tende a se aniquilar diante de mercados oficiais, e a situação de pesquisa precisa ter isso em vista a fim de exercer um controle expresso sobre a pesquisa em si, e ter sob controle – ou no mínimo ter conhecimento de fato sobre – os efeitos característicos da situação de pesquisa.⁶³⁰

Ao tentar fixar em algum índice fonológico, lexicológico ou sintático como princípio ou fator social determinante da competência lingüística, não se pode olvidar que “diferentes fatores medidos numa situação particular de mercado, justamente a criada pela pesquisa, poderiam, numa situação diferente, receber pesos relativos muito diferentes. Cumpre, pois, determinar de que maneira variam os pesos explicativos dos diferentes fatores determinantes da competência [lingüística] quando se faz variar sistematicamente as situações de mercado (o que suporia decerto a utilização de um verdadeiro plano de experimentação)”. O risco é cancelar – mistificar – “o efeito característico da situação de pesquisa [lingüística], *variável oculta que constitui sem dúvida o princípio do peso diferencial das diferentes variáveis*”.⁶³¹

O capital simbólico é um poder reconhecido e se manifesta quando, nas trocas lingüísticas, a dominação simbólica aí implícita produz performance, vale dizer, ações e comportamento humanos que realizam – tornam real, efetivo e existente – o que o enunciado

⁶²⁹ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 58-9 e nota de rodapé n. 3. Grifos entre aspas no original.

⁶³⁰ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 59.

⁶³¹ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 59. Grifos no original.

performativo anunciou. A relação de forças lingüísticas, extrapolando as competências lingüísticas oponentes, é marcada pelo peso relativo dos diferentes interlocutores medidos pelo seu capital simbólico, capital simbólico que significa o “*reconhecimento institucionalizado ou não, que recebem de um grupo*”, e essa imposição simbólica somente se efetiva quando se reúnem determinadas condições sociais completamente externas à lógica eminentemente lingüística – interna – do discurso, para produzir o efeito mágico que a ordem, a palavra de ordem, o discurso ritual, uma simples injunção, uma ameaça ou insulto, pretendem exercer.⁶³²

É somente desta forma que a linguagem, por exemplo, filosófica, assim como as trocas rituais como a missa, funcionam praticamente e eficazmente, vale dizer, através de determinadas condições sociais que asseguram emissores e receptores adequados entre si, para concederem a importância que é de ser atribuída em cada discurso performativo. A partir do momento que deixa de operar a eficácia simbólica da linguagem, ou seja, quando o conjunto dos mecanismos que asseguram a reprodução da relação de reconhecimento deixa de funcionar, fica ameaçada tudo que sua autoridade lingüística produz performativamente, valendo isso para qualquer relação de imposição simbólica. “É, portanto, no conjunto do universo social e das relações de dominação que lhe conferem sua estrutura, que reside o princípio do lucro de distinção propiciado por todo e qualquer uso da língua legítima, tal ocorrendo mesmo quando um dos componentes (e dos mais relevantes) desse lucro parece como que fundado apenas nas qualidades da pessoa”.⁶³³

Os enunciados performativos, conforme estudados por John Langshaw Austin,⁶³⁴ não podem existir nos limites da lingüística. A magia das palavras somente se opera como verdadeiro ato de instituição desde que exista uma instituição que defina as condições a serem cumpridas para que a magia se cumpra como enunciado; aquele que se pretende sair bem em algo, deve estar devidamente habilitado para esse algo, vale dizer, para dar ordens – anunciar um mandamento – é necessário autoridade reconhecida sobre os destinatários da ordem, e isso é construído sobre determinadas condições sociais ou como efeito de um mercado lingüístico. Há, assim, condições sociais em atuação para que ocorra o funcionamento dos enunciados performativos; alguém que abre uma sessão pratica um ato de enunciação – ato lingüístico –

⁶³² BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 59-60.

⁶³³ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 60.

⁶³⁴ John Langshaw Austin (1911-1960), lógico britânico, defendeu que é possível elaborar um inventário exaustivo das situações em que se colocam certos empregos da linguagem, distinguindo entre enunciado constataador, onde uma coisa é verdadeira ou falsa, e o enunciado performativo, onde o ato da palavra constitui um ato, da mesma forma que os outros atos humanos são atos. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 3.

jungido a um ato – consequência – distinto do meramente dizer algo, que é abrir a sessão pelo fato de declará-la aberta – ato extralingüístico –, sendo que somente para abrir efetivamente a sessão é que a pessoa deve estar habilitada, uma vez que qualquer pessoa pode declará-la aberta, mas nesse caso verificar que nenhum efeito produziu.⁶³⁵

Quando um fazer consiste em dizer, verifica-se que se faz exatamente o que se diz. Tentar distinguir atos lingüísticos de extralingüísticos para fundar uma autonomia da lingüística acaba esbarrando no fato de que os atos ilocucionários “são atos de instituição que só podem ser sancionados socialmente quando têm (...) a seu favor, toda ordem social”. Do ponto de vista lingüístico qualquer um pode dizer qualquer coisa, mas do ponto de vista social nem todo mundo pode afirmar qualquer coisa, a não ser no caso de insulto, neste último caso com todas as consequências de riscos e perigos pertinentes. O ato da fala pode, num exercício lógico, revelar que se distingue de suas condições de efetivação – o que se diz não é necessariamente o que se faz através dessa fala – revelando que “o enunciado performativo enquanto ato de instituição não pode existir sociologicamente, independentemente da instituição que lhe confere sua razão de ser”. A substituição de um dizer por um fazer somente ocorrerá – será praticada – quando houver alguma garantia de que a enunciação terá efeito de algum modo, como “um poder normativo que sujeita mutuamente os indivíduos as certas práticas, sob pena de incorrerem em sanções”.⁶³⁶

Toda ordem ou palavra opera no mundo social, vale dizer, produz efeito ou ações concretas nos sentido de efetivar o que enuncia, quando tem a seu favor a ordem das coisas, todas as relações de ordem que definem a ordem social. O enunciado performativo comporta em si uma pretensão de poder, “pretensão mais ou menos reconhecida e, portanto, mais ou menos sancionada socialmente”, uma vez que desejar agir no mundo social somente através de palavras – magicamente – é um ato insano ou razoável “dependendo do grau em que está fundada na objetividade do mundo social. (...) O limite para o qual tende o enunciado performativo [ápice do ato de enunciação social] é o ato jurídico que, quando pronunciado por quem de direito, como convém, ou seja, por um agente que atua em nome de todo grupo, pode substituir o fazer por um dizer que será, como se diz, consequente”. Um juiz, ao decidir, somente decide porque sua sentença será garantida por um conjunto de agentes e instituições.⁶³⁷

⁶³⁵ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 60-1.

⁶³⁶ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 61-2 e nota de rodapé n. 8.

⁶³⁷ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 62-3.

Haveria, assim, uma força principiológica lingüística, vale dizer, uma força ilocucionária do discurso que daria a ele toda a sua força e feitos sociais? O que se verifica haver realmente é condições sociais onde agentes podem achar-se investidos dessa força de produzir os efeitos que o discurso enuncia. “O verdadeiro princípio da magia dos enunciados performativos reside no mistério do ministério, isto é, na delegação ao cabo da qual um agente singular (rei, sacerdote, porta-voz) recebe o mandato de falar e agir em nome do grupo, assim constituído nele e por ele; tal princípio encontra-se, mais precisamente, nas condições sociais da *instituição* do ministério que constitui o mandatário legítimo como sendo capaz de agir através das palavras sobre o mundo social pelo fato de instituí-lo enquanto *médium* entre o grupo e ele mesmo; isso ocorre, entre outras coisas, ao municiá-lo com signos e insígnias destinados a lembrar o fato de que ele não age em seu nome pessoal e de sua própria autoridade”.⁶³⁸

Porque o poder possui uma simbologia que o identifica, o poder simbólico consegue agir em toda sua inteireza, fazendo com que determinados atributos simbólicos cumpram o destino que lhes é conferido enquanto resultado a ser produzido concretamente no mundo dos fatos simbólicos, entre eles a competência lingüística como direito à palavra e ao poder da palavra; a cruz da Igreja, o uniforme, a eloqüência, entre outros, constituem uma manifestação pública de oficialização do contrato de delegação, que o que fazem e aparentam ser – pretensão afirmada nas aparências – é o que é por ser legítimo. No campo lingüístico, todo “um aspecto da linguagem autorizada, de sua retórica, de sua sintaxe, de seu léxico, até mesmo de sua pronúncia, tem como única razão de ser relembrar a autoridade de seu autor e a confiança que ele exige: (...) o estilo é um elemento do *aparelho*, no sentido de Pascal, através do qual a linguagem visa produzir a impor a representação de sua própria importância, contribuindo assim para assegurar sua própria credibilidade”.⁶³⁹

Quanto mais institucionalizada uma dada competência lingüística e na medida que um agente é dotado da capacidade e do emprego competente dessa certa competência lingüística, mais eficaz simbolicamente é o discurso de autoridade; assim, “o exercício de um poder simbólico se faz acompanhar por um trabalho sobre *a forma* (...), destinado a atestar o domínio do orador e a conquistar para ele o reconhecimento do grupo”, sendo tal fato verificado também na retórica popular do insulto, onde um agente procura através do exagero

⁶³⁸ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 63. Grifos no original.

⁶³⁹ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 63. Grifos no original.

e da deformação das regras estabelecidas angariar a simpatia daqueles que riem do seu gesto.⁶⁴⁰

O mercado lingüístico é um espaço de trocas sociais e estabelece, assim, relações de produção e circulação com o conseqüente modo específico de lucro que é possível auferir nele; um discurso é, antes de tudo, um produto que tem seu valor na medida em que é socialmente aceitável, vale dizer, ouvido, acreditado, e não apenas gramaticalmente correto. Além de leis lingüísticas da gramaticalidade, há leis sociais que formam o preço característico do mercado lingüístico, que definem as condições sociais para um discurso ser aceito. É preciso, assim, que antecipadamente seja conhecida a recepção de um produto lingüístico, pois é esse conhecimento prévio e antecipado determinante sobre o valor de um discurso – presciência das sanções positivas e negativas do mercado e, portanto, o investimento que deverá ser dado a ele – que condicionará a produção do discurso; mas é preciso não perder de vista que esse conhecimento prévio não se trata de um cálculo consciente, mas sim “o resultado do *habitus* lingüístico que, sendo o produto de uma relação primordial e prolongada com as leis de um certo mercado, tende a funcionar como um sentido de aceitabilidade e de valor prováveis de suas próprias produções lingüísticas e das dos outros em seus diferentes mercados. Tal sentido de aceitabilidade (...) acaba determinando as correções e todas as formas de autocensura, concessões que se outorgam a um universo social pelo fato de aceitar tornar-se aí aceitável”.⁶⁴¹

Signos lingüísticos são bens que recebem um preço, garantem um crédito, conforme as leis do mercado – entendido aqui com um espaço específico, microcosmo social definido – onde se inserem ou estão sendo utilizados; quem atua nesse mercado, mesmo que inconscientemente em seu dia-a-dia, possui uma já inconsciente presciência das sanções que o mercado lhe oferece conforme sua produção lingüística, enfim, das condições sociais de recepção, onde procuram maximizar o lucro simbólico – e também material que advém disso – sem saber e sem querer explicitamente. No caso de um discurso erudito como um texto literário, a compreensão completa dele pressupõe “primeiramente o conhecimento das condições sociais de produção da competência social (e não apenas lingüística) dos produtores que mobilizam, em cada uma de suas produções, a totalidade de suas propriedades (aquelas que definem sua posição na estrutura social e também na estrutura do campo especializado de produção) e, em segundo lugar, o conhecimento das condições de colocação em prática desta competência, ou melhor das leis específicas do mercado em questão”,

⁶⁴⁰ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 63-4.

⁶⁴¹ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 64. Grifos no original.

observando-se que o mercado literário tem por característica particular, o fato de que o mercado coincide com o campo de produção, vale dizer, a clientela é o conjunto dos outros produtores concorrentes.⁶⁴²

A censura antecipada, a autocensura – por exemplo, na relação prática de um agente com o mercado que pode ser externalizado com traquejo, timidez, tensão, embaraço, silêncio, entre outros – é decorrência imediata desse condicionamento exercido pelo mercado, tendo em vista a antecipação das possibilidades de lucro, determinando tudo que diga respeito à maneira como algo será dito, como as escolhas da linguagem, o nível em que será utilizada, o que se dirá ou não conforme o contexto. É a competência mais próxima da competência legítima – o locutor dominante na relação – que ditará a norma lingüística a ser utilizada, fazendo com que nas relações mais próximas das oficiais – em público, lugar oficial, etc. – force a que os locutores dominados adotem o máximo possível a língua oficial, o modo legítimo de expressão adotado.⁶⁴³

Os discursos, assim, são eufemismos buscando essencialmente um dizer bem, um falar direito, enfim, preocupados em “produzir produtos ajustados às exigências de um determinado mercado”, sendo isso que é objeto do conhecimento e reconhecimento prático – disposições, *habitus* – das leis imanentes de um mercado e todo esforço de correção advindo de tal fato, procurando valorizar o produto lingüístico. Entre o que deve ser dito e o que se deve dizer – censura – há uma constante negociação, um compromisso que “acaba se impondo a um locutor dotado de uma certa competência social (...), de um poder simbólico mais ou menos importante sobre estas relações de forças simbólicas”, daí os duplos sentidos – por exemplo, dos discursos religiosos – e as ironias – em sua atuação defensiva também como duplo sentido –, entre outros.⁶⁴⁴

A forma do discurso – seu controle e depuração – varia conforme: (I) a tensão objetiva do mercado medida pelo grau de oficialismo da situação ou contexto, ou mesmo da amplitude da distância social entre o agente emissor e o receptor ou do grupo de pertinência de cada qual; (II) a sensibilidade do locutor a essa tensão, medida pela censura que ela acarreta; (III) a aptidão para responder com competência conforme essa censura exige dos locutores, medidas por expressões fortemente controladas, portanto, eufemizadas. É da relação entre um *habitus* e um mercado definido por um nível de tensão – com seus graus de sanção a quem não cumpre o enquadramento requerido – que resulta a forma e conteúdo de um discurso. Disso resulta

⁶⁴² BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 65 e nota de rodapé n. 15. Grifos no original.

⁶⁴³ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 65-6.

⁶⁴⁴ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 66 e nota de rodapé n. 17.

que muitas das expressões normalmente utilizadas por diferentes agentes e que teoricamente seriam iguais ou equivalentes, na prática revelam-se diferentes quanto ao efeito que produzem nos diferentes interlocutores, conforme o mercado onde cada um se insere; “cada uma delas [expressões], quando utilizada no momento adequado realiza a forma ótima do compromisso entre intenção expressiva (...) e a censura inerente a uma relação social mais ou menos assimétrica, tirando partido máximo dos recursos disponíveis, quer os já objetivados e codificados como as fórmulas de cortesia, quer os que se encontram em estado virtual”.⁶⁴⁵

“Tanto no formalismo social como no formalismo mágico, só existe uma fórmula que ‘funciona’ em cada caso. E todo o trabalho da cortesia visa se aproximar o máximo possível da fórmula perfeita que se imporá imediatamente caso se dispusesse de um domínio perfeito da situação de mercado. A forma e a informação que ela informa, ambas condensam e simbolizam toda a estrutura da relação social da qual derivam sua existência e sua eficiência (a famosa illocutionary force/força ilocucionária): o que se chama de tato ou habilidade é a arte de levar em conta a posição relativa do emissor e do receptor na hierarquia das diferentes espécies de capital, mas também do sexo e da idade, bem como dos limites inscritos nessa relação, chegando até a transgredi-los ritualmente se necessário graças ao trabalho de eufemização”.⁶⁴⁶

Desta forma, o que o grupo social envolvido numa relação de comunicação significa ou capta enquanto sentido social do discurso é o que orienta a produção do discurso, vale dizer, “o conjunto das características da relação social entre os interlocutores e as capacidades expressivas investidas pelo locutor no trabalho de eufemização”, como “uma espécie de expressão simbólica de todos os traços sociologicamente pertinentes da situação de mercado”. O grau de tensão de mercado que acaba por orientar a produção lingüística não é aquela definida abstratamente para qualquer locutor, “mas sim a relação entre um grau de tensão objetiva ‘média’ e um *habitus* lingüístico ele próprio caracterizado por um grau particular de ‘sensibilidade’ à tensão de mercado”.⁶⁴⁷

A antecipação dos lucros simbólicos é a antecipação prática das sanções prometidas pelo mercado, é possuir a dotação de um sentido prático da verdade social entre uma certa competência lingüística e social frente a um certo mercado; um sentido de probabilidade do que sucederá diante de certa competente – ou não – produção lingüística, uma disposição – *habitus* – já incorporado para apreciar em bases estritas as probabilidades, dando as certezas

⁶⁴⁵ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 67.

⁶⁴⁶ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 68.

⁶⁴⁷ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 68-9.

das sanções positivas – segurança – e negativas – silêncio, renúncia, insegurança e timidez – conforme o produto final do discurso. Esse sentido prático toma a forma manifestativa até corporal, visíveis nas atitudes do locutor como impositação da voz, os gestos e sinais – mímica – emitidos.⁶⁴⁸

O discurso aceitável é produto da relação entre um mercado e um *habitus*, sendo este o resultado de toda uma história de relação com os mercados, pois os *habitus* são produtos de suas ligações com o mercado tanto na sua aquisição quanto na utilização pelos agentes sociais. Ao aprender a falar ouvindo e falando, um agente oferece um falar determinado num mercado particular, que é a família, sendo este o primeiro espaço – primeiro mercado – onde alguém é dotado de modelos lingüísticos – e respectivas sanções – mais ou menos distanciados do uso legítimo e do valor dos diferentes produtos oferecidos por outros mercados. Ao longo da vida haverá para cada agente um sistema de sucessivos reforços e desmentidos que constituirá “uma espécie de sentido do valor social dos usos lingüísticos e das relações entre os diferentes usos e os diferentes mercados que organiza por sua vez todas as percepções ulteriores dos produtos lingüísticos, tendendo pois a assegurar a esse valor uma imensa estabilidade”.⁶⁴⁹

Os efeitos que uma nova experiência exerce sobre o *habitus* estão na dependência de uma “relação de ‘compatibilidade’ prática entre essa experiência e as demais já integradas ao *habitus* sob a forma de esquemas de produção e apreciação”, e nesse esquema de interpretação dialética a eficácia informadora das novas experiências vai diminuindo continuamente. Observa-se que a aprendizagem da língua se realiza pela familiarização com pessoas que realizam papéis totais e quando se evoca na prática certas palavras ou construções de pensamentos – discursos – está se evocando em realidade toda uma visão de mundo, uma atmosfera afetiva, uma postura corporal, portanto, algo poderoso que significa muito para aquele que é atingido por essas significações como excedente de sentido.⁶⁵⁰

O *habitus* lingüístico dá um sentido de posicionamento lingüístico que comandará “o grau de coerção que um determinado campo fará pesar sobre a produção de discursos, impondo a alguns o silêncio ou uma linguagem supercontrolada, enquanto faculta a outros as liberdades de uma linguagem desenvolvida. Vale dizer, a competência, adquirida no contexto pela prática, comporta, de modo inarredável, o domínio prático de um uso da língua e o domínio prático das situações nas quais esse uso da língua é *socialmente aceitável*. O sentido

⁶⁴⁸ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 69 e nota de rodapé n. 19.

⁶⁴⁹ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 69-70.

⁶⁵⁰ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 70 e nota de rodapé n. 20.

do valor de seus próprios produtos lingüísticos constitui uma dimensão fundamental do sentido do lugar ocupado no espaço social: a relação originária com os diferentes mercados e a experiência das sanções atribuídas às suas próprias produções constituem, sem dúvida, junto com a experiência do preço conferido ao próprio corpo, uma das mediações através das quais se constitui esta espécie de *sentido de seu próprio valor social* que comanda a relação prática com os diferentes mercados (timidez, desenvoltura etc.) e, mais geralmente, toda maneira de se situar no mundo social”.⁶⁵¹

Todo locutor é produtor e consumidor de suas produções lingüísticas, mas observa-se que nem todos os agentes – locutores – estão em condições de aplicar aos seus produtos lingüísticos os esquemas de produção e apreciação através dos quais eles os produziram. Nota-se isso nos estudo que se fez acerca dos pequenos-burgueses e sua acentuada e excessiva inclinação voltada para preocupações quanto à tensão do mercado, redundando numa atitude constante e exagerada para a hipercorreção lingüística – revelando sua pretensão de apropriar-se de propriedades das classes dominantes – e a busca da desenvoltura forçada – em especial as mulheres com sua insegurança e ansiedade em matéria de língua, cosmética e estética, forçando-as a buscar a aquisição das competências legítimas –, revelando o divórcio entre os esquemas de produção e os de apreciação, bem como o fato de que “o que se exprime através do *habitus* lingüístico é todo a *habitus* de classe do qual ele constitui uma dimensão, ou seja, de fato, a posição ocupada, sincrônica e diacronicamente, na estrutura social”.⁶⁵²

As disposições do *habitus* sempre concordam com as necessidades de mercado – se adianta às exigências objetivas do campo –, quando as estruturas objetivas com as quais se defronta coincidem com aquelas das quais é produto; nesse caso as leis do mercado – e toda sua censura – se impõem de forma incorporada, sem a necessidade de atuação de uma censura ou constrangimento externo. Aqui reside a “forma mais freqüente e mais oculta de censura, qual seja a de colocar em posições com direito à palavra agentes dotados de disposições expressivas de antemão ‘censuradas’ por coincidirem com as exigências inscritas na posição”. Aqueles agentes que freqüentemente de forma precoce e duradoura se submeteram às vicissitudes e aprendizado correspondente de um mercado caracterizado por um elevado nível de tensão e permanentemente vinculado a uma certa estilização da vida, adquirem uma capacidade ou competência – habilidade – de “repouso na tensão”, vale dizer, o controle e a habilidade de domínio das censuras e exigências que o mercado lingüístico impõem,

⁶⁵¹ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 70. Grifos no original.

⁶⁵² BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 70-1. Grifos no original.

conforme cada situação ou circunstância, mesmo cotidiana, sendo tal marca num agente o princípio de todos os traços distintivos do modo de expressão dominante.⁶⁵³

Quanto mais se chega às posições dominantes – as mais elevadas da hierarquia social – é quando também se amplia o grau de censura nas ocasiões públicas ou oficiais, bem como nas rotinas da existência humana cotidiana, observando-se tal fato, por exemplo, na maneira de vestir, comer, e de falar; é quando se eleva nos interlocutores as exigências de formulações – colocar em formas – e de eufemizações. Assim, quando mais cedo um agente é submetido às condições de aquisição prática dos instrumentos de eufemização objetivamente exigidos pelos mercados mais tensos, maior domínio prático ele terá dos instrumentos e da forma de satisfazer as expectativas exigidas das posições mais elevadas na estrutura social. Daí a profusão de numerosas locuções ou expressões verbais – objetivamente, dentro de um ponto de vista da economia da comunicação, inúteis, supérfluas e ociosas – utilizados pela burguesia em seus discursos – falas – como verdadeiras garantias ou proteções dentro de uma maneira de comunicar; “essas locuções funcionam, na qualidade de elementos de uma *metalinguagem prática*, enquanto marcas da distância *neutralizante* que constitui uma das características da relação burguesa com a língua e com o mundo social (...), constituem uma afirmação da capacidade de manter distância em relação a seus próprios propósitos, portanto, de seus interesses, e ao mesmo tempo fazem isso também em relação àqueles que, por não saberem manter essa distância, se deixam levar por seus propósitos e se entregam sem comedimento nem censura à pulsão expressiva”.⁶⁵⁴

Tal modo de expressão também se presta a outros mercados onde prevalecem formas de neutralização e distanciamento da realidade – e das demais classes – que é a da estilização da vida como “formulação das práticas que privilegia a maneira acima de todas as coisas, o estilo, a forma, em detrimento da função”; também cabe tal modo de expressão aos mercados oficiais ou aos rituais sociais onde a linguagem formal e oficial se impõe com um rigor absoluto, com a lógica performativa da dominação simbólica suplantando a função comunicacional. Essa realidade tem reflexos inclusive nas disposições corporais, como a verificada num sentido de distinção que prevalece na classe burguesa; aqui o corpo todo responde com sua postura à tensão do mercado e também nas reações articulatórias – internas ao corpo. A linguagem é uma técnica do corpo e a competência lingüística ou mais

⁶⁵³ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 72.

⁶⁵⁴ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 72-3. Grifos no original.

especificamente a fonológica é “uma dimensão da *hexis* corporal onde se exprimem toda a relação do mundo social e toda relação socialmente instruída com o mundo”.⁶⁵⁵

Esse esquema corporal que passa a ser característico para uma classe social, reflete-se no modo de articular palavras e emitir os sons que a identificam, enfim, na determinação do “sistema dos traços fonológicos que caracterizam uma pronúncia de classe”, e se traduz objetivamente, por exemplo, no uso da boca ao falar, comer, rir, no pronunciamento de certas sílabas, como parte de toda *hexis* corporal enquanto estilo de vida que se fez corpo. Isso é mais evidente quando se verifica que as classes populares recusam tais comportamentos ou reações corporais tidos como refinados, maneiras que condenam em seus pares, valorizando entre eles a virilidade, por exemplo ao falar, uma disposição considerada mais próxima da natureza por utilizar a boca e a garganta para tal ato. Tem-se, assim, de um lado a linguagem domesticada, a censura que se tornou natureza, domesticando o corpo, excluindo excessos de manifestação dos apetites ou dos sentimentos, submetendo o corpo a uma desnaturalização com todas as censuras e disciplinas; de outro lado, tem-se o relaxamento, a recusa das censuras exigidas pelo decoro, o sotaque, o linguajar corrente, que se acentuam expressivamente em festas populares.⁶⁵⁶

O estilo articulatório de uma pessoa, a pronúncia das palavras, o *habitus* lingüístico, o sotaque, são considerados como que verdades naturais da pessoa, seu estilo de vida, enfim, propriedades incorporadas que são utilizadas para justificar preconceitos de classe e naturalizar as diferenças sociais. A polidez, com seus constrangimentos e controles, por sua vez, “através das variações estilísticas das maneiras de falar (...) ou de lidar com o corpo em função do grau de tensão objetivo do mercado, acaba impondo o reconhecimento das hierarquias entre as classes, os sexos e as idades”.⁶⁵⁷

Do ponto de vista das classes dominadas, adota-se o estilo dominante para renunciar a sua identidade social e sexual – docilidade no caso das mulheres – repudiando valores viris que são constitutivos de sua pertinência de classe. Há, assim, uma correspondência muito estreita entre o uso do corpo, da língua e também do tempo, para alcançar uma inculcação – disciplina e censura ao longo do tempo – de virtudes arbitrariamente fixadas como necessidade, levando a “‘escolhas’ constitutivas de uma relação com o mundo econômico e

⁶⁵⁵ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 74.

⁶⁵⁶ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 74-6.

⁶⁵⁷ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 76-7 e nota de rodapé n. 27.

social (...) incorporadas sob a forma de montagens duradouras e subtraídas pelo menos em parte às amarras da consciência e vontade”.⁶⁵⁸

⁶⁵⁸ BORDIEU, A economia das trocas lingüísticas, p. 77-8.

CAPÍTULO 1

SEÇÃO 2

PIERRE BOURDIEU E SUA INTERPRETAÇÃO DO MUNDO SOCIAL (2)

1.2.1. SOBRE ESTRUTURA SOCIAL, *HABITUS* E PRÁTICA SOCIAL

A obra de Erwin Panofsky “Arquitetura Gótica e Pensamento Escolástico”, desafia o positivismo, porque nela o autor procura comparar a “Suma Teológica” – de São Tomás de Aquino – com o estilo arquitetônico das catedrais góticas que ele estudou, vale dizer, “como dois conjuntos inteligíveis compostos segundo métodos idênticos, por exemplo, a separação rigorosa entre as partes, a clareza expressa e explícita das hierarquias formais, a conciliação harmoniosa dos contrários”, escapando do juízo de que esta comparação é mera construção da liberalidade estética – ou visão de beleza – do espírito que o concebeu. Foi Max Weber e os próprios lingüistas que assinalaram a existência de um parentesco de escolha – que o ser humano faz das coisas da vida, inclusive a ciência – que repousa na idéia, entre os diferentes aspectos de uma totalidade histórica, ou seja, num dado contexto histórico, as escolhas humanas estão sujeitas ao que esse contexto lhes define. Está-se aqui a falar das expressões simbólicas presentes na sociedade – e que condicionam as decisões humanas –, próprias de uma dada e singular sociedade e sua época, no caso específico da obra referida, o que uma inspiração mística ou metafísica condicionou simbolicamente a construção de catedrais da época – a arquitetura gótica –, muito antes do estabelecimento da ciência moderna e, portanto, de sua inspiração científica para os feitos técnicos humanos.⁶⁵⁹

A fim de inserir e confrontar criticamente o estudo de Panofsky com seus críticos, é necessário assinalar que a arquitetura gótica tem sido, desde há muito tempo, um dos objetos

⁶⁵⁹ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 337.

prediletos do fervor – ardor, energia, entusiasmo, paixão, empenho, devoção, dedicação – intuitivista, onde, por exemplo, houve quem, analisando a “estrutura espiritual” da catedral gótica, acabou seduzido por um encantamento de uma “catedral ideal”, ideal esse que deu ensejo a um “estudo sistemático dos elementos da arquitetura, e a um exame metódico das características técnicas e das qualidades visuais da catedral, [enfim] uma ‘fenomenologia’ que reinterpreta as características concretas das formas em função de suas ‘significações’ supostas, vendo na arquitetura gótica e artes associadas, a expressão figurada de uma liturgia, ou melhor, de uma maneira original, ‘agostiniana’, de compreender a liturgia tradicional”. Sucede que essa suposta “decifração das significações” está sujeito de ser apenas uma espécie de “teste projetivo”, e a crítica, desta forma, tem razão ao asseverar que análises como essas acabam caindo num círculo vicioso, qual seja, os fenômenos interpretados “podem coincidir com as significações descobertas pelo autor só por terem sido constituídas e nomeadas em função destas significações”. Mas a análise de Erwin Panofsky impõe outro viés diferente; ao optar por uma interpretação simbólica entre o feito arquitetônico e a época – no caso, marcada pela *Suma* –, portanto, escapando de uma interpretação que se fixasse a partir do valor facial dos fenômenos observados – aquilo que é mais imediatamente presente e visível, vale dizer, diretamente externado e mensurável para análises compreensíveis a todos, conforme o ideário científico positivista impõe –, ele deixa de trilhar processos interpretativos equivocados como acima exposto, ao mesmo tempo em que impõe um problema epistemológico, qual seja, se seria o caso de dever ser repudiado, “em nome de uma definição positivista do fato e da prova científica, qualquer tentativa de interpretação que não se atenha ao valor facial dos fenômenos”.⁶⁶⁰

Comparar diferentes ordens da realidade social, implica na definição – de quem faz a comparação – das condições que tornam possível e legítima tal comparação; assim, o costume mental produzido pela escolástica primitiva e clássica foi tomado a partir do ponto de vista do seu *modus operandi* nas práticas sociais – no caso, na construção das catedrais, ou, mais precisamente, na arquitetura gótica primitiva e clássica –, deixando em suspenso o conteúdo das noções propriamente ditas que a doutrina escolástica impunha. Comparar exige a atitude de abandono da mistura heterogênea que o intuitivismo faz entre dogmatismo e empirismo, misticismo e positivismo, vale dizer, “é preciso renunciar a procurar nos dados da intuição o princípio capaz de unificá-los realmente, e submeter as realidades comparadas a um tratamento que as torne identicamente disponíveis para comparação”; nesse sentido, a simples

⁶⁶⁰ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 337-8.

apreensão empírica e intuitiva da realidade não contribui para construir objetos comparáveis que forneçam ilações ou verdades fecundas para compreender as determinações em curso na realidade social, uma vez que a intuição, na sua vontade de “alcançar um princípio unificador dos diferente aspectos da totalidade social, (...) apressa-se demais e, quando se trata de comparar sociedades diferentes ou diferentes subsistemas de uma mesma sociedade, tem a pretensão de chegar imediatamente, num esforço supremo, ao lugar geométrico das diferentes estruturas, poupando-se o esforço prévio para extrair as estruturas dos diferentes domínios”.⁶⁶¹

Os objetos a serem comparados “devem ser conquistados contra as aparências imediatas e construídos por uma análise metódica e um trabalho de abstração”, escapando-se, desta forma, das analogias formais, superficiais, e acidentais, para “extrair das realidades concretas as estruturas que nelas se exprimem e se ocultam, entre as quais se pode estabelecer a comparação destinada a descobrir as propriedades comuns”. Panofsky demonstrou em mais de um estudo que a obra de arte pode ter significações em diferentes níveis conforme o tipo de olhar interpretativo que sobre ela se incida e que, dentre dois tipos diversos de graus de significações que podem ser extraídas das análises – superior para significações mais profundas, complexas, estruturais, verdadeiras e fundamentais; e inferior para significações mais superficiais, ingênuas, errôneas imediatas, parciais –, as significações inferiores, para não serem tidas superficiais, equivocadas, parciais e mutiladas, deverão estar vinculadas a significações de ordem superior que sempre englobam as significações inferiores e as transfiguram. Por isso, a experiência mais ingênuo frente às obras de arte é relacionada ao estágio primário das significações, que é possível obter unicamente com base na experiência mais imediata e existencial humana; em outras palavras, o sentido fenomenal sobre as obras de arte é composto pelo sentido das coisas e pelo sentido das expressões – sentido factual e sentido expressivo –, que são os sentidos primários ou primevos – “natural” – da formas artísticas. Nesse nível ingênuo, a apreensão dos sentido ou significados da obra de arte utiliza-se de conceitos demonstrativos para expressar o que os observadores apreendem e podem designar a partir de suas observações, vale dizer, abordar apenas as propriedades sensíveis da obras – um pêsego é “aveludado”, uma renda é “vaporosa” – ou a experiências emocional que as propriedades da obra suscitam no expectador – cores “sérias” ou “alegres”.⁶⁶²

Um estágio secundário de significações é aquele cujo sentido da obra é obtido ou “decifrado” a partir de um conhecimento prévio transmitido de maneira literária, também

⁶⁶¹ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 338 e nota de rodapé n. 4.

⁶⁶² BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 338-9.

denominado por “região do sentido do significado”; nesse estágio, existem “conceitos propriamente caracterizantes” que, superando a simples designação das qualidades sensíveis da obra de arte e apreendendo as suas características estilísticas, “constituam uma verdadeira ‘interpretação’ da obra”. Nesse estágio secundário, Panofsky distingue, por um lado, “o assunto secundário ou convencional” dela, vale dizer, “os temas ou conceitos que se manifestam em imagens (histórias ou alegorias)” – como um grupo de personagens sentadas numa certa disposição ao redor de uma mesa, representando uma Ceia – e que cabe à iconografia decifrar tais temas ou conceitos expressos na obra; e, por outro lado, “o sentido ou conteúdo intrínseco” dela, vale dizer, aquilo que só se pode apreender “se as significações iconográficas e os métodos de composição forem tratados como ‘símbolos culturais’, como expressões da cultura da nação, de uma época ou de uma classe”, portanto, uma interpretação iconológica “que é, para a iconografia, o que a etnologia é para a etnografia”, onde se procura extrair “os princípios fundamentais que sustentam tanto a escolha e a apresentação dos motivos como a produção e interpretação das imagens, das histórias e das alegorias, os quais dão sentido também à composição formal e aos procedimentos técnicos, (...) [relacionando] o sentido intrínseco da obra com o maior número possível de documentos de civilização ligados historicamente a esta obra ou a tal grupo de obras”.⁶⁶³

Desta forma, a mera compreensão das obras de arte, fundada apenas em suas qualidades expressivas, é uma forma inferior e mutilada da experiência estética se for alijada do controle, da correção, e da sustentação proporcionada “pela história do estilo, dos tipos e dos ‘sintomas culturais’”. É somente a partir do momento que essa compreensão de nível inferior é inserida dentro de um quadro interpretativo mais amplo ou global que se refere ao todo – unidade integral – das experiências estéticas, vale dizer, quando recebem toda sua significação a partir de um ato de nível superior – interpretação iconológica que os engloba e os ultrapassa numa interpretação mais adequada e mais específica –, é que “os arranjos formais e os procedimentos técnicos – e através deles, as propriedades formais e expressivas – ganham *sentido* e, ao mesmo tempo, se revelam as falhas de uma interpretação pré-iconográfica e pré-iconológica: ‘Nos séculos XIV e XV, por exemplo, o tipo tradicional da Natividade, com a Virgem Maria estendida num leito, costuma ser substituído por um novo tipo que apresenta a Virgem de joelhos em adoração diante do menino Jesus. Do ponto de vista da composição, esta mudança se traduz pela substituição de um esquema retangular por um esquema triangular; do ponto de vista iconográfico, ela traduz a introdução de um novo

⁶⁶³ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 339-40.

tema, formulado nos escritos de autores como o Pseudo-Boaventura e Santa Brígida. Mas ao mesmo tempo, tal mudança revela um novo tipo de sensibilidade próprio das últimas fases da Idade Média. Uma interpretação bastante exaustiva do sentido (ou do conteúdo) intrínseco poderia revelar que os procedimentos técnicos característicos de um país, de um período ou de um artista determinado – por exemplo, a preferência de Michelangelo pela escultura em pedra em vez da escultura em bronze, ou o uso particular que ele fez das hachuras nos desenhos – são sintomas da mesma atitude fundamental que se observa em todas as outras qualidades específicas de seu estilo”⁶⁶⁴.

Nesses diferentes níveis de significação de uma obra, acaba ocorrendo o mesmo que nos diferentes níveis de significação da língua, vale dizer, eles se articulam de tal maneira num sistema hierarquizado de interpretação e compreensão, que “o englobante é por sua vez englobado, os significados, por sua vez, significantes, sistema que a análise percorre nas suas operações ascendentes ou descendentes”. Assim, em sendo verdadeiro que uma obra de arte propõe significações de níveis diferentes conforme o nível de olhar aplicado nela, então uma representação mutilada do nível desse olhar condena ao agente a uma decifração mutilante; por isso, toda a verdade do simbolismo medieval não pode ser reduzida apenas ao simples reconhecimento de que a arte da Idade Média seria eminentemente simbólica, como já foi feito, extraindo-se conclusões equivocadas a partir dessa representação simplificada da arte medieval e do simbolismo medieval, pois a descoberta que é feita da significação iconográfica dessas representações – simplificadas e mutiladas – só pode ser satisfeita plenamente quanto ao que quer demonstrar – com essas verdades descobertas – se se admitir uma filosofia da criação artística e uma epistemologia da ciência do objeto cultural objetivamente (i)mobilizada numa pesquisa estritamente centrada e circunscrita no plano iconográfico. Sobre isso, veja-se a seguinte interpretação: “Os artistas foram tão hábeis (...) quanto os teólogos para espiritualizar a matéria. Por exemplo, deram ao grande lustre de Aix-la Chapelle a forma de uma cidade protegida por torres. Qual é esta cidade de luz? A inscrição nos informa de que é a Jerusalém celeste. As Beatitudes da alma prometidas aos eleitos são representadas entre as ameias, ao lado dos Apóstolos e dos Profetas que guardam a cidade santa. Eis aí uma maneira magnífica de realizar a visão de São João. O artista que colocou encima de um incensório a imagem dos três jovens hebreus na fornalha soube tornar sensível um belo pensamento. O perfume que exala do braseiro parecia ser a própria oração dos mártires. Esses devotos operários infundiam em suas obras toda a ternura de sua alma”⁶⁶⁵.

⁶⁶⁴ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 340-1.

⁶⁶⁵ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 341.

Nesse sentido de decifração mutilante, a intenção da obra é concebida não como símbolo, mas como uma simples alegoria – ficção que representa uma coisa para dar idéia de outra –, vale dizer, a intenção da obra é uma “tradução sensível de um conceito ou de um ‘programa iconográfico’ (...) [reduzido] à intenção consciente do criador: só diria aquilo que o autor disse e queria que ela dissesse”. A significação ou representação da obra de arte e sua criação, nesse específico contexto, seria esgotada com a descoberta da influência inspiradora – modelo iconográfico, documento literário, idéias filosófica e estéticas – e funcionaria mais como elogio da alegoria ou exaltação da individualidade criadora – apesar da obra ser coletiva, trata-se de obra como expressão do pensamento da Igreja, mas encarnado em homens (artistas) superiores. Mas observe-se que, ao opor a individualidade frente à coletividade, para, ao final, “resguardar os direitos da individualidade criadora e os mistérios da criação singular”, tal ato automaticamente exclui das análises todas as verdades que a coletividade impõe sobre a individualidade sob a forma de cultural, ou seja, aquilo que é cultivado em forma de *habitus* e que “faz o criador participar de sua coletividade, de sua época e, sem que este tenha consciência, orienta e dirige seus atos de criação aparentemente mais singulares”.⁶⁶⁶

O *habitus* participante na criação da obra de arte, seria uma espécie de “programa artístico” que não pode ser alcançado pelo positivismo historiográfico, por que tal programa “escapa, por essência, à consciência do criador e de todos aquele que participam da cultura, por que não precisa ser intencionalmente expresso por alguém para *exprimir-se* e, pode exprimir-se sem exprimir uma vontade de expressão individual e consciente (ao contrário do que sugerem certas interpretações psicologista da noção ambígua de *Kunstwollen*)”. Panofsky afirmou que para apreender os verdadeiros princípios fundamentais artísticos que “embasam tanto a escolha e a apresentação dos motivos, como a produção e interpretação das imagens e das alegorias, os quais dão sentido também à composição formal e aos procedimentos técnicos utilizados, (...) devemos executar um ato mental comparável a um diagnóstico; ato que – na falta de um termo mais conveniente – designarei pela expressão já desacreditada de *intuição sintética*”. Assim, diferentemente do ato de procurar num modelo iconográfico acabado, num documento literário definitivo, ou idéias filosóficas e estéticas únicas e determinantes, a razão das escolhas artísticas ou dos princípios fundamentais artísticos, é preciso levar a sério o fato de que “a intuição epistemologicamente fundada na ciência iconológica é o resultado de um trajeto metódico e, portanto, não tem nada em comum com a

⁶⁶⁶ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 341-2.

intuição apressada e não controlada do intuitivismo; significa também que esta ciência deve renunciar à esperança de descobrir as provas circunstanciadas e palpáveis de suas descobertas”. Para explicar essa última assertiva é preciso compreender o espaço próprio de atuação epistemológica de cada opção científica de interpretação ou decifração das obras de arte; assim, a análise centrada exclusivamente na iconografia está dentro do ideal metodológico do positivismo: aqui, as próprias coisas conteriam as evidências e, portanto, forneceriam os elementos – “cifras”, ou códigos destinados a serem decodificados – a serem decifrados. Entretanto, diferentemente a essa opção metodológica positivista, a análise centrada na iconologia está, por essência, condenada ao *círculo metodológico*, vale dizer, a necessidade do seu método epistemológico “apreender cada objeto particular na suas relações com os objetos de mesma classe, a ‘corrigir’ (...) a interpretação de uma obra particular por uma ‘história do estilo’ que só pode se construída a partir de obras particulares, [não devendo] a análise iconológica [a partir daí] – como qualquer ciência estrutural – (...) esperar outras provas da verdade de suas descobertas, a não ser as verdades que elas fazem descobrir”, se sujeitando a tornar-se, com esse círculo metodológico, num círculo de análise vicioso – entretanto, virtuoso.⁶⁶⁷

Panofsky assinala que, tratando-se “de fenômenos históricos ou de fenômenos naturais, a observação particular apresenta o caráter de um ‘fato’ só quando pode ser relacionada com outras observações análogas, de tal modo que o conjunto da série ‘ganhe sentido’. Portanto, este ‘sentido’ pode ser legitimamente utilizado a título de controle, para interpretar uma nova observação particular dentro da mesma classe de fenômenos. Todavia, se for impossível interpretar esta nova observação particular de acordo com o ‘sentido’ da série e, se for provado que não há possibilidade de erro, o ‘sentido’ da série deverá receber uma nova reformulação capaz de incluir a nova observação particular. Este *circulus methodicus* vale, evidentemente, não só para a relação entre a interpretação dos motivos [que moveram o artista na obra criada] e a história do estilo, mas também para a relação entre a interpretação das imagens, histórias ou alegorias, e a história dos tipos, bem como para a relação entre a interpretação das significações intrínsecas e a história dos sintomas culturais em geral”. Desta forma, se o positivismo classificaria como “audácia imprudente de um trajeto desprovido de rigor”, diante de uma obra de arte criada – de vanguarda – e seu artista criador, Panofsky revela que em realidade tal gesto insere-se dentro de uma realidade mais ampla, trata-se de um ato decorrente do “acréscimo de exigências imposto pelo aumento da

⁶⁶⁷ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 342-3. Grifos no original.

exigência”; se a análise interpretativa positivista repousa na manipulação de elementos decorrentes de uma acumulação indefinida de pequenos fatos verdadeiros, diferentemente se verifica diante da análise interpretativa estrutural, vala dizer, “a interpretação estrutural envolve toda a verdade adquirida em cada verdade que se vai conquistar , porque toda a verdade está na verdade do todo”.⁶⁶⁸

Tal método de pesquisa rompe com verdade que é obtida a partir do nível de sentido mais fenomenal – ou aquilo que se apresenta mais imediatamente ou evidentemente aos sentidos e percepções humanas – e rejeita, desde o princípio, a necessidade fundamental de um sistema de provas ou de demonstração de verdades palpáveis e tangíveis que é próprio do ideário e convencimento positivista, mas positivismo esse que esquece que ao apresentarem um documento definitivo que seria a prova da verdade de uma interpretação artística, eles nada mais estão fazendo do que demonstrar que tais “documentos provam a verdade de uma interpretação só quando podem ser interpretados conforme os mesmos princípios de interpretação daquilo que eles provam”, portanto, se expondo totalmente, a cada instante, “às questões parciais e particulares do falso rigor positivista”. Por isso que o novo método de pesquisa pôde chegar a substituir a *certitudo sui* dos positivistas – exemplo, quando escrevem, para sustentar uma posição que, “tal inscrição nos informa...” –, pela apresentação de “um elemento de prova” que em princípio teria a mesma natureza “positivista” de prova, como é o exemplo da anotação da expressão latina *inter se disputando*⁶⁶⁹ explicitamente feita pelo próprio criador, a propósito de uma análise feita da obra “Álbum” de autoria de Villard de Honnecourt.⁶⁷⁰ Entretanto, verifica-se realmente que esta prova, que seria perfeitamente ajustada ao ideal positivista da historiografia iconográfica, só pode oferecer a plena força de

⁶⁶⁸ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 343-4. Grifos no original.

⁶⁶⁹ As formas de ensino medieval eram duas, quais sejam, a *lectio*, que consistia no comentário de um texto, e na *disputatio*, que consistia num exame de um problema através da discussão dos argumentos favoráveis e contrários ou desfavoráveis – buscando a harmonização dos contrários; o *inter se disputando* aqui é interpretado como esse momento privilegiado onde está se sucedendo ou ocorrendo a discussão sobre um problema, portanto, onde está em curso ou em jogo a disputa de argumentos para se alcançar a melhor razão que deve governar a solução do problema proposto. Diante disso, interpreta-se que Erwin Panofsky alcançou sintetizar num dado momento da análise realizada, acerca da obra acima referida, traços ou elementos que corroboram o *habitus* das *disputatio* nos esboços traçados pelo arquiteto e desenhista francês do século XIII, apesar de estar anotado tal expressão num – ou num conjunto – de esboço analisado; vale dizer, apesar de poder se socorrer da metodologia positivista de prova para fundamentar o seu ponto de vista e análise – e assim não correr riscos –, mesmo assim não o fez, ao contrário, fundamentou suas observações conforme o rigor do seu método próprio de observação e análise de obras artísticas estabelecido. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 344; BUSARELLO, Raulino. **Dicionário básico latino-português**. 5. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2002. 289 p.

⁶⁷⁰ Villard de Honnecourt, arquiteto e desenhista francês do início do século XIII, célebre por seu álbum de esboços de 33 folhas, atualmente depositado na Biblioteca Nacional (Paris), contendo projetos de edifícios, máquinas de guerra, cenas diversas, objetos de ourivesarias, figuras construídas a partir de traçados geométricos etc. Viajou por toda Europa e colaborou na construção da catedral de Cambrai. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 24.

seu convencimento se justamente for aceito a interpretação estrutural, interpretação essa que, como sistema – ou metodologia diferenciada de construção de verdades ou interpretações – que é, trata-se ele próprio e unicamente – vale dizer, o que ele sistematiza ou alcança como resultado fecundo de verdade, e na medida em que continue sendo fecundo – a única prova de sua própria verdade.⁶⁷¹

Pode ser observado aqui que esse tipo particular de prova – anotação numa capela de catedral gótica, da expressão latina *inter se disputando*, e as conseqüências a partir daí obtidas – não autoriza a distingui-la frente a outros sistemas de provas já construídos segundo ideários científicos e que valem igualmente pela coerência que apresentam, entretanto, Panofsky a elaborou de tal forma fecunda que justifica-se o seu lugar de destaque: “com efeito, nesse caso, ‘o sentido da série’ é não só capaz de ‘incluir a nova observação’, mas também de constituí-la como tal, de *criar* literalmente, informando-a antecipadamente, uma realidade que o positivismo, desprovido de esquemas de interpretação, tinha ignorado completamente”. É importante observar que a obra de Panofsky – e suas conclusões – não ficou sem o efeito de críticas, em especial esta passagem sobre suas observações e ilações a partir do *inter se disputando*. A crítica mais veemente desta prova específica procurou desqualificar a inscrição latina na capela, asseverando que ela foi feita posteriormente à construção da catedral, fato esse reconhecido perfeitamente por Panofsky, conforme anotação nesse sentido, indicado explicitamente em nota específica na sua obra; entretanto, Panofsky insiste no fato extremamente significativo de que a expressão escolhida para ser inscrita tivesse sido a já indicada acima, enfim expressão essa preferida à de *inter se colloquendo*, muito mais corrente e empregada por um arquiteto, a propósito de outros arquitetos. Além disso, à tentativa de desqualificação da inscrição para, a partir daí, obter alcançar “um desmentido formal à tese do livro, concluindo que os construtores de catedrais não puderam ter uma consciência clara de seu comportamento (...), [é preciso observar, a bem da verdade, que] Erwin Panofsky limitava-se a afirmar que ‘certos arquitetos franceses do século XIII agiram e pensaram conforme uma lógica estritamente escolástica’, o que não quer dizer que tenham tido uma consciência reflexiva [vale dizer, plenamente clara e lucidamente presente intencionalmente ou deliberadamente no plano da vontade] dos esquemas de pensamento e de ação que definem esta lógica”⁶⁷².

Portanto, se o positivismo avalia a prova a partir de uma coerência do sistema de provas, além de valer-se de uma definição da experiência – e da verdade dela – como

⁶⁷¹ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 344.

⁶⁷² BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 344 e nota de rodapé n. 16.

resultado de uma resposta afirmativa ou negativa a uma questão-problema elaborada isoladamente, ele também poder ver, na epistemologia voltada para construção sistemática dos fatos, tão-somente o resultado de uma manipulação dos fatos fundada no espírito de sistema e também baseada definitivamente numa petição de princípios. “E as circunstâncias são favoráveis, pois o estudioso que rompe com a concepção positivista do fato e da prova, deve também renunciar à esperança positivista segundo a qual os indivíduos – e os documentos deixados por eles – podem testemunhar a favor da verdade de uma interpretação de seus comportamentos e de suas obras, que sempre escapou à sua consciência e que só se pode alcançar indiretamente a partir da hipótese de sua inconsciência”.⁶⁷³

Panofsky renova radicalmente a formulação de um problema que já havia sido colocado – muito antes dele – por outros pensadores e estudiosos; assim, a intuição segunda a qual existiria uma relação entre a arte plástica e a teologia, levou especialistas a pesquisar as influências diretas – tangíveis – que, por intermédio dos “programas iconográficos” ou da simbólica, permitiriam explicar o que era possível ser diretamente observado na evolução paralela da arte gótica e do pensamento escolástico. Assim, Panofsky verifica que, no gótico primitivo e tardio, há essas concordâncias evolutivas entre arte e pensamento, revelando uma unidade significativa entre elas, entretanto, o que ele introduz originalmente – ou levanta como problema particularmente original – é que “as concordâncias cronológicas só se tornam significativas e significantes, se elas forem o índice de correspondências lógicas, ou melhor, iconológicas, da quais se pode dar uma explicação na ordem do sentido e revelar as causas; assim, o período central da evolução da arte gótica e do pensamento escolástico constitui um caso privilegiado (daí o lugar de destaque que tem na obra),⁶⁷⁴ já que é possível descobrir homologias estruturais completamente irreduzíveis às traduções literais (logo, conscientemente operadas) da língua teológica para a língua arquitetônica (...) [que estudiosos intuitivistas já percebiam] e, ao mesmo tempo, descobrir os princípios determinantes das mesmas na instituição escolar como ‘força formadora de hábitos’”. Portanto, Erwin Panofsky propôs uma interrogação, e formulou uma solução a ela, que ultrapassa em muito o que até então havia sido feito para relacionar a arte gótica e o pensamento escolástico; nas concordâncias cronológicas entre evolução do pensamento e da arte, ele procurou correspondência lógicas para explicar a ordem dos sentidos e revelar as suas causas, descobrindo homologias estruturais entre a arte e o pensamento, jamais reduzidas às traduções

⁶⁷³ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 344-5.

⁶⁷⁴ Trata-se da obra “Arquitetura Gótica e Pensamento Escolástico” de Erwin Panofsky, que na língua francesa foi traduzida por Pierre Bourdieu. A propósito, este texto de Bourdieu foi inserido num posfácio na edição francesa.

literais entre duas linguagens, uma dominante e outra dominada, e, além disso, de que forma atuariam como princípios determinantes para formar hábitos duradouros dentro da instituição escolar.⁶⁷⁵

Enquanto o método estruturalista geralmente procura revelar “as homologias que se estabelecem entre estruturas de diferentes sistemas simbólicos de uma sociedade e de uma época, e os princípios de conversão formais que permitem passar de uns para outros, considerando cada um isoladamente e por si mesmo, em sua autonomia relativa, Erwin Panofsky esforça-se por descobrir a ‘conexão (...) concreta’ que possa explicar completa e concretamente a lógica e a existência destas homologias”. Nesse processo, ele não se limita “a invocar uma ‘visão unitária do mundo’, ou ‘um espírito do tempo’, nem a dar como explicação aquilo que se deve explicar, nem mesmo o indivíduo concreto”; diferentemente, ele propõe uma explicação de aparência ingênua: “numa sociedade em que a transmissão da cultura é monopolizada por uma escola, as afinidades profundas que unem as obras humanas (e, evidentemente, as condutas e os pensamentos) têm seu princípio na instituição escolar investida da função de transmitir conscientemente e em certa medida inconscientemente ou, de modo mais preciso, de produzir indivíduos dotados do sistema de esquemas inconscientes (ou profundamente internalizados), o qual constitui sua cultura, ou melhor, seu *habitus*, ou seja, em suma, de transformar a herança coletiva em inconsciente individual e comum: relacionar as obras de uma época com as práticas da escola, é um dos meios de explicar, não só o que elas *proclamam*, mas também o que elas *traem*, pelo fato de participarem da simbólica de uma época e de uma sociedade”. Mas é preciso não esquecer que a escola não é um império num império, assim, ela não é o local onde a cultura encontraria seu começo absoluto; mas também não se pode ignorar que, “pela própria lógica de seu funcionamento, a escola modifica ou define o conteúdo e o espírito da cultura que transmite”.⁶⁷⁶

E isto parecer ser particularmente uma verdade no caso do pensamento escolástico, como “pensamento de escola que deve suas características mais essenciais às escolas de pensamentos em meio às quais se constituiu”, sendo particularmente o século XIII considerado como o século das escolas rivais, com seus pensadores mais eminentes ligando-se a correntes filosóficas como a dos agostinianos, ou dos aristotélicos, ou dos averroístas. Foi observado, também, dentro dessa linha de raciocínio, que as próprias obras de Santo Tomás de Aquino haviam sido compostas em parte para as escolas, não tendo sido diretamente nascido da escola e na escola; por exemplo, a “Suma Teológica” possui um método de

⁶⁷⁵ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 345.

⁶⁷⁶ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 345-6.

exposição e pensamento que “deve seus traços mais característicos à organização e às tradições pedagógicas da universidade parisiense do século XIII, bem como às funções pedagógicas que Tomás de Aquino lhe atribuía expressamente”. Princípio de clarificação, rigor pedagógico, explicitação de sentido, simplificação, clareza, ordem, planejamento, exclusão de prolixidades e confusões, ensinamento oral, eram princípios norteadores voltados não só para a forma como foi construída a disposição estrutural de sua própria obra, mas também princípios pedagógicos que deveriam ser seguidos, na concepção de São Tomás de Aquino, para iniciação dos principiantes nos ensinamentos. “Contudo, além da atenção concedida ao plano, a qual se traduz pelo propósito de torná-lo manifesto e patente, é a própria estrutura da exposição que trai a organização da prática escolar, através do modo de pensamento disciplinado pelo exercício da escola que é a *quaestio*, como ‘processo-verbal’ da *disputatio*. Neste modo de pensamento, que é também uma técnica pedagógica, deve-se ver uma ‘invenção’ associada ao desenvolvimento (estritamente solidário de certo tipo de vida urbana) das escolas-catedrais e das universidades”.⁶⁷⁷

Na Europa, entre os séculos X e XII, verificou-se um deslocamento simultâneo das sedes do saber e da escola, correspondente, por sua vez, a uma profunda mudança “das preocupações e do estilo de vida intelectual. A cultura sai dos mosteiros que permanecem isolados no campo, enquanto a nova escola se organiza junto aos bispados, nos centros urbanos, respondendo a novas exigências, participando de novos debates, refletindo enfim na sua organização e na sua atividade, todas as características das comunas. Embora estejam muito próximas no tempo, a grande escola do Bec na Normandia, e a escola de Abelardo em Santa Genoveva, estão radicalmente separadas: de um lado, com a escola monástica de uma grande abadia, temos um ensino rigorosamente organizado, submetido a uma única regra e dominado pelos valores de piedade, que tem como centro a *lectio*, leitura, comentário e meditação dos textos consagrados; de outro, temos a primeira forma da universidade parisiense em que as oposições entre as escolas especializadas, concorrentes e rivais, conferem uma função primordial à *disputatio*, à dialética. Não é de estranhar que a situações tão diferentes correspondam tipos profundamente diferentes de interesses intelectuais, de métodos de pensamento e de produções do espírito. *Monachi non est docere, sed lugere*. À tradição mística e antidialética dos mosteiros, opõe-se a tendência escolástica para a racionalização da fé, inseparável – como mostrou Max Weber – de uma rotinização do saber tradicional e dos métodos de transmissão deste saber. Logo, grande parte das características

⁶⁷⁷ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 346-7. Grifos no original.

do pensamento escolástico provém da lógica particular ao funcionamento da instituição escolar pela qual e para qual ele foi produzido, e talvez, até da instituição escolar em sua universalidade: tendo sua origem seja no processo do *Sic et non* que Pierre Abélard, após os canonistas, introduziu na prática universitária, seja nos escritos aristotélicos (os *Tópicos*, em particular), a *disputatio* como método que visa a conciliar os contrários, é com certeza o produto mais típico da instituição escolar, a qual, desde o momento em que se constitui como tal, com uma função específica e um corpo especializado de docentes, deve propor um *corpus* doutrinal coerente, ainda que ao preço de conciliações fictícias, como por exemplo aquelas que a filosofia tipicamente professoral da filosofia e da história da filosofia, a saber a *philosophia perennis* autoriza”.⁶⁷⁸

Panofsky anota que qualquer civilização possui seus “hábitos mentais” próprios, e, nesse sentido, os escolásticos e arquitetos góticos construíram seus específicos “hábitos mentais”. Para extrair da análise de Panofsky todo seu alcance, é preciso verificar o seguinte: (I) os esquemas de pensamento que organizam o próprio pensamento dos homens cultos, em sociedades dotadas de uma instituição escolar ou um sistema escolar – por exemplo, “os princípios de organização do discurso que os tratados de Retórica designavam por figuras de palavras e figuras de pensamento” –, desempenham “a mesma função que os esquemas inconscientes descobertos pelos etnólogos, quando analisa criações como ritos ou mitos nos indivíduos de sociedades desprovidas de tais instituições, [vale dizer,] a mesma função que essas ‘formas primitivas de classificação’ – conforme a linguagem de Durkheim e de Mauss –, que não podem ser percebidas conscientemente, nem transmitidas de maneiras explícita ou metódica”; (II) o conceito escolástico de *habitus*, utilizado por Erwin Panofsky para designar a cultura inculcada pela escola, na forma como ele o reelaborou, acaba revelando que “a cultura não é só um código comum, nem mesmo um repertório comum de respostas a problemas comuns ou um grupo de esquemas de pensamentos particulares e particularizados; é, sobretudo, um conjunto de esquemas fundamentais, previamente assimilados, a partir dos quais se engendram, segundo uma arte de invenção semelhante à da escrita musical, uma infinidade de esquemas particulares, diretamente aplicados a situações particulares. Este *habitus* poderia ser definido, por analogia com a ‘gramática generativa’ de Noam Chomsky, como o sistema dos esquemas interiorizados que permitem engendrar todos os pensamentos, percepções e as ações característicos de uma cultura, e somente esses. O que Erwin Panofsky quer extrair dos discursos concretos e particulares que as catedrais góticas ou as sumas

⁶⁷⁸ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 347-8.

teológicas constituem, talvez seja, em última análise, esta ‘forma interior’ – para retomar a linguagem de Wilhelm von Humboldt⁶⁷⁹ –, isto é, o *modus operandi* capaz de engendrar tanto os pensamentos do teólogo como os esquemas do arquiteto, o qual funda a unidade da civilização do século XIII”.⁶⁸⁰

A partir da possibilidade aberta de interpretar esquemas de pensamentos que estão vinculados profundamente e já inconscientemente nos agentes e no próprio curso do processo civilizacional de uma sociedade, ou seja, *habitus* que governam como princípios estruturantes e estruturadores de pensamentos, percepções e ações que marcam singularmente uma dada cultura, então é possível tornar natural algo que escapa ao ideário positivista da busca de verdades científicas, vale dizer, observar com fecundidade científica, “em domínios que tudo separa ao nível fenomenal, a expressão desta disposição geral, geradora de esquemas particulares e suscetíveis de serem aplicados em domínios diferentes do pensamento e da ação”. Assim, a partir de um feixe de princípio(s) gerador(es), interpretar uma época social e dar explicações acerca dos por quês em diferentes domínios se fez o que fez – ou se continua fazendo – considerando justamente a conversão específica que um mesmo princípio – ou conjunto de princípios – realiza em diferentes campos sociais, afetando de modo próprio os comportamentos, decisões, escolhas opções e ações desses diversos agentes sociais. No caso específico do estudo de Panofsky, pensamento escolástico e escolhas – decisões – arquitetônicas góticas, acaba-se por verificar também, por exemplo, o quanto que há estabelecido, em termos de conjunto de homologias notáveis, entre a escrita gótica – elaborada pelos copistas – e a arquitetura gótica, e sua evolução respectivas, vale dizer, a extensão das conclusões de Panofsky estendido a outra área do conhecimento; mas continuando sua trajetória fecunda de análises possíveis – comprovando a tese original acerca

⁶⁷⁹ Wilhelm von Humboldt (1767-1835), lingüista e político alemão, irmão de Alexander von Humboldt – (1769-1859), naturalista e explorador alemão –, que recebeu junto com o irmão uma educação de vanguarda ministrada por preceptores eminentes. Foi embaixador da Prússia em Roma, Viena e Paris, diretor de instrução pública e fundador da Universidade de Berlim (1810), plenipotenciário do Congresso de Praga (1815), e Ministro de Estado a partir de janeiro de 1819, retirando-se da vida pública em dezembro do mesmo ano por causa de suas idéias liberais, a partir daí dedicando-se à ciência e consagrando-se no estudo da estrutura da língua de diferentes povos de forma revolucionária. Partindo do exame de línguas tão diversas como o sânscrito, o chinês, o basco, o húngaro, o birmanês, o kawi, o japonês, e as línguas semíticas, procurou ultrapassar o quadro da gramática comparada para constituir uma antropologia geral: cada língua é, segundo ele, um reflexo e uma projeção da visão de mundo do povo que a fala. A linguagem, por outro lado, é uma propriedade inata, inerente ao espírito humano: é “o órgão que forma o pensamento”. Sua obra principal *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues* (Sobre a diferença de estrutura das línguas humanas), só foi publicado postumamente em 1836. A considerável influência – política e intelectual – que exerceu durante toda a vida apagou-se com ele, entretanto sua obra foi retomada no século XX por Benedetto Croce – (1866-1952), filósofo, crítico e historiados italiano –, Benjamin Lee Whorf – (1897-1941), lingüista norte-americano –, Ernst Cassirer – (1874-1945), filósofo alemão – e Avram Noam Chomsky – (1928), lingüista norte-americano. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 5, 6, 7, 13, 24.

⁶⁸⁰ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 348-9.

da existência de um *habitus* original comandando as ações e comportamento (decisões) sociais manifestados em diferentes campos – verifica-se que o mesmo *modus operandi* presente na catedral gótica está também manifestado e participando na forma de composição gráfica dos manuscritos da época, vale dizer, de como deve ser composta formalmente uma obra conforme suas diferentes partes e funções de cada uma delas, dentro de um todo – quadro – contido num plano mais geral. A conclusão forçosa de todas essas análises é que efetivamente “todo um sistema de expressão, [cada um] de ordem completamente diferente [estilo de projeção de catedral gótica e sua evolução; estilo de escrita gótica e sua evolução; estilo de composição formal de uma obra (da escolástica) escrita e sua evolução], [é] que se encontra integrado no sistema de interpretação proposto por Erwin Panofsky”.⁶⁸¹

Por isso é que o estudo que se fez acerca da atividade diária do copista, demonstrando como é que se define um *habitus* através do processo de interiorização – inculcação – de algumas regras que deveria seguir, em especial a necessidade da escrita – caligrafia – gótica dever seguir os princípios de clarificação e conciliação dos contrários – presentes no pensamento escolástico e na arquitetura gótica – revela, além disso, de que forma o mesmo *habitus* se atualiza concretamente na lógica específica – vale dizer, é absorvido e convertido em práticas ou disposições próprias de um campo de conhecimento ou técnica particular – de uma prática particular. Assim, “a obediência aos próprios princípios que definiam o trajeto do pensamento teológico ou o arranjo do espaço arquitetônico, conduz a soluções e a realizações ao mesmo tempo originais e redutíveis a esquemas mais gerais; (...) a aplicação à escrita dos princípios que regem toda produção de obras culturais obedece, por sua vez, a um princípio que, ao contrário dos outros, os escolásticos não podiam nomear, pois trata-se do princípio de que define a maneira de obedecer aos princípios, o qual exige que as operações constitutivas do *habitus* sejam levadas – por uma espécie de redobramento indefinido, do qual a arquitetura gótica também apresenta exemplos – até os limites do possível, como se o *habitus*, esta gramática geradora de condutas, tendesse a produzir todas as frases concretas das quais contém a virtualidade e que nenhum programa consciente, sobretudo imposto de fora, nunca poderia prever completamente”. Pode ser entendido que Panofsky não somente encontrou no *habitus* escolástico o princípio que permite explicar um estado da arquitetura gótica, mas, além disso, explicou de que forma se processava as diferentes etapas da evolução dessa arquitetura, numa análise minuciosa das soluções empregadas pelos arquitetos, quando propôs um esquema dialético de interpretação evolutivo denominado por “três *quaestiones*

⁶⁸¹ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 349-54.

arquitetônicas”, onde constatou que, apesar dessa evolução caminhar de forma aparentemente errática, ela seguiu um curso extremamente coerente na realidade dos fatos. Devido a isso, quando o crítico da análise de Panofsky contesta este esquema dialético de análise, observando e sustentando que nas diferentes etapas da evolução da arquitetura gótica – tomando por análise as paredes das naves das catedrais – o que parecer ter sucedido realmente foi uma seqüência de soluções individuais, engenhos e originais, mas independentes entre si, verifica-se em verdade que esse crítico acaba cometendo um erro de análise sobre a lógica de atuação específica desse *modus operandi*, mais especificamente de que forma atua o *habitus* para atualizar-se em diversos comportamentos e ações humanas, no caso específico, numa ação de cunho técnico.⁶⁸²

Não há dúvida que todo ato de invenção, criação, ou as soluções arquitetônicas encontradas pelos arquitetos constituem atos extremamente engenhosos e originais – numa palavra, únicos –, mas isso não significa que nesse ato de originalidade e ineditismo dos criadores não esteja presente e atuante um princípio que governe as opções criativas do criador, vale dizer, “que se possa descobrir o princípio que permite dar conta do que foi uma criação imprevisivelmente nova. Para tanto, basta observar que cada uma das *quaestiones*, ou melhor, cada uma das formas sucessivas que ela assumiu no curso de sua história (tomemos, por exemplo, a oposição entre a preocupação de clareza e o cuidado de preencher a página manuscrita [no caso dos copistas medievais]), só pôde ter existido como tal para espíritos armados de uma certa problemática, ou seja, de uma certa maneira habitual de interrogar a realidade”. Mas há mais; cada uma das soluções sucessivas que foram sendo adotadas – conforme o transcorrer do tempo e de acordo com a manifestação ou exteriorização mais visível das transformações evolutivas – para chegar à uma solução final, “pode ser entendida por referência ao esquema de pensamento fundamental que fazia surgir a questão e, ao mesmo tempo, orientava a procura de uma solução irreduzível ao esquema e, por conseguinte, imprevisível – como, em outro campo, o mínimo ato de fala – apesar de ser conforme *a posteriori* às regras da gramática. Entende-se então, que o *modus operandi* possa revelar-se no *opus operatum* e somente nele”. Assim, a disputa entre a tese “funcionalistas” e a tese “ilusionista”, voltadas para explicar tanto a opção de solução arquitetônica quanto a opção de estilo de caligrafia – escrita – da época, devem ser superadas; por exemplo, para a comprovada homologia entre o cruzamento de ogiva – dois arcos iguais que se cruzam superiormente formando um ângulo agudo, típico da abóbadas nas catedrais góticas – e o arco

⁶⁸² BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 354-5.

ogival da escrita gótica, nada há que relacione as duas invenções – em campos técnicos diferentes –, sendo certamente fortuito ou ao acaso a prevalência do arco ogival, em vez do arco redondo, em ambas soluções encontradas pelos respectivos especialistas. No entanto, não é fortuito ou ao acaso que os dois processos tiveram sucesso e deram origem a um estilo específico, isso porque “ambos respondiam a certo gosto pelas formas angulosas, pela extensão em altura e, talvez, por efeitos pitorescos de perspectiva, de jogos de sombra e luz, que os encontramos tanto nas naves laterais das catedrais como nas páginas dos manuscritos”.⁶⁸³

“A verdade última de um estilo não vem em germe numa inspiração original, mas define-se e redefine-se continuamente como significado em transformação, que se constrói a si mesma de acordo consigo mesma e em reação a si mesma. É no constante intercâmbio entre questões, as quais só existem para e por um espírito munido de determinados esquemas e soluções mais ou menos inovadoras, soluções obtidas graças à aplicação dos mesmos esquemas mas capazes de transformar o esquema inicial, que se constitui essa unidade de estilo e de sentido que, pelo menos em termos retrospectivos, parece ter precedido as obras anunciadoras do êxito final e que transforma, retrospectivamente, os diferentes momentos da série temporal sem simples esboços preparatório. Se a evolução de um estilo não se apresenta como o desenvolvimento autônomo de uma essência única e sempre idêntica a si mesma, nem como uma criação contínua de uma novidade imprevisível, mas como uma jornada que não exclui os pulos para frente, nem as voltas atrás, é porque o *habitus* do criador como sistema de esquemas orienta de maneira constante escolhas que, embora não sejam deliberadas, não deixam de ser sistemáticas e, embora não sejam ordenadas e organizadas expressamente em vista de um objetivo último, não deixam de ser portadoras de uma espécie de finalidade que se revelará *post festum*. Esta conciliação de um sistema de obras por um conjunto de relações significantes, realiza-se na e pela associação da contingência e do sentido que se faz, se desfaz e se refaz incessantemente, segundo princípios tanto mais constantes quanto mais escapam completamente à consciência; na e pela transmutação permanente que introduz os acidentes da história das técnicas na história do estilo, transferindo-os para a ordem do sentido; na e pela invenção de obstáculos e dificuldades como que suscitados em nome dos próprios princípios de sua solução e cuja contrafinalidade as curto prazo pode esconder uma finalidade superior”.⁶⁸⁴

⁶⁸³ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 355-6.

⁶⁸⁴ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 356-7.

Quando Erwin Panofsky observa, interpretando a partir daí, que certos arcos ogivais em realidade começaram a “falar” antes de “agir”, enquanto que os arcobotantes – na arquitetura, peça característica da arquitetura gótica, construída em forma de arco aviajado, que se encosta à parte externa do edifício para aliviar a parede do peso das abóbodas de cobertura, descarregando-o nos botaréus, e permitindo, assim, a abertura de grandes janelas e rosáceas⁶⁸⁵ – começaram a “agir” antes de “falar” – com outros elementos do edifício que nunca cessaram de agir e falar simultaneamente –, em realidade ele está procurando comprovar a gênese de uma significação a partir de um acidente, mas – e isso é muito importante – “que só se tornou a *origem* de um processo orientado para um sentido final, porque foi percebido, interrogado e tratado segundo a lógica de certo sistema de esquemas de pensamento, de percepção e de ação”. Por isso que a abóbada ogival, o corte da escrita gótica ou o arcobotante, como obras humanas, podem ser interpretados e representados objetivamente como dotados – conforme a linguagem escolástica – de uma *intenção* ambígua, vale dizer, podem ser apreendidas e apreciadas (I) ou como simples função técnica ou (II) por seu “valor óptico” – ou estético –, dentro de um “interesse privilegiado pela forma”. Mas essa intenção objetiva, que jamais pode ser reduzida à pura intenção do criador, em realidade “é função dos esquemas de pensamento, de percepção e de ação que o criador possui por pertencer a uma sociedade, uma época, uma classe [o gosto clássico era definido por exigências tais como cartas particulares, discursos de tribunais e broquéis – escudos – dos heróis que fossem ‘artísticos’, mesmo sendo de uma beleza fictícia, enquanto que o gosto moderno exige, por exemplo, que a arquitetura e o cinzeiro sejam funcionais, mesmo de uma eficácia fictícia; tanto num contexto quanto em outro, os artistas agirão em função desses esquemas de percepção, pensamento e ação conforme cada época dita]; por conseguinte, as categorias de interpretação do objeto devem ser extraídas do sistema concreto de relações significantes que define o objeto, e sua validade é medida pela fecundidade heurística e pela coerência do sistema de interpretação”.⁶⁸⁶

Assim, o debate sobre a arte gótica, travado como confronto entre correntes “funcionalistas” e “artificialistas”, em realidade acaba sendo um debate fictícios e centrado em interrogações estereis, uma vez que essas correntes não correlacionam um estilo de acordo – ou conforme – às próprias normas de perfeição que esse específico estilo estabeleceu. Por exemplo, o costume francês de denominar ou definir o “gótico clássico” como o período central do gótico, induziu freqüentemente os intérpretes “as aplicarem inconscientemente à

⁶⁸⁵ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [].

⁶⁸⁶ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 357 e nota de rodapé n. 33.

arquitetura gótica as normas plásticas dos gregos e dos romanos, ao invés de procurarem definir as normas específicas do ‘classicismo’ gótico”, e é possível considerar igualmente que tal reflexão e análise também seriam provavelmente válidas quando aplicadas ao conceito de “racionalismo medieval”, de acordo com o que Panofsky fala, em confronto com o que ficou estabelecido, de forma consciente ou inconsciente, como um conceito de racionalismo de pretensa validade transistórica.⁶⁸⁷

Nesse ponto cabe indagar se a filosofia da história da arte, “implícita na noção de *habitus* como gramática geradora, não se ajusta excessivamente bem (portanto, quase de modo exclusivo) àquelas épocas em que um estilo atinge sua perfeição particular, época que exploram até realizá-las – e talvez esgotá-las – as possibilidades oferecidas por uma arte de inventar herdada, uma vez que na verdade não chegam propriamente a inventar uma nova arte de inventar?”, vale dizer, além de não inventar uma nova arte de inventar, não estariam, mais propriamente falando, inventando – ou sendo criativos – com a arte de inventar herdada? Quando a filosofia da história da arte se fixa lógico-cronologicamente em épocas determinadas para externalizar e simbolizar – marcar – todo um período de tempo – época – onde um dado estilo artístico acabou fixando-se e marcando indelevelmente a história da arte, tal reflexão introduz uma ordem lógica na ordem cronológica e dá um sentido para a história, fazendo com que as análises dessa filosofia da história se ajustem excessivamente bem – e somente nesses momentos claros, de consensos – nas épocas em que um estilo atinge sua perfeição particular; cada época, assim, fica marcada por um singular estilo cultivado, com características próprias mas diferentes do que sucedeu-se no passado, com os seus estilos marcados e já considerados como superados. “Com efeito, tudo se passa como se a ordem cronológica pudesse ser deduzida da ordem lógica, enquanto a história seria apenas o lugar onde se realiza a tendência à auto-contemplação dos sistemas das possibilidades lógicas. Mas o que acontece nos períodos de ruptura e de crise onde se engendra uma nova gramática geradora? Diante de inovadores que, como o abade Suger,⁶⁸⁸ rompem com as tradições estéticas de seu tempo e de seu meio, seria preciso aceitar a irredutibilidade da individualidade criadora?” Ou seja, a questão aqui posta diz respeito diretamente à possibilidade de aceitação inexorável e invencível da verdade de que haveria uma criatividade

⁶⁸⁷ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 357-8.

⁶⁸⁸ Abade Suger (1081-1151), monge francês que se tornou Abade da Saint-Denis em 1122, foi fiel conselheiro de Luís VI, e depois de Luís VII, que lhe confiou a regência da França durante a Segunda Cruzada (1147-1149). Ele enriqueceu e embelezou a sua abadia, considerada uma obra-prima da arquitetura gótica, sendo que seus escritos e correspondência são importantes fontes históricas da época. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 22.

presente no ser humano, geradora, por si só, de rupturas e transformações artísticas inéditas e originais a toda prova, e nada mais.⁶⁸⁹

Mas a realidade revela que a verdade pode estar além do que imediatamente e mais visivelmente pode ser desvelado ao entendimento humano. Assim, para “explicar esta criação de esquemas criadores, convém tratar o *habitus* singular do criador com tal, isto é, como princípio de unificação e de explicação do conjunto de condutas aparentemente discordantes, que constitui uma existência uma”, vale dizer, “buscar em outro lugar – sob pena de renunciar à explicação – as raiz de um gosto que se exprime tanto no estilo dos escritos com na escolha dos temas, dos objetos e da formas”, ou na própria biografia – dentro de um espectro mais amplo de análise, que possa dar conta de forma adequada às suas disposições ou *habitus* – do artista, e também do agente favorecedor do criador ou da própria criação. Estabelecer uma biografia sistemática de uma agente social, a fim de dar conta satisfatoriamente das suas ações e comportamentos frutos de um *habitus*, exige ultrapassar a análises – e respectivas conclusões limitadamente forçosas – que faz a iconografia tradicional, quando procura vincular numa relação definitiva as obras produzidas com os princípios estéticos ou filosóficos do criador de uma forma muito reduzida; portanto, uma biografia que seja sistemática exige a inversão dessa relação que a iconografia tradicional estabelece. Por exemplo, a tradição iconográfica defende que “a leitura dos esclarecimentos iconográficos que [o próprio] Suger oferece à história no *Liber de Rebus in Administratione Sua Gestis* e no *Libellus Alter de Consecratione ecclesiae Sancti Dyonisii*, mostra que o inovador encontrou na ‘metafísica da luz’ do Pseudo-Dinis e de João Escoto Erígena, a ideologia que vinha milagrosamente consagrar, isto é, sancionar e santificar seu gosto de ‘vanguarda’ [,vale dizer,] por uma estética de luz e do deslumbramento”. Ao não se aceitar ou considerar essas representações filosóficas como princípio das realizações artísticas, é forçoso realizar a busca em outro lugar acerca dos porquês que justificam um gosto ou estilo que veio transformar radicalmente certas tradições estéticas, instituindo a ruptura e crise, para, ao final, engendrar uma nova gramática geradora no campo.⁶⁹⁰

O primeiro aspecto a ser ressaltado, a fim de dar força a uma análise que procura ir além do que já está estabelecido – ao abarcar num mesmo conjunto de reflexão vários aspectos de relações que compõe uma realidade –, é a relação contemporânea entre o Abade

⁶⁸⁹ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 358.

⁶⁹⁰ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 358-9.

Suger e São Bernardo – ou Santo Bernardo.⁶⁹¹ Duas fortes influências da Igreja da época, entre eles se estabelecem diferentes posições estéticas e diferentes traços sociologicamente pertinentes de suas biografias; “de um lado, o asceta par quem a recusa absoluta de qualquer beleza material parece muito mais (em seu próprio radicalismo) uma ‘estética negativa’ que uma indiferença pela arte; de outro, o esteta que se entrega a um gosto desenfreado pr tudo que deslumbra. De um lado, o filho de família pobre, desde a infância destinado à Igreja que faz dele tudo o que ele é; de outro, um jovem nobre que, no fim da adolescência, se consagra ao mosteiro impondo-lhe seu rigorismo absoluto. Em princípio isto seria suficiente para compreender as diferenças sistemáticas que opõem Suger e São Bernardo, em todos os pontos e em todos os campos, no estilo da fé, em sua imagem de vida religiosa, na ação temporal, e na relação com a beleza que nada mais é que uma dimensão de uma atitude mais geral perante as existência”. Um segundo aspecto a ser destacado é a natureza particular da relação de Suger com sua condição social e, portanto, com a Igreja; um terceiro aspecto também significativo é o gosto pessoal pelo esplendor e pelo luxo que Suger afirma e impõe ousadamente aos espíritos refinados que o rodeiam, bem como o gosto pelo convívio com os grandes da época e o preciosismo com certa inclinação pretensiosa de seu estilo; por fim, Panofsky acentua um último traço dessa personalidade que foi Suger, aspectos esse de natureza física, relacionada à sua pequena estatura física, onde se pode ver numa atitude aberta diante da “pequenez” física – especialmente a social – “o princípio gerador e unificador desta personalidade singular e, por esta via, o princípio que permite compreender e explicar a forma singular de sua ação inovadora”. Em suma, não existe nenhuma contradição quando se invoca outras formas formadoras de hábitos, que irão influenciar as disposições dos agentes em suas ações e comportamentos, especialmente “no estudo de uma época de transição e de ruptura que trata de um dos agentes principais da invenção de um novo estilo”, escapando ou ultrapassando as formas tradicionais de análise da arquitetura gótica em seu apogeu. “E não resta dúvida de que biografias sistemáticas dos criadores da época clássica,

⁶⁹¹ São Bernardo de Clairvaux (1090-1153), nobre francês que ainda jovem ingressou, com vários parentes e amigos, no Mosteiro de Cîteaux (1112), cujo abade, em 1115, encarregou-o de fundar a abadia de Clairvaux, onde aplicou estritamente as normas de São Bento, tornando-se de fato o superior dos cistercienses – Ordem de Cister, relativo à ordem ou aos frades de São Bernardo. Durante sua vida, foram fundados 167 mosteiros cistercienses, subordinados a Clairvaux. Conselheiro de reis da França (Luís VII) e de papas (Eugênio III), verdadeiro árbitro da Europa, sustentáculo da Igreja romana, pregador da II Cruzada (1146), Bernardo foi também um teólogo seguro e um escritor místico de primeira linha. Canonizado em 1173, foi declarado doutor da igreja em 1830. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 4.

arquitetos ou escolásticos, permitiriam esclarecer variações singulares que nenhuma doutrinação escolar pode abolir completamente”.⁶⁹²

Desta forma, somente após feita essas análises, vale dizer, somente após feito o levantamento desses diversos outros elementos que irão compor melhor o quadro interpretativo de uma realidade, bem como as reflexões pertinentes, é que se torna possível retornar e reinserir aqueles elementos destacados que inicialmente foram desconsiderados metodologicamente como suficientes para explicar as causas de um dado contexto – os elementos de análises tradicionais –, e que tradicionalmente somente deles se extrairia todas as conseqüências de verdades explicativas do social; “se quiséssemos restituir como um todo o sistema das causas que explicam o êxito histórico das inovações do abade Suger, seria preciso reintroduzir alguns dos fatos que Suger invocou para justificar seu empreendimento, e que eliminamos por uma decisão metodológica. Por exemplo, parece indiscutível que, com o movimento de urbanização, com os grandes ajuntamentos propiciados pelos mercados, feiras e romarias, a necessidade de igrejas maiores se fazia sentir cada vez mais. De um lado, não há dúvida que a posição de Suger na hierarquia política e eclesiástica e a significação particular de sua abadia conferiam a suas iniciativas uma *legitimidade* excepcional, inclusive na ordem estética, de modo que, pelo menos nos domínios do poder real, os arquitetos foram obrigados (como nota Panofsky) a levar a sério os problemas legados por Suger, por mais embaraçosos que fossem – por exemplo, no que diz respeito à fachada oeste –, e para cuja solução foi preciso um século. Não obstante, foi preciso por um momento rejeitar como simples racionalizações as razões dadas por Suger, isto é, tanto as suas referências à ‘metafísica da luz’ como as justificações tiradas do aumento de público nas igrejas, uma vez que tais razões tendiam a estabelecer relações de dependência simples e direta, onde havia – para falar como Cournot⁶⁹³ – ‘séries causais independentes na ordem das causalidades’, cuja ‘combinação ou encontro’ engendrou o acaso particularmente feliz que foi o estilo gótico. Diante de tais exercícios de virtuosidade metodológica, não podemos deixar de pensar numa frase (...): ‘O historiador da arte difere do espectador *ingênuo* pelo fato de ser consciente do que faz’. Seria preciso, escreveu Saussure no mesmo sentido, ‘mostrar ao lingüista o que ele faz’, isto é,

⁶⁹² BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 359-60.

⁶⁹³ Antoine Augustin Cournot (1801-1877), matemático, economista e filósofo francês, foi o precursor da escola matemática na economia (que atingiu o apogeu com L. Walras e V. Pareto). Elaborou uma epistemologia baseada na matemática; a teoria do conhecimento desenvolvida por Cournot usou a matemática para retificar as especulações filosóficas. Prosseguindo suas pesquisas no campo das probabilidades e do cálculo infinitesimal, procurava menos uma extensão da ciência positiva e mais um aperfeiçoamento filosófico da teoria. A sua epistemologia, profundamente enraizada no ritmo de uma ciência do trabalho, apresentava um posicionamento radicalmente novo em relação às filosofias da ciência concebidas no século XIX. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 7.

comenta Emile Benveniste,⁶⁹⁴ mostrar ‘que operações prévias faz incoscientemente quando aborda os fatos lingüísticos’. Como e até melhor do que nos escritos teóricos a que nos referimos para fundamentar nossa análise dos pressupostos epistemológicos atuantes neste livro [PANOFSKY, Erwin. *Architecture gothique e pensée scolastique*. Paris: Minuit, 1967; mas também o texto: PANOFSKY, Erwin. *Iconography and iconology: an introduction to the study of renaissance art*. In: *Meaning in the visual arts*. New York: Doubleday and Co., 1955], Erwin Panofsky mostra aqui de maneira estupenda que ele só pode fazer o que faz porque sabe, a cada instante, o que está fazendo e o que significa fazê-lo, pois as operações mais humildes da ciência, e também as mais nobres, valem o que vale a consciência teórica e epistemológica que acompanha essas operações”.⁶⁹⁵

1.2.2. SOBRE A SOCIOLOGIA REFLEXIVA

Num seminário na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em 1987, Pierre Bourdieu indagou o seguinte à sua platéia: afinal como se processa realmente o trabalho de pesquisa? O *homo academicus* tradicionalmente gosta da forma acabada, buscando no trabalho não se expor, não correr riscos, por isso preocupado com o discurso de forma, defensivo e fechado em si mesmo, podendo, no limite, se automistificar, deixando de exercer seu ofício de pesquisador e conformando-se com uma idéia de que faz pesquisa, quando realmente não o faz. Mas nada é mais comum e universal do que as dificuldades, as grandes confusões; há uma necessidade do pesquisador se expor, para tirar o máximo proveito das discussões, críticas e conselhos, pois inabilidade e incompetência são coisas universalmente compartilhadas.⁶⁹⁶

Não é a importância social ou política do objeto em si que realmente é fundamental e que justifica o discurso que lhe é consagrado, mas a construção dele, vale dizer a constituição de um objeto – socialmente significante ou insignificante – em objeto científico, especialmente apreendendo-os de um ângulo imprevisto e que tragam novos elementos

⁶⁹⁴ Émile Benveniste (1902-1976), lingüista francês, professor de Gramática Comparada no Colégio de França, autor de importantes trabalhos sobre as línguas indo-européias. Sua contribuição teórica em lingüística geral está dispersa em numerosos artigos reunidos nos *Problemas de lingüística geral* (1966-1974, 2 volumes). In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 4.

⁶⁹⁵ BOURDIEU, A economia das trocas simbólicas, p. 360-1.

⁶⁹⁶ BOURDIEU, O poder..., p. 17-9.

teóricos de fecundidade, também convertendo problemas muito abstratos em operações científicas práticas. Para isso é necessário construir verdadeiramente o objeto e para isso é preciso por em causa ou questionamento os objetos pré-constituídos que permeiam o mundo erudito e do senso-comum – ingênuo. E essa prática – seus princípios fundamentais – será apreendida na prática, na própria situação de pesquisa, aplicado em cada caso particular, junto com alguém que seja um guia ou treinador.⁶⁹⁷

Uma pesquisa necessita ser questionada em todos os seus detalhes, pois são neles – no *modus operandi* – que emerge e revela-se um modo peculiar de percepção, conjunto de visão e divisão de mundo e que operam na prática do observador-cientista, um *habitus* científico que reage em situações práticas. Um pesquisador precisa incorporar um *habitus* científico crítico; observar, perceber e reagir perante as situações práticas de sua pesquisa de forma a incorporar um ofício. Assim torna-se necessário uma pedagogia de saberes práticos, aquisição da prática científica, e a obtenção de práticas adequadas dependem diretamente dos esquemas incorporados do *habitus*. O *habitus* científico é um *modus operandi* científico e que funciona em estado prático, uma “espécie de sentido do jogo científico que faz com que se faça o que é preciso fazer no momento próprio, sem ter havido a necessidade de tematizar o que havia que fazer, e menos ainda a regra que permite gerar a conduta adequada”; são normas da ciência em prática sem ter essas normas na sua origem. Transmitir um *habitus* científico é falar pouco em princípios e preceitos gerais mas proceder por indicações práticas, indicando rumos, movimentos e correções.⁶⁹⁸

Na construção do objeto, a disjuntiva teoria/metodologia, marcante na tradição erudita dominante, que se constituiu numa divisão do trabalho científico num determinado momento, trata-se de um obstáculo epistemológico para construção de objetos. Essa divisão deve ser recusada, pois são duas abstrações que não contribuem para reencontrar o concreto; “as opções técnicas mais ‘empíricas’ são inseparáveis das opções mais ‘teóricas’ de construção do objeto”. A construção do objeto é que irá ditar os rumos do método, da técnica, da análise etc.; mais precisamente, “é somente em função de um corpo de hipóteses derivado de um conjunto de pressuposições teóricas que um dado empírico qualquer pode funcionar como prova”. Assim, é preciso escapar da rotina cultural que fixa-se mecanicamente no fetichismo da prova – unicamente – levando ao extremo de que escolas ou tradições se especializem numa única técnica de recolhimento de dados, tomados como o próprio concreto, mas em realidade abstração que não se reconhece como tal; a opção por um método acaba definindo a

⁶⁹⁷ BOURDIEU, O poder..., p. 20-1.

⁶⁹⁸ BOURDIEU, O poder..., p. 21-3.

escola a qual se filiará o pesquisador e acaba se confundindo rigor que a pesquisa sempre requer e rigidez, que é contrário de inteligência e invenção – criatividade.⁶⁹⁹

O objeto deve ser pensado relacionalmente na sua construção e estudo, pois é no conjunto de relações onde se insere que se pode retirar dele suas principais propriedades, e escapar da alternativa reflexiva realista ou substancialista, que se atém àquilo que é mais imediatamente notado, favorecendo a armadilha do objeto pré-constituído que, por ser de interesse do pesquisador, não se sabe exatamente qual foi o princípio verdadeiro desse interesse. Assim, por exemplo, no caso da análise de uma instituição escolar de nível superior que o próprio pesquisador – mesmo que seja aluno ou ex-aluno dessa instituição – conheça dela muito pouco – nos aspectos pertinentes para uma pesquisa verdadeiramente crítica em busca de uma verdade social real –, isso pode dar vazão a uma série de indagações ingênuas, fruto dessa posição de desconhecimento prático e teórico dele frente a uma realidade, que leva o pesquisador a uma posição de suposto conhecedor desmistificado ou desmitificador naquilo que faz – vale dizer, aquele agente “de fora” ou que se põe “de fora”, e que, por ser de tal qualidade, pode pensar “melhor” a realidade que envolve os demais agentes pertencentes à instituição – e, assim, dá origem a perguntas que ele entende “interessantes”, mas que no fundo falam mais de sua escola e acerca dele mesmo na instituição escolar. Essa problemática “espontânea” contém uma enorme dose de complacência narcisista, revelando-se, ao final, ser muito ingênuo. Mesmo o levantamento e reunião – para suposta análise sobre a verdade de uma instituição escolar – de toda a sua produção científica, pode acabar por não revelar o que é essencial: (I) se a instituição não passa apenas de um ponto, na realidade concreta, num espaço de relações objetivas, ponto esse cujo peso na estrutura total do campo – frente as outras instituições – deverá ser determinado; (II) se a verdade da instituição não está na rede de relações de oposição e de concorrência que a ligam ao conjunto das demais instituições de ensino superior, bem como à ligação dessa rede ao conjunto das posições sociais no campo do poder, que por sua vez – posições ocupadas dentro do campo do poder – é o que dá acesso à trajetória ou passagem de um agente pelas escolas superiores. Por isso, nessa realidade concreta – e desconhecida – do relacional, alguém afirmar conhecer uma instituição educacional ou alguém julgar saber tudo sobre ela, isso somente é correto na medida em que esse alguém saiba acerca dela – instituição – relacionada com um todo – as outras instituições pares-concorrentes –, pois fora desse círculo, em si uma instituição não tem muita significação ou não revela todas suas propriedades que a significam e marcam socialmente.⁷⁰⁰

⁶⁹⁹ BOURDIEU, O poder..., p. 23-6.

⁷⁰⁰ BOURDIEU, O poder..., p. 26-31.

Disso resulta que, contrariamente à tradição positivista, um objeto construído deve ser estudado extensivamente – “análise extensiva do objeto verdadeiro” –, vale dizer, quanto ao conjunto dos seus elementos pertinentes, e não mais intensivamente um fragmento limitado de um dado conjunto teórico – “análise intensiva de uma fração do objeto praticamente apreensível” –, enfim, um objeto muito preciso e bem delimitado ou circunscrito que, nesse caso, verifica trata-se da conversão de virtudes pequeno-burguesas como prudência, seriedade, honestidade etc., em método científico, mas que poderiam também se manifestar, por outra forma, num emprego administrativo, contabilidade comercial etc.⁷⁰¹

A vantagem de se conhecer o espaço – campo – onde se encontra o objeto estudado é que se conhece a sua realidade e as grandes linhas de força que exercem sua influência sobre um ponto considerado – o próprio objeto que se quer estudar – do campo. Essa construção de objeto implica que os fatos devem ser analisados e defrontados com uma postura crítica ativa e sistemática, para não ratificar as pré-concepções do senso comum erudito ou ingênuo; é necessário construir um modelo – sem a necessidade de extremo rigor, mas um sistema coerente de relações – que ligue os dados pertinentes e que para questões sistemáticas a ele dirigido, forneça respostas também sistemáticas. Ao interrogar sistematicamente um caso particular do possível, procura-se nele as propriedades gerais e invariantes.⁷⁰²

Também o raciocínio analógico é um instrumento de construção de objeto muito importante que, junto com o método comparativo, permite pensar e efetuar generalizações a partir de homologias relacionalmente pensadas e originadas de um caso particular. Particularizar um objeto é passar a percebê-lo como um caso singular, único e específico, que precisa dar resposta quanto aos caracteres invariantes – generalizá-lo – que ele contém ainda não desvelado, fugindo à tentativa de universalização do caso particular.⁷⁰³

Efetuar a prática de uma dúvida radical é construir um objeto científico rompendo com o senso comum, com aquelas representações que são compartilhadas por todos; é conhecer o mundo social de que o próprio cientista é produto, colocando em suspenso todos os pressupostos inerentes ao fato dele ser um ser social, evitando que o mundo social faça, através do pesquisador, a construção do mundo social do objeto científico. Observa-se que a sociologia tradicional e corrente é uma prática social-científica que não se põem em causa, portanto, não se conhece a si mesma e aspectos fundamentais do que faz. Tal sociologia do pré-constituído retira do mundo social os problemas, conceitos, instrumentos de

⁷⁰¹ BOURDIEU, O poder..., p. 31.

⁷⁰² BOURDIEU, O poder..., p. 31-2.

⁷⁰³ BOURDIEU, O poder..., p. 32-3.

conhecimento e registra tudo como um dado independente do ato de conhecimento e da ciência que o realiza. Praticar a dúvida radical é ficar um pouco fora da lei, pois trata-se de ruptura com crenças fundamentais, ou corpo de certezas partilhadas, de um grupo ou corpo de profissionais – ruptura epistemológica – que não deixam de ser rupturas sociais.⁷⁰⁴

Sobre os problemas, verifica-se que cada sociedade elabora, conforme a época e circunstâncias, os problemas sociais classificados como legítimos e até garantidos pelo Estado para serem discutidos e publicizados, mas que variam conforme a consciência social do momento. Romper essa situação exige efetuar uma construção da história social dos problemas, dos objetos e dos instrumentos de pensamento, enfim, a história “do trabalho social de construção da realidade social” (como as noções comuns, papel, cultura, velhice, etc., ou os sistemas de classificação) que se realiza no próprio seio do mundo social, no seu conjunto, neste ou naquele campo especializado e, especialmente, *no campo das ciências sociais*”; revolver todas as coisas presentes no mundo social, mas que se tornaram tão comuns e evidentes que não são objeto da atenção de mais ninguém. Tal história contribuiria grandemente – e de forma desmistificadora – para se compreender porque se compreende e como se compreende.⁷⁰⁵

A história social da emergência desses problemas legítimos, verifica-se que é um construído social – socialmente produzido – fruto de um trabalho coletivo de construção da realidade social e por meio desse trabalho – reuniões, associações, movimentos, deliberações, projetos, programas, voto etc.; um problema privado, assim, acaba por se tornar um problema social público, e nesse processo o campo político, especialmente através do campo burocrático com seus peritos – cuja autoridade científica também dissimula a favor do desinteresse burocrático na questão –, tem uma atuação especial.⁷⁰⁶

Quanto aos conceitos, palavras e métodos empregados pela profissão, observa-se que as palavras encerradas na linguagem são um repositório de pré-construções naturalizadas e, porque ignoradas, funcionam como instrumentos inconscientes de construção. Assim, as classificações profissionais que acabam emergindo daí são arbitrarias e, por não terem sido pensadas suficientemente, terminam sendo categorias sociais do entendimento comum de toda sociedade ou próprias da corporação. O próprio conceito de profissão trata-se de uma palavra tirada da linguagem comum e que está consagrada na linguagem científica, portanto, é uma construção social, produto de um trabalho de construção de um grupo – a realidade antiga dos

⁷⁰⁴ BOURDIEU, O poder..., p. 34-5 e 38-9.

⁷⁰⁵ BOURDIEU, O poder..., p. 35-7.

⁷⁰⁶ BOURDIEU, O poder..., p. 37-8.

lawyers, conjunto de pessoas com o mesmo nome, com seu estatuto econômico próximos, associações, deontologia etc. – e de uma representação de grupos sociais. Tal conceito apreende uma categoria social e uma categoria mental; as realidades a que ele se refere é demasiado real.⁷⁰⁷

A expressão profissão designa realidades, mas não seria ela um campo? Nesse caso um espaço de diferenças e lutas, superação de um trabalho de agregação, ao final, constitutivo de uma profissão? Trabalhar o campo é difícil, pois os dados como o positivismo consagra serem tomados para posterior análise não funcionam aqui; há também a realidade específica de cada campo em particular, pois conforme o campo e época pesquisada, há “posições de um só lugar que comandam toda estrutura”, já em outros campos isso está bastante diluído. Ademais, uma pesquisa que não queira ficar no limite das aparências – social e científica –, retificadora das representações subjetivas que os agentes pesquisados têm de seu próprio ser social, enfrentará todas as dificuldades, a começar pela construção de um objeto, dificuldades teóricas e metodológicas, os limites de um campo e as lutas para estabelecer as definições legítimas nele.⁷⁰⁸

A tradição douta do sociólogo deve ser posta em constante dúvida; por um lado, ele precisa dessa tradição para ser um cientista social profissional e crítico, para construir verdades que vão além do senso comum; por outro lado, esses mesmos instrumentos doutos podem levá-lo a cometer o erro de “substituir a doxa ingênua do senso comum pela doxa do senso comum douto, que atribui o nome de ciência a uma simples transcrição do discurso do senso comum”. A ausência de instrumentos de construção de verdades teria seu contraponto nas categorias de percepção aceitas sem exame, enfim, conceitos semiconstruídos retirados do mundo social vinculadas ao estado do mundo erudito. A doxa douta é categorias de percepção e modelos de pensamentos recebidos de uma tradição passada e que favorecem um conservadorismo estrutural no modo de pensar a sociedade e de suas diferenças.⁷⁰⁹

A pedagogia da pesquisa, assim, deve atuar em duas frentes ao mesmo tempo, quais sejam, de um lado esforçar-se ao limite para contribuir para edificar instrumentos de construção de realidades, problemáticas, conceitos, técnicas e métodos, e por outro lado, uma ingente atitude crítica, para sempre colocar em causas todos esses instrumentos; assim, é preciso ter uma cultura douta ou erudita e uma postura de não adesão completa ou crítica em relação a ela. E, nesse ponto, a pedagogia corrente, ou o sistema de educação a que se

⁷⁰⁷ BOURDIEU, O poder..., p. 39-40.

⁷⁰⁸ BOURDIEU, O poder..., p. 40-2.

⁷⁰⁹ BOURDIEU, O poder..., p. 44-5.

submetem os estudantes, com a tradição pedagógica onde se encerram os professores, é um obstáculo para a pedagogia da pesquisa, pois tudo reforça – o ensino perpetua e canoniza posições fictícias entre autores, conceitos, métodos etc. – para uma tradição de atitudes conformista e a possibilidade de desvelar o novo. A sistema educacional – marcante na Europa – é conservador e reproduz as batalhas teóricas passadas ao cultuar apenas os clássicos. O ensino não se inicia a partir de uma história crítica das ciências, e mesmo a partir do ponto em que alcançaram os pesquisadores mais avançados e suas respectivas pesquisas.⁷¹⁰

Para submeter o pré-constituído é necessário romper com ele, efetuar uma conversão do olhar sobre as coisas, pois o que é evidente é o que passa despercebido, enfim, o que é considerado perfeitamente natural, porque está inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, sendo esse o lugar exato do pré-concebido; romper com ele, converter o olhar, é efetuar uma mudança mental – revolução – de toda visão do mundo social. Trata-se de uma ruptura epistemológica, rompimento com modos de pensamentos, conceitos, métodos, identificados com o senso comum ingênuo e erudito. Essa, então, é a primeira tarefa da ciência social e do ensino da pesquisa social, qual seja, “a de instaurar em norma fundamental da prática científica a conversão do pensamento, a revolução do olhar, a ruptura com o pré-constituído e com tudo o que, na ordem social – e no universo douto – o sustenta”. Todas as atitudes sociais constituídas – mesmo a humildade excessiva ou a arrogância nefasta – e que condicionam o proceder do pesquisador, assim como os temores sociais – em especial os presente na academia – que se constituem em verdadeiros espectros sociais, acabam por prejudicar e fazem incidir o pesquisador e sua pesquisa em erro.⁷¹¹

Um pesquisador social iniciante necessita fazer um trabalho de sócio-análise junto com seu orientador, a fim de alcançar uma tomada de posição das atitudes favoráveis ou desfavoráveis vinculadas às suas características sociais, para desvelar até onde tais condicionantes estão atuando para marcar seu objeto e controlar suas atitudes ou pulsões de fazer a sociologia do seu universo social; a sociologia da sociologia, ou a sociologia do sociólogo e do seu projeto científico e de tudo que condiciona o agir do pesquisador, por seu passado e presente social, volta-se, então para a tomada de consciência e da necessidade, por vezes, de um orientador de consciência.⁷¹²

Uma objetivação participante, assim, é requerida do pesquisador; o cientista, em sua pesquisa ou seu objeto de pesquisa, necessita romper com seus interesses mais inconscientes e

⁷¹⁰ BOURDIEU, O poder..., p. 45-7.

⁷¹¹ BOURDIEU, O poder..., p. 49-50.

⁷¹² BOURDIEU, O poder..., p. 50-1.

mais profundos, muitas vezes vinculados diretamente com seu objeto de pesquisa, o que ele menos quer ver e desvelar em sua relação com o objeto que quer conhecer. A objetivização objetivista revela que no mundo social há toda uma série de instituições que produzem o efeito de tornar aceitável a distância entre a verdade objetiva e a verdade vivida, vale dizer, entre aquilo que se faz e aquilo que se é; há “sistemas de defesa colectivos que (...) permitem que cada um aceite a si mesmo aceitando os subterfúgios ou as gratificações compensatórias oferecidas pelo meio. É esta dupla verdade, objectiva e subjectiva, que constitui a verdade completa do mundo social”.⁷¹³

Tal análise não é sem consequência e permite efetuar reflexões para desvelar o mundo social, ou, pelo menos, compreender o que o próprio pesquisador insere como verdade, vale dizer, um arbitrário histórico-cultural – no caso, o do próprio pesquisador – que inicialmente se queria descobrir no mundo social e desvelá-lo, mas que por força e influência do pesquisador é maculado pelos seus próprios pré-elementos de análise social, trazidos incorporados em si – historicamente e socialmente construídos – e que produzem efeitos na análise final que ele efetua do seu objeto de pesquisa. Seria, semelhantemente, a um recipiente utilizado num laboratório para analisar uma amostra, mas que não fora desinfetado suficientemente e que irá influir no resultado final da amostra – nesse caso, composta pela amostra em si e pela contaminação pré-existente no próprio recipiente – e, desta forma, a pergunta que se impõem é: que verdade é essa que se revelou com o resultado final obtido?

Por exemplo, um pensamento crítico como o de Karl Marx pode funcionar inconscientemente e de forma poderosa por causa disso mesmo, qual seja, a forma impensada de atuar, tanto na mente dos pesquisadores quanto dos pesquisados que representam a realidade onde se vai buscar a atestação ou refutação das idéias do pensador alemão. Não importa para qual finalidade, mas sempre que se investiga sobre classes sociais, está-se tomando os efeitos que a teoria marxista deixou na realidade, considerando a atuação dos partidos e sindicatos na sociedade; assim, há um efeito de teoria que incide na realidade social e que retorna, através das pesquisas, acerca de uma consciência de classe empiricamente medida, vale dizer, a consciência de classe, que se queria medir como existente em si mesma é produto de um trabalho que atuou para construí-la.⁷¹⁴

Mas há mais, nesse processo de construção – através de medição e pesquisa – de uma realidade, por efeito de consequência de uma teoria sobre essa mesma realidade, há que se reparar também nos efeitos que as ciências sociais, mais especificamente as práticas sociais

⁷¹³ BOURDIEU, O poder..., p. 51-3.

⁷¹⁴ BOURDIEU, O poder..., p. 47.

que são feitas em nome da ciência social, ou pelo menos caucionado por ela, acaba refletindo na realidade social que se quer medir, posteriormente, de tal forma que o real social é o registro incluso das práticas científicas incidentes e resultantes sobre o mundo social. Uma simples pesquisa de opinião, uma publicidade, a ação pedagógica e política em nome da ciência etc., tudo contribui para fazer ingressar no mundo social conhecimentos eruditos, científicos, nas práticas e nos trabalhos de produção e manipulação das representações que as pessoas formam sobre o mundo social. Assim, a ciência acaba registrando também os produtos das práticas sociais baseadas nas ciências.⁷¹⁵

Outro aspecto que revela como um pré-constituído doudo não contribui para alcançar modelos e verdades que revelem melhor a realidade social é a ideologia conforme fixada pelo marxismo. As falsas representações que aos agentes possuem dos fatos do mundo social, conforme estabelecido por essa linha reflexiva, motivam esquecer-se que a dominação a qual é preciso escapar, objetivando-a, somente é possível porque ela se estabelece ignorada como tal pelos agentes; a experiência inicial de uma prática é contrária ou inacessível à representação objetiva da mesma, e ao romper com as representações que os agentes querem dar de suas práticas, ao revelar a ingenuidade da adesão imediata à experiência inicial, esquece-se como foi possível que tal fato se sucedesse na sociedade, quais condições sociais motivaram e permitiram que a ideologia tivesse eficácia simbólica, enfim, retornar à experiência inicial ingênua e analisá-la através de um modelo mais completo que identifique os fatores e mecanismos atuantes para produzir os efeitos simbólicos que marcam a ideologia.⁷¹⁶

Se é necessário romper com o senso comum vulgar, se é necessário romper com o senso comum erudito, também torna-se necessário romper com os instrumentos de ruptura, mas instrumentos esse que construídos para desvelar o mundo fático e vivido da experiência, acabam anulando a própria experiência e realidade do mundo social. O pré-constituído está marcado vigorosamente nas coisas e no pensamento, sendo assim uma força que, atuando de forma despercebida, torna as coisas e fatos aparentes em certeza verdadeira e evidência natural. Romper com isso é efetuar uma conversão de olhar, efetuar uma conversão do pensamento, uma ruptura que leve a uma mudança do que até então está estabelecido como visão legítima do mundo social; “ruptura com modos de pensamento, conceitos, métodos que têm a seu favor todas as aparências do *sensu comum*, do bom senso vulgar e do bom senso

⁷¹⁵ BOURDIEU, O poder..., p. 47.

⁷¹⁶ BOURDIEU, O poder..., p. 48.

científico (tudo que a atitude positivista dominante honra e reconhece)”. E essa é, como já assinalado, a primeira tarefa da ciência social, do ensino da pesquisa em ciência social.⁷¹⁷

1.2.3. SOBRE A PRODUÇÃO SOCIAL DA CRENÇA COLETIVA

Como é possível que o comércio da arte, aquilo que para seus produtores e agentes do meio são coisas que, por elevados demais, não se faz comércio, acabam, no ato mesmo de denegação prática do sentido econômico-comercial, estabelecer na prática a lógica da economia pré-capitalista e agindo como se não fizessem o que acabam fazendo objetivamente. Paradoxalmente, trata-se de uma economia que denega um sentido do econômico – mais precisamente o economicismo⁷¹⁸ – que funciona na prática e nas representações mediante um recalçamento constante e coletivo do interesse economicista e da verdade das práticas que esse interesse pode desvelar em suas análises.⁷¹⁹

O que sucede no campo da arte é a recusa do comercial, enfim, a denegação coletiva dos agentes envolvidos no campo dos interesses e ganhos comerciais, onde as condutas mais desinteressadas, no sentido economicista, contêm em realidade uma racionalidade econômica de fundo – podendo ser identificado até mesmo economicista –, de tal modo que os produtores de bens culturais – como obras de arte, espetáculos culturais e livros – não são excluídos de ganhos – inclusive econômicos em sentido estrito – simbólicos e materiais que são prometidos aos que se conformam às leis do campo. Concretamente, ao lado da busca do lucro econômico, existe espaço para a acumulação de capital simbólico, traduzido como capital econômico ou político ao mesmo tempo (I) denegado – ou seja, recusado, não aceito, negado enquanto tal em todos os efeitos concretos que produz –, (II) irreconhecido ou desconhecido – vale dizer, no plano da razão ou racionalidade que move as condutas, não é conhecido explicitamente como tal pelos diferentes agentes do campo cultural –, e (III) reconhecido – isto é, no plano das disposições, *habitus*, objetivamente verificável na

⁷¹⁷ BOURDIEU, O poder..., p. 48-9. Grifos no original.

⁷¹⁸ Entenda-se aqui por economicismo o interesse econômico voltado para o lucro mais imediato e todo cálculo voltado para maximizar o retorno do mesmo, enfim, a economia em seu sentido mais estrito e conhecido.

⁷¹⁹ BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. São Paulo: Zouk, 2002, p. 19.

manifestação das práticas, portanto, algo já legitimado –, “*crédito* capaz de garantir, sob certas condições e sempre a prazo, ganhos ‘econômicos’”.⁷²⁰

É preciso entender aqui algo fundamental do campo cultural: aqueles que se dedicam – produtor e vendedor – à busca do lucro eminentemente econômico-comercial dos bens culturais, transformam tal comércio específico em um comércio semelhante a todos os outros, mas condenam-se a si mesmos eticamente e esteticamente por essa opção comercial pelas próprias leis que vigoram no campo cultural; entretanto, aqueles que reconhecem as exigências específicas do universo cultural, no sentido de irreconhecer – desconhecer – e fazer irreconhecer os interesses em jogo em sua prática, utilizam o capital simbólico, único capital útil e eficiente – ao mesmo tempo irreconhecido/reconhecido/legítimo – traduzido por expressões como prestígio ou autoridade, para obter os ganhos do desinteresse. A acumulação legítima, segundo as leis do campo, “consiste em adquirir um nome, um nome conhecido e reconhecido, capital de consagração que implica um poder de consagrar, além de objetos (...) ou pessoas (...), de dar valor e obter benefícios desta operação”.⁷²¹

A denegação não é a negação real do interesse economicista, nem uma dissimulação dos aspectos mercantis da prática, vale dizer, a denegação não se identifica com uma ação conscientemente realista ou calculista, calibrando concessões – mínimas que sejam – às necessidades econômicas denegadas mas não negadas, e com a convicção que as exclui – interesse economicistas –; assim, “por um lado, novos produtores que têm como único capital sua convicção podem impor-se ao mercado, reivindicando valores em nome dos quais os dominantes acumularam seu capital simbólico e, por outro, somente aqueles que, entre eles, sabem acomodar-se às obrigações ‘econômicas’ inscritas na economia da má-fé poderão colher plenamente os ganhos ‘econômicos’ de seu capital simbólico”.⁷²²

O valor da obra de arte normalmente é marcado por uma ideologia do carisma, vale dizer, o valor é dado na própria crença do valor da obra de arte, sendo isso assim em todo campo da produção e circulação dos bens culturais. Tal concepção é criticada por uma ciência rigorosa da produção do valor de tais bens, uma vez que o olhar é orientado para o autor da obra sem se questionar o que é que autoriza a autoridade que o autor se autoriza. Para verificar o verdadeiro produtor do valor da obra de arte é preciso constatar que a ideologia que impõem o criador como princípio e fim do valor da obra de arte acaba por dissimular que nesse processo há um outro agente social presente, qual seja, o comerciante de arte – editor,

⁷²⁰ BOURDIEU, A produção..., p. 19-20. Grifos no original.

⁷²¹ BOURDIEU, A produção..., p. 20.

⁷²² BOURDIEU, A produção..., p. 21.

produtor teatral, *marchand* ou negociante de quadros etc. – que, ao explorar o trabalho do criador comercializando o sagrado produto, ao mesmo tempo coloca-o no mercado através de exposições, publicações ou encenações que acabam por consagrar produtos descobertos por esses “banqueiros culturais”. O comerciante de arte, além de outorgar à obra um valor comercial ao inseri-lo num determinado mercado e funcionar como empresário ou representante que defende os autores/criadores que mais olhe agradam, também – e isso é importante – “é aquele que pode proclamar o valor do autor que defende (cf. a ficção do catálogo e do comunicado destinado à imprensa) e, sobretudo, ‘empenhar, com se diz, seu prestígio’ em seu favor, atuando como ‘banqueiro simbólico’ que oferece, como garantia, todo o capital simbólico que acumulou (e, realmente, passível de ser perdido em caso de erro)”.⁷²³

É principalmente este investimento que leva à consagração um dado produtor; trata-se de processo equivalente ao ingresso num clube seletivo, onde o banqueiro cultural faz parte dentre aqueles agentes considerados padrinhos prestigiosos, junto com autores de prefácios, críticos etc., e que garantem o reconhecimento através de testemunhos favorecidos e benevolentes. Mas todo esse trabalho deve ser eufemizado, não deve transparecer em sua crueza as pressões comerciais e manipulações, traduzindo-se tudo em relações públicas – forma eufemizada de publicidade –, recepções, reuniões, confidências, apresentação do criador a grupos sociais seletivos, introdução dele e sua obra em locais raros e cobiçados, tudo feito de forma muito criteriosa para não transparecer uma forma aberta de publicidade. A posição ocupada no campo da produção irá determinar as ações, pressões e mesmo recusas altaneiras que estarão vinculadas diretamente com a valorização – ou imposição de um valor – que se espera ser reconhecido.⁷²⁴

Mas, nesse ponto, aqui também caberia indagar o seguinte: se o descobridor cria o criador – portanto, criando o valor da obra dele – “de onde vem o poder de consagrar que é reconhecido ao comerciante de arte”? Novamente o lugar comum leva à ideologia do carisma justificando, por exemplo, os grandes comerciantes de quadros e grandes editores, como seres inspirados, dotados de grande paixão desinteressada e irrefletida por uma obra, que fazem o criador ou, pelo menos, permitam que ele se faça, amparando-os, orientando-os e suprimindo suas necessidades materiais. Mas verifica-se que o descobridor jamais descobre algo que já não tenha sido descoberto, por menor que seja grupo inicial de agentes que se depararam com uma obra nova. Constata-se que sua autoridade de descobridor provém de um crédito, um

⁷²³ BOURDIEU, A produção..., p. 21-2.

⁷²⁴ BOURDIEU, A produção..., p. 22-3 e nota de rodapé n. 8.

valor fiduciário, existente na sua relação com (I) o campo específico da produção cultural – os criadores – onde atua em seu conjunto; (II) com os demais “descobridores” ou “banqueiros culturais” que cobiçam e disputam entre si os criadores; (III) com os críticos culturais que falam dos produtos com maior ou menor respeito se fiando em seus julgamentos; (IV) na relação com os clientes, que depositam sua confiança numa marca que simboliza e identifica o comerciante cultural.⁷²⁵

Trata-se, então, de uma autoridade fundada num crédito – apenas isso, *fidúcia* – junto a um conjunto de agentes que se relaciona e onde todos acabam se beneficiando com tal crédito. Mas tal raciocínio também poderia ser empregado para o papel do crítico cultural na consagração de uma obra e seu criador, assim como na consagração do valor monetário da mesma, orientando as escolhas de vendedores e compradores do campo, portadores de vereditos acompanhados de efeitos simbólicos e econômicos, cuja força também é extraída do campo cultural específico onde atua e nas relações que aí emergem; igualmente também caberia uma análise dos clientes e seu papel nesse círculo de consagrações, contribuindo para fazer o valor da obra e do criador ao adquirir a propriedade material da criação ou ao apropriar-se dela simbolicamente através de leituras e como diletantes expectadores.⁷²⁶

Disso tudo se deduz que o que realmente faz as reputações – e os valores e ganhos simbólicos e materiais que daí advém – é o conjunto de todas essas relações entre os diferentes agentes que criam arbitrariamente um campo e reproduzem – circularmente [ou, talvez, mais precisamente, helicoidalmente ou espiralmente] – continuamente essas relações, de tal modo que análises pontuais sobre o papel específico de cada agente nele envolvido – em tentativa de explicar num dado agente o que ele por si não permite esclarecer inteiramente – não permite fundar uma explicação que, a fim de ser completa, necessitaria de uma visão do todo em seus inter-relacionamentos e suas interdependências, para mostra a verdade de um campo e o proceder dos seus agentes. Enfim, não é o oportunista, personalidades influentes, instituições, revistas, academia, editor, comerciante de artes etc., que fazem as reputações, “mas o campo da produção como sistema de relações objetivas entre esses agentes ou instituições e espaço das lutas pelo monopólio do poder de consagração em que, continuamente, se engendram o valor das obras e a crença neste valor”.⁷²⁷

É o próprio campo, através das lutas entre agentes e instituições, reproduzindo as lutas anteriores, disputa contínua da posse da energia social ali acumulada, que é o “princípio de

⁷²⁵ BOURDIEU, A produção..., p. 23-4.

⁷²⁶ BOURDIEU, A produção..., p. 24-5.

⁷²⁷ BOURDIEU, A produção..., p. 25.

eficácia de todos os atos de consagração”. A crença de que há um valor na obra de arte – e de qualquer obra particular – se origina da concorrência – lutas – voltada para fundamentar o valor dela, vale dizer, lutas entre agentes os mais diversos que vivem direta ou indiretamente da produção cultural e com interesses amplos associados a bens culturais os mais diferentes – tradições, vanguardas etc. –, bem como lutas “entre agentes que ocupam posições diferentes na produção dos produtos da mesma espécie – pintores e *marchands*, autores e editores, escritores e críticos, etc.”. Essas lutas acabam direta ou indiretamente ressaltando o valor último do desinteresse, como uma lei fundamental do campo cultural, denunciando e condenando as atitudes marcadamente mercantis – e manobras calculistas – que são praticadas, entretanto, sem definir claramente o que pode ser entendido como comercial e o que é não-comercial. Na origem do funcionamento do campo e na sua mudança, a denegação da economia sempre está presente em seu âmago.⁷²⁸

É nas crises que se revela ou, mais precisamente, se desvela a verdade objetiva, a dupla verdade posicional da relação ambivalente entre criador e comerciante. Os “pintores e escritores são fundamentalmente interesseiros, calculistas, obcecados pelo dinheiro e dispostos a fazer seja lá o que for para serem bem-sucedidos”, utilizando e dissimulando diversas estratégias para defender suas obras, enquanto que os comerciantes de artes, verifica-se que seus investimentos estéticos e afetivos são estratégias que dissimulam o sentido de investimento rentável economicamente que sempre os orientam; exceções se há, sempre reiteram a regra geral. Se um denunciar o outro quanto à exploração que os orientam, ambos acabam confessando motivações interesseiras, portanto, tanto o produtor quanto o comerciante de arte acabam sendo cúmplices e adversários no campo cultural.⁷²⁹

Nesse processo, quando se impõe, pela luta, uma nova definição dominante de arte, um novo estilo que se impõem no campo da produção e fora dele, revelando um grupo de produtores ou mesmo um único novo produtor particular, ocorre a consagração que transforma “o artista desconhecido, desprovido de crédito e credibilidade, em um artista conhecido e reconhecido”, transformando sua obra de arte numa nova aposta e num valor. Os adversários criadores sempre poderão questionar um e outro sobre a legitimidade de cada um definir o que é arte ou não, portanto, podendo excluir nessa distinção trabalhos de um e outro como artístico, mas nenhum deles irá questionar porque é que eles no fundo procuram fazer essa distinção – interesse econômico pessoal sob aparência da transcendência.⁷³⁰

⁷²⁸ BOURDIEU, A produção..., p. 25-6.

⁷²⁹ BOURDIEU, A produção..., p. 26.

⁷³⁰ BOURDIEU, A produção..., p. 26-7.

Observa-se que artistas críticos com posições radicais de denúncia, e que procuram praticar atos tentando quebrar esse círculo de crença, tentando com sacrilégios rituais desmistificar, dessacralizar, escandalizar os crentes – por exemplo, pedestais mágicos que transformam em obras de arte o que nele for colocado pelo público, ou a assinatura de um artista no público, transformando-os em obras de arte. Verifica-se que tais atos em realidade estão destinados a serem sacralizados e fundarem uma nova crença, vale dizer, serem convertidos em ações artísticas, registrados e consagrados pelas instâncias de celebração como tais; a denúncia da arte por artistas transforma-se em produto artístico, ocultando a verdade da arte. Por outro lado, uma tentativa mais radical de questionar o campo da produção artística, a lógica de seu funcionamento e as funções que ele desempenha, por via de discursos e ações artísticas, tem o destino de serem fortemente criticadas até pelos mais heterodoxos dos criadores – que assim se tornam guardiões heterodoxos da ortodoxia artística – porque se transgride uma regra que não pode ser violada, qual seja, se pode questionar tudo que se relacione à forma de entrar no jogo, mas o próprio jogo e a crença que lhe serve de fundamento em hipótese alguma, pois isso acabaria com o próprio jogo.⁷³¹

Para que a assinatura de um criador produza o efeito que produz, uma eficácia já considerada mágica, é preciso um irreconhecimento coletivo – que acabe produzindo, nessa dissimulação, reconhecimento, portanto, legitimação da mágica – daquilo que é fundado na fé do jogo sendo jogado e todos os lances nele produzidos. Nesse sentido, mais importante que saber as propriedades específicas do mago, é entender porque e como ocorre esse irreconhecimento coletivo, quais os fundamentos dessa crença coletiva que é coletivamente produzida e reproduzida – mantida – e é a origem do poder do mago, dessa sua capacidade de mobilizar uma energia simbólica produzida pelo funcionamento de todo um campo. Sua assinatura, como magia, “é uma *impostura bem fundamentada*, um abuso de poder legítimo, coletivamente irreconhecido, portanto, reconhecido”, uma vez que seu nome escrito produz um objeto com um preço de mercado que não tem correlação com seu custo de produção, ato que nada seria sem um universo de celebrantes e crentes que lhe dão sentido e valor. Portanto, é totalmente dentro do campo, com seu sistema de relações objetivas que o constituem – nas suas lutas, energia e capital específicos que têm nele lugar e sempre são engendradas – que se origina o princípio do poder criador e do valor da criação, carisma e magia, celebrados pela tradição.⁷³²

⁷³¹ BOURDIEU, A produção..., p. 27-8.

⁷³² BOURDIEU, A produção..., p. 28-9. Grifos no original.

O custo de produção de uma obra de arte, quando considerada apenas a matéria-prima que é nele utilizada e a fabricação do objeto material, verifica-se que o valor mercantil final não tem relação direta com o seu custo de produção; entretanto, quando for considerado como custo todo empreendimento da alquimia social que ela implica – relações envolvendo produtores consagrados e obscuros, críticos, comerciantes de arte, clientes, enfim, o conjunto de relações objetivas como investimentos entre os diferentes agentes do campo – o valor mercantil da criação acaba tendo relação direta com os custos – energia social despendida – para a sua produção.⁷³³

O campo da produção de bens culturais é um universo de crenças que produz o produto criativo e a necessidade desse produto, através de práticas que denegam a economia em seu sentido mais comercial ou lucrativa, sendo essa prática reafirmada por todos os novos pretendentes ao campo. A oposição comercial/não-comercial é o princípio gerador dos julgamentos entre o que é arte e o que não é – arte burguesa e arte intelectual, arte tradicional e arte de vanguarda etc., inclusive com uma conotação geográfico-espacial sobre onde essa arte verdadeira é mostrada, veiculada, localizada dentro de uma cidade, sendo as outras localidades identificadas com o baixo nível.⁷³⁴

Trata-se sempre da oposição entre a produção restrita e a grande produção comercial; o primado da produção – estética dos criadores – ou o primado da difusão – sucesso de público; o sucesso diferido e duradouro dos clássicos ou o sucesso imediato e temporário. Toda produção que ignora o lucro imediato, desafiando as expectativas do público constituído, aposta numa demanda a prazo – e também aquela preexistente – que ela sempre produz. Constata-se que as características do empreendimento comercial e do empreendimento cultural são indissociáveis; a oposição entre o que pode ser considerada com arte verdadeira e arte comercial está relacionada a empresários que almejam lucro imediato ou aqueles que almejam o lucro diferido, uma vez que consideram-se empresários culturais que buscam acumular um lucro propriamente cultural. Nesse sentido, mesmo os denominados empresários culturais que se dividiriam em dois grupos – quais sejam, os empresários da arte consagrada e os empresários da arte de vanguarda, entre ortodoxia ou heterodoxia/heresia –, fazem a distinção entre aqueles que são dominantes – os consagrados e estabelecidos num dado momento, e que, por isso, não podem se dar ao risco de impor produtos novos e recém-chegados – sobre o campo da produção e o mercado – devido ao capital econômico e simbólico que acumularam pelas lutas anteriores –, e os novos pretendentes que com suas

⁷³³ BOURDIEU, A produção..., p. 29.

⁷³⁴ BOURDIEU, A produção..., p. 30.

novidades tem como mercado os mesmos clientes que os seus rivais estabelecidos, por isso não podem pretender ter clientes diferentes dos seus concorrentes.⁷³⁵

Desta forma, as características dos agentes e instituições – e suas estratégias de luta – estão vinculadas diretamente, consciente ou inconscientemente, com a posição ocupada por cada um na estrutura de relações de forças econômicas e simbólicas. Os dominantes utilizam estratégias defensivas, objetivando conservar posições ocupadas, manter o *status quo* de dominação de um mundo que é o que é porque deve ser o que é, um dever-ser realizado acomodado para/pelos dominantes; seu compromisso é com o silêncio, a discrição, os segredo, a reserva. Ora, verifica-se que os problemas sociais são relações sociais definidos no enfrentamento de interesses antagônicos onde uma *doxa* é questionada, rompendo o silêncio de uma existência sem problemas dos dominantes. Assim, os dominados somente conseguirão se impor no mercado caso consigam vingar estratégias de subversão voltadas para derrubar as hierarquias do campo, mas sem contrariar os princípios de fundamento do mesmo; desta forma, procuram transgredir convenções e censuras impostas, com o discurso reiterado de retorno às fontes, vale dizer, da ascese, audácia, ardor, rigor e desinteresse, que outrora foi utilizado pelos dominantes para impor a dominação – como toda subversão herética e revoluções letradas – e afirmando a lei fundamental do campo, ou seja, a sinceridade da denegação da economia – simples comércio e lucro.⁷³⁶

Constata-se que as instituições de produção e difusão da pintura, teatro, literatura e cinema, possuem características semelhantes – cada um como sistema próprio – quanto à organização estrutural e funcional; além de apresentarem uma relação estrutural de semelhança com o campo das frações dominantes, onde emerge a maior parte de sua clientela. A cultura, assim, pelo menos nas áreas assinaladas, se relaciona diretamente com a economia e o mercado. No caso do teatro francês, a oposição, por exemplo, entre teatro burguês e teatro de vanguarda é um princípio de divisão – e visão de mundo – que permite classificar autores, obras, estilos e temas, verificando na realidade – concretamente – a semelhança entre as características sociais de cada público freqüentador, com os autores representados, as obras, e as empresas teatrais, demonstrando-se a semelhança entre o campo das frações das classes dominantes e o campo das instâncias de produção. Essa oposição também pode ser encontrada na pintura ou literatura, onde – no caso do teatro – determinados espetáculos são marcas características de determinadas casas de apresentação, por sua vez marcados por determinado tipo de público, cada qual com o respectivo poder econômico ou intelectual; no caso da

⁷³⁵ BOURDIEU, A produção..., p. 30-1.

⁷³⁶ BOURDIEU, A produção..., p. 31-3.

França – Paris especificamente –, situados a meio termo entre o teatro pobre e o teatro rico – no sentido econômico e estético, o teatro pobre recebe as frações das classes dominantes mais ricas em capital cultural e mais pobres em capital econômico, enquanto o teatro rico recebe as frações mais ricas em capital econômico e mais pobres em capital cultural – estão casas como a dos teatros clássicos que recebem espectadores de todos os teatros onde as frações das classes dominantes – intelectual e econômica – freqüentam.⁷³⁷

O fenômeno cultural dos teatros e sua distribuição físico-espacial de salas em diferentes espaços geográficos de uma cidade – como Paris – revela algo importante sobre uma sociedade dividida em classes e, portanto, hierarquizada. O “espaço físico não passa do suporte vazio das propriedades sociais dos agentes e instituições que, estando distribuídos por essa superfície, transformam-na em um espaço social, socialmente hierarquizado: em uma sociedade dividida em classes, qualquer distribuição particular no espaço encontra-se socialmente qualificada por sua relação com a distribuição no espaço das classes e frações de classes, assim com de suas propriedades, terras, casas, etc. (o espaço social)”. A distribuição dos agentes e instituições colocados em diferentes posições dentro de um campo social particular não é aberta e aleatória, ao contrário, segue um padrão de racionalidade que obedece algumas leis sociais de proximidade; “os ocupantes das posições dominantes nos diferentes campos (...) tendem a orientar-se em direção a posições dominantes (ou seja, ocupadas pelos dominantes) do espaço social, [e] as distribuições espaciais dos diferentes campos tendem a sobrepor-se”.⁷³⁸

Daí a concentração, num dado espaço, das lojas de luxo e de diversos outros bens e artigos nessa linha, onde acaba por verificar-se que esse espaço oferece um conjunto de bens de acordo com um sistema de preferências social e que os diferentes agentes e instituições aí presentes, cada qual representando um campo social específico, ocupam posições semelhantes, cada qual em seu campo, para atender um mercado que necessita de cada um deles para ser suprido. Assim, recenseando diferentes tipos de estabelecimentos como teatros, galerias de arte, lojas de diferentes artigos de luxo, jornais, revistas etc., é possível constatar que há uma lógica que os agrupam num dado espaço social e, especialmente caracterizadas sob o prisma da distinção que procuram imprimir para si como marca de divisão de mundo, portanto, de inclusão/exclusão, verifica-se que é na relação entre o conjunto de estabelecimentos de uma dada categoria de comércio que se funda a lógica simbólica da visão e divisão de mundo – distinção. No caso das lojas de luxo há os criadores exclusivos,

⁷³⁷ BOURDIEU, A produção..., p. 33-4.

⁷³⁸ BOURDIEU, A produção..., p. 38.

evocação da tradição, uso de nomes nobres, predomínio das expressões estrangeiras, utilização de expressões eufemizadas para designar cada negócio etc.⁷³⁹

Sintomático dessa oposição – que estrutura todo o espaço da produção cultural – entre um tipo de teatro e outro, refletido nos gostos de cada público e os juízos que acompanham a divisão de mundo que eles encerram em si, é a observação sobre a maneira como a oposição funciona nas mentes, como sistemas de classificação e categorias de percepção, bem como a repercussão – reprodução – disso entre os autores, teatros, críticos e jornais. Assim, o teatro tradicional – boulevard – do público burguês, economicamente caro, espetáculo de simples diversão, e que obedece uma estética imutável de dezenas de anos, seria dotado de clareza, habilidade técnica, alegria, leveza, desenvoltura, enfim, um teatro bem francês; já o teatro de vanguarda, espetáculos subvencionados, que correm riscos econômicos e culturais, de preços reduzidos, que rompe com as convenções e é destinado ao público jovem e intelectual, seria pretensioso, um blefe, dotado de muita seriedade, ausência de humor, falsa gravidade, tristeza do discurso e dos cenários. Trata-se, no fundo de uma divisão de visão, entre a vida sombria e a vida prazerosa, e “tal visão encontra seu fundamento em duas maneiras bastante diferentes de *denegar o mundo social*”.⁷⁴⁰

Os críticos e seus veículos de divulgação – em especial a imprensa – reproduzirão a oposição canônica conforme a posição ocupada por cada agente ou instituição no campo; “os críticos – por sua vez, distribuídos no espaço da imprensa, segundo a estrutura que se encontra na origem do objeto classificado e do sistema de classificação que eles aplicam – reproduzem, no espaço dos julgamentos pelos quais eles o [objetos culturais] classificam e se classificam, o espaço no qual eles próprios são classificados (...). Dito por outras palavras, os diferentes julgamentos proferidos (...) variam, em seu conteúdo e forma, segundo o órgão de imprensa no qual eles se exprimem, ou seja, desde a maior distância do crítico e de seu público ao mundo intelectual até a maior distância [ao objeto criticado] (...) e a seu público burguês e a menor distância ao mundo intelectual”.⁷⁴¹

Quando se analisa o comportamento dos jornais e seus críticos, o sentido e estilo dos discursos veiculados por cada qual – até mesmo ao silêncio de alguns diante de certos fatos – é preciso avaliar esse conjunto de comportamentos factuais com a sintonia de cada qual – jornal e crítico – com seu público leitor. O aumento do nível de instrução dos leitores – que condiciona a oferta e difusão de informações ou mensagens adequadas a esse nível de

⁷³⁹ BOURDIEU, A produção..., p. 38-9.

⁷⁴⁰ BOURDIEU, A produção..., p. 40-1. Grifos no original

⁷⁴¹ BOURDIEU, A produção..., p. 41-3.

instrução – é acompanhada por um aumento da representação da fração das classes dominantes – professores e executivos do setor público, na França – que passam a ler os periódicos que apresentam um nível mais elevado de difusão, se destacando por essa elevada taxa de leitura – lerem mais – em relação a outras frações; mas ocorre também o fenômeno diferente, onde outras frações das classes dominantes – grandes comerciantes e industriais, na França –, mesmo lendo menos em relação ao conjunto, diminuindo, desta forma, a representação das frações das classes dominantes, se destacam pela elevada taxa de leitura de periódicos com níveis mais baixos de difusão. Enfim, o espaço dos discursos reproduz uma ordem própria, a ordem dos órgãos de imprensa e dos respectivos públicos para os quais são produzidos cada discurso, cada órgão de imprensa, cada público, havendo como uma identidade, um sentido de tomada de posição distinta e definida, quanto mais coincidir e assemelhar a posição de classes – ou fração de classe – de um agente com a posição do jornal e de seus críticos articulistas. Os julgamentos expressos por cada jornal espelham ou refletem a posição ocupada pelo jornal e seu público no espaço social, havendo até posições de centro e respectivo público, inclusive de frações antagônicas, como espaço neutro nesse universo cultural.⁷⁴²

O discurso teatral tem os fundamentos de sua afirmação ou recusa conforme o público a que ele se destina, mais especificamente ao mercado correspondente ao campo e a fração da classe social pertinente. “O teatro, que só consegue funcionar respaldado na conivência total entre o autor e os espectadores (...) constitui a melhor demonstração de que o sentido e o valor das palavras (e sobretudo, ‘palavras apropriadas’) dependem do mercado em que são colocadas; de que as mesmas frases podem receber sentidos opostos quando se dirigem a grupos animados por pressupostos antagonistas”; daí a razão porque é estreita a correspondência entre as categorias de teatro e as divisões das classes dominantes. Os embates entre as diferenças e oposições do campo revelam concretamente – e diferentemente das objetivações parciais da polêmica interesseira e do cinismo calculista de cada posição, sempre lembrado pelo adversário – a “homologia estrutural e funcional entre a posição de determinado escritor ou artista no campo da produção e a posição de seu público no campo das classes e das frações de classe”, produto do encontro entre dois sistemas de interesse.⁷⁴³

Os escritores que se imaginam não escrevendo nem servindo a ninguém, além de se vincular rigorosamente à sua estética e seus interesses nele circunscritos, em realidade estão servindo sinceramente e com irreconhecimento de causa a “interesses específicos, altamente

⁷⁴² BOURDIEU, A produção..., p. 43-51 e nota de rodapé n. 33.

⁷⁴³ BOURDIEU, A produção..., p. 52-3.

sublimados e eufemizados, (...) logicamente associado a uma certa posição em um certo campo e que (salvo nos períodos de crise) é bem feito para ocultar, aos próprios olhos de seus defensores, as implicações políticas nele contidas”. Essa lógica das semelhanças ou correspondências – homologias – impele que as práticas e obras dos agentes de um campo de produção cultural especializado e relativamente autônomo, sejam superdeterminadas, onde os produtos de seu funcionamento – desde a moda, até ao romance – funcionam diferencialmente, como instrumentos de distinção entre frações de classes e entre as classes.⁷⁴⁴

Essa homologia de posições entre agentes em diferentes campos é, em realidade, fundamento de uma convivência objetiva entre eles, de tal modo que um crítico de arte escreverá aquilo que seu público quer ler, com fundamento na posição ocupada por ambos na estrutura de campo de cada qual, e estará defendendo os interesses ideológicos de sua clientela, com mais eficácia e sinceridade, quando defender seus próprios interesses de intelectual “contra seus adversários específicos, ou seja, os ocupantes de posições opostas no campo da produção”. Um crítico sempre terá inscrito nele o julgamento que será proferido pelo seu adversário e fará um julgamento desse julgamento.⁷⁴⁵

O jornal, o jornalista e o público do jornal – e jornalista – estão ajustados entre si, num acordo sincero, perfeito e imediato entre as expectativas inscritas na posição ocupada e as disposições do ocupante, pelo fato de que “as estruturas objetivas do campo da produção estão na origem das categorias de percepção e apreciação que estruturam a percepção e a apreciação de seus produtos”. Assim, os pares antitéticos – classificação das oposições entre pessoas e instituições – existem e funcionam somente em suas relações mútuas, como esquemas classificatórios e instituidores de uma identidade e significação visão de mundo e vida, enfim, o devido lugar e o papel social de cada um, e que permite dar a todos um sentido de orientação social e onde é classificado ou desclassificado – qualificado ou desqualificado – se movimentar dentro do espaço social hierarquizado tendo em vista os ganhos simbólicos e materiais correlatos ao consumo ou ostentação de coisas raras ou vulgares.⁷⁴⁶

Trata-se de um domínio prático, inconsciente mesmo, que permite ao agente sentir e pressentir o que deve fazer, onde fazer, e a maneira com e com quem fazer. Não se trata de um cinismo calculista, mas uma percepção – disposição – já incorporada no agente, do conhecimento e vivência de tudo que foi feito, se faz, aqueles que fazem e onde fazem, que

⁷⁴⁴ BOURDIEU, A produção..., p. 53-4 e nota de rodapé n. 43.

⁷⁴⁵ BOURDIEU, A produção..., p. 54-6.

⁷⁴⁶ BOURDIEU, A produção..., p. 56-7.

acaba sendo automaticamente – naturalmente – reproduzido conforme sua posição no campo. “A escolha de um lugar de publicação, editor, revista, galeria, jornal, só é tão importante porque a cada autor, a cada forma da produção e do produto, corresponde um *lugar natural* no campo da produção”. Aqueles produtores e seus produtos que não se encontram no devido lugar – deslocados – estão condenados ao fracasso, e receberá toda condenação da posição estrutural onde ele não deveria estar. Editores, produtores, críticos etc., somente exercem influência perante seus leitores/público ou são reconhecidos por eles, porque os leitores/público atribuem – outorgam – tal poder a eles, de acordo com a posição estrutural que se encontram cada um, que é semelhante ou corresponde – cada qual em seu campo – a uma mesma visão e divisão de mundo social, portanto, de preferências e *habitus*.⁷⁴⁷

“A cada posição corresponde um certo número de *pressupostos*, uma *doxa*, e a homologia das posições ocupadas pelos produtores e seus clientes é a condição dessa cumplicidade que é tanto mais exigida quanto (...) o que se encontra engajado for mais essencial e estiver mais próximo dos investimentos decisivos. Pelo fato de que o domínio prático das leis do campo orienta as escolhas pelas quais não só os indivíduos se agregam a grupos, mas também os grupos cooptam os indivíduos, é que se realiza com tanta freqüência o acordo miraculoso entre as estruturas objetivas e as estruturas incorporadas que permite aos produtores de bens culturais a produção, com toda a liberdade e sinceridade, de discursos objetivamente necessários e sobredeterminados”. A sincera eufemização e duplicidade do discurso – que traduz a manifestação e a realização da ação de eficácia simbólica do discurso ideológico – é produto dos interesses específicos associados a determinada posição em um campo especializado, interesses esses relativamente autônomos em relação aos interesses da classe, que só podem ser satisfeitos legitimamente se cumprirem perfeitamente as leis específicas do campo; é produto também da relação de homologia – semelhança, correspondência – entre todos os diferentes e específicos campos sociais de luta que foram organizados com base na distribuição desigual de determinadas espécie de capital, e que faz seus discurso puramente internos – igualmente eufemizados ou altamente censurados – terem

⁷⁴⁷ BOURDIEU, A produção..., p. 57-8. Grifos no original. Os editores de livros têm consciência de que o sucesso de um livro depende do lugar de lançamento, no sentido de que eles sabem o que é ou não é feito para cada um deles. O ajustamento entre o autor e o editor, entre o livro e o público, é resultado de uma série de escolhas onde intervêm a marca que está identificada com a imagem do editor. Essa imagem significativa para o meio – ou todo o campo – é que “escolhe” o autor – através da imagem/reputação os autores escolhem o editor; através dessa imagem/reputação os editores escolhem os autores pela idéia que ele faz de si e sua editora – bem com os leitores, pois – para o público – a imagem do editor contribui por acabar definindo o autor. Não é sem razão que um editor pode afirmar categoricamente que cada editor é o melhor em sua categoria. In: BOURDIEU, A produção..., p. 58, nota de rodapé n. 53.

um desempenho e função igualmente externa ao campo, não por ação consciente, mas como resultado de uma correspondência estrutural.⁷⁴⁸

O tempo – longo e curto – tem uma função no campo dos bens culturais: ele acaba definindo o que é empreendimento comercial e o que é empreendimento cultural. Empreendimento comercial é aquele que tem seus produtos oferecidos ao mercado, mas correspondendo a uma demanda preexistente – interesses preexistentes – e a formas preestabelecidas, sendo também caracterizado por um ciclo curto de produção – marcado pela rápida obsolescência – basicamente preocupado em minimizar os riscos de comercialização dos produtos, por isso dotado de um circuito de comercialização e procedimentos agressivos de publicidade, tudo voltado para o rápido retorno dos ganhos. O empreendimento cultural é caracterizado por um ciclo longo de duração, onde se aceita os riscos inerentes aos investimentos culturais e a submissão às leis específicas do comércio de arte, cujo mercado presente é praticamente inexistente, sendo a produção votada para o futuro, com o risco de não se tornar objeto cultural.⁷⁴⁹

Conforme os investimentos de risco a longo prazo, e os investimentos seguros a curto prazo; conforme o catálogo de escritores de longa duração ou os escritores de curta duração; assim, as diferentes editoras podem ser classificadas. Verifica-se que o “tamanho da empresa e o volume da produção não orientam somente a política cultural através do peso das despesas fixas e da preocupação correlata com o rendimento do capital, mas afetam diretamente a prática dos responsáveis pela seleção dos manuscritos: diferentemente do *grande* editor, o pequeno pode conhecer pessoalmente, com a ajuda de alguns conselheiros que, ao mesmo tempo, são autores da editora, o conjunto dos livros publicados”. É notório que o responsável por uma grande empresa editorial não conhece – não lê – os manuscritos e os autores que edita, sendo que o editor de vanguarda enfrenta riscos financeiros para colher os lucros – benefícios – simbólicos de seus investimentos, perseguindo “o único lucro específico concedido pelo campo, pelo menos a curto prazo, ou seja, o ‘renome’ e a ‘autoridade intelectual’ correspondente”.⁷⁵⁰

O editor de vanguarda adota estratégias nas suas relações com a imprensa, ressaltando sempre o ideal intelectual de distinguir o sucesso a curto prazo e o valor propriamente artístico, não se beneficiando da publicidade gratuita dos artigos de imprensa – sempre atrás das obras premiadas –, dependendo da ação de alguns descobridores – autores e críticos de

⁷⁴⁸ BOURDIEU, A produção..., p. 58-9.

⁷⁴⁹ BOURDIEU, A produção..., p. 59-61.

⁷⁵⁰ BOURDIEU, A produção..., p. 62-4.

vanguarda – que dão crédito à editora de vanguarda; ao contrário da grande empresa editora, que procura promover seus produtos através de mobilização constante do conjunto de agentes e instituições que publicizam seus produtos e sempre estão atrás dos grandes prêmios e da notoriedade – e vendas – que isso lhe garante. Nesse contexto as empresas e editores de vanguarda dependem do sistema de ensino, pois ele é o “único capaz de oferecer devotos e fiéis em condições de reconhecerem as virtudes daqueles que pregam no deserto”.⁷⁵¹

A busca do lucro rápido por um lado, e a busca do lucro diferido por outro, dão origem a duas organizações de produção e comercialização diversas, duas visões de mundo sobre a atividade do escritor, do editor – tanto o simples comerciante como o descobridor audacioso alcançarão sucesso, se souberem pressentir ou adiantar-se às leis específicas do campo e de cada respectivo mercado ainda por se realizar – etc., e também do respectivo sentido de sucesso. Para escritores burgueses e seu público, sucesso é por si garantia de valor, e está fundamentado no número de exemplares por tiragem, sendo que, quando os críticos predizem o sucesso por vir, é a glória do autor; fracasso, portanto, está relacionado à ausência de público. Para escritores de vanguarda, sem considerar o fracasso como garantia de qualidade, o sucesso em si é suspeito, diferindo para o futuro os ganhos simbólicos e materiais; o retorno dos investimentos é operado, em realidade, a fundo perdido, onde o tempo interposto entre o investimento e o reconhecimento tardio é anteparo e serve para dissimular o lucro prometido pelo investimento mais desinteressado.⁷⁵²

Essa oposição estrutural entre arte comercial e arte de vanguarda, esse princípio de visão e divisão do mundo em operação, instituindo distinção, portanto, inclusão/exclusão no mundo social, dentro de campos específicos, em especial o campo cultural, também dissimula “a verdade da relação entre o campo da produção cultural e o campo do poder ao reproduzir, na lógica específica do campo intelectual, (...) sob a forma transfigurada do conflito entre duas estéticas, a oposição (que não exclui a complementaridade) entre as frações dominadas e as frações dominantes da classe dominante, ou seja, entre o poder cultural (associado à menor riqueza econômica) e o poder econômico e político (associado à menor riqueza cultural)”. Trata-se da imposição da visão legítima de mundo, conflito político sobre o que esteticamente – no caso do campo cultural – merece ser representado por artistas e intelectuais e a maneira correta de fazer tal representação, enfim, conflitos políticos extremamente eufemizados buscando a imposição legítima da definição dominante da realidade social.⁷⁵³

⁷⁵¹ BOURDIEU, A produção..., p. 64-5.

⁷⁵² BOURDIEU, A produção..., p. 65-8 e nota de rodapé n. 65.

⁷⁵³ BOURDIEU, A produção..., p. 69.

A arte da reprodução contínua de um certo tipo de teatro, como teatro burguês, é sempre reprodutora da construção de esquemas geradores da representação legítima, reta, direita, ortodoxa, da realidade social, buscando sempre dar ao seu público cativo “a experiência tranquilizadora da evidência imediata da representação, (...) da necessidade do modo de representação e do mundo representado”. São as frações dominadas da classe dominante, com movimentos contestatórios introduzidos no campo da produção, que procuram modificar a visão do mundo e derrubar as hierarquias fixadas como legítimas, hierarquias temporais e temporárias sintonizadas com o gosto burguês. A “contestação das hierarquias artísticas instituídas e o deslocamento herético do limites socialmente admitidos entre o que merece ser conservado, admirado e transmitido, por um lado, e, por outro lado, o que não tem tal merecimento, só poderá exercer um efeito propriamente artístico de subversão se reconhecer tacitamente o fato e a legitimidade dessa delimitação, ao transformar o *deslocamento* de tais limites em um ato artístico e ao reivindicar, assim, para o artista o monopólio da transgressão legítima dos limites entre o sagrado e profano, portanto, das revoluções dos sistemas artísticos de classificação”.⁷⁵⁴

O campo da produção cultural é o espaço por excelência do enfrentamento entre frações dominantes das classes dominantes e frações dominadas das classes dominantes. Esse conflito realiza “em um único e mesmo campo, a integração dos diferentes subcampos socialmente especializados, mercados particulares completamente separados no espaço social e, até mesmo geográfico, em que as diferentes frações da classe dominante podem encontrar produtos ajustados a seu gosto, tanto em matéria de teatro, como em matéria de pintura, costura ou decoração”. Assim, o que é simples polêmica entre dois pontos de vista do mundo cultural, em realidade encobre empresas poderosas do ponto de vista econômico que tratam os bens culturais como produtos comuns, e empresas fundadas num capital cultural e na denegação da economia comercial; empresas estabelecidas e empresas de fundação recente e de pequeno porte, tanto comercial quanto a de vanguarda.⁷⁵⁵

No campo das galerias de arte repete-se muito das análises do que foi observado para o campo da atividade editorial, entretanto, observa-se novamente que “as diferenças que separam as galerias segundo sua antiguidade (e notoriedade), portanto, segundo o grau de consagração e o valor mercantil das obras que possuem, são confirmadas por diferenças na relação com a ‘economia’”. Assim, galerias de venda, que não possuem uma estrutura altamente profissional, com profissionais e equipe técnica qualificada – desprovidos de

⁷⁵⁴ BOURDIEU, A produção..., p. 69-70. Grifos no original.

⁷⁵⁵ BOURDIEU, A produção..., p. 70-1.

escuderia –, expõem de maneira eclética diversos pintores de época, escolas e idades bastante diferentes, obras produzidas em número reduzido e que podem encontrar compradores além dos colecionadores profissionais e semi-profissionais, atraindo para si uma fração dos pintores de vanguarda já com reputação e oferecendo-lhes uma consagração comprometedora através do mercado com preços mais elevados que nas galerias de vanguarda. Já outras galerias mais tradicionais ou consagradas datam as pinturas e as reagrupam por escolas, permitindo um comprador conhecer a evolução e lógica de desenvolvimento artístico de uma dada escola e seus representantes.⁷⁵⁶

A empresa de produção cultural acaba tendo, assim, dois modos de vida, dois ciclos de diferentes de existência, que correspondem a dois modos diferentes de envelhecimento das empresas, produtores e produtos. A trajetória das empresas de vanguarda e da pequena empresa comercial, até a consagração cultural – em uma – e o sucesso comercial – em outra – que cada um almeja, são duas trajetórias que não se confundem, em realidade excluem-se totalmente. Não é possível que uma pequena empresa comercial possa alcançar a consagração cultural, assim como não é possível quem grande escritor comercial possa vir a ocupar um lugar na vanguarda consagrada. A empresa comercial, preocupada com o capital econômico-comercial, apenas pode crescer ou desaparecer, distinguindo-se uma das outras pelo tamanho que alcançam ao longo do tempo.⁷⁵⁷

As empresas de vanguarda, que denegam a economia em seu sentido estrito de lucro e comércio imediato, submetidas à lógica da economia dos bens culturais, estabelece uma oposição entre os novos e os antigos, pretendentes e titulares, vanguarda e clássico, paradoxalmente fundada na oposição econômica entre barato e caro, pobre e rico. O envelhecimento de tais empresas é acompanhado de uma transformação econômica delas – se não administrado, o aumento do tamanho da empresa obriga-a buscar o lucro, devido ao aumento das despesas fixas, portanto, obriga-as à vulgaridade da publicidade –, propício para determinar o afrouxamento da denegação da economia, que sempre mantém uma relação dialética com o faturamento e o tamanho da empresa. Desta forma, a única defesa possível contra o envelhecimento, mais especificamente contra a queda de reputação que ela implica, é a empresa recusar-se a crescer pelos ganhos e para o lucro, recusar-se a ingressar na dialética do lucro, devido à desvalorização e vulgarização que ela sempre implica.⁷⁵⁸

⁷⁵⁶ BOURDIEU, A produção..., p. 71-2.

⁷⁵⁷ BOURDIEU, A produção..., p. 72.

⁷⁵⁸ BOURDIEU, A produção..., p. 72-3.

Quando a editora da vanguarda, depois de certo tempo, passa a explorar o seu capital cultural acumulado, ela passa a coexistir com duas economias diferentes, ou seja, uma voltada para produção, autores e pesquisa, e outra voltada para exploração do acervo e divulgação e difusão dos produtos consagrados; são duas economias contraditórias e incompatíveis, a organização de uma é inadaptada para outra, pois produzir, difundir e valorizar um determinado produto passa a não se coadunar com investimentos de riscos frente às obrigações de gestão e difusão que passam apesar sobre e editora. Desta forma, as empresas de produção cultural acabam transmutando como tempo, em especial, acelera-se tal processo quando ocorre o falecimento de seu fundador.⁷⁵⁹

Em relação aos produtos, as diferenças existentes entre as empresas editoras de vanguarda e as grandes empresas editoras comerciais, se estende da seguinte forma: o *novo* desprovido momentaneamente de valor econômico, o *velho* totalmente desvalorizado e o antigo ou *clássico* dotado de valor econômico constante ou crescente. Já em relação aos produtores, as diferenças se estabelecem na seguinte linha: a vanguarda é recrutada entre os jovens – biológicos – sem estar circunscrita em uma geração, havendo também autores e artista acabados ou ultrapassados – que do ponto de vista biológico podem ser jovens – e, por último, a vanguarda consagrada, os clássicos. Nesse último caso, em relação aos produtores de arte plásticas, a idade biológica dos artistas e a idade artística deles irá determinar diferenças sobre onde irão expor suas obras, bem como uma relação entre sua idade biológica e a posição das galerias no campo da produção que expõem suas obras, além disso, diferenças advirão quanto ao modo de consagração de cada um, carreira que estabelece, relacionamentos políticos e lucros simbólicos e materiais, etc.⁷⁶⁰

O que se sucede no mundo das artes plásticas repete-se no mundo dos escritores. Intelectuais com sucesso são mais jovens que autores de livros comerciais de grande vendagem e são menos reconhecidos pelos júris literários – a não ser para premiações voltadas para as obras intelectuais e seus autores –, bem como recebem menos condecorações oficiais. Livros de grandes vendagens são editados por grandes editoras comerciais, especializados em vendas rápidas, enquanto que obras intelectuais são vendidas por editoras voltadas para o público intelectual, enfim, duas categorias de escritores e duas categorias de editores que não podem ser comparados – equiparados – na prática.⁷⁶¹

⁷⁵⁹ BOURDIEU, A produção..., p. 73-4.

⁷⁶⁰ BOURDIEU, A produção..., p. 74-81.

⁷⁶¹ BOURDIEU, A produção..., p. 82.

Outro fenômeno que se observa, à semelhança do que se verifica ao analisar a distribuição espacial das casas de espetáculos, como teatros, no espaço geográfico de uma cidade, é que há também um valor social da residência privada, diretamente relacionada com as características sociais do bairro onde se situa, por sua vez relacionada com as características sociais da população de moradores, por sua vez relacionada com as características sociais dos lugares públicos, enfim, um inter-relacionamento interessado, estruturalmente estabelecido e que é produto e reiteração de uma visão e divisão de mundo. O “valor social dos diferentes bairros depende também da representação que os agentes têm do espaço social; por sua vez, tal representação depende não só de sua posição na classe dominante, mas igualmente de sua trajetória social”.⁷⁶²

A população de escritores numa cidade como Paris se distribuem de acordo com o seu patrimônio e recursos financeiros, mas também conforme suas disposições – *habitus* – que exprimem o estilo de sua obra e sua particular maneira de realizar-se como escritor na plenitude de sua condição, enfim, ser um autor definido, jungido a um espaço que agregue a essa definição como, por exemplo, freqüentar os lugares mais bem freqüentados – conforme suas disposições estruturais – para tirar o máximo proveito dos encontros ocasionais ou previsíveis. O espaço físico é – talvez antes de tudo – também um espaço social, portanto, um lugar onde determinados efeitos sociais se produzem, por reunir contatos e relacionamentos que facilitam e favorecem os próprios efeitos da acumulação de capital social. Desta forma, autores comerciais moram em determinados bairros tipicamente burgueses, enquanto que autores intelectuais preferem os subúrbios e determinados bairros não-burgueses.⁷⁶³

Uma característica do campo cultural é que ele sempre procura se vincular à juventude, pelo menos na sua parcela intelectual e ligada à vanguarda. Tal primado da juventude está relacionada com a lei fundamental do campo cultural, que sempre está denegando o poder e a economia que está na origem dos comportamentos dos seus agentes. A juventude está relacionada a certos comportamentos e atributos de contestação, e isso se manifesta em toda sua *hexis* – disposições, *habitus*, propriedades associadas ao uso do corpo e que é exteriorização da posição ocupada pelo agente no mundo social – corporal, como na indumentária que veste; tal fato se identifica com o comportamento de artistas e intelectuais que, tanto em sua representação de mundo quanto na realidade em que vivem, tornam a

⁷⁶² BOURDIEU, A produção..., p. 83-4

⁷⁶³ BOURDIEU, A produção..., p. 84-5.

oposição jovem/velho como semelhante – ou correspondente – à oposição, de um lado, poder e seriedade burgueses, e de outro, indiferença ao poder e dinheiro.⁷⁶⁴

Os burgueses, ao seu modo – vale dizer, com seus valores e visão de mundo – denominam por intelectual – ou identificam tal qualidade – os jovens burgueses, uma vez que eles ainda não acederam à idade madura, portanto, não acessaram às posições de poder que lhes estão reservados, mas estão se preparando para tal. Quanto mais jovens eles abandonarem as práticas de irresponsabilidade adolescente, ocupando posições de responsabilidades mais cedo, aí eles estarão sendo identificados como intelectuais, profissionais precoces, agentes na mesma faixa etária mas com diferentes idades sociais – marcados por diferentes atributos e condutas simbólicas – em função do destino futuro ao qual estão determinados. Quanto mais cedo ele ingressa numa escola de prestígio mais prodigioso ele será considerado, portanto, intelectual frente aos demais.⁷⁶⁵

Juventude é mudança e originalidade, e a identificação com tal privilégio somente poderá ser compreendida cabalmente quando se entender a relação do artista com os burgueses. Isso se relaciona, também, com a lei específica da mudança do campo da produção, vale dizer, com “a dialética da distinção que vota as instituições, escolas, obras e artistas – que, inevitavelmente, estão associados a determinado momento da história da arte, que *fizeram época* ou *ganharam notoriedade* – a caírem no passado, tornarem-se *clássicos* ou *desclassificados*, serem lançados para *fora da história* ou ‘passarem à história’, ao eterno presente da *cultura* em que as mais incompatíveis tendências e escolas ‘em atividade’ podem coexistir pacificamente por terem sido canonizados, academizadas, neutralizadas”. Mas o envelhecimento também atinge empresas e autores, quando permanecem apegados a modos de produção que fizeram época e estão datados, assim como quando acabam se fechando em esquema de percepção ou apreciação, convertidas em normas duras e eternas, impeditivas de visualização e aceitação do novo.⁷⁶⁶

A história de um campo “é a história da luta pelo monopólio da imposição das categorias de percepção e apreciação legítimas; é *a própria luta* que faz a história do campo; é pela luta que ele se temporaliza”. Assim, o envelhecimento dos autores, obras e escolas não é fruto de um capricho inexorável do tempo, mas diferentemente, resultado da luta continuada e inesgotável entre aqueles que fizeram época e fazem de tudo para permanecer dominando o campo, por um lado, e aqueles novos pretendentes que são obrigados a remeter para o passado

⁷⁶⁴ BOURDIEU, A produção..., p. 85.

⁷⁶⁵ BOURDIEU, A produção..., p. 85 e nota de rodapé n. 84.

⁷⁶⁶ BOURDIEU, A produção..., p. 85-7. Grifos no original.

os que estão evidência e querem se eternizar no presente, para assumirem seu lugar e passarem a fazer a nova época – que futuramente será combatida por novos agentes da mesma forma –, por outro lado; enfim, “entre os dominantes que estão comprometidos com a continuidade, a identidade, as reprodução, e os dominados, os recém-chegados, que estão interessados na descontinuidade, ruptura, diferença, revolução”.⁷⁶⁷

Quem faz época impõe sua marca, faz reconhecer sua diferença em relação a tudo e todos, faz existir uma nova posição além das posições ocupadas e à frente dessas posições, na vanguarda. A introdução de uma diferença é uma produção de tempo, e cabe às marcas distintivas identificar “as mais superficiais e visíveis das propriedades associadas a um conjunto de obras ou produtores”, onde as “palavras nomes de escolas ou de grupos, nomes próprios, só tem tanta importância porque eles fazem as coisas”. Os sinais distintivos produzem a existência num universo onde “existir é diferir, ‘fazer um nome’, um nome próprio ou nome comum (a um grupo)”. Nesse processo de luta pelo reconhecimento, são produzidos falsos conceitos – como instrumentos práticos de classificação – com função de sinais de reconhecimento de/por artistas, críticos titulares, diferenciando e discriminando criadores, produtos, comerciantes, espaços.⁷⁶⁸

Aos recém-chegados não resta outra alternativa a não ser agir buscando remeter para o passado os produtores consagrados, nesse processo se medindo com eles, seu produtos e seus gostos, para impor seus novos produtos, gostos, sua nova legitimidade. “É assim que as diferentes galerias ou editoras, à semelhança dos diferentes pintores ou escritores, distribuem-se em cada instante segundo a respectiva idade artística, ou seja, segundo a antigüidade de seu modo de produção artística e segundo o grau de canonização e secularização desse esquema gerador que, ao mesmo tempo, é esquema de percepção e apreciação”. Daí que em cada instante do tempo, seja em que campo social de luta for, os agentes e instituições envolvidos no jogo do campo estão, “ao mesmo tempo, contemporâneos e temporalmente discordantes. O *campo do presente* não passa de outro nome do campo de lutas (como é demonstrado pelo fato de que um autor do passado está presente na exata medida em que ele está em jogo) e a contemporaneidade (...) só existe praticamente *na própria luta que sincroniza* tempos discordantes (...); no entanto, a luta que *produz* a contemporaneidade como confronto de tempos diferentes só poderá ser travada porque os agentes e os grupos que ela opõe não estão presentes no mesmo presente”, como pode ser verificado quando, por exemplo, a vanguarda

⁷⁶⁷ BOURDIEU, A produção..., p. 88. Grifos no original.

⁷⁶⁸ BOURDIEU, A produção..., p. 88-9.

assevera que ela não tem contemporâneos que a reconhecem ou são por ela reconhecidos, a não ser por outros pares da vanguarda – que aí são vanguarda.⁷⁶⁹

Verifica-se que, em cada instante, a vanguarda está separada por uma geração artística da vanguarda já consagrada, que, por sua vez, está separada por uma outra geração artística quando ingressou no campo social de lutas e afirmação, e assim por diante; o tempo, assim, mede os diferentes estilos. Os recém-chegados sabem que os autores consagrados dominam o campo da produção e o mercado, tanto o mercado mais caro e rentável como os mais aceitáveis devido a já uma familiarização e banalização de seus produtos, assim, ao impor ao mercado seus novos produtos, eles sabem também que atingirão consumidores que se distinguiram pelos produtos distintivos já consagrados. “Impor ao mercado, em determinado momento, um novo produtor, um novo produto e um novo sistema de preferências, é fazer deslizar para o passado o conjunto dos produtores, dos produtos e dos sistemas de preferências hierarquizados sob a relação do grau de legitimidade adquirida”. A temporalidade da preferência é dada por esse movimento do campo da produção, sendo as diferentes posições do espaço hierarquizado do campo da produção – reputação e nome de instituições, artistas, escolas etc. – preferências socialmente hierarquizadas que vão encontrar seu espaço de expressão conforme a estrutura do campo em cada época; mudanças estruturais nesse campo significam transformação da sua estrutura de preferências, vale dizer, “do sistema de distinções simbólicas entre os grupos”.⁷⁷⁰

Cada posição nova no campo artístico, correspondente a um novo ato artístico que faz época, introduz uma nova posição no campo deslocando toda série de atos artísticos anteriores, sendo irredutível e irreversível a qualquer outro ato situado em outra série anterior. Observa-se, então, que cada novo ato artístico é único e singular, inclusive no caso dos denominados retornos de estilos passados, retornos esses sempre aparentes por estarem marcados por uma negação específica com tudo que foi feito no passado. O trabalho artístico transformou-se, ao longo do tempo, em trabalho intelectual e comentado cada vez mais por intelectuais; criar é introduzir distâncias e criticar é ressaltar essas distâncias e só os iniciados possuem a percepção requerida pelo campo. Tal modificação no campo artístico deveu-se a “constituição de um conjunto, sem precedentes, de instituições de registro, conservação e análise das obras (reproduções, catálogos, revistas de arte, museus que expõem as obras mais modernas, etc.), o aumento do pessoal dedicado, em tempo completo e parcial, à celebração da obra de arte, a intensificação da circulação das obras e dos artistas (...), tudo contribui para

⁷⁶⁹ BOURDIEU, A produção..., p. 89-90.

⁷⁷⁰ BOURDIEU, A produção..., p. 91-2.

favorecer a instauração de uma relação sem precedentes, análoga àquela que conhecem as grandes tradições esotéricas, entre o corpo dos intérpretes e as obras de artes”.⁷⁷¹

Por isso, o discurso sobre a obra de arte não pode ser mais entendido ingenuamente como um simples acompanhamento destinado a facilitar a sua compreensão e modo apreciação, mas como um momento importante da produção da obra, uma vez que o que estará sendo reproduzido pelo discurso é justamente o seu sentido e valor. Assim, o desvelamento de uma obra de arte contém a contínua recriação dela com algo bem-feito pelos milhares de interessados que por ela se interessam através das leituras, classificações, decifrações, comentários, críticas, reproduções, combates, conhecimentos e aquisições. Nesse processo o enriquecimento da obra através do envelhecimento é a incorporação nela da parcela de energia da luta social que foi objeto. “A luta, que remete a obra para o passado, é também o que lhe garante uma forma de sobrevivência: arrancando-a ao estado de letra morta, de simples coisa do mundo votada às leis comuns do envelhecimento, ela garante-lhe, no mínimo, a eternidade triste do debate acadêmico”.⁷⁷²

1.2.3.1. O COSTUREIRO E SUA GRIFE: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA TEORIA DA MAGIA

“O campo da alta costura deve sua estrutura à distribuição desigual, entre as diferentes *maisons* [empresa comercial de moda, ou *ateliers* de moda], da espécie particular de capital que é fator da concorrência neste campo e, ao mesmo tempo, a condição de entrada em tal competição. As características distintivas das diferentes instituições de produção e difusão, assim como as estratégias que elas utilizam na luta que as opõe depende da posição que ocupam nessa estrutura”. Devido a isso, verifica-se que as instituições da moda que ocupam posições polares no campo – empresas dominantes de um lado, e empresas que recém ingressaram na concorrência de outro lado – revelam opor-se em quase todas as relações consideradas como pertinentes pela lógica específica do campo – localização físico-geográfica da *maison* na cidade, decoração de seu ambiente interno, perfil dos(as) funcionários(as), perfil dos(as) clientes (restrito ou antigos e tradicionais, e a grande massa

⁷⁷¹ BOURDIEU, A produção..., p. 92-6.

⁷⁷² BOURDIEU, A produção..., p. 96-8.

entendida como frações dominadas da classe dominante), tipo de produto comercializado (sobriedade, elegância austera ou audácia espalhafatosa e extravagância) entre outros.⁷⁷³

Tendo em vista essas características de oposições estruturais do campo – pólos dominante e dominado, luxo ortodoxo e ostentação herege etc. – é que os diferentes costureiros se distribuem segundo uma estrutura de posição praticamente invariável de acordo com critérios como tradição ou antigüidade, faturamento, preço dos objetos e produtos, cores utilizadas, número de provas, entre outros mais, condicionando as estratégias que as diferentes casas de moda adotarão na esfera estética e comercial, vale dizer, estratégias de conservação visando manter o capital acumulado – renome da qualidade – e estratégias de subversão, procurando desacreditar a legitimidade e tradição das empresas dominantes, primeiro alçando-as à condição de clássicos, depois desclassificando-as, apropriando-se de sua clientela. Assim, no campo da produção de bens de luxo, a alta costura é onde torna-se mais transparente um dos princípios de divisão da classe dirigente – de acordo com a faixa etária e acumulação de dinheiro e poder – e onde acaba sendo introduzido divisões secundárias. Jovem/idoso, pobre/rico, moderno/tradicional, vanguarda/conservadorismo-tradição, intelectual/burguês, são todos pares marcantes de distinções que irão definir os diferentes tipos de lojas que atenderá cada público. O princípio da equivalência – homologia, semelhança, correspondência – estrutural no campo é marcado pela distinção/identidade idade e dinheiro.⁷⁷⁴

Desta forma, uma loja destinada aos jovens da classe dominante é semelhante a uma loja destinada às frações dominadas da classe dominante – loja do pólo dominado – onde se perpetua a idéia de que é possível ser tradicional e moderno ao mesmo tempo, um burguês na moda. Burguês pobre – intelectual –, independentemente de sua idade biológica, é sempre equivalente a um jovem burguês, segundo a lógica do campo, pois vigora a racionalidade de que a atitude de ambos – audácia indumentária, cortes de cabelo, gostos fantasistas, idéias políticas avançadas, entre outros – é originado pela falta relativa de dinheiro que os acomete. Ambos sempre são jovens, em sua maior parte composta pelos dominantes dominados, e não conseguem negar a hierarquia do dinheiro e da idade, procurando sempre escapar dessa racionalidade constituindo formas menos custosas de vida de luxo. Por exemplo, os artistas investem muito tempo e capital cultural para se apropriarem, por um bom preço, de todos os bens da vanguarda – ante de sua consagração e valorização simbólica e econômica – tais como cafés ou restaurantes populares, objetos antigos, obras de arte, sendo uma fração da clientela – em curto prazo – dos produtores de vanguarda; os artistas, assim, possuem um

⁷⁷³ BOURDIEU, A produção..., p. 115-6.

⁷⁷⁴ BOURDIEU, A produção..., p. 116-8.

estilo de vida que transfigura pobreza em distinção e refinamento, negando o estilo de vida burguês, com seu gosto próprio transformando em arte tudo o que toca e remetendo ao passado o gosto burguês. Como sistema de classificação, as faixas etárias são fatores de disputa simbólica entre classes ou interclasses, pois há o interesse da prevalência de valores ligados ou à juventude ou à velhice.⁷⁷⁵

Como em todo os campos sociais, no campo da moda são os recém-chegados que fazem o jogo, ou seja, recorrerem a estratégias de enaltecimento, ou mesmo o blefe, para se consagrar. Com uma lei geral das relações entre dominantes e pretendentes, os dominantes do campo agem sem riscos e, na sua relação com os pretendentes, estes se ajustam deliberadamente como pretensiosos, exagerando e denunciando-se ao tentar demonstrar a legitimidade de suas pretensões – frente àqueles que bastam ser o que são de forma desprendida para serem considerados convenientes, adequados e ajustados perfeitamente e “naturalmente” ao campo – tal como o pequeno burguês inclina-se e demonstra ao forçar sua hiper-correção lingüística para parecer culto; ou também como o brilho acentuado e deslumbrado do intelectual de primeira geração; ou também em quem possui uma obstinação fascinada em ocupar um terreno – literatura ou arte – que não se sente tão à vontade; ou também os autodidatas que vivem de referências pedantes a autores canônicos; ou também os novos-ricos com seu mau gosto, pretensão e vulgaridade; ou também os arrivistas ou ávidos, erro capital num campo que professa o desprendimento.⁷⁷⁶

Os dominantes só precisam ser o que são para sobressaírem-se e distinguirem-se em sua posição de distinção. Eles recusam estratégias ostensivas e vistosas e basta seguirem tudo aquilo que a nova concorrência lhe atribui como negativo para estar sintonizado e de acordo com as expectativas de seus tradicionais clientes. Os discursos que os celebram também acompanham a sobriedade e a forma descritiva, que é a maneira retórica adequada e apreciada – aceita – pelo público das camadas mais altas da sociedade. Os artigos e publicidade das revistas mais luxuosas da França demonstram ou descrevem, evocam ou sugerem; já as revistas menos cotadas, vinculadas à nova burguesia, “dão a conhecer sem subterfúgio seu segredo porque a pretensão à distinção só pode revelar a verdade tanto da pretensão, quanto da distinção”.⁷⁷⁷

Os costureiros vivem com imposições implícitas – excluir calças das coleções – e explícitas – combinação de cores e tamanho dos vestidos – conforme a época. Os recém-

⁷⁷⁵ BOURDIEU, A produção..., p. 118-9.

⁷⁷⁶ BOURDIEU, A produção..., p. 119.

⁷⁷⁷ BOURDIEU, A produção..., p. 120-1.

chegados quase sempre procuram romper com as convenções em vigor – mistura de cores e materiais – dentro de certos limites convenientes, “sem colocar em questão a regra do jogo e o próprio jogo”. Identificados com a juventude, procuram liberdade, fantasia e novidade, enquanto que a tradição recusa exageros, afetação e efeito, buscando a arte, o equilíbrio e o refinamento. A linguagem da arte, que se respeita e respeita o seu público, é próxima à do comerciante de quadros, que ocupa uma posição homóloga no campo das galerias. “À linguagem da exclusividade, autenticidade e refinamento, com seus componentes específicos – sobriedade, elegância, equilíbrio e harmonia –, a vanguarda opõe *o rigor ou a audácia*, e sempre a liberdade, a jovialidade e a fantasia”.⁷⁷⁸

O campo da alta costura possui, desta forma, sua direita – conservadores – e sua esquerda – revolucionários –, bem como o seu centro, com um lugar neutro que atrai para si unanimidade elogiosa. Os pretendentes podem levar a sério a acumulação de capital de autoridade específico como recurso para se estabelecerem no campo; tratar-se-ia do sacrifício absoluto em favor de sua atividade convertida em verdadeira arte, bem como o investimento na audácia desinteressada da afetação, para ganhar, ao poucos, “os serviços de uma parte do aparelho de celebração”. É, desta forma, que os recém-chegados acabam por introduzir no campo, constantemente, o ardor e o rigor reformista e revolucionário, e faz com que os agentes dominantes do campo continuem a respeitar os valores oficiais do campo, em nome dos quais exerce sua autoridade específica e o respectivo controle daí decorrente. E os costureiros, com suas manifestações de virtude – recusa em ganhar dinheiro, ou o ganho do dinheiro para manter sua arte e o amor à profissão – corresponde à única maneira de obedecer à necessidade do campo.⁷⁷⁹

A busca da rápida vantagem econômica em si levaria à rápida deterioração da marca. “Assim, o controle da utilização do capital específico cabe aos próprios mecanismos [que estruturam o campo] que asseguram sua produção e reprodução, além de tenderem a determinar sua distribuição entre os diferentes agentes que estão em concorrência para se apropriarem dele”. Da mesma forma que ocorre no campo universitário – científico –, nessa concorrência entre dominantes e pretendentes em busca do monopólio das relações autorizadas com o grande público, há todo um controle de todas as formas de barganha da autoridade específica – vulgarização, jornalismo etc. O controle que o próprio jogo sendo jogado no campo obriga, por exemplo, em relação à comercialização da grife, é antes de tudo uma submissão à necessidade própria do campo, vale dizer, não está relacionada a nenhuma

⁷⁷⁸ BOURDIEU, A produção..., p. 121-4. Grifos no original.

⁷⁷⁹ BOURDIEU, A produção..., p. 124-6.

norma ética interna ou externa, pois as virtudes exaltadas em cada campo – na alta costura é o amor à arte e profissão, e na academia é o espírito científico e objetividade – são imposições estruturadas pelo próprio campo, ou “perseguição de interesses que apropria lógica do campo interdiz de reconhecer, a não ser sob a forma incognoscível [desconhecido, ou que recusa-se a admitir] de valores”.⁷⁸⁰

Observa-se que a estrutura do campo e a posição que cada costureiro nele ocupa, também refletirão no gosto ou estilo de vida de cada um. É marcante o fato de que a lei fundamental do campo, princípio de sua estrutura e mudança, está relacionado com o capital específico – onde o tamanho do faturamento econômico-financeiro anual é sua forma reconvertida –, que cresce de acordo com a antigüidade da *maison* “mas até certo ponto, (...) a partir do qual tende ao declínio, chegando ao desaparecimento puro e simples”. Mas a antigüidade não é o princípio exclusivo das hierarquias, pois cada geração está dominada por um costureiro, “aquele mesmo que, como se diz, marcou época ao introduzir, na história relativamente autônoma da moda, a ruptura iniciadora de um estilo”; são verdadeiros fundadores que se distinguem dos seguidores ou aqueles considerados criadores – que conseguem uma marca distintiva, mas não chegam a impô-la aos concorrentes, mas se posicionando em relação a eles –, por passarem a deter – fundadores – um capital de legitimidade específico, capital esse simbolizado pelo seu nome e que “pode *reconverter-se* em capital econômico sob certas condições e dentro de certos limites, em particular, temporais – aqueles que definem a duração do *renome*”.⁷⁸¹

Nas *maisons* mais antigas que sobreviveram ao tempo, observa-se que não mais ocupam a posição que detinham anteriormente, de acordo com um dado capital de prestígio que gozavam. “De fato, em um campo regido pela concorrência para a obtenção do monopólio da legitimidade específica, isto é, para alcançar o poder exclusivo de constituir e impor símbolos de distinção legítimos em matéria de vestuário, a relação entre antigüidade e o capital só pode manter-se dentro de certos limites e mediante estratégias que, habilmente, explorem as leis da economia do campo”. Assim, *maisons* que sobreviveram à morte de seus fundadores passaram a se perpetuar com a exploração comercial da *grife* e aplicação da racionalidade empresarial de gestão de empresas.⁷⁸²

Nessa concorrência – luta pela dominação – do campo, os pretendentes discutem o sistema de produção e avaliação ortodoxo, que foram produzidos e impostos pelas instituições

⁷⁸⁰ BOURDIEU, A produção..., p. 126.

⁷⁸¹ BOURDIEU, A produção..., p. 127-36. Grifos no original.

⁷⁸² BOURDIEU, A produção..., p. 136-7.

dominantes, buscando impor revoluções específicas e, assim, procurando desacreditar os princípios tradicionais de produção e avaliação. Daí nasce o estilo ultrapassado, *démodé*, fora de uso, e marcar uma época é justamente reenviar todos que anteriormente marcaram época para um estatuto honorífico ou honorário do campo, vale dizer, “é fazer história inscrevendo na série de rupturas que definem a *periodização específica* de um campo uma nova ruptura que remete à história a precedente periodização e determina a translação [mudança] de toda a estrutura; é (...) sujeitar-se a ser, mais cedo ou mais tarde, remetido à história por uma ruptura que obedece aos mesmos princípios e às mesmas determinações específicas de todas as precedentes”. Nesse sentido, fazer moda é desclassificar a moda do ano anterior e os produtos daqueles que faziam moda no ano anterior, desapossando-os da autoridade retida por cada um sobre a moda. Nesse processo, os mais antigos contribuem para o seu declínio ao sustentar-se através de estratégias que asseguram sua posição dominante mas que também é seu declínio.⁷⁸³

A sociologia espontânea procura explicar ou justificar, como conflitos de gerações, as mudanças que ocorrem no campo da moda, sem compreender, assim, a sua dinâmica e estrutura específica. A luta não é entre antigos e novos, entre velhos e jovens, cujo resultado é a mudança – translação – que acaba por afetar todo o campo; diferentemente, trata-se da resultante de estratégias antagonistas inseridas dentro de uma estrutura social específica – um campo social – com uma dinâmica singular, cujo princípio de mudança não é um simples processo mecânico, uma vez que verifica-se costureiros abandonando “*maisons* antigas a fim de fundarem suas próprias empresas, escapando assim do declínio coletivo por um movimento individual, na contramão do movimento que afeta a empresa e o campo em seu conjunto”. Essa trajetória de costureiros ou dos denominados responsáveis pela criação é um mecanismo que assegura “a mudança dentro da continuidade: de fato, tudo se passa com se a posse de um capital que só pode ser conquistado na relação com as *maisons* antigas constituísse a própria condição das rupturas bem-sucedidas. Os recém-chegados são, na maior parte das vezes, desertores das *maisons* estabelecidas que devem seu capital inicial de autoridade específica à sua passagem anterior por uma grande *maison* (sempre lembrada em suas biografias)”.⁷⁸⁴

Esse capital inicial, tendo em vista sua natureza e modo de aquisição específico, é em realidade uma relação de familiaridade com um certo meio e reforça – ou pelo menos não contraria – “a crença carismática da autocriação do criador”. Ele será mais importante “quanto

⁷⁸³ BOURDIEU, A produção..., p. 137-8.

⁷⁸⁴ BOURDIEU, A produção..., p. 138-9. Grifos no original.

mais elevada for a posição ocupada pelo recém-chegado em uma *maison* de maior prestígio (...) [e] paradoxalmente, o capital de *autoridade* e de *relações* (pelo menos, tanto quanto de *competência*), adquirido ao freqüentar *maisons* antigas, coloca o costureiro de vanguarda ao abrigo da condenação radical de que seria passível por suas audácias heréticas”. Tal condenação é verdadeira em qualquer campo, como o científico ou mesmo religioso.⁷⁸⁵

O grau de consagração das casas de moda é mantido dentro de um prazo relativamente curto, qual seja, de cerca de trinta anos para uma *maison* chegar ao apogeu, revelando que a moda, tal como a canção, fotografia, romance popular, entre outros, acabe por situar-se na categoria dos bens simbólicos perecíveis de tempo de curta duração, e seu efeito simbólico de distinção é fruto do uso sistemático das diferenças temporais, vale dizer, das mudanças. O fato de haver uma equivalência – homologia, semelhança, correspondência – de hierarquia entre os diferentes campos, fazendo com que os diferentes agentes se posicionem conforme cada estrutura, mas também tenham, cada qual em seu campo, práticas e discursos semelhantes de acordo com a posição ocupada na hierarquia estrutural, isso não significa que não haja diferenças associadas às especificidades de cada campo, conforme cada posição e hierarquia legítima assim fixada. Desta forma, um costureiro consagrado que procure transferir para o campo da arte os seus produtos – em realidade seu capital social acumulado –, irá receber as críticas do universo da arte por tal ousadia; o “campo de categoria superior se mobiliza para fazer lembrar as hierarquias”, obrigando que o costureiro oponha e reafirme sua autoridade específica de costureiro diante dos especialistas da arte legítima.⁷⁸⁶

Assim, as referências às artes nobres e legítimas – pintura, escultura e literatura –, fontes de metáforas e temas – ligados à aristocracia – elegantes e prestigiosos ao mundo das roupas e da moda, é uma homenagem que a arte menor presta à arte maior, uma usurpação que ao mesmo tempo reconhece as hierarquias, onde a arte da moda é um lugar inferior na hierarquia da legitimidade artística; fato que se sucede em outros campos, como, por exemplo, a dos antiquários – que comerciam antigüidades produzidas por artesãos – que, ao alcançar um elevado prestígio, buscam imprimir o nome de “galerias” – que comerciam obras de arte únicas e insubstituíveis produzidas por artistas – às suas atividades.⁷⁸⁷

Todo costureiro, em suas práticas, leva em consideração a imagem social do futuro de seu produto, produto esse que é uma criação sazonal – de estação climática – e o oposto exato da atividade do escritor e artista legítimo. Ao costureiro não está reservada a consagração

⁷⁸⁵ BOURDIEU, A produção..., p. 139-40. Grifos no original.

⁷⁸⁶ BOURDIEU, A produção..., p. 140-1.

⁷⁸⁷ BOURDIEU, A produção..., p. 142.

duradoura ou definitiva, a não ser que rejeite os lucros e o sucesso imediato da moda; a lei de distinção específico do campo da moda é marcada com data fixa e necessariamente uma ruptura obrigatória frente aos cânones do ano anterior. Costureiros revolucionários do campo também devem remeter para o passado ultrapassado – ao *démodé* – sua última coleção – sua última moda – obrigando-os a se renovarem; e o campo reserva aos costureiros de maior prestígio o privilégio de fazer parar, num dado intervalo de tempo, o tempo da moda, vale dizer, eles são a moda nesse momento, forma suprema de distinção.⁷⁸⁸

É nessa distinção temporal entre o que é moda em vigor e o que é moda ultrapassada – deixando de lado as diferenças entre os costureiros – que é fixado, de fato, o valor material e simbólico dos bens ou produtos da moda, sendo que tal valor é desvalorizado com o tempo de forma definitiva e inexorável, e não sobem de cotação nem com a morte do criador, como pode acontecer em outros campos, onde objetos técnicos podem ser reconvertidos em objetos simbólicos em tais situações. De acordo com o objeto e o campo a que ele se vincula, haverá diferentes relações entre o valor dos bens simbólicos e sua duração. Objetos simbólicos de ciclo curto como a moda, diferem-se dos objetos técnicos – cujo valor é definido em função de sua utilidade específica pelo menor custo possível, e que decresce na medida que diminui seu rendimento pelo desgaste da utilização e/ou concorrência de instrumentos mais econômicos –, por possuírem um tempo de uso e utilização arbitrariamente delimitado; seu valor distintivo é simplesmente definido por estar ou não dentro da última moda, enfim, por estar situado no tempo, e devido a isso os produtos da alta costura estão destinados a uma desvalorização muito rápida.⁷⁸⁹

A carreira dos produtos da moda não se prolonga além do que lhes é fixado pelos criadores, mas é preciso considerar que há uma série de mercados hierarquizados do ponto de vista temporal, econômico e social que transformam certos produtos desclassificados, para aqueles que já usufruíram dele pela primeira vez – a última moda em roupas, romances, peças de teatro, penteados, esportes ou lugares de férias, entre outros –, em objetos que “ainda podem ser postos a serviço das mesmas funções de distinção, isto é, de classificação, por usuários menos bem posicionados na estrutura da distribuição desse bem raro e, assim por diante, indefinidamente, ou seja, até o mais baixo escalão da estrutura social”. Essa separação e controle rigoroso, por um certo tempo, entre os produtos da moda destinados a diferentes classes sociais – sua difusão – é que manteria o bom funcionamento do mercado. Antigamente, os diferentes mercados destinados às diferentes classes sociais eram

⁷⁸⁸ BOURDIEU, A produção..., p. 142-3.

⁷⁸⁹ BOURDIEU, A produção..., p. 143-5.

hierarquizados no tempo também, vale dizer, havia um lapso temporal definido que mantinha o segredo das apresentações das coleções – apenas um pequeno grupo de privilegiados é que tinha acesso aos primeiros desfiles e exposição das coleções do diferentes estilistas, numa época antes da televisão, e somente um mês depois é que as revistas especializadas do mundo publicavam as fotos revelando as novas tendências do campo –, mas o lapso temporal era efetivamente e principalmente necessário para proteger o criador da erosão gradativa dos preços, pois quanto menos o tempo se passasse – entre o lançamento e aquisição/uso –, mais distinto era o produto para aquele que o usufruía e maior valor simbólico – e econômico – ele encerrava.⁷⁹⁰

Assim, não se trata apenas e tão-somente um efeito da evolução dos meios de circulação de informação que reestruturou o mercado da moda, como se o satélite e a televisão por si bastassem para revolucionar e reestruturar o campo. Quanto maior a difusão, divulgação, maior a degradação no tempo do valor comercial do produto da moda, maior a deterioração do seu poder de distinção. Entretanto, considerando que o valor de distinção de um produto é sempre relacional, de acordo com a estrutura do campo onde se define, “o poder de distinção de um bem da moda pode continuar a ser exercido a serviço de um grupo que ocupa determinada posição na estrutura social – e, ao mesmo tempo, na estrutura da distribuição desse bem – mesmo que ele não seja mais exercido (...) pelo grupo que ocupa uma posição imediatamente superior”, justamente porque ele se desvalorizou em virtude precisamente do acesso de um novo grupo a esse bem. Diante disso, no mundo da moda um tema ou uma determinada forma somente pode ser objeto de retorno quando a “*série das reutilizações secundárias do desclassificado para fins de classificação* (...) chegou ao seu termo”, ou seja, até a divulgação completa do que era distintivo na origem.⁷⁹¹

Os retornos não se relacionam com possíveis subidas de cotações como de certos objetos técnicos que, fora de usos, se transformam em bens simbólicos. Esse intervalo de tempo que separa um objeto tido como técnico ou simbólico *desusado* para uma categoria de apreciação maior elevado como *objeto antigo*, vale dizer, longe de ser algo desusado, agora algo bonito e digno de ser procurado, “é a marca visível do trabalho coletivo de transfiguração que se descreve como ‘mudança de gosto’”; o avanço no tempo, faz com que algo se valorize ou se diminua o risco de alguém ser considerado de gosto duvidoso em relação a certos objetos. “Isso quer dizer que os primeiros responsáveis pela *reclassificação dos objetos desclassificados* – empreendimento produtivo do ponto de vista econômico e simbólico, do

⁷⁹⁰ BOURDIEU, A produção..., p. 145-6.

⁷⁹¹ BOURDIEU, A produção..., p. 146-7. Grifos no original.

qual a reabilitação de gêneros populares, vulgares ou vulgarizados é um caso particular –, devem deter um capital de autoridade estética de tal forma que sua escolha não possa parecer, em momento algum, como uma falta de gosto”. Tal ação é capitaneada por artistas e intelectuais de vanguarda que, para evitar envolvimento com gostos comprometedores, utiliza a estratégia de combinar um objeto cujo estatuto ainda permanece indeterminado ou incerto dentro do campo, com outro objeto fora de dúvida já consagrado pelo campo.⁷⁹²

O que efetivamente garante o sucesso da transformação em antigüidade, o que era desusado ou não tinha ainda um estatuto determinado e certo de consagração, é a ação de uma grande autoridade intelectual ou artística que faz subir a cotação de um objeto, num “processo social submetido a leis e riscos semelhantes aos da produção de uma obra de arte. (...) [Aqui] a operação de alquimia social só pode ter sucesso uma vez que se constitui o aparelho de consagração e de celebração capaz de produzir e manter o produto e a necessidade deste produto. Os ‘valores duradouros’ são os que podem colocar, a seu serviço, instituições capazes de lhes assegurar, de forma duradoura, um mercado – econômico e/ou simbólico – isto é, capazes de produzir a concorrência para a apropriação material ou simbólica e, ao mesmo tempo, a raridade da apropriação com todos os lucros materiais e simbólicos que ele assegura”.⁷⁹³

No mundo social, o progresso de uma prática ou de um bem em sua edificação como objeto legítimo de ser cobiçado simbolicamente e materialmente, e a constituição de um aparelho de justificação de acumulação de riquezas simbólicas e materiais, se atraem entre si e se reforçam mutuamente. Um campo da arte se constitui segundo alguns indícios indicativos, tal como quando um passado, ou certa tradição, é evocado em seu sentido singular como um gênero, vale dizer, próprio de um campo social especializado, assim como quando são feitas referências não só ao passado mas também aos novos produtores contemporâneos. Nesse processo o sistema escolar desempenha um papel capital ao assegurar, para o mercado das artes canônicas, consumidores antecipadamente convertidos, e também oferecer um mercado para a competência cultural, além do que o sistema escolar fornece às artes em vias de canonização “a assistência benévola (mas interesseira) daqueles que, por excesso ou por falta de capital escolar, se satisfazem com os investimentos arriscados (romance policial, ficção científica, cinema, história em quadrinhos, etc.)”.⁷⁹⁴

⁷⁹² BOURDIEU, A produção..., p. 147-8. Grifos no original.

⁷⁹³ BOURDIEU, A produção..., p. 148-9.

⁷⁹⁴ BOURDIEU, A produção..., p. 148-9.

No universo da moda, o falecimento do fundador de um *maison* cria dificuldades – específicas do campo – maiores daquelas que impõe a vinda de recém-chegados no campo. O problema central é referente à perpetuação da empresa; assim, a morte do criador tem levado desde o desaparecimento até à sobrevivência dela por alguns anos a mais. A sobrevivência da empresa, assim, é uma prova decisiva, uma vez que o costureiro, como diretor da empresa de produção de bens simbólicos, fornece – com sua pessoa – a plenitude eficaz da alquimia simbólica que ele garante com sua assinatura. Como um artista, ele é o criador que garante todos os aspectos de produção de um bem dotado de um marca, um signo – ontológico – que por si significa simbolicamente e materialmente. Tudo isso entra em questão com a morte do fundador, e para enfrentar os novos tempos as empresas partilham em várias pessoas as funções que o antigo fundador centralizava em si: a gestão econômica é entregue a um diretor-presidente geral; a criação é entregue a um responsável pela criação, o criador substituto que recebe a incumbência da delegação e do carisma que encerram a marca.⁷⁹⁵

Os responsáveis pela criação, aquele que faz às vezes – o substituto – do outro gênio, enfrenta exigência antitéticas de uma posição contraditória, pois regra geral seu itinerário profissional é carregado de complicações e retrocessos – idas e vindas a diferentes *maisons* antigas –, com diversas passagens por diferentes casas de moda com seus diferentes estilos. “Estas exigências podem se revelar, no limite, insustentáveis, quando o *criador* deve *criar*, isto é, afirmar a unicidade insubstituível de seu estilo e, ao mesmo tempo, entrar na unicidade não menos insubstituível do criador, por definição, insubstituível, mas que ele tem o encargo de substituir”.⁷⁹⁶

Comparando-se esta estratégia do campo da moda, com outras utilizadas em outros campos para perpetuar um poder também carismático que existe em comum a todas esses campos, verifica-se que, apesar das homologias – equivalências, semelhanças, correspondências – estruturais entre os diferentes campos, destaca-se também as diferenças que as marcam singularmente e conduzem à especificidade de cada campo. No campo da moda, assim, aceita-se o princípio da substituição do criador; no campo artístico é impensável tal possibilidade, pois o que se perpetua é a mensagem, mas nunca substituir aquele que o produziu para continuar produzindo no mesmo teor carismático; o campo intelectual, assim, recusa o princípio da substituição do escritor, mas procura perpetuar o capital que ele acumulou em vida – do qual participam os descendentes legítimos – inspirando estratégias como publicação de obras póstumas e criação de associações culturais, entre outros; o campo

⁷⁹⁵ BOURDIEU, A produção..., p. 149-50.

⁷⁹⁶ BOURDIEU, A produção..., p. 150-1.

científico desconhece a antinomia da perpetuação do carisma, porque o método – “teria sido ele inventado ou aperfeiçoado por uma única pessoa?” – deixado pelo criador “torna-se um instrumento coletivo capaz de funcionar independentemente daquele que o produziu”.⁷⁹⁷

“No caso da alta costura, a questão se coloca em termos bastante originais porque todo o aparelho de produção e circulação está orientado especificamente, não para a fabricação de objetos materiais, mas – como mostra perfeitamente a estratégia dos costureiros que vendem suas *criações* (sob forma de licença) sem que eles mesmos produzam objetos – para a produção do poder quase mágico, atribuído a um homem singular, de produzir objetos que são raros pelo simples fato de ele os produz, ou melhor ainda, de conferir *raridade* pela simples imposição da *grife*, como ato simbólico de marcação, a quaisquer objetos, inclusive não fabricado por ele”. A questão, então, não é como substituir – esta é uma falsa questão que dissimula a verdade do campo da alta costura – mas como continuar produzindo determinada marca como objeto simbólico, signo de raridade por uma assinatura, sem a presença física do indivíduo biológico, único habilitado a assinar e assim impor uma raridade num determinado produto.⁷⁹⁸

A questão, então, é como confeccionar produtos de uma marca que não sejam consideradas como cópias nem falsificações, enfim, pretender fazer algo que somente o criador original e sua originalidade poderiam fazer, algo que não pode ser considerado como um simples trabalho de substituto que se limita a reproduzir produtos conforme os cânones – diretrizes – que foram criados ou estipulados pelo criador original. Assim, se impõem “uma operação quase mágica, manifestada pela assinatura que, por definição, só pode ser operada na primeira pessoa”. Apelar para outro criador, para salvar o capital de uma *maison* consagrada e a marca de raridade que a identifica no campo, é um risco, é expor-se a perder o referido capital, porque o novo responsável pela criação somente terá reconhecimento, paradoxalmente, se conseguir ser reconhecido como criador de raridade e valor na sua função de criador de raridade e valor, dotar-se de valor como pessoa para além de ser mero substituto ou delegado. O novo responsável pela criação, quer afirmando sua personalidade ou se submetendo a todo simbolismo da marca – tanto num quanto noutro caso –, levará a *maison* perder o direito à assinatura criadora como outrora, quando era vivo seu criador, e também irá renunciar ao capital que está associado a uma pessoa singular que não vive mais, “com o

⁷⁹⁷ BOURDIEU, A produção..., p. 151-2.

⁷⁹⁸ BOURDIEU, A produção..., p. 152. Grifos no original.

estilo próprio de suas *criações* (o *estilo esporte*), e uma personagem com estilo de vida que contribui para produzir ou perpetuar a fé em seu poder criador”.⁷⁹⁹

Verifica-se que é a raridade do produtor – mais especificamente, raridade da posição que ele ocupa em seu campo – que faz a raridade do produto. Daí a diferença de valor – simbólico e econômico – entre uma réplica assinada pelo seu autor ou criador originário, e uma simples cópia ou falsificação. É preciso compreender o campo intelectual e artístico em toda sua luta – concorrência incessante – interna entre obras do presente e do passado, e as reviravoltas das hierarquias dos produtores e os altos e baixos do capital cultural por aqueles que nele investiram, para poder compreender como as mudanças ou transmutações no campo não pertencem apenas aos produtores das obras. “As estratégias de comercialização da *grife* são a melhor demonstração do quanto é inútil procurar apenas na raridade do objeto simbólico, em sua *unicidade*, o princípio do valor deste objeto que, fundamentalmente, reside na raridade do produtor. É produzindo a raridade do produtor que o campo de produção simbólico produz a raridade do produto: o poder mágico do *criador* é o capital de autoridade, associado a uma posição, que não poderá agir se não for mobilizado por uma pessoa autorizada, ou melhor ainda, se não for identificado com uma pessoa e seu carisma, além de ser garantido por sua assinatura. O que faz com que os produtos sejam Dior, não é o indivíduo biológico Dior, nem a *maison* Dior, mas o capital da *maison* Dior que age sob as características de um indivíduo singular que só pode ser Dior”.⁸⁰⁰

Há, assim, sendo produzido e reproduzido no campo, por meio de sua estrutura e seu próprio funcionamento, toda uma energia social – que encerra em si em alto grau o simbolismo de uma autoridade ou legitimidade específica, que acaba sendo uma crença eficaz em tudo que produz concretamente no mundo social – que é mobilizada por um criador – ou um conjunto de criadores – mediante estratégias permitidas pelo próprio campo a seu favor, vale dizer, a favor da magia e raridade que envolve seus produtos, ou tudo que ele aponha sua assinatura, sua marca; portanto, as análises acima escapam de uma certa visão que entende o mundo da moda e os seus produtos como simples resultado da fé no poder carismático do criador. Diante disso, não é válida – no campo de produção de bens simbólicos – a teoria econômica que considera somente os custos da fabricação dos objetos considerados em sua materialidade visível e apenas concreta. Um produto identificado com um marca consagrada recebe sua raridade da marca, vale dizer, independentemente se sua composição física ou matéria-prima for idêntica a outros produtos semelhantes – por exemplo, um perfume voltado

⁷⁹⁹ BOURDIEU, A produção..., p. 152-4. Grifos no original.

⁸⁰⁰ BOURDIEU, A produção..., p. 154. Grifos no original.

para o grande público, vendido em gôndolas de redes de supermercados, hipoteticamente elaborado com os mesmos ingredientes e mesmos processos que um perfume vendido em lojas de produtos refinados –, o que é válido para o produto da marca rara e consagrada – destinado para um público seletivo – não o é para qualquer outro produto destinado para outro tipo de público.⁸⁰¹

Produzir um produto de grife é fabricar ou selecionar um produto fabricado, “mas é também produzir as condições de eficácia da grife que, sem nada modificar à natureza material do produto, transmuta-o em um bem de luxo, transformando ao mesmo tempo seu valor econômica e simbólico”. A grife, uma assinatura, um nome, é o que muda tudo em relação a um produto; a magia, sonho, ilusão em torno de um nome faz que o que se pague mesmo – dependendo do produto – é o nome de raridade nele identificado. “A operação de produção de bens é, neste caso, uma operação de *transubstanciação simbólica*, irreduzível a uma transformação material”, e assim como na religião, a ideologia carismática da criação é um erro bem fundamentado, onde o costureiro, tal qual o pintor, adota o procedimento de transformar um objeto qualquer em obra de arte – obra com valor simbólico e material aumentado por esse procedimento – somente pela aposição de sua assinatura nele, com a diferença – em relação ao pintor – de que sua atuação é mais vistosa – ostensiva –, por permitir isso a estrutura específica de divisão de trabalho onde se insere, além do fato de que, como sua arte é de menor legitimidade, ele se defende exprimindo de maneira mais aberta questões que um pintor jamais irá ser questionado e incitado a responder.⁸⁰²

Das estratégias oferecidas aos costureiros, verifica-se que a mais comum ou mais conforme à lógica da economia específica do campo – estratégia de curto-prazo, muito adotada pelos inovadores – é criar um nome, por via das relações públicas, e depois vendê-lo, onde a produção é reduzida ao seu aspecto simbólico, vale dizer, administrada apenas o valor da marca e terceirizada a produção dos diferentes produtos onde um nome pode ser apostado. Ceder, por meio de licenças de fabricação e mediante um taxa sobre o faturamento, os direitos para fabricação e exploração comercial das suas criações, é algo semelhante ao que faz o escritor que confia ao editor a responsabilidade pela fabricação e comercialização de sua obra, mediante pagamento de direitos autorais.⁸⁰³

A operação que acaba por constituir uma alquimia simbólica, o efeito de transubstanciação que separa a fabricação de um bem material e a produção de um bem

⁸⁰¹ BOURDIEU, A produção..., p. 155.

⁸⁰² BOURDIEU, A produção..., p. 155-7. Grifos no original.

⁸⁰³ BOURDIEU, A produção..., p. 157-8.

simbólico obedece as seguintes etapas de divisão de trabalho: (I) concepção do produto, produção da idéias e dos modelos; (II) fabricação do produto; (III) imposição de uma marca – operação que caracteriza propriamente a produção de bens simbólicos – sobre o produto – grife do costureiro, nome do editor ou editora, assinatura do pintor, assinatura do músico, assinatura do escritor, entre outros mais – que o constitui como raro e sagrado, portanto, digno de ser procurado e legitimamente consagrado; (IV) divulgação e comercialização da forma mais ampla possível. A imposição da grife transforma de maneira mágica o estatuto de um objeto que é por ela marcada; aqui ocorre uma tomada de posse simbólica pela simples marcação, e isso ocorre porque é uma manifestação sensível de uma transferência de valor simbólico. A grife consoma o que a publicidade persegue em outro campo, com a diferença de que a publicidade revela-se abertamente como uma operação interesseira de valorização de um produto, revelando, assim, seu segredo contraditório entre meios que emprega e fins que persegue; já o costureiro – e sua grife – não pode afirmar abertamente – sob pena de se destruir – a imposição arbitrária e interesseira de valor, e, portanto, somente consegue êxito mediante uma violência simbólica, que somente se consuma porque é desconhecido por aqueles que sofrem os efeitos dela, e recebendo até mesmo a contribuição deles para concretizar-se, “em nome da fé ou da confiança inspiradas por aquele que a exerce, ou da autoridade específica de que é detentor”.⁸⁰⁴

Do ponto de vista da censura imposta pelo campo à manifestação dos interesses, especialmente o econômico, o campo da moda está situado numa posição intermediária entre o campo artístico e o campo econômico, revelando claramente “certos mecanismos característicos de uma economia na qual os interesses só podem ser satisfeitos se forem dissimulados nas e pelas próprias estratégias que visam satisfazê-los”. Essa é uma característica do campo artístico, cujas estratégias econômicas são como que perfeitas, vale dizer, perfeitamente simbólicas e protegidas pelo efeito de sacralização – sagração e legitimidade – que produzem, mas cumprindo as leis da economia das trocas simbólicas; trocas essas “altamente eufemizadas [que] visam satisfazer interesses tão radicalmente sublimados e tão profundamente incognoscíveis, que a objetivação está fadada a aparecer como um grosseiro sacrilégio aos olhos daqueles que tiram alguns benefícios simbólicos do desvelamento parcial – portanto, polêmico ou cínico –, das leis do meio”.⁸⁰⁵

As estratégias de valorização, pertinentes ao campo econômico – por exemplo, técnicas de relações públicas –, quando analisadas objetivamente sob esse enfoque, revelam

⁸⁰⁴ BOURDIEU, A produção..., p. 158.

⁸⁰⁵ BOURDIEU, A produção..., p. 158-9.

mais sobre os interesses e funções das estratégias simbólicas do que sobre a sua lógica específica. “Entre a *criação* do artista, que desencoraja a análise e só exige a reverência, e a fabricação publicitária da *marcas* que se mostram tal como é, a imposição da *grife* representa um caso exemplar da *alquimia social*, operação de *transubstanciação* que, sem alterar em nada natureza psíquica [e substancial] do produto, modifica radicalmente sua qualidade social”. O universo da moda, como na magia, faz coisas com as palavras; a grife é uma palavra colada a um produto e, como a assinatura de um pintor consagrado, produz algo poderoso do ponto de vista econômico e simbólico, produz a raridade, a sacração, a legítima valorização, a consagração de um produto com tal marca. “Mas, do mesmo modo que o poder de assinatura do pintor não se encontra na assinatura, assim também o poder da *grife* não está na *grife*: nem se encontra sequer no conjunto dos discursos que celebram a *criação*, o *criador*, e suas *criações*, contribuindo de forma tanto mais eficaz para a valorização dos produtos elogiados, quanto maior é a impressão suscitada de que se limitam a constatar tal valor quando, afinal, estão empenhados em produzi-lo”.⁸⁰⁶

A moda possui um discurso no processo de produção dos bens da moda, mas a leitura semiológica da moda se encerra e oscila “entre o formalismo de uma transposição forçada de modelos lingüísticos [não se deve olvidar a busca de um maior legitimação da moda ao referi-la com o campo da produção artística como a escultura, pintura e literatura, cuja hierarquia e legitimidade cultural do objeto é maior] e o intuicionismo de análises quase fenomenológicas que se limitam a reproduzir, sob outras formas, as representações nativas”. Mas para a análise semiológica, a evidência da ação dos agentes na produção e circulação dos bens da moda – profusão e superabundância de palavras, enfim, rede de sentidos, para abordar o vestuário – remete mais fortemente à explicação econômica pura e simples, que suplantaria a análise funcional de cada agente na estrutura. Desta forma, as razões econômicas de fundo, como questão imanente em tudo que se faz no mundo da moda, descobertas pelas análises dos signos e suas funções no mundo da moda, elimina “a própria questão da *razão* específica do sistema de produção dos bens da moda que contém a verdade do *sistema da moda*, isto é, do discurso da moda”.⁸⁰⁷

Ao analisar a metalinguagem do analista de discurso, verifica-se que o analista – e seu discurso – se condena, assim, limitar-se “a trazer uma contribuição suplementar ao discurso de celebração da moda que – à semelhança da crítica literária (...) – participa do culto dos bens de luxo e, por isso mesmo, da produção de seu valor *indissociavelmente* econômico e

⁸⁰⁶ BOURDIEU, A produção..., p. 159-60.

⁸⁰⁷ BOURDIEU, A produção..., p. 160. Grifos no original.

simbólico”, quando fecha-se dentro de uma análise interna rigorosa do discurso, não construindo o seu objeto na sua verdade, que é sua função de celebração da moda. Nem mesmo quem considere de forma positivista o respeito a certas propriedades retóricas do discurso – com suas formas determinadas e determinantes como o agente certo, a maneira certa, o momento certo, o lugar certo, entre outros – vinculadas com uma certa eficácia que se quer atingir, consegue dissimular que “o princípio da eficácia da operação ritual não deve ser procurado no formalismo mágico, isto é, no próprio ritual, mas nas condições sociais que produzem a fé no ritual (de que o formalismo é apenas um aspecto de menor importância)”.⁸⁰⁸

“O poder das palavras não reside nas próprias palavras, mas nas condições que dão poder às palavras criando a *crença coletiva*, ou seja, o *desconhecimento coletivo* do arbitrário da criação de valor que se consuma através de determinado uso das palavras”. A grife é um símbolo de imposição de valor, socialmente construído, é um caso singular de transferência de capital simbólico dentre todos que há – prefácio escrito por um autor célebre, nome ou marca da editora de prestígio etc. –, onde uma instituição – *maisons*, grifes, mas também jornalistas, críticos, compradores, outros criadores, pois todos contribuem para produzir a alquimia social da crença – age através de um agente – criador – devidamente credenciado para atribuir valor a determinado produto, sendo que é na própria estrutura do campo, ou nas leis que organizam a acumulação do capital simbólico e sua circulação, “que residem as condições de possibilidade da alquimia social e da transubstanciação que ela realiza”, escapando de uma análise que procurará explicar os efeitos de tal fato – tudo que sucede no campo da alta costura ou mundo da moda – vinculado a ações em instâncias ou agentes particulares, ou mesmo em combinações entre agentes, instrumentos e circunstâncias.⁸⁰⁹

É através do conjunto de agentes comprometidos com o funcionamento do campo da moda – tal como ocorre no campo da pintura marcado pelas devidas diferenças, vale dizer, com os jornalistas que valorizam as operações de valorização dos criadores; com intermediários e clientes convertidos; com outros criadores⁸¹⁰ que afirmam os valores implicados na concorrência – e a energia social e simbólica que eles produzem, que é manifestado o efetivo poder do criador, como capacidade de mobilizar essa energia social

⁸⁰⁸ BOURDIEU, A produção..., p. 161. Grifos no original.

⁸⁰⁹ BOURDIEU, A produção..., p. 161-2. Grifos no original.

⁸¹⁰ Mesmo aqueles criadores que não são consagrados, tidos como fracassados, contribuem nas suas relações objetivas – só pela sua existência – com os criadores consagrados ou malditos, para fazer existir o sistema de diferenças que cria o valor artístico e serve de fundamento à fé nesse valor ou que contribui para constituir o campo de tensões em que se engendra o capital artístico; assim, são condições mais gerais de funcionamento de um campo que define sucesso e fracasso dentro dele e como tudo contribui para reforçar ou fortalecer o princípio de divisão nele inscrito, que produz os valores, a consagração, a magia social. In: BOURDIEU, A produção..., p. 163, nota de rodapé n. 49.

para produzir a crença como efeito de uma forma particular de alquimia social, e desconhecida, como tal, por todos. Nesse processo de produção simbólica, as instituições encarregadas pela circulação desses bens – como aparelhos de produção de demandas – em realidade se confundem com a produção dos mesmos – acabam fazendo parte do aparelho de produção –, que não só produzem o produto, mas também a crença no seu valor.⁸¹¹

“O trabalho de fabricação propriamente dito não é nada sem o trabalho coletivo de produção de valor do produto e do interesse pelo produto, isto é, sem o *conluio objetivo dos interesses* que alguns dos agentes, em razão da posição que ocupam em um campo orientado para a produção e circulação deste produto, possam ter em fazer circular tal produto, celebrá-lo e, assim, apropriar-se dele simbolicamente, além de desvalorizar os produtos concorrentes, isto é, celebrados por concorrentes, e assim por diante”. Há várias estratégias que podem ser utilizadas de forma altamente eufemizadas – prefácios, introduções, estudos, comentários, debates, críticas etc. – voltadas para impor o valor de um produto, e que contribuem para estender ou ampliar a constituição do valor genérico de uma dada classe de produtos ou produzir um mercado favorável a esses produtos.⁸¹²

A análise de um trabalho acadêmico sobre um produto do campo da moda, transformado em livro, comentado num diário de prestígio francês, acaba revelando “que é no aparelho de celebração que reside o próprio princípio da estrutura e, inseparavelmente da função, do discurso de celebração, do qual o discurso a respeito da moda, a publicidade ou a crítica literária são outros tantos casos particulares, separados apenas pelo grau de dissimulação da função”. Verifica-se que todas essas formas de discurso possuem em comum o fato simultâneo de descrever – dizer o que é – e também prescrever – dizer o que deve ser –, vale dizer, enunciar prescrições sob a forma de descrição. Nesse sentido, acertam os lingüistas que, em seus estudos sobre o discurso, apontam os diversos registros acerca da moda como uma enunciação performativa, vale dizer, quando ela é anunciada – divulgada, comentada etc. – de determinada forma estilística, esse ato e esse discurso ou linguagem utilizada é, também, ao mesmo tempo, uma prescrição ou norma de imposição social – o discurso dita o que se deve ou não vestir etc. – produzindo concretamente no meio social os efeitos previstos no próprio discurso – a enunciação performativa, assim, é a inseparabilidade entre a especificidade lingüística do discurso e seus efeitos sociais.⁸¹³

⁸¹¹ BOURDIEU, A produção..., p. 162-3.

⁸¹² BOURDIEU, A produção..., p. 163-4. Grifos no original.

⁸¹³ BOURDIEU, A produção..., p. 164-5.

“A alquimia social só obtém pleno sucesso porque a verdade do sistema escapa àqueles que participam de seu funcionamento, portanto, da produção da energia social mobilizada pela enunciação performativa”. É impossível para um agente envolvido no campo apreender a verdade da totalidade dele, enfim, todo o sistema e os efeitos do sistema, o fundamento real dos poderes que produzem efeitos sociais reais e concretos para cuja produção ele contribui ou por ele são utilizados, pois o próprio sistema contribui para produzir este desconhecimento, no máximo uma apreensão parcial. Desta forma, mesmo para os mais diretamente envolvidos ou que contribuem mais diretamente para a realização do mundo da moda, o arbitrário da imposição do valor que veicula no campo acaba por assumir a aparência de uma constatação de valor, algo como um fenômeno natural e intrínseco – próprio – do universo, sendo os discursos jornalísticos aqueles que manifestam mais perfeitamente a lógica própria do campo de produção, que, ao produzir o valor dos produtos, produz também o desconhecimento do arbitrário desse valor e dos mecanismos de produção.⁸¹⁴

O campo artístico e o mercado atual e potencial que ele produz, fundado na imposição de uma crença de sua própria legitimidade e no valor de seus produtos, leva a transformar o artista com o detentor legítimo do monopólio de transubstanciação, e uma crise no mercado de bens simbólicos é uma crise de confiança ou de crença. O abalo na crença no mundo da moda, como na igreja ou universidade, ocorre “quando deixam de funcionar os mecanismos que produziam a crença reprodutiva do sistema; (...) quando os interesses dos agentes de quem depende o funcionamento do sistema já não estão salvaguardados – portanto, reproduzidos – pelo funcionamento do sistema”.⁸¹⁵

Toda competição ou concorrência dentro de um campo – aliás, propriedade essa, ou característica essa, bastante generalizada nos diversos campos sociais – acaba escondendo disfarçando – dissimulando – algo de fundo que está presente no próprio jogo, mas que não é questionado de forma alguma, qual seja, um conluio objetivo – portanto, para além da malícia ou de uma razão cínica – quanto aos próprios princípios do jogo; no campo econômico, quando um certo produto já não é mais fabricado, vinculado a certa marca, a mudança de *preferência* do cliente para um concorrente que produz produtos similares, mas não o que se tornou inexistente ou impossível, desviam uma possível manifestação de protesto contra a empresa responsável pelo produto e, mais a fundo ainda, um protesto contra todo o sistema de produção. O mesmo exemplo ocorre no campo político, onde as disputas partidárias ou sindicais, as diferenças que aglutinam ideologias diferentes em cada agremiação, produzem o

⁸¹⁴ BOURDIEU, A produção..., p. 165-6.

⁸¹⁵ BOURDIEU, A produção..., p. 166.

efeito de desviar coletivamente a energia social revolucionária que poderia ser melhor solução frente às opções políticas que estão naturalizadas como as únicas e possíveis; e no campo das classes sociais, a luta interna e contínua entre frações da classe dominante jamais põe em causa – ou ameaça – a verdade da dominação que eles todos exercem na sociedade sobre as classes dominadas.⁸¹⁶

A “luta pelo monopólio da legitimidade que habita o campo de produção dos bens simbólicos contribui para o fortalecimento da legitimidade em nome da qual ela é conduzida: a ortodoxia necessita da heresia porque a oposição entre uma e outra implica o reconhecimento do interesse que está em jogo, reconhecimento desconhecido – isto é, afirmado e, ao mesmo tempo, negado na própria oposição – que exclui a possibilidade de um verdadeiro agnosticismo”. No campo da ciência, os conflitos em torno da leitura legítima de autores consagrados no campo da filosofia ou sociologia, por exemplo, acabam por excluir completamente a questão da legitimidade de tais conflitos e as condições sociais – específicas do campo científico – necessárias que hajam para que eles sejam possíveis. Tais lutam salvaguardam o essencial, e não permitem enxergar objetivamente a própria luta e todas implicações delas decorrentes, como, por exemplo, a conversão antecipada dos agentes nelas envolvidos – pelo próprio funcionamento do campo – a uma das correntes de interesses.⁸¹⁷

Também se observa que a própria heresia – ou aquilo que é denominado por tal expressão – é fundamental para o próprio campo, pois ela garante a fé, vale dizer, a leitura herética e a leitura ortodoxa de um autor, e sua obra, delimitam o universo de leituras possíveis e excluem outras possibilidades de leituras feitas por cientistas de outras áreas do conhecimento, definindo o que é legítimo ou não, instituindo a distinção daquilo que se deve ter como referencial de crença ou verdade; esses pares de oposições epistemológicas são antagônicos e, ao mesmo tempo, complementares, fruto de oposições entre adversários cúmplices, e somente com a crítica sociológica – “conhecimento aprofundado das condições sociais de possibilidade desse jogo particular e, ao mesmo tempo, o conhecimento aprofundado dos limites que implica o engajamento necessariamente ingênuo nesse jogo” – é que se obterá o conhecimento aprofundado daquilo que constitui o fator da lutas que neles se desenrolam.⁸¹⁸

O campo pressupõe e produz – e reproduz – os interesses, durante o tempo em que estiver em condições de perpetuar esse processo, e o pertencimento de um agente a um

⁸¹⁶ BOURDIEU, A produção..., p. 166.

⁸¹⁷ BOURDIEU, A produção..., p. 166-7.

⁸¹⁸ BOURDIEU, A produção..., p. 167.

campo, bem como à sua participação nos interesses nele se apresentam, “implica a aceitação de um conjunto de pressupostos e postulados aceitos como evidentes que constituem a condição incontestada das discussões e o limite insuperável dos conflitos. É por isso que o conflito entre ortodoxia e heterodoxia, que confere ao campo sua estrutura e sua história, nunca atinge, por definição, o terreno originário da doxa, a crença primordial [aquilo que é aceito por todos e não é objeto de discussão, vale dizer, os princípios do próprio jogo que estão resguardados por um conluio objetivo e original], cuja intensidade é proporcional ao interesse manifestado pelos agentes em relação ao funcionamento do campo”.⁸¹⁹

Os bens simbólicos – e a própria produção simbólica –, assim, possuem uma dupla natureza, “um ato de fabricação material (...) [e] um conjunto de operações que tendem a assegurar a promoção ontológica e a transubstanciação do produto das operações de fabricação material”, sendo isso uma especificidade do campo da produção simbólica. Aqueles artistas que procuraram arbitrariamente denunciar – num presumível ato de transgressão ou denúncia radical – os limites do arbitrário de seu poder mágico, que converte um objeto qualquer em obra de arte sem que haja qualquer transformação material nele, ou mesmo transformar em obra de arte a própria recusa da arte, escapam do equívoco de considerar a obra de arte como resultado da ideologia carismática – que tem no criador o princípio primeiro e último da criação – assim como da análise redutora do materialismo parcial – que relaciona o valor da obra de arte ao trabalho pela fabricação material –, entretanto acabam esquecendo de levar em consideração o trabalho da consagração.⁸²⁰

No campo dos bens simbólicos, “o aparelho de produção não deve ser reduzido ao aspecto que é diretamente responsável pela fabricação do objeto material”; o tempo de trabalho dos produtores não é reduzido diretamente ao tempo de produção do objeto. Há todo um *trabalho de consagração* que não cessou de crescer na “medida que o campo artístico ganhava autonomia e se constituía a imagem social do artista: a vida do artista, a orelha cortada de Van Gogh e o suicídio de Modigliani fazem parte da obra destes pintores, do mesmo modo que suas telas, que lhes ficam devendo uma parcela de seu valor”. Da mesma forma, guardada as especificidades, um profeta não se consagra pela produção pura e simples de sentenças e parábolas que professou, mas também pelas adversidades superadas e milagres operados; já os pintores de vanguarda necessitam agir como seus próprios empresários, frequentar os críticos, diretores de galerias e os organizadores de grandes exposições internacionais, procurando vender sua imagem, discurso e comportamento de artista aos seus

⁸¹⁹ BOURDIEU, A produção..., p. 167-8.

⁸²⁰ BOURDIEU, A produção..., p. 168.

concorrentes, negociantes e potenciais compradores, sob pena de – ao não fazer tudo isso – se autocondenar por não buscas investir em sua consagração.⁸²¹

Verifica-se, de modo geral, que “os circuitos de produção e circulação material são inseparavelmente ciclos de consagração que, além disso, produzem legitimidade, isto é, objetos sagrados e, ao mesmo tempo, consumidores *convertidos*, dispostos a abordá-los como tais e pagar o preço, material ou simbólico, necessário para deles se apropriarem”. É quando se analisam as pesquisas pictóricas de vanguarda, que se apreende “o duplo sistema de imposições intransponíveis resultantes da dualidade da obra de arte – objeto físico e objeto sagrado –, investido de valor simbólico e econômico”, portanto, que demanda apor – marcar – a ela propriedades que, de forma duradoura, possibilitem torna-la disponível para circulação ao mesmo tempo, física, econômica e simbólica, e que produza e reproduza o seu valor sagrado e econômico. Ora, as tentativas da vanguarda que buscaram alcançar a destruição ou ameaçar a integridade física da obras de arte – ao contrário do consagrada, através de objetos materiais que pereciam e somente poderiam ser perpetuados sob forma de fotos – resultaram fracassadas e de rápida decadência, podendo ser verificado que, outra parcela da vanguarda, se manteve dentro de determinados limites quanto à intenção crítica ou audácia destruidora – conforme a ortodoxia havia instituído, respeitaram certas regras como apor seus nomes em pinturas, expô-las em galerias, estabelecerem um inventário de suas obras etc. Assim, a obra de arte revelou necessitar – para assim ser considerada, e não deixar de ser vendável – de reunir em si algumas características materiais e simbólicas para sua circulação física, econômica e simbólica: ser duradoura, transportável, suscetível de exposição, inventariada – consagração reconhecida pelo campo – e atribuída a um criador ou artista singular – assinada.⁸²²

Assim, o valor de um bem simbólico é adquirido ou fixado na “sua relação com o aparelho encarregado de assegurar a circulação produtora de legitimidade”. Os ciclos de consagração – lugares onde se engendra a mais-valia simbólica e onde circula circularmente uma moeda falsa – apresentam propriedades invariantes; assim, quanto mais longo for o ciclo de consagração, e mais importante for a energia social despendida ou consumida na circulação, maior é o desconhecimento do arbitrário da imposição de valor e, portanto, reconhecimento da legitimidade; por outro lado, o mesmo ciclo, reduzido ao extremo através da autocelebração “produz um rendimento de consagração muito fraco para um dispêndio de energia social igualmente fraco”. O processo de legitimação somente se realiza por

⁸²¹ BOURDIEU, A produção..., p. 168-9.

⁸²² BOURDIEU, A produção..., p. 169-70.

procuração, desta forma, o primeiro e principal interessado é o menos indicado para desconhecer o interesse que ele próprio possui para sua celebração, especialmente num campo – ou nos campos – onde a censura do interesse material ou simbólico é muito forte. As estratégias para escapar a essa imposição são muitas, desde a troca direta de elogios, até a celebração de um *alter ego* já célebre.⁸²³

Aquele que constrói um capital de legitimidade que pode ser transferido para objetos e pessoas, está em condições, pela sua posição no campo, de fazer funcionar em seu proveito os ciclos de consagração longos e apropriar-se, assim, de parcelas maiores do produto do trabalho de consagração que está se consumando em determinado campo. As páginas de publicações diárias ou revistas especializadas, voltadas para consagrar um criador, ou mesmo as citações e referências que consagram um determinado autor/criador ou diferentes criadores/autores num mesmo campo, não é apenas indício da posição ocupada por um agente na distribuição do capital específico do campo, mas claramente e concretamente é a representação da parcela de lucro simbólico – portanto, também material – que ele está em condições de receber ou obter da produção do campo em seu conjunto. “A enorme mais-valia proporcionada pela operação de marcação nada tem de mágico e não constitui uma exceção à lei de conservação de capital”.⁸²⁴

Para a classe dominante, que necessita marcar sua posição através da distinção, conforme seus princípios de visão e divisão de mundo, a alta costura – o campo da moda – contribui para fornecer a elas as marcas simbólicas – emblemas – da classe, marcas essas assinaladas pela presença de um rigor nas cerimônias exclusivas que cultuam a classe burguesa, quando celebram sua própria distinção. Assim, o mundo da moda “é parte integrante do aparelho encarregado da organização desse culto e da produção dos instrumentos necessários à sua celebração”. Esses produtores de emblemas de classe, agentes dominados pelos dominantes, que participam por procuração na exploração dos dominados, “fornecem às frações dominantes os atributos da legitimidade em troca de uma parcela da renda proporcional à sua docilidade”.⁸²⁵

Crise na alta costura, desta forma, deve ser entendido como um momento de mudança ou reestruturação do aparelho ligado ao surgimento de novas marcas de distinção – esportes de luxo, viagens longas, casas de campo etc. – e a uma atualização, modernização ou reciclagem da tradição cerimonial de distinção da burguesia enquanto classe provocada pelo

⁸²³ BOURDIEU, A produção..., p. 170-1.

⁸²⁴ BOURDIEU, A produção..., p. 171.

⁸²⁵ BOURDIEU, A produção..., p. 171-2.

surgimento de novos burgueses. Os novos burgueses vêm ao mundo diferenciando-se – fração da classe dominante que se distingue ao mesmo tempo das classes dominadas e de outras frações da classe dominante, especialmente a mais tradicional –, reiterando sua intolerância quanto às marcas ou emblemas tradicionais que garantem um estatuto social de divisão de mundo, de distância social, e demandará dos produtores de emblemas de classe por novos ou diferentes produtos e bens – mais sóbrios, menos ostensivos e luxuosos, enfim, produtos eufemizados – que assinalem seu estatuto social de visão e divisão de mundo, inclusive – ou especialmente – frente à tradicional burguesia. Por isso ela procurará os artistas, que fornecem os melhores investimentos simbólicos e econômicos para tal intento.

É nesse contexto que emerge o *prêt-à-porter* – pronto-a-vestir, moda pronta para vestir – como uma revolução no mundo da moda, fruto da combinação de inovações técnicas de fabricação e comercialização, ruptura estilística que alcançou alto sucesso medido pela quantidade de *maisons* fundadas sob esse estilo. Dentro do campo relativamente autônomo da moda, ela corresponde a uma retradução da mudança do estilo de vida burguês, de acordo com as novas formas de apropriação dos lucros do capital; estratégia estética e comercial, representação intuitiva da nova arte de viver burguesa que cativou especialmente as mulheres, uma simbologia de um novo estilo de vida, com a cumplicidade e incentivo de muitos agentes e instituições do campo para impor esse estilo. A reestruturação do campo da moda acompanha ao que se sucede no campo do poder – onde se estabelecem as relações objetivas entre as frações das classes dominantes –, e diferentemente do que pode ser considerado com um declínio da classe dirigente, trata-se de uma reorganização da divisão do trabalho de dominação, “acompanhada por uma diversificação das categorias que têm acesso, segundo novas modalidades, aos lucros e prestígio da existência burguesa”.⁸²⁶

Os diferentes costureiros – posicionados num dado espaço da estrutura do campo e concorrentes entre si conforme essa posição ocupada – possuem estratégias que acabam encontrando com demandas e expectativas que inicialmente eles não tinham intenção explícita de preencher. Esse encontro entre expectativas de um público e estratégias e ações elaboradas por costureiros, deve ser analisado dentro de um espectro social maior. Há uma relação de homologia – semelhança, equivalência, correspondência – entre diferentes campos, onde a concorrência ou oposição entre diferentes agentes num campo corresponde às diferenças e oposições em outro campo, guardadas as diferenças e especificidades como se desenrola tais oposições de acordo com a realidade e contexto de cada campo. Assim, no campo da alta

⁸²⁶ BOURDIEU, A produção..., p. 172-3.

costura se defrontam dominantes – os mais antigos – e dominados – os recém-chegados –, correspondente à luta entre a antiga e a nova burguesia no subcampo das frações dominantes da classe dominante. Verifica-se que as estratégias que opõem agentes e instituições, com posições polares nos diferentes campos – artístico, religioso, universitário, entre outros –, são equivalente e harmonizadas, medida posição a posição, conforme equivalentemente se inserem na estrutura dos diferentes campos – posições estruturalmente homólogas –, e reproduzem o que se verifica na estrutura no campo do poder e estrutura das relações de classe, pelos ocupantes de posições homólogas – semelhantes, equivalentes, correspondentes – em cada estrutura. Esse encontro de oposições, que cria inter-relacionamentos complexos, e mesmo pode inserir um agente em situação ora de dominante ora de dominando, conforme relacionamento campos/subcampos/sub-subcampos – e assim por diante –, leva a que a lógica específica do campo – em sua relativa autonomia – impulse um agente nele envolvido a adotar novas estratégias, conforme um estado ou contexto do campo, fazendo com que na alta costura, por exemplo, os costureiros de vanguarda sejam pressionados a lutar de uma forma original e criativa – para defesa de sua clientela – contra os costureiros canônicos – para afirmar-se com criador –, e contra os estilistas – sustentado pela imprensa feminina – e, assim, encontrar uma demanda que não foi determinado diretamente pelas suas estratégias.⁸²⁷

Essa situação acima relatada, pode ser exemplificada como um conluio objetivo ou divisão espontânea de trabalho, fruto de uma lógica competitiva num campo, mas que se relaciona – e reproduz, guardadas as especificidades de cada campo – com o que ocorre em outros campos. Mas verifica-se que os costureiros de vanguarda defendem os interesses da alta costura em seu conjunto, salvaguardando a autoridade do criador e o poder da grife, procurando manter-se afastados do terreno dos estilistas, mas os combatendo no terreno deles – com suas pesquisas estéticas e inovações comerciais –, sendo isso necessário para sobreviver na profissão. Assim, na luta e concorrência do campo – como em todos os campos – onde está em jogo a própria definição do campo e o controle do direito de entrada nele, no campo da alta costura também fica difícil definir a fronteira entre quem pode se considerado como parte da nata dos estilistas – que uma Associação dos costureiros irá aceitar – e o escalão inferior da categoria dos costureiros.⁸²⁸

Assim, é ingênua a análise direta que se faz, relacionando também diretamente os produtos de um campo relativamente autônomo à demanda social que por eles seria satisfeita. Desta foram, por exemplo, os intelectuais que trabalham para atender à demanda de

⁸²⁷ BOURDIEU, A produção..., p. 173-4.

⁸²⁸ BOURDIEU, A produção..., p. 174-5.

legitimação da classe dominante, oferecendo a ela uma teodicéia dos seus próprios privilégios, só podem desempenhar sua função com um desconhecimento de causa, vale dizer, convictos de que obedecem e são movidos unicamente por determinações intelectuais, uma função que não poderiam aceitar em sua inteira verdade, “e porque este desconhecimento que se encontra na origem de seu trabalho de eufemização é a condição da eficácia propriamente ideológica de sua produção”.⁸²⁹

Nessa luta ou concorrência dentro de um campo, ressalta-se que contribui também para a formulação das estratégias inovadoras que são constantemente engendradas – e que resultam em bens ou objetos correspondentes a uma demanda não intencionalmente prevista pelo criador –, a atuação das disposições ou *habitus* ligado a disposições vinculadas a uma trajetória passada, e que acabam por encaminhar o agente em uma direção e sentido dentro do campo, conforme cada posição ocupada na estrutura social e em cada campo pertinente de atuação. Uma vez encaminhados e inseridos – pelo *habitus* – em sua posição na estrutura social e na estrutura de campo pertinente, eles – agentes – passam a trazer dessa posição esse *habitus* em suas manifestações e estratégias; “predispõem a importar, para as estratégias engendradas pelas oposições internas, determinados interesses e intenções que lhes são mais ou menos irredutíveis”. Assim, “tudo contribui para sugerir que os que introduzem uma ruptura marcante em um campo relativamente autônomo (...) que, na aparência, corresponderia a uma mudança externa [no campo da moda o surgimento de um novo estilo de vida burguês, um novo *ethos*, em especial na sua relação com o corpo] definem-se por uma trajetória atípica, portanto, por uma relação específica entre esta trajetória (e o *habitus* correlativo) e sua posição que os predispõe a sentir, pressentir e exprimir uma demanda social ainda à procura de seu modo legítimo de expressão legítimo”.⁸³⁰

Se, antes da guerra, havia sido já marcado na sociedade o perfil, papel e origem daquele que poderia ser considerado um costureiro – assim, os costureiros tradicionais teriam como características comuns, sociologicamente pertinentes, o fato de terem sido oriundo das frações dominantes da burguesia provinciana; terem seguido as fileiras escolares que normalmente conduzem às classes dominantes; terem preferido, durante certo tempo, seguir a carreira artística, dentre outros –, após a guerra, ocorreu um fenômeno diverso, que foi o surgimento de costureiros que passaram a ter origem social popular e terem seguido estudos e trajetória de vida diverso – num rompimento – ao que a sociedade havia tradicionalmente estabelecido para a figura do costureiro. O costureiro era parte, pela própria profissão, do

⁸²⁹ BOURDIEU, A produção..., p. 175.

⁸³⁰ BOURDIEU, A produção..., p. 175.

conjunto de personalidades mais destacadas da sociedade parisiense, junto com todos aqueles dedicados aos serviços de luxo, atores, autores teatrais, pintores, romancistas etc. Era ali que ele tinha sua clientela e participava da vida parisiense, dando sua contribuição com as apresentações de moda que realizava para grupos seletos, oferecendo uma das cerimônias exclusivas e emblemas distintivos que marcava a vida e existência em significação e distinção das frações dominantes da classe dominante da época. Tal papel foi substituído – até pelo declínio da burguesia tradicional e, portanto, de suas diversas demandas – por um outro também sistemático, qual seja, “o do *criador-gerente* de produtos de luxo para mulheres (de) gerentes”; a vinda de novos criadores, originados de camadas mais populares, implicou a importação do seu *habitus* a um meio que demandava, outrora, personalidades com outro *habitus*, significando uma nova *hexis* corporal, estilo de vida, sotaque, maneiras, gostos, enfim, alguém empenhado em oferecer, pelo melhor preço, produtos tidos como de gostos moderno, dinâmicos, lógicos, funcionais, esportivos, livres, muito identificados com a nova burguesia moderna e dinâmica que emergia e estava bem próximo de seu *habitus* de gerente autodidata, assim, de seus gostos.⁸³¹

As entrevistas com os criadores revelam “a espécie de harmonia preestabelecida entre o *habitus* do criador e a posição que ele ocupa no campo, isto é, a função que lhe foi atribuída, embora ele tenha, aparentemente, produzido”. Verifica-se que o estilo de vida mais solto é adequado a uma nova burguesia, que procura mostrar uma afirmação e segurança de sua própria legitimidade através de uma simplicidade ostensiva de suas maneiras, e que não precisa mais exibir emblemas de sua autoridade como o luxo sóbrio, fortemente eufemizado da antiga burguesia. Trata-se de uma autoconfiança manifestada em todos os aspectos de sua vida prática, sendo sintomático no uso extremamente fácil da língua, sem preocupações ou mesmo indiferença com a estrita correção. Essas características se devem ao fato de que sua posição dominante não é tanto resultado a uma herança recebida, como socialmente definida, “mas às suas próprias aquisições, não tanto ao capital econômico, mas ao capital cultural, capital incorporado, de cuja transmissão e utilização, segundo parece, se incumbe sobretudo a natureza e não a sociedade”. Entretanto, verifica-se que a compreensão completa do campo da moda passa pela compreensão das transformações estruturais do campo da classe dirigente, e seus efeitos em todas as dimensões do estilo de vida apreendidas – parcialmente – pelos especialistas, costureiros ou relações públicas.⁸³²

⁸³¹ BOURDIEU, A produção..., p. 175-7 e nota de rodapé n. 57. Grifos no original.

⁸³² BOURDIEU, A produção..., p. 177-8 e nota de rodapé n. 59. Grifos no original.

As mulheres, por casamento ou profissão, passam a pertencer ao novo segmento de “assalariados burgueses” – executivos de empresas públicas ou privadas – e são identificadas mais ao bom gosto que ao dinheiro; elas passam a solicitar à alta costura que “lhes ofereça a liberdade de manifestar a certeza de seu *gosto* e, simultaneamente, a ocasião de distinguir-se daquelas que, por não saber ‘descobrir’ o ‘pequeno detalhe que muda tudo’, se contentam em ir atrás e copiar. E aquelas que, hoje, vestem roupas usadas, limitam-se a seguir até o fim esta lógica, contestando o contrato tácito de delegação do poder de legislar em matéria de moda que atribuía ao costureiro o monopólio da *criação*”. O acesso das mulheres ao ensino superior, e para uma fração delas, a uma classe de profissões superiores, é um dos fatores ou mediações que acabou por influenciar diretamente as transformações recentes da classe dominante, com efeitos diretos no campo da alta costura. Essa mudança de disposições – *habitus* – em relação à moda é apenas uma dimensão da transformação mais generalizada dos *habitus* que se manifesta em todas as dimensões da existência – que se verifica na França –, como a contestação do monopólio dos professores, em especial do ensino primário e seus métodos pedagógicos – *ethos* –; na política, a recusa da aceitação da delegação incondicional que opõem intelectuais independentes – pequenos produtores privados de ideologias – e partidos.⁸³³

Mas esse novo estilo de vestuário corresponde também a outras expectativas, qual seja, além de liberar o corpo dos entraves e falsas aparências de uma roupa qualificada como bem feita, mas para ser usadas nas ocasiões mais extraordinárias da vida, o novo estilo também adapta o vestuário às exigências da vida profissional e cotidiana da nova burguesia, cumprindo a sua função de representação social, sendo uma transformação da demanda sentida por todos os costureiros, que se adaptaram a um público mais jovem, menos rico – mas com dinheiro –, de existência descontraída e esportiva. O vestuário, assim, não é mais um objeto que leve o corpo a sofrer uma correção cultural, agora é pedido a ele dar valor à sua aparência natural; “essa exaltação, altamente cultural, do corpo natural supõe que o próprio corpo e não mais os símbolos sociais da riqueza e autoridade – que (...) dotavam os reis (e todos os grandes) de um segundo corpo, capaz de sobreviver ao corpo mortal – torna-se o suporte da distinção social e, ao mesmo tempo, o objeto privilegiado do trabalho de transfiguração social”. A nova marca da distinção, o corpo modelado em conformidade com cânones “elaborados e impostos pelo conluio inconsciente dos produtores de bens e serviços necessários à sua produção”, implica num corpo legítimo, vale dizer, “corpo cultivado por

⁸³³ BOURDIEU, A produção..., p. 178-9.

exercício específicos que exigem tempo, equipamentos custosos, disciplina rigorosa, corpo esbelto, musculoso, bronzeado em todas as estações e livre dos estigmas do envelhecimento”, e que recebe “um lugar de predileção na simbólica do poder de uma fração de classe que deseja atribuir [mesmo inconscientemente] sua posição dominante, exclusivamente à existência de sua natureza”, junto a todas as outras espécies de capital incorporado.⁸³⁴

O campo da alta costura, em sua relação com o campo de produção de bens – que desempenha uma função técnica de fornecimento de bens e produtos para níveis inferiores de exigência de raridade social – se transformou, acompanhando a profunda transformação havida na relação entre burguesia e outras classe, pelo menos a pequena burguesia. O campo da alta costura é parte de um campo de produção mais amplo, parte do aparelho de produção de instrumentos de distinção, vale dizer, de objetos com função técnica, mas também simbólico-social, que exprimem e legitimam diferenças sociais, onde ter é se distinguir e se colocar numa posição que os que não têm, não estarão e não serão considerados. A distinção, a pertença a uma classe, é uma manifestação legítima – de forma transfigurada e desconhecida em sua verdade – da classe social, “que só existe pela pretensão, pelo reconhecimento da distinção que se afirma no próprio esforço para apropriar-se dele, nem que seja sob a forma de cópia”. Todos os consumos simbólicos têm na moda um modelo válido de análise, conforme Friedrich Wilhelm Nietzsche⁸³⁵ assinalou para a cultura, ou seja, que muitas pessoas estão lutando para adquirir cultura, entretanto, apesar de imaginarem estar a serviço da cultura e em seu próprio interesse, em realidade existem somente para permitir a existência real de um pequeno número de pessoas realmente cultas; a grande maioria legitima a minoria que é realmente culta.⁸³⁶

Elite, desta forma, realmente deve ser designada e definida para um pequeno número, daqueles que ocupam uma posição mais elevada em determinada distribuição e tem como

⁸³⁴ BOURDIEU, A produção..., p. 179-81.

⁸³⁵ Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900), filósofo alemão que, em uma de suas obras, elaborou uma crítica devastadora das concepções religiosas e éticas – especialmente cristãs – da vida, defendendo uma reavaliação de todos os valores. Criticando os preconceitos morais, desenvolveu o tema do espírito livre, que se liberta das servidões morais e religiosas, utilizando o pensamento científico; a crítica que faz do idealismo metafísico, ou ontoteologia, focaliza as categorias do idealismo (ser, essência, sujeito) e os valores morais que o condicionam, e propõem nova abordagem, que seria a genealogia dos valores. Questionar o valor dos valores morais implica descrever sua origem e sua história – retira do plano do idealismo e recoloca no plano histórico-cultural os valores humanos cultuados. Para ele os valores morais originam-se da reação dos fracos que acabam colocando o bem como uma negação da ação dos poderosos; o bem, desta forma, é definido negativamente e a moral que dele decorre valoriza a negação que é a própria negação da vida. Sócrates, Platão, judaísmo, cristianismo, socialismo, seriam expressões desse niilismo, e para ele seria necessário eliminar esse modo de ver e pensar o mundo e a existência social e do ser humano, propondo como substituto a vontade de potência, da qual deveria surgir um super-homem criador, para além do bem e do mal. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 17.

⁸³⁶ BOURDIEU, A produção..., p. 181.

característica sua existência ser ordinal, no sentido de que sua existência é pela relação de ordem que a une à série da qual ela é ou ocupa o cume; a elite, portanto, é definida em sua relação com todos os demais que não o são, extraindo daí – na relação – suas principais características ou propriedades. Esse paralelo entre cultura e moda tem sua razão de ser; quando Friedrich Wilhelm Nietzsche denuncia um comportamento elitista de busca vulgar da cultura, mostrando a alta cultura e a baixa cultura, mas que somente existem relacionalmente uma para outra e assim significando existencialmente, revela uma implicação, qual seja, que é na “*colaboração* objetiva de seus aparelhos de produção respectivos que produz o reconhecimento da legitimidade da cultura, isto é, a necessidade cultural”, e isso se reproduz entre a alta costura e a costura, entre cabelereiros de grande prestígio e simples cabelereiros, e assim por diante.⁸³⁷

Outro exemplo é em relação ao domínio do mobiliário e dos objetos antigos, onde se fixa um comércio de luxo dos antiquários e decoradores desses artigos e um comércio de semiluxo dos mesmos itens, que não dissimula que se tratam de dois mercados hierarquizados e relacionados aos mesmos valores, opostos entre si, mas que são complementares. “A relação que se estabelece do lado das estruturas entre o campo da produção de bens de luxo e o campo da produção da cópia, entre o mercado da cultura *autêntica* e o mercado da *vulgarização*, corresponde, do lado das disposições, à relação entre a distinção e a pretensão, disposições antagônicas e complementares, burguesia e pequena burguesia, que são, ao mesmo tempo, a condição e o produto do funcionamento de cada um dos campos e dos efeitos produzidos pela sua coexistência”. Por um lado, a pretensão dos excluídos é, em sua verdade objetiva, o reconhecimento da distinção e da raridade que recai sobre alguns agentes como algo natural ou intrínseco à sua existência, na medida em que sua pretensão contribui para sustentar de forma contínua a tensão – oposição, concorrência – do mercado dos bens simbólicos, produzindo e reproduzindo – reforçando –, desta forma, propriedades que recaem sobre bens e objetos que os tornam raros, valor de distinção, qualidades que são transferidas automaticamente para aqueles que os detém. Por outro lado, a distinção dos dominantes, diferenciação que se estabelece arbitrariamente e de forma desconhecida – e por ser desconhecida é reforçado o fator de verdade objetiva, a de que a distinção é reconhecida como necessária –, inspira a busca da conformidade – afinal fixou-se e foi estabelecido o que é legítimo ser consagrado, portanto, ser desejado – e, ao mesmo tempo, fornece sua clientela às instituições, “oferecendo substitutos ou cópias dos bens ou serviços *autênticos*”.⁸³⁸

⁸³⁷ BOURDIEU, A produção..., p. 181-2 e nota de rodapé n. 62.

⁸³⁸ BOURDIEU, A produção..., p. 182-3. Grifos no original.

Toda imposição de legitimidade é uma violência simbólica, mas violência atenuada que se exerce com a cumplicidade daqueles que a sofrem – suas vítimas, que sofrem seus efeitos –; a imposição da legitimidade trata-se de uma necessidade imposta arbitrariamente, com o caráter de ação libertadora estabelecido dentro do mais íntimo daqueles que sofrem os seus efeitos. As ações que generalizam – universalizam ou socializam – o conhecimento e reconhecimento do modo de vida e visão de mundo dominante – sua arte de viver –, ou as ações que as legitimam, como faz e concretiza o sistema de ensino, ao transformar o *ethos* da classe dominante numa ética universal, enfim, tais ações acabam produzindo a pretensão – inculcação definitiva do arbitrário cultural – como uma necessidade que preexiste aos meios e formas – econômicas e culturais – dela ser satisfeita adequadamente, por isso, impelindo o agente a buscar sua satisfação e, nesse processo, reproduzindo e reforçando “o sistema de práticas necessárias para que o consumo siga a produção”.⁸³⁹

Para a nova burguesia é suficiente “fazer-se conhecer e reconhecer, fazer-se ver e autovalorizar-se (eis o que é instigado pelas revistas femininas e pelas publicações semanais destinados aos executivos jovens, ricos, elegantes e ociosos, aliás, produzidos por ela e nos quais ela se produz) para produzir o mercado dos objetos-cópias ou de segunda mão”. Tal demanda é inesgotável, porque as necessidades dominadas – que contribuem para constituí-las ou criá-las e que, sempre indo atrás delas, necessitam acompanhar as suas transformações, portanto, se redefinindo continuamente – se definem negativamente em relação a elas pela marca de distinção legitimamente estabelecida – consagrada, portanto aquilo que vale a pena desejar que todos vão atrás.⁸⁴⁰

A manutenção da ordem simbólica recebe contribuições as mais diversas, de onde não se imaginaria que pudesse ocorrer; desta forma, costureiros, médicos, nutricionistas, jornalistas de periódicos femininos, entre outros, participam de um conluio inconsciente; por exemplo, médico e nutricionistas fixando normativamente os pesos e alturas legítimas, os costureiros conferindo universalidade às medidas de suas manequins, publicitários que encontram novos usos para o corpo para as férias, as representações das satisfações legítimas – sexuais, por exemplo – que se espera do corpo, enfim, uma nova imagem do corpo imposta com legítima, e que “a nova burguesia da sauna, da sala de ginástica e do esqui descobriu por

⁸³⁹ BOURDIEU, A produção..., p. 183. Assim, o crescimento da escolarização determinou uma difusão da disposição culta mais ampla do que a difusão da competência, produzindo a pretensão propriamente cultural e que forneceu um mercado para os bens desclassificados ou em vias de legitimação; também favoreceu a aplicação da disposição culta a gêneros que eram considerados menores, tais como cinema, romance policial, ficção científica ou história em quadrinhos, explicando, igualmente, o surgimento de variantes vulgarizadas das revistas intelectuais tradicionais, que seguiriam a mesma lógica. In: BOURDIEU, A produção..., p. 183, nota de rodapé n. 64.

⁸⁴⁰ BOURDIEU, A produção..., p. 183.

si mesma”. Ocorre que esta “imposição de práticas legítimas tende por si a produzir a mesma quantidade de necessidades e expectativas, de insatisfações ou, como se diz, de ‘complexos’ (outro produto da difusão legitimadora operada pelos periódicos femininos) em todos aqueles, cujo *habitus* corporal não é o produto das mesmas condições econômicas e sociais que o *habitus* assim legitimado”.⁸⁴¹

Aqui há uma perversidade em curso. Essa nova alienação – uma nova ordem social –, concepção – invenção, inspiração – da alquimia social, contém em si o princípio da infelicidade, do descontentamento, de um profundo mal-estar, cuja natureza é diversa do que outrora poderia ser satisfeita por um costureiro, ou que burguesas liberadas procuravam se livrar por via da psicanálise ou expressão corporal. Essa nova alienação inundou o mercado de produtores com função precípua de oferecer meios e “preencher a separação entre o ser o dever-ser, desde os conselheiros conjugais até os vendedores de pílulas para emagrecer e de produtos dietéticos”; a perversidade é que agora, a “vergonha corporal e qualquer outra espécie de vergonha cultural – aquela resultante de um sotaque, de um falar ou gosto – encontram-se, com efeito, entre as formas mais insidiosas da dominação porque levam a viver, segundo o modelo do *pecado original* e da *indignidade essencial*, certas diferenças que, mesmo em relação às mais naturais na aparência, tais como as que têm a ver com o corpo, são o produto de condicionamentos sociais, portanto, da condição econômico e social”.⁸⁴²

A nova ordem social reconhece como legítimas todas as satisfações e oferece as satisfações legítimas, ou “a longo prazo e a crédito – por exemplo, o crédito escolar e a crença no futuro por meio da escola – ou a curto prazo com desconto – todas as formas de cópia, falsos carros de luxo e viagens de falso luxo”. O fato de haver frustração de expectativas devido à falta de meios para satisfazer as necessidades legítimas – e que pode gerar efeitos econômicos como a busca do crédito, que é em realidade um sobretrabalho para aquele que dele se apropria – não é necessariamente um ameaça à sobrevivência do sistema, pois essa diferença ou defasagem que gera a frustração de expectativas, trata-se em realidade de uma “diferença estrutural [que] encontra-se na origem da *reprodução por translação* [transformação, mudança] que assegura a permanência da *estrutura das posições* [os dominantes farão de tudo para não permitir que eles possam ser confundidos com os dominados, enfim, continuamente procurarão se *distinguir* através de estratégias que não podem/devem ser alcançadas pelos dominados, estratégias essas que sempre serão alteradas ao longo do tempo, quando nessa concorrência ou oposição – luta – os dominados chegarem

⁸⁴¹ BOURDIEU, A produção..., p. 183-4. Grifos no original.

⁸⁴² BOURDIEU, A produção..., p. 184.

perto – terem o desejo e iniciar realizar a *pretensão* – de utilizá-las intensamente a seu favor] através da transformação permanente da *'natureza' das condições*. Ainda aqui não nos deixemos iludir pela imagem mecânica da translação: a dialética da distinção e da pretensão é o princípio desta espécie de corrida de perseguição entre as classes que implica o reconhecimento dos mesmos objetivos; ela é o motor desta concorrência que não é senão a forma atenuada, contínua e interminável da luta de classes”.⁸⁴³

1.2.3.2. OS MODOS DE DOMINAÇÃO

Quando uma sociedade não é provida de um mercado auto-regulado de sistema de ensino, de aparelho jurídico e de Estado, as relações de dominação são instauradas e mantidas através de estratégias indefinidamente renovadas – e de forma sempre direta e pessoal –, porque em tais tipos de sociedade, desprovidas de tais aparelhos institucionais – mais precisamente, as suas funções e atribuições sociais e os agentes próprios para cumprirem seus desígnios –, ocorre a não reunião das condições que propiciam uma apropriação mediata e duradoura do trabalho, serviços ou homenagens de outros agentes. Da mesma forma, em sentido contrário, quando uma sociedade é provida do mercado auto-regulado acima assinalado, a dominação deixa de ser feita de forma direta e pessoal, e passa a ser exercida através dos meios socialmente instituídos por essa diferente organização social, que dá aos agentes especialmente uma posse simbólica de capital cultural e econômico, meios através do quais eles se apropriam “dos mecanismos do campo de produção econômica e do campo de produção cultural que tendem a assegurar sua própria reprodução, através de seu próprio funcionamento e independentemente de toda intervenção intencional dos agentes”.⁸⁴⁴

Desta forma, o fundamento de todas as diferenças pertinentes entre os modos de dominação é dado pelo grau de objetivação do capital social acumulado, vale dizer, nas relações entre os universos sociais – “em que as relações de dominação se fazem, se desfazem, e se refazem na e pela interação entre pessoas” – e as formações sociais – onde, mediadas por mecanismos objetivos e institucionalizados como a produção, distribuição e garantia dos diplomas nobiliárquicos, monetários ou escolares, possuem a intransparência

⁸⁴³ BOURDIEU, A produção..., p. 184-5. Grifos no original.

⁸⁴⁴ BOURDIEU, A produção..., p. 193.

(obscuridade) e a permanência das coisas, escapando à influência da consciência e do poder individuais.⁸⁴⁵

Essa objetivação do capital social – tudo que agrega em valor simbólico e material para um agente, e que lhe permite uma ação ou atuação que produz efeitos sociais concretos por ser considerada legítima –, por ser objetivada, vale dizer, legitimada, reconhecida, até mesmo institucionalizada, garante a permanência e cumulatividade das aquisições materiais e simbólicas, e continuam a subsistir nas instituições – desta forma a reprodução é garantida para diferentes gerações de agentes, lembrando sempre como o mundo deve ser e o que deve fazer, quem é dominante e quem é dominado – não obrigando os agentes e terem de, continuamente e integralmente, precisar recriar sua legitimidade de dominação através de ações expressas nesse sentido. Mas considerando que “os lucros das instituições são objeto de uma apropriação diferencial, ela assegura também, inseparavelmente, a reprodução da estrutura da distribuição do capital que, sob diferentes espécies, é a condição dessa apropriação e, ao mesmo tempo, a reprodução da estrutura das relações de dominação e dependência”.⁸⁴⁶

A existência de campos relativamente autônomos no mundo social, funcionando segundo mecanismos próprios e rigorosos que impõem aos agentes nele envolvidos toda sua lógica e necessidade, possibilita e leva – conduz – os agentes detentores dos meios de controlar esses mecanismos, bem como detentores dos meios de se apropriar dos respectivos lucros materiais e simbólicos pelo funcionamento do campo, a fazerem uma *economia* – tendo em vista que as estratégias utilizadas são custosas em bens materiais, em serviços e em tempo – das estratégias orientadas expressamente e diretamente para dominação das pessoas, vale dizer, “estratégias que visam instaurar ou manter relações duradouras de dependência pessoa a pessoa”. Tendo em vista que os meios para dominação são extremamente custosos em bens materiais, em serviço e em tempo, paradoxalmente o meio – ou estratégias utilizadas – pode destruir o fim, vale dizer, “as ações necessárias para assegurar a perpetuação do poder contribuam para sua fragilidade”.⁸⁴⁷

Verifica-se que o poder econômico não se concentra na riqueza, mas na relação entre a riqueza e um campo social de relações econômicas que, nessa relação, dá a vida, faz emergir a significação social da riqueza, e todos os efeitos – poder – que assim podem ser esperados

⁸⁴⁵ BOURDIEU, A produção..., p. 193.

⁸⁴⁶ BOURDIEU, A produção..., p. 193.

⁸⁴⁷ BOURDIEU, A produção..., p. 194. Verifica-se que toda ação voltada para angariar ou perpetuar o poder, através da distribuição de bens ou riquezas, redundando no impedimento ou paralisação da acumulação primitiva do capital econômico e o desenvolvimento da divisão em classes. In: BOURDIEU, A produção..., p. 193, nota de rodapé n. 2.

para seus detentores. O campo econômico, assim, é indissociável de um corpo de agentes especializados, com interesses específicos conforme o próprio campo permite, em sua constituição, origem e desenvolvimento. Nessa relação – riqueza, poder, campo, agentes, interesses específicos – é que a riqueza se encontra constituída como capital, isto é, “enquanto instrumento de apropriação de um equipamento [aparelho] institucional e de mecanismos indispensáveis ao funcionamento desse campo e, ao mesmo tempo, dos lucros que ele prodigaliza”.⁸⁴⁸

Observa-se que, analisando sob ótica atual, a economia antiga européia era o que era porque lhe faltava, não tanto os recursos materiais ou econômicos, mas os meios institucionais para suplantar os limites dos recursos individuais que mobilizassem os capitais privados, isto é, “toda a organização da produção e do funcionamento da produção, e especialmente os instrumentos de crédito”, análise essa válida para sociedade pré-capitalistas, enfim sociedades antigas e tradicionais – tribos e aldeias – que não dispunham dos mais rudimentares instrumentos de uma instituição econômica; em tais sociedades antigas, as terras eram praticamente – quase totalmente – excluídas da circulação e os mercados da aldeia ficavam isolados, e de modo algum se integravam num mercado único – um mecanismo econômico único. Havia uma oposição – na Cabília⁸⁴⁹ antiga – estabelecida pela moral tradicional nas transações de caráter econômico, qual seja, “entre a ‘malícia sacrílega’ de praxe nas transações do mercado e a boa-fé conveniente às trocas entre parentes e familiares”, este último marcado por uma distinção espacial: lugar de residência, aldeia e lugar das transações – mercado. Tal fato constatado na Cabília antiga, não pode dissimular a oposição – numa análise de Karl Polanyi⁸⁵⁰ tomada por Pierre Bourdieu – entre o pequeno mercado local,

⁸⁴⁸ BOURDIEU, A produção..., p. 194.

⁸⁴⁹ Cabília ou Kabília ou Kabílias, é termo que designa uma região localizada no nordeste da Argélia, na África Setentrional, caracterizada geograficamente por possuir um conjunto de maciços, vales e bacias litorâneas. É dividida em Grande Kabília – mais a oeste – e Pequena Kabília – mais a leste –, cada qual com costumes, línguas, economias e culturas com suas marcas próprias ou singulares. Os cabilas ou kabilas, povo berbere e sedentário da região, mantiveram sua língua e organização social (sistema clânico) e resistiram por longo tempo à influência francesa em seu país, tendo sido uma das sedes principais da insurreição de 1954, que levou à independência da Argélia em 1962. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 2, 5 e 14.

⁸⁵⁰ Karl Polanyi (1886-1964), economista de país húngaro, nascido na Áustria, que lecionou História da Economia e se especializou em sistemas econômicos e sociedade não mercantis. Estudou em universidades de Budapeste e Viena, formando-se em Filosofia e Direito, tendo atuado profissionalmente como advogado, escritor e jornalista – neste último, especializando-se em economia e política internacional –, emigrou com sua família para Londres e tornou-se cidadão britânico, tendo ministrado aulas na Inglaterra e EUA. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 19; POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 337. Sobre a análise dos diferentes mercados, um mercado imerso nas relações sociais que marca as sociedades arcaicas e outro mercado auto-regulado das modernas sociedades capitalistas, vide a obra POLANYI, A grande transformação...

imerso nas relações sociais nas transações, e o mercado auto-regulado, quando este se tornou o modo dominante de transação.⁸⁵¹

Estratégias fundadas na honra – nessa sociedade tribal da Cabília – não são banidas do mercado; um agente pode se vangloriar de uma manobra comercial bem sucedida, às custas de outro agente, ou mesmo se orgulhar de comprar algo a um preço exorbitante apenas para mostra que poderia fazê-lo – honra –, ou mesmo concluir um negócio sem desembolsar um único centavo tendo mobilizado fiadores para tal tarefa – ou “em nome do *crédito* e do capital de *confiança*, decorrente de uma reputação, tanto de honra, quanto de riqueza”. Tais agentes estão predispostos a desempenhar o papel de fiadores, tanto em favor do vendedor quanto do comprador. Tal confiança e as relações que podem mobilizar, possibilitam eles tornar agentes do mercado apenas com seu rosto, nome e honra – as únicas coisas que podem substituir a moeda nesse universo – se não tiverem capital algum, mobilizando parcela significativa do mercado em seus intentos, apostando – empenhando-se – mesmo sem possuírem bens.⁸⁵²

Mas verifica-se, também, que não só solvência e riqueza determinam qualidades que serão apreciadas nas transações nessas sociedades; qualidades associadas estritamente à pessoa são consideradas, qualidades essas ou elementos que não podem ser emprestadas nem tomadas por empréstimo. Por outro lado, o mercado é abundante de informações mútuas, de tal forma que fica reduzida a uma margem muito pequena a possibilidade que ocorra uma transação com embuste, trapaça ou blefe por parte de um agente: aquele que estiver apostando alto demais será chamado a atenção. Nesse universo, o mercado não é o mercado impessoal, com suas leis que acabarão por penalizar os imprudentes, “mas o julgamento coletivo que se forma e se manifesta sobre o mercado”; desta forma, os julgamentos são totais, ou seja, uma pessoa é ou não um homem de mercado – de negócios –, classificação mítica fundada em valores últimos que definem o homem total. Quem não for homem de mercado e tentar transacionar nele, receberá imediatamente a admoestação para permanecer dentro de sua natureza de homem caseiro.⁸⁵³

Nesse universo, onde se procura manter uma fronteira entre aldeia e mercado, é cultivada tal dualidade a fim de evitar disposições calculistas que se verificam nas trocas impessoais de um mercado igualmente impessoal ou diverso do tribal, preservando, assim, as relações de reciprocidade. Mas observa-se outra forma de negociação, onde – quer num pequeno mercado tribal, ou nos grandes mercados regionais – há a representação de um modo

⁸⁵¹ BOURDIEU, A produção..., p. 194-5.

⁸⁵² BOURDIEU, A produção..., p. 195-6.

⁸⁵³ BOURDIEU, A produção..., p. 196.

de transação intermediário entre os dois extremos, qual seja, de um lado trocas do universo familiar, de outro, as trocas racionais de um mercado auto-regulado – o *suq*. Assim, nas trocas familiares, o que deve haver é confiança e boa fé, favorecida pelo conhecimento quase total sobre os produtos e sobre os vendedores e compradores, e onde as relações entre os agentes preexistem à troca e devem sobreviver à operação; já nas estratégias racionais do mercado auto-regulado, elas somente são possíveis por uma já padronização dos produtos e pela necessidade já mecânica do processo que acaba se impondo. Nesse tipo de transação – *suq* – as informações tradicionais do mercado tradicional tribal já não estão mais presentes, ao mesmo tempo em que ainda não oferece todas as condições de existência de um mercado impessoal e mais racional, obrigando os camponeses a buscarem estabelecer estratégias que os garantam da imprevisibilidade que incorrem, a fim de limitar sua insegurança, “transformando as relações impessoais, sem passado nem futuro, da transação comercial em relações duradouras de reciprocidade pelo recurso a fiadores, testemunhas e mediadores; deste modo, entre os contratantes, é possível instaurar ou restaurar o equivalente funcional de uma rede tradicional de relações”.⁸⁵⁴

A riqueza econômica só funciona como capital na sua relação com o aparelho econômico, e, da mesma maneira, todas as formas de competência cultural somente se constituem como capital cultural nas relações objetivas que estabelecem com o sistema econômico de produção e o sistema de produção dos produtores, este último se relacionando diretamente com o sistema escolar e a família. Nas sociedades desprovidas de escrita – que lhe permite conservar e acumular os recursos culturais herdados do passado de uma forma objetivada – e do sistema de ensino – “que dota os agentes de atitudes e disposições indispensáveis para terem a possibilidade de se reapropriarem simbolicamente deles [recurso culturais herdados do passado]”, somente conseguirão conservar seus recursos culturais no estado incorporado, que desaparecerão junto com seus agentes portadores, necessitando, desta forma, de um trabalho de inculcação para assegurar a sua perpetuação, trabalho esse que poderá ser tão longo como o tempo de sua utilização.⁸⁵⁵

Os instrumentos de comunicação cultural transformaram as sociedades, e a escrita, nesse processo, tornou possível separar os recursos culturais individuais e da sociedade, da pessoa do seu portador; ela permitiu ultrapassar os limites antropológicos, especialmente as opressões relacionadas com os meios mnemotécnicos, ou da memória individual, como outrora era o uso da poesia, que era “técnica de conservação por excelência das sociedades

⁸⁵⁴ BOURDIEU, A produção..., p. 196-7.

⁸⁵⁵ BOURDIEU, A produção..., p. 197.

desprovidas de escrita”, o poeta como livro encarnado das tradições orais. Agora, a escrita permite a acumulação da cultura que estava conservada em estado incorporado e, mais ainda, permite que ocorra a acumulação primitiva do capital cultural “como monopolização total ou parcial dos recursos simbólicos da sociedade – religião, filosofia, arte, ciência –, através da monopolização dos instrumentos de apropriação destes recursos (escrita, leitura e outras técnicas de decodificação), conservados, daqui por diante, em textos e não mais nas memórias”.⁸⁵⁶

Mas é posteriormente, com a sobrevivência do sistema de ensino, que os efeitos da objetivação, tornada possível pela escrita, são superada ao largo, por esse aparelho de legitimação da cultura legítima. Os “diplomas escolares são para o capital cultural o que a moeda é para o capital econômico”; através dos diplomas o sistema de ensino reduz ao máximo os obstáculos que poderiam ser criados para a circulação do capital cultural, pois a todos os detentores de diplomas é atribuído o mesmo valor, e só por esse fato acaba também por tornar o portador do diploma um agente substituível. Ele é um símbolo de distinção, pois por ele são identificados aqueles que são dotados de certas competências sociais e aqueles que não poderão exercer essas competências – aqueles que possuem e aqueles que não possuem algum diploma –, padronizando ou instaurando um mercado unificado de todas as capacidades culturais e garantindo a conversão do capital cultural adquirido – com gasto de tempo e trabalho – em moeda. Assim como a moeda, o diploma escolar “tem um valor convencional, formal, juridicamente garantido, portanto, livre das limitações locais (diferentemente do capital cultural não certificado do ponto de vista escolar) e das flutuações temporais”. O capital cultural garantido pelo diploma é para sempre, vale dizer, não tem necessidade de ser continuamente testado, e a objetivação operada por ele, como “prova escrita de qualificação que confere crédito ou autoridade” – credencial de autoridade que é objetivada por todas as formas de poderes – é indissociável daquela objetivação que garante o

⁸⁵⁶ BOURDIEU, A produção..., p. 197-8. Estudos revelaram que a mudança do modo de acumulação, circulação e reprodução da cultura acarreta a mudança da função que lhe compete e, ao mesmo tempo, a mudança da estrutura das obras, sendo que os recursos culturais acabam por se transformar, em seu próprio conteúdo, pela transformação da tecnologia de conservação e da transmissão cultural, especialmente pela passagem da mimese (em retórica, é uma figura que consiste no uso do discurso direto e principalmente na imitação do gesto, voz e palavras de outrem; em literatura, imitação ou representação do real na arte literária, ou seja, a recriação da realidade. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mélio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [] – e tudo que ela implica como função mnemônica, música, ritmo, palavras faladas, enfim reativação prática de qualidades e funções comunicativas do ser humano, que mobiliza todos os seus recursos possíveis voltados para reconstruir um ato de identificação afetiva – para o discurso escrito, passível de ser repetido e reversível, separado da situação e predisposto, por sua permanência, a tornar-se objeto de análise, controle, confrontação e reflexão. Assim, sem ser objetivada na escrita, a linguagem enquanto palavra falada permanecerá indissociável daquele que fala, de toda sua pessoa, e só poderá ser manipulada à distância e, em sua falta, sob forma de mimese, o que exclui a análise e a crítica. In: BOURDIEU, A produção..., p. 198, nota de rodapé n. 9.

direito – sistema jurídico – ao seu possuidor, de previamente definir a correspondente posição social permanente – em função do diploma –, independente do indivíduo biológico, portanto, passível de ser ocupado por agentes biologicamente diferentes, desde que tenham o mesmo estatuto de credencial de autoridade.⁸⁵⁷

Daí por diante, “as relações de poder e dependência deixam de se estabelecer diretamente entre pessoas, mas instauram-se, na própria objetividade, entre instituições, isto é, entre diplomas e cargos – garantidos e definidos, respectivamente, do ponto de vista social; e, através deles, entre os mecanismos sociais que produzem e garantem o valor social dos diplomas e cargos, por um lado, e, por outro, a distribuição desses atributos sociais entre os indivíduos biológicos”. O direito, nesse contexto, limita-se a consagrar simbolicamente – eternizando e universalizando um registro – “o estado da relação de forças entre os grupos e as classes que produz e garante praticamente o funcionamento de tais mecanismos”. O direito distingue a função e a pessoa, o poder e seu detentor, ele registra e legitima a relação temporal entre diplomas e cargos – com os respectivos ganhos materiais e simbólicos dos detentores e não detentores dele. “Assim, ele fornece a contribuição de sua própria força, isto é, propriamente simbólica, à ação do conjunto dos mecanismos que permitem fazer a economia da reafirmação contínua das relações de força [reafirmação das diferenças sociais] pelo uso declarado da força [simbólica do direito]”.⁸⁵⁸

Tradicionalmente, os mecanismos pertencentes à ordem da ideologia – como o direito – são apontados como responsáveis diretos pelo efeito de legitimação da ordem estabelecida, entretanto, verifica-se que o sistema de produção dos bens simbólicos ou o sistema de produção dos produtores, também desempenham, pela lógica própria de seu funcionamento, funções ideológicas; isso se deve ao fato de que eles mantêm “escondidos os mecanismos pelos quais eles contribuem para a reprodução da ordem social e para a permanência das relações de dominação”. Diferentemente à concepção de que seriam “através das ideologias produzidas e inculcadas pelo sistema de ensino (...) que tal sistema contribui para fornecer à classe dominante uma ‘teodicéia de seus privilégios’, como disse Max Weber”, verifica-se que é sobretudo no plano da justificação prática da ordem estabelecida, justificação essa instaurada pelo sistema de ensino, especialmente dissimulada sob o manto da relação consagrada entre diplomas e cargos – por todos, já naturalizado e dado como inquestionável, garantido pelo sistema de ensino como uma relação patente, evidente, manifesta, clara, resguardada também pelo direito –, mas que esconde uma outra relação, qual seja, “a relação

⁸⁵⁷ BOURDIEU, A produção..., p. 198-9.

⁸⁵⁸ BOURDIEU, A produção..., p. 199.

que ele *registra sub-repticiamente*, sob aparência de igualdade formal, entre os diplomas obtidos e o capital cultural herdado [o capital cultural herdado de uma pessoa nunca será igual a outra, sendo um fator determinante para a trajetória social de uma pessoa, pelo menos na Europa; por exemplo, duas pessoas, com mesmo diploma, mas ambas com capital cultural diferentes, irão seguir trajetórias sociais de vida diversas, no sentido de que deverá ser mais beneficiado socialmente aquele que foi proveniente das classes dominantes – capital cultural herdado maior –, do que aquele originado das classes dominadas; só a diferença lingüística de ambos e os comportamentos sociais – de domínios mais natural em quem nasceu numa família privilegiada – já definirá, como um destino, aquele que irá ocupar as melhores posições sociais], ou seja, através da legitimação [sob forma de igualdade por possuírem o mesmo diploma, o que pode ser de fato e realmente, uma desigualdade] que fornece assim à transmissão desta forma de herança”.⁸⁵⁹

Um dos efeitos mais diretos da ideologia é aquele que se exerce, não com as palavras, mas com o silêncio cúmplice; desta forma, as próprias análises das ideologias que se restrinjam ao sentido estrito do discurso de legitimação da ordem estabelecida, contribuem para ser uma força suplementar para reiterar e realizar – produzir eficácia – de tais ideologias, quando não analisam, também, os mecanismos institucionais correspondentes que garantem a dominação. Por exemplo, “é o caso de todas as análises internas (semiológicas) das ideologias políticas, escolares, religiosas ou artísticas que esquecem que a função política dessas ideologias pode reduzir-se, em certos casos, ao efeito de deslocamento e desvio, de dissimulação e legitimação, produzido por tais análises ao reproduzirem, por falta ou omissão, em seus silêncios – voluntária ou involuntariamente, cúmplices –, os efeitos dos mecanismos objetivos”, como ocorre com a ideologia da meritocracia – carismática –, que se justifica e se explica pela constatação das desigualdade dos dons naturais das pessoas, justificando, assim, as oportunidades diferenciais de acesso aos diplomas, e nesse ato de razão fundamentada, legitimar e reproduzir o efeito dos mecanismos que dissimulam a relação entre os diplomas e o capital cultural herdado.⁸⁶⁰

Esses mecanismos objetivos possuem, assim, uma dupla eficácia, quais sejam, instauram relações duradouras de dominação e dissimulam tais relações, considerando determinado tipo de sociedade – a que instituiu um mercado auto-regulado, que permite a acumulação de energia social objetivada, de forma desigual, em mecanismos –, sendo realidade ou verdade objetiva essa que se diferencia radicalmente de outros modos de

⁸⁵⁹ BOURDIEU, A produção..., p. 199-200.

⁸⁶⁰ BOURDIEU, A produção..., p. 200 e nota de rodapé n. 12.

dominação e estratégias políticas de conservação existentes em outras formações sociais, como as sociedades mais antigas e as tribais ou de aldeias. Desta forma, de um lado tem-se “determinadas relações sociais que, não tendo em si mesmas o princípio de sua reprodução, só podem subsistir mediante uma verdadeira criação contínua; de outro, um mundo social que, contendo em si mesmo o princípio de sua própria subsistência, dispensa os agentes deste trabalho incessante e indefinido de instauração ou restauração das relações sociais”.⁸⁶¹

Esta oposição será localizada – encontrará sua expressão – na história ou pré-história do pensamento social, quando Emile Durkheim entendeu que, para encontrar o fundamento natural do ser social seria “preciso romper com a propensão de apreender o mundo social como se estivesse fundado no arbitrário das vontades individuais ou, como Hobbes, no arbitrário da vontade soberana”. Para superar e romper com a visão artificial de que seria um ato de vontade que daria origem à ordem social, e que esta ordem seria posteriormente sustentada pela contínua renovação desse ato, condição de superação *sine qua non* para uma verdadeira apreensão científica da ordem e do mundo social, verifica-se que esse rompimento não poderia ser operado “antes que fossem constituídos, na realidade, os mecanismos objetivos, tais como o *self-regulating market* [mercado auto-regulado] que, conforme observa Polanyi, estava bem estabelecido para impor a crença no determinismo”,⁸⁶² vale dizer, a realidade prática – em todas suas disposições ou *habitus* – impõe com antecedência mecanismos objetivos que irão, por sua vez, impor dissimuladamente – sub-repticiamente – uma crença que condicionará a própria apreensão científica dos fatos sociais, ou a ordem do mundo social – há um determinismo social porque o determinismo está presente histórico-culturalmente construído. A ciência social, assim, nos seus primórdios, cumpriu os desígnios políticos das ideologias, referendando os efeitos próprios dos mecanismos objetivos presentes no mundo social.

Mas, além disso, a realidade social impôs seus objetos pré-constituídos e que foram assim aceitos pela ciência; no campo da política, por exemplo, ele tomou por objeto de estudo e reconheceu com política “apenas aquelas práticas orientadas em direção à aquisição ou conservação do poder”, tendo em vista que a realidade mais evidente e imediata não revelava “a existência de mecanismos capazes de assegurar a reprodução da ordem política fora de toda intervenção expressa”, e que excluem – tacitamente – das análises da competição legítima pelo poder, justamente o controle desses mecanismos de reprodução. Desta forma, a ciência política é o objeto principal da esfera da política legítima; objeto pré-constituído

⁸⁶¹ BOURDIEU, A produção..., p. 200-1.

⁸⁶² BOURDIEU, A produção..., p. 201.

imposto pela realidade e que foi retomado pela ciência social como tal, por sua conta, há muito tempo.⁸⁶³

“Quanto mais a reprodução das relações de dominação estiver dependente de mecanismos objetivos, que servem aos dominantes sem que estes tenham a necessidade de servir a tais mecanismos, tanto mais indiretas – (...) impessoais – serão as estratégias objetivamente orientadas em direção à reprodução (...). Pelo contrário, enquanto não for constituído o sistema dos mecanismos que, por seu próprio movimento (...), venham a assegurar a reprodução da ordem estabelecida, não bastará que os dominantes *deixem funcionar displicentemente o sistema* dominado por eles para que se exerça de forma duradoura sua dominação”. No primeiro caso, simples escolhas como aplicação de dinheiro, colégio para os filhos, demonstração de falta de liberalidade, gentileza ou cortesia a subordinados ou mesmo à faxineira, é que permite ao detentor do capital econômico e cultural, assegurar a “perpetuação da relação de dominação [e a legitimidade de sua visão e divisão de mundo] que o une objetivamente à faxineira e, até mesmo, aos descendentes desta”; no segundo caso, tendo em vista que a máquina social é incapaz de se auto-perpetuar, onde somente poderão apropriar-se do trabalho, serviços, bens, honras e respeitos dos outros, se os ganharem e se apegarem pessoalmente a eles, haverá uma necessidade contínua de trabalhar de forma direta, cotidiana e pessoal para os dominantes produzirem e reproduzirem as condições incertas de dominação, pois estão condenados a formas elementares de dominação, vale dizer, dominação direta de uma pessoa sobre a outra – vínculo pessoal, de pessoa a pessoa – onde o limite é a apropriação pessoal através da escravidão.⁸⁶⁴

Assim, na Cabília, uma relação social aparentemente simples e próxima como a que une o *maître* – fazendeiro – a seu *khammes* – espécie de meeiro que recebe uma parcela muito reduzida da colheita, regra geral, cerca de vinte por cento dela – somente mantêm-se por via da violência material e simbólica diretamente aplicada; desta forma, uma dívida pode fazer o *maître* segurar seu *khammes*, e que obriga este – indefinidamente – a ser pressionado para continuamente renovar seu contrato, enquanto não encontrar outro fazendeiro que pague sua dívida e o liberte de seu empregador-fazendeiro. Outro recurso à disposição do fazendeiro é apropriar-se da totalidade da colheita para cobrir os adiantamentos já feitos ao seu empregado-meeiro. Entretanto, cada uma dessas relações particulares é fruto de estratégias complexas, “cuja eficácia depende não só da força material e simbólica das partes envolvidas,

⁸⁶³ BOURDIEU, A produção..., p. 201.

⁸⁶⁴ BOURDIEU, A produção..., p. 201-2.

mas também de sua habilidade em mobilizar o grupo, suscitando a comiseração ou a indignação”.⁸⁶⁵

Essa relação de dominação não vale apenas pelos ganhos materiais que possibilita e efetivamente proporciona, pois fazendeiros quase tão pobres quanto seus *khammes*, que poderiam cultivar por si suas próprias terras, acabam optando por esse sistema de dominação tendo em vista que ele proporciona ao fazendeiro um certo prestígio – ganho simbólico –, por possuir em torno de sua terra – e, portanto, sob seu domínio – uma certa “clientela” que dele dependem. Evidentemente que o sistema social estabelece algumas imposições àqueles que pretendem ser *maître*, como, por exemplo, manifestar virtudes que convém ao seu estatuto, ou seja, generosidade e dignidade nas relações com seus “clientes”, pois o pacto – que foge do contrato rigoroso, sanções precisas ou disciplina abstrata – que une as duas partes é de um acordo de homem a homem que se limita à garantia da fidelidade exigida pela honra, e onde se espera dos grandes que se mostrem dignos de seu estatuto, “protegendo material e simbolicamente aqueles que estão sob sua dependência”.⁸⁶⁶

Nessa disciplina social, tudo é questão de estratégia, e a frequência que se reproduz os pactos de honra com suas relações encantadas revelam que, nessa economia – entendida como todo sistema de estratégias voltadas para a dominação –, as estratégias de violência simbólica são – na maioria das vezes – “mais econômicas que a pura violência econômica (no sentido estrito)”. Tendo por paradigma o sistema social e o pensamento europeu – a forma como adotaram o uso da razão – é possível inferir dessa realidade cabila acima narrada, que ela é fruto da falta de um verdadeiro mercado de trabalho e carestia ou raridade de dinheiro, obrigando o fazendeiro – para servir melhor seus interesses – tecer diuturnamente, com cuidados e atenções permanentes, laços éticos, afetivos e econômicos que possam uni-lo de forma duradoura a seu *khammes*. Por isso, a razão dele acabar praticando ações tais como organizar o casamento do seu *khammes* – ou do filho deste –, instalá-lo junto com sua família em sua própria casa – onde só tardiamente as crianças, criadas juntas na comunidade de bens, tomam conhecimento de sua condição –, a fim de mantê-lo ligado a si. Não é raro um dos filhos do *khammes* trabalhar na cidade e ser obrigado a entregar seu salário.⁸⁶⁷

“Enfim, o fazendeiro só pode obter do *khammes* uma dedicação duradoura a seus interesses na medida em que o *associa* completamente a tais interesses, a ponto de ocultar, negando-a simbolicamente em todos os seus comportamentos, a dessimetria da relação que o

⁸⁶⁵ BOURDIEU, A produção..., p. 202-3.

⁸⁶⁶ BOURDIEU, A produção..., p. 203.

⁸⁶⁷ BOURDIEU, A produção..., p. 203-4.

une ao empregado”. O *khammes* é aquele a quem se confia os bens, a casa, a honra e que trata a terra como proprietário, haja vista que o fazendeiro em nenhum momento apõe qualquer tipo de conduta ou comportamento que o impede de reconhecer os direitos sobre a terra que ele trabalha, a tal ponto que não é raro “um *khammes* invocar, muito tempo depois de ter deixado seu *maître*, o suor derramado para colher frutos ou penetrar na propriedade”. Mesmo depois de desvinculado do antigo fazendeiro ele nunca se sente inteiramente livre de suas obrigações, a ponto de poder criticá-lo, por exemplo, pela covardia de tê-lo abandonado, aquele que outrora fora adotado pelo fazendeiro.⁸⁶⁸

Portanto, em tal sistema, é somente através da dádiva – que resulta na obrigação moral e afetiva criada e mantida pela troca – e da dívida – que resulta na obrigação abertamente econômica – que é possível alcançar sucesso em “prender” alguém de forma duradoura; de um lado a violência aberta – física ou econômica – e de outro a violência simbólica – censurada e eufemizada, ao mesmo tempo irreconhecível e reconhecida. As duas formas de violência não são uma contradição e se relacionam de forma inteligível, coexistindo na mesma formação social, quando não na mesma relação. Assim, nesse sistema da Cabília, “pelo fato de que a dominação só pode ser exercida sob sua *forma elementar*, isto é, de pessoa a pessoa, é que ela não pode consumir-se abertamente e deve se dissimular sob o véu das relações encantadas das quais as relações entre parentes fornecem o modelo oficial, em suma, tornar-se desconhecida para vir a se reconhecida”.⁸⁶⁹

É na economia pré-capitalista o lugar por excelência da violência simbólica “porque as relações de dominação só podem ser instauradas, mantidas ou restauradas nesse espaço mediante estratégias que, estando expressamente orientadas para o estabelecimento de relações de dependência pessoal, devem travestir-se, transfigurar-se, em uma palavra, *eufemizar-se*, sob pena de se destruírem, traíndo abertamente sua verdade. Por isso, as *censuras* impostas à manifestação aberta da violência – em particular, sob a forma brutalmente econômica – pela lógica característica de uma economia em que os interesses só podem ser satisfeitos sob a condição de se dissimularem nas e pelas estratégias que visam satisfazê-los”. Assim, não há contradição no fato de afirmar-se que a violência simbólica está mais presente na medida em que é mais escondida ou mascarada. “Por não dispor da violência

⁸⁶⁸ BOURDIEU, A produção..., p. 204.

⁸⁶⁹ BOURDIEU, A produção..., p. 204-5. Grifos no original. Os atos de comunicação – trocas de dons, desafios ou palavras, etc. – contêm sempre em si a virtualidade do conflito porque eles encerram sempre a possibilidade da dominação. A violência simbólica é, com efeito, esta forma de dominação que, ultrapassando a oposição que se estabelece comumente entre as relações de sentido e as relações de força, entre a comunicação e a dominação, só se realiza através da comunicação sob a qual ela se dissimula. In: BOURDIEU, A produção..., p. 205, nota de rodapé n. 15.

implacável e oculta dos mecanismos objetivos que levam os dominantes a se contentarem com estratégias – quase sempre, puramente negativas – de reprodução, esta economia tem recorrido *simultaneamente* a formas de dominação que, do ponto de vista do observador contemporâneo, podem parecer, ao mesmo tempo, mais brutais, mais primitivas, mais bárbaras ou mais brandas, mais humanas, mais respeitosas à pessoa”⁸⁷⁰.

Essa dualidade entre violência física ou econômica, de um lado, e violência simbólica, de outro, encontra-se em cada relação social e instituições características dessa economia; presente tanto na dívida quanto na dádiva, “têm em comum o poder de servir de fundamento tanto à dependência e, até mesmo, à servidão, quanto à solidariedade, segundo as estratégias adotadas por elas”. Essa ambigüidade revela que estratégias opostas podem coexistir e são meios substituíveis de desempenhar a mesma função, sendo que a escolha entre um dos dois tipos de violência depende do estado de relação de forças entre as partes, bem como da integração e integridade ética do grupo que arbitra. A violência aberta do agiota ou do fazendeiro sem compaixão encontra a reprobção coletiva e corre o risco de suscitar uma resposta violenta ou a fuga da vítima, enfim, o aniquilamento da própria relação que deveria ser explorada; a violência simbólica, violência branda, invisível, desconhecida como tal, da confiança, obrigação, fidelidade pessoal, hospitalidade, dádiva, dívida, enfim, de todas as virtudes às quais presta homenagem a moral da honra, é o modo de dominação mais econômico e/por ser mais adaptado à economia do sistema.⁸⁷¹

Verifica-se que quando impossível ser praticada de forma direta e brutal, a exploração do ser humano pelo ser humano ocorre por meio da transmutação da exploração para a sua forma mais branda e dissimulada, sendo um equívoco reduzir a compreensão dessa economia à sua verdade oficial – generosidade, ajuda mútua etc. –, a forma mais visível que ela toma para se realizar, quanto reduzi-la apenas à sua verdade objetiva, qual seja, a de que a ajuda mútua é em realidade apenas uma forma transfigurada de escravidão, portanto, a própria escravidão. É preciso compreender em sua inteireza a dupla verdade do funcionamento social da generosidade ou distribuição ostentatória, como uma operação de alquimia social que, “por um lado, podem ser observadas todas as vezes que a ação direta da violência aberta, física ou econômica, está negativamente sancionada e, por outro, tende a assegurar a transmutação do capital econômico em capital simbólico. O desperdício de dinheiro, energia, tempo e engenhosidade, é o princípio mesmo da eficácia da alquimia social pela qual a relação

⁸⁷⁰ BOURDIEU, A produção..., p. 205.

⁸⁷¹ BOURDIEU, A produção..., p. 205-6.

interesseira se transmuta em relação desinteressada, gratuita, a dominação declarada em dominação desconhecida e reconhecida, isto é, em *autoridade legítima*”.⁸⁷²

Assim, toda ação é voltada para produzir generosidade e liberalidade, um presente pessoal irredutível ao seu equivalente em dinheiro, “um dom que vale pela maneira de ser doado”, com todo trabalho, tempo, cuidado e atenção que merecem para realizá-lo. Essa generosidade ou gratuidade de bens e dinheiro despendidos é identificada como ação de ordem pessoal, portanto, mais preciosa ainda, enfim, coisas ou ações – como o tempo – que não se esquece por terem sido feitas com conveniência, oportunidade, atenção, gestos, gentilezas requeridas e que “não podem ser emprestadas nem tomadas de empréstimo” como diz o ditado nativo da Cabília. Portanto, a violência simbólica impõe uma exigência sobre aquele que a exerce e que não deve ser por ele esquecida, qual seja, o cumprimento de seus deveres rituais, cumprindo a tradição que vê a autoridade e carisma ou graça como uma propriedade da pessoa; *fides* não é confiança, “mas a ‘qualidade própria de um ser que atrai para ele a confiança e se exerce, sob a forma de autoridade protetora, sobre quem se fia nele’”.⁸⁷³

A dominação simbólica, nessa comunidade cabila, é muito custosa – não só do ponto de vista econômico – para aquele que a exerce. Sobre quem a exerce incide encargos suplementares como ser escolhido para atuar como fiador e responsável representante do grupo social em assembléias e circunstâncias solenes, tarefa essa que não era disputada nem desejada pelas personalidades mais importantes ou influentes do grupo porque exigiam de seu detentor muito tempo e sacrifício. Por outra forma, aqueles nomeados com uma delegação tácita de autoridade como os sábios ou os grandes do grupo, consideravam como um dever seu – por uma elevada idéia a respeito de si mesmos, uma obrigação para com eles mesmos – chamar a tenção do grupo para os valores que ele pessoalmente reconhece, bem como atuar na dimensão cotidiana de convivência do grupo, separando brigas, infligindo punições, dirimir conflitos graves internos a clãs ou entre clãs e tentar buscar a reconciliação, proteger os

⁸⁷² BOURDIEU, A produção..., p. 206-7.

⁸⁷³ BOURDIEU, A produção..., p. 207. Grifos no original. Observa-se que nas sociedades onde os bens são mais raros que o tempo, é justamente pelo desperdício de bens e dinheiro que ocorre a eficácia transformadora da legitimidade da dominação; já nas formações sociais - ou classes sociais – onde os bens tendem a tornar-se menos raros que o tempo – tempo que não pode ser acumulado, mas que pode ser apropriado dos outros –, é através do desperdício do tempo que se obtém a maior eficácia de prestígio e de legitimidade de dominação – assim, os consumos culturais supõem um dispêndio de tempo tanto para a aquisição das condições de acesso a ele, como para o próprio consumo, o que associa um certo prestígio para os seus consumidores frente a todos os outros que não têm esse tempo por ocupar-se das questões mais mezinhas da vida e não podem se dar ao luxo de tais consumos. In: BOURDIEU, A produção..., p. 207, nota de rodapé n. 21.

interesses dos pobres e dos *khammes* e ajudá-los quando necessitam, ajudar viúvas, assegurar casamentos etc.⁸⁷⁴

Diante disso, entende-se que somente através dessas ações que reafirmam sua autoridade pessoal, autoridade que confirma sua conformidade com os valores reconhecidos pelo grupo, que é continuamente reafirmado a delegação tácita recebida pelo grupo, obrigando a essas pessoas a terem menos liberdade em relação às normas oficiais. Enquanto não forem construídos mecanismos institucionalizados que deleguem o exercício de poder e regulem impessoalmente todo capital coletivamente possuído que funda a existência de um grupo, o sistema social cabila somente pode funcionar da seguinte forma: “cada agente participa do capital coletivo, simbolizado pelo nome da família ou da linhagem, mas na proporção direta de sua contribuição, isto é, na medida exata em que suas ações, suas palavras e sua pessoa prestam homenagem ao grupo. Este sistema é feito de tal forma que os dominantes se interessem pela virtude: eles só podem acumular poder político cumprindo seus deveres e não somente redistribuindo seu dinheiro e bens; eles devem ter as virtudes de seu poder, já que seu poder só poderá apoiar-se na virtude”.⁸⁷⁵

Dentro dessas condutas generosas onde uma prática denominada por *potlatch*⁸⁷⁶ é uma situação limite, o que ocorre é que elas parecem deixar na incerteza, por um lapso de tempo, a lei universal do interesse que proclama que nada é de graça neste mundo – nada se dá por nada – e as relações sempre se darão pela troca – toma lá, dá cá – e, também, parecem que instauram relações que contêm em si seu próprio fim – falar por falar, dar por dar –; entretanto, de fato ocorre que estas negações do interesse são em realidade denegações práticas que, como o “discurso que só diz o que diz sob uma forma que tende a mostrar que não diz”, acabam satisfazendo o interesse “sob uma forma (desinteressada) que tende a mostrar que elas não o satisfazem”. É sabido que a maneira de dar vale mais do que o que se dá, desta forma, o que distingue o dom que uma pessoa possui e demonstra num ato, de uma simples troca de interesses, é todo trabalho necessário para utilizar as formalidades, que convertem e transformam a maneira de agir e as formas exteriores da ação em denegação prática do conteúdo da ação, transmutando “simbolicamente as troca interesseira ou a simples relação de força em uma relação efetuada ‘por pura formalidade’ e ‘conforme as regras

⁸⁷⁴ BOURDIEU, A produção..., p. 207-8.

⁸⁷⁵ BOURDIEU, A produção..., p. 208-9.

⁸⁷⁶ *Potlatch* trata-se de uma luta ou disputa pela generosidade da riqueza, praticada pelos índios *kwakiutl* – localizados no sudoeste do Canadá, em frente à ilha Vancouver, fronteira com os EUA – onde o mais generoso não é aquele que doa mais riquezas que o seu rival, mas quem consegue dilapidar ou destruir seu patrimônio, suas próprias riquezas, para mostrar que não se encontra em situação de necessidade. In: BOURDIEU, A produção..., p. 194, nota de rodapé em asterisco.

estabelecidas’, isto é, por respeito puro e desinteressado dos usos e convenções reconhecidos pelo grupo”.⁸⁷⁷

Os cabilas dizem que possuem bens para doá-los e que são ricos para dar aos pobres, repetindo os ensinamentos religiosos muçulmanos que pregam que se bens são concedidos por Deus, é para dá-los, pois somente um santo pode dar sem nada ter, e quando a riqueza é concedida por Deus a um ser humano, deve isso ser interpretado como um dom que lhe foi concedido para permitir-lhe atenuar a miséria dos outros. Como todo generoso é amigo de Deus, então os dois mundos – espiritual e terreno – pertencem a um homem rico que cumpre seus desígnios, que guarda a riqueza para mostrar-se digno dela, revelando-se generoso, sob pena de sua fortuna lhe ser retirada. Entretanto, verifica-se que tal fato é também uma forma exemplar de denegação, uma vez que alguém se torna possuidora também no mesmo ato de doação, vale dizer, ao dar, o doador recebe um crédito que fica em aberto – uma dádiva que não é restituída cria um vínculo duradouro –, correspondente a – pelo lado de quem recebeu a doação – uma obrigação em aberto que recai sobre o donatário, “limitando a liberdade do devedor que está condenado a uma atitude pacífica, cooperativa, prudente”; é esta, talvez, através de uma dívida com forte carga simbólica, a única forma de prender ou segurar alguém em torno de si de forma duradoura – uma vez eu não há qualquer garantia de uma força de coerção externa ou mesmo da força do direito para tal intento –, isso porque o efeito próprio desse ato é fazer durar uma relação assimétrica. Essa sociedade é estruturada para reconhecer como única posse legítima, aquela que se assenhoreia ao desapossar-se dela, vale dizer, a obrigação, o reconhecimento, o prestígio, a fidelidade pessoal.⁸⁷⁸

A riqueza, assim, que é a base última do poder, somente poderá exercer-se – ou alguém exercê-la – como poder duradouro, apenas sob a forma de capital simbólico; é por via da transformação do capital econômico em capital simbólico que o capital econômico é acumulado, como forma transformada de capital, forma desconhecida ou incognoscível, reconhecida, pelas outras espécies de capital. O chefe, assim, é o banqueiro tribal que acumula mantimentos para distribuí-los, e ao dá-los forma um outro tipo de capital – o simbólico – que se acumula em forma de obrigação e dívidas que “serão quitadas sob a forma de homenagens, respeito, fidelidade, e, em caso eventual, de trabalho e serviços, bases possíveis de uma nova acumulação de bens materiais”. Esse ciclo de consagração que produz essa alquimia social faz com que a distribuição – o dar, o doar – transmute a natureza da relação social entre os agentes ou grupos diretamente nela envolvidos, vale dizer,

⁸⁷⁷ BOURDIEU, A produção..., p. 209-10.

⁸⁷⁸ BOURDIEU, A produção..., p. 210 e nota de rodapé n. 26.

“transformar relações arbitrárias em relações legítimas, assim como diferenças de fato em distinções oficialmente reconhecidas. As relações duradouras de dominação legítima e dependência reconhecida encontram seu fundamento na circulação circular em que se engendra a mais-valia simbólica que é a legitimação do poder”.⁸⁷⁹

Verifica-se que “todas as estruturas de troca inseparavelmente material (circulação) e simbólica (comunicação) funcionam como máquinas ideológicas, desde o momento em que o estado de fato que elas tendem a legitimar, transformando em relação social contingente uma relação desconhecida, é uma relação de força assimétrica”. Mas a reconversão permanente do capital econômico em capital simbólico somente se concretiza com a cumplicidade de todo grupo, portanto, a permanência da dominação é um empreendimento coletivo fruto de uma alquimia social – uma magia – que contém em sua origem a denegação da própria dominação, e por tal fato, reforçada ou reconhecida implicitamente e desconhecidamente por todo grupo. Marcel Mauss assinalou que a “própria sociedade se dá por satisfeita com a ilusão de seus devaneios”, desta forma, o “desconhecimento coletivo que está na origem da moral da honra, como denegação coletiva da verdade econômica da troca, só é possível porque, neste tipo de mentira do grupo para consigo mesmo, nunca existe enganador nem enganado”. O *maître* que trata seu *khammes* como associado – um costume e exigência de honra –, além de se enganar por obedecer sob forma eufemizada da moral da honra seu interesse, também engana seu *khammes* que, ao aceitar tal condição, investe-se de uma condição ou representação honrosa – com a cumplicidade e referendo de todo grupo – que dissimula uma ficção interesseira.⁸⁸⁰

Assim, “os mecanismos que asseguram a reprodução dos *habitus* conformistas fazem, aqui, parte integrante de um aparelho de produção que não poderia funcionar sem eles. Os agentes só conseguem segurar-se uns aos outros (...) pelas disposições inculcadas e reforçadas continuamente pelo grupo que tornam *impensáveis* determinadas práticas que a economia desencantada do interesse sem qualquer disfarce fará aparecer como legítimas ou, até mesmo, como evidentes”. A verdade oficial, fruto de um trabalho coletivo de eufemização, e que define as práticas convenientes ou aceitas pelo grupo, não salva apenas o ponto de honra oficial do grupo, mas possui uma eficácia real, por continuar sendo a verdade das práticas concretas e com pretensão de conveniência de todo o grupo. Cada membro do grupo traz em si a moral do grupo – portanto, a sua moral mais o sobrepeso de todos os outros – cujo desencantamento do mundo – fruto da urbanização que aproxima grupos dotados de tradições diferentes, êxodo rural determinado pela generalização das trocas monetárias, introdução do

⁸⁷⁹ BOURDIEU, A produção..., p. 210-1.

⁸⁸⁰ BOURDIEU, A produção..., p. 211-2. Grifos no original.

assalariado, que provocam o desmoronamento da ficção coletiva, tecida coletivamente, da religião da honra – conduz ao desvendamento paulatino das significações reais e, portanto, ao desmoronamento das condições sociais antigas havidas de censura cruzada, onde cada um suportava com impaciência as obrigações ditadas pela moral do grupo ao mesmo tempo em que não deixavam de impô-las aos outros.⁸⁸¹

Em sendo verdade que a violência simbólica é a forma de violência branda adotada quando ela não pode mais manifestar-se abertamente – fisicamente e economicamente –, é possível compreender porque as formas simbólicas de dominação adotadas em certas sociedades tenham se deteriorado progressivamente na medida em que foram sendo edificados os mecanismos objetivos de estruturação social – sociedade providas de mercado auto-regulado, com sistema de ensino, aparelho jurídico e Estado –, que acabaram por tornar inútil as estratégias de eufemização e, mais ainda, produziram as disposições – *habitus* – desencantadas exigidas para seu desenvolvimento, tais como a tomada de consciência do arbitrário da violência simbólica que retirou dos dominantes uma parcela de sua força simbólica, na própria luta ideológica pela definição da realidade entre grupos e classes sociais. Da mesma forma, é possível compreender também porque a tomada de consciência e a neutralização – progressivas – dos efeitos ideológicos e práticos dos próprios mecanismos que asseguram a reprodução das relações de dominação, acabem por determinar o retorno das formas de violência simbólica fundadas justamente na dissimulação dos mecanismos de produção, pela conversão do capital econômico em capital simbólico conforme os novos tempos: é pela redistribuição legitimadora pública – políticas sociais – ou privada – financiamentos desinteressados, donativos a diversas instituições filantrópicas etc. – que se passa a exercer a eficácia dos mecanismos de reprodução.⁸⁸²

Assim, reitera-se sob forma ou roupagem moderna, as tradicionais maneiras – práticas ou estratégias – de efetuar uma acumulação legítima, onde os dominantes assenhoreiam de um capital simbólico de crédito que nada deve à lógica da exploração, sendo outros tipos de manifestação o efeito das relações públicas – que existem para que a opinião pública vá acumulando débito na medida que concede crédito (a uma empresa, organização, instituição, grupos, agentes sociais, personalidades etc., que se utilizem desses serviços), e que pague o referido débito quando for a ocasião oportuna e conveniente –, e também os estudos referentes a ações sobre o grande público e suas respostas, bem como os estudos políticos sobre

⁸⁸¹ BOURDIEU, A produção..., p. 212 e nota de rodapé n. 29.

⁸⁸² BOURDIEU, A produção..., p. 213.

estratégias de como as instituições podem angaria a simpatia e estima do público para suas causas.⁸⁸³

Outra forma de acumulação de capital simbólico, para sustentar uma situação de dominação, é a conservação e manutenção de bens de luxo que certificam o gosto e a distinção de seu possuidor. “A denegação da economia e do interesse econômico que, nas sociedades pré-capitalistas, se exercia, em primeiro lugar, no terreno do qual foi preciso excluí-la para constituir como tal a economia, encontra assim seu refúgio de predileção no domínio da arte e da cultura, lugar do puro consumo, de dinheiro, é claro, mas também de tempo não conversível em dinheiro. Reduto de sagrado que se opõe de maneira sistemática e ostensiva ao universo profano e cotidiano da produção, refúgio da gratuidade e do desinteresse em um universo dominado pelo dinheiro e pelo interesse, o mundo da arte propõe – como em outros tempos, a teologia – uma antropologia imaginária obtida pela denegação de todas as negações, operada pela economia”.⁸⁸⁴

1.2.4. SOBRE O CAMPO CIENTÍFICO

Os campos de produção simbólica – intelectual e artístico, religioso, alta costura, etc. – possuem cada qual uma lógica própria de funcionamento e de características próprias de identidade. No caso do campo científico, também há leis que regulam seu funcionamento e torna-se necessário especificar de que forma atuam essas leis neste específico campo, vale dizer, que condições sociais fazem esses mecanismos genéricos reger a aceitação ou a eliminação de novos ingressantes no campo, ou mesmo a aceitação – ou não – da competência entre os diferentes produtores, fazendo com que, ao final, possa determinar-se o aparecimento desses produtos sociais – conhecimentos ou verdades científicas – independentes de suas condições sociais de produção, como são as verdades científicas. Observa-se que essa busca é feita com base na convicção – ela mesma produto de uma história – de que é dentro da história onde se deve buscar a razão de um progresso que se revela paradoxal, pois trata-se de uma razão totalmente histórica, mas que deve ser – e assim é – considerada irreduzível à história por seu caráter marcado pelo universal.⁸⁸⁵

⁸⁸³ BOURDIEU, A produção..., p. 213 e nota de rodapé n. 31.

⁸⁸⁴ BOURDIEU, A produção..., p. 213.

⁸⁸⁵ BOURDIEU, Los usos..., p. 11.

A sociologia da ciência postula que a verdade de um produto social, como o conhecimento científico, se fundamenta em condições sociais particulares de produção, mais especificamente, ele é produto de um estado determinado em que se encontra toda estrutura de funcionamento do campo científico, uma vez que considera o universo puro da ciência mais pura como um campo social como outro, vale dizer, com suas relações de força, monopólios, lutas, estratégias, interesses e lucros ou ganhos, mas com todos esses elementos – presentes invariavelmente em todos os campos – aqui revestindo formas específicas ou singulares ao campo em questão.⁸⁸⁶

Na luta pelo monopólio da competência científica verifica-se que o campo científico, como sistema de relações objetivas entre posição previamente adquirida por lutas anteriores, é um lugar – ou espaço de um jogo – de uma luta de intensa rivalidade e disputa concorrencial que tem como desafio específico atingir o monopólio do que se pode denominar por autoridade científica, definida inseparavelmente como capacidade técnica e poder social, ou, de outro modo, como o monopólio da competência científica que é socialmente reconhecida a um agente determinado, entendida no sentido de capacidade de falar e intervir legitimamente – vale dizer, de maneira autorizada e com autoridade – em matéria de ciência. Diante disso, aqui torna-se necessário especificar dois fatores para evitar mal-entendido: (I) não se pode reduzir as relações objetivas constitutivas do campo ao conjunto das interações – no sentido do interacionismo –, vale dizer, ao conjunto das estratégias que, como se verá mais adiante, em realidade são determinadas pelo estado do campo; (II) é preciso esclarecer e precisar que o significado de “socialmente reconhecido” está aqui a designar o grupo que faz a outorga do reconhecimento de uma competência, que está reduzido ao conjunto dos sábios – enfim, dos próprios competidores diretos –, na medida em que a eles se acrescentam os recursos científicos acumulados e, correlativamente, reflete-se na autonomia do campo – a afirmação da autonomia do campo é um trabalho histórico e coletivo, cujo capital cultural acumulado contribui para afirmar uma autonomia ou vida própria de determinado campo social.⁸⁸⁷

Como um lugar de lutas, rompe-se com a imagem pacífica da comunidade científica, com a imagem do campo científico como um reino dos fins e que não conheceria outras leis que a da competência pura e perfeita das idéias, infalivelmente diferenciadas ou distinguidas daquela que possuiria a força intrínseca da idéia verdadeira. O funcionamento do campo produz e supõe uma forma específica de interesse, portanto, não são práticas desinteressadas, mas interesses diferentes daqueles produzidos e exigidos em outros campos sociais. Quando

⁸⁸⁶ BOURDIEU, Los usos..., p. 11-2.

⁸⁸⁷ BOURDIEU, Los usos..., p. 12.

se fala em interesse científico e de autoridade – ou de competência – científica, é preciso descartar de plano as distinções implícitas que dificultam os debates sobre a ciência. Desta forma, ao procurar realizar uma sutil distinção, dissociando da competência ou autoridade científica aquilo que seria (I) pura representação social – poder simbólico, marcado por um aparato de emblemas e signos qualificativos e distintivos – do que seria (II) pura capacidade técnica, estar-se-ia realizando um exercício intelectual equivocado que faz o analista cair na armadilha, engano ou fraude constitutiva de toda competência; ora, toda competência, seja ela qual for, é antes de tudo uma razão social que se legitima, apresentando-se como pura razão técnica, verdade essa que é revelada quando se verificam os usos tecnocráticos que se faz da noção de competência.⁸⁸⁸

Por exemplo, na França, numa discussão ou conflito sobre a aplicação de flúor com vista à saúde pública, colocou-se de um lado os detentores da autoridade oficial, que se consideravam os únicos competentes em matéria de saúde pública e, de outro, os adversários da inovação proposta, entre eles muitos cientistas, por quem, aos olhos oficiais, excediam os limites de seu domínio próprio de competência; dessa disputa foi possível perceber claramente que a verdade social da competência como palavra autorizada e palavra de autoridade é objeto de uma luta entre grupos; outro aspecto que se revela pela prática é que o problema da competência não se expõe com tanta agudez e clareza como na sua relação com os profanos. De fato, verifica-se que todo aparato – títulos escolares, distinções científicas, entre outros – que rodeiam aqueles que são agraciados com o antigo qualificativo “capacitados” e hoje “competentes”, é uma ficção social que socialmente não tem nada de fictício, que modifica concretamente a percepção social da capacidade propriamente dita. Por isso que os juízos que se fazem sobre a capacidade científica de um estudante ou um pesquisador estão contaminados de preconceitos – para o bem ou para o mal – em todos os níveis, pelo conhecimento prévio que ocupa a Instituição nas hierarquias instituídas na academia local. Todas as práticas dos agentes do campo científico voltam-se para a aquisição da autoridade científica – prestígio, reconhecimento, celebração, etc. –, busca essa intrinsecamente dupla, e o que denominamos por interesse, por uma atividade científica, tem sempre essa dupla face, assim como as estratégias que tendem a assegurar a satisfação desse interesse.⁸⁸⁹

Há uma outra análise que procura isolar uma dimensão puramente política nos conflitos pela dominação no campo científico; aqui novamente tal colocação incide em erro e

⁸⁸⁸ BOURDIEU, Los usos..., p. 12-3.

⁸⁸⁹ BOURDIEU, Los usos..., p. 13-4 e nota de rodapé n. 1.

falsidade por procurar centrar-se apenas e tão-somente nas análises que envolvem as determinações puras ou puramente intelectuais dos conflitos científicos. Assim, para exemplificar, as lutas que envolvem e opõem especialistas europeus para obter financiamentos e instrumentos de pesquisa não é jamais uma simples luta pelo poder político. Aqueles que se colocam à frente das grandes burocracias científicas, somente podem impor sua vitória como vitória da ciência, se revelarem-se capazes de impor uma definição da ciência que implique que a boa maneira de fazer ciência pressupõem a utilização dos serviços de uma grande burocracia científica, provida de créditos, equipamentos técnicos poderosos, e de uma mão de obra abundante. Também precisam impor que constituem em metodologia universal e eterna os procedimentos de pesquisa de campo por sondagem de grandes amostras, as operações de análises estatísticas dos dados e a formalização dos resultados, instaurando assim, como medida de todas as práticas científicas, o padrão mais favorável às suas capacidades pessoais e institucionais. Nesse sentido, verifica-se que até mesmo os conflitos epistemológicos são conflitos políticos até a medula.⁸⁹⁰

Dessa definição rigorosa do campo científico como espaço objetivo de um jogo onde se encontram comprometidas posições científicas, se deduz que se torna totalmente inútil tentar distinguir determinações propriamente científicas e determinações propriamente sociais, de práticas essencialmente sobredeterminadas; entre o que é importante para um determinado pesquisador e o que é importante para os outros pesquisadores, verifica-se que o importante e interessante é aquilo que é percebido como tendo chance de ser reconhecido como importante e interessante para outros pesquisadores, enfim, aquilo que se revela, aos olhos de quem produz, como importante e interessante aos olhos de outros produtores.⁸⁹¹

Sob risco de voltar a uma filosofia idealista que outorga à ciência o poder de desenvolver-se de acordo com sua lógica imanentes – como fez Thomas Kuhn,⁸⁹² onde revoluções científicas se relacionariam com o esgotamento dos paradigmas científicos –, é de se supor que os investimentos dos agentes se organizam com referência a uma antecipação – consciente ou inconsciente – das possibilidades médias de benefício ou retorno que ele irá obter, e que estão relacionados, também, em função do capital científico acumulado pelo agente. Isso explica a tendência dos pesquisadores concentrarem suas pesquisas sobre os problemas considerados como mais importantes num determinado estado do campo – por

⁸⁹⁰ BOURDIEU, Los usos..., p. 14-5.

⁸⁹¹ BOURDIEU, Los usos..., p. 15-6.

⁸⁹² Sobre as idéias de Thomas Kuhn, onde revoluções científicas se produziram em função do esgotamento dos paradigmas científicos, vide KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996. 258 p.

exemplo, aqueles definidos com tais pelos produtores dotados de um alto grau de legitimidade –, pois uma nova descoberta ou um aporte a mais para desvendar os problemas relativos a tais questões implica num benefício simbólico da maior importância. Por outro lado, quando a concorrência é muito intensa e determina uma diminuição nas taxas médias de benefício material e/ou simbólico se for adotado certa linha de investigação, pode suceder que o pesquisador se dirija a outros objetos de pesquisa de menor prestígio, mas onde sua competência é muito forte e que pode lhe trazer benefícios iguais aos que ele renunciou anteriormente.⁸⁹³

Quando Robert King Merton estabelece uma distinção entre os conflitos sociais – esgotamento de certos tipos de trabalhos sociológicos e o rol de pesquisas que convém o pesquisador se dedicar – e os conflitos intelectuais – oposição entre idéias sociológicas estritamente formuladas –, ele constituiu, assim, uma estratégia social e intelectual voltada a impor uma delimitação do campo dos objetos legítimos de discussão nas ciências sociais; assim, a sociologia oficial norte-americana, com essa distinção – que é um princípio de divisão e visão de mundo – fundada numa pretensa neutralidade, procurou assegurar sua respeitabilidade acadêmica e a impor uma delimitação do que seria considerado legitimamente como científico – e, portanto, também o não científico –, ao mesmo tempo proibindo toda interrogação ou questionamento que coloque em questão ou dúvida os fundamentos de sua respeitabilidade, indagação essa que seria uma falta grave ao bom sentido científico. Ora, uma autêntica ciência da ciência não pode constituir-se sem que tenha a condição de recusar radicalmente a oposição abstrata entre uma análise imanentemente interna do campo – que é de plano epistemológico e que concluiria ou restituiria forçosamente a lógica segunda a qual a ciência por si engendraria seus próprios problemas – e uma análise externa do campo – que, por sua vez, relacionaria seus problemas com as respectivas condições sociais de surgimento dos mesmos.⁸⁹⁴

O campo científico – lugar de uma luta política pela dominação científica – concede a cada pesquisador – em função da posição que ocupa – seus problemas – indissociavelmente políticos e científicos – e seus métodos, estratégias científicas que, posto se definam expressa ou objetivamente por referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são, ao mesmo tempo, estratégias políticas. Assim, não há eleição ou escolha científica – escolha da área de pesquisa, dos métodos empregados, lugar de publicação, publicação rápida de resultados parcialmente verificados, publicação tardia de

⁸⁹³ BOURDIEU, Los usos..., p. 16.

⁸⁹⁴ BOURDIEU, Los usos..., p. 16-7.

resultado plenamente controlados – que não seja por um de seus aspectos, o menos confessado e o menos confessável, uma estratégia política objetivamente orientada para colocar-se numa posição que obtenha a maximização do benefício propriamente científico, vale dizer, o reconhecimento suscetível de ser obtido pelos pares concorrentes.⁸⁹⁵

Na busca da acumulação do capital científico, a luta pela autoridade científica, espécie particular de capital social que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo e que pode ser reconvertido em outras espécies de capital – por exemplo, econômico, político, social etc. –, deve o essencial de suas características ao fato de que os produtores tendem – tanto mais quanto mais autônomo é o campo – a não ter outros clientes possíveis que aqueles que são seus próprios competidores dentro do campo. Por isso, dentro de um campo científico fortemente autônomo, um produtor particular não pode esperar o reconhecimento do valor de seus produtos – reputação, prestígio, autoridade, etc. – senão dos outros produtores que, como competidores, são os menos inclinados a dar-lhe razão sem discussão nem exame. Em princípio, de direito e de fato, somente os sábios comprometidos com o jogo possuem os meios para apropriarem-se simbolicamente da obra científica e para avaliar seus méritos; aquele que apelar para uma autoridade externa ao campo atrairá sobre si o descrédito dos pares concorrentes, especialmente em matéria de publicação, que exige uma publicação científica reconhecida para ser reconhecido. Tal qual se verifica num campo artístico fortemente autônomo, o campo científico deve sua especificidade, entre outras coisas, ao fato de que os concorrentes não podem dar-se por satisfeitos somente por distinguir-se de seus antecessores já reconhecidos, mas são obrigados, sob pena de serem considerados ultrapassados, a sempre incluir seus ganhos ou conquistas dentro da construção de sua imagem distinta e distintiva que os sobrepuja frente a outros, vale dizer, devem investir constantemente em sua auto-promoção como distintos cientistas.⁸⁹⁶

Nessa luta onde cada um dos agentes deve comprometer-se para impor o valor de seus produtos e de sua própria autoridade com produtor legítimo, sempre está presente o desafio de impor a definição da ciência – isto é, a delimitação do campo dos problemas legítimos, as metodologias, e as teorias que podem ser consideradas científicas – mais conveniente para seus interesses específicos, vale dizer, mais adequada para permitir-lhe ocupar com toda legitimidade a posição dominante, assegurando-lhe a posição mais alta na hierarquia dos valores científicos e das capacidades científicas que o agente é detentor a título pessoal ou institucional. Diante disso, se justificam os pontos em torno dos quais centram os debates

⁸⁹⁵ BOURDIEU, Los usos..., p. 17-8.

⁸⁹⁶ BOURDIEU, Los usos..., p. 18-9 e nota de rodapé n. 6.

acerca da prioridade dos descobrimentos, não sendo incomum opor aquele que descobre um fenômeno desconhecido, freqüentemente sob a forma de uma simples anomalia ou de um fracasso das teorias existentes, e aquele que faz desse descobrimento um feito científico original, inserido-o em uma construção teórica irreduzível ao simples dado bruto.⁸⁹⁷

Essas discussões políticas sobre o direito de propriedade científica, que são ao mesmo tempo debates científicos sobre o sentido do que é descoberto, e as discussões epistemológicas sobre a natureza do *des-cobrimto científico*, opõem em realidade, através desses protagonistas particulares, dois princípios de hierarquização das práticas científicas, debate que jamais cessa de ocupar o centro da reflexão epistemológica: (I) aquele que dá prioridade à observação e experimentação, portanto às disposições e capacidades correspondentes; (II) aquele que privilegia a teoria e os interesses científicos correlativos. Desta forma, a definição do que é o cerne da questão – enfim, a própria questão – que envolve a luta científica, figura como parte das posições na luta científica, e os dominantes são aqueles que conseguem impor a definição da ciência segundo a qual a realização mais acabada consiste em ter ou possuir, ser e fazer ou criar, o que eles tem ou possuem, são e fazem ou criam. Isso equivale a dizer que a *communis doctorum opinio*, como diziam os escolásticos, não é mais do que uma ficção oficial que não tem nada de fictício, porque a eficácia simbólica que lhe confere sua legitimidade lhe permite cumprir uma função semelhante ao que a ideologia liberal reserva para a noção de opinião pública. A ciência oficial não é o que em geral faz juízo dela a sociologia da ciência, vale dizer, um sistema de normas e de valores que a comunidade científica – um grupo indiferenciado – imporá e inculcará a todos os seus membros (visão de ciência oficial), considerando uma revolucionária ausência de regras disciplinadoras no campo científico somente imputável aos fracassos da socialização científica.⁸⁹⁸

Tal qual a filosofia social de Emile Durkheim, que concebe o conflito social relacionado à marginalidade, desvio e anomia (ordem x desvios e marginais; ordem x caos), essa definição de ciência implica uma filosofia de ciência onde se reduzem as disputas entre dominantes e dominados a uma relação entre um centro e uma periferia; um comportamento de desvio e distanciamento de um pretense foco de valores centrais. Mas essa visão durkheimiana do campo científico poderia ser somente a transfiguração da representação do universo científico que convém impor pelos detentores da “ordem” científica, e, em primeiro lugar, impô-la a seus concorrentes. Trata-se de um funcionalismo que, no caso de Thomas

⁸⁹⁷ BOURDIEU, Los usos..., p. 19-20.

⁸⁹⁸ BOURDIEU, Los usos..., p. 20-1.

Kuhn, incorpora o conflito dentro de sua teoria de revolução científica, ao afirmar que uma comunidade científica *se esmerará* para assegurar-se da progressão na acumulação dos dados que ela pode usar com precisão e detalhe. Entretanto, tendo em vista que “a função”, no sentido de funcionalismo da escola norte-americana, não é outra coisa que o interesse dos dominantes – de um campo determinado ou, no campo da luta de classes, a classe dominante –, vale dizer, o interesse que os dominantes têm na perpetuação de um sistema conforme os seus interesses – ou da função que o sistema cumpre para essa classe particular de agentes –, assim basta silenciar os interesses, isto é, as funções diferenciais, fazendo da comunidade científica o tema de análise, para dar-se conta do funcionalismo em si e sua realidade.⁸⁹⁹

Considerando que e a definição do que está em jogo – questão – forma parte da luta, verifica-se que mesmo dentro de ramos da ciência onde aparentemente o consenso seria muito mais amplo – como a matemática –, em realidade são sempre encontradas as antinomias da legitimidade. O interesse ou atenção apaixonada que os pesquisadores das ciências sociais manifestam pelas ciências da natureza, somente pode ser compreendido na medida em que a definição dos princípios de avaliação de sua própria prática é o que está em jogo em sua pretensão de impor, em nome da epistemologia ou da sociologia da ciência, a definição legítima da forma mais legítima de ciência, vale dizer, a ciência da natureza. Nem no campo científico, nem mesmo no campo das relações de classe, existe instância alguma que legitime as instâncias de legitimidade, pois as reivindicações de legitimidade obtêm sua legitimidade da força relativa dos grupos cujos interesses expressam uma dada legitimidade; na medida em que a definição dos critérios de juízo e de princípios de hierarquização reflita a posição em luta, nada é um bom juiz – julgador que lançará uma decisão dirimidora do conflito –, porque não há juiz aqui que não seja ao mesmo tempo juiz e parte interessada. Por isso, é uma ingenuidade a técnica que comumente procura recorrer a “juízes”, dentro de uma certa tradição sociológica, para definir as hierarquias de um campo determinado – hierarquia de agentes e instituições, como se faz nos EUA, hierarquia de problemas, de áreas ou métodos, hierarquia mesma dos campos, etc. Assim, é a mesma filosofia ingênua da objetividade que inspira o recurso aos “expertos internacionais”, uma vez que sua posição de observadores estrangeiros não os colocam ao abrigo das posições tomadas ou das tomadas de posição num momento em que a economia das trocas ideológicas atua participativamente ao nível das sociedades multinacionais, bem como se suas análises científicas do estado da ciência não fossem outra coisa que a justificação científica dissimulada do estado particular da ciência ou

⁸⁹⁹ BOURDIEU, Los usos..., p. 21-2.

das instituições científicas que eles fazem parte. A sociologia da ciência dificilmente escapa desta estratégia de informe pericial como uma imposição de legitimidade que prepara a conquista de um mercado; além disso, por trás da problemática dos expertos, sobre o valor relativo dos regimes universitários, se oculta inevitavelmente a questão política das condições consideradas ótimas para que se desenvolva a ciência e o correspondente regime político, uma vez que os sociólogos norte-americanos tendem a fazer da democracia liberal, tal como existente em seu país, a condição para que haja a democracia científica.⁹⁰⁰

Assim, a autoridade científica é uma espécie particular de capital que pode ser acumulada, transmitida e inclusive convertida em outras espécies de capital, sob certas condições ou circunstâncias. No campo da física, por exemplo, uma forma que se dá a acumulação de capital e a maneira de reconvertê-la – que revela como e de que forma uma carreira científica de sucesso se apresenta como um processo continuado de acumulação, onde um capital inicial como o título escolar acaba por ingressar num jogo determinante ou previamente inscrito – é quando, desde o ensino médio, o futuro homem da ciência tem plena consciência do que deve ser a competição e prestígio para seu êxito futuro: desta forma, ele deve esforçar-se para obter as melhores notas para ser admitido nas Instituições Superiores, sabendo que a sua passagem pelas Instituições mais prestigiosas tem uma importância decisiva para seu futuro; isso implica que deve conquistar a estima de seus professores para assegurar as cartas de recomendações que o ajudem a ingressar nas melhores escolas para obter os títulos e prêmios que potencialmente estão ao seu alcance; tudo isso se refletirá quando ele, por exemplo, for atrás de um emprego, pois a passagem pelas melhores Instituições e trabalhos em conjunto com pesquisadores renomados lhe garantem automaticamente uma melhor posição para conquistar o trabalho; todo esse processo que envolve preocupações quanto ao futuro e busca de garantia das melhores posições em função da acumulação de um capital científico, se reproduz durante toda sua vida e manifesta-se diferentemente conforme os estágios profissional e cultural onde se encontra num dado momento de sua vida.⁹⁰¹

Por isso, esse processo continua quando se trata de aceder aos postos administrativos, às comissões intergovernamentais, entre outros, sendo que o pesquisador depende também de sua reputação entre seus colegas e pares para obter os fundos necessários para fazer pesquisas, para atrair os estudantes de qualidade, para assegurar os privilégios, subvenções ou doações e as bolsas de estudos, os convites e consultas, as distinções. Esse reconhecimento socialmente

⁹⁰⁰ BOURDIEU, Los usos..., p. 22-3 e nota de rodapé n. 9.

⁹⁰¹ BOURDIEU, Los usos..., p. 23-4.

assinalado e garantido por todo um conjunto de signos específicos de consagração que os pares-concorrentes outorgam a cada um de seus membros, está em função do valor distintivos de seus produtos e da originalidade – no sentido da teoria da informação – coletivamente reconhecidos para a contribuição que ele faz dos recursos científicos já acumulados. O fato de que o capital de autoridade obtido por um descobrimento – vinculado a um ineditismo e originalidade – seja naturalmente monopolizado pelo primeiro que faz a descoberta, ou, pelo menos, faz-se conhecer e reconhecer como tal, explica a importância e frequência das questões de prioridade dos descobrimentos. Verifica-se que se ocorrer que o primeiro descobrimento tenha sido feito – portanto, atribuído – a vários nomes, o prestígio atribuído a cada um deles se vê diminuído; aquele que chega ou alcança o descobrimento algumas semanas ou alguns meses depois que outro, vê frustrado todos os seus esforços e seus trabalhos são reduzidos e alçados à categoria de duplicação, trabalho carente de interesse e importância frente a outro semelhante trabalho já reconhecido. Esse fato explica porque ocorre no campo científico uma corrida precipitada em direção à publicação, ação essa voltada apenas para evitar que outros lhe tomem a dianteira nas pesquisas em desenvolvimento; por isso, práticas como pré-impressões e reimpressões são estratégias ao alcance dos pesquisadores, que o utilizam conforme sua posição no campo, instituição a qual faz parte, disciplina que ministra como especialista e mesmo sua idade, uma vez que essas duas estratégias muito diferentes de difusão de estudos e conhecimentos cumprem muitas diferentes funções: (I) a pré-impressão é voltada para difundir rapidamente um resultado científico para um grupo restrito de leitores e que, ao escapar da demora normal das publicações científicas oficiais ou reconhecidas, atende com uma vantagem importante setores altamente competitivos, mas que não estão protegidos contra a apropriação fraudulenta por uma publicação oficial, e que podem ser melhorados e beneficiados pela circulação; (II) as reimpressões fazem divulgar mais amplamente, entre o conjunto de colegas e interessados, produtos com a marca socialmente imputada a um nome de autoridade próprio.⁹⁰²

Desta forma, o conceito de visibilidade que empregam seguidamente os autores e estudantes universitários norte-americanos, expressa bem o valor diferencial, distintivo desta espécie particular de capital social, onde acumular um capital é construir um nome, um nome próprio – para alguns um verdadeiro sobrenome –, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador, recortando-o como forma visível frente a um outro plano, que seriam pesquisadores marcados por um fundo indiferenciado, desapercibido,

⁹⁰² BOURDIEU, Los usos..., p. 24-5 e nota de rodapé n. 10.

obsuro, plano esse no qual tudo se perde – daí a naturalidade com que se emprega, no meio científico e escolar, metáforas que estabelecem uma oposição entre o “brilhante” e o “obsuro”. Desse fato se observa também outro aspecto bem particular, que é relacionado a todas dificuldades que as pesquisas sobre os intelectuais e artistas revelam, tanto na investigação ou pesquisa social de campo mesma quanto na publicação dos resultados, pois propor o anonimato a essas pessoas que querem fazer-se conhecidas é fazê-las perder a motivação principal de participar de uma enquête, e não propor o anonimato é privar-se fazer perguntas indiscretas de cunho objetivante e redutor; por ocasião de da publicação dos resultados, a problemática se apresenta de outra forma, vale dizer, será que o anonimato não tem o efeito de tornar os resultados – o discurso publicado – como ininteligível ou transparente conforme o grau de cultura e informação do leitor, considerando que muitas posições publicadas não têm mais que um elemento ou nome próprio a sustentá-la?⁹⁰³

A lógica da distinção funciona, completa e inteiramente, mesmo no caso de autorias múltiplas que, em tais situações, reduzem o valor distintivo pela repartição do mesmo – divisão – a cada um dos que assinam a co-autoria. Assim, é possível compreender observações que se podem estabelecer sobre os modelos de classes ou categorias de nomeação entre os autores de artigos científicos, como produto de estratégias voltadas para minimizar a perda de valor distintivo imposta pelas necessidades da nova divisão do trabalho científico. Desta forma, para explicar porque os laureados com o prêmio Nobel não sejam nomeados mais freqüentemente que outros em primeiro lugar – numa lista de autoria, ou na indicação dos nomes responsáveis por um trabalho científico – como se deveria esperar, uma vez que os autores são normalmente nomeados conforme uma ordem de valor relativo à sua contribuição ao resultado final, não se torna necessário invocar uma moral aristocrática como “obrigação de nobreza” para isso. Ora, verifica-se que a visibilidade de um nome, dentro de uma série, em primeiro lugar está em função de sua visibilidade relativa, definida pela hierarquia que ocupa na série e, em segundo lugar, por sua visibilidade intrínseca, que resultado do fato de que, já conhecido, é mais facilmente reconhecido e retido – guardado e conservado – na memória dos possíveis interessados – o capital acumulado atrai mais capital, o capital vai ou caminha em direção do capital acumulado para acumulá-lo mais, observando-se que todos possuem um dado capital no meio –; compreende-se, por isso, que a tendência para deixar aos outros o primeiro lugar numa lista de nomes, cresce na medida em que maior é o capital

⁹⁰³ BOURDIEU, Los usos..., p. 25 e nota de rodapé n. 11.

possuído, porque o benefício simbólico já está automaticamente assegurado a seu possuidor, independentemente da ordem que o nomeiem na lista.⁹⁰⁴

Esse modelo explicativo se ajusta perfeitamente, sem nenhum apelo de ordem moral possível de estar presente num discurso, ao fato de que freqüentemente os laureados por prêmios significativos costumam ceder o primeiro lugar na indicação dos autores pesquisadores nas listas de co-autoria, depois que obtém a premiação, mas também somado ao fato de que sua contribuição à pesquisa premiada seja marcada mais visivelmente à toda comunidade – não deixe dúvidas sobre seu feito – do que a parte que eles acabem tomando – grande ou pequena – em outras pesquisas coletivas. Desta forma, o mercado de bens científicos tem suas leis, que não tem nada que ver com a moral.⁹⁰⁵

Com o risco de fazer ingressar na ciência da ciência, sob forma de diversos nomes eruditos, aquilo que os agentes denominam às vezes por “valores” e “tradições” da “comunidade científica”, torna-se necessário, entretanto, reconhecer como tais, as estratégias que, num universo que tem interesse no desinteresse, tende a dissimular as próprias e mesmas estratégias. Essas estratégias de eficácia, portanto, dissimulativa, atuando como estratégias de segunda ordem, pelas quais se põem ou se colocam em regra – como uma norma a ser cumprida natural, necessária e obrigatoriamente –, em realidade provocam a transfiguração ou transmutação da submissão às leis práticas do campo – submissão essa que é uma condição para satisfação dos interesses – em obediência eletiva – portanto, transmutada para a cunha de livre arbítrio, de livre e espontânea vontade – às normas; essa estratégias permitem acumular a satisfação de vantagem ou interesses bem definidos e os benefícios mais ou menos universalmente prometidos à ações que não tem outra determinação aparente que o respeito puro e desinteressado das regras do campo científico.⁹⁰⁶

Quanto à propensão a investir o capital científico, verifica-se que a estrutura do campo científico se define em cada momento pelo estado das relações de força entre os protagonistas da luta – agentes ou instituições – ou seja, pela estrutura da distribuição do capital específico, resultado de lutas anteriores que se encontram objetivadas nas instituições e nas disposições, e que comanda as estratégias e as possibilidades objetivas dos diferentes agentes ou instituições nas lutas atuais. Assim, há uma relação dialética que se estabelece entre as estruturas e as estratégias – mediada pelas disposições – para fazer desaparecer a antinomia entre a sincronia e diacronia da estrutura e da história. A estrutura de distribuição do capital científico é o

⁹⁰⁴ BOURDIEU, Los usos..., p. 25-6.

⁹⁰⁵ BOURDIEU, Los usos..., p. 26-7 e nota de rodapé n. 13.

⁹⁰⁶ BOURDIEU, Los usos..., p. 27.

fundamento das transformações do campo científico por intermédio das estratégias de conservação ou subversão da estrutura, que ela mesma produz; por um lado, a posição que cada agente singular ocupa num dado momento na estrutura do campo científico é a resultante – objetivada nas instituições e incorporada nas disposições – do conjunto das estratégias anteriores, deste agente e seus concorrentes – ou competidores –, que dependem, elas mesmas, da estrutura do campo pela intermediação das propriedades estruturais da posição a partir das quais são engendradas; por outro lado, as transformações da estrutura do campo são o produto das estratégias de conservação ou de subversão, que encontram o princípio de sua orientação e de sua eficácia nas propriedades da posição que ocupam aqueles que as produzem no interior da estrutura do campo.⁹⁰⁷

Isto quer significar que, num dado – determinado – estado do campo, os investimentos dos pesquisadores dependem tanto de sua importância – investimento medido, por exemplo, pelo tempo que será consagrado à pesquisa – como de sua natureza – em particular, no grau de risco a ser assumido pelo investimento –, da importância do capital atual do pesquisador – e correlativo potencial de reconhecimento envolvido – e de sua posição atual e potencial dentro do campo, medido ou verificável segundo um processo dialético que se observa em todos os domínios da prática. Segundo uma lógica frequentemente observada, as aspirações – entenda-se pelo que comumente se conhece por ambições científicas – são tanto mais altas quanto mais elevado é o capital de reconhecimento, vale dizer, a posse de um capital que é conferido pelo sistema escolar a alguém, desde a origem da sua carreira científica, sob a forma de um título pouco comum, implica e impõe, por via de mediações complexas, a persecução de objetivos elevados que são socialmente pedidos – solicitados – e garantidos por esse título. Por isso que, tentar estimar a relação estatística que se estabelece entre o prestígio de um investigador e o prestígio de seus títulos escolares de origem – passagem por instituições renomadas e títulos acadêmicos angariados nas mesmas –, mas uma vez controlados os efeitos de sua produtividade, é assumir implicitamente a hipótese de que a produtividade e o prestígio atual são relações independentes entre si, e mesmo independentes – produtividade e prestígio – dos títulos de origem. De fato, na medida em que o título, como capital escolar reconvertido em capital universitário e científico, encerra uma trajetória provável, ela acaba praticamente dirigindo ou direcionando, por intermédio das “aspirações razoáveis” que autoriza – disposições em relação ao futuro –, tudo que for relativo à carreira

⁹⁰⁷ BOURDIEU, Los usos..., p. 27-8.

científica – eleição de objetos mais ou menos ambiciosos, uma produção mais ou menos grande, etc.⁹⁰⁸

E nota-se que isso acontece de tal maneira que o efeito de prestígio das instituições não se exerce somente de maneira direta, “contaminando” ou influenciando decisivamente a forma com que se julgam as capacidades científicas manifestadas pela quantidade e qualidade dos trabalhos produzidos ou, de maneira indireta, através dos contatos com os professores mais influentes e importantes – prestigiados – que é possibilitado ou permitido a quem tem por histórico uma elevada origem de reconhecimento escolar – que, não é incomum, está associado a um passado vinculado a uma alta origem social –, mas também pela intermediação da “causalidade do provável”, vale dizer, pela virtude das aspirações que autorizam ou favorecem as possibilidades objetivas – aqui se poderiam fazer observações análogas a propósito dos efeitos da origem social quando os títulos escolares de saída são semelhantes. Devido a isso que, por exemplo, a oposição entre as afirmações seguras das pesquisas intensivas e especializadas, frente às afirmações arriscadas das pesquisas abrangentes e extensivas que podem conduzir a vastas sínteses teóricas revolucionárias ou ecléticas, tendem a reproduzir a oposição entre o que pode ser considerado como a alta trajetória e a baixa trajetória de um agente no campo escolar e no campo científico. No subcampo da física, por exemplo, isso se manifesta entre aqueles que buscam alcançar esclarecer-se e fundamentar-se sobre os desenvolvimentos científicos produzidos fora dos limites estritos do campo da especialidade, o que pode tornar-se pura perda de tempo ou fornecer analogias fecundas para continuação da ciência, ao invés de acomodar-se nos caminhos já trilhados e considerados como seguros por uma pesquisa considerada já provada.⁹⁰⁹

Deste modo, para compreender a transformação, freqüentemente descrita, das práticas científicas que acompanham o progresso na carreira científica, há necessidade de relacionar as diferentes estratégias científicas – por exemplo, investimentos massivos e extensivos somente na pesquisa, ou investimentos moderados e intensivos em pesquisa associados a investimentos na administração científica – independentemente da faixa etária em que se encontra o pesquisador – uma vez que cada subcampo de conhecimento específico define suas próprias leis de envelhecimento social, vale dizer, análises estatística que revelam a idade de produtividade científica máxima para o conjunto das gerações passadas –, mas, sim, vinculado com a importância do capital científico possuído que, definindo a cada momento as

⁹⁰⁸ BOURDIEU, Los usos..., p. 28-9.

⁹⁰⁹ BOURDIEU, Los usos..., p. 29-30.

possibilidades objetivas de benefício, define as estratégias “razoáveis” de investimento e desinvestimento. Assim, verifica-se que nada transparece como mais artificial do que descrever as propriedades genéricas das diferentes fases da carreira científica, mesmo que se considere que seja uma média do que sucede numa carreira dentro de um campo particular – pode-se verificar em estudos desse nível, por exemplo, que a conceitualização, entendida como tradução ou transmutação que é verificada de um conceito originário ou “natural” para um jargão técnico de uma disciplina, é feito ao preço do desaparecimento completo da referência ao campo em seu conjunto e, em particular, do sistema de trajetórias ou carreiras que conferem a cada carreira particular suas propriedades mais importantes –, porque é preciso reconhecer que toda carreira é definida fundamentalmente pela posição que ocupa na estrutura do sistema de carreiras possíveis.⁹¹⁰

Existem diferentes maneiras de ingressar na pesquisa, manter-se nela e sair dela, assim como existem diferentes categorias de trajetórias nesse meio, sendo que toda explicação que, tratando-se desse universo, se atém às características genéricas de uma carreira “qualquer”, acaba por fazer desaparecer o essencial, qual seja, *as diferenças*. A depreciação com a idade, da qualidade e quantidade das produções científicas que se observam no caso das carreiras consideradas “médias” – que se compreende na medida em que o incremento do capital de consagração tende a reduzir a urgência da alta produtividade que foi necessário para justamente obter esse capital – somente se tornam compreensíveis se forem comparadas as médias carreiras com as altas carreiras, que são – carreiras mais altas – as únicas que concedem até o final os benefícios simbólicos necessários para reativar – ou manter – continuamente as propensão para novos investimentos, retardando, assim, continuamente, o desinvestimento.⁹¹¹

Assim, existe uma ordem científica estabelecida. A forma com que se reveste a luta, ao mesmo tempo política e científica, pela legitimidade científica, depende da estrutura do campo, vale dizer, da estrutura da distribuição do capital específico de reconhecimento científico entre os participantes em luta. Essa estrutura pode variar teoricamente – como todo campo – entre dois limites ideais, de fato jamais alcançados: (I) de um lado, a situação de monopólio perfeito do capital específico de autoridade científica; (II) de outro lado, a situação de concorrência perfeita entre agentes e instituições, que supõe a distribuição equitativa deste capital entre todos os concorrente-competidores. Ora, o campo científico é sempre o lugar de uma luta mais ou menos desigual entre os agentes desigualmente providos de capital

⁹¹⁰ BOURDIEU, Los usos..., p. 30-1 e notas de rodapé ns. 16 e 17.

⁹¹¹ BOURDIEU, Los usos..., p. 31.

específico – e também, em certos casos, dos benefícios externos tais como as retribuições econômicas ou propriamente políticas –, situação concreta essa produzida pela *colaboração objetiva* dos próprios agentes e instituições, posto que o conjunto dos concorrentes acaba colocando em jogo o conjunto dos meios de produção científicos disponíveis – e conforme sua força específica, alguns acabam obtendo mais meios que outros. Dentro de todo campo se opõem, com forças mais ou menos desiguais – segundo a estrutura da distribuição do capital dentro do campo, e como graus ou medidas de homogeneidade – os dominantes, ocupando as posições mais altas na estrutura de distribuição do capital específico, e os dominados, ou os recém-chegados, que logram possuir um capital científico tanto mais importante – em valores absolutos – quanto mais importantes são os recursos científicos acumulados.⁹¹²

Desta forma, tudo parece indicar que, à medida que os recursos científicos acumulados se incrementam, e que se eleva o grau de homogeneidade entre os competidores – que sob o efeito de atores independentes tendem a retornar mais e mais numerosos –, como consequência da elevação correlativa do direito de entrada, a concorrência científica tende a distinguir-se em sua forma e intensidade daquela que se observa em situações mais antigas desses mesmos campos, ou em outros campos onde os recursos acumulados são menos importantes e o grau de heterogeneidade é maior. Somente esquecendo-se – o que se faz quase sempre – ter em conta estas propriedades estruturais e morfológicas dos diferentes campos, é que os sociólogos da ciência se expõem a universalizar o caso particular. É assim que a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão tende a debilitar-se, na medida que a homogeneidade do campo se incrementa e que decresce correlativamente a probabilidade de grandes revoluções periódicas em benefício de inúmeras pequenas revoluções permanentes.⁹¹³

Nessa luta que opõe dominantes e pretendentes recém-chegados, cada um recorre a estratégias antagônicas, profundamente opostas em sua lógica e em seu princípio; os interesses que os animam e os meios que cada parte pode recorrer para satisfazê-los, dependem muito estreitamente de sua posição no campo, vale dizer, de seu capital específico e do poder que ele lhes fornece sobre o campo de produção e de circulação científica e sobre os benefícios que produz. Os dominantes adotam *estratégias de conservação* tendentes a perpetuar a ordem científica estabelecida e da qual são partes interessadas; essa ordem não se reduz, como comumente se crê, à ciência oficial – entendida como um conjunto de recursos científicos herdados do passado, que existem *em estado objetivado*, sob forma de

⁹¹² BOURDIEU, Los usos..., p. 31-2.

⁹¹³ BOURDIEU, Los usos..., p. 32-3.

instrumentos, obras, instituições, etc., e *em estado incorporado*, sob a forma de *habitus* científicos, como sistemas de esquemas geradores de percepção e de ação que são o produto de uma forma específica de ação pedagógica e que tornam possível a eleição dos objetos, a solução dos problemas e a avaliação dos resultados ou soluções –, mas abrange também o conjunto de instituições encarregadas de assegurar a produção e circulação dos bens científicos, e ao mesmo tempo a reprodução e a circulação dos produtores, reprodutores e consumidores desses bens, vale dizer, centradamente no sistema de ensino, único capaz de assegurar para a ciência oficial a permanência e a consagração, inculcando sistematicamente – *habitus* científico – a referida ciência oficial ao conjunto dos destinatários da ação pedagógica e, em particular, a todos os recém-chegados ao campo de produção propriamente dito. Além das instâncias específicas, encarregadas da consagração – academias, prêmios etc. –, a ordem científica dos dominantes abrange também os instrumentos de difusão da ciência oficial, em especial, as revistas científicas, que, pela seleção que fazem para publicação, em função dos critérios dominantes, acabam consagrando os produtos conforme os princípios da ciência oficial, desta forma, oferecendo de forma contínua o exemplo do que merece ser reputado e qualificado com o nome de ciência, e ser chancelado como um trabalho científico perfeito e acabado, exercendo, assim, uma censura de fato sobre as produções consideradas heréticas, rechaçando-as expressamente e desestimulando toda intenção de publicar aquilo que não se enquadra na definição do que elas propõem e podem referendar como publicável.⁹¹⁴

O campo, como um destino, marca e concede a cada agente as estratégias que utilizará, inclusive aquelas que consistem em alterar a ordem científica estabelecida; segundo a posição que ocupam na estrutura do campo – e também, sem dúvida, segundo variáveis secundárias como a trajetória social, que rege a avaliação e estimativa das possibilidades – os recém-chegados já podem posicionar-se orientados em direção às colocações mais seguras dentre (I) as *estratégias de sucessão e continuísmo do status quo*, capazes de garantir, ao final de uma carreira previsível, os benefícios correspondentes aos que realizam o ideal oficial da excelência científica, assumindo o custo de realizar inovações circunscritas dentro dos limites autorizados previamente, ou (II) em direção a *estratégias de subversão e rompimento com o status quo*, que é um posicionamento infinitamente mais custoso e mais arriscado – e que somente pode ser adotado, dentro da estrutura oficial, por quem já possui assegurado os

⁹¹⁴ BOURDIEU, Los usos..., p. 33-4. Nesse sentido, tudo autoriza a afirmar que em matéria de produção científica – e também literária – os autores selecionam consciente ou inconscientemente os locais de publicação em função da idéia que fazem de suas “regras” – em sentido amplo – de publicação específicas; assim, a auto-eliminação ou auto-exclusão, menos perceptíveis, é tão importante quanto a eliminação expressa para compreender aquilo que se circunscreve direta ou indiretamente ao efeito que gera a imposição de uma regra que determina o que é ou não legítimo ser publicável. BOURDIEU, Los usos..., p. 33-4, nota de rodapé n. 20.

benefícios prometidos pelo campo, vale dizer, aos detentores do monopólio da legitimidade científica – e para a qual um herege deve pagar um elevado custo pelo ato de redefinição completa dos princípios de legitimação da dominação. Os recém-chegados que recusam as carreiras já traçadas ou determinadas, não podem vencer os dominantes em seu próprio jogo, pois se assim intentarem torna-se necessário comprometer significativamente um aumento de investimentos especificamente científicos, e ao mesmo tempo não poderem esperar benefícios importantes em curto prazo, por terem contra eles toda a lógica do sistema.⁹¹⁵

A invenção, segundo uma arte de inventar o já inventado, resolvendo todos os problemas suscetíveis de serem colocados dentro dos limites da problemática estabelecida através da aplicação de métodos comprovados – ou trabalhando para salvar os princípios contra os questionamentos heréticos –, tende a fazer esquecer que toda essa ação ou comportamento – essa invenção do inventado – não resolve nada mais além do que os problemas que pode propor, ou que ela não propõe mais do que os problemas que pode resolver. Entretanto, a invenção herética, ao colocar em questão os próprios princípios da antiga ordem científica, instaura uma alternativa diferenciada, sem compromisso possível entre dois sistemas mutuamente excludentes, pois os fundadores da ordem científica herética rompem com o contrato que é aceito – mesmo que tacitamente – pelos candidatos à sucessão do continuísmo. Não reconhecendo outro princípio de legitimação do que aquele que eles procuram impor, também não aceitam ingressar no círculo de intercâmbio de reconhecimento que assegura uma transmissão regulada da autoridade científica entre os já detentores – possuidores da autoridade – e os pretendentes – vale dizer, muito freqüentemente entre membros de gerações diferentes, o que leva a muitos observadores a reduzir os conflitos de legitimidade a conflitos entre gerações. Ao rechaçar todos o cabedal acumulado e garantias que lhes oferece a antiga ordem, bem como a participação progressiva no capital coletivamente assegurado que opera segundo os procedimentos regulados por um contrato de delegação, eles produzem a acumulação inicial por um golpe de estado e pela ruptura, desviando para seu benefício o crédito com o qual seriam beneficiados – numa outra ordem de situação – pelos antigos dominantes e sem conceder-lhes as contrapartida de reconhecimento que acordam os que aceitam inserir-se na continuidade linear do *status quo*.⁹¹⁶

É possível observar que a propensão do agente em direção às estratégias de conservação ou, diversamente, às estratégias de subversão, é menos independente – do que se imagina – das disposições que se estabelecem em relação à ordem social estabelecida, na

⁹¹⁵ BOURDIEU, Los usos..., p. 34-5.

⁹¹⁶ BOURDIEU, Los usos..., p. 35-6.

medida em que a ordem científica torna-se cada vez mais dependente da ordem social que se encontra inserida. Por isso que é lícito supor que a relação que se estabelece entre as inclinações universitárias e politicamente subversivas do jovem Albert Einstein, e sua obra cientificamente revolucionária, de certa maneira é válida a *fortiori* para os ramos da ciência como biologia e sociologia, que estão longe de terem alcançado chegar ao grau de autonomia da física dos tempos de Einstein; a oposição que se estabelece entre as disposições revolucionárias desse famoso físico, em sua juventude membro de um grupo de estudantes judeus em revolta contra a ordem científica estabelecida e contra a ordem social estabelecida, frente às disposições reformistas que revelam Henri Poincaré, representante perfeito da “república dos professores”, homem da ordem e da reforma ordenada, tanto política quanto científica, não pode deixar de evocar a oposição homóloga entre Karl Marx e Emile Durkheim. Em seu esforço de reflexão original, Einstein se apoiou num diferente e pequeno círculo de jovens intelectuais, carregados de sentimentos de revolta social e científica, próprios de sua geração, e que formariam uma contra-comunidade científica fora da instituição oficial, enfim, um grupo de boêmios cosmopolitas – numa época revolucionária – conduzidos a considerar o mundo de outra maneira.⁹¹⁷

Superando a oposição ingênua entre os *habitus* individuais e as condições sociais para sua realização, foi possível sugerir a hipótese – que vem sendo confirmada por todos os trabalhos mais recentes sobre o sistema de ensino – segunda a qual um acesso muito rápido e fácil nas responsabilidades administrativas – públicas e privadas – que se oferecia na França aos alunos das grandes escolas científicas, tendia a esmorecer a revolta contra a ordem científica estabelecida, sendo observado até mesmo o contrário, vale dizer, a existência de um terreno favorável para os grupos de intelectuais marginais, situados nas posições intermediárias entre o sistema de ensino e a boemia revolucionária. Sendo a França a república dos professores, um país que valoriza fortemente os egressos das melhores escolas, de forma que, por exemplo, os mais brilhantes estudantes que já passaram pela escola politécnica foram imediatamente absorvidos por altas funções militares e engenharia civil, não seria possível esperar que pudesse ocorrer uma ruptura radical com os princípios de visão – e divisão – de mundo recebidos pelos egressos. Uma revolução científica encontra seu terreno mais fértil numa contra-comunidade; quando jovens cientistas se defrontam muito rapidamente com responsabilidades administrativas profissionais, sua energia fica menos disponível para a sublimação no radicalismo de uma pesquisa – investigação – pura.

⁹¹⁷ BOURDIEU, Los usos..., p. 36.

Tratando-se de criatividade revolucionária, a abertura da administração pública francesa aos talentos científicos possivelmente constitui um fator explicativo do conservadorismo científico que reina no campo, fator esse mais importante que todos os outros fatores que habitualmente se priorizam para explicar o fato.⁹¹⁸

No campo científico, verifica-se haver uma revolução inaugural que é seguida de uma revolução permanente; há condições sociais que devem cumprir-se para se instaurar um jogo social na qual a idéia verdadeira está dotada de força, por que os que ali participam do jogo têm interesses na verdade, em lugar de ter, como em outros jogos, a verdade de seus interesses. Não se trata aqui de afirmar e fazer deste universo social de exceção uma exceção às leis fundamentais de todo campo e, em especial, à lei do interesse – ou da vantagem almejada – que pode conferir uma violência impiedosa às lutas científicas mais desinteressadas, uma vez que o desinteresse é sempre um sistema de interesses específicos – artísticos, religiosos, científicos etc. – que implicam na diferença relativa sobre o que consistem os objetos ordinários de interesses – dinheiro, honra etc. O fato de que o campo científico comporte sempre uma parte de arbitrariedade social, na medida que serve aos interesses dos que – dentro e/ou fora do campo – estão em condições de perceber seus benefícios, não exclui que – sob certas condições – a lógica própria do campo – em particular a luta entre os dominantes e os recém-chegados, com a censura cruzada de que disso resulta – não exerça um *desvio sistemático* de fins, que faz dobrar – mudar os rumos – continuamente a busca dos interesses científicos privados em troca do benefício do progresso da ciência.⁹¹⁹

As teorias parciais da ciência e as teorias parciais das transformações da ciência estão predispostas a cumprir funções ideológicas no interior do campo científico – ou dos campos que buscam a cientificidade, como é o caso das ciências sociais – porque justamente elas universalizam propriedades que em realidade são estados parciais do campo científico; assim é o caso da teoria positivista, que confere à ciência o poder de resolver todas as questões que ela mesma delinea e coloca, sempre que estas estejam cientificamente estabelecidas, e de impor – pela aplicação de critérios objetivos – o consenso sobre suas soluções, inscrevendo desta maneira o progresso científico numa rotina da ciência considerada normal e fazendo crer que seria possível passar de um sistema a outro – por exemplo, o sistema físico de Newton para o sistema físico de Einstein – por uma simples acumulação de conhecimentos, por uma depuração ou aperfeiçoamento de medidas e por retificação de princípios. Essa análise também vale para a teoria de Kuhn, que sendo válida para as revoluções inaugurais da ciência

⁹¹⁸ BOURDIEU, Los usos..., p. 36-7.

⁹¹⁹ BOURDIEU, Los usos..., p. 38.

inicial – sendo a revolução copernicana⁹²⁰ “o paradigma” no verdadeiro sentido da palavra – adquire simplesmente o estatuto de contraponto do modelo positivista. Observa-se que, no campo da filosofia da história da ciência proposto por Kuhn, com sua concepção de alternância de concentração monopolista do saber – paradigma – e revolução, essas suas idéias são tributárias – muito devem – ao caso particular da revolução copernicana que foi estudado por ele mesmo sua obra “A Revolução Copernicana”, onde a revolução é analisada e considerada como típica de todo investimento maior na ciência; a autonomia relativa da ciência em relação ao poder e, em particular, em relação à Igreja – autonomia considerada tão frágil para uma revolução científica, que no caso era a astronomia matemática –, passa pela revolução política e supõe uma revolução de todas as disciplinas que possam ter efeitos políticos.⁹²¹

Na realidade pode-se verificar que o campo da astronomia, na qual se produz a revolução copernicana, se opõe ao campo da física contemporânea, pois o antigo mercado imerso nas relações sociais das sociedades arcaicas agora se opõe ao atual mercado auto-regulado das sociedades capitalistas, como foi diferenciado economicamente – esse diferentes

⁹²⁰ Revolução copernicana é expressão que quer designar a transformação radical – frente ao que imperava até então na filosofia e nas ciências – da ótica filosófica relativa a um problema, vale dizer, uma nova forma racional de enxergar e explicar – abordar e resolver – os problemas do mundo, forma essa que é apontada como um marco da Revolução Científica operada a partir do mundo europeu. A expressão originariamente vem de um texto de Emmanuel Kant, que definiu como “revolução copernicana” a obra que ele próprio – Kant – realiza na história do pensamento. Nicolau Copérnico, em polonês Mikolaj Kopernik (1473-1543), astrônomo polonês, estudou desenho e matemática em sua terra natal, tendo ido para a Itália em 1496, tendo ali permanecido por cerca de dez anos, estudando astronomia, medicina e direito canônico. Não foi o criador da teoria do heliocentrismo – que sustentava ser o centro do sistema astronômico então conhecido próximo do Sol e não da Terra – como sistema astronômico que governava o sistema solar – defendido poucos anos antes por Nicolau de Cusa e, na Antigüidade, por Aristarco de Samos –, mas o autor do primeiro tratado de astronomia heliocêntrica [*De Revolutionibus Orbium Coelestium Libri VI* (Das Revoluções dos Mudos Celestes), publicado no ano de sua morte] capaz de rivalizar com o *Almagesto* de Ptolomeu, que vinha regendo a astronomia – a Terra seria o centro do universo astronômico – havia catorze séculos, com o aval da Igreja Católica. Copérnico demonstrou o duplo movimento dos planetas, em torno de si mesmos e em torno do Sol, concepção que seria fortalecida pelas observações de Galileu Galilei no século seguinte, e que permitiria a emancipação da cosmologia em relação à teologia – pois retiraria a Terra do centro do palco celeste –, daí o potencial perigoso de sua obra e idéias implicadas, e o medo de, em vida, publicá-lo. Mas o sistema de Copérnico admitia o princípio de que o movimento dos planetas era circular e uniforme, tendo sido Johannes Kepler [(1571-1630), astrônomo alemão que foi o primeiro a descrever precisamente as órbitas elípticas da Terra e dos planetas em torno do Sol. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.] o descobridor das órbitas planetárias elípticas. Temendo represálias por parte da Igreja Católica, na época abalada pela Reforma Protestante, Copérnico relutou em publicar seu trabalho, só o permitindo (1543) após os apelos do matemático Rheticus, seu discípulo. Tentando amortecer o impacto que causaria, o livro era dedicado ao Papa Paulo III e continha um prefácio afirmando que ele não apresentava nada de novo e serviria apenas para facilitar o uso das tábuas planetárias, devendo – ou podendo – o sistema apresentado ser tratado meramente como um simples artifício matemático para exercício de seus estudiosos. Isto colocou em dúvida por muitos anos a reputação de Copérnico, mas Kepler, em 1609, descobriu que o prefácio não fora autorizado por Copérnico. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 7; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1. Sobre o assunto, sob ótica de sua influência na revolução científica, vide a obra HENRY, John. **A revolução científica e as origens da ciência moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. 150 p.

⁹²¹ BOURDIEU, Los usos..., p. 38-9 e nota de rodapé n. 23.

mercados – por Karl Polanyi. Não é por acaso que a revolução copernicana tenha implicado na reivindicação expressa da autonomia de um campo científico, campo esse inteiramente submerso no campo religioso, no campo da filosofia e, também, no campo político; reivindicação que implicou a afirmação do direito dos cientistas fundar bases para as questões científicas – as matemáticas para os matemáticos – em nome da legitimidade específica que lhes confere sua competência. Enquanto a metodologia científica – com a censura e/ou auxílio que ela propõe ou impõe – não é objetivada nos mecanismos e nas disposições, as rupturas científicas necessariamente tomam a forma de revoluções contra a instituição, e as revoluções contra a ordem científica estabelecida são inseparavelmente revoluções contra a ordem – social – estabelecida. De modo diverso, quando se encontram excluídos – devido a essas revoluções originárias – todo recurso aos instrumentos externos de agressão – armas – e aos poderes – mesmo simbólicos – diferentes daqueles que se estabelecem e ganham curso normal no próprio campo, é o próprio funcionamento do campo que acaba definindo o próprio campo cada vez mais completamente, não somente a ordem normal da “ciência normal”, mas também as rupturas extraordinárias que ali se estabelecem no curso do tempo, em realidade “revoluções controladas” – ou “ordenadas” nas palavras de Gaston Bachelard – que se inscrevem na lógica e na história da ciência, ou seja, da polêmica científica.⁹²²

Quando o método está já inscrito nos mecanismos do campo, a revolução contra a ciência instituída se produz com a ajuda de uma instituição que fornece as condições institucionais da ruptura e o campo se torna o lugar de uma revolução permanente, porém cada vez mais totalmente desprovido de efeitos políticos; é por isso que este universo da revolução permanente pode também ser – sem contradição alguma – o do dogmatismo legítimo.⁹²³ O arsenal científico que se necessita para fazer a revolução científica somente pode ser adquirido na e pela cidadela científica, e à medida que aumentam os recursos científicos acumulados, o capital científico que é necessário para apropriar-se deles e obter, assim, o acesso aos problemas e aos instrumentos científicos – portanto, acesso à luta científica – se torna cada vez mais importante como direito de entrada ao campo.⁹²⁴ Daí que a

⁹²² BOURDIEU, Los usos..., p. 39-40.

⁹²³ Anota Bourdieu que, apoiando-se em estudo de outro pesquisador, as transformações na organização social da ciência acabam determinando uma transformação da natureza das revoluções científicas, revelando quão estreitamente se encontra ligado e inter-relacionado – e determinando influências de um sobre outro – o espaço social geral e o campo científico como um meio social específico. In: BOURDIEU, Los usos..., p. 40, nota de rodapé n. 24.

⁹²⁴ Bourdieu anota que a principal censura que se estabelece no campo é essa constituída pelo direito de entrada, vale dizer, pelas condições de acesso ao campo científico e ao sistema de ensino que lhe dá entrada – quem ingressa ou não e por quê. Por isso é necessário investigar tudo que as propriedades das ciências da natureza devem à forma como é feito o recrutamento social daqueles que ela vão de dedicar como missão de vida; o mesmo vale para as ciências do homem, onde se verifica que a fraqueza de seus métodos é fruto da grande

revolução científica não é um assunto dos menos importantes ou mais pobres do meio científico, mas, ao contrário, um dos mais ricos e significativos entre os recém-chegados.⁹²⁵ A antinomia entre ruptura e continuidade se esmaece num campo que, ignorando a distinção entre as fases revolucionárias e a “ciência normal”, encontra na ruptura contínua o verdadeiro princípio de sua continuidade, sendo que, correlativamente, a oposição entre estratégias de sucessão, de um lado, e as estratégias de subversão, de outro, tendem cada vez mais a perder seu sentido, uma vez que a acumulação de capital necessário para o desenvolvimento das revoluções – e do capital que oferecem as revoluções – tendem sempre em maior medida a cumprir-se segundo os procedimentos regulados por uma carreira, de acordo com o que acima foi visto, quando se tratou de descrever a forma que toma a acumulação de capital num dado estado do campo.⁹²⁶

A transmutação – verdadeira conversão – que ocorre, do antagonismo anárquico dos interesses particulares em direção à dialética científica, se torna cada vez mais universal à medida que o interesse que tem todo produtor desses bens simbólicos – que produz produtos que não são somente interessantes para eles mesmos, mas também importantes para os outros, portanto adequados para obter dos outros o reconhecimento de sua importância e da importância de seu autor – se choca com concorrentes cada vez mais capazes, e que colocam os mesmos meios instrumentais oferecidos pelo campo a serviço das mesmas intenções – o que conduz, com frequência cada vez maior, a descobrimentos simultâneos, e, conseqüentemente, ao sacrifício do interesse de um dos produtores ou dos dois⁹²⁷ –, ou, de outro modo, à medida que o interesse privado de seus concorrentes, que deve ser combatido e dominado por cada agente particular para obter deles o reconhecimento, se encontra munido de todo um conjunto de instrumentos que confere sua grande eficácia à sua intenção polêmica, que ao mesmo tempo lhes dão um caráter universal de uma censura metódica. De fato, à

liberalidade e negligência dos *habitus* daqueles que são seus pesquisadores. In: BOURDIEU, Los usos..., p. 41, nota de rodapé n. 26.

⁹²⁵ É sabido que as mesmas revoluções inaugurais que dão nascimento a um novo campo, constituindo, pela ruptura, um novo domínio de objetividade, são incumbidas, quase sempre, para aqueles que detêm um grande capital específico que, em função de variáveis secundárias tais como pertencer a uma classe social ou uma etnia considerada estatisticamente improvável nesse universo, se encontram situados numa posição que repousa em falso, própria para favorecer a inclinação revolucionária; é o caso, por exemplo, dos novos ingressantes que importam para um campo o capital acumulado num campo científico socialmente superior. In: BOURDIEU, Los usos..., p. 41, nota de rodapé n. 27.

⁹²⁶ BOURDIEU, Los usos..., p. 40-1.

⁹²⁷ Se observa que a luta científica sucede cada vez mais intensa – apesar da especialização que, sem cessar, tende a reduzir o universo de concorrência pela divisão em subcampos cada vez mais estreitamente especificados – à medida que a ciência avança, mais precisamente, à medida que os recursos científicos acumulados se acrescentam e que o capital necessário para realizar o descobrimento sucede mais grande e uniformemente disseminado entre os concorrente pelo fato da elevação do direito de entrada no campo. In: BOURDIEU, Los usos..., p. 42, nota de rodapé n. 29.

medida que se aumentam os recursos acumulados e o capital necessário para apropriar-se deles, o mercado no qual pode ser colocado os produtos científicos não deixa de estar circunscrito aos pares/concorrentes/competidores cada vez mais fortemente munidos de instrumentos para criticá-los racionalmente e desacreditar o seu autor; o antagonismo – conflito – que está no princípio da estruturação e da mudança de todo o campo, tende a vir a ser cada vez mais fecundo, porque o *acordo forçado* onde se produz – gera – a razão, deixa cada vez menos lugar ao impensado que é a *doxa*.⁹²⁸

Assim, a ordem coletiva da ciência se elabora em e pela anarquia concorrencial das ações interessadas, onde cada agente se encontra dominado – e com ele todo o grupo – pelo entrecruzamento ou relações cruzadas aparentemente incoerente das estratégias individuais; ou seja, não tem muito sentido a oposição que se faz entre os aspectos “funcionais” e os aspectos “disfuncionais” do funcionamento de um campo científico dotado de uma grande autonomia, pois as tendências mais “disfuncionais” – como o segredo, ou sigilo, e a exclusão da cooperação – estão inscritos nos mesmos mecanismos que geram as disposições mais “funcionais”. À medida que o método científico se inscreve nos mecanismos sociais que regulam o funcionamento do campo e se encontra, deste modo, dotado de objetividade superior ao de uma lei social imanente, aquele pode realmente objetivar-se em instrumentos capazes de controlar – e às vezes dominar – aqueles que o utilizam, e também objetivar-se nas disposições constituídas de modo duradouro, como faz e produz a instituição escolar. Estas disposições encontram um reforço contínuo nos mecanismos sociais que, encontrando um apoio – fundamento – no materialismo racional da ciência objetivada e incorporada, produzem controle e censura, mas também criação – descoberta – e ruptura. O conjunto dos processos que acompanha a formação da autonomia do campo científico, mantêm uma relação dialética entre si; assim, a contínua elevação do direito de entrada no campo, que implica a acumulação de recursos específicos, acaba contribuindo, em troca, para a autonomia do campo científico, instaurando uma ruptura social com o mundo profano dos laicos ou leigos, tanto mais radical na medida em que não é buscada.⁹²⁹

A ciência estabelece os seus doxósofos. A ciência não tem jamais outro fundamento do que a crença coletiva nos próprios fundamentos da ciência, que, numa circularidade, produz e supõe o funcionamento mesmo do campo científico. O conjunto objetivo de esquemas práticos inculcados pelo sistema de ensino de forma explícita e, também, pela familiarização, que constitui o fundamento do consenso prático dos desafios propostos pelo

⁹²⁸ BOURDIEU, Los usos..., p. 41-2.

⁹²⁹ BOURDIEU, Los usos..., p. 42-3 e nota de rodapé n. 30.

campo – os problemas, os métodos e as soluções percebidas imediatamente como científicas – , encontra seu fundamento no conjunto dos mecanismos institucionais que asseguram a seleção social e escolar dos pesquisadores – em função, por exemplo, da hierarquia das disciplinas estabelecida –, a formação dos agentes selecionados, o controle de acesso aos instrumentos de pesquisa e publicação etc., uma vez que o *habitus* produzido pela primeira educação, como pertencimento a uma classe social, e o *habitus* secundário inculcado pela educação escolar contribuem, com pesos diferenciados, tanto nas ciências sociais quanto ciências naturais, a determinar uma adesão pré-reflexiva aos pressupostos tácitos do campo. A ortodoxia e a heterodoxia, através de suas lutas, delineiam o campo de debates, que se recorta – ou sobressai – sobre o fundo do campo da *doxa*, campo esse que é um conjunto de pressupostos que os antagonistas admitem de fato sem debates ou discussões – doxa –, porque os referidos pressupostos constituem justamente a condição tácita para que haja todos aqueles debates e o respectivo delineamento do campo. Nesse sentido, a etnologia e a etnografia não sabem – e a indagação que fica é, o que aconteceria ou sucederia se soubessem? – que o que sua metodologia toma por objeto é a adesão pré-reflexiva da ordem estabelecida.⁹³⁰

Assim, a censura que a ortodoxia exerce – e que denuncia a heterodoxia – esconde uma censura mais radical, mais invisível, porque esse dissimulado é constitutivo do próprio funcionamento do campo e se refere ao conjunto do que é por ele consentido somente pelo fato de sua pertinência – como propriedade vital e constitutiva – ao campo, o conjunto daquilo que está fora de debates e questionamentos – por todos os protagonistas concorrentes – do jogo e da luta, pelo fato dele atuar como pressuposto necessário de existência do próprio jogo, e que somente pelo jogo existir, admite e aprova tudo que nele é objeto de debates e discussão. Vale dizer, trata-se daquilo que é absolutamente indiscutido e consensual diante de todos os objetos de dissenso dentro do campo, os interesses essencialmente comuns que estão sempre presentes no princípio dos conflitos de interesses, todo o indiscutido e o que tacitamente se considera fora dos limites da luta dentro do campo, ou, por fim, o não questionamento do por quê é que existe o próprio jogo – cuja discussão, debate e resposta poderia levar a acabar com todo o jogo. No caso de um campo de luta ideológica – onde participam também todos os diferentes campos de produção de discursos eruditos e letrados –, o fundamento do consenso no dissenso, que define a *doxa*, reside na relação censurada do campo de produção específico em sua conexão com o campo do poder, vale dizer, na função dissimulada do campo de luta de classes.⁹³¹

⁹³⁰ BOURDIEU, Los usos..., p. 43-4 e notas de rodapés ns. 31 e 32.

⁹³¹ BOURDIEU, Los usos..., p. 44 e nota de rodapé n. 33.

Segundo o grau de autonomia do campo em relação às determinações externas que possa haver, é maior a parte de arbitrariedade social que se encontra incorporada no sistema de pressuposições constitutivas da própria crença do campo considerado – o campo marcado por determinações externas. Isto significa que, no espaço abstrato da teoria, todo campo científico – tanto o das ciências sociais ou da matemática atual, como a da alquimia ou da astronomia matemática nos tempos de Nicolau Copérnico –⁹³² situa-se em algum lugar entre os dois limites que representam, de um lado, o campo religioso – ou o campo da produção literária – no qual a verdade oficial não é outra coisa mais que a imposição legítima – vale dizer, arbitrária, e ao mesmo tempo desconhecida com tal – de uma arbitrariedade cultural que expressa o interesse específico dos dominantes – dentro o fora do campo – e, por outro lado, por um campo científico no qual todo elemento de arbitrariedade – ou impensado – social seria descartado, e cujos mecanismos sociais produziram a imposição necessária das normas universais da razão. Desta forma, a questão que se coloca é a respeito do grau de arbitrariedade social da crença que produz o funcionamento do campo e que é a condição de seu funcionamento ou, o que seria a mesma coisa, o grau de autonomia do campo – em relação, antes de tudo, com a demanda social da classe dominante – e as condições sociais, internas e externas, desta autonomia.⁹³³

O princípio de todas as diferenças – oposições – entre os campos científicos – capazes de produzir e satisfazer um interesse propriamente científico, bem como manter, assim, um processo dialético interminável – e o princípio de todas as oposições entre os campos de produção de discursos eruditos – nos quais o trabalho coletivo não tem outro efeito, ou outra função, que não seja a perpetuação de um campo igual em si mesmo, produzindo, para dentro ou para fora dele, a crença no valor autônomo dos objetivos e dos objetos que produz – repousa na *relação de dependência – subordinação – pela aparência de independência – emancipação, autonomia* – frente às demandas externas aos campos. Assim, os doxósofos, sábios aparentes e sábios da aparência, não conseguem legitimar nem a apropriação que operam através da constituição arbitrária de um saber esotérico inacessível ao profano, nem mesmo legitimar a delegação que requerem – ou buscam alcançar – atribuindo a si próprios o monopólio de certas práticas ou a reflexão sobre suas práticas, senão com a condição de impor a crença de que sua falsa ciência é perfeitamente independente das demandas sociais as quais ela não se conforma, e porque afirma, ao mesmo tempo, sua firme repulsa em procurar servi-las ou existir para atendê-las. Verifica-se que desde Martin Heidegger, falando das

⁹³² Sobre Nicolau Copérnico, vide nota de rodapé acima, sobre “revolução copernicana”.

⁹³³ BOURDIEU, Los usos..., p. 44-5.

“massas” e “elites” na linguagem altamente eufemizada do “autêntico” e “inautêntico”, até os politólogos norte-americanos reproduzindo a visão oficial do mundo social nas semi-abstrações de um discurso descritivo-normativo, é sempre a mesma estratégia da *falsa ruptura* que define o jargão erudito – como linguagem difícil de entender – em oposição à linguagem científica. Justamente ali, onde a linguagem é colocada destacadamente entre aspas, como anotou Gaston Bachelard, as palavras da linguagem ordinária ou comum, ou as palavras da linguagem científica, conservadas até então como previamente estipuladas, se redefinem completamente e passam a não ter um sentido e significação senão frente a um novo sistema teórico; a linguagem erudita somente recorre ao uso das aspas ou os neologismos a fim de manifestar simbolicamente uma distância e uma ruptura fictícia com relação ao sentido comum da expressão em tela, e uma vez que não dispõe de nenhuma autonomia real, somente pode produzir completamente seu efeito ideológico se ela resulta um mínimo suficientemente transparente – uso inteligível –, e funcionar para continuar lembrando – evocando – a experiência e a expressão ordinária que ela passa a negar.⁹³⁴

Essas estratégias de falsas rupturas em realidade expressam a verdade objetiva de campos que não possuem mais do que uma falsa autonomia; com efeito, enquanto a classe dominante concede às ciências naturais uma autonomia que está diretamente ligada em relação ao interesse que encontra das aplicações na economia das técnicas científicas, não pode esperar nada mais das ciências sociais, no melhor dos casos, que ela se comporte cordatamente voltada para uma contribuição particularmente valiosa para a legitimação da ordem estabelecida e um fortalecimento do arsenal de instrumentos simbólicos de dominação. O desenvolvimento tardio e sempre ameaçado das ciências sociais é um bom testemunho de que o progresso rumo à uma autonomia real, que, por sua vez, condiciona e supõe a instauração de mecanismos constitutivos de um campo científico auto-regulado e autárquico, se defronta necessariamente com obstáculos desconhecidos em outras esferas, sendo que não poderia ser de outra maneira, porque o objeto da luta interna pela autoridade científica no campo das ciências sociais – ou seja, pelo poder de produzir, impor ou atribuir, e inculcar a representação legítima do mundo social – é um dos objetos de uma luta maior que se dá entre as classes sociais no campo político.⁹³⁵

⁹³⁴ BOURDIEU, Los usos..., p. 45-6.

⁹³⁵ BOURDIEU, Los usos..., p. 46-7. Por isso que os sistemas de classificação – taxinomias – sociais são umas das apostas essenciais da luta ideológica entre as classes sociais, constituindo também – através das tomadas de posição sobre a existência ou inexistência de classes sociais – um dos grandes princípios de divisão – distinção de visão de mundo – do campo sociológico. In: BOURDIEU, Los usos..., p. 47, nota de rodapé n. 35.

Disto se deduz que as posições tomadas dentro da luta interna nas ciências sociais nunca podem ter ou sustentar o grau de independência em relação à situação presente nas lutas externas, fato esse diferente quando se observam as lutas internas dentro do campo das ciências naturais, e sua relativa independência frente às ingerências externas a ele, uma vez que seus resultados correspondem a anseios econômicos objetivados pela classe dominante.⁹³⁶ A idéia de uma ciência neutra é uma ficção, e é uma ficção interessada que permite considerar como científica uma forma neutralizada e eufemística – portanto, eficaz simbolicamente porque particularmente *desconhecida enquanto tal* – da representação dominante do mundo social.⁹³⁷ Ao atualizar os mecanismos sociais que asseguram a manutenção da ordem estabelecida, cuja eficácia propriamente simbólica repousa no desconhecimento de sua lógica e de seus efeitos – que, por sua vez, acaba atuando como fundamento de um reconhecimento sutilmente extorsivo –, a ciência social necessariamente acaba tomando partido na luta política. Observa-se que, enquanto ela vem estabelecer-se – o que supõe cumprir certas condições correlativas com um estado determinado das relações de força entre as classes sociais –, a luta entre a ciência e a falsa ciência dos doxósofos – que podem reivindicar para si as tradições teóricas mais revolucionárias – aporta necessariamente uma contribuição para a luta entre as classes sociais que, pelo menos neste caso, não possui o mesmo interesse na verdade científica.⁹³⁸

A questão fundamental da sociologia da ciência, no caso das ciências sociais, toma uma forma particularmente paradoxal: quais são as condições sociais de possibilidade de desenvolvimento de uma ciência emancipada das restrições e das demandas sociais sabendo

⁹³⁶ A temática da independência do campo das ciências naturais frente às ingerências políticas, ou seja, sua independência frente a fatores externos ao campo, ganha contemporaneamente uma dimensão negativa para os interesses da classe dominante, vale dizer, na medida em que a luta interna do campo revela uma posição – que vai se tornando majoritária – sobre necessidade de se recuar ou ingressar num compasso de espera – para conhecer melhor os futuros possíveis resultados – antes de aplicar ou usar determinado conhecimento para uso econômico humano, ou mesmo na medida em que emerge um conhecimento – como o ecológico – que indaga radicalmente as práticas econômicas humanas, e solicita que se recue frente ao dogma do progresso econômico indefinido correlacionando ciência e transformação econômica da natureza, verifica-se que aumentam as ingerências externas dentro do campo para impedir que a ideologia de um sentido dominante de “progresso científico” seja obstada. Sobre o assunto vide TOWNSEND, Mark; HARRIS, Paul. O apocalipse está aí. **Revista CartaCapital/The Observer**. São Paulo, ano X, n. 280, p. 46-9, 3 mar. 2004; COSTA, Antonio Luiz Monteiro Coelho da. Silêncio de ensurdecer. **Revista CartaCapital**, São Paulo, ano X, n. 280, p. 50-3, 3 mar. 2004; PARDINI, Flávia. Reação inédita à manobra idem: presidente de associação de cientistas explica as razões do manifesto contra Bush. **Revista CartaCapital**, São Paulo, ano X, n. 285, p. 50-1, 7 abr. 2004; BARNETT, Antony. Negar até o fim: a assessoria de Bush aconselha aos aliados: digam que o meio ambiente está melhorando. **Revista CartaCapital/The Observer**, São Paulo, ano X, n. 286, p. 46, 14 abr. 2004.

⁹³⁷ Uma verdadeira sociologia da ciência, assim, que particularmente verifica a relação que a ciência social mantém com as classes dominantes, não é uma especialidade do conhecimento entre tantas outras, mas concretamente – e radicalmente – parte mesmo das condições para que exista uma real e eficaz sociologia científica. In: BOURDIEU, Los usos..., p. 47, nota de rodapé n. 36.

⁹³⁸ BOURDIEU, Los usos..., p. 47-8.

que, neste caso, os progressos no sentido da racionalidade científica não são progressos no sentido da neutralidade política? Pode-se negar tal questão da forma como foi feita. É o que fazem, por exemplo, todos aqueles que atribuem todas as particularidades das ciências sociais à situação de sua recente emergência – uma ciência ainda nascente ou muito nova, que tem muito ainda a evoluir –, em nome de uma filosofia ingenuamente evolucionista que coloca a ciência oficial ao final da evolução. De fato, a teoria do atraso não é verdadeira, paradoxalmente, mais do que no caso da sociologia oficial e, mais precisamente, da sociologia oficial da sociologia. Aqui é possível resgatar um falso discurso erudito, mais precisamente um discurso erudito de uma falsa ciência, que revela um mesmo paralelo – o desenvolvimento do atraso frente ao ápice do que é considerado como desenvolvido –, mas tomando por exemplo outro campo da ciência; assim, há análises muito célebres sobre o “atraso econômico” que revelam os traços comuns mais característicos e notáveis de formas particulares de discursos eruditos que no fundo são *falsas ciências*, quando destacam que o processo de industrialização iniciado com *atraso*, acaba apresentando diferenças sistemáticas com o que foi produzido pelos países mais desenvolvidos, não apenas quanto à velocidade do desenvolvimento, mas também no que diz respeito às “estruturas produtivas e organizativas”, porque aquele processo põe em marcha “instrumentos institucionais” originais e se desenvolve num clima ideológico diferente.⁹³⁹

A existência de ciências mais avançadas – grandes provedoras de métodos e técnicas frequentemente empregadas fora de suas condições técnicas e sociais de validade ou legitimidade, mas também grandes fornecedoras de exemplos – é o que permite à sociologia oficial apresentar-se com todas as aparências de cientificidade, sendo que a exibição da autonomia pode tomar aqui uma forma sem precedentes, cujo caráter esotérico sabiamente herdado das velhas tradições letradas não representa mais do que uma pobre antecipação. A sociologia oficial não indica ou oferece a realizar-se como ciência, mas apenas a concretizar a imagem oficial da ciência que a sociologia oficial da ciência – por causa da instância jurídica que se atribui à *comunidade* (a palavra se aplica perfeitamente neste caso) dos sociólogos oficiais – tem por função prover/fornecer, ao custo de uma interpretação positivista da prática científica das ciências naturais. Para convencer-se completamente da sua função de ideologia justificadora que cumpre a história social das ciências sociais, tal como se pratica no *establishment* norte-americano – repleto de profetas e protetores –, isso se consegue atingir apenas descrevendo o conjunto de trabalhos direta ou indiretamente dedicados ao que os

⁹³⁹ BOURDIEU, Los usos..., p. 48-9.

norte-americanos denominam por *competition*, palavra chave de toda sociologia da ciência norte-americana que, em sua incerteza de conceito originário e natural promovido à dignidade científica, condensa todo o impensado – *doxa* – dessa sociologia.⁹⁴⁰

A tese segunda a qual a produtividade e a concorrência estariam diretamente relacionadas – o alto grau de concorrência que caracterizaria a universidade norte-americana explicaria sua grande produtividade e sua grande flexibilidade – se inspira em uma teoria funcionalista da concorrência, que é uma variante sociológica da crença nas virtudes do mercado livre; a palavra inglesa *competition* designa também o que em francês se denomina *concurrence*: reduzindo toda competição/concorrência a uma competição/concorrência entre universidades, ou fazendo da competição/concorrência entre universidades condição/pressuposto da competição/concorrência entre os pesquisadores, singularmente não se interroga jamais acerca dos obstáculos à concorrência científica que são atribuídos, por sua vez, à concorrência econômica e científica, cujo lugar ou espaço de desenvolvimento é o *academic market place*. Assim, a competição/concorrência que reconhece esta ciência do *establishment* é a concorrência dentro dos limites de uma – imposta – conveniência ou conformidade – decência – social, sendo um obstáculo tão forte para a verdadeira concorrência científica – esta sim, capaz de por em questão a ortodoxia – que particularmente se situa num universo cada vez mais carregado de arbitrariedade social. Assim, compreende-se que a exaltação para a unanimidade do paradigma possa coincidir com a exaltação da concorrência, ou também que se possa, segundo alguns autores, desaprovar a sociologia européia por esta pecar por excesso ou por defeito ou vício de competência – incompetência mesmo.⁹⁴¹

Além dos instrumentos e das técnicas – por exemplo, computadores e programas de tratamento automático de dados – disponíveis, a sociologia oficial toma emprestado um modelo de prática científica tal como a representa o imaginário positivista, vale dizer, com todos os atributos simbólicos da respeitabilidade científica, disfarces e elementos artificiais como os acessórios tecnológicos e o kitsch – material ou aquilo que pode ser considerado como sensacionalista, imediatista, apelativo, de má qualidade – retórico, bem como um modelo de organização que ela chama de “comunidade científica” tal como sua pobre ciência das organizações pode conceber. Entretanto, a sociologia oficial não possui o monopólio das leituras interessadas da história da ciência; a dificuldade particular que tem a sociologia para *pensar cientificamente a ciência* não carece de relação – tem toda relação – com o fato de que

⁹⁴⁰ BOURDIEU, Los usos..., p. 49-50.

⁹⁴¹ BOURDIEU, Los usos..., p. 50 e nota de rodapé n. 39.

ela está situada num escalão inferior da hierarquia social das ciências. Seja pelo fato dela buscar se elevar para pensar as ciências consideradas as mais científicas melhor do que elas mesmas pensam sobre si, ou seja pelo fato de que se rebaixe para registrar a imagem triunfante que a hagiografia – escrito ou biografia de santos – científica produz e propaga, ela – sociologia – sempre tem a mesma dificuldade para pensar-se como ciência, ou seja, pensar sua posição na hierarquia social das ciências.⁹⁴²

Esse fato é visto com toda clareza quando se analisam as reações que suscitou o livro de Thomas Kuhn – *A estrutura das Revoluções Científicas* – que constituiria um material experimental de grande qualidade para uma análise empírica das ideologias da ciência e de suas relações com a posição de seus autores no campo científico. É verdade que esse livro, no qual nunca se sabe exatamente se descreve ou prescreve a lógica da mudança científica – exemplo de prescrição disfarçada, a existência de um paradigma é um símbolo de maturidade científica –, convida os seus leitores a buscar ali as respostas para a questão da boa ou má ciência.⁹⁴³ Os que a língua nativa denomina por *radicais*, leram no livro de Thomas Kuhn um convite para a *revolução* contra o *paradigma* ou uma justificação do pluralismo liberal das diferentes visões de mundo, enfim, dois posicionamentos que, sem dúvida, correspondem a posicionamentos diferentes no campo.⁹⁴⁴ Entretanto, da parte dos defensores da ordem científica estabelecida, a leitura feita do livro foi um convite para arrancar ou retirar à força a sociologia da sua fase *pré-paradigmática*, e impor-lhe a constelação unificada de crenças, valores e técnicas que simbolizam a tríade capitolino – referente a Capitólio, templo dedicado a Júpiter e cidadela (fortaleza) da antiga Roma; por extensão figurada: glória, esplendor, triunfo – de Talcott Parsons e Paul Felix Lazarsfeld,⁹⁴⁵ reconciliados em Robert King Merton.

⁹⁴² BOURDIEU, Los usos..., p. 50-1.

⁹⁴³ Mais ainda que no livro – cujas teses centrais não são nada radicalmente novo, pelo menos para os leitores de Gaston Bachelard, objeto ele mesmo, aproximadamente no mesmo momento mas em outra tradição intelectual, de uma conquista ou entendimento (compreensão) semelhante –, a intenção normativa – portanto prescritiva – se percebe ou observa em dois outros artigos onde Thomas Kuhn descreve as funções positivas de um pensamento *convergente* para o desenvolvimento científico e sustenta que a adesão dogmática a uma tradição é favorável para a pesquisa. Os artigos são: *The Function of Dogma in Scientific Research* e *The Essential Tension: tradition and innovation in scientific research*. In: BOURDIEU, Los usos..., p. 51, nota de rodapé n. 40.

⁹⁴⁴ Uma revista como *Theory and Society* deve sua importância puramente social – e que lhe permite existir e subsistir sem outro conteúdo positivo do que uma situação ou causalidade de vago humanismo antipositivista na qual se reconhecem os “sociólogos críticos” – ao fato de que ela dá uma *unidade estritamente negativa* para todas as correntes que se encontram – ou se imaginam – fora do *establishment* norte-americano, desde a etnometodologia herdeira da fenomenologia, até o neomarxismo, passando pela *psicohistória*. In: BOURDIEU, Los usos..., p. 52, nota de rodapé n. 43.

⁹⁴⁵ Paul Felix Lazarsfeld (1901-1976), sociólogo e estatístico norte-americano de origem austríaca que, junto com sua equipe de trabalho, realizou um estudo inédito sobre o comportamento dos eleitores durante a campanha presidencial dos EUA de 1940, cuja repercussão mudou a percepção e atitude geral ante os meios de comunicação de massas; sua tese consistia, de fato, em afirmar que as características sociais determinam a escolha política e em alegar a falsidade do tema da onipotência das técnicas – ou tecnologias – de difusão coletiva de informações. Sua contribuição fundamental à metodologia das ciências sociais e suas pesquisas

A exaltação da quantificação, da formalização e neutralidade ética; a indiferença pela “filosofia” e a exclusão ou resistência à ambição sistêmica em benefício ou proveito da minúcia da verificação empírica e da fraca conceituação denominada de cunho operatório, por exemplo, a de índole ou caráter como “Teorias de Alcance Médio”; enfim, são outros tantos feitos notáveis obtidos por uma transmutação desesperadamente transparente do ser em dever-ser, e que encontra sua justificação na necessidade de contribuir para reforçar os “valores comunitários” – científicos – que se consideram como condição de “desapego” – desinteresse.⁹⁴⁶

Ciência falsa, destinada a produzir e manter a falsa consciência, a sociologia oficial – cuja ramificação nos estudos sobre política é hoje seu mais distinto fruto – deve fazer exibição de objetividade e “neutralidade ética” – vale dizer, neutralidade na luta de classes cuja existência nega – e dar todas as aparências de uma *ruptura* resoluta com a classe dominante e suas demandas ideológicas, multiplicando os signos exteriores de cientificidade. Tem-se, assim, do lado “empírico”, a exibição tecnológica, e do lado da “teoria”, a *retórica do “neo”* – emergente também no campo artístico –, que plagia – ou imita – a acumulação científica aplicando a uma obra ou a um conjunto de obras do passado o procedimento tipicamente letrado ou erudito da “releitura” – tal como fez Talcott Parsons em sua obra *A Estrutura da Ação Social* –, operação paradigmaticamente escolar de simples reprodução, ou de reprodução simples bem elaborada para produzir, nos limites do campo e da crença que este produz, todas as aparências de uma “revolução”. Haveria que se analisar sistematicamente esta *retórica da cientificidade* através da qual a “comunidade” dominante produz a crença no valor científico de seus produtos e na autoridade científica de seus membros: (I) seja, por exemplo, o conjunto de estratégias destinadas a oferecer a *aparência de acumulação*, tais como as referências a fontes canônicas, geralmente reduzidas à sua expressão mais simples – como costuma se dizer –, vale dizer, a maçantes protocolos simulando friamente o rigor científico e aos artigos científicos mais recentes possíveis sobre o mesmo tema; (II) também, as *estratégias de fechamento*, que procuram fixar a separação absoluta entre a problemática científica e os debates profanos e mundanos – sempre presentes –, isto ao custo, geralmente, de simples retraduzões lingüísticas; (III) as *estratégias de denegação ou recusa*, que florescem com os atuais estudiosos sociais da política, hábeis para realizar o ideal dominante da “objetividade” num discurso apolítico sobre a política, de onde a política assim contida não pode exhibir-se

matemáticas, exerceram influência decisiva sobre a evolução da sociologia – pelo menos a norte-americana. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 14.

⁹⁴⁶ BOURDIEU, Los usos..., p. 51-2.

mais do que sob as aparências desconhecidas, portanto incensurável, de sua denegação – recusa – na lógica política.⁹⁴⁷

Mas verifica-se que essas estratégias cumprem por acréscimo uma função essencial, qual seja, a circulação circular dos objetos, idéias, métodos, e sobretudo signos de reconhecimento no interior de uma comunidade – um clube aberto apenas para alguns membros locais ou membros selecionados importados – produz – como todo *círculo de legitimidade* – um universo de crenças, cujo equivalente se encontra tanto no campo religioso como no campo da literatura ou da alta costura. Nesse contexto, a sociologia oficial da ciência acaba oferecendo uma justificação oficial para cada um desses feitos dissimulatórios; por exemplo, a postura de evitar os problemas teóricos fundamentais da pesquisa científica – recusa ou indiferença pelo que é denominada por essa parcela de pesquisadores como “filosofia” – encontra uma justificação na concepção de que, nas ciências da natureza, os pesquisadores não se perturbam nem se abalam pela – falta – filosofia da ciência e continuam produzindo conhecimento e saber. Percebe-se, sem dificuldades, tudo o que tal sociologia da ciência é devedora da necessidade de legitimar um estado de fato – *status quo* – e de transformar os limites a que estão submetidos – a teoria sempre é necessária e está presente em todas as áreas do conhecimento para produzir o saber – em exclusões eletivas – ou seletivas.⁹⁴⁸

Mas aqui, novamente, deve-se tomar cuidado ao conferir à *falsa ciência* uma significação que costuma lhe dar a crítica “radical”, sem refletir sobre outros aspectos pertinentes; assim, apesar de usa mútua oposição frente ao valor que cada qual confere ao “paradigma” – num lado, princípio de unificação necessária para o desenvolvimento da ciência e, noutro lado, força de repressão arbitrária (ou alternativamente um ou outro em Kuhn) –, conservadores e “radicais”, adversários cúmplices, concordam de fato no essencial: pelo ponto de vista unilateral que necessariamente adotam sobre o campo científico, elegendo – mesmo que inconscientemente – um ou outro dos lados adversários e assim se posicionando no campo, não percebem que o controle ou a censura – no campo – não é exercida por uma ou outra dada instância, mas sim pela *relação objetiva entre adversários cúmplices* que, pelo seu próprio antagonismo, delimitam o espaço da discussão legítima, excluindo como absurda ou eclética – ou simplesmente impensável – qualquer tentativa que vise adotar uma posição não prevista que, *por exemplo, neste caso em particular, seria colocar a serviço de outra axiomática científica as ferramentas técnicas elaboradas pela ciência oficial*. Tais duplas epistemológicas – conservadores e “radicais” – que existem e funcionam também, ao mesmo

⁹⁴⁷ BOURDIEU, Los usos..., p. 53-4.

⁹⁴⁸ BOURDIEU, Los usos..., p. 54 e nota de rodapé n. 45.

tempo, como duplas sociológicas, atuam em todo o campo, como, por exemplo, o positivismo de combate/argumentação que opõe Habermas a Popper na Alemanha, mecanismo de ruptura que tendo feito prova de seu valor na Europa, começou a fazer estragos nos EUA, com a importação da Escola de Frankfurt.⁹⁴⁹

Expressão somente eufemística dos interesses dos dominados no campo científico, a ideologia “radical” tende a conferir ou validar como uma revolução científica toda revolução contra a ordem científica estabelecida, entretanto, fazendo de conta que alcançando uma “inovação” considerada como excluída dos cânones da ciência oficial seja suficiente para que possa, assim, ser aceita como cientificamente revolucionária. Mas, ao assim agir, se omite de fazer a pergunta capital acerca das condições sociais pelas quais uma revolução contra a ordem científica estabelecida é também uma revolução científica, e não uma simples heresia tendente a inverter a relação de forças estabelecidas no campo, sem transformar os princípios sobre os quais repousa seu funcionamento. Sob ponto de vista dos dominados num campo, haveria que se analisar todos os usos estratégicos que os mesmos podem fazer e utilizam, voltados para a transfiguração ideológica de sua posição objetiva como, por exemplo, a *exibição da exclusão*, que permite aos excluídos tirar vantagem partidária da instituição como um todo – a qual fazem parte e reconhecem-na o suficiente a ponto de desaprová-la que não os reconheça –, fazendo da exclusão uma garantia de cientificidade; também há a contestação ou resistência à “competência” dos dominantes, que sempre está no centro de todo movimento herético – vide a contestação que há para o monopólio do sacramento no campo – e que deve menos armar-se de argumentos científicos quanto mais escasso é o capital científico.⁹⁵⁰

Já para os dominantes, é natural sua inclinação a admitir que a ordem científica estabelecida – na qual estão depositados todos seus investimentos econômicos e psicanalíticos, e cujos benefícios eles podem se apropriar – é o dever-ser realizado, e também estão logicamente inclinados a aderir à filosofia espontânea da ciência que encontra sua expressão na tradição positivista, forma de otimismo liberal que deseja que a ciência progrida pela força intrínseca da idéia verdadeira e que os mais “poderosos” – fortes ou inteligentes – sejam também, por definição, os mais “competentes”. É possível compreender, nos estados antigos do campo das ciências naturais ou no estado atual do campo das ciências sociais, a função ideológica de “sociodicéia” desta filosofia da ciência que, supondo realizado o seu ideal, exclui as indagações sobre as condições de realização desse ideal.⁹⁵¹

⁹⁴⁹ BOURDIEU, Los usos..., p. 54-5 e nota de rodapé n. 47.

⁹⁵⁰ BOURDIEU, Los usos..., p. 55 e nota de rodapé n. 48.

⁹⁵¹ BOURDIEU, Los usos..., p. 55-6.

Estabelecendo que a própria sociologia da ciência funciona segundo as leis de funcionamento de todo campo científico que, por sua vez, estabelece a sociologia científica da ciência, a sociologia da ciência não se condena ao relativismo. De fato, uma sociologia científica da ciência – e a sociologia científica que ela contribui para tornar possível – não pode se constituir, a não ser com a condição de perceber claramente que as diferentes posições no campo científico estão associadas a representações da ciência, enfim, *estratégias ideológicas* disfarçadas de *tomadas de posição epistemológicas* pelas quais os ocupantes de uma posição determinada tendem a justificar sua própria posição, bem como as estratégias que colocam em marcha para mantê-las ou melhorá-las, ao mesmo tempo em que procuram desacreditar os defensores da posição oposta e suas respectivas estratégias. Cada sociólogo é um bom sociólogo de seus pares-concorrentes, uma vez que a sociologia do conhecimento ou da ciência não é mais do que a forma mais incensurável das estratégias de desqualificação do adversário, a partir do momento que toma por objeto os adversários e suas estratégias, e se esquece – ou passa ao largo – de tomar por análise *o sistema completo de estratégias*, vale dizer, *o campo de posições a partir do qual essas se engendram*.⁹⁵² A sociologia da ciência não seria tão difícil se não fosse o fato de que o sociólogo tem objetos em jogo e que pretende descrever – em primeiro lugar, a cientificidade da sociologia e, em segundo lugar, a cientificidade da sociologia que ele pratica – e, também, porque ele não pode objetivar seus objetos e estratégias correspondentes, senão com a condição de tomar por objeto não apenas as estratégias de seus adversários científicos, mas também o jogo enquanto jogo que, por sua vez, se conduz por suas próprias estratégias, ameaçando governar ocultamente sua sociologia e sua sociologia da ciência.⁹⁵³

1.2.4.1. AS PROPRIEDADES ESPECÍFICAS DO CAMPO CIENTIFICO

Quanto mais autônomos os campos científicos, mais escapam das leis sociais externas que podem influenciá-lo mais diretamente – especialmente em sua fase nascente, de formação do campo. Não se pode simplesmente reduzir as leis que regem o funcionamento do campo, às leis sociais exteriores onde ele se insere. Uma segunda forma de reducionismo, mais sutil –

⁹⁵² Daí a necessidade de construir um autêntico campo intelectual, para tornar possível uma sociologia dos intelectuais que seja outra coisa além do que uma troca de injúrias, maldições e imprecações entre “intelectuais de direita” e “intelectuais de esquerda”. In: BOURDIEU, Los usos..., p. 56, nota de rodapé n. 49.

⁹⁵³ BOURDIEU, Los usos..., p. 56-7.

que se denomina por “programa forte” em sociologia das ciências –, é a “radicalização” indevida das posições que Pierre Bourdieu defende num certo sentido, mas que é apropriado por outros pesquisadores e que acaba consistindo em reduzir as estratégias dos eruditos às estratégias sociais – que são sempre um de seus aspectos – e a seus determinantes sociais, mas ignorando a sublimação dos interesses externos – políticos – ou internos, ligados diretamente à luta no campo, e que é imposta pelas leis sociais deste – e, em especial, pelas coações inerentes ao fato de que cada um dos agentes do campo não tenha outros clientes que seus próprios concorrentes. Essa sublimação que tacitamente é exigida a todo novo ingressante no campo, está implicada com esta forma particular de *illusio* inerente ao pertencimento a um campo, vale dizer, a crença científica como interesse desinteressado e interesse no desinteresse, o que induz a admitir-se que, como costuma dizer-se, o jogo científico merecer ser jogado, que a coisa vale a pena e que define os objetos dignos de interesse, interessantes, importantes, portanto, capazes de merecer o investimento.⁹⁵⁴

Em outras palavras o campo, mais precisamente, a economia antieconômica e a concorrência regulada em seu âmbito, produzem essa forma particular de *illusio* que é o interesse científico, isto é, um interesse que aparece como desinteressado e gratuito, em comparação com as formas de interesse que tem vigência e transparência na existência cotidiana – em especial no campo econômico. Entretanto, de forma sutil, o interesse “puro”, desinteressado, é um interesse no desinteresse, forma de interesse conveniente em todas as economias dos bens simbólicos, economias antieconômicas que, de certo modo, o que pode ser reclamado como “rendimento” é o desinteresse – sendo essa uma das diferenças mais radicais entre o “capitalista científico” e o capitalista insensível. Disso se deduz que as estratégias dos agentes, de certa forma, sempre têm um duplo aspecto, são ambíguas, interessadas e desinteressadas, por que estão inspiradas numa espécie de interesse no desinteresse, e sobre elas podem ser dadas duas descrições opostas, porém igualmente falsas, por serem unilaterais, quais sejam, uma hagiográfica e idealizada, e outra cínica e reducionista, que faz do “capitalista científico” um capitalista como os demais.⁹⁵⁵

Diretores de grandes revistas norte-americanas de física dão testemunho de que os pesquisadores os chamam angustiados, tanto de dia quanto de noite, porque eles podem perder os proveitos – ganhos, privilégios, lucros, benefícios – de vinte anos de pesquisas por causa de cinco minutos de atraso. Compreende-se que, nessas condições, está-se muito distante da visão hagiográfica da ciência, que é desmentida por tudo que se conhece acerca da verdade da

⁹⁵⁴ BOURDIEU, Los usos..., p. 83-4.

⁹⁵⁵ BOURDIEU, Los usos..., p. 84.

pesquisa: os plágios, os roubos de idéias, as disputas de propriedade, e outras tantas práticas que são tão antigas quanto à própria ciência. Os sábios e eruditos são interessados, possuem vontade de chegar entre os primeiros, de serem os melhores, de brilhar.⁹⁵⁶

Porém, o paradoxal dos campos científicos é que produzem, ao mesmo tempo, essas pulsões mortíferas e seu controle. Se alguém quiser vencer um matemático, deve fazê-lo matematicamente, mediante a demonstração ou refutação. Naturalmente que sempre existe a possibilidade de que o soldado romano corte a cabeça de um matemático, entretanto, há que se objetar aqui que se trataria de um “erro de categoria”, como diriam os filósofos. Pascal veria nesse ato uma ação de tirania consistente em utilizar, numa ordem, um poder que pertence à outra ordem; entretanto, de qualquer forma, semelhante triunfo não seria assim reconhecido, segundo as normas do próprio campo. Mas contemporaneamente ocorre o mesmo em relação ao êxito desses autores que, por não terem podido chegar à consagração de acordo com as normas específicas do campo literário, conseguem incorporar-se à Academia Francesa e acabam passando o tempo escrevendo nos jornais e exibindo-se na televisão. Muitas consagrações temporais de ordem espiritual têm uma função compensatória semelhante.⁹⁵⁷

Quanto mais heterônimo é um campo, mais imperfeita é a concorrência e mais legítimo resulta que os agentes façam intervir forças não científicas nas lutas científicas; ao contrário, quanto mais autônomo é um campo e mais próximo ele se encontra de uma concorrência pura e perfeita, mais puramente científica é a censura, que exclui a intervenção de forças meramente sociais – argumentos de autoridade, sanções profissionais etc. –, e as coações sociais tomam a forma de coações lógicas e correspondentes: para fazer-se valer, é necessário fazer valer razões; e para triunfar, é necessário fazer triunfar argumentos, demonstrações e refutações.⁹⁵⁸

A luta científica é uma luta armada entre adversários que possuem armas tanto mais poderosas e eficazes quanto mais importante é o capital científico coletivamente acumulado no/pelo campo – portanto, incorporado em cada um dos agentes - , e que se colocam de acordo ao menos para invocar, como uma espécie de árbitro final, o veredicto da experiência, ou seja, do “real”. Essa “realidade objetiva”, a que todo mundo se refere de maneira explícita ou tácita, nunca é, definitivamente, mais do que os pesquisadores participantes do campo,

⁹⁵⁶ BOURDIEU, Los usos..., p. 84.

⁹⁵⁷ BOURDIEU, Los usos..., p. 84-5.

⁹⁵⁸ BOURDIEU, Los usos..., p. 85.

num dado momento, concordam em considerar como tal, e somente se manifesta no campo através das *representações* que dão a ela aqueles invocam sua arbitragem ou julgamento.⁹⁵⁹

O mesmo também pode suceder em outros campos, como o religioso ou o político, onde particularmente os adversários lutam para impor princípios de visão e divisão do mundo social, sistemas de classificação em classes, regiões, nações, etnias etc., e, de certo modo, não cessam de colocar como testemunho o próprio mundo social, de fazê-lo comparecer perante o tribunal para pedir-lhe que confirme ou invalide seus diagnósticos ou seus prognósticos, suas visões ou previsões. Porém, o que constituía especificidade e singularidade do apoio científico, é que os concorrentes/competidores/adversários se colocam de acordo sobre alguns princípios de verificação sobre a conformidade ao “real”, sobre alguns métodos comuns de convalidação das teses e das hipóteses; em síntese, sobre o contrato tácito, indivisivelmente político e cognitivo, que funda e rege o *trabalho de objetivação*.⁹⁶⁰

Conseqüentemente, dentro do campo se defrontam construções sociais antagônicas, *representações* – com tudo que a palavra implica de exibição teatral destinada a fazer ver e fazer valer uma maneira de ver –, porém *representações* realistas, que se pretendem fundadas numa “realidade” dotada de todos os meios para impor seu veredicto, através do arsenal de métodos, instrumentos e técnicas de experimentação, coletivamente acumulados e coletivamente colocados em ação, sob a coação das disciplinas e das censuras do campo, e, também, pela virtude invisível da orquestração do *habitus*.⁹⁶¹

Assim, tudo seria para o bem ou para o melhor dos mundos científicos possíveis, se a lógica da concorrência puramente científica, fundada na mera força das razões e dos argumentos, não fosse contrariada e, em alguns casos, até mesmo anulada ou frustrada completamente por forças e coações externas, como se pode observar nos casos das ciências que ainda estão a meio caminho no seu processo de autonomia e naquelas que continuam sendo possível disfarçar as censuras sociais como censuras científicas e vestir com razões científicas alguns abusos de poder social específico, como a autoridade pública administrativa ou o poder de nomeação através dos jurados de concursos.⁹⁶²

De fato, o mundo da ciência, como o mundo econômico, conhece relações de força, fenômenos de concentração de capital e de poder, e até mesmo de monopólio, e relações sociais de dominação que implicam um obstáculo criado pelos próprios meios de produção e reprodução; vivenciam também lutas, cuja aposta é em parte o controle dos meios de

⁹⁵⁹ BOURDIEU, Los usos..., p. 85-6.

⁹⁶⁰ BOURDIEU, Los usos..., p. 86.

⁹⁶¹ BOURDIEU, Los usos..., p. 86.

⁹⁶² BOURDIEU, Los usos..., p. 86-7.

produção e reprodução específicos, próprios do sub-universo considerado. Se é assim que se comporta o campo, isso se deve, entre outras razões, ao fato de que a economia antieconômica da ordem propriamente científica prossegue enraizada nessa economia específica e, através dela, alimenta o poder econômico – ou político – e as estratégias propriamente políticas que indicam a sua conquista ou conservação.⁹⁶³

A atividade científica implica um custo econômico e o grau de autonomia de uma ciência depende, em parte, da medida em que necessita de recursos econômicos para desenvolver-se – nesse aspecto, os matemáticos estão melhor situados que os físicos e, inclusive, que os biólogos. Porém, depende também, e sobretudo, do grau em que o campo científico está protegido contra as intrusões – em especial, através do direito de entrada mais ou menos elevado, que impõe aos novos ingressantes, e que depende do capital científico coletivamente acumulado – e em que é capaz de impor suas sanções positivas ou negativas.⁹⁶⁴

1.2.4.2. AS DUAS ESPÉCIES DE CAPITAL CIENTÍFICO

É possível deduzir que os campos científicos são o âmbito de atuação de duas formas de poder, correspondentes a duas espécies de capital científico. De um lado, há um poder que pode ser denominado por temporal – ou político –, poder institucional e institucionalizado que está ligado à ocupação de posições eminentes nas instituições científicas, direções de laboratórios ou departamentos, vinculação a comissões, comitês de avaliação etc., e ao poder sobre os meios de produção – contratos, créditos, postos etc. – e reprodução – faculdade de nomear e promover carreiras – que é assegurado por essa posição proeminente. De outro lado, um poder específico, o “prestígio pessoal” que é mais ou menos independente do poder precedente, segundo os campos e as instituições, e que se fundamenta quase que exclusivamente no reconhecimento, seja pouco ou mal objetivado e institucionalizado, do conjunto dos pares ou sua fração mais consagrada – em especial, com os “colégios invisíveis” de eruditos, unidos por relações de estima recíproca.⁹⁶⁵

Tendo em vista que a inovação científica não se produz sem rupturas sociais com os pressupostos dominantes em vigor no campo – sempre correlacionados a preferências e

⁹⁶³ BOURDIEU, Los usos..., p. 87.

⁹⁶⁴ BOURDIEU, Los usos..., p. 87.

⁹⁶⁵ BOURDIEU, Los usos..., p. 89.

privilégios –, o capital científico “puro”, ainda que se ajuste à imagem ideal que o campo quer ter e dar a si mesmo, se encontra – pelo menos na fase de acumulação inicial – mais exposto à contestação e à crítica polêmica – ou controversa – como costuma dizer os anglo-saxões, do que o capital científico institucionalizado, e que em determinadas disciplinas pode ocorrer que os grandes inovadores – por exemplo, no caso das ciências sociais, Braudel, Lévi-Strauss, Dumézil – tenha sido marcado com estigmas de heresia e violentamente combatidos pela instituição.⁹⁶⁶

As duas espécies de capital científico possuem leis de acumulação diferentes: o capital científico “puro” se adquire principalmente devido às contribuições reconhecidas como progresso da ciência, as invenções ou os descobrimentos – seu melhor indicador são as publicações, especialmente nos órgãos mais seletivos e prestigiados, portanto aptos a outorgar prestígio, conforme um banco de crédito simbólico –; já o capital científico institucional se adquire, essencialmente, mediante estratégias políticas específicas, que tem em comum demandar *tempo* – participação em comissões, bancas (de teses, concursos), encontros mais ou menos científicos no plano científico, cerimônias, reuniões etc. – de modo que é difícil dizer se, como professam de bom grado seus possuidores, sua acumulação é o princípio – a título de compensação – ou o resultado de um menor êxito na acumulação da forma mais específica e mais legítima de capital científico.⁹⁶⁷

Difícil de somar praticamente, as duas espécies de capital científico diferem também por suas formas de transmissão. O capital científico “puro” é escassamente objetivado, revelando alguma incerteza e sendo relativamente indeterminado, mas sempre possuindo algo de carismático – na percepção comum, está jungida à pessoa que o possui, a seus “dons” pessoais naturais, e não pode ser objeto de uma “nomeação por decreto” –; nesse aspecto, verifica-se ser extremamente difícil de transmiti-lo na prática – mesmo quando (diferentemente do que ocorre com o profeta, o costureiro e o poeta) o grande pesquisador pode comunicar a parte mais formalizada de sua competência científica, porém somente graças a um prolongado e lento trabalho de formação ou, melhor, de colaboração, que consome muito tempo; e mesmo quando também possa, como qualquer possuidor de capital simbólico, “consagrar” pesquisadores formados ou não por ele, construindo a reputação destes, assinando com eles trabalhos conjuntos, publicando-os, recomendando-os a instâncias de consagração etc.⁹⁶⁸

⁹⁶⁶ BOURDIEU, Los usos..., p. 89-90.

⁹⁶⁷ BOURDIEU, Los usos..., p. 90.

⁹⁶⁸ BOURDIEU, Los usos..., p. 90-1.

Diferentemente, o capital científico institucionalizado tem mais ou menos as mesmas regras de transmissão que qualquer outra espécie de capital burocrático, ainda que, em certos casos, deva assumir as aparências de uma “eleição pura”, em especial por meio de alguns concursos que, de fato, podem ser muito semelhantes aos recrutamentos burocráticos, nos quais a definição do cargo está, de certa forma, pré-ajustado às medidas do candidato desejado. Assim, é indubitável que o conflito entre os dois princípios se revele mais visível nas operações de cooptação que tem por objetivo perpetuar o corpo de pesquisadores: os donos do capital científico institucionalizado tendem a organizar os procedimentos dos concursos, por exemplo, de acordo com a lógica da nomeação burocrática, enquanto os possuidores do capital científico “puro” tendam a situar-se na lógica “carismática” do “descobridor”.⁹⁶⁹

Já foi revelado, num artigo científico muito minucioso nas observações feitas, rigoroso nas análises e justa na teorização alcançada – posicionando-se contrariamente à tendência atual da sociologia das ciências, marcada pelo açodamento e cinismo –, que as duas espécies de capital científico podem coexistir dentro, por exemplo, de um mesmo laboratório de pesquisas, em certos casos para maior proveito do empreendimento coletivo; de um lado, tem-se o diretor do laboratório, aquele que, muito bem informado acerca do estado das pesquisas da sua área – também do estado das pesquisas em geral –, devido especialmente à sua participação freqüente em comitês e comissões científicas, acaba de algum modo encarnando a figura da “ciência normal”, produzindo trabalhos orientados para a generalização; do outro lado, tem-se o pesquisador prestigiado que se consagra na construção de “modelos integradores” e contribui para injetar em seus outros colegas – *seniors e juniors* – uma espécie de imaginação científica – tal divisão de trabalho, observada num laboratório de física, também se revela presente em muitos grupos de pesquisas, pertencentes a disciplinas as mais diversas.⁹⁷⁰

Por razões práticas, a soma das duas espécies de capital é extremamente difícil, mas é possível caracterizar os pesquisadores pela posição que ocupam nessa estrutura, vale dizer, pela estrutura de seu capital científico ou, mais precisamente, pelo peso relativo de seu capital “puro” e seu capital “institucional”: num extremo, ter-se-ia os detentores de um forte crédito específico e um escasso peso político e, no extremo oposto, os detentores de um forte crédito político e um fraco crédito científico – especialmente os administradores científicos.⁹⁷¹

⁹⁶⁹ BOURDIEU, Los usos..., p. 91.

⁹⁷⁰ BOURDIEU, Los usos..., p. 91-2.

⁹⁷¹ BOURDIEU, Los usos..., p. 92.

Se acontecer o caso onde a acumulação de um forte crédito científico – frente aos pares – favorecer grandemente – geralmente no ocaso ou velhice do pesquisador, isto é, quando é demasiadamente tarde – a obtenção de créditos econômicos e políticos – concedidos pelos poderes administrativos, políticos, etc. –, a conversão do capital político específico em poder científico é – lamentavelmente – mais fácil e mais rápida, sobretudo no caso daqueles que ocupam posições intermediárias nas duas distribuições – de prestígio e poder – e que, mediante o poder que está em condições de exercer sobre a produção e a reprodução – por exemplo, participação nas congregações dos grandes conselhos universitários nacionais, ou mesmo em comissões nos mais reconhecidos centros de pesquisa em sua área –, asseguram a perpetuação da ortodoxia contra a renovação ou mudança – especialmente através de alianças complexas, por meio das quais os “delegados sindicais” (aqueles que são defensores e porta-vozes do *establishment*, freqüentemente destinados a converterem-se em quadros administrativos) podem dar seu apoio aos “empregadores” mais ligados à ordem científica estabelecida.⁹⁷²

As relações de força simbólica dentro do campo científico não possuem a clareza contrastante que pode dar-lhes uma análise científica dedicada a quantificar até as propriedades mais impalpáveis, como a reputação internacional do agente. Por meio, particularmente, da garantia de domínio sobre as instâncias e os instrumentos de consagração, as academias, os dicionários, os prêmios ou as distinções – pelo menos nacionais –, o poder científico institucional – que por estar vinculado ao controle dos cargos na universidade e nas instituições de pesquisa, caracteriza-se por ser mais ou menos nacional, o que contribui para explicar a defasagem entre as hierarquias nacionais e as hierarquias internacionais – alcança produzir um efeito de halo – auréola, prestígio, honra, glória, sacralização – quase carismático, especialmente sobre os jovens pesquisadores, freqüentemente inclinados – não apenas por servilismo interessado – a atribuir qualidades científicas para aqueles aos quais dependem para progredir em suas carreiras, de tal forma que esse poder acaba assegurando-se de uma clientela dócil e todo cortejo de citações benevolentes e complacentes, além das homenagens acadêmicas.⁹⁷³

Outro fator de intervenção ou interferência, pelo menos aos olhos dos *juniors*, que contribui numa medida importante para construir o capital simbólico – esse “ser percebido”, *percipi*, que depende da percepção e da apreciação dos agentes intervenientes no campo –, é o fato de que o crédito científico possa assegurar extensamente, apesar de tudo, uma forma de

⁹⁷² BOURDIEU, Los usos..., p. 92.

⁹⁷³ BOURDIEU, Los usos..., p. 92-3.

crédito político – onde o fim dele sempre se toma em seu sentido específico – de consagração temporal que, em certos contextos, pode ser um fator de desencantamento e, inclusive, de descrédito – um dos problemas dos inovadores, quando alcançam a consagração, sobretudo em literatura, é conservar os prestígios associados à ruptura herética de vanguarda.⁹⁷⁴

Haveria que se analisar os efeitos desta dualidade de poderes no funcionamento do campo científico; assim, seria o campo cientificamente mais eficiente se os mais importantes e influentes – prestigiados – intelectuais “puros” pudessem ser também os mais poderosos? E supondo que assim fosse, seria isso necessariamente mais suportável? Tudo encaminha a pensar que todo mundo – ou quase todo mundo – sai ganhando com esta divisão de poderes e esse compromisso bastardo que evita o que poderia parecer pavoroso, vale dizer, uma espécie de teocracia epistemológica dos “melhores”, ou, de modo contrário, uma dissidência total de ambos poderes, que condenaria os “melhores” a mais absoluta impotência. Porém, torna-se inevitável verificar, com certo pesar, o que pode ter de “funcional” – na par ao progresso da ciência, mas para a comodidade dos pesquisadores menos ativos ou produtivos – o fato de que, na maior parte das vezes, o poder temporal sobre o campo científico seja outorgado a uma tecnocracia da pesquisa, ou seja, para alguns pesquisadores que não são necessariamente os melhores do ponto de vista dos critérios científicos.⁹⁷⁵

É certo que quanto mais limitada e imperfeita é a autonomia de um campo e mais marcados – inscritos – se encontram nele as defasagens entre as hierarquias temporais – profanas ou mundanas – e as hierarquias específicas, mais os poderes temporais – ou profanos, que freqüentemente se erguem em substituição aos poderes externos – poderão intervir nas lutas específicas – próprias da autonomia do campo –, especialmente através do controle dos cargos, dos subsídios, dos contratos etc., o que permitem à pequena oligarquia dos membros permanentes das comissões manter suas clientelas. O fato das diferentes disciplinas científicas necessitarem, para desenvolverem-se, de recursos econômicos em graus diversos, faz com que certos pesquisadores – às vezes convertidos em administradores científicos, mais ou menos associados diretamente à pesquisa – possam, por meio do controle desses recursos que lhes assegura seu capital social, exercer sobre a pesquisa um poder que pode ser qualificado como tirânico – no sentido que dá ao termo Blaise Pascal –, uma vez que não tem origem na lógica específica do campo.⁹⁷⁶

⁹⁷⁴ BOURDIEU, Los usos..., p. 93.

⁹⁷⁵ BOURDIEU, Los usos..., p. 93-4.

⁹⁷⁶ BOURDIEU, Los usos..., p. 94.

Assim, tendo em vista que sua autonomia em relação aos poderes externos nunca é total e que os poderes no campo e que lhe dão autonomia são o âmbito de dois princípios de dominação – temporal e específica –, todo esse universo se caracteriza por uma ambigüidade estrutural, revelando que os conflitos intelectuais sempre são, sob certo ponto de vista, também conflitos de poder. Qualquer estratégia de um sábio – erudito – é visceralmente, por sua vez, uma estratégia política específica – vale dizer política própria do campo e resultado direto e proporcional do grau de autonomia alcançado – e uma dimensão científica, sendo que a explicação ou fundamentação dela sempre deve manter a unidade dos dois aspectos. Contudo, o peso relativo de um e outro varia muito, segundo o campo e a posição – do agente – dentro dele; assim, quanto mais heterônomos são os campos, maior é a defasagem entre a estrutura da distribuição – no campo – dos poderes não específicos – políticos –, de uma parte, e a estrutura de distribuição dos poderes específicos – reconhecimento, prestígio científico –, de outra parte.⁹⁷⁷

Verifica-se haver, inclusive, universos onde ambas estruturas estão invertidas; assim, a distribuição dos professores de letras e de ciências humanas do ensino superior francês no espaço do campo universitário é de tal modo que quanto mais próximos os agentes estão do poder, menos prestígio possuem – medidos por uma série de indicadores e elementos –, figurando a situação onde se tem, de um lado, os indivíduo mais poderosos, particularmente do ponto de vista do controle da reprodução do corpo – quem tem assento nas altas congregações, nas bancas dos grandes concursos etc. – e da perpetuação do paradigma da ortodoxia, e, por outro lado, os indivíduo que possuem prestígio, notoriedade, reconhecimento – sobretudo internacional –, porém, pouco poder. Ocorre que essa discordância acaba gerando toda uma série de efeitos; permite àqueles que fracassam munir-se de justificações e, por exemplo, atribuir sua má colocação intelectual no campo devido a sua má posição na ordem do poder, ou denunciar os detentores de prestígio como se fossem agentes possuidores de poder. Mas também permite aos dominantes temporais – profanos –, em contraposição com os dominantes espirituais, jogar com a ambigüidade da estrutura para apresentar estratégias destinadas a reproduzir sua posição como dotada de estratégias concebidas para promover a ciência.⁹⁷⁸

Vale dizer que, nesses universos, para que ocorra o progresso da cientificidade, há uma necessidade presente de se fazer progredir a autonomia específica do campo, mais concretamente, suas condições práticas, mediante a elevação das barreiras de entrada, a

⁹⁷⁷ BOURDIEU, Los usos..., p. 94-5.

⁹⁷⁸ BOURDIEU, Los usos..., p. 95.

exclusão da introdução e utilização de instrumentos de lutas não específicas ao campo, e a promoção de formas reguladas de concorrência, unicamente submetidas às restrições da coerência lógica e à verificação experimental.⁹⁷⁹

1.2.4.3. O ESPAÇO DOS PONTOS DE VISTA

Dentre os usos sociais da ciência, há um que efetivamente quase sempre se esquece e que não é, sem dúvida, o menos importante, qual seja, o que consiste em colocar a ciência a serviço da ciência e de seu progresso. À indagação se uma análise puramente descritiva, como a que é proposta aqui sobre o campo científico, poderia conduzir a uma tomada de posição prescritiva – normativa –, Pierre Bourdieu responde que uma das virtudes da teoria do campo é que por ela se permite romper com o conhecimento primeiro – primevo – acerca das coisas do mundo social, necessariamente parcial e arbitrário – todos vêem o campo com certa lucidez, porém a partir de um ponto de vista dentro dele que não o vêem – e com as teorias semi-eruditas que não fazem mais do que explicitar um dos pontos de vista sobre o campo. Para compreender a manifestação desse aspecto, é possível fundamentar sua existência tomando por exemplo duas análises críticas sobre os intelectuais, publicadas em fins da década de 1950, na França. No livro “O Ópio dos Intelectuais”, Raymond Aron⁹⁸⁰ traçou um retrato sobre aqueles que ele denominava por “intelectuais”, vale dizer, os “intelectuais de esquerda”, segundo uma definição então vigente, cujos representantes mais acabados eram Jean-Paul Sartre⁹⁸¹ e Simone de Beauvoir.⁹⁸² Por sua vez, numa série de artigos publicados na

⁹⁷⁹ BOURDIEU, Los usos..., p. 95-6.

⁹⁸⁰ Raymond Aron (1905-1983), sociólogo, filósofo e jornalista francês, cuja formação intelectual foi marcada pela cultura alemã; escreveu sobre as ligações entre o dever histórico e a existência na história, sempre se opondo à interpretação da história segundo a visão marxista. Em suas várias obras procurou abordar temas como o funcionamento do mecanismo de protesto dos intelectuais de sua geração e a atração deles pelo marxismo; empreendeu um estudo comparado dos regimes do tipo soviético e do tipo ocidental sob os aspectos econômico, social e político; definiu, a seu critério, o modo de pensar sociológico e afirmou sua continuidade, de Montesquieu a Max Weber, passando por Marx e Tocqueville; escreveu sobre as relações internacionais. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 2.

⁹⁸¹ Jean-Paul Sartre (1905-1980), filósofo, romancista, dramaturgo e político francês. Na primeira fase de suas reflexões, foi um dos principais expoentes do existencialismo, escrevendo diversas obras filosóficas e literárias, nas quais propõe uma visão do ser humano como dono de seu próprio destino e cuja vida é definida por seu projeto e por suas próprias ações; no choque entre a consciência e o mundo objetivo defendia que era necessário dar proeminência àquilo que considerava como a característica que define os seres humanos, qual seja, a liberdade. Sua análise dos problemas da existência humana, dentro da rigorosa técnica filosófica, foi orientada pelo método fenomenológico. Essas posições iniciais sofreram transformações, determinadas, por um lado, pelo caráter muito “aberto” de sua visão existencialista e, por outro lado, pelo seu progressivo engajamento político; desta forma, Sartre foi levado a inserir o existencialismo dentro de uma concepção filosófica mais ampla, que

revista “Les Temps Modernes”, editado por Sartre, Simone de Beauvoir propôs uma lembrança – evocação – metódica e argumentada do “pensamento de direita”, encarnado, segundo seu juízo, por Raymond Aron e outros.⁹⁸³

Porém, para além da oposição radical que os separava, um o outro tinham em comum o fato de tomarem uma representação estritamente objetiva de seu objeto, o que não era mais que um ponto de vista estritamente particular, e uma vez que eram muito lúcidos – essa lucidez interessada que inspira a concorrência, vivida como rivalidade ou hostilidade – sobre o ponto de vista de seu concorrente/adversário, eram cegos no que se referia a si mesmos e, sobretudo, a respeito do ponto de vista a partir do qual interpretavam o seu antagonista, ou seja, ao fato de que, inscritos no mesmo campo, ocupavam nele posições antagônicas, princípios de sua lucidez e cegueira. Desta forma, a análise científica de um campo, por exemplo, o das instituições de pesquisa, ou de uma instituição em especial que funciona como um subcampo relativamente autônomo, organizado em volta de suas próprias oposições, pode, à primeira vista, parecer muito próximos às representações que os agentes produzem, em especial para as necessidades da polêmica contra seus concorrentes/competidores. Entretanto, a diferença é radical: de fato, se opondo às objetivações parciais e interessadas dos agentes intervenientes do campo, se coloca a objetivação do campo enquanto conjunto dos pontos de vista – no seu duplo sentido, primeiro como visões adquiridas a partir de um ponto do campo e, segundo, como posições do campo a partir das quais se adquirem essas visões interessadas –, o que implica um posicionamento distanciado com relação a cada um dos pontos de vista particulares e a cada uma das tomadas de posição comumente críticas.⁹⁸⁴

Essa tomada de distância objetiva – que pode ser aplicada ao próprio sujeito que objetiva, quando tomado por objeto de análise o mesmo campo de ele que é parte integrante, como Pierre Bourdieu escreveu em sua obra *Homo academicus* – está implicado ao fato de

encontrou no marxismo. Um dos mais fecundos e ativos intelectuais do século XX, Sartre participou da Resistência Francesa contra o nazismo, tendo fundado e dirigido (1945) a revista *Les Temps Modernes*, de grande influência entre os intelectuais franceses, e escrito diversas obras importantes. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 21; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.

⁹⁸² Simone de Beauvoir (1908-1986), escritora francesa, companheira de toda vida de Jean-Paul Sartre – desde 1929 – e uma das principais personalidades do existencialismo. Aproveitou suas obras de ficção para inserir e veicular certas questões da filosofia existencialista. Personalidade combativa e polêmica, dedicou grande parte de sua vida ao estudo da condição da mulher em seus múltiplos aspectos; abordou os problemas físicos, psíquicos e sociais dos velhos; escreveu sobre problemas éticos; e também dedicou-se para as discussões políticas que afligiram seu tempo. Participou do primeiro grupo de redatores da revista *Les Temps Modernes* e empreendeu extensa obra autobiográfica. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 3; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1.

⁹⁸³ BOURDIEU, Los usos..., p. 97.

⁹⁸⁴ BOURDIEU, Los usos..., p. 97-8.

situar esses pontos de vista no espaço das tomadas de posição e referi-los às posições correspondentes, vale dizer, expropriá-los de sua pretensão “absolutista” à objetividade – vinculada com a ilusão da ausência de ponto de vista – e, também explicá-los, dar a razão deles, fazê-los compreensíveis, inteligíveis. É de se advertir aqui, que à margem de qualquer intenção moralizadora, o ponto de vista que objetiva os pontos de vista e os constitui como tais, e que frequentemente é descrito, equivocadamente, como “fixação reducionista”, ingressa – ou está presente – profundamente na substituição da visão polêmica, parcial e arbitrária, dos agentes mesmos – que, como tal, é falsa, ainda quando o que revela, desvela ou denuncia contenha uma parte da verdade –, por uma visão compreensiva e indulgente de acordo com a fórmula “compreender é perdoar” as diferentes posições e tomadas de posições. Por isso, o ponto de vista que objetiva os pontos de vista e os constitui como tais, constitui um contributo possível para a compreensão mútua dos ocupantes das diferentes posições no campo e, ao mesmo tempo, pr a integração desta instituição, o que não implica de modo algum à eliminação das diferenças de pontos de vista.⁹⁸⁵

Além disso, longe de conduzir – como poderia acreditar-se, e como com frequência se quer fazer crer – a um relativismo que não daria razão a nenhum dos concorrentes/competidores pela verdade, a estruturação/construção do campo permite estabelecer a verdade das diferentes posições e os limites de validade das diferentes tomadas de posição – pretendentes ou não à verdade –, cujos defensores concordam tacitamente, como já foi indicado, em mobilizar os instrumentos de prova ou de refutação mais poderosos que lhes asseguram as conquistas coletivas de sua ciência. Também permite romper com as semi-objetivações eruditas, ou as objetivações semi-ocultas, que somente diferem por sua pretensão, daquelas que cotidianamente são produzidas pelos agentes sociais, apoiando-se num conhecimento interessado – e às vezes muito bem informado – que podem ter de seus concorrentes. Está é a razão pela qual, nas análises da estrutura e funcionamento de um instituto de pesquisas, é necessário agir e sugerir prudentemente, se não tiver feito antes o levantamento sistemático, através de pesquisa de campo, de uma imensa gama de informações que os agentes pertencentes a esse instituto – constituído como um subcampo – disporiam sobre uns e outros, uns sobre os outros, as pertenças – especialmente políticas e sindicais – as afiliações, as carreiras etc., e submetidos à reflexão e análise científica.⁹⁸⁶

A análise fundada na compreensão do jogo como tal, rompe com os jogos – ou duplos jogos – das visões antagônicas, ao colocar em evidência e revelar sobre quem os produzem –

⁹⁸⁵ BOURDIEU, Los usos..., p. 98-9.

⁹⁸⁶ BOURDIEU, Los usos..., p. 99-100.

e sobre suas posições no campo – como sobre aqueles a quem se referem e sua posição ocupada. Essas representações sociais interessadas e parciais que vigem e se apresentam como objetivas e universais – sobretudo dentro de universos eruditos onde os agentes dispõem, devido à sua profissão, de poderosos instrumentos de universalização – são de fato recursos e meios instrumentais voltados para as lutas internas. Desta forma, por exemplo, a retórica da “demanda social” que se impõe particularmente a uma instituição científica que reconhece oficialmente as funções sociais da ciência, é realmente menos inspirada em uma preocupação por satisfazer as necessidades e expectativas de uma ou outra categoria de “clientes” – ministérios, pequenos ou grandes agricultores, indústrias agro-alimentícias, organizações agrícolas etc. – e, inclusive, obter deste modo seu apoio, e muito mais inspirada pela busca de manutenção de uma forma relativamente indiscutível de legitimidade e, ao mesmo tempo, uma injeção de força simbólica nas lutas internas de concorrência pelo monopólio da definição legítima da prática científica.⁹⁸⁷

Em síntese, não há por que esperar revelações radicais da análise sociológica; o que a análise sociológica faz contribuir e que, em certo sentido, modifica tudo, é principalmente colocar em perspectiva sistemática as diferentes perspectivas que os agentes produzem para as necessidades de suas lutas práticas dentro do campo e que, apesar de tudo que fazem para “universalizá-las”, como no exemplo da invocação da “demanda social”, encontram sua origem nas particularidades de um posição própria no interior do campo, e assim afirmadas e sustentadas, mudam radicalmente de sentido e função.⁹⁸⁸

1.2.5. O DESENCANTAMENTO DO MUNDO: *HABITUS*, TRADIÇÃO E CHOQUE CULTURAL

Há uma pergunta que é sempre reiterada – já de forma ritualizada – sobre quais seriam os obstáculos culturais que impediriam o desenvolvimento econômico – liberal, mais concretamente o sistema capitalista – de uma sociedade, e a resposta ritual – mais especificamente as opções dos estudos para responder à indagação – sempre tem recaído sobre algo abstrato, que é a racionalização das condutas econômicas, para então concluir e descrever – abstratamente – que as resistências havidas são imputáveis especialmente à

⁹⁸⁷ BOURDIEU, Los usos..., p. 100.

⁹⁸⁸ BOURDIEU, Los usos..., p. 101.

herança cultural da sociedade que não permite apreender uma nova racionalização de condutas econômicas, quando não faz recair a responsabilidade sobre a um dos inúmeros aspectos que pode ser elegido dentro dessa dada cultura, como, por exemplo, a religião escolhida pela sociedade. Desta forma, são estabelecidas, aclaradas e reiteradas, as razões de todas as omissões e resistências para implantação de um modelo abstrato de racionalidade, tal como a define a teoria econômica. Mas, paradoxalmente, observa-se que “a mesma filosofia do desenvolvimento que reduz a antropologia a uma dimensão da economia produz a ignorância das *condições econômicas* [que são condições sociais] que determinam a adoção de um comportamento econômico ‘racional’ e pretende que o homem das sociedades pré-capitalistas acabe se convertendo em homem ‘desenvolvido’ para poder desfrutar das vantagens econômicas de uma economia ‘desenvolvida’”.⁹⁸⁹

Por seu lado a antropologia cultural também não escapa à abstração quando justifica como resultado de um simples “contato natural” as transformações que sucedem nas sociedades pré-capitalistas, aquilo que ela comumente costuma descrever como “mudança cultural” ou “aculturação”. Assim, ela ignora que “a transformação do sistema dos modelos culturais e dos valores não é o resultado de uma simples combinação lógica entre os modelos importados e os modelos originais, sendo ao mesmo tempo consequência e condição das transformações econômicas; tal transformação só se realiza pela medição da experiência e da prática de indivíduos diferentemente situados em relação ao sistema econômico”. Por exemplo, dentro da sociedade camponesa, à primeira vista mais homogênea, a análise estatística pode detectar diferenças nas disposições econômicas – *habitus* – que podem ser referidas a diferenças existentes nas condições econômicas havidas entre eles, porque “a economia monetária e o sistema das disposições a ela inerentes se desenvolvem em ritmo mais ou menos veloz nas diferentes classes sociais, segundo seu tipo de atividade e sobretudo segundo a intensidade e a duração de seus contatos anteriores com a economia monetária, e essas desigualdades de ritmo tendem a aumentar as clivagens [fragmentações] entre os grupos”.⁹⁹⁰

Desta forma, há uma verdade aqui que é ignorada pelos economistas e antropólogos, qual seja, que “as desigualdades diante da economia ‘racional’ e diante da ‘racionalidade’ econômica, ou então, os ritmos desiguais (segundo os indivíduos e os grupos) da transformação das atitudes econômicas são fundamentalmente o reflexo das desigualdades econômicas e sociais”. Assim, a lógica da transformação das práticas – aqui referidas aos

⁹⁸⁹ BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 11.

⁹⁹⁰ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 11-2.

mais variados tipos, não só econômicas – varia ou toma diferentes formas de acordo as concretas situações econômicas e sociais onde ela se realiza, não podendo ser concebida ou analisada como um modelo único e válido universalmente. A prática econômica, por exemplo, que pode ser medida abstratamente em escala de graus de racionalidade econômica traz sempre em si a referência à condição de classe, “pois o sujeito dos atos econômicos não é o *Homo economicus*, [abstração modelar criada pelo pensamento econômico que encerraria em si algumas propriedades intrínsecas que carregaria o ser humano em suas práticas econômicas, vale dizer, o ser humano racionalizado conforme o desejo de uma teoria econômica, em suas praticas econômicas diuturnas, referendando, assim, a teoria]⁹⁹¹ mas o homem real que faz a economia”. As práticas de todos os tipos, não só econômicas, de cada agente social tem uma raiz comum na relação que o agente mantêm objetivamente com o futuro objetivo e coletivo que define sua situação de classes, objetividade essa mediada pela *habitus* – ou disposições incorporadas que dão um sentido de agir – como produto de um tipo determinado de condição econômica.⁹⁹²

Nesse inter-relacionamento entre transformação das condições de existência e transformação das disposições pessoais, somente a sociologia das disposições temporais supera a questão tradicionalmente posta, qual seja, se a transformação das condições de existência antecede e condiciona a transformação das disposições, ou diferentemente, se a transformação das disposições dos agentes condiciona a transformação das suas condições de existência. Também a sociologia das disposições temporais irá determinar de que maneira “a condição de classe pode estruturar toda experiência dos sujeitos sociais, a começar por sua experiência econômica, sem agir por intermédio de determinações mecânicas ou de tomada de consciência adequada e explícita da verdade objetiva da situação”.⁹⁹³

É preciso compreender em toda sua verdade que o sistema econômico que foi importado pela colonização é um patrimônio objetivado “de uma outra civilização, herança de experiências acumuladas, técnicas de remuneração ou de comercialização, métodos de contabilidade, de cálculo, de organização” e que, portanto, necessita desse universo próprio – por exemplo, ou especialmente, aquele onde ele nasceu e se desenvolveu – e que nas colônias vêem-se trabalhadores serem jogado nele e cujas regras devem apreender par sobreviverem. Portanto, verifica-se que na maioria dos países do Terceiro Mundo – atualmente denominado “países em desenvolvimento” – há toda uma situação totalmente diversa daquela que ocorreu

⁹⁹¹ Sobre isso ver verbete “homem econômico” do DICIONÁRIO DE ECONOMIA. Coleção os Economistas. São Paulo: Abril, 1985.

⁹⁹² BOURDIEU, O desencantamento..., p. 12-3.

⁹⁹³ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 13.

nos primórdios do capitalismo europeu e que eventuais analogias não salvam: Werner Sombart revelou que na “fase do capitalismo nascente, é o empresário que faz o capitalismo, ao passo que na fase mais avançada, é o capitalismo que faz o empresário”.⁹⁹⁴

Para o economista alemão que se especializou no estudo das motivações subjetivas dos agentes econômicos, no início do capitalismo as organizações e os capitalistas existiam, quando muito, isoladamente, e que foram criadas por homens que não eram absolutamente capitalistas em sua grande maioria; nessa época o conjunto dos conhecimentos e experiências era muito pouco importante e deveriam ser adquiridos, experimentados e acumulados, sendo que os meios para dirigir uma empresa capitalista ainda não haviam sido criados e o sistema contratual – fundamental para garantir o capitalismo – se desenvolvia penosamente, junto com o progresso extremamente vagaroso da lealdade e fidelidade à palavra dada, ao compromisso aceito. Nessa época era esse o contexto onde se inseria a decisão, a livre iniciativa e a arbitrariedade de cada empresário. Verifica-se, assim, que se o livre arbítrio e a arbitrariedade eram tão largas – vale dizer, impróprias para o próprio desenvolvimento do capitalismo –, o capitalismo só veio a se constituir como sistema econômico mais fechado, ou formalizado, paralelamente à necessária formação da “psicologia econômica” que ele requeria, haja vista que a psicologia econômica e a constituição do sistema econômico necessariamente se encontravam numa relação dialética de dependência e de prioridade recíproca, pois a lógica do nascente sistema econômico a isso impelia necessariamente.⁹⁹⁵

A situação colonial impõe a especificidade da realidade de dependência econômica, ou seja, que a organização econômica não seja mais fruto da evolução autônoma da sociedade e se transforme segundo uma específica ou singular lógica interna à própria sociedade nativa, mas agora resultado de uma mudança exógena e acelerada imposta pelo poder imperial. Assim, a parcela de livre decisão e livre arbítrio dos agentes e atores econômicos nativos é reduzida a nada e eles não têm outra opção a não ser adaptar-se ao sistema importado, comportamento esse exatamente diferente daqueles seus homólogos – equivalentes, semelhantes, correspondentes – na estrutura social onde se firmou os primórdios do capitalismo e a partir daí se desenvolveu. Essa nova realidade econômica que está a se impor diuturnamente, obriga aos agentes econômicos criados dentro de uma tradição cultural totalmente diferente, a adaptar-se à nova realidade da economia monetária – circulação da moeda como medida de todos os valores econômicos –, adaptação essa que se difere de uma atitude de acomodação forçada, mecânica e passiva pelo fato de que trata-se de um

⁹⁹⁴ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 13.

⁹⁹⁵ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 13-4.

comportamento ou atitude de re-invenção criadora perante a – nova – vida. E nesse ponto, ao serem criativos, eles se equiparam aos empresários das origens antigas do capitalismo, muito mais do que aos agentes econômicos das modernas sociedades capitalistas.⁹⁹⁶

O capitalismo tem suas exigências; observa-se que à “medida que evolui, a organização econômica tende a se impôr (sic) como um sistema quase autônomo que espera e exige do indivíduo um certo tipo de prática e de disposições econômicas: adquirido e assimilado insensivelmente através da educação implícita e explícita, o espírito de cálculo e de previsão tende deste modo a aparecer como incontestável porque a ‘racionalização’ é a atmosfera da qual se alimenta”. As técnicas materiais e as condutas econômicas são partes inseparáveis de um novo modo de visão de mundo e de vida econômica – e social –, que foram sendo construídas no decorrer da história, e se transformaram praticamente numa filosofia de vida capitalista vivida – angariada ou construída na e pelas práticas de existência cotidiana impostas pela nova racionalidade econômica – tendo sido transmitidas ou inculcadas tanto pela primeira educação fundamental da família como pela educação formal, nesse último caso, para moldar desde a infância o *habitus* econômico da pessoa. Racionalizar a economia era o norte que guiava o imaginário e razão de ser de um grande contingente de agentes, milhares de atores econômicos – com ocupação autônoma, principal ou secundária – buscando alcançar satisfazer a necessidade de invenção ou descoberta de meios adequados e apropriados para atender essa nova exigência de racionalidade econômica. Assim, até na atualidade verifica-se que milhares de pessoas ainda dedicam as suas atividades e habilidades voltadas para descobrir e aplicar os melhores métodos que assegurem a capacidade do bom andamento dos negócios, como se verifica em ocupações s mais diversas: professores, economistas, administradores, contadores, engenheiros, juristas etc. Até mesmo os empregados e operários são estimulados – através de prêmios – a contribuir para o avanço do racionalismo econômico.⁹⁹⁷

No imaginário do ser humano das sociedades pré-capitalistas, que vive dentro de uma tradição de visão de mundo e pensamento social e econômica, esses pressupostos implícitos e explícitos da nova racionalidade econômica são contribuições alheias que ele necessita adquirir laboriosamente; o novo sistema de disposições é elaborado ou constituído a partir do que ele tem como certo, ou seja, a partir das disposições costumeiras – fundados nas tradicionais bases econômicas que eles viviam – que sobrevivem à desagregação e ao inexorável desaparecimento das antigas bases econômicas, e que somente se adaptam às

⁹⁹⁶ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 14-5.

⁹⁹⁷ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 15.

exigências da nova situação objetiva por via da transformação criadora. Assim, a discordância ou oposição entre *habitus* e estrutura da economia nessa situação tem sua amplitude máxima, se considerado em comparação ao que ocorre, na mesma relação, no capitalismo nascente ou em sociedades capitalistas avançadas, ocorrendo o fenômeno de coexistir em toda a sociedade, e mesmo nos mesmos indivíduos, disposições e ideologias correspondentes a estruturas econômicas diferentes – atuais ou já caducas – uma vez que eles jamais se transformam no mesmo ritmo das estruturas econômicas em tais sociedades. Além disso, essa coexistência de resíduos do modo de produção pré-capitalista e suas correspondentes disposições, com o novo modo de produção e as respectivas disposições que são inerentes ao capitalismo, acabam se mantendo em situações adversas, criando uma sociedade dual ou oposta, e fazendo com que “tanto ao nível das estruturas econômicas quanto ao das disposições, das representações e dos valores, observa-se a mesma dualidade, como se essas sociedades não fossem contemporâneas de si próprias”.⁹⁹⁸

Quando numa sociedade pré-capitalista, procura-se compreender as razões dos obstáculos que emergem para a implantação de um outro modelo de desenvolvimento econômico, diverso do que estava estruturado tradicionalmente em tal sociedade, corre-se o risco de – ao se tomar “por objeto primeiro de análise o processo de adaptação das disposições e das ideologias a estruturas econômicas importadas e impostas, quer dizer, a reinvenção de um novo sistema de disposições, que se realiza sob pressão das necessidades econômicas” – ser confundido por tais análises com aquelas que caem ou sucumbem no subjetivismo psicologista ou no etnocentrismo essencialista. O subjetivismo psicologista explicaria ou consideraria que seriam as disposições dos sujeitos econômicos que engendrariam as estruturas das relações objetivas em que eles se manteriam em seguida, e daí por diante, na sua existência cotidiana; de modo diferente, o etnocentrismo essencialista – com forte marca subjetivista – tende a considera como princípio que governa toda atividade econômica justamente um elegido desejo humano que buscaria sempre maximizar a utilidade ou a preferência das coisas.⁹⁹⁹

Sobre este último aspecto – a tendência de maximizar a utilidade –, é fato que a teoria econômica da utilidade marginal¹⁰⁰⁰ – que não consegue se sustentar como teoria universal da

⁹⁹⁸ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 15-6.

⁹⁹⁹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 16.

¹⁰⁰⁰ O marginalismo é a escola ou teoria econômica que define o valor dos bens a partir de um fator subjetivo – a utilidade, isto é, sua capacidade de satisfazer as necessidades humanas, rompendo com a teoria clássica do valor-trabalho. Como a necessidade é uma característica subjetiva, também a utilidade de um bem terá uma avaliação subjetiva, e um mesmo bem ou serviço terá diferentes utilidades, e, portanto, valores diferentes, de acordo com o indivíduo; desta forma, os fatores de produção como capital e trabalho, além da produtividade do sistema e da

atividade econômica – ressalta pelo menos um dos aspectos fundamentais das sociedades modernas, que é a tendência à racionalização – formal – que atinge e afeta todos os aspectos da vida econômica, o que já fora observado por Max Weber, ao registrar que o “caráter próprio à época capitalista (...) e – um na raiz da outra – a importância da teoria da utilidade marginal (assim como de toda a teoria do valor) para a compreensão desta época consistem em que, do mesmo modo como a história econômica de um sem-número de épocas do passado foi chamada acertadamente de ‘a história do não econômico’, nas condições presentes da vida, a aproximação desta teoria e da vida era, é, e pelo que se pode julgar, será cada vez maior e deverá determinar o destino de camadas cada vez mais amplas da humanidade. É deste fato histórico-cultural que deriva o significado heurístico [verdade] da teoria da utilidade marginal”.¹⁰⁰¹

Diante deste fato histórico-cultural da formação – criação e desenvolvimento – do capitalismo, o sistema econômico implantado na sociedade argelina¹⁰⁰² é um caso particular – [como muitos outros casos irreduzíveis entre si e frente a modelos pré-prontos] – do processo de adaptação de uma sociedade e sua cultura singular à nova realidade da economia capitalista, onde, em sendo tomada por paradigma de análise – e simples comparação direta – as sociedades capitalistas avançadas, pode-se acabar esquecendo o fato fundamental de que o funcionamento “de todo sistema econômico é ligado à existência de um sistema determinado de disposições em relação ao mundo, e mais precisamente em relação ao tempo”. O sistema econômico é um campo de expectativas objetivas que não se realizariam senão através de agentes dotados de certo tipo de disposições econômicas e – mais extensivamente – também temporais, fato esse que não pode ser ignorado – obliterado – com a possível simples constatação imediata de que o sistema econômico e a disposições se encontram em relativa harmonia, verificando-se, também, a extensão paulatina da racionalização – que lhe é característica – no âmbito da economia doméstica.¹⁰⁰³

Se o sistema capitalista, em seu estado maduro ou aperfeiçoado, pode ser descrito e analisado de uma forma rudimentar, centrado em suas propriedades objetivas tais como a

forma como é estabelecido o preço de um bem, além das relações entre necessidade/utilidade de um bem, entre outros, são avaliados ou analisados conforme a lógica própria dessa teoria econômica e todas suas implicações. Mais sobre isso, vide o verbete “marginalismo” no DICIONÁRIO DE ECONOMIA. Coleção os Economistas. São Paulo: Abril, 1985.

¹⁰⁰¹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 16-7.

¹⁰⁰² Argélia é país localizado no norte da África, entre o Marrocos e a Tunísia, cuja história, até pela mutação de fronteiras, é identificada com esses dois outros referidos países. Ela foi ocupada historicamente pelos romanos, vândalos, árabes, turcos e, finalmente, por franceses – 1830 a 1962 –, cultura e sociedade que foi objeto de estudos de Pierre Bourdieu nesse texto. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 2.

¹⁰⁰³ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 17.

previsibilidade e a calculabilidade, já nas sociedades em desenvolvimento isso é impossível de ser reproduzido em análise, porque há uma discordância brutal ou significativa entre as estruturas objetivas e as disposições, de tal forma que a construção de uma teoria econômica adaptada a essa diferente realidade implicaria em renunciar a efetuar a dedução dos comportamentos do sistema tal qual ele é ou tal como se gostaria que fosse. Diante disso, observando-se esse confronto dramático entre um cosmo econômico que se impõe e o comportamento dos agentes econômicos que nada fazem ou preparam para recuperar de volta – recobrar, receber de volta alguma coisa em troca do que foi (ou deve ser) perdido por eles com esse novo sistema econômico – a sua intenção mais profunda, assinalada por um *ethos* que revela o que deve ser o homem econômico para que o capitalismo dê certo, “obrigam a refletir sobre as condições de existência e de funcionamento do sistema capitalista, isto é, sobre as disposições econômicas que favorece e, ao mesmo tempo, exige”.¹⁰⁰⁴

Ora, a teoria econômica propõe um sujeito econômico abstrato, definido e inserto em propriedades definitivas, cujo *homo economicus* é o modelo acabado; ocorre que nada é mais estranho ou indiferente à teoria econômica do que o sujeito econômico real e concreto que diuturnamente pratica atos econômicos e morais paralelamente. Desta forma, “em vez da economia ser um capítulo da antropologia [do ser humano], [verifica-se que] a antropologia não é senão um apêndice da economia e o *Homo economicus*, o resultado de uma maneira de dedução *a priori* que tende a encontrar confirmação na experiência, pelo menos estatisticamente, porque o sistema econômico em via de ‘racionalização’ tem os meios para moldar os agentes de conformidade às exigências”. É preciso compreender, portanto, tudo aquilo que é desconsiderado para impor um sistema econômico – criado e desenvolvido em outra cultural – numa nova cultura, história e realidade de vida – visão de mundo – diferente das condições sociais original. O capitalismo possui – impõe – categorias de consciência econômica própria, dadas como universais, independentes das condições econômicas e sociais, e que implicitamente ou explicitamente impõe o que deve ser o homem econômico para que a economia capitalista dê certo ou seja possível; enfim, trata-se de mais uma construção arbitrária da cultura humana e que especificamente ignora “a gênese, tanto coletiva quanto individual, das estruturas da consciência econômica”, que atuarão como negociantes entre o velho – das estruturas das condições econômicas e sociais – que não pode ser abandonado simplesmente, e o novo que não pode ser imposto de uma vez por todas como se

¹⁰⁰⁴ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 17-8.

fosse um simples vestir de uma peça de roupa nova; portanto, nessa transação, criando originalmente o possível.¹⁰⁰⁵

Toda “adaptação a uma ordem econômica e social, qualquer que ela seja, supõe um conjunto de conhecimentos transmitidos pela educação difundida ou específica, ciências práticas solidárias a um *ethos* que permitem agir com razoáveis probabilidades de sucesso”, sendo que a adaptação e assimilação de uma organização econômica e social tendencialmente marcada e assegurada pela previsibilidade e calculabilidade, exige dos agentes a incorporação de uma disposição específica, qual seja, aquela determinada em relação ao tempo, precisamente em relação ao futuro, decorrente direto da própria racionalização pressuposta da conduta econômica, onde toda organização sócio-econômica é remetida “a um ponto de fuga ausente e imaginário” que se localiza no futuro incerto e imprevisível. Por isso é que torna-se necessário, também, estudar e compreender a estrutura da consciência temporal, associada aos agentes da economia pré-capitalista, para se compreender e explicar, posteriormente, como se dá o processo de adaptação à economia capitalista e, mais especificamente, porque ocorrem suas dificuldades e lentidões.¹⁰⁰⁶

1.2.5.1. REPRODUÇÃO SIMPLES E TEMPO CÍCLICO

Nada é mais estranho para a economia pré-capitalista “do que a representação do futuro como campo de possíveis que pertence ao cálculo explorar e dominar”, não significando isso que um camponês argelino não saiba ou não tenha em si um sentido e uma mirada de futuro longínquo, pois coexiste nele, ao mesmo tempo, (I) a percepção da necessidade de repartir ao longo do tempo uma boa colheita, algumas vezes por um período de vários anos, junto com (II) a sua desconfiança em relação a todas as tentativas de se apossar do futuro. A poupança, para o camponês argelino, é um ato onde se destaca uma parte de seus bens diretos para consumo futuro, mas que supõe algo que poderá vir acontecer encerrado dentro das probabilidades que a sua vida presente e cotidiana lhe proporciona perceber diretamente, portanto, poupança consistente e realizada, conforme seu imaginário estruturado, especialmente naquilo que é possível lhe satisfazer diretamente, em qualquer

¹⁰⁰⁵ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 18.

¹⁰⁰⁶ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 18-9.

momento, como os bens de consumo que o rodeiam e que são a garantia evidente de sua segurança existencial material.¹⁰⁰⁷

O sentido de futuro construído pelo cálculo é relacionado com a acumulação de bens indiretos – como por excelência é o dinheiro – que podem concorrer para produção de bens diretos, sem serem fonte em si mesmos de satisfação alguma; a ação ou decisão econômica, nesse caso, é determinada por um cálculo, tomado em consideração um alvo racionalmente e explicitamente elegido, um futuro traçado dentro de um quadro de planejamento. Nesse ponto é preciso compreender – para continuar diferenciando aspectos singulares que marcam uma economia pré-capitalista como a cabila, e as exigências de um novo sistema econômico que quer se impor – que prever não significa ver de antemão; há que se distinguir previdência de previsão. Previdência, sim, é ver de antemão e se distingue da previsão porque “o futuro que ela apreende está diretamente inscrito na própria situação, tal com ela pode ser percebida através de esquemas de percepção e de apreciação técnico-rituais inculcados por condições materiais de existência, elas próprias apreendidas através dos mesmos esquemas de pensamento”. Desta forma, a ação econômica é orientada conforme uma visão do que virá acontecer, mas diretamente condicionada e tomada por uma visão de mundo que é um verdadeiro fechamento de fronteiras – [como toda ideologia] – assinalado pela experiência cotidiana, ou melhor, “estabelecido por todas as experiências acumuladas que constituem a tradição”.¹⁰⁰⁸

Por isso o camponês realiza despesas somente comprometendo a renda obtida com a produção que ele efetivamente colheu e jamais por uma pressuposta – esperança – renda que ele espera receber no futuro, sendo que todo excedente de colheita acaba por obedecer a essa lógica da tradição, qual seja, os bens suplementares são tratados como bens diretos, acumulados com vista ao consumo, do que guardados para serem utilizados como sementes a fim de – num cálculo específico – aumentar a colheita futura; ele sacrifica o futuro da produção pelo futuro do consumo. Previdência, assim, não é um futuro projetado, fruto de um desejo com base numa perspectiva; suas condutas obedecem “ao cuidado de se conformarem aos modelos herdados”, obrigando ao camponês e sua família obedecer e cumprir certos deveres que dizem diretamente à honra, como, mesmo não possuindo romãnzeiras, terem de guardar e servir ritualmente as sementes para vizinhos ou os *khammes*; guardar a carne salgada para as festas; constituir uma reserva de tudo que de melhor tinha sido produzido; tudo isso impondo um custo significativo, alguns comportamentos assemelhando-se a um ato

¹⁰⁰⁷ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 21.

¹⁰⁰⁸ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 21-2 e 25-6.

de investimento racional com vista ao futuro, mas em realidade voltados apenas para cumprir o ritual da tradição que ordena.¹⁰⁰⁹

Nessa sociedade, no seu campo econômico como em outras esferas, as normas éticas são imperativos rituais, onde a fecundidade da casa acaba por refletir a fecundidade da terra na mesma proporção e equivalência, e a poupança – no sentido acima assinalada para essa cultura e história – garante a plenitude da casa, e é ao mesmo tempo ato econômico e ritual propiciatório – onde se presta conta a seu Deus e à sua honra. Assim, muitos comportamentos que pareceriam à primeira vista como investimentos, não correspondem à lógica do cálculo econômico racional, tal como adquirir terras – que foram sendo perdidas por famílias, à medida que as trocas monetárias foram destruindo o *ethos* camponês e desmoronando as bases econômicas da antiga sociedade – simplesmente para evitar que viessem a cair em mãos de uma família estranha; também, do mesmo modo, verifica-se a presença do sentimento de honra em muitas iniciativas inovadoras, como o compartilhamento em comum de muitos equipamentos agrícolas e domésticos, apesar dos proprietários serem – ou pertencerem – a grupos ou famílias competidoras de prestígio entre si dentro da aldeia.¹⁰¹⁰

Numa economia agrícola – portanto, numa dada sociedade em sua globalidade – onde a atividade econômica principal, praticamente de todo um povo, decorre do manuseio da terra e dos produtos que ela fornece ao final de um dado período, o ciclo da produção de riquezas ou rendas – dentro de uma análise e uso de terminologias conceituais modernas, fixadas pela história e cultura européia – é bem mais simples que numa sociedade capitalista moderna – com uma economia e suas diversificadas formas de produção de riquezas e rendas –, sendo os produtos resultantes dessa economia pré-capitalista renovados, em geral, no espaço de um ano. Em tal realidade econômica pré-capitalista, o camponês acaba por identificar todo seu trabalho com o próprio resultado que ele irá colher – sentido de futuro mais imediato e concreto –, medido concretamente pela quantidade de produto de cada colheita anual e, além disso, ele não fará – no ano agrário – distinção alguma entre o tempo de trabalho despendido e o tempo requerido de produção, “período durante o qual sua atividade é praticamente suspensa”.¹⁰¹¹

A economia capitalista supõe a constituição de um futuro mediato e abstrato – com certa dose de previsibilidade quanto aos frutos ou rendimentos que irão colher – onde, na ausência de uma dada intuição – ou do uso da intuição – do possível funcionamento do

¹⁰⁰⁹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 22-3.

¹⁰¹⁰ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 23.

¹⁰¹¹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 23-4.

processo de produção econômica em seu conjunto – as sociedades tradicionais tem um sentido ou intuição, fundado na tradição, do seu processo de produção e do valor dos seus produtos –, é o cálculo racional que irá dar bases de alguma certeza/segurança sobre as ações e comportamentos que deverão ser tomados pelos agentes econômicos, ao suprir ou suplantando o uso da intuição pela racionalização – calculabilidade e previsibilidade –, até mesmo porque nas sociedades desenvolvidas ocorre o fenômeno dos ciclos de produção terem uma duração muito mais longa que o ciclo de produção da economia agrícola das sociedades em desenvolvimento como as pré-capitalistas. Assim, para que o cálculo racional se implante em tais sociedades, é necessário que “se rompa a unidade orgânica que unia o presente do trabalho a seu ‘por vir’, unidade que não é senão a dos *ciclos* indivisíveis e não analisáveis *de reprodução* ou a do próprio produto, como é mostrado pela comparação de uma técnica artesanal que fabrica produtos completos e da técnica industrial fundada sobre a especialização e o desmembramento das tarefas”.¹⁰¹²

Comparando as terras pertencentes aos colonos europeus, frente a terras pertencentes a camponeses argelinos, verifica-se que as primeiras praticamente não encontraram oposições em relação a medidas tendentes a modificar a duração tradicional dos ciclos agrários – que exigem que se sacrifique um interesse imediatamente tangível em favor de um interesse abstrato futuro – pois os trabalhos ali empreendidos – conforme essa nova racionalidade mais conforme ao pensamento e modo de vida europeu – alcançaram sucesso, beneficiando de vantagens os sequiosos colonos europeus; diferentemente se sucedeu nas terras pertencentes aos camponeses argelinos, que levantaram as oposições que se *habitus* lhe impunham. Para os argelinos, os planos – planejamentos e estratégias focados no futuro – fundados em cálculos e previsibilidades são assimilados como uma irrealidade pelo seu imaginário, resultando sempre em incompreensão e ceticismo; para eles, “um projeto não pode encontrar a adesão a não ser que proponha resultados concretos e imediatamente perceptíveis ou se tem a caução de uma ‘garantia’ reconhecida e respeitada (assim como o preceptor nas aldeias cabilas)”.¹⁰¹³

De forma homóloga, os camponeses argelinos resistiram durante muito tempo a moeda de troca – o dinheiro – implantado em sua economia pela administração colonial. Tradicionalmente o comércio era feito através das trocas diretas de mercadorias – o escambo –, em espécie conforme equivalências fixadas pela tradição, sendo que os pagamentos e serviços contratados – como, por exemplo, dos *khammes*, ferreiros, empréstimos etc. – também era em espécie. Assim, a forte desconfiança do camponês em relação ao dinheiro,

¹⁰¹² BOURDIEU, O desencantamento..., p. 24.

¹⁰¹³ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 24-5.

bem indireto por excelência, é porque ele em si mesmo não é fonte nenhuma da satisfação e “o uso futuro que ele indica é longínquo, imaginário e indeterminado”. Se “o objeto permutado confia diretamente à intuição, o uso que dele poderá ser feito e que nele se acha inscrito ao mesmo título que o peso, a cor e o gosto”, já com o dinheiro fiduciário não se possuem mais as coisas, “mas os signos de seus signos”, portanto, seria necessário adquirir os objetos antes do dinheiro e ele valeria mais que a própria moeda fiduciária.¹⁰¹⁴

O dinheiro em si é um instrumento que “serve não importa a quem, não importa aonde, não importa para qual operação de permuta, ‘que somente serve para poder servir a tudo’, (...) [e permite] a previsão de um uso indeterminado e a quantificação da infinidade dos usos cuja virtualidade ele encerra, autorizando por aí uma verdadeira contabilidade de esperanças”, tratando-se, então, de um poder de antecipação ou representação, de realização antecipada de um valor futuro, sendo essa a sua função essencial. Mas as diferentes possibilidades de uso de uma soma fixa de dinheiro acabam se esvaecendo – desvanecendo ou se excluindo – na medida em que seu possuidor começa a realizá-las, vale dizer, a sua utilização pressupõe um cálculo de seu possuidor visando determinar os usos futuros e possíveis – bem como os que são mutuamente compatíveis – no limite da quantidade fixa e, em seguida, a decisão racional e razoável – dentro de certos cálculos e previsibilidade – da definição da escolha, frente a uma estrutura hierarquizada de finalidades.¹⁰¹⁵

Fenômeno diverso ocorre numa economia onde o escambo é seu meio de troca e pagamentos – bens diretos por excelência –, pois as “mercadorias permutadas na troca em bases de equivalência tradicionais comunicam imediatamente seu uso potencial e seu valor que, diversamente do dinheiro, são independentes de toda condição exterior”. Verifica-se que gerir reservas de bens de consumo é mais razoável – e fácil – do que administrar a distribuição de uma soma em dinheiro durante um mês inteiro, nesse caso estabelecendo “uma hierarquia racional das necessidades e das despesas. Verifica-se que na administração de bens de consumo, “a propensão para tudo consumir é infinitamente menor (...) do que as tendência de realizar de vez o dinheiro possuído”. A substituição de uma economia pré-capitalista de mercadorias por uma economia capitalista monetária, implica que “não mais se raciocina sobre os objetos que anunciam de maneira quase tangível e palpável seu uso e satisfação que prometem, mas sobre signos que não são, em si mesmos, fonte de fruição alguma”; agora, entre os agentes econômicos e as mercadorias, interpõe-se o dinheiro, e esses agentes formados em outra lógica econômica, devem apreender, por si mesmo – e às duras penas –, a

¹⁰¹⁴ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 25-6.

¹⁰¹⁵ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 26-7.

“utilização racional do dinheiro como mediação universal das relações econômicas” da nova lógica econômica, a fim de não gastarem em poucos dias o rendimento que é para sustentar a si – e aos seus – todo o mês. Por fim, outra faceta do efeito da falta de aptidão para manusear o dinheiro, foi a aceleração do movimento de despojo das terras dos rurais que desconheciam o manejo racional do dinheiro somado à sua e inadaptação às novas regras jurídicas impostas.¹⁰¹⁶

Mas é efetivamente o crédito a medida mais estranha à lógica própria da economia pré-capitalista, de todas as instituições e técnicas econômicas novas introduzidas pelo novo sistema capitalista na Argélia, porque ele, em seu fundamento, é “o que supõe a referência a um futuro abstrato, definido por um contrato escrito e garantido por todo um sistema de sanções e que, com a noção de interesse, recorre ao valor responsável do tempo”. Havia dois tipos de crédito na sociedade cabila, uma para consumo imediato com seus juros elevadíssimos e outro como um crédito destinado para investimentos que nada tinha em comum com aquele do consumo. No crédito para investimentos, para sua concessão também eram seguidas ou obedecidas certas normas éticas fundadas na tradição como, por exemplo, a ele somente se recorrer quando estivessem esgotados todos os recursos de auxílio mútuo familiar, sendo que aquele que deixasse um parente ser entregue ao usurário – tendo condições de ajudá-lo – ser considerado com uma pessoa sem honra pelo meio social.¹⁰¹⁷

As resistências e impedimentos para o empréstimo por interesse obedeciam ao imperativo de solidariedade e as regras comunitárias costumeiras que prescreviam que “se desse assistência aos doentes, às viúvas, aos órfãos e aos pobres e que se ajudasse as vítimas de uma calamidade (por exemplo, quando um animal ferido devia ser abatido, a comunidade indenizava o proprietário e a carne repartida entre as famílias)”. Se o crédito na sociedade capitalista se preocupa nas garantias para assegurar a solvabilidade do devedor a fim de se realizar, as convenções tradicionais “da via amigável (as únicas que a moral da honra reconhece) não conhecem outro aval senão o da boa-fé, sendo as garantias sobre o futuro fornecidas não pela riqueza mas por aquele que dela dispõe”, ou seja, a garantia era pessoal até mesmo porque a relação era pessoal. Em tais empréstimos, verificava-se que prazos exatos de vencimento não eram fixados e os contratos somente eram estabelecidos entre pessoas conhecidas, parentes, amigos ou aliados, garantindo e assegurando o futuro da associação já desde o presente, “não somente pela experiência que cada um tem do outro, considerando fiel a seus compromissos, mas também e especialmente pela relação que une os parceiros e que

¹⁰¹⁶ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 27-8.

¹⁰¹⁷ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 28-9.

sobreviverá à sua transação, garantindo o futuro da troca com segurança maior do que todas as codificações explícitas e formais de que crédito [capitalista] deve armar-se porque ele supõe a impessoalidade total das relações entre os contratantes”.¹⁰¹⁸

Numa relação de solidariedade, auxílio mútuo e boa-fé, deste nível, marcada fortemente pela tradição, é sintomático o grupo preexistir e sobreviver à realização em comum de uma obra em comum, até mesmo porque assim eles querem ser e se perpetuar, na construção e reconstrução de suas relações sociais, ao longo do tempo e entre gerações, mas como relações pessoais por laços de consangüinidade real ou fictícia; numa relação impessoal fundada na calculabilidade de uma empresa específica a relação entre os agentes cessa de existir junto com o findar do contrato que os uniu originalmente. Por isso essa tradição de auxílio mútuo por relações de consangüinidade não favorece o que à primeira vista apareceria como razoável, vale dizer, a preparação e organização de camponeses para participarem de organizações cooperativas ou coletivistas, especialmente considerar como simplesmente disponíveis para tal nova estrutura aqueles que foram despossuídos da terra e de suas tradições.¹⁰¹⁹

O futuro para o camponês argelino é o futuro prático, o possível da potencialidade objetiva vinculada ao que o presente lhe revela concretamente, e que não está relacionada com uma imediata e equivocada relação direta com a menor distância temporal possível em relação ao presente porque, para o cabila, a tradição já lhe revelou práticas ou ciclos naturais que se concretizavam em espaços maior ou menor de tempo objetivo como eles concebem, e relacionados ao presente de sua existência. O futuro requerido pelo capitalismo, o futuro dos possíveis abstratos de um sujeito intercambiável – [a impessoalidade conduz à intercambiabilidade dos agentes contratantes de forma a até mesmo dar autonomia abstrata à obrigação e ao vínculo] – é assimilado por eles como lhes é possível por suas disposições, vale dizer, é inserido como algo presente em outro mundo, reconhecido por seu imaginário como um mundo regido por outra lógica que não a do seu cotidiano, enfim, o mundo irreal do futuro e dos possíveis. Tal mundo irreal é aquele que é remetido pela imaginação em tudo que ele não corresponde ao universo da experiência e tradição vivida diuturnamente; é o espaço onde o absurdo e o impossível, referidos ao campo das experiências vividas, têm sua morada e abrigo, podendo ocorrer perfeitamente em outros lugares afastados no espaço e no tempo. A consciência popular vive a age esta distinção através de lendas e parábolas, passadas de geração em geração, onde eles se ironizam a si próprios em seus comportamentos, sem

¹⁰¹⁸ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 29.

¹⁰¹⁹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 29-30.

explicitar racionalmente a diferença de concepção entre os dois futuros. E talvez seja essa diferença que seja a origem do impedimento, dificuldade e resistência a todas as formas de recenseamento que foram tentados no início da colonização francesa na Argélia; contar algo para presumir o futuro é comprometer desde já o futuro, portanto, somente se conta o que foi realizado e nada do que ainda irá se realizar, pois “o futuro é um nada e seria vão tentar agarrar um nada que não nos pertence”.¹⁰²⁰

Daí se deduz que os etnólogos que estudam a cultura dos povos nativos ou naturais de um espaço geográfico, equivocam-se e praticam a reafirmação implícita de um etnocentrismo – europeu – quando procuram afirmar a existência de uma diferença de natureza entre dois sistemas de disposições em relação ao tempo: a da economia pré-capitalista e a da economia monetária. O que ocorre concretamente é que a experiência da temporalidade é única ou universal, vale dizer, presente em todos os povos e seres humanos, mas essa experiência pode ser decomposta em diferentes modalidades, como a experiência que favorece a economia pré-capitalista e mesmo a experiência que favorece os agentes econômicos “racionais” das sociedades desenvolvidas que produzem os etnólogos e que, por sua vez, produzem as verdades que são adequadas para reafirmar esse racionalismo e a “única” experiência temporal possível para a gestão econômica da sociedade. A experiência temporal que favorece a economia capitalista é, assim, uma das modalidades que pode revestir toda experiência da temporalidade, mas imposta – de fato – como a única possível “por uma economia incapaz de assegurar as condições de possibilidade da posição do possível e, o que vem a dar na mesma, por um *ethos* que não é senão a interiorização do sistema das possibilidades e das impossibilidades objetivamente inscritas em condições materiais de existência dominadas pela insegurança e pela álea”.¹⁰²¹

Assim, “as práticas econômicas do camponês argelino não podem ser compreendidas senão em relação às categorias de sua consciência temporal”, mas a ela se acrescenta algo mais, que é justamente o fato dessas categorias temporais estarem ligadas, pela mediação do *ethos*, às bases econômicas da sociedade. A sua atividade técnica – econômica – e sua atividade ritual – social – são inseparáveis e identificadas – interdependência profunda – ao mesmo tempo com a “produção de bens que permitem ao grupo subsistir e de se reproduzir biologicamente, e a reprodução dos vínculos, dos valores e das crenças que fazem a coesão do grupo”. Essa interdependência entre economia e *ethos* é tão profunda e forte que qualquer atitude que envolva tempo, cálculo e previsão é apropriada e manifestada como uma

¹⁰²⁰ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 30-2 e nota de rodapé n. 3.

¹⁰²¹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 32-3. Grifos no original.

verdadeira indivisão e unidade inseparável. Além disso, ao impedir o cálculo da realidade individual, grupal e social – a parte de cada um efetivamente correspondente – no consumo e na produção, foi suprimido, conseqüentemente, a possibilidade de estabelecimento do espírito de empreendimento; no âmbito do consumo, por exemplo, permitiu reduzir o cálculo à sua expressão mais simples, qual seja, “as um racionamento assaz elástico, sem que nunca seja medida a relação entre os recursos e o número dos indivíduos”, favorecendo as tendências natalícias sem muitos entraves.¹⁰²²

Mas essa indivisão só pode manter-se com a condição *sine qua non* de ninguém começar a realizar uma contabilidade sistemática das partes de cada um na produção e no consumo do grupo. Por isso, quando generalizou-se as trocas monetárias e o espírito do cálculo, verificou-se que em toda parte se multiplicaram as rupturas dessa indivisão tradicional, porque o dinheiro acabou favorecendo “a mensurabilidade e comensurabilidade da energia despendida, do produto do trabalho e dos recursos consumidos, (...) [encorajando a prática de] calcular a parte respectiva de cada casal dentro da economia do grupo”. Por isso que a indivisão entre economia e *ethos*, nessa sociedade, impede o cálculo, sendo isso “a condição da permanência da propriedade indivisa e da comunidade que ela funda – família ou clã”; isso faz que os preceitos da moral da honra se manifestem como todas as demais formas de esclarecimentos parciais, encobertas ou disfarçadas da intenção objetiva da economia, denunciando o espírito de cálculo, suas conseqüências como avidez e precipitação, além de condenar, também, a tirania do tempo, revelando que “o *ethos* se prolonga sem solução de continuidade na ética”, ficando circunscrito a essas práticas tradicionais praticamente imutáveis por serem o sentido de vida e mundo de toda sociedade.¹⁰²³

Como as trocas estão reduzidas ao mínimo, elas não se constituem, no imaginário dos camponeses argelinos, como o centro de todas as perspectivas que envolvem a organização da produção e do consumo. Como cada unidade de produção volta-se para alcançar sua autonomia e independência – autarquia – de produção e consumo, as transações ou trocas se realizam entre as famílias e nesse meio social seria absurdo efetua-las com base no espírito de cálculo. Assim, o produtor – consumidor ao mesmo tempo – “não avalia sua produção consumida em termos de esforço ou de tempo despendido (...), [pois o] desperdício de tempo (...) e o desperdício de meios são talvez a condição de sobrevivência de sociedades que (...) desistiriam”. Se cálculo há, é necessário compreender em toda sua clareza e verdade como funciona e qual o significado dela numa dada sociedade, no caso a cabila. Aqui, o cálculo é

¹⁰²² BOURDIEU, O desencantamento..., p. 33-4.

¹⁰²³ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 34.

necessariamente condicionado e implicado por sua função de favorecer transações eqüitativas, sendo a busca da produção e alcance de equivalências a lógica que envolve tal economia; por isso, todo acordo envolvendo tal natureza de transação somente torna-se possível por serem efetuados entre amigos ou pessoas conhecidas e que, “apesar de ser esta a ocasião de efetuar trocas rituais totalmente estranhas ao espírito de cálculo, ela nunca foge ao mais rigoroso cálculo” entre as partes envolvidas.¹⁰²⁴

Esse cálculo que serve ao sentimento de equidade – sentimento que tem suas raízes no igualitarismo minucioso do ponto de vista da honra e não na consciência abstrata e tradicional da igualdade liberal européia ocidental –, é totalmente diferente daquele estabelecido pelo espírito de cálculo da economia capitalista, pois este último se funda apenas na avaliação quantitativa do lucro, automaticamente excluindo e anulando tudo que se refira à moral da generosidade e da honra. Por outra maneira, acrescenta-se a isso o fato de que toda inovação produzida por alguém do grupo – como acumular e ostentar riquezas, por exemplo – é sempre recepcionada como suspeita, não somente e simplesmente por afrontar a tradição, mas “porque se está sempre propenso a ver nisto a expressão de uma vontade de distinguir-se, de singularizar-se, maneira de desafiar e esmagar os outros”. Estar conforme ao grupo é reflexo e manifestação também da lógica da honra, pois ela é desafiada na medida em que ostentar uma singularidade desconforme à tradição é lançar uma provocação desafiadora ao grupo, ao seu ponto de honra; “a “dádiva que não permite a contradádiva, coloca o grupo em estado de inferioridade e só pode ser ressentida como uma afronta, sentindo-se cada um atingido em sua própria auto-estima”.¹⁰²⁵

Por isso, a aquisição – e acumulação – de riquezas nunca admitida, ou explicitamente reconhecida, como o fim último da atividade econômica que move seus agentes em tais sociedades. As bases econômicas da ordem social resistem à acumulação, até mesmo porque numa economia fundada na terra – esta, portanto, sua principal riqueza ou símbolo de riqueza – a economia é estacionária, preservando de forma sempre constante a quantidade de bens possuídos, resultando que o enriquecimento de um seja correspondente direto ao empobrecimento do outro, e novamente a ética ou a lógica da honra atuam para ajustar as necessidades do grupo com a realidade e possibilidade econômica das satisfações. A riqueza assim, deve implicar deveres de generosidade, e se a riqueza não for acompanhada da generosidade, será desprezada pela sociedade.¹⁰²⁶

¹⁰²⁴ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 34-5.

¹⁰²⁵ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 35-6.

¹⁰²⁶ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 36-7.

O cálculo – um específico cálculo – é sempre presente nas transações de fundo econômico mas nunca é confessado. Assim, naquelas tarefas que eram realizadas coletivamente pelo sub-clã, clã ou mesmo – dependendo da tarefa – pela aldeia inteira, elas implicavam um ritual as ser cumprido por aquele(s) que recebia(m) a dádiva do esforço coletivo; assim, a colheita, a capina, a construção de uma casa, entre outros assemelhados, demandavam a realização de uma festa e banquete a ser oferecido para aqueles que participaram do trabalho em comum, “festa e rito coletivos por meio dos quais a solidariedade familiar era reafirmada pública e solenemente”, mas cujas conseqüências econômicas eram pesadas. Ocorreu que em alguns lugares começou-se a convidar especificamente aqueles que iriam participar do trabalho em comum, portanto, do repasto em comum ou de todo ritual em comum, revelando-se que “tinha-se recorrido ao cálculo para resolver o problema colocado pelo cálculo. Mas não se podia senão aprovar um cálculo que tendia a perpetuar tradições incompatíveis com o espírito do cálculo”.¹⁰²⁷

Ocorreu, com a implantação do novo sistema econômico colonial, a generalização das trocas monetárias, realidade que teve de ser criativamente convertida, costurada ou adaptada para que convivesse com muitas destas tradições – e vice-versa, reciprocamente. Por exemplo, a atividade ou trabalho de um especialista era compensado em espécie ou em dinheiro, mas a refeição que ele recebia era sagrada e jamais contada na estimativa do salário, admitindo-se que “se pudesse renunciar ao salário mas nunca à refeição”. Desta forma, a refeição não tinha preço e se alguém cometesse o erro – de honra – de reivindicar uma indenização pela refeição que não lhe foi fornecida, seja ele quem for, jamais teria a confiança de volta da comunidade para qualquer tipo de trabalho que futuramente ele poderia executar, não só a sua especialidade. O cálculo, assim, é dividido entre, de um lado, o cálculo inevitável, portanto aceitável conforme a tradição aceita-o, e, de outro lado, o espírito de cálculo, condenável, egoísta e ambicioso; há, nessa sociedade, uma divisão distinta entre “o pagamento em espécie ou em dinheiro, compensação do trabalho fornecido (que pode ser percebido como salário), e a refeição, ato simbólico que na poderia ser reduzido sem escândalo para sua dimensão estritamente econômica. A refeição é uma ato de permuta que sela uma aliança, que cria uma relação análoga à parentela entre os estranhos”, portanto é fornecida – e deve ser recebida – conforme esses valores. Aquele que pedir a conversão do repasto em dinheiro desnuda uma conduta social aprovada e em curso, que impede que apareça, em plena luz do dia, uma lógica calculista que é expressada sempre de maneira velada ou encoberta através de artifícios, no

¹⁰²⁷ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 37.

caso, para moderar as despesas. As regras do jogo – [interpretadas conforme um pensamento europeu] – é que a convertibilidade e a calculabilidade objetivas nunca possam ser mostradas ou reveladas como tais em sua plena verdade.¹⁰²⁸

Há transações ou trocas que revelam o cálculo se trair no seu mais alto grau, como a contrato que envolve especialmente pessoas de aldeias diferentes, onde o proprietário de um boi confia-o a um camponês muito pobre – que por si não tem condições de ter um animal – em troca de certa quantidade de cevada e trigo. Um economista racional veria nessa transação o boi sendo tratado como capital onde um sujeito A confia um boi a um sujeito B mediante a retribuição por algumas medidas de cereais. Entretanto, a descrição dada pelos cabilas para a transação é diferente, qual seja, o boi não é percebido nem tratado como capital e onde “o indivíduo A dá a força de trabalho do boi, mas a equidade é satisfeita pois que o indivíduo B alimenta o boi, o que o indivíduo A não poderia ter feito, de qualquer maneira. As medidas de trigo, então, outra coisa não são senão uma compensação da desvalorização do boi, causada pelo seu envelhecimento”. Verifica-se aqui que há uma deslocação – [do ponto de vista europeu] – entre a verdade objetiva da prática econômica e a experiência que dela fazem os agentes, sendo peculiar o seguinte aspecto presente na transação: “é freqüente que a pessoa que o tem emprestado de seu dono, que faz questão de esconder sua falta absoluta de tudo que é necessário, vá querer que se acredite que o boi lhe pertence, e que leve durante a noite as medidas de trigo previstas pelo contrato; e que o proprietário se preste ao jogo por achar mais conveniente manter escondida uma transação que encerra a potencialidade da exploração [análise última essa do ponto de vista europeu]”.¹⁰²⁹

Mas quando o cálculo interessado é presente abertamente na transação, a reprovação social é imediata, como no contrato de empréstimo onde quem o pede cede até a data do reembolso o usufruto de uma terra ao prestador/mutuante; atitude que não pode ser censurada quando se empresta um dinheiro a um parente em troca de uma terra cultivada como garantia, independente da relação entre soma emprestada e valor da terra, que pode ser absolutamente sem equivalência, para mais ou para menos – seja qual for o ponto de vista –, empréstimo onde não são feitos cálculos e nem se fixam prazos rígido, pois evitar que a terra caia em mãos de uma família estranha é um dever de honra da pessoa que assim pode agir. Aliás, considerando que o sistema social não admite a terra como um capital, é até mesmo

¹⁰²⁸ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 37-8.

¹⁰²⁹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 38-9.

admitido que o produto dela venha a pertencer e ser arrecadado em favor de quem efetivamente trabalhou nela.¹⁰³⁰

Por isso, Pierre Bourdieu analisa e conclui que nessa sociedade “joga-se ao mesmo tempo nos registros do interesse que não se confessa e da honra que se proclama. [E indaga:] A troca generosa não pode ser outra coisa senão a ostentação na sucessão temporal dos diferentes momentos de uma transação que o contrato racional estreita no mesmo instante? Se a dádiva pode parecer ao observador como o momento obrigatório de uma série contínua de dádiva e de contradádivas, enquanto vivido como ato desinteressado e deliberado, é exatamente graças ao intervalo de tempo interposto. Não consiste a pior ofensa em devolver imediatamente a dádiva recebida ou em devolver um objeto idêntico? Estando a contradádiva diferida, cada ato da dádiva pode ser tomado como um início absoluto e não como continuação imposta de uma troca já iniciada. Tudo se passa como se a troca generosa visasse permitir que os atores da transação não a tenham que divisar como tal, não tenham que reconhecer perante si próprios e perante os outros a existência do *modelo* segundo o qual eles agem objetivamente. A troca de dádivas é uma troca na e pela qual as pessoas se esforçam por encobrir a verdade da troca, isto é, o cálculo como garantia da equidade da troca. Se a ‘reciprocidade da troca de dádivas’ é a verdade da troca de dádivas, a troca de dádivas é uma reciprocidade de troca de dádivas que não pode se reconhecer como tal.¹⁰³¹ Do mesmo modo isto é a forma por excelência da troca numa sociedade que, segundo a afirmação de Lukács,¹⁰³² nega ‘o verdadeiro solo de sua vida’ e que, não se resignando na conferir às realidades econômicas seu sentido própria e puramente econômico, tem uma *economia em si*

¹⁰³⁰ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 39-40.

¹⁰³¹ Tal tipo de análise ultrapassa a oposição ou diferença analítica que a fenomenologia e a antropologia estrutural estabelecem ao estudar esse fenômeno. A fenomenologia, observa-se, é prisioneira das ideologias nascidas a partir da experiência que é vivida – ele reproduz essas ideologias em suas análises – e a antropologia estrutural, que é apta a construir modelos através dos quais se efetuariam tais experiências, mas que não podem ser apreendidas dentro da experiência sem afetações – dissimulações ou falsidades. Foi Claude Levi-Strauss – estruturalista – quem afirmou que é a troca que constitui o fenômeno primitivo humano e não as operações discretas nas quais se decompõem a vida social; assim, cabe à etnologia reconstituir a totalidade partindo da unidade que a experiência social se deixa descobrir – buscar a verdade justamente dessas operações discretas que compõe a vida social – e, também, a partir da estrutura objetiva que está formada e vive a sociedade num dado contexto e momento, revelação fruto de uma reflexão crítica e sábia que sabe construir ou descobrir tais estruturas; trata-se, então, de uma apreensão que é mutilada – desmembrada – do sistema social, vale dizer, não necessariamente de acordo com o que subjetivamente quem a vive tem como certeza de como são e porque assim são as coisas. In: BOURDIEU, O desencantamento..., p. 41, nota de rodapé n. 7.

¹⁰³² György [Georg] Lukács (1885-1971), filósofo e político húngaro que procurou interpretar as tese de Karl Marx por uma perspectiva humanista, tendo sido um dos líderes do movimento comunista húngaro e Ministro da Educação e da Cultura da Hungria. Suas obras cobrem uma vasta área, indo da estética e da crítica literária à filosofia, à sociologia e à política. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 15; BOTTOMORE, Tom *et alii*. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 221-3.

e não para si.¹⁰³³ Acentuando sistematicamente o significado simbólico dos atos ou das relações de produção, recusa-se colocar a economia como tal, isto é, como sistema regido por leis originais, e reconhecer explicitamente as finalidades econômicas em relação às quais a ação econômica é objetivamente orientada, a do cálculo interessado, a da concorrência, a da competição ou a da exploração”.¹⁰³⁴

Pierre Bourdieu também identifica a mesma denegação no âmbito da produção. “O camponês não se ergue como poder eficaz face a um mundo estranho: muito próximo a uma natureza fracamente ordenada e pouco marcada pela ação do homem, ele só pode experimentar submissão diante dos poderes que ele não pensa disciplinar. [E indaga:] Devemos nos surpreender que ele não considere sua ação como *trabalho* no verdadeiro sentido, que se recuse tratar como matéria bruta essa natureza onipotente que suas crenças povoam de encantos e de mistérios, que é o lugar de uma sagração difundida e impessoal, fonte de todas as desgraças e de todos os benefícios? O camponês, propriamente falando, não trabalha, fadiga-se. ‘Dá a terra (o teu suor) e ela dar-te-á’, diz o provérbio. Pode-se deduzir daí que a natureza, obedecendo a lógica da troca das dádivas, não concede seus favores senão àqueles que lhe dão sua fadiga como tributo. Porém, mais profundamente, a ação técnica poderia ser uma forma de um ritual de revivificação. É, com efeito, a aplicação de categorias estranhas à experiência do camponês que faz surgir a distinção entre o aspecto técnico e o aspecto ritual da atividade agrícola. Realizando-se dentro de um ciclo cósmico que elas medem, as tarefas agrícolas, lavoura ou colheita, impõem-se com o rigor arbitrário dos deveres tradicionais, ao mesmo título que os ritos que lhe são inseparáveis. Nunca tratada como material vulgar ou como matéria-prima que dever-se-ia explorar, a terra é objeto de um respeito misto de temor (*elhiba*). Ela saberá, diz-se, ‘exigir contas’ e pedir reparação pelos maus tratos que o camponês azafamado (*el ah'maq*) ou desajeitado lhe inflige. A verdade das práticas agrárias e do *ethos* que as ocupa encontra (sic) uma expressão simbólica no sistema ritual cuja análise estrutural permite retomar a intenção oculta. Deixada a si mesma, a

¹⁰³³ Dentro dos diferentes debates estabelecidos no âmbito do pensamento marxista, uma se referiu às classes sociais, mais especificamente ao que se pode considerar como classe-em-si e classe-por-si ou classe-para-si; tal discussão refere-se a quando um grupo de pessoas toma consciência de que elas são uma classe social, portanto, apesar de praticamente serem já se constituírem como uma classe social – classe-em-si –, ainda não tomaram a atitude de incorporação dessa verdade ou realidade dentro da sua consciência – tomar consciência de que é parte integrante de uma classe social é estabelecer-se como classe-para-si –, a fim de começarem a agir concretamente na sociedade como classe – e respectivo *ethos* – que se definem, em oposição às demais classes. In: BOTTOMORE, Tom *et alii*. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 61-4 e 76-7. No caso acima, Pierre Bourdieu apropria-se analogicamente dessa distinção para assinalar o que ele vê e entende acontecer nessa sociedade cabila, quando pratica atos econômicos fundados na lógica da honra e, ao mesmo tempo, quando não toma consciência – ou se recusam a tomar – da verdade objetiva que Bourdieu entende estar presente nas transações sócio-econômicas da dádiva.

¹⁰³⁴ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 40-1.

natureza se dirige para a esquerda, para o baldio e para a esterilidade. À maneira da mulher física e moralmente defeituosa e maligna, ela deve ser submetida à ação benéfica e fecundante do homem. Posto que necessária, inevitável, essa intervenção do camponês e de suas técnicas é criminal porque é violação e violência. Tudo se passa como se os ritos, e particularmente os que marcam os pontos críticos da relação entre o homem e a terra, entre lavouras e colheitas, estivessem habitados pela intenção de resolver a contradição que se encontra no âmago da agricultura, obrigada a forçar a terra para arrancar-lhe suas riquezas”.¹⁰³⁵

Nesse ponto Pierre Bourdieu sintetiza – realiza uma costura unindo as partes significativas de sua complexa análise – essas denegações junto ao sentido e significado acerca do trabalho em tal sociedade pré-capitalista e o sentido de desencantamento do mundo que dele pode decorrer. Desta forma, o trabalho “não é nem uma finalidade em si mesma nem uma virtude por si. O que está valorizado, não é a ação orientada em direção de um fim econômico, é a atividade em si, independentemente de sua função econômica e somente à condição que ela tenha uma função social”. Por isso, os cabilas entendem que o homem que esse respeita – e quer ser respeitado – deve sempre se ocupar com alguma coisa, encontrar algo para fazer e não ficar parado de forma alguma, pois aquele que é considerado preguiçoso é uma pessoa que não realiza o que lhe cabe como função dentro do grupo, se colocando à margem por tal comportamento e se expondo a ser rejeitado do seio do grupo. “Permanecer ocioso, especialmente para quem pertence a uma grande família, significa atraiçoar próprios empenhos com relação ao grupo, significa esquivar-se aos deveres, às tarefas e aos encargos que são inseparáveis ao fato de pertencer ao grupo. Do mesmo modo deve-se apressar-se por exemplo a recolocar no ciclo dos trabalhos e no circuito das permutas de serviços aquele que permaneceu longe da atividade agrícola durante um certo período de tempo, o emigrado ou o convalescente”.¹⁰³⁶

Aos adolescentes de famílias pobres e das viúvas é dito para irem se arrendar – oferecer e prestar serviços –, a fim de tornarem homens segurando o arado e cavando a terra. Assim, da mesma forma que o grupo tem o direito de exigir que cada um se ocupe de alguma coisa, mesmo que seja improdutiva – mas que tenha uma função social –, ele “é obrigado a assegurar a todos uma ocupação, mesmo que seja puramente simbólica”. Por isso o cultivador que oferece uma oportunidade de trabalho àqueles desafortunados e marginais da sociedade, recebe a aprovação de todos, por assegurar – através da ocupação oferecida – a possibilidade desse contingente de pessoas a se integrar no grupo, mais precisamente, “de se tornarem

¹⁰³⁵ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 41-3.

¹⁰³⁶ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 43.

homens aperfeiçoados”. Dentro desse contexto não se pode comparar a concepção ocidental – européia – de trabalho como atividade produtiva e a simples ocupação, tal como entendida na sociedade cabila – um não pode ser reduzido ao outro. Nessa última, é relegado a um segundo plano a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, entre trabalho que gera renda regular e trabalho que não dá rendimentos; a oposição capital e essencial em relação ao trabalho é que se dá “entre o ocioso (ou o preguiçoso) que falta para o seu dever social e o trabalhador que preenche sua função social, qualquer que possa ser o produto de seu esforço. O verdadeiro camponês era reconhecido pelo fato de se aplicar em todos os seus momentos de folga a esses pequenos trabalhos que eram como a arte pela arte de viver camponesamente, a vedação dos campos, apoda das árvores, a proteção dos novos rebentos, ou ‘visita’ (*asaf qadh*) e fiscalização dos campos; porque, na ausência da preocupação da rentabilidade e do rendimento, na ausência da obsessão da produtividade, o esforço era em si mesmo sua própria medida e ao mesmo tempo seu próprio fim”.¹⁰³⁷

Quando não se distingue claramente o trabalho concebido diferentemente por sociedade diferentes, como acima exposto, em trabalho como atividade de ganho e trabalho como função social, o risco é não se compreender a lógica das economias pré-capitalistas, como Max Weber incorreu em mal-entendidos nas suas análises com o conceito equívoco de *beruf* – vocação.¹⁰³⁸ Não há dúvidas que o capitalismo burguês – como a ética protestante – pode ser considerado, conforme o ponto de vista adotado, um sistema onde o trabalho é “uma finalidade em si, não sendo a atividade simples meio econômico, enquanto atividade de lucro, mas finalidade moral, enquanto dever imposta pela ética, ou então, ao oposto, que a finalidade última da existência não é, para o capitalista, o trabalho como finalidade em si, mas o trabalho como ‘meio de ganhar sempre mais dinheiro’, o imperativo fundamental sendo ‘o dever pra o indivíduo aumentar seu capital’”. Mas é justamente nesse segundo sentido que os textos do próprio Max Weber consagram quando se referem ao espírito tradicionalista, revelando que a moral do trabalho nas sociedades desenvolvidas é sempre relacionada como atividade de lucro, de acumulação, e que o que distingue as sociedades tradicionalistas – das sociedades capitalistas modernas – é que o desejo de lucro máximo não é motivo que instigue, incite ou estimule ao trabalho, mas, como observa Pierre Bourdieu, nas sociedades tradicionalistas “o trabalho como função social faz parte dos deveres tradicionais”.¹⁰³⁹

¹⁰³⁷ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 43-4.

¹⁰³⁸ Sobre esse conceito, vide o capítulo três da obra WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 12. ed. São Paulo: Pioneira, 1997, p. 52 e segts.

¹⁰³⁹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 44-5.

Portanto, o trabalho para o camponês cabila, em seu imaginário tradicionalista, não transforma a natureza, “convencido de que [ele] não dispõe de meio algum para agir eficazmente sobre seu próprio futuro e sobre o futuro de sua produção, (...) [não se sentindo] responsável senão pelo ato, não pelo sucesso ou pelo prejuízo, que dependem dos poderes naturais e sobrenaturais”. Mas efetivamente e concretamente – em sua verdade objetiva – a ação dele sobre sua terra e a natureza, por menor e pouco eficaz que seja, é uma violência que ele não pode manifesta-la como tal, pois uma “tal confissão para consigo mesmo (...) [suporia] uma conversão da relação entre o homem e o mundo”.¹⁰⁴⁰

Por isso, assinala Pierre Bourdieu, concluindo sua síntese – denegação ritual, sentido de trabalho e desencantamento do mundo –, que o “trabalho enquanto tal se manifesta quando (e somente quando) a entrega de si próprio, indissociável do sentimento de dependência, dá lugar à agressão confessada contra uma natureza desembaraçada dos encantamentos da magia, e reduzida à sua dimensão econômica. Desde então, a atividade agrícola deixa de ser um tributo pago a uma ordem necessária; ela é trabalho, isto é, ação orientada em direção de outra ordem possível que não pode sobreviver pela transformação do dado atual. Enquanto a distinção entre função social e a função propriamente econômica do esforço permanecem ignoradas, a atividade não pode se orientar explicitamente em direção de uma finalidade exclusivamente econômica. Ora, a organização deliberada e sistemática de todos os meios econômicos em função de uma finalidade comum, o proveito monetário, é a condição de aparição de uma ordem econômica dominada pela necessidade de obter um lucro em dinheiro, necessidade propriamente econômica e independente dos imperativos éticos. O desencantamento do mundo, isto é, o desaparecimento dos encantos e dos prestígios que propendiam para uma atitude de submissão e de homenagem para com a natureza, coincide com o prejuízo do esforço para cativar a duração pela estereotipização mágico-mítica dos atos técnicos ou rituais que visavam fazer do desenvolvimento temporal ‘a imagem nobre da eternidade’. Enquanto a atividade não tem outra finalidade senão a de assegurar a reprodução da ordem econômica e social, enquanto o grupo todo não se propõe outra finalidade senão a de durar e transformar objetivamente o mundo sem portanto confessar a si próprio essa finalidade, o sujeito operante dura pela duração do mundo com a qual tem parte relacionada; não pode se descobrir com um agente histórico cuja ação no presente e contra a ordem presente não toma sentido a não ser em relação ao futuro e à ordem futura que ela se aplica para fazer advir. O tradicionalismo aparece como uma empresa metódica (apesar de

¹⁰⁴⁰ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 45.

desconhecer-se como tal) para negar o acontecimento enquanto tal, isto é, como novidade suscitada pela ação inovadora ou própria para suscita-la; para reduzir o acontecimento fazendo depender a ordem cronológica da ordem eterna da lógica mítica”.¹⁰⁴¹

Para o camponês cabila, a ordem cronológica é concebida dentro da lógica que acompanha a ordem eterna da lógica mítica, sendo os acontecimentos reduzidos – enquadrados – dentro dessa racionalidade que a tradição fixou. Portanto, sua existência é ritmada e ordenada pelas divisões do seu calendário mítico-ritual que eles conceberam ao longo do tempo e que é fundamentalmente baseado numa sucessão ordenada de oposições que marcam e significam sua existência e modo de vida – projeção de visão de mundo. Assim, haveria a época da umidade e a época da seca; o dia e a noite; o masculino e o feminino; a esquerda e a direita; o outono e inverno que se opõe à primavera e verão; a época da lavoura e da sementeira e a época da colheita e da debulha, e assim por diante. Trata-se de um princípio de organização social da sucessão temporal que acaba por determinar “a divisão do trabalho entre os sexos, a distinção entre alimento úmido da estação úmida e a alimentação seca da estação seca, as alternâncias da vida social, festas, ritos, jogos, trabalho, a organização do espaço e tantos outros traços”, ocorrendo que essas oposições são eternas e imutáveis, vale dizer, termos opostos de uma relação intemporal que faz o tempo social – ordem de uma sucessão de acontecimentos sociais significativos ao grupo – reduzir-se a um sistema intemporal de oposições lógicas – conforme seu senso prático de se posicionar na vida e no mundo –, mas efetivamente realizando-se unicamente no tempo.¹⁰⁴²

Desta forma, o calendário dos trabalhos e das festas sociais é ao mesmo tempo um princípio de organização e uma força de integração, pois ao mesmo tempo em que regula a seqüência dos acontecimentos no tempo, também estabelece uma harmonização das condutas individuais e garante uma reciprocidade de expectativas quanto ao comportamento alheio, vale dizer – quanto a este último –, proibindo de fato e implicitamente as possíveis omissões individuais às previsões coletivas e garantindo a coesão do grupo e a previsibilidade – que não se confunde com a da ciência ou do cálculo econômico – dos comportamentos, a ordem social, um ritmo para ela, enfim, um tempo; e “respeitar os ritmos, acompanhar a medida, não andar fora de tempo”, é conformar-se com a ordem social, pertencer ao grupo, significando “ter no mesmo momento do dia e do ano o mesmo comportamento de todos os outros membros do grupo”, sendo que os ritmos anuais são impostos mais rigorosamente – decisão coletiva das grandes datas do ano agrícola, dia e hora de todas as atividades técnicas e sociais.

¹⁰⁴¹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 45-6.

¹⁰⁴² BOURDIEU, O desencantamento..., p. 46-7.

Nesse sentido, adotar ritmos desusados e itinerários próprios – trabalhar enquanto os outros descansam e vice-versa, andar pelas ruas da ladeia enquanto outros dormem, andar por estradas desertas etc. – é condenar-se a se excluir do grupo e ser visto como possuidor de condutas suspeitas. Assim, o respeito aos ritmos temporais é “um dos imperativos fundamentais desta ética da conformidade” e “agir contra o tempo não é somente infringir o imperativo que interdiz de singularizar-se, é transgredir o imperativo que impõem que a gente se conforme a uma ordem social que se confunde com a ordem do mundo”.¹⁰⁴³

Se a razão científica e o *ethos* capitalista procuram assegurar o futuro através de uma previsão que supõe o reconhecimento da possibilidade do imprevisto e a possibilidade de um outro possível oposto imprevisto, sendo a hipótese a afirmação ou negação do acontecimento previsto, portanto criadora de um arbitrário acontecimento que será confirmado ou desmentido, já a razão tradicionalista escapa às perguntas sobre o futuro e os desmentidos que o mundo pode dar aos questionamentos. “Ela não forma a ambição de fazer presa sobre o futuro, mas esforça-se somente em oferecer-lhe a mínima presa. O receio de uma refutação objetiva, capaz de abalar a ordem estabelecida e de interromper o encadeamento das expectativas leva a ater-se, à custa de um constrangimento sistemático do campo das aspirações, a um estado de coisas que possa ser dominado pela simples atualização dos esquemas tradicionais, e a excluir metodicamente as situações insólitas, que iriam exigir a invenção de novos esquemas. A adesão a uma tradição indiscutida implica a recusa a se travar abertamente a luta contra a natureza e conduz par a busca de equilíbrio à custa de uma redução das expectativas, proporcionada à fraqueza dos meios de ação sobre o mundo. Incessantemente ameaçada em sua própria existência, obrigada a dispensar toda sua energia para manter o equilíbrio audaciosos com o mundo exterior, esta sociedade, obcecada pelo cuidado de subsistir, escolhe conservar para conservar-se, antes de transformar-se para transformar”.¹⁰⁴⁴

Conclui, então, Pierre Bourdieu, acerca da temporalidade nessa sociedade tradicional, que a “ordem tradicional não é viável senão a condição de ser aproveitada, não como a melhor possível, mas como a única possível, a condição de que sejam ignorados todos os ‘possíveis laterais’ que encerram em si a pior ameaça unicamente pelo fato de que eles fariam aparecer a ordem tradicional, tida por imutável e necessária, como um possível entre outros, isto é, como arbitrário. Trata-se da sobrevivência do tradicionalismo que é ignorado como tal, isto é, como escolha que se ignora. Recusando o projeto e, ao mesmo tempo, o trabalho como vontade

¹⁰⁴³ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 47-8.

¹⁰⁴⁴ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 48-9.

orientada para a transformação do mundo e dos meios de transformar o mundo, esta sociedade recusa-se a ter uma história. Com efeito, o trabalho, assim como a vontade de progresso ou a consciência revolucionária, reside na escolha de adotar a perspectiva do possível, de suspender o consentimento passivo à ordem natural ou social. A vontade de transformar o mundo supõe a passagem para adiante do presente em direção de um futuro racionalmente calculado que não pode ser atingido senão pela transformação do dado atual e especialmente pela transformação da ação transformadora, isto é, das técnicas e dos agentes que as utilizam. O tradicionalismo visa abolir a sucessão cronológica enquanto descontinuidade continuada, reduzindo a ordem cronológica (no ciclo da vida assim como no ciclo agrário) para a ordem (mito)lógica”.¹⁰⁴⁵

1.2.5.2. NECESSIDADES CONTRADITÓRIAS E CONDUTAS AMBÍGUAS

A profusa e diversa literatura que a antropologia dedica à mudança cultural, estudos que se diferem profundamente por seus objetivos, acabam por revelar algo em comum, qual seja, que “estão geralmente de acordo para tornar autônomos certos níveis da realidade social e não reservam senão um espaço bastante limitado para as transformações econômicas e, especialmente, para o exame sistemático da influência que essas transformações exercem sobre o sistema das relações sociais e das disposições”. Assim, elegendo objetos os mais diversos para estudo, todos eles se atêm à mudança cultural ou à mudança social em sua forma mais acentuadamente genérica, entretanto, omitindo ou não estudando com mais atenção “a análise da diferenciação progressiva da sociedade e as reações diferenciais das diferentes classes sociais”. Desta forma, os especialistas da aculturação estudam esse fato com um aspecto etnológico, dentre outros mais, das características econômicas e sociais das sociedades.¹⁰⁴⁶

Uma certa sociologia produtora de deformações sistemáticas, tendeu a introduzir na análise – sobre as diferenças econômicas e correlativas transformações sociais – uma dissociação, colocando, de um lado, disposições ou atitudes modernas – focadas em transformações psicológicas voltadas, por sua vez, para o modernismo ou modernização transformadora da sociedade – atuando no seio da sociedade, e, de outro, as condições

¹⁰⁴⁵ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 49-50.

¹⁰⁴⁶ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 51-2.

econômicas e sociais par sua constituição e sua expressão. Assim, a sociedade moderna conteria um modelo de comportamento marcado pela empatia, “aptidão para reorganizar rapidamente o sistema do eu (*self-system*)”, adequado à interdependência e ampla participação requerida pela modernidade social, um “sistema do eu expansivo e adaptativo, disposto a incorporar novas funções e a identificar valores pessoais com questões pública”. Por isso, a modernidade e a respectiva transformação social estaria implicada com transformações psicológicas, enfim, a ocorrência de uma mobilidade psíquica, frente ao comportamento verificável nas comunidades isoladas da sociedade tradicional, que seria fundada em personalidades altamente constritivas.¹⁰⁴⁷

Essa análise sociológica que pressupõe e define a modernidade como um estilo de vida participante, e encontraria na mídia de massa um dos fatores determinantes da transformação das atitudes, se esquece de que “reduzir à sua dimensão psicológica o processo de adaptação à economia moderna viria a ser tomar o efeito pela causa”, uma vez que retirar alguém da ordem tradicional e fazê-lo ingressar, mesmo que brutalmente, no mundo da economia moderna, não há dúvidas que “conduzem e supõem transformações sistemáticas do *habitus*”, mas não a ponto de negar que as transformações “nada devem à lógica das disposições adquiridas ou dos sistemas culturais em vista”. Assim, esses mesmos agentes particulares, inseridos em condições econômicas e sociais particulares efetuam as transações culturais e sofrem as transformações caracterológicas exigidas pela modernização, mas intermediados por sua história e cultural, vale dizer, disposições adquiridas conforme seus sistemas culturais.¹⁰⁴⁸

Afirmar – como se afirmou – que os indivíduos em vias de modernização são menos infelizes e que sua felicidade vai crescendo à medida que a sociedade que os cerca se moderniza, revelando assim que as sociedades tradicionais estão fadadas a desaparecer, porque poucas pessoas ainda gostariam de viver conforme as regras tradicionais – e nesse processo fazendo com que a adoção do estilo de vida moderna é resultado de uma livre escolha –, é estabelecer uma verdade sociológica que manifesta antes de tudo o pré-conceito arraigado que move a visão do mundo do sociólogo, vale dizer, é fazer o sociólogo “manifestar sua filosofia implícita da história que faz da ‘sociedade moderna’, isto é, da sociedade capitalista em sua forma americana, o centro de uma atração universal”,¹⁰⁴⁹

¹⁰⁴⁷ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 52.

¹⁰⁴⁸ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 52-3.

¹⁰⁴⁹ Pierre Boudieu contrapõe suas observações frente à teoria da modernização articulada às compulsões comuns que foi elaborada pelo sociólogo Daniel Lerner, e que condicionaria os povos do Oriente Médio. In: BOURDIEU, O desencantamento..., p. 52-3.

reproduzindo o que se imaginava em fins do século XIX e início do século XX, que a reprodução da felicidade inglesa – nessa época a Inglaterra era o centro do mundo e o modelo comportamental e civilizacional de todas as virtudes humanas e sociais – era o caminho da virtude individual e social.¹⁰⁵⁰

Contrapondo-se ao mundo urbano – onde a universalização das trocas monetárias ocorre paralelamente ao desaparecimento de outras fontes de recursos, tornado a busca da renda em dinheiro uma necessidade absoluta e universal –, na sociedade camponesa, havia uma série de fatores que contribuíam para reforçar e proteger a relação que unia o trabalho ao seu produto. Desta forma era a duração dos ciclos agrários que permitia dissociar o esforço pessoal – sempre entendida como causa ocasional de algo – de seu produto – interpretado sempre como dádiva de Deus –; assim também a solidariedade familiar que protegia as pessoas contra a falta absoluta do que é necessário para sobreviver; bem como as reservas de víveres, sempre disponíveis para consumo. Diante disso, “nesse universo econômico [tradicional], a passagem da atividade de produção voltada para finalidades tradicionais à atividade de lucro ‘tradicional’ somente se efetua lenta e progressivamente porque, mesmo quando os rendimentos monetários fizeram sua aparição ao lado dos recursos costumeiros, os produtos da agricultura, da criação de gado e do artesanato familiar permitem satisfazer pelo menos uma parte das necessidades sem ter que recorrer ao mercado”.¹⁰⁵¹

Quando se depararam com a nova realidade sócio-econômica, os cabilas paulatinamente tiveram que se adaptar aos novos sentidos que a nova realidade impunha àquilo que significava de forma diversa frente à sua tradição; os antigos, quando iam trabalhar nas fazendas européias, descobriram e importaram para sua comunidade o significado moderno de trabalho, qual seja, “sem trabalho, sem pão”, ou sem trabalhar é ficar sem ter o que comer e como sobreviver no mundo. “Descobrir o trabalho como atividade de lucro – por contraste à atividade tradicional que daqui por diante aparece com simples ocupação – significa descobrir sua raridade, noção inconcebível em uma economia que ignorava a preocupação da produtividade”, assim como também é descobrir a pressão de fazer parte de um “exército de reserva industrial” esperando conseguir trabalho por um dia que seja para sustentar sua família. “Dentro de tal contexto, a competição para o emprego é a forma primeira da luta pela vida, uma luta que, para alguns, recomeça a cada manhã, e que não conhece mais regras do que um jogo de azar”.¹⁰⁵²

¹⁰⁵⁰ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 53.

¹⁰⁵¹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 53-4.

¹⁰⁵² BOURDIEU, O desencantamento..., p. 54-5.

Ora, para todos – a grande maioria – que não possuem nem diploma nem qualificação, não há liberdade de escolha da profissão ou emprego – isso é praticamente nula – e a colocação em uma atividade remunerada é feita sempre ao acaso. Estão eles todos submetidos a uma concorrência sem freios, onde eles devem estar dispostos e disponíveis para aceitar todo e qualquer emprego, uma vez que a realidade impõe que eles não estão preparados para nenhum deles, estando entregues aos riscos dessa condição sempre incerta. Assim, eles tendem a considerar que cada um tem a sua sorte e o seu destino diante da situação arbitrariamente instituída, e o fato é que o trabalho acaba escolhendo o trabalhador, trabalhador esse que se inicia no trabalho muito cedo, na adolescência, “jogados no meio da competição par ao emprego sem ter para isso preparo algum, mal e mal saídos da escola, quando tiveram a possibilidade de poder freqüentá-la”. Por isso que verificou-se que a maioria dos empregados e operários permanentes, antes de alcançarem essa condição, passaram em vida – desde a adolescência, época difícil da existência – por muitas ocupações – muito padrões e muitos ofícios – antes de chegar a uma verdadeira e própria profissão.¹⁰⁵³

No novo mundo do trabalho e das atividades remuneradas, o grau de instrução do indivíduo é determinante sobre o sucesso ou insucesso que obterá sobre seu futuro. Assim, quanto mais cedo ele deixar a escola, menos liberdade de escolha ele terá sobre sua futura profissão ou atividade laboral. Considerando que cada grau de instrução alcançado corresponde a um grau maior de liberdade futura na escolha da profissão, numa sociedade onde é brutal a falta de diplomas de educação geral e técnica, a simples posse de um certificado de aptidão profissional ou certificado de estudos primários acarreta ao seu possuidor uma vantagem desmedida na competição econômica, assim como saber ler e escrever, frente a outro que apenas sabe ler, é determinante na diferença desproporcional das possibilidades de êxito social. As conseqüências são várias: (I) a progressão na hierarquia social se opera aos saltos, devido às barreiras pelas diferenças de instrução; (II) trabalhadores qualificados ou altamente qualificados acabam tendo um privilégio incomparável, dispendo de todo um conjunto de garantias, seguros e vantagens, e se separando socialmente da massa que não possui qualificação alguma; (III) aos privilegiadíssimos – reduzidíssimo número – possuidores de um diploma de instrução geral, estão reservados o monopólio dos empregos administrativos e funções consideradas nobres socialmente; (IV) na medida em que a sociedade está entregue ao analfabetismo e pouco informada acerca da importância da educação escolar e das hierarquias que proporciona e lhe são correlatas, favorece a existência

¹⁰⁵³ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 55-6.

da *subintelligentsia* de pequenos burocratas e suas técnicas carismáticas no exercício de suas funções e competências.¹⁰⁵⁴

Já para os subproletários, a sua existência é marcada pela insegurança e pela arbitrariedade, sujeitos facilmente à exploração por parte de empregadores e intermediários. Pagamentos de comissão, busca de uma proteção através de conhecidos, parentesco, vizinhança e camaradagem onde, ao mesmo tempo em que se cria a impressão atenuada da arbitrariedade, acabam desenvolvendo a cultura de que tais expedientes tudo permitem. Tais relações pessoais são previamente favorecidas pela tradição cultural que estimula, encoraja e impõe a solidariedade e o auxílio mútuo. Assim, o nepotismo é uma virtude, e quem teve sucesso profissional – e se respeite e tenha honra – deve por obrigação ajudar sua família e os outros mais ou menos próximos que necessitam, utilizando sua posição e relações pessoais para tal intento. Verifica-se que tal auxílio mútuo é a única garantia que possui o camponês brutalmente jogado na grande cidade.¹⁰⁵⁵

Apesar da proteção se estabelecer como uma realidade necessária frente às circunstâncias – excesso de mão-de-obra, procedimentos de recrutamento incertos ou inaplicabilidade de métodos racionais de recrutamento, e raridade de trabalhadores qualificados –, verifica-se que essa eficácia das proteções e relações pessoais funciona diferentemente conforme a categoria profissional e os diversos setores da economia. Assim, no setor tradicional do artesanato e comércio, funcionam os antigos procedimentos de recrutamento, em especial nas pequenas empresas familiares, onde artesão e comerciantes administram uma loja cuja propriedade é de um parente ou que se instalaram com a ajuda financeira de um parente ou amigo; daí porque, nesses setores tradicionais se estabelecerem quem não tem qualquer tipo de bagagem cultural ou técnica, contornando barreiras que as regras racionais ou semi-racionais de seleção impõem. Mas no setor considerado moderno, verifica-se que essa realidade também está presente, só que de outra forma, vale dizer, não são as empresa que recrutam, mas uma cooptação feita entre os funcionários é que engajam de fato aqueles que irão trabalhar na empresa; aqui pessoas que se encontraram e formaram “uma rede de pequenos grupos, nascidos do auxílio mútuo e da cooptação, (...) resguardam fragmentária e parcialmente no seio do mundo do trabalho um tipo de relações sociais características de um sistema cultural fundado sobre os vínculos de parentesco e de interconhecimento”.¹⁰⁵⁶

¹⁰⁵⁴ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 56-7.

¹⁰⁵⁵ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 57-8.

¹⁰⁵⁶ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 58-9.

É nos empregados e nos quadros subalternos onde se manifesta mais vivamente a influência real da proteção; assim quem é mais privilegiado – apoio de amigos e/ou parentes – pode aspirar empregos estáveis e não muito cansativos, sendo os trabalhadores permanentes que acabam estabelecendo uma rede mais ampla e mais forte de relações sociais, frente à rede que os subproletários formam entre si, fato esse marcante nos subproletários muito devido à sua permanente situação de instabilidade laboral, condição de vida essa que é causa e consequência de sua própria situação profissional, enfim, um destino que lhe foi arbitrariamente pré-traçado. Assim, os subproletários, que têm menor probabilidade de estabelecer outros vínculos senão aqueles restritos ao local de trabalho, explicam essa realidade através de argumentos tais como a dureza das atividades e a distância de sua residência, entretanto, o que pode ser verificado como determinante é “na realidade, (...) o [seu] afastamento psicológico com respeito à profissão, à empresa e com respeito a tudo que dela participa; é uma recusa generalizada em aderir a um universo globalmente detestado, é a vontade de determinar um corte, o mais enérgico possível, entre o meio de trabalho onde eles sentem ser inferiores e a vida decente, a vida familiar que, como compensação, toma um lugar bastante grande”.¹⁰⁵⁷

Daí decorre que a miséria das condições de trabalho e a pobreza material – e o esgotamento que a nova realidade de vida impõe – acabem com a tradição do auxílio mútuo, sendo até mesmo invocado a miséria comum como motivo e justificação pelo fim da tradição; alguns, extremando o individualismo forçado, acabam por rejeitar relações fora do ambiente de trabalho. Por outro lado, o “estabelecimento de relações amigáveis com base nas relações profissionais parece pois ser inseparável de uma forte adesão à profissão e de uma forte integração ao grupo de trabalho. Os operários qualificados, geralmente antigos nas empresas, mantêm quase sempre boas relações com seus companheiros”, sendo que o aburguesamento das relações sociais, medido pelo acanhamento ou distanciamento em relação às massas operárias e de escalão mais baixo na empresa um fenômeno entre os operários altamente qualificados.¹⁰⁵⁸

As novas relações de trabalho, em especial, as relações com os superiores, com sua impessoalidade fria e brutal, são um experimento doloroso para quem foi preparado por toda sua tradição cultural a esperar e corresponder relações interpessoais intensas e superdeterminadas, agora realçando em estado de nostalgia sua aspiração por relações mais humanas, até mesmo pelo receio de perderem o emprego. Por isso essa nostalgia se refletiria

¹⁰⁵⁷ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 59-60.

¹⁰⁵⁸ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 60.

no fato de que o apego ao patrão seria um forte motivo para não deixar o emprego mesmo por um salário mais alto, além do que uma empresa gerida por relações profissionais de cunho patriarcal ou paternalista é marcada por possuir empregados ou operários satisfeitos com sua profissão, mesmo descontentes com seus salários; aqui, o que prevalece é a nostalgia das relações encantadas e a oposição maniqueísta entre o bom e o mau patrão cultivada pelos subproletários, fato esse que não se repete na mentalidade dos mais moços, “que têm uma consciência política mais coerente e que acedem mais amiúde à noção capitalista de trabalho como simples meio de adquirir uma renda em dinheiro, [e] tendem a considerar o patrão enquanto tal e acomodar-se com relações neutras e impessoais”.¹⁰⁵⁹

Devido à situação de desemprego crônico é que se permite compreender o fato de três quartas partes dos trabalhadores afirmarem não gostar de seu ofício, invocando como explicação a insuficiência do salário e o caráter difícil ou perigoso do trabalho, mas se calando quanto ao fato de estarem desprovidos de iniciativa no trabalho e reduzidos a mero executante de uma atividade, a insuficiência do salário, a distância em relação ao lugar do trabalho, o caráter monótono da tarefa, os mais tratos e trotes aplicados pelos superiores, a aspiração por relações mais humana no ambiente de trabalho, e a inércia em procurar outro trabalho, tudo isso coincidindo com o fato de haver uma grande estabilidade no emprego. Somente uma parcela de trabalhadores das categorias mais favorecidas é que têm expectativas de enriquecimento e prestígio, por isso valorizando suas atividades e tarefas. Tendo consciência do excedente de mão-de-obra e de que evita-se substituí-los até onde for possível, a principal preocupação de quem tem um emprego ou ofício é conserva-lo e manter-se nele, por mais detestável que ele seja. A adesão forçada ao emprego, e a renúncia ou fracasso em procurar outro substituto, expressa o medo deles em relação ao desemprego, e nesse contexto de desemprego estrutural possuir um emprego permanente – seja ele qual for – é um privilégio.¹⁰⁶⁰

Para um pequeno grupo privilegiado, sua instabilidade no emprego pode-se dizer “ser escolhida”, ou seja, tendo em vista sua qualificação, podem encontrar emprego muito mais facilmente, sendo praticamente garantido o trabalho, e tendo o privilégio de reivindicar sua dignidade laboral, por se encontrarem isentos de preocupações como amanhã; para a grande maioria desqualificada a instabilidade é de outra natureza completamente diversa, vale dizer, é a “instabilidade forçada” de quem tem receio de ser demitido do emprego e que a tudo cede diante do imperativo do trabalho a qualquer preço, tendo que escolher, muitas vezes, entre a

¹⁰⁵⁹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 60-1.

¹⁰⁶⁰ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 61-2.

fome e a desprezo e que, portanto, não tem como reivindicar uma dignidade no trabalho. O trabalho, assim, para uma grande maioria é no fundo um simples meio de sobrevivência – ganha pão – onde o desemprego é receado muito mais pelo fato dessa situação ser interpretada como privação econômica e, por sua vez, como uma mutilação social. Somente nessa lógica do receio de provação econômica e conseqüente mutilação social – e não na lógica calculista da rentabilidade econômica – é que pode ser compreendida a razão da conduta de uma infinidade de pequenos comerciantes ambulantes – vendedores de objetos praticamente de valor baixíssimo como badulaques, penduricalhos, bibelôs, roupas usadas, melancias, amendoins etc. – que passam o dia inteiro arrastando suas pequenas carretas na esperança de até o final do dia vender uma ou outra coisa.¹⁰⁶¹

Esse tipo de trabalho ou de ocupação tem um significado social. O “pequeno comércio é a única ocupação que não exige capital inicial algum, nem a qualificação profissional ou alguma aptidão especial, nem a instrução, nem o dinheiro, nem o local, nem ‘as proteções’. Esse é o mesmo e único recurso daqueles que nada têm e a quem estão interdidas todas as profissões, inclusive (...) as profissões pesadas e unanimemente desprezadas, ‘a pá e a enxada’. De um modo geral, o problema do investimento inicial não é colocado. Pode-se levar em nenhuma conta ‘o equipamento’, caixotes colocados sobre rodas de bicicletas (...), um sem fim de outras criações tão insólitas quão engenhosas. A mercadoria é adiantada por um parente ou um amigo, sendo reembolsada depois de ter-se efetuada a venda”. Mas essa situação nem sempre se revela favorável aos ambulantes, havendo dias que nada ganham e ocasiões em que tudo que ganham é destinada para quitação de suas dívidas.¹⁰⁶²

Pois bem, esses lucros irrisórios – dentro de uma lógica objetiva e calculista – que eles colhem – quando conseguem – não são nada desprezíveis para quem nada tem. Mas não é esse interesse de lucro que move essa massa de “falsos ofícios”, pois em realidade se verifica que a situação de desemprego estrutural e a pressão econômica decorrente, fazem em quem esteja em tal situação de penúria “perpetuar práticas que toma de empréstimo suas justificações na moral camponesa do passado”. Quando se enuncia que um homem digno deve trabalhar e, em último caso, tornar-se ambulante, para não viver às custas de outros, muito além de imediatamente estar sendo reproduzido uma lógica moderna do *ethos* profissional, “para os subproletários das cidades que conservam viva a preocupação da dignidade própria, as aparências de ocupação são o último recurso contra a derradeira perda do poder daquele que se faz nutrir pelos outros, que vive a cargo dos parentes ou dos vizinhos.

¹⁰⁶¹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 62-3.

¹⁰⁶² BOURDIEU, O desencantamento..., p. 63-4.

Tal atividade não tem na verdade outra finalidade senão a de assegurar a salvaguarda do respeito a si próprio”. Mas isso não significa que estaria existindo um mesmo sentido e uma mesma função à atividade simbólica do subproletariado da cidade, frente àquela do camponês antigo. Trata-se de uma identidade aparente, pois “a atividade tradicional conforme as expectativas do grupo diferencia-se do trabalho enquanto atividade produtiva do mesmo modo que [este de] a simples ocupação. Uma sociedade que, como a sociedade camponesa, atribue-se o dever de dar trabalho a todos seus membros, que, ignorando a noção de trabalho produtivo ou lucrativo e, ao mesmo tempo a raridade do trabalho [seus ganhos e lucros], exclui a consciência do desemprego, pode estimar a possibilidade de que sempre há algo a fazer para quem quer fazer alguma coisa e tratar o trabalho como um dever social, a ociosidade como uma falta moral. Identificando-se a atividade à função social e não se medindo ao produto em espécie (e menos ainda em dinheiro) do esforço e do tempo despendidos, cada qual está no direito de sentir-se e dizer-se ocupado, conquanto preencha o papel que convém à sua idade e a seu código. Na sociedade urbana, ao contrário, a atividade que não garante uma renda em dinheiro aparece como mutilada do que é, segundo a nova lógica, o seu resultado natural”.¹⁰⁶³

Assim, excluídos de trabalhos que podem lhe trazer uma renda, os subproletários acabam renunciando a uma busca da satisfação econômica para se dobrarem às ocupações cuja finalidade principal é fornecer uma justificação perante o grupo. Aqui a função principal do trabalho é dissociado do seu resultado econômico e alçado a um outro plano moral. “trabalhar, mesmo que por uma renda ínfima, é, perante si mesmo e perante o grupo, fazer tudo que é possível para ganhar a vida trabalhando, para subtrair-se à condição de desempregado. Ao se estar na impossibilidade de encontrar um trabalho verdadeiro, tenta-se preencher o abismo entre as aspirações irrealizáveis e as possibilidades efetivas desempenhando um trabalho cuja função é duplamente simbólica pelo fato que ela traz uma satisfação fictícia àquele que a realiza, ao mesmo tempo que lhe proporciona uma justificação perante os outros, aqueles que a pessoa tem a cargo e aqueles a quem essa pessoa recorreu pra subsistir. Por seu lado, o grupo não pode razoavelmente ter os desempregados por responsáveis de sua falta de emprego: mas está em seu direito esperar que se ocupem com alguma coisa. A lógica das relações entre parentes nunca exclui de uma maneira absoluta a consideração do interesse e do cálculo; do mesmo modo não se considera ser obrigação estar

¹⁰⁶³ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 64-5.

ligado aos deveres de solidariedade senão para com aqueles cuja atitude é testemunho de que são vítimas de uma situação objetiva e não de sua incapacidade ou de sua preguiça”.¹⁰⁶⁴

Com a vinda da nova racionalidade econômica, opera-se uma mudança, onde o trabalho como simples ocupação não pode mais sobreviver à lógica antiga de que o indivíduo estaria exonerado de suas responsabilidades bastando fazer algo em vez de nada; a ocupação é agora definida em termos negativos e trabalho verdadeiro é aquele que traz uma renda em dinheiro. Por isso essa mistura entre duas lógicas – a capitalista e a pré-capitalista –, enfim, duas ideologias diferentes, para justificar ainda em tempos modernos a ocupação. Assim, apesar da sociedade camponesa não dissociar a função econômica e a função social da atividade laboral, agora ela tem de viver com essa dualidade explícita do trabalho, onde é um dever categórico trabalhar, mesmo que por um lucro nulo – moral social do trabalho como maneira de preencher suas obrigações para com o grupo –, e sempre insistir que esse lucro não é nada desprezível – moral econômica do trabalho visto sempre como atividade produtiva e lucrativa.¹⁰⁶⁵

Essa dualidade constitui-se numa ambigüidade que, para ser compreendida completamente, supõe-se – por quem passou por ela – que se tenha recorrido, alternativa e sucessivamente, a dois cálculos – racionalidades – diferentes. A racionalidade econômica vê como absurda a atividade de simples ocupação que elimina todo cálculo entre lucro e tempo de trabalho despendido; assim, a conduta dos camponeses antigos é preciso sempre ser lembrada para explicar a atitude da simples ocupação, mais especificamente sua visão de mundo onde não se pode medir um fato – quantificá-lo em termos de despesas do trabalho, ou tempo de trabalho em dinheiro – e concebendo numa única essência os meios utilizados para obter uma finalidade e o produto final como resultado obtido. Para o camponês antigo, “a ausência de cálculo e de contabilidade é um dos aspectos essenciais da ordem econômica e social da qual participa”, pois as atividades econômicas – nunca isoladas – estão imbricadas num conjunto de outras atividades rituais não quantificáveis e incomensuráveis, realizando “finalidades tradicionalmente definidas por meios tradicionais”.¹⁰⁶⁶

Entretanto, o subproletário das cidades e o camponês proletarizado acabam acedendo à idéia de calculabilidade e do cálculo abstrato que a nova racionalidade econômica impõe, mesmo que se sua nova existência e conduta econômica sejam alçadas à incoerência, como a atividade que acaba sendo desprovida de rentabilidade, portanto, de significação.

¹⁰⁶⁴ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 65-6.

¹⁰⁶⁵ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 66-7.

¹⁰⁶⁶ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 67.

Indiferentemente ao fato de serem produtos de uma necessidade ou uma estrita obediência á lógica antiga, “as novas condutas sempre são acompanhadas de um mínimo de ideologias que visam racionalizar as escolhas forçadas: a consciência de que pode-se agir de outro modo acha-se englobada na consciência de estar impedido, de fato e pela força das coisas, de agir de outra maneira (...) [pois] a necessidade na pode aparecer como tal senão a uma consciência para quem existem outros possíveis”.¹⁰⁶⁷

Para os trabalhadores que aceitam fazer horas-extras suplementares, a justificativa de todos se reduz a permitir a família viver ganhando mais; mas todos entendem que as referidas horas-extras suplementares não tem sentido algum, sendo um absurdo para quem já trabalhou o dia todo, admitindo aqui implicitamente a noção de trabalho limitado no tempo e a noção correlativa de salário por hora trabalhada. Para eles, o salário que eles merecem receber é aquele rendimento necessário para a satisfação de suas necessidades familiares, remuneração essa que deve ser definida pelo número de crianças que possuem pra sustentar – portanto, excluindo a função do mérito na remuneração – e excluindo de suas avaliações sobre remuneração a noção de salário hora; entretanto, pragmaticamente “eles não podem ignorar, todavia, as exigências que o novo sistema lhes propõe ou lhes impõe, mesmo quando isso lhes impede de as realizar [suas necessidades materiais-econômicas]”.¹⁰⁶⁸

Agora, as necessidades econômicas – conforme a nova racionalidade capitalista impõe – imperam, subordinando todas as finalidades, vale dizer, finalidades tradicionais, bem como todos os meios de atividades de lucro monetário, fazendo com que as antigas normas que regulavam as relações entre parentes e respectivos valores de honra e solidariedade, se curvem às exigências do cálculo. Por isso, contrapondo-se duas regiões afetadas diferentemente pelo tipo de economia predominante, verificou-se que no sul da Argélia – no meio rural, onde é mais difícil o ingresso do espírito monetário e os comportamentos correlativos requeridos, mas que no fundo tem na agricultura a fonte dos principais recursos econômicos –, onde preservou-se a economia tradicional, continuou a funcionar o sistema patriarcal onde o chefe de família – que se declarou como tal – é o mais idoso, com autoridade sobre o grupo fundada na tradição, independentemente de sua contribuição para a vida econômica dos membros grupal, sendo os demais membros da família subordinados ou dependentes dele; um sistema de indivisão que garante a autoridade do patriarca e a unidade da família indivisa. Diferentemente, na região da Cabília e nas grandes cidades da Argélia, onde a penetração da economia capitalista foi mais intensa, verificou-se que aquele que

¹⁰⁶⁷ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 67-8.

¹⁰⁶⁸ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 68-9.

contribui em maior parte para o orçamento familiar – independente da idade – é que declara-se chefe da família, mas com algumas matizes: o pai – ou irmão mais velho – trabalhando como seu filho – ou irmão mais novo – que é muito jovem, conserva sua autoridade efetiva; mas uma divisão dos poderes pode operar-se espontaneamente, onde um jovem chefe da família, por ser mais instruído, toma decisões econômicas que afetam a vida familiar e o seu conjunto de relações econômicas como um todo, tendo em vista sua instrução e grau objetivo de adaptação à modernidade econômica. A totalidade desses diferentes fatos ou manifestações, revela que as situações concretas fazem emergir diversas formas de relações familiares, que vai da tradicional autoridade patriarcal até o desarranjo da relação costumeira.¹⁰⁶⁹

Disso tudo, sintetiza Pierre Bourdieu que a “construção de uma representação coerente do mundo social e da posição ocupada neste mundo obedece às mesmas condições de um modo de vida. A tomada de consciência como a tomada de posse da verdade de sua própria posição nas relações de produção e dos mecanismos sociais que a produzem e tendem a reproduzi-la não é independente da posição ocupadas nestas relações e da ação dos mecanismos que a determinam (no duplo sentido). Em resumo, há condições econômicas da tomada de consciência das condições econômicas”.¹⁰⁷⁰ Uma primeira consequência desse fato é que a pluralidade de rendimentos em dinheiro numa família – rendimentos agora mensuráveis e comensuráveis – encerra em si a virtual ruptura e ameaça da autoridade do chefe da família – seja quem for – porque cada um agora pode medir sua contribuição pessoal no rendimento global, ao mesmo tempo em que permanece existindo a dependência econômica – necessidades – de todos os membros no consumo. Cada família e/ou cada indivíduo começa a praticar a contabilidade racional e avaliar precisamente a parte que lhe cabe nos rendimentos e nas despesas, diversamente do que ocorria com a indivisão que repelia o cálculo.¹⁰⁷¹

Também ocorre, com a nova racionalidade econômica, a freio na expansão da família ampla devido a crise habitacional, bem como separação de núcleos familiares quando a oportunidade aparece, diferentemente dos grandes núcleos congregados familiares tradicionais. A nova racionalidade econômica, seu sentido de cálculo, provoca, no âmbito doméstico, alteração de condutas em geral por motivos econômicos, conduzindo inexoravelmente ao fato de que a família tenda a se tornar “a unidade econômica e social de

¹⁰⁶⁹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 69-70.

¹⁰⁷⁰ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 70.

¹⁰⁷¹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 72.

base à medida que crescem o grau de adaptação ao sistema econômico moderno e o montante dos rendimentos”. Entretanto, o sistema tradicional de coabitação indivisa, que impede a racionalização das condutas, e também impedindo empreendimentos ou realizações conjuntas à longo prazo – calculabilidade e previsibilidade – mantendo as famílias na “incoerência forçada impedindo o cálculo”, por outro lado permite aos mais pobres, com a coabitação, realizar uma forma equilibrada de sobrevivência e vivência, “em razão, entre outras coisas, da pluralidade da fontes de rendimentos (simultâneas e sucessivas) para uma despesa única”.¹⁰⁷²

Outras conseqüências advindas com os novos tempos e respectivas novas condutas ou adequados e afins comportamentos, dizem respeito às determinações que sucedem devido à mudança da estrutura das atividades dos diferentes membros da família, determinações que implicam em transformações importantes. Desta forma, se verificou que a dependência econômica da mulher aumentou, a despeito do fato de que a urbanização da vida tenha provocado uma emancipação em outros domínios; a adoção, mesmo que parcial ou inconsciente, “das disposições econômicas capitalistas leva a depreciar as atividades femininas não reconhecendo como trabalho verdadeiro senão aquele que produz um rendimento monetário. Na podendo trabalhar fora de casa, ela tem a seu cargo a parte interna e permanece completamente estranha (salvo nas camadas mais favorecidas) às decisões econômicas importantes, ignorando às vezes até quanto seu marido ganha. Enquanto a ideologia própria a justificar e valorizar, sua nova função não está formada, ela se acha relegada a um rol e a uma categoria inferiores de maneira mais brutal e mais total do que antigamente, porque o novo universo econômico e social tende a desapossá-la das próprias funções que a antiga sociedade lhe reconhecia”.¹⁰⁷³

Também se verificou que ocorreu uma diminuição da dependência dos jovens em relação aos pais, na medida em que eles começaram a trazer um salário e forma se instruindo mais do que seus antepassados, adaptando-se melhor ao mundo econômico. Um subemprego crônico no novo modo de viver social ou mesmo dentro de um modo de vida na sociedade tradicional, faria com que eles permanecessem na dependência de seus pais enquanto estes vivessem, entretanto, na sociedade urbana capitalista, oportuniza-se condições econômicas para que eles possam se emancipar, uma vez que tomando consciência de que trazem parte do rendimento familiar, passam a exigir participação na gestão do orçamento, mesmo entregando parcialmente ou totalmente seu salário ao pai. Desta forma, a família passa a ser palco de um conflito civilizacional, de tensão entre gerações – especialmente quando há a coabitação de

¹⁰⁷² BOURDIEU, O desencantamento..., p. 72-3.

¹⁰⁷³ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 73.

três gerações sob o mesmo teto – mas que nem sempre toma sua forma mais aguda ou radical, porque a contemporização diante da nova realidade produz soluções razoáveis ou possíveis diante das circunstâncias: o filho decide entregar a totalidade de seus ganhos ao pai sem efetuar cálculo algum, atitude muito comum nas famílias dedicadas ao artesanato ou comércio; as famílias decidem se separar, para indignação dos pais; o pai acaba aceitando cada vez mais – concordando ou não – o novo modelo de relacionamento entre pais e filhos e a ideologia correlata; o pai ou irmão mais velho acaba dando uma mesada ao irmão caçula.¹⁰⁷⁴

Assim, sobre a realidade fática de emancipação dos jovens, verifica-se esta ser mais precoce na medida em que “mais rapidamente eles conseguem um emprego estável e bem remunerado, quanto mais eles estão instruídos ou, mais exatamente, quão maior é a diferença entre o nível [educacional] dos pais e o dos filhos. O caso extremo é aquele dessas famílias onde o pai analfabeto é obrigado a recorrer ao filho ou à filha, ainda meninos, para ler ou redigir as cartas, preencher os formulários administrativos ou mesmo orientar suas decisões pelo que diz respeito à vida econômica da família”. Não é incomum também verificar-se o pai manter uma autoridade absoluta sobre os filhos mais velhos e desprovidos de instrução, mas deixar em situação de liberdade quase total os filhos mais moços que freqüentam a escola. Assim, na maioria dos casos familiares, o novo sistema sócio-econômico provocou e determinou a eliminação da autoridade indiscutida do chefe de família centrada no pai ou no mais velho ancião familiar, ordenador de todas as coisas.¹⁰⁷⁵

Diante desses fatos novos, os adeptos à antiga e tradicional ordem social acabam se obrigando a se acomodarem aos novos valores que assim se impuseram, devido, especialmente, a generalização das trocas monetárias – determinação fruto da implementação de uma nova realidade econômica que influirá decisivamente nos comportamentos e tradições sociais e histórico-culturais – e que praticamente independe de uma possível influência que pudesse ser exercida, por si só, pelo exemplo de vida familiar europeu. Note-se que disposições como busca do lucro e espírito de cálculo e previsibilidade são diametralmente opostas àquelas disposições que garantiriam a salvaguarda da família tradicional; os novos tempos impõem que as relações de parentesco não estejam mais ao abrigo do novo e requerido comportamento de cálculo econômico, frente ao que antigamente e tradicionalmente existia, vale dizer, na sociedade antiga, as relações econômicas eram concebidas sobre o modelo das relações de parentesco.¹⁰⁷⁶

¹⁰⁷⁴ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 73-4.

¹⁰⁷⁵ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 74-5.

¹⁰⁷⁶ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 75.

Esse fenômeno econômico e as profundas transformações sociais que provoca no seio de toda uma tradição social, que é em realidade uma estrutura estabelecida fortemente ao longo do tempo, de convivência ou de vivência social, e irá repercutir em diversas dimensões existenciais de uma sociedade como a cabila da Argélia. O sentido de trabalho, a família, o honra, os deveres ou obrigações moral-individuais e moral-sociais, enfim, tudo sofrerá uma transformação que necessitará uma atitude negociada justamente por via de tudo que o passado tradicional lhes legou, para enfrentar as demandas que a nova racionalidade econômica lhes impõem com repercussão inexorável nas questões mais cotidianas de sua vivência. No plano da solidariedade familiar, que impõe a coabitação e o partilhamento econômico, verifica-se que à “medida em aumentam o grau de adaptação à economia capitalista e o grau de assimilação das disposições correlativas, a tensão entre as normas tradicionais que impõem deveres de solidariedade para com a família numerosa e os imperativos de uma economia individualista e calculadora não param de aumentar”.¹⁰⁷⁷

Os subproletários, que estão submetidos a pressões ambíguas, acabam tomando atitudes contraditórias diante das necessidades; ora, as necessidades da economia impõem inexoravelmente o desenvolvimento do espírito do cálculo, querem eles queiram ou não, mas ao mesmo tempo, ditados pela tradição, impedidos de os exercê-los – ou pelo mesmo ostentá-los explicitamente – em sua conduta cotidiana. “Mais precisamente, o espírito de cálculo que se introduz, já foi visto, com a calculabilidade (isto é, concretamente, com as rendas monetárias) contradiz o tipo de relações familiares do tipo antigo e isto no momento em que os embaraços econômicos e a crise habitacional impõem muitas vezes a conservação ou a reconstituição das grandes famílias”. Assim, nas favelas modernas, verifica-se um fenômeno onde a aparência indica haver uma indivisão da vivência entre os membros de uma mesma família, procurando revelar exteriormente uma aparente coesão de uma família numerosa, mas realmente e efetivamente ocorrendo o que se denomina por “divisão do interior” dessa família. Para não faltar à honra tradicional, antigamente “algumas famílias levam a indivisão para o interior e efetuam secretamente a partilha de todos os bens, mantendo inteiramente por fora a ficção da unidade, do mesmo modo, as famílias da cidade não apresentam muitas vezes senão as aparências da indivisão porque o espírito de cálculo corrói uma unidade imposta pela necessidade”.¹⁰⁷⁸

Por isso é que a necessidade econômica impõe aos mais desfavorecidos socialmente uma conduta ambígua – contraditória –, de modo a se poder ver em suas atitudes tanto o

¹⁰⁷⁷ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 75.

¹⁰⁷⁸ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 75-6.

cumprimento quanto a transgressão das regras da tradição, entretanto, tais condutas acabam não obedecendo a verdade estrita da lógica tradicional, nem se subordinam a uma vinculação estrita da verdade da economia capitalista. Concebe Pierre Bourdieu que, na “realidade, tal como uma *Gestalt* ambígua, cada conduta pode formar o objeto de uma dupla leitura pois ela traz em si própria a referência às duas lógicas impostas pela necessidade. É assim que a existência do dia-a-dia do subproletário e do camponês proletarizado difere de maneira absoluta da existência rodeada de segurança do *fellah* de antigamente. Num dos casos, a busca da subsistência é a finalidade única, unanimemente aprovada, no outro caso, a obtenção do mínimo de sobrevivência é a finalidade imposta pela necessidade, a uma classe explorada. Pelo fato que o contexto está mudado e que todos têm consciência disso, pelo fato que as garantias econômicas e a segurança psicológica que eram outrora fornecidas por uma sociedade integrada e uma tradição viva estão abolidas, a improvisação arriscada toma o lugar da previdência costumeira e da estereotipização tranquilizadora dos comportamentos. Deste modo, o desemprego e o emprego intermitente trazem consigo uma desorganização da conduta onde é preciso livrar-se de ver uma inovação fundada sobre uma conversão da atitude. Tradicionalismo e desespero e falta de planejamento de vida são as duas faces de uma mesma realidade”.¹⁰⁷⁹

1.2.5.3. ESPERANÇAS SUBJETIVAS E PROBABILIDADES OBJETIVAS

O camponês proletarizado e o subproletário urbano conhecem o sentido de futuro marcado pelo iminente, limitado pelo presente imediato e as demandas igualmente correspondentes; ele não se permite – em realidade está impossibilitado de fato – sonhar, imaginar, conceber racionalmente, dentro da probabilidade permitida pelo cálculo e previsibilidade, a construção de um futuro distante, a projeção de um ganho diferido para o futuro. “Afastar-se do mundo a fim de encará-lo ou para dominá-lo significa afastar-se do presente imediato e do futuro iminente, urgência e ameaça, cujo presente é considerável”. Para o subproletário e o camponês, desta forma, o que é possível alcançar para o futuro – o campo dos possíveis – está precisamente limitado ou condicionado pelo campo das possibilidades objetivas, vale dizer, aquilo que ele vive e dependentemente o regula

¹⁰⁷⁹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 76.

diuturnamente, enfim, existência muito marcada pelo presente imediato e as possibilidades objetivas que este oferece a ele e sua família, condicionando qualquer projeto individual ou mesmo qualquer consciência revolucionária – vontade de mudança – pois ambos estão imbricados ou estão jungidos dentro de um mesmo plano de visão de mundo e ponto de partida reflexivo.¹⁰⁸⁰

Planejar uma vida, organizar-se segundo um plano de vida, adquirir o hábito e se conduzir por uma forma consciente, sistemática e racional frente ao sistema econômico – conforme ele assim requer –, somente se inicia quando a pressão da necessidade econômica imediata se abrandava, sendo que nas diferentes etapas do processo “que leva da existência deixada ao acaso para a conduta econômica regulada pelo cálculo correspondem diferentes formas da consciência do desemprego e da consciência revolucionária”. É de se notar que os indivíduos mais desprovidos de recursos mínimos para garantir sua dignidade de vida e de sua família, quando interrogados sobre uma renda que seria necessária ou suficiente para eles viverem bem, invariavelmente dão como resposta formulações de aspirações desmedidas que parecem ser distribuídas ao acaso, tendendo a indicar uma falta de noção acerca do que eles precisam para bem viver, pois entre a renda estimada como necessária e a renda real que possuem para viver, verifica-se uma variação ou diferença gigantesca. Mas é de se considerar que a avaliação das necessidades é parte das preocupações mais rotineiras e urgentes de suas vidas, assim, como considerar dissociadas da realidade as opiniões emitidas acerca dos aspectos de sua existência, que refletem antes de tudo uma condição humana de vida e – justamente por essa realidade – a quem devem ser permitido pelo menos sonhar? Suas opiniões reforçam as suas mais prementes necessidades, por mais absurdo que possam parecer.¹⁰⁸¹

O “grau de compromisso na opinião formulada é função do grau de acessibilidade do futuro visado; ora, este futuro é mais ou menos acessível segundo as condições materiais de existência e do estatuto social de cada indivíduo e, por outro lado, segundo o domínio da existência que se acha empenhado”; tal consideração é necessária assinalar antes de avaliar objetivamente, por exemplo, numa hierarquia de opiniões sobre o futuro que cada um empenhou ou planejou, que vai do devaneio ao projeto arraigado nas condições do presente. Nesse sentido, as opiniões sobre o futuro das crianças, que exigem projetos de vida de, no mínimo, duas gerações para colher os frutos futuros, obtêm respostas ainda mais

¹⁰⁸⁰ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 77.

¹⁰⁸¹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 77-8.

desordenadas e irregulares que sobre a avaliação das necessidades de cada indivíduo e respectivas famílias.¹⁰⁸²

Por outro lado, verifica-se um fenômeno diferente, quando se entrevista pessoas que alcançaram um nível de rendimento mais elevado, ou seja, onde a distância entre o nível de aspiração e o nível de realidade – entre as necessidades e os meios – é bem menor ou decrescente à medida que os rendimentos familiar aumentam, portanto, tendendo a se tornar realistas as aspirações, na medida em que as possibilidades reais de cada qual se eleva proporcionalmente. Isso significa que o “cálculo econômico se encarna progressivamente na conduta, à medida que a melhoria das condições materiais o permite”. O campo do futuro real somente se estabelece, se desenvolve e se torna acessível, para aqueles que vêem seus rendimentos aumentados efetivamente, sendo extremamente reduzidos para os subproletários essa possibilidade de planejamentos futuro, “condenados a planejar possíveis impossíveis”.¹⁰⁸³

“O grau de liberdade que é concedido a cada trabalhador, liberdade de escolher seu emprego e seu empregador, liberdade de definir o ritmo e a qualidade de seu trabalho, liberdade de reivindicar o respeito nas relações profissionais, varia consideravelmente segundo as categorias sócio-profissionais, segundo os rendimentos, e acima de tudo segundo o grau de qualificação e o nível de instrução. Do mesmo modo, o campo dos possíveis tende a se alargar à medida que a pessoa se ergue na hierarquia: enquanto que a grande maioria não pode esperar nem da antigüidade na empresa nem da ação reivindicativa uma melhoria de sua situação profissional e uma elevação de seu estatuto social, uma minoria de privilegiados beneficia-se de um conjunto de garantias que dizem respeito ao presente e ao futuro. Como a ascensão no espaço de uma vida, a mobilidade em duas gerações, sempre relativamente fraca, varia grandemente segundo as categorias”. Assim, para que um filho de agricultor ou trabalhador – operário – agrícola ascenda socialmente – fato muito raro –, é necessário sua ruptura com o meio familiar, a fim de que ele imigre para as cidades ou a para a França; já para os filhos de comerciantes e artesãos, “as esperanças de promoção são tanto mais reduzidas quanto à herança profissional é maior, as tradições de profissão mais fortes e a probabilidade de uma herança importante mais elevadas”; já para os filhos de pequenos comerciantes estão reservados o grande contingente relativamente importante de postos como operários e empregados”.¹⁰⁸⁴

¹⁰⁸² BOURDIEU, O desencantamento..., p. 78.

¹⁰⁸³ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 78-9.

¹⁰⁸⁴ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 79 e nota de rodapé n. 2.

Considerando as necessidades da família, ou o futuro dos filhos – para aqueles que se preocupam com a sua educação –, ou o próprio futuro profissional, ou as opiniões sobre as questões mais gerais da sociedade, os juízos emitidos são tanto mais realistas – medidos estritamente à realidade – e racionais – submetidos ao cálculo – quanto se verifica o aumento das possibilidades efetivas de condições de existência, onde o nível de instrução e o rendimento mensal são bons indicadores desse índice de qualidade de vida. A categoria sócio-profissional será determinante para estabelecer as modalidades de esperança que é possível ter em expectativa para cada trabalhador; desta forma, estão condenados ao desespero – por lhes ser negado realisticamente até mesmo a esperança de ascensão social – os subproletários que convivem com a instabilidade do emprego, a irregularidade dos rendimentos, a ausência de garantias quanto ao futuro distante e próximo, e a consciência – marcada concretamente pela realidade fática da experiência cotidiana – da mais absoluta falta dos mínimos meios indispensáveis para poderem prevenir-se das incertezas e dos acidentes futuros.¹⁰⁸⁵

Por isso, o que lhes resta são os devaneios e as utopias, onde a distância entre as aspirações e a realidade é gigantesca, mas revelando que tais trabalhadores possuem sim consciência de sua realidade, manifestada da forma que lhes é permitido expor diante das circunstâncias da completa ausência de expectativas razoáveis para melhoria de sua condição de vida. Certeza e posição realística sobre o futuro estão reservados a alguns poucos profissionais privilegiados, dentro de uma categoria sócio-profissional com perspectivas reais de aumento de rendimentos, proporcionando a realista esperança de ascensão de qualidade de vida ou de futuro. Quando se analisam as modalidades de esperança de ascensão entre duas gerações, verifica-se o mesmo padrão de respostas e expectativas, vale dizer, os desejos formulados sobre o futuro almejado para os filhos confirma o que já acima foi analisado: a realidade sobre o futuro das crianças “depende estritamente, em sua forma, e em sua modalidade, das potencialidades objetivas que são definidas para cada indivíduo por seu estatuto social e por suas condições materiais de existência. *O projeto mais individual nunca é senão um aspecto das esperanças estatísticas que estão associadas à classe*”. Assim, um subproletário irá reproduzir, quanto ao futuro de seus filhos, a mesma distância ou – suposta – incoerência entre o imaginário e a realidade da experiência; sem ter como satisfazer as necessidades de sua família, além de estipular uma soma altíssima – ou significativa – como mínima necessária para si a sua família, declara sobre o futuro de seus filhos querer a educação formal e um curso universitário, dentre as melhores profissões que existem, como

¹⁰⁸⁵ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 79-80.

medicina ou direito, enfim, que continuem a estudar até o mais alto nível de educação que é permitido fazer, mas admitindo que a ele só é permitido sonhar que os filhos estudem continuamente até o fim. E isso se repete ao analisar-se as respostas quanto ao trabalho das mulheres.¹⁰⁸⁶

No entanto, com os assalariados permanentes ingressa-se em outra realidade de respostas ou visão de mundo; aqui já se identifica uma consciência de cálculo e de limites ao que se pode esperar ou sonhar quanto ao futuro de ascensão pessoal e dos filhos. Diante disso, Pierre Bourdieu estabelece que, em “resumo, o conjunto das atitudes econômicas define-se em relação a dois umbrais. O emprego permanente e a renda regular, com todo o conjunto de garantias sobre o futuro que asseguram, fazem chegar ao que se pode chamar de *patamar de segurança*: a razão de ser da atividade econômica fica sendo a satisfação das necessidades e o comportamento obedece ao princípio da maximização da segurança. A acessão ao *umbral de calculabilidade* (ou de empreendimento), que é essencialmente marcado pela posse de rendimentos aptos a libertar da preocupação pela subsistência, coincide com uma transformação profunda das disposições: a racionalização da conduta tende a se estender à economia doméstica, sítio das últimas resistências e as disposições compõem um sistema que se organiza em função de um futuro apreendido e dominado pelo cálculo e pela previsão. Deste modo, de todos os numerosos índices das transformações do *habitus* econômico em função das condições de existência, o mais seguro é sem dúvida o número de pessoas empregadas pela família: com efeito, entre os meios de aumentar os rendimentos, a multiplicação das fontes de renda pelo trabalho de vários membros da família está para as categorias mais desfavorecidas como as horas extraordinárias ou as promoções estão para as outras. Máxima para a faixa de rendimentos mais baixa, a percentagem média de pessoas ocupadas por família diminui regularmente à medida que a renda familiar aumenta e depois torna a aumentar a seguir regularmente: isso testemunha que deste lado do patamar de segurança impõe-se a multiplicação das fontes de rendimentos. Desde que aparece um emprego permanente, os recursos de complementação, muitas vezes procurados por empregos casuais, perdem todo sentido, estando garantida a segurança. No umbral superior, vemos reaparecer vários empregos, mas todos eles estáveis e bem remunerados”.¹⁰⁸⁷

Mas esse modelo interpretativo social somente é válido para os trabalhadores do setor moderno, estando excluídos os trabalhadores do comércio e do artesanato, uma vez que estes setores “constituem uma vaga protegida e reservada que oferece um refúgio pra aqueles que

¹⁰⁸⁶ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 80-2. Grifos nossos.

¹⁰⁸⁷ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 82-3. Grifos no original.

não estão armados para a competição econômica ao mesmo tempo que mantém, numa lógica pré-capitalista, capitais e capacidades que poderiam ser investidos no setor moderno”. Verifica-se que os capitais argelinos, regra geral, ou são investidos no comércio ou nos setores da indústria onde podem ser mantidos como empresas tradicionais de cunho familiar – têxteis, vestuários, couros e peles, alimentação –, estes conduzidos como empresas comerciais ou usurárias, onde o patrão mantém a gestão financeira dos negócios, compra a matéria-prima, fixa os preços e fiscaliza as vendas. Tal qual esse tipo de indústria, “o comércio não exige competências técnicas complexas nem requer uma participação direta à atividade da empresa (...) [onde] o capital empenhado pelo comerciante torna a entrar mais depressa do que aquele que é investido em [grandes] empresas de produção”. O varejista e o revendedor, assim, correm riscos mínimos em seus negócios, uma vez que não estão sujeitos a pagar direitos de propriedade sobre as mercadorias comercializadas e a perdas das mercadorias por degradação são perdas mínimas. Entretanto, o empresário industrial, que empenha um capital mais significativo e para um retorno mais a longo prazo, está sujeito à conjuntura e ao riscos implícitos do cálculo racional e das probabilidades, não podendo sujeitar-se à intuição para gerir o conjunto do seu processo de produção.¹⁰⁸⁸

Esse comércio ou indústria de cunho tradicional familiar, permite uma atitude em relação ao tempo e ao cálculo que os torna – pequeno comércio e indústria – numa espécie de asilo – ou ilha de refúgio – do espírito pré-capitalista no seio do mundo urbano “e que faz com que o pequeno comerciante se aparente ao pequeno camponês por meio de tantos traços de seu estilo de vida e de sua visão do mundo”. Verifica-se que nas atividades onde não se espera senão os meios de subsistência – a grande maioria dos casos – as pessoas as exercem apenas por falta de outra ocupação melhor. Submetidos à concorrência do comércio europeu e à fração racionalizada do comércio argelino, os pequenos comerciantes têm como clientela a parcela mais simples e humilde do mercado, que os procuram por créditos e descontos, logrando obter como resultado final, desta forma, apenas benefícios medíocres e instáveis e capital reduzido, em sua maior parte empenhado sob forma de adiantamento à clientela, impedindo objetivamente a racionalização.¹⁰⁸⁹

Ao perpetuarem no mundo urbano as atitudes morais marcantes do mundo rural, esses pequenos comerciantes – em sua maioria iletrados – revelam-se pouco propensos a tomar atitudes de racionalização de suas empresas ou empreendimentos, ignorando o que sejam entradas e lucros, a diferença entre orçamento familiar e orçamento da empresa; o artesanato e

¹⁰⁸⁸ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 83-4.

¹⁰⁸⁹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 84-5.

o comércio são o amparo do tradicionalismo na sociedade urbana, não havendo nada no modo de ser da atividade profissional, no meio do trabalho – que se confunde com o meio familiar – e nos contatos com a clientela que possa alterar o estilo e modo de pensar do comerciante. Totalmente ao contrário, “o sistema de representação e de valores legado pela tradição está perfeitamente de acordo com uma atividade econômica que exclui a racionalização”.¹⁰⁹⁰

No caso da situação de desemprego, revela-se que há uma situação de apreensão subjetiva e diferenciada da significação que condição objetivamente faz incidir sobre cada um, observando-se que tal questionamento se insere dentro de outro mais delicado, que é referente a sua vinculação direta com a guerra revolucionária argelina, onde o desemprego está direta ou indiretamente vinculado a atitudes políticas tomadas durante o evento; assim, ao serem questionados sobre as causas do desemprego, as respostas revelam formas e graus de consciências diferenciadas sobre uma mesma situação, mas apreendidas através de experiências diferentes. Da interpretação que vai da demissão pura e simples até o relacionamento coerente do fato dentro de um âmbito mais amplo, abrangente ou total de análise, há uma série de gradações que enquadram o mesmo fato dentro das diferentes experiências e, portanto, explicações – há desemprego, há gente em demasia, e assim por diante. Mas esses diferentes discursos não conseguem dissimular algo que está sempre presente em torno – ou no cerne – deles; por mais simples que sejam as respostas e explicações para justificar o estado de desemprego que há, é perceptível que o desemprego em si toma toda a atenção – de forma obsessiva e incansável – e apodera-se do indivíduo em suas preocupações, acabando por reger as suas condutas, orientar as suas opiniões e inspirar os seus sentimentos. “E contudo, muitas vezes escapa à consciência e ao discurso sistemático. É o centro invisível em torno do qual gravitam os comportamentos, o ponto de fuga virtual da visão do mundo. Se a consciência do desemprego pode existir sem conseguir formular-se senão na linguagem das práticas ou em um discurso que faz o pleonasma com a realidade, ela também pode, já foi visto, estar totalmente ausente: com efeito, enquanto o trabalho se define como função social, a noção de desemprego ou de subemprego não podem (sic) se formar”.¹⁰⁹¹

O que sucede de fato é que o surgimento de uma consciência de que há agora algo significativo – e que não existia – no mundo em que vivem e que se denomina por desemprego, é um marco de uma conversão de atitude com respeito ao próprio mundo. Aquela adesão antiga ou tradicional a uma ordem tida como natural – sentido de trabalho

¹⁰⁹⁰ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 85.

¹⁰⁹¹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 85-6.

como ocupação social, seja ele de que qualidade for – agora encontra-se paralisado, suspenso; surge um novo sistema de referências que redefine o que pode ser considerado como trabalho e qual a sua raridade específica, que se torna medida de valor – monetário e moral – frente ao trabalho costumeiro. A noção de emprego total é extraída da experiência do trabalho no setor moderno – capitalista – da sociedade, atuando como paradigma de trabalho moderno. Por isso que conforme a região – e a respectiva assimilação dos novos valores – um mesmo grupo de trabalhadores – por exemplo trabalhadores rurais – irá se declarar desempregado, por considerarem suas atividades insuficientes frente aos ganhos que seriam necessários pra si e sua família, e outro grupo irá se considerar ocupado. Nesse exemplo verificado, de um lado tem-se um grupo – profundamente transformado em suas práticas e representações da economia por uma longa tradição de emigração à França e grandes cidades argelinas – que tem na atividade agrícola tradicional o fornecimento de uma remuneração em dinheiro que se caracteriza por desemprego, e de outro, um grupo – que ainda mantêm valores tradicionais antigos – que não assimilou a nova concepção de trabalho e que, portanto, “não podem interpretar como desemprego a inatividade à qual estão condenados e menos ainda as ocupações que a ordem tradicional lhes outorga”.¹⁰⁹²

Na passagem do mundo tradicional para o mundo moderno capitalista, num primeiro momento, o desemprego pode existir em si, sem ser devidamente apreendido; num segundo momento, ele pode passar a existir no nível de consciência dos agentes, manifestando-se na prática, mas sem explicitar-se, a não ser em formas pleonásticas ou tautológicas, vale dizer, discursos redundantes ou repetitivos; num terceiro momento há a expressão da consciência do desemprego, vale dizer, há a admissão explícita, consciente, da condição de desemprego ou assunção dessa situação, conforme requer a nova racionalidade econômica, e a consciência e a manifestação expressiva são partes interligadas, auto-ajudando-se para aclarar a riqueza do conteúdo de um e de outro. Assim, um grande número de pessoas propõe explicações parciais para os desemprego, fundadas, em grande parte, nas experiências pessoais profissionais mais marcantes, portanto, justificativas vinculadas por contextos, circunstâncias e condições concretas para a emergência da situação de desemprego; já um pequeno número de pessoas concebe justificações ou explicações sobre o desemprego com base na soma de um conjunto de explicações unilaterais simplesmente justapostos, sem preocupações de fazer uma síntese, com todas as contradições, estereótipos e parcialidades manifestas que tal situação contém.¹⁰⁹³

¹⁰⁹² BOURDIEU, O desencantamento..., p. 86-7.

¹⁰⁹³ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 87.

Fugindo-se de uma visão explicativa que se inseriria no âmbito na ordem afetiva – e não racional-conceitual – da interpretação dos fatos pelo intérprete – [e mesmo pelo pesquisador] –, onde a visão unitária do mundo econômico e social seria marcada pelo princípio unificador do sentimento – pela quase-sistematização afetiva e não pelos conceitos –, desta forma, ao final, assimilando ou compreendendo o mundo colonial dominado por uma vontade maligna e todo-poderosa que ditaria o curso dos eventos, é preciso enxergar que o “que praticamente acontece na experiência cotidiana [no caso, dos habitantes da Argélia], são com efeito desigualdades concretas e conflitos particulares, sendo o sistema colonial compreendido [pelos nativos] somente através de suas manifestações”. Assim, também é preciso considerar que a estrutura e os mecanismos objetivos do sistema econômico-social – principalmente –, e acima de tudo do sistema enquanto tal, simplesmente escapa aos espíritos entregues e absorvidos completamente pelas dificuldades mais imediatas da vida cotidiana; por isso é que a revolta é dirigida contra pessoa ou situações particulares individuais, jamais contra um sistema que provoca todas as situações de conflito e indignação, com o intuito final de transformá-lo sistematicamente. “E como poderia ser de outro modo? O que é percebido não é a discriminação, mas o racista; não é a exploração, mas o explorador; nem é mesmo patrão, mas o contra-mestre espanhol”.¹⁰⁹⁴

Os subproletários, vivendo presos à sua condição particular de vida, somente podem se manifestar sobre os fenômenos do sistema colonial que mais diretamente lhe atingem, a qual estão atados por um ciclo de urgências excepcionais ou prementes em sua existência cotidiana, ou carregados de força emocional. Quando instigados a procurar e explicar “a razão de um mundo que desafia a razão, não têm outro recurso senão o estereótipo, discurso que se situa a meio caminho entre a ficção e a experiência, entre o construído e o casual, que parece referir-se ao dado quando esse é completamente forjado e que aparece como *flatus vocis* [palavras jogadas ao vento; clamor ou brado lançado ao vento] mesmo quando exprime a experiência, porque as sujeições automáticas de palavras aí têm o lugar das significações autênticas”. Assim, entre os subproletários e pequenos burgueses argelinos é onde se encontram mais fortemente os propósitos marcados pelos clichês ou lugares-comuns, e discursos que obedecem a lógica da quase-sistematização afetiva. Apesar do discurso com características vazias não ser o que propriamente caracteriza o subproletário – entre os pequenos burgueses, as palavras sem conteúdo ou discursos vazios está a exprimir, na maioria das vezes, uma pretensão que está desarmada de fundamento ou de possibilidade de se

¹⁰⁹⁴ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 88.

realizar – ela sempre conserva entre eles “uma forma de verdade e de plenitude, porque, na qualidade de queixa, ela exprime dramaticamente uma experiência dramática e não se dá nem como explicação suficiente de uma inexplicável existência, nem como expressão adequada de uma experiência inexprimível, mas como uma confissão incoerente da incoerência insuperável”¹⁰⁹⁵.

Esse caráter sistemático de como se apresenta diuturnamente o seu mundo sócio-econômico, compreendendo as experiências as mais diversas, desde as zombarias e brincadeiras que fazem entre si, até o desemprego, é ressentido por eles de forma muito intensa, e isso se manifesta ou transparece numa simples descrição de um dado particular, como o de um certo tipo de relações entre pessoas quando, por exemplo, emitem um juízo sobre uma rede de favorecimentos a que os europeus estão sujeitos, em detrimento da condição pessoal dos nativos argelinos. Verifica-se, assim, que essas experiências particulares “são vividas como o resultado de uma espécie de plano sistemático. Com efeito, nessa lógica, somente luma vontade pode ser responsável pelo caráter coerente e quase metódico das provas sustentadas e somente uma vontade diabólica pode se esforçar para envolver os homens numa sujeição inelutável de situações catastróficas. O desemprego não é compreendido como um aspecto de uma conjuntura econômica e social mas como obra de uma espécie de Deus mau e oculto que pode encarnar, segundo as circunstâncias, ‘nos europeus’, ‘nos espanhóis’, ‘nos franceses’, ‘na Administração’, ‘no Governo’, ‘neles’, ‘naqueles’, ‘nos outros’. É isso que quer aquilo que se diz ‘está ordenado’”. Assim, os franceses não querem dar trabalho; aquele que tem trabalho a oferecer o está escondendo; quem oferece emprego não paga o que poderia pagar; e assim por diante.¹⁰⁹⁶

Nesse mesmo sentido, a evocação do pistolão – aquele que empenha e recomenda com sua influência e poder em favor de outra pessoa – é freqüente e marcada por uma carga emocional muito grande, sendo que essa lembrança pode ser pouco determinada, fora de qualquer referência a uma situação concretamente experimentada, sendo para as pessoas humildes, um ponto fundamental da razão mítica que os move, tanto quanto da experiência. “A vida vivida como jogo de azar faz surgir poderes impessoais e personalizados, onipresentes e localizados, benéficos e maléficos, que movem e animam todo o universo social (...) [e] todos esse poderes hostis, surgidos da experiência, são transfigurados pela razão mítica. E o sentimento de uma malevolência sistemática se associa naturalmente à crença no poder total do pistolão benéfico, *baraka* do subproletário”. Desta forma a entrega a um

¹⁰⁹⁵ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 88-9.

¹⁰⁹⁶ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 89-90.

fatalismo pessimista, corresponderia ao sentimento de *mektub* da antiga religiosidade, onde se considera um absurdo lutar contra uma maldade toda-poderosa; essa revolta do ressentimento convive com a demissão resignada e o miserabilismo, todos fundados na lógica da quase-sistematização afetiva; a culpa não recai sobre o sistema, mas nas suas manifestações.¹⁰⁹⁷

A necessidade imperiosa, não podendo ser satisfeita, é substituída pela intenção discursiva dos mitos, entregando-se o argelino humilde ao destino dos poderes arbitrários como qualquer vítima inelutável do porvir, mas que, por outro lado, espera sua parte, naquilo que de benéfico o futuro pode lhe reservar, nem que seja como uma esmola para atender suas necessidades mais vitais. “Não é pois o senso profundo da conduta dos fazedores de pedidos que se obstinam na mira do impossível, como para mascarar ou compensar, por uma operação substitutiva, uma derrota e uma demissão subterraneamente reconhecidas?”. Por isso, a quase sistematização afetiva é o modelo-tipo próprio para o subproletário compreender o novo mundo econômico e social, pois o sentimento é o que lhe resta de razoável para atuar como único princípio possível de unificação de uma experiência que lhe é dramática e regida pela incoerência; sua condição de vida – e de sua família – é regida por situações fáticas de sofrimentos os mais desumanos, não lhe permitindo vislumbrar outra concepção de ordem econômica e social. Para esse nativo, a realidade inelutável, já naturalizada, não lhe permite discernir a injustiça e a inadmissibilidade do sistema em que vive, pois a miséria total em que vive e se acha submetido – ele aceita que nasceu para a vida miserável – impossibilita-o de entrever uma saída razoável, sendo, por isso, seu sofrimento e de sua família passar a ser considerado como algo habitual e natural, enfim, algo inevitável de sua existência, impossibilitado – por falta de segurança material e cultura mínima – de conceber claramente uma mudança global da ordem social para alterar toda essa situação de condição existencial miserável de vida.¹⁰⁹⁸

Quando os subproletários têm a consciência dos obstáculos objetivos que lhes afligem para angariarem um emprego ou uma renda suficiente pra sustentá-los e suas famílias, essa consciência imediatamente os remetem para suas incapacidades pessoais objetiva, como falta de instrução e de qualificação profissional, responsabilizando e imputando essa faltas a si próprios, antes de imputarem e responsabilizarem a ordem social objetiva que os inseriu nessa situação e condição de vida; assim, não há consciência de que os sistema econômico-social é também responsável por sua falta de instrução e qualificação profissional, enfim por tudo que lhes é sonogado e falta ao seu ser. A pressão da necessidade econômica oblitera ou esmaece o

¹⁰⁹⁷ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 90-1.

¹⁰⁹⁸ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 91-2.

insuportável e revoltante da situação vivida, impedindo a tomada de consciência revolucionária, por isso essas pessoas estão impedidas de vislumbrar de que cada situação particular que eles conhecem é um aspecto de todo um sistema que os condiciona, e “não podem ligar a melhoria de sua condição de vida a uma transformação radical do sistema; suas reivindicações e mesmo sua revolta se exprimem na lógica que o sistema lhes impõe”. Daí nasce o pistolão com único meio de ultrapassar ou dobrar o *status quo* a seu favor, observando-se que tal situação e condição revelam que “a alienação absoluta aniquila a consciência mesmo da alienação”.¹⁰⁹⁹

Dessa circunstância assinalada, Pierre Bourdieu conclui que para “que a consciência do desemprego e do sistema que o funda possa se enunciar, é preciso que a urgência do mundo se relaxe: a consciência do não emprego e de seu fundamento objetivo é outra coisa e é de outra ordem de conhecimento implícito que não se exprime senão na prática ou na linguagem ambígua e muitas vezes contraditória do sentimento. De um lado a revolta do sentimento, expressão incerta e incoerente de uma condição caracterizada pela insegurança e pela incoerência, do outro, o radicalismo revolucionário, resultado da consideração sistemática da realidade, duas atitudes que correspondem a dois tipos de condições materiais de existência: de um lado os subproletários das cidades e os camponeses desarraigados, cuja existência não é senão fatalidade e arbitrariedade; de outro, os trabalhadores permanentes do setor moderno, providos de um mínimo de segurança e das garantias que autorizam a perspectivação das aspirações e das opiniões. A desorganização da conduta cotidiana interdiz a formação desse sistema de projetos e de previsões racionais cuja consciência revolucionária é um aspecto. *Força de revolução*, os camponeses proletarizados e o subproletariado das cidades não forma uma *força revolucionária* na verdadeira acepção da palavra. Com o emprego permanente e o salário regular, pode-se formar uma consciência temporal aberta e racional; as ações, os julgamentos e as aspirações se ordenam em função de um plano de vida. É então e somente então que a atitude revolucionária toma o lugar da evasão no devaneio ou da resignação fatalista”.¹¹⁰⁰

Continua Bourdieu em suas conclusões: “É por isso que é preciso recusar a tese segundo a qual o proletariado não seria, nos países colonizados, uma verdadeira força revolucionária, sob pretexto de que, à diferença das massas camponesas, ele tem tudo a perder, a título de maquinismo administrativo insubstituível do maquinismo colonial. É bem verdade que, numa sociedade obcecada pelo desemprego, os trabalhadores, que têm a

¹⁰⁹⁹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 92-3.

¹¹⁰⁰ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 93. Grifos no original.

segurança de um emprego permanente e de rendimentos regulares, formam uma categoria privilegiada. É bem verdade que, *sempre e em toda parte*, o proletariado está determinado, tanto quanto por suas condições materiais de existência, pela *posição* que ocupa na estrutura social, não no ponto mais baixo, na parte mais afastada, como o quer determinada interpretação (...) da revolução como desarranjo, mas no topo de uma *carreira negativa*, a que conduz para a recaída no subproletariado; mais simplesmente, compreender-se-ia melhor certas práticas por demais apressadamente imputadas ao conservantismo do proletariado (ou de seus ‘aparelhos’) se se soubesse que, ao mesmo título da solidariedade efetiva, as escassas vantagens associadas à estabilidade do emprego estão à mercê de um acidente, de uma doença, de uma corrupção, e que tudo que os burgueses (revolucionários ou não) se apressam em descrever como sinais de aburguesamento, são em primeiro lugar fortificações levantadas contra os reveses ofensivos da miséria”.¹¹⁰¹

Assim, àqueles “que têm o privilégio de ser o objeto de uma exploração permanente e ‘racional’ e de se beneficiar das vantagens correlativas, cabe também o privilégio de uma verdadeira consciência revolucionária: este objetivo realista do futuro não é com efeito acessível senão àqueles que têm os meios de enfrentar o presente e de nele procurar um início de execução de suas esperanças, em vez de deixarem se levar a dar uma demissão resignada ou a se entregar à impaciência mágica daqueles que estão por demais esmagados pelo presente, para poder visar outra coisa senão um futuro utópico, negação imediata e mágica do presente”.¹¹⁰²

1.2.5.4. AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DA TRANSFORMAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES ECONÔMICAS

Para se compreender as disposições econômicas e políticas de um agente é preciso analisar: (I) a situação econômica e social específica que estrutura toda sua experiência de vida ou vivência, que media a apreensão subjetiva – perspectivas pessoais – sobre o futuro objetivo e coletivo; (II) que essa apreensão subjetiva do futuro depende, em sua forma, modalidade e conteúdo, “das potencialidades inscritas objetivamente na situação, isto é, do futuro que se propõe a cada agente como sendo acessível, a título de futuro objetivo da classe

¹¹⁰¹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 93-4. Grifos no original.

¹¹⁰² BOURDIEU, O desencantamento..., p. 94.

á qual pertence”. Desta forma, na Argélia – como nos demais países em vias de desenvolvimento – há uma delimitação muito nítida que separa, de um lado, os trabalhadores permanentes – manuais e não manuais – e, de outro lado, a massa dos desempregados ou dos trabalhadores com ocupações não fixas, como diaristas, serventes, pequenos comerciantes que, diante de diversas ocupações intercambiáveis, não raro são exercidos por um mesmo indivíduo. Assim, para cada disposição – *habitus* – ou sistema de práticas pessoais, verifica-se corresponder uma dada condição econômica e social a que o agente está submetido e, portanto, um certo sentido de futuro que se encontra aí implicado.¹¹⁰³

O sistema de disposições das diferentes classes sociais pode ser descrito como uma distribuição hierárquica e objetivamente estabelecida, segundo as diferentes categorias econômicas e sociais que eles pertencem, mas também, como uma descrição das diferentes etapas de assimilação do processo de racionalização que o mundo econômico-social requer dos diferentes agentes. É evidente que quando se estuda todo o processo de assimilação ou de adaptação dos trabalhadores ao sistema capitalista e as respectivas categorias que exige serem apreendidas por pressuposto, não se ignora que “a ação de encarar as sociedades, a confrontação das culturas e as mudanças culturais e sociais que disso resultam, efetuam-se sob a pressão da necessidade econômica a mais implacável e não tomam seu inteiro sentido senão em referência ao sistema colonial e ao que faz sua especificidade, a saber a relação de dominação que impõe aos colonizados a adoção da lei do colonizador, em matéria de economia e mesmo de estilo de vida, impedindo á sociedade dominada o exercício do poder de seleção”. Assim, a racionalização como processo de adaptação à economia importada pela colonização é uma adaptação a uma economia racional apenas formalmente, perdendo paradoxalmente em racionalidade material.¹¹⁰⁴

Pode-se estabelecer previamente uma verdade mais imediata, qual seja, a de que a pressão da necessidade econômica por si só é suficiente para impor uma submissão forçada à nova ordem econômica racionalista ou calculista, marcada pela previsibilidade; assim, a pressão das necessidades atuaria para desconstruir normas econômicas de condutas tradicionais, ou também manter condutas que contenham tanto regras do espírito pré-capitalista quanto regras que cumprem a lógica da economia capitalista. Tal assertiva pressupõe que a simples necessidade econômica premente e presente é o que bastaria para dobrar as resistências culturais herdadas da tradição e determinaria “a reinvenção criadora de novas estratégias econômicas e a adesão eletiva ao *ethos* que, no sistema econômico

¹¹⁰³ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 95.

¹¹⁰⁴ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 95-6.

capitalista, lhe é solidário”. Entretanto, será assim mesmo, ou seja, é necessário sempre afirmar ou admitir que as transformações bruscas ou graduais dos *habitus* econômicos são determinados e impostos diretamente pela pressão das necessidades econômicas e dependente das condições materiais a que estão submetidos o agente e sua família? Ora, se é verdade que torna-se necessário que os determinismos econômicos se afrouxem para que possa emergir a possibilidade de submeter efetivamente a conduta econômica aos imperativos da racionalização, vale dizer, “a acessão a mínimo de segurança é a condição necessária da ‘racionalização’ efetiva da conduta”, a questão que se coloca também é “será ela (...) condição suficiente da constituição efetiva de um sistema de finalidades a mais alta das quais seria a maximização do rendimento em dinheiro?”¹¹⁰⁵

É preciso analisar o funcionamento das condições de vida a que estão submetidos os nativos argelinos. “Instalados na instabilidade, despojados das proteções que as tradições seculares garantiam mesmo ao último dos *khammès*, desprovidos da qualificação e da instrução que – elas somente – poder-lhes-iam assegurar a segurança à qual eles aspiram supremamente, encerrados na existência do dia-a-dia e na inquietude crônica do amanhã, os subproletários, desempregados e diaristas ocasionais, pequenos mercadores, empregados das pequenas empresas e dos pequenos comércios, serventes, são mantidos na mais absoluta impossibilidade de calcular e de prever por um sistema econômico que exige a previsão, o cálculo e a racionalização da conduta econômica”. Sua vida é insegurança, incerteza, inconstância de ganhos e ocupações, empréstimos contínuos, irregularidade e insegurança econômica para ele e sua família. Dispostos a fazer de tudo e conscientes de que não sabem fazer nada, submissos e entregues a todos os determinismos, nada possuem de sólido, seguro e permanente economicamente.¹¹⁰⁶

Sua condição de vida é marcada pela precariedade e seu tempo é despendido principalmente para procurar trabalho fixo ou eventual, sendo isso sua única constante, além do fracasso diário; por isso sua vida é marcada pela descontinuidade de tempo e do espaço, nem horário regular de atividades nem local de trabalho fixo. Sua vida é simbolizada pelo cunho da provisoriedade, sempre a espera de que algo bom apareça ou lhe aconteça. Mal adaptados ao mundo urbano e perdido nele, estão desprovidos de uma vida regular de segurança e trabalho, privados das tradições tranquilizadoras e devendo tudo apreender sobre o mundo da cidade, da técnica, língua, disciplina, habilidades, restando-lhes a obstinação em forçar o acaso e tentar encontrar algo para eles no presente que sempre lhes foge. A situação

¹¹⁰⁵ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 96-7.

¹¹⁰⁶ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 97-8. Grifos no original.

de desemprego desestabiliza sistematicamente as condutas, atitudes e ideologias; sua autoridade de chefe de família e respeitabilidade dentro e fora dela é posta em xeque, pois todos passam a trabalhar, inclusive as mulheres, sendo certa a sua desmoralização quando passa a ser sustentado permanentemente por elas. Há aqueles que acabam se tornando profissionais em algo que se torna num “provisório permanente” na falta de ocupação melhor e aqueles que desistem e se entregam resignadamente à fatalidade de sua vida e escolhem por uma existência parasitária, se satisfazendo com o ofício de desempregado.¹¹⁰⁷

“Os obstáculos objetivos, as aspirações desmedidas e irrealizáveis, as aparências de trabalho e as aparências de esforço pra encontrar trabalho, fornecem outros tantos pretextos par a demissão. Multiplica-se as demandas com a convicção de fracasso, espera-se pelo milagre e recusa-se sempre no mais alto grau ‘a pá e a enxada’. À exploração e à injustiça pode-se opor somente a arma dos desarmados, a fuga, o ardil, e o subterfúgio, essa *chtara* tão amiúde evocada: todos os meios são bons para fugir da exploração, para furtar um momento de trabalho desagradável e para ganhar seu salário com um mínimo de esforço. A esses homens acorrentados pela necessidade de uma tarefa que somente lhes traz o mínimo necessário para sobreviver, somente resta uma liberdade no trabalho, a de exprimir sua revolta subterrânea contra a exploração pelo sub-rendimento”. Assim, sem emprego regular, não é somente a falta de renda assegurada que faz falta a essa pessoa, mas o conjunto de sujeições que o enquadrem e o definam dentro de uma organização coerente do tempo e um sistema de expectativas concretas, que o faça se sentir seguro dentro de um quadro temporal e espacial, onde ele pode desenvolver sua existência, assim como alguém vive mantendo-se dentro de um quadro de equilíbrio emocional.¹¹⁰⁸

O desemprego e o emprego intermitente destroem as tradições, ao mesmo tempo em que e impedem a elaboração racional de um plano de vida; para o subproletariado, sua expectativa se encerra na satisfação das necessidades mais imediatas, vale dizer, ele vive para ganhar e garantir o que comer todo o dia, e nada mais que isso, é o que objetivamente lhe foi concedido almejar, tamanha suas necessidades mais prementes. Não há mais espaço para as antigas tradições da previdência, e quando surgem condutas tradicionais no novo contexto, elas se revelam desviantes e inspiradas pela busca unicamente da mais imediata subsistência. Não há como poupar, pois as necessidades sempre excedem os meios, portanto, o que há é sempre consumo imediato dos ganhos, impedindo, por exemplo, planejamento para aquisição

¹¹⁰⁷ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 98-9.

¹¹⁰⁸ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 99-100.

de um equipamento para melhorar seus serviços e ganhos, além do que os pagamentos intermitentes sempre impossibilitam a racionalização.¹¹⁰⁹

Assim, “o dia presente é sempre vivido sem referência alguma, nem intuitiva nem racional, com o dia seguinte”, não importa o futuro, não importa o cálculo presente que se relaciona racionalmente com o futuro, porque as necessidades primárias não podem ser diferidas ou sacrificadas, estando excluído qualquer hierarquia racional de finalidades conforme requer a razão capitalista. Por isso, é preciso compreender que um agente que esteja vivendo nessa realidade pré-capitalista e condicionado por todas as necessidades mais prementes e básicas para sua sobrevivência e de sua família, ao ser jogado num universo econômico e social onde se exige uma conduta de racionalidade, cálculo e planejamento, ele é inexoravelmente condenado num prazo curtíssimo, pela incompatibilidade entre sua lógica e a do sistema capitalista. Nos países em vias de desenvolvimento como africanos ou sul-americanos, existem à margem das cidades universos econômicos que “constituem uma barreira entre os subproletários e o mundo moderno e cuja lei fundamental parece ser aquela que rege as condutas individuais, a saber a ausência de previsibilidade e de calculabilidade”. Os mais pobres, assim, devem encontrar formas de proteções que lhes permitam viver num precário equilíbrio, sempre ao nível mais baixo possível de condição de vida.¹¹¹⁰

Essas pessoas pobres, assim, não têm como tomar uma mínima atitude sobre o presente para projetar algo a ser colhido no futuro, enfim, na podem elaborar um plano de vida; completamente deixados para trás num mundo que lhe nega o futuro, o único sentido de futuro que lhes é permitido ter é o sonho irreal onde tudo seria possível, porque a realidade econômica e social do universo da existência cotidiana nesse momento se encontra suspenso e não vige. Assim, sem ter acesso a um emprego estável e esperando ter somente uma boa ocupação ou ofício para atender as necessidades mínimas de si e sua família, ele sonha pra seu filho ou filha ocupações ou profissões as mais elevadas e reconhecidas socialmente. “São duas consciências sucessivas e mutuamente exclusivas que visam o presente e o futuro; o discurso procede muitas vezes em linha interrompida, sendo os saltos para o sonho seguidos por quedas num presente destruidor de fantasmas. Aquém de um certo plano de probabilidade, somente restam os recursos mágicos. A esperança mágica é a mira do futuro próprios daqueles que não têm futuro”.¹¹¹¹

¹¹⁰⁹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 100-1.

¹¹¹⁰ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 101-2.

¹¹¹¹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 102.

A tradição pré-capitalista e suas práticas de tradição que garantiam certa segurança e tranquilidade por uma providência costumeira, sustentada por uma sabedoria comum, agora desaparece, redobrando a insegurança e a miséria; da mesma forma, as garantias que a religião oferecia deixam de existir com os novos tempos e suas novas práticas, “que organizava as práticas e as representações segundo um corpo de princípios único”, privando-os da atmosfera de religiosidade que emanava da vida coletiva. Colocados em condições de vida difícil, com problemas radicalmente novos, “o proletário e o subproletário das cidades não têm outra escolha senão a indiferença ou a superstição, piedade de instituição, seqüência de gestos despojados de todo sentido, passiva e mecanicamente realizados e determinados pela submissão sem fervor a uma tradição alterada”. Além disso, outros fatores somam-se para destruir os valores de religiosidade que a tradição cultivava, tais como: (I) emigração que rompia com a tradição familiar ou grupal local; (II) anonimato da vida urbana que relaxava uma possível pressão coletiva voltada pra os deveres religiosos; (III) contato com a civilização técnica cultuando finalidades profanas; (IV) os novos ensinamentos difundidos nas escolas.¹¹¹²

Desta forma, ao serem privados do apoio material e psicológico tradicional das redes de relações da sociedade camponesa e de grupos de parentes – fragmentados pela emigração – ; ao ficarem absolutamente desamparados sem poderem tomar consciência de sua situação e refletir numa mesma intenção ativa o presente suportado e o futuro desejado; ao serem mantidos num estado de miséria, frustração e insegurança que os fazem apenas se preocupar com as necessidades imediatas e aguardar um milagre que os removam dessa condição humana; assim, “os subproletários, camponeses sem terra, operários agrícolas, desempregados, diaristas, serventes, estão prontos a ouvir todas as profecias escatológicas que, rompendo com a rotina da existência cotidiana, prometem-lhes reencontrar, mesmo que [somente possível] à custa de uma transformação radical da sociedade, um lugar no mundo, isto é, ao mesmo tempo, a segurança material e o sentimento de segurança procurado por um novo enquadramento social. O milenarismo revolucionário e a utopia mágica são a única mira do futuro que se oferece a uma classe desprovida de futuro objetivo”.¹¹¹³

Na Argélia os trabalhadores se dividem em dois grupos: (I) os que são estáveis e fazem de tudo para assim permanecer; (II) os que não são estáveis e que estão dispostos a tudo para escaparem da instabilidade. As camadas mais desfavorecidas têm um verdadeiro fascínio pelas profissões estáveis, havendo uma admiração quanto à estabilidade das

¹¹¹² BOURDIEU, O desencantamento..., p. 103.

¹¹¹³ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 103-4.

profissões e a qualificação profissional e instrução necessária para ascender a essa estabilidade. Empregos como guarda, guarda noturno, plantão, vigilante, também são cobiçados, por serem atividades pouco pesadas fisicamente mas também mais seguros, sendo que a tais ocupações podem aceder indivíduos sem instrução, sem formação profissional e sem capital. Objeto de desejo dos operários sem especialidade, pequenos empregados, pequenos artesãos e comerciantes, a estabilidade toma a forma de uma verdadeira profissão frente à simples ocupação, onde se buscam garantias de acessibilidade, licença, promoção e aposentadoria; também as proteções contra a concorrência ou garantias de emprego; e aplicabilidade das normas de higiene, segurança, horário de trabalho, critérios de qualificação e remuneração. A função pública, nesse sentido, é um paraíso profissional porque “assegura garantias mínimas, contra arbitrariedades, e acima de tudo garante a segurança, definida menos pelo montante dos rendimentos do que por sua regularidade”. Por isso não é incomum um trabalhador escolher a função pública, que remunera muitas vezes menos da metade do salário que teria em outra empresa, devido aos atributos vinculados ao emprego público.¹¹¹⁴

Mas verifica-se que o acesso ao emprego público não corresponde a uma mudança ou modificação das finalidades econômicas pessoais almejadas pelos trabalhadores, que continuam orientadas, na grande maioria dos casos daqueles que alcançaram sucesso em obter tal emprego, para satisfação das necessidades mais imediatas, revelando que sua grande ambição – dos trabalhadores permanentes – é conseguir viver sem dívidas nem economias, ou como eles dizem, “viver sem ter que fazer contas”. Renuncia-se ao crédito fundado na confiança que os mantinham durante a instabilidade, mas as condutas continuam a obedecer ao princípio da maximização da segurança e as aspirações se medem pelos meios disponíveis. Concebem sua situação como sempre ameaçada diante da situação de desemprego estrutural e mesmo que desejem adotar uma postura de maximização de rendimentos, são impedidos pela situação real que se encontra o mercado de trabalho, que não possibilita o crescimento rentável do esforço.¹¹¹⁵

É motivo de indignação o fato de que uma pessoa solteira possa ganhar tanto quanto uma pessoa casada e que tenha família para sustentar, sendo o acúmulo de empregos sempre denunciado, assim como o trabalho executado por mulheres européias; a quantificação pessoal da força de trabalho e o tempo despendido nele são inaceitáveis para muitos e na avaliação do salário justo, é tomada em consideração suas necessidades pessoal-familiares e não o esforço pessoal e qualificação adquirida. Mas todo esse novo processo e realidade de

¹¹¹⁴ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 104-5.

¹¹¹⁵ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 105.

vida econômica e social acabam produzindo – pelo menos nos empregados permanentes – a sistematização da vida; as opiniões, agora, passam a ser mais realistas entre aquilo que se aspira frente às possibilidades das realizações, vale dizer, à medida em que as possibilidades aumentam, passa-se a medir cada vez mais as esperanças e torna-se as reivindicações mais realistas.¹¹¹⁶

A indústria na Argélia é pouco desenvolvida, mas com uma elite operária pouco numerosa que “participa das vantagens que a economia moderna procura, abono de família, promoção, aposentadoria, habitat moderno, escolaridade das crianças, outros tanto ‘privilégios’ que são inseparáveis da estabilidade do emprego e que tanto o subproletário quanto os semiproletários do setor tradicional ignoram”. A questão que se coloca aqui é relacionada com as questões que acima foram postas, qual seja, o apego a essas vantagens é obstáculo que se constitui para formação de uma consciência revolucionária? Verifica-se que, de fato, “somente indivíduos providos de um sistema coerente de aspirações e de reivindicações, capazes de se situarem dentro da lógica do cálculo e da previsão porque suas condições de existência os autorizam a isso, e porque podem adquirir, em sua vida profissional, uma atitude progressista e racional, podem apreender sua existência de modo sistemático e realista em referência ao futuro coletivo e aceitar deliberadamente os sacrifícios ou as renúncias que são solidários de toda ação revolucionária; enfim, acostumados a submeter-esse a exigências racionais e inclinados para o realismo pela própria natureza de duas atividades cotidianas, os proletários são, de todos os trabalhadores, os menos acessíveis às seduções da demagogia”.¹¹¹⁷

Seu rendimento anual é estimado em cerca de dez vezes mais que outro trabalhador estável com um salário acima da média e tais ganhos fazem coincidir com uma transformação generalizada de conduta e uma nova relação para o futuro: (I) suas fontes de rendimentos se multiplicam; (II) surgem novos modos de aumentar ainda mais os lucros; (III) aumento do índice de crianças nascidas vivas e o índice de natalidade para essa faixa de renda; (IV) diminuição do índice de natalidade para rendas acima dessa média. O que parece suceder é que o acesso a uma renda desse nível torna-se condição para libertar o sujeito dos determinismos econômicos os mais brutais e o passa-lo para um outro destino ao largo das necessidades urgentes de um presente marcado pela busca das satisfações mais imediatas. O esforço para dominar o futuro exige um mínimo de condição indispensável para assegurar o sucesso de sua efetivação, “enquanto assim não for, não resta outra atitude possível senão o

¹¹¹⁶ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 105-6.

¹¹¹⁷ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 106-7.

tradicionalismo forçado, que difere essencialmente da adesão à tradição, pois que implica a consciência da possibilidade de agir de outra maneira e da impossibilidade de realizar esta possibilidade”, tal como revelam os camponeses das regiões das grandes colonizações que, mesmo reconhecendo as vantagens e ganhos trazidos pelas técnicas dos colonos colonizadores, permanecem reproduzindo as técnicas tradicionais, “porque sabem que tal tipo de exploração do solo exige meios que lhe são inacessíveis e sem os quais eles estão condenados ao fracasso”.¹¹¹⁸

Essa elevação dos rendimentos, correspondente não só a transformações materiais, mas também de qualificação e instrução dos seus beneficiários, reestrutura o sistema de disposições e das ideologias das pessoas, mas observando-se que nesse nível das ideologias e disposições – *habitus* – a mudança não é produto unicamente da necessidade – ou da sua satisfação –, porque supõe uma sistematização dos comportamentos e ações de cada indivíduo, que devem passar a operar por sua própria conta e ser empresário de sua própria vida, onde seu comportamento também “deve ser o produto, em todos os campos, de uma verdadeira reivindicação”. É preciso um certo grau de integração à nova ordem sócio-econômica para adotar e assimilar o espírito de previsão e cálculo que ela requer como normalidade de condutas. Nesse sentido, o grau de bilingüismo e o nível de instrução são capitais para determinar até que ponto é o grau de imersão dentro dessa integração.¹¹¹⁹

Verifica-se, quanto ao bilingüismo, que ele cresce na medida em que se eleva o grau de êxito econômico da pessoa na sociedade; para explicar o fenômeno, além da relação mais direta, vinculada ao fato de que o aprendizado da nova língua é devido ao contato intenso e prolongado com a sociedade européia e com a economia moderna, que mudariam as atitudes quanto ao uso e aprendizagem da lingual estrangeira, há o fato percebido de que “tudo acontece como se o uso da língua árabe fosse solidário – *num momento determinado da história da sociedade e da língua* – à adoção de toda uma [nova] visão de mundo”. Assim, quando um pesquisador fala em francês, ele não cita Deus, fala realisticamente e sem entremeios de sua situação concreta de miséria e sua revolta; a língua francesa assim é a língua laicizada, positiva, realista, de diálogo voltado para a reivindicação nua e crua. Já os pesquisados que se exprimem em árabe, sempre invocam Deus ou o destino para se esquivar de um embaraço, dissimulara a ausência de opinião definida, usando, portanto, de entremeios lingüísticos em suas frases e falas. No caso da instrução e qualificação profissional, eles fornecem os mínimos meios indispensáveis para alguém lograr êxito – ascensão, rendimentos,

¹¹¹⁸ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 107 e nota de rodapé n. 3.

¹¹¹⁹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 108.

estabilidades, etc. – com uma conduta fundada na previsibilidade e calculabilidade, de acordo com o comportamento de cálculo e previsão que requer a nova sociedade, ou seja, ao mesmo tempo condição necessária e garantia de manutenção dos recursos intelectuais para perpetuar a racionalização da conduta. “Tudo se passa como se fosse preciso que sua existência fosse sujeita à jurisdição da previsão e do cálculo para que o agente econômico possa submetê-la efetivamente à previsão e ao cálculo. Somente os que têm, como se diz, futuro podem empreender a ação de dominá-lo”.¹¹²⁰

Agora, as práticas e costumes são reestruturados para tomar uma forma mais sistemática de condutas e planejamentos; tudo na sociedade – nascimento, poupança, educação, etc. – se une por uma afinidade estrutural em torno de um futuro comum que agora deve ser calculado em formas de ação racional. Por isso que para o nativo miserável que não tem possibilidade nenhuma de acesso a um mínimo de planejamento de sua vida, entregue às necessidades mais urgentes da vida, portanto, sem domínio do presente que possa lhe garantir domínio do futuro, “a confiança na fecundidade natural se impõe como o único meio de garantir-se o futuro de um modo ou de outro; pode-se mesmo supor que a ideologia ligada pela tradição segundo a qual a criança, e especialmente o rapaz, é proteção e honra, acha-se revigorada em tempo de crise, quando as seguranças antigas são abolidas, de modo que rodear-se de crianças e (sic), antes de mais nada, rodear-se de proteções”. Postergar os nascimentos é sacrificar o presente, deixar de confiar no curso das coisas, ingressar num futuro calculado. Diante disso, a reestruturação da conduta somente tem acolhida numa parcela – reduzida – da população, que tem acesso a uma faixa de rendimentos relativamente elevada, diferentemente de se considerar que ela – reestruturação – se dá a partir do momento em que seja atingido um plano relativo de segurança econômica. O que sucede é que “em razão mesmo da sistematicidade do novo modo de vida, ela não pode ser operada senão por meio de um salto quando estiverem reunidas todas as condições econômicas e culturais da conversão das disposições econômicas e culturais”.¹¹²¹

Indivíduos e famílias cairão num plano de contradições praticamente insuperáveis se tentarem empreender tal ação. Nesse sentido, verifica-se que o acesso à habitação moderna coloca os indivíduos que não possuem condições de satisfazer todas as demais necessidades ligadas à habitação adquirida, num profundo mal-estar. Se a instalação numa habitação moderna, num primeiro momento, revela em si que ocorre uma melhoria nas condições de vida – em termos de peças disponíveis, área ocupada por pessoa, quartos privativos, e assim

¹¹²⁰ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 108-9.

¹¹²¹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 109-10.

por diante –, observa-se também que o fato dela favorecer a cisão das grandes famílias provoca o efeito de diminuição do número de pessoas ocupadas por família, alterando o equilíbrio econômico que havia no antigo habitat de coabitação de um grupo familiar, pela pluralidade de fontes de rendimentos para uma despesa única comum. Agora, para um número de pessoas menor, e especialmente pessoas economicamente ativas, despesas de toda ordem, principalmente alimentação e a manutenção da nova habitação, aumentam significativamente.¹¹²²

As pesquisas acabam por revelar que comparando a condição de vida geral dos mal alojados, como os moradores das modernas habitações, verifica-se que aqueles viviam em melhores condições de vida. O número médio de pessoas economicamente ativas era maior; vários chefes de famílias habitavam o mesmo habitat, conforme uma antiga solidariedade, obrigados pelas novas lógicas da vida urbana e economia monetária, mas num sentido novo, vale dizer, a unidade do grupo não era dada por um casal, mas pelo grupo inteiro, ou pela família inteira, que viviam significativamente menos mal que um casal com um só salário; a solidariedade do grupo passa a garantir a segurança material e psicológica entre si; a irregularidade dos rendimentos é compensada mutuamente e pelo crédito de confiança, garantindo um consumo mínimo diante das incertezas; e ausência do cálculo racional. Assim, a soma dos salários ou ganhos é considerável nessa perspectiva, frente a despesas fixas relativamente reduzidas: o aluguel é baixo – pois moram em favelas –; acesso a produtos e mercadorias de segunda qualidade mas a preços baixíssimos; crédito facilitado pelos comerciantes; despesas de transporte reduzidas porque a moradia já fora escolhida pela proximidade com o local de serviço. “O habitat precário participa de um universo econômico que tem sua lógica própria e que permite aos mais desapossados realizar uma forma de adaptação ao mundo urbano [moderno]. Se bem que, considerada superficialmente, ela tenha todas as aparências do contrário, a economia da miséria tem sua coerência. A favela tem mesmo seu mercado de trabalho, apto a garantir pelo menos uma aparência de emprego (com os pequenos ofícios de fortuna), e sua rede de informações sobre as possibilidades de engajamento”.¹¹²³

Esse equilíbrio fundado na coabitação coletiva não é possível ser substituído ou suplantado por um outro, determinado pela cisão das grandes famílias, onde, agora, deve-se procurar um outro equilíbrio, marcado em parte sobre o trabalho das mulheres, modelo típico dos lares europeus onde a família se reduz ao casal. Se na Argélia um casal europeu, com a

¹¹²² BOURDIEU, O desencantamento..., p. 110-4.

¹¹²³ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 114-5.

mulher trabalhando recebe cerca de duas vezes mais que um casal argelino, verifica-se, também que cerca de 15% das mulheres européias ocupam profissões relativamente bem remuneradas, frente a 4,5% das argelinas em mesma situação. Obstáculos culturais e não-culturais emergem para impedir que a mulher argelina trabalhe, numa sociedade onde somente homens trabalham. A falta de instrução da mulher argelina as impele frente a ofícios considerados degradantes, como empregada doméstica, e reforça a determinação masculina de não deixa-las trabalhar. Assim, o realojamento quebra o equilíbrio anterior, e mesmo um aumento do salário fica abaixo do que possuíam em comum anteriormente, levando-os à inacessibilidade de um novo equilíbrio, pois as despesas agora são de ordem e grau do mundo moderno, ou seja, elevados para cada item que anteriormente possuíam e estava sob controle como, por exemplo, os aluguéis, além de defrontarem-se com novas despesas que antes não haviam, como impostos, encargos – água, luz, gás – e despesas de equipamentos domésticos, despendendo uma parcela maior dos rendimentos para usufruir da modernidade.¹¹²⁴

O aluguel, as pesquisas revelam, torna um item pesado nas despesas da família centrada no casal e impõe a eles a noção de despesa com vencimento fixo e regular; não há mais os acordos pessoais, nem mesmo a brandura das relações pessoais, agora o que vigora é a rigidez burocrática. Como novo centro de atenção da economia doméstica do casal – pelo peso de sua importância na destinação dos rendimentos e das despesas totais e pela rígida regra de regularidade de cumprimento do compromisso – ele conduz ao casal disciplinar e racionalizar as despesas, proibindo a irregularidade e a instabilidade do emprego e dos rendimentos, bem como a incoerência das compras, enfim, todas as marcas características da vida nas favelas.¹¹²⁵

Aumento das antigas despesas e novas despesas emergem quando o casal passa a morar numa habitação moderna, saindo da antiga habitação das favelas. Além do aluguel, as despesas de transporte e encargos da nova moradia passam a ter um peso significativo dentro do leque das despesas familiares. As despesas de transporte passam a ser significativas porque as novas moradias são construídas na periferia das cidades, longe do serviço, comércio, escolas, repartições públicas, obrigando as pessoas a gastarem parte significativa dos rendimentos para buscar alcançar satisfação em tais serviços; no caso dos encargos – água, eletricidade, gás, etc. – verifica-se que é justamente nas categorias economicamente mais desfavorecidas, onde o peso dos aluguéis é mais pesado, que o peso dos encargos nas despesas domésticas é mais brutal. Para famílias com rendimentos baixos, eles se encontram

¹¹²⁴ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 115-7.

¹¹²⁵ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 117-8.

entre a alternativa de usar das comodidades oferecidas pelo novo domicílio – como risco de desequilíbrio total do orçamento familiar –, ou fazer sacrifícios em outros campos para usufruir das modernas comodidades, ou não usar ou usar muito pouco a luz, água e gás.¹¹²⁶

Aqui pode-se verificar na prática dois fatos da maior importância, que revelam o quanto a moradia moderna é paradoxalmente um obstáculo para a entrada na vida moderna que pareceria prometer. O primeiro é que é muito difícil esperar uma conversão global da pessoa, “indispensável para garantir a gestão racional do orçamento, ajusta repartição de salário no tempo, a distribuição equilibrada das despesas entre os vários itens”, simplesmente por que as famílias e pessoas envolvidas ao imergirem nesse novo mundo acabam inexoravelmente praticando os atos esperados pelo novo sistema econômico-social. Ora, as famílias, os homens e, especialmente as mulheres – que acabam administrando a moradia – simplesmente nunca tiveram qualquer conhecimento senão aquele cultivado dentro das tradições da aldeia – [sendo essa a ideologia estruturadora e estruturante do mundo possível para eles] – e a posterior miséria da favela, portanto, não tendo condições e “meios materiais e culturais para colocar sua existência cotidiana sob o signo da racionalidade, do cálculo e da previsão racional”.¹¹²⁷

O segundo fato a ser anotado é que quando se escolhe restringir ao máximo as despesas pelo uso de equipamentos domésticos modernos ou das comodidades como água, eletricidade e gás, ocorre o fenômeno das pessoas mudarem-se em busca de uma vida mais modernas em troca de privarem-se justamente dos predicados materiais oferecidos pela vida moderna, enfim, “privar-se deliberadamente de tudo o que se estava privado até aquele momento. Isso tornaria a recolocar a pessoa na situação de favelado mas em condições totalmente novas: há um abismo entre o fato de não se ter gás quando se mora numa favela e o fato de estar obrigado a cortá-lo, quando ele lá está, dentro mesmo do apartamento, e de voltar ao *kanoun*, para fazer economias”. Assim, a instalação num apartamento moderno se torna paradoxal, absurda.¹¹²⁸

As análises acima também valem para o item mobília da nova moradia; novamente aqui os encargos maiores recaem sobre os mais humildes. Nas favelas alguns mais abastados poderiam possuir móveis dentro de sua moradia, entretanto, para outros, o habitat precário simbolizava um impedimento para aquisição de mobílias e equipamentos domésticos, satisfazendo-se como mínimo necessário para sua vivência, pois o problema de falta de

¹¹²⁶ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 118-20.

¹¹²⁷ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 120.

¹¹²⁸ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 120.

espaço e a rudeza do ambiente não encorajavam tais gastos domésticos, portanto, reduzindo ao estritamente necessário as despesas domésticas. Ocorre que na moradia moderna, diferentemente, não possuir mobília é um escândalo absurdo, pois isso é interpretado ou significado como “objetivamente a incapacidade de tomar posse, realmente, do espaço concedido, a inaptidão em adotar o modo de vida moderno que é proposto pelo alojamento”.¹¹²⁹

Desta forma, as pesquisas revelam que “a percentagem média das despesas mais ou menos diretamente ligadas ao habitat (aluguel, encargos, transporte, conservação e mobília) alcança 44,5% contra menos de 10% entre os mal alojados”. Isso provoca o efeito de determinar toda a vida econômica da família, que fica centrada nesse item, adotando, conforme a renda familiar, diferentes estratégias para poderem viver e sustentar a família e a moradia; não é incomum as famílias sacrificarem a alimentação e vestuário para fazerem frente às despesas de moradia, desproporcionais aos seus meios de ganhos, sendo que cada categoria profissional, e respectivos ganhos, irá ditar a ordem hierárquica dos sacrifícios que adotarão para se manterem no novo padrão de vida. Assim, as classes médias e superiores se distinguem por viverem numa situação completamente diferente: uma mudança de residência implica em diferenças de despesas de variação bem menor; já vêm providas de elementos de conforto e pagavam alugueis altos; frente a seus rendimentos, as despesas de alugueis e encargos pesam bem menos; são famílias melhores preparadas para adaptar-se numa habitação moderna e impor as disciplinas requeridas por essa adaptação. “À medida, pois, que o rendimento aumenta, e, paralelamente, o nível de instrução e o grau de adaptação à vida moderna, a habitação moderna cessa de ser essa espécie de presente envenenado que ela é para as categorias inferiores e fornece as condições materiais de uma reorganização do sistema das práticas”, portanto, compensando sacrifícios que um rendimento relativamente elevado torna acessível e vantajoso.¹¹³⁰

Pierre Bourdieu ressaltava nesse ponto que o “apartamento moderno é um elemento de um sistema e, a esse título, exige daqueles que devem ocupá-lo a adoção de um certo estilo de vida; supõe e admite a adoção de todo um conjunto de práticas e de representações, tais como novas relações entre os membros da família, uma nova concepção da instrução das crianças, uma nova economia doméstica numa palavra. O acesso ao habitat requer uma verdadeira metamorfose cultural do que nem todos os realojados são capazes, porque eles não detêm nem os meios econômicos para desempenhá-lo, *nem as disposições que não podem se constituir na*

¹¹²⁹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 120-1.

¹¹³⁰ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 121-3.

ausência de meios. O apartamento moderno é um espaço já estruturado e levando em sua organização, sua extensão, sua forma, a indicação da utilização futura que poderá ser-lhe dada, do tipo que ocupação que solicita, etc. A título de utensílio, isto é, de objeto material preparado para certo uso, ele revela seu futuro e o uso futuro que poder-se-á (e dever-se-á) fazer dele, se se quiser conformar-se à intenção que o habita. Em resumo, ele se manifesta como um sistema de exigências que se inscrevem no espaço objetivo e que exigem ser preenchidas, como um universo salpicado de expectativas e por isso criador de necessidades e de disposições”.¹¹³¹

Mas verifica-se também, ao mesmo tempo, que esse espaço precisa ser construído e seu uso não é inteiramente predeterminado, pois é um lugar de exigências que não é totalmente concluído, onde adições e modificações são possíveis e indispensáveis, enfim um espaço que precisa ser preenchido; nesse processo ele também apresenta-se como um espaço estranho que é preciso desbravar, humanizar e possuir, apresentando suas resistências a tal intento. O ato de transformar o apartamento, mobiliando-o e decorando-o, é um ato voltado para torná-lo mais confortável, mas também de dominá-lo, possuí-lo, imprimindo nele uma marca característica e pessoal. O apartamento moderno, feito para o homem moderno, exige um comportamento de homem moderno, portanto, para aquele que não possui meios de ocupá-lo e habitá-lo ele é um mundo estranho onde expectativas não podem ser preenchidas e uma marca pessoal não pode nele ser cunhado; toda disposição das peças, o espaço disponível e as predeterminações funcionais exigem um determinado tipo de mobília, iluminação e decoração.¹¹³²

Quando um apartamento moderno é mobiliado à maneira que se faz na favela, está-se diante da desolação, desta forma, ele não é habitado como um espaço dominado, organizado e humanizado, mas simplesmente apenas mais um local ocupado. A perplexidade, escândalo e confusão se revelam aos novos ocupantes quando eles esperavam que o apartamento pudesse lhes satisfazer expectativas, mas verificam emergir uma nova realidade onde a nova morada gera efetivas expectativas que não podem ser preenchidas ou cumpridas; a perplexidade e escândalo são maiores também pelo fato de que as incitações e solicitações com fundamentos na solidariedade, comum nas favelas, não encontram eco nesse mundo estranho trazidos pelos europeus, mas sempre presente permanentemente no espaço o mais familiar. “Um dos fundamentos da solidariedade real que une os habitantes da favela é a uniformidade das condições de existência que faz provar a miséria como condição comum e repartida por todo o

¹¹³¹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 123-4. Grifos em itálicos nossos.

¹¹³² BOURDIEU, O desencantamento..., p. 124-5.

grupo. A revolta dos excluídos, que tem sua raiz no confronto com o mundo dos europeus, às vezes longínquo e exterior, é de natureza totalmente diferente daquela que suscita a experiência direta da impossibilidade de beneficiar-se das vantagens oferecidas por esse mundo, agora ao alcance da mão, na própria casa, sob forma de um conforto de que é preciso privar-se ou, no apartamento ou no imóvel ao lado, na casa dos que têm os meios para apropriarem-se disso”.¹¹³³

Por isso, a moradia moderna é causa de dificuldades materiais por vezes intransponíveis e fonte de aspirações inacessíveis; sua realidade é solidária a um modo de vida que é uma verdadeira contradição com a existência cotidiana de muitos de seus moradores. O que resta às pessoas que descobrem não poder preencher as exigências de sua moradia moderna é simplesmente ignorar as referidas exigências e, por um efeito de deslocamento, tratar a moradia depreciativamente, vale dizer, como um alojamento europeu econômico ou evolutivo degradado, destinado a pessoas de descendência árabe, e julgá-lo insuficiente para moradia ou habitação a baixo preço, sendo que a realidade revela que o que eles dispõem para ali estar já ultrapassa suas possibilidades materiais de meios e recurso. Esses moradores, quase não podendo pagar o gás e o aluguel da habitação, não é incomum afirmarem serem capazes de pagar o aluguel da cidade europeia com todos os confortos existentes. Desse fato é decorrente também outro conjunto de comportamentos ou práticas, onde se procura adaptar a cidade às suas possibilidades, uma vez que eles não podem se adaptar a ela, a não ser à custa de uma adaptação que provoque a favelização da cidade, vale dizer, onde se degradam numerosas partes comuns das cidades, revelando essa recusa em aderir ao habitat, fato esse que é tanto maior quanto maior é o descontentamento que se verifique numa região; entretanto, é perceptível notar que esse fenômeno se atenua em locais onde residem famílias com faixa de renda maior.¹¹³⁴

Por esses motivos, verifica-se que as famílias numerosas das classes mais desfavorecidas que haviam se espalhado, voltaram a reconstituir-se; pais que tinham ficado nas favelas ou nos campos migram e se reúnem nos núcleos instalados nos apartamentos; nas cidades horizontais barracas são construídas nos pátios; nas cidades verticais alpendres são fechados para abrigar novas famílias; volta a situação onde o número de pessoas ativas do grupo familiar aumenta; as imediações locais são tomadas pelo pequeno comércio formado por essas pessoas reagrupadas; uma parte do comércio de estilo europeu é negligenciado; lugares espontâneos de reuniões são criados nos arredores das cidades; velhos reunidos,

¹¹³³ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 125 e nota de rodapé n. 12.

¹¹³⁴ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 125-6 e nota de rodapé n. 13.

encostados ao muros dos prédios, conversam como antigamente faziam nas favelas ou nas aldeias. “Mas os que ‘favelizam’ a cidade moderna não obedecem a um tradicionalismo retrógrado. Impedidos de adaptar-se, como eles desejariam, a um habitat que exige uma mutação de todas as atitudes, privados das condições materiais desta mutação, não fazem senão recriar as antigas condições de vida que tinham acreditado fugir ao aceder à cidade moderna”.¹¹³⁵

Assim, a vida no novo apartamento em si é um contraste, uma necessidade e falta que não pode ser suprida, e que causa transtornos a todos os aspectos da existência; não há mais equilíbrio orçamentário e o desmembramento e a ruptura com a vizinhança familiar isolam a família nuclear e enfraquece os vínculos antigos e reformulados de solidariedade. Não há mais com quem sair para passear e conversar; uma atmosfera mais viva das favelas é substituída por relacionamentos superficiais e ocasionais; nesse sentido a favela é sempre referência e os amigos lá estão e a eles sempre que se pode faz-se uma visita; a favela mais próxima ao imóvel também é lugar para visitar, mesmo que não se conheça alguém, apenas para ir lá, sentar e assim ficar um pouco. Quem mais sofre são as mulheres, porque o campo social, agora, fica muito restrito – estão rodeadas por desconhecidos – e saem menos; nada na nova moradia compensa o que a vida das antigas relações poderia lhes proporcionar e às mais pobres nem televisão lhes é permitido ter – pelo seu custo – para compensar um pouco essa condição. Desta forma, o novo habitat – da forma que se encontra e for aceita passivamente essa realidade – isola, diferentemente da favela e do velho bairro que unia; numa casa de um velho e tradicional bairro, por exemplo, verificou-se que a separação das moradias entre as diferentes famílias era mais simbólica que real; ali casa e bairro eram um prolongamento do espaço interior; o espaço da vida da mulher estendia-se às casas e quartos vizinhos, à fonte e à mercearia; “o apartamento ou as barracas estão cercados por todo um conjunto de pontos, mais ou menos afastados, que correspondem a diferentes atribuições da atividade feminina, atividades que reúnem um grupo cada vez maior à medida que a pessoa se afasta: no canto da peça reservada para esse uso, a mulher organiza a cozinha; no pátio ela pega a água e, às vezes, lava a roupa; no terraço, estende a roupa lavada para secar; no banho mourisco, comum para todo o bairro, ela se encontra com as vizinhas. Assim, a maioria das atividades que lhe cabem contribui para inseri-la numa rede social externa à família propriamente dita”.¹¹³⁶

Entretanto, de modo diverso, um habitat moderno, em si, deve fornecer tudo o que os seus moradores podem necessitar. “Todas as atividades femininas (lavagem e secagem de

¹¹³⁵ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 126-7.

¹¹³⁶ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 127-9.

roupa, passar a ferro, cozinha, etc.) podem ser nela efetuadas. Desde então, a oposição entre o interior e exterior encobre a oposição entre o núcleo familiar e a vizinhança, entre o apartamento e o resto do imóvel”. Há uma ausência total de equipamentos de uso coletivo, restringindo o espaço de atividade da mulher. O mundo exterior começa na própria porta do moderno habitat, sendo que pequenas passagens de uso comum do prédio ou dos imóveis, que deveriam ser um espaço de relacionamentos e criação de laços entre vizinhos é, em realidade, um espaço estranho, onde não se cultiva nem plantas ornamentais e nem se utiliza para descansar; relacionamentos entre vizinhas não mais se estabelecem em momentos de trabalho doméstico e são cada vez mais raras e superficiais, sendo que quando se instauram são momentos inúteis e de perda de tempo, para fofocas e tagarelice. Trata-se de uma vida social – quando há – suportada e não escolhida; os relacionamentos são mais de queixas e reclamações; a organização objetiva do espaço não estimula o estabelecimento de novas relações.¹¹³⁷

Ocorre nesse novo ambiente uma atitude aparentemente contraditória, qual seja, as pessoas – especialmente as mulheres – se queixarem da situação de isolamento a que estão sujeitos e da promiscuidade que sofrem pela proximidade com modos de vida totalmente novos. Nesse ambiente, os homens sofrem menos que as mulheres os efeitos de isolamento provocados pela nova morada, uma vez que seu lugar natural é o exterior e seu espaço de vida é mais amplo, sendo comum passarem juntos as horas de lazer. “Assim, a família nuclear, cuja habitação moderna, pelas restrições espaciais e orçamentárias que ela impõe, favorece a automatização ao mesmo tempo material e moral, não encontra em si mesma nem os recursos econômicos e nem as tradições culturais (técnicas de lazer, leitura, *bricolage*, representações culturais que favorecem a valorizam a intimidade do casal) que são condições de uma plena realização dessa autonomia. Resulta disso que as novas unidades sociais nascidas do realojamento se acham colocadas a meio caminho entre duas formas de equilíbrio econômico e social, com o sentimento de ter perdido tudo de um lado, sem ganhar grande coisa do outro”.¹¹³⁸

Numa situação ou condição totalmente diferente, os mais favorecidos economicamente, o acesso a um alojamento moderno é ocasião para efetuarem uma mutação cultural, pois a condição de morarem na favela e trabalharem num escritório moderno impunham a eles a contradição de dois modos de vida diversos, enfim, uma existência dividida em dois. Com a nova morada, essa existência conflituosa e os obstáculos que

¹¹³⁷ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 129.

¹¹³⁸ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 129-30.

emergiam são superados e removidos, pois se acabam as contradições; também estimula-se as aspirações e os desejos agora encontram condições materiais para sua realização. O novo estilo de vida suscita novas necessidades aumentando muito algumas despesas, inclusive aquelas destinadas a mostrar um certo estatuto social, provocando, ao final, uma profunda transformação do orçamento familiar; passa-se a recorrer ao crédito bancário e faz-se necessário usar cada vez mais o cálculo, vale dizer, o cálculo se torna cada vez mais necessário. Diferentemente das famílias mais pobres que se inserem numa situação paradoxal nestas moradias modernas, “as famílias dessas classes [privilegiadas] são geralmente melhor preparadas para se adaptarem a uma habitação moderna e a impor-se as disciplinas que o êxito dessa adaptação exige; além do mais, dispondo de rendimentos nitidamente mais elevados, essas famílias podem realizar um novo equilíbrio econômico sem serem obrigadas a impor-se sacrifícios desmedidos em outros campos”.¹¹³⁹

Assim, verifica-se que quando se encontram reunidas todas as condições econômicas e culturais para efetuar uma transformação global do sistema das disposições econômicas – passagem de *habitus* que a tradição legou para um novo *habitus* que um novo sistema econômico e social requer –, um fato como o acesso a um alojamento ou moradia moderna é o motivo e ocasião para efetuar-se a reestruturação do sistema das práticas, tais como divisão de trabalho entre os sexos, gestão do orçamento, educação das crianças, práticas de lazer, entre outros. “É assim que a inclinação do grupo familiar sobre si mesmo que o novo habitat favorece acompanha-se, na maioria das vezes, da descoberta de uma nova arte de viver: o que para outros é isolamento aparece aqui como intimidade. Os homens ficam mais tempo em casa; a leitura, a televisão e as crianças tomam cada vez mais o lugar da convivência com amigos. As mulheres se dedicam mais ao governo da casa, à leitura e ao cuidado das crianças em idade escolar. A intensificação das relações domésticas compensa a rarefação das relações como exterior e o afrouxamento das relações com os parentes mais ou menos afastados que é ao mesmo tempo a condição e o produto do aburguesamento”. Verificam-se, na maioria dos membros dessa nova classe, comportamentos voltados para romper os vínculos antigos, evitando, por exemplo, voltar aos bairros do passado, e abandonando as visitas de retribuição que mantinham os vínculos com os parentes afastados.¹¹⁴⁰

Deste modo, na Argélia, a moradia moderna foi um motivo e ocasião para florescimento de uma nova classe social, uma pequena burguesia com todo seu estilo de vida, valores e aspirações, que os separam distintivamente do proletariado e subproletariado

¹¹³⁹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 130-1.

¹¹⁴⁰ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 131-2 e nota de rodapé n. 17.

presentes nas favelas e nos bairros antigos e tradicionais. Mas isso sucedeu porque houveram condições satisfeitas que deram acesso à transformação das práticas que ele – as condições – tornou possível; as “condições que devem ser preenchidas por aqueles que a franqueiam fazem com que a ‘soleira da modernidade’ seja aqui uma fronteira entre as classes”.¹¹⁴¹

1.2.5.5. O DESENCANTAMENTO DO MUNDO: CONCLUSÃO

Todo sistema de disposições humano está ligado diretamente à situação econômica e social pelo que ela media – ou revela dizer para cada um – em relação às possibilidades que essa situação define e que, também, definem essa situação. Uma mesma raiz de significação é possível verificar se expressando numa conduta econômica e numa conduta política, por exemplo, um comportamento econômico fatalista, incoerente, entregue à soma das circunstâncias negativas que lhe afligem e reforçam sua miséria, correspondente a um comportamento de condutas e opiniões políticas resignadas e revoltadas, circunscrevendo-se a assim permanecer; por outro lado, uma conduta econômica empreendedora, metódica, dinâmica, correspondente a um comportamento de conduta e opiniões políticas resolutas, revolucionárias, ativas, firmes na busca da concreção das ideologias. Uma e outra qualidades de comportamentos, nessas diferentes esferas de atuação humana, estão assim jungidos ou imbricados – marcados como um destino – no sistema de disposições que cada ser humano permite assimilar como suas concretas possibilidades existenciais de vida. Um mesmo espaço social, ao conceder ou outorgar para diferentes grupos de pessoas, diferentes expectativas de existência sócio-econômica, produz diferentes expectativas sobre o futuro e, paralelamente, diferentes disposições – *habitus* – que irão moldar, marcar, cunhar certos tipos de comportamentos e condutas, vinculado ou definido diretamente – e de forma objetiva – pela situação econômica e social a que estão submetidos e que, por uma circularidade viciosa, acabam por reforçar a mesma situação de diferenças concretas de expectativas de existência ou vida, vale dizer, reforçam a pobreza ou miséria dos pobres ou miseráveis e reforçam a riqueza e opulência dos ricos ou privilegiados.¹¹⁴²

As situações concretas de possibilidades de acesso às vantagens econômicas e sociais são “mensuráveis estatisticamente, a título de regularidades independentes das vontades

¹¹⁴¹ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 132.

¹¹⁴² BOURDIEU, O desencantamento..., p. 133.

individuais, [e] as probabilidades objetivas e coletivas (por exemplo, as probabilidades de acesso aos bens raros ou as probabilidades de ascensão social em uma ou mais gerações) são também dados concretos da experiência individual”. Por isso que como interiorização objetiva da situação fática de vida – uma posição, admitida ou não conscientemente, do que se pode esperar dela –, esse *habitus* de classe erige-se solidamente como “estrutura unificadora do conjunto das disposições que supõem a referência prática ao futuro objetivo, quer se trate da resignação ou da revolta contra a ordem atual ou da aptidão a submeter as condutas à previsão e ao cálculo”.¹¹⁴³

“De fato, a consciência da situação de classes pode ser também, sob outro ponto de vista, uma inconsciência dessa situação. O uso de conceitos mediadores (ou bastardos), tais como potencialidades objetivas ou *habitus* de classe, permite ultrapassar as oposições abstratas entre o subjetivo e o objetivo, o consciente e o inconsciente. O futuro objetivo é aquele que o observador deve postular para compreender a conduta atual dos sujeitos sociais, o que não significa que ele coloca na consciência dos sujeitos que observa a consciência que tem de sua consciência”. Ora, o futuro objetivo de cada agente social necessariamente não significa – ou está diretamente implicado que seja – um fim conscientemente perseguido pelo sujeito, mas mesmo assim se constitui como um princípio objetivo que rege claramente suas condutas, “porque está inscrito na situação presente desses sujeitos e em seu *habitus*, objetivamente interiorizada, disposições permanentes adquiridas numa situação”.¹¹⁴⁴

É por isso que os subproletários estão sempre a reproduzir, “tanto em suas representação conscientes quanto em suas práticas, a situação de que eles são o produto e que encerra a impossibilidade de uma tomada de consciência adequada de verdade dessa situação: não conhecem essa verdade, mas a fazem ou, se quisermos, dizem-na somente naquilo que eles fazem. Seus propósitos irrealísticos não contradizem senão na aparência a realidade objetiva que seus atos exprimem tão claramente: a própria ilusão não é ilusória e é preciso livrar-se de ver um fantasma arbitrário no que não é senão o efeito objetivo de uma posição impossível no sistema econômico e social”.¹¹⁴⁵

Finaliza Pierre Bourdieu: “Se bem que o agente social não possa por essência apreender em sua totalidade um sistema que nunca lhe aparece senão de perfil; a variação entre a apreensão subjetiva e a verdade objetiva da situação varia consideravelmente conforme a situação de classe. A pressão da necessidade econômica pode suscitar um

¹¹⁴³ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 133.

¹¹⁴⁴ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 133-4. Grifos no original.

¹¹⁴⁵ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 134.

descontentamento e uma revolta que não supõem necessariamente o escopo claro e racional da finalidade da revolta (como é visto pela distância que separa a quase-sistematização afetiva de uma verdadeira totalização) e que podem se traduzir tanto na passividade resignada quanto por explosões elementares e desprovidas de finalidades explícitas. Confiando na imagem mecânica da compressão seguida pela explosão, é comumente esquecido o fato de que a opressão mais intensa não coincide com a consciência mais aguda da opressão e que, muito ao contrário, a variação nunca é tão grande quanto no caso entre a verdade da situação objetiva e a consciência dessa situação. Em resumo, a menos que se queria ver na consciência de classe o resultado mecânico da pressão exercida pela necessidade econômica, ou, ao contrário, o ato reflexivo de uma liberdade que se determina em direção e contra todos os determinismos objetivos, é preciso admitir que a revolta contra a situação atual não pode se orientar em direção a alvos racionais e explícitos senão quando são dadas as condições econômicas da constituição de uma consciência racional dessas finalidades, isto é, quando a ordem atual confirma a virtualidade de seu próprio desaparecimento e produz, devido a esse fato, agentes capazes de projetá-la”.¹¹⁴⁶

¹¹⁴⁶ BOURDIEU, O desencantamento..., p. 134-5.

CAPÍTULO 1

SEÇÃO 3

A SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU: ASPECTOS CRÍTICOS DESTACADOS

1.3.1. CONTEXTO E TRAJETÓRIA INTELECTUAL

Para compreender o pensamento de Pierre Bourdieu, a sua trajetória intelectual revela aspectos destacados e importantes que merecem ser abordados. Assim, quando ele começou a estudar no sistema universitário francês, a situação intelectual que ele encontrou era a seguinte: nos anos 1950 a fenomenologia em sua vertente existencialista era dominante e se encontrava no seu apogeu e ele já havia lido Jean-Paul Sartre, Maurice Merleau-Ponty e Edmund Husserl, sendo que uma variante marxista ainda não havia se estabelecido – como veio a acontecer um pouco mais tarde como uma posição marcante do marxismo estruturalista – no campo intelectual. Foi nesse período que ele fez uma leitura acadêmica de Karl Marx, lhe chamando muita a atenção o texto *Teses sobre Feuerbach*, escrito pelo pensador comunista alemão. Mas a época era a do stalinismo triunfante e muitos de seus colegas universitários eram nesse momento violentos anticomunistas, mas que haviam pertencido anteriormente ao partido comunista francês, e a pressão dos partidários do stalinismo era muito grande, obrigando-o, junto com outros colegas, entre eles Jacques Derrida, a fundarem um comitê para a defesa das liberdades na escola que frequentava. A filosofia universitária não empolgava, apesar de haver gente muito importante no meio, como Gaston Bachelard e Georges Canguilhem e Henri Gouhier. Mas outros pensadores importantes também haviam, presentes na Escola de Altos Estudos e no Colégio de França – e fora da tradicional Sorbonne –, em especial Eric Weil, Alexandre Koyré e Martial Guérault, cujos ensinamentos Bourdieu seguiu quando ingressou na Escola normal. Tais intelectuais se encontravam fora do curso normal escolar de Bourdieu, mas representavam uma tradição de história das ciências e de

filosofia rigorosa que escapava do existencialismo dominante, procurando dar um novo sentido para filosofia e superando um pouco a leitura dos autores clássicos. Bourdieu estudou matemática e história das ciências na época, tendo nas figuras de Georges Canguilhem e Jules Vuillemin seus “profetas exemplares”, no sentido dado por Max Weber.¹¹⁴⁷

Assinale-se que os referidos educadores e intelectuais, no período fenomenológico-existencialista, não eram conhecidos, mas para o sociólogo francês, seus ensinamentos indicavam a possibilidade de uma nova via filosófica sobre os grandes problemas, e distante das vaguezas tópicas. Havia uma importante revista acadêmica denominada *Critique*, e também a possibilidade do acesso a uma informação ampla e rigorosa sobre os trabalhos intelectuais franceses e estrangeiros. Na época ele era partidário – por razões sociológicas, vale dizer, sua origem de vida e trajetória social – da corrente intelectual que propunha a ruptura com os poderes instituídos na França, a instituição universitária, e tudo que escondia ou encobria sobre a violência, impostura, estupidez canonizada e, também, por essa via, contra a ordem social estabelecida; sua origem social não era burguesa e ele não estava inclinado a meras rupturas simbólicas ou transgressões. Em sua trajetória intelectual ele jamais se sentiu comprometido com uma instituição, a começar com as instituições intelectuais, princípio que ele cumpriu, sem abandonar, até sua morte. Assinale-se que muitas de suas disposições intelectuais, comum a toda uma geração estruturalista – especialmente com Louis Althusser e Michel Foucault –, é explicado por sua vontade de resistir contra o que o existencialismo havia sido representado para ele, vale dizer, um humanismo brando, complacência pelo vivido, e seu moralismo político. Ressalta-se que ele sempre fez questão de frisar que não se incluía na corrente do estruturalismo originário, uma vez que estava separada dela por uma geração acadêmica – ele havia escutado seus cursos –, e também por ter rechaçado dela o que lhe parecia uma moda intelectual.¹¹⁴⁸

Acerca da corrente filosófica do existencialismo, ele ressalta que leu muito – e com admiração – Martin Heidegger, especialmente as análises feitas pelo pensador alemão na obra *Ser e Tempo*, sobre o tempo público, a história etc., que juntamente com os textos de Edmund Husserl e Schütz – este mais tarde – ajudaram-no a analisar as experiências ordinária do social. Entretanto, ele nunca participou do “humor” existencialista, admitindo que Maurice Merleau-Ponty ocupava um lugar à parte nessa corrente, uma vez que ele – Merleau-Ponty – se interessava pelas ciências do homem, pela biologia, e dava uma idéia do que poderia ser uma reflexão sobre o presente imediato – textos sobre a história, sobre o partido comunista da

¹¹⁴⁷ BOURDIEU, Pierre. **Cosas dichas**. Barcelona: Gedisa Editoria, 2000, p. 17-8.

¹¹⁴⁸ BOURDIEU, Cosas dichas, p. 18.

época, sobre o processo de Moscou –, capaz de escapar às simplificações sectárias das discussões políticas, representando uma das saídas possível fora da filosofia charlatã – como Bourdieu assinalou – da instituição escolar. Nessa época, também, havia o fato de que um sociólogo é que ocupava uma posição de destaque na filosofia do momento, devido a efeito de autoridade da instituição – tratava-se de Georges Davy, último sobrevivente da escola de Emile Durkheim –, o que provocava uma depreciação redobrada dos estudantes de filosofia pela sociologia, pois suas leituras sobre textos filosóficos – especialmente por ocasião de sua participação nas bancas de concursos – eram tidas como nulas. Esse desprezo pelas ciências sociais permaneceu entre os normalistas filósofos – representantes da elite, ou do modelo dominante – até os anos 1960, época que existia apenas uma sociologia empírica medíocre, nas palavras de Bourdieu, sem substrato teórico nem empírico. Além disso, sociólogos surgidos entre as guerras escreveram livros muito fracos sobre alguns filósofos e suas obras, e após 1945, os primeiros sociólogos surgidos na França, como regra geral, não haviam percorrido a via régia obrigatória para seu reconhecimento intelectual, vale dizer, a Escola normal, os concursos, sendo que alguns deles haviam sido desviados para a sociologia devido ao seu fracasso na filosofia.¹¹⁴⁹

A mudança do estatuto das ciências sociais – na França – começou nos anos 1960, tendo o estruturalismo exercido um papel muito importante para tal feito, onde, pela primeira vez, uma ciência social se impôs como uma disciplina respeitável e até mesmo dominante. Foi Claude Levi-Strauss quem batizou sua ciência como antropologia, no lugar da então conhecida etnologia, reunindo o sentido anglo-saxão ao velho sentido filosófico alemão, enobrecendo a ciência do homem, assim constituída graças à referência a Ferdinand de Saussure e a lingüística – como ciência prestigiosa – em sua obra antropológica, referência prestigiosa essa – Saussure, como ponto de ligação – que os próprios filósofos estavam obrigados a referirem-se. Nessa época, quase ao mesmo tempo, Michel Foucault traduzia a obra *Antropologia* de Immanuel Kant. Assim, inicia a exercer-se, nesse momento, e com toda sua força, o efeito que Bourdieu denomina por “logia” – referência a todos os títulos que utilizam essa desinência, como arqueologia, semiologia etc. –, ou seja, a expressão mais visível do esforço dos filósofos para apagar as fronteiras entre a ciência e a filosofia. Bourdieu afirma que nunca teve simpatia pelas meias reconversões que permitiriam acumular, ao menor custo, as vantagens da cientificidade e as vantagens que outorga a posição de filósofo; por ele, nesse momento da academia, o que era necessário colocar em jogo era justamente a posição

¹¹⁴⁹ BOURDIEU, *Cosas dichas*, p. 18-9.

do filósofo e toda seu prestígio, para realizar uma verdadeira reconversão científica – o que revela ser o que ele fez em vida. Bourdieu, ao mesmo tempo em que trabalhava para colocar em prática o modo de pensamento estrutural ou relacional em sociologia, resistiu com todas as suas forças ao que ele considerava como formas vulgares do estruturalismo; ele não aceitava as transposições mecânicas de Saussure ou Kacobson em antropologia ou semiologia, conforme foi praticado indulgentemente durante os anos 1960, uma vez que, em seu trabalho filosófico, ele já havia lido muito Saussure e, em 1958-59, fez um curso sobre Durkheim e Saussure, onde ele descobriu os limites epistemológicos das tentativas de produzir uma “teoria pura”.¹¹⁵⁰

Sua conversão de filósofo para etnólogo levou muito tempo, uma vez que ele, em tudo que fez, nas suas diversas opções intelectuais e de pesquisa, nessa época, sempre se considerava como um filósofo em seu ofício de filósofo. Entretanto, ele empreendeu pesquisas sobre a “fenomenologia da vida afetiva”, mais exatamente, sobre as estruturas temporais da experiência afetiva, e para conciliar sua inquietude pelo rigor e a busca filosófica, pensava em fazer biologia etc., enfim, pensava como filósofo, mas descobriu-se, numa mudança, como etnólogo. Nessa mudança, o prestígio que Levi-Strauss havia dado à essa ciência favoreceu sua conversão. Assim, ele passou a fazer investigações caracterizadas como etnológicas, como sobre o parentesco, o ritual, a economia pré-capitalista, bem como pesquisas que poderiam ser caracterizadas como sociológicas, especialmente pesquisas de campo para colheita de dados estatísticos, junto com seus pares do INSEE. Sua intenção, nesse início de carreira como pesquisador, era, por exemplo, estabelecer o princípio, nunca claramente determinado na tradição teórica, da diferença entre proletário e subproletário; também queria analisar as condições econômicas e sociais para o surgimento do cálculo econômico, não só em matéria de economia, mas também em fecundidade etc. Por isso, ele tratou de demonstrar que o princípio desta diferença está situado ao nível das condições econômicas – e sociais – de possibilidade de condutas de *previsão* racional, das quais as aspirações revolucionárias – mudanças, seja de que nível ou grau – constituem uma dimensão – dessa probabilidade racional de previsão. No entanto, esse projeto teórico era inseparável de uma metodologia, e por isso, havia lido todos os textos de Marx, e muito outros mais, sobre a questão; trabalhava, também, com a noção marxista de autonomia relativa em relação com as pesquisas que estava começando sobre o campo artístico – onde um livro curto denominando *Marx, Proudhon, Picasso*, escrito em francês por um imigrante alemão de nome Marx, entre

¹¹⁵⁰ BOURDIEU, *Cosas dichas*, p. 19-20.

as duas guerras, lhe foi muito útil. Observa-se que tais estudos ele fez antes do forte retorno do marxismo estruturalista, mas seu intuito sempre foi sair da mera especulação teórica.¹¹⁵¹

Mas, ao mesmo tempo, ele fazia outras pesquisas antropológicas que estavam inter-relacionadas estreitamente; ele queria compreender, através de suas análises de consciência temporal, as condições – econômicas e sociais – para a aquisição do *habitus* econômico capitalista em pessoas formadas dentro de um universo histórico-cultural pré-capitalista, mas novamente através da observação e medidas diretas, e não por uma reflexão de segunda mão, sobre um material de segunda mão; mas, além disso, resolver problemas propriamente antropológicos, especialmente aqueles delineados e estabelecidos pelo enfoque estruturalista. Através de suas pesquisas estatísticas – o que raramente se fazia em etnologia – descobriu que o casamento considerado como típico das sociedades árabes-berberes, ou seja, o casamento com a prima paralela – aqui se interpreta como primos de primeiro grau, segundo a legislação brasileira – representava em torno de 3% a 4 % dos casos, e entre 5% a 6% nas famílias marabus – também conhecido como marabutos ou morabitos – tidas como mais ortodoxas e restritas; tal fato obrigou-o a refletir sobre o conteúdo da própria noção de parentesco mesmo, sobre o que é regra, enfim, sobre as regras de parentesco, que o conduziram a resultados reflexivos opostos ao que a tradição estruturalista indicava. E dentro de mesma linha de pesquisa e reflexão crítica, verificou que o mesmo sucedia com o ritual, vale dizer, seus estudos e reflexões puderam constatar e verificar que até certo ponto haveria uma coerência e lógica com o sistema das oposições constitutivas da lógica ritual, como até então interpretadas e desveladas pelos estudos estruturalistas, mas, de um certo ponto em diante, a tradição não conseguia mais integrar, na mesma linha explicativa e lógica, todos os dados recolhidos pelas suas pesquisas, vale dizer, era incapaz de integrar numa mesma lógica todas as suas observações de campo e levantamentos estatísticos.¹¹⁵²

Bourdieu admite que levou muito tempo até romper definitivamente e verdadeiramente com alguns dos pressupostos estruturalistas – na sociologia, essa forma de pensamento e construção de verdades científicas influía fortemente na forma de se pensar o mundo social, no caso, tido como um espaço de relações objetivas, transcendente em relação aos agentes que nele atuam, e irreduzível às relações entre os indivíduos, vale dizer, por essa tradição haveria uma determinação que condicionaria o social (tudo que se faz socialmente, comportamentos, ações etc.) e que independeria do próprio ser humano e suas relações. Somente após ele descobrir os pressupostos objetivos – ou objetivistas – que estão inscritos

¹¹⁵¹ BOURDIEU, *Cosas dichas*, p. 20.

¹¹⁵² BOURDIEU, *Cosas dichas*, p. 20-1.

no enfoque estruturalista – tudo que está presente e que escapa ao observador estruturalista –, que ele pôde compreender a interação objetivo/subjetivo, descoberta em toda sua complexidade, e que marca paralelamente e simultaneamente o mundo social; é de se observar que essa descoberta ele o fez no retorno ao terreno das observações a ele familiares, vale dizer, muito próximas de sua realidade existencial, por uma parte, observando a sociedade bearnesa, da qual ele era originário, e, por outra parte, o mundo universitário, o qual ele estava totalmente envolvido. Um dos pressupostos objetivistas presente no enfoque estruturalista, como até então consagrado, era o dado concreto da visão ou olhar já privilegiado da observação de um observador – com relação a uma pessoa natural ou originária de um local, consagrado na inconsciência, vale dizer, o nativo, indígena, autóctone é visto de um lugar privilegiado –, de tudo que o observador traz em si como seu ponto de vista e que lhe escapa à consciência para construir a verdade sociológica ou antropológica que ele obtém, “contaminando” suas observações, reflexões e verdades construídas.¹¹⁵³

Mais que um relato de vida, as palavras acima são uma contribuição à sociologia da ciência; o pertencimento a um grupo profissional exerce um efeito de censura que se estende muito além dos estímulos institucionais ou pessoais, vale dizer, há questões que não se colocam, que não podem ser expostas, porque atingem as crenças fundamentais que estão na base da ciência e do funcionamento do campo científico – mas Bourdieu procede no sentido de expor claramente essas questões fundamentais dissimuladas, na sociedade e em seus diversos campos. Isso foi muito bem indicado pelo filósofo Ludwig Wittgenstein, quando recordou que a dúvida radical está tão profundamente identificada com a postura filosófica, de tal forma que um filósofo bem formado jamais pensa em colocar em dúvida esta dúvida radical. Sobre Wittgenstein, Bourdieu ressalta que ele é o filósofo que lhe foi mais útil nos momentos mais difíceis de sua trajetória intelectual e científica; foi esse filósofo que o salvou nos momentos de grande dificuldade intelectual, quando ele questionou coisas tão evidentes como “obedecer a uma regra”, ou quando se ele tratou de analisar dizeres de coisas tão simples e ao mesmo tempo tão infáveis – indizíveis, inexprimíveis – como praticar uma prática.¹¹⁵⁴

1.3.2. ESTRUTURAS SOCIAIS E A HUMANIDADE

¹¹⁵³ BOURDIEU, *Cosas dichas*, p. 21.

¹¹⁵⁴ BOURDIEU, *Cosas dichas*, p. 21-2.

De uma maneira muito específica, Bourdieu nos ensina que não é mais possível dissociar o ser humano de tudo que se faz e se produz socialmente no mundo, mas também, em tudo que individualmente ele é capaz de fazer ou de se omitir; a análise do mundo social tem no agente, ou grupo de agentes, as razões para reprodução de um tipo de história, um tipo de cultura, um tipo de sociedade mesmo, vale dizer, singular. A ação e omissão humana, estão além do que a filosofia da autonomia da vontade pode estipular, a não ser criando-se uma ficção, mas ficção essa que apenas deixa de assim o ser, porque produz efeitos concretos no mundo social, notadamente no campo do direito, mas também em todos os demais campos sociais de análise que podem ser delimitados.

Quando se afirma que o ser humano está presente em tudo que se produz e não se produz neste mundo, então uma opção intelectual está estabelecida, tão legítima quanto às diversas outras que já foram estabelecidas para explicar o comportamento humano em tudo que realiza – ou não – no mundo social, vale dizer, não importa em que esfera de análise seja feita, é possível discernir o quanto um agente social ou conjunto de agentes sociais ali está(ão) presente(s), atuante(s) para produzir o resultado final concreto que traz reflexos para a sua vida e a de todos os demais envolvidos direta ou indiretamente nas ações praticadas, em especial, explicar o porquê – e como – tudo se procede da forma como procedeu. Compreender o mundo social é tentar cientificamente discernir uma realidade histórico-social longamente construída, nos seus elementos determinantes – visíveis ou invisíveis – que podem ser elencados como ferramentas úteis ao cientista social – expressão essa que pode ser utilizada em seu mais amplo espectro, abarcando todas as disciplinas da área social –, para produzir verdades que estejam efetivamente as mais conformes possíveis com a própria realidade que esse estuda, a fim de explicar fecundamente a parcela do mundo social eleita como objeto de investigação, como princípio de entendimento e clareza, até mesmo para refletir e compreender os problemas que emergem contextualmente em sua trajetória histórico-cultural.

Nos objetivos deste trabalho, focado para compreender e interpretar o que sucede num processo de integração internacional regional como o Mercosul, numa tentativa de socializar e humanizar a visão do processo – inserir o ser humano individual e social que forma os países envolvidos na integração –, utilizar-se de uma interpretação do mundo social como Pierre Bourdieu realizou, foi a escolha para compreender porque é que esse processo de integração regional, em curso na América Latina, comporta-se como historicamente vem se

desenvolvendo; portanto, numa esfera aparentemente tão longínqua do dia-a-dia do povo, que são as relações internacionais, aqui se insistirá que uma mentalidade, ou ideologia, ou *habitus*, ou disposições, estão presentes num campo – internacional –, com um certo capital sociologicamente pertinente nele distribuído, determinando simbolicamente o que nele deve ser realizado, por destino nessa esfera de relações, conforme a presença de uma energia social acumulada ou capital sociologicamente acumulado, e que determinam seu desenvolvimento, mas sem aqui afirmar que isso trata-se de uma determinação inexorável a que estão presos os destinos dos povos envolvidos no processo de integração.

A opção de compreender e interpretar o mundo social, em suas várias dimensões – até o nível das relações internacionais – sem dissociar das análises a participação do ser humano concreto que age e atua para produzir o próprio mundo social e suas várias dimensões, é a tentativa para compreender, sob outro viés – e verdade –, tudo e quanto é produzido com a determinação direta dos grupos sociais envolvidos numa disputa social, que efetivamente tem produzido todas as alegrias e misérias civilizacionais, por simplesmente existirem e fazerem o que fazem de forma significativa no âmbito social. É na medida em que se pode apontar concretamente as realidades mais comezinhas, e sua influência para a geração ou manutenção de um certo *status quo*, que se pode pensar em liberdade, emancipação, igualdade, democracia, solidariedade, entre outros, pois nesse nível a própria realidade se desmistifica e se torna mais clara, acreditando-se, aqui, que a verdade é um instrumento poderoso de transformação, senão social, pelo menos individual, para aqueles que tem sede por compreender o mundo social, a partir do que fazem e deixam de fazer – e como fazem consciente e inconscientemente – o conjunto dos seres humanos que o compõe – portanto, do humano que existe e sempre haverá, em tudo que ele participar com sua ação ou comportamento positivo ou negativo –, e mesmo deles próprios como atores, sujeitos, pessoas, ou agente de um processo coletivo de significações, produtoras de efeitos concretos na vida social e individual presentes em cada sociedade. A ficção – que pode estar na origem das significações – só não é ficção devido a isso: a ficção, ao final, realiza-se concretamente no mundo social, em todas as dimensões que o ser humano já a experimentou e ainda a vive.

Entende-se aqui, que o mundo social, para Pierre Bourdieu, é um mundo que existe como significado concreto para a vida de cada um, na medida em que as inter-relações humanas são realizadas e, nesse próprio ato, os próprios agentes as marcam subjetivamente com um valor – mas que será capturado pelo cientista objetivamente –, vale dizer, cada ato ou comportamento individual-social ou coletivo-social, acabará por se traduzir nos atos socialmente pertinentes, e com efeitos eficazes de realizações concretas para os agentes

interessados e participantes dos atos – elogio, reprimenda, troca de bens, casamento, contrato, verdade, mentira etc. Tais relacionamentos estão contínua e perpetuamente num processo de tradução e retraduições, que procura sempre dar um diferente significado a cada ação ou comportamento, sendo que essa luta simbólica social se estende por toda uma sociedade, que, assim pode ser repartida em compartimentos sociais específicos – divisão lógica dos agentes sociais em campos sociais – que expliquem porque um grupo social se comporta da forma como age, e porque outro(s) grupos(s) age(m) da forma que age(m), observando-se que todos assim são porque eles existem, se relacionam e se significam reciprocamente, se intercambiam e inter-relacionam uns em relação aos outros, enfim, buscam distinções e diferentes significações quanto às suas atitudes e comportamentos – atos – sociais porque justamente o outro existe.

Mas é preciso assinalar que essa construção social foi feita a partir de uma realidade histórico-cultural-social específica, no caso a França, e, em comparação – quando pertinente – , especialmente, com outros países desenvolvidos e com suas sociedades diferenciadas, vale dizer, sociedades estruturadas em classes sociais diferenciadas e com sistema sócio-econômico de economia capitalista. Assim, até que ponto valeria os ensinamentos do filósofo, etnólogo, e sociólogo francês para os objetivos deste trabalho e numa realidade social e econômica diversas da que ele estudou?

Inicialmente não se analisará aqui a importância dos estudos que ele desenvolveu na Argélia, para compreender porque é que uma sociedade pré-capitalista tem tantas dificuldades para assimilar a implementar naturalmente ou logicamente uma economia capitalista e toda uma nova racionalidade nela implícita que, em princípio, seria a melhor – do ponto de vista europeu capitalista – daquela que historicamente e culturalmente eles haviam cultivado e construído. Ao leitor, a leitura do texto respectivo em outra desta obra será mais rico em conseqüências reflexivas. Aqui centrar-se-á numa explicação que marca as pesquisas até o momento realizadas sobre o pensamento de Pierre Bourdieu.

Assim, é preciso assinalar que o legado de Pierre Bourdieu é antes de tudo um legado epistemológico, e assim tem-se trabalhado com esses conhecimentos e perspectiva neste trabalho. Portanto, mais do que categorias ou conceitos operacionais de imediata aplicação ao cientista, o que Bourdieu revelou para todos que se deparam com sua obra, é especialmente uma visão do mundo social que necessita ser construída conforme cada sociedade, vale dizer, obedecendo as verdades que são próprias a cada história e cultura ou formação social em análise; mas, mais ainda, também é possível compreender no pensamento de Bourdieu que, dentro de uma mesma sociedade nacional, é possível haver necessidade do cientista se

debruçar regionalmente para construir as verdades que são necessárias, a fim de compreender justamente toda a verdade do mundo social em estudo. A atitude científica de Bourdieu é marcada pela necessidade de pesquisa de campo – mais genericamente, pesquisa empírica –, naquilo que for necessário levantar para entender as determinações invisíveis que transpassam o mundo social, mas também por uma atitude teórica prévia que conduz a ação do pesquisador, escapando de um modelo fechado, resoluto, definitivo do que é o proceder científico, vale dizer, aceitando livremente – mas dentro de um rigor racional – que a heterodoxia teórica é possível para o cientista, até mesmo quando tal atitude revela um erro, ao final, pois aí também não deixa de estar uma parte da verdade do objeto de sua pesquisa.

Entretanto, Bourdieu não nega as análises da ortodoxia, pois mesmo elas, quando reavaliadas pela heterodoxia, ajudam a vislumbrar e compreender melhor os aspectos que a ortodoxia não abordou por não ter podido alcançar algumas outras verdades que seu método adotado não poderia contribuir para ser visto. Desta forma, longe de canonizar autores, ou mesmo excluí-los imediatamente do rol dos que podem ser trabalhados por um pesquisador, Bourdieu enxerga neles tudo que ajudaram e contribuíram – e ainda contribuem – para ciência, especialmente no plano epistemológico; portanto, autores que em tudo teriam para serem excluídos entre si, por suas conclusões teóricas, são reanalisados sob outra ótica e viés, em tudo que epistemologicamente contribuíram para a ciência – e ainda contribuem – e como se complementam nesse plano.

Não há dúvida que as pesquisas empíricas, bem como os cuidados epistemológicos no processo de pesquisa e de interpretação dos seus resultados, enfim tudo que Bourdieu foi construindo paulatinamente a partir de um modelo interpretativo do social, e que não tinha nenhum outro elemento de prova a não ser as verdades que ele conseguiu até hoje sustentar – portanto, conforme Popper, atestando a verdade do modelo –, é algo que deve ser feito por pesquisadores em cada sociedade, conforme as peculiaridades que apresentarem.

Se entendermos as expressões, por exemplo, “violência simbólica”, “poder simbólico”, “campo social”, “capital”, “habitus”, como elementos que devem ser revelados – construídos, portanto, não sendo verdades pré-fabricadas ou pré-concebidas –, e não previamente existentes num único sentido – alcance e extensão –, com o intuito de imediatamente serem aplicados para interpretação do mundo social, então pode-se compreender que Bourdieu nos legou talvez categorias epistemológicas – e não categorias teóricas de pronta aplicação – para construir e interpretar, a partir de num modelo de procedimento científico singular – e que resultará num arcabouço teórico explicativo, ou seja, aquele que a própria realidade sócio-histórico-cultural revelar – que alcançará um modelo

teórico de interpretação do social, as verdades que essa realidade demanda, modelo esse que se sustentará na medida em que, passando por contínuos aperfeiçoamentos – aprimoramento dos procedimentos científicos, indagações crítica e ajustes necessários –, permanecer como modelo de interpretação válido para diversos aspectos em curso ou já efetivados no recorte do mundo social estudado. Talvez melhor ainda, é não considerar tais elementos – conclusões teóricas próprias, alcançadas pelo próprio Bourdieu em suas pesquisas – como guias ou condicionantes de toda e qualquer pesquisa que procure interpretar o social, a partir do simbólico que permeia a sociedade, como uma camisa de força que obrigue o pesquisador social a sempre dever enquadrar suas descobertas de acordo com o que Bourdieu concluiu para o caso francês. Assim, por exemplo, a hierarquia dos capitais, o funcionamento dos campos, as diferenças das classes sociais etc., que Bourdieu descobriu para o caso francês, não podem predeterminar a atitude científica de quem procura construir o simbólico que governa um dado destino social.

Se a isso fosse o objetivo de se estudar um autor e suas descobertas – canonizá-lo, como a última grande descoberta da moda do campo científico –, então tal fato significaria novamente o retorno à universalização de uma única verdade, que conduziria o social em todos os quadrantes do Planeta, pelos optantes do novo dogma teórico. Nesse ponto é preciso observar que o próprio Bourdieu recusou tal idéia, a si próprio, para o que concebeu – junto com outros autores – como sendo uma atitude construtiva de pesquisa, princípios de procedimentos críticos que devem guiar o pesquisador, na busca das verdades que devem ser desveladas a bem do progresso da ciência.

Ou seja, ele claramente deixou consignado que, ao fugir de uma ortodoxia – feito que ele realizou com extrema competência em vida –, que se pudesse fazer dos seus pensamentos outra ortodoxia, em especial, do que ele concebeu como a atitude sadia que sempre deve estar presente no mundo científico, vale dizer, a liberdade e o não-compromisso com nada ortodoxo – entenda-se isso por escola, por autor, por metodologia, por sistema de provas etc. –, a não ser a busca da verdade pelos métodos, procedimentos, construção de novas teorias etc., que se revelarem necessários no ato mesmo de se fazer ciência – cuja teoria tenha correspondências explicativa, coerente e produtiva com a realidade do mundo da vida –, com todos os riscos que isso faz recair sobre quem assim procede. Esse não compromisso com qualquer ortodoxia científica, talvez seja a única ortodoxia que ele deixou como legado de liberdade ao pesquisador. O mundo social – onde efetivamente e praticamente tudo se realiza para o ser humano –, não está pedindo para ser enquadrado em categorias duras e universais, mas está sendo sempre demandado para ser interpretado proficuamente, conforme cada sociedade, cada

época, cada contexto etc., e as abordagens devem ser as que mais consigam investigar e explicar suas grandes e pequenas particularidades e generalidades.

Pierre Bourdieu nos ensina a pensar cada sociedade e/ou grupo social conforme sua realidade contextual. Aliás, é significativo observar que ele teve que sair da França para compreender com maior profundidade a própria sociedade francesa, quando ele se deparou, em suas primeiras pesquisas, com uma sociedade pré-capitalista, uma sociedade que precisava mudar seu comportamento para conviver com o capitalismo em implantação como nova realidade sócio-histórica-econômica-cultural. É possível deduzir que, nesse choque cultural, todo seu *habitus* incorporado se externalizou mais claramente para ele próprio, para interpretar dentro de um foco – seu ponto de vista – uma outra sociedade e outras pré-disposições, bem como as dificuldades para um *alter* – Outro – acender a uma nova racionalidade econômica, e correlatos novos comportamentos sociais até então desconhecidos por esse Outro. Nesse sentido, de forma equivalente, não é incomum a um estudante ou cidadão latino-americano que se dirige para fora da América Latina – a fim de passar uma temporada na Europa, EUA ou outro país com sociedade diferenciada e de capitalismo desenvolvido –, retornar com uma consciência redobrada sobre as diferenças de realidades e os problemas que afligem as sociedades locais, revelando, também, o quanto o seu *habitus* ficou exposto diante de outra nova realidade, onde a expressão “incomparável” – acerca das diferenças sociais e civilizacionais – é muito marcante nos relatos.

Aqui, na América Latina, com essas mesmas disposições incorporadas no corpo e mente dos seus habitantes, é necessário compreender e desvelar de que forma tudo atua para historicamente serem o que são e fazerem o que fazem, compreendendo, assim, um elemento anímico, mas que governa e determina a seu modo específico – em todas as esferas sociais, até o nível das relações internacionais – ações e comportamentos, na medida em que é desconhecido em toda sua força determinante, por isso se legitimando na dissimulação. Partir para uma compreensão nessa linha reflexiva, implica em ver esse ser humano a partir de si próprio, como precisamente como tem feito as coisas para si, ou, no plano social, ver a própria sociedade a partir dela própria, como ela constrói as coisas sociais através de seus comportamentos – ação e omissão. Assim sendo, é possível cientificamente efetuar reflexões e alcançar entendimentos – em que sentido valorativo se apresentarem ao final, observando que a ciência existe para esclarecer, explicar, desvelar, mas que o pesquisador é um ser intrinsecamente ideológico – conforme a sua caminhada e trajetória civilizatória revelar, enfim, o que faz ou deixa de construir em sua longa e contínua trajetória histórico-cultural,

com repercussões pertinentes nos dias atuais, enfim, em poucas palavras, permitir uma humanidade explicar-se por si mesma a partir de si mesma.

E isso deve ser feito sem juízos de valor a partir de conceitos ideais pré-fabricados vindos de uma cultura externa à própria sociedade sendo estudada – como se pudesse haver uma consciência definitiva e universal no mundo a ditar juízos comparativos definitivos, válidos de uma vez por todas para todos –, que pudesse medir, aferir, ditar o seu específico progresso, evolução, desenvolvimento, etc. Nesse ponto, é preciso frisar um fato da maior importância, qual seja, que a Europa que se considera desenvolvida, bem com outros países do mundo que também assim se avaliam, eles assim se consideram e se fazem – edificam a sua sociedade –, independentemente de qualquer outro paradigma maior – externo – que guie suas ações, vale dizer, eles se fazem e constroem sua vida social continuamente por causa deles próprios – sua própria racionalidade, cultura, decisão e criatividade. Antes de tudo, essas nações são medidas de decisões sociais, originalidade e criatividade deles mesmos e para eles mesmos, sem preocuparem-se se, no passado, certa fórmula – para um determinado problema – foi aplicada e deu certo, ou mesmo outra nação do Planeta fez ou faz algo de forma a alcançar um progresso, e devido a isso – experiências bem sucedidas de outros – é que eles irão fazer e praticar determinados atos, reproduzindo mimeticamente comportamentos idealmente corretos, sob pressuposto prévio de certeza da reprodução dos mesmos efeitos benéficos. Não, é preciso ressaltar que a Europa ocidental e outros países desenvolvidos no mundo constroem seu próprio destino, de forma culturalmente independente e mirando-se nas suas próprias vicissitudes, bem como medindo o seu progresso social específico a partir da superação criativa e original dos seus próprios problemas, considerando a singular sociedade que forma o conjunto estatal.

Portanto, paradoxalmente, é na medida em que se abandona Bourdieu – naquilo que uma certa tradição científica obrigaria ao cientista fazer, influenciado diante do seu pensamento e suas descobertas, vale dizer, enquadrar forçosamente e rigidamente um objeto de estudo marcado historicamente, dentro de um mundo intelectual teórico nascido especificamente para esclarecer outra realidade cultural, segundo uma fórmula teórica de interpretação e explicação que pretensamente deu certo em outro lugar, e que, por isso, pode dar certo em muitos outros ambientes sociais, por um sentido de universalidade ali presente, ou que simplesmente e necessariamente produzirá os mesmo efeitos heurísticos –, é que se pode ter a liberdade de construir uma verdade que não pretende ser universal por princípio, mas que seja adequada e verdadeira a uma realidade – no caso social estudado– que necessita compreender cada vez mais suas determinações socialmente construídas e reproduzidas, até

mesmo para, num outro campo de ação – político –, decidir democraticamente e conscientemente perseverar nelas ou abandoná-las, nesse caso, rumo a outros patamares civilizatórios.

É preciso, portanto, compreender o valor da interdisciplinaridade para a pesquisa científica, incompatível com a idéia onde um só campo de conhecimento – ou mesmo vários campos, mas cada um fechado em si mesmo – explicaria um ângulo do problema muito bem explicado – e de uma vez por todas –, sem as relações necessárias com outros saberes, para dar uma completude que melhor revelaria sobre os porquês de certos problemas em curso na sociedade; também é preciso compreender a necessidade do pesquisador enfrentar o erro como um momento importante em sua trajetória intelectual e como pesquisador, uma vez que o avanço da ciência – o erro sem dúvida contribui para isso – não pode ser escravo do temor; é preciso coragem não só nas decisões tomadas na vida, mas também para avançar no saber, e cada agente social tem uma parcela a somar na superação dessa necessidade.

Portanto, com as observações acima, Pierre Bourdieu é uma inspiração para se pensar a realidade da América Latina, em especial a integração em curso no Mercosul, mas também um sentido de desenvolvimento que marcam os seus países-membros, no sentido de contribuir para refletir porque os povos são o que são e fazem o que fazem – não por uma determinação inescapável, mas porque historicamente e circunstancialmente (tomando por base a trajetória de sua específica humanidade) decidiram arbitrariamente reproduzir inconscientemente um modo social de vida, que conscientemente é tomado já como inquestionavelmente natural –, pois aí está a marca que os assinala historicamente, e tem realizado concretamente o mundo social, conforme se apresenta objetivamente e subjetivamente a todos os seus habitantes.

1.3.3. O CIENTISTA SOCIAL E EPISTEMOLOGIA

Diante do exposto, a avaliação final parcial em busca de um entendimento sistematizado do pensamento de Pierre Bourdieu, passa primeiramente pelo plano epistemológico, a começar pelo questionamento acerca de que forma realmente um trabalho de pesquisa é feito, o que é importante ter em mente no próprio momento do ato de fazer ciência, considerando que o *homo academicus* tradicionalmente gosta de não se expor, não correr riscos, seguir fórmulas prontas e acabadas – consagradas – e deixando, desta forma, de

exercer seu ofício de pesquisador e conformando-se com uma idéia de que faz pesquisa, quando realmente tudo indica não o fazer. O mundo acadêmico se recusa a se expor francamente às dificuldades, às grandes confusões, e negando, portanto, tirar o máximo proveito das discussões, críticas e conselhos.

Verifica-se que as práticas científicas gravitam em torno da idéia de que é a importância social ou política do objeto em si – objetos pré-constituídos –, que realmente é fundamental e que justifica o discurso e interesse que lhe é consagrado, mas prática que se esquece que em realidade reside na construção e constituição de um objeto em objeto científico, que é realmente importante e fundamental no ofício de pesquisador e para a própria ciências, seu progresso e aos usos sociais que se faz dela. É essa segunda atitude que faz se apreender de um ângulo imprevisto aquilo que se estuda, e que traz novos elementos teóricos de fecundidade científicos e extra-científicos.

Pierre Bourdieu assinalou que uma pesquisa necessita ser questionada em todos os seus detalhes, pois são neles – no *modus operandi* – que emerge e revela-se um modo peculiar de percepção, conjunto de visão e divisão de mundo, e que operam na prática do observador-cientista, um *habitus* científico que reage em situação práticas. Um pesquisador precisa incorporar um *habitus* científico crítico; observar, perceber e reagir perante as situações práticas de sua pesquisa de forma a incorporar um ofício. Assim torna-se necessário uma pedagogia de saberes práticos, aquisição da prática científica, e a obtenção de práticas adequadas dependem diretamente dos esquemas incorporados do *habitus*. O *habitus* científico é um *modus operandi* científico e que funciona em estado prático, uma espécie de sentido do jogo científico que faz com que se faça o que é preciso fazer no momento próprio, sem ter havido a necessidade de tematizar o que havia que fazer, e menos ainda a regra que permite gerar a conduta adequada; são normas da ciência em prática, sem ter essas normas na sua origem. Transmitir um *habitus* científico é falar pouco em princípios e preceitos gerais, mas proceder por indicações práticas, indicando rumos, movimentos e correções.

Na construção do objeto, o par desagregador teoria/metodologia, trata-se de um obstáculo epistemológico para construção de objetos, pois tradicionalmente ele não permite aceitar que seja no próprio ato de se fazer a construção do objeto – no mesmo momento de se fazer a pesquisa, no seu próprio andamento –, é que se acabem ditando os rumos do método, da técnica, da análise etc., que farão partes da escolha do pesquisador. Ademais, é importante compreender que o objeto deve ser pensado relacionalmente na sua construção e estudo, pois verifica-se que é no conjunto de relações onde se insere, que se pode retirar dele suas principais propriedades, resultando dessa circunstância que um objeto construído deve ser

estudado extensivamente, vale dizer, quanto ao conjunto dos seus elementos pertinentes, e não mais intensivamente, enfim, um fragmento limitado de um dado conjunto teórico.

Também deve ser refletida a vantagem de se conhecer o espaço – campo – onde se encontra o objeto estudado, uma vez que, como assinalou Bourdieu, isso permite conhecer efetivamente ou mais fecundamente a sua realidade, bem como as grandes linhas de força que exercem sua influência sobre um ponto considerado – o próprio objeto que se quer estudar – do campo. Bourdieu também asseverou que essa construção de objeto implica que os fatos devem ser analisados e defrontados com uma postura crítica ativa e sistemática, para não ratificar as pré-concepções do senso comum erudito ou ingênuo, mas é necessário também construir um modelo – sem a necessidade de extremo rigor, mas um sistema coerente de relações – que ligue os dados pertinentes e que para questões sistemáticas a ele dirigido, forneça respostas também sistemáticas. Ao interrogar sistematicamente um caso particular do possível, procura-se nele as propriedades gerais e invariantes.

O uso do raciocínio analógico, junto como método comparativo, é muito importante como um instrumento de construção de objeto, pois permite pensar e efetuar generalizações a partir de homologias relacionalmente pensadas e originadas de um caso particular. A atitude de particularizar um objeto é passar a percebê-lo como um caso singular, único e específico, que precisa dar resposta quanto aos caracteres invariantes – generalizá-lo – que ele contém ainda não desvelado, fugindo à tentativa de universalização do caso particular.

Por outro lado, quando se observam as práticas da sociologia tradicional, verifica-se que ela é uma prática social-científica que não se põem em causa, não se conhece a si mesma nos aspectos fundamentais do que faz, enfim, tal sociologia do pré-constituído retira do mundo social os problemas, conceitos, instrumentos de conhecimento e registra tudo como um dado independente do ato de conhecimento e da ciência que o realiza. Assim sendo, diante dessa realidade tradicional – e como seu contraponto – é possível efetuar a prática de uma dúvida radical, qual seja, construir um objeto científico rompendo com o senso comum, significando isso conhecer o mundo social de que o próprio cientista é produto, evitando que o mundo social faça, através do pesquisador, a construção do mundo social do objeto científico.

Por isso é importante repensar acerca da formulação dos problemas científicos, consagrados pelo campo científico com legítimos para serem investigados, com todos os financiamentos e favorecimentos correlatos, frente a outros problemas que estão excluídos e desvalorizados pelo campo. Verifica-se que cada sociedade elabora, conforme a época e circunstâncias, os problemas sociais classificados como legítimos e até garantidos pelo Estado

para serem discutidos e publicizados, mas que variam conforme a consciência social do momento. Bourdieu assinala que, romper essa situação, exige efetuar uma construção da história social dos problemas, dos objetos e dos instrumentos de pensamento, enfim, a história do trabalho social de construção da realidade social (como as noções comuns, papel, cultura, velhice, etc., ou os sistemas de classificação) que se realiza no próprio seio do mundo social, no seu conjunto.

Quanto aos conceitos, palavras e métodos empregados pela profissão, observa-se que as palavras encerradas na linguagem são um repositório de pré-construções naturalizadas e, porque ignoradas, funcionam como instrumentos inconscientes de construção. Assim, se o cientista não tiver uma postura crítica de alerta par aos termos que utiliza e como os utiliza, as classificações profissionais que acabam emergindo daí acabam sendo arbitrárias e, por não terem sido refletidas suficientemente, terminam sendo categorias sociais do entendimento comum de toda sociedade ou próprias da corporação, como um senso comum social ou senso comum erudito. Desta forma, não há dúvidas que uma pesquisa que não queira ficar no limite das aparências – social e científica –, retificadora das representações subjetivas que os agentes pesquisados têm de seu próprio ser social, enfrentará todas as dificuldades, a começar pela construção de um objeto, dificuldades teóricas e metodológicas, os limites de um campo e as lutas para estabelecer as definições legítimas nele.

A pedagogia da pesquisa social, assim, deve atuar em duas frentes ao mesmo tempo, quais sejam, de um lado esforçar-se ao limite para contribuir para edificar instrumentos de construção de realidades, problemáticas, conceitos, técnicas e métodos, e por outro lado, uma ingente atitude crítica, para sempre colocar em causas todos esses instrumentos; é preciso ter uma cultura doura ou erudita, e uma postura de não adesão completa ou crítica absoluta – rejeição – em relação ao objeto de pesquisa – e suas descobertas – e os instrumentos que se utiliza.

Por isso que Bourdieu esclarece que, para submeter o pré-constituído, é necessário romper com ele, efetuar uma conversão do olhar sobre as coisas, pois o que é evidente é o que passa despercebido, enfim, o que é considerado perfeitamente natural, porque está inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, sendo esse o lugar exato do pré-concebido; romper com ele, converter o olhar, é efetuar uma mudança mental – revolução – de toda visão do mundo social. Trata-se de uma ruptura epistemológica, rompimento com modos de pensamentos, conceitos, métodos, identificados com o senso comum ingênuo e erudito. Essa, então, é a primeira tarefa da ciência social e do ensino da pesquisa social, qual seja, a de instaurar em norma fundamental da prática científica a conversão do pensamento, a revolução

do olhar, a ruptura com o pré-constituído e com tudo o que, na ordem social – e no universo douto – o sustenta. Todas as atitudes sociais constituídas – mesmo a humildade excessiva ou a arrogância nefasta – e que condicionam o proceder do pesquisador, assim como os temores sociais – em especial os presente na academia – que se constituem em verdadeiros espectros sociais, acabam por prejudicar e fazem incidir o pesquisador e sua pesquisa em erro.

Por fim, para se compreender no que pensa e naquilo que faz, um pesquisador social iniciante necessita fazer um trabalho de sócio-análise junto com seu orientador, a fim de alcançar uma tomada de posição das atitudes favoráveis ou desfavoráveis vinculadas às suas características sociais, para desvelar até onde tais condicionantes estão atuando para marcar seu objeto e controlar suas atitudes ou pulsões, de fazer a sociologia do seu universo social; a sociologia da sociologia, ou a sociologia do sociólogo e do seu projeto científico e de tudo que condiciona o agir do pesquisador, por seu passado e presente social, volta-se, então para a tomada de consciência e da necessidade, por vezes, de um orientador de consciência.

Por isso que uma objetivação participante, é requerida do pesquisador; Bourdieu assinala que o cientista, em sua pesquisa ou seu objeto de pesquisa, necessita romper com seus interesses mais inconscientes e mais profundos, muitas vezes vinculados diretamente com seu objeto de pesquisa, o que ele menos quer ver e desvelar em sua relação com o objeto que quer conhecer. A objetivação objetivista, revela que no mundo social há toda uma série de instituições que produzem o efeito de tornar aceitável a distância entre a verdade objetiva e a verdade vivida, vale dizer, entre aquilo que se faz e aquilo que se é; há sistemas de defesa coletivos que permitem que cada um aceite a si mesmo, aceitando os subterfúgios ou as gratificações compensatórias oferecidas pelo meio. É esta dupla verdade, objetiva e subjetiva, que constitui a verdade completa do mundo social.

Tal análise não é sem consequência, uma vez que permite efetuar reflexões para desvelar o mundo social, ou, pelo menos, compreender o que o próprio pesquisador insere como verdade, vale dizer, um outro arbitrário histórico-cultural – no caso, o do próprio pesquisador – dentro dos resultados de suas pesquisas, e que acaba sendo diferente daquele que inicialmente se queria descobrir no mundo social e desvelá-lo, mas que por força e influência do pesquisador é maculado pelos seus próprios pré-elementos de análise social, trazidos desde sempre incorporados em si – historicamente e socialmente construídos – e que produzem efeitos na análise final do seu objeto de pesquisa.

Um exemplo, assim, seria um efeito de teoria que incide na realidade social e que retorna, através das pesquisas, quando pesquisador que medir ou aferir na sociedade como se manifesta uma realidade social que, em realidade, é antes de tudo uma teoria abstrata – como

as das classes sociais. Entretanto, Bourdieu revela que há mais, nesse processo de construção – através de medição e pesquisa – de uma realidade, por efeito de consequência de uma teoria sobre essa mesma realidade, uma vez que há que se reparar também nos efeitos que as ciências sociais – mais especificamente as práticas sociais que são feitas em nome da ciência social, ou pelo menos caucionado por ela – acaba refletindo na realidade social que se quer medir, posteriormente, de tal forma que, o real social medido, acaba sendo é o registro incluso das práticas científicas incidentes e resultantes sobre o mundo social. Por exemplo, uma simples pesquisa de opinião, uma publicidade, a ação pedagógica e política em nome da ciência etc., tudo contribui para fazer ingressar no mundo social conhecimentos eruditos, científicos, nas práticas e nos trabalhos de produção e manipulação das representações que as pessoas formam sobre o mundo social. Assim, a ciência acaba registrando também os produtos das práticas sociais baseadas nas ciências.

Pierre Bourdieu afirma que, se é necessário romper com o senso comum vulgar, se é necessário romper com o senso comum erudito, também torna-se necessário romper com os instrumentos de ruptura, mas instrumentos esse que, construídos para desvelar o mundo fático e vivido da experiência, acabam anulando a própria experiência e realidade do mundo social.

O pré-constituído está marcado vigorosamente nas coisas e no pensamento, sendo assim uma força que, atuando de forma despercebida, torna as coisas e fatos aparentes em certeza verdadeira e evidência natural. Romper com isso é efetuar uma conversão de olhar, efetuar uma conversão do pensamento, uma ruptura que leve a uma mudança do que até então está estabelecido como visão legítima do mundo social; ruptura com modos de pensamento, conceitos, métodos que têm a seu favor todas as aparências do *senso comum*, do bom senso vulgar e do bom senso científico – tudo que a atitude positivista dominante honra e reconhece, e por isso, recusa fortemente tudo que seja diferente a essa tradição, combatendo tudo que epistemologicamente seja diferente do que fazem e das conclusões que alcança com suas teorias e metodologias fechadas. E essa é, como já assinalado, a primeira tarefa da ciência social, do ensino da pesquisa em ciência social.

O método científico, assim, não pode ser estudado separadamente das pesquisas nas quais é utilizado – o método científico não pode se dissociar da prática científica –, apesar do esforço teóricos voltado para dissociar o método – teoria – das práticas concretas da pesquisa empírica. Por isso que é necessário submeter as operações da prática sociológica à polêmica da razão epistemológica, voltadas para definir e, se possível, inculcar uma atitude de vigilância constante, que permita um conhecimento adequado do erro, bem como os mecanismos capazes de engendrá-lo, a fim de encontrar meios de superar essa deficiência no

ato de se fazer ciência, enfim, tratar-se-ia de dar ao pesquisador os meios dele próprio assumir a sua própria vigilância.

A epistemologia deve se esforçar por apreender a lógica do erro, a fim de construir a lógica da descoberta da verdade como confrontação – ou polêmica – contra o erro. Por isso é necessário submeter as verdades próximas da ciência, e os métodos que ela utiliza, a uma constante ou permanente retificação metódica, e ser constantemente analisadas as condições sociais nas quais são produzidas as obras sociológicas, focando a prática do erro no próprio sujeito condutor da pesquisa. Diante disso, uma pedagogia da pesquisa consistiria em definir um ensino de pesquisa que permita expor e inculcar os princípios de uma prática profissional, mas com uma atitude em relação a essa mesma prática que dê revigoração a conceitos e operações que se encontram neutralizados pelo ritual da tradição.

Os saberes sociológicos não são apenas uma somatória de técnicas ou de conceitos à parte na utilização numa pesquisa; diferentemente, eles devem ser um sistema de princípios que definem as condições de possibilidade heurística de todos os atos e de todos os discursos propriamente sociológicos, visando uma nova visão de teoria do conhecimento sociológico, e fugindo de uma concepção de pesquisa sociológica vinculada unicamente a uma teoria particular do social. Mas esclarece-se que não se trata de realizar um amálgama de princípios e valores extraídos de tradições teóricas diferentes e/ou inconciliáveis, mas uma reconciliação epistemológica que opera-se no exercício autêntico da profissão de sociólogo.

Assim, ao pesquisador é importante revelar, que existe uma diferença muito grande entre atalhos, ou caminhos mais curtos que podem ser adotados durante suas reflexões enquanto pesquisador e cientista, frente ao trabalho árduo, cansativo, lento, trabalhoso que exige um verdadeiro discurso do método sociológico. Ao pesquisador é preciso compreender, que o sujeito da invenção científica não é um ser autômato movido segundo uma submissa programação metodológica definitiva, mas, ao contrário, é um ser a que é permitido um retorno reflexivo ao seu programa metodológico como condição para invenção de novos programas, de tal modo que a metodologia em si não é mais condição de um trabalho fecundo.

Existe uma falsa representação da epistemologia das ciências da natureza e a relação que ela mantém com a epistemologia das ciências do homem, que acabam colocando em erro tanto a atividade sociológica – a ciência sociológica – quanto a reflexão crítica sobre tal atividade – epistemologia –, quais sejam, a atitude tradicional da epistemologia que procura marcar o método da ciência do homem como um processo de construção de distinções, a exemplo do que sucede na ciência da natureza, ou a outra tradicional atitude da epistemologia

que procura imitar em tudo a ciência da natureza, transferindo como real uma cópia redutora da experiência científica alheia.

A superação dessa dupla situação epistemológica, que coloca em erro a atividade científica sociológica, somente começa tornar-se possível a partir do momento em que se submete a prática científica a uma reflexão crítica, cujo resultado é para ser aplicado não mais focando uma ciência já constituída – portanto, reproduzindo, copiando, repetindo o que essa tradicional ciência já fez e alcançou por seus específicos feitos –, mas uma ciência que o cientista aceita como em vias de se fazer, ou seja, de ser construída, criada, produzida, inventada. Trata-se, assim, de uma tarefa eminentemente epistemológica, que consiste em descobrir no decorrer da própria atividade científica, incessantemente confrontada com o erro, as condições nas quais é possível tirar o verdadeiro do falso, passando de um conhecimento menos verdadeiro e um conhecimento mais verdadeiro, ou melhor, próximo, retificado.

Aplicado tal pensamento à ciência do homem, tem-se uma filosofia do trabalho científico como ação polêmica incessante do uso da razão – requestionando sempre os seus feitos metodológicos e teóricos –, e que propicia os princípios de uma reflexão capaz de inspirar e controlar os atos concretos de uma atividade verdadeiramente científica, definindo o que tem de específico nos princípios circunscritos à ciência sociológica.

Nessa tarefa crítica incessante, é preciso não esquecer que os processos pelos quais cada proposição ou cada conceito foi estabelecido e engendrou outras proposições e outros conceitos, nasceu dentro de determinado contexto histórico e sob determinadas condições sociais, revelando aos protagonistas da atividade científica um suporte real de diversos outros elementos instrumentais, que seriam importantes para o desenvolvimento profícuo das suas atividades.

Não se trata, por isso – ressalta Bourdieu –, de negar a formalização lógica, uma vez que a forma e coerência lógica são partes fundamentais para colocar à prova os atos de pesquisa e para o próprio controle epistemológico requerido; entretanto, isso não quer significar a adesão cega a um rigor técnico-metodológico definido definitivamente e intemporalmente, medida de todas as verdades a partir da obediência canônica nos seus postulados. Nega-se, isto sim, a representação da verdade previamente fixada, conforme um sentido de erro previamente estabelecido como transgressão de normas incondicionais. O que se busca em troca – ou com isso – é alcançar rigores específicos, qual sejam, aqueles que podem e devem ser estabelecidos conforme cada disciplina ou área específica do conhecimento, e válidos ali por produzirem os efeitos e verdades que são pertinentes e

logicamente significativos para o pesquisador e seu objeto de pesquisa. A verdade é o erro retificado, a superação do conhecimento menos verdadeiro para o mais verdadeiro.

Bourdieu ressalta que os procedimentos de pesquisa devem ser apreendidos observando como eles se procedem, e é possível verificar criticamente que: os dados experimentais não são e não podem ser tratados como postulados geométricos; as regras de pensamento não são e não desempenham o papel da lógica matemática; a experiência limitada não estabelece a teoria de uma única vez – e por todas –; os procedimentos que instauram o rigor surgem como respostas a perguntas que não sabemos formular *a priori*, que somente o desenvolvimento da ciência faz emergir; cada teoria refutada implica em novas exigências de rigor científico; portanto, é inútil pretender apresentar *a priori* as condições de um pensamento autenticamente científico.

Na ciência, o fato deve ser conquistado contra a ilusão de um saber imediato que se apresente ou se encontre em livre trânsito social como uma verdade estabelecida e evidente, ou seja, nas ciências que focam o ser humano, a opinião comum e o discurso científico estão muito próximos, a distinção entre eles é mais imprecisa porque os fatos tendem a ser tidos como dados já fortemente estabelecidos, de coisas que são familiares no cotidiano do mundo social e, portanto, ao próprio sociólogo, cuja intensa proximidade não contribui para trabalhar criticamente os objetos de conhecimento que elege do próprio mundo social que o envolve.

Assim, a vigilância epistemológica se impõe com mais força, pois a proximidade do pesquisador social com o mundo social – em última instância, seu objeto de estudo – é um obstáculo epistemológico fundamental, pois ajuda a produzir concepções ou sistematizações não verdadeiras – sociologia espontânea – e até mesmo as condições para torná-las críveis. Para piorar a situação, a sua percepção da realidade social – mais precisamente do objeto escolhido –, transformada em ciência, sofre os influxos e injunções da linguagem que utiliza, que é aquela de uso corrente, bem como as mesmas noções comuns que perpassam o imaginário das pessoas na construção do domínio do mundo social. Assim, essas realidades concretas são o que, objetivamente, apresentam-se ao pesquisador com obstáculos epistemológico se teóricos no seu ofício de pesquisador de aspectos eleitos do mundo social, e que estão a sofrer forte influência do conjunto do espaço social. Por isso que para essas prenoções, são necessárias técnicas de ruptura, a fim de trazer os fatos para dentro do plano do rigor científico.

Bourdieu asseverou que a sociologia, ou seus pesquisadores, estabelece uma relação com o objeto de pesquisa que são humanas demais – nunca é puro conhecimento –, vale dizer, influenciada por tudo que a relação social passada – e sempre presente – marcou seu objeto de

pesquisa, bem como a relação espontânea e significativa de sentido de mundo que sempre estiveram e estão presentes no pesquisador frente ao próprio objeto. Os dados são vivos e sempre foram utilizados para julgamentos considerados pertinentes no âmbito social, produzindo efeitos concretos conforme os sentidos de julgamento prévio posto em ação ou luta.

Diante disso, a invenção e a criação original, enquanto objetivo epistemológico que se quer alcançar no cientista, não pode se reduzir a uma simples leitura do real, quando se quer a ruptura do mesmo em direção a novas percepções para repensá-lo melhor e verdadeiramente. O acaso na descoberta científica – marcante no mundo científico, especialmente na área da ciência física – precisa ser repensado com maior propriedade; ela ocorre porque o cientista quebra as relações mais aparentes – as mais familiares – fazendo surgir um novo sistema de relações entre os elementos até então desconhecidos, não desvelados, através de uma pesquisa séria que reúne o que o senso comum separa, e distingue o que o vulgo confunde.

Mas há também a ilusão da transparência atuando contra o trabalho do cientista social, mas com o remédio do princípio da não-consciência, a fim de superar essa imposição social. Que isso dizer que a sociologia espontânea precisa ser atacada no seu âmago, caso contrário as técnicas de ruptura existentes – crítica lógica das noções, comprovação estatística das falsas evidências, contestação metódica das aparências – serão sempre impotentes. E o âmago referido é justamente a filosofia do conhecimento do social e a ação humana correlata que lhe dá suporte, como tradicionalmente tem sido praticado. Bourdieu ressalta que, para se distinguir do senso comum – e da correlata sociologia espontânea – e tornar-se ciência verdadeira, a sociologia precisa organizar uma teoria crítica do conhecimento do social, onde contradiga ponto por ponto os pressupostos da filosofia primeira do social que está calcada no artificialismo, ou seja, que o conhecimento do mundo social é tradicionalmente extraído por um processo de infusão – a imersão do mundo teórico da vida social, dentro do próprio mundo da vida, revelaria paulatinamente os seus princípios e essências descritivos e explicativos, enfim, suas verdades –, que aglutinaria as familiaridades, o permanente, enfim, o que seria evidente por si mesmo para iniciar a tradução científica dele. Contra o artificialismo, psicologismo ou moralismo, o sociólogo deve investigar o mundo social como se fosse um mundo desconhecido, e romper com a transparência que induz o artificialismo para desvelar as causas profundas que escapam à consciência e explicam a vida social.

Mas ao mesmo tempo, os cientistas sociais do passado fixaram algo marcante e presente de forma pulsante no mundo social, qual seja, a existência necessária de um determinismo – princípio da não-consciência seria exatamente designativo daquilo que a

ciência sociológica deveria buscar, vale dizer, as causas profundas do social que escapam à consciência individual e coletiva e que determinam o social – que deveria ser buscado e desvelado como chave explicativa do mundo social, a fim de adequar a ciência social com a ciência da natureza – se havia determinações na natureza, então deveria haver as mesmas no plano social – ou dissocia-las da vontade, intenções subjetivas, da arbitrariedade individual. Assim, resiste-se a qualquer tentativa para estabelecer que o sentido das ações mais pessoais e mais transparentes não pertence ao sujeito que as realiza, mas ao sistema completo das relações nas quais e pelas quais elas se realizam.

A superação desse *status quo* – inter-relacionamento circular entre senso comum e senso comum erudito – é através de outro princípio da teoria do conhecimento social, traduzido na forma positiva do princípio da não-consciência, que quer estabelecer que as relações sociais não podem ser reduzidas a relações entre subjetividades animadas por intenções ou motivações, porque se estabelecem entre condições e posições sociais, e porque, ao mesmo tempo, são mais reais do que os sujeitos que estão ligados por elas. Deduz-se, do princípio da não-consciência, que não é possível modificar relações sociais objetivas, reduzidas às representações que os sujeitos têm ou acreditam delas, apenas transformando – modificando – as referidas representações.

Sucedem que o princípio da não-consciência, exige a construção do sistema das relações objetivas em que os agentes sociais se encontram inseridos e que exprimem mais adequadamente na economia ou morfologia dos grupos do que nas opiniões e intenções declaradas dos sujeitos, e é a apreensão da lógica objetiva da organização desse sistema de relações sociais que conduz ao princípio capaz de explicar, por acréscimo, as atitudes, opiniões e aspirações. Esse objetivismo provisório que é a condição da apreensão da verdade objetiva dos sujeitos é também a condição da compreensão completa da relação vivida que os sujeitos mantêm com sua verdade objetivada em um sistema de relações objetivas. Cabe à sociologia, desta forma, construir o sistema de relações que englobe, não só o sentido objetivo das condutas organizadas, segundo regularidades mensuráveis, mas também as relações singulares, que os sujeitos mantêm com as condições objetivas de sua existência e com o sentido objetivo de suas condutas, sentido que os possui porque estão desapegados deles. Assim, a descrição da subjetividade objetivada reenvia à descrição da interiorização da objetividade.

As ciências, assim, conforme o ramo, distinguem-se a partir da natureza mais generalizante de seus objetos; as ciências da natureza possuem as substâncias para desvelarem, mas as ciências do homem – ou do ser humano – têm os sistemas de relações

para serem desvelados. Karl Marx revelou que as propriedades ou conseqüências de um sistema social se devem à sua gênese e funções históricas, a tudo que o constitui como sistema de relações sociais, e não a uma suposta “natureza” humana ou social. Por outra maneira, Emile Durkheim ressaltou que a facilidade de uso do recurso às explicações psicológicas provoca outro efeito, qual seja, a interrupção da análise dos fatos sociais, uma vez que permite, sem grande esforço, o sentimento da evidência imediata. O discurso sobre uma suposta natureza humana – explicativa de uma vez por todas o comportamento humano e social –, deve ser suplantado pelo entendimento de que a natureza somente pode ser tratada como natureza cultivada – recepcionada e perpassada pelo influxo da cultura humana – para então ser passível de apreensão no que ela tem de específico e singular. Não é possível encontrar os princípios de instituições – família, magia – nos sentimentos provocados por essas mesmas instituições sociais.

Deve-se recusar as tentativas de definir as verdades dos fenômenos culturais fora do sistema de relações históricas e sociais onde ele está inserido; desta forma, o conceito de natureza humana dado por economistas – tendências, propensões –, psicólogos sociais – motivações – ou funcionalistas – necessidades, pré-requisitos – devem ser revistos, assim como as características humanas concebidas como dados naturais, necessários e eternos, cuja eficácia poderia ser apreendida independentemente das condições históricas e sociais que os constituem em sua especificidade para determinada sociedade e em determinado momento, tais como sexo, idade, raça, aptidões intelectuais, fruto de uma filosofia marcado por essências.

É preciso escapar de certa análise essencialista ou históricas que propõem justificativas sob roupagem sociológica para fatos sociais, tais como “inclinação a criar associações”, “necessidade de manifestar sentimentos por meio de ações exteriores”, “ressentimento pela natural inferioridade”, “busca do prestígio”, “insaciabilidade da necessidade”, “*libido domandi*”, que acabam concluindo, por exemplo, que a aversão ao capitalismo é fruto de indivíduos ressentidos devido à frustração no âmbito da ambição social, aliada a uma inferioridade natural; haveria também uma essência, uma natureza inata, que marcaria o destino de cada sujeito social, uma verdadeira sociodicéia. Tais explicações somente podem ser utilizadas por um sociólogo como último recurso, após esgotados todos os meios do método sociológico.

Também verifica-se que a sociologia espontânea detém forte apelo nos poderes da linguagem comum. A experiência erudita e ingênua do mundo social, implica em usos de expressões igualmente erudita e ingênua descritivas da realidade. Se a vigilância

epistemológica leva a denúncia da ilusão da transparência e a adoção de princípios que rompem com as construções ilusórias da sociologia espontânea, isso ainda não se revela suficiente pois há um obstáculo fundamental a ser superado, que é a herança das palavras e que, por sua vez, é também herança de idéias. A linguagem corrente que, pelo fato de ser corrente, passa despercebida, contém, em seu vocabulário e sintaxe, toda uma filosofia petrificada do social sempre pronta a ressurgir das palavras comuns ou das expressões complexas construídas com palavras comuns que, inevitavelmente serão utilizadas pelo sociólogo.

Foi o filósofo Ludwig Wittgenstein que estabeleceu que o estudo do emprego lógico de uma palavra favorece e permite alcançar outros significados que fogem das expressões mais típica e imagens mais comuns que delas florescem, desviando das opiniões pré-concebidas. A linguagem comum, portanto, que é o principal instrumento de construção do mundo dos objetos, deve ser submetida a uma crítica metódica para que os objetos pré-construídos por ela sejam desmistificados em sua condição de dados já determinados onde, a partir deles, se constrói a interpretação do mundo social.

A aposta de uma tradição intelectual da ciência voltada para a busca de uma definição rigorosa de expressões científicas verifica ser vazia e mesmo ilusória, uma vez que o princípio unificador utilizado para os objetos submetidos à definição, ele mesmo não é submetido à crítica. Assim, um sociólogo que retira do vocabulário mais familiar possível os termos que irão sistematizar sua problemática científica, está vinculado inexoravelmente à linguagem identificada com os objetos, e pressupondo, julgando e analisando estar cientificamente diante de um dado objetivo. Essa postura crítica de vigilância lingüística concederia ao sociólogo outro instrumento a mais que atenuaria certas certezas semânticas sempre presentes, ou mesmo prestígio que acompanham o significado de certas palavras, especialmente aquela mais comuns, e também controlar as significações das metáforas, constantemente presentes nos discursos, que remetem invariavelmente a outro imaginário e pode, assim, ser prejudicial a uma compreensão objetiva de um fato social ao jogá-lo para uma outra natureza e estabelecer ilações que não são pertinentes à coerência de um discurso.

Um outro aspecto de vigilância epistemológica a ser considerado, é que o cientista social é um agente sempre assediado pela tentação do profetismo. Uma vez que a maioria das pessoas é dotada da sociologia espontânea – cada um é um pouco sociólogo ou intérprete da sociedade –, elas passam a ser, cada qual, um entendimento e intérprete do mundo social, com seu senso comum, reflexão comum e certeza comum. Sucede que o sociólogo, dentre todos os pesquisadores de outros ramos científicos é aquele que acaba mais suscetível à crítica dos

diversos agentes sociais, ou seja, ao veredicto ambíguo e ambivalente dos não-especialistas que se sentem com a autoridade de dar crédito às análises propostas, com a condição de que estas despertem os pressupostos de sua sociologia espontânea, só aprovando o trabalho erudito na medida que ela coincide com o bom senso. Assim, a sociologia objetiva quando não concorda com o imaginário cotidiano passa a sofrer ataques e críticas, especialmente quando questiona até que ponto realmente existe um ser humano autônomo, independente, portanto, reflexivo livre e criador.

Quando o sociólogo sucumbe às expectativas do grande público, às demandas que dele emerge, nesse momento ele faz-se profeta, fornecendo ao grande público a ilusão de ter acesso aos últimos segredos das ciências do homem; um profeta credenciado pelo Estado, mestre de sabedoria às inquietações que perpassam a sociedade, unificando o pequeno reino dos conceitos sobre os quais e pelos quais entende reinar, em conformidade com os prévios anseios e expectativas de seu público. A utilização, com aparência erudita, de palavras comuns aliado a palavras técnicas, dissimulam no sociólogo um certo esoterismo para um certo público, onde busca alcançar, assim, um empreendimento e realização profética. Há um encontro dessa sociologia com o senso comum e sua sociologia espontânea que constrói falsamente – ou erroneamente – suas respostas às questões existenciais. As explicações simples, ou explicações pelo simples ou naturezas simples, são muito utilizadas pela sociologia profética, onde os fenômenos mais familiares a todos são os princípios explicativos dos significativos fatos sociais. Ao final, esse recurso apenas traz uma representação primeira de um desconhecido que passa a mostrar-se conhecido, uma explicação qualquer à falta de explicação e que, portanto, proporciona alívio e tranquilização diante da inquietação do desconhecido.

Para o cientista social, é necessário compreender o que difere a teoria científica da tradição teórica dentro da ciência. Foi Gaston Bachelard que recusou à ciência as certezas do saber definitivo e entendeu que o seu progresso se daria na medida em que colocasse em constante e perpétuo questionamento os seus princípios estruturadores, enfim, a epistemologia como um constante vir a ser – a teoria do conhecimento nunca é fechada de uma vez por todas – e a história da razão científica marcada pela ruptura contínua. Entretanto, para se produzir a um questionamento radical dos postulados fundamentais de uma teoria científica é obrigatória uma outra teoria que leve à ruptura. As ciências tais como a matemática, física e química permitem mais facilmente – entenda-se, pela expressão “facilmente”, que aqui se fala em relação ao que ocorre no plano teórico nas ciências humanas e sociais – as rupturas, porque seus experimentos admitem verificar desacordos sutis que acabam revelando uma realidade

teórica outra que aquela até então estabelecida. Assim as geometrias não-euclidianas e físicas não-newtonianas constituem, cada qual, a negação no próprio âmago de teorias científicas confirmadas.

O que ocorre na sociologia é que o cientista social irá encontrar não uma teoria científica construída, mas uma tradição. Desta forma, a ação de ruptura teórica é difícil e seus esforços acabam recomeçando com as demandas ou exigências do senso comum, tanto ingênuo quanto erudito. Essa situação assinala o domínio epistemológico da sociologia em dois campos, marcados pela incapacidade de opor à imagem tradicional da teoria uma real teoria científica: de um lado aqueles que procuram uma prática que pretende encontrar em si mesma seu próprio fundamento; de outro, aqueles que mantêm com a tradição uma relação tradicionalista, onde seus princípios de interpretação do mundo social estão dissimulando, numa essencialidade e coerência semântica ou lógica, escolhas últimas – ou primeiras – fundadas numa filosofia do homem e história e não em axiomas erigidos de forma consciente.

A sociologia científica, submetida a um rigor maior pela vigilância epistemológica, que leva a se liberar da ilusão da transparência, e romper com a prenoções – filosóficas, históricas e lingüísticas – não pode ficar circunscrita – e dependente – apenas ao resultado das contribuições teóricas dos fundadores da sociologia, pois isso seria a reprodução da antiga ação, muito comum na época, dos teólogos e canonistas da Idade Média que se preocupavam em reunir numa única transcrição o conjunto dos argumentos e questões herdados das autoridades, textos canônicos ou padres da igreja.

O espírito crítico deve se voltar contra a teoria tradicional – em especial sua inclinação para conceber ordens e estruturas classificatórias –, da mesma forma que contrapõe à sociologia espontânea, ferramentas – ou armas – que contribuem para desmistificá-la, tendo em vista, e na medida em que essa sociologia, e as construções eruditas, constroem seus esquemas de pensamento e seu projeto fundamental da lógica do senso comum. Foi Alfred North Whitehead que observou que a lógica classificatória é uma abstração incompleta, sendo um meio-caminho entre a descrição do objeto concreto e a explicação sistemática que é proporcionada pela teoria comprovada. Uma teoria científica é soberana e representa uma inequívoca distinção entre o verdadeiro e o falso, entretanto, historicamente e provisoriamente instituído, para uma dada época.

Ao cientista social também é necessário saber discernir a teoria do conhecimento sociológico, frente a teoria do sistema social que procura alcançar. Não se pode considerar a teoria como um maior denominador comum das grandes teorias do passado; também não pode ser considerada uma exposição das teorias consagradas, que acaba se reduzindo a uma história

da teoria; igualmente não pode ser um sistema de conceitos fechados como único critério de cientificidade e coerência semântica, referido sempre a si mesmo como medida de cientificidade, em vez de se medir aos fatos; por fim, não pode também ser considerado uma somatória de pequenos fatos ou relações demonstradas por diferentes cientistas e de forma desordenada, resultando, ao final, uma reinterpretação positivista de saberes acumulados e conciliados entre si – suma sociológica. A idéia tradicional – positivista – de que a teoria apenas representa tão exata e completamente possível um conjunto de leis experimentais, conduz ao desapossamento da teoria de sua função primordial: garantir a ruptura epistemológica conduzindo ao princípio capaz de justificar contradições, incoerências ou lacunas que somente tal princípio pode fazer surgir no sistema das leis estabelecidas.

Sucedo ocorrer no meio científico uma exclusão – por imposição dos teóricos – da possibilidade de teorias parciais ou regionais, conduzindo o pesquisador – pela mesma imposição dos teóricos – a uma dupla alternativa fechada: superempirismo pontual ou teorização geral ou universal do sistema social. Há uma confusão entre o possível e impossível na busca do alcance de uma teoria sociológica, que se traduz, respectivamente, numa teoria do conhecimento sociológico e numa teoria geral e universal das formações sociais. A teoria do conhecimento sociológico é aceitável e plausível, pois aqui está se referindo de aspectos metodológicos e procedimentais – instrumentos, técnicas e ferramentais – que fiscalizam o próprio ato de conhecer, a fim de emergir dele verdades que desvelem a realidade social e a interpretem cientificamente; já a teoria geral e universal – unitária – das formações sociais é impraticável, excêntrico e insustentável, pois pretenciosamente dele se buscava extrair toda a verdade social – lei geral – histórica e cultural de cada formação social.

O que as doutrinas sociológicas do século XIX revelam é que existe a convergência das grandes teorias clássicas em relação aos princípios fundamentais que definem a teoria do conhecimento sociológico como fundamento das *teorias parciais*, limitadas a uma natureza definida de fatos. A teoria do conhecimento sociológico, como sistema de regras que regem a produção de todos os atos e discursos sociológicos possíveis, e somente destes, é o princípio gerador das diferentes teorias parciais do social, o princípio unificador do discurso propriamente sociológico que não deve ser confundido com uma teoria unitário do social.

A teoria do conhecimento sociológico – enquanto parte de metaciência – não se confunde com as teorias parciais do social – que envolvem os princípios da metaciência sociológica na organização sistemática de um conjunto de relações e princípios explicativos de tais relações –, pois estas últimas somente existem porque emanam dos princípios referentes à forma de construir o conhecimento sociológico – princípios de epistemologia

sociológica – como condição de qualquer conhecimento científico possível. O cientista não pode confundir ciência com metaciência – conhecimento da ciência – renunciando a fazer ciência em troca de uma ciência da metaciência, bem como considerar uma síntese das teorias gerais – ou mesmo parciais – como metaciência.

Nesse processo de fazer ciência, o cientista deve entender o que o fato cientificamente relevante é construído, que o ponto de vista cria o objeto, que a totalidade concreta como totalidade pensada é um produto do pensamento, do ato de conceber e traduzir as coisas do mundo, são as relações conceituais entre problemas – e não as relações reais entre as coisas – que constituem o princípio de delimitação dos diferentes campos científicos. Enfim, o cientista social deve definir uma atitude mental, e não de atribuir ao objeto um estatuto ontológico. Um objeto de pesquisa só pode ser definido e construído em função de uma *problemática teórica* que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhe é formulada.

Para o cientista alcançar construir uma verdadeira teoria parcial do social, é importante abandonar certo tipo de prática empirista. Para o entendimento de que a observação ou experimentação implica em hipóteses a serem formuladas, não se pode olvidar que o real somente dá respostas ao ser questionado; o real, em si, não fornece nada. Gaston Bachelard defendia que o vetor epistemológico é sempre do racional para o real, observando que, de Aristóteles até Francis Bacon, a concepção vigorante era a inversa, vale dizer, era de que o conhecimento e a verdade das coisas – e fatos – deveria ser buscado da realidade às concepções gerais. Entretanto, é forçoso observar que a teoria já está presente antes do trabalho experimental em laboratório; sem ela não é possível estabelecer os instrumentos que serão utilizados e como eles serão utilizados, assim como de que forma será feita a interpretação das leituras ou mensurações observadas.

Assim, é necessário abandonar o entendimento de que o conhecimento ou verdade descoberta é isenta de qualquer relação teórica prévia do pesquisador. Foi Claude Lévi-Strauss que observou que os fatos, abandonados pela teoria que os reuniu, tornam a ser nada, podendo adquirir outro sentido tirado por outra teoria. Os dados em si não respondem a nada, necessitando de uma teoria prévia que dê significado a eles; eles foram construídos para serem respostas a questões prévias delimitadas e estabelecidas. O uso de um material científico já anteriormente utilizado é válido na medida em que se fixe nas condições – ou relevantes aspectos – epistemológicas que construiu a reunião dos fatos, enfim, que não seja uma retradução que recaia somente e apenas sobre os dados em si reunidos. Semelhante trabalho de interpretação seria o melhor treino para a vigilância epistemológica na medida em

que exige a explicitação metódica das problemáticas e princípios de construção do objeto que são investidos tanto no material, quanto no novo tratamento que lhe é aplicado. Henri Poincaré já havia assinalado: os fatos em si nada falam.

A defesa dos empiristas extremistas – que negam a necessidade de uma construção teórica prévia no seu exercício científico de campo, em favor de uma sociologia espontânea – funda-se na filosofia espontânea da ação humana como expressão transparente a si mesma de uma deliberação consciente e voluntária. Assim, em pesquisas de motivação – especialmente as retrospectivas – há um pressuposto sempre presente de que os sujeitos pesquisados retêm a verdade objetiva de seu comportamento, nada devendo – em suas decisões e ações – às racionalizações passadas. Para sair da sociologia espontânea, o sociólogo deve assumir o seu privilégio epistemológico.

Um cientista social não é neutro naquilo que faz, nem mesmo numa pretensa neutralidade das técnicas. Max Weber propugnou uma neutralidade ética nas ciências sociais e daí originou-se a ilusão de que operações axiologicamente neutras seriam também epistemologicamente neutras. O debate da neutralidade axiológica escamoteia a discussão – própria e fundamental – epistemológica sobre a neutralidade metodológica das técnicas, assim, se evita o exame crítico da teoria do conhecimento sociológico que está implicada nos atos mais elementares da prática, optando por pressupostos éticos e valores e fins últimos. Não se pode olvidar que as técnicas de pesquisa são outras das técnicas de sociabilidade qualificadas do ponto de vista social – o que dizer, quando calar, conforme classe social, região e grupo étnico; exposição da moral de um grupo; cuidados para não exposição e solicitude protetora; entre outros – revelando que as técnicas não são neutras, nem a observação, o instrumento utilizado e os questionamentos elaborados.

As operações mais elementares, as mais automáticas do tratamento da informação implicam escolhas epistemológicas e uma teoria do objeto; assim, é uma verdadeira teoria, consciente ou inconsciente, da estratificação social que está em jogo na codificação dos indicadores da posição social ou na divisão das categorias. Toda taxinomia implica uma teoria e opera-se necessariamente uma divisão inconsciente de escolhas em função de uma teoria inconsciente, vale dizer, de uma ideologia como regra geral. As diferentes técnicas contribuem para o conhecimento do objeto na medida em que sua utilização seja controlada por uma reflexão metódica sobre as condições e limites de sua validade que, em cada caso, depende de sua adequação ao objeto, isto é, à teoria do objeto.

O método em si não gera nada. Construir um objeto e conhecer o objeto que é construído precisa da consciência de que todo objeto científico é metodicamente e

conscientemente elaborado; somente assim pode-se proficuamente elaborar questionamentos sobre as técnicas de construção das perguntas que serão dirigidas ao objeto, a fim dele revelar suas verdades conforme o ponto de vista que foi escolhido para indagá-lo. Para gerar idéias novas e fecundas as hipóteses também precisam ser problematicamente inventivas; elas não podem ser mais produtos de uma gestação espontânea ou automática – indução – diante dos fatos em si, conforme a tradição positivista legou. Verifica-se que uma ruptura ou revolução científica somente ocorreu porque conseguiu sua legitimidade pela coerência do desafio da imaginação lançado aos fatos e às imagens ingênuas ou eruditas dos mesmos, sem apoio nas sugestões da experiência.

O fato de que existe uma fronteira tênue e imprecisa entre saber comum e ciência, na sociologia, torna necessário, de forma mais acentuada, a imposição de uma ruptura epistemológica, que imponha um rigor maior frente aos saberes marcados pela sociologia espontânea e ideologia. A sociologia do conhecimento sociológico fornece instrumentos que permite uma forte crítica epistemológica, pois dela emerge todos os pressupostos inconscientes e princípios consagrados de uma tradição teórica, e necessários serem percebidos cada vez mais pelo pesquisador social, a fim dele não circunscrever sua crítica aos princípios de uma teoria já constituída. A crítica, portanto, não é dos pressupostos e conseqüências de uma teoria supostamente pronta ou acabada, mas antes, das condições epistemológicas que resultaram nela, de tudo que está implícito e não é questionado, mas que contribui fundamentalmente para produzir – construir – a teoria que, acabada, é objeto de crítica; a partir dela há a crítica, antes dela normalmente não.

A sociologia francesa é marcada pelo empirismo devido a condições históricas, acrescida de condições sociais e intelectuais. As ciências devem suas transformações à estrutura de campo onde elas se inserem; isso significa que, mais do que uma evolução dada por ela própria – cada ramo científico –, é o conjunto das práticas e opções metodológicas em exercício em outros ramos científicos que estão a influir diretamente no que se faz ou não dentro de certo ramo científico, pois aqui o que está em questão é a legitimidade – ou pelo menos a aparência do que se entende por tal – do que é fazer ciência, dada pelos ramos mais acabados, formados ou já consagrados; a imagem de cientificidade da própria prática deve ao campo do conjunto no qual ele se realiza. Uma ciência preocupada quanto ao seu reconhecimento científico – estatuto consagrador de ciência – busca, para sua segurança, adotar os procedimentos e técnicas marcantes como mais legítimos pela comunidade científica e, desta forma, ela atenua a indagação ou dúvida sobre a cientificidade de sua prática, ou as condições de sua própria cientificidade.

Observa-se, no caso norte-americano, que há uma divisão técnica do trabalho e uma organização social da profissão que orientam o pesquisador para práticas burocráticas autômatas; sua organização universitária é marcada por mecanismos de concorrência que submetem a carreira universitária às leis do mercado e que não garantem a qualidade dos trabalhos científicos produzidos em profusão. Assim, divisão das operações de pesquisa revela ser uma projeção, no espaço epistemológico, da completude do organismo burocratizado; o todo – organização universitária – burocratizado impõe a *naturalidade* da divisão técnica do trabalho de pesquisa: conceber previamente e de uma vez o uso os equipamentos e recursos que serão utilizados; quem decidirá as grandes estratégias dos trabalhos em curso e quem fará o serviço de campo; etc.

O erro epistemológico e a ideologia que as justifica não estão distribuídas ao acaso entre os sociólogos; essa consciência é fundamental para o sociólogo verificar que o sistema de justificações ideológicas é o princípio das resistências à lucidez epistemológica e que a sociologia que cada sociólogo pode fazer a partir das condições de sua prática sociológica e de sua relação à sociologia não consegue tomar o lugar de uma reflexão epistemológica. Somente assim inicia-se o desvelamento e explicitação dos pressupostos inconscientes presentes no pesquisador e o início da interiorização de uma postura crítica ou de uma epistemologia mais acabada.

O sociólogo é ao mesmo tempo pesquisador e sujeito social. Claude Levi-Strauss asseverou que um pesquisador social não pode se negar como um sujeito culto de uma cultura particular, e ele tem a obrigação de pôr toda sua prática científica a um questionamento crítico contínuo em relação a essa estreita vinculação, especialmente o sociólogo e o etnólogo que são mais vulneráveis à ilusão da evidência imediata ou à tentação de universalizar, inconscientemente, uma experiência singular, vale dizer, sujeitos à lógica etnocentrista, que é alógica que rege as relações entre os grupos, pois o código que será empregado pelo cientista social para decifrar as condutas sociais é o que ele aprendeu conforme o grupo que faz parte, e conforme uma aprendizagem socialmente significada e qualificada. A crítica ao etnocentrismo exige constantemente – incessantemente – ser reavivados e reinterpretados pela vigilância epistemológica, a fim de ter seus efeitos negativos controlados o máximo possível.

O *ethos* de classe do pesquisador é o princípio através do qual ele organiza os modelos inconscientes que irão ser os pressupostos culturais em estado de potência e que se manifestarão concretamente em suas interpretações, e de forma sistemática. Todas as classes sociais possuem uma experiência originária do social, e a partir dela constroem suas verdades sobre o funcionamento e percurso da sociedade, onde os determinismos circunscritos a cada

classe acabam por comprovar a certificação de suas verdades originárias. Assim, o sociólogo é predisposto a fazer uma sociologia adequada à sua classe social de origem e à sociedade que ela concebeu ideologicamente; caso ele não faça isso, ainda assim corre o risco de introduzir os pressupostos inconscientes de sua experiência primeira do social, ou racionalizações que permitem a um intelectual reinterpretar sua experiência segundo uma lógica que deve sempre alguma coisa à posição que ele ocupa no campo intelectual.

A sociologia do conhecimento e a sociologia da sociologia são dois instrumentos eficazes para o controle epistemológico da prática sociológica. Pela primeira o pesquisador se reflete criticamente no ato de refletir como pesquisador em seu trabalho, mas não pode escapar do fato de que ele é um pesquisador com ligações e raízes, portanto, na esperança de que um esforço – ingente e monumental que seja – ele possa se libertar de todas as determinações fruto de sua situação e história social, é forçoso reconhecer que redundará em fracasso. Seria uma esperança utópica crer que alguém possa se libertar de suas ideologias presentes no ato da pesquisa através de uma auto-sócio-análise ou uma deliberada decisão reformista do entendimento socialmente condicionado que possui previamente.

A objetividade da ciência não pode estar fundada na (auto-)objetividade dos cientistas. O saber, fruto de reflexão crítica epistemológica, somente se incorpora proficuamente na prática desde que sejam estabelecidas as condições sociais de um controle epistemológico, isto é, de uma troca generalizada de críticas construídas, entre outras coisas, a partir da sociologia das práticas sociológicas. A comunidade erudita é um microcosmo social, dotado de um corpo de instituições, normas, autoridades, comissões etc., que estão sempre e lembrar a seus pares o que é legítimo ou não em seu âmbito de atuação, portanto, definem o que é competência profissional e o quais os valores legítimos que devem ser observados por todos.

O sociólogo da ciência, em suas análises, não pode mais ficar circunscrito a uma imagem consagrada de corporativismo – ou uma inércia *natural* – presente do mundo erudito como uma sociedade organizada, e, a partir daí, às resistências e adversidades gerais que ela impõem a quem quer inovar – ser inventivo – no meio, pois nesse caso estaria apenas centrado o foco de suas observações nas adversidades que recaem sobre quem se propõe a inventar – criar – no meio; ao reduzir o problema ao corporativismo ou a uma inércia que, talvez por si, seria justificado abordar como um elemento de resistência ao novo – invenção, criação – frente ao que já foi instituído e estatuído no meio científico – inovação x tradição – e que, portanto, não quer mudar, acaba por olvidar que é necessário distinguir os efeitos opostos – outros importantes efeitos relacionados – que são passíveis de serem produzidos sobre a pesquisa, fruto de controles e exigências impostas pela comunidade científica,

marcada por um tradicionalismo erudito que concebe a pesquisa legítima conforme sua tradição teórica. É de se notar que os efeitos opostos acima referidos – agora em outro grau e qualidade – também são deixados de ser analisados pelo sociólogo da ciência, pelos mesmos motivos, quando sucede diferentemente o caso da institucionalização – no meio científico – de uma vigilância epistemológica crítica e instigante, que acabe favorecendo a ruptura contínua com todas as tradições.

A cidadela ideal dos cientistas é um espaço sem compartimentos estanques epistemológicos, sem instituições confinadas e fechadas, sem obstáculos institucionais e marcados pela tradição, pois isso possibilitaria instaurar as efetivas e completas comunicações científicas que a ciência realmente exige para seu progresso, com estrutura de trocas e críticas onde se verifique integração orgânica do meio científico, desta forma resultando em discussões fundadas em valores científicos, longe de questões de princípios marcadas unicamente por afiliações político-ideológicas, troca de polêmicas rituais entre adversários cúmplices, ou mesmo em interações que remeteriam mais a um clube onde os pares trocam admirações mútuas entre si.

Por fim, o cientista social deve compreender o a importância de dar valor heurístico ao que revela especificamente as relações sociais, àquelas relações travadas entre pessoas e grupos de pessoas. Essas relações são fecundas em revelar muitas significações sociais e extrair objetivações que permitem construções explicativas fecundas ao cientista social. Assim, possuir esse pensamento relacional, é um instrumento epistemológico da maior importância para a ciência social.

Bourdieu assinala que a construção do objeto científico é um trabalho ingente, realizado vagarosamente, paulatinamente, mas solidamente, através de retoques, correções, emendas, enfim, sugestões essas que emergem do ofício de pesquisador, ofício esse que se constitui no conjunto de princípios práticos que orientam opções minúsculas, quase imperceptíveis – muitas vezes discussões sobre aspectos aparentemente ínfimos e insignificantes sobre pormenores –, mas decisivas para a pesquisa e formação do pesquisador.

A atenção aos pormenores do procedimento da pesquisa é importante, uma vez que há uma dimensão social – público alvo da pesquisa, procedimento de abordagem desse público, forma de inserção no meio a ser estudado – presente e atuando – influenciando – nesse ato, e que acaba por colocar o pesquisador em alerta contra o fetichismo dos conceitos e teorias, e da propensão de considerar os instrumentos teóricos que utilizará – *habitus*, campo, capital etc. – como fechados e importantes em si mesmos, em vez de os colocar em ação, vale dizer, fazê-los funcionar.

O mundo social, assim, é e deve ser pensado de forma relacional – pensar relacionalmente – escapando de uma forma de pensamento considerada realista e substancialista dada pela tradição intelectual. O real é relacional. O modo de pensamento relacional ou estrutural, como o que caracteriza a matemática ou a física moderna, tem a propriedade de não identificar o real com as substâncias ou materialidades mais visíveis como se apresentam as coisas, mas, diferentemente, identifica o real com as relações a que se encontram submetidas as coisas, relações essas que acabam dando o sentido e significado existencial das mesmas.

Por este ponto de vista, a “realidade social”, da forma que sempre foi descrita pela sociologia objetivista – como a de Durkheim e Marx –, passa a ser vista de outra maneira, vale dizer, é agora formada por uma série de relações invisíveis, exatamente aquelas que constituem um espaço de posições sociais, onde cada uma das posições é exterior em relação às outras posições, bem como definidas pelas distâncias relativas que elas mantêm entre si. Trata-se de uma realidade extraída do realismo da relação, ou seja, o real – agora – é o que se obtém do relacional; a realidade não é senão a estrutura social, como um conjunto de relações constantes que são muitas vezes invisíveis, porque estão obscurecidas pela realidade das experiências sensitivas e ordinárias e, particularmente, pelos próprios indivíduos em seu modo de enxergar o mundo, os quais se encontram presos ao realismo substancialista.

A tradição erudita marcou e fixou o real através do que pode ser visto claramente – grupos, indivíduos, instituições etc. – e passou a refletir sobre elas em termos de substâncias em si, com propriedades e elementos singulares e específicos – ônticos – extraídos de si mesmos. Pensar em tais realidades é mais fácil que pensar em relações, assim como é mais fácil pensar as diferenciações e os antagonismos presentes na sociedade em forma de grupos de populações, definidos como classes, do que em forma de um espaço de relações sociais. A tradição erudita, desta forma, procura construir seus objetos de pesquisa por serem realidades notadas imediatamente, adotando, por exemplo, uma divisão de população mais ou menos delimitada arbitrariamente, ou categorias pré-constituídas – mães solteiras de um dado gueto, jovens, velhos, imigrantes etc. –, sem analisar o por quê é que eles tomam por objeto tais objetos – quais as causas e razões sociais por que eles concebem e constroem assim os objetos de seu estudo –, ou, por outras palavras, porque eles não tomam por verdadeiro objeto de estudo e pesquisa, esse trabalho social tradicional – em permanente reprodução já de forma naturalizada – de construção de objetos pré-constituídos. Aqui haveria uma ruptura epistemológica fecunda teoricamente.

Também a tradição erudita formula questões para serem respondidas pelo mundo social, mas que deveriam ser melhor refletidas, enfim, se a resposta encontrada efetivamente revelaria a verdade procurada pela indagação. Por exemplo, a questão do poder é sempre uma indagação quanto à localização dele em termos substancialistas e realistas, qual seja, onde ele está e quem o detém e o exerce, ele vem de cima ou ele vem de baixo etc. Para escapar a essas alternativas vinculadas a um modo de pensamento realista e substancialista, é possível pensar a existência num dado espaço social de um campo de poder, com uma classe dominante – população verdadeiramente real de detentores da realidade tangível que se chama poder –, onde esse campo seria definido como as relações de forças entre posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítima de poder.

A análise relacional impõe dificuldades, e uma delas é que, se não for feito um trabalho intelectual de definição e distribuição de propriedades entre os indivíduos, fica praticamente impossível apreender os espaços sociais; assinala-se que a informação acessível é associada a indivíduos. Ora, isso obriga, em todos os tempos e épocas – conforme diferentes contextos –, bem como espaços, ao pesquisador definir e atribuir as propriedades dos indivíduos que pertencem ao campo objeto de estudo para, somente a partir daí, extrair todas as conseqüências passíveis de serem demonstradas e verificadas, explicações que revelam a verdade e funcionamento de um objeto de estudo social.

É por via de um trabalho de construção dessa qualidade – trabalho metuculoso, feito por aproximações, e que necessita paciência e atenção – que se constroem espaços sociais que vão se revelando paulatinamente de forma original, pois embora os dados ofereçam formas de relações objetivas muito abstratas, são, ao final, o que constitui toda a realidade do mundo social. Fora das relações com o todo, por exemplo, uma instituição nada é. Além disso, a propósito da consistência dos resultados obtidos relacionalmente, não se pode esquecer que fazer ciência é também evitar as aparências da cientificidade, contradizer mesmo as normas em vigor e desafiar os critérios correntes do rigor científico. A verdadeira ciência, na maior parte das vezes, tem má aparência e, para fazer avançar a ciência, é preciso, correr o risco de não se ter todos os sinais exteriores de cientificidade. Fora das relações com o todo, por exemplo, já foi ressaltado que uma instituição nada é.

1.3.4. A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA COMO FATO GERADOR E PEDAGOGIA EDIFICADORA DO MUNDO SOCIAL

Ressaltado os aspectos destacados acima, sobre a importância científica de uma postura diferenciada do cientista social sobre seu objeto de conhecimento, para uma construção profícua de interpretação do mundo social, como primeiro passo sistematizador do pensamento do sociólogo francês, o segundo elemento teórico de importância dentro do conjunto a teórico de Pierre Bourdieu, é a violência simbólica, como elemento gerador e reproduzidor dos diferentes capitais e poderes que estão visceralmente entranhados na criação, reprodução e conformação dos campos sociais, enfim, da própria totalidade do mundo social.

A produção ou edificação simbólico-cultural de um mundo social, tem origem no processo social de violência simbólica, enfim, um processo de educação, adestramento, inculcação de um arbitrário cultural, cheio de aprovações e censuras, onde tudo fala e significa – da ação à omissão –, regras historicamente postas e historicamente questionadas. Todos produtos socialmente estabelecidos decorrem desse princípio social que está presente em todas as esferas sociais de coexistência humana, se realimentando e sofrendo interferências ou influências das consequências de sua própria ação pedagógica em constante e perpétua atuação. É na prática do ato de violência simbólica que constrói a estrutura de um campo social, estabelece as lutas e os agentes concorrentes dentro do campo, estabelece o que é socialmente relevante e como lutar por esses bens, cria e estabelece os diferentes tipos de capitais socialmente relevantes e suas inter-relações, dá origem ao *habitus*, entre outros mais.

Cada cultura estabelecerá seu histórico processo de formação social, baseado em conteúdos próprios de violência simbólica, de tal modo que o que vale a uma, necessariamente não terá o mesmo efeito sobre outras, devido ao fato de que, numa sociedade específica, torna-se necessário verificar suas particularidades históricas, reveladoras de suas virtudes e vicissitudes culturais e civilizatórias, que não se reduzem umas às outras universalmente. O que segue abaixo, são conteúdos teóricos próprios para a cultura francesa, e que talvez possa ser aplicada, guardada as devidas diferenças – que somente um trabalho científico poderá desvelar –, a outras nações cuja sociedade seja desenvolvida economicamente conforme a economia capitalista estabeleceu, e com todas as diferenciações sociais que marcam essas sociedades.

Pierre Bourdieu, junto com outros autores, permitiu compreender mais esse processo social a partir de suas análises do sistema de ensino francês, e suas práticas autônomas, construindo proposições que explicam o sistema de ensino sob forma criticamente diferente, no sentido vinculá-lo diretamente com a estrutura das relações entre as classes sociais, bem como o processo de violência simbólica voltada para inculcar um arbitrário cultural dominante, como ponto central da teoria. Assim, as funções de comunicação, de inculcação de uma cultura legítima, de seleção e de legitimação, soma-se com autoridade, dissimulação, desconhecimento, violência, arbitrário, para compor um quadro “naturalizado” e “legítimo” de práticas educacionais, mais precisamente, práticas pedagógicas, desvelando uma verdade objetiva da ação pedagógica, que é a imposição de um arbitrário cultural – arbitrário em sua imposição e em seu conteúdo – através da violência simbólica. Não se trata de algo que se estabelece deliberadamente e expressamente, mas muito mais como algo que está presente subjacente e dissimuladamente.

Num sistema educacional formalizado dentro de um Estado, precisamente nas práticas pedagógicas, está presente a violência simbólica, essa violência com caráter especial e diversa da violência física ou violência legítima, bem como dos demais tipos conhecidos de violência física ou moral, que se traduz no poder de impor significações com legítimas, mas dissimulando – regra geral sem o saber, por quem impõe e por aqueles que sofrem a imposição – as relações de força que estão na base mesma da origem de sua força. O efeito de dissimulação – desconhecimento – duplica a força simbólica – violência – dessa relação de força.

A ação pedagógica, seja por quem a exerça, é uma violência simbólica por impor um arbitrário cultural fundado num poder arbitrário. Verifica-se que num espaço social formado por grupos ou classes, a ação pedagógica, no quadro de uma instituição escolar, visa especificamente reproduzir a cultura dominante, mas ela sempre terá as características assinaladas, tanto para reproduzir o arbitrário cultural de classes dominantes quanto de classes dominadas isoladamente. Observa-se que o sistema de ensino dominante assegura-se no monopólio da violência simbólica legítima.

Num primeiro sentido, a ação pedagógica é violência simbólica, porque é resultante de relações de força presentes na sociedade, e que acabam por constituir/instituir poderes arbitrários; esses poderes arbitrários constituídos/instituídos, como resultante de lutas sociais, instauram relações de comunicação pedagógicas inicialmente com seus agentes ou grupos afins, enfim, uma relação de comunicação que é ao mesmo tempo imposição e inculcação – ambas igualmente arbitrárias em seu modo – de um arbitrário cultural.

Assim, a ação pedagógica se exerce numa relação de social de comunicação e numa relação social de força, sendo que, no sistema de diversas ações pedagógicas presentes num espaço social, será a ação pedagógica correspondente aos interesses – materiais e simbólicos – dos grupos ou classes dominantes, que será posto em posição dominante, fruto das lutas no seio de uma dada formação social.

Num segundo sentido, a ação pedagógica é violência simbólica, por impor e inculcar significações convencionadas – portanto, através de seleção e exclusão – como dignas de ser reproduzidas; essa reprodução – multiplicação e perpetuação – é resultado de uma seleção arbitrária de um grupo ou uma classe que marca sua existência por esse seu arbitrário cultural.

Ocorre que essa seleção de significações, que acaba por definir objetivamente a cultura de um grupo ou de uma classe como sistema simbólico, é arbitrária, na medida que o fundamento dessa cultura adotada convencionalmente não pode ser deduzida de nenhum princípio universal, físico, biológico ou espiritual, nem em uma natureza das coisas ou mesmo natureza humana.

A escolha feita por cada grupo social, trata-se de uma opção sociologicamente necessária, porque a cultura acaba por dever sua existência às condições sociais da qual ela é produto, e sua inteligibilidade e aceitação, à coerência e funções internas na estrutura de relações significantes que a constituem para seus agentes ou classe de agentes. A cultura adotada está ligada à história das condições sociais de seu aparecimento e de sua reprodução ou perpetuação por relações sociais significantes, sendo que o arbitrário cultural que será posto – por uma luta – em posição dominante, diante dos vários outros arbitrários culturais num dado sistema social, será aquele que exprimirá mais completamente os interesses – materiais e simbólicos – dos grupos ou classes dominantes.

Existe uma relação direta entre a arbitrariedade da imposição e a arbitrariedade do conteúdo imposto – ambos constituem o denominado duplo arbitrário da ação pedagógica –, no sentido de que o grau objetivo de arbitrário do poder de imposição de uma ação pedagógica é tanto mais elevado quanto o grau de arbitrário da cultura imposta é ele mesmo mais elevado.

Sociologicamente, os dois tipos de arbitrariedade funcionam numa forma una, sendo ficção lógica a demarcação como “duas” realidades fáticas, porque “ambas” existem imbricadas. Toda ação pedagógica inculca significações dedutíveis a partir de um elegido – portanto, escolhido arbitrariamente – princípio universal, fundado numa “razão lógica” ou “natureza biológica”; uma autoridade – utilizando uma relação de força, com resultados simbólicos – irá lembrar, a quem por dever ou direito, aquilo que não pode se esquecer.

Quanto menos “naturalmente” – pela via da explicação da natureza biológica ou razão lógica – as significações não se impuserem, mais uma autoridade deverá recorrer aos meios diretos de coerção.

Considerando que há várias ações pedagógicas em curso num espaço social, e que a imposição de um arbitrário cultural dominante se dá pela luta – relação de força – entre grupos ou classes sociais uns em relação aos outros, essa luta reproduz e inculca os arbitrários culturais em jogo – em especial o arbitrário cultural dominante –, bem como reproduz, reforçando, as mesmas relações de forças em jogo, contribuindo, assim, também para reproduzir socialmente a reprodução cultural, em especial o domínio do arbitrário cultural dominante e as forças que o colocaram em posição dominante.

O sistema de educação, como conjunto dos mecanismos institucionais, ou habituais, pelos quais se encontra assegurada a transmissão, entre as gerações, da cultura herdada do passado, a informação acumulada, quando não enxerga – ou constata – que em suas práticas está reproduzindo simbolicamente – imperceptivelmente, por isso sua força propriamente simbólica – as relações de força que havia e ainda se processam no espaço social, jungidas a cada conhecimento transmitido – reproduzido –, reproduz mais fortemente ainda o tipo específico de sociedade e os valores sociais que o espaço social está forjando ao longo do tempo. Contribuem, assim, através da sua função de reprodução cultural, a reproduzir a sociedade e suas lutas internas.

Como cada grupo ou classe se encontra numa determinada posição ou situação nessa relação de forças, eles estão assim reproduzindo sua condição ou situação, pois cada ação pedagógica corresponde a interesses materiais e simbólicos específicos, igualmente contribuindo para reproduzir a estrutura social. E por fim, o valor econômico e simbólico que socialmente se estabelece – ou se estipula nas lutas dentro das formações sociais – para os indivíduos educados, com seu capital cultural resultante das lutas dessas diferentes ações pedagógicas e seus arbitrários culturais, também assegura a reprodução social, que é a reprodução da estrutura das relações de força entre as classes ou grupos sociais. Assim, há um conjunto de fatos que contribui para não mais enxergar uma harmoniosa somatória de culturas que dão o sentido do patrimônio cultural de uma sociedade, mas, diferentemente, como existe prevalecente socialmente uma dada visão cultural, que se impõe e se fixa como dominante e norteia as demais manifestações culturais.

A autoridade pedagógica, como direito de imposição legítima, portanto, poder de violência simbólica, desconhecido como poder arbitrário de imposição, justamente por essa condição de presença simbólica – de “normalização” social – desconhecida, reforça o poder

arbitrário que a estabelece e que ela dissimula. O reconhecimento dessa legitimidade não se encontra numa gênese psicológica nem sobre fundamento num princípio físico, biológico ou espiritual, muito menos como uma livre decisão, ou ato resultante de contrato ou a consequência de uma metafísica da cultura onde existiria um sistema lógico de escolhas das relações significantes que constituiriam uma dada cultura.

Sociologicamente, os agentes reconhecem a legitimidade de uma instância pedagógica porque as relações de forças sociais no qual cada agente, classe ou grupo está colocado, impede a todos da apreensão dos fundamentos dessa relação de forças e suas consequências objetivas. Desta forma, todos agem reiterando ou reproduzindo aquilo o que a autoridade pedagógica, por sua legitimidade desconhecida ou dissimulada, inculca.

Além de ser variável historicamente, as relações de força que determinam o modo de imposição do arbitrário cultural característico de uma ação pedagógica, implica numa definição social do modo legítimo dessa imposição, em especial o grau em que o poder arbitrário que torna possível a ação pedagógica pode se revelar sem eliminar o seu efeito próprio. Desta forma, para certas sociedades, o recurso à coerção desqualifica o agente pedagógico, enquanto que para outras mais tradicionais, as sanções são simplesmente atributos da legitimidade.

A tomada de consciência da verdade objetiva da imposição, ou da verdade objetiva das significações impostas – uma ou outra isoladamente, ou ambas ao mesmo tempo –, não implica na apreensão completa do duplo arbitrário da ação pedagógica, na medida em que se verifica cair em concepções sobre as utopias de uma pedagogia sem arbitrário – ou espontaneísta, que outorgaria ao indivíduo o princípio de sua própria expansão ou desenvolvimento cultural –, mas que esconde a luta ideológica dos grupos que querem assegurar o monopólio do modo de imposição legítima.

Diante disso, os receptores não só estarão aptos ou dispostos para reconhecer e interiorizar a legitimidade da informação e a dupla arbitrariedade do processo, como também constata-se que a força simbólica das sanções físicas ou simbólicas exerce seu efeito maior para aqueles que estão mais dispostos a reconhecer a autoridade pedagógica que as impõe, reforçando e consagrando os efeitos de uma ação pedagógica.

Assim, numa dada formação social, a ação pedagógica legítima e dominante é a imposição arbitrária do arbitrário cultural dominante, na medida em que ela é desconhecida em sua verdade objetiva de ação pedagógica dominante e de imposição do arbitrário cultural dominante, onde a ortodoxia cultural fixa-se enquanto tal como resultado de uma concorrência, e vitoriosa enquanto uma certa estrutura dentro do campo de concorrência.

Assim, também, numa dada formação social, a cultura legítima e dominante é o arbitrário do arbitrário cultural dominante, na medida em que ela é desconhecida em sua verdade objetiva de arbitrário cultural e de arbitrário cultural dominante, sendo que os arbitrários culturais – mais ou menos integrados, conforme particularidade de cada espaço ou formação social –, numa relação de luta, compõem um sistema submetido à dominação do arbitrário cultural dominante, não podendo ser jamais definidos fora dessa dependência sistêmica. A cultura dominada e a cultura legítima estão marcadas pela estrutura de suas relações simbólicas, à estrutura de relações entre as classes.

Cada época histórica e cada contexto sócio-cultural, marcarão o que determina o alto valor de mercado disputado, que implica na consagração ou transformação de um grupo ou classe social; a unificação do mercado das diferentes ações pedagógicas, provoca, nos grupos ou classes que sofreram um processo de inculcação de um arbitrário cultural dominante – que os inserem como dominados –, uma situação de sempre lembrarem-se do não-valor de seu acervo cultural pelas sanções anônimas do mercado de trabalho, sanções simbólicas do mercado cultural, veredictos escolares.

Isso produz a “naturalização” da cultura dominante como cultura legítima e/ou a conscientização, pelos grupos ou classes do arbitrário cultural dominado, da indignidade cultural de seus conhecimentos. Mas existem espaços onde as ações pedagógicas dominadas conseguem impor seu próprio reconhecimento de sua legitimidade, durante certo tempo e em certos domínios da prática, como no âmbito familiar, mesmo que venham mais tarde a descobrir que seus arbitrários culturais são desprovidos de valor material e simbólico no mercado dominando pelos dominantes.

Uma instância pedagógica, quanto mais diretamente reproduz o arbitrário cultural da classe ou grupo dominante que lhe delega sua autoridade pedagógica, tem menos a afirmar e justificar sua legitimidade própria. Os receptores não só reconhecem autoridade pedagógica, como também dominam – previamente ou com predisposição – o código cultural da comunicação pedagógica. Entretanto, dentro de um amplo quadro genealógico, o êxito de uma ação pedagógica numa formação social deve ser medido em função de três variáveis: o sistema das relações sociais onde se encontra inserido o arbitrário cultural que impôs dada ação pedagógica; o arbitrário cultural dominante na formação social; o arbitrário cultural inculcado pela primeira vez nos grupos ou classes onde são pré-formados aqueles que se submetem a essa ação pedagógica.

A ação pedagógica iniciada no ambiente familiar, contribui para o êxito da imposição e dominação de uma dada ação pedagógica, frente a diversas outras de diferentes grupos ou

classes. Esse êxito de uma ação dominante é função (I) dos *ethos* pedagógico próprio a um grupo ou uma classe, que, como *ethos*, trata-se de um sistema de disposições – produto de interiorização, *habitus* – do valor que a ação pedagógica dominante confere por suas sanções – simbólicas e econômicas – aos produtos de diferentes ações pedagógicas familiares e, portanto, por outro lado, do valor que os diferentes mercados reconhecem ou conferem aos valores dominantes; (II) e também do capital cultural ou bens culturais, que são transmitidos pelas diferentes ações pedagógicas familiares, cujo valor é função de sua distância em relação ao arbitrário cultural dominante.

As diversas ações pedagógicas, assim, são veículos que reproduzem e submetem a relação que os membros dos grupos ou classes mantêm com sua cultura, desconhecendo a verdade objetiva dessa cultura como arbitrário cultural, enfim, produto de um etnocentrismo. Esse desconhecimento – presente nas classes dominantes e dominadas –, alça uma cultura legítima como arbitrário cultural dominante, e cuja reprodução contribui para reprodução das relações de força presentes num espaço social, com seus dominados e dominante.

Mas essa disposição ou *habitus*, como produto da interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de perpetuar-se após a cessação de uma ação pedagógica, e por isso perpetuar-se nas práticas os princípios do arbitrário interiorizado, implica num trabalho pedagógico, como trabalho de inculcação que deve durar o bastante para produzir uma formação durável. Vale dizer, a ação pedagógica é um trabalho de inculcação de um arbitrário cultural, de tal forma que ele se torne naturalizado, ao final do processo, para membros de grupos ou classes a ele submetido, a ponto de se tornar um *habitus*.

A ação pedagógica, e seu correlato trabalho pedagógico, é uma ação de violência simbólica contínua, cuja duração deve se prolongar, a fim de produzir os efeitos próprios. A ação pedagógica se transforma num tempo extremamente lento – por exemplo, os valores da família, os valores das instituições de ensino –, e esse tempo é fundamental para conservar as tradições herdadas, a se auto-reproduzir valores com as menores modificações possíveis; no plano da educação ele marca a continuidade histórica como informação geradora de informação análoga. Assim, o trabalho pedagógico produz uma formação durável, práticas conformes, e reproduz as condições sociais de produção desse arbitrário cultural, ou seja, auto-realimentação que mantêm as estruturas objetivas das quais ele é produto, tendo no *habitus* como o princípio gerador de práticas reprodutoras dessas estruturas objetivas.

O trabalho pedagógico só é eficaz – tem uma produtividade específica – quando alcança sucesso, que é a produção do efeito próprio da inculcação, qual seja, o seu efeito de reprodução de um hábito durável, gerador de práticas conformes aos princípios ou valores

inculcado. Essa produtividade específica do trabalho pedagógico também se mede quanto ao fato de que ele é transferível, significando isso a capacidade de engendrar práticas conformes aos princípios do arbitrário inculcado num maior número de campos diferentes, como condutas econômicas e escolhas políticas. Por fim, a produtividade específica também se mede pela sua exaustividade, no sentido de reproduzir o mais completamente nas práticas que ele engendra, os princípios do arbitrário cultural de um grupo ou uma classe. Diante disso, a teoria do *habitus*, como princípio unificador e gerador das práticas, permite compreender que a durabilidade, a transferibilidade e a exaustividade de um *habitus* estejam fortemente ligados aos fatos.

O trabalho pedagógico produz um *habitus* durável ou contínuo, que se traduz num sistema de esquemas de percepção, de pensamento, de apreciação e de ação – parcial ou totalmente idênticos –, e que contribui para produzir e para reproduzir a integração intelectual e a integração moral do grupo ou da classe em nome dos quais ele se exerce, enfim, ao conjunto dos destinatários legítimos.

O trabalho pedagógico permite que o grupo ou classe, que se vale dele para uma ação pedagógica dotada de autoridade pedagógica delegada, consiga inculcar seus valores e visão de mundo – uma integração intelectual e moral – sem recorrer à coerção física ou repressão externa. A delegação permite que o trabalho pedagógico seja substituto da coerção física e, por ser mais dissimulado, ele é mais eficaz a longo prazo. A repressão física, nesse caso, pode ser usada para os reveses do processo de interiorização e naturalização de um arbitrário cultural. Assim, esse trabalho é uma ação transformadora que inculca um sistema de disposições duráveis e transponíveis para diversas outras esferas da vida social.

O trabalho pedagógico acaba por legitimar o seu produto – objeto digno de ser consumido, ou seja, materialmente e simbolicamente venerado, adorado, respeitado, admirado, entre outros mais – e realizá-lo como necessidade legítima, além de produzir o consumidor legítimo que o consome de forma legítima.

Somente o próprio trabalho pedagógico pode romper o círculo pedagógico que se encerra, na medida em que não permite esquecer que a *necessidade cultural* é antes de tudo uma *necessidade cultivada*, criada, construída pelo ser humano, e que somente é o que é, por causa de históricas condições sociais de produção – e reprodução. A família, as instituições, naturalizam as necessidades, e fazem esquecer as condições sociais de sua produção, instituindo uma razão inata, um gosto inato, como ilusão retrospectiva para justificar, ocultando, as determinações da imposição do duplo arbitrário.

O trabalho pedagógico produz outro efeito, na medida que vai se realizando mais completamente, que é o desconhecimento das limitações éticas e intelectuais que são implícitas no processo de interiorização da delimitação constitutiva do arbitrário cultural que inculca, reproduzindo um etnocentrismo ético e lógico. Por isso o *habitus*, como sistema de esquemas de pensamento, de percepção, de apreciação e de ação, produzido pelo trabalho pedagógico, se encontra dissimulado quanto às limitações implícitas desse sistema inculcado; o pensamento e a prática fundados na ilusão de liberdade e universalidade levam os próprios agentes que produzem o trabalho pedagógico a serem prisioneiros dessas limitações.

Quando um trabalho pedagógico consegue impor a legitimidade de uma dada cultura, cultivada em determinado grupo ou classe, não só para esse grupo que é seu destinatário legítimo da ação pedagógica, mas também a outros membros de outros grupos ou classes, tem-se um trabalho pedagógico que realiza uma ação pedagógica dominante frente aos grupos dominados, e a imposição ou inculcação de uma ideologia dominante da cultura legítima como única cultura autêntica, isto é, como cultura universal.

O trabalho pedagógico que realiza a ação pedagógica dominante, tem a função de manter a ordem geral de determinada formação social, vale dizer, reprodução da estrutura das relações de força entre os grupos ou classes, na medida em que tende, seja pela inculcação, seja pela exclusão, a impor aos membros dos grupos ou classes dominados, o reconhecimento da legitimidade da cultura dominante, e a lhes fazer interiorizar, numa medida variável, disciplinas e censuras que servem tanto melhor aos interesses, materiais ou simbólicos, dos grupos ou classes dominantes, quanto mais tomam a forma de autodisciplina e da autocensura.

Observa-se também que, ao mesmo tempo em que consegue impor às classes dominadas o reconhecimento da legitimidade da cultura dominante, acaba lhes impondo, pela inculcação ou exclusão, o reconhecimento da ilegitimidade de seu arbitrário cultural dominado. A ação pedagógica dominante, não é aquela que inculca o conjunto de informações que constituem uma cultura dominante, mas aquela que inculca o fato ou verdade realizada da existência de uma cultura dominante e legítima.

Assim, a interiorização, nos excluídos sociais, da aceitação – legitimação, naturalização – de sua condição de excluído; a imposição de um ensino de segunda ordem, e o reconhecimento respectivo da inferioridade do ensino por aqueles que a recebem; a inculcação, na escola, de uma disposição que impõe a reprodução de uma dada hierarquia cultural, que se manifesta numa legitimação de hierarquia das disciplinas e também em legitimação das hierarquias sociais; todos são exemplos, pela exclusão, do reconhecimento da cultura dominante como cultura legítima e da ilegitimidade cultural dos grupos dominados.

Um dos efeitos menos percebidos da escolaridade obrigatória, consiste no fato de que ela consegue obter das classes dominadas um reconhecimento do saber e do saber-fazer legítimos, levando consigo a desvalorização do saber e do saber-fazer que elas efetivamente dominam, estabelecendo assim um mercado para as produções materiais, e sobretudo simbólicas, cujos meios de produção são quase-monopólio das classes dominantes.

O trabalho pedagógico é um processo irreversível, que produz a inculcação de uma disposição irreversível, que somente pode ser reprimida ou transformada, por um outro processo irreversível produtor de uma nova disposição irreversível. A primeira ação pedagógica que sofre um agente, a ação pedagógica primária, através de um trabalho pedagógico também primário, produz um *habitus* primário, em vigor num grupo ou classe, e que está no princípio da constituição posterior de todo outro *habitus*.

Posteriormente, outros trabalhos pedagógicos diferentes daquele marcado como primário, terão um grau de produtividade específica sobre o agente em função da distância que separa o *habitus* que ele tende a inculcar – isto é, o *habitus* cultural imposto como dominante –, do *habitus* que foi inculcado pelos trabalhos pedagógicos anteriores e, ao termo da regressão, pelo trabalho pedagógico primário – isto é, o arbitrário cultural originário.

Verifica-se que o sucesso da educação escolar, do trabalho pedagógico secundário, está diretamente relacionado e dependente da primeira educação recebida na família, apesar da Escola recusar esse fato em sua ideologia e prática. Sabe-se que, através do conjunto de aprendizagens ligadas à conduta cotidiana da vida, e, em particular, através da aquisição da língua materna ou a manipulação dos termos e das relações de analogia em linguagem, criam-se disposições lógicas que são dominadas pelo estado prático, disposições essas mais ou menos complexas e mais ou menos elaboradas simbolicamente, segundo os grupos ou as classes, que predispõem inegavelmente para o domínio do simbólico das operações implicadas por uma demonstração matemática, assim como pela decifração de uma obra de arte.

Assim, a irreversibilidade do processo de aprendizagem faz que o *habitus* adquirido na família esteja no princípio da recepção e da assimilação da mensagem escolar, e que o hábito adquirido na escola esteja no princípio do nível de recepção e do grau de assimilação das mensagens produzidas e difundidas pela indústria cultural e mais geralmente de toda mensagem erudita ou semi-erudita.

Um trabalho pedagógico, como um modo de inculcação determinado, é marcado por duas posições: pela conversão, que trata do modo de inculcação que visa substituir completamente um *habitus* por outro; e pela manutenção ou reforço, que é o modo de

inculcação que pretende simplesmente confirmar o *habitus* primário. Os trabalhos pedagógicos secundários que visam uma conversão radical (metanóia), podem ser exemplarmente observados em instituições totais como caserna, convento, prisão, asilo e internato, que, considerando um *habitus* preexistente no agente, utiliza técnicas de desculturação e reculturação, num trabalho pedagógico que procura produzir um *habitus* o mais próximo possível daquele normalmente produzido pela primeira educação. Já o trabalho pedagógico secundário, que visa manutenção ou reforço de um *habitus* anterior, atua sobre agentes que o próprio modo de inculcação quer produzir, portanto, reforçando a cultura já recebida, e ostentando e enfatizando, ao final, o discurso de uma aprendizagem eficaz.

O modo de inculcação secundário alcança eficácia, se a organização de seu sistema de meios para sua realização assegura, pela inculcação explícita de princípios codificados e formais, a transferibilidade formal do *habitus*. Um trabalho pedagógico é já considerado tradicional, quando menos especificado como prática específica e autônoma, e exercido por instâncias que o reduzem a um processo de familiarização de uma conduta exemplar de certos princípios. As autoridades pedagógicas são instâncias cada vez mais totais e indiferenciadas, que transmitem inconscientemente princípios – que não domina conscientemente – a um receptor que os assimila inconscientemente. Ao final resulta, numa sociedade tradicional, que os grupos acabam exercendo, sem agentes especializados, uma ação pedagógica anônima e difusa.

Quando grupos ou classes se encontram submetidos – classes dominadas – estreitamente à urgência da prática, devido às suas poucas ou escassas condições materiais de existência, verifica-se que o trabalho pedagógico original ou primário repousa sobre a transferibilidade da prática – disposição pragmática – simplesmente, e impede-se a construção e desenvolvimento da aptidão para o domínio simbólico da prática. Quando um grupo ou classe está mais distanciado da prática, devido às suas boas condições materiais de existência, neutralizando o imaginário ou razão para as necessidades vitais, verifica-se que o modo de inculcação primário melhor prepara os trabalhos pedagógicos secundários fundados numa pedagogia explícita.

O trabalho pedagógico secundário dominante, produz, no seu exercício, uma delimitação real e concreta dos seus destinatários possíveis, excluindo aqueles agentes de grupos ou classes formados por um trabalho pedagógico primário mais afastados do trabalho pedagógico primário dominante, por estarem desprovidos do capital cultural e *ethos* objetivamente pressupostos por seu modo de inculcação, especialmente um domínio prático com uma dominante verbal – domínio prático prévio da linguagem culta.

Se a ação do trabalho pedagógico primário dos grupos ou classes dominantes foi eficaz, então o trabalho secundário dominante produz eliminação até pela simples abstenção, pela não-ação; isso quer significar que a inculcação primária produziu um efeito de favorecimento do trabalho pedagógico secundário dominante – por exemplo na escola –, ao reforçar ou reafirmar o *habitus* primevo que só pode incidir favoravelmente nos destinatários legítimos, porque eles foram preparados para dominar os valores e práticas que necessitam de valores e práticas prévias, inculcados anteriormente.

O trabalho pedagógico secundário dominante, somente por proceder “naturalmente” enquanto uma ação pedagógica em curso para inculcação de um arbitrário cultural, dissimuladamente reconhecido como legítimo, abstendo-se de preocupações quanto à produção dos meios ou condições que garantam sua produtividade específica de inculcação – pois isso já foi feito anteriormente –, tende a produzir não somente a delimitação dos seus destinatários realmente possíveis, como também o desconhecimento dos mecanismos dessa delimitação; isto é, tende a fazer reconhecer seus destinatários de fato como legítimos e a duração da inculcação à qual estão submetidos de fato os diferentes grupos ou classes como duração legítima de inculcação.

Essa eliminação dissimulada de certas categorias de receptores, acaba impondo a legitimidade dos produtos da inculcação e as suas hierarquias presentes. Os exames escolares e sua lógica de recrutamento/seleção/distinção – ou eliminação/exclusão/delimitação – e o museu que delimita seu público, estão nessa lógica de exclusão/seleção dissimulada.

O trabalho pedagógico secundário dominante reforça, no seu exercício, a legitimidade do monopólio dos conhecimentos dos grupos ou classes dominantes, devido a eles possuírem o modo de aquisição legítimo dos mesmos, enfim, a cultura legítima como relação de familiaridade por um grupo de agentes ou classe de agentes; não só isso, ele também supõe, produz e inculca, no seu exercício, uma ideologia de que há um dom inato – uma verdadeira petição de princípio que é condição fundamental de seu exercício dissimulado – nas pessoas, e que esse dom não tem relação direta com as condições sociais de produção dos *habitus* cultivados predominantemente.

Assim, o trabalho pedagógico secundário dominante, como um modo de inculcação tradicional, tende sempre a privar os membros das classes dominadas dos benefícios materiais e simbólicos da educação realizada. E uma indagação – voltada para a democratização do ensino pela racionalização da pedagogia – se seria possível (I) um trabalho pedagógico secundário “esclarecido”, “compreendido” e “racionalizado claramente” de todas as suas condições de existência e exercício, e o que está a produzir na formação social onde se insere,

(II) alcançar uma supressão de fronteiras entre todos os destinatários indistintamente, buscando inculcar a todos – sem delimitações/distinções – os princípios práticos do domínio simbólico das práticas, (III) para atender interesses pedagógicos dos grupos ou classes classificados como dominados, (IV) a resposta é praticamente negativa.

O caráter utópico dessa intenção esbarra não só na inércia própria da instituição educativa, como também porque a estrutura de relações de força – estrutura de relações de classes presente – na sociedade, acaba por excluir uma ação pedagógica dominante que recorra a um trabalho pedagógico – modo de inculcação – contrário aos interesses das classes dominantes, que delegam a respectiva autoridade pedagógica.

1.3.5. O CAMPO SOCIAL E SUA CENTRALIDADE NO PENSAMENTO DE PIERRE BOURDIEU

Para uma tentativa de interpretação global do pensamento e da teoria social de Pierre Bourdieu, talvez a sua teorização do campo social seja a melhor forma de arbitrariamente sintetizar o que o próprio autor se recusou em vida, ou seja, transformar cada descoberta teórica em produtos prontos e acabados, perfeitamente dispostos em obras específicas, compartimentos teóricos estanques, metodicamente delimitados e ordenados, conceito a conceito – teoria a teoria – explicado e tratado de forma exaustiva em cada trabalho, de tal forma a estar disponível para a academia de forma positivada, sua produção intelectual. De fato, uma característica da produção intelectual de Pierre Bourdieu é sua recusa em trabalhar a sua produção intelectual de forma tão linear, como normalmente consagrado na academia, padrão esse que este trabalho poderia ser considerado um exemplo frente a tantos outros existentes.

A produção intelectual e as descobertas teóricas de Pierre Bourdieu está espalhada em diversas obras ou textos, cuja reunião é necessária para extrair todas as principais consequências teóricas de alcance fecundo para um pesquisador social. É dessa leitura conjunta, acrescido de material contendo diversas entrevistas concedidas pelo autor em vida, esclarecendo diversos pontos não perfeitamente compreendidos de suas teorias, que um pesquisador poderá compreender o sentido e alcance de um intelectual e pesquisador científico social de grande envergadura teórica e empírica, sobre os objetos de estudos que ele

se debruçou em vida, para extrair as verdades que continham e ainda estavam por ser desveladas.

Dentro dos limites impostos pela academia brasileira, para a realização deste trabalho, é possível conceber a teoria do campo social, elaborada por Bourdieu, como a principal teoria que insere dentro de si, todas as demais teorias e conceitos estudados pelo filósofo, antropólogo e sociólogo francês. O campo é uma arbitrária delimitação do espaço social, onde diversos agentes atuam para produzir os efeitos sociais específicos do referido campo, que os produtos sociais mais visíveis à toda sociedade – decisões judiciais, moda, trabalhos científicos, comércio, produção de bens e produtos, casamentos, religião, educação etc. – mas cujo próprio funcionamento, é em si um produto social. Um campo social, é um espaço social delimitado pelos próprios agentes que nele atuam, até onde eles acabam influenciando nas produções sociais específicas do campo, em espaço onde tudo funciona conforme uma economia social específica, vale dizer, com concorrências, investimentos, desinvestimentos, capitais, dominantes, dominados, leis específicas, autonomia etc.

De fato, os agentes sociais atuantes dentro de um campo, lutam para se estabelecerem como legítimos para impor a legítima visão de mundo e divisão de mundo – hierarquias – dentro desse espaço delimitado, uma vez que assim obtém os maiores ganhos ou vantagens sociais que essa posição social automaticamente lhes garante. Trata-se de uma luta concorrencial contínua, que produz aqueles agentes que serão dominantes dentro do campo e aqueles que serão dominados, todos reproduzindo um arbitrário cultural dominante. Esse processo é um processo histórico, portanto, de longa maturação e em contínuo movimento, um jogo social onde mesmo as próprias regras do jogo estão sempre em questão e disputa pelos agentes, de forma já inconsciente, tamanha a naturalização dos diferentes comportamentos, dos diferentes agentes que se distribuem nesse espaço arbitrariamente delimitado, sem se darem conta de como tudo começou, ou porque as coisas tem sido feitas como normalmente todos agem.

Estar num espaço do campo, é possuir imediatamente uma relação específica dentro do jogo social sendo jogado, vale dizer, com um sentido de até onde pode ir – e principalmente onde não pode ir –, a fim de alcançar as máximas vantagens sociais que socialmente é produzido dentro do campo. Trata-se de um sentido prático de comportamento ou conduta, um *habitus* que diz ao agente o conjunto de relações sociais possíveis dentro da totalidade do conjunto de relações sociais que ele pode estabelecer nesse meio. Assim, nesse jogo, formam-se os diferentes capitais socialmente relevantes e que de uma forma ou outra é perseguido por todos os agentes distribuídos no campo. Conforme a trajetória histórica e

cultural da sociedade, formam-se os diferentes capitais, que acabam se inter-relacionando de forma hierárquica entre si, podendo haver uma conversão de uma capital a outra, mas tudo indica que não em sua totalidade, vale dizer, se a sociedade estabelece como mais importante o capital econômico, isso não significa que o capital cultural em curso na sociedade possa ser reduzido completamente ao capital econômico ou vice-versa.

Uma das propriedades mais marcantes do relacionamento do capital/*habitus*, é a tentativa – isso é sempre objeto de luta concorrencial – de reproduzir em vários campos sociais diferentes, as mesmas hierarquias e disputas travadas entre dominantes e dominados, entre diferentes visões e divisões de mundo, procurando fixar, de estrutura a estrutura, as lutas já consolidadas em outros campos. Diante disso, tem-se um mundo social com agentes sociais distribuídos em diferentes campos sociais, com agentes atuando de forma diferenciada – ou influenciando diferenciadamente – em mais de um campo social, com um comportamento em cada campo conforme uma probabilidade de atuação de acordo com a sua posição social no campo – dele e de seus demais pares posicionais dentro do campo, que costuma se denominar ou se identificar como uma classe social –, que pesquisas científicas específicas podem revelar.

Essa posição diferenciada de localização no campo, as lutas que elas implicam, também dão origem a um sentido de identidade social, fundado sempre numa constante e inesgotável busca de formulação de elementos de distinção – gostos, roupas, perfumes, objetos de arte, literatura etc. – entre as pessoas, posição a posição, de forma a ficar claro as hierarquias que sempre existem nesse mundo social. A análise da teoria do campo de Bourdieu, portanto, permite abarcar toda os elementos teóricos e conceituais que foi estudado pelo falecido sociólogo francês, e que serão abordados abaixo de forma mais sistematizada.

A pesquisa de Pierre Bourdieu se funda em que não é possível capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser com o pesquisador e cientista mergulhando completamente na particularidade de uma realidade empírica que é historicamente situada e datada para, a partir daí, construí-la como um caso do possível, ou seja, uma figura num universo de configuração possível. Para isso, é necessário apreender estruturas e mecanismos que escapam aos olhares, e que são princípios de construção do espaço social ou mecanismos de reprodução desse espaço.

Em primeiro lugar, torna-se necessário fugir de uma leitura substancialista do mundo social, onde se considera cada prática ou consumo em si mesmas e por si mesmas, independente do universo de práticas intercambiáveis, ou seja, as relações entre agentes, de tal forma a conceber como realidade, ao final, a correspondência entre as posições sociais – ou classes – e os seus gostos e práticas como uma relação direta e mecânica. Tal modo de pensar

substancialista leva ao erro de pensar que as atividades ou preferências próprias de cada indivíduo ou cada grupo de uma dada sociedade são propriedades inscritas numa espécie de essência biológica ou cultural em cada qual, pensamento que se estabelece como senso comum e que pode chegar ao racismo. Ora, as práticas se alternam com o tempo e o movimento histórico, sendo importante entender, numa dada sociedade, seu comportamento e escolhas em vigor.

Assim, é possível constatar que posições sociais, disposições – ou *habitus* – e tomadas de posição dos agentes ou grupos, nas mais diversas esferas de sua vida cotidiana, estão inter-relacionados e interagindo-se interdependentemente. A distinção, que é tão presente no mundo social, é de fato *diferença*, separação, traço distintivos, propriedade *relacional* que só existe em relação a outras propriedades. A constatação da presença social da distinção não é de evidência e conseqüências tão simples, pois essa idéia ou visão – socialmente cultivada – marcada pela diferença, divisão, separação, está exercendo uma verdadeira fronteira invisível no espaço social, como um conjunto de posições distintas e coexistentes, delimitando e definindo – mesmo geograficamente – posições de localização de agentes ou grupos, em suas várias disposições e tomadas de posição – decisões e comportamentos sociais. Esse espaço social como conjunto de disposições distintas mas coexistentes entre si, faz com que essas posições sejam definidas, numa circularidade, uma em relação às outras, umas mais próximas e outras mais distantes e por uma relação até de hierarquia posicional, sempre auto-referentes por sua exterioridade coexistencial mútua.

No espaço social europeu-francês, é o capital econômico e o capital cultural – como dois princípios de diferenciação – que irão ditar a distribuição dos agentes e grupos e fixar sua posição, desta forma, em se colocando num gráfico essa distribuição, verificar-se-á que os agentes e grupos tem tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas dimensões econômica e cultural; assim, as distâncias representadas graficamente – quando dispostos os diferentes agentes sociais conforme a distribuição social de seu recurso econômico-financeiros e cultural – correspondem a distâncias sociais que, por sua vez, equivalem a diferenças dos agentes e grupos nas disposições e tomadas de posição.

Colocando a distribuição de agentes sociais dentro do espaço social num gráfico, o espaço de posições sociais se retraduz em um espaço de tomada de posição – decisões e comportamentos – pela intermediação do espaço de disposições – ou do *habitus* –; ou, em outros termos, ao sistema de separações diferenciais, que definem as diferentes posições nos dois sistemas principais do espaço social, correspondem um sistema de separações diferenciais nas propriedades dos agentes – ou de classes construídas como agentes –, isto é,

em suas práticas e nos bens que possuem. A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* – ou de gostos – produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desse *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculados entre si por uma afinidade de estilo.

Para entender a noção de campo torna-se necessário compreender o estágio do percurso intelectual – os centros de discussão – que encontrou Bourdieu ao estudar as produções culturais em geral. De forma reduzida e simplificada, de um lado estariam aqueles que defendem que para compreender o conteúdo de cada esfera cultural específica – filosofia, história, ciências, literatura, arte, etc. – bastaria ler os textos dos seus produtores e nada mais, pois o texto em si traria todos os elementos significativos e suficientes para compreendê-lo e cumprir sua função cultural aos seus destinatários finais; de outro lado, estariam aqueles que entenderiam ser necessário inserir o texto em seu contexto social específico e procuram interpretar a obra de acordo com o mundo social ou o mundo econômico onde ela se insere.

A noção de “campo” produzida por Bourdieu, procura superar essas duas visões irreduzíveis – interna e externa – voltadas para compreensão do conteúdo das produções culturais. A sua hipótese é que entre esses dois pólos muito distantes há um universo intermediário denominado campo econômico, jurídico, literário, artístico, científico, e assim por diante, mas cada universo composto por seus específicos agentes e instituições que produzem, reproduzem e difundem a arte, a literatura, a ciência, etc. Trata-se, desta forma, de um mundo social como tantos outros, mas com a particularidade de obedecer a leis sociais mais ou menos específicas do próprio campo, enfim, o campo da produção como espaço social de relações objetivas.

A noção de campo designa um espaço relativamente autônomo, microcosmos providos de leis próprias, mas que está inserido num espaço maior social – macrocosmos – com suas leis sociais, entretanto não se confunde com elas – o campo produz autonomamente suas próprias leis sociais internas. Por estar submetido a esse espaço social maior, ele nunca escapa absolutamente das influências ou coações sociais maiores, mas não deixa de dispor de uma autonomia parcial própria. Para construí-lo e visualizá-lo, é preciso superar a imagem do campo intelectual – por se tratar da ciência das obras culturais, ciências religiosas, história da arte ou história literária – como um universo relativamente autônomo de relações específicas, extraído das relações imediatamente visíveis – substancialista – entre os agentes envolvidos na vida intelectual; em realidade, essas relações visíveis dissimulam as posições ocupadas por

esses agentes, posições essas que determinam objetivamente a forma de tais interações ou relações.

Para exemplificar e ao mesmo tempo para permitir compreender o funcionamento lógico dos campos, no campo científico, a questão da autonomia que dispõem o campo – ou um mais específico subcampo – é algo que sempre se impõem; trata-se de uma diferença simples, mas difícil de apreciar e quantificar essa autonomia entre as diferentes disciplinas científicas, dificuldade que se estende para mensurar a autonomia das instituições científicas. Diretamente relacionado com o grau de autonomia disciplinar ou institucional, é verificar qual a natureza das ingerências externas, as formas em que são exercidas, tal como financiamento, encargos ou obrigações, contratos, órgãos fiscalizadores, etc., e, inversamente, o respectivo contraponto, ou seja, o modo como manifestam as resistências que caracterizam a autonomia, ou os mecanismos que são liberados pelo microcosmo para opor barreiras às coações – ingerências – externas, a fim de identificar e reconhecer apenas às suas próprias leis internas – valores e determinações – que estabelecem sua referida autonomia.

A alternativa “ciência pura”, totalmente liberta de qualquer imposição – demanda ou necessidade – social, ou “ciência servil” – ou aplicada –, submetida totalmente às demandas político-econômicas, é equivocada. O campo científico é um mundo social específico e que acaba exercendo ingerências, demandas, entre outros, como qualquer outro mundo social, mas que são relativamente independentes das coações do mundo social global que o engloba. Ocorre também que as influências externas, antes de adentrarem no campo, sofrem ou passam pelo filtro da lógica própria do respectivo campo – através de espaço de mediatização –, que converte esses elementos exteriores e inicialmente estranhos, em elementos lógicos próprios do campo, num autêntico processo de retradução.

Essa seria a manifestação mais visível da autonomia do campo, que é a capacidade de refratar ou converter, mas retraduzindo e transfigurando em uma lógica específica ao campo, as ingerências, coações ou demandas externas. Diretamente proporcional à autonomia do campo, está a capacidade de conversão ou transfiguração das coações externas, a ponto de, no limite, apresentarem-se, posteriormente, totalmente irreconhecíveis. Essa capacidade de refração ou retradução é a medida do grau de autonomia do campo. De modo inverso, a heteronomia do campo se mede na medida que os problemas exteriores, em especial os políticos, se manifestam diretamente nele. Desta forma é possível verificar que uma disciplina como sociologia, economia ou direito, sofrem mais fortemente os influxos externos de ordem política, no sentido de seus conhecimentos – ou verdades – poderem ser classificados como, por exemplo, de “direita” ou “esquerda”. Já é mais difícil isso acontecer com disciplinas como

biologia, física, química ou matemática. Uma parte da vulnerabilidade – heteronomia – de certas disciplinas das ciências sociais, é que especialistas pouco competentes, quanto às normas específicas que regem seu campo científico, agem em nome de princípios heterônomos e não são desqualificados de imediato por isso.

Todo campo social é um campo de forças e um espaço de lutas para transformar esse campo de forças. Num primeiro momento, o espaço a ser criado como campo comporta um espaço inicial de relações de força e dominação, onde os agentes estão se fixando e criando o espaço definitivo; verifica-se que essa atuação dos agentes cria o campo e que ele acaba existindo por causa deles e das relações objetivas dos agentes que se encontram nele. Um agente poderoso que tem o poder de conferir significativamente – fortemente ou hegemonicamente – uma estrutura determinada num campo social determinado, enfim, influir de maneira extraordinária o campo, pode afetar de maneira decisiva todo ele, afetando, conseqüentemente, a atuação de todos os demais agentes. Por exemplo, a revolução de Albert Einstein no campo da física ou os efeitos na pequena empresa quando uma grande empresa baixa consideravelmente seu preço no campo da economia.

Dessume-se daí, que o campo produz um efeito prático social de significação, ou seja, ele governa os pontos de vistas dos agentes nele envolvidos; no campo científico, por exemplo, ele governa os lugares de publicação, os temas que são eleitos pelos pesquisadores, os objetos de maior valor para se depositar um interesse. Assim, essas estruturas de relações objetivas entre os diferentes agentes do campo acabam sendo as fontes do campo e essa mesma estrutura de relações acaba determinando o que os agentes podem ou não fazer no campo, tendo em vista os ganhos materiais e simbólicos que cada campo oferece aos agentes, e especialmente considerando a posição que o agente ocupa na estrutura do campo.

Essa posição ocupada pelo agente na estrutura do campo irá determinar, pelo menos negativamente – ou seja, o que ele não irá fazer –, a sua tomada de posição frente a várias questões específicas do campo. Assim, somente será possível compreender o que diz e faz um agente comprometido num dado campo, se for possível verificar qual a posição ocupada por ele nesse campo, enfim, se é possível saber exatamente de onde ele fala, que é muito mais significativo – explicita melhor uma posição – do que uma referência à sua condição de classe, ou seja, neste último caso, a um lugar genérico supostamente ocupado, por ele e seus pares, no espaço social.

Mas a estrutura do campo social criado está – visto de uma maneira reduzida e simplificada, mas que contribui para melhor compreender o campo – determinada pela distribuição do capital específico total em um dado momento. Os agentes e as instituições

possuem cada qual um volume de capital próprio que acaba determinando, de acordo com uma relação direta ao peso dessa proporção no capital total, a estrutura do campo; mas o reverso também está presente, ou seja, quanto mais escasso o peso relativo do agente ou instituição no capital total do campo, mais eles estão sujeitos às coações emanadas do próprio campo, das determinações da estrutura do espaço onde atuam, observando-se que essa coação estrutural não se dá necessariamente de forma direta, sendo exercida indiretamente – por exemplo, todos os físicos do planeta, após Einstein, mesmo sem conhecê-lo diretamente ou conviverem com ele, tiveram que se curvar à revolução, transformações, e influências que ele acabou estabelecendo no campo.

Quando um agente ou instituição com peso relativo muito alto, por suas práticas, acaba estipulando os objetos do campo de atuação de maior valor ou de menor valor, ele acaba indiretamente governando – influenciando – as escolhas dos demais agentes ou instituições de peso relativo mais fraco. Assim, no campo científico, os pesquisadores e as pesquisas dominantes definem, num momento dado, o conjunto dos objetos significativos e importantes, enfim, o conjunto de questões fundamentais – e lucrativas – que atrairão a atenção e concentração dos pesquisadores e das pesquisas.

Ainda falando do campo científico, e contra um construtivismo idealista, os agentes criam, produzem, concebem, fazem, realizam os feitos e fatos científicos, inclusive, em parte, o campo científico, mas a partir de uma posição nele que não fizeram – criaram, produziram, conceberam, realizaram –, e que reforça e contribui para definir suas possibilidades e impossibilidades nele. Contra uma ilusão maquiavélica, nada é mais difícil e impossível de manipular que um campo; o fato da possibilidade de um agente singular utilizar as forças do campo a seus próprios interesses, é diretamente proporcional ao seu específico capital científico, e à sua posição na estrutura da distribuição do capital, que determinam a sua força no campo. Somente um cientista com uma descoberta revolucionária, questionadora dos fundamentos da ordem científica estabelecida, poderia estipular por si as novas regras do jogo, os novos princípios de distribuição do capital científico, o que seria muito excepcional.

Além de serem espaços de relações de força, os campos também acabam por estabelecer tendências imanente ou probabilidades objetivas, vale dizer, um sentido de posição, colocação ou de situação em determinado espaço do campo, que permite aos seus mais “preparados” agentes a apoderar-se das oportunidades e momentos oportunos, a fim de obter o máximo de vantagens dentro do campo. Num campo, seus agentes e diversos protagonistas, não se movimentam e se orientam pela sorte ou azar. O que é possível ou impossível nele depende do contexto. Aqueles agentes que nascem dentro de um campo, já

possuem uma vantagem social inicial dentro dele, por já vivenciar e assimilar, desde tenra idade, o conhecimento e domínio de suas leis imanentes, mas de uma forma infusa, como que “natural” ou dita “inata”.

Leis imanentes do campo, traduza-se aqui por leis que não estão inscritas na realidade *formal* da vida, mas escritas na realidade *concreta* – forjadas paulatinamente – da vida e em estado de tendências dentro do campo, e que com o motivo e oportunidade – contexto, circunstância – adequados, produzem efeitos lucrativos para aqueles que se apropriam da ocasião a seu favor. Como no esporte um bom jogador tem esse sentido de posição e de colocação para aproveitar as oportunidades que aparecerem no jogo, um bom jogador dentro de um campo também tem esses sentido de colocação, de posição ocupada no espaço, como que previamente dotado de uma inteligência da arte de prever as tendências dentro do campo. Essa qualidade, verifica-se estreitamente vinculado com uma origem social e escolar elevada do agente, que lhe permite, por exemplo, no campo científico, expor-se, apropriar-se de temas oportunos, dos bons meios de publicação, e torna-se, ao final, um fator social que determina as diferenças nas carreiras científicas.

Essa postura “natural” ou “inata” não se trata de um cálculo cínico na tomada de decisões mais vantajosas ou lucrativas pelo agente. Ele já possui um sentido de história do jogo, ou seja, seu passado e expectativas – percepções – quanto ao seu futuro; como um jogador de futebol que sabe onde irá cair a bola e lá se encontra quando ela cair, também o agente de um campo, com essas características marcantes que lhe dão uma qualidade especial, sabe tomar, nos momentos certos, as decisões mais vantajosas ou lucrativas para si, sem necessidade de serem cínicos para fazer o que devem fazer no momento certo e obter a vantagem correlativa. Essa é uma vantagem significativa de quem nasceu no jogo e tem como que “dons inatos” ou “atitudes naturais” para o jogo do campo.

Portanto, nos campos, há estruturas objetivas que condicionam os seus protagonistas, mas também lutas que giram em torno delas e a respeito delas. Os agentes sociais não são passivamente movidos pelas forças do campo, possuem disposições adquiridas – *habitus* –, maneiras de ser permanentes e duradouras, que podem levá-los a resistir às forças do campo, e ao invés de dobrar-se às estruturas e disposições requeridas pelo campo, tentar modificar as mesmas em função de suas disposições, para tentar dar novo contorno ao campo. Não se pode olvidar que disposições – *habitus* – cultivadas diferentemente daquelas que o campo exige, levam ao agente estar sempre deslocado, mal posicionados no espaço da estrutura do campo, defasado, contrariado, inoportuno, com todas as conseqüências que isso redundam.

Tanto a representação que os agentes e instituições possuem do campo, quanto a sua realidade mesma, ambas são objetos de lutas dentro do campo. Assim, se é possível falar em jogo aqui, é porque nesse jogo de luta, as suas próprias regras são postas em jogo, vale dizer, não atuam previamente fixadas e imutavelmente governando as lutas; elas estão constantemente sendo postas em questão pelos agentes. Quando uma revolução simbólica se efetiva, as regras se transmutam, modificando as propriedades do jogo, seu acesso. Os agentes sociais estão inseridos na estrutura conforme posições que dependem de seu capital próprio e acabam desenvolvendo estratégias que se subordinam a esse mesmo capital acumulado, de sua posição alcançada e do seu *habitus*. Ou eles buscam a transformação das estruturas do campo ou se voltam para sua conservação; quanto mais privilegiada é a posição ocupada pelo agente no campo, verifica-se que mais ele luta para conservar – manter o *status quo* – as estruturas e sua posição nelas, mas nos limites de seus *habitus*, que é a de sua origem e particular trajetória social, que acabam mais ou menos correspondendo à sua posição no campo.

Foi estudando a sociologia religiosa de Max Weber, que Pierre Bourdieu concebeu o campo religioso como uma específica estrutura de relações objetivas, que explicava a forma concreta das interações nela havidas, passando a utilizar esse instrumento intelectual para verificar a pertinência de seu uso em diversos outros espaços sociais – campos da alta costura, política, literatura, filosofia, etc. –, a fim de verificar o que era propriedade específica de cada campo e o que era invariável, comparando estrutura a estrutura. Desta forma, foi possível generalizar e formalizar cada vez mais, os princípios teóricos envolvidos no estudo empírico de universos diferentes e as leis invariantes da estrutura e da história dos diferentes campos, podendo ser constatado, por exemplo, que os campos de produção cultural tem como uma das propriedades mais fundamentais, a lógica mágica da produção do produtor e do produto como “feitiço” ou alquimia social.

Uma teoria geral dos campos – a partir das observações das invariantes estruturais de vários campos –, foi assim se estabelecendo, mas sem nada dever, de modo refletido previamente, à transferência do modo de pensamento econômico – mercado, oferta, procura, concorrência, monopólio, capital, etc. Às propriedades mais gerais presentes em diferentes campos, verificou-se que a teoria econômica já havia assinalado, mas sem delas possuir um adequado fundamento teórico. Não foi a decisão deliberada de transferência do pensamento econômico – suas categorias – que esteve na origem da construção do objeto “campo” para melhor compreendê-lo; foi a própria construção do objeto que exigiu ou definiu a transferência da teoria econômica e a fundamentou. E tudo leva a crer que o campo

econômico, e suas categorias, trata-se de um caso particular da teoria dos campos, longe de ser considerado como um modelo fundador da teoria geral.

A “teoria geral da economia dos campos” não se reduz ao economicismo, pois este reduz tudo ao interesse material e ganho imediato e maximizado do lucro monetário e dos direitos de propriedade. A teoria geral da economia dos campos, possibilita descrever e definir a *forma específica* de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais – capital, investimento, ganho. Explicar, verificar porque e como se tornam necessários as ações dos produtores e a obras produzidas, é compreender a origem social do campo, discernir o que faz a necessidade singular ou específica que move a crença que o sustenta, o jogo da linguagem, o jogo das coisas materiais e simbólicas – específicas – que o assinalam, revelar o que há de arbitrário e não-motivado nesse jogo; um jogo onde as próprias regras estão em jogo continuamente.

Desta forma, a teoria geral dos campos, permite verificar tudo que se encontra na história como explicação de muitas das opções intelectuais, até mesmo consideradas trans-históricas, que foram tomadas ao longo do percurso civilizacional humano. Nunca se passa para além da história, e a ciência do homem não pode pôr a si mesma outro fim que não seja o de se reapropriar, pela tomada de consciência, da necessidade que está inscrita na história e, em particular, de conferir a si mesma o domínio teórico das condições históricas em que podem emergir necessidades trans-históricas. No campo literário ou campo artístico, em sua trajetória histórica de depuração de gêneros para alcance de distinção e definição de modo exclusivo, para longe de constituírem essências trans-históricas, produziram justamente uma histórica autonomização de campos de produção cultural.

A busca e o alcance de uma essência ou quinta-essência – especificação, distinção, depurado ao longo do tempo – dentro de um campo, traz a sua autonomia, mas também o esquecimento do próprio processo histórico que resultou na quinta-essência – abstração –, daí a importância da análise histórica do campo para analisar a própria essência. Diferentemente de se colocar a razão, a verdade, a beleza, a virtude como princípio, a fim de alcançar a vivência de uma experiência absoluta – trans-histórica – estranha às demandas e contingências de uma origem e caminhar histórico, a teoria geral dos campos circunscreve-se a uma história da razão, uma história do verdadeiro, uma história do belo, uma história do bem, que não estão preocupadas em encontrar a razão, a verdade a beleza ou a virtude. A autonomia relativa de um campo, é que confere à história de um de seus elementos – e, portanto, a respectiva autonomia relativa – um papel original.

Assim, por exemplo, longe da arte – campo artístico – encontrar nela própria o princípio e a norma – leis de evolução – da sua transformação, como numa visão sistêmica onde a lógica interna e determinada do sistema comandaria essas transformações, nos campos – e o campo artístico incluído – observa-se e revela-se, em sua lógica histórica, que há os agente e os seus produtos que se acham objetivamente situados nos respectivos campos, em relação aos outros agentes e seus outros respectivos produtos, e se rupturas há com a tradição, isto está relacionado com a posição relativa, dentro dos respectivos campos, dos que defendem a tradição e dos que querem quebrá-la.

Para Bourdieu, a história só pode produzir a universalidade trans-histórica, produzindo, por meio das lutas dos interesses particulares, universos sociais que, por efeito da alquimia social das suas leis históricas de funcionamento, tendem a extrair da defrontação dos interesses particulares a essência sublimada – engrandecido e volatilizado – do universal. Desta forma, a exaltação ou santificação, por um lado, ou o rebaixamento redutor, por outro, têm em comum o fato de procurar a referência nos grandes nomes, os princípios das grandes obras, esquecendo-se de tudo que, nas práticas e produções mais elevadas da humanidade, é resultante da lógica do campo, onde as pessoas ou agentes encontram uma incitação para se superarem ou produzirem obras e ações que vão além das suas intenções iniciais.

No caso da obra de arte, por exemplo, a ciência deve compreendê-la em sua dupla necessidade, qual seja, sua necessidade interna, que longe de ser contingente ou acidental, revela-se necessário e necessitando de seu referente; e necessidade externa, que se traduz no encontro de uma trajetória histórica e seu campo, entre uma pulsão expressiva e um espaço de possíveis expressivos, que faz com que a obra, ao realizar as duas histórias de que ela é produto, as supere. Por fim, se haveriam limites para o campo, e – caso a resposta seja positiva – quais seriam eles, verifica-se que o limite de um campo social é o limite dos seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos sociais ou que nele os produz.

1.3.6. O *HABITUS* NO MUNDO SOCIAL

Diretamente vinculado à formação do campo, enquanto o resultado social de uma luta histórica entre diferentes agentes para impor as significações legítimas e autônomas dentro do

respectivo campo, a noção de *habitus* – e sua função – nasceu exprimindo o sentido e significado de uma recusa a um conjunto de alternativas explicativas que fundamentariam certas práticas e comportamento dos agentes, presentes no mundo social, e que haviam sido adotadas pela ciência social como definitivas. Seriam as explicações que, como lugares-comuns eruditos, dominariam como princípios explicativos do proceder humano; assim, em última instância, o ser humano faz o que faz porque isso deriva ou de sua consciência – sujeito –, ou da sua inconsciência, ou de um finalismo, ou de um mecanicismo, e assim por diante.

Foi através da leitura de dois textos de Erwin Panofsky, um deles explicando os efeitos do pensamento escolástico no terreno da arquitetura, que emergiu a noção fundamental de “*habitus*” e que, por sua vez, possibilitou o rompimento do sociólogo francês com um certo estruturalismo em prática na França, um paradigma estruturalista que, quando abandonado, inclinava imediatamente os cientistas a se socorrerem na alternativa da filosofia do sujeito ou da consciência, ou mesmo da economia clássica e do seu *homo economicus*. O uso da expressão é uma reconversão do termo *hexis*, feita pelos escolásticos, noção fixada e utilizada inicialmente por Aristóteles, e tratou-se – como assinalado – de uma reação contra o estruturalismo e sua filosofia da ação que reduzia um agente social a mero suporte da estrutura; para isso, para retomar o agente a um papel ativo social ou explicar como ele acaba por construir suas determinações, a noção de *habitus* permitiu enxergar as capacidades criadoras, ativas, inventivas dos agentes e da própria noção, poder gerador esse que não se confundiria com a idéia de um espírito universal, ou mesmo de uma natureza ou de uma razão intrínseca humana.

O *habitus* ou *hexis* é um princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição social – pelo fato de estar localizado nessa posição dentro do conjunto de posições possíveis dentro de um campo – em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas. A inserção de um agente ou grupos – classe de agentes – numa determinada posição no espaço social não é espontânea, tem a influência de que naquele ponto aonde irá se inserir, se localiza um conjunto de agentes com semelhanças de estilo de vida, de bens desfrutados e práticas sociais. Por isso, uma das funções do *habitus* é dar conta dessa unidade de estilo de vida que vincula as práticas sociais e os bens desfrutados de um agente singular ou de uma classe de agentes.

Os *habitus*, assim, são diferenciados e diferenciadores; distintos e distinguidos, eles são operadores de distinções, geradores de práticas distintas e distintivas – o que se come, o

que se veste, como se fala, o que se fala, esportes que se pratica, etc. – são esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e divisão e gostos diferentes, estabelecendo diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e mal, entre o que é distinto e o que é vulgar, mas elas – esquemas classificatórios, *habitus* – não são as mesmas – definidos num sentido único e universal –, pois o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode ser distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro.

Sua essencialidade está em que, ao serem percebidas, as diferenças presentes e veiculadas tornam-se diferenças simbólicas e passam a constituir uma verdadeira linguagem, por sua vez constitutiva de um sistema mítico, como signos distintivos. O ser humano, desta forma, vive num dado ponto do espaço social em que ele difere e é diferente, e nessa distinção ele se significa; essa diferença só é percebida e torna-se pertinente por alguém capaz de estabelecer a diferença, sendo que, por esse princípio de visão e divisão que lhe é inscrito, ele se estrutura marcado conforme as diferenças. Considerando a totalidade dos agentes sociais e os grupos, tem-se que o que se sucede socialmente é produto dessa ação ou omissão marcantes, significativa e distintiva de forma cotidiana, e que ninguém consegue ser indiferente a esse fenômeno mas, ao contrário, sofre o influxo das condutas humanas marcadas pela significação na distinção.

No campo científico – campo social específico de um conjunto de agentes sociais dedicados à ciência –, por exemplo, o *habitus* se manifesta na forma de um comportamento estratégico prático, que não necessita do agente um cálculo racional para se posicionar no jogo; aí está o valor do *habitus*, o agente que é dele dotado – de acordo com o campo social onde atua – já tem o sentido do jogo – do jogo social que é jogado nesse campo ou no espaço social determinado onde está atuando – e não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço. O *habitus* ou *hexis*, assim, favorece uma tomada de posição vantajosa mesmo sem o agente raciocinar, pois ele condiciona tal atitude.

Essa noção, assim, procura exprimir uma recusa a opções que a ciência social criou e se encerrou – consciência, inconsciência, finalismo, mecanicismo, etc. – para explicar as ações e atitudes humanas, inclusive romper com o tradicional paradigma estruturalista – que investe numa filosofia da ação calcada no inconsciente e reduzindo um agente a papel ou função de suporte da estrutura –, sem retornar, como opção inexorável – quando ocorre hiatos ou ausências teóricas substitutas ao se abandonar o estruturalismo –, à filosofia do sujeito ou da consciência, ou o *homo economicus* da economia clássica.

A noção original retomada é *hexis* de Aristóteles, mas que a escolástica converteu em *habitus*, e ela põe em evidência as capacidades – poder gerador – criadoras, ativas e

inventivas do *habitus* e do agente. Esse poder gerador não se identifica com um espírito universal, com uma dada natureza ou fruto de uma razão humana, mas fruto de um agente em ação na inter-relação com o mundo; o *habitus* ou *hexis* é um conhecimento adquirido e também um capital – um haver, um crédito – e indica uma disposição ou postura que já está programada ou incorporada num agente, retomando o primado da razão prática ou o lado ativo do conhecimento prático, abandonados, respectivamente, pelas tradições idealista e materialista.

1.3.7. OS TIPOS DE CAPITAL SOCIALMENTE RELEVANTES

Nessa luta histórica para a formação e consolidação de um do campo social autônomo, valores sociais estão em disputa pelos diferentes agentes, a fim de fixar os valores legítimos que deve vigora autonomamente dentro do campo, e perfeitamente compreendido por todos com objeto de lutas para sua aquisição, uma vez que eles são os fatores de distinção – hierarquia e divisão social – entre esses agentes, de forma a provocar “naturalmente” o movimento de cada um deles se distribuir perante o espaço e se posicionando no campo conforme a quantidade de diferentes tipos de capitais socialmente relevantes, vale dizer que proporcionam o retorno material e simbólico que socialmente é possível angariar. Desta forma, a idéia de capital está diretamente ligada à idéia de campo. Cada campo constitui um tipo específico de capital e esse capital é uma espécie específica de capital simbólico. O capital simbólico não se confunde com o capital econômico, como normalmente é relacionado a expressão “capital”; trata-se de um fundo ou riqueza específica e singular – socialmente definido e reconhecido – que angaria um agente ou instituição num dado campo.

Isso resulta por lhe reconhecer uma competência – por seus atos é que se dá o conhecimento e reconhecimento dos valores e objetos eleitos com importantes e lucrativos do ponto de vista social, por seus diversos protagonistas, num dado estágio do campo – produtora de efeitos, uma determinada autoridade, e que contribui para definir as regras do jogo do campo específico e a leis que garantem os lucros sociais para os diversos protagonistas em luta nele – no campo científico, por exemplo, define o que pode ser considerado como brilhante ou antiquado, sobre que tema escrever, onde publicar. Desta forma, por exemplo, o capital científico – tipo específico de capital – seria uma espécie de capital simbólico consistente em reconhecimento – ou crédito – outorgado a alguém ou uma instituição pelo

conjunto dos pares-concorrentes dentro do campo científico, se revelando através de citações, prêmios, medalhas, traduções, etc.

A noção de capital nasce da necessidade de escapar de uma redução do mundo social como um encadeamento ou somatória de equilíbrios instantâneos e mecânicos entre agentes sociais – através de suas ações ou comportamentos –, onde eles estariam jogando um jogo ocupando um papel social de meros elementos intercambiáveis entre si, num mundo concebido como de concorrência perfeita, igualdade de oportunidades perfeita, sem inércia, sem acumulação, e sem transmissão hereditária de posses e caracteres adquiridos, onde cada momento é perfeitamente independente do anterior e vigoraria a idéia de que qualquer um pode alcançar seus objetivos imediatamente, vale dizer, em todo momento, qualquer pessoa pode converter-se naquilo que se propõe a ser; num mundo social mecânico de liberdade e igualdade da forma acima descrita, a vida seria como um jogo de azar, onde a cada momento poder-se-ia ter uma surpresa.

Entretanto, verifica-se que o mundo social é uma história cumulada, e dentro de um sentido mais amplo de economia das práticas sociais – economia essa que não se reduz à economia economicista como comumente é conhecido e pensado –, há capital circulando por toda sociedade, diferentes tipos de capital, e esse capital é objeto de acumulação histórico-cultural de forma a produzir efeitos específicos no seio da sociedade, bem como nas trocas – intercâmbios – que são feitas diuturnamente entre os diferentes agentes sociais. Esse capital – aqui ainda tratado genericamente – é um trabalho acumulado, um bem, um patrimônio social que existe em forma material – como substância –, ou em forma interiorizada ou incorporada – portanto, imaterial, invisível. Quando agentes sociais – indivíduos ou grupos – se apropriam desse capital de maneira privada ou exclusiva, o que estão possibilitando para si, efetivamente, é a apropriação da energia social em forma de trabalho vivo ou de trabalho coisificado, graças ao que encerra o referido capital.

Esse capital acaba atuando de duas formas na sociedade, quais sejam, como força ínsita e como lei – norma – ínsita. Verifica-se, assim, que o capital é uma força inerente às estruturas sociais objetivas – como existem e se apresentam – e subjetivas – como são percebidas –, mas ao mesmo tempo atuam e funcionam como um princípio social fundamental para estabelecer as regularidades internas – pôr o mundo social dentro de uma “normalidade aceitável” – do mundo social. O mundo, assim, não existe e funciona, como não é fruto, de uma incerteza ou um jogo social comparável ao jogo de azar, jogado entre os agentes e grupos de agentes sociais, passível de ser traduzido por um simples olhar das ações e comportamentos – intercâmbios – estáticos entre os diferentes agentes e grupos de agentes,

como se um conjunto de retratos tivesse sido tirado deles – num determinado momento – e os referidos retratos pudessem revelar o caminhar do mundo social naquele momento; enfim, o mundo social não é o local onde ingenuamente se compreenderia que o estatuto social a ser alcançado estaria sempre em aberto e presente, à disposição de quem simplesmente desejar possuí-lo.

Constata-se que não se ganha um estatuto social em curto espaço de tempo, também não se perde ele de um momento para outro automaticamente; a acumulação do capital em suas forma objetivada ou incorporada requer tempo. É ínsita do capital sua tendência para a sobrevivência, podendo produzir benefícios – benefícios esses que revelam essa forma particular de sobreviver, genericamente convertendo-se ou transformando-se em outra coisa –, mas também reproduzindo-se a si mesmo, inclusive crescendo.

O capital é uma força inscrita na objetividade das coisas, sendo que determina que nem tudo no mundo social seja possível e impossível. Como uma força inscrita objetivamente nas coisas do mundo social, o capital está dotado de uma inércia – portanto com seu peso específico tendendo a manter certas coisas no mundo –, e esta inércia das estruturas do capital acaba guardando relação com o fato de que essas mesmas estruturas se reproduzem geralmente no marco das instituições sociais e disposições dos agentes, que são, por sua vez, produtos das estruturas do capital, portanto, se encontrando adaptados – “naturalmente” – a estas estruturas.

A referida inércia também se vê reforçada mediante uma ação calculada, especificamente político-conservadora, qual seja, através de uma política de desmobilização e despolitização social, voltada para manter os agentes dominados numa situação de grupo meramente prático – diferentemente de um estatuto de grupo político –; de tal modo isso é feito, que esses agentes sociais, ao final, apenas entram em contato uns com os outros mediante a condução pré-direcionada das suas disposições, e resultando condenados a atuarem como um agregado de agentes – e não como um corpo unitário – limitando-se a práticas sociais – especialmente políticas – isoladas e conservadoras – que preservam o *status quo* – de cunho sempre idênticas, tais como as decisões eleitorais ou de consumo.

Assim, a estrutura de distribuição dos diferentes tipos e subtipos de capital, dada num momento determinado do tempo, corresponde à estrutura imanente do mundo social, vale dizer, corresponde à totalidade de forças que lhe são inerentes, mediante as quais se determina o funcionamento duradouro da realidade social e se decidem as oportunidades de êxito das práticas sociais.

De fato, não é possível ter uma visão completa da estrutura e funcionamento do mundo social, a não ser que seja reintroduzido nele o conceito de capital em todas as suas manifestações, não somente na forma reconhecida pela teoria econômica, uma vez que a teoria econômica considera todas as formas de troca social, que não aquelas que ela abarca, como relações não econômicas e desinteressadas.

O mundo social, e as práticas que nele se desenvolvem – e o marcam –, necessita de uma *ciência geral da economia das práticas sociais*, onde as trocas mercantis seja considerada apenas um caso particular entre todas as diversas outras formas possíveis de intercâmbio social.

Nesse sentido, o capital pode apresentar-se em três formas fundamentais num espaço social, observando-se que a forma concreta em que se manifestará dependerá do campo de aplicação correspondente, assim como o seu maior ou menor custo de transformação, que constituirá uma condição prévia para seu surgimento efetivo no campo específico: o *capital econômico* é aquele que é direta e imediatamente convertível em dinheiro e resulta indicado especialmente para a institucionalização, em forma de direitos de propriedade, em curso na sociedade; o *capital cultural* é aquele que pode converter-se, sob certas circunstâncias, em capital econômico e resulta efetivamente apropriado para a institucionalização, sobretudo em forma de títulos acadêmicos, em curso na sociedade; o *capital social* é um capital de obrigações e relacionamentos sociais e que resulta, igualmente, e sob certas condições, ser convertido em capital econômico, podendo ser institucionalizado na forma de títulos nobiliários. Nesse contexto, o *capital simbólico* é capital na forma que se encontre manifestado socialmente, na medida em que é representando – vale dizer, simbolicamente apreendido numa relação de conhecimento – mais precisamente, numa relação de simultânea de reconhecimento e desconhecimento, pressupondo a intervenção do *habitus* – capacidade cognitiva socialmente constituída – para sua manifestação.

Como já assinalado acima, não é possível dar conta da estrutura e funcionamento do mundo social de forma completa, a não ser reintroduzindo nele o conceito de capital em todas as suas manifestações, portanto, não apenas na forma reconhecida que monopolizou a teoria econômica. Ressalta-se que a teoria econômica se deixou acomodar por um conceito de capital a partir de uma *praxis* social econômica que é uma invenção – portanto, uma ação cultural – histórica do capitalismo. Este conceito científico-econômico de capital reduz o universo das relações sociais de troca ao simples intercâmbio de mercadorias, o que está objetiva e subjetivamente orientado para a maximização do benefício, bem como governado pelo interesse pessoal ou próprio do campo.

Assim, por um processo de exclusão, a teoria econômica define implicitamente todas as demais formas de troca social como *relações não econômicas e desinteressadas*, obrigando, a quem empregue o conceito próprio de interesses no sentido estrito que lhe assinala a ciência econômica, a utilizar-se do conceito complementar de *desinteresse*, para designar todas as outras relações sociais não econômicas no sentido estrito. Não se pode descortinar o mundo do homem burguês francês, sem criar o universo puro e perfeito do artista e do intelectual, onde governa a “arte pelo amor à arte” e a teoria desinteressada. Em outras palavras, a ciência econômica se converteu numa ciência de relações de mercado, onde, na medida em que faz abstração dos fundamentos de seu próprio âmbito ou objeto de análise – propriedade privada, benefício, trabalho assalariado etc. –, não abarca sequer a totalidade do campo da produção econômica, portanto, constituindo-se e justificando-se como uma ciência econômica restrita.

Uma *ciência geral da economia das práticas sociais* precisa emergir para tratar as trocas comerciais como um caso particular dentre as diversas formas possíveis de intercâmbio social, e destacar o que foi excluído pelo cálculo egoísta – bem como da ciência –, vale dizer, as práticas e bens intelectuais e artísticos que são um quase-monopólio das classes dominantes. É possível afirmar que o economicismo não foi capaz de reduzir tudo à economia, porque esta mesma ciência repousa sobre uma redução; a economia se ocupa de preservar todos os âmbitos próprios e de interesse – eleitos, portanto – que devem manter-se intocáveis como sacrossantos. De fato, somente interessa para a economia as práticas orientadas diretamente pelo cálculo econômico que traga benefícios próprios do campo, bem como os bens direta ou imediatamente convertíveis em dinheiro – ou quantificáveis –; diante disso, ficam excluídos desse cálculo – e da economia – a totalidade da produção e as relações de intercâmbio burguesas, podendo ser apenas concebidas e apresentadas como uma esfera de desinteresses.

Sabe-se que as coisas mais veniais – licenciosas, permissivas, concessivas, consentidas, enfim, desinteressadas – carregam em si o seu preço; a dificuldade de convertê-las em dinheiro se radica em que são produzidas com a intenção de uma *expressa negação do econômico*. Deduz-se daí que, uma ciência geral da *praxis* econômica social, deve ser capaz de abarcar todas as práticas que, apesar de se revestirem objetivamente de caráter econômico, não são reconhecidas nem reconhecíveis como tais no seio da vida social, somente podendo assim se concretizar tendo em vista um relevante esforço de simulação social, ou mais precisamente, de eufemização social.

Por isso, uma *ciência da economia geral das práticas*, deve procurar incluir o capital e o benefício em todas as suas dimensões sociais, bem como determinar as leis ou princípios através das quais os diferentes tipos de capital – ou de poder, que no caso é a mesma coisa – se transformam uns nos outros ou entre si. Isto é particularmente válido para todo intercâmbio entre os membros de diferentes frações da classe dominante, que possuem diferentes tipos de capital; essas trocas compreendem desde a venda de habilidades, tratamentos ou outros serviços, que assumem a forma eufemística de troca gratuita e, nesse ato, seus praticantes se auto-dignificam com os nomes mais decorosos que se possa imaginar para designar o que recebem em retribuição – honorários, emolumentos etc. –, até as trocas matrimoniais, que são o melhor exemplo de uma transação que apenas pode ser verificada na medida em que não seja percebida ou definida como tal pelas partes contratantes.

a) CAPITAL CULTURAL

O capital cultural pode existir em três estados: em estado interiorizado ou *incorporado*, isto é, em forma de disposições duradouras do organismo biológico humano; em estado *objetivado*, em forma de bens culturais como quadros, livros, dicionários, instrumentos ou equipamentos, que são o resultado e uma amostra das disputas intelectuais; em estado institucionalizado, uma forma de objetivação que deve ser considerado à parte porque, como será visto mais adiante – no caso dos títulos acadêmicos –, confere propriedades inteiramente originais ao capital cultural que deve garantir. Pierre Bourdieu alerta aqui seus leitores para não se deixarem levar – confundir – pelo ar de irrefutabilidade, pela impressão apodíctica que possa provocar o intento de axiomatização acima; o conceito de capital cultural emerge como hipótese teórica no curso das pesquisas que permitiria explicar o desigual rendimento escolar de crianças procedentes de diferentes classes sociais. Devido à reflexão dessa hipótese, foi possível vincular o “êxito escolar”, vale dizer, o proveito específico que as crianças de diferentes classes sociais – e frações de classe – poderiam obter no mercado acadêmico, através da distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe. Este ponto de partida implicou, de imediato, uma ruptura com as premissas sobre as quais repousam a idéia muito comum de que o êxito, ou o fracasso acadêmico, é consequência das “capacidades naturais” das pessoas, e, além disso, implicou também uma imediata ruptura com as teorias do “capital humano”.

Os economistas da escola do capital humano – onde Gary S. Becker, da Escola Econômica de Chicago, é um expoente –, se atribuem o mérito aparente de terem formulado

explicitamente a pergunta sobre a relação que existe entre as quotas de benefício geradas mediante investimento educativo e mediante investimento econômico, assim como de que forma evolui essa relação. Ocorre, entretanto, que a medição de rendimento feita acerca do investimento escolar somente abrangeu investimentos e benefícios monetários, ou bens diretamente convertíveis em dinheiro, tais como os custos de escolaridade ou o equivalente monetário do tempo dedicado aos estudos. Desta forma, estes economistas não conseguem explicar o significado relativo que os diferentes agentes e classes sociais atribuem para os investimentos econômicos e culturais, e isso porque são incapazes de realizar uma consideração sistemática da *estrutura* das diversas oportunidades de benefícios que oferecem os diferentes mercados sociais, que dependem da magnitude e distribuição de seu correspondente âmbito de operação ou atuação. Assim, se esquecem de relacionar as estratégias de investimentos escolar com o conjunto total das estratégias educativas e com o sistema de estratégias de reprodução social.

E desse esquecimento resulta um paradoxo inevitável: os teóricos do capital humano acabam por condenar-se, por desconsiderar em suas análises aquele investimento educacional que é melhor e mais oculto e, justamente por isso, mais eficaz socialmente – produz rendimentos sociais elevados –, vale dizer, a *transmissão de capital cultural no seio familiar*. O trabalho dos teóricos do capital humano sobre a relação entre a “aptidão” escolar – habilidade, talento, capacidade, jeito, inclinação – e investimento em educação, revela que eles se descuidam quanto ao fato de que a “capacidade”, ou o “talento”, ou os “dotes”, também são produtos de um investimento de tempo e de capital cultural. Considerando que o referido trabalho é voltado para investigar os rendimentos do investimento escolar, desta forma somente se preocupa – ao que tudo indica – pela rentabilidade dos gastos educacionais para a “sociedade” como um todo – cota social de retorno –, ou pela contribuição da educação à produtividade nacional – lucro ou ganho social da educação, avaliada por seus efeitos sobre a produtividade nacional. Assim, trata-se de uma definição tipicamente funcionalista das funções da educação, que ignora a contribuição que o sistema educativo realiza para a reprodução da estrutura social, ao sancionar a transmissão hereditária do capital cultural. Assim, o “capital humano”, em que pese em sua definição as conotações humanísticas, não consegue subtrair-se do economicismo – estando vinculado diretamente a ele –, uma vez que a definição dessa escola passa ao largo, entre outras coisas, do fato de que o rendimento escolar da ação educativa depende do capital cultural previamente investido – aplicado – pela família, e olvida que o rendimento social e econômico da titulação acadêmica depende do capital social, igualmente herdado, que possa ser mobilizado para respaldá-la.

Sobre o capital cultural incorporado. A maioria das características do capital cultural pode ser inferida do fato de que este se encontra fundamentalmente ligado ao corpo – físico do agente – e pressupõe a ação voltada para a interiorização ou incorporação. A acumulação da cultura em estado incorporado – possuir cultura, ser cultivado – pressupõe um *processo de interiorização* o qual *custa tempo*, uma vez que implica um período de ensino e aprendizagem, observando-se que esse tempo despendido é aquele que deve ser investido pessoalmente pelo próprio investidor.

Da mesma forma que sucede para adquirir um físico musculoso ou de um bronzeado, a incorporação do capital cultural não pode realizar-se por meio de outra pessoa, vale dizer, não pode ser, por exemplo, herdado simplesmente como uma transmissão de patrimônio que foi acumulado por alguém e que, por um ato externo ao interessado – no exemplo, independente do seu querer –, de um dia para outro ele fica dotado de alto grau de cultura pessoal. Na aquisição do capital cultural, está excluído o princípio de delegação social. Aquele que se esforça para adquirir cultura, trabalha sobre si mesmo, diz-se que “está-se formando”, implicando isso um custo pessoal que é pago com a própria pessoa – doa-se por inteiro, expõe-se e consagra-se –, pelo menos é sua expectativa. Isso quer dizer, antes de tudo, que quando alguém investe tempo, em realidade está investindo, também, uma forma de afã – esforço, trabalho, empenho, mas também, vontade e ambição – (libido) socialmente constituída, ou seja, o afã do saber (*libido sciendi*) com toda as privações, renúncias e sacrifícios que pode comportar.

Daqui se infere que as menos inexatas das medições do capital cultural são aquelas que tomam como referência a duração do período de formação, observando-se, evidentemente, que essa medição não se reduza apenas à mera duração do período escolar. É preciso também ter em conta, ou em especial devida consideração, a educação primeva – ou primeira – no seio familiar, vale dizer, a primeira educação que recebe um agente em vida ou o seu primeiro processo de aprendizagem social, considerando sua distância, afastamento ou alienação – mas também suas proximidades – das exigências do mercado escolar, uma vez que a educação primeva familiar pode revestir-se de um valor positivo social – evidentemente conforme dada sociedade escolheu privilegiar determinados valores –, como tempo ganho ou adiantado, ou, por outro lado, revestir-se de um fator negativo, como tempo perdido, e também pela imposição da dupla caminhada do agente assim marcado, porque deve empregar-se tempo adicional para corrigir seus efeitos negativos – “erro estratégico” na educação familiar dos filhos.

Com isso, não se quer afirmar ou reconhecer o valor das qualificações acadêmicas como valor paradigmático do que é positivo ou negativo apreender desde a tenra idade, medida do ajuste ou desajuste de uma pessoa com o mercado escolar, mas simplesmente constatar que existe uma relação real entre um capital cultural determinado e as leis do mercado acadêmico; por isso, disposições de condutas marcadas por um valor negativo no mercado acadêmico podem estar sujeitas a receber um valor muito positivo em outros mercados, mas antes disso, seguramente nas relações sociais dentro do curso ou da escola.

O capital cultural é uma posse que acaba se convertendo em parte integrante da pessoa, em *habitus*; do “ter” acaba surgindo o “ser”. O capital incorporado, após ter sido interiorizado, não pode ser transmitido imediatamente através de doação, herança, compra e venda, ou intercâmbio – trocas –, diferentemente do que se sucede com o dinheiro, com os direitos de propriedade, inclusive com os títulos nobiliários.

Disso resulta que a utilização ou exploração do capital cultural resulta particularmente problemática para os detentores do capital econômico ou político; seja através dos mecenas privados ou, ao contrário, através dos empresários que empregam executivos dotados de uma competência cultural específica – assim como os novos mecenas estatais –, a questão que sempre se apresenta é a seguinte: como é possível comprar esse capital, tão estreitamente vinculado à pessoa, sem acabar por comprar a própria pessoa mesmo, e, desta forma, perder a legitimação assegurada pela ocultação da relação de dependência? Enfim, como é possível levar a cabo a concentração de capital que é necessária para algumas empresas, sem concentrar, ao mesmo tempo, os possuidores desse capital, o que teria toda uma gama de conseqüências não desejadas?

A incorporação do capital cultural pode ser feita – em diferentes graus, segundo a época, a sociedade, e a classe social – sem medidas educativas expressamente planejadas, portanto, de forma completamente inconsciente. O capital cultural corporizado, permanece determinado para sempre pelas circunstâncias de sua primeira aquisição; estas circunstâncias são tão marcantes que deixam vestígios mais ou menos visíveis, como a forma própria de falar de uma classes social ou de uma região geográfica, determinando, por sua vez, o valor concreto de um dado capital cultural. Verifica-se que o capital cultural não pode ser acumulado além das capacidades de apropriação de um agente individual, sendo que diminui e termina quando falece seu portador, ou quando perde sua memória, suas capacidades biológicas etc.

O capital cultural está vinculado de muitas formas à pessoa em sua singularidade biológica, se transmitindo por via da herança social, transmissão que se realiza sempre às

escondidas e que costuma passar totalmente inadvertida. Por estar vinculado de muitas maneiras à pessoa em sua singularidade biológica, e também sujeito a uma transmissão hereditária sempre muito bem disfarçada – ou inclusive invisível –, o capital cultural se opõe à velha e desgastada distinção entre, de um lado, propriedades hereditárias ou herdadas – *ta patroa* –, e, de outro lado, propriedades adquiridas – *epikteta* – ou aquelas que um indivíduo acrescenta à sua herança, distinção essa que fizeram os juristas gregos.

Portanto, o capital cultural alcança combinar o prestígio da propriedade inata com os méritos da aquisição; como as condições sociais de sua transmissão e aquisição são menos perceptíveis do que aquelas do capital econômico, o capital cultural costuma ser concebido como capital simbólico, vale dizer, desconhecido quanto à sua verdadeira natureza como capital e, em seu lugar, reconhecido como competência ou autoridade legítima que deve ser utilizada em todos os mercados nos quais o capital econômico não desfruta de pleno reconhecimento – por exemplo, no mercado matrimonial europeu.

Além disso, dessa verdadeira lógica simbólica resulta que a posse de um grande capital cultural seja concebida como “algo especial”, portanto, servindo de fundamento para ulteriores benefícios materiais e simbólicos; aquele que dispõe de uma competência cultural determinada, por exemplo, saber ler num espaço social composto de analfabetos, conquista um “valor de escassez” – valor social de escassez social – que pode conceder-lhe benefícios adicionais, devido à sua posição na estrutura de distribuição do capital cultural.

Assim, aquela parte de benefício que é gerada na sociedade a partir do valor de escassez de determinadas formas de capital cultural, é explicada de forma definitiva pelo fato de que nem todos os indivíduos dispõem, em determinado momento, dos meios econômicos e culturais para prolongar a educação de seus filhos para mais além do que é tido como o mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho menos valorizada; assim, é a desigual distribuição de capital, ou seja, a própria *estrutura total do campo* – como tal –, que acaba conformando e ajustando o fundamento dos efeitos específicos do capital, a saber, *a capacidade de apropriar-se dos benefícios e de impor regras de jogo tão favoráveis para o capital e para sua reprodução quanto seja possível*.

Por fim, observa-se que numa sociedade menos diferenciada – sociedades pouco diferenciadas ou consideradas como pré-capitalista –, onde o acesso aos meios de apropriação da herança cultural está distribuído de forma muito desigual, a cultura incorporada não atua como capital cultural, ou seja, não funciona como meio de adquirir vantagens exclusivas.

Entretanto, não há dúvida de que o mais sólido princípio de efetividade simbólica do capital cultural é derivado diretamente da lógica de sua transmissão. Por um lado, é bem

conhecido que o processo de apropriação do capital cultural objetivado – vale dizer, o tempo necessário para esse processo – depende em primeiro lugar do capital cultural previamente incorporado em toda família; por outro lado, é também sabido o fato de que a acumulação do capital cultural desde a mais precoce e prematura infância – pressuposto de uma apropriação rápida e sem esforço de toda uma sorte de capacidades úteis – somente tem lugar, de forma não demorada e sem perda de tempo – sentido prático que há nas famílias em determinada posição social –, naquelas famílias detentoras de um capital cultural tão sólido que faz todo o período de socialização ser, por sua vez, também de acumulação.

Daí se segue que a transmissão de capital cultural é, sem dúvida nenhuma, a melhor forma dissimulada de transmissão hereditária de capital; por isso, quanto maiores forem o controle e a desaprovação recebidas pelas formas diretas e visíveis de transmissão cultural – que acaba referendando implicitamente um certo “bom” capital cultural herdado de “berço” ou de “estirpe” –, maior importância adquire a transmissão do capital cultural dentro do sistema de estratégias de reprodução do capital.

É preciso assinalar que verifica ser o *tempo necessário* para a aquisição de uma capacidade ou competência cultural, o elemento que estabelece uma ponte entre o capital cultural e o capital econômico; as diferenças de capital cultural acumulado e possuído pelas famílias orientam primeiramente para diferenças a respeito do momento em que se decide começar o processo de transmissão e acumulação cultural, diferenças, portanto, a respeito da capacidade que cada uma possui para enfrentar as exigências propriamente culturais de um período prolongado de apropriação. Em estreita relação com esta idéia, encontra-se o fato certo de que um indivíduo somente pode prolongar o tempo destinado para a acumulação do capital cultural, enquanto sua família possa lhe garantir tempo livre e liberar-lhe das imposições das necessidades econômicas.

Sobre o capital cultural objetivado. O capital cultural em estado objetivado possui uma série de propriedades que somente são determináveis em relação com o capital cultural incorporado ou interiorizado. Assim, esse específico capital cultural é materialmente transferível através de um suporte físico – escritos, pinturas, monumentos, esculturas, instrumentos etc. –; uma coleção de pinturas, por exemplo, pode ser transferida tão bem como pode ser o capital econômico – talvez melhor, haja vista que a transferência é mais sutil –, mas é preciso observar que o que se transfere nesse caso é somente a propriedade legal, uma vez que o elemento que possibilita a verdadeira apropriação – cultural – não é transferível, pelo menos não necessariamente.

Para a verdadeira apropriação é necessário dispor das capacidades culturais que permitam desfrutar de uma pintura ou de utilizar uma máquina ou aparelho tecnológico, e essas capacidades culturais são justamente o capital cultural incorporado, sujeito às mesmas regras de transmissão anteriormente referidas. Portanto, os bens culturais podem ser apropriados como bens materiais – que pressupõe capital econômico – e bens simbólicos – que pressupõe capital cultural; assim, o proprietário dos meios de produção deve encontrar o modo dele mesmo adquirir o capital cultural incorporado, capital esse necessário para a apropriação e utilização – desfrute – dos referidos meios de produção, bem como de colocar à sua disposição os serviços de quem possua esse capital cultural.

Desta forma, para possuir uma máquina ou aparelho tecnológico, basta possuir o capital econômico, entretanto, considerando que o equipamento é dotado de um capital cultural científico e técnico e que o conhecimento dele determina o seu correto e específico funcionamento – ou todas as suas vantagens sociais –, os proprietários somente poderão utilizar-se dos mesmos – que são também meios de produção –, de forma apropriada e adequada, desde que disponham, eles mesmos, o capital cultural interiorizado necessário ou, de outra forma, na medida em que sejam capazes de procurar e fruir o referido capital através de outra pessoa.

Sem dúvida nenhuma, este fato revela o fundamento do ambivalente *status* dos executivos e engenheiros franceses – e de profissionais desse nível nas sociedades diferenciadas desenvolvidas –; por um lado, eles deveriam ser incluídos dentro do grupo social dos dominados, levando em conta que não são proprietários – no estrito sentido econômico – dos meios de produção que utilizam, e que também vendem seu próprio capital cultural – em forma de produtos e serviços – aos proprietários dos meios de produção, obtendo, assim, suas vantagens e benefícios pessoais; por outro lado, se for considerado o fato de que obtém seu benefício pessoal utilizando-se de uma forma específica de capital, seria necessário contabilizá-los dentro do grupo social dos dominantes.

Considerando esses fatos, a ordem das coisas parece apontar para um aumento do poder coletivo dos detentores de capital cultural – e também, com isso, a qualificação necessária para conquistá-lo –, mas aumento de poder esse que sempre esbarra, e é dificultado, pelo fato de que os detentores de capital econômico – enquanto forma dominante de capital – podem induzir os detentores do capital cultural a competirem entre si, fato esse – concorrência – que não é difícil se concretizar, considerando as condições de formação e seleção que experimentaram – em especial a lógica da concorrência na escola e nos exames –, predispondo-os por todos os modos a um comportamento competitivo.

O capital cultural se manifesta em estado objetivado de forma autônoma e coerente e que, como produto de uma ação histórica, obedece a leis próprias que escapam da vontade individual; o capital cultural objetivado não pode, desta forma, reduzir-se ao capital incorporado de um agente isolado – um agente singular –, nem mesmo à totalidade dos agentes atuantes – pois a história é uma totalidade feita pelos que estão vivos e também pelos que já morreram e fizeram sua parte ao deixarem sua marca de herança no mundo –, como revela muito bem o exemplo da linguagem.

Ademais, outro fator a ser considerado, é que não se pode esquecer que o capital cultural objetivado subsiste como capital ativo e efetivo – de forma simbólica e material – somente na medida em que o agente tenha se apropriado dele e o utilize como arma e ferramenta de luta nas disputas que tem lugar no campo de produção cultural – arte, ciências etc. – e, para além deste campo específico, no campo das classes sociais, onde os agentes colocam suas forças em jogo e obtêm benefícios proporcionais ao nível de sua capacidade para o domínio do capital cultural objetivado.

Por fim, verifica-se que a relação dialética entre o capital cultural objetivado – cuja forma por excelência é a escrita – e capital cultural incorporado, tem sido reduzida freqüentemente, e de forma muito intensa, através de exaltadas teses como: “denegação do espírito em favor da letra”, “denegação do vivo em favor do inerte”, “denegação do criativo em favor da rotina”, “denegação da graça em favor da gravidade”, e assim por diante.

Sobre o capital cultural institucionalizado. O capital cultural incorporado se encontra submetido às mesmas barreiras biológicas que seu correspondente portador, entretanto, verifica-se que a objetivação do capital cultural incorporado em forma de títulos é precisamente um mecanismo voltado para neutralizar essa carência. Por exemplo, os títulos permitem que se estabeleça uma diferença entre o capital cultural do autodidata – sempre sujeito ao peso e carga da demonstração, para provar e referendar seu valor e competência – e o capital cultural academicamente sancionado e garantido de forma legal – portanto não necessitando se submeter à constante carga da demonstração – através dos títulos, que são formalmente independentes da pessoa de seu portador.

O título acadêmico é um certificado de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional duradouro e legalmente garantido; a alquimia da vida social acaba produzindo, a partir daí, uma forma de capital cultural que não apenas é independente da pessoa de seu portador, como também do capital cultural que este efetivamente possui num momento determinado. Através da magia coletiva, como escreveu Maurice Merleau-Ponty, o

capital cultural resulta institucionalizado, da mesma forma que os vivos “institucionalizam” os seus mortos com a ajuda de ritos funerários e lutos.

A partir do momento da institucionalização do capital cultural, não há mais razão para se pensar – não há mais sentido – na necessidade da existência de uma modalidade de exame como o *concours* francês – modalidade de exame onde se determina com antecedência o número de candidato que se pode aprovar –, que a partir de um *continuum* de diferenças infinitesimais, *produz* descontinuidades duradouras e brutais entre os candidatos, vale dizer, a classificação obtida pelo candidato, por si, atua como extremamente classificadora ou distintora, com efeitos marcantes – brutais, pode-se dizer – para a vida do classificado; a partir de agora, de acordo com a lógica ou princípio do “tudo ou nada”, se institucionaliza uma diferença essencial entre o último candidato aprovado e o primeiro reprovado, uma linha que tem a intenção de separar a competência oficialmente reconhecida – os aprovados – e garantida, daqueles que são reconhecidos como dotados de simples – comum, ordinário – capital cultural, capital esse que sempre estará sujeito – e assim deverá ser, pela lógica do sistema – à carga da sua demonstração.

Trata-se de uma situação onde é possível ver claramente a magia criadora ligada a esse poder institucionalizado, um poder capaz de induzir as pessoas a ver e – enxergando – crer em – ou, numa palavra, *reconhecer* – algo. Através do título escolar ou acadêmico, é conferido reconhecimento institucional ao capital cultural possuído por uma pessoa determinada, permitindo – entre outras coisas – comparar os possuidores do título, inclusive intercambiá-los, vale dizer, trocá-los entre si ou substituí-los uns pelos outros. Mediante a fixação do valor monetário – em dinheiro – necessário para a obtenção de um determinado título acadêmico, resulta ser possível verificar o “tipo de troca” que garante a convertibilidade entre o capital cultural e o capital econômico; considerando que o título é o produto de uma conversão do capital econômico em capital cultural, a determinação do valor cultural do detentor do título, em relação a outros agentes, se encontra ligada indissolavelmente – mas não se pode reduzir absolutamente – ao valor monetário pelo qual pode-se permutar o referido possuidor no mercado laboral – em países como a França, muitas ocupações, sobretudo na função pública, possuem uma relação muito estrita entre a titulação, categoria ou dignidade social, e remuneração.

O investimento acadêmico não tem sentido, a não ser que se garanta objetivamente – pelo menos em parte – a reversibilidade da conversão originária de capital econômico em capital cultural. É preciso considerar também que os benefícios materiais e simbólicos garantidos pelo título escolar ou acadêmico, dependem diretamente do valor de escassez

deste, podendo ocorrer que os investimentos e esforços realizados no tempo resultem menos rentáveis que o previsto no momento da sua realização – execução ou efetivação da reconversão –, o qual fica presumida, neste caso, uma *modificação de fato* no tipo de troca possível entre capital acadêmico e capital econômico. As estratégias sociais de conversão de capital econômico em capital cultural constituem uma das variáveis que mais tem influenciado na explosão da demanda educativa e na inflação dos títulos acadêmicos; em resumo, são estratégias determinadas pela estrutura das oportunidades de benefício, vigente para os diferentes tipos de capital.

b) CAPITAL SOCIAL

O capital social é constituído pela totalidade dos recursos potenciais ou atuais, associados à posse de uma rede duradoura de *relações* sociais de conhecimento e reconhecimento mútuos mais ou menos institucionalizado. Dito de outra forma, trata-se, aqui, da totalidade de recursos sociais fundados no fato do *pertencimento a um grupo*. Esse capital, entre outros, possibilita explicar porque é que pessoas dotadas de praticamente o mesmo capital cultural e econômico, ainda assim angariam benefícios sociais muito desiguais entre si. É preciso asseverar – já reiterando – que o conceito de capital cultural não emana de um trabalho puramente teórico e, menos ainda, de uma extensão analógica dos conceitos da ciência econômica; ele emerge e se apresenta para denominar e atuar como *princípio de efeitos sociais*, vale dizer, efeitos que são observáveis claramente ao nível dos agentes singulares – que efetivamente é onde se operam inevitavelmente as pesquisas estatísticas –, mas efeitos esses que não podem reduzir-se ao simples agregado de propriedades possuídas individualmente por determinados agentes.

Tais efeitos, que a sociologia espontânea – sociologia aqui considerada como não rigorosamente científica – identifica com satisfação como “relações” ou “influências” – dos agentes perante um grupo social –, são particularmente visíveis quando diferentes indivíduos obtêm benefícios muito desiguais a partir de um capital econômico ou cultural virtualmente equivalente, mas que a sociologia científica verifica ser dependente direto do fato de uma medida de uso social de recursos sociais a seu favor, vale dizer, de até que ponto tais agentes irão estar dispostos a mobilizar, em seu favor, o capital de um grupo mais ou menos institucionalizado e opulento em capital – daí seu alto valor, riqueza e preciosidade –, tais como a família, os antigos alunos de um colégio de elite, um clube seleteo, a aristocracia etc.

O capital total que possuem os membros individuais do grupo serve ao conjunto – como um apoio que serve a todos –, além de incondicionalmente fazê-los – expressão essa no sentido mais amplo do termo – *merecedores de crédito*. Na prática, as relações de capital social somente podem existir com base em relações de intercâmbio – trocas – materiais e/ou simbólicos, contribuindo, além disso, para a sua conservação ou preservação. Mas podem ser institucionalizados e garantidos socialmente, seja mediante a adoção de um nome comum, que indique o pertencimento a uma família, uma classe, um clã, ou inclusive a uma escola, um partido etc., ou seja mediante um farto elenco de *atos de institucionalização* que caracterizam aqueles que os suportam, ao mesmo tempo em que informam – esclarecem – sobre a existência de um inter-relacionamento – ligação – de capital social.

Este capital acaba assumindo, assim, uma existência quase-real, sendo mantido e reforçado graças às relações de intercâmbio social, ou seja, relações de intercâmbio – que fundamenta o capital social – onde os aspectos materiais e simbólicos estão inseparavelmente unidos, até ao ponto onde as relações de trocas sociais somente podem funcionar e manter-se enquanto esta união seja reconhecível. Por isso é que tais relações não podem ser reduzidas completamente a relações objetivas de proximidade física – geográfica – e nem mesmo, tampouco, à proximidade econômica e social.

Observa-se, nesse contexto, que as relações de vizinhança – geográfica – podem receber – de pronto – uma forma elementar de institucionalização; assim, por exemplo, em Bearn – região da França – ou no País Basco – região da Espanha –, os vizinhos recebem denominações determinadas e funções especiais, que estão diferenciadas por categoriais – há um “primeiro vizinho, um “segundo vizinho” etc. –, conforme regras sociais amplamente codificadas. A partir daí, essas categorias elementares de distinção social atuarão para se manifestar especialmente nas cerimônias sociais de maior relevância, como funerais, matrimônios etc. Mas é preciso assinalar que, mesmo nesse caso, o conjunto das relações sociais efetivamente realizadas segue sem necessariamente coincidir com essas relações – muito específicas – institucionalizadas socialmente.

Constata-se, então, que o volume de capital social possuído por um indivíduo dependerá não apenas da extensão da rede de inter-relações – ligações – sociais que eles possa efetivamente mobilizar, como também do volume de capital – econômico, cultural ou simbólico – possuído por aqueles a quem ele se encontra relacionado. De fato, o capital social nunca é totalmente independente do capital econômico e cultural de um indivíduo determinado, nem da totalidade de indivíduos relacionados com o capital econômico e cultural, sendo certo que não pode ser reduzido imediatamente a nenhum deles.

Isto é assim, devido ao fato de que o reconhecimento institucionalizado nas relações de intercâmbio social pressupõe o reconhecimento de um mínimo de homogeneidade objetiva entre aqueles que mantêm tais relações, bem como ao fato de que o capital social exerce um efeito multiplicador sobre o capital efetivamente disponível. Daí que os benefícios derivados do fato de se pertencer a um grupo social constituem, por sua vez, o fundamento da solidariedade que os torna possíveis – não apenas dos grupos, mas também do pertencimento aos referidos grupos.

Por exemplo, os movimentos de emancipação nacional ou as ideologias nacionalistas, não podem ser compreendidos de forma adequada somente levando em consideração os benefícios estritamente econômicos a que sempre se referem discursivamente, vale dizer, vantagens que se refeririam apenas aos frutos que seriam resultantes da distribuição de uma parte da riqueza em benefício dos nacionais – nacionalização – e da conquista – democratização – dos trabalhos melhor remunerados para uma gama maior de nacionais; os benefícios, no caso, de natureza puramente econômicos, somente explicariam o nacionalismo das classes privilegiadas, obrigando a ser acrescentado nessa equação os outros benefícios plenamente reais e imediatos que atingem outros estratos sociais, e que resultam do fato geral de se pertencer a um grupo social, dotado – pessoa e grupo – de um capital social. É certo que tais benefícios, reais e imediatos, verifica serem em maior quantidade ou significativos à medida que vá sendo localizado o agente social nas posições mais abaixo da hierarquia social – exemplo, branco pobre – ou, mais precisamente, quanto mais ameaçado se encontre alguém, pela decadência econômica e social.

Tais benefícios, que fundamentam uma solidariedade social, não significa que sejam perseguidos – benefícios – conscientemente pelo grupo, nem mesmo no caso dos grupos que, como clubes exclusivos, funcionam francamente voltados para efetuar a concentração de capital social e explorar o efeito multiplicador resultante dessa concentração. Do pertencimento a tais grupos originam-se benefícios materiais – por exemplo, os múltiplos *favores* que estão associados às relações proveitosas – e também benefícios simbólicos – como aqueles que resultam do pertencimento a um grupo seletivo e de prestígio.

A existência de uma rede de relações não é um “fenômeno” natural nem social que seja estabelecido, de uma vez por todas, a partir e através de um ato originário de institucionalização – reflita-se, por exemplo, para o caso da família, numa definição *genealógica* das relações de parentesco –, mas pelo contrário, trata-se efetivamente do produto de um esforço continuado de institucionalização.

Cai-se aqui, assim, nos denominados *ritos de institucionalização*, freqüentemente e erroneamente descritos como ritos de inicialização, que caracterizam esses momentos essenciais. Este trabalho de institucionalização resulta necessário para produzir e reproduzir relações úteis e duradouras que assegurem o acesso aos benefícios simbólicos ou materiais; dito por outra forma, a rede de relações é produto de estratégias individuais ou coletivas de investimento, consciente ou inconscientemente voltadas para estabelecer e manter relações sociais que prometem – mais cedo ou mais tarde – um proveito certo ou imediato.

Neste sentido, as relações mais casuais, como de vizinhança, laboral, e mesmo de parentesco, são transformadas em relações especialmente eleitas – escolhidas, mesmo que inconscientemente – e necessárias, que acarretam obrigações duradouras, vale dizer, obrigações que se apóiam, ora sobre sentimentos subjetivos – reconhecimento, respeito, amizade etc. –, ora sobre garantias institucionais – direitos ou pretensões jurídicas. Isto conduz ao fato de que determinadas instituições sociais, ao investir alguém com a qualidade de parente – irmão, irmã, primo –, nobre, herdeiro, ancião etc., gera uma realidade simbólica que carrega ínsita a *magia do consagrado*; trata-se de uma atmosfera de sacralidade que se reproduz mediante um intercâmbio social constante de palavras, dádivas ou presentes, mulheres etc. –, de onde o conhecimento e reconhecimento mútuo são, ao mesmo tempo, pressuposto e resultado, de tal forma que o intercâmbio converte as coisas intercambiadas em sinal ou marca de reconhecimento.

O grupo se reproduz devido precisamente a esse mútuo “reconhecer-se”, e ao reconhecimento de pertencimento que esse “reconhecer-se” implica; mas ao mesmo tempo e paralelamente, o grupo acaba por reafirmar seus *limites*, isto é, os limites que, se ultrapassados, não podem continuar a ter lugar as relações de intercâmbio constitutivas para o grupo, como até então reconhecidas – como comércio, comensalidade, matrimônio. Por tal sorte, cada membro se converte em guardião dos limites do grupo, pois a cada novo ingresso no grupo pode-se colocar em perigo a definição dos critérios de admissão, uma vez que qualquer forma de “casamento” ou união desigual – está-se referindo aqui ao fato de se inserir um agente no grupo que traga elementos que crie uma defasagem, desarmonia, desigualdade, que até então não havia no coletivo, quebrando o seu equilíbrio social de vida adotado, enfim, sua união (valores comuns) – poderia modificar o grupo, alterando os limites do intercâmbio considerado com legítimo.

Por isso, não é à toa, mas ao contrário, trata-se de um fato bastante lógico que, na maioria das sociedades – especialmente pré-capitalistas –, a preparação e celebração do matrimônio seja um assunto de todo grupo, e não apenas dos indivíduos diretamente afetados;

ocorre que com a introdução de novos membros numa família, um clã ou um clube, a definição de todo grupo, com seus limites e sua identidade, se coloca em jogo e fica exposta a redefinições, alterações ou adulterações.

No entanto, nas sociedades diferenciadas desenvolvidas, quando a família perde o monopólio do estabelecimento dos contatos que conduzem a vínculos duradouros – que já estejam sancionados socialmente, como o matrimônio, ou que não estejam sancionados – verifica-se que ainda assim conseguem continuar a exercer seu controle sobre esses contatos, pois dentro da lógica do *laissez-faire*, a família pode servir-se de todas aquelas instituições voltadas para favorecer os intercâmbios considerados legítimos e excluir os ilegítimos. Estas instituições referidas provêm de ocasiões – viagens, cruzeiros, caçadas, bailes, recepções etc. –, lugares – bairros adequados, colégios seletos, clubes etc. –, ou práticas – esportes distintos, jogos de salão, cerimônias culturais etc. – que, de forma aparentemente fortuita – casual, natural – instigam a formar indivíduos os mais homogêneos possíveis, considerando todos os pontos de vista relevantes para a existência e sobrevivência do grupo.

A reprodução do capital social exige o esforço incessante de todos os membros do grupo para relacionarem-se em forma de atos permanentes de intercâmbio, através dos quais se reafirma – renovando-se – o conhecimento mútuo. Este trabalho de relacionamento implica num gasto de tempo e energia, portanto, direta ou indiretamente de capital econômico; um gasto semelhante somente é rentável, inclusive concebível, se alguém investe nele uma competência específica, qual seja, o conhecimento de vínculos genealógicos e de relações reais, assim como a habilidade para aproveitá-lo.

O trabalho de relacionamento é parte integrante do capital social, como também é a disposição – adquirida – para apropriar-se e preservar essa competência específica; assim, tudo leva a crer que o talento de uma pessoa para as “coisas do mundo” – ou para o mundano –, vale dizer, agir e se comportar adequadamente conforme o “mundo” deseja e espera dele e de todos – mais genericamente, talento para relacionar-se –, está distribuído de forma muito desigual entre as classes sociais, e também ocorrendo o mesmo dentro de uma mesma classe social, entre indivíduos de diferente origem social.

Esta é uma das razões que explicam porque o rendimento do trabalho requerido para acumular e conservar o capital, acaba sendo mais elevado quanto maior é o próprio capital; por isso, também os portadores de um sobrenome famoso – notável ou nome da família distinto –, indicativo de um capital social herdado, estão inclinados ou predispostos – vale dizer, estão numa posição social, ajudados, naturalmente, pelo próprio capital que contém o sobrenome – a transformar todos seus conhecidos ocasionais em relações duradouras, aptos,

assim, a reproduzir a conservação e acumulação do seu capital social; trata-se de um potencial social de cooptação ínsito no próprio sobrenome, pois como são famosos, sempre vale a pena a alguém conhecê-los, entretanto, os notáveis não precisam preocupar-se em conhecer a todos os seus “conhecidos” – ou aqueles que os conhecem de uma forma ou outra –, uma vez que os mesmos são conhecidos por mais gentes que eles mesmos conhecem. Disso resulta que, se um dia eles se dignarem em relacionar-se, seu esforço resultará altamente produtivo.

Cada grupo possui suas formas mais ou menos institucionalizadas de delegação, que lhe permite concentrar a totalidade do capital social graças a qual o grupo existe – seja uma família ou uma nação, seja uma associação ou um partido –, delegação em mão de um indivíduo ou de alguns poucos indivíduos. Ao representante plenipotenciário em questão, revestido de *plena potestas agendi et loquendi*, é incumbido e confiado a tarefa de *representar* o grupo, de falar e atuar *em seu nome* e, desta forma, por herança e amor ao capital comum, a tarefa de exercer um poder que transcende em muito a sua capacidade individual.

Por exemplo, num nível mais elementar de institucionalização social, o “cabeça de família” – o *pater familias*, o primogênito ou o mais ancião – é reconhecido tacitamente como a única pessoa autorizada a falar em nome do grupo familiar, em todas as ocasiões oficiais. Neste caso de *delegação difusa*, os considerados como “maiores” ou “grandes” do grupo, para neutralizar a ameaça da honra grupal, estão obrigados a ocupar-se pessoalmente da sua defesa, inclusive a defesa da honra dos membros mais insignificantes do grupo. Diferentemente, a concentração de capital mediante a *delegação institucionalizada*, permite limitar e reduzir as conseqüências dos erros individuais, delimitando explicitamente responsabilidades e autorizando aos mandatários reconhecidos a proteger todo o grupo da desonra, mediante a expulsão ou excomunhão dos indivíduos considerados comprometedores ao grupo.

Por isso, para evitar que a concorrência interna pelo monopólio da representação legítima do grupo ameace a conservação ou a posterior acumulação do capital constitutivo do grupo, os seus membros devem regular as condições de acesso ao grupo, mas além disso, sobretudo devem regular a forma pela qual alguém possa converter-se em representante de todo o grupo – delegado, comissário, plenipotenciário etc. – e dispor, assim, da totalidade de seu capital social.

O princípio de delegação guarda em si o paradoxo de que o mandatário pode exercer o poder acumulado em nome do grupo e sobre este grupo, e, até certo ponto, contra o próprio grupo – especialmente nos casos extremos onde o grupo representado por um delegado tenha sido criado por esse próprio delegado e subsiste somente graças ao mesmo (delegado). Conseqüentemente, percebe-se que os próprios mecanismos de delegação e representação –

expressão essa tanto em seu sentido teatral quanto jurídico – carregam ínsitos o *gérmen* do capital social gerado com sua própria ajuda ou contribuição. Quanto mais grande é um grupo e menos poderosos seus membros, mais necessário se torna a delegação e a representação, a fim de concentrar o capital social, entre outros motivos porque isto permite que um amplo número de indivíduos, diferentes e dispersos, “atuem como uma só pessoa”, superando, assim, as limitações causadas pela finitude – transitoriedade, contingência – da vida humana e pelas servidões do corpo, do espaço e do tempo.

A possibilidade de malversar – administrar mal, desperdiçar, dilapidar, subtrair, desviar – o capital social, repousa no fato de que um grupo possa ser representado – nas diversas acepções da expressão verbal –, em sua totalidade, por um subgrupo claramente delimitado, perfeitamente visível, bem como conhecido e reconhecido por todos; este não é outro que o subgrupo dos *nobiles* – nobres, nobiliários –, das “pessoas conhecidas”, dos notáveis, os quais podem falar pela totalidade, a representam e exercem o poder em seu nome.

O caso típico exemplar deste tipo de representação é a nobreza. O nobre é o grupo personificado: carrega o nome do grupo e o grupo carrega o nome dele – tal metonímia do nobre pelo grupo a que representa, se aprecia claramente quando Shakespeare denomina Cleópatra por “Egito” e ao Rei da França por “França”. O nome do senhor feudal e a diferença – distinção – que se manifesta nele, é, por sua vez, o nome dos membros de seu grupo, de seus servos, e também de suas terras e castelos. Verifica-se que esta mesma *lógica da representação* governa virtualmente também fenômenos como o “culto da pessoa”, ou seja, a identificação de partidos, sindicatos ou movimentos sociais com seus líderes. Isto seria como se o signo acabasse por assumir o lugar do significado, ou o representante dos representados acabasse tomando o lugar dos representados de tal forma que estes – representados – acabassem sendo identificados e assumidos por ele – o representante.

Se isso ocorre, é devido, por um lado, porque sua personalidade individual de excelência, sua ilustre pessoa e sua visibilidade constituem uma parte essencial – se não a essência mesma – do seu poder, poder esse perfeitamente simbólico, que se move dentro da lógica simbólica do conhecer e do reconhecer; por outro lado, porque a mesma representação, tal qual a função que cumpre o brasão e o emblema, pode constituir e criar toda a realidade de grupos, cuja existência social efetiva repousa e se realiza somente através de dita representação.

c) TRANSFORMAÇÕES DO CAPITAL

Os diferentes tipos de capital podem ser obtidos com a ajuda do *capital econômico*, porém, somente ao custo de um maior ou menor *esforço de transformação*, que é necessário para produzir a forma de poder efetivo no campo correspondente – portanto, o capital econômico em si deve passar por um processo de modificação, de tal forma que ele seja convertido no tipo de capital aceito legitimamente em outro campo social. Assim, existem alguns tipos de bens e serviços que podem ser obtidos imediatamente e sem custos secundários ou acessórios graças ao capital econômico em si; porém, existem outros que somente podem ser obtidos em virtude de um capital social de relações ou obrigações, relações ou obrigações essas que somente podem ser mobilizadas rapidamente, num momento preciso, desde que tenham sido estabelecidas há muito tempo, e sempre tenham sido conservadas vivas como se fossem um fim por si mesmas.

Por isso, a possibilidade de fazer uso desse capital exige um custo prévio, vale dizer, um preço a ser pago antes do momento de sua utilização, que é o investimento em sociabilidade, estabelecida necessariamente em longo prazo; o que sucede aqui é que o transcurso do tempo é justamente um dos fatores que determina que uma dívida simples e direta se transforme em aceitação de uma dívida inespecífica – sem título nem contrato – vale dizer, em reconhecimento social.

Mas é preciso esclarecer, para evitar prováveis mal entendidos, que os investimentos em tela não estão necessariamente fundados num cálculo consciente, pelo contrário, é muito mais provável que sejam vivenciados em termos da *lógica dos investimentos afetivos*, isto é, como uma obrigação – envolvimento – que é, por sua vez, necessária e desinteressada. Esta afirmação torna possível confrontar os historiadores que, mesmo quando estejam atentos aos efeitos simbólicos na sociedade, inclinam-se à conceber as práticas simbólicas – perucas polvilhadas e vestidos suntuosos – como estratégias explícitas de dominação, destinadas a serem contempladas desde as classes mais abaixo. Ademais, tais historiadores tendem a interpretar os comportamentos generosos e altruístas como “atos calculados voltados para pacificar o conflito de classes”, mas sem considerar que esta ingênua concepção materialista olvida o fato de que, precisamente os atos mais honestos e desinteressados, podem ser os que melhor se amoldam ao interesse objetivo – de preservação da distinção de classes, ou de divisão social.

Nos campos sociais, em especial aqueles onde ganha grande importância a negação de interesse próprio e de qualquer tipo de cálculo – como o campo da produção cultural –, somente garantem pleno reconhecimento – e com ele a consagração que define o êxito – para aqueles que se distinguem pela conformidade imediata de seus investimentos com o que é

esperado pela estrutura do campo, provando, desta forma, sua *sinceridade* e *solidariedade* com os princípios fundamentais em vigor no campo.

Com efeito, seria completamente errôneo utilizar a linguagem da estratégia racional e do cálculo cínico de custos e benefícios, para descrever a “escolha” ou “eleição” do *habitus* que conduz a um artista, escritor ou pesquisador para seu lugar “natural” – ou a seu tema, seu material, seu estilo, seu gênero etc. –; as mudanças ou transformações por que passam os agentes, relacionadas à troca de um gênero, de uma escola, ou de uma especialidade por outro, ou outra diversa escolha mais distinta – vale dizer, mudanças que alguém faz “com toda a alma” –, podem ser compreendidas como conversões do capital cuja orientação e força – muitas vezes decisivas para seu êxito – estão determinadas por um *sentido de investimento*. A possibilidade de que este sentido não seja reconhecido como tal, é tanto maior quanto mais profundamente ele esteja desenvolvido; a inocência é o privilégio daqueles que se movimentam em seu campo de atividade como peixe na água.

À luz do que foi exposto, há que se partir de *dupla* suposição para compreender a verdade da relação entre o capital econômico e demais tipos de capital, dentro de uma sociedade diferenciada e desenvolvida capitalista, como a européia: por um lado, o capital econômico serve de base para todos os demais tipos de capital; por outro lado, as manifestações transformadas e travestidas do capital econômico não podem jamais ser reconduzidas – reconvertidas – a ele totalmente. E isto porque tais manifestações apenas podem produzir seus efeitos específicos, na medida em que ocultem – sobretudo para seus próprios detentores – que é o capital econômico que lhes serve de base, e é ele, ainda que em última instância, que determina os referidos efeitos.

Assim, somente poderá ser possível compreender a lógica de funcionamento do capital – dentro de uma teoria geral da economia das práticas sociais, que determina os diferentes tipos de capital –, bem como as transformações do capital e a lei de conservação do capital, na medida em que seja feito o combate de duas aproximações teóricas unilaterais, opostas entre si, sobre as relações de intercâmbio sociais: de um lado tem-se o “economicismo”, que considera todas as formas de capital como definitivamente redutíveis ao capital econômico, passando ao largo da eficácia específica dos outros tipos de capital em curso numa dada sociedade; de outro lado, tem-se o “semiologismo”, atualmente representado pelo estruturalismo, o interacionismo simbólico e a etnometodologia, que reduz as relações sociais de intercâmbio a fenômenos de comunicação, ignorando o fato já escancarado do processo de redutibilidade universal das coisas da vida à economia.

Para compreender estas duas posições antagônicas, que se servem mutuamente como álibis, haveria que se analisar os benefícios inconscientes – *profits inconscients* – e os benefícios da inconsciência – *profits d'inconscience* – que ambas posições buscam nos intelectuais e artistas. Enquanto alguns encontram no economicismo um meio de eximir-se a si mesmo, excluindo o capital cultural e todos os seus benefícios específicos, e se colocando ao lado dos dominantes, outras pessoas se movimentam somente no reino dos símbolos e se afastam do campo econômico – assunto sempre detestável –, onde tudo concorre para lhes lembrar que eles mesmos podem definitivamente ser avaliados segundo critérios econômicos.

Verifica-se que ambas correntes não fazem mais do que reproduzir, no plano teórico, a estratégia – de apenas um pensamento único como legítimo – pela qual alguns artistas e intelectuais procuram impor seus valores, mas – note-se – em realidade um valor, valor esse que inverte a lei do mercado – dos bens culturais –, onde o que alguém tem ou ganha, define plenamente o que ele vale e o que ele é. Isto se mostra mais claramente nas práticas comerciais dos bancos que, com técnicas como a da personalização do crédito, tendem a subordinar o aval de empréstimo e a fixação do tipo de juros a uma investigação exaustiva dos recursos passados e futuros do prestatário.

Tal qual a lei física da conservação de energia, no espaço social governa o princípio de que as vantagens obtidas em uma dada área social são retribuídas e satisfeitas às custas de outra área. Por isso que um conceito tal como “perda” ou “prejuízo”, é desnecessário para uma ciência geral da economia das práticas sociais. A base universal de todo valor, a medida de todas as equivalências não é outra coisa do que o *tempo de trabalho*, no mais amplo sentido do termo; assim, o *princípio de conservação da energia social*, em vigor através de todas as transformações do capital, pode ser verificado e apurado se for tomado em consideração, para cada caso dado, tanto o trabalho acumulado em forma de capital, como o trabalho necessário para transformar um tipo de capital em outro tipo.

Já foi exemplificado de que forma a transformação do capital econômico em capital social pressupõe todo um trabalho específico dos agentes envolvidos nessa conversão; trata-se de um desembolso aparentemente gratuito de tempo, preocupação e esforço, mediante o que a relação de troca perde o seu significado puramente monetário, egoístico ou deliberadamente interesseiro – quando se observa, por exemplo, o esforço de alguém em personalizar ou individualizar egoisticamente um presente, uma dádiva ou uma cortesia –, ao mesmo tempo em que resulta alterado o próprio sentido da relação de intercâmbio, que passa a apresentar-se ou exteriorizar-se como um autêntico “prejuízo”, a partir de um ponto de vista estritamente econômico, mas que no marco de uma lógica mais ampla de troca social, deve ser considerado

com um investimento seguro, cujos benefícios poderão ser colhidos mais cedo ou mais tarde em forma monetário ou de outra classe social.

No caso da transformação do capital econômico em capital cultural, verifica-se que outro processo semelhante de conversão ocorre, com todas as suas especificidades. A melhor medida para o capital cultural, é sem dúvida nenhuma a duração do tempo dedicado para a sua obtenção, vale dizer, a transformação do capital econômico em capital cultural pressupõe um dispêndio de tempo que resulta possível através da posse de capital econômico, ou, mais precisamente, o capital cultural – que em realidade se transmite dentro da família – não depende exclusivamente da importância do capital cultural disponível na comunidade doméstica, uma vez que ele somente poderá ser acumulado ao preço de um desembolso de tempo – o tempo aqui é fundamental, e pressupõe em etapa mais avançadas de acumulação, a posse de capital econômico para poder dedicar-se ao tempo da educação sem preocupações prementes de ordem material.

Mas considerando que é dentro da comunidade familiar que ele principia ser transmitido e acumulado, o processo de conversão depende, antes de tudo, de quanto tempo útil – sobretudo em forma de tempo livre da mãe – a família tenha à sua disposição para tornar possível a transmissão de capital cultural e permitir uma inserção postergada ou tardia dos filhos no mercado laboral. O capital econômico disponível pela família desempenha, neste caso, um papel decisivo; uma inserção postergada no mercado de trabalho permite ao agente obter educação e formação escolar, vale dizer, um crédito que somente pode ser reembolsado – se é que assim ocorre – em longo prazo.

Cabe assinalar aqui que, nesse processo de conversão, uma das vantagens mais valiosas de todos os tipos de capital é o incremento da quantidade de tempo útil que resulta possível desfrutar, apropriando-se do tempo de outras pessoas – em forma de serviços – mediante as diferentes formas de representação ou delegação, em seu sentido mais amplo possível. Tal incremento pode tomar a forma de um aumento de tempo livre, correlato ao menor gasto de tempo do interessado, destinado a atividades voltadas para a produção dos meios de reprodução da existência do grupo doméstico; ou mesmo pode tomar a outra forma que resulta quando, o agente interessado, se direciona a um incremento do uso do seu tempo de trabalho – ganha tempo no seu trabalho –, devido ao emprego de trabalho alheio ou de instrumentos e métodos acessíveis, mas somente para aqueles que paguem o preço de se preocupar com apenas uma formação específica e lhe dediquem, portanto, seu tempo disponível.

É desta forma que alguém ganha tempo, por exemplo, com os meios de transporte mais rápidos, com moradia tão próxima do local de trabalho quanto seja possível etc. Entretanto, verifica-se o contrário com as economias monetárias feitas pelos pobres, que são obtidas mediante perda de tempo – no sentido do tempo que poderia ser destinado para sua educação e aquisição de cultura “erudita” –, pois eles são obrigados praticamente a fazerem tudo eles mesmos, buscar os locais de maior pechincha e ofertas especiais etc., implicando tudo isso em muitas esperas e muitas voltas ou andanças.

Por fim, é importante observar-se algo que parece paradoxal, qual seja, que a simples ou mera posse do capital econômico não torna nada certo quanto ao tempo a ser economizado para aquisição do capital cultural, uma vez que é justamente a posse do capital cultural que torna possível obter um maior benefício, não apenas do tempo de trabalho, assegurando uma rentabilidade mais alta desse mesmo tempo, ma também do tempo livre, aumentando, desta forma, tanto o capital econômico quanto o próprio capital cultural.

A mútua convertibilidade dos diferentes tipos de capital é o ponto de partida das estratégias que procuram assegurar a reprodução do capital – e da posição social ocupada pelo agente – com os menores custos possíveis de conversão de capital – referentes ao trabalho de conversão e perdas – prejuízos – inerentes à própria conversão. Os diversos tipos de capital se diferenciam segundo seu atributo de reprodutibilidade, ou seja, segundo a facilidade com que podem transmitir-se ou propagar-se e difundir-se em forma de transferências; portanto, trata-se, por um lado, da importância ou valor da porção determinada de perda originada durante o processo de transmissão – ou conversão – de capital, e, por outro lado, em que grau de medida é possível ser dissimulada, entre os agentes participantes, a transmissão implicada no processo de conversão.

Nota-se que há uma lei governando a relação entre as perdas – prejuízos – e a simulação implicadas no processo, qual seja, o risco de prejuízos e os custos da simulação tendem a variar justamente em proporção inversa; a perda será maior quanto menor a simulação do processo, e vice-versa. Tudo o que contribui para não dissimular o aspecto econômico, contribui também para acrescentar o risco de perda, especialmente nas transmissões inter-geracionais de capital.

Em primeira vista, a aparente incomensurabilidade dos diferentes tipos de capital, introduz um volume considerável de insegurança em todas as transações realizadas entre os detentores dos diferentes tipos de capital, portanto, sucedendo o mesmo quanto ao capital social, um capital de muitas obrigações úteis e em longo prazo, que se produz e se reproduz mediante muitos presentes, dádivas, cortesias, convites, visitas, favores e outros similares,

vale dizer, através de relações de intercâmbio que excluem explicitamente cálculos e garantias, comportando, assim, o risco da “ingratidão”.

Portanto, nessa qualidade ou tipo de transação social, sempre estará presente o risco – de prejuízo – de que alguém acabe negando o reconhecimento de uma obrigação devida, presumivelmente surgida de uma relação de intercâmbio – troca – não contratual; da mesma forma, o grau de *simulação* característica da transmissão de capital cultural não somente se defronta com o risco inerentes de prejuízos, mas também com o fato de que o título escolar constitui a forma institucionalizada de capital educativo – com todas as suas *dissimuladas* conseqüências.

Quanto a esta última assertiva explica-se: este título não é transmissível – como o título nobiliário – nem negociável – como o título comercial; dizendo de melhor forma, a transmissão do capital cultural é feita – e assim é que sucede através de diferentes mecanismos – com o maior sigilo ou confiança entre os envolvidos nesse processo, entretanto, também trazendo insito um risco maior que a da transmissão do capital econômico, uma vez que a contínua e difusa transmissão do capital cultural dentro da família, por exemplo, é subtraída do conhecimento de todos, assim como todos os tipos de controles que o mesmo é submetido, sendo esse fato de dissimulação o princípio da aparência de que a distribuição dos diferentes títulos, reconhecidos pelo sistema oficial de ensino, corresponde exatamente à distribuição das capacidades *naturais* – diversas ou diferentes, evidentemente – entres os seus diversos detentores, quando em realidade verifica-se que assim não corresponde necessariamente.

Por isso, a fim de ser possível esclarecer toda sua real eficácia, pelo menos no mercado de trabalho, o capital cultural precisa cada convalidado – confirmado –, cada vez mais pelo sistema oficial de ensino, isto é, necessita – para fazer valer a sua força social – ser convertido em títulos acadêmicos. Do mesmo modo que o título acadêmico constitui, cada vez em maior grau, a condição prévia para um aceso legítimo a um número progressivamente maior de postos sociais – especialmente os postos dominantes –, assim também o sistema de ensino se inclina, por sua parte, a retirar o grupo doméstico do monopólio da transmissão do poder e dos privilégios, tendendo, assim, a privar o grupo doméstico da escolha dos seus legítimos herdeiros, entre filhos de diferente sexo e ordem de nascimento, entre outros mais.

Dentro do marco de uma estratégia global de diversificação da posse e dos investimentos de capital, através da qual deve-se garantir o máximo do volume de segurança e de rentabilidade, a frações dominantes tendem a conceder cada vez mais espaço ao investimento educativo; deduz-se possuírem toda uma sorte de meios para iludir os juízos

acadêmicos quando – além do fato de que a transmissão direta de capital econômico continua sendo um dos principais instrumentos de reprodução social – verifica-se que os efeitos das sanções acadêmicas podem ser sempre corrigidos pela ação do capital social, mediante, mais especificamente, “proteção”, “pressões”, “ligações sociais”, “mudando os filhos de instituição” etc.

Assinala-se que os títulos escolares jamais funcionam como o dinheiro, e uma vez que também jamais são inteiramente dissociáveis de seu possuidor, o valor deles – títulos escolares – aumenta quanto maior for os meios sociais à disposição do referido possuidor para aproveitá-los, observando-se que tal assertiva resulta também válida frente aos setores menos rígidos da estrutura social.

Um mesmo capital cultural acaba estabelecendo problemas muito diferentes de transmissão, dependendo da forma particular que assuma; já foi afirmado que a liquidez do capital comercial, que confere um poder econômico imediato e favorece a transmissão, também o converte mais vulnerável que a propriedade imobiliária, além de não facilitar a fundação de dinastias prolongadas. O caráter *arbitrário* da apropriação se revela mais claramente – do que em qualquer outro lugar – durante a transmissão de capital, sobretudo no momento da sucessão, um momento considerado crítico para qualquer poder.

Ora, toda estratégia de reprodução é, por sua vez – e de forma inescapável –, uma estratégia de legitimação voltada para sacralizar tanto a apropriação exclusiva quanto a sua reprodução, justificando, neste sentido, a crítica subversiva que procura atacar a classe dominante, criticando o princípio de sua perpetuação, procurando fazer ver que os títulos nobiliários são tão arbitrários quanto é a sua forma de transmissão. Pois bem, se é desvelado que os mecanismos institucionalizados, como as leis – consagradas – de sucessão, pretendem regular a transmissão oficial e direta de poder e privilégios, então é lógico verificar-se o interesse do detentor de capital por utilizar-se de tais estratégias de reprodução, uma vez que garantem mais eficazmente a simulação – camuflagem, fingimento, dissimulação – da transmissão do capital.

É evidente que para isso, levando em conta que se deve recorrer à convertibilidade dos tipos de capital, há que se pagar o preço de uma maior perda – prejuízo – de capital; quanto mais for impedida ou estancada a transmissão oficial de capital, torna-se mais determinante para a reprodução da estrutura social a sobrevivência da circulação clandestina de capital na forma de diferentes tipos de capital cultural. O sistema de ensino – instrumento de reprodução especialmente capaz de camuflar suas própria função – adquire, assim, uma maior

importância e o mercado de títulos sociais – que outorga legitimação para aceder às posições mais cobiçadas – acaba por se unificar.

1.3.8. O PODER SIMBÓLICO SOCIALMENTE CONSTRUÍDO

O que é o poder dentro de uma sociedade? Como ele produz mais eficazmente seus efeitos sociais, realizando ações e comportamentos humanos que acabam reproduzindo relações sociais de força e dominação, de tal modo a manter e reproduzir um *status quo* que acaba favorecendo e prejudicando socialmente diferentes grupos sociais? Essas são questões que estão subjacentes no mundo social e que os estudos de Pierre Bourdieu permitem compreender e explicar com uma clareza reveladora. Trata-se de um poder criado pelas relações estabelecidas pelos diferentes agentes sociais em sociedade – relações sociais de comunicação, imbricado com a força dos diferentes capitais acumulados pelos agentes e grupos de agentes –, e que se legitima quanto mais desconhecido ele é, portanto atuado dentro do par desconhecimento/reconhecimento, diretamente vinculado aos diferentes tipos de capitais circulando nos campos sociais e em toda sociedade, produzindo efeitos específicos na relação de dominação dominante/dominado. Como se constrói um campo social? Longe de uma visão linear, o estudo do poder simbólico permite verificar como vários o processo de inter-relacionam complexamente, para resultar no espaço social forjado por uma dada civilização e cultura.

Para Bourdieu – numa sociedade desenvolvida e diferenciada, com uma economia capitalista com a europeia –, num dado estado de um campo, onde se vê o poder por toda parte e que torna necessário reconhecê-lo sem dissolvê-lo numa idéia de que ele estaria em toda parte e lugar algum, é necessário saber descobri-lo onde ele deixa ver menos, *onde ele é mais completamente ignorado*, portanto, *reconhecido*: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber – ou não podem saber – que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.

Os sistemas simbólicos – como arte, religião, língua, mito, ciência – são instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objetivo, portanto, são estruturas estruturantes, onde as formas simbólicas “ativam” o conhecimento, têm uma função propulsora, dentro de uma tradição intelectual neokantiana. Por outro modo, dentro de uma tradição kantiana,

emerge uma sociologia das formas simbólicas, que se trata de uma forma de classificação social, arbitrariamente e socialmente determinada, revelando que há condições sociais que produzem as próprias formas simbólicas e os seus usos consagrados. Assim, a objetividade do sentido de mundo define-se pela concordância das subjetividades estruturantes.

Enquanto estruturas estruturadas, os sistemas simbólicos querem significar a possibilidade de uma análise estrutural, vale dizer, cada uma das formas simbólicas podem ser apreendidas dentro de sua lógica específica; a análise estrutural busca alcançar o isolamento da estrutura imanente a cada produção simbólica a fim de dissecá-la, não tanto como atividade voltada para produzir consciência, mas para verificar como operam as estruturas estruturadas na produção de seus efeitos. Assim a língua – Saussure – é um sistema estruturado voltado para a inteligibilidade das palavras; trata-se de condição para compreensão da relação constante entre o som e o sentido.

Diante disso, é possível verificar que os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque estão estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo – e, em particular, do mundo social –, conformismo lógico, concordância entre inteligências – sobre o todo que compõe o mundo da vida. A função social do simbolismo humano é uma autêntica função política, para além da mera comunicação, sendo fundamento até mesmo da solidariedade social. Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social; a integração lógica é a condição da integração moral.

Foi a tradição marxista que focou e desvelou as funções políticas dos sistemas simbólicos, explicando as produções simbólicas relacionadas com os interesses da classe dominante. Contrariamente ao mito, que é um produto coletivo e coletivamente apropriado, as ideologias servem a interesses particulares travestidos de interesses universais, portanto, comuns ao conjunto do grupo social. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante, assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes; também para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização – falsa consciência – das classes dominadas; bem como para a legitimação da ordem estabelecida, por meio do estabelecimento das distinções – hierarquias –; e para a legitimação dessas distinções.

Tal efeito ideológico é produzido pela cultura dominante, mas observando-se que é sempre dissimulada, e em função da divisão na função de comunicação: a cultura que une – p intermediário de comunicação – é também a cultura que separa – instrumento de distinção –, e que legitima as distinções compelindo todas as culturas – designadas como subculturas – a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. Daí que os sistemas simbólicos, enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, cumprem essa função política de meios para imposição ou legitimação da dominação, e que perpetuam e asseguram a dominação de uma classe ou grupo sobre outro, uma autêntica violência simbólica; ao se legitimar dessa forma, produz-se um efeito realimentador, onde os sistemas simbólicos reforçam a sua própria força às relações de força presentes na sociedade, reforçando, em última instância, à domesticação dos dominados.

Aqui não se trata de reduzir as relações sociais de força a meras relações de comunicação, ou reduzir as relações de comunicação a relações de poder que dependem – quanto a forma e conteúdo – do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes envolvidos nessas relações sociais de força. A luta entre diferentes classes ou grupos é uma luta propriamente simbólica, para impor um sentido hegemônico de definição – ou um sentido legítimo – do mundo social; trata-se de construí-lo e impô-lo arbitrariamente, conforme os interesses próprios envolvidos e, assim, impor o campo de tomada de posições ideológicas legítimo. Isso irá reproduzir, em forma transfigurada, o campo das posições sociais de uma dada formação social, pois as tomadas de posição ideológica dos dominantes são estratégias de reprodução que tendem a reforçar *dentro* da classe e *fora* da classe a crença na legitimidade da dominação da classe.

A luta social – simbólica – assim travada, acontece nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, e também na luta travada por especialistas da produção simbólica, sendo que o que está em jogo trata-se do monopólio da *violência simbólica legítima*, que significa o poder de impor e inculcar instrumentos de conhecimento e expressão – taxinomias – arbitrários acerca da realidade social de forma dissimulada, vale dizer, imposição e inculcação ignorados ou desconhecidos – portanto legitimados – por quem as impõem e quem as assimila.

No microcosmo específico do campo de produção simbólica – portanto, dos produtores de símbolos sociais significativos e de sentido de mundo –, trava-se uma luta especial entre aqueles que têm interesses nos resultados das lutas internas do campo de produção, onde também se trata de um jogo de interesses próprios, com repercussão nos grupos exteriores ao campo de produção; seus resultados acabam servindo aos grupos não-produtores que têm seus próprios interesses.

Por outro lado, nesse processo, a classe dominante se subdivide em frações dominantes – detentores do capital econômico – e frações dominadas – letrados ou intelectuais e artistas, segundo cada época –, que lutam pela hierarquia dos princípios de hierarquização; os primeiros querem impor a legitimidade de sua dominação no topo da hierarquia por meio de sua própria produção simbólica ou por intermédio de ideólogos conservadores, enquanto que os segundos querem colocar o capital cultural específico, a que eles devem sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização.

Resulta que os sistemas ideológicos, produzidos pelos especialistas na luta – e por meio da luta – do monopólio da produção ideológica legítima, reproduzem, de forma imperceptível, a estrutura do campo das classes sociais – as diferenças sociais –, tendo em vista a semelhança ou intensa proximidade – correspondência – entre o campo da produção ideológica e o campo das classes sociais.

Os sistemas simbólicos distinguem-se conforme sua produção; podem ser produzidos e ao mesmo tempo apropriados pelo conjunto do grupo social, ou produzidos por um corpo de especialistas, significando aqui um campo de produção e circulação bastante autônomo. Assim, a religião, como ideologia, inicia-se com o mito; este, ao longo de tempo, se transforma, mas diretamente jungido à formação de um corpo de especialistas – produtores especializados – dos discursos e ritos religiosos, estabelecendo o progresso social da divisão do trabalho religioso – parte da dimensão maior do todo do trabalho social em curso numa dada formação social – e, portanto, do reforço da divisão da sociedade em classes, desapossando paulatinamente dos laicos os instrumentos de produção simbólica desse sistema simbólico que é a religião. É a emergência de um campo de produção especializado, o fundamento e condição do surgimento de lutas ortodoxas e heterodoxas, cujo único ponto em comum é estabelecerem distinções a partir da *doxa*, ou seja, do que é considerado indiscutido ou indiscutível.

As ideologias estão subordinadas às condições sociais de sua produção e circulação, devendo a elas a sua estrutura e funções. Em primeiro lugar, cumprem funções para os especialistas em concorrência; em segundo lugar, para os não-especialistas. Elas sempre são duplamente determinadas, vale dizer, elas devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classes que elas exprimem – função de sociodiceia –, mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específico do campo de produção – comumente transfigurado em ideologia da criação e do criador.

Assim, é possível concluir que deve-se evitar reducionismos dos interesses ideológicos aos interesses das classes a que eles servem; estabelecer um etnologismo que acaba tratando as ideologias como mito – produto indiferenciado de um trabalho coletivo, desconsiderando aquilo que ele deve ao campo de produção –; e, também, não considerar as produções ideológicas como totalidades auto-suficientes e autogeradas, passíveis de uma análise pura e puramente interna – semiológica –, enfim, fugir de uma ilusão idealista da mesma.

Essa semelhança ou correspondência – intensa proximidade – de estrutura entre o campo da produção ideológica e o campo da luta das classes, faz com que as lutas em concorrência pelo monopólio da produção cultural legítima, produzam automaticamente formas eufemizadas das lutas econômicas e políticas entre as classes, fazendo com que a função propriamente ideológica do campo de produção ideológica se realize exatamente aí, ou seja, é na correspondência de estrutura a estrutura – entre diferentes campos sociais – que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante legítimo, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural – ortodoxia – por meio da imposição mascarada – logo, ignorada como tal – de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais.

Essa correspondência de sistema a sistema, faz dissimular aos olhos de todos – produtores e destinatários –, que os sistemas de classificação internos utilizados pelos grupos ou classes, conforme cada campo social de referência, reproduzem os sistemas de classificação políticas – portanto, ideológicas – em permanente luta; também dissimula que os axiomas específicos de cada campo social especializado – religião, ensino, artes, direito, literatura, etc. –, sejam as formas transformadas – conforme o espaço de autonomia de cada campo, ou suas leis específicas – dos princípios fundamentais da divisão do trabalho social, convertendo propriedades sociais – divisões produzidas socialmente e culturalmente – em ordem natural. Assim, o efeito propriamente ideológico consiste precisamente na imposição de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxinomias filosóficas, religiosas, jurídicas, etc. Os sistemas simbólicos devem a sua força ao fato de que as relações de força que neles se exprimem, só se manifestam neles em forma irreconhecível de relação de sentido – deslocação.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força – física ou econômica –, graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, *ignorado como arbitrário*. Esse poder não está – não

reside – nos sistemas simbólicos, mas materializado ou definido num ato de relação, vale dizer, por meio de uma relação determinada é que ele se manifesta, entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, na estrutura relacional do campo que produz e reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.

Desta forma, Bourdieu assinala que o poder simbólico é um poder subordinado, por ser uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada de outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos físicos que descrevem as relações sociais como relações de força, e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração – *eufemização* – que garantem uma verdadeira transubstanciação das relações de força, fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia.

Para vencer ou subverter esse poder de violência – imposição, inculcação – simbólica que se radica na dissimulação, torna-se necessário uma tomada de consciência do arbitrário, ou seja, a revelação da verdade objetiva e o aniquilamento da crença: é na medida em que o discurso heterodoxo destrói as falsas evidências da ortodoxia, restauração fictícia da *doxa*, e lhe neutraliza o poder de desmobilização, que ele encerra um poder simbólico de mobilização e de subversão, poder de tornar atual o poder potencial das classes dominadas.

1.3.9. UMA NOVA PERSPECTIVA PARA O DEBATE ACERCA DAS CLASSES SOCIAIS

Esses diversos agentes sociais, distribuídos nos diferentes campos sociais, cada qual detentor de um conjunto de diferentes capitais específico, aglutinam-se conforme uma probabilidade de comportamentos, em função das lutas e do *habitus* adquiridos pelo só fato de estarem e existirem em sociedade. A questão é se esses diferentes agentes, próximos entre si, dentro da distribuição total de campo social, constituem efetivas classes sociais, conforme normalmente abordadas pela literatura, especialmente se detentora de uma concreta

consciência de classe. Essa é uma questão que foi abordada por Pierre Bourdieu. Mas como o sociólogo francês constrói sua visão de classe na sociedade?

Segundo Bourdieu, construir o espaço social – realidade invisível e intangível – é possibilitar a construção de classes teóricas homogeneizadas, através de um princípio de classificação que se torna também explicativo, vale dizer, descreve classificatoriamente o conjunto das realidades sociais – aquelas escolhidas como pertinentes, que no caso em tela trata-se de agrupar os agentes que mais se pareçam entre si e distinguir daqueles que sejam tão diferentes quanto possível pertencentes a outras classes – de acordo com algumas propriedades determinantes assinaladas, que acabam por permitir predizer outras propriedades porventura existentes ou não.

Ocorre que a classificação assim procedida, construtora de classes teóricas, pode levar a indução de que o que existe antes de tudo teoricamente, possa existir realmente, como classes reais ou grupos reais. Ora, a pesquisa de agentes ou grupos e sua teorização em modelos inscrevem predições, previsibilidades, probabilidades, mas não significa que constituam necessariamente uma classe de acordo com o que Karl Marx assinalou, *um grupo mobilizado por objetivos comuns e particularmente contra uma outra classe*.

Mas isso não significa que não possa haver classe no sentido marxista do termo, uma vez que a proximidade de agentes no espaço social define uma potencialidade objetiva de unidade, ou seja, uma classe provável, tornado-se necessário um trabalho político de mobilização para construir uma classe real pertinente a uma classe teórica. O que se pode denominar mais proximamente por classe, real e concretamente – ou seja, no mundo contemporâneo e porque não de todas as épocas – , é talvez uma classe mobilizada ou realizada, resultado de uma luta simbólica – política – de classificação que impõe uma visão do mundo social, ou melhor, uma maneira de construí-la, na percepção e na realidade, e de construir as classes segundo as quais ele pode ser recortado; enfim, tratar-se-ia aqui de uma classe de agentes que se impôs concretamente na realidade do mundo social e, assim, impõe a sua visão e divisão particular – exclusiva ou singular – de mundo a todos os demais agentes sociais.

Sabe-se que a existência de classes na teoria e na realidade é alvo direto de lutas. Uma tradição procura negar a existências de classes, em realidade procurando negar, no limite, a existência de diferenças e de princípios de diferenciação sociais; entretanto, mesmo em países muito desenvolvidos, onde a maioria se considere homogeneamente pertencentes a uma mesma classe identificada com alto bem-estar sócio-econômico e participação democrática, pesquisas revelam que a diferença se encontra por todos os espaços, revelando assim que a

diferença existe e persiste vigorosamente no espaço social. Diante disso, melhor que afirmar a existência de classes sociais, seria admitir que o que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como *algo que se trata de fazer*.

Uma importante conclusão emerge. O mundo social, com suas diferenças e divisões, apresenta-se como algo que os agentes sociais continuamente têm que construir individual e coletivamente, tanto na cooperação quanto no conflito, e a posição ocupada por cada qual no espaço social – na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital – governa não só as representações desse espaço mas também a iniciativa de tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo. Assim, nessa relação complexa entre estrutura objetiva e construções subjetivas, o sociólogo francês assinala que o espaço social engloba o agente e grupo de agentes como um ponto. Mas esse ponto é um *ponto de vista*, princípio de uma visão assumida a partir de um ponto situado no espaço social, de uma *perspectiva* definida em sua forma e em seu conteúdo pela posição objetiva a partir da qual é assumida. O espaço social é a realidade primeira e última já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele. Ter consciência dessa realidade objetiva e fenomênica não altera nada por si, mas principiam reflexões sobre as “armas” passíveis de uso para conservações e transformações necessárias nesse espaço, compreendendo-se as imbricações entre a estrutura objetiva e as construções subjetivas nesse processo.

Entretanto, a expressão “estrutura social”, comumente empregada pelos sociólogos para identificar uma sociedade estratificada com classes ou grupos de *status*, se efetivamente forma uma estrutura, torna preciso compreendê-la em que medida tais partes mantêm relações entre si para além de uma mera justaposição e se isso realmente está sucedendo factualmente no espaço social, vale dizer, se propriedades são reveladas como resultantes de uma dependência da classe ou grupo de *status* com relação à totalidade que os define. O termo “estrutura social” normalmente quer designar ou substituir a expressão “organização social”, entretanto, mais precisamente procura-se vincular a expressão “estrutura” com um sistema de posições sociais, ao passo que a expressão “organização” direciona-se para designar um sistema de papéis sociais.

A noção de estrutura social pressupõe que cada classe social – historicamente construída e definida, ocupante de uma posição e por essa posição afetada nas relações com as outras partes constitutivas da estrutura – possui propriedades marcantes de posição justamente por estar integrada numa estrutura e, como tal, um elemento nela constituinte e determinado, sendo essas propriedades independentes de propriedades intrínsecas evidenciadas como com a

prática profissional e condições materiais de existência, estes últimos mais relacionados com os papéis sociais – sua situação ou condição de classe – que exercem. A distinção entre propriedades de posição e propriedades de situação é eminentemente uma operação do intelecto humano, e parte do pressuposto acima referido e da necessidade de desvelar as determinações específicas que uma classe social recebe do conjunto total de relações que ela estabelece com as outras classes, levando a ser estabelecidas identificações verdadeiras e analogias reais.

As propriedades de posição permitem negativamente, vale dizer, impedem que um sociólogo transfira imediatamente, de uma sociedade à outra, esquemas interpretativos – descritivos e explicativos – ou, referido à mesma sociedade, mas de uma época a outra. Verifica-se que duas classes ou duas sociedades diferentes, mesmo quando definidas por condições de existência ou práticas profissionais idênticas ou semelhantes, apresentam propriedades diferentes quando inseridas em estruturas sociais diferentes e por acabarem ocupando posições estruturalmente diferentes. Por outro lado, se duas classes ou dois grupos, caracterizadas por condições de existência e práticas profissionais diferentes, apresentarem propriedades comuns devido ao fato de ocuparem posições semelhantes em duas estruturas diferentes, isso não permite estabelecer imediatamente, e por si só, proposições gerais, transculturais e trans-históricas, a partir de casos isolados do contexto histórico e social que estão inseridos. Uma comparação é feita atendo-se às estruturas, mais que aos seus elementos; estruturas equivalentes e partes estruturalmente equivalentes das mesmas permitem efetuar uma profícua comparação.

Somente nesse sentido, estruturas sociais de duas sociedades diferentes podem apresentar propriedades estruturalmente equivalentes, mesmo verificando-se diferenças profundas quanto às características objetivas das classes que a constituem e compõem. Essa apreensão estrutural permite submeter cada classe social a um questionamento e investigação mais sistemático e metódico, para desvelar verdades que uma apreensão “realista” – ou substancialista, a realidade social tal com se apresenta imediatamente aos sentidos e percepção, enfim, sociologia espontânea – não poderia indicar. Nesse sentido, como exemplo de propriedades de posição, análises de Werner Sombart e Max Weber revelaram que há um ressentimento, disfarçado sob o discurso da indignação moral, ligado historicamente a uma posição de inferioridade na estrutura social, especificamente pertinentes às camadas inferiores das classes médias. Por outro lado, como exemplo de propriedades de situação, é possível asseverar proposições que são aplicáveis aos grupos definidos não por sua posição social, mas por sua situação social, como a dos sub-proletários que, por sua insegurança econômica

permanente, acabam por não se constituir como um corpo coerente de reivindicações sociais e econômicas.

Outro fator significativo de análise é que a posição de um indivíduo – agente social – ou de um grupo dentro de uma estrutura social somente pode ser avaliada dinamicamente – jamais estaticamente, como é feito erroneamente ao enquadrá-lo simplesmente numa posição superior, média ou inferior na estrutura social – e circunstancialmente. Todo grupo ou indivíduo localizado numa dada posição da estrutura social, possui uma trajetória social – histórica – que está se realizando; portanto, há propriedades sociais que podem ser extraídas da posição – caminhar já feito ou realizado da trajetória social – e do futuro que a posição indica para o indivíduo ou grupo. Conclui-se que posições aparentemente idênticas podem se revelar diferentes quando comparados ao futuro histórico da posição ocupada por cada um, enfim, ao destino de cada qual dentro da estrutura social vista em conjunto. Por outro lado, o sentido ascendente ou descendente do futuro trajeto de cada qual podem ser a propriedade comum desses grupos ou indivíduos, mesmo não tendo a mesma trajetória social – o mesmo caminhar social – já realizado.

A classe burguesa européia, junto com as demais outras classes relativas que conviviam com ela – ou ela com as outras classes – como a classe nobre – por terras, títulos ou profissões eruditas – e a classe ou grupo que reunia camponeses iletrados, pequenos artesãos, e trabalhadores não-qualificados, é exemplo de classe social que ocupa – ou ocupou – a mesma posição em estruturas sociais diferentes e que apresenta um certo número de propriedades comuns, mesmo verificando-se diferenciação significativa de sua situação social. Assim, a análise estrutural das sociedades e seus grupos na Inglaterra, França, Alemanha e Itália, revela que essa classe média – ou intermédia – que essa análise consagrou historicamente como burguesa, construiu e manteve traços comuns trans-históricos e transculturais como: preocupação quanto ao seu lugar na ordem social; espírito rigoroso de trabalho, esforço, seriedade, moderação e poupança; estilo de vida; *ethos* e atitudes em relação à educação e à cultura; entre outros.

Observa-se, também, que tais valores se irradiaram e acabaram por se manifestar em camadas baixas da pequena burguesia como empregados, funcionários médios e subalternos, que em suas atitudes e comportamentos profissionais – apego às práticas burocráticas, por exemplo – e pessoais – regularidade comportamental, probidade, rigor e indignação moral – retraduziram o novo sistema de valores conforme sua específica condição de vida.

Assim, verifica-se que as características das diferentes classes sociais estão em função da posição diferencial ocupada por cada classe na estrutura social e do seu peso funcional na

mesma, proporcional à contribuição das classes para a constituição da estrutura, não se restringindo à uma questão de importância numérica. Mas além disso, tendo em vista que os membros das diferentes classes sociais estão continuamente estabelecendo e se envolvendo em relações simbólicas entre si, deliberadamente ou objetivamente verificáveis, decorre daí que muita das propriedades de uma dada classe provém – além de sua situação e posição na estrutura social – também dos resultados dessas interações e inter-relacionamentos efetuados pelos indivíduos ou agentes sociais.

Essas relações simbólicas acabam exprimindo diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em *distinções significantes*. É a independência relativa do sistema de atos e procedimentos expressivos, das *marcas de distinção*, graças as quais os sujeitos sociais exprimem, e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros, sua posição na estrutura social – e a relação que eles mantêm com esta posição – operando sobre os “valores” – no sentido dos lingüistas – necessariamente vinculados à posição de classe, uma duplicação expressiva que autoriza a autonomização metodológica de uma ordem propriamente cultural.

Essa ordem econômica e social, assim expressa sistematicamente pode, desta forma, ser legitimamente constituída e tratada como sistema e, conseqüentemente, tornar-se objeto de uma apreensão estrutural, onde as diferenças de segunda ordem como as marcas de distinção – expressando valores de posição vinculados a cada posição (nível) na estrutura social – dependem das atitudes que os agentes desenvolvem e adotam – educação vinculada à sua condição e posição na estrutura social – para apropriar-se dessas marcas simbólicas de valores.

Portanto, à indagação da existência ou inexistência de classes sociais, enfim, à indagação se a classe social seria uma categoria científica e analítica ou ordinária e vulgar – pertencente ao plano de entendimento senso comum –, é preciso ser crítico quanto à própria maneira de formular o questionamento sobre a classe social, a fim de não reduzir o problema a uma solução de simples escolha fundada em alguns poucos argumentos do senso comum.

Assim, anterior à essa indagação, há um problema prévio, vale dizer, o problema do conhecimento – como se constrói ele e, mais precisamente, como se constrói uma verdade sobre a realidade das classes sociais – especialmente considerando a situação muito peculiar de que o objeto deste conhecimento é feito *pelos/para* – simultaneamente – os sujeitos que o conhecem. Nesse sentido epistemológico, verifica-se que a sociologia muito utiliza as oposições comuns em suas construções teóricas, os denominados “pares conceituais” ou “pares epistemológicos” – na designação de Bachelard –, para marcar um dado conhecimento

erudito sobre o mundo, pois, construídas pela realidade social – expressões construídas a partir do senso comum cotidiano –, são natural e inconscientemente utilizados para construir a realidade social de forma científica, o que dificulta muito o alcance da verdadeira sociologia científica.

Uma de suas antinomias fundamentais é a oposição entre subjetivismo e objetivismo – também conhecidos mais contemporaneamente pelas expressões estruturalismo e construtivismo – que, grosso modo, pode ser assinalada da seguinte forma: do ponto de vista objetivista – conforme Durkheim –, os agentes sociais são tratados como coisas, classificados como objetos, sendo que alcançar cientificamente essa classificação objetiva pressupõe uma ruptura com as classificações subjetivas ingênuas, tidas como prenoções e ideologias; entretanto, do ponto de vista subjetivo – conforme a fenomenologia, a etnometodologia e a sociologia construtivista –, os agentes sociais constroem a realidade social, entendida aqui como o produto da agregação desses atos individuais de construção ou edificação de mundo social, sendo que não há necessidade de ruptura com a experiência social primária, uma vez que a tarefa da sociologia se reduz a oferecer um relato de relatos.

Para compreender a verdade que se constrói sobre a classe social, é preciso verificar que, de fato, esta é uma falsa oposição; na realidade, os agentes sociais são classificados e classificadores, mas eles classificam de acordo com sua posição nas classificações ou, resumindo, eles são marcados por um ponto de vista, que possui ao mesmo tempo uma faceta subjetivista e uma faceta objetivista: o ponto de vista em sua faceta subjetiva indica que ele é uma visão subjetiva – pessoal – e parcial do mundo social e suas divisões ou classificações; o ponto de vista em sua faceta objetiva é um panorama, tomado e marcado a partir de um ponto da estrutura social, de uma posição determinada no espaço social objetivo e que condiciona a visão de mundo e divisão de um agente social ali posicionado.

O ponto de vista objetivo permite suplantar a visão de classe social como comumente é concebida – por um lado, classe social não existiria realmente, sendo apenas uma realidade teórica; por outro lado, ela seria uma realidade de fato e existente concretamente, inclusive teoricamente; por um lado, ela seria uma categoria apenas científica, e por outro lado, ela seria uma categoria antes de tudo vulgar – do senso comum – enfim, por um lado, classes sociais não existiriam, por outro, elas existiriam efetivamente na sociedade.

Diante disso, mais fecundo heurísticamente, ao invés de tratar sobre classes sociais conforme esses pares dicotômicos, é passar a tratar de espaço social – uma construção teórica com muita correspondência na realidade, revelando a distribuição de um capital entre diferenciados agentes, localizados em posições diferentes nesse mesmo espaço, mas que

revelaria outras facetas acerca da classe social, inclusive sua condição de probabilidade existencial, entre outras conseqüências – e, decorrente dessa mirada epistemológica, voltar-se para explicar o fenômeno das classes sociais como uma construção teórica muito bem fundada, bem como de que forma ela existiria no mundo social.

Para a indagação se as classes sociais seriam uma construção meramente teórica ou uma realidade de fato, trata-se ela de um eufemismo para uma questão mais política, qual seja, se efetivamente existiriam classes sociais na sociedade, questionamento direto esse que emerge na mesma objetividade do mundo social e das lutas sociais que tem lugar nesse mundo. Foi o marxismo – e os movimentos que o seguiram sob sua inspiração – que estabeleceu a divisão social em classes sociais como um dos maiores princípios de divisão do campo político.

Em princípio, qualquer resposta para as perguntas acima pode revelar a escolha política do pesquisador, reforçada pelo fato de que ela geralmente fica circunscrita a dois possíveis posicionamentos sobre a existência de classe e que corresponderia, por sua vez, a duas prováveis posturas sobre o modo de conhecimento – realista ou construtivista – que resultariam como produto a noção de classe. Assim, aqueles que afirmam a existência das classes sociais, tendem a adotar uma postura realista de construção de conhecimento, e caso encontrem-se empiricamente inclinados, eles determinarão empiricamente as propriedades e limites das diversas classes, às vezes expressando individualmente os membros de cada classe.

Diferente a esse posicionamento, opõe-se muito freqüentemente outra corrente, em especial por sociólogos conservadores, que afirma a idéia de que classes sociais são apenas construções do cientista, não tendo absolutamente nenhuma correspondência na realidade, sendo que qualquer intenção de demonstrar a existência de classes, através de verificações empíricas de indicadores objetivos de posição social ou mesmo dados econômicos, irá esbarrar no fato de que é impossível localizar, no mundo real, descontinuidades – divisões – claras entre os diferentes agentes; por exemplo, o rendimento, como a maioria das propriedades vinculadas ao indivíduo, revela uma distribuição contínua, de forma que qualquer categoria à parte – destacada – que se possa construir sobre sua base, acabará se revelando um mero e simples artifício estatístico; a dificuldade de traçar uma linha divisória que distinga precisamente na sociedade o que é ser rico e o que é ser pobre – quem é rico e quem é pobre –, é a mesma que busca diferenciar o que é um jovem e o que é um velho, assim como qual linha divisória que distingue socialmente um homem de uma mulher. Evidentemente que esse posicionamento, ou esta fórmula, é muito adequado e de grande

interesse e deleite daquelas pessoas – inclusive sociólogos – que desejam convencer a si mesmos e aos outros que as diferenças sociais não existem ou estariam enfraquecendo – aburguesamento da classe trabalhadora; homogeneização da sociedade –, argumentando que não existe nenhum princípio dominante de diferenciação em curso na sociedade.

Tanto um posicionamento quanto outro – de um lado classes existiriam constituídas na própria realidade objetiva do mundo social e, de outro, classes seriam simples artifícios teóricos (acadêmicos ou do senso comum) obtidos por um recorte arbitrário do indiferenciado *continuum* do mundo social –, têm algo em comum e que os identifica, vale dizer, ambos posicionamentos aceitam como pressuposto natural nessa construção de conhecimento, a filosofia substancialista, onde a realidade é conhecida e reconhecida naquilo que vem ao encontro e é oferecida diretamente para a intuição da experiência ordinária e, nesse caso, reivindicando ao mesmo tempo a afirmação e negação das classes sociais.

Entretanto, quando se adota o modo de pensamento relacional ou estrutural, onde o real não é identificado com substâncias, mas com as relações, por isso – transportando tal concepção para a sociologia – começa-se a vislumbrar a realidade social como uma série de relações invisíveis, mas que constituem um espaço de posições onde sua propriedade fundamental é a recíproca externalidade dos objetos que encerra, vale dizer, posições que, pelas próprias posições e distâncias que mantêm entre si, bem como as relações que mantêm objetivamente entre si, revelam um realismo de relações, onde a realidade passa a ser a própria estrutura social, mas tomada por uma mirada – um ponto de vista – como um conjunto de relações constantes que estão muitas vezes invisíveis, obscurecidas pelas realidades das experiências sensíveis ordinárias e pelos indivíduos presos ao realismo substancialista.

Então, sob esse viés, é possível afirmar que não existem classes sociais como grupos homogêneos de indivíduos, distinguidos entre si por um ponto de vista – princípio de visão e divisão de mundo – econômico e social, constituídos objetivamente em grupos, entretanto, certamente existe um espaço de diferenças que está fundado num princípio de diferenciação – distinção – econômico e social. Do ponto de vista do rigor científico, o que efetivamente existe não são classes sociais tal como entendem o modo de pensar realista, substancialista e empirista – adotado paradoxalmente (uma verdadeira aporia) por oponentes e proponentes da existência da classe –, mas um verdadeiro espaço social com suas propriedades fundamentais ditadas pelas relações externalizadas objetivamente e reciprocamente pelos ocupantes desse espaço.

Por isso, o papel da ciência social é construir o espaço que permite explicar ou predizer o maior número possível de diferenças observáveis entre os indivíduos ou, por outras

palavras, que permita determinar os principais princípios de diferenciação – distinção – necessários ou suficientes para explicar ou prever a totalidade das características observáveis num determinado conjunto de indivíduos.

O mundo social, assim, torna-se um espaço multidimensional que pode ser construído através de pesquisas empíricas, que buscam descobrir os principais fatores de diferenciação que fundamentam as diferenças observáveis num determinado universo social ou, em outras palavras, descobrindo os *poderes* ou *formas de capital* que são e podem chegar a ser eficientes – como trunfos num jogo – neste universo particular, vale dizer, na luta – disputa ou competição – pela apropriação dos bens escassos que tem lugar nesse universo, enfim, uma específica economia do espaço social. Diante disso, verifica-se que a estrutura desse espaço social é dada pela distribuição dos diferentes formas de capital, ou seja, pela distribuição das propriedades significativas que estão vivas e atuantes no universo estudado, propriedades essas capazes de outorgar força, poder e proveito aos seus detentores.

Se forem consideradas as sociedades diferenciadas tidas como desenvolvidas, especificamente a francesa e a norte-americana, Pierre Bourdieu constata, através das suas pesquisas empíricas, que os poderes sociais fundamentais são hierarquicamente assim distribuídos: em primeiro lugar, o capital econômico, em suas diversas espécies; em segundo lugar, o capital cultural, ou capital informacional, em seus diversos tipos; em terceiro lugar, duas formas de capital que estão fortemente relacionadas, que consiste no (a) capital social, como um recursos fundados em inter-relacionamentos e pertencimento num grupo social, e no (b) capital simbólico, que é a forma que adotam os diferentes tipos de capital, a partir do momento que são percebido e reconhecidos como legítimos.

Assim, os diferentes agentes sociais estão distribuídos nos diferentes espaços sociais conforme algumas dimensões: numa primeira dimensão, de acordo com o volume global do capital – conjunto de capitais – possuído; numa segunda dimensão, segundo a composição do capital, isto é, segundo o peso relativo dos diversos tipos de capital na totalidade ou conjunto do capital possuído, especialmente o econômico e o cultural; numa terceira dimensão, segundo a evolução dada no tempo do volume e composição do conjunto do capital, enfim, de acordo com sua trajetória no espaço social.

Os agentes e os grupos de agentes estão todos destinados a ocupar uma posição nesse espaço social, mais precisamente, uma situação ou uma classe determinada de posições próximas, por exemplo, uma área particular nesse espaço, sendo definidos por sua posição relativa em termos de coordenadas num sistema multidimensional de coordenadas, cujos valores correspondem aos valores das diversas variáveis pertinentes – por exemplo, a

ocupação de uma posição implica geralmente numa identificação de uma virtude e um indicador econômico de posição no espaço social, fornecendo informações importantes sobre os efeitos mais gerais por ocupar uma dada posição no espaço social, como a natureza do trabalho/profissão que exerce; o entorno de suas atividades, com suas especificidades culturais, organizativas etc.

Nesse ponto, é preciso ao pesquisador tomar um especial cuidado, uma vez que é muito provável ele enxergar e interpretar o produto do modo relacional de pensar a sociedade de forma realista ou substancialista, vale dizer, as “classes sociais”, como classes lógicas – construções analíticas obtidas dividindo-se teoricamente um espaço social –, passarem a ser vistas como grupos reais objetivamente constituídos. Entretanto, apesar de quanto mais exata for a construção teórica das classes teóricas, e maior a possibilidade de assim serem percebidas como grupos reais, o que é verdadeiro e correto, no limite, é afirmar o fato de que essas classes estão fundadas em princípios de diferenciação que são os mais efetivos na realidade social – produzem efeitos concretos de distinção no seio social, por exemplo, os mais capazes de proporcionar a explicação mais completa do maior número de diferenças observáveis entre os agentes – e que a construção do espaço social é nada mais, nada menos, do que o fundamento de uma divisão ou diferenciação dentro das classes, que não passam de construções analíticas, porém construções muito bem fundadas na realidade concreta – *cum fundamento in re*.

Como conjunto de princípios comuns que medem a distância relativa entre os indivíduos, o cientista adquire o meio de reagrupar os indivíduos em classes – lógicas/teóricas – de tal forma que os agentes da mesma classe acabam sendo os mais parecidos possíveis no maior número possíveis de aspectos – tanto maior quanto mais amplo é o número de classes assim definido, bem como a área que ocupam no espaço social seja pequena –, de tal forma que os perfis de classes assim obtidas seja as mais distintas possíveis umas das outras ou, em outras palavras, esse conjunto de princípios comuns de distinção social – princípios de visão de divisão de mundo – assegura a possibilidade de obter a maior separação – divisão/distinção – possível entre as classes, por alcançar distinguir com mais precisão classes centradas na maior homogeneidade possível.

Trata-se de um paradoxo, mas o próprio meio utilizado para construir e exibir o espaço social tem a tendência de afastar dos sentidos e razão do pesquisador as verdades desse espaço; as diferentes populações que são necessárias constituir para objetivar as posições que ocupam, tendem a ocultar essas posições. O espaço é construído de tal forma que quanto mais próximos os agentes – individualmente – se encontrem nele localizados, maior é a

probabilidade do número de propriedades comuns entre eles, sendo o inverso também verdadeiro, ou seja, quanto mais distantes estiverem uns dos outros, menor será o número de propriedades comuns que terão entre si.

Assim, os agentes que ocupam posições vizinhas no espaço social são colocados em condições parecidas, portanto, estão sujeitos a similares fatores condicionantes, tendo todas as probabilidades ou possibilidades de possuírem disposições – *habitus* – e interesses semelhantes, bem como produzir práticas e representações de uma espécie similar; aqueles que ocupam uma mesma posição possuem todas as possibilidades de trazerem consigo os mesmos *habitus*, pelo menos até o ponto onde as trajetórias que os levaram até as posições ocupadas são as mesmas ou similares.

As disposições adquiridas na posição ocupada implicam um ajuste a essa posição, vale dizer, os agentes incorporam uma atitude social de conhecimento do que pode ser denominado por “sentido da posição de alguém” – o devido lugar de cada um – dentro do espaço social. Numa situação de interação social, esse sentido de posição do agente no espaço social acaba conduzindo – ou direcionando – aquelas pessoas que são classificadas como “gente humilde” ou “pessoas comuns do povo” – “povão” – a permanecerem humildemente em seu – “devido” – lugar, enquanto que conduzem os demais a “manterem a distância” ou “manterem sua posição na vida”.

É preciso assinalar que essas estratégias sociais podem ser totalmente inconscientes e tomar a forma do que comumente se denomina por timidez ou arrogância. De fato, verifica-se que tais distâncias sociais acabam sendo inscritas no corpo do agente; todos *habitus* implica em marcar o agente com comportamentos mesmo inconscientes – vestir, maneira de falar, andar etc. –; assim, as distâncias sociais objetivas acabam tendendo a reproduzir-se na experiência subjetiva – pessoal de cada agente – da distância, vale dizer, as distâncias entre os agentes no espaço social são associadas a uma oposição – aversão, antipatia, repulsa – ou uma falta de compreensão, entretanto, a proximidade entre os agentes numa dada posição espacial é vivida e compreendida como um a forma mais ou menos inconsciente de cumplicidade.

Mas esse sentido da devida posição social de alguém, em realidade tem o efeito de marcar o sentido da posição social do outro e, juntamente com as afinidades do *habitus* vivido, que se manifesta em forma de atração ou repulsão pessoal, se encontra a origem de todos os processos de cooptação, amizade, amor, associação etc., e, deste modo, proporciona o princípio de todas as alianças e inter-relacionamentos duradouros, incluindo as relações legalmente sancionadas.

Desta forma, ainda que a classes lógicas, como uma construção analítica fundada na realidade, não seja nada mais que o conjunto de ocupantes de uma mesma posição social no espaço social, verifica-se que estes agentes, enquanto tais, estão submetidos, em sua existência social, aos efeitos da condição e dos condicionantes que correspondem à sua posição nesse espaço que pode ser definida de duas formas: intrinsecamente, vale dizer, por um certo tipo de condições materiais de existência, de experiências primevas – primárias – no mundo social etc.; relacionalmente, vale dizer, por suas relações com outras posições, por exemplo, se localizando acima ou abaixo delas, ou entre elas, tal qual aquelas posições de meio, intermediárias, neutras, nem dominantes, nem dominadas.

O efeito homogeneizante de condicionantes homogêneos está na base daquelas disposições que favorecem o desenvolvimento das relações formais ou informais – como a homogamia –, e que tendem a incrementar esta mesma homogeneidade; portanto, as classes construídas teoricamente aglutinam agentes que, estando sujeitos a condições similares, tendem a unirem-se uns aos outros e, como resultado, inclinam-se a se reunirem na ordem prática da vida, para associarem-se como grupo prático e, assim, reforçar seus pontos comuns de união.

Para resumir, as classes sociais construídas – teóricas –, de certo modo podem ser caracterizadas como um conjunto de agentes que, pelo fato de ocuparem posições similares no espaço social – isto é, na distribuição dos poderes ou capitais –, estão sujeitos a condições similares de existência e aos fatores sociais condicionantes dessa existência, sendo que, como resultado, ficam dotados de disposições similares que os conduzem a desenvolver práticas sociais similares. Nesse sentido, tais classes reúnem todos os requisitos de uma taxionomia científica, ao mesmo tempo preditiva e descritiva, que permite ao cientista obter a maior informações possível dos comportamentos, com o menor custo possível, vale dizer, as categorias sociais obtidas pela divisão de conjuntos sociais caracterizados pela similitude de suas condições ocupacionais num espaço tomado em sua dimensão tridimensional, possuem uma capacidade preditiva muito alta, em troca de um gasto cognitivo relativamente pequeno, uma vez que nesse modelo cognitivo e interpretativo do espaço social, passa a ser necessária uma quantidade de informação relativamente pequena para determinar a posição nesse espaço, bastando apenas três coordenadas para verificar uma dada posição social: volume global de capital; composição do capital; e trajetória social, como evolução no tempo do volume e composição do capital do agente.

Este uso da noção da classe é inseparável da ambição de descrever e classificar os agentes sociais e suas condições de existência social, de tal modo que a divisão de espaço

social em classes possa dar conta das diversas variações que as práticas concretas acabam por revelar. Este projeto já foi manifestado de forma particularmente lúcida por Maurice Halbwachs, cujo livro publicado em 1955 sob o título *Esquisse d'une Psychologie des Classes Sociales*, surgiu pela primeira vez em 1938, uma década inteira antes do influente volume de Richard Centers sobre *The Psychology of Social Classes* nos Estados Unidos, sob o revelador subtítulo: “Motivos dominantes que orientam a atividade individual na sociedade”. Ao reunir num conjunto os agentes caracterizados pelas “mesmas condições coletivas e permanentes”, como escreveu Halbwachs, busca Pierre Bourdieu tentar explicar e prever as práticas das diversas categorias ali constituídas.

Nesse ponto poder-se-ia ir mais longe e, a partir dessa mesma compreensão objetiva do mundo social, postular, conforme Karl Marx fez, que as classes teóricas são classes reais, grupos reais de indivíduos movidos pela consciência da identidade de sua condição e interesses, uma consciência que simultaneamente os une e os opõe a outras classes. De fato, a tradição marxista comete o mesmo engano teórico que o próprio Marx acusou que Hegel cometera, vale dizer, ao equiparar as classes construídas que somente existem como tais no papel, com as classes reais constituídas em forma de grupos mobilizados que possuem autoconsciência absoluta e real, a tradição marxista acabou por confundir as coisas da lógica com a lógica das coisas.

A ilusão que impulsiona a crer que as classes teóricas são automaticamente classes reais – grupos conformados por indivíduos unidos pela consciência e conhecimento de sua condição comum e prontos e dispostos para mobilizarem-se em busca de seus interesses comuns – apóia-se de várias formas. Nesse sentido, é possível invocar o efeito mecânico produzido a partir da identidade de condições sociais que atinge um grupo social, que, por presunção, deve ou acaba impor-se inevitavelmente com o tempo; também seria lícito invocar o efeito de uma “tomada de consciência” de um conjunto de agentes como grupo comum, concebida como realização da verdade objetiva do mundo social; também seria aceitável invocar qualquer tipo de combinação entre essas duas vertentes para justificar a ilusão das classes teóricas como classes reais. Entretanto, a melhor hipótese explicativa parece ser aquela a indicar que a ilusão conseguiria encontrar o seu fundamento na ação de reconciliação – produzida sob a condução iluminada do Partido enquanto aparelho – entre a visão popular – ordinária e vulgar – e a acadêmica, de modo que, ao final, a construção analítica é transformada em uma categoria do senso comum.

A ilusão teórica que acaba outorgando realidade às abstrações, dissimula toda uma série de problemas maiores, aqueles que a própria construção das classes teóricas, fundadas

solidamente, permite ao pesquisador delinear e estabelecer quando estão controladas epistemologicamente, ou seja, a de que uma classe teórica ou uma “classe no papel” é possível ser considerada como uma classe real *provável*, ou como a *probabilidade de uma classe real*, cujos componentes – agentes – podem se aproximar e se mobilizar – porém não estão realmente mobilizados – com base em suas semelhanças de interesses e disposições; deste modo, o espaço social pode ser construído como uma estrutura de probabilidades voltada para unir ou separar indivíduos, uma estrutura de afinidades ou aversão – oposição – entre os diferentes agentes sociais, contudo, subsiste presente nos fatos, contrariamente ao que assume a teoria marxista, que a movimentação da probabilidade para a realidade, a movimentação da classe teórica para a classe prática, jamais se realiza.

Isso ocorre porque se tal movimento se fundamenta com a consciência ou inconsciência que os agentes possuem sobre “o sentido da devida posição social de alguém” e pelas afinidades dos *habitus*, é preciso acrescentar que os princípios de visão e divisão do mundo social, que trabalham para a construção das classes teóricas na realidade concreta dos fatos, disputam com outros princípios presentes e atuantes socialmente, como, por exemplo, princípios étnicos, raciais ou nacionais e, mais concretamente ainda, com os princípios impostos pela experiência cotidiana ou ordinária das divisões e rivalidades ocupacionais – profissionais –, e das vivências comunitárias em suas diversas dimensões.

Ademais, mesmo que a perspectiva adotada para a construção das classes teóricas seja a mais “realista” possível, por se apoiar sobre princípios reais subjacentes nas práticas sociais, é preciso admitir que isto não se impõem, por si só – e de maneira evidente –, sobre os diferentes agentes sociais; a representação individual e coletiva, que os agentes têm a possibilidade de formar acerca do mundo social e de seu lugar nele, pode muito bem estar construída de acordo com categorias totalmente diferentes, ainda mais considerando a possibilidade desses agentes, em suas práticas diárias, estarem obedecendo a leis imanentes desse universo social, através da mediação – filtro – de seu próprio sentido – suas categorias totalmente diferentes – acerca do lugar que ocupam.

Quando se afirma que as ações e interações sociais entre os agentes e grupos de agentes podem ser deduzidas, de certo modo, pela análise das estruturas sociais – verificação do espaço social e seus princípios (diferentes capitais) de visão e divisão de mundo –, está-se abrindo mão e não se leva em conta – renuncia – a questão do *movimento do grupo teórico em direção ao grupo prático*, vale dizer, a questão das políticas e do trabalho político necessário para impor um princípio de visão e divisão do mundo social, ainda mais quando o princípio está muito bem fundado na realidade.

Desta forma, quando se mantém uma categórica e terminante distinção entre a lógica das coisas e as coisas da lógica, inclusive àquelas que estão bem ajustadas à lógica das coisas – como as classes teóricas bem fundamentadas – é possível estabelecer várias proposições, entre elas: que as classes realizadas e mobilizadas pela/para batalha de classes, “classes em luta” – como considerou Marx –, não existem concretamente; que as classes teóricas podem consentir em tomar uma forma definitiva de existência somente ao custo de um trabalho específico, onde a produção especialmente teórica de uma representação das divisões sociais é um elemento decisivo; que para esse trabalho político ter êxito, é necessário que ele esteja munido e preparado com uma teoria muito bem fundada na realidade, pois, nesse caso, o efeito que esta teoria tem possibilidade de exercer sobre os agentes é muito poderoso, uma vez que o que a teoria faz ver e crer a alguém está muito presente na realidade mesma, em estado potencial.

Desta forma, uma teoria adequado sobre as classes sociais – e seus limites – possibilita estabelecer que o trabalho político voltado para produzir classes sociais em forma de instituições objetivas – expressadas e constituídas por órgãos permanentes de representação, siglas, e definições – possui sua lógica própria e específica, que não deixa de ser a lógica própria de toda produção marcadamente simbólica, sendo que esse trabalho político de formação de classe terá possibilidade de ser bem sucedido, na medida em que os agentes – do grupo cuja unidade se pretende fixar – estejam mais próximos uns dos outros no espaço social e, portanto, pertençam à mesma classe teórica.

Os grupos sociais não estão previamente e definitivamente fundados na realidade, mesmo que se verifique no seio social a realidade de diferentes conjuntos de agentes que possam ter afinidades fundadas por ocupações profissionais – como se verifica nas sociedades atuais capitalistas – ou mesmo por fundamento genealógico – como já pôde ser verificado nas sociedades pré-capitalistas. E isso vale também nos casos onde um conjunto de agentes sociais acabe se apresentando a si mesmo com pretensão de eternidade, caso típico e característico onde se cunha uma naturalização da história – tal conjunto de agentes é sempre produto de um complexo trabalho histórico de construção, que na versão mais moderna é o que se apresenta na França em relação aos engenheiros e executivos, ou a classe dirigente.

A classe trabalhadora, tal como é percebida atualmente através das palavras ou expressões que são utilizadas para designá-la comumente – classes trabalhadora, proletariado, trabalhadores, trabalho etc. –, bem como através das organizações que as representam – com suas siglas, funções, órgãos, emblemas, bandeiras etc. –, é, em realidade, um artifício histórico bem fundado, da mesma forma que a religião é uma ilusão bem fundada; no mesmo

sentido os denominados grupos de terceira idade são uma genuína invenção histórica, nascida pela ação de grupos de interesse e sancionada – legitimada – até mesmo mediante consagração legal. A própria família, na forma nuclear como é conhecida atualmente, é a que melhor pode ser descrita com produto de uma ação histórico-cultural – também sancionada por disposições legais – de uma série de agentes e instituições como, por exemplo, lobbies da área de planificação e políticas familiares.

Por isso, as classes sociais – mais precisamente, a classe a que alguém se refere tacitamente quando fala de classes sociais –, especialmente a “classe trabalhadora”, existe de maneira suficiente para estabelecer – ou pelo menos rechaçar – sua existência, inclusive nas esferas acadêmicas mais rígidas, se pelo menos for levado em conta a verdade de que todo espectro de agentes históricos – a começar pelos cientistas sociais como Marx – já conseguiram êxito em transformar uma construção analítica em uma categoria do senso comum, vale dizer, numa daquelas reais ficções sociais, impecavelmente produzidas e reproduzidas pela magia da crença social.

Até esse momento, foi vista a análise do ponto de vista objetivo da questão acerca da perspectiva prática e teórica que tomam os agentes sociais na construção do seu espaço social, especificamente de como constroem a visão de classe na sociedade, análise essa que permite suplantar a visão de classe social como comumente é concebida; ao invés de tratar sobre classes sociais, passa-se a tratar de espaço social – uma construção teórica com muito mais correspondência na realidade, especialmente com uma fecundidade teórica para explicar as verdades concretas do mundo social, revelando a distribuição de um capital entre diferenciados agentes, localizados em posições diferentes nesse espaço social, revelando também outras facetas acerca do que se pode denominar por classe social, inclusive sua condição de probabilidade existencial, entre outras conseqüências. A partir de agora, passa-se a desenvolver a análise do ponto de vista subjetivo, e como podem e devem ser interpretadas as suas conclusões analíticas acerca da classe sociais que dele emergem.

O momento subjetivo – ponto de vista subjetivo – trata do campo de forças e do campo de lutas no trabalho de produção das classes sociais. Ora, a existência ou inexistência de classes é uma das mais importantes apostas que se faz na luta política que se trava na sociedade. Qualquer grupo ou coletivo de agentes que tenham uma base econômica e social – grupos profissionais ou “classes” –, são construções simbólicas orientadas pela busca de interesses individuais e coletivos – especialmente a busca dos interesses específicos dos seus porta-vozes. O cientista social trabalha com um objeto onde ele mesmo é objeto e sujeito das lutas cognitivas que envolvem e referido objeto, não somente lutas e competição – disputas –

entre acadêmicos, mas disputas entre os leigos e, entre estes, lutas entre os diversos profissionais envolvidos na fixação legítima da representação do mundo social. Desta forma, o cientista social pode ficar propenso a instituir-se com um referente, capaz de julgar com máxima autoridade construções sociais rivais, entre essas, teorias claramente populares – ordinárias ou do senso comum – que ele exclui de seu discurso teórico, sem dar-se conta de que são parte e parcela integrantes da realidade social e que, até certo ponto, são parte integrante da realidade do mundo social.

Esse epistemocentrismo teórico faz esquecer que os critérios que são utilizados para a construção do espaço social objetivo, e as classificações bem fundadas que esses critérios tornam possíveis, são também instrumentos – verdadeiras armas ou instrumentos de luta – e apostas na luta pela classificação e que, por sua vez, determina a construção ou desconstrução das classificações vigentes e em curso na sociedade; assim, por exemplo, o valor relativo das diferentes espécies de capital, econômico e cultural, ou entre os diversos tipos de capital cultural, capital econômico-legal e capital científico, é constantemente colocado em questão e revalorizado, mediante lutas voltadas para inflar ou desinflar o valor de um ou outro tipo de capital – numa sociedade como a norte-americana, por exemplo, é possível verificar como se alteraram ao longo do tempo os valores relativos (no plano econômico, social e simbólico) de determinadas posses de títulos acadêmicos, bens de econômicos etc. Diversos critérios usados na análise científica como instrumentos de conhecimento, incluindo os considerados como mais neutros e aqueles que são tidos como mais naturais – tais como a idade e o sexo – em realidade funcionam na prática como verdadeiros esquemas de classificação, como velho/jovem, paleo/neo etc.

As representações que os agentes produzem para fazer frente às exigências da existência cotidiana, particularmente os nomes dos grupos e todo vocabulário disponível para nomear e pensar o social, devem sua lógica específica – estritamente prática – ao fato de que são frequentemente polêmicas e invariavelmente orientadas por considerações práticas; daí resulta que as classificações práticas nunca são totalmente coerentes ou lógicas no sentido da lógica – filosófica ou científica –, necessariamente carregando em si um grau de desajuste – desacerto – se for considerado o que necessariamente devem permanecer como classificações “práticas” ou convenientes.

Uma operação de classificação depende da função prática que cumpre, podendo se apoiar em diferentes critérios – conforme a situação se apresente –, portanto, podendo produzir taxionomias altamente variáveis; pelas mesmas razões, uma classificação pode atuar em níveis de agregação ou de conjunto classificatório que podem se alterar ou serem

(re)convertidos. O mais alto nível de agregação será produzido quando a classificação for aplicada numa região distante do espaço social – a partir do próprio observador –, ou seja, menos conhecida, da mesma forma que a percepção que um habitante da cidade possui sobre as árvores é menos claramente diferenciada – distinguida – do que aquela percepção que possui um habitante do campo.

Além disso, outro caso de uso classificatório é quando os diferentes agentes sociais costumam utilizar-se de figuras tipificadas de uma dada posição na estrutura do espaço social, com a qual estão mais familiarizados, para estabelecer as demais diferentes posições sociais, dos outros diferentes agentes sociais, no mesmo espaço social, observando-se que, ao assim procederem, estarão agindo da mesma forma que os *experts*, que classificam as pinturas obedecendo as características mais gerais – ou do membro arquetipo – da categoria em análise, ao invés de esquadrihar todos os membros individuais da categoria, ou mesmo considerar todos os critérios formais requeridos para determinar que um dado objeto pertence a uma dada categoria artística.

É possível ir mais além – e é um dever do cientista social assim proceder – do que a marcada e assentada oposição entre a visão, por um lado, realista, objetiva ou estruturalista e, por outro lado, a visão construtivista, subjetiva ou espontaneísta. Para compreender o mundo social em sua verdade, qualquer teoria do universo social deve necessariamente incluir a representação que os agentes possuem do mundo social e, especialmente, a contribuição que eles dão para construção da visão desse mundo e, conseqüentemente, a própria construção desse mundo. Assim, é preciso ter sempre em conta esse trabalho simbólico de edificação de grupos, de elaboração de grupos; é por via desse trabalho de representação sem fim – em todos os sentidos que a expressão comporta –, que os agentes sociais procuram impor sua visão de mundo – ou a visão de sua própria posição nesse mundo – e definir sua própria identidade.

Desta forma, a teoria que se proponha interpretar o espaço social deve ter como uma verdade indiscutível que a verdade do mundo social é sempre o resultado – e também, objetivo, finalidade, alvo, propósito – de uma luta e, da mesma forma, reconhecer que, dependendo da posição que ocupa no espaço social – vale dizer, na distribuição dos diferentes tipos de capital –, os diferentes agentes sociais envolvidos nessa luta se encontram sempre desigualmente munidos na batalha para impor sua verdade, possuindo objetivos muito diferentes, inclusive contraditórios.

Por isso, as ideologias, os preconceitos, e teorias populares – ou do senso comum – que a ruptura objetivista precisava primeiramente rechaçar para poder construir o espaço

objetivo das posições sociais, novamente devem ser trazidas – conduzidas – a este modelo da realidade social. Este modelo deve ter em conta, o fato de que o sentido do mundo social não se afirma de uma forma unidirecional e universal – contrariamente do que é afirmado pela ilusão teoricista –, estando sujeito a uma pluralidade de visões, dentro de uma mesma objetividade. A partir de um ponto de vista “objetivo”, a existência de uma pluralidade de visões e divisões de mundo, inclusive antagônicas, deve-se à relativa indeterminação da própria realidade que é oferecida à percepção.

Da perspectiva dos sujeitos que percebem, deve-se a pluralidade dos princípios de visão e divisão disponíveis num dado momento – por exemplo, os princípios de divisão religiosos, étnicos ou nacionais estão expostos e presentes para competir com princípios políticos fundados em critérios econômicos ou ocupacionais (profissionais) –; essa pluralidade é também extraída da diversidade de pontos de vista que favorecem a diversidade de posições, de diferentes pontos do espaço social, onde se localizam aqueles que escolhem ou assumem diversas perspectivas sociais.

De fato, verifica-se que a “realidade” social não se apresenta a si mesma nem como completamente determinada, nem como completamente indeterminada; de certo ângulo e perspectiva, apresenta-se a si mesma como fortemente estruturada, fundamentalmente porque o espaço social se apresenta a si mesmo na forma de agentes e instituições dotados de diferentes propriedades que possuem probabilidades muito desiguais de apresentar-se em combinações. Da mesma forma que os animais com penas possuem maior possibilidade – probabilidade – de também possuírem asas do que os animais com pelos, também as pessoas que possuem um completo domínio de sua linguagem podem ser encontradas, com maior probabilidade, em salas de concertos e museus, do que aquelas que não possuem tal domínio lingüístico; em outras palavras, o espaço social das diferenças objetivas – em relação ao capital econômico ou cultural – encontra expressão num *espaço simbólico* de distinções visíveis, de signos distintivos que são outros tantos símbolos de distinção.

Para os agentes dotados das categorias pertinentes de percepção, por exemplo, de uma intuição prática das homologias – semelhança, equivalência, correspondência – entre o espaço dos signos distintivos e o espaço das posições, as posições sociais são imediatamente percebidas através de suas manifestações mais visíveis – “um intelectual feito”, “nascido e talhado para a política”, “tem o jeito e maneiras de um juiz, enfim, nascido para ser juiz”, e assim por diante –; vale dizer, a especificidade das estratégias simbólicas, em particular, as estratégias que – como ostentação, exibicionismo ou investimentos simbólicos – se utiliza o detentor da autoridade prática das correspondências entre os dois espaços – dos signos

distintivos e das posições – para produzir todo tipo de interferências semânticas, se traduz pela aceitação, na mesma objetividade das práticas ou propriedades percebidas, de uma espécie de imprecisão ou confusão – obscurecimento – semântica que não facilitará a decifração direta dos signos sociais. Inclusive, todas essas estratégias sociais encontrarão uma força adicional no fato de que as combinações das propriedades sociais mais constantes e confiáveis revelarem estar fundadas unicamente em vinculações estatísticas, portanto, se encontrando sujeitas a variações ao longo do tempo.

Entretanto isso não é tudo; apesar de ser certo que os princípios de diferenciação objetivamente mais fortes, como o capital econômico e o cultural, produzirem diferenças nítidas entre os agentes situados nos pólos opostos das distribuições sociais, é preciso considerar que eles são os menos efetivos nas zonas intermediárias do espaço social em questão, justamente nessas posições médias ou intermediárias do espaço social, onde é maior a ambigüidade da relação entre práticas e posições, e onde o espaço aberto a estratégias simbólicas destinadas a encobrir esta relação é mais amplo.

Diante disso, se compreende porque esta região do universo social proporcionou aos teóricos do interacionismo simbólico – notadamente a Erving Goffman –, um campo especialmente apropriado para a observação das diferentes formas de *apresentação de si*, através dos quais os agentes se esforçam por construir sua identidade social; devem ser aqui acrescentadas, as estratégias direcionadas para manipular os símbolos mais confiáveis sobre a posição social, aqueles símbolos que os sociólogos acostumaram usar como indicadores, tais como ocupação e origem social. Na França, por exemplo, os educadores das escolas primárias utilizam termos dúbios para designarem-se profissionalmente, de tal forma que tanto podem significar professores da escola primária como professores de instituições universitárias; no mesmo sentido, verifica-se que os bispos – membros do alto clero religioso – e intelectuais possuem a tendência de omitir suas origens sociais, ao contrário de outras categorias que fazem questão de acentuar exageradamente as suas origens sociais.

E seguindo essa mesma linha de raciocínio, também poderiam ser mencionadas todas as categorias sociais que são utilizadas para manipular relações de pertencimento grupal, seja familiar, étnica, religiosa, política, ocupacional – profissional – ou sexual, para mostrá-las ou encobri-las segundo os interesses práticos e as funções definidas em cada caso ou situação concreta que se apresente, aproveitando-se, desta forma, e de acordo com a conveniência e oportunidade do momento, as possibilidades que são oferecidas pelo pertencimento simultâneo a uma diversidade de coletivos sociais. Nas sociedades relativamente indiferenciadas – ou pré-capitalistas –, essas estratégias possuem o seu equivalente na

manifestação das diferentes formas em que os agentes sociais se aproveitam e julgam – decidem – de acordo com filiações genealógicas, familiares, de clãs e tribos.

Esta manipulação simbólica que é feita pelos diferentes grupos sociais, encontra uma forma paradigmática nos usos que se faz como estratégias políticas no seio social; desta forma, em virtude de sua posição objetiva, situada a meio caminho entre dois pólos extremos do espaço social – permanecendo, assim, num estado de equilíbrio instável e vacilando entre duas alianças opostas –, os ocupantes das posições intermediárias do campo social constituem o objeto de classificações completamente contraditórias, realizadas por aqueles que, na luta política, procuram atraí-los para o seu lado.

Por isso que os executivos ou aqueles profissionais situados na condição de classe dirigente francesa, podem ser considerados como inimigos de classe, nesse caso tratados como servos do capital ou, ao contrário, serem convertidos em classe dominada, portanto, vítimas da exploração. Mas na realidade do mundo social, verifica-se que já não há mais limites claros, enfim, não há mais aberturas – espaços – absolutas como as constatadas no mundo físico; as fronteiras entre as classes teóricas que a pesquisa científica permite construir, com base numa pluralidade de critérios, são similares, metaforicamente assinalando, aos limites entre as nuvens ou numa mata.

Esses limites podem ser concebidos como linhas ou como planos imaginários, assim como a densidade – de árvores ou de vapor d'água – é maior de um lado e menor de outro, ou superior a certo valor de um lado e inferior a certo valor de outro; de fato, a imagem metafórica mais apropriada para descrever a imprecisão reinante para discernir claramente as fronteiras entre classes teóricas, é de uma chama ou labareda cujas margens estão em constante movimento, oscilando em torno de uma linha ou superfície.

Mas a ação concreta voltada para construir grupos – mobilizados ou mobilizáveis –, vale dizer, o conjunto de ações sociais voltadas para institucionalizar uma organização permanente capaz de *representá-los* enquanto grupo real, inclina-se a induzir divisões duradouras e reconhecidas que, na situação extrema – por exemplo, no grau mais alto de objetivação e institucionalização – podem adotar a forma de *fronteiras legais*. Os objetos, no mundo social, sempre encerram em si um grau de indeterminação e ambigüidade, portanto, apresentando um evidente grau de elasticidade semântica; este elemento de incerteza é que proporciona o fundamento para percepções divididas – separadas distintamente – ou antagônicas, bem como construções ou representações sociais que se defrontam entre si e que podem ser objetivadas na forma de instituições concretas e duráveis presentes no seio social.

Uma das maiores apostas nestas lutas sociais é a definição das fronteiras entre os grupos, que é a própria luta pela definição dos grupos, onde, ao assentirem e manifestarem a si mesmos como tais – cada qual como um grupo com uma dada identidade que os define –, podem alcançar a condição de serem forças políticas capazes de impor sua própria visão das divisões – hierarquias, distinções, fronteiras – do mundo social e, deste modo, capazes de assegurar o triunfo de tais disposições e interesses como associadas em sua posição de grupo no espaço social.

Portanto, ao lado das lutas individuais do dia-a-dia, nas quais os agentes sociais contribuem continuamente para mudar o mundo social, esforçando-se para impor uma representação de si mesmos através das próprias estratégias de apresentação que fazem de si mesmos, se localizam, também, as lutas e batalhas coletivas propriamente políticas voltadas para a imposição da legítima visão e divisão do mundo social. Nestas lutas, cujo objetivo final – nas sociedades modernas, ou sociedade diferenciadas capitalistas – é alcançar o poder de nomeação que detém o Estado – por exemplo, alcançar o poder de monopólio da violência simbólica legítima –, os agentes – notadamente, quase sempre especialistas, como os políticos – lutam para impor representações que criam a própria coisa representada, no próprio ato de justificar e demonstrar o que querem fazer valer, desta forma, realizando a magia ou alquimia social de instituir concretamente e fazer existir publicamente e oficialmente algo, pelo simples fato de falar sobre essas coisas sociais.

É desta forma que os agentes – nessas batalhas e suas finalidades sociais últimas – acabam convertendo sua própria visão do mundo social – com os princípios de divisão em que se encontram apoiadas – na própria visão oficial, no *nomos*, o princípio oficial de visão e divisão do mundo social. Nas lutas simbólicas em curso na sociedade – entre agentes e grupos de agentes –, o que está em jogo é a imposição da visão legítima do mundo social, bem como de suas divisões sociais; o poder simbólico, como *poder construtor do mundo*, é o poder de impor e inculcar os princípios de construção da realidade e, em particular, de preservar ou transformar os princípios já estabelecidos de união e separação, de associação ou dissociação já em funcionamento no mundo social – da forma como funcionam conforme as classificações mais usuais sobre temas como gênero, idade, etnicidade, região ou nação –, vale dizer, poder simbólico é essencialmente o *poder sobre as palavras* – socialmente significadas e consagradas – usadas para descrever os grupos ou as instituições que elas procuram representar.

O poder simbólico – cuja forma por excelência é o poder de fazer grupos e de consagrá-los ou instituí-los (concretamente, através dos ritos de instituição, cujo paradigma é

o casamento) – consiste, assim, no poder de transformar o que previamente existia no estado implícito, em algo que passe a ser e existir – pelo trabalho de construção, através das palavras, do poder simbólico – em estado objetivado, público e formal – assim como foi feito com a expressão lingüística e o que denominamos por “constelação”, como grupo de estrelas que existem numa dada região celeste, que apenas começou a existir e passou a ser designada como tal, depois que foi assim culturalmente selecionada e eleita pelo ser humano.

Por isso, quando é aplicada num coletivo social, inclusive num coletivo que pode ser potencialmente definido como uma multidão, o poder realizador da nomeação – quase sempre acompanhado de um poder de representação – emerge como forma instituída, a exemplo de um corpo associativo que até então somente existia como um conjunto imediato de indivíduos justapostos. Observa-se aqui que seria preciso ir mais a fundo e analisar uma outra faceta dessa realização social, qual seja, verificar as implicações do fato de que a luta simbólica entre agentes sociais é, em sua maior parte, levada a cabo por via da mediação de profissionais da representação que, ao atuar como porta-vozes dos grupos cujo serviço colocam sua competência específica, se confrontam entre si num campo social fechado e relativamente autônomo, que é o campo da política.

De uma forma totalmente mudada, o problema da situação ontológica da classe social – e de todos os grupos sociais – novamente emerge; foram os canonistas que indagaram acerca de qual tinha sido o estado ontológico – natureza originária desse ser – disso que em latim medieval foi denominado por *corporatio*, corporação ou corpo constituído. Os canonistas concluíram – tal qual fez Thomas Hobbes, seguindo o mesmo raciocínio a esse respeito – que o grupo representado não seria outra coisa do que aquilo que o representa, vale dizer, o grupo constituído é o fato da representação mesma, no caso, a firma – assinatura – ou a marca característica – cunha, sinal, selo – que autentica a firma, o *sigillum authenticum*, de onde deriva atualmente a sigla, emblema, logotipo, etc.

Entretanto, dentro do mesmo raciocínio, e mais diretamente, o grupo seria o representante, o indivíduo que representa o grupo em todos os sentidos do termo, aquele que o concebe mentalmente e expressa verbalmente pelo coletivo, aquele que o denomina, atuando e falando em seu nome, dando-lhe uma encarnação concreta, personificando-o através de sua própria pessoa; assim, é o indivíduo que, fazendo o grupo visível, fazendo-se ele mesmo visível em lugar do grupo, sobretudo, falando em seu lugar, aquele que o faz existir. Isto se torna mais claro quando o líder, considerado o depositário cabal da crença do grupo, chega a ser objeto de culto a que o próprio grupo se entrega, o denominado “culto da personalidade”.

Em resumo, o significado – grupo – se confunde ou identifica-se com o significante – indivíduo, porta-voz, sede social, o local, o comitê, ou a junta que o representa. Isto é o que os canonistas denominaram por mistério do ministério, mistério esse que pode ser resumido em duas equações: pela primeira, verifica-se o estabelecimento da equivalência entre mandantes e mandatários – a Igreja é o Papa; a função ou posto é o magistrado que o assume; a Secretaria Geral é o Partido que, por sua vez, é a classe; etc. –; pela segunda, estabelece-se que a existência confirmada do mandatário implica a existência do grupo de mandantes – classe; povo; gênero; grupo de idade; etc. Assim, qualquer coletivo social existe se – e somente se – ali se encontra um – ou vários – agente que possa impor-se com a possibilidade razoável de ser tomado a sério como a própria classe, ou povo, ou nação, ou Estado etc., diferentemente do louco que sai pronunciando a todos ser aquele que se identifica com a própria nação.

Por isso, para a questão política de fundo inicialmente formulada, qual seja, se há ou não classes sociais na sociedade, a resposta breve que pode ser dada é que uma “classe”, seja social, étnica, sexual, ou qualquer outra, existe quando se apresentam agentes sociais capazes de impor-se a si mesmos como autorizados a falar e atuar oficialmente em lugar do grupo e em seu nome, sobre aqueles que, reconhecendo-se a si mesmos nesses plenipotenciários, reconhecendo-lhes como dotados de pleno poder para falar e atuar em seu nome, se reconhecem como membros da classe e, desta forma, conferem a ela a única forma de existência que pode possuir um grupo.

Entretanto, para que esta análise seja completa, é necessário revelar que esta lógica de existência por delegação contém em si um desapossamento evidente – o próprio agente, que não o porta-voz, passa a não ter mais a plena liberdade de falar e agir politicamente –, e tal fato se impõe mais violentamente, na medida que os agentes individuais são carecedores de qualquer forma de ação ou expressão individual, quando irão passar de um estado de existência “em série” – ligados por alguma ou outra relação, como uma *collectio personarium plurium* dos canonistas – para um estado de grupo unificado, capaz de falar e atuar como grupo através de um porta-voz dotado de *plena potentia agendi et loquendi*.

Isto significa que a realidade fática social, impõe aos diversos agentes – os agentes estão como que dotados de um destino – diferentes oportunidades de aceder às diversas formas de existência coletiva, dependendo de sua posição no espaço social; alguns estarão predestinados a uma reduzida forma de existência, freqüentemente adquirida ao custo do desapossamento permitido através dos “movimentos”, que supostamente representam o que, neste caso, é denominado por classe, como, por exemplo, a “classe trabalhadora inglesa”; para outros, a probabilidade é que acedam à completa realização de sua singularidade, através da

agregação – sempre eletiva – de agentes de igual privilégio, permitido por cada um desses privilegiados agrupamentos sociais, que são representados – de forma exemplar e paradigmática – pelo grupo restrito de agentes sociais, eleitos ou selecionados entre eles próprios – porta-vozes tais como conselhos de administração, camarilhas acadêmicas etc.

Na luta para construir uma visão de mundo universalmente conhecida e reconhecida, a balança do poder depende do capital simbólico acumulado por aqueles agentes que têm a aspiração de impor as diferentes visões em jogo, na medida em que estas mesmas visões se apoiem na realidade. Isto dá ensejo à pergunta acerca das condições sob as quais as visões dominadas podem ser constituídas e existir; em primeiro lugar, é possível postular que é mais provável o êxito de uma ação voltada para transformar o mundo social quando ela se apoie na realidade. Para isso é preciso verificar que a visão dos dominados se encontram duplamente deformada a esse respeito: em primeiro lugar, constata-se que as categorias de percepção que utilizam diuturnamente se impõem sobre eles através das estruturas objetivas do mundo, sendo que tais estruturas objetivas tendem a fomentar uma espécie de aceitação dóxica de suas categorias de percepção do mundo social, conforme lhes foi destinado; em segundo lugar, verifica-se que os dominantes se esforçam para impor sua própria visão e desenvolver representações que oferecem uma “teodicéia” de seus privilégios, naturalizando-os e tendendo a ser assimilados “naturalmente” pelos próprios dominados.

Contudo, apesar dessa dupla deformação de visão, é preciso considerar que os dominados possuem uma autoridade prática, um conhecimento prático do mundo social, sobre a qual a nomeação pode exercer um efeito teórico, um efeito de revelação para a visão dos dominados; quando está bem fundada na realidade, a nomeação encerra um verdadeiro poder criativo sobre os agentes e seus comportamentos, pois a revelação cria o que já existe, colocando-o num nível diferente, qual seja, o da autoridade teórica. Assim, o mistério do ministério pode exercer um verdadeiro efeito mágico dando poder à verdade: as palavras podem construir as coisas e, presentes e embutidas na simbolização objetivada do grupo que designam, fazem existir como grupos sociais, os coletivos de agentes que já existiam como tal, ainda que apenas em estado potencial.

1.3.10. O DESENCANTAMENTO DO MUNDO OU O CONFLITO ENTRE UM *HABITUS* TRADICIONAL E A NECESSIDADE SOCIAL DE UM NOVO *HABITUS*

De todos os demais específicos textos que foram produzidos para decifrar o específico funcionamento do mundo social em diferentes instâncias ou áreas de específicas de vivências sociais, o estudo de Pierre Bourdieu sobre a introdução e efeitos do sistema econômica capitalista numa sociedade pré-capitalista, como os cabilas da Argélia, é o que mais se aproxima da realidade sócio-cultural e sócio-econômica da América Latina. Trata-se de uma aproximação epistemológica fundamentalmente, uma vez que trata-se de uma das primeiras pesquisas que o sociólogo francês fez durante sua carreira de investigador social, trazendo muitos elementos históricos e de pesquisa de campo sobre uma realidade civilizacional e cultural, que unidos dentro de uma análise que antecipava o que o pesquisador faria posteriormente na França, acabaram revelando de que forma reflexões sobre as diversas relações de significação social, construídas ao longo de um longo tempo, produzem uma racionalidade específica que, frente a necessidade de mudança, pela introdução de novos modos de vida sócio-econômico, incompatíveis com o anterior modo de vida, expõem todas as dificuldades para mudar, e que exige uma negociação cultural e social intensa, revelando as diferentes formas de adaptação do velho *habitus* que ainda não foi abandonado de vez, e o novo *habitus* que não se fixa definitivamente.

Há uma pergunta que é sempre reiterada – já de forma ritualizada – sobre quais seriam os obstáculos culturais que impediriam o desenvolvimento econômico – liberal, mais concretamente o sistema capitalista – de uma sociedade, e a resposta ritual – mais especificamente as opções dos estudos para responder à indagação – sempre tem recaído sobre algo abstrato, que é a racionalização das condutas econômicas, para então concluir e descrever – abstratamente – que as resistências havidas são imputáveis especialmente à herança cultural da sociedade que não permite apreender uma nova racionalização de condutas econômicas, quando não faz recair a responsabilidade sobre a um dos inúmeros aspectos que podem ser elegidos dentro dessa dada cultura, como, por exemplo, a religião escolhida pela sociedade.

Desta forma, são estabelecidas, aclaradas e reiteradas, as razões de todas as omissões e resistências para implantação de um modelo abstrato de racionalidade, tal como a define a teoria econômica. Mas, paradoxalmente, observa-se que a mesma filosofia do desenvolvimento que reduz a antropologia a uma dimensão da economia, produz a ignorância das *condições econômicas* – que são condições sociais – que determinam a adoção de um comportamento econômico “racional”, e pretende que o homem das sociedades pré-

capitalistas acabe se convertendo em homem “desenvolvido” para poder desfrutar das vantagens econômicas de uma economia “desenvolvida”.

Por seu lado, a antropologia cultural também não escapa à abstração, quando justifica como resultado de um simples “contato natural” as transformações que sucedem nas sociedades pré-capitalistas, aquilo que ela comumente costuma descrever como “mudança cultural” ou “aculturação”. Assim, ela ignora que a transformação do sistema dos modelos culturais e dos valores não é o resultado de uma simples combinação lógica entre os modelos importados e os modelos originais, sendo ao mesmo tempo, consequência e condição das transformações econômicas; tal transformação só se realiza pela medição da experiência e da prática de indivíduos diferentemente situados em relação ao sistema econômico.

Por exemplo, dentro da sociedade camponesa, à primeira vista mais homogênea, a análise estatística pode detectar diferenças nas disposições econômicas – *habitus* – que podem ser referidas a diferenças existentes nas condições econômicas havidas entre eles, porque a economia monetária e o sistema das disposições a ela inerentes se desenvolvem em ritmo mais ou menos veloz nas diferentes classes sociais, segundo seu tipo de atividade, e, sobretudo, segundo a intensidade e a duração de seus contatos anteriores com a economia monetária, e essas desigualdades de ritmo tendem a aumentar as clivagens – fragmentações – entre os grupos.

Desta forma, há uma verdade aqui que é ignorada pelos economistas e antropólogos, qual seja, que as desigualdades diante da economia “racional” e diante da “racionalidade” econômica, ou então, os ritmos desiguais – segundo os indivíduos e os grupos – da transformação das atitudes econômicas, são fundamentalmente o reflexo das desigualdades econômicas e sociais. Assim, a lógica da transformação das práticas – aqui referidas aos mais variados tipos, não só econômicas – varia ou toma diferentes formas de acordo as concretas situações econômicas e sociais onde ela se realiza, não podendo ser concebida ou analisada como um modelo único e válido universalmente.

A prática econômica, por exemplo, que pode ser medida abstratamente em escala de graus de racionalidade econômica, traz sempre em si a referência à condição de classe, pois o sujeito dos atos econômicos não é o *homo economicus* – abstração modelar criada pelo pensamento econômico, que encerraria em si algumas propriedades intrínsecas que carregaria o ser humano em suas práticas econômicas, vale dizer, o ser humano racionalizado conforme o desejo de uma teoria econômica, em suas práticas econômicas diuturnas, referendando, assim, a teoria –, mas o homem real que faz a economia. As práticas de todos os tipos, não só econômicas, de cada agente social tem uma raiz comum na relação que o agente mantém

objetivamente com o futuro objetivo e coletivo que define sua situação de classes, objetividade essa mediada pela *habitus* – ou disposições incorporadas que dão um sentido de agir – como produto de um tipo determinado de condição sócio-econômica.

Nesse inter-relacionamento entre transformação das condições de existência e transformação das disposições pessoais, somente a sociologia das disposições temporais supera a questão tradicionalmente posta, qual seja, se a transformação das condições de existência antecede e condiciona a transformação das disposições, ou diferentemente, se a transformação das disposições dos agentes condiciona a transformação das suas condições de existência. Também a sociologia das disposições temporais irá determinar de que maneira a condição de classe pode estruturar toda experiência dos sujeitos sociais, a começar por sua experiência econômica, sem agir por intermédio de determinações mecânicas ou de tomada de consciência adequada e explícita da verdade objetiva da situação.

É preciso compreender em toda sua verdade, que o sistema econômico que foi importado pela colonização é um patrimônio objetivado de uma outra civilização, herança de experiências acumuladas, técnicas de remuneração ou de comercialização, métodos de contabilidade, de cálculo, de organização, e que, portanto, necessita desse universo próprio – por exemplo, ou especialmente, aquele onde ele nasceu e se desenvolveu – e que nas colônias vêem-se trabalhadores serem jogado nele e cujas regras devem apreender para sobreviverem. Portanto, verifica-se que na maioria dos países do Terceiro Mundo – atualmente denominado “países em desenvolvimento” – há toda uma situação totalmente diversa daquela que ocorreu nos primórdios do capitalismo europeu e que eventuais analogias não salvam as comparações – e mesmo decisões políticas.

Werner Sombart revelou que na fase do capitalismo nascente, é o empresário que faz o capitalismo, ao passo que na fase mais avançada, é o capitalismo que faz o empresário. Para o economista alemão, que se especializou no estudo das motivações subjetivas dos agentes econômicos, no início do capitalismo as organizações e os capitalistas existiam, quando muito, isoladamente, e que foram criadas por homens que não eram absolutamente capitalistas em sua grande maioria; nessa época o conjunto dos conhecimentos e experiências era muito pouco importante e ainda deveriam ser adquiridos, experimentados e acumulados, sendo que os meios para dirigir uma empresa capitalista ainda não haviam sido criados, bem como o sistema contratual – fundamental para garantir o capitalismo – se desenvolvia penosamente, junto com o progresso extremamente vagaroso da lealdade e fidelidade à palavra dada, ao compromisso aceito.

Nessa época era esse o contexto onde se inseria a decisão, a livre iniciativa e a arbitrariedade de cada empresário. Verifica-se, assim, que se o livre arbítrio e a arbitrariedade eram tão largas – vale dizer, impróprias para o próprio desenvolvimento do capitalismo –, o capitalismo só veio a se constituir como sistema econômico mais fechado, ou formalizado, paralelamente à necessária formação da “psicologia econômica” que ele requeria, haja vista que a psicologia econômica e a constituição do sistema econômico necessariamente se encontravam numa relação dialética de dependência e de prioridade recíproca, pois a lógica do nascente sistema econômico a isso impelia necessariamente.

A situação colonial impõe a especificidade da realidade de dependência econômica, ou seja, que a organização econômica não seja mais fruto da evolução autônoma da sociedade e se transforme segundo uma específica ou singular lógica interna à própria sociedade nativa, mas agora resultado de uma mudança exógena e acelerada, imposta pelo poder imperial. Assim, a parcela de livre decisão e livre arbítrio dos agentes e atores econômicos nativos é reduzida a praticamente nada, e eles não têm outra opção a não ser adaptar-se ao sistema importado, comportamento esse exatamente diferente daqueles seus homólogos – equivalentes, semelhantes, correspondentes – na estrutura social onde se firmou os primórdios do capitalismo e a partir daí se desenvolveu.

Essa nova realidade econômica que está a se impor diuturnamente, obriga aos agentes econômicos, criados dentro de uma tradição cultural totalmente diferente, a adaptar-se à nova realidade da economia monetária – circulação da moeda como medida de todos os valores econômicos –, adaptação essa que se difere de uma atitude de acomodação forçada, mecânica e passiva, pelo fato de que trata-se de um comportamento ou atitude de re-invenção criadora perante a – nova – vida. E nesse ponto, ao serem criativos, eles se equiparam aos empresários das origens antigas do capitalismo, muito mais do que aos agentes econômicos das modernas sociedades capitalistas.

O capitalismo tem suas exigências; observa-se que à medida que evolui, a organização econômica tende a se impor como um sistema quase autônomo que espera e exige do indivíduo um certo tipo de prática e de disposições econômicas. Assim, adquirido e assimilado insensivelmente através da educação implícita e explícita, o espírito de cálculo e de previsão tende deste modo a aparecer como incontestável porque a “racionalização” é a atmosfera da qual se alimenta. As técnicas materiais e as condutas econômicas são partes inseparáveis de um novo modo de visão de mundo e de vida econômica – e social –, que foram sendo construídas no decorrer da história, e se transformaram praticamente numa filosofia de vida capitalista vivida – angariada ou construída na e pelas práticas de existência

cotidiana impostas pela nova racionalidade econômica – tendo sido transmitidas ou inculcadas tanto pela primeira educação fundamental da família como pela educação formal, nesse último caso, para moldar desde a infância o *habitus* econômico da pessoa.

Racionalizar a economia era o norte que guiava o imaginário e razão de ser de um grande contingente de agentes, milhares de atores econômicos – com ocupação autônoma, principal ou secundária – buscando alcançar satisfazer a necessidade de invenção ou descoberta de meios adequados e apropriados para atender essa nova exigência de racionalidade econômica. Assim, até na atualidade verifica-se que milhares de pessoas ainda dedicam as suas atividades e habilidades voltadas para descobrir e aplicar os melhores métodos que assegurem a capacidade do bom andamento dos negócios, como se verifica em ocupações as mais diversas: professores, economistas, administradores, contadores, engenheiros, juristas etc. Até mesmo os empregados e operários são estimulados – através de prêmios – a contribuir para o avanço do racionalismo econômico.

No imaginário do ser humano das sociedades pré-capitalistas, que vive dentro de uma tradição de visão de mundo e pensamento social e econômica, esses pressupostos implícitos e explícitos da nova racionalidade econômica são contribuições alheias que ele necessita adquirir laboriosamente; o novo sistema de disposições é elaborado ou constituído a partir do que ele tem como certo, ou seja, a partir das disposições costumeiras – fundados nas tradicionais bases econômicas que eles viviam – que sobrevivem à desagregação e ao inexorável desaparecimento das antigas bases econômicas, e que somente se adaptam às exigências da nova situação objetiva por via da transformação criadora.

Assim, a discordância ou oposição entre *habitus* e a nova estrutura da economia nessa situação tem sua amplitude máxima, se considerado em comparação ao que ocorre, na mesma relação, no capitalismo nascente ou em sociedades capitalistas avançadas, ocorrendo o fenômeno de coexistir em toda a sociedade, e mesmo nos mesmos indivíduos, disposições e ideologias correspondentes a estruturas econômicas diferentes – atuais ou já caducas –, uma vez que eles jamais se transformam no mesmo ritmo das estruturas econômicas em tais sociedades. Além disso, essa coexistência de resíduos do modo de produção pré-capitalista e suas correspondentes disposições, com o novo modo de produção e as respectivas disposições que são inerentes ao capitalismo, acabam se mantendo em situações adversas, criando uma sociedade dual ou oposta, e fazendo com que tanto ao nível das estruturas econômicas quanto ao das disposições, das representações e dos valores, observa-se a mesma dualidade, como se essas sociedades não fossem contemporâneas de si próprias.

Quando numa sociedade pré-capitalista, procura-se compreender as razões dos obstáculos que emergem para a implantação de um outro modelo de desenvolvimento econômico, diverso do que estava estruturado tradicionalmente em tal sociedade, corre-se o risco de – ao se tomar por objeto primeiro de análise o processo de adaptação das disposições e das ideologias a estruturas econômicas importadas e impostas, quer dizer, a reinvenção de um novo sistema de disposições, que se realiza sob pressão das necessidades econômicas – ser confundido por tais análises com aquelas que caem ou sucumbem no subjetivismo psicologista ou no etnocentrismo essencialista.

O subjetivismo psicologista explicaria ou consideraria que seriam as disposições dos sujeitos econômicos que engendrariam as estruturas das relações objetivas em que eles se manteriam em seguida, e daí por diante, na sua existência cotidiana; de modo diferente, o etnocentrismo essencialista – com forte marca subjetivista – tende a considera como princípio que governa toda atividade econômica justamente um elegido desejo humano que buscaria sempre maximizar a utilidade ou a preferência das coisas.

Sobre este último aspecto – a tendência de maximizar a utilidade –, é fato que a teoria econômica da utilidade marginal – que não consegue se sustentar como teoria universal da atividade econômica –, ressalta pelo menos um dos aspectos fundamentais das sociedades modernas, que é a tendência à racionalização – formal – que atinge e afeta todos os aspectos da vida econômica, o que já fora observado por Max Weber, ao registrar que o caráter próprio à época capitalista e – um enraizado em outro – a importância da teoria da utilidade marginal – assim como de toda a teoria do valor –, para a compreensão desta época, consistem em que, do mesmo modo como a história econômica de um sem-número de épocas do passado foi chamada acertadamente de ‘a história do não econômico’, nas condições presentes da vida, a aproximação desta teoria e da vida era, é, e pelo que se pode julgar, será cada vez maior, e deverá determinar o destino de camadas cada vez mais amplas da humanidade. É deste fato histórico-cultural que deriva o significado heurístico da teoria da utilidade marginal.

Diante deste fato histórico-cultural da formação – criação e desenvolvimento – do capitalismo, o sistema econômico implantado na sociedade argelina é um caso particular – como muitos outros casos irredutíveis entre si e frente a modelos pré-prontos – do processo de adaptação de uma sociedade e sua cultura singular à nova realidade da economia capitalista, onde, em sendo tomada por paradigma de análise – e simples comparação direta – as sociedades capitalistas avançadas, pode-se acabar esquecendo o fato fundamental de que o funcionamento de todo sistema econômico é ligado à existência de um sistema determinado de disposições em relação ao mundo, e mais precisamente em relação ao tempo.

O sistema econômico é um campo de expectativas objetivas, que não se realizariam senão através de agentes dotados de certo tipo de disposições econômicas e – mais extensivamente – também temporais, fato esse que não pode ser ignorado com a possível simples constatação imediata de que o sistema econômico e as disposições se encontram em relativa harmonia, verificando-se, também, a extensão paulatina da racionalização – que lhe é característica – no âmbito da economia doméstica.

Se o sistema capitalista, em seu estado maduro ou aperfeiçoado, pode ser descrito e analisado de uma forma rudimentar, centrado em suas propriedades objetivas tais como a previsibilidade e a calculabilidade, já nas sociedades em desenvolvimento, isso é impossível de ser reproduzido em análise, porque há uma discordância brutal ou significativa entre as estruturas objetivas e as disposições, de tal forma que a construção de uma teoria econômica adaptada a essa diferente realidade implicaria em renunciar a efetuar a dedução dos comportamentos do sistema, tal qual ele é ou tal como se gostaria que fosse. Diante disso, observando-se esse confronto dramático entre um cosmo econômico que se impõe e o comportamento dos agentes econômicos que nada fazem ou preparam para recuperar de volta a sua intenção mais profunda, assinalada por um *ethos* que revela o que deve ser o homem econômico para que o capitalismo dê certo, tudo obriga a refletir sobre as condições de existência e de funcionamento do sistema capitalista, isto é, sobre as disposições econômicas que favorece e, ao mesmo tempo, exige.

Ora, a teoria econômica propõe um sujeito econômico abstrato, definido e inserto em propriedades definitivas, cujo *homo economicus* é o modelo acabado; ocorre que nada é mais estranho ou indiferente à teoria econômica do que o sujeito econômico real e concreto que diuturnamente pratica atos econômicos e morais paralelamente. Desta forma, para esse pensamento econômico, em vez da economia ser um capítulo da antropologia – do modo de ser próprio humano –, verifica-se que a antropologia não é senão um apêndice da economia, e o *homo economicus*, o resultado de uma maneira de dedução *a priori* que tende a encontrar confirmação na experiência, pelo menos estatisticamente, porque o sistema econômico em vias de “racionalização” tem os meios para moldar os agentes de conformidade às exigências.

É preciso compreender, portanto, tudo aquilo que é desconsiderado para impor um sistema econômico – criado e desenvolvido em outra cultura – numa nova cultura, história e realidade de vida – visão de mundo – diferente das condições sociais original. O capitalismo possui – impõe – categorias de consciência econômica própria, dadas como universais, independentes das condições econômicas e sociais, e que implicitamente ou explicitamente impõe o que deve ser o homem econômico para que a economia capitalista dê certo, ou seja

possível; enfim, trata-se de mais uma construção arbitrária da cultura humana e que especificamente ignora a gênese, tanto coletiva quanto individual, das estruturas da consciência econômica, que atuarão como negociantes entre o velho – das estruturas das condições econômicas e sociais – que não pode ser abandonado simplesmente, e o novo que não pode ser imposto de uma vez por todas como se fosse um simples vestir de uma peça de roupa nova; portanto, nessa transação, é que se cria originalmente a realidade possível das coisas.

Toda adaptação a uma ordem econômica e social, qualquer que ela seja, supõe um conjunto de conhecimentos transmitidos pela educação difundida ou específica, ciências práticas solidárias a um *ethos* que permitem agir com razoáveis probabilidades de sucesso, sendo que a adaptação e assimilação de uma organização econômica e social tendencialmente marcada e assegurada pela previsibilidade e calculabilidade, exige dos agentes a incorporação de uma disposição específica, qual seja, aquela determinada em relação ao tempo, precisamente em relação ao futuro, decorrente direto da própria racionalização pressuposta da conduta econômica, onde toda organização sócio-econômica é remetida a um ponto de fuga ausente e imaginário que se localiza no futuro incerto e imprevisível.

Por isso é que torna-se necessário, também, estudar e compreender a estrutura da consciência temporal, associada aos agentes da economia pré-capitalista, para se compreender e explicar, posteriormente, como se dá o processo de adaptação à economia capitalista e, mais especificamente, porque ocorrem suas dificuldades e lentidões.

a) REPRODUÇÃO SIMPLES E TEMPO CÍCLICO

Nada é mais estranho para a economia pré-capitalista do que a representação do futuro como campo de possíveis que pertence ao cálculo explorar e dominar, não significando isso que um camponês argelino não saiba ou não tenha em si um sentido e uma mirada de futuro longínquo, pois coexiste nele, ao mesmo tempo, a percepção da necessidade de repartir ao longo do tempo uma boa colheita, algumas vezes por um período de vários anos, junto com a sua desconfiança em relação a todas as tentativas de se apossar do futuro.

A poupança, para o camponês argelino, é um ato onde se destaca uma parte de seus bens diretos para consumo futuro, mas que supõe algo que poderá vir acontecer encerrado dentro das probabilidades que a sua vida presente e cotidiana lhe proporciona perceber diretamente, portanto, poupança consistente e realizada, conforme seu imaginário estruturado, especialmente naquilo que é possível lhe satisfazer diretamente, em qualquer momento, como

os bens de consumo que o rodeiam e que são a garantia evidente de sua segurança existencial material.

O sentido de futuro construído pelo cálculo é relacionado com a acumulação de bens indiretos – como, por excelência, é o dinheiro – que podem concorrer para produção de bens diretos, sem serem fonte em si mesmos de satisfação alguma; a ação ou decisão econômica, nesse caso, é determinada por um cálculo, tomado em consideração um alvo racionalmente e explicitamente elegido, um futuro traçado dentro de um quadro de planejamento. Nesse ponto é preciso compreender – para continuar diferenciando aspectos singulares que marcam uma economia pré-capitalista como a cabila, e as exigências de um novo sistema econômico que quer se impor – que prever não significa ver de antemão; há que se distinguir previdência de previsão.

Previdência, sim, é ver de antemão e se distingue da previsão porque o futuro que ela apreende está diretamente inscrito na própria situação, tal com ela pode ser percebida através de esquemas de percepção e de apreciação técnico-rituais inculcados por condições materiais de existência, elas próprias apreendidas através dos mesmos esquemas de pensamento. Desta forma, a ação econômica é orientada conforme uma visão do que virá acontecer, mas diretamente condicionada e tomada por uma visão de mundo que é um verdadeiro fechamento de fronteiras – como toda ideologia – assinalado pela experiência cotidiana, ou melhor, estabelecido por todas as experiências acumuladas que constituem a tradição.

Por isso o camponês realiza despesas somente comprometendo a renda obtida com a produção que ele efetivamente colheu e jamais por uma pressuposta – esperança – renda que ele espera receber no futuro, sendo que todo excedente de colheita acaba por obedecer a essa lógica da tradição, qual seja, os bens suplementares são tratados como bens diretos, acumulados com vista ao consumo, do que guardados para serem utilizados como sementes a fim de – num cálculo específico – aumentar a colheita futura; ele sacrifica o futuro da produção pelo futuro do consumo.

Previdência, assim, não é um futuro projetado, fruto de um desejo com base numa perspectiva; suas condutas obedecem ao cuidado de se conformarem aos modelos herdados, obrigando ao camponês e sua família, obedecer e cumprir certos deveres que dizem diretamente à honra, como, mesmo não possuindo romãzeiras, terem de guardar e servir ritualmente as sementes para vizinhos ou os *khammes*; guardar a carne salgada para as festas; constituir uma reserva de tudo que de melhor tinha sido produzido; tudo isso impondo um custo significativo, alguns comportamentos assemelhando-se a um ato de investimento

racional com vista ao futuro, mas em realidade voltados apenas para cumprir o ritual da tradição que ordena.

Nessa sociedade, no seu campo econômico como em outras esferas, as normas éticas são imperativos rituais, onde a fecundidade da casa acaba por refletir a fecundidade da terra na mesma proporção e equivalência, e a poupança – no sentido acima assinalada para essa cultura e história – garante a plenitude da casa, e é ao mesmo tempo ato econômico e ritual propiciatório – onde se presta conta a seu Deus e à sua honra. Assim, muitos comportamentos que pareceriam à primeira vista como investimentos, não correspondem à lógica do cálculo econômico racional, tal como adquirir terras – que foram sendo perdidas por famílias, à medida que as trocas monetárias foram destruindo o *ethos* camponês e desmoronando as bases econômicas da antiga sociedade – simplesmente para evitar que viessem a cair em mãos de uma família estranha; também, do mesmo modo, verifica-se a presença do sentimento de honra em muitas iniciativas inovadoras, como o compartilhamento em comum de muitos equipamentos agrícolas e domésticos, apesar dos proprietários serem – ou pertencerem – de grupos ou famílias competidoras de prestígio entre si dentro da aldeia.

Numa economia agrícola – portanto, numa dada sociedade em sua globalidade –, onde a atividade econômica principal, praticamente de todo um povo, decorre do manuseio da terra e dos produtos que ela fornece ao final de um dado período, o ciclo da produção de riquezas ou rendas – dentro de uma análise e uso de terminologias conceituais modernas, fixadas pela história e cultura européia – é bem mais simples que numa sociedade capitalista moderna – com uma economia e suas diversificadas formas de produção de riquezas e rendas –, sendo os produtos resultantes dessa economia pré-capitalista renovados, em geral, no espaço de um ano.

Em tal realidade econômica pré-capitalista, o camponês acaba por identificar todo seu trabalho com o próprio resultado que ele irá colher – sentido de futuro mais imediato e concreto –, medido concretamente pela quantidade de produto de cada colheita anual e, além disso, ele não fará – no ano agrário – distinção alguma entre o tempo de trabalho despendido e o tempo requerido de produção, período durante o qual sua atividade é praticamente suspensa.

A economia capitalista supõe a constituição de um futuro mediato e abstrato – com certa dose de previsibilidade quanto aos frutos ou rendimentos que irão colher – onde, na ausência de uma dada intuição – ou do uso da intuição – do possível funcionamento do processo de produção econômica em seu conjunto – as sociedades tradicionais tem um sentido ou intuição, fundado na tradição, do seu processo de produção e do valor dos seus produtos –, é o cálculo racional que irá dar bases de alguma certeza/segurança sobre as ações e

comportamentos que deverão ser tomados pelos agentes econômicos, ao suprir ou suplantar o uso da intuição pela racionalização – calculabilidade e previsibilidade –, até mesmo porque nas sociedades desenvolvidas ocorre o fenômeno dos ciclos de produção terem uma duração muito mais longa que o ciclo de produção da economia agrícola das sociedades em desenvolvimento como as pré-capitalistas.

Assim, para que o cálculo racional se implante em tais sociedades, é necessário que se rompa a unidade orgânica que unia o presente do trabalho a seu “por vir”, unidade que não é senão a dos *ciclos* indivisíveis e não analisáveis *de reprodução* ou a do próprio produto, como é mostrado pela comparação de uma técnica artesanal que fabrica produtos completos e da técnica industrial fundada sobre a especialização e o desmembramento das tarefas.

Comparando as terras pertencentes aos colonos europeus, frente a terras pertencentes a camponeses argelinos, verifica-se que as primeiras praticamente não encontraram oposições em relação a medidas tendentes a modificar a duração tradicional dos ciclos agrários – que exigem que se sacrifique um interesse imediatamente tangível em favor de um interesse abstrato futuro –, pois os trabalhos ali empreendidos – conforme essa nova racionalidade mais conforme ao pensamento e modo de vida europeu – alcançaram sucesso, beneficiando com grandes vantagens os colonos europeus.

Entretanto, diferentemente se sucedeu nas terras pertencentes aos camponeses argelinos, que levantaram as oposições que seu *habitus* lhe impunham. Para os argelinos, os planos – planejamentos e estratégias focados no futuro – fundados em cálculos e previsibilidades, são assimilados como uma irrealidade pelo seu imaginário, resultando sempre em incompreensão e ceticismo; para eles, um projeto não pode encontrar a adesão a não ser que proponha resultados concretos e imediatamente perceptíveis ou se tem a caução de uma “garantia” reconhecida e respeitada – assim como o preceptor nas aldeias cabilas.

De forma homóloga, os camponeses argelinos resistiram durante muito tempo a moeda de troca – o dinheiro – implantado em sua economia pela administração colonial. Tradicionalmente, o comércio era feito através das trocas diretas de mercadorias – ou seja, o escambo –, em espécie conforme equivalências fixadas pela tradição, sendo que os pagamentos e serviços contratados – como, por exemplo, dos *khammes*, ferreiros, empréstimos etc. – também era em espécie.

Assim, a forte desconfiança do camponês em relação ao dinheiro, bem indireto por excelência, é porque ele em si mesmo não é fonte nenhuma da satisfação e o uso futuro que ele indica é longínquo, imaginário e indeterminado. Se o objeto permutado confia diretamente à intuição, o uso que dele poderá ser feito nele se acha inscrito ao mesmo título que o peso, a

cor e o gosto, entretanto, já com o dinheiro fiduciário, não se possuem mais as coisas, mas os signos de seus signos, portanto, seria necessário adquirir os objetos antes do dinheiro, e ele valeria mais que a própria moeda fiduciária.

O dinheiro em si é um instrumento que serve não importa a quem, não importa aonde, não importa para qual operação de permuta, que somente serve para poder servir a tudo, e permite a previsão de um uso indeterminado e a quantificação da infinidade dos usos cuja virtualidade ele encerra, autorizando, por aí, uma verdadeira contabilidade de esperanças, tratando-se, então, de um poder de antecipação ou representação, de realização antecipada de um valor futuro, sendo essa a sua função essencial.

Mas as diferentes possibilidades de uso de uma soma fixa de dinheiro acabam se esvaecendo – desvanecendo ou se excluindo – na medida em que seu possuidor comece a realizá-las, vale dizer, a sua utilização pressupõe um cálculo de seu possuidor visando determinar os usos futuros e possíveis – bem como os que são mutuamente compatíveis – no limite da quantidade fixa e, em seguida, a decisão racional e razoável – dentro de certos cálculos e previsibilidade – da definição da escolha, frente a uma estrutura hierarquizada de finalidades.

Fenômeno diverso ocorre numa economia onde o escambo é seu meio de troca e pagamentos – bens diretos por excelência –, pois as mercadorias permutadas, na troca em bases de equivalência tradicionais, comunicam imediatamente seu uso potencial e seu valor que, diversamente do dinheiro, são independentes de toda condição exterior. Verifica-se que gerir reservas de bens de consumo, é mais razoável – e imediatamente evidente – do que administrar a distribuição de uma soma em dinheiro durante um mês inteiro, nesse caso estabelecendo uma hierarquia racional das necessidades e das despesas.

Verifica-se que na administração de bens de consumo, a propensão para tudo consumir é infinitamente menor do que a tendência de realizar de vez o dinheiro possuído. A substituição de uma economia pré-capitalista de mercadorias por uma economia capitalista monetária, implica que não mais se raciocina sobre os objetos, que anunciam de maneira quase tangível e palpável seu uso e satisfação que prometem, mas sobre signos que não são, em si mesmos, fonte de fruição alguma.

O que sucede agora, entre os agentes econômicos e as mercadorias, é a interposição do dinheiro, e esses agentes formados em outra lógica econômica, devem apreender, por si mesmos – e às duras penas –, a utilização racional do dinheiro como mediação universal das relações sócio-econômicas da nova lógica econômica, a fim de não gastarem em poucos dias o rendimento que é para sustentar a si – e aos seus – todo o mês. Por fim, outra faceta do

efeito da falta de aptidão para manusear o dinheiro, foi a aceleração do movimento de despojo das terras dos rurais, que desconheciam o manejo racional do dinheiro, somado à sua inadaptação às novas regras jurídicas impostas.

Mas é efetivamente o crédito, a medida mais estranha à lógica própria da economia pré-capitalista, de todas as instituições e técnicas econômicas novas introduzidas pelo novo sistema capitalista na Argélia, porque ele, em seu fundamento, é o que supõe a referência a um futuro abstrato, definido por um contrato escrito e garantido por todo um sistema de sanções e que, com a noção de interesse, recorre ao valor responsável do tempo. Verifica-se que havia dois tipos de crédito na sociedade cabila, uma para consumo imediato com seus juros elevadíssimos, e outro como um crédito destinado para investimentos que nada tinha em comum com aquele do consumo. No crédito para investimentos, para a sua concessão também eram seguidas ou obedecidas certas normas éticas fundadas na tradição como, por exemplo, a ele somente se recorreria quando estivessem esgotados todos os recursos de auxílio mútuo familiar, sendo que aquele que deixasse um parente ser entregue ao usurário – tendo condições de ajudá-lo –, seria considerado com uma pessoa sem honra pelo meio social.

As resistências e impedimentos para o empréstimo por interesse, obedeciam ao imperativo de solidariedade e as regras comunitárias costumeiras que prescreviam que se desse assistência aos doentes, às viúvas, aos órfãos e aos pobres e que se ajudasse as vítimas de uma calamidade – por exemplo, quando um animal ferido devia ser abatido, a comunidade indenizava o proprietário e a carne repartida entre as famílias.

Se o crédito na sociedade capitalista, se preocupa nas garantias para assegurar a solvabilidade do devedor, a fim de se realizar, as convenções tradicionais da via amigável – as únicas que a moral da honra reconhece – não conhecem outro aval senão o da boa-fé, sendo as garantias sobre o futuro fornecidas não pela riqueza mas por aquele que dela dispõe – honra –, ou seja, a garantia era pessoal até mesmo porque a relação era pessoal. Em tais empréstimos, verificava-se que prazos exatos de vencimento não eram fixados e os contratos somente eram estabelecidos entre pessoas conhecidas, parentes, amigos ou aliados, garantindo e assegurando o futuro da associação já desde o presente, não somente pela experiência que cada um tem do outro, considerando fiel a seus compromissos, mas também e especialmente pela relação que une os parceiros e que sobreviverá à sua transação, garantindo o futuro da troca com segurança maior do que todas as codificações explícitas e formais de que crédito capitalista deve armar-se, porque ele supõe a impessoalidade total das relações entre os contratantes.

Numa relação de solidariedade, auxílio mútuo e boa-fé, deste nível, marcada fortemente pela tradição, é sintomático o grupo preexistir e sobreviver à realização em

comum de uma obra em comum, até mesmo porque assim eles querem ser e se perpetuar, na construção e reconstrução de suas relações social, ao longo do tempo e entre gerações, mas como relações pessoais por laços de consangüinidade real ou fictícia.

Já numa relação impessoal fundada na calculabilidade de uma empresa específica, a relação entre os agentes cessa de existir junto com o findar do contrato que os uniu originalmente. Por isso, essa tradição de auxílio mútuo por relações de consangüinidade, não favorece o que à primeira vista apareceria como razoável, vale dizer, a preparação e organização de camponeses para participarem de organizações cooperativas ou coletivistas, especialmente considerando como simplesmente disponíveis para essa nova estrutura – organização cooperativa ou coletivista –, aqueles camponeses que foram desapossados da terra e de suas tradições.

O futuro para o camponês argelino é o futuro prático, o possível da potencialidade objetiva vinculada ao que o presente lhe revela concretamente, e que não está relacionada com uma imediata e equivocada relação direta com a menor distância temporal possível em relação ao presente porque, para o cabila, a tradição já lhe revelou práticas ou ciclos naturais que se concretizavam em espaços maior ou menor de tempo objetivo como eles concebem, e relacionados ao presente de sua existência. O futuro requerido pelo capitalismo, o futuro dos possíveis abstratos de um sujeito intercambiável – a impessoalidade conduz à intercambialidade dos agentes contratantes de forma a até mesmo dar autonomia abstrata à obrigação e ao vínculo – é assimilado por eles como lhes é possível por suas disposições, vale dizer, é inserido como algo presente em outro mundo, reconhecido por seu imaginário como um mundo regido por outra lógica que não a do seu cotidiano, enfim, o mundo irreal do futuro e dos possíveis.

Tal mundo irreal é aquele que é remetido pela imaginação em tudo que ele não corresponde ao universo da experiência e tradição vivida diuturnamente; é o espaço onde o absurdo e o impossível, referidos ao campo das experiências vividas, têm sua morada e abrigo, podendo ocorrer perfeitamente em outros lugares afastados no espaço e no tempo. A consciência popular vive a age esta distinção através de lendas e parábolas, passadas de geração em geração, onde eles se ironizam a si próprios em seus comportamentos, sem explicitar racionalmente a diferença de concepção entre os dois futuros. E talvez seja essa diferença que passe a ser a origem do impedimento, dificuldade e resistência a todas as formas de recenseamento que foram tentados no início da colonização francesa na Argélia; contar algo para presumir o futuro é comprometer desde já o futuro, portanto, somente se

conta o que foi realizado e nada do que ainda irá se realizar, pois o futuro é um nada e seria vão tentar agarrar um nada que não lhes pertence.

Daí se deduz que os etnólogos que estudam a cultura dos povos nativos ou naturais de um espaço geográfico, equivocam-se e praticam a reafirmação implícita de um etnocentrismo – europeu –, quando procuram afirmar a existência de uma diferença de natureza entre dois sistemas de disposições em relação ao tempo: a da economia pré-capitalista e a da economia monetária. O que ocorre concretamente é que a experiência da temporalidade é única ou universal, vale dizer, presente em todos os povos e seres humanos, mas essa experiência pode ser decomposta em diferentes modalidades, como a experiência que favorece a economia pré-capitalista e mesmo a experiência que favorece os agentes econômicos “racionais” das sociedades desenvolvidas que produzem os etnólogos e que, por sua vez, produzem as verdades que são adequadas para reafirmar esse racionalismo e a “única” experiência temporal possível para a gestão econômica da sociedade.

A experiência temporal que favorece a economia capitalista é, assim, uma das modalidades que pode revestir toda experiência da temporalidade, mas imposta – de fato – como a única possível, por uma economia incapaz de assegurar as condições de possibilidade da posição do possível e, o que vem a dar na mesma, por um *ethos* que não é senão a interiorização do sistema das possibilidades e das impossibilidades objetivamente inscritas em condições materiais de existência dominadas pela insegurança e pela álea.

Assim, as práticas econômicas do camponês argelino não podem ser compreendidas senão em relação às categorias de sua consciência temporal, mas a ela se acrescenta algo mais, que é justamente o fato dessas categorias temporais estarem ligadas, pela mediação do *ethos*, às bases econômicas da sociedade. A sua atividade técnica – econômica – e sua atividade ritual – social –, são inseparáveis e identificadas – interdependência profunda –, ao mesmo tempo, com a produção de bens que permitem ao grupo subsistir e de se reproduzir biologicamente, e a reprodução dos vínculos, dos valores e das crenças que fazem a coesão do grupo.

Essa interdependência entre economia e *ethos* é tão profunda e forte que, qualquer atitude que envolva tempo, cálculo e previsão, é apropriada e manifestada como uma verdadeira indivisão e unidade inseparável. Além disso, ao impedir o cálculo da realidade individual, grupal e social – a parte de cada um efetivamente correspondente – no consumo e na produção, foi suprimido, conseqüentemente, a possibilidade de estabelecimento do espírito de empreendimento; no âmbito do consumo, por exemplo, permitiu reduzir o cálculo à sua expressão mais simples, qual seja, a um racionamento assaz elástico, sem que nunca seja

medida a relação entre os recursos e o número dos indivíduos, favorecendo as tendências natalícias sem muitos entraves.

Mas essa indivisão só pode manter-se, com a condição *sine qua non* de ninguém começar a realizar uma contabilidade sistemática das partes de cada um na produção e no consumo do grupo. Por isso, quando generalizou-se as trocas monetárias e o espírito do cálculo, verificou-se que em toda parte se multiplicaram as rupturas dessa indivisão tradicional, porque o dinheiro acabou favorecendo a mensurabilidade e comensurabilidade da energia despendida, do produto do trabalho e dos recursos consumidos, encorajando a prática de calcular a parte respectiva de cada casal dentro da economia do grupo.

Por isso que a indivisão entre economia e *ethos*, nessa sociedade, impede o cálculo, sendo isso a condição da permanência da propriedade indivisa e da comunidade que ela funda – família ou clã –; isso faz que os preceitos da moral e da honra, se manifestem como todas as demais formas de esclarecimentos parciais, encobertas ou disfarçadas da intenção objetiva da economia, denunciando o espírito de cálculo, suas conseqüências como avidez e precipitação, além de condenar, também, a tirania do tempo, revelando que o *ethos* se prolonga sem solução de continuidade na ética, ficando circunscrito a essas práticas tradicionais praticamente imutáveis por serem o sentido de vida e mundo de toda sociedade.

Como as trocas estão reduzidas ao mínimo, elas não se constituem, no imaginário dos camponeses argelinos, o centro de todas as perspectivas que envolvem a organização da produção e do consumo. Como cada unidade de produção volta-se para alcançar sua autonomia e independência – autarquia – de produção e consumo, as transações ou trocas se realizam entre as famílias e nesse meio social seria absurdo efetuar-las com base no espírito de cálculo. Assim, o produtor – consumidor ao mesmo tempo – não avalia sua produção consumida em termos de esforço ou de tempo despendido, pois o desperdício de tempo e o desperdício de meios são talvez a condição de sobrevivência de sociedades que desistiriam do cálculo – capitalista.

Se cálculo há, é necessário compreender em toda sua clareza e verdade como funciona e qual o significado dela numa dada sociedade, no caso a cabila. Aqui, o cálculo é necessariamente condicionado e implicado por sua função de favorecer transações equitativas, sendo a busca da produção e alcance de equivalências a lógica que envolve tal economia; por isso, todo acordo envolvendo tal natureza de transação somente torna-se possível por serem efetuados entre amigos ou pessoas conhecidas e que, apesar de ser esta a ocasião de efetuar trocas rituais totalmente estranhas ao espírito de cálculo, ela nunca foge ao mais rigoroso cálculo entre as partes envolvidas.

Esse cálculo que serve ao sentimento de equidade – sentimento que tem suas raízes no igualitarismo minucioso do ponto de vista da honra e não na consciência abstrata e tradicional da igualdade liberal européia ocidental –, é totalmente diferente daquele estabelecido pelo espírito de cálculo da economia capitalista, pois este último se funda apenas na avaliação quantitativa do lucro, automaticamente excluindo e anulando tudo que se refira à moral da generosidade e da honra.

Por outra maneira, acrescenta-se a isso o fato de que toda inovação produzida por alguém do grupo – como acumular e ostentar riquezas, por exemplo – é sempre recepcionada como suspeita, não somente e simplesmente por afrontar a tradição, mas porque se está sempre propenso a ver nisto a expressão de uma vontade de distinguir-se, de singularizar-se, maneira de desafiar e esmagar os outros. Estar conforme ao grupo é reflexo e manifestação também da lógica da honra, pois ela é desafiada na medida em que ostentar uma singularidade desconforme à tradição é lançar uma provocação desafiadora ao grupo, ao seu ponto de honra; a dádiva que não permite a contradádiva, coloca o grupo em estado de inferioridade e só pode ser ressentida como uma afronta, sentindo-se cada um atingido em sua própria auto-estima.

Por isso, a aquisição – e acumulação – de riquezas nunca é admitida, ou explicitamente reconhecida, como o fim último da atividade econômica que move seus agentes em tais sociedades. As bases econômicas da ordem social resistem à acumulação, até mesmo porque numa economia fundada na terra – esta, portanto, sua principal riqueza ou símbolo de riqueza –, a economia é estacionária, preservando de forma sempre constante a quantidade de bens possuídos, resultando que o enriquecimento de um seja correspondente direto ao empobrecimento do outro, e novamente a ética ou a lógica da honra atuam para ajustar as necessidades do grupo com a realidade e possibilidade econômica das satisfações. A riqueza assim, deve implicar deveres de generosidade, e se a riqueza não for acompanhada da generosidade, será desprezada pela sociedade.

O cálculo – um específico cálculo – é sempre presente nas transações de fundo econômico mas nunca é confessado. Assim, naquelas tarefas que eram realizadas coletivamente pelo sub-clã, clã ou mesmo – dependendo da tarefa – pela aldeia inteira, elas implicavam um ritual a ser cumprido por aquele(s) que recebia(m) a dádiva do esforço coletivo; assim, a colheita, a capina, a construção de uma casa, entre outros assemelhados, demandavam a realização de uma festa e banquete a ser oferecido para aqueles que participaram do trabalho em comum, festa e rito coletivo por meio dos quais a solidariedade familiar era reafirmada pública e solenemente, mas cujas conseqüências econômicas eram pesadas para o ofertante.

Ocorreu que, em alguns lugares, começou-se a convidar especificamente aqueles que iriam participar do trabalho em comum, portanto, do repasto em comum ou de todo ritual em comum, revelando-se que tinha-se recorrido ao cálculo para resolver o problema colocado pelo cálculo. Mas não se podia senão aprovar um cálculo que tendia a perpetuar tradições incompatíveis com o espírito do cálculo.

Sucedeu, com a implantação do novo sistema econômico colonial, a generalização das trocas monetárias, realidade que teve de ser criativamente convertida, costurada ou adaptada para que convivesse com muitas destas tradições – e vice-versa, reciprocamente. Por exemplo, a atividade ou trabalho de um especialista era compensado em espécie ou em dinheiro, mas a refeição que ele recebia era sagrada e jamais contada na estimativa do salário, admitindo-se que se pudesse renunciar ao salário, mas nunca à refeição. Desta forma, a refeição não tinha preço, e se alguém cometesse o erro – de honra – de reivindicar uma indenização pela refeição que não lhe foi fornecida, seja ele quem for, jamais teria a confiança de volta da comunidade para qualquer tipo de trabalho que futuramente ele poderia executar, não só a sua especialidade.

O cálculo, assim, é dividido entre, de um lado, o cálculo inevitável, portanto aceitável conforme a tradição aceita-o, e, de outro lado, o espírito de cálculo, condenável, egoísta e ambicioso; há, nessa sociedade, uma divisão distinta entre o pagamento em espécie ou em dinheiro, compensação do trabalho fornecido – que pode ser percebido como salário –, e a refeição, ato simbólico que não poderia ser reduzido, sem escândalo, para sua dimensão estritamente econômica. A refeição é um ato de permuta que sela uma aliança, que cria uma relação análoga à parentela entre os estranhos, portanto é fornecida – e deve ser recebida – conforme esses valores.

Aquele que pedir a conversão do repasto em dinheiro desnuda uma conduta social aprovada e em curso, que impede que apareça, em plena luz do dia, uma lógica calculista que é expressada sempre de maneira velada ou encoberta através de artifícios, no caso, para moderar as despesas. As regras do jogo – interpretadas conforme um pensamento europeu – é que a convertibilidade e a calculabilidade objetivas nunca possam ser mostradas ou reveladas como tais em sua plena verdade.¹¹⁵⁵

¹¹⁵⁵ É preciso ponderar essa passagem interpretativa de Pierre Bourdieu, com algo que ele desnudou para a sociedade desenvolvida européia, em especial a francesa, sociedade diferenciada e submetida a uma economia capitalista, com todos os princípios de visão e divisão de mundo. Verifica o sociólogo que seria necessário estudar a sociedade dentro de uma “teoria da *economia* das práticas sociais”, onde a expressão economia ganha uma significação mais ampla para ser aplicada dentre diferentes tipos de capitais – poderes simbólicos – em circulação na sociedade. Ou seja, ele extrapola o sentido restrito de uso que até então já estava praticamente consagrado para uso da expressão, dentro do específico campo econômico, para utilizá-lo em termos simbólicos

Há transações ou trocas que revelam o cálculo se trair no seu mais alto grau, como a do contrato que envolve especialmente pessoas de aldeias diferentes, onde o proprietário de um boi confia-o a um camponês muito pobre – que por si não tem condições de ter um animal – em troca de certa quantidade de cevada e trigo. Um economista racional veria nessa transação o boi sendo tratado como capital, onde um sujeito A confia um boi a um sujeito B, mediante a retribuição por algumas medidas de cereais. Entretanto, a descrição dada pelos cabilas para a transação é diferente, qual seja, o boi não é percebido nem tratado como capital; o indivíduo A dá a força de trabalho do boi, mas a equidade é satisfeita pois que o indivíduo B alimenta o boi, o que o indivíduo A não poderia ter feito, de qualquer maneira. As medidas de trigo, então, outra coisa não são senão uma compensação da desvalorização do boi, causada pelo seu envelhecimento.

Verifica-se aqui que há uma deslocação – do ponto de vista europeu – entre a verdade objetiva da prática econômica e a experiência que dela fazem os agentes, sendo peculiar o seguinte aspecto presente na transação: é freqüente que a pessoa que o tem emprestado de seu dono, que faz questão de esconder sua falta absoluta de tudo que é necessário, vá querer que se acredite que o boi lhe pertence, e que leve durante a noite as medidas de trigo previstas pelo contrato; e que o proprietário se preste ao jogo por achar mais conveniente manter escondida uma transação que encerra a potencialidade da exploração – análise última essa do ponto de vista europeu.

novos, para construir uma interpretação da verdade social que ultrapassa o sentidos até então consagrados. Diante disso, a expressão cálculo utilizado pelo sociólogo, na análise da sociedade cabila, tem nitidamente o acento consagrado para a expressão, conforme culturalmente fixou-se dentro da cultura ocidental. Mesmo entendendo que o cálculo dentro da sociedade cabila é diverso do cálculo exigido pelas práticas sócio-econômicas capitalistas, o autor acaba reduzindo a expressão ao sentido único consagrado pela cultura sócio-econômica européia. Se o mundo social é um jogo sendo jogado – um contínuo “jogando” –, emergindo daí suas significações objetivas e subjetivas, não se pode reduzir tudo ao aspecto objetivo, pois a subjetividade social em curso é um *plus* em relação às condicionantes estruturais objetivas de onde a subjetividade – é forçoso reconhecer – não pode escapar. Cálculo e racionalidade são expressões próximas, portanto que podem ser confundidas em seu uso. Assim, assevera-se aqui que é preciso aceitar a objetividade do mundo social, conforme uma racionalidade própria global forjada historicamente dentro desse mundo próprio e singular, pois o conjunto total de “racionalidades” em curso na específica sociedade é que acabará dando sentido específico social desse contínuo “jogando”, que, nessa circunstância dinâmica de jogo, faz toda realidade concreta objetiva e subjetiva desse específico espaço cultural e civilizatório, uma racionalidade que, bem ou mal – aqui admite-se o uso de “bem ou mal” dentro de um juízo de valor conforme o padrão europeu de fixação do bom e ruim – é tudo que faz ser esse mundo e não pode ser abandonado dentro da análise científica em curso, simplesmente porque as coisas invisíveis do tempo – a ideologia, por exemplo – são toda concretude e real que formam os sentidos e signos absorvidos e transacionados do mundo social, e tudo isso é de pertencimento do Outro, do *Alter*, e não de um paradigma cultural modelar que pretensamente quer se impor como juízo de valor absoluto de valores interpretativos – ele mesmo um conjunto próprio, dentre todos possíveis, de racionalidades específicas. Assim como uma teoria da economia das práticas sociais é necessária ser estabelecida, uma teoria das racionalidades culturais sociais também seria importante ser estabelecida – sem condenação ou exaltação de juízos prévios de valor –, podendo, desta forma, estabelecer uma comunicação diferenciada para interpretar as estruturas das diferentes práticas sociais espalhadas pelo Planeta, de tal forma que fosse o menos possível “contaminada” pelo etnocentrismo cultural europeu ocidental e todas suas variantes.

Mas quando o cálculo interessado é presente abertamente na transação, a reprovação social é imediata, como no contrato de empréstimo onde quem o pede cede até a data do reembolso o usufruto de uma terra ao prestador/mutuante; atitude que não pode ser censurada quando se empresta um dinheiro a um parente em troca de uma terra cultivada como garantia, independente da relação entre soma emprestada e valor da terra, que pode ser absolutamente sem equivalência, para mais ou para menos – seja qual for o ponto de vista –, empréstimo onde não são feitos cálculos e nem se fixam prazos rígidos, pois evitar que a terra caia em mãos de uma família estranha é um dever de honra da pessoa que assim pode agir. Aliás, considerando que o sistema social não admite a terra como um capital, é até mesmo admitido que o produto dela venha a pertencer e ser arrecadado em favor de quem efetivamente trabalhou nela.

Por isso, Pierre Bourdieu analisa e conclui que nessa sociedade joga-se ao mesmo tempo nos registros do interesse que não se confessa e da honra que se proclama. E indaga: A troca generosa não pode ser outra coisa senão a ostentação na sucessão temporal dos diferentes momentos de uma transação que o contrato racional estreita no mesmo instante? Se a dádiva pode parecer ao observador como o momento obrigatório de uma série contínua de dádiva e de contradádivas, enquanto vivido como ato desinteressado e deliberado, é exatamente graças ao intervalo de tempo interposto. Não consiste a pior ofensa em devolver imediatamente a dádiva recebida ou em devolver um objeto idêntico? Estando a contradádiva diferida, cada ato da dádiva pode ser tomado como um início absoluto e não como continuação imposta de uma troca já iniciada. Tudo se passa como se a troca generosa visasse permitir que os atores da transação não a tenham que divisar como tal, não tenham que reconhecer perante si próprios e perante os outros a existência do *modelo* segundo o qual eles agem objetivamente.

A troca de dádivas é uma troca na e pela qual as pessoas se esforçam por encobrir a verdade da troca, isto é, o cálculo como garantia da equidade da troca. Se a “reciprocidade da troca de dádivas” é a verdade da troca de dádivas, a troca de dádivas é uma reciprocidade de troca de dádivas que não pode se reconhecer como tal. Do mesmo modo, isto é a forma por excelência da troca numa sociedade que, segundo a afirmação de Lukács, nega “o verdadeiro solo de sua vida” e que, não se resignando em conferir às realidades econômicas seu sentido própria e puramente econômico, tem uma *economia em si* e não para si. Acentuando sistematicamente o significado simbólico dos atos ou das relações de produção, recusa-se colocar a economia como tal, isto é, como sistema regido por leis originais, e reconhecer explicitamente as finalidades econômicas em relação às quais a ação econômica é

objetivamente orientada, as do cálculo interessado, as da concorrência, as da competição ou as da exploração.

Pierre Bourdieu também identifica a mesma denegação no âmbito da produção. O camponês não se ergue como poder eficaz face a um mundo estranho: muito próximo a uma natureza fracamente ordenada e pouco marcada pela ação do homem, ele só pode experimentar submissão diante dos poderios que ele não pensa disciplinar. E indaga: Devemos nos surpreender que ele não considere sua ação como *trabalho* no verdadeiro sentido, que se recuse tratar como matéria bruta essa natureza onipotente que suas crenças povoam de encantos e de mistérios, que é o lugar de uma sagração difundida e impessoal, fonte de todas as desgraças e de todos os benefícios?

O camponês, propriamente falando, não trabalha, fadiga-se. “Dá a terra – o teu suor – e ela dar-te-á”, diz o provérbio. Pode-se deduzir daí que a natureza, obedecendo a lógica da troca das dádivas, não concede seus favores senão àqueles que lhe dão sua fadiga como tributo. Porém, mais profundamente, a ação técnica poderia ser uma forma de um ritual de revivificação. É, com efeito, a aplicação de categorias estranhas à experiência do camponês que faz surgir a distinção entre o aspecto técnico e o aspecto ritual da atividade agrícola. Realizando-se dentro de um ciclo cósmico que elas medem, as tarefas agrícolas, lavoura ou colheita, impõem-se com o rigor arbitrário dos deveres tradicionais, ao mesmo título que os ritos que lhe são inseparáveis. Nunca tratada como material vulgar ou como matéria-prima que dever-se-ia explorar, a terra é objeto de um respeito misto de temor (*elhiba*). Ela saberá, diz-se, “exigir contas” e pedir reparação pelos maus tratos que o camponês azafamado (*el ah'maq*) ou desajeitado lhe inflige. A verdade das práticas agrárias e do *ethos* que as ocupa encontra uma expressão simbólica no sistema ritual cuja análise estrutural permite retomar a intenção oculta.

Deixada a si mesma, a natureza se dirige para a esquerda, para o baldio e para a esterilidade. À maneira da mulher física e moralmente defeituosa e maligna, ela deve ser submetida à ação benéfica e fecundante do homem. Posto que necessária, inevitável, essa intervenção do camponês e de suas técnicas é criminal porque é violação e violência. Tudo se passa como se os ritos, e particularmente os que marcam os pontos críticos da relação entre o homem e a terra, entre lavouras e colheitas, estivessem habitados pela intenção de resolver a contradição que se encontra no âmago da agricultura, obrigada a forçar a terra para arrancar-lhe suas riquezas.

Nesse ponto Pierre Bourdieu sintetiza – realiza uma costura unindo as partes significativas de sua complexa análise – essas denegações junto ao sentido e significado

acerca do trabalho em tal sociedade pré-capitalista e o sentido de desencantamento do mundo que dele pode decorrer.

Desta forma, o trabalho não é nem uma finalidade em si mesma nem uma virtude por si. O que está valorizado, não é a ação orientada em direção de um fim econômico, é a atividade em si, independentemente de sua função econômica e somente à condição que ela tenha uma função social. Por isso, os cabilas entendem que o homem que se respeita – e quer ser respeitado – deve sempre se ocupar com alguma coisa, encontrar algo para fazer e não ficar parado de forma alguma, pois aquele que é considerado preguiçoso é uma pessoa que não realiza o que lhe cabe como função dentro do grupo, se colocando à margem por tal comportamento e se expondo a ser rejeitado do seio do grupo.

Permanecer ocioso, especialmente para quem pertence a uma grande família, significa atraiçoar seus próprios empenhos com relação ao grupo, significa esquivar-se aos deveres, às tarefas e aos encargos que são inseparáveis ao fato de pertencer ao grupo. Do mesmo modo, deve-se apressar-se, por exemplo, a recolocar no ciclo dos trabalhos e no circuito das permutas de serviços aquele que permaneceu longe da atividade agrícola durante um certo período de tempo, o emigrado ou o convalescente.

Aos adolescentes de famílias pobres e das viúvas, é dito para irem se arrendar – oferecer e prestar serviços –, a fim de tornarem homens segurando o arado e cavando a terra. Assim, da mesma forma que o grupo tem o direito de exigir que cada um se ocupe de alguma coisa, mesmo que seja improdutivo – mas que tenha uma função social –, ele também é obrigado a assegurar a todos uma ocupação, mesmo que seja puramente simbólica. Por isso o cultivador que oferece uma oportunidade de trabalho àqueles desafortunados e marginais da sociedade, recebe a aprovação de todos, por assegurar – através da ocupação oferecida – a possibilidade desse contingente de pessoas a se integrar no grupo, mais precisamente, de se tornarem homens aperfeiçoados.

Dentro desse contexto, não se pode comparar a concepção ocidental – européia – de trabalho como atividade produtiva e a simples ocupação, tal como entendida na sociedade cabila – um não pode ser reduzido ao outro. Nessa última, é relegado a um segundo plano a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, entre trabalho que gera renda regular e trabalho que não dá rendimentos; a oposição capital e essencial em relação ao trabalho é que se dá entre o ocioso – ou o preguiçoso – que falta para o seu dever social, e o trabalhador que preenche sua função social, qualquer que possa ser o produto de seu esforço. O verdadeiro camponês era reconhecido pelo fato de se aplicar, em todos os seus momentos de folga, a esses pequenos trabalhos que eram como a arte pela arte de viver

camponesamente, ou seja, a vedação dos campos, apoda das árvores, a proteção dos novos rebentos, ou “visita” (*asaf qadh*) e fiscalização dos campos; porque, na ausência da preocupação da rentabilidade e do rendimento, na ausência da obsessão da produtividade, o esforço era em si mesmo sua própria medida e ao mesmo tempo seu próprio fim.

Quando não se distingue claramente o trabalho concebido diferentemente por sociedade diferentes, como acima exposto, em trabalho como atividade de ganho e trabalho como função social, o risco é não se compreender a lógica das economias pré-capitalistas, como Max Weber incorreu em mal-entendidos, nas suas análises com o conceito equívoco de *beruf* – vocação.

Não há dúvidas que o capitalismo burguês – como a ética protestante – pode ser considerado, conforme o ponto de vista adotado, um sistema onde o trabalho é uma finalidade em si, não sendo a atividade simples meio econômico, enquanto atividade de lucro, mas finalidade moral, enquanto dever imposta pela ética, ou então, ao oposto, que a finalidade última da existência não é, para o capitalista, o trabalho como finalidade em si, mas o trabalho como “meio de ganhar sempre mais dinheiro”, o imperativo fundamental sendo “o dever para o indivíduo aumentar seu capital”. Mas é justamente nesse segundo sentido, que os textos do próprio Max Weber consagram, quando se referem ao espírito tradicionalista, que a moral do trabalho nas sociedades desenvolvidas é sempre relacionada como atividade de lucro, de acumulação, sendo o que as distinguiria das sociedades tradicionalistas é que, nesta, o desejo de lucro máximo não é motivo que instigue, incite ou estimule ao trabalho; entretanto, como observa Pierre Bourdieu, nas sociedades tradicionalistas, o trabalho como função social faz parte dos deveres tradicionais.

Portanto, o trabalho para o camponês cabila, em seu imaginário tradicionalista, não transforma a natureza, convencido de que ele não dispõe de meio algum para agir eficazmente sobre seu próprio futuro e sobre o futuro de sua produção, não se sentindo responsável senão pelo ato, não pelo sucesso ou pelo prejuízo, que dependem dos poderes naturais e sobrenaturais. Mas efetivamente e concretamente – em sua verdade objetiva – a ação dele sobre sua terra e a natureza, por menor e pouco eficaz que seja, é uma violência que ele não pode manifesta-la como tal, pois uma tal confissão para consigo mesmo, suporia uma conversão da relação entre o homem e o mundo.

Por isso, assinala Pierre Bourdieu, concluindo sua síntese – denegação ritual, sentido de trabalho e desencantamento do mundo –, que o trabalho enquanto tal se manifesta quando – e somente quando – a entrega de si próprio, indissociável do sentimento de dependência, dá lugar à agressão confessada contra uma natureza desembaraçada dos encantamentos da magia,

e reduzida à sua dimensão econômica. Desde então, a atividade agrícola deixa de ser um tributo pago a uma ordem necessária; ela é trabalho, isto é, ação orientada em direção de outra ordem possível que não pode sobreviver pela transformação do dado atual.

Enquanto a distinção entre função social e a função propriamente econômica do esforço permanecem ignoradas, a atividade não pode se orientar explicitamente em direção de uma finalidade exclusivamente econômica. Ora, a organização deliberada e sistemática de todos os meios econômicos em função de uma finalidade comum, o proveito monetário, é a condição de aparição de uma ordem econômica dominada pela necessidade de obter um lucro em dinheiro, necessidade propriamente econômica e independente dos imperativos éticos.

O desencantamento do mundo, isto é, o desaparecimento dos encantos e dos prestígios que propendiam para uma atitude de submissão e de homenagem para com a natureza, coincide com o prejuízo do esforço para cativar a duração pela estereotipização mágico-mítica dos atos técnicos ou rituais que visavam fazer do desenvolvimento temporal a imagem nobre da eternidade. Enquanto a atividade não tem outra finalidade senão a de assegurar a reprodução da ordem econômica e social, enquanto o grupo todo não se propõe outra finalidade senão a de durar e transformar objetivamente o mundo, sem, portanto, confessar a si próprio essa finalidade, o sujeito operante dura pela duração do mundo com a qual tem parte relacionada; não pode se descobrir como um agente histórico cuja ação no presente e contra a ordem presente não toma sentido a não ser em relação ao futuro e à ordem futura que ela se aplica para fazer advir. O tradicionalismo aparece como uma empresa metódica – apesar de desconhecer-se como tal – para negar o acontecimento enquanto tal, isto é, como novidade suscitada pela ação inovadora ou própria para suscita-la; para reduzir o acontecimento fazendo depender a ordem cronológica da ordem eterna da lógica mítica.

Para o camponês cabila, a ordem cronológica é concebida dentro da lógica que acompanha a ordem eterna da lógica mítica, sendo os acontecimentos reduzidos – enquadrados – dentro dessa racionalidade que a tradição fixou. Portanto, sua existência é ritmada e ordenada pelas divisões do seu calendário mítico-ritual que eles conceberam ao longo do tempo, e que é fundamentalmente baseado numa sucessão ordenada de oposições que marcam e significam sua existência e modo de vida – projeção de visão de mundo.

Assim, haveria a época da umidade e a época da seca; o dia e a noite; o masculino e o feminino; a esquerda e a direita; o outono e inverno que se opõe à primavera e verão; a época da lavoura e da sementeira e a época da colheita e da debulha, e assim por diante. Trata-se de um princípio de organização social da sucessão temporal que acaba por determinar a divisão do trabalho entre os sexos, a distinção entre alimento úmido da estação úmida e a alimentação

seca da estação seca, as alternâncias da vida social, festas, ritos, jogos, trabalho, a organização do espaço e tantos outros traços, ocorrendo que essas oposições são eternas e imutáveis, vale dizer, termos opostos de uma relação intemporal que faz o tempo social – ordem de uma sucessão de acontecimentos sociais significativos ao grupo – reduzir-se a um sistema intemporal de oposições lógicas – conforme seu senso prático de se posicionar na vida e no mundo –, mas efetivamente realizando-se unicamente no tempo.

Desta forma, o calendário dos trabalhos e das festas sociais é ao mesmo tempo um princípio de organização e uma força de integração, pois ao mesmo tempo em que regula a seqüência dos acontecimentos no tempo, também estabelece uma harmonização das condutas individuais e garante uma reciprocidade de expectativas quanto ao comportamento alheio, vale dizer – quanto a este último –, proibindo de fato e implicitamente as possíveis omissões individuais às previsões coletivas, e garantindo a coesão do grupo e a previsibilidade – que não se confunde com a da ciência ou do cálculo econômico – dos comportamentos, a ordem social, um ritmo para ela, enfim, um tempo; e respeitar os ritmos, acompanhar a medida, não andar fora de tempo, é conformar-se com a ordem social, pertencer ao grupo, significando ter no mesmo momento do dia e do ano o mesmo comportamento de todos os outros membros do grupo, sendo que os ritmos anuais são impostos mais rigorosamente – decisão coletiva das grandes datas do ano agrícola, dia e hora de todas as atividades técnicas e sociais.

Nesse sentido, adotar ritmos desusados e itinerários próprios – trabalhar enquanto os outros descansam e vice-versa, andar pelas ruas da ladeia enquanto outros dormem, andar por estradas desertas etc. – é condenar-se a se excluir do grupo e ser visto como possuidor de condutas suspeitas. Assim, o respeito aos ritmos temporais é um dos imperativos fundamentais desta ética da conformidade e agir contra o tempo não é somente infringir o imperativo que interdiz de singularizar-se, é transgredir o imperativo que impõem que a gente se conforme a uma ordem social que se confunde com a ordem do mundo.

Se a razão científica e o *ethos* capitalista procuram assegurar o futuro através de uma previsão que supõe o reconhecimento da possibilidade do imprevisto e a possibilidade de um outro possível oposto imprevisto, sendo a hipótese a afirmação ou negação do acontecimento previsto, portanto criadora de um arbitrário acontecimento que será confirmado ou desmentido, já a razão tradicionalista escapa às perguntas sobre o futuro e os desmentidos que o mundo pode dar aos questionamentos.

Ela não forma a ambição de fazer presa sobre o futuro, mas esforça-se somente em oferecer-lhe a mínima presa. O receio de uma refutação objetiva, capaz de abalar a ordem estabelecida e de interromper o encadeamento das expectativas leva a ater-se, à custa de um

constrangimento sistemático do campo das aspirações, a um estado de coisas que possa ser dominado pela simples atualização dos esquemas tradicionais, e a excluir metodicamente as situações insólitas, que iriam exigir a invenção de novos esquemas.

A adesão a uma tradição indiscutida, implica a recusa a se travar abertamente a luta contra a natureza e conduz para a busca de equilíbrio à custa de uma redução das expectativas, proporcional à fraqueza dos meios de ação sobre o mundo. Incessantemente ameaçada em sua própria existência, obrigada a dispensar toda sua energia para manter o equilíbrio audacioso com o mundo exterior, esta sociedade, obcecada pelo cuidado de subsistir, escolhe conservar para conservar-se, antes de transformar-se para transformar.

Conclui, então, Pierre Bourdieu, acerca da temporalidade nessa sociedade tradicional, que a ordem tradicional não é viável senão a condição de ser aproveitada, não como a melhor possível, mas como a única possível, a condição de que sejam ignorados todos os “possíveis laterais” que encerram em si a pior ameaça, unicamente pelo fato de que eles fariam aparecer a ordem tradicional, tida por imutável e necessária, como um possível entre outros, isto é, como arbitrário. Trata-se da sobrevivência do tradicionalismo que é ignorado como tal, isto é, como escolha que se ignora. Recusando o projeto e, ao mesmo tempo, o trabalho como vontade orientada para a transformação do mundo e dos meios de transformar o mundo, esta sociedade recusa-se a ter uma história.

Com efeito, o trabalho, assim como a vontade de progresso ou a consciência revolucionária, reside na escolha de adotar a perspectiva do possível, de suspender o consentimento passivo à ordem natural ou social. A vontade de transformar o mundo supõe a passagem para adiante do presente em direção de um futuro racionalmente calculado que não pode ser atingido senão pela transformação do dado atual e especialmente pela transformação da ação transformadora, isto é, das técnicas e dos agentes que as utilizam. O tradicionalismo visa abolir a sucessão cronológica enquanto descontinuidade continuada, reduzindo a ordem cronológica – no ciclo da vida assim como no ciclo agrário – para a ordem (mito)lógica.

b) AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DA TRANSFORMAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES ECONÔMICAS

Para se compreender as disposições econômicas e políticas de um agente é preciso analisar: a situação econômica e social específica que estrutura toda sua experiência de vida ou vivência, que media a apreensão subjetiva – perspectivas pessoais – sobre o futuro objetivo e coletivo; que essa apreensão subjetiva do futuro depende, em sua forma, modalidade e

conteúdo, das potencialidades inscritas objetivamente na situação, isto é, do futuro que se propõe a cada agente como sendo acessível, a título de futuro objetivo da classe á qual pertence. Desta forma, na Argélia – como nos demais países em vias de desenvolvimento – há uma delimitação muito nítida que separa, de um lado, os trabalhadores permanentes – manuais e não manuais – e, de outro lado, a massa dos desempregados ou dos trabalhadores com ocupações não fixas, como diaristas, serventes, pequenos comerciantes que, diante de diversas ocupações intercambiáveis, não raro são exercidos por um mesmo indivíduo. Assim, para cada disposição – *habitus* – ou sistema de práticas pessoais, verifica-se corresponder uma dada condição econômica e social a que o agente está submetido e, portanto, um certo sentido de futuro que se encontra aí implicado.

O sistema de disposições – *habitus* – das diferentes classes sociais pode ser descrito como uma distribuição hierárquica e objetivamente estabelecida, segundo as diferentes categorias econômicas e sociais que eles pertencem, mas também, como uma descrição das diferentes etapas de assimilação do processo de racionalização que o mundo econômico-social requer dos diferentes agentes. É evidente que, quando se estuda todo o processo de assimilação ou de adaptação dos trabalhadores ao sistema capitalista e as respectivas categorias que exige serem apreendidas por pressuposto, não se ignora que a ação de encarar as sociedades, a confrontação das culturas e as mudanças culturais e sociais que disso resultam, efetuam-se sob a pressão da necessidade econômica a mais implacável, e não tomam seu inteiro sentido senão em referência ao sistema colonial e ao que faz sua especificidade, a saber a relação de dominação que impõe aos colonizados a adoção da lei do colonizador, em matéria de economia e mesmo de estilo de vida, impedindo à sociedade dominada o exercício do poder de seleção. Assim, a racionalização, como processo de adaptação à economia importada pela colonização, é uma adaptação a uma economia racional apenas formalmente, perdendo paradoxalmente em racionalidade material.

Pode-se estabelecer previamente uma verdade mais imediata, qual seja, a de que a pressão da necessidade econômica, por si só, é suficiente para impor uma submissão forçada à nova ordem econômica racionalista ou calculista, marcada pela previsibilidade; assim, a pressão das necessidades atuaria para desconstruir normas econômicas de condutas tradicionais, ou também manter condutas que contenham tanto regras do espírito pré-capitalista quanto regras que cumprem a lógica da economia capitalista.

Tal assertiva pressupõe que a simples necessidade econômica premente e presente é o que bastaria para dobrar as resistências culturais herdadas da tradição e determinaria a reinvenção criadora de novas estratégias econômicas e a adesão eletiva ao *ethos* que, no

sistema econômico capitalista, lhe é solidário. Entretanto, será assim mesmo, ou seja, é necessário sempre afirmar ou admitir que as transformações bruscas ou graduais dos *habitus* econômicos são determinados e impostos diretamente pela pressão das necessidades econômicas e dependente das condições materiais a que estão submetidos o agente e sua família?

Ora, se é verdade que torna-se necessário que os determinismos econômicos se afrouxem, para que possa emergir a possibilidade de submeter efetivamente a conduta econômica aos imperativos da racionalização, vale dizer, a acessão a mínimo de segurança é a condição necessária da “racionalização” efetiva da conduta, a questão que se coloca também é se seria ela condição suficiente da constituição efetiva de um sistema de finalidades a mais alta, das quais seria a maximização do rendimento em dinheiro.

É preciso analisar o funcionamento das condições de vida a que estão submetidos os nativos argelinos. Instalados na instabilidade, despojados das proteções que as tradições seculares garantiam mesmo ao último dos *khammès*, desprovidos da qualificação e da instrução que – elas somente – poder-lhes-iam assegurar a segurança à qual eles aspiram supremamente, encerrados na existência do dia-a-dia e na inquietude crônica do amanhã, os subproletários, desempregados e diaristas ocasionais, pequenos mercadores, empregados das pequenas empresas e dos pequenos comércios, serventes, são mantidos na mais absoluta impossibilidade de calcular e de prever, por um sistema econômico que exige a previsão, o cálculo e a racionalização da conduta econômica. Sua vida é insegurança, incerteza, inconstância de ganhos e ocupações, empréstimos contínuos, irregularidade e insegurança econômica para ele e sua família. Dispostos a fazer de tudo, e conscientes de que não sabem fazer nada, submissos e entregues a todos os determinismos, nada possuem de sólido, seguro e permanente economicamente.

Sua condição de vida é marcada pela precariedade e seu tempo é despendido principalmente para procurar trabalho fixo ou eventual, sendo isso sua única constante, além do fracasso diário; por isso, sua vida é marcada pela descontinuidade de tempo e do espaço, nem horário regular de atividades nem local de trabalho fixo. Sua vida é simbolizada pelo cunho da provisoriedade, sempre a espera de que algo bom apareça ou lhe aconteça. Mal adaptados ao mundo urbano e perdido nele, estão desprovidos de uma vida regular de segurança e trabalho, privados das tradições tranquilizadoras e devendo tudo apreender sobre o mundo da cidade, da técnica, língua, disciplina, habilidades, restando-lhes a obstinação em forçar o acaso e tentar encontrar algo para eles no presente que sempre lhes foge.

A situação de desemprego desestabiliza sistematicamente as condutas, atitudes e ideologias; sua autoridade de chefe de família e respeitabilidade dentro e fora dela é posta em xeque, pois todos passam a trabalhar, inclusive as mulheres, sendo certa a sua desmoralização quando passa a ser sustentado permanentemente por elas. Há aqueles que acabam se tornando profissionais em algo que se torna num “provisório permanente”, na falta de ocupação melhor, e aqueles que desistem e se entregam resignadamente à fatalidade de sua vida e escolhem por uma existência parasitária, se satisfazendo com o ofício de desempregado.

Os obstáculos objetivos, as aspirações desmedidas e irrealizáveis, as aparências de trabalho e as aparências de esforço para encontrar trabalho, fornecem outros tantos pretextos para a demissão. Multiplica-se as demandas com a convicção de fracasso, espera-se pelo milagre e recusa-se sempre no mais alto grau “a pá e a enxada”. À exploração e à injustiça pode-se opor somente a arma dos desarmados, a fuga, o ardil, e o subterfúgio, essa *chtara* tão amiúde evocada: todos os meios são bons para fugir da exploração, para furtar um momento de trabalho desagradável e para ganhar seu salário com um mínimo de esforço.

A esses homens acorrentados pela necessidade de uma tarefa que somente lhes traz o mínimo necessário para sobreviver, somente resta uma liberdade no trabalho, a de exprimir sua revolta subterrânea contra a exploração pelo sub-rendimento. Assim, sem emprego regular, não é somente a falta de renda assegurada que faz falta a essa pessoa, mas o conjunto de sujeições que o enquadrem e o definam dentro de uma organização coerente do tempo e um sistema de expectativas concretas, que o faça se sentir seguro dentro de um quadro temporal e espacial, onde ele pode desenvolver sua existência, assim como alguém vive mantendo-se dentro de um quadro de equilíbrio emocional.

O desemprego e o emprego intermitente destroem as tradições, ao mesmo tempo em que impedem a elaboração racional de um plano de vida; para o subproletariado, sua expectativa se encerra na satisfação das necessidades mais imediatas, vale dizer, ele vive para ganhar e garantir o que comer todo o dia, e nada mais que isso, é o que objetivamente lhe foi concedido almejar, tamanha suas necessidades mais prementes. Não há mais espaço para as antigas tradições da previdência, e quando surgem condutas tradicionais no novo contexto, elas se revelam desviantes e inspiradas pela busca unicamente da mais imediata subsistência. Não há como poupar, pois as necessidades sempre excedem os meios, portanto, o que há é sempre consumo imediato dos ganhos, impedindo, por exemplo, planejamento para aquisição de um equipamento para melhorar seus serviços e ganhos, além do fato de que os pagamentos intermitentes sempre impossibilitam a racionalização.

Assim, o dia presente é sempre vivido sem referência alguma, nem intuitiva nem racional, com o dia seguinte, não importa o futuro, não importa o cálculo presente que se relaciona racionalmente com o futuro, porque as necessidades primárias não podem ser diferidas ou sacrificadas, estando excluído qualquer hierarquia racional de finalidades conforme requer a razão capitalista. Por isso, é preciso compreender que um agente que esteja vivendo nessa realidade pré-capitalista e condicionado por todas as necessidades mais prementes e básicas para sua sobrevivência e de sua família, ao ser jogado num universo econômico e social onde se exige uma conduta de racionalidade, cálculo e planejamento, ele é inexoravelmente condenado num prazo curtíssimo, pela incompatibilidade entre sua lógica e a do sistema capitalista.

Nos países em vias de desenvolvimento, como africanos ou sul-americanos, existem à margem das cidades universos econômicos que constituem uma barreira entre os subproletários e o mundo moderno, e cuja lei fundamental parece ser aquela que rege as condutas individuais, a saber a ausência de previsibilidade e de calculabilidade. Os mais pobres, assim, devem encontrar formas de proteções que lhes permitam viver num precário equilíbrio, sempre ao nível mais baixo possível de condição de vida.

Essas pessoas pobres, assim, não têm como tomar uma mínima atitude sobre o presente para projetar algo a ser colhido no futuro, enfim, não podem elaborar um plano de vida; completamente deixados para trás num mundo que lhes nega o futuro, o único sentido de futuro que lhes é permitido ter é o sonho irreal onde tudo seria possível, porque a realidade econômica e social do universo da existência cotidiana nesse momento se encontra suspenso e não vige. Assim, sem ter acesso a um emprego estável e esperando ter somente uma boa ocupação ou ofício para atender as necessidades mínimas de si e sua família, ele sonha para seu filho ou filha ocupações ou profissões as mais elevadas e reconhecidas socialmente. São duas consciências sucessivas e mutuamente exclusivas que visam o presente e o futuro; o discurso procede muitas vezes em linha interrompida, sendo os saltos para o sonho seguidos por quedas num presente destruidor de fantasmas. Aquém de um certo plano de probabilidade, somente restam os recursos mágicos. A esperança mágica é a mira do futuro próprios daqueles que não têm futuro.

A tradição pré-capitalista e suas práticas de tradição que garantiam certa segurança e tranqüilidade por uma previdência costumeira, sustentada por uma sabedoria comum, agora desaparece, redobrando a insegurança e a miséria; da mesma forma, as garantias que a religião oferecia, deixam de existir com os novos tempos e suas novas práticas, que organiza as práticas e as representações segundo um corpo de princípios único, privando-os da

atmosfera de religiosidade que emanava da vida coletiva. Colocados em condições de vida difícil, com problemas radicalmente novos, o proletário e o subproletário das cidades não têm outra escolha senão a indiferença ou a superstição, piedade de instituição, seqüência de gestos despojados de todo sentido, passiva e mecanicamente realizados e determinados pela submissão sem fervor a uma tradição alterada.

Além disso, outros fatores somam-se para destruir os valores de religiosidade que a tradição cultivava, tais como: emigração que rompia com a tradição familiar ou grupal local; anonimato da vida urbana que relaxava uma possível pressão coletiva voltada pra os deveres religiosos; contato com a civilização técnica cultuando finalidades profanas; os novos ensinamentos difundidos nas escolas.

Desta forma, ao serem privados do apoio material e psicológico tradicional das redes de relações da sociedade camponesa e de grupos de parentes – todos fragmentados pela emigração –; ao ficarem absolutamente desamparados sem poderem tomar consciência de sua situação e refletir numa mesma intenção ativa o presente suportado e o futuro desejado; ao serem mantidos num estado de miséria, frustração e insegurança que os fazem apenas se preocupar com as necessidades imediatas e aguardar um milagre que os removam dessa condição humana; assim, os subproletários, camponeses sem terra, operários agrícolas, desempregados, diaristas, serventes, estão prontos a ouvir todas as profecias escatológicas que, rompendo com a rotina da existência cotidiana, prometem-lhes reencontrar, mesmo que somente possível à custa de uma transformação radical da sociedade, um lugar no mundo, isto é, ao mesmo tempo, a segurança material e o sentimento de segurança procurado por um novo enquadramento social. O milenarismo revolucionário, e a utopia mágica são a única mira do futuro que se oferece a uma classe desprovida de futuro objetivo.

Na Argélia os trabalhadores se dividem em dois grupos: os que são estáveis e fazem de tudo para assim permanecer; os que não são estáveis e que estão dispostos a tudo para escaparem da instabilidade. As camadas mais desfavorecidas têm um verdadeiro fascínio pelas profissões estáveis, havendo uma admiração quanto à estabilidade das profissões e a qualificação profissional e instrução necessária para ascender a essa estabilidade. Empregos como guarda, guarda noturno, plantão, vigilante, também são cobiçados, por serem atividades pouco pesadas fisicamente mas também mais seguros, sendo que a tais ocupações podem aceder indivíduos sem instrução, sem formação profissional e sem capital.

Objeto de desejo dos operários sem especialidade, pequenos empregados, pequenos artesãos e comerciantes, a estabilidade toma a forma de uma verdadeira profissão frente à simples ocupação, onde se buscam garantias de acessibilidade, licença, promoção e

aposentadoria; também as proteções contra a concorrência ou garantias de emprego; e aplicabilidade das normas de higiene, segurança, horário de trabalho, critérios de qualificação e remuneração. A função pública, nesse sentido, é um paraíso profissional porque assegura garantias mínimas, contra arbitrariedades, e acima de tudo garante a segurança, definida menos pelo montante dos rendimentos do que por sua regularidade. Por isso não é incomum um trabalhador escolher a função pública, que remunera muitas vezes menos da metade do salário que teria em outra empresa, devido aos atributos vinculados ao emprego público.

Mas verifica-se que o acesso ao emprego público não corresponde a uma mudança ou modificação das finalidades econômicas pessoais almejadas pelos trabalhadores, que continuam orientadas, na grande maioria dos casos daqueles que alcançaram sucesso em obter tal emprego, para satisfação das necessidades mais imediatas, revelando que sua grande ambição – dos trabalhadores permanentes – é conseguir viver sem dívidas nem economias, ou como eles dizem, viver sem ter que fazer contas. Renuncia-se ao crédito fundado na confiança que os mantinham durante a instabilidade, mas as condutas continuam a obedecer ao princípio da maximização da segurança e as aspirações se medem pelos meios disponíveis. Concebem sua situação como sempre ameaçada diante da situação de desemprego estrutural e mesmo que desejem adotar uma postura de maximização de rendimentos, são impedidos pela situação real que se encontra o mercado de trabalho, que não possibilita o crescimento rentável do esforço.

É motivo de indignação o fato de que uma pessoa solteira possa ganhar tanto quanto uma pessoa casada e que tenha família para sustentar, sendo o acúmulo de empregos sempre denunciado, assim como o trabalho executado por mulheres européias; a quantificação pessoal da força de trabalho e o tempo despendido nele são inaceitáveis para muitos e na avaliação do salário justo, é tomada em consideração suas necessidades pessoal-familiares e não o esforço pessoal e qualificação adquirida. Mas todo esse novo processo e realidade de vida econômica e social acabam produzindo – pelo menos nos empregados permanentes – a sistematização da vida; as opiniões, agora, passam a ser mais realistas entre aquilo que se aspira frente às possibilidades das realizações, vale dizer, à medida que as possibilidades aumentam, passa-se a medir cada vez mais as esperanças e torna-se as reivindicações mais realistas.

A indústria na Argélia é pouco desenvolvida, mas com uma elite operária pouco numerosa que “participa das vantagens que a economia moderna procura, abono de família, promoção, aposentadoria, habitat moderno, escolaridade das crianças, outros tanto “privilégios” que são inseparáveis da estabilidade do emprego e que tanto o subproletário

quanto os semiproletários do setor tradicional ignoram. A questão que se coloca aqui é relacionada com as questões que acima foram postas, qual seja, o apego a essas vantagens é obstáculo que se constitui para formação de uma consciência revolucionária?

Verifica-se que, de fato, somente indivíduos providos de um sistema coerente de aspirações e de reivindicações, capazes de se situarem dentro da lógica do cálculo e da previsão porque suas condições de existência os autorizam a isso, e porque podem adquirir, em sua vida profissional, uma atitude progressista e racional, podem apreender sua existência de modo sistemático e realista em referência ao futuro coletivo, e aceitar deliberadamente os sacrifícios ou as renúncias que são solidários de toda ação revolucionária; enfim, acostumados a submeter-esse a exigências racionais e inclinados para o realismo pela própria natureza de duas atividades cotidianas, os proletários são, de todos os trabalhadores, os menos acessíveis às seduções da demagogia.

Seu rendimento anual é estimado em cerca de dez vezes mais que outro trabalhador estável com um salário acima da média, e tais ganhos fazem coincidir com uma transformação generalizada de conduta e uma nova relação para o futuro: suas fontes de rendimentos se multiplicam; surgem novos modos de aumentar ainda mais os lucros; aumento do índice de crianças nascidas vivas e o índice de natalidade para essa faixa de renda; diminuição do índice de natalidade para rendas acima dessa média. O que parece suceder é que o acesso a uma renda desse nível torna-se condição para libertar o sujeito dos determinismos econômicos os mais brutais e passá-lo para um outro destino, ao largo das necessidades urgentes de um presente marcado pela busca das satisfações mais imediatas.

O esforço para dominar o futuro exige um mínimo de condição indispensável para assegurar o sucesso de sua efetivação; enquanto assim não for, não resta outra atitude possível senão o tradicionalismo forçado, que difere essencialmente da adesão à tradição, pois que implica a consciência da possibilidade de agir de outra maneira e da impossibilidade de realizar esta possibilidade, tal como revelam os camponeses das regiões das grandes colonizações que, mesmo reconhecendo as vantagens e ganhos trazidos pelas técnicas dos colonos colonizadores, permanecem reproduzindo as técnicas tradicionais, porque sabem que tal tipo de exploração do solo exige meios que lhe são inacessíveis e sem os quais eles estão condenados ao fracasso.

Essa elevação dos rendimentos, correspondente não só a transformações materiais, mas também de qualificação e instrução dos seus beneficiários, reestrutura o sistema de disposições e das ideologias das pessoas, mas observando-se que nesse nível das ideologias e disposições – *habitus* – a mudança não é produto unicamente da necessidade – ou da sua

satisfação –, porque supõe uma sistematização dos comportamentos e ações de cada indivíduo, que devem passar a operar por sua própria conta e ser empresário de sua própria vida, onde seu comportamento também deve ser o produto, em todos os campos, de uma verdadeira reivindicação. É preciso um certo grau de integração à nova ordem sócio-econômica para adotar e assimilar o espírito de previsão e cálculo que ela requer como normalidade de condutas. Nesse sentido, o grau de bilingüismo e o nível de instrução são capitais para determinar até que ponto é o grau de imersão dentro dessa integração.

Verifica-se, quanto ao bilingüismo, que ele cresce na medida em que se eleva o grau de êxito econômico da pessoa na sociedade; para explicar o fenômeno, além da relação mais direta, vinculada ao fato de que o aprendizado da nova língua é devido ao contato intenso e prolongado com a sociedade européia e com a economia moderna, que mudariam as atitudes quanto ao uso e aprendizagem da lingual estrangeira, há o fato percebido de que tudo acontece como se o uso da língua árabe fosse solidário – *num momento determinado da história da sociedade e da língua* – à adoção de toda uma nova visão de mundo. Assim, quando um pesquisado fala em francês, ele não cita Deus, fala realisticamente e sem entremeios de sua situação concreta de miséria e sua revolta; a língua francesa assim é a língua laicizada, positiva, realista, de diálogo voltado para a reivindicação nua e crua. Já os pesquisados que se exprimem em árabe, sempre invocam Deus ou o destino para se esquivar de um embaraço, dissimulara a ausência de opinião definida, usando, portanto, de entremeios lingüísticos em suas frases e falas.

No caso da instrução e qualificação profissional, eles fornecem os mínimos meios indispensáveis para alguém lograr êxito – ascensão, rendimentos, estabilidades, etc. – com uma conduta fundada na previsibilidade e calculabilidade, de acordo com o comportamento de cálculo e previsão que requer a nova sociedade, ou seja, ao mesmo tempo condição necessária e garantia de manutenção dos recursos intelectuais para perpetuar a racionalização da conduta. Tudo se passa como se fosse preciso que sua existência fosse sujeita à jurisdição da previsão e do cálculo para que o agente econômico possa submetê-la efetivamente à previsão e ao cálculo. Somente os que têm, como se diz, futuro podem empreender a ação de dominá-lo.

Agora, as práticas e costumes são reestruturados para tomar uma forma mais sistemática de condutas e planejamentos; tudo na sociedade – nascimento, poupança, educação, etc. – se une por uma afinidade estrutural em torno de um futuro comum que agora deve ser calculado em formas de ação racional. Por isso que para o nativo miserável que não tem possibilidade nenhuma de acesso a um mínimo de planejamento de sua vida, entregue às

necessidades mais urgentes da vida, portanto, sem domínio do presente que possa lhe garantir domínio do futuro, a confiança na fecundidade natural se impõe como o único meio de garantir-se o futuro de um modo ou de outro; pode-se mesmo supor que a ideologia ligada pela tradição segundo a qual a criança, e especialmente o rapaz, é proteção e honra, acha-se revigorada em tempo de crise, quando as seguranças antigas são abolidas, de modo que rodear-se de crianças é, antes de mais nada, rodear-se de proteções.

Postergar os nascimentos é sacrificar o presente, deixar de confiar no curso das coisas, ingressar num futuro calculado. Diante disso, a reestruturação da conduta somente tem acolhida numa parcela – reduzida – da população, que tem acesso a uma faixa de rendimentos relativamente elevada, diferentemente de se considerar que ela – reestruturação – se dá a partir do momento em que seja atingido um plano relativo de segurança econômica. O que sucede é que em razão mesmo da sistematicidade do novo modo de vida, ela não pode ser operada senão por meio de um salto quando estiverem reunidas todas as condições econômicas e culturais da conversão das disposições econômicas e culturais.

Indivíduos e famílias cairão num plano de contradições praticamente insuperáveis se tentarem empreender tal ação. Nesse sentido, verifica-se que o acesso à habitação moderna coloca os indivíduos que não possuem condições de satisfazer todas as demais necessidades ligadas à habitação adquirida, num profundo mal-estar. Se a instalação numa habitação moderna, num primeiro momento, revela em si que ocorre uma melhoria nas condições de vida – em termos de peças disponíveis, área ocupada por pessoa, quartos privativos, e assim por diante –, observa-se também que o fato dela favorecer a cisão das grandes famílias provoca o efeito de diminuição do número de pessoas ocupadas por família, alterando o equilíbrio econômico que havia no antigo habitat de coabitação de um grupo familiar, pela pluralidade de fontes de rendimentos para uma despesa única comum. Agora, para um número de pessoas menor, e especialmente pessoas economicamente ativas, despesas de toda ordem, principalmente alimentação e a manutenção da nova habitação, aumentam significativamente.

As pesquisas acabam por revelar que comparando a condição de vida geral dos mal alojados, como os moradores das modernas habitações, verifica-se que aqueles viviam em melhores condições de vida. O número médio de pessoas economicamente ativas era maior; vários chefes de famílias habitavam o mesmo habitat, conforme uma antiga solidariedade, obrigados pelas novas lógicas da vida urbana e economia monetária, mas num sentido novo, vale dizer, a unidade do grupo não era dada por um casal, mas pelo grupo inteiro, ou pela família inteira, que viviam significativamente menos mal que um casal com um só salário; a solidariedade do grupo passa a garantir a segurança material e psicológica entre si; a

irregularidade dos rendimentos é compensada mutuamente e pelo crédito de confiança, garantindo um consumo mínimo diante das incertezas; e ausência do cálculo racional.

Assim, a soma dos salários ou ganhos é considerável nessa perspectiva, frente a despesas fixas relativamente reduzidas: o aluguel é baixo – pois moram em favelas –; acesso a produtos e mercadorias de segunda qualidade mas a preços baixíssimos; crédito facilitado pelos comerciantes; despesas de transporte reduzidas porque a moradia já fora escolhida pela proximidade com o local de serviço. O habitat precário participa de um universo econômico que tem sua lógica própria e que permite aos mais desapossados realizar uma forma de adaptação ao mundo urbano “moderno”. Se bem que, considerada superficialmente, ela tenha todas as aparências do contrário, a economia da miséria tem sua coerência. A favela tem mesmo seu mercado de trabalho, apto a garantir pelo menos uma aparência de emprego – com os pequenos ofícios de fortuna –, e sua rede de informações sobre as possibilidades de engajamento.

Esse equilíbrio fundado na coabitação coletiva não é possível ser substituído ou suplantado por um outro, determinado pela cisão das grandes famílias, onde, agora, deve-se procurar um outro equilíbrio, marcado em parte sobre o trabalho das mulheres, modelo típico dos lares europeus onde a família se reduz ao casal. Se na Argélia um casal europeu, com a mulher trabalhando, recebe cerca de duas vezes mais que um casal argelino, verifica-se, também que cerca de 15% das mulheres européias ocupam profissões relativamente bem remuneradas, frente a 4,5% das argelinas em mesma situação. Obstáculos culturais e não-culturais emergem para impedir que a mulher argelina trabalhe, numa sociedade onde somente homens trabalham.

A falta de instrução da mulher argelina as impele frente a ofícios considerados degradantes, como empregada doméstica, e reforça a determinação masculina de não deixá-las trabalhar. Assim, o realojamento quebra o equilíbrio anterior, e mesmo um aumento do salário fica abaixo do que possuíam em comum anteriormente, levando-os à inacessibilidade de um novo equilíbrio, pois as despesas agora são de ordem e grau do mundo moderno, ou seja, elevados para cada item que anteriormente possuíam e estava sob controle como, por exemplo, os aluguéis, além de defrontarem-se com novas despesas que antes não haviam, como impostos, encargos – água, luz, gás – e despesas de equipamentos domésticos, despendendo uma parcela maior dos rendimentos para usufruir da “modernidade”.

O aluguel, as pesquisas revelam, torna um item pesado nas despesas da família centrada no casal e impõe a eles a noção de despesa com vencimento fixo e regular; não há mais os acordos pessoais, nem mesmo a brandura das relações pessoais, agora o que vigora é

a rigidez burocrática. Como novo centro de atenção da economia doméstica do casal – pelo peso de sua importância na destinação dos rendimentos e das despesas totais e pela rígida regra de regularidade de cumprimento do compromisso – ele conduz ao casal disciplinar e racionalizar as despesas, proibindo a irregularidade e a instabilidade do emprego e dos rendimentos, bem como a incoerência das compras, enfim, todas as marcas características da vida nas favelas.

Aumento das antigas despesas e novas despesas emergem quando o casal passa a morar numa habitação moderna, saindo da antiga habitação das favelas. Além do aluguel, as despesas de transporte e encargos da nova moradia passam a ter um peso significativo dentro do leque das despesas familiares. As despesas de transporte passam a ser significativas, porque as novas moradias são construídas na periferia das cidades, longe do serviço, comércio, escolas, repartições públicas, obrigando as pessoas a gastarem parte significativa dos rendimentos para buscar alcançar satisfação em tais serviços; no caso dos encargos – água, eletricidade, gás, etc. –, verifica-se que é justamente nas categorias economicamente mais desfavorecidas, onde o peso dos aluguéis é mais pesado, que o peso dos encargos nas despesas domésticas é mais brutal. Para famílias com rendimentos baixos, eles se encontram entre a alternativa de usar das comodidades oferecidas pelo novo domicílio – como risco de desequilíbrio total do orçamento familiar –, ou fazer sacrifícios em outros campos para usufruir das modernas comodidades, ou não usar ou usar muito pouco a luz, água e gás.

Aqui pode-se verificar na prática dois fatos da maior importância, que revelam o quanto a moradia moderna é paradoxalmente um obstáculo para a entrada na vida moderna que pareceria prometer. O primeiro, é que é muito difícil esperar uma conversão global da pessoa, indispensável para garantir a gestão racional do orçamento, a justa repartição de salário no tempo, a distribuição equilibrada das despesas entre os vários itens, simplesmente por que as famílias e pessoas envolvidas, ao imergirem nesse novo mundo, acabam inexoravelmente praticando os atos esperados pelo novo sistema econômico-social. Ora, as famílias, os homens e, especialmente as mulheres – que acabam administrando a moradia – simplesmente nunca tiveram qualquer conhecimento senão aquele cultivado dentro das tradições da aldeia – sendo essa a ideologia estruturadora e estruturante do mundo possível para eles – e a posterior miséria da favela, portanto, não tendo condições e meios materiais e culturais para colocar sua existência cotidiana sob o signo da racionalidade, do cálculo e da previsão racional.

O segundo fato a ser anotado, é que quando se escolhe restringir ao máximo as despesas pelo uso de equipamentos domésticos modernos ou das comodidades como água,

eletricidade e gás, ocorre o fenômeno das pessoas mudarem-se em busca de uma vida mais modernas, mas em troca de privarem-se justamente dos predicados materiais oferecidos pela vida moderna, enfim, privar-se deliberadamente de tudo o que se estava privado até aquele momento. Isso tornaria a recolocar a pessoa na situação de favelado mas em condições totalmente novas: há um abismo entre o fato de não se ter gás quando se mora numa favela e o fato de estar obrigado a cortá-lo, quando ele lá está, dentro mesmo do apartamento, e de voltar ao *kanoun*, para fazer economias. Assim, a instalação num apartamento moderno se torna paradoxal, absurda.

As análises acima também valem para o item mobília da nova moradia; novamente aqui os encargos maiores recaem sobre os mais humildes. Nas favelas, alguns mais abastados poderiam possuir móveis dentro de sua moradia, entretanto, para outros, o habitat precário simbolizava um impedimento para aquisição de mobílias e equipamentos domésticos, satisfazendo-se com o mínimo necessário para sua vivência, pois o problema de falta de espaço e a rudeza do ambiente não encorajavam tais gastos domésticos, portanto, reduzindo ao estritamente necessário as despesas domésticas. Ocorre que na moradia moderna, diferentemente, não possuir mobília é um escândalo absurdo, pois isso é interpretado ou significado como objetivamente a incapacidade de tomar posse, realmente, do espaço concedido, a inaptidão em adotar o modo de vida moderno que é proposto pelo alojamento.

Desta forma, as pesquisas revelam que a percentagem média das despesas mais ou menos diretamente ligadas ao habitat – aluguel, encargos, transporte, conservação e mobília –, alcança 44,5% contra menos de 10% entre os mal alojados. Isso provoca o efeito de determinar toda a vida econômica da família, que fica centrada nesse item, adotando, conforme a renda familiar, diferentes estratégias para poderem viver e sustentar a família e a moradia; não é incomum as famílias sacrificarem a alimentação e vestuário para fazerem frente às despesas de moradia, desproporcionais aos seus meios de ganhos, sendo que cada categoria profissional, e respectivos ganhos, irá ditar a ordem hierárquica dos sacrifícios que adotarão para se manterem no novo padrão de vida.

Assim, as classes médias e superiores se distinguem por viverem numa situação completamente diferente: uma mudança de residência implica em diferenças de despesas de variação bem menor; já vêm providas de elementos de conforto e pagavam aluguéis altos; frente a seus rendimentos, as despesas de alugueis e encargos pesam bem menos; são famílias melhores preparadas para adaptar-se numa habitação moderna e impor as disciplinas requeridas por essa adaptação. À medida, pois, que o rendimento aumenta, e, paralelamente, o nível de instrução e o grau de adaptação à vida moderna, a habitação moderna cessa de ser

essa espécie de presente envenenado que ela é para as categorias inferiores e fornece as condições materiais de uma reorganização do sistema das práticas, portanto, compensando sacrifícios que um rendimento relativamente elevado torna acessível e vantajoso.

Pierre Bourdieu ressalta nesse ponto que, o apartamento moderno, é um elemento de um sistema e, a esse título, exige daqueles que devem ocupá-lo a adoção de um certo estilo de vida; supõe e admite a adoção de todo um conjunto de práticas e de representações, tais como novas relações entre os membros da família, uma nova concepção da instrução das crianças, uma nova economia doméstica numa palavra. O acesso ao habitat requer uma verdadeira metamorfose cultural do que nem todos os realojados são capazes, porque eles não detêm nem os meios econômicos para desempenhá-lo, *nem as disposições que não podem se constituir na ausência de meios.*

O apartamento moderno é um espaço já estruturado e levando em sua organização, sua extensão, sua forma, a indicação da utilização futura que poderá ser-lhe dada, do tipo que ocupação que solicita, etc. A título de utensílio, isto é, de objeto material preparado para certo uso, ele revela seu futuro e o uso futuro que poder-se-á – e dever-se-á – fazer dele, se se quiser conformar-se à intenção que o habita. Em resumo, ele se manifesta como um sistema de exigências que se inscrevem no espaço objetivo e que exigem ser preenchidas, como um universo salpicado de expectativas e por isso criador de necessidades e de disposições.

Mas verifica-se também, ao mesmo tempo, que esse espaço precisa ser construído e seu uso não é inteiramente predeterminado, pois é um lugar de exigências que não é totalmente concluído, onde adições e modificações são possíveis e indispensáveis, enfim um espaço que precisa ser preenchido; nesse processo ele também apresenta-se como um espaço estranho que é preciso desbravar, humanizar e possuir, apresentando suas resistências a tal intento.

O ato de transformar o apartamento, mobiliando-o e decorando-o, é um ato voltado para torná-lo mais confortável, mas também de dominá-lo, possuí-lo, imprimindo nele uma marca característica e pessoal. O apartamento moderno, feito para o homem moderno, exige um comportamento de homem moderno, portanto, para aquele que não possui meios de ocupá-lo e habitá-lo, ele é um mundo estranho onde expectativas não podem ser preenchidas e uma marca pessoal não pode nele ser cunhado; toda disposição das peças, o espaço disponível e as predeterminações funcionais exigem um determinado tipo de mobília, iluminação e decoração.

Quando um apartamento moderno é mobiliado à maneira que se faz na favela, está-se diante da desolação, desta forma, ele não é habitado como um espaço dominado, organizado e

humanizado, mas simplesmente apenas mais um local ocupado. A perplexidade, escândalo e confusão se revelam aos novos ocupantes quando eles esperavam que o apartamento pudesse lhes satisfazer expectativas, mas verificam emergir uma nova realidade onde a nova morada gera efetivas expectativas que não podem ser preenchidas ou cumpridas; a perplexidade e escândalo são maiores também pelo fato de que as incitações e solicitações com fundamentos na solidariedade, comum nas favelas, não encontram eco nesse mundo estranho trazidos pelos europeus, mas sempre presente permanentemente no espaço o mais familiar.

Um dos fundamentos da solidariedade real que une os habitantes da favela é a uniformidade das condições de existência que faz provar a miséria como condição comum e repartida por todo o grupo. A revolta dos excluídos, que tem sua raiz no confronto com o mundo dos europeus, às vezes longínquo e exterior, é de natureza totalmente diferente daquela que suscita a experiência direta da impossibilidade de beneficiar-se das vantagens oferecidas por esse mundo, agora ao alcance da mão, na própria casa, sob forma de um conforto de que é preciso privar-se ou, no apartamento ou no imóvel ao lado, na casa dos que têm os meios pra apropriarem-se disso.

Por isso, a moradia moderna é causa de dificuldades materiais por vezes intransponíveis e fonte de aspirações inacessíveis; sua realidade é solidária a um modo de vida que é uma verdadeira contradição com a existência cotidiana de muitos de seus moradores. O que resta às pessoas que descobrem não poder preencher as exigências de sua moradia moderna é simplesmente ignorar as referidas exigências e, por um efeito de deslocamento, tratar a moradia depreciativamente, vale dizer, como um alojamento europeu econômico ou evolutivo degradado, destinado a pessoas de descendência árabe, e julgá-lo insuficiente para moradia ou habitação a baixo preço, sendo que a realidade revela que o que eles despendem para ali estar, já ultrapassa suas possibilidades materiais de meios e recurso.

Esses moradores, quase não podendo pagar o gás e o aluguel da habitação, não é incomum afirmarem serem capazes de pagar o aluguel da cidade européia com todo os confortos existentes. Desse fato é decorrente também outro conjunto de comportamentos ou práticas, onde se procura adaptar a cidade às suas possibilidades, uma vez que eles não podem se adaptar a ela, a não ser à custa de uma adaptação que provoque a favelização da cidade, vale dizer, onde se degradam numerosas partes comuns das cidades, revelando essa recusa em aderir ao habitat, fato esse que é tanto maior quanto maior é o descontentamento que se verifique numa região; entretanto, é perceptível notar que esse fenômeno se atenua em locais onde residem famílias com faixa de renda maior.

Por esses motivos, verifica-se que as famílias numerosas das classes mais desfavorecidas que haviam se espalhado, voltaram a reconstituir-se; pais que tinham ficado nas favelas ou nos campos migram e se reúnem nos núcleos instalados nos apartamentos; nas cidades horizontais barracas são construídas nos pátios; nas cidades verticais alpendres são fechados para abrigar novas famílias; volta a situação onde o número de pessoas ativas do grupo familiar aumenta; as imediações locais são tomadas pelo pequeno comércio formado por essas pessoas reagrupadas; uma parte do comércio de estilo europeu é negligenciado; lugares espontâneos de reuniões são criados nos arredores das cidades; velhos reunidos, encostados ao muros dos prédios, conversam como antigamente faziam nas favelas ou nas aldeias. Mas os que “favelizam” a cidade moderna não obedecem a um tradicionalismo retrógrado. Impedidos de adaptar-se, como eles desejariam, a um habitat que exige uma mutação de todas as atitudes, privados das condições materiais desta mutação, não fazem senão recriar as antigas condições de vida que tinham acreditado fugir ao aceder à cidade moderna.

Assim, a vida no novo apartamento em si é um contraste, uma necessidade e falta que não pode ser suprida, e que causa transtornos a todos os aspectos da existência; não há mais equilíbrio orçamentário e o desmembramento e a ruptura com a vizinhança familiar isolam a família nuclear e enfraquece os vínculos antigos e reformulados de solidariedade. Não há mais com quem sair para passear e conversar; uma atmosfera mais viva das favelas é substituída por relacionamentos superficiais e ocasionais; nesse sentido, a favela é sempre referência, e os amigos lá estão e a eles, sempre que se pode, fazem uma visita; a favela mais próxima ao imóvel também é lugar para visitar, mesmo que não se conheça alguém, apenas para ir lá, sentar e assim ficar um pouco. Quem mais sofre são as mulheres, porque o campo social, agora, fica muito restrito – estão rodeadas por desconhecidos – e saem menos; nada na nova moradia compensa o que a vida das antigas relações poderia lhes proporcionar e às mais pobres nem televisão lhes é permitido ter – pelo seu custo – para compensar um pouco essa condição.

Desta forma, o novo habitat – da forma que se encontra e for aceita passivamente essa realidade – isola, diferentemente da favela e do velho bairro que unia; numa casa de um velho e tradicional bairro, por exemplo, verificou-se que a separação das moradias entre as diferentes famílias era mais simbólica que real; ali casa e bairro eram um prolongamento do espaço interior; o espaço da vida da mulher estendia-se às casas e quartos vizinhos, à fonte e à mercearia; o apartamento ou as barracas estão cercados por todo um conjunto de pontos, mais ou menos afastados, que correspondem a diferentes atribuições da atividade feminina,

atividades que reúnem um grupo cada vez maior à medida que a pessoa se afasta: no canto da peça reservada para esse uso, a mulher organiza a cozinha; no pátio ela pega a água e, às vezes, lava a roupa; no terraço, estende a roupa lavada para secar; no banho mourisco, comum para todo o bairro, ela se encontra com as vizinhas. Assim, a maioria das atividades que lhe cabem contribui para inseri-la numa rede social externa à família propriamente dita.

Entretanto, de modo diverso, um habitat moderno, em si, deve fornecer tudo o que os seus moradores podem necessitar. Todas as atividades femininas (lavagem e secagem de roupa, passar a ferro, cozinha, etc.) podem ser nela efetuadas. Desde então, a oposição entre o interior e exterior encobre a oposição entre o núcleo familiar e a vizinhança, entre o apartamento e o resto do imóvel. Há uma ausência total de equipamentos de uso coletivo, restringindo o espaço de atividade da mulher. O mundo exterior começa na própria porta do moderno habitat, sendo que pequenas passagens de uso comum do prédio ou dos imóveis, que deveriam ser um espaço de relacionamentos e criação de laços entre vizinhos é, em realidade, um espaço estranho, onde não se cultiva nem plantas ornamentais e nem se utiliza para descansar; relacionamentos entre vizinhas não mais se estabelecem em momentos de trabalho doméstico e são cada vez mais raras e superficiais, sendo que quando se instauram são momentos inúteis e de perda de tempo, para fofocas e tagarelice. Trata-se de uma vida social – quando há – suportada e não escolhida; os relacionamentos são mais de queixas e reclamações; a organização objetiva do espaço não estimula o estabelecimento de novas relações.

Ocorre nesse novo ambiente uma atitude aparentemente contraditória, qual seja, as pessoas – especialmente as mulheres – se queixarem da situação de isolamento a que estão sujeitos e da promiscuidade que sofrem pela proximidade com modos de vida totalmente novos. Nesse ambiente, os homens sofrem menos que as mulheres os efeitos de isolamento provocados pela nova morada, uma vez que seu lugar natural é o exterior e seu espaço de vida é mais amplo, sendo comum passarem juntos as horas de lazer. Assim, a família nuclear, cuja habitação moderna, pelas restrições espaciais e orçamentárias que ela impõe, favorece a automatização ao mesmo tempo material e moral, não encontra em si mesma nem os recursos econômicos e nem as tradições culturais – técnicas de lazer, leitura, *bricolage*, representações culturais que favorecem a valorizam a intimidade do casal – que são condições de uma plena realização dessa autonomia. Resulta disso, que as novas unidades sociais nascidas do realojamento, se acham colocadas a meio caminho entre duas formas de equilíbrio econômico e social, com o sentimento de ter perdido tudo de um lado, sem ganhar grande coisa do outro.

Numa situação ou condição totalmente diferente, para os mais favorecidos economicamente, o acesso a um alojamento moderno é ocasião para efetuarem uma mutação cultural, pois a condição de morarem na favela e trabalharem num escritório moderno impunham a eles a contradição de dois modos de vida diversos, enfim, uma existência dividida em dois. Com a nova morada, essa existência conflituosa e os obstáculos que emergiam são superados e removidos, pois se acabam as contradições; também estimula-se as aspirações e os desejos agora encontram condições materiais para sua realização.

O novo estilo de vida suscita novas necessidades aumentando muito algumas despesas, inclusive aquelas destinadas a mostrar um certo estatuto social, provocando, ao final, uma profunda transformação do orçamento familiar; passa-se a recorrer ao crédito bancário e faz-se necessário usar cada vez mais o cálculo, vale dizer, o cálculo se torna cada vez mais necessário. Diferentemente das famílias mais pobres que se inserem numa situação paradoxal nestas moradias modernas, as famílias dessas classes privilegiadas são geralmente melhor preparadas para se adaptarem a uma habitação moderna e a impor-se as disciplinas que o êxito dessa adaptação exige; além do mais, dispendo de rendimentos nitidamente mais elevados, essas famílias podem realizar um novo equilíbrio econômico sem serem obrigadas a impor-se sacrifícios desmedidos em outros campos.

Assim, verifica-se que, quando se encontram reunidas todas as condições econômicas e culturais para efetuar uma transformação global do sistema das disposições econômicas – passagem de *habitus* que a tradição legou para um novo *habitus* que um novo sistema econômico e social requer –, um fato como o acesso a um alojamento ou moradia moderna é o motivo e ocasião para efetuar-se a reestruturação do sistema das práticas, tais como divisão de trabalho entre os sexos, gestão do orçamento, educação das crianças, práticas de lazer, entre outros.

É assim que – para esse estrato social – a inclinação do grupo familiar sobre si mesmo, que o novo habitat favorece, acompanha-se, na maioria das vezes, da descoberta de uma nova arte de viver: o que para outros é isolamento aparece aqui como intimidade. Os homens ficam mais tempo em casa; a leitura, a televisão e as crianças tomam cada vez mais o lugar da convivência com amigos. As mulheres se dedicam mais ao governo da casa, à leitura e ao cuidado das crianças em idade escolar. A intensificação das relações domésticas compensa a rarefação das relações como exterior e o afrouxamento das relações com os parentes mais ou menos afastados que é ao mesmo tempo a condição e o produto do aburguesamento. Verificam-se, na maioria dos membros dessa nova classe, comportamentos voltados para

romper os vínculos antigos, evitando, por exemplo, voltar aos bairros do passado, e abandonando as visitas de retribuição que mantinham os vínculos com os parentes afastados.

Deste modo, na Argélia, a moradia moderna foi um motivo e ocasião para florescimento de uma nova classe social, uma pequena burguesia com todo seu estilo de vida, valores e aspirações, que os separam distintivamente do proletariado e subproletariado presentes nas favelas e nos bairros antigos e tradicionais. Mas isso sucedeu porque houveram condições satisfeitas que deram acesso à transformação das práticas que ele – as condições – tornou possível; as condições que devem ser preenchidas por aqueles que a franqueiam, fazem com que a “soleira da modernidade” seja aqui uma fronteira entre as classes.

c) O DESENCANTAMENTO DO MUNDO: CONCLUSÃO

Todo sistema de disposições humano está ligado diretamente à situação econômica e social pelo que ela media – ou revela dizer para cada um – em relação às possibilidades que essa situação define e que, também, definem essa situação. Uma mesma raiz de significação é possível verificar se expressando numa conduta econômica e numa conduta política, por exemplo, um comportamento econômico fatalista, incoerente, entregue à soma das circunstâncias negativas que lhe afligem e reforçam sua miséria, correspondente a um comportamento de condutas e opiniões políticas resignadas e revoltadas, circunscrevendo-se a assim permanecer; por outro lado, uma conduta econômica empreendedora, metódica, dinâmica, correspondente a um comportamento de conduta e opiniões políticas resolutas, revolucionárias, ativas, firmes na busca da concreção das ideologias.

Uma e outra qualidades de comportamentos, nessas diferentes esferas de atuação humana, estão assim jungidos ou imbricados – marcados como um destino – no sistema de disposições que cada ser humano permite assimilar como suas concretas possibilidades existenciais de vida. Um mesmo espaço social, ao conceder ou outorgar para diferentes grupos de pessoas, diferentes expectativas de existência sócio-econômica, produz diferentes expectativas sobre o futuro e, paralelamente, diferentes disposições – *habitus* – que irão moldar, marcar, cunhar certos tipos de comportamentos e condutas, vinculado ou definido diretamente – e de forma objetiva – pela situação econômica e social a que estão submetidos e que, por uma circularidade viciosa, acabam por reforçar a mesma situação de diferenças concretas de expectativas de existência ou vida, vale dizer, reforçam a pobreza ou miséria dos pobres ou miseráveis e reforçam a riqueza e opulência dos ricos ou privilegiados.

As situações concretas de possibilidades de acesso às vantagens econômicas e sociais são mensuráveis estatisticamente, a título de regularidades independentes das vontades individuais, e as probabilidades objetivas e coletivas – por exemplo, as probabilidades de acesso aos bens raros ou as probabilidades de ascensão social em uma ou mais gerações – são também dados concretos da experiência individual. Por isso que, como interiorização objetiva da situação fática de vida – uma posição, admitida ou não conscientemente, do que se pode esperar dela –, esse *habitus* de classe erige-se solidamente como estrutura unificadora do conjunto das disposições que supõem a referência prática ao futuro objetivo, quer se trate da resignação ou da revolta contra a ordem atual, ou da aptidão a submeter as condutas à previsão e ao cálculo.

De fato, a consciência da situação de classes pode ser também, sob outro ponto de vista, uma inconsciência dessa situação. O uso de conceitos mediadores – ou bastardos –, tais como potencialidades objetivas ou *habitus* de classe, permite ultrapassar as oposições abstratas entre o subjetivo e o objetivo, o consciente e o inconsciente. O futuro objetivo é aquele que o observador deve postular para compreender a conduta atual dos sujeitos sociais, o que não significa que ele coloca na consciência dos sujeitos que observa, a consciência que tem de sua consciência. Ora, o futuro objetivo de cada agente social necessariamente não significa – ou está diretamente implicado que seja – um fim conscientemente perseguido pelo sujeito, mas mesmo assim se constitui como um princípio objetivo que rege claramente suas condutas, porque está inscrito na situação presente desses sujeitos e em seu *habitus*, objetivamente interiorizada, disposições permanentes adquiridas numa situação.

É por isso que os subproletários estão sempre a reproduzir, tanto em suas representação conscientes quanto em suas práticas, a situação de que eles são o produto e que encerra a impossibilidade de uma tomada de consciência adequada de verdade dessa situação: não conhecem essa verdade, mas a fazem ou, se quisermos, dizem-na somente naquilo que eles fazem. Seus propósitos irrealísticos não contradizem senão na aparência a realidade objetiva que seus atos exprimem tão claramente: a própria ilusão não é ilusória e é preciso livrar-se de ver um fantasma arbitrário no que não é senão o efeito objetivo de uma posição impossível no sistema econômico e social.

Finaliza Pierre Bourdieu: se bem que o agente social não possa por essência apreender em sua totalidade um sistema que nunca lhe aparece senão de perfil, a variação entre a apreensão subjetiva e a verdade objetiva da situação varia consideravelmente conforme a situação de classe. A pressão da necessidade econômica pode suscitar um descontentamento e uma revolta que não supõem necessariamente o escopo claro e racional da finalidade da

revolta – como é visto pela distância que separa a quase-sistematização afetiva de uma verdadeira totalização – e que podem se traduzir tanto na passividade resignada quanto por explosões elementares e desprovidas de finalidades explícitas. Confiando na imagem mecânica da compressão seguida pela explosão, é comumente esquecido o fato de que a opressão mais intensa não coincide com a consciência mais aguda da opressão e que, muito ao contrário, a variação nunca é tão grande quanto no caso entre a verdade da situação objetiva e a consciência dessa situação.

Em resumo, a menos que se queria ver na consciência de classe o resultado mecânico da pressão exercida pela necessidade econômica, ou, ao contrário, o ato reflexivo de uma liberdade que se determina em direção e contra todos os determinismos objetivos, é preciso admitir que a revolta contra a situação atual não pode se orientar em direção a alvos racionais e explícitos senão quando são dadas as condições econômicas da constituição de uma consciência racional dessas finalidades, isto é, quando a ordem atual confirma a virtualidade de seu próprio desaparecimento e produz, devido a esse fato, agentes capazes de projetá-la.

1.3.11. REFLEXÕES FINAIS SOBRE O PENSAMENTO E OBRA DE PIERRE BOURDIEU

É preciso destacar vários aspectos elencados acerca do pensamento e estudos feitos por Pierre Bourdieu, e que atuam como um guia para se pensar a ação científica na busca para a interpretação do mundo da natureza social do ser humano, vale dizer, para o caso deste trabalho, refletir cientificamente em busca de verdades que traduzam o que sucede em diversas dimensões sociais, enfim, explicar até que ponto há condicionamentos produzidos por esse próprio ambiente social sobre o que ele produz individual e mesmo coletivamente e socialmente. Em primeiro lugar, surge a necessidade de compreender como Bourdieu constrói o mundo social, vale dizer, seus diferentes campos, suas lutas, os poderes ou capitais que aí se estabelecem e as classes que aí se posicionam, enfim, o jogo social das distinções sociais, revelando nesse conjunto de atos e procedimentos científicos, também a sua maneira distinta de enxergar a composição do mundo social, a forma como ele teoricamente o constrói e de que forma ele contesta e complementa a visão de outros autores importantes das ciências sociais que se debruçaram sobre os mesmos ou diferentes objetos.

Desta forma, é possível perceber que suas descobertas propõem modos controlados e constantes de agir e de pensar e que constituem um método para a busca da representação realista da ação humana, ajustado a uma explicação teórica – racionalização – que explicam fundamentamente as diferentes ações e comportamentos humanos do ponto de vista de todas as ingerências socialmente pertinentes, transformando um conjunto complexo de dados sociais – ações, omissões, atitudes, disposições etc. – em esclarecimentos coerentes e razoáveis conforme suas pesquisas e reflexões constroem; tudo isso, para o pensador, é condição primeira para um conhecimento científico do mundo social em suas várias dimensões. Para ele a análise sociológica passa a ser um dos instrumentos poderosos para conhecimento de alguém próprio, como um ser social e, desta forma, como um ser singular, pois ela acaba por oferecer alguns dos meios mais eficazes de acesso à liberdade que o conhecimento dos determinismos sociais permite conquistar contra esses mesmos determinismos.

Ter consciência dessa realidade objetiva e fenomênica não altera nada por si, mas principiam reflexões sobre as armas ou instrumentos passíveis de uso para conservações e transformações necessárias nesse espaço, compreendendo-se as imbricações entre a estrutura objetiva – o que o social construiu como determinante e que influi concretamente nas opções de comportamento dos agentes – e as construções subjetivas – aquilo que o agente possui dentro de si como consciência do social e sua posição dentre dele – nesse processo. E nessa busca da interpretação correta do social, é preciso não olvidar que a ação intelectual que o cientista faz incidir sobre o seu objeto de estudo é justamente isso, uma construção teórica que pretende traduzir uma verdade que não se tem certeza absoluta de que cumpre tal papel; desta forma, não se deve descartar a sua falibilidade ou probabilidade do falso que pode conter, fato que somente o futuro e os problemas no uso da fórmula proposta podem levantar. Assim, é preciso deixar claro as opções teóricas interpretativas em seus diversos níveis, que foram utilizadas para a construção de uma interpretação do social, estão sempre conforme a ciência do ser humano permite, no estágio atual de seu desenvolvimento.

A construção do sentido de vida e de mundo que se vive, é um processo simbólico de educação que todas as pessoas se inserem inexoravelmente dentro de um espaço social. Aqueles que se omitem, aqueles que agem com certa consciência, aqueles que em tudo se envolvem, aqueles que pouco se envolvem, enfim, quem participa e não participa nos eventos cotidiano – em diversas dimensões – para deixar uma marca participativa e valorativa do que fundamentalmente entende ser certo ou errado ser feito, todos estão atuando para marcar indelevelmente a qualidade de relações e de construção de sentido de mundos social em que

todos se inserem. Trata-se de um processo subjetivo que esconde muito da verdade acerca da realidade concreta que está sendo construída, mas que está inscrita – esse conjunto de subjetividade – na realidade objetiva que historicamente, paulatinamente vem sendo construída e revelada em toda sua verdade nos constrangimentos e facilidades a que todos estão submetidos para poderem fazer algo que se constitua um avanço qualitativo em sua condição social de vida, especialmente no aspecto sócio-econômico.

Mas é preciso ter em mente algo muito importante, qual seja, quando está a se revelar – e se sustentar – que o ato de percepção do mundo social é um ato necessariamente implicado diretamente com uma ação do agente social para construir esse mundo social, isso não quer dizer imediata e diretamente que se deva aceitar previamente a existência de toda uma construção racional e intelectual de uma teoria do conhecimento, por parte do agente social, nesse comportamento específico. Verifica-se que o que é essencial, e está sempre a operar na prática diuturna em todos os agentes sociais, é algo que se encontra aquém do nível de representação explícita e da cabal expressão verbal, mas que atua concretamente e presentemente em todos os momentos que faz a experiência concreta do mundo social do agente, e no trabalho de construção que ele comporta.

Mais do que uma “consciência de classe” no sentido marxista, parece que o que aproxima os agentes sociais de uma dada região próxima ou vizinha do espaço social é em realidade um “inconsciente de classe”, que os fazem agir e se comportar dentro de certos padrões probabilísticos ou assemelhados. *O sentido que cada agente possui sobre o lugar de cada um no espaço social, esse sentido da posição ocupada no espaço social, é do próprio domínio prático da estrutura social no seu conjunto, e que envolve todos os agentes, e que, também, somente se descobre na prática, vale dizer, ao ocupar uma posição na estrutura social, e através dessa posição, o agente acaba por verificar o sentido prático da posição ocupada nessa estrutura social, e se conduzir conforme o sentido prático dessa posição ocupada conforme a probabilidade de um destino.*

Quando um agente social qualquer incorpora em si – naturaliza – as estruturas objetivas do espaço social – local, regional e/ou total – onde ele vive e transita, ele também acaba incorporando em si – essencialmente como produto daquela incorporação primeira – as categorias de percepção do mundo social; a posição ocupada no espaço social e o sentido ou significação que se obtém dessa posição, garantem ao agente a incorporação das estruturas objetivas e as categorias de percepção do mundo ou espaço social. Nesse processo, os agentes são levados a tomarem o mundo social tal qual ele é ou se apresenta à sua percepção mais imediata e corriqueira, aceitando-o como natural, mais do que a se rebelarem contra ele, ou

mesmo a oporem-lhe outros possíveis aspectos diferentes de existência – outros mundos possíveis –, até mesmo radicalmente oposto ao que existe.

Assim, esse sentido de posição ocupada no espaço social, como sentido do que alguém pode fazer ou não se pode fazer ou permitir-se a si mesmo no seio social, implica numa atitude de aceitação tácita da posição ocupada, um sentido dos limites a que se condiciona por essa posição, ou um sentido das distâncias, que devem ser marcadas e sustentadas, serem respeitadas e fazer-se respeitar, isso de modo mais firme quanto mais rigorosas são as condições de existência de um agente e quanto mais rigorosa é a imposição do princípio de realidade a que ele está sujeito. Por isso, não é à toa que a visão de mundo dos dominados dentro de uma sociedade é marcada por um profundo realismo, mas realismo esse que deve ser traduzido por uma espécie de forte instinto de conservação socialmente constituído, onde suas atitudes e comportamentos daí resultantes somente podem ser taxados de conservadores – ou como inertes –, se for tomado por modelo uma outra representação de mundo, exterior ao mundo dos dominados, de carácter normativo – prescritivo – e fruto do interesse objetivo daqueles que ele – outra representação de mundo e respectivos interesses – ajuda a viver ou sobreviver.

Trata-se, portanto, de um *sentido de realidade*, probabilidades ditadas pelo assento numa dada posição do espaço social, não implicando de forma alguma a formação de uma *consciência de classe* – o menos irreal que pode ser identificado com essa expressão é o de uma representação explícita da posição ocupada por um agente na estrutura social e os interesses coletivos que lhe são correlativos – no sentido sócio-psicológico, ou mesmo uma *teoria das classes sociais* – sistema de classificação (e hierarquização) firmado em princípios explícitos e logicamente controlados, mas também um conhecimento rigoroso dos mecanismos responsáveis pelas distribuições sociais. Desta forma, todas as formas de identidades coletivas organizadas e reconhecidas – classe operária, central sindical, quadros etc. – são produto de uma longa e lenta elaboração coletiva, de tal modo que, não sendo completamente artificial – sem o que a operação de constituição não teria sucesso –, cada um destes corpos de representação, que justifica a existência de corpos representados e dotados de uma identidade social conhecida e reconhecida, existe por todo um conjunto de instituições, que são outras tantas invenções históricas, vale dizer, uma sigla, *sigillum authenticum*, como diziam os canonistas, um selo ou um carimbo, um escritório ou um secretariado dotado de um monopólio da assinatura e da *plena potentia agendi et loquendi*, etc.

Esta representação, produto das lutas que se desenrolaram no seio do campo político e também no exterior dele, a propósito sobretudo do poder sobre o Estado, deve as suas

características específicas à história particular de um campo político e de um Estado específico, o que explica, entre outras coisas, as diferenças que separam as representações das divisões sociais, logo, dos grupos representados, conforme os países. *Por isso, o cientista social deve compreender que toda representação social é produto de uma história e cultura específicas ou particulares, sendo que, numa dada história e sociedade, ele precisa reconstruir em cada caso de representação legítima de mundo social, o trabalho histórico de que são produto as divisões sociais e a visão social dessas divisões, a fim de evitar ser iludido pelos efeitos do trabalho de naturalização, que todo o grupo tende a produzir em vista de se legitimar, de justificar plenamente a sua existência.*

Uma posição social adequadamente definida, é que permite uma melhor previsão das práticas e das representações dos agentes sociais instalados em tal e qual posição da estrutura social, enfim, revela uma certa identidade social do agente – pelo menos quanto às suas inclinações mais prováveis. Mas esse status – estatuto – ou estado identitário do agente, atualmente muito vinculado e identificado com a identidade profissional que ele carrega, não pode ser qualificado – como antigamente – de modo semelhante ao que o papel do “ser” tinha na metafísica – uma essência do onde derivariam todos os aspectos da existência histórica da pessoa –, uma vez que esses status, como os “habitus” que nele se geram, são produtos da história, suscetíveis de serem transformados, de modo mais ou menos difícil pela história.

Deste modo, o espaço social pode ser construído como uma estrutura de probabilidades voltada para unir ou separar indivíduos, uma estrutura de afinidades ou aversão – oposição – entre os diferentes agentes sociais, contudo, subsiste presente nos fatos, contrariamente ao que assume a teoria marxista, que a movimentação da probabilidade para a realidade, a movimentação da classe teórica para a classe prática, jamais se realiza. *Isso ocorre porque, se tal movimento se fundamenta com a consciência ou inconsciência que os agentes possuem sobre “o sentido da devida posição social de alguém” e pelas afinidades dos habitus, é preciso acrescentar que os princípios de visão e divisão do mundo social, que trabalham para a construção das classes teóricas, na realidade concreta dos fatos disputam com outros princípios presentes e atuantes socialmente, como, por exemplo, princípios étnicos, raciais ou nacionais e, mais concretamente ainda, com os princípios impostos pela experiência cotidiana ou ordinária das divisões e rivalidades ocupacionais – profissionais –, e das vivências comunitárias em suas diversas dimensões.*

Ademais, mesmo que a perspectiva adotada para a construção das classes teóricas seja a mais “realista” possível, por se apoiar sobre princípios reais subjacentes nas práticas sociais,

entretanto é preciso admitir que isto não se impõem, por si só – e de maneira evidente –, sobre os diferentes agentes sociais; *a representação individual e coletiva que os agentes têm a possibilidade de formar acerca do mundo social e de seu lugar nele, pode muito bem estar construída de acordo com categorias totalmente diferentes, ainda mais considerando a possibilidade desses agentes, em suas práticas diárias, estarem obedecendo a leis imanentes desse universo social, através da mediação – filtro – de seu próprio sentido – suas categorias totalmente diferentes – acerca do lugar que ocupam.*

E nesse processo de objetivação/subjetivação, desconhecimento/reconhecimento, atua sempre presente o desejo humano individual e coletivo de fazer acontecer o mundo social, de acordo com o que apreende pragmaticamente no próprio ato de agir, obtendo resultados e manifestações que somente a experiência, e a posterior racionalização da experiência, podem lhe indicar em todas as suas conseqüências de verdades sociais, mas que, em vida, nem um indivíduo, nem mesmo um grupo de indivíduos, pode apreender ou assimilar completamente, legando para as gerações futuras o patrimônio de energia social que ele acumulou e manipulou durante sua existência. O que ele transfere é todas as regras de um jogo social cujas próprias regras estão em jogo pelos diversos protagonistas, conscientes – até certo ponto – e inconscientemente, a participar desse jogo é inevitável, uma vez que pelo só fato de alguém nascer, ele já faz parte do jogo em curso. Participar desse complexo jogo social de imposições da visão e divisão legítima de mundo social, implica inevitavelmente em ter um sentido de posição e espaço de ação ou decisão dentro do grupo social a qual se insere. Esse sentido prático do mundo é dado pela função do *habitus* enquanto um conjunto provável de disposições, atitudes, comportamentos, que faz obter as vantagens da sobrevivência mais eficaz para cada pessoa e grupo social em dinâmica luta, através das relações ou inter-relações próxima ou distantes que estabelecem entre si.

Para compreender o *habitus*, naquilo que ele pode ajudar o cientista social a desvelar verdades sobre o mundo social, e que ajudou a Pierre Bourdieu compreender melhor as determinações que guiam as disposições dos diferentes agentes, inseridos em campos sociais diversos e que aparentemente não se relacionariam entre si, o estudo que ele fez sobre textos de Erwin Panofsky é exemplar para estudo do *habitus*, enfim, sua presença inscrita nos corpos e mente das pessoas e os efeitos que produz, como um destino inscrito numa probabilidade objetivamente extraída da realidade social em que o agente se encontra emergido. Além disso, esse estudo que Bourdieu fez, e que o levou a considerar seriamente as disposições humanas marcadas pelo *habitus*, especialmente as suas determinações quanto ao sentido prático de mundo que ele encerra, é também uma lição sobre o proceder na pesquisa social, revelando –

frente a uma tradição consagrada do modo de se fazer ciência – o quanto está aberto o campo da pesquisa científica para novas abordagens ou metodologias, reveladoras sobre uma verdade que se encontra à espera para ser revelada, através de uma atitude mais ousada do investigador.

Essas disposições humanas, as inclinações “naturais” a que o ser humano se conduz, e que estão incorporados em forma de *habitus* em seu corpo, não nascem do nada, elas são construídas culturalmente, dentro de um longo e contínuo processo de inculcação a que aos agentes estão submetidos por viver em sociedade. Tais disposições, revelando probabilidades de condutas, não podem ser consideradas inexoráveis, no sentido de que seriam programações mecânicas que os agentes reproduziriam indefinidamente, uma vez que o ser humano é submetido continuamente a processos de inculcações novos, pelas próprias lutas que ele se envolve e que colocam sempre em questão os princípios de visão e divisão de mundo que tais disposições encerram em si. Para explicar como se dá esse processo de naturalização de pensamentos e comportamentos que marcam as pessoas, talvez o estudo de Pierre Bourdieu, junto com outros autores, acerca da violência simbólica, contribua para refletir melhor as disposições que encerram cada pessoa no mundo social.

A violência simbólica, tratada aqui – arbitrariamente para os fins deste trabalho – como princípio de inculcação de um arbitrário cultural, que dá origem aos *habitus* dos diferentes agentes sociais e grupos de agentes localizados em diferentes posições na estrutura social, é preciso assinalar que como todo processo de violência, está sujeito a um poder que faz aquele realizar-se e cumprir seu destino social. O poder simbólico é correlato à violência simbólica, existindo em todas as lutas sociais, em todos os momentos onde um processo pedagógico está em curso no mundo social. Para Bourdieu, num dado estado de um campo, onde se vê o poder por toda parte e que torna necessário reconhecê-lo sem dissolvê-lo numa idéia de que ele estaria em toda parte e lugar algum, é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, *onde ele é mais completamente ignorado*, portanto, *reconhecido*: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.

A teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu, vem completar esse método epistemológico de construir verdades sobre o funcionamento do mundo social. Assim, aspecto importante a ser destacado, é a aplicação dos saberes acima em diferentes espaços sociais que podem ser constituídos como um campo, a fim de desvelar verdades sociais ali presentes e que necessitam ser ditas para próprio conhecimento dos agentes que atuam nele e, assim, conhecerem melhor o que constitui suas práticas. Desta forma, no estudo do campo jurídico, o

conjunto de saberes acima expostos revela o funcionamento de uma realidade social, fundamental para produzir um trabalho de dominação simbólica entre agentes que são ao mesmo tempo concorrentes e cúmplices nesta atividade. O direito, assim, é forma por excelência do poder simbólico de nomeação que acaba criando as coisas por ele nomeadas onde, ao mesmo tempo e que faz o mundo social, pelo mundo social também ele é feito.

Nesse sentido, constata-se que o sentimento de injustiça ou a capacidade de perceber certa experiência com injusta não é universal, mas depende da posição que a pessoa ocupa no espaço social. O sentimento de injustiça que faz uma pessoa buscar os serviços jurídicos como uma necessidade não é natural, é cultural, é construído, vale dizer, é fruto de um trabalho de construção social que é efetuado pelos profissionais que atuam no campo. O que ocorre é que os profissionais revelam ao mundo social os direitos e estimulam o sentimento de se ter direitos, criando, desta forma, a “descoberta” da sensibilidade e das experiências nominadas como injustas. Nesse sentido eles têm a capacidade de manipular as expectativas de direito, ora criando, ora aumentando ou ora diminuindo a mesma, conforme o caso. Os profissionais da área, assim, acabam produzindo a necessidade de seus próprios serviços, ao traduzirem questões sociais em problemas jurídicos com as probabilidades de êxito conforme cada estratégia possível de ser adotada, e fazem isso guiados pelos seus interesses econômicos, suas atitudes éticas e políticas e seus interesses mais específicos, quais sejam, as suas relações objetivas travadas com os outros especialistas.

Outro estudo interessante feito por Pierre Bourdieu refere-se à finalidade social do uso da língua de um povo constituído enquanto sociedade diferenciada. Novamente aqui, o conjunto de saberes teóricos produzidos pelo sociólogo francês irá desvelar o que constitui uma prática corriqueira como essa que é o falar e, desta forma, se comunicar, que dissimula as diferenças sociais cultivadas socialmente. Em seus estudos sobre os aspectos sociológicos que estão relacionados e pertinentes ao uso da língua, Pierre Bourdieu procura ressaltar que seu modelo de análise – vale dizer, a produção e circulação lingüística como relação entre *habitus* lingüístico e os mercados nos quais eles oferecem seus produtos – não significa que tenha por objetivo recusar ou substituir a análise especificamente lingüística do código, mas apenas revelar tudo que a lingüística deve ao meio social onde ela brota – o que está inscrito nas relações sociais e o que se importa inconscientemente desse meio para a língua – e é parte constitutiva, estabelecendo ou especificando melhor um limite ao que se constitui como ciência lingüística.

Dentro do campo da produção cultural – literatura, pintura, escultura, moda etc. –, Bourdieu nos revela porque algo tão imaterial como a assinatura de um artista em sua obra, ou

mesmo de um criador em seu objeto construído, pode fazer valer o que, se assinado por outra pessoa, não valeria praticamente nada. Quando se afirma que uma “magia” – ficção, abstração – é produzida socialmente e que, por sua vez, produz efeitos concretos no mundo social, isso significa que em sua origem há presente uma grande dose de arbitrariedade no sentido de edificar uma boa ficção, mas que assim na pode ser mais entendida, porque o resultado que produz já não é mais ficcional, mas certamente concretos, efetivos, tal como uma palavra acaba produzindo os efeitos que nele foi pronunciado. A “magia” social é uma produção coletiva que nada de mágico possui, mas sim, uma intensa energia social acumulada e atuante, vale dizer, ações e comportamentos concorrentes e complementares simbolicamente, produtores dos efeitos finais que ela – magia – estipulou em sua origem. Isso se revela mais claramente no estudo que Pierre Bourdieu fez acerca do campo da lã costura, enfim, em suas pesquisas para compreender as verdades que movimentam o campo dos produtores de moda e o que faz os seus produtos serem o que são socialmente, mas análises essas que também se assemelham ao que ele descobriu no campo da produção artística como a literatura, pintura e escultura – neste dois últimos casos, acerca das obras de arte. Mas os estudos de Bourdieu, no campo simbólico, acabam se refletindo também, de forma original, acerca das formas de dominação social em curso nas sociedades, trazendo elementos renovados para refletir de que forma a terra dos campos sociais, e os respectivos capitais envolvido, atuam para perpetuar as diferenças entre dominantes e dominados no espaço social.

Num dos seus primeiros estudos, Pierre Bourdieu tentou explicar as dificuldades de se implantar um sistema capitalista – com todas as suas exigências sócio-econômicas – numa sociedade marcada por uma história e cultura pré-capitalista. Já nessa pesquisa ele compreendeu que paralelamente à verdade social objetiva que impõe inexoravelmente novas regras – ou padrões sócias de comportamento – sociais frente à antigas, conforme a tradição histórica e social havia marcado a sociedade pré-capitalista, há também presente, e marcando fortemente as ações e comportamentos sociais de todo um povo, as apreensões subjetivas ou pessoais que cada agente possui acerca da realidade social e que, desta forma, negocia com as estruturas objetivas impostas e, pelas novas circunstâncias históricas, não pode mais escapar, marcando concretamente esse processo de transição de uma economia pré-capitalista para uma economia capitalista, com todas as suas contradições, obstáculos e avanços. Concluiu Bourdieu, acerca deste estudo, que todo sistema de disposições humano está ligado diretamente à situação econômica e social pelo que ela media – ou revela dizer para cada um – em relação às possibilidades que essa situação define e que, também, definem essa situação.

Tudo que o ser humano é ou tem sido, coloca-o também como responsável direto e indireto do seu próprio destino, destino esse que é moldado de forma muito especial pelo social. Uma abordagem teórica – e também ações pragmáticas – não pode deixar de considerar a pessoa humana individual e coletiva que nela deve estar inserida, sob pena de desfalcar o elemento fundamental das análises e conclusões – ou resultados –, elemento esse que faz e desfaz o mundo social continuamente, recebendo também todas as injunções que compõe esse mundo. Nada do que se faz neste Planeta está dissociado do indivíduo, e é necessário compreender tudo que esse indivíduo faz para tornar o mundo como ele tem sido.

A importância da obra de Pierre Bourdieu é que ele justamente realiza a inserção dessa pessoa humana na realidade cotidiana em diversas dimensões sociais como ele pesquisou, e explicar de que forma, inserida numa estrutura social objetiva, essa pessoa, com sua projeção subjetiva da vida e de suas possibilidades práticas frente a ela, contribui para formar a visão do mundo social e mesmo para formar esse mundo, ao mesmo tempo em que é influenciado por esse mundo. Portanto, a sociologia de Bourdieu procura explicar tudo que o social influi no ser humano – sem dissociar o ser humano desse mundo –, tentando muito mais do que invadir espaços científicos e de análises já estabelecidos e/ou consagrados – direto, lingüística, marxismo, filosofia, etnografia etc. –, mas revelar tudo que o social reflete e condiciona – determina –, de forma concordante ou discordante – portanto, fazendo avançar o conhecimento científico – frente aos saberes até então consagrados e estabelecidos nessas diversas áreas do conhecimento.

Trata-se de uma complementaridade capital para avançar a ciência social e humana, na busca de verdades cada vez mais corretas ou próximas do que é que constitui como verdade da própria existência humana, particularmente o que o ser humano tem feito e como tem feito. Mas não apenas isso, não há dúvida que a sociologia, com o trabalho de Pierre Bourdieu, ficou mais avançada como ciência rigorosa – mas observando-se a importância que tiveram e ainda têm os autores do passado – e, desta forma, resgatando ou recuperando seus espaços necessários como campo próprio de sua análise, presentes em diversas dimensões das manifestações humanas, naquilo que o coletivo marca e influi determinantemente nas diversas ações e comportamentos praticados pelo indivíduo.

É preciso sempre levar em consideração essa dupla verdade objetiva e subjetiva presente no mundo social e atuante simultaneamente para produzir o que o social revela; e depois da obra de Bourdieu, torna-se cada vez mais difícil recusar essa presença fundamental do indivíduo construindo o que o social – em sua mais ampla dimensão – tem sido. Aquilo

que é estrutural e aparentemente determinantes de uma vez por todas, tem sua razão da ser na construção histórica e cultural que a própria sociedade, em suas diversas lutas – ações e omissões – estabeleceu para si, sociedade essa constituída pelos milhares ou milhões de indivíduos – passados e presentes – que concorreram e concorrem, cada qual com sua parte, para produzir e reproduzir o que revela suas história e formação social, vale dizer, um capital sociologicamente pertinente e acumulado, objeto de lutas, e que nessa lutas revela-se o mundo social dali resultante.

Em sociedades solidamente estratificadas – em classes sociais e com um sistema econômico capitalista desenvolvido –, torna-se muito difícil – mas não impossível – modificar essa realidade, processo esse que, com toda probabilidade, será lento em sua alteração histórica, como o próprio Bourdieu afirmou numa passagem. Entretanto, o mesmo não se pode afirmar em casos de sociedades pouco estratificadas, uma vez que nelas tudo ainda está por se edificar solidamente e, portanto, parece revelar que a margem de alterações substanciais da realidade se encontra mais aberta, uma vez que as instituições, as estruturas sociais objetivas e as apreensões subjetivas dos indivíduos estão em processo de transição de uma estrutura social para outra.

Ademais, é forçoso admitir que a ideologia – como visão de mundo de cada um e que produz efeitos concretos ou efetivos no meio social – é melhor explicitada pela teoria que Bourdieu elaborou, para explicar com novo rigor muitas das coisas que sucedem no mundo social, sob o viés do que é que o social influencia para que elas – coisas – sejam assim, no plano mesmo das decisões aparentemente mais individuais em suas escolhas. As inclinações ideológicas, com a teoria de Bourdieu, tornam-se mais reais ou concretas; as diferenças socialmente cultivadas marcam as pessoas e sua posição no espaço social, de tal forma que, dentro de um processo histórico de acumulação de diferentes capitais sociologicamente pertinentes e acumulados, traspassando o mundo social, um agente irá se conduzir conforme todas as probabilidades determinantes que o sentido prático – que condensa toda sua percepção do mundo e sua posição na luta nele desenvolvida – de sua posição lhe determinar.

O que faz a pessoa ver o sentir o mundo como ele vê e sente? Como resposta têm-se os princípios de visão e divisão de mundo, que não só constroem o mundo como ele é, mas refletem a posição de cada um dos seres humanos na sua distribuição dentro de um espaço social, de acordo com um capital – econômico, cultural, social etc. – acumulado e que determinam a visão de cada um nesse mundo, sua posição e dos outros nesse espaço, e as características de determinadas “naturezas” sedimentadas – um algo, uma característica que acompanharia a figura mesma da pessoa – que, desta forma “naturalizada”, estão sempre

presentes no mundo social estruturalmente, bem como nas apreensões de visão e divisão de mundo que os diferentes agentes contribuem para formar, assim, este mundo e receberem seus influxos.

A ideologia como falsa representação, até mesmo como um elemento formativo e essencial – intrínseco – da própria personalidade de uma pessoa,¹¹⁵⁶ tem, no seu elemento social, um forte componente que explica o porquê das pessoas serem o que são e agirem como agem, fazendo as opções individuais e sociais que fazem. Nascer no mundo é imediatamente receber um capital sociologicamente pertinente como herança, e inserir-se numa luta histórica a qual a pessoa não tem como e não pode furtrar-se, pois o simples ato de nascer é já nascer posicionado num ponto de vista desse mundo, com todas as predisposições prováveis e determinantes que essa localização lhe determina. A partir daí, especialmente seus capitais econômico, cultural e social irão ditar sua trajetória social pelos diversos campos sociais, a formação de seu sentido prático no mundo e, portanto, reforçando suas disposições – *habitus* – que, como uma alta probabilidade de se realizar – e outorgar ao agente todos os ganhos materiais e simbólicos sociais esperados –, governarão suas ações e comportamentos individual e social, de acordo com o que a posição social e trajetória social acabam probabilisticamente impondo e se realizando com um destino.

Aí está algo importante sabe, vale dizer, o que nós temos sido e porque assim tem sido, pois é o desconhecimento desses mecanismos sociais que tem produzido o mundo historicamente concreto e real, em seus diversos quadrantes, e deste desconhecimento acaba resultando em aceitação natural – *doxa* – de muitas coisas – especialmente idéias-guias fundamentais – que não têm a correspondência que se deseja dar a elas, a não ser a arbitrariedade de sua origem e sua reprodução, enfim, é desta inconsciência ou desconhecimento do que faz a matéria e substância concreta e real das coisas sociais, é que emerge a força duplicada da legitimação e reconhecimento do próprio mundo como algo que é, tem sido, e será assim mesmo, naturalizando a aceitação, com todas as alegrias e dores aí relacionados, do que é antes de tudo culturalmente e historicamente construído pelas próprias

¹¹⁵⁶ ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 338 p. Sobre a temática ideologia, vide também: WOLKMER, Antonio Carlos. **Ideologia, estado e direito**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. 230 p.; CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 39. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. 128 p.; KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 280 p.; EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Unesp: Boitempo, 1997. 206 p.; LÖWY, Michael. **Ideologias e ciências social: elementos para uma análise marxista**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 112 p.; IGLÉSIAS, Francisco. **História e ideologia**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1981. 304 p.; RICOEUR, Paul. **Ideologia e utopia**. Lisboa: Edições 70, 1991. 528 p.; HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 1993. 150 p.; LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. 96 p.; LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998. 224 p.

peças, de geração em geração, ao longo do tempo. O mundo social é um espaço de negociação, onde por decreto – ou num lance audacioso – nada nele muda, conforme esse decreto deseja realizar-se. O sentido prático – *habitus*, disposições ou predisposições – é forte demais, concreto demais para aceder cegamente a um ato total – isso é contra sua lógica –, pois somente o tempo ditará o resultado das lutas que é possível alcançar, observando-se que o capital sociologicamente pertinente é demorado em sua aquisição, e também em sua perda.

Fundamental também é Bourdieu revelar claramente que cada história e cada cultura – enfim, cada povo – engendra seu próprio mundo social, não estando nada revelado de antemão como verdade que governa cada sociedade e o que pode ser realizado nela – especialmente a partir de uma “boa idéia” que, aplicada, produzirá “naturalmente” todas as “boas conseqüências” que dela é “naturalmente” esperada, realizando-se “inevitavelmente” como um destino inescapável –, pois se tudo é fruto de uma história e cultural singular, o espaço social é único para cada povo, cada região, cada localidade etc., enfim, o cientista deverá ter a necessidade de revelar e delimitar esse espaços em suas pesquisas, para trazer as verdades que são pertinentes à cada singularidade social estudada, e explicar porque é que fez como pertinentes as escolhas feitas. Cada mundo social é um mundo social particular e deve ser investigado, construído e entendido pertinentemente, a fim de produzir as verdades que ajudem a enxergar e explicar esse mundo, como condição primeira de se pensar rigorosamente os seus problemas e as suas possibilidades.

Pierre Bourdieu é um autor complexo, cuja obra se encontra esparsa em diversas publicações de livros e artigos, não podendo afirmar-se categoricamente que é possível apontar um conjunto de títulos que seriam definitivos para explicar seu pensamento. É preciso ler vários de seus textos, antigos e recentes, para compreender suas complementaridades, cautelas, fecundidade intelectual etc., presentes desde seus textos mais antigos até os mais recentes, mas com a precaução – como feita pelo próprio autor – de não torná-lo dogmático, pois o que ele legou é antes de tudo um programa de trabalho para produzir fecundidade intelectual, ciência para se fazer ciência, instrumentos intelectuais de uso e aplicação que devem construir e reconstruir os próprios ferramentais necessários para produzir ciência rigorosa e fecunda, conforme a circunstância dita como necessária ao pesquisador, e que devem produzir os resultados próprios, independentemente do que a tradição intelectual já consagrou como verdade – afirmando-a, negando-a, complementando-a, etc.

Ao assim proceder, como numa parábola, Bourdieu nos ensina – a partir do que ele aprendeu – que peixe há, diferentes tipos deles, cada um necessitando de técnicas próprias para abordá-los adequadamente, e cada vez mais aprimoradas; os instrumentos que podem ser

utilizados são muitos, é preciso recorrer aos adequados ou àquilo que está disponível da melhor forma possível, e que o próprio interessado deve ir atrás e – com todos os riscos –, de tentativa e erro, construir os instrumentais – e o conhecimento desses instrumentais – para atingir seus objetivos de verdade ou de conhecimento pertinente. Mas também, e isso é muito importante, tudo que ele é e tem sido, no próprio ato de construir as verdades que ele busca, pois cada gesto e cada ação, cada opção que ele se inclinar, está um erro ou acerto e que deve ser controlado numa ação de auto-sócio-análise, a fim de não incidir naquilo que Sigmund Freud fez – inconscientemente mesmo –, vale dizer, não considerar devidamente certos dados que alterariam certos estudos e conclusões alcançadas sobre as pulsões sexuais mais primevas – da infância – do ser humano.

Os textos trazidos neste trabalho, e citados, são opções feitas a partir de diversos outros textos – duramente obtidos –, e conforme – influenciado – uma determinação decorrente do incidente ou arbitrário fato de serem coletados e analisados, mas subordinados às circunstâncias da elaboração de pesquisas e investigação científicas financiadas pelo governo brasileiro, e o estado presente da pós-graduação brasileira. Procurou-se privilegiar os textos originais – traduzidos para a língua portuguesa e a língua espanhola – do próprio autor francês, para explicar suas idéias e principais descobertas sociais, não sendo adotado texto de outros autores que já iniciaram a interpretação da obra de Pierre Bourdieu, pois era objetivo inicial que o *habitus* do pesquisador – deste que escreve esta obra ou trabalho científico – atuasse, conforme suas determinações – para o bem ou para o mal –, para apreender a teoria do sociólogo francês. Nas pesquisas feitas em busca de seus textos, descobriu-se a já existência de diversas obras de estudiosos que procuram explicar o pensamento de Pierre Bourdieu, notadamente em língua espanhola e inglesa – nas demais línguas, como francesa ou alemã, a busca de obras não foi realizada por desconhecimento e não domínio de tais línguas, apesar da pesquisa indicar a existência das mesmas em outras línguas diversas da praticada na Ibéria.

Procurou-se, também, privilegiar o seguinte: (I) textos que dessem uma dimensão do seu pensamento da formação do mundo social e de seus grupos; (II) textos que fossem de diferentes épocas de elaboração; (III) textos que explicassem suas epistemologia; (IV) textos que dessem uma dimensão sobre a aplicação de seu pensamento a campos sociais determinados, especialmente aqueles próximos ao Direito e à Academia; (V) textos que explicassem suas opções intelectuais e trajetória a partir do que o próprio Bourdieu explicou de si próprio. Ao trazer esse material nesta obra; (VI) textos mais simples, que pudessem unir

complementarmente a outros mais complexos para dar uma dimensão do pensamento e abordagem que Pierre Bourdieu fez em suas pesquisas sobre o mundo social.¹¹⁵⁷

A estrutura da apresentação da obra de Bourdieu também foi uma opção metodológica considerada necessária para o presente trabalho. Após as muitas leituras de diversas obras sobre Bourdieu, a compreensão alcançada foi de que a sua complexidade reside em que Pierre Bourdieu escreve muito, mas de forma sintética a seu modo. Toda sua obra é fruto de opções intelectuais de grande envergadura e que se encontram presentes em todos os seus textos, vale dizer, estão condensadas e implícitas em tudo que ele escreveu. De certa forma, seus textos, por esse viés, já são sintéticos, e a isso deve ser somado o fato de que o que ele escreveu anteriormente, e que ele retrabalha em outros escritos, também ali está presente de forma sintetizada. Por fim, é importante observar que seus textos possuem uma função heurística epistemológica que deve ser compreendido em sua maior integralidade possível, para quem pretende ser um pesquisador social rigoroso, num nível requerido e exigido pelo próprio sociólogo francês, para si mesmo e para seus discípulos e alunos.

Ora, diante disso, tal autor, para ser explicado a contento ou de uma forma satisfatória, deve ser antes de tudo preservado no conteúdo e exposição de suas idéias e, mais do que ser

¹¹⁵⁷ Além das obras já utilizadas e citadas neste trabalho, para compreender melhor o pensamento de Pierre Bourdieu é importante ler as seguintes obras: BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 750 p.; BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Los herederos: los estudiantes y la cultura**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003. 190 p.; BOURDIEU, Pierre. **El sentido práctico**. Madrid: Taurus, 1991. 456 p.; BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 432 p.; BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. São Paulo: Edusp: Zouk, 2003. 244 p.; BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 160 p.; BOURDIEU, Pierre. **El oficio de científico: ciencia de la ciencia y reflexividad**. Barcelona: Anagrama, 2003. 214 p.; BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalinas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 322 p.; BOURDIEU, Pierre. **A ontologia política de Martin Heidegger**. Campinas: Papyrus, 1989. 132 p.; BOURDIEU, Pierre. **As estruturas sociais da economia**. Lisboa: Piaget, 2001. 288 p.; NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Pierre Bourdieu/Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. 256 p.; BOURDIEU, Pierre; HAACKE, Hans. **Livre-troca: diálogo entre ciência e arte**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 136 p.; BOURDIEU, Pierre *et alii*. **Liber 1**. São Paulo: Edusp, 1997. 324 p.; BOURDIEU, Pierre. **Intelectuales, política y poder**. Buenos Aires: Eudeba, 2003. 272p.; BOURDIEU, Pierre. **Creencia artística y bienes simbólicos: elementos para una sociología de la cultura**. Córdoba y Buenos Aires: Aurelia Rivera, 2003. 278 p.; BOURDIEU, Pierre. **Cuestiones de sociología**. Madrid: Istmo, 2003. 272 p.; BOURDIEU, Pierre; TEUBENER, Gunther. **La fuerza del derecho**. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre: Uniandes: Instituto Pensar, 2000. 222 p.; BOURDIEU, Pierre. **Lições da aula**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. 64 p.; BOURDIEU, Pierre. **El sociólogo y las transformaciones recientes de la economía en la sociedad**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2000. 78 p.; BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 144 p.; BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 152 p.; BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 116 p.; BOURDIEU, Pierre. **Pensamiento y acción**. 2. ed. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2002. 158 p.; LINS, Daniel (org.). **A dominação masculina revisitada**. Campinas: Papyrus, 1998. 128 p.; LINS, Daniel (org.). **Cultura e subjetividade: saberes nômades**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2002. 120p.; LINS, Daniel (org.). **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação/Pierre Bourdieu**. Campinas: Papyrus, 2000. 120 p.; CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de leitura**. 2. ed. rev. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. 268 p.; PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 192 p.; ORTIZ, Renato (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003. 172 p.; WACQUANT, Loïc (org.). **O mistério do ministério: Pierre Bourdieu e a política democrática**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. 232 p.

objeto de um retrabalho de sintetização, por quem trabalha para explicar suas idéias, ele deve ser complementado, vale dizer, a partir de seus textos ele deve ser expandido, para ser compreendido nos detalhes importante que fazem uma diferença fundamental para compreender o que é uma pesquisa rigorosa no nível empreendido pelo sociólogo francês. Diante disso, a fim de contribuir para a academia, vale dizer, a parte da academia que ainda é neófito e que almeja ascender aos mais altos rigores de pesquisa científica em curso, longe de dogmatismos estabelecidos de uma vez por todas, a opção feita foi no sentido de retraduzir os difíceis textos de Bourdieu, numa linguagem mais acessível, enfim, com toda dose de interpretação e explicação que foi permitido elaborar diante desse autor francês. Mas se observa aqui, com todos os riscos de erro que está implícito em tal atitude; o futuro revelará se tal opção foi válida e até que ponto, ao trabalhar um autor com tais características intelectuais.

Com os saberes acima expostos, parte-se, em seguida, a uma outra parte importante deste trabalho, votado para dar continuidade ao deciframento ou interpretação de uma realidade histórico-cultural específica, que é acerca da América Latina, vale dizer, a América Espanhola e a América Portuguesa. Tal estudo será importante para compreender melhor o que sucede no processo de integração do Cone Sul, uma vez que, é pressuposto hipotético deste estudo, parte-se do fato de que o Mercosul segue a sorte que é em tem sido traçada histórico-cultural-socialmente entre os povos das duas Américas, daqueles agentes sociais que mais especificamente estão imbuídos na missão para concretizar um integração que, se bem sucedida, será um marco histórico fundamental do desenvolvimento ou evolução dessas sociedades e cultura envolvidas, enfim, das próprias civilizações sendo edificadas na América Latina.

Ressalta-se que Pierre Bourdieu, a partir desse momento, é abandonado enquanto produtor de categorias ou conceitos operacionais teóricos que seriam imediatamente aplicados para reproduzirem as conclusões mais gerais que seus estudos revelaram, e, assim, ser verificado como se reproduz – e até que ponto – as mesmas verdades européias dentro das sociedades latino-americanas. Diferentemente ele é adotado do ponto de vista epistemológico, vale dizer, é um pensamento de ação científica voltado para efetivar um estudo, dentro dos limites objetivos que está circunscrito inexoravelmente este trabalho e a academia brasileira com um todo, a fim de que possa ser levantado o máximo possível de elementos simbólicos determinantes e que estariam a se realizar concretamente no processo de integração internacional em curso. Assim, isso significa que não se buscará enquadrar uma realidade sócio-histórico-cultural – como a latino-americana – em rijos esquemas teóricos finais ou

conclusivos, conforme levantado por Bourdieu em toda sua vida de pesquisador, pois parte-se também do pressuposto – epistemológico – de que nada do que ele escreveu para o caso francês – e outros – é válido, por ilação direta, ao caso específico dos países membros do Mercosul, uma vez que, se verdades sociais há aqui, ele deverão ser extraídos de si próprios, conforme sua formação social e evolução, daí emergindo até onde – estruturalmente – se aproxima do caso francês etc..

Ademais, é preciso ressaltar o seguinte: considerando que, tudo indica, o mundo social – e aqui inserimos o ambiente internacional – é feito pelos indivíduos e grupos de indivíduos, e, desse ambiente, eles recebem o influxo de influências que irão desvelar as verdades objetiva nele presente e as apreensões subjetivas nele em curso, e que, assim, contribuem para a reprodução da objetividade/subjetividade desse espaço social, a pesquisa e análise que aqui será feita – apoiando-se epistemologicamente especialmente em Bourdieu, mas na mesma medida junto com os demais autores que serão a seguir citados e trabalhados também teoricamente de forma epistemológica – é diferente daquelas elaboradas por Pierre Bourdieu. De fato, a investigação recairá sobre um espectro mais amplo de ilações simbólicas temporais e espaciais, entretanto, válidos, uma vez que a racionalidade, campo, capital, *habitus*, ideologia etc. – tudo referido ao contexto específico latino-americano, portanto, fugindo de um modelo europeu como já consagrado e tradicional, e que seria de antemão medida universal para todas os demais povos –, estão presentes diacronicamente e sincronicamente nesse espaço social, produzindo seus efeitos temporais, espaciais e humanos, portanto, determinando – numa medida que se tentará aqui desvelar – as injunções ou determinismos que submetem o cotidiano e a evolução dos povos envolvidos na formação do Mercosul.

Todo essa reflexão acima remete de retorno ao problema da ciência – o que já foi apontado cima –, vale dizer, o que é legítimo ou não se feito como trabalho científico, na medida em que esse trabalho fugiria aos padrões tradicionais, portanto, consagrados, de se fazer ciência, alcançando verdades que poderiam contradizer alguns aspectos de entendimentos já estabelecidos, conforme consagrados por uma ou outra corrente científica de análise, no caso, do mundo social. Afinal, é legítimo dogmatizar de uma vez por todas um único tipo e pensamento do que pode ser considerado como a correta conduta científica, portanto, de uso de metodologia, de sistema de prova etc.? Assim, o que Pierre Bourdieu irá influenciar, no que seguirá adiante nessa pesquisa, é em torno fundamentalmente do seguinte: (I) o mundo social é formado por pessoas e grupos de pessoas, portanto, as instituições podem ser reconduzidas ao que essas gentes fazem; (II) as significações sociais pertinentes que se dão nesse espaço social é estabelecido através das relações ou inter-relações concretas que

marcam a existência das pessoas e grupos de pessoas – o que eles fazem ou deixam de fazer, especialmente porque assim agem –; (III) as condutas humanas e sociais são marcadas por pré-disposições sociais determinantes – *habitus* –, cujo conteúdo é histórico-cultural e, portanto, deve ser revelado através de um trabalho científico empírico; (IV) o conhecimento da história da formação social, com sua trajetória de favorecimentos ou vicissitudes, bem como as suas opções sociais, é importante e reveladora para interpretação de uma dada formação social – de tudo que socialmente esteve em jogo como resultado das relações sociais em disputa –, junto com pesquisas de campo que afirmam presentemente, de que forma o passado e o futuro estão negociando no presente, reproduzindo disposições históricas, ou suplantando em favor de outras novas pré-disposições.¹¹⁵⁸

¹¹⁵⁸ O ser humano vê, ouve, sente, pensa e fala sobre as coisas que percebe, e, nesse processo, acaba por fixar uma nomeação das coisas, extraindo verdades – compreensões, entendimentos, explicações, traduções, desvelamentos – dessas nomeações e renomeações das coisas por ele nomeadas. Talvez fosse uma questão saber se as verdades que extrai, tendo por base os nomes das coisas, não foram, de certa forma, previamente fixadas pelo ato próprio de nomeação – e tudo que nele está racionalmente em jogo, de forma consciente e inconsciente –, colocando sempre em questão por que isso é isso e por que as coisas são o que são, e mesmo o que é a verdade das coisas. No mundo social, a comunicação – em seus diversos meios de manifestação –, bem como os tipos específicos de racionalidades subjacentes a ela, revelam serem as vias fundamentais de interação humana e das significações sociais – construção de mundo. Sobre a importância da comunicação no mundo social, e seus efeitos sistêmicos, vide: MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1979.; LUHMANN, Niklas; e DE GEORGI, Raffaele. **Teoría de la sociedad**. México: Universidad de Guadalajara; Universidad Iberoamericana; Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente, 1993.; LUHMANN, Niklas. **O direito da sociedade** (Das Recht der Gesellschaft). Mimeo. Tradução provisória para o espanhol de Javier Torres Nafarrate.; BUCKLEY, Walter. **A sociologia e a moderna teoria dos sistemas**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1976. 308 p.; WIENER, Norbert. **Cibernética e sociedade: o uso humano dos seres humanos**. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1978. 192 p.

CAPÍTULO 2

SEÇÃO 1

ESPAÇO, TEMPO, HUMANIDADE E *HABITUS*: POR UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICO-EPITEMOLÓGICA INTERDISCIPLINAR DAS CIÊNCIAS DO SER HUMANO

2.1.1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Ao estudar a sociedade cabila, Pierre Bourdieu explorou as possibilidades da formação social e histórica de um grupo de pessoas específicos, cuja cultura – determinante dos comportamentos e relações sociais – era fruto de uma racionalidade que sedimentou-se e que acabou por governar decisões subjetivas de uma gente vivida e experimentada, durante séculos, numa economia social classificada como pré-capitalista, e que era obrigada, agora, diante da colonização imposta pelo império francês, e posteriormente pela sua independência, a adaptar-se a um novo sistema sócio-econômico de vida, que quebrava todas as certezas antigas de relacionamento social, nas suas dimensões econômicas e em todos os reflexos éticas – morais – que ficaram impossível sobreviver diante dos novos tempos e das novas imposições sociais e econômicas.

Um *habitus* antigo, pacificador e instituidor de uma estabilização social, com suas fundamentações ditadas pela tradição, instituiu verdadeiramente uma forma racional de construir um mundo social, bem como, a partir daí, relacionar-se diante das imposições diversas que o tempo trazia como dificuldades para esse povo. O estabelecimento de um mundo social, com todas as significações simbólicas que dão sentido às normas sociais de conduta e comportamento normal estabelecidas, é um trabalho do ser humano, diante do seu espaço e de seu tempo, algo longínquo, cuja naturalização pela tradição fixa na humanidade

um povo, uma civilização, um sentido genérico-estrutural de vida e de mundo e que produz efeitos sociais que marcam na sobrevivência e reprodução dessas gentes.

Tem-se, assim, uma racionalidade, uma cultura, uma civilização, significada e fundada por ela própria e que, comparando a outras existentes, mais facilmente pode ser classificada como boa ou má. Toda classificação comparativa inter-grupal, é u ato de arbitrariedade, uma atitude de etnocentrismo cultural, que quer fixar – de uma vez pro todas, a sociedade campeã, presumivelmente a única modelar e paradigmática, por seus feitos, para ser tida com a civilização, a cultural, a racionalidade exemplar, medida de todos as demais civilizações em curso no Planeta. Sucede que essa superioridade é arbitrária em seu duplo sentido, um ato de violência simbólica e/ou física e um ato que tem por fundamento último apenas uma aleatória decisão de assim desejarem ser ou se fazerem ser considerados. A ciência social não busca fazer bem ou mal a quem quer que seja; fundamentalmente o seu específico produto social – o trabalho científico acabado –, não estabelece hierarquias ou princípios de visão ou divisão do mundo social; um rigoroso trabalho científico, volta-se para esclarecer e explicar algo que sucede no mundos social. Tudo o mais, posteriormente, é ato político; os usos que se fazem dos produtos e principais conclusões dos trabalhos científicos das ciências sociais, no contínuo processo de produção e reprodução do mundo social não tem relação nenhuma com os atos científicos e seus objetivos rigorosos, mas a utilização arbitrária para fundamentar etnocentrismos e uma visão e divisão dominante de mundo. Trata-se de ato que é de responsabilidade daquele que manipula os produtos do conhecimento científico para favorecer sua luta específica ou de seu grupo social.

A revelação acerca do funcionamento de um mundo social, a revelação da racionalidade genérica – no sentido de estar presente em várias instâncias do mundo social analisado – ou estrutural que avança sobre todas uma sociedade é, cientificamente fundamentando, uma racionalidade dentre tantas possíveis que o ser humano pode estabelecer de forma individual ou socialmente. Os juízos de valor quanto a gostar ou não gostar, aprovar ou repudiar, estabelecer como boa ou má uma racionalidade, inserem-se dentro das lutas políticas em curso continuamente dentro da sociedade, portanto, juízos rigorosamente alheios aos objetivos do cientista e de seu objeto de estudo. Desta forma, a racionalidade da sociedade francesa e a racionalidade da sociedade tradicional ou antiga cabila, são duas racionalidades dentre todas do universo das possíveis que a ciência pode identificar e objetivamente analisar, explicando o por quê de certas condutas sociais serem adotadas num ou outro sentido, conforme a sociedade estudada.

Assim, capturar esse princípio racional com o que imanente que se encontra presente em várias condutas, comportamentos e decisões tomadas socialmente por indivíduos ou grupos de indivíduos, é uma tarefa importante na edificação fecunda de um conjunto de explicações de um mundo social especificado, cujo conceito epistemológico de *habitus* se encontra diretamente vinculado a esse conjunto racional que dá sentido e razão para os feitos socialmente construídos. Como se verá abaixo, outros autores se referiram ao conceito, alguns indiretamente, outros mais diretamente, identificando nos espaços simbólicos estruturais da sociedade, uma verdade reveladora, produtora e reprodutora do mundo social, que não poderia ser ignorada pelo cientista social diante do que estaria a produzir socialmente.

Mas esse trabalho complexo de desvelamento da racionalidade presente do mundo social, está vinculado diretamente como uma outra atitude epistemológica de grande significação, qual seja, a abordagem metodológica interdisciplinar, a fim de reunir num corpo coerente e fundamentado logicamente, o contributo heurístico de diferentes especialidades disciplinares das ciências sociais para confluir coerentemente, de forma complementar, na construção de um desafiador objeto de estudo social – aparentemente complexo para ser construído e analisado –, que necessita ser visto a partir das diferentes perspectivas que foi trabalhado – de forma direta ou indireta – por mais de um específico ramo científico social – sociologia, história, antropologia, economia, direito, psicologia, psicanálise, demografia etc.

Essas diferentes visadas, longe de serem trabalhadas enquanto compartimentos estanques, incomunicáveis entre si, cada um falando de sua especialidade sem dialogar fecundamente com os demais ramos especializados de conhecimento, são assimiladas enquanto trabalhos científicos do mundo social por um viés definido, mas que se soma aos demais trabalhos desenvolvido em outras áreas do conhecimento, para complementarem-se conforme as diferentes dimensões de estudos escolhidas, a fim de explicar aspectos destacados do mundo social, enfim diferentes estudos e opções metodológicas passíveis também de uma visada conjunta “estrutural”, onde seu silêncios e conclusões se aderem para multiplicar a força explicativa que procuram veicular e as que estão implícitas no processo de construção específica de seu objeto de conhecimento.

2.1.2. ESTRUTURAS SOCIAIS, INTERDISCIPLINARIDADE E ESTRUTURAS HISTÓRICAS

Fernand Braudel,¹¹⁵⁹ precursor da Escola dos Anais¹¹⁶⁰ – movimento revolucionário da escrita da história, fundado por Lucien Febvre¹¹⁶¹ e Marc Bloch¹¹⁶² –, escreveu que a crise

¹¹⁵⁹ Fernand Braudel (1902-1985), historiador francês. Ensinou em Argel (1924-1932), em Paris (1932-1935) e em São Paulo (1935-1937). Diretor (1937) da *École Pratique des Hautes Études* e presidente (1956) da *VI Seção* – ciências históricas e filosóficas –, ele se tornou, em 1949, professor do *Collège de France*. Entrou, em 1946, na equipe dirigente do que passou a ser conhecida como a *Escola dos Anais*, que estudava a história do ponto de vista amplo dos últimos avanços das ciências sociais, e da respectiva inovadora revista de história mantida pelo grupo intelectual, que foi fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, os *Anais de História Econômica e Social*, abordando a história dentro de um amplo espectro das ciências sociais: economia, geografia, sociologia, psicologia, lingüística, demografia, antropologia etc. Após a morte de Marc Bloch e a escolha de Lucien Febvre por Braudel, para co-dirigir a revista, ela passou a se chamar *Anais. Economias, Sociedades e Civilizações*. Em 1949 foi publicado sua tese de doutorado *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, obra maior da historiografia contemporânea, onde a geografia e a história, o espaço e o tempo são apreendidos em sua extensão máxima. Suas outras obras *Écrits sur l'histoire* (1969) e sobretudo *Civilisations matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIes*, testemunham a mesma exigência e a mesma curiosidade universal. Suas obras contribuíram para ampliar o campo da história e para colocá-la no espaço, daí em diante unificado, das ciências do homem. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 4; e ROCHA, Antonio Penalves. Tempo histórico e civilização material. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). **Fernand Braudel: tempo e história**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 22-4. Mais sobre a vida e trajetória desse historiador vide: AYMARD, Maurice. O homem e o historiador. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). **Fernand Braudel: tempo e história**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 11-20; e BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a história**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 3-31.

¹¹⁶⁰ Contra uma historiografia que vivia circunscrita dogmaticamente – “respeito pueril e devoto” – em torno do “fato”; contra uma sabedoria ingênua de que todo olhar microscópico a que se dedicavam os historiadores acabaria por apreender um conjunto de fatos – uma compreensão estreita dos fatos, como se em si fossem realidades substanciais dadas ao historiador, fatos brutos, dotados extraordinariamente de uma existência real perfeitamente definida, simples, irreduzível –; contra uma concepção de história factualista, preocupada e limitada unicamente em estabelecer como os fatos efetivamente ocorreram, sem pretender ultrapassar esse plano factual; contra esse positivismo que formava uma comunidade de historiadores historicizantes e que formulava e difundia inocentemente uma compreensão estritamente factual da grande história, de forma atomizada e que resultava na história como narração dos grandes acontecimentos – história factual ou ocorrencial (*histoire événementielle*), história narrativa (*histoire récit*), história política (*histoire-bataille*: no sentido estrito dos grandes acontecimentos e grandes personagens); enfim, contra uma corrente científica histórica até então tradicional, emerge a Escola dos *Annales*, preocupada em superar uma história fechada num factualismo e centrar-se numa nova historiografia de caráter interpretativo do ser humano, da sociedade, e de vários aspectos de sua evolução no tempo. Em 1929, Lucien Febvre e March Bloch fundam, em Estrasburgo, os *Annales d'histoire économique et sociale*, instrumento – revista científica – de um movimento vigoroso e original, movimento esse que pregava já no nascedouro a interdisciplinaridade das ciências do ser humano, com cada ramo de conhecimento especializado acompanhando – se comunicando quanto ao método utilizado e interpretações dos fatos alcançadas – o desenvolvimento do outro ramo, e não permanecendo fechado intramuros. Agora uma nova história deveria se entender com as ciências sociais vizinhas – deixando de ser um jogo de erudição estéril, de arte pela arte, erudição que se bastaria a si mesma – e deveria explicar o ser humano e o social que ele constrói, a partir do marco temporal – o tempo – e que precisaria ser retomado no calor vivo da vida. A história do ser humano deve ser total, vista de seus diferentes aspectos – sem negligenciar aspecto algum – sem perder de vista o que pode ser particular e único em cada aventura individual do espírito, enfim, sem negar o que cada indivíduo tem de insubstituível na contemplação dos movimentos profundos da vida dos seres humanos. In: NADER, Pedro Eduardo Portilho. Histórias adversas: a confrontação entre a história dos *Annales* e a chamada escola positivista. **Revista USP**, São Paulo, n. 23, p. 63-4, setembro/outubro/novembro de 1994. Dossiê Nova História; e BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 33-5.

das ciências do homem deve-se não somente ao seu progresso individual como também à falta de um trabalho coletivo, cuja organização inteligente ainda não foi elaborada. Diagnosticou que essas ciências, preocupadas com seu lugar no conjunto total das pesquisas, dos conhecimentos e descobertas que o ser humano desenvolveu e ainda continua desenvolvendo, prendem-se todas elas à definição de suas metas, seus métodos e fixação de suas superioridades, digladiando-se entre si sobre as fronteiras que as distinguem. Assim procedendo, verifica que as ciências do homem, acabam por se reconhecerem uma às outras, cada uma procurando se impor à outra, procurando monopolizar a totalização compreensiva do social, invadindo o domínio de sua vizinha, acreditando que se encontra dentro de seus limites fronteiriços.¹¹⁶³

As ciências humanas impressionam não pela sua unidade – difícil de formular e de promover –, mas pela sua “diversidade entranhada, antiga, afirmada, para dizer tudo, *estrutural*”, apresentando-se, cada ramo particular da ciência social, estreitamente como uma pátria soberana ou auto-suficiente, com suas próprias linguagens, regras, dogmas, lugares-comuns, irreduzíveis uns aos outros. Cada ramo da ciência do ser humano é um observatório específico do social, “com suas vistas particulares, seus esboços perspectivos diferentes, suas cores, suas crônicas”; o que cada um produz não se encaixa com o que outro produz, impossibilitando a produção de uma imagem de conjunto e completude do panorama social. De um observatório a outro, o ser humano emerge diferente, e cada setor do conhecimento procura se auto-promover como a verdade explicativa do quadro total ou paisagem de

¹¹⁶¹ Lucien Febvre (1878-1956), historiador francês. Influenciado pelo aspecto econômico e social da obra de Paul Mantoux e de Henri Pirenne, assim como pelo caráter ao mesmo tempo científico e humano que Vidal de La Blache deu à geografia ao destacar seus laços com a história, publicou uma tese sobre *Philippe II et la Franche-Comté* (1911). Esta primeira obra revela as preocupações de seu autor: escrever a história não dos fatos, mas das pessoas e das sociedades, utilizando, para explicar seu comportamento, não somente os fatores políticos, econômicos, sociais, religiosos ou culturais, mas também dados de outras ciências. Insistindo sobre o aspecto sintético do conhecimento humano, apoiou a *Revue de synthèses* de Henri Berre e concebeu, a partir de 1933, a publicação da *Encyclopédia Francesa*. Atraído pelo século XVI, publicou obras sobre a mentalidade religiosa: *Un destin, Martin Luther* (1928), *Le problème de l'incroyance au XVI siècle, la religion de Rebelais* (1942), *Origène et Des Périers ou l'énigme du "Cymbalum mundi"* (1942), e *Autour de l'Heptaméron* (1944). Em 1929, fundou, juntamente com Marc Bloch, os *Annales – Anais de história econômica e social* –, revista que abalou a concepção de história até então vigente. Nomeado, em 1933, professor do *Collège de France*, instalou os *Annales* em Paris. Em 1946, Fernand Braudel foi introduzido no conselho de direção da revista e acabou por substituir Febvre, que por sua vez assumiu a presidência da VI Seção da recém criada *École Pratique de Hautes Études*. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 10.

¹¹⁶² Marc Bloch (1886-1944), historiador francês. Em 1919, era conferencista da história da Idade Média da Faculdade de Strasbourg. Em 1924, defendeu sua tese sobre *Os reis taumaturgos*, ante de se engajar nos caminhos de uma história rural comparada que foi a substância, em 1931, dos *Caracteres originais da história rural francesa*. Em 1929 fundou, com Lucien Febvre, os *Anais de história econômica e social*, revista que iria abalar fundamentalmente a concepção que se tinha de história. Eleito professor de Sobornne (1936), entrou em 1942 na clandestinidade e na Resistência. Escreveu *Apologia da história ou ofício de historiador*, testemunho intelectual que foi publicado em 1949. Preso pelos alemães, Marc Bloch foi torturado e depois fuzilado. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 4.

¹¹⁶³ BRAUDEL, Escritos..., p. 41-2.

conjunto do social. Assim, o economista, demógrafo, sociólogo, historiador, geógrafo, psicólogo, etnógrafo são, cada qual, agentes pesquisadores do respectivo ramo da ciência social que se pretende imperialista, procurando apresentar suas conclusões isoladas como uma visão global do ser humano.¹¹⁶⁴

Torna-se necessário explicar ao observador de boa-fé – ou sem experiência científica prévia – “que relações podem existir entre as vistas que cada ciência lhe oferece, entre as explicações com as quais o impressionam, ou as teorias – essas super-explicações – que se lhe impõe”. De fato, a “realidade” das ciências do ser humano “é uma paisagem recriada, como a própria paisagem das ciências da natureza. A realidade no estado bruto não é senão uma massa de observações por organizar”, além disso se na vida não é possível a alguém adquirir ao mesmo tempo múltiplos ofícios e dominá-los com extrema competência todas elas, mesmo dentro de uma visão global multidisciplinar, por isso a “realidade” do economista sempre economista, sociólogo sempre sociólogo etc. Entretanto outro fato que não pode ser desconsiderado é que os diferentes ramos das ciências sociais, à medida que aperfeiçoam seus procedimentos de controle do conteúdo que trabalham, verificam cada vez mais suas fraquezas próprias; a sua eficácia pretendida depara-se sempre com uma realidade que teima em não corroborar nos termos pretendidos, de tal forma que cada “um de seus fracassos – no domínio prático das aplicações [no plano teórico devem certamente permanecer impecáveis] – torna-se então um instrumento de verificação de seu valor, até mesmo de sua razão de ser”.¹¹⁶⁵ Para o bem ou para o mal, além dessas querelas todas, Fernand Braudel anota que é de se constatar que paulatinamente parece estar se solidificando uma espécie de “mercado comum” entre essas diferentes áreas especializadas do conhecimento.¹¹⁶⁶

Essas ciências deveriam reunir-se automaticamente para seu progresso conjunto. “As regras tendenciais que elas distinguem, seus cálculos, as previsões que acreditam poder tirar daí, todas essas explicações deveriam juntar-se uma às outras para tornar claros, na massa enorme dos fatos humanos, as mesmas linhas essenciais, os mesmos movimentos profundos, as mesmas tendências. Ora, sabemos que não é nada assim, e que a sociedade que nos cerca permanece mal conhecida, confusa, na grande maioria de seus gestos, imprevisíveis”.¹¹⁶⁷ Nada demonstra melhor a irredutibilidade das ciências sociais uma à outra, do que os diálogos tentados por cima das cercas e fronteiras, colóquios com omissões em simplificação – conversações e discussões que se atrasarão em relação ao tempo do espírito – e, nesses

¹¹⁶⁴ BRAUDEL, Escritos..., p. 79-80.

¹¹⁶⁵ BRAUDEL, Escritos..., p. 80-1.

¹¹⁶⁶ BRAUDEL, Escritos..., p. 42.

¹¹⁶⁷ BRAUDEL, Escritos..., p. 81-2.

sentido, referindo-se às denominadas grandes “áreas de estudos” instituídas e praticadas pelos cientistas norte-americanos – pesquisas coletivas sobre as áreas culturais do mundo –, erigidas para tentar explicar a China, Rússia, Índia, América Latina etc., o historiador francês recusa a compartimentação de técnicas e conhecimento, onde cada um dos participantes permanece “enterrados em seu trabalho particular, cego ou surdo, ao que dizem, escrevem ou pensam os outros!”. Para ele, é necessária uma reunião completa das ciências sociais, não se negligenciando “as mais antigas em benefício das mais jovens”.¹¹⁶⁸

A história se presta a essas discussões porque a nova história – em contraposição à história clássica, tradicional ou positivista, vale dizer, “pequena ciência da contingência, da narrativa particularizada, do tempo reconstruído” –, se é pouco estruturada, é também aberta às ciências vizinhas, buscando o estudo do presente pelo estudo do passado, especulando sobre diferentes formas de durações históricas para iluminar e explicar a compreensão do humano e do social. A pesquisa histórica avançou em direção a patamares profundos das realidades subjacentes, a uma “história inconsciente”, e tais avanços não podem ser descartados pelas outras ciências humanas vizinhas; são inovações e realizações intelectuais que contribuem ao todo das ciências sociais.¹¹⁶⁹

O principal contributo da ciência histórica para o conjunto das ciências do ser humano é o da “duração social”, um aspecto da realidade social que a história revela não só como “a substância do passado, mas também o estofado da vida social atual”. A dialética da duração, que emerge do tempo social, se põe no centro da realidade social, constituída por uma “oposição viva, íntima, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo lento a escoar-se”, tornando-se necessário, desta forma, conhecer e ter uma clara consciência de que existe uma pluralidade de tempo social, e que, trabalhando com o passado ou com presente, essa dialética da duração estará necessariamente existente se tiver-se em conta, efetivamente, a idéia-guia de uma “metodologia comum das ciências do homem”. Esse tempo, ou esses diferentes tempos, que se depreende do ofício – da observação repetida – do observador, interessa a economistas, etnógrafos, etnólogos – ou antropólogos –, sociólogos, psicólogos, linguistas, demógrafos, geógrafos, e mesmo a matemáticos sociais ou estatísticos, da mesma forma que essas disciplinas iluminam as ciências históricas. O tempo é múltiplo, e o “tempo longo” tem um valor excepcional para compreensão do transcurso e evolução do ser humano individual e

¹¹⁶⁸ BRAUDEL, Escritos..., p. 43, 82 e 84.

¹¹⁶⁹ BRAUDEL, Escritos..., p. 82-3.

social, e é justamente essa noção do tempo longo que deve ser elemento de interesse maior das ciências sociais, vizinhas da ciência histórica.¹¹⁷⁰

A história tradicional sempre esteve atenta “ao tempo breve, ao indivíduo, ao evento, (...) [numa] narrativa precipitada, dramática, de fôlego curto”; posteriormente, emerge a história econômica e social, que privilegia em suas pesquisas “a oscilação cíclica e assenta sobre sua duração: [entretanto,] prendeu-se à miragem, também à realidade das subidas e descidas cíclicas”. Assim, ao lado do relato, da narrativa – recitativo – tradicional, há uma outra diferente narrativa, “um recitativo da conjuntura que põe em questão o passado por largas fatias: dez, vinte ou cinquenta anos”. Ocorre que além desses dois tipos de narrativas, há um terceiro tipo, uma história de amplitude secular, vale dizer, “a história longa, e mesmo, de longuíssima duração”. Portanto, trata-se de uma história que é diferentemente inversa do que positivamente foi conhecida por muito tempo como história ocorrencial ou factual – *histoire événementielle*.¹¹⁷¹

Para melhor compreender a dialético do tempo social, que vai do tempo curto ao tempo longo, é preciso compreender a natureza do “evento” em contraposição à natureza da “estrutura” no grande campo das ciências sociais. Assim, (I) um evento é regra geral relacionado à curta duração, àquilo que “é explosivo, ‘novidade sonante’, como se dizia no século XVI. Com sua fumaça excessiva, enche a consciência dos contemporâneos, mas não dura, vê-se apenas sua chama”. Entretanto, considerando a grande maleabilidade do sentido das palavras, a expressão evento pode se reportar a uma série de significações ou diversas familiaridades, abarcando um tempo muito superior à sua duração; assim sendo, por precisão, considera-se a expressão “tempo curto” para designar esses acontecimentos diuturnos, fugazes, passageiros que fazem o cotidiano humano e social, enfim, “medida dos indivíduos, da vida cotidiana, de nossas ilusões, de nossas rápidas tomadas de consciência – o tempo, por excelência, do cronista do jornalista”.¹¹⁷²

O tempo curto é o tempo dos acidentes da vida ordinária, e se sucedem em todas as diferentes esferas de manifestação social, vale dizer, economia, literatura, instituições, religião, política, e mesmo naquelas esferas fora do alcance e controle da sociedade mas que a elas estão sujeitas, como a geografia ou a natureza – catástrofes naturais. Em princípio, o passado tenderia a ser a somatória desses fatos miúdos, entretanto, trata-se de um volume de informações que não forma toda espessura da realidade e da história que um cientista pode

¹¹⁷⁰ BRAUDEL, Escritos..., p. 43-4.

¹¹⁷¹ BRAUDEL, Escritos..., p. 44.

¹¹⁷² BRAUDEL, Escritos..., p. 45.

trabalhar; “o tempo curto é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações” para a reflexão da ciência social, e foi nesse tempo que a historiografia mais tradicional – dos fatos, das ocorrências – ficou centrada por longo tempo. No campo da ciência histórica, as histórias das instituições, das religiões, das civilizações, econômica e social, para citar algumas áreas de estudos, foram grandemente beneficiadas pela superação do tempo curto, suplantando, inclusive, uma história política, centrada na ocorrência ou nos grandes eventos, marcada essencialmente pelo tempo curto. Foi a necessidade de explicar através de análises mais precisas processos sociais mais longos, especialmente dentro da área econômica, que impulsionou uma história quantitativa de medidas temporais muito mais longas, passando a ser abordado uma narrativa ou recitativo de conjuntura, de ciclos e interciclos, abarcando até décadas, um intervalo temporal que é novo para a historiografia e que permite ao historiador passar a explicar a história humana e social.¹¹⁷³

Essa história de conjunturas, especialmente econômicas e sociais, era uma narrativa – ou recitativo – centrada num intervalo temporal que superava o tempo curto, entretanto, não era ainda o tempo longo e tampouco levou ao mesmo. De fato, no campo histórico, essa análise conjuntural acabou por retornar ao tempo curto, a fim de procurar ligar – ou costurar – a história cíclica e a história curta tradicional. Entretanto, para além dos ciclos e interciclos, na economia já se reconhecia a existência de “tendências seculares”, e mesmo crises estruturais, e é nesse contexto de análise que emerge o “tempo longo” ou estrutura. A expressão (II) “estrutura” designa problemas de longa duração; por “*estrutura*, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém ainda mais, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula longamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento. Outras estão mais prontas à se esfacelar. Mas todas são ao mesmo tempo sustentáculos e obstáculos”.¹¹⁷⁴

Trata-se de limites que se impõem temporalmente ao ser humano, e que, apesar de sua experiência e cultura, não podem liberar-se, como, por exemplo, quadros geográficos, realidades biológicas, limites de produtividade, coerções espirituais ou quadro mentais que atuam como prisões de longa duração. As coerções geográficas, por exemplo, são durações seculares que aprisionam o ser humano dentro de seus grilhões, podendo muito pouco, ou

¹¹⁷³ BRAUDEL, Escritos..., p. 45-8.

¹¹⁷⁴ BRAUDEL, Escritos..., p. 48-50.

quase nada, o ser humano fazer para modificá-las a seu critério de racionalidade. “Durante séculos o homem é prisioneiro de climas, de vegetações, de populações animais, de culturas, de um equilíbrio lentamente construído, do qual não pode desviar-se sem o risco de pôr tudo novamente em jogo”, podendo ser verificado empiricamente quanto à transumância da vida montanhosa, localização e permanência de certos setores da vida marítima, implantações de cidades, manutenção de rotas dos tráficos, fixidez do quadro geográfico das civilizações. No domínio das civilizações ou culturas, há sistemas culturais que se prolongam longamente no tempo, determinando muitas escolhas, lugares-comuns, opções e recusas dos diferentes protagonistas, que ficam revezando-se dentro do campo social de atuação comum ao longo tempo; há também os ferramentais mentais de um determinado pensamento, mas que verifica ser herança de outras épocas e legado para épocas futuras, enfim, conjunto de concepções que comandam a arte de viver, pensar e crer, e que acabam atuando com limitadores de aventuras intelectuais dos espíritos mais livres; ou seja, no campo cultural, há os *habitus* que se manifestam fortemente, condicionando as opções estéticas e mentais – a idéia de cruzadas que se mantém transmutando ao longo do tempo, um modelo específico de pintura que pode ser aceita, paradigmas científicos etc.¹¹⁷⁵

A grande dificuldade de se pensar o estrutural é quando ele se contrapõe ao conjuntural, a fim de se distinguir um do outro, especialmente quando – na pesquisa histórica econômica – os ciclos, interciclos e crises estruturais acabam por ocultar as regularidades, permanências sistêmicas – ou mesmo permanências civilizatórias –, isto é, “velhos hábitos de pensar e de agir, quadros resistentes, duros de morrer, por vezes contra a lógica”. Assim, por exemplo, é o desenvolvimento ou evolução do capitalismo comercial para a Europa ocidental, processado dentro de uma etapa e quadro de longa duração, vale dizer, quatro a cinco séculos de certa coerência, com traços comuns e imutáveis e, “em torno deles, entre outras continuidades, mil rupturas e agitações”. Por isso, os diferentes tempos históricos podem e devem ser explorados e analisados dialeticamente, mas devem ser sempre confrontados com o tempo longo, a longa duração – personagem embaraçante, complicado, tempo exigente da história –, que permite ao cientista renovar-se em inquietudes e questões. É nessa extensão da história, a história lenta, que a totalidade da história pode ser repensada, “como a partir de uma infra-estrutura”; todas as fixas temporais gravitam em torno dessa semi-imobilidade.¹¹⁷⁶

A história, para Fernand Braudel, é a somatória de todas as histórias possíveis, uma coleção de ofícios e de pontos de vista históricos, “de ontem, de hoje, de amanhã”, e seria um

¹¹⁷⁵ BRAUDEL, Escritos..., p. 50-1.

¹¹⁷⁶ BRAUDEL, Escritos..., p. 51-3.

erro historizante escolher apenas uma dessas histórias em exclusão de todas as outras. O ofício da história é uma pesquisa rigorosamente conduzida, uma pesquisa científica, uma ciência complexa. A complexidade reside, como acima assinalada, em que “não há *uma* história, *um* ofício de historiador, mas, ofícios, histórias, uma soma de curiosidades, de pontos de vista, de possibilidades, soma à qual amanhã outras curiosidades, outros pontos de vista, outras possibilidades se acrescentarão ainda”. Há tantas maneiras de abordar o passado quantas de abordar o presente; e a história é também um certo modo de estudo do presente, sem estar presa a regras e métodos perfeitamente definidos de uma vez por todas. Assim como os diversos ramos de conhecimento da ciência social, a história transformou-se, seguindo um movimento próprio e absorvendo as influências pertinentes do movimento do conjunto das ciências do ser humano, e que não permitem mais um retorno das ciências histórico ao que ela era antes – presa ao factual, da narrativa ocorrencial. O historiador atual dialoga com todas as ciências sociais, e todas as ciências do ser humano – inclusive a história – “estão contaminadas umas pelas outras (...) [e] falam a mesma linguagem ou podem falá-la”.¹¹⁷⁷

As ciências sociais em geral, procuram não aceitar o desenvolvimento atual da história, procurando reconduzi-la para o tipo único de escrita da história, como tradicionalmente e positivamente se praticou no passado.¹¹⁷⁸ Interessante constatar que as ciências sociais aceitam, de certa forma, a história e a duração como dimensões necessárias de seus estudos, uma vez que os exames ou análises diacrônicas que realizam sempre reintroduzem a história em suas preocupações teóricas, mas sempre, também, escapando da explicação histórica. Assim, se introduz a história em suas reflexões, jamais é no sentido de absorver a explicação histórica dentro das teorias que elaboram – no máximo, num sentido complementar, secundário ou indireto, explicar movimentos sociais e históricos diacrônicos que referendam suas teorias principais. A forma das ciências sociais escaparem da explicação histórica é através de duas formas: da (I) factualização ou atualização excessiva dos estudos sociais, “graças a uma sociologia empírica, desdenhosa de toda história, limitado aos dados do tempo curto, da investigação sobre o vivo”; e, por outro processo intelectual, (II) pela ultrapassagem pura e simples do tempo, “imaginando ao termo de uma ‘ciência da comunicação’ uma formulação matemática de estruturas quase intemporais”.¹¹⁷⁹

¹¹⁷⁷ BRAUDEL, Escritos..., p. 53-4, e 91-2.

¹¹⁷⁸ Para um tipo de mentalidade em sociologia, é necessário que a história seja o que ela era ontem, essa pequena ciência da contingência, da narrativa particularizada, do tempo reconstruído, enfim, uma ciência menor vizinha. In: BRAUDEL, Escritos..., p. 82.

¹¹⁷⁹ BRAUDEL, Escritos..., p. 54-5.

De fato, o (I) pecado *factualista* recai não só sobre a história, mas também sobre a economia, demografia e geografia. Alguns etnólogos e etnógrafos recusam a história dentro de seus domínios, esquecendo-se que qualquer sociedade, toda sociedade, está sujeita à análise e observação do evento e nenhuma possui uma história que tenha naufragado completamente. As investigações da sociologia, economia, e psicologia prendem-se ao tempo presente, recusando o tempo da história, considerado como “empobrecido, simplificado, devastado pelo silêncio, (...) *reconstruído*”; no entanto, esse pesquisador do tempo presente somente alcança as “estruturas” do social através da condição, também, por sua vez, “de *reconstruir*, de adiantar hipóteses e explicações, de recusar o real tal como é percebido, de truncá-lo, de ultrapassá-lo, de todas as operações que permitem escapar ao dado, para melhor dominá-lo, mas que são, todas, reconstruções”. Assim, porque um estudo seria mais verdadeiro que outro?¹¹⁸⁰

Há a necessidade do expatriamento, da estranheza, da surpresa na explicação histórica; o questionamento do por quê dessa diferença notável é a colocação do problema ao pesquisador histórico. Entretanto, a surpresa, o expatriamento, o afastamento – que são grandes meios do conhecimento – são também necessários para compreender aquilo que mais proximamente cerca o investigador, tão próximo e evidente que não é possível enxergar com clareza e que será percebido quando ele literalmente se afastar fisicamente do ambiente social que vive – [aqui há que se pensar sobre o início do trabalho sociológico de Pierre Bourdieu na Argélia, e que resultou numa interpretação do social da França realmente inovadora]. Historiadores e cientistas sociais poderiam se iluminar reciprocamente com o presente e passado; ao historiador, todo um movimento social somente tem sentido quando ele consegue comparar ou analisar dentro de certas distâncias cronológicas, para inscrever tudo dentro de uma explicação coerente e sistemática, pois daí emerge o problema que ele deve se debruçar numa investigação. Assim, Braudel entende que certos estudos sociológicos somente revelarão mais sentido, a partir do momento que se puder inscrevê-los dentro do quadro da duração histórica, pois o movimento afastado do tempo – em maior ou menor grau – é que anima esse complexo investigativo.¹¹⁸¹

Portanto, a história é não apenas ciência do passado, mas também ciência do presente; essa nova história, dialética da duração, é também – junto com as outras ciências sociais – explicação do social em toda sua realidade e mesmo do atual que nela se apresenta. Essa história dialética da duração exige pensar não apenas o tempo curto, mas também o tempo

¹¹⁸⁰ BRAUDEL, Escritos..., p. 55-7.

¹¹⁸¹ BRAUDEL, Escritos..., p. 57-8.

longo, pois neste último estão aqueles atores que silenciosamente influenciam o curso do tempo social e de seus acontecimentos – não são apenas os atores barulhentos que são mais autênticos.¹¹⁸²

Por outro lado, (II) o debate sobre o tempo longo é essencial dentro das ciências sociais, pois manifesta-se de diferentes maneiras dentro de cada ramo especializado, mas conduzidos pelo signo da comunicação e da matemáticas aplicada ao campo social, resultando as estruturas intemporais e que procuram se dissociar da explicação histórica, ao mesmo tempo que procuram explicar o social. Mesmo nesse contexto epistemológico, Fernand Braudel entende que nenhum estudo social escapa ao tempo histórico. Para compreender o debate torna-se necessário rever o vocabulário que sempre é retomado na discussão sobre esse contexto, tais como a expressão “estrutura”, os pares “evento/longa duração”, “sincronia/diacronia”, em especial as expressões “história inconsciente”, os “modelos” e as “matemáticas sociais”. Todas essas expressões, trabalhadas e compreendidas com maior ou menor intensidade dentro dos diferentes campos especializados de conhecimento do social, em verdade constituem uma problemática comum dentro das ciências sociais como um todo.¹¹⁸³

A *história inconsciente* é “a história das formas inconscientes do social”. Quando Karl Marx afirmou que “os homens fazem a história, mas ignoram que a fazem”, ele esclareceu mas não explicou um problema. De fato – retomando o tempo curto –, a impressão geral das pessoas vivendo o seu tempo cotidiano, é alcançar o senso comum de que apreendem o desenrolar de si e da vida social – dos outros – apenas acompanhando a racionalização ou percepção do dia a dia que se desenrola aos seus sentidos e sentimentos. Trata-se de uma história consciente, clara, abusiva quanto ao valor do evento, assim como foi a lingüística que acreditou tirar tudo – explicações sociais – da palavra. A história não pode tirar tudo apenas do vento, do tempo curto, por isso, a história inconsciente se desenvolve e se desenrola além dessas luzes ou ruídos sonantes. Existe uma certa distância, um inconsciente social, que é cientificamente mais rico do que aquilo que se apresenta na superfície dos fatos e das coisas imediatamente aos olhos humanos, mais simples de explorar e para descobrir.¹¹⁸⁴

“Mas a separação entre superfície clara e profundezas obscuras – entre ruído e silêncio – é difícil, aleatória. Acrescentemos que a história ‘inconsciente’, em parte domínio do tempo conjuntural e, por excelência, do tempo estrutural, é muitas vezes, mais claramente percebida

¹¹⁸² BRAUDEL, Escritos..., p. 59.

¹¹⁸³ BRAUDEL, Escritos..., p. 59-60.

¹¹⁸⁴ BRAUDEL, Escritos..., p. 60.

do que se costuma dizer. Cada um de nós, além de sua própria vida, tem o sentimento de uma história de massa cuja potência e cujos impulsos reconhece melhor, é verdade, do que as leis ou a direção. (É o que acontece no tocante à história econômica) a revolução, pois, é uma revolução no espírito, consistiu em abordar de frente essa semi-obscuridade, em lhe conceder um lugar cada vez maior ao lado, até em detrimento, do factual”.¹¹⁸⁵ A história inconsciente, assim, cumpre o papel de fornecer elementos explicativos cientificamente ricos e significativos para a compreensão ou revelação de verdades sobre o humano e o social.

Os *modelos* – [como os tipos ideais de Max Weber] – são os novos instrumentos de e investigação construídos – acompanhando o desenvolvimento das demais ciências sociais e aquelas novas que emergem – para contribuir na tarefa da história em prospectar o inconsciente social e as conjunturas que explicam o desenrolar da trama humana e da sociedade no tempo. “Os modelos não são mais do que hipóteses, sistemas de explicação solidamente ligados segundo a forma da equação ou da função [na matemática]: isso é igual aquilo ou determina aquilo. Mas uma certa realidade não aparece sem que uma outra não a acompanhe e, desta para aquela, relações estreitas e constantes se revelam. O modelo estabelecido com cuidado permitirá, pois, colocar em questão, fora do meio social observado – a partir do qual foi, em suma, criado – outros meios sociais de mesma natureza, através do tempo e espaço. É seu valor recorrente. Esses sistemas de explicações variam ao infinito segundo o temperamento, o cálculo e o alvo dos utilizadores: simples ou complexos, qualitativos ou quantitativos, estáticos ou dinâmicos, mecânicos ou estatísticos”.¹¹⁸⁶

Não se pode esquecer que o modelo, procurando, por exemplo, destacar do cotidiano complexo aquelas relações que são pertinentes com uma estrutura explicativa elaborada, se acaba se revelando lícito para raciocinar dentro do quando do modelo assim elaborado, e “segundo os meios do puro cálculo”, ele não deixa de ser uma forma “tangível dos meios mais clássicos do raciocínio. Nós todos procedemos por meio de ‘modelos’, sem sabê-lo ao certo”. O modelo se encontra em toda as ciências do ser humano e de maneira útil, mesmo em terreno que em princípio não lhe parece favorável, como um mapa geográfico, grades dos psicanalistas, uma sociologia múltipla que adota vários modelos para explicar as várias dimensões do social, a própria escrita da história, e economia e seus tipos ideais de definição.¹¹⁸⁷

¹¹⁸⁵ BRAUDEL, Escritos..., p. 60-1.

¹¹⁸⁶ BRAUDEL, Escritos..., p. 61.

¹¹⁸⁷ BRAUDEL, Escritos..., p. 85-7.

Conforme cada autor, ele dá uma definição e utilidade ao tipo de modelo eleito, mas, mais importante e essencial que as definições fechadas, utilizadas por cada ramo ou cada autor da ciência social, é estabelecer precisamente o papel e o limite do modelo dentro de um possível programa comum das ciências sociais. Assim, os modelos devem ser confrontados com a idéia de duração, pois conforme a duração vinculada a cada modelo, implica num tipo específico de significação e no valor da explicação proposto por ele. Os modelos históricos, por exemplo, apesar de serem grosseiro, rudimentares, regra geral não desenvolvidos “até o rigor de uma verdadeira regra científica e nunca preocupados em desembocar numa linguagem matemática revolucionária”, ainda assim são modelos à sua maneira e têm algo a oferecer para o conjunto das ciências sociais, como atestam a obra de Karl Marx e os diferentes tipos de modelos que ela oferece ao investigador social; o modelo específico de ciclo de desenvolvimento econômico proposto por Fernand Braudel numa de suas obras; outro modelo, que revela o jogo dos metais preciosos – ouro, prata e bronze – e o crédito, como jogadores sociais onde a estratégia de um acaba por pesar sobre a estratégia de outro; a da dupla linguagem da classe dominante de grandes financistas estadunidenses, com uma linguagem interior e exterior à classe, em realidade uma manifestação de algo mais perene, qual seja, a reação habitual de toda classe dominante que sente seu prestígio atingido e seus privilégios ameaçados, confundindo a sua sorte e triunfo com a fortuna da nação e o seu interesse particular com o próprio interesse público. Todos esses modelos oferecem oportunidades de serem utilizados em outros contextos, como, por exemplo este último – que mais se assemelharia aos modelos intemporais preferidos pelos sociólogos –, para explicar a idéia de dinastia e império em diferentes contextos históricos e culturais, portanto, válido para uma duração muito mais longa – no caso, longuíssima duração –, mas colocando em causa realidades mais precisas e estritas.¹¹⁸⁸

As *matemáticas sociais* são a reunião do desenvolvimento dos conhecimentos acerca da informação, comunicação e matemáticas qualitativas,¹¹⁸⁹ aplicadas ao grande ramo de conhecimento das ciências sociais ou ciências do ser humano. Essas matemáticas abarcam três tipos distintos de linguagens que podem misturar-se e não excluem uma seqüência, quais sejam: (I) “a dos fatos de necessidade (um é dado, o outro segue), é o domínio das matemáticas tradicionais”; (II) a linguagem dos fatos aleatórios, desde Pascal – é o domínio

¹¹⁸⁸ BRAUDEL, Escritos..., p. 61-3.

¹¹⁸⁹ Para um princípio e compreensão da matemática aplicada às humanidades, verificando o valor científico e humanista da matéria – a resposta dela para os interesses humanos –, e sua significação para cada contexto cultural, bem como auxiliar o ser humano compreender a natureza do mundo e quiçá de si mesmo, vide KLINE, Morris. **Matemáticas para los estudiantes de humanidades**. México: Fondo de Cultura Económica, 1998. 576 p.

do cálculo das probabilidades”; (III) “a linguagem dos fatos condicionados, nem determinados, nem aleatórios, mas submissos a certas coerções, e regras de jogos, no eixo da ‘estratégia’ (...). A estratégia dos jogos, pela utilização dos conjuntos, dos grupos, do próprio cálculo das probabilidades, abre o caminho às matemáticas ‘quantitativas’”. Com essas matemáticas, permite-se que a observação do social seja reformulada não apenas pela via do cálculo estatístico, mas por via direta de outro tipo de formulação matemática que contribua – por outro ângulo – para melhor enxergar e compreender o social.¹¹⁹⁰

Mas, como todo instrumento de trabalho na busca do conhecimento, esse conjunto instrumental matemático precisa ser trabalhado pelo pesquisador, a fim de que forneça dados e elementos de análise controlados, enfim, “é preciso preparar o social das matemáticas do social”, pois as comunicações e a ciência da informação revelam que possibilidades matemáticas existem para melhor contribuir no desenvolvimento da compreensão do social. Nesse sentido, a ciência da comunicação irá revelar que seu progresso contribuirá para tentar-se alcançar até mesmo o inconsciente da língua – superando a lingüística presa na armadilha das palavras, ou seja, relação das palavras como objeto, evolução histórica das palavras –, de tal forma que – de forma revolucionária e por um caminho difícil de pesquisa, descoberta e convencimento – Claude Lévi-Strauss aplica o entendimento do sentido da linguagem “às estruturas elementares de parentesco, aos mitos, ao cerimonial, às trocas econômicas”, e quanto às trocas matrimoniais – linguagem primeva e essencial das comunicações humanas – ele revela que “não há sociedades, primitivas ou não, onde o incesto, o casamento no interior da estreita célula familiar, não seja proibido”. Trata-se, portanto, de uma verdade das relações sociais que somente é enxergada e alcançada por via tortuosa, envolvendo a aplicação matemática de combinações e soluções possíveis, a fim de obter um modelo para provar a validade e estabilidade do sistema de explicação matrimonial e parentesco proposto, e as soluções que estão implicadas dentro do modelo.¹¹⁹¹

Tal pesquisa procura atingir “a zona dos elementos inconscientes ou pouco conscientes, depois reduzir essa realidade em elementos menores, em toques finos, idênticos, cujas relações possam ser precisamente analisadas, é nessa etapa ‘micro-sociológica’ (...) que se espera perceber as leis de estruturas mais gerais, como o lingüista descobre as suas na ordem infrafonêmica e o físico, na ordem inframolecular, isto é, ao nível do átomo”, e o jogo assim prossegue, não só em muitas outras direções, mas também cada vez mais à procura de níveis mais profundos de subconscientes que condicionam a ação e comportamento humano e

¹¹⁹⁰ BRAUDEL, Escritos..., p. 64-5.

¹¹⁹¹ BRAUDEL, Escritos..., p. 65-7.

social em diversas esferas da vida, vale dizer, um jogo de relações sutis e precisas que, simples e misteriosas, fazem companhia ao ser humano, talvez efetivamente o universal que perenemente tem acompanhado a trajetória da humanidade. Enfim, algo que seria efetivamente intemporal, independente da história.¹¹⁹²

No entanto, quando se introduz a duração nesses modelos, conforme o tipo de duração é de se admitir que eles passam a valer “o tempo que vale a realidade que eles registram. E esse tempo, para observador social, é primordial, porque, mais significativos ainda que as estruturas profundas da vida, são seus pontos de ruptura, sua brusca ou lenta deterioração sob efeito de pressões contraditórias”. Navegando pelas águas do tempo, os modelos explicam o que se propuseram dentro do intervalo temporal que é possível para a extensão e profundidade do tema escolhido para análise. A “pesquisa deve ser sempre conduzida, da realidade social ao modelo, depois deste àquela, e assim por diante, por uma seqüência de retoques, de viagens pacientemente renovadas. O modelo é assim, alternativamente, ensaio de explicação da estrutura, instrumento de controle, de comparação, de verificação da solidez e da própria vida de uma estrutura dada”. Construir um modelo, implica em fazê-lo remontar a tempo, a partir do marco temporal inicial escolhido, a fim de calcular o ponto de seu nascimento onde ele principia a ser válido como explicação, sua vida provável “até a próxima ruptura, segundo o movimento concomitante de outras realidades sociais”. Ele também valeria para, percorrendo com ele o espaço e tempo a título comparativo, fazer iluminar outras realidades com uma luz nova.¹¹⁹³

As ciências sociais, quando alcança modelos intemporais de explicação, pecam por ficarem presas a uma única rota do tempo, qual seja, a da longuíssima duração, protegidas dos acidentes, conjunturas e rupturas. É preciso aprender com os pesquisadores que fizeram da experiência social o ponto de onde tudo deve partir e aonde tudo deve voltar. Os estudos que Claude Lévi-Strauss realizou sobre os sistemas de parentesco, os mitos e tantos outros, apesar de corresponderem a estruturas de extrema longevidade, não o fez esquecer de recomendar o procedimento de, na pesquisa das estruturas matematizáveis, o pesquisador não se situar unicamente “na etapa micro-sociológica, mas no encontro do infinitamente pequeno e da longuíssima duração”. De fato, as matemáticas sociais, matemáticas qualitativas, têm sido usadas apenas nas águas da longuíssima duração, tornando preciso, portanto, aplicá-las em outros diferentes intercursos temporais.¹¹⁹⁴

¹¹⁹² BRAUDEL, Escritos..., p. 67-8.

¹¹⁹³ BRAUDEL, Escritos..., p. 68.

¹¹⁹⁴ BRAUDEL, Escritos..., p. 68-70.

“O que se fornece à matemáticas sociais qualitativas, não são cifras, mas relações, relações que devem ser assaz rigorosamente definidas para que possamos atribuir-lhe um sinal matemático a partir do qual serão estudadas todas as possibilidades matemáticas desses sinais, sem mesmo nos preocuparmos mais com a realidade social que representam. Todo o valor das conclusões depende portanto do valor da observação inicial, da escolha que isola os elementos essenciais da realidade observada e determina suas relações no seio dessa realidade. Concebe-se, por conseguinte, a preferência das matemáticas sociais pelos modelos¹¹⁹⁵ que Claude Lévi-Strauss denomina mecânicos, isto é, estabelecidos a partir de grupos estreitos onde cada indivíduo, por assim dizer, é diretamente observável e onde uma vida social muito homogênea permite definir seguramente relações humanas, simples e concretas, pouco variáveis. Os modelos ditos estatísticos se destinam, ao contrário, às sociedades amplas e complexas onde a observação só pode ser desenvolvida graças às médias, isto é, às matemáticas tradicionais. Mas, essas médias estabelecidas, se o observador é capaz de estabelecer, na escala dos grupos e não mais dos indivíduos, essas relações de base (...) que são necessárias às elaborações das matemáticas qualitativas”.¹¹⁹⁶

O fato é que a psicologia, economia, antropologia, circunscrevem suas experiências investigativas no modelo mecânico das matemáticas sociais; as matemáticas sociais qualitativas somente mostrarão seu verdadeiro valor quando passarem a abordar as sociedades modernas, com sua complexidade de problemas emaranhados e diferentes velocidades de vida, obrigando – possivelmente – uma revisão obrigatória dos métodos das matemáticas novas, até agora aplicadas ao campo social, porque elas “não podem restringir-se (...) a duração demasiado longa; elas devem reencontrar o jogo múltiplo da vida, todos os seus movimentos, todas as suas durações, todas as suas rupturas, todas as suas variações”.¹¹⁹⁷

Mas o tempo do historiador e o tempo do sociólogo parecem ser diferentes; os sociólogos procuram escapar da duração em seus estudos e reflexões, e o historiador jamais abandona o tempo da história, tempo do mundo, tempo no ritmo da rotação da Terra. As diferentes durações que o espírito humano pode distinguir e trabalhar são solidárias entre si, e se o tempo é criação do espírito humano – “o tempo não é nada em si, objetivamente, não é nada senão uma idéia para nós...” – as fragmentações dessas diferentes durações temporais

¹¹⁹⁵ Claude Lévi-Strauss procurou definir e distinguir modelos passíveis de serem utilizados pelos cientistas sociais para explicar o social : a) mecânico, o modelo estaria na própria dimensão da realidade diretamente observada, realidade de pequenas dimensões interessando somente a grupos minúsculos de homens – assim procedem os etnólogos a propósito das sociedades primitivas; b) estatístico, o modelo seria apropriado pra vastas sociedades, onde os grandes números intervêm, e o cálculo das médias se impõe. In: BRAUDEL, Escritos..., p. 61.

¹¹⁹⁶ BRAUDEL, Escritos..., p. 70.

¹¹⁹⁷ BRAUDEL, Escritos..., p. 70-1.

são ainda mais abstrações intelectuais – idéias – que produzem efeitos concretos na vida social. Assim, a longa duração, a conjuntura e o evento se encaixam sem dificuldade, todos medidos por uma mesma escala; “participar em espírito de um desses tempos, é participar de todos. O filósofo, atento ao aspecto subjetivo, interior à noção do tempo, não sente jamais esse peso do tempo da história, de um tempo concreto e universal (...). Para o historiador, tudo começa, tudo acaba pelo tempo, um tempo matemático e demiúrgico, do qual seria fácil sorrir, tempo como que exterior aos homens, exógeno, diriam os economistas, que os impele, os constrange, arrebatava seus particulares de cores diversas: sim, o tempo imperioso do mundo”.¹¹⁹⁸

É difícil ao sociólogo aceitar essa noção de tempo do historiador; para ele o “tempo social é simplesmente uma dimensão particular de determinada realidade social que (...) [contempla]. Interior a essa realidade, é um dos sinais – uma das propriedades entre outras – que essa realidade se reveste, e que a marcam como “ser particular”. O tempo histórico não incomoda o sociólogo, podendo ele à vontade, cortá-lo, fechá-lo, recolocá-lo em movimento, no duplo jogo ágil da sincronia e diacronia, permitindo, assim, “imaginar a vida como um mecanismo cujo movimento podemos parar para dele apresentar, à vontade, uma imagem imóvel”. Portanto, o tempo do sociólogo não é o do historiador e o do economista – aos dois últimos, tempo é medida –; quando o sociólogo diz que as estruturas se destroem e se reconstróem, será a observação histórica que confirmará ou não essas observações; o tempo do historiador procurará descobrir “a duração precisa desses movimentos, positivos ou negativos, tais como os ciclos econômicos, os fluxos e refluxos da vida material, e até mesmo uma crise estrutural social. O historiador verifica o “entrecruzamento desses movimentos, sua interação e seus pontos de ruptura”, sua relação com o movimento das estruturas concomitantes, enfim, “cosias todas que só podem se registrar em relação ao tempo uniforme dos historiadores, medida geral de todos esses fenômenos, e não ao tempo social multiforme, medida particular a cada um desses fenômenos”.¹¹⁹⁹

Tudo indica que não é a história que os sociólogos não aceitam, mas, mais especificamente, é o tempo da história que recusam, enfim, é do tempo – da duração – que os sociólogos sempre procuram escapar nas análises e nos resultados de suas reflexões; “evadem-se ou no instante, sempre atual, como que suspenso acima do tempo, ou nos fenômenos de repetição que não são de nenhuma idade; portanto, por uma marcha oposta do

¹¹⁹⁸ BRAUDEL, Escritos..., p. 71-2.

¹¹⁹⁹ BRAUDEL, Escritos..., p. 72-3.

espírito, que os acantona seja no factual mais estrito, seja na duração mais longa”. Se é lícita essa evasão é onde reside o fundamento do debate dos cientistas sociais.¹²⁰⁰

Fernand Braudel conclui, nesse debate,¹²⁰¹ que “se a história está destinada, por natureza, a dedicar uma atenção privilegiada à duração, a *todos* os movimentos em que ela pode decompor-se, a longa duração (...) [parece ser] a linha mais útil para uma observação e uma reflexão comum às ciências sociais”, e que as ciências vizinhas da história – os demais ramos das ciências sociais – poderiam e deveriam inserir em suas reflexões o eixo do tempo em suas constatações ou pesquisas. Mas é de se reconhecer que, por outro lado, os historiadores possuem um instinto natural de se inclinarem e se dedicarem para a história curta ou a curta duração;¹²⁰² se essa opção também foi contextualmente favorecida para contrapor-se ideologicamente ao marxismo, é preciso compreender que o “marxismo é uma multidão de modelos” e não apenas um, tido por seus críticos mais ferrenhos como rígido, esquemático, insuficiente para explicar o social, em que atua detrimento do particular e do individual. É lícito protestar não contra o modelo, “mas contra a utilização que dele se faz, que muito julgaram autorizados a fazer. O gênio de Marx, o segredo de seu poder prolongado, deve-se ao fato de que foi o primeiro a fabricar verdadeiros modelos sociais, e a partir da longa duração histórica”.¹²⁰³

“Esse modelos foram congelados na sua simplicidade ao lhes ser dado valor de lei, de explicação prévia, automática, aplicável em todos os lugares, a todas as sociedades. Ao passo que, transportando-os para os rios mutantes do tempo, sua trama seria posta em evidência porque é sólida e bem tecida, reapareceria sem cessar, mas matizada, alternadamente esfumaçada ou avivada pela presença de outras estruturas suscetíveis, elas próprias, de serem

¹²⁰⁰ BRAUDEL, Escritos..., p. 74.

¹²⁰¹ Para Fernand Braudel, seria necessário que as ciências sociais cessassem – mesmo que provisoriamente – de discutir em embates as suas fronteiras recíprocas – evidentemente buscando cada uma monopolizar cada vez mais seu espaço próprio – enfim, o que é ou não é ciências social, o que é ou não é estrutura, mas, ao revés ou diferentemente, que busquem traçar as linhas que orientariam uma pesquisa coletiva – interdisciplinar – com os diversos ramos do conhecimento social comunicando-se proficuamente entre si, bem como os temas que permitiriam atingir uma primeira convergência. Nesse sentido, as linguagens comuns das ciências sociais contribuiriam para esse diálogo produtivo de todas as disciplinas entre si, linguagem comum essa que deveria ser proposta por todos aqueles especialistas que a concebessem. In: BRAUDEL, Escritos..., p. 77-8.

¹²⁰² Da falta de diálogo entre as diferentes disciplinas do saber social, é preciso reconhecer que o próprio historiador é também responsável pela compartimentação e ausência de diálogo construtivo entre os diferentes ramos das ciências sociais. Vendo tudo à sua maneira particular, concebe que não são boas as transformações e progressos das ciências vizinhas, quando acompanham tais evoluções, reafirmando, assim, a incompreensão geral. Um conhecimento eficaz dessas pesquisas diversas exigiria uma longa familiaridade, uma participação ativa, abandono de preconceitos e hábitos. A superação dessas deficiências não se encontra num ato de arrojo, como a decisão do pesquisador se inserir nas pesquisas de vanguarda que estão se desenvolvendo em outras diferentes áreas, mas, sim, verificar de que forma essas pesquisas de ponta se ligam a um conjunto explicativo coerente e de que forma estão a indicar os novos movimento do pensamento a serem desenvolvidos e inseridos nas pesquisas comuns. In: BRAUDEL, Escritos..., p. 83.

¹²⁰³ BRAUDEL, Escritos..., p. 75-6.

definidas por outras regras e, portanto, por outros modelos. Assim, limitou-se o poder criador da mais poderosa análise social do último século [século XIX]. Ela não poderia reencontrar força e juventude senão na longa duração...”.¹²⁰⁴

Além da longa duração, existem outras possibilidades ou outras linguagens que permitem tentar estabelecer uma linguagem comum nas ciências sociais, tais como as matemáticas sociais. Tanto as velhas quanto as novas matemáticas aplicadas no estudo social permitem, cada vez mais, remontar a explicar um passado cada vez mais distante, bem como simplificar alguns aspectos do social para melhor conhecê-lo, sem esquecer que toda ciência vai do complicado e complexo para o mais simples, a fim de retornar àquele. Além dessas linguagens, é importante reconhecer uma última linguagem – no sentido de que ela sempre será uma última e decisiva linguagem presente junto com todas as outras, mas que em realidade é aquela que deverá estar sempre presente em primeiro plano, enquanto não for superada –, “uma última família de modelos (...): a redução necessária de toda realidade social ao espaço que ela ocupa”; assim, a geografia deveria superar o tempo e espaço para se dedicar também ao espaço e realidade social; a ecologia deveria colocar o problema social que o espaço revela ao observador atento. Assim, apesar da ciência social ignorar, os “modelos espaciais são esses mapas onde a realidade social se projeta e parcialmente se explica, modelos, na verdade, para todos os movimentos da duração e sobretudo da longa duração, para todas as categorias do social”; nesse sentido, é lícito defender que “todas as ciências sociais, por seu lado, dêem lugar a uma ‘concepção (cada vez) mais geográfica da humanidade’”.¹²⁰⁵

É preciso considerar, também, que um mercado comum das ciências sociais não se constitui por acordos bilaterais ou por uniões aduaneiras parciais, pois essas uniões limitadas acabam exigindo demais dos atores nele envolvidos à medida que o círculo de abrangências de cada disciplina vá se ampliando cada vez mais; melhor é abaixar a guarda de todos os direitos tradicionais de aduana para que a circulação de idéias e técnicas seja favorecida e nesse intercâmbio intelectual se esboçasse cada vez mais fortemente a formação de uma linguagem comum entre as ciências. Com certeza, se certas palavras também tiverem um significado mais ou menos no mesmo sentido ou ressonância, isso também irá contribuir para esse mercado comum das ciências sociais.¹²⁰⁶

¹²⁰⁴ BRAUDEL, Escritos..., p. 76.

¹²⁰⁵ BRAUDEL, Escritos..., p. 76-7.

¹²⁰⁶ BRAUDEL, Escritos..., p. 84.

Se há algumas regras que devem ser seguida para unificação ou aproximação das fronteiras das ciências sociais, elas devem ser extraídas também das diferentes experiências que já foram tentadas para trabalhar interdisciplinarmente um objeto de pesquisa ou discutir essas tentativas. Assim, torna-se necessário admitir, para aqueles que intentarem tal empreitada, que todas essas tentativas podem, um dia, deslocar as fronteiras, os centros de gravidade, as problemáticas, os vastos quadros científicos tradicionais, aqueles fixados por cada ramo especializado das ciências sociais, portanto, atingindo a todos. De antemão, é exigido um certo abandono de espírito “nacionalista” e reconhecer que “como as estacas não se podendo plantar ao acaso, devem ser antecipadamente alinhadas e, no mesmo lance, vêm-se desenhados os eixos de reunião e de reagrupamento, essa reduções ao espaço, ao tempo, (...) mas igualmente ao número, ao biológico”. Por fim, são todas as ciências do ser humano que é preciso colocar em jogo, das mais clássicas – antigas – às mais novas, pois para a construção de uma unidade, todas as pesquisas possuem seu valor e interesse, sem exclusão, reuni-las num “concílio ecumênico”, numa mobilização geral e eficaz.¹²⁰⁷

Especificamente no confronto ou relações que existe entre história e sociologia – vizinhos que não se podem ignorar nem se conhecer perfeitamente, cada qual fechado e compartimentado em si mesmo –, Fernand Braudel assinala que as polêmicas dos passados entre as duas disciplinas,¹²⁰⁸ procurando uma e outra estabelecer a natureza própria de suas pesquisas e métodos, ou o seu campo próprio de atuação e razão de existir, são mais corretamente falsas polêmicas – falsos bater de sabre – e falsos problemas, enfim, quase sempre um falso diálogo entre sociólogo e historiador. As polêmicas do passado revelam sempre um combate da sociologia com um certo tipo de história – a história historizante. No entanto verifica-se que entre sociólogo e historiador, haverá sempre uma história que poderá concordar com uma sociologia, vale dizer, não é incomum um sociólogo discordar de um

¹²⁰⁷ BRAUDEL, Escritos..., p. 87-9.

¹²⁰⁸ Talvez a mais famosa polêmica – da ciência francesa – que expuseram e opuseram os pontos de princípio e método que seriam distintivos entre história e sociologia, tenha sido estabelecido entre o sociólogo François Simiand e o historiador Henri Hauser. Simiand também polemizou contra o historiador Charles Seignobos. Na polêmica Hauser e Simiand, as suas diferenças prendiam-se essencialmente ao caráter comparativo do método sociológico, diferentemente do caráter monográfico e funcional do método histórico, onde ambos autores divergiam acerca do valor respectivo de cada método. Fernand Braudel reclama que esse diálogo travado entre os dois intelectuais tinha em foco uma certa história, um tipo específico de escrita da história, e que fora batizada por Henri Berr como história historizante. De fato, Henri Hauser era o mais brilhante historiador de sua geração, mas, nos seus êxitos precoces, absolutamente absorvido pelas regras antigas da sua profissão. Braudel advoga que François Simiand deveria ter como polemista Paul Lacombe, um apaixonado da história em sua vontade de fazer uma história-ciência. Braudel aventa que se isso sucedesse, em realidade não haveria polêmica alguma, uma vez que Simiand acabaria por concordar com Lacombe. In: BRAUDEL, Escritos..., p. 92-3; e LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 13.

historiador e seu trabalho específico, mas poder concordar com outro historiador e seu respectivo trabalho intelectual. Tudo indica que entre sociólogo e historiador não haja nem disputa nem entendimento perfeito.¹²⁰⁹

A história precisa ser entendida dentro do campo das suas mais recentes evoluções e progressos, de suas redefinições não só por forças internas, mas também por influências externas, uma vez que todas as “ciências sociais se contaminam umas às outras e a história não escapa a essa epidemia”, daí suas transformações modificativas. “O movimento profundo da história de hoje, (...) não é escolher entre rotas e pontos de vista diferentes, mas aceitar, adicionar essas definições sucessivas nas quais se tentou em vão, encerrá-las. Pois todas as histórias são nossas”. Dentro da historiografia francesa, de uma certa história que era centrada apenas em ressuscitar o passado, mas uma realidade passada que era singular, que acontecia apenas uma única vez – haja vista que o que se repetia na vida passada pertenceria à sociologia e, portanto, todo passado não pertencia ao historiador –, passa-se, em seguida, ao reconhecimento de que história não apenas aquilo que é diferença, singular, inédito, enfim, os fatos que não se verão duas vezes – o inédito nunca é tão inédito, pois coabita com o regular, a repetição –, mas diferentemente, ao entendimento de que história é o reconhecimento das diferenças entre as idades e as realidades sociais.¹²¹⁰

O sociólogo François Simiand,¹²¹¹ citando o historiador Paul Lacombe, asseverou que não “há fato que não se possa distinguir uma parte individual e uma parte do social, uma parte de contingência e uma parte de regularidade”; por isso que um evento tido como inédito, como uma batalha que dá início à chamada guerra moderna – Pavia, em 1525, ou Rocroi, em 1643 –, é, em realidade, um evento interligado dentro de uma família de eventos afins. Portanto, a escrita da história não poderia ficar circunscrita aos eventos singulares, aos fatos tidos como prestigiosos, enfim, uma história linear, factual, eventual. Ao ultrapassar o evento, estava-se ultrapassando o tempo curto – equivalente ao das crônicas e do jornalismo –, e questionando se não haveria uma história inconsciente, ou uma história mais ou menos consciente, “que, em grande parte, escapa à lucidez dos atores, os responsáveis ou às vítimas: eles fazem a história, mas a história os transporta”. E nessa busca da história não factual foi inevitável o contato da história com as outras ciências do ser humano. “A história se aplicou, desde então, a compreender os fatos de repetição assim como os singulares, as realidades

¹²⁰⁹ BRAUDEL, Escritos..., p. 92-3.

¹²¹⁰ BRAUDEL, Escritos..., p. 93-6.

¹²¹¹ François Simiand (1873-1935), sociólogo francês. Professor de História do Trabalho no *Collège de France* (1932-5), deixou importante ensaio sobre *Salário, evolução social e moeda* (1932). In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 22.

conscientes assim como as inconscientes. O historiador, desde então, quis ser e se fez economista, sociólogo, antropólogo, demógrafo, psicólogo, lingüista...”, buscando alcançar uma impossível ciência global do ser humano, acompanhando a tendência imperialista juvenil que caracterizava quase todas as ciências do ser humano então existentes.¹²¹²

O fato, é que a história continuou nessa trajetória, absorvendo os progressos das outras ciências humanas para aperfeiçoar seu ofício, num movimento que, sem parar, acabou por se transformar, o que, posteriormente, fez retornar a questão problemática, qual seja, sobre o papel e utilidade da história, mais precisamente, se ela deveria ficar circunscrita apenas ao estudo exclusivo do passado. Se tudo é para ser considerado como inevitavelmente história, o fato concreto é que essa história com pretensão onipresente põe em jogo o social em sua totalidade, mas a partir do movimento do tempo que, “sem cessar, arrasta a vida, mas a subtrai a si mesma, apaga e reacende suas chamas. A história é uma dialética da duração; por ela, graças a ela, é estudo do social, de todo o social, e portanto do passado, e portanto também do presente, um e outro inseparáveis. Lucien Febvre te-lo-á dito e repetido durante os dez últimos anos de sua vida: ‘A história, ciência do passado, ciência do presente’”. Por isso, a história é uma dimensão da ciência social, fazendo corpo com a mesma. “O tempo, a duração, a história se impõem de fato, ou deveriam se impor a todas as ciências do homem. Suas tendências não são de oposição, mas de convergência”.¹²¹³

Fernand Braudel entende que sociologia e história são uma só aventura do espírito, partes de um todo que compõe a ciência do ser humano. Tais ramos científicos, mais do que a um mercado comum, podem ser submetidos a uma problemática comum, que os afastariam dos falsos problemas, de conhecimento que seriam inúteis. Entre história e sociologia, por exemplo, são dois ramos do conhecimento do social que frequentemente “se reúnem, se identificam, se confundem”. Seus pontos de contato seriam os seguintes:¹²¹⁴

(I) “História e Sociologia são as únicas ciências *globais*, suscetíveis de estender sua curiosidade a não importa que aspecto do social”. Na medida em que é “todas as ciências do homem no imenso domínio do passado, a história é síntese, é orquestra (...), [uma vez que] o estudo da duração *sob todas as suas formas* lhe abre (...) as portas do atual, [estando, portanto,] em todos os lugares, [se encontrando] regularmente nos costados da sociologia, que também é síntese por vocação e que a dialética da duração obriga a se voltar para o passado quer ela queira, quer não”. O trabalho do sociólogo está imbricado nos da história e desta não

¹²¹² BRAUDEL, Escritos..., p. 96-7.

¹²¹³ BRAUDEL, Escritos..., p. 97-8.

¹²¹⁴ BRAUDEL, Escritos..., p. 98-9.

pode fugir, reencontrando materiais, utensílios, vocabulário, problemas e mesmo as próprias incertezas para se renovar e evoluir.¹²¹⁵

Se a identidade não é completa e freqüentemente se a mesma encontra dissimulada, é porque há trajetórias histórico-formativas de cada ramo científico de formas diferenciadas – aprendizagens, carreiras, heranças, idiosincrasias de cada ofício, diferentes técnicas de informação e abordagens. Por ser um dos ofícios menos estruturados das ciências sociais, ela é um dos mais flexíveis e abertos ramos, recebendo a influência e progressos do conhecimento trazidos pelos outros ramos científicos vizinhos. Em contraposição com a sociologia, há uma história econômica riquíssima frente à sociologia econômica; há uma história geográfica e uma geografia histórica, incomparáveis frente a uma ecologia pontilhista dos sociólogos; há uma demografia histórica que torna superficial um certo estudo sobre a morfologia social; há uma história social medíocre, mas que não se enriqueceria com os fracos estudos de uma sociologia tipológica; há uma história quantitativa que enriqueceria com mais verdades natureza dos conceitos da sociologia abstrata.¹²¹⁶

As correspondências dos feitos intelectuais entre história e sociologia se encontram em várias áreas de estudos, como, por exemplo, sociologia do conhecimento e história das idéias; microsociologia e sociometria, de um lado, e a história de superfície – factual – ou micro-história. Em alguns desses encontros é difícil imaginar o que efetivamente diferencia as atividades de um e outro, tal como sociologia da arte e história da arte; sociologia do trabalho e história do trabalho; sociologia literária e história literária; entre uma certa história religiosa e uma específica sociologia religiosa; nesses casos, as diferenças que forem apontadas podem perfeitamente ser alinhadas, de forma a praticamente desaparecerem. Contra a assertiva de que o historiador “não é bastante atento aos signos sociais, aos símbolos, aos papéis sociais regulares e subjacentes”, verifica-se que há numerosos exemplos a indicar que bastaria “um pequeno esforço (...) para que o historiador veja esses problemas aparecerem sob suas próprias lunetas. Trata-se aí de diferenças, de desatenções, não de imperativos ou de exclusividades do mister [ofício]”.¹²¹⁷

(II) Entre história e sociologia, e mesmo dentro das ciências sociais, existe o fato também de que “o vocabulário tende a identificar-se de uma ciência à outra”. Existe a crise estrutural dos historiadores, a crise de estrutura dos economistas, e as estruturas dos antropólogos; factual, conjuntural, patamar, também são expressões de domínio comum. As

¹²¹⁵ BRAUDEL, Escritos..., p. 99.

¹²¹⁶ BRAUDEL, Escritos..., p. 100.

¹²¹⁷ BRAUDEL, Escritos..., p. 100-1.

expressões “modelo” – tipos ideais – e “estrutura” acabam condensando em torno de si, e diluindo numa problemática comum, muitas questões que obrigam os diferentes ramos a adotar praticamente um mesmo vocabulário. De fato, modelo e estrutura assediam a história; “a ciência social, valha o que valer, deve construir o modelo, a explicação geral e particular do social, substituir, uma realidade empírica e desconcertante, por uma imagem que seja mais clara, mais fácil de explorar cientificamente”.¹²¹⁸

Nessa tarefa, o pesquisador social escolhe, trunca, reconstrói, dosa, aceita contradições, procura contradições nessa realidade modelada, a fim de verificar se o social é uma estrutura escalonada, mudando a cada patamar, ou se é, em realidade, descontínua; se o social é realmente estruturado e até que ponto ou medida, e se o movimento que o arrasta é estruturalmente dinâmico ou não, com base em regularidades que se repetem – fases necessariamente repetidas em todos os fenômenos – segundo um caminhar da evolução histórica. São todos problemas que se interligam e se imbricam e que o historiador e sociólogo não podem, estudando-os mal, simplesmente simplificar, observando que o presente – e também o passado – é da alçada tanto do sociólogo quanto do historiador, sendo sempre “um apelo ao múltiplo, ao complicado, ao ‘pluridimensional’”, ao complexo.¹²¹⁹

(III) Nesse contexto, história e sociologia, os “dois misteres, no seu conjunto, têm os mesmos limites, a mesa circunferência”, se identificando fortemente nesse aspecto. Essa analogia é válida, apesar de um e outro ramo científico ser forte num ou outro setor específico, pois, de fato, com um pouco de esforço, ambos domínios se conheceriam e se corresponderiam melhor, logrando os mesmos êxitos. A história se introduz no passado – real vivido –, que não é seu domínio específico, em nome da repetição e da comparação; a sociologia – real que se vive ou vai viver – “penetra no presente em nome de uma duração criadora de estruturações e desestruturações”, igualmente de permanências, durações e dinamismos. Entretanto, qual seria o limite entre esses dois tipos de realidades trabalhados por um e outro? Seria tão claro? É fato que os primeiros sociólogos observavam “que o atual não sustentava senão uma parte de sua construção. É-nos forçoso, dizia François Simiand, ‘procurar os fatos e os casos da experiência na relação do passado da humanidade’”. Quanto à oposição de estilos, no sentido de que a história seria mais continuísta e a sociologia descontinuísta, em realidade é uma questão muito mal posta, uma vez que cada historiador e

¹²¹⁸ BRAUDEL, Escritos..., p. 101-2.

¹²¹⁹ BRAUDEL, Escritos..., p. 102.

cada sociólogo possuem seu próprio estilo, conforme se denota dos trabalhos de diferentes cientistas sociais.¹²²⁰

O debate verdadeiro deve se dirigir para o centro da história, “aos diversos patamares do conhecimento e do trabalho histórico (...), em seguida, na linha da duração, dos tempos e temporalidades da história”. Desta forma, é preciso reconhecer que a história é formada por diferentes patamares temporais, sendo que Fernand Braudel estudou e revelou três desses níveis históricos, cientificamente fecundos. Numa superfície está a história factual do tempo curto, enfim, uma micro-história; mais adiante, num patamar intermediário, verifica-se haver uma história mais conjuntural, que segue um ritmo temporal mais lento e mais abrangente – que já abordou a vida material, dos ciclos e interciclos econômicos –; entretanto, além dessa narrativa conjuntural, existe a história estrutural, “ou de longa duração, [e que] coloca em jogo séculos inteiros (...) [, estando] no limite do móvel e imóvel e, por seus valores fixos há muito tempo, faz figura de invariante em face de outras histórias, mais vivas a escoar e a se consumir, e que, em suma, gravitam em torno dela”.¹²²¹

Nesse três níveis históricos narrados, constata-se que a sociologia não está os conhecem e está em contato fecundo [é de observar que na época que essas palavras foram escritas por Braudel, Pierre Bourdieu estava iniciando sua carreira de investigador científico – inclusive tendo trabalhado como próprio Braudel na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), na época, antiga VI Seção da *École Pratique des Hautes Études* (EPHE) – e que, na visão deste trabalho, alcançou em alto grau a junção de diversos ramos das ciências sociais, e mesmo da filosofia, na busca das respostas explicativa do mundo social que não se encontravam mais circunscritas a uma visão única de construir conhecimento em ciência social]. “Ora, nesses diferentes níveis, o diálogo com a história não poderia ter o mesmo ou, pelo menos, a mesma animação. Há, sem dúvida, uma sociologia da história e do conhecimento histórico em cada um desses três níveis, mas essa sociologia ainda está para ser construída [vide a obra de Pierre Boudieu, a fim de confrontar essa assertiva]. Historiadores, não podemos senão imaginá-la”.¹²²²

Assim, uma sociologia do factual “seria o estudo desses mecanismos prontos, sempre no lugar, nervosos, que registram, no dia-a-dia, a pretensa história do mundo em vias de se fazer, essa história, em parte abusiva, na qual os acontecimentos se prendem uns aos outros, se comandam, na qual os grandes homens são vistos regularmente como chefes de orquestra

¹²²⁰ BRAUDEL, Escritos..., p. 102-4.

¹²²¹ BRAUDEL, Escritos..., p. 104-5.

¹²²² BRAUDEL, Escritos..., p. 105.

autoritários. Essa sociologia do factual, seria, também, as retomada do diálogo antigo (o repetido, o inédito); seria, igualmente, a confrontação da história tradicional, de uma parte, da micro-sociologia e da sociometria, de outra”, mas para superando as disputas antigas. O evento, esse sociodrama, é repetição, permanências – regularidade –, multidão, e não significa *a priori* que ele seja despido de fertilidade e valor científico.¹²²³

Para uma sociologia do conjuntural, tudo está por construir e inventar, uma vez que ela é praticamente ignorada pela sociologia; no máximo se alcançou um esboço de uma sociologia do tempo conjuntural, segundo os fluxos e refluxos da vida material. No domínio conjuntural, há a necessidade de acúmulo de dados e desenho de quadros válidos, e será através da observação e análise do entrecruzamento de conjunturas simultâneas – histórica, econômica, social etc. – que resultará numa sociologia eficaz.¹²²⁴

Mas é no plano da longa duração que história e sociologia praticamente se confundem. “a longa duração é a história interminável, durável das estruturas e grupos de estruturas. Para o historiador, uma estrutura não é somente arquitetura, montagem, é permanência e freqüentemente mais que secular (o tempo é estrutura): essa grande personagem atravessa imensos espaços de tempo sem se alterar; se se deteriora nessa longa viagem, recompõe-se durante o caminho, restabelece sua saúde e, por fim, seus traços só se alteram lentamente...”. A antropologia de Claude Lévi-Strauss é exitosa quando suas pesquisas levam a que seus modelos naveguem em águas de longa duração; é nesse nível, meio adormecido, desconhecido, fluxo muito lento da história, que a estrutura se destaca – os liames primitivos de parentesco, os mitos, os cerimoniais, as instituições.¹²²⁵

Mas o historiador talvez tenha a inclinação inescapável de querer sempre tentar compreender o conjunto, “a *totalidade* do social”, e, nessa trajetória, “levado a aproximar andares, durações, tempos diversos, estruturas, conjunturas, eventos. Esse conjunto reconstitui a seus olhos um equilíbrio global bastante precário e que não se pode manter sem constantes ajustamentos, choques ou deslizamentos. Em sua totalidade o social, em luta com seu devir é idealmente, a cada corte *sincrônico* de sua história, uma imagem sempre diferente, ainda que essa imagem repita mil detalhes e realidades anteriores. Quem o negaria? É por isso que a idéia de uma estrutura global da sociedade inquieta e incomoda o historiador, mesmo se, entre estrutura global e realidade global, subsiste, como é justo, uma diferença considerável. *O que o historiador gostaria de salvar no debate, é a incerteza do movimento da massa, suas*

¹²²³ BRAUDEL, Escritos..., p. 105-6.

¹²²⁴ BRAUDEL, Escritos..., p. 106.

¹²²⁵ BRAUDEL, Escritos..., p. 106-7.

*possibilidades diversas de deslizamento, liberdades, certas explicações particulares, 'funcionais', filhas do instante e do momento. Nesse estágio da 'totalidade' (...)no momento, em suma, de pronunciar a última palavra, o historiador voltaria assim às posições anti-sociológicas de seus mestres. Toda sociedade, também, é única, mesmo que muitos de seus materiais sejam antigos; ela se explica fora de seu tempo, sem dúvida, mas também no interior de seu tempo próprio; ela é efetivamente (...) 'filha de seu tempo', o tempo, bem entendido, que a engloba; é função desse tempo e não somente das durações que partilha com outras experiências sociais".*¹²²⁶

Para compreender o pensamento de Fernand Braudel, é necessário analisar e entender os aspectos fecundos, do ponto de vista epistemológico e temporal, de duas de suas obras mais importantes, quais sejam, *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*¹²²⁷ e *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*.¹²²⁸ Na primeira obra citada, tese de seu doutoramento, Braudel, por sugestão de Lucien Febvre, decidiu escrever um trabalho de história onde um mar – o Mediterrâneo – seria um personagem histórico principal, junto com um soberano da época – Filipe II –, enfim, suas atenções intelectuais se voltariam para as relações entre o Mediterrâneo e Filipe II, abandonando a então tradicional história dos acontecimentos políticos, e onde ele adotou uma nova forma de elaboração da escrita histórica, através da aliança entre história e ciências sociais, especialmente incorporando os avanços da geografia de Vidal de la Blache,¹²²⁹ destacando as relações entre meio ambiente e história das sociedades. Nesse trabalho inicial e que influenciaria todo seu pensamento e produção intelectual posterior, o Mediterrâneo é apresentado dentro de uma nova concepção – inédita e original, bem como fecunda intelectualmente – de tempo histórico, elaborada por Braudel a partir de dados obtidos de sua própria e ingente

¹²²⁶ BRAUDEL, Escritos..., p. 107-8. Grifos em itálico nossos.

¹²²⁷ BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. São Paulo: Martins fontes, 1983, 1984. 2 v. 696 p. 732 p.

¹²²⁸ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1997, 1998, 1998. 3 v. 542 p. 578 p. 630 p.

¹²²⁹ Paul Vidal de La Blache (1845-1918), geógrafo francês. Ocupou a cadeira de Geografia da Sorbonne (1898-1908), recebendo influências dos geógrafos alemães Ritter e Ratzel – que ele, no entanto, criticava –, de historiadores como Michelet e Longnon, e de geólogos como Élie de Beaumont e A. de Lapparent. Foi o criador da escola geográfica francesa, analisando as relações dos homens e de seu meio ambiente. Fundador dos *Annales de géographie* (1892), escreveu o *Tableau de la géographie de la France* (1903), como introdução à *História da França*, de Lavisse. Faleceu sem ter acabado os seus *Principes de géographie humaine* (1922) e sem ver terminada a *Géographie universelle*, da qual foi o iniciador. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 24.

investigação de campo. Esse tempo histórico passa a ser um conceito teórico aplicado em todos os seus trabalhos posteriores.¹²³⁰

Nessa obra originária que o consagrou como pesquisador, o Mediterrâneo, num primeiro plano, não é meramente “a descrição de um espaço ou uma paisagem tidos como pano de fundo de um cenário”, enfim, uma mera introdução geográfica, mas, diferentemente, era objeto de uma análise histórica das relações entre as pessoas, o espaço e paisagens de seu entorno; além disso, num segundo plano, havia um vasto mundo social mediterrânico, com as suas sociedades, economias, Estados, civilizações e culturas, que constituíam por si um outro tipo de abordagem intelectual, revelando suas verdades singulares; por fim, num terceiro plano, ou num plano mais factual, havia a época específica de Filipe II, “com a narrativa de fatos políticos e militares do período”, trazendo uma efervescência do cotidiano, aquilo que mais imediatamente atingia as pessoas da época. Nessa ordem de exposição histórica, Braudel verificou que havia construído uma teoria sobre a decomposição do tempo histórico que, no caso, era a divisão do tempo histórico em três diferentes ritmos, e verificando as distintas mudanças que se processam dentro do tempo histórico assim dividido.¹²³¹

Assim, na análise do Mediterrâneo, nas relações entre ser humano e meio ambiente, ele estava diante de uma história quase imóvel, “história lenta no seu fluir e na sua transformação, feita não poucas vezes de constantes reiterações e ciclos incessantemente reiniciados (...) situados quase forma do tempo”; trata-se da história feita ao contato com as coisas inanimadas e que sempre se repetem sem cessar, como as estações do ano, os deslocamentos humanos e animais em função dos diferentes climas e condições marítimas etc. Uma segunda história é retirada da análise do mundo mediterrânico – economias, sociedades, Estados, civilizações –, situada acima da história tida como praticamente imóvel, que é uma história mais lentamente ritmada, uma história social, dos grupos e dos agrupamentos humanos; seriam aquelas onde de fundo que levantariam o conjunto da vida mediterrânica, “forças em profundidade (...) [que agiriam] no domínio complexo da guerra (...) [, fato este – guerra – que] não é puro domínio de responsabilidades individuais”. Por fim, uma terceira história é retirada da análise de Filipe II e seus feitos na época, história tradicional – ocorrencial, factual – feita na medida do indivíduo – não do ser humano –, dos fatos de agitação de superfície, das oscilações breves, nervosas, ultra-sensível às mudanças contingenciais e contextuais, aquela mais apaixonante e mais rica em humanidade, mas

¹²³⁰ ROCHA, Antonio Penalves. Tempo histórico e civilização material. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). **Fernand Braudel: tempo e história**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 23-4.

¹²³¹ ROCHA, Tempo..., p. 24-5.

também a mais perigosa, uma vez que aqueles que a viveram, sentiram e descreveram, fizeram isso na dimensão dos seus sonhos, ilusões e cóleras, assim como desde sempre tem sido por aqueles que vivem a história e sua escrita; não se pode olvidar, também, que os acontecimentos mais retumbantes são, regra geral, momentos, instantes, “manifestações desses largos destinos e só se explicam por eles”.¹²³²

O tempo histórico, agora, passa a ter outra dimensão, ou diferentes patamares de análise, a história passa a ser uma decomposição de planos temporais escalonados de análise, com todos os planos se inter-relacionando e influenciando um ao outro, admitindo-se inclusive o inesperado, o incerto, a surpresa na história, o espaço criativo da liberdade humana no instante e no momento. Nessa obra Braudel faz a decomposição do ser humano num cortejo de personagens temporais, ou, mais precisamente, a tripartição do tempo histórico em um tempo geográfico – tempo quase imóvel –, um tempo social – tempo lento das instituições, das suas regularidades, permanências, continuidades e repetições –, e um tempo individual – tempo fugaz, como a vida do indivíduo –, diferentes tempos esses – e que passam a admitir diferentes outros patamares temporais além dos descritos – que correspondem não mais à unilateralidade, mas à complexidade da vida humana.¹²³³

Na segunda e capital obra publicada 30 anos após a primeira, intitulada *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*, Fernand Braudel novamente recorre à tripartição do tempo, mas desta vez tendo por objeto não mais uma região colocada à perspectiva histórica, e sim uma Europa – como centro – expandida à dimensão do mundo, abarcando a África, Ásia e América, a fim de fazer um estudo da história econômica. Fugindo de uma escrita da história – no domínio econômico – tradicional, vale dizer, que até então era circunscrita a apresentação de “dados sobre o crescimento econômico e populacional ou estudando a evolução das atividades econômicas agrícolas, comerciais e manufatureiras”, Braudel inova na análise de desenvolvimento da economia capitalista na Europa dentro do período indicado – séculos XV a XVIII – compondo um esquema explicativo composto de três partes, enfim, uma “casa econômica” de três pisos: “no térreo estava a vida material, regida pelo signo do valor de uso; acima dele, no primeiro andar, a economia que ‘começa no limiar do valor de troca’, trazendo à luz relações existentes em dois níveis: a) ‘partículas elementares’ (tendas de mascates, lojas e feiras) e b) ‘seus meios superiores, praças comerciais, bolsas ou grandes feiras’; a partir deste último, que está imbricado no primeiro nível, desenvolve-se o que chama de capitalismo, ‘sempre multinacional (...) das Companhias

¹²³² ROCHA, Tempo..., p. 25; BRAUDEL, Escritos..., p. 13-5.

¹²³³ ROCHA, Tempo..., p. 25; BRAUDEL, Escritos..., p. 15 e 107.

até os monopólios dos nossos dias’. Finalmente, no segundo andar, achavam-se o nascimento e a cronologia de sistemas econômicos mundiais – as economias-mundo –, estando cada um deles, ao longo do período que vai do século XV ao início do século XIX, sob o domínio de uma cidade: Veneza, Antuérpia etc.”.¹²³⁴

No primeiro volume dessa segunda e significativa obra, com o subtítulo *As estruturas do cotidiano*, Braudel “apresenta aspectos da vida cotidiana de um mundo predominantemente rural do século XV ao XVIII, envolvendo de ‘80% a 90% da população do globo’”, tratando de assuntos como população, alimentação, bebidas e dopantes, casa, vestuário, moda, técnicas, moeda e cidades, mas procurando fazer um levantamento de vários aspectos concernentes a cada um desses itens. Para o historiador, esses diversos aspectos do cotidiano das pessoas formavam uma zona opaca – não transparente, densa, obscura –, espessa, rente ao chão, “que se estendia ‘sob o mercado’, dentro dos ‘limites do possível no mundo da pré-indústria’”, e que ele denominou por zona da “vida material ou civilização material”, um espaço da infra-economia, atividade econômica informal, de auto-suficiência e das trocas de serviços e produtos dentro de um raio de ação humana muito curta.¹²³⁵

Essas atividades de vida material são sempre locais e garantidoras da auto-suficiência – autarquia – das populações mais próximas. No aspecto do ritmo temporal, a vida material arrasta-se por inércia – a força inercial social, a grande obreira da história – e somente se verificará uma ruptura, inovação e revolução desse estado de coisas a partir das convulsões do século XIX, que romperam com o possível tradicional e jogou o mundo para o que era impossível até então; a vida material é regulada pela repetição das mesmas coisas, enfim, por um passado obstinadamente sempre presente, composta por diversos feitos, ações e comportamentos que constituem o dia-a-dia das pessoas, e que ao se reproduzirem fixam-se como realidades que acabam sendo parâmetros de comparação, avaliação e distinção para diversos outros eventos que por sua vez acabam também se reproduzindo e produzindo os mesmos efeitos de juízos avaliativos e distintivos, assim sucessivamente. Aqui, nesse nível ou espaço econômica da vida humana, deixa de pesar a decisão ou livre-arbítrio humano, para dominar o hábito e rotina humana, para ajudá-los a viver e sobreviver, sem que tenham plena consciência disso. “Muitos deles [hábito, rotina] existem desde o começo da história da humanidade; embora sejam muito antigos, continuam vivos, constituindo um ‘passado multissecular que deságua [continuamente] no presente (...)’”. Assim sendo, para Braudel, a incessante repetição desses aspectos da vida material das populações pré-industriais tornam-se

¹²³⁴ ROCHA, Tempo..., p. 27-8.

¹²³⁵ ROCHA, Tempo..., p. 28.

‘séries’, ‘longas durações’, isto é, ocupam uma temporalidade que lhes é dada pela condição de estruturas”. Braudel, portanto, concebe uma história estrutural e confere uma dimensão temporal para as estruturas sociais, revelando que as estruturas mudam como tempo, reunida as condições sociais para a mudança.¹²³⁶

No segundo volume da obra, intitulado *O jogo das trocas*, ele trabalha agora o primeiro piso superior da vida econômico-social da Europa da época estudada, “situado logo acima da ‘vida material’, com a presença de ‘milhares de pontos modestos: feiras, bancas, lojas’, até ‘seus meios superiores, praças comerciais, bolsas ou grandes feiras’, estando o mais ‘elementar capitalismo’ aí instalado. Apenas uma minoria da humanidade é mobilizada por essas atividades, dado que a grande massa está encapsulada na vida material”. Braudel agora, quer apreender as regularidades e mecanismos desse nível econômico-social, a fim de alcançar uma tipologia ou modelo explicativo do mesmo, fixando-se na junção do social, do político e do econômico, equilibrando o conhecimento histórico com os outros saberes das ciências sociais. Há uma economia de mercado muito específica – cujo sentido singular ele fixa, a fim de não confundir como uso que outros autores dão ao termo “economia de mercado” – que se desdobra em dois sub-níveis, quais sejam, (I) o das trocas locais – onde o comércio flui sem a presença de intermediários, com produtores e consumidores transacionando diretamente –, e (II) outro nível superior, “onde a circulação das mercadorias – produtos nacionais e internacionais – envolve intermediários, mercadores itinerantes que atuam como agentes econômicos; [afirmando que] dentro desse conjunto prosperava o capitalismo, entendido como ‘esfera de circulação’”. A “economia de mercado” braudeliiano possuía uma autonomia relativa, que lhe fixava algum movimento próprio, e sujeita a um outro ritmo temporal – diverso da vida material – onde o que se destacava eram as mudanças lentas; não sem sentido, que o capitalismo seria “essencialmente conjuntural, ou seja, ele floresce de acordo com a ordem das trocas”.¹²³⁷

Finalmente, no terceiro volume da obra, intitulado *O tempo do mundo*, Fernando Braudel “se dedica à construção de uma história ‘no seu desenrolar cronológico’. Neste último andar da casa reside uma ‘espécie de superestrutura da história global’, ‘uma espécie de consumação, como que criada e suscitada pelas forças que exercem abaixo dela, embora seu peso repercuta, por sua vez, na base’. É nesse lugar que o historiador procurou apreender ‘a história econômica do mundo entre os séculos XV e XVIII’, cujo principal protagonista é o desenvolvimento do capitalismo. Como parte da atuação desse protagonista, destacou o papel

¹²³⁶ ROCHA, Tempo..., p. 28-31.

¹²³⁷ ROCHA, Tempo..., p. 31-2.

exercido por determinadas cidades na constituição de sistemas econômicos internacionais – economias-mundo, como os denomina – baseando-se para tanto na análise de um único autor, Immanuel Wallerstein”. O capitalismo não seria um modo de produção, ou mesmo um conjunto social envolvendo sociedades inteiras, pois existiria uma margem inferior da economia – unidades independentes – correspondente de 30% a 40% das atividades econômicas. A gênese do capitalismo ocorre bem antes do período que Karl Marx havia fixado, sendo sua essência a circulação, em detrimento do entendimento de que o sistema repousaria na produção e exploração do trabalho assalariado. Assim, seria na “circulação, por excelência, que o capitalismo está à vontade”.¹²³⁸

Portanto, para Braudel, o capitalismo é *“uma estrutura superior, constituída por grupos sociais privilegiados que se ocupam com cálculos e atuam em áreas da circulação desconhecidas pelo homem comum. Ele difere dos andares superiores da casa porque sua regra não é a da concorrência, mas sim do monopólio, e o seu espaço é o mundo inteiro. O setor capitalista, pelo seu próprio caráter, age com liberdade para selecionar os domínios em que irá intervir, estimulando uns ou abandonando outros à sua própria sorte”*.¹²³⁹

Portanto, para Braudel, na Europa ocidental, a vida material é a estrutura que é regida pela inércia social, arrastando consigo o primeiro nível da “economia de mercado” e o segundo nível do mais elementar capitalismo que está em desenvolvimento, este último dotado de mobilidade relativa, sendo que o desenvolvimento desse processo leva à implantação dos sistemas econômicos internacionais – as economias-mundo – sob hegemonia de cidades diferentes. Tem-se, assim, uma história econômica onde a longa duração repousa na vida material, a lenta duração na economia de mercado e no capitalismo emergente, e a curta duração nos eventos das economias-mundo.¹²⁴⁰

Essas obras de Braudel, e suas descobertas teóricas cientificamente fecundas, para desvelar o social e o humano no desenrolar de sua existência e trajetória de vida, correspondem à necessidade de se enxergar em largas escalas o que se faz e como se faz, bem como porque se fez e ainda se faz no meio social. A história, como toda as outras ciências sociais, é a descrição da própria vida; assim, se a explicação histórica não pode ser absorvida por um fator apenas dominante, isso acompanha a própria complexidade do ser humano, que não age, pensa, sente e se comporta por um único fator determinante. “O homem é complexo de outro modo”, pode-se dizer aqui, complexo como sua história e as diferentes histórias que

¹²³⁸ ROCHA, Tempo..., p. 32-3. Grifos em itálico no original.

¹²³⁹ ROCHA, Tempo..., p. 33. Grifos em itálico nossos.

¹²⁴⁰ ROCHA, Tempo..., p. 33-4.

o cercam. Não “há um tempo social com uma única e simples corrente, mas um tempo social com mil velocidades, com mil lentidões”.¹²⁴¹

2.1.3. ESTRUTURA SOCIAL, INTERDISCIPLINARIDADE E ANTROPOLOGIA

Na polêmica entre história e ciências sociais,¹²⁴² Claude Lévi-Strauss também deu seu contributo, com um artigo intitulado *História e Etnologia*, datado de 1949.¹²⁴³ Em síntese, após recordar a polêmica estabelecida entre Henri Hauser e François Simiand, verificou que a história – um tipo específico de escrita da história – se manteve dentro de seu programa modesto, prosperando dentro dessas linhas principiológicas e metodológicas; quanto à sociologia, verificou-se que os ramos da etnografia e etnologia se desenvolveram descritivamente e teoricamente, não sem conflitos e confusões. A sociologia propriamente dita, ainda não havia se desenvolvido, reduzida ainda à filosofia social. A etnografia “consiste na observação e análise de grupos humanos considerados em sua particularidade (...), e visando a reconstituição, tão fiel quanto possível, da vida de cada um deles; já etnologia, “utiliza de modo comparativo (...) os documentos apresentados pelos etnólogos (...) [, correspondendo] aproximadamente ao que se entende, nos países anglo-saxões, (...) por antropologia social e cultural (a antropologia social consagrando-se sobretudo ao estudo das instituições consideradas como sistemas de representações, e a antropologia cultural ao estudo das técnicas, e, eventualmente, também das instituições consideradas como técnica ao serviço da vida social)”. O problema entre as ciências etnológicas e a história – dentro da problemática de conclusões válidas do ponto de vista sincrônico e diacrônico dos resultados dos estudos das ciências sociais – está em que ou elas “se vinculam à dimensão diacrônica dos fenômenos, isto é, à sua ordem no tempo, e se tornam incapazes de traçar-lhes a história; ou procuram trabalhar à maneira do historiador, e a dimensão do tempo lhes escapa. Pretender reconstituir um passado do qual se é impotente para atingir a história, ou querer fazer a história

¹²⁴¹ BRAUDEL, Escritos..., p. 15, 22 e 25.

¹²⁴² Revisão do debate, dentro de um ponto de vista marcadamente de combate entre as disciplinas, onde uma procuraria se apresentar como superior às outras, mas explicando aspectos teóricos marcantes de cada uma delas, vide DOSSE, François. O traje novo do presidente Braudel. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). **Fernand Braudel**: tempo e história. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 35-55.

¹²⁴³ LÉVI-STRAUSS, Antropologia..., p. 13-41.

de um presente sem passado, drama da etnologia num caso, da etnografia no outro, tal é (...) o dilema”.¹²⁴⁴

Discorrendo sobre as escolas evolucionistas e difusionistas em suas oposições clássicas, afirmando que as oposições mencionadas no parágrafo anterior não se estabelecem nos termos dessas duas escolas, cita o antropólogo F. Boas¹²⁴⁵ – que descobriu ou revelou que há modelos conscientes e inconscientes para explicar um grupo de fenômenos sociais – como quem efetivamente denunciou essas contradições entre história e etnologia, introduzindo a noção de causa história para a formação e existência dos costumes – aliada a processos psíquicos que a tornaram possível – dentro da cultura global de uma sociedade antigamente classificada como primitiva. Nesse contexto, para “compreender a história, não basta saber como são as coisas, mas como chegaram a ser o que são”;¹²⁴⁶ há uma originalidade, particularidade e espontaneidade da vida social de cada agrupamento humano, fruto das relações entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo do ser humano tal qual se configura nas diferentes sociedades, havendo que se reconhecer a infinita diversidade de processos históricos que leva às representações. Mas Boas fixou rigorosos critérios de validade para efetuar reconstruções históricas interpretativas, tão severas e difíceis de serem satisfeitas que se fossem aplicadas em outros domínios, esterilizariam qualquer tipo de progresso científico.¹²⁴⁷

B. Malinowski¹²⁴⁸ e sua escola – funcionalista intemporal –, como a quase totalidade da escola estadunidense, procuraram se orientar em sentido diferente de F. Boas, qual seja, uma vez que é difícil e decepcionante procurar determinar saber como as coisas chegaram a ser o que são, renuncia-se a compreender a história, para se dedicar, no estudo das culturas, na

¹²⁴⁴ LÉVI-STRAUSS, Antropologia..., p. 13-15.

¹²⁴⁵ Franz Boas (1858-1942), antropólogo americano de origem alemã. Após ter realizado estudos em física e em geografia na Alemanha, fez parte de uma expedição na terra de Baffin (1883-1884) e se fixou nos Estados Unidos em 1887. Soube combinar uma dupla experiência de campo com uma inigualável aptidão para formar pesquisadores durante o período que foi professor na Universidade de Columbia – a partir de 1899. Estudou particularmente os índios da Colúmbia Britânica: os Chinooks, os Tsimishians e sobretudo os Kwakiutls, de cuja civilização recolheu vários mitos (The Kwakiutl of Vancouver island, 1909; Contribution to the ethnology of the Kwakiutl, 1925). Foi um dos fundadores da *American Anthropological Association* e está na origem do *Handbook of American Indian Languages* (1911). Publicou também outras obras como *The mind of primitive man* (1911 e 1938); *Anthropology and modern life* (1928); *Race, language and culture* (1940). Foi um dos iniciadores da antropologia moderna, sobretudo em razão da sua concepção da cultura de cada etnia, que considerava um todo irreduzível, indissociável do grupo social, da língua, das práticas cotidianas e dos rituais. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 4.

¹²⁴⁶ LÉVI-STRAUSS, Antropologia..., p. 21.

¹²⁴⁷ LÉVI-STRAUSS, Antropologia..., p. 15-23 e 318.

¹²⁴⁸ Bronislaw Malinowski (1884-1942), antropólogo britânico de origem polonesa. Durante os dois anos que passou nas ilhas Trobriand (Melanésia), praticou então um método novo, o da observação participante, e elaborou a teoria do funcionalismo. Escreveu *Os argonautas do pacífico ocidental* (1922), *A sexualidade e sua repressão nas sociedades primitivas* (1927). In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 15.

elaboração de “uma análise sincrônica das relações entre seus elementos constitutivos, no presente”, enfim, dedicar-se dentro de “uma cultura única, que compreenda a descrição de suas instituições e de suas relações funcionais, e o estudo dos processos dinâmicos pelos quais cada indivíduo age sobre sua cultura, e a cultura sobre o indivíduo, [como] pode adquirir todo seu sentido sem o conhecimento do desenvolvimento histórico que resultou nas formas atuais”.¹²⁴⁹

Diante da organização social de tipo dualista,¹²⁵⁰ encontrada na América, Ásia e Oceania, a escola de F. Boas recomendava – no extremo – que se estudasse cada uma delas como casos isolados e individualizados, mas isso conduziria a conclusões que olvidariam as conseqüências do fato de que a estrutura social era cindida em duas metades, cujos membros mantinham, entre si, relações de colaboração até de hostilidade, e que havia tantas formas de organização dualista quantos povos que a possuem, não podendo saber onde ela começaria e onde acabaria. Assim, as *funções* atribuídas a todos os aspectos da vida social da organização dualista não coincidiriam de um grupo social para outro? A *história* de cada grupo social revelaria que a divisão em metades adviria de origens as mais diversas? As *instituições* – comuns – em vigor em cada uma dessas organizações dualistas deveriam ser negadas em favor apenas do reconhecimento de sociedades individualizadas? Enfim, a própria noção de organização dualista seria uma falsa categoria? B. Malinowski defendeu que a etnografia ou deveria ser como F. Boas recomendara, ou uma etnografia que excluísse toda preocupação com as informações histórica sobre o grupo social que se deveria estudar. Nesta última opção, agora o pesquisador passa a ser dotado de uma intuição especial que lhe permitirá atingir um diálogo intemporal com o grupo estudado, verdades eternas sobre a natureza e das instituições sociais.¹²⁵¹

Claude Lévi-Strauss assinalou sobre esse embate que estudar uma única sociedade é chegar a conclusões sobre essa única sociedade e não se pode olvidar de que tudo não deixa de ser história na vida de uma sociedade, mesmo estudando o presente supostamente

¹²⁴⁹ LÉVI-STRAUSS, Antropologia..., p. 23.

¹²⁵⁰ Designa-se com o nome de organização dualista um tipo de estrutura social freqüentemente encontrado na América, Ásia e Oceania, caracterizado pela divisão do grupo social – tribo, clã ou aldeia – em duas metades cujos membros mantêm, uns com os outros, relações que podem ir da colaboração mais íntima à uma hostilidade latente, e associando geralmente ambos os tipos de comportamento. Às vezes a finalidade das metades parece ser regulamentar os casamentos: são então ditas exogâmicas. Às vezes, também, seu papel se imita a atividades religiosas, políticas, econômicas, cerimoniais ou simplesmente esportivas, ou mesmo a uma só destas atividades. Em alguns casos, a filiação à metade se transmite em linha materna, em outros pela linha paterna. A divisão em metades pode ou não coincidir com a organização clânica. Ela pode ser simples ou complexa, fazendo então intervir vários pares de metades recortando-se uns aos outros, e dotados de funções diferentes. In: LÉVI-STRAUSS, Antropologia..., p. 23-4.

¹²⁵¹ LÉVI-STRAUSS, Antropologia..., p. 23-6.

intemporal dela. Aquilo que é atual, sempre contém vestígios de formas anteriores, do passado e não se pode desconsiderar a distinção que “existe entre função primária, correspondente a uma necessidade atual do organismo social, e função secundária, que se mantém apenas por causa da resistência do grupo em renunciar a um hábito”. Nos estudos culturais, o papel do etnógrafo é “descrever e analisar as diferenças que aparecem na maneira pela qual se manifestam nas diversas sociedades, a tarefa do etnólogo, explicá-los. (...) O que interessa ao etnólogo não é a universalidade da função, que está longe de ser certa, e que não poderia ser afirmada sem um estudo atento de todos os costumes desta ordem *e de seu desenvolvimento histórico*, e sim que os costumes sejam tão variáveis”.¹²⁵² Ao final, esses estudos intemporais e sistêmicos de B. Malinowski e alguns de seus seguidores – presos a dogmatismos e empirismos –, revelam também que os pesquisadores acabam fazendo das populações estudadas reflexos da própria sociedade ocidental, de suas categorias e problemas e, antes de tudo procedendo a partir uma superestima do método histórico – que querem negar –, uma vez que foram os historiadores que formularam o método funcionalista.¹²⁵³

Assim, que diferenças haveria entre o método da etnografia e da história, quando ambas estudam sociedades outras, diferentes daquelas que vivem os pesquisadores? Indiferentemente de a alteridade prender-se a um afastamento no tempo, no espaço, ou prender-se a uma heterogeneidade cultural, isso é secundário, considerando a similitude de posições de ambas disciplinas científicas. Se o objetivo de ambas é a reconstituição exata do que se passou ou passa na sociedade estudada, não se pode esquecer que “em ambos os casos, lida-se com sistemas de representações que diferem para cada membro do grupo, e que, em conjunto, diferem das representações do investigador”. Assim, tudo que “o historiador e o etnógrafo conseguem fazer, e tudo o que se pode pedir-lhe para fazer, é alargar uma experiências particular à dimensões de uma experiência geral ou mais geral, e que se torne, por isto mesmo, acessível *como experiência* a homens de um outro país ou de um outro tempo. E é sob as mesmas condições que chegam a isto: exercício, rigor, simpatia, objetividade”. Um estudo etnográfico não transforma um leitor num indígena, e uma mesma experiência histórico-social, vista por pontos de referências diferentes, serão tantas verdades quanto esse pontos de vista.¹²⁵⁴

A forma como cada investigador especializado procede é o princípio de todas as dificuldades entre cada ramo especializado do conhecimento, especialmente se o debate

¹²⁵² LÉVI-STRAUSS, Antropologia..., p. 26-8. Grifos em itálico no original.

¹²⁵³ LÉVI-STRAUSS, Antropologia..., p. 28-32.

¹²⁵⁴ LÉVI-STRAUSS, Antropologia..., p. 32. Grifos em itálico no original.

principiar dos cânones fixados academicamente – tradição – para distinguir o que seria a ação científica de um e outro, chegando, ao final, em oposições significativas, vale dizer, distintas e que marcaria o espaço de atuação de um e outro ramo do conhecimento e a ação prática dos pesquisadores. Esses paralelismos metodológicos – distintivos ou opositivos – são ilusórios; o “etnógrafo é alguém que recolhe os fatos, e que os apresenta (se é um bom etnógrafo) em conformidade com exigências que são as mesmas que as do historiador. É papel do historiador utilizar estes trabalhos, quando observações distribuídas num período de tempo suficiente lho permitem; é papel do etnólogo, quando observações do mesmo tipo, referentes a um número suficiente de regiões diferentes, lhe possibilitam isso. Em todos os casos, o etnógrafo estabelece documentos que podem servir ao historiador. E se já existem documentos, e o etnógrafo escolhe integrar sua substância em seu estudo (...) – com a condição, naturalmente, de que o etnógrafo tenha um bom método histórico – (...) [ele está tendo o] privilégio de fazer a história de uma sociedade da qual possui uma experiência vivida”.¹²⁵⁵

Para Claude Lévi-Strauss, o debate se reduz a uma relação entre história e etnologia no sentido estrito, uma vez que entende não haver diferença fundamental entre ambas, “nem de objeto, nem de objetivo, nem de método; mas que *tendo o mesmo objeto, que é a vida social; o mesmo objetivo, que é uma compreensão melhor do homem; e um método onde varia apenas a dosagem dos processos de pesquisa*, elas se distinguem sobretudo pela escolha de perspectivas complementares: a história organizando seus dados em relação às expressões conscientes, a etnologia em relação às condições inconscientes da vida social” [evidentemente, é preciso considerar esta última assertiva de Claude Lévi-Strauss dentro do contexto intelectual dos debates no momento que ele escreveu e publicou o seu artigo, uma vez que, por essa época, Fernand Braudel estava publicando seu primeiro trabalho histórico de fôlego, revelando o tempo longo e praticamente inconsciente da história, e que possibilitou ao historiador retomar essa discussão, mais tarde, em novos termos].¹²⁵⁶

A originalidade da etnologia está em retirar da natureza inconsciente dos fenômenos coletivos, explicações sobre a vida humana e social. Da mesma forma que na maioria dos povos primitivos “é muito difícil obter uma justificação moral, ou uma explicação racional, de um costume ou de uma instituição (...) [uma vez que] as razões inconscientes pelas quais se pratica um costume, se partilha uma crença, estão bastante afastadas das razões que se invoca para justificá-la”, nas sociedades mais modernas o fenômeno igualmente acontece –

¹²⁵⁵ LÉVI-STRAUSS, Antropologia..., p. 32-3.

¹²⁵⁶ LÉVI-STRAUSS, Antropologia..., p. 33-4. Grifos em itálico nossos.

observância escrupulosa de atitudes morais, políticas e religiosas, usos e costumes cotidianos de relacionamento etc. —, vale dizer, com práticas, costumes e crenças “sem que sua origem e funções reais tenham sido objeto de um exame refletido”. Assim, agimos e “pensamos por hábito, e a resistências espantosa oposta às derrogação, até mínimas, provêm mais da inércia do que de uma vontade consciente de manter costumes dos quais se compreenderia a razão”. Esse pensamento moderno etnológico emerge principalmente “na formidável tomada de consciência etnográfica que suscitou, no pensamento ocidental, a descoberta do Novo Mundo” [sem desconsiderar que a descoberta do outro talvez tenha revelado mais sobre o ocidente sobre si mesmo do que acerca do outro].¹²⁵⁷

Foi F. Boas que, com lucidez, definiu a natureza inconsciente dos fenômenos culturais, assimilando-os do ponto de vista da linguagem antecipando o desenvolvimento posterior do pensamento lingüístico e do desenvolvimento da etnologia. Ele demonstrou que “a estrutura da língua permanece desconhecida daquele que fala até o surgimento de uma gramática científica, e que, mesmo então, ela continua a modelar o discurso fora da consciência do sujeito, impondo ao seu pensamento quadros conceituais que são tomados por categorias objetivas, (...) [acrescentando que, a] ‘diferença essencial entre os fenômenos lingüísticos e os outros fenômenos culturais é que os primeiros jamais emergem à consciência clara, ao passo que os segundos, se bem que tendo a mesma origem inconsciente, se elevam freqüentemente até o nível do pensamento consciente, produzindo assim raciocínios secundários e reinterpretações’”. De fato, essa diferença de grau não esconde a identidade profunda entre o fenômeno da lingüística e o fenômeno da cultura de uma dada sociedade, sendo o método lingüístico exemplar para as pesquisas etnológicas.¹²⁵⁸

F. Boas anotou que a “grande vantagem da lingüística (...) é que, no conjunto, as categorias da linguagem permanecem inconscientes; por esta razão, pode-se seguir o processo de sua formação sem que intervenham, de maneira falaz e incômoda, as interpretações secundárias, tão freqüentes em etnologia, que podem obscurecer irremediavelmente a história do desenvolvimento das idéias”. Entretanto, verifica-se que o próprio Boas e seus seguidores, na aplicação dessas teses no plano da etnologia, foram de uma timidez muito grande; a análise etnográfica de Boas permaneceu no nível do pensamento consciente dos indivíduos. Na lingüística, quando se reconhece, “em várias línguas, a presença dos mesmos fonemas ou o emprego dos mesmos pares de oposição, (...) [não mais se] compara seres individualmente distintos entre si: é o mesmo fonema, o mesmo elemento, que garantem este novo plano a

¹²⁵⁷ LÉVI-STRAUSS, *Antropologia...*, p. 34-5.

¹²⁵⁸ LÉVI-STRAUSS, *Antropologia...*, p. 35.

identidade profunda de objetos empiricamente diferentes. Não se trata de dois fenômenos semelhantes, mas de um único. A passagem do consciente para o inconsciente é acompanhada de um progresso do especial para o geral. Na etnologia como na lingüística, por conseguinte, não é a comparação que fundamenta a generalização, mas o contrário. Se (...) a atividade inconsciente de espírito consiste em impor formas a um conteúdo, e se as formas são fundamentalmente as mesmas para todos os espíritos, antigos e modernos, primitivos e civilizados – como o estudo da função simbólica, tal como se exprime na linguagem, o mostra de maneira tão notável – é preciso e basta atingir a estrutura inconsciente, subjacente a cada instituição ou a cada costume, para obter um princípio de interpretação válido para outras instituições e costumes, sob a condição, naturalmente, de estender bastante a análise”.¹²⁵⁹

Para se chegar a essas estruturas inconscientes é inútil socorrer-se das estruturas diacrônicas e sincrônicas de análise social; de um lado, significa em demitir a história, de outro em recorrer constantemente à história. É aqui que o método etnológico e o método lingüístico se encontram para dar uma solução eficaz, frente ao conhecimento histórico. Exemplificando para o caso da organização dualista, se não se deseja ver nela uma explicação tipológica ideal, onde um modelo construído com dados fornecidos pela experiência tenderia a ser referência, a qual todos os outros casos nele se reduziriam especulativamente, por exemplo, a organização dualista como um estágio universal do desenvolvimento da sociedade – tese ou interpretação evolucionista –, ou mesmo um sistema inventado num único lugar e num único momento, que se espalhou a partir daí – tese ou interpretação difusionista –, mas ao mesmo tempo percebendo fortemente presente aquilo que essas sociedades dualistas possuem como elementos comuns, sem desconsiderar todas como produtos únicos, singulares e incomparáveis da história, “resta analisar cada sociedade dualista, para encontrar, por detrás do caos das regras e costumes, um esquema único, presente e agindo nos contextos locais e temporais diferentes”.¹²⁶⁰

Nesse tipo de análise, escapa-se da tentativa de encontrar ou formular um modelo particular da instituição dualista, bem como de tentar elaborar um agrupamento arbitrário de elementos comuns a diversas formas sociais dualistas; o objetivo principal é elaborar um esquema que se reduza a algumas relações de correlação e oposição inconscientes, e que devem estar igualmente presentes – inconscientemente – na mente dos povos de organização dualista e dos que jamais conheceram esta instituição. Mas em todos os casos de organização social dualista estudados, “há alguma coisa que se conserva e que a observação histórica

¹²⁵⁹ LÉVI-STRAUSS, *Antropologia...*, p. 35-7.

¹²⁶⁰ LÉVI-STRAUSS, *Antropologia...*, p. 37-8.

permite distinguir progressivamente, por uma espécie de filtragem que deixa passar o que se poderia denominar de conteúdo lexicográfico das instituições e costumes, para reter apenas os elementos estruturais. No caso da organização dualista, estes elementos podem ser em número de três: exigência de regra; noção de reciprocidade (...); caráter sintético do dom. Estes fatores se encontram em todas as sociedades consideradas, ao mesmo tempo que explicam práticas e costumes menos diferenciados, mas dos quais se vê assim que, mesmo nos povos sem organização dualista, correspondem à mesma função que esta”.¹²⁶¹

“Assim, a etnologia não pode permanecer indiferente aos processos históricos e às expressões mais altamente conscientes dos fenômenos sociais. Mas, se ela lhes dá a mesma atenção apaixonada que o historiador, é para chegar, por uma espécie de marcha regressiva, a eliminar tudo o que deve ao acontecimento e à reflexão. Sua finalidade é atingir, além da imagem consciente e sempre diferente que os homens forma de seu devir, um inventário de possibilidades inconscientes, que não existem em número ilimitado; e cujo repertório e as relações de compatibilidade ou de incompatibilidade que cada uma mantém com todas as outras fornecem uma arquitetura lógica a desenvolvimentos históricos que podem ser imprevisíveis, sem nunca ser arbitrários. Neste sentido, a célebre fórmula de Marx ‘Os homens fazem sua própria história, mas não sabem que a fazem’ justifica, em seu primeiro termo, a história, e em seu segundo termo, a etnologia. Ao mesmo tempo, ela mostra que os dois procedimentos são indissociáveis”.¹²⁶²

“Porque, se o etnólogo consagra principalmente sua análise aos elementos inconscientes da vida social, seria absurdo supor que o historiador os ignora. Sem dúvida, este pretende, antes de tudo, explicar os fenômenos sociais em função dos acontecimentos nos quais eles se encarnam, e da maneira pela qual os indivíduos os pensaram e os viveram. Mas em sua marcha progressiva para reunir e explicar o que se manifestou aos homens como consequência de suas representações e atos (ou representações e atos de alguns dentre eles), o historiador bem sabe, e de maneira crescente, que deve socorrer-se de todo o aparelho de elaborações inconscientes. Não estamos mais na época de uma história política, que se contentava em enfiar cronologicamente as dinastias e as guerras no fio das racionalizações secundárias e das reinterpretações. A história econômica é, largamente, a história de operações inconscientes. Por isto, todo bom livro de história (...) está impregnado de etnologia. (...) Lucien Febvre apela constantemente para atitudes psicológicas e estruturas lógicas que os estudo de documentos, como o dos textos indígenas, permitem apenas atingir

¹²⁶¹ LÉVI-STRAUSS, Antropologia..., p. 38-9.

¹²⁶² LÉVI-STRAUSS, Antropologia..., p. 39.

indiretamente, porque elas sempre escaparam à consciência dos que falavam e escreviam: ausência de nomenclaturas e padrões, representações imprecisas do tempo, caracteres comuns a várias técnicas, etc. Todas estas indicações são tão etnológicas como históricas, pois elas transcendem testemunhos, dos quais nenhum se situa – e não sem motivo – neste plano”.¹²⁶³

“Então, seria inexato dizer que, no caminho do conhecimento do homem que vai do estudo dos conteúdos conscientes ao das formas inconscientes, o historiador e o etnólogo caminham em direções inversas: ambos se dirigem no mesmo sentido. Que o deslocamento que efetuam de acordo apareça a cada um sob modalidades diferentes – passagem, para o historiador, do explícito ao implícito, para o etnólogo, do particular para o universal – não muda em nada a identidade do procedimento fundamental. Mas, num caminho onde fazem, no mesmo sentido, o mesmo percurso, somente sua orientação é diferente: o etnólogo caminha para frente, procurando atingir, através de um consciente que jamais ignora, cada vez mais o inconsciente para o qual se dirige; ao passo que o historiador avança, por assim dizer, recuando conservando os olhos fixados nas atividades concretas e particulares, das quais se afasta apenas para considerá-las sob uma perspectiva mais rica e mais completa. Verdadeiro Jano de dois rostos, é, ainda assim, a solidariedade das duas disciplinas que permite manter ao alcance dos olhos a totalidade do percurso”.¹²⁶⁴

2.1.4. MARCEL MAUSS E INTERDISCIPLINARIDADE

Outro intelectual que contribuiu também para o debate acerca da interdisciplinaridade nas ciências sociais, foi o antropólogo Marcel Mauss.¹²⁶⁵ Num colóquio que reuniu psicólogos, antropólogos e sociólogos, ele realizou uma exposição sobre as relações reais e práticas que haveria entre psicologia e sociologia, conforme os progressos até então alcançados pelas disciplinas, observando que nesse primeiro quartel do século XX, a nomenclatura e o que se considerava como específico objeto de estudo da sociologia e antropologia – etnologia – ainda estava em formação, conforme entendimento até o momento alcançado na contemporaneidade.

¹²⁶³ LÉVI-STRAUSS, Antropologia..., p. 39-40.

¹²⁶⁴ LÉVI-STRAUSS, Antropologia..., p. 40-1.

¹²⁶⁵ MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 536 p.

Assim, ele se propôs a discutir de forma prática, as “relações práticas, (...) relações atuais que ligam e devem ligar atualmente e por algum tempo a sociologia e a psicologia, [uma vez que] uma discussão desse gênero não é sem utilidade e sem alcance imediato”. As questões que ele coloca, questões práticas e de fato, são acerca das relações atuais e relações desejáveis – e próximas – que aproximariam mais os psicólogos dos sociólogos; as colaborações que deveriam buscar e conflitos a evitar, enfim, as incursões cada ramos especializado do conhecimento não deveria fazer em terreno alheio; as questões que a psicologia já elucidou e os progressos que alcançou, que fazem avançar as pesquisas em sociologia; as questões urgentes que a sociologia coloca para a psicologia e que necessitam do progresso desta para fazer avançar as pesquisas em sociologia.¹²⁶⁶ Nessa aproximação entre ramos específicos e vizinhos do conhecimento científico, Marcel Mauss observou que as coincidências do contributo da psicologia para a sociologia, e vice-versa, estavam na medida em que os progressos de cada uma delas se dava dentro do caráter explicativo-esclarecedor mais abrangente, vale dizer, procuravam explicar processo mais amplos da biologia mental do indivíduo ou da sociologia das representações sociais, no limiar de uma psico-fisiologia ou sócio-psico-fisiologia, abordando a mentalidade da pessoa como um todo ou o comportamento social como um todo.¹²⁶⁷

Nessa época, Mauss concebia a sociologia e a psicologia humana – esta última em diferenciação a uma psicologia que abrangia toda escala animal – como parte da antropologia – esta, por sua vez, como parte da biologia –, ou seja, como “conjunto das ciências que consideram o homem como ser vivo, consciente, e sociável”, desta forma, inserindo a sociologia como uma ciência exclusivamente antropológica, se debruçando sobre registros apenas de fatos humanos, enquanto que a psicologia seria mais abrangente. Mauss já identificava nas sociedades humanas algo que se diferenciava das demais formas organizativas presentes no mundo animal – diversas da humana –, qual seja, a de que somente em sociedades humanas se percebe “as vontades gerais, (...) a pressão da consciência de uns sobre a consciência dos outros, as comunicações de idéias, a linguagem, as artes plásticas e estéticas, os agrupamentos e as religiões – em uma palavra, as instituições que são o traço (...) [da] vida em comum”.¹²⁶⁸

Analisando o debate da época travado entre psicologia e sociologia, Mauss observa que a psicologia humana e a sociologia possuíam cada qual seu objeto específico de estudo –

¹²⁶⁶ MAUSS, Sociologia..., p. 317-8.

¹²⁶⁷ MAUSS, Sociologia..., p. 330-6.

¹²⁶⁸ MAUSS, Sociologia..., p. 319-20.

terrenos próprios de atuação –, que marcaria a diferença ou distinção capital entre as duas, qual seja, que a “psicologia humana estuda apenas fatos observados no comportamento do indivíduo”, emergindo o problema do objeto de estudo da psicologia coletiva e se esta não se confundiria com o objeto de estudo da própria sociologia; sociologia, nesse sentido vista pelos psicólogos, se reduziria a uma psicologia coletiva, dedicada ao estudo das interações individuais. Entretanto, sucede que os sociólogos não estavam absortos somente nos aspectos ou fenômenos de consciência, ou apenas pelas representações coletivas, ou mesmo circunscrito a multiplicação dos fatos da consciência pela pressão dos resultados das interações das diversas consciências entre si, uma vez que não há apenas isso em curso na sociedade.¹²⁶⁹

Mauss já entendia como abusivo separar abstratamente a consciência do grupo de todo seu substrato material e concreto, pois na sociedade haveria algo mais que representações coletivas. Se há um espírito do grupo, há também o próprio grupo que merece ser estudado sob três perspectivas, e que fixam a autonomia do estudo sociológico: (I) existem coisas e pessoas, portanto, existem aquilo que é físico e material e aquilo que é número – abstrações, formas – fazendo com que a sociologia e o sociólogo transitem livremente do espírito do grupo ou grupo, para suas formas teóricas próprias – classificações, relações etc., ou as diversas formas que a matéria social pode tomar –; enfim, há fenômenos morfológicos de caráter social; (II) além dos fenômenos morfológicos – sentimento gregário das pessoas; limitações voluntárias; relações entre sexo, idade, natalidade, mortalidade; classificação e distribuição das pessoas segundo lugar e tempo; grupos dentro de territórios fechados de fronteiras; gerações de homens, mulheres, crianças e velhos com suas relações numéricas – há os fenômenos estatísticos – noções de valor, índice de criminalidade, sentimento religioso etc. – que dizem respeito à fisiologia, ao funcionamento da própria sociedade, que são testes e medidas que objetivam os fatos sociais; (III) por fim, todo fato social contém história, tradição, linguagem e hábitos, ingressando na discussão da inter-relação entre método histórico e método sociólogo, reconhecendo Mauss que *“um fato social qualquer, mesmo quando parece novo e revolucionário, por exemplo, uma invenção, está carregado de passado (...) [, sendo] fruto das circunstâncias mais remotas no tempo e das conexões mais múltiplas na história e na geografia. Portanto, ele jamais deve ser separado completamente, mesmo pela mais alta abstração, nem de sua cor local, nem de sua carga histórica”*.¹²⁷⁰

¹²⁶⁹ MAUSS, Sociologia..., p. 320-1.

¹²⁷⁰ MAUSS, Sociologia..., p. 321-2. Grifos em itálico nossos.

Portanto, do ponto de vista morfológico, estatístico e histórico a sociologia está bem cercada, entretanto o apoio que pede para a psicologia é tudo que tenha por objeto “as representações coletivas, isto é, as idéias, as motivações que as constituem, e as práticas ou comportamentos sociais que a elas correspondem”. Nesse sentido, o que pode ser conhecido como psicologia coletiva, Marcel Mauss entende por sociologia.¹²⁷¹ Essa seria uma parte importante da sociologia e que ele dependeria do progresso da psicologia para evoluir enquanto ciência e saberes que contribuiriam a entender melhor porque o corpo social funciona e atua da forma como agem, uma vez que “é em torno de idéias comuns, religião, pátria, moeda, assim como sobre o solo, que se agrupam os homens, com seu material, com seus números e suas histórias”. Os mais diversos fenômenos que sucedem socialmente são antes de tudo funções das idéias do que das coisas em si, mas a relação entre fatos psíquicos e fatos materiais na sociedade necessitam ser medidos para serem descobertos e desvelados. As “idéias, conceitos, categorias, motivações de atos e de práticas tradicionais, sentimentos coletivos e expressões estereotipadas das emoções e dos sentimentos (...), razão, personalidade, vontade de escolha ou liberdade, hábito prático, hábito mental e caráter, variações desses hábitos”, todas essas temáticas são de alçada da psicologia e da sociologia, mas que necessitam do progresso recíproco para avançar nos seus conhecimentos específicos, pois muitos fenômenos de manifestação individual estão intimamente interligados e

¹²⁷¹ O progresso metodológico da sociologia levou ao alcance – como se verá abaixo, com Norbert Elias, e como se viu acima, com Pierre Bourdieu – da compreensão melhor dos processos sociais que levam às representações sociais, em tudo que devem ao fato específico da convivência em grupo de pessoas inter-relacionadas, de tal forma que muitas significações emergem dessa convivência cúmplice e ao mesmo tempo concorrente entre pessoas que buscam distinguir-se entre si. No entanto a Psicologia seguiu seus próprios passos e em sua vertente Psicologia Social passou a enfocar o estudo e compreensão do comportamento humano social, especialmente o comportamento de um indivíduo naquilo que é influenciado socialmente, vale dizer, pelos outros ao seu entorno. Um indivíduo, de acordo com as pessoas que o cercam, tende a agir conforme esse grupo julga adequado proceder; essas relações de significação grupal começam na família, passa pelo sistema educacional, as amizades, o ambiente profissional, a condição específica econômico-social, os diversos grupos sociais que formam o entorno de onde essa pessoa e seu grupo social específico vive e desenvolve relações etc., de tal forma que nessa trajetória a pessoa vai erigindo e consolidando sua identidade social. A Psicologia Social, portanto, trabalha com as temáticas da ética, da ideologia, da representação social, da linguagem, do conhecimento, da comunicação, da identidade, da subjetividade e tanto outros fenômenos culturais sociais, dando seu contributo para explicação de como se dá esse processo de interação indivíduo-grupo, a ponto de alcançar produzir as realidades sociais – e individuais – assinaladas. A Psicologia Social, enquanto uma área específica da Psicologia, portanto procura explicar as influências dos fatores sociais sobre os processos psicológicos básicos de um indivíduo, quais sejam, a percepção, a motivação, o pensamento, a aprendizagem, e a memória. In: LANE, Sílvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002. 88 p.; JACQUES, Maria das Graças *et alii*. **Psicologia social contemporânea**: livro-texto. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 264 p. Sobre a temática vide também CAMPOS, Regina Helena de Freitas; e GUARESCHI, Pedrinho A. **Paradigmas em psicologia social**: a perspectiva latino-americana. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 224 p.; MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003. 408 p.; ARRUDA, Ângela (org.). Representando a alteridade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 168 p.; LANE, Sílvia T. Maurer; e SAWAIA, Bader Burihan (orgs.). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense: EDUC, 1995. 174 p.; FISCHER, Gustave-Nicolas. **Os conceitos fundamentais da psicologia social**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002. 268 p.; BOCK, Ana Mercês Bahia (org.). **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003. 384 p.

vinculados com o fato da convivência social – alegria, tristeza, euforia etc. – pois são “gestos ou signos obrigatórios, sentimentos obrigatórios ou necessários, sugestionados ou empregados pelas coletividades com um objetivo preciso, em vista de uma espécie de descarga física e moral de suas expectativas, físicas e morais elas também”.¹²⁷²

Mauss assinala as contribuições prestadas pela psicologia à sociologia, até então, revelando que toda teoria das representações coletivas e das práticas coletivas – parte psicológica dos estudos sociológicos – depende basicamente de três ramos científicos, quais sejam, a estatística e a história – que permitem conhecer objetivamente os fatos e suas circunstâncias –, e da psicologia – que permite compreendê-los e traduzi-los em termos precisos, inteligentes e científicos. A linguagem psicológica torna-se necessária e corrente para explicar tais fenômenos sociais – representações e práticas coletivas – reservando-se para a linguagem sociológica alguns aspectos ou manifestações sociais de caráter exclusivo do campo sociológico, entretanto torna-se forçoso reconhecer que, no campo da psicologia coletiva, a tradução que os psicólogos fazem dos progressos científicos alcançados na análise dos elementos da consciência e da forma como se dá o agrupamento desses elementos, não pode ser indiferente ao campo sociológico; torna-se necessário aceitar os progressos da psicologia, pois junto com as elaborações sociológicas, “fornece os conceitos necessários, as palavras úteis que denotam os fatos mais numerosos e conotam as idéias mais claras e mais essenciais”.¹²⁷³

Assim, Mauss elenca alguns dos contributos que a psicologia trouxe para o progresso da sociologia, quais sejam, (I) a noção de vigor mental – vigor e fraqueza, estenia e astenia nervosa e mental –, que foi aplicada para explicar o fenômeno social da tanatomania em sociedades ditas primitivas, ou seja, indivíduos que por influência social, se deixam morrer, sem lesão aparente; no caso de sociedades consideradas como evoluídas, para explicar o baixo índice de suicídio em tempos de grande crise social, como guerra ou revolução; tal noção contribui igualmente para explicar a vida religiosa. Também (II) a noção de psicose contribui para os estudos sociológicos, especialmente a hipótese de um estado da consciência inteira, estado esse que “por si mesmo tem uma força de desenvolvimento, de proliferação, de desvio, de multiplicação e de ramificação, [enfim] de um estado que se apossa do ser psicológico inteiro”; as idéias assim, passam a ser vista como dotadas de uma imensa capacidade de desenvolvimento e de persistência, povoando a consciência individual das pessoas, permitindo mesmo compreender melhor “a maneira como são acreditadas quando, praticadas

¹²⁷² MAUSS, Sociologia..., p. 322-3.

¹²⁷³ MAUSS, Sociologia..., p. 325.

pelo grupo em conjunto, são verificadas pela obsessão comum do grupo”. Assim, a “mitomania, a loucura judiciária, o fanatismo e a vendeta em grupo, as alucinações do culto funerário (...), as alucinações e os sonhos coletivos”, todos esse fenômenos sociais passam a ser melhor compreendidos com a ajuda da psicologia.¹²⁷⁴

(III) A noção de símbolo e de atividade essencialmente simbólica do espírito receberam uma acolhida muito mais natural dentro da sociologia, uma vez que o estudo da afasia – ou afemia, que significa a perda do poder de expressão pela fala, pela escrita ou pela sinalização, ou da capacidade de compreensão da palavra escrita ou falada, por lesão cerebral, e sem alteração dos órgãos vocais, sendo a afasia atáxica aquele em que o paciente sabe o que deseja expressar pela fala, mas não pode pronunciar as palavras pela incapacidade de coordenar os músculos por lesão cerebral –¹²⁷⁵ reiterou a impossibilidade de conceber a maior parte dos estados mentais de uma pessoa como isolados entre si, mas superando o entendimento até então sobre o que consistiria o “estado mental”, revelou que esse estados “fossem signos, símbolos do estado geral e de um conjunto de atividades e de imagens, e sobretudo que fossem utilizados como tais pelos mecanismos mais profundos da consciência”, sendo esse fato completamente novo e fecundo para a sociologia, inserindo as teorias sociológicas dentro de quadros explicativos mais gerais. Símbolo é uma noção sociológica, provinda do estudo da religião e do direito, vinculado à comunhão e comunicação entre as pessoas; a interação entre as pessoas se processa “por signos comuns, permanentes, exteriores aos estados mentais individuais (...), por signos de grupos de estados tomados (...) por realidades”, se impondo e produzindo concretamente no meio social o que eles querem significar e produzir porque são tomados por verdades.¹²⁷⁶

Se o fato social tem seu caráter simbólico, é porque na maioria “das representações coletivas, não se trata de uma representação única de uma coisa única, mas de uma representação escolhida arbitrariamente, ou mais ou menos arbitrariamente, para significar outras e para comandar práticas”. O que é verdadeiro para a consciência individual é também para a consciência coletiva, diferenciando-se talvez em intensidade e espécie, mas jamais em gênero, sendo que a idéia de símbolo, juntamente com a de psicose e a de vigor mental, “podem explicar elementos importantes dos mitos, dos ritos, das crenças, da fé em sua

¹²⁷⁴ MAUSS, Sociologia..., p. 325-7.

¹²⁷⁵ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [].

¹²⁷⁶ MAUSS, Sociologia..., p. 327-8.

eficácia, da ilusão, da alucinação religiosa e estética, da mentira e do delírio coletivo e de suas correções”.¹²⁷⁷

(IV) A noção de instinto é potencialmente fonte de estudos muito produtivos em sociologia. Para a psicologia individual “a idéia, a representação e o ato, que ser trate de uma fuga ou de uma captura, não traduzem apenas tal função ou estado do espírito em sua relação com as coisas, mas manifestam ao mesmo tempo, de forma sempre simbólica e parcial, a relação que existe entre a coisas e o corpo, e sobretudo o instinto, (...) de seus mecanismos psicofisiológicos inteiramente montados”; já para a psicologia coletiva, tende a considerar essa parte do instinto individual como ainda bem maior dentro de seu objeto de estudo, pois “o que é comum aos homens não é apenas as imagens idênticas que produzem em sua consciência as mesmas coisas, é também, e principalmente, a identidade dos instintos afetados por essas coisas [senso prático]”. Se as pessoas se comunicam através dos símbolos, “eles só podem ter esses símbolos a se comunicar por eles porque possuem os mesmos instintos. As exaltações, os êxtases, criadores de símbolo, são proliferações do instinto (...). As necessidades, as necessidades-limites, cujo estudo toda uma escola de economistas substitui pelo do interesse, noção vaga, não são, no fundo, senão expressões diretas ou indiretas do instinto”. Ademais, “a vida social não é senão o instinto gregário hipertrofiado, alterado, transformado e corrigido”, pois não se pode olvidar que um dos códigos sociais civilizados é que “o homem forte é antes de tudo aquele que resiste ao instinto ou, mais exatamente, aquele que o corrige graças a outros instintos”.¹²⁷⁸

Quanto ao contributo da sociologia para o progresso da psicologia, Marcel Mauss ressalta que os fatos da consciência coletiva são aqueles fatos que podem ser observados objetivamente, através da medição de sua repetição, extração de seu caráter médio, normal, vale dizer, aquilo que estatisticamente pode ser desvelado de sua característica natureza, enfim, quantificáveis, convertendo-os em “documentos típicos sobre o comportamento humano (...) [, para] lhes dar uma particular segurança [de análise]”. Tais fatos da consciência coletiva são aqueles “comuns a muitos indivíduos e em geral expressos em símbolos perfeitamente coordenados, testados por práticas constantes, conscientemente transmitidos e ensinados oralmente enquanto tais, (...) [onde] o comportamento corresponde ao estado da consciência clara, ao menos em parte”. A sociologia pode demonstrar que os casos de

¹²⁷⁷ MAUSS, Sociologia..., p. 328-9.

¹²⁷⁸ MAUSS, Sociologia..., p. 329-30.

confusão mental e interpretações tidas como as mais patológicas dentro de uma dada cultural, em realidade se revelam normais em outra cultura.¹²⁷⁹

(I) No caso dos estudos sociológicos dos símbolos míticos e morais como fatos psicológicos, a sociologia traz fatos novos para os estudos sobre simbolizações psicológicas e psicofisiológicas. De fato, a sociologia – em todas as regiões específicas de objeto de seu estudo – percebe inúmeros símbolos em curso na sociedade, cuja constante e imensa série são tomados por fatos extremamente normais como, por exemplo a onomatopéia, bem como o gesto ritual, mimético e contagiosos – nos planos da lingüística, da magia e do ritual; mas também irá identificar a simbolização na vida religiosa e estética, mas também sob muito outro pontos de vista. Assim, são “signos e símbolos as exclamações e as palavras, os gestos e os ritos, por exemplo, da etiqueta e da moral”. No caso específico da etiqueta e da moral, eles traduzem a presença do grupo, mas exprimem “as ações e reações dos instintos de seus membros, as necessidades diretas de cada um e de todos, de sua personalidade, de suas relações recíprocas”. As palavras, as saudações, os presentes trocados, a retribuição, as crenças da fé, as interdições, tudo são símbolos, transformando a vida social num mundo de relações simbólicas entre as pessoas e entre os grupos, de tal modo que ele se converte num “dos pontos fundamentais ao mesmo tempo da vida social e da vida da consciência individual: o símbolo – gênio evocado – tem sua vida própria; ele age e se reproduz indefinidamente”.¹²⁸⁰

(II) No caso do estudo dos ritmos presentes na vida social, verifica-se neles uma natureza fisiológica, psicológica e sociológica, muito vinculado à psicologia coletiva, mais que à psicologia individual simplesmente. A forma como um ritmo contagia as demais pessoas permite uma análise mais fecunda dele, do que se circunscrita a um estudo sobre o que se passa especificamente num só indivíduo. A dança, o canto, por exemplo, produzem imagens, excitação, êxtase, enfim, símbolos que são compartilhados entre as pessoas envolvidas nesses fenômenos sociais.¹²⁸¹

Mauss, após relatar as contribuições recíprocas entre as duas ciências, solicita para a psicologia que faça estudos que estão em concatenação como que a psicologia coletiva, a sociologia das representações e das práticas, bem como as estatísticas se direcionam, vale

¹²⁷⁹ MAUSS, Sociologia..., p. 331. Marcel Mauss reconhece que no plano da linguagem os lingüistas – enquanto também cientistas sociais – foram mais afortunados que os fenômenos que estudavam era antes de tudo um fenômeno social, mas também, simultaneamente, fisiológicos e psicológicos e que, além dos grupos, havia a história dos grupos que estava implicada na linguagem utilizada comunitariamente pelas pessoas pertinentes. Pelo fato da sociologia não ter trilhado caminho semelhante dos lingüistas, mas diferentemente, ter caindo na filosofia da história e na filosofia da sociedade, reconhece o cientista social francês que a sociologia não pôde progredir como deveria. In: MAUSS, Sociologia..., p. 332.

¹²⁸⁰ MAUSS, Sociologia..., p. 332-3.

¹²⁸¹ MAUSS, Sociologia..., p. 333-4.

dizer, par ao estudo, análise e consideração “não dessa ou daquela faculdade do homem, mas na do homem completo, concreto”. Assim, o estudo desse homem completo – e não compartimentado como vem sendo realizado – é o que se apresenta como mais urgente para ser feito pela psicologia, a fim de favorecer os estudos em sociologia, e, em última instância, devido a reciprocidade entre as disciplinas, para o progresso comum de ambos ramos especializados do conhecimento. “É esse homem, esse ser ponderável mas indivisível, que encontramos em nossas estatísticas morais, econômicas, demográficas. É com ele que deparamos na história das massas e dos povos, de suas práticas, do mesmo modo que a história depara com ele na história dos indivíduos. É do comportamento e das representações de homens médios e dotados medianamente de uma vida completa média que tratamos, na maioria das vezes. Excepcionalmente podemos chegar a individualidades excepcionais. Mas o herói é ainda um homem como os outros”.¹²⁸²

Estudando os fatos gerais ou específicos do ser humano, é sempre com a pessoa completa que se lida, enfim, seu corpo, sua mentalidade por inteiro, tudo se imbricando, do indivíduo à sociedade; lidar com esses fenômenos de totalidade ou com esse ser humano total – abarcando ele, o grupo, todos os indivíduos em sua integridade moral, social, mental, corporal e material – é o desafio que a sociologia lança à psicologia, mais especificamente, desvelar “uma teoria das relações que existem entre os diversos compartimentos da mentalidade e das que existem entre esses compartimentos e o organismo”, inclusive o que poderia ser considerado como um ser humano médio ou normal, com seus respectivos instintos. Isso tem em vista porque, por exemplo, verifica-se que os ritmos e símbolos “põem em jogo não apenas as faculdades estéticas ou imaginativas do homem, mas todo seu corpo e toda a sua alma ao mesmo tempo”, e na própria sociedade, o estudo de qualquer fato social, implica em compreendê-lo dentro do complexo psicofisiológico que ele se insere; um indivíduo que esteja numa situação ou estado de obrigação social – moralmente dominado, alucinado por um dever tido como ponto de honra –, somente pode ser descrito e estudado sob ponto de vista das conseqüências fisiológicas e psicológicas do sentido dessa obrigação.¹²⁸³

Vinculado diretamente a essa consideração de uma totalidade do ser humano, seu corpo, seus instintos, suas emoções, sua vontades, suas percepções e suas intelecções, há um fenômeno que necessita muito de esclarecimentos psicológicos, qual seja, o fenômeno das expectativas humanas. Nos passes de magia e prestidigitação, verifica-se que o engodo que eles consistem necessita e supõem sempre a expectativa dos espectadores – a expectativa

¹²⁸² MAUSS, Sociologia..., p. 337.

¹²⁸³ MAUSS, Sociologia..., p. 336-9.

causa e produz a distração e a ilusão –, desta forma, contribuindo par a eficácia dos atos mágicos. Em toda parte na sociedade – não apenas em magia ou religião – há a expectativa socialmente presente, de forma determinada ou indeterminada, pela qual se justificam ou se destroem, antecipadamente, todos os milagres e todos os direitos. “A expectativa é um dos fenômenos de sociologia mais próximos tanto do psíquico como do fisiológico, e é ao mesmo tempo um dos mais freqüentes”, pois a emoção, a percepção, o movimento e estado do corpo, “condicionam diretamente os social e são condicionados por ele”. Assim, a expectativa abrange toda uma parte do direito, sendo a idéia de ordem o símbolo dessa expectativa; também toda uma parte da arte – pintura, literatura, música, jogos etc. – é um sistema de expectativas suscitadas; mas ela irá se revelar também nos fatos econômicos, nos fatos sociais como nos momentos de tensão popular, na diplomacia, na tecnologia, no estudo das ilusões morais etc.¹²⁸⁴

Marcel Mauss finaliza sua exposição, ao final dos debates travados, assinalando que as categorias do espírito – ou do conhecimento – devem ser analisadas de forma concreta e não dialética, para aproximação dos estudos e resultados dos trabalhos conjuntos entre as duas disciplinas, de forma a uma beneficiar a outra, reconhecendo que ainda seria necessário muitos trabalhos de aproximação. As categorias aristotélicas não seriam as únicas existentes, devendo se fazer a catalogação do maior número possível de categorias que já forma utilizadas pelas pessoas. As categorias são símbolos gerais – como muitos outros – que lentamente foram sendo adquiridos e acumulados pela humanidade, e é preciso descrever esse trabalho de construção do conhecimento, uma vez que a “humanidade edificou seu espírito por todos os meios: técnicos e não técnicos; místicos e não místicos; servindo-se de seu espírito (sentido, sentimento, razão), servindo-se de seu corpo; ao acaso das escolhas, das coisas e dos tempos; ao acaso das nações e de suas obras ou de suas ruínas”. Se os conceitos gerais utilizados por cada ramo especializado do conhecimento são instáveis e imperfeitos, será “por esforços conjugados, mas vindo de direções opostas, que nossas ciências, psicológicas, sociológicas e históricas, poderão um dia tentar uma descrição dessa penosa história”. Será essa ciência, como sentimento da relatividade atual da razão, que talvez inspirará a melhor filosofia.¹²⁸⁵

¹²⁸⁴ MAUSS, Sociologia..., p. 339-41.

¹²⁸⁵ MAUSS, Sociologia..., p. 343-4.

2.1.5. NORBERT ELIAS, INTERDISCIPLINARIDADE E *HABITUS* SOCIAL

O sociólogo Norbert Elias¹²⁸⁶ também debateu sobre os problemas epistemológicos que se colocam sobre os estudos históricos e sociológicos. Sua crítica aos estudos históricos, conforme eram desenvolvidos em sua época, em realidade eram críticas a um tipo específico de escrita da história conforme se poderá verificar abaixo, entretanto, a exposição que ele faz, cotejando sociologia e história, é também fundamental para este trabalho, pois reforça a necessidade do pesquisador, nas ciências sociais, trabalhar interdisciplinarmente, reconhecendo também o fato que há certos desvelamentos sobre o mundo social que somente podem ser alcançados se tomadas dentro de uma perspectiva de longuíssimo prazo de estudo e análise.

A investigação histórica, dirigida primordialmente para as séries de acontecimentos únicos do passado, fixam como problema central os feitos e traços de caráter de determinados indivíduos elencados como proeminentes e decisivos para explicar uma época – no caso da corte da França entre os séculos XVII e XVIII, especialmente o rei. Entretanto, essa historiografia acaba sendo uma acumulação de atos isolados – e de pessoas isoladas – sem conexão entre si, inseridos dentro de um quadro explicativo ausente de referências elaboradas cientificamente para efetuar sua verificação – coerência sistemática e fecundo rigor analítico científico – para resultar, ao final, em interpretações arbitrárias e especulações, sendo cada pesquisa um compartimento estanque em si, sem nenhum tipo de continuidade – as idéias sobre o nexos os eventos acabam indo e vindo – e a história acaba sendo sempre a história reescrita. A atitude do pesquisador social deve ser outra quando ele deseja descobrir os problemas relacionados com a função do rei e toda estrutura social de uma corte – aspectos materiais fundados nas relações sociais significativas entre todos os agentes sociais protagonistas do meio –, pois aqui uma narrativa do acontecimento único torna-se insuficiente

¹²⁸⁶ Norbert Elias, (1897-1990) sociólogo alemão. Estudou e se formou em medicina, filosofia e psicologia, mais tarde, trabalhado com Karl Mannheim em Frankfurt. Abandonou a Alemanha nazista em 1933, indo primeiro para a França e depois para a Inglaterra, onde foi professor de sociologia da Universidade de Leicester (1945-62); exerceu funções docentes na Universidade de Gana e depois voltou a trabalhar na Alemanha, num Centro de Estudos Interdisciplinar. Desenvolveu uma abordagem a que deu o nome de “sociologia figuracional”, a qual examina o surgimento de configuração sociais como conseqüências não premeditadas da interação social e foi descrita em seu livro *O que é sociologia?*. Sua obra mais conhecida é *O processo civilizador* (2 vls., 1939), que analisa os efeitos da formação dos estados na Europa sobre os estilos de vida individuais, a personalidade e as moralidades. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom; et alii. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 810.

para atender as demandas explicativas para o problema exposto; é preciso alcançar as estruturas e processos que estão envolvidos nas conexões e dependências humanas e verificar como, a longo prazo, estão se repetindo – reproduzindo – continuamente.¹²⁸⁷

A história é tanto aquilo sobre o que se escreve quanto o escrito em si; um objeto de pesquisa – aquilo sobre o qual se escreve – não é nem verdadeiro nem falso, mas o que se escreve a respeito dele, enfim, o resultado da pesquisa, pode ser verdadeiro ou falso. A opção de fixar como objeto da historiografia a informação original, as fontes documentais diretas de cada época analisada, foi importante não só para o impulso da pesquisa histórica, mas também para ingressar nos problemas sociológicos dos problemas levantados pelo intelecto humano para cada um desses quadros temporais históricos reproduzidos. O problema epistemológico é se considerar, de uma vez por todas, que esses documentos constituem a substância da própria história e qual seria a tarefa e objeto da própria pesquisa histórica. Se os documentos originais são a única fonte confiável do ofício de historiador, então o que esses pesquisadores têm a oferecer são suas interpretações acerca deles, o que justifica suas constantes mudanças – interpretações – ao longo de gerações de pesquisadores, que variarão conforme ideologias e interesses pessoais decorrentes da posição ocupada pelo pesquisador dentro de seu meio intelectual. Um historiador, em seu ofício, acaba distribuindo louvores e censuras; ao relatar o conteúdo dos documentos, ele avalia o que encontra, enfim, “ele distribui luz e sombra segundo critérios próprios, e costuma fazer essa distribuição como se fosse óbvia, conforme os ideais e os princípios de visão de mundo pelos quase opta de acordo com os *parti-pris* de sua própria época”. Desta forma, conforme o seu campo científico determinar o que é bom e ruim – de acordo com o que presentemente ele vive as injunções contemporâneas a ele –, o pesquisador fará as suas escolhas dos acontecimentos do passado, a forma própria como ele verá a história, vale dizer, encobrindo a própria história.¹²⁸⁸

Apesar da confiabilidade das referências das fontes históricas, é preciso reconhecer que elas são fragmentadas, sendo que toda tentativa de estabelecer nexos dos acontecimentos – a partir da reunião e interpretação desses vestígios fragmentários –, torna-se, em realidade, um procedimento arbitrário do pesquisador individual, estando grandemente ausente – nessas análises – “o apoio firme que é dado (...) pelos modelos de conexão, denominados hipóteses ou teorias, cujo desenvolvimento está ligado ao do conhecimento de dados singulares por um restabelecimento contínuo de contato”. As ciências mais maduras ou desenvolvidas, são dotadas de uma maior autonomia e reconhecimento, devido “a esse contato, a forma de

¹²⁸⁷ ELIAS, A sociedade..., p. 29-30.

¹²⁸⁸ ELIAS, A sociedade..., p. 30-1.

questionamento, a seleção dos dados singulares e o desenvolvimento dos modelos de conexão”. A ciência deve ser autônoma frente aos conflitos circunstanciais e conjunturais em curso na sociedade, de forma a esses fatores não influenciarem as opções científicas do pesquisador, a bem do desenvolvimento da própria ciência; assim, a ciência da história deve seguir os passos dos domínios mais maduros da pesquisa científica, no sentido de produzir saberes que dêem fecunda continuidade específica de desenvolvimento, vale dizer, a de que “a extensão e a certeza do saber individual (...) [aumentem] no decorrer das gerações como também, em estreita conexão com elas, a extensão e a certeza do conhecimento dos nexos de dados singulares”.¹²⁸⁹

Na historiografia – tradicional, conforme relatado até o momento por Elias –, sucede o fenômeno do aumento do conhecimento dos dados singulares, mas não se verifica continuidade de crescimento no plano das conexões. “Nas ciências mais antigas e mais maduras, a importância de hipóteses e teorias anteriores sobre a natureza das conexões é preservada, seja numa região específica, seja no conjunto do universo, como uma etapa do caminho para hipóteses e teorias posteriores, uma vez que esse passos não teriam sido possíveis sem os anteriores. Os passos posteriores produzem para além dos anteriores, mas a importância destes é preservada como elo na corrente contínua do trabalho de pesquisa. (...) O progresso contínuo da ciência não condena necessariamente os modelos de compreensão de etapas anteriores à categoria de sobras de papéis velhos, o que de fato acontece tão mais raramente, quanto mais assegurado e autônomo é o progresso do trabalho científico”. Nesse sentido, não é sem razão porque tanto esforço de pesquisadores históricos do passado se encontram, como regra geral, repousados como livros mortos nas bibliotecas.¹²⁹⁰

Mas Elias reconhece que, nesse aspecto crítico endereçado para a escrita da história, a sociologia também sofre das mesmas vicissitudes quando, em determinado tipo de pesquisa que ela empreende, é forçoso reconhecer que existiria, no máximo, uma diferença de grau entre as pesquisas empreendidas por um e outro ramo especializado do conhecimento social. Assim, nos dois casos – pesquisa histórica e a sociologia –, “as avaliações e ideais de curta duração, provenientes de conflitos agudos do presente, servem como substitutos para as teorias relativamente autônomas, para os modelos de correlação passíveis de verificação, que são considerados em conjunto com a aquisição de novos conhecimentos singulares”. Entretanto, a diferença da pesquisa sociológica frente à histórica – como até então praticada – está no esforço da primeira no seu empenho em buscar alcançar modelos de conexão –

¹²⁸⁹ ELIAS, A sociedade..., p. 31-2.

¹²⁹⁰ ELIAS, A sociedade..., p. 32.

hipótese, teorias – cada vez mais adequados e autônomos que os seus precedentes, “modelos que, restabelecendo continuamente o contato com o desenvolvimento dos dados singulares, não sejam influenciados pelas oscilações e flutuações do pensamento da própria época”, a fim de que a “formulação e seleção dos problemas singulares (...) [não fiquem] submetidas ao arbítrio do pesquisador individual, ou às convicções convencionais [– instituídas como senso comum científico no meio –] heterônomas de determinados grupos de pesquisadores”. E a pesquisa histórica carece de esforço nessa direção, ficando sujeita às contingências ideológicas e temporais do campo científico histórico, com toda sua heteronomia, sem modelos de interpretação que ajudem a determinar a formulação e seleção de problemas com caráter mais preciso e científico.¹²⁹¹

As preocupações temáticas sociológicas – e os documentos que ele se socorre para analisar e esclarecer suas dúvidas – muitas vezes são tidas como marginais para o historiador, entretanto, verifica-se que a sociologia acaba fornecendo explicações bastante confiáveis e passíveis de verificação sobre relações sociais fundamentais sobre um grupo específico numa dada sociedade, bem como a inter-relação que sucede entre esse específico grupo com os demais grupos sociais dessa formação social. Detalhes aparentemente desprezíveis ou insignificantes sob determinado enfoque – geralmente segundo valores atuais que norteiam o investigador social –, acabam se revelando para o sociólogo como de fundamental importância para explicar uma dada formação social, com suas hierarquias, censuras e permissões. É preciso considerar que a eleição de um objeto de estudo independe dos valores predominantes científicos ou populares – sempre tomados como evidências inquestionáveis –, presentes no entorno do pesquisador, ora tidos como negativos ou preconceituosos, conforme juízos de valor estabelecidos e assentes na sociedade – e que recaiam sobre o objeto de estudo –, ora tidos como valores positivos, conforme a atualidade do tema seja do maior interesse de uma grande maioria, ou, pelo menos, devido a longevidade da temática, que não haja, socialmente observando, uma posição defensiva ou avaliação negativa em relação ao tema.¹²⁹²

A escolha do tema, assim, está em função de seu valor heurístico e fecundo para o avanço da ciência; assim, quando se coloca a tarefa de “contribuir para o esclarecimento e a compreensão dos diversos modos como os indivíduos se relacionam uns com os outros, então todas as figurações formadas pelos indivíduos, todos os agrupamentos sociais são equivalentes” para esses fins heurísticos. Tal concepção foge e é diversa daquela que arquiteta uma suposta “equivalência fundamental de todos os períodos da história”, pois o pesquisador

¹²⁹¹ ELIAS, A sociedade..., p. 32-3.

¹²⁹² ELIAS, A sociedade..., p. 33-4.

deve fugir da armadilha de partir para a compreensão das relações humanas – com exceção do aspecto epistemológico – considerando e se conduzindo por avaliações preconcebidas em seu próprio tempo. Elias anota que não “é possível imaginar nenhuma formação social, nenhuma conexão humana, seja grande ou pequena, pertencentes a tempos remotos ou ao presente, cujo estudo objetivo e rigoroso, comparado ao de qualquer outro, [não] possa contribuir em maior ou menor grau para ampliar e aprofundar nosso conhecimento do modo como os indivíduos se relacionam mutuamente, em todas as situações, no pensamento como no sentimento, no ódio como no amor, na atividade como na inatividade. A variabilidade dessas conexões humanas é tão grande e diversificada que, pelo menos em termos das dimensões restritas e das lacunas de nosso saber atual, não se pode imaginar nenhuma investigação objetiva de uma figuração humana ainda não pesquisada, e de seu desenvolvimento, que não traga nada de novo para a compreensão do universo humano, para a compreensão que temos de nós mesmos”.¹²⁹³

Dentro de um tipo específico e tradicional de visão de historiografia, fixou-se a idéia de que haveria uma singularidade e unicidade dos acontecimentos humanos – os denominados acontecimentos únicos –, fundada na natureza dos objetos, “na própria coisa, independente de todos os juízos de valor dos pesquisadores”, sendo tais fatos o elemento distintivo da história humana, portanto, os objetos por excelência da pesquisa histórica. Ocorre que esse critério de escolha do objeto de estudo histórico, fundado naquilo que ele teria de singularidade ou não repetição – o acontecimento único –, em realidade é fundado numa arbitrariedade que simplesmente fixa como essencial – numa cadeia de eventos – esses acontecimentos únicos ou singulares para pesquisa, estudo e análise. De fato, sucede que verdadeiramente existe singularidade sem repetição por toda parte, no reino animal, vegetal e mineral, sendo que cada sentimento, ação e vivência humana são singulares; considerando todas as espécies animais que já foram extintas, o *homo sapiens*, todo o gênero humano é singular; assim, tudo que existe no universo é singular – ou não –, conforme o ponto de vista de quem olha, ou em que liame de relação ele insere seu olhar sobre as coisas, selecionando, incluindo e excluindo – delimitando – seu objeto de pesquisa.¹²⁹⁴

A singularidade e eventos únicos se apresentam em diversos níveis, assim, “o que é singular e único nos moldes de um nível pode aparecer, visto a partir de outro nível, como repetição, como eterna repetição do mesmo”. Do ponto de vista geral da espécie humana, o Sol e a Terra tendem a se apresentar como invariáveis, eternos, imutáveis, tamanha a lentidão de suas transformações; do ponto de vista da espécie humana singular, “os próprios

¹²⁹³ ELIAS, A sociedade..., p. 34.

¹²⁹⁴ ELIAS, A sociedade..., p. 35.

indivíduos são repetições de uma mesma forma, eternamente igual, e as diferenças entre eles apresentam-se como uma variação do esquema fundamental recorrente”. Entretanto, é justamente essa pequena variação – diferenciação e singularidade – detectada dentro do esquema fundamental de invariância, “que se atribui um valor especialmente elevado em determinadas sociedades e, dentro de tais sociedades, em determinados ramos de pesquisa”, observando-se que é a própria estrutura particular de cada sociedade, conforme seus valores e visões de mundo dominantes estabelecidos – especialmente, como na Europa, com valores sociais fundados na diferenciação e individualização – é que atribuirá valor social às pesquisas científicas, desta forma influenciando e determinando as ações e comportamentos – escolhas – do pesquisador, enfim, que objeto de pesquisa deve ser eleito para análise e estudo. Essa estrutura social, com seus valores dominantes e determinantes transparecerá, numa sócio-auto-análise, nos escritos de história de tais sociedades, revelando também uma forma específica de consciências humana, caracteristicamente social. Uma teoria histórica – adequada ou inadequada – que enaltece somente os elementos singulares e individuais dos eventos da história, não deixa de estar reproduzindo os valores presentes do mundo social do pesquisador – que, no caso europeu, é uma sociedade fundada em valores de diferenciação (distinção) e da individualização –, por isso, “naturalmente” orientando um tipo específico de escrita histórica, enfim, optando pelo fato histórico tido como diferenciador, singular e único, reproduzindo o seu próprio ideal – ideologia incorporada, valores naturalizados – de comunidade humana.¹²⁹⁵

Nesse sentido, tal pesquisa histórica, com suas análises e avaliações, deve ser questionada quanto à sua relativa heteronomia ou autonomia, especificamente se do conjunto de inter-relações humanas e históricas, os fatos específicos de eleição para reflexão e explicação de uma época é feita “com base numa análise crítica, e sem concepções prévias, do próprio conjunto de relações e (...), nesse sentido, (...) objetiva”; ou, diferentemente, se o questionamento e observações do pesquisador são reflexos de sua ideologia – que contém as características específicas do seu meio social –, assim, projetando “valores e ideais externos, de curta duração, nas cadeias de acontecimentos que estão sendo pesquisadas”. A resposta às colocações acima não está num simples maniqueísmo – ou uma coisa ou outra coisa –, uma vez que a história das sociedades humanas é sempre de determinados e identificados agrupamentos sociais humanos, além do que “os aspectos singulares e individuais das cadeias de acontecimentos estão ligados de tal maneira a aspectos sociais recorrentes que se torna

¹²⁹⁵ ELIAS, A sociedade..., p. 35-6.

necessária uma investigação cuidadosa, na qual não é possível chegar a uma fórmula simples”.¹²⁹⁶

Comparando-se as sociedades ou agrupamentos humanos com os não-humanos – animais tidos como irracionais –, compreende-se um pouco mais porque os aspectos singulares e únicos desempenharam um papel especial na história das sociedades humanas. Tomando os dois tipos de agrupamentos, a interdependência de animais da mesma espécie – formigas, abelhas, cupins e outros animais com características sociais – se dá dentro de uma estrutura social que se repete sem renovação e alteração por milhares de anos, estando essas relações e dependências inscritas na estrutura biológica dos organismos; uma mudança na estrutura biológica desses organismos implica em variações ou mudanças das formas sociais – ou figurações sociais específicas – desses animais. Os seres humanos, diferentemente, podem alterar suas estruturas sociais – a forma de interdependências entre os indivíduos – sem a necessidade de alteração da sua estrutura biológica; as sociedades humanas, seu modo de convivência social, independem de uma alteração biológica ou evolução da espécie *homo sapiens*. Assim, a “dificuldade de toda discussão sobre os problemas fundamentais da relação entre sociologia e história é que, até hoje, mesmo nas investigações científicas, em geral não há um esforço para definir clara e distintamente a diferença e os pontos de contato entre a evolução biológica, o desenvolvimento social e história”.¹²⁹⁷

O que é certo e objetivamente ponderável é que essas alterações na figuração de convivência entre organismos de indivíduos da espécie animal *homo sapiens*, sem a alteração na constituição biológica, inata e herdada, dos próprios organismos, revela que existe a tendência “dos comportamentos de organismos da espécie humana (...) ser moldada pela experiência do organismo singular, pelo aprendizado individual (...). Portanto, essa característica biológica da constituição humana, inata e herdada (...), é a condição para que as sociedades humanas, diferenciando-se assim das sociedades de formigas, tenham aquilo que denominamos ‘história’ ou, dando uma outra ênfase, ‘desenvolvimento social’”. Se o desenvolvimento biológico humano é irreversível, já a evolução das sociedades humanas – desenvolvimento sociológico – apresenta-se reversível em alguns aspectos; a “modificação das figurações humanas liga-se estreitamente à possibilidade de transmitir as experiências de determinadas gerações, com um saber social adquirido. Essa acumulação social contínua do saber contribui para a modificação da convivência humana e para que se alterem as figurações formadas pelos homens. Mas a continuidade da acumulação do saber e de sua transmissão

¹²⁹⁶ ELIAS, A sociedade..., p. 36.

¹²⁹⁷ ELIAS, A sociedade..., p. 36-7.

pode ser rompida. O aumento do saber não leva a nenhuma modificação genética do ser humano. Experiências adquiridas socialmente podem ser perdidas”.¹²⁹⁸

Evolução biológica, desenvolvimento social e história, são três diferentes e inseparáveis camadas temporais que engloba a humanidade como um todo dentro de um processo, mas que possuem diversificados ritmos de modificação. Para se compreender a relação entre os aspectos das mudanças sociais que se repetem e não se repetem, torna-se necessário compreender esse três ritos temporais justapostos. Os desenvolvimentos sociais ocorrem muito lentamente, ao longo de extensos períodos, que parecem praticamente imóveis no tempo, se comparados frente com a duração e ritmo de modificação da vida humana. Essas figurações sociais alteram-se pouco frente às gerações, sendo vista pelos protagonistas de cada época como inalteráveis e como formas sociais sempre iguais. Por isso que na Europa, durante longo período temporal o desenvolvimento social esteve centrado na figuração “cavaleiro-pagem-padre-servo”, e atualmente, nas sociedades industriais, já há algumas gerações, vigora a figuração “trabalhador-empregador-chefe” ou “funcionário de alto-médio-baixo escalão”, sendo que a interdependência funcional dessas posições implica numa certa exclusividade onde os protagonistas de uma dada figuração são incompatíveis em outra.¹²⁹⁹

Se a figuração social pode permanecer durante gerações praticamente inalterável, com um nível de modificação muito limitado, cada indivíduo que forma essa figuração é único e singular. Tais figurações, em processo de modificação lento, podem ser formadas por diversos indivíduos que se sucedem rapidamente; do ponto de vista desses indivíduos, as figurações serão fenômenos repetidos e praticamente imutáveis. A confusão surge quando um cientista cria modelos conceituais dessas figurações, explicando-os enquanto estruturas artificiais, impondo-os aos indivíduos que estão sendo investigados pelo pesquisador, como Max Weber fez ao apresentar seu modelo de figurações – que se encontram em movimento num fluxo lento – determinadas como “tipos idéias”. “Os modelos da burocracia, da cidade, do estado ou da sociedade capitalista que ele procurou trabalhar não dizem respeito a nexos humanos, a figurações entre indivíduos interdependentes introduzida em seu material de observação exclusivamente por ele, como pesquisador, a fim de trazer ordem par algo desordenado. Tais figurações são tão reais como os homens singulares que as formam”. Hoje, essas figurações weberianas, formadas por pessoas, “podem ter um ritmo de transformação mais lento do que o dos homens singulares que as formam”.¹³⁰⁰

¹²⁹⁸ ELIAS, A sociedade..., p. 37-8.

¹²⁹⁹ ELIAS, A sociedade..., p. 38.

¹³⁰⁰ ELIAS, A sociedade..., p. 38-9.

Quando se analisa a relação entre o ritmo de mudança das figurações sociais e o dos fenômenos sociológicos nele subjacentes, sucede algo semelhante, qual seja, do ponto de vista do ritmo de mudança das figurações os fenômenos sociológicos se modificam de forma muito lenta, numa evolução praticamente imóvel. A humanidade, assim, pode ser representada por um rio de três correntezas com ritmos de mudanças distintos. “Considerados em si mesmos, os fenômenos de cada um desses níveis são únicos e não se repetem. Mas no âmbito dos diferentes ritmos de mudança, os fenômenos do nível que evolui num ritmo mais lento facilmente se apresentam, à vista do nível que evolui num ritmo mais rápido, com imutáveis, como a repetição eterna do mesmo” – lembrando essa passagem de Elias as descobertas heurísticas de Fernand Braudel sobre diferentes tempos históricos, bem como referências à absoluta Teoria da Relatividade de Albert Einstein.¹³⁰¹ Assim, do ponto de vista biológico, em

¹³⁰¹ Sobre a teoria de Einstein vide EINSTEIN, Albert. **A teoria da relatividade especial e geral**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. 136 p.; HAWKING, Stephen William. **O universo numa casca de noz**. 2. ed. São Paulo: Mandarim, 2002. 216 p.; HAWKING, Stephen William. **Uma breve história do tempo: do big bang aos buracos negros**. 29. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. 264 p.; FAROUKI, Nayla. **A relatividade**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. 128 p. Não se pode confundir a Teoria da Relatividade com o relativismo filosófico. A Teoria da Relatividade Restrita de Einstein baseia-se no reconhecimento de que a escolha de um sistema de referências, indispensável para fazer medições, pode influenciar os resultados dessas medições, sendo que, não existindo um sistema de referências absoluto ou privilegiado – diferentemente do que a física clássica até então pressupunha –, torna-se necessário ao cientista explicitar o sistema segundo o qual é feita a medição, bem como ser necessário encontrar fórmulas que efetuem a conversão para tornar válidas tais medições em outros sistemas. A Teoria da Relatividade Geral é a extensão dos princípios da Teoria da Relatividade Restrita a todos os sistemas, e não apenas aos sistemas inerciais para os quais é válida a relatividade restrita, enclausurando a gravitação a uma deformação do contínuo quadridimensional do espaço-tempo. Assim, para Einstein, existe uma relatividade da simultaneidade dos acontecimentos, havendo uma diferença entre acontecimentos presentes no mesmo lugar e a simultaneidade de acontecimentos distantes, especialmente os separados por distâncias astronômicas. A simultaneidade dos acontecimentos distantes não pode ser verificada, mas somente definida arbitrariamente, uma vez que para estabelecer a ordem temporal dos acontecimentos no espaço é necessário medir a velocidade da luz, mas cai-se num círculo vicioso, qual seja, para determinar a simultaneidade dos acontecimentos distantes é necessário conhecer a velocidade, mas para medir essa mesma velocidade é necessário conhecer a simultaneidade dos acontecimentos. Assim, o próprio cientista acaba por introduzir uma condição arbitrária no seu sistema de medição; ao fazer medições, não pode haver contradição nos resultados, uma vez que estes acabam devolvendo a simultaneidade que foi implicitamente – ou explicitamente – introduzida por definição – arbitrariamente – no sistema de medição. A partir de agora o espaço e o tempo deixam de ser absolutos – sistema newtoniano –, e existir não havendo mais a possibilidade de simultaneidade universal, conforme o sistema físico concebido por Isaac Newton. Dois acontecimentos simultâneos num sistema de referência não são simultâneos noutros sistemas de referência e as leis clássicas da física e geometria passam a valer somente para medições locais. A relatividade física difere da relatividade filosófica – ou relativismo – pelo fato de que ela afirma que uma medida é relativa, não ao ser humano nem ao sujeito cognoscente, mas ao sistema de referência tomado, podendo também ser expressa com base em outros sistemas; filosoficamente é possível extrair a lição de que Einstein, com sua Teoria da Relatividade, reiterou a exigência geral de que, para ser válida, qualquer proposição deve ser confirmada ou comprovada por métodos hábeis. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 844; e SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 11. ed. Porto: Afrontamento, 1999. p. 24-5. Já o relativismo filosófico designa a doutrina que afirma a relatividade do conhecimento, no sentido dado a essa expressão no século XIX, vale dizer, a) como ação condicionante do sujeito sobre seus objetos de conhecimento, e b) como ação condicionante recíproca dos objetos de conhecimento. Este condicionamento duplo dos objetos de conhecimento foi primeiramente tomado como fundamento do relativismo por W. Hamilton (1852 e 1870), que insistia em dois pontos, quais sejam, a) no fato de que todos os objetos existentes podem ser conhecidos apenas em relação com as faculdades humanas e em condições ditadas por essas mesmas faculdades, e que b) haveria também a condicionalidade que os objetos de

relação às alterações ocorridas na constituição biológica da espécie *homo sapiens*, dez mil anos são um período muito curto, bastante limitado, mas do ponto de vista da cronologia sociológica, trata-se de um largo período, bastante considerável; mas se for verificado sob o ponto de vista das modificações da organização social em diversos setores da humanidade, então é forçoso reconhecer que trata-se de um período muito grande de tempo. “Em muitas sociedades, no decorrer desse período, as aldeias se desenvolveram, tornando-se cidades, as cidades se tornaram cidades-estado, as cidades-estado se tornaram Estados territoriais, que por sua vez deram lugar aos pequenos e grandes Estados dinásticos e, finalmente, aos Estados nacionais industrializados. E o ritmo de mudança de tais seqüências de desenvolvimento foi se acelerando consideravelmente. Mas no que diz respeito à cronologia individual, ao ritmo de crescimento dos indivíduos desde a infância até se tornarem homens e mulheres velhos, as mudanças sociais de longa duração continuam a se realizar muito lentamente. É por esse motivo que, pelo quadro de referência da vida humana e do ritmo de modificação dos homens

conhecimento exercem uns sobre os outros. Esses dois últimos pontos nada tinham de original, uma vez que o criticismo e o empirismo já advogavam genericamente as mesmas teses, mas Hamilton acabava por afirmar, também, que haveria a incognoscibilidade e a existência do Absoluto, pois seria possível crer naquilo que não se conhecia ainda. Tais teses foram utilizadas como apoloéticas religiosas por E. L. Mansel (1866), entretanto, o principal responsável por sua difusão foi o positivismo, uma vez que Spencer (1862) aceitava o ponto de vista de Hamilton, admitindo a relatividade do conhecimento humano, a incognoscibilidade do Absoluto e sua existência. Fora do positivismo, o relativismo foi aceito por algumas correntes do neocriticismo e do pragmatismo. No neocriticismo, E. Renouvier (1854-64) insistiu na relatividade dos fenômenos, que só subsiste em relação com outros fenômenos e em relação com o sujeito cognoscente; G. Simmel (1900) afirmava que o relativismo pode ser estabelecido e sustentado, em referência aos princípios do conhecimento, como os princípios constitutivos fundamentais, que expressam definitivamente a essência das coisas, tornam-se princípios reguladores, que são apenas pontos de vista para o progresso do conhecimento. No âmbito do pragmatismo, o relativismo era defendido por F. E. S. Schiller, no sentido de que era a negação das verdades absolutas ou racionais, e o reconhecimento de que a verdade é sempre relativa ao ser humano, sendo válida porque útil a ele. Schiller via no ditado de Protágoras, no sentido de que o ser humano é a medida de todas as coisas, com a maior descoberta da filosofia. Assim, a sofística antiga, o ceticismo e, em parte, o empirismo e o criticismo tornavam-se, deste ponto de vista, manifestações de um relativismo que buscava precedentes e tentava criar tradição. Em realidade, entretanto, é possível asseverar que o relativismo foi um fenômeno moderno, ligado à cultura do século XIX, e constituiu uma espécie de subversão da filosofia dogmática que viria a imperar no século XX. Isso pode ser notado com certa facilidade na manifestação extrema – na verdade, a única autêntica – do relativismo, que é a doutrina exposta por O. Spengler em seu livro *A decadência do ocidente* (1918-22), em que se afirma não só a relatividade do conhecimento, mas também de todos os valores fundamentais da vida humana nas épocas da história consideradas com entidades orgânicas, cada uma das quais cresce, desenvolve-se e morre sem relação com a outra. Segundo esse ponto de vista, a relatividade está não só na verdade religiosa e filosófica, mas também na verdade moral e científica; para Spengler, cada cultura tem seu próprio critério, cuja validade começa e termina com ela, não havendo, assim, moral humana universal. Nessa forma, que é a única rigorosamente coerente, o relativismo afirma a relatividade dos valores somente porque considera necessária a relação entre eles e a época histórica à qual pertencem, negando-lhes a possibilidade de serem relativos a outras gentes, a outras épocas ou a outras circunstâncias, obtendo assim uma autonomia parcial que desmentiria o relativismo – em seu sentido tradicional. Esse mesmo ponto de vista é defendido com freqüência naquilo que hoje se chama relativismo cultural, que parte do reconhecimento da diversidade dos costumes e das normas vigentes em culturas diversas. Esse relativismo tem raízes remotas, mas hoje se apóia no reconhecimento quase universal da pluralidade e da heterogeneidade das culturas. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 845-6.

singulares, com freqüência elas não são percebidas como tais, como mudanças estruturais das figurações sociais, mas sim como figurações estagnadas, ou seja, como ‘sistemas sociais’”.¹³⁰²

Quando uma pesquisa histórica se atém a uma cronologia baseada na duração e no ritmo de modificação da vida individual – todo um entorno social é dependente ou determinado diretamente de um só personagem, com a investigação focando as alterações que ocorrem com ele, e/ou que podem ser emanadas dele –, mas como quadro de referência para pesquisar seqüências de desenvolvimento social de longa duração, é de se questionar em que medida isso é próprio para fins heurísticos. De certa forma, tal atitude investigativa pressupõe o ser humano singular como medida naturalizada de todas as coisas, como se isso fosse evidente. No fundo não deixa de estar presente, em tal tipo de pesquisa histórica – centrada nos feitos de um ser humano singular –, um imaginário ideal ligado estreitamente a formas específicas de distribuição de poder na sociedade, concentrado em indivíduos singulares e de perfis definidos. Esse seria o indivíduo significativo em virtude de suas realizações para seu meio social, ou outro agrupamento humano, enfim, seriam pessoas em posições sociais destacadas e dotadas de grande concentração de poder, especialmente centradas nas casas reais, e que, portanto, se sobressaíam na massa das gentes. As posições sociais ocupadas garantiam a essas seletas pessoas uma grande margem de manobra social – para garantir vantagens e privilégios – frente a todos os demais, com uma individualidade toda peculiar nos seus comportamentos e atitudes, enfim, seres únicos e excepcionais.¹³⁰³

Ao longo do tempo a historiografia retratou esses grandes personagens pra explicar uma época e deslocou seu foco acompanhando as transformações político-sociais que elegiam os novos protagonistas de poder e prestígio, com o mesmo intuito de esclarecer um período histórico a partir dos feitos e circunstâncias desses personagens, emergindo, assim, os grandes líderes militares modernos e contemporâneos, os estadistas e seus influentes auxiliares etc. Apesar de a historiografia passar a focar também grupos de pessoas menos poderosas, nota-se que, mesmo assim, o foco dos historiadores é sempre o indivíduo como tal, destacado por sua obra ou poder, “com quadro de referência primário para a interpretação das cadeias dos acontecimentos observados e como símbolo representativo da singularidade e excepcionalidade dessas cadeias”. A própria historiografia política, que sempre concentrou seu olhar sobre os governantes e nas elites no poder, apesar de ampliar seu campo de investigação, incorporando outros aspectos do desenvolvimento de uma sociedade –

¹³⁰² ELIAS, A sociedade..., p. 39.

¹³⁰³ ELIAS, A sociedade..., p. 40.

economia, cultura, religião etc. –, mesmo assim continuou a se orientar pelas elites de forma muito individualizada.¹³⁰⁴

As exceções a tais tipos de estudos históricos são aqueles dedicados aos estudos econômicos e às investigações sobre a história social, mas a regra geral é que as escolhas dos quadros de referência para análise dos nexos históricos recaiam sobre “as obras e os feitos individuais de homens que pertencem a determinadas elites sociais, sem com isso incluir na investigação o próprio problema sociológico da constituição de tais elites”. Uma sócio-auto-análise não é feita pelos próprios historiadores para verificar porque é que eles acabam escolhendo tais temas e problemas, de tal modo que acabam se fixando na suposta grandeza de uma ação individual, tendo o ser humano singular como sua fonte por excelência de pesquisa, investigação, estudos, explicações e esclarecimentos. Tudo gira em torno e tudo se explica – ou tende a ser explicado – a partir dos feitos e circunstâncias centrados nesses protagonistas históricos privilegiados. Entretanto, não é incomum as explicações acabarem em algo misterioso, ou seja, quando os esclarecimentos finais dos nexos históricos não é mais passível de explicação, então é evocado o mistério de uma individualidade em si, que esclarece as dúvidas reduzindo tudo a uma “interpretação automática do prestígio social de uma pessoa, de suas realizações, características e manifestações, como valor pessoal de uma indivíduo singular, como grandeza pessoal”. É preciso conhecer as estruturas sociais que oferecem ao ser humano singular todas as possibilidades e oportunidades de ação – para poder compreender o que faz (ou como é construído) socialmente a real grandeza de uma pessoa, portanto, grandeza essa que é antes um atributo do coletivo do que do individual – para não se aceitar acriticamente a designação de grandeza dos indivíduos a partir de sua origem dentro de uma certa tradição social; cientificamente analisando, isso é reprodução de valores convencionais – senso comum – que não é posto à prova e, portanto, não é confiável, assim, podendo ser apresentado indivíduo sem grande mérito pessoal como grande e vice-versa.¹³⁰⁵

Apesar dos historiadores poderem afirmar que seu interesse é pelos indivíduos, e não pelas sociedades, é forçoso reconhecer que o historiador não se interessa por qualquer indivíduo, mas somente aqueles que “desempenham um papel nos grupos sociais e para grupos sociais de um tipo determinado”, enfim, porque eles desempenham funções ou papel em unidades sociais de um tipo ou de outro, especificamente selecionados. A pesquisa histórica é sempre sobre uma história bem restrita, podendo ser verificado que sempre incidente sobre unidades sociais bem específicas, tidas como de importância particular e

¹³⁰⁴ ELIAS, A sociedade..., p. 40-1.

¹³⁰⁵ ELIAS, A sociedade..., p. 41.

especial, mas unidades sociais essas sempre dentro de uma escala de valores, ordenada hierarquicamente. Assim, atualmente, uma cidade é tida como de valor inferior frente ao Estado nacional, portanto, a historiografia acaba por privilegiar a história dessa última unidade social, selecionando os indivíduos – personalidades históricas – e os problemas que passam a ser o centro da pesquisa histórico sobre o Estado nacional. Uma vez que não existe um estudo sistemático que analise os atos e realizações de atores da história, junto com a estrutura dos grupos sociais que eles ganham sentido, torna-se mais difícil demonstrar que “a seleção dos indivíduos, cujos destinos ou ações são objetos da atenção dos historiadores, freqüentemente se relaciona-se com o fato de eles pertencerem as minorias específicas, a grupos que se encontram no poder, ou que estão em ascensão, ou em declínio, mas fazem parte da elite de determinada sociedade”. Assim, é preciso analisar sociologicamente a estrutura de tais elites, a fim de julgar efetivamente, realmente e concretamente a suposta grandeza e mérito das figuras históricas elegidas pelo olhar do pesquisador histórico – sempre focado em indivíduos pertencentes a grupos elitistas ou em vias de alcançar acesso a tais grupos.¹³⁰⁶

Desta forma, a sociedade de corte francesa, que teve na época de Luís XIV o apogeu de seu desenvolvimento, é uma formação de elite desse tipo; nela, indivíduos que não faziam parte dessa sociedade, ou não achavam uma via de acesso a ela tinham poucas chances de alcançar sucesso e obter os melhores ganhos sociais que a sociedade da época poderia oferecer, inclusive, aos olhos dos pesquisadores históricos de hoje, de aparecer como detentores de feitos extraordinários, demonstrando e realizando seus potenciais individuais a ponto de merecerem o registro de historicamente relevantes, dentro de uma escala de valores tradicionais. De fato, uma investigação detalhada dessa elite e seu meio permitem demonstrar a existência de uma estrutura social que poderia fornecer ou obstruir, para as gentes singulares, suas possibilidades de realizações, explicando ou tornando compreensível porque uma dada individualidade – por exemplo, de quer ascender a essa sociedade – se desenvolve e se comporta nesse meio de determinada forma, mas desde seja tomado por base ou referência reflexiva, o modelo sociológico da sociedade de corte, bem como conhecendo o desenvolvimento da posição social desse indivíduo no interior da estrutura de poder dessa sociedade.¹³⁰⁷

Dentro de duas tradições políticas e filosóficas fictícias – uma que considera o indivíduo com algo extra-social, e outra que considera a sociedade com algo extra-individual

¹³⁰⁶ ELIAS, A sociedade..., p. 41-2.

¹³⁰⁷ ELIAS, A sociedade..., p. 42-3.

–, estabeleceu-se uma antinomia aparentemente insuperável – mas verdadeiramente irreal – de que a história ou estuda os fenômenos individuais ou estuda os fenômenos sociais, sendo irreconciliável e inevitável a oposição entre o conteúdo dos dois tipos de estudos. Mas no caso, a “sociedade de corte não é um fenômeno existente fora dos indivíduos que a constituem; os indivíduos que a constituem, seja o rei ou o camareiro, não existem fora da sociedade que formam em sua convivência mútua. O conceito de ‘figuração’ serve para expressar esse estado de coisas”; assim, “homens singulares formam entre si figurações de tipos diversos, ou que as sociedades não são nada mais que figurações de homens interdependentes”. Seja utilizando a expressão “figuração” ou mesmo “sistema”, é importante sempre pensar-se, neste último caso, os sistemas sociais como sistema de indivíduos.¹³⁰⁸

Essa interpretação tradicional da história, como um nexos de fenômenos únicos e singulares, está fundada tanto no próprio caráter objetivo de tal nexos, quanto condicionada ideologicamente, ou seja, nesse último nesse caso, por aquilo que os pesquisadores de história trazem heteronomamente para esse nexos de acontecimentos; assim, estão em jogo dois tipos de avaliação, uma objetiva e outra ideológica. Por exemplo, no caso da corte de Luís XIV, reconhece-se que ela foi única, junto com seu protagonista de relevo, o próprio Luís XIV, como um fenômeno único, exclusivo ou singular de seu tempo – não se pode olvidar que a sua posição social de rei não era única e houve rei antes e depois dele, mas a pessoa dele em si era única. Comparativamente a outros reis, Luís XIV – com seu caráter único e excepcional – possuía um raio de ação extraordinariamente grande, possibilitando-lhe experiências únicas e exclusivas; comparando-o com outras pessoas que ocupavam outras posições sociais, o centro de gravidade da individualização de que ele dispunha – uma vez sendo o rei – era muito grande. Por isso que se o historiador deseja apenas contemplar esse nível de entendimento histórico, vale dizer, em meio à diversidade do universo humano procurar vislumbrar o que distingue a pessoa, sua individualidade, aquilo que desempenha um papel preponderante, enfim, “quando procuram demonstrar que contribuição indivíduos singulares deram, em função da unicidade de seus dons e de sua conduta, aos acontecimentos significativos para a história de determinados grupos sociais”, então podem ser considerados como válidos seus esforços de pesquisa e tidos como inteiramente apropriados. Aqui a pessoa singular, biológica, e sua individualidade única, apontam para explicações profícuas.¹³⁰⁹

Entretanto, apenas isso não basta, e a investigação deve prosseguir para poder explicar em maior extensão e profundidade as diversas relações sociais que contribuem para

¹³⁰⁸ ELIAS, A sociedade..., p. 43.

¹³⁰⁹ ELIAS, A sociedade..., p. 43-4.

compreender as atitudes, ações e comportamentos dessa pessoa e seu meio específico. “Sem uma investigação sistemática da posição do rei como tal, como uma das posições constitutivas da figuração da corte e da sociedade francesa, não é possível entender a relação entre a pessoa individual [desenvolvimento pessoal do rei] e a posição social do rei [desenvolvimento social da posição do rei]. A primeira se desenvolve no interior da segunda, que também, por sua vez, encontrava-se em desenvolvimento, e conseqüentemente em movimento, tanto na estrutura estreita da elite da corte quanto na estrutura mais ampla da sociedade francesa com um todo”. Nesse ponto é importante assinalar que as expressões “indivíduo” e “sociedade” não são duas substâncias distintas e estáveis, designando objetos supostamente independentes de forma absoluta em sua existência.. Ambas expressões designam processos, mas processo que de fato se diferenciam, mas são indissociáveis.¹³¹⁰

“O desenvolvimento da pessoa do rei e o de sua posição caminham de mãos dadas. Como essa última possui uma elasticidade específica, pode ser direcionada, até certo grau, de acordo com o desenvolvimento da pessoa de seu ocupante. Porém, em virtude da interdependência com outras posições da articulação social de que faz parte, cada posição social, mesmo a do próprio rei absolutista, alia à sua elasticidade uma força autônoma extraordinária, em comparação com a força individual de seu ocupante. Pela estrutura de sua posição, o raio de alcance da atuação desses ocupantes ganha limites rigorosos, que, exatamente como a elasticidade de uma mola de aço, se fazem tanto mais sensíveis quanto mais distendem a flexibilidade de sua posição social, testando-a por meio de tendências individuais de comportamento. Assim, se por um lado o desenvolvimento pessoal do detentor do poder passa a exercer influência, dentro de limites determinados, sobre o de sua posição, por outro lado o desenvolvimento da posição social influencia o desenvolvimento pessoal de seu ocupante, como representante direto do desenvolvimento geral da sociedade de que faz parte”.¹³¹¹

Por isso é possível verificar o quanto é incompleta e obscura a arbitrária eleição, como objeto privilegiado da ciências histórica, apenas a singularidade e excepcionalidade dos acontecimento, uma vez que contemplando puramente como pessoa, Luís XIV foi efetivamente único e excepcional, mas “a ‘pessoa pura’, o ‘indivíduo em si’, não passa de uma produto artificial da capacidade de imaginação filosófica, assim como com a ‘coisa em si’. O desenvolvimento das posições sociais que um indivíduo ocupa, desde a infância, não é único e excepcional no mesmo sentido da singularidade do individuo que as ocupa”. Por

¹³¹⁰ ELIAS, A sociedade..., p. 44-5.

¹³¹¹ ELIAS, A sociedade..., p. 45.

exemplo, o desenvolvimento da posição do rei se efetuava em um ritmo diferente do de seus sucessivos ocupantes, assim, essa posição persistia após a morte de um ocupante, em seguida passando para outro, e assim sucessivamente, de tal modo que essa posição social “tinha o caráter de um fenômeno que se repetia no curso do tempo, ou que, em todo caso, não era um fenômeno único, segundo a medida da unicidade e excepcionalidade do indivíduo singular”. Por isso, é forçoso admitir que a “determinação da singularidade, mesmo no caso de um rei, permanece fragmentária e incerta sem a investigação da posição [social] do rei, que não é singular e individual no mesmo sentido”. Ao ultrapassar o estudo e análise centrada nos acontecimentos individuais e singulares, para abranger também as posições e figurações sociais dos indivíduos, tanto a singularidade como a repetição são alcançados, ao mesmo tempo, por um saber que desvela os nexos ocultos e inacessível – atingindo as propriedades estruturais dos nexos de acontecimentos – caso o pesquisador fique adstrito a problemas históricos individualistas.¹³¹²

Somente através da investigação sistemática das figurações sociais é possível alcançar uma compreensão abrangente e fundamentada do por quê uma pessoa na posição de rei, “mesmo no tempo de Luís XIV, não exercia de forma alguma um poder ‘absoluto’, se (...) [for entendido] por essa designação que suas ações e seu poder não tinham nenhum limite”, uma vez que o conceito de “soberano absoluto” efetivamente induz uma falsa impressão sobre o sentido de absoluto que acompanhava o soberano; também permite responder satisfatoriamente algumas perguntas capitais sobre o funcionamento do mundo social: “como é possível que um único homem, decidindo direta ou indiretamente o destino de centenas de milhares, talvez até milhões de homens, consiga conservar por anos a fio sua posição como soberano e o grande raio de alcance de suas decisões proporcionado por essa posição? Que desenvolvimento de uma estrutura formada por indivíduos interdependentes, que figuração de indivíduos permite que se defina uma posição central com tal margem de manobra, a que chamamos ‘absolutismo’ ou ‘poder autocrático’? Sob que condições formam-se tais posições sociais de poder autocrático, que concedem a seus ocupantes possibilidades tão amplas de exercício do poder quando comparadas àquelas ligadas a outras posições sociais? Por que centenas de milhares de pessoas efetivamente obedecem a um único indivíduo, não só numa situação crítica, mas no decorrer da vida social comum, em sua rotina normal? E, no caso dos reis, não só a um único indivíduo durante sua vida, mas talvez seu filho e seu neto, ou seja, aos membros de determinada família, ao longo de várias gerações?”¹³¹³

¹³¹² ELIAS, A sociedade..., p. 45-6.

¹³¹³ ELIAS, A sociedade..., p. 46.

A sociologia do poder encontrou em Max Weber sua elaboração mais frutífera. Adotando um procedimento extensivo, ele elaborou modelos – tipos ideais – “que se baseavam em comparações cuidadosas do maior número possível de fenômenos, ou de todos os fenômenos históricos de um determinado tipo conhecidos na época”. Um desses modelos construídos, vinculado a um tipo específico de poder, foi o patrimonialismo. A sociedade de corte francesa, segundo as categorias weberianas, poderia ser classificada como “um poder tradicional, que leva do patrimonialismo ao sultanismo, ou também com uma das ‘burocracias patrimoniais fortemente centralizadas’, sobre as quais Weber tem razão em dizer que, contrariamente ao feudalismo, caracteriza-se por um fator que sempre passa despercebido pela ciência: o comércio”. Entretanto, é de se observar que o modelo – tipo ideal – patrimonialista montado por Weber é muito instável, tamanha quantidade de observações singulares – ou particularidades – que ele anotou em torno desse modelo, fato que não acontece quando se analisa outro modelo construído também por Weber, qual seja, o modelo bem estruturado da dominação carismática. Este último tipo ideal é um modelo que permite analisar com consistência a crise da dominação autocrática, situação onde um “soberano (...) tenta se impor, com a ajuda de outros, em geral de grupos até então marginalizados, contra a rotina existente e os grupos estabelecidos no poder, que a preservam. Em muitos aspectos, os grupos centrais da autocracia absolutista (...) [como a sociedade de corte francesa], representam a antítese da autocracia carismática. (...) [Nesse contexto, Elias desenvolve um modelo de estudo e explicação que] diz respeito a uma dominação autocrática que se tornou uma rotina solidamente estabelecida”.¹³¹⁴

O modelo de Elias parte de uma investigação intensiva – e não extensiva – em torno de uma dada figuração social, portanto, utilizando-se de dados de fenômenos sociais muito mais limitados que aqueles utilizados no trabalho de Max Weber, na construção de seu modelo dos tipos tradicionais de dominação não-carismática. “Frente à utilização extensiva de provas, a investigação intensiva de um regime em particular parece oferecer algumas vantagens para construção do modelo sociológico de uma autocracia não-carismática. Nessa investigação, é possível elaborar, em detalhes, o estudo da distribuição do poder e das rotinas específicas que possibilitavam a um único indivíduo, ao longo de sua vida, conservar-se na poderosa posição de soberano, sempre arriscada e cheia de ameaças. O mecanismo da realeza (...) constitui o cerne da resposta dada (...) à pergunta acerca das condições [sociais] de uma tal dominação autocrática”. Para escapar da aridez teórica, um trabalho científico de tal tipo

¹³¹⁴ ELIAS, A sociedade..., p. 46-7.

deve demonstrar, “com auxílio de investigações particulares e exemplos, como funciona esse mecanismo [da realeza] na prática da rivalidade dos grupos no poder; (...) [enfim,] tentar observá-lo diretamente, em ação”.¹³¹⁵

Assim, para um rei, “até mesmo a rotina de acordar pela manhã e ir para a cama à noite pode servir instrumento de dominação. Entender isso não é menos importante para a compreensão sociológica desse tipo rotineiro de dominação autocrática do que a percepção mais genérica da estrutura do ‘mecanismo da realeza’. Somente aprofundando a análise desses paradigmas específicos chega-se a uma imagem clara daquilo que antes foi formulado com certa precisão teórica. *Pois teorias sociológicas que não se confirmam no trabalho sociológico empírico são inúteis. Quase não merecem o status de teorias.* Por exemplo, é só por essa verificação que se chega a uma compreensão mais profunda do perigo permanente e do risco essencial que pesam sobre a dominação autocrática, mesmo a mais poderosa, e também das medidas institucionais com que o soberano e seus grupos centrais procuram responder à pressão desse risco, freqüentemente sem uma consciência explícita dele [*habitus*, senso prático]. Só quando percebemos esse estado de coisas é que se abre a possibilidade de enxergar claramente as relações entre a posição, prescrita pela respectiva figuração, e a pessoa de um rei que se desenvolve nessa posição. Só então temos uma base suficientemente firme para provar até que ponto um modelo da dominação autocrática que se torna rotina pode contribuir para a compreensão de outros fenômenos sociais do mesmo tipo, ou de tipos semelhantes”, como a autocracia ditatorial nos moldes de um Estado nacional industrial.¹³¹⁶

O senso comum estabeleceu a imagem da dominação autocrática centrada na figura de uma pessoa única, dotada, por sua posição social, de um poder extraordinário, com todas as atenções dirigidas para o ocupante dessa poderosa posição social. Assim, naturalizou-se dirigir para os traços particulares do soberano autocrata e de sua personalidade – para o seu caráter –, as explicações e esclarecimentos básicos – quando não os únicos possíveis – para o próprio caráter e o desenvolvimento do regime autocrático como um todo. “O que talvez possa ajudar, também nesse contexto mais amplo, é a elaboração de um modelo mais rigoroso e preciso da dominação autocrática, com o qual podemos entender melhor como e por quê, mesmo no âmbito de uma posição social extremamente poderosa, fazem-se perceptíveis a todo momento as fronteiras da elasticidade e da margem de manobra que essa posição confere a seu ocupante. Assim como outras posições sociais, a do soberano autocrata também precisa de uma estratégia de conduta muito bem planejada, caso seu ocupante pretenda manter todo o

¹³¹⁵ ELIAS, A sociedade..., p. 47.

¹³¹⁶ ELIAS, A sociedade..., p. 47-8. Grifos em itálico nossos.

poder que o trono lhe confere por um longo período, assegurando-o para si mesmo e, no caso de um rei, para sua família”.¹³¹⁷

“Nessa posição, com todas as tentações que ela oferece a seu ocupante, é necessário ter a segurança e a destreza de um equilibrista para sistematicamente tomar medidas a fim de que a concentração de poder à disposição do soberano não se reduza. Só em conexão com a análise do desenvolvimento e da estrutura de uma posição como essa pode-se chegar a uma imagem mais clara do papel que as peculiaridades únicas da pessoa de seu ocupante desempenham no desenvolvimento da posição [social] e na exploração da elasticidade de sua margem de decisão. Só então é possível achar o caminho para fora do labirinto das avaliações heterônomas, no qual a discussão costuma vagar com bastante frequência, enquanto os elogios e as críticas de seus participantes à pessoa do soberano servem como um substituto para o esclarecimento acerca da dominação autocrática”. Por isso que “uma investigação da elite no poder de um determinado regime autocrático, orientada consistentemente para a autonomia das avaliações, também pode ser desenvolvida como modelo para outras investigações da relação entre a dinâmica da posição social e a dinâmica individual”. Nesse sentido, Luís XIV é exemplar na consonância e adequação mantida entre seus passos e inclinações individuais com as condições da posição social de rei, dentro de uma rigorosa disciplina pessoal e social, conservando e otimizando – de forma muito determinada – suas possibilidades – margens de manobra – no exercício do poder; a sua enaltecida “grandeza” – na relação individual e de poder – somente pode ser compreendida claramente se for levada em consideração a relação entre os objetivos pessoais dele e as exigências inescapáveis da posição social de rei.¹³¹⁸

Portanto, a historiografia que procura explicar a origem e brilho do século de Luís XIV, ou mesmo a origem da corte real e política do Estado francês, centrada numa figura singular e exclusiva de determinadas pessoas, reconstrói uma explicação dos nexos históricos de forma insatisfatória e distorcida; é tomar um aspecto apenas parcial de entendimento donexo histórico como uma visão global da história, enfim, como a própria história em si, reproduzindo uma ideologia de que tem em alta consideração “as ações e traços de caráter únicos e excepcionais de certos personagens com o essencial no processo histórico”. “Por si só, a imagem tradicional da individualidade do homem singular, que se encontra na base da historiografia centrada nas individualidades, já encerra certas suposições passíveis de verificação e que precisam ser postas à prova. Trata-se da imagem de um ser que existe por si

¹³¹⁷ ELIAS, A sociedade..., p. 48.

¹³¹⁸ ELIAS, A sociedade..., p. 48-9.

mesmo, autocentrado, um indivíduo isolado, não propriamente um homem singular; um sistema fechado, não um sistema aberto. *Mas o que se observa de fato são homens que se desenvolvem nas e pelas relações com os outros homens.* Em contrapartida, a tradição individualista da historiografia pressupõe, no fundo, indivíduos que não mantêm relação alguma. *Como muitas representações atuais, é evidente que a da historiografia, voltada primordialmente para os ‘indivíduos em si’, também padece do medo de que o valor único dos indivíduos possa ser diminuído ou até suprimido a partir da abordagem baseada na noção de indivíduos que dependem de outros, e dos quais os outros dependem – ou seja, de indivíduos em dependência recíproca, e cujas interdependências podem ser determinadas por meio de uma investigação. Mas esse pensamento está ligado, por sua vez, à idéia enganadora de que a palavra ‘indivíduo’ se refere a aspectos humanos que existem fora das relações de homens entre si, fora da ‘sociedade’, e assim, conseqüentemente, à idéia de que a palavra ‘sociedade’ se refere a algo que existe fora dos indivíduos, como se fosse um ‘sistema de papéis’ ou um ‘sistema de ações’.* Por isso que a investigação detalhada da relação entre a individualidade e a posição social de um rei permite alcançar uma conceituação geral, que contribui para superar a dicotomia “indivíduo”, de um lado, e “sociedade”, de outro, enfim, por novos conceitos que estão em estreita conexão como os fatos relacionais observáveis.¹³¹⁹

Nos estudos da sociedade, portanto, enquanto orientação geral de desenvolvimentos de investigações, é preciso considerar seriamente a impossibilidade de se colocar um problema de individualidade como a de Luís XIV, como se “fosse algo que se desenvolveu de forma independente da posição social assumida por ele, primeiro como herdeiro do trono, depois como rei; também não é possível colocar o problema como se o desenvolvimento dessa posição social, por sua vez, fosse totalmente independente do de seu ocupante”. Evidentemente, cada plano de análise exige uma medida temporal específica, uma vez que o desenvolvimento do plano social é uma cadeia de acontecimentos que possui sua própria magnitude temporal, e o desenvolvimento individual ou pessoal – dentro desse plano social – possui uma outra medida de tempo. “Em referência ao ritmo de desenvolvimento da pessoa individual do rei, a posição social do rei se apresenta como algo que muda mais lentamente. Trata-se de um fenômeno de outra magnitude (em comparação como o pessoal) porque é parte de uma figuração constituída por centenas de milhares de homens. A própria magnitude de sua posição social impõe limites ao poder individual, mesmo no caso do mais poderoso soberano autocrata. Quando se considera à distância o desenvolvimento de tal posição, não é

¹³¹⁹ ELIAS, A sociedade..., p. 49. Grifos em itálico nossos.

difícil enxergar que ela, assim como o desenvolvimento do Estado francês de que faz parte, também tem seus aspectos únicos e singulares. Nas investigações históricas, o fato de normalmente não se elaborar suficientemente nem a diferença, nem a relação entre a singularidade dos homens individuais – com seus ritmos de mudanças comparativamente rápido – e a singularidade das figurações formadas por esses homens – que costumam mudar muito mais lentamente, deixando assim que elas se confundam – é um sintoma dos fatores ideológicos que invadem a historiografia”.¹³²⁰

De fato, quando se analisa o trabalho dos historiadores, verifica-se que é sempre parcial essa convicção de que “a camada dos eventos únicos, e especialmente os atos, decisões e os traços de caráter único dos indivíduos, é o aspecto mais importante das cadeias de acontecimentos”, uma vez que na prática do seu trabalho de historiador, tais cientistas investigadores dificilmente se limitam com rigor à apresentação dos eventos e ações, mas diferentemente, é comum lançarem socorro de conceitos que se relacionam à camada social do processo histórico em seu fluxo mais lento, especialmente quando escrevem objetivamente sobre desenvolvimento econômico, povoamento, governo, empregos, ou mesmo sociedades, ou, quando escrevem de forma mais abstrata ou especulativa – e de forma desarticulada – sobre um determinado espírito do tempo de certo personagem, o ambiente em que vivia outro protagonista, o pano de fundo de uma doutrina político-ideológica, ou o meio social em que vivia certa camada de pessoas. Nessas situações ou explicações, uma vez que a relação entre sociedade e indivíduo permanece indefinida, resulta que o papel e a estrutura do fenômeno social acaba também sendo indefinido, de tal modo que sua “elucidação é dificultada, e muitas vezes impedida, por juízos e ideais preexistentes, tomados como evidências que não são postas à prova, mas que conduzem a mão e o olhar de quem escreve na escolha e avaliação do material histórico”. Portanto, não é sem sentido que, como regra geral, os fenômenos sociais, ou as figurações que os indivíduos formam em sua convivência diária, são tidos simplesmente como bastidores, mas “diante dos quais os indivíduos isolados agem como os autênticos atores dos eventos históricos”, como se tudo dependesse e fosse causa unicamente por eles e suas decisões e atos.¹³²¹

“É essa forma da percepção histórica – a ênfase em eventos singulares e figuras históricas individuais, como um primeiro plano bem nítido, diante dos fenômenos sociais, como um segundo plano visto de modo relativamente desestruturado – que obstrui em grande medida o caminho de uma formulação clara da relação entre a pesquisa histórica e a

¹³²⁰ ELIAS, A sociedade..., p. 49-50.

¹³²¹ ELIAS, A sociedade..., p. 50-1.

sociologia”. Portanto, a tarefa da sociologia, nesse contexto, é justamente resgatar e trazer para um plano privilegiado o nexos estruturado dos indivíduos e seus atos, enfim, as relações que podem ser coerentemente construídas de forma articulada, definida, estruturada, de uma pessoa com seu meio social. “Nessa mudança de perspectiva, os homens singulares não perdem (...) o seu caráter e valor enquanto homens singulares. Porém eles não aparecem mais como indivíduos isolados, cada um totalmente independente dos demais, existindo por si mesmos. Não são mais vistos como sistemas totalmente fechados e vedados, cada um contendo o esclarecimento final acerca de um ou outro evento histórico, constituindo um começo absoluto. Na análise das figurações, os indivíduos singulares são apresentados da maneira como podem ser observados: *como sistemas próprios, abertos, orientados para a reciprocidade, ligados por interdependências dos mais diversos tipos e que forma entre si figurações específica, em virtude de suas interdependências*”. Assim, mesmo os denominados “grandes homens” ou grandes personagens históricos – já fixados pelo senso comum –, ou aquelas pessoas que são mais poderosas – do ponto de vista sociológico – diante de sua posição específica ocupada como membro dessa cadeia de interdependências, estão sujeitos às injunções e condicionantes que seu meio social lhe impõe, portanto, sendo impossível compreender ele e sua posição social, “o modo de alcançá-la e de chegar a realizar suas obras e feitos no âmbito de seu raio de ação, se a própria figuração não é submetida a uma cuidadosa análise científica”, de forma estruturada, em primeiro plano e coerente.¹³²²

“Na maior parte das vezes, as figurações que os indivíduos formam em sua convivência mudam bem mais lentamente do que os indivíduos que lhes dão forma, de maneira que homens mais jovens podem ocupar a mesma posição abandonada por outros mais velhos. Assim, em poucas palavras, figurações iguais ou semelhantes podem muitas vezes ser formadas por diferentes indivíduos ao longo de bastante tempo ; e isso faz com que tais figurações pareçam ter um tipo de ‘existência’ fora dos indivíduos. O uso errôneo dos conceitos de ‘sociedade’ e ‘indivíduo’, que dá a entender que se trata de dois objetos separados com substâncias diferentes, está ligado a essa ilusão ótica [e intelectual]. Todavia, quando sintonizamos com maior rigor o nosso modelo de pensamento com aquilo que pode ser observado de fato, percebemos que a situação em si é bastante simples, podendo ser compreendida conceitualmente sem nenhuma ambigüidade. Aqui e agora, os indivíduos singulares que forma uma figuração social específica entre si podem de fato desaparecer, dando lugar a outros; entretanto, seja como for essa substituição, a sociedade, e com isso a

¹³²² ELIAS, A sociedade..., p. 51. Grifos em itálico nossos.

própria figuração, será sempre formada por indivíduos. Figurações têm uma relativa independência em relação a indivíduos singulares determinados, mas não aos indivíduos em geral”, pois elas são frutos institucionais – socialmente normativos, portanto – de inúmeros indivíduos ao longo do tempo, concentrando em si um enorme energia social acumulada e reproduzida.¹³²³

Tanto um tipo de história e historiador que se ocupa apenas de indivíduos e seus feitos, como se eles não existissem dentro de figurações e fossem influenciados – nos seus atos e comportamentos – pelas mesmas, em suas cadeias de interdependências, quanto um tipo de sociologia e sociólogo que se ocupa exclusivamente de figurações como se existissem sem indivíduos, enfim, de sociedade ou sistemas sociais que são totalmente independentes das pessoas singulares em todos os sentidos, enfim, tanto um quanto outro ponto de vista – ou de partida para produção de conhecimento científico – são equivocadas, induzindo o pesquisador ao erro; mais precisamente é possível asseverar que ambas as ciências, no sentido acima exposto, “estão somente dirigindo a atenção de seus olhos para diferentes camadas, ou níveis, de um mesmo processo histórico”.¹³²⁴

“Nesses níveis, as formas das cadeias de acontecimentos se diferenciam em muitos aspectos. Por conseguinte, as categorias de pensamento e os métodos de pesquisa usados para explorá-las exigem uma certa especialização. Entretanto, como os próprios níveis são simplesmente inseparáveis, nesse caso a especialização sem coordenação significa um erro de direcionamento do trabalho de pesquisa e um desperdício de energias humanas, o que ocorre com muita frequência”. De fato, falta uma obra – construção, edificação – teórica unificadora, modelar, para alcançar essa coordenação profícua entre pesquisa histórica e pesquisa sociológica. “Sem um quadro de referência desse tipo, é fácil ter-se a impressão de que existe a tentativa de reduzir o trabalho feito num dos planos, ao que se faz no outro”. De qualquer modo, do ponto de vista da pesquisa sociológica – aliada aos frutos da pesquisa histórica –, Norbert Elias ressalta que “revelou-se de muita utilidade o empenho em associar um trabalho empírico limitado a considerações teóricas fundamentais. É possível compreender as particularidades da investigação empírica de modo muito mais rico em referências quando se percebe sua significação teórica, assim como é possível assimilar melhor o rumo dos procedimentos teóricos quando os dados empíricos aos quais eles se referem encontram-se

¹³²³ ELIAS, A sociedade..., p. 51.

¹³²⁴ ELIAS, A sociedade..., p. 51-2.

disponíveis”. Assim, investigação sociológica proporciona uma orientação diferente e nova para a pesquisa histórica.¹³²⁵

De tudo que foi exposto sobre a relação entre a investigação histórica e a investigação sociológica ressalta-se três aspectos importantes para pensar uma interdisciplinaridade fecunda entre as disciplinas, quais sejam: (I) que as pesquisas históricas costumam sofrer a heteronomia dos juízos de valor dos pesquisadores; (II) há que se pensar sobre o sentido e alcance sobre a concepção intelectual acerca da independência e dependência das pessoas dentro do espaço social; (III) há que se inserir processo de análise sociológica mais duradouros dentro das análises dos processos históricos, a fim de objetivamente elaborar um objeto de pesquisa social autônomo para as ciências sociais.¹³²⁶

(I) De fato, as pesquisas históricas, conforme assinaladas, sofrem influências externas da escala de valores em vigor ou dos próprios ideais do pesquisador, impedindo-o de distinguir aquilo que é importante para análise dentro do contexto da época pesquisada. Nesse sentido, a “escala de valores pessoal do historiador, condicionada por seu tempo, geralmente leva vantagem. Ela define em grande medida o modo de colocar as questões e a seleção das fontes”. Tanto na investigação histórica, quanto na sociológica, tal atitude necessita ser superada por uma maior autonomia de avaliação, a fim de conter os sentimentos e ideais de ordem pessoal do pesquisador, a fim de fugirem das incertezas – junto com suas produções intelectuais –, aplicando acriticamente sobre épocas passadas “as avaliações ideológicas, políticas e religiosas de sua própria sociedade, como se esses valores fossem óbvios”, em vez de se aterem aos valores humanos dos grupos e épocas pesquisadas. Quando se analisa o campo científico e se verifica quais objetos de estudo, temas e problemas possuem um alto grau de reconhecimento do meio – alto valor de mercado – em detrimento de outros objetos, temas e problemas, então têm-se um quadro ou panorama ideológico daquilo que deve ser produzido cientificamente e como – ou em que sentido – isso deve ser feito. O estudo do cerimonial e da etiqueta na sociedade de corte, um assunto – ou fenômeno social parcial – presumivelmente menor dentro das sociedades atuais, tinham um significado muito grande dentro da estrutura dessa específica sociedade e das pessoas que nela circulavam; o significado dos cerimoniais e etiquetas dentro da estrutura dessa sociedade, e a importância que as pessoas atribuíam a elas, decorria do fato – entre outros – de que eram importantes instrumentos de dominação e distribuição do poder, e essa compreensão é fundamental para entender numa dimensão mais verdadeira as pessoas, essa específica sociedade e a época

¹³²⁵ ELIAS, A sociedade..., p. 52-3.

¹³²⁶ ELIAS, A sociedade..., p. 53, 54 e 58.

histórica analisada, sob pena de – ao não investigá-las devidamente – deixar de desvelar esses problemas estruturais da sociedade de corte e dos indivíduos que a constituíam, deixando-os inacessíveis e encobertos.¹³²⁷

(II) Quando a pesquisa histórica centra na individualidade e singularidade de um indivíduo, não deixa, por esse ato, de estar atestando e ressaltando a independência e liberdade do indivíduo; por outro lado, a sociologia se orienta para o estudo das sociedades, por sua vez tende a atestar a dependência e determinismo de uma pessoa. Esses lugares-comuns entre as duas ciências não são produtos que se podem considerar como científicos, uma vez que são mais precisamente suposições “que surgem de um círculo de idéias políticas, religiosas, filosóficas, (...) [enfim], não científicas”. O uso das expressões “liberdade” e “determinismo”, nesse sentido mais estrito ou fechado, longe de colocar um problema que pode se resolvido sistematicamente por um princípio ou outro, em realidade eles são postos como símbolos de convicções pré-estabelecidas. Por meio de investigações empíricas é possível demonstrar a margem de decisões – margem de liberdade – de um rei ou de um escravo, e da mesma maneira, a rede de interdependências – determinações – a que está sujeito um indivíduo qualquer.¹³²⁸

“Assim, quando se fala de ‘liberdade’ e ‘determinismo’ do indivíduo, o plano de discussão passa a operar com afirmações que não estão ao alcance de nenhuma confirmação ou refutação pelo trabalho científico, e com isso também pela verificação sistemática do material empírico de prova. Apesar desse caráter não-científico, as convicções desse gênero não têm um papel insignificante nem na fundação da ciência histórica nem na discussão de sua relação com a sociologia. O historiador que em seu trabalho concentra toda a atenção especificamente nos indivíduos como quadros de referência primários do curso da história, costuma fazer isso supondo que defende a liberdade do indivíduo; então, é fácil que o esforço do sociólogo para esclarecer os nexos sociais se mostre para ele como negação da liberdade, como um esforço que ameaça suprimir a individualidade do homem singular. Tais ponderações são compreensíveis na medida em que há a crença de que os problemas científicos podem ser formulados e solucionados com base em pré-concepções políticas e metafísicas. Mas, na realidade, quando se faz isso os problemas permanecem insolúveis. A determinação é alcançada antes de iniciada a investigação. Se temos o propósito de chegar mais perto de uma solução desses problemas por meio de investigações que associam e integram o plano teórico e o empírico, em vez de tomarmos por base determinações prévias e

¹³²⁷ ELIAS, A sociedade..., p. 53-4.

¹³²⁸ ELIAS, A sociedade..., p. 54.

dogmáticas, a questão que costuma ser indicada com o uso de palavras como ‘liberdade’ e ‘determinismo’ ganha outro sentido”.¹³²⁹

Por isso que na sociedade de corte francesa de Luís XIV, o estudo de dados empíricos revela que um homem poderoso como Luís XIV nunca foi absolutamente livre, nem mesmo absolutamente determinado, tornando insustentável uma dada posição única e dogmática – ora em favor da liberdade, ora em favor do determinismo – como princípio norteador das absolutas explicações sobre uma dada sociedade e época. Assim, é “preciso que haja modelos teóricos consideravelmente diferenciados para que o problema seja colocado de modo a capturar melhor os nexos de fatos que podem ser comprovados”, que reside “no entrelaçamento de interdependências, dentro do qual se abre para o homem singular um espaço de decisões individuais, ao mesmo tempo em que isso impõe limites à sua margem de decisão”. É preciso considerar que essa oposição absoluta entre determinismo e liberdade – indeterminismo – é fruto de um *habitus* intelectual científico que aprendeu a instituir formas de pensamento, e maneiras de construir conceitos, a partir dos nexos verificados entre fenômenos físicos inanimados, reproduzindo essa forma de pensar – disposição ou inclinação já natural – pertinentes à observação de simples eventos físicos e os modos de pensar isomórficos e metafísicos.¹³³⁰

“Os representantes de uma facção tratam o homem simplesmente como um corpo físico, tanto quanto uma bola de bilhar, afirmando que seu comportamento é determinado exatamente no mesmo sentido que a bola quando se põe em movimento devido ao choque com uma outra bola. Os representantes da outra facção se expressam, no fundo, apenas de forma negativa. Dizem que o comportamento do indivíduo singular *não* é determinado da mesma maneira que uma bola de bilhar; que ele *não* é determinado de forma causal, no sentido da representação clássica da causalidade física. A esse enunciado está ligada, ao mesmo tempo, a idéia de que o homem é absolutamente livre em cada momento de sua vida, senhor de suas decisões, totalmente independente. Mas essa idéia não é menos fictícia que a anterior”. Nesses problemas de ordem heurística e epistemológica, que emergem dos trabalhos da pesquisa histórica e sociológica, é infrutífera a tentativa de solução a partir ou de conceitos extraídos fundamentalmente das relações físicas, ou das concepções metafísicas. Assim, como explicar coerentemente, tomando um dos pontos de vista de modo absoluto, que a liberdade de um indivíduo é também um fator de determinismo, uma vez que ela acaba delimitando a liberdade de ação de outro indivíduo. Somente a discussão “extracientífica,

¹³²⁹ ELIAS, A sociedade..., p. 54-5.

¹³³⁰ ELIAS, A sociedade..., p. 55.

metafísica e filosófica em geral tem como ponto de partida *o* homem, como se só houvesse um único homem sobre a face da Terra, [entretanto,] uma discussão científica sobre ‘liberdade’ e ‘determinismo’, visando algo mais do que meras assertivas, só pode partir do que se observa [objetivamente] de fato: uma pluralidade de homens que, em suas relações recíproca, são mais ou menos dependentes e ao mesmo tempo mais ou menos autônomos uns dos outros, orientando seu próprio rumo”.¹³³¹

“Enquanto uma pessoa está viva em com saúde, mesmo tratando-se de um prisioneiro ou de um escravo, ela possui um grau de autonomia, uma margem de manobra de seus atos, dentro do qual pode e precisa tomar decisões. Mas até a autonomia e a margem de manobra do rei mais poderoso tem limites rígidos; até ele está envolvido numa rede de interdependências cuja estrutura pode ser determinada com alto grau de precisão. Com o auxílio de observações empíricas desse gênero, chaga-se a um modelo que leva em conta a pluralidade dos indivíduos como um dos elementos fundamentais para uma reflexão sobre *os* homens. Nesse contexto, é fácil mostrar que o aumento da margem de manobra de um determinado indivíduo, ou de um determinado grupo de indivíduos, pode levar à diminuição da margem de manobra de outros indivíduos, à diminuição de sua ‘liberdade’. Assim, o aumento da margem de decisão e do poder dos reis franceses e seus representantes do século XVII, por exemplo, significou um a restrição da liberdade e da margem de decisão da nobreza francesa. Afirmarões desse tipo podem ser comprovadas e verificadas. Afirmarões sobre a liberdade absoluta e o determinismo absoluto dos indivíduos são especulações que não podem ser postos à prova, e por isso praticamente não valem o esforço de uma discussão séria”.¹³³²

A superação de uma discussão extracientífica sobre liberdade e determinismo do indivíduo, por uma discussão científica sobre a relativa autonomia e relativa dependência dos homens em suas relações recíprocas, ocorre quando se parte do estudo e análise – fruto de uma progressiva investigação científica empírica – da “estrutura de interdependências que liga os indivíduos entre si, tanto no caso de cada homem singular quanto no de grupos inteiros de homens (...). Com ela podemos chegar a resultados que se apresentam sob a forma de um modelo de interdependência, um modelo de figuração. Só com o auxílio de tais modelos é possível verificar o espaço de decisão de um único indivíduo dentro de sua cadeia de interdependências, o âmbito de sua autonomia e a estratégia individual de suas tendências de comportamento, o que nos aproxima de um esclarecimento. Esta abordagem no questionamento também evidencia mais claramente, ao mesmo tempo, o caráter

¹³³¹ ELIAS, A sociedade..., p. 55-6. Grifos em itálico no original.

¹³³² ELIAS, A sociedade..., p. 56. Grifos em itálico no original.

extracientífico e ideológico da idéia de que uma pesquisa histórica, dirigida para fenômenos individuais, é o porta-estandarte da liberdade humana, enquanto a sociologia, por sua vez dirigida para fenômenos sociais, é o porta-estandarte do determinismo”. Assim, à pesquisa empírica se alia o modelo teórico da figuração, que revela melhor, numa explicação coerente e sistemática, a dependência social entre indivíduos e a sua esfera pessoal de atuação; ao mesmo tempo que revela essas interdependências que condicionam as ações pessoais de cada agente social posicionado na estrutura social analisada, mostra a originalidade pessoal de determinados agentes que, diante das circunstâncias e interdependências que estão envolvidos, agem de forma única e singular, aproveitando, “na estratégia de sua conduta pessoal, o espaço decisório que lhe confere sua posição no seio de uma figuração específica”.¹³³³

Para finalizar esse tópico, Norbert Elias ressalta, em primeiro lugar, que evidentemente que tal pesquisa sociológica encaminhe a uma teoria sociológica que se diferencia ou se distingue daquela desenvolvida por outros tipos de teorias sociológicas que têm em Talcott Parsons seu representante mais eminente. Essa sociologia parsoniana da ação e do sistema é eminentemente teórica, e que cria um abismo imaginário entre indivíduo e sociedade, sem possibilidade alguma de superação, enquanto que Norbert Elias transita fecundamente na dupla marcha do plano teórico e do plano empírico, com sua teoria sociológica da figuração; aqui, o questionamento teórico sociológico é levado a um contato mais direto com as tarefas empíricas da sociologia. Em segundo lugar, é de se ressaltar que esse tipo de pesquisa sociológica permite reorientar a pesquisa histórica, quando trazem uma nova percepção para esses fenômenos que geralmente ficam em segundo plano na pesquisa histórica tradicional. A historiografia tradicional vê com muita desconfiança os eventos relevantes sob ponto de vista sociológico, uma vez que parte do pressuposto de que o historiador já os classificou como fenômenos desestruturados e de segundo plano, e como toda acumulação das ações de pessoas singulares, no fundo não possuem nexos algum. Essa historiografia acaba se atendo ao acúmulo de particularidades. A sociologia de Elias traz esses fenômenos agora como estruturados e sistematicamente coerentes, ajudando a tarefa de explicar melhor os fatos e circunstâncias do passado, possibilitando por à prova se as estruturas e processos sociais estudados por sociólogos são apenas um produto artificial da capacidade de imaginação da sociologia. Na prática, é possível verificar que os historiadores estão se lançando cada vez mais para ampliação da perspectiva histórica e social, enfim,

¹³³³ ELIAS, A sociedade..., p. 56-7.

incorporando aquelas camadas de figurações – de temporalidade mais ampla – que subjazem o universo humano mais visível que se debruçam em suas pesquisas. Ainda não há uma fundamentação teórica explícita para sua essa opção, mas a longo prazo é possível vislumbrar que o método de trabalho histórico continuará sendo complementado pelo método de trabalho sociológico – e vice-versa.¹³³⁴

(III) A historiografia tradicional é rica e abundante num saber histórico singular, sendo seguro nesse aspecto, entretanto, quando se trata de explicar as relações existentes entre esses diversos detalhes acumulados é inadequado e não acompanha esse saber acumulado. É que para o historiador tradicional, não existe nenhuma base teórica segura para apresentar as explicações dessas relações históricas, ficando as mesmas submetidas de uma maneira muito ampla ao arbítrio do pesquisador, enfim, a interpretações determinadas por valores e ideais efêmeros do pesquisador, por sua vez submetido ao debate das grandes questões teóricas, científicas e extra-científicas de sua época. Esse tipo específico de escrita da história não é incomum levar a que seja sempre reescrita a própria história, segundo as tendências ideológicas em vigor no campo e presentes no cientista histórico. Por isso se torna imprescindível realizar um trabalho de pesquisa histórica e social que traga uma continuidade mais regular do seu progresso, buscando vingar cada vez mais valores autônomos nas investigações dos nexos históricos – atitude reservada, abstração dos valores, abstração dos ideais.¹³³⁵

Por isso é necessário pôr à prova esses modelos sociológicos que interpretam processos sociais mais duradouros, ou modelos de figurações específicas dentro de tais processos, pois o esforço intelectual de tais modelos é “seguir a pista dos nexos que se encontram nas próprias coisas. Eles são uma tentativa de elaborar modelos sociológicos de conexões nos quais a autonomia do objeto de pesquisa não é obliterada por juízos preconcebidos e convicções ideológicas ligadas à época do pesquisador. Eles não têm a pretensão de ser modelos definitivos, a última palavra, absoluta, sobre os processos e figurações pesquisados, Nenhuma teoria e nenhum modelo, em qualquer campo de pesquisa, pode ter a pretensão de definitivo e absoluto. E nesse caso, é certo que se trata antes de um começo que de um fim. São modelos que podem continuar sendo elaborados, sejam quais forem as flutuações a que se submetem os idéias passageiros, temporários e extra-científicos do pesquisador, contanto que no próprio empenho da pesquisa haja um esforço de manter em seu devido lugar, na medida do possível, esses valores estranhos a ela, dando prioridade à

¹³³⁴ ELIAS, A sociedade..., p. 57-8.

¹³³⁵ ELIAS, A sociedade..., p. 58.

elaboração das conexões [relações] como elas eram realmente. Certamente não se pode chegar a uma tal moderação do pesquisador quando os tempos são de inquietação, as tensões são imensas, os conflitos são exacerbados. Mas quando, no decorrer das gerações, a angústia da crise e as ameaças dos homens deixam de ser tão grandes, não vemos nenhuma razão pela qual, com o tempo, não se possa assegurar o progresso contínuo que ainda hoje falta à ciência histórica, por meio da abertura de uma outra dimensão, a dimensão sociológica”.¹³³⁶

2.1.6. INTERDISCIPLINARIDADE, *HABITUS* E A BUSCA DA DECIFRAÇÃO DO MUNDO SOCIAL

A sociologia de Pierre Bourdieu, a história de Fernand Braudel, a antropologia de Claude Lévi-Strauss, a antropologia de Marcel Mauss, a sociologia de Norbert Elias, o levantamento – especialmente histórico, mas também sociológico e antropológico, que a seguir será feito – da formação e desenvolvimento da civilização e cultura latino-americana – fruto direto da cultura ibérica, e que formou a civilização luso-americana e hispano-americana, com conseqüências em todos os setores da vida social dos povos ibero-americanos referidos, especialmente no plano das relações internacionais –, enfim, todos esses aportes epistemológicos, teóricos e descritivos das ciências sociais, têm conseqüências a ponto de indicar uma explicação cientificamente plausível para explicar o humano e social que esse desenvolve dentro da civilização e cultura ibero-americana?

Aqui, parte-se do pressuposto hipotético que a resposta é afirmativa, havendo, inclusive, outros elementos – outras obras científicas –¹³³⁷ que se somam para reiterar e

¹³³⁶ ELIAS, A sociedade..., p. 58-9.

¹³³⁷ Sobre a temática vide MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. 180 p.; MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 348 p.; MORIN, Edgar; e MOIGNE, Jean-Louis Le. **A inteligência da complexidade**. 2. ed. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000. 268 p.; PENA-VEGA, Alfredo; e NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. 204 p.; TRONCOSO, Hugo Cancino; KLENGEL, Susanne; e LEONZO, Nanci (eds.). **Nuevas perspectivas teóricas y metodológicas de la historia intelectual de América Latina**. Madrid: Ibero americana; Frankfurt am Main: Vervuert, 1999. 344 p.; SCHERER-WARREN, Ilse; SCHEIBE, Luiz Fernando; ASSMANN, Selvino José; *et alii*. **Estudos interdisciplinares em ciências humanas**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. 392 p.; HELLER, Agnes *et alii*. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 268 p.; REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; e FRY, Peter. **Pluralismo, espaço social e pesquisa**. São Paulo: Anpocs; Hucitec, 1995. 352 p.; TORRES, Sonia. **Raízes e rumos: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001. 640 p.; CARDOSO, Ciro Flamarion; e MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papyrus,

reforçar os pressupostos implicados nas discussões teórico-epistemológicas que acompanham o desenvolvimento de todas as áreas das ciências sociais e sua capacidade de estabelecer um diálogo comum interdisciplinar mais fecundo para explicar o mundo social. Tanto Pierre Bourdieu e Norbert Elias, quanto Fernand Braudel, Marcel Mauss e Claude Lévi-Strauss não descartam dogmaticamente o efeito do tempo nos seus estudos; todos eles aceitam se socorrer entre si, naquilo que cada disciplina tem para proficuamente oferecer ao progresso de sua própria disciplina. De fato, entende-se aqui que o elemento comum que pode efetivamente unir os diversos ramos especializados das ciências sociais – ou ciências do ser humano – não se encerra apenas num único tipo – elemento de estudo – comum de eleição, mas diferentemente, três fatores que, em maior ou menor grau, estarão sempre presentes de forma inter-relacionadas em todas as pesquisas e investigações dos diversos cientistas sociais, ou cientistas do ser humano, especializados – sociologia, história, antropologia, demografia, psicologia, lingüística, direito, relações internacionais, geografia, economia, psicanálise, ciências políticas etc. –, quais sejam, o (I) ser humano, o (II) espaço¹³³⁸ e o (III) tempo.¹³³⁹

2000. 288 p.; ROWLAND, Robert. **Antropologia, história e diferença**: alguns aspectos. 2. ed. Porto: Afrontamento, 1987. 68 p.; SCHWARCZ, Lilia K. Moritz; e GOMES, Nilma Lino (orgs.). **Antropologia e história**: debate em região de fronteira. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 192 p. Sobre a aplicação do pensamento complexo no plano político e da educação, vide: STROBEL, Orlando Maciel. **Agenda 21 local**: um modelo para capacitação de facilitadores, apoiado em ambiente colaborativo virtual. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.; PORTANOVA, Rogério Silva. **Ecologie et politique au Bresil**. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Doutorado em Antropologia e Sociologia Política, Universidade Paris VIII, Paris, 1994.

¹³³⁸ As relações entre o meio – espaço – e os seres vivos são praticadas de diversas formas, de acordo com os grupos humanos e as variações que o próprio espaço permite a esses grupos adaptarem-se à sua singularidade natural ou ecológica. A geografia, enquanto disciplina científica, é também uma forma de humanismo, pois permite refletir os limites e possibilidades das ações humanas, não só sobre o ponto de vista do equilíbrio entre os seres humanos e seu entorno espacial e ambiental, mas também os problemas emergentes do mundo atual – cidades, indústrias, subdesenvolvimentos, desigualdades, ecologia, guerras etc. –, de tal modo que a ciência geográfica dialoga com a sociologia, antropologia, psicologia, estatística, enfim, com o ramo científico necessário para fazer progredir suas descobertas e conhecimentos sobre o espaço e o ser humano. In: CLAVAL, Paul. **A nova geografia**. Coimbra: Almedina, 1987, p. 7-13. Sobre a temática do progresso da nova geografia vide SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 312 p.; CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. 453 p.; CLAVAL, Paul. **Geografia do homem**: cultural, economia, sociedade. Coimbra: Almedina, 1987. 500 p.; FREMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980. 280 p.; HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**: inserção da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Ed da UFMG, 2002. 324 p.; ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2001. 552 p.; LACOSTE, Yves. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1993. 264 p.; MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999. 228 p.; ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Ibama, 1998. 276 p.; CARVALHO, Leonardo Arquimimo de (org.). **Geopolítica & relações internacionais**. Curitiba: Juruá, 2002. 300 p.

¹³³⁹ O tempo é objeto de estudos e indagações que transita da ciência à filosofia, revelando o quão ele é ainda desconhecido e difícil de ser abordado enquanto objeto de estudos de um saber, bem como toda complexidade presente nas análises de sua relação com a vida e percepção que o ser humano tem acerca dele. Para se ter um panorama sobre a temática, vide PIETTRE, Bernard. **Filosofia e ciência do tempo**. Bauru: Edusc, 1997. 226 p.; WHITROW, G. J. **O tempo na história**: concepções de tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 244 p.; ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 168 p.; ELIAS,

Esses três elementos teóricos sempre estarão presentes, individual ou coletivamente – trabalhados conforme especificidades próprias de cada ramo especializado –, no estudo que se desenvolve no âmbito geral das ciências humanas. O fato de emergir vieses diferentes, conforme os estudos desenvolvidos por cada ramo especializado, não olvida a constatação de que o ser humano, o espaço e o tempo são realidades transformadas intelectualmente, mas que possuem aspectos comuns, se cada ramo especializado do conhecimento mantém-se sintonizado e aberto para os diferentes progressos alcançados pelo seu vizinho intelectual e afim. A pessoa, o espaço geográfico, o transcorrer do tempo, produzem efeitos recíprocos que, por mais original seja a abordagem, permite vincular os resultados obtidos por um ramo do conhecimento em outro, quando a temática é próxima.

A sociologia de Pierre Bourdieu não se dissocia do tempo nem da história, aliás, deixa claro que o mundo social é um produto histórico-cultural; a antropologia de Claude Lévi-Strauss admitiu a necessidade de escutar a história, quando ela tem elementos de contributo para o etnógrafo e o etnólogo; a história de Fernand Braudel assimila todos os ramos das ciências do ser humano, admitindo que os respectivos progressos contribuem para o progresso da ciência histórica. Ademais, inúmeros outros autores realizaram investigações que contribuíram para entender melhor o ser humano e a sociedade – o que eles fizeram e ainda fazem –, dialogando com o tempo, com o espaço e com o próprio ser humano, conforme viés específico escolhido, como imposição para alcançar uma demonstração, uma verdade, um saber, importante para compreensão geral do que o humano e o social são, e o que eles fizeram e fazem.

Assim, por exemplo, o sociólogo Norbert Elias, escreveu algumas obras que revelam claramente o caráter interdisciplinar fecundo que, ao explicar o por quê de certos comportamentos – convenções sociais – em curso na sociedade, acaba explicando um pouco de cada um de nós mesmos. Em sua obra *O processo civilizador*, esse intelectual procura esclarecer a origem dos costumes sociais humanos tido como civilizados, vale dizer, as regras aparentemente mais elementares de comportamento socialmente tidos como aceitos ou de “correta sociabilidade”; “como os homens se tornaram educados, e começaram a tratar-se de boas maneiras”: cortesia, urbanidade, gentileza, traduzidos em comportamentos como “não escarrar, não comer com as mãos, não pôr a bota encima da mesa”.¹³⁴⁰

Norbert. **Sobre el tiempo**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. 224 p.; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Tempo, tempo vivido e história**. Bauru: Edusc, 2003. 96 p.; HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 6. ed. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 2 v. 328 p. 264 p.

¹³⁴⁰ RIBEIRO, Renato Janine. Apresentação a Norbert Elias. In: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 1, p. 9.

Elias demonstra que não existe um comportamento ou atitude tido como natural do ser humano, fruto de uma natureza humana imanente; diferentemente, o que se pode verificar é que o ser humano tem feito ou edificado sua vida social através de muito condicionamento e adestramento. Nesse ponto, Elias faz recordar um dos escritos de Friedrich Nietzsche,¹³⁴¹ que revela o quanto foi difícil e custoso ao ser humano a instauração da moral com seus padrões de moralidade, esclarecendo que a moralidade – como reconhecida – não é natural nas pessoas e nem resultante de uma graça divina, mas que “ela foi adquirida por um processo de adestramento que terminou fazendo, do homem, um *animal interessante*, um ser providente e previsível”, Nesse contexto moral, o processo pedagógico deu-se pela dor, a fim de que fosse constituída uma memória com a função principal prospectiva – não apenas de não fazer esquecer o passado –, vale dizer, um programa de atuação “marcando o sujeito para lembrar, bem, o que prometeu, o que disse, de modo a não o descumprir. A memória importa não tanto pelo conhecimento que traz, mas pela ação que ela governa, O seu custo é a dor, foi preciso torturar para produzi-la”.¹³⁴²

Assim, costumes se civilizaram e se fazem respeitar, ao custo de condicionamentos e sob o peso cada vez maior da responsabilidade inerente à medida do aprofundamento da civilização, implicando cada vez mais no aprofundamento das torturas física e psíquica. Sigmund Freud escreveu que o problema do desenvolvimento da civilização é o preço que se paga por ela, qual seja, a perda da felicidade pela intensificação do sentimento de culpa.¹³⁴³ Apesar das críticas que foram dirigidas a Elias por diferentes autores, bem como do uso que ele fez da expressão “evolução dos costumes humanos”, outro aspecto que não deixa de ser ressaltado na sua obra é acerca da emergência da idéia de que existe um sentido na história

¹³⁴¹ NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**: um escrito polêmico. São Paulo: Brasiliense, 1987. 208 p.

¹³⁴² RIBEIRO, Apresentação..., p. 9-10. Grifos em itálico no original. Sobre a função das torturas nas sociedades ditas primitivas, com a dor presente nos ritos de iniciação de jovens para o mundo adulto, dentro do quadro geral do exercício do poder e do político em tais sociedades, vide CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. 154 p. Um caráter mais explícito e destacado desse longo e amplo – abrangente – instrumento do processo pedagógico humano pode ser verificado em DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente**: 1300-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 472 p.; VERRI, Pietro. **Observações sobre a tortura**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 120 p.; BETHENCOURT, Francisco. **História das inquisições**: Portugal, Espanha e Itália, séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 534 p.; LEGENDRE, Pierre. **O amor do censor**: ensaio sobre a ordem dogmática. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Colégio Freudiano, 1983.; MANDROU, Robert. **Magistrados e feitiçeiros na França do século XVII**: uma análise de psicologia histórica. São Paulo: Perspectiva, []. 460 p.; LEVACK, Brian P. **A caça às bruxas na Europa moderna**. 2. ed. São Paulo: Campus, []; VOVELLE, Michel. **Jacobinos e jacobinismo**. Bauru: Edusc, 2000. 282 p.; BESAÇON, Alain. **A imagem proibida**: uma história intelectual da iconoclastia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 616 p; SHATTUCK, Roger. **Conhecimento proibido**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 376 p.; PAGLIA, Camille. **Personas sexuais**: arte e decadência de Nefertite a Emily Dickinson. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 656 p.

¹³⁴³ FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997. 116 p. Sobre a temática vide também SILVA, Antonio Franco Ribeiro da. **Culpa**: aspectos psicanalíticos, culturais & religiosos. São Paulo: Iluminuras, 1998. 160 p.

humana, ou seja, os diversos fenômenos humanos que se revelam sem sentido quando analisados dentro de uma escala temporal curta, revelam todo seu sentido e nexos quando expostos à análise frente a uma medida temporal de longo prazo.¹³⁴⁴

Essa medida de longo prazo, que Elias denomina por “curva de civilização”, é trabalhada como uma evolução que não se apresenta como a única possível, nem mesmo necessária para o ser humano ocidental ou europeu ocidental, apesar de inclinar-se para o entendimento no sentido de que ela – essa evolução – se mostra irreversível para o Ocidente e se revela com caráter de mundializar-se para os diferentes povos do Planeta, à medida que forem tomando conhecimento dela – civilização ocidental. Essa obra interdisciplinar de história, psicologia e sociologia analisa, portanto, o pormenor, a minúcia, o irrelevante, que comportam um pensamento de fundo embutido, fruto de ações de forças que se manifestam ao longo de séculos, esclarecendo mais sobre o funcionamento da sociedade para instaurar uma civilização com sua cultura e fazer o ser humano pensar sobre o valor dessa construção social, bem como o sentido histórico e específico de civilização e progresso alcançados.¹³⁴⁵

Para as pessoas entenderem como elas vivem e o que produzem socialmente, é necessário articular cada elemento do conhecimento da cultura humana de forma interdisciplinar. A condição humana “é uma lenta e prolongada construção do próprio homem”, desta forma, rompendo com a idéia “de uma natureza já dada, bem como com a da inteligibilidade última de nosso ser: nem a condição humana é absurda (ela descreve um sentido), nem este é conferido de uma vez por todas, de fora de nós (não existe um Deus doador de sentido, nem uma natureza imutável do homem)”. O ser humano se constrói constantemente, portanto, tudo que é manifestação humana, não importa em que área do conhecimento especializado no humano foi captado e estudado, é válido para análise e uso de quem pratica o estudo interdisciplinar, revelando que as diferenças de condição social não são naturais, mas antes, artificiais, pois a sociedade é obra do próprio ser humano. Elias acredita no progresso humano, fundado especialmente no pressuposto dos sentidos morais que as pessoas dão às coisas; os sentidos vão se produzindo socialmente, conhecidos *a posteriori*, mas solidamente se sustentando por uma necessidade da razão.¹³⁴⁶

Na obra *O processo civilizador*, Norbert Elias destaca que de uma simples questão por ele – e por muitos, através do senso comum – colocada, qual seja, o de que o ser humano ocidental nunca se comportou sempre da mesma maneira, segundo os tipos de comportamento

¹³⁴⁴ RIBEIRO, Apresentação..., p. 9-10.

¹³⁴⁵ RIBEIRO, Apresentação..., p. 10-2.

¹³⁴⁶ RIBEIRO, Renato Janine. Apresentação: uma ética do sentido. In: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 2, p. 9-11.

considerados típicos do ser humano civilizado ocidental atual, emergem indagações mais profundas, como, por exemplo, de que forma – e em que consistiu realmente – se deu essa transformação, esse processo civilizador do ocidente; e que causas ou forças foram as suas motivadoras. Assim, abordando inicialmente, numa primeira parte, os conceitos de cultura e civilização, procurando aproximá-los, dentro dos debates que alemães, franceses e ingleses travaram para precisar os referidos conceitos,¹³⁴⁷ em seguida, numa segunda parte, ele explicitou – segundo sua visão – de que forma “o comportamento e a vida afetiva dos povos ocidentais mudou lentamente após a Idade Média”, revelando um processo psíquico civilizador em curso, onde o padrão de comportamento humano, no curso de séculos, muda gradualmente em uma direção específica.¹³⁴⁸

A maneira como a pessoa se comporta e sente o seu posicionar no mundo social – em atividades mais elementares da intimidade e recesso de sua vida privada – muda lentamente, desempenhando um papel fundamental nessa transformação paulatina “uma mudança muito específica nos sentimentos de vergonha e delicadeza”, o “padrão do que a sociedade exige e proíbe”, o “patamar do desagrado e medo, socialmente instilados”, emergindo a questão “dos medos sociogênicos como um dos problemas fundamentais do processo civilizador”. Além disso, aumentou significativamente “a distância em comportamento e estrutura psíquica total entre crianças e adultos”, emergindo a constatação de algumas pessoas ou grupos de pessoas tidas como “mais jovens” ou “mais infantis”, frente a outras consideradas como “mais velhas” ou “mais adultas”. Todo esse conjunto de constatações irá revelar diferenças no tipo e estágio do processo civilizador de cada sociedade analisada.¹³⁴⁹

Mas o que fica bem claro é que “o processo específico de ‘crescimento’ psicológico nas sociedades ocidentais, que com tanta freqüência ocupa a mente de psicólogos e pedagogos modernos, nada mais é do que o processo civilizador individual a que todos os jovens, como resultado de um processo civilizador social operante durante muitos séculos, são automaticamente submetidos desde a mais tenra infância, em maior ou menor grau e com maior ou menor sucesso. A psicogênese do que constitui o adulto na sociedade civilizada não pode, por isso mesmo, ser compreendida se estudada independentemente da sociogênese de nossa ‘civilização’. Por efeito de uma ‘lei sociogenética’ básica, o indivíduo, em sua curta história, passa mais uma vez através de alguns dos processos que a sociedade experimentou

¹³⁴⁷ Sobre a problemática da precisão conceitual das expressões “cultura” e “civilização”, e os diferentes sentidos que se procuraram dar a eles, vide também BRAUDEL, Escritos..., p. 235-88; e BRAUDEL, Fernand. **Gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 508 p.

¹³⁴⁸ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 1, p. 13-4.

¹³⁴⁹ ELIAS, O processo..., v. 1, p. 14-5.

em sua longa história [habitus]”. Entenda-se essa por essa passagem individual o fato de que “mesmo numa sociedade civilizada, nenhum ser humano chega civilizado ao mundo e que o processo civilizador individual que ele obrigatoriamente sofre é uma função do processo civilizador social. (...) [Todo] ser humano está exposto desde o primeiro momento da vida à influência e à intervenção modeladora de adultos civilizados, [assim] ele deve de fato passar por um processo civilizador par atingir o padrão alcançado por sua sociedade no curso da história [inculcação, violência simbólica, processo pedagógico]”.¹³⁵⁰

Numa terceira parte de sua obra, Elias irá procurar explicar “certos processos há muito tempo operantes nesta longa história da sociedade”, elencando algumas áreas precisamente definidas, a fim de “esclarecer como e por que, no curso da sua história, a estrutura da sociedade ocidental muda continuamente, e simultaneamente sugere por que, nessas mesmas áreas, mudam o padrão de comportamento e a constituição psíquica dos povos do Ocidente”. Assim, ele analisa a paisagem social do início da Idade Média e o conjunto de relacionamentos sociais que desembocam no “sistema social feudal” – e o embrião (sociogênese) do comportamento de corte (sociedade de corte) que mais tarde seria desenvolvido –, bem como a forma primitiva do que futuramente será conhecido por “Estado”; desta forma, aquela sociedade extremamente descentralizada do início da Idade Média irá dar forma ao Estado absolutista, vale dizer, “sociedades internamente mais ou menos pacificadas, mas externamente belicosas”, através de outra dinâmica específica de interdependências humana que impeliu, desta vez, “para a integração de áreas cada vez mais extensas sob um aparelho governamental relativamente estável e centralizado”.¹³⁵¹

Norbert Elias entende que todos os fenômenos históricos – das atitudes humanas às instituições sociais – efetivamente se “desenvolveram” dentro de um processo histórico-social, e no espaço e tempo de uma determinada região e época; para explicar de forma cientificamente adequada – clareza – esses fenômenos e transformações, torna-se necessário orientar os sistemas de pensamento no sentido de fugir da abstração artificial de isolar os fenômenos de seu fluxo histórico natural, dissimulando, assim, seu caráter de movimento e processo, petrificando-os dentro de uma compreensão como se fossem formações estáticas desde sempre, desconsiderando a forma como surgiram e mudaram. Assim, dentro de sua experiência intelectual, Elias foge da tentativa de descrição dos movimentos históricos

¹³⁵⁰ ELIAS, O processo..., v. 1, p. 15. De que forma esses processos históricos se encontram praticamente “naturalizados” – inculcados – na mente e comportamento das pessoas, determinando suas opções práticas – sentido prático – diante do mundo vide BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. 752 p.; e ZELDIN, Theodore. **Uma história íntima da humanidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. 420 p.

¹³⁵¹ ELIAS, O processo..., v. 1, p. 15-6.

históricos “como algo estacionário e sem evolução”, bem como “do ‘relativismo histórico’, que vê a história apenas em transformação constante, sem chegar à ordem subjacente [forças profundas que a impelem] a esta transformação e às leis que governam a formação de estruturas históricas”. Por isso a sua opção intelectual por pesquisas voltadas para a “sociogenética e psicogenética propõem-se a revelar a *ordem* subjacente às *mudanças* históricas, sua mecânica e mecanismos concretos; e parece que, desta maneira, grande número de questões que julgamos hoje complicadas, ou muito além da compreensão, podem receber respostas bem simples e precisas”, vale dizer, claras e elucidativas.¹³⁵²

Nesse estudo que abarca a compreensão da sociogênese da organização social conhecida por “Estado”, ressalta-se que a instituição social correlata, exigida como condição *sine qua non* para ela existir, que é a do monopólio do exercício da força, conforme observado por Max Weber, possui também sua história e desenvolvimento, sendo que sua paulatina consolidação está implicada com mudanças radicais de todo aparelho que modelava um certo tipo de indivíduo – da época em que o exercício da força era privilégio de um pequeno número de guerreiros rivais –, bem como “o modo de operação das exigências e proibições sociais que lhe moldam a constituição social e, acima de tudo, *os tipos de medos que desempenham um papel em sua vida*”.¹³⁵³

Por fim, na última parte de seu trabalho, Elias procura esboçar uma teoria de civilização – fugindo de uma teoria geral das civilizações –, procurando articular “as ligações entre mudanças na estrutura da sociedade e mudanças na estrutura do comportamento e da constituição psíquica” das pessoas nelas envolvidas. Assim, revela que os medos experimentados sob a forma de vergonha e delicadeza “desempenham papel de especial importância no progresso do mecanismo civilizador”, sendo que sua explicação contribui para esclarecer a formação do processo psicanalítico do superego,¹³⁵⁴ e “sobre a relação entre impulsos conscientes e inconscientes da psique do homem civilizado” sob ponto de vista dos processos históricos: “a questão de como todos esses processos, que consistem de nada mais do que ações de pessoas isoladas, apesar disso dão origem a instituições e formações que nem foram pretendidas nem planejadas por qualquer indivíduo singular na forma que

¹³⁵² ELIAS, O processo..., v. 1, p. 16-7. Grifos em itálico no original.

¹³⁵³ ELIAS, O processo..., v. 1, p. 17. Grifos em itálico nossos.

¹³⁵⁴ Superego ou supereu é uma das instâncias da personalidade tal como Freud a descreveu no quadro da sua segunda teoria do aparelho psíquico: o seu papel é assimilável ao de um juiz ou de um censor relativamente ao ego. Freud vê funções de atuação do superego nas atitudes das pessoas em relação à consciência moral, na auto-observação, na formação de ideais. In: LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Baptiste. **Vocabulário de psicanálise**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 554 p. Sobre a temática vide também FREUD, Sigmund. **O ego e o id**. Rio de Janeiro: Imago, 1997. 66 p.; e CHEMAMA, Roland (Org.). **Dicionário de psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 242 p.

concretamente assumem. E, por último, em um amplo sumário, estas introvisões do passado são combinadas, em um único quadro, com experiências do presente”.¹³⁵⁵

Em outra obra capital, Norbert Elias estuda uma sociedade específica, qual seja, a corte real do antigol regime francês de Luis XIV, tido como o mais exemplar desse tipo de desenvolvimento social. Tratava-se de um tipo de corte onde havia “centenas, muitas vezes milhares de indivíduos reunidos e associados num mesmo local para servir, aconselhar ou acompanhar reis que acreditavam [isso é muito importante dentre as descobertas de Elias no estudo desse tipo de sociedade, vale dizer, tais reis se revelaram não ser absolutamente absolutos] governar seus países sem restrição alguma”. Nesse campo social, obrigações inter-relacionais vinculavam cada um dos protagonistas sociais – internos e externos – entre si, de tal forma que “o destino de todos esses homens, sua posição na escala social, sua ascensão ou decadência, seu divertimento dependiam em certa medida, e dentro de certos limites, da vontade do rei”. De fato, o que havia marcadamente presente nesse campo social era uma ordem hierárquica de rigidez variável e uma etiqueta rigorosa que ligavam essas pessoas entre si; se manter e se impor nesse mundo requeria uma marca especial das pessoas, ou seja, a qualidade específica e singular de cortesão.¹³⁵⁶

Elias, assim, se propõe a esclarecer qual era a estrutura desse específico campo social, em cujo centro tal configuração de poder e relações pôde ser constituída; qual “era a distribuição de poderes, quais as exigências criadas socialmente, quais as relações de dependência em jogo para que os indivíduos desse campo social viessem a renovar ao longo de gerações sucessivas essa figuração, convivendo na corte, numa sociedade de corte”; que “exigências eram transmitidas, a partir da construção da sociedade de corte, pra aqueles que desejavam prosperar ou apenas manter-se dentro dela”; enfim, questões fundamentais para verificar cientificamente e, portanto, com mais acuidade e profundidade, as verdades que governavam esse mundo social. De fato, não era apenas o livre-arbítrio das pessoas que sustentavam a sociedade de corte de geração em geração, nem mesmo “a idéia genial de uma homem singular”, como um rei, que daria forma a esse agrupamento humano; em quase todos os países europeus, a partir da Renascença a corte ganhou importância cada vez maior, mas foi a corte francesa, especialmente a de Luís XIV que tornou-se exemplar para todas as

¹³⁵⁵ ELIAS, O processo..., v. 1, p. 17-8.

¹³⁵⁶ ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 61. Vide também ELIAS, Norbert. **La sociedad cortesana**. México: Fondo de Cultura Economica, 1996. 406 p.

demais durante os séculos XVII e XVIII.¹³⁵⁷ Enfim, “em determinado nível do desenvolvimento das sociedades européias, indivíduos agruparam-se na forma de cortes, imprimindo-lhe um cunho específico. O que os mantinha unidos, o que os caracterizava, justamente dessa maneira?”.¹³⁵⁸

A corte real do *Ancien Régime* acumulava duas funções primordiais, quase sejam, a de “instância máxima de estruturação da grande família real e de órgão central da administração do Estado como um todo, ou seja, a função de governo”. Nessa sociedade de Estado dinástica, protagonizada por elites de corte, havia uma grande e marcante unidade dos interesses pessoais e oficias ou profissionais, de tal forma que essa indistinção entre esfera privada e esfera pública era algo cotidiano e fazia parte natural da vida social; assim, alianças e “rivalidades familiares, amizades e inimizades pessoais agiam como fatores normais no tratamento dos assuntos de governo, assim como em todos os outros assuntos oficiais”. A ascensão dessa específica sociedade de corte está diretamente vinculada à crescente centralização do poder do Estado, bem como da correlata crescente monopolização de duas fontes capitais de poder, quais sejam, o do recolhimento dos tributos e o do poderio militar e policial. Dentro da questão do desenvolvimento de uma sociedade, surge a indagação de como, no caso francês, “e por que forma, durante determinada fase do desenvolvimento do Estado, [emerge] uma posição social que concentra nas mãos de um único homem uma abundância de poder extraordinária (...), [enfim] como se constituiu a figuração de homens interdependentes que tornava não só possível, mas também aparentemente necessário, que milhares de pessoas se deixassem governar durante séculos ou milênios, repetidamente e sem nenhuma possibilidade de controle da situação, por uma única família ou por seus representantes”.¹³⁵⁹

Para compreender e responder as questões colocadas, torna-se necessário fugir de um certo tipo de abordagem histórica para ingressar na abordagem de caráter sociológico, enfim, sair das evidências dos indivíduos singulares, como se por si só fossem suficientes para explicar um período histórico e o funcionamento de uma dada organização social, para ingressar na abordagem que privilegia a análise das posições sociais – no caso, o desenvolvimento social da posição do rei –, para extrair daí explicações mais fecundas sobre uma época e as razões de funcionamento do seu meio social. Um tal estudo sociológico, apesar de ser temporalmente e espacialmente bem delimitada, permite não só fornecer um

¹³⁵⁷ ELIAS, A sociedade..., p. 61.

¹³⁵⁸ ELIAS, A sociedade..., p. 65.

¹³⁵⁹ ELIAS, A sociedade..., p. 27-8.

modelo – com sua evolução específica – para comparar com suas diversas outras congêneres sociedades de corte, mas também “oferece uma contribuição para o esclarecimento de extensos problemas sociológicos acerca da dinâmica social”. Somente desta forma, é possível descobrir que na época do absolutismo, “o poder do soberano individual não chegava a ser tão irrestrito e absoluto como o termo ‘absolutismo’ sugere”. Um rei tão poderoso como Luís XIV, cognominado Rei-Sol, não era assim tão absoluto, irrestrito e onipotente, mas concretamente “um indivíduo que, em virtude de sua posição como rei, fazia parte de uma rede muito específica de interdependência”, se utilizando de várias estratégias permitidas pela figuração particular da sociedade de corte, residindo aí sua liberdade de ação e margem de manobra nesse espaço social. A análise sociológica procura compreender e explicar as condições históricas, psicológicas e sociais que impeliram essa sociedade para instituição tal tipo de comportamento e conduta.¹³⁶⁰

Nesse período, a corte da França era expressão de uma situação social bem definida, onde indivíduos se encontravam relacionalmente interligados, sendo que tratava-se de uma figuração social que não era fruto de um planejamento ou desejo individual particular – um rei, por exemplo –, nem mesmo por um grupo particular. De fato, a corte produzia algo socialmente, de tal maneira que isso realimentava a união das pessoas inseridas nesse campo social, “mantendo a figuração de corte e da sociedade de corte”. Se considerar-se que em cada campo social – visto de uma maneira mais abrangente – há órgãos centrais ou mais representativos e órgãos menos centrais ou menos representativos – com atualmente as cidades representam dentro da sociedade contemporânea –, era “justamente isso, um significado central e representativo, que a corte tinha para maioria dos países da Europa ocidental nos séculos XVII e XVIII”. As cidades da época não tinham a importância social que se aglutinava na corte e na sociedade de corte.¹³⁶¹

Estudar a sociedade de corte implica em abandonar preconceitos e lugares-comuns que não contribuem para edificar uma interpretação científica do mundo social e entender um pouco mais do humano e social que as pessoas têm realizado concretamente, vale dizer, o que produzem, como produzem e porque produzem certas coisas, fatos ou fenômenos sociais em determinada época. Estudar os indivíduos marcados pela vida na corte, verificar o significado representativo das cortes e da sociedade de corte nos séculos anteriores, é fugir do encobrimento intelectual que impede de verificar o contexto geral que produz essa realidade social específica e, desta forma, compreender melhor os fatos sociais em sua interligação com

¹³⁶⁰ ELIAS, A sociedade..., p. 28-9.

¹³⁶¹ ELIAS, A sociedade..., p. 61-2.

as pessoas envolvidas e os contextos – os mais diversos pertinentes de serem avaliados e analisados – que os influenciam.¹³⁶²

Descobrir, como Max Weber revelou, que o luxo é um dos meios da auto-afirmação social das camadas dominantes do feudalismo, portanto, que não é simplesmente algo “supérfluo” – mas necessário –, é revelar melhor um mundo e suas significações, bem como explicar melhor as conseqüências sociais de tal tipo de atitude, em última instância, entender abrangentemente uma época social, e até mesmo o que essa época legou para os tempos seguintes ou mais atuais. Assim, é preciso reconhecer que, apesar dessa sociedade aristocrata de corte ter sido suplantada por um outro tipo de sociedade – profissional-burguesa-urbana-industrial –, “o cunho civilizatório e cultural desenvolvido por aquela sociedade foi preservado, em parte como herança, em parte como antítese, pela sociedade profissional-burguesa, na qual esse cunho característico continuou a ser desenvolvido”. Desta forma, por meio do estudo dessa sociedade antiga, é possível inclusive entender – indiretamente –, de forma abrangente, a “própria sociedade profissional-burguesa-urbana-industrial”, ou seja, um pouco mais do mundo que vive-se contemporaneamente.¹³⁶³

Nesse estudo, Elias refuta um tipo de história fixado num caráter único dos eventos que estuda, que dogmaticamente postula “que a liberdade do indivíduo é fundadora de todas as decisões e ações”, e, finalmente, que “remete as evoluções principais de uma época às livres intenções e aos atos voluntários daqueles que têm força e poder”; ou seja, Elias combate um tipo específico de abordagem da história, aquela mais tradicional e antiga, fixada na narração dos eventos únicos, humanos e sociais. Tratar-se-ia de uma história que apenas reproduziria a ideologia das sociedades estudadas, colocando como central a vontade do príncipe “a qual tudo deve obedecer, e todos se submeter”, e nas explicações dos historiadores, apenas se produzindo uma saber arbitrário e juízos contraditórios, uma vez que os documentos históricos analisados seriam vistos sob a erudição dos interesses e ideologias de cada um dos pesquisadores históricos. A sociologia viria para produzir um saber seguro, rigoroso e acumulável, portanto, contrário a esses procedimentos históricos que procuram analisar cronologicamente os fenômenos sociais considerados.¹³⁶⁴

A sociologia não estuda apenas as sociedades contemporâneas, mas também estuda evoluções de longa ou longuíssima duração, as quais ajudam a compreender – por aproximação ou diferença – as realidades presentes; seu objeto é histórico, por se situar no

¹³⁶² ELIAS, A sociedade..., p. 62-3.

¹³⁶³ ELIAS, A sociedade..., p. 63-5.

¹³⁶⁴ CHARTIER, Roger. Formação social e economia psíquica: a sociedade de corte no processo civilizador. In: ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 7.

passado, seu procedimento é diferente do histórico – ou do ofício de historiador, pelo menos um determinado procedimento de um certo tipo de escrita da história –, uma vez que procura desvelar as posições sociais que existem independentemente dos indivíduos que ocupam tais posições, bem como as dependências que regulam o exercício de liberdade que cabe a cada um – o espaço que cada um possui de liberdade devido aos inter-relacionamentos sociais, com suas censuras e permissões – dentro do campo social. Assim, a sociologia não estuda um rei em particular, mas a função de rei; estuda não a ação de um príncipe em particular, “mas a rede de pressões na qual ela está inscrita”.¹³⁶⁵

O tipo de escrita da história narrada por Elias – e por ele criticada – há muito já foi superada; a história atualmente estuda os fatos repetidos, os ritmos cíclicos dos movimentos conjunturais; há também a história estrutural – que analisa as sociedades –, onde é levado em conta especialmente as posições dos grupos sociais, uns em relação a outros, bem como os mecanismos que asseguram a mobilidade ou reprodução social dos agentes, vale dizer, “os funcionamentos não percebidos pelos sujeitos sociais e sobre os quais sua ação voluntária não tem controle”. Tudo isso revela que a história, a partir da escola dos *Annales*, aprimorou-se em seus estudos, absorvendo os progressos de suas ciências vizinhas, fazendo com que a problemática histórica fosse ao encontro dos rigores científicos desses diferentes ramos especializados do conhecimento, enfim, ao que Elias e tantos outros cientistas – mesmo historiadores – criticaram de uma escrita da história mais tradicional, requerendo um padrão de cientificidade maior dos escritos historiográficos. Hoje, tanto a sociologia quanto a história, tendem a identificar certos elementos estruturais – criados pelo próprio ser humano e reproduzidos ao longo do tempo – que impõe determinações aos destinos pessoais, fenômeno social esse que chega a ponto de nenhuma vontade individual particular, por mais poderosa que seja, ser capaz de transformar. Assim, por exemplo, partir de agora, os reis e sua onipotência das intenções individuais são destronados.¹³⁶⁶

Elias, na obra *A sociedade de corte*, estuda a corte dos reis da França entre Francisco I e Luís XIV, com um projeto diferente do que até então já fora desenvolvido – visualizar a corte “como lugar ostentatório de uma vida coletiva, ritualizada pela etiqueta, inscrita no fausto monárquico” –, mas, diferentemente, abordar a sociedade de corte no duplo sentido do termo. “Por um lado, a corte deve ser considerada como uma sociedade, isto é, uma formação social na qual são definidas de maneira específica as relações existentes entre os sujeitos sociais e em que as dependências recíprocas que ligam os indivíduos uns aos outros

¹³⁶⁵ CHARTIER, Formação..., p. 7.

¹³⁶⁶ CHARTIER, Formação..., p. 8.

engendram códigos e comportamentos originais. Por outro lado, a sociedade de corte deve ser entendida no sentido de sociedade dotada de uma corte (real ou principesca) e inteiramente organizada através dela. Constitui portanto uma forma particular de sociedade, que deve ser tratada do mesmo modo que outras grandes formas, como a sociedade feudal ou a sociedade industrial”. A corte é uma formação social que qualifica um momento histórico, uma sociedade específica, desempenhando um papel central e organizando todo um conjunto de relações sociais.¹³⁶⁷

Mais que a corte em si, é a sociedade de corte que interessa a Elias, onde “a partir do exemplo francês que, sob Luís XIV, propõe a forma mais acabada da corte do ‘Ancien Régime’”, enfim, a partir desse estudo de caso, atinge o essencial “esclarecimento das condições que tornam possível a emergência e perpetuam a existência de uma tal forma social”. Para atingir tal objetivo são adotadas duas estratégias diferentes. (I) Considerar uma situação histórica específica e por a prova dados empíricos e factuais num corpo de hipóteses e conceitos teóricos, uma vez que, para Elias, as teorias sociológicas somente servem se são comprovadas por um trabalho de sociologia empírica, fugindo de abstratas construções taxionômicas de pretensa validade universal. Por outro lado, para cumprir essa primeira estratégia, é necessário socorrer do requisito da (II) comparação, que ele realiza em três níveis ou escalas, quais sejam, (II.a) “distinguir funcionamentos diferentes da mesma forma social na interior de sociedades comparáveis e contemporâneas”, enfim, comparar a corte de Luís XIV com outras congêneres européias na mesma época, revelando as especificidades próprias de cada qual; (II.b) realizar outras comparações mais distantes, com cortes de outros continentes, como a das sociedades asiáticas, especialmente mostrando os efeitos idênticos que produzem no interior das respectivas sociedades; (II.c) contrastar a sociedade de corte com outras formas e funcionamentos sociais, como a feita em relação – ou contraponto – à sociedade burguesa dos séculos XIX e XX, revelando que ambas sociedades diferem-se pelo *ethos* econômico, atividades profissionais de seus membros, e uma esfera de existências privada separada do social. Assim, muito dos procedimentos e convenções hoje adotados foram heranças culturais emergidas nessa época, “instiladas por um equilíbrio social novo que não era o das sociedades de corte”.¹³⁶⁸

A obra *A sociedade de corte* foi escrita anteriormente a *O processo civilizador*, e ambas devem ser lidas e interpretadas como partes indissociáveis de uma mesma obra, pois ambas se inserem na problemática global do processo civilizador, que altera radicalmente a

¹³⁶⁷ CHARTIER, Formação..., p. 8.

¹³⁶⁸ CHARTIER, Formação..., p. 9-10.

economia psíquica das pessoas nela envolvidas, no caso da sociedade de corte, como a figura central da constituição do Estado absolutista e da mudança de mentalidade entre os séculos XII e XVIII na Europa ocidental. Elias, trabalha com conceitos diferenciados como figuração, interdependência, equilíbrio das tensões, evolução social, desenvolvimentos das figurações, ferramentas intelectuais essas que permitem pensar o próprio objeto – por ele eleito – da sociologia. Para ele, talvez a questão central na sociologia “seja saber de que modo e por que os indivíduos estão ligados entre si, constituindo, assim, figurações dinâmicas específicas”, de tal forma que definiu como sendo objeto de estudo da sociologia “as redes de inter-relações, as interdependências, as figurações e os processos formados pelos homens interdependentes”.¹³⁶⁹

O conceito capital que ele trabalho é o da *figuração*, ou seja, “uma formação social, cujas dimensões podem ser muito variáveis, (os jogadores de um carteadado, a sociedade de um café [bar, restaurante], uma classe escolar, uma aldeia, uma cidade, uma nação), em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões”, verificando-se, assim, que os conceitos de figuração, interdependência e equilíbrio das tensões, estão jungidos uns aos outros, sendo que através desse suporte teórico ele acaba por escapar de certas tradições filosófica ou sociológica – clássicas – para pensar e explicar mundo social, vale dizer, a ação ou comportamento das pessoas. Assim, para a oposição liberdade e determinismo, ele recusa o terreno explicativo da metafísica, “que só deixa escolha entre a afirmação da absoluta liberdade do homem ou a de sua total determinação, segundo o modelo de uma causalidade física indevidamente transferida para o plano histórico”, pensando a liberdade “de cada indivíduo como inscrita na cadeia de interdependências que o liga aos outros homens e que limita o que lhe é possível decidir ou fazer [inclusive dizer e pensar]”.¹³⁷⁰

Elias refuta as categorias idealistas do indivíduo em si, da pessoa pura, e mesmo a representação atomística das sociedades – tidas como soma de agregação de sujeitos isolados e soma de comportamentos pessoais –, colocando em substituição a esse idealismo as fundamentais e fundantes “redes de dependências recíprocas que fazem com que cada ação individual dependa de uma série de outras, porém modificando, por sua vez, a própria imagem do jogo social”. É “a modalidade variável de cada uma das cadeias de interdependência – que podem ser mais ou menos longas, mais ou menos complexas, mais ou menos coercitivas – que define a especificidade de cada formação social ou figuração social”, quer seja tomada

¹³⁶⁹ CHARTIER, Formação..., p. 11-3.

¹³⁷⁰ CHARTIER, Formação..., p. 13.

numa longa escala temporal, quer seja tomada numa mesa época, num mesmo espaço ou sociedade.¹³⁷¹

Por isso essa análise acaba por superar a dicotomia entre o ser humano considerado ou como um sujeito livre e singular, ou como ser em sociedade, integrado nas solidariedades e comunidades múltiplas; também permite pensar “as relações intersubjetivas não através de categorias psicológicas que as supõem invariáveis e consubstanciais à natureza humana, mas em suas modalidades históricas variáveis, diretamente dependentes das exigências próprias de cada configuração social”. Desta forma, torna-se necessário considerar seriamente o fato de que tudo no mundo social é real e concreto, vale dizer, não apenas as pessoas de carne e osso são reais e concretas, mas também “todas as formas sociais que os ligam uns aos outros”. Por mais invisíveis, abstratas, ou mesmo tidas como ficcionais, as razões que ligam interdependentemente o comportamento entre as pessoas, no mundo social torna-se necessário reconhecer que tais fatos invisíveis são reais e concretas, uma vez que acabam produzindo fatos reais e concretos dentro do mundo social, com efeitos e reações concretas para as pessoas neles envolvidas. Por isso, o real não é apenas o concreto de existências individuais bem referenciadas – prática freqüente dos historiadores – mas também o intelecto delas, toda a sua pessoa, as ações e relações recíprocas que associam essas existências individuais, e que determinam “a natureza da formação social em que se inscrevem”.¹³⁷²

Mas Elias acrescenta mais à sua teoria do social, ou seja, verifica que “as interdependências existentes entre os sujeitos ou os grupos se distribuem em séries de antagonismos, instáveis, móveis, equilibrados, que são a própria condição de sua possível reprodução”, identificando aí uma propriedade universal ou estrutural presentes em todas as formações sociais analisadas, qual seja, no “centro das figurações móveis, (...) no centro do processo de figuração, se estabelece um equilíbrio flutuante [móvel, variável] das tensões, um movimento pendular de equilíbrio de forças, que oscila ora para um lado, ora para outro. Esse equilíbrio de forças flutuantes incluem-se entre as particularidades estruturais de qualquer configuração”. Evidentemente que o equilíbrio de tensões tem um desenho próprio para cada configuração social, sendo necessário identificar como se dá e se manifesta seu funcionamento para justamente cada configuração social estudada. A perpetuação ou reprodução de uma dada formação social se dá dentro desse equilíbrio; uma vez rompido o mesmo, porque um adversário-parceiro se tornou mais poderoso, ou porque um novo grupo não aceita a sua exclusão do *status quo* estabelecido, a formação se vê ameaçada para,

¹³⁷¹ CHARTIER, Formação..., p. 13.

¹³⁷² CHARTIER, Formação..., p. 13-4.

finalmente, ser substituída por outra, que passa a repousar num novo e inédito equilíbrio de forças e interdependência.¹³⁷³

Nos seus estudos e nas suas análises de figurações sociais, Elias procura “identificar e compreender as diferentes formações sociais que se sucederam ao longo dos séculos”, especialmente na Europa, distinguindo três modos e ritmos da evolução das sociedades humanas, quais sejam, a evolução biológica, a evolução social, e a evolução vivida na escala da história individual. Referenciadas entre si, pode-se verificar, por exemplo, que a organização biológica da espécie humana tem o tempo mais estável de todas as evoluções, praticamente imutável frente a evolução da existências individual; frente à evolução social, as sucessivas formações sociais que foram criadas pelo ser humano são praticamente tidas como temporárias, diante da organização biológica das espécie humana. Cada uma delas – evoluções – equivale a uma cronologia ou temporalidade própria e singular, que o autor germânico discorre para especialmente marcar duas propriedades fundamentais – estruturais – das formações sociais – independentemente se as três referidas evoluções constituem ou não um conceito operatório de temporalidade histórica –, quais sejam, “inicialmente, que as posições e relações que as especificam existem independentemente dos indivíduos que sucessivamente ocupam as primeiras [posições sociais] e se acham inseridas nas segundas [relações sociais]; depois, que, contrariamente às sociedades animais, as sociedades humanas se transformam sem que haja por isso modificação obrigatória da constituição biológica dos indivíduos, *o que enfatiza o problema das razões mesmas pelas quais uma figuração social aparece ou cede o lugar a outra*”.¹³⁷⁴

Ao articular as três evoluções com os seus três diferentes tempos, Elias quer especialmente ressaltar e “*situar a duração e os ritmos próprios da evolução das formações sociais, uma duração e um ritmo que não são perceptíveis pelos sujeitos de uma formação dada*. A sociedade deles lhes parece de fato um sistema mais imóvel e imutável na medida em que sua escala existencial da mudança é impotente para medir – salvo talvez em tempo de crise – as modificações do equilíbrio social”. Um grande jogo social, centrado no equilíbrio social de uma dada figuração social, é que dá conta da reprodução ou extinção das formações sociais, e não a vontade ou ação voluntário individual, mesmo que ela seja dotada de poder absoluto. É através desse caminho intelectual que Elias concebe um pensamento correto dos mecanismos que explicam o desenvolvimento das figurações sociais, enfim, “a exposição das interdependências conflituais e das tensões em equilíbrio que caracterizam de maneira própria

¹³⁷³ CHARTIER, Formação..., p. 14-5.

¹³⁷⁴ CHARTIER, Formação..., p. 15. Grifos em itálico nossos.

cada formação social”, e, nesse caminho, ele recusa todos os conceitos teóricos que possam dissociar os indivíduos da sociedade, “como se esta fosse um ‘meio’ ou um ‘ambiente’ existindo em si mesmo, e não constituído pela rede das posições ocupadas por (...) [aqueles]; seja porque relacionam implicitamente as evoluções sociais à ação voluntária de um ou vários indivíduos, ao passo que essas *evoluções são resultado do equilíbrio instaurado, perpetuado ou rompido entre os diferentes grupos de uma sociedade, e isso justamente em virtude das interdependências obrigatórias que os unem*”.¹³⁷⁵

A figuração social da sociedade de corte é indissolúvelmente ligada à edificação do Estado absolutista, que é caracterizado “por um duplo monopólio do soberano: o monopólio fiscal, que centraliza os impostos e dá ao príncipe a possibilidade de retribuir em dinheiro, e não mais em terras, seus fiéis servidores, e o monopólio sobre a violência legítima que atribui exclusivamente ao rei a força militar, portanto tornando-o senhor e avalista da pacificação de todo o espaço social”, desta forma, despojando a aristocracia dos antigos os fundamentos de seu antigo poder, “obrigando-a a viver na proximidade do soberano dispensador das rendas, pensões e gratificações”. A afirmação do poder do rei absoluto é o desfecho de uma competição social de muitos séculos, onde grupos sociais parceiros-competidores dominantes lutam entre si, vingando, ao final, o mais poderoso entre eles, cuja hegemonia implica necessariamente na redução – realizada paulatinamente – de seus concorrentes à condição de dependentes.¹³⁷⁶

Na França, a luta entre esses grupos dominantes, ao mesmo tempo cúmplices e adversários entre si, rivais pela conquista das vantagens e oportunidades sociais – enfim, dos ganhos dos principais bens e produtos socialmente elaborados –, levou a que, entre os séculos XI a XVI, se reduzisse progressivamente o número de grupos pretendentes hegemônicos, cuja livre competição reduziu ao número de cinco, e que depois se fixou em uma só casa reinante. A partir daí surge a competição interna na própria casa dominante geral, opondo rei e seus parentes. Eliminando rivais externos e reduzindo seus rivais internos, “o rei da França estabelece finalmente sua dominação territorial e política, e isso desde o começo do século XVI”; em seguida, inicia-se uma transformação social específica no interior da unidade de dominação tornada hegemônica, vale dizer, “o senhor central (...), qualquer que seja seu título (rei, príncipe, autocrata etc.), se apodera pessoalmente do monopólio da dominação. Um tal

¹³⁷⁵ CHARTIER, Formação..., p. 15-6. Grifos em itálico nossos.

¹³⁷⁶ CHARTIER, Formação..., p. 16.

confisco não depende, nem unicamente, nem fundamentalmente, de sua vontade política mas muito antes do equilíbrio instituído entre grupos sociais mais poderosos no Estado”.¹³⁷⁷

Na França, então uma sociedade já caracterizada como de alto nível de diferenciação social, chegou-se um determinado momento e circunstância social onde os grupos funcionais mais importantes estão impregnados por uma ambivalência de interesses, de tal forma também que os centros sociais de gravidade estão distribuídos de maneira muito equivalentes entre si, de tal forma que “não pode existir, seja de que lado for, nem compromisso, nem combates, nem vitória decisiva”, produzindo as condições de conveniência e oportunidade para se implantar um poder central forte nessa estrutura social. Assim, concretamente, “entre a aristocracia e o judiciário, entre a *noblesse d’épée* e os titulares da burocracia, o equilíbrio de tensões é tal que constitui a condição mais favorável para a construção do poder absoluto”. De fato, a situação era ambivalente, uma vez que os dois grupos funcionais dominantes nessa sociedade eram interdependentes e solidários – a fim de manter a formação social que assegurava sua dominação –, mas ao mesmo tempo rivais o suficiente para que não se aliassem contra o soberano. O rei, nesse contexto específico, seria frágil, caso o conjunto da sociedade se unisse contra ele, entretanto, frente a cada um dos grupos dominantes tomados isoladamente, o rei era mais forte, e assim se deu sua vitória. “Um equilíbrio tão marcado por tensões, que concedia às duas ordens direitos quase iguais e não permitia a nenhum dos grupos antagonistas prevalecer sobre o outro, oferecia a um rei legítimo, mantendo-se aparentemente a uma distância igual de uns e de outros, a oportunidade de agir como pacificador, de garantir a calma e a paz tão desejadas aos partidos em questão”.¹³⁷⁸

O antagonismo entre os dois grupos sociais dominantes é resultado “da diferenciação das funções sociais que reforçou o poder de uma burguesia burocrática e administrativa ao lado daquele, tradicional, da aristocracia financeira e militar”. O soberano faz o jogo de jogar permanentemente um grupo contra o outro, assim perpetuando o poder absoluto do soberano; uma burguesia de toga se consolida paralelamente ao Estado monárquico, e para essa burguesia “são reservados os encargos da justiça e das finanças para fazer frente às pretensões da nobreza”. Para proteger e ao mesmo tempo controlar a aristocracia – por sua vez “contrapeso indispensável do poder burocrático” – a instituição da corte se torna essencial, enfim, “uma peça fundamental na estratégia monárquica de reprodução das tensões”, pois de um lado “ela garante a vigilância pela proximidade, assegurando portanto o controle do rei sobre seus mais perigosos concorrentes potenciais; por outro lado, permite, pelo jogo dos

¹³⁷⁷ CHARTIER, Formação..., p. 16-7.

¹³⁷⁸ CHARTIER, Formação..., p. 17. Grifos em itálico no original.

favores monárquicos, consolidar as fortunas nobiliárias, colocadas em perigo não apenas pela depreciação monetária mas por uma ética econômica que regula as despesas não em função das receitas, mas em função das exigências da condição”.¹³⁷⁹

Portanto, o “equilíbrio entre os diferentes grupos sociais de força social quase equivalente e a atitude ambivalente de cada um desses grupos face ao senhor central, atitude que decorre desse equilíbrio, tudo isso certamente não é criação de determinado rei. Mas quando o jogo das interdependências e das tensões sociais deu lugar a uma situação desse gênero, é do interesse vital do senhor central mantê-la em sua instabilidade”. Desta forma, ao preservar “a aristocracia como grupo social distinto submetendo-o ao príncipe, a corte constitui o principal mecanismo que permite aos reis franceses perpetuar seu poder pessoal, o monopólio fiscal, o monopólio militar e a etiqueta da corte são portanto os três instrumentos de dominação que, conjuntamente, definem essa forma social original que é a sociedade de corte”. Daí se deduz que as relações entre os grupos sociais não se reduzem apenas a uma luta de classes, devido à ambivalência de cada relação social, onde os grupos podem ser rivais e cúmplices ao mesmo tempo; além disso, verifica-se que o Estado absolutista não é instrumento de uma única classe dominante, no caso francês, a classe da aristocracia, uma vez que a burguesia também faz parte dela; por fim, a expressão “monarquia absoluta” passa a ter uma significação mais precisa, qual seja, a monarquia é absoluta “*porque o rei não é de modo algum dependente de um grupo social dado, mas se encontra em posição de manipular o equilíbrio das tensões que está na origem de seu poder*”.¹³⁸⁰

É justamente nessa manipulação dos antagonismos – que não foi criada pelo rei – que se define o espaço próprio “deixado à ação pessoal do soberano, o exercício pelo qual ele pode individualizar, bem ou mal, a função do rei”. Assim, Norbert Elias permite ao pesquisador verificar a influência recíproca existente entre as características próprias de uma dada posição social e as propriedades específicas dos diferentes indivíduos que a ocupam, de um lado “o posto e seus atributos estruturais”, de outro lado “o habitus e suas disposições particulares”. Luís XIV, nesse sentido, cumpriu total e completamente seu papel, conforme exigido pelo contexto próprio evolutivo da monarquia da época, enfim, “que fossem perpetuadas e reguladas as tensões existentes (...) e que o rei aceitasse ele próprio as regras coercitivas do instrumento de dominação de corte instaurada para manter e significar sua dominação absoluta”.¹³⁸¹

¹³⁷⁹ CHARTIER, Formação..., p. 17-8.

¹³⁸⁰ CHARTIER, Formação..., p. 18-9. Grifos em itálico nossos.

¹³⁸¹ CHARTIER, Formação..., p. 19.

Essa instauração do poder absoluto – resultado e princípio de um novo equilíbrio social – é, segundo Norbert Elias, acompanhada de evoluções sociais mais significativas, constitutivas do processo civilizador. Ele verificou que no Ocidente, entre os séculos XII e XVIII, “as sensibilidades e os comportamentos efetivamente se modificaram profundamente por dois fatos fundamentais: a monopolização, pelo Estado, da violência que obriga ao controle das pulsões e assim pacifica o social; e o estreitamento das relações interindividuais, que implica necessariamente um controle mais severo das emoções e do afeto”. Segundo o sociólogo alemão, foi a progressiva diferenciação das funções sociais – condição da formação do Estado absolutista – que multiplicou as interdependências sociais, ao mesmo tempo em que suscitou cada vez mais das pessoas envolvidas nessas funções sociais todo um mecanismo de autocontrole individual – psíquicas – e que caracterizam o ser humano ocidental da idade moderna. “À medida que se diferencia o tecido social, o mecanismo sociogenético do autocontrole psíquico (...) evolui igualmente rumo a uma diferenciação, uma universalidade, uma estabilidade maiores. (...) A estabilidade particular dos mecanismos de autocoerção psíquica (...) que constitui o traço típico do habitus (*Habitus*) do homem ‘civilizado’ está estreitamente ligado à monopolização da coerção física e à solidez crescente dos órgãos sociais centrais. É precisamente a formação dos monopólios que permite a instalação de um mecanismo de ‘condicionamento social’ graças ao qual cada indivíduo é educado no sentido de um rigoroso autocontrole, aí está a origem do mecanismo de autocontrole individual permanente cujo funcionamento é em parte automático”.¹³⁸²

Para Elias, o processo civilizador social consiste, “antes de tudo, na interiorização individual das proibições que, antes, eram impostas de fora, em uma transformação da economia psíquica que fortalece os mecanismos do autocontrole exercido sobre as pulsões e emoções e faz passar da coerção social (...) à autocoerção”. Essa passagem trata-se de um processo de longa duração para o caso dos indivíduos das nações européias ocidentais, sendo que o caso específico da sociedade de corte – enquanto “figuração social específica, distinta do resto da sociedade” – é um “laboratório de comportamentos inéditos e lugar de elaboração de novas normas”. No século XVII, está uma forma acabada de sociedade de corte monárquica na França, “organizada para e pelo rei absoluto”; o século XII assinala a constituição das grandes cortes feudais, e “uma primeira etapa do processo civilizador” ocidental. Nesse longínquo século XII, Elias demonstra como “a *courtoisie* designa um primeiro conjunto de transformações nos comportamentos, expresso pela poesia dos

¹³⁸² CHARTIER, Formação..., p. 19.

Minnesänger e dos trovadores e caracterizado pelo respeito a convenções mais coercitivas, um controle mais rígido das condutas, das relações menos brutais entre homens e mulheres. No interior de uma sociedade guerreira ainda pouco pacificada e policiada, as cortes feudais, que conhecem uma primeira diferenciação das funções de governo e uma primeira intensificação das interdependências, constituem portanto ilhas de ‘civilização’ onde se esboça um novo habitus”.¹³⁸³

Já na sua forma definitiva – sociedade de corte que caracterizava o Estado absolutista –, Elias identificava nela “uma outra etapa da evolução social e do processo civilizador (...) e [com] exigências mais severas quanto ao controle dos afetos – as da *civilidade*”. Os fundamentos dessa nova formação social se encontravam em três princípios paradoxais. (I) Em primeiro lugar, “a sociedade de corte é uma figuração em que a maior distância social se manifesta na maior proximidade espacial”, significando isso que num mesmo espaço conviviam próximos senhores e criados, rei – com a absoluta distância que o separa da nobreza – e nobreza, produzindo a confusão entre vida privada e vida pública – traço marcante e original da sociedade de corte –, ou a ausência dessa distinção nas práticas e no pensamento. Tanto para o rei, quanto para a sua corte, todos os gestos e condutas da esfera íntima, sigilosa e privada – conforme valores da formação social burguesa que virá a seguir – “são vividos e manipulados como signos que permitem ler a ordem social – uma ordem em que as formalidades públicas indicam o lugar de cada um na hierarquia das condições [sociais]”.¹³⁸⁴

(II) Em segundo lugar, “o ser social do indivíduo é totalmente identificado com a representação que lhe é dada por ele próprio ou pelos outros”, significando isso que a realidade ou concretude de uma posição social é em função do que a opinião julga que ela é, pois era pelo reconhecimento pelos outros de sua qualidade de membro dessa sociedade que, em última instância, determinava essa própria qualidade. As implicações dessa realidade fixada pela formalidade formam que (II.a) fundou uma economia aristocrática da ostentação, que regulava as despesas segundo as exigências da posição que se pretendia manter; (II.b) constituiu as hierarquias da etiqueta como o modelo das diferenças sociais; (II.c) fez dos diferentes papéis e lugares no cerimonial da corte a condição essencial da competição social. Assim, a identidade de cada indivíduo dessa formação social estava “no cruzamento da representação que (...) [fazia] de si mesmo e da credibilidade concedida ou recusada pelos outros a essa representação”, e, nesse jogo social, o rei tinha mais peso, uma vez que

¹³⁸³ CHARTIER, Formação..., p. 20. Grifos em itálico no original.

¹³⁸⁴ CHARTIER, Formação..., p. 20.

modificando as posições no cerimonial, podia “não apenas jogar comum equilíbrio de tensões favorável à sua dominação, mas também determinar a posição social ‘efetiva’ – isto é, percebida e recebida – de cada cortesão. A disputa pelos signos de prestígio é, assim, ao mesmo tempo, uma luta pelos atributos e vantagens do poder social”.¹³⁸⁵

(III) Em terceiro lugar, “a superioridade social nela [sociedade de corte] se afirma pela submissão política e simbólica”, significando isso que era “apenas aceitando sua domesticação pelo soberano e sua sujeição às formalidade coercitivas da etiqueta de corte que a aristocracia (...) [poderia] manter a distância que a (...) [separava] de sua concorrente pela dominação: a burguesia burocrata”. Assim, a lógica da corte era de uma “distinção pela dependência”; internamente, cada um dos agentes sociais se distinguia entre si, e externamente, em conjunto, todos se distinguiam em relação aos estranhos do grupo, de forma que, isolada ou conjuntamente, a existência era um valor auto-suficiente. O próprio rei não escapava a essa lógica, sendo efetivamente um prisioneiro dessa mecânica que assegurava seu poder, uma vez que era porque ele próprio se submetia à etiqueta que impunha aos cortesãos, que ele podia utilizá-la como um instrumento de dominação, enfim, ele era prisioneiro da etiqueta e das chances de prestígio dessa sociedade singular.¹³⁸⁶

Numa sociedade onde a distinção se dava e se afirmava na proximidade física, a realidade repousava na aparência e formalidade dos juízos e opiniões endógenos – além de herméticos – do meio, e a superioridade social-hierárquica somente se edificava na dependência, submissão e subordinação, a vida da corte acabaria por requerer de seus agentes algumas propriedades psicológicas específicas, incomuns à maioria das pessoas, enfim, uma capacidade ou competência maior da arte de observar aos outros(as) e a si mesmo(a), censura dos sentimentos, domínio das paixões, incorporação das disciplinas que regem a civilidade. Tratava-se de uma transformação psíquica ou mental pessoal que modificava as maneira de pensar e também toda a estrutura da personalidade da pessoa, a sua economia psíquica ou o *habitus*. Esse processo de fixação do que seria conveniente e próprio – enquanto comportamento, ação e reação – a essas gentes específicas dessa sociedade de corte singular, era também um processo de remodelagem da afetividade, que submetia essas pessoas “a uma rede cerrada de autocontroles automáticos que (...) refreavam todos os impulsos espontâneos, todos os movimentos imediatos. Esse *habitus* inédito produz uma forma de racionalidade

¹³⁸⁵ CHARTIER, Formação..., p. 20-1.

¹³⁸⁶ CHARTIER, Formação..., p. 21.

totalmente específica, (...) que deve adequar exatamente cada conduta à relação em que ela se inscreve e ajustar cada comportamento ao objetivo que ele deve permitir atingir”.¹³⁸⁷

A obra de Norbert Elias, *A sociedade de corte*, assim, estuda “a gênese e as propriedades, tanto sociais como psicológicas, de uma formação que tem seu delineamento na Idade Média, nas grandes corte feudais, que define progressivamente suas formas no Renascimento antes de encontrar no século XVII suas características definitivas – a saber, a fixação de uma ampla população em um lugar único, uma diferenciação e uma hierarquização rígida das funções de corte, a constituição de uma cultura nobiliária específica, depurada de todo elemento feudal”. Quanto à questão da difusão para outras camadas sociais, “dos modelos de comportamento e dos dispositivos psicológicos elaborados na sociedade de corte”, dentro da idéia de que um processo civilizador implica “na generalização, para toda sociedade, das proibições, censuras e controles por um tempo peculiares à maneira de ser dos homens de corte”, Elias concebe uma circulação dos modelos culturais, onde insere no centro dele a tensão entre distinção e divulgação.¹³⁸⁸

Os comportamentos e coerções próprios da sociedade de corte se generalizam perante o restante das outras camadas da sociedade não por difusão – onde ganharia “progressivamente todo o corpo social a partir da elite que o domina” –, mas, diferentemente, por imitação dentro de uma concorrência ou disputa entre camadas sociais dominantes, onde as camadas burguesas imitam o modo de ser aristocrático, obrigando a estes, por sua vez, a aumentar as suas exigências de civilidade, a fim de sempre lhe restituir a identidade de um valor discriminante perante todos os outros agentes sociais diferentes deles. “Essa competição pela apropriação ou, ao contrário, o confisco perpétuo da distinção é o motor principal do processo civilizador, uma vez que leva a aumentar as sofisticções do *savoir-vivre*, a multiplicar as proibições, a intensificar ainda mais o limiar das censuras”.¹³⁸⁹ Trata-se de uma circulação de modelos de comportamento, que reproduz as diferenças culturais dentro do próprio processo de imitação e difusão social; nesse sentido, a circulação das coerções também deve ser pensada nesse mesmo quadro conceitual, a fim de evitar todas as noções que deixam supor que a coerção social existe de um topo para uma base social, como, por exemplo, poder e autoridade.¹³⁹⁰

¹³⁸⁷ CHARTIER, Formação..., p. 21-2.

¹³⁸⁸ CHARTIER, Formação..., p. 22-3.

¹³⁸⁹ Sobre o processo de luta pela distinção social, vide especificamente BOURDIEU, Pierre. **La distinción: criterio y bases sociales del gusto**. 2. ed. Madrid: Taurus, 2000. 600 p.

¹³⁹⁰ CHARTIER, Formação..., p. 23.

A atração exercida pela civilização da sociedade de corte se espalha pelas outras camadas sociais, forçando a que aquela civilização busque se tornar mais exigente, a fim de sempre se distinguir dos demais e, nesse processo, as coerções que os grupos dominantes acabam impondo – nessa imitação pela concorrência – ao restante do corpo social, acaba retornando a eles, a fim de reforçar nessa camada dominante e poderosa os próprios dispositivos de autocoerção que os caracterizam. A dinâmica da rede específica das interdependências e reciprocidades que ligam os indivíduos uns aos outros, caracterizam cada formação e figuração social, permitindo compreender as relações mantidas entre os diferentes grupos nessa luta social de reconhecimento e distinção recíproca, ao mesmo tempo em que se escapa de formular representações “simplistas, unívocas, petrificadas, da dominação social ou da difusão cultural”.¹³⁹¹

Na França, a disputa entre aristocracia da corte e burguesia burocrática, “dura na medida em que dura a formação social que lhe dá existência”; o fim da sociedade absolutista de corte ocorre quando o “equilíbrio de tensões mantido e manipulado por Luís XIV se congela assim como se esclerosa o cerimonial de corte: perdendo toda maleabilidade, o dispositivo de dominação não pode mais agregar novos parceiros sociais, mas apenas repetir os conflitos antigos – a saber, o rei, a aristocracia de corte, os parlamentos”. Sucede que ao fim do século XVIII, há a consolidação social das camadas burguesas – até então excluídas da partilha da dominação social –, instaurando, assim, “uma ruptura entre a distribuição aparente do poder, confiscado pelas elites tradicionais, e a realidade do novo equilíbrio de forças. Daí a impossível conservação da formação social antiga, e também sua impossível reforma. Daí a instauração, pela força, de uma nova figuração traduzindo a nova distribuição das posições sociais”.¹³⁹²

Assim, a Revolução Francesa foi mais do que resultado da oposição entre as camadas dominantes da aristocracia e burguesia e vitória desta última, uma vez que ambas eram, no regime anterior, tanto solidária quando rivais – “solidárias justamente porque rivais” –, mas “como a instalação de uma formação social inédita, onde o que mudou não foi apenas a identidade dos dominantes, mas a própria imagem do equilíbrio das tensões entre os grupos e as cadeias de interdependência entre os indivíduos. É preciso portanto pensar em termos novos a última etapa do processo civilizador: a empreendida nos séculos XIX e XX por uma sociedade marcada pela obrigação geral do trabalho, uma estrita separação entre o foro privado e a vida pública, uma hierarquia dos valores que confere o primado ao êxito

¹³⁹¹ CHARTIER, Formação..., p. 23.

¹³⁹² CHARTIER, Formação..., p. 23-4.

econômico”. Essa verdade ou esclarecimentos científicos Norbert Elias extrai a partir de duas formas distintas mas interligadas de abordagem sociológico-histórico-psicológico, quais sejam, a abordagem sociogenética – “que visa situar os mecanismos de formação e os princípios de estruturação de uma figuração social dada” – e a abordagem psicogenética – “que tenta circunscrever a modelagem e a economia do habitus psíquico engendrado por essa figuração”. No dois casos, o que se procura alcançar é “analisar a totalidade de um dispositivo, social ou psicológico (...), de apreender um processo com seus equilíbrios instáveis e suas tensões móveis”, e entender também que, na sociedade, “certas evoluções fundamentais são compreendidas apenas em ampla escala, na longa duração da sucessão das formações sociais e das transformações das estruturas psicológicas”, sendo essencial, para isso, articular “o vínculo existente com as formas sociais, os habitus psíquicos, as produções estéticas”.¹³⁹³

Em outra obra de caráter histórico, sociológico e antropológico, Norbert Elias procura explicar, com fundamento em sua teoria dos processos civilizadores, o desenvolvimento social do povo alemão, desde o Iluminismo até os dias presentes, uma espécie de biografia da sociedade e do Estado alemão, mais especificamente, o que sucedeu nessa sociedade para produzir o nazismo e seu líder Adolf Hitler,¹³⁹⁴ bem como o genocídio humano – de judeus,

¹³⁹³ CHARTIER, Formação..., p. 24-5.

¹³⁹⁴ Adolf Hitler (1889-1945), estadista alemão. Filho de um fiscal da alfândega austríaco – Alois Hitler e Klara Poetzl –, foi para Viena (1907) para fazer estudos artísticos. Recusado pela Academia de Belas-Artes, levou ali uma existência miserável. Seu rancor tornou-o sensível às teses pangermanistas de Georg von Schönerer, assim como às do movimento social-cristão de Karl Lueger. Instalando-se em Munique em 1913, alistou-se voluntariamente no exército bávaro em 1914 – começo da I Guerra Mundial – e ficou, ao final da guerra, ferido em combate, intoxicado e temporariamente cego. Durante essa guerra, tornou-se cabo e ganhou duas vezes a Cruz de Ferro por bravura. Retornando a Munique, aderiu, em 1919, ao Partido Operário Alemão, pequena organização nacionalista ao mesmo tempo anti-semita e anticapitalista, descobrindo na política seu talento para demagogia, passando a pronunciar seus longos discursos anti-semitas, contra o Acordo de Paz de Versalhes e também contra o marxismo, palavras que encontraram terreno fértil na Alemanha humilhada pela derrota. Eliminou o presidente desse partido, Anton Drexler, e, em 1921, transformou-o no Partido Operário Alemão Nacional-Socialista – *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (NSDAP)* – ou nazista, ao qual impôs, como novo líder, o *Führerprinzip*, ou seja, sua ditadura pessoal. Criou, então, com Röhm, a organização paramilitar das sessões de assalto (SA). Tentou um golpe de Estado em Munique (9 de novembro de 1923) – *putsch* de Munique –, que fracassou e fez com que seu partido fosse proibido; esse fracasso conferiu-lhe, contudo, uma notoriedade nacional. Preso durante nove meses junto com Rudolph Hess, Hitler ditou o *Mein Kampf (Minha Luta)*, narrativa biográfica e manifesto político, onde desenvolveu as idéias fundamentais do nacional-socialismo, quais sejam, a necessidade alemã de se rearmar, empenhar-se na auto-suficiência econômica, suprimir o sindicalismo e o comunismo, e exterminar a minoria judaica, dentre outros. A partir de 1925, resolveu estabelecer sua ditadura pelas vias combinadas da democracia e do terror – violência contra inimigos políticos. Aproveitou-se do aumento do desemprego, da crise de 1929 – Grande Depressão Econômica Mundial de 1929 –, da humilhação da Alemanha pelos vencedores da I Guerra Mundial e apresentou-se como salvador da pátria, fazendo florescer seu Partido Nazista, trazendo para dentro dele um grande fluxo de adeptos. Havia no Reichstag, 12 deputados nacional-socialistas em 1928, 107 em 1930. Hitler, que se candidatou para a eleição presidencial contra Hindenburg (1932), fracassou. Porém foi apoiado por 230 deputados nazistas eleitos naquele ano, e Hindenburg resolveu nomeá-lo chanceler (30 de janeiro de 1933). Hitler impôs, em um ano, a

ciganos e eslavos, dentre outros – produzido durante a permanência desse homem e sua ideologia no centro do poder político da Alemanha. Elias entende que, tal qual o desenvolvimento de uma pessoa individual, onde as experiências dos períodos anteriores de sua vida continuam a produzir efeitos no presente, “também as experiências passadas influem no desenvolvimento de uma nação”. Desta forma, através de um fundamentado entrelaçamento de provas empíricas e argumentos teóricos, ele “aponta os muitos caminhos em que aquelas características do habitus, da idiossincrasia, da personalidade, da estrutura social e do comportamento alemão que esse combinaram para produzir a ascensão de Hitler e os genocídios nazistas podem ser entendidas como resultantes do passado da Alemanha”.¹³⁹⁵

Assim, Elias ressalta particularidades importantes da história alemã, entre elas, “a devastação causada no século XVII pela Guerra dos Trinta Anos; a tardia unificação da Alemanha, comparada com a de países como a Grã-Bretanha e a França, que foram unificados

ditadura unipartidária nacional-socialista, comandando uma série de provocações, dentre as quais, sem dúvida, o incêndio do Reichstag (27 de fevereiro), que ele atribuiu aos comunistas. A “nova ordem” instaurada na Alemanha baseava-se no espírito de vingança contra as potências ocidentais, na vontade de conquistar, no leste, o “espaço vital” necessário aos alemães, considerados como uma “raça superior”, e no ódio ao marxismo e aos judeus. Hitler conseguiu que todas as classes da sociedade aderissem a um consenso nacionalista e chauvinista e obteve a colaboração da grande burguesia industrial e financeira, sacrificando os SA, que representavam ainda a tendência “socialista” de seu partido: estes foram massacrados durante a “noite dos longos punhais” (30 de junho de 1934). Tornou-se presidente do Reich – *Führer* do Reich Alemão – com a morte de Hindenburg (agosto de 1934). Em política exterior – obedecendo a critérios políticos internos desenhados para a recuperação da grandeza da Alemanha –, começou o rearmamento, ferindo o Tratado de Versalhes, de tal forma que impôs – obteve sucesso em conseguir – às potências ocidentais o rearmamento da Alemanha e uma série de golpes, dentre as quais a reocupação da Renânia (7 de março de 1936). Fortalecido pela aliança com a Itália, deu os primeiros passos concretos para a sua pretendida expansão do Terceiro Reich e anexou a Áustria (Anschluss ou Anexação, 13 de março de 1938) e obrigou – obteve – os dirigentes ocidentais a assinarem os acordos de Munique (29 e 30 de setembro de 1938), que previam a anexação do território dos Sudetos, enfim, a tomada da antiga Tchecoslováquia, aos poucos, começando pelos Sudetos. Após a assinatura do pacto germano-soviético (23 de agosto de 1939), que previam a não agressão nazi-soviético – que foi quebrado em 1941 ao atacar a Rússia de Stálin –, Hitler invadiu a Polônia (1º de setembro), desencadeando, dessa forma, a II Guerra Mundial. Servido por um Estado-Maior que arquitetava estratégias eficientes, obteve rápidos sucessos contra a Polônia, depois contra a França e nos Balcãs. Aponta-se que Hitler seguia táticas “intuitivas”, indo mesmo contra conselhos de especialistas militares, obtendo vitórias maciças no princípio da guerra. Em 1941, assumiu controle direto das forças armadas. Cumprindo seu desiderato ideológico, decidiu praticar assassinatos em massa, que culminou com o Holocausto ou campos de concentração para extermínio de milhões de gentes. Indica-se também que ele adquiriu, pouco a pouco, o sentimento de que era infalível, o que o conduziu a cometer graves erros durante a guerra germano-soviética. O fracasso de Stalingrado (2 de fevereiro de 1943) e a abertura de uma “segunda frente” na Normandia (6 de junho de 1944) anunciaram o fim de seu domínio na Europa. Demonstrando um esgotamento nervoso, Hitler ficou, então, mais próximo da loucura. Foi ferido apenas levemente pela bomba colocada em seu QG pelos conjurados militares que queriam abatê-lo para evitar a destruição total da Alemanha (20 de junho de 1944), tendo eliminado todos os que se envolveram na conspiração. Cercado pelo Exército Vermelho em Berlim e recluso no abrigo de concreto situado sob a chancelaria, desposou sua amante, Eva Braun (29 de abril de 1945) e legou, no mesmo dia, seus poderes para o almirante Dönitz. Suicidou-se em 30 de abril; todas as evidências levam a crer que os dois suicidaram-se e tiveram seus corpos queimados em um abrigo subterrâneo. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 12; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1.

¹³⁹⁵ DUNNING Eric; e MENNELL, Stephen. Prefácio à edição inglesa. In: ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 7-8 e 11.

muito mais cedo e desfrutaram, em consequência, de um padrão muito menos descontínuo de história e desenvolvimento social; e o fato de que, no caso alemão, a unificação ocorreu através de uma série de guerras sob liderança dos setores militaristas que governavam a Prússia, um processo no qual grande parcela das classes médias abandonaram os valores humanistas que tinham até então predominado em seus círculos sociais, e passaram a adotar os valores militaristas e autoritários dos prussianos hegemônicos. Elias descreve o Segundo Império da Alemanha – o unificado *Kaiserreich* de 1871-1918 – como uma *satisfaktionsfähige Gesellschaft*, uma expressão de que é impossível de que é impossível dar uma tradução direta, mas que significa uma sociedade gravitando em torno de um código de honra em que duelar, e exigir, e dar ‘satisfação’ ocupavam um lugar de arrogante destaque. Segundo Elias, a unificação da Alemanha envolveu, pois, a ‘brutalização’ de vastos setores das classes médias, um processo em que confrarias estudantis nas universidades desempenharam um papel crucial. Elias passa depois a analisar o enfraquecimento do controle do Estado na Alemanha depois da I Guerra Mundial e como, nesse contexto, surgiram as brigadas militares de voluntários dos Freikorps, desestabilizando a incipiente República de Weimar, e contribuindo para um movimento terrorista que se opunha ao parlamento do parlamento de Weimar e lutava pelo restabelecimento de um governo autoritário. (Ele também mostra como depois da II Guerra Mundial, grupos terroristas como o Baader-Meinhof nasceram de uma situação estruturalmente semelhante.) Entretanto, a tese de Elias não é que a ascensão de Hitler e os genocídios nazistas resultaram inevitavelmente de tais fatores estruturais mas, antes, que esses eventos internacionalmente estigmatizantes ocorreram em consequência de decisões tomadas num contexto de crise nacional por grupos dominantes que desfrutavam de amplo apoio popular, sobretudo da classe média, e que estavam agindo em função de aspectos que eram – em, em certa medida, ainda são – profundamente sedimentados do habitus, personalidade, idiossincrasia, estrutura social e comportamento alemão”.¹³⁹⁶

Elias compreende o *habitus* como uma espécie de “segunda natureza humana e social”, uma espécie de “saber social incorporado”; não se trata de um conceito essencialista, sendo utilizado para ultrapassar a antiga noção de “caráter nacional” como algo fixo e estático. Para o sociólogo alemão “os destinos de uma nação ao longo dos séculos vêm a ficar sedimentados no habitus de seus membros individuais”, decorrendo daí que “o habitus muda com o tempo precisamente porque as fortunas e experiências de uma nação (ou de seus

¹³⁹⁶ DUNNING; e MENNELL, Prefácio..., p. 8-9. Grifos no original.

agrupamentos constituintes) continuam mudando-se e acumulando-se”.¹³⁹⁷ Tal conceito implica num equilíbrio entre continuidade e mudança, possibilitando inclusive explicar porque um surto comportamental informalizante e a ascensão de uma sociedade mais permissiva – década de 1960 e 1970 – representou uma reversão da principal tendência do processo civilizador europeu, mas ao mesmo tempo uma continuação civilizadora.¹³⁹⁸

Para escrever essa obra sobre a sociedade alemã, Elias realizou comparações entre os padrões alemães de *habitus* e seu específico desenvolvimento social, com os padrões equivalentes de outros países europeus, particularmente da Grã-Bretanha, França e Holanda, países e culturas que Elias conhecia bem, por ter vivido e trabalhado neles, bem como aprendido a falar, ler e escrever em suas línguas, adquirindo uma sensibilidade particular e conhecimento íntimo e detalhado em relação a esses países. Em sua obra *O processo civilizador*, Elias já efetuava uma comparação entre o desenvolvimento da Grã-Bretanha, França e Alemanha, e, de certa forma, a sua obra *Os alemães*, é uma continuação e ampliação da comparação desenvolvimentista entre os citados países, particularmente para as diferenças nas trajetórias de desenvolvimento deles. “A sua tese central é de que a facilidade e rapidez com que os Estados centralizados emergiram na Europa Ocidental dependeu, *ceteris paribus*, do tamanho das formações sociais envolvidas e, assim, da extensão das divergências geográficas e sociais existentes. Ele mostra como o colossal Império ‘Romano Germânico’ (ou ‘Sacro Império’) – o I Reich – foi desmoronado e fragmentando-se em suas fronteiras durante séculos, sobretudo a oeste e ao sul, um processo que só foi parcialmente compensado pela colonização e pela expansão a leste. Essa tendência, argumenta ele, prosseguiu com a redução das dimensões do território da Alemanha depois de 1866, quando a guerra entre a Prússia e a Áustria levou à exclusão desta última da Confederação Alemã e à solução da pequena Alemanha (*kleindeutsche Lösung*) para o problema da unificação nacional dos povos de língua alemã. Houve ainda outra redução, depois de 1918, em consequência das perdas territoriais sofridas pela Alemanha na I Guerra Mundial. Tendência que se confirmou, como demonstra Elias neste *Os alemães*, em decorrência da derrota da Alemanha na II Guerra Mundial. Quer dizer, ocorreu nova divisão, desta vez entre a República Federal (ocidental) e a República Democrática (oriental)”.¹³⁹⁹

¹³⁹⁷ Anthony Giddens procura negar que exista qualquer ligação entre história de um grupo e seu *habitus* atual. In: DUNNING; e MENNELL, Prefácio..., p. 9, nota de rodapé n. 4. Sobre essa negação ou, talvez, uma certa incompreensão do sociológico britânico sobre o estudo e teorias de Norbert Elias, vide GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 195 e segs.

¹³⁹⁸ DUNNING; e MENNELL, Prefácio..., p. 9.

¹³⁹⁹ DUNNING; e MENNELL, Prefácio..., p. 9-10. Grifos em itálico no original.

Norbert Elias faleceu em 1º de agosto de 1990, portanto, pouco depois do colapso dos Estados comunistas da Europa Oriental, e quando escreveu a obra *Os alemães*, em depoimento pouco antes de vir a falecer, ele admitiu que uma de suas intenções com a obra era “o de tentar reconciliar o povo alemão com a probabilidade de que a divisão Leste e Oeste se revelasse permanente”. Entretanto, ele viveu o suficiente para verificar o fim da Guerra Fria e a reunificação alemã, não se apercebendo – como praticamente a unanimidade das pessoas – da fraqueza da ex-União-Soviética e do seu desmantelamento final. “Elias não só reconheceu essa sua falha com o, na verdade, riu-se dela. *Um dos pontos centrais de sua sociologia é que, de um modo mais geral, embora ‘toda explicação possibilite predições de uma ou outra espécie’, isso não implica, em absoluto, que seja possível ‘profetizar’ eventos futuros na base de modelos sociológicos.* Se Elias tivesse aplicado o seu modelo em detalhes à ex-União Soviética, talvez fosse possível diagnosticar a fraqueza estrutural do ‘império’ soviético, se não o momento de sua extinção. Sem dúvida, Elias logrou realizar tal diagnóstico a respeito do ex-Império Britânico em 1939”.¹⁴⁰⁰

Durante a II Guerra Mundial, foi estimado em seis milhões de judeus, ciganos, eslavos – e outros – mortos em campos de concentração, e a obra *Os alemães* traz sua contribuição para entender as causas que levaram à prática do genocídio na época, bem como põe à prova a questão da validade da teoria de Elias acerca dos processos civilizadores. “De todos os eventos que ocorreram até agora no século XX, o genocídio nazista foi aquele que inflingiu o maior choque à imagem que a população europeia tinha de si mesma, tão fortemente impregnada da idéia de ‘civilização’. Mas o que quer que possa ter sido, e por mais que envolvesse o uso de técnicas ‘civilizadas’ como formas burocráticas ‘raciais’ de administração, os genocídios dificilmente podem ser descritos, por maior que seja o esforço de imaginação, como algo ‘civilizado’. De fato, eram extremamente ‘incivilizados’ e ocorriam no contexto do que Elias descreveu como ‘colapso da civilização’ (...).É claro, como Elias sustentou e mais recentemente foi sublinhado por Edward Said, entre outros,¹⁴⁰¹ que a idéia que os povos europeus têm de si mesmos como ‘civilizados’ e ‘superiores’ sempre supôs a existência de outros povos a quem estigmatizaram como ‘incivilizados’ e ‘inferiores’. Entretanto, a constatação de que povos europeus podiam agir de maneira tão ‘incivilizada’ contra seus próprios concidadãos, como os alemães tinham agido no ‘Holocausto’, foi

¹⁴⁰⁰ DUNNING; e MENNELL, Prefácio..., p. 10. Grifos em itálico nossos.

¹⁴⁰¹ No Brasil foram publicadas várias obras de Edward W. Said. Sobre a temática específica acerca da visão natural da superioridade europeia frente a outros povos e as conseqüências culturais do fato, além da conhecida obra *Orientalismo*, do autor, publicada no Brasil pela Editora Companhia das Letras, vide também SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 464 p.

recebida como um choque, e os genocídios nazistas subsistiram como a imagem central da maldade para a maioria das pessoas do Ocidente. O ‘Holocausto’ permaneceu certamente como a imagem central do Mal para a maioria dos cientistas sociais, pelo menos desde o julgamento de Adolf Eichmann em 1961,¹⁴⁰² e provavelmente desde o julgamento de Nuremberg”.^{1403 1404}

Assim, verificou-se durante vinte a trinta anos após o fim da II Guerra Mundial que as discussões de historiadores, psicólogos e sociólogos – bem como outros cientistas sociais – relacionados com o genocídio perpetrado pelos alemães em sua grande maioria se concentrava num objeto de estudo centrado na Alemanha, ou seja, sua sociedade, sua história, e na psicologia de seu povo, enfim, todas com enfoque principalmente germanocêntrica. Ocorreu que a partir dos anos sessenta do século passado começou uma outra percepção, qual seja, a de que o genocídio é um problema permanente do mundo moderno. “Primeiro, a atenção concentrou-se em Stalin, que matou mais gente do que Hitler e durante um período mais longo. Depois, seguiu-se toda uma série de episódios estarrecedores – Uganda, Camboja, Ruanda, Bósnia, para citar apenas alguns –¹⁴⁰⁵ que parecem fadados a continuar e que adicionaram ao vocabulário do século XX expressões tais como ‘limpeza étnica’. Não

¹⁴⁰² Adolf Eichmann (1906-1962), funcionário nazista alemão. Aderiu ao Partido Nacional Socialista em 1932, entrando para as SS e trabalhando em seu serviço de segurança (SD) a partir de 1934. Ocupou-se das questões relativas a judeus em Viena, após a anexação da Áustria (1938), e depois em Praga (1939) e na Polónia. A partir do inverno de 1941-1942, organizou a deportação e o extermínio dos judeus da Europa Oriental e da Alemanha. Refugiado, após a guerra, na Argentina, foi ali preso por israelenses (1960). Condenado à morte pela Suprema Corte de Israel, foi enforcado. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 9.

¹⁴⁰³ Julgamento de Nuremberg (entre 20 de novembro de 1945 e 1º de outubro de 1946) é outra designação dada ao Tribunal Internacional Militar montado para o julgamento dos criminosos de guerra nazistas – 24 pessoas – e de oito organizações nazistas. Os julgamentos foram conturbados e controversos, devido à existência de poucos precedentes na utilização da lei internacional concernente à condução de Estados para o julgamento de atividades de indivíduos. As acusações giravam em torno de conspiração e crimes contra a paz, violação das leis e convenções de guerra, bem como crimes contra a humanidade. Como resultado dos julgamentos, muitas organizações nazistas, como a Gestapo e a SS, foram declarados organismos criminosos. Os julgamentos individuais contra 24 líderes do período da guerra – líderes do partido e do governo nazista – incluíram sentenças de morte, prisão e absolvição. Doze acusados foram condenados à forca – dez prisioneiros foram executados, enquanto Goering e Ley suicidaram-se –, sete à prisão – Rudolf Hess foi condenado à prisão perpétua –, e quatro organizações foram condenadas. O veredicto permitiu à ONU definir o crime de genocídio. In: ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 17.

¹⁴⁰⁴ DUNNING; e MENNELL, Prefácio..., p. 11.

¹⁴⁰⁵ Para compreender melhor esse problema de desumanidade de grupos de pessoas contra grupos de pessoas, vide RICHARD, Guy (dir.). **A história inumana**: massacres e genocídios das origens aos nossos dias. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 428 p. E para compreender as mutações que esse problema trouxe para a ordem jurídica internacional, vide RODRIGUES, Simone Martins. **Segurança internacional e direito humanos**: a prática da intervenção humanitária no pós-guerra fria. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. 287 p.; BETTATI, Mario. **O direito de ingerência**: mutação da ordem internacional. Lisboa: Instituto Piaget, 356 p.; e PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **O conselho de segurança após a guerra do golfo**: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1998. 228 p.

obstante, qualquer comparação que parecesse atenuar a monstruosidade e negar a natureza ímpar das atrocidades nazistas permaneceu sumamente controvertida, inclusive na própria Alemanha”. Assim, a tentativa do historiador alemão Ernst Nolte de vincular a Solução Final nazista com o terror soviético, no sentido de que este serviu como precedente para a prática nazista, e que esse método de matar milhares ou milhões de pessoas estava baseado num modelo de um modo asiático de matar, provocou intenso debate, que deu vazão a comparações entre diferentes formas de matar gentes – a fim de efetivamente distinguir uma de outra –, e revelando, no caso alemão, a “intencionalidade planejada e as aspirações em escala europeia do genocídio”, ou seja, vítimas que nem eram usadas como mão-de-obra até a sua exaustão definitiva, mas selecionadas em função de sua identidade de grupo, recolhidas de todas as partes e levadas para os locais onde seriam mortas. Tal tese veio recolocar o genocídio nazista menos excepcional e incluir a Solução Final na mesma categoria de outras “soluções” equivalentes.¹⁴⁰⁶

Na mesma linha polêmica, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman inseriu o Holocausto na categoria mais ampla de genocídio moderno. Partindo do pressuposto de que o genocídio é endêmico nas sociedades do mundo moderno, ressaltando que essa atrocidade é um elemento característico distintivo da modernidade, Bauman argumenta que as sociedades conhecidas como modernas e racionais estão produzindo condições “à sombra das quais os efeitos de ações individuais são removidos para além dos limites da moralidade”, sendo que, para ele, o caso alemão não é excepcional, nem peculiar, nem particular, mas um exemplo até o momento máximo da quantidade e qualidade do genocídio moderno.¹⁴⁰⁷

Norbert Elias, nesta sua obra *Os alemães*, transita numa linha explicativa diferente – talvez uma posição intermediária entre aqueles que desejam atenuar a barbárie nazista equiparando-a na mesma categoria de outros atrozidades feitas humanos, e aqueles que colocam o genocídio perpetrado pelos alemães como um feito exclusivo dos próprios alemães, por características intrínsecas (causas germanocêntricas) dessa nação – uma vez que trabalha “com idéias de aplicação geral, como o seu reconhecimento do domínio das classes guerreiras e valores bélicos em sociedades agrárias, a ligação que descreve entre a industrialização e a ascensão do nacionalismo, sua observação de que o que qualifica de gente ‘semi-educada’ imprimiu seu cunho em todas as sociedades ‘modernas’ e seu interesse pelos processos e conseqüências do ‘carisma de grupo’ e da ‘desonra de grupos’ [– de fato, vergonha e emoções que são afins a vergonha emergem como centrais tanto na obra *Os alemães* quanto em *O*

¹⁴⁰⁶ DUNNING; e MENNELL, Prefácio..., p. 11-2.

¹⁴⁰⁷ DUNNING; e MENNELL, Prefácio..., p. 12.

processo civilizador, sendo que há estudo demonstrando o papel social das espirais de vergonha e furor no nacionalismo –]. Por outro lado, ele também sublinha a particular conjunção de circunstâncias que se deu na história alemã para gerar, por exemplo, um ressurgimento de valores guerreiros quando uma teoria mais unilinear poderia ter levado à expectativa de seu declínio. Elias também atribui a essa conjuntura o desejo concomitante de um retorno ao governo do ‘homem forte’; o desprezo generalizado pela democracia parlamentar; a ascensão à dominação política do grupo de ‘semi-educados’; e, basicamente, como o povo alemão profundamente perturbado da década de 1930 se deixou escravizar por Hitler, misto de curandeiro e feiticeiro político, com sua promessa quiliasta [reinado milenarista] de realizar o velho sonho alemão de um Reich europeu em que os alemães gozariam – sem qualquer esforço de sua parte – do prestígio adicional de pertencer à chamada ‘raça ariana de senhores’”.¹⁴⁰⁸

Diferentemente do que seus críticos apontaram, *O processo civilizador* de Norbert Elias “não é uma ‘celebração’ da noção cotidiana e tida como certa de ‘civilização’. Começa por considerar as diversas conotações adquiridas pela palavra ‘civilizado’ e chega à conclusão de que elas só podem ser entendidas através do estudo das *funções* do termo, o qual tinha passado a expressar a imagem que o Ocidente nutre de si mesmo. Expressava o sentimento de superioridade, primeiro dos membros das classes superiores sobre as ordens inferiores nas sociedades ocidentais, e depois das nações ocidentais como um todo em relação aos povos em outras partes do mundo a quem tinham conquistado, colonizado, ou de alguma forma passado a dominar. Suas próprias atitudes, sentimentos e modos de conduta pareciam ser-lhes inerentes e ‘naturais’ – uma segunda natureza. No século XIX, os modos como as pessoas no Ocidente usavam a *palavra* civilização – exceto na Alemanha, onde ‘civilização’ foi rejeitado em favor do termo mais particularista ‘cultura’ – mostraram que elas já tinham em grande parte esquecido seu próprio *processo* de civilização: para elas, esse processo já fora completado e constituíra-se numa realidade incontestável, até mesmo ‘algo’ que tinha sido ‘naturalmente’ (isto é, genética ou ‘racionalmente’) herdado”.¹⁴⁰⁹

Elias, assim, irá proceder a uma arqueologia ou prospecção desse processo semi-esquecido, estabelecendo – inclusive na obra *Os alemães* – “uma ligação entre a formação do Estado e outros processos de desenvolvimento no nível ‘macro’, e mudanças no habitus dos indivíduos no nível ‘micro’. Em síntese, sua principal proposição diz que: ‘se numa determinada região cresce o poder da autoridade central, se numa área maior ou menor as

¹⁴⁰⁸ DUNNING; e MENNELL, Prefácio..., p. 12-3.

¹⁴⁰⁹ DUNNING; e MENNELL, Prefácio..., p. 13.

peças são forçadas a viver em paz umas com as outras, a formação de afetos e o padrão do impulso da economia doméstica (*Triebhaushalt*) [economia dos instintos, senso prático, ou das predisposições comportamentais, enfim, *habitus*] também são gradualmente mudados””. A teoria dos processos civilizadores de Elias não se propõe a ser uma teoria otimista, unilinear e de progresso marcante da história humanas, mas apenas explicar um tipo específico de processo civilizador que se tornou hegemônico no mundo ocidental, reconhecendo que esses processos comportam também processos descivilizadores em seu seio – mudança social que acabasse trazendo insegurança, perigo e medo – desfazendo a armadura de conduta civilizada que ostenta. “Elias reconheceu claramente que processos civilizadores e descivilizadores podem ocorrer simultaneamente em determinadas sociedades, e não apenas nas mesmas ou em diferentes sociedades em diferentes pontos do tempo”.¹⁴¹⁰

Como testemunha ocular dos eventos que irá analisar, Norbert Elias procura tornar compreensível a maneira como ocorreu a ascensão do nacional-socialismo alemão – nazismo –, a guerra que se seguiu, os campos de concentração e o desmembramento da Alemanha em dois Estados, a partir do destrinçamento de como se desenvolveu um *habitus* nacional alemão, que favoreceu o conjunto dos eventos caracterizados pelo violento surto descivilizador da época de Adolf Hitler, apurando as “conexões entre eles e o processo a longo prazo de formação do Estado na Alemanha”. Pelo fato de ter sido partícipe de todos os eventos analisados, Elias reconhece que seria mais fácil para outro pesquisador – mais distanciado e imparcial – expor aqueles elementos compartilhados do *habitus* nacional do povo alemão, e, no caso dele próprio, efetuar tal tarefa focando o *habitus* de outros povos, uma vez que certas características nacionais somente são percebidas por pessoas pertencentes a outros povos, e vice-versa. Assim, a um alemão não é incomum ele asseverar que certas diferenças de caráter pessoal, em realidade são diferenças de caráter nacional, a ponto de ressaltar que certo comportamento seria tipicamente italiano, ou britânico, ou francês, e assim por diante. Enxergar isso – esse caráter nacional –, a partir vivência na própria nação a que se faz parte é mais difícil; adquirir “consciência das peculiaridades do *habitus* da (...) própria nação requer um esforço específico de autodistanciamento”.¹⁴¹¹

O problema do “caráter nacional” de uma nação, como no caso da Alemanha ocidental, resulta que ele está envolto e assentado num manto de desconhecimento – portanto,

¹⁴¹⁰ DUNNING; e MENNELL, Prefácio..., p. 13-4.

¹⁴¹¹ ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 15. Não se pode olvidar também que se caráter nacional está vinculado diretamente com o problema do “orgulho nacional” que também costuma permanecer fora de discussão. In: ELIAS, Os alemães..., p. 28-9.

reconhecido desta forma –, enfim, é um tema dotado de uma hipersensibilidade, por se referir a coisas muito concretas e indiscutíveis – no caso alemão, que não se quer discutir mesmo – já assentadas no mundo social, cuja discussão pode por em jogo o próprio jogo social em desenvolvimento, portanto, já praticamente e inconscientemente estabelecido que não há porque falar. Somente a ciências social pode, numa discussão serena, expor ou desvelar esses encobrimentos sociais, até mesmo para esclarecer os determinismos fundados historicamente pelas próprias pessoas em sociedade, a fim de que as pessoas possam ter mais liberdade e consciência para continuarem sendo regidas por tais determinismos ou fugir deles, como todas as dores que isso implica. De fasto, “o habitus nacional de um povo não é biologicamente fixado de um vez pro todas; antes, está intimamente vinculado ao processo particular de formação do Estado [enfim, do sistema social] a que foi submetido. À semelhança das tribos e dos Estados, um habitus nacional desenvolve-se e muda ao longo do tempo. Também existem, sem dúvida, diferenças biológicas, herdadas, entre os povos da Terra. Mas até mesmo povos de composição racial semelhante ou idêntica podem ser muito diferentes em seus respectivos habitus nacionais ou mentalidades – ou seja, no modo como se relacionam mutuamente. Pode-se encontrar pessoas na Holanda ou na Dinamarca que teriam grandes possibilidades de ser consideradas prototipicamente alemãs na era Goebbels;¹⁴¹² mas o habitus nacional dos holandeses e dos dinamarqueses tem um cunho acentuadamente diferentes do dos alemães”.¹⁴¹³

Assim, para entender o *habitus* alemão – e a mudança de *habitus* durante o período hitlerista – é preciso entender as peculiaridades do processo de formação social do Estado alemão, onde se destacam quatro pontos peculiares: (I) em primeiro lugar, está a localização geográfica e mudanças estruturais “no povo que falou línguas germânicas e mais tarde o alemão, em relação às outras sociedades vizinhas que falam outras línguas”, uma vez que a tribos antigas de fala germânica se instalaram bem no meio de terras situadas entre a dominação, de um lado, de tribos cuja língua era derivada do latim e, de outro lado, tribo orientais falando a língua eslava. Assim, durante mais de mil anos esses povos lutaram pela suas fronteiras, de tal modo que o “processo de formação [social] do Estado entre os alemães

¹⁴¹² Joseph Paul Goebbels (1897-1945), político alemão. Jornalista e polemista talentoso, entrou para o nacional-socialismo em 1922, graças a G. Strasser, e em 1926 tornou-se chefe do partido em Berlim, onde dirigiu o periódico *Der Angriff* (1927-33). Ministro a Propaganda e da Informação do Terceiro Reich (1933-45), em 1938 comandou uma onda de violência contra os judeus e tornou-se um perito na propaganda mentirosa, demagógica e venenosa. Encarregado da direção da guerra total em 1944, seguiu Hitler até o desastre e suicidou-se a 1º de maio de 1945, matando antes a esposa e seus seis filhos. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 11; ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996, p. 698. v. 2.

¹⁴¹³ ELIAS, Os alemães..., p. 16.

foi profundamente influenciado pela sua posição como bloco intermediário na configuração desse três blocos de povos. Os grupos latinizados e eslavos sentiram-se reiteradamente ameaçados pelo populoso grupo germânico. E com igual freqüência, os representantes do nascente Estado alemão sentiram-se ameaçados de vários lados ao mesmo tempo. Cada grupo explorou implacavelmente a mínima oportunidade de expansão que lhe foi oferecida. As forças no interior dessa configuração de Estados levaram a uma constante separação do centro daquelas áreas situadas na periferia, regiões que abandonaram o grupo de Estados germânicos e se estabeleceram como Estados independentes”.¹⁴¹⁴

(II) Em segundo lugar, estão as lutas de eliminação entre grupos sociais, seja ao nível de tribos ou de Estados. Unidades estatais ou tribais foram derrotadas nesses confrontos, e tiveram que passar a viver com a certeza de que nunca mais poderiam voltar a ser o que eram, como Estado ou tribo de categoria superior, passando a viver à sombra do que foram outrora, provavelmente como unidades sociais de categoria inferior. Tais pessoas – unidades sociais – decaídas de sua posição de superioridade, passam a necessitar de muito tempo – mesmo séculos – para se renderem à realidade de sua nova situação e ao declínio de seu amor-próprio, sendo que alguns talvez nunca o consigam, sendo o exemplo mais presente o caso da Grã-Bretanha. Por isso, uma reação de defesa dos membros dessas unidades sociais é simplesmente negar ou não aceitar o fato do declínio de sua civilização, comportando-se como se nada tivesse acontecido; ao verificarem que sua sociedade não pode mais alcançar a posição de destaque como uma sociedade de primeira ordem frente às demais, perdendo, inclusive, uma boa parcela de sua independência, então é possível verificar que “o habitus dos membros dessa sociedade mostra usualmente sinais de depressão”, onde se lamenta e tem por pesar a grandeza perdida, como os exemplos de Holanda e Suécia revelam.¹⁴¹⁵ Considerando-se que a Europa como um todo veio perdendo – desde o século XVII – o monopólio da liderança do mundo, é possível vislumbra a atual União Européia como a reação de um continente para superar essa situação.

Os alemães sempre viveram à sombra de um passado mais grandioso já há muito tempo; o império alemão medieval e notáveis imperadores medievais serviram durante muito tempo como símbolos de uma grande Alemanha que se perdera. “Entretanto, foi a fase medieval do processo de formação do Estado alemão, em particular, que contribuiu significativamente pra o fato de que na Alemanha esse processo não acompanhasse o ritmo dos processos de formação do Estado em outras sociedades européias”. Diferentemente do

¹⁴¹⁴ ELIAS, Os alemães..., p. 16-7.

¹⁴¹⁵ ELIAS, Os alemães..., p. 17-8.

que sucedeu na França, Inglaterra, Suécia e mesmo Rússia, na Alemanha, “o equilíbrio de forças afastou-se gradualmente do nível de integração representado pelo imperador e inclinou-se em favor dos príncipes regionais”, enfim, diferentemente do processo de centralização verificado em outros países europeus, o império germânico irá se caracterizar pela decadência do poder central, dando vazão a muitas lutas internas regionais ao longo dos séculos, luta em busca da hegemonia dentro das fronteiras do antigo império alemão.¹⁴¹⁶

Assim, inicialmente o Sacro Império Romano da Nação Germânica “legitimou-se como uma espécie de reencarnação do Império Romano ocidental”, sendo que essas primeiras fases de formação do Estado, os governantes germânicos gozaram uma posição privilegiada ou de preeminência nos domínios da Igreja Católica – vale dizer, em praticamente no que hoje é conhecido como toda a atual Europa –, tendo travado com a Igreja uma batalha simbolicamente significativa e poderosa, qual seja, a batalha pelo poder entre guerreiros e sacerdotes, “uma batalha entre aqueles que tinham monopolizado o acesso à violência física como instrumento de poder, e aqueles que controlavam o acesso ao invisível mundo espiritual e aos meios de poder que lhe estavam vinculados”. Tudo indica que o temor dos Estados europeus não-germânicos a esse povo germânico começasse a produzir efeitos mais agudos, uma vez que é marca peculiar da formação social do Estado alemão as suas constantes lutas como outros povos, enfim, “à prática dos Estados não-germânicos de sair para o ataque sempre que o império mostrava algum sinal de fraqueza”, verdadeiras contra-ofensivas à pretensões imperiais de hegemonia germânica.¹⁴¹⁷

Se os Estados vizinhos estavam se convertendo em monarquias fortemente centralizadas e internamente pacificadas, o Sacro Império Romano Germânico esfalecia, numa fraca integração que revelava a fraqueza de sua estrutura, motivando, por sua vez, as invasões inimigas. “Depois dos choques internos entre os príncipes regionais protestantes e a casa imperial católica, e as desgastantes guerras religiosas do século XVI, a Alemanha seiscentista [– suas terras –] tornou-se importante arena de guerra onde os líderes e os exércitos de outros países católicos e protestantes travavam suas batalhas pela supremacia. E os exércitos de magnatas regionais também se guerreavam uns aos outros em território alemão. Todos eles precisavam de alojamentos e alimentos provenientes dos campos. A insegurança cresceu. Bandos vagavam pela terra, pilhando, queimando e matando. Uma elevada proporção do povo alemão empobreceu. Especialistas calculam que durante a Guerra dos Trinta Anos a Alemanha perdeu um terço de sua população. No contexto do

¹⁴¹⁶ ELIAS, Os alemães..., p. 18.

¹⁴¹⁷ ELIAS, Os alemães..., p. 18-9.

desenvolvimento alemão, esses trinta anos de guerra representam uma catástrofe. Deixaram marcas permanentes no habitus alemão. Na memória dos franceses, ingleses e holandeses, o século XVII é descrito como um dos mais brilhantes em relação ao desenvolvimento destes povos, um período de grande criatividade cultural e de crescente pacificação e civilização. Para a Alemanha, entretanto, esse século foi um período de empobrecimento, inclusive de empobrecimento cultural, e de crescente brutalidade entre as pessoas. O peculiar costume de beber dos alemães, que sobreviveu como regra e ritual estudantil nos séculos XIX e XX, teve precursores no século XVII (e provavelmente ainda mais cedo), sendo então observado nas cortes principescas, grandes e pequenas. Permitia que os indivíduos se embriagassem e se intoxicassem em boa companhia. Ao mesmo tempo, ensinava um indivíduo a controlar-se mesmo quando excessivamente bêbado, protegendo assim o próprio bebedor e seus companheiros dos perigos implícitos na perda de todas as inibições. Os costumes sociais que incentivam o uso excessivo de bebida e, ao mesmo tempo, habitam o bebedor a uma certa dose de disciplina na embriaguez indicam um elevado grau de infelicidade: segundo parece, um transe social doloroso mas inevitável torna-se desse modo mais suportável”.¹⁴¹⁸

Talvez não seja tão claro o fato de que a fraqueza relativa do próprio Estado, dentro de certas culturas e história, frente a outros agrupamentos ou formações sociais congêneres, acabe provocando crises específicas para as pessoas envolvidas e que formam o conjunto social analisado. Assim, tais pessoas sofrem “em decorrência de perigos físicos, começam duvidando de seu próprio valor e de seus méritos intrínsecos, sentem-se humilhadas e degradadas, e são propensas à racionalização de desejos sobre a vingança que gostariam de inflingir aos responsáveis por essa humilhação”. De qualquer forma, no caso alemão, ao final do século XVII tropas francesas de Luís XIV travaram batalhas com as tropas imperiais em solo alemão, causando destruição inesquecível para o povo alemão; no século XIX, a tropas napoleônicas invadiram a Alemanha em busca da unificação européia sob comando francês. Tais fatos provocavam a demonstração da fraqueza alemã – outrora Grande Alemanha – frente aos Estados vizinhos com regimes de poder centralizados, emergindo os símbolos da humilhação alemã. Por essa época da invasão francesa por Napoleão Bonaparte,¹⁴¹⁹

¹⁴¹⁸ ELIAS, Os alemães..., p. 19.

¹⁴¹⁹ Napoleão I ou Napoleón Bonaparte (1762-1821), imperador da França (1804-14 e 1815). Natural de Ajácio, na Córsega, tinha ascendência italiana. Educado em escolas militares na França – primeiro na Escola Militar de Brienne e depois, através de concurso, na Escola Militar de Paris –, serviu no exército revolucionário francês, participando dos primeiros momentos da revolução. Na época de seus estudos, leu os pensadores políticos e os autores militares do século XVIII. Aos 26 anos, assumiu como general o comando geral da campanha – comandante-em-chefe – contra a Sardenha e a Áustria na Itália (1796-7), que resultou na criação da República Cisalpina, controlada pela França, no norte da Itália. Nessa brilhante campanha que inaugurou sua carreira de estrategista (vitória de Arcola), impôs-se ante os veteranos e dirigentes do Diretório, que lhe permitiram assinar

emergiram os Freikorps ou brigadas de voluntários, formadas por estudantes alemães que passaram a hostilizar as tropas francesas invasoras, influenciando inclusive a produção cultural da época, com teor ou conteúdo marcadamente militarista.¹⁴²⁰

Essa fragilidade estrutural do Estado alemão, com as constantes ameaças de invasões – e as invasões efetivamente efetuadas –, “produziu uma reação entre os alemães que levou a conduta militar e as ações bélicas a serem altamente respeitadas e, com frequência,

o Tratado de Campoformio e organizar as conquistas à sua maneira. Em 1798, liderou o exército no Egito, onde pretendia criar o império ultramarino francês, ameaçando a rota britânica terrestre para a Índia. Foi impedido pelo almirante inglês Nelson, em 1798, que destruiu a frota francesa na batalha do Nilo, entretanto, suas qualidades militares (vitória das Pirâmides, julho de 1798) e administrativas ali se revelaram. Bonaparte retornou à França (1799) e aliou-se à conspiração que derrubou o Diretório e dissolveu a Primeira República – golpe de Estado de 18 Brumário. Eleito primeiro-cônsul por dez anos, tornou-se governante supremo da França. Durante os quatro anos seguintes, começou a reorganizar o sistema legal francês (Código Napoleônico), a administração a Igreja e a educação. Com os Tratados de Lunéville (1801), com a Áustria, e de Amiens (1802), com a Grã-Bretanha, a França tornou-se o país proeminente da Europa, encerrando dez anos de guerra na Europa. Em 1803, a Grã-Bretanha declarou novamente guerra à França e Napoleão preparou-se para invadi-la. A cruel execução (1804) do conde d’Enghien, sob suspeita de conspiração, provocou críticas em toda Europa. Naquele mesmo ano, aproveitando-se de um pretexto – atentado de Cadoudal – para se fazer intitular imperador dos franceses pelo Senado, Napoleão coroou a si próprio imperador da França, diante da presença do Papa Pio VII. Criou uma corte imperial e uma nobreza à sua volta, enquanto restringia as conquistas liberais alcançadas na Constituição revolucionária anterior. Com sua corte, sua nobreza, o Império assumiu aparências monárquicas, e os membros da família imperial, à medida que as conquistas se sucediam, instalavam-se nos tronos vacantes. A república italiana tornou-se reino (1805). Napoleão retomou então uma política de conquistas que se mostrou capaz de resolver os problemas financeiros e econômicos suscitados internamente. De 1805 até sua queda, comandou difíceis campanhas, enfrentando as grandes potências, dentre as quais a mais escarniçada foi contra a Inglaterra, inquieta com a expansão francesa na Europa. Em 1804-5, formou-se uma coalizão europeia contra Napoleão, que contra-atacou com seu exército. Derrotou os austríacos em Ulm, ocupou Viena e conseguiu sua mais brilhante vitória sobre a aliança de forças austríacas e russas em Austerlitz (1805) – terceira coalizção –, contra a quarta coalizção, derrotou a Prússia em Iena, e os russos em Friedland (1806-7). A vitória naval de Nelson na batalha de Trafalgar (1805) levou Napoleão a tentar derrotar os britânicos através do Sistema de Bloqueio Continental – inclusive com uma aliança franco-russa de 1807, Encontro de Tilsit – que objetivava interromper o comércio entre a Grã-Bretanha e a França e seus aliados no continente europeu. Em 1806, o Sacro Império romano foi dissolvido e Napoleão consolidou seu domínio sobre o continente. Napoleão tentou controlar toda a Europa e, de 1807 a 1809, sua política de usurpações prosseguiu – Etrúria, Estados Pontifícios, Portugal. A dificuldade em impor o Sistema de Bloqueio Continental [Bloqueio Continental foi um conjunto de medidas tomadas por Napoleão I, entre 1806 e 1808, para privar a Grã-Bretanha de relações comerciais com o continente europeu, que constituíram uma réplica ao bloqueio marítimo aplicado por Londres. Embora o bloqueio continental tenha dado impulso à indústria e à agricultura francesas, abrindo-lhes o mercado do continente, ele obrigou Napoleão a praticar uma política expansionista, que deu origem a um forte sentimento anti-francês e a conflitos. A Grã-Bretanha sofreu então graves crises, mas conseguiu compensar a perda dos mercados europeus através da intensificação de suas trocas com a América Latina; In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 17], a modelar rebelião nacional na Espanha, crise econômica, a oposição do clero depois da custódia do papa, a enganosa aliança com a Rússia e a posterior malfadada invasão da Rússia (1812) e os contratemplos da guerra peninsular (1807-14) contribuíram para o declínio de Napoleão – invasão da França pelos inimigos aliados e entrada dos mesmos em Paris –, que abdicou em 1814, após a derrota na batalha de Leipzig e a proclamação, por Talleyrand, de sua deposição. Retornou após um breve período de exílio na Ilha de Elba – ao largo da Toscana –, mas a derrota na Batalha de Waterloo (1815) acabou com seu segundo governo em apenas cem dias – toda Europa se coligou contra Napoleão. Napoleão passou o resto de sua vida exilado na Ilha de Santa Helena, onde veio a falecer. Em 1796 casou-se pela primeira vez com Joséphine de Beauharnais, de quem se divorciou para casar novamente, em 1810, com a princesa austríaca Marie-Louise. Seu único filho, Joseph-François-Charles, coroado rei de Roma, morreu aos 21 anos. Ditou suas recordações a Las Cases, que baseado nelas publicou o *Memorial de Santa Helena* (1823). In: ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 17.

¹⁴²⁰ ELIAS, Os alemães..., p. 19-20.

idealizadas. É extremamente típico que um Estado regional alemão relativamente jovem, cuja casa reinante chegara ao poder [– casa reinante de toda Alemanha –] através de uma série de guerras arriscadas mas, ao final, bem-sucedidas, se tornasse o porta-estandarte da reorganização militar a Alemanha que colocaria o país em pé de igualdade com o resto da Europa”. Nesse sentido, a vitória de uma casa reinante na guerra de 1870-1 contra França, que poderia ter significado o fim da investida de recuperação alemã, em realidade impeliu a Alemanha para mais uma guerra – na etapa de desenvolvimento social do Estado alemão, a Alemanha por essa época era essencialmente uma monarquia absoluta, e as “rivalidades dinásticas continuaram sendo fatores decisivos nas relações entre as grandes potências” –, a I Guerra Mundial, sem se perguntarem as reais chances de vencer, cuja derrota, em 1918, foi traumática e inesperada, pois atingiu “um ponto sensível do habitus nacional e foi sentida como um regresso ao tempo da fraqueza alemã, dos exércitos estrangeiros no país, de uma vida na sombra de um passado mais grandioso. Estava em risco todo o processo de recuperação da Alemanha. Muitos membros das classes médias e superior alemã – talvez a grande maioria – sentiram que não poderiam viver com tamanha humilhação. Concluíram que deviam se preparar para a guerra seguinte, com melhores chances de uma vitória alemã, mesmo que, no começo, não estivesse claro como isso poderia ser feito”.¹⁴²¹

Nesse contexto, na época da ascensão de Hitler, a República de Weimar no poder era apoiada por grupos muito restritos, basicamente massas de trabalhadores social-democratas e uma parcela menor e decrescente de membros das classes médias liberais, incluindo muitos judeus. Em oposição a essa situação, estavam a maior parte das classes médias e superiores, mas cujos membros jovens e velhos das classes dominantes tradicionais tinham uma comunicação difícil com as massas, portanto, sem forças para iniciar um movimento de contestação e reforma do Tratado de Versalhes – com os termos de rendição da Alemanha pela derrota na I Guerra Mundial – e, mesmo provocar uma outra guerra como revanche. “A fim de mobilizar alguns setores das massas, precisavam de um homem cujas estratégias bélicas e retórica estivessem mais de acordo com as necessidades desses grupos. Assim, deram a Hitler sua chance. Mas quando a situação se tornou crítica, ele os colocou de fora de circuito”. Assim, com Hitler novamente emerge o sonho do retorno a uma Grande Alemanha, um Terceiro Império – Terceiro Reich – onde o primeiro império foi o medieval Sacro

¹⁴²¹ ELIAS, Os alemães..., p. 20.

Império Romano da Nação Germânica, e o segundo império foi o criado por Otto von Bismarck¹⁴²² – *Kaiserreich* – finalizado com a derrota militar de 1918.¹⁴²³

(III) Em terceiro lugar, sobre os aspectos de formação do Estado alemão que deixou sua marca peculiar no *habitus* alemão, está em que o desenvolvimento do Estado na Alemanha revela um número muito maior de rupturas, e correspondentes descontinuidades, se comparados com os congêneres europeus. Assim, analisando as cidades que são capitais de outros Estados, como Londres e Paris, verifica-se a sua vinculação com a continuidade do desenvolvimento do próprio Estado a que pertence, bem como a estabilidade do desenvolvimento cultural e civilizacional. Berlim, contrariamente, é uma jovem cidade, mas

¹⁴²² Otto von Bismarck, ou Otto *príncipe* von Bismarck, ou Otto von Bismarck-Schönhausen (1815-1898), estadista alemão, conhecido como “Chanceler de Ferro”. Nobre de Brandemburgo, entrou para o Parlamento prussiano como ultra-realista e oponente à democracia. Durante as Revoluções de 1848 opôs-se às reivindicações de reforma constitucional e, em 1851, como membro da Dieta Federal Alemã em Frankfurt, dominada pela Áustria, exigiu direitos iguais para a Prússia. Após um breve período como embaixador em São Petersburgo (1859) e Paris (1862), foi chamado à presidência do Conselho por Guilherme I, que não conseguia obter do Langtag os créditos militares exigidos pela reforma de Moltke, Bismarck fez com que esses créditos fossem votados – os quais dotaram a Prússia de um exército modelo (1862) – e instaurou um regime autoritário, permitido pela confiança do rei, tornando-se ministro-presidente da Prússia (1862-90). De 1864 a 1871, Bismarck liderou a concretização da unidade alemã, em favor da Prússia, em várias etapas: aumentou e organizou o exército prussiano; em 1864, junto com a Áustria, liderou os estados germânicos na derrota da Dinamarca, conseguindo conquistar Schleswig-Holstein, cujo canal de Kiel se tornou de estratégica importância para a Alemanha; a *Guerra dos Ducados* (1864) provocou a posterior guerra contra a Áustria – Guerra das Sete Semanas, cujo confronto foi provocado pela Alemanha – que, vencida em Sadowa (1866), foi eliminada da nova Confederação da Alemanha do Norte; anexou então Hannover e unificou a maior parte dos outros estados alemães na Confederação Alemã do Norte, da qual tornou-se ministro das finanças; instigou a Guerra Franco-Alemã – ou Franco-Prussiana de 1870-1 – que terminou com a vitória completa dos alemães, a anexação por estes da Alsácia-Lorena, a captura do imperador francês Napoleão III, a sujeição de Paris a um longo e terrível cerco e a proclamação, em Versalhes – Palácio de Versalhes na França –, em 18 de janeiro de 1871, do Império Alemão, como rei da Prússia, Guilherme I, como imperador do Segundo Império Alemão. De volta à Alemanha, introduziu a moeda corrente, o banco central, um único código de leis, várias reformas administrativas para o novo império, e introduziu o sistema escolar na Prússia, com inspetores governamentais, em todo o novo império. Procurou manter fraco o parlamento alemão – Reichstag – e forte o executivo, bem como tratando severamente os que apoiavam o socialismo. Chanceler desse império e presidente do Conselho da Prússia, Bismarck dominou, durante 20 anos, a cena diplomática, impondo à Europa um sistema de alianças baseado no isolamento da França; assim, deu início à Liga dos Três Imperadores – Dreikaiserbund – e à posterior Tríplice Aliança, tendo presidido com grande sucesso o congresso de Berlin (1878) e a Conferência de Berlin na África (1884). Na Alemanha, seu autoritarismo teve que levar em conta: os católicos, que de início foram por ele atacados brutalmente (Kulturkampf), na tentativa de enfraquecer o poder da Igreja Católica, e, posteriormente, obrigaram-no a retomar uma política religiosa mais moderada; os alsácia-lorenos, que aceitaram com relutância ser cidadãos alemães; a social-democracia, que ele se esforçou para neutralizar através da repressão e aplicação de uma legislação social avançada. Em um esforço para manter a classe trabalhadora longe dos socialistas e manter em cheque os sindicatos de comércio, introduziu o primeiro esquema de previdência social para a indústria na história, uma série de leis de seguridade social (1883-7) para fornecer benefício como em caso de doença, acidente e idade avançada. Como resultado de seu nacionalismo econômico e das tarifas protecionistas, a indústria e o comércio alemães floresceram e novas colônias ultramarinas foram conquistadas. A morte de Guilherme I – e a ascensão de Guilherme II ao poder – revelou a fragilidade política da posição de Bismarck, dependente que estava do poder real e não do apoio democrático popular. Não podendo suportar o jovem imperador Guilherme II (1888) – que o via como um rival no poder –, e que, por sua vez, procurou desembaraçar-se do velho chanceler, Bismarck praticamente foi obrigado a deixar o poder em 1890, passando o restante de seus dias retirado da vida pública. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 4; ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996, p. 698. v. 1.

¹⁴²³ ELIAS, Os alemães..., p. 21.

teve que conviver – por circunstâncias históricas próprias – com Viena e Praga como cidade capital do império alemão. Também peculiar nas cidades alemãs autônomas da Idade Média, é que seu modo de vida e realizações “difícilmente continuam sendo considerados um componente importante do desenvolvimento nacional com que os alemães possam identificar-se hoje em dia”, enfim, de fato, a cultura urbana da Idade Média desempenhou um papel menor na formação da imagem que o povo alemão tem de si mesmo, com exceção parcial das cidades da Liga Hanseática.¹⁴²⁴ Se comparadas com as cidades autogovernadas – desde a Idade Média até os dias atuais – da tradição dos Países Baixos – Holanda – essa diferença torna-se melhor esclarecida.¹⁴²⁵

¹⁴²⁴ Hansa foi a designação dada para a associação comercial que existiu em algumas cidades da Europa setentrional, durante a Idade Média. A Liga Hanseática, também conhecida como Hansa Teutônica ou simplesmente Hansa, foi a associação de cidades comerciais do Báltico e do Mar do Norte, do século XII ao século XVII. Nasceu, após a fundação de Lübeck (1158), da criação da Comunidade dos Mercadores Sazonais Alemães de Gotland (1161). Os mercadores de Lübeck, que possuíam, no século XII, uma guilda [associação de mutualidade constituída na Idade Média entre as corporações de operários, artesãos, negociantes ou artistas. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [.] em Londres, e os de Hamburgo obtiveram do rei da Inglaterra, Henrique III, em 1266-1267, o direito de constituir associações. Elas se fundiram com a Hansa de Colônia (1281) para formar a Hansa Teutônica. Esta tornou-se progressivamente uma associações de cidades comerciais, constituída por volta de 1350 e dotada de uma Dieta (hansetag) em 1356. Agrupava de 70 a 80 cidades, que formavam seu núcleo ativo, e mais de uma centena de outras que mantinham relações com aquelas. Compreendia os portos comerciais do Mar do Norte e do Báltico, as cidades ligadas a esses mares por via fluvial e os entrepostos de Novgorod, Bergen, Londres e Bruges. Após a conquista de Gotland pelo rei da Dinamarca, Valdemar IV, que destruiu a frota da Hansa em 1361, esta constituiu, em 1367, a liga de Colônia. Iniciado nos últimos anos do século XV, o declínio da Hansa acelerou-se após a derrota de Lübeck, infligida pelos dinamarqueses (1534-1535). Sobreviveu ainda à Guerra dos Trinta Anos e sua última Dieta, na qual apenas seis cidades estavam representadas, manteve-se até 1669. In: ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 12.

¹⁴²⁵ ELIAS, Os alemães..., p. 21-2. Se em suas colônias os holandeses – onde se ressalta suas muitas afinidades físicas com os alemães – comportaram-se de forma impiedosa, cruel e opressiva, como todos os senhores coloniais de outros povos, reproduzindo atitudes e valores militares, internamente em terras de seu país de origem, o comportamento dos holandeses é outro. A partir do século XVII, a Holanda se desmembra definitivamente do Sacro Império Romano Germânico, fundando uma república como organização político-social. Assim, junto com as administrações autônomas das cidades, fundou-se um governo-geral, responsável pela política externa e com certa influência sobre os assuntos internos das sete províncias. Esse órgão central republicano holandês – os Estados-Gerais – era formado em sua maior parte por membros dos respectivos patriciados urbanos. Os estratos mercantis urbanos, diferentemente do que sucedia na Itália, Alemanha e Inglaterra, faziam parte do nível mais elevado dos níveis mais elevados da hierarquia social, governando suas cidades e toda república. Ao longo do tempo, os mercadores cidadãos holandeses deram exemplo para a solução dos problemas de como os civis podem proteger-se de violento ataque externo sem serem dominados pelos próprios militares que os ajudaram – seus comandantes navais eram provenientes da classe média e da pequena burguesia. Posteriormente, com a transformação da Holanda numa monarquia, a casa regente – Casa de Orange – manteve um relacionamento secular com todos os grupos da população com base em relações de mútua confiança, mantendo-se até hoje como a família real holandesa. Desta forma, como classes que estabeleciam modelos de conduta, os patricios mercantis urbanos fundaram uma tradição de comportamento e de valores que diferiam acentuadamente dos de uma nobreza militar dominante, com os principais grupos de classe média orientados para estes últimos. Os Estados-Gerais eram um tipo de parlamento onde os membros se esforçavam por exercer influência mútua com palavras e não com armas. Assim, os habitantes das cidades com Amsterdã ou Utrecht colocaram sua herança a serviço do desenvolvimento não só do Estado holandês, mas também do *habitus* holandês. A arte de governar com a ajuda da negociação e das concessões mútuas foi passada da cidade para o Estado. Na Alemanha, pelo contrário, os modelos militares de comando e obediência prevaleceram e vários níveis sobre os modelos urbanos de negociação e persuasão. Um exemplo impressionante dessa diferença em termos de tradição e da força com que afeta o padrão social de conduta e de sentimento, de geração para

(IV) Em quarto lugar, está a penetração e incorporação de modelos militares de conduta no comportamento da classe média alemã, aponto de naturalizar-se em seu *habitus*. Ressalta-se que tais modelos militares de comportamento são particularmente característico do desenvolvimento prussiano, entretanto essa assimilação não sucedeu de forma imediata e de uma só vez, sendo resultado de um processo. De fato, regra geral a classe média estava quase totalmente impedida de acesso à atividade política e militar durante o Sacro Império Romano Germânico, enfim, numa posição muito marginal, refletindo tal fato na produção intelectual do período clássico e filosofia alemãs da época, marcados – com razão – pelo idealismo, revelando o antagonismo entre a classe média e a nobreza de corte. Nessa época a classe média rejeitava vigorosamente a atitudes e valores de ordem militar. O conflito que emerge entre a classe média e estratos da aristocracia de corte na Alemanha setecentista, é expressão viva de um verdadeiro conflito de classes, mas de caráter político, civilizacional e econômico. Por certo tempo, o humanismo idealista do movimento clássico foi uma influência determinante perante a classe média alemã, especialmente em suas iniciativas políticas de oposição, sendo que politicamente pode-se aglutinar essa oposição em duas grandes correntes, uma idealista-liberal e outra conservadora-nacionalista – durante o século XIX e início do século XX. No alvorecer do século XIX, “um dos principais pontos nos programas de ambas as correntes era a unificação da Alemanha”, tendo fracassado nesse intento, e tal malogro teve uma significação elevada na evolução do *habitus* do alemão, especialmente porque ao fracasso vinculou-se a vitória de um príncipe, o Rei da Prússia – e seu conselheiro Otto von Bismarck –, numa guerra intestina que logrou unificar a Alemanha de forma militar – para satisfação da nobreza dessa classe – e que, posteriormente, numa guerra externa, venceu a França, recuperando território; as classes médias sofreram um duro

geração, é a relação entre pais e filhos nos dois países. Os holandeses permitem mais liberdade a seus filhos que os alemães, sendo comum os alemães afirmarem que as crianças holandesas serem mais travessas. Os holandeses insistiram intensamente para vingar o lema da igualdade entre os seres humanos dentro de sua sociedade; pelo fato de contar desde há muito tempo, com uma classe superior composta por mercadores urbanos, isso deixou uma marca profunda no *habitus* holandês, fazendo com que eles tenham uma aversão a símbolos da desigualdade humana. Tal qual sucedeu em outros países, onde um estrato superior de patrícios burgueses tinha de lutar reiteradamente para ser aceito como igual pelas cortes governantes e pelas aristocracias militares, e, ao mesmo tempo, preservar seu próprio *status* elevado frente as outras pessoas de camadas sociais inferiores – enfim, manter a desigualdade entre elas e as camadas que, em seu próprio país, lhes eram inferiores –, verifica-se que mesmo na Holanda essa discriminação – desigualdade – existe cultivada de forma muito peculiar, mas que não é orientado para ser solucionado segundo modelos militares de respostas. Na Holanda, seu *habitus* determina que é através do próprio comportamento da pessoa, pelo decoro e a reserva cordialidade nas relações com outras pessoas que essa desigualdade é mantida discretamente entre as pessoas de condições sociais diferentes, especialmente mantido vivo pelos filhos e filhas de antigas e tradicionais casas patrícias, como uma necessidade dissimulada ou inconsciente. Diferentemente, a solução alemã para essa situação segue um modelo militar de resposta, qual seja, a nobreza alemã legitima suas pretensões de superioridade através da imposição de linhas contínuas de descendência, tão livres – puras – quanto possível de contaminação de elementos burgueses. In: ELIAS, Os alemães..., p. 23-5.

golpe, pois por meios pacíficos, nada tinham conseguido, e teve que se dobrar à constatação circunstancial de que politicamente a “vitória dos exércitos alemães sobre a França, foi, ao mesmo tempo, uma vitória da nobreza alemã sobre a classe média alemã”.¹⁴²⁶

“O Estado Hohenzollern tinha todas as características de um Estado militar que se erguera através de guerras vitoriosas. Seus dirigentes reconheciam a necessidade de crescente industrialização e, *lato sensu*, de crescente modernização. Mas os industriais burgueses e os donos do capital não formavam o estrato superior que governava o país. A posição da nobreza militar e burocrática, como o estrato mais elevado e mais poderoso da sociedade, foi não só preservada, mas também fortalecida pela vitória de 1871. Uma boa parte da classe média, mas não toda ela, adaptou-se com relativa rapidez a essas condições. Seus membros encaixaram-se na ordem social do Kaiserreich como representantes de uma classe de segunda categoria, como subordinados. A família de Max e Alfred Weber prova que a tradição de classe média liberal não tinha desaparecido, mas não se deve esquecer que, nos anos que antecederam 1914, era difícil imaginar que espécie de regime substituiria o imperial. Nessa etapa, vastos círculos da classe média alemã conciliaram-se com o Estado militar e adotaram seus modelos e normas. Uma variedade particular de classe média [– enfim, um estrato bem específico –] entrou assim em cena: burgueses que adotaram o estilo de vida e as normas da nobreza militar como seus próprios. Isso associou-se a um claro distanciamento dos ideais do período clássico alemão. O fracasso dos esforços de sua própria classe para realizar o seu ideal de uma Alemanha unida, e a experiência de tê-lo conseguido sob a liderança da nobreza militar, levou a um desfecho que talvez possa ser descrito como a capitulação de vastos círculos da classe média à aristocracia. Eles trocavam agora, decisivamente, o idealismo burguês clássico pelo manifesto realismo do poder. Isso atesta também a natureza descontínua do desenvolvimento alemão: uma mudança no habitus que pode ser atribuída com grande precisão a uma fase específica no desenvolvimento do Estado. Neste caso, a ruptura foi essencialmente significativa porque, com frequência, os modelos aristocráticos adotados eram mal interpretados. Os oficiais nobres estavam usualmente sujeitos ao constrangimento de uma herança civilizadora profundamente inculcada. A noção de até onde se poderia ir na aplicação de modelos aristocráticos na prática perdia-se muitas vezes por causa de sua apropriação por grupos de classe média. Estes acabavam apoiando o uso ilimitado do poder e da violência”.¹⁴²⁷

¹⁴²⁶ ELIAS, Os alemães..., p. 25-6.

¹⁴²⁷ ELIAS, Os alemães..., p. 26-7.

Desta forma, o nacional-socialismo e o violento surto descivilizador que ele trouxe, deveu-se muito à essa classe média convertida aos padrões de modelos militares de ideologia ou visão de mundo – tudo indica que num sentido muito mais violento do que a próprio padrão de *habitus* militar havia inculcado secularmente na classe aristocrática enquanto disposição comportamental. Essa conversão implicou em apropriação de valores que se exprimiram de forma original – reconversão –, tais como a “exigência de que todo ‘ariano’ ou ‘ariana’ tinha de provar sê-lo através da apresentação de um número específico de ancestrais ‘arianos’”, representando tal ato numa imitação ou vulgarização grosseira de modelos aristocráticos, mas principalmente o uso desenfreado de recursos violentos – e a passividade ou permissividade que acompanhou tais atos – “como o único veículo realista e decisivo de política, que estava no centro da doutrina de Hitler e foi a estratégia já usada em sua ascensão ao poder”. De tudo isso emerge a questão se o indivíduo possui efetivamente uma imagem de si mesmo verdadeira, uma vez que ele é sempre membro de um grupo, por exemplo, utilizando uma língua de uso comum, e se ele não é efetivamente e conjuntamente responsável pelas ações do grupo, por fazer parte e compartilhar uma vida com mesmo.¹⁴²⁸

Assim, os destinos de uma nação, ao longo dos séculos, acabam ficando sedimentados no *habitus* de seus membros individuais, que, por sua vez, é uma construção, em grande ou significativa parte, coletiva. “Os destinos de uma nação cristalizam-se em instituições que têm a responsabilidade de assegurar que as pessoas mais diferentes de uma sociedade adquiram as mesmas características, possuam o mesmo *habitus* nacional. A língua comum é um exemplo imediato, Mas há muitos outros”. Por isso que o passado, ou história mais antiga de um povo ainda pulsa dentro das gentes que compõe esse povo, como uma energia ou patrimônio social acumulado, presente sempre como aquele possível mais imediatamente para ser gasto ou utilizado por todos e cada um. Resgatar a clareza do que constitui esses determinismos esquecidos que pulsam vivos dentro das pessoas é também um processo psíquico doloroso. Sigmund Freud se dedicou à tentativa de “mostrar a conexão entre a consequência da canalização das pulsões dominadas por conflitos no desenvolvimento de uma pessoa e o seu *habitus* resultante. Mas também existem conexões análogas entre o destino e as experiências a longo prazo de um povo e seu *habitus* social em qualquer época subsequente. Nessa camada da estrutura da personalidade – chamemo-lhes por agora a ‘camada nós’ – existem frequentemente sintomas complexos de perturbação em ação cuja força e capacidade para causar sofrimento não são muito inferiores às das neuroses individuais. Em ambos os casos,

¹⁴²⁸ ELIAS, Os alemães..., p. 27-8.

trata-se de trazer de volta à consciência, muitas vezes face a uma forte resistência, coisas que foram esquecidas. Tanto num quanto no noutro caso, um empreendimento como tal requer um certo distanciamento do eu e, se for bem-sucedido, pode contribuir para o abandono de modelos rígidos de comportamento”.¹⁴²⁹

Norbert Elias finaliza afirmando que o “problema do passado é importante. Em muitos aspectos, ainda está inteiramente por resolver. Mas, sobretudo, encontramos-nos hoje num ponto de mutação em que muitos dos problemas, incluindo os de habitus, estão perdendo sua pertinência, e novas tarefas para as quais não existem paralelos históricos estão surgindo de todos os lados”.¹⁴³⁰

Mais textos instigantes poderiam ser aqui inseridos, a fim de enriquecer o debate epistemológico acerca da produção do conhecimento sobre o mundo social construído pelas pessoas, escritos de caráter interdisciplinar que, em última instância, revelam a construção social de uma dada cultura enfim, o que as pessoas fazem e como têm feito e porque têm feito da forma como fizeram e ainda fazem as coisas sociais. O limite de tempo imposto ao pesquisador, a fim de que ele conclua seu trabalho intelectual, impedem a extensão do debate, mas fica como algumas referências textos como o de Fustel de Coulanges, Werner Jaeger, Ernst H. Kantorowicz e Michel Foucault.¹⁴³¹

¹⁴²⁹ ELIAS, Os alemães..., p. 29-30.

¹⁴³⁰ ELIAS, Os alemães..., p. 31.

¹⁴³¹ COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**. São Paulo: Hemus, 1975. 312 p.; JAEGER, Werner. **Paidéia**: a formação do homem grego. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 1420 p.; KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 552 p.; FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 408 p.; FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 240 p.

CAPÍTULO 2

SEÇÃO 2

INTERDISCIPLINARIDADE E CIÊNCIAS SOCIAIS: ASPECTOS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICO-CRÍTICOS DESTACADOS

2.2.1. CIÊNCIAS SOCIAIS, INTERDISCIPLINARIDADE E EVOLUÇÃO: O VALOR HEURÍSTICO DO TEMPO LONGO

Para o progresso científico das ciências sociais, também é importante a sua reunião a fim de elaborar trabalhos interdisciplinares voltados para melhor compreender os feitos e eventos humanos e sociais. Nesse sentido, por exemplo, a história se presta a essas discussões porque a Nova História é aberta às ciências vizinhas, buscando o estudo do presente pelo estudo do passado, especulando sobre diferentes formas de durações históricas para iluminar e explicar a compreensão do humano e do social. A pesquisa histórica avançou em direção a patamares profundos das realidades subjacentes, a uma “história inconsciente”, e tais avanços não podem ser descartados pelas outras ciências humanas vizinhas; são inovações e realizações intelectuais que contribuem ao todo das ciências sociais.

Não há dúvidas que o principal contributo da ciência histórica para o conjunto das ciências do ser humano é o da “duração social”, um aspecto da realidade social que a história revela não só como a substância do passado, mas também o estofô da vida social atual. A dialética da duração, que emerge do tempo social, se põe no centro da realidade social, constituída por uma oposição viva, íntima, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo lento a escoar-se, tornando-se necessário, desta forma, conhecer e ter uma clara consciência de que existe uma pluralidade de tempo social, e que, trabalhando com o passado ou com

presente, essa dialética da duração estará necessariamente existente se tiver-se em conta, efetivamente, a idéia-guia de uma metodologia comum das ciências do homem.

Esse tempo, ou esses diferentes tempos, que se depreende do ofício – da observação repetida – do observador, interessa a economistas, etnógrafos, etnólogos – ou antropólogos –, sociólogos, psicólogos, lingüistas, demógrafos, geógrafos, e mesmo a matemáticos sociais ou estatísticos, da mesma forma que essas disciplinas iluminam as ciências históricas. O tempo é múltiplo, e o “tempo longo” tem um valor excepcional para compreensão do transcurso e evolução do ser humano individual e coletivo – social –, e é justamente essa noção do tempo longo – e as descobertas que dele decorrem – que deve ser elemento de interesse maior das ciências sociais, vizinhas da ciência histórica.

Diante disso, da análise histórica emerge o “tempo longo” ou estrutura. A expressão “estrutura” designa problemas de longa duração, das coisas inescapáveis que vêm perdurando no correr das gerações humanas; por “estrutura, os observadores do social devem entender uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Braudel assinalou que para os historiadores, uma estrutura é sem dúvida articulação, arquitetura, porém ainda mais, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula longamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento. Outras estão mais prontas à se esfacelar. Mas todas são ao mesmo tempo sustentáculos e obstáculos. Esses tempos estruturais tratam-se de limites que se impõem temporalmente ao ser humano, e que, apesar de sua experiência e cultura, não podem liberar-se, como, por exemplo, quadros geográficos, realidades biológicas, limites de produtividade, coerções espirituais ou quadro mentais que atuam como prisões de longa duração.

Assim, as coerções geográficas, por exemplo, são durações seculares que aprisionam o ser humano dentro de seus grilhões, podendo muito pouco, ou quase nada, o ser humano fazer para modificá-las a seu critério de racionalidade. Durante séculos o homem é prisioneiro de climas, de vegetações, de populações animais, de culturas, de um equilíbrio lentamente construído, do qual não pode desviar-se sem o risco de pôr tudo novamente em jogo, podendo ser verificado empiricamente quanto à transumância da vida montanhosa, localização e permanência de certos setores da vida marítima, implantações de cidades, manutenção de rotas dos tráficos, fixidez do quadro geográfico das civilizações.

Mas é no domínio das civilizações ou culturas que o tempo longo vem desvelar coisas que interessam às sociedades, ou seja, há sistemas culturais que se prolongam longamente no tempo, determinando muitas escolhas, lugares-comuns, opções e recusas dos diferentes

protagonistas, que ficam revezando-se dentro do campo social de atuação comum ao longo tempo; há também os ferramentais mentais de um determinado pensamento, mas que verifica ser herança de outras épocas e legado para épocas futuras, enfim, conjunto de concepções que comandam a arte de viver, pensar e crer, e que acabam atuando com limitadores de aventuras intelectuais dos espíritos mais livres; ou seja, no campo cultural, há os *habitus* que se manifestam fortemente, condicionando as opções estéticas e mentais – a idéia de cruzadas que se mantém transmutando ao longo do tempo, um modelo específico de pintura que pode ser aceita, paradigmas científicos etc.

A grande dificuldade de se pensar o estrutural é quando ele se contrapõe ao conjuntural, a fim de se distinguir um do outro, especialmente quando – na pesquisa histórica econômica – os ciclos, interciclos e crises estruturais acabam por ocultar as regularidades, permanências sistêmicas – ou mesmo permanências civilizatórias –, isto é, velhos hábitos de pensar e de agir, quadros resistentes, duros de morrer, por vezes contra a lógica. Assim, por exemplo, Braudel assinala que é o desenvolvimento ou evolução do capitalismo comercial para a Europa ocidental, processado dentro de uma etapa e quadro de longa duração, vale dizer, quatro a cinco séculos de certa coerência, com traços comuns e imutáveis e, em torno deles, entre outras continuidades, mil rupturas e agitações.

Por isso, os diferentes tempos históricos podem e devem ser explorados e analisados dialeticamente, mas devem ser sempre confrontados com o tempo longo, a longa duração – tempo exigente da história –, que permite ao cientista renovar-se em inquietudes e questões. É nessa extensão da história, a história lenta, que a totalidade da história pode ser repensada, como a partir de uma infra-estrutura; todas as fixações temporais gravitam em torno dessa semi-imobilidade.

É interessante constatar que as ciências sociais aceitam, de certa forma, a história e a duração como dimensões necessárias de seus estudos, uma vez que os exames ou análises diacrônicas que realizam sempre reintroduzem a história em suas preocupações teóricas, mas sempre, também, escapando da explicação histórica. Assim, se introduz a história em suas reflexões, jamais é no sentido de absorver a explicação histórica dentro das teorias que elaboram – no máximo, num sentido complementar, secundário ou indireto, explicar movimentos sociais e históricos diacrônicos que referendam suas teorias principais.

Assim, Braudel entende que certos estudos sociológicos somente revelarão maior sentido, a partir do momento que se puder inscrevê-los dentro do quadro da duração histórica, pois o movimento afastado do tempo – em maior ou menor grau – é que anima esse complexo investigativo.

Portanto, a história é não apenas ciência do passado, mas também ciência do presente; essa nova história, dialética da duração, é também – junto com as outras ciências sociais – explicação do social em toda sua realidade e mesmo do atual que nela se apresenta. Essa história dialética da duração exige pensar não apenas o tempo curto, mas também o tempo longo, pois neste último estão aqueles atores que silenciosamente influenciam o curso do tempo social e de seus acontecimentos – não são apenas os atores barulhentos que são mais autênticos.

Essa história que é também a história inconsciente, é a história das formas inconscientes do social. Por isso que quando Karl Marx afirmou que “os homens fazem a história, mas ignoram que a fazem”, ele esclareceu mas não explicou um problema. De fato – retomando o tempo curto –, a impressão geral das pessoas vivendo o seu tempo cotidiano, é alcançar o senso comum de que apreendem o desenrolar de si e da vida social – dos Outros – apenas acompanhando a racionalização ou percepção do dia-a-dia que se desenrola aos seus sentidos e sentimentos.

Para Braudel isso trata-se de uma história consciente, clara, abusiva quanto ao valor do evento, assim como foi a lingüística que acreditou tirar tudo – explicações sociais – da palavra. A história não pode tirar tudo apenas do evento, do tempo curto, por isso, a história inconsciente se desenvolve e se desenrola além dessas luzes ou ruídos sonantes. Existe uma certa distância, um inconsciente social, que é cientificamente mais rico do que aquilo que se apresenta na superfície dos fatos e das coisas imediatamente aos olhos humanos, mais simples de explorar e para descobrir. Mas a separação entre superfície clara e profundezas obscuras – entre ruído e silêncio – é difícil, aleatória. Essa história inconsciente, em parte domínio do tempo conjuntural e, por excelência, do tempo estrutural, é muitas vezes mais claramente percebida do que se costuma dizer. A história inconsciente, assim, cumpre o papel de fornecer elementos explicativos cientificamente ricos e significativos para a compreensão ou revelação de verdades sobre o humano e o social.

As ciências sociais, quando alcança modelos intemporais de explicação, pecam por ficarem presas a uma única rota do tempo, qual seja, a da longuíssima duração, protegidas dos acidentes, conjunturas e rupturas. É preciso aprender com os pesquisadores que fizeram da experiência social o ponto de onde tudo deve partir e aonde tudo deve voltar. Os estudos que Claude Lévi-Strauss realizou sobre os sistemas de parentesco, os mitos e tantos outros, apesar de corresponderem a estruturas de extrema longevidade, não o fez esquecer de recomendar o procedimento de, na pesquisa das estruturas matematizáveis, o pesquisador não se situar unicamente na etapa micro-sociológica, mas no encontro do infinitamente pequeno e da

longuíssima duração. De fato, as matemáticas sociais, matemáticas qualitativas, têm sido usadas apenas nas águas da longuíssima duração, tornando preciso, portanto, aplicá-las em outros diferentes intercursos temporais.

Mas o tempo do historiador e o tempo do sociólogo parecem ser diferentes; os sociólogos procuram escapar da duração em seus estudos e reflexões, e o historiador jamais abandona o tempo da história, tempo do mundo, tempo no ritmo da rotação da Terra. As diferentes durações que o espírito humano pode distinguir e trabalhar são solidárias entre si, e se o tempo é criação do espírito humano – o tempo não é nada em si, objetivamente, não é nada senão uma idéia para o ser humano – as fragmentações dessas diferentes durações temporais são ainda mais abstrações intelectuais – idéias – que produzem efeitos concretos na vida social.

Assim, a longa duração, a conjuntura e o evento se encaixam sem dificuldade, todos medidos por uma mesma escala; participar em espírito de um desses tempos, é participar de todos os tempos. O filósofo, atento ao aspecto subjetivo, interior à noção do tempo, não sente jamais esse peso do tempo da história, de um tempo concreto e universal. Para o historiador, tudo começa, tudo acaba pelo tempo, um tempo matemático e demiúrgico, do qual seria fácil sorrir, tempo como que exterior aos homens, exógeno, diriam os economistas, que os impele, os constrange, arrebatando seus particulares de cores diversas: sim, o tempo imperioso do mundo.

O sociólogo deveria aceitar essa noção de tempo do historiador; para ele o tempo social é simplesmente uma dimensão particular de determinada realidade social que contempla. Interior a essa realidade, é um dos sinais – uma das propriedades entre outras – que essa realidade se reveste, e que a marcam como “ser particular”. O tempo histórico não incomoda o sociólogo, podendo ele à vontade, cortá-lo, fechá-lo, recolocá-lo em movimento, no duplo jogo ágil da sincronia e diacronia, permitindo, assim, imaginar a vida como um mecanismo cujo movimento podemos parar para dele apresentar, à vontade, uma imagem imóvel.

Portanto, o tempo do sociólogo não é o do historiador e o do economista – aos dois últimos, tempo é medida –; quando o sociólogo diz que as estruturas se destroem e se reconstróem, será a observação histórica que confirmará ou não essas observações; o tempo do historiador procurará descobrir a duração precisa desses movimentos, positivos ou negativos, tais como os ciclos econômicos, os fluxos e refluxos da vida material, e até mesmo uma crise estrutural social. O historiador verifica o entrecruzamento desses movimentos, sua interação e seus pontos de ruptura, sua relação com o movimento das estruturas concomitantes, enfim, coisas todas que só podem se registrar em relação ao tempo uniforme

dos historiadores, medida geral de todos esses fenômenos, e não ao tempo social multiforme, medida particular a cada um desses fenômenos.

Tudo indica que não é a história que os sociólogos não aceitam, mas, mais especificamente, é o tempo da história que recusam, enfim, é do tempo – da duração – que os sociólogos sempre procuram escapar nas análises e nos resultados de suas reflexões; evadem-se ou no instante, sempre atual, como que suspenso acima do tempo, ou nos fenômenos de repetição que não são de nenhuma idade; portanto, por uma marcha oposta do espírito, que os acantona seja no factual mais estrito, seja na duração mais longa. Se é lícita essa evasão é onde reside o fundamento do debate dos cientistas sociais.

Verifica-se que entre sociólogo e historiador haverá sempre uma história que poderá concordar com uma sociologia, vale dizer, não é incomum um sociólogo discordar de um historiador e seu trabalho específico, mas poder concordar com outro historiador e seu respectivo trabalho intelectual. Tudo indica que entre sociólogo e historiador não haja nem disputa nem entendimento perfeito. A história precisa ser entendida dentro do campo das suas mais recentes evoluções e progressos, de suas redefinições não só por forças internas, mas também por influências externas, uma vez que todas as ciências sociais se contaminam umas às outras e a história não escapa a essa epidemia, daí suas transformações modificativas.

A história se aplicou a compreender os fatos de repetição assim como os singulares, as realidades conscientes assim como as inconscientes. O historiador, desde então, quis ser e se fez economista, sociólogo, antropólogo, demógrafo, psicólogo, lingüista etc., buscando alcançar uma impossível ciência global do ser humano, acompanhando a tendência imperialista juvenil que caracterizava quase todas as ciências do ser humano então existentes.

O fato, é que a história continuou nessa trajetória, absorvendo os progressos das outras ciências humanas para aperfeiçoar seu ofício, num movimento que, sem parar, acabou por se transformar, o que, posteriormente, fez retornar a questão problemática, qual seja, sobre o papel e utilidade da história, mais precisamente, se ela deveria ficar circunscrita apenas ao estudo exclusivo do passado. Se tudo é para ser considerado como inevitavelmente história, o fato concreto é que essa história com pretensão onipresente põe em jogo o social em sua totalidade, mas a partir do movimento do tempo que, sem cessar, arrasta a vida, mas a subtrai a si mesma, apaga e reacende suas chamas.

A história é uma dialética da duração; por ela, graças a ela, é estudado o social, de todo o social, e portanto do passado, e portanto também do presente, um e outro inseparáveis. Lucien Febvre disse e repetiu que a história é ciência do passado e ciência do presente. Por isso, a história é uma dimensão da ciência social, fazendo corpo com a mesma. O tempo, a

duração, a história se impõem de fato, ou deveriam se impor a todas as ciências do homem. Suas tendências não são de oposição, mas de convergência.

Fernand Braudel entende que sociologia e história são uma só aventura do espírito, partes de um todo que compõe a ciência do ser humano. Tais ramos científicos, mais do que a um mercado comum, podem ser submetidos a uma problemática comum, que os afastariam dos falsos problemas, de conhecimento que seriam inúteis. A história e a sociologia, por exemplo, são dois ramos do conhecimento do social que freqüentemente se reúnem, se identificam, se confundem.

História e sociologia são as únicas ciências globais, suscetíveis de estender sua curiosidade a não importa que aspecto do social. Na medida em que é todas as ciências do homem no imenso domínio do passado, a história é síntese, é orquestra, uma vez que o estudo da duração sob todas as suas formas lhe abre as portas do atual, estando, portanto, em todos os lugares, se encontrando regularmente nos costados da sociologia, que também é síntese por vocação e que a dialética da duração obriga a se voltar para o passado quer ela queira, quer não.

O trabalho do sociólogo está imbricado nos da história e desta não pode fugir, reencontrando materiais, utensílios, vocabulário, problemas e mesmo as próprias incertezas para se renovar e evoluir. Se a identidade não é completa e freqüentemente se a mesma encontra dissimulada, é porque há trajetórias histórico-formativas de cada ramo científico de formas diferenciadas – aprendizagens, carreiras, heranças, idiossincrasias de cada ofício, diferentes técnicas de informação e abordagens.

As correspondências dos feitos intelectuais entre história e sociologia se encontram em várias áreas de estudos, como, por exemplo, sociologia do conhecimento e história das idéias; microsociologia e sociometria, de um lado, e a história de superfície – factual – ou micro-história. Em alguns desses encontros é difícil imaginar o que efetivamente diferencia as atividades de um e outro, tal como sociologia da arte e história da arte; sociologia do trabalho e história do trabalho; sociologia literária e história literária; entre uma certa história religiosa e uma específica sociologia religiosa; nesses casos, as diferenças que forem apontadas podem perfeitamente ser alinhadas, de forma a praticamente desaparecerem. Contra a assertiva de que o historiador não é bastante atento aos signos sociais, aos símbolos, aos papéis sociais regulares e subjacentes, verifica-se que há numerosos exemplos a indicar que bastaria um pequeno esforço para que o historiador veja esses problemas aparecerem sob suas próprias lunetas. Trata-se aí de diferenças, de desatenções, não de imperativos ou de exclusividades do mister – ofício.

Também entre história e sociologia, e mesmo dentro das ciências sociais, existe o fato de que o vocabulário tende a identificar-se de uma ciência à outra. Existe a crise estrutural dos historiadores, a crise de estrutura dos economistas, e as estruturas dos antropólogos; factual, conjuntural, patamar, também são expressões de domínio comum. As expressões “modelo” – tipos ideais – e “estrutura” acabam condensando em torno de si, e diluindo numa problemática comum, muitas questões que obrigam os diferentes ramos a adotar praticamente um mesmo vocabulário. De fato, modelo e estrutura assediam a história; a ciência social, valha o que valer, deve construir o modelo, a explicação geral e particular do social, substituir, uma realidade empírica e desconcertante, por uma imagem que seja mais clara, mais fácil de explorar cientificamente.

Nessa tarefa, o pesquisador social escolhe, trunca, reconstrói, dosa, aceita contradições, procura contradições nessa realidade modelada, a fim de verificar se o social é uma estrutura escalonada, mudando a cada patamar, ou se é, em realidade, descontínua; se o social é realmente estruturado e até que ponto ou medida, e se o movimento que o arrasta é estruturalmente dinâmico ou não, com base em regularidades que se repetem – fases necessariamente repetidas em todos os fenômenos – segundo um caminhar da evolução histórica. São todos problemas que se interligam e se imbricam e que o historiador e sociólogo não podem, estudando-os mal, simplesmente simplificar, observando que o presente – e também o passado – é da alçada tanto do sociólogo quanto do historiador, sendo sempre um apelo ao múltiplo, ao complicado, ao pluridimensional, ao complexo.

Nesse contexto, verifica-se igualmente que história e sociologia, no seu conjunto, têm os mesmos limites, a mesa circunferência, se identificando fortemente nesse aspecto. Essa analogia é válida, apesar de um e outro ramo científico ser forte num ou outro setor específico, pois, de fato, com um pouco de esforço, ambos domínios se conheceriam e se corresponderiam melhor, logrando os mesmos êxitos. A história se introduz no passado – real vivido –, que não é seu domínio específico, em nome da repetição e da comparação; a sociologia – real que se vive ou vai viver – penetra no presente em nome de uma duração criadora de estruturações e desestruturações, igualmente de permanências, durações e dinamismos. Entretanto, qual seria o limite entre esses dois tipos de realidades trabalhados por um e outro? Seria tão claro? É fato que os primeiros sociólogos observavam que o atual não sustentava senão uma parte de sua construção. É forçoso, dizia François Simiand, “procurar os fatos e os casos da experiência na relação do passado da humanidade”. Quanto à oposição de estilos, no sentido de que a história seria mais continuísta e a sociologia descontinuísta, em realidade é uma questão muito mal posta, uma vez que cada historiador e

cada sociólogo possuem seu próprio estilo, conforme se denota dos trabalhos de diferentes cientistas sociais.

O debate verdadeiro deve se dirigir para o centro da história, aos diversos patamares do conhecimento e do trabalho histórico, em seguida, na linha da duração, dos tempos e temporalidades da história. Desta forma, é preciso reconhecer que a história é formada por diferentes patamares temporais, sendo que Fernand Braudel estudou e revelou três desses níveis históricos, cientificamente fecundos. Numa superfície está a história factual do tempo curto, enfim, uma micro-história; mais adiante, num patamar intermediário, verifica-se haver uma história mais conjuntural, que segue um ritmo temporal mais lento e mais abrangente – que já abordou a vida material, dos ciclos e interciclos econômicos –; entretanto, além dessa narrativa conjuntural, existe a história estrutural, ou de longa duração, e que coloca em jogo séculos inteiros, estando no limite do móvel e imóvel e, por seus valores fixos há muito tempo, faz figura de invariante em face de outras histórias, mais vivas a escoar e a se consumir, e que, em suma, gravitam em torno dela.

Assim, uma sociologia do factual seria o estudo desses mecanismos prontos, sempre no lugar, nervosos, que registram, no dia-a-dia, a pretensa história do mundo em vias de se fazer, essa história, em parte abusiva, na qual os acontecimentos se prendem uns aos outros, se comandam, na qual os grandes homens são vistos regularmente como chefes de orquestra autoritários. Essa sociologia do factual, seria, também, a retomada do diálogo antigo – o repetido, o inédito; seria, igualmente, a confrontação da história tradicional, de uma parte, da micro-sociologia e da sociometria, de outra, mas superando as disputas antigas. O evento, esse sociodrama, é repetição, permanências – regularidade –, multidão, e não significa a priori que ele seja despido de fertilidade e valor científico.

Para uma sociologia do conjuntural, tudo está por construir e inventar, uma vez que ela é praticamente ignorada pela sociologia; no máximo se alcançou um esboço de uma sociologia do tempo conjuntural, segundo os fluxos e refluxos da vida material. No domínio conjuntural, há a necessidade de acúmulo de dados e desenho de quadros válidos, e será através da observação e análise do entrecruzamento de conjunturas simultâneas – histórica, econômica, social etc. – que resultará numa sociologia eficaz.

Mas é no plano da longa duração que história e sociologia praticamente se confundem. A longa duração é a história interminável, durável das estruturas e grupos de estruturas. Para o historiador, uma estrutura não é somente arquitetura, montagem, é permanência e freqüentemente mais que secular – o tempo é estrutura –: essa grande personagem atravessa imensos espaços de tempo sem se alterar; se se deteriora nessa longa viagem, recompõe-se

durante o caminho, restabelece sua saúde e, por fim, seus traços só se alteram lentamente. A antropologia de Claude Lévi-Strauss é exitosa quando suas pesquisas levam a que seus modelos naveguem em águas de longa duração; é nesse nível, meio adormecido, desconhecido, fluxo muito lento da história, que a estrutura se destaca – os liames primitivos de parentesco, os mitos, os cerimoniais, as instituições.

Mas o historiador talvez tenha a inclinação inescapável de querer sempre tentar compreender o conjunto, a totalidade do social, e, nessa trajetória, levado a aproximar andares, durações, tempos diversos, estruturas, conjunturas, eventos. Esse conjunto reconstitui a seus olhos um equilíbrio global bastante precário e que não se pode manter sem constantes ajustamentos, choques ou deslizamentos. Em sua totalidade, o social, em luta com seu devir, é idealmente, a cada corte sincrônico de sua história, uma imagem sempre diferente, ainda que essa imagem repita mil detalhes e realidades anteriores. É por isso que a idéia de uma estrutura global da sociedade inquieta e incomoda o historiador, mesmo se, entre estrutura global e realidade global, subsista uma diferença considerável.

O que o historiador gostaria de salvar no debate, é a incerteza do movimento da massa, suas possibilidades diversas de deslizamento, liberdades, certas explicações particulares, funcionais, filhas do instante e do momento. Nesse estágio da “totalidade”, no momento, em suma, de pronunciar a última palavra, o historiador voltaria assim às posições anti-sociológicas de seus mestres. Toda sociedade, também, é única, mesmo que muitos de seus materiais sejam antigos; ela se explica fora de seu tempo, sem dúvida, mas também no interior de seu tempo próprio; ela é efetivamente filha de seu tempo, o tempo, bem entendido, que a engloba; é função desse tempo e não somente das durações que partilha com outras experiências sociais.

Fernand Braudel conclui, nesse debate, que se a história está destinada, por natureza, a dedicar uma atenção privilegiada à duração, a todos os movimentos em que ela pode decompor-se, então a longa duração parece ser a linha mais útil para uma observação e uma reflexão comum às ciências sociais, e que as ciências vizinhas da história – os demais ramos das ciências sociais – poderiam e deveriam inserir em suas reflexões o eixo do tempo em suas constatações ou pesquisas. Mas é de se reconhecer que, por outro lado, os historiadores possuem um instinto natural de se inclinarem e se dedicarem para a história curta ou a curta duração; se essa opção também foi contextualmente favorecida para contrapor-se ideologicamente ao marxismo, é preciso compreender que o marxismo é uma multidão de modelos – temporais – e não apenas um, tido por seus críticos mais ferrenhos como rígido, esquemático, insuficiente para explicar o social, em que atua em detrimento do particular e do

individual. É lícito protestar não contra o modelo – marxista –, mas contra a utilização que dele se faz, que muito julgaram autorizados a fazer. O gênio de Marx, o segredo de seu poder prolongado, deve-se ao fato de que foi o primeiro a fabricar verdadeiros modelos sociais, e a partir da longa duração histórica.

É preciso considerar que um mercado comum das ciências sociais não se constitui por acordos bilaterais ou por uniões aduaneiras parciais, pois essas uniões limitadas acabam exigindo demais dos atores nele envolvidos à medida que o círculo de abrangências de cada disciplina vá se ampliando cada vez mais; melhor é abaixar a guarda de todos os direitos tradicionais de aduana para que a circulação de idéias e técnicas seja favorecida e nesse intercâmbio intelectual se esboçasse cada vez mais fortemente a formação de uma linguagem comum entre as ciências. Com certeza, se certas palavras também tiverem um significado mais ou menos no mesmo sentido ou ressonância, isso também irá contribuir para esse mercado comum das ciências sociais.

Se há algumas regras que devem ser seguidas para unificação ou aproximação das fronteiras das ciências sociais, elas devem ser extraídas também das diferentes experiências que já foram tentadas para trabalhar interdisciplinarmente um objeto de pesquisa ou discutir essas tentativas. Assim, torna-se necessário admitir, para aqueles que intentarem tal empreitada, que todas essas tentativas podem, um dia, deslocar as fronteiras, os centros de gravidade, as problemáticas, os vastos quadros científicos tradicionais, aqueles fixados por cada ramo especializado das ciências sociais, portanto, atingindo a todos. De antemão, é exigido um certo abandono de espírito “nacionalista” e reconhecer que como as estacas não se podendo plantar ao acaso, devem ser antecipadamente alinhadas e, no mesmo lance, vêm-se desenhados os eixos de reunião e de reagrupamento, essa redução ao espaço, ao tempo, mas igualmente ao número, ao biológico. Por fim, são todas as ciências do ser humano que é preciso colocar em jogo, das mais clássicas – antigas – às mais novas, pois para a construção de uma unidade, todas as pesquisas possuem seu valor e interesse, sem exclusão, reuni-las num “concílio ecumênico”, numa mobilização geral e eficaz.

2.2.2. ANTROPOLOGIA E OS FENÔMENOS CULTURAIS INCOSCIENTES: UM DIÁLOGO COM A HISTÓRIA

Claude Lévi-Strauss observou que o problema entre as ciências etnológicas e a história – dentro da problemática de conclusões válidas do ponto de vista sincrônico e diacrônico dos resultados dos estudos das ciências sociais – está em que ou elas se vinculam à dimensão diacrônica dos fenômenos, isto é, à sua ordem no tempo, e se tornam incapazes de traçar-lhes a história; ou procuram trabalhar à maneira do historiador, e a dimensão do tempo lhe escapa. Pretender reconstituir um passado do qual se é impotente para atingir a história, ou querer fazer a história de um presente sem passado, drama da etnologia num caso, da etnografia no outro, tal é o dilema do pesquisador social.

Já as escolas evolucionistas e difusionistas, em suas oposições clássicas, afirma que as oposições mencionadas no parágrafo anterior não se estabelecem nesses termos. O antropólogo F. Boas – que descobriu ou revelou que há modelos conscientes e inconscientes para explicar um grupo de fenômenos sociais – foi quem efetivamente denunciou essas contradições entre história e etnologia, introduzindo a noção de causa história para a formação e existência dos costumes – aliada a processos psíquicos que a tornaram possível – dentro da cultura global de uma sociedade antigamente classificada como primitiva. Nesse contexto, para compreender a história, não basta saber como são as coisas, mas como chegaram a ser o que são; há uma originalidade, particularidade e espontaneidade da vida social de cada agrupamento humano, fruto das relações entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo do ser humano tal qual se configura nas diferentes sociedades, havendo que se reconhecer a infinita diversidade de processos históricos que levam às representações. Mas observa-se que Boas fixou rigorosos critérios de validade para efetuar reconstruções históricas interpretativas, tão severas e difíceis de serem satisfeitas que se fossem aplicadas em outros domínios, esterilizariam qualquer tipo de progresso científico.

Claude Lévi-Strauss assinalou, sobre esse embate, que estudar uma única sociedade é chegar a conclusões sobre essa única sociedade e não se pode olvidar de que tudo não deixa de ser história na vida de uma sociedade, mesmo estudando o presente supostamente intemporal dela. Aquilo que é atual, sempre contém vestígios de formas anteriores, do passado e não se pode desconsiderar a distinção que existe entre função primária, correspondente a uma necessidade atual do organismo social, e função secundária, que se mantém apenas por causa da resistência do grupo em renunciar a um hábito. Nos estudos culturais, o papel do etnógrafo é descrever e analisar as diferenças que aparecem na maneira pela qual se manifestam nas diversas sociedades, sendo a tarefa do etnólogo, explicá-los. O que interessa ao etnólogo não é a universalidade da função, que está longe de ser certa, e que

não poderia ser afirmada sem um estudo atento de todos os costumes desta ordem e de seu desenvolvimento histórico, e sim que os costumes sejam tão variáveis.

Assim, que diferenças haveria entre o método da etnografia e da história, quando ambas estudam sociedades outras, diferentes daquelas que vivem os pesquisadores? Tudo que o historiador e o etnógrafo conseguem fazer, e tudo o que se pode pedir-lhe para fazer, é alargar uma experiência particular à dimensões de uma experiência geral ou mais geral, e que se torne, por isto mesmo, acessível como experiência a homens de um outro país ou de um outro tempo. E é sob as mesmas condições que chegam a isto: exercício, rigor, simpatia, objetividade. Um estudo etnográfico não transforma um leitor num indígena, e uma mesma experiência histórico-social, vista por pontos de referências diferentes, serão tantas verdades quanto esse pontos de vista.

A forma como cada investigador especializado procede é o princípio de todas as dificuldades entre cada ramo especializado do conhecimento, especialmente se o debate principiar dos cânones fixados academicamente – tradição – para distinguir o que seria a ação científica de um e outro, chegando, ao final, em oposições significativas, vale dizer, distintivas e que marcaria o espaço de atuação de um e outro ramo do conhecimento e a ação prática dos pesquisadores. Esses paralelismos metodológicos – distintivos ou opositivos – são ilusórios; o etnógrafo é alguém que recolhe os fatos, e que os apresenta – se é um bom etnógrafo – em conformidade com exigências que são as mesmas que as do historiador. É papel do historiador utilizar estes trabalhos, quando observações distribuídas num período de tempo suficiente lho permitem; é papel do etnólogo, quando observações do mesmo tipo, referentes a um número suficiente de regiões diferentes, lhe possibilitam isso. Em todos os casos, o etnógrafo estabelece documentos que podem servir ao historiador. E se já existem documentos, e o etnógrafo escolhe integrar sua substância em seu estudo – com a condição, naturalmente, de que o etnógrafo tenha um bom método histórico – ele está tendo o privilégio de fazer a história de uma sociedade da qual possui uma experiência vivida.

Para Claude Lévi-Strauss, o debate se reduz a uma relação entre história e etnologia no sentido estrito, uma vez que entende não haver diferença fundamental entre ambas, nem de objeto, nem de objetivo, nem de método; mas que tendo o mesmo objeto, que é a vida social; o mesmo objetivo, que é uma compreensão melhor do homem; e um método onde varia apenas a dosagem dos processos de pesquisa, elas se distinguem sobretudo pela escolha de perspectivas complementares: a história organizando seus dados em relação às expressões conscientes, a etnologia em relação às condições inconscientes da vida social – evidentemente, é preciso considerar esta última assertiva de Claude Lévi-Strauss dentro do

contexto intelectual dos debates no momento que ele escreveu e publicou o seu artigo, uma vez que, por essa época, Fernand Braudel estava publicando seu primeiro trabalho histórico de fôlego, revelando o tempo longo e praticamente inconsciente da história, e que possibilitou ao historiador retomar essa discussão, mais tarde, em novos termos.

A originalidade da etnologia está em retirar da natureza inconsciente dos fenômenos coletivos, explicações sobre a vida humana e social. Da mesma forma que na maioria dos povos primitivos é muito difícil obter uma justificação moral, ou uma explicação racional, de um costume ou de uma instituição, uma vez que as razões inconscientes pelas quais se pratica um costume, se partilha uma crença, estão bastante afastadas das razões que se invoca para justificá-la. Nas sociedades mais modernas o fenômeno igualmente acontece – observância escrupulosa de atitudes morais, políticas e religiosas, usos e costumes cotidianos de relacionamento etc. –, vale dizer, com práticas, costumes e crenças, sem que sua origem e funções reais tenham sido objeto de um exame refletido. Assim, as pessoas agem e pensam por hábito, e a resistências espantosa oposta às derrogações, até mínimas, provêm mais da inércia do que de uma vontade consciente de manter costumes dos quais se compreenderia a razão. Esse pensamento moderno etnológico emerge principalmente na formidável tomada de consciência etnográfica que suscitou, no pensamento ocidental, a descoberta do Novo Mundo – sem desconsiderar que a descoberta do Outro talvez tenha revelado mais ao Ocidente sobre si mesmo do que acerca do Outro.

Foi F. Boas que, com lucidez, definiu a natureza inconsciente dos fenômenos culturais, assimilando-os do ponto de vista da linguagem, e antecipando o desenvolvimento posterior do pensamento lingüístico e do desenvolvimento da etnologia. Ele demonstrou que a estrutura da língua permanece desconhecida daquele que fala até o surgimento de uma gramática científica, e que, mesmo então, ela continua a modelar o discurso fora da consciência do sujeito, impondo ao seu pensamento quadros conceituais que são tomados por categorias objetivas, sendo que a diferença essencial entre os fenômenos lingüísticos e os outros fenômenos culturais é que os primeiros jamais emergem à consciência clara, ao passo que os segundos, se bem que tendo a mesma origem inconsciente, se elevam freqüentemente até o nível do pensamento consciente, produzindo assim raciocínios secundários e reinterpretações. De fato, essa diferença de grau não esconde a identidade profunda entre o fenômeno da lingüística e o fenômeno da cultura de uma dada sociedade, sendo o método lingüístico exemplar para as pesquisas etnológicas.

F. Boas anotou que a grande vantagem da lingüística é que, no conjunto, as categorias da linguagem permanecem inconscientes; por esta razão, pode-se seguir o processo de sua

formação sem que intervenham, de maneira falaz e incômoda, as interpretações secundárias, tão frequentes em etnologia, que podem obscurecer irremediavelmente a história do desenvolvimento das idéias. Na lingüística, quando se reconhece, em várias línguas, a presença dos mesmos fonemas ou o emprego dos mesmos pares de oposição, não mais se compara seres individualmente distintos entre si: é o mesmo fonema, o mesmo elemento, que garantem este novo plano a identidade profunda de objetos empiricamente diferentes. Não se trata de dois fenômenos semelhantes, mas de um único. A passagem do consciente para o inconsciente é acompanhada de um progresso do especial para o geral. Na etnologia como na lingüística, por conseguinte, não é a comparação que fundamenta a generalização, mas o contrário. Se a atividade inconsciente de espírito consiste em impor formas a um conteúdo, e se as formas são fundamentalmente as mesmas para todos os espíritos, antigos e modernos, primitivos e civilizados – como o estudo da função simbólica, tal como se exprime na linguagem, o mostra de maneira tão notável – é preciso e basta atingir as estrutura inconsciente, subjacente a cada instituição ou a cada costume, para obter um princípio de interpretação válido para outras instituições e costumes, sob a condição, naturalmente, de estender bastante a análise.

Para se chegar as essas estruturas inconscientes é inútil socorrer-se das estruturas diacrônicas e sincrônicas de análise social; de um lado, significa em demitir a história, de outro em recorrer constantemente à história. É aqui que o método etnológico e o método lingüístico se encontram para dar uma solução eficaz, frente ao conhecimento histórico. Assim, a etnologia não pode permanecer indiferente aos processos históricos e às expressões mais altamente consciente dos fenômenos sociais. Mas, se ela lhes dá a mesma atenção apaixonada que o historiador, é para chegar, por uma espécie de marcha regressiva, a eliminar tudo o que devem ao acontecimento e à reflexão. Sua finalidade é atingir, além da imagem consciente e sempre diferente que os homens foram de seu devir, um inventário de possibilidades inconscientes, que não existem em número ilimitado; e cujo repertório e as relações de compatibilidade ou de incompatibilidade que cada uma mantém com todas as outras fornecem uma arquitetura lógica a desenvolvimentos históricos que podem ser imprevisíveis, sem nunca ser arbitrários. Neste sentido, a célebre fórmula de Marx de que “os homens fazem sua própria história, mas não sabem que a fazem” justifica, em seu primeiro termo, a história, e em seu segundo termo, a etnologia. Ao mesmo tempo, ela mostra que os dois procedimentos são indissociáveis.

Porque, se o etnólogo consagra principalmente sua análise aos elementos inconscientes da vida social, seria absurdo supor que o historiador os ignora. Sem dúvida, este

pretende, antes de tudo, explicar os fenômenos sociais em função dos acontecimentos nos quais eles se encarnam, e da maneira pela qual os indivíduos os pensaram e os viveram. Mas em sua marcha progressiva para reunir e explicar o que se manifestou aos homens como consequência de suas representações e atos – ou representações e atos de alguns dentre eles –, o historiador bem sabe, e de maneira crescente, que deve socorrer-se de todo o aparelho de elaborações inconscientes. Não estamos mais na época de uma história política, que se contentava em enfiar cronologicamente as dinastias e as guerras no fio das racionalizações secundárias e das reinterpretações. A história econômica é, largamente, a história de operações inconscientes. Por isto, todo bom livro de história está impregnado de etnologia. O historiador Lucien Febvre apelava constantemente para atitudes psicológicas e estruturas lógicas que os estudo de documentos, como o dos textos indígenas, permitem apenas atingir indiretamente, porque elas sempre escaparam à consciência dos que falavam e escreviam: ausência de nomenclaturas e padrões, representações imprecisas do tempo, caracteres comuns a várias técnicas, etc. Todas estas indicações são tão etnológicas como históricas, pois elas transcendem testemunhos, dos quais nenhum se situa – e não sem motivo – neste plano.

Então, seria inexato dizer que, no caminho do conhecimento do homem que vai do estudo dos conteúdos conscientes ao das formas inconscientes, o historiador e o etnólogo caminham em direções inversas: ambos se dirigem no mesmo sentido. Que o deslocamento que efetuam de acordo apareça a cada um sob modalidades diferentes – passagem, para o historiador, do explícito ao implícito, para o etnólogo, do particular para o universal – não muda em nada a identidade do procedimento fundamental. Mas, num caminho onde fazem, no mesmo sentido, o mesmo percurso, somente sua orientação é diferente: o etnólogo caminha para frente, procurando atingir, através de um consciente que jamais ignora, cada vez mais o inconsciente para o qual se dirige; ao passo que o historiador avança, por assim dizer, recuando conservando os olhos fixados nas atividades concretas e particulares, das quais se afasta apenas para considerá-las sob uma perspectiva mais rica e mais completa. Verdadeiro Jano de dois rostos, é, ainda assim, a solidariedade das duas disciplinas que permite manter ao alcance dos olhos a totalidade do percurso.

2.2.3. NORBERT ELIAS E INTERDISCIPLINARIDADE: SOCIOLOGIA E HISTÓRIA

O sociólogo Norbert Elias também debateu sobre os problemas epistemológicos que se colocam sobre os estudos históricos e sociológicos. Sua crítica aos estudos históricos, conforme eram desenvolvidos em sua época, em realidade eram críticas a um tipo específico de escrita da história, entretanto, a exposição que ele faz, cotejando sociologia e história, é também fundamental para compreensão de aspectos epistemológicos das ciências sociais, pois reforça a necessidade do pesquisador, nas ciências sociais, trabalhar interdisciplinarmente, reconhecendo também o fato que há certos desvelamentos sobre o mundo social que somente podem ser alcançados se tomadas dentro de uma perspectiva de longuíssimo prazo de estudo e análise.

A investigação histórica, dirigida primordialmente para as séries de acontecimentos únicos do passado, fixam como problema central os feitos e traços de caráter de determinados indivíduos elencados como proeminentes e decisivos para explicar uma época – no caso da corte da França entre os séculos XVII e XVIII, especialmente o rei. Entretanto, essa historiografia acaba sendo uma acumulação de atos isolados – e de pessoas isoladas – sem conexão entre si, inseridos dentro de um quadro explicativo ausente de referências elaboradas cientificamente para efetuar sua verificação – coerência sistemática e fecundo rigor analítico científico – para resultar, ao final, em interpretações arbitrárias e especulações, sendo cada pesquisa um compartimento estanque em si, sem nenhum tipo de continuidade – as idéias sobre o nexos os eventos acabam indo e vindo – e a história acaba sendo sempre a história reescrita.

A atitude do pesquisador social deve ser outra quando ele deseja descobrir, por exemplo, os problemas relacionados com a função do rei e toda estrutura social de uma corte – aspectos materiais fundados nas relações sociais significativas entre todos os agentes sociais protagonistas do meio –, pois aqui uma narrativa do acontecimento único torna-se insuficiente para atender as demandas explicativas para o problema exposto; é preciso alcançar as estruturas e processos que estão envolvidos nas conexões e dependências humanas e verificar como, a longo prazo, estão se repetindo – reproduzindo – continuamente.

A história é tanto aquilo sobre o que se escreve quanto o escrito em si; um objeto de pesquisa – aquilo sobre o qual se escreve – não é nem verdadeiro nem falso, mas o que se escreve a respeito dele, enfim, o resultado da pesquisa, pode ser verdadeiro ou falso. A opção de fixar como objeto da historiografia a informação original, as fontes documentais diretas de cada época analisada, foi importante não só para o impulso da pesquisa histórica, mas também para ingressar nos problemas sociológicos dos problemas levantados pelo intelecto humano para cada um desses quadros temporais históricos reproduzidos. O problema epistemológico é

se considerar, de uma vez por todas, que esses documentos constituem a substância da própria história e qual seria a tarefa e objeto da própria pesquisa histórica. Se os documentos originais são a única fonte confiável do ofício de historiador, então o que esses pesquisadores têm a oferecer são suas interpretações acerca deles, o que justifica suas constantes mudanças – interpretações – ao longo de gerações de pesquisadores, que variarão conforme ideologias e interesses pessoais decorrentes da posição ocupada pelo pesquisador dentro de seu meio intelectual.

Não se pode olvidar que um historiador, em seu ofício, acaba distribuindo louvores e censuras; ao relatar o conteúdo dos documentos, ele avalia o que encontra, enfim, ele distribui luz e sombra segundo critérios próprios, e costuma fazer essa distribuição como se fosse óbvia, conforme os ideais e os princípios de visão de mundo pelos quais opta de acordo com os parâmetros de sua própria época. Desta forma, conforme o seu campo científico determinar o que é bom e ruim – de acordo com o que presentemente ele vive as injunções contemporâneas a ele –, o pesquisador fará as suas escolhas dos acontecimentos do passado, a forma própria como ele verá a história, vale dizer, encobrindo a própria história.

Apesar da confiabilidade das referências das fontes históricas, é preciso reconhecer que elas são fragmentadas, sendo que toda tentativa de estabelecer nexos dos acontecimentos – a partir da reunião e interpretação desses vestígios fragmentários –, torna-se, em realidade, um procedimento arbitrário do pesquisador individual, estando grandemente ausente – nessas análises – o apoio firme que é dado pelos modelos de conexão, denominados hipóteses ou teorias, cujo desenvolvimento está ligado ao do conhecimento de dados singulares por um restabelecimento contínuo de contato.

As ciências mais maduras ou desenvolvidas, são dotadas de uma maior autonomia e reconhecimento, devido a esse contato, a forma de questionamento, a seleção dos dados singulares e o desenvolvimento dos modelos de conexão. A ciência deve ser autônoma frente aos conflitos circunstanciais e conjunturais em curso na sociedade, de forma a esses fatores não influenciarem as opções científicas do pesquisador, a bem do desenvolvimento da própria ciência; assim, a ciência da história deve seguir os passos dos domínios mais maduros da pesquisa científica, no sentido de produzir saberes que dêem fecunda continuidade específica de desenvolvimento, vale dizer, a de que a extensão e a certeza do saber individual aumentem no decorrer das gerações como também, em estreita conexão com elas, a extensão e a certeza do conhecimento dos nexos de dados singulares.

Na historiografia – tradicional, conforme relatado até o momento por Elias –, sucede o fenômeno do aumento do conhecimento dos dados singulares, mas não se verifica

continuidade de crescimento no plano das conexões. Nas ciências mais antigas e mais maduras, a importância de hipóteses e teorias anteriores sobre a natureza das conexões é preservada, seja numa região específica, seja no conjunto do universo, como uma etapa do caminho para hipóteses e teorias posteriores, uma vez que esses passos não teriam sido possíveis sem os anteriores. Os passos posteriores produzem para além dos anteriores, mas a importância destes é preservada como elo na corrente contínua do trabalho de pesquisa. O progresso contínuo da ciência não condena necessariamente os modelos de compreensão de etapas anteriores à categoria de sobras de papéis velhos, o que de fato acontece tão mais raramente, quanto mais assegurado e autônomo é o progresso do trabalho científico. Nesse sentido, não é sem razão porque tanto esforço de pesquisadores históricos do passado se encontram, como regra geral, repousados como livros mortos nas bibliotecas.

Mas Elias reconhece que, nesse aspecto crítico endereçado para a escrita da história, a sociologia também sofre das mesmas vicissitudes quando, em determinado tipo de pesquisa que ela empreende, é forçoso reconhecer que existiria, no máximo, uma diferença de grau entre as pesquisas empreendidas por um e outro ramo especializado do conhecimento social. Assim, nos dois casos – pesquisa histórica e a sociologia –, as avaliações e ideais de curta duração, provenientes de conflitos agudos do presente, servem como substitutos para as teorias relativamente autônomas, para os modelos de correlação passíveis de verificação, que são considerados em conjunto com a aquisição de novos conhecimentos singulares.

Entretanto, a diferença da pesquisa sociológica frente à histórica – como até então praticada – está no esforço da primeira no seu empenho em buscar alcançar modelos de conexão – hipótese, teorias – cada vez mais adequados e autônomos que os seus precedentes, modelos que, restabelecendo continuamente o contato com o desenvolvimento dos dados singulares, não sejam influenciados pelas oscilações e flutuações do pensamento da própria época, a fim de que a formulação e seleção dos problemas singulares não fiquem submetidas ao arbítrio do pesquisador individual, ou às convicções convencionais – instituídas como senso comum científico no meio – heterônomas de determinados grupos de pesquisadores. E a pesquisa histórica carece de esforço nessa direção, ficando sujeita às contingências ideológicas e temporais do campo científico histórico, com toda sua heteronomia, sem modelos de interpretação que ajudem a determinar a formulação e seleção de problemas com caráter mais preciso e científico.

As preocupações temáticas sociológicas – e os documentos que ele se socorre para analisar e esclarecer suas dúvidas – muitas vezes são tidas como marginais para o historiador, entretanto, verifica-se que a sociologia acaba fornecendo explicações bastante confiáveis e

passíveis de verificação sobre relações sociais fundamentais sobre um grupo específico numa dada sociedade, bem como a inter-relação que sucede entre esse específico grupo com os demais grupos sociais dessa formação social. Detalhes aparentemente desprezíveis ou insignificantes sob determinado enfoque – geralmente segundo valores atuais que norteiam o investigador social –, acabam se revelando para o sociólogo como de fundamental importância para explicar uma dada formação social, com suas hierarquias, censuras e permissões.

É preciso considerar que a eleição de um objeto de estudo independe dos valores predominantes científicos ou populares – sempre tomados como evidências inquestionáveis –, presentes no entorno do pesquisador, ora tidos como negativos ou preconceituosos, conforme juízos de valor estabelecidos e assentes na sociedade – e que recaiam sobre o objeto de estudo escolhido pelo investigador social –, ora tidos como valores positivos, conforme a atualidade do tema seja do maior interesse de uma grande maioria, ou, pelo menos, devido a longevidade da temática, que não haja, socialmente observando, uma posição defensiva ou avaliação negativa em relação ao tema.

A escolha do tema, assim, está em função de seu valor heurístico e fecundo para o avanço da ciência; assim, quando se coloca a tarefa de contribuir para o esclarecimento e a compreensão dos diversos modos como os indivíduos se relacionam uns com os outros, então todas as figurações formadas pelos indivíduos – o campo social estudado por Pierre Bourdieu se enquadraria perfeitamente dentre essas figurações –, todos os agrupamentos sociais são equivalentes para esses fins heurísticos. Tal concepção foge e é diversa daquela que arquiteta uma suposta equivalência fundamental de todos os períodos da história, pois o pesquisador deve fugir da armadilha de partir para a compreensão das relações humanas – com exceção do aspecto epistemológico – considerando e se conduzindo por avaliações preconcebidas em seu próprio tempo.

Elias anota que não é possível imaginar nenhuma formação social, nenhuma conexão humana, seja grande ou pequena, pertencentes a tempos remotos ou ao presente, cujo estudo objetivo e rigoroso, comparado ao de qualquer outro, não possa contribuir em maior ou menor grau para ampliar e aprofundar nosso conhecimento do modo como os indivíduos se relacionam mutuamente, em todas as situações, no pensamento como no sentimento, no ódio como no amor, na atividade como na inatividade. A variabilidade dessas conexões humanas é tão grande e diversificada que, pelo menos em termos das dimensões restritas e das lacunas de nosso saber atual, não se pode imaginar nenhuma investigação objetiva de uma figuração

humana ainda não pesquisada, e de seu desenvolvimento, que não traga nada de novo para a compreensão do universo humano, para a compreensão que as pessoas têm de si mesmas.

Dentro de um tipo específico e tradicional de visão de historiografia, fixou-se a idéia de que haveria uma singularidade e unicidade dos acontecimentos humanos – os denominados acontecimentos únicos –, fundada na natureza dos objetos, na própria coisa, independente de todos os juízos de valor dos pesquisadores, sendo tais fatos o elemento distintivo da história humana, portanto, os objetos por excelência da pesquisa histórica. Ocorre que esse critério de escolha do objeto de estudo histórico, fundado naquilo que ele teria de singularidade ou não repetição – o acontecimento único –, em realidade é fundado numa arbitrariedade que simplesmente fixa como essencial – numa cadeia de eventos – esses acontecimentos únicos ou singulares para pesquisa, estudo e análise.

De fato, sucede que verdadeiramente existe singularidade sem repetição por toda parte, no reino animal, vegetal e mineral, sendo que cada sentimento, ação e vivência humana são singulares; considerando todas as espécies animais que já foram extintas, o homo sapiens, todo o gênero humano é singular; assim, tudo que existe no universo é singular – ou não –, conforme o ponto de vista de quem olha, ou em que liame de relação ele insere seu olhar sobre as coisas, selecionando, incluindo e excluindo – delimitando – seu objeto de pesquisa.

A singularidade e eventos únicos se apresentam em diversos níveis, assim, o que é singular e único nos moldes de um nível pode aparecer, visto a partir de outro nível, como repetição, como eterna repetição do mesmo. Do ponto de vista geral da espécie humana, o Sol e a Terra tendem a se apresentar como invariáveis, eternos, imutáveis, tamanha a lentidão de suas transformações; do ponto de vista da espécie humana singular, os próprios indivíduos são repetições de uma mesma forma, eternamente igual, e as diferenças entre eles apresentam-se como uma variação do esquema fundamental recorrente. Entretanto, é justamente essa pequena variação – diferenciação e singularidade – detectada dentro do esquema fundamental de invariância, que se atribui um valor especialmente elevado em determinadas sociedades e, dentro de tais sociedades, em determinados ramos de pesquisa, observando-se que é a própria estrutura particular de cada sociedade, conforme seus valores e visões de mundo dominantes estabelecidos – especialmente, como na Europa, com valores sociais fundados na diferenciação e individualização – é que atribuirá valor social às pesquisas científicas, desta forma influenciando e determinando as ações e comportamentos – escolhas – do pesquisador, enfim, que objeto de pesquisa deve ser eleito para análise e estudo.

Essa estrutura social, com seus valores dominantes e determinantes transparecerá, numa sócio-auto-análise, nos escritos de história de tais sociedades, revelando também uma

forma específica de consciências humana, caracteristicamente social. Uma teoria histórica – adequada ou inadequada – que enaltece somente os elementos singulares e individuais dos eventos da história, não deixa de estar reproduzindo os valores presentes do mundo social do pesquisador – que, no caso europeu, é uma sociedade fundada em valores de diferenciação (distinção) e da individualização –, por isso, “naturalmente” orientando um tipo específico de escrita histórica, enfim, optando pelo fato histórico tido como diferenciador, singular e único, reproduzindo o seu próprio ideal – ideologia incorporada, valores naturalizados – de comunidade humana.

Nesse sentido, tal pesquisa histórica, com suas análises e avaliações, deve ser questionada quanto à sua relativa heteronomia ou autonomia, especificamente se do conjunto de inter-relações humanas e históricas, os fatos específicos de eleição para reflexão e explicação de uma época é feita com base numa análise crítica, e sem concepções prévias, do próprio conjunto de relações e, nesse sentido, objetiva; ou, diferentemente, se o questionamento e observações do pesquisador são reflexos de sua ideologia – que contém as características específicas do seu meio social –, assim, projetando valores e ideais externos, de curta duração, nas cadeias de acontecimentos que estão sendo pesquisadas. A resposta às colocações acima não está num simples maniqueísmo – ou uma coisa ou outra coisa –, uma vez que a história das sociedades humanas é sempre de determinados e identificados agrupamentos sociais humanos, além do que os aspectos singulares e individuais das cadeias de acontecimentos estão ligados de tal maneira a aspectos sociais recorrentes que se torna necessária uma investigação cuidadosa, na qual não é possível chegar a uma fórmula simples.

Comparando-se as sociedades ou agrupamentos humanos com os não-humanos – animais tidos como irracionais –, compreende-se um pouco mais porque os aspectos singulares e únicos desempenharam um papel especial na história das sociedades humanas. Tomando os dois tipos de agrupamentos, a interdependência de animais da mesma espécie – formigas, abelhas, cupins e outros animais com características sociais – se dá dentro de uma estrutura social que se repete sem renovação e alteração por milhares de anos, estando essas relações e dependências inscritas na estrutura biológica dos organismos; uma mudança na estrutura biológica desses organismos implica em variações ou mudanças das formas sociais – ou figuras sociais específicas – desses animais. Os seres humanos, diferentemente, podem alterar suas estruturas sociais – a forma de interdependências entre os indivíduos – sem a necessidade de alteração da sua estrutura biológica; as sociedades humanas, seu modo de convivência social, independem de uma alteração biológica ou evolução da espécie homo sapiens. Assim, a dificuldade de toda discussão sobre os problemas fundamentais da relação

entre sociologia e história é que, até hoje, mesmo nas investigações científicas, em geral não há um esforço para definir clara e distintamente a diferença e os pontos de contato entre a evolução biológica, o desenvolvimento social e história.

O que é certo e objetivamente ponderável é que essas alterações na figuração de convivência entre organismos de indivíduos da espécie animal *homo sapiens*, sem a alteração na constituição biológica, inata e herdada, dos próprios organismos, revela que existe a tendência dos comportamentos de organismos da espécie humana ser moldada pela experiência do organismo singular, pelo aprendizado individual. Portanto, essa característica biológica da constituição humana, inata e herdada, é a condição para que as sociedades humanas, diferenciando-se assim das sociedades de formigas, tenham aquilo que se denomina por “história” ou, dando uma outra ênfase, “desenvolvimento social”. Se o desenvolvimento biológico humano é irreversível, já a evolução das sociedades humanas – desenvolvimento sociológico – apresenta-se reversível em alguns aspectos; a modificação das figurações humanas liga-se estreitamente à possibilidade de transmitir as experiências de determinadas gerações, como um saber social adquirido. Essa acumulação social contínua do saber contribui para a modificação da convivência humana e para que se alterem as figurações formadas pelos homens. Mas a continuidade da acumulação do saber e de sua transmissão pode ser rompida. O aumento do saber não leva a nenhuma modificação genética do ser humano. Experiências adquiridas socialmente podem ser perdidas.

Evolução biológica, desenvolvimento social e história, são três diferentes e inseparáveis camadas temporais que engloba a humanidade, como um todo, dentro de um processo, mas que possuem diversificados ritmos de modificação. Para se compreender a relação entre os aspectos das mudanças sociais que se repetem e não se repetem, torna-se necessário compreender esse três ritos temporais justapostos. Os desenvolvimentos sociais ocorrem muito lentamente, ao longo de extensos períodos, que parecem praticamente imóveis no tempo, se comparados frente com a duração e ritmo de modificação da vida humana. Essas figurações sociais alteram-se pouco frente às gerações, sendo vista pelos protagonistas de cada época como inalteráveis e como formas sociais sempre iguais. Por isso que na Europa, durante longo período temporal o desenvolvimento social esteve centrado na figuração “cavaleiro-pagem-padre-servo”, e atualmente, nas sociedades industriais, já há algumas gerações, vigora a figuração “trabalhador-empregador-chefe” ou “funcionário de alto-médio-baixo escalão”, sendo que a interdependência funcional dessas posições implica numa certa exclusividade onde os protagonistas de uma dada figuração são incompatíveis em outra.

Se a figuração social pode permanecer durante gerações praticamente inalterável, com um nível de modificação muito limitado, cada indivíduo que forma essa figuração é único e singular. Tais figurações, em processo de modificação lento, podem ser formadas por diversos indivíduos que se sucedem rapidamente; do ponto de vista desses indivíduos, as figurações serão fenômenos repetidos e praticamente imutáveis. A confusão surge quando um cientista cria modelos conceituais dessas figurações, explicando-os enquanto estruturas artificiais, impondo-os aos indivíduos que estão sendo investigados pelo pesquisador, como Max Weber fez ao apresentar seu modelo de figurações – que se encontram em movimento num fluxo lento – determinadas como “tipos idéias”. Os modelos da burocracia, da cidade, do estado ou da sociedade capitalista que ele procurou trabalhar não dizem respeito a nexos humanos, a figurações entre indivíduos interdependentes introduzidos em seu material de observação exclusivamente por ele, como pesquisador, a fim de trazer ordem para algo desordenado. Tais figurações são tão reais como os homens singulares que as formam. De fato, essas figurações weberianas, formadas por pessoas, verifica-se que têm um ritmo de transformação mais lento do que os dos homens singulares que as formam.

Quando se analisa a relação entre o ritmo de mudança das figurações sociais e o dos fenômenos sociológicos nele subjacentes, sucede algo semelhante, qual seja, do ponto de vista do ritmo de mudança das figurações os fenômenos sociológicos se modificam de forma muito lenta, numa evolução praticamente imóvel. A humanidade, assim, pode ser representada por um rio de três correntezas com ritmos de mudanças distintos. Considerados em si mesmos, os fenômenos de cada um desses níveis são únicos e não se repetem. Mas no âmbito dos diferentes ritmos de mudança, os fenômenos do nível que evolui num ritmo mais lento facilmente se apresentam, à vista do nível que evolui num ritmo mais rápido, com imutáveis, como a repetição eterna do mesmo – lembrando essa passagem de Elias as descobertas heurísticas de Fernand Braudel sobre diferentes tempos históricos, bem como referências à absoluta Teoria da Relatividade de Albert Einstein.

Assim, do ponto de vista biológico, em relação às alterações ocorridas na constituição biológica da espécie homo sapiens, dez mil anos são um período muito curto, bastante limitado, mas do ponto de vista da cronologia sociológica, trata-se de um largo período, bastante considerável; mas se for verificado sob o ponto de vista das modificações da organização social em diversos setores da humanidade, então é forçoso reconhecer que trata-se de um período muito grande de tempo. Em muitas sociedades, no decorrer desse período, as aldeias se desenvolveram, tornando-se cidades, as cidades se tornaram cidades-estado, as cidades-estado se tornaram Estados territoriais, que por sua vez deram lugar aos pequenos e

grandes Estados dinásticos e, finalmente, aos Estados nacionais industrializados. E o ritmo de mudança de tais seqüências de desenvolvimento foi se acelerando consideravelmente. Mas no que diz respeito à cronologia individual, ao ritmo de crescimento dos indivíduos desde a infância até se tornarem homens e mulheres velhos, as mudanças sociais de longa duração continuam a se realizar muito lentamente. É por esse motivo que, pelo quadro de referência da vida humana e do ritmo de modificação dos homens singulares, com freqüência elas não são percebidas como tais, como mudanças estruturais das figurações sociais, mas sim como figurações estagnadas, ou seja, como “sistemas sociais”.

Dentro de duas tradições políticas e filosóficas fictícias – uma que considera o indivíduo com algo extra-social, e outra que considera a sociedade com algo extra-individual –, estabeleceu-se uma antinomia aparentemente insuperável – mas verdadeiramente irreal – de que a história ou estuda os fenômenos individuais ou estuda os fenômenos sociais, sendo irreconciliável e inevitável a oposição entre o conteúdo dos dois tipos de estudos. Mas, por exemplo, a “sociedade de corte” não é um fenômeno existente fora dos indivíduos que a constituem; os indivíduos que a constituem, seja o rei ou o camareiro, não existem fora da sociedade que formam em sua convivência mútua. O conceito de “figuração” serve para expressar esse estado de coisas; assim, homens singulares formam entre si figurações de tipos diversos, ou que as sociedades não são nada mais que figurações de homens interdependentes. Seja utilizando a expressão “figuração” ou mesmo “sistema”, é importante sempre pensar-se, neste último caso, os sistemas sociais como sistema de indivíduos – e vice-versa.

Essa interpretação tradicional da história, como um nexos de fenômenos únicos e singulares, está fundada tanto no próprio caráter objetivo de tal nexos, quanto condicionada ideologicamente, ou seja, nesse último nesse caso, por aquilo que os pesquisadores de história trazem heteronomamente para esse nexos de acontecimentos; assim, estão em jogo dois tipos de avaliação, uma objetiva e outra ideológica. Por exemplo, no caso da corte de Luís XIV, reconhece-se que ela foi única, junto com seu protagonista de relevo, o próprio Luís XIV, como um fenômeno único, exclusivo ou singular de seu tempo – não se pode olvidar que a sua posição social de rei não era única e houve rei antes e depois dele, mas a pessoa dele em si era única. Comparativamente a outros reis, Luís XIV – com seu caráter único e excepcional – possuía um raio de ação extraordinariamente grande, possibilitando-lhe experiências únicas e exclusivas; comparando-o com outras pessoas que ocupavam outras posições sociais, o centro de gravidade da individualização de que ele dispunha – uma vez sendo o rei – era muito grande. Por isso que se o historiador deseja apenas contemplar esse nível de entendimento histórico, vale dizer, em meio à diversidade do universo humano procurar vislumbrar o que

distingue a pessoa, sua individualidade, aquilo que desempenha um papel preponderante, enfim, quando procuram demonstrar que contribuição indivíduos singulares deram, em função da unicidade de seus dons e de sua conduta, aos acontecimentos significativos para a história de determinados grupos sociais, então podem ser considerados como válidos seus esforços de pesquisa e tidos como inteiramente apropriados. Aqui a pessoa singular, biológica, e sua individualidade única, apontam para explicações profícuas.

Entretanto, apenas isso não basta, e a investigação deve prosseguir para poder explicar em maior extensão e profundidade as diversas relações sociais que contribuem para compreender as atitudes, ações e comportamentos dessa pessoa e seu meio específico. Sem uma investigação sistemática da posição do rei como tal, como uma das posições constitutivas da figuração da corte e da sociedade francesa, não é possível entender a relação entre a pessoa individual – desenvolvimento pessoal do rei – e a posição social do rei – desenvolvimento social da posição do rei. A primeira se desenvolve no interior da segunda, que também, por sua vez, encontrava-se em desenvolvimento, e conseqüentemente em movimento, tanto na estrutura estreita da elite da corte quanto na estrutura mais ampla da sociedade francesa com um todo. Nesse ponto é importante assinalar que as expressões “indivíduo” e “sociedade” não são duas substâncias distintas e estáveis, designando objetos supostamente independentes de forma absoluta em sua existência.. Ambas expressões designam processos, mas processo que de fato se diferenciam, mas são indissociáveis.

O desenvolvimento da pessoa do rei e o de sua posição caminham de mãos dadas. Como essa última possui uma elasticidade específica, pode ser direcionada, até certo grau, de acordo com o desenvolvimento da pessoa de seu ocupante. Porém, em virtude da interdependência com outras posições da articulação social de que faz parte, cada posição social, mesmo a do próprio rei absolutista, alia à sua elasticidade uma força autônoma extraordinária, em comparação com a força individual de seu ocupante. Pela estrutura de sua posição, o raio de alcance da atuação desses ocupantes ganha limites rigorosos, que, exatamente como a elasticidade de uma mola de aço, se fazem tanto mais sensíveis quanto mais distendem a flexibilidade de sua posição social, testando-a por meio de tendências individuais de comportamento. Assim, se por um lado o desenvolvimento pessoal do detentor do poder passa a exercer influência, dentro de limites determinados, sobre o de sua posição, por outro lado o desenvolvimento da posição social influencia o desenvolvimento pessoal de seu ocupante, como representante direto do desenvolvimento geral da sociedade de que faz parte.

Por isso é possível verificar o quanto é incompleta e obscura a arbitrária eleição, como objeto privilegiado da ciências histórica, apenas a singularidade e excepcionalidade dos acontecimento, uma vez que contemplando puramente como pessoa, Luís XIV foi efetivamente único e excepcional, mas a “pessoa pura”, o “indivíduo em si”, não passa de uma produto artificial da capacidade de imaginação filosófica, assim como com a “coisa em si”. O desenvolvimento das posições sociais que um indivíduo ocupa, desde a infância, não é único e excepcional no mesmo sentido da singularidade do indivíduo que as ocupa. Por exemplo, o desenvolvimento da posição do rei se efetuava em um ritmo diferente do de seus sucessivos ocupantes, assim, essa posição persistia após a morte de um ocupante, em seguida passando para outro, e assim sucessivamente, de tal modo que essa posição social tinha o caráter de um fenômeno que se repetia no curso do tempo, ou que, em todo caso, não era um fenômeno único, segundo a medida da unicidade e excepcionalidade do indivíduo singular.

Por isso, é forçoso admitir que a determinação da singularidade, mesmo no caso de um rei, permanece fragmentária e incerta sem a investigação da posição social do rei, que não é singular e individual no mesmo sentido. Ao ultrapassar o estudo e análise centrada nos acontecimentos individuais e singulares, para abranger também as posições e figurações sociais dos indivíduos, tanto a singularidade como a repetição são alcançados, ao mesmo tempo, por um saber que desvela os nexos ocultos e inacessível – atingindo as propriedades estruturais dos nexos de acontecimentos – caso o pesquisador fique adstrito a problemas históricos individualistas.

Somente através da investigação sistemática das figurações sociais é possível alcançar uma compreensão abrangente e fundamentada do por quê uma pessoa na posição de rei, mesmo no tempo de Luís XIV, não exercia de forma alguma um poder “absoluto”, se for entendido por essa designação que suas ações e seu poder não tinham nenhum limite, uma vez que o conceito de “soberano absoluto” efetivamente induz uma falsa impressão sobre o sentido de absoluto que acompanhava o soberano; também permite responder satisfatoriamente algumas perguntas capitais sobre o funcionamento do mundo social: como é possível que um único homem, decidindo direta ou indiretamente o destino de centenas de milhares, talvez até milhões de homens, consiga conservar por anos a fio sua posição como soberano e o grande raio de alcance de suas decisões proporcionado por essa posição? Que desenvolvimento de uma estrutura social formada por indivíduos interdependentes, que figuração social de indivíduos permite que se defina uma posição central com tal margem de manobra, a que chamamos “absolutismo” ou “poder autocrático”? Sob que condições formam-se tais posições sociais de poder autocrático, que concedem a seus ocupantes

possibilidades tão amplas de exercício do poder quando comparadas àquelas ligadas a outras posições sociais? Por que centenas de milhares de pessoas efetivamente obedecem a um único indivíduo, não só numa situação crítica, mas no decorrer da vida social comum, em sua rotina normal? E, no caso dos reis, não só a um único indivíduo durante sua vida, mas talvez seu filho e seu neto, ou seja, aos membros de determinada família, ao longo de várias gerações?

A sociologia do poder encontrou em Max Weber sua elaboração mais frutífera. Adotando um procedimento extensivo, ele elaborou modelos – tipos ideais – que se baseavam em comparações cuidadosas do maior número possível de fenômenos, ou de todos os fenômenos históricos de um determinado tipo conhecidos na época. Um desses modelos construídos, vinculado a um tipo específico de poder, foi o patrimonialismo. A sociedade de corte francesa, segundo as categorias weberianas, poderia ser classificada como um poder tradicional, que leva do patrimonialismo ao sultanismo, ou também com uma das burocracias patrimoniais fortemente centralizadas, sobre as quais Weber tem razão em dizer que, contrariamente ao feudalismo, caracteriza-se por um fator que sempre passa despercebido pela ciência: o comércio. Entretanto, é de se observar que o modelo – tipo ideal – patrimonialista montado por Weber é muito instável, tamanha quantidade de observações singulares – ou particularidades – que ele anotou em torno desse modelo, fato que não acontece quando se analisa outro modelo construído também por Weber, qual seja, o modelo bem estruturado da dominação carismática. Este último tipo ideal é um modelo que permite analisar com consistência a crise da dominação autocrática, situação onde um soberano tenta se impor, com a ajuda de outros, em geral de grupos até então marginalizados, contra a rotina existente e os grupos estabelecidos no poder, que a preservam. Em muitos aspectos, os grupos centrais da autocracia absolutista como a sociedade de corte francesa, representam a antítese da autocracia carismática. Nesse contexto, Elias desenvolve um modelo de estudo e explicação que diz respeito a uma dominação autocrática que se tornou uma rotina solidamente estabelecida.

O modelo de Elias parte de uma investigação intensiva – e não extensiva – em torno de uma dada figuração social, portanto, utilizando-se de dados de fenômenos sociais muito mais limitados que aqueles utilizados no trabalho de Max Weber, na construção de seu modelo dos tipos tradicionais de dominação não-carismática. Frente à utilização extensiva de provas, a investigação intensiva de um regime em particular parece oferecer algumas vantagens para construção do modelo sociológico de uma autocracia não-carismática. Nessa investigação, é possível elaborar, em detalhes, o estudo da distribuição do poder e das rotinas específicas que possibilitavam a um único indivíduo, ao longo de sua vida, conservar-se na

poderosa posição de soberano, sempre arriscada e cheia de ameaças. O mecanismo da realeza constitui o cerne da resposta dada à pergunta acerca das condições sociais de uma tal dominação autocrática” Para escapar da aridez teórica, um trabalho científico de tal tipo deve demonstrar, com auxílio de investigações particulares e exemplos, como funciona esse mecanismo da realeza na prática da rivalidade dos grupos no poder; [enfim,]tentar observá-lo diretamente, em ação.

Assim, para um rei, até mesmo a rotina de acordar pela manhã e ir para a cama à noite pode servir instrumento de dominação. Entender isso não é menos importante para a compreensão sociológica desse tipo rotineiro de dominação autocrática do que a percepção mais genérica da estrutura do mecanismo da realeza. Somente aprofundando a análise desses paradigmas específicos chega-se a uma imagem clara daquilo que antes foi formulado com certa precisão teórica. Pois teorias sociológicas que não se confirmam no trabalho sociológico empírico são inúteis. Quase não merecem o status de teorias. Por exemplo, é só por essa verificação que se chega a uma compreensão mais profunda do perigo permanente e do risco essencial que pesam sobre a dominação autocrática, mesmo a mais poderosa, e também das medidas institucionais com que o soberano e seus grupos centrais procuram responder à pressão desse risco, freqüentemente sem uma consciência explícita dele – habitus, senso prático. Só quando se percebe esse estado de coisas é que se abre a possibilidade de enxergar claramente as relações entre a posição, prescrita pela respectiva figuração, e a pessoa de um rei que se desenvolve nessa posição. Só então se tem uma base suficientemente firme para provar até que ponto um modelo da dominação autocrática que se torna rotina pode contribuir para a compreensão de outros fenômenos sociais do mesmo tipo, ou de tipos semelhantes, como a autocracia ditatorial nos moldes de um Estado nacional industrial.

O senso comum estabeleceu a imagem da dominação autocrática centrada na figura de uma pessoa única, dotada, por sua posição social, de um poder extraordinário, com todas as atenções dirigidas para o ocupante dessa poderosa posição social. Assim, naturalizou-se dirigir para os traços particulares do soberano autocrata e de sua personalidade – para o seu caráter –, as explicações e esclarecimentos básicos – quando não os únicos possíveis – para o próprio caráter e o desenvolvimento do regime autocrático como um todo. O que talvez possa ajudar, também nesse contexto mais amplo, é a elaboração de um modelo mais rigoroso e preciso da dominação autocrática, com o qual se possa entender melhor como e por quê, mesmo no âmbito de uma posição social extremamente poderosa, fazem-se perceptíveis a todo momento as fronteiras da elasticidade e da margem de manobra que essa posição confere a seu ocupante. Assim como outras posições sociais, a do soberano autocrata também precisa

de uma estratégia de conduta muito bem planejada, caso seu ocupante pretenda manter todo o poder que o trono lhe confere por um longo período, assegurando-o para si mesmo e, no caso de um rei, para sua família.

Nessa posição, com todas as tentações que ela oferece a seu ocupante, é necessário ter a segurança e a destreza de um equilibrista para sistematicamente tomar medidas a fim de que a concentração de poder à disposição do soberano não se reduza. Só em conexão com a análise do desenvolvimento e da estrutura de uma posição como essa pode-se chegar a uma imagem mais clara do papel que as peculiaridades únicas da pessoa de seu ocupante desempenham no desenvolvimento da posição social e na exploração da elasticidade de sua margem de decisão. Só então é possível achar o caminho para fora do labirinto das avaliações heterônomas, no qual a discussão costuma vagar com bastante frequência, enquanto os elogios e as críticas de seus participantes à pessoa do soberano servem como um substituto para o esclarecimento acerca da dominação autocrática.

Por isso que uma investigação da elite no poder de um determinado regime autocrático, orientada consistentemente para a autonomia das avaliações, também pode ser desenvolvida como modelo para outras investigações da relação entre a dinâmica da posição social e a dinâmica individual. Nesse sentido, Luís XIV é exemplar na consonância e adequação mantida entre seus passos e inclinações individuais com as condições da posição social de rei, dentro de uma rigorosa disciplina pessoal e social, conservando e otimizando – de forma muito determinada – suas possibilidades – margens de manobra – no exercício do poder; a sua enaltecida “grandeza” – na relação individual e de poder – somente pode ser compreendida claramente se for levada em consideração a relação entre os objetivos pessoais dele e as exigências inescapáveis da posição social de rei.

Portanto, a historiografia que procura explicar a origem e brilho do século de Luís XIV, ou mesmo a origem da corte real e política do Estado francês, centrada numa figura singular e exclusiva de determinadas pessoas, reconstrói uma explicação dos nexos históricos de forma insatisfatória e distorcida. De fato, no mundo social o que se observa são homens que se desenvolvem nas e pelas relações com os outros homens. A tradição individualista da historiografia pressupõe, no fundo, indivíduos que não mantêm relação alguma. Como muitas representações atuais, é evidente que a da historiografia, voltada primordialmente para os indivíduos em si, também padece do medo de que o valor único dos indivíduos possa ser diminuído ou até suprimido a partir da abordagem baseada na noção de indivíduos que dependem de outros, e dos quais os outros dependem – ou seja, de indivíduos em dependência recíproca, e cujas interdependências podem ser determinadas por meio de uma investigação.

Mas esse pensamento está ligado, por sua vez, à idéia enganadora de que a palavra “indivíduo” se refere a aspectos humanos que existem fora das relações de homens entre si, fora da “sociedade”, e assim, conseqüentemente, à idéia de que a palavra “sociedade” se refere a algo que existe fora dos indivíduos, como se fosse um “sistema de papéis” ou um “sistema de ações”. Por isso que a investigação detalhada da relação entre a individualidade e a posição social de um rei permite alcançar uma conceituação geral, que contribui para superar a dicotomia “indivíduo”, de um lado, e “sociedade”, de outro, enfim, por novos conceitos que estão em estreita conexão como os fatos relacionais observáveis.

Portanto, a tarefa da sociologia, nesse contexto, é justamente resgatar e trazer para um plano privilegiado o nexos estruturado dos indivíduos e seus atos, enfim, as relações que podem ser coerentemente construídas de forma articulada, definida, estruturada, de uma pessoa com seu meio social. Nessa mudança de perspectiva, os homens singulares não perdem o seu caráter e valor enquanto homens singulares. Porém eles não aparecem mais como indivíduos isolados, cada um totalmente independente dos demais, existindo por si mesmos. Não são mais vistos como sistemas totalmente fechados e vedados, cada um contendo o esclarecimento final acerca de um ou outro evento histórico, constituindo um começo absoluto. Na análise das figurações sociais, os indivíduos singulares são apresentados da maneira como podem ser observados: como sistemas próprios, abertos, orientados para a reciprocidade, ligados por interdependências dos mais diversos tipos e que forma entre si figurações específica, em virtude de suas interdependências.

Assim, mesmo os denominados “grandes homens” ou grandes personagens históricos – já fixados pelo senso comum –, ou aquelas pessoas que são mais poderosas – do ponto de vista sociológico – diante de sua posição específica ocupada como membro dessa cadeia de interdependências, estão sujeitos às injunções e condicionantes que seu meio social lhe impõe, portanto, sendo impossível compreender ele e sua posição social, o modo de alcançá-la e de chegar a realizar suas obras e feitos no âmbito de seu raio de ação, se a própria figuração não é submetida a uma cuidadosa análise científica, de forma estruturada, em primeiro plano e coerente.

Na maior parte das vezes, as figurações que os indivíduos formam em sua convivência mudam bem mais lentamente do que os indivíduos que lhes dão forma, de maneira que homens mais jovens podem ocupar a mesma posição abandonada por outros mais velhos. Assim, em poucas palavras, figurações iguais ou semelhantes podem muitas vezes ser formadas por diferentes indivíduos ao longo de bastante tempo ; e isso faz com que tais figurações pareçam ter um tipo de “existência” fora dos indivíduos. O uso errôneo dos

conceitos de “sociedade” e “indivíduo”, que dá a entender que se trata de dois objetos separados com substâncias diferentes, está ligado a essa ilusão ótica e intelectual. Todavia, quando sintonizamos com maior rigor o modelo de pensamento com aquilo que pode ser observado de fato, percebemos que a situação em si é bastante simples, podendo ser compreendida conceitualmente sem nenhuma ambigüidade.

Aqui e agora, os indivíduos singulares que formam uma figuração social específica entre si podem de fato desaparecer, dando lugar a outros; entretanto, seja como for essa substituição, a sociedade, e com isso a própria figuração, será sempre formada por indivíduos. Figurações têm uma relativa independência em relação a indivíduos singulares determinados, mas não aos indivíduos em geral, pois elas são frutos institucionais – socialmente normativos, portanto – de inúmeros indivíduos ao longo do tempo, concentrando em si um enorme energia social acumulada e reproduzida.

Tanto um tipo de história e historiador que se ocupa apenas de indivíduos e seus feitos, como se eles não existissem dentro de figurações e fossem influenciados – nos seus atos e comportamentos – pelas mesmas, em suas cadeias de interdependências, quanto um tipo de sociologia e sociólogo que se ocupa exclusivamente de figurações como se existissem sem indivíduos, enfim, de sociedade ou sistemas sociais que são totalmente independentes das pessoas singulares em todos os sentidos, enfim, tanto um quanto outro ponto de vista – ou de partida para produção de conhecimento científico – são equivocadas, induzindo o pesquisador ao erro; mais precisamente é possível asseverar que ambas as ciências, no sentido acima exposto, estão somente dirigindo a atenção de seus olhos para diferentes camadas, ou níveis, de um mesmo processo histórico.

Nesses níveis, as formas das cadeias de acontecimentos se diferenciam em muitos aspectos. Por conseguinte, as categorias de pensamento e os métodos de pesquisa usados para explorá-las exigem uma certa especialização. Entretanto, como os próprios níveis são simplesmente inseparáveis, nesse caso a especialização sem coordenação significa um erro de direcionamento do trabalho de pesquisa e um desperdício de energias humanas, o que ocorre com muita freqüência. De fato, falta uma obra – construção, edificação – teórica unificadora, modelar, para alcançar essa coordenação profícua entre pesquisa histórica e pesquisa sociológica. Sem um quadro de referência desse tipo, é fácil ter-se a impressão de que existe a tentativa de reduzir o trabalho feito num dos planos, ao que se faz no outro.

De qualquer modo, do ponto de vista da pesquisa sociológica – aliada aos frutos da pesquisa histórica –, Norbert Elias ressalta que revelou-se de muita utilidade o empenho em associar um trabalho empírico limitado a considerações teóricas fundamentais. É possível

compreender as particularidades da investigação empírica de modo muito mais rico em referências quando se percebe sua significação teórica, assim como é possível assimilar melhor o rumo dos procedimentos teóricos quando os dados empíricos aos quais eles se referem encontram-se disponíveis. Assim, investigação sociológica proporciona uma orientação diferente e nova para a pesquisa histórica.

De tudo que foi exposto sobre a relação entre a investigação histórica e a investigação sociológica ressalta-se três aspectos importantes para pensar uma interdisciplinaridade fecunda entre as disciplinas, quais sejam: (I) que as pesquisas históricas costumam sofrer a heteronomia dos juízos de valor dos pesquisadores; (II) há que se pensar sobre o sentido e alcance sobre a concepção intelectual acerca da independência e dependência das pessoas dentro do espaço social; (III) há que se inserir processo de análise sociológica mais duradouros dentro das análises dos processos históricos, a fim de objetivamente elaborar um objeto de pesquisa social autônomo para as ciências sociais.

2.2.4. MARCEL MAUSS: CONTRIBUTO PARA UMA SOCIOLOGIA CRÍTICA

Marcel Mauss – e interdisciplinaridade –, se propôs a discutir de forma concreta, as relações práticas, relações atuais que ligam e devem ligar atualmente e por algum tempo a sociologia e a psicologia, uma vez que uma discussão desse gênero não é sem utilidade e sem alcance imediato. As questões que ele coloca, questões práticas e de fato, são acerca das relações atuais e relações desejáveis – e próximas – que aproximariam mais os psicólogos dos sociólogos; as colaborações que deveriam buscar e conflitos a evitar, enfim, as incursões que cada ramos especializado do conhecimento não deveria fazer em terreno alheio; as questões que a psicologia já elucidou e os progressos que alcançou, que fazem avançar as pesquisas em sociologia; as questões urgentes que a sociologia coloca para a psicologia e que necessitam do progresso desta para fazer avançar as pesquisas em sociologia.

Nessa aproximação entre ramos específicos e vizinhos do conhecimento científico, Marcel Mauss observou que as coincidências do contributo da psicologia para a sociologia, e vice-versa, estavam na medida em que os progressos de cada uma delas se dava dentro do caráter explicativo-esclarecedor mais abrangente, vale dizer, procuravam explicar processo

mais amplos da biologia mental do indivíduo ou da sociologia das representações sociais, no limiar de uma psico-fisiologia ou sócio-psico-fisiologia, abordando a mentalidade da pessoa como um todo ou o comportamento social como um todo.

Os mais diversos fenômenos que sucedem socialmente são antes de tudo funções das idéias do que das coisas em si, mas a relação entre fatos psíquicos e fatos materiais na sociedade necessitam ser medidos para serem descobertos e desvelados. As idéias, conceitos, categorias, motivações de atos e de práticas tradicionais, sentimentos coletivos e expressões estereotipadas das emoções e dos sentimentos, razão, personalidade, vontade de escolha ou liberdade, hábito prático, hábito mental e caráter, variações desses hábitos, todas essas temáticas são de alçada da psicologia e da sociologia, mas que necessitam do progresso recíproco para avançar nos seus conhecimentos específicos, pois muitos fenômenos de manifestação individual estão intimamente interligados e vinculados com o fato da convivência social – alegria, tristeza, euforia etc. –, uma vez que são gestos ou signos obrigatórios, sentimentos obrigatórios ou necessários, sugestionados ou empregados pelas coletividades com um objetivo preciso, em vista de uma espécie de descarga física e moral de suas expectativas, físicas e morais elas também.

Quanto ao contributo da sociologia para o progresso da psicologia, Marcel Mauss ressalta que os fatos da consciência coletiva são aqueles fatos que podem ser observados objetivamente, através da medição de sua repetição, extração de seu caráter médio, normal, vale dizer, aquilo que estatisticamente pode ser desvelado de sua característica natureza, enfim, quantificáveis, convertendo-os em documentos típicos sobre o comportamento humano, para lhes dar uma particular segurança de análise. Tais fatos da consciência coletiva são aqueles comuns a muitos indivíduos e em geral expressos em símbolos perfeitamente coordenados, testados por práticas constantes, conscientemente transmitidos e ensinados oralmente enquanto tais, onde o comportamento corresponde ao estado da consciência clara, ao menos em parte. A sociologia pode demonstrar que os casos de confusão mental e interpretações tidas como as mais patológicas dentro de uma dada cultura, em realidade se revelam normais em outra cultura.

Estudando os fatos gerais ou específicos do ser humano, é sempre com a pessoa completa que se lida, enfim, seu corpo, sua mentalidade por inteiro, tudo se imbricando, do indivíduo à sociedade; lidar com esses fenômenos de totalidade ou com esse ser humano total – abarcando ele, o grupo, todos os indivíduos em sua integridade moral, social, mental, corporal e material – é o desafio que a sociologia lança à psicologia, mais especificamente, desvelar uma teoria das relações que existem entre os diversos compartimentos da

mentalidade e das que existem entre esses compartimentos e o organismo, inclusive o que poderia ser considerado como um ser humano médio ou normal, com seus respectivos instintos. Isso tem em vista porque, por exemplo, verifica-se que os ritmos e símbolos põem em jogo não apenas as faculdades estéticas ou imaginativas do homem, mas todo seu corpo e toda a sua alma ao mesmo tempo, e na própria sociedade, o estudo de qualquer fato social, implica em compreendê-lo dentro do complexo psicofisiológico que ele se insere; um indivíduo que esteja numa situação ou estado de obrigação social – moralmente dominado, alucinado por um dever tido como ponto de honra –, somente pode ser descrito e estudado sob ponto de vista das conseqüências fisiológicas e psicológicas do sentido dessa obrigação.

Vinculado diretamente a essa consideração de uma totalidade do ser humano, seu corpo, seus instintos, suas emoções, sua vontades, suas percepções e suas intelecções, há um fenômeno que necessita muito de esclarecimentos psicológicos, qual seja, o fenômeno das expectativas humanas. Nos passes de magia e prestidigitação, verifica-se que o engodo que eles consistem necessita e supõem sempre a expectativa dos espectadores – a expectativa causa e produz a distração e a ilusão –, desta forma, contribuindo para a eficácia dos atos mágicos. Em toda parte na sociedade – não apenas em magia ou religião – há a expectativa socialmente presente, de forma determinada ou indeterminada, pela qual se justificam ou se destroem, antecipadamente, todos os milagres e todos os direitos. A expectativa é um dos fenômenos de sociologia mais próximos tanto do psíquico como do fisiológico, e é ao mesmo tempo um dos mais freqüentes, pois a emoção, a percepção, o movimento e estado do corpo, condicionam diretamente os social e são condicionados por ele. Assim, a expectativa abrange toda uma parte do direito, sendo a idéia de ordem o símbolo dessa expectativa; também toda uma parte da arte – pintura, literatura, música, jogos etc. – é um sistema de expectativas suscitadas; mas ela irá se revelar também nos fatos econômicos, nos fatos sociais como nos momentos de tensão popular, na diplomacia, na tecnologia, no estudo das ilusões morais etc.

2.2.5. HUMANIDADE, ESPAÇO E TEMPO: O HABITUS COMO UMA ESTRUTURA DA CULTURA E CIVILIZAÇÃO

A sociologia de Pierre Bourdieu, a história de Fernand Braudel, a antropologia de Claude Lévi-Strauss, a antropologia de Marcel Mauss, a sociologia de Norbert Elias, o

levantamento histórico, mas também sociológico e antropológico, da formação e desenvolvimento da civilização e cultura latino-americana – fruto direto da cultura ibérica, e que formou a civilização luso-americana e hispano-americana, com conseqüências em todos os setores da vida social dos povos ibero-americanos referidos, especialmente no plano das relações internacionais –, enfim, todos esses aportes epistemológicos, teóricos e descritivos-reflexivos das ciências sociais, têm conseqüências a ponto de indicar uma explicação cientificamente plausível para explicar o humano e social que se desenvolve dentro da civilização e cultura ibero-americana.

Tanto Pierre Bourdieu e Norbert Elias, quanto Fernand Braudel, Marcel Mauss e Claude Lévi-Strauss, não descartam dogmaticamente o efeito do tempo nos seus estudos; todos eles aceitam se socorrer entre si, naquilo que cada outra disciplina tem para proficuamente oferecer ao progresso de sua própria disciplina. De fato, entende-se aqui que o elemento comum que pode efetivamente unir os diversos ramos especializados das ciências sociais – ou ciências do ser humano – não se encerra apenas num único tipo – elemento de estudo – comum de eleição, mas diferentemente, três fatores, quais sejam, o (I) ser humano, o (II) espaço e o (III) tempo.

Esses três elementos teóricos sempre estarão presentes, individual ou coletivamente – trabalhados conforme especificidades próprias de cada ramo especializado –, no estudo que se desenvolve no âmbito geral das ciências humanas. O fato de emergir vieses diferentes, conforme os estudos desenvolvidos por cada ramo especializado, não olvida a constatação de que o ser humano, o espaço e o tempo são realidades transformadas intelectualmente, mas que possuem aspectos comuns, se cada ramo especializado do conhecimento mantém-se sintonizado e aberto para os diferentes progressos alcançados pelo seu vizinho intelectual e afim. A pessoa, o espaço geográfico, o transcorrer do tempo, produzem efeitos recíprocos que, por mais original seja a abordagem, permite vincular os resultados obtidos por um ramo do conhecimento em outro, quando a temática é próxima.

A sociologia de Pierre Bourdieu não se dissocia do tempo nem da história, aliás, deixa claro que o mundo social é um produto histórico-cultural; a antropologia de Claude Lévi-Strauss admitiu a necessidade de escutar a história, quando ela tem elementos de contributo para o etnógrafo e o etnólogo; a história de Fernand Braudel assimila todos os ramos das ciências do ser humano, admitindo que os respectivos progressos contribuem para o progresso da ciência histórica. Ademais, inúmeros outros autores realizaram investigações que contribuíram para entender melhor o ser humano e a sociedade – o que esses fizeram e ainda fazem –, dialogando com o tempo, com o espaço e com o próprio ser humano, conforme viés

específico escolhido, como imposição para alcançar uma demonstração, uma verdade, um saber, importante para compreensão geral do que o humano e o social tem sido, o que eles fizeram e ainda fazem.

Assim, por exemplo, o sociólogo Norbert Elias, escreveu algumas obras que revelam claramente o caráter interdisciplinar fecundo que, ao explicar o por quê de certos comportamentos – convenções sociais – em curso na sociedade, acaba explicando um pouco de cada um de nós mesmos. Em sua obra *O processo civilizador*, esse intelectual procura esclarecer a origem dos costumes sociais humanos tido como civilizados, vale dizer, as regras aparentemente mais elementares de comportamento socialmente tidos como aceitos ou de “correta sociabilidade”; como os homens se tornaram educados, e começaram a tratar-se de boas maneiras: cortesia, urbanidade, gentileza, traduzidos em comportamentos como não escarrar, não comer com as mãos, não pôr a bota encima da mesa.

Elias demonstra que não existe um comportamento ou atitude tido como natural do ser humano, fruto de uma natureza humana imanente; diferentemente, o que se pode verificar é que o ser humano tem feito ou edificado sua vida social através de muito condicionamento e adestramento. Nesse ponto, Elias faz recordar um dos escritos de Friedrich Nietzsche, que revela o quanto foi difícil e custoso ao ser humano a instauração da moral com seus padrões de moralidade, esclarecendo que a moralidade – como reconhecida – não é natural nas pessoas e nem resultante de uma graça divina, mas que ela foi adquirida por um processo de adestramento que terminou fazendo, do homem, um animal interessante, um ser providente e previsível. Nesse contexto moral, o processo pedagógico deu-se pela dor, a fim de que fosse constituída uma memória com a função principal prospectiva – não apenas para fazer alguém não esquecer o passado –, vale dizer, um programa de atuação marcando o sujeito para lembrar – e muito bem – o que prometeu, o que disse, de modo a não descumprir palavra dada. A memória importa não tanto pelo conhecimento que traz, mas pela ação que ela governa, e o seu custo é a dor, enfim, foi preciso torturar o ser humano para produzi-la.

Assim, costumes se civilizaram e se fizeram respeitar, ao custo de condicionamentos e sob o peso cada vez maior da responsabilidade inerente à medida do aprofundamento da civilização, implicando cada vez mais no aprofundamento das torturas física e psíquica. Sigmund Freud escreveu que o problema do desenvolvimento da civilização é o preço que se paga por ela, qual seja, a perda da felicidade pela intensificação do sentimento de culpa. Apesar das críticas que foram dirigidas a Elias por diferentes autores, bem como do uso que ele fez da expressão “evolução dos costumes humanos”, outro aspecto que não deixa de ser ressaltado na sua obra é acerca da emergência da idéia de que existe um sentido na história

humana, ou seja, os diversos fenômenos humanos que se revelam sem sentido quando analisados dentro de uma escala temporal curta, revelam todo seu sentido e nexos quando expostos à análise frente uma medida temporal de longo prazo.

Essa medida de longo prazo, que Elias denomina por “curva de civilização”, é trabalhada como uma evolução que não se apresenta como a única possível, nem mesmo necessária para o ser humano ocidental ou europeu ocidental, apesar de inclinar-se para o entendimento no sentido de que ela – essa evolução – se mostra irreversível para o Ocidente e se revela com caráter de mundializar-se para os diferentes povos do Planeta, à medida que forem tomando conhecimento dela – civilização ocidental. Essa obra interdisciplinar de história, psicologia e sociologia analisa, portanto, o pormenor, a minúcia, o irrelevante, que comportam um pensamento de fundo embutido, fruto de ações de forças que se manifestam ao longo de séculos, esclarecendo mais sobre o funcionamento da sociedade para instaurar uma civilização com sua cultura e fazer o ser humano pensar sobre o valor dessa construção social, bem como o sentido histórico e específico de civilização e progresso alcançados.

Para as pessoas entenderem como elas vivem e o que produzem socialmente, é necessário articular cada elemento do conhecimento da cultura humana de forma interdisciplinar. A condição humana é uma lenta e prolongada construção do próprio homem, desta forma, rompendo com a idéia de uma natureza já dada, bem como com a da inteligibilidade última de nosso ser: nem a condição humana é absurda – ela descreve um sentido –, nem este é conferido de uma vez por todas, de fora de nós – não existe um Deus doador de sentido, nem uma natureza imutável do homem.

O ser humano se constrói constantemente, portanto, tudo que é manifestação humana, não importa em que área do conhecimento especializado do humano foi captado e estudado, é válido para análise e uso de quem pratica o estudo interdisciplinar, revelando que as diferenças de condição social não são naturais, mas antes, artificiais, pois a sociedade é obra do próprio ser humano. Elias acredita no progresso humano, fundado especialmente no pressuposto dos sentidos morais que as pessoas dão às coisas; os sentidos vão se produzindo socialmente, conhecidos a posteriori, mas solidamente se sustentando por uma necessidade da razão.

Na obra *O processo civilizador*, Norbert Elias destaca que de uma simples questão por ele – e por muitos, através do senso comum – colocada, qual seja, o de que o ser humano ocidental nunca se comportou sempre da mesma maneira, segundo os tipos de comportamento considerados típicos do ser humano civilizado ocidental atual, emergem indagações mais profundas, como, por exemplo, de que forma – e em que consistiu realmente – se deu essa

transformação, esse processo civilizador do ocidente; e que causas ou forças foram as suas motivadoras. Assim, abordando inicialmente, numa primeira parte, os conceitos de cultura e civilização, procurando aproximá-los, dentro dos debates que alemães, franceses e ingleses travaram para precisar os referidos conceitos, em seguida, numa segunda parte, ele explicitou – segundo sua visão – de que forma o comportamento e a vida afetiva dos povos ocidentais mudou lentamente após a Idade Média, revelando um processo psíquico civilizador em curso, onde o padrão de comportamento humano, no curso de séculos, muda gradualmente em uma direção específica.

A maneira como a pessoa se comporta e sente o seu posicionar no mundo social – em atividades mais elementares da intimidade e recesso de sua vida privada – muda lentamente, desempenhando um papel fundamental nessa transformação paulatina, enfim, uma mudança muito específica nos sentimentos de vergonha e delicadeza, o padrão do que a sociedade exige e proíbe, o patamar do desagrado e medo, socialmente instilados, emergindo a questão dos medos sociogênicos como um dos problemas fundamentais do processo civilizador. Além disso, aumentou significativamente a distância em comportamento e estrutura psíquica total entre crianças e adultos, emergindo a constatação de algumas pessoas ou grupos de pessoas tidas como “mais jovens” ou “mais infantis”, frente a outras consideradas como “mais velhas” ou “mais adultas”. Todo esse conjunto de constatações irá revelar diferenças no tipo e estágio do processo civilizador de cada sociedade analisada.

Mas o que fica bem claro é que o processo específico de “crescimento” psicológico nas sociedades ocidentais, que com tanta frequência ocupa a mente de psicólogos e pedagogos modernos, nada mais é do que o processo civilizador individual a que todos os jovens, como resultado de um processo civilizador social operante durante muitos séculos, são automaticamente submetidos desde a mais tenra infância, em maior ou menor grau e com maior ou menor sucesso. A psicogênese do que constitui o adulto na sociedade civilizada não pode, por isso mesmo, ser compreendida se estudada independentemente da sociogênese da civilização ocidental. Por efeito de uma “lei sociogenética” básica, o indivíduo, em sua curta história, passa mais uma vez através de alguns dos processos que a sociedade experimentou em sua longa história – formadora de habitus. Entenda-se por essa passagem individual o fato de que mesmo numa sociedade civilizada, nenhum ser humano chega civilizado ao mundo e que o processo civilizador individual que ele obrigatoriamente sofre é uma função do processo civilizador social. Todo ser humano está exposto desde o primeiro momento da vida à influência e à intervenção modeladora de adultos civilizados, assim, ele deve de fato passar por um processo civilizador para atingir o padrão alcançado por sua sociedade no curso da

história – ou seja, aquilo que Pierre Bourdieu traduziu por inculcação, violência simbólica, processo pedagógico.

Numa terceira parte de sua obra, Elias irá procurar explicar certos processos há muito tempo operantes nesta longa história da sociedade, elencando algumas áreas precisamente definidas, a fim de esclarecer como e por que, no curso da sua história, a estrutura da sociedade ocidental muda continuamente, e simultaneamente sugere por que, nessas mesmas áreas, mudam o padrão de comportamento e a constituição psíquica dos povos do Ocidente. Assim, ele analisa a paisagem social do início da Idade Média e o conjunto de relacionamentos sociais que desembocam no “sistema social feudal” – e o embrião (sociogênese) do comportamento de corte (sociedade de corte) que mais tarde seria desenvolvido –, bem como a forma primitiva do que futuramente será conhecido por “Estado”; desta forma, aquela sociedade extremamente descentralizada do início da Idade Média irá dar forma ao Estado absolutista, vale dizer, sociedades internamente mais ou menos pacificadas, mas externamente belicosas, através de outra dinâmica específica de interdependências humana que impeliu, desta vez, para a integração de áreas cada vez mais extensas sob um aparelho governamental relativamente estável e centralizado.

Norbert Elias entende que todos os fenômenos históricos – das atitudes humanas às instituições sociais – efetivamente se “desenvolveram” dentro de um processo histórico-social, e no espaço e tempo de uma determinada região e época; para explicar de forma cientificamente adequada – com clareza – esses fenômenos e transformações, torna-se necessário orientar os sistemas de pensamento no sentido de fugir da abstração artificial de isolar os fenômenos de seu fluxo histórico natural, dissimulando, assim, seu caráter de movimento e processo, petrificando-os dentro de uma compreensão como se fossem formações estáticas desde sempre, desconsiderando a forma como surgiram e mudaram.

Assim, dentro de sua experiência intelectual, Elias foge da tentativa de descrição dos movimentos históricos como algo estacionário e sem evolução, bem como do relativismo histórico, que vê a história apenas em transformação constante, sem chegar à ordem subjacente – forças profundas que a impellem – a esta transformação e às leis que governam a formação de estruturas históricas. Por isso a sua opção intelectual por pesquisas voltadas para a sociogenética e psicogenética, propõe-se a revelar a ordem subjacente às mudanças históricas, sua mecânica e mecanismos concretos; e parece que, desta maneira, grande número de questões que julga-se hoje complicadas de serem analisadas, ou muito além da compreensão, podem receber respostas bem simples e precisas, vale dizer, claras e elucidativas.

Por fim, na última parte de seu trabalho, Elias procura esboçar uma teoria de civilização – fugindo de uma teoria geral das civilizações –, procurando articular as ligações entre mudanças na estrutura da sociedade e mudanças na estrutura do comportamento e da constituição psíquica das pessoas nelas envolvidas. Assim, revela que os medos experimentados sob a forma de vergonha e delicadeza desempenham papel de especial importância no progresso do mecanismo civilizador, sendo que sua explicação contribui para esclarecer a formação do processo psicanalítico do superego, e sobre a relação entre impulsos conscientes e inconscientes da psique do homem civilizado sob ponto de vista dos processos históricos: a questão de como todos esses processos, que consistem de nada mais do que ações de pessoas isoladas, apesar disso dão origem a instituições e formações que nem foram pretendidas nem planejadas por qualquer indivíduo singular na forma que concretamente assumem. E, por último, em um amplo sumário, estas intuições do passado são combinadas, em um único quadro, com experiências do presente.

Em outra obra capital, Norbert Elias estudou uma sociedade específica, qual seja, a corte real do antigo regime francês de Luis XIV, tido como o mais exemplar desse tipo específico de desenvolvimento social. Tratava-se de um tipo de corte onde havia centenas, muitas vezes milhares de indivíduos reunidos e associados num mesmo local para servir, aconselhar ou acompanhar reis que acreditavam – isso é muito importante dentre as descobertas de Elias no estudo desse tipo de sociedade, vale dizer, tais reis se revelaram efetivamente não serem absolutamente absolutos – governar seus países sem restrição alguma. Nesse campo social, obrigações inter-relacionais vinculavam cada um dos protagonistas sociais – internos e externos – entre si, de tal forma que o destino de todas essas gentes, sua posição na escala social, sua ascensão ou decadência, seus divertimentos, dependiam em certa medida, e dentro de certos limites, da vontade do rei. De fato, o que havia marcadamente presente nesse campo social era uma ordem hierárquica de rigidez variável e uma etiqueta rigorosa que ligavam essas pessoas entre si; se manter e se impor nesse mundo requeria uma marca especial das pessoas, ou seja, a qualidade específica e singular de cortesão.

Elias, assim, se propõe a esclarecer qual era a estrutura desse específico campo social – figuração social, segundo termo que ele próprio utilizava –, em cujo centro tal configuração de poder e relações pôde ser constituída; enfim, qual era a distribuição de poderes, quais as exigências criadas socialmente, quais as relações de dependência em jogo para que os indivíduos desse campo social viessem a renovar ao longo de gerações sucessivas essa figuração, convivendo na corte, numa sociedade de corte; que exigências eram transmitidas, a

partir da construção da sociedade de corte, para aqueles que desejavam prosperar ou apenas manter-se dentro dela; desta forma, questões fundamentais para verificar cientificamente e, portanto, com mais acuidade e profundidade, as verdades que governavam esse mundo social.

De fato, não era apenas o livre-arbítrio das pessoas que sustentavam a sociedade de corte de geração em geração, nem mesmo “a idéia genial de uma homem singular”, como um rei, que daria forma a esse agrupamento humano. De fato, em quase todos os países europeus, a partir da Renascença, a corte ganhou importância cada vez maior, mas foi a corte francesa, especialmente a de Luís XIV que tornou-se exemplar para todas as demais durante os séculos XVII e XVIII. Enfim, em determinado nível do desenvolvimento das sociedades européias, indivíduos agruparam-se na forma de cortes, imprimindo-lhe um cunho específico. O que os mantinha unidos, o que os caracterizava, justamente dessa maneira?

Para compreender e responder as questões colocadas, torna-se necessário fugir de um certo tipo de abordagem histórica para ingressar na abordagem de caráter sociológico, enfim, sair das evidências dos indivíduos singulares, como se por si só fossem suficientes para explicar um período histórico e o funcionamento de uma dada organização social, para ingressar na abordagem que privilegia a análise das posições sociais – no caso, o desenvolvimento social da posição do rei –, para extrair daí explicações mais fecundas sobre uma época e as razões de funcionamento do seu meio social.

Um tal estudo sociológico, apesar de ser temporalmente e espacialmente bem delimitada, permite não só fornecer um modelo – com sua evolução específica – para comparar com suas diversas outras congêneres sociedades de corte, mas também oferece uma contribuição para o esclarecimento de extensos problemas sociológicos acerca da dinâmica social. Somente desta forma, é possível descobrir que na época do absolutismo, o poder do soberano individual não chegava a ser tão irrestrito e absoluto como o termo “absolutismo” sugere. Um rei tão poderoso como Luís XIV, cognominado Rei-Sol, não era assim tão absoluto, irrestrito e onipotente, mas concretamente um indivíduo que, em virtude de sua posição como rei, fazia parte de uma rede muito específica de interdependência, se utilizando de várias estratégias permitidas pela figuração particular da sociedade de corte, residindo aí sua liberdade de ação e margem de manobra nesse espaço social. A análise sociológica procura compreender e explicar as condições históricas, psicológicas e sociais que impeliram essa sociedade para instituição tal tipo de comportamento e conduta.

Estudar a sociedade de corte implica em abandonar preconceitos e lugares-comuns que não contribuem para edificar uma interpretação científica do mundo social e entender um pouco mais do humano e social que as pessoas têm realizado concretamente, vale dizer, o que

produzem, como produzem e porque produzem certas coisas, fatos ou fenômenos sociais em determinada época. Estudar os indivíduos marcados pela vida na corte, verificar o significado representativo das cortes e da sociedade de corte nos séculos anteriores, é fugir do encobrimento intelectual que impede de verificar o contexto geral que produz essa realidade social específica e, desta forma, compreender melhor os fatos sociais em sua interligação com as pessoas envolvidas e os contextos – os mais diversos pertinentes de serem avaliados e analisados – que os influenciam.

Descobrir, como Max Weber revelou, que o luxo é um dos meios da auto-afirmação social das camadas dominantes do feudalismo, portanto, que não é simplesmente algo “supérfluo” – mas necessário –, é revelar melhor um mundo e suas significações, bem como explicar melhor as conseqüências sociais de tal tipo de atitude, em última instância, entender abrangentemente uma época social, e até mesmo o que essa época legou para os tempos seguintes ou mais atuais. Assim, é preciso reconhecer que, apesar dessa sociedade aristocrata de corte ter sido suplantada por um outro tipo de sociedade – profissional-burguesa-urbana-industrial –, o cunho civilizatório e cultural desenvolvido por aquela sociedade foi preservado, em parte como herança, em parte como antítese, pela sociedade profissional-burguesa, na qual esse cunho característico continuou a ser desenvolvido. Desta forma, por meio do estudo dessa sociedade antiga, é possível inclusive entender – indiretamente –, de forma abrangente, a própria sociedade profissional-burguesa-urbana-industrial, ou seja, um pouco mais do mundo que vive-se contemporaneamente.

A sociologia não estuda apenas as sociedades contemporâneas, mas também estuda evoluções de longa ou longuíssima duração, as quais ajudam a compreender – por aproximação ou diferença – as realidades presentes; se o seu objeto é histórico, por se situar no passado, seu procedimento é diferente do histórico – ou do ofício de historiador, pelo menos um determinado procedimento de um certo tipo de escrita da história –, uma vez que procura desvelar as posições sociais que existem independentemente dos indivíduos que ocupam tais posições, bem como as dependências que regulam o exercício de liberdade que cabe a cada um – o espaço que cada um possui de liberdade devido aos inter-relacionamentos sociais, com suas censuras e permissões – dentro do campo social. Assim, a sociologia não estuda um rei em particular, mas a função de rei; estuda não a ação de um príncipe em particular, mas a rede de pressões na qual ela está inscrita. Hoje, tanto a sociologia quanto a história, tendem a identificar certos elementos estruturais – criados pelo próprio ser humano e reproduzidos ao longo do tempo – que impõe determinações aos destinos pessoais, fenômeno social esse que chega a ponto de nenhuma vontade individual particular, por mais poderosa

que seja, ser capaz de transformar. Assim, por exemplo, partir de agora, os reis e sua onipotência das intenções individuais são destronados.

A obra *A sociedade de corte* foi escrita anteriormente a *O processo civilizador*, e ambas devem ser lidas e interpretadas como partes indissociáveis de uma mesma obra, pois ambas se inserem na problemática global do processo civilizador, que altera radicalmente a economia psíquica das pessoas nela envolvidas, no caso da sociedade de corte, como a figura central da constituição do Estado absolutista e da mudança de mentalidade entre os séculos XII e XVIII na Europa ocidental. Elias, trabalha com conceitos diferenciados como figuração, interdependência, equilíbrio das tensões, evolução social, desenvolvimentos das figurações, ferramentas intelectuais essas que permitem pensar o próprio objeto – por ele eleito – da sociologia. Para ele, talvez a questão central na sociologia seja saber de que modo e por que os indivíduos estão ligados entre si, constituindo, assim, figurações dinâmicas específicas, de tal forma que definiu como sendo objeto de estudo da sociologia as redes de inter-relações, as interdependências, as figurações e os processos formados pelos homens interdependentes.

O conceito capital que ele trabalho é o da figuração, ou seja, uma formação social cujas dimensões podem ser muito variáveis – por exemplo, os jogadores de um carteadado, a sociedade de um café (ou bar, restaurante), uma classe escolar, uma aldeia, uma cidade, uma nação – em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões. Verifica-se, assim, que os conceitos de figuração, interdependência e equilíbrio das tensões, estão jungidos uns aos outros, sendo que através desse suporte teórico ele acaba por escapar de certas tradições filosófica ou sociológica – clássicas – para pensar e explicar mundo social, vale dizer, a ação ou comportamento das pessoas.

Assim, para a oposição liberdade e determinismo, ele recusa o terreno explicativo da metafísica, que só deixa escolha entre a afirmação da absoluta liberdade do homem ou a de sua total determinação, segundo o modelo de uma causalidade física indevidamente transferida para o plano histórico, pensando a liberdade de cada indivíduo como inscrita na cadeia de interdependências que o liga aos outros homens e que limita o que lhe é possível decidir ou fazer –inclusive dizer e pensar.

Elias refuta as categorias idealistas do indivíduo em si, da pessoa pura, e mesmo a representação atomística das sociedades – tidas como soma de agregação de sujeitos isolados e soma de comportamentos pessoais –, colocando em substituição a esse idealismo as fundamentais e fundantes redes de dependências recíprocas que fazem com que cada ação individual dependa de uma série de outras, porém modificando, por sua vez, a própria imagem

do jogo social. É a modalidade variável de cada uma das cadeias de interdependência – que podem ser mais ou menos longas, mais ou menos complexas, mais ou menos coercitivas – que define a especificidade de cada formação social ou figuração social, quer seja tomada numa longa escala temporal, quer seja tomada numa mesma época, num mesmo espaço ou sociedade.

Por isso essa análise acaba por superar a dicotomia entre o ser humano considerado ou como um sujeito livre e singular, ou como ser em sociedade, integrado nas solidariedades e comunidades múltiplas; também permite pensar as relações intersubjetivas não através de categorias psicológicas que as supõem invariáveis e consubstanciais à natureza humana, mas em suas modalidades históricas variáveis, diretamente dependentes das exigências próprias de cada configuração social. Desta forma, torna-se necessário considerar seriamente o fato de que tudo no mundo social é real e concreto, vale dizer, não apenas as pessoas de carne e osso são reais e concretas, mas também todas as formas sociais que os ligam uns aos outros.

Por mais invisíveis, abstratas, ou mesmo tidas como ficcionais, as razões que ligam interdependentemente o comportamento entre as pessoas no mundo social, torna-se necessário reconhecer que tais fatos invisíveis são reais e concretos, uma vez que acabam produzindo fatos reais e concretos dentro do mundo social, com efeitos e reações concretas para as pessoas neles envolvidas. Por isso, o real não é apenas o concreto de existências individuais bem referenciadas – prática freqüente dos historiadores (positivistas) – mas também o intelecto delas, toda a sua pessoa, as ações e relações recíprocas que associam essas existências individuais, e que determinam a natureza da formação social em que se inscrevem.

Mas Elias acrescenta mais à sua teoria do social, ou seja, verifica que as interdependências existentes entre os sujeitos ou os grupos se distribuem em séries de antagonismos, instáveis, móveis, equilibrados, que são a própria condição de sua possível reprodução, identificando aí uma propriedade universal ou estrutural presentes em todas as formações sociais analisadas, qual seja, no centro das figurações móveis, no centro do processo de figuração, se estabelece um equilíbrio flutuante – móvel, variável – das tensões, um movimento pendular de equilíbrio de forças, que oscila ora para um lado, ora para outro. Esse equilíbrio de forças flutuantes incluem-se entre as particularidades estruturais de qualquer configuração. Evidentemente que o equilíbrio de tensões tem um desenho próprio para cada configuração social, sendo necessário identificar como se dá e se manifesta seu funcionamento para justamente cada configuração social estudada. A perpetuação ou reprodução de uma dada formação social se dá dentro desse equilíbrio; uma vez rompido o mesmo, porque um adversário-parceiro se tornou mais poderoso, ou porque um novo grupo

não aceita a sua exclusão do status quo estabelecido, a formação se vê ameaçada para, finalmente, ser substituída por outra, que passa a repousar num novo e inédito equilíbrio de forças e interdependência.

Nos seus estudos e nas suas análises de figurações sociais, Elias procura identificar e compreender as diferentes formações sociais que se sucederam ao longo dos séculos, especialmente na Europa, distinguindo três modos e ritmos da evolução das sociedades humanas, quais sejam, a evolução biológica, a evolução social, e a evolução vivida na escala da história individual. Referenciadas entre si, pode-se verificar, por exemplo, que a organização biológica da espécie humana tem o tempo mais estável de todas as evoluções, praticamente imutável frente a evolução da existências individual; frente à evolução social, as sucessivas formações sociais que foram criadas pelo ser humano são praticamente tidas como temporárias, diante da organização biológica das espécie humana. Cada uma delas – evoluções – equivale a uma cronologia ou temporalidade própria e singular, que o autor germânico discorre para especialmente marcar duas propriedades fundamentais – estruturais – das formações sociais – independentemente se as três referidas evoluções constituem ou não um conceito operatório de temporalidade histórica –, quais sejam, inicialmente, que as posições e relações que as especificam existem independentemente dos indivíduos que sucessivamente ocupam as primeiras – posições sociais – e se acham inseridas nas segundas – relações sociais –; depois, que, contrariamente às sociedades animais, as sociedades humanas se transformam sem que haja por isso modificação obrigatória da constituição biológica dos indivíduos, o que enfatiza o problema das razões mesmas pelas quais uma figuração social aparece ou cede o lugar a outra.

Ao articular as três evoluções com os seus três diferentes tempos, Elias quer especialmente ressaltar e situar a duração e os ritmos próprios da evolução das formações sociais, uma duração e um ritmo que não são perceptíveis pelos sujeitos de uma formação dada. A sociedade deles lhes parece de fato um sistema mais imóvel e imutável na medida em que sua escala existencial da mudança é impotente para medir – salvo talvez em tempo de crise – as modificações do equilíbrio social. Um grande jogo social, centrado no equilíbrio social de uma dada figuração social, é que dá conta da reprodução ou extinção das formações sociais, e não a vontade ou ação voluntário individual, mesmo que ela seja dotada de poder absoluto. É através desse caminho intelectual que Elias concebe um pensamento correto dos mecanismos que explicam o desenvolvimento das figurações sociais, enfim, a exposição das interdependências conflituais e das tensões em equilíbrio que caracterizam de maneira própria cada formação social, e, nesse caminho, ele recusa todos os conceitos teóricos que possam

dissociar os indivíduos da sociedade, como se esta fosse um “meio” ou um “ambiente” existindo em si mesmo, e não constituído pela rede das posições ocupadas por aqueles. Essa dissociação também procura relacionar implicitamente as evoluções sociais à ação voluntária de um ou vários indivíduos, ao passo que concretamente as referidas evoluções são resultado do equilíbrio instaurado, perpetuado ou rompido entre os diferentes grupos de uma sociedade, e isso justamente em virtude das interdependências obrigatórias que os unem.

Em outra obra de caráter histórico, sociológico e antropológico, Norbert Elias procura explicar, com fundamento em sua teoria dos processos civilizadores, o desenvolvimento social do povo alemão, desde o Iluminismo até os dias presentes, uma espécie de biografia da sociedade e do Estado alemão, mais especificamente, o que sucedeu nessa sociedade para produzir o nazismo e seu líder Adolf Hitler, bem como o genocídio humano – de judeus, ciganos e eslavos, dentre outros – produzido durante a permanência desse homem e sua ideologia no centro do poder político da Alemanha. Elias entende que, tal qual o desenvolvimento de uma pessoa individual, onde as experiências dos períodos anteriores de sua vida continuam a produzir efeitos no presente, também as experiências passadas influem no desenvolvimento de uma nação. Desta forma, através de um fundamentado entrelaçamento de provas empíricas e argumentos teóricos, ele aponta os muitos caminhos em que aquelas características do habitus, da idiosincrasia, da personalidade, da estrutura social e do comportamento alemão se combinaram para produzir a ascensão de Hitler e os genocídios nazistas, podendo ser entendidas como resultantes do passado da Alemanha.

Elias compreende o habitus como uma espécie de “segunda natureza humana e social”, uma espécie de “saber social incorporado”; não se trata de um conceito essencialista, sendo utilizado para ultrapassar a antiga noção de “caráter nacional” como algo fixo e estático. Para o sociólogo alemão os destinos de uma nação ao longo dos séculos vêm a ficar sedimentados no habitus de seus membros individuais, decorrendo daí que o habitus muda com o tempo precisamente porque as fortunas e experiências de uma nação – ou de seus agrupamentos constituintes – continuam mudando-se e acumulando-se. Tal conceito implica num equilíbrio entre continuidade e mudança, possibilitando inclusive explicar porque um surto comportamental informalizante e a ascensão de uma sociedade mais permissiva – década de 1960 e 1970 – representou uma reversão da principal tendência do processo civilizador europeu, mas ao mesmo tempo uma continuação civilizadora.

Para escrever essa obra sobre a sociedade alemã, Elias realizou comparações entre os padrões alemães de habitus e seu específico desenvolvimento social, com os padrões

equivalentes de outros países europeus, particularmente da Grã-Bretanha, França e Holanda, países e culturas que Elias conhecia bem, por ter vivido e trabalhado neles, bem como aprendido a falar, ler e escrever em suas línguas, adquirindo uma sensibilidade particular e conhecimento íntimo e detalhado em relação a esses países. Em sua obra *O processo civilizador*, Elias já efetuava uma comparação entre o desenvolvimento da Grã-Bretanha, França e Alemanha, e, de certa forma, a sua obra *Os alemães*, é uma continuação e ampliação da comparação desenvolvimentista entre os citados países, particularmente para as diferenças nas trajetórias de desenvolvimento deles.

Norbert Elias faleceu em 1º de agosto de 1990, portanto, pouco depois do colapso dos Estados comunistas da Europa Oriental, e quando escreveu a obra *Os alemães*, em depoimento pouco antes de vir a falecer, ele admitiu que uma de suas intenções com a obra era o de tentar reconciliar o povo alemão com a probabilidade de que a divisão Leste e Oeste se revelasse permanente. Entretanto, ele viveu o suficiente para verificar o fim da Guerra Fria e a reunificação alemã, não se apercebendo – como praticamente a unanimidade das pessoas – da fraqueza da ex-União-Soviética e do seu desmantelamento final. Elias não só reconheceu essa sua falha com o, na verdade, riu-se dela. Um dos pontos centrais de sua sociologia é que, de um modo mais geral, embora toda explicação possibilite predições de uma ou outra espécie, isso não implica, em absoluto, que seja possível “profetizar” eventos futuros na base de modelos sociológicos.

CAPÍTULO 3

SEÇÃO 1

FORMAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL-SOCIAL DA AMÉRICA LATINA: ASPECTOS GERAIS DESTACADOS (1)

3.1.1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS: ORIGEM DA EXPRESSÃO AMÉRICA LATINA

A expressão América Latina foi elaborada pelos franceses, cerca de quatro séculos após a descoberta da América por Cristóvão Colombo, como parte de um discurso geo-ideológico, voltado para distinguir uma unidade lingüística, cultural e racial dos povos latinos, em contraposição aos povos germânicos, anglo-saxões e eslavos. Entretanto, dentro dos estudos culturais de tradição latina, é importante ao pesquisador observar nuances marcantes – portanto, elementos distintivos que não podem ser olvidados –, que são as tradições francesa, italiana e ibérica, todas compreendidas no amplo marco latino. Atualmente a expressão América Latina perdeu seu sentido eurocêntrico, para designar uma região geográfica do mundo que abrange territórios americanos, e se inicia no México indo até o extremo sul chileno e argentino, incluindo todas as ilhas do Caribe ou Antilhas, esta última localizada na região atlântica da América Central e ao norte da América do Sul.¹⁴³²

Não é incomum o senso comum – e mesmo algumas passagens dos escritos de historiadores induzir a isso – ressaltar e reproduzir a formação histórico-social-cultural dos povos da América espanhola e portuguesa como marcada por trajetórias semelhantes em toda a América Latina; da mesma forma, não é incomum pensar-se a América Latina – em seu todo ou uma nação eleita especificamente – balizada e marcada a partir de uma visão de mundo tendo como paradigma ideal os Estados mais desenvolvidos da Europa e/ou América

¹⁴³² MORSE, Richard. **O espelho de próspero**: cultura e idéias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 14.

do Norte – EUA e Canadá –, a fim de interpretar, concluir e apontar certas “verdades” que indicariam a razão do seu “atraso”, “arcaísmo”, “subdesenvolvimento”, etc, enfim, tudo o que de negativo por aqui pode ser levantado através de um certo discurso “antropocentrista” ou “culturocentrista”, referenciado conforme evolução histórico-social-cultural que marcam a trajetória desses outros países e culturas, tendo essas outras culturas como uma evidência cultural inescapável – “natural” –, balizadora dos feitos de todos os demais povos e países do “resto” do mundo.

Mais importante do que referenciar e significar um destino social – aquilo que objetivamente tem sido feito para fundar e desenvolver uma sociedade política, ou toda uma sociedade, ou todo um país, enfim, toda uma história e cultura – conforme os feitos e destino que outros povos têm seguido, é importante e necessário passar a adotar outra atitude, qual seja, iniciar a referenciá-lo conforme o que seu próprio olhar pode revelar, a partir de um olhar privilegiado e voltado para si próprio, por via do que esses próprios olhos podem mirar e apreender sobre o que a sociedade diz para si própria. Tendo isso em foco, é preciso rever a América Latina, pois, neste trabalho, é pressuposto de que apreender objetivamente suas circunstâncias e história, contribui grandemente para apreender muito do que sucedeu – e ainda sucede – socialmente, inclusive no plano da suas relações internacionais; enfim, ajuda e enxergar como se produz e reproduz um comportamento, pré-disposições, enfim, uma *habitus*, que indicam heranças antigas de condutas que, de tão antigas, já se encontram naturalizadas nas práticas cotidianas das pessoas – portanto, já inconscientes –, mas que são necessárias serem resgatadas e lembradas, pois de certa forma elas vigoram, sob diferenciadas – disfarçadas – formas, para produzir e reproduzir um destino social. É porque tais fatos passam despercebidos, que eles vivem vigorosamente para produzir todos seus efeitos e eficácia.

3.1.2. NASCIMENTO DE ESPANHA E PORTUGAL: A PENÍNSULA IBÉRICA

O nascimento de Espanha e Portugal é fruto de uma história e geografia que se interligam nesse espaço e tempo que formam o conjunto da Península Ibérica. Se eles vieram a se constituir como países independentes e autônomos, fruto de uma história e circunstâncias humanas que levaram a essa realidade, é fato que, dentro do conjunto histórico europeu, ambos estiveram unidos num destino comum por séculos, até que, grosso modo, a

independência de um e outro se consolidou, e cada qual seguiu seus próprios passos em busca da continuação de sua singular história e cultura.

Assim, no território português e espanhol, verifica-se que a geografia e o clima se reproduzem praticamente de forma idêntica, e também diferentes condições naturais e individualidades geográficas quase não existem, a ponto de se querer distinguir singularmente um e outro país e buscar afirmar traços de identidade de cada um a partir desses aspectos físicos. Diante disso, por esse ponto de vista geográfico, climático, na maneira de viver, nas condições econômicas gerais, de norte a sul da Península Ibérica, Portugal e Espanha são praticamente um só, sendo que as distinções que são intentadas apontar resultam unicamente de discriminações ideológicas, mais precisamente a partir de uma visão da Península Ibérica como composta, de um lado, pela unidade política denominada Portugal e, de outro, outra unidade política denominada Espanha.¹⁴³³

A Península Ibérica é a porção geográfica europeia ocidental mais voltada em direção ao Oceano Atlântico, quase “tocando” a zona setentrional do continente africano, funcionando como que uma proteção geográfica entre o Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo, mar este envolvido pelo norte da África, sul da Europa ocidental e noroeste do Oriente Médio. Os registros mais antigos da ocupação dessa região europeia, de certa forma isolada do restante da Europa continental pelos Pireneus,¹⁴³⁴ apontam que a península foi povoada desde a era paleolítica, sendo seus primeiros habitantes historicamente conhecidos como iberos, vindos do norte da África na era neolítica.¹⁴³⁵

Os registros apontam que a partir do século VIII a. C. se inicia a sucessiva vinda de outros povos e agrupamentos para região, tanto por terra quanto por mar, dotados de um conhecimento técnico mais avançado – como a utilização do ferro –, se fixando e colonizando toda a Península Ibérica, do mar Atlântico ao mar Mediterrâneo.¹⁴³⁶ Foi a partir do final do segundo milênio, anterior ao calendário cristão, mais especificamente a partir de mil e

¹⁴³³ MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve história de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 11.

¹⁴³⁴ Pireneus é a designação dada para a cadeia de montanhas elevadas, datadas da era Terciária da formação do Planeta, localizadas no sudoeste da Europa, dividida – e dividindo – entre a França e Espanha. Os Pireneus estendem-se por mais de quinhentos quilômetros, do mar Mediterrâneo ao Atlântico, tendo seu ponto culminante o Pico de Aneto, localizada na porção espanhola da cadeia montanhosa. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 19.

¹⁴³⁵ GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 9, p. 2197. Ressalta-se que tanto na Espanha, quanto em Portugal, escavações arqueológicas apontam que o ser humano chegou cedo na Península Ibérica, atingindo a sua fronteira com o Atlântico. Tais agrupamentos humanos deixaram sua cultura e difundiram uma raça humana que legaram traços anatômicos encontrado, hoje, tanto em portugueses quanto espanhóis; ao longo dos milênios a península foi palco da vinda e ocupação de diferentes agrupamentos e culturas, inclusive de grupos vindos da África, e, dessa fusão, resultou um agrupamento humano muito homogêneo a partir de cinco mil anos antes da era cristã. In: MARQUES, Breve história..., p. 13-4.

¹⁴³⁶ MARQUES, Breve história..., p. 15.

duzentos anos a. C., que povos centro-europeus e orientais iniciaram a penetração dessa zona geográfica pelo norte e pelo sul, fazendo emergir nela uma nova realidade sócio-econômica na medida e de acordo com que sucedia o avanço estrangeiro nessa região peninsular européia. Se em época mais remota já havia registros de uma variedade de povos ocupantes dessa região, os novos estrangeiros que ali vieram aportar aumentaram a multiplicidade de culturas, e desse movimento migratório uma parte da atual Espanha acaba se fechando – região central da Espanha – em torno de uma tradição ali cultivada, fugindo da “promiscuidade estrangeira”. De modo diferente, outras partes da Espanha se deixam influenciar e receber a aculturação que o novo trazia junto de si; o norte, desta forma, irá se abrir à influência vinda dos povos centro-europeus, e o sul receberá a influência da cultura oriental.¹⁴³⁷

A vinda de povos centro-europeus para a Península Ibérica não se tratou efetivamente de uma invasão, mas, diferentemente, de uma movimentação de gentes e culturas que efetuou uma penetração de forma não-violenta, enfim, grupos tribais que atravessaram os Pireneus e se instalaram em regiões próximas a essa cadeia de montanhas, adaptando-se às dificuldades geográficas locais e investigando as demais regiões circundantes. Desta forma, esses povos – alguns deles provindo da atual sul da França, Suíça e norte da Itália –,¹⁴³⁸ ao longo dos séculos, continuarão a ingressar e avançar na ocupação da península, dando vida à cultura dos chamados *Campos de Urna*, e assim avançando na ocupação da região norte da península – atual Espanha – em direção à região central. Tais povos irão trazer suas respectivas culturas, e isso irá influenciar a arquitetura urbana das cidades erigidas, a arquitetura interna e externa das moradas, os materiais usados nas edificações, a fabricação de cerâmicas, as atividades metalúrgicas – inicialmente com bronze e posteriormente com ferro –, o costume da incineração dos cadáveres, a atividade agrícola passando a ocupar amplas extensões regionais, a atividade de criação de gado, porco e cavalo de forma transumante¹⁴³⁹ nas regiões mais altas.¹⁴⁴⁰

¹⁴³⁷ GARCÍA DE CORTÁZAR, Fernando; GONZÁLES VESGA, José Manuel. **História de Espanha**: uma breve história. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 57.

¹⁴³⁸ Um dos aspectos que atualmente é ressaltado quanto à demografia da Espanha contemporânea, é o fato de sua população compor-se de vários grupos dotados de particularismos regionais, alguns com língua própria e movimentos autonomistas. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 9, p. 2195.

¹⁴³⁹ A transumância diz respeito à migração periódica dos rebanhos da planície, os quais vão habitar durante o calor as altas montanhas, delas descendo ao aproximar-se o inverno, ou vice-versa. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [].

¹⁴⁴⁰ GARCÍA DE CORTÁZAR e GONZÁLES VESGA, História..., p. 58-9.

Se a partir do norte peninsular a ocupação deu-se da forma acima descrita, já a partir da janela sul da Península Ibérica a história irá registrar que a região irá ser ocupada aos poucos; por sua ligação e vinculação imediata ao mar Mediterrâneo, também a partir do final do segundo milênio anterior ao calendário cristão – aproximadamente mil e cem anos antes de Cristo –, a costa oriental da península ingressou no circuito comercial do Mediterrâneo onde fenícios – e séculos depois, os cartagineses – fundaram diversas colônias ao sul, observando-se que os gregos, atraídos por riquezas minerais – cobre, estanho, chumbo, ferro e prata –, acabaram instalando feitorias no norte da península. De qualquer forma, observa-se que o sul é visitado inicialmente esporadicamente pelas gentes vinculadas ao extremo oriente mediterrânico – região que compreende atualmente Grécia, Turquia, Chipre, Líbano, Síria, Israel, Egito e Líbia –, sendo que somente mais tarde tais povos irão demonstrar indícios de intenção de permanência nas terras peninsulares ao sul da Ibéria.¹⁴⁴¹

Por problemas de abastecimento de metais, gregos e fenícios encontraram na Península Ibérica a fonte de importantes matérias-primas como cobre, estanho, ouro e especialmente a prata. Tal ação se inseria dentro de uma política desses povos orientais – precisamente das cidades costeiras do atual Líbano – de criar seu próprio império ultramarino, ao fundarem cidades estratégicas ao longo da costa mediterrânica – entra elas, Cádiz ao sul da Península Ibérica – como centros de irradiação da colonização da própria costa e acesse ao Estreito de Gibraltar – estreito que une o mar Mediterrâneo ao oceano Atlântico. Mas também verifica-se que a partir do século IX a. C. há um surto colonizador no norte da África, que foi o embrião de uma grande quantidade de estabelecimentos nascidos durante o século VIII e VII a. C. pela costa do mar Mediterrâneo, entre eles, nas costas orientais da região da Andaluzia – atual sul da Espanha. Portanto, para fins comerciais e demandas logísticas da época, é que se fundaram e se estabeleceram cidades – ao sul da Península Ibérica – controladas por povos do extremo oriente – fenícios –, enfim, colônias que funcionavam com locais de mercado – intercâmbio de mercadorias – e de apoio e controle para a navegação que o comércio exigia entre esses pontos geográficos – Estreito de Gibraltar e Líbano.¹⁴⁴²

O sul da Península Ibérica, assim, estará ligado ao sistema comercial que tem no mar Mediterrâneo o seu centro de gravidade, região de bastante circulação de estrangeiros que estarão ligados ao extremo oriente, interessados nos metais extraídos da península, e fazendo a economia regional se desenvolver em função desse intercâmbio comercial. É criado um

¹⁴⁴¹ GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 19, p. 2197; GARCÍA DE CORTÁZAR e GONZÁLES VESGA, *História...*, p. 60.

¹⁴⁴² GARCÍA DE CORTÁZAR e GONZÁLES VESGA, *História...*, p. 60-1.

sistema de produção e distribuição de benefícios que várias cidades irão ser favorecidas, onde, em mais de uma rota de saída – que se verificava não serem concorrentes, mas, ao contrário, uma eficaz estrutura complementar – a riqueza mineira da região da Andaluzia era escoada em direção ao Oriente Médio. Desse sistema econômico-comercial verifica-se que, no Líbano, a oligarquia da cidade de Tiro e os mercadores e elites da região da Andaluzia muito se beneficiaram, tendo na prata o principal item como fonte de benefícios. Cádiz torna-se uma forte e influente presença no sul da Península Ibérica – alcançando a Estremadura, área próxima à região central da atual Espanha –, e atingindo até mesmo Portugal e o litoral Atlântico do Marrocos – aqui em busca da pesca, ouro e marfim.¹⁴⁴³

O dinamismo comercial que nessa época marcava o sul da Península Ibérica, trouxe, para a costa oriental mediterrânea da atual região espanhola da Andaluzia, um denso agrupamento de fenícios. O povoamento que eles realizaram reproduzia ao que se poderia verificar, na mesma época, na cidade líbana de Tiro, vale dizer, preferência por edificações próximas às desembocaduras de rios junto a ponta de terras pouco elevadas que adentram para o mar, ocupação de férteis terras interior para aproveitamento agrícola, domínio das vias de comunicação com o interior, desenvolvimento de atividades com caráter industrial – cerâmica, púrpura e salga – e cultivo dos vales. Para aquilo que essas novas cidades não poderiam fornecer, seriam os navios que iriam suprir o que lhes faltasse nessas povoações, como, por exemplo, recursos metalíferos. Nota-se que a arquitetura urbana dos povoados obedecia a algumas características marcantes, entre elas o fato de possuírem um poderoso sistema defensivo, revelando um fato que contradiz a versão tradicional de que essas povoações seriam feitorias que existiriam apenas voltadas para o comércio, “demonstrando uma estrutura social bem definida desde a sua fundação”.¹⁴⁴⁴

Durante o século VII a. C. verifica-se um notável crescimento econômico e demográfico dessa colônia, acompanhado de uma evolução de sua autonomia, indústria e práticas comerciais, mas sucedendo, também, uma dispersão de sua população, adentrando cada vez mais o interior peninsular e mesmo o Mediterrâneo central. A partir do século VI a. C. há uma decadência desse tipo de povoação e somente com a chegada dos cartagineses é que se verifica um renascimento desse ostracismo; assim, pode-se afirmar que tais povoados mantiveram sua permanência, autonomia produtiva e controle dos espaços, “definindo um verdadeiro processo colonizador que exigia sistemas defensivos contra possíveis ataques e domínio das vias de comunicação”, sendo que, quanto à estrutura social montada, ela era

¹⁴⁴³ GARCÍA DE CORTÁZAR e GONZÁLES VESGA, *História...*, p. 61.

¹⁴⁴⁴ GARCÍA DE CORTÁZAR e GONZÁLES VESGA, *História...*, p. 62.

complexa e com uma grande afinidade cultural com aquela que era praticada no Líbano, na cidade de Tiro, com seus ritos funerais, uma elite rica devido à agricultura e comércio, com a classe mercantil como uma classe muito especializada e dependente da metrópole, além de ser definida em autênticos clãs.¹⁴⁴⁵

A partir do século III a. C. sucede ocorrer dos cartagineses desejarem ocupar toda a Península Ibérica. Duas guerras ocorreram – as Guerras Púnicas, a primeira entre 264 a 241 a. C., e a segunda entre 218 a 201 a. C. – entre cartagineses e romanos, sendo vencida pelos romanos na Segunda Guerra Púnica, e que, a partir daí, irão empreender a conquista total da Península Ibérica e sujeição dos povos ali habitantes, mas somente alcançando tal intento – devido à grande resistência encontrada – por volta do ano 25 a. C. O impacto da conquista romana se refletirá na organização administrativa que acabam impondo no território, dividindo a península em províncias que influenciarão futuramente a divisão política final – da região – entre dois Estados, sendo que as posteriores invasões e dominações – visigodos e muçulmanos – praticamente irão reforçar as divisões administrativas territoriais.¹⁴⁴⁶

É fato que romanos, visigodos e muçulmanos trouxeram para região, cada qual, seu contributo para exploração das suas riquezas e também para o seu desenvolvimento, tornando-a palco de recepção de diferentes culturas e mentalidades, espaço de aprendizagem de novas tecnologias aplicadas a diversos campos sociais, mas igualmente um espaço de confrontos e atenções tanto de europeus quanto de orientais, especialmente após a invasão muçulmana, esta última pela questão religiosa e cultural que implicava, em especial, o que veio a ser conhecido posteriormente no ocidente como as Cruzadas – a Península Ibérica foi o palco das lutas dentro do espaço europeu (a Reconquista), depois do Oriente Médio.¹⁴⁴⁷ De qualquer forma, será através de batalhas entre o final do século XI da era cristã até o século XIII, contra os muçulmanos e contra os espanhóis, que Portugal irá se afirmar e conquistar a sua condição de país independente, dividindo definitivamente a Península Ibérica como palco de duas monarquias,¹⁴⁴⁸ diferentes histórias e culturas – mas sem estarem totalmente desvinculados de seu passado histórico, social e cultural comum –, e que iriam marcar o destino da Europa e da

¹⁴⁴⁵ GARCÍA DE CORTÁZAR e GONZÁLES VESGA, *História...*, p. 62-3.

¹⁴⁴⁶ MARQUES, *Breve história...*, p. 18-22.

¹⁴⁴⁷ Mias sobre esse assunto Península Ibérica e Cruzadas, vide as obras: GARCÍA DE CORTÁZAR, Fernando; GONZÁLES VESGA, José Manuel. **História de Espanha**: uma breve história. Lisboa: Editorial Presença, 1997. 536 p.; MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve história de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1996. 768 p.; VILAR, Pierre. **História de Espanha**. Lisboa: Livros Horizonte, 1992. 144 p.; WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar Barcellos. **História da América Latina**: do descobrimento a 1900. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. 168 p.; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 9 e 19; RUNCIMAN, Steven. **História das cruzadas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1992-4. 3 v.; MAALOUF, Amin. **As cruzadas vistas pelos árabes**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 256 p.

¹⁴⁴⁸ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 8. ed. São Paulo: Globo, 1989, p. 3.

América a partir daí, além das demais colônias que ambos irão dominar em diferentes pontos do Planeta.

Para principiar a compreender o ser humano que foi forjado historicamente na Península Ibérica alguns elementos são ressaltados por historiadores e estudiosos da formação social e cultural dos povos ibéricos e seu legado para o mundo. Desta forma, não é incomum ser anotado os aspectos marcantes do meio natural – ou geográfico – que compõe o cenário onde se desenvolverá a cultura ibérica; o oceano Atlântico, o mar Mediterrâneo e a cordilheira dos Pireneus, são os limites físicos naturais que colocam, de certa forma, a Península Ibérica como um espaço isolado dentro do mundo europeu, sendo as terras do atual Portugal conhecidas como “fim do mundo” na época dos descobrimentos.¹⁴⁴⁹ As riquezas ali exploradas, as singularidades de seu clima, a sua posição geográfica, tudo contribuiu para marcar a península como uma espécie de mundo à parte do restante do continente europeu.¹⁴⁵⁰

Trata-se de um mundo que, longe de ser condenado a permanecer fechado, historicamente se abre amplamente a influências externas, e que se fundiu culturalmente ao longo dos milênios com os diferentes grupos humanos – e respectivas culturas – que ali foram se estabelecendo, vindos pela terra e pelo mar, e que, à medida que tentaram avançar sua ocupação territorial mais ao interior, encontraram resistências justamente das serras e planaltos, do clima rude, e da escassez de recursos; pode-se afirmar, então, que a periferia territorial da Península Ibérica é um espaço de acolhimento e fusão, e o seu interior um espaço de isolamento e separação. Nem mesmo para facilitar – como é possível verificar mais ao centro da Europa – há um sistema coerente de vias naturais – como rios –, e nenhum ponto geográfico da Península Ibérica pôde funcionar como certas cidades europeias funcionaram para seus respectivos países, tais como Paris e Londres. Os acidentes geográficos – estreitos desfiladeiros – presentes em toda península sempre funcionaram como obstáculos de acesso e saída dos grandes vales. A Ibérica montanhosa e continental é marcada por dificuldades de acesso “daí o *isolamento* e a *cruza* das condições climatéricas, daí a *precariedade dos meios de vida*”.¹⁴⁵¹

Por isso, muitos irão apontar o isolamento e a pobreza como as fontes ou origens – essência, profundezas, virgindade – dos valores espirituais do povo espanhol; esse ser humano que vive nos planaltos e que deve extrair seu modo de vida das dificuldades que os acidentes

¹⁴⁴⁹ VILAR, História..., p. 11; MARQUES, Breve história..., p. 12.

¹⁴⁵⁰ VILAR, História..., p. 11.

¹⁴⁵¹ VILAR, História..., p. 11-2. Grifos no original.

geográficos lhe impõe, será protagonista importante na formação e construção sócio-política de um país – e mesmo seus feitos posteriores –, não sendo incorreto asseverar que se a superação dos obstáculos da natureza marca o espírito humano, daí o espanhol deve ter retirado sua paixão pela independência, valor guerreiro, ascetismo, gosto pela dominação política, desprezo pela ganância mercantil.¹⁴⁵²

A sua aspiração, voltada para manter unido o agrupamento humano povoador da península também pode se retirada daí, mas com toda probabilidade indica que tal sentimento é antes de tudo uma necessidade vital, pois isolada, o destino da Espanha seria a vida precária, por carecer de meios suficientes até mesmo para alimentar a sua gente, obrigando-a a se aliar à periferia marítima peninsular, que a supre nas suas carências; a Espanha dos planaltos é seca e guerreira, e a Espanha da periferia marítima é rica e fecunda; desta última Espanha saíram os navios que conquistariam o Oriente e, posteriormente, o Ocidente. Mas essa Ibéria rica e fecunda não nutre admiração e atração pelo interior do país, e seu desejo natural é isolar-se e fragmentar-se. A história irá registrar que as diferentes regiões marítimas da Ibéria sempre buscaram um destino autônomo – vide Portugal –, uma vez que sempre sendo pequenas potências de ordem econômica, nenhuma alcançou energia política e domínio em amplitude territorial para tentar unificar toda a península em torno de seu comando. Haverá uma luta contínua entre o centro da península buscando a unificação e a periferia procurando manter a dispersão.¹⁴⁵³

O fato é que diante de tantas dificuldades, originou-se a mentalidade – dentre outras – de que a superação dos problemas impostos ao agrupamento central da península seria vencida através do cultivo de um orgulho perante o isolamento e o culto exclusivo da originalidade das gentes dessa região.¹⁴⁵⁴ A América Latina é herdeira das instituições e idéias que a Península Ibérica – através de Espanha e Portugal – forjou em suas gentes e, comparando as formas de vida social que se cultivava na época dos descobrimentos, frente às outras desenvolvidas na Europa central e insular, verifica-se uma característica peculiar às gentes da Península Ibérica, que não tem paralelo com suas vizinhas do continente, qual seja, o desenvolvimento extremo e intenso da cultura da personalidade.¹⁴⁵⁵

¹⁴⁵² VILAR, História..., p. 12.

¹⁴⁵³ VILAR, História..., p. 12-3.

¹⁴⁵⁴ VILAR, História..., p. 14.

¹⁴⁵⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991, p. 4.

3.1.3. IMAGINÁRIO E IDEOLOGIA IBÉRICA NA ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS

Todas as pessoas são dotadas de uma visão de mundo, um sentido de mundo, que os posicionam frente às mais variadas demandas que elas se submetem nesse mesmo mundo. Individual ou grupalmente, o mundo não deixa de ser “invenção, criação, improvisação, fatos geniais, aventura, êxito”,¹⁴⁵⁶ e tudo que o reverso dessas palavras também pode significar para a vida individual e coletiva, e capaz de produzir na vida dos fatos cotidianos ações e comportamentos que realizam essa visão e sentido de mundo. Esse conjunto intelectual que também pode ser considerado como ideologia é inseparável e mesmo até condição *sine qua non* para existência de alguém e dos grupos no meio social.

Na época de 1492, quando Cristóvão Colombo aportou nas ilhas da América Central, tanto ele quanto as elites européias eram dotados de uma visão e sentido de mundo muito específico – além de estarem inseridos numa estrutura social que condicionava as suas opções intelectuais –, e, percebe-se, tal fato guiava as ações e decisões que construíram a concretude dessa época histórica. Se as elites eram mais informadas sobre o mundo erudito e o trânsito de idéias, além de mais cultas em relação a muitas demandas – e respectivas razões – que governavam o momento histórico, é preciso assinalar que aqueles que não eram privilegiados – não sabiam ler e escrever, bem como compreender politicamente as verdades formais que governavam o mundo intelectual e dominante do momento – ainda assim eram dotados de um sentido prático em relação ao seu mundo e circunstâncias de vida, suficientes para agirem de acordo com as expectativas que deles era esperado, e até mesmo para sobreviverem nas circunstâncias e contextos que a época exigia deles.

O que é sucesso e missão existencial humana e social, e qual o sentido das coisas – novas – que estão sendo descobertas, depende do sentido que é possível dar a tais acontecimentos, e isso é (inter)ditado pelo marco de referências que forma uma imagem da realidade – ou verdade – desse momento vivido, ou seja, a imagem da realidade intelectual vivida – as representações subjetivas – que serviu como campo de referências e de significações para, por exemplo, um acontecimento como a invenção intelectual que se deu e foi feita para afirmar-se o descobrimento ou não de um novo continente.¹⁴⁵⁷ É importante

¹⁴⁵⁶ O’GORMAN, Edmundo. **La invención de América**. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 57.

¹⁴⁵⁷ O’GORMAN, La invención..., p. 57.

observar que explicar racionalmente se Colombo havia ou não chegado às Índias ou se ele havia descoberto um novo conjunto de terras para a possessão da Espanha, ajuda a entender um tipo de mentalidade – justamente por expor um tipo de racionalidade e o que ela implicava para o mundo cultural de então – da época, e que estava implícito colocar em dúvida todo um conjunto de idéias já antigamente assentadas sobre o que seria o mundo e mesmo o papel das gentes nele, praticamente quebrando um paradigma ideológico e inserindo o ser humano e sua missão na Terra numa outra e nova dimensão, como se verá abaixo.

Na época de Colombo a idéia que se fazia do universo é aquela que estava escrito na Bíblia, vale dizer, do nada ele foi criado por Deus. O universo era finito – para não confundir-lo com Deus –; perfeito, uma vez que era obra de Deus; tudo que há no universo existia de maneira inalterável, ou seja, tudo já tem sua posição e função no mundo, de acordo com um modelo arquetipo e único; o universo era de Deus e apenas para Deus, pois ele foi concebido por Sua bondade e isso era prova de Sua onipotência e glória. Diante disso, a imagem estabelecida e que todos seguiam perante o mundo é a de que nada no universo pertenceria ao ser humano, nem mesmo a porção de terra conhecida onde ele habitava, sendo que seria uma ofensa, ou sacrilégio, qualquer ação ou comportamento com intenção de desafiar a soberania divina – era a visão do sistema geocêntrico da Terra, e não se concebia mais a Terra como uma superfície plana, mas redonda ou oval.¹⁴⁵⁸

Tal imagem correspondia àquilo que o cristianismo estabelecia teologicamente, enfim, acomodava-se às exigências da Igreja. O universo era uma imensa esfera finita no espaço e finita no tempo, ou seja, com começo e fim; fisicamente essa esfera continha duas zonas concêntricas, diferentes em tamanho, índole e natureza. O globo terrestre era uma esfera, onde a questão, a partir de então, era calcular sua circunferência, havendo os mais diferentes resultados, todos fundamentados e medidos com suficiente autoridade, enfim, cercado de muita incerteza e indefinição quanto à medida exata ou aproximada – Colombo irá sustentar uma redução enorme do tamanho da circunferência do globo para tornar factível a realização do seu projeto de alcançar as Índias navegando rumo ao ocidente.¹⁴⁵⁹

Relacionada com o tamanho do globo terrestre, estava a questão de determinar a proporção entre terra e mar existente no Planeta, questão que também era objeto de muitas especulações e hipóteses, obedecendo a fundamentações ou exigências ora científicas ora religiosas para sua solução. Alguns viam a Terra com caráter insular, ou seja, uma porção de terra que emergia do mar; entretanto, outros viam que os mares eram cercados por terras, vale

¹⁴⁵⁸ O’GORMAN, La invención..., p. 58.

¹⁴⁵⁹ O’GORMAN, La invención..., p. 60.

dizer, os mares eram imensos lagos cercados por terras. Mais importante, ainda, era definir qual o tamanho longitudinal que se poderia ser dado ao pedaço de terra situada no hemisfério norte do globo – *orbis terrarum* –, e também se haveria outras terras comparáveis àquelas conhecidas no hemisfério norte, que os escritos antigos apontavam existir na forma de terras antípodas – localizadas no lado contrário ou oposta das conhecidas – ou meridionais ou ocidentais, ou ambas. Dependendo do tamanho da *orbis terrarum*, seria possível concluir que existiram ou não outras terras comparáveis em outros pontos do Planeta.¹⁴⁶⁰

Tais questões eram importantes, mas não tão significativas quanto à possibilidade – ou necessidade de supor – que tais regiões distantes, remotas e ainda inacessíveis ao conhecimento europeu, foram habitadas ou estariam de fato habitadas por outros tipos de gentes, uma vez que para o conhecimento mais antigo, essa questão não era problemática, pois não se preocupava com a exigência intelectual de manter a unidade fundamental do gênero humano. Entretanto, a partir do momento de que se supõe que a Ilha da Terra – *orbis terrarum* do hemisfério norte conhecido – é menor do que se imaginava, abria a possibilidade de outras terras antípodas habitadas por uma espécie distinta de seres humanos. Note-se que essa última afirmação colocava o cristianismo da época em crise, uma vez que todos os seres humanos provinham de um tronco comum – Adão e Eva – e que esses novos habitantes poderiam revelar que eles não tiveram conhecimento do Evangelho, e isso era contrário aos textos sagrados, segundo os quais os ensinamentos de Cristo e de seus apóstolos já haviam chegado até os confins de toda a Terra. Não à toa que Santo Agostinho e todos os tratadistas medievais negaram veementemente a possibilidade de terras antípodas, e se existissem – para aqueles que aventaram tal possibilidade –, elas não seriam habitadas. Por essa época, as terras do mundo conhecidas, eram em número de três – Europa, Ásia e África –, de tal modo que era assente que o mundo era composto por três partes de terras, admitindo-se por hipótese de que haveria uma quarta parte. De qualquer forma, para evitar confusões, fixou-se que a Ilha da Terra era muito grande – maior até que o mar –, de forma a abarcar há muito tempo, esses habitantes antípodas, de terras antípodas.¹⁴⁶¹

Ao final do século XV essa tese do tamanho longitudinal da *orbis terrarum* era vigente, mas já não era mais a única e nem tampouco a mais conceituada e autorizada; por essa época, os estudos clássicos haviam sido retomados na Europa, e Aristóteles voltou a ser lido e estudado, em especial seus escritos sobre física. Assim, a idéia de que a extensão da Ilha da Terra era maior que a extensão o mar, tornou-se cada vez mais inaceitável. Aristóteles

¹⁴⁶⁰ O’GORMAN, La invención..., p. 60-1.

¹⁴⁶¹ O’GORMAN, La invención..., p. 61-3.

concebia o globo terrestre totalmente coberto por mar; a Ilha da Terra torna-se pequena novamente e, da mesma forma, deve ser explicada e justificada sua existência frente ao que isso questionava os dogmas cristão. O fato é que dessas explicações ficou patente outra realidade, qual seja, a de que a terra exposta era um fenômeno excepcional no Planeta – a regra geral era a água do mar – e que essa terra deveria ocupar cerca de uma quarta parte da superfície terrestre, em contradição com o escrito no texto bíblico de Esdras de que ela seria seis sétima partes do globo terrestre. Também dessa discussão resultou em desprezar a idéia de que haveria outras ilhas comparáveis em tamanho à *orbis terrarum*, pois isso agora iria contradizer o novo dogma de que a maior parte do globo terrestre era composta de água e que a Ilha da Terra era toda porção de terra seca admitida como possível no Planeta; o mais era apenas o oceano e pequenas ilhas não habitadas.¹⁴⁶²

A distribuição terra-mar na superfície do Planeta tinha repercussões práticas, como na estratégia do tipo de navegação que se escolheria, em especial para o extremo oriente, sobretudo para a Índia, fonte de imensas riquezas comerciais. Navegando pelo oriente, dever-se-ia circunavegar a África; navegando pelo ocidente, implicava na superação do Atlântico. A questão chave era saber qual seria o tamanho da Ilha da Terra, uma vez que se fosse pequena, então a viagem pelo oriente se justificava – era mais perto –, mas se fosse muito grande, então seria mais vantajoso ir através do ocidente. Os portugueses apostaram na primeira opção, sob o pressuposto de que o extremo sul da África não se estenderia muito além do equador.¹⁴⁶³

Para a viagem em direção ao ocidente, a fim de alcançar a Índia, se somava alguns fatores ou pressupostos implícitos para tal viagem: (I) a Ilha da Terra possuía uma grande distância longitudinal, assim, o risco da viagem transatlântica seria diminuída pelo fato dos dois litorais serem próximos, e também porque Ptolomeu¹⁴⁶⁴ – simplesmente o pai da teoria geocêntrica – havia escrito de que o extremo sul da África dificilmente seria ao norte do equador; (II) Aristóteles seria um dos que defendia que os extremos oriental e ocidental da Ilha da Terra estariam relativamente próximos, e essa foi a tese de Cristóvão Colombo para conseguir a autorização e financiamentos para realizar seu projeto. Por isso, o dilema sobre a

¹⁴⁶² O'GORMAN, La invención..., p. 63-4.

¹⁴⁶³ O'GORMAN, La invención..., p. 64-5.

¹⁴⁶⁴ Cláudio Ptolomeu (100-170), matemático, astrônomo e geógrafo grego, que viveu em Alexandria e foi o mais célebre astrônomo da antigüidade. Sua obra denominada *Grande Sintaxe Matemática* (140), chamada de *Almagesto* pelos árabes, era uma síntese dos conhecimentos astronômicos de seus antecessores. Tomando de empréstimo numerosos elementos desenvolvidos por Hiparco, Ptolomeu desenvolveu na sua obra o sistema geocêntrico, que dominou a astronomia até o ano de 1543, quando foi publicada a obra de Nicolau Copérnico intitulada *Das Revoluções dos Mundos Celestes*. Sua obra *Geografia*, também deve muito a Hiparco; interessando-se pela astrologia, procurou estudar e demonstrar a influência dos astros sobre os fenômenos terrestres; por fim, interessando-se por física, escreveu obras nesse campo, especialmente um tratado de óptica. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 20.

extensão longitudinal da Ilha da Terra era correspondente ao dilema da distância entre Europa e Ásia, mas a questão não era tão simples assim, pois se a hipótese em que se baseava a viagem – grande extensão da Ilha da Terra – revelar-se ao contrário, pequena, então somente duas circunstâncias poderiam atenuar as conseqüências adversas desse fato: (I) possibilidade real de que o globo terrestre era menor do que a tradicionalmente reconhecida; (II) possibilidade de que antigamente realmente fora muito grande a extensão longitudinal da Ilha da Terra. Por fim, para uma viagem como essa, arrojada, era necessário Colombo se valer de todos os relatos de viagens anteriores feitas por outros navegadores e que retornaram para narrar os feitos por terras desconhecidas, bem como as todas as teorias conflitantes ou não sobre os diferentes mares e passagens que ele poderia encontrar, a fim de Colombo ter um parâmetro de comparação para o desconhecido que ele iria se deparar, e as ações a tomar, a fim de alcançar bom êxito em sua empreitada, conforme os melhores conhecimentos marítimos da época, especialmente o aspecto litoral asiático ainda inexplorado que ele iria se encontrar.¹⁴⁶⁵

Aspecto a ser destacada é o sentido que era dado à palavra “mundo” no final do século XV, conforme a cultura e mentalidade da época. No final do século XV, mundo, universo e globo terrestre eram expressões que designavam coisas diferentes. Assim, a idéia de universo era de algo que incluía a totalidade de tudo que existisse; o globo terrestre era referido especificamente ao Planeta, que era a massa de matéria cósmica mais pesada onde prevalecia a sua essência, vale dizer, o elemento terra. O mundo, nesse contexto não se referia a nenhum dos dois, mas diferentemente, é ante de tudo a morada cósmica dos seres humanos, sua casa e domicílio no universo, correspondendo à antiga noção grega dada pela expressão *ecumene* ou *ecúmeno*; o mundo supõe um espaço com certa extensão, entretanto, seu traço marcante e que o define é de índole espiritual.¹⁴⁶⁶

Desde a Antigüidade imaginava-se que o mundo – o domicílio cósmico do ser humano – se localizava exclusivamente na Terra; para o conhecimento – ciência – mais antigo e o pensamento cristão, a razão fundamental para tal crença era de que o corpo humano era formado essencialmente por terra e isso revelava uma identidade materialmente entre o elemento próprio que formava o corpo e a assa cósmica que predominava no globo terrestre. O elemento próprio do ser humano é a terra, correspondente à massa cósmica predominante no Planeta; o lugar de sua morada era o lugar natural da vida humana, e correspondia à própria natureza material do ser humano. Daí resulta que, como apenas a terra emergida

¹⁴⁶⁵ O’GORMAN, La invención..., p. 65-8.

¹⁴⁶⁶ O’GORMAN, La invención..., p. 68.

poderia alojar o mundo, isso se constituía numa natural limitação existencial humana; para limitar mais ainda o espaço terrestre habitável, entendia-se que das terras emergidas do mar, apenas a *orbis terrarum* – Ilha da Terra – era habitável e tudo o mais era considerada “Outras Terras” presentes no oceano. E se essas outras localidades eram habitadas, então não poderiam ser por seres do gênero humano, enfim, seriam “Outros Mundos” que deveriam ser estudados por cosmógrafos, uma vez que não teriam nada a ver com a geografia conhecida. Mas havia mais ainda, ou seja, nem toda a Ilha da Terra era habitável, e a justificativa disso era dada num sentido absoluto, vale dizer, não seria habitável por impossibilidades geográficas naturais – deserto, pântano etc. –, mas porque esses espaços eram considerados regiões onde governavam certas condições cósmicas e que o ser humano jamais poderia modificar, pela própria estrutura do universo – essa idéia correspondia à famosa divisão do globo terrestre de acordo com as cinco zonas do céu, elaboradas por Parmênides e reafirmada por Aristóteles, e que do ponto de vista astronômico e geográfico se revelavam muito adequados.¹⁴⁶⁷

A concepção cristã do mundo era aquela do mundo original do ser humano – presente na Bíblia –, onde Adão foi morar após ser criado por Deus, ou seja, o Paraíso Terrestre sem sofrimentos e fadigas, onde tudo que era necessário para a vida ali existiria em perfeição e abundância. Após a expulsão do casal do Paraíso Terrestre e, mais especificamente, após o Dilúvio bíblico, emerge o segundo mundo – literal e metaforicamente – que deve ser conquistado pelo ser humano, um mundo aberto e possível de ser possuído e ampliado pela inteligência e esforço humano desprendido para tal finalidade, enfim, fazê-lo habitável e transformando-o em benefício próprio, e para isso transformando a obra da criação divina. Se no primeiro mundo cristão o ser humano se encontra no estado de inocência original e não possui consciência de si mesmo e nem é responsável pelo mundo, já o mesmo não ocorre a partir do segundo mundo cristão, vale dizer, o ser humano, ao adquirir consciência, vê-se mortal, torna-se um ente histórico, pois agora ele deve cultivar o mundo e transformar a Terra e, no limite, ao Universo inteiro que fora criado por Deus e somente para Deus, portanto, o ser humano como ser alheio a esse Universo. Daí decorre a introdução no âmbito da cultura greco-romana, pelo cristianismo, da noção fundamental do ser humano como responsável e inventor de seu mundo ou, por outras palavras, de sua vida e destino.¹⁴⁶⁸

No final do século XV havia uma corrente de opinião que não mais aceitava a idéia de zonas inabitáveis em sentido absoluto, sendo Colombo um dos que defendiam que todas as

¹⁴⁶⁷ O’GORMAN, La invención..., p. 68-70.

¹⁴⁶⁸ O’GORMAN, La invención..., p. 70-1.

zonas terrestres eram habitáveis, com seus argumentos fundados na autoridade da experiência; outra corrente de opinião compreendia que havia zonas inabitáveis, apesar da idéia dinâmica do mundo como um processo de ocupação e apoderamento da Ilha da Terra a ser feito pelo ser humano, até como destino bíblico, portanto, em certas partes do mundo não haveria porque o ser humano para lá se dirigir. Os resultados dessas diferenças foram as seguintes: (I) fim da idéia dinâmica do mundo, conforme implícita no mito bíblico; (II) fim do absolutismo presente na idéia de não habitabilidade de certas zonas do globo terrestre; (III) o mundo passa a ser considerado como a totalidade da *orbis terrarum*, independente do desconhecimento preciso de seu tamanho, compreendendo as zonas árticas e desérticas – exemplos de zonas inabitáveis –; (IV) não consciência da provisoriedade desse limites, estabelecidos apenas como uma etapa do processo de ocupação de espaços cada vez maiores da realidade universal, por parte dos seres humanos. E de fato, o surgimento da América será um momento de libertação do ser humano de sua relação histórica mental com o universo como até então era cultivado, segundo os cânones religiosos.¹⁴⁶⁹

Se a terra é o lugar natural do ser humano, tudo o mais seria considerado estranho e alheio a ele, enfim, algo que jamais faria parte do mundo, algo que colocava limites intransponíveis e o encerrava de modo absolutamente definitivo. Assim, o oceano é exemplo da hostilidade e mistério da realidade cósmica da época, e sendo limite da Ilha da Terra, não pertenceria ao mundo, e também, por isso, não passível de posseção jurídica e exercício de soberania pelos príncipes. Ele era uma ameaça permanente ao ser humano e ainda deveria cobrir – de acordo com especulações da época – toda a esfera terrestre. Não se pode esquecer aqui que Deus permitiu a existência do mundo derogando a ordem universal, as leis impostas em matéria de Sua Providência, para permitir ao ser humano um lugar onde pudesse viver, mas um lugar concedido por Deus ao ser humano, não para que este pudesse alcançar fins humanos particulares, mas, diferentemente, para os fins que Deus lhes impôs ao criá-los, vale dizer, o mundo não era do ser humano para o ser humano, mas de Deus para Deus. O ser humano habitava o mundo como um inquilino, ou como um servo que habita algo que graciosamente lhe foi concedido, mas que jamais poderia servir-se como coisa sua, uma vez que não o havia feito ou criado. O ser humano é um prisioneiro do mundo, tudo recebe já feito e nada pode servir-se como coisa própria.¹⁴⁷⁰

O ser humano, na época de Colombo e das discussões que levaram à admissão da descoberta da América, tem em si o sentimento de impotência e isolamento – ou

¹⁴⁶⁹ O'GORMAN, La invención..., p. 73-4.

¹⁴⁷⁰ O'GORMAN, La invención..., p. 74-5.

enclausuramento – fruto de toda uma concepção própria de mundo, enfim, de uma ideologia dominante da época. A idéia que o ser humano forma de seu mundo depende diretamente da idéia que o ser humano tenha de si próprio, portanto, concebendo o mundo à sua imagem e semelhança. O ser humano nessa época tinha em si como um ser já definido pela natureza, e que era uma criatura a quem já havia sido imposta alguns fins e um destino que transcendia sua vida, vale dizer, o ser humano é algo já pronto e acabado para sempre, segundo um modelo prévio e inalterável, imaginando que seu mundo tem a mesma inabalável estrutura ou índole.¹⁴⁷¹

Entretanto, se o ser humano se concebe, diferentemente, agora não como definitivamente já feito, mas como possibilidade de ser e se fazer, é razoável supor que sua imagem do universo também mudará, vale dizer, o universo em que se encontra não será mais composto por limites intransponíveis e realidades alheias ao seu conhecimento, mas passa a ser um campo infinito de conquistas para cultivar seu mundo, produto de seu esforço, de sua técnica e de sua imaginação. Longe de ser uma ilha rodeada pelo ameaçante oceano, o mundo será terra firme com permanente fronteira de conquista, ou seja, um mundo por se fazer, sempre um novo mundo.¹⁴⁷²

Nesse sistema de universo e imagem do mundo, a América recém descoberta por Cristóvão Colombo não tinha significação alguma, não era real, verdadeira e literalmente existente na época; era algo imprevisto e imprevisível, no máximo previsto como possibilidade futura. O projeto inicial de Cristóvão Colombo era atravessar o oceano em direção ao ocidente para alcançar, a partir da Espanha, os litorais extremos do oriente da Ilha da Terra, a fim de unir a Europa com a Ásia, projeto de navegação antes jamais executado, portanto, ousado e dotado de imensa habilidade e tensão para seu sucesso. Quando Colombo avistou a terra na noite entre 11 e 12 de outubro de 1492, ele teve a certeza de ter chegado à Índia, mais precisamente, aos litorais do extremo oriente da Ilha da Terra; apesar dos indícios nada apontarem ele ter chegado à Ásia, mesmo assim ele manteve firmemente essa crença, e por todos os seus registros da época Colombo via a Ásia, sendo que isso ele carregará como certo até sua morte, apesar das demais viagens de exploração – regressos – que efetuou posteriormente. Para outro homem, com outra estrutura mental, a reiterada ausência dos indícios previstos nas suas especulações iniciais teria levado a uma dúvida, entretanto, para Colombo tudo concorria para provar a sua hipótese original, teimosia essa que fora anotado

¹⁴⁷¹ O'GORMAN, La invención..., p. 75.

¹⁴⁷² O'GORMAN, La invención..., p. 75-6.

por observadores de Colombo na época – tudo que ele olhava e via era a favor do desejo assente firmemente em sua imaginação, ou seja, ter alcançado a Ásia.¹⁴⁷³

A certeza de Colombo estava assentada no fato de que ele havia encontrado terra habitada exatamente no ponto geográfico onde a encontrou – como ele esperava, e não por qualquer outro indício irrefutável –, revelando que uma hipótese confirmava sua hipótese original e porque isso confirmava as suas especulações anteriores – aquelas as quais ele acedia – acerca da longitude da Ilha da Terra. Colombo tinha em mente uma hipótese *a priori*, idéia prévia *a priori* – incondicional ou necessária – que não necessitava de prova empírica para ser confirmada, sendo que Colombo não concede aos fatos concretos – experiência – o benefício da dúvida para sua hipótese prévia. A extensa longitude da Ilha da Terra seria, assim, uma verdade indiscutível, e diante da opção de modificar sua opinião de acordo com os dados revelados pela experiência – empíricos –, Colombo decidiu ajustar esses dados de modo favorável à verdade concebida *a priori* mediante interpretações violentas ou arbitrárias de que foi capaz. Assim, a atitude de Colombo é de quem não só pensa que chegou ao extremo oriental da *orbis terrarum*, mas, mais importante, ele crê que assim sucedeu.¹⁴⁷⁴

Tal atitude de Colombo leva o historiador a pensar que tal fato seria um erro, entretanto, no momento exato em que vivia Colombo e tinha que interpretar os resultados alcançados, ninguém tinha certeza absoluta de que um novo continente havia sido descoberto por aquele empreendimento marítimo, portanto, erro não havia, rigorosamente. Nesse contexto, quando Colombo retornou à Espanha para relatar o seu feito, a crença do navegador é recebida com certo ceticismo, tanto na reação oficial quanto na reação científica. A Coroa, diante de seus interesses da época, agindo com cautela política e jurídica considerou as certezas do navegador como prováveis, inserindo uma dúvida nelas, enquanto que, de forma semelhante, a análise da comunidade científica irá corroborar a atitude política da Coroa, revelando cientificamente que as crenças de Colombo irão suscitar uma dúvida em relação às conclusões alcançadas pelo navegador, mas ressaltando a não negação das mesmas. Assim, a reação oficial e científica postulou as mesmas hipóteses, entretanto como uma idéia cuja verdade poderia ser possível em certo grau de probabilidade, e passaram a exigir de Colombo provas concretas do feito, bem como o ouro que as descrições faziam da Índia.¹⁴⁷⁵

Essas provas que eram solicitadas ao navegador tinham implicações importantes; se confirmassem suas hipóteses, reiteraria toda a visão de mundo e crenças que se vivia então no

¹⁴⁷³ O'GORMAN, La invención..., p. 79-85.

¹⁴⁷⁴ O'GORMAN, La invención..., p. 85-8.

¹⁴⁷⁵ O'GORMAN, La invención..., p. 88-93.

final do século XV, ou seja, uma imagem estática e finita do universo que, criado em perfeição – com o ser humano nele – já está pronto e acabado, sendo que tudo que nele existe é o que deve ser – e sempre foi – de modo inalterável. O ser humano é um hóspede – um inquilino – nesse universo, servo e agradecido a Deus pela terra que lhe foi concedida viver; ao cruzar o oceano, o feito foi equivalente a uma viagem pelo espaço cósmico. Entretanto, se diferentemente não se confirmasse a hipótese *a priori*, se se verificasse que as terras pertenciam a outra Ilha, se faziam parte de outras *orbes*, então tudo mudava no universo, a mente das pessoas, sua visão de mundo, as possibilidades do que poderiam ou não fazer em vida, enfim, mais precisamente, o universo físico permaneceria o mesmo, efetivamente o que mudaria seria o universo mental das gentes. O que seriam essas populações, cujas origens poderia não estar vinculadas aos pais comuns dos seres humanos? Como explicar e justificar que, por seu isolamento, essas gentes ficaram à margem da Redenção? Acaso essa nova realidade não implicava também uma escapatória – uma brecha – à prisão milenar? Assim, isso implicaria alterar as noções de concepção de universo já recebidas e assimiladas por todos, bem como conceber de outro modo a estrutura do universo e a índole de sua realidade; também pensar de outro modo as relações como Criador, e igualmente, que deveria ser outro o papel dos seres humanos no cosmos, enfim, que seria outro o papel que estaria chamado a desempenhar, diferente àquela de servo, fruto de um rígido dogma que foi obrigado a aceitar. Tudo isso estava implícito num simples conjunto de provas, ou seja, as mesmas significavam a possibilidade de uma grande crise cultural no mundo europeu ocidental.¹⁴⁷⁶

Assim, a América não nasce América, ela é fruto de um processo racional de debates que mais precisamente tratou-se de um processo que, ao seu final, produziu a realização ou feito intelectual da invenção da América. Assim, constata-se que quando efetivamente se verificou que um novo continente havia sido descoberto, uma das primeiras coisas que sucedeu ocorrer foi o sentimento de liberação do ser humano de seu antigo cárcere cósmico e de sua multiseular servidão e impotência, enfim, liberação de uma maneira antiga – arcaica – de conceber-se a si mesmo e que já havia produzido os frutos que estava destinado a produzir. Assim, Cristóvão Colombo irá fazer mais duas viagens posteriores, voltadas para trazer ouro, mas também provar a sua convicção, observando-se que nesse processo ele chegou a modificar todo o formato da Terra – comparando-a anatomicamente a um seio de mulher com todos os detalhes, especificando o que era terra e o que era mar –, bem como afirmar que as terras seriam o Paraíso Terrestre bíblico. Em algumas de suas cartas verifica-se o registro da

¹⁴⁷⁶ O’GORMAN, La invención..., p. 93-5.

expressão “novo mundo” por ele utilizado; entretanto, tal expressão não tinha o efeito de sua admissão de que não havia chegado à Índia e que aquelas terras eram novas e originais terras descobertas por ele, mas que se tratava do Paraíso Terrestre, que por sua vez já era admitido – no sistema de idéias e especulação da época – como parte do mundo conhecido, mas que se tratava do primeiro e mais antigo mundo que Adão e Eva, um dia, haviam sido expulsos. De qualquer forma, esse exercício feito por Colombo, para conformar os descobrimentos empíricos com as idéias e concepções antigas, revelou que o mundo não era efetivamente o que milenarmente havia sido concebido.¹⁴⁷⁷

O feito de Colombo motivou uma série de exploração em direção ao ocidente, sendo que foi Américo Vespúcio – 1504 é o ano da famosa carta *Lettera* de Américo Vespúcio – quem afirmou que haveria uma nova terra em direção ao ocidente, e que o globo terrestre seria composto por uma quarta parte que agora se revelava a todos. É a partir da viagem e observações de Américo Vespúcio que a América é descoberta e revelada – inventada – de vez.¹⁴⁷⁸ Esse feito de dúvidas e provas, que se prolonga no tempo ao final do século XV e irá durar até o início do século XVI, dará origem – talvez, mais precisamente, será o catalisador – a um novo conjunto de *habitus* mental, qual seja, aceita a realidade de que a *orbis terrarum* transcendia os antigos limites insulares, perdendo razão de ser a arcaica noção do mundo e do universo, e abrindo a possibilidade ao ser humano compreender que, em seu mundo, cabia toda a realidade universal e que seria capaz de apoderar-se dele para transformá-lo em sua casa e morada própria, apenas dependendo de sua iniciativa para tal feito; o mundo, agora, é algo que o ser humano conquista e faz, portanto, lhe pertencendo a título de proprietário e amo para aqueles que assim desejarem e agirem. A *orbis terrarum* é agora o globo inteiro, com tudo que nele contém – terra, água, rios, ar, etc. – e se tratou de um primeiro passo para a conquista do universo por parte dos humanos.¹⁴⁷⁹

O universo passa a ser um infinito campo de conquista, dependendo apenas da ousadia e eficácia da técnica que o ser humano utiliza, agora convertido em soberano da realidade universal; a partir daí as novas descobertas simplesmente foram incorporadas ao patrimônio humano no mundo, sem necessidade de justificativas e explicações como sucedeu no caso da América. A revolução dessa época não é de menor conta, pois o ser humano agora era dono e senhor de seu destino, e o mundo todo estava à suas disposição e aberto para sua ousadia, ele próprio um ser mais aberto, habitante de um mundo feito por ele, à sua semelhança e medida.

¹⁴⁷⁷ O’GORMAN, La invención..., p. 95-113.

¹⁴⁷⁸ O’GORMAN, La invención..., p. 113-36.

¹⁴⁷⁹ O’GORMAN, La invención..., p. 140.

O ser humano é livre para o arrojo, a fim de liberar-se de uma época que agora era antiquada, arcaica e passada. Essa era a época do Renascimento, onde o ser humano se liberta dos grilhões que ele mesmo se impôs através dos séculos passados. Portanto, não é sem sentido que a América nasce no horizonte histórico europeu como uma terra do porvir – do futuro, do destino – e da liberdade.¹⁴⁸⁰

A divisão territorial do mundo em quatro partes de terras era também parte da idealidade que os europeus conceberam com sendo culturalmente o mundo, vale dizer, se tratava de uma distribuição interna e constitutiva da organização cultural do mundo – uma hierarquia que estabelecia as partes evoluídas e menos evoluídas. As diferentes partes do mundo, assim, possuíam uma individualidade do ponto de vista histórico e moral, de tal modo que o desenvolvimento da vida humana internamente a cada parte territorial iria revelar que existiria uma hierarquia ou desigualdade entre essas diferentes regiões. Desta forma, a Europa irá ocupar a mais alta posição, não por razões de riqueza ou abundância, mas porque espiritualmente se estimava que eles possuíam a mais perfeita vida humana ou, em outras palavras, seriam os europeus dotados da inclinação para a plena realização dos valores da cultura humana. O cristianismo fez como suas essas antigas noções – mas elaborando uma fundamentação própria buscada na Bíblia – e reiterando elas ao longo dos séculos, de tal forma que tornou-se culturalmente inevitável os europeus considerarem “natural” a Europa encarnar a civilização mais perfeita, a única e verdadeira civilização, inclusive porque fundada na fé cristã.¹⁴⁸¹

A Europa, auto-elevando-se como sede da cultura civilizacional ocidental e assento da cristandade, assume a postura de suposta representação do destino imanente e transcendente da humanidade, sendo a história européia tida e considerada pelos europeus como o único acontecimento humano carregado de autêntica significação; desta forma, a Europa passa a ser a história universal, sendo que seus valores e crenças civilizacionais apresentam-se como paradigma histórico e norma suprema para julgar e valorar as demais civilizações. A América, como a quarta parte do mundo, deveria necessariamente ser enquadrada como ser moral e histórico para os europeus, assim como a Ásia e África foram classificadas. Sucedeu que o volume de informações que foram chegando à Europa, das sucessivas explorações e reconhecimentos das novas terras, também somaram-se às notícias sobre os seus habitantes, mais especificamente suas crenças, costumes, instituições etc. A concepção mais antiga de universo – a cosmogonia religiosa-medieval –, aquela que entendia essas terras distantes

¹⁴⁸⁰ O’GORMAN, La invención..., p. 141-2.

¹⁴⁸¹ O’GORMAN, La invención..., p. 146-8.

como parte integrante e unida da Ilha da Terra, não deixava dúvidas – hipótese *a priori* – sobre a índole dos nativos habitantes de tais terras, ou seja, seriam todos membros do gênero humano, sendo que a Igreja, através de Santo Agostinho, defendia a humanidade desses seres humanos por “monstruosos” que fossem, uma vez que já se supunha habitarem as regiões mais extremas e inexploradas da *orbis terrarum*.¹⁴⁸²

Entretanto, com a descoberta da América, agora se sabia que a massa de terra não era única, mas separada, e que a mesma estava incluída no mundo e, assim, foi preciso supor *a priori* que os “monstros” habitantes das novas terras deveriam também ser membros do gênero humano, mas não se tinha mais a certeza de outrora. Portanto, surgiu a necessidade de se provar empiricamente a suposição ou hipótese e demonstrar que esses seres eram seres humanos e descendiam do tronco comum do casal – bíblico – original, apesar do fato das terras em que habitavam fossem desconhecidas, acrescido de todos os impedimentos geográficos que pudessem ser levantados contrário à hipótese. Daí deriva também o problema da origem do índio americano, sendo dessa época a hipótese de que eles tivessem cruzado um estreito de mar para chegar e habitar as novas terras. As novas terras apontavam que, de modo geral, além da sua natureza e elementos físicos e geográficos serem os mesmos encontrados em outras partes terrestres já conhecidas, também seus habitantes participavam da mesma natureza que a dos europeus, asiáticos e africanos, ou seja, descendiam de Adão e poderiam, desta forma, se beneficiar do sacrifício de Cristo.¹⁴⁸³

Esse reconhecimento da natureza humana dos indígenas habitantes na América implicou em inserir e integrar as civilizações indígenas no curso da história universal européia e, também por isso, esses indígenas tiveram que se submeter às conseqüências da concepção hierárquica que era subjacente a esse conjunto de idéias culturais européias. Essas novas civilizações descobertas não poderiam aspirar a serem consideradas como uma expressão *sui generis* de um modo peculiar de realizar a vida humana na Terra, e ficaram sujeitas ao juízo que lhes correspondia segundo o referente pensamento cristão, que era o modelo irradiador de todas as significações históricas. O célebre debate sobre a natureza e índole do índio americano, travado entre Frei Bartolomé de Las Casas¹⁴⁸⁴ e o humanista espanhol Juan Ginés

¹⁴⁸² O’GORMAN, La invención..., p. 148-9.

¹⁴⁸³ O’GORMAN, La invención..., p. 149-50.

¹⁴⁸⁴ Bartolomé de Las Casas (1474-1566), prelado espanhol, filho de um companheiro de Cristóvão Colombo, tornou-se dominicano (1522) e tomou a defesa dos índios americanos nas obras que endereçou a Fernando de Aragão e Carlos V, em especial seu texto *Brevisima relación de la destrucción de las índias* (1542). Foi um dos fundadores da “Novas Leis” que preparavam a extinção da escravidão indígena; mas essa medida filantrópica favoreceu indiretamente o tráfico negreiro, já que causou a falta de mão-de-obra na América espanhola. Bispo de Chiapas, no México, (1544), voltou à Espanha (1547), onde continuou a escrever – *Historia de las Índias* (1875). In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 14.

Sepúlveda, se insere dentro deste contexto, e dele se extrai um fato comum, qual seja, à margem dos ensinamentos do Evangelho os índios não poderiam realizar a “verdadeira” humanidade. Apesar dos indígenas americanos terem construído suas civilizações, com vários elementos empíricos para demonstrar esse fato, as suas culturas foram reduzidas à esfera própria das sociedades naturais, e a partir daí nenhum sentido positivo pôde ser concedido às suas civilizações – no máximo foram consideradas formas de vida humana de elevada dignidade – e esse ser *sui generis* tornou-se, para os europeus do século XVI, um ser anulado, carente de significação histórica “verdadeira”, para, ao final, ser reduzido à nula possibilidade de receber os valores da cultura europeia. Enfim, não seria possível realizar na América uma outra Europa, pois essa tinha sido a razão de ser que, na ordem moral, foi inventada a América pelos europeus.¹⁴⁸⁵

A expressão “Novo Mundo” – em sentido diverso daquela que fora utilizado por Colombo – não é sem sentido; ela é referenciada frente ao “Velho Mundo” – conjunto das outras três partes do mundo, quais sejam, Europa, Ásia e África –, sendo que a expressão “mundo” é utilizada em sua acepção tradicional, ou seja, porção do globo terrestre que é destinada para habitação do ser humano, onde a América, desta forma, resultou realmente num mundo novo. O “novo mundo” agora é um ente que é concebido como um “mundo”, mas somente enquanto possibilidade do outro que é o “velho mundo”. A América, assim, foi inventada sob a espécie física de “continente” – a parte de um todo – e sob a espécie histórica de um “novo mundo”, surgindo como um ente físico dado, já feito, acabado e inalterável, mas como um ente moral dotado da possibilidade de realizar-se na ordem do ser histórico, conforme era a Ilha da Terra, enfim uma estrutura ontológica com suporte físico e realidade espiritual.¹⁴⁸⁶

Numa obra que procura mostrar até que ponto a cultura ou imagem religiosa do Éden – conforme difundida na era dos descobrimentos marítimos – influenciou na organização de um esquema muito fecundo, de “muitos dos fatores que presidiram a ocupação pelo europeu do Novo Mundo, mas em particular da América hispânica, e ainda assim enquanto abrangessem e de certa forma explicassem o nosso passado brasileiro [luso-americano]”, Sérgio Buarque de Holanda também irá analisar aspectos culturais do imaginário daquelas

Sobre a sua denúncia da sangrenta história da conquista da América espanhola, vide: LAS CASAS, Frei Bartolomé de. **O paraíso destruído**: brevíssima relação da destruição das Índias. Porto Alegre: L&PM, 1996. 160 p.

¹⁴⁸⁵ O’GORMAN, La invención..., p. 150-1.

¹⁴⁸⁶ O’GORMAN, La invención..., p. 151-2.

gentes européias que aqui aportaram em final do século XV e se estabeleceram a partir daí, revelando aspectos de um *habitus* que iniciou a formação das Américas portuguesa e espanhola. Assim, para os teólogos medievais o Paraíso Terreal era uma realidade ainda presente, num sítio acessível e ainda por se descobrir, portanto, não se tratava de uma quimera, mas um fato concreto e real, presente continuamente na imaginação dos navegadores, exploradores e povoadores ocidentais. Nessas terras seria sempre primavera, ao contrário da rudeza das estações e clima europeus, que somente beneficiava os previdentes, diligentes e pacientes. Se na Europa as paisagens eram decrépitas e as gentes tinham que se debater contra uma dura pobreza, na América a natureza se entregava imediatamente ao ser humano em toda sua plenitude, sem a dura necessidade de ter de apelar para o trabalho humano – sinal de imperfeição para os homens espanhóis e portugueses que aqui aportaram. “Como nos dias da Criação, tudo aqui era dom de Deus, não era obra do arador, do ceifador ou do moleiro”.¹⁴⁸⁷

As gentes ibéricas que aqui vieram colonizar a América, compartilhavam essa imagem comum acerca do trabalho continuado e monótono, sendo outra postura muito comum, a atitude de aceitação mais sossegada – fatalista – da realidade plausível – aquela a que se apresenta aceitável e admissível tal como é, e não se luta contra. O fato é que o tema paradisíaco iria marcar fortemente o começo da expansão dos povos ibéricos no continente, deixando marcas comuns e duradouras em várias regiões da América Latina, sendo que o mesmo irá se verificar na colonização inglesa da América anglo-saxã. Assim, é possível afirmar que “os primeiros colonos da América Inglesa vinham movidos pelo afã de construir, vencendo o rigor do deserto e selva, uma comunidade abençoada, isenta das opressões religiosas e civis por eles padecidas em sua terra de origem, e onde enfim se realizaria o puro ideal evangélico”,¹⁴⁸⁸ já os colonos da América latina, “se deixavam atrair pela esperança de achar em suas conquistas um paraíso feito de riqueza mundanal e beatitude celeste, que a eles se oferecia sem reclamar labor maior, mas sim como um dom gratuito”,¹⁴⁸⁹ observando-se que gosto pela pecúnia e devoção cristã não eram antíteses nessa época, em verdade estavam irmanadas e se confundiam freqüentemente, a tal ponto de Cristóvão Colombo ter asseverado que com o ouro tudo se poderia fazer no mundo, inclusive mandar almas para o Céu.¹⁴⁹⁰

¹⁴⁸⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002, p. IX e X.

¹⁴⁸⁸ HOLANDA, Visão..., p. XVII.

¹⁴⁸⁹ HOLANDA, Visão..., p. XVII.

¹⁴⁹⁰ HOLANDA, Visão..., p. X a XVII.

A idéia e o mito têm uma origem, e ao longo do tempo sobrevivem reproduzindo-se socialmente e, viajando no tempo, também podem mover-se no espaço, assim, “passando a reagir sobre condições diferentes que venham a encontrar ao longo do caminho”.¹⁴⁹¹ O tema edênico nasceu a partir de origens religiosas ou míticas e veio implantar-se no espaço latino-americano. Nele, verifica-se que há vários *topoi* que o marcam e são recorrentes já como clichês e lugares-comuns sobre a matéria. Tudo indica que as descrições medievais sobre o Éden foram extraídas de um poema escrito no século III ou IV da era cristã, intitulado *Phoenix*, cuja autoria seria de Lactâncio. As expressões muito recorrentes sobre o tema edênico são as seguintes: (I) perene primavera e invariável temperança do ar; (II) horto sagrado; (III) temperatura nem fria nem quente; (IV) vida longa; (V) ausência de pestilências e enfermidades; (VI) local exato de sepultamento de Adão e Eva; (VII) fruta da árvore do bem e do mal como o maracujá; (VIII) América era o Paraíso Terreal, precisamente na América portuguesa.¹⁴⁹²

Na época dos descobrimentos marítimos se verificará a existência de uma literatura de viagens voltada para descrição de maravilhas e mistérios que cercavam o desconhecido além-mar. Mas essa literatura se constatará em maior intensidade na cultura espanhola, sendo que ocupará um espaço reduzido dos escritos dos portugueses sobre o Novo Mundo. Por que tal evento diferenciador sucedeu é objeto de especulação, por exemplo, talvez fosse o fato de que a longa prática lusitana de navegação no Mar Oceano, e o constante contato com terras e gentes estranhas produzisse o efeito de amortecimento e arrefecimento de sua sensibilidade para novas experiências exóticas; talvez, por outra forma, fosse o ainda fascínio que o Oriente ainda lhes impregnava, de forma a não deixar mais margem para novas surpresas que suas viagens pudessem lhes reservar. De qualquer forma, os registros apontam que as terras americanas não produzirão nos portugueses uma excitação maior quanto a extraordinários feitos prodigiosos, nem mesmo estimulará as esperanças deles. O sonho de riquezas fabulosas que moviam os espanhóis em outras regiões americanas “é em seu caso constantemente cerceado por uma noção mais nítida, porventura, das limitações humanas e terrenas”.¹⁴⁹³

Mais ainda, os registros irão apontar que será através de idealizações estranhas, e não idealizações a partir dos ensinamentos da experiência, que guiarão as possibilidades sempre presentes de algum prodigioso feito, esperança que sempre persegue esses lusitanos, assim como todos os aventureiros da época. Para a mentalidade reinante, o espetáculo natural que

¹⁴⁹¹ HOLANDA, Visão..., p. XVIII.

¹⁴⁹² HOLANDA, Visão..., p. XVIII a XXIII.

¹⁴⁹³ HOLANDA, Visão..., p. 1.

lhes apresentava era real, vivo, inegável, fidedigno, mas tão concreto quanto tudo isso eram as fantasias que os outros – no caso, os espanhóis – nutriam, porém as deles mesmos não eram reconhecidas. É certo que os portugueses da época se encontravam governados pela tradição e também por uma atitude de credulidade, de tal forma que não havia muito espaço para a postura inventiva – criadora – e a atitude imaginativa – especulativa. O sensível – percebido, visível, sentido imediatamente – era o que era e não havia porque reflexionar sobre o mesmo, portanto, apenas raramente aquilo que se apresentava imediatamente aos sentidos dessa gente era objeto de retificação, complicação, simplificação intelectual.¹⁴⁹⁴

Poderia ser apontado que seriam características modernas a guiarem os escritores e viajantes lusitanos – “adesão ao real e ao imediato, sua capacidade, às vezes, de meticulosa observação, animada, quando muito, por algum interesse pragmático”. Entretanto, se deveria também considerar se tal atitude não estaria de acordo com um tipo de mentalidade já arcaica em seu tempo – obedecendo a padrões culturais já ultrapassados –, considerando o movimento cultural que sucedia mais no interior da Europa – pensamento humanista e Renascimento. Os portugueses da época do descobrimento, assim, eram pessoas atentas aos pormenores e ao episódico, mas avessos às induções audaciosas e às delirantes imaginações, enfim, antes de serem idealistas imaginosos e com senso de unidade dos pensamentos, preferiam ser realistas e entregues a um particularismo singular – as artes dessa época final da Idade Média revelam tal fato –, de acordo com as características que eles imprimiram ao seu conceito de realidade.¹⁴⁹⁵

Não cabe aqui já estabelecer um tribunal de julgamento e juízo de condenação para tal postura mental que marcava um povo, pois é preciso ressaltar que é por causa também dessa mentalidade que os feitos portugueses se realizaram em seu tempo, e tornaram Portugal uma das duas únicas potências imperiais mundiais – a outra era a Espanha – que obteve metade do mundo legitimamente reconhecida como sua posse; nenhuma outra sociedade teve reconhecido legitimamente tanto poder. Para se compreender como nasce, se estabelece e se reproduz um *habitus* mental – cultural, vinculado com a própria Idade Média – como esse, que resultou em feitos que nenhum europeu da época teve condições de realizar igualmente, seria preciso um outro trabalho monográfico de fôlego, portanto, aqui apenas se restringirá a apontar objetivamente essas características que estiveram presentes e conduzindo a conquista e colonização da América portuguesa, mas também espanhola.

¹⁴⁹⁴ HOLANDA, Visão..., p. 1.

¹⁴⁹⁵ HOLANDA, Visão..., p. 1.

É preciso observar que a aproximação humana com a realidade das coisas – às verdades – não se dá forma retilínea ou linear, mas, diferentemente, verifica-se que a noção de realidade – e correspondente verdade – que as diferentes culturas humanas acumulou, deu-se de forma tortuosa, “ou mesmo por escamoteações ainda que transitórias, do real e do concreto”.¹⁴⁹⁶ Portanto, quando se analisa o passado, e se efetuam julgamentos aprovando ou condenando os feitos antigos, é preciso considerar – em princípio – que o passado não tem nada a ver – ou em grande medida não tem nada a dever – com um conjunto de valores culturais que o julgador possui, mas, além disso, também considerar que mesmo onde se originaram esses valores hegemônicos – que o julgador carrega em si – e que, através deles, se deseja acertar contas com o passado, mesmo essa cultura é carregada de contradições que não escapam aos mesmos rigores – e os mesmos critérios de julgamentos – que se quer impor para outras realidades e culturas.

Veja-se, por exemplo, o Renascimento. É notável o vigor com que alcançou, nesse período cultural, os estudos sobre retórica, magia, astrologia e alquimia, que hoje é possível julgar serem antiquados e não científicos, entretanto, isso também fazia parte do magnífico período cultural renascentista europeu. Numa época que inicia o que se convencionou denominar por Idade Moderna, em que a tradição medieval, árabe e cristã se alia ao mundo clássico ressuscitado, iniciando uma renovação cultural onde se fortalecem crenças mitológicas, aqueles estudos irão se fortalecer;¹⁴⁹⁷ diante disso, é ilusão querer purificar a trajetória cultural humana como uma caminhada retilínea e linear – numa progressiva evolução – rumo à luz, pois o real e concreto, em todas as épocas, sempre conviveram com seus antípodas, e isso é o que existe de efetivo e deve ser devidamente considerado quando se quer julgar “avanços” e “retrocessos” nos feitos humanos.

¹⁴⁹⁶ HOLANDA, Visão..., p. 2.

¹⁴⁹⁷ HOLANDA, Visão..., p. 2.

Na polêmica entre humanistas¹⁴⁹⁸ contra a escolástica¹⁴⁹⁹ e o aristotelismo, a

¹⁴⁹⁸ Humanismo é expressão utilizada para designar duas coisas diferentes: a) movimento literário e filosófico que nasceu na Itália na segunda metade do século XIV, difundindo-se para os demais países da Europa e constituindo a origem da cultura moderna; b) qualquer movimento filosófico que tome como fundamento a natureza humana ou os limites e interesses do ser humano. No seu primeiro significado, que é histórico, o humanismo é um aspecto fundamental do Renascimento, mais precisamente, o aspecto em virtude do qual o Renascimento é o reconhecimento do valor do ser humano em sua totalidade e a tentativa de compreendê-lo em seu mundo, que é o da natureza e da história. As bases desse humanismo são as seguintes: a) reconhecimento da totalidade do ser humano como ser formado de alma e corpo – não apenas de alma – e destinado a viver no mundo e a dominá-lo; b) reconhecimento da historicidade do ser humano, dos vínculos dele com o seu passado, que, por um lado, servem para uni-lo a esse passado e, por outro, para distingui-lo dele; c) reconhecimento do valor humano das letras clássicas, da educação das boas artes, voltadas para a formação de uma consciência realmente humana, aberta, histórica, crítica; d) reconhecimento da naturalidade do ser humano, do fato dele ser um ser natural, par ao qual o conhecimento da natureza não é uma distração imperdoável – conhecer não é pecado – ou um pecado, mas um elemento indispensável de vida e de sucesso. Já no seu segundo significado, a expressão humanismo nem sempre tem estreitas conexões com o primeiro significado. Aqui, a expressão quer significar algo mais abrangente, designando toda filosofia que tome o ser humano como medida de todas as coisas – segundo a famosa afirmação de Protágoras, mas cada filósofo especificando em que sentido, alcance e extensão o está manipulando – sobre isso vide Schiller, Heidegger e Sartre. Mais recentemente e ampliando a generalidade do sentido da expressão, tem-se o entendimento de que o humanismo designa qualquer tendência filosófica que leve em consideração as possibilidades e as limitações do ser humano. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 518-9.

¹⁴⁹⁹ Escolástica é expressão que designa o ensino filosófico que foi dado na Europa, entre o século X e o século XVI, e que consistia na tentativa de religação os dogmas cristãos e a Revelação, com a filosofia tradicional, num formalismo completo, no plano do discurso. Este ensino era fundado nos conceitos gramaticais, lógicos, silogísticos e ontológicos, provindos do aristotelismo. Essa filosofia teve em Santo Anselmo, Pedro Abelardo e Pedro Lombardo como seus precursores, atingindo o seu apogeu com Alberto, o Grande e Santo Tomás de Aquino. Tratou-se, assim, da doutrina corrente nas “escolas” – universidades – medievais, e que floresceu nos séculos XII e XIII, sendo que, como método de pesquisa filosófica e teológica, objetivava uma melhor compreensão dos preceitos cristãos pelo processo da definição e da argumentação sistemática. Os escritos de Aristóteles – traduzido do grego para o latim por Boécio – e de Santo Agostinho tiveram papel de destaque no desenvolvimento do pensamento escolástico. É de se observar que os seus representantes nem sempre concordavam entre si em determinados pontos da teologia como, por exemplo, São Tomás de Aquino e Duns Scotus, que argumentavam sob diferentes pontos de vista. No final da Idade Média a escolástica sofria também o seu declínio, sendo que já no século XIV os escritos de Guilherme de Occam contestavam posições escolásticas estabelecidas, ao enfatizar a oposição ente a fé e a razão. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 9. Em sentido próprio a expressão escolástica quer designar a filosofia cristã da Idade Média. Nos primeiros séculos da Idade Média, era chamado de *scholasticus* o professor de artes liberais e, depois, o docente de filosofia ou teologia que lecionava primeiramente na escola do convento ou da catedral, depois na Universidade; portanto, literalmente, escolástica significa filosofia da escola. Como as formas de ensino medieval eram duas – *lectio*, que consistia no comentário de um texto, e *disputatio*, que consistia no exame de um problema através da discussão dos argumentos favoráveis e contrários –, na escolástica a atividade literária assumiu predominantemente a forma de *Comentários* ou de coletâneas de questões. O problema fundamental da escolástica é levar o ser humano a compreender a verdade revelada. A escolástica, assim, consiste no estímulo do exercício da atividade racional – ou, na prática, o uso de alguma filosofia determinada, neoplatônica ou aristotélica – com vista ao acesso à verdade religiosa, à sua demonstração ou ao seu esclarecimento nos limites em que isso é possível, apresentando um arsenal defensivo contra a incredulidade e as heresias. A escolástica, portanto, não é uma filosofia autônoma, como, por exemplo, a filosofia grega; seu dado ou sua limitação é o ensinamento religioso, o dogma. Para exercer essa tarefa, não confia apenas na força da razão, mas chama em seu socorro a tradição religiosa ou filosófica, recorrendo às chamadas *auctoritates*. *Autorictas* é a decisão de um concílio, uma máxima bíblica, a *sententia* de um padre da Igreja ou mesmo de um grande filósofo pagão, árabe ou judaico. Esse recurso à autoridade é a manifestação típica do caráter comum e supra-individual da investigação escolástica, em que cada pensador quer sentir-se apoiado pela responsabilidade coletiva da tradição eclesial. A escolástica medieval costuma ser dividida e distinguida por três grandes períodos: a) alta escolástica, que vai do século IX ao fim do século XII, caracterizada pela confiança na harmonia intrínseca e substancial entre fé e razão e na coincidência de seus resultados; b) florescimento da escolástica, que vai do final do século XII – início do século XIII – aos primeiros anos do século XIV, época dos

superioridade da retórica – contra a dialética e a lógica – está em sua capacidade de aderir ao concreto e ao singular, bem como sua eficácia como instrumento de persuasão; quem sentirá os influxos da retórica no modo de pensamento, será a estética do século XVI, que se esquivava de expressões diretas, mas, paradoxalmente, dirige-se para a forma incisiva e sem meandros; também a influência da retórica se fará sentir em doutrinas religiosas, contra o aristotelismo e a escolástica medieval dos físicos e dos lógicos, mas não tanto contra ao aristotelismo de teólogos como São Tomás de Aquino. Diante desse quadro cultural, será nos países ibéricos que, apesar de sofrerem os influxos culturais dos novos tempos, provindos das demais regiões da Europa, a tradição medieval irá ser mais forte, e irá opor um obstáculo a algumas manifestações extremadas do humanismo; assim, na Ibéria como um todo, a tradição aristotélica é mantida e mesmo – logo depois – retomada, sendo que a escolástica será recuperada e quase que canonizada até fora das universidades. A Península Ibérica será o bastião de onde se resguardará o legado cultural medieval, mas, mais ainda, dará seguimento a ela, e de onde obras serão produzidas para contrapor aos ataques vindos da Europa humanista e renascentista. Portanto, em Portugal e Espanha, não vingará o trabalho cultural dos humanistas, e a retórica não será exaltada e cultivada, mas, diferentemente, vigorará a escolástica e o aristotelismo medieval, a lógica e a dialética, e também onde vigorará fortemente – permanecerá isso como sinal duradouro – a “aversão declarada a todo pensamento de cunho abstrato e puramente especulativo”.¹⁵⁰⁰

O fato é que essas diferentes posturas culturais irão marcar diferentes condutas e comportamentos – *habitus* –, diferentes visões de mundo e universo, bem como o papel do ser humano nele, de tal forma que enquanto para alguns povos a realidade agora é incerta e muito ativa, abundante de imprevistos de toda ordem, e cabe ao ser humano ser providente diante dela, para outros povos o que existe é um realismo que os fazem aceitar o mundo tal como se lhes é oferecido aos sentidos, e que têm a certeza de uma vida – mesmo que póstuma – perene, feliz e afortunada, se recusando a atuar sobre esse mundo como os outros.¹⁵⁰¹

Para esse que vivem num tranqüilo realismo, verifica-se que alguns procuram encontrar em vida presente o que os demais aguardam receber postumamente e, sucedendo alcançar sucesso e obter o que almejam, o mundo só pode ser um cenário abundante de maravilhas; para os demais, cuidando de sua vida terrena, esse viver cotidiano não os deixam

grandes sistemas, em que a harmonia entre fé e razão é considerada parcial, apesar de não se considerar possível a oposição entre ambas; c) dissolução da escolástica, que vai dos primeiros decênios do século XIV até o Renascimento, período em que o tema básico é a oposição entre fé e razão. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 344-5.

¹⁵⁰⁰ HOLANDA, Visão..., p. 2-3.

¹⁵⁰¹ HOLANDA, Visão..., p. 4.

oprimidos, sendo o moderador de sua fantasia – que só não é completamente uma fantasia, porque produz efeitos concretos em ações e comportamentos humanos – uma perene e sempre presença esperança contente e sossegada. O resultado disso talvez possa ser medido nos escritos dos antigos cronistas-marinheiros portugueses, onde o que comumente se verifica neles é o predomínio de um realismo desencantado; todos são conduzidos em suas opções reflexivas e descritivas por “uma curiosidade relativamente temperada, sujeita, em geral, à inspiração prosaicamente utilitária”. Um objeto ou acontecimento extravagante – que desafie os costumes ou a ordem da natureza – que possa despertar ou sugerir um mistério é descartado por penetrar no mundo das especulações e sonhos desvairados, portanto, tais fatos e objetos eram desconsiderados para aterem-se ao útil e concreto, vale dizer, à “experiência imediata (...) que tende a reger a noção do mundo desses escritores e marinheiros, (...) [onde] é quase como se as coisas só existissem verdadeiramente a partir dela”.¹⁵⁰²

A realidade que toca os sentidos, a experiência, é mãe – não mestra – das coisas e tira o ser humano dos desenganos, já escrevia nos primeiros anos do século XVI, um cronista português. Assim, uma possível obsessão por irrealidades seria o que menos pareceria mover os marinheiros portugueses, na sua procura por terras desconhecidas, mas, mesmo assim, não deixavam de perseguir quimeras, uma vez que o senso do impossível não havia se estabelecido completamente em seus espíritos na época dos descobrimentos; ademais, para um aventureiro, o que seria absolutamente impossível diante do desconhecido? O fato é que guiados por suas experiências ou realidades das coisas, eles podiam admitir o maravilhoso de tudo que escapasse da esfera de seu conhecimento, mas não se moviam guiados por maravilhas fantasiosas.¹⁵⁰³

Os espanhóis – a partir de Colombo – viam coisas magníficas e portentosas nas terras americanas e seus escritos reproduziam essa maravilhosa impressão que ultrapassava os seus sentidos sobre os limites do possível; os portugueses, ao contrário, apesar das múltiplas atividades de seus navegadores nessa época, contribuirão muito pouco para a literatura da geografia fantástica do Renascimento e a formação dos denominados mitos da conquista. A América lusitana efetivamente não estará impregnada de uma atmosfera mágica que envolverá com intensidade os espanhóis na América; somente por metáforas é que se pode alcançar a sugestão da imagem do Paraíso Terreal em terras luso-americanas, observando-se que quando aqui aportaram, os portugueses já haviam esquadrinhado a costa africana e conhecido a foz do Senegal, “um imenso país verdejante, florido e fértil, como a lembrar-lhes

¹⁵⁰² HOLANDA, Visão..., p. 4-5.

¹⁵⁰³ HOLANDA, Visão..., p. 5.

um sítio encantado”¹⁵⁰⁴ de paisagens exuberantes, de tal forma que a África fora anteriormente uma possibilidade do Éden desconhecido, conforme alguns escritos especulativos portugueses. Mas o fato é que tais concepções em torno da África, não permitem mensurar o papel que poderiam ter tido na expansão lusitana nesse período – ou seja, especialmente em Portugal –; verifica-se em escritos portugueses dos primeiros anos do século XVI que chega a Portugal alusões “a um país abençoado, onde os homens aparentemente não adoecem, ou, se já enfermos, logo ficam são em lá chegando”,¹⁵⁰⁵ enfim, abafados ecos de alguma crença edênica.¹⁵⁰⁶

A aventura marítima portuguesa em torno da costa África e, depois, nos distantes mares e terras orientais, foi também uma ação que resultou em superação dos demônios e fantasmas que habitavam o imaginário dos europeus, frente ao desconhecido inexplorado que por milênios eram esses mundos remotos. Esse é o momento em que o ser humano constata o quanto de invencionice e delírio era sua concepção de mundo, enfim, quando o bom senso transforma em vaga ou fugaz lembrança uma ignorância. Esses homens portugueses, alheios às especulações, dotados de um tosco realismo, inauguraram novos caminhos para o conhecimento científico, pois seus feitos desmistificaram concepções que impediam o progresso humano – como as idéias geográficas acerca da África, a vida em zonas tórridas, as idéias sobre as dimensões da Terra, o espaço que compunha a orbe, as proporções entre massas líquidas e sólidas no planeta, as fantasias sobre monstros e ilhas fantásticas.¹⁵⁰⁷

Contraopondo-se, a seu modo, a esses homens portugueses, os navegantes espanhóis moviam-se por um senso de maravilha e mistério que eles queriam encontrar e revelar; tudo indica que, em seus primeiros contatos com terras e mundos distantes, esses marinheiros significarão os novos achados conforme a recorrência de um conjunto de referências mitológico e fantástico – evidentemente essas expressões são referenciadas ao tempo atual, pois admite-se aqui que na época dos descobrimentos essa referência eram tão reais e concretas como atualmente são concretas e verdadeiras (inescapáveis mesmo) os pensamentos econômicos hegemônicos que governam o mundo subdesenvolvido, tais como neoliberalismo e Consenso de Washington.¹⁵⁰⁸ O Paraíso Terreal, na época de Colombo, não era uma

¹⁵⁰⁴ HOLANDA, Visão..., p. 7.

¹⁵⁰⁵ HOLANDA, Visão..., p. 10.

¹⁵⁰⁶ HOLANDA, Visão..., p. 5-11.

¹⁵⁰⁷ HOLANDA, Visão..., p. 11-2.

¹⁵⁰⁸ O liberalismo aqui neste trabalho deve ser entendido dentro de duas formas principais, quais sejam, em sua vertente econômica e sua vertente política. Do ponto de vista econômico o liberalismo é doutrina econômica que privilegia o indivíduo – como agente econômico – e a sua liberdade para comerciar, contratar, abrir empresas, produzir etc., de tal forma que neste livre jogo de ações individuais, o resultado inexorável, se acredita piamente, se conduza ao interesse geral, vale dizer, beneficie toda a sociedade. Do ponto de vista político, o liberalismo é

doutrina política que visa limitar os poderes do Estado em relação às liberdades individuais – dos cidadãos e do exercício da cidadania –, bem como aumentar a independência do Poder Legislativo e do Poder Judiciário em relação ao Poder Executivo. Na economia, a escola liberal foi representada pelos economistas clássicos dos séculos XVIII e XIX: na Inglaterra, Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo, John Stuart Mill; na França, Jean-Baptiste Say, Frédéric Bastiat; no Brasil, um pioneiro das teses liberais foi José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. Para os liberais, uma ordem econômica tende a se estabelecer espontaneamente na economia, e o Estado e os grupos privados não devem impedir o livre jogo da concorrência entre os indivíduos; o equilíbrio entre a produção e o consumo é estabelecido pela concorrência, através dos preços, e o ajuste entre oferta e a procura de trabalho e de capital é feito pelo mecanismo dos rendimentos. Já a doutrina política liberal desenvolveu-se essencialmente no século XVIII em oposição ao absolutismo monárquico. Seus principais pontos são: a) o Estado devia obedecer ao princípio da separação de poderes; b) o regime seria representativo e parlamentar; c) o Estado se submeteria ao Direito; d) o Direito também garantiria ao indivíduo, direitos e liberdades inalienáveis, especialmente o direito de propriedade. Assim, o liberalismo traduz uma corrente de idéias ou conjunto de convicções políticas que têm como foco principal a defesa e preservação das liberdades individuais na sociedade. As idéias liberais começaram a tomar corpo nos séculos XVI e XVII, época de lutas pela tolerância religiosa nos Estados nacionais, que então se formavam. Segundo o liberalismo, a religião é um assunto privado e não é função do Estado impor uma crença qualquer aos cidadãos. Essa corrente de idéias transformou-se em doutrina política, caracterizada pela limitação dos poderes do Estado. As suas fronteiras, para os primeiros teóricos liberais, como John Locke, são definidas pelo respeito ao direito natural dos indivíduos. Por volta de 1800, o liberalismo passou a estar associado às idéias de livre mercado e *laissez-faire*, principalmente à diminuição do papel do Estado na esfera social economia. O postulado fundamental dessa fase do liberalismo é a coincidência entre interesse privado e interesse público, uma vez que jusnaturalistas e moralistas como Jeremy Bentham, acreditavam que bastava ao indivíduo buscar inteligentemente sua própria felicidade para estar buscando, simultaneamente a felicidade dos demais; a própria doutrina econômica de Adam Smith baseia-se no pressuposto análogo da coincidência entre o interesse econômico do indivíduo e o interesse econômico da sociedade. Essa tendência se reverteu no fim do século XIX, com a crise do liberalismo clássico e o surgimento do “novo liberalismo” – que hoje se conhece como neoliberalismo –, comprometido com a reforma – ainda que limitada – da sociedade e com legislações voltadas para aspectos sociais. Ambas as perspectivas estão presentes nos debates contemporâneos. Alguns como Friedrich Hayek, reportam-se à idéias da economia clássicas do século XVIII; outros sustentam os princípios da economia mista e do Estado de bem-estar social. Apesar dessas discordâncias, os liberais têm em comum a valorização das liberdades individuais em detrimento do aumento do poder do Estado. Os liberais são ativos defensores do governo constitucional, dos direitos civis e da proteção à privacidade. O neoliberalismo, portanto, é a doutrina que defende o liberalismo contemporâneo, defendendo o restabelecimento e manutenção do livre jogo das forças econômicas e a iniciativa dos indivíduos, mas aceitando a intervenção limitada e controlada do Estado na sociedade e no mercado. Por fim, nesse contexto todo, emerge o denominado Consenso de Washington, que é um conjunto de medidas – receituário – econômicas que supostamente iriam tirar do atraso econômico os países não desenvolvidos, em especial da América Latina; esse receituário foi elaborado como um consenso geral entre intelectuais e órgãos financeiros e econômicos mundiais, sediados em Washington, em 1989, e basicamente previa a seguinte fórmula para os países pobres saírem de sua condição de atraso econômico: disciplina fiscal; reforma tributária; taxas de juros positivas determinadas pelo mercado; taxas de câmbio competitivas; políticas comerciais liberais; maior abertura para o investimento estrangeiro; privatização de empresas públicas; desregulamentação; proteção para a propriedade privada. Traduzindo em termos mais concretos e práticos, os países deveriam promover estabilização e reformas, sendo que para estabilizar seria necessária uma política fiscal austera, com cortes de salários dos funcionários públicos, demissões, flexibilização do mercado de funcionários públicos, corte das contribuições sociais, reforma da previdência social. Também seria preciso desonerar fiscalmente o capital, para que ele pudesse aumentar a sua competitividade no mercado internacional, desregulado e aberto; nesse contexto, o único caminho para as pequenas empresas situadas nos países da periferia entrarem no jogo seria por aumento de competitividade, o que implicaria em desoneração fiscal, flexibilização dos mercados de trabalho, diminuição da carga social com os trabalhadores, diminuição dos salários. Além disso, seria necessário aos países periféricos desmontar radicalmente o modelo econômico anterior, que era o modelo de industrialização por substituição de importações. As propostas seriam reformas estruturais, ou reformas institucionais, de desregulação dos mercados – sobretudo o financeiro e o do trabalho –, privatização, abertura comercial e garantia do direito de propriedade, sobretudo nos serviços, propriedade intelectual etc. Tal receituário naufragou depois de uma década de aplicação, constatando-se que os pobres ficaram mais pobres e os ricos ficaram mais ricos, e os países aprofundaram suas desigualdades estruturais, a ponto do Consenso de Washington ter sido reformulado para uma versão com um apelo maior voltado para o social e melhoria da distribuição de renda nos países latino-americanos, entre outros. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v.

hipótese, metáfora ou fantasia, mas uma idéia fixa – e verdadeira – que, junto com outras afins, povoavam e guiavam o imaginário dos descobridores e conquistadores espanhóis. Não à toa que Colombo, com rara erudição, irá descrever – já em sua terceira viagem à América – que aqui era o Éden, sendo que se preocupará em narrar ricamente a natureza e relacioná-la com aquilo que ele queria provar de antemão, especialmente que aqui era a Índia, que ele havia chegado no Oriente, comprovando sua teoria acerca da possibilidade de alcançar o Oriente pela via de navegação inversa da praticada até aquele momento.¹⁵⁰⁹

Durante Idade Média, firmou-se a concepção erudita e acreditou-se que o Éden era uma realidade física, portanto, existia perdido em algum ponto remoto e desconhecido ainda inexplorado pelo homem europeu. Cristóvão Colombo e outros, após aportarem na América, serão levados a creditar que aqui seria o Paraíso bíblico, onde Adão e Eva um dia viveram e, posteriormente, foram expulsos. As descrições sobre as terras americanas são carregadas de primores e deleites, e suas gentes nativas, aqui habitantes, eram suaves e sem malícias; observa-se, também, que a imaginação espanhola anotava que entidades misteriosas e nocivas – “cinocéfalos, *monoculi*, homens caudatos, sereias, amazonas” – aqui habitavam, junto com os indígenas, e tal imagem correspondia ao que fora cultivado por eruditos durante a Idade Média, ou seja, o maravilhoso Éden seria morada também de criaturas monstruosas e extraordinárias.¹⁵¹⁰

Mas não se devem tais descrições e imagens – do extraordinário aliado ao Éden – apenas fruto da escolástica, pois na época também vigorava outras lendas e mitos – por exemplo, dentro da cultura celta – relacionando o Éden ao extraordinário; do Éden proviria a água cujo cheiro e sabor mudaria de hora em hora lembrando todas as especiarias conhecidas pelo ser humano, que seria fonte da juventude, além de curar todos os males e enfermidades do corpo humano, de tal forma que mais de um espanhol se aventuraria no mundo para alcançar tais águas e, como não poderia deixar de ser, a América foi um desses sítios onde se acreditava estar presente as famosas águas regeneradoras.¹⁵¹¹

Também a lenda das amazonas, que percorreu todo o mundo conhecido, aqui também teve repercussão pelos espanhóis,¹⁵¹² mas era a riqueza abundante aqui presente que também

15 e 17; ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 604-5. Sobre o Consenso de Washington, vide as seguintes sites – sítios da internet - ou páginas eletrônicas visitadas em janeiro de 2005: http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/textos/consenso_w.htm; <http://www.bnjm.cu/librinsula/2004/febrero/08/documentos/documento26.htm>; <http://www.brasilnews.com.br/News3.php3?CodReg=5719&edit=Economia&Codnews=999>.

¹⁵⁰⁹ HOLANDA, Visão..., p. 13-4.

¹⁵¹⁰ HOLANDA, Visão..., p. 15-20.

¹⁵¹¹ HOLANDA, Visão..., p. 20-3.

¹⁵¹² HOLANDA, Visão..., p. 23-32.

ligava a América à imagem do Éden. Os indígenas ostentavam materiais como ligas de cobre e ouro, pérolas, e a América será palco da localização de outra lenda, a do Eldorado. É de observar também que, para o espanhol, a sua ganância resumia a riquezas e honrarias, que seriam conquistadas por seus feitos, a sua glória no mundo terreal – inclusive no mundo de Deus. O Eldorado seria uma lagoa, um sítio tão carregado de ouro, que quem lá se banhasse, sairia coberto de pó de ouro. Mas tais mitos concretamente produziram efeitos no mundo da conquista espanhola, a ponto de mais de um deles se interlaçarem, revelando que ao encontrar concretamente um deles, o outro estaria automaticamente presente; assim, a sua procura – por exemplo, o Eldorado – foi real, a ponto dos insucessos serem considerados desenganos, que exigiriam novos deslocamentos a fim de alcançá-lo, e assim se faz também uma conquista de terras adentro e desconhecidas.¹⁵¹³

No mundo português, é preciso assinalar que não há registro nas crônicas da época, de um sítio dourado contendo esse elemento fantástico que é anotado nos escritos espanhóis do mesmo período. Os portugueses se notabilizaram, no seu ato de conquista e colonização, pela maneira fácil com que se uniram às indígenas e criaram descendentes mestiços em terras americanas, mas também pelo fato de assiduamente terem mantido contato com os gentios localizados apenas na costa da América lusitana. Se tanto portugueses quanto espanhóis ouviam os relatos indígenas acerca das novas terras, para daí extrair conclusões – de seu interesse – que os levariam, por exemplo, aos mistérios e às riquezas almeçadas, é verdade que os portugueses não se interessavam muito pelos relatos que se relacionavam a um certo aspecto de santidade, que envolviam o mundo indígena; assim, por exemplo, para os portugueses não era tão interessante saberem que haveria uma terra misteriosa onde nunca se morre, ou mesmo outras miragens paradisíacas que os indígenas relatavam, mas diferente era seu interesse nos relatos que indicariam haver minas preciosas de conhecimento dos gentios locais.¹⁵¹⁴

O certo é que os portugueses, tanto quanto os espanhóis, desde o início da conquista e colonização local, foram atrás das riquezas, cujos relatos lhes chegavam de diferente modos, como os dos indígenas, os relatos de aventureiros que ouviram de indígenas, falando de serras, montanhas, rios dourados, pedras verdes, abundância de metais amarelos que os gentios davam a seus animais para comer ou utilizavam como iscas para pescar o peixe, gemas brilhantes e da mais variadas cores, cristais finíssimos. Houve mesmo um aventureiro que, já no final do século XVI, quando as minas de prata do Potosi – no Peru – eram já

¹⁵¹³ HOLANDA, Visão..., p. 32-4.

¹⁵¹⁴ HOLANDA, Visão..., p. 35-6.

conhecidas por todos pela sua abundância e riqueza, afirmasse que seus achados de pedras preciosas estavam a indicar que esse sítio estaria perto das minas de Potosi, criando-se a lenda de uma montanha de prata dentro do continente, contagiando as imaginações, e inserindo mágica numa paisagem inocente. Para o português, muito menos do que uma fantasia venturosa, o que o movia para tais aventuras era uma crédula e precavida curiosidade, afinal, as terras eram de recente conquista e tudo era surpresa, assim, justificava-se a procura do ouro, prata e esmeralda; cronista da época irá relatar as notícias – dada pelos gentios – de muito ouro no sertão, mas também anotar a pouca fé e verdade das gentes que o relataram.¹⁵¹⁵

Em meados do século XVI, as notícias trazidas pelos índios acerca de uma serra resplandecente, resultaram na decisão administrativa local de explorar um rio adentro, para se determinar até onde ele iria dar; o fato é que não se teve mais notícias desse excursão, e a suspeita é que, pelo sertão adentro, principalmente através da água do rio São Francisco, se atingiria o Peru, e os espanhóis suspeitavam que as Entradas portuguesas, em busca de metal e pedras preciosas, poderiam atingir os tesouros do Peru, de tal modo que tal suspeita acabou movimentando a diplomacia metropolitana a fim de resguardar o interesse espanhol, além de dar origem a outros relatos – duvidosos – que tiveram concreta repercussão sobre o mesmo tema, a proximidade do Peru dos interesses portugueses.¹⁵¹⁶

Mas as excursões portuguesas em busca da serra resplandecente continuaram, entretanto, diante dos escassos sucessos, essas excursões também começaram a servir para a captura de gentios, a fim de trabalharem nas lavouras das mais diversas regiões da colônia. O governo colonial centralizava especialmente em Porto Seguro – atual Bahia – a principal porta de entrada para o sertão das minas preciosas, sendo que essa centralização deveria estar ligada ao desejo do governo português de efetuar maior controle e fiscalização dessas excursões, o que seria difícil se partissem de regiões mais distantes da sua sede na colônia. Verifica-se que no último quartel do século XVI, há uma interrupção da busca dessas riquezas, uma vez que o motivo principal era relacionado à destruição crescente dos índios domésticos da costa – especialmente por enfermidades e maus tratos –, deixando desguarnecidos os estabelecimentos portugueses, até mesmo contra os gentios contrários e hostis que os assaltavam. Entretanto, de qualquer modo, os misteriosos tesouros do sertão continuarão a

¹⁵¹⁵ HOLANDA, Visão..., p. 36-41.

¹⁵¹⁶ HOLANDA, Visão..., p. 41-5.

atrair os sertanistas e o que sucederá é que as excursões terão partida em outro ponto geográfico, qual seja, o atual Espírito Santo.¹⁵¹⁷

Essa capitania se desenvolve, sucedendo Porto Seguro como porta de entrada para o sertão, dos aventureiros em busca de pedras preciosas, tendo sido alvo, por essa prosperidade, da cobiça estrangeira, primeiro dos ingleses – assaltos –, depois, por parte das tentativas de estabelecimentos italianos no final do século XVI; no século XVII, esses aventureiros que se formaram no Espírito Santo descerão uma pouco mais e farão parte da leva de homens que formarão as expedições paulistas, transferindo mais para o sul o núcleo principal das pesquisas mineiras; para essas pessoas, encontrar tais tesouros era o remédio para a pobreza que os assolava, portanto, enquanto não achassem os tesouros, sempre faltaria pouco para alcançar as riquezas almejadas. O fato é que havia precedente de aventureiro português que havia levado para a metrópole amostras de ouro que havia encontrado no sertão da América lusitana, além disso, haviam sido colhidas pedras verdes que – se sabiam – corriam até os extremos peruanos, onde se extraíam grandes riquezas pelos espanhóis.¹⁵¹⁸

Por essa época, de qualquer forma, São Paulo já estava preparado para receber a leva de exploradores como novo centro de atividades de pesquisa mineral; mas os moradores de São Paulo estavam alheios a esse interesse mais imediatos, e que condicionavam diretamente a administração portuguesa na colônia. O que os moradores queriam e precisavam era de gentios para trabalhar nas rústicas lavouras do planalto paulistano, e as entradas e bandeiras na região de São Paulo irão buscar alcançar o metal e pedras preciosas, mas riqueza mais segura era trazer a abundância de mão-de-obra já afeita à agricultura, fornecida por índios domesticados pelos jesuítas e outras tribos menos erradias e andantes. Em realidade, nas expedições pelo sertão paulista, serão os índios que efetivamente serão o maior atrativo de riquezas para aqueles aventureiros. Um fato relevante é que essa mobilização de gentes no planalto paulista, voltada para alcançar, para a Coroa, uma grande riqueza mineral, estimulou neles o costume de uma vida livre e sem sujeição devido à natureza de seu empreendimento. Os registros apontam as resistências dos locais às providências da Coroa que tendiam a cercear a sua liberdade, por exemplo, a obrigação de cultivo de certo cereal e fruta, o que provocou no povo a manifestação de que eles queriam plantar somente que lhes aprovesse, chegando a ponto de recusar pedido de sementes provenientes da metrópole, para que ninguém ficasse, posteriormente, com a obrigação de plantá-las.¹⁵¹⁹

¹⁵¹⁷ HOLANDA, Visão..., p. 45-50.

¹⁵¹⁸ HOLANDA, Visão..., p. 50-4.

¹⁵¹⁹ HOLANDA, Visão..., p. 54-6.

Ao que tudo indica, a situação era de recusa a uma possível acentuação da presença administrativa metropolitana em suas vidas, vale dizer, parece que eles não queriam um Portugal em terras coloniais; nesse sentido, nota-se que essas gentes temiam a descoberta das riquezas tanto procuradas pela Coroa, ou seja, a descoberta e conquista das minas implicaria na vinda de funcionários, obrigações tributárias, instituições que ainda não haviam se estabelecido na colônia para administrar os novos tempos – e eles teriam de sustentar essa estrutura –, enfim, perderiam a liberdade que até então gozavam e queriam preservar, mas também sabiam que se tais minas não fossem descobertas, então a agricultura e indústria locais é que seriam alvos da cobiça portuguesa no Novo Mundo. O fato concreto é que as esperanças de encontrar grandes riquezas mineiras cederam à realidade, ou seja, de que caçar os gentios era muito mais lucrativo do que os fracassos sucessivos que os aventureiros de pedras e metais preciosos se atiravam. Tais empresas se converteram na prática da caça de seres humanos para trabalho escravo, e as lendas de que haveria jazidas no interior da colônia portuguesa da América caíram no esquecimento, sendo reavivadas mais tarde na metrópole no intuito de re-estimular a busca de tais metais e pedras.¹⁵²⁰

À medida que o centro das pesquisas mineiras na América portuguesa foi descendo mais para o sul, igualmente foi se deslocando, junto, o arsenal de imagens e lendas em torno das riquezas e localização geográficas delas ou de sítios a elas relacionadas. A serra resplandecente que fora descrita como localizada na região de Porto Seguro – Bahia –, agora supostamente era localizada em Espírito Santo; também a história de uma grande lagoa na região centro-sul será agora firmemente dada como localizada em São Paulo. A lenda dizia que o rio Amazonas e vários outros rios que desaguavam no Atlântico provinham de uma esplêndida e descomunal lagoa localizada no íntimo do continente, uma lagoa mágica, que pelo visto se deslocava conforme a fantasia do cronista, cartógrafo, viajante ou conquistador. Tal lagoa seria formada pelo acúmulo das riquezas que vinham das cordilheiras, Peru inclusive.¹⁵²¹

Na América portuguesa e espanhola, a geografia fantástica teve como fundamento, em grande parte, a associação entre os mitos cultivados na Europa durante a Idade Média, com aquilo que os conquistadores desejaram ouvir ou quiseram ouvir das narrativas feitas a eles pelos indígenas locais. Assim, pode-se afirmar que através de motivações pré-concebidas – arquétipos – é que foram feitas as traduções dos discursos dos naturais da terra, e interpretação – nem sempre correspondentes àquilo que fosse familiar aos nativos – das

¹⁵²⁰ HOLANDA, Visão..., p. 56-9.

¹⁵²¹ HOLANDA, Visão..., p. 59-66.

verdades que moveram esses europeus em busca dos seus interesses locais. Por todos os rincões onde os navegadores europeus – portugueses, espanhóis, italianos – dos séculos passados estiveram, em maior ou menor grau os seus olhos, ouvidos e sentidos, sempre interpretaram o que viam e as falas dos indígenas locais – por exemplo, aqueles do extremo oriente – como manifestações do Paraíso Terreal. Na América, as notícias sobre seres ofuscantes – podendo ser neve, quartzo ou mica –, com toda probabilidade somente poderia ser interpretada de acordo com as suas esperanças ou cobiça, e, nesse contexto, o ouro ocupava uma posição de primazia entre as pedras procuradas. A prata somente alcançará relevo quando os espanhóis passam a explorar as jazidas do México e Peru, a partir de meados do século XVI, com lucros impressionantes. Será no primeiro quartel do século XVIII que começam a surgir notícias seguras de diamantes na América portuguesa, entretanto, os cronistas já davam como possível a sua existência a partir da segunda metade do XVI, fundados muito mais num dogma da grandeza e opulência local.¹⁵²²

Verifica-se que no início do século XVIII haverá registros sobre tesouros de diamantes, havendo mesmo provas físicas das mesmas; entretanto, para o português, o que o fascinava mesmo eram as esmeraldas, já desde o início da colonização até a segunda metade do século XVII. É fato que havia uma abundância delas na América portuguesa; é fato também que tais pedras exerciam uma atração particular entre naturais da terra, que eram também informantes e guias dos aventureiros; é fato que tais pedras iludiam os descobridores e também os examinadores do reino sobre sua autenticidade; mas a verdade é que o fascínio que tais pedras – esmeraldas – despertavam nos portugueses repousava numa tradição imemorial, que percorre toda literatura da Idade Média e alcança viva a época dos descobrimentos: nas alegorias e visões paradisíacas, é costume atribuir-lhes – esmeraldas – virtudes sobrenaturais, e esse mito está presente dentro do conjunto dos mitos da conquista da América, alimentando a ambição profana desses homens.¹⁵²³

As esmeraldas, assim, estavam associadas ao mistério, ao sobrenatural, às maravilhas, e vinculadas diretamente à sua presença com outros metais preciosos, que faziam a abundância das minas espanholas no Peru e México, surgindo até o mito da terra das esmeraldas, mesmo que ninguém jamais tivesse visto tais terras. A mitológica serra das esmeraldas se localizaria no vasto sertão inexplorado entre a ocupação portuguesa no lado do Atlântico e a ocupação espanhola no lado do Pacífico, sendo que as primeiras excursões de cunho oficial ao interior da América lusitana tinham tal idéia presente; a idéia era alcançar da

¹⁵²² HOLANDA, Visão..., p. 67-9.

¹⁵²³ HOLANDA, Visão..., p. 69-70.

forma mais fácil possível as terras próximas ao Peru, onde abundariam prata e esmeralda. Na busca desse caminho, durante algum tempo imaginou-se que a passagem obrigatória para chegar a tais terras seria aquela localizada mais a sul da colônia, onde se alcançaria a misteriosa serra de prata, em que os tesouros seriam tantos que deu origem ao mais persistente mito da conquista, o da “cidade dos Césares”, fama essa que, na Europa, ultrapassou as fronteiras ibéricas já nos primeiros decênios do século XVI, atizando a cobiça inglesa, alemã e francesa. Mas a ação dos portugueses, em busca de atingir o Peru ou as terras próximas do Peru, não passou despercebida pelos espanhóis, e em meados do século XVI, quando as minas de Potosi já estavam produzindo, registro apontam sobre o perigo que representava as pretensões lusitanas em seu avanço ao interior do continente.¹⁵²⁴

Um aspecto importante que deve ser considerado é que os feitos de conquista espanhóis, especialmente a conquista do Peru e as riquezas que daí advieram para a metrópole hispânica, devem ter provocado um efeito estimulante sobre a atitude da Coroa portuguesa em relação à sua possessão no novo continente. Se for considerado esse fato espanhol em terras americanas, com a situação das finanças lusitana no Reino na época, não será possível deixar de considerar um nexo direto entre a introdução, na América portuguesa, “de um sistema de aproveitamento e povoamento da terra já usado nas ilhas atlânticas, único, no momento, compatível com a má situação das finanças do Reino”.¹⁵²⁵ O que fazer para que as terras portuguesas no novo continente não caíam em mãos estrangeiras? Tão logo se sabe acerca das notícias seguras sobre o Peru – um intervalo de quatro anos, entre a conquista e as notícias seguras do achado –, o Estado português passa a ter uma participação mais ativa nos negócios da América portuguesa.¹⁵²⁶

Em meados do século XVI, Portugal, ao mesmo tempo em que se volta com mais atenção à sua colônia americana, irá abandonar vários postos que havia montado de acordo com a sua política ultramarina e colonial. Esse retraimento recai especialmente sobre pontos fora do Extremo Oriente, mas mesmo assim atingindo alguns entrepostos portugueses na China, deficitários e insolventes. O efeito Peru também provocará nos cartógrafos europeus um processo de inflação de seu território, a tal ponto de chegar a atingir praticamente toda a atual América do Sul, em prejuízo das terras lusitanas no novo continente, levantando a questão de saber qual seria efetivamente a parte de Portugal no continente – especificamente, no butim que se processava nessas terras. O certo mesmo é que a possessão espanhola e a

¹⁵²⁴ HOLANDA, Visão..., p. 70-91.

¹⁵²⁵ HOLANDA, Visão..., p. 91.

¹⁵²⁶ HOLANDA, Visão..., p. 91-2.

portuguesa se uniam em perfeita continuidade, vale dizer, que as terras, apesar de divididas, eram uma só, e as riquezas também, apenas ficando a questão de saber o que era português e o que era espanhol; por isso, os portugueses não hesitaram em procurar a sua parte da riqueza nas mesmas latitudes que as terras peruanas. Os insucessos levaram a alguns cronistas a relatar – início do século XVII – que a verdadeira riqueza da colônia americana era a cana-de-açúcar e o pau-brasil, mas a Coroa acreditava na existência das minas, e não deixava de responsabilizar seu preposto aqui na colônia pelos insucessos das excursões, mandando vir da metrópole novos funcionários com mentalidade mais tradicionalista do que realista, e investindo muito em sua localização e futura extração.¹⁵²⁷

O fato é que em mais de um administrador da colônia o sonho de realizar um novo Potosi em terras portuguesas esteve sempre presente e forte, a tal ponto de haver registros sobre a intenção de fazer um outro Peru na América portuguesa de um ponto de vista meramente formal ou aparente; assim, está presente em atos administrativos coloniais, por exemplo, a intenção de introduzir lhamas andinas em São Paulo. Talvez a imagem serrana de São Paulo induzisse a imaginação de que ali perto estaria o Peru. Evidente que uma questão fundamental seria a distância que separaria o litoral atlântico e os Andes, sendo imprecisas e contraditórias as notícias da época; em 1642, os holandeses instalados no nordeste da colônia portuguesa, já planejavam conquistar Buenos Aires para abrir caminho à prata peruana, tal fato demonstrava a cobiça de outros povos pelas minas peruanas, e que, também, as terras portuguesas eram o sítio necessário como base de operações e abastecimento para essas conquistas de assalto. Antes dos holandeses, mais ao sul, em São Vicente os ingleses – pelo menos os piratas – tentaram o domínio local para estabelecer uma base de ocupação do Peru e do Estreito de Magalhães.¹⁵²⁸

O feitiço peruano que contagiará os portugueses durará longo tempo – assim como o sonho das esmeraldas –, e tal encantamento se verificará inclusive nas colônias americanas mais ao norte, onde na América inglesa os tesouros espanhóis em terras americanas serão também objeto de cobiça entre os povoadores daquela região; a busca da prata, então, se verificará ter sido um fenômeno continental. Na América portuguesa, tão “fundas raízes tinha deitado em todas as almas o hábito de se estimarem os tesouros que a terra dá de si segundo a forma e substância assumidas por eles nas Índias de Castela, que dificilmente se veria nos do Brasil outra coisa mais do que um prolongamento e dependência desses. O que saíam a buscar em nossos sertões tantas expedições custosamente organizadas não era tanto o ouro com a

¹⁵²⁷ HOLANDA, Visão..., p. 92-6.

¹⁵²⁸ HOLANDA, Visão..., p. 96-101.

prata. E nem eram diamantes, senão esmeraldas. Em outras palavras: o que no Brasil se queria encontrar era o Peru, não era o Brasil”.¹⁵²⁹ Os espanhóis haviam recebido as dádivas de Deus; o reino americano português não era a da magia, a das minas e especiarias preciosas, mas ao contrário, reino das terras humilhantes.¹⁵³⁰

Mas não se pode dizer absolutamente que as terras coloniais portuguesas eram sem proveito algum. Ao açúcar, havia também o ouro minguido dos cascalhos paulistas, e pelo fácil acesso dos seus portos era uma terra estimulante a apetites forasteiros. “No entanto, com todas essas fazendas e com o que pode render aos colonos e à Coroa, é ao cabo uma paisagem rasteira, sem generosas perspectivas e rutilâncias, (...) ou por não ter mais para oferecer ou por se julgarem bem pagos, com esse pouco, os seus colonos, sempre adventícios no país, quase sempre aferrados às fraldas do mar, com um pé aqui e outro no Reino, pois todos esperam de se ir algum dia e tudo o que colhem é para lá”. Os portugueses serão colonos que não adentrarão mais do que uma pequena distância terra à dentro da costa colonial, no dizer de um cronista da época, apenas arranhar as costas como caranguejo, sendo tal prática a forma por excelência que eles irão aplicar em várias partes do mundo, em suas diversas possessões, tendo recebido o cognome de “bate praias”. É principalmente o imediato e o cotidiano que recebem toda atenção desses colonizadores; sensíveis à atração da fantasia e do milagre, possuem uma capacidade incomum de não se aterem imaginativamente ao que discrepa do usual; diante de terras e coisas estranhas eles prontamente aceitam tal como são as coisas e aquiescem a elas naturalmente; o incomum faz-se prontamente familiar e tudo entra enquadrado numa rotina diária. “Não estaria aqui o segredo da facilidade extrema com que se adaptam a climas, países e raças diferentes?” As Índias, uma vez alcançadas por Vasco da Gama, paulatinamente deixa de ser um país de lendas – mistérios, fábulas, infinitos tesouros – e a América espanhola é que passa ser agora as verdadeiras Índias do seu imaginário, observando-se que essas terras miríficas, mesmo estando unidas continuamente com suas próprias terras – a América portuguesa –, não comunicam e trazem para seu sítio o influxo dessas maravilhas. O mundo, parece ser sempre em outro lugar, não é aqui.¹⁵³¹

“Todavia é bem menos nítido do que se poderia supor à primeira vista o contraste entre a capacidade de adesão à realidade, que distingue tantos desses homens e um fundo singelamente crédulo. Pode-se dizer, ao contrário, que seu realismo é, de fato, tributário de sua credulidade, que constitui propriamente uma forma de radical docilidade ou passividade

¹⁵²⁹ HOLANDA, Visão..., p. 102-3.

¹⁵³⁰ HOLANDA, Visão..., p. 101-4.

¹⁵³¹ HOLANDA, Visão..., p. 104-5.

ante o real. Não há verdadeiramente nesse realismo uma negação dos infinitos possíveis da Natureza, nem evidentemente do sobrenatural, por mais que o afetem de preferência as formas mais visíveis, palpáveis ou apenas serviçais que oferece o mundo. O sobrenatural preserva, para eles, seus eternos direitos. Não chega, por isso, a ser um verdadeiro e excitante problema, como o fora para o Humanismo do tempo, e nem era um problema falso, como o é hoje para os positivistas”. Afinal, para os portugueses, de que valeriam “as especulações desvairadas, inquietas solitudes e fantasias, bons e maus agouros, afinal, se indiferente a tudo isso, o mundo há de seguir seu curso?”; supondo-se que se pudesse conhecer as coisas futuras através dos astros, de que valeria ou serviria tudo isso? Ora, a ninguém é possível escapar do seu próprio destino, pois o que há de vir, virá, seja qual for a opinião ou o que pense disso a própria pessoa; trata-se, então, de uma postura intelectual fatalista, em tudo contrário à curiosidade universal dos humanistas, enfim, um realismo que significa resignação ao real e ao imediato, princípio das cautelas da razão lusitana, que não devia soar tão mal aos marinheiros, aventureiros, colonos, mercadores, cronistas portugueses e ao seu tédio, aborrecimento e mesmo aversão aos portentos e prodígios. A certeza da lição era “a de que o verdadeiro saber está no saber que nada sabemos”.¹⁵³²

Se os registros apontam que os espanhóis foram os maiores cultores de mitos edênicos, motivadores de ações e comportamentos que moveram os seus conquistadores e colonizadores, e que os portugueses, nesse contexto, revelaram muita pouca disposição para acreditar e se motivarem em suas ações e feitos a partir de fatos maravilhosos, conforme uma literatura da Idade Média concebeu como possível e concreto existir, nem por isso pode-se afirmar que os portugueses não tiveram contributo algum para reproduzir no imaginário quinhentista e seiscentista os mitos que percorriam o imaginário da época, que eram ficções não ficcionais – por assim dizer – porque tudo indica que produziram ações e comportamentos concretos a partir desse imaginário.

Nesse sentido, talvez a única contribuição portuguesa, o único mito luso-americano é aquele referente a São Tomé, mito esse que da América portuguesa se expandiu para a região hispano-americana correspondente ao atual Paraguai, Peru, Chile e Argentina. Trata-se de uma lenda imemorial, já conhecida anteriormente no Extremo Oriente, qual seja, a lenda dos cristãos de São Tomé, santo esse que, na época, por pouco não recebeu na Índia e em todo mundo colonial português a mesma devoção que São Tiago – outro companheiro e discípulo de Jesus, cujo corpo se julga sepultado em Compostela – recebeu no mundo espanhol e

¹⁵³² HOLANDA, Visão..., p. 105-7.

européu em geral. Segundo a lenda, São Tomé foi até a Índia fazer sua pregação, alcançando até a China, e por onde percorreu deixou pegadas – marcas físicas de seus pés – de sua caminhada em várias partes do Oriente e lá acabou falecendo, portanto, se localizando por aquelas paisagens a seu verdadeiro sepulcro. Mas as notícias que originaram o mito de São Tomé dão conta que ele, em suas pregações cristãs, conseguia converter alguns moradores na sua crença, mas era perseguido aonde chegava, de tal forma que vivia sempre ameaçado e fugindo da morte, refugiando-se, algumas vezes, nos montes locais.¹⁵³³

Conta a lenda que, certa vez, um caçador foi até um desses lugares onde São Tomé poderia estar escondido e, vendo um conjunto de muitos de pavões reunidos, localizou um que se destacava pelo seu tamanho e formosura frente aos demais e, não hesitando, mirou seu arco e flecha nele, alvejando-o com a flecha traspassando a ave. Por esse movimento, todos os pavões alçaram vôo, inclusive o que fora mortalmente atingido e ferido, com as forças que ainda lhe restavam, mas eis que ele, em pleno ar, transformou-se num corpo de homem e veio a cair no chão. O caçador foi até a cidade contar o milagre, e todas as pessoas – autoridades e as pessoas mais comuns – vieram até o sítio onde sucedera o ocorrido e lá encontraram morto o bem-aventurado São Tomé. Verificaram após que, do lugar – uma pedra de laje – onde ele fora atingido e ferido mortalmente pela flecha, havia impregnado nela duas pegadas perfeitamente desenhadas, deixadas pelo pavão quando ia alçar vôo. A partir daí todos reconheceram que o homem era realmente um santo e passaram a acreditar nisso.¹⁵³⁴

Levaram o corpo e a pedra para Igreja e lá o enterraram, entretanto, verificaram que, por mais que o corpo fosse coberto, ele no dia seguinte estava descoberto, e, respeitando esse fato, a cidade assim deixou o corpo por um longo tempo. Os gentios prestaram muita honra ao corpo e muita romaria trazia gente de muitas diferentes partes e regiões. A lenda conta também que certos chineses quiseram cortar-lhe o braço, a fim de levá-lo com lembrança e relíquia para sua terra, mas no momento em que iam desferir o golpe que separaria o braço do restante do corpo, São Tomé recolheu o braço para dentro da cova, de forma que nunca mais o feriram. O corpo assim ficou naquela igreja, e lá se originou, muito pobres, seus companheiros e discípulos. Mouros e cristão mantinham iluminado o templo, de tal forma que quando os portugueses lá chegaram a igreja estava bastante danificada e tudo ao redor cheio de mato; ela trazia cruzeiros no altar e na abóbada, e uma grade de madeira divisória contendo

¹⁵³³ HOLANDA, Visão..., p. 108-9.

¹⁵³⁴ HOLANDA, Visão..., p. 109.

muitos pavões. Um mouro cuidava de sua guarda, vivendo, para isso, de esmolas, conservando uma lâmpada acesa todas as noites.¹⁵³⁵

A lenda do apostolado de São Tomé nas Índias orientais chegou às Índias ocidentais rapidamente. Já em 1516 os registros apontam que São Tomé já havia estado a percorrer as costas da América portuguesa; mas a primeira notícia segura de que o discípulo de Jesus estivera no interior das terras americanas data de alguns anos antes, onde os gentios locais se recordavam de São Tomé e inclusive sabiam onde se encontravam as pegadas do santo homem, havendo inclusive cruces terra adentro. Se as hipóteses que Cristóvão Colombo sustentava estavam certas, acerca da configuração das terras do globo terrestre, então era plausível a hipótese da pregação de São Tomé na América. Ao longo do século XVI muitos testemunharão ter visto a pegada do santo, somando-se outras histórias, como a de índios que queriam flechá-lo, mas cujas setas retornavam contra os próprios atiradores, ou mesmo da fonte que começou a jorrar do local onde foi colocada a laje com as pegadas do santo, fato esse que se reproduziu na América portuguesa. Assim, pés humanos impressos nas rochas, presença de cruces, e fontes de água, foram relacionados com a presença do santo, tudo surgido milagrosamente. Da mesma forma que no oriente as pessoas que peregrinavam ao túmulo de São Tomé costumavam trazer da Ásia, pendurado no pescoço, lembranças contendo o barro da sepultura do apóstolo, em terras americanas o costume se converteu em raspar as rochas para carregarem consigo o relicário, o que fez em meados do século XVII tais supostos vestígios desaparecerem e tornarem invisíveis pelo desgaste humano. Assim, desde hereges a padres missionários, a hagiografia de São Tomé se estabeleceu em terras luso-americanas, mas com certeza com grande contributo dos missionários católicos para a difusão da lenda e fixação das tradições cristãs nos gentios da terra. Interessante observar que em diversas regiões do mundo, era muito disseminada nos mitos locais das populações primitivas a presença de pegadas em rochas, inclusive a simples semelhança fonética utilizadas pelas populações primitivas, em diferentes partes do mundo, para identificar tais fenômenos, era motivo para reduzir tudo a um único lugar comum, e à lenda de um mensageiro de verdades sobrenaturais de remotas eras.¹⁵³⁶

Bens do espírito são normalmente cultivados – e inseparáveis – junto com os bens corporais, representações visíveis da sua eficácia. Os sinais de São Tomé, mistérios sobre-humanos, surgem com força terapêutica, vale dizer, causa de curas prodigiosas, não tanto relacionadas às pegadas do santo, mas à água que brotava delas; entretanto, botar os pés junto

¹⁵³⁵ HOLANDA, Visão..., p. 109-10.

¹⁵³⁶ HOLANDA, Visão..., p. 110-15.

das marcas encontradas também significava o alcance de uma melhor saúde. Assim, São Tomé passa a ser taumaturgo, terapeuta, mestre dos conhecimentos úteis e mesmo engenheiro – aquele que milagrosamente abriu determinado caminho em diferentes pontos geográficos, denominado por portugueses e espanhóis como Peabiru ou Piabiyu. Da América portuguesa, São Tomé se deslocou para a América espanhola, primeiro em direção ao Paraguai e depois em direção ao Peru; à medida que sua lenda se desloca, a sua imagem e predicação também irá se enriquecer de novos e fantásticos elementos. Assim, em terras luso-americanas ele andaria descalço, mas em terras hispano-americanas ele inicialmente calçaria sandálias, para em seguida, usar sapatos semelhantes a sandálias; ainda no mesmo sentido, sua indumentária, seu caráter justo, pedras que, além das suas pegadas, continham marcas de seus joelhos, indicando um ponto onde ele havia rezado, bem como o de seu báculo – bastão – ou cruz que trazia consigo – com o problema da determinação da origem de tal símbolo. Enfim, o São Tomé americano em muito se identificava com o seu protótipo asiático.¹⁵³⁷

O fato concreto é que esse mito foi de grande ajuda e talvez mesmo o grande responsável pela ingente obra de conversão dos gentios americanos, com toda probabilidade o grande impulsionador da obra missionária dos padres espanhóis; o fato é que esse mito conquistador e colonizador concordou plenamente com um mito indígena local, transmitido há muitas gerações entre eles, e como esse mito local alcançou um alto grau de difusão entre os indígenas americanos, propalado em diferentes nações distantes uma das outras, isso acabou reforçando-o no imaginário gentio local conforme o que fora trazido pelos portugueses e espanhóis, atestando a verdade e grande força das certezas de tão extraordinário santo e seus feitos, bem como do seu retorno, assim como de sua predição. A referida predição dizia que um santo havia dito aos antepassados indígenas que “em tempos vindouros deveriam chegar a suas terras uns padres, seus sucessores, a ensinar-lhes a palavra de Deus, que já àquela época lhes era por ele anunciada. Esses mesmos cuidariam de juntar os índios esparsos em povoações grandes, onde viveriam em ordem e política cristã, amando-se uns aos outros e tendo cada qual uma só mulher”, identificando nos padres que vieram com os conquistadores, com suas cruces, o princípio da realização da antiga profecia, e “causa principal de terem os gentios deixado suas terras com tão grande vontade para seguir àqueles sacerdotes”.¹⁵³⁸

Um exemplo da força do mito São Tomé no imaginário indígena é que ele foi o responsável pela facilidade com que, mais ao sul das terras portuguesas – atual Santa Catarina

¹⁵³⁷ HOLANDA, Visão..., p. 115-25.

¹⁵³⁸ HOLANDA, Visão..., p. 125-6.

– um conquistador português adentrou em terras e caminhos até o Paraguai, pelo fato dos indígenas o considerarem como filho de uma pessoa que veneravam como o Payçumé. É na porção da América espanhola, mais especificamente no Guairá – Paraguai – que o mito alcançará proporções desconhecidas na América portuguesa, precursor e verdadeiro profeta da catequese jesuítica. Finalmente, é preciso assinalar que, para a Igreja da época, a nova imagem do mundo, que começava a descortinar com a descoberta das terras americanas, implicava em renovar a própria estrutura ideológica, enfim, uma ampla revisão de suas antigas posições; nesse contexto, essa tentativa de identificação de um herói mítico ancestral indígena da América portuguesa, com o apóstolo das Índias, simplificava as dúvidas e fornecia solução concreta e “histórica” para o problema maior da Igreja. Enfim, os apóstolos de Jesus chegaram efetivamente aos mais remotos rincões do mundo para pregar o seu evangelho, ao mesmo tempo em que convertia os indígenas não mais como ignorantes da verdade revelada, mas como apóstatas que, por isso, justificava a “guerra justa”.¹⁵³⁹

Afora a lenda de São Tomé, a regra geral era que o mundo lendário, maravilhoso e mitológico que acompanhava a conquista espanhola, esmorecia e diminuía à medida que se penetrava em terras lusitanas; em terras espanholas, os santos eram assíduos em diversos momentos da conquista, milagrosas aparições acompanhadas de fabulosas narrativas que, com certeza, ascendiam sobre o ânimo dos soldados espanhóis, da mesma maneira que outra literatura profana, fazia o gosto desses homens, qual seja, os livros de Cavalaria,¹⁵⁴⁰ narrando façanhas, proezas, triunfos heróicos e gloriosos, aguçando seu senso de honra, dignidade, cortesia varonil, e descrevendo paisagens de encantamento e mistério. Apesar de tais romances cavalheirescos também fazerem o gosto dos soldados portugueses, observa-se que os feitos que marcaram o estabelecimento dos portugueses em terras americanas são quase sem nenhuma participação da fantasia e narrativa fabulosa que apontavam aquelas novelas, impregnadas de ilhas encantadas, fontes mágicas, terras reluzentes de metais preciosos, criações sobrenaturais etc. Assim, o mundo fantástico espanhol não tem paralelo com o mundo português na América¹⁵⁴¹

Para principiar compreender o pensamento português da época, e a forma como isso incidia decisivamente no comportamento dos homens, é preciso entender o poder e força da Coroa portuguesa. Na época dos descobrimentos, a realeza era um poder absorvente e

¹⁵³⁹ HOLANDA, Visão..., p. 126-9.

¹⁵⁴⁰ Para compreender melhor essa literatura, vide: MARTORELL, Joanot. **Tirant lo Blanc**. São Paulo: Giordano, 1998. 860 p.; CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. **Dom Quixote de la Mancha**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 610 p.

¹⁵⁴¹ HOLANDA, Visão..., p. 130-3.

disciplinador das vontades individuais, deixando, na prática, pouco lugar para as fantasias turbulentas dos heróis da Cavalaria, conforme narrado nos romances sobre o tema. A formação política de Portugal revela que a afirmação do seu poder monárquico nasceu cedo, mais cedo que no restante da Península Ibérica, e mesmo, mais cedo que no resto da Europa. A unificação portuguesa foi obtida por uma sublevação popular – “burguesa” – que deu poder supremo à Casa da Avis, sublevação essa que imprimiu as novas e diferentes feições modernas de sua reorganização, vale dizer, absolutismo, reforma das instituições políticas e jurídicas, bem como a abertura de Portugal para sua expansão ultramarítima. Entretanto, a elite portuguesa no poder não soube deixar de ficar presa, também – diante de tantas reformas –, em muitos aspectos, ao seu passado medieval, sendo que uma das responsáveis por tal resistência foi a própria rapidez e prematuridade da mudança revolucionária.¹⁵⁴²

“A verdade é que tinham ascendido novos homens, mas não ascenderam, com eles, suas virtudes ancestrais. Uma burguesia envergonhada de si, de seu antigo abatimento social, substituíra-se à velha nobreza, contestando-se (*sic*) [a expressão correta deve ser *contentando-se*] com o acomodar-se tanto quanto possível, aos padrões desta. E como sucede constantemente em casos tais, aferra-se mais às aparências quanto mais lhe faltava em substância”. Assim, ao emergirem como o novo, essa nova elite não se esforça em distinguir-se dos antigos, sem nada de novo – enquanto conteúdo valorativo, como novos padrões de comportamentos, pensamentos etc. – para opor-se ao velho que não poderia mais viver; parece que o que eles queriam, era continuar o que sempre fora, somente agora com eles na posição dos antigos nobres, nesse sentido, eles atingiram seu objetivo, e tudo havia mudado para nada se alterar socialmente.¹⁵⁴³

Assim, Portugal nasce fruto de elementos institucionais novos com expressões tradicionais, uma pujante monarquia, que colocará o país como figura *sui generis* em pleno renascimento europeu; suas formas mais modernas e de vanguarda para o período, resguardam um fundo arcaico e conservador. A preponderância e a força da Coroa sobre a sociedade como um todo – a forma como a realeza mobiliza em torno de si as energias ativas da população – é novidade, é moderno, numa época em que no restante da Europa o poder real luta para vencer e dominar vontades particulares. Mas o que essa modernidade mal conseguia encobrir era os traços antiquados, a mentalidade vinculada ao passado e avessa à especulação e à imaginação desinteressada do humanismo renascentista. A elite portuguesa não se transformará espiritualmente como em outras regiões da Europa; a filosofia, para ela,

¹⁵⁴² HOLANDA, Visão..., p. 133-4.

¹⁵⁴³ HOLANDA, Visão..., p. 134.

não estava no saber, mas no fazer e no amar, vale dizer, útil apenas para o mais imediato que se apresentava para a vida. Em final do século XVI, essa convivência de elementos tradicionais com expressões novas se deixa corroer por todas as partes, e nada de autêntico o substituirá, pois por essa época já se encontravam praticamente extintas e burocratizadas as energias verdadeiramente criadoras do povo. O Reino estava em rápido declínio e os moralistas, mesmo assim, contra as manifestações que emergiam a favor do novo, se insurgiam contra, pois isso seria ir no sentido oposto a tudo que outrora havia produzido sua grandeza, defendendo uma nação de poucas mudanças. Em realidade, o conservantismo que defendiam era a manutenção da grandeza de uns e fama de outros, causa principal das vantagens – e qualidades – sociais que esses poucos gozavam.¹⁵⁴⁴

Na América portuguesa verifica-se que paulatinamente vai perdendo terreno a herança cultural portuguesa – realismo repousado, ascético, ineloqüente – inicialmente com algumas biografias que passam a se assemelhar a hagiografias, com concessões ao milagroso e ao sobrenatural. Daí se seguem crônicas que irão apontar a fascinação mirífica dos segredos e curiosidades da terra, entretanto maravilhas essas que dependem diretamente de depoimentos alheios – locais –, e mesmo relatos que apontarão a América portuguesa como o próprio Paraíso Terreal, pois além de vários indícios coincidentes nesse sentido – aquilo que estava escrito na Bíblia com o que se verificava aos olhos dos conquistadores e missionários –, verificava-se até mesmo que coincidia com um possível local da crença indígena, enfim, sobre um sítio onde as terras seriam sem mal algum, um eldorado, local de fartura que exigiria pouco trabalho humano – portanto, sem dor, fadiga e eterno ócio –, terra de imortalidade e descanso perpétuo.¹⁵⁴⁵

Aqui é preciso assinalar que as regiões tropicais tornaram-se conhecidas – e mesmo populares – aos portugueses a partir da exploração da costa africana; sua experiência, a experiência dos marinheiros portugueses, logrou derrogar os saberes especulativos antigos e modernos sobre o que poderia ser a vida e mistérios em regiões nunca antes navegadas e exploradas, daí, talvez, reforçando o valor da experiência – em detrimento da especulação –, e a aceitação do mundo como se apresenta, para sua postura intelectual perante a vida e as surpresas do mundo. Os mistérios e milagres que povoavam o imaginário europeu acerca do desconhecido além-mar devem ter se convertido – para os cronistas, marinheiros e colonos portugueses – como algo indiferente a partir dos primeiros contatos deles em terras estranhas e a verdade que a nova realidade revelava para os seus olhos, desmistificando antigas crenças.

¹⁵⁴⁴ HOLANDA, Visão..., p. 134.

¹⁵⁴⁵ HOLANDA, Visão..., p. 134-44.

Outra possibilidade plausível para o mundo do imaginário português é que o mundo visionário e mágico dos espectros e visões já era tão certo e evidente, em sua força existencial concreta e imemorial, que se transformara num consenso universal, ou seja, acostumaram-se a contar com eles.¹⁵⁴⁶

A América portuguesa surgiu com certo atraso no horizonte das navegações lusitanas; aqui não havia o engodo dos tesouros e maravilhas que tinham sido causa de tantas outras expedições descobridoras. Seus primeiros povoadores irão habituar-se à sua natureza aparentemente inerte, aceitando-a tal como é, sem tentarem reconhecer aqui um outro mundo, com outros atrativos que os inquietassem. “Portos, cabos, enseadas, vilas, logo se batizam segundo o calendário da Igreja, e é um primeiro passo para batizar e domar toda a terra. São designações comemorativas, como a significar que a lembrança e o costume hão de prevalecer aqui sobre a esperança e a surpresa. As próprias plantas e bichos recebem, muitas vezes, nomes inadequados, mas já familiares ao adventício, que assim parecer mostrar sua vontade de ver prolongada apenas, no aquém-mar, sua longínqua e saudosa pátria ancestral. Cópia em tudo fiel do Reino, ‘um novo Portugal’: é o que querem ver no mundo novo, e é o elogio supremo que todo ele ou alguma de suas partes pode esperar desses reinóis”.¹⁵⁴⁷

Para a indagação se serão sempre assim, em sua postura e comportamento, os colonos portugueses nas novas terras luso-americana, é possível contrapor algumas miragens paradisíacas que as crônicas da época assinalam como emanadas de portugueses aqui instalados; entretanto, para compreender em sua perfeita dimensão a forma de expressão da época, é preciso cotejar tais manifestações frente à postura comum de tais homens da era dos seiscentos, que traduziam a visibilidade da imagem do real – de forma convincente e eficaz – segundo os caprichos da fantasia barroca. Assim, a evocação do Paraíso Terrestre adquire maior valor literário que literal para essas gentes, tão aferradas ao concreto e ao cotidiano. Não que eles praticassem a ascese da imaginação, mas para se compreender certos aspectos distintivos da mentalidade dominante da época antecedente da revolução científica, é preciso ter em conta que, naqueles tempos, as fórmulas literárias queriam ter valor eminentemente literal, como regra generalíssima; as próprias metáforas, nem sempre eram apenas metafóricas, pois “dadas as modificações introduzidas desde então na própria contextura de nosso modo de pensar, é muito difícil julgar nos escritos do neoplatonismo¹⁵⁴⁸ renascentista

¹⁵⁴⁶ HOLANDA, Visão..., p. 144.

¹⁵⁴⁷ HOLANDA, Visão..., p. 145.

¹⁵⁴⁸ Platão (428-348 a. C.), filósofo grego, discípulo de Sócrates e professor de Aristóteles, considerado um dos grandes pensadores da história da filosofia. Sua obra, escrita em forma de diálogos, ainda é muito influente, sendo seus primeiros diálogos sobre a ética, neles procurando mostrar a essência daquilo que não

ou do aristotelismo cristão, até que ponto certas metáforas referentes (por exemplo) ao Cristo como sabedoria, a Deus com luz, *são* ‘meramente’ metafóricas. Em muitos casos, entre autores quinhentistas e seiscentistas, a rosa é tão realmente a graça efêmera como é uma determinada flor discernível por certa forma e certos aromas”.¹⁵⁴⁹

Entretanto, depois de certo tempo, o mistério, a magia, o admirável, o extraordinário se implantou em terras portuguesas, prodígios que se fixaram no imaginário do espetáculo cotidiano, onde atos comezinhos converteram-se em signos e parábolas, impregnando-se de significações sobrenaturais, emergindo também as coisas ocultas e invisíveis; o fato é que uma procissão de maravilhas – lagoas douradas, serras reluzentes, seres inumanos e monstruosos – geraram o pensamento dos tesouros encobertos do sertão luso-americano. “Não cabe indagar, a tal propósito, se aquele mundo mítico chegou a brotar espontaneamente entre os nossos povoadores, ou se o suscitaram, ao contrário, influxos externos. Estes seriam naturalmente inevitáveis, desde o instante em que os mesmos povoadores e colonos, que a princípio esperaram ver convertido o Brasil num outro Portugal, passaram, por vezes, a desejá-lo um outro Peru. O importante é que não pareceram ausentes, mas foram, ao invés disso, fatores ativos da expansão colonizadora, as mesmas manifestações sobrenaturais que em toda parte e em quase todos os tempos formaram como o cortejo mágico e o resplendor das minas preciosas”.¹⁵⁵⁰

O mito do paraíso perdido, durante a Idade Média e as era das grandes navegações, era uma realidade física e atual, enfim, uma certeza inabalável, para todos os povos cristãos de toda Europa e mesmo judeus e muçulmanos, sendo que a sedução do tema não era menor entre os portugueses. A origem do tema paradisíaco estava na Bíblia – livro Gênesis –, onde

compreendemos, como, por exemplo, o que é virtude e como podemos conhecê-la independentemente de toda nossa experiência mais imediata que possa revelar a mesma. Para Platão, as idéias são objetos imutáveis e eternos do pensamento, servindo para explicar a aquisição de conceitos, possibilidades de conhecimento e o significado das palavras. Assim, na teoria platônica, atos particulares são efetivamente virtuosos, são chamados virtuosos e podem ser conhecidos como virtuosos porque são relacionados diretamente com a forma (ou essência) da virtude. Platão é também famoso por sua teoria da *anamnese* (reminiscência), de acordo com a qual muito de nosso conhecimento não é adquirido através da experiência, mas já conhecido pela alma na ocasião do nascimento, sendo que a experiência serve apenas para ativar a memória; essa teoria é uma forma de inatismo – posição filosófica segundo a qual pelo menos alguns de nossos conceitos são inatos, independentes de nossas experiências – sendo ainda matéria de grande interesse filosófico. Os temas dos diálogos de Platão abrangem todas as áreas da filosofia. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2. Neoplatonismo é referente a uma escola filosófica fundada em Alexandria por Amônio Saccas no século II d. C., sendo uma escolástica, vale dizer, a utilização da filosofia platônica para a defesa de verdades religiosas reveladas ao ser humano *ab antiquo* e que podiam ser redescobertas na intimidade da consciência. O platonismo do renascimento, é um neoplatonismo que resgata os ensinamentos deixados por essa escola de Alexandria, mas atribuindo uma maior importância ao ser humano e à sua função no mundo, de acordo com o novo espírito geral da época. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 710-1.

¹⁵⁴⁹ HOLANDA, Visão..., p. 146-7, e nota de rodapé n. 39.

¹⁵⁵⁰ HOLANDA, Visão..., p. 147-8.

se descreve todas as benesses – perfeito acordo entre todas as criaturas, feliz ignorância do bem e do mal, isenção de todo trabalho penoso e fatigante, ausência da dor física e da morte – que o Paraíso criado por Deus oferecia a Adão e Eva – e a todos seus descendentes – não fosse o pecado cometido pelos dois, com a posterior expulsão de ambos desse sítio maravilhoso e a condenação a viverem todas as fadigas, dores e mortalidade que lhe reservam a nova vida fora do Paraíso, esta última também concedida pela graça e bondade de Deus. Assim, com base nessa passagem bíblica – com alguns sinais identificadores que o ser humano irá multiplicar ao longo do tempo–, é que os teólogos e padres irão construir a idéia medieval do Paraíso Terreal, surgindo as mais diferentes especulações sobre a exata localização de tal sítio e se o ser humano conseguiria chegar a ele novamente mediante seus recursos materiais e intelectuais, sem desconsiderar se esse feito estaria exclusivamente ao âmbito de seu arbítrio, ou também dependeria da vontade de Deus.¹⁵⁵¹

Nas terras ibéricas, a persistência das formas de piedade – mentalidade e organização eclesiástica – oriundas da Idade Média, junto com o apego e culto ao ideal da Cavalaria, provocavam atenuações aos contrastes entre o que poderia ser concebido como realidade e idealidade, entre o que poderia ser considerado como normal e o que poderia ser tido como milagroso. “O esquema fixo das paisagens edênicas pode alcançar, desse modo, um poder de fascinação que saberá resistir ao tempo e impor-se a todos os espíritos”. De qualquer forma, se fixou, durante toda a Idade Média, os mesmos elementos que, se presentes, seriam distintivos da paisagem do Éden ou indicar sua maior proximidade: “primavera perene ou temperatura sempre igual sem a variedade das estações que se encontra no clima europeu, bosques frondosos de saborosos frutos e prados férteis, eternamente verdes ou salpicados de flores multicoloridas e olorosas, cortados de copiosas águas (usualmente quatro rios, segundo o padrão bíblico), ora em lugar elevado e íngreme, ora numa ilha encoberta em que mal se conhece a morte ou a enfermidade o mal algum”.^{1552 1553}

¹⁵⁵¹ HOLANDA, Visão..., p. 149-75.

¹⁵⁵² HOLANDA, Visão..., p. 175-6.

¹⁵⁵³ Espanha e Portugal tiveram posturas diferentes frente ao tema edênico. Sobre essas diferenças, especialmente sob o marcante viés português, para saber mais acerca do tema edênico da longevidade, conforme descrito pelos cronistas da era dos descobrimentos, vide: HOLANDA, Visão..., p. 247-58. Sobre o tema de um mundo edênico sem mal algum, abordando os males que afligiam os europeus, inclusive os males que atingiam os seus navegadores, revelando o quanto era forte ideologicamente a imagem construída, na época, sobre os melhores ares ou ventos que existiam no mundo longínquo, que acabavam curando certos males, independentemente da descoberta de frutas e alimentos que preveniam certas doenças, bem como a polêmica antiamericana sobre uma suposta decrepitude e degenerescência da natureza nesse hemisfério – e contra imagem da bondade do homem natural –, vide: HOLANDA, Visão..., p. 259-86. Sobre a questão climática, da polêmica sobre determinadas regiões do mundo inabitáveis, da relação entre cor de pele e temperatura climática, da eterna primavera, do clima nem quente nem frio, com relação também a ventos terapêuticos, vide: HOLANDA, Visão..., p. 287-307.

Uma vez que o *habitus* dos navegantes conquistadores estava preso às concepções de mundo medieval, é de supor-se que a seus olhos se realizava concretamente o que em sua memória havia sido inscrita por inúmeros livros que descreveram a paisagem de sonhos paradisíacos, enfim, que estavam todos participando, inconscientemente, de uma fantasia coletiva, com várias narrativas descritivas – num esquema até poético e de interpretações até alegóricas – do horto edênico como sendo as terras americanas, com seu verde imutável, o tema da longevidade, enfim, diversas narrativas enredadas por histórias fantásticas envolvendo eclesiásticos, gentios e colonizadores. A grande popularidade e longo crédito das histórias, piedosas ou profanas, sobre o tema edênico, forneceram uma explicação psicologicamente razoável para a mentalidade de muitos navegantes europeus na era dos grandes descobrimentos marítimos, especialmente as visão que vieram ter acerca do Novo Mundo; essa visão do maravilhoso não se impunha apenas diante da singeleza e credulidade da gente mais popular, mas a todos os espíritos de diferentes épocas.¹⁵⁵⁴

Cristóvão Colombo e numerosos cronistas hispano-americanos, descreverão as Índias – em particular, os indígenas locais – tomando por empréstimo esquemas literários que tinham servido a poetas gregos e romanos para descrever a idade feliz, como as de Ovídio – Idade do Ouro (*Aurea Aetas*)–, copiadas, citadas e lidas por cerca de mil e quinhentos anos. A história humana, a propósito, era dividida em quatro idades distintas, quais sejam, a do ouro, a da prata, a do cobre e a do ferro, cada qual menos civilizada, feliz e engenhosa que anterior. O estado humano natural, a idade do ouro dos antigos, era o estado da excelência, e se fosse comparado com o estado atual de qualidade de vida que aqueles conquistadores aventureiros viviam, revelavam a miséria do tempo presente. Aqui é preciso anotar que o louvor e nostalgia de um passado venturo e idílico sempre existiram e foram de todas as épocas, mas na idade medieval tomou corpo significativo, vigorando fortemente a idéia da corrupção do mundo e da natureza, com origem nas Escrituras Sagradas. Esse pessimismo funcionava já como a glorificação de outros mundos desconhecidos que teriam terras virgens e livres da decadência geral do Pecado original; na Idade Média vigorava fortemente a idéias de que o mundo presente é um lugar de passagem e encontrar um porto seguro nele tornou-se sem importância; para a ruindade e deterioração da natureza, e à miséria da terra, havia apenas o plano divino da certeza da salvação, sendo que os próprios males e misérias do presente não deixavam de ser valorados diante dessa futura salvação, bem como os ricos e abundantes bens e materialidades do Paraíso Terrestre, que reforçavam a natureza presente corrompida, carente

¹⁵⁵⁴ HOLANDA, Visão..., p. 176-84.

de bens, e o senso de transitoriedade das coisas terrenas. O alcance do Éden somente por ingente e sobre-humano esforço.¹⁵⁵⁵

Com a ascensão do humanismo renascentista e o declínio da Idade Média, não está mais num futuro póstumo, ou fora do mundo, a razão de ser da condição humana, mas agora é na própria vida cotidiana que o ser humano irá encontrar a sua razão de ser; o humanismo prega a crença na confiança ilimitado do ser humano e nas suas possibilidades – quase sem limites – e capacidades criadoras, sendo que para que isto se realize, o mundo e a natureza passam a ser dóceis e solidários para com as ambições humanas. A natureza passa a ser vista também como ativa e infinitamente criadora, de acordo com a imagem do ser humano renovado; o otimismo na excelência e dignidade da condição humana, corresponde necessariamente à excelência, dignidade e virilidade da própria natureza. Nesse momento da transição entre um paradigma de pensamento e outro, convivem os dois mundos imaginários, aquele que definha e aquele que nasce, colocando o ser humano do período em situações contraditórias ou marcadamente contrastantes, vale dizer, “é quando a confiança em uma salvação ultramundana se amplia ou, de certo modo, se deixa substituir pela esperança de uma salvação neste mundo: não o mundo conhecido e desde há milênios habitado, por isso mesmo gasto e estéril, mas talvez alguma das suas partes ainda ignota e – quem sabe? – poupada à maldição divina, assim como o Paraíso Terrestre teria sido poupado pelas águas do dilúvio universal”.¹⁵⁵⁶

Nesse sentido, o gosto pela literatura de Cavalaria – com seu desdém pela vida presente e atual, realidade que é sempre um aviltamento do mundo heróico – na aurora da idade moderna revela que o mundo cavaleiresco e heróico não havia desvanecido completamente. Também havia obras atestando a idéia de uma natureza em declínio ou corrupta – junto com a decadência do ser humano –, com o fim do mundo próximo ou iminente, reiterando a idéia da visão clássica da história do mundo – mundo que caminhava historicamente para sua deterioração, declínio e degradação em todas as suas partes –, que ia da idade do ouro em direção à idade do ferro. Frente ao otimismo dos humanistas, surgia um pessimismo como contraponto quanto à esperança de uma solução terrena que justificasse a razão de ser da existência humana. Niccolò Maquiavel,¹⁵⁵⁷ nesse sentido, aceitava o mundo

¹⁵⁵⁵ HOLANDA, Visão..., p. 185-8.

¹⁵⁵⁶ HOLANDA, Visão..., p. 188-9.

¹⁵⁵⁷ Niccolò di Bernardo dei Machiavelli – ou Maquiavel – (1469-1527), escritor, filósofo, estadista, teórico e político italiano, uma das mais importantes figuras do Renascimento. Em 1498, tornou-se Secretário de Estado e Segundo Chanceler da República de Florença, e desempenhou várias missões diplomáticas na Itália, França e Alemanha, e nessas missões diplomáticas (1499-1508) teve contato com algumas das mais poderosas personalidades da época. Na sua função, também reorganizou o exército. Após a restauração dos Médici e o fim

como era, onde o a ordem civil seria edificada apesar da raça humana, com toda sua ruindade, egoísmo e depravação. Frente aos novos tempos espirituais, havia muita inclinação e cumplicidade humana para o desencantamento do mundo, com a decadência, degenerescência, esterilização, senilidade e corrupção tidas como reconhecidamente a verdade efetiva das coisas. Um mundo novo – virtuoso – se enquadraria influenciado por essa idealização negativa, onde esse mundo novo seria o extremo oposto daquilo que eles concebiam como sendo de sua realidade e mundo em que viviam. O processo mental que fundamentava tal atitude é o mesmo que se verificará em muitas obras de imaginação, que opõe a degradação da natureza e do mundo, frente à nostalgia das imagens idílicas, enfim, toda uma literatura que procurava inteligir simbolicamente a natureza, dando-lhe sentido moral voltado para o ser humano. Na Espanha se verificará que, ainda no século XVIII, haverá aqueles que ainda cultivarão a idéia de um mundo senil. A natureza, através de suas criaturas vivas, especialmente os animais, passa a ser um artigo do código moral que a humanidade precisa apreender como lição, a fim de seguir o caminho do bem, fugindo do mal, evidentemente dando margem a uma multiplicidade de interpretações, portanto, de significações dos diversos símbolos eleitos; a Criação passa a ser um imenso cenário figurativo, Deus falando aos seres humanos através de metáforas da natureza.¹⁵⁵⁸

Qualidades sobre-humanas, milagrosas, curativas, serão associadas simbolicamente a pedras, gemas, unicórnios, e não havia contradição alguma na atitude dos santos e ascetas a pregarem sobre a vaidade das coisas terrenas, ao mesmo tempo em que queriam para seus templos, cerimônias e imagens sagradas, os ornamentos que salientavam justamente os

da República, em Florença (1512), foi excluído da vida pública e aposentou-se – na prática teve que se retirar forçadamente e ir ao exílio – com alguma frustração, dedicando-se a produzir trabalhos – entre 1512 e 1520 – sobre a arte da guerra – *A Arte da Guerra*, 1517-20 –, a filosofia política e sátiras como o *Asno de Ouro* (1517) e *A Madrágora* (1518). Na sua obra *O Príncipe* (1513), Maquiavel dá conselhos a um “príncipe ideal”, já desaparecido, para conquistar o poder absoluto, e procura despertar nos italianos um novo sentido de unidade cívica. Desde então o termo “maquiavélico” passou a ser aplicado a quem usas a ilusão e o oportunismo para manipular outrem, o que é uma injustiça com a sutileza da forma como Maquiavel encara a relação entre a ética e a política. Em seus poucos lidos *Discursos sobre os Primeiros Dez Livros de Tito Lívio* (1513-21), ele defende a república com uma constituição mista, modelada de acordo com a Roma Antiga, e enfatiza a importância de uma cultura política incorruptível e de uma vigorosa moral política. Em 1520, foi indicado o principal historiador de Florença. Depois de nova queda dos Médici, em 1527, teve frustradas suas esperanças de conseguir um cargo na nova república, e veio a morrer logo depois. A obra teórica de Maquiavel constitui uma reviravolta da perspectiva clássica da filosofia política grega. Enquanto esta tinha como preocupação primordial a elaboração do melhor regime político possível, Maquiavel partiu, em compensação, “das condições nas quais se vive e não das condições segundo as quais se deve viver”. A teoria por ele elaborada desmascarou as pretensões da religião e da teologia em matéria política, por substituí-las pelo conhecimento verdadeiro das relações que levam as avaliações morais às análises descritivas do campo político. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 16. Vide também: MACHIAVELLI, Niccolò. **O príncipe**. São Paulo: Circulo do Livro, []. 170 p.

¹⁵⁵⁸ HOLANDA, Visão..., p. 189-202.

atributos da vaidade que condenavam; a casa de Deus deveria ser bela, irradiando metais brilhantes, que resplandecesse melhor a luz da fé. A atração que essas pedras rutilantes e raras exerciam tinham a mesma origem daquelas formas vistosas ou extraordinárias, presentes na natureza – mesmo que no âmbito do imaginário das gentes européias –, mais especificamente, no mundo animal, correspondendo à imagem antiga e remota do conjunto de elemento que correspondiam às regiões mais remotas e desconhecidas pelo ser humano, e que agora se reproduziam da mesma forma no continente americano, tudo explicando o mundo de Deus e o que seria a idade do ouro humano, com seus segredos e mistérios encobertos. Tal modo de pensar somente irá ser abandonado a partir do século XVIII, quando mundo passa a ser interpretado segundo critérios fornecidos pelas ciências físicas e matemáticas.¹⁵⁵⁹

Observa-se que essa tendência para procurar significados ocultos em todas as coisas, era generalizado em todo mundo ocidental, durante todo Renascimento e ao longo do século XVII, não podendo ser afirmado que isso era uma especialidade hispânica, mais especificamente castelhana. Em verdade, tendo sofrido mais lentamente as influências racionalistas cultivadas além da Península Ibérica, os espanhóis – e não apenas eles, mas outros povos também, como na Itália – permaneceram mais apegados a concepções mais tradicionais que tinham permanecido atraentes enquanto manifestações espirituais que exprimiam essas gentes.¹⁵⁶⁰

Para contrastar com as mudanças em curso no restante da Europa, o caso francês é sintomático. Frente aos novos tempos espirituais ou idéias e concepções intelectuais do ser humano diante do mundo – e contra o cultismo, ilusionismo e outros delírios assemelhados –, nota-se a tendência a secularizar o pensamento medieval antigo, que considerava as espécies animais, minerais e vegetais, se não dotadas de intelecto próprio, ainda assim dotadas da manifestação do intelecto divino, erigidas em exemplos vivos para os seres humanos que compunham a humanidade considerada pervertida pelo seu orgulho inútil frente a Deus. Pois bem, esse discurso religioso era voltado para fazer o ser humano voltar-se à humildade cristã e abandonar uma orgulhosa e elevada posição que ele porventura se achasse no plano da criação divina. Agora o que se verá é a transfiguração dessa intenção – portanto, a manutenção da mesma finalidade última do discurso religioso – num apelo à moderação pragmática, fundada no contraste entre egoísmos particulares, ou na tendência a querer ultrapassar os limites humanos, enfim, a mesma tentativa de tentar fazer descer o ser humano

¹⁵⁵⁹ HOLANDA, Visão..., p. 202-24.

¹⁵⁶⁰ HOLANDA, Visão..., p. 224-5.

do seu pedestal, convidando-o, por forma transfigurada, à mesma humildade cristã – convertida em moderação pragmática.¹⁵⁶¹

As fábulas dessa época são recheadas de indicações para que as pessoas passem a cuidar das coisas terrenas e cotidianas, abandonando os mais altos pensamentos e as esferas inacessíveis, emergindo o bom tom mundano e o bom gosto, em substituição à humildade, modéstia e amor ao próximo cristãos, mas querendo produzir os mesmos efeitos que estes últimos na sociedade dos novos tempos. Os mesmos bichos – que anteriormente representavam a razão divina – passam a exprimir sentimentos e ressentimentos humanos, enfim, aspirações humanas das mais diferentes camadas sociais, e também retratando a nova moral social ascendente. Mas numa época de transição, o novo convive com o velho e, ao lado dessas tentativas de secularizar as razões e motivações humanas, ainda haverá aqueles que – mesmo na França – procurará no grande livro do mundo as regras ideais deixadas por Deus, para a boa conduta humana, como continuou a ser cultivado na Espanha; uma literatura que revela uma atitude de quem, resignado e com os olhos e esperanças na eternidade, suporta pacientemente as agruras e injustiças da vida presente. Desse amor e inteligência dos símbolos da natureza – aspecto divino –, emerge naturalmente o amor à própria natureza – valor próprio do que ela contém, e com toda probabilidade esse imaginário acabou por influenciar o comportamento de muitos homens na era dos grandes descobrimentos marítimos, em face dos cenários que se revelavam a eles as novas terras e paisagens.¹⁵⁶²

Não é sem sentido que portugueses e espanhóis contribuíram enormemente para o conhecimento da natureza das ilhas e continentes por onde visitaram, pois é através do que fornece os três reinos da natureza que se conhece ou reconhece a novidade do mundo estranho e o bom proveito que dele se pode, com toda probabilidade, retirar. O que atraía esses povos ibéricos não eram tanto o gosto apurado pelas formas naturais e concretas que ofereciam as terras descobertas – observa-se que eles não hesitaram em utilizar-se de métodos altamente predatórios no trato do mundo vegetal –, mas préstimos imediatos e os aspectos vistosos e raros que sobressaíam dela, como um fato à parte do próprio mundo natural. Por isso não é incorreto afirmar que essas gentes cultivassem um modo aparente de ver a natureza, vale dizer, ver através e apesar da própria natureza, enfim, uma visão espiritual prevalecente sobre o carnal e concreto, mas que não descurava do empírico; a visão, o mais espiritual dos sentidos humanos é o que prevalece sobre todos os demais, pois é a mente no campo espiritual. A visão da flora americana, para aqueles homens quinhentistas, oferecia a representação ou

¹⁵⁶¹ HOLANDA, Visão..., p. 225.

¹⁵⁶² HOLANDA, Visão..., p. 225-9.

visão que correspondia ao imaginário, em vivas corres, do mistério do mundo, conforme a Igreja pregava. Esses encantos, êxtases e arroubos – no sentido acima indicado –, que os escritos da época registraram, caprichosos exercícios intelectual-religiosos, eram uma tradição espanhola e portuguesa, mais castelhana que lusitana.¹⁵⁶³

De fato, é possível afirmar que, entre a generalidade dos exploradores e povoadores portugueses, as visões ou promessas miraculosas de plantas e frutos aqui localizados, não chegaram a alcançar um papel considerável na sua atividade colonial. Mais do que incrédulos quanto a crença em milagres, eles sabiam isso ser possível num mundo de grandezas ainda desconhecidas, entretanto, porque razão haveriam de procurá-lo constantemente e a qualquer preço, uma vez que o milagre é sempre uma possibilidade perto do mundo natural – portanto, não presente exatamente nele. Os cronistas portugueses idealizavam o mundo novo e seus aspectos, mas não escapavam de descrições realistas e naturais. O idealismo se revelava na sua inclinação para sempre reproduzir uma descrição que reproduzisse o horto paradisíaco, conforme o que historicamente e tradicionalmente vinha sendo descrito nos textos europeus, mas um retrato reduzido ao natural, ao verossímil do que existia presente nas novas terras. A sedução universal do Paraíso Terreal afetava o imaginário português da época dos descobrimentos, mas na América portuguesa revelou-se atenuado diante do que seria plausível acreditar-se frente à novidade aqui presente.¹⁵⁶⁴

Nesse contexto português, será um realismo sóbrio e desengando que irá predominar entre os cronistas que relataram os feitos dessa gente ibérica – e o imaginário deles em relação ao misterioso e maravilhoso que o desconhecido poderia lhes revelar – em suas navegações pelo mundo não descortinado. Assim será quanto ao tema edênico da longevidade, de umas terras sem mal – doenças – algum, sobre uma imagem da bondade do homem natural, também sobre a questão climática, da polêmica sobre determinadas regiões do mundo inabitáveis, da relação entre cor de pele e temperatura climática, da eterna primavera, do clima nem quente nem frio, e com relação também a ventos terapêuticos.¹⁵⁶⁵ Nesse sentido, será significativo o seu descaso com a corrente – na época – voltada para idealizar o índio americano, situação ainda mais interessante, uma vez que na metrópole já era velho – e mesmo endêmico – o debate “em favor dos rudes e toscos engenhos contra a vã sabedoria ou a presunção cidadina e palaciana, da ‘aldeia’ contra a ‘corte’”, revelando que idealizar favoravelmente os indígenas

¹⁵⁶³ HOLANDA, Visão..., p. 229-43.

¹⁵⁶⁴ HOLANDA, Visão..., p. 243-6.

¹⁵⁶⁵ HOLANDA, Visão..., p. 247-308.

locais não seria uma tendência que encontrasse grandes obstáculos, ao contrário, pareceria até natural tal posicionamento.¹⁵⁶⁶

Nem vagamente os portugueses contribuíram para a apologia do índio americano ou homem – ser humano – primitivo, que não surgiu na era dos grandes descobrimentos, mas mito que desenvolveu-se com esses descobrimentos, dando vida a uma das manifestações mais duradouras do tema edênico e que mais tarde desembocará nas teorias da bondade natural e no mito do nobre e bom selvagem. As primeiras explorações portuguesas no litoral americano não deram ocasião para o desenvolvimento da apologia no autóctone local, sendo que, depois de iniciada a colonização, os colonos que aqui vieram transformaram os nativos apenas em fonte de sua cobiça escravista – bem como fonte de constantes inquietações (assaltos etc.) –, de tal forma que esses colonos não tinham razão para ter empenho algum em engrandecer esses naturais da terra. Nem mesmo os missionários jesuítas portugueses, apesar do zelo em defender os aborígenes, se mostraram solícitos e motivados a exaltá-los, pois suas atitudes – revelam escritos da época – eram mais realistas que idealistas; jamais exaltaram o índio como fez Bartolomé de Las Casas, diferentemente, assumiram uma atitude paternal, vendo em seus filhos virtudes e defeitos, defendendo-os, educando-os e castigando-os, conforme a necessidade, mas que ao longo do tempo irá prevalecer apenas os defeitos.¹⁵⁶⁷

É verdade que nos primeiros meses de contato com os gentílicos a admiração marcou a impressão inicial, diante de tanta inocência, e plena confiança depositável em suas pessoas, comparáveis a Adão e Eva antes do Pecado Original, de tal forma que eles seriam como um papel em branco que aceitariam tudo que se imprimisse neles. Passado o encantamento inicial – isso se sucedeu em poucos meses, conforme os registros apontam – sobrevém o desencantamento. Se os espanhóis que vieram para a América durante o primeiro século de conquista e colonização viram os índios – apesar dos altos debates que se travaram na metrópole sobre a sua natureza – sob o aspecto redutor, ora como nobres selvagens, ora como porcos e cães indignos e ruins, seria extremamente falso reproduzir o mesmo imaginário – divisão de opiniões acerca dos gentios – para o que se sucedeu em terras luso-americanas, considerando o mesmo período de conquista e colonização, ou mesmo um período posterior. Os registros portugueses sobre sua passagem em terras americanas revelam que ninguém aqui – naquela época – se inclinou a expressamente nobilitar os indígenas locais, e das duas extremadas opiniões espanholas sobre seus autóctones, com toda probabilidade – ou mesmo

¹⁵⁶⁶ HOLANDA, Visão..., p. 308.

¹⁵⁶⁷ HOLANDA, Visão..., p. 308.

certeza – seria a concepção mais desprestigiada aos índios locais a que aglutinaria o maior número de adeptos, especialmente do ponto de vista missionário.¹⁵⁶⁸

Aquele debate havido na Espanha, que havia fixado a condição jurídica do índio na América, não afetou os portugueses. A construção teórica que assentou o problema acerca da liberdade dos índios já estava elaborada e formulada pelos teólogos castelhanos quando se iniciou a regular colonização das América portuguesa, sendo que Francisco de Vitoria,¹⁵⁶⁹ fundador do Direito Internacional, e grande responsável pela essência da referida construção teórica, já havia falecido quando o governo português decidiu intervir diretamente nos negócios da colônia, instituindo o governo-geral. Além disso, é preciso considerar também que “desde 1537 a própria Santa Sé havia proibido, sob pena de excomunhão, que se tolhesse a liberdade dos índios, inclusive a liberdade de se manterem fora do grêmio da Igreja. E nada prova melhor o pleno assentimento de Sua Santidade o Papa Paulo III à campanha dos que, em Castela e nas Índias de Castela, se batiam por essa liberdade, do que seu ato nomeando em 1543 Frei Bartolomé de Las Casas Bispo de Chiapas”.¹⁵⁷⁰

À indagação se tais entendimentos, ordens e cominações eram respeitadas, o fato concreto e realístico que vigorava nas possessões ultramarinas espanholas e portuguesas era que tais regras deveriam ser “obedecidas, porém, não cumpridas”; essa era a verdade nua e crua de gentes que viviam num período onde o próprio Papa não tinha forças, na própria Roma, para impedir que continuasse o vergonhoso tráfico e cativo de infiéis, tal fato – que existiu durante todo seu Pontificado e continuou depois dele – contrastando com o seu zelo pelas causas dos naturais de terras tão remotas e bárbaras. Mas verifica-se que a Coroa portuguesa possuía razões fundamentadas para não se preocupar em agir contrariamente aos decretos eclesiásticos, pois era praticante de longa data do tráfico negreiro africano, atividade essa muito lucrativa e de seu principal interesse, inclusive consentida fundamentadamente pelos próprios teólogos castelhanos que tinham entendimento contrário em relação aos indígenas americanos.¹⁵⁷¹

O fato concreto é que os portugueses entendiam que o cativo originado daquelas guerras entre as tribos africanas, independentemente de guerra justa, era perfeitamente lícito e de boa-fé, sendo que praticamente não se admitia que os negros fossem generalizadamente capturados por enganos, pois isso seria *afrontar e comprometer a consciência do soberano*

¹⁵⁶⁸ HOLANDA, Visão..., p. 308-9.

¹⁵⁶⁹ Francisco de Vitoria (1483-1546), jurista espanhol, dominicano, professor da Universidade de Salamanca (1526), intelectual que está na origem do direito internacional. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 24.

¹⁵⁷⁰ HOLANDA, Visão..., p. 309-10.

¹⁵⁷¹ HOLANDA, Visão..., p. 310.

português, e nenhum súdito faria isso. Somente mais tarde surgirá, na teologia espanhola – Las Casas –, a oposição à semelhante feito comercial, equiparando essa injustiça contra os africanos com aquela que não poderia incidir sobre os indígenas americanos. De fato, os teólogos espanhóis, ao mesmo tempo em que seguiam, no essencial, os preceitos tomistas desenvolvidos por Francisco de Vitoria – portanto, especialmente no plano meramente e especificamente formal dos discursos ou idéias –, também fixaram exceções, vale dizer, situações concretas que na prática ajudavam a justificar as ações mais inescrupulosas – ou a confortável liberação mesmo dos mais escrupulosos em direção às mesmas ações e comportamentos predatórios voltados para a escravatura e o comércio e economia que representavam tais práticas – que eram praticadas contra os indígenas locais, tornando letra morta a própria essência da proteção eclesiástica. De qualquer modo, o resultado concreto do esforço, denodo e atenção intelectual de um grande número de legistas e teólogos espanhóis – castelhanos –, procurando iluminar ou esclarecer alguns dos mais delicados problemas da colonização, foi também contribuir para a famosa “legenda ou marca negra” da colonização espanhola na América – no século XVII, portanto, em pouco mais de cem anos de conquista e início da colonização, o extermínio de indígenas da América espanhola havia sido devastador, estimando-se que tenha morrido crianças, jovens, mulheres, homens, idosos na casa dos setenta milhões de seres humanos, sendo tal fato ou feito espanhol se espalhado pela Europa, cognominada como “leyenda negra” –,¹⁵⁷² de tal forma que a intenção doutrinária e humanitária dos seus escritos era discursivamente o oposto concreto e real das tristes práticas conquistadoras e colonizadoras, mas que não deixavam de justificá-la por via das exceções estabelecidas.¹⁵⁷³

Os registros históricos não apontam na história da colonização dos portugueses algo semelhante como ao que sucedeu na América espanhola – “leyenda negra” –, e se sucedeu algo análogo, certamente não foi assim tão público. O fato é que o grande negócio comercial dos portugueses nesse tempo era o tráfico negreiro africano, enfim, a fonte principal de seus interesses é o comércio da escravidão.¹⁵⁷⁴ O que notabilizava Portugal na época era o fato de que, apesar de possuir um contato próximo com a cultura castelhana, as especulações teóricas

¹⁵⁷² TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 158; WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, César Barcellos. **História da América Latina**: do descobrimento a 1900. Porto Alegre: UFRGS, 1996, p. 64; LAS CASAS, Frei Bartolomé de. **O paraíso destruído**: a sangrenta história da conquista da América espanhola; brevíssima relação da destruição das Índias. 6. ed. Porto Alegre: L&PM, 1996, p. 27; DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 13.

¹⁵⁷³ HOLANDA, Visão..., p. 310-1.

¹⁵⁷⁴ Sobre o tema, vide: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 526 p.

sobre os títulos legais da Coroa em torno de suas posses ultramarina – e a submissão dos habitantes dessas terras – ocupou um espaço muito pequeno dentro da vida intelectual portuguesa, especialmente considerando que os doutores espanhóis mais devotados a tais especulações residiram em Portugal e lecionaram em suas escolas – jesuítas Luis de Molina¹⁵⁷⁵ e Francisco Suarez.¹⁵⁷⁶ As especulações portuguesas voltaram-se para aplicar, a casos concretos, as teorias escolásticas que eram reconhecidas ou aceitas. Comparando-se a obra de Las Casas em Chiapas – sul do México – e dos jesuítas luso-americanos, o paralelo pode centrar-se apenas na ação prática de cada um; a obra de catequese e defesa levada a feito por Las Casas, fundamenta-se na sua apologia dos índios, enquanto que a ação dos jesuítas portugueses independe de um pressuposto bom ou mau, enfim, um conceito prévio que eles pudesse ter acerca dos gentios.¹⁵⁷⁷

O fato dos jesuítas portugueses não possuírem uma boa imagem dos autóctones luso-americanos não significava que eles não elaboraram uma obra respeitável nessas terras em prol dos índios; de fato, a opinião que o padre Manoel da Nóbrega e seus auxiliares, e mesmo do padre Joseph de Anchieta – considerado o suave evangelizador das selvas luso-americanas –, tinham dos indígenas era que eles – por motivos próprios – seriam cruéis e bestiais, devendo ser domados por temor e sujeição, através da espada e vara de ferro. Há passagens que indicam que essas gentes locais seriam tidas por assemelhadas a animais – e não a seres humanos –, enfim, brutos irracionais, sugerindo que talvez devessem ser tratadas por veterinários, sempre tais imagens vinculadas às resistências deles em abandonar os seus ritos e costumes ancestrais, em troca da educação cristã.¹⁵⁷⁸

¹⁵⁷⁵ Luis Molina (1535-1601), jesuíta e teólogo espanhol. Suas teorias, especialmente sua tentativa de conciliar a presciência de Deus com o livre-arbítrio do ser humano – conciliação da ação da graça divina com a liberdade humana –, colocaram-no em oposição aos agostinianos e deram origem a polêmicas que continuaram mesmo após sua morte. Essa teoria foi exposta em sua primeira obra denominada *Acordo do livre-arbítrio com o dom da graça, com a presciência divina, a providência, a predestinação e a condenação* (1588). As teses molinistas, que representaram inicialmente uma reação às teorias protestantes da predestinação, foram apoiadas pelos jesuítas, mas se defrontaram com a oposição dos jansenistas, dos agostinianos e dos dominicanos, que as consideravam contrárias à doutrina de Santo Agostinho e ligadas ao pelagianismo – doutrina que nega o pecado original e a corrupção da natureza humana. Provocaram uma longa controvérsia teológica cujo impasse nunca se resolveu. Finalmente, com Paulo V (1605-1621), os dois sistemas puderam ser ensinados livremente na Igreja a partir de 1607. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 17.

¹⁵⁷⁶ Francisco Suárez (1545-1617), filósofo e teólogo espanhol. Jesuíta, chamado de *Doctor Eximius*, ensinou em Roma, Alcalá, Salamanca e Coimbra. É considerado um dos últimos representantes da escolástica – o mais destacado do século XVI – e um dos fundadores da filosofia do direito. Refutou a teoria do direito divino dos reis e afirmou que o direito internacional fundamenta-se no costume e não no direito natural. Sua teologia é largamente inspirada em Santo Tomás de Aquino. Suas obras incluem: *Disputas metafísicas* (1597); *Tratado das leis e do Deus legislador* (1612); *Defesa da fé católica e apostólica* (1613) – escrita contra Jaime I da Inglaterra –; além de extensos comentários sobre a *Suma teológica* de Santo Tomás. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 22.

¹⁵⁷⁷ HOLANDA, Visão..., p. 311-2.

¹⁵⁷⁸ HOLANDA, Visão..., p. 313-4.

Não seria impróprio considerar que, em terras da América portuguesa, os missionários, apesar de agirem ostensivamente como Frei Bartolomé da Las Casas fazia em terras espanholas, em pensamento sustentavam o que já idealizava Ginés de Sepúlveda – o mais acre e ardoroso opositor da obra de Las Casas em terras hispano-americanas –,¹⁵⁷⁹ na Espanha, partidário do mais extremo da violência intolerante contra os bárbaros americanos – *compelle intrare*. Assim, os gentios locais eram muito mais identificados como “porcos ou cães, ruins e indignos”, do que como “bons selvagens”. Somente a partir do século XVIII é que a exaltação dos indígenas, dos antigos naturais da terra, irá surgir entre os autores da língua portuguesa, como um símbolo ou idealidade da luta dos luso-americanos contra os portugueses europeus.¹⁵⁸⁰

Como conclusão por essa excursão em torno dos mitos geográficos que eram difundidos no tempo dos descobrimentos marítimos, e que influenciaram os notáveis feitos daquelas gentes quinhentistas e seiscentistas, portuguesas e espanholas, é que os seus aventureiros, povoadores, descobridores vieram buscar – e acabaram encontrado – o seu cenário ideal, formado de mitologias e nostalgias ancestrais, assinalando seus feitos e experiências. Os portugueses não foram exceção à regra, mas os registros apontam o quanto foi reduzido a sedução de tais mitos nos seus contatos com novos mundos. O frenesi e a esperança de realizar coisas impossíveis não estão presentes no ânimo desbravador português, sendo que os cronistas da época ressumam razões eminentemente pragmáticas – em detrimento das especulativas – em face do espetáculo do novo. Longe de ser uma atitude moderna frente à cultura da época – marcada por formas e imagens tradicionais –, esse comportamento é fruto direto da realidade portuguesa, de uma monarquia prematuramente centralizada que, se logrou tornar possível a obra pioneira e revolucionária dos seus navegantes, não se livrou – ao contrário, preservou – certos traços antiquados da sociedade e mentalidade portuguesa medieval, enfim, da nobreza tradicional.¹⁵⁸¹

A própria descrição que consignaram nas crônicas – visão plácida das terras descobertas, atenção a pormenores episódicos, imediatos, particulares, anedótico, à curiosidade terrena, descrições miúdas, relatos escrupulosamente nítidos e fidelíssimos aos fatos como se apresentassem, realismo meramente descritivo que seria um acúmulo de minúcias justapostas, enfim, ausente das induções audazes, reflexões, idealismos, fantasias ou

¹⁵⁷⁹ Sobre o famoso embate que envolveu as duas personalidades vide: LAS CASAS, Frei Bartolomé de. **O paraíso destruído**: a sangrenta história da conquista da América espanhola; brevíssima relação da destruição das Índias. 6. ed. Porto Alegre: L&PM, 1996. 158 p.

¹⁵⁸⁰ HOLANDA, Visão..., p. 314.

¹⁵⁸¹ HOLANDA, Visão..., p. 315.

mesmo senso de unidade que marcava o renascentismo, e mesmo de conceitos prévios para aderir ao mundo sensível – revelam o ânimo conservador do olhar, que reproduzia uma disposição marcante no espírito português da época. Sem muito erro, é possível asseverar que esse quadro comportamental intelectual se aplicaria à totalidade dos historiadores ou cronistas portugueses do século XVI – interessados nas coisas da América lusitana –, mesmo entre aqueles que se entregavam a um critério de observação que parecia serem eles dotados de uma objetividade e minúcias próprias de um trabalho científico, sendo que essa postura irá verificar presente ainda em alguns escritos do século XVII.¹⁵⁸²

A persistência dessa disposição intelectual portuguesa, sem a influência dos padrões intelectuais humanístico já na era do barroco, não era um caso circunscrito a poucas pessoas. “O que nela parece refletir-se é o modo de sentir e é a *forma mentis* de toda uma sociedade que só aparentemente se despojou dos padrões velhos”.¹⁵⁸³ Trata-se de uma postura conservadora natural, genuína, portanto, bem longe de ser considerada como uma atitude deliberada voluntariamente naquele sentido, e voltada para produzir os efeito que produziu. Em todas as atividades dos portugueses daquela está presente essa marcante postura, impregnada até mesmo nas ações e feitos que eles executaram e realizaram de forma pioneira. Os portugueses foram os iniciadores, na Europa, da expansão ultramarina, mas isso não significou novas posturas nos processos de conquista e colonização; se comparados aos castelhanos – também ligados fortemente a tudo (culturalmente) que pudesse ser salvo do passado medieval –, a obra dos portugueses no além-mar superou-os em muito, e foi marcadamente e eminentemente tradicionalista. Os espanhóis, nesse sentido comparativo, foram originais em suas aventuras ultramarinas, pois onde aportaram eles procuraram imprimir um cunho nitidamente imperial para suas conquistas e colonizações, intenção imperial essa que terá ligações – motivações – antigas e também mais próximas à época dos descobrimentos, e que será lembrado – mesmo que indiretamente – pelos súditos do soberano espanhol do período – Carlos V.¹⁵⁸⁴

De fato, apesar do Novo Mundo fornecer os fabulosos tesouros à Espanha, ele não passava de um mero instrumento da Coroa espanhola para a sua política européia e mediterrânea, ocupando uma importância praticamente exígua no pensamento do Imperador. Por paradoxal que fosse, os esforços do soberano espanhol era no sentido de resgatar em torno de si a idéia medieval de império – *Sacrum Imperium Romanum* –, entretanto, seu legado

¹⁵⁸² HOLANDA, Visão..., p. 315-6.

¹⁵⁸³ HOLANDA, Visão..., p. 316.

¹⁵⁸⁴ HOLANDA, Visão..., p. 316-9.

concreto e real é o moderno império espanhol – fundador do império espanhol em seu sentido moderno –, e iniciador do moderno colonialismo, enfim, sem saber e sem querer, seus esforços realizaram outra coisa diferente do que tinha por intenção inicial. Seu sucessor, Felipe II, tentará, junto ao Papa, ser coroado Imperador das Índias, o que será recusado, entretanto, revelando tal ato, o grau de maturidade que havia alcançado – consciência – dos feitos espanhóis no ultramar, enfim, uma nova consciência imperial dessa gente.¹⁵⁸⁵

Se a Espanha de Castela desejava imprimir um marca imperial nas suas conquistas e colonizações, esse fato contrasta vivamente com Portugal, cujas conquistas e colonizações são marcadas por um caráter disperso, fragmentário, linear, de feitorização – mais do que colonização. Em realidade não havia um império português quinhentista, mesmo considerando a extensa ocupação de seus estabelecimentos no além-mar, e o que os mesmos representavam para Portugal. Portugal tinha por costume edificar estabelecimentos costeiros para realizar permutas com as tribos e reinos indígenas locais – sem preocupar-se em submeter ao seu domínio imediato vastas extensões de terras, sendo também atitude que conciliava os preceitos celestes com os proveitos terrestres –, enfim, as feitorias, velha tradição que fora quebrado pelos conquistadores espanhóis, e que não deixava de encontrar apoiadores entre os próprios espanhóis, frente ao que Cortez¹⁵⁸⁶ e seus seguidores fizeram na

¹⁵⁸⁵ HOLANDA, Visão..., p. 319-20.

¹⁵⁸⁶ Hernán Cortés (1485-1547), Marquês do Vale de Oaxaca, conquistador espanhol do México. Nascido em uma nobre família espanhola, com 19 anos embarcou rumo à América espanhola, chegando em 1504, à ilha de Hispaniola – atualmente Haiti. Participou, em 1511, da expedição que conquistou de Cuba, sob o comando de Diego Velázquez, e como resultado, torna-se um homem de posses, começando a preparar, com a ajuda de Velázquez, uma expedição para colonizar o México. Apesar desse último, que procurou retirar-lhe, no último instante, a responsabilidade da empresa, assumiu repentinamente o comando e iniciou uma expedição para o México – em fevereiro de 1519. Após ter fundado Veracruz – abril –, conquistou o reino de Tlaxcala, marchando, depois, sobre Tenochtitlán – atual Cidade do México –, capital do Império Asteca. Cortés impôs a soberania espanhola ao Imperador Montezuma, fazendo-o prisioneiro – novembro –, mas teve que enfrentar a revolta de Tenochtitlán. Após um primeiro fracasso – 30 de junho de 1520 –, a cidade asteca foi tomada e destruída em agosto de 1521. Cortés, nomeado, em 1522, governador-geral da Nova Espanha por Carlos V, dedicou-se, então, ao estabelecimento do poder espanhol sobre todo o Império Asteca. Foi, porém, obrigado a enfrentar a hostilidade e as intrigas dos outros conquistadores. Convocado à Espanha em 1527, retornou ao México com novas honras, mas poderes diminuídos. Cortés explorou, então, a região do golfo da Califórnia – 1536. Contudo, desentendendo-se com o vice-rei da Nova Espanha, Mendoza, voltou à Espanha e participou da expedição de Argel – 1541. Terminou sua vida em semidesgraça. A forma como Cortés conquistou o México, com o Império Asteca em superioridade numérica incomparável frente aos invasores, é objeto de estudos e especulações. Sinteticamente está registrado que quando Cortés chegou à Veracruz, foi recebido por mensageiros astecas. Sua chegada coincidiu com o vaticinado retorno do deus-rei Quetzalcóatl asteca, e ele foi saudado pelo Imperador Montezuma em Tenochtitlán, a capital asteca. Suspeitas brotavam, no entanto, entre os astecas, e Cortés deteve Montezuma com refém, forçando-o a negociar com seu povo. Nesse meio tempo, Velázquez – que havia se desentendido com Cortés – enviou uma força chefiada por Panfilo de Narvaéz para encontrar Cortés, mas ele os converteu para o seu lado em Veracruz, em 1520. Ele voltou então para Tenochtitlán, onde havia irrompido uma luta dos espanhóis contra os astecas durante a sua ausência. Montezuma foi mortalmente ferido e o novo Imperador asteca, Cuauhtemoc, liderou os astecas para desalojar os espanhóis da cidade. Cortés retornou no ano seguinte e o cerco final durou 93 dias, com a queda da cidade em 13 de agosto de 1521. O resto do Império foi rapidamente subjugado, mas uma expedição para Honduras, em 1524, fracassou. Cortés foi perdoado por sua rebeldia por Carlos I da Espanha e recebeu como prêmios propriedades, mas passou a maior parte do

América espanhola. É justamente essa atitude portuguesa em terras além-mar, que dará ensejo às contestações para as pretensões de Portugal ao monopólio sobre terras e mares distantes – a tese é que Portugal não havia realmente se apoderado das ditas terras e mares –, emergindo a figura intelectual de Hugo Grotius¹⁵⁸⁷ na defesa dos interesses da Holanda.¹⁵⁸⁸

É fato que Grotius confrontou a conduta dos espanhóis na América com a conduta dos portugueses nas Índias Orientais – entre as primeiras localidades onde os portugueses introduziram feitorias –, em relação às suas atitudes e comportamentos ora com os naturais das terras reivindicadas pelos dois povos ibéricos, e constatou que, se os espanhóis foram violentos em sua conduta, os portugueses foram pérfidos – falsos, traidores, desleais –, de tal forma que ambos praticaram espoliações e crueldades contra dos povos autóctones, e ambos possuindo a mesma culpa quanto ao mal que causaram aos nativos locais em sua rapacidade e avariza. De fato, antes dos portugueses passarem a adotar o mesmo modelo de colonização praticado pelos castelhanos, a ação colonizadora dos portugueses no Oriente era dotado de tais características apontadas por Hugo Grotius. Os diversos registros portugueses do período apontam as circunstanciais razões do Rei Dom Manuel a adotar, no Oriente, os métodos que dessem a Portugal os maiores lucros com os menores dispêndios possíveis, sendo que, à medida que os motivos – contextos – para adoção dessas medidas diminuía ou cessavam, outros processos colonizadores eram adotados.¹⁵⁸⁹

A política colonial iniciada com D. Manuel era voltada para a paz e não a guerra, favorecendo a amizade com os povos indígenas locais, a fim de comerciarem ouro e prata locais em troca das muitas mercadorias que os portugueses levavam do Ocidente. Essa atitude cautelosa era de modo a favorecer a penetração dos interesses portugueses naquelas partes do mundo, capitaneada por ninguém menos do que a própria Coroa portuguesa – com sua Fazenda Real –, como o negociante nessas localidades, dando, assim, maior autoridade e crédito ao negócio, bem como conservando ele mais duradouramente. Nas localidades de

resto de sua vida lutando no México ou na Espanha. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 7; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1. Sobre o assunto da conquista do México pelos espanhóis, vide TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 328 p.

¹⁵⁸⁷ Hugo de Goot – ou Grotius – (1583-1645), jurista e diplomata holandês. Em sua obra *Sobre o direito da guerra e da paz* (1625), esforçou-se para prevenir e regulamentar as guerras. Um dos fundadores do Direito Internacional, realizou a primeira grande sistematização do Direito Internacional moderno; defensor da liberdade dos mares, e reconhecedor da existência de um direito natural que os Estados não poderiam ficar alheios ou desconsiderar, apesar de sua independência, condicionando o entendimento de guerra justa e procurando explicar o Direito que rege a comunidade internacional. In: SOARES, Albino de Azevedo. **Lições de direito internacional público**. 3 ed. Coimbra: Coimbra, 1986, p. 54-5; DUPUY, René-Jean. **O direito internacional**. Coimbra: Almedina, 1993, p. 12.; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 12.

¹⁵⁸⁸ HOLANDA, Visão..., p. 320-2.

¹⁵⁸⁹ HOLANDA, Visão..., p. 322-3.

maior contato e comércio, o Rei mandava assentar feitorais por conta de sua Fazenda Real, construindo casas-fortes para guardar a defesa das mercadorias e pessoas que ali vivessem. Nos locais onde os portugueses eram mal recebidos e havia resistências a qualquer tipo de paz e comércio com Portugal, não hesitavam os europeus e pegarem em armas a fim de subjugar o povo recalcitrante, domando-os pela força e construindo as feitorias não como casas-fortes, mas como fortalezas por onde eles colocavam a todos sob sua obediência.¹⁵⁹⁰

Para um pequeno reino – territorialmente e em população –, efetivamente tais expedientes eram mais conformes às suas reais possibilidades para ser um país colonizador. Enquanto outros países não interferissem nos negócios portugueses, Portugal retiraria de suas práticas grandes vantagens, sendo que os registros atestam esse fato e feito português; um registro inglês da época revela a preocupação inglesa sobre o bom êxito dos negociantes lusitanos que, sem dispor de qualquer fortaleza na costa africana, praticavam ali um intenso comércio, revelando que também na costa africana era reproduzido o mesmo processo comercial que sucedia na Ásia e Oriente em geral. Uma análise mais acurada revela que os historiadores e estudiosos das diferenças de conquista e colonização empreendidas por Portugal e Espanha sempre apontam a desproporção em gentes e recurso materiais para ter realizado, na época, o que Espanha fez; entretanto, essa comparação Portugal e Espanha é rigorosamente imperfeita, uma vez que os feitos espanhóis eram em realidade feitos do Reino de Castela, e não da Espanha tomada em bloco. As terras transoceânicas eram da Castela, sem excluir outros povos que pertenciam à Coroa espanhola – sob o cetro de Castela –, exclusivismo esse praticado com muito rigor pelos castelhanos. Se esse paralelo ainda assim revelava ser desproporcionalmente desfavorável a Portugal, é ainda preciso cotejar o fato de que Castela se dedicava à política européia, utilizando esses mundos distantes como um instrumento dessa política, vale dizer, como meio para auxiliar na construção da hegemonia espanhola – Castela – na Europa, e a isso se atiraram muitos soldados e aventureiros, sem pensarem muito na América em si, apesar de toda riqueza que dela extraíam; Portugal, ao contrário, vivia em função de suas terras ultramarina e para elas apenas.¹⁵⁹¹

Carlos V, com sua infantaria espanhola, tentou colocar a Espanha no lugar da Alemanha, como centro do Santo Império, e seu sucessor, Felipe II, continuou o empreendimento militar espanhol na Itália, Holanda e Alemanha, fato esse que continuou a exigir o recrutamento do soldado espanhol, admirado por seu denodo, e malquistado por sua soberba, quando não ridicularizados pelas outras gentes européias pelo seu sentimento de

¹⁵⁹⁰ HOLANDA, Visão..., p. 323.

¹⁵⁹¹ HOLANDA, Visão..., p. 323-4.

vanglória, grandeza e nobreza que sustentavam e ostentavam indistintamente, tanto os fidalgos como a gente popular espanhol. Aliás, as gentes espanholas tinham em comum o fato de, nesse período, sustentarem com denodo e galhardia uma prosápia de sangue, serem afetados pelo porte e trajar pessoal, pelo excesso de suscetibilidades – melindroso, que se ofende e se ressentem com facilidade, idiossincrático –, pundonor – amor-próprio, dignidade, reputação –, e no ponto de honra, e exibição de apelidos prolixos e altissonantes – uso que não se achavam imunes inclusive os portugueses. O afã guerreiro fazia o gosto e atraía esses espanhóis para dentro da Europa, especialmente à Itália, sede da Santa Sé.¹⁵⁹²

Diante desse quadro, haveria de se questionar de onde emergiria mais homens espanhóis para a conquista de novos mundos, e perseguir, sem esmorecimento, a política imperial em terras além-mar. Não deixa de ficar explicado e justificado, portanto, o fato de que o descobrimento, conquista e colonização espanhola ter sido levado a cabo por particulares, pelo esforço privado e da ação individual predominando sobre a ação oficial do Estado, enfim, um feito das gentes do povo, mas que a Coroa atuará para, ao final, erguer o império espanhol nas Índias. Na América portuguesa e nas possessões lusitanas espalhadas pelo mundo oriental, diferentemente, é a presença ativa da Coroa que se faz sentir com todo seu peso, a partir do momento que se inicia a colonização regular, mesmo que em certas ocasiões e lugares pareça que essa presença não é certa. A Coroa portuguesa, assim, procura reproduzir em todos os lugares, a forma tradicional de colonização, vale dizer, “sistema de povoamento litorâneo, permitindo contato mais fácil e direto com a metrópole e ao mesmo tempo previne, ou chama exclusivamente a si, enquanto tem forças para fazê-lo, as entradas ao sertão, tolhendo, aqui sobretudo, o arbítrio individual”. O espanhol, portanto, com um a liberdade maior, se encaminha naturalmente – em realidade, tudo concorre a isso – para o interior, atrás dos metais preciosos e conquista de impérios indígenas, sendo a exceção confirmadora da regra geral – Buenos Aires.¹⁵⁹³

A Coroa espanhola – castelhana – estimulava a busca pelas riquezas mineiras da terra, enquanto a Coroa portuguesa, mesmo interessada nessa busca, tendia a atrapalhar a fixação do colonizador no sertão, a fim de estabelecer moradas, mas procurando favorecer, antes de tudo, a fixação das gentes ao longo da orla litorânea. Significativo é analisar os documentos jurídicos dessa época, que regulavam a ocupação das novas terras; do lado castelhana, a orientação jurídica era expressa no sentido de evitar a escolha para povoamento das partes da marinha, com as razões para tal procedimento – presença de corsários, sítio não muito bom

¹⁵⁹² HOLANDA, Visão..., p. 324-5.

¹⁵⁹³ HOLANDA, Visão..., p. 325-6.

para a saúde, lugar de pessoas não trabalhadoras, onde não se estabelecem bons costumes, mas no caso de portos, se povoe apenas com pessoas necessárias ou suficientes para entrada, comércio e defesa da terra –; entretanto, do lado português, a orientação expressa era no sentido de não adentrar em terra firme no interior, sem licença especial emitido por emissário oficial do governo, nem mesmo ir por terra de uma capitania a outra, havendo previsão de multa ou castigos físicos – conforme a “qualidade” da pessoa – para quem infringisse a regra. Apesar dos documentos jurídicos apontarem expressamente diferenças de concepções sobre a atitude que cada conquistador e colonizador, de cada diferente povo, deveria praticar em terras estranhas, isso – tais textos legais –, por si só, não é suficiente para permitir compreender, em toda suas extensão e alcance, as características peculiares dos feitos colonizadores, tanto espanhóis quanto portugueses, ainda mais em culturas frente a terras desconhecidas onde vigorava o entendimento “obedeço, porém, não cumpro”.¹⁵⁹⁴

É preciso considerar que a Espanha, governada pelo Reino de Castela, deu margem de liberdade administrativa e jurídica a diversas regiões que eram dependentes da Coroa de Castela, sendo que, nas terras do Novo Mundo, também reproduziu essa liberdade, deixando uma margem de arbítrio inicial aos conquistadores, resultando em dificuldades para a Coroa intervir mais decisivamente, posteriormente, nas terras de ultramar. Em termos formais, as Índias de Castela foram incorporadas politicamente à sua Coroa, embora sujeitas às leis castelhanas – portanto, sem a liberdade de formularem suas próprias leis – mas desfrutavam, em certo grau da mesma liberdade que outras regiões européias dependentes da Coroa castelhana; mais ainda, Castela equiparou os crioulos – descendentes de espanhóis nascidos na América –¹⁵⁹⁵ e os índios americanos, aos castelhanos europeus. Diante disso, é de se questionar se seria possível afirmar – como foi feito – que as Índias não eram colônias espanholas, e se a equiparação formal tinha exata correspondência na prática.¹⁵⁹⁶

O fato é que a aparente descentralização das terras castelhanas no ultramar, é reflexo da ausência de uma verdadeira unidade nacional – havia na Espanha, no período, unidades dinásticas nas terras européias submetidas à Coroa de Castela –, onde cada “um dos antigos reinos peninsulares mantinha sua própria personalidade política e jurídica”. Esses particularismos revelariam uma contradição com a forma imperial que assume rapidamente a expansão castelhana no ultramar, entretanto, tudo indica que “as duas expressões, divergentes

¹⁵⁹⁴ HOLANDA, Visão..., p. 326-7 e nota de rodapé n. 21.

¹⁵⁹⁵ Crioulo é expressão que designa indivíduo de raça branca nascido nas colônias européias de além-mar, particularmente da América; também diz-se do dialeto falado por essas pessoas; dizia-se do negro nascido na América. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [].

¹⁵⁹⁶ HOLANDA, Visão..., p. 327.

na aparência, e até opostas, se completam e se fertilizam admiravelmente”. No caso de Portugal, a acentuada centralização da Coroa reproduz-se, tanto quanto possível, na administração colonial, sendo que a preferência da ocupação do litoral reflete essa condição – proteção das terras ultramarinas de intrusos, a partir da costa, e eficácia maior dos ganhos da participação econômica e administrativa da Coroa. Não sem razão, na América portuguesa, a penetração às terras interiores se dará mais vigorosamente a partir de lugares onde a metrópole pode exercer uma ação menor sobre os ânimos dos moradores pelas riquezas minerais da terra.¹⁵⁹⁷

Mas essa preferência pelo povoamento litorâneo, apesar de aderir plenamente ao modelo administrativo fortemente centralizado que era a Coroa portuguesa, não se pode dizer fruto de uma política ponderada e calculada em seus detalhes para esse tipo de povoamento; trata-se de uma política de ocupação de uso corrente entre povos colonizadores, desde a antigüidade, que se impôs naturalmente. Como iniciou muito cedo a expansão ultramarina, Portugal adotou pronta a antiga fórmula colonial, que resistiu intacta da Antigüidade Clássica à Idade Média; de forma conservadora – como de resto foi a ação colonial portuguesa –, aplicou-se a fórmula na medida em que ela era aplicável. As próprias rotas do Atlântico, não deixam de ser marcas dessa atitude ou disposição conservadora – reproduzir o que já era feito e produzia certos resultados concretos – que, no caso, continuou obra de seus predecessores e mestres, quais sejam, os marinheiros italianos da Idade Média. Nas origens mais longínquas da expansão ultramarina lusitana está presente um grupo de italianos, contratados pela Coroa, voltados para desenvolver a marinha do Reino, introduzindo métodos genoveses de navegação em Portugal, sendo que no comando do grupo e da marinha portuguesa está Micer Manuel Peçanha – o Pezagno genovês – cujo cargo de almirante passou a ser transmitido aos seus descendentes e colaterais da primeira década do século XIV a meados do século XV, conforme atestam os registros.¹⁵⁹⁸

Assim como nas repúblicas italianas, a marinha portuguesa desenvolveu forte marca mercantil; diferentemente dos venezianos e dos genoveses, os lusitanos não irão se libertar do seu apego à propriedade fundiária, “considerada instrumento decisivo de riqueza, em seus estabelecimentos coloniais”. Mas o domínio português se restringia ao estrito necessário para o exercício da atividade comercial ou predatória, observando-se também que, muitos desses estabelecimentos, diferentemente dos estabelecimentos das repúblicas italianas, estavam localizados muito longe da metrópole e ligadas a civilizações e técnicas muito rudimentares.

¹⁵⁹⁷ HOLANDA, Visão..., p. 327-8.

¹⁵⁹⁸ HOLANDA, Visão..., p. 328-9.

Na América portuguesa, o episódio das capitânicas hereditárias não significou uma ruptura com esse padrão de domínio, modelo herdado da colonização típica dos italianos na época, sendo que esse fato – donatarias – reproduzia o que era praticado desde longínqua época – registros de donatarias datam do século XIII e XIV –; o Mar Negro, a Criméia, as ilhas gregas, a Córsega já haviam recepcionado esses “cônsules” e “capitães” nomeados pela Coroa, voltados para dar conta dessa espécie de feudalismo financeiro da época.¹⁵⁹⁹

Se os portugueses foram conservadores em atitude, é certo que eles adaptaram a tradição de acordo com as circunstâncias próprias que se deparavam. De qualquer modo, os procedimentos colonizadores das repúblicas italianas obedeciam a um caráter menos individualista e mais tradicionalista que o praticado por Portugal – pelo menos os registros assim apontam para o caso da república veneziana. De fato, as repúblicas venezianas introduziram nas colônias uma organização feudal da economia e da sociedade que, com o passar do tempo, passou a ter marca capitalista; por exemplo, em Creta e em Chipre, eles introduziram – muito cedo – o sistema econômico de “plantações” – açúcar e algodão – prenunciado o que fariam os portugueses na Ilha Madeira e na América Portuguesa. Pelo menos num aspecto a expansão portuguesa irá se diferenciar daquele modelo edificado e cultivado pelas repúblicas italianas durante a Idade Média, que eles não procuraram abandonar, a fim de criar seu modelo próprio e original de colonização de outras terras; se as energias colonizadoras dos italianos eram de particulares, a expansão portuguesa é inseparável da hipertrofia sempre crescente do poder real, que resultará, cedo na Europa, o absolutismo do poder real – trajetória que resultará espontaneamente, de acordo com as circunstâncias e contexto político-social do país, portanto, não era um plano previamente calculado para atingir a finalidade ultramarina –, e será a Coroa o onipresente agente que irá estimular a vida econômica do país. A Itália, as repúblicas italianas, não conheceriam ou reproduziriam tal feito português.¹⁶⁰⁰

Em Portugal, o rei era o primeiro negociante do país, e os interesses privados ficavam sujeitos ao arbítrio da Coroa. Em nenhum outro país tal feito se reproduziu,¹⁶⁰¹ ou assim se fez a relação entre Coroa e comércio, qual seja, a instituição de um monopólio estatal de comércio. Esse monopólio régio é contestado em mais de um trabalho histórico, alguns até maliciosos e de cientificidade duvidosa, mas é fato que a Coroa, nos seus senhorios de ultramar, não renunciou – a não ser restritamente, e desde que não compromettesse o bom

¹⁵⁹⁹ HOLANDA, Visão..., p. 329-30.

¹⁶⁰⁰ HOLANDA, Visão..., p. 330-1.

¹⁶⁰¹ HECKSCHER, Eli F. **La época mercantilista**: historia de la organización y las ideas económicas desde el final de la Edad Media hasta la sociedad liberal. México: Fondo de Cultura Económica, 1983, p. 325.

sucesso do empreendimento – à sua possessão direta. Na América portuguesa, quando a Coroa decidiu realizar a efetiva colonização dessas terras, o fez de modo próprio, quando em Portugal é sinalizado o colapso eminente de sua força expansiva.¹⁶⁰²

Essa predominância do poder real reproduziu intacta a fórmula de construir uma linha de feitorias e fortalezas ao longo da costa litorâneas luso-americana, mesmo sendo o cenário americano ideal para a iniciativa privada se contrapor a essa força real sobre o destino colonial das novas terras e suas riquezas. Não à toa, que os colonos portugueses, onde se estabelecessem na época, eram denominados por “bate-praias”, que “viviam a arranhar as fraldas do mar como caranguejos”. A renitência desse tipo de colonização, além do exemplo italiano, também poderia ser o mais naturalmente adequado a essas gentes, por ser mais fiel aos padrões familiares do país de origem, onde a maior parte ativa de sua população dedicava-se aos trabalhos e atividades do comércio, navegação, pescaria, salinas, morando em praias e bocas de rios navegáveis. No interior de Portugal, por essa época, mesmo antes do intenso comércio com a Ásia, que praticamente despovoou o Reino, as marcas eram de uma desolada paisagem, muito pouco habitado, portanto, com muita pouca gente, nesse caso vivendo miseravelmente e até em cavernas, praticamente não havendo mantimentos e meios de transporte para viajantes, nem mesmo estradas; diante disso, eram raros os viajantes que se aventuravam pelo interior de Portugal, havendo época que durante cerca de quatro a cinco anos não se avistava em algumas regiões interiores, um único passante.¹⁶⁰³

Essa realidade sócio-econômica interiorana portuguesa fazia que os raros viajantes passassem sede e fome até que atingissem uma cidade de porte. Excluída a vida econômico-social da orla marítima portuguesa, toda a maior extensão do reino português era estéril, infeliz e inóspita. Lisboa, em contraposição a essa realidade estéril, admirava a todos que lá se dirigiam pela “pujança de sua atividade, a abastança de seu comércio, o concurso de inúmeros forasteiros de todas as origens, que lhe dão uma fisionomia quase ímpar na Europa”. Nos fins do século XVI, Lisboa será uma das três maiores cidades de toda parte continental européia, junto com Constantinopla e Paris. Enquanto cidade, ela conservou sua grandeza na primeira metade dos anos seiscentos, mas nessa época já retratava o abatimento que atingia todo Portugal. “O país vive, a bem dizer, do exterior e para o exterior”.¹⁶⁰⁴

A cidade do Porto sediará uma poderosa indústria naval e uma burguesia mercantil muito ativa, de tal forma que, à semelhança de Lisboa, será uma cidade que se desenvolverá

¹⁶⁰² HOLANDA, Visão..., p. 331-2.

¹⁶⁰³ HOLANDA, Visão..., p. 332.

¹⁶⁰⁴ HOLANDA, Visão..., p. 332-3.

excessivamente ou exageradamente frente a outras. Mas o mesmo fenômeno – hipertrofia de uma ou outra cidade – será desconhecido na colônia portuguesa sediada na América, entretanto, o que se mantém por essas novas terras é a mesma atitude de exploração econômica e social – muito mais intensa que na metrópole – já presente no reino, de tal forma que a essência da formação da América lusitana é em realidade uma terra e gente voltada para inicialmente fornecer açúcar, tabaco e alguns outros gêneros; em seguida, prover a Europa de ouro e diamante; depois, algodão; e, finalmente, café, para o comércio europeu. “Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, votado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem aquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia” luso-americana.¹⁶⁰⁵

Esse objetivo, da pessoa voltada para o além-mar, de costa para a terra, preservaria indefinidamente, enquanto lucrativa fosse, a tendência para o povoamento da faixa litorânea, que mais de um cronista haveria de apontar, sinalizando o quanto curta fora a conquista portuguesa na América, não tendo alargado ela mais ao interior – ao sertão –, contentando-se em ficarem nas bordas do mar, sinalizando serem os portugueses ruins colonizadores frente aos feitos que Castela havia elaborado – em terras americanas – em mesmo período de tempo. Assim, os brancos portugueses viviam ao longo da costa, mais como hóspedes do que povoadores, escreveria outro cronista, não fugindo a essa regra a própria expansão realizada rumo ao extremo norte, integrando o vale do Amazonas à América portuguesa, vivendo os colonizadores lusitanos às margens do grande rio e seus afluentes.¹⁶⁰⁶

Somente o tempo irá mudar tal situação, e, no século XVII, os feitos castelhanos irão empolgar os portugueses em sua parte na terra americana; efetivamente a esperança de encontrar um outro Peru era uma forte esperança – ou desejo – dos portugueses em terras americanas. Mas o alargamento da silhueta geográfica do Brasil se dará pelos mamelucos – descendentes de índios e brancos – e mazombos – depreciativo que era utilizado para designar o indivíduo nascido na América portuguesa, descendente de pais brancos – que tomarão rumo diverso daquela atividade colonial lusitana na costa, tudo concorrendo para fazer, paulatinamente, esmorecer entre os reinóis metropolitanos, a visão singela e tranqüila da América portuguesa, contida nos escritos dos seus primeiros cronistas. “Teremos também os nossos eldorados. Os das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai, até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios. A procissão dos milagres há de

¹⁶⁰⁵ HOLANDA, Visão..., p. 333.

¹⁶⁰⁶ HOLANDA, Visão..., p. 333-4.

continuar assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a Independência, sequer, ou a República”.¹⁶⁰⁷

3.1.4. CULTURA E MENTALIDADE IBÉRICAS COMO UM OUTRO MARCO RACIONAL E CIVILIZATÓRIO OCIDENTAL

Numa obra instigante, voltada para descortinar as razões das diferenças sociais entre a sociedade anglo-americana e a sociedade ibero-americana, Richard M. Morse acaba por fazer um estudo que irá resgatar desde o século XII europeu, a fonte das mentalidades, as diversas maneiras de conceber as idéias, o ser humano e a sociedade, no universo mental ibérico, integrando perspectivas; mas também revelando pontos de transição, viradas históricas, as convergências e divergências culturais e intelectuais. Nesse intuito, ele trafega por filósofos, teólogos, publicistas, historiadores, ensaístas e poetas; enfim, estabelece uma reflexão secular sobre civilizações, em especial, a civilização ibérica e seus feitos e influência em outros mundos, realçando a herança ideológica e institucional que o Novo Mundo ibérico recebeu – inescapavelmente – das nações que lhe deram origem.¹⁶⁰⁸

Para compreender a Ibero-América é preciso retroceder ao passado, mais além do ponto onde normalmente partem todas as investigações sobre as ações dos aventureiros e expansionistas ibéricos do além-mar, vale dizer, é necessário retroceder muito além dos anos quinhentos e seiscentos, a fim de verificar como se deu a formação cultural dessas gentes. Tal atitude é necessária, a fim de respeitar a história própria que marca os feitos e atitudes dessas gentes na época dos descobrimentos, independentemente dos juízos de valor que incidiram e ainda incidem acerca desse passado mais recente. Quando se escreve que o mundo ibérico, suas instituições e idéias, resultam arcaicos, ineptos e marginalizados, quem assim o faz procede como quem julga e se preocupa com o marco da evolução cultural –e o respectivo juízo de valor (um modelo pronto de cultura) que nele está inserido –, mas tal preocupação parece também indicar o não desejo pessoal de querer aceitar a história – uma resistência a aceder ao que foi e não pode ser mais evitado –, quando não a está recusando verdadeiramente e concretamente, como se a recusa em si pudesse apagar a história e a herança que ela carrega,

¹⁶⁰⁷ HOLANDA, Visão..., p. 334.

¹⁶⁰⁸ MORSE, O espelho..., p. 9-14.

vale dizer, o seu forte patrimônio cultural e se pudesse simplesmente colocar outro no lugar impunemente.¹⁶⁰⁹

Para compreender profundamente a Ibero-América é necessário partir da matriz moral, intelectual e espiritual que deu origem, na Europa, a diferentes tradições intelectuais e culturais, vale dizer, matriz que entre os séculos XII e XVII deu origem a modelos e padrões do que se denomina atualmente por “civilização ocidental”. No final desse período, na Europa, tais modelos perpassaram as diferentes subculturas – mesmo que vagamente – dos Estados nacionais novos e em perspectiva, portanto, traspassaram um panorama europeu complexo, rico em novas formulações culturais – originais e inéditas –, onde somente a força tenaz e presente de autoridades burocráticas e eclesiásticas poderia impedir e conter a crescente demanda pela transformação do antigo – da tradição – no novo que se desenhava no espírito humano europeu em diferentes povos. O que se sucedeu no Novo Mundo foi que a tradição ibérica – junto com a anglo-saxã, onde esta se estabeleceu – dominou o cenário americano, em detrimento da cultura e tradição francesa, alemã e italiana, que aqui não demarcaram território e estabeleceram novas sociedades, e, assim, não reproduzindo a história européia em novas terras, com seus dilemas morais, questionamentos ideológicos, hábitos e instituições, que acabaram por resultar na diáspora européia. O Novo Mundo fez parte da história européia de outro modo, produto-apêndice das forças econômicas, políticas e religiosas cujo palco principal era a Europa.¹⁶¹⁰

De certa forma, a idéia de que as colônias americanas e seus atores começaram sua história a partir de bases novas, conforme atesta certa historiografia sobre o Novo Mundo, acaba por deformar a sua própria história. Exorcizar o passado é atenuar um prolongamento dialético com o próprio passado, vale dizer, o passado europeu – portanto, inexoravelmente escrito em outras terras – e o que a Europa produziu como futuro – em todos os sentidos – para a América. Nesse sentido, nesse processo de exorcismação sucede outro fato, qual seja, não é incomum a autores trabalharem a América Latina – ou mesmo toda a América – com base num senso comum teórico¹⁶¹¹ – portanto, no nível inconsciente ou dissimulado – fundado no marco do pensamento europeu, especialmente a de que haveria um *projeto histórico ocidental*, que vem seguindo seu percurso há séculos, “passando por uma cadeia de

¹⁶⁰⁹ MORSE, O espelho..., p. 21-2.

¹⁶¹⁰ MORSE, O espelho..., p. 22-3.

¹⁶¹¹ No Brasil, no estudo do Direito, a expressão senso comum teórico – no caso, senso comum teórico dos juristas – está desenvolvida de maneira muito significativa e interessante na obra de Luiz Alberto Warat. Sobre parte de sua obra, e o trabalho em torno dos signos que dominam dissimuladamente ou inconscientemente a atividade do jurista, vide: WARAT, Luiz Alberto. **Introdução geral ao direito**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1994, 1995, 1997. 3. v.; WARAT, Luiz Alberto. **O direito e sua linguagem**. 2. ed. aumentada. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995. 120 p.

formulações logicamente intervencidas de variada ênfase filosófica e científica”, portanto, havendo elementos comuns já pré-estabelecidos aptos para estabelecerem um julgamento de valor – em diferentes momentos históricos – sobre, por exemplo, poder, autoridade e *status*, mas observando-se que idéias e jogos mentais possuem vida própria – e história –, escapando a limitações – ou delimitações – contextuais, como, por exemplo, pode ser observado para a evolução ou transformação de certas idéias como “razão de Estado”, “direitos à liberdade ou propriedade”.¹⁶¹²

De certa forma, tudo indica que está presente – de forma dissimulada ou inconsciente, ressalta-se mais uma vez – o senso comum teórico de que, para especificamente o futuro da América Latina, é seu destino aproximar-se aos imperativos de longo prazo da história ocidental, vale dizer, cumprir-se aqui, inexoravelmente, o denominado “Grande Desígnio Ocidental”, que, a seguir, será melhor abordado.¹⁶¹³

A tradição acadêmica retrata o período entre os séculos XII a XVII, na Europa, como a fase onde a Europa se urbaniza, ascende a burguesia, consolida-se os Estados nacionais, sucede a diversificação religiosa, desenvolve-se o capitalismo, ocorre a expansão ultramarina, e a revolução científica passa a dominar a visão do ser humano sobre seu universo; até hoje essas tendências estariam imperando ou em vigor, e os povos que domaram cavalos tornaram-se “mundialmente históricos para o tempo em que o fizeram”. Tratar-se-ia, assim, de uma história ocidental sempre voltada para um crescendo uma evolução progresso nesses termos indicados. Entretanto, essa interpretação é carente de uma outra história, qual seja, aquela que explica a nova sociedade americana interpretando-a a partir de seu significado cultural – fugindo das variáveis meramente sociais e econômicas. Por essa explicação, os problemas sociais presentes seriam essencialmente morais – basicamente acordos morais sobre o bem e o mal, o certo e o errado, no âmbito da ação e comportamento individual e coletivo – e onde se poderia localizar fundamentos religiosos se perpetuando em tais sociedades; tal interpretação do significado cultural seria compatível com a explicação sociológica.¹⁶¹⁴

Aos críticos que condenam essa visão determinista cultural, não podem desconsiderar ou descartar que o desenvolvimento do capitalismo e da cientificidade, originalmente alimentada e determinada por imperativos de ordem moral e religioso, adquiriu vida e motivação própria e já há alguns séculos vêm corroendo aqueles imperativos originais: (I) consciência e virtude convertem-se em interesse particular; (II) ciência converte-se em

¹⁶¹² MORSE, O espelho..., p. 23-5.

¹⁶¹³ MORSE, O espelho..., p. 25-6.

¹⁶¹⁴ MORSE, O espelho..., p. 26-7.

utilitarismo; etc. Assim, junto à história do grande empreendimento político, social, econômico e científico do Ocidente, coexiste a história das significações culturais – mais especificamente morais – que sustentaram – e sustentam – as diferentes sociedades e respectivas tradições. Nesse último aspecto há que se ressaltar: (I) a escolástica, que traçou os fios da filosofia natural e da moral greco-romana; (II) a doutrina cristã; (III) a ciência e a tecnologia de origem mediterrânea e asiática; (IV) a pura observação que foi se tornando cada vez mais sistemática. Portanto, no curso de séculos, mentes inquisitivas sempre questionaram os fundamentos de sua própria crença, do conhecimento, da existência, da causalidade, da moralidade, da salvação, e elaboraram paulatinamente – entre acertos e erros – o suporte epistemológico que permitiu ao ser humano elaborar construções intelectuais que são generalizações coerentes e plausíveis sobre si e o mundo que o cerca e seus paradoxos reflexivos, como, por exemplo, (I) ser e existência; (II) livre arbítrio e predestinação; (III) particulares e universais.¹⁶¹⁵

Nessa tarefa ingente, os escolásticos e sua racionalidade foram muito importantes, obtendo a primeira grande reconciliação dos paradoxos, de forma simplista, com a síntese tomista, no século XIII, que logo foi abandonada, devido à sua fragilidade, nessa busca humana por certezas absolutas; somente as revoluções religiosas e científicas permitiram encontrar uma saída para os problemas existenciais que a escolástica não logrou alcançar sucesso. Percebe-se, assim, que essa outra história do Ocidente – cultural, moral – não possui essa qualidade evolutiva da outra história – social e econômica –, apresentando a história moderna – sob ponto de vista cultural – como fruto de opções espirituais feitas em período formativo anterior. Essa história, que não é muito cultivada pela historiografia, é a história da psique interior de uma sociedade, psique que é “revelada em súbitos clarões espontâneos e arcaicos, mas sujeita a um processo cumulativo de racionalização, repressão, e sublimação”.¹⁶¹⁶

Se for possível colocar essa história marginalizada em capítulos, os seus primeiros e decisivos capítulos são voltados para a “tentativa concertada e multifacetada de construir a cosmogonia cristã com coerência, credibilidade e demonstrabilidade”. Desta forma, séculos após esse início, a revolução religiosa e a revolução científica foram pontos de chegada para o conjunto dos questionamentos que vinham sendo discutidos séculos antes; assim, antes de serem início de algo – enquanto revoluções –, elas foram respostas finais e com mesmo caráter fundamentalista – essencial, necessário, básico – para explicar o ser humano e o

¹⁶¹⁵ MORSE, O espelho..., p. 27.

¹⁶¹⁶ MORSE, O espelho..., p. 27-8.

universo. Dessas revoluções, a consciência privada e a ciência – com sua demonstrabilidade, teoria, experimentação, publicidade – revelaram ser não totalmente compatíveis, companheiras e dotadas de afinidades; ao longo dos séculos, a consciência tornou-se mais flexível e maleável que a ciência, a tal ponto de verificar-se contemporaneamente a ciência procurando programar a consciência das pessoas e dos grupos. Outro aspecto a ser destacado é que, após as duas revoluções, sucedeu ocorrer a trivialização, infantilização, marginalização ou simples supressão das preocupações dos escolásticos e dos primeiros cientistas com as questões primordiais, reduzidos ou simplificados através dos meios de comunicação de massa e pelas salas das conferências universitárias.¹⁶¹⁷

É forçoso reconhecer que as civilizações da América recepcionaram essa outra história marginalizada; no caso dos ibéricos, eles não aderiram em primeira hora à modernidade, tendo se comportado mais cautelosamente, sendo que no início da era moderna – final da Idade Média – eles fizeram mais que manter suas posições quanto a questões-chaves cultivadas durante a Idade Média – questões essas que se mantiveram em seu final –, em realidade, eles retrocederam, vale dizer, eles reafirmaram a escolástica e o que ela havia produzido até então, diante das implicações que as duas revoluções levavam. Nesse ato de retrocesso cultural frente à nova ortodoxia que emergia – ciência –, os ibéricos sabiam que os novos tempos impunham uma revisão do que culturalmente havia sido então cultivado no final da Idade Média. Os neo-escolásticos ibéricos do século XVI adotaram o tomismo, cientes de sua necessária modernização não abraçando um reacionarismo cego, uma vez que seus feitos no campo do pensamento e cultural não foram de pouca significação: (I) assentaram as bases do direito internacional; (II) forneceram a metafísica inicial para a moderna filosofia européia; (III) criaram formalmente uma racionalidade e normas para uma conquista do ultramar mais humana. Assim, emerge a opção ibérica, do ponto de vista cultural e civilizacional, formulado e mantido enquanto alternativa para a formação da civilização ocidental.¹⁶¹⁸

Sobre as origens da civilização ocidental duas datas merecem ser destacadas: (I) 1210, ano que ocorreu um sínodo em Paris, declarando inconveniente para estudos os *libre naturales* escritos por Aristóteles, asseverando, inclusive que tais obras deveriam ser corrigidas para deixarem de ser proscritas; (II) 1323, ano em que Tomás de Aquino é canonizado pela Igreja, significando, tal ato, fim da censura contra sua filosofia e a permissão ou direito, reconhecido pela Igreja, de alguém sustentar opiniões e realizar especulações desde

¹⁶¹⁷ MORSE, O espelho..., p. 28.

¹⁶¹⁸ MORSE, O espelho..., p. 28-9.

que não fossem teologicamente falsas. Esse período era de conflito entre cristandade e outros povos e culturas – Islã, cristianismo bizantino, mongóis, China, África, judeus – e também período de guerras, comércio, desenvolvimento da ciência, teologia, filosofia natural, matemática, recuperação da herança grega, assimilação da ciência e tecnologia de estrangeiros – árabes, Índia e China. Essas mudanças requeriam uma nova lógica e ciência, que ao longo dos séculos adquiriram as marcas racionalista e universalista, mas também influíram no desenvolvimento da inteligência pessoal e social, bem como nos valores morais e nas razões últimas para a crença e a ação humanas.¹⁶¹⁹

Pedro Abelardo,¹⁶²⁰ que viveu entre o final do século XI e a primeira metade do século XII, foi um pensador importante e influente, que antecedeu essas transformações espirituais na Europa de então; Abelardo mostrou que seria possível reexaminar os conteúdos da fé, a fim de produzir “uma estrutura logicamente demonstrável de racionalidades que sustentam a crença em todas as esferas de opinião e da ação”. Portanto, séculos antes da Reforma, Abelardo tocou no ponto fulcral acerca da dialética da ação e da decisão moral, “desenvolvendo as implicações do novo sentido moral e aplicando a razão para harmonizar as ambigüidades da tradição”. Apesar de ter escrito antes da redescoberta do vocabulário técnico aristotélico e antes da delimitação autorizada das fronteiras entre a fé e a razão – teologia dogmática e metafísica especulativa –, sua atitude não foi no sentido de um livre-pensador ou racionalista precursor da Ilustração. Sem desafiar a fé e, portanto, sem almejar demonstrar

¹⁶¹⁹ MORSE, O espelho..., p. 29-30.

¹⁶²⁰ Pedro Abelardo ou Pierre Abailard (1079-1142), filósofo, teólogo e erudito francês, que ganhou grande reputação ao ensinar teologia em Paris. As suas obras *Sic e Non – Sim e Não –*, *Padres da Igreja*, *Ética* ou *Conhece-te a Ti Mesmo*, são seus textos mais conhecidos. A primeira obra é uma coletânea de excertos aparentemente conflitantes sobre as Escrituras, sendo que a última uma análise da responsabilidade moral. Sua aparente ênfase na razão sobre a fé levou a um conflito entre ele e S. Bernardo de Clairvaux em Sens, em 1140, fazendo com que Abelardo acabasse sendo considerado culpado de heresia. Sua obra teológica foi polêmica, sendo que no seu texto, *Dialética*, distinguiu as palavras dos conceitos universais, enxergando na sua articulação o fundamento do significado da linguagem. Talvez ele seja mais conhecido pelo seu romance com Heloísa, sua aluna e sobrinha do cônego de Paris. Aluno de Santo Anselmo*, foi a Paris lecionar; amou Heloísa e os dois casaram em segredo. Quando a família descobriu, Abelardo foi castrado e recolhido a um mosteiro, e Heloísa tornou-se freira. Apesar de o casal não mais ter se reunido, suas cartas revelaram que a devoção e o amor que um nutria pelo outro não se arrefeceu jamais. O conjunto da correspondência dos dois amantes é considerado uma das mais belas obras da Idade Média. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 1. *Santo Anselmo (1033-1109), abade beneditino de Santa Maria do Bec, na Normandia (1078), tornou-se arcebispo de Cantuária em 1093, tendo sofrido, em sua trajetória de vida, o exílio por algum tempo. Sua teologia afirma que o conhecimento, embora necessário à crença, não constitui nem o ponto de partida nem o ponto de chegada da fé, pois está é sinônimo de amor e de contemplação de Deus. Santo Anselmo teve grande parte de sua reputação a uma prova da existência de Deus que ele supôs ter encontrado, e que expôs da seguinte forma: “temos em nós a idéia de um ser perfeito; ora, a perfeição absoluta implica a existência; logo, o ser perfeito existe”. Esta argumentação é também chamada de prova ontológica. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 2.

filosoficamente o seu mistério, o que ele fez foi defender a idéia de que “os artigos de fé podiam ser expressos como proposições sujeitas às leis da lógica e da gramática”.¹⁶²¹

Assim, no plano do pensamento, Abelardo trouxe a atitude da discussão e da explicação onde havia apenas, e privilegiadamente, afirmação e demonstração, trazendo para a teologia seu significado moderno. Mas esse teólogo e filósofo francês trouxe outro contributo importante para o pensamento e a ação humana, ao dar prioridade a aspectos internos, psicológicos, da ação moral, quando definiu o pecado não mais como uma transgressão da lei – ato objetivo –, mas uma atitude – volição interna, ato subjetivo – de desprezo por Deus, o Legislador. “Abelardo, portanto, esboça duas noções que são fundamentais para qualquer consideração da civilização ocidental: a de *ciência*, que aplica os primeiros princípios do intelecto na ordem teórica, e a de *consciência*, que os aplica na ordem prática”. As questões que se colocam agora são duas: (I) para o fundamento definitivo da crença, até onde iria – seria admissível ou aceito – a lógica da prova e do conhecimento científico; (II) para os veredictos finais na esfera moral, até onde seria possível esperar ou admitir-se que a consciência privada atuasse autonomamente para emitir os referidos veredictos. Assim, a busca de um *certificado objetivo da prova* e de uma *certeza subjetiva da consciência* a partir daí estaria sempre presente no período que vai do século XII a XVII na Europa – tradição escolástica, desintegração da escolástica, e posterior revolução científica e reforma religiosa.¹⁶²²

Após a morte de Abelardo, a segunda metade do século XII foi o período que o conhecimento saiu dos mosteiros e transferiu-se para as universidades, que continuariam a tarefa de investigação e síntese que caracterizaram a época da escolástica. Por volta do início do século XIII é que a obra de Aristóteles começou a chegar na Europa mas com vários problemas – tradução, versão, comentários –, mas revelando o que poderia ser um sistema filosófico amplo e coerente. O aristotelismo passou a desafiar o domínio do agostinismo,¹⁶²³

¹⁶²¹ MORSE, O espelho..., p. 30.

¹⁶²² MORSE, O espelho..., p. 30-1.

¹⁶²³ Santo Agostinho (354-430), doutor da Igreja, um dos teólogos mais destacados da Igreja Cristã primitiva. Nascido na África no Norte, romano, filho de pai pagão e mãe cristã – sua mãe foi Santa Mônica –, foi cedo atraído pelo maniqueísmo, sistema religioso que concilia elementos cristãos e pagãos. Durante muito tempo permaneceu alheio à Igreja, buscando nos prazeres da carne e nas seduções do maniqueísmo uma resposta às suas inquietações da época. Ensinou retórica em Roma e, depois, em Milão, onde abraçou o conhecimento neoplatônico do cristianismo. Convertido em Milão sob influência do Bispo (Santo) Ambrosio, sendo aí batizado em 387, para, em seguida, voltar para a África. Na África, Agostinho se desfaz de seus bens para promover, com alguns companheiros, uma forma de vida cenobítica – vida em comum, mas isolada –, experiência que manteve como bispo e que lhe permitiu elaborar, para uso dos religiosos, aquela que seria chamada a regra de Santo Agostinho. Assim, na África, a partir de então, passou a viver monasticamente, primeiro em isolamento, depois como padre – contra sua vontade –, e, após 395, como Bispo de Hipona, no Norte da África. A maior parte de sua produção literária foi de caráter pastoral ou polêmico. A obra *Cidade de Deus*, uma vindicação da Igreja

sendo que este combinava elementos de teologia e filosofia, estimulando já há oito séculos “a preocupação cristã com a alma e com Deus e afirmando que a fonte do conhecimento era o contato iluminado da mente com o divino”. Diferentemente, o conhecimento, para Aristóteles, emanava do mundo do senso comum a partir do que era visível e experimentado; sua “filosofia dispensava a imortalidade como salvação pessoal e necessitava de Deus apenas como um primeiro motor. Não postulava seres improváveis como o platonismo nem complicava imensamente a realidade observável como Occam.¹⁶²⁴ Era o pensador sistemático que apresentava ‘vislumbres deslumbrantes do óbvio’”.¹⁶²⁵

contra o paganismo, é, talvez, seu trabalho mais famoso, junto de suas *Confissões*, que contém uma descrição de sua vida pregressa e de sua conversão. Agostinho exerceu papel preponderante na Igreja do Ocidente, pois a sua teologia influenciou toda a teologia ocidental posterior, especialmente com sua visão psicológica profunda e com o sentido de absoluta dependência do homem em relação à graça divina, elaborado em sua doutrina da predestinação, da Igreja e dos sacramentos. Ele deixou uma imensa obra escrita, destacando-se, além das duas acima, a sua correspondência pessoal. Adversário das doutrinas heterodoxas – maniqueísmo, donatismo, pelagianismo etc. –, também foi um pregador incansável – quatrocentos sermões autênticos – e ao mesmo tempo exegeta e teólogo. O seu pensamento está centrado em dois pontos fundamentais, quais sejam, Deus e o destino do ser humano. Os grandes temas agostinianos – conhecimento e amor, memória e presença, sabedoria – dominaram a teologia ocidental até a escolástica tomística. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 1.

¹⁶²⁴ Guilherme de Occam (William of Ockham) (1285-1349), lógico, filósofo e teólogo inglês. Dominicano, procurou justificar as teses de sua ordem na controvérsia que o opôs a João XXII, chegando até a publicar panfletos contra o Papa. Excomungado, fugiu para Munique, onde redigiu suas obras mais importantes: *Comentário sobre as Sentenças de Pedro Lombardo* e *Suma de toda a Lógica*. Tomou parte na querela dos universais em favor do nominalismo. Recusou-se a atribuir existência mental a essências particulares e anunciou um princípio que foi retomado por Bertrand Russel: “Não é necessário multiplicar as essências sem necessidade” (*Navalha de Occam*). In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 12.

¹⁶²⁵ MORSE, O espelho..., p. 31.

No fim da década de 1240 – época em que Tomás de Aquino¹⁶²⁶ estava chegando à maturidade – não havia nas escolas estabelecidas o ensinamento de um sistema abrangente de filosofia. O currículo era composto de estudo sobre a gramática, literatura latina, lógica de Aristóteles e estudo das Escrituras – este último orientado de acordo com o compêndio de Pedro Lombardo –¹⁶²⁷, observando-se que o conjunto da obra de Aristóteles, que já era ensinado livremente na Inglaterra – Oxford –, ficou proibido em Paris até cerca de 1240, sendo que foi a partir da década de 1250 que o filósofo grego passou a ser sancionado pela Igreja e conhecido como “o Filósofo”. Mas o apogeu do pensamento sistemático cristão ocorreu nas duas décadas que se seguiram à morte, em 1274, do dominicano Tomás de Aquino e do franciscano Boaventura.¹⁶²⁸ O grande legado de Santo Tomás “foi unir os princípios filosóficos de Aristóteles com os preceitos da teologia cristã numa estrutura racional e harmoniosa, isenta de fantasias pessoais. Nem Deus era deslocado de seu papel de

¹⁶²⁶ Santo Tomás de Aquino (1225-1274), filósofo e teólogo italiano, doutor da Igreja – cognominado *Doctor Angelicus* – e um dos maiores teólogos da Igreja medieval. Muito forte dentro do movimento conhecido como escolástica, Tomás de Aquino ingressou na ordem dos dominicanos em 1240 ou 1243; estudou em Nápoles, Paris e Colônia, tendo sido aluno de Santo Alberto Magno. Tornou-se mestre em teologia, lecionou na Universidade de Paris, no *studium* da cúria romana (1256-9), novamente em Paris (1269) e, por fim, em Nápoles. Morreu em viagem, a caminho do Concílio de Lyon, do qual iria participar. Tornou o trabalho de Aristóteles aceitável na Europa Ocidental cristã, onde sua própria metafísica, sua percepção da mente humana e sua filosofia moral, foram desenvolvimento das de Aristóteles. O seu pensamento caracteriza-se por conciliar a filosofia de Aristóteles com o cristianismo, tendo também recebido influências de Platão, filósofos árabes, judeus e de Santo Agostinho. Entre Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino há uma diferença fundamental, qual seja, em Agostinho predomina a “ordem do coração”, enquanto que em Aquino “a ordem intelectual”. Com seu realismo metafísico, Tomás de Aquino recuperou o prestígio do pensamento aristotélico, estabelecendo a diferença entre filosofia e teologia, entretanto, elaborando a conciliação entre fé e razão. Para São Tomás, não pode haver incompatibilidade entre esses dois domínios, sendo que a razão deve operar livremente, sem temer encontrar algo contrário à fé, mas podendo deparar-se com verdades inacessíveis. É por isso que as verdades estritamente filosóficas não são contrárias à fé e tampouco são indiferentes a ela. Santo Tomás de Aquino estabeleceu uma rigorosa unidade em sua filosofia, tratando isoladamente as diferentes questões, mas unindo-as em sólida síntese; em todos os domínios – ético, jurídico, político, social –, as doutrinas tomistas são consequência de seu pensamento metafísico e teológico, onde cada ordem de realidade ocupa determinado lugar numa hierarquia que tem Deus como primeiro princípio e fim último; assim, também, ele deduz a existência de Deus, que pode ser visto a partir da própria natureza do mundo. Ele foi canonizado em 1323 e proclamado doutor da Igreja em 1567. Posteriormente o Papa Leão XIII faria de sua filosofia o pensamento oficial da Igreja Católica. Da enorme produção intelectual que deixou, destacam-se *De Ente et Essentia*, *Summa contra Gentiles*, e *Summa Theologica*. Seus principais argumentos estão expostos na obra *Suma Teológica*, que cobre toda extensão da teologia. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 23; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1.

¹⁶²⁷ Pedro Lombardo (1100-1160), teólogo Lombardo, que se tornou bispo de Paris em 1159. Sua importância se deve ao fato de ter escrito quatro livros – *Sentenças* –, que tiveram grande influência sobre a teologia medieval e que foram, antes da *Suma Teológica* de Santo Tomás de Aquino, a exposição de base – fundamental – do ensino religioso. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 18.

¹⁶²⁸ Santo Giovanni Fidanza Boaventura (1221-1274), teólogo italiano que foi nomeado superior-geral dos franciscanos em 1257. Procurou harmonizar as correntes discordantes existentes em sua ordem, sendo que Gregório X o indicou bispo e cardeal de Albano em 1273. Foi nomeado Doutor da Igreja em 1587, cognominado o “doutor seráfico”. Influenciado pela teologia de Santo Agostinho, compôs, em 1259, a sua obra *Itinerário da Mente para Deus*, onde distinguia seis etapas no caminho da alma para Deus e onde reafirmava a prova ontológica de Santo Anselmo. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 4.

criador onipresente, nem a razão humana era privada da capacidade de conhecer a verdade do mundo acessível a ela. Prescindindo da necessidade de uma ‘dupla verdade’, Tomás de Aquino tratava as verdades da fé e as do mundo natural como complementares e sempre compatíveis. Assim, sua reinterpretação de Aristóteles vinculava-se tanto ao neoplatonismo quanto à teologia cristã”.¹⁶²⁹

Essa arquitetura intelectual da fé e da razão devotada às questões do conhecimento do mundo natural – portanto, diverso da fé, mas que não poderia negá-la ou colocá-la em dúvida – passou a ser doutrina para a ordem dominicana de São Tomás de Aquino, mas os seus contemporâneos não lhe concederam a aceitação que posteriormente sua doutrina haveria de ter no período da Contra-Reforma – nessa época posterior, sua doutrina alcançou o estatuto de *summa* das crenças e da filosofia católicas. Mas para a época em que foi concebido, o pensamento de São Tomás – tomismo – foi inclusive considerado suspeito de semelhanças com o averroísmo¹⁶³⁰ latino – considerado, portanto, como “aristotelismo radical vinculado à doutrina do monopsiquismo e à posição de que a filosofia, ou a razão natural, devia ficar separada da teologia”. O averroísmo era incompatível com o tomismo, mas, em 1277, o bispo de Paris acabou proscurendo várias posições tomistas, junto com as doutrinas averroístas; apesar de meio século depois a condenação do tomismo ser revogada, mesmo assim isso não foi suficiente para elevar essa doutrina a uma posição de decisiva influência dentro do escolasticismo do final da Idade Média.¹⁶³¹

No século XIV, quando se inicia a dissolução da visão medieval – escolástica –, nem o naturalismo averroísta, nem a síntese tomista, lograram ainda ocupar um espaço predominante no novo mundo intelectual que se edificava, pois os tempos ainda não estavam maduros para um divórcio entre a teologia e a ciência natural, entre a fé e a razão; desta forma, o averroísmo ficou descartado até encontrar um porto seguro na Universidade de Pádua, “onde viria a inspirar (embora haja controvérsias a respeito) um programa científico, racionalista e anticlerical para as universidades italianas”. Os escolásticos em geral, mesmo não querendo abandonar todo arcabouço teológico que construíram, também não desejavam fortalecer a grande síntese tomista. O movimento nessa época é de buscar certeza tanto para o

¹⁶²⁹ MORSE, O espelho..., p. 32.

¹⁶³⁰ Averróis ou Abu al-Wallid Muhamad... ibn Roschd (1126-1198), filósofo islâmico que se esforçou para colocar o pensamento do Islã sob a autoridade dos raciocínios atribuídos a Aristóteles. Contra muitos adversários, mantém a tradição exegética do Corão, cuja verdade é, segundo ele, uma e não dupla. Contudo, a verdade é suscetível de ser interpretada em três níveis, quais sejam, filosofia, teologia e fé, segundo o grau de saber de cada um. A filosofia de Averróis foi condenada pela Igreja católica em 1270, mas nem por isso deixou de exercer uma profunda influência sobre os pensadores cristãos da Idade Média. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 3.

¹⁶³¹ MORSE, O espelho..., p. 32.

conhecimento como para a crença, ou seja, tanto para a razão como para a fé, de tal modo que mentes inquisitivas faziam investigações diretas dos fenômenos da natureza, evitando as interpretações de marcas especulativas, como até então se apresentavam dentro do modelo escolástico do pensamento cristão.¹⁶³²

Apesar de tal atitude ainda não significar o abandono da grande moldura cristã de pensamento, visão e interpretação de mundo, “nem a aceitação de uma razão natural auto-suficiente do tipo averroísta”, é fato que as indagações do século XIV “produziram tensões e fissuras na visão herdada do mundo”, iniciando as especulações sobre hipóteses não cristãs e não geocêntricas sobre a realidade. O pensamento, a razão, passa a aceitar a se orientar no campo das probabilidades ou da mera probabilidade, a fim de considerar um conhecimento como válido, sendo que Guilherme de Occam desenvolve a concepção epistemológica de que as naturezas ou essências universais¹⁶³³ somente seriam apreendidas ou alcançadas por meio

¹⁶³² MORSE, O espelho..., p. 32-3.

¹⁶³³ A expressão universal teve dois significados principais: a) significado *objetivo*, em virtude do qual indica uma determinação qualquer, que pode pertencer ou ser atribuída a várias coisas; b) significado *subjetivo*, em virtude do qual indica a possibilidade de um juízo – que diga respeito ao verdadeiro e ao falso, ao belo e ao feio, ao bem e ao mal etc. – ser válido para todos os seres racionais. Para se compreender os universais ou o universal, e sua importância dentro da trajetória humana em busca do conhecimento e das verdades que cercam o ser humano e sobre si mesmo, é preciso entender a “disputa dos universais”. A controvérsia, querela ou disputa dos universais designa a disputa intelectual travada acerca do real estatuto – *status* – ontológico dos universais – gêneros e espécies – que começou na escolástica no século XI e caracterizou toda a filosofia medieval, continuando depois, com formas pouco diferentes, na filosofia moderna. Essa disputa foi motivada por um trecho de *Isagoge* – Introdução – de Porfírio às *Categorias* de Aristóteles e pelos comentários de Boécio a ela relativos. O trecho de Porfírio é o seguinte: “Dos gêneros e das espécies não direi aqui se subsistem ou se são apenas postos no intelecto, nem – caso subsistam – se são corpóreos ou incorpóreos, se separados das coisas sensíveis ou situados nas coisas, expressando seus caracteres comuns”. Das alternativas indicadas por Porfírio nesse trecho, apenas uma não se encontra na história da disputa, qual seja, aquela segundo a qual os universais seriam realidades corpóreas. Em compensação, uma alternativa que Porfírio não previra verificou-se historicamente, pelo menos segundo dizem: o universal não existe nem no intelecto e é apenas um nome, um *flatus vocis*. Essa é a solução atribuída a Roscelin por Santo Anselmo e por João de Salisbury. De fato, as soluções dadas a esses problemas na Escolástica, e depois dela, foram muito numerosas, e muitas vezes diferindo por ninharias. Ao final, *Realismo*, de um lado, e *Nominalismo*, de outro lado, seriam as soluções fundamentais, mas Guilherme de Occam, na refutação sistemática que quis fazer ao realismo, enumerava seis formas fundamentais deste. Mas o essencial para entender tanto a origem histórica da disputa, quanto o alcance permanente que ela pode ter é que suas duas soluções fundamentais, realismo e nominalismo, correspondem às duas tendências fundamentais da lógica antiga e medieval, a platônico-aristotélica e as estóica. Essas duas tendências correspondem à *lógica antiga* e à *lógica moderna*, nomes medievais daquilo que mais tarde foi chamado de *formalismo*, de um lado, e *terminismo*, de outro lado. A primeira dessas correntes defendia as doutrinas lógicas tradicionais; a segunda a doutrina da *suposição* e os raciocínios antinômicos. Os tratados lógicos da Idade Média justapõem os dois troncos doutrinários, mas a inconciliabilidade e o antagonismo deles se manifesta na disputa dos universais, que denuncia a presença ativa, na Escolástica, de uma tradição lógica antiaristotélica, que é a estóica, haurida nas obras de Boécio e de Cícero. Assim, realismo e nominalismo constituem, portanto, as duas soluções típicas e iniciais do problema. Para o realismo, isto é, para a tradição lógica platônico-aristotélica, o universal é, além de *conceptus mentis*, a essência necessária ou substância das coisas. Para o nominalismo, ou seja, para a tradição estoicizante, o universal é um *signo* das coisas. O realismo e o nominalismo medievais constituem, assim, as duas alternativas sempre presentes na teoria do conceito. Mais especificamente, no que diz respeito ao realismo, é possível distinguir três formas fundamentais, que podem ser chamadas de platonizante, aristotélica e semi-aristotélica. A forma platonizante do realismo é atribuída por Pedro Abelardo ao seu mestre Guilherme de Champeaux (século XI), onde o universal seria a substância, e os indivíduos constituiriam acidentes dessa substância. A solução aristotélica é a mais comumente defendida na

do conhecimento dos casos individuais ou do conhecimento dos particulares, contrariando a noção em voga de que os universais seriam diretamente apreendidos pela mente. Diante desse novo panorama intelectual, proposições de fé “antes tidas como demonstráveis pela razão foram devolvidas às suas premissas fideístas [premissa que antepõe a fé à razão] originais”, ao mesmo tempo em que, para a razão, ampliou-se muito a esfera das proposições prováveis, ficando a certeza – relacionadas mais a questões de fé – relegada àquelas proposições que se referiam à vontade de Deus – portanto, não se discutia, mas se aceitava.¹⁶³⁴

Um indivíduo que antes era servo, um predestinado diante do mundo dos universais cultivados pela Igreja, agora passa a se perceber paulatinamente um indivíduo livre, dono de si, de seu destino e que tinha que entender agora a finalidade dos universais diante de sua nova realidade individual. Uma ordem metafísica de construção e visão de mundo cede para uma outra ordem lógica de construção e visão de mundo. No século XIV, portanto, se por um lado a certeza em Deus e no seu significado absoluto não é abalada, por outro lado a crença na incerteza e contingência de toda existência, passa a ser amplamente reconhecida.¹⁶³⁵

No fim da Idade Média, o escolasticismo era conservador – e também prospectivo –, no sentido que não se esforçava para fundar um pensamento sistemático e retrocedia a um momento anterior, voltado para “indagar a natureza da existência em seus próprios termos”, vale dizer, conforme a própria racionalidade escolástica que sempre foi adotado para abordar tais temas, somente com um diferencial, qual seja: capitaneada por Guilherme de Occam, a investigação humana abandonou os grandes problemas metafísicos e passou a reorientar-se em direção àquilo que poderia ser inferido da experiência. Assim, sem transgredir a ortodoxia intelectual, esse estreitamento de enfoque na investigação suspendeu as considerações

escolástica, sendo expressa por Santo Tomás, para quem o universal está *in re* como forma ou substância, *post rem* como conceito no intelecto e *ante rem* na mente divina como Idéia ou modelo da coisa criada; esses três universais perfazem apenas um, vale dizer, identificam-se com a essência, a substância ou a forma da coisa, que existe *ab aeterno* no intelecto do divino e que o intelecto humano abstrai da coisa. Finalmente, pode ser denominada de semi-aristotélica a solução encontrada por Duns Scot, segundo o qual o verdadeiro universal existe somente no intelecto, enquanto nas coisas existe uma *natureza comum* que se distingue *formalmente* da individualidade das coisas, e não numericamente. O caráter peculiar dessa solução está no princípio de distinção formal, que é uma das características da filosofia de Duns Scot. Por outro lado, o nominalismo é mais uniforme; excetuando a mencionada tese de Roscelin – sobre o qual, de resto, não existem documentos convincentes –, o nominalismo, de Pedro Abelardo a Guilherme de Occam, sempre sustentou as mesmas teses fundamentais, vale dizer, a redução do universal à função lógica da predicalidade, dividindo-se apenas no que diz respeito à atribuição ou não de realidade psíquica ao universal. Guilherme de Occam mostra-se indiferente a este último problema: nega, obviamente que o universal seja uma *species*, mas considera indiferente identificá-lo como ato do intelecto ou negar que tenha uma realidade qualquer na alma. Seu caráter fundamental é a função de signo, isto é, a *suposição*. Esses foram os princípios fundamentais da lógica terminista depois de Occam; noção análoga de universal encontra-se na teoria do conceito defendida pelo empirismo inglês a partir do século XVII, por Locke, Berkeley e Hume. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 981-2.

¹⁶³⁴ MORSE, O espelho..., p. 33.

¹⁶³⁵ MORSE, O espelho..., p. 33.

teológicas e metafísicas na observação do mundo, mas foi uma observação carente – epistemologicamente – de métodos quantitativos e experimentais, capazes de substituir a ênfase epistemológica centrada unicamente na classificação e definição aristotélica, que continuou ser praticada. Assim, mesmo com a falta de meios intelectuais adequados, estava justificado o estudo do mundo físico em si e por si. No âmbito da fé – teologia e prática devocional – também sucediam transformações importantes; a autoridade institucional da Igreja cede, frente à eficácia da fé pessoal, esta última propagada por várias tendências religiosas que emergem, como místicas, pietistas, apocalípticas.¹⁶³⁶

A visão cristã do mundo, no final da Idade Média, passava por sérias tensões e pressões, havendo, inclusive, fatos isolados que indicavam comportamentos revolucionários – contrários mesmo ao dogma cristão –, mas nada que se desenvolvesse de modo a influir decisivamente para o conjunto do sistema estabelecido, de forma que as hipóteses básicas – fundamentais – do cristianismo vigoravam firmemente para dar a visão e o sentido de mundo para os viventes da época na Europa ocidental. “A orientação dominante era, num sentido amplo, o *occamismo*, que multiplicava a investigação à revelia do grande imperativo sistêmico e fazia proposições inovadoras que cabiam no contexto tradicional, bastando para isso que se ativesse ao campo das hipóteses”.¹⁶³⁷

A visão *occamista*, é preciso ressaltar, não era rígida e dogmática; diferentemente, era uma visão experimental, tolerante e pluralista. Numa revisão do comportamento intelectual dos escolásticos medievais, há quem aponte que os primórdios da ciência moderna – portanto, o pensamento voltado para a razão e o conhecimento da natureza – seria datada e partir do último quartel do século XIII, e que noções científicas cultivadas pelos escolásticos seriam mais modernas que as de Johannes Kepler¹⁶³⁸ e Galileu Galilei, no sentido de que seriam

¹⁶³⁶ MORSE, O espelho..., p. 33-4.

¹⁶³⁷ MORSE, O espelho..., p. 34.

¹⁶³⁸ Johannes Kepler (1571-1630), astrônomo alemão. Nascido numa família pobre, foi admitido gratuitamente nos seminários de Adelberg (1584) e de Tübingen (1589), onde Maestlin, um ardoroso copernicano, o iniciou na astronomia. Após seguir os cursos na universidade, foi nomeado, em 1593, professor de matemática em Graz, de onde foi afastado, em 1600, por ser protestante. Partiu então para Praga a fim de encontrar Tycho Brahe e trabalhar em seu observatório nos arredores de Praga, ao qual sucedeu, pouco tempo depois (1601), como astrônomo do imperador Rodolfo II, e cujos cadernos de observações herdou. Tycho Brahe deixou para Kepler suas tabelas das posições estelares e planetárias e, com essas tabelas, depois de um grande esforço de análise, tentando construir um modelo matemático após outro que desse coerência e racionalidade à ordem cosmológica, ele conseguiu deduzir as leis que são conhecidas com o leis de Kepler. Nesse trabalho e trajetória intelectual, Kepler manteve uma confiança total nas observações de Tycho Brahe, mas teve a prudência de rejeitar sua cosmologia, contrária ao heliocentrismo de Copérnico. Estudando a trajetória de Marte, observada por Tycho Brahe, descobriu que as órbitas planetárias não eram circulares, mas sim elípticas. Assim, em 1609, em sua obra *Astronomia nova*, enunciou as duas primeiras das leis que lhe imortalizaram o nome: “As órbitas dos planetas são elipses nas quais o Sol ocupa um dos focos” e “As áreas cobertas pelo raio vetor que une o Sol ao planeta são proporcionais ao tempo”. Em 1619, em sua outra obra *Harmonia do mundo*, após cálculos minuciosos, lançou sua terceira lei: “Os quadrados dos tempos da revoluções siderais dos planetas são proporcionais ao cubo do

sensíveis ao papel da conjectura e da hipótese na construção do pensamento científico, não se sentindo “obrigados a demonstrar a certeza final, a despir totalmente a realidade”. Em sendo aceitável tal assertiva, torna-se inescapável considerar que seus métodos se assemelhariam mais aos praticados pela ciência do final do século XIX e XX do que do século XVI a XVIII. Evidentemente que não se pode querer, com isso, desconsiderar a revolução científica e os grandes feitos que dele emergiram, entretanto, é preciso levar em conta um fato corrente durante a Idade Média, em torno da razão e do conhecimento do mundo natural, qual seja, “a enorme significação do pensamento conjectural no período que (...) precedeu [a revolução científica]”.¹⁶³⁹

Para a questão do *certificado objetivo* da prova e da *certeza subjetiva* da consciência – no marco da *ciência* que aplica os primeiros princípios do intelecto na ordem teórica, e no marco da *consciência* que os aplica na ordem prática – os escolásticos elaboraram dois modos diversos – duas estratégias diversas – para conceber a experiência, de tal forma a não comprometer as duas questões acima: (I) “a estratégia *fictionalista* da hipótese, ou ‘salvar os fenômenos’”; (II) “a estratégia *probabilística*, que proibia afirmar uma certeza maior que a permitida pelo tema, mas, ao fazê-lo, autorizava opiniões prováveis quando a certeza era impossível”. Assim, é plausível considerar que a “reação dos filósofos e cientistas ‘revolucionários’ dos séculos XVI e XVII não foi contra o dogmatismo, o primitivismo teológico e o obscurantismo da época precedente, e sim contra o espírito pluralista e não concludente em que eram mantidos os fenômenos observados ou experimentados. O ficcionalismo foi útil aos matemáticos e aos físicos e filósofos de orientação matemática, enquanto que ao probabilismo aderiram filósofos naturais especulativos, lógicos e, sobretudo, teólogos e filósofos morais. Assim, Copérnico e Kepler foram grandes adversários do ficcionismo, Descartes¹⁶⁴⁰ e Pascal atacaram o probabilismo, e Galileu se opôs a ambos”.¹⁶⁴¹

grandes eixos de suas órbitas”. Assim, ele foi o primeiro a descrever precisamente as órbitas elípticas da Terra e dos planetas em torno do Sol, mas a explicação física dessas leis teve que esperar pela lei da gravitação universal de Issac Newton. Kepler dedicou-se desde então ao estabelecimento das chamadas *Tábuas rodolfinas* (1627), que da maneira mais exata possível indicavam as posições planetárias. Devem-se-lhe ainda importantes trabalhos em física. Sua obra *Dióptrica* (1611) é a mais significativa obra do gênero publicada antes da *Óptica* de Issac Newton. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 14; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.

¹⁶³⁹ MORSE, O espelho..., p. 34-5.

¹⁶⁴⁰ René Descartes (1596-1650), filósofo e matemático francês. Após percorrer a Europa, foi soldado, experimentou a vida mundana e, finalmente, retirou-se para a solidão – na Holanda –, onde passou 20 anos recluso. Sentindo-se inseguro na Holanda, por causa de suas opiniões filosóficas, aceitou o convite da Rainha Cristina e fixou-se na Suécia em 1649, onde morreu, de pneumonia, no ano seguinte. Seus principais escritos em latim são: *Regras para a Direção do Espírito* (escrito em 1628 e publicado em 1701); *Meditações* (1641); *Princípios de Filosofia* (1644). Em francês publicou as seguintes principais obras: *Discurso sobre o Método* (1637) e *As Paixões da Alma* (1649). Na matemática, inventou as coordenadas cartesianas – denominadas assim em sua homenagem – que permitiram a representação numérica de propriedades geométricas; assim, criou a

Mais que céticos e empiristas, os precursores da ciência moderna – como Galileu Galilei e René Descartes – foram, em realidade, cientistas “impacientes com as adaptações e contemporizações eclesíásticas, buscando arrancar a Palavra [de Deus] diretamente do Livro da Natureza e utilizando a prova matemática como fonte de evidência unívoca para o que era problemático no reino nebuloso da interpretação bíblica. O que os impelia não era o agnosticismo [posição metodológica que somente aceita uma proposição como verdadeira desde que através de uma evidência lógica satisfatória, desta forma, considerando a metafísica como fútil]¹⁶⁴², nem a falta de fé religiosa, mas o desejo de cimentar o conhecimento em bases totalmente demonstráveis”, fugindo do probabilismo e do ficcionalismo casuístico. Assim, mais do que negar a obra de Deus, queriam apresentar a mesma de forma mais persuasiva.¹⁶⁴³

geometria analítica com Fermat, e enunciou as propriedades fundamentais das equações algébricas e simplificou as notações algébricas. Na física, enunciou as leis do reflexo e da refração da luz. Na filosofia é geralmente conhecido como um dos fundadores do racionalismo. Procurou delinear as bases da certeza acerca da natureza do conhecimento, recorrendo para isso ao seu Método da Dúvida. Esse método consiste em suspender todo julgamento a respeito de toda crença ou convicção até que possa ser mostrado que ela deriva sistematicamente de crenças mais certas. O objetivo do método é alcançar uma opinião ou crença que não esteja sujeita à dúvida e construir todo conhecimento a partir desses fundamentos. Desse modo, poder-se-ia, segundo Descartes, refutar o ceticismo. No seu *Discurso sobre o Método*, ele afirma que a crença na própria existência do sujeito – *cogito ergo sum* (penso, logo existo) – é imune à dúvida. Tal crença se dá *a priori*, isto é, por princípio e independentemente de experiência ou casos específicos. Ela poderia, por isso, servir como crença básica para a construção do conhecimento verdadeiro. Descartes, assim, acabou por defender uma filosofia dualista, em que mente e corpo teriam naturezas distintas: a essência do “eu” seria o pensamento e a do corpo a extensão. A obra de Descartes estende-se a todos os domínios, mas sua primeira preocupação é fundar o método que permite ter acesso ao conhecimento claro e distinto, aquele cuja veracidade situa-se em Deus. O método aplica-se a todas as ciências do universo e a questão metafísica não é o fundamento necessário, mesmo que ela, de certa forma, garanta a validade do conjunto da filosofia cartesiana. O problema é, aliás, inteiramente atual em sua época porque, no momento e que Descartes se preparava para publicar um tratado contra a escolástica, Galileu Galilei foi condenado, e o filósofo julgou mais prudente renunciar à publicação. Fez aparecer, então, o *Discurso sobre o Método*, tentativa de conceber a unidade das pesquisas que empreendeu em física e astronomia. Esta obra iria ter sobre a história das ciências uma influência considerável pois reforçava a ligação entre experiência e conhecimento. Para Descartes, a metafísica, isto é, a prova racional da existência de Deus – que existe porque torna possível precisamente esta prova –, funda a validade do seu método. Nas *Meditações*, Descartes empreendeu um procedimento original e decisivo na história da filosofia ocidental. Num primeiro momento, demonstrou que é possível e, logo, necessário, duvidar de tudo, exceto da própria dúvida. Há, desta forma, em face do mundo exterior ou interior, a evidência de um ato de pensar, o *cogito*. Este pensar, que é pensar sobre o mundo ou pensar sobre si, mas de todo modo pensar sobre alguma coisa, prova, assim, que existe um ser que pensa, entretanto, o algo que é objeto de pensamento não tem existência assegurada como entidade autônoma: pode ser uma quimera forjada por um espírito mau que se diverte em enganar o “eu” pensante. Por que não concluir pela existência desse espírito mau? Simplesmente por que Deus existe: é ele quem garante o objeto do pensamento, quer este seja o mundo ou o “eu”. A física cartesiana depende estreitamente de sua metafísica: a racionalidade do mundo físico e biológico expressa-se exclusivamente em termos de causa e efeito; a racionalidade, de que Descartes lançou os fundamentos, aproxima-se do mecanicismo no que concerne ao vivo – teoria do animal-máquina. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 8; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996, v. 1. Vide também: DESCARTES, René. **Discurso do método**. Brasília: UnB, 1985. 110 p.

¹⁶⁴¹ MORSE, O espelho..., p. 35.

¹⁶⁴² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [].

¹⁶⁴³ MORSE, O espelho..., p. 35-6.

No plano dos reformadores religiosos, de forma semelhante eles atacaram o probabilismo e a casuística, partindo da determinação de elevar a consciência religiosa humana a partir de uma fonte aproximada de justa razão “para um acesso direto a normas universais da maior generalidade”. Diante disso, o que a “Igreja atacou ao longo de todo processo não foi o método experimental nem as opiniões inovadoras, mas a pretensão de conhecimento demonstrável – como certificado ou certeza – nos reinos físico e moral. O problema crítico, portanto, era a racionalidade dos pioneiros religiosos e científicos – Lutero, Calvino, Galileu, Descartes, Pascal – que surgiram dentro de áreas culturais católicas”. A Igreja, portanto, era reacionária aos novos vetores da epistemologia emergente, que influíam a racionalidade tanto da ciência como da religião, pensamentos novos que não podiam mais conviver com as adaptações e contemporizações eclesiásticas no plano da razão e no plano moral – probabilismo e ficcionalismo casuístico.¹⁶⁴⁴

As duas revoluções – religiosa e científica – não dividiram a Europa em duas. No plano da religião, o protestantismo se desenvolveu mais ao eixo norte da Europa, de leste a oeste dessa faixa geográfica; no plano da ciência, seu desenvolvimento se deu num eixo norte-sul, inclinado mais para a península italiana. Assim, de um lugar a outro foram os enfrentamentos e adaptações específicas e locais que determinaram os diferentes padrões revolucionários resultantes, tanto na religião quanto na ciência; por isso, na França sucedeu ocorrer uma “mescla extraordinária de iniciativa científica, filosófica e religiosa”, sendo que na Itália, sucedeu produzir-se “avanços revolucionários na ciência física e no pensamento político-moral”, mas sofria as pressões do catolicismo tradicional.¹⁶⁴⁵

Nesse contexto, a Península Ibérica permaneceu praticamente intocada pela Reforma protestante e pelo Renascimento italiano, não tendo passado por uma revolução científica, não produzindo obras políticas como o que sucedeu na Inglaterra – não produzindo uma teoria de contrato social –, não tendo manifestações de individualismo político, não produzindo uma revolução industrial. Mas no caso específico da Espanha, houve uma grande contribuição de seus pensadores para a filosofia do direito e a modernização da metafísica, permanecendo fiel ao ideal herdado do aristotelismo tomista e negligenciando as orientações pré-baconianas e pré-cartesianas dos seus filósofos considerados como mais críticos, entretanto, renovando originalmente a tradição eclesiástica herdada do período medieval. A Ibero-América tomou forma espiritual a partir dessa tradição europeia, especificamente ibérica.¹⁶⁴⁶

¹⁶⁴⁴ MORSE, O espelho..., p. 36.

¹⁶⁴⁵ MORSE, O espelho..., p. 36.

¹⁶⁴⁶ MORSE, O espelho..., p. 36-7.

O pensamento ibérico, através de importantes representantes, conheceu as novas tendências provenientes de toda Europa. Em 1470, regressando da Itália, Antonio de Nebrija, ao tomar conhecimento da situação acadêmica espanhola, decidiu montar sua fortaleza intelectual na Universidade de Salamanca – sua antiga universidade –, a fim de procurar resgatar a Espanha da barbárie cultural que se encontrava; mais tarde, já no curso do movimento humanista espanhol, Juan Luis Vives,¹⁶⁴⁷ erasmiano¹⁶⁴⁸ aclamado internacionalmente, acusava os lógicos espanhóis, sediados em Paris, de corromper a vida acadêmica da cidade, uma vez que tais lógicos e intelectuais, utilizando toda sua capacidade intelectual, estavam em realidade produzindo verdadeiras aberrações e comprometendo culturalmente o nome de Paris por toda Europa com uma má reputação. Os lógicos espanhóis estavam cultivando apenas requintadas frivolidades, enquanto que outras universidades estavam cultivando tanto conhecimento verdadeiro como disparatado – vale dizer, estavam fazendo verdadeiras investigações, com acertos e erros. Portanto, se a Península Ibérica não sofreu as revoluções culturais que se desenrolaram nos demais quadrantes da Europa, ela não era de todo insensível ao novo movimento que sucedida em sua vizinhança, sendo que seu desenvolvimento cultural não era absolutamente estancado, sem receber influxos externos, ou sem saber o que sucedida no desenvolvimento do conhecimento e da mentalidade em outros povos. Há historiadores, inclusive, que assinalam a reforma católica da Espanha como um ato

¹⁶⁴⁷ Juan Luis Vives (1492-1540), humanista espanhol, professor em Louvain (1519), em Oxford (1523), foi o preceptor de Maria Tudor. Dedicou uma parte de seus escritos a um projeto de renovação do ensino. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 24.

¹⁶⁴⁸ Erasmo de Roterdã – ou Roterdã, também conhecido como Desidério Erasmo – (1467 ou 1469-1536), humanista holandês de expressão latina. Foi a primeira grande personalidade europeia cuja fama e influência provieram da palavra impressa. Começou sua vida na obscuridade e pobreza; filho ilegítimo de um padre, entrou para a ordem agostiniana, mas deixou o mosteiro e viajou extensivamente pela Europa. Sucedeu que ordenado sacerdote em 1492, obteve do Papa Júlio II uma dispensa dos votos. Foi para a Inglaterra em 1499, onde conheceu Thomas Morus, que despertou sua admiração. Lançou, então, as bases de uma nova teologia, fundada no recurso ao texto grego dos Evangelhos e não só na tradução de São Jerônimo. Ainda hospedado na casa de Thomas Morus, escreveu sua obra máxima, *O Elogia da Loucura* (Paris, 1511), *Moriae encomium*, uma espirituosa sátira ao monasticismo e à Igreja, dedicada ao seu grande amigo, Thomas Morus. Em seguida foi para Basileia, Antuérpia, Louvain. Em 1516, publicou sua própria edição do Novo Testamento grego, seguido por uma tradução latina, o que teve enorme significado para os discípulos europeus do novo ensino. Edições de antigos autores cristãos apareceram, enquanto sua reputação era intensificada por trabalhos como *Adagios* (1500) e o próprio *Elogia da Loucura*. Ansiava pela reforma pacífica e racional da Igreja; com o início da Reforma, inicialmente simpatizou-se com Martinho Lutero, mas posteriormente recusou tomar partido e publicou *Colóquios* (1518), no qual zombava da mesma maneira da pretensão dos protestantes e da arrogância dos católicos. Martinho Lutero acreditou ver nele um possível aliado, mas fracassou: Erasmo escreveu o *Tratado do Livre-Arbitrio* (1524), que marcou a ruptura entre ambos. A permanência em Basileia, seu retiro – depois da desilusão pelo acirramento do conflito religioso –, e onde católicos e reformistas viviam em bom entendimento, convinha a este espírito tolerante, cujo espiritualismo cristão, acompanhado por notável gosto pelo saber, transformou-se numa das figuras mais marcantes da Renascença. Até 1521, Erasmo de Roterdã deslocava-se pela Europa fazendo conferências, debatendo e escrevendo cartas a governantes e personalidades ilustres. Em 1559, todos os seus trabalhos foram incluídos no Índice da Inquisição papal de livros proibidos. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 9; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1.

ou ação que, antecedendo ou antevendo uma iminente revolta como a que Martinho Lutero¹⁶⁴⁹ promoveu na Alemanha, implementaram de pronto aquilo que foi conhecido com a Contra-Reforma católica na Europa; ou seja, a Espanha se adiantou e praticou ações voltadas para preservar a ortodoxia católica em seu território, impedindo uma revolução religiosa, revelando, assim, sua sintonia com os novos tempos.¹⁶⁵⁰

Juan Luis Vives também criticava o destino dos intelectuais na Espanha, tido como incerto e nebuloso, uma vez que não havia uma saudável atmosfera intelectual, pois ela estava dominada por monges, de forma tirana e obscura. Seu próprio pai estava sendo submetido à Inquisição espanhola – Inquisição de Aragão – quando recebeu convite para ocupar uma

¹⁶⁴⁹ Martinho Lutero (1483-1546), teólogo e reformador alemão, pioneiro da Reforma Protestante na Europa. Frequentou a Universidade de Erfurt (1501-5) e era mestre em filosofia quando ingressou na ordem agostiniana (1505), tornou-se padre (1507) e doutor em teologia (1512), ensinando na Universidade de Wittenberg a partir de 1513, a cadeira de teologia bíblica. Lutero procurou, acima de tudo, situar o problema da salvação em uma doutrina racionalmente segura, que encontrou em 1515, na Epístola de Paulo aos Romanos. O *Comentário* que disso fez corresponde à perspectiva luterana: em face ao Deus Amor, o ser humano é pecador, mas é perdoado por exclusivamente sua fé, única que salva. Nisso, ele opôs-se aos abusos que a Igreja cometia quanto ao perdão através das obras, mesmo as que eram duvidosas ou garantidas pelas indulgências. Foi precisamente a campanha de 1517, dirigida pelo dominicano Tetzel, em favor de indulgências concedidas aos que ajudassem na construção de São Pedro de Roma que levou Lutero a tornar públicas, em 31 de outubro de 1517, as noventa e cinco teses que marcaram o início da Reforma religiosa. Ao desenvolver a sua doutrina da justificação pela fé, ele desafiou a hierarquia da Igreja Católica, colocando em discussão assuntos que diziam respeito ao papel do papado e do sacerdócio, e à necessidade de certos sacramentos e observâncias. Na dieta de Worms, em 1521, defendeu suas doutrinas perante Carlos V, mas foi excomungado pelo Papa e proscrito do Sacro Império Romano. No entanto, sua contestação à Igreja Católica havia sido largamente difundida, sendo que seus inúmeros panfletos não caíram no ostracismo. Em meados do século XVI, um grande número de governantes alemães e escandinavos haviam rompido seus laços com Roma e criaram igrejas “luteranas” em seus territórios. Ele não pensava em abandonar a Igreja, nem queria dividir a cristandade, queria libertá-la dos abusos que estavam ocorrendo; mas suas polêmicas com os teólogos romanos acabaram levando à sua condenação por Leão X, em 1520, e ele teve que aceitar o inevitável ao verificar que a instituição católica era refratária às suas propostas de reforma. No mesmo ano, Lutero publicou as três “grandes obras reformadoras”, fundamentos do luteranismo: a) o manifesto *À nobreza cristã da nação alemã*, onde criticou a supremacia romana, insistindo na idéia do sacerdócio universal dos cristãos, por ele oposto ao clericalismo romano decadente; b) *O cativo da Babilônia*, onde contestou a teoria romana dos sacramentos, conservando apenas o batismo e a ceia, e onde criticou o caráter de sacrifício da missa; c) *Da liberdade do cristão*, onde formulou uma nova doutrina da Igreja e insistiu sobre a autoridade única da Escritura e sobre o caráter falacioso da Tradição tal como Roma a apresentava. Banido do Império em 1521, durante os últimos vinte e cinco anos de sua vida Lutero foi oculto por seu protetor, Frederico da Saxônia – o Sábio –, no castelo de Wartburg. Iniciou a tradução da Bíblia para o alemão, dando, dessa forma, para a literatura alemã, sua primeira grande obra, criando uma nova linguagem literária no norte da Europa. Tendo retornado a Wittenberg (1522), suas atitudes políticas conservadoras e seu medo da anarquia, levaram-no a uma disputa acrimoniosa com os mais radicais protestantes e, desta forma, opôs-se aos anabatistas [seita protestante do século XVI que rejeita o batismo das crianças e rebatiza todos os seus adeptos. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [.] e interveio, junto aos senhores, na guerra dos camponeses (1524-5). Derrotados esses, pôde organizar sua Igreja, dotá-la de um catecismo, regulamentar o culto e uma liturgia onde concedeu participação ativa aos fiéis. Embora tendo rompido com Erasmo de Roterdã e o humanismo – *Do servo arbítrio* (1525) –, Lutero casou-se com a ex-freira Katharina von Bora, uma antiga cisterciense [ordem religiosa], que lhe deu seis filhos. A partir de 1530 e da redação da *Confissão de Augsburg* por seu discípulo Melancthon, Lutero pôde dedicar-se, em paz, à consolidação de sua obra: em 1537, os *Artigos de Esmalcalda*, redigidos pelo próprio Lutero, completaram a *Confissão de Augsburg*. Ele morreu em plena atividade. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 15; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.

¹⁶⁵⁰ MORSE, O espelho..., p. 37-8.

cátedra na Universidade de Alcalá, feito por Antonio de Nebrija, para ocupar a cátedra que pertencia a este. De fato, no século XV, os estudos apontam que havia um barbarismo acadêmico em curso na Espanha, que foi seguido por um florescimento humanista próprio – entretanto, é preciso assinalar que a distinção que é feita por Morse e outros, para com o “barbarismo” acadêmico espanhol, tem em vista um sentido de “civilização” cultivado no restante da Europa e tomado como “natural” paradigma.¹⁶⁵¹

Em relação à cultura espanhola da época – tempo dos reis católicos –, um primeiro aspecto a ser destacado é que, com uma firme orientação teológica, a alta cultura espanhola era detentora de um amplo consenso. A vida intelectual era integrada na sociedade, influenciando-se com ela reciprocamente, não havendo, assim, um conflito entre intelectuais e sociedade. A atmosfera intelectual não era marcada por proscricões ou prescrições, mas por sanções positivas e incentivos, havendo uma “tolerância seletiva, permissiva, com limitações em boa parte invisíveis mas efetivas, [que] canalizava os esforços dos intelectuais, predispondo-os a certas ‘opções livres’, mesmo quando outras eram possíveis”. Simbolicamente, portanto, Morse aponta que havia uma predisposição que encaminhava o sentido prático dos intelectuais, possivelmente evitando confrontos e conflitos que poderiam prejudicá-los pessoalmente. A Inquisição espanhola possivelmente atuou para direcionar os esforços intelectuais para essas “opções livres”, não atuando tão negativamente – fortemente para obstar certos comportamentos ou liberalidades inaceitáveis pela Igreja, ou direcionar o pensamento investigativo – como sucedeu mais tarde na Inglaterra, onde “a responsabilidade da eleição de objetivos comuns foi retirada do Estado e atribuída, num espírito de pluralismo occamista, a um mercado supostamente ‘livre’ de idéias e prescrições privadas, agora tratadas como ‘mercadorias’”. É de se observar que quando a racionalidade inquisitorial foi finalmente refutada no mundo ibérico, tal atitude refletiu-se mais como uma discordância e ataque a um regime do que em relação a um princípio. Essa referida racionalidade intelectual espanhola – integrada na sociedade – modelando a sociedade, e sendo por ela modelada – aparece numa versão contemporânea, “no *slogan* revolucionário mexicano *No hay más ruta que la nuestra* (‘Não há outro caminho senão o nosso’), ou na frase de Fidel Castro, *Dentro de la Revolución, todo; contra a Revolución, nada* (‘Dentro da Revolução, tudo; contra a Revolução, nada’).¹⁶⁵²

Um segundo aspecto a ser observado sobre a cultura espanhola é que, no século XVI, o consenso espanhol sobre a natureza do governo estava estabelecido quanto a aspectos

¹⁶⁵¹ MORSE, O espelho..., p. 38.

¹⁶⁵² MORSE, O espelho..., p. 38-9.

fundamentais e gerais, portanto, quanto às “suas fontes de legitimidade, o alcance exato do poder, sua responsabilidade de assegurar justiça e equidade, sua missão ‘civilizadora’ em face dos povos não cristãos de seu território e de ultramar”. A função desse consenso era estabelecer um espaço de domínio público para a ocorrência de manifestações e expressões para uma ampla gama de opiniões – talvez, num comparativo mais recente, seria semelhante ao que ocorreria quando há um partido político único numa nação, ou seja, ele se torna, em tese, um espaço onde todas as discussões sociais têm oportunidade de manifestação e debates –, de tal modo que os debates com as posições mais irreconciliáveis e maniqueístas – vale dizer, mais que uma oposição ideológica e intelectual, em realidade posições que constituem uma verdadeira contradição ideológica e intelectual – eram “harmonizadas” através de uma matriz de interesse teológicos, morais e filosóficos, que “conciliavam” alternativas políticas as mais diversas, opostas e contraditórias. O próprio Bartolomé de Las Casas, com todo seu pensamento crítico e contestador quanto ao tratamento que deveria ser dispensado aos indígenas do novo mundo, “jamais tentou criar uma linha política ou dissidente fora das instituições eclesiásticas; ao contrário, trabalhou dentro dessas instituições, utilizando geralmente a linguagem do escolástico e do legista”. Essa observação de Morse deve ser ponderada com o fato de que, num dado meio social, a forma e metodologia adotada – ação e comportamento – seguem o padrão daquilo que é institucionalmente aceitável – legítimo – para época, sob risco e pena de ter de defender e se esforçar redobradamente, a fim de colocar sua causa em questão.¹⁶⁵³

Um terceiro aspecto a ser destacada da vida intelectual espanhola por essa época é que as suas universidades se integraram com os propósitos gerais do Estado. A ascensão dos reis católicos – Fernando e Isabel – fez elevar vertiginosamente o número de universidades em toda Espanha; no início do século XVII, de um total de trinta e três instituições, vinte e sete haviam sido estabelecidas pelos referidos soberanos. A influência dos funcionários da Coroa nas disputas universitárias, através do Conselho Real, foi aumentando na medida em que o poder do Papa foi diminuindo na Espanha; as universidades tornaram-se a indispensável fonte de letrados para integrar a administração que se expandia, e meio – instrumento – voltado para limitar ou diminuir – restringir – a aristocracia refratária. Nesse sentido, em 1493, os Reis Católicos promulgaram uma lei – exclusiva a Castela e Portugal – obrigando que os cargos públicos somente poderiam ser ocupados por letrados que apresentassem comprovantes universitários de estudos de direito civil ou canônico durante, no mínimo, dez

¹⁶⁵³ MORSE, O espelho..., p. 39.

anos; Filipe II editou um decreto, em 1559, proibindo os espanhóis de frequentar universidades estrangeiras, com algumas exceções na área religiosa católica, tendo sido este o derradeiro ato voltado para nacionalizar definitivamente a educação superior na Espanha.¹⁶⁵⁴

À medida que a Espanha tornou-se mais exposta à correntes humanistas italianas e além da Península Ibérica, verificou-se que essas novas influências confluíram para uma matriz ideológica que favorecia mais a reflexão voltada para a necessidade nacional e social do que iniciativas ou aventuras intelectuais privadas; assim, o humanismo de Castela era de orientação nacionalista e monárquico, diferentemente do italiano que era mais cívico e republicano. Juan Ginés Sepúlveda, tutor do futuro Filipe II – 1592 –, estudou na Itália com um mestre que negava tanto Averróis quanto São Tomás de Aquino sobre a questão da imortalidade da alma, entretanto, a posição por ele adotada foi “reconciliar” o aristotelismo e o estoicismo dentro de uma perspectiva cristã tradicional, sendo que em certos aspectos explicitamente anti-erasmista.¹⁶⁵⁵

Sepúlveda fugia do radicalismo amoral da “esquerda” maquiavelista e da “direita” agostiniana; diferentemente de outros humanistas italianos, ele “manteve-se fiel a uma visão hierarquicamente articulada do universo e concentrou seus esforços no estabelecimento de uma racionalidade para o império espanhol, baseada na lei natural e na liderança moral”, sendo que entendia como requisito fundamental de toda sociedade o domínio da mente sobre os apetites, partindo daí sua argumentação em defesa da escravização dos indígenas americanos, mas de qualquer forma, condenando as crueldades espanholas que foram cometidas contra os gentios americanos, e que haviam chegado ao conhecimento da Europa por Las Casas. Assim, o espírito antigo medieval e o novo espírito humanista “uniram-se” na Espanha, sendo esse movimento “conciliador” evidente na reforma da universidade promovida ou influenciada pelo cardeal Ximénez de Cisneros,¹⁶⁵⁶ “Grande Inquisidor e confessor da rainha Isabel”.¹⁶⁵⁷

A fundação da Universidade de Alcalá teve por objetivo criar uma instituição de ensino superior onde as ciências e as artes estariam a serviço da teologia, e também com a

¹⁶⁵⁴ MORSE, O espelho..., p. 39-40.

¹⁶⁵⁵ MORSE, O espelho..., p. 40.

¹⁶⁵⁶ Francisco Jiménez de Cisneros (1436-1517), cardeal espanhol. Tornou-se franciscano (1484) e virou confessor da rainha Isabel I, a Católica, em 1492. Arcebispo de Toledo (1495), Grão-Inquisidor (1506), regente de Castela (1516), dirigiu a campanha de conversão dos mouros em Granada (1499), conduzindo uma expedição à África do Norte, onde se apoderou de Oran (1509). Restaurou a disciplina eclesiástica e fundou a Universidade de Alcalá de Henares (1498), onde fez com que se realizasse (1514-7), a partir de textos gregos e hebreus, a tradução da Bíblia poliglota – a *Complutensis* –, publicada em 1520. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 6.

¹⁶⁵⁷ MORSE, O espelho..., p. 40-1.

pretensão de neutralizar a supremacia tomista cultivada na Universidade de Salamanca, onde por “apenas pouco tempo se havia ensinado o nominalismo. Em Alcalá colocou em pé de igualdade a doutrina de Tomás de Aquino com a de Duns Scotus,¹⁶⁵⁸ escola identificada com a ordem franciscana a que pertencia Cisneros e que havia preparado o caminho para o occamismo. Durante algum tempo a resolução oscilou entre posições tomistas, escotistas e nominalistas.” Mas a passagem do tomismo para o primeiro plano da cultura espanhola dessa época é atribuída a Francisco de Vitoria (1492-1546), “que assumiu a primeira cátedra de teologia em Salamanca em 1526. Ele foi sucedido pelos expositores tomistas Melchor Cano¹⁶⁵⁹ e Domingo de Soto, o mestre de Francisco Suárez, de quem se diz que ‘causou a ruína do nominalismo’ com um série de conferências em Alcalá”. Francisco de Vitoria era admirador de Erasmo de Roterdã, assimilando sua obra seletivamente, mas foi influenciado no seu neotomismo por dois dominicanos e seu professor de Paris, sendo que “pôs de lado os interesses filosóficos e teológicos de seus mentores para se dedicar a problemas morais e ‘políticos’ em sentido amplo, deixando a Suárez a tarefa de modernizar a metafísica tomista durante a maré crescente da Contra-Reforma”.¹⁶⁶⁰

Essas lutas sociais no campo da hegemonia do pensamento ou determinada corrente ideológica de pensamento, ora fazendo emergir uma corrente, ora outra, por si só não explica a ascensão do neotomismo espanhol na época em que a Europa – excluída a Península Ibérica – aderiu ao Renascimento e Humanismo, promovendo as revoluções científica e religiosa, ainda mais se for considerado que, na Universidade de Alcalá, o esforço concreto era no sentido de pluralizar a autoridade escolástica na instituição, recusando deliberadamente o tomismo e sua grande síntese entre fé e razão e a construção hierárquica do mundo. O fato é que a filosofia de São Tomás de Aquino, “com três séculos de existência e recentemente retocada”, acabou se implantando e se ajustando à cultura ibero-espanhola.¹⁶⁶¹

¹⁶⁵⁸ João Duns Escoto – ou Scot ou Scotus – (1266-1308), filósofo e teólogo escocês que tornou-se franciscano e ensinou em Oxford, Paris e Colônia, tendo sido influenciado e marcado, em seu pensamento, por Santo Agostinho. Combatendo ao mesmo tempo Santo Tomás de Aquino e Averróis, propôs uma filosofia que põe em primeiro plano a idéia de essência, que concebe como indiferente à distinção entre particular e universal, sem cair numa heresia panteísta. Segundo ele, sem dúvida a distinção existe, mas ela é formal, no sentido de que diz respeito a categorias do conhecimento humano como tal. É a capacidade do espírito humano de poder dizer de um ser que “ele é isto”. A moral de Duns Escoto também é profundamente original, uma vez que considera a liberdade humana como uma liberdade divina, da mesma natureza que a divina, embora seja infinitamente mais frágil. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 8.

¹⁶⁵⁹ Melchior Cano (1509-1560), dominicano espanhol cujo tratado póstumo, *Dos lugares teológicos* (1563), teve papel decisivo na formação da teologia moderna. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 5.

¹⁶⁶⁰ MORSE, O espelho..., p. 41.

¹⁶⁶¹ MORSE, O espelho..., p. 41.

Por que isso sucedeu, poder-se-ia tentar explicar através do decantado “espírito nacional” espanhol, fruto de isolamento secular em sua histórica e remota origem como povo, por questões geográficas e como palco de invasões romana e árabe. Morse entende que a virada da Espanha para o tomismo do século XVI, assim, em direção a uma visão do mundo do século XIII, e, mais ainda, aderindo a uma filosofia que nos últimos três séculos havia ganhado adesões esparsas, foi a imposição dada pela “*modernidade* da situação histórica da Espanha, ou seja, pela exigência de conciliar uma racionalidade para um Estado moderno com as reivindicações de uma ordem ecumênica mundial, ou de adaptar os requisitos da vida cristã à tarefa de ‘incorporar’ povos não cristãos à civilização européia”. Segundo um autor, o espanhol do Renascimento “está ocupado em construir: um novo Estado, um novo mundo, um novo homem”, portanto, a sua base antropológica é o que há de mais peculiar no Renascimento espanhol.¹⁶⁶²

As disposições – ou *habitus* – dos espanhóis, observadas pelos estudiosos de sua história, cultura e povo, são o seu envolvimento especial em questões concretas, não sem razão inclinando “naturalmente” os humanistas espanhóis para a historiografia, “expressão natural do interesse pela ‘experiência humana’”, entretanto, – e isso é muito significativo – sem alcançar conclusões teóricas fecundas e profícuas – multiplicador de mais teorias, observações e investigações científicas – do trabalho científico desenvolvido por seus pares, vale dizer, sem promover a ciência e o desenvolvimento científico. Não chegando a tirar conclusões teóricas fecundas e profícuas, o costume – comportamento, disposição, *habitus* – é se circunscreverem a ações empiristas e daí pouco ou nada ultrapassar, a não ser permanecer nesse “excesso de empirismo”, limitando grandemente o trabalho científico espanhol, uma vez que, por mais dados empíricos levantados e colhidos que haja, sem uma teoria que os reúna num sistema lógico de reflexão e relações significativas, não há a possibilidade da existência de ciência. Mas é de se reconhecer, por outro lado, que num “nível prático, certamente, os esforços espanhóis para institucionalizar, aplicar e difundir as descobertas científicas foram pioneiros em seu tempo, tanto assim que a primeira instituição pública leiga para a ciência e a tecnologia na Europa surgiu em Sevilha. Realizações similares ocorreram no domínio da economia aplicada”.¹⁶⁶³

Sinteticamente, para compreender essa opção espanhola pelo tomismo, também é preciso considerar que “na metade do século XVI a Espanha encarava um programa nacional estabelecido com muito mais clareza do que o fizeram outros povos europeus da época e

¹⁶⁶² MORSE, O espelho..., p. 41-2.

¹⁶⁶³ MORSE, O espelho..., p. 42.

possuía instituições religioso-políticas melhor legitimadas para fazê-lo cumprir. Essas condições ajustavam-se à visão tomista. Originalmente o tomismo apresentava uma visão coerente e hierárquica do universo, que havia perdido sua organização cuidadosamente escalonada nas mãos de Scotus e Occam. Para explicar a hierarquia havia três tipos de lei – eterna, natural, divina – que concordavam entre si e proporcionavam referenciais a que podiam se reportar casuisticamente as leis humanas e os problemas ‘políticos’. Era um sistema que casava a teologia especulativa com a filosofia racional, mantendo um delicado equilíbrio entre a razão e a fé, a natureza e a graça. Os dois termos [teologia e filosofia] não eram nem opostos nem coincidentes: complementavam-se um ao outro. No entanto, as proposições não podiam ser apreendidas simultaneamente pela fé e pela razão natural. O corolário político disso é que a Igreja era um ‘corpo místico’ e o Estado, como a mais perfeita das associações humanas, um corpo ‘político e moral’. Os seres humanos podiam assim ser considerados dentro de uma perspectiva ao mesmo tempo cristã e ‘natural’, o que significava que os pagãos e os infieis eram também capazes de associações políticas. *A Summa contra gentiles*, que teria sido escrita para servir de guia à conversão dos mouros na Espanha, expunha amplamente o caso de sociedades ‘pagãs’ ordenadas pela filosofia natural”.¹⁶⁶⁴

“O tomismo, portanto, abriu um grande campo para a especulação e a controvérsia na filosofia política, moral e natural, embora sempre sob a orientação de princípios morais decisivos e premissas teológicas. A razão humana era um instrumento adequado para a busca da verdade no mundo acessível a ela, da mesma forma que a consciência era uma fonte adequada de decisões morais; mas assim como a razão era limitada, também a consciência era falível. Por isso o tomismo oferecia pouco incentivo as reformulações novas do pensamento filosófico que pudessem tomar como única base a razão humana, a consciência privada, a demonstração experimental ou, uma aventura posterior, o pragmatismo tentativa-e-erro. O humanismo erasmiano não era de modo algum incompatível com o neotomismo, considerando-se sua ênfase na piedade, na renovação espiritual, na cultura intelectual e a fé na promessa reformista dos monarca. O período humanista da Espanha não foi portanto um ‘interlúdio’, mas uma época de absorção dos ensinamentos renascentistas que perdurariam muito tempo depois que passou a ser perigoso pronunciar o nome de Erasmo [de Roterdã] em público”.¹⁶⁶⁵

Nesse contexto, o caso cultural de Portugal era uma situação similar ao que ocorria na Espanha no mesmo período. Desde meados do século XV, e durante todo século XVI, tinha

¹⁶⁶⁴ MORSE, O espelho..., p. 42-3. Grifos no original.

¹⁶⁶⁵ MORSE, O espelho..., p. 43.

contatos intelectuais, culturais e eruditos com a Europa, tendo desfrutado de seu próprio desenvolvimento humanista, entretanto, oferecendo um campo para a especulação moral e filosófica mais restrito do que o desenvolvido na Espanha. Morse aponta que a “maior homogeneidade do país, sua consolidação mais antiga, a monarquia mais centralizada e as aventuras ‘civilizadoras’ menos ambiciosas no ultramar combinava-se para limitar os horizontes efetivos da atividade intelectual”. Desta forma, o erasmismo português era “limitado ao grupo de elite e baseado na imitação de exemplos estrangeiros, especialmente a corte do Imperador Carlos V e suas preferências culturais”. Entre 1530 e 1550, mais de vinte universidades foram fundadas nas cidades portuguesas, e a Universidade de Lisboa, muito conhecida por suas imunidades que a tornavam bastante autônoma, foi superada na década de 1530, quando a Universidade de Coimbra despontou como a instituição educacional superior dominante, sob controle do rei e de um reitor designado, portanto, não eleito.¹⁶⁶⁶

Portugal, através de suas iniciativas marítimas, havia dado contribuições notáveis à ciência aplicada, como no campo da medicina – textos sobre propriedades terapêuticas da flora oriental –, astronomia e clima – relação entre pôr-do-sol, latitude e estação do ano –, economia – tratados sobre economia aplicada. Entretanto, esses investigadores pioneiros publicavam no estrangeiro e, além disso, como os espanhóis, “careciam da curiosidade enciclopédica dos italianos e do impulso de traduzir suas descobertas em especulações científica mais vastas. Diante de tal panorama cultural, no final do século XVI, “as contribuições portuguesas à literatura científica haviam praticamente cessado”, sendo que, na Espanha, “os autores de ‘elite’ dedicados às matemáticas, às ciências naturais e à medicina caem de mais de treze por cento do total do século XVI para menos de um por cento no XVII”.¹⁶⁶⁷

Assim, enquanto que em outras partes da Europa os tempos eram de transformações radicais – pelo menos elas estavam ficando cada vez mais evidentes – no campo do pensamento religioso e científico, na Península Ibérica a realidade era diversa; sua realidade político-econômico-social havia catalisado precocemente um modelo de modernidade próprio que o impulsionou bem cedo – antes que os demais povos da Europa – a tomar decisões que edificaram solidamente uma visão de mundo moderna para o seu tempo e suas circunstâncias, e que não deixava de contribuir, em aspectos importantes, para as tendências que tornavam realidade no restante da Europa. Cedo, portanto, a Espanha se estabeleceu no cenário europeu como um Estado estruturado, apoiado em sólidas bases da autoridade divina e eclesiástica,

¹⁶⁶⁶ MORSE, O espelho..., p. 43-4.

¹⁶⁶⁷ MORSE, O espelho..., p. 44.

enfim, um edifício político-social plenamente pronto e acabado na época dos descobrimentos.¹⁶⁶⁸

No plano político-religioso, as duas correntes – católica e protestante – diferiam profundamente sobre as “fontes de orientação e julgamento a que devia responder a ação humana”. Desta forma, os católicos entendiam que os atos “deviam obedecer à justa razão no ‘tribunal da consciência’, sendo a consciência a regra aproximada, a lei revelada[,] a norma dominante e o confessor[,] o juiz[,] a presidir o ‘foro íntimo’”. As questões morais, portanto, eram decididas por normas de “autoridade” previamente “reveladas”, e aplicando-as – de forma muito técnica – casuisticamente. Essa estrutura básica voltada para orientar e julgar as ações humanas – e, assim, curar a alma –, permaneceu conservada, independentemente de todas as tentativas de flexibilização e libertação promovidas por italianos e ibéricos durante todo o curso da Idade Média. Diferentemente se verifica em terras protestantes; o protestantismo extingue o tribunal da consciência, conseqüentemente desaparecem o julgamento exterior da consciência e as funções centrais da casuística, mudando radicalmente as imagens dos indivíduos e dos sistemas de orientação espiritual, ao mesmo tempo em que abrem-se “novas possibilidades para filosofias da ‘luz interior’ que podiam ser apresentadas a pessoas e a grupos”.¹⁶⁶⁹

Mas é de se observar que essas diferenças sobre orientação, julgamento e cura da ação humana não alcançavam o estatuto de divórcio completo entre católicos e protestantes. Assim, por exemplo, após o Concílio de Trento, o neotomismo espanhol ofereceu uma metafísica – através da participação importante e significativa de Francisco Suárez na sua elaboração – que foi adotada de forma integral ou revisada pelos centros de escolasticismo protestantes de grandes universidades europeias e que acabou influenciando filósofos tidos por modernos como René Descartes, Baruch Spinoza,¹⁶⁷⁰ John Locke,¹⁶⁷¹ Pierre Gassendi,¹⁶⁷² Gottfried

¹⁶⁶⁸ MORSE, O espelho..., p. 44.

¹⁶⁶⁹ MORSE, O espelho..., p. 44-5.

¹⁶⁷⁰ Baruch Spinoza (1632-1677), filósofo de origem judaica que viveu e trabalhou na Holanda. Spinoza é considerado um dos maiores pensadores racionalistas; foi fortemente influenciado por Descartes e desenvolveu as idéias cartesianas numa orientação distinta da que lhes deu, por exemplo, Leibniz. A principal obra de Spinoza, *Ética* (1677), é estritamente organizada em termos de axiomas e deduções, refletindo sua aspiração em construir um sistema filosófico em analogia com a ciência matemática. A perspectiva de Spinoza é profundamente monística: o mundo consiste em uma única substância infinita – Deus ou Natureza – e o que nos aparece como múltiplas, distintas substâncias – pessoas, objetos físicos etc. –, são, para Spinoza, apenas formas distintas daquela substância única. Ele, com seu monismo, também deu reformulação filosófica à perspectiva que considera o mental e o físico como diferentes atributos da mesma realidade – visão atualmente referida, nas ciências e na filosofia, como paralelismo psicofísico. Uma das partes mais fascinantes da filosofia de Spinoza é a que fala da servidão humana às paixões – no sentido de afetos ou impulsos irracionais – e do papel libertador do intelecto, capaz de reconhecer que o curso eterno das coisas está estritamente determinado e de contemplar serenamente e identificar-se com a realidade essencial, em “amor intelectual a Deus”. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.

Wilhelm Leibniz.¹⁶⁷³ O fato concreto é que por toda Europa – Península Ibérica incluída – os novos tempos exigiam “a absorção filosófica de grandes campos de novos conhecimentos, da mesma forma que haviam exigido de Tomás de Aquino a assimilação dos ensinamentos de Aristóteles dos árabes. Mas além disso era necessário, agora, passar de um sistema de exposição a um método de demonstração. A razão já não era um mero instrumento para tornar explícito o que estivera implícito”. E a metafísica de Suárez não deixou de contribuir para a teologia e filosofia do norte da Europa, sendo que, frente aos neo-escolásticos espanhóis – em sua renitente manutenção da estrutura básica intelectual medieval –, os jesuítas espanhóis foram mais “modernos” que aqueles, uma vez que a Companhia de Jesus, fundada por Santo Inácio de Loyola,¹⁶⁷⁴ foi “a força mais poderosa, ativa, modernizadora, humanista e flexível

¹⁶⁷¹ John Locke (1632-1704), filósofo e teórico político liberal inglês. Em seu *Ensaio sobre o Entendimento Humano* (1690), Locke apresentou uma forma empirista de clarificação dos fundamentos e limitações do conhecimento humano. Ele se considerava um “subordinado” a serviço das novas ciências do século XVII, tendo sido influenciado pela teoria atômica da química elaborada por Robert Boyle (1627-1691). Locke se opôs à afirmação de Descartes, de que o ser humano possui idéias inatas, e tentou mostrar que todo conhecimento provém da experiência e está limitada a ela. Em sua filosofia, distinguiu as qualidades primárias das secundárias, considerando aquelas como atributos dos objetos materiais e estas como dependentes do sujeito que as percebe. Locke fez ainda uma distinção entre a essência nominal, que seria o conjunto composto das idéias que podemos ter das coisas, e a essência real, que estaria inacessível ao conhecimento, mesmo científico. Na esfera da filosofia política, Locke foi um dos pensadores do contrato social. Para ele, os direitos essenciais do ser humano, como vida e propriedade, lhe são inerentes, isto é, fazem parte do “estado natural” humano – anterior à fundação da sociedade pelos indivíduos ligados pelo contrato – e se mantêm na vida social. Por isso, segundo ele, os membros da sociedade teriam direito de depor os governantes que, na condução dos assuntos públicos, não respeitassem e garantissem tais direitos individuais inalienáveis. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.

¹⁶⁷² Pierre Gassend – ou Gassendi – (1592-1655), filósofo e cientista francês. Doutor em Teologia por Avignon (1614), ordenou-se em 1615. Residindo freqüentemente em Paris, ensinou matemática no Colégio Real de 1645 a 1648. Criticou Aristóteles – mas sem ousar publicar todos os livros em que expunha suas observações –, respondeu a Descartes – *Objecções às Meditações* (1644) –, desenvolveu uma teoria atomista nos moldes de Demócrito, à qual superpôs uma perspectiva harmônica dos elementos que compõe o Universo. Em astronomia, foi um pioneiro da observação dos planetas com luneta e fez a primeira descrição científica de uma aurora boreal (1621). Em física, estudou a queda dos corpos e as leis do choque, explicou a altura dos sons e mediu sua velocidade de propagação. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 11.

¹⁶⁷³ Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), filósofo, matemático, inventor e conselheiro político alemão. Desenvolveu estudos a respeito do problema da série contínua e das leis do movimento, e inventou o cálculo infinitesimal independentemente de Issac Newton. Em 1673, construiu uma máquina de calcular e o apresentou à *Royal Society*, em Londres. Leibniz foi um dos criadores da geologia, propondo a hipótese de que a Terra era anteriormente liquefeita. Em 1679, aperfeiçoou o sistema de números binários e também propôs as bases para a topologia geral. Em filosofia, argumentou que o mundo era composto de unidades – mônadas – que eram, cada uma à sua maneira, simples reflexos da totalidade do universo; cada uma se auto-contém, mas atua em harmonia com todas as outras, formando continuamente séries ascendentes, desde a mais baixa – que é próxima ao nada – até a mais alta – que é Deus; contudo, em algumas ocasiões, no seu discurso, pareceu considerar Deus fora das séries. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.

¹⁶⁷⁴ Santo Inácio de Loyola – ou Loiola – (1491-1556), reformista eclesiástico espanhol, fundador e primeiro general da Sociedade de Jesus – ou Companhia de Jesus –, dos jesuítas. Nascido em uma família nobre, ligou-se à corte de Fernando II, de Aragão. Sua carreira militar foi interrompida por causa de um ferimento na perna, ocorrido enquanto lutava por Navarra contra a França (1521). Durante sua convalescença, sofreu uma transformação espiritual. Passou quase um ano fazendo orações e penitências (1522-3) e escreveu o primeiro esboço de seus *Exercícios Espirituais*, um esquema metódico de meditações sobre a vida de Jesus Cristo e as verdades da fé cristã. Após uma peregrinação a Jerusalém, em 1523, já como fidalgo convertido, freqüentou a

da Contra-Reforma”, sofrendo a inimizade de outras ordens e personalidades eclesiásticas muito poderosas e influentes, apesar da explícita proteção que gozou do rei Filipe II.¹⁶⁷⁵

Santo Inácio de Loyola, desde a conversão, em 1521, até a fundação da Companhia, em 1539, sofreu influência, em sua formação, do maior momento de renovação intelectual por que passou a Espanha. Além disso, ele estudou em Alcalá, Salamanca e Paris; recebeu o humanismo erasmista; seduziu-se pelo misticismo alemão; leu a obra máxima devocional do século XV, *A Imitação de Cristo*; estudou a mensagem protestante difundida na Alemanha e Suíça. Ao temor de que Inácio fosse outro iluminado revolucionário, ele deixou claro que sua conversão era baseada “na análise sistemática de sua consciência”, onde os *Exercícios Espirituais* “são um meio ‘para vencer a si mesmo e ordenar a própria vida sem ser influenciado pelos afetos desordenados’. Os *Exercícios* não eram um manual para todos os bons cristãos, mas sim um guia para os seus médicos espirituais, indicando as doses que deveriam receitar”. Através da analogia militar – atitude inédita, original e moderna – ele procurou subordinar a regras gerais, tanto a consciência como os afetos ou sentimentos desordenados; em sua “Companhia”, desta forma, era débil o elemento representativo e eletivo interno, tendo nascida para cumprir um papel paradigmático – e não nivelador – dentro do processo ecumênico; a missão era ajustar a consciência humana aos propósitos públicos, dentro de uma moldura institucional, observando-se que esse ajuste era essencial para o manejo do misticismo e iluminação, conforme singularmente adotado pela cultura espanhola.¹⁶⁷⁶

A revolução religiosa trouxe questões teológicas novas e serem enfrentadas pela tradição, entretanto ela revelou aspectos epistemológicos com implicações culturais importantíssimas, relacionados a dois modos diferentes de alcançar o/um conhecimento, que

Universidade de Paris (1528-35). Lá reuniu um grupo de seguidores que trabalhavam de acordo com os *Exercícios*. Em 1534, ele e mais seis de seus adeptos fizeram votos de pobreza, castidade e obediência ao Papa, lançando as bases da “Companhia de Jesus”, e, em 1540, o Papa Paulo II reconheceu sua “Sociedade de Jesus” como uma ordem religiosa da Igreja Católica – da qual Inácio, padre desde 1537, foi o primeiro superior-geral (1541) –, e atribuiu-lhe, como objetivo, a reconquista católica em regiões protestantes. Desta forma, os jesuítas, de fato, constituíam a ala de ação da Contra-Reforma a serviço do papado, ao qual estavam ligados por voto especial de obediência. A fundação de missões, as pregações, os retiros e, sobretudo, o ensino – colégio, universidades – foram, para a Companhia de Jesus conduzida por Inácio, os primeiros instrumentos dessa reconquista. Por outro lado, o fundador modelou a espiritualidade elevada e dinâmica de seus religiosos a partir dos *Exercícios Espirituais*, ou a arte de colocar a alma em busca da “maior glória de Deus”: esse clássico da literatura espiritual foi muito difundido, graças sobretudo aos inumeráveis retiros pregados e dirigidos pelos jesuítas. Inácio de Loyola deixou também constituições, um diário espiritual e uma importante correspondência. Quando morreu, deixou mais de mil jesuítas em nove províncias européias, além dos que trabalhavam em missão no exterior. Foi canonizado em 1622. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 13; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996, v. 2.

¹⁶⁷⁵ MORSE, O espelho..., p. 45-6.

¹⁶⁷⁶ MORSE, O espelho..., p. 46-7.

se revelam ao se cotejar o tomismo com a síntese teológica do protestantismo. Foi Martinho Lutero quem distinguiu “entre crença sobre Deus e fé em Deus, entre uma crença adquirida de que Cristo morreu e ressuscitou e a ‘verdadeira’ fé ou certeza interior de que ele o fez ‘por mim e por meus pecados’. O primeiro é um conhecimento ‘teórico’ baseado no reconhecimento intuitivo de um princípio verdadeiro; o segundo é um conhecimento ‘acústico’ adquirido mediante a palavra concretamente ouvida como a voz de Deus. Em termos práticos, o conhecimento teórico permite a aplicação prudente e casuística de verdades gerais a casos particulares, ou viver de acordo com princípios reconhecidos como verdadeiros. O conhecimento acústico é uma apreensão direta da palavra de Deus vinda do além, ou o que Weber chamava de ‘capacidade do pneuma¹⁶⁷⁷ de experimentar o êxtase’. O primeiro, associado a um sentido da visão interior, ou intuição, orienta a conduta; o segundo, vinculado a um sentido interior da escuta, ou audição, transforma a pessoa”¹⁶⁷⁸.

Tem-se, assim, dois modos de se alcançar o conhecimento válido; de um lado, está a racionalidade formal-objetiva do tomismo e, de outro lado, a racionalidade dialético-pessoal do protestantismo. O modo formal-objetivo vai de um dado concreto a uma classe de coisas, e então retorna para interpretar o dado. No modo dialético-pessoal – visivelmente afinado ao occamismo que a Espanha havia descartado – a discussão alimenta-se do ‘sim’ e do ‘não’ que surgem dos encontros entre pessoas distintas. No primeiro caso as pessoas são ‘intercambiáveis’, porque a pessoa individual só é interessante e inteligível enquanto exemplo de um gênero ou regra geral. No segundo caso as pessoas são únicas e idiossincráticas, porque em vez de exemplificar uma ordem geral representam o não-eu do conhecedor”. Assim, diante desse quadro, não seria sem razão o fato dos ibero-americanos possuírem inclinações fortes e serem partidários da primazia da doutrina e da ordem social, e tendo sua mentalidade a transitar fundamentalmente numa visão compreensiva e unificadora de mundo, dando muito importância à idéia de “lei natural” e suas implicações e conseqüências – por exemplo, na teoria política, a de que os governantes e tribunais são os intermediários entre os indivíduos e a lei natural e divina –, e igualmente, também, num sentido pré-rousseauiano,¹⁶⁷⁹ à idéia de

¹⁶⁷⁷ Pneuma – de sopro – na Antiguidade, era expressão que representava e considerava uma essência espiritual invisível e intangível, de conceituação difícil. Admitia-se que se formasse com base no ar, ou com auxílio deste. Era considerado pelos pneumatistas – adeptos da seita médica que, na Antiguidade, atribuía ao pneuma diversas funções orgânicas – como o espírito vital, atribuindo-se-lhe a natureza de calor inato, funções respiratórias, circulatórias e nutricionais. O conceito pneuma era, na realidade, uma mistura de noções religiosas, filosóficas e científicas. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [].

¹⁶⁷⁸ MORSE, O espelho..., p. 47.

¹⁶⁷⁹ Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), filósofo social e político, além de romancista, franco-suíço. Foi um dos pensadores de maior influência da época contemporânea. De família calvinista de origem francesa, órfão de mãe e abandonado pelo pai aos 10 anos de idade, deixou sua cidade natal em 1728, dirigindo-se para Annecy, onde

“vontade geral”. As conseqüência do pensamento e da cultura ibérica, na organização de um corpo político e social, é que atuará como princípio organizador da sociedade a idéia imanente de organicidade e arquitetura, e não tanto um princípio fundado num pacto democrático e individualista – liberdade e igualdade original entre os seres humanos.¹⁶⁸⁰

No plano ideológico-científico, a revolução científica revela que os principais cientistas da época “formaram-se intelectualmente dentro de áreas culturais católicas”, não tendo sido “atraídos pela ética do ascetismo e do mundo interior”, onde, em sua busca pela certeza objetiva, acabaram desafiando “qualquer monopólio de interpretação eclesiástica”, independentemente de serem católicos ou protestantes. Sucedia que em terras – cultura,

foi acolhido por Mme. de Warens,. Já adulto, peregrinou pela França e pela Suíça durante algum tempo, instalando-se em Paris em 1741. Data dessa época o início de sua longa ligação amorosa com Thérèse Levasseur, uma criada com quem teve cinco filhos, todos entregues ao orfanato Enfants Trouvés. Também em Paris conheceu Voltaire, Diderot e outros filósofos do Iluminismo, tendo colaborado na *Enciclopédia* redigindo verbetes sobre música. Em 1750, a publicação de seu *Discurso sobre as ciências e as artes*, com a qual venceu um concurso instituído pela Academia de Dijon, abriu-lhe o caminho para a fama, conformada pelo êxito de sua ópera *Le devin du village* (1752). Os anos seguintes, porém, foram de dificuldades: a Academia de Dijon não consagrou seu *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, e Rousseau afastou-se da vida social, rompendo com Diderot e seus amigos. Sua atividade literária nesse período foi, no entanto, intensa e fecunda. Em 1761 Rousseau publicou *Julia ou a nova Heloísa*, romance epistolar de enorme sucesso na época; no ano seguinte, redigiu sua obra mais importante, *Do contrato social*, imediatamente seguido de *Emílio ou Da Educação*, o que evidencia a estreita relação que Rousseau via entre política, moral e educação. Em *Emílio*, o escritor opõe-se radicalmente a toda fé dogmática e defende uma religião natural; como suas idéias foram condenadas severamente, foi obrigado a viver uma vida errante: depois de um período na Suíça, foi expulso de Berna e se refugiou na Inglaterra, sob proteção de David Hume, como qual rompeu mais tarde, voltando para Paris em 1770. Trabalhou, então, em suas últimas obras, *Confissões* e *Devaneios de um caminhante solitário*. Em seu primeiro *Discurso*, Rousseau partiu do princípio de que o homem, naturalmente bom, é corrompido pela sociedade, onde o cultivo das ciências e das artes conduz à ociosidade, promovendo a decadência moral e deteriorando os costumes. Rousseau apresentou-se, assim, como um crítico implacável da organização social. Nas obras seguintes, fez a apologia do instinto e da natureza, exaltando a emoção e o sentimento, em oposição ao racionalismo progressivo. Desse modo, tornou-se o precursor do Romantismo, influenciando autores como Goethe e Byron. Mas foi a vertente política de seu pensamento que teve repercussões mais amplas e profundas. Para ele, a desigualdade entre os homens surgiu com a propriedade, que gerou também o Estado despótico. Contraposto a este, o Estado ideal seria resultante de um acordo entre os indivíduos, que cederiam alguns de seus direitos para se tornarem cidadãos. A base desse acordo seria a vontade geral, identificada com a coletividade, e, portanto, soberana. A questão central do pensamento político de Rousseau foi a da possibilidade e forma ideal de conciliar o indivíduo, com sua psicologia complexa e sua singularidade, com as exigências da sociedade – entretanto, procurando vencer o que, até então, a sociedade existente havia produzido de ruim. Se em sua obra *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, ele descreveu os efeitos corruptores da sociedade sobre os seres humanos, partindo do pressuposto de que as pessoas eram originalmente boas por natureza, vivendo em condições de isolamento e inocência, e que foi a partir da propriedade privada e da divisão de trabalho que acabou se criando uma desigualdade artificial – de origem social e não natural – e uma falsa moralidade; entretanto foi em sua outra obra *Do contrato social*, foi que Rousseau afirmou que a forma de salvação das pessoas em sociedade seria abrir mão de parte de seus direitos em favor de um Estado soberano, onde cada uma das pessoas fosse um dos membros da legislatura – uma forma de democracia direta e não representativa, concebendo uma cidade-Estado cujos cidadãos se reuniriam para deliberar sobre assuntos de interesse comum que expressassem a vontade geral, esta necessariamente justa se assim obtida democraticamente e participativamente por todos. Essas idéias exerceram uma influência determinante na Revolução Francesa e nas ideais posteriores de democracia, e entre seus adeptos mais fervorosos na época da Revolução estava o radical Robespierre. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 21; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.

¹⁶⁸⁰ MORSE, O espelho..., p. 47-50.

mentalidade – protestantes e católicas tradicionais, verificou-se, praticamente, um mesmo comportamento em relação às ousadias científicas ou da razão frente às ousadias desveladoras da natureza, qual seja, na pior hipótese buscava-se aceitar os trabalhos investigativos na condição de que “o autor não afirmava uma verdade mas apenas apresentava uma hipótese fictícia”. Assim, os estudos e verdades de Nicolau Copérnico – em sua obra *De revolutionibus*, com sua teoria heliocêntrica – foram aceitos por protestantes e católicas, sendo lecionados e utilizados livremente nas universidades de ambas religiões por toda Europa, de tal forma que, em 1616, quando sua teoria foi proibida, em realidade foi no sentido de “exigir correções que explicassem tratar-se de um sistema hipotético, não de uma lei estabelecida”.¹⁶⁸¹

Quando se compara o escolasticismo, humanismo e ciência na Itália, emergem muitas opiniões que procuram explicar as suas relações, sendo cada vez mais forçoso compreender que a visão tradicional, de que o humanismo surgiu em resposta a um obscurantismo escolástico e ao retalhamento da lógica aristotélica, não é a mais correta. Mais acertado seria asseverar que “tanto o escolasticismo como o humanismo lançaram raízes na Itália no final do século XIII e desenvolveram-se paralelamente ao longo e mesmo depois do Renascimento. O aristotelismo italiano, com origens em Oxford e Paris, centrava-se na lógica e na filosofia natural, enquanto o humanismo predominava na gramática, na retórica, na poética e na filosofia moral. Escolásticos e humanistas travavam controvérsias, mas não uma batalha de morte. Sua coexistência foi inclusive relativamente pacífica, e o aristotelismo italiano chegou a dar contribuições notáveis à filosofia do Renascimento”. Quando a escolástica sucumbiu na Itália, “o ataque não partiu dos humanistas nem dos platônicos, nem mesmo de filósofos naturais (...), mas da nova ciência natural imaginada por Leonardo da Vinci¹⁶⁸² e estabelecida

¹⁶⁸¹ MORSE, O espelho..., p. 50.

¹⁶⁸² Leonardo da Vinci (1452-1519), artista plástico, cientista, escritor e sábio italiano. Um dos maiores pintores do Renascimento e, possivelmente, seu maior gênio, por ser também anatomista, engenheiro, matemático, músico, naturalista e filósofo, bem como arquiteto e escultor. Suas idéias científicas quase sempre ficaram escondidas em cadernos de anotações, e foi como artista que obteve o reconhecimento de seus contemporâneos. Aprendeu pintura e desenho estagiando no ateliê de Verrochio por volta de 1470, em Florença, dedicando-se, também à matemática e à música. Florença o empregou pouco; a primeira grande encomenda que recebeu, *A Adoração dos Reis Magos*, ficou inacabada quando, entre 1481 e 1482, Leonardo partiu para Milão e ofereceu a Ludovico Sforza, o Mouro, – e sua corte – seus serviços de engenheiro militar, arquiteto, escultor e pintor. Iniciou a estátua equestre do pai do duque, decorou uma sala do castelo Sforzesco, organizou os divertimentos da corte; é desse período milanês que ele pinta o grande mural *A Última Ceia* (1495-7) que, apesar das más condições de conservação, exerceu poderosa influência sobre sucessivas gerações de artistas e escritores. Sendo Ludovico expulso pelos franceses, o artista foi para Mântua (1499), Veneza, Roma e, em 1503, voltou a Florença, onde competiu com Michelangelo – desenhos da *Batalha de Anghiari* –, ficando nessa cidade até o ano de 1506; por essa época é estimado que ele pintou a *Mona Lisa*, obra famosa por sua originalidade, sutileza e naturalidade. Estabeleceu-se de novo em Milão – onde teve como rivais pintores como Boltraffio, A. Solario e Luini –, depois em Roma, onde o grande homem, então, era Rafael – a quem influenciou – e tido como filósofo quimérico, instável estrangeiro no mundo real. Desiludido, em 1516 aceitou o convite de Francisco I da França,

por Galileu e Kepler”. Se, ao final, ciência e escolasticismo revelaram-se totalmente incompatíveis, um estudo aponta que num período anterior, quando a ciência ainda não havia se fixado com toda sua força, “nas universidades de Bolonha, Pávia e, sobretudo, Pádua, o aristotelismo preparou o terreno para o espírito científico e (...) os chamados averroístas de Pádua criticaram e refinaram a tradição escolástica, atenuaram sua ênfase teológica e desenvolveram os princípios científicos de hipótese e demonstração”.¹⁶⁸³

Por outro lado, outros estudos defendem que a ciência galileana possui origens humanistas, a partir do momento em que os representantes do humanismo se interessaram pela tecnologia, bem como quando cientistas e humanistas decidiram não ser mais possível fundar a argumentação acerca da verdade e do conhecimento baseado apenas na autoridade, e se viram na necessidade de adaptar “a linguagem para o tratamento das descobertas no grande Livro da Natureza”. Portanto, para a explicar a emergência da ciência parte-se de considerações neo-aristotélicas, de um lado, e humanistas, de outro, sendo forçoso reconhecer que ambas são plausíveis – inclusive a hipótese de que podem ter concorrido simultaneamente, com todas as contradições que são imanentes às ações e comportamentos humanos. O fato é que Galileu Galilei compreendeu perfeitamente que “o sistema copernicano não era um exercício matemático para salvar as aparências, mas uma visão nova e revolucionária”, e em sua busca pelas certezas ele estabeleceu uma fronteira – separação – entre física e metafísica, desobedecendo, assim, o mandato teológico de que o ser humano não deveria “brincar com o que se supunha ser a estrutura do universo”.¹⁶⁸⁴

que lhe proporcionaria um fim de vida tranqüilo em Cloux. Durante sua carreira, foi artista e consultor técnico do duque de Milão, engenheiro militar de César Bórgia, além do pintor e arquiteto do rei Francisco I da França. Iniciador do segundo Renascimento, Leonardo foi muito mais do que o grande pintor que nele viram seus contemporâneos: inventor do *sfumato*, essa meia-luz vaporosa que banha as formas com uma poesia inefável, e autor de alguns dos mais célebres arquétipos pictóricos do Ocidente: *Adoração dos Magos*, inacabado, de 1481; *A Virgem dos rochedos*; *A Última Ceia*, mural do convento de Santa Maria delle Grazie; *A Virgem, o Menino Jesus e Sant’Ana*; a *Mona Lisa*. Tão dotado para a investigação científica quanto para as artes, tão apaixonado pela pesquisa intelectual quanto observador – muito à frente de seu tempo – dos fenômenos naturais, demonstrou a dimensão enciclopédica de sua curiosidade – anatomia, geologia e paisagem, estudo de animais e vegetais, mecânica, hidráulica, arquitetura e fortificações, matemática, perspectiva, óptica etc. – em seus numerosos cadernos – com cerca de cinco mil páginas dos que restaram –, em que desenhos associados ao texto alternam precisão e força visionária. Os blocos de anotações detalham muitos esquemas de engenharia civil e militar, projetos de uma enorme variedade de dispositivos mecânicos – helicóptero, bicicleta, máquina de cortar parafusos, fornalhas, canhão carregável pela culatra, grua com dupla articulação. Algumas dessas máquinas estavam muitos anos à frente de seu tempo e nunca foram fabricadas, mas alguns projetos eram de grande importância e foram desenvolvidos para serem utilizados ou aplicados na prática em seu tempo, alguns com repercussões e usos ainda nos tempos atuais. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 15; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.

¹⁶⁸³ MORSE, O espelho..., p. 50-1.

¹⁶⁸⁴ MORSE, O espelho..., p. 51.

Assim é que sobrevive – na Itália –, o neo-aristotelismo, o humanismo e a ciência, diante da Contra-Reforma que varre a Europa, “para estabelecer uma tradição de investigação científica e intelectual ampla ao longo da Ilustração até o *Risorgimento*”, entendendo-se por esta última expressão como “inicialmente o ressurgimento da consciência nacional e da literatura italianas a partir da segunda metade do século XVIII, passando depois a significar o movimento ideológico nacionalista que culminou com a libertação e a unificação da Itália no século XIX”. Circunstâncias políticas e institucionais adversas prejudicaram a plenitude das contribuições intelectuais dos investigadores científicos; entretanto, mesmo assim, em 1725, surge a obra *Ciência Nova* – como uma história universal certa e pensada, que, influenciada pelo cartesianismo, antecipa a sociologia moderna e compreensão da história humana subordinada a leis evolutivas – de Giambattista Vico¹⁶⁸⁵ e, em 1764, a obra *Dos Delitos e das Penas*, de Cesare Beccaria.¹⁶⁸⁶ Se assim se sucedeu na Itália, o fato é que esses acontecimentos não se repetiram na Península Ibérica; enquanto muitos intelectuais traduziam e liam a obra de Beccaria, por exemplo, na Espanha ela foi traduzida em 1774 para, três anos após, ser colocado no Index entre as obras proibidas. Se na Itália verificou-se um esforço racionalista para desmascarar a base supersticiosa da magia e da feitiçaria, na Espanha, contrariamente, um de seus maiores pensadores da Ilustração, apaixonado por esses temas, jamais negou a existência da magia e da feitiçaria. No plano da filosofia moral, era radical a diferença entre ibéricos e cultores de Maquiavel.¹⁶⁸⁷

Talvez o contributo – ou contrapartida – da cultura ibérica à ciência italiana “foi a revolucionária tese do *minus probabilismus* [menor probabilidade] publicada em Salamanca em 1577 pelo dominicano Bartolomé de Medina”, teoria que sistematizava e ampliava o

¹⁶⁸⁵ Giambattista Vico (1668-1744), filósofo e historiador italiano. Opondo-se ao racionalismo de Descartes, defendeu a tese de que o verdadeiro objeto do conhecimento são os feitos humanos, isto é, o mundo da cultura, aquilo que o ser humano cria, e não a natureza. A partir disso, construiu a primeira filosofia da história, antecipando-se a Herder, Hegel e Comte. Seus estudos de história e, em particular, sua teoria dos ciclos de civilização, exerceram ampla influência no pensamento ocidental. Para Vico, a civilização passa por três estados: idade divina, idade heróica e idade humana. Após a terceira etapa, o ciclo se reinicia. Foi o primeiro a conhecer o valor da poesia popular e desenvolveu uma estética baseada na lingüística. A primeira formulação de suas idéias encontra-se em *Sobre a mais Antiga Sabedoria dos Itálicos* (1710). Sua obra maior é *Princípios de uma Nova Ciência Relativa à Natureza Comum das Nações* (1725). Também deixou uma *Autobiografia*. Praticamente ignorado em seu tempo, Vico só foi redescoberto no século XIX por Michelet. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 24.

¹⁶⁸⁶ Cesare Bonesana – Marquês de Beccaria – (1738-1794), também conhecido com Cesare Beccaria, jurista e economista italiano. Seu tratado *Dos Delitos e das Penas* (1764) renovou o Direito Penal, traduzindo os protestos da consciência pública e dos filósofos da época contra o processo secreto, a tortura, a desigualdade dos castigos segundo as pessoas, a atrocidade dos suplícios. Também foi o primeiro decidido adversário da pena capital e um dos primeiros a analisar – na economia – a função dos capitais e a divisão do trabalho. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 3. Vide também: BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Hemus, 1983. 120 p.

¹⁶⁸⁷ MORSE, O espelho..., p. 51-2.

alcance do probabilismo medieval. Pela nova teoria, “um agente moral era suficientemente prudente se, ao comparar alternativas, atuava de acordo com a opção menos provável em vez da mais provável”. É evidente que as implicações dessa tese eram perigosamente revolucionárias para a época, de tal forma que os dominicanos a abandonaram e os jesuítas encarregaram-se de a elaborar com sutileza e ousadia dialética, mas sem resolver os conflitos que emergiram entre as ordens, e entre a Igreja e o Estado com a aplicabilidade, alcance e extensão da tese. O Papa interviu e condenou proposições excessivamente heterodoxas, alcançando a solução de compromisso onde a teoria seria aceita “para assuntos especulativos e morais, mas não para questões de fé e sacramentos. Isso significa que ao estendê-lo e sistematizá-lo, a Espanha havia preservado o modo formal-objetivo de raciocínio”.¹⁶⁸⁸

No plano do pensamento político, “das premissas de crença de uma sociedade e aos modelos conceituais que adaptam tais premissas aos problemas da moralidade pública, consciência privada e ciência ou ‘ciência social’”, verifica-se que as categorias políticas mais adequadas ao caso ibérico são tomismo e o maquiavelismo, “duas filosofias políticas de fundamental importância na Espanha dos séculos XVI e XVII”, enfim, “dois modelos conceituais de política pública surgidos de situações anteriores análogas às da Ibero-América”. Verifica-se que no século XVI, os líderes espanhóis tinham duas posições paradigmáticas para guiar suas orientação políticas: (I) “uma tradição ‘medieval’ originada das *Siete Partidas*, conjunto de leis compiladas no reinado de Afonso, o Sábio (iniciado em cerca de 1260), que definia os sujeitos políticos não como ‘indivíduos’, mas por sua localização social e sua missão cristã; o governante, embora não fosse responsável perante eles por procedimentos formais, estava obrigado em consciência a impor as leis de Deus publicamente reconhecíveis”; (II) a tradição do Renascimento, “a do maquiavelismo ‘amoral’, forjada num cenário de nascentes estados nacionais e príncipes cristão em disputa”.¹⁶⁸⁹

Para Morse, os Reis Católicos, Isabel e Fernando, personificavam, cada qual, uma das correntes opostas; a soberana de Castela com responsabilidades espirituais sobre a África e Novo Mundo – apoiada no passado e renovando-o –, e o soberano de Aragão com envolvimento mediterrâneos limitados à comunidade cristã – no início da Idade Moderna –, sendo saudado por Maquiavel. Até meados do século XVI, essas duas orientações estiveram sob equilíbrio, harmonizando-se nos excessos e deficiências que cada orientação política continha, continuando assim sob o reinado de Carlos V. No âmbito do Novo Mundo, essas políticas diversas indicavam orientações igualmente diferentes, para um mesmo problema

¹⁶⁸⁸ MORSE, O espelho..., p. 52-3.

¹⁶⁸⁹ MORSE, O espelho..., p. 53-4.

prático posto. Por exemplo, se os indígenas americanos deveriam ser incorporados pacificamente à cristandade ou submetidos à servidão; problema semelhante ocorria também em relação ao comércio. Ao ascender Filipe II ao trono, com a abdicação de Carlos V, as Espanha faz sua opção definitiva entre as existentes – em meados do século XVI –, optando pelo tomismo, e recaindo sobre o rei a tarefa de ordenamento social – por consenso social –, “atuando em nome de seus súditos como o agente melhor colocado e mais apto para a função”, além de lutar contra luteranismo e as forças opositoras da Contra-Reforma. Essa orientação tomista, com seu conjunto de acordos sociais, sustentou-se diante das reformas bourbônicas do século XVIII, mas desmoronou, na América, ante as pressões independentistas. A América espanhola perdeu a pedra angular tomista e ingressou em sua era de déspotas, emergindo o maquiavelismo, e precisando reconstruir novas bases de legitimidade e ordem.¹⁶⁹⁰

Morse ressalta que ele não está tentando defender a tese de que há uma persistência por inércia, e uma “invocação recorrente ao longo dos séculos das formulações políticas escolásticas”, enfim, ele não está a defender um determinismo intelectual; o “problema, do nosso ponto de vista anglo e ibero-americano, é que no momento crítico da expansão ultramarina as sociedade progenitoras adotaram, deixaram-se levar ou foram arrastadas por dois conjuntos de premissas políticas que seguem orientando a lógica da ação e do pensamento políticos até hoje. Não estamos dizendo que os respectivos filósofos morais tenham inventado arbitrariamente regras básicas permanentes; o que estamos dizendo é que numa conjuntura histórica crítica – da qual a expansão ultramarina era mais um sintoma do que uma causa – suas formulações deram expressão prototípica e profética à cristalização de dois conjuntos de imperativos institucionais, econômicos e morais. Essa mensagem profética consiste numa orquestração de problemas, não num conjunto invariável de posições ideológicas”.¹⁶⁹¹

Assim, na aurora do período formativo moderno, emerge um diálogo político que irá conformar ou estar sempre presente no fluxo e refluxo ideológico que se desenrolará nos séculos seguintes na Ibero-América. Na Espanha esse diálogo político se estabelece a partir da propagação das idéias tomistas e maquiavelistas. Das obras de São Tomás e Maquiavel, apareceram na Espanha *O Governo dos governantes* em 1525 – São Tomás de Aquino –, a *Arte da guerra* em 1535, os *Discursos* em 1552, e *O Príncipe* – esse três últimos de Niccolò Maquiavel – que não fora traduzido até o século XIX, mas que circulava no país desde o

¹⁶⁹⁰ MORSE, O espelho..., p. 54-5.

¹⁶⁹¹ MORSE, O espelho..., p. 55-6.

século XVI. O conjunto da obra da Maquiavel teve um destino semelhante ao que recebeu Erasmo de Roterdã, qual seja, foi recepcionada no apogeu do Renascimento, onde os princípios secularizados e pragmáticos do florentino eram colocados livremente ao lado dos ideais contemplativos da virtude cristã, sem estarem conciliados. Em 1559 – portanto, em meados do século XVI – Maquiavel foi colocado no *Index* de obras e/ou autores proibidos, ganhando força o antimachiavelismo, a partir daí, e seus preceitos, necessários para os tempos de construção de Estados e de estadistas, foram – com muitos disfarces para dissociá-los da sua real fonte – propostos para serem utilizados casuisticamente no corpo doutrinal do pensamento político espanhol. No caso português, verifica-se que Maquiavel não despertou tanto interesse quanto na Espanha, “provavelmente porque a maior integração política daquele país e suas ambições ultramarinas mais concretas e instrumentais reduziam a necessidade de diagnósticos políticos mais elaborados”.¹⁶⁹²

O fato é que tratados antimachiavelistas, e ataques provindos de diferentes e respeitados autores, passaram a ser dirigidos contra as idéias políticas do florentino, onde basicamente se denunciava que o conteúdo de sua obra causaria a destruição do Estado, se aplicado como apregoado; os autores antimachiavelistas concordavam que o Estado era uma associação natural ou pré-cristã, entretanto, a verdadeira razão de Estado, “necessária para preservá-lo e aperfeiçoá-lo, devia responder às leis de Deus e às virtudes de um príncipe cristão, uma vez que a fé e a razão natural são complementares”. O perigo em curso, do ponto de vista eclesiástico, era que Maquiavel poderia representar uma dupla verdade para o ser humano – a da realidade concreta das práticas humanas e a realidade de Deus e seus desígnios – ou, pior ainda, converter a religião como “um mero fator psicológico no cálculo social”.¹⁶⁹³

Para a cultura espanhola da época, o que se condenava em Maquiavel era sua defesa de alguns pontos de vista muito perigosos – entretanto o absolutismo de Maquiavel era até muito bem-vindo, uma vez que ele era um princípio cardinal do Estado espanhol – como sua noção do Estado como artifício – e a ameaça de tirania contida na noção – e não como obra de arte, de acordo com o que era defendido pela teoria neo-escolástica iniciada por Francisco de Vitoria e desenvolvida ou aperfeiçoada por Francisco Suárez, ou seja, “o Estado como um todo ordenado em que as vontades da coletividade e do príncipe se harmonizam à luz da lei natural e no interesse da *felicitas civitatis* ou bem comum”. A heresia de Maquiavel fora ter “aceitado examinar o Estado como um fenômeno natural, independente da consideração de leis morais universais. Ao fazê-lo, dava um passo na direção de uma política ‘científica’, mas

¹⁶⁹² MORSE, O espelho..., p. 56-7.

¹⁶⁹³ MORSE, O espelho..., p. 57.

sem com isso chegar a constituir um ‘sistema’ auto-suficiente. Neste sentido ele foi copernicano mais que galileniano”. Por outro lado, era galileniano ao propor a “homogeneidade da experiência política em todo o mundo e em todas as épocas”, sendo, nesse sentido, anti-histórico; ao assim proceder, ele comete outro pecado, qual seja, a de desprovidencializar o Estado, uma vez que ao retirar o corpo político do contexto histórico, tal ato acaba por cancelar “o papel teológico ou providencial que a ‘história’ havia designado ao Estado espanhol da Contra-Reforma”.¹⁶⁹⁴

Diante disso, essa tensão entre bem comum e cálculo do poder, entre Estado como um todo orgânico e Estado como um artifício, entre política como missão ou política como arte ou ciência, entre estratégias inclusivistas ou estratégias exclusivistas, “essa tensão continua condicionando o programa político do mundo ibérico em nosso próprio século”. São ênfases quanto ao conteúdo de duas famílias de pensamento político, sempre recorrentes ao longo dos tempos, uma ética básica fundante, estruturante e estruturada,¹⁶⁹⁵ um *habitus* que se prolonga manifestando-se singularmente em diferentes planos sociais – religioso, científico, político etc. –, não se mirando essas famílias de pensamentos exclusivamente em torno de aspectos morfológicos ou formais – enciclopédicos – que tais pensamentos possam conter e serem trabalhados.¹⁶⁹⁶

O fato é que a Espanha e a Ibéria se formariam antes – mais precisamente, não sofreria as influências das transformações que sucederam em outros povos europeus – das revoluções científica, religiosa, comercial e política. “Vitoria escreveu no momento em que a Espanha se envolvia com os novos Estados nacionais e com os povos não cristãos do ultramar. Era um mundo vasto e pluralista com seu fulcro na Espanha, mas não que fosse um mundo feito pela Espanha. Havia entrado no campo de visão por ‘acidentes’ empresariais e dinásticos. A tarefa era extrair compreensão desse mundo e preceitos para o seu ordenamento a partir da sabedoria dos antigos, da Igreja, do erasmismo modernizante. Vitoria enfrentou um problema de casuística – ajustar a experiência a cânones respeitáveis – mais do que de reconstituição”, dirigindo-se a um vasto mundo multiforme, e procurando acomodar “um amontoado idiossincrático de nações e povos numa ordem moral universal”.¹⁶⁹⁷

Vitoria não estava interessado em encontrar, para uma ordem política singular, um conjunto de axiomas científicos que pudessem a regular e (re)organizá-la; por um conjunto de circunstâncias singulares e históricos, a opção cultural espanhola impeliu-os para o

¹⁶⁹⁴ MORSE, O espelho..., p. 58.

¹⁶⁹⁵ Vide acima o texto sobre o poder simbólico de Pierre Bourdieu.

¹⁶⁹⁶ MORSE, O espelho..., p. 58-9.

¹⁶⁹⁷ MORSE, O espelho..., p. 60-1.

universalismo. “Vitoria tinha de *adaptar* o particular a um antigo universal, e (...) [não] *aplicar* regras recém-descobertas ao particular. Isso implica a diferença entre uma tradição de *lei natural*, onde as situações devem conciliar-se com princípios, e uma tradição de *direitos naturais*, onde elementos nucleares sociais são liberados para a sua adequada recombinação. A ‘sociedade’ organicamente composta de Vitoria é parte da natureza, e os homens são por princípio animais sociais e políticos. As cidades e as repúblicas, ele escreveu, ‘não tiveram sua causa e origem na invenção do homem, mas como que brotaram da natureza, que descobriu esse método de proteção e preservação dos mortais’”. Essa é uma tradição filosófico social que difere de outra, aquela que enuncia os seres humanos como “um conjunto heterogêneo de indivíduos que por natureza não são harmoniosos nem políticos, nem têm inclinações sociais. A única maneira de refrear suas intermináveis disputas e fazê-los chegar a um acordo é por meio de pactos. Dado o egoísmo natural dos homens os pactos são construções artificiais, da mesma forma que a comunidade ou o Estado erigido sobre eles”.¹⁶⁹⁸

De qualquer forma é certo que, sob qualquer uma das duas tradições culturais assinaladas, a marca mais distintiva que identifica o Estado é o seu poder coercitivo. Para Vitoria é um poder que deve ser exercido “para a realização do bem comum e a administração da justiça segundo os princípios cristãos”, dentro de um espírito de auto-realização comunal, e não um pacto fundado no medo, onde a justiça é assinalada negativamente, ou seja, injustiça é o não cumprimento do pacto. Esse pacto fundado no medo, visava a manutenção da paz e da ordem, mais importante para o governo, que o cultivo da vida cristã e do bem-estar comum; assim, aqui, a honra antiga cede lugar ao temor no campo dos princípios.

Mais tarde, Francisco Suárez reuniria os escritos de seus predecessores e realizaria uma síntese da filosofia social espanhola, produzindo um sistema fechado – embora espaçoso – com coordenadas claras e definições cuidadosas.¹⁶⁹⁹ No século XVII, o edifício político-social ibérico já está definitivamente construído, e a Ibéria resiste aos ventos da mudança político-social que percorre outros cantos da Europa. Nesse momento, uma leitura que se faz dos espanhóis é que eles agiram no sentido de aprofundarem mais fortemente aos valores neo-escolásticos, permanecendo fiéis aos ensinamentos de Suárez, de tal modo que, em 1680, ao codificarem as leis para as Índias espanholas, reafirmaram os princípios capitais da “ordem providencial, justiça social, liberdade pessoal e caridade cristã”. Outra leitura que se faz do período seiscentista é que o pensamento pós-suareziano sofreu uma secularização total, enfim, não efetivou-se sua continuidade, sendo que o edifício do pensamento político espanhol, se

¹⁶⁹⁸ MORSE, O espelho..., p. 61.

¹⁶⁹⁹ MORSE, O espelho..., p. 64.

não havia ruído, estava com suas fundações seriamente abaladas e danificadas, diante de tantas questões práticas que o assolavam.¹⁷⁰⁰

O fato concreto é que, no século XVII, os filósofos espanhóis, posteriores a Suárez, “não propuseram nenhuma reordenação radical dos pressupostos políticos”; sua postura, diante da revolução comercial e da Guerra dos Trinta anos, era no sentido de aceitar um mundo fluido – transitoriedade, mutabilidade e instabilidade da Natureza –, “sem tentar extrair dele uma lógica ou uma dinâmica que fornecessem diretrizes para uma filosofia social”. A sensibilidade política espanhola elegeu com tema central o problema político da conservação do Estado, transformando o filósofo político em médico – em vez de engenheiro, arquiteto ou moralista – e elegendo como palavras de ordem a “conservação” e a “restauração”, e mesmo como lei suprema a “saúde do povo”. “Dada a mutabilidade das coisas é aceita a instabilidade como princípio mundial, as prescrições políticas deviam se orientar pelo fluxo irregular da história mais do que pela capacidade inventiva intelectual. Como o governante freqüentemente carecia de força ou de meios para enfrentar diretamente circunstâncias adversas, devia recorrer à *raison d'état*, frase que agora ia além de seu significado maquiavelista para indicar uma ‘tecnificação’ do enfoque político: não uma mobilização de recursos para fins amorais ou utilitários, mas confiança na perspicácia política em substituição a recursos conhecidos como deficientes”.¹⁷⁰¹

Morse aponta que a “moda do positivismo e do cientificismo nas gerações ibero-americanas posteriores talvez possa ser melhor compreendida como uma retomada dessa disposição ibérica do século XVII do que como uma obediência conveniente e superficial à ‘ciência da sociedade’ da Europa do século XIX”. De qualquer forma, o pensamento político da era barroca espanhola estava centrado no Estado, conforme herança deixada pelos pensadores passados e aplicada pelos governantes, e ditava que a liberdade era a “obediência voluntária ou ‘ativa’ ao poder constituído, noção vinculada à doutrina católica que definia o papel do livre-arbítrio na obtenção da graça”. Portanto, nesse tido de liberdade o Estado possui um papel “cuja função principal era a manutenção da ordem através da administração da justiça, justiça que tanto premiaria o mérito quanto castigaria a delinquência”. Decorre também que essa comunidade política e suas estruturas formais eram marcadamente estáticas, vale dizer, o governo tendo a tarefa primordial de “manter uma segurança e uma estabilidade acrobáticas num mundo em movimento e, simultaneamente, impedir que os

¹⁷⁰⁰ MORSE, O espelho..., p. 66-7.

¹⁷⁰¹ MORSE, O espelho..., p. 67. Grifos no original.

defensores da liberdade em sua forma tradicional aceita caíssem na tentação da repressão severa num mundo em que o individualismo se afirmava cada vez mais”.¹⁷⁰²

“Num corpo político que se recusava a capitular ante o dinamismo da época, a *raison d'état* foi generalizada de princípio de governo a estratégia de enfrentamento de situações, moral de acomodação que permeava toda a sociedade. Nesse sentido mais amplo, o termo aplicava-se agora ‘à conduta de indivíduo que, carecendo de recursos materiais para a satisfação de suas necessidades, precisavam servir-se habilmente de um jogo tático: por exemplo, pícaros e outros indivíduos marginalizados’. No século barroco o cálculo político passou claramente de ‘Estado como bem comum’ para o ‘governo como arte’. Contudo, os preceitos irreverentes de Maquiavel insinuaram-se na sabedoria política espanhola apenas para deixar de fora um novo e menos assimilável antagonista. Hobbes representaria para a Espanha do século XVIII (...) o que Maquiavel representou para o século XVII: ‘...talvez com a única exceção de Campomanes, não há escritor que não dedique um capítulo, uma página ou uma linha à sua refutação’”.¹⁷⁰³

Após a descoberta das América, para o mundo cultural espanhol se apresentou o problema de justificar, legitimar e racionalizar uma estrutura estatal que abarcasse aos dois lados do Atlântico num mesmo eixo civilizatório, não sem razão a constatação do fato de iminentes juristas espanhóis da época se debruçarem sobre os problemas morais e práticos voltados para legitimar o governo sobre as colônias e incorporar seus povos à Coroa espanhola. Enquanto a Ibero-América foi dominada pelas metrópoles, vigorava nas colônias a cultura política dos países de origem; os denominados Vice-Reinados americanos não chegaram a constituir um corpo político separado da metrópole, pois isso era dificultado pelo que caracterizava a “teoria política ibérica e a integração transatlântica das instituições burocráticas, eclesiásticas e acadêmicas, bem como a filiação e as simpatias às vezes ambivalentes de seus porta-vozes”. Entretanto já se desenhavam nos reinos ibero-americanos, no século XVIII, dois problemas visíveis: (I) “o caráter aparentemente inadequado de sua tradição política”; (II) “a natureza incoerente de sua organização social”.¹⁷⁰⁴

Como visto anteriormente, o pensamento da Ibéria não havia elaborado logicamente e feito a opção intelectual que haveria de marcar o restante da Europa Ocidental quanto ao binômio ciência-consciência. Por essa opção, o fato é que até o começo do século XVII a Ibéria ainda fornecia cultura, frente ao estágio das demais culturas, para “propor fórmulas

¹⁷⁰² MORSE, O espelho..., p. 67-8.

¹⁷⁰³ MORSE, O espelho..., p. 68. Grifos no original.

¹⁷⁰⁴ MORSE, O espelho..., p. 71-2.

alternativas plausíveis do Grande Desígnio Ocidental”]; sucedeu que no século XVIII isso já lhe era impossível, pois “havia se tornado uma consumidora intelectual”, e a Ibéria agora sabia que estava num mundo que não havia sido feito primordialmente para ela. Costuma-se dividir o século ilustrado da Espanha em dois períodos, um primeiro dominado por Benito Feijóo – 1676-1764 – e um segundo representado especialmente por Gaspar Melchior de Jovellanos¹⁷⁰⁵ – 1744-1811 –, sendo que os sucessores de Feijóo se viram num mundo de acentuadas contradições, onde os ideais revolucionários franceses, frente ao reflorescimento escolástico ibérico no final do século XVIII, era o menor deles. Para se compreender esse período e o que sucedeu depois dele no campo do desenvolvimento ou evolução das idéias e da cultural, é preciso compreender o conteúdo latente ou subjacente a todo esse comportamento intelectual e que explica de forma mais coerente as lógicas da ação tomada.¹⁷⁰⁶

Há muitas interpretações para o que foi a Ilustração ibérica – significados suarezianos retocados por fórmulas ilustradas; abandono do escolasticismo e opção pela modernidade, utilitarismo e ciência social aplicada cultivada em outros países; mas análises que têm em comum o fato de tentarem enquadrar à força o caso espanhol frente a modelos intelectuais estrangeiros – sendo muito recorrente à idéia de um ecletismo cultural imanente à Ilustração. Em primeiro lugar, uma crítica que pode ser feita é que qualquer “sistema de idéias, em sentido amplo, é eclético, na medida em que toma noções, suposições e argumentos de uma variedade de demonstrações prévias”; entretanto, se for utilizado a expressão “ecletismo” mais estritamente, é possível compreender como a ausência ou “abstenção da especulação sistêmica e tentativa de resolver problemas práticos”. O fato é que sínteses hobbesianas e suarezianas reformularam as premissas básicas que norteavam o pensamento espanhol, dando tratamento diferenciado a tais problemas práticos. “Daí em diante essas premissas, com significados amplos e adaptativos, passaram a conter o conjunto crescente de preocupações instrumentais advindas da maturação do capitalismo e do Estado nacional. Como a Ibérica nos séculos XVII e XVIII não experimentava nenhuma situação interna ‘revolucionária’, religiosa ou política, os significados anteriores persistiram e, não sendo criticamente reexaminados,

¹⁷⁰⁵ Gaspar Melchior de Jovellanos (1744-1811), político e escritor espanhol que, em suas obras, preconizou o liberalismo e uma reforma do ensino na Espanha. Ministro da Justiça em 1797, acabou sendo destituído por instigação de Godoy. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 14.

¹⁷⁰⁶ MORSE, O espelho..., p. 72-3.

houve uma erosão de sua capacidade doutrinal e de sua importância explícita para os assuntos práticos”.¹⁷⁰⁷

Um pensador como Campomanes – 1723-1803 – tentava harmonizar a tradição com o novo racionalismo, mas da forma como tradicionalmente a cultura espanhola fazia, vale dizer, colocar vários elementos de idéia diversos existindo e funcionando lado a lado, justapondo pensamentos diversos sem qualquer tipo de fusão ou conciliação que os sistematizassem num arcabouço teórico fecundo e profícuo. Assim, o pensamento ilustrado espanhol era marcado por apresentar o aspecto de mosaico, e não de um sistema, e o campo do pensamento não desenvolvia idéias a partir de uma conceitualização unificada; a Espanha, desse período, somente forneceu um gênio, que foi o pintor Goya.¹⁷⁰⁸ Por isso é que surge a dificuldade de se tentar interpretar linearmente a evolução do pensamento espanhol a partir de conteúdos ideológicos extraídos diretamente de textos, sem as contextualizações acima. Muitas respostas a sérias indagações não poderiam ser encontradas dentro de um plano contínuo e mecânico de análise, que conteria primeiro o tradicionalismo e, depois, o modernismo, com uma região intermediária onde ambos ainda coexistissem simultaneamente, na passagem de um momento cultural a outro.¹⁷⁰⁹

Nesse ponto do desenvolvimento de suas idéias, Morse assinala o seguinte: “Como já foi dito, as respostas não podem ser encontradas a longo de um *continuum* plano entre tradicionalismo e modernismo que exponha apenas o conteúdo manifesto da ideologia. Nossa intenção, ao reexaminar mentalidades européias desde Abelardo, foi dar um contexto histórico que complementasse o espectro horizontal da ideologia aplicada com um espectro vertical que fosse desde as prescrições efêmeras até o reino das crenças. Precisamente porque resistem às fáceis reformulações praticadas pelas gerações, as proposições relativas ao substrato da ‘crença’ são flexíveis e não prescritivas com respeito às expressões da ideologia. Não há uma correlação mecanicista, por exemplo, entre a crença na primazia da consciência e a

¹⁷⁰⁷ MORSE, O espelho..., p. 73.

¹⁷⁰⁸ Francisco de Goya y Lucientes (1746-1828), pintor e artista gráfico espanhol. Sua genialidade passou por um processo de amadurecimento vagaroso: já tinha bem mais de 40 anos quando foi indicado pintor da corte de Carlos IV. Goya ganhou a vida principalmente como retratista – e neste campo se alinha entre os melhores –, porém sua criatividade cresceu em temas envolvendo a crueldade e o terror. Touradas, asilos para loucos e a ocupação da Espanha pela França – 1808-1814 – levaram Goya a conceber cenas de atrocidades que estão entre os mais veementes protestos contra a guerra jamais produzidos. Delas fazem parte a famosa série de gravuras *Os Desastres da Guerra* – 1810-1814. O ponto alto de sua carreira é uma série de murais conhecidos como “pinturas negras”, realizadas para sua residência, e que hoje podem ser encontradas no Museu do Prado, em Madri. Sua produção inclui também os desenhos para a fábrica real de tapetes de Madri – o trabalho mais importante de sua juventude –, inúmeros quadros religiosos e um dos mais famosos nus da história da arte, *La Monja Desnuda* – c. 1800 –, que se supõe representar a duquesa de Alba, cujo relacionamento com Goya causou escandalosos boatos. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1.

¹⁷⁰⁹ MORSE, O espelho..., p. 73-4.

preferência pelo sufrágio universal, nem entre a crença na prioridade do bem-estar coletivo frente à opinião privada e a defesa estratégica dos direitos civis. Uma ideologia cujo conteúdo manifesto é totalmente oposto ao reino da crença pode inclusive ser adotada em benefício da própria crença, como acontece, para dar um exemplo moderno, quando se invoca a tática particularista-‘ascriptive’ da ação afirmativa em nome de um compromisso universalista-‘achievement’: Os tempos e as circunstâncias favorecem ou impedem a articulação ao longo do espectro crença-ideologia (e note-se que é um espectro, não uma divisão)”.¹⁷¹⁰

No caso da Ibero-América, os acontecimentos – mais precisamente as razões ou motivos – que precipitaram a independência das colônias espanholas, e o que se sucedeu, a partir daí, é complexo. Um estudioso afirmou que a revolução ou a luta pela independência das colônias espanholas americanas foi antes de tudo um assunto doméstico dos espanhóis, com raízes medievais, não tendo sido influenciado por ideologias estrangeiras, mas pelos neo-escolasticismo da Época de Ouro da Espanha. De fato – apesar da necessidade de cotejar tal afirmação com correntes ideológicas em curso no Ocidente europeu “mais moderno” – reconhece-se que algumas “das novas tendências ideológicas pareciam, de fato, compatíveis com a tradição ibérica”, uma vez que depois das convulsões emergiu a necessidade da harmonia social e uma definição de utilidade que fosse social e não privada. É fato, também,

¹⁷¹⁰ MORSE, O espelho..., p. 74-5. A transcrição da passagem da obra de Richard Morse, no parágrafo acima, especialmente o uso e alcance que o autor faz das expressões “crença” e “ideologia”, exige uma reflexão maior, pois é uma passagem – ou entendimento – que tem uso e repercussão ao longo de sua obra. Em primeiro lugar, é fato que o autor concebe uma diferenciação entre o conteúdo das duas expressões, de tal forma que a diferença entre eles é mais de oposição do que de contradição, assim, pertenceriam a uma mesma “família moral” e não a “famílias morais” diferentes, parafraseando uma expressão da filosofia social; em segundo lugar, dentro de um mesmo espectro, a ideologia teria função generalizadora, ela seria horizontal, endereçada a todas as pessoas que ela se destina legitimamente, enquanto que a crença seria mais pessoal, endereçada ou circunscrita a uma pessoa, enfim, uma função particularizadora, sendo que ela seria vertical, indicando até em que medida – amplitude e profundidade – alguém aceitaria ou teria certas crenças particulares inclusive frente à própria ideologia; em terceiro lugar, dentro da amplitude vertical do espectro crença-ideologia, haveria desde prescrições mais efêmeras, até o reino próprio – e forte – das fortes crenças humanas e que produzem efeitos sociais; em quarto lugar, as ideologias possuem proposições de caráter prescritivo generalizante e as crenças possuem proposições de caráter mais flexível personalistas; em quinto lugar, crença e ideologia se intercambiam dialeticamente, estabelecendo ou impedindo articulações entre eles, conforme o tempo e as circunstâncias; em sexto lugar, a crença se adapta aos tempos, enquanto que a ideologia define e é substituída por outra nova ideologia, daí o caráter mais flexível da crença e o caráter mais rígido da ideologia, aquela resistindo, através de adaptações, as reformulações que sobre ela vão praticando as gerações. É preciso entender as crenças, aqui abordadas por Morse, dentro de um paralelo com o próprio *habitus* – estudado por Pierre Bourdieu – que condiciona – ou está diretamente relacionado – com o sentido prático de ação e comportamento que guia as pessoas em sua atuação cotidiana perante a vida, enfim, premissas inscritas nas pessoas e que se realizam ou se efetivam praticamente na sociedade, e que marcam uma aceitação antecipada das pessoas para certos valores ou comportamentos tidos como “socialmente correto”; as ideologias, acima assinaladas, estão relacionadas às prescrições de caráter formal que é estabelecido sobre uma sociedade – de forma legítima ou não – e que, com certeza, dizem muito acerca das crenças de quem dita tais regras formais. As ideologias, acima referidas por Morse, são exatamente os consensos eruditos sobre a organização social em seus diferentes aspectos, expostos em textos e manifestados em rígidas regras morais, jurídicas, religiosas etc., que governam uma sociedade, sob pena de punição para quem as transgredir. É nesse sentido estrito que ambos as expressões são interpretadas para serem utilizadas ao longo da busca do entendimento desse trabalho de Richard Morse, segundo entendimento que é aqui adotado.

que Auguste Comte e sua filosofia positivista irá exercer uma forte atração sedutora para a geração seguinte à dos revolucionários; que a questão racial terá um componente a mais, qual seja, a presença, em todos os lugares e esferas sociais de instituições servis e semi-servis, bem como a origem indígena ou africana de uma grande parcela da população americana, e que “impediram uma visão social consistente à maneira de Hobbes”.¹⁷¹¹

“Com o tempo e com o crescimento da população e a mobilidade espacial, essa grande diversidade de tipos sociais tendeu a polarizar-se em castas e crioulos, brancos e negros, gente fina e plebeus, ou civilizados e bárbaros. Em tal situação o ideal neo-escolástico – culturalmente familiar – da ‘incorporação social’ não era mais plausível (...). Um continente com uma população com mais de vinte milhões no final do período colonial – onde quatro entre cinco pessoas eram escravos, trabalhadores dependentes, agricultores e pastores a nível de subsistência ou ocupantes de precárias posições intersticiais, freqüentemente sem falar a linguagem dos conquistadores –, era um cenário pouco propício para a realização dos grandiosos planos europeus de integração participatória, qualquer que fosse sua origem ou época”.¹⁷¹²

O fato é que essa marginalização da grande parte das sociedades ibero-americanas funcionou como elemento de integração da parcela menor dessas sociedades, integração econômica das elites com os fins dos Estados; entretanto, na época, havia uma elite intelectual – pensadores e escritores – que, a despeito dos confusos e obscuros “imperativos cartesianos da ordem internacional”, entendiam ser o imperativo do momento investir na reconstrução social, compreendendo como o problema estrutural e cultural das sociedades da época a questão da dicotomia civilização e barbárie – o que, numa interpretação unilateral dos problemas dos tempos mais atuais, como uma dicotomia ainda presente. Essa questão foi posta mais claramente por Sarmiento¹⁷¹³ na década de 1840, entretanto, é preciso registrar que

¹⁷¹¹ MORSE, O espelho..., p. 75-6.

¹⁷¹² MORSE, O espelho..., p. 76. Essa passagem da obra de Morse é carregada de preconceito, expondo uma “verdade” dada como evidente pelo só simples fato da apresentação do quadro social da época – que de resto, tem muitas semelhanças estruturais com a época mais atual, de acordo com os novos (ou ainda velhos) tempos –, sendo que a base comparativa ou paradigmática para alcançar essas conclusões é uma leitura cultural da Europa Ocidental “mais moderna” e, mesmo assim, uma leitura forçadamente unilateral.

¹⁷¹³ Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), escritor e político argentino. Fundou o jornal oposicionista *El Zonda*, a serviço das idéias unitárias. Preso e condenado a morte, conseguiu fugir para o Chile, onde foi diretor do jornal *El Mercurio* e apoiou a candidatura de Manuel Montt à presidência. Fundou também em Santiago o jornal *El Nacional*. No Chile publicou seus primeiros livros didáticos e fundou a primeira escola normal chilena. Seu contato com as instituições norte-americanas levou-o a repudiar o unitarismo, tornando-se federalista. Após a queda de Rosas, voltou à Argentina, fixando-se em Buenos Aires, mas entrou em conflito com os federalistas locais de Urquiza e expatriou-se voluntariamente para o Chile. Eleito deputado por San Juan e Tucumán, renunciou aos dois mandatos e retornou à Argentina, novamente fixando-se em Buenos Aires e assumindo a direção da Instrução Pública. Senador em Buenos Aires, foi Ministro de Estado, chefiou missões diplomáticas e foi eleito Presidente da República na sucessão de Mitre. Coube-lhe a tarefa de terminar a Guerra do Paraguai. O

antes dele foi colocada por frei José Antonio de San Alberto e o próprio Simón Bolívar,¹⁷¹⁴ sendo que os registros indicam que isso foi feito em tintas carregadas de preconceitos,¹⁷¹⁵ pois

assassinato de Urquiza e o levante do general Mitre contra a candidatura de N. Avellaneda criaram graves embaraços ao seu governo. Terminado seu período presidencial, foi senador da República. A obra literária de Sarmiento é de fundamental importância para a literatura argentina. Iniciou em 1845 a publicação de *Facundo*, como folheto do jornal *El progreso*. Das polêmicas com Alberdi sobre a futura organização política da Argentina, saiu o livro *Comentários da constituição da confederação Argentina* (1853). Foi um dos maiores mestres da prosa castelhana no século XIX, tradicionalista em matéria lingüística, apesar de seu americanismo. Sua obra capital, uma das mais importantes da literatura hispano-americana, é *Civilização e barbárie: vida de Juan Facundo Quiroga*, aspecto físico, costume e hábitos da República Argentina (1845), obra *sui generis* que é ao mesmo tempo história de uma época, estudo sociológico de um país e romance biográfico. De leitura interessante são as *Recordações da província* (1850), autobiográficas. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 21.

¹⁷¹⁴ Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar y Palácios (1783-1830), soldado, general, político e estadista sul-americano, líder nas guerras de independência dos países hispânicos sul-americanos, e, por isso, também conhecido como *o Libertador*. Inspirado nos racionalistas europeus, jurou libertar a América hispânica. Participando do surgimento das repúblicas sul-americanas, a vitória crucial de Bolívar em Boyacá (1819) assegurou a independência da Colômbia do jugo espanhol; dois anos depois, na Batalha de Carabobo (junho de 1821), derrotou os realistas espanhóis e conquistou a independência da Venezuela. Marchou então com um exército para o Equador e desalojou os espanhóis de Quito, antes de encontrar-se com José de San Martín em Guayaquil, sobre o futuro da América do Sul, e finalmente San Martín renunciou ao comando e permitiu que Bolívar expulsasse o exército espanhol do Peru, último baluarte colonial do continente. Com a independência da América do Sul assegurada, Bolívar aceitou a presidência da Confederação da Grande Colômbia – Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá. Incapaz de impedir a fragmentação da federação em três nações independentes, renunciou à presidência em abril de 1830. Membro de uma rica família basca estabelecida na Venezuela desde o século XVI, foi educado por Simón Rodríguez, um homem influenciado pelas idéias de Rousseau. Foi enviado para a Espanha, em 1799, para completar seus estudos. Casou-se em 1802, voltou à Venezuela, mas, com a morte de sua esposa, voltou à Europa, onde assistiu à coroação de Napoleão I. Aderiu então às idéias revolucionárias e jurou, sobre o Monte Sagrado, em Roma, lutar pela libertação de sua pátria. Após outras viagens à Europa, aderiu à franco-maçonaria, visitou os EUA, e voltou à Venezuela em 1807. Juntamente com outros membros da aristocracia *criolla*, iniciou a conspiração pela independência. Com a dissolução da Junta Suprema da Espanha, conseguiram formar um governo provisório *criollo*, a Junta de Caracas (abril de 1810). Bolívar foi enviado à Inglaterra para obter apoio à independência da Venezuela. Ao voltar, proclamou a independência (5 de junho de 1811), em Caracas, mas os espanhóis conseguiram vencê-lo (julho de 1812). Bolívar, que havia servido sob ordens de Miranda, exilou-se em Cartagena, na Nova Granada, sendo nomeado chefe de suas forças militares. Conseguiu, em 1812-1813, impedir a invasão dessa província pelos espanhóis da Venezuela e, com sua tropa, invadiu aquele país, onde declarou “guerra de morte” ao regime colonial espanhol. Após a vitória de Taguanes (agosto de 1813), apoderou-se de Caracas, onde recebeu o título de *Libertador*; e foi nomeado ditador (1814). Porém, os *llaneros* do interior, reconciliados com os espanhóis por Boves e Morales, avançaram sobre Caracas, e a guerra civil transformou-se em uma guerra social de castas contra a orgulhosa aristocracia *criolla*. Caracas foi retomada pelos espanhóis (julho de 1814), apoiada por reforços enviados da metrópole, e Bolívar exilou-se na Jamaica, onde redigiu a *Carta da Jamaica*, programa por uma América independente e republicana, e pela aliança entre os povos americanos. Foi acolhido no Haiti pelo presidente Petion, que lhe forneceu quatro batalhões e armas para 6 mil homens, sob a condição de que os escravos da América fossem libertados. Preparou então sua volta à Venezuela, conseguindo fazê-lo em dezembro de 1816. fixou-se no leste do país, onde fundou um pequeno Estado, cuja capital foi Angostura. Convocou então um congresso que lançou as bases da futura Grã Colômbia, da qual foi nomeado presidente (fevereiro de 1819). Com o apoio do *llaneros* de Paez e de voluntários ingleses, que formaram a Legião Britânica, lançou, em 1819, uma grande ofensiva contra Nova Granada. Atravessou os *llanos* e os Andes, venceu os espanhóis em Boyacá, conseguindo ocupar Bogotá (agosto de 1819). Pouco depois foi proclamada a união entre Venezuela e Nova Granada, tendo Bolívar com presidente. Na Venezuela, os partidários da metrópole, paralisados pela revolução liberal de 1820 na Espanha, foram definitivamente vencidos em Carabobo (junho de 1821). Com apoio de Sucre, Bolívar voltou-se então para o Equador: Quito foi ocupada (junho de 1822) e unida à Grã Colômbia. Em seguida ocupou Lima e foi proclamado ditador do Peru (setembro de 1823). As últimas forças colonialistas forma vencidas por Bolívar em Junín (agosto de 1824) e por Sucre em Ayacucho (dezembro de 1824). Este último constituiu então um Estado independente no Alto Peru, ao qual deu o nome de Bolívia, em honra a Bolívar que, presidente de três repúblicas – que atualmente são seis Estados independentes –, estava no clímax de sua glória. O Congresso do Panamá, por ele convocado, ocorreu no verão de 1826, mas a idéia de unidade americana

a própria expressão “barbárie” já inseria – trazia ínsito – aqueles – e respectivos comportamentos – que deveriam ser assim enquadrados, e a questão é: porque os bárbaros são bárbaros e os civilizados são civilizados, e quem assim classifica e impõem essa verdade como “verdade verdadeira”?

Se atualmente os estudos científicos podem revelar que, no período após a independência das colônias ibero-americanas, os intelectuais da época assistiam e eram “testemunhas da progressiva articulação de suas futuras nações no sistema econômico mundial”, muitos indícios estão a indicar que do ponto de vista deles, “era mais evidente, porém, um processo de desarticulação: o colapso do ideal ibérico da ‘incorporação social’ e a dicotomização da sociedade em ‘gente de bom senso’ e uma plebe cada vez mais enfurecida e inassimilável”. Se esse quadro social era culturalmente real, ele “ajuda a explicar a natureza existencial das opções disponíveis no momento da independência, a maneira eclética como foram examinadas, a conflitiva integração das elites e o caráter discordante, incoerente ou fragmentário das análises do período por estudiosos posteriores”. E nesse quadro, é possível até compreender que a sempre lembrada e reiterada – por intelectuais da Ibero-América – “receita” que deu certo – imigração do norte da Europa –, mais que uma expressão de racismo, seria “uma desesperada estratégia para a criação de um corpo político”,¹⁷¹⁶ quando não indica as duas coisas ao mesmo tempo, assim reforçando e duplicando as força – negativa – daquela primeira.

Após a independência da Ibero-América, se num primeiro momento – já durante a independência – se verifica influências neo-escolásticas suarezianas no movimento de transição, constata-se que a intelectualidade logo abandona o modelo cultural neo-escolástico “em favor de argumentos que, se nem sempre eram mais ‘democráticos’ em sua intenção, buscavam apoio em fontes anglo-francesas”. Leopoldo Zea¹⁷¹⁷ defende a posição que entende a emancipação política como um momento também de emancipação mental, levando os ibero-

frustrou-se. As tendências centrífugas e a instabilidade dos novos Estados afetaram a obra de Bolívar, fragmentando-a. Em 1827, o Peru declarou guerra à Colômbia. Paez proclamou a independência da Venezuela (1829) e flores a do Equador (1830). Bolívar demitiu-se em Bogotá, em maio de 1830, e fixou-se na pequena cidade colombiana de Santa Marta, onde morreu em dezembro, pobre e abandonado. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 4; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1.

¹⁷¹⁵ MORSE, O espelho..., p. 76-7.

¹⁷¹⁶ MORSE, O espelho..., p. 77.

¹⁷¹⁷ Leopoldo Zea (1912-), filósofo mexicano, chefe do Grupo Hipérion (1948), do qual participaram Emilio Uranga, Samuel Ramos, Jorge Portilla, Luis Vilorio. Zea vê a filosofia como um híbrido de mito e ciência, e a atividade intelectual estreitamente associada à ação política. Enfatiza o caráter latino da América e os laços hispano-americanos. Suas fontes principais são Ortega y Gasset e o historicismo alemão. É autor e organizador de várias obras. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 24.

americanos a abandonar a dialética em curso com o passado cultural ibérico, “impedindo, pelo menos durante o século XIX, a possibilidade de superar esse passado e converter o futuro em presente”.¹⁷¹⁸ Morse não observa, mas esse pensamento de Zea também pode estar a revelar, nessa colocação, que a superação desse passado deveria se dar nos mesmos marcos culturais herdados desse passado em prática no Novo Mundo, através da dialética, a fim de prosseguir, talvez, em nova síntese a sua igualmente nova continuidade.

Para Zea, a história “não é feita de fatos, mas da consciência que temos deles”, reforçando o entendimento que Morse dá à crença – dentro do *habitus*, de Bourdieu – e sua função social no campo cultural e do pensamento humano, onde os fatos são relacionalmente interpretados e significados conforme os valores internalizados que a pessoa tem deles, mas considerando principalmente a estrutura das relações objetivas que são erigidas socialmente – e que marcam esses sentidos subjetivos ou representações subjetivas das pessoas diante das coisas sociais –, e compõe a própria consciência/inconsciência do ser humano. Leopoldo Zea, em seus primeiros escritos, desenvolveu trabalhos intelectuais voltados para desvelar esses “valores expressivos ou consumados da vida política” e que condicionavam fortemente as opções ibero-americanas no campo político, enfim, pesquisou as premissas de crença, conforme designação de Morse. Esses valores seriam vínculos culturais duradouros, que não podiam ser anulados pela breve presença napoleônica na Ibéria, e que “persistiram e ainda persistem com todo vigor na cultura política informal” – em manifestações populares é possível verificar-se a expressão de um inconsciente coletivo sobre noções políticas implantadas séculos atrás e que são ainda revividos nos comportamentos mais espontâneos, por exemplo, numa festa popular como o carnaval brasileiro, onde uma ordem social hierárquica é suspensa durante as festas, e estas reproduzindo a paródia de uma sociedade igualitária e comunitária que não existe na prática –, mesmo que depois da independência das colônias ibero-americanas tivessem sido obscurecidos ou desaparecidos em sua expressão intelectual – “ou limitados a uma formulação freqüentemente doutrinária dentro de uma ala política conservadora”.¹⁷¹⁹

Segundo Morse, a tentativa de enquadrar a Ibero-América agora independente, no conjunto ideológico ibérico ou anglo-francês, mesmo que fosse uma miscigenação de ambas visões de mundo, apresenta vários problemas. Considerando que as sociedades estavam com identidades nacionais improvisadas, possuíam articulação interna invertebrada, sem poder soberano legitimado, e com relações econômicas com o mundo exterior envolvendo uma

¹⁷¹⁸ MORSE, O espelho..., p. 77.

¹⁷¹⁹ MORSE, O espelho..., p. 77-8.

mistura incerta de concessão externa e liberalização interna, não se enxergava como seria possível emergir uma ideologia hegemônica que fosse aceita, mesmo que passivamente. Assim como a emancipação mental não ocorreu de um momento para outro, nas décadas de 1820 e 1830, pode-se afirmar também que esse problema não era assim tão inesperado.¹⁷²⁰

Góngora, realizou um estudo importante, tomando o período que vai de 1760 a 1840 para examinar de que forma mentalidades novas e velhas se articulavam e, também, como as idéias da Ilustração eram recepcionadas na América espanhola e na Espanha, revelando que, nesse segundo caso, as novas idéias eram recebida de forma menos crítica na colônia que na metrópole, e, desta forma, eram mais difíceis de serem aceitas e assimiladas no Novo Mundo. “Por volta de 1760, a desconfiança em relação às novidades, a chamada atitude misoneísta,¹⁷²¹ estava dando lugar nas principais universidades hispano-americanas a uma aceitação condicionada à razão e à observação dentro dos cânones de autoridade. Um ecletismo prudente tornou-se a ordem do dia. Descartes e Gassendi eram ensinados, mas sem excluir Aristóteles. Teorias políticas com variadas derivações do direito natural e do contrato social coexistiam com o galicanismo¹⁷²² oficialmente sancionado”.¹⁷²³

A Ilustração católica ibérica “foi uma transição inconclusa, ou uma modernização pela metade”, e considerá-la com uma mistura, mescla ou uma combinação de elementos diversos, não contribui proficuamente para a análise do que ela significou, uma vez que os “ingredientes e a lógica que os conciliava variavam amplamente entre os grupos, os interesse criados e os pensadores individuais”; na Ibero-América, pode-se afirmar que “uma posição

¹⁷²⁰ MORSE, O espelho..., p. 78-9.

¹⁷²¹ Misoneísmo é a aversão a tudo quanto é novo – idéias, costumes, formas de arte, etc. –, não por motivo bem fundado, mas tão-só porque não correspondem ao estabelecido; neofobia. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [].

¹⁷²² Galicanismo é a denominação da tendência jurídica e teológica que defendia, no séc. XIV, a interferência dos reis franceses nos negócios eclesiásticos, e mais tarde, após o séc. XVII, a autonomia dos bispos franceses em face da autoridade pontifícia romana. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, []. Galicanismo é nome da doutrina que, na França, estabelecia formas de procedimento perante a Santa Sé, defendendo certas liberdades e franquias da Igreja francesa, contestando, em alguns pontos, a autoridade absoluta do papa. A independência dos soberanos em assuntos temporais, fortalecida pelas teorias conciliares do século XV, tomou forma jurídica com Carlos VIII, depois da pragmática sanção de 1438; a concordata de 1516 e o absolutismo de Luís XIV transformaram o galicanismo político num sistema de governo apoiado na concordância do Parlamento – galicanismo parlamentar – e mesmo na do clero – *Declaração dos quatro artigos*, redigida por Bossuet em 1682. A *Constituição civil do clero* (12 de julho de 1790) e a *Concordata de Bonaparte* (1801) situaram-se na mesma linha. Sob Pio IX (1846-1878) o ultramontanismo [Montano (viveu entre século II e III), líder religioso cristão que, por volta de 172, fundou uma seita herética, o montanismo. Dizendo-se diretamente inspirado pelo Espírito Santo, anunciava a iminente volta de Cristo e preconizava uma vida ascética e de extremo rigor moral. O montanismo espalhou-se rapidamente pela Ásia e pela África romana. O montanismo, assim, é a doutrina herética de Montano, que aplicava com rigor os dogmas do cristianismo, mas proclamava além disso uma ação constante do Espírito Santo, de quem Montano se dizia profeta. Essa seita extinguiu-se por volta do século IX. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 17] triunfou, definitivamente, sobre o galicanismo. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 11.

¹⁷²³ MORSE, O espelho..., p. 79.

predominantemente crioula combinava um profundo sentimento religioso, jansenismo¹⁷²⁴ e o republicanismo rousseauiano, sem adotar o novo enfoque secularizado”. Essa posição intelectual e cultural incerta, “sobreviveu às guerras de independência, agora com inspirações novas e uma compreensível ênfase política”; assim está nos pensamentos de Simón Bolívar, aparece na Argentina, na geração de 1837.¹⁷²⁵

Leopoldo Zea afirmou que o pensamento ibero-americano ficou estancado ou à deriva no século XIX, retomando com mais propriedade, a fim de descobrir seus fundamentos, no século XX. Do ponto de vista da edificação de um pensamento hegemônico, Morse entende que não era possível, entre os anos 1760 a 1840, para a intelectualidade do mundo ibérico, organizar e construir uma ideologia hegemônica. É preciso ressaltar que a compreensão de Richard Morse sobre hegemonia difere do entendimento – considerado por ele simples demais – de que significaria “uma ideologia de classe doutrinal e dominante, uma concepção uniforme do mundo imposta a toda sociedade”. Ideologia hegemônica é, “em primeiro lugar, um conjunto aceito de princípios do qual podem ser deduzidas diversas mensagens e, em segundo, um padrão consensualmente reconhecido em que podem se articular mensagens – para sua conciliação ou neutralização – de uma forma que favoreça a continuação da *domination des dominateurs* [dominação dos dominantes]. Articulação implica a necessidade

¹⁷²⁴ Cornelius Jansenius, ou Cornélio Jansênio, ou Cornelius Otto Jansen (1585-1638), bispo de Ypres. Partidário do agostinismo integral frente aos jesuítas – que defendiam o molinismo –, amigo de Duvergier de Hauranne, abade de Saint-Cyran, viveu por dez anos na França (1604-1614), antes de assumir a direção de um colégio de Louvain e tornar-se bispo de Ypres (1635). Todo o seu pensamento – que influenciou o jansenismo a ponto de dar-lhe o seu nome – está contido na obra *Augustinus*, na qual trabalhou por toda a vida e que foi publicada dois anos após sua morte (1640). Jansenismo, portanto, é expressão que designa a doutrina de Jansênio e de seus discípulos, ou esse movimento religioso incitado por seus partidários. Figurativamente a expressão quer significar também austeridade e rigor de costumes. O jansenismo, enquanto doutrina, teve suas raízes no século XVI, nos conflitos que opuseram agostinianos e molinistas em torno da noção de graça divina. Enquanto a escola de Santo Agostinho – agostinianismo – dava uma parcela muito grande à iniciativa divina em relação à liberdade humana, os jesuítas, e particularmente Molina, davam preponderância à liberdade humana frente à graça divina. Como o molinismo ganhou terreno rapidamente, sobretudo em Louvain, seus adversários contra-atacaram, tendo como líder Jansênio, cuja obra póstuma *Augustinus* (1640) tornou-se a bíblia daqueles que passaram a ser conhecidos como jansenistas. Eles encontraram, na França, uma audiência bastante considerável junto às religiosas de Port-Royal, dirigidas pelo abade de Saint-Cyran e fortemente influenciadas pela família Arnauld. Em 1642, e depois em 1653, Roma condenou cinco proposições extraídas do *Augustinus*: os jansenistas redargüiram que elas não se encontravam na obra de Jansênio; Blaise Pascal conduziu por eles a controvérsia nas *Provinciais* (1656). Roma renovou sua condenação. Desde então, aos olhos de Mazarino, e depois de Luis XIV, o jansenismo surgiu como um elemento de divisão do Estado: Port-Royal foi particularmente visado. Em 1709, as religiosas foram definitivamente expulsas. Entretanto, o partido jansenista não havia desaparecido; após a morte de Antoine Arnauld (1694), seu chefe foi o membro da Congregação do Oratório, Pasquier Quesnel, autor das *Réflexions Morales* (1671-1679), que foram objeto de mais uma condenação romana – Bula Unigenitus, 1713. O exílio de Quesnel não impediu o jansenismo de se propagar fora da França, notadamente nos Países Baixos, nas Províncias Unidas e na Itália, enquanto na França um grupo muito importante do clero – *apelantes* – solicitava ao papa um futuro concílio geral (1717). Aliado ao galicanismo, o jansenismo impregnou profundamente a mentalidade religiosa do século XVIII e mesmo além. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 14.

¹⁷²⁵ MORSE, O espelho..., p. 79.

de acomodar não só as contradições e interpelações que surgem dos dominados, mas também aquelas apresentadas por grupos dos próprios dominadores”.¹⁷²⁶

Assim, nesse período temporal acima indicado, a realidade cultural e intelectual convivia com correntes diferentes de pensamentos mais díspares possíveis; havia uma restrita e reduzida elite que dominava o processo de formulação ideológica; tratava-se de uma elite que “distinguia cuidadosamente opiniões especulativas para consumo privado das receitas ortodoxas para circulação pública”; e, finalmente, os jesuítas – apesar de indícios de terem tido um papel controvertido e contraditório na época, diante das novas constatações científicas irrecusáveis –, “apresentados com frequência como um grupo disciplinado de tradicionalistas modernizantes que poderiam ter levado a cabo uma integração viável, *sui generis*, do novo e do velho, foram expulsos de Portugal em 1759 e da Espanha em 1767, precisamente quando começavam a dissipar-se as nuvens do misoneísmo”. Por tudo isso, não havia como identificar uma ideologia consensualmente estabelecida e reconhecida, dificultando o trabalho do cientista moderno, que acaba por optar abandonar a problemática ideológica e ater-se a explicações reduzidas ao econômico, ou optam a analisar exclusivamente o conteúdo explícito das ideologias em disputa.¹⁷²⁷

Do ponto de vista dos setores populares a questão acerca de uma ideologia hegemônica era ainda mais problemática; uma ampla visão social, voltada para efetuar transações necessárias, a fim de incorporar – por mais assimétrica que fosse – as populações indígenas e mestiças na América, era agora substituída por outra visão, com enfoque excludente. Para tal mudança de comportamento, as razões principais giravam em torno “de transformações amplas nas relações sociais, sobretudo aquelas associadas à penetração da economia de mercado”, sendo que as revoltas dos dominados – que em princípio poderiam ser justificadamente a razão para essa mudança de atitude para com os setores populares, como, por exemplo, as ocorridas em São Domingos; a Rebelião dos *Comuneros*, em Nova Granada (1781); a *Conspiração dos Alfaiates* (1798), na Bahia – não eram manifestações e mensagens de protestos que se inserissem num discurso ideológico-hegemônico da dominação. A rebelião de Tupac Amaru¹⁷²⁸ em 1780-1 e suas repercussões, revela o problema cultural

¹⁷²⁶ MORSE, O espelho..., p. 79-80.

¹⁷²⁷ MORSE, O espelho..., p. 80-1.

¹⁷²⁸ Tupac Amaru II ou José Gabriel Condorcanqui (1740-1781), nobre peruano, descendente direto do inca Tupac Amaru – último soberano inca, executado em 1572 por ordem do vice-rei Francisco de Toledo, após sufocamento de uma revolta. Tupac Amaru II foi um poderoso cacique que sublevoou os índios para liquidar o domínio espanhol e reconstruir o império dos incas. Deflagrou o movimento em 1780; prendeu, julgou e fez executar o corregedor Arriaga, iniciou a destruição dos campos de trabalhos forçados, liberou os índios escravos, distribuiu os fundos do erário real, organizou poderoso exército, venceu os espanhóis em diversos combates e fez a rebelião alastrar-se por todo o vice-reinado. Ao levantar o cerco de Cuzco, foi perseguido pelas forças realistas

central da Ibero-América, qual seja, a recorrente questão da incorporação de amplos setores sociais para uma vida digna dentro da sociedade concebida. Não seria sem razão que essa necessidade de incorporação produzisse na cultura social os protetores, pais, benfeitores, coronéis, messias, mártires, generais, revolucionários proscritos e a figura do proscrito – o índio, o beato, o camponês, o cangaceiro, o guerrilheiro, o descamisado, o sem-terra, o sem-teto etc., enfim, um povo hispano-americano *abnegado* e um povo luso-americano tido como *zé povinho*. Domingo Sarmiento –1811-1888 –, em duas obras, *Viagem pelos Estados Unidos e Facundo*, irá mostrar a cultura política hispano-americana no despertar das nacionalidades. A terra por ele apresentada é dividida entre civilização – incubada nas cidades – e barbárie – imperante nos pampas –, enfim, o republicanismo contra a tirania, o homem de negócios de casaca e o gaúcho ou o caudilho selvagem. Ele vai mais além, ao identificar duas civilizações coexistindo simultaneamente na América espanhola, quais sejam, “uma cultura ‘feudal’ do século XII ainda em infância, e outra que representa as realizações contemporâneas européias”.¹⁷²⁹

No plano do pensamento político, desde o século XVIII cresceu a desordem na Ibero-América, uma vez que “o secularismo, o nacionalismo e a invasão capitalista (...) precipitaram repetidas aberturas para o liberalismo, a democracia e, eventualmente, o marxismo”. O problema maior era que o liberalismo era alheio à cultura política ibero-americana – com suas noções informais de autoridade, comunidade e salvação pessoal, bem como as crenças vinculadas à expressão erudita do pensamento político. No mundo ibérico, o liberalismo começa cuidadosamente e extremamente selecionado quanto às idéias ou proposições que serão propagadas, através de uma obra datada de 1743, contendo o “novo sistema” mercantilista para a América espanhola, entretanto publicado em 1789. Assim, o liberalismo é “perfeitamente adaptável como vocabulário, com ideologia, como programa seletivo ou como estratégia econômica, mas não como um modo de vida político”, de tal forma que na Ibero-América ele não vingou uma união frutífera com a democracia de Rousseau, em realidade, liberalismo e democracia não interagiram diretamente, “sendo assimilados de forma independente, e em verdade intermitente, a uma cultura política que ambos podiam afetar, mas nenhum podia suplantar”. Assim, se em outra cultura o binômio democracia-liberalismo encaminhou para opção dialética liberdade-ordem, na Ibero-América “eles foram integrados à

até que, depois de dois anos de lutas, os espanhóis o aprisionaram, com a mulher e filhos, em Tananico. Condenado à morte com nove de seus capitães, foi executado na praça de Cuzco. Depois de sua morte a revolução ainda foi liderada por algum tempo no Rio da Prata por seu irmão Diego Cristóbal. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 23.

¹⁷²⁹ MORSE, O espelho..., p. 81-3.

dialética ainda mais antiga entre cálculo do poder e bem comum, entre política como arte ou ciência e o Estado como incorporativo ou tutelar”.¹⁷³⁰

Por dois séculos o liberalismo vinculou-se ao primeiro termo desse binômio, de modo que justificou investidura de novas elites, legitimou fórmulas republicanas, propôs estratégias para integrar as economias de exportação no mercado mundial, e internalizou o processo de “desenvolvimento”. O repertório local de *raison d'état* é ampliado retoricamente e tecnicamente para justificar e estabilizar os governos e seus feitos, sendo que o produto final desse liberalismo ibero-americano é ele tornar-se, “sob diferentes amálgamas, propriedade tanto de partidos ou regimes ‘liberais’ quanto conservadores”, perdendo muitas de suas conotações “liberais” conforme concebido originariamente. Observará um escritor venezuelano do século XVIII – Fermín Toro (1807-1865) –,¹⁷³¹ que na Europa, e sua civilização industrial – especialmente a Inglaterra – o liberalismo era o martírio do proletariado, na Ibero-América as liberdades soltas promoveriam o interesse privado, mais precisamente, o despotismo do indivíduo, “uma força cega que se presta indiscriminadamente para a preservação ou para a ruína da sociedade”, convertendo a liberdade em fim, não em meio. Esse autor entendia que era repulsivo a subordinação de critérios morais, políticos, filosóficos e religiosos ao liberalismo econômico, uma vez que a lei é sempre anterior à sociedade, e não o inverso, apesar de aceder ao rigor do pensamento econômico, onde a cumulação é o principal objetivo da sociedade.¹⁷³²

Ele já percebia que ascendia o positivismo e o ser humano positivo, o ser humano da realidade “que subordina o universal ao particular, o abstrato ao concreto, a sociedade ao indivíduo, e que, através dos áridos princípios do utilitarismo, põe o cálculo econômico acima da honra, da probidade e da demais virtudes”. Era preciso enxergar que mesmo nas pátrias de origem do liberalismo – Inglaterra e Estados Unidos – os sentimentos de justiça social ainda existiam, impedindo a transformação da liberdade de contrato em liberdade para oprimir e ser oprimido. Agora, no contexto ibero-americano, se outrora o governo era poupado das críticas quanto a injustiças cometidas contra o povo, nos novos tempos os direitos da pessoa e da sociedade estavam sob proteção do governo e instituições liberais, se apresentando como um

¹⁷³⁰ MORSE, O espelho..., p. 87-9.

¹⁷³¹ Fermín Toro (1807-1865), político venezuelano que foi eleito deputado (1831) ao primeiro Congresso da Venezuela. Também foi Ministro das Relações Exteriores e Ministro da Fazenda. Redigiu, por encomenda do governo, a descrição das *Exequias del Libertador* (1842). Plenipotenciário da Venezuela na Espanha, Inglaterra e França, negociou com êxito nesses países o reconhecimento da independência de sua pátria. Em 1858 presidiu à grande convenção nacional que o fez membro do governo revolucionário. Deixou vários livros e grande número de artigos e discursos dispersos. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 23.

¹⁷³² MORSE, O espelho..., p. 89-90.

problema crítico a constatação que a lei estava pervertida, bem como os tribunais desacreditados por injustas e desastrosas sentenças; enfim, “o liberalismo, uma importação problemática desde o princípio, dificilmente poderia florescer num clima não liberal”.¹⁷³³

A geração intelectual posterior ao venezuelano Fermín Toro, segundo alguns, “pôs fim às frouxas indagações ideológicas das décadas que se seguiram à independência para adotar uma posição positivista que conciliava uma preferência cultural pela visão compreensiva e unificada do escolasticismo com o imperativo permanente de legitimação da elite e a crescente demanda do secularismo e enfoque científico”. Morse entende que “os mais ilustres positivistas eram defensores dos oprimidos e que, em vez das soluções instrumentais e particulares, insistiam na necessidade de uma ‘regeneração moral’ da sociedade, sem a qual, (...) a cultura e as instituições liberais nunca haveriam de se fixar. Se superestimavam a compatibilidade última do liberalismo com as sociedades locais, reconheciam pelo menos a existência de obstáculos profundamente arraigados para a aproximação”.¹⁷³⁴

Na América portuguesa, o problema da implantação do liberalismo, desde a independência, reproduz-se, conforme verificado na América espanhola, constatando-se “resistências estruturais à articulação e à hegemonia do projeto liberal (...): o interesse dos proprietários de escravos numa economia de mercado ‘livre’, contraposto ao interesse dos industriais ‘liberais’ na intervenção estatal e no protecionismo; a relutância dos ‘liberais radicais’ em desafiar o sistema monárquico na sua campanha pela abolição da escravatura, bem como a relutância dos republicanos em desafiar os proprietários de escravos em sua campanha par acabar com a monarquia; (...) a ansiedade dos regimes republicanos, sob a Constituição de 1891, em suspender o liberalismo político em favor do liberalismo econômico”. As análises acima foram feitas por Wanderley Guilherme dos Santos, e ele complementa asseverando que, diante dessa assimetria entre liberalismo político e liberalismo econômico, isso levou à emergência dos “liberais doutrinários”, defendendo uma “reforma puramente legal, na crença de que boas leis produzem instituições viáveis que, por sua vez, elevam a qualidade moral do sistema”. Ao fracassar o liberalismo doutrinário, várias formas de autoritarismo são propostas para substituí-lo, “das quais uma pelo menos foi adotada, o chamado ‘autoritarismo instrumental’”, apregoando que “não pode haver sistema político liberal sem uma sociedade liberal”. A principal causa do fracasso do liberalismo luso-americano “foi que a orientação dos novos capitalistas para a economia internacional impediu que assumissem um papel de comando na elaboração de instituições estatais e políticas

¹⁷³³ MORSE, O espelho..., p. 90.

¹⁷³⁴ MORSE, O espelho..., p. 90-1.

internas. Essa defecção da burguesia nacional significou sua renúncia a uma influência formativa em instituições centrais como o exército (que desenvolveu seu próprio espírito e seus próprios objetivos), o sistema educacional (que nunca chegou a ser um ‘agente de socialização burguesa’) e a burocracia pública (que resistiu à capitulação geral ante as preferências políticas do setor privado)”.¹⁷³⁵

Se a implantação frustrada do liberalismo na Ibero-América teve a trajetória acima descrita, a história da democracia é ainda mais difícil de acompanhar por causa “da sua diversidade, sua expressão amiúde desconcertada e popular, o desfecho geralmente infeliz de suas tentativas e, por conseguinte, a escassez de formulações ideológicas coerentes com seu projeto”. A democracia ibérica, com não poderia deixar de reproduzir, retira elementos (I) da teoria regicida dos escolásticos jesuítas, (II) da doutrina tomista – *Governo dos governantes* –, (III) “da antiqüíssima tradição católica de resposta à torpeza governamental ou eclesiástica na forma de movimentos sectários pelo igualitarismo ou de tumultos populares menos disciplinados”. Essa tradição prevaleceu no mundo ibero-americano até o final do período colonial, e foi denominada como “populista” – sentido especial, e mais antigo, dado pelos historiadores. O movimento de tipologia sectário, com muitos respeitáveis antecedentes medievais, “persiste na cultura política ibero-americana de nosso tempo: sua forma mais visível são as comunidades eclesiais de base e os grupos de culto não católico, com suas dezenas de milhões de adeptos, mas também encontra expressões sociologicamente análogas, se bem que mais efêmeras e táticas, nos movimentos guerrilheiros e hodiernas invasões de terrenos urbano”.¹⁷³⁶

No período da independência, junto com o tradicional populismo ibérico, emergiu outros movimentos populares de inclinações rousseauianas, entretanto tais movimentos não interagiram produtivamente com o liberalismo, como aconteceu em outros povos e culturas, uma vez que o liberalismo ibero-americano apenas “forneceu uma racionalidade modernizante para a ascensão seletiva do talento empresarial e para a vinculação das economias regionais com as do Ocidente capitalista. Sua crítica das estruturas corporativas, no entanto, não se expandiu a ponto de universalizar a mensagem do individualismo. Em versões locais o liberalismo era compatível com a hierarquia e subordinação”. Por sua vez, o pensamento de Rousseau, com seu princípio nivelador, “socavava essa ordem e modernizava a tradição católica de populismo insurgente (...), mas ao mesmo tempo evocava vários pressupostos neo-escolásticos acerca dos fundamentos da ordem política”. É de se observar

¹⁷³⁵ MORSE, O espelho..., p. 91-2.

¹⁷³⁶ MORSE, O espelho..., p. 92.

que *O Contrato social* defende uma visão orgânica da sociedade, apregoando a liberdade humana circunscrita ao campo da “liberdade para obedecer”, contra o mero impulso do apetite – uma escravidão –; entretanto, ao defender que “os direitos privados devem ser confiados à comunidade diretamente e não através do príncipe, Rousseau democratiza o precário equilíbrio neo-escolástico entre a origem e a alienação do poder”. Em suma, o Estado idealizado por Rousseau cumpre, ao final, o mesmo objetivo do Estado idealizado por Suárez, vale dizer, tem por propósito final o bem comum, orientando a conduta humana do instinto para a justiça e, desta forma, infundindo-lhe moralidade.¹⁷³⁷

Rousseau estava presente na independência política do México de forma soberana. Tanto na Espanha, como no México, o movimento era no sentido de unir o velho ao novo para, desta forma, dar a “impressão que se tratava fundamentalmente da mesma coisa, uma essência que havia mudado apenas de forma, de uma medieval para uma moderna”. Assim, para aqueles que desejavam misturar a tradição com o modernismo democrático, Rousseau era o preferido e o que mais permitia essa fertilidade eclética; entretanto, após a independência mexicana a influência rousseauiana dissipou-se, pois consolidar uma elite e dotá-la de linhas políticas e uma ideologia justificadora era a tarefa mais importante pós-independência, abandonando-se a outra tarefa preliminar – menos importante – de identificar e mobilizar a população nacional pós-revolucionária.¹⁷³⁸

Não sem razão, a memória de sacerdotes insurgentes ou revolucionários foi sempre lembrada pelos regimes “liberais” que se seguiram à revolução, entretanto, os “movimentos populares que os haviam produzido foram sufocados ou contidos regionalmente, até 1910. A essa altura, porém, os controles internacionais já estavam tão bem instalados que não permitiram que a revolução tivesse um desenlace plenamente ‘revolucionário’, nem mesmo toleraram algo além de momentâneas transações entre a democracia e o liberalismo”. É fato que, entre as décadas de 1920 a 1960 – décadas “populistas”, expressão essa agora no sentido mais contemporâneo do termo –, apesar dos controles externos – internacionais –, ocorreu na Ibero-América um segundo surto rousseauiano. Nesse período o populismo “estava associado com urbanização, industrialização, migração para as cidades e criação de uma força de trabalho que, sendo apenas parcialmente absorvida pelo emprego intensivo de capital, canalizava seus excedentes para ocupações improvisadas e espasmódicas. A sedução dos líderes operários e as perspectivas diferenciadas de segurança abriram uma brecha entre os setores mais e menos integrados do proletariado; mas a retórica do ‘desenvolvimento’, que se

¹⁷³⁷ MORSE, O espelho..., p. 92-4.

¹⁷³⁸ MORSE, O espelho..., p. 94.

instaurou pelo final do período, permitiu que até os grupos menos privilegiados se sentissem participantes num processo de mudança do sistema e ampliação das oportunidades pessoais. Isso prejudicou muito as perspectivas de mobilização de ‘classe’ e a entrada autônoma do proletariado no processo político. Não apenas se produziu uma divisão interna entre os trabalhadores, como aconteceu também, à maneira clássica ibérica, que o setor mais marginal passou a identificar seu futuro com a *virtù* familiar ou de pequeno grupo, numa suposta situação de ascensão intermitente. A maioria do proletariado, portanto, estava disponível para sua cooptação quando momentos de impasse atingiam os grupos interessados: o aparato estatal em alguns casos, a ‘burguesia nacional’ em outros. Em tais condições, a confluência de liberalismo e democracia produziu momentâneos episódios de euforia política, mas jamais chegou a reproduzir a dialética comprometida, ainda que desigual, que se observa (...) [em outros povos e culturas]. Em suma, o destino da democracia rousseauiana e pré-rousseauiana no Ibero-América tendeu para a cooptação, a privatização ou a asfixia”.¹⁷³⁹

Numa Ibero-América com um liberalismo elitista, democracia rousseauiana confusa, e cultura política com tendências autoritárias, esperava-se que o marxismo alcançasse pleno êxito, pelo menos muito mais do que havia sucedido no mundo anglo-atlântico. Isso foi verdade em alguns casos, entretanto, a partir de 1920, verifica-se que as doutrinas e estratégias marxistas ibero-americanas revelaram ser palco de uma grande diversidade de manifestação e usos, levando inclusive a dúvidas sobre se o marxismo invocado por alguns movimentos era realmente marxista ou o ressurgimento de uma reivindicação da democracia rousseauiana. As idéias de Karl Marx foram assimiladas da mesma forma que todas as demais idéias que foram importadas da Europa Ocidental para as Ibero-América, enfim, sofreram adaptações incertas ou muito restritas – selecionadas. É fato que o marxismo aqui chegou sem ser seguimento a uma trajetória evolutiva do liberalismo local, que, por sua vez, é um desenvolvimento singular – próprio – daquele liberalismo apregoado no seu país de origem – Inglaterra – e os EUA; “o marxismo latino-americano não progrediu de forma linear a partir de suas primeiras manifestações teóricas e políticas no continente. Sua história é uma história complexa, com avanços e recuos, formulações notáveis e longos períodos de estancamento”.¹⁷⁴⁰

O precursor do marxismo ibero-americano foi o argentino Juan B. Justus – 1865-1928 – que traduziu o primeiro volume de *O capital*, publicou um jornal socialista e adotou um marxismo mais revisionista do que clássico. Também dirigente do Partido Socialista

¹⁷³⁹ MORSE, O espelho..., p. 94-5.

¹⁷⁴⁰ MORSE, O espelho..., p. 96.

argentino, suas idéias continham traços positivistas, social-darwinistas e neokantianos, estendendo sua influência também no Brasil e Uruguai. Ele “adotou uma posição pragmática que se opunha ao exclusivismo sectário, permitia uma aproximação com a oligarquia e orientava o socialismo argentino para a classe média, em vez do proletariado”, manobra política essa criticada por uns – por abandonar o purismo ideológico-doutrinal – e aplaudida por outros – por enxergar com perspicácia, na época, os limites de ação possível na Argentina. Por essa época, os dirigentes sindicais “importavam diretamente ideologias de esquerda”, tais como o anarco-sindicalismo, que levou vantagem sobre o marxismo, “pois o anarquismo, com sua oposição à autoridade hierárquica e coercitiva e sua preferência pela ação espontânea e de cunho moral de pequenos grupos, tinha afinidades com o ‘populismo’ ibérico clássico e pressagiava grupos de seitas, os invasores de terras e os guerrilheiros de nossos dias”, funcionando como antídoto aceitável da cultura política como tradicional e estruturalmente edificada, fundada na submissão e controle, desestabilizadora dos laços e vínculos sociais horizontais, enfim, de ausência de solidariedade social entre os diversos grupos sociais existentes.¹⁷⁴¹

Nesse sentido, para existir, o marxismo tinha por pressuposto – pelo menos tácito – “a persistência de ‘estamentos’ sociais que já se haviam debilitado na Ibéria e nunca chegaram a se reproduzir nas sociedades predatórias de suas colônias ultramarinas”, justificando a preferência de alguns intelectuais pelo anarquismo em detrimento do socialismo. A Revolução Russa trouxe também a instituição do Comunismo Internacional e acabou eclipsando o anarco-sindicalismo ibero-americano. Entretanto, dentro do espírito secular e peculiar de absorção conciliatória do novo frente à tradição, verificou-se que em “comparação com a filosofia marxista, (...) o discurso dos novos partidos comunistas parecia tão redutor, oportunista e orientado para o exterior como os dos Lions e Rotary Clubs ibero-americanos em relação às obras de Locke e Mill¹⁷⁴²”. Para se compreender as diferentes trajetórias do

¹⁷⁴¹ MORSE, O espelho..., p. 96-7.

¹⁷⁴² John Stuart Mill (1806-1873), filósofo e economista britânico. Foi um dos grandes pensadores liberais, ligado a Hume e ao empirismo do século XVIII. Em moral, identifica a felicidade geral com a felicidade individual e coloca como princípio diretor a busca da felicidade geral; é um dos mais notáveis representantes do utilitarismo; em economia, liga-se à escola clássica. Mill foi educado severamente por seu pai na linha utilitarista da filosofia moral e política – que identifica o objetivo da moralidade como a grande alegria e diz que uma ação é correta na medida em que tende a promover esse objetivo. Sua contribuição foi a ampliação da base desta filosofia, para o que recebeu as influências da mentalidade continental, especialmente a da necessidade de compreensão histórica das instituições contemporâneas. A conclusão sobreveio numa declaração sofisticada em favor do liberalismo. Em *On liberty* (1859), Mill argumentou que uma esfera protegida da liberdade pessoal é essencial para o desenvolvimento individual. O economista britânico acreditava que a sociedade deveria intervir no desenvolvimento e comportamento do indivíduo apenas a fim de evitar danos a terceiros. Em *Considerations on representative government* (1861), Mill delineou um sistema político que combina a participação popular corrente com a proteção das minorias e com um papel adequado para a elite intelectual. Stuart Mill foi um

marxismo russo e ibero-americano, e da sua chegada tardia à Ibero América, é necessário compreender as singulares trajetórias históricas e culturais russa e ibero-americana, para escapar à idéia redutora de que o elitismo da vida intelectual, o autoritarismo das instituições políticas e a lentidão do desenvolvimento intelectual local teriam sido as causas do retardamento da vinda de um marxismo que, desde 1840, era debatido e estudado na Rússia. Além disso, Karl Marx teve curiosidade em conhecer a intelectualidade russa e jamais mostrou interesse pela Ibero-América, tudo indicando que ele deveria ter o mesmo julgamento que Hegel sobre a “condição amorfa e pré-histórica do Novo Mundo ibérico. Engels¹⁷⁴³ chegou a expressar sua ‘alegria’ ante a conquista do território mexicano pelos Estados

exponente da economia clássica e escreveu muito a respeito de assuntos econômicos, temperando a crença liberal no *laissez-faire* com o entusiasmo por uma distribuição equilibrada dos recursos sociais. Além das obras acima citadas, escreveu *Princípios de economia política* (1848), *O utilitarismo* (1863). In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 16.

¹⁷⁴³ Friedrich Engels (1820-1895), filósofo, teórico e militante socialista alemão que juntamente com Karl Marx fundou o moderno comunismo. Nascido em uma família abastada, enquanto estudante de filosofia participou de reuniões dos hegelianos de esquerda, que pretendiam “a destruição da religião tradicional e do Estado existente”, o Estado feudal prussiano. Mudou-se para a Inglaterra em 1841 para trabalhar na fábrica têxtil de seu pai. Lá escreveu sua principal obra, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra em 1844*, fundamentalmente uma pesquisa sobre os efeitos do capitalismo sobre o operariado inglês. Engels tornou-se socialista devido a seus contatos com os efeitos negativos do capitalismo, e em 1844 – em Paris – iniciou com Marx uma colaboração só interrompida pela morte deste último. Engels e Marx se conheceram e se tornaram amigos quando ambos participavam das tarefas dos militantes, levando-os a criarem laços cada vez mais profundos com as organizações dos trabalhadores de Paris e de Bruxelas. Escreveram em conjunto *A Sagrada Família* (1845), *A Ideologia Alemã* (1845-6) e, em 1848, publicaram o *Manifesto do Partido Comunista – Manifesto Comunista* –, estabelecendo os princípios do comunismo. Juntos participaram do *Congresso da Liga dos Justos*, que se transformou na *Liga dos Comunistas* – junho de 1847, em Londres. Após participar ativamente de grupos revolucionários na França, Bélgica e Alemanha durante as malsucedidas revoluções de 1848, Engels retornou à Inglaterra em 1850. De sua participação na fracassada insurreição alemã, Engels escreveu a obra *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha* (1851-2). Na Inglaterra, estabelecido em Manchester, ele passou a dirigir uma fábrica na qual era sócio e passou a dar suporte financeiro a Karl Marx enquanto este trabalhava em sua principal obra, *O Capital*. Nessa época, Marx e sua família emigraram para Londres, fugindo das polícias da Europa continental, e lá viviam quase na miséria; de Manchester, Engels se correspondia com Marx. Em 1870, vendeu as ações da firma que dirigia, instalando-se em Londres para se consagrar exclusivamente à luta revolucionária. Esta experiência cotidiana do mundo do trabalho permitiu a Engels analisar, em profundidade, as formas de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Suas conclusões foram utilizadas por Marx em *O Capital*, do qual Engels completou o segundo e terceiro volumes da obra após a morte de Marx. No prefácio destes volumes, Engels apresentou um trabalho de historiador das ciências, mostrando a imensa revolução teórica operada por Marx. Anteriormente, Engels já publicara artigos sobre a situação dos partidos dos trabalhadores, a questão rural e as guerras de colonização. Saiu contribuinte para a *Nova Enciclopédia Americana*, versando sobre as guerras, fez dele um continuador de Clausewitz e um precursor de Lênin e Mao Zedong. Entre seus outros trabalhos estão *A Dialética da Natureza* (1873-83), *As Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1844), no qual mostrou as relações determinantes que exercem as relações de produção sobre as formas de parentesco, e *Anti-Dühring* (1878), um debate filosófico que lançou as bases para o que alegou ser o caráter científico do comunismo, em oposição à utopia, o socialismo. Toda obra de Engels é reflexo de uma prática militante ininterrupta. Contribuiu para a fundação da *I Internacional*, para a formação dos partidos socialistas francês e alemão – *Crítica aos Programas de Gotha e de Erfurt*, em colaboração com Marx, 1875 – e, deste modo, para a realização da *II Internacional*. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 9.

Unidos”, pois isso significaria “progresso [seguir em frente pela força da história] para um país (...) impossibilitado de qualquer desenvolvimento”.¹⁷⁴⁴

De fato, na Ibero-América verificava-se, também, que havia muitas reservas dos intelectuais locais – antielitistas – frente ao marxismo. José Martí¹⁷⁴⁵ – 1853-1895 – anotou que desconfiava de uma influência que provocava a oposição entre as pessoas, em lugar de tentar alcançar saídas alternativas e construtiva “para a indignação causada pela fome de lucros que brutaliza os trabalhadores”; para ele, a “verdadeira dificuldade para a construção das nações ibero-americanas era uma visão social obstruída, uma falta de compreensão dos elementos desordenados com que apressadamente haviam sido forjadas as novas nações”, e observava que decretos liberais e frases revolucionários importadas da Europa ocidental não alterariam a realidade social que concretamente existia no Novo Mundo. Ao analisar o juiz, o general, o letrado e o religioso, afirmou que: “Somos uma estranha figura, com o peito de um atleta, as mãos de uma janota e o cérebro de uma criança”.¹⁷⁴⁶

Euclides da Cunha¹⁷⁴⁷ – 1866-1909 – mesmo revelando sua simpatia por Karl Marx e sua obra intelectual, não aderiu aos postulados marxistas. Em sua obra ele procurou trazer concretamente o que constituía o elemento humano – viventes do inóspito interior – do país que vivia, e era desconhecido nos centros urbanos. O país que descreveu era “dilacerado por cisões geográficas entre litoral e interior e entre norte e sul, cisões climáticas entre seca e fertilidade, cisões temporais entre o tempo geológico e várias camadas do tempo histórico, e

¹⁷⁴⁴ MORSE, O espelho..., p. 97-100.

¹⁷⁴⁵ José Julián Martí (1853-1895), poeta e estadista cubano. Foi precursor do modernismo, exercendo enorme influência sobre a literatura hispano-americana. Como político, desenvolveu desde a juventude intenso programa anticolonialista, o que lhe valeu vários anos de exílio na Europa, na Venezuela e nos EUA (1881-1895), aí fundando o Partido Cubano Revolucionário. Depois de preparar uma expedição contra os espanhóis, desembarcou em Playitas, morrendo na Batalha de Boca de los Rios. Seus mais belos poemas estão em *Smaelillo* (1882), *Versos libres* (1883), e *Versos sencillos* (1891). Escreveu ainda *Ensaio sobre a prisão política em Cuba* (1871), *A república espanhola diante de revolução de Cuba* (1874) e *Manifesto de Montecristi* (1895). In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 16.

¹⁷⁴⁶ MORSE, O espelho..., p. 100.

¹⁷⁴⁷ Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha (1866-1909), escritor e jornalista brasileiro. Influenciado pelo positivismo desde muito jovem, tornou-se abolicionista e republicano. Tentou, em 1885, cursar a Escola Politécnica; no ano seguinte, ingressou na Escola Militar, de onde foi expulso em 1888, por atitude considerada injuriosa ao Ministro da Guerra. Passou a escrever no jornal *A Província de São Paulo* – atual *O Estado de São Paulo* –, órgão de posições republicanas. Proclamada a República, reingressou no Exército, fazendo, na Escola Superior de Guerra, o curso de artilharia e, em seguida, os de Estado-Maior e Engenharia Militar, além do bacharelado em Matemática, Ciências Físicas e Naturais; paralelamente continuou a carreira jornalística. De volta à vida civil em 1896, dedicou-se à engenharia. Em 1897, foi enviado por *O Estado de São Paulo* ao interior da Bahia, para cobrir a rebelião de Canudos. O resultado foi o clássico da literatura nacional *Os sertões* (1902), que lhe valeu uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Voltando a exercer a engenharia em cidades no interior de São Paulo, em 1905, foi nomeado chefe da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus. Trabalhou até 1908 no Ministério das Relações Exteriores e em 1909 tornou-se professor de Lógica do Colégio D. Pedro II, do Rio de Janeiro. Foi assassinado por questões conjugais. Outras obras: *Contrastes e confrontos* (1907), *Peru versus Bolívia* (1907), e *À margem da história* (1909). In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 7.

cisões psíquicas produzidas pela mistura de raças e exemplificadas na esquizofrenia aguda dos principais atores do drama de Canudos”.¹⁷⁴⁸

Andrés Molina Enríquez – 1866-1940 –, por sua vez, recusou de pronto o marxismo; como crítico agudo do México pré e pós-revolucionário, um dos principais construtores da reforma agrária, símbolo da própria revolução, recusava tanto o liberalismo e a democracia, quanto a marxismo e sua luta de classes. A classe social liberal e marxista sucumbia ao que ele denominava por “classe de interesses”, “significando um grupo sócio-étnico em processo de afirmação de seus direitos à segurança econômica dentro de uma ordem estabelecida”, sendo também uma posição no espaço social onde atuava, a longo prazo, de forma oculta e complexa, “fatores imponderáveis relacionados com a ‘raça’ em seu sentido social”. Como positivista, procurou “adaptar a ideologia de Porfirio Díaz¹⁷⁴⁹ para uma época de mudanças estruturais. Conservou os aspectos evolucionistas e organicistas da sociologia positivista, bem como o ideal de um Estado forte com um executivo ditatorial e poderes judiciário e legislativo ‘complementares’”, mas negando que o Estado era o mantenedor da lei da selva e da sobrevivência dos mais fortes. Sua linguagem, portanto, combinava positivismo com objetivos históricos enraizados culturalmente, fruto da experiência colonial do México. Assim, a cooperação deveria ser forçada; o Estado deveria ser tutelar e forte, com pleno domínio sobre o território e suas riquezas; a autoridade política centralizada mantendo uma ordem social pacífica, especialmente seus elementos díspares.¹⁷⁵⁰

Após a revolução mexicana, seguiu-se uma desintegração social, cuja salvação do corpo social, segundo Andrés Molina Enríquez, dependia “do apoio ao grupo mestiço em suas reivindicações de terras e autonomia econômica”; seu diagnóstico era que os índios, muito diversos e dispersos entre si, em tal situação ou estado não contribuíam de forma nenhuma para algum propósito integrador e, por outro lado, havia uma camada elite – a elite crioula –

¹⁷⁴⁸ MORSE, O espelho..., p. 100-1.

¹⁷⁴⁹ Porfirio Díaz (1830-1915), general e político mexicano, ditador de ascendência parcialmente indígena. À frente das tropas republicanas engajadas contra o Imperador Maximiliano, obteve uma série de vitórias e tomou o México em 15 de julho de 1867. Presidente da República de 1876 a 1880, depois de 1884 a 1911, estabeleceu um regime autoritário – o porfiriato –, saneou as finanças e implantou as bases de uma economia moderna no México, criando numerosas vias férreas e favorecendo o comércio exterior. Foi forçado a exilar-se em 1911, pela Revolução chefiada por Francisco Madero. Como Presidente do México, permaneceu no controle de seu país por aproximadamente 30 anos. Começou sua carreira militar apoiando Juárez e os liberais durante a Guerra de Reforma Mexicana (1858-1861) e durante a luta contra a intervenção francesa em 1862. Responsável pelo desenvolvimento econômico e a modernização do México, governou no interesse de uma minoria privilegiada. As fontes minerais do México foram amplamente exploradas por estrangeiros e os peões, ou trabalhadores endividados, perderam a maior parte de suas terras comuns e grande parcela da população rural estava presa a uma escravidão de dívidas. A severa ditadura iniciada por ele estimulou a Revolução Mexicana de 1910 e levou à guerra civil (1911-1918). In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 8.

¹⁷⁵⁰ MORSE, O espelho..., p. 101-2.

que era uma verdadeira excrescência – proeminência, excesso, tumor – do corpo social pós-independência. Por isso, nessa sociedade pré-industrial, a reforma agrária era um imperativo, favorecedor do pequeno proprietário mestiço “como agente exemplar do processo de equilíbrio econômico e social”. Assim, seu diagnóstico era coerente e instrumental, compatível com os imperativos culturais locais que ele estudou e defendeu; após a queda do regime anterior, a solução de continuidade apontava para muitas opções, mas em suas análises “inconscientemente revivia os termos da antiga dialética ibérica entre a razão de Estado e as exigências do bem comum. Sem ser político, estava a favor do poder constituído onde quer que este existisse (...) [fosse o poder anterior colonizador, fosse o novo poder revolucionário, e dentro deste, seja qual personagem ou protagonista em foco]. Suas soluções dirigiam-se a esse poder, tratando de orientá-lo para uma estratégia de incorporação social”.¹⁷⁵¹

Richardo Morse assevera que, para o marxismo ter vingado na Ibero-América, teria sido necessário ele se adequar à cultura e mentalidade ibérica, conforme herança histórica impregnada no modo de ser das suas gentes, vale dizer: (I) suavizar a pretensão marxista de ter desnudado a realidade social, uma vez que a mentalidade do mundo ibérico é acostumada por analisar modos casuísticos – e não de forma quase que total ou de grande envergadura ou abrangência, com um objetivo transnacional ou universalista – de legitimação intelectual; (II) constatar a inexistência local de comunidades e estruturas de classes nacionais; (III) compreender que, com um sentido de Estado visto historicamente e culturalmente como expressão do caráter orgânico da própria sociedade – e mesmo anterior a essa sociedade –, difícil ficaria aceitar dogmaticamente o aparato estatal como um instrumento de controle burguês; (IV) compreender também que seria difícil assimilar a existência, nas sociedades ibero-americanas, de uma classe burguesa, no sentido europeu, com supremacia e estabelecida enquanto ideologia dominante, e que iria reproduzir localmente o que os burgueses históricos europeus faziam na Europa; (V) compreender que as análises marxistas pré-leninistas pressupunham a mobilidade global dos fatores de produção, e que o subdesenvolvimento não fazia parte das análises teóricas de Karl Marx, portanto, um problema teórico sério a sua aplicação imediata nas sociedades que não preenchessem certos requisitos que somente sociedades da Europa ocidental continham.¹⁷⁵²

¹⁷⁵¹ MORSE, O espelho..., p. 102-3.

¹⁷⁵² MORSE, O espelho..., p. 103-4.

Entretanto, é José Carlos Mariátegui¹⁷⁵³ – 1894-1930 – o pensador que é reputado o arquiteto das bases de um marxismo autenticamente indígena ou ibero-americano. Filho de uma família pobre, infância sofrida e trabalhador desde os catorze anos, cedo ele conheceu a realidade concreta da grande parte mais sofrida e sua sociedade; entre 1919 a 1923, ele foi afortunadamente mandado para a Europa ocidental – Itália –, e conheceu o outro lado da vida, ou seja, o considerado mundo desenvolvido ocidental. Sua experiência dos dois mundos manifestou-se espiritualmente ou intelectualmente de forma muito fecunda; salvo alguns pintores e poetas contemporâneos ibero-americanos, nenhuma outra pessoa pôde captar as contradições e dilemas marcantes da realidade concreta de sua origem e inseri-los dentro da realidade concreta de todo ocidente; sua obra é marcada pela amplitude, agudez e habilidade crítica, voltada “para adaptar imperativos ocidentais a circunstâncias ibéricas”.¹⁷⁵⁴

Vivendo três anos e meio na Itália em condições modestas, a fim de cuidar de sua saúde, ali casou-se com uma italiana e iniciou sua carreira de intelectual, escrevendo em jornal de sua terra natal, além de observar e participar da vida européia. Se ao chegar à Europa a teoria marxista era “confusa, pesada e fria”, foi na Itália que ele conseguiu “enxergar sua verdadeira luz e ter a revelação”. O fato é que na época que ele chegou na Itália, praticamente se posicionou “estrategicamente (...) para interpretar os cataclismos sociais da Europa Ocidental e da Oriental do pós-guerra [1ª Guerra Mundial], obter informação de primeira mão sobre a grande experiência russa e observar a forja e o teste de ideologias no crisol da ação”. Tratou-se de uma experiência de vida que lhe permitiu superar a “dicotomia artificial entre soluções importadas e autóctones para os problemas (...) [ibero-americanos, especialmente os que envolviam o destino da histórica população indígena local,] e afirmar que, apesar de todos os elementos e configurações particulares de sua história, sua única salvação residia no pensamento e na ciência europeus”.¹⁷⁵⁵ É possível afirmar, utilizando-se do pensamento de Pierre Bourdieu, que todo seu *habitus* ficou plenamente exposto no confronto com uma outra cultura, revelando-lhe melhor a si e sua história e cultura frente a um outro diferente paradigma histórico-cultural.

¹⁷⁵³ José Carlos Mariátegui (1895-1930), líder político e pensador marxista peruano. Iniciou sua vida como jornalista e desde cedo adotou idéias socialistas, adquirindo formação marxista na Europa (1919-1923). Fundou, em 1926, a revista *Amauta*, que se transformou num dos instrumentos culturais mais importantes da época. Em 1928, foi um dos fundadores do Partido Socialista do Peru, que se opôs à PARA de Haya de la Torre. Contudo, apesar de o Partido Socialista ter sido fundado numa conexão com a III Internacional, nunca seguiu sua ortodoxia por considerar que não refletia a realidade peruana. Em 1928, Mariátegui publicou sua principal obra, *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, que aborda a problemática histórico-econômica, indígena, política e cultural do país. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 16.

¹⁷⁵⁴ MORSE, O espelho..., p. 104.

¹⁷⁵⁵ MORSE, O espelho..., p. 104-5.

Segundo declaração de Mariátegui, somente na Europa é que alcançou sentir-se como pessoa humana plenamente americana. “Pelos caminhos da Europa, encontrei o país da América que havia deixado e no qual havia vivido quase como um estranho e ausente. A Europa revelou-me até que ponto eu pertencia a um mundo primitivo e caótico e, ao mesmo tempo, me impôs e me esclareceu o dever de uma tarefa americana”.¹⁷⁵⁶ Como não poderia deixar de ser, a Europa passou a ser um modelo comparativo, paradigma, civilização, modernidade, ordem e racionalidade social e cultural e que, frente a essa ordem de valores, imediatamente evocou tudo o que faltava e, portanto, tudo o que deveria ser preenchido para completar uma civilização que não havia sido feita ainda.

Na Europa, suas opiniões sofreram a influxo de muitas correntes culturais de vanguarda, fragmentando-se, especialmente da arte modernista, tais como futurismo e surrealismo. Mais do que uma simples adesão estética e intelectual distanciada e diletante da última moda intelectual, a arte ofereceu para Mariátegui, como exemplo de premissa para alcance de um novo conhecimento, a possibilidade de “decompor a estrutura aceita e aparentemente inabordável de um mundo familiar para extrair os elementos de uma nova ‘realidade’”. Escreveria ele: “É preciso soltar a fantasia, e liberar a imaginação de todas as suas velhas amarras, se queremos descobrir a realidade”. Hegel, com sua assertiva de que nada é o que aparentava ser, havia invadido vários campos do pensamento e das manifestações culturais, contribuindo, também, para influenciar Mariátegui em sua obra intelectual voltada para pensar a “nova realidade” e “reconstrução” do que estava já estabelecido. Assim, ele inverteu um dogma marxista de análise, vale dizer, inverteu “a seqüência histórica do pensamento marxista de *partir* [no caso da inserção social da Ibero-América no mundo desenvolvido] do pressuposto do capitalismo internacional e *a seguir* proceder ao exame das instituições nacionais (um caminho mais tarde percorrido pelos teóricos da ‘dependência’). (...) [Diferentemente, agora ele podia] questionar se o Peru havia *tido* realmente uma ‘história’ nacional, no sentido de uma transcendência seqüencial de etapas”.¹⁷⁵⁷

Ao assim proceder, esse intelectual pôde “retirar o ‘problema índio’ de sua habituais construções morais, raciais, pedagógicas e ‘de civilização’, para ligá-lo diretamente ao ‘problema da terra’. Ao fazer isso, definia esse problema, não como de tutela ou incorporação, mas como a necessidade de um programa revolucionário que assimilasse os índios ‘ao despertar de outros antigos povos ou raças arruinados’”, revelando sua visão revolucionária de

¹⁷⁵⁶ MORSE, O espelho..., p. 105.

¹⁷⁵⁷ MORSE, O espelho..., p. 105-6.

incorporação do indígena no processo histórico e de reconstrução nacional ibero-americano. Assim, apesar de simpatizar-se com a Revolução Mexicana, ele a considerava muito distante daquilo que era necessário para o Peru; ao mesmo tempo em que considerava essa revolução como um movimento democrático burguês, “criticava sua aceitação de princípios capitalistas e os pactos feitos por caudilhos triunfantes e a pequena burguesia com o capital norte-americano e a Igreja, em detrimento dos trabalhadores”.¹⁷⁵⁸

O enfoque marxista de Mariátegui recebeu a influência da Croce¹⁷⁵⁹ e diversos outros intelectuais italianos e europeus, orientando-o para o comunismo revolucionário, em detrimento do socialismo parlamentar revisionista. Também a Itália foi um país estratégico para enxergar e compreender o que ocorria em sua própria pátria, e verificar a falibilidade de diversos enfoques sobre a visão burguesa do mundo, a fragilidade institucional do capitalismo e a ingenuidade da ordem internacional em vigor na época – com seu paradigma idealista vigente (uma das teorias explicativas das relações internacionais).¹⁷⁶⁰ Para ele, não havia porque defender dogmaticamente um historicismo evolutivo, ou mesmo buscar tentar alcançar ou reproduzir o modelo evolutivo da Europa; mais importante era desmascarar o espírito e mundo burguês e abraçar a causa de um outro tipo de ser humano, dotado mais de fé e esperança do que ciência e razão, lutando inspiradamente por uma verdade final previamente projetada diante deles, e concebendo um programa radical e não gradativo para ultrapassar o problema da indo-américa. Mais do que defender com insistência o desenvolvimento de forças produtivas internas, teoricamente tidas como imprescindíveis para – através de uma posterior maior consciência revolucionária do proletariado – a revolução socialista, no Peru o projeto de Mariátegui tinha nos mineiros e operários a ponta de lança do movimento revolucionário, mas necessitando da adesão do semi-proletariado rural, que constituía oitenta

¹⁷⁵⁸ MORSE, O espelho..., p. 106.

¹⁷⁵⁹ Benedetto Croce (1866-1952), filósofo, crítico e historiador italiano. Fundador da revista *A crítica* (1903), foi Ministro da Educação (1920-1921), mas recusou-se a dar caução ao fascismo, redigindo o manifesto dos intelectuais antifascistas, sem ser, aliás, incomodado. Foi presidente do Partido Liberal em 1947. Seu pensamento, que testemunha a influência de Hegel e de Vico, supõe a identidade entre a história e a filosofia e conduz a lógica tradicional a uma doutrina do conhecimento histórico – escrevendo as seguintes obras, nesse sentido, *A estética como ciência da expressão* (1902), *A lógica como ciência do conceito puro* (1909), *A história como pensamento e ação* (1938). Afirmando a irredutibilidade da arte a toda finalidade intelectual ou moral, Croce condena toda forma de irracionalismo e de esteticismo, e procura separar, em toda obra, a expressão pura daquilo que – a seu ver – se distingue do conteúdo ideológico – *Breviário de estética* (1913); *Aristóteles, Shakespeare e Corneille* (1920); *A poesia de Dante* (1921). Contribuiu para definir a noção de barroco – *História do barroco na Itália* (1929). In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 7.

¹⁷⁶⁰ Para compreender melhor os paradigmas que regeram e regem a ordem internacional vide: OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações internacionais: estudos de introdução**. Curitiba: Juruá, 2001. 298 p.; BEDIN, Gilmar et alii. **Paradigmas das relações internacionais**. Ijuí: Unijuí, 2000. 304 p.; OLIVEIRA, Odete Maria de; Dal Ri Júnior, Arno (Orgs.). **Relações internacionais: interdependência e sociedade global**. Ijuí: Unijuí, 2003. 728 p.

por cento da população de seu país natal. Mas a adesão dos índios deveria se dar além de um mero “interesse de classe” ou um sindicalismo que se restringisse a conceder incentivos materiais, reduzindo a tal gesto as legítimas aspirações populares.¹⁷⁶¹

A teoria marxista via a condição dos trabalhadores como “uma fronteira negativa da humanidade e alienação radical da pessoa”, entretanto, Mariátegui, diferentemente, via como “humanidade em ascensão e autêntica realização funcional das virtudes do trabalho”. O conjunto da visão desse intelectual necessitava de um mito redentor e isso o opôs a outros intelectuais e correntes revolucionárias, especialmente aquelas que desejavam privilegiar a pequena burguesia local no processo de mudança político-social. Tal projeto se distanciava daquele – projeto aristotélico – que pretendia restaurar a ordem social colonial, “elevando a classe mestiça a um papel de proprietária e mediadora”, mas agora como outra proposta, plenamente compatível “com os princípios mais profundos da cultura política ibero-americana”.¹⁷⁶²

“Ele havia rompido com o modelo de determinismo científico, quer fosse positivista, evolucionista ou marxista, e subordinado a questão da redenção social a um ‘direito natural’ normativo. Supunha uma base comunitária e pré-contratual para a ordem política. Suas esperanças de um proletariado internacional livre de segmentações étnicas evocava o ideal, quando não a prática, do universalismo católico. E seu apelo a uma resposta voluntarista e comunitária contra a esclerose ou a torpeza do governo estava dentro do espírito da teoria escolástica. Na formação de suas convicções, Mariátegui rompeu com a ‘dependência’ intelectual ao empregar a experiência européia como uma lição ao invés de um paradigma. Na verdade, inverteu a relação consagrada ao extrair de suas reflexões indo-americanas uma crítica dos pressupostos europeus”.¹⁷⁶³

Andrés Molina Enríquez e José Carlos Mariátegui são dois emblemáticos intelectuais que, cada qual com suas respectivas ideologias, “cobrem a maior parte do terreno a ser ocupada pelos diferentes diagnósticos, proposições e modelos políticos ibero-americanos das décadas seguintes”, que se seguiram após o falecimento deles.¹⁷⁶⁴

Molina procurava soluções de continuidade com o passado próximo e o distante passado colonial; sem sacrificar os princípios herdados, ele procurou se adaptar ao novo século XX. Ele não foi o arquiteto do programa revolucionário do México, entretanto constata-se que o regime adotou políticas inclusivas de acordo com suas propostas. “Ou seja,

¹⁷⁶¹ MORSE, O espelho..., p. 106-8.

¹⁷⁶² MORSE, O espelho..., p. 108.

¹⁷⁶³ MORSE, O espelho..., p. 108-9.

¹⁷⁶⁴ MORSE, O espelho..., p. 109.

o êxito da revolução consistiu em erigir uma estrutura política central com poder e legitimidade suficientes para utilizar de forma oportunista[,] e inclusive simultânea[,] táticas e retóricas derivadas das matrizes do liberalismo, da democracia e do marxismo. O determinante, porém, continuou sendo o clássico cálculo ibérico de *incorporação* versus razão de Estado”. Esse regime parece ter somente uma preocupação ao final de cada mandato de governo: escolher que tipo de sucessor irá assumir o próximo governo – um político ou um tecnocrata.¹⁷⁶⁵

Mariátegui reformulou o pensamento marxista, aproximando-o de forma mais pertinente à cultura política da indo-américa; demonstrou que o liberalismo não reformulou ou renovou as atitudes e instituições coloniais, e concluiu que liberalismo e democracia ocidental seriam a mesma coisa. A inspiração de Mariátegui para refletir o marxismo na ibero-américa – pelo menos no Peru – não se pode dizer que fosse próxima das correntes principais do marxismo e neomarxismo de sua época. Já fora observado que os ideólogos progressistas de nações pobres, mesmo rejeitando o utilitarismo individualista liberal – individualismo possessivo –, são muito seletivos para fundir elementos de tradição nacional com a europeia – enfim, reproduzem um costume antiqüíssimo herdado dos escolásticos medievais ibéricos para trabalhar a construção do conhecimento.¹⁷⁶⁶

Desta forma, ao mesmo tempo em que são seduzidos pelo marxismo, também são atraídos pela tradição da democracia rousseauiana, e é nesse espaço de intersecção dessas duas ideologias que os líderes revolucionários de países subdesenvolvidos transitam com desenvoltura, e a cultura e mentalidade ibero-americana não escapa a essa opção. Nesse contexto é preciso entender melhor como se imbricam uma ideologia importada e a cultura política – real, concreta, efetivamente praticada historicamente – que recebe a importação. A Ibero-América, tudo indica, recepcionou a cultura ocidental, uma específica derivação da cultura produzida na Europa ocidental, e continuou a reproduzir ao longo de sua existência, até os dias atuais, um “contínuo envolvimento intelectual como continente de origem”. De certa forma, se foram considerada as duas ideologias – rousseauiana e marxista –, a democracia rousseauiana possui mais afinidades com a tradição cultural político-social herdado da Ibéria, pelos ibero-americanos.¹⁷⁶⁷

¹⁷⁶⁵ MORSE, O espelho..., p. 109.

¹⁷⁶⁶ MORSE, O espelho..., p. 109-10.

¹⁷⁶⁷ MORSE, O espelho..., p. 110.

Em outra obra que procura decifrar as heranças culturais que foram implantadas e cultivadas na Ibero-América – e que marcaram seu desenvolvimento –, Rubem Barboza Filho também trouxe seu contributo explicativo para compreensão da edificação civilizacional latino-americana. Assim, na formação da civilização e cultura latino-americana – e sua específica racionalidade ou forma de inteligir o mundo, sua vida, existência, sociedade e destino –, há a forte influência do que os ibéricos estatuíram culturalmente para si por quase mil anos, ou seja, uma variante civilizacional – e racional – para o Ocidente, tendo no espaço – metageográfico – como uma categoria básica e fundante. O grande apetite por espaços estimulou a realização de seus feitos durante séculos, “consolidando o territorialismo como determinação intrínseca de suas formas de vida. O conjunto de valores e instituições que estabeleceram, no plano político, econômico e cultural, obedecia às necessidades e à lógica desta movimentação permanente, incorporada como elemento de estabilidade das próprias sociedades ibéricas, de legitimação de seus centros de poder e de realização de significados vitais nascidos no transcendente ou recriados pela figura do rei durante o Barroco”. Com a perda de seus espaços americanos, tanto Portugal quanto Espanha ficaram reféns da necessidade de enfrentar uma outra tradição civilizacional que se desenvolvia na Europa, uma “sociedade do tempo”, da história, dinamizada pelo capitalismo. Culturalmente a sociedade ibérica – uma “sociedade do espaço” – não estava preparada para esta outra tradição – não haviam sujeitos ou agentes sociais (bem como estrutura e condições sociais) para conduzir as duas sociedades (Portugal e Espanha) satisfatoriamente dentro de um novo mundo cultural, mundo esse diverso do que haviam produzido para si até então –, sendo tudo estranho às suas tecnologias e objetivos sociais que haviam construídos até então, ficando à deriva da vida européia por cerca de dois séculos.¹⁷⁶⁸

Dessa antiga tradição ibérica – a formação de sua específica sociedade espacial –, repousa as origens e modalidades de vida social que foram edificadas na América ibérica, uma outra sociedade do espaço sem o “ordenamento determinante e tradicional da Ibéria européia. A América hispânica é barroca, senhora de um barroquismo que não repete simplesmente aquele próprio da Europa, de Espanha e Portugal. O barroco americano não é a afirmação gnóstica¹⁷⁶⁹ da tradição, como na Península Ibérica, mas forma de vida e ambiente

¹⁷⁶⁸ BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício**: iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000, p. 14-5.

¹⁷⁶⁹ Gnóstico é o sectário do gnosticismo, ou seja, seguidor do ecletismo filosófico-religioso surgido nos primeiros séculos da nossa era e diversificado em numerosas seitas, e que visava a conciliar todas as religiões e a explicar-lhes o sentido mais profundo por meio da gnose. São dogmas do gnosticismo: a emanção, a queda, a redenção e a mediação, exercida por inúmeras potências celestes, entre a divindade e os homens. Relaciona-se o gnosticismo com a cabala, o neoplatonismo e as religiões orientais. A gnose seria o conhecimento, sabedoria,

criado pelo trágico encontro de raças e povos arrancados de suas origens, obrigados a liquidar a coerência de seus sistemas e significados metafísicos para conviverem e sobreviverem numa imensidão hostil. É este barroco particular que oferece à elites *criollas* e brasileiras o horizonte para a construção das jovens nações hispano-americanas e para o encontro com a sociedade do tempo, do liberalismo, da história. É ele que incorpora o liberalismo como instrumento cognitivo do mundo dominado pelo capitalismo, reduzindo-o simultaneamente a universo axiológico disponível para o saque, para a incorporação submetida ao cálculo realista da vontade política. *A forma específica de autoconstrução da América Ibérica reside nesta aparente arbitrariedade com que vive e vincula o seu passado aos produtos ideológicos do mundo moderno e contemporâneo, fazendo-se permanentemente insubmissa aos códigos proclamados como universais pela Europa ou pelo mundo anglo-saxão*".¹⁷⁷⁰

A Ibéria dos séculos XV, XVI e XVII corresponde aos tempos de ouro da Península Ibérica, tempos pródigos em aventuras e culturalmente autocrativo, com acontecimentos que podem ser classificados como extraordinários. Uma nobreza emerge nesse período, cultivando as armas e as letras – retradição do que fora considerado em tempos mais remotos, em outras paragens, como a específica territorialidade do humano, qual seja, a palavra e a ação –, mas um cultivo requintado da palavra junto a uma concepção estética da ação, que fez emergir a figura da *hidalgua*, “uma aristocracia que determinou o tipo neolatino de personalidade até as camadas mais baixas”, e que serviu de modelo para a evolução posterior da nobreza francesa, bem como as demais sociedades contemporâneas da época. O *hidalgo* espanhol traduzia, em sua existência, a busca da realização de um ideal de excelência e virtuosidade, influenciando amplas camadas sociais. “Fazer-se fidalgo, afidalgar-se, este era o objetivo da parte mais ativa da sociedade hispânica entre os séculos XV, XVI e XVII. A entrega generalizada ao corpo de valores desta nova nobreza assegurava identidade e dinamismo à Ibéria dos Séculos de Ouro”.¹⁷⁷¹

A razão cristã submeterá a razão legada pelos gregos, e se impregnará de velhas tradições judaicas, especialmente considerando um Deus criador e voluntarioso, e passará ao imaginário das gentes a percepção da “história como dinâmica expressiva construída pela liberdade humana diante da graça divina e como caminho da humanidade para a redenção e o retorno ao Absoluto”. A partir daí, fixa-se no imaginário uma órbita de liberdade e identidade

enfim, o conhecimento esotérico e perfeito da divindade, e que se transmite por tradição e mediante ritos de iniciação. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [].

¹⁷⁷⁰ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 15. Grifos em itálico nossos.

¹⁷⁷¹ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 21 e 25-7.

humana emanada de um plano transcendental, além do corpo físico ou das coisas físicas – Natureza – que cercam esse corpo humano, inclusive esse próprio corpo; o gênero humano abandona o mundo físico, e a imortalidade – certa sua existência para todos, desde que trabalhe ou aja voltado para merecer a mesma – é fruto de toda uma espiritualidade voltada para realizar a vontade de um Deus acima dos mundos e que toca as pessoas em seu íntimo. “A história de cada homem é a história de sua salvação ou de sua condenação eternas (...). A vida humana já não se resume a uma coletânea desordenada de momentos luminosos e únicos, joalheria feita de diamantes raros e ouro escasso, mas realização universal de um sentido que nasce no transcendente, teodicéia que envolve cada homem e toda humanidade”. Os feitos reais – guerras de reconquista –, bem como dos grandes navegadores, descobridores e conquistadores ibéricos, “encontravam a fonte de sentido nesta percepção da história oferecida pelo Cristianismo e pelo modelo de nobreza do *hidalgo*”; tudo se realizava conforme determinado por um plano transcendental divino, que era votado para defender as verdades da fé. “Os ibéricos armaram-se como portadores de uma missão substantiva e universal que solidarizava reis, nobres e povo. Puderam, por isso, diminuir a estatura dos antigos heróis clássicos e valorizar as ações e as palavras que inventam o presente”. A Ibéria nos séculos XV, XVI e XVII, é o centro do mundo conhecido até então, sendo palco de eventos históricos significativos da civilização ocidental.¹⁷⁷²

Essa tradição – já inconsciente – não é abandonada pelos ibéricos dos tempos presentes, uma vez que ora é utilizada como justificativa para o atraso material e cultural de Espanha e Portugal, ora é resgatada como base e fundamentação para programas de democratização das nações que emergiram sob sua influência cultural, sucedendo o mesmo para os países ibero-americanos. “Para todos, a tradição é ainda elemento vivo, ‘virtualmente presente’ (...), mesmo que se deixe vislumbrar em fragmentos na superfície da vida social. Ela é um protagonista do presente, destinada a ser reiterada, explorada, saqueada ou destruída. Cadáver insepulto a atravancar o nosso caminho, ou uma espécie de Lázaro que deve sempre voltar à vida para a nossa plena identidade, ela é ainda horizonte do nosso presente”.¹⁷⁷³ Unamuno é quem expressará toda ambigüidade de uma cultura e racionalidade que revela-se incompatível ou em conflito existencial com o liberalismo, racionalidade científica e capitalismo ocidental.¹⁷⁷⁴ E essa contradição se revelará também com o legado cultural

¹⁷⁷² BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 29-31.

¹⁷⁷³ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 32.

¹⁷⁷⁴ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 32-9.

lusitano tradicional – histórico de feitos e realizações – frente aos novos tempos e suas demandas e imposições.¹⁷⁷⁵

Num momento em que a Europa como um todo passava do feudalismo para o mundo moderno de Estados soberanos, a Espanha é um país belicoso, nascido da união da região de Castela com a região de Aragão, de certa forma, antíteses entre si, mas, por outro viés, complementares por suas diferenças. Essa união irá estimular e influir no desenvolvimento de formas absolutistas de governos nos demais territórios europeus. Verifica-se, entretanto, que se a Espanha é disseminadora de formas absolutistas de poder pela Europa, “nem os reis católicos, nem os Habsburgos conseguirão implantá-las de modo completo em território ibérico e peninsular”, uma vez que se verificarão, nos séculos XVI e XVII, articulações internas do Estado espanhol muito frágeis e singulares – desviantes se comparadas dentro de um certo padrão verificado em outras soberanias absolutistas européias –, de tal forma resultando e marcando ainda mais “a natureza rigidamente aristocrática da estrutura de poder existente na Espanha”. Perry Anderson negará que a união de Castela com Aragão tenha constituído um Estado unitário e centralizado na Espanha, uma vez que seus estudos revelarão que as diferenças profundas entre os dois reinos não teriam sido anuladas com o casamento dos reis católicos.¹⁷⁷⁶ O reino do Aragão era composto pelos territórios de Catalunha, Valência e Aragão, com uma estrutura governamental descentralizada já consolidada, com cada região composta de Cortes com reuniões regulares, decidindo por consenso e fazendo valer suas decisões; as Cortes eram compostas pelos “grandes”, pela pequena nobreza – *hidalgua* –, o clero e a burguesia, portanto, negando a idéia de um poder centralizador e absolutista, sendo que os reis católicos não tocaram nessa forma de organização aragonesa de poder, mas a sancionaram oficialmente. O reino de Castela, diferentemente, possuía uma nobreza que em sua grande maioria – cerca de 97% – preferiam participar unicamente das poderosas Ordens Militares; em Castela as Cortes se reuniam irregularmente, por convocação do Rei e para tratar de questões fiscais como regra geral. Aqui, os reis católicos tiveram que lançar mão de medidas enérgicas para controlar o território e submeter essa nobreza ao poder real, portanto, tendo maior êxito o fortalecimento da Coroa nesse reino. Finalmente, da Igreja – Santa Sé –, os reis católicos conseguirão o *patronato*, vale dizer, “o controle sobre a

¹⁷⁷⁵ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 45-68.

¹⁷⁷⁶ Sobre essa época, além dos textos científicos históricos, econômicos, sociais etc. já escritos, há também novelas que procuram interpretar e retratar o que teria sido o feito e conseqüências do casamento dos reis católicos. Nesse sentido, entre outros, vide: AYLLÓN, Manuel. **Yo, Fernando de Aragón**: el único rey de las Españas. Barcelona: Random House Mondadori, 2005. 432 p. Agradeço ao estimado Prof. Dr. Nicolas Garcia – renomado pesquisador e professor de física teórica e experimental da Espanha – e sua estimada esposa D. Vicky, pela gentileza do presente, ao tomarem conhecimento dos estudos desenvolvidos neste trabalho acerca do passado da Península Ibérica.

nomeação de autoridades eclesiásticas e a distribuição de benefícios dentro da estrutura da Igreja, privilégio desconhecido no restante da Europa”.¹⁷⁷⁷

Apesar do aumento do poder e dos recursos financeiros, por não ter quebrado totalmente a força dos direitos e liberdade locais da nobreza de Castela, a Espanha dos reis católicos não alcançará erigir um Estado centralizado, “mas uma espécie de federação tendo a Coroa como centro”. Com a ascensão do rei Carlos V – neto dos reis católicos e sucessor do trono com o falecimento de sua avó em 1504 e de seu avô em 1516 –, em 1516,¹⁷⁷⁸ a Espanha conhecerá conseqüências inesperadas para sua história. A revolta de uma burguesia contra a vontade arrecadadora do Estado será sufocada em 1521, assim, o nascente absolutismo espanhol, diferentemente do que normalmente sucedia em outras partes da Europa, decidiu reprimiu a burguesia nascente – deixando intocada a nobreza – não permitindo uma evolução econômica da Espanha rumo a “formas mais modernas de produção e circulação de mercadorias”. Tudo indica que essa liquidação da burguesia foi motivada unicamente por interesses imediatos, fruto da luta entre sujeitos sociais dentro de uma disputa fiscal. Ademais, Carlos V tentará reerguer o Sacro Império Romano-Germânico por via de uma custosa peregrinação por toda Europa, portanto, se ausentando da Espanha e consagrando a prática da administração por delegação, enfraquecendo as tendências centralizadoras nascidas no governo de seus avós, os reis católicos. A partir de 1530, as colônias americanas fornecem prata para a Espanha, e até um século depois a riqueza metálica fornecerá cerca de um quarto dos ingressos da Coroa, que serão utilizados para sustentar as inúmeras guerras travadas pela Espanha sob comando de Carlos V e, posteriormente, de seu filho Felipe II – a partir de 1556, rei da Espanha, e a partir de 1580, rei de Portugal.¹⁷⁷⁹ A abundância do metal precioso provavelmente foi a causa da inexistência de racionalização fiscal e modernização administrativa da Espanha; a prata era usada como moeda para transações com banqueiros europeus, a fim de custear as guerras. Essa prata acabou se dirigindo para os Países Baixos e, especialmente, para a Itália.¹⁷⁸⁰

Sucedeu, também, que o comércio entre Espanha e sua colônia americana modificou profundamente o setor agrário espanhol, abandonando o setor de grãos, para atender os produtos requeridos pela colônia; a Espanha passa a ser uma grande importadora de trigo e grãos, com o aumento de desemprego rural e banditismo. Quando, a partir de 1600, o Novo Mundo canaliza seu comércio para a importação de produtos manufaturados, dispensando os

¹⁷⁷⁷ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 70-2.

¹⁷⁷⁸ AYLLÓN, Yo..., p. 431.

¹⁷⁷⁹ AYLLÓN, Yo..., p. 431.

¹⁷⁸⁰ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 72-3.

antigos produtos metropolitanos, verifica-se que, sem indústria competitiva, a Espanha “se limita a repassar produtos vindos da Inglaterra ou dos Países Baixos, aumentando o fluxo da riqueza americana para fora de seus domínios. E finalmente, a prata começa a escassear por volta de 1640, levando o antigo Império Espanhol a uma inevitável bancarrota”. Sem conseguir centralizar e racionalizar o exercício do seu poder internamente, sem evoluir econômica e politicamente daquilo que tradicionalmente havia culturalmente construído para si, “a Espanha acaba por tornar-se o Estado mais claramente aristocrático da Europa”, cujas tentativas de recuperação, nos anos setecentos, não alterarão seu destino de decadência. Perry Anderson, assim, verificará que Espanha e Portugal não conseguirão estruturar formas absolutistas de poder, mas justificando que isso se deveu ao fato de que os dois países não perseguiram o “objetivo moderno da centralização do poder e de racionalização administrativa”. No entanto, outra hipótese ou explicação pode emergir dos dados e análises dos países Ibéricos naquela época, qual seja, “a de que a nervosa, arrogante e intolerante movimentação espanhola e ibérica nos séculos XVI e XVII tinha como fundamento uma cosmovisão para a qual a plena centralização e racionalização da política e do Estado não corporificavam as melhores e mais adequadas soluções. Nesta perspectiva, (...) a experiência espanhola-lusitana (...) [deve] ser compreendida como desdobramento de premissas políticas e culturais distintas daquelas que vieram a prevalecer na Europa”.¹⁷⁸¹

António Manuel Hespanha, estudando as formas concretas de organização e distribuição de poder em Portugal nos séculos XVI e XVII, também nega que Portugal precocemente – à semelhança da interpretação consagrada à Espanha – tivesse promovido a centralização política que o restante da Europa somente conheceria mais tarde na forma de um Estado absolutista, enfim, na forma de um “Estado moderno soberano, centralizado e racionalmente conduzido”. Para Hespanha, Portugal seria um claro caso concreto de que o exercício poder político da época moderna e contemporânea acabou conhecendo mais de um paradigma, “uma ruptura real entre as formas de organização do poder político nos dois períodos, em oposição à idéia de uma ‘evolução’ quase natural das modalidades quinhentistas e seiscentistas de organização do poder para o modelo ‘estadualista’, fundado na clara distinção entre sociedade civil e o Estado. Nesta perspectiva a matriz de poder existente em Portugal não poderia ser classificada nem como forma precoce de centralização estatal, nem como tentativa inconclusa de implantação de um Estado moderno”. Assim, verifica-se em Portugal, nessa época, uma matriz coerente de poder, fundada numa visão tradicional de

¹⁷⁸¹ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 73-4.

poder – portanto, conforme as elites portuguesas vinham desenvolvendo ao longo dos séculos, baseada em sua específica cultura e racionalidade, uma visão de natureza e distribuição de poder –, diversa de uma precoce centralização estatal do poder.¹⁷⁸²

E para compreender essa específica modalidade de exercício de poder político praticado em Portugal nesse período – séculos XVI e XVII –, é preciso estudar a “teoria medieval, corporativa e jurisdicionalista, da sociedade e do poder”, uma ideologia organicista e corporativista, visão dogmática da estruturação social da vida, próxima da realidade portuguesa da época. “O pensamento político medieval estava marcado pela crença numa ordem universal, orientada para um objetivo último e comum, que deveria ser alcançado através da cooperação de cada parte com o todo, e que ‘...não comprometia, antes pressupunha, a especificidade e irredutibilidade dos objectivos de cada uma das ordens da criação, e, dentro da espécie humana, de cada grupo ou corpo social’. Esta idéia arquitetônica do todo se aplicava à consideração das comunidades ou reinos particulares, onde o rei ocupa a posição de cabeça, com funções específicas: as de representar externamente este todo e a de preservar internamente o seu equilíbrio. Ao rei – à Coroa – cabia fundamentalmente o exercício da justiça, ou a preservação da ‘ordem’ da totalidade social, garantindo a todas as partes a autonomia e as condições para a realização de suas funções particulares. Neste sentido, o rei deveria exercer tão-somente uma ‘administração passiva’ e um poder conservador, impedido de avançar sobre as jurisdições das partes”. Ao longo do tempo, um movimento jurídico atuou no sentido de ampliar os poderes reais, incluindo um tema cada vez maior de temas e assuntos a cargo da Coroa; além disso, magistrados reais começaram a agir com *arbitrium* mais livremente, por fora da ordem judicial ordinária; por fim, o poder doméstico e o poder econômico do rei foi estendido para todo reino, favorecendo o processo de centralização do poder em Portugal. “Estes desenvolvimentos jurídico jogavam nas mãos do rei o controle sobre uma série de zonas de atuação progressivamente autonomizadas em relação à idéia tradicional de justiça, aumentando sua margem de ação. Assim, os monarcas acrescentavam progressivamente ao seu campo tradicional de poder questões referentes ao Estado e à Guerra, à Graça – concessões reais –, à Consciência, à Fazenda e ao Governo”.¹⁷⁸³

Com esse movimento, o rei procurava suplantar e liberar-se de sua posição de atuação passiva e conservadora a que estava secularmente condicionado, a fim de afirmar-se como sujeito ativo e criador de novas realidades políticas. Nesse sentido, a escolástica neotomista e jesuítica, desenvolvidas pelos espanhóis, influenciando toda Península Ibérica, “forma os

¹⁷⁸² BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 74-5.

¹⁷⁸³ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 75-7.

propulsores teóricos deste projeto político de fortalecimento da Coroa ao longo dos séculos XVI e XVII”. Na prática a centralização política vingará no restante da Europa, não em Portugal e Espanha, pelo menos como sucedeu em outros Estados. Nesse dois reinos, com raríssima literatura inovadora, predominou a permanência da tradição da ascendência do direito – e sua peculiar noção de justiça – sobre a política e sobre o *arbitrium* político do rei, enfim, era a jurisprudência dos letrados que governava Portugal. Estes letrados “mantinham o controle das decisões reais, defendendo a indispensabilidade de seus conselhos para a validade dos pronunciamentos da Coroa. Criavam-se, assim, as bases para um governo polisinodal, estruturado em Conselhos, tendência reforçada durante o período filipino. Além de emperrado, este sistema de conselhos se arrogava prerrogativas quase soberanas e majestáticas, restringindo a capacidade de atuação livre do rei e resultando na constituição de uma ‘burocracia descerebrada’”.¹⁷⁸⁴

Assim como na Espanha, verifica-se que em Portugal os direitos, jurisdições e privilégios da nobreza foram preservados; também como na Espanha – e diferentemente do movimento que ocorreu no restante da Europa –, “a submissão formal dos senhores vinha acompanhada de uma generosa entrega de poderes jurisdicionais por parte da Coroa”, e na passagem do século XVI para XVII – século do Barroco – essa aliança entre a nobreza e o rei ganhará novo vigor. Outros estados como a Igreja, universidades, desembargadores, entre outros mais, também reivindicavam ciosamente a manutenção de suas autonomias e jurisdições. Desta forma, havia uma pluralidade de poderes em torno da Coroa que o rei não conseguia – ou não queria – destruir, sendo que ainda havia a figura do *concelhio* para disciplinar as ações reais. O reino de Portugal, nessa época era organizado horizontalmente e assemelhado a uma “República das Repúblicas, cada uma dotada de grande autonomia e atenta à sua jurisdição, favorecendo a proliferação de pequenos espaços tirânicos e opressivos, dominados pelos nobres ou por grupos específicos”. Hespanha irá concluir que em Portugal os movimentos simultâneos – aparentemente contraditórios – de centralização e preservação das estruturas tradicionais de poder, “se alimentavam e organizavam uma lógica específica e particular com referência à evolução seguida em outros países europeus no mesmo período”. Se verificará que esse modelo ibérico de organização e distribuição de poder, se movimentava dentro de um jogo interno que resultará em conseqüências externas, podendo-se asseverar que “com base nas relações de conflito e cooperação entre os reis, os senhores e as corporações, construídas ao longo da Reconquista, o equilíbrio de poder em Portugal e Espanha só se

¹⁷⁸⁴ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 77-8.

mantinha pela contínua expansão territorial. A reprodução de seus mecanismos, ou a alteração dentro de limites não revolucionários, só se garantia pelo movimento sistemático da expansão de territórios e domínios, pela criação de novos espaços de jogo entre os principais personagens da sociedade. Em outros termos, a criação de novos espaços de poder (...), ganha sua tradução mais clara e permanente na obsessão ibérica com o domínio e a organização de novos espaços territoriais. Tratar-se-ia de uma sociedade de corte tradicional que exigia, para sua sobrevivência, o movimento permanente de expansão territorial”.¹⁷⁸⁵

Espanha e Portugal, nos séculos XVI e XVII, eram duas sociedades que encontravam-se controladas “pela racionalidade das formas medievais de organização da propriedade, da sociedade e do poder”, enfim, uma sociedade arquetônica e que não deixava de ser pluralista a seu modo. A premissa é que “a Ibéria dispunha, no século XVI, de horizontes práticos e equipamentos teóricos suficientes para o exercício de originalidade e auto-suficiência perante os experimentos em curso na França ou ao norte da Europa”. O movimento da Coroa espanhola e portuguesa de aumentar a sua capacidade de controle e jurisdição do direito corporativo e do direito das comunidades, para conquistar cada vez mais parcelas de poder da nobreza e do clero, concretamente ou pragmaticamente revelou-se como “de um reforço do poder real, da autoridade pública, [que] não se fazia contra a ordem pluralista da tradição, mas a seu favor e para sua preservação”, enfim, uma política real que não provocava confrontos e destruição. Em Portugal, “a tradição aristotélica de distinção entre governo doméstico e o governo político enfraquecera pela estrutura patrimonialista do poder, e a função do rei aproximava-se bastante da função do *pater* na economia doméstica. Ou seja, o rei exercia sobre o reino o mesmo domínio que o pai no âmbito doméstico. Apesar da voga do direito romano trazida pelo humanismo, que distinguia com mais clareza o particular e o público, a dogmática jurídica portuguesa continuava usando a figura da propriedade – *dominium* – para caracterizar o poder do rei sobre o reino e o que nele estivesse contido. O resultado, (...) é que mesmo no plano jurídico e normativo as pretensões centralizadoras do rei não encontravam outra fonte de legitimidade a não ser o direito privado, dificultando a superação da proteção que este oferecia aos particulares. O rei surgia como um ‘particular’ entre os particulares, e não podia invadir o espaço garantido por uma pletera de direitos”. O resultado prático disso tudo é que o soberano se encontrava “aprisionado pelo modelo tradicional de administração

¹⁷⁸⁵ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 78 e 80-2. Sobre o assunto acerca da expansão territorial ibérica e a racionalidade e cultural envolvida, vide também: ABADIE-AICARDI, Aníbal. *Expansión imperial y pathos espacial: un aspecto de la mentalidad imperial ibérica*. In: **Mélanges de la Casa de Velázquez**, (M.C.V.) 1987, t. XXIII, p. 253-79.

passiva e por uma concepção jurisdicionalista do reino”. Assim, nos séculos XV, XVI e XVII, Portugal era uma *respublica* medieval.¹⁷⁸⁶

Os conflitos entre o rei e seus diferentes estados eram solucionados através da distribuição de cargos, direitos e privilégios; com o patrimônio régio, o rei garantia sua condição de senhor de terras e rendas, sendo que a expansão norte-africana e ultramarina dotou a Coroa de novos instrumentos ou fontes de remuneração diversas daquelas que tradicionalmente vinha sendo praticada dentro do reino – doação de bens e reguengos –, mas foi especialmente a aventura ultramarina que renovou a capacidade do soberano distribuir riquezas entre seus diversos estados, mantendo a disciplina do clero e da nobreza, conseguindo a adesão de ambos para os projetos comandados por ele. “O avanço sobre territórios e postos em outros continentes passava a significar, para o rei, a possibilidade de agraciar com cargos, comissões, títulos, rendas e terras, revitalizando a antiga dinâmica da expansão dos séculos iniciais da história de Portugal”, lembrando o século XIII, da época da Reconquista da Península Ibérica em poder dos muçulmanos. Espanha terá, nesse aspecto – inovações institucionais e criação de novos espaços de poder sob domínio da Coroa, com respectivo aumento da capacidade real de distribuir os ganhos, diretos e privilégios para seus diferentes estados –, uma trajetória semelhante à portuguesa, mas, diferentemente, investirá pesadamente na colonização do Novo Mundo, mantendo a idéia de expansão territorial – somente no século XVIII é que Portugal irá investir em sua colônia americana. Não se pode olvidar que a trajetória da Espanha também se diferenciará da portuguesa, pelo fato dela ter sido protagonista, com participação mais intensa e direta, de guerras na Europa e Mediterrâneo, e também na colonização da América e na reforma da Igreja, naturalmente criando novos espaços de poder por esses feitos todos. Mas de forma semelhante, utilizou-se praticamente das mesmas estratégias para reafirmar seu poder em busca da preservação de sua função conservadora – praticar passivamente a administração da justiça tradicional – e de sua função dinâmica – promover a riqueza do reino. De fato, América, África e Extremo Oriente – os novos mundos encontrados e inventados pelos ibéricos – eram as oportunidades que apresentavam-se aos soberanos para abrir-lhes “amplas e quase inesgotáveis possibilidades de uma administração ativa, de um protagonismo ainda impossível nos territórios já controlados pela tradição”.¹⁷⁸⁷

“A mística imperial dos reis portugueses, denominados senhores da Arábia, Pérsia, e Índia, nasce da capacidade de controlar, com autonomia, estes vastos espaços incorporados ao

¹⁷⁸⁶ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 261-3.

¹⁷⁸⁷ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 265-7.

reino, e de transformar as viagens das caravelas numa epopéia nacional, na recuperação da missão espiritualista universal de todos os portugueses. Revivendo a antiga tradição existente ao tempo da Reconquista, o soberano reclama para si o domínio destes mundos externos, organizando a sua estruturação e a sua exploração. Senhor incontestemente dessa infindável fronteira, revigora o seu carisma, o seu poder simbólico, ao se colocar como chefe e senhor de uma aventura também civilizacional e missionária. A literatura portuguesa do período, influenciada pelo humanismo, encontrará nos descobrimentos e nas viagens pela África e pelo Oriente um arsenal temático apropriado à celebração da missão civilizatória dos portugueses e à conformação de uma consciência ‘nacional’ de otimismo e de autoconfiança. [Raimundo] Faoro transcreve uma enorme citação de Manuel Nunes Dias na qual estão fixadas as grandes orientações do empreendimento ultramarino lusitano: monopólio inalienável da Coroa, senhora das terras, dos homens, das rotas e do tráfico; as concessões sem a perda de mando – a Coroa não delega a soberania, apenas o governo –; tal como na Reconquista, a construção de fortalezas militares, à sombra das quais se encontram o comerciante, o militar, o colono e o missionário. Deste novo e imenso patrimônio advém a nova força do poder real, e a soberania da realeza não é apenas mantida, mas alargada e dilatada. A ocupação do Brasil revela a clara e crescente preocupação de controle por parte do rei”.¹⁷⁸⁸

Os séculos XV, XVI e XVII, na Ibéria, foram pródigos em questões fundamentais compartilhadas com a humanidade europeia ocidental, que acabaram moldando seu caráter, bem como de toda Europa e a civilização e cultura ocidental. De fato, cada questão era um problema a ser decifrado ou racionalizado, a fim de dar – ou procurar dar – uma solução adequada; entre os problemas ou questões havia a questão América, a questão Europa, a questão luterana, a questão Galileu, a questão turca, as questões mourisca e judaica. “As respostas dadas a esta pesada agenda conformaram as possibilidades de solução da ‘questão Ibérica’, ou seja, o reencontro de seu significado num mundo [agora] ampliado e complexo que ela colaborou intensamente para inaugurar”. A descoberta do Novo Mundo colocou em xeque o edifício cosmológico e antropológico da sociedade medieval, abalando as colunas “da antiga concepção medieval a respeito do mundo e da história, do tempo e do espaço”, colocando em questão a extensão do *orbis terrarum* – morada cósmica dos seres humanos, que Aristóteles reduziu à “zona temperada setentrional, onde se localizavam as partes conhecidas da África, da Ásia e da Europa” naquela época – e da existência, nele, dos seres antípodas – seres não humanos, exóticos e estranhos. Foi o cristianismo que reinterpretou esse

¹⁷⁸⁸ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 267-8.

espaço, com o mito da expulsão do paraíso, concebendo a possibilidade de que o mundo recebido pelo ser humano – após a sua expulsão do paraíso – era algo que poderia ser possuído e ampliado pelo seu próprio esforço e trabalho, passível, portanto, de ampliação; como todos os seres humanos eram descendentes de Adão e Eva, e havia uma unidade do gênero humano que ligava diretamente ao mito adâmico – ou edênico –, não haveria antípodas no *orbis terrarum*.¹⁷⁸⁹

O Novo Mundo, com seus habitantes – “espantosamente” totalmente ignorantes em relação à mensagem cristã –, colocaram em dúvida as concepções antigas reformadas pelo cristianismo. Cristóvão Colombo sustentará várias teorias sobre as terras descobertas – seriam inicialmente as Índias, mais tarde a proximidade do Paraíso Terrestre – para manter intacto a herança intelectual herdada da Idade Média sobre a morada cósmica dos seres humanos. Assim, no início dos anos 1500, travava-se uma discussão se o novo mundo seria uma extensão do *orbis* conhecido ou de um outro mundo, vencendo a idéia de que havia sido descoberta uma quarta parte do mundo até então conhecido, abandonando as antigas concepções sobre a extensão geográfica da sua morada no mundo, ampliando-a. Os ameríndios obrigaram os ibéricos a repensar se deveriam ser considerados como antípodas ou seres humanos; um consenso se formou, qual seja, serem eles povos anteriores à vinda de Cristo e que, portanto, deveriam ser convertidos e preparados para o dia do juízo final, sendo essa uma missão dos povos ibéricos. Para a racionalidade e valores civilizatórios da época, o destino dessas gentes nativas do Novo Mundo era assunto que envolvia questões capitais, e também com implicações teológicas e política – estatuto dos indígenas, noção de humanidade, extensão do poder papal, natureza do poder real, direto das gentes, história enquanto economia da salvação. Nessa disputa digladiavam-se franciscanos, humanistas, neotomistas, interesse coloniais da Coroa e de particulares.¹⁷⁹⁰

A doutrina neotomista esteve presente em todas as discussões dos grandes problemas ou questões da Europa e que afligiam a Ibéria particularmente.¹⁷⁹¹ Ele se implantou na península vindo de Paris, trazido pelo dominicano Francisco de Vitoria. Se instalando na Espanha em 1523, Vitoria desbanca a proeminência dos franciscanos da vida cultural e acadêmica da Ibéria, apesar de que os jesuítas pouco depois se reapropriarão dessa orientação dominicana e a desenvolverão, produzindo uma referência para a reorganização do catolicismo europeu. Os neotomistas lutavam permanentemente “contra todas as formas de

¹⁷⁸⁹ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 278-80.

¹⁷⁹⁰ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 280-4.

¹⁷⁹¹ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 284-91.

'heresias' que se multiplicavam na Europa, em especial aquelas luteranas e humanistas. Na verdade, é possível dizer que eles lutavam contra todas as tendências históricas e teóricas que abdicavam de uma visão integrada, harmônica e objetiva do universo e da vida pessoal, tal como existente no cristianismo medieval. Ele se vale do tomismo pelas possibilidades oferecidas de reconhecimento simultâneo da autonomia das várias dimensões do mundo e de suas vinculações internas e arquitetônicas". O dominicano Francisco de Vitoria e o jesuíta Francisco Suarez cuidaram da preservação da visão arquitetônica do cosmos, "reafirmando-o como cascata a ser constituída por uma hierarquia de leis (...). Deste modo, os neotomistas mantêm o cosmos como organismo vivo, objetivo, governado por um conjunto harmônico de leis necessariamente ligadas entre si. A firme postulação destas vinculações internas entre as várias jurisdições permitia aos neotomistas a rejeição das propostas humanistas, luteranas e da que reclamava a soberania da ciência [– esta última, especialmente em relação à teologia –, todas desintegradas da visão do universo como um espaço arquitetônico".¹⁷⁹²

O neotomismo, assim, acaba oferecendo um programa para a Ibéria, um conjunto de premissas para o novo territorialismo ibérico. "Oferece à inquietude ibérica a imaginação de um império federado e as referências para a domesticação da selvageria com que espanhóis e portugueses se lançaram sobre o Novo Mundo, e sanciona, progressivamente, a figura do rei (...) como instrumento por excelência dessa ordem prevista por Deus, como o centro de uma esfera pública que não necessitava abater e destruir a concepção arquitetônica da sociedade para se afirmar". Para a Espanha e sua função cosmopolita, o neotomismo terá um profundo significado, sendo que, para Portugal, a filosofia também desempenhará um significado, uma vez que "não dispunham de nenhuma outra concepção tão abrangente e adequado como o neotomismo". Serão os jesuítas que darão continuidade da exploração do neotomismo com sua concepção filosófica e ideológica básica, disseminando-o por toda Ibero-América e "mantendo a sua precedência na Península através do controle das principais cátedras das universidades ibéricas". Assim, "é possível dizer que o neotomismo constituiu na primeira grande resposta dada pelo catolicismo latino aos processos que alteraram as concepções e vivências do espaço e do tempo no início da Idade Moderna, prolongando-se na Reforma Católica e no Barroco. Diante das fraturas provocadas pelo aparecimento do mundo moderno, neotomismo e absolutismo ibérico organizaram respostas fundadas na exploração do espaço, mantendo e reafirmando o sentido 'histórico' tradicional, civilizacional e messiânico de suas civilização e sociedades. De outro modo: a Ibéria torna-se o centro do mundo a enfrentar,

¹⁷⁹² BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 288 e 292-3.

teórica e praticamente, os desafios postos por uma nova percepção do espaço do homem e do universo. O neotomismo e o absolutismo característico dos reinos ibéricos constituem ‘tecnologias’ feitas para a reconstituição e controle de espaços, inibindo a saliência dos problemas derivados do ‘tempo’ – da história e de seu sentido –, que incidirão com maior dramaticidade entre os protestantes e os franceses. Fundamental para a Ibéria, era não perder o controle do espaço, mantendo-o como expressão unitária de sentidos ancorados – de forma mediata – no sagrado. Espanha e Portugal ‘nascem’ para o mundo pela fome de espaço, e toda sua evolução estará marcada por essa obsessão: a expansão e o controle do espaço”.¹⁷⁹³

O século XVII europeu é o da ruptura com um ser humano típico construído na Antigüidade. A ampliação do *orbis terrarum* e a descoberta da infinitude do universo põem por terra a idéia de um *kósmos* “como um universo pequeno e acolhedor, que aproximava o temporal do transcendente”, enfim, de um “*kósmos* estreito como domicílio construído por Deus para o homem”. O Barroco será a expressão espiritual – sentimento e inteligência ou racionalidade – de um novo tempo, uma subjetividade que é agora solidão e desamparo, pois o ser humano já não é mais o centro do universo e o “filho querido de um Deus generoso e benevolente, em marcha para redenção”; com o fim dos velhos e metafísicos sentidos para a vida – essências –, o ser humano agora é solidão. A razão humana significa esse universo ampliado – material e espiritual – como “um espaço excepcional para a afirmação de sua autarquia”. Com o desenvolvimento da ciência, da física matemática, a razão agora tem a “tarefa de descobrir e fixar as leis que governavam ferreamente o mundo natural, e que se davam como projeção de uma linguagem tipicamente humana, a matemática”. Aristóteles havia concebido um universo finito e hierárquico, e a revolução científica do século XVII destrói esse Cosmos e geometriza o espaço; agora o universo é infinito “ligado pela uniformidade de suas leis e a identidade de seus elementos”.¹⁷⁹⁴ De certa forma, para as gentes dessa época, é possível conceber que Deus está mais longe delas do que havia pensado secularmente, e a pessoa agora entende que tudo depende dele de uma maneira muito mais profunda do que poderia imaginar, provavelmente recuperando seus feitos históricos como constatação de que, afinal, tudo se fez por muito de seu próprio esforço em vida e existência.

A condenação inicial do movimento revolucionário científico está no perigo que representa “a audácia de transferir para a subjetividade humana a fonte possível dos conhecimentos sobre o mundo físico ou natural” – expondo os conhecimentos edificados pela Igreja e colocando em xeque suas doutrinas e pregações, mas, principalmente, com a

¹⁷⁹³ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 313-5.

¹⁷⁹⁴ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 317-8.

possibilidade de expor a Igreja ao risco da orfandade e abandono. Se os séculos XVII e XVIII foram épocas de abandono ou ruptura radical com a ontologia e metafísicas tradicionais, em praticamente toda Europa continental e insular, o início do movimento revolucionário do conhecimento verá na Ibéria um movimento de fechamento a esses novos tempos científicos. É certo que esse movimento científico revolucionário, com sua nova ciência matematizante, possuía muito de seus pressupostos “conceitos, problemas e soluções próprios da metafísica e da ontologia”. A Igreja reagirá, através do Concílio de Trento, contra esse “vendaval trazido pela especulação racionalista e matemática”, procurando negociar com os novos conhecimentos através dos princípios do probabilismo e do ficcionalismo. A partir daí, tudo – ou quase tudo – poderia ser aceito enquanto “experimentação teórica de hipóteses as respeito da natureza e do mundo”, portanto, mantendo ou sustentando “um universo harmônico, ordenado e hierárquico, próprio da tradição aristotélica”. Essa estratégia intelectual fundada no probabilismo e no ficcionalismo será a adotada pelo neotomismo ibérico.¹⁷⁹⁵

O Barroco ibérico ou não, nesse contexto, tinha por compromisso “a renovação do sentido religioso da vida e do mundo”; a nova vivência religiosa buscava “restaurar o poder configurativo e coesivo das crenças do cristianismo”, admitindo a distância praticamente invencível entre sagrado e temporal, entre o transcendente e o imanente. O Barroco também poderá ser visto como algo mais que a contra-reforma, mas a própria Reforma da Igreja Católica, “que descobre o modo de expressão arquitetural, plástico e estético adequado à teologia do clérigo, à representação intelectual das elites e às necessidades da sensibilidade popular. Na raiz do Barroco, o alargamento da Europa e do *orbis terrarum*, a passagem da física estática das qualidades para o universo da física matematizante, o abandono do conhecimento essencial em troca da visão fenomenológica dos objetos, alterando de modo radical a percepção humana sobre o universo”.¹⁷⁹⁶

O Barroco religioso ibérico procurará, diferentemente de outras regiões europeias – aquelas dominadas pela aristocracia, bem como a Itália e parte da Alemanha reconquistada pela contra-reforma –, religar a vida humana ao transcendente. O Barroco religioso ibérico irá reconstruir a harmonia perdida, do encontro da pessoa com a companhia divina; condenado pela imanência de sua existência mundana, ele irá procurar alcançar a transcendência. Assim, sem descreer das verdades religiosas, a pessoa entende que a sua proximidade de Deus e do sagrado está rompida, e na busca do comportamento mais adequado diante de uma divindade distante, é agora um ser cheio de dúvidas, mas todo esse movimento, essa sua inquietação

¹⁷⁹⁵ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 318-20.

¹⁷⁹⁶ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 321-2.

para adequar o temporal com o transcendente, é manifestação do Barroco. Esse movimento de renovação espiritual na Ibéria é a reiteração de crenças seculares da sua civilização, com suas manifestações artísticas revelando a dor e o culto da morte, enfim, penitência, drama, luto, tragédia e pessimismo.¹⁷⁹⁷

O teatro barroco será o do drama barroco, a da representação da inquietação espiritual e dos sentidos humanos, da perda dos significados; e o teatro barroco espanhol, nesse contexto, será a da representação da vida como sonho e ilusão, engano e desengano, melancolia. No plano político, o barroco é marcado pela “busca incansável do poder e da ordem. Em meio às ameaças de um destino aniquilador, o príncipe (...) é quem pode devolver à sociedade uma estabilidade perdida, situada antes do tempo, favorecendo o seu desenvolvimento e sua pacificação”, entretanto, essa estabilidade é aquela encontrada na própria natureza, nas leis ferreamente mecânicas que garantem o eterno movimento da natureza, daí o barroco aceder ao poder absoluto do soberano.¹⁷⁹⁸ Espanha o Portugal manterão um compromisso permanente com a visão do mundo aristotélica, renovada pelo tomismo, e diante agora de uma “formação social atravessada por incertezas axiológicas, marcada por conflitos cada vez mais profundos, conflagrada pela distância cada vez maior entre ricos e pobres, sugada pela voracidade dos nobres, dos cortesãos, dos prelados, dos comerciantes, o rei adquire na sensibilidade barroca ibérica a condição de único ator capaz de aspirar à dignidade ética e de estabilizar a sociedade. Provado numa corte de intrigantes equivalente ao inferno, ele é o santo, o mártir, o virtuoso, que oferece sua vida pela harmonia da sociedade e sua preservação, mensagem típico do teatro espanhol”. Assim, na Ibéria o barroco dará “ênfase na centralidade da figura do rei e o temor diante da política, percebida enquanto dimensão construída por um pacto dos cortesãos com o demônio”, portanto, numa sociedade dividida não haverá a formação de um sentido de coisa pública – o bem ou interesse do todo –, a não ser pela figura do rei como o “único que pode rasgar estes véus dos interesses particulares, domesticando-os, harmonizando-os ou recriando um ‘público’ vinculado à saúde do todo”.¹⁷⁹⁹

O barroco ibérico pode ser entendido “como a primeira manifestação da sociedade de massas do mundo moderno. Os deslocamentos estruturais na Espanha do século XVII ligavam-se ao mercantilismo e a um novo protagonismo das cidades, nervosas concentrações que passavam a abrigar uma nobreza revigorada, os personagens enriquecidos com as

¹⁷⁹⁷ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 324 e 327-9.

¹⁷⁹⁸ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 329-31.

¹⁷⁹⁹ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 333-4.

mudanças econômicas e a massa sem-nome e desenraizada de camponeses expulsos das áreas rurais. Os grandes centros urbanos – Madri, Sevilha, Toledo – transformam-se em palcos de uma vida tumultuária e de freqüentes contestações ao poder real, à autoridade da Igreja, e aos próprios dogmas do cristianismo. O crescimento das cidades faz emergir uma opinião pública laica e inquieta, favorecida pelo desenvolvimento da imprensa, tocada mais pelo afã corrosivo da polêmica do que pela busca das verdades à maneira da tradição. A Coroa tinha consciência deste ambiente crítico e pessimista da sociedade, em contraste com o utopismo e o otimismo do século anterior”, enfrentando muitas dificuldades internas e externas. Assim, o edifício medieval das ordens sociais ruía diante das mudanças estruturais na sociedade local e de toda Europa, havendo uma clara corrosão da ordem tradicional e de seus valores – tumultos sociais, revoltas, desordens, banditismo.¹⁸⁰⁰

Diante desse quadro, a Coroa espanhola decidiu reagir e estreitou a aliança do rei com a *hidalgúia* renovada, e na ampliação do poder real em direção ao poder absoluto; tratou-se de uma aliança de moldes tradicionalistas implicando na derrota da burguesia, “presente na repressão aos *comuneros*, na expulsão dos judeus e na recusa de uma alternativa de modernização econômica que o mercantilismo mais audacioso recomendava”. Também é elaborado um vasto programa de incorporação simbólica das massas e da sociedade, para a Coroa não ficar restrita – a fim de preservar o seu poder e a ordem social – ao uso da violência e repressão física para conter as manifestações de descontentamento e pessimismo. “O Barroco é este programa, não apenas como estilo de arte, mas como horizonte vital produzido para conservar as ordem absolutista e a admissão seletiva, direcionada e controlada do novo. Consciente dos processos de transformação, a Coroa aprendia a dominar as forças da inovação, manipulando-as com perícia crescente para os objetivos da conservação do absolutismo e da ordem hierárquica da sociedade”. Por isso, ela passou a exercer um forte controle sobre a economia, com uma obsessão especial pelo fiscalismo, além de favorecer e estimular uma literatura que era voltada notadamente para a sacralização do poder e a manutenção da ordem e a Igreja, nesse contexto, também tinha um papel crucial, por isso a Coroa estimulou o fortalecimento de sua hierarquia e capacidade para controlar suas consciências. O movimento da Coroa sobre a sociedade era destinado a uma direção específica, vale dizer, o “núcleo desta imaginação estava no desenvolvimento de uma determinada construção da superestrutura política, *reordenada para o domínio das*

¹⁸⁰⁰ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 335-6.

motivações internas dos indivíduos, levando-os à adesão ativa aos valores estabelecidos e à aceitação da ordem política absolutista".¹⁸⁰¹

Sua opção, assim, foi pelo realismo e pela conservação, “estimulando o estudo do comportamento humano e a construção de uma psicologia que pudesse resultar na possibilidade de invasão do *dominus interior* de cada homem”. O que o Barroco espanhol pretendia era racionalizar o comportamento humano através de um adestramento – ação que não deixava de ser de cunho autoritário – ou da artificialização da subjetividade, por meio da disciplina rigorosa do exercício espiritual para assimilar valores, ou por meio extra-rationais e simbólicos. O ser humano, a sociedade, o governo, o futuro, não poderia ser dependente da imponderável ciência matematizante e de cunho fenomenológico, nem mesmo por um individualismo na ordem política. A percepção trágica, pessimista, da vida é admitida e acentuada, sendo que a vida agora é sonho, desengano e solidão. As artes e as técnicas são utilizadas para atingir as sensações e a emoção – deixando de lado a razão – e o “poder criativo do homem, o artifício e as técnicas são aproveitadas para aumentar a capacidade de comoção da arte – da escultura, da música e sobretudo do teatro – diante das massas sequiosas por novidades. A psicologia mecânica subjacente a todas essas manifestações, a todo esse movimento cultural, é no sentido de fixar que “neste mundo de sonho e desengano, apenas o senhor absoluto, o poder absoluto do rei, pode redimir a sociedade, estancando o seu desdobramento anárquico e garantindo a sua prosperidade” – arte e técnica postas a serviço de uma ideologia. Desse conjunto de ações e atitudes, para além de uma leitura maquiavélica da época, em direção da conservação, é possível também conceber um entendimento de sua natureza gnóstica, vale dizer, “sua teatralidade e sua ambição de artificialidade da vida revelam a consciência de um doloroso processo social (...) e um programa de refundação do poder e das instituições existentes”. Ele no fundo reconhecia que a velha sociedade de corte medieval espanhola já não mais se reproduzia naturalmente, para continuar produzindo os efeitos de equilíbrio e pacificação social experimentados outrora; “a sociedade ‘natural’ da Idade Média e de Vitória, nascida da vontade divina presente na lei natural, na lei divina revelada, no direito positivo e no próprio rei (...), exaurira suas possibilidades de produção autônoma”. Assim, o Barroco é essa gnose, consciência, de que não mais existe o natural, o objetivo, e que tudo é engano e desengano, e o rei é que agora deve sustentar e reanimar a sociedade já velha.¹⁸⁰²

¹⁸⁰¹ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 336-7. Grifos em itálico nossos.

¹⁸⁰² BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 337-9.

“Deus retirante, é a vontade do rei que se torna onipresente, e a face corporativa do reino ganha novo significado: ela já não é mais comunicação de ser vinda do transcendente, mas produto artificial da *voluntas* real, de um centro de poder absoluto no universo das ações humanas, e que não reconhece algum tipo de deus ou demônio. É a vontade do rei que se derrama sobre a sociedade, preenchendo os vazios entre as instituições corporativas e particulares, entrelaçando-as novamente e dando forma a uma concepção especial de ‘público’ e de totalidade social. Esta relação entre a Coroa e as instituições sociais não replica o mundo medieval, artificializando o todo (...), embora com outra dicção e outra estratégia. Essa refutação ‘não-natural’ da sociedade ibérica (...) não libera os homens como indivíduos livres de vínculos e senhores de sua órbita, à maneira do contratualismo. Ao contrário, inventa e invade a subjetividade de cada homem, plasmando-as pela gnose para a adesão ativa à ordem sustentada pelo rei enquanto espaço ainda hierárquico, com seus significados confirmados pelo verismo barroco. Estas subjetividades espacialmente localizadas não se transfiguram em personagens da díade Estado-indivíduo hobbesiano, distribuindo-se ainda em ‘lugares’ como ‘pessoas’ que recebem do poder a sua distintividade e expressividade. O rei – o poder absoluto, do qual jorram os novos e artificiais significados, mesmo que sob velha roupagem medieval – encontra-se também presente nesta dimensão subjetiva, preparada e patenteada para ser sua morada”. Trata-se, portanto, de uma teatralização ou artificialização completa da sociedade, com efeitos líquidos e globais transformadores, com a sociedade espanhola parecendo a mesma de antes, mas sendo outra – ou parecendo a mesma de antes, no fundo sendo a mesma de antes, mas de outra forma. “A Coroa barroca da Ibéria se apropria do velho modelo hierárquico, preservado pelo tomismo e pelo aristotelismo de Trento, mas não tenta rejuvenescê-lo reavivando ou reinventado seus antigos fundamentos metafísicos e ontológicos. Ao contrário, não demonstra o menor interesse em estimular a ampliação desta hermenêutica racionalista do cosmos e da vida que o neotomismo desenvolvera no século anterior. Seu trabalho é precisamente o de desenraizar a morfologia tradicional, atrelando-a a pressupostos, premissas e fontes de sustentação desconhecidas da Idade Média. Em termos resumidos: a Coroa ‘artificializa’ o modelo oferecido pela tradição, descolando-o de suas velhas fundações, e o transforma em objeto de eleição de uma sociedade e de subjetividades movidas pela gnose, por estratégias simbólicas extremamente poderosas e por meio extra-racionais. E, este movimento, consolida-se como o centro incontestado do reino. A magnitude

desta operação é, sob todos os aspectos, semelhante àquela que a historiografia tradicional atribui às experiências inglesa e francesa do século XVII”.¹⁸⁰³

Mas o “artifício, o novo, não apaga a lembrança do que antes era vivo nem diminui a memória da intensidade com que os iberos ergueram a sua tradição. A rememoração é própria do artifício, combustível de uma subjetividade cuja movimentação já não se entende como comunicação direta do transcendente. Por isso o barroco ibérico é celebração do heroísmo, compromisso com a fé cristã, com o rei e a *res publica*, natureza da *hidalguía*. Mas celebração que encontra no artifício da sua repetição, na sua afirmação veemente, a fonte da vida. Razão pela qual o barroco ibérico é também melancolia, pessimismo, percepção da vida como *engaño, sueño e soledad*.”¹⁸⁰⁴

Em Portugal, também desenvolveu-se o barroco, mas um barroco singular. A Restauração da monarquia portuguesa, em 1640, depois de cerca de sessenta anos sob comando espanhol, se deu por legitimação e estrutura simbólica essencialmente barroca. De fato, os registros apontam que, mesmo antes da Restauração, a sociedade portuguesa já nutria o espírito barroco, tudo indicando que por influência da estrutura barroca espanhola; em terras lusitanas, encontram-se “os mesmos temas e as mesmas formas de expressão existentes na potência vizinha”. A necessidade é que impelia Portugal para o barroco, e padre Antonio Vieira, nessa época, traduz o espírito barroco português, enfim, uma pessoa operativa, realista, “convencido que a ação humana pode produzir resultados concretos”, de um Portugal que era também oceano e controle das rotas comerciais com as terras de ultramar – sua sobrevivência.¹⁸⁰⁵ A Restauração portuguesa não era produto natural de forças sociais que agiam cegamente, conforme antigas tradições, mas, contrariamente, uma “construção da vontade, que arranca da inércia histórica uma possibilidade diferente de viver e se obriga a reconstruir uma nova metafísica para justificar a antiga Lusitânia rediviva. Toda esta aposta é barroca na forma, no conteúdo e nas estratégias. Portugal autônomo é um artifício barroco em busca de naturalização, é realidade a ser construída de baixo para cima, a partir de subjetividades que decidem se livrar do domínio castelhano. Mais do que literal restauração, Portugal é reinvenção que nasce da movimentação de subjetividades voluntaristas, dotadas da capacidade de escolher entre destinos distintos, sacudidas e animadas por uma sensibilidade tipicamente barroca. É reinvenção do modelo de organização social da tradição, tal como em Espanha, cujos fundamentos originais o Barroco trata de substituir. O que Espanha realiza

¹⁸⁰³ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 339-41.

¹⁸⁰⁴ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 342.

¹⁸⁰⁵ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 344-6.

como movimento sobre si mesma, Portugal faz como movimento em busca de si, através do verismo barroco, da enorme capacidade de comoção e convencimento própria do Barroco. Portugal restaurado é puro verismo de si mesmo”.¹⁸⁰⁶

Nesse sentido, os sermões de padre Antonio Vieira cumprirão esse desígnio de transubstanciação de uma província, vinculadas aos espanhóis, para o seu retorno à condição de reino soberano e autônomo. “Os seus sermões não são apenas a contribuição máxima de Portugal para a linguagem barroca. São artifícios poderosos, cuja efetividade decorre da capacidade da linguagem se esconder como artifício, ordenando o mundo como natural. Em Vieira estas catedrais de palavras (...), este espetáculo de emoções não é gratuito. Ele está sempre interessado, por mais bíblico que seja o ponto de partida, em algo próximo e decisivo para a vida em sociedade”. Não à toa, o poeta português Fernando Pessoa o considerou como “imperador da língua portuguesa”. O mundo, para Vieira, é um teatro, “os homens e as figuras que nele representam, e a história verdadeira de seus sucessos uma comédia de Deus, traçada e disposta maravilhosamente pelas idéias de sua Providência”, mas ao mesmo tempo Ele se esconde, cobrindo de trevas o futuro.¹⁸⁰⁷ Seus escritos procuram dar sentido a Portugal, “recuperar uma teodicéia reconstruindo-a a partir da necessidade de Portugal, convencendo os portugueses de um destino manifesto”, mas Deus sempre estará presente enquanto missão última do português; dar sentido a Deus e sua história divina. “A Restauração traz para Portugal uma monarquia formalmente igual à da Espanha, ambas fundadas em última análise na vontade humana, mas vontade encarnada no soberano e na sua esfera de decisões. Mais frágil do que a da Espanha, a lusitana parece também mais submetida às necessidades, mais orientada pela vontade de reconstruir do que de meramente conservar. É esta vontade, ou voluntarismo, que leva Portugal a recuperar as suas possessões africanas, as retomar o controle da sua colônia brasileira e a promover a sua expansão. Isto é barroquismo, mas Barroco orientado por um espírito mais afirmativo do que o espanhol”.¹⁸⁰⁸

Na América ibérica, uma tradição mantém-se inspirada secularmente. “Mantém e trabalha uma percepção do ‘público’ como espaço objetivo dentro do qual existiriam a sociedade e suas partes. Não desfaz a idéia de um cosmos, da sociedade como conjunto de lugares situados no espaço. Ao contrário, reafirma a presença deste espaço, antes gerido pelo rei, a sua vontade e a sua lei. É ao rei e à autoridade que cabe a responsabilidade de preservação deste espaço e da articulação dos elementos que nele existem em busca dos

¹⁸⁰⁶ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 350.

¹⁸⁰⁷ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 350-2.

¹⁸⁰⁸ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 353-5.

objetivos do todo social. Nesta imaginação espacial e pervasiva do público, não existem pactos ou contratos originais, pois ele é anterior a tudo, tudo contendo e tudo abrigando. Concepção de público que libera os personagens particulares para o exercício de suas singularidades e de suas lógicas específicas, reservando à autoridade central, a única capaz de uma visão sinóptica, os cuidados com o todo, com aquilo que diz respeito a todos. Forma que irá confundir pensadores como Faoro e Oliveira Vianna. O primeiro denunciando a presença exagerada do poder central na história colonial e inicial do Brasil (...), e o segundo assinalando antagonicamente a ‘insolidariedade’ como característica básica da sociedade que aqui se formava, defendendo o Estado como elemento civilizador desta sociedade desarticulada. Na verdade, a sociedade que se erguia nos trópicos brasileiros era tanto uma quanto outra coisa, associando de modo particular o todo sob a guarda do rei e o privatismo de suas partes”.¹⁸⁰⁹

“O Império brasileiro é teatro, na mais clara acepção barroca: exercício verista de um ‘público’ sem o qual a nação não se organizaria, e se organiza obcecado com a preservação do espaço territorial, com a sua unidade e com uma ordem social organizada de modo desobediente aos mandamentos liberais. Mesmo os liberais (...) percebem a necessidade e a indispensabilidade desta noção de público, próprio da tradição, para arquitetar e construir um país nascido do barroco, desconfiados dos riscos de anarquia e fragmentação inerentes ao estrito código do liberalismo. Teatralização que faz sua eficácia repousar numa concepção adequada do direito, que entre nós preenche a função reflexiva desempenhada pela filosofia na Europa, como assinala Wanderley Guilherme dos Santos. E que faz dos juristas os personagens da *ratio*, do interesse público posto como fundamento da política, de acordo com Werneck Vianna, herança ibérica adequada à permanente necessidade do artifício (...). Direito como vontade de um centro que se exerce até mesmo contra os interesses econômicos dominantes, como no caso da Lei da Terra e do processo de abolição, conduzido pela Coroa. Mas mundo legal infenso à lógica de uma única gramática, artificializando os códigos unitários e destruindo suas harmonias internas para servir aos propósitos de invenção de um novo país”.¹⁸¹⁰

Diante disso, as gentes latino-americanas ainda são barrocas e como “Barrocos, desconfiamos dos determinismos, vendo sempre no espaço o cenário para as nossas vontades. E talvez no espaço possamos ainda encontrar um poderoso elemento de contenção deste futuro catastrófico de inércia e ruína: a construção, ainda mais alargada do que a tentada por

¹⁸⁰⁹ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 441-2.

¹⁸¹⁰ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 442.

Bolívar, de um espaço ibero-americano. Assumindo que, depois de cinco séculos, ainda somos em parte colônias de nós mesmos, reproduzindo as divisões administrativas deixadas pelos impérios ibéricos, impedindo que as energias vivificadoras de todos possam fluir livremente pelo nosso vasto espaço. O largo e inegável processo de descolonização diante da Ibéria e a construção de nossa autonomia no Ocidente só chegarão à sua plenitude quando descobrirmos o nosso próprio modo de organização da América, preservando a sua pluralidade para torná-la protagonista efetiva do mundo, com sua face e natureza próprias. Espaço plural e unificado que fará a história avançar”.¹⁸¹¹

3.1.5. AMÉRICA LATINA ESPANHOLA: ASPECTOS DESTACADOS

A Espanha, um dos mais antigos Estados europeus, colonizou a América espanhola. Seus conquistadores aqui vieram em busca do ouro e prata – os metais preciosos – e apenas para isso se aventuraram. A coroa de Castela, herdeira dos feitos dos conquistadores, reproduziu nas terras do Novo Mundo, em sua integralidade, os objetivos restritos da busca dos metais preciosos, organizando as Índias¹⁸¹² com esse objetivo fundamental. No ano de 1520, e até essa época, o arquipélago das Antilhas era o núcleo fundamental da colonização espanhola; esgotado os recursos humanos para extrair o ouro e a prata, o centro da colonização se deslocou para os planaltos continentais que vai do México até alcançar o Peru, entre 1520 a 1560. A partir daí, durante cerca de dois séculos e meio – em torno de 250 anos, ou cerca de oito gerações humanas – esse espaço geográfico, localizado nos altos planos que

¹⁸¹¹ BARBOZA FILHO, Tradição..., p. 443-4. Se a América latina é tributária dessa tradição cultural e civilizacional produzida na Ibéria europeia, é certo que a própria Ibéria, por sua vez, é tributária de outra(s) corrente(s) cultural. Sobre isso, entre muitos outros, vide: DUBY, Georges (dir.). **A civilização latina**: dos tempos antigos ao mundo moderno. Lisboa: Dom Quixote, 1989. 230 p.

¹⁸¹² A expressão “Índias” – palavra no plural – quer designar genericamente as terras descobertas, localizadas e conhecidas antigamente como Novo Mundo – atualmente, geograficamente refere-se às três Américas ou à América como um todo – e a região asiática tendo como centro a Índia. Índias Ocidentais foi o nome dado por Cristóvão Colombo ao Novo Mundo que, ao término de sua primeira viagem – 12 de outubro de 1492 –, acreditava ter chegado às costas orientais da Ásia. Em 1524, a Espanha instituiu o Conselho das Índias, como organismo encarregado da administração das Índias, e que foi suprimido em 1834. Posteriormente verificou-se que todos os soberanos europeus que tinham interesse no Novo Mundo criaram companhias de comércio para exploração da América, utilizando invariavelmente a designação “índias” para as referidas empresas, acrescido com o adjetivo “ocidental”, pois as “Índias Orientais” passaram a se referir à porção asiática da exploração europeia. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 13.

abrange a região sul da América do Norte, a América Central inteira e a costa Pacífica da América do Sul, foi centro nervoso e coração do império espanhol nas Américas.¹⁸¹³

Até a emancipação colonial, que se dará na primeira metade do século XIX, esse perfil geográfico de ocupação das Índias Espanholas se manterá praticamente inalterável, sendo que as Antilhas e os atuais países da costa Atlântica – estes últimos em tal situação até metade do século XVIII – serão a porção mais débil do império assim organizado, centrado nas minas das Cordilheiras dos Andes. Verifica-se que ao longo do tempo esse império irá ceder território – temporariamente ou definitivamente – em algumas partes, mas chegará nos anos 1800 praticamente intacto, apesar da débil estrutura que apresenta.¹⁸¹⁴

O sistema colonial espanhol era de característica eminentemente de “exploração”, vale dizer, voltado para apenas e tão-somente extrair o máximo de recursos econômicos, sem inclinação voltada para efetivar um sistema colonial de “povoamento” – de fixação do homem no local para ali se estabelecer.¹⁸¹⁵ Assim, a exploração espanhola buscava obter a maior quantidade possível de metais preciosos com um mínimo de recursos despendidos pela metrópole. Tal fato marca as características particulares do pacto colonial e as relações daí derivadas e existentes entre metrópole e colônia, bem como as “relações entre a economia colonial em seu conjunto e o setor minerador”.¹⁸¹⁶

Durante o período colonial, verificou-se um fato importante: “as terras de onde se extraíam metais em volume suficiente para revolucionar a economia europeia (...) [eram] cronicamente privadas de dinheiro”. Fora a cota apropriada pela Coroa sob forma de impostos por meio do intercâmbio comercial, era praticamente uma verdadeira imposição a destinação para a metrópole da maior parte do metal precioso colhido na América; para alcançar tal finalidade eram mantidos elevados os custos da participação da economia metropolitana – e também aqueles referentes à organização comercial – com as Índias e entre os portos e centro mineiros americanos. Assim, por um lado, os representantes locais da economia metropolitana, o fisco e os comerciantes que faziam a ligação com a Península Ibérica, eram privilegiados pela Coroa, sendo-lhes concedida a supremacia econômica local, e, por outro lado, mantinha-se quase que totalmente os demais setores da economia colonial – inclusive os próprios setores da mineração – à margem da economia monetária.¹⁸¹⁷

¹⁸¹³ DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 11.

¹⁸¹⁴ DONGHI, História..., p. 12.

¹⁸¹⁵ LAMBERT, Jacques. **América Latina**: estruturas sociais e instituições políticas. São Paulo: Edusp: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 76.

¹⁸¹⁶ DONGHI, História..., p. 12.

¹⁸¹⁷ DONGHI, História..., p. 12.

Tal sistema de intercâmbio, fundado na dependência externa forçada, assegurava uma evidente vantagem econômica para os interesses ligados à metrópole, mas não contribuía para beneficiar os setores que o ato de conquista do Novo Mundo fizera dominantes nas colônias, resultando daí, durante o transcorrer do século XVI, em repetidas provas de força entre os dominantes – antigos conquistadores – nas colônias e a Coroa, para, ao final, conciliarem seus pontos de vista com os da Coroa, que também organizava a economia indígena – uso dos índios na sua colonização exploratória – com vista a interesse vantajosos para a metrópole. O acordo entre os dominantes locais e a metrópole – sempre instável e carregado de tensões – foi obtido com o fundamento numa barganha quanto ao quinhão de cada parte no butim da conquista que, além dos metais preciosos, também era composto por territórios e pessoas.¹⁸¹⁸

Assim, na parte do butim referente a pessoas, observa-se que os índios da América Espanhola, anteriormente à conquista, já eram experimentados e vivenciados em formas evoluídas de convivência civilizacional – Incas, Mais, Astecas, e outros mais ainda em estudos de descobrimentos –, assim, domesticados quanto às imposições comunitária – servis, no caso espanhol – que uma convivência em comum ou uma organização exploratória implica, portanto, população indígena essa cuja organização anterior a tornava interessante e útil para a economia colonial que se desenvolveu com a conquista. Os índios da América Espanhola se revelaram úteis para a indústria de mineração, atividades artesanais e atividades agrícolas. Ora, os dominantes locais – os conquistadores e seus sucessores – eram orientados especialmente para a agricultura; como *encomenderos* – figura jurídica garantida pela Coroa –, a eles eram destinados e confiados um grupo de índios, vassallos da Coroa, dos quais deveriam receber – recolher – os tributos que cada um pertencente a esses grupos deviam à Coroa, justamente por sua vassalagem.¹⁸¹⁹

Quanto à parcela de território barganhado com a Coroa, verifica-se, mais tarde, os mesmos dominantes locais passarem a ser proprietários de terras, que eram recebidas como doações reais, doações essa que aumentaram cada vez mais, à partir do colapso demográfico iniciado no século XVII, para compensar essa “perda” em seres humanos.

Assim, é desta forma, da conjunção entre a terra recebida e o trabalho indígena a seu encargo administrar, que os primeiros conquistadores e seus descendentes fundam no Novo Mundo um novo modo de vida, qual seja, a vida senhorial, que se estende até o século XIX, conservando aspectos paradoxais de opulência e miséria. Esse novo modo de vida de senhores da terra não foi alcançado sem lutas; na metade do século XVI, no Peru, foram lutas abertas

¹⁸¹⁸ DONGHI, História..., p. 12.

¹⁸¹⁹ DONGHI, História..., p. 12-3.

entre conquistadores, sendo que o retorno à normalidade – obediência à Coroa – foi ao preço da melhoria das condições e estatuto jurídico do *encomenderos*; mais tarde, foram lutas discretas contra a Coroa e suas exigências, e também contra os setores mineradores e mercantis, que a Coroa protegia. Com o passar do tempo, sucede ocorrer a acentuação da queda demográfica indígena, forçando ao recrudescimento da defesa da mão-de-obra trabalhadora disponível – garantia do lucro cabível aos primeiros colonizadores –, especialmente contra a empresa mineradora, a mais insaciável devoradora de seres humanos. Quando a Coroa institui a *mita* – serviço obrigatório dos indígenas nas minas e nas manufaturas têxteis –, acaba instituindo, também, um dos períodos mais negros da colonização espanhola no Novo Mundo, provocando nos grandes proprietários fundiários locais, bem como nos administradores laicos e eclesiásticos daquelas zonas onde os indígenas eram forçosamente recrutados, a mais profunda aversão pelo ato da Coroa.¹⁸²⁰

Se os senhores da terra dominavam amplas esferas da sociedade colonial da época, é preciso ressaltar que, frente ao conjunto da economia hispano-americana – vale dizer, a própria ordem da estrutura colonial –, eles não possuíam a mesma posição de predominância, portanto, colocando-os como dominantes-dominados dentro da estrutura colonial, realidade essa presente nas relações sociais e econômicas de todos os setores primários da colonização.¹⁸²¹ Verificava-se que o peso de tal setor econômico no conjunto da população hispano-americana – portanto, sua influência social (dominação) local – era grande, entretanto, não havia essa correspondência quanto ao peso econômico que esse setor representava na estrutura do sistema colonial – portanto, sua influência e efetiva posição dominante na estrutura de poder vigente. A estrutura como um todo da organização da economia hispano-americana marginalizava os setores locais, vale dizer, discriminava os

¹⁸²⁰ DONGHI, História..., p. 13.

¹⁸²¹ Uma das classificações mais correntes das atividades produtivas foi originariamente proposta por Colin Clark. Nessa formulação, existiria somente três setores básicos na economia de um país, ou seja, toda atividade do campo econômico poderia ser generalizada dentro de três grandes grupos. O “setor primário”, reuniria as atividades agropecuárias e extrativas – vegetais e minerais. O “setor secundário”, englobaria a produção de bens físicos por meio da transformação de matérias-primas, atividade de transformação essa realizada pelo trabalho humano e com o auxílio de máquinas e ferramentas, incluindo, desta forma, toda produção fabril, a construção civil e a geração de energia. O “setor terciário”, abrangeria os serviços em geral, ou seja, comércio, armazenagem, transportes, sistema bancário, saúde, educação, telecomunicações, fornecimento de energia elétrica, serviços de água e esgoto, e administração pública. Tal classificação tem a pretensão de estabelecer uma hierarquia de importância relativa de cada um desses setores no produto total da economia de um país – e que assim determinaria o grau de desenvolvimento econômico (e dentro de um ponto de vista único e linear ou hierárquico) de uma nação – que, evidentemente, é bastante variável de povo para povo. Por essa teoria, nas economias classificadas como subdesenvolvidas, predominaria as atividades primárias, sendo que seria precário o desenvolvimento dos setores secundário e de serviços; por essa teoria, a economia dos setores secundário e terciário estaria mais presente – seria marca característica – nos países desenvolvidos. In: DICIONÁRIO DE ECONOMIA. Coleção os Economistas. São Paulo: Abril, 1985.

primeiros conquistadores que aqui se estabeleceram para ganhar a parte que lhes cabia no feito realizado.¹⁸²²

Os senhores da terra estão presentes, com intensidade variável e bastante desigual, por todo setor agrícola que se estabeleceu. Verifica-se que, ao lado das terras indígenas – e já no início da colonização –, se constituem ilhas de agricultura espanhola que, apesar de sua escassez – não proliferação em abundância –, assim sobreviveu ao longo do tempo. A sobrevivência dessas ilhas agrícolas com tais características, revela que a agricultura se constituiu, na colonização espanhola, já no início e seu desenvolvimento inicial, como uma lacuna – ou não interesse, ou mesmo como uma atividade culturalmente indigna – fundado unicamente no trabalho indígena, observando-se que essa prática agrícola devia, nessa época, sustentar duas estruturas sociais senhoriais, vale dizer, a estrutura já existentes antes da vinda dos espanhóis, que era a sociedade de origem pré-colombiana, ainda existente e forte por esse período, e a estrutura que se estabeleceu com os espanhóis, tanto a laica como a eclesiástica. Sustentar ao mesmo tempo os espanhóis e os indígenas resultou na escassez de produtos, portanto, cada vez mais difícil a produção de excedentes baratos destinados ao mercado local, situação que se acentuou com o colapso demográfico indígena e a disputa de sua mão-de-obra para outras atividades consideradas mais lucrativas para a metrópole.¹⁸²³

No século XVII, quando ocorre a catástrofe demográfica indígena, o setor agrícola sofre transformações para acompanhar e se adaptar às injunções da nova realidade de mão-de-obra. As respostas variavam de região a região, revelando as diferenças de enfoque para resolver um mesmo problema ou diferenças determinadas por questões inescapáveis de cada região específica, obrigando a adotar-se diferentes soluções, observando-se, de qualquer forma, que dentro da estrutura colonial montada pelos espanhóis, havia uma margem de ação diversa – não se podendo aqui afirmar como sendo de autonomia –, marcando cada espaço administrativo. Por exemplo, no México, a agricultura é substituída pela pecuária; as comunidades indígenas agrárias – onde os espanhóis se limitavam a exigir como tributo uma parte da produção, ou mesmo o pagamento do tributo devido através de trabalho braçal – são substituídas parcialmente pela *hacienda*, vale dizer, “unidade de produção agrária dirigida pelos espanhóis”, mas transformação essa que foi feita de forma incompleta, uma vez que “o tipo e a forma jurídica variavam segundo a região e, em alguns lugares, era praticamente inexistente”. Aqui é preciso acrescentar que a transformação da agricultura, nesse período, dependia também do tamanho do mercado a que ela atendia em cada região, portanto, sendo

¹⁸²² DONGHI, História..., p. 13.

¹⁸²³ DONGHI, História..., p. 13.

necessário um mercado que assegurasse o incremento produtivo, mediante a expansão do consumo; não se pode olvidar que, por exemplo, a *hacienda*, diferentemente da produção da comunidade indígena agrícola, já se tratava de uma empresa voltada para atender especialmente os consumidores externos a ela, fato esse que não ocorria com as comunidades agrícolas indígenas que atendiam dois grupos consumidores, ou seja, eles mesmos e os espanhóis.¹⁸²⁴

A afirmação da *hacienda*, desta forma, foi limitada nesta época; nos locais onde a economia mineradora e mercantil – que defendem melhor a sua parcela no butim junto à Coroa – é mais dinâmica, repercutindo na economia urbana local em termos de um maior consumo, a *hacienda* justifica-se e é mais desenvolvida. Por isso que no México, verificou-se um rápido crescimento do processo, alcançando num espaço de tempo curto uma situação privilegiada nas relações econômicas com a metrópole, mas observando-se que a função agrícola sempre teve função secundária num ambiente colonial onde a função mineradora ocupava a topo da hierarquia de importância em atividade econômica, daí a marca característica de sua situação – agricultura, *hacienda* – ser sempre relativamente privilegiada – se colocar sempre em segundo plano –, quando alcança certo grau de importância.¹⁸²⁵

A *hacienda*, no México, não dá oportunidade para o aparecimento de uma classe assalariada; os salários são pagãos principalmente em espécie e parcialmente em meios monetários. Ademais, a realidade de endividamento dos lavradores não motivava eles romperem o vínculo com o seu patrão agrícola – o senhor das terras –, sem esquecer que no sistema da *hacienda*, se em tese fundamentalmente o lavrador recebia a terra para cultivá-la e apenas entregar ao seu patrão uma parte de sua produção, na realidade havia mais atividades retributivas, por parte do lavrador camponês, que estava em jogo nesse sistema de cultivo da terra, ou seja, ele deveria também trabalhar nas terras de seu patrão – atividades ou exigências essas que variavam de região para região.¹⁸²⁶

Na economia colonial que principia após a conquista, todo empreendimento agrícola é de importância secundária e dependente, constituindo-se numa segunda zona econômica, dominada pela economia mercantil e mineradora – primeira zona –, recebendo desta primeira zona econômica, em ritmo lento e com baixa intensidade, o último refluxo de uma economia monetária que privilegiava a metrópole, portanto, sobrevivendo com pouco dinheiro. Entretanto, verifica-se que o empreendimento agrícola teve um desenvolvimento próprio

¹⁸²⁴ DONGHI, História..., p. 13.

¹⁸²⁵ DONGHI, História..., p. 14.

¹⁸²⁶ DONGHI, História..., p. 14.

numa economia marcada pelo autoconsumo – subsistência – e acabou por elaborar seus próprios e peculiares índices de riqueza.

Verifica-se que a economia agrícola colonial – por essas características – tendia a fechar-se em si mesma, a fim de sobreviver, isolamento que é sempre uma solução provisória e frágil frente ao desequilíbrio entre as duas zonas econômicas. É preciso considerar o papel da economia agrícola no âmbito mais amplo ou total da economia colonial espanhola; “no âmbito do ordenamento colonial, é função do setor agrícola fornecer gêneros alimentícios, tecidos e animais de carga a preço módico [barato] para as cidades e regiões mineradoras; uma inserção menos limitada do setor rural nos circuitos econômicos teria provocado um aumento dos preços, enquanto o seu isolamento total teria a consequência bem mais grave de fazê-lo desaparecer dos mercados mineiros e urbanos”.¹⁸²⁷

Por isso que a equação econômico-social que regulava a relação entre as zonas mineiras e comerciais, de um lado, e a zona agrícola, de outro, era delicada e tênue, pois a agricultura era necessária e importante para o sucesso do projeto colonial, mas não deveria receber o reconhecimento pleno desse seu valor – sob pena de encarecer os preços dos metais preciosos colhidos –, mas também não deveria ser menosprezada, a ponto de seus agentes se isolarem completamente e não mais fornecer os bens necessários para atender o objetivo primordial da empresa colonial – nesse caso levando à falência o empreendimento –, havendo sempre a participação e o apoio do poder político para alcançar um entendimento, ou meio-termo, que atendesse os interesses das duas zonas econômicas. Boa parte dos lucros das Índias era proveniente na observação dessa fronteira de separação entre as duas economias, e sempre havia, também, dentro do setor dominante, pessoas interessadas em manter aberta a comunicação com a zona agrícola, a fim dela não se isolar completamente e deixar de fornecer os bens necessários para o empreendimento principal.¹⁸²⁸

Havia, desta forma, uma combinação entre interesses privados e pressões oficiais para favorecer a existência do intercâmbio entre as duas zonas econômicas coloniais, mesmo que em depreciação de uma delas, mesmo que em manutenção das discriminações que levavam a uma delas ser dominante e outra dominada, dependente da primeira e assim permanecer. Por isso que medidas como a organização dos *repartimentos* com seus *corregidores*, expressam bem essa tentativa da Coroa espanhola em intervir nessa relação, de forma a garantir o fluxo dos bens agrícolas produzidos. Os *corregidores*, funcionários da Coroa, administradores de vastos distritos, “ofereciam os produtos que se devia trocar aos indígenas sob sua direção”,

¹⁸²⁷ DONGHI, História..., p. 14.

¹⁸²⁸ DONGHI, História..., p. 14.

evitando, assim, que se faltasse a produção necessária local para os interesse maiores da Coroa, pela imposição do fluxo comercial interno dos bens agrícolas produzidos na colônia, garantindo o escoamento da produção local e a manutenção dessa produção devido a essa garantia imperial. Evidentemente que funcionários e comerciantes eram favorecidos por esse mercado cativo, sendo que relatos do século XVIII apontam reclamações sobre a quantidade de coisas inúteis que os índios eram obrigados a comprar, fruto dos estoques encalhados que não encontravam demanda nas cidades. Tais fatos, portanto, revelam a situação real que se encontravam os camponeses indígenas nessa época, mas também a situação de fragilidade e debilidade dos grandes senhores territoriais, especialmente suas limitações de riqueza e de poder, frente à pressão da Coroa e dos representantes da economia mercantil metropolitana.¹⁸²⁹

Quanto às relações entre os setores mercantis metropolitanos e os mineradores, há uma distinção entre o que ocorreu no México e o resto do império; no México, os concessionários das minerações são grupos dotados de capitais suficientes para enfrentar de forma autônoma a expansão dos seus negócios, possuindo uma efetiva autonomia econômica. Entretanto, já no Peru, as empresas concessionárias mineradoras dependem do financiamento que é feito a título de adiantamento dos comerciantes, sendo que uma explicação para a predatória exploração da mão-de-obra durante o século XVIII, verificado nas minas de Potosí, à medida que os filões dos metais preciosos se extinguíam, seria parte da tentativa de transferência para a mão-de-obra a dependência crescente em que essa economia mineradora da região do Peru se encontrava frente à economia mercantil.¹⁸³⁰

A situação privilegiada do México é devido ao fato de que nele foi instaurado um efetivo regime de salários em níveis elevados, regime que dominou a atividade mineradora e apareceu em alguns setores mais privilegiados da agricultura. De fato, a situação colonial do México era privilegiada, tendo sido atingida menos duramente pelas conseqüências do pacto colonial que vigorava na colônia do Novo Mundo. Para entender essa situação torna-se necessário compreender o próprio pacto colonial em vigor na América espanhola.¹⁸³¹

O pacto colonial espanhol foi amadurecido nos séculos XVI e XVII, sendo que no século XVIII foi objeto de uma transformação; nesse século XVIII, é certo que havia um declínio – por esgotamento – das atividades extrativas das minas, entretanto, tal declínio não era total, uma vez que esse século foi a da intensa exploração da prata mexicana, no entanto é

¹⁸²⁹ DONGHI, História..., p. 14-5.

¹⁸³⁰ DONGHI, História..., p. 15.

¹⁸³¹ DONGHI, História..., p. 15.

certo que tal declínio influenciou na decisão tomada pela metrópole, voltada para assumir uma nova posição diante da economia colonial. As transformações que ocorrem no pacto colonial nesse período – devido ao declínio da atividade extrativa mineira e a mudança da relação da metrópole com as colônias – tomam a forma jurídica entre 1778 e 1782, estabelecendo a liberdade de comércio entre a Península Ibérica e as colônias. A verdade é que tal reforma implicou em alguns fatos: (I) a admissão de que os metais nobres não eram a única contribuição possível das colônias à Coroa; (II) a descoberta das possibilidades de utilizar as colônias como mercado de consumo, diante do progresso geral da economia europeia.¹⁸³²

Essa medida imediatamente implicou em fragilização das trocas inter-regionais que sucediam nas Índias espanholas; em seu contato direto com as colônias, a metrópole passa a ser rival – vitoriosa, como não poderia deixar de ser – das estruturas econômicas locais coloniais, que por imposição da própria metrópole, haviam se erigido como centro secundário do sistema mercantil anterior. O que se verificou a partir daí, foi a transformação das atividades como vinha sendo desenvolvidas, vale dizer, com um certo leque de produção direcionado para um certo mercado de destino, para atividades voltadas a atender a demanda da metrópole, com todas as implicações daí decorrentes, ou seja, privilégio para abastecimento da metrópole em detrimento do mercado consumidor local, mudanças de cultivos para atender o mercado metropolitano em detrimento das necessidades do mercado colonial e assim por diante.¹⁸³³

Esse contato com a Península Ibérica é origem da desagregação da área econômica hispano-americana, iniciando o cultivo de monoculturas, e fará com que a comunicações dessas áreas agrícolas seja mais intensa com a metrópole do que com qualquer outra área vizinha. As áreas agrícolas agora serão fragmentadas e se, por um lado, parece reforçar o estreitamento dos laços entre a América espanhola e a metrópole, é fato, por outro lado, que essa fragmentação levou ao rompimento das antigas relações que uniram as várias regiões das Índias espanholas.¹⁸³⁴

Essa reforma comercial entre metrópole e colônia está ligada a outras reformas em curso dentro da própria metrópole, e a onda de domínio dos mercados locais está ligada e em favor dos comerciantes vindos da Península. Junto com a emergência da predominância de comerciantes espanhóis na colônia hispano-americana, provenientes de algumas regiões destacadas da Espanha – Cádiz, Andaluzia, Catalunha, Barcelona –, verifica-se que ocorre

¹⁸³² DONGHI, História..., p. 15.

¹⁸³³ DONGHI, História..., p. 15-6.

¹⁸³⁴ DONGHI, História..., p. 16.

paralelamente a afirmação do progresso industrial das mesmas regiões espanholas, mas progresso esse de modo muito parcial, de qualquer forma favorecido por medidas protecionistas, ao mesmo tempo em que essas indústrias possuíam o mercado colonial como mercado cativo e preferencial para desovar sua produção. Por isso que as debilidades da indústria espanhola da época irão concorrer para que a reforma econômica na metrópole – e sua extensão para a relação metrópole-colônia – alcance um êxito muito limitado, ou seja, “o despertar econômico da Espanha setecentista não tem força suficiente para permitir à mãe-pátria assumir plenamente a função de fornecedora de produtos industriais ao seu império” – podendo ser indagado aqui que condições históricas, econômicas, sociais e culturais é que conduziram a Espanha a esse destino. Portanto, o novo sistema comercial assegura o benefício especialmente ao comércio da metrópole, muito mais que à sua indústria, mas “o novo pacto colonial naufraga (...) porque com ele a Espanha consegue apenas se transformar numa pesada e onerosa intermediária entre as suas Índias e as novas metrópoles econômicas da Europa industrial”.¹⁸³⁵

Após três séculos de colonização, o México era a região mais povoada – cerca de três milhões de pessoas em meados do século XVIII –, mais rica e a mais significativa para a economia européia. Na ocasião, sua capital era a cidade mais povoada do Novo Mundo, transformada pela expansão da indústria e mineração do século XVIII; ao norte, a prata extraída desenvolveu a capital, sendo descobertas novas minas – maiores – que se juntavam às antigas ainda em extração; essas jazidas minerais e novas fortunas elevam ao primeiro plano o México setentrional. No interior dessa região mexicana, desenvolve-se a pecuária, tendo nas regiões mineiras o centro do consumo da carne produzida; mais ao extremo norte, estão as terras escassamente povoadas, que apenas estão assim debilmente ocupadas por motivos geopolíticos, vale dizer, apenas para manter uma população de ocupação, a fim de garantir – para a Coroa – um território que não pode ser tomado e explorado pelos russos e britânicos avançando pelo Pacífico – a fronteira setentrional norte das terras espanholas.¹⁸³⁶

O México central e meridional é formado basicamente de uma população descendente de índios, daqueles que três séculos atrás viram chegar os novos colonizadores e que trabalharam e se reproduziram para servir aos interesses da metrópole; já o México setentrional, apesar de possuir uma população indígena, verifica-se, entretanto, que ela é em menor número que a verificada nas outras regiões, mas sentiu com maior intensidade as transformações da comunidade agrária indígena em *hacienda*, uma vez que a pecuária foi

¹⁸³⁵ DONGHI, História..., p. 16.

¹⁸³⁶ DONGHI, História..., p. 16 e 18.

introduzida em locais onde a agricultura não era praticada e nem havia a fixação estável dos índios. A *hacienda*, como já assinalado acima, necessitava, para seu sucesso, de um mercado para escoamento de sua produção, e a presença das produtivas minas na região norte favorecia a produção para esse mercado. Verifica-se que nas regiões setentrionais em expansão, a sociedade local é dominada pelos concessionários de minas, diferentemente do que ocorria em outras regiões, onde os proprietários de terras é que dominavam a sociedade local; mas tanto os concessionários das minas, quanto os proprietários de terra, eram predominantemente de origem espanhola e compunham a mais alta classe nativa local, ostentando títulos de nobreza, concorrendo, na capital, com os metropolitanos, a composição da classe mais alta dessa cidade.¹⁸³⁷

Ressalta-se que os títulos de nobreza ostentados pelos concessionários de minas e senhores de terra locais, no século XVIII, tinham uma origem absolutamente venal e traduziam – conforme uma tradição de hierarquia social antiga – a vitória pessoal do detentor do título na luta pela riqueza, daí o merecimento do título. Em Madri, se observava também, por essa época, um pequeno grupo de nativos mexicanos circulando pela sociedade da capital espanhola, enriquecidos pela prata e enobrecidos devido a essa riqueza alcançada, ostentando uma vida luxuosa e ociosa.¹⁸³⁸

Essa elite era claramente inclinada para o consumo conspícuo – conforme Veblen descreveu –, mais precisamente para o desperdício, como “ponto final de uma riqueza que, uma vez acumulada, não encontrava muitas possibilidades de investimento útil”, uma vez que a agricultura era direcionada apenas para o consumo local, sem necessidade, dessa forma, de investimentos importantes; o artesanato – cobre, têxteis, cerâmica – era produto de trabalhadores a domicílio, sempre cronicamente endividados com os comerciantes, que, por sua vez, não aplicavam uma parte dos próprios lucros no negócio como investimento de capital, nem se preocupavam em revolucionar o sistema vigente, uma vez que o mesmo trazia vantagens para eles.¹⁸³⁹

O fato é que uma parte da riqueza do México setentrional – mineiro e pecuarista – desaguava no México central – o sistema colonial assim obrigava que ocorresse, para funcionar adequadamente –, mas não fazia o norte ser dependente economicamente do centro; a própria prosperidade da indústria mineradora impediu que se sucedesse no México o que ocorreu em relação ao Alto Peru. A riqueza mineira não afluía para o México central, outra

¹⁸³⁷ DONGHI, História..., p. 16-7.

¹⁸³⁸ DONGHI, História..., p. 17.

¹⁸³⁹ DONGHI, História..., p. 17.

cidade ao norte – com seus grupos comerciais próprios – já havia sido estabelecida, consolidando e dominando o comércio mineiro local, de tal forma que os comerciantes metropolitanos, estabelecidos no México setentrional, após a reforma comercial de 1778, a partir daí – época e região – passaram a dominar o sistema mercantil mexicano – e a economia mexicana.¹⁸⁴⁰

Assim, no México dessa época do final do século XVIII, verificava-se que os comerciantes peninsulares prosperavam também com o progresso da agricultura de mercado, centrada principalmente no milho, mas cuja expansão foi um episódio passageiro, pois a concorrência norte-americana pôs logo um fim a essa expansão; diferentemente era a situação do cultivo da cana-de-açúcar, cuja expansão era mais duradoura. Fato que se deve assinalar, era que a agricultura fora estimulada nos planaltos mexicanos, sendo que essas transformações agrárias não alcançam as terras baixas do lado do Atlântico que, em princípio, seriam mais adequadas para uma agricultura de tipo tropical; tais terras “permanecem despovoadas, salvo nos centros urbanos, sendo destinadas a uma agricultura de autoconsumo”.¹⁸⁴¹

No México central verifica-se a existência de uma indústria de tipo artesanal mais significativa e importante que a do norte, como a têxtil, cuja produção é destinada sobretudo ao mercado interno, mas cuja organização de manufaturas é ainda antiga, envolvendo amplamente os setores populares em sua produção. Os mercados de diferentes regiões mexicanas controlam a economia dos produtos têxteis, mas tal economia é comandada por uma cadeia de intermediários que, através de adiantamentos e débitos nessa rede econômica, acabam se vinculando, ao final da cadeia, aos grandes importadores e exportadores comerciais do norte mexicano, verdadeiros senhores de todo México. Mas nessa época, o predomínio dessa classe comercial do norte mexicano, e sua vinculação com a mineração, não pode levar o observador a considerar o México como uma colônia eminentemente mineradora. Observa-se que a agricultura e pecuária produziam cerca de 25% a mais em riqueza que a mineração, sendo a maior parte da produção agrícola consumida localmente, semi-ocultando a sua real importância.¹⁸⁴²

Na relação entre a economia mineradora e economia mercantil, o que sucedia era que a indústria mineradora ainda continuava como atividade primária, sendo que seus controladores eram libertos da hegemonia dos mercadores, chegando até mesmo a ingressar dentro das

¹⁸⁴⁰ DONGHI, História..., p. 17.

¹⁸⁴¹ DONGHI, História..., p. 17.

¹⁸⁴² DONGHI, História..., p. 17-8.

classes mais altas do Vice-Reinado espanhol na América. Esse desenvolvimento econômico – e também social e político – local era causa de conflitos; na segunda metade do século XVIII houve um rápido desenvolvimento econômico no México e no interior da classe alta, havia duas posições concorrentes, quais sejam, de um lado, os senhores da prata, de origem já considerada nativa, que se reuniam como corpo expressivo na Corporação da Arte Mineira, e de outro lado, os grandes comerciantes, de origem geralmente espanhola, e que se convertiam em proprietários territoriais do México central, e que se agrupavam na sua entidade representativa denominada Consulado do México. “No plano político, o **cabildo** da cidade do México é a fortaleza da aristocracia nativa contra as magistraturas nomeadas pela metrópole”.¹⁸⁴³

Mas a totalidade dessa composição da alta classe é extremamente rica, situação essa que contrasta profundamente com a miséria da população em geral. Ao longo do tempo irá se verificar que essa desigualdade se aprofundará, de tal forma a criar novas tensões sociais; assim, o aumento demográfico gera a expansão da demanda e da economia do mercado interno – especialmente no setor do autoconsumo, alavancada pela expansão da capital mexicana e das zonas mineradoras –, sem o correspondente aumento da participação popular no controle da terra, uma vez que ela está destinada para o aumento das culturas para exportação. Esse problema é possível afirmar estar presente nas causas das primeiras manifestações de violência – sublevações – ocorridas nas zonas agrícolas tanto do norte – minerador – quanto do sul.¹⁸⁴⁴

Mas há outro problema se desenhando paralelamente a esse desenvolvimento altamente concentrador de riquezas que marca a colônia espanhola mexicana, qual seja, o destino da população urbana que cresce mais rapidamente – imigração forçada dos camponeses aliado ao aumento natural da população – que as ofertas de trabalho na cidade não atende. Assim, ao lado de uma plebe sem trabalho fixo, há também uma camada média que, incapaz de encontrar um espaço adequado entre os ricos e o clero, é sensível às discriminações correntes em favor dos oriundos da Península Ibérica.¹⁸⁴⁵

Para a Espanha, do ponto de vista econômico o México sozinho representava, por um lado, 2/3 da renda fiscal proveniente das Índias, sendo que, por outro lado, para a economia metropolitana como um todo, a prata mexicana encontrava seu destino “natural” em direção ao império-mãe. Assim, o México é a mais importante e privilegiada colonial espanhola, cuja

¹⁸⁴³ DONGHI, História..., p. 18. Grifos no original.

¹⁸⁴⁴ DONGHI, História..., p. 18.

¹⁸⁴⁵ DONGHI, História..., p. 18.

renda *per capita* nessa época – final do século XVIII – é superior à verificada na própria metrópole, mas não podendo ser esquecido o fato de que havia uma riqueza total concentrada em mão de apenas umas poucas pessoas, e – isso também é muito importante – essa riqueza local acumulada era em verdade fruto de uma parcela mínima de acumulação do total que era produzido pela indústria mineira mexicana; estima-se que, em média, anualmente era enviada à Europa 95% da produção da prata local, sendo 50% sem nenhuma contrapartida, e os outros 45% através do sistema comercial que privilegiava os produtos da metrópole.¹⁸⁴⁶

Nas Antilhas espanholas, verifica-se um percurso de desenvolvimento econômico idêntico ao que se verificava nas Antilhas francesas e holandesas; no século XVII estão dedicadas à pecuária, sendo que a partir do século XVIII vão se dedicar à agricultura tropical. Cuba se beneficia dessa expansão, especialmente com a ruína do Haiti, onde sua parte oriental será refúgio de plantadores franceses; a partir do século XVIII se inicia a expansão econômica da ilha com o fumo e pecuária, posteriormente com a cana-de-açúcar que, ajudado pela conjuntura internacional – Guerra da independência dos Estados Unidos, Revolução Francesa e Guerras Napoleônicas –, conhecem uma grande expansão, em boa parte à margem do sistema comercial espanhol, mas independentemente disso, sempre indicando que o mercado de consumo era maior que o metropolitano espanhol. A particularidade da expansão da economia do açúcar na ilha cubana era que ela se sucedeu num período crônico de escassez de capitais; as plantações eram pequenas, com pouco escravos – a exceção era a capital Havana – e cujos proprietários possuíam pesados débitos junto com os comerciantes de Havana que fizeram os adiantamentos de capitais necessários para o empreendimento. Diante disso, se os comerciantes rapidamente se enriquecem com a venda do açúcar, será preciso mais tempo até que se forme e se estabeleça em Cuba uma classe local – e mesmo nativos – de plantadores ricos, resultando em atrasos do desenvolvimento técnico das plantações – pouco capital e reduzido tamanho das plantações – e alterações limitadas do equilíbrio racial – para um aumento de 355% da população total da ilha, entre 1774 e 1817, a população negra passou de 43,8% para 55% em sua participação no total no mesmo período.¹⁸⁴⁷

Se México e Cuba cresciam economicamente a favor da Europa, a América Central, subordinada à Capitania-Geral da Guatemala revelava-se mais estática. Sua população era predominantemente índia – mais de 50% – e menos de 20% era branca, sendo os demais formados por negros e mestiços. Ao norte da América Central o domínio índio era acentuado, com grandes fazendas agrícolas e comunidades indígenas subordinadas aos

¹⁸⁴⁶ DONGHI, História..., p. 18-9.

¹⁸⁴⁷ DONGHI, História..., p. 19.

senhores das terras, mas com uma economia voltada para o autoconsumo, sendo o principal produto de exportação os têxteis ali produzidos. Nos territórios mais baixos e quentes, ao norte da América Central, se localiza uma população mais densa, formada predominantemente por índios e mestiços, e onde também se localizam propriedades de terra mais fracionadas; nessa zona territorial, os comerciantes dominam e controlam a produção e exportação do anil, que é o principal produto de exportação da América Central para a economia internacional européia. O sul da América Central é formado por uma população de mestiços e mulatos, cuja economia girava em torno de uma pecuária extensiva e de rentabilidade muito baixa, sendo que mais ao extremo sul, se verificará que até a primeira metade do século XVIII permanecerá praticamente despovoado, quando, na segunda metade do século, se instalarão alguns colonos galegos que desenvolverão uma agricultura predominantemente – e restrita – de autoconsumo – subsistência.¹⁸⁴⁸

Na América do Sul, o extremo norte sob domínio espanhol – costa do Caribe – é uma zona em expansão econômica; ali o principal produto de exportação para a economia internacional – européia – é o ouro que vem sendo extraído desde o século XVI, que experimentou um rápido aumento no século XVIII, chegando ao seu final com uma produção superior ao que a América Portuguesa vinha desenvolvendo. Geograficamente a região era complexa, uma vez que a cidade-fortaleza que representava o centro do poder espanhol na costa sul-americana do Caribe – Cartagena, na atual Bolívia – era de difícil circulação e articulação com as demais regiões que a envolviam, de modo a dificultar a integração e coesão local. Com a criação da cidade de Bogotá como capital da região, localizada no planalto central da atual Colômbia, com a economia em torno da criação de gado, verifica-se – devido a esse problema de coesão – toda sua dificuldade para se impor frente à Cartagena e às cidades de Popayán e Medellín, localizadas no planalto mais de frente ao Pacífico.¹⁸⁴⁹

Esse problema de articulação entre diferentes cidades e regiões, se refletirá em vários aspectos destacados da colonização dessa região, entre eles a questão da população; assim, na costa haverá uma população predominantemente européia e mulata, enquanto que na região interior haverá predominantemente mestiços, mas com significativos grupos de brancos. Será também possível verificar que na zona mineira, nos altiplanos, haverá uma população de escravos negros, é nessas zonas de altitude elevada que se criará gado, e se cultivarão cereais e tubérculos, com uma parte significativa de concentração das terras em mãos de poucos senhores – os latifúndios –, sendo que, em outras zonas territoriais desse extremo norte da

¹⁸⁴⁸ DONGHI, História..., p. 19-20.

¹⁸⁴⁹ DONGHI, História..., p. 20.

América do Sul, se verificará um fenômeno oposto, vale dizer, a propriedade da terra melhor distribuída – subdividida.¹⁸⁵⁰

Essa região, antigamente denominada por Nova Granada – cerca de um milhão de habitantes no final do século XVIII –, progrediu de maneira muito tradicional e contribuiu para a metrópole através de metais preciosos. Em final do século XVIII, praticamente 87% das exportações dessa região é de metais preciosos, sendo o restante demais outros produtos produzidos localmente, situação essa que não se altera nem mesmo com os eventos sucedidos nos EUA e na Europa por essa época. O fato é que havia também uma significativa economia de contrabando, ao lado do comércio legal, cujo centro era localizado na Jamaica desde o século XVII, e que acaba por adquirir uma importância cada vez maior na economia dessa zona geográfica; foi esse comércio clandestino que garantiu ao Vice-Reinado local não ficar privado dos produtos europeus durante os anos de seu praticamente isolamento. Mas esse tipo de comércio irregular acabou desvalorizando todos os demais tipos de produtos de exportação local, com exceção dos metais preciosos, exercendo uma pressão depreciativa para os produtos locais, desvalorizando-os, de tal forma que até mesmo os cereais produzidos na região não escaparam dessa desvalorização, encontrando dificuldades para concorrer com o produto importado. Trata-se, portanto, de um progresso desigual, com reflexos negativos na curva demográfica, onde não se forma cidades com elevado número de habitantes, nem mesmo zonas rurais adjacentes com população relativamente densa, estabelecendo, assim, um ritmo de trocas muito limitado internamente a essa região.¹⁸⁵¹

Se a região sul-americana da Nova Granada – atualmente conhecida como Colômbia – é fechada em si mesma, ainda no extremo norte sul-americano verifica-se que a Venezuela é o oposto, vale dizer, é uma região aberta ao comércio com a Europa. Sua estrutura administrativa e econômica interna é mais complexa que a de sua vizinha, mas é mais integrada; assim, na sua costa, e até mesmo já ingressando nos vales internos dos Andes, há o cultivo da produção do cacau. Nas zonas montanhosas há a exploração da pastagem para o gado pequeno, e ingressando mais adentro dessa zona geográfica, verificava-se áreas povoadas, por serem mais adjacentes à colonização mais antiga, onde se desenvolve a criação de bovinos e muars. Constata-se também, a longo do rio Orinoco – região mais central –, o desenvolvimento precário – de difícil consolidação – de alguns centros de povoamento. O fato

¹⁸⁵⁰ DONGHI, História..., p. 20.

¹⁸⁵¹ DONGHI, História..., p. 20-1.

é que, economicamente, para uma população equivalente à metade de Nova Granada, “a Venezuela exporta mercadorias de valor duas vezes maior que o de sua vizinha”.¹⁸⁵²

Cerca de um terço das exportações venezuelanas é de cacau – o item mais importante de exportação, mas arrecadando cerca de 4/5 do valor total das exportações – sendo os demais artigos o anil, o café e o algodão. Na costa e nos vales andinos, a agricultura está em mãos de grandes proprietários, cuja mão-de-obra é escrava; trata-se de uma elite nativa que conseguiu se impor, em final do século XVIII, sobre uma companhia comercial metropolitana – que tinha o monopólio da aquisição e exportação do cacau venezuelano, bem como o monopólio do mercado metropolitano, mas que reservava para si a maior parte dos lucros. Esses senhores do cacau de Caracas é que dominam a economia venezuelana e possuem uma riqueza que os permitem viver na corte metropolitana, da mesma forma que os seus pares mexicanos – com seus títulos de nobreza venais, e com toda a admiração e ironia que isso implicava para a elite da metrópole. Na zona de savana venezuelana, intermediária entre a costa e a sua parte central tem uma atividade mercantil mais restrita, fornecendo muare e bovinos para as Antilhas, peles para o mercado europeu, e animais para serem utilizados na costa. Os hábitos alimentares dessa região do extremo norte da América do Sul é diferente “da América espanhola consumidora de cereais e legumes (milho e feijão no México; arroz, feijão e banana nas planícies das regiões do Caribe, nas Antilhas e na América Central; milho e tubérculo na área andina [domínio espanhol na América do Sul])”; verifica-se que os venezuelanos, nessa época, são consumidores principalmente de carnes, fato esse significativo e notável – frente ao próprio consumo europeu –, conforme se denota dos registros dos estrangeiros que por lá passaram nesse período, sendo que o reflexo direto disso é que a criação de animais não possibilita o enriquecimento que a agricultura tropical proporcionava.¹⁸⁵³

Mais a oeste da América do Sul, na costa do Pacífico, verifica-se que o centro espanhol localizado em Quito – atual Equador – apresenta uma contraposição entre a serra e a costa; na costa dessa zona geográfica há um amplo vale onde os habitantes se dedicam ao cultivo da agricultura tropical que é exportada para a Espanha – Europa – cujos produtos podem ser de qualidade inferior ao produzido em outras regiões, mas de preços mais atraentes – baixos. A sua agricultura é movida pela mão-de-obra escrava, mas a maior parcela de sua população se concentra no planalto interior – diferentemente da Venezuela –, em torno de 93% a 86% do total, conforme o período de medição demográfica considerado. A costa é povoada, portanto, por uma população formada por negros africanos predominantes e por

¹⁸⁵² DONGHI, História..., p. 21.

¹⁸⁵³ DONGHI, História..., p. 21.

índios, sendo a população de cor branca – europeia – a minoria – cerca de 16% do total da costa; já na serra, verifica-se o predomínio de índios – cerca de 68% do total local –, e os negros compondo a minoria – 6%. Na cidade de Quito é onde se verificará uma disparidade gritante de ausência de negros e índios, sendo considerada como constituída por uma população predominantemente branca.¹⁸⁵⁴

Economicamente a serra é pouco integrada na economia em torno do comércio com a Europa; em alguns locais bem protegidos consegue produzir algodão, que é utilizado por um artesanato doméstico, cujos produtos consegue alcançar a região do rio da Prata – atual Argentina. O trigo produzido na região serrana mais fria é consumido em parte pela população da costa. De fato, se verificará em Quito, um luxo proveniente da concentração dos senhores dos terrenos montanhosos e do trabalho de seus inúmeros servos, e, claro, dos lucros das exportações dessa zona geográfica, mas, mesmo assim, o predomínio será de uma serra com economia fechada, voltada para o autoconsumo. Esse relativo isolamento terá reflexos não só econômico, mas também cultural, especificamente no uso da língua corrente da região serrana; em Quito, até a região do Alto Peru, a língua dos indígenas pré-colombianos irá vigorar naturalmente nos inter-relacionamentos da maioria da população – no México, se constatará que a língua indígena terá sua importância, mas declinará ao longo do tempo. A língua indígena será a dominante na região montanhosa, onde o espanhol não consegue se impor, a não ser numa população de minoria branca – latifundiário, funcionários reais e eclesiásticos. No final do século XVIII ainda se verificará que a minoria branca delega parte de seus poderes para uma alta classe indígena, a fim dela cumprir certas competências, comunicando-se diretamente com os demais índios – essa classe alta indígena se revelará mais repugnante que seus mandatários, no trato e condução das atribuições a ela delegada.¹⁸⁵⁵

Abaixo do atual Equador, está o Vice-Reinado do Peru – pouco mais de um milhão de pessoas –, que, na época, é a principal prejudicada com a reorganização imperial feita na segunda metade do século XVIII. Com o desmembramento do Vice-Reinado de Nova Granada e do Vice-Reinado do Rio da Prata, a importância administrativa de Lima caiu muito, sendo que dele foi retirado o domínio comercial sobre o planalto do Alto Peru e também das zonas comerciais localizadas no interior da região do Rio da Prata. O Chile também foi atraído para o centro de atenção de Buenos Aires, mas não de forma completa. A perda da administração do comércio do Alto Peru foi um grave golpe sentido por Lima, entretanto sua decadência como centro extrator de prata ainda assim não o retira do posto de

¹⁸⁵⁴ DONGHI, História..., p. 21-2.

¹⁸⁵⁵ DONGHI, História..., p. 22.

maior fornecedor do metal da América espanhola meridional, sendo que ao sul das terras do Baixo Peru pôde ser verificado um aumento considerável da produção da prata vinculado a Lima, mas de qualquer forma, apenas 10% da produção mexicana na mesma época. As minas de prata e ouro peruanas continuaram a ser a base do comércio ultramarino do Vice-Reinado.¹⁸⁵⁶

A serra mais ao norte de Lima – conjunto de vales paralelos à costa, rios apertados, e agricultura em terreno irrigado – é povoada em sua maioria por mestiços, e se insere nas amplas zonas comerciais internas, uma vez que sua produção – muares, tecidos, azeitonas e frutos – é comerciado tanto em Quito quanto ao sul do Peru. Quanto à economia que vigora na costa peruana, observa-se que ela é formada de verdadeiros desertos para a agricultura, mas dentro dele com pequenos espaços agriculturáveis mediante irrigação. A agricultura da costa peruana, nessa época, é uma agricultura voltada exclusivamente para o mercado interno, ou seja, todo o império colonial espanhol da América. Assim, ela produz aguardente, vinho, algodão, açúcar e arroz que vão ser encontrados em diferentes mercados locais, desde o México e por toda costa do Pacífico, bem como um artesanato de produtos têxteis e cerâmicos vinculado a essa agricultura.¹⁸⁵⁷

É na serra meridional do Peru – maior e mais maciça do que ao norte – que se localiza o grande centro de população indígena peruana, local onde antigamente era também a capital da antiga civilização indígena inca. Nessa região serrana, as cidades agrícolas têm a função de fornecer os produtos necessários para as zonas mineradoras e as zonas urbanas, onde o comércio é desenvolvido de acordo com os humores da produção mineira; a agricultura de subsistência ali desenvolvida – milho e batata –, a criação de gado, a criação de animais que fornecem lã e couro– ovelha, cabras, lhama etc – é dependente desses centros urbanos, uma vez que, por exemplo, no caso dos produtos animais, só em pequenas quantidades tais produtos conseguem ingressar no grande circuito comercial colonial espanhol, servindo fundamentalmente ao artesanato doméstico local. Essas atividades agrícolas são a base que mantêm a comunidade indígena predominante na serra, enquanto na faixa costeira se constatará a agricultura fundada no trabalho escravo.¹⁸⁵⁸

A agricultura desenvolvida na serra ainda possuía mais um gravame a mais; ela deveria se subordinar e atender a classes dos senhores espanhóis e a classe alta indígena, fato que se acentuava com o aparelho eclesiástico e político que dependiam e viviam dos frutos da

¹⁸⁵⁶ DONGHI, História..., p. 22.

¹⁸⁵⁷ DONGHI, História..., p. 22.

¹⁸⁵⁸ DONGHI, História..., p. 22-3.

terra. Essas classes altas locais eram subordinadas às classes altas de Lima, capital cujo número populacional estava sendo superado paulatinamente pelas capitais dos outros importantes Vice-Reinados – por essa época a composição étnica da capital Lima era de 60% índia, 24% mestiça e 4% escrava e negra – e que concentrava uma elite que dominava a agricultura da costa e todo comércio relacionado ao conjunto do Vice-Reinado local. Assim, os limites territoriais impostos pela reforma comercial da metrópole, ao vice-reinado peruano, acabam por sufocar o comércio de Lima que antes se estabelecia num âmbito geográfico mais vasto, forçando, com isso, a distribuição muito mais desigual, do que anteriormente vinha sendo feito, do butim, no comércio com a Espanha. No Peru se repetia o que acontecia em toda América espanhola, ou seja, quase todo dinheiro retornava, de modo muito fácil, para a mãe-pátria. O comércio local com o mercado chileno – que antes era seu monopólio – ainda se mantém com o seu predomínio. A partir de meados do século XVIII o Chile passa a importar – modestamente – produtos da diretamente da Península Ibérica ou, indiretamente, através de Buenos Aires. Fato é que o comércio de exportação chileno ainda é voltado para Lima – vendendo o trigo que é consumido na costa peruana –, sendo esse circuito de exportação controlado por mercadores peruanos, proprietários da frota mercantil do porto de Lima, “e poucos dispostos a perder as vantagens do monopólio por eles organizado para a aquisição do trigo chileno”.¹⁸⁵⁹

O Chile, localizado no extremo sul do Pacífico é o mais isolado e longínquo das possessões espanholas na América. No século XVIII verifica-se um aumento da sua produção de metais preciosos, mas sem outros produtos produzidos localmente e que possam ser exportáveis para a metrópole. O trigo produzido encontra em Lima seu principal mercado, e a sua criação de gado é sem perspectivas de outros possíveis compradores, a fim de aumentar sua produção de carne e couro, somado ao fato de que o acesso dos seus produtos à Europa era mais difícil do que quem se localizasse no Atlântico para tal comércio. Verifica-se o fato de que sua população, constituída por brancos e mestiços em sua maioria, tem um crescimento mais acentuado do que a sua economia, população essa que irá se localizar espalhada pelos campos da região. O aumento demográfico é ligado à expansão da área ocupada pela colonização, pois no século XVIII os espanhóis realizam incursões bélicas, a fim de avançar sobre a fronteira indígena que opõe resistência à sua dominação, entretanto, essa expansão não provoca nenhuma transformação significativa na estrutura social vigente, ou seja, os campos são dominados pelas grandes propriedades, e os camponeses trabalham

¹⁸⁵⁹ DONGHI, História..., p. 23.

não só na terra do senhor da terra – patrão – como também tem sua propriedade particular para cuidar.¹⁸⁶⁰

Ao longo do tempo, a zona geográfica da ocupação chilena irá revelar a renovação da classe latifundiária local – ou nativa, formada pelos primeiros conquistadores e seus descendentes – com a chegada, e interação na mesma, dos emigrantes da Península Ibérica que ali se instalam – assim como em todas as demais localidades da colônia – ou para exercerem funções burocráticas ou por motivos comerciais; verificar-se-á, também, que alguns mercadores peninsulares afirmarão e consolidarão sua posição, utilizando – para o comércio dos bens e produtos ali produzidos – a rota direta com a metrópole, e a indireta, que passa por Buenos Aires.¹⁸⁶¹

A vida e formação social chilena serão marcadas pela oposição entre os estrangeiros vindos da Europa e os nativos americanos – indígenas –; os araucanos chilenos opuseram forte resistência à dominação espanhola, de tal forma que nem mesmo pode ser considerado que eles se constituíram num grupo autônomo dentro da sociedade colonial em formação e consolidação. Em cerca de três séculos de dominação espanhola, a contribuição indígena à demografia chilena dá-se com a formação de um setor mestiço que, por sua vez, não procurou se distinguir dos brancos e assimilou a cultura espanhola; tal fato resultou em dificuldades de estabelecer uma distinção clara entre população mestiça e branca, pois o próprio conceito de mestiço ali foi colocado em questão, para fins de levantamentos demográficos, ou seja, índio é índio, branco é branco, e mestiço é branco. Observa-se, nesse contexto, que a população negra é de número reduzidíssimo, uma vez que os capitais da região eram escassos.

As transformações estruturais ocorridas no Império, a partir de meados do século XVII, e com seus reflexos nas colônias espanholas de ultramar, quase não atingiram o Chile – é o Rio da Prata, juntamente com a Venezuela e as Antilhas que serão mais profundamente afetadas. Essa região, junto com a zona do Rio da Prata, por sua localização geopolítica estratégica – é a barreira espanhola ao avanço português –, recebe apoio decidido da Coroa espanhola para o processo de direcionar para o Atlântico toda economia colonial espanhola que se inicia a partir do Alto Peru e vai até o extremo sul da América do Sul, fato esse que irá contribuir decisivamente para o desenvolvimento de Buenos Aires, que a partir do início do século XVIII passou a ser o centro importador de escravos para todo sul do império, e a partir

¹⁸⁶⁰ DONGHI, História..., p. 23-4.

¹⁸⁶¹ DONGHI, História..., p. 24.

do último quartel do mesmo século, mudou de estatuto e tornou-se capital do Vice-Reinado, vale dizer, capital administrativa de uma zona geográfica que alcançava até o Alto Peru.¹⁸⁶²

O vive-Reinado do Rio da Prata – cerca de um milhão e meio de pessoas na segunda metade do século XVIII – tem em Buenos Aires sua capital administrativa; através de um conjunto de provimentos jurídicos que regulavam o seu comércio, também se garantia a exclusividade de Buenos Aires para o domínio dos frutos e rendimentos econômicos que são produzidos desde o Alto Peru – região do lago Titicaca – para baixo, sem desconsiderar que a cidade se localizava num ponto estratégico do ponto de vista geográfico para a rota comercial em direção à Europa. O desenvolvimento da cidade, pelos motivos acima, foi muito rápido, e em pouco tempo Buenos Aires transformou-se numa cópia sul-americana de uma cidade espanhola da região da Andaluzia.¹⁸⁶³

A reforma colonial espanhola – junto com a reforma econômica que se processou internamente na Espanha – também implicou na melhor articulação da administração colonial com a metrópole, e que, por sua vez, contribuiu para o desenvolvimento do Rio da Prata. Houve também um rápido crescimento das camadas mercantis, que ampliou-se por toda parte através do afluxo de imigrantes peninsulares e que enriqueceram muito rapidamente. A riqueza do setor mercantil provém do seu domínio das redes – ou rotas – comerciais que alcançam até o Alto Peru, sendo que durante algum tempo, a prata do Alto Peru representará cerca de 80% da exportação do Rio da Prata para a Europa. A economia interior do Rio da Prata também estará articulada com aquela desenvolvida mais ao norte de seu domínio, especialmente para fornecer os produtos necessários à sobrevivência do trabalho nas minas de prata: (I) os diversos distritos comerciais, onde se desenvolveu a pecuária e o artesanato, ao longo do trajeto que vai até o Alto Peru, é fornecedora de lã, peles e carros; (II) as zonas agrárias sub-andinas que, irrigadas, é dedicada ao cultivo do trigo, da uva e das forragens. O fato é que essas duas zonas agrícolas e artesanais internas, fornecerão também seus produtos ao mercado do litoral e da capital do Vice-Reinado, mas que no último quartel do século XVIII teve que se retirar do mercado da capital, pois passou a sofrer a concorrência de produtos agrícolas vindos diretamente da Espanha.¹⁸⁶⁴

O litoral do Rio da Prata cresce economicamente num ritmo intenso a partir da segunda metade do século XVIII, mas não se comparando ao que sucedia na capital. O desenvolvimento maior é nas recentes terras de conquista, em torno do rio Paraná e do rio da

¹⁸⁶² DONGHI, História..., p. 24.

¹⁸⁶³ DONGHI, História..., p. 24.

¹⁸⁶⁴ DONGHI, História..., p. 24-5.

Prata – atualmente Paraguai e região fronteira da Argentina com os Estados-membros brasileiros do Paraná, Santa Catarina e rio Grande do Sul. A capital e a cidade de Santa Fé, até então, desde o século XVI, “eram defendidas contra os índios, com o objetivo de garantir uma via de saída para o Atlântico meridional às Índias espanholas”. Essas novas terras garantem diversas vantagens: (I) as propriedades nelas não são tão subdivididas, o que garante o início de uma pecuária extensiva; (II) são terras próximas às reservas de mão-de-obra das missões guaranis, após a expulsão dos jesuítas; (III) são terras onde os índios não são considerados ameaças constantes, atuando como intermediários entre terras espanholas e portuguesas – é de observar que, diante de suas circunstâncias, os índios atuaram como assaltantes na região e, além disso, contrabandearam gado do Brasil, favorecendo a pecuária espanhola.¹⁸⁶⁵

A sociedade que se estabelece nessas novas terras é ainda incipiente mas dinâmica, e governada sob duas jurisdições, a de Montevideu e Buenos Aires, sendo que as jurisdições de ambas – rivais – atuam fracamente na região. Montevideu, nessa época, era uma cidade muito mal localizada geograficamente, nascida muito tarde e projetada pra ser uma cidade de guarnição. Buenos Aires era uma cidade mais antiga, cuja riqueza comercial lhe dá todo privilégio. Mais ao norte dessa região, as terras das Missões e do Paraguai tem um destino diferente. Depois da expulsão dos jesuítas, verifica-se que se estreita um contato clandestino entre as Missões e as terras espanholas, de tal forma a resultar numa mudança da estrutura das comunidades indígenas. A população do território missionário diminuiu drasticamente, numa emigração – em sua grande maioria – rumo ao litoral espanhol, para sobreviver com a economia do gado que lá se desenvolvia, sendo que seria um equívoco a historiografia que apontaria essa diminuição devida simplesmente à extinção dos indígenas ou o seu retorno ao estado selvagem. Mas as Missões continuam a produzir o algodão – exportado em forma de tecido rudimentar – e especialmente a erva do mate – entre outros –, bebida que foi difundida por toda a região andina até a cidade de Quito, mas produção que foi perdendo paulatinamente seu espaço no mercado; assim, o Paraguai, composto por colonos de origem peninsular, conquistam o mercado do mate e suas redes comerciais, bem como investe na cultura do fumo, estimulado pela Coroa – competindo como Brasil –, e passa a criar também o gado.¹⁸⁶⁶

O litoral do Rio da Prata é dominado pelos comerciantes de Buenos Aires, sendo o pequeno comércio local marcado pela dependência em capitais e dívidas com os grandes comerciantes; verifica-se, assim, que esse predomínio comercial de Buenos Aires no litoral

¹⁸⁶⁵ DONGHI, História..., p. 25.

¹⁸⁶⁶ DONGHI, História..., p. 25.

impede que se forme uma classe de proprietários e comerciantes com riqueza equivalente as grandes comerciantes da capital do Vice-Reinado, mesmo verificando-se a existência da grande fazenda de criação de gado, com o emprego de mão-de-obra assalariada. Os salários altos, aliado a uma baixa ocupação de mão-de-obra para a pecuária, favorece o seu desenvolvimento, mas prejudica a produção de trigo desenvolvida em alguns distritos rurais de Buenos Aires. Nessa região, cria-se a especialização econômica em torno da pele e da carne salgada para exportação.¹⁸⁶⁷

Mas é o Alto Peru que condensa o núcleo demográfico e econômico fundamental do Vice-Reinado do Rio da Prata, com suas minas de metais preciosos. Em torno delas verifica-se, nos melhores espaços geográficos dos altiplanos, o desenvolvimento de uma agricultura e uma atividade têxtil artesanal doméstico, também utilizando a população indígena local para trabalhos coletivos compulsórios. Junto às cidade mineiras emergem as cidades comerciais, como La Paz, que aglutina em torno de si uma densa população indígena, com numerosos latifundiários e manufaturas, atuando, também, como liame entre o Alto e o Baixo Peru; mas essa região, como já assinalado, irá ressentir as transformações comerciais do final do século XVIII, promovidas pela Coroa espanhola e que irá prejudicar a importância que outrora ela possuía dentro do contexto geral das Índias espanholas. Nesse Alto Peru foi criada uma cidade essencialmente consumidora, morada dos mais ricos concessionários das minas locais e sede de um Tribunal e de uma Universidade.¹⁸⁶⁸

Mas toda essa complexa estrutura do Alto Peru é dependente da indústria extrativa mineira e irá sentir em toda medida a sua decadência, inclusive, no início do século XIX, sem obter da metrópole a quantidade suficiente de mercúrio para suas atividades extrativas. As comunidades indígenas é que fornecem significativa parte da mão-de-obra utilizada nas minas, sendo que tais comunidades e suas terras são defendidas pela Coroa e pelos proprietários das minas, contra os interesses dos proprietários de terras locais. “A situação dos indígenas agrupados em comunidades é talvez ainda mais dura que aquela dos que estão adstritos às terras dos espanhóis; eles devem manter os chefes indígenas, os padres e o corregedor, e, além disso, fornecer a cota para o turno de trabalho nas minas (**mita minera**, ab-rogada em 1808)”.¹⁸⁶⁹

A complexidade da economia e sociedade do Vice-Reinado do Rio da Prata, no final do século XVIII e início do século XIX, tem a contribuição da decisão político-comercial de

¹⁸⁶⁷ DONGHI, História..., p. 25-6.

¹⁸⁶⁸ DONGHI, História..., p. 26.

¹⁸⁶⁹ DONGHI, História..., p. 26.

reorganizar até mesmo geograficamente a estrutura colonial espanhola na América, observando-se que, anteriormente, outros rumos e direções haviam sido tentados pela Coroa para o futuro dessa zona geográfica. Nesse contexto, a população dessa região também será composta de forma muito variada: (I) no Alto Peru, onde se localizará a maior parte da população do Vice-Reinado do Rio da Prata – um pouco mais de 2/3 dela –, se verificará um alto percentual de indígenas e mestiços e uma pequena minoria branca; (II) os indígenas do Alto Peru irão utilizar suas línguas nativas – quéchua e aymara – e, como regra geral, o espanhol não será utilizado senão dentro das cidades; (III) já a população negra – pouco numerosa – será empregada nos trabalhos domésticos e artesanato urbano; (IV) no interior dessa zona geográfica, com exceção da região mais ao norte, a população indígena não era importante e significativa, e os mestiços ali predominavam, com as denominadas terras comunitárias cada vez mais uma exceção, e as grandes propriedades dominando vastos territórios espanhóis; (V) nesse interior constatava-se a existência de importantes grupos de população negra, trazidas a partir do século XVII, por ocasião da brusca queda da população indígena da América espanhola, e que, ao final do século XVIII, em sua maioria se encontravam livres da escravidão; (VI) na zona litorânea do Rio da Prata, nas cidades predominavam a população negra – cerca de 1/3 – e praticamente não existiam índios e mestiços, mas os dados estatísticos da época, parecem refletir muito mais as opções idiossincráticas dos indivíduos que, de acordo sua inserção no modo de vida preponderantemente conforme ao modelo cultural espanhol, se considerava um branco – ou seja, considerava-se branco por possuir hábitos culturais peninsulares –, sendo tal fato desmentido pelos observadores da época, que anotavam a ausência da preponderância do sangue europeu em grande parte da população que se dizia branca; (VII) nas fazendas pecuárias do interior verifica-se que os negros eram uma mão-de-obra escassa, havendo um maior número de índios guaranis pra esse trabalho; (VIII) nota-se que a indiferença – ou aparente indiferença – frente à diversidade étnica, não permitia estabelecer um quadro preciso da participação ou proporção de cada grupo dentro da composição étnica geral dos habitantes da zona geográfica do Rio da Prata – no território das Missões a sociedade indígena estava em deterioração; na região mais ao norte, correspondente ao Paraguai e espaço vizinho, uma população mestiça falava o guarani, mas praticando hábitos mais espanhóis que indígenas, e se submetendo a uma elite local que se dizia branca, mas fato desmentido pelos viajantes da época.¹⁸⁷⁰

¹⁸⁷⁰ DONGHI, História..., p. 26-7.

Assim, ao final do século XVIII, o quadro econômico e social da América Latina é bastante diversificado, considerando o extremo sul geográfico da América do Sul e até o México, e também tendo em vista que, na época, a território do México se estendia para algumas partes do atual EUA. De fato, as decisões da Coroa espanhola influenciaram o curso e destino do que sucedeu-se nas Índias espanholas. Tratava-se de um equilíbrio instável entre os interesses da Coroa, os comerciantes peninsulares e as elites locais – os primeiros conquistadores e seus descendentes – bem como na forma de convivência étnica entre espanhóis antigos e novos, nativos – índios –, negros – posteriormente –, e a população mestiça daí derivada ao longo dos séculos. No final do século XVIII há um novo quadro sócio-econômico, modificado daquele que inicialmente marcou a colonização espanhola na América, vale dizer, ditado por uma lógica eminentemente mercantil, voltado para a busca e extração do metal precioso e o comércio – mais vantajoso para a metrópole –, desta vez voltado para atender a demanda de bens de consumo necessários para o cotidiano da colônia que se desenvolvia demograficamente e em sua economia interna; mas não há dúvida nenhuma que o metal precioso é que ainda comandava as principais decisões comerciais tomadas pela Espanha – inclusive na facilitação do seu envio para a Europa –, privilegiando regiões extratores em detrimento das regiões que se exauriam e caíam na estagnação econômico-social.

Ao final do século XVIII, portanto, com as mudanças comerciais promovidas dentro e fora da Espanha, nas suas colônias americanas há um equilíbrio com muitas disparidades em curso, e que é substituído por outro que, ao mesmo tempo em que não elimina velhas desigualdades, acaba por introduzir novas desigualdades. Se é possível estabelecer um delineamento geral da situação colonial da época, verifica-se o destaque de alguns elementos comuns presentes em toda América espanhola. O primeiro deles é o peso econômico da Igreja e das ordens religiosas aqui instaladas, influenciando a vida colonial de diversas maneiras no seu cotidiano. Um segundo aspecto é a fixação, nas zonas coloniais, de verdadeiras castas sociais afirmando-se não só onde as diferenças econômicas são muito acentuadas e delimitadas – por exemplo, em relação ao índio dos Andes e do índio mexicano –, mas, também, nas situações onde devem impor um novo vigor às diferenças raciais – portanto, sociais e econômicas – que se apresentem em vias de desaparecer.¹⁸⁷¹

¹⁸⁷¹ DONGHI, História..., p. 27.

Na questão racial colonial, portanto, há uma separação bem marcada entre brancos, mestiços, e mulatos livres nas cidades. Verificar-se-á que aqueles que não possuem o sangue espanhol “puro” serão considerados indignos de ocupar um cargo de confiança dentro da colônia, e até mesmo a compra de título de nobreza será denunciada pelos nobres nativos quanto à liberalidade de suas concessões. Haverá aqueles que procurarão obter a “pureza” de seu sangue espanhol mediante decisão do tribunal, concorrendo tal fato para aprofundar o rancor e sentimento de violência nas zonas geográficas onde se verifica um profundo fosso separando dominadores “brancos” – “legalmente atestados” – e trabalhadores indígenas, haja vista que nos dois primeiros séculos da colonização não havia rigor quanto à origem étnica das pessoas para desfrute das melhores vantagens e posições sociais da colônia. Essa discriminação racial – diferença de castas – é voltada para impedir que aquelas pessoas inseridas nos estratos urbanos mais baixos se elevem de posição social – por via da administração pública, do exército e da Igreja – e, caso alcancem algum sucesso econômico – situação muito rara, tendo em vista as dificuldades que o sistema colonial impunha a eles –, então a discriminação atuava para anular as conseqüências sociais de tal fato; as castas funcionavam, portanto, como elemento de estabilização social, segundo um modelo que já definia quem seria privilegiado e aqueles que seriam excluídos dos benefícios do sistema colonial espanhol.¹⁸⁷²

A questão racial revela que a sociedade colonial não é para todos, vale dizer, não tem espaço para todos. O espaço social colonial somente pode comportar uma pequena classe muito rica, ou seja, somente a um grupo muito reduzido é que teria garantido todos os benefícios de todo trabalho e esforço econômico-social despendido pelo conjunto de pessoas que aqui viviam; os esforços para ascender socialmente, no final do século XVIII, e os esforços para garantir o nível social alcançado aos descendentes – esse comportamento muito mais comum – já não é mais possível ser alcançado por muitos. Uma das causas para o crescimento – em termos de violência mesmo – do sentimento antipeninsular, foi o fato de que os espanhóis vindos da Europa, após as reformas mercantis e administrativas dessa época, aqui vieram em grande número e se instalaram com arrogância e prepotência num espaço geográfico imenso, mas economicamente limitado, acentuando e exasperando uma luta pela sobrevivência – e pelos privilégios – já muito difícil.¹⁸⁷³

Mas se for observado que, dentro da cultura espanhola da época, havia uma ética – ou uma cultural – que definia quais seriam as causas que indicariam a uma personalidade sua

¹⁸⁷² DONGHI, História..., p. 27-8.

¹⁸⁷³ DONGHI, História..., p. 28.

superioridade dentro da estrutura social montada, ou seja, dentro da hierarquia social e étnica da América espanhola, era grave o fato deles virem aqui e se assenhorearem privilegiadamente como vitoriosos das melhores posições da colônia sem terem lutado e vencido para merecerem o privilégio. A partir daí os mestiços, por exemplo, passam a tolerar menos as discriminações que lhe são impingidas pelos já nativos de origem espanhola, recrudescendo a violência e sentimento contra essa já tradicional separação hierárquica, e fazendo nascer nas camadas médias coloniais – numericamente mais modestas – um crescente descontentamento, uma vez que tal situação refletia sobre eles ao não mais encontrarem uma ocupação ou, ao encontrarem, verificar serem abaixo da dignidade deles – a que eles julgavam ter direito.¹⁸⁷⁴

Em toda América espanhola – independentemente das circunstâncias peculiares que marcaram seu desenvolvimento demográfico, econômico e social – começa a se verificar, nas classes mais altas, a emergência e influência cada vez maior dos filhos ou descendente das famílias mais tradicionais e antigamente estabelecidas, pessoas que vivem na ociosidade, sem devotarem lealdade ao sistema colonial estabelecido, mas que politicamente passaram a ser um problema para a metrópole. Nas classes mais baixas, verifica-se um problema análogo, vale dizer, nas grandes cidades da época, há um grande contingente de pobres e mendigos que não tinham onde morar e que sobrevivem apenas para subsistir; trata-se de pessoas ociosas que assim são por imposição do próprio sistema colonial, uma vez que, por exemplo, os artesãos livres devem competir em suas atividades com o trabalho escravo, e serem mais competentes para sobreviver como tais. Essa realidade ociosa, tanto nas classes mais altas quanto nas classes mais baixas era uma espécie de constante social na sociedade colonial da América espanhola, a tal ponto que mesmo em zonas geográficas com cidades onde a população relativamente modesta é menor – e a população ocupada em funções administrativas e econômicas é muito grande –, ainda assim não se consegue dar trabalho ou ocupação para todos.¹⁸⁷⁵

O mal-estar criado ecoa na vida administrativa, eclesiástica e literária; há um antagonismo – talvez não oposição, mas verdadeira contradição – entre os peninsulares recém-chegados por essa época e o conjunto da população colonial espanhola – especialmente branca e mestiça –, observando-se que, numericamente, a imigração proveniente da metrópole sempre foi baixa, frente à população espanhola estabelecida na América, mas a presença qualitativa da metrópole e de seus filhos diretos – e não daqueles aqui nascidos – sempre foi

¹⁸⁷⁴ DONGHI, História..., p. 28.

¹⁸⁷⁵ DONGHI, História..., p. 28.

muito acentuada e, à medida do tempo, cada vez mais intensa. Assim, na vida administrativa e econômico-comercial, “os espanhóis de origem européia constituem uma camada dirigente que cedo se verá perigosamente isolada das camadas rivais, as quais desfrutam (ou às vezes apenas crêem desfrutar) de um maior apoio entre a população hispano-americana”. A crença dos espanhóis metropolitanos, portanto, é de que entre a elite local, os espanhóis “puros” locais, se entenderiam com os espanhóis “originais”.¹⁸⁷⁶

Por essa época, nas cidades verificava-se que havia poucas possibilidades da população urbana de obter uma ocupação e mesmo – através dela – elevar-se socialmente, revelando uma faceta marcante da colonização espanhola, vale dizer, “a extrema desigualdade com que a sociedade hispano-americana se implantou no vastíssimo território submetido ao seu domínio”. Estima-se que dos cerca de treze milhões de habitantes das Índias espanholas em fins do século XVIII, metade vivia no México, e dessa parte, a grande maioria vivia numa só região geográfica mexicana – de paisagem rural de tipo europeu –, cercada por desertos naturais e desertos de núcleos populacionais. A verdade é que fora do México, geograficamente a paisagem desses dois tipos de deserto é muito comum – exceção feita para aquelas zonas onde a presença indígena é forte, uma vez que os mesmos estão mal integrados na economia e sociedade colonial –, situação essa que foi criticada duramente com o resultado das ações coloniais espanholas, enfim, frutos de seu ordenamento colonial. Entretanto, não pode ser olvidado que, se havia uma distribuição desigual de população, havia também imposições geográficas que levavam a isso; assim, as disparidades demográficas da América espanhola são frutos de relevos acidentados, das peculiaridades do sistema hidrográfico, aos contrastes de clima – mesmo em espaços reduzidos.¹⁸⁷⁷

Mas o projeto colonial espanhol, o seu ordenamento colonial, e a cultura do ser humano que aqui aportou, acentuam mais ainda essa disparidade imposta naturalmente. Verifica-se, assim, o seguinte: (I) preferência de ocupação às zonas de altiplano – planaltos –, com facilidade de adaptação por semelhança de clima com a Europa e a presença de comunidades agrícolas indígenas sedentárias; (II) nesse processo de ocupação preferencial, condenação – não ocupação – de outras áreas férteis e passíveis de oferecer trabalho e alimentação a um grande contingente populacional; (III) a expansão econômica do século XVIII corrige essa concentração populacional dos altiplanos, mas reproduzindo – nessas novas regiões de exploração – os mesmos contrastes típicos da colonização mais antiga; (IV) as cidades, onde a população era excedente, correspondiam a zonas rurais que não se

¹⁸⁷⁶ DONGHI, História..., p. 28-9.

¹⁸⁷⁷ DONGHI, História..., p. 29.

desenvolviam por falta de mão-de-obra, desequilíbrio esse que não era corrigido ao longo do tempo, se agravando cada vez mais – notadamente na zona do Rio da Prata e da Venezuela –; (V) tratavam-se, portanto, de desequilíbrios fabricados pela ordem social colonial – e também pelos valores éticos que vigoravam e que estabeleciam uma hierarquia de ocupação, das mais dignas às mais indignas –, onde a extrema dureza da vida rural correspondia a poucas possibilidades de prosperidade econômica e social oferecidas pelo campo – tanto em terras onde a sociedade rural se dividia em senhores brancos e trabalhadores índios, quanto nas estruturas menos rígidas das colônias mais recentes –; (VI) os registros apontam que os indigentes de uma cidade com Buenos Aires somente tomavam parte da atividade agrícola quando coagidos pela força; (VII) fato é que nas cidades também se verifica a atitude de repugnância das pessoas aos trabalhos tidos como manuais – ou por psicologia coletiva, ou por um sentido prático de uma sociedade de tipo senhorial, que coloca em concorrência direta as atividades manuais artesanais individuais com as atividades artesanais movidas por escravos e protegido por influentes senhores –; (VIII) era fato também que, entre a atividade artesanal e o comércio, era este último altamente recompensado – lucros e prestígio –, frente a economia que exigia atividades manuais, apesar do peso da tradição ser contrária a atividade comercial que, frente a outra opção, com certeza deveria ser considerada mais “honrada”; (IX) por fim, era fato, também, que havia uma demanda muito grande – talvez por um sentido prático sobre as melhores oportunidades sociais e econômicas oferecidas pelo ordenamento colonial – na procura de empregos “público” – administrativos coloniais – ou ligados ao sistema colonial comercial, cujas possibilidades de êxito em sua obtenção eram escassas, mas cujo contingente empregado tornava a máquina colonial onerosa.¹⁸⁷⁸

Na prática sucedeu-se que a colonização, mesmo com a expansão pelas terras atlânticas era sempre concentrada em núcleos separados por desertos humanos e geográficos, além de obstáculos naturais intransponíveis, tratando-se, portanto, de um estabelecimento colonial extremamente rarefeito e inserido em vastíssimas zonas. Do México até o norte da América do Sul, alcançando o Peru, verifica-se tal fenômeno, sendo que em alguns espaços os indígenas pré-colombianos eram dominantes e não submetidos, obrigando os espanhóis a evitarem a passagem por tais áreas. Desta forma, quando os livros históricos relatam – durante a guerra da independência espanhola – a “vitória do herói sobre a montanha e o deserto” – feitos de Bolívar e San Martín – em realidade estão ressaltando os grandes espaços vazios que caracterizavam a colonização espanhola na América. Outra característica de tal realidade era

¹⁸⁷⁸ DONGHI, História..., p. 29-30.

que esses núcleos populacionais eram muito mal integrados entre si, e na faixa que compunha a via de interligação entre eles, verificava-se que não se desenvolviam, a fim de dar uma continuidade interna à ocupação, tornado a viagem nessas estradas regionais principais também uma aventura e mesmo um ato de heroísmo. De norte a sul da América do Sul, muitas dessas terras não estavam submetidas à ocupação, mesmo em boa parte do século XIX.¹⁸⁷⁹

Com esse insuficiente domínio do vasto território espanhol, favorecido por obstáculos naturais intransponíveis – espaço de natureza não transformada –, justifica a importância dos rios para o sistema de comunicação hispano-americano; é o transporte fluvial que ajuda a superar os obstáculos terrestres, sendo que na região do Rio da Prata e na região da Venezuela e Colômbia, são os grandes rios que garantem uma relativa segurança na passagem em espaços ainda não colonizados. Mas mesmo os rios apresentam sérios riscos naturais – cascatas naturais, animais predadores aquáticos. No transporte por via terrestre, os perigos também eram imensos; a ocupação dos altiplanos fez com que as estradas para lá chegar e sair fossem um labirinto de escarpas inóspitas, com gargantas perigosas a serem superadas, e a comunicação planalto-planície muito ruim, dificultando a saída do altiplano do México central para os dois oceanos, o mesmo se repetindo entre a comunicação de Quito – Equador – com a região atual composta pela Colômbia e Venezuela.¹⁸⁸⁰

Paradoxalmente essas dificuldades de comunicação não interferiam na coesão interna da América espanhola, sendo que tal dificuldade até favorecia relativamente as zonas de difícil acesso. Na região de Buenos Aires – ao seu redor – havia muita lama, o que dificultava o transporte por estradas nos pampas; em Lima, somente por mulas é que se podia transitar por suas estradas de saída e entrada; para alcançar Bogotá, o caminho era através do Rio Magdalena. Tratava-se de um modo difícil de vencer a natureza e se comunicar com outras regiões coloniais, e para manter tal sistema havia um custo humano e material, onde alguns transportes eram feitos em até quarenta dias sem encontrar água pelo caminho, podendo-se, assim, ter idéia do que foi exigido do exército de libertadores, em sua caminhada libertária, que a América espanhola produziu. As conseqüências econômicas desse sistema de transporte eram as seguintes: (I) havia cidades do interior cuja população flutuante – tropeiros – alcançava índice de 10% do seu total; (II) o transporte absorve parte importante da mão-de-obra disponível; (III) as mulas são utilizadas por um tempo determinado, exigindo sempre novos animais; (IV) os carros utilizados para transporte dos produtos resistem a poucas

¹⁸⁷⁹ DONGHI, História..., p. 30.

¹⁸⁸⁰ DONGHI, História..., p. 30-1.

viagens apenas; (V) localidades específicas se desenvolvem no fornecimento de suprimentos para tais viagens, como o artesanato de construção de carretas, com a utilização de couro e madeiras mais resistentes – Tucumán, na Argentina –, assim como a criação de muares nas regiões norte e sul da América do Sul; (VI) o consumo excessivo dos meios de transporte impõe um pesado custo geral a todo sistema.¹⁸⁸¹

Esse denodo e perseverança em manter as comunicações entre as diversas regiões da América espanhola, garante a ela um caráter unitário, mesmo a colonização estando subdividida em pequenas áreas cercada por grandes desertos; o preço para superar as distâncias é altíssimo, o modo de interligar as unidades econômicas é insuficiente, mas tratava-se de um sistema de transportes possível e adequado para o tipo de colonização focada apenas na extração de metais preciosos para exportação à Espanha e Europa. Após as transformações do tipo de colonização a partir da segunda metade do século XVIII, esse sistema de transporte não mais será adequado, pois agora são zona de monoculturas vinculadas à Península Ibérica que exigem novos meios de transportes para uma quantidade imensa de produtos aqui cultivados.¹⁸⁸²

As transformações comerciais e administrativas a partir da metrópole, e que atingiram a colônia no século XVIII, produziram resultados limitados na América, mas desse resultado, apenas uma pequena parcela foi devida a uma possível evolução das forças econômicas internas, presentes nas Índias espanholas. O que a Coroa fez foi estimular – acelerar – e orientar essas forças em direção aos objetivos da reforma; as inovações foram de âmbito comercial e administrativo e alteraram a estrutura do comércio inter-regional, além de estimular o surgimento de centros voltados para a economia de exportação diverso da indústria de mineração existente. Do ponto de vista estritamente comercial, houve uma transformação bem mais ampla, entretanto, de resultados muito modestos, especialmente em relação aos produtos produzidos na América voltados para atender a Europa. Somente em Venezuela e, posteriormente, em Cuba, é que se verificará um desenvolvimento econômico com itens de exportação desvinculados da tradicional indústria mineradora.¹⁸⁸³

É de se notar, por essa época, que os produtos mineiros continuavam sendo o principal item de exportação para a Europa, entretanto, em termos de representatividade dentro do leque de produção econômica de cada região, ele já não representava mais a parcela maior do

¹⁸⁸¹ DONGHI, História..., p. 31.

¹⁸⁸² DONGHI, História..., p. 31-2.

¹⁸⁸³ DONGHI, História..., p. 32.

produto econômico produzido. O setor minerador ainda permanece voltado para a exportação de seus produtos, enquanto que a atividade econômica primária hispano-americana está voltada para atender o mercado interno colonial, excepcionalmente atravessando o oceano com artigos de produção local como o fumo e o açúcar produzidos em Cuba, o cacau da Venezuela e de Quito, e as peles do Rio da Prata.¹⁸⁸⁴

É no plano das importações de produtos vindos da Europa que a reforma dará mais certo. A liberdade de comércio entre Índias e Europa é implementada, aproximando as duas economias, diminuindo o preço das mercadorias na América e permitindo o aumento do volume de importação dos mesmos. As Índias, em suas relações com a metrópole, sofre modificações, mas não significa que no plano do consumo os consumidores americanos espanhóis estarão inseridos completamente num mercado metropolitano-colonial unificado. O que ocorreu realmente é que o uso de bens de consumo unificado – tecidos, gêneros alimentícios, ferramentas – fica limitado aos estratos sociais mais altos da colônia, além de sofrer limitações geográficas para o seu alcance – fácil de encontrá-los nas regiões pertos dos postos (que no século XVII se multiplicou), é com muita dificuldade que será possível encontrá-los no interior, e mesmo quando isso ocorre, a preços muito altos. Nota-se que também havia o fato de não haver produtos locais exportáveis, além das dificuldades naturais dos mais ricos locais se inserirem como consumidores na economia mundial da época, além de se submeterem às dificuldades do alto custo do sistema comercial da época. Verifica-se, assim, que ao norte do México, a região mineradora é melhor abastecida com produtos europeus que as zonas mexicanas de criação de gado, mas as dificuldades para se chegar a um e outro local são as mesmas; na região de Buenos Aires, constata-se que os mais ricos viviam um vida muito simples; tudo leva a crer que há realmente um alto custo para adquirir produtos importados, mesmo em locais próximos aos portos.¹⁸⁸⁵

Mas no cômputo geral, parece que as reformas introduzidas procuram alcançar um novo ponto de equilíbrio entre importações e exportações metrópole-colônia, menos orientadas em favor da metrópole. A compensação seria a “conquista das grandes regiões comerciais da América espanhola por parte de operadores econômicos peninsulares”; de fato, verifica-se que esses operadores comerciais vindos para a colônia espanhola na América, a partir da segunda metade do século XVIII, instalam-se em cidades diferentes das tradicionais, e conseguem fazer das mesmas – e de toda região onde estão instalados – o centro do Vice-

¹⁸⁸⁴ DONGHI, História..., p. 32.

¹⁸⁸⁵ DONGHI, História..., p. 32-3.

Reinado espanhol local; na prática é o domínio de uma nova camada mercantil peninsular sobre a América espanhola já menos condicionada pela metrópole.¹⁸⁸⁶

Mas a Coroa também irá fazer-se sentir presente na colônia hispano-americana de forma mais ostensiva, em sua preocupação eminentemente fiscal; é notável que entre meados do século XVIII até o seu final, ela irá arrecadar três vezes mais em tributos, dinheiro esse que fortalecerá “a formação de estruturas administrativas e militares mais sólidas nas Índias e torna igualmente possível o envio par a Espanha de remessas mais vultosas”. Sublevações várias marcam aqueles anos – desse período – que ocorreram transformações administrativas mais significativas na colônia, tendo como ponto em comum o protesto contara peso do fisco nas atividades econômicas da colônia. Mas a reforma administrativa também tinha o objetivo de um fortalecimento político-militar da Espanha na região, fruto direto de um despotismo iluminado que caracterizava politicamente a Coroa espanhola na ocasião – enfim, ela não queria perder suas colônias. Na época a colônia hispano-americana apresentava insuficiências administrativas que pareciam ameaçar o próprio vínculo dela com o Império.¹⁸⁸⁷

Havia defeitos no sistema administrativo em vigor e a Coroa queria imprimir uma maior racionalidade no sistema. Assim, as funções e competência de várias magistraturas se sobrepujam, e a solução desses conflitos deveria ser resolvida por instâncias próprias da metrópole, resultando em prolongamento das questões e mesmo agravando os conflitos postos. Havia um esquema administrativo formado por autoridades e instituições nomeadas direta ou indiretamente pela metrópole – vice-reis, *audiencias*, governadores, *regidores* –, além de autoridades e instituições de origem local – *cabildos* espanhóis e indígenas. Suas funções eram complexas e variáveis conforme a situação – administração, finanças, exército, justiça –; assim, por exemplo, as *audiencias* exerciam funções judiciárias, mas também administrativas e executivas, sendo que algumas delas tinham o encargo de promulgar as novas normas jurídicas emanadas com base em diretivas da Coroa, estando em contato direto com a Espanha, através do Conselho das Índias; verifica-se que sobre a presidência de algumas *audiencias* – Quito e Guatemala – recaía a condução administrativa na zona geográfica onde tem sede, sob supervisão – muitas vezes nominal – de algum vice-rei com jurisdição mais ampla.

Os vice-reis exercem a função administrativa, financeira e defensiva sobre vastos territórios – até o século XVIII havia apenas dois vice-reinados nas América espanhola, quais sejam, a do México e a do Peru –, o que dificultava o seu trabalho, entretanto, eles poderiam

¹⁸⁸⁶ DONGHI, História..., p. 33.

¹⁸⁸⁷ DONGHI, História..., p. 33.

delegar em pequena parte os seus poderes; a eles estão submetidos governadores e corregedores – designados pelo rei –, bem como os administradores de territórios menores – designados pelo vice-rei. Os governadores são funcionários de carreira, transferidos de capital em capital; os corregedores são funcionários escolhidos localmente, não sendo um cargo remunerado, função e cargo esse obtido por esforço pessoal do próprio interessado, cujas vantagens materiais advém do *repartimiento* – vendas impostas aos súditos. Já os *cabildos* são instituições que reproduzem o modelo metropolitano, deixando de ser eletivos para se transformar num corpo que se renova por cooptação ou por venda, em alguns casos chegando até a ser garantido a sua transmissão hereditária. Os *cabildos* espanhóis possuem jurisdição administrativa e judicial de primeiro grau sobre amplas áreas escassamente povoadas, e os conselhos municipais dos índios – *cabildos* indígenas – somente se estabelecem onde há uma população bastante densa de indígenas. A existência de *cabildos* indígenas “é uma das manifestações da tendência dos colonizadores a delegar parte do controle da população indígena a uma elite de origem pré-colombiana, que se transformou em aliada dos espanhóis e se subordinou a eles. Outra manifestação do mesmo fenômeno se encontra nos chefes (**caciques** ou **curacas** no Peru), que governam diretamente pequenos grupos de indígenas e desfrutam de privilégios pessoais (isenção de impostos), além de vantagens que conseguem obter explorando os que lhe são submetidos”.¹⁸⁸⁸

Os métodos de controle administrativos aplicados são do tipo extraordinários, com visitas de funcionários enviados pela Espanha, e com a função de resolver conflitos de competências entre magistratura locais e situações particulares que envolvem o comportamento dos mesmos. Há também os julgamentos de *residencia*, que são uma avaliação da atividade dos funcionários ao final de seu mandato público, e executados por outros funcionários designados. Na prática, no âmbito da magistratura, por exemplo, verificam-se conflitos internos em cada corpo de magistratura e entre diferentes corpos de magistratura, com denúncias e ataques pessoais e institucionais contraditórios, com as autoridades metropolitanas incapazes de compreender o que realmente se passa na colônia, portanto, tendo que agir com prudência diante da situação.¹⁸⁸⁹

Ao longo do século XVIII, dentro desse quadro administrativo instituído desde o início da colonização espanhola na América, constitui-se novas unidades administrativas, tendo sido criado dois novos vice-reinados: (I) Nova Granada, em 1717, correspondente principalmente aos atuais territórios da Venezuela, Colômbia e Equador, que foi suprimido

¹⁸⁸⁸ DONGHI, História..., p. 33-4. Grifos no original.

¹⁸⁸⁹ DONGHI, História..., p. 34.

em 1724 e reabilitado em 1739; (II) Rio da Prata, abrangendo especialmente a região dos atuais Paraguai, Argentina e Uruguai, em 1776. Também foi outorgado maiores poderes decisórios às autoridades regionais no âmbito dos vice-reinados: (I) Venezuela e Quito – Nova Granada –; (II) Cuba, São Domingos e Guatemala – México –; (III) Chile – Peru. Foram transformações ditadas por motivos de defesa colonial – zonas ameaçadas pelas guerras do século XVIII – e também voltadas para tornar mais eficiente a administração existente. Dentro de um quadro mais ambicioso, essas mudanças seguiam o curso de uma profunda alteração, tanto na Espanha quanto nas Índias, voltado para restabelecer um sólido controle administrativo em mãos da Coroa; por isso que na Espanha foi criado um Ministério das Índias, que subtraiu substanciais poderes do Conselho das Índias – por essa época era um refúgio dos funcionários coloniais aposentados, e na América foi instituído os denominados Intendentes do Exército e Intendentes das Finanças.¹⁸⁹⁰

As Intendências eram “a transposição para as Índias de uma inovação já adotada na Espanha, segundo um modelo francês”. Elas unificavam as competências administrativas, financeiras e militares num só corpo institucional administrativo, além de serem formados e dirigidos pela metrópole e constituído em sua maioria por espanhóis – também os requisitos e exigências para ser intendente passam a ser mais rigorosos. Sua competência e jurisdição passam a ser exercidas sobre distritos menores, mas com poderes mais amplos – que os governadores – sobre as corporações municipais. Entretanto, subordinados aos intendentes estão os subdelegados indicados pelos vice-reis, funcionários esses não remunerados com faculdade de receber uma cota dos impostos arrecadados pelo fisco – o novo sistema acaba reproduzindo as fraquezas do sistema anterior –, fonte de renda essa melhor que o *repartimiento* que seria abolido, mas não completamente.¹⁸⁹¹

Como resultado desse conjunto de reforma, por um lado, há um insucesso que parece evidente: (I) novas vicissitudes na América espanhola; (II) processo de desagregação política que as reformas procuram evitar; (III) não diminuição dos conflitos institucionais e de competência – possibilitou, ao contrário, uma maior complexidade dos mesmos; (IV) a corrupção administrativa grassa solta. Por outro lado, se for considerado o sistema administrativo implantado, frente ao anterior, é forçoso relativizar esse insucesso, pois ele era melhor que o anterior, de tal forma que um progresso relativo é preciso reconhecer; fato é que, após a independência da colônia hispano-americana, se levarão decênios até que se

¹⁸⁹⁰ DONGHI, História..., p. 34-5.

¹⁸⁹¹ DONGHI, História..., p. 35.

recupere a “eficiência” administrativa implementada pela última reforma colonial, antes da independência. De fato, a Coroa tinha intenção apenas de fazer vingar um corpo de administradores que agissem em favor da metrópole, e não a favor das colônias, que protegiam seus interesses frente aos interesses peninsulares. Mas o corpo de funcionários atuantes na colônia era em número inferior ou muito limitado frente as realidade administrativa local; havia o fato, também, de que cada intendente era parte de um sistema de interesses localizados – havia grupos diferentes de interesses a partir da Espanha – e aqui encontraram um sistema de interesses já consolidados, de tal forma que eles não sabiam precisamente “até que ponto os seus superiores na Espanha o teriam apoiado contra uma ofensiva tenaz e combinada”.¹⁸⁹²

Assim, os funcionários que eram honestos, até os mais afortunados, todos buscavam o apoio de grupos interessados locais contra outros, e se alinhado solidariamente, nas zonas de suas jurisdições, na defesa dos interesses locais, mas “pagando de várias maneiras o seu silêncio cúmplice”. Fato é que os interesse locais “conseguiram combinar alianças na estrutura administrativa e judiciária, fazer com que sua versão fosse ouvida até mesmo na Corte, embora em contradição (...) escandalosa com a palavra do intendente”, de tal forma que os historiadores não conseguem estabelecer: (I) se o aumento do ingresso de impostos para a Coroa foi fruto de honestidade ou se foi resultante de uma política voltada para retirar os últimos recursos dos administrados em proveito próprio e da Coroa; (III) se a louvações – elogios – sobre a atividade honesta de um funcionário era um reconhecimento e premiação à sua honestidade, retidão, competência, ou uma forma de retribuir a cumplicidade que seria geral num sistema de corrupção endêmico. Por isso que a opção de evitar conflitos era uma boa política a ser seguida por quem desejava fazer carreira burocrática nas Índias e, nessa linha, a regra era evitar irritar os poderosos locais.¹⁸⁹³

Tais realidades limitavam os objetivos que se desejava ser alcançado pela reformas implementadas na segunda metade do século XVIII, e a Coroa não consegue, efetivamente, assumir o pleno controle do governo da América espanhola, ou seja, fracassa nesse intento. A corrupção instalada diminui o poder dos agentes do rei e a margem de indisciplina dos súditos poderosos locais é ampla, embora não se externalize em rebelião aberta. Se a reforma tinha por objetivo a melhoria do controle administrativo da colônia hispano-americana, havia também a probabilidade de que ela propunha melhorar o desenvolvimento e progresso da colônia; desta forma, não haveria contradição entre os métodos centralizadores implantados e

¹⁸⁹² DONGHI, História..., p. 35-6.

¹⁸⁹³ DONGHI, História..., p. 36.

a sua inter-relação com os organismos representativos econômicos locais – organização das comunidades artesãs, corporação mineradora e os consulados comerciais. Tais organismos representativos de atividades econômicas, além de serem órgãos de justiça corporativa possuíam fundos próprios – derivados dos tributos que eram colhidas junto aos seus associados – e que investiam “em obras para proteger os interesses e o desenvolvimento econômicos dos organizados”.¹⁸⁹⁴

É desta forma que surge a Escola de Mineração no México – com uma sede suntuosa, é verdade – mas que alcançou uma reputação e um nível de ensino internacional; os consulados, por um lado, investem seus capitais na reparação e construção de estradas para os portos em toda a América espanhola, além de investirem em construção de portos, em favorecer facilidades para a navegação e financiavam institutos de ensino técnico e, por outro lado, recolhiam informações e críticas sobre a situação econômica local, onde, nessa atividade, eles se integravam com a administração local, junto aos seus funcionários de carreira, que realizavam pesquisas periódicas sobre a situação econômica de sua jurisdição. Esses relatos e relatórios deixados para a posteridade, indicavam – pelo menos no espírito desses investigadores econômicos – testemunhos que apontavam um dos movimentos da reforma administrativa – ou expressavam algo que eles já sentiam e anteviam para a América hispano-americana –, qual seja, “o desejo de constituir um poder político forte, em condições de servir eficientemente ao progresso das Índias, nas quais, por um momento, vários dos futuros dirigentes revolucionários reconhecerão o próprio ideal”.¹⁸⁹⁵

Mas a reforma administrativa se estende também no âmbito militar – não se pode deixar de anotar que, entre as determinações para melhorar a agricultura colonial, estava a decisão de aumentar excessivamente a cultura do cânhamo, matéria-prima utilizada para abastecer de cordas a Marinha Real. À organização militar baseada em forças locais, é projetada a sua substituição por forças profissionais – forças armadas das Índias –, com soldados recrutados na Península Ibérica e não mais entre os delinquentes. Para isso, também são previstos privilégios especiais, e a manutenção de uma situação social respeitável aos oficiais desse exército. Nasce, assim, formalmente, a instituição do exército na América espanhola, que alguns apontam como a origem do militarismo da época da independência. No âmbito da marinha verifica-se que surgem novos centros de poder marítimo espanhol, e mais modernos – entre os velhos centros da marinha está Cartagena, em Nova Granada – tanto na América Central – San Juan de Porto Rico – quanto na América do Sul – Montevideu e

¹⁸⁹⁴ DONGHI, História..., p. 36.

¹⁸⁹⁵ DONGHI, História..., p. 36-7.

Talcahuano (Chile) – sendo que tais localidades serão as bases de um grupo de oficiais e marinheiros de origem peninsular. Verifica-se que a preocupação com a guerra não olvida a preocupação também para como o progresso técnico, que, além das grandes linhas políticas da Coroa, é modestamente promovido pelos próprios militares perante as comunidades onde eles se encontram; assim, no Rio da Prata, são os marinheiros que dão início ao ensino sistemático das matemáticas, sendo que os médicos militares ensinam a arte sanitária.¹⁸⁹⁶

A Igreja sofre as influências das mudanças do século XVIII. Observa-se que desde o início da colonização a Igreja estava sob controle e em mãos do poder real; as ordens religiosas, mais independentes, também não escapavam do controle real – mais discreto nesse caso. Tanto a Igreja quanto as ordens religiosas eram fundamentais para o projeto colonial espanhol na América, essenciais para a administração das colônias hispano-americanas, e pelos seus serviços prestados se justificavam os imensos patrimônios sob seu domínio, patrimônio esse que variava de importância de região a região, mas de qualquer forma, eram muito extensos. Alguns escritores defendiam exageradamente que a Igreja era proprietária de quase toda terra mexicana; mas é possível afirmar, de fato, que “as propriedades urbanas e as riquezas mobiliárias dos institutos eclesiásticos eram certamente de grande magnitude” ou envergadura. Nos demais vice-reinados, se a situação do México não se reproduzia em sua integralidade, era fato, de qualquer forma, que o poder econômico eclesiástico era consideravelmente significativo.¹⁸⁹⁷

No Rio da Prata, mesmo depois da expulsão dos jesuítas, a maior parte dos escravos era pertencente às ordens religiosas. Apesar das críticas, é possível deduzir que as propriedades eclesiásticas eram administradas de forma equivalente às terras laicas, vale dizer, a eficiência administrativa e os resultados alcançados eram semelhantes, sendo que apresentavam várias vantagens comparativas, se destacando o fato de que, por terem melhores e mais estreitos laços com a cultura metropolitana e a economia monetária lá desenvolvida, aplicavam essa cultura e técnicas em terras coloniais hispano-americanas, a seu benefício; portanto, não é sem sentido que predominava em suas terras a propriedade de escravos, pois sabiam dos ganhos que daí adviriam. Mas havia, também, o fato de que as ordens religiosas capitaneavam iniciativas complexas, voltadas não só para difundir a religião, mas também com a finalidade de governar – neste último caso, o exemplo é as missões e aldeias de índios

¹⁸⁹⁶ DONGHI, História..., p. 33 e 37.

¹⁸⁹⁷ DONGHI, História..., p. 37.

convertidos, espalhados por toda América Espanhola, onde sua função é de relevante condução política desses núcleos.¹⁸⁹⁸

As missões eram mundos fechados em si mesmos, e o mais importante desses mundos era as Missões do Paraguai que, com a expulsão dos jesuítas, entra em processo de dissolução, levando à sua eliminação, pois no lugar dos jesuítas ingressam sacerdotes incapazes de colocar-se com o mesmo respeito que seus antecessores, além de administradores laicos mais corruptos que os antigos administradores expulsos. Assim, a ordem jesuítica havia demonstrado que historicamente era ela a mais adequada para o momento, a fim de levar a cabo as tarefas que a América espanhola e o momento histórico mundial exigiam: (I) economicamente os jesuítas produziram e comerciaram com eficiência superior ao que se verificava nas demais ordens; (II) culturalmente foram os jesuítas que mais contribuíram essencialmente para o desenvolvimento da cultura da América espanhola. Com a expulsão dos jesuítas da colônia hispano-americana, é o clero secular que domina a presença eclesiástica na colônia, e para a Coroa isto é um fato altamente positivo, uma vez que ele é mais dócil e cordato com os desejos do monarca, e suas hierarquias são renovadas sob interferência direta da Coroa, com um único defeito de não alcançar em nenhum aspecto a produtividade e influência dos jesuítas perante os indígenas pré-colombianos.¹⁸⁹⁹

Esse clero secular irá revelar ser detentor de grandes riquezas, distribuídas irregularmente – desigualmente – por várias dioceses; reproduzindo o que ocorria na Espanha – com exceção de que o número dos eclesiásticos que formavam as grandes assembléias era menor, além de que não existia a multiplicidade de rendimentos eclesiásticos como se verificava na Espanha –, as riquezas locais afluíam para os bispos e para as congregações – assembléias – das catedrais, e somente uma mínima parte alcançava a maioria do clero, que tratavam diretamente com as milhares de almas que compunham a população hispano-americana. Assim, verifica-se que especialmente nos territórios povoados por índios, o clero faz recair sobre os mesmos – fiéis – as próprias exigências econômicas, e nota-se que isso é feito com requintes de completa ausência de piedade, como os relatos da época apontam – por exemplo, viúva paupérrima, com seus filhos, que fica sem a casa, em mãos do pároco, devido a ela não ter pago o serviço funerário –, sendo isso um fato corriqueiro, ou regra geral. Mas exceções também havia, vale dizer, párocos que eram respeitados por serem justos com seus fiéis, e inspirarem temor pelo poder terreno que eles praticavam e que os fiéis já estavam acostumados, fato que se propaga durante o século XVIII, de tal forma que, durante a

¹⁸⁹⁸ DONGHI, História..., p. 37-8.

¹⁸⁹⁹ DONGHI, História..., p. 38.

revolução pela independência da colônia espanhola, é freqüente o caso de párocos que se tornaram facilmente em chefe de massas revolucionárias ou de massas em defesa da monarquia.¹⁹⁰⁰

Os padres seculares progridem na colônia; alguns colaboram com entusiasmo com as reformas da Coroa, outros apenas cumprem zelosamente suas funções, nos limites de suas obrigações; na colônia hispano-americana, uma imagem ou forma de cultura cristã, que traduziria a sua missão na Terra e nas terras coloniais, não se reproduz de forma tão singela, vale dizer, a do pároco da aldeia – pequena comunidade –, pastor de almas, mas ao mesmo tempo divulgador das ciências e das novas técnicas que ajudarão a pequena comunidade onde serve. A realidade revela que o clero secular “reproduz, com bastante fidelidade, virtudes e defeitos do corpo administrativo, o qual, em certo sentido, faz parte. As modificações da orientação oficial não impedem que as mais altas hierarquias conservem uma preocupação bastante mundana pela própria carreira, que se expressa na dócil obediência às diretrizes gerais da política real e em outros indícios menos decorosos”. Na Europa dos setecentos, houve todo um movimento de renovação que atingiu também o clero, mas o que essa classes consegue fazer, ao contrario de transmitir esses movimentos revolucionários a amplos setores da população, é montar uma simples mas forte estrutura burocrática eclesiástica, que é vista por todos com desconfiança, tanto por suas virtudes quanto por seus defeitos, em especial pelos propagadores da Ilustração na América espanhola. Desta forma, e apesar dos seus limites, “a Igreja conserva a situação inteiramente particular que lhe foi legada desde os primeiros tempos da conquista: Instrumento (sic) de governo e elemento indispensável do poder político colonial, mas sem ser considerada pela população como algo totalmente estranho”.¹⁹⁰¹

Esse edifício colonial durará até o início do século XIX e se desagregará rapidamente, a partir desse século, de tal forma que no ano de 1825 Portugal já não possuíam possessões em terras americanas, enquanto que Espanha possuía apenas Cuba e Porto Rico. Na América espanhola, os motivos do desmonte são apontados ao fato de que a reforma do pacto colonial, empreendida pela metrópole, criou a contradição de dar mais liberdade econômica às colônias, ao mesmo tempo em que não abriam mão de reservar para si imensos lucros na função comercial intermediária com a Europa agora industrial. A luta pela independência caracterizou-se pela luta por um novo pacto colonial, procurando vincular diretamente os produtores coloniais com os novos centros econômicos europeus em ascensão, a fim de

¹⁹⁰⁰ DONGHI, História..., p. 38.

¹⁹⁰¹ DONGHI, História..., p. 38-9.

ampliar o acesso de seus produtos num mercado consumidor mais amplo e um preço – e lucro – maior pela venda de seus produtos colônias. Essa reforma econômica do pacto colonial intentada pela metrópole também foi acompanhada pela tentativa de reforma político-administrativa da colônia, procurando aprimorar o governo da América espanhola, fato esse também problemático nos seus resultados, haja vista a dificuldade de recrutar funcionários dispostos a defender com honestidade os interesses da Coroa, diante da grande influência e poder e cooptação dos detentores dos interesses econômicos locais coligados entre si. Se a reforma administrativa alcançou uma melhor administração que o sistema anterior, isso também provocou mais descontentamento entre os colonos americanos, uma vez que os interesses da Coroa ficaram mais garantidos por uma administração ainda mais temível, portanto, mais impopular entre as gentes locais. A isso é acrescido o fato de que a Coroa preferia os funcionários metropolitanos para ocupar os cargos administrativos coloniais, em detrimento das gentes locais também capacitadas para o desempenho da função. Essa parcialidade da Coroa estava dentro da poderosa e silenciosa luta subjacente entre os interesses locais e os interesses da metrópole pelo governo e domínio dos lucros que eram proporcionados pela produção econômica colonial. Esse funcionário vindo da metrópole era um ser estranho no meio e testemunha de fatos que ligavam em cumplicidade as diferentes elites locais contra os interesses da Coroa. Assim, as carreiras administrativas, bem como eclesiásticas e militares, eram reservadas preferentemente aos peninsulares ibéricos, e isso provocava reações contrárias na colônia que, acrescidas da centralização da metrópole na colônia – a própria metrópole em fase de renovação – e mudanças na estrutura comercial até então vigentes – com o aumento dos ganhos da atividade comercial –, reforçava a resistência e hostilidade dos hispano-americanos contra os metropolitanos. De qualquer forma, esses fatos indicavam que somente num futuro bem distante poderiam se converter em causas de ruptura da colônia com a metrópole, e não num espaço de tempo tão curto como tudo se sucedeu.¹⁹⁰²

O século XVIII, na América Latina, foi influenciado pela cultura e ideologia iluminista, que também procurou renovar a ideologia vigente na América espanhola. Entretanto, se verifica que essa renovação ideológica não teve um conteúdo revolucionário do ponto de vista jurídico, haja vista que foi uma ideologia transplantada que manteve-se fiel à Coroa, de tal forma que era esta – Coroa – a mais poderosa força de renovação dentro da América espanhola. Criticava-se tudo – economia e sociedade colonial, estruturas

¹⁹⁰² DONGHI, História..., p. 47-8.

institucionais e jurídicas – menos a monarquia e o ordenamento e unidade do Império espanhol. Ademais, tanto na América espanhola, quanto na América portuguesa, o iluminismo vigente não postulava uma ruptura com o passado mas, diferentemente, postulava a manutenção da tradição monárquica do século anterior, sendo que seus representantes iluministas professavam a sua fé na função renovadora da Coroa, enfim, sua fé no rei e no corpo místico do Reino. Tratava-se de uma conduta que tinha seu equivalente intelectual e político também na metrópole, mas que também tinha seus representantes descontentes, estes últimos protagonistas das emergentes insurreições da segunda metade do século XVIII, antecedendo às revoluções que sucederam no primeiro quartel do século seguinte, mas cuja relação direta – movimentos insurrecionais e revolução, bem como movimentos sediciosos e renovação ideológica – não é plenamente definida, por exemplo, ora indicam a luta pela manutenção do sistema monárquico em vastas áreas contra o perigo da grande maioria das castas de índios e mestiços – guerra das castas no Peru –, ora meros movimentos de protesto local – insurreição dos *comuneros* de Socorro em Nova Granada. De qualquer forma, tais rebeliões revelavam a persistência de debilidades estruturais que se exteriorizaram mais francamente no período de revolução que veio posteriormente.¹⁹⁰³

Entretanto, a partir de 1790, sucederam movimentos que tiveram relação direta com as revoluções de independência, e diretamente relacionados com a ideologia do iluminismo, mas manifestados em círculos sociais mais restritos, resultando em mártires e exilados aventureiros, sendo Tiradentes – Brasil – o mais célebre dos mártires, e Francisco de Miranda – Venezuela – o mais célebre dos exilados. Do México à Colômbia, passando pelo Chile, Argentina, Venezuela e Brasil, enfim, nas mais variadas localidades da América Latina, existiam claros sintomas de uma nova inquietação. Desta forma, exilados na África, prisioneiros nas metrópoles, exilados com precários subsídios franceses ou ingleses, numerosos agentes sociais mantidos em posições semiclandestinas – Simón Bolívar, entre outros –, junto com os diversos conspiradores e mártires da época, todos compõem esse círculo mais restrito de protagonistas que estiveram diretamente envolvidos nas revoluções latino-americanas que sucederam a seguir. Após 1776 – com a instituição de uma América republicana – e 1789 – com a instituição de uma França revolucionária – novas idéias políticas circularam mais livremente na América Latina, acostumando as gentes da região a um novo vocabulário político e ideológico. O fato específico de uma América republicana e de uma França revolucionária – mais que as próprias idéias revolucionárias em si –,

¹⁹⁰³ DONGHI, História..., p. 48-9.

estimularam o interesse da América Latina para os novos fatos. Portugal se fecha numa neutralidade difícil de sustentar, e Espanha se alia à França revolucionária e de Napoleão Bonaparte, em 1795, revelando uma fraqueza cada vez maior dentro da Europa. “Na América espanhola, a crise da independência é a consequência da desagregação do poder espanhol, iniciado por volta de 1795 e que assume um ritmo cada vez mais intenso”.¹⁹⁰⁴

A guerra com a Grã-Bretanha estendeu-se para o Oceano Atlântico, e provocou o progressivo isolamento da Espanha com suas Índias, tornando praticamente impossível o envio de soldados e funcionários, bem como a manutenção do monopólio comercial com sua colônia americana. Contrariando as reformas mercantis anteriores, um conjunto de medidas emergenciais é tomado pela Coroa em relação à sua colônia, entre elas a abertura do comércio colonial a outras regiões – dependências estrangeiras e países neutros – e a liberdade dos colonos participarem da arriscada navegação em direção ao império. Assim, a guerra européia apresenta-se para as gentes da colônia como oportunidade para obter uma vantagem – e conservá-la no futuro – de abertura de novas e inesperadas possibilidades de comércio com o mundo, enfim, outros centros diferentes de Espanha e Inglaterra; seria uma situação de privilégio pela possibilidade de edificar um sistema comercial autônomo para seu próprio desfrute. Buenos Aires entende a oportunidade como a possibilidade dela ser o centro do mundo comercial, com recursos e capacidade para assumir essa função, entretanto, as transformações positivas esperadas sucedem lentamente.¹⁹⁰⁵

Em 1805, a Batalha de Trafalgar encerra de vez a comunicação da Espanha com a colônia, entretanto, verifica-se que a economia colonial como um todo não tira proveito e toda situação que lhe seria, em princípio, favorável, como foi para os comerciantes especuladores instalados em diversos pontos da colônia. Buenos Aires e Montevideu acumulam mercadorias sem mercado para escoar especialmente seu couro e carne; Cuba sofre com os preços mundiais do café e do açúcar; em seguida ocorre um período de preços e exportações mais fáceis, para ingressar novamente num novo período de recessão, gerando impaciência entre produtores e comerciantes das colônias, que culpam o sistema tradicional colonial e o vínculo obrigatório com a metrópole como responsáveis pelas vicissitudes enfrentadas. A política metropolitana e o vínculo da colônia com ela, passam a ser vistas como uma desvantagem, emergindo o desejo de ser formulado uma política comercial a partir dos interesses próprios da colônia. Com a inferioridade naval espanhola, as colônias se isolam cada vez mais de metrópole, reforçando a aspiração de autonomia comercial. Do ponto de vista administrativo,

¹⁹⁰⁴ DONGHI, História..., p. 49-50.

¹⁹⁰⁵ DONGHI, História..., p. 50-1.

a erosão dos vínculos com a metrópole tarda mais em acontecer, mas, de qualquer forma, entre 1795 a 1810, aquela reforma administrativa e comercial intentada pela metrópole em suas colônias – resultado de um despotismo esclarecido ou iluminado espanhol –, cujos frutos haviam revelado certo sucesso, ficou totalmente anulada; essas mudanças – apesar das significativas mudanças político-administrativas e comerciais – tinham seus limites e fragilidades, que o período da revolução revelou com mais propriedade. A Europa continental – onde se desenvolviam as guerras napoleônicas, e ávidos por produtos tropicais – e a Inglaterra – em busca de novos mercados, tendo em vista o fechamento daqueles da Europa continental –, não consideravam mais a América Latina como uma periferia sujeita apenas ao contrabando, como haviam procedido durante o século XVII, de tal forma que o sentimento ou intenção de autonomia – ou mesmo uma possível independência – econômico-comercial da região era muito pouco provável de acontecer realmente, como os fatos históricos que sucederam acabaram por comprovar.¹⁹⁰⁶

De fato, o semi-isolamento da América Latina, nesses quinze anos, pôde criar em alguns agentes sociais, a ilusão de ruptura com o vínculo colonial, autonomia comercial e até mesmo uma possível conquista da independência econômica, entretanto, para outros agentes sociais – especialmente para os plantadores e proprietários, que viviam entre anos de prosperidade e anos de ruína –, a independência tinha o sentido específico de estabelecer um vínculo mais sólido com as novas metrópoles econômicas, e assim serem considerados como iguais perante essas novas metrópoles. Mas essas alternativas dissonantes se revelarão mais tarde, depois de uma sucessão de acontecimentos que enfraqueceram ainda mais o poder da metrópole nas colônias. Em 1806, Buenos Aires – capital do vice-reinado do Rio da Prata – cai em mãos dos ingleses e, além de se apropriarem de um significativo butim de metais preciosos conseguem adesões que vão de funcionários a religiosos; Buenos Aires é recuperada, em seguida, Montevideú cai e é retomada. Nesses episódios de 1806 e 1807, a legalidade colonial não é quebrada formalmente, “mas o regime colonial de Buenos Aires está desintegrado; a lei é imposta pelas milícias e a **audiencia** tem de inclinar-se ante sua vontade”. Entretanto, é na Espanha que ocorre uma crise que terá repercussões significativas na vida sócio-político-econômica das colônias. Inicia-se sua independência do jugo francês, através de uma guerra em solo espanhol que tem apoio da Inglaterra e que acabaram expulsando os franceses, significando, a partir de então, que a metrópole a Inglaterra iriam retomar o controle das colônias, tudo indicando que sucederia nas colônias o mesmo que

¹⁹⁰⁶ DONGHI, História..., p. 51.

haveria de suceder ao Brasil – proteção da monarquia de Portugal pelo poderio militar da Inglaterra e vantagens comerciais concedidas a Inglaterra como contrapartida. Mas a Espanha anti-napoleônica enfrenta e tem contra si as lutas e vitórias francesas, bem como o movimento liberal eclodindo em suas fronteiras, reivindicando mudanças políticas, praticamente impedindo cada vez mais uma atuação mais incisiva para voltar ao controle das suas Índias.¹⁹⁰⁷

Na América espanhola, todos esses eventos deram vazão a recalques antigos entre os diferentes segmentos de elite que governavam as colônias dentro de um equilíbrio desarmonioso – frutos, mais imediatamente, do reformismo iluminista e do isolamento com a metrópole – desencadeando tensões explícitas e desconfianças recíprocas entre as elites urbanas espanholas e as elites já nativas coloniais; cada uma delas é única realmente leal à metrópole monárquica. Os representantes peninsulares na região, desconfiavam fortemente que as elites nativas desejavam a derrota da Espanha anti-napoleônica para alcançarem a sua independência; os representantes da elite nativa, por sua vez, desconfiavam fortemente que para as elites peninsulares as colônias seriam melhor garantidas dentro de uma Espanha inserida no sistema francês. Independentemente da sinceridade de cada um dos lados, ou da verdade que ambos sustentavam no seu íntimo, foram os peninsulares que principiaram a atacar a organização administrativa nas colônias; assim, no México, no Rio da Prata e em Montevidéu, forças peninsulares e nativas se defrontam para assumir o controle e administração das colônias respectivas, cujos resultados pendem para aquele grupo que possui mais poder de persuasão em termos de uso da violência. No México, prevalece os peninsulares; no Rio da Prata, prevalece os nativos; em Montevidéu, prevalece a guarnição espanhola. Esses choques irão revelar um quadro estrutural que se reproduzirá posteriormente em termos de conflitos dentro das colônias em busca de sua independência, qual seja, “entram em choque forças locais, e os grandes corpos administrativos entram no conflito político para conferir o prestígio da legitimidade, de outro modo sempre duvidosa”. Os nativos reproduzirão o mesmo esquema de procedimentos, de tal forma que procurarão se entrincheirar e se afirmar legalmente ora por via da governadoria, da *audiência* ou do *cabildo*, numa luta escarniçada contra o seu opositor entrincheirado numa dessas funções da estrutura administrativa colonial.¹⁹⁰⁸

Sucede que essa convivência incompatível entre si, chega à luta armada ou rebelião aberta no ano de 1809. No Alto Peru, velhas rivalidades entre ocupantes de posições

¹⁹⁰⁷ DONGHI, História..., p. 51-3.

¹⁹⁰⁸ DONGHI, História..., p. 53-4.

administrativas diferentes se exteriorizaram mais claramente, estimulado pela política pessoal da infanta Carlota Joaquina – irmã do rei da Espanha, que desde 1808 estava refugiada no Rio de Janeiro, com seu marido, D. João VI, e a família real portuguesa –, pouco hábil e muito menos honesta, voltada para ser reconhecida como soberana provisória do Rio da Prata, apresentando-se de forma antípoda como defensora do liberalismo e do velho regime, bem como da hegemonia nativa e peninsular. Sucedeu dela conduzir-s de forma delatora e como agente provocadora, de tal forma que à sua atuação é devido a revolução nativa no Peru – Charcas – e a revolução mestiça em La Paz, reprimidas de forma muito severa, como se tratasse de uma rebelião de gentes humildes e não das elites locais. Também em Quito, aristocratas nativos depuseram o presidente-intendente em 1809; apesar deles terem feito a rebelião em nome de um rei espanhol considerado com legítimo soberano, mas mantido preso pelos franceses, eles foram todos mortos. Esses fatos indicavam a fraqueza que estava exposta a estrutura colonial espanhola, com autoridades antigas assumindo posições hesitantes – compondo com outras forças locais –, revelando sua debilidade e a aberta crise que se desenhava no horizonte colonial.¹⁹⁰⁹

Os grupos de poder presentes na colônia, basicamente se preocupavam com dois aspectos principais enquanto problemas que os afligiam, e, portanto, qual a posição que ocupariam ou resultariam para eles, em função das respostas possíveis para cada um dos problemas chaves que eles se debatiam, quais sejam, quais seriam as futuras relações da metrópole com suas colônias e que posição ou lugar caberiam os peninsulares nessas relações; o que era certo, por todas as correntes, é que não havia forças de coesão para manter os sistema político-administrativo vigente. A Espanha monárquica ou liberal não tinha mais força na América centro-meridional nessa época pré-independência; de fato, a Espanha era quase toda francesa – a resistência reduzida à Andaluzia e depois apenas à Cádiz –, e com o apoio do poderio naval britânico, impedia que suas colônias americanas caíssem em mãos francesas. Tanto a Espanha francesa quanto a Espanha que resistia aos franceses, tinham planos para as colônias, tanto no plano político quanto no econômico; de qualquer forma, o velho sistema monopolista tinha seu fim já decretado com a emergência dos novos parceiros – França ou Inglaterra. Assim, o problema que permaneceu e tomou vigor e forma mais saliente foi a situação dos espanhóis peninsulares nas colônias; os movimentos revolucionários que haviam sido tentados até então buscavam retirar os espanhóis peninsulares do poder político, com a administração colonial francamente favorável aos peninsulares, até na forma

¹⁹⁰⁹ DONGHI, História..., p. 54.

de reprimir os movimentos rebeldes intentados. Os vice-reis, intendentos e tribunais eram agentes da superemacia espanhola sobre as elites nativas.¹⁹¹⁰

No México e nas Ilhas das Antilhas havia outros problemas, além das diferenças entre elites nativas e elites metropolitanas. No Haiti, havia ocorrido a liquidação dos plantadores brancos, e protestos das gentes índias e, posteriormente, mestiças deram origem à primeira etapa da revolução mexicana, que resultou fracassado pela união das elites espanholas nativas e metropolitanas. Entretanto, na América meridional espanhola a diferença entre castas – apesar de presentes – não se fez sentir e influir assim tão fortemente como sucedeu no México e nas Antilhas.¹⁹¹¹

A revolução na América espanhola meridional acontece diante do quadro geral de debilidade e toda incerteza política em curso na metrópole, mas também em meio a muitas contradições e sentimentos díspares a acometer tanto os peninsulares quanto os nativos, em princípio todos leais ao rei deposto e à Junta de Sevilha que governava em seu nome. A perda a Andaluzia fez cair a Suprema Junta de Sevilha, depositária da soberania, tendo sido criado um organismo em Cádiz para substituí-la, mas de legitimidade discutível. Tudo indicava que a Espanha napoleônica venceria a disputa. As autoridades coloniais que inicialmente governavam em nome da Junta de Sevilha, posteriormente continuaram a governar em nome das Cortes de Cádiz, censurando notícias muito negativas vindas da Europa. Entretanto, à queda de Sevilha, iniciou-se o processo de revolução na América Espanhola meridional sob fundamento pacífico e de base legítima, enfim, uma ideologia independentista que não se mostrava claramente, ao revés, preferia esconder-se sob o manto da lealdade monárquica, e a conveniência e oportunidade de aliar-se mais imediatamente à Inglaterra, mas de olho em todos os novos centros europeus de economia mais desenvolvida. Tratou-se, assim, mais do que um duplo jogo político por parte dos revolucionários, uma vez que “os revolucionários não se consideram rebeldes, mas herdeiros de um poder caído, provavelmente para sempre; não existe (...) nenhuma razão para ressaltar as divergências de um aparato político e administrativo que já se considera como próprio e que se tende a utilizar para os fins próprios”. Portanto, tudo indica que tratou-se, paradoxalmente, de um movimento de emancipação de cunho mais tradicionalista e de manutenção de um certo *status quo*, restando saber quem é que assumiria as posições de mando após o processo revolucionário, desfrutando dos ganhos políticos e econômicos da posição ocupada. De fato, sucedeu que idéias políticas da velha Espanha eram circuladas com roupagens iluministas – portanto,

¹⁹¹⁰ DONGHI, História..., p. 54-5.

¹⁹¹¹ DONGHI, História..., p. 55.

deformadas – sendo que os insurretos se recusavam a assim serem considerados – como rebeldes – e buscavam apoio nas instituições jurídicas espanholas para seu ato revolucionário. “O novo regime, ao mesmo tempo em que não se cansava de execrar o velho ordenamento, aspira a ser seu herdeiro legítimo, tendo interesse em mostrar os defensores do antigo regime como rebeldes à autoridade legítima”.¹⁹¹²

As revoluções que se processam sem violência, têm como centro de interesse o domínio político do *cabildo*, com as novas autoridades preocupadas em mostrar documentos que revelam a legitimidade de sua posição. Os *cabildos*, nessa época, representam muito parcialmente as populações urbanas, mas não são mais delegações exclusivas das autoridades centrais, instituições que são contrapontos aos magistrados delegados da Coroa nas colônias. É através da instituição dos *cabildos abiertos* que as elites nativas asseguram sua supremacia em situações emergenciais, e passam a atuar na nomeação de Juntas para substituir os representantes designados pelas metrópoles – Caracas, Buenos Aires, Bogotá, Santiago do Chile etc. – de tal forma que em quase toda parte os espanhóis acabam cedendo à nova ordem política em andamento. Renúncias e mais renúncias são apresentadas – não de todo espontâneas –, sendo que a preocupação com a exteriorização – aparência formal – de legitimidade e legalidade dos atos é a preocupação marcante e característica dos primeiros chefes do movimento de emancipação. O primeiro ato de revolução, assim, é um movimento muito exclusivo e elitista, restrito a poucas pessoas, um ato que não deixa de ser de vingança das elites nativas contra as elites metropolitanas. A grande massa da população colonial não contesta um movimento de quem nasceu em terras americanas, e as elites nativas procuram, a partir de então, imprimir uma reforma institucional de cunho liberal, tolerando uma certa participação no poder de outros estratos sociais, mas não concebem, nem apóiam, modificações muito profundas nas bases efetivas do poder político. Essa ação, a história irá revelar que será o início de esfacelamento definitivo do sistema colonial, que a cautela e prudência desses senhores não poderá impedir. De fato, a situação posta indicava que, no plano das idéias, lutar contra esse movimento rebelde inicial, de cunho eminentemente elitista, seria lutar para voltar o antigo – ou um novo e diferente – sistema de dominação espanhol, contrário ou diferente ao sistema de dominação das elites nativas em curso. Os adversários internos a essa elite nativa – funcionários, religiosos, militares espanhóis – usam seu poder contra um movimento que, se bem sucedido, também seria contrário a seus próprios interesses; defender sua posição social nas colônias era defender o domínio espanhol. A

¹⁹¹² DONGHI, História..., p. 55-6.

guerra civil que emerge é eminentemente das camadas dirigentes, mas que procurará cooptar e angariar adesões e alianças, em outros estratos sociais, fora de seu círculo de relações sociais mais imediatas.¹⁹¹³

Em cada localidade irá se desenvolver uma luta diferenciada – Nova Granada, Chile, Rio da Prata, Venezuela, Peru –, enfim, uma guerra civil que terá movimentos diferentes conforme cada sub-região colonial, e a Espanha, sabendo das revoltas armadas em suas colônias, não poderá enviar tropas armadas até 1814, e quando o faz, obtém vitórias apenas em Venezuela e Nova Granada. As juntas revolucionárias movimentam-se inicialmente para buscar mais apoio em várias outras localidades, e, assim, ampliar as bases sociais revolucionárias, chegando a liberar índios de tributos e proclamar sua completa igualdade, enfim, buscar apoio em estratos mais baixos das camadas sociais da sociedade colonial, como pescadores, marinheiros negros e mulatos. Em 1810 e 1811, Montevideu foi palco de uma secessão que acabou sob interferência de tropas militares portuguesas para garantir a paz na região, com Portugal e Inglaterra como árbitros da situação da região fronteira entre a América espanhola e a América Portuguesa. Entretanto, nesse contexto emerge a revolta camponesa liderada por José Gervásio Artigas e que terá influências em Buenos Aires e região. Enfim, foi um movimento que durou alguns anos – cerca de 5 anos em sua primeira etapa e cerca de 10 anos em sua segunda etapa – dentro da América espanhola, enfim, época de lutas, vitórias e derrotas para os grupos em conflitos, e onde emergem protagonistas como José de San Martín, Simon Bolívar, dentro outros mais, que atuaram para produzir a história da independência da América espanhola. Em 1815, apenas metade do Vice-Reinado do Rio da Prata estava em mãos dos revolucionários. Nessa época, a Espanha já havia retornado em mãos do soberano legítimo, enviando gentes e recursos para aquelas regiões coloniais que se defendiam com sucesso – apenas com recursos locais – dos revolucionários, em nome do rei. Quase cinco anos de guerra civil haviam deixado marcas indeléveis em toda sociedade local e não havia mais espaço para composições pacíficas entre partidários da revolução e da ordem colonial espanhola. A revolução havia provocado conseqüências análogas em várias sub-regiões, ou regiões de domínio monárquico e domínio revolucionário, perceptíveis por todos os protagonistas das diferentes correntes antagônicas, quais sejam, “a disciplina social estava em perigo de desagregação e as perseguições contra os legitimistas ou contra os patriotas, contra os espanhóis ou contra os nativos, apresentavam o permanente risco de se transformarem, de um momento para outro, numa guerra confusa e caótica dos pobres contra

¹⁹¹³ DONGHI, História..., p. 56-7.

os ricos”. Tal quadro não se verificava apenas na Venezuela e algumas regiões periféricas do Rio da Prata, onde se constatava uma mobilização popular em ampla escala, que acabou envolvendo as estruturas institucionais pré-existentes.¹⁹¹⁴

Outros fatos sociais importantes também se revelavam em curso, quais sejam, a constituição de exércitos cada vez mais numerosos implicava em armar massas de soldados provenientes das camadas mais humildes das sociedades, dar-lhes condições materiais satisfatórias para bem de lutar, bem como em outorgar a algumas dessas pessoas um estatuto militar mais elevado, ou seja, promovê-los militarmente – portanto, também socialmente. Oficiais nativos e mestiços se tornariam futuramente nos futuros generais da América espanhola independente. Também havia outro fato relevante em curso, qual seja, se havia uma elite que estava despendendo grande quantidade de riquezas pessoal para financiar a independência, havia os sacrifícios impostos inevitavelmente a cidadãos recalcitrantes envolvidos – querendo ou não – nessas lutas, sendo elementos hostis a qualquer dos grupos a que eles estavam sujeitos, pois cada governo precisava sobreviver com todos os recursos disponíveis, que eram já escassos diante de anos de guerra. Enfim, havia uma imensa destruição de riquezas em curso nessa guerra civil pela independência da América espanhola, especialmente de metais preciosos; também as plantações são devastadas e o gado utilizado preferencialmente para utilidades bélicas. Durante o período de lutas, nas zonas controladas pelos revolucionários patriotas, permitiu-se uma ampliação da liberdade de comércio que significou, para os empresários e comerciantes ingleses, a conquista vertiginosa das estruturas mercantis, assim como um mercado para escoar os excedentes de produtos manufaturados que haviam perdido espaço na Europa continental em guerra. Várias mercadorias estão disponíveis a preços mais baixos, arruinando, aos poucos, artesãos de várias zonas rurais; mas são os grandes comerciantes urbanos, enriquecidos através do comércio com Cádiz que sentem mais rapidamente a nova ordem econômica, cuja ruína arrastam consigo todos aqueles grupos que haviam se beneficiado da ordem anterior, exercendo funções dominantes na sociedade colonial.¹⁹¹⁵

A luta entre elites peninsulares e elites nativas resulta na discriminação e estabelecimento de limitações e proibições por parte do grupo no poder contra seus adversários. Assim, uma parte importante das classes altas é posta de lado – em Buenos Aires, os espanhóis peninsulares são impedidos de comerciar as varejo – reforçando uma guerra de tipo total – vida ou morte – transformando o caráter da sociedade hispano-americana como

¹⁹¹⁴ DONGHI, História..., p. 57-63.

¹⁹¹⁵ DONGHI, História..., p. 63-4.

vinha se desenvolvendo; para os peninsulares, estava desenhado o destino da humilhação e empobrecimento, com todos os perigos que essa opção representava para os revolucionários caso não obtivessem sucesso no seu empreendimento libertador. De fato, se verificará posteriormente, vencida a revolução, que a repressão irá se utilizar de grupos vingadores contra os vencidos, restando impossível uma restauração acordada entre os diferentes grupos de elites em confronto anteriormente, enfim, a solução é uma solução final eliminadora da totalidade do grupo perdedor. Entre os revolucionários, a plebe e as castas inferiores irão cumprir o papel de justiceiros, enquanto que as oligarquias rurais e os oficiais espanhóis tentarão o recurso da ordem e moderação nas ações vingativas. A revolução, portanto, acabou inserindo novos grupos sociais na luta, inserindo, portanto, novos interesses, diversos daqueles que inicialmente estava circunscrito às elites nativas e elites metropolitanas. Se agora estava difícil obter a reconciliação entre os grupos originais em conflito, era porque as novas hierarquias que a guerra civil havia criado à margem, agora desejavam ser mantidas ou reconhecidas. A guerra civil, portanto, prosseguiu, e com o fenômeno do aumento de seus adversários antagonistas, bem como o conflito assumindo novo caráter, qual seja, a guerra civil acabou se transformando em guerra colonial, pois com o envio de tropas, a Espanha se apresenta ostensivamente para suprimir o movimento revolucionário e, nesse processo, havia já um clima de animosidade: oficiais e soldados espanhóis e nativos se verão divididos por fortes contradições e rivalidades entre os partidários dos legitimistas. Tudo indicava que o retorno da Espanha às suas colônias iria dar continuidade à causa legitimista, mas a revolução iniciada por diferenças entre os grupos das elites que vinham governando as colônias e que desejava que ficasse circunscrita a eles, ao final, acabou se alastrando e se tornando incontrolável, com a incorporação de novos interesses de outros grupos sociais emergentes, de tal forma que a revolução já não era mais representada por focos isolados entre si. Os empreendimentos militares de libertação que sucederiam não eram do tipo revolução/lealismo, ou mesmo uma solução catilínaria – “insurreição desordenada da plebe há muito submetida, (...) destinada a varrer como poeira os defensores da velha ordem” –; tratava-se de uma solução política subordinada a ações militares, enfim, uma guerra de libertação que assumia o lugar da complexa revolução armada que tinha curso até então nas colônias hispano-americanas.¹⁹¹⁶

Para a vitória dessa segunda e decisiva etapa revolucionária hispano-americana – a guerra de libertação propriamente dita –, os mentores da vitória – os heróis civis e militares

¹⁹¹⁶ DONGHI, História..., p. 64-5.

enaltecidos pela historiografia – foram muito importantes, com suas ações e atitudes, entretanto, é preciso considerar também o panorama mundial – mais propriamente europeu – nesses anos de luta pela libertação e independência. No entreato das duas revoluções hispano-americanas, na Europa sucede o evento da Restauração – com a derrota de Napoleão (1815), as monarquias européias tomam novo vigor –, lançando um temor sobre o futuro da América espanhola, bem como a Inglaterra – cautelosa e ambígua – passa ser mais indulgente e passa a permitir a vinda de voluntários bem como o fornecimento de materiais bélicos para atender os patriotas americanos; os EUA, que em 1814 encerravam sua segunda guerra da independência, não apoiaram a independência hispano-americana, mantendo-se neutros, entretanto, permitiu a aquisição de armas e a preparação de navios corsários. De qualquer forma, essa clandestina ajuda internacional foi importante mas não tão significativa assim, indicando que os meios que permitiram a guerra da independência eram modestos, mas proporcionais àqueles que os adversários da revolução possuíam. De fato, as vitórias legitimistas de 1814-5, indicavam que a Espanha passaria a atuar mais fortemente na região, entretanto, a Restauração na Europa exigia da Espanha uma atenção maior para seus problemas domésticos europeus, deixando de lado novamente os problemas em suas colônias – enfrentava tendências liberais dentro de seu exército da reconquista e enfrentava a penúria do erário e miséria geral devido as guerras contra os franceses. A Espanha absolutista assiste ao início da derrocada de suas colônias, mas é a Espanha liberal – em 1820 é proclamada a revolução liberal – que a verá acontecer cabalmente. A Espanha liberal quer manter a tradicional política colonial em suas terras americanas, provocando ressentimentos dos hispano-americanos para com a Assembléia de Cádiz. Os planos seriam salvar o que poderia ser salvo, reconhecendo a independência de alguns territórios – conservando outros –, ou reformar profundamente as relações entre a Espanha e suas colônias nas Índias. Se do ponto de vista da metrópole havia razoabilidade em seus intentos, nas colônias o ponto de vista era outro, e a tendência geral era não confiar numa reconciliação ou mesmo numa Espanha liberal.¹⁹¹⁷

Em 1823 o absolutismo retorna à Espanha, sob influência francesa, mas sem capacidade de influir no destino das colônias americanas. A Grã-Bretanha sentiu-se desafiada e decide atuar mais favoravelmente em benefício da revolução na América espanhola, e todos os revolucionários hispano-americanos da época passaram a contar com a ajuda da Inglaterra, considerando a deterioração das suas relações com a Espanha. Foi uma ajuda tardia mas

¹⁹¹⁷ DONGHI, História..., p. 65-7.

fundamental para concluir o conflito armado –guerra – em curso pela independência; por fim, outro fator internacional de importância dentro do conflito em curso, foi o fato de que os EUA haviam adquirido a Flórida espanhola (1822) e deixaram de resguardar-se perante a Espanha, adotando um alinhamento aberto com a política britânica, de tal modo que em dezembro de 1823 eles adotam a Doutrina Monroe, que entre outras coisas deixava claro que os EUA não aceitariam a reconquista da América espanhola pela Europa da Restauração.¹⁹¹⁸

Na segunda e final etapa da revolução na América espanhola, as guerras pela independência, sobressaem as figuras de José de San Martín e Simón Bolívar, uma vez que ambos dão início a campanhas de dimensões continentais, o primeiro a partir do Rio da Prata e o segundo sem base alguma no continente; o primeiro travando um guerra a partir do sul e o segundo a partir do norte da América centro-meridional. A visão de San Martín e Bolívar, sobre o futuro da América espanhola independente, tudo indica que diferiam, a ponto de San Martín ceder a Bolívar o encaminhamento político futuro das terras recém-libertas pelos revolucionários, comandados por obras conjunta de ambos generais – numa famosa reunião entre os dois, em julho de 1822, em Guayaquil, no Equador, à portas fechadas, sem que ninguém participasse, e apenas ficasse sabendo posteriormente o teor do diálogo entre os dois generais a partir das versões dadas por um e outro, San Martín renuncia a tudo, retira-se do Peru e parte para o exílio.¹⁹¹⁹ Bolívar nunca perdeu a fé na república, mas preconizava uma república autoritária sem cair no arbítrio pessoal; tudo indica que seu feito se tratava de uma revolução não liberal. De qualquer forma, a idéia de liberalismo hispano-americano era de uma fé numa ordem legal – que se venerava mas não se cumpria ou se obedecia – e fé numa idéia de governo fortemente impessoal, gerido por uma elite de funcionários e magistrados, enfim, reprodução de um *habitus* de tradição pré-revolucionária. Em 1826, a América centro-meridional estava totalmente liberta do jugo espanhol.¹⁹²⁰

Se os fatos na América espanhola meridional sucederam-se da forma acima descrita, diferente foi o que sucedeu na América espanhola setentrional. A revolução pela independência no México se processou de forma diferente do que sucedeu na América do Sul. De fato, a iniciativa da revolta não partiu das elites urbanas nativas – de uma forma ou outra controlando o processo, como se verificou na América do Sul – mas, diferentemente, foi uma rebelião que iniciou-se com a insurgência de índios e mestiços contra a ordem estabelecida. Os registros históricos apontam, no ano de 1808, a ocorrência de um evento que colocou em

¹⁹¹⁸ DONGHI, História..., p. 67.

¹⁹¹⁹ PONCE DE LEÓN, Napoleón Baccino *et alii*. **A sagração da liberdade**: heróis e mártires da América Latina. Rio de Janeiro: Revan, 1994, p. 68.; DONGHI, História..., p. 74.

¹⁹²⁰ DONGHI, História..., p. 67-76.

choque as elites nativas e metropolitanas, e que fora vencido pelos espanhóis metropolitanos; mas é em 1810, a partir de um movimento liderado por um pároco de um centro da zona mineira do norte do México – regiões norte-orientais da prata e do milho –, que se inicia a crise do sistema colonial da sub-região, e que resultou em seu ocaso. Como chefe revolucionário, Miguel Hidalgo, pároco de Dolores, foi muito limitado, mas paradoxalmente conseguiu conquistar o consenso de multidões entusiásticas. Ele proclamou naquele ano “a revolução contra os peninsulares: pela independência, pelo rei, pela religião e pela virgem índia de Guadalupe”, e seu primeiro ato foi o massacre de soldados e notáveis locais, membros das elites nativas e metropolitanas refugiados num estabelecimento público de trigo da cidade, sendo que tal ato acabou afastando os nativos ricos do movimento. Esses rebeldes mexicanos eram uma turba mal armada, e de disforme composição, que foram conquistando cidades até se aproximar da Cidade do México, sendo finalmente vencidos por tropas militares espanholas, com Hidalgo sendo capturado em fuga e executado.¹⁹²¹

Emerge um novo líder revolucionário, novamente um eclesiástico, José Maria Morelos, na região sul do México, dos altiplanos que descem até o Oceano Pacífico, que afirma-se lentamente sobre os chefes de pequenos grupos revolucionários que haviam sobrevivido à derrota liderada por Hidalgo, derrotando também a tendência do movimento em estabelecer um compromisso com os legitimistas. Em 1812, a regiões meridionais do México estão sob seu controle, passando a organizar forças armadas melhor disciplinadas, “elabora um programa político no qual prevê a independência, a supressão da diferenças de castas e a divisão das grandes propriedades, reivindicações – essas últimas – partilhadas universalmente numa região em que as plantações de cana-de-açúcar reduzem ao mínimo as outras culturas indispensáveis à alimentação, região que um século mais tarde dará a uma outra revolução mexicana as figura de Emilio Zapata”. Morelos convoca uma assembléia – com a presença dos derrotados – para decidir o destino do movimento e dar uma base institucional à revolução em curso, e acaba respeitando escrupulosamente as decisões parlamentares adotadas, mesmo que incoerentes. Essa segunda revolução mexicana novamente fracassará; Morelos desejava a união dos indígenas para uma revolução nacional, enfim, a união de todos os grupos potencialmente revolucionários, mas quem efetivamente consegue se agregar fortemente foram os peninsulares e nativos ricos, a fim de manter a defesa da ordem estabelecida. Morelos é derrotado e executado em 1815, restando apenas alguns focos revolucionários no sul, com a revolta camponesa sufocada em quase toda parte.¹⁹²²

¹⁹²¹ DONGHI, História..., p. 76.

¹⁹²² DONGHI, História..., p. 76-7.

Se nos anos seguintes, emerge lentamente um sentimento de revolta entre os nativos da capital, tal sentimento não teve tempo de amadurecer, uma vez que a revolução liberal na Espanha – 1820 – desencadeia imediatamente o movimento de independência mexicana; a guerra da independência abre aos nativos de classes sociais mais humildes uma oportunidade de ascensão social – exército, burocracia, Igreja – em proporções totalmente novas, emergindo uma hostilidade local das elites para com esses novos protagonistas sociais e à revolução que os produziam. Os peninsulares eram preponderantes numa proporção muito maior que em qualquer outra sub-região da América Latina, e se consideravam muito fortes – tinham em mãos todo comércio mexicano –, inclusive para enfrentar a separação política com a Espanha. Quando a revolução liberal ocorreu na Espanha, a Igreja local sentiu-se ameaçada, bem como as forças que lutavam contra as revoluções em curso na América espanhola. Por parte da Igreja, o seu temor era perder a posse e propriedade da riqueza das congregações e das sedes episcopais, uma vez que todas as tentativas de revolução no México – apesar de lideradas por eclesiásticos – colocavam em cheque as estruturas eclesiásticas, pois entre as terras a distribuir, as da Igreja também se contabilizavam caso a revolução fosse vitoriosa; na Espanha, com a revolução liberal, debatia-se publicamente a expropriação e distribuição das terras da Igreja entre a população, colocando novamente em cheque as estruturas eclesiásticas com as repercussões disso em terras hispano-americanas. Por outro lado, tendo em vista que o novo governo liberal espanhol demonstrava tendência para estabelecer um acordo com os revolucionários da América, os legitimistas temiam pagar toda conta pela resistência que opunham ao movimento rebelde numa possível reconciliação.¹⁹²³

É nesse contexto que emerge um oficial nativo que havia lutado contra Morelos e feito rápida carreira militar, Agustín de Itúrbide, que se rebelou proclamando a independência do México, com unidade na religião católica e igualdade entre nativos e peninsulares. Ele previa um México independente governado por um príncipe espanhol de sangue real – portanto, um partidário da retomada ao poder pela monarquia, e contra ao liberalismo – e sua atitude angariou ampla adesão e consenso, tomando a capital. Após o retorno da monarquia, Fernando VII recusou-se a indicar um soberano para a colônia rebelada. De qualquer forma, o México, em 1821, já se tornara independente, enquanto que no restante da América Latina é mais correto indicar o ano de 1825 como a época própria para se ter como considerada praticamente independente do domínio espanhol.¹⁹²⁴ Em graus diferenciados, tanto a América

¹⁹²³ DONGHI, História..., p. 77-8.

¹⁹²⁴ DONGHI, História..., p. 76 e 78.

portuguesa quanto a América espanhola independentes serão palcos de lutas internas voltadas para encontrar um equilíbrio de forças entre os novos – e antigos – donos do poder.¹⁹²⁵

No América espanhola, em 1825, portanto, a guerra da independência estava terminada, deixando problemas sócio-político-econômicos graves a serem resolvidos. As estruturas coloniais estavam destruídas e os grupos anteriores que a controlavam – ligados à antiga metrópole – estavam sendo perseguidos; a militarização obrigava que a nova estrutura de poder pós-independência dividisse forças com novos grupos sociais que anteriormente estavam excluídos do antigo sistema. Era esperada uma nova ordem a partir do ocaso do antigo regime, conforme havia sido ideologicamente propagado em suas linhas fundamentais – igualdade entre as gentes, maior participação política de todos, fim da extrema desigualdade sócio-econômica, reforma das estruturas institucionais, justiça etc. – desde o início das lutas. Mas essa nova ordem tardava em acontecer, emergindo diversas explicações para essa omissão em curso; a mais otimista indicava a causa disso na herança da guerra, especialmente a proeminência política do poder militar, que não se arrefeceu, e foi tido como responsável pela tendência centrífuga e instabilidade política que se seguiu ao período da independência, e sem fim certo. Tratou-se de uma explicação insuficiente a capciosa do problema, pois estava implícito que a independência teria resultado em modificações muito pequenas na estrutura da sociedade local – velhos mandamentos – e que os herdeiros dessa situação é que seriam os principais responsáveis. De fato, verificava-se que as modificações na estrutura social da América espanhola, se não eram as previstas, ainda assim eram decisivas; tudo indica que as modificações havidas não haviam conseguido penetrar nos esquemas ideológicos vigentes das gentes – elites – que resultaram das lutas.¹⁹²⁶

Todos os setores sociais da América espanhola foram atingidos pela revolução e seus efeitos. O que se tornou mais evidente e cristalino foi o grau de violência que se verificou sendo praticado pelas gentes nessa época de lutas e mesmo depois que elas se encerraram. Como foi ressaltado anteriormente, as elites nativas e metropolitanas da América espanhola lutaram entre si, a fim de alcançar a hegemonia e dominação do poder na região. Para isso, à medida que a luta se estendeu, ambos tiveram que recorrer às gentes das classes mais humildes a fim de lutarem a seu favor, obrigando a entregar-lhes meios materiais de luta – com toda certeza, condições materiais melhores do que haviam experimentado em toda sua vida, ou mesmo pelos seus pais e antepassados – e reconhecimento social a alguns deles, no comando de tropas e exércitos. Concretamente verificou-se a ampliação da base

¹⁹²⁵ DONGHI, História..., p. 80.

¹⁹²⁶ DONGHI, História..., p. 81-2.

revolucionária, à medida que a revolução das elites urbanas não obtém resultados imediatos. Mobilizá-los – esses grupos sociais excluídos – militarmente exige uma atividade política cuja condição de exercício é muito difícil, a fim de obter uma rigorosa disciplina dessas gentes chamadas às lutas. O fato é que a guerra de independência também será o motivo de vazão e exteriorização de um conjunto de conflitos e antagonismos, raciais, regionais e de grupos, há longo tempo reprimidos e que transformam o movimento revolucionário também numa sucessão de sangue e horror, conforme os cronistas da época; as demonstrações da violência popular são incontrolláveis, mas essa violência é apenas manifestação reprodutiva e reativa – imitação e reação – de um modelo de comportamento que apreendeu dos grupos de elite no poder. De fato, as elites nativas irão desenvolver ou estimular a formação de um corpo de oficiais militares que corresponderá, ao final, à imagem, semelhança e expressão fiel – ideológico-autoritária e comportamental – dessas elites nativas.¹⁹²⁷

Esses oficiais adquirem e consolidam rapidamente um espírito de grupo – espírito de corpo ou corporação –, tornando-se ao mesmo tempo um pesadelo e instrumento social de dominação e poder para o grupo social que desencadeou a revolução e ainda pretende continuar a dirigi-la. A suas práticas mais comuns são arrogantes, por exemplo, esbofeteando magistrados, eclesiásticos e jornalistas tidos por insolentes segundo seu juízo, e todos devem suportar com resignação as ofensas. Entretanto, todos procuram esses mesmos oficiais para dirimir dissídios, legitimistas ou revolucionários. Assim, o uso da violência acaba sendo uma prática comum na vida cotidiana das gentes hispano-americanas e acaba por dominar a sua vida e existência mais comezinha diária. Depois da guerra, verifica-se a difusão das armas por toda parte, a fim de manter-se uma ordem interna tolerável, e os princípios de estabilização social previstos no ordenamento espanhol antigo, não podem mais ser adotados. O processo de militarização sobrevive à luta armada e é uma solução de ordem social custosa e pouco segura; os generais, os comandantes das formações rurais e chefes de grupos armados rapidamente se tornam independentes de quem os convocou e organizou, e verifica-se que, conforme valha a pena – interesse e oportunidade –, lutam a favor ou contra a república, e mesmo transformam-se em assaltantes. Para conservar seus favores, é sempre necessária uma satisfação ou retribuição como contrapartida, e, assim, a maior parte dos recursos do Estado é destinada a gastos em armas e soldos.¹⁹²⁸

As novas repúblicas hispano-americanas emergem com um grande corpo de oficiais que não são desmobilizados após a independência, e para pagá-los é necessário o recurso de

¹⁹²⁷ DONGHI, História..., p. 82.

¹⁹²⁸ DONGHI, História..., p. 82-3.

mais violência para obter meios cada vez maiores, extraídos de regiões já arruinadas pela guerra, reforçando a necessidade dos referidos militares. Em muitos países são criadas milícias rurais para manter a ordem local, adequadas às estruturas regionais de poder e menos custosas. Essas milícias passam a inserir-se na luta política como intérpretes dos protestos das populações esmagadas pelo ônus do exército regular, lutando para preservar os interesses regionais, aumentando também o seu custo para se tornar uma organização mais eficiente e enfrentar o exército regular. Essa situação – manutenção da militarização – acaba sendo aceita como fato inevitável, obrigando os Estados a gastarem mais da metade do orçamento com as forças armadas e, ao final, gastarem mais do que arrecadam no total de seu orçamento. Tal situação é percebida por todos e difunde-se a imagem de uma América espanhola prisioneira dos guardiães da ordem e, paradoxalmente, também fontes de desordem. A hegemonia militar, o peso das forças armadas, garante o início de um processo de democratização limitada, mas real, da vida política e social dos novos Estados, mas ao mesmo tempo garante que esse processo não avance muito, ficando restrito a um grupo limitado de pessoas, portanto, contendo uma possível extensão excessiva do mesmo dentro da sociedade. Assim, a força ambígua da instituição militar nessa época é que ela servia a interesses, mesmo que em alguns atos, voltava para contra os próprios interessados; portanto, a hegemonia militar não era apenas um processo que se auto-alimentava, e sua permanência não foi apenas devido ao fato de não se poder mais desarmar os militares.¹⁹²⁹

Entretanto, é preciso ressaltar outros aspectos de mudanças da América espanhola a partir do processo de independência e do fim do período de guerra revolucionária. A democratização trazida foi limitada, e deveu-se a condições sócio-econômico-políticas locais, considerando as condições anteriores ao início do processo e a específica situação pós-revolucionária. Também a escravidão praticada na região teve modificado limitadamente seu significado, vale dizer, a guerra concedeu emancipações – recrutamento de soldados –, mas também, em alguns casos, foi o meio utilizado para garantir um certo equilíbrio racial, ou seja, garantir que os mortos em combate também tivessem a cota das gentes negras; por outro lado, os novos Estados não se mostraram dispostos a abolir a escravidão, apenas assumindo situações de compromisso político futuro, como proibir o comércio e libertar os filhos de escravos. Sobrevive a escravidão agrícola, mas perde a força a escravidão doméstica; onde sobrevive a escravidão – por pressão de latifundiários – cai a produtividade, disciplina e eficiência da mão-de-obra escrava, além dos problemas do tráfico e do alto preço dos escravos

¹⁹²⁹ DONGHI, História..., p. 83.

na época. Por volta de meados do século XIX, por quase toda parte, o instituto da escravidão é abolido na América espanhola, mas a população negra emancipada não será reconhecida como igual às gentes brancas e mestiças, passando a ocupar uma posição social de desigualdade diferente daquela produzida pela sociedade colonial antiga.¹⁹³⁰

Quanto a divisão de castas, a revolução, de forma mais geral, trouxe algumas modificações. Quanto à massa indígena do México, Guatemala e maciço andino, praticamente nada se modificou; nessas zonas indígenas mais densas, seu estatuto social, historicamente edificado, tarda a desaparecer de direito, permanecendo de fato. O que se verifica após a revolução, é que nas zonas onde sobrevivem comunidades agrárias – extensas no México e nas regiões andinas – não se verifica nenhuma mudança substancial na estrutura social vigentes até então, diferentemente do que sucede em relação a proprietários, comerciantes e advogados urbanos. As novas autoridades constituídas, inclusive, se revelam hostis às formas de organização comunitárias, não compreendendo – ou se recusando a aceitar – que são as circunstâncias factuais prementes que impelem os mesmos a reproduzir um tipo de organização social de moldes ainda antigo ou arcaico. Nessa época, as camadas superiores urbanas estavam enfraquecidas, não havia expansão do consumo interno nos novos Estados onde a população indígena é numerosa, havia ausência de exportação de produtos agrícolas e, portanto, as terras indígenas eram desvalorizadas e não interessantes, continuando nas mãos das “comunidades de camponeses brutalmente pobres, incapazes de defender-se contra as fortes pressões no sentido de expropriá-los e, além disso, freqüentemente privados de documentação escrita que comprove o seu direito à propriedade das terras”.¹⁹³¹

Se a população indígena conserva de fato e de direito o velho estatuto colonial em épocas iniciais já independentes, são as gentes mestiças, os mulatos livres e todos aqueles que são inseridos juridicamente como população de segunda linha nas sociedades urbanas e rurais – as classes mais humildes que exercem atividades livres – que obtêm maiores vantagens da transformação revolucionária. Os primeiros recenseamentos pós-revolução incluem a velha divisão de castas, mas uma nova situação da sociedade pró-revolucionária indicará a diminuição rápida daqueles habitantes classificados como de “sangue misto”. Outra modificação é que se verifica a alteração da relação de forças entre as elites urbanas pré-revolucionárias e os mulatos, mestiços e brancos pobres das cidades, praticamente impossibilitados de ascenderem socialmente pelo sistema anterior; a guerra oferecia-lhes oportunidades, muito mais nas fileiras legitimistas que nas revolucionárias. A revolução

¹⁹³⁰ DONGHI, História..., p. 83-4.

¹⁹³¹ DONGHI, História..., p. 84.

entregava armas em mãos de uma grande massa, beneficiando especialmente a população rural, e trazendo um novo equilíbrio de forças sociais, onde a quantidade acabou tendo um fator de atuação significativa. No entanto, não se verificavam jamais, movimentos autônomos de camponeses, ficando a liderança dessas gentes sob controle dos proprietários ou de seus agentes, sendo estes dois últimos que controlavam as milícias organizadas para garantir a ordem no campo, reproduzindo no novo ordenamento social o que sucedia no antigo ordenamento social colonial. O fato era que em nenhum lugar desaparece a hegemonia dos proprietários, mesmo naquelas regiões onde a história registrou os camponeses revelando uma postura mais radical quanto à busca de maior igualdade, liberdade e participação; ao final, a radicalização revolucionária se revelará precária, revelando-se mais em tempos de guerra e dentro da estrutura da organização bélica – maiores camponeses ocupando posições de mando –, mas sucedendo que em tempos de paz o poder é restituído aos latifundiários. No Uruguai, por exemplo, foi exigido dos não-proprietários que se subordinassem e se sujeitassem como assalariados de um proprietário – a fim de rapidamente o país voltar a exportar produtos agrícolas e pecuários –, beneficiando este último e praticamente entregando em suas mãos papel preponderante no novo ordenamento rural. Assim, foram os próprios dirigentes mais radicais dos movimentos camponeses que acabaram destruindo sua própria obra, contribuindo para reproduzir o sistema de dominação e subordinação de uma massa de gentes historicamente excluída de direitos e de participação nos destinos da sociedade. Outros líderes foram mais conscientemente zelosos em abandonar as causas sociais iniciais que defendiam, a fim de angariar para si vantagens pessoais dentro de uma nova ordem sócio-econômico-política em edificação.¹⁹³²

Em relação aos grupos de latifundiários, às camadas dos grandes proprietários, a revolução provocou tanto o fim quanto a emergência das gentes de tal estrato social. Se durante o período colonial essas gentes eram dominantes dominadas, vale dizer, apesar de pertencerem às camadas mais altas da sociedade colonial, tinham uma posição subordinada frente às demais elites, após a independência eles começam a ascender socialmente, tendo as elites urbanas que se acomodarem frente à nova realidade e distribuição de poder e forças sociais; de fato, as elites urbanas foram as mais prejudicadas pelos resultados do processo revolucionário, sendo alvo e sofrendo as primeiras repressões, bem como ficando mais pobres. Seus bens móveis são dilapidados pela guerra, assim como os bens institucionais – supostamente coletivos – como Igreja, conventos, corporações de comerciantes e

¹⁹³² DONGHI, História..., p. 84-5.

concessionários de minas. O novo poder político em ascensão é temido, bem como agressivo e voraz em suas exigências; tanto comerciantes como os proprietários devem ceder às demandas – nos teatros de guerra, gados e produtos agrícolas são totalmente consumidos, em muitos lugares a população levada a fome de anos. Mas para os proprietários, permanece intacta a terra, fonte de suas riquezas, e seu patrimônio é refeito mais rapidamente, haja vista que cresce seu poder político. Das elites urbanas, além das riquezas, elas também perdem o prestígio e poder; se elas lutavam para desbancar o predomínio dos peninsulares, a vitória dos nativos retirou delas a administração do sistema institucional que queriam monopolizar para si.¹⁹³³

Os altos cargos estatais são ocupados por revolucionários fiéis, e independentemente de quem os ocupava, eram todos funcionários dependentes do poder central; depois de 1825, os magistrados municipais e judiciários perdem poder e influência social, entrando em decadência; a Igreja também se torna subserviente da revolução vitoriosa, de forma obrigatória, proclamando a favor dos interesses da nova ordem, sob pena de privação de liberdade do eclesiasta que se recusar a apoiar ou deixar de cumprir as solicitações revolucionárias. Depois de muita depuração, expulsão, prisão e substituição de eclesiastas ligados ao sistema antigo, por outros fiéis patriotas ao novo regime político, a composição do clero e suas relações com o poder político mudou significativamente na América espanhola. Os novos membros da Igreja são patriotas ferrenhos, portanto, de modo já espontâneo e consciente sucede sua relação com o novo poder, oferecendo riquezas da Igreja para o exército revolucionário. A Igreja fica pobre e se submete cada vez mais ao novo poder político; no México, Guatemala, serra equatoriana e Nova Granada o enfraquecimento da nova Igreja e compensando com a manutenção do prestígio popular.

¹⁹³³ DONGHI, História..., p. 85-6.

CAPÍTULO 3

SEÇÃO 2

FORMAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL-SOCIAL DA AMÉRICA LATINA: ASPECTOS GERAIS DESTACADOS (2)

3.2.1. AMÉRICA LATINA PORTUGUESA: ASPECTOS DESTACADOS

Na origem do Estado português, a supremacia do rei é o elemento que marca as relações políticas entre rei e súditos. Já em 1098, um documento guardará para o príncipe o seu direito de reinar e os seus senhores, dominar terras, mas sem governá-las. Como senhor do reino, o rei terá na terra seu instrumento por excelência de poder, fonte maior das rendas. A Coroa forma imenso patrimônio rural, cuja propriedade na prática era do domínio da casa real, confundindo bem público com bem particular. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, afirmará em 1140 o território que recebera por herança; outro rei, D. Dinis, em 1308, lembrará as propriedades de suas terras. No século XIII, reconhecia-se a propriedade individual, mas havia largos domínios a apropriar, vale dizer, as terras dos mouros e aquelas confiscadas dos traidores. No século XIV, o patrimônio real era o mais vasto do reino, ultrapassando em muito o do clero, e três vezes maior que a da toda nobreza da época, e desse patrimônio emanava as rendas que sustentavam guerreiros e funcionários reais. Como senhor da guerra e senhor de imensas propriedades, a Coroa imprimia em nascença as características sócio-político-econômicas que perseguiria como um destino toda sua trajetória histórica.¹⁹³⁴

O nascimento da Dinastia de Avis, na crise de 1383-1385, fundirá elementos dispersos, formando o amálgama que fundará definitivamente um tipo específico de sociedade; senhor da guerra e de vastos territórios, o rei transforma o domínio em soberania, colocando-se como centro supremo do comando e da decisão, impedindo a formação de

¹⁹³⁴ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 8. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989, p. 3-5.

camadas autônomas de poder interno. “Entre o rei e os súditos não há intermediários: um comando e todos obedecem”. Traição e rebeldia seriam o que se consideraria daqueles que discutissem as ordens superiores; ordens superiores eram feitas para serem cumpridas. Não há aliados ou sócios do rei; acima dele somente o Papa, a Santa Sé – o clero estava excluído; abaixo dele, apenas delegados, súditos e subordinados, todos sob suas ordens. Excepcionalmente admitia-se a concessão de terras com propriedade e gozo de soberania de marca feudal. Havia uma rígida hierarquia que distinguia os nobres enquanto funcionários e nobres enquanto proprietários; o poder da Coroa era das riquezas e não das funções públicas distribuídas. No início da formação de Portugal foi traçado um limite rígido entre a exercício de um cargo e a propriedade privilegiada, estabelecendo-se circunscrições administrativas e militares, hierarquicamente distribuídos, todos os cargos de exclusiva escolha régia. “Os cargos eram, dentro de tal sistema, dependentes do príncipe, de sua riqueza e de seus poderes”; precisando do serviço militar da nobreza, o rei pagava-a, reforçando o vínculo de subordinação do súdito para com o rei – especialmente quando as quantias eram periodicamente distribuídas –, e que nos momentos de dificuldades do Tesouro real, os serviços prestados eram saldados com terras.¹⁹³⁵

A subordinação, especialmente da nobreza territorial e do clero, é batalha longa e que teve no uso da jurisdição – poder de julgar (dizendo qual era o direito e o costume geral do reino) atribuído privativamente ao rei – uma arma fundamental. A extensão da atribuição jurisdicional implicava em ampliação da classe dos súditos reais – lavradores, artesão, mercadores – que poderiam – e foram – ser utilizados para contrapor-se a um eventual aumento do poder da nobreza territorial e/ou do clero, e, de fato, esses novos súditos emergiram como aliados da Coroa; também a criação do instituto do município ampliou a base de sustentação política, fiscal e militar do rei, enfraquecendo a nobreza e o clero, cujas comunidades formavam as fileiras do povo – o terceiro estado – submisso e servil à Coroa. No pacto entre rei e povo – Afonso II, carta de foral – as terras eram reconhecidas com pertencentes à Coroa; também uma povoação organizada – por via dos concelhos – tinha o dever de defender a comuna militarmente contra os inimigos reais, portanto, uma milícia gratuita e livre de manipulações da nobreza e do clero. Esses novos espaços sociais de vinculação com a Coroa, criam novos campos de distribuição de privilégios, cujos serviços eram pagos pelo rei quando deles necessitava, mas, especialmente, significavam novos ingressos, contribuições ao patrimônio da Coroa. Por cerca de dois séculos da origem e

¹⁹³⁵ FAORO, Os donos..., p. 5-6.

formação de Portugal, a caráter patrimonialista do Estado se sacralizará indelevelmente,¹⁹³⁶ ficando sem distinção o que seria riqueza privada e riqueza pública.¹⁹³⁷

Assim, Portugal nascerá como um reino onde o rei é o senhor de tudo; a legitimidade para tudo existir hauria dele, autoridade incontestável que nutria seu poder na propriedade fundiária, com sua exploração direta e indireta, e as diversas espécies de rendas que daí emanava. O rei era o principal lavrador da nação e a monarquia portuguesa era, desta forma, uma monarquia agrária. Mas é preciso considerar que havia outras fontes de rendas, mas a parte mais significativa era proveniente da terra. As rendas do comércio, especialmente o marítimo, desde cedo ficaram sob controle e domínio da Coroa; o reino praticava o comércio internacional, além de possuir internamente feiras muito ativas e dinâmicas, sendo que tudo – comércio, indústria – dependia das concessões reais, delegações graciosas, arrendamentos onerosos, observando-se que a qualquer momento poderiam ser substituídas por empresa monárquicas. Ao longo do tempo, esses outros rendimentos – além da rendas do comércio, haviam variadas outras categorias de contribuições – da Coroa foram crescendo mais que as rendas da terra.¹⁹³⁸

Esse reino que se transformará em Estado logo cedo na Europa, irá buscar no antigo império romano a sua sustentação política e jurídica. A constituição de Diocleciano (285-305) moldará seu caráter político; a direito de Justiniano (527-565) moldará seu caráter jurídico. As relações entre soberano e súditos seguirá sempre, por sete século – século XII ao século XIX –, uma só e coerente ideologia. O direito romano fixou as estruturas fundamentais do Estado português; o príncipe, “com a qualidade de senhor do Estado, proprietário eminente ou virtual sobre todas as pessoas e bens, define-se, como idéia dominante, na monarquia romana. O rei, supremo comandante militar, cuja autoridade se prolonga na administração e na justiça, encontra reconhecimento no período clássico da história imperial. O racionalismo formal do direito, com os monumentos das codificações, servirá, de outro lado, para disciplinar a ação política, encaminhada ao constante rumo da ordem social, sob o comando e o magistério da coroa”. O direito romano, assim, se impôs como modelo de pensamento e ideal de justiça, enfim, uma ideologia que foi se formando, germinando e se desenvolvendo obscuramente na sociedade nascente, tendo o clero um papel importante na naturalização da romanização da

¹⁹³⁶ Patrimonialismo – e Estado patrimonial – é um termo cunhado por Max Weber para designar o sistema de dominação política tradicional em que os bens, direitos e cargos são distribuídos como patrimônio de um chefe em troca de lealdade e contra-prestações diversas. O patrimonialismo não diferencia a esfera pública da privada e não se fundamenta em leis e modelos racionais de organização. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 18. Sobre a temática, vide: WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Ed. da UnB, 1999, v. 2, p. 233-323.

¹⁹³⁷ FAORO, Os donos..., p. 6-7.

¹⁹³⁸ FAORO, Os donos..., p. 8-10.

sociedade, utilizando-se do direito romano para essa tarefa, especialmente considerando que o referido direito justificava legalmente os privilégios previstos em seu bojo, e o mesmo era também – para um príncipe, por exemplo – um “instrumento ideal para cumprir uma missão e afirmar um predomínio”. A Coroa portuguesa encontrou os fundamentos que precisava para subjugar o próprio clero e a nobreza; os municípios romanos inspiraram a instituição das comunas dos *concelhos*; o direito romano se depura do direito canônico, especialmente quanto ao exato sentido de alguns de seus institutos, tais com o de domínio – reservado aos nobres – e reino – reservado ao rei, ou mesmo de propriedade do reino – o soberano como seu defensor e administrador.¹⁹³⁹

Emerge um embrionário quadro de funcionários administrativos vinculados ao soberano, para reforçar o Estado patrimonial nascente, tendo no direito romano seu estatuto legal, mas absorvendo seletivamente o que interessava da antiga ordem político-jurídica romana. Assim, esse conjunto de elementos se reúne para formar o Estado português patrimonial que, junto com a realidade econômica nascente – economia monetária e ascendência do mercado nas relações de troca – “dará a expressão completa do fenômeno, já latente nas navegações comerciais da Idade Média. A moeda (...) torna este mundo novo aberto ao progresso do comércio, com a renovação das bases da estrutura social, política e econômica. A cidade toma o lugar do campo. A emancipação da moeda circulante, atravessando países e economias até então fechadas, prepara o caminho de uma nova ordem social, o capitalismo comercial e monárquico, com a presença de uma oligarquia governante de outro estilo, audaz, empreendedora, liberta dos vínculos conservadores. Torna-se possível ao príncipe e ao seu estado-maior organizar o Estado como se fosse uma obra de arte, criação calculada e consciente. As colunas tradicionais, posto que não anuladas ou destruídas, graças aos ingressos monetários, ao exército livremente recrutado e aos letrados funcionários da coroa, permitem a construção de forma mais flexíveis de ação política, sem rígidos impedimentos ou fronteiras estáveis. É o Estado moderno, precedendo ao capitalismo industrial, que se projeta sobre o ocidente”.¹⁹⁴⁰

A obra política que consolidará a monarquia portuguesa será uma revolução ocorrida na segunda metade do século XIV. Duas facções irão se digladiar; de um lado, uma velha camada, a aristocracia rural, fortalecida, procurava afirmar com exclusividade seu domínio político, e, de outro lado, a categoria mais rica, burguesia comercial, a longo tempo associada à Coroa, e que agora desejava juntar à sua riqueza acumulada, o poder político. Nessa luta, até

¹⁹³⁹ FAORO, Os donos..., p. 10-3.

¹⁹⁴⁰ FAORO, Os donos..., p. 13-6.

uma guerra externa é provocada, e a burguesia comercial vence, erguendo-se a dinastia de Avis (1385-1580), fazendo perecer a dinastia Afonsina – aquela fixado, em 1140, pelo primeiro rei de Portugal. Essa burguesia comercial é originada da camada popular portuguesa, das populações do litoral que se dedicam ao comércio, favorecido sua formação pela própria monarquia portuguesa, através do fortalecimento dos conselhos municipais, em detrimento da força da nobreza e do clero. Na trajetória histórica para a realização dessa revolução, há fatos diversos que se somam. Assim, no fim do século XIII uma nação está erguida, com sua costa povoada, com seus homens bons – nobres e cleros – e a arria miúda dos conselhos, sua economia assentada na vida comércio – com seus marinheiros e pescadores – e na agricultura. Será no litoral que se desenvolverá uma vida mais dinâmica em busca de maior autonomia frente o poder estabelecido e sua rígida estrutura social. Portugal torna-se centro do comércio de trânsito, porta de entrada da Europa para o mundo ainda desconhecido. Uma grande peste, a de 1348, faz perecer cerca de um terço da população portuguesa; o efeito imediato desse evento trágico recai sobre o campo, alterando relações de trabalho e riqueza, pois a mão-de-obra torna-se escassa, e as heranças se acumulam em mãos de poucas pessoas. A nobreza vê-se sem trabalhadores e novos proprietários – antigos jornaleiros que lhes serviam – agora pretendem equiparar-se na ociosidade dos antigos nobres. Uma revolução nos salários sucede, colocando em conflito a classe dos empregadores e a dos jornaleiros, este procurando o valor de maior salário possível ou as ocupações que mais lhe agradam, e aqueles procurando impor o pagamento que a lei impunha às gentes vis. O rei decide draconianamente resolver a situação, impondo às gentes do campo – conforme alguns critérios – o retorno à sua condição anterior, e nesse ato, a burguesia urbana consegue um poderoso aliado no campo que nunca fora solidário outrora, gentes amarguradas e ressentidas. Um outro rei ascende ao poder nessa época, D. Fernando I (1367-1383), seguramente o mais rico e poderoso de todos até então soberanos de Portugal; ele era o “banqueiro da nação, sócio e animador das exportações”, num país muito rico, com áreas econômicas muito prósperas, mas com o campo totalmente minado.¹⁹⁴¹

As guerras com Castela eram vista com uma empresa insensata pela opinião pública, especialmente a burguesa, somente sustentadas devido aos serviços militares prestados pela nobreza – e seus séquitos militares – que exigiam mais pagamentos para sustentar suas atividades no conflito. Em torno do rei forma-se duas correntes, quais sejam, de um lado os que acediam ao gênio do rei e chancelavam suas aventuras, de outro lado, aqueles que

¹⁹⁴¹ FAORO, Os donos..., p. 33-7.

desejavam apenas o fortalecimento do comércio, conter a soberba e arrogância dos poderosos, desenvolver a agricultura e promover outras melhorias e benefícios dentro do reino. Nessa aventura militar, a nobreza se fortalece mais ainda, uma vez que, esgotados os recursos reais, o rei decide doar à nobreza, as terras da Coroa, doando vilas e herdades com a respectiva transferência da jurisdição – a Coroa agora se movimentava para neutralizar a burguesia do reino. A burguesia comercial reclamou contra política retrógrada; uma outra corrente – também antiaristocrática – se movimentou em sentido diferente, para conseguir da Coroa regras e normas que fossem favoráveis à atividade comercial. A crise agrária do reino era aguda e não tinha sido resolvida pelas medidas reais anteriores, e o novo rei passou a tomar decisões cuja influência da camada comercial na elaboração das mesmas era evidente, até mesmo porque tal camada já participava ativamente – tinham sua voz ouvida – das Cortes de Lisboa e do Porto. A escassez de trigo e cevada em Portugal implicou em obrigar os proprietários ao cultivo da terra e aos lavradores ao trabalho agrícola; por outro lado, o comércio marítimo, em favorecimento dos armadores, é beneficiado com duas medidas – privilégios na construção de navios, com a criação de um seguro marítimo, e criação de uma associação abrigo para todos os donos de naus, a fim de se ajudassem em suas perdas. Assim, no último quartel do século XIV, o comércio marítimo e a indústria a ele vinculado sentem-se forte para assumir um papel de destaque na vida sócio-político-econômica do reino português.¹⁹⁴²

Por fim, um conflito de sucessão dinástica do poder português – envolvendo o reino de Castela – será o estopim da revolução que alçará uma nova dinastia ao poder. Um golpe político é aplicado em 6 de dezembro de 1383 e o povo é atizado a aclamar um novo líder, dando origem à violência da rebelião – tumulto, saque, sangue – com o povo dando vazão satisfativa à sua antiga ira contra uma camada dirigente, praticando saques e roubos violentos, sendo preservados os amigos dos novos donos do poder; ninguém escapa aos acontecimentos desencadeados, inclusive a alta burguesia que havia estimulado os eventos. Após dois anos de guerra, D. João I se converte no primeiro rei da Dinastia de Avis (1385-1580). “Os poderes do chefe, fixados pela concepção patrimonial do Estado, exacerbados com a guerra externa e interna, ganham relevo, agressividade e cínica expansão. Em três direções, o conselho realista se realiza: nas doações de terras às hostes combatentes, em detrimento dos bens da aristocracia trãsfuga, nos privilégios concedidos à burguesia comercial e na elevação dos letrados legistas”. Através do uso do direito, o novo rei concilia as facções, articulando-as e

¹⁹⁴² FAORO, Os donos..., p. 37-9.

incorporando-as ao Estado, mas a centralização na figura do rei, de tudo que dizia respeito ao destino de Portugal, praticamente se reproduziu como vinha estruturalmente sendo secularmente conduzido. Portugal vence a guerra contra Castela com uma infantaria – projeto de exército popular – que suplanta a cavalaria medieval, assegurando sua independência e a soberania do reino. Um novo senhor centralizador do poder – conforme ditava a tradição – e carismático, era o novo chefe político da nação, e a racionalidade da autoridade legal moldou intelectualmente o novo tipo de autoridade emergente. A burguesia se tornará servidora da monarquia, a nobreza abandonará suas pretensões de implantar o feudalismo em terras portuguesas. Transformações sociais e econômicas são consagradas pela revolução; os comerciantes marítimos e urbanos não são emancipados, mas se torna uma camada nobre com ascendência social e política – fator de poder, agora classe carnal dentro do Estado – nos novos tempos – conforme arquitetura traçada pelos legistas. As conquistas burguesas são preservadas e a nobreza não desaparece nem perde seu papel e influência junto à Coroa, enfim, a “burguesia conquistou seu lugar: mas, sobre ela, havia uma cabeça, dona de maior riqueza, a propriedade virtual de todo o comércio, cabeça com idéias, projetos e planos, saídos das mãos dos juristas, armados de raciocínios, cheios de enredos, armadilhas e sofismas, capazes de erguer, por toda parte, a sombra da força”.¹⁹⁴³

O precoce Estado patrimonial português fez emergir, também precocemente, um quadro administrativo vinculado diretamente ao soberano, de caráter ministerial. O comando e administração da empresa – iniciativa, empreendimento – econômica portuguesa, dos negócios que se voltavam em direção ao mar, negócios que eram da Coroa, fez emergir um grupo de conselheiros e executores junto ao rei e subordinado a ele, a fim de dar seguimento e implementação do projeto patrimonialista político-econômico português. O príncipe é o senhor de todos os lucros, vantagens e transações do reino – uma vez que ele é também o distribuidor de todas as vantagens materiais e simbólicas para as diferentes gentes do reino –, agente participador de todos os negócios, portanto, com tributos e receitas a arrecadar. Os novos tempos elegem cada vez mais a navegação oceânica – a grande empresa marítima e seus ganhos – como centro das atenções da Coroa, afastando-se da renda fundiária e da circulação promovida pelo comércio interno. Tudo indica que a empresa marítima exigia financiamentos elevados e seria a própria empresa que garantiria os capitais para movimentá-la, sendo insuficiente as rendas agrárias e do comércio interno. Flandres, norte a Europa e mundo árabe trazem mais expectativas de lucros. Em nome do rei, o Estado emerge como

¹⁹⁴³ FAORO, Os donos..., p. 40-45.

agente econômico ativo do reino, forçando as casas senhoriais a lançarem-se em empreendimentos comercial-marítimos. A navegação oceânica – com seu respectivo comércio – e as atividades industriais ligadas à navegação passaram a ser as novas privilegiadas fontes de rendas da Coroa. O Estado português, assim, “se aparelha, grau a grau, sempre que a necessidade sugere, com a organização político-administrativa, juridicamente pensada e escrita, racionalizada e sistematizada pelos juristas”, e a corporificação desse poder se dará numa comunidade de gentes específica desse Estado, qual seja, o estamento. A ordem social portuguesa é formada de classes – nobres, cleros, burgueses – estamento e castas. O estamento é uma camada social e não econômica, sendo que o estamento português é de cunho político, formando uma comunidade amorfa – “os seus membros pensam e agem conscientes de pertencer a um mesmo grupo, a um círculo elevado, qualificado para o exercício do poder” – mas se limitando a ter apenas essa consciência sem estabelecerem-se enquanto grupos de pressão.¹⁹⁴⁴

A situação estamental marca a vida do indivíduo, sempre aspirando os privilégios do grupo – especialmente prestígio e honra social –, assinalando um estilo de vida, educação maneiras. A incorporação de pessoas a esse grupo, marcadas especialmente pelo *status* social, é tanto de gentes ricas como pobres, gentes de que possuem propriedades com as que nada tem. Diferentemente das classes, o estamento não aspira em seu seio pessoas de mesma origem sócio-econômica, em realidade ele é “um grupo de membros cuja elevação se calca na desigualdade social (...). A entrada no estamento depende de qualidades que se impõem, que se cunham na personalidade, estilizando-lhe o perfil. Os estamentos florescem, de modo natural, nas sociedades em que o mercado não domina toda economia, a sociedade feudal ou patrimonial”, nada impedindo que haja estamentos em sociedades modernas. Mas ele sempre supõe distância social, se esforçando “pela conquista de vantagens materiais e espirituais exclusivas. As convenções, e não a ordem legal, determinam as sanções para a desqualificação estamental, bem como asseguram privilégios materiais e de maneiras. O fechamento da comunidade leva à apropriação de oportunidades econômicas, que desembocam, no extremo, nos monopólios de atividades lucrativas e de cargos públicos” e, nessa situação, os estamentos atuam como freio conservador contra o desenvolvimento do mercado e de transformações bruscas das técnicas ou relações de interesses, “preocupados em assegurar a base de seu poder”. Assim, a regra é que os estamentos governam, e as classes

¹⁹⁴⁴ FAORO, Os donos..., p. 45-6.

negociam – os estamentos são órgãos do Estado, e as classes são categorias sociais e econômicas.¹⁹⁴⁵

O Estado patrimonial de estamento forma um domínio – diferentemente das sociedades de classes – que se projeta de cima para baixo. “Todas as camadas, os artesãos e os jornaleiros, os lavradores e os senhores de terras, os comerciantes e os armadores, orientam suas atividades dentro das raias permitidas, respeitam os campos subtraídos ao controle superior, submetem-se a regras convencionalmente fixadas. Junto ao rei, livremente recrutada, uma comunidade – patronato, parceria, oligarquia (...) – manda, governa, dirige, orienta, determinando, não apenas formalmente, o curso da economia e as expressões da sociedade, sociedade tolhida, impedida, amordaçada. O comércio, velho aliado do rei, não governa: mal logra estruturar as ideologia mercantilista, subjugado pelo estamento, com suas tradições, normas jurídicas, e pendores espirituais”. O Estado português não se confunde com o Estado absoluto, pois o estamento é “um tipo de comunidade dirigente do grupo de funcionários” – e não uma simples burocracia dependente do tesouro real. O estamento é o estado-maior da autoridade pública e estabelece a separação entre a coisa pública e os bens do príncipe. “O reino não é mais o domínio do rei: o soberano é o domínio da nação. Os delegados do rei, com direito próprios que o estamento privilegia, não representam sua casa, senão o país. Quem delimita as fronteiras, que o Estado patrimonial não lograra firmar, são os juristas, agora com o primeiro lugar nos conselhos da Coroa”. As categorias tradicionais do clero, nobreza territorial e burguesia, se reduzem a participantes dos conselhos reais e dos círculos ministeriais, sendo que letrados e legistas ganham proeminência cada vez maior na estrutura administrativa portuguesa; o direito costumeiro medieval é paulatinamente anulado em favor de um direito escrito; já antes da revolução uma administração pública se distinguiu da administração dos serviços domésticos do rei; o soberano, após a revolução, passou a presidir uma comunidade encarregada de administrar, distribuir justiça e definir as leis do reino. O regedor e defensor do reino, escolheu sete conselheiros para, com ele, dividir as responsabilidades do governo, sendo quase todos esse conselheiros legistas.¹⁹⁴⁶

Os legistas foram crescendo em importância a tal ponto de, no século XVI, serem considerado já uma espécie casta em Portugal, uma comunidade onde todas as parciaisidades se representavam. Na estrutura político-administrativa edificada, o estamento zelava pela supremacia do poder nacional; a nobreza não tinha mais imunidade fiscal; os legistas golpearam os senhores territoriais com o princípio da inalienabilidade dos bens da Coroa,

¹⁹⁴⁵ FAORO, Os donos..., p. 46-7.

¹⁹⁴⁶ FAORO, Os donos..., p. 47-9.

cujas doações de terras passaram a ser feitas com cláusula de reserva de reversão ao talante do soberano; o serviço militar tornou-se um serviço público, obrigatório e remunerado pelo rei, segundo seu critério; a nobreza cedia todos os privilégios ancestrais, e só lhe restará no futuro pedir um lugar no governo, única fonte de poder, prestígio, glória e riqueza; a burguesia se limitará a ser um agente do rei; o próprio soberano perderá atribuições, uma vez que ele perde a marca de proprietário do reino – agora o principado eleva-se acima do príncipe – e ele será convertido em seu administrador, defensor e zelador. Mas o estamento, com seus direitos e privilégios, forçará o rei a fazer com os seus membros pactos, acordos, negociações. “No seu seio, haverá a luta permanente na caça ao domínio de uma facção sobre outra. A teia jurídica que o envolve não tem caráter moderno de impessoalidade e generalidade; a troca de benefícios é a base da atividade pública, dissociada em interesses reunidos numa única convergência: o poder e o tesouro do rei. Sobre a nação, acima de suas classes, de seus grupos e de seus interesses, – este o ponto fundamental a fixar – uma comunidade, que fecha-se sobre si própria, comanda e dirige, pronta para as grandes empresas. O Estado atinge a perfeição capaz de lançá-lo ao grande salto, às suas portas desde dois séculos, da expansão no mundo. Somente esta organização política ensejaria, naquela hora, a magna arrancada ultramarina”.¹⁹⁴⁷

Nos séculos XIII e XIV, a costa portuguesa foi o cais europeu, concentrado o comércio do Atlântico, a troca de produtos locais, e o trânsito de especiarias vindas do Mediterrâneo; as atividades marinhas que se desenvolviam de um lado, para o Mediterrâneo e, de outro lado, para Flandres, acabaram se estendendo para o norte da África, França e Inglaterra. Seguros marítimos e participação nas sociedades do mar favoreceram a áspera, duvidosa e difícil trajetória do desenvolvimento da navegação portuguesa – de resto, carente inclusive de conhecimentos técnicos e científicos para viabilizar empreitadas cada vez mais ousadas, necessitando estudar e aprender com a experiência. Não há dúvidas que o Estado de origem patrimonialista, articulado em estamento, foi um importante promotor à frente do feito da época – conquistar os mares. As forças particulares – como as italianas, que realizavam um intenso e ativo comércio medieval na época – não seriam capazes de, por si, darem unidade e alma para o alargamento do mundo. A Espanha que tinha um povo empenhado nas trocas mediterrâneas, estava dilacera por disputas e guerras, dominada por uma nobreza territorial, revelava-se, no século XV, imatura “para organizar, com cálculo e continuidade, um feito, ao mesmo tempo comercial, militar e administrativo”, que exigia preparação cuidadosa e lenta,

¹⁹⁴⁷ FAORO, Os donos..., p. 49-51.

direção técnica, disciplina na continuidade do esforço, investimentos e retornos que somente uma nação poderia assumir.¹⁹⁴⁸

Pelo fato de que Portugal, em sua teia social e econômica, nunca ter conhecido o predomínio da economia agrária, que levasse à quase soberania da nobreza territorial, a empresa marítima – com todo os seus custos e investimentos – não encontrou na facção agrária do reino um elemento de obstáculo e resistência. Ademais, a empresa não despovoaria o país, não prejudicando a agricultura, e o comércio gerava maiores lucros, rendas e vantagens para o reino. Assim, Portugal, no século XV, fez-se plataforma para expedições ultramarinas, fruto de um “lento, continuado e sólido contexto comercial de alguns séculos”. A costa portuguesa, muito cedo, fixou-se como o vínculo entre o norte da Europa e o Mediterrâneo, tornando Lisboa uma cidade cosmopolita, centro e núcleo de irradiação de muitos comerciantes de toda Europa, e fazendo Portugal estabelecer um ativo comércio de transportes, empresa que acabou tomando conta da nação. Mas nesse empreendimento, comerciantes estrangeiros, especialmente os italianos, tinham liberdades e privilégios especiais – concedidos pela Coroa – para desenvolver suas atividades comerciais em Lisboa; em troca, os produtos portugueses podiam gozar de um mercado ampliado em outras nações. Mas outro efeito das garantias régias a esses comerciantes, é que Portugal concentrou “o centro das transações mundiais do comércio, bolsa da Europa, ninho das especulações de toda sorte. A mercancia européia, cujo setor (...) mais moderno pertencia aos italianos, não se limitava ao transporte, a carregar e descarregar mercadorias, senão que se dedicavam às sutis e finas operações de dinheiro, aplicando-se, mais tarde, no plano local, a cobrar rendas públicas e adjudicar contratos reais”. Assim, esses comerciantes, exportadores e importadores, banqueiros e intermediários, também “constituíam, sob vigilância e a proteção real, o impulso das navegações, costeiras, primeiro, e ultramarinas mais tarde”.¹⁹⁴⁹

A conquista calculada de Ceuta – porto que fica no Marrocos, defronte ao Estreito de Gibraltar, ligação do Mediterrâneo com o Atlântico, e que foi a “mãe de das jornadas da África, Ásia e América” – foi uma obra organizada pelo rei, estimulada pela nobreza e pela burguesia. O que se pretendia era uma guerra de conquista, voltada para atender nobres ociosos e sequiosos por postos rendosos; os homens do dinheiro viram o lucro fácil da empresa; o tesouro real teria grossas compensações. Ceuta era o centro do comércio mediterrâneo, ligando a região com a África e Ásia, recebendo ouro e especiarias vindas de caravanas e sua tomada interessava à burguesia, nobreza e mesmo clero português – interesse

¹⁹⁴⁸ FAORO, Os donos..., p. 51 e nota de rodapé n. 26.

¹⁹⁴⁹ FAORO, Os donos..., p. 51-5.

cruzado e não missionário. Homens se lançaram com energia e vida na conquista de honras, saques, lucros, alimentados por muita fé religiosa, e, à frente de todos, o escudo real. O estamento estava encoberto, mas representava a realidade do evento: “cruzada, rapina, pirataria, comércio, dilatação do império e da fé”. Após Ceuta, Sagres – cidade que sediou a escola portuguesa que se dedicou a estudar e desenvolver a navegação e suas tecnologias – se instaura, convertendo definitivamente a aventura numa empresa. O infante D. Henrique (1394-1460) limita-se a dirigir a empresa marítima, “racionalmente planejada e racionalmente expandida”, desenvolvendo-se o comércio africano. Lisboa continuava cosmopolita, e banqueiros e armadores, associados à obra do príncipe, indicavam que as novas descobertas marítimas estavam ao alcance dos particulares – nacional ou estrangeiro – bastando se submeter ao patrocínio real. Banqueiros italianos, flamengos e alemães estavam em Lisboa; os venezianos se tornaram os principais financiadores das expedições ultramarinas. O mercado principal de compra era a Europa e não o reino, e esse comércio era fundamental – condição indispensável – para o tráfico ultramarino; as compras da África e Ásia eram despachadas para uma rede comercial que se estendia da Itália até a Inglaterra.¹⁹⁵⁰

O comércio era atividade do Estado, passível de ser delgada ou confiada a particulares, mediante concessão de privilégios – condições – por via de delegação régia. O monopólio da atividade era passível de ser praticado pelo Estado, estando a possibilidade sempre virtualmente presente. Na prática, como anotado no final do parágrafo anterior, “o monopólio régio (...) se reduzia a uma superintendência comercial, orientadora da circulação. Este o talhe, o perfil do capitalismo monárquico português, politicamente orientado”. A Coroa dirige a empresa enquanto monopólio seu inalienável; as terras descobertas eram como se fossem conquistadas, e pertenciam de direito e de fato à monarquia. Sendo senhora das terras e das gentes, era também das rotas e do comércio. E desse novo patrimônio vinha nova riqueza, por sua vez geradora de nova força política e econômica, aumentando a capacidade da Coroa distribuir benefícios – concessões de novos domínios, sem abrir mão do mando – entre seus súditos; a soberania da realeza é largamente dilatada. Fortalezas militares são construídas para garantir a posse das novas terras e a regularidade dos pagamentos devidos à Coroa. Nessas novas localidades voltavam a se reuniam o colono, o militar, o mercador e o missionário; junto aos fortes erguem-se feitorias comerciais e igrejas. “Portugal crescia, assim, pela ocupação militar, pela exploração mercantil e pela evangelização – constantes na história ultramarina”.¹⁹⁵¹

¹⁹⁵⁰ FAORO, Os donos..., p. 55-7.

¹⁹⁵¹ FAORO, Os donos..., p. 57-8.

Mas essas conquistas, ao longo do tempo, irão afetar o rumo da formação política portuguesa, uma vez que passa a se verificar o aumento de servidores do Estado, engrossando o estamento instalado nas terras descobertas – África, Ásia e América – e, principalmente, no reino, todos atrás de ordenados e favores, com o rei pagando tudo, “abusos e roubos, infortúnios comerciais e contratos fraudados”. Esse sistema se enrijece e se congela, reproduzindo continuamente seus efeitos no corpo social; a atividade mercantil é praticada ao extremo delírio e não se desenvolve o capitalismo industrial; num determinado momento, tudo – bens de consumo – em Portugal era vindo de fora; seu artesanato interno e sua agricultura não supriam as necessidades nacionais. Com o empenho da Coroa no tráfico, aprofunda-se a empresa ultramarina, consumindo novos e maiores recursos. A monarquia, em cada novo passo, compromete-se com o capitalismo internacional, nos empréstimos, contratos e compromissos. A Coroa está em todos os monopólios que lhe pertencem: pimenta, pau-brasil, escravos. O capitalismo politicamente orientado, estruturado sobre o estamento, não haure energia íntima para se renovar, tornar-se flexível e ensejar a empresa livre”. O estamento torna-se cada vez mais burocrático, preocupado e interessado em amparar as atividades que lhe fornecem os ingressos que, por sua vez, alimenta sua nobreza e seu ócio de ostentação.¹⁹⁵²

Apesar dos burgueses portugueses terem adquirido uma proeminência na sociedade, após a revolução que ergue a dinastia de Avis, eles não ganharam sua independência ou autonomia dentro do sistema político monárquico; ao contrário, permaneceram subjugados ao controle da Coroa. Verifica-se que eles acabaram se afdalgando; o comerciante rico com o transporte, exportações e empréstimos, chegou até a renunciar a seus negócios, se radicando na terra e passando a reproduzir o velho estilo de vida aristocrático. Se eles assim agiram por espontâneo desejo – desejo acalentado profundamente há muito tempo, de alcançar a condição social ser um aristocrata – ou se foi decorrência natural de um sistema econômico-político que prendia inexoravelmente o destino de todos ao rei, vínculos tradicionais que o colocavam como um órgão delegado do supremo mercador – rei –, é fato que ele se acomodou ao estado-maior dirigente português – que não deixava de agir triturando e cunhando interiormente o estilo de vida da elite de Portugal. Valorizada era uma camada de letrados, dentro do paço, ao lado do príncipe, cujo recrutamento a origem sócio-econômica não tinha peso algum, mas dotados de educação universitária. *Interessante que esse estilo de vida nobre ibérico inculcava descrédito às práticas do homem de negócios e todos que se dedicavam a algum*

¹⁹⁵² FAORO, Os donos..., p. 58-9.

trabalho manual, pois os verdadeiros e elevados valores humanos eram os que consagravam a ociosidade letrada. “É o estamento, ao tempo que não criava uma ideologia própria, vigoroso bastante para sufocar o aparecimento de um pensamento social novo”. O único setor social que ficou alheio a esses valores consagrados ao ócio e ao desprezo das atividades de negócios e trabalhos manuais foi a burguesia judia portuguesa, muito significativa no século XIV, tendo sido preservada pela revolução que ergue o Mestre de Avis, mas que posteriormente pagará muito caro pela sua postura de diferenciação e autonomia social.¹⁹⁵³

De fato, a mentalidade portuguesa na época da expansão das atividades comerciais marítimas era predominantemente medieval, vale dizer, o pensamento econômico medieval enquadra a realidade – seja ela qual for – dentro de moldes que recusam o tráfico do dinheiro e do próprio comércio conforme a ideologia capitalista nascente. Observa-se que a realidade concreta estava se desenrolando nas atividades subterrâneas conduzidas por uma plutocracia européia instalada em Lisboa – sob conhecimento da Coroa e seu estamento – movimentando efetivamente os portos portugueses. Mas, apesar dessa realidade subterrânea, a prática do mercantilismo português obedecia a uma outra ordem de idéias, uma representação subjetiva conforme uma ideologia do comércio fundado no pensamento medieval, qual seja, os “interesses econômicos se subordinavam à salvação da alma, verdadeiro fim da vida, entendida a atividade econômica com integrante da conduta moral, ditada pela moral teológica. Os motivos econômicos, extraviados de suas aspirações éticas, seriam suspeitos de pecado. Para um dos mais respeitados pensadores do século XIV, o comerciante, se vende íntegra e intransformada uma mercadoria, deve ser expulso do templo de Deus, como praticante da usura”. Era comum ser declarado que nenhum valor possuía as coisas materiais, coisas fundadas na cobiça, valendo somente porque poderiam ser dadas, sendo condenada a usura, os empréstimos e a cobiça dos bens materiais – conforme o pensamento tomista dominante, e essa ética medieval, tomista, sobreviveu durante o período de expansão ultramarina de Portugal, inspirando os seus feitos, ética sustentada no pensamento dos letrados e da corte.¹⁹⁵⁴

Talvez essa ética contribua para explicar a expulsão dos judeus e suas riquezas do território português no século XV; o dinheiro – e seu poder – tinha que estar fundido na ordem estatal e no estamento, e os judeus eram uma categoria social autônoma, independente, portanto, agora um grupo estranho, anormal, perturbador e que não tinha, por isso, a solidariedade da nobreza política, enfim, gentes que não mereciam reconhecimento. Os judeus

¹⁹⁵³ FAORO, Os donos..., p. 59-60.

¹⁹⁵⁴ FAORO, Os donos..., p. 60-1.

comerciavam e trabalhavam, não viviam parasitariamente na corte, de sinecuras honoríficas; a ordem econômica, tal como estruturada secularmente, estava ferida e ameaçada pelas práticas e ética judias. Assim, essa ideologia e ética medieval não fazia desenvolver e amadurecer em solo português as atividades econômicas conforme demanda dos novos tempos, o que veio ocorrer somente no século XVIII – reformas do Marques de Pombal –, com a decadência do comércio ultramarino. O mercantilismo tinha que conviver, até essa época, com o direito canônico, que condenava a usura, sobrevivendo, na prática somente à margem da lei. Até as reformas pombalinas, a ideologia ou racionalismo vigente em Portugal era a escolástica aristotélica e tomista. O fato é que a situação foi sustentada e chegou a tal ponto de discrepância, que a diferença entre prática e pensamento levava inevitavelmente a considerar como hipócrita a atitude das camadas dominantes. “A ideologia coerente com a realidade seria o mercantilismo, só tardiamente afirmado pelos escritores portugueses”. Mas observe-se o tipo de mercantilismo adotado pelos portugueses e transmitido ao Brasil: tratava-se de um mercantilismo paradoxal, “ativo nas medidas administrativas e na ação e governo, negado na doutrina e nos debates teóricos [já na época das doutrinas liberais]. O mercantilismo empírico português, herdado pelo Estado brasileiro, fixou-se num ponto fundamental, inseparável de seu conteúdo doutrinário, disperso em correntes, facções e escolas. Este ponto, claramente emergente da tradição medieval, apurado em especial pela monarquia lusitana, acentua o papel diretor, interventor e participante do Estado na atividade econômica. O Estado organiza o comércio, incrementa a indústria, assegura a apropriação da terra, estabiliza preços, determina salários, tudo para o enriquecimento da nação e o proveito do grupo que a dirige. O mercantilismo opera, sob tal constelação, como agente unificador e centralizador, versado contra o disperso e universal mundo da Idade Média. O Estado, desta forma, elevado a uma posição prevalente, ganha poder, internamente contra as instituições e classes particularistas, e, externamente, se estrutura como nação em confronto com outras nações. Do seu seio, mediante esse estímulo, floresce o absolutismo, consagrado na razão de estado”.¹⁹⁵⁵

O tipo específico de mercantilismo praticado por Portugal – e importado para a América portuguesa – é que bastava muito comércio e a vinda de moedas para os cofres do Estado que suficiente seria para promover a riqueza da nação. Essa ilusão monetária cegou – e talvez ainda cegue em tempos contemporâneos – a economia nacional para a necessidade de, paralelamente ao comércio, promover o desenvolvimento da economia agrária e industrial interna, a fim de promover efetiva poupança nacional, uma vez que, sem fixação de fontes

¹⁹⁵⁵ FAORO, Os donos..., p. 61-3.

produtoras nacionais fundadas na agricultura e na indústria, todo dinheiro acumulado com o comércio é destinado para adquirir bens que são necessários para a subsistência e sobrevivência da nação. O fato é que o comércio externo foi desenvolvido descolado das atividades agrícolas e industriais internas, e o país não acumulou capitais; toda prata e ouro acumulado acabava nas manufaturas e outras cidades européias. Objetivamente isso tudo era o resultado da uma longa história do sistema de verdadeira “especulação [que foi o empreendimento econômico português] – a mola, por alguns séculos, da riqueza, fruto do golpe audaz, do expediente astuto, da aventura temerária, e não do trabalho continuado, do cálculo e da poupança”.¹⁹⁵⁶

No plano das idéias e do pensamento, a cultura portuguesa se notabiliza, assim, por importar pensamentos, e de forma tardia – e quando a realidade a qual vai ser aplicado o pensamento já é tumultuária, há muito reclamando uma reforma intelectual que corresponda na ordem prática da vida –, levando ao atraso científico e ao enrijecimento do direito – a favor do estado-maior de domínio. “A utilização técnica do conhecimento científico, uma das bases da expansão do capitalismo industrial, sempre foi, em Portugal e no Brasil, fruta importada. Não brotou a ciência das necessidades práticas do país, ocupados os seus sábios, no tempo de Descartes, Copérnico e Galileu, com o silogismo aristotélico, desdenhoso da ciência natural. Verney, já no século XVIII, em nome de uma plêiade de sábios educados no estrangeiro, clama contra o atraso no ensino nacional, acadêmico, aéreo, falso. Portugal, cheio de conquistas e glórias, será, no campo do pensamento, o ‘reino cadaveroso’, o ‘reino da estupidez’”. Nada contribui para a ciência náutica e para a lavra e usinagem de metais; a vida intelectual – depois da brilhante época quinhentista – ficou reduzida a comentários; comentar livros antigos, dedicar-se a sutilezas formais, ao jogo verbal de ilusões, distante do espírito crítico e experimentalista que varria a Europa, andando para trás ou caminhando de costa pra o futuro; a revolução científica européia do século XVII passou ao largo de Portugal, permanecendo o país uma cultura e mentalidade medieval, com a ciência se fazendo para as escolas e para os letrados, mas “não para a nação, para suas necessidades materiais, para sua inexistente indústria, sua decrépita agricultura, ou seu comércio de especulação”. Havia apenas uma camada de relevo político e social que detinha o monopólio da cultura espiritual; fora dela, os reformadores estavam num verdadeiro deserto, cobertos de insultos e ridicularizados.¹⁹⁵⁷

¹⁹⁵⁶ FAORO, Os donos..., p. 63.

¹⁹⁵⁷ FAORO, Os donos..., p. 63-4.

Nesse contexto intelectual, o direito português – consolidado precocemente – se notabilizará por servir mais à organização política que ao comércio e à economia particular. “Articulou-se o Estado de estamento, como elo da união, cimento de solidariedade de interesses, expressando sua doutrina prática e sua ideologia”. Ele dará suporte jurídico ao aumento da autoridade do rei, justificando o soberano como árbitro de todos os dissídios internos, respaldando a sua função de chefe de governo e chefe de Estado. As pessoas se colocarão abaixo do rei, como súdito, mais especificamente, vassallos, uma vez que não mais possuem a antiga qualificação produzida pela tradição; os regulamentos são os meios, por excelência, de comunicação do príncipe com seus vassallos que, ao reconhecer direitos, delimita-os. Desta forma, as Ordenações Afonsinas (1446 ou 1447), as Ordenações Manoelinas (1521) e as Ordenações Filipinas (1640), cumprirão com esse papel ou função estrutural básico do poder para todo o reino.¹⁹⁵⁸

O Estado português, assim, edificou-se – a partir da Casa de Avis – “envolvido por uma camada de domínio, um estado-maior de governo, o estamento de feição burocrática”. O alimento dessa estrutura é dado pela classe comercial, ao mesmo tempo fornecedora das vantagens materiais e lucros que sustentam o Tesouro real, mas ao mesmo tempo, desprezado e aviltado pelo estamento. Esses dois grupos estabelecem relações apenas de ordem econômica, com estilos de vida totalmente diferentes: o estamento é aristocrático, está junto da corte, influenciando as decisões da Coroa. Se o comércio enriquece, o estamento consome senhorialmente; o único plano que as duas classes se entendem é no fomento das navegações, principalmente, dos lucros dele emanados, mas a partilha desse ganhos divide as duas classes. É no rei que reside a junção do comércio com a ética: o comércio – em suas mãos – é obra de Deus e necessária à pátria. O reino se transforma numa vasta casa de negócios, uma vez consagrado o absolutismo; todos estavam a serviço do rei. Se os nobres não podiam comerciar, é certo que os frutos do tráfico acabavam em seus deleites e benefícios. O século XVI é o século das Índias em Portugal, das novidades, de um mundo novo, diferente, colorido, onde o barroco converte-se no estilo da arte e da política. “todo o reino estava embarcado na exploração do mundo: as caravelas voltavam carregadas de especiarias, escravos, açúcar, para contentamento da Europa”. Lisboa quinhentista se expandia para todos os extremos do mundo, e a legitimação da ação portuguesa nos mares – pilhagem, comércio e pirataria, acrescido do ânimo cruzado – fundava-se numa doutrina jurídica que justificava a exploração exclusiva de novas terras – e suas rotas –, bem como a expulsão dos comerciantes

¹⁹⁵⁸ FAORO, Os donos..., p. 64-8.

locais, especialmente os mouros. No reino, o rei é regente; fora do reino – nas terras e mares descobertos – ele é senhor.¹⁹⁵⁹

Portugal se defrontará com a reivindicação européia de abertura dos mares. Portugal, assim, terá o senhorio dos continentes novos, com o respectivo direito exclusivo de conquista e de comércio – com o estabelecimento de fortalezas –, bem como a clausura dos mares, fora da Europa. Na Europa, o reino afasta o comércio veneziano de especiarias – mas mantém a influência italiana na empresa ultramarina –, e na Índia, combateu e aniquilou a presença moura sobre o tráfico oriental. Se os italianos financiaram as frotas e o tráfico ultramarino, Portugal entra no negócio com a guerra, custodiando o comércio e protegendo os transportes, através de seu estamento militar. O mundo ocidental – e também oriental – se ajusta ao padrão português de dominação – através de suas naus –, “sob império de circunstâncias econômicas que se universalizam. Inaugura-se um ciclo que somente a revolução industrial alterará, sem atingir, todavia, o sistema português, que se agarrou com angústia e obstinação, ao comercialismo, com a política de trânsito de mercadorias, sem fixação interna de fontes de produção exportável”. A empresa marítima ganha a dignidade de empresa militar contra os mouros que comerciavam por terra produtos e especiarias que desembocavam na Europa – imunes à naus portuguesas –, justificando uma cruzada para expandir a fé cristã contra o islamismo; enfim, uma autêntica ação de pirataria. Ao final de tudo, o sistema apresentava-se coerente no seguinte sentido: o reino entregava a sobra mais suculenta da presa para banqueiros italianos e do norte da Europa – Holanda e Alemanha, como os Fugger, Welser, Hochstötter, Affaitati –, ficando apenas com sobras ostentatórias para a nobreza militar e a nobreza de funcionários.¹⁹⁶⁰

Órgãos administrativos se expandiam, aumentando o número de funcionários e delegados do rei, e o Estado arcava com todos os compromissos financeiros da empresa ultramarina, além de todos os funcionários e militares que vigiavam o comércio, chegando a um ponto de estar sempre beirando a ruína. Cargos e graças começam a ser vendidos pelos seus beneficiários; a corrupção grassa solta e uma estirpe e fidalguia – avessa ao trabalho – começa a conhecer a miséria. A corte – dos senhores e embaixadores – é o centro dos pretendentes das “mercês econômicas, de cargos, capitânicas e postos militares”. A linhagem já quase nada vale, muito menos o merecimento, “a conquista ao emprego, ao posto, à dignidade se faz à custa da intriga bem tecida, da conversa doce”. O funcionário está por toda parte – dirigindo, controlando e limitando a economia –, preocupado em se perpetuar no exercício da

¹⁹⁵⁹ FAORO, Os donos..., p. 75-8.

¹⁹⁶⁰ FAORO, Os donos..., p. 78-81.

parcela de poder que acompanha o cargo; trata-se de uma pessoa que se deixa subornar, se corromper, especializando-se na arte de furtar, enriquecendo no exercício do cargo. Não satisfeito, os funcionários se especializam na arte de acumular dois a quatro cargos, e cultivando o ócio.¹⁹⁶¹

Esses funcionários – membros do estamento – ocupam o lugar da velha nobreza, reproduzindo a antiga ética e estilo de vida, com muito luxo, gosto suntuário e casa ostentatória; o consumo improdutivo lhes transmitindo prestígio e poder – entre seus pares, o príncipe e as massas – sugerindo gentes de grandeza, importância e força, tudo sustentado pelo Tesouro da Coroa. Lisboa torna-se capital dos fidalgos ociosos, dos plebeus mendigos e os rufiões, com uma camada superior que desdenha o trabalho e a produção, tudo que consumiam era importado, às custas de dinheiro do comércio que não parava em Portugal. Essa monarquia aristocrática “acostumando o povo a servir, habituando-o à inércia de quem espera tudo de cima, obliterou o sentimento instintivo da liberdade, quebrou a energia das vontades, adormeceu a iniciativa”. Trabalhar é indigno; uma “fábrica, uma oficina, uma exploração agrícola ou mineira, são coisas impróprias da (...) fidalguia”. O preconceito universal contra o trabalho manual é que ele é um símbolo servil. Em Portugal, os anos quinhentos consagraram, fortaleceram e enriqueceram uma estrutura secular; a nobreza, o clero e o comércio caminham para uma profunda crise.¹⁹⁶²

A descoberta do Brasil é episódio da expansão ultramarina de Portugal. O descobridor queria de imediato saber de ouro e prata das gentes nativas que aqui encontrou. O comércio é a razão primeira da nova terra; verificaram que era uma terra sem ouro e prata, nem trigo, nem gado, nem ferro, nem vinho; enfim, uma terra desprezada de nascença pelo traficante. Mas havia gentes pobres e miseráveis em Portugal, gentes excluídas dos séculos de ouro das expansões marítimas portuguesas, e as novas terras descobertas eram um paraíso para essas gentes, e prometia ao imigrante potencial, sua libertação do trabalho, pois o suor e fadiga do indígena enobreceriam o colono; a promessa era esse colono morrer apenas de velhice nas novas terras. O plano de colonização português tinha o impulso governamental e popular, além de oferecer uma saída para crise europeia de expansão demográfica, que fez aumentar muito o povo pobre, diante de uma nobreza burocrática, nobreza da terra, capitalistas e comerciantes, cada vez mais ricos e ostentatórios na exibição de seu luxo. A visão edênica do Novo Mundo ajudava a silenciar ressentimentos e revoltas dessas gentes. O mito logo cai com

¹⁹⁶¹ FAORO, Os donos..., p. 81-4.

¹⁹⁶² FAORO, Os donos..., p. 84-8.

a rede mercantil européia. A conquista da América portuguesa se inicia com o pau-brasil – um símile das mercadorias orientais – com a instalação de feitorias – não a colonização ainda – para sua exploração, descobrindo-se, cedo, que os autóctones não haviam nascidos para serem escravos e obedientes ao invasor. A feitoria começou a fracassar e a recomendação era o povoamento das bases de exploração do pau-brasil. Portugal inaugura o sistema americano de exploração mercantil, instalando linhas de feitorias e fortalezas ao longo do litoral, com colonos que viveriam apenas próximos ao mar. Em tudo, o mesmo modelo das terras descobertas como negócio do rei.¹⁹⁶³

A colonização da América portuguesa foi obra do Estado, e a expedição de Martim Afonso de Sousa e o regime das capitanias hereditárias (1534-1549) foram delegação pública de poderes sem exclusão da realeza no feito. A ocupação inicial, tudo indica, era para defender o pau-brasil, e não construir engenhos de açúcar. A colonização que foi implantada no Brasil já era um modelo conhecido, do mesmo feitio empregado nas ilhas do atlântico, entretanto, o fundamento maior são os interesses comerciais de exploração social econômica, iniciado com o pau-brasil, posteriormente com o açúcar – com o primeiro engenho de São Vicente –, mais tarde com a ampliação da exploração do engenho de açúcar. Essa empresa colonizadora era do mesmo tipo de capitalismo comercial, politicamente orientado, que sempre marcou as empresa de Portugal após a revolução de Avis. O objetivo último é tudo fazer para consolidar bases comerciais no Novo Mundo. Nesse contexto, povoar a terra era necessário, obras auxiliar da conquista, e incluía a permissão para casar “gente baixa” com as mulheres nativas da terra. O casamento racial era parte de um jogo de conveniências e fixaria essas gentes na terra. Contra esse plano os fidalgos desejavam extrair e explorar rapidamente tudo que as terras pudessem dar. De qualquer forma, tudo era função da história do comércio europeu.¹⁹⁶⁴

A colonização das terras americanas exigirá muito financiamento. As gentes viriam das mais baixas classes, o comando estaria a cargo de burocratas e militares já experientes nos negócios do reino e do oriente, o financiamento ficou a cargo da iniciativa particular, uma vez que o tesouro real não tinha numerário para tal empreendimento, tamanho seus gastos já comprometidos com outras rubricas. A capitania seria um estabelecimento militar e econômico, voltado pra defesa e estímulo do comércio; ela seria inalienável e indivisível, sujeita à sucessão, sendo o capitão e o governador representantes dos poderes do rei, como administrador e delegado, com jurisdição sobre o colono. As terras eram distribuídas aos seus

¹⁹⁶³ FAORO, Os donos..., p. 99-108.

¹⁹⁶⁴ FAORO, Os donos..., p. 108-15.

moradores para praticarem a agricultura por certo prazo. Os negócios mais lucrativos, vinculados ao comércio internacional, dependiam de autorização do governador. Nessa primeira empresa, a Coroa escolheu pessoas de sua confiança, próximas ao trono, para guardar seus interesses. Após quinze anos, o sistema deu mostras de enfraquecimento das lealdades inicialmente contratadas; a Coroa reage imediatamente e quebra a promessa de perpetuidade, chamando exclusivamente para si as entradas do sertão e, assim, reafirmando que a “colonização é negócio seu, dentro do quadro marítimo e universal, sob controle financeiro da Coroa” e tudo volta a ser o que sempre secularmente foi a empresa comercial ultramarina portuguesa. “As vilas se criavam antes da povoação, a organização administrativa precedia ao afluxo das populações. Prática que é modelo da ação do estamento, repetida no Império e na República: a criação da realidade pela lei, pelo regulamento. A economia, a sociedade se amoldarão ao abstrato império das ordens régias (...) a América seria um reino amoldar, na forma dos padrões ultramarinos, não um mundo a criar”.¹⁹⁶⁵

A obra política e comercial da colonização das terras luso-americanas estava apoiada na distribuição das terras; a agricultura fixaria a população e criaria riquezas para exportação, e a sesmaria seria o modelo jurídico para efetuar essa distribuição de terras, concessão administrativa, presa a propósitos colonizadores com rédeas legalmente curtas. Entretanto, na América, as concessões eram de florestas para povoar, e o cultivo viria pelo índio escravo e pelas plantações financiadas para o açúcar. Muita terra foi distribuída, porque seu valor era muito baixo; uma vez que o indígena era inviável para ser utilizado como escravo, o escravo africano tornou-se necessário, mas ele era muito caro. Para o cultivo da terra eram necessários escravos, caros e difíceis, cujas terras representavam 10% do valor deles. Banqueiros e negociantes de toda Europa estavam prontos para emprestar e adiantar os valores. Assim, a riqueza não era a terra, mas o escravo; ele seria a chave da prosperidade, mas o lado mais instável e sensível da empresa. O açúcar para exportar ingressaria no circuito internacional comercial que tinha centro na Europa; o setor mais dinâmico do engenho seria externo, “o das transações internacionais, que orientava o açúcar ao mercado e trazia o escravo, à custa de juros mordentes e lucros extorsivos. Aí entrava o comércio, numa rede que envolvia e atava donatários, senhores de engenho, mercadores, não raro com empresas organizadas”. O mundo luso-americano, nessa época, será um “mundo preocupado com o lucro fácil, capaz de permitir o regresso a Portugal”.¹⁹⁶⁶

¹⁹⁶⁵ FAORO, Os donos..., p. 115-22.

¹⁹⁶⁶ FAORO, Os donos..., p. 123-7 e 132-3.

A experiência das donatarias malograra do ponto de vista da defesa ou administrativo, mas revelava, através de Pernambuco e São Vicente, que a conquista prometia muito, inspirando a reforma do sistema; estrangeiros já financiavam o progresso e expansão das referidas capitânicas. Emerge o Governo-Geral (1548) – quinze anos após a instalação das capitânicas hereditárias – em busca de mais lucros; centralização de poder que faria a Coroa ganhar muito mais rendas do que se mantivesse o sistema de donatarias – pau-brasil, açúcar, expectativa de ouro e prata no sertão, comércio do escravo – e motivos não faltavam – privatização dos donatários e colonos, corsários, gentios, insubordinações – para promover a presença mais firme da Coroa na colônia. Em assuntos militares, da fazenda e justiça instalava-se um poder acima dos capitães, na figura de Tomé de Sousa, homem de confiança de D. João III, com competência para revogar as donatarias já instituídas. As capitânicas hereditárias tinham duas faces, uma pública e outra patrimonial. Os direitos públicos poderiam ser revogados sem quebra de fé ou palavra régia; os direitos patrimoniais eram vitalícios e hereditários, invioláveis pelo próprio rei, portanto, retomando os direitos por compra, renúncia dos proprietários ou justo confisco. Tomé de Sousa reduziu todos os agentes coloniais – mesmo os nomeados pelo donatário – em agentes do soberano, devendo prestar contas detalhadas de seus encargos; ninguém ingressaria no sertão sem licença expressa do soberano; enfim centralização para dominar o Novo Mundo, que se completava com as figuras do Provedor-Mor – cuidando da fazenda – e do Ouvidor-Mor – cuidando da justiça –, não subordinados ao governador.¹⁹⁶⁷

O domínio das novas terras será sob signo autoritário, e sua população se subordinará pela via da impiedade e violência. Fundam-se os primeiros municípios na América portuguesa, lembrando os antigos municípios portugueses e suas funções políticas e econômicas; na América ele será elemento de povoamento e também para impor disciplina aos moradores, além de transformar as rendas e tributos em moedas de forma muito fácil. Os municípios eram fundados precedendo os povoamentos, mas não criavam nenhum sistema de governo representativo ou visavam a sua autonomia; visavam, isto sim, a manutenção da ordem e a obediência ao soberano. O pelourinho – coluna de pedra ou de madeira, para atar os desobedientes e criminosos, a fim de açoitá-los ou enforcá-los – era o núcleo legal fundamental do sistema político-econômico-jurídico da colônia. Ele era instalado na alfândega ou na igreja, “que indicavam a superioridade do rei, cobrador de impostos, ao lado do padre, vigiando as consciências”. As vilas, assim, onde instaladas, era a palavra rígida e

¹⁹⁶⁷ FAORO, Os donos..., p. 141-6.

inviolável das Ordenações. “A colonização e a conquista do território avançam pela vontade da burocracia, expressa na atividade legislativa e regulamentar. Desde o primeiro século da história brasileira, a realidade se faz e se constrói com decretos, alvarás e ordens régias”. A Coroa, até o século XVII, não temerá a autonomia dos colonos do interior, seu ímpeto sertanista e excessos armados, mas preocupava-se com os engenhos e latifúndios que possuíam ímpetos de formar um aparelhamento militar – bandos armados – mantendo-os sempre próximos, como auxiliares e agentes do governo. Qualquer ameaça à disciplina das ordens superiores, a camada governante intervinha com a repressão violenta e impiedosa ou pela transação conciliadora, processo constante da vida colonial que será legada ao Império e à República. “Falar alto e firme ao rei não seria tolerado, em nenhum momento, expressão criminosa de anarquia”.¹⁹⁶⁸

A queda da dinastia de Avis, e a ascensão da Coroa espanhola sobre o reino de Portugal, provocou uma frouxa disciplina nos negócios de Portugal. A ascensão da dinastia de Bragança, com a ajuda dos luso-americanos, não implicou em maiores franquias locais. D. João IV (1640-1656) instaura na colônia uma centralização repressiva, cujo “regime das minas, na virada do século, iria consolidar ferreamente”. As câmaras municipais estão polvilhadas de caudilhos locais e serão convertidas em órgãos inferiores – e subordinados – da administração geral das capitanias. Na segunda metade do século XVII, uma crise geral dos preços dos produtos tropicais e do comércio do escravo, além de escassez de crédito para os engenhos, força Portugal – país importador de manufaturas – a praticar o incentivo da manufatura local, com as colônias como mercado cativo. A sujeição do comprador brasileiro se dá por mais de uma via. Tem-se, assim, a criação do Conselho Ultramarino (1642) – órgão de centralização colonial –; criação da Companhia Geral do Comércio para o Estado do Brasil (1647); proibição dos navios estrangeiros de comercial no Brasil (1661); impedimento dos navios saídos do Brasil tocar portos estrangeiros (1684). A iniciativa colonial é sufocada, atingindo seu ponto culminante com a descoberta das minas e dos diamantes, tudo voltado para carrear mais recursos – todo recurso possível – para Portugal restaurado. Nas situações extremas de rebeldia, soldados conseguiam de todos a obediência ao rei.¹⁹⁶⁹

No início do século XVII, um cronista irá afirmar que a ocupação do litoral é a tônica da colonização das terras luso-americanas, do extremo sul do Rio Grande do Sul até a Bacia do Amazonas; o rei só cuidava de sua colônia para retirar rendas e direitos, e que as gentes todas usavam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, para desfrutarem dela e a

¹⁹⁶⁸ FAORO, Os donos..., p. 146-50.

¹⁹⁶⁹ FAORO, Os donos..., p. 150-3.

deixarem destruída. De fato, nessa época, as próprias capitanias estavam proibidas de comerciar entre si; tudo reproduzia o que Portugal já praticara na África e na Ásia. A conquista dos sertões iniciou-se com iniciativa oficial, em direção ao sertão do São Francisco; na primeira metade do século XVI, de várias capitanias partem expedições que atravessam o sertão mas não o dominam. Ao sul de São Vicente, onde a cana não vingara, uma nova camada social, os conquistadores – os bandeirantes são sua face paulista –, irá adentrar em todas as direções do território, num movimento de expansão territorial em direção ao interior, e que marcará a história do Brasil dos anos 1500 aos anos 1700. Esse conquistador era caçador de índios, buscador das minas e rastreador dos campos de criação, inclusive aqueles que eram contratado para inclusive fazer guerra contra os índios a fim de pacificar certas regiões; seu maior feito foi ligar o rio Tietê e o rio Paraíba do Sul, ao rio São Francisco, através da serra da Mantiqueira, ligando os sertões do sul e do norte. A herança desse conquistador será o coronel e o capanga, o fazendeiro e o sertanejo, o latifundiário e o matuto, o estancieiro e o peão. Tudo indica que essas gentes não eram “espontânea manifestação de forças locais e autônomas, independentes e submissas em busca do sertão, varando seus mistérios”, mas membros da administração portuguesa, uma gente militar; a sua penetração no interior será obra oficialmente orientada. Mas havia também o aventureiro, que ingressava no interior por sua conta e risco, à margem do sistema. Esses conquistadores serão os caudilhos coloniais. O ciclo do ouro do século XVII coincide com medida centralizadoras e absolutista de Portugal restaurado, com os paulistas ocupando postos civis e militares sob vigilância do rei; o agente régio substitui, controla e domina o conquistador, caudilho, potentado. Na guerra dos emboabas,¹⁹⁷⁰ é alei do reino que se estabelece, e não dos sertões. A autoridade faz calar os rebeldes, velando pela exploração mineradora e pelo comércio, utilizando-se da violência militar, policialismo e espionagem, destruindo todas as fontes de autoridade local, vinculada e solidária aos interesses da população. Vilas e comarcas se dividem, a fim de atomizar as hostes de caudilhos.¹⁹⁷¹

¹⁹⁷⁰ Emboaba é etimologicamente o nome indígena de uma ave com pernas cobertas de plumas, nome esse que era aplicado aos portugueses tendo em vista o fato deles usarem botas altas; assim, essa expressão passou a ser a alcunha dada, nos tempos coloniais, a portugueses e brasileiros que, procedentes de outras regiões, entravam pelo sertão em busca de minas de ouro e pedras preciosas. A *Guerra dos Emboabas* foi uma luta travada, no início do século XVIII, na região das *minas gerais*, entre paulistas e emboabas. Em 1709, o governo metropolitano decidiu intervir, nomeando oficialmente um governador para as *minas gerais*. As derrotas dos paulistas levou-os a procurarem novas áreas de garimpo, provocando, assim, a descoberta de outras regiões de mineração, como Cuiabá e Goiás. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 9

¹⁹⁷¹ FAORO, Os donos..., p. 153-64.

Assim, o poder autoritário e repressivo sempre se pôs alheio e distante da sociedade, amputando os seus membros resistentes, “a ordem se traduz na obediência passiva ou no silêncio”. Fixa-se em terras luso-americanas, uma organização política e administrativa que não emana da sociedade, em realidade, é alheia a ela, sendo que o poder público não é defensor das atividades particulares e protetor dos interesses da população. “Os senhores territoriais, a plebe urbana cultivam, na insubmissão impotente, um oposicionismo difuso, calado, temeroso da reação draconiana. Cria-se, em toda a parte, o sentimento de rebeldia informe, que se traduz em estranho conflito interior, com a vontade animosa na propaganda e na palavra, débil na ação e arrependida na hora da consequência. O inconfidente é bem o protótipo do homem colonial: destemperado e afoito na conspiração, tímido diante da armas e, frente ao juiz, herege que renuncia ao pecado, saudosos da fé. Ao sul e ao norte, os centros de autoridade são sucursais obedientes de Lisboa: o Estado, imposto à colônia antes que ele tivesse povo, permanece íntegro, reforçado pela espada ultramarina, quando a sociedade americana ousa romper a casca do ovo que a aprisiona. A colônia prepara, para os séculos seguintes, uma pesada herança, que as leis, os decretos e os alvarás não lograrão dissolver”¹⁹⁷².

No século XVI, o Estado patrimonialista estamental português é um espaço de poder centralizado; o funcionário é o outro eu do rei sempre onipresente. O sistema é o “de manda quem pode e obedece quem tem juízo”; o funcionário é a sombra do rei, de um rei que tudo pode. Os funcionários têm ordenados que pouco crescem ao longo dos anos, favorecendo a corrupção e o uso da violência. Nas colônias pratica-se a rapinagem a distorção de textos legais favorecedores de vantagens pessoais e avaréza, ensejando um grito de revolta contra esse domínio do funcionário – talvez um incipiente ou uma embrionária veia de nacionalismo local –, pelo súdito, contribuinte e vítima dos monopólios e das atividades da metrópole. O cargo público transforma o titular em portador de autoridade e incute-lhe uma marca de nobreza, infundindo o acatamento aristocrático ao súdito, suposto homem bom, de boa linhagem, um fidalgo limpo de sangue. Nesse ambiente, emerge a venda de empregos, enriquecendo mais a burguesia, que age para se incorpora à nobreza e reproduzir seu modo de vida e consciência social; todos querem um cargo público para ascender socialmente e, finalmente conseguir atingir o afdalgamento. Se a hierarquia da administração colonial era verticalmente formada pelo rei, governador-geral – vice-rei –, capitães das capitanias e as autoridades municipais, essa estrutura, na prática, era complexa, confusa e tumultuária da vida

¹⁹⁷² FAORO, Os donos..., p. 164-5.

e realidade local, com atribuições mal delimitadas e frouxos vínculos hierárquicos – e assim todos se dirigiam ao rei diretamente. O governo é um governo fluído, através de seus órgãos colegiados e da hierarquia sem rigidez. O que os juristas e burocratas portuguesas fazem aqui revela sua falta de força criadora, enfim, transplantam e importam ao invés de adaptar e construir, com bases em rígidos – hieráticos, sagrados – pensamentos que deveria ser realizados. Na metrópole, já havia a fraqueza desse colegialismo português e a dependência dela do soberano, pela via do rei como senhor da guerra. O fato é que toda essa estrutura irá se acomodar ao sistema de proteções e desvios que caracterizará fortemente o sistema político-econômico-social português de dominação. Os municípios criados, são o braço administrativo da centralização monárquica; a eleição da câmara assegura o vínculo do povo e a administração pública para com a Coroa, sendo que os “homens bons” eleitos são proprietário e burocratas domiciliados na terra que devem – com seus descendentes – se vincular à máquina administrativa e política do império. Tudo era aparência que dissimulava o domínio e centralização monárquica, todos se tornando, inevitavelmente como simples executoras de ordens superiores. “O quadro administrativo da colônia se completa com a presença de quatro figuras, que acentuam e reforçam a autoridade metropolitana: o juiz, o cobrador de tributos e rendas, o militar e o padre”. A justiça era tardia, incompetente, cruel, permeada de práticas mentirosas e trapaceiras.¹⁹⁷³

No final do século XVII, a América portuguesa é apenas um centro produtor de açúcar, com uma zona periférica fornecedora de mão-de-obra e animais. Com a decadência da cana-de-açúcar, todos sentem as suas conseqüências, que é agravada devido a uma depressão econômica que vem se desenvolvendo por décadas – secular – e que se estende além das fronteiras da colônia portuguesa na América. O açúcar perde seu lugar de destaque econômico porque: (I) por essa época, o nordeste fora conquistado pelos holandeses, provocando uma queda na produção do produto colonial;¹⁹⁷⁴ (II) a cultura da cana se estende para as Antilhas em final do século XVII, fazendo Portugal perder o monopólio da produção e comercialização do produto para a Holanda, Inglaterra e também França, países que transformam as Pequenas

¹⁹⁷³ FAORO, Os donos..., p. 171-202.

¹⁹⁷⁴ Os portugueses reconquistam as terras dos holandeses, com escassa ajuda da metrópole para o feito – por essa época Portugal vivia o seu processo de restauração de independência da Espanha, pois por cerca de 60 anos (1581-1640), em função de questões dinásticas e herança do trono português, acabou sendo regido sob cetro único do rei espanhol a partir de Felipe II, sucedendo a unidade da Península Ibérica e união dos dois maiores e mais vastos impérios coloniais da época. Em realidade, essa independência custará muito caro a Portugal, pois ela deve fazer contínuas concessões para os países que combatem a Espanha, durante esse processo. In: DONGHI, História..., p. 39; GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 9 e 19, p. 2199 e 4729. Sobre a saída dos holandeses do nordeste brasileiro, vide também: MELLO, Evaldo Cabral de. **O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. 276 p.

Antilhas e Jamaica num patrimônio economicamente muito importante, apesar da exigüidade da terra; (III) Portugal se defende muito mal da nova concorrência antilhana e é do final do século XVII que a decadência açucareira da colônia portuguesa-americana se inicia, mas não desaparecendo completamente, haja vista que essa indústria sobreviverá os séculos até os tempos atuais; (IV) também é possível ressaltar que a forma de estruturação da indústria açucareira colonial portuguesa foi através de formas pouco elaboradas de administração, organização e técnicas, tendo progredido muito através da proteção de mercado, do mercado colonial interno em expansão em diversos outros setores, ou por fatores externos excepcionais, quando a produção concorrencial quebrava num determinado período, sendo a escravidão fundamental para sustentar os lucros dessa empresa colonial.¹⁹⁷⁵

Essa recessão econômica da época, vivida pela América portuguesa, e a separação com a Espanha, quebraram a ligação local que havia entre a colônia portuguesa e a colônia espanhola, que se dava através de Buenos Aires e alcançava até o Peru; os mercadores portugueses que os espanhóis denominavam – não sem razão – por cristãos novos, chegavam até Lima. Além das trocas legalmente permitidas entre as duas colônias ibero-americanas, surge um comércio clandestino que amplia muito o volume das trocas coloniais locais, assegurando ao Brasil uma parte considerável da prata produzida no Peru, mas tudo isso se encerrando antes de 1640. A partir de 1680, verifica-se que a fundação da Colônia da Sacramento, no Rio da Prata, intenta reativar essa linha de intercâmbio, mas desta vez as minas peruanas exportam sua produção preferencialmente para a Europa, além delas se encontrarem em sua fase decadencial de extração; a Bahia, como capital do açúcar colonial português irá ressentir a estagnação econômica e a perda de sua zona de influência, perdendo o privilégio de ser ponto de passagem da prata peruana.¹⁹⁷⁶

Nas zonas periféricas da colônia portuguesa na América, por essa época – final do século XVII e início do século XVIII – ainda sobrevive a exploração da madeira, ouro e pedras preciosas extraídas em pequenas quantidades, artigos artesanais produzidos pelos indígenas da América portuguesa e obtido mediante trocas junto às fronteiras das zonas açucareiras. Começa a adquirir importância a criação da pecuária, mas também continua a caça ao indígena local, para fins de utilização como mão-de-obra, caça humana essa desenvolvida na região correspondente ao atual Brasil central. Nas costas da Bahia e Pernambuco, as terras são férteis, entretanto, adentrando mais no interior dessa região, verifica-se o sertão seco, vegetação de estepe, composta por uma população mestiça que

¹⁹⁷⁵ DONGHI, História..., p. 39-40.

¹⁹⁷⁶ DONGHI, História..., p. 40.

existe dedicada ao cuidado do gado, fornecendo carne e animais para as plantações da cana-de-açúcar, mas utilizando os produtos do gado para autoconsumo em sua predominância. Mais ao extremo norte litorâneo da colônia, verifica-se uma ocupação que se processa de forma lenta, através da povoação de alguns colonos que se dedicam à caça do índio para serem vendidos como escravos nas plantações e engenhos da cana-de-açúcar.¹⁹⁷⁷

Mais ao sul, na capitania de São Paulo, ela vai aumentando seu território, ao mesmo tempo em que se verifica uma diminuição da ocupação dessas terras pelos colonos. É a caça aos índios que ocupará as pessoas que lá continuam estabelecidas, desenvolvendo-se num período de recessão que agora é secular. A indústria açucareira, por esse período de dificuldades econômicas, se defenderá desta forma – escravos indígenas –, uma vez que é atingida profundamente em suas finanças – diminui drasticamente a quantidade de moedas em poder dos fazendeiros ou senhores do engenho – e não tem como arcar com os custos dos escravos africanos, que se fazia exclusivamente em moeda metálica. É nesse contexto que as pessoas e animais presentes no interior da colônia luso-americana adquirem um novo valor para a economia colonial com um todo. Em 1620, após a destruição das missões jesuíticas do Guairá, que estavam vinculadas ao Vice-Reinado do Peru – poder-se-ia dizer que essa região das referidas missões corresponderia à porção do atual Brasil, que na época era de domínio espanhol (Brasil espanhol) –, é dada a continuidade da expansão da capitania de São Paulo; no início do século XVIII a expansão se direciona voltando-se mais para o sul da colônia portuguesa, além de continuar em sua trajetória para o oeste, rumo às terras coloniais espanholas; o objetivo é caçar homens e buscar diamantes e ouro aluviais.¹⁹⁷⁸

Assim, é possível inferir que nessa época e realidade colonial portuguesa, havia, de um lado, as zonas geográficas açucareiras, tanto da produção quanto do refino – o centro de moagem da cana, o denominado engenho, emprestará o nome genérico que designará as plantações da cana-de-açúcar no norte da colônia portuguesa da América –, são locais onde trabalha “uma massa de escravos, inicialmente africanos, posteriormente indígenas” (sic). Dessa realidade colonial, pode ser destacada a composição étnica, fruto da miscigenação entre africanos e europeus colonizadores, favorecendo o fenômeno da forte e típica presença africana na vida e cultura colonial luso-americana a partir daí e através dos tempos. Nessa região açucareira, economicamente verifica-se um sistema que não é marcado pela busca racional do lucro, que se verificava, no mesmo período, para a produção açucareira nas Antilhas; nota-se que nas relações sociais – marcadas, anotam alguns, pelo patriarcalismo –,

¹⁹⁷⁷ DONGHI, História..., p. 40.

¹⁹⁷⁸ DONGHI, História..., p. 40.

os negros são inseridos nelas – estabelecendo uma base de afinidades étnicas –, preservando-se aquilo que eles herdaram de suas tradições africanas, após a sua transplantação forçada em terras coloniais americanas. Assim, por exemplo, no aspecto de sua religiosidade – e também tradição social –, os negros preservam, sob manto do cristianismo, as tradições trazidas de suas terras nativas, portanto, não é sem razão que é apontado, em relação aos negros da colônia luso-americana, o fenômeno da África continuará a ser uma presença muito viva nessa colônia, acentuado pelo fato da escravidão – e seu comércio de importação – nela ter vigorado até final do século XIX, fenômeno que não se sucedeu para os negros levados escravos para os EUA e os das antigas Antilhas Britânicas.¹⁹⁷⁹

Assim, se existiam as zonas açucareiras com tais características, por outro lado, na colônia americana de Portugal, havia outra zona geográfica periférica à cultura da cana-de-açúcar, com uma população mestiça, que é característica dos criadores de gado da região litorânea norte da colônia, atual região nordeste do Brasil. Observa-se que os caçadores de índios da região norte e da capitania de São Paulo são resultados da união entre portugueses e indígenas locais. Tanto na América espanhola, quanto na América portuguesa, era notório que em certas zonas periféricas, “a necessidade de povoar vastos territórios traduziu-se numa febril reprodução dos conquistadores e na constituição de organizações familiares cuja distância do modelo monogâmico europeu encheu de horror mais de uma testemunha”.¹⁹⁸⁰

Nessa zona geográfica – e econômica – periférica da América portuguesa, a vida é mais simples, dura e difícil, se comparada à zona açucareira. Nos períodos de crise econômica mais profunda, os senhores do engenho agem como grandes senhores, revelando uma vida ociosa que “os fazem ao mesmo tempo invejados e desprezados pelos rudes pecuaristas e pelos chefes de bandos do interior”. Mas essas duas zonas de ocupação têm em comum o fato de possuírem uma população muito escassa, e que expande-se rapidamente num espaço geográfico não limitado por obstáculos físicos importantes, a não ser as distâncias que separavam as ocupações. A configuração muito regular da costa marítima impede a construção de muitos portos, e na zona geográfica central da colônia, verifica-se uma cadeia de montanhas relativamente alta e um sistema de rios que correm preferencialmente para o próprio interior das terras sul-americanas, em direção ao extremo norte – à atual Amazônia – e à região do Rio da Prata. Mas vencido esse acidentes geográficos da região central, alcança-

¹⁹⁷⁹ DONGHI, História..., p. 40-1.

¹⁹⁸⁰ DONGHI, História..., p. 41.

se o planalto com uma regularidade de solo e presença de rios navegáveis, tudo favorecendo à penetração colonial nas terras portuguesas sul-americanas.¹⁹⁸¹

Na América portuguesa, assim, não existiram os compartimentos estanques que obstaram e dificultaram a colonização espanhola; os rios são vias essenciais de comunicação no interior da colônia, como rio São Francisco alcançando o Atlântico ao norte da Bahia, ao mesmo tempo ligando o interior norte e central. Por isso que pôde ser verificada a expansão da colonização portuguesa – tanto no norte, quanto na capitania de São Paulo – através das vias hidrográficas. Até início do século XVIII estima-se que a população na colônia portuguesa era em torno de quatrocentas mil pessoas, sendo a população negra a maioria, mais que os brancos e mulatos juntos, e os mulatos eram em maior número que os índios subjugados, de tal forma que, para um espaço geográfico estimado em três milhões de quilômetros quadrados, havia uma população que ocupava amplamente este espaço.¹⁹⁸²

Em 1698 é descoberto o ouro na colônia portuguesa e, trinta anos mais tarde, o diamante; tais fatos mudam o destino colonial da América portuguesa. Descobertas numa parte da capitania de São Paulo, tentou-se conservar para a elite de São Paulo o monopólio da exploração da minas, intento que recebeu parcial sucesso, pois durante dez anos São Paulo teve o monopólio da exploração do metal precioso. Em 1708 ocorreram conflitos internos, o que levou a Coroa portuguesa a permitir a livre busca e extração do ouro, se aventurando na empreitada gente proveniente das plantações da cana-de-açúcar e estabelecimentos pecuários do norte – verificou-se, inclusive, que “até mesmo proprietários de pequenos engenhos, com todos os seus escravos, partiam para tentar a fortuna buscando fragmentos de ouro aluvial e pepitas”. A capitania de Minas Gerais, destacada da capitania de São Paulo, foi sede da primeira cidade do ciclo do ouro português em território americano, tendo sido também a sede principal – capital – da capitania a partir de 1720.¹⁹⁸³

A indústria mineradora produziu nova riqueza para a colônia portuguesa, de tal forma a retomar e intensificar a importação de escravos; fenômeno que ocorreu devido a esse ciclo de metais e pedras preciosas, é que o “pequeno empreendimento de busca e exploração do ouro, como posteriormente aquele de diamantes, permitiu a presença de uma multidão de empresários individuais e provocou uma imigração da metrópole que não tem similar na América espanhola”. Devido a isso, no final do século XVIII, a população na colônia luso-americana é em torno de três milhões de pessoas; entre o final do século XVIII e início do

¹⁹⁸¹ DONGHI, História..., p. 41.

¹⁹⁸² DONGHI, História..., p. 41-2.

¹⁹⁸³ DONGHI, História..., p. 42.

século XIX, as minas tradicionais já haviam esgotado suas possibilidades e os recém-chegados se dirigiam em direção mais ao interior central, na zona geográfica hoje correspondente a Goiás e os dois Mato Grosso, povoando e se formando mais estabelecimentos no interior da colônia. Entretanto, depois do esgotamento da indústria mineira – cujo luxo arquitetônico da cidade de Ouro Preto representa o auge de seu esplendor –, tais estabelecimentos passaram a se dedicar à criação do gado, com a dificuldade de que essa atividade dificilmente se inseriria nos produtos comercializados com a metrópole portuguesa e a Europa. O interior da colônia era, portanto, zonas de depressão econômica, com contrastes marcantes frente ao que ocorria na faixa litorânea, por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro – por essa época, no início do século XIX, a capital geral colonial – era “um oásis de plantas tropicais, entre as quais arrozais e plantações de algodão rivalizavam com as de cana-de-açúcar”.¹⁹⁸⁴

O Brasil dos aventureiros e prospectores dos metais e pedras preciosas dirigiu-se, de modo irreversível, em direção ao extremo norte da colônia e ao extremo sul, em busca do desbravamento – e riquezas – das últimas fronteiras da colônia luso-americana. Já no século XVIII, o extremo sul será palco da economia da pecuária, com marcas características comparáveis ao que se desenvolveu no Rio da Prata, seu vizinho espanhol. As peles são destinadas à Europa, via mercadores europeus, os muares e a carne seca são destinados para as zonas mineradoras e as regiões mais ao norte, produtoras de açúcar. Já no extremo norte, verifica-se que o regime de ventos, presentes no atual Maranhão, permitia uma rápida comunicação – navegação à vela – entre essa zona geográfica colonial e a metrópole portuguesa, muito mais que nos demais portos presentes de norte a sul da colônia; além disso, nessa zona geográfica setentrional o primeiro período de sua ocupação e colonização foi marcado pela presença jesuítica – missões – onde a principal atividade econômica era aquela decorrente dos intercâmbios com a população indígena da bacia amazônica. Posteriormente, a “expulsão dos jesuítas e a constituição de companhias comerciais inspiradas pela política de Pombal, o ministro do despotismo iluminado português, favoreceram a cultura do arroz e do algodão – como compensação à lenta diminuição do comércio amazônico e, esgotadas as reservas de mão-de-obra local, recorreu-se amplamente à importação de escravos africanos”.¹⁹⁸⁵

No século XVIII, até o ano de 1760, verifica-se um ligeiro aumento da produção açucareira, para então, a partir daí, sofrer um colapso, que fará a produção retornar ao nível de

¹⁹⁸⁴ DONGHI, História..., p. 42.

¹⁹⁸⁵ DONGHI, História..., p. 42.

um século anterior. Os escravos africanos importados, por esse período, eram absorvidos preferencialmente e intensamente nas minas – até 1770 –, para extração do metal precioso, chegando a subtrair a mão-de-obra necessária para as plantações da cana-de-açúcar. Não se pode olvidar, também, que a economia da cana-de-açúcar sofria a concorrência – racionalizada – da produção das Antilhas francesas e britânicas, estes tomando conta, cada vez mais, do mercado europeu e afastando dele o açúcar colonial português. A agricultura não baseada na cana-de-açúcar aproveitou-se do momento econômico e político mundial da época, tirando vantagem da revolução industrial em curso na Europa e das guerras do período, sendo que o açúcar produzido na colônia portuguesa somente foi se inserir nesse processo bem tardiamente, na segunda metade do século XIX.¹⁹⁸⁶

A América portuguesa, no início do século XIX, é uma colônia cheia de contrastes econômicos, onde uma aparência de prosperidade convive com profundos desequilíbrios de desenvolvimento econômico e social: (I) os antigos centros açucareiros – ainda importantes – não possuem mais o antigo caráter hegemônico sobre o conjunto da pauta de exportações para a Europa; (II) a partir de 1770 as atividades mineradoras perdem de importância rapidamente; (III) é a zona geográfica em torno do Rio de Janeiro, Maranhão e no extremo sul, que conseguem levar adiante a imagem de desenvolvimento da colônia luso-americana. O destino econômico da colônia está vinculado aos humores que ronda Portugal; verifica-se que uma mutável política comercial guia a Coroa. No início do século XVIII a economia portuguesa está totalmente inserida na área britânica – vale dizer, totalmente dominada ou dependente pelos interesses econômicos britânicos –, de tal modo que o ouro produzido na colônia americana – e a prata espanhola também, que passa pela América portuguesa – tem na metrópole um centro de trânsito, mas observando-se que é mais o ouro do que a prata que os britânicos desejam preferencialmente, a tal ponto que alguns historiadores irão afirmar que é esse ouro português sul-americano que será uma das principais causas da revolução industrial inglesa.¹⁹⁸⁷

O acordo entre Portugal e Grã-Bretanha, no aspecto comercial, garante a proteção da produção vinícola da metrópole, entretanto, nada oferece como defesa para a produção colonial da América, portanto, cujos produtos muito dificilmente chegam a ser inseridos dentro do mercado de consumo britânico. Na época de Pombal, constata-se que houve a tentativa de racionalizar o desenvolvimento da agricultura colonial através de um sistema de companhias comerciais privilegiadas, entretanto verificou-se o êxito do empreendimento

¹⁹⁸⁶ DONGHI, História..., p. 42-3.

¹⁹⁸⁷ DONGHI, História..., p. 43.

apenas no extremo norte – Maranhão – tendo fracassado nas zonas tradicionais de plantação da cana-de-açúcar. Com o novo sistema, se foi possível promover a difusão de produtos que já possuíam um mercado, entretanto não foi possível alcançar a abertura de novos mercados para um produto muito abundante como o açúcar; de fato, quanto ao açúcar, somava-se o fato de que, no início do século XVIII, a elite dos senhores do engenho e das plantações havia lutado arduamente – contra os mercadores portugueses do Recife – para manter sob seu controle o mercado do comércio do açúcar produzido na colônia, e não estava disposta a ceder, novamente, para uma outra companhia portuguesa, o referido controle. Na zona do atual Maranhão, o êxito do empreendimento trouxe conseqüências: “a categoria dos plantadores, que se havia desenvolvido, pretendia tornar-se independente das pesadas tutelas, tomando a decisão de repartir de modo menos desigual os ganhos obtidos no comércio com o ultramar”. Em 1789 foram extintas as companhias privilegiadas, visto e considerado na colônia como uma vitória dos plantadores locais; a guerra européia em curso, por esse período, provocou mudanças – com atraso se considerado o que sucedeu nas colônias espanholas – na colônia, devendo ser considerado o fato de que o império português – mesmo na área dominada pelos britânicos – sofrerá menos no aspecto referente a dificuldades de comunicação – transportes. Nessa época, quando Portugal se isola dentro do continente europeu e, posteriormente, quando a metrópole cai, acelera-se a decadência do açúcar que já fora iniciado a partir de 1760.¹⁹⁸⁸

Todas as dificuldades da colônia refletem-se nos números referentes à exportação, indicadores esses que se comportam em altos e baixos, acompanhando também as vicissitudes e humores provenientes da metrópole; em meados do século XVIII, há o apogeu em valores de exportação, quinze anos após, há uma queda de cerca de 40% nesse valor, cuja retomada é lenta, de tal maneira que em 1814 os valores exportados ainda é 80% daquele praticado em 1750. Essa retomada é impulsionada devido à ampliação do leque de itens de produtos para exportação, que colocam o ouro e o açúcar como rubricas ainda importantes mas não mais dominantes. O açúcar sempre esteve presente, em todas as épocas, como um item importante de exportação, se não de forma absoluta, pelo menos relativamente; no auge da extração aurífera, o ouro e o açúcar eram os dois únicos itens de exportação da colônia em direção à Europa, política colonial de produção e exportação que era a mesma praticada pela América espanhola.¹⁹⁸⁹

¹⁹⁸⁸ DONGHI, História..., p. 43.

¹⁹⁸⁹ DONGHI, História..., p. 43.

O setor açucareiro também contribuiu decisivamente para o crescimento demográfico na colônia. É na atual Bahia que na época – século XVIII – se concentrava a maior parte da população da colônia luso-americana, sendo 50% negros e escravos – uma escassa minoria não escrava –, 23% de brancos, 7% de índios e os demais mestiços e mulatos. Na colônia portuguesa não há o preconceito explícito de casta tal qual se desenvolvia na parte espanhola da América, mas devendo-se notar, por exemplo, que havia já estabelecido uma diferença pela origem, diferença que era protegida pelo instituto já consagrado da escravidão – verdadeiro estatuto social que ditava uma posição e situação social da pessoa. Por outro lado, com a intensificação da imigração proveniente da metrópole, produziu-se um equilíbrio social diverso do que sucedia no restante da América Latina; tanto no norte litorâneo quanto no centro litorâneo – atual Rio de Janeiro – já existia uma elite de senhores de terra estreitamente ligados ao mercado metropolitano e europeu, fato que não ocorreu na América espanhola – senhores das terras vinculados ao mercado ultramarino. Essa elite senhorial local era uma camada muito forte – economicamente e politicamente –, de tal forma que todos os ordenamentos rurais que se referiam à colônia, necessariamente deveria ter a sua apreciação e aprovação, e tal poder se mostrou mais claramente quando “derrotou – antes mesmo da emancipação – as pretensões hegemônicas dos mercadores dos portos do norte e preparou-se para conservar uma influência decisiva na vida do (...) [país] independente” que adviria no século XIX.¹⁹⁹⁰

Na região interior mais central e mais ao extremo sul da colônia luso-americana, não há nada existente e semelhante a essa classe senhorial local poderosa. É de se notar, por essa época, que a grande propriedade, como na América espanhola, é a regra geral, sendo construída com base em patrimônios privados modestos frente à dimensão das terras possuídas, com apenas uma parte da produção direcionada para o mercado internacional. Enfocados sob ponto de vista econômico, os senhores das terras locais não são tão independentes quanto os comerciantes das cidades; constata-se que os proprietários de gado local – correspondentes àqueles que se estabeleceram no atual sertão nordestino e no extremo sul da América portuguesa – possuem uma sólida base de poder local, onde a ordem da zona geográfica onde se localizam é “mantida (e as vezes perturbada) por [esses] proprietários e seus pequenos exércitos privados”. Nas cidades é onde está estabelecida uma antiga tradição mercantil – Recife e Bahia ao norte e Rio de Janeiro mais ao centro. Observa-se que no norte, quando a metrópole impôs as companhias privilegiadas, os senhores do engenho se uniram

¹⁹⁹⁰ DONGHI, História..., p. 44.

aos comerciantes locais para garantir a manutenção deles nos ganhos da produção colonial; já no Rio de Janeiro, o maior desenvolvimento dos setores comerciais locais foi na época da extração do ouro na Capitania de Minas Gerais, sendo que, com o fim do ciclo do ouro, tais setores sobreviveram com a exportação de uma gama de produtos mais ampla e conservando, assim uma posição mais sólida, do que se sucedia com os comerciantes estabelecidos no norte da América portuguesa.¹⁹⁹¹

A classe social de produtores e comerciantes, na América portuguesa, desenvolve-se de forma diferenciada ao que se verifica, no mesmo período, na América espanhola; o setor agrário luso-americano é amplo, com produção dirigida para o ultramar, e setor esse controlado “por uma classe homogênea de grandes proprietários de terras”. Constatase, também, que Portugal, diferentemente da Espanha, possui estruturas econômicas mais fracas, não conseguindo impor e fazer valer firmemente uma política colonial, como a Espanha realizou. Essa debilidade de um Portugal territorialmente pequeno, frente a uma colônia territorialmente extensa, reflete-se nas relações sociais; na segunda metade do século XVII, observa-se que a América espanhola estabeleceu uma administração colonial muito coesa – equilíbrio de forças entre os agentes que garantem uma união econômica entre a metrópole e a colônia – e isso foi alcançado pela América portuguesa muito mais tardiamente. A Coroa portuguesa por si, assim, não leva adiante a exploração e conquista das colônias do Novo Mundo; sobre os territórios americanos conquistados por portugueses, reserva para si a soberania, mas acaba tendo de reconhecer “faculdades muito amplas – políticas, econômicas e militares – a quantos dispunham dos capitais e dos homens necessários para o empreendimento” que a colônia demandava. “O Brasil primitivo, aquele das capitanias, é assim um conjunto de estabelecimentos comerciais privados sobre a costa americana”.¹⁹⁹²

Diante disso, apesar da América portuguesa ser formalmente uma colônia da Coroa, de fato ela somente o foi – no sentido da Coroa dominar ou administrar completamente os rumos da conquista – no início do século XVIII – época em que a Coroa portuguesa pagou pelo resgate das últimas capitanias privadas que havia permitido ser implantada –, ainda assim, de forma incompleta. Os primeiros conquistadores, portanto, e seus descendentes, bem como as pessoas que posteriormente aqui vieram com seus capitais, eram donos privados das concessões recebidas e angariaram forte poder local por sua posição na sociedade colonial, de tal forma que, quando a administração real substituiu aquela dos donos das concessões, ela teve que se apoiar nas situações particulares e locais de poder – fruto de cerca de duzentos

¹⁹⁹¹ DONGHI, História..., p. 44.

¹⁹⁹² DONGHI, História..., p. 44-5.

anos de exercício local do mesmo – em proporção muito maior do que a verificada na América espanhola. Se a organização administrativa da colônia luso-americana se inicia em meados no século XVI, com a instalação da capitania-geral da Bahia, se verificará que a segunda conquista – conquista dos conquistadores originais (e seus descendentes) pela Coroa – não se sucederá, conforme foi feita na América espanhola.¹⁹⁹³

Razões haverá para que a colonização portuguesa se conduza desta forma; assim, diferentemente da colônia americana espanhola, a parte portuguesa da América não conhece de imediato o butim de metais preciosos que a Coroa e conquistadores espanhóis disputam imediatamente à conquista. A América portuguesa se iniciará como um conjunto de estabelecimentos comerciais de escassa rentabilidade, e somente com o ciclo de produção e comércio da cana-de-açúcar – com a riqueza que o açúcar produziu – é que se iniciará a formação de uma classe de grandes proprietários de terra, cuja mão-de-obra é formada por escravos negros e adquiridos pelos proprietários a preço de mercado – e não mediante uma concessão de mão-de-obra mais ou menos gratuita da Coroa, como se sucedeu na América espanhola.¹⁹⁹⁴

Com relação à terra, na América portuguesa açucareira não haverá a “precariedade nos títulos de propriedade da terra por parte dos conquistadores, como é o caso da América espanhola, onde os grandes patrimônios imobiliários dependem do favor do poder político”. O sistema administrativo aqui montado, portanto, coloca a Coroa portuguesa como dependente, dividindo suas prerrogativas com as instituições criadas localmente, instituições essas com funções muito similares às congêneres espanholas, mas com significado bem diferente. “Os conselhos comunais são similares, por estrutura e origem, àqueles da América espanhola, ou seja, são também, fortalezas das oligarquias locais, que se renovam por cooptação, por herança ou por aquisição do cargo. Também (...) [na América portuguesa], no vértice de algumas capitanias, existem figura análogas às dos corregedores, às quais são submetidos os **capitães do mato**, prepostos que mantêm a ordem nas zonas rurais, e, de qualquer modo, a diferença é em sentido centralizador: os **alcades**, que seriam seus equivalentes na América espanhola, dependem dos conselhos municipais e não do poder central. Uns e outros, porém, adquirem poderes mais amplos, no momento em que, no século XVIII, aumentam e se aguçam os conflitos (...) [Portugal-Espanha] e se impõe a militarização da vida (...) [da colônia luso-americana]; as milícias locais dominarão o panorama, com exceção das regiões situadas a longínqua fronteira meridional, e garantirão o predomínio dos notáveis locais, as

¹⁹⁹³ DONGHI, História..., p. 45.

¹⁹⁹⁴ DONGHI, História..., p. 45.

oligarquias cidadinas, os proprietários de plantações, os senhores da pecuária, em cujas mãos estão esses novos instrumentos de poder”.¹⁹⁹⁵

Dessa realidade colonial resulta uma diferença essencial do ponto de vista econômico entre os dois tipos de colonização empreendida na América, qual seja, “na América espanhola, a propriedade da terra e a riqueza nem sempre estão ligadas; (...) [na América portuguesa], ocorre o inverso e, por isso, a classe dominante dispõe de um poder que falta freqüentemente à sua congênere da América espanhola. Desse modo, a constituição do poder central (...) [na América portuguesa] não ocorre em luta [da Coroa] contra efetivos poderes locais; esses sempre encontram maneiras de dominar as instituições criadas para controlá-los. O poder central nasce fraco e elabora táticas adequadas a essa debilidade: a história do século XVIII (...) [luso-americano] é rica de choques armados inter-regionais – no norte, entre Olinda e Recife; no centro, entre nortistas e paulistas em Minas Gerais –, diante dos quais o poder real comporta-se unicamente como um árbitro bastante tímido. Talvez resida nisso uma dos segredos da sobrevivência da unidade brasileira no século XIX, que é habitualmente explicada pela falta de uma crise profunda da velha ordem administrativa colonial. Essa ordem, na medida em que é menos exigente, que a espanhola, sobrevive melhor à ação de forças centrífugas, que são tão poderosas (...) [na América portuguesa] quanto na América espanhola”.¹⁹⁹⁶

A estrutura administrativa colonial portuguesa progride lentamente e sem interrupções. No período em que Portugal e Espanha eram governados sob cetro único, institui-se em Lisboa estruturas administrativas para governar as Índias; posteriormente, com a separação – restauração de Portugal – entre os dois impérios, e especialmente a partir do século XVIII, “a máquina administrativa (...) [na América portuguesa] tornou-se mais complexa; criaram-se novas divisões administrativas, na medida em que, graças à expansão mineira, vão-se povoando as regiões centrais e meridionais. Em 1717, (...) [a colônia luso-portuguesa] torna-se um reino, governado por um vice-rei, o qual, em 1763, transfere sua sede da Bahia para o Rio de Janeiro, o porto do ouro”.¹⁹⁹⁷

Em relação à situação religiosa – Igreja e ordens religiosas – verifica-se uma situação semelhante entre as duas Américas. Na América portuguesa há um predomínio maior dos jesuítas, mas esse predomínio não se fez sem hostilidades entre a Companhia de Jesus e os latifundiários locais, tendo em vista a política inicial daquela em relação aos indígenas, fato

¹⁹⁹⁵ DONGHI, História..., p. 45. Grifos no original.

¹⁹⁹⁶ DONGHI, História..., p. 45-6.

¹⁹⁹⁷ DONGHI, História..., p. 46.

que se repetiu na América espanhola já no início do século XVII. Sucedeu que na América portuguesa a Companhia perdeu o favor dos colonos, com compensações muito limitadas nos territórios das missões, sendo que somente no século XVIII os territórios jesuíticos alcançaram alguma importância mas no extremo norte correspondente à Amazônia. A Companhia – rica e poderosa –, como a Coroa, não são independentes e autônomas frente ao poder das camadas locais, estas mais fortes e unidas que na América espanhola. Em 1759, quando os jesuítas foram expulsos da América portuguesa, praticamente tal fato e ato não encontrou resistência local, diferentemente do que se sucedeu na América espanhola.¹⁹⁹⁸

Tanto os jesuítas quanto a organização eclesiástica – Igreja –, deviam prestar contas aos poderes locais e, nesse processo de inter-relacionamento dependente, sucedeu ocorrer um fato semelhante ao que se verificou no envolvimento entre a estrutura administrativa central – metropolitana – com os poderes locais, vale dizer, praticamente todos tiveram que contemporizar ou ter de reconhecer as particularidades locais e se adaptar conforme a essa exigência de contemporização se impunham, de tal forma que o fenômeno que se verificou na América portuguesa não havia paralelo no resto da América Latina. Por exemplo, nas zonas da cana-de-açúcar, os cargos paroquiais eram tidos como patrimônio de fato dos senhores do engenho, sendo normalmente destinados ao seu segundo filho; no alto clero e nas ordens religiosas, também a elite local é que dominava, bem mais que na América espanhola; enfim, os elementos da colônia dominavam mais que os da metrópole. Nessa Igreja, grassava um espírito militante religioso menos intenso em relação ao que se verificava na América espanhola, além de se observar também uma maior promiscuidade ou espírito mundano, mas que, ao mesmo tempo, explorava pouco a massa dos fiéis; essa massa de fiéis, na América Espanhola, era a única possibilidade de sobrevivência para muitos párocos nas regiões mais pobres da região. “Também essa superioridade aparente deriva indubitavelmente, como já foi notado, da circunstância de que (...) [na América portuguesa] a riqueza estava diretamente ligada à propriedade da terra; e confirma, mais uma vez, que Igreja (...) [local] era uma parte das classes dominantes locais, ao contrário do que sucedia na América espanhola”.¹⁹⁹⁹

No século XVIII, portanto, verifica-se que a América portuguesa havia sofrido maiores transformações do que a América Latina espanhola. O norte produtor de açúcar – nordeste atual – perdera sua importância econômica e a nova região econômica de importância passara a ser o centro da colônia portuguesa na América, onde se situavam as minas de metais preciosos da colônia portuguesa-americana. Por essa época a colonização

¹⁹⁹⁸ DONGHI, História..., p. 46.

¹⁹⁹⁹ DONGHI, História..., p. 46.

portuguesa se expandia simultaneamente em direção ao norte – atual Maranhão e Amazônia – e ao sul – Rio Grande do Sul.²⁰⁰⁰

A independência da América portuguesa deu-se sem a luta – guerra – que marcou a independência da América espanhola, entretanto, as agitações – algumas violentas – internas no Estado já independente foram semelhantes – em termos de problemas estruturais, de fundo – daquelas que ocorreram nos novos Estados da América espanhola, após a independência. Para compreender em sua integralidade a diferenciação dos processos de independência ocorrida na América portuguesa, frente aos processos sucedidos na América espanhola, é preciso voltar à Portugal da época da Restauração, no ano de 1640,²⁰⁰¹ quando renuncia “ao desempenho das funções de metrópole econômica com relação aos seus territórios americanos”, por essa época já inseridos, como Portugal, sob a órbita de interesse exclusivo da Grã-Bretanha. O despotismo iluminado português que se segue mais tarde, procurando reforçar a participação metropolitana na vida colonial americana – reformas na relação metrópole colônia –, era menos ambicioso que o praticado pela Espanha em suas colônias. Em terras luso-americanas inexistia – como sucedia na América espanhola – o predomínio de uma elite administrativa e mercantil de origem metropolitana sobre as elites locais – nativas – formadas desde épocas anteriores. Havia também o fato de que a América portuguesa acabou adquirindo uma importância significativa diante das guerras revolucionárias e napoleônicas que se desenvolviam internamente na Europa.²⁰⁰²

De fato, Portugal, diante desse quadro europeu de convulsão ideológica e política – com reflexos bélicos – procura se inserir dentro de um bloco contra-revolucionário, mas acaba se refugiando numa neutralidade com o temor, pelo mar, da potência naval britânica, e por terra, da força militar francesa, especialmente devido à aliança franco-espanhola. O Bloqueio Continental imposto por Napoleão – voltado para impedir o comércio da Grã-bretanha com a Europa continental – não fez Portugal alterar sua posição, procurando conservar sua neutralidade e as comunicações com suas colônias; para a sustentação econômica de Portugal,

²⁰⁰⁰ DONGHI, História..., p. 39.

²⁰⁰¹ Durante cerca de 60 anos, Portugal e Espanha foram regidos por um único monarca espanhol, iniciado em 1581 – com Filipe II –, com a invasão do exército espanhol em Portugal, dentro de uma disputa dinástica vencida pela família real espanhola, e finalizado em 1640 – com Filipe IV –, com a sublevação de Lisboa contra a regência do monarca espanhol, e a proclamação de um rei português para a nação, quando, então, a Coroa de Portugal retorna em mãos portuguesas, com a Dinastia de Bragança, iniciado com D. João IV, Duque de Bragança. Durante esse período, por um lado, essa situação permitiu aos portugueses aumentar seu império brasileiro, mas por outro lado, tornou as demais possessões portuguesas ao redor do mundo mais vulneráveis às investidas holandesas e inglesas. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 19, p. 4729.

²⁰⁰² DONGHI, História..., p. 78-9.

era fundamental alinhar-se com a Grã-Bretanha. Diante das conseqüências dessa decisão, a família real portuguesa é obrigada a fugir para o Rio de Janeiro em 1808.²⁰⁰³

A vida na América portuguesa muda com a perda da metrópole e a vinda da família real. O Rio de Janeiro de repente é alçado ao estatuto de sede da corte. A proteção da Inglaterra a Portugal – ou à família real – tinha seu custo, e logo mudanças no sistema e nas relações comerciais começaram a se verificar. Tratado de 1810 concedeu à Inglaterra o estatuto de país mais favorecido comercialmente com a América portuguesa, com suas mercadorias pagando direitos alfandegários menores que os provenientes da metrópole, seus operadores econômicos isentos da jurisdição dos tribunais ordinários locais, submetendo-se a magistraturas especiais. Se haviam atritos, o certo é que a posição de vulnerabilidade – dependência – da colônia não permitia o confronto com a influência cada vez maior dos britânicos sobre a América portuguesa, de tal forma que os laços frágeis entre metrópole e colônia foram se enfraquecendo cada vez mais. Em 1813, os franceses foram expulsos de Lisboa, mas a corte decidiu permanecer na colônia, mesmo sabendo do fim da influência francesa na Espanha; nem mesmo em 1815, quando a Restauração conforma-se como hegemônica na Europa, a corte decide retornar, haja vista a delicadeza da situação política na Europa. Nessa época, já era duvidoso que a colônia aceitasse ser governada novamente pela metrópole. Em 1817, explode uma revolução republicana no norte de Portugal, e, em 1820, desencadeiam-se movimentos liberais, forçando o retorno do rei a Portugal, deixando seu filho Pedro como regente da colônia, recomendando, antes de partir, que o filho tomasse a dianteira do movimento de independência da colônia.²⁰⁰⁴

A ruptura entre colônia e metrópole deveu-se a difusão de correntes ideológicas republicanas e a vontade do parlamento português em fazer a colônia retornar ao seu antigo estatuto de colônia. A guerra de independência registrou conflitos entre tropas portuguesas e coloniais na Bahia, e frente a uma exigência do parlamento liberal português, no sentido de D. Pedro obedecer rigorosamente as diretrizes centralizadora de Portugal, D. Pedro proclama a independência da colônia em 1822. Por via da mediação britânica, Portugal reconheceu a independência de sua colônia americana em 1825. O Império do Brasil surgiu num período desfavorável para as idéias republicanas e de forma pacífica – se comparado com o que sucedeu na América espanhola –; a Coroa era tida como a base concreta e real da unidade política da América portuguesa, entretanto, tal unidade não era tranqüila, haja vista que em 1824 já se registravam uma rebelião ao norte, proclamando a ideologia republicana. Pouco

²⁰⁰³ DONGHI, História..., p. 79.

²⁰⁰⁴ DONGHI, História..., p. 79.

tempo depois, ao sul ocorreu uma guerra, na Banda Oriental do Uruguai, na região Cisplatina – antigo território espanhol. Uma assembleia constituinte foi dissolvida por D. Pedro, haja vista que edificava uma Constituição diversa dos interesses do imperador luso-americano, e em 1824 uma Constituição é outorgada por ele, instituindo um Império liberal e parlamentar. Sem uma crise profunda durante o período da independência, o poder político – e econômico – ficou em mãos dos mesmos grupos dirigentes que haviam se estabelecido durante o período colonial. Em graus diferenciados, tanto a América portuguesa quanto a América espanhola independentes serão palcos de lutas internas voltadas para encontrar um equilíbrio de forças entre os novos – e antigos – donos do poder.²⁰⁰⁵

A conquista da América portuguesa se insere dentro do movimento social europeu da época, com todas as suas demandas e idiosincrasias, onde a Península Ibérica se lançou como nações comerciais, erigindo uma sociedade monárquica de moldes patrimonial – com um estamento poderoso em Portugal –, e a conquista das rotas do Atlântico sendo uma decorrência da política comercial que impulsionava todo o conjunto dos diferentes mundos sociais europeu da época. Para Portugal, as descobertas de novas rotas comerciais significavam exclusividade na exploração delas, garantindo ingressos monetários seguros e perpétuos – enquanto fossem mantidas as regras e poderio do sistema político-econômico internacional da época – para Coroa, sendo esta a grande negociante da nação, e fonte de todas as riquezas, privilégios e ganhos materiais e simbólicos da nação. O mapa definitivo do Planeta foi definido por esses navegadores portugueses e espanhóis que efetivamente realizaram o feito de integrar o Atlântico na civilização européia ocidental. Os portugueses – junto com os espanhóis – fizeram das novas terras descobertas e das rotas marítimas de comércio, o maior negócio do Planeta da época – neste trabalho é assim considerado o feito comercial dos dois Estados, e o poder alcançado e desfrutado nos séculos XV, XVI e XVII – com base em especiarias e metais preciosos, e agricultura em larga escala de produtos tropicais, tráfico de escravos, indústria naval, tudo voltado para atender o mercado consumidor europeu do período, do mediterrâneo ao norte da Europa.²⁰⁰⁶

Os séculos XV, XVI e XVII, foram os séculos que os europeus se lançaram em atividades desbravadoras, conquistadoras e colonizadoras, cujo resultado foi integrar um novo continente ao seu domínio e decifrar o enigma do mundo – suas reais dimensões e contudo

²⁰⁰⁵ DONGHI, História..., p. 80.

²⁰⁰⁶ DIAS, Manuel Nunes. **O descobrimento do Brasil**: subsídio para o estudo da integração do Atlântico Sul. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1967. 168 p.; FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 8. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989. 2 v. 752 p.; FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 23. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989. 248 p.

terreal e marítimo –, ao mesmo tempo em que realizava o mesmo feito em relação à África e Ásia; a civilização europeia integrou um vasto mundo à sua ordem, ao mundo moderno europeu que emergia no período – suplantando o mundo medieval –, sendo que a conquista e colonização do Brasil foram um pequeno detalhe dentro do universo em transformação que se desenvolvia na Europa. A colonização portuguesa na América é, assim, parte desse processo maior e não um fato isolado, sem precedente, fruto do acaso, mas se origina mais proximamente dentro do movimento de expansão marítima de países europeus a partir do século XV, enfim, empresas comerciais de navegadores daqueles países. Até o século XIV, o comércio continental europeu era feito por via terrestre em sua grande maioria, com uma pequena navegação de cabotagem, sendo a principal rota comercial do mundo europeu, até então, aquela que ligava, por terra, o Mediterrâneo ao Mar do Norte, passando pela Itália, Suíça, até chegar à Holanda. Uma revolução da arte de navegar e nos meios de transporte no mar, no século XIV, fez surgir a rota marítima que contorna o continente pelo Estreito de Gibraltar, ligando os dois pólos do comércio europeu; de rota subsidiária, ao longo do tempo se transformará em rota principal. Nessa mudança, Holanda, Inglaterra, Normandia, Bretanha e Península Ibérica, despontam como territórios centrais do comércio europeu, sendo que no início do século XV a posição deles está consolidada; do equilíbrio das relações marítimas e comerciais dessas nações emergirá um novo sistema de relações internas européias, e dará causa a expansão ultramarina. Se holandeses, ingleses, normandos e bretões se ocuparão do comércio intra-europeu através dessa nova via marítima, os portugueses se lançarão a empresas que não encontravam concorrentes antigos e já instalados, aproveitando-se de sua favorável posição geográfica; assim, na costa ocidental da África ele navegará para estabelecer comércio com os mouros que dominam a região, bem como os autóctones africanos.²⁰⁰⁷

Neste avanço sobre o oceano desconhecido de então, descobre as ilhas de Cabo Verde, Açores e Madeira, prosseguindo ao continente africano cada vez mais ao sul. A partir de meados do século XV, eles decidem atingir o Oriente contornando a África. Essa rota marítima os colocariam em contato direto com as Índias e todas as suas preciosas especiarias que, até então, enriqueciam os italianos e os mouros, que monopolizavam o comércio dessas especiarias tão cobiçadas na Europa. Os espanhóis vêm em seguida, procurando outra rota através do ocidente – uma nova rota descoberta tinha com garantido o monopólio de uso pelo descobridor –, e nessa empresa, descobrirão a América. Os portugueses também descobrirão

²⁰⁰⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 19-22.

sua parte do Novo Mundo, e depois virão os franceses, ingleses, holandeses, dinamarqueses e suecos, todos procurando tirar proveito da navegação oceânica. Nesse transcurso, Alemanha e Itália ficarão para trás nesse processo comercial marítimo – aferrando-se à antiga rota comercial européia terrestre –, para ascenderem Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda como potências econômico-sociais na Europa. Assim, é em função do tipo específico de comércio europeu que passou a ser praticado que derivam todos os grandes acontecimentos da época – do ponto de vista português, exploração da costa africana, descobrimento e colonização de ilhas, roteiro das Índias, descobrimento da América, a exploração e ocupação das novas terras americanas –, tudo em nome do tráfico – marfim, outro e escravos da costa africana e especiarias indianas. Espanhóis, ingleses e franceses tentarão obstinadamente a rota do ocidente em direção às Índias; não estava em seus planos povoar a América, de certa forma desprezando o território em favor do comércio das Índias. A ocupação das novas terras, de forma diversa das feitorias – como até então feitas – somente se deu por circunstâncias novas, imprevistas e contingências forçadas – a viabilidade comercial somente se daria por produção de gêneros destinados para a Europa. Portugal foi pioneiro e brilhante no povoamento e organização da produção de gêneros exportáveis à Europa em terras descobertas. Madeira, peles de animais e pesca, serão os primeiros gêneros extraídos para comerciar; somente mais tarde a agricultura. “No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre como o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos”.²⁰⁰⁸ E assim, o Brasil será fornecedor de açúcar, tabaco e outros gêneros, depois ouro e diamante, depois algodão, em seguida, café.²⁰⁰⁹

A América portuguesa fez parte de um grande sistema mundial de comércio, montado na época pelos portugueses, e que também abrangia a África e o Oriente – alcançado a Índia e

²⁰⁰⁸ PRADO JÚNIOR, Formação..., p. 31.

²⁰⁰⁹ PRADO JÚNIOR, Formação..., p. 22-32. Sobre o assunto, vide também: PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. 368 p. Um contraponto que emerge das análises de Caio Prado Júnior vide: FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa ventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro – 1790-1830. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 400 p.; FRAGOSO, João; e FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia – Rio de Janeiro, c. 1790-c.1840. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 256 p. Sobre o processo de colonização em si, enquanto significação material e simbólica para seus protagonistas, vide: BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 408 p.

que chegou até a China. As relações comerciais se davam entre as diversas colônias entre si, e entre estas e a metrópole – onde era centralizada a administração de todo negócio. A materialidade econômica, política e geográfica do império português se revela, a partir do ponto de vista do Brasil, pelos escravos vindos da Guiné e de Benguela, soldados vindos da Índia e ex-negociantes de Angola se tornando colonos nas novas terras, pelos panos indianos e tecidos de Goa utilizados nas rotas comerciais, tudo indicando a existência de um mercado imperial que sustentava todo sistema. Os negócios eram submetidos às regras políticas e jurídicas do antigo regime – doações e mercês régias, distribuição de ofícios e cargos civis e militares, concessão de privilégios comerciais, distribuição de pensões – tudo dentro de uma cadeia de poder e redes de hierarquias cujo centro estava no reino – no estamento. Malaca, Goa, Macau, Luanda, Rio de Janeiro eram localidades dotadas de especificidades e singularidades, mas que se tornaram sociedades reguladas pela economia e cultura política do reino português. Essas gentes que cruzaram os mares na época, eram dotadas de experiência de vida e percepção do mundo – ideologia – onde a ordem natural das coisas do universo era hierarquizada, e que pelas qualidades naturais e sociais das pessoas era igualmente natural ocuparem posições distintas e desiguais na sociedade. Essas aventuras marítimas de descobrimentos, eram a oportunidade de pequenos fidalgos e gentes consideradas mais baixos do reino de aumentar o seu cabedal material, social, político e simbólico, enfim, uma possibilidade real de mudar a sua qualidade pessoal-social, ingressando na nobreza da terra – serem proprietários – e mandar em outros homens e mulheres. A hierarquia social assim concebida foi reforçada pela escravidão africana.²⁰¹⁰ De fato, a colonização portuguesa fundada no escravismo – se for considerado apenas este aspecto econômico – criou um espaço sócio-econômico que ligou a Brasil à África através do oceano, que se completaram formando um só sistema – ou sub-sistema dentro do sistema maior – de exploração colonial.²⁰¹¹

O Brasil sempre foi um negócio, ou parte de um grande negócio que produzia grandes rendas para a Coroa portuguesa. Esse monopólio comercial passou a ser disputado pelos demais Estados europeus – inclusive no campo das idéias e do direito –²⁰¹² criando

²⁰¹⁰ FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Portuguesa, 2001. 478 p.

²⁰¹¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 528 p. Em relação à escravidão, sempre se colocou a questão de como administrar os escravos e fazê-los mais produtivos para as propriedades rurais. Sobre o tem, vide: MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 480 p.

²⁰¹² Sobre o assunto, do ponto de vista do desenvolvimento do direito internacional, vide: KAKU, William Smith. **O atual confronto político-institucional da União Européia: a organização internacional e o federalismo em questão**. Ijuí: Unijuí, 2003. 392 p.

rivalidades e guerras entre os diferentes protagonistas europeus. A Holanda, no início do século XVII, controlava o comércio entre os países europeus feito por mar, e no Brasil – e nas demais colônias na Ásia e África – disputou com Portugal o açúcar, o tráfico negreiro e as especiarias asiáticas. Nessa luta, os holandeses venceram na Ásia, perderam no Brasil e empataram na África. No caso do Brasil, apesar da data de janeiro de 1654, com a capitulação do Recife em poder dos estrangeiros, a luta a nível mundial persistiu, e tudo indica que os Países Baixos reconheceram a soberania portuguesa no Nordeste em troca de substanciais concessões financeiras e comerciais – mediante intensas negociações diplomáticas –, e isso depois deles terem adquirido o conhecimento de todos os aspectos técnicos e organizacionais da indústria açucareira brasileira, durante sua permanência no Brasil, conhecimento esse que será base para a implantação de uma indústria açucareira concorrente, em grande escala, no Caribe.²⁰¹³

²⁰¹³ MELLO, Evaldo Cabral de. **O negócio do Brasil**: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. 276 p.; FURTADO, Formação... Sobre os holandeses e sua cultura da época, vide: SCHAMA, Simon. **O desconforto da riqueza**: a cultura holandesa na época de ouro – uma interpretação. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 686 p. Sobre a história do Brasil e aspectos destacados de seu desenvolvimento social, vide: HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (dir.). **História geral da civilização brasileira**: a época colonial – do descobrimento à expansão. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 392 p.; HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (dir.). **História geral da civilização brasileira**: a época colonial – administração, economia, sociedade. 6. ed. São Paulo: Difel, 1985. 520 p.; HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (dir.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil monárquico – processo de emancipação. 6. ed. São Paulo: Difel, 1985. 412 p.; HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (dir.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil monárquico – dispersão e unidade. 5. ed. São Paulo: Difel, 1985. 552 p.; HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (dir.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil monárquico – reações e transações. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 1987. 500 p.; HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (dir.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil monárquico – declínio e queda do Império. 4. ed. São Paulo: Difel, 1985. 390 p.; HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (dir.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil monárquico – do Império à República. 4. ed. São Paulo: Difel, 1985. 438 p.; FAUSTO, Boris (dir.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 424 p.; FAUSTO, Boris (dir.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil republicano – sociedade e instituições (1889-1930). 3. ed. São Paulo: Difel, 1985. 432 p.; FAUSTO, Boris (dir.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil republicano – sociedade e política (1930-1964). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. 608 p.; FAUSTO, Boris (dir.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil republicano – economia e cultura (1930-1964). 2. ed. São Paulo: Difel, 1986. 670 p.; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 302 p.; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Para uma nova história**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 176 p.; FURTADO, Celso. **Obra autobiográfica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3 v.; FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 120 p.; BASTIDE, Roger. **Brasil**: terra de contrastes. 10. ed. São Paulo: Difel, 1980. 288 p.; FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 896 p.; FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. 6. ed. São Paulo: Global, 2004. 1116 p.; CARONE, Edgard. **A república velha I**: instituições e classes sociais (1889-1930). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 416 p.; CARONE, Edgard. **A república velha II**: evolução política (1889-1930). 4. ed. São Paulo: Difel, 1983. 510 p.; CARONE, Edgard. **A segunda república**: 1930-1937. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. 454 p.; CARONE, Edgard. **A terceira república**: 1937-1945. 2. ed. São Paulo: Difel, 1982. 586 p.; CARONE, Edgard. **O Estado Novo**: 1937-1945. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 388 p.; CARONE, Edgard. **A quarta república**: 1945-1964. São Paulo: Difel, 1980. 588 p.; VIEIRA, Padre Antonio. **Sermões**: problemas sociais e políticos do Brasil. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1981. 160 p.; SOUZA, Laura de Mello e (org.); NOVAIS, Fernando A. (dir.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras,

3.2.2. RAÍZES SÓCIO-CULTURAIS E CIVILIZACIONAIS DO BRASIL: UMA INTERPRETAÇÃO

1997. 526 p.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.); NOVAIS, Fernando A. (dir.). **História da vida privada no Brasil: Império – a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 526 p.; SEVCENKO, Nicolau (org.); NOVAIS, Fernando A. (dir.). **História da vida privada no Brasil: República – da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 726 p.; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.); NOVAIS, Fernando A. (dir.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 822 p.; DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto; Ed. da Unesp; Fapesp, 1997. 680 p.; DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. 448 p.; SCHWARCZ, Lilia Moritz *et alii*. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 560 p.; ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. **Pequena história da formação social brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 736 p.; SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 358 p.; DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Livro de outro da história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. 400 p.; MADEIRA, Angélica; e VELOSO Mariza (orgs.). **Descobertas do Brasil**. Brasília: UnB, 2001. 329 p.; AGUIAR, Cláudio. **Os espanhóis no Brasil: contribuição ao estudo da imigração espanhola no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. 244 p.; PINSKY, Jaime (org.). **O ensino de história e a criação do fato**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2001. 112 p.; JANUÁRIO, Elias Renato da Silva *et alii*. **Fronteira: memória e linguagem**. Cáceres (MT): Unemat, 2001. 164 p.; MELLO, Evaldo Cabral de. **A ferida de Narciso: ensaio de história geral**. São Paulo: Senac-SP, 2001. 120 p.; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila – da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 602 p.; SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 514 p.; SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 608 p.; MAXWELL, Kenneth. **Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 470 p.; RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Faperj, 2002. 404 p.; LIMA, Oliveira. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 296 p.; LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. 792 p.; BONFIM, Manoel. **O Brasil na América: caracterização da formação brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 452 p.; BONFIM, Manoel. **O Brasil nação: realidade e soberania brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. 632 p.; Centro de Memória da Eletricidade do Brasil. **Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento**. Rio de Janeiro: CMEB, 1991. 348 p.; BARBOSA, Rui. **As classes conservadoras**. São Paulo: LTr; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. 52 p.; FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 296 p.; MARINS, Paulo César Garcez. **Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. 320 p.; DIMENSTEIN, Gilberto *et alii*. **O complô que elegeu Tancredo**. Rio de Janeiro: JB, 1985. 248 p.; MORAIS, Fernando. **Corações sujos: a história da Shindo Renmei**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 350 p.; SILVA, Evandro Lins e. **O salão dos passos perdidos: depoimento ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Ed. da FGV, 1997. 528 p.; CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4. ed. Campinas (SP): Unicamp; IE, 1998. 324 p.; VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte; FGV, 1997. 334 p.; GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; MinC/Iphan, 1996. 156 p.; GUIMARÃES, J. Geraldo M. **Repensando o folclore**. Barueri (SP): Manole, 2002. 204 p.; TINHORÃO, José Ramos. **As festas no Brasil colonial**. São Paulo: 34, 2000. 176 p.; VANNUCCHI, Aldo. **Cultura brasileira: o que é, como se faz**. Sorocaba (SP): Universidade de Sorocaba; São Paulo: Loyola, 1999. 144 p.; MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 84 p.; CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil: 1877-1944**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1984. 490 p.; TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. 290 p.

Dentro da temática voltada para interpretar as influências européias dos primeiros colonizadores na história e cultura da América portuguesa, e o que se sucedeu a partir desta origem, Sérgio Buarque de Holanda, em obra capital, procurou desvendar as raízes culturais e da mentalidade e comportamento descendente da colonização luso-americana. Na América portuguesa é marcante a reiterada – repetida – e renitente – persistente – tentativa de implantar a cultura européia em seu vasto território; concretamente aqui nada se reproduz ou é possível se identificar com os países de onde advêm essas outras formas de convívio, instituições e idéias, que se quer implementadas num ambiente histórico-cultural que se revela muitas vezes hostil e desfavorável a tais novidades estrangeiras. A geografia americana é diferente da européia, assim como o clima; a tradição européia é milenar. Nesse quadro, tudo indica que mesmo edificando aqui obras excelentes – originais e inéditas –, mesmo enriquecendo a humanidade local de aspectos novos e imprevistos, mesmo elevando à perfeição o tipo de civilização que aqui é passível representar, o fato concreto, ao final, é que “todo o fruto de nosso trabalho (...) parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem”, de modo que inescapavelmente “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”.²⁰¹⁴

A América portuguesa é herdeira de formas de convívio, instituições e idéias provenientes da Península Ibérica, e frente às novidades importadas de outros cantos da Europa ocidental – e se as tentativas de implementação delas alcançou bom êxito –, a questão mais importante que se impõe nessas terras é até onde tem sido possível representar as primitivas formas histórico-culturais de convívio herdadas. Para isso, é necessário compreender melhor a Península Ibérica, origem dos povos – e sua peculiar cultura – que colonizaram a América Latina ou Ibero-América.²⁰¹⁵

A Península Ibérica e seus dois países ingressaram – se integraram – tardiamente no “coro” europeu, através dos seus feitos marítimos – a época dos grandes descobrimentos marítimos –, fato de integração esse que repercutiria no destino histórico e espiritual de ambos os povos; as duas sociedades ibéricas iriam se desenvolver – e já vinham se desenvolvendo – praticamente à margem das demais sociedade européias ocidentais, entretanto, carregando em si todos os elementos que marcariam as demais sociedades, especialmente as respectivas culturas políticas, dando um sentido singular às suas opções.²⁰¹⁶

²⁰¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991, p. 3.

²⁰¹⁵ HOLANDA, Raízes..., p. 3.

²⁰¹⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 3-4.

Na forma de vida social cultivada na Península Ibérica, é sintomático a “cultura da personalidade”, mais acentuadamente na Espanha, mas também presente fortemente em Portugal, traço marcante e decisivo na evolução da gente hispânica e que vem sendo cultivado desde tempos imemoriais; trata-se do cultivo pessoal e social do “valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço”, fato gerador – ou pelo menos muito ligado – da originalidade espanhola e portuguesa. Assim, o índice de valor de uma pessoa “infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste. Cada qual é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes (...) – e as virtudes soberanas para essa mentalidade são tão imperativas, que chegam por vezes a marcar o porte pessoal e até a fisionomia dos homens”. Talvez o estoicismo – austeridade de caráter, rigidez moral, equilíbrio imperturbável em face dos resultados do jogo do destino – seja uma espécie de “filosofia nacional” ou conduta moral exemplar dos espanhóis, desde os tempos do nascimento e vida de Cristo no Oriente Médio.²⁰¹⁷

A expressão “sobranceria”, indicando a necessidade sempre presente do ser humanos se superar, implicava numa atitude ou comportamento de luta e emulação, enfim, para o sentimento que estimula, incentiva, impulsiona o ser humano à disputa, à competição, à concorrência, para igualar ou superar alguém, e que eram reconhecidas socialmente – “engrandecidas pelos poetas, recomendadas pelos moralistas e sancionadas pelos governos”. Daí também uma resultante singular desse comportamento social coletivo, qual seja, “dela resulta largamente a singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre os povos. Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida”. Outra singularidade resultante é que princípio social da competição individual fez os privilégios hereditários acabarem não tendo uma importância e influência decisiva nos países de estirpe ibérica como em outros povos europeus. Assim, essa índole social acabou levando a uma “frouxidão da estrutura social”, a uma ausência de hierarquia social organizada, com iniciativas – mesmo legislativas – voltadas, regra geral, para separar as pessoas do que uni-las e associá-las permanentemente, enfim, para conter e refrear paixões particulares, apenas; não sem razão, elementos anárquicos sempre encontraram com facilidade um bom campo para se enraizar e frutificar na América portuguesa, “com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes”.²⁰¹⁸

²⁰¹⁷ HOLANDA, Raízes..., p. 4.

²⁰¹⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 4-5.

Quando se critica essa incapacidade americana para a coesão da vida social, imediatamente procura-se a solução em mandamentos e ordenações que, se for analisado com objetividade, são antes de tudo criações do espírito que não compreenderam a realidade sócio-cultural e histórico-política da formação luso-americana, equivocando-se ao imaginar que a anarquia local, a incapacidade de estabelecer ou erigir uma organização social sólida é um fato ou fenômeno recente, quando em realidade é uma herança de tempos imemoriais. Essas construções espirituais têm como referência fazer vingar uma “tradição” que nunca se estabeleceu nessas terras americanas, revelando também a incapacidade das elites locais de imaginar o novo e criar espontaneamente de forma fecunda. Todas as épocas realmente vivas dos diferentes povos, assim foram consideradas porque não deliberaram pela continuação da tradição, o que dizer de uma “tradição” que nunca fez parte viva e constitutiva da cultura geral de um povo; assim, a “escolástica na Idade Média foi criadora porque foi atual”, nela o mundo haveria necessariamente de ter hierarquia – hierarquia do pensamento, hierarquia cosmogônica –, ditada por leis eternas indiscutíveis provindas do Criador, e a ordem natural era uma pálida idéia da ordem perfeita e ideal da Eternidade e do Céu, e assim também era considerada a comunidade das gentes na terra frente à cidade de Deus – o princípio formador da sociedade terrestre provinha de outro mundo, e paradoxalmente era inimiga do mundo e vida terrestres. As pessoas, portanto, não poderiam viver, individual e socialmente, em função da paz terrestre e dos bens e vantagens deste mundo, pois a vida aqui era um momento de passagem – transitório – para outro mundo, para a verdadeira comunidade dos justos.²⁰¹⁹

O princípio da hierarquia – que provém de uma tradição – nunca foi capital para cultura ibérica; a hierarquia – tradicional – funda-se em privilégios, e portugueses e espanhóis conheceram precocemente a irracionalidade específica e a injustiça social de certos privilégios, especialmente os hereditários, portanto, com um pensamento moderno muito antes da época das revoluções européias. Desta forma, o “prestígio social, independente do nome herdado, manteve-se continuamente nas épocas mais gloriosas da história das nações ibéricas”. Na época dos descobrimentos marítimos, os registros apontam que era praticamente inexistente a separação entre classes sociais em Portugal, a tal ponto de se apontar que a nobreza portuguesa jamais constituiu-se como uma aristocracia fechada seja em que época – e esplendor ou decadência – for considerado, sendo um fato notório a generalização dos mesmos nomes a pessoas das mais diferentes condições sociais – sociedade com indivíduos sofrendo uma alternância de posição social muito grande. Também era comum encontrar

²⁰¹⁹ HOLANDA, Raízes..., p. 5-6.

pessoas de linhagem – fidalgos portugueses – executando ofícios em todas as profissões, “desde os oficiais industriais, até os arrendatários de bens rústicos; unicamente lhes são negadas as honras *enquanto viverem de trabalhos mecânicos*”. Por fim, os registros apontam também – em Portugal – que a comida do povo não se distinguia muito daquela dos nobres, vivendo ambas as camadas sociais em contínuas relações de amizade; era comum os nobres comerem junto ao povo, e mesmo entregar seus filhos para serem criados junto aos habitantes das vilas, concedendo, a quem aceitava a criação do filho, alguns privilégios e isenções – instituto do *amadágio*.²⁰²⁰

Com essas características – índole – pessoais e sociais que predominaram constantemente, verifica-se, na história dos povos ibéricos, que em determinados momentos eles alcançaram singular vitalidade e surpreendente capacidade de adaptação a novas formas de existência, a tal ponto de, no final do século XV, “adiantarem-se aos demais Estados europeus, formando unidades políticas e econômicas de expressão moderna”, entretanto, com persistência, entre eles, de hábitos de vida tradicionais. Portugal, por exemplo, no tempo do Mestre de Avis – final do século XIV e início do século XV – permitia sem maiores obstáculos a ascensão social do povo dos mesteres e mercadores citadinos, diferentemente das barreiras sociais criadas em terras cristãs onde o feudalismo imperava fortemente. Assim, a burguesia mercantil portuguesa não adotou um modo de agir e pensar absolutamente novo – razão fria a calculista –, instituindo uma nova escala de valores para fixar ali – e permanentemente firmar – seu predomínio, mas, diferentemente, associou-se às antigas classes dirigentes, assimilando muito de seus princípios, para guiar-se pela tradição. Elementos aristocráticos e formas de vida herdadas da Idade Média conseguiram manter, em parte, seu antigo prestígio.²⁰²¹

Dentro da cultura portuguesa, os títulos e honrarias palacianas eram cobiçados por todos, da burguesia urbana aos portugueses em geral. Brasões, nobiliários, livros de linhagem, tudo representava a vontade e tendência geral para alcançar um nivelamento de classe, mesmo que funcionasse e atuasse no mero plano da exterioridade social, nada mais já correspondendo a um capital social adquirido ao longo do tempo; é por costume ancestral que a presunção de fidalguia é requerida e buscada incoercivelmente pelos interessados. Entretanto todos sabem que a “verdadeira, a autêntica nobreza já não precisa transcender ao indivíduo; há de depender das suas forças e capacidades, pois mais vale a eminência própria do que a herdada”. Assim, na cultura social portuguesa, a “abundância dos bens da fortuna, os altos feitos, e as altas

²⁰²⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 6-8. Grifos no original.

²⁰²¹ HOLANDA, Raízes..., p. 8.

virtudes, origem e manancial de todas as grandezas, suprem vantajosamente a prosápia de sangue”.²⁰²²

Para completar, a gente ibérica da época cultivava um círculo de virtudes considerado como capital, em torno do qual eles constroem a sua vida de relações sociais e o sentido de mundo, e o aspecto central desses valores gira diretamente em torno do “sentimento da própria dignidade de cada indivíduo”. Esse sentimento é comum tanto a nobres quanto plebeus e, nesse sentido, equiparando a todos dentro de uma ética de fidalgos, não de vilões. “Para espanhóis e portugueses, os valores que ele anima são universais e permanentes”. Por isso que o mérito pessoal, animado por esses valores virtuosos, sempre teve importância significativa para a cultura ibérica, e equacionar esse sentimento com os dogmas teológicos implicou em disputas significativas para o mundo católico, especialmente frente aos princípios predestinacionos, que estava de acordo com o pecado original e a corrupção da natureza humana, em princípio incompatível com a aceitação do livre-arbítrio. De qualquer forma, “as teorias negadoras do livre-arbítrio foram sempre encaradas com desconfiança e antipatia pelos espanhóis e portugueses. Nunca eles se sentiram muito à vontade em um mundo onde o mérito e a responsabilidade individuais não encontrassem pleno reconhecimento”.²⁰²³

Se os povos calvinistas e protestantes encontraram uma natural facilidade para se organizarem espontaneamente, as nações católicas ibéricas revelaram outra faceta desse fenômeno social. Tudo indica que em terras onde as doutrinas do livre-arbítrio e responsabilidade pessoal imperaram, criou-se uma mentalidade desfavorecedora da associação entre as pessoas, e que se constituiu no maior óbice a esse espírito de organização social e racionalização de vida. Assim, para a cultura ibérica, os registros apontam que o seu princípio unificador social foi sempre representado pelos governos, vale dizer, uma força superior que atuasse para promover o que espontaneamente a sociedade não buscava alcançar. Assim, nas nações ibéricas, “predominou, incessantemente, o tipo de organização política artificialmente mantida por uma força exterior, que, nos tempos modernos, encontrou uma das suas formas características nas ditaduras militares”.²⁰²⁴

Outro fator de extrema preponderância na análise das características comportamentais e psicológicas desses povos ibéricos, é a “repulsa que sempre lhes inspirou toda moral fundada no culto ao trabalho”, repulsa essa que teve um caráter quase que praticamente

²⁰²² HOLANDA, Raízes..., p. 8-9.

²⁰²³ HOLANDA, Raízes..., p. 9.

²⁰²⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 9.

absoluto. Se no artesanato medieval se enaltece o trabalho físico e, ao mesmo tempo, se denigre o lucro torpe, a atitude do ser humano ibérico é exatamente o oposto a esses valores medievais. Se em tempos mais atuais o exemplo vindo dos povos protestantes logrou reverem a sua inclinação histórica, desta vez a favor da ética do trabalho – que se revela conquistando algum terreno entre eles –, mesmo assim não se pode asseverar que uma nova mentalidade do trabalho suplantou a antiga tradição, uma vez que objetivamente verifica-se a perseverante resistência desses espíritos para a ética do trabalho. De fato, a “‘inteireza’, o ‘ser’, a ‘gravidade’, o ‘termo honrado’, o ‘proceder sisudo’, esses atributos que ornem e engrandecem o nobre escudo, (...) representam virtudes essencialmente inativas, pelas quais o indivíduo se reflete sobre si mesmo e renuncia a modificar a face do mundo”.²⁰²⁵

Quem age sobre o universo das coisas materiais que está à sua volta, automaticamente também se submete a um objeto exterior e, assim, deve aceitar a lei estranha que está implícita no universo dos objetos exteriores, portanto, admitir conviver com uma lei estranha ao indivíduo, uma vez que uma ação exterior implica na submissão às leis desse elemento externo. Para as gentes ibéricas, a aceitação de uma lei estranha ao indivíduo “não é exigida por Deus, nada acrescenta à sua glória e não aumenta nossa própria dignidade. Pode-se dizer, ao contrário, que a prejudica e a avilta. O trabalho manual e mecânico visa a um fim exterior ao homem e pretende conseguir a perfeição de uma obra distinta dele”. Por isso que a religião do trabalho e o cultivo privilegiado de atividades utilitárias não vieram a se solidificar na Península Ibérica, de forma que uma “digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia”, sendo o que ambos almejam como ideal de destino pessoal “é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação”.²⁰²⁶

Se os povos protestantes passam a apregoar e exaltar o esforço manual, as nações ibéricas ainda reproduzem um ideal da Antigüidade Clássica, uma vez que “entre elas predomina (...) a concepção antiga de que o ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor”. Não há dúvidas que a ausência dessa moral do trabalho – fruto de esforço humilde, anônimo, desinteressado, que cria a solidariedade de interesses, estimulando a organização racional e a coesão social – acabou se ajustando muito bem a uma reduzida capacidade de organização social. Na

²⁰²⁵ HOLANDA, Raízes..., p. 9-10.

²⁰²⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 10.

Península Ibérica, a moral do trabalho sempre representou fruto exótico, sendo precárias as idéias de solidariedade.²⁰²⁷

A única solidariedade passível de existir entre as gentes portuguesa e espanhola, é aquela que envolve vinculação de sentimentos – mais do que relações de interesse – no âmbito do recinto doméstico ou entre amigos, portanto, em círculos muito restritos, particulares e personalisticamente privados, que não favorecem associações mais vastas de tipo gremial ou nacional, ao contrário, contribuem para que eles não ocorram. Desta forma, frente a esta “autarquia do indivíduo, à exaltação extrema da personalidade, paixão fundamental e que não tolera compromisso, só pode haver uma alternativa: a renúncia a essa mesma personalidade em vista de um bem maior”. Paradoxalmente, a obediência, assim, aparece para os ibéricos como uma virtude, a mais suprema virtude de todas; trata-se de uma obediência cega – absolutamente diferente dos princípios medievais e feudais de lealdade – e “o único princípio político verdadeiramente forte” que os fará unir-se. Isso implica que, para portugueses e espanhóis, a “vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhe igualmente peculiares” de sua cultura e comportamento. “As ditaduras e o Santo Ofício parecem constituir formas tão típicas de seu caráter como a inclinação à anarquia e à desordem. Não existe, a seu ver, outra sorte de disciplina perfeitamente concebível, além da que se funda na excessiva centralização do poder e na obediência”. Os jesuítas, em suas reduções e através de suas doutrinas, realizaram em seus trabalhos de socialização na América do Sul, um prodígio de racionalização – jamais alcançado posteriormente –, espelhando exemplarmente esse princípio da disciplina pela obediência.²⁰²⁸

“Hoje, a simples obediência como princípio de disciplina parece uma fórmula caduca e impraticável e daí, sobretudo, a instabilidade constante de nossa vida social. Desaparecida a possibilidade desse freio, é em vão que temos procurado importar dos sistemas de outros povos modernos, ou criar por conta própria, um sucedâneo adequado, capaz de superar os efeitos de nosso natural inquieto e desordenado. A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida. Neste particular cumpre lembrar o que se deu com as culturas européias transportadas para o Novo Mundo. Nem o contato ou mistura com raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar como às vezes gostaríamos de sê-lo. No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns de nossos patriotas, é que ainda nos associa à

²⁰²⁷ HOLANDA, Raízes..., p. 10.

²⁰²⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 10-1.

Península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura: o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma”.²⁰²⁹

Há que se reconhecer que a civilização ocidental deve aos portugueses o feito de terem sido os pioneiros na conquista dos trópicos, talvez a maior missão histórica desse povo já registrada. Nessa façanha, os portugueses – com sua índole – “foram não somente os portadores efetivos como os portadores naturais dessa missão”; ninguém do Velho Mundo em sua época – e tudo indica, mesmo antes – encontrou-se tão bem preparado “para se aventurar à exploração regular e intensa das terras próximas à linha equinocial, onde os homens depressa degeneram, segundo o conceito generalizado na era quinhetista”. É bem verdade que esse empreendimento nos trópicos não foi fruto de uma iniciativa metódica e racional, enfim, não foi decorrente “de uma vontade construtora e enérgica”, diferentemente, foi um feito que se fez com desleixo e até certo abandono. Mas esse fato não diminui a grandeza do esforço português, uma vez que os juízos e julgamentos são feitos com base em critérios atuais de análise, ou seja, “critérios morais e políticos hoje dominantes”, sem levar em conta particularidades fundamentais para se comparar o feito português com o que – num exercício hipotético – poderia ter sido feito por outros povos, se estes levassem pioneiramente à frente o empreendimento colonial em terras ibero-americanas.²⁰³⁰

É preciso reconhecer que nas formas de vida coletiva aparecem dois vivos princípios antagônicos que, no seu combate incessante, acabam regulando diferentemente as ações, os feitos, os comportamentos, as atividades desenvolvidas durante toda a vida e existência pelos seres humanos. Está-se a falar aqui de duas pulsões, determinantes psicológicas, dois princípios, duas éticas, que se encarnam e se manifestam num tipo de pessoa aventureira e em outro tipo de pessoa trabalhadora. Nas sociedades mais rudimentares é possível correlacionar tais valores antagônicos nos povos caçadores e coletores, de um lado e nos povos lavradores, de outro lado. Para a alma ou espírito aventureiro, “o objetivo final, a mira de todo esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários. Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore. Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe

²⁰²⁹ HOLANDA, Raízes..., p. 11.

²⁰³⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 12-3.

transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes”.²⁰³¹

Diferentemente, para a alma ou espírito trabalhador, enxerga-se “primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte maior do que o todo”. Dessume-se daí que existe uma ética tanto do trabalho quanto da aventura. “Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção *espaçosa* do mundo, característica desse tipo. Por outro lado, as energias e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidas pelos aventureiros; as energias que visam à estabilidade, à paz, à segurança pessoal, e os esforços sem perspectiva de rápido proveito material passam, ao contrário, por viciosos e desprezíveis para eles. Nada lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador”.²⁰³²

De fato, o que realmente existe entre esses dois entes morais não é tanto uma oposição, mas uma incompreensão – contradição – radical, uma vez que uma oposição somente teria lugar para coisas pertencentes à mesma família moral.²⁰³³ Evidentemente que em estado puro, da forma como descrita acima, nem o trabalhador, nem o aventureiro, possuem existência real fora do mundo as idéias, enfim, são tipos sociais ideais que são construídos para finalidades heurísticas na análise, no caso, da colonização luso-americana; “os dois conceitos nos ajudam a situar e a melhor ordenar nosso conhecimento dos homens e dos conjuntos sociais (...) [sendo de] importância inestimável para o estudo da formação e evolução das sociedades”. Na prática, no mundo real, ambos os tipos participam de múltiplas combinações, em maior ou menor grau.²⁰³⁴

Para a obra de conquista e colonização de novos mundos coube ao “aventureiro” papel absolutamente preponderante, restando ao “trabalhador”, por sua vez, uma participação muito limitada, quase nula. A época dos descobrimentos foi propícia para pessoas de amplas visões,

²⁰³¹ HOLANDA, Raízes..., p. 13.

²⁰³² HOLANDA, Raízes..., p. 13.

²⁰³³ Por exemplo, o oposto ou reverso do tipo trabalhador seria o do pequeno *rentier* – pessoa que vive de rendas –; o pólo contrário do tipo aventureiro seria representado especialmente pelo vagabundo anti-social, o *outlaw* ou o simples ocioso. A grosso modo, o tipo aventureiro busca cultivar e alcançar o “desejo de novas sensações” e a “consideração pública”, enquanto que o tipo trabalhador procura o “desejo de segurança” e a “correspondência” social. In: HOLANDA, Raízes..., p. 14, nota de rodapé n. 5.

²⁰³⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 13-4.

grandes gestos, e façanhas audaciosas, premiando e compensando generosamente as pessoas dotadas de capacidade de altos vôos. Por isso, não é sem razão o fato de que os povos que se lançaram a tais aventuras eram aqueles que, na época, o tipo trabalhador não encontrava ambiente propício para ser adequadamente recompensado em sua terra natal, estimulando, portanto, a emergência de um tipo diferente de pessoa, dotada de audácia, destemor, estimulada e ambiciosa para conquistar novos mundos e enriquecer muito com seus altos feitos a serem alcançados. Portugal, Espanha e Inglaterra²⁰³⁵ assumiram seu papel histórico, com as gentes certas para os lugares e momento certos.²⁰³⁶

Se a pouca disposição para o trabalho – trabalho sem compensação próxima –, se a própria indolência, pode-se afirmar, não são evidentes estimulantes às ações arrojadas e aventureiras, constituindo, com frequência, “o aspecto negativo do ânimo que gera as grandes empresas”, é preciso explicar como os povos ibéricos revelaram tanta aptidão para os feitos aventureiros. Em realidade, a aptidão deles era especialmente voltada para a caça de bens materiais em outros continentes, enfim, para a prosperidade sem custo, para os títulos honoríficos, para as posições sociais e riquezas fáceis; manifestações essas reveladoras, jungidas e realimentadoras do próprio espírito de aventura que os comandava como um *habitus*. Não era incomum o comportamento social – as disposições ou pré-disposições de sentido prático –, na época, voltadas para – independentemente de competência ou capacidade técnica – solicitações de colocação no serviço público em geral, e para os cargos públicos elevados, fato comportamental que não deixa de se repetir em tempos mais atuais – sinecuras e nepotismos.²⁰³⁷

²⁰³⁵ Para aqueles que imaginam ser a Inglaterra uma nação diferente da índole que marcava o povo ibérico, provavelmente assim são induzidos pelo fato da cultura anglo-saxã ter alcançado atingir um surto industrial poderoso durante o século XIX, criando uma idéia desse povo e suas inclinações sociais que não corresponde à plena realidade, se for considerada a idéia que os antigos visitantes da nação inglesa possuíam do respectivo povo, em tempos anteriores a essa época revolucionária industrial. “A verdade é que o inglês típico não é industrioso, nem possui em grau extremo o senso da economia, característico de seus vizinhos continentais mais próximos. Tende muito ao contrário, para a indolência e para a prodigalidade, e estima, acima de tudo, a ‘boa vida’. Era essa a opinião corrente, quase unânime, dos estrangeiros que visitavam a Grã-Bretanha antes da era vitoriana. E, não menos, a dos moralistas e economistas que buscavam os remédios para a condição de inferioridade em que durante longo tempo se encontrou o país em face de seus competidores”. Já em 1664, documento econômico-político-comercial elaborado por economista inglês, censurava em “seus compatriotas a imprevidência, o gosto da dissipação inútil, o amor desregrado aos prazeres e ao luxo, a ociosidade impúdica (...) ‘contrária à lei de Deus e aos usos das demais nações’, e atribuía a tais vícios sua impossibilidade de medir-se seriamente com os holandeses”. Estudo contemporâneo da história que retrata o caráter inglês, chega a apontar que o inglês médio nada tem comparável à “diligência infatigável, laboriosa dos alemães, ou pela frugalidade parcimoniosa dos franceses”, acrescentando, surpreendentemente que a indolência inglesa é vício partilhado “com os naturais de algumas terras quentes, mas não com qualquer outro povo do Norte da Europa”. In: HOLANDA, Raízes..., p. 14-5.

²⁰³⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 14.

²⁰³⁷ HOLANDA, Raízes..., p. 15.

Sérgio Buarque de Holanda assinala que esse comportamento, enfim, essa ação voltada para a busca das posições sociais e riquezas fáceis, tratava-se de um ato que, em si mesmo, vale dizer, na própria execução do ato, dava ao indivíduo um modo de encontrar um sentido próprio dele existir. Essa “capacidade de ação esgota-se nessa procura incessante, sem que a neutralize uma violência vinda de fora, uma reação mais poderosa; é um esforço que se desencaminha antes mesmo de encontrar resistência, que se aniquila no auge da força e que se compromete sem motivo patente”. Entretanto é forçoso reconhecer que esse gosto de ventura, com todos os seus elementos sociais negativos ou as fraquezas dele inerentes, é que teve influência decisiva na formação da América portuguesa e da específica formação nacional que daí resultou, sendo o elemento orquestrador por excelência – sem desconsiderar o conjunto de fatores diversos que também influíram na formação nacional, como a vinda de diferentes raças e respectivos diferentes costumes e padrões de existência, e as condições mesológicas e climáticas que exigiam longo processo de adaptação.²⁰³⁸

De fato, a índole e cultura portuguesas favoreciam a mobilidade social, estimulando as pessoas a “enfrentar com denodo as asperezas ou resistências da natureza”, criando as condições psicológicas sociais adequadas para a empresa que eles levaram adiante e realizaram com competência. Nesse aspecto da competência, os portugueses e seus descendentes imediatos foram insuperáveis; na há exemplo histórico de um povo que pudesse exceder o feito português de recriar em outras terras – hostis – o meio econômico-social de sua origem, enfim, a facilidade com que eles alcançaram tal intento. Sem os alimentos e o conforto da Europa, passaram rapidamente a adaptar-se reproduzindo especialmente o modo e costumes de vida indígena: aprenderam a comer a farinha de mandioca, dormir em redes, beber e mascar fumo, utilizar instrumentos indígenas de caça e pesca, usar embarcações de casca ou tronco escavado pelos rios e águas do litoral, atear fogo nos matos para depois cultivar a terra, introduziram a varanda na casa peninsular – tornando-a menos severa, sombria e áspera. As plantações de cana foram um desenvolvimento em larga escala do que já vinham executando na Ilha Madeira e outras ilhas do Atlântico, com o negro da Guiné utilizado como mão-de-obra no grande esforço rural.²⁰³⁹

O latifúndio agrário português não é resultante da vontade arbitrária, original e criadora, uma espécie de manipulação original do colono português, uma razão fria e calculista voltada propositadamente para edificar uma economia agrícola, monocultura de grande porte em suas colônias. Foram elementos casuais, fortuitos, inesperados e de

²⁰³⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 15-6.

²⁰³⁹ HOLANDA, Raízes..., p. 16.

conveniência da produção e do mercado que impulsionaram o empreendimento colonial agrícola português, sistema de lavoura que se estabeleceu “com estranha uniformidade de organização, em quase todos os territórios tropicais e subtropicais da América” – entenda-se, o fenômeno da grande plantação de produtos “típicos” coloniais da América do Norte, Central e do Sul –, não se podendo asseverar que tivesse sido um resultado direto ou determinado “de condições intrínsecas e específicas do meio”, que inclinaria naturalmente a esse sistema de lavoura. A Europa, na época dos descobrimentos, não era industrializada, portanto, produzindo gêneros agrícolas apenas em quantidades suficientes e voltados para atender a demanda do consumo interno, apenas necessitando dos produtos naturais próprios dos climas quentes, estimulando e fomentando a expansão desse particular sistema agrário.²⁰⁴⁰

Não sem sentido, o mesmo sistema agrário-escravocrata se reproduziu nas colônias inglesas da América do Norte, e nas “regiões [tropicais] apropriadas às lavouras do tabaco, do arroz, do algodão, produtos tipicamente ‘coloniais’”, sendo que nas demais áreas anglo-americanas – impróprias para esse tipo tropical de agricultura de exportação colonial – vigorou a agricultura de subsistência, somente se desenvolvendo sócio-economicamente com a futura expansão comercial e manufatureira, e com base no trabalho livre. Portanto, o “clima e outras condições físicas peculiares a regiões tropicais, só contribuíam, pois, de modo indireto para semelhante resultado”. Assim, foram os portugueses os pioneiros – em seguida vem os castelhanos – do emprego desse regime de exploração latifundiária e monocultura de produtos tropicais, e que exportariam para os outros povos esse paradigma de exploração agrária. A boa qualidade das terras do nordeste brasileiro, ideal para a então altamente lucrativa cultura da cana-de-açúcar, foi palco do desenvolvimento do tipo de organização agrária que seria modelo a ser copiado pelas demais colônias européias que viriam a se estabelecer em zonas tropicais – tórridas. A conjugação de terras férteis e mal desbravadas, foi propícia para erigir a grande propriedade rural como “verdadeira unidade de produção”; para o fator trabalho, uma vez frustrado o emprego do braço indígena, restou a introdução do escravo africano.²⁰⁴¹

O trabalho do povo africano era fator obrigatório para o desenvolvimento dos latifúndios coloniais; os índios eram colaboradores muito úteis para a “indústria extrativa, na caça, na pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação do gado”, não se adaptando, como regra geral, ao trabalho acurado e metódico – como exigia os canaviais – e com tendência espontânea ou disposição “para atividades menos sedentárias e que pudessem

²⁰⁴⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 16-7.

²⁰⁴¹ HOLANDA, Raízes..., p. 17.

exercer-se sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos”. Apesar de serem versáteis ao extremo, todas as inclinações práticas dos indígenas eram contrárias à noção de ordem, constância e exatidão – essa espécie de segunda natureza ou requisito fundamental para a existência social e civil européia –, somente se adaptando a essas normas civilizadas como quem desempenha mecanicamente um papel, e que logo o abandona quando surge a oportunidade. Disso resultava “incompreensões recíprocas que, de parte dos indígenas, assumiam quase sempre a forma de uma resistência obstinada, ainda quando silenciosa e passiva, às imposições da raça dominante”.²⁰⁴²

Na América portuguesa, a produção agrícola local era de ordem semicapitalista, voltada para atender especialmente o consumo externo, onde prevaleciam aspectos de ordem quantitativa a governar todo o processo de exploração, mas critérios quantitativos esses com peculiaridades grosseiramente marcantes; a exploração das terras voltadas para explorar a cana-de-açúcar era alguma coisa vagamente parecida com a agricultura – entendido por esse termo a exploração agrária através de métodos que zelam pela continuação da fecundidade da terra. Em realidade, os processos introduzidos em toda colônia, da técnica agrícola européia então conhecida, contribuiu para tornar “ainda mais devastadores os métodos rudimentares de que se valia o indígena em suas plantações”. A fixação do colono português também não pode ser interpretada como o assentamento de uma pessoa “com zelo carinhoso pela terra, tão peculiar ao homem rústico entre povos genuinamente agricultores”. O fato concreto é que a grande lavoura, primitivamente praticada, não deixou de estar sendo ainda realizada – agropecuária – nos mesmos moldes de natureza perdulária, tal qual foi a mineração: “Sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável”.²⁰⁴³

O português queria das novas terras a riqueza, mas riqueza essa “que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho”, semelhante àquela que ele havia obtido com as especiarias e metais preciosos da Índia. Se algum esforço próprio maior foi praticado – como sói acontecer no princípio de todo empreendimento humano – para plantar a cana e fabricar o açúcar para mercados europeus, também os lucros iniciais foram altos o suficiente para compensar esse esforço inicial – que, não se pode olvidar, foram feitos com as mãos e pés dos negros –; entretanto, os processos implantados foram bastante simplificados, “restringindo-se ao estrito necessário às diferentes operações”. Diante disso, é forçoso reconhecer que não foi uma civilização tipicamente agrícola que se instaurou na América portuguesa, mediante a lavoura

²⁰⁴² HOLANDA, Raízes..., p. 17-8 e nota de rodapé n. 9.

²⁰⁴³ HOLANDA, Raízes..., p. 18.

açucareira, até porque não era essa a índole aventureira que trouxe os portugueses para a América; além disso, era fato conhecido a escassez da população do reino, por essa época, impedindo uma grande leva de emigração de trabalhadores rurais de Portugal para o Novo Mundo; por fim, havia o fato capital de que a atividade agrícola não ocupava, para os portugueses, posição social e reconhecimento social de primeira grandeza.²⁰⁴⁴

Sobre esse último fato, registros de 1535, de estrangeiro que visitava Portugal, já apontavam as miseráveis condições da agricultura e do desprezo ao trabalho agrícola em terras portuguesas; se em outros países a agricultura era uma atividade considerada fundamental, em Portugal o labor na lavoura não era atraente ao povo, preferindo ele “as aventuras marítimas e as glórias da guerra e da conquista”. Não sem razão o fato da lavoura praticada na América portuguesa ter ficado durante largo tempo – séculos – preso a essas concepções rotineiras, “sem progressos técnicos que elevassem o nível da produção”.²⁰⁴⁵

Entretanto é preciso considerar também outro fator que deve ser sopesado quando se trata de agricultura praticada nos trópicos. O meio tropical é detentor de grandes e inesperados obstáculos para a prática agrária com os melhoramentos e progressos técnicos obtidos no cultivo de outros tipos de terras e climas. As técnicas agrícolas adotadas pelos portugueses, comparando-se com o que era praticada na Europa, representaram – dentro de uma objetividade acrítica – um retrocesso de milênios; entretanto, uma natureza distinta da européia, muito mais exuberante e resistente às práticas agrárias se impôs junto com a índole de inércia e passividade do colono, de tal forma que uma pujante vegetação florestal ofereceu sérias resistências ao emprego ou manejo desembaraçado do arado, explicando o escasso emprego desse instrumento para lavrar a terra.²⁰⁴⁶

De fato, o emprego do arado na agricultura, técnica cujo emprego que não se generalizou na América portuguesa, foi tentado em épocas bem anteriores ao que se estipulou consensualmente como sua efetiva introdução e emprego na agricultura local – já no segundo século da colonização, registro de inventário e testamento de 1637 apontava um arado entre os bens deixados por um lavrador da região de São Paulo. Registros apontam que no final do século XVIII o uso do arado era privilégio dos senhores de engenho – portanto, unicamente na lavoura canavieira – mais ricos do recôncavo baiano, evidentemente num terreno limpo, destocado e arroteado; mas mesmo assim é de se assinalar que era costume utilizar-se de dez a

²⁰⁴⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 18.

²⁰⁴⁵ HOLANDA, Raízes..., p. 18-9.

²⁰⁴⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 19.

doze bois, revelando o quanto custava abrir a terra para o cultivo da cana, mesmo considerando a fraqueza dos animais da época.²⁰⁴⁷

Diante da somatória desses fatos e circunstâncias fáticas, a prática agrícola de uso generalizado na época era, uma vez esgotada a alta produtividade da terra usada, os lavradores irem mata adentro em busca de novas terras para plantio e cultivo da cana-de-açúcar, de tal forma que era comum uma fazenda mudar de sítio ou de dono em menos de duas gerações. Essa transitoriedade era um legado da prática agrícola indígena – guardadas as devidas proporções, evidentemente –, reafirmando esse caráter rotineiro e pouco técnico da atividade agrária, sem o uso de recursos como o fertilizante para revigorar o solo, enfim, com a ausência marcante dos estímulos de qualquer natureza e tipo para melhorar o solo já utilizado. Disso resulta o mito de que as terras luso-americanas somente aceitavam a enxada e o saraquá – cavadeira de pau utilizada para semear o milho – para o seu cultivo, e que isso seria devido ao fato da parte fértil da terra ser muito superficial, não aceitando o arado, que acabava cavando mais fundo que o devido e misturando a parte infértil da terra com a fértil, prejudicando a produtividade dela.²⁰⁴⁸

Tais métodos predatórios e dissipadores não eram uma exclusividade da ação colonizadora portuguesa. No início do século XX, foi possível verificar que os colonos imigrantes de estirpe germânica que se estabeleceram nas baixadas espírito-santenses – clima e meio tropical – e nas terras mais ao sul, rio-grandenses – clima e meio mais temperado –, tinham as mesmas práticas agrícolas, se sujeitando com docilidade às técnicas agrárias empregadas pelos descendentes dos portugueses no uso da terra.²⁰⁴⁹ Para isso, é certo que

²⁰⁴⁷ HOLANDA, Raízes..., p. 19-20.

²⁰⁴⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 20.

²⁰⁴⁹ Testemunho de observador que vivenciou a duas últimas décadas da monarquia brasileira, ao visitar a colônia alemã estabelecida na localidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, aponta que os alemães nada trouxeram de novo ao país adotivo, se limitando a cultivar o que aqui já era plantado, utilizando-se das mesmas práticas primitivas e grosseiras. A introdução do arado foi uma tentativa fracassada na época, uma vez que enxada, pás e simples cavadeiras de pau eram os instrumentos adotados – especialmente o primeiro e o último – preferencialmente pelos colonos. Pode-se afirmar que os progressos havidos até a primeira metade do século XX, com a utilização de técnicas superiores de manejo e cultivo da terra, não progrediram de uma forma evolutiva satisfatória, tudo apontando que o desenvolvimento técnico alcançado voltou-se para economizar esforços e não a aumentar a produtividade do solo. Mas não há dúvidas que os colonos alemães e italianos foram pioneiros na suplantação dos processos primitivos que se mostravam como uma fatalidade na vida agrícola dos pioneiros cultivadores da terra, e ultrapassando os descendentes dos portugueses no uso das formas de agricultura intensiva baseadas em métodos aperfeiçoados. O fato concreto é que em toda América Latina se verificou o mesmo fenômeno, qual seja, os imigrantes colonizadores europeus, ao aqui chegarem, retrocederem no uso de técnicas agrícolas, da lavoura de arado para a enxada, alguns se conformando com os primitivos processos adotados pelos indígenas. Não há dúvidas que as más práticas agrárias dos colonos ibéricos contribuiu para que todos os demais colonos fossem impulsionados na mesma direção prática – sentido prático de uma economia –, entretanto, o fato dos colonos europeus de outras procedências não terem se mostrado mais progressistas nas lides do campo, revela que outros ponderáveis fatores militavam para impulsionar a manutenção de tais práticas tão arcaicas mesmo na época. Em trabalho de pesquisa, publicado em meados do

contribuiu o fato da origem dessas pessoas germânicas serem mais cidadina, com inclinações mais mercantis, seu número não muito considerável e os poucos recursos materiais de que dispunham quando aqui desembarcaram; entretanto, é preciso considerar também que se os métodos maus – rudimentares, danosos e voltados para o imediato e imoderado proveito e lucro de quem se utiliza deles – aplicados numa economia agrícola, acabam afastando os bons métodos, há necessidade de atenuar essa assertiva no caso da América portuguesa, pois a utilização desses métodos considerados maus foi praticamente uma imposição das condições

século XX, investigador alemão anotou que a explicação para a adoção de queimadas, a fim de limpar a terra para o cultivo agrícola, era equivocada; de fato, o entendimento era que a queimada, para os colonos estabelecidos em mata virgem, era uma necessidade imperiosa, não lhes ocorrendo outros métodos de desbravamento, e que a produtividade do solo desbravado e destocado sem o auxílio do fogo não seria assim tão grande, a ponto de compensar o trabalho gasto em seu cultivo – sem a técnica da queimada –, além do fato de que a preservação da madeira cortada para um mercado próximo tinha poucas perspectivas de saída, portanto, tudo indicava para a utilização natural da queimada diante da mata virgem a ser desbravada para utilização agrícola. Dentro desse quadro de senso comum, o pesquisador alemão demonstrou que era ilusória tal verdade, ao confrontar os gastos humanos e econômicos para emprego de um método de trabalho, com o rendimento por hectare que cada diferente processo de cultivo da terra proporcionava; assim, verificou-se, por exemplo, que a colheita do milho era duas vezes maior em terras sem queimadas, do que outra produção advinda de terras que sofreram o processo de queimada em sua preparação. As queimadas prejudicavam a fertilidade do solo, destruíam grandes áreas de vegetação natural e sua rica fauna, trazendo um desequilíbrio ecológico que acabava prejudicando a própria produção agrícola – por exemplo, o extermínio de pássaros que atuavam no controle das pragas agrícolas, como lagartas e brocas. De qualquer forma, os registros apontam que os colonos alemães, apesar de utilizarem recursos menos devastadores que as queimadas, se renderam ao tradicional sistema de cultivo agrário legado pelos primitivos portugueses e reproduzidos por seus descendentes, pois, segundo depoimentos da época, sempre que eles revolviam o solo para arrancarem as raízes das árvores, subiam à superfície corpúsculos minerais que prejudicavam o crescimento das plantas. Ademais, se vencido o desbravamento inicial da terra, o uso do arado iria se impor naturalmente, conforme exemplo advindo de seu país de origem, ocorreu exatamente o contrário como regra geral, ou seja, o arado não foi utilizado, a não ser no único caso ocorrido nas campinas do chaco paraguaio – pela determinação dos menonitas canadenses e russos de ascendência alemã, contrários à queimada por princípios religiosos. Assim, em terras da América portuguesa, os colonos imigrantes alemães preservaram métodos mais primitivos de lavoura e não se utilizaram do arado por dois motivos principais: a) as colônias alemãs estavam distribuídas ao longo das regiões serranas, ocupando encostas dos morros em direção aos vales, portanto, pela própria conformação do terreno impedidos do emprego do arado; b) verificou-se na prática – experimentalmente – que o emprego do arado em terras tropicais e subtropicais é muitas vezes contraproducente, optando o emprego exclusivo da enxada, uma vez que o solo florestal revelou poder ser destruído tanto pelo fogo quanto pelo arado, arruinando o agricultor. Pode ser acrescido também o fato de que o emprego intensivo do arado, em terras quentes e úmidas, revelou-se apto para a disseminação da malária, de tal forma que o fim de seu emprego foi benéfico para a saúde do agricultor e de sua gente. Se tais insucessos levaram alguns à inércia e prática de hábitos rotineiros, levaram outros ao exame prévio das particularidades de cada solo, antes da introdução de aperfeiçoamentos na técnica agrária. Assim, descobriu-se que o trabalho do arado, em terras americanas seria mais útil e produtivo se não revolvesse tão profundamente o solo, sepultando a camada fértil de húmus sobre solo pobre, isento de microorganismos e substâncias orgânicas necessários para o desenvolvimento das plantas cultivadas, ou seja, a aradura deveria ser de superfície, em torno de vinte ou vinte e cinco centímetros, e não acima de trinta centímetros, como era a tradição europeia. Daí o sucesso da prática agrícola jesuítica, com arados de pouca profundidade e que se assemelhavam aos arados utilizados pelas culturas indígenas pré-colombianas, além de lavrarem uma extensão de terra maior num mesmo intervalo de tempo, comparando o arado tradicional de tipo europeu e o arado adotado nessas missões. A América portuguesa não desfrutou desses progressos técnicos agrícolas; a sua lavoura continuou-se a fazer-se nas florestas e à custas delas, de tal forma que, seguindo a mata virgem, os lavradores iam se distanciando cada vez mais de uma e outra localidade, mudando e estabelecendo domicílio onde o mato se encontrasse. In: HOLANDA, Raízes..., p. 36-40 e notas de rodapé ns. 52 e 53.

locais, certamente no primeiro contato do ser humano com a natureza, e que para superar essa prática atrasada seria necessário a aplicação de uma energia paciente e sistemática.²⁰⁵⁰

É certo afirmar-se que os portugueses e seus descendentes não foram os detentores dessa missão, jamais se estimulando por essa energia metódica. Comparando o feito português, com outros povos e culturas que também se dedicaram à agricultura intensiva de monocultura, voltada para cultivo de produtos típicos coloniais destinados ao mercado europeu – economia rural fundada no trabalho escravo e na grande propriedade –, é marcante na ação portuguesa um elemento distintivo significativo, qual seja, “pelo muito que pediam à terra e o pouco que lhe davam em retribuição”. Do ponto de vista qualitativo, os procedimentos e métodos agrícolas que empregaram pouco diferenciavam dos já praticados pelos indígenas antes deles, entretanto, do ponto de vista quantitativo, produziam em larga escala. É comum assinalar-se, na segunda metade do século XIX, semelhanças entre a agricultura praticada no sul dos Estados Unidos e aquela praticada na América portuguesa, entretanto, numa observação mais crítica, o que existe comparável entre as duas práticas é muito mais as suas dessemelhanças. Assim, por volta de 1866, fazendeiros confederados do sul dos Estados Unidos emigraram para terras luso-americanas – apontado tal imigração como a que introduziu definitivamente o emprego do arado, cultivadores, rodos e grades nas lavouras rurais paulistas – e há depoimentos da época que relatam o pasmo geral desses lavradores “pelos processos alarmantemente primitivos que encontraram em uso. Os escravos (...) [plantavam] algodão exatamente como os índios norte-americanos (...) o milho”.²⁰⁵¹

Desde o início da colonização luso-americana – e em continuação séculos depois – o princípio de criação de riqueza local vigorou ininterruptamente para a produção agrária, qual seja, o que importava era “extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios”, enfim, “servir-se da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, ‘só para a desfrutarem e a deixarem destruída’”. A lei do menor esforço ditava que os rudes processo agrícolas indígenas preenchiem ou se acomodavam às necessidades da época de produção em larga escala, de forma que não havia por que despender energia para impor outras normas de racionalização do cultivo das terras. Os castelhanos foram diferentes dos portugueses, vale dizer, diferentemente destes últimos, em suas possessões da América eles não se identificaram com a terra e as práticas das gentes da terra, superpondo-se a ambos, ou seja, fazendo valer suas normas fixas e indelévels de cultivo da terra. Em terras luso-americanas o domínio europeu se mostrou “brando e mole, menos obedientes a regras e dispositivos do que à lei da

²⁰⁵⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 20-1.

²⁰⁵¹ HOLANDA, Raízes..., p. 21.

natureza”. Assim, a vida para os portugueses revelou-se “incomparavelmente mais suave, mais acolhedora das dissonâncias sociais, raciais, e morais. Nossos colonizadores eram, antes de tudo, homens que sabiam repetir o que estava feito ou o que lhes ensinara a rotina. Bem assentes no solo, não tinham exigência mentais muito grandes e o Céu parecia-lhes uma realidade excessivamente espiritual, remota, póstuma, para interferir em seus negócios de cada dia”.²⁰⁵²

Nesse ponto, é significativo assinalar outro elemento característico social do povo português, qual seja, a forma extraordinária como aceitavam e conviviam com a plasticidade social. Na índole da sociedade portuguesa havia a “ausência completa, ou praticamente completa, entre eles, de qualquer orgulho de raça”, ou seja, aquele orgulho racista que outros povos carregariam mais fortemente e que é inimigo e impeditivo de compromissos fundados nas diferenças raciais. Esse caráter, que é típico das nações latinas e dos muçulmanos africanos, tem parte de sua explicação no fato dos portugueses – já na época dos descobrimentos – serem um povo mestiço, a tal forma de serem distintos racialmente dos seus vizinhos espanhóis. Notável é, na época, os nativos africanos atlânticos os considerarem como seus iguais, respeitando-os menos que outros povos civilizados, a tal ponto de considerarem que havia os europeus e os portugueses.²⁰⁵³

O comportamento dos portugueses na América não diferiu do que vinham praticando em sua terra de origem; o povo negro, antes de 1500, fora trazido das possessões ultramarinas para o reino e, com suas mãos, trabalho e esforços, aumentaram a parte do solo cultivável, desbravaram matos, dessangraram pântanos, possibilitaram a formação de novos povoados. Disso decorreu que se aumentasse de forma incessante a procura dessa gente e sua força de trabalho, sinônimo de progressos materiais e benefícios imediatos para uma sociedade que desprezava cada vez mais as atividades servis. Ocorreu, assim, uma invasão dos negros africanos à metrópole, a tal ponto, em tal quantidade, que iniciou ameaçar de forma silenciosa e sub-reptícia os fundamentos biológicos do povo português. Havia uma profusão de escravos que pululavam – multiplicavam-se com rapidez – em Portugal; negros e mouros cativos é que faziam todo o serviço braçal, verdadeiras bestas de carga, a tal ponto que em Lisboa registros apontarem haver mais escravos e escravas que portugueses, e praticamente em cada casa haver pelo menos uma escrava para atender as atividades domésticas. Os mais ricos tinham escravos de ambos os sexos e não era incomum venderem com lucros os filhos de escravos,

²⁰⁵² HOLANDA, Raízes..., p. 21-2.

²⁰⁵³ HOLANDA, Raízes..., p. 22.

uma vez que o fruto segue a condição do ventre. Em meados do século XVI estimava-se que em todo Portugal havia entre dez a doze mil escravos – apenas em Lisboa eram quase dez mil escravos – e isso correspondia a cerca de uma quinta parte da população total do reino, proporção essa que se mantinha ainda o final do século.²⁰⁵⁴

Com o tempo, a intrusão de sangue estranho progrediu no campo e na cidade, a ponto de no final do século XVIII ser visível a grande presença de negros(as) e mulatos(as) compondo o perfil da sociedade portuguesa. Essa miscigenação aproximou o negro do português, diminuindo muito a distância entre dominantes e dominados, situação essa que se reproduziu na América portuguesa. Além de serem uma fonte de energia para trabalhar nas minas e nas plantações coloniais, os escravos negros tinham com os seus donos uma relação que oscilava entre dependente e protegido, chegando mesmo a uma situação solidária e afim. A influência do povo negro penetrava na intimidade do recinto doméstico, funcionando tal fato como um atenuador ou impeditivo de criação de uma forte idéia de separação entre castas ou raças, ou os derivados comportamentos ou regras sociais fundados em tal separação. Assim, então, era o princípio geral que vigorava para disciplinar as relações sociais entre negros e portugueses, não sendo obliterado por alguns fatos contrários, como leis que procuravam impedir a influência excessiva das pessoas de cor na vida da colônia, ao final leis essas que acabavam ficando apenas no papel frente “a tendência da população para um abandono de todas as barreiras sociais, políticas e econômicas entre brancos e homens de cor, livres e escravos”. É de se notar que a própria Coroa acabou atuando em favor de direito de descendente de negro assumir cargo público.²⁰⁵⁵

Mas se liberalidades havia a favor dos negros e seus descendentes, elas não podem ser considerados regra geral; toda ação portuguesa voltada para preservar certas atividades exclusivamente para os brancos, não teve um a motivação discriminatória essencialmente racista em seu âmago, mas, diferentemente, a questão da desonra, infâmia, má reputação que tradicionalmente a cultura portuguesa depositava sobre algumas atividades que, portanto, era reservada para as mãos e suor do povo negro. Um português que se importasse com sua dignidade não se sujeitaria a certos trabalhos considerados socialmente como vis, que infamava quem os praticasse e mesmo a seus descendentes. Para ficar mais claro este ponto, é sintomático que legalmente se excluía os negros de algumas atividades que eram considerados aptos os indígenas e os mamelucos, uma vez que os portugueses reconheceram nos autóctones uma liberdade civil – é certo que protegida ou tutelada – que os distanciavam

²⁰⁵⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 22-4.

²⁰⁵⁵ HOLANDA, Raízes..., p. 24-5.

do estigma social da escravidão. “É curioso notar como algumas características ordinariamente atribuídas aos (...) indígenas e que os fazem menos compatíveis com a condição servil – sua ‘ociosidade’, sua aversão a todo esforço disciplinado, sua ‘imprevidência’, sua ‘intemperança’, seu gosto acentuado por atividades antes predatórias do que produtivas – ajustam-se de forma bem precisa aos tradicionais padrões de vida das classes nobres”.²⁰⁵⁶

Não foi sem sentido que os indígenas foi tema dos escritores luso-americanos do século XIX, vinculando-os a virtudes como a de antigos fidalgos e cavaleiros da Idade Média, cabendo ao negro um papel, no máximo, de vítima submissa ou rebelde. O próprio casamento misto entre indígenas e brancos foi até estimulado pelo governo colonial português, onde alvará datado de meados do século XVIII determinava que os cônjuges – nesse caso – não ficassem discriminados por infâmia alguma, garantindo-se seus direitos e até privilégios – emprego, honra e dignidade – e a de seus descendentes nos lugares onde residissem, sendo vedado, por lei, discriminá-los por nomes injuriosos. Os negros e seus descendentes eram relegados a trabalhos de baixa reputação, conforme os textos oficiais, degradantes ao indivíduo e toda sua geração. Documento da segunda metade do século XVIII revela que um índio que decidisse casar com uma descendente do povo negro perderia seu posto público e privilégios, manchando seu sangue e tornando-se, assim, indigno.²⁰⁵⁷

Dentro desse quadro geral da economia colonial, sucedeu ocorrer na América portuguesa um movimento diverso do que aconteceu na América espanhola, qual seja, a hipertrofia da lavoura latifundiária e a escravidão não favoreceram “qualquer esforço sério de cooperação nas demais atividades produtoras, ao oposto do que sucedia em outros países”. Se na América espanhola – especificamente no Peru – havia grêmios de oficiais de diversas profissões que garantiam direitos e privilégios para seus inscritos, com regimentos prevendo inclusive descanso e meios de assistências mútuas, sendo a maioria de seus membros os índios e mestiços, enfim, grêmios profissionais que durante longo tempo foram garantia de prosperidade, riqueza e estabilidade para a colônia, já na América portuguesa a organização dos ofícios, segundo modelo praticado no reino, não prosperou pelos seguintes motivos: (I) trabalho escravo preponderante; (II) indústria caseira que garantia a independência dos ricos –

²⁰⁵⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 25.

²⁰⁵⁷ HOLANDA, Raízes..., p. 25-6.

auto-suficiência –; (III) auto-suficiência que prejudicava o comércio; (IV) escassez de artífices livres na maior parte das vilas e cidades.²⁰⁵⁸

Ademais, na colônia americana de Portugal sucedia ocorrer que certos profissionais transgrediam os regimentos de seus ofícios ou fugiam dos exames obrigatórios para o exercício da profissão, contando, inclusive, com a proteção de juízes para essa conduta ilegal; diante disso, uma licença obtida para o exercício de uma profissão qualquer, a mais singela que fosse, era suficiente para o exercício de qualquer profissão – cuja rigidez se circunscrevia apenas nas normas de postura. Uma vez acumulado algum cabedal, esse artífice abandonava seu ofício para desfrutarem as regalias de uma condição mais nobre e/ou um cargo público. O exercício de um ofício mecânico era incompatível com o estatuto da nobreza, portanto, não podendo um e outro se encontrar na mesma pessoa, entretanto, havia muitos casos de pessoas consideradas nobres que se dedicavam a ofícios mecânicos como meio de ganhar a vida, preservando suas prerrogativas de classe; tratava-se, nesses casos, de um abuso reconhecido e tolerado que não era a regra geral das práticas da época.²⁰⁵⁹

A lei colonial não estabelecia hierarquia entre diferentes espécies de trabalho manual, entretanto, de fato, existiam discriminações consagradas pelos costumes revelando uma grande intolerância em relação aos ofícios considerados socialmente como de mais baixa reputação, ou atividades mais vis que uma pessoa poderia praticar – por exemplo, vender sardinhas e berimbaus –, sendo que se a pessoa possuía uma função pública ele acabava perdendo-a por esse fato. Assim, em relação aos ofícios urbanos reproduzia-se a mesma mentalidade ou disposição que vigorava para o trabalho rural, qual seja, a regra geral era o amor ao ganho fácil e a mesma infixidez que caracterizava o mundo rural. Revelador nesse sentido, era o registro de visitante que observou a tenda de comerciantes luso-americanos no final da era colonial; “se distribuíam as coisas mais disparatadas deste mundo, e era tão fácil comprarem-se ferraduras a um boticário como vomitórios a um ferreiro”. A grande maioria dos indivíduos assumia um ofício, mas rapidamente o abandonava para se dedicar a outro negócio, atraído pelo maior lucro deste último, e assim sucessivamente; outro fator é que raramente um mesmo ofício perdurava numa mesma família mais de uma geração, como sucedia em terras onde a estratificação social era mais rija e estável.²⁰⁶⁰

Por tudo isso, nesse contexto a América portuguesa não conheceu a formação de uma camada social dedicada decididamente ao artesanato, enfim, de profissionais habilitados e

²⁰⁵⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 26-7.

²⁰⁵⁹ HOLANDA, Raízes..., p. 27-8.

²⁰⁶⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 28.

dedicados, voltados para o constante aperfeiçoamento intelectual ou espiritual de seu ofício. Mas também somou para prejudicar a formação de tal classe o fato ordinário do uso dos “chamados ‘negros de ganho’ ou ‘moços de ganho’, que trabalhavam mediante simples licenças obtidas pelos senhores em benefício exclusivo destes”. Com tal recurso – totalmente incompatível com o princípio medieval da corporação de mester –, qualquer pessoa aproveitava-se dos frutos desse tipo de atividade, sem degradar-se ou usar suas mãos para humildes trabalhos tidos como vis e servis. Portanto, uma certa tradição portuguesa foi adaptada, modificada, relaxada, ditada pelas condições adversas do meio luso-americano, observando-se que mesmo na metrópole essa tradição não chegou alcançar uma extrema rigidez, nesse particular. Das corporações profissionais que aqui se estabeleceram manteve-se “a obrigação de irem os ofícios embandeirados, com suas insígnias, às procissões reais, o que se explica simplesmente pelo gosto do aparato e dos espetáculos coloridos, tão peculiar às nossa sociedade colonial”.²⁰⁶¹

A capacidade de livre e duradoura associação entre agentes empreendedores luso-americanos não se efetivou para levar a bom êxito este tipo específico de labor produtivo, bem como outros que dependessem da associação complementar de esforços econômicos, interagindo circularmente e alavancando-se mutuamente numa necessidade contínua para evoluir progressivamente. Trabalhos de índole coletiva somente alcançavam bom termo – espontaneamente era aceitos – desde que fossem de duração provisória, e que unissem a certos sentimentos e emoções coletivos. Nesse sentido, os cultos religiosos se destacavam por conseguir aglutinar pessoas para, em colaboração, por exemplo, construir uma igreja matriz, como registros do século XVII atestam, mas costume esse herdado do reino e cedo implantado em terras americanas, como para construção da cidade de Salvador, na Bahia.²⁰⁶²

Outros costumes coletivos, como o mutirão ou muxirão – roceiros que se ajudam mutuamente para derrubar o mato, nas plantações, colheitas, construção de casas, fiação de algodão –, foram copiados de práticas dos gentios da terra, fundados na expectativa do auxílio recíproco e também pelo aspecto lúdico que sempre acompanhava obrigatoriamente tais práticas coletivas – ceias, danças, cantorias, desafios, etc. Mas pode-se afirmar que essas diferentes formas de atividade coletiva não eram um indicativo ou tendência fortemente voltada para a solidificação de uma cooperação disciplinada e constante, pelo menos o tipo de cooperação que possibilitasse a formação de uma forte e influente classe social trabalhadora, dependente dessa contínua cooperação evolutiva progressiva para estabelecer-se enquanto tal

²⁰⁶¹ HOLANDA, Raízes..., p. 28-9.

²⁰⁶² HOLANDA, Raízes..., p. 29-30.

na sociedade. Sentimentos e inclinações de índole pessoal é que moviam “um indivíduo ou grupo de indivíduos a socorrer o vizinho ou amigo precisado de assistência”, escapando daquela atitude calculista e racional voltada para a importância dos ganhos e vantagens do aspecto especificamente material do trabalho em comum.²⁰⁶³

Talvez, para entender o significado preciso desse trabalho em comum, a distinção antropológica entre “cooperação” e “competição”, de um lado, e “prestância” e “rivalidade”, de outro lado, possam dar indicações úteis nesse sentido. “Tanto a competição como a cooperação são comportamentos orientados, embora de modo diverso, para um objetivo material comum: é, em primeiro lugar, sua relação com esse objetivo o que mantém os indivíduos respectivamente separados ou unidos entre si. Na rivalidade, ao contrário, como na prestância, o objetivo material comum tem significação praticamente secundária; o que antes de tudo importa é o dano ou o benefício que uma das partes possa fazer à outra”. A cultura portuguesa e a espanhola, revelam originariamente fortes elementos de traços culturais personalistas e, sendo assim, não seria sem sentido que os vínculos de pessoa a pessoa sempre, nessas sociedades, foram os mais decisivos socialmente, “independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos”.²⁰⁶⁴

É sintomático que na América portuguesa tivesse vigorado ostensivamente agregações e relações pessoais – mesmo que precárias –, e lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, como fato comum de sua existência social, tornando-a socialmente um todo incoerente e amorfo, sendo que, nesse contexto, também tivesse energicamente fortalecido – de maneira singular – o lado afetivo, irracional e passional das relações individuais e sociais, verificando-se uma estagnação ou atrofia das qualidades individuais e sociais ordenadoras, disciplinadoras e racionalizadoras.²⁰⁶⁵

Aspecto que não pode ser desconsiderado na formação social da América portuguesa é a influência do povo negro, especialmente tendo em conta que, como escravos, não poderiam oferecer obstáculos sérios às ações dos colonizadores locais; trouxeram eles a sua “suavidade dengosa e açucarada”, que permeou todas as esferas da vida social colonial. A partir do século XVIII, a arte e a literatura irão exprimir melhor esse aspecto através do “gosto do exótico, da sensualidade brejeira, do chichisbeísmo, dos caprichos sentimentais”, chegando demonstração dessa influência até na própria corte portuguesa, através de modinhas e lundus. Veio a

²⁰⁶³ HOLANDA, Raízes..., p. 30.

²⁰⁶⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 30-1.

²⁰⁶⁵ HOLANDA, Raízes..., p. 31.

imperar na administração colonial, na economia e nas crenças religiosas da época, algo que se identificava com a “moral das senzalas”, uma moral astuta, manhosa, artilosa “na violência, negadora de virtudes sociais, contemporizadora e narcotizante de qualquer energia realmente produtiva”, onde a interpretação da própria criação do mundo era tido como uma obra de abandono lânguido de Deus.²⁰⁶⁶

Quanto ao fato especulativo de que outro povo e outra cultura, com outra índole, teriam logrado melhor sucesso na colonização da América portuguesa, o exemplo holandês é um caso interessante para ser analisado e cotejado frente ao que o lugar comum fixou para o destino dessas terras em mãos portuguesas. Os holandeses eram – na época – um povo dotado daquelas qualidades de disciplina, previsibilidade e racionalidade que fariam tanto sucesso para o progresso e desenvolvimento da Europa continental além Pirineus. Em princípio seu tipo de colonização estaria fundado num tipo sistemático de organização colonial que evitaria as forças de desagregação social, pois assim levaria com toda probabilidade seu espírito de empreendimento metódico e coordenado, capacidade de trabalho e coesão social. Com tal disposição comportamental evidentemente eles não seriam dotados daquela plasticidade – abertura para estar suscetível a receber e adaptar-se a estímulos ou circunstâncias externas, fugindo de um rígido planejamento inicialmente fixado ou estabelecido, a ser seguido – que os portugueses foram tão dotados para o empreendimento de colonização americano.²⁰⁶⁷

Entretanto, o fato é que eles enviaram para o nordeste das possessões portuguesas – que eles dominaram por certo período – colonos que não eram adequados para um país em formação. “Recrutados entre aventureiros de toda espécie, de todos os países da Europa, ‘homens cansados de perseguições’, eles vinham apenas em busca de fortunas impossíveis, sem imaginar criar fortes raízes na terra”. No século XVII, as diferentes experiências dos Países Baixos no continente americano foram acentuadamente fracassadas; as causas apontadas indicavam que não havia um descontentamento generalizado na terra pátria que impulsionasse esse povo a uma migração em larga escala. De fato, após sua independência, a Holanda alcançou uma prosperidade e desenvolvimento econômico-político, revelando o êxito da República holandesa como comunidade nacional. Assim, após as lutas pela independência os registros nos escritórios da Companhia das Índias Ocidentais apontam que apenas soldados licenciados sem lar, pequenos artesãos, aprendizes comerciantes – parte deles judeus de ascendência portuguesa –, mestres-escolas, mulheres do mundo, “outros tipos perdidos”, é que procuravam vir para o nordeste holandês em terras luso-americanas. “O

²⁰⁶⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 31.

²⁰⁶⁷ HOLANDA, Raízes..., p. 31-2.

exército da Companhia, que lutava em Pernambuco, constava principalmente de alemães, franceses, ingleses, irlandeses e neerlandeses”.²⁰⁶⁸

Essa população era urbana, cosmopolita, instável, e preferia, portanto, morar na nascente cidade que estava sendo erigida – atual Recife –, estabelecendo muito cedo a divisão clássica entre engenho e cidade, senhor rural e mascate, divisão essa que faria parte de quase toda história do nordeste luso-americano, de Pernambuco, em especial. Entretanto, esse progresso urbano, marcante no tipo de colonização holandesa, é um elemento importante de distinção, que permite contrapor os dois tipos de colonização – a flamenga e a portuguesa. Em todo o resto do da América portuguesa, com exceção do nordeste dominado por holandeses – com sua metrópole que se considerava que vivia “autonomamente” –, “as cidades continuavam simples e pobres dependências dos domínios rurais”. Os holandeses construíram palácios monumentais, parques opulentos – cuja riqueza de fauna e flora era fonte de inspiração para artistas e cientistas –, institutos científicos e culturais, várias e diferentes obras de assistência, importantes organismos políticos e científicos – 1640 reuniu-se em Recife o primeiro Parlamento que se tem notícia no hemisfério ocidental –, inclusive localizado na zona do porto, um espaço de meretrício que tornou-se tradicional na vida urbana de todos os tempos.²⁰⁶⁹

Nova Holanda, assim, era uma jóia, um esplendor, dentro de uma América portuguesa pobre e miserável, mas cuja realidade ficava circunscrita e não transpunha externamente os muros das cidades assim construídas, enfim, esplendor e riqueza que não se implantava – não tinha correspondência – e não se reproduzia na vida rural sob seus domínios. De tal forma isso era verdade que Nova Holanda exibia o contraste marcante entre dois mundos distintos, “duas zonas artificialmente agregadas. O esforço dos conquistadores batavos limitou-se a erigir uma grandeza de fachada, que só aos incautos podia mascarar a verdadeira, a dura realidade econômica em que se debatiam”. Eles procuraram fazer de suas possessões tropicais uma extensão da pátria européia, conforme o que lá era praticado, apenas transplantando os usos e costumes europeus nas novas terras, inclusive quanto ao seu cultivo, procedimento esses que levou-os ao desastre e fracasso. A terra no Novo Mundo, para prosperar, impunha, na época, segundo as forças e recursos ou tecnologia conhecidas, um procedimento que os portugueses,

²⁰⁶⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 32.

²⁰⁶⁹ HOLANDA, Raízes..., p. 32-3. O temperamento dos colonos da Nova Holanda, nesse aspecto dos costumes sexuais, não diferiu muito dos praticados pelos portugueses. Era corrente na Europa o ditado – no século XVII – que dizia que a licença de costumes indicava que alguém da linha do Equador – na Europa – não existia nenhum pecado, já não podendo se dizer o mesmo para o que ocorria além dessa linha, de tal forma que a linha imaginária que separava o mundo em dois hemisférios também era a fronteira demarcatória entre o vício e a virtude. In: HOLANDA, Raízes..., p. 33, nota de rodapé n. 45.

bem ou mal, haviam sido como que os portadores naturais, de tal forma que a ação portuguesa foi tudo, menos aquela voltada para “manter a própria distinção com o mundo que vinham povoar”, alcançando bom êxito nessa sua aparente fraqueza. Para os portugueses, assim, sua “fraqueza foi sua força”.²⁰⁷⁰

Os holandeses se esforçaram para competir com os portugueses na lavoura, entretanto, verifica-se que apenas poucas pessoas dessa gente arriscavam-se a abandonar a cidade e viver no campo, além do que os elementos que se socorriam para as lides do campo verificou-se que não se adaptavam a essa vida. Registros de 1636 indicam que o Conselho Político colonial já se preocupava com a iminente ruína de sua colonização, uma vez que as principais fontes de riqueza da Nova Holanda estavam em mãos portuguesas e de seus descendentes luso-americanos. Tentou-se, assim, como medida de solução, importar trabalhadores da terra da mãe-pátria, entretanto, os lavradores e camponeses batavos não vieram para as novas terras, preferindo ficar vinculados aos seus lares europeus, pois a ventura era por demais arriscada e perigosa, além de não haver motivo mais forte para abandonarem de vez sua terra natal. O fato concreto é que o fracasso holandês na América é justificado antropológicamente como a incompatibilidade das raças européias do norte com as regiões tropicais.²⁰⁷¹

Os holandeses não entraram em contato íntimo com as raças de cor que aqui existiam ou foram transplantadas do continente africano; não cederam “com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros”, diferentemente do que os portugueses fizeram, a tal ponto dos registros relatarem que o português americanizava-se ou africanizava-se – tornava-se negro – conforme fosse preciso. No plano da língua, a língua portuguesa era mais facilmente assimilável e simpática que a língua holandesa; “para nossos índios, os idiomas nórdicos apresentam dificuldades fonéticas praticamente insuperáveis, ao passo que o português, como o castelhano, lhes é muito mais acessível”. Assim, missionários protestantes que usavam a língua neerlandesa na instrução religiosa, tanto para os africanos como para os indígenas, tiveram que passar a utilizar-se do português nos seus sermões e prédicas, pois verificaram que o uso deste artifício era de resultados muito mais compensatórios para suas atividades, como os jesuítas portugueses procediam para catequizar os índios.²⁰⁷²

No aspecto religioso, também é importante assinalar que a religião protestante, ao contrário da católica, não instigava tanta excitação aos sentidos ou à imaginação dos negros e

²⁰⁷⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 33-4.

²⁰⁷¹ HOLANDA, Raízes..., p. 34.

²⁰⁷² HOLANDA, Raízes..., p. 34-5.

indígenas, de tal forma que o calvinismo não favorecia a transição de suas crenças originais para os ideais do cristianismo reformado. Se os puritanos da América do Norte, inspirados bíblicamente, se identificaram como povo de Israel para assimilar os indivíduos de outra casta, credo ou cor, no sentido de serem destruídos e subjugados pela raça eleita,²⁰⁷³ verificase que os calvinistas holandeses não chegaram a tal ponto em sua missão; é “bem notório, ao contrário, que não faltaram entre eles esforços constantes para chamar a si os pretos e indígenas do país, e que esses esforços foram, em grande parte, bem sucedidos”. Entretanto, nesses contatos e encontros parece ter havido pouca simpatia transigente e comunicativa que os católicos – mais universalistas e menos exclusivistas – são melhores dotados e infundem melhor no espírito das pessoas.²⁰⁷⁴

Os portugueses, portanto, conseguiam mais facilmente os seguidores dedicados para sua fé, do que os puritanos holandeses, a ponto dos registros históricos da época apontarem as diferenças entre os escravos convertidos pelos religiosos portugueses e os religiosos holandeses. Por fim, a ausência do orgulho de raça entre os portugueses levou a que houvesse o fenômeno da mestiçagem como parte do processo formal colonização, meio importante para fixar o ser humano no ambiente tropical. “Foi, em parte, graças a esse processo que eles puderam, sem esforço sobre-humano, construir uma pátria nova longe da sua”.²⁰⁷⁵

Na formação da América portuguesa e do país que formou-se dela, a herança rural tem um peso significativo. É possível afirmar que toda estrutura da sociedade colonial teve base e fundamento fora dos meios urbanos, originando as condições sociais que governaram e ainda governam o modo de vida social característico que se produziu e reproduziu-se na América portuguesa. Rigorosamente não foi uma civilização agrícola que os portugueses implantaram na América, entretanto, é possível asseverar que foi uma civilização com fortes raízes rurais. Nos séculos iniciais de ocupação européia, é em torno de propriedades rústicas que gira toda efervescência da vida colonial, a tal ponto das cidades e lugarejos criados na época serem meros apêndices e dependências daquelas propriedades rurais. Tal situação perdurou

²⁰⁷³ Os modernos preconceitos raciais, as teorias racistas, teriam, segundo o historiador inglês Arnold J. Toynbee, origens especificamente protestantes. O fato é que o preconceito racial é mais acentuado entre povos protestantes e é de se indagar se isso pode ser considerado como meramente fortuito ou mesmo independente dos fatores que encaminhou tais povos para historicamente abraçar o protestantismo. In: HOLANDA, Raízes..., p. 35, nota de rodapé n. 48.

²⁰⁷⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 35-6.

²⁰⁷⁵ HOLANDA, Raízes..., p. 36.

inalterável até a abolição da escravatura, de tal forma que o ano de 1888 representa um divisor de águas entre duas épocas.²⁰⁷⁶

Durante a monarquia instaurada historicamente na América portuguesa, os fazendeiros eram escravocratas e os seus filhos – educados nas profissões liberais – eram “quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo-se eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio”. Tal domínio era tão forte ou absoluto – incontestado – que “muitos dos antigos senhores puderam, com freqüência, dar-se o luxo de inclinações antitradicionalistas e mesmo de empreender alguns dos mais importantes movimentos liberais que já se operaram em todo o curso de nossa história”. Assim, é possível reconhecer que é devido a eles próprios os progressos materiais que acabariam por contribuir para arruinar a situação tradicional, “minando aos poucos o prestígio de sua classe e o principal esteio em que descansava esse prestígio, ou seja, o trabalho escravo”.²⁰⁷⁷

Nesse sentido de transformação sócio-econômica, assinale-se os anos 1851 a 1855, época curta mas de intensas reformas que, mesmo depois de inaugurado o regime republicano em substituição à monarquia, jamais se reproduziu com tal envergadura. Surgem as sociedades anônimas, bancos e a organização da expansão do crédito, linha telegráfica, estrada de ferro, estímulo à iniciativa particular, melhoria da circulação da notícia com afetação sobre os negócios, inauguração de meios de transportes modernos entre os centros de produção agrária e as praças comerciais. Enfim, o crédito para movimentar a economia nos novos moldes, e mesmo às especulações decorrentes desse novo regime econômico, era proveniente e às custas da economia agrária, das tradicionais atividades agrícolas, e esse crédito ampliava-se, acarretando a liquidação paulatina da velha herança rural e colonial, economia e sociedade essa fundada no trabalho escravo e “na exploração extensiva e perdulária das terras de lavoura”.²⁰⁷⁸

O redirecionamento dos capitais destinados à agricultura coincide com um período de pujança dos negócios geridos por especuladores que, como regra geral, não possuem raízes rurais, exatamente nos anos que se seguem aos primeiros passos dados para a abolição da escravatura e a supressão do tráfico negreiro. Para o fim da escravidão, o primeiro passo decisivo e verdadeiramente heróico – devido aos interesses mercantis poderosos, paixões

²⁰⁷⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 41.

²⁰⁷⁷ HOLANDA, Raízes..., p. 41-2.

²⁰⁷⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 42.

nacionais e prejuízos profundos que implicava o fim do tráfico negreiro –²⁰⁷⁹ foi a Lei Eusébio de Queirós,²⁰⁸⁰ que sofreu verdadeiras resistências e recalcitrâncias, cujas conseqüências práticas fomentaram ações e reações as mais diversas possíveis. Por exemplo, pelo fato da abolição ser apoiada pelos interesses ingleses, os cruzeiros ingleses de repressão chegou a apresar navios brasileiros dentro dos portos brasileiros, provocando os sentimentos patrióticos do povo, habilmente aproveitados pelos defensores pelo seguimento do comércio humano, fortalecendo essa corrente de opinião favorável. Também foi utilizado o discurso do temor – sempre evocado quando se quer manter um *status quo* –, qual seja, “dos que, temerosos do futuro incerto e insondável, só querem, a qualquer custo, o repouso permanente das instituições. (...) [Assim,] em país novo e mal povoado (...), a importação de negros, por mais algum tempo, seria, na pior hipótese, um mal inevitável, em todo caso diminuto, se comparado à miséria geral que a carência de mão-de-obra poderia produzir”.²⁰⁸¹ Discurso esse que se reproduz ao longo do tempo, se adaptando aos contextos temporais diferentes, mas que no fundo quer manter um certo estado de coisas sem modificações, pelo simples temor da mudança, sempre implicada em alteração de interesses econômicos, vantagens e privilégios sociais arraigados.

O contraponto dessa atitude conservadora e reacionária era um sentimento diverso, daqueles que sabiam ser portuguesa – e não brasileira – as grandes fortunas envolvidas com o tráfico negreiro, de tal forma a mobilizar-se a favor das medidas do governo toda descendência lusófoba nativa. Entretanto, os interessados no negócio procuraram estabelecer uma série de medidas de precauções que buscasse alcançar a salvaguarda do exercício de suas atividades ilegais, procurando assegurar a própria impunidade e a invulnerabilidade de suas transações: nos portos, estabelecendo um sistema de comunicação que avisasse de perigos aos navios negreiros que chegassem, a fim de protegê-los; subvencionando jornais a favor de artigos favoráveis ao tráfico; subornando funcionários públicos em busca de documentos oficiais ilícitos ou em troca de uma fraca fiscalização; estimulando perseguições políticas ou

²⁰⁷⁹ Para conhecer melhor o significado e tamanho dos negócios envolvendo o tráfico negreiro na época, vide: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 526 p.

²⁰⁸⁰ Ministro da Justiça do gabinete conservador monárquico que subiu ao poder em 1848, Eusébio de Queirós era filho de um juiz luso-angolano, nascido em Angola e casado com uma mulher cuja família era ligada aos negócios urbanos do Rio de Janeiro. A Lei Eusébio de Queirós era um conjunto de medidas que procurava tornar mais eficaz ações contra o tráfico negreiro, reforçando uma lei anterior – de 1831 – que até então praticamente era considerada inócua. Entre outros pontos, era previsto e reconhecido que o tráfico equivalia à pirataria e que tribunais especiais julgariam os infratores. A lei entrou em vigor em setembro de 1850. Se em 1849 ingressaram 54 mil escravos na América portuguesa, em 1850 esse número caiu para 23 mil e em 1851 para cerca de 3 mil, praticamente desaparecendo a partir daí. In: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP/FDE, 1995, p. 195.

²⁰⁸¹ HOLANDA, Raízes..., p. 42-3.

policiais aos seus adversários; comprando sua impunidade através de ações artificiais aparentemente legais, envolvendo vários agentes públicos na cadeia de construção da impunidade.²⁰⁸²

Com esse aparelhamento, “puderam os interessados no tráfico promover, mesmo, e principalmente depois de 1845 – o ano do *Bill Aberdeen* –,²⁰⁸³ um comércio cada vez mais lucrativo e que os transformaria em verdadeiros magnatas das finanças do Império”. Entre 1845 a 1850, ingressou na América portuguesa cerca de duzentos sessenta e três mil escravos; após a aprovação da Lei Eusébio de Queirós, e a intensificação das atividades britânicas de repressão ao tráfico, esse número caiu para três mil e trezentos escravos em 1851 e setecentos escravos em 1852, e após isso verificou-se apenas pequenos desembarques, apreendidos pelas autoridades públicas locais. De qualquer forma, a extinção de um comércio que era “origem de algumas das maiores e mais sólidas fortunas brasileiras do tempo, deveria forçosamente deixar em disponibilidade os capitais até então comprometidos na importação de negros”. Era necessário destiná-los a outros ramos de negócios. Por essa época, Visconde de Mauá²⁰⁸⁴

²⁰⁸² HOLANDA, Raízes..., p. 43-4.

²⁰⁸³ “Bill Aberdeen” é o ato que autorizou a marinha inglesa a tratar os navios negreiros como navios piratas, com direito à sua apreensão e julgamento dos envolvidos pelos tribunais ingleses. In: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP/FDE, 1995, p. 194-5.

²⁰⁸⁴ Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), Barão e, posteriormente, Visconde de Mauá, empresário, industrial pioneiro e político brasileiro. Órfão de pai, foi levado ao Rio de Janeiro pelo tio, ingressando no comércio aos 11 anos, como caixeiro de uma loja de fazendas. Em 1830 empregou-se na Casa Carruthers, onde aprendeu a língua inglesa e contabilidade. Aos 23 anos era sócio-gerente da casa, três anos mais tarde, quando Carruthers se retirou para a Inglaterra, o negócio ficou em suas mãos. Em Santa Teresa comprou instalações para residência coletiva de seus empregados e em 1839 mandou buscar a mãe, uma irmã viúva e a filha desta, com quem se casou em 1841. Em 1847 fundou a companhia de rebocadores que depois transferiu para o governo. Em 1850, colocou em atividade uma fundição e um estaleiro, na Ponta da Areia, que adquirira em 1846. No espaço de 11 anos, o estaleiro produziu 72 navios, a vapor e à vela. O incêndio de 1857 e uma lei promulgada em 1860, que isentava de direitos a entrada de navios construídos no estrangeiro, arruinaram a empresa, que faliu. Em 1850 empreendeu a fabricação de velas de estearina. Nesse mesmo ano tentou instalar a empresa Montes Áureos Brazilian Gold Mining Company e a dos diques flutuantes no Rio de Janeiro, que não tiveram êxito. Sua companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro é de 1851, bem como a participação no segundo Banco do Brasil, do qual se retirou em 1854 para fundar o Banco Mauá. Em 1852 criou a Companhia Navegação e Comércio do Amazonas, que operou sozinha até 1866, quando a abertura do Amazonas à navegação internacional propiciou a instalação da Amazônia Steam Navigation Company. Fundou também, em 1852, a Companhia Fluminense de Transportes, criada com fundos do Banco Mauá. Em 1854 inaugurou a primeira estrada de ferro no Brasil, ligando o Rio de Janeiro a Petrópolis. A estrada de ferro D. Pedro II, iniciado em 1855, liquidou a de Mauá, que ficara na dependência da rodovia União e Indústria, não terminada a tempo, tendo sido, em 1883, incorporada e absorvida pela Leopoldina Railway. Em 1855, participou da Recife and São Francisco Railway Company, em 1858, da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 1860 da Bahia and São Francisco Railway Company. Em 1856 empreendeu a construção da estrada de ferro de Santos a São Paulo, tendo sido levado a transferir o contrato para a São Paulo Railway. A Companhia de Bondes Jardim Botânico, transformada na Botanical Garden Rail Road Company, bem como a abertura do canal do Mangue – Rio de Janeiro –, são iniciativas suas. Em 1872 empreendeu a construção do cabo submarino inaugurado em 1874 pela Brazilian Submarine Telegraph Company. No Uruguai foram iniciativas suas: iluminação a gás, telégrafo, diques, estaleiros, exportação e frigorificação de carnes, casas bancárias etc. A partir de 1856 foi deputado em várias legislaturas. Em 1873, acusado de negociatas na Guerra do Paraguai, renunciou ao mandato parlamentar. Em 1875, assediado por crises e dificuldades financeiras, solicitou moratória por três anos. Findo o prazo, declarou-se em falência. Autor de relatórios e pareceres, além de uma *Autobiografia* e uma *Exposição aos*

estará capitaneando a criação do Banco do Brasil de 1851, ao que tudo indica, deliberadamente voltado para aproveitar tais recursos na canalização e alimentação das forças produtivas do país, enfim, o Banco do Brasil como um grande instituto de crédito para novos tempos.²⁰⁸⁵

O fim do tráfico negreiro significou a emergência de um desenvolvimento comercial sem precedentes na história comercial em terras luso-americanas. O comércio exterior, tanto para a importação quanto para a exportação – muito mais para o primeiro que para o segundo, a bem da verdade –, aumentou em quantidade e valores, e havia uma ânsia de enriquecimento, estimulada também pela excessiva facilidade de crédito. Assim, esse período de ocaso do tráfico negreiro significou um momento de prosperidade onde todas as classes sociais vislumbravam tirar vantagens econômicas e sociais. Para uma terra onde riqueza e propriedade significavam imediatamente a posse de bens mais concretos, visíveis e palpáveis, o momento era de singular novidade, especialmente o fato da impessoalidade vinculada a uma propriedade indicada por um bilhete bancário ou ação de companhia. Nesse contexto, os fazendeiros tradicionais, endividados pela tomada de recursos junto aos centros urbanos – de onde também originavam os escravos –, encaravam com desconfiança os novos tempos com suas novidades financeiras e econômicas, que se revelavam uma ameaça aos fundamentos tradicionais de seu prestígio histórico. Houve até mesmo quem, diante dessa engenharia de transformação da propriedade em capitais – projeto de criação de um banco rural e hipotecário –, visse nesse ato um movimento em favor do socialismo, inimigo nato da propriedade.²⁰⁸⁶

Se havia aqueles que estavam otimistas como os novos tempos, alcançando riqueza rápida diante da ilimitada liberdade de crédito, havia também aqueles que, atingidos fortemente pelo fim do tráfico negreiro, estavam perplexos e descontentes. O espírito conservador, diante dos novos costumes econômicos fundados na especulação, reclamava da falta dos tempos anteriores com os escravos, questionando a nova pobreza dos brancos, os apetrechos e vestuários importados e caros, alimentos importados – frutas, legumes e cereais – que poderiam ser produzidos localmente, empresas desavisadas que produziam a deslocação do trabalho e muito além das legítimas forças do país, tudo promovendo a escassez e alto

Credores. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 16. Talvez o caso específico dessa falência do Visconde de Mauá tenha sido o único caso de falência do direito e da economia brasileira – talvez do mundo – que, ao final, depois de pagar todos os seus credores, ainda lhe sobrou bens e direitos. Sobre essa particularidade e muitas outras, vide: CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário do império. São Paulo: Companhia da Letras, 1995. 560 p.

²⁰⁸⁵ HOLANDA, Raízes..., p. 44.

²⁰⁸⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 44-5 e nota de rodapé n. 58.

preço de todos os víveres. Essa nostalgia do mundo rural e patriarcal era reforçada pela grande instabilidade que caracterizavam as novas fortunas, se desfazendo rapidamente ao sabor das circunstâncias desfavoráveis.²⁰⁸⁷

Dois mundos distintos, duas mentalidades diversas, passaram a conviver a partir daí, com toda hostilidade e rancor que um nutre pelo outro, pois parece não haver espaço aos dois na sociedade da época; de um lado o racional, o abstrato, o citadino, o cosmopolita, de outro lado, o tradicional, o corpóreo e sensível, o regional e o paroquial. A América portuguesa escravocrata era imatura para as transformações profundas que implicavam na mudança de sua tradicional fisionomia; o fim da escravatura abriu as portas para uma nova era de mercadores e especuladores urbanos, em detrimento das classes ou grupos historicamente e tradicionalmente dominantes, a não ser que eles se adaptassem aos novos tempos. A outra opção da tradição era resistir conforme todas as suas forças e tradição. Assim, durante cerca de quarenta anos – entre 1850 a 1888 – as dificuldades e obstáculos serão colocadas pelos agentes sociais mais retrógrados, desejosos do retorno da escravatura, mas também de forças sociais que, diante do conflito presente, buscavam uma restauração do equilíbrio que fora quebrado. Daí emerge o paradoxo, qual seja, mantida muito da situação tradicional, não é possível operar as transformações profundas para mudar de fisionomia a estrutura econômica, social e política local. “Enquanto perdurasse intatos e, apesar de tudo, poderosos, os padrões econômicos e sociais herdados da era colonial e expressos principalmente na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas”.²⁰⁸⁸

Essa convivência entre dois pensamentos muito diferentes, onde a tradição ainda permanece forte e o novo se apresenta de forma superficial e artificial, mas este último presente fortemente e concretamente no imaginário e no espírito – portanto, nas ações e comportamentos dos agentes econômicos e financeiros – de muitos que confiavam que os novos tempos eram feitos para os especuladores e empreendedores, irá provocar crises de “identidade” econômica, que resultarão concretamente em crises econômicas. Em 1860 é editada uma lei que diminui muito o crédito na praça, a fim de adequar a efervescência da economia com a realidade do mercado local; tal lei veio precipitar – não originar, mas provocar – uma crise comercial que sucedeu no ano de 1864, a primeira crise comercial registrada no império luso-brasileiro-americano nascente, e “que não deveu sua origem a comoções políticas internas ou à ação de fatores internacionais. Essa crise foi o desfecho

²⁰⁸⁷ HOLANDA, Raízes..., p. 45-6.

²⁰⁸⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 46.

normal de uma situação rigorosamente insustentável nascida da ambição de vestir um país ainda preso à economia escravocrata, com trajes modernos de uma grande democracia burguesa”.²⁰⁸⁹

Não é em vão que o fracasso de Visconde de Mauá como empresário industrial e comercial é a medida da “radical incompatibilidade entre as formas de vida copiadas de nações socialmente mais avançadas, de um lado, e o patriarcalismo e o personalismo fixados entre nós por uma tradição de origem secular”. Tudo indica que as iniciativas progressistas de Irineu Evangelista de Souza – Visconde de Mauá – foram toleradas e admiradas até o ponto em que não comprometeram os padrões de veneração tradicional; nos choques e conflitos, a tolerância mudava para desconfiança e daí para oposição calorosa rapidamente. Quando Mauá decidiu apoiar, em 1872, o Ministério Rio Branco, a violenta repreensão que recebeu de um colega liberal foi tipicamente de um conservador tradicionalista. A política, na época, seguia os padrões tradicionais, vale dizer, ao se filiar a um partido, a pessoa assumia, por esse ato, compromissos que não poderia romper sem que isso significasse um ato de rebelião equivalente a de vassalo contra o senhor, enfim, uma traição e deslealdade de ordem pessoal; tratava-se de um círculo de idéias, atitudes e princípios políticos que contrastava fundamentalmente das concepções que cultivava a burguesia em ascensão. A tradição ditava que “as facções são constituídas à semelhança das famílias, precisamente das famílias de estilo patriarcal, onde os vínculos biológicos e afetivos que unem ao chefe os descendentes, colaterais e afins, além da famulagem [criados, servos, seguidores] e dos agregados de toda sorte, hão de preponderar sobre as demais considerações. Formam, assim, como um todo indivisível, *cujos membros se acham associados, uns aos outros, por sentimentos e deveres, nunca por interesses e idéias*”. Por isso, abandonar o partido era um ato de desonra e quem assim procedesse praticava um ato de traição, e essa característica política vigente foi anotada por estrangeiros que aqui passaram, demonstrando sua incompreensão do por quê não se entendia por aqui que o mal era em se apegar excessivamente a um partido político.²⁰⁹⁰

Na origem desse espírito de facção estão os costumes do patriciado rural da América portuguesa. Os registros apontam que os senhores de engenho portugueses, os lavradores livres – que faziam plantações em terras próprias ou foreiras, mas sem o compromisso de moerem sua cana em certo ou determinado engenho –, os lavradores obrigados – que plantavam em terras dos engenhos com a obrigação expressa de só destes se servirem – e os arrendatários, todos tinham praticamente a mesma postura e condutas nas terras coloniais.

²⁰⁸⁹ HOLANDA, Raízes..., p. 46.

²⁰⁹⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 46-7. Grifos nossos.

“Eram, pela solidez de seus estabelecimentos, considerados como a mola real da riqueza e do poder na colônia, os animadores reais da produção, do comércio, da navegação e de todas as artes e ofícios. Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo”. Assim, nesse espaço social praticamente auto-suficiente, havia capela, escola, alimentação diária onde os produtos consumidos eram proporcionados pelos frutos naturais ou cultivados na própria região do engenho, serraria, etc.²⁰⁹¹

A autarquia dos domínios rurais luso-americanos foi observado por viajantes e cronistas antigos, onde os produtos mais básicos que não se achavam nas cidades com certeza poderiam ser obtidos nas casas particulares, pois especialmente as casas dos ricos – ainda que muito endividados – eram providas do todo o necessário, uma vez que seus escravos, pescadores e caçadores lhes providenciavam tudo que necessitavam e pediam, comprando tudo o mais nas cidades, em tal quantidade que nela – cidade – acabava faltando o produto. No século XVIII, o mesmo fenômeno era observado no Maranhão; as pessoas não viviam em comum, mas em particular, cada qual praticamente auto-suficiente em sua casa, sendo cada casa uma verdadeira “república” ou realeza, “porque tinha os ofícios que a compõem, como pedreiros, carpinteiros, barbeiros, sangrador, pescador, etc.”. Tal situação perdurou mesmo depois da Independência da colônia e registros atestam que na grande época do café no Rio de Janeiro “não faltou lavrador que se vangloriasse de só ter de comprar ferro, sal, pólvora e chumbo, pois o mais davam de sobra suas próprias terras”.²⁰⁹²

Esse modelo implementado de família e relações sociais rurais é proveniente de uma longa tradição, inclusive regulada “segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico”, que foram preservadas secularmente na Península Ibérica. Trata-se de um tipo peculiar de organização familiar, onde a família e seus agregados são dispostos de forma a serem a base e centro de todo um ideal de administração e disciplina vivencial em comum. “Os escravos das plantações e das casas, e não somente escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-famílias. Esse núcleo bem característico, em tudo se comporta como seu modelo da antigüidade, em que a própria palavra ‘família’, derivada de *famulos*, se acha estreitamente vinculada à idéia de escravidão,

²⁰⁹¹ HOLANDA, Raízes..., p. 48. Sobre a economia e sociedade que giravam em torno da casa-grande e senzala, vide a obra: FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Círculo do Livro, 1989. 594 p.

²⁰⁹² HOLANDA, Raízes..., p. 48-9.

e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinados ao patriarca, os *liberi*”.²⁰⁹³

Na sociedade familiar colonial, o princípio da autoridade praticamente absoluta do chefe de família resistiu as todas as pressões e forças corrosivas vindas de fora do grupo familiar, sobrevivendo imune frente a todas restrições ou abalos que viessem questioná-lo, e nesse isolamento desprezou qualquer princípio superior que pudesse perturbá-lo ou oprimi-lo. Tratou-se de um pátrio-poder virulento e violento, virtualmente ilimitado e de poucos freios para sua tirania. Os registros indicam, por exemplo, que um desses chefes de família, suspeitando de ato de adultério da nora, após um conselho de família condenou-a a morte e mandou executar a sentença, dando franca publicidade desse seu ato privado familiar, sem que a justiça ou as autoridades públicas impedisse o homicídio, ou mesmo castigassem posteriormente o culpado. Nesse contexto, o quadro familiar é um espaço exigente e de poder, acompanhando os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico, onde a entidade privada familiar prevalece e precede às entidades públicas que pudesse existir na época.²⁰⁹⁴

“A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, *não podia deixar de marcar nessa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades*. Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio da autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, *uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família*”. Com o declínio da velha lavoura, com a ascensão dos centros urbanos, com a vinda da Corte portuguesa em 1808 e, mais tarde, com a Independência da colônia, “os senhores rurais principiam a perder muito de sua posição privilegiada e singular”, e outras profissões começam a ganhar melhor *status* e eminência, enfim, “ocupações nitidamente cidadinas, como a atividade política, a burocracia, as profissões liberais”.²⁰⁹⁵

Para tais profissões, com toda probabilidade, depois dos portugueses metropolitanos, foram para elas direcionados os filhos das gentes principais da colônia, “toda ela constituída de lavradores e donos de engenhos. E que, *transportada de súbito para as cidades, essa gente*

²⁰⁹³ HOLANDA, Raízes..., p. 49. Grifos no original.

²⁰⁹⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 49-50.

²⁰⁹⁵ HOLANDA, Raízes..., p. 50. Grifos nossos.

carregue consigo a mentalidade, os preconceitos e, tanto quanto possível, o teor de vida que tinham sido atributos específicos de sua primitiva condição".²⁰⁹⁶

Nesse ponto, é possível relacionar outro elemento muito particular e característico, um traço constante da vida social luso-americana, qual seja, “a posição suprema que nela detêm, de ordinário, certas qualidades de imaginação e ‘inteligência’, em prejuízo das manifestações do espírito prático ou positivo”. Vale dizer, um certo prestígio universal que é considerado para aquele que demonstra possuir certa qualidade de “talento”, indicando no indivíduo um dote, um timbre especial para o exercício da inteligência, “em contraste com as atividades que requerem algum esforço físico”, qualidade pessoal essa extremamente apreciada principalmente nas regiões de lavoura colonial e escravocrata. Mas é preciso compreender melhor o sentido e alcance de tal predicado numa pessoa, uma vez que não se refere a uma exaltação, respeito e valorização ao pensamento especulativo; em verdade, trata-se de muita pouca estima às especulações intelectuais: o “trabalho mental, que não suja as mãos e não fatiga o corpo, pode constituir, com efeito, ocupação em todos os sentidos digna de antigos senhores de escravos e dos seus herdeiros. Não significa forçosamente, neste caso, amor ao pensamento especulativo, (...) mas amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara”, de tal forma que inteligência significa, antes de tudo, “ornamento e prenda, não instrumento de conhecimento e ação”. Esse é o devido papel que, mesmo sem o saber, é destinado e cultivado para a inteligência, pelas gentes luso-americanas.²⁰⁹⁷

O tipo de sociedade que se estabeleceu na América portuguesa inclinou-se para valorizar elevadamente certas virtudes senhoriais – nobreza, aristocracia, fidalguia, casta, nata –, sendo que sucedeu-se, na prática, as qualidades do espírito passaram a ser os substitutos imediatos dos títulos honoríficos; não raro, distintivos materiais indicativos do “talento intelectual” do seu possuidor – como anel de grau e carta de bacharel – poderiam “equivaler a autênticos brasões de nobreza”. Não foi sem razão que “o exercício dessas qualidades que ocupam a inteligência sem ocupar os braços, tinha sido expressamente considerado, já em outras épocas, como pertinentes aos homens nobres e livres, de onde, segundo parece, o nome de liberais dado a determinadas artes, em oposição às mecânicas que pertencem às classes servis”.²⁰⁹⁸

²⁰⁹⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 50. Grifos nossos.

²⁰⁹⁷ HOLANDA, Raízes..., p. 50-1.

²⁰⁹⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 51.

No início do século XIX, por exemplo, o futuro Visconde de Cairu,²⁰⁹⁹ estimulador de novas idéias econômicas, publicou em 1819 a obra *Estudo do Bem Comum*, reproduzindo a idéia então generalizada de que “o trabalho manual é pouco dignificante, em confronto com as atividades do espírito”. Dirigindo-se para as gentes portuguesas e locais de então, para ele “o fim da economia não é carregar a sociedade de trabalhos mecânicos, braçais e penosos. E pergunta, apoiando-se confusamente numa passagem de Adam Smith [tudo indica que ele analisou um texto mal traduzido], se para a riqueza e prosperidade das nações, contribui mais, e em que grau, a *quantidade de trabalho* ou a *quantidade de inteligência*”, e sua resposta inclina-se em favor da inteligência. Segundo ele, às “faculdades intelectuais competiria (...) a imensa tarefa de aliviar as atividades corporais ‘pelo estudo das leis e obra do Criador’, a fim de ‘terem os homens a maior riqueza possível com o menor trabalho possível’”. Para esse economista baiano, a “inteligência” das gentes luso-americanas deveria operar prodígios para acrescentar mais bens materiais que fazem e medem a riqueza e prosperidade das nações. “Não lhe ocorre um só momento que a qualidade particular dessa tão admirada ‘inteligência’ é ser simplesmente decorativa, de que ela existe em função do próprio contraste com o trabalho físico, por conseguinte não pode supri-lo ou completá-lo, finalmente, que corresponde, numa sociedade de coloração aristocrática e personalista, à necessidade que sente cada indivíduo de se distinguir dos seus semelhantes por alguma virtude aparentemente congênita e intransferível, semelhante, por esse lado à nobreza de sangue”.²¹⁰⁰

Se for bem analisado, a Revolução Industrial, com seu emprego progressivo de máquinas, fundado em leis da mecânica e pensamento matemático, é incompatível com a primazia de fatores subjetivos, deixando em plano secundário o “gosto artístico, a destreza, o cunho pessoal, que são virtudes cardeais na economia do artesanato”, mas não da economia industrial capitalista. Assim, essa “inteligência” enaltecida e apregoada por Visconde de Cairu é um princípio antimoderno e “oposto ao sentido de todo o pensamento econômico oriundo da revolução industrial” com sua lógica fundada na utilização da máquina, onde o ser humano

²⁰⁹⁹ José da Silva Lisboa (1756-1835), Barão e, posteriormente, Visconde de Cairu, economista, político, jornalista e professor brasileiro. Autor de *Princípios de Economia Política* (1804), obra de divulgação, mas também de defesa crítica das idéias de Adam Smith. Tornou-se, no Brasil, o primeiro a apresentar, em sistema, o direito comercial e a fundar estudos de economia política. Com a vinda para o Brasil, em 1808, o príncipe-regente D. João, sob sua influência, segundo alguns historiadores, abriu os portos da colônia às nações amigas, ampliando uma concessão que estava pra ser feita apenas à Inglaterra. Conselheiro do príncipe, acompanhou-o ao Rio de Janeiro. Fez parte da direção da Imprensa Régia (1808-1826), pertenceu à Casa da Suplicação, sendo aposentado, como magistrado, em 1828. Tornou-se o assessor mais assíduo de D. João, influenciando nas principais medidas que este tomou em benefício da economia do país. Ele próprio consignou os fecundos empreendimentos desse período na *Memória dos Benefícios Políticos do governo de El-Rei Nosso Senhor D. João VI* (1818). Também publicou outros trabalhos. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 5.

²¹⁰⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 51-2.

deve se adaptar a ela e não o contrário, portanto, levando à despersonalização do trabalhador. Considerando que a tradução do conteúdo dessa “inteligência” é meramente ornamental e declamatório, ao final de sua manifestação prática, acentua-se, em termos radicais, a sua incompatibilidade com o caráter impessoal – “ininteligente” – da economia moderna. Assim, enaltecendo uma atitude antimoderna das gentes de seu tempo, Visconde de Cairu “não contribuiu, *salvo nas aparências e superficialmente*, para a reforma das nossas idéias econômicas”. Mais certo é apontá-lo, objetivamente – impessoalmente, cientificamente –, como um homem do passado em seu tempo, “comprometido na tarefa de, a qualquer custo, frustrar a liquidação das concepções e formas de vida relacionadas de algum modo ao nosso passado rural e colonial”.²¹⁰¹

Para reforçar esse aspecto do pensamento conservador e reacionário do economista e político luso-americano – com toda probabilidade não só dele, mas de outros personagens da elite de seu tempo –, acaba fornecendo novos elementos a análise de suas reflexões filosóficas, de suas constantes genuflexões [submissão, sujeição] diante do poder, e mesmo sua noção sobre a natureza ou fundamento da sociedade civil e política. Sobre este último, para ele a sociedade civil e política é “considerada uma espécie de prolongamento ou ampliação da comunidade doméstica”, tema ou idéia essa que é sempre reiterada insistentemente – um *leitmotiv* – em sua obra *Princípios de Economia Política*. O princípio de economia política é o soberano da nação considerar-se chefe ou cabeça de uma vasta família, amparando a todos como se fossem seus filhos e cooperadores voltados para a felicidade geral, portanto, um governo civil com caráter paternal, angariando, na medida em que se aproxima mais desse ideal generoso e filantrópico, a obediência voluntária e cordial do povo, justiça e poder.²¹⁰²

É a família patriarcal o grande modelo, onde se fundamenta a vida política e as relações entre governantes e governados. “Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida”. Trata-se, então de um rígido paternalismo transplantado para o campo político, em tudo oposto aos ideais revolucionários francês e aos revolucionários norte-americanos, que ressaltaram os motivos morais e religiosos como impotentes para dirimir os conflitos entre cidadãos, sendo a finalidade dos governos – sua

²¹⁰¹ HOLANDA, Raízes..., p. 52-3.

²¹⁰² HOLANDA, Raízes..., p. 53.

natureza essencial – fiscalizar e ajustar os interesses econômicos divergentes no seio social.²¹⁰³

Na América portuguesa, os interesses materiais mais imediatos – subalternos e desprezíveis dentro de uma visão estratégica de Estado, mas importantes dentro de uma visão de um conjunto dispersivo paroquial – não se coadunava com as melhores idéias formuladas na época sobre a postura de dignidade que caberia ao poder e às instituições governamentais. O costume, a tradição, a opinião geralmente aceita deveriam chancelar as instituições e seu funcionamento, para serem respeitadas e consideradas no meio social, portanto, amalgamá-las com as posturas e comportamentos consagrados pela antigüidade e tradição era uma necessidade para serem acolhidas ou pelo menos toleradas, e esse exercício de contemporização e adaptação era feito até mesmo – em realidade, tudo indica que principalmente por eles – pelos pensamentos mais audaciosos e tidos como progressistas da época. Desta forma, o aparelho governamental e as idéias políticas ou filosóficas que o permeavam, fundamentando sua atuação, precisavam ser adaptados – nas idéias e funções – para se adequarem e serem aceitos pelo pensamento reacionário e conservador da época. De tal forma isso era feito, que, ao final, objetivamente era impossível não deixar de considerar que tanto os tradicionalistas quanto os iconoclastas transitavam na mesma órbita de idéias, com diferenças unicamente de ordem formal e superficial, mas de fundo e substantivamente ambos preservando a ordem e o legado colonial.²¹⁰⁴

Em 1817, ocorreu a denominada Revolução Pernambucana,²¹⁰⁵ que presumivelmente era animada pelos ideais revolucionários franceses; entretanto, pelas características da revolta, tudo indica que se vitoriosa não provocaria uma transformação vigorosa e substancial da estrutura sócio-político-econômica estabelecido na Colônia, tendo sido mais uma reedição da antiga luta entre o “natural da terra contra o adventício, do senhor do engenho contar o mascate [campo contra a cidade]”; dificilmente os donos das terras aceitariam as

²¹⁰³ HOLANDA, Raízes..., p. 53-4.

²¹⁰⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 54.

²¹⁰⁵ A Revolução Pernambucana de 1817 foi a revolta das gentes do nordeste contra o favorecimento dos portugueses na Colônia, na ocupação de diversas funções e cargos, nas condições econômicas e nos privilégios; o aumento dos impostos ocasionados pela vinda da Família Real ao Rio de Janeiro e os gastos militares devido à incursão luso-americana no Rio da Prata; a desigualdade regional. Tudo isso se fundiu num sentimento geral de revolta que abrangeu várias camadas da população – militares, proprietários rurais, juizes, artesãos, importantes comerciantes locais e muitos sacerdotes – e se estendeu do Recife para o sertão, atingindo Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, sendo que o antilusitanismo foi o denominador comum dessa revolta. Para as camadas mais pobres, a independência estava associada à idéia de igualdade, uma igualdade mais para cima do que para baixo; para os grandes proprietários rurais, o objetivo era acabar com a centralização imposta pela Coroa e tomar em suas mãos o destino da Colônia, senão pelo menos o destino do Nordeste. As forças portuguesas venceram o levante no próprio ano de 1817, prendendo, julgando e executando os líderes da rebelião. In: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP/FDE, 1995, p. 127-9.

transformações profundas que seu gesto implicava, abrindo mão de suas antigas e seculares prerrogativas. Declarações de alguns participantes do levante, durante o julgamento, dão conta que a elite dificilmente aceitaria a abolição de todas as barreiras sociais, a tal ponto de nivelar as classes superiores com as camadas mais pobres da população colonial.²¹⁰⁶

Portanto, a manutenção do *status quo* sócio-político-econômico foi a regra geral dos comportamentos e ações das gentes que viveram a época colonial, e essa postura avançou incólume após a Independência da colônia. Assim, em outras palavras, *todas as tergiversações, acomodações, adaptações etc.*, entre os grupos tradicionais e *aqueles novos que emergiam de tempos em tempos na cena política local*, significavam, fundamentalmente, que o que ocorria de fato *não era uma tentativa de mudar substancialmente uma certa tradição*, mas um novo grupo *procurar alcançar a posição que essa tradição havia alcançado no seio da sociedade, na política, na economia e acomodar-se nela como novos senhores, reproduzindo a mesma tradição*. Isso era tão evidente e claro, depois de muitas experiências e vivências históricas, que no plano político-econômico, por exemplo, já fora observado por Joaquim Nabuco,²¹⁰⁷ na época – 1847 –, acerca de certa facção política moderna, opositora, audaciosa, progressista, supostamente contrária à predominância esmagadora de certas famílias de proprietários rurais em Pernambuco, com suas práticas anti-sociais e perigosas voltadas para favorecer apenas elas próprias, mas que no fundo, desejavam – e assim resultou concretamente para esse novo grupo político – apenas angariar para si os privilégios e vantagens que estavam sob poder da tradição, reproduzindo pra si, a partir daí, a mesma atitude anti-social que tanto criticavam nos outros.²¹⁰⁸

²¹⁰⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 54-5.

²¹⁰⁷ Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910), político, diplomata e historiador brasileiro. Começou carreira política no jornal *A Reforma*, órgão liberal, e estreou na literatura com *Camões e Os lusíadas*. Em 1875 polemizou com José de Alencar sobre *O jesuíta*. Em 1878 foi eleito deputado pela província de Pernambuco – representação que se repetiria em 1885, 1886-9. Sua atuação parlamentar logo se distinguiu pelas reformas liberais que defendeu e matéria religiosa – direto dos católicos 3 secularização dos cemitérios –, eleitoral – eleição direta, voto dos analfabetos –, de terras – divisão dos latifúndios –, e trabalho – abolição da escravidão, trabalho livre, contra a imigração chinesa. A partir de 1879 iniciou no Parlamento a sua grande obra política, que foi a luta pela emancipação dos escravos. Na sua obra *O abolicionismo* ele não esgota sua campanha política, na qual defende também o regime federal na monarquia. Após a Abolição e a República, Nabuco de Araújo não aderiu à nova forma de governo e defendeu suas idéias monárquicas. Sua vocação histórica que se manifesta quando ainda era estudante, é retomada na sua fase adulta, escrevendo obras históricas, recriminando a intervenção estrangeira, especialmente a norte-americana, em revoltas nas terras luso-americanas. A sua obra *Um estadista do Império*, embora autobiográfica, representou um avanço no conhecimento histórico do Império. Escreveu dezenas de obras e artigos, tendo sido um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 17. Sobre Joaquim Nabuco, seu tempo, sua formação e seus feitos políticos, vide: NABUCO, Joaquim. **Um estadista do império**. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 2. v. (792, 656 p.); NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. 13. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. 256 p.

²¹⁰⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 55.

Nas palavras de Joaquim Nabuco de Araújo: “Falais do feudalismo dessa família e dizeis que *os membros dela encastelados em suas propriedades eram inacessíveis à autoridade pública*, mas esse feudalismo, esse espírito altivo e arrogante que quer sotopor a autoridade pública, ou dominar, ou desprezá-la, é só próprio e exclusivo a alguns Cavalcantis? Não, mil vezes não. Esse espírito anti-social, absurdo e perigoso é um vício radicado entre os proprietários do interior de Pernambuco, e quiçá do Império, é um vício que nasceu da antiga organização e que as nossas revoluções e civilização ainda não puderam acabar. Não eram somente alguns Cavalcantis que nutriam esse espírito, senão muitos outros e alguns exemplos vos citaremos de resistências opostas à autoridade pública por homens que pertencem à vossa opinião, se assim o quiserdes. Esse espírito anti-social, ou esse feudalismo, como chamais, vós o teríeis atacado *radicalmente rendendo destarte um importante serviço ao país*, se dominado pelo patriotismo e por essas idéias generosas que apregoastes, vós tivésseis aproveitado da revolução que causastes na sociedade com o vosso triunfo e dominação, se vos tivésseis aproveitado da vossa popularidade para esse fim (...). Mas não. Excitastes essas idéias generosas para carear a popularidade e para triunfar, mas ao depois e na prática tendes respeitado e consolidado esse feudalismo dos vossos, e só combatido o dos adversários; tendes dividido a província entre conquistadores e conquistados; vossos esforços têm sido para dar aos vossos aquilo que reprovais aos outros; só tendes irritado, e lançado os elementos de uma reação funesta; tendes obrado com o escarniçamento e odiosidade de uma facção, e não com o patriotismo e vistas de um partido político”.²¹⁰⁹

Numerosas agitações políticas e intelectuais, havidas antes e depois da Independência, em realidade ações de caráter marcadamente exterior e epidérmico, apenas revelaram o quanto era difícil vencer a tradição, ou o quanto ela era forte e arraigada, a ponto de converter a seu favor todos esses agentes que alcançaram algum tipo de sucesso nas suas agitações. A colonização portuguesa havia imposto limites políticos praticamente insuperáveis, provenientes do campo, e essa realidade veio a produzir efeito social multiplicador, implantando-se meio de vida urbana.²¹¹⁰ Talvez, na América portuguesa, a sua cultura seja o mais clássico exemplo do ditado “mudar para nada se alterar”, da obra *O Leopardo*,²¹¹¹ pois tudo que se fez para vencer certo atraso – a expressão aqui é utilizada frente aos ensinamentos deixados pela própria história luso-americana – de vida política, econômica e social, redundou em mudança cosméticas, que reforçaram ou reiteraram as forças da tradição, ao final.

²¹⁰⁹ NABUCO, Joaquim. **Um estadista do império**. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, v. 1., p. 102.

²¹¹⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 55.

²¹¹¹ LAMPEDUSA, Tomasi di. **O leopardo**. São Paulo: Círculo do Livro, []. 220 p.

“Um dos efeitos da improvisação quase forçada de uma espécie de burguesia urbana no Brasil, está em que certas atitudes peculiares, até então, ao patriciado rural, logo se tornaram comuns a todas as classes como norma ideal de conduta. Estereotipada por longos anos de vida rural, a mentalidade de casa-grande invadiu assim as cidades e conquistou todas as profissões, sem exclusão das mais humildes”. Nesse sentido é exemplar o fato observado por viajante, no Rio de Janeiro, onde um carpinteiro se vestia como fidalgo, e entregava suas ferramentas para um negro – a fim de não usar suas mãos para carregar as peças de seu ofício – antes de ir trabalhar. Assim, para determinados serviços era comum não ser encontrado gente apta, inclusive serviços públicos, pois a América portuguesa era terra de senhores e escravos, e comércio em mãos de pessoas ambiciosas por riquezas e enobrecimento; não havia classe média apta e numerosa para semelhantes serviços.²¹¹²

A colonização da América portuguesa – e da maioria das colonizações mais recentes no planeta – caracterizou-se, também, por não fixar pessoas entre as grandes propriedades rurais – destinadas à produção dos gêneros exportáveis – e os centros urbanos. No tipo de colonização implantado, “a estabilidade dos domínios agrários sempre dependeu diretamente e unicamente da produtividade natural dos solos”; assim, as deslocções dos núcleos de povoamento rural, ocupando novas áreas de território com terras mais férteis, acabavam formando, nos antigos núcleos rurais, “extensos sítios ermados, ou de população dispersa e mal apegada à terra”. A regra geral era a ocupação de novas áreas rurais implicar do declínio da população do núcleo originário. Sérgio Buarque de Holanda compreende que o resultado disso tudo, na América portuguesa – e praticamente em toda América –, é a distinção entre meio urbano e “fazenda” o “correspondente da distinção clássica e tipicamente européia entre a cidade e a aldeia. Salvo muito raras exceções, a própria palavra ‘aldeia’, no seu sentido mais corrente, assim como a palavra ‘camponês’, indicando o homem radicado ao seu rincão de origem através de inúmeras gerações, não correspondem no Novo Mundo a nenhuma realidade”. Por isso, não estando ao alcance terras para desbaratar e desbravar, sucede o fenômeno do crescimento dos núcleos urbanos, absorvendo aquela população excedente do meio rural, fato esse que se dá naturalmente e sem maiores resistências, do que sucedeu, por exemplo, na Europa.²¹¹³

As cidades, assim, eram dependentes do campo; o meio agrário dominava a sociedade colonial. Como não havia possibilidade de formar um grupo ou uma classe burguesa urbana independente, as novas e elevadas funções cidadinas que eram criadas tinham candidatos

²¹¹² HOLANDA, Raízes..., p. 55-6.

²¹¹³ HOLANDA, Raízes..., p. 56-7.

recrutados – forçosamente – “entre indivíduos da mesma massa dos antigos senhores rurais, portadores de mentalidade e tendência características dessa classe. Toda a ordem administrativa do país, durante o Império, e mesmo depois, já no regime republicano, há de comportar, por isso, elementos estreitamente vinculados ao velho sistema senhorial”. Essas eram, efetivamente, as reais condições sociais que governavam a vida social luso-americana, enfim, reprodução e prolongamento de um inescapável fato, por isso, muito real e sensível a todos, vigente em todo regime colonial e que se estendeu por muito tempo após, amalgamando como que indelevelmente a sociedade e existência – as mentalidades – das gentes que vieram para a América portuguesa. Não há paralelo no mundo sobre a estrutura social que foi erigida e vicejou, mesmo considerando outras formas de vida que fundaram sua existência econômica sobre a escravidão.²¹¹⁴

Por exemplo, se no mundo todo sucedeu que a prosperidade do meio urbano fez-se às custas dos centros de produção agrícola, aqui ocorreu, se não exatamente, praticamente o contrário. A regra geral no mundo foi a formação de classes não agrárias com o incremento das cidades; tais classes passam a concentrar a propriedade da terra em suas mãos que, residindo nas cidades, vivem regrada ou conspicuamente a consumir o resultado da produção rural, sem retornar ao campo o equivalente econômico do que recebem, portanto, enriquecendo as cidades e empobrecendo o campo, bem como aqueles que vivem do trabalho efetivo da terra. De fato, a América portuguesa conheceu a fundação de cidades durante todo o período colonial, mas os referidos centros urbanos, atestam os registros históricos, sempre ressentiram fortemente da ditadura dos domínios rurais, sendo isso um fato importante, pois “ajuda a discriminar o caráter próprio de nossas cidades coloniais”.²¹¹⁵

Nas cidades coloniais, dominadas pela grande propriedade rural, as funções cidadinas mais elevadas eram ocupadas pelos senhores da terra. Era muito comum os comerciantes, habitantes das cidades, se queixarem do monopólio que havia, em favor dos lavradores, nas poderosas Câmaras Municipais da época. Toda tentativa desses comerciantes em embateram com os proprietários rurais era tido por impertinente, chegando a ser reprovada pela própria Corte de Lisboa, uma vez que o título de senhor de engenho “podia ser considerado tão alto como os títulos de nobreza dos grandes do Reino de Portugal”. Esses senhores de terras, senhores de engenho, era efetivamente os únicos “cidadãos” nas colônias, expressão essa – cidadania – tirada da Antigüidade clássica, e não da Europa e muito menos da Europa medieval. Na Antigüidade clássica, o cidadão típico era aquele que “consumia os produtos de

²¹¹⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 57.

²¹¹⁵ HOLANDA, Raízes..., p. 57-8.

suas próprias terras, lavradas pelos seus escravos. Apenas não residia por hábito nelas”; em alguns lugares, nem mesmo os lavradores residiam fora dos muros das cidades, tamanho o perigo que o campo oferecia, e as “vilas” romanas, construções de luxo, não eram utilizadas para residência habitual dos seus proprietários, mas apenas para temporadas.²¹¹⁶

Na América portuguesa colonial, diferentemente, “as terras dedicadas à lavoura eram a moradia habitual dos grandes. Essas gentes só afluíam aos centros urbanos a fim de assistirem aos festejos e solenidades. Nas cidades apenas residiam alguns funcionários da administração, oficiais mecânicos e mercadores em geral”. Era uma população urbana pobre, senão miserável, constituindo-se em número muito reduzido, onde as casas, “fechadas quase todo o ano, só se enchiam com as festas públicas”, realidade essa presente mesmo em cidades que eram consideradas centros administrativos da colônia. Portanto, a cidade tomava vida algumas poucas vezes ao ano, quando ocorriam eventos locais mundanos, festas eclesiásticas e outras, exibindo os luxos, desta forma, esvaziando os engenhos. Depoimentos da época, acerca da vida das diversas vilas e cidades espalhadas pela colônia portuguesa na América, atestam que idênticas eram a situação e condição delas. As habitações urbanas eram relegadas em cuidados pelos seus proprietários, “dedicando todo zelo à moradia rural, onde estava o principal de seus haveres e peças de luxo e onde podiam receber com ostentosa generosidade, aos hóspedes e visitantes”, como faziam na Itália, os homens ricos, com suas “vilas” localizadas nos campos.²¹¹⁷

Essa realidade foi assim durante os primeiros dois séculos da colonização; “já no terceiro, a vida urbana, em certos lugares, parece adquirir mais caráter, com a prosperidade dos comerciantes reinóis, instalados nas cidades”. No início do século XVIII já se contrastava os resultados dos filhos criados no campo e aqueles educados nas cidades – de qualquer forma de efeitos desfavoráveis nos dois casos. Na segunda metade do século XVIII, o primeiro vice-rei descrevia, em carta enviada para o Rei do Portugal, a cidade do Rio de Janeiro da época, ausente de gentes que pudesse ocupar funções elevadas, anotando que “as pessoas de casas nobres e distintas viviam retiradas em suas fazendas e engenhos”, indicando que, ainda nessa época, era totalmente favorável às cidades uma comparação entre a vida urbano e rural.²¹¹⁸

Portanto, nos anos setecentos, durante a segunda metade do século XVIII, “persistia bem nítido o estado de coisas que caracteriza a nossa vida colonial desde os seus primeiros tempos. A pujança dos domínios rurais, comparada à mesquinhez urbana, representa

²¹¹⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 58.

²¹¹⁷ HOLANDA, Raízes..., p. 58-9.

²¹¹⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 59-60.

fenômeno que se instalou aqui com os colonos portugueses, desde que se fixaram à terra. E essa singularidade avulta quando posta em contraste com o que realizaram os holandeses em Pernambuco”. A Companhia das Índias Ocidentais não conseguiu, durante suas tentativa de conquista do Nordeste, trazer para a América portuguesa imigrantes em número razoável, mas conseguiu a proeza de aumentar em muito o afluxo do colono urbano em seus domínios. A cidade holandesa na América portuguesa desenvolveu-se prematuramente e anormalmente. Em 1640, se no sul havia um problema crônico de escassez de habitantes para a defesa urbana, no Recife ocorria exatamente o contrário, vale dizer, “escassez notável de habitações para abrigar novos moradores, que não cessavam de afluir”, com todas as improvisações possíveis de fazer – algumas sugestões mesmo radicais – para acomodar a todos, conforme os documentos da época registram.²¹¹⁹

“O predomínio esmagador do ruralismo, segundo todas as aparências, foi antes um fenômeno típico do esforço dos nossos colonizadores do que uma imposição do meio. E vale a pena assinalar-se isso, pois parece mais interessante, e talvez mais lisonjeiro à vaidade nacional de alguns, a crença, nesse caso, em certa misteriosa ‘força centrífuga’ própria ao meio americano e que tivesse compelido nossa aristocracia rural a abandonar a cidade pelo isolamento dos engenhos e pela vida rústica das terras de criação”.²¹²⁰

A acentuada primazia da vida rural se adequava muito bem com o espírito dominador português. Avessos a normas imperativas e absolutas a guiar-lhe denodada e disciplinadamente seus passos e sua vida, como um princípio inexorável que devesse ser seu guia nos momentos bons e ruins que tal princípio se revelava nas situações de vida, talvez a sua única norma imperativa e absoluta fosse mesmo a negação de qualquer norma imperativa e absoluta a conduzi-los, ou, em outras palavras, o que era imperativo e absoluto seria a flexibilidade, ceder todas as vezes que as conveniências imediatas aconselhassem a ceder. Assim, o espírito português da época não era aquele que construía, planejando ou plantando alicerces, fruto de tirocínio, previsibilidade e aplicação perseverante de uma vontade subordinada ao cálculo intelectual instrumental; diferentemente, o que o tirocínio tradicional ordenava era sempre buscar “feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão”.²¹²¹

A habitação em cidades lhes parecia antinatural, uma vez que estava associada – a cidade e sua construção social – a manifestações do espírito e da vontade, portanto, oposta à

²¹¹⁹ HOLANDA, Raízes..., p. 60.

²¹²⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 60.

²¹²¹ HOLANDA, Raízes..., p. 61.

natureza como se apresentava. Entretanto, para outros povos conquistadores, com outras culturas e visão e divisão de mundo, “a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram”. Assim, para o Oriente Próximo, o mundo helenístico e a Roma imperial, assim como a China, construir uma cidade era um meio de estabelecer “órgãos locais de poder”, pois subjugar uma tribo ou um povo era agir arbitrariamente para urbanizar suas terras, para erigir um marco mais duradouro e mais eficiente – lembranças para não serem esquecidas – de dominação. O Império Romano teve, nas diferentes cidades que estabeleceu a sua vasta dominação, suas fronteiras econômicas e também fronteiras perante o mundo, e que mais tarde seriam os herdeiros da cultura clássica. Nessa época antiga, os “domínios rurais ganhavam tanto mais em importância, quanto mais livres se achassem da influência das fundações e centros urbanos, ou seja, quanto mais distassem das fronteiras”.²¹²²

Sem precisar ir muito longe no tempo e no espaço, mesmo aqui na América, diferente foi o tipo de colonização implantado pelos espanhóis; em verdade, o que faltou à colonização portuguesa, os espanhóis o implantaram com mais folga e generosidade. Os espanhóis criaram decididamente grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados para aplicar sua política colonizatória que, entre suas metas, assegurasse “o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas”. Diante disso, verifica-se um zelo minucioso e previdente a dirigir a fundação das cidades espanholas na América. É certo que num primeiro momento foi o esforço individual, atuando livremente – em façanhas memoráveis para a glória daqueles que assim procederam–, que incorporou novas terras para a Coroa de Castela, subjugando os povos aborígenes que se encontravam nas terras sob domínio espanhol. Mas em seguida, veio a mão forte do Estado, com seu peso, para assumir o controle do destino da colônia, “impondo uma disciplina entre o novos e velhos habitantes dos países americanos, apaziguando suas rivalidades e dissensões e canalizando a rude energia dos colonos para maior proveito da metrópole”. Para isso seguiam cartilhas de procedimentos, segundo, por exemplo, as *Ordenanzas de Descubrimiento Nuevo e Población* (1563), que ditavam, entre outros, o momento exato de trazer para submeterem-se às autoridades civil e eclesiástica, os gentios da terra.²¹²³

Os centros urbanos da América espanhola são exemplo do esforço denodado desse povo em vencer as resistências agrestes e implantar, por um ato definido da vontade humana, suas cidades. As ruas são modeladas para fazer desaparecer as sinuosidades e asperezas do

²¹²² HOLANDA, Raízes..., p. 61-2. Sobre as cidades, e melhor compreensão sobre sua realidade e inserção social em diversas sociedades antigas – ocidentais e orientais – em diferentes tempos, vide: WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1999, v. 2, p. 408 e segts.

²¹²³ HOLANDA, Raízes..., p. 62.

solo; o solo ganha as linhas retas da inteligência e capricho humano, linhas retas essas que exprimem “a direção da vontade a um fim previsto e eleito”; o plano regular é uma determinação, ou “triunfo da aspiração”, “de ordenar e dominar o mundo conquistado”. Tais características imperam “decididamente em todas essas cidades espanholas, as primeiras cidades ‘abstratas’ que edificaram os europeus em nosso continente”. É verdade que havia uma legislação abundante e imperativa – dispositivos das Leis das Índias –, que não permitia, ao longo do tempo, os espanhóis aqui estabelecidos distraírem-se – ou se aventurarem em fantasias e caprichos próprios – sobre como deveria ser feita a edificação dos núcleos urbanos criados.²¹²⁴

Referidos dispositivos eram minuciosos e casuístas, enumerando, definindo e apreciando diferentes situações e suas soluções, reproduzindo uma realidade cultural da época, voltada para apreciar e analisar os delicados casos de consciência – religiosa – que estavam sob responsabilidade de julgamento dos padres confessores. Assim, havia que se cumprir certas condições necessárias antes de decidir edificar uma cidade, não só referente ao local de escolha, mas também a maneira como se iniciaria a construção da povoação urbana. A povoação sempre partiria de um centro, nítida e marcadamente de uma praça maior, e esta servia “como referência para o plano futuro da rede urbana”. Se na Europa a arquitetura das cidades era voltada para reproduzir na Terra a própria ordem cósmica, na América espanhola verifica-se que o plano que elas eram construídas indicava que havia a expressão da “idéia de que o homem pode intervir arbitrariamente, e com sucesso, no curso das coisas e de que a história não somente ‘acontece’, mas também pode ser dirigida e até fabricada”.²¹²⁵

Talvez sejam os jesuítas espanhóis quem melhor realizaram esse ideal arquitetônico e estético das cidades; nas suas reduções eles fabricaram cidades geométricas feitas a pedra, numa região rica em madeira e pobre em pedras, regulando todos os aspectos da vida social urbana local, até em seus elementos mais íntimos e privados. Na América portuguesa, os feitos dos jesuítas portugueses se reproduziram como na América espanhola e foram “uma rara e milagrosa exceção”; como regra geral, o empreendimento de Portugal sempre pareceu tímido e mal aparelhado para ser bem sucedido. Comparado aos feitos castelhanos, o esforço português era marcado “principalmente pela predominância de seu caráter de exploração comercial”, repetindo o exemplo colonizador da Antigüidade, especialmente o modelo fenício e grego, sendo que os castelhanos, “ao contrário, querem fazer do país ocupado um prolongamento orgânico do seu”, não se podendo afirmar que eles foram até o final nesse

²¹²⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 62.

²¹²⁵ HOLANDA, Raízes..., p. 62-4.

intento. A intenção castelhana ultrapassava a simples intenção de estabelecer feitorias comerciais, assim, algumas vezes eles começavam pela cúpula a construção do edifício colonial nas novas terras. Em 1538, eles criam a Universidade de São Domingos; a Universidade de São Marcos, em Lima – Peru –, é criada em 1551, apenas vinte anos após de iniciada a conquista do Peru por Francisco Pizarro,²¹²⁶ com os mesmos privilégios, isenções e limitações da Universidade de Salamanca – Espanha –; também de 1551 é a Universidade da Cidade do México; ainda no século XVI outros institutos de ensino superior têm origem, e que vai se multiplicando nos séculos XVII e XVIII, de tal modo que no final do período colonial espanhol há cerca de vinte e três universidades instaladas em diversas localidades das possessões espanholas, oito das quais de primeiríssima linha. É nessas instituições que dezenas de milhares de descendentes hispano-americanos irão completar seus estudos sem necessitar se deslocarem para a metrópole para essa finalidade.²¹²⁷

²¹²⁶ Francisco Pizarro (1475-1541), explorador e conquistador espanhol. Pobre, analfabeto, envolveu-se nas guerras da Itália e, após algumas campanhas, partiu para o Novo Mundo. Iniciou sua carreira como explorador ao juntar-se à expedição de Vasco Nuñez Balboa ao Panamá, quando foi descoberto o Oceano Pacífico, em 1513. Liderou suas próprias expedições em 1524-1525 e 1526-1527 para explorar as costas da Colômbia, Equador e Peru. sua verdadeira carreira – e que o deixou marcado definitivamente na história – começou aos 50 anos, quando decidiu tentar a conquista do Peru. Após tentativas malsucedidas, associou-se a Diego Almagro e, com a ajuda de seus irmãos, desembarcou em San Mateo – Equador – e penetrou no Império dos Incas em 1531, até sua capital Cuzco. Apesar de dispor somente de 150 cavaleiros, dominou os Incas, explorando as contradições do Império, provocadas pela guerra servil e pelos cultos dinásticos. Encontrou o imperador Atahualpa em Cajamarca e o capturou de surpresa, exigindo um valor gigantesco como resgate (1533), e saqueou os templos de Cuzco. Acusado de rebelião, uma vez que Pizarro tomou conhecimento de que um exército inca estava a caminho para libertar Atahualpa, ele foi morto e o poder imperial desapareceu. Na marcha até Cuzco, a capital inca, lutou em Jauja, Vilcashuamán, Vilcaconga e Cuzco, ocupando-a em 1533. Outro contingente, sob a liderança de seu meio-irmão Hernando Pizarro (1501-1578 ou 1478-?1578), avançou sobre Pachácamac. Francisco, assim, consolidou logo depois sua posição, fundando novas colônias, inclusive Lima – antiga Ciudad de los Reyes, a nova capital do Peru –, e dividindo os despojos de conquista entre seus partidários. O parceiro de suas primeiras expedições, Diego de Almagro (1475-1538), sentiu-se logrado na partilha e, em 1537, cercou Cuzco e aprisionou Hernando Pizarro, seu governador. Em 1538, Hernando escapou, derrotando Almagro e executando-o a mando de Francisco Pizarro. O filho de Almagro vingou-se, assassinando Francisco Pizarro, em Lima, três anos depois. Outro irmão de Francisco, Gonzalo Pizarro (1502-1548), seguiu as trilhas do irmão conquistador mais famoso em suas conquistas. Após o assassinato de Francisco, recusou-se a admitir a nova legislação americana de 1542, emanada da Espanha. Derrotou o vice-rei de Lima, matando-o – Añaquito, 1546 –, e assumiu e governou o Peru. Foi derrotado por Pedro de la Gasca, enviado por Carlos V, que o executou. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 19; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.

²¹²⁷ HOLANDA, Raízes..., p. 64-5. Estima-se que cerca de 150.000 estudantes se diplomaram nas instituições de ensino superior fundadas pelos espanhóis. Entre 1775 e a independência, somente no México se formou 7.850 bacharéis e 473 doutores. No caso da América portuguesa, no período entre 1775 e 1821, graduaram-se em Coimbra 720 luso-americanos, ou seja, um número dez vezes menor que na América espanhola. O contraste entre as duas culturas que estabeleceram colônias na América também se estendeu em outro campo da vida intelectual, qual seja, a imprensa. Em 1535 já se imprimiam livros na Cidade do México, e em 1539 se instalava ali uma outra oficina de impressão. Em 1584 as artes tipográficas chega à Lima – Peru –, com a autorização do pedido de funcionamento da primeira oficina impressora da capital peruana. Por volta de 1747, já existiam estabelecimentos gráficos em todas as principais cidades hispano-americanas, ano esse em que aparece no Rio de Janeiro – para em seguida ser fechada por ordem real – a primeira oficina de impressão gráfica instalada na colônia luso-americana – entretanto, registros apontam que os jesuítas imprimiram, para consumo interno e privado, textos no ano de 1724. No século XIX, com a vinda da Corte portuguesa à colônia, é finalmente introduzido a imprensa em terras luso-americanas. Por essa época, estima-se que os hispano-americanos já

Esse interesse pelo desenvolvimento da vida intelectual da colônia foi apenas um aspecto da vontade criadora que animou a colonização hispano-americana, e é ressaltado não para induzir a imagem do espanhol – castelhano – da época imbuído sempre e continuamente de boas intenções, suplantando todos os esforços despendidos e a inércia humana, mas, diferentemente, para ressaltar essa diferença fundamental entre a obra portuguesa e espanhola na América. Para os portugueses, a colônia americana é apenas um lugar de passagem – para o governo e súditos –, impressão essa que permanecerá viva ainda no século XIX, conforme atesta viajante da época. Para os castelhanos, diversamente, eles entendem que possuem uma missão no Novo Mundo, qual seja, a continuação de sua luta secular contra os infiéis; o esforço despendido em terras cristãs européias para expulsar os infiéis e converter aqueles que permaneceram, foi reproduzido – os mesmos processos – em terras americanas.²¹²⁸

Fato importante e significativo da colonização espanhola foi que eles se instalaram em regiões do continente americano onde o clima não oferecia grandes incômodos, pois parte dessas regiões estava localizada fora de zonas tropicais e parte localizada em grandes altitudes, de tal forma que o espanhol irá encontrar em tais povoações uma temperatura sempre constante e semelhante àquela de sua terra natal. Nesse sentido, os grandes centros de povoação hispano-americano estão localizados nessas altitudes e localidades onde um europeu pudesse desfrutar de um clima semelhante ao seu país de origem. Já a colonização portuguesa, foi antes de tudo litorânea e tropical; contrária à espanhola, que fugiu deliberadamente da marinha e escolhendo as terras interiores e dos planaltos, sendo tal atitude castelhana inclusive uma orientação legal, que permitia povoações marinhas apenas o estritamente necessário e indispensável para facilitar a entrada, comércio e defesa da terra.²¹²⁹

No aspecto do povoamento, os portugueses “criavam todas as dificuldades às entradas terra adentro, receosos de que com isso se despovoasse a marinha”. O primeiro governador-

havia imprimido cerca de 8.979 obras. Entre início do século XIX até 1821, são publicadas mais 2.673 obras na Cidade do México, e nesta cidade, em final do século XVII, a partir de 1671, se iniciaria a primeira publicação periódica americana – *Gaceta*. Lima também teve uma produção intelectual significativa, produzindo 3.948 títulos entre 1584 e 1821. O contraste entre o desenvolvimento da vida intelectual espanhola e os obstáculos a esse desenvolvimento impostos pelos portugueses estava em que Portugal considerava um risco à estabilidade de seu domínio a livre circulação de idéias novas. Nesse ponto, apesar de Portugal ser liberal na admissão de estrangeiros que pudessem contribuir com seu trabalho para a valorização da colônia, ele não admitia e tolerava aqueles cujo convívio pudesse excitar entre os moradores da colônia, pensamentos de insubordinação e rebeldia. Sintomático nesse sentido é a ordem real, datada da entrada do século XIX, dirigida aos governadores das capitânicas do Norte até Ceará, que impedissem a entrada em terras da Coroa de Portugal de um tal Barão de Humboldt, por sua viagem parecer suspeita e prejudicial aos interesses políticos da Coroa. Mais tarde, o mesmo personagem germano foi condecorado, agora pelo governo brasileiro, com a Grã-Cruz da Imperial Ordem da Rosa, em virtude da sentença arbitral que havia proferido num litígio entre Brasil e Venezuela acerca de linhas limítrofes entre os dois Estados. In: HOLANDA, Raízes..., p. 85-7 e notas de rodapé ns. 122-4.

²¹²⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 65.

²¹²⁹ HOLANDA, Raízes..., p. 65-6.

geral determinou expressamente, em regimento, que para o interior das terras luso-americanas não poderia ir pessoa alguma sem autorização especial, sob pena de multa – para pessoas de “maior qualidade” – e açoites – para as gentes em geral. As próprias cartas de doação das capitâneas determinavam que poderia seus possuidores livremente edificar no mar e rios navegáveis quantas vilas quisessem, sendo-lhes fixado regras rígidas para poder construir uma ou outra vila pelas terras adentro e sertão e, mesmo assim, necessitando de permissão real para construir mais vilas terras adentro. Documento datado de 1554 revoga a proibição – na capitania de São Vicente – de irem os moradores do litoral tratar dos campos de Piratininga, e tal fato irá provocar perplexidade, crítica e indignação nas gentes de elite da época, estimando os prejuízos que sofreriam as terras litorâneas por tal medida. O fato é que com a criação da vila de Santo André e, depois, fundação de São Paulo, decaiu a importância econômica de São Vicente, e mesmo Santos não progrediu como era esperado, além de ficar sem morador algum as terras de beira-mar ao norte de Bertioga e sul de Itanhaém.²¹³⁰

De tal forma era arraigada essa determinação de apenas permanecerem no litoral que, mesmo depois dos paulistas terem corrigido por conta própria o traçado do Tratado de Tordesilhas, estendendo a colônia sertão adentro, entendia-se que a decisão do Reino de permanecerem as ocupações no litoral ainda era a mais acertada para o seu bem comum e mesmo para o desenvolvimento da capitania. Quem assim agia – permanecia no litoral – cumpria melhor os verdadeiros objetivos e interesses do Estado português. Permanecendo na costa, fomentava-se sua povoação e evitava-se guerras com os gentios locais; avançando terra adentro era inevitável invadir as aldeias – ou espaços das aldeias – e dar início a contendas permanentes, alterando a paz necessária para o eficaz desenvolvimento da terra. A colônia existia apenas, e tão somente, para retirar proveitos para o Estado português, mediante a exportação de gêneros de procedência local; gêneros produzidos junto ao mar poderiam facilmente ser levado para a Europa, enquanto que os produzidos no sertão seriam mais demorados para o embarque e mais caros que os da marinha. Daí porque a povoação da costa foi preferida e antecedida daquela do sertão, pois primeiro seria a marinha – costa litorânea – a ser ocupada, repartindo-se os colonos ao longo dela – não os concentrando –, para dificultar a iniciativa de aventura das gentes dessas pequenas povoações, e prevendo que nunca, ou muito tarde – num tempo futuro e incerto –, depois que estivessem completamente tomadas e bem cultivada as terras vizinhas dos portos, a efetiva entrada nos sertões para seu desbravamento.²¹³¹

²¹³⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 66-7.

²¹³¹ HOLANDA, Raízes..., p. 67.

Esse tipo de colonização marcadamente litorâneo que praticavam os portugueses, persiste ainda nos dias mais atuais da primeira metade do século XX. Quando se pronuncia a expressão “interior”, ela é interpretada semelhantemente ao que se pensava no século XVI, vale dizer, “uma região escassamente povoada e apenas atingida pela cultura urbana”. O feito dos bandeirantes paulistas, para ser melhor compreendido em sua real dimensão frente à sua época, deve ser destacado da obra e do esforço português – como um todo – nas novas terras. Não que aquelas gentes – bandeiras paulistas – fossem autônomas, desvinculadas da metrópole européia, mas foi um empreendimento que fundamentalmente encontrou em si mesmo sua explicação e razão de ser, desafiando todas as leis e todos os perigos para dar à América portuguesa sua conformação físico-política que atualmente caracteriza sua geografia. Não é sem sentido que o registro de primeiro gesto de autonomia sucedido na colônia tivesse sido a de Amador Bueno,²¹³² em São Paulo, uma terra, na época, de pouco contato com Portugal “e de muita mestiçagem como forasteiros e indígenas, onde ainda no século XVIII as crianças iram aprender o português nos colégios como as de hoje aprendem o latim”.²¹³³

²¹³² Amador Bueno (1610-1683), bandeirante paulista que efetuou numerosas entradas nos sertões, tanto para prear indígenas como para buscar ouro. Em 1628 acompanhou Antonio Raposo Tavares ao Guairá. Em 1637 e 1638 percorreu o sul do Brasil. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 4.

²¹³³ HOLANDA, Raízes..., p. 67-8. Sobre a língua corrente – língua-geral – que era utilizada na época da colonização, Sérgio Buarque de Holanda aponta que estudos indicam que é devido ao bandeirante, mais do que ao indígena, o uso de muitos topônimos – uma extraordinária riqueza deles, se for bem considerado – de procedência tupi; a tal ponto isso era comum que talvez os paulistas, na época dos bandeirantes, se valiam francamente e comumente do idioma tupi em seu dia-a-dia, no trato civil e doméstico. Entretanto, esse uso histórico não se trata de uma arraigada convicção entre os estudiosos, uma vez que uma população dominada – mesmo que muito numerosa – tenderia a aceitar os padrões impostos pela cultura dominante. Registros da época apontam que as famílias portuguesas e indígenas de São Paulo viviam ligadas fortemente – talvez numa intimidade de união já natural – umas às outras, com as mulheres e filhos sendo criados em conjunto, onde a língua utilizada por tais famílias era a indígena, e a língua portuguesa iam as crianças – meninos apenas [?] – aprender nas escolas, gerando essa convivência problemas formais quanto à administração dos gentios. Registro do século XVII apontam o grande empenho dos paulistas para que as vigarias das capitanias fossem entregues preferencialmente a naturais dela, indicando tal ação um indicio de nativismo local – que iria se manifestar mais ostensivamente na luta dos emboabas [Emboaba é etimologicamente o nome indígena de uma ave com pernas cobertas de plumas, nome esse que era aplicado aos portugueses tendo em vista o fato deles usarem botas altas; assim, essa expressão passou a ser a alcunha dada, nos tempos coloniais, a portugueses e brasileiros que, procedentes de outras regiões, entravam pelo sertão em busca de minas de ouro e pedras preciosas. A *Guerra dos Emboabas* foi uma luta travada, no início do século XVIII, na região das *minas gerais*, entre paulistas e emboabas. Em 1709, o governo metropolitano decidiu intervir, nomeando oficialmente um governador para as *minas gerais*. As derrotas dos paulistas levou-os a procurarem novas áreas de garimpo, provocando, assim, a descoberta de outras regiões de mineração, como Cuiabá e Goiás. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 9] –, entretanto, tal comportamento também teria por finalidade evitar que religiosos vindos de outras partes, desconhecendo inteiramente a língua da terra, se entendesse mal como moradores locais. Nesse aspecto, sobre o problema de comunicação entre vigários procedentes de fora e os locais, documento de 1628 e outro de 1725 ressaltam esse problema, sendo que o escrito de 1628 acentua que as mulheres e servos – principalmente – locais somente se comunicavam pela língua-geral dos índios, e em nenhum outro idioma a mais, mesmo o português. Significativo é esse documento ressaltar o papel da mulher no uso da língua, quando ela – a mulher – é o elemento estabilizador e conservador social por toda parte, o grande custódio da tradição doméstica, e perpetuadora de tradições; e a tradição perpetuada, no caso da língua, era aquela introduzida pelos primeiros conquistadores e colonizadores, através de

sua união com as mulheres indígenas com que eles se misturaram. Contribuiu para manter tal situação do uso da língua nativa, o fato de que, durante todo o século XVII, em São Paulo, ter a mulher ocupado um lugar proeminente dentro da incipiente sociedade, devido ao fato do bandeirismo atrair para o sertão muito do elemento masculino da capitania, ficando as crianças, em parte considerável de seu crescimento, sob tutela do sistema matriarcal. Na reclusão caseira, entre mulheres e serviçais, era o idioma da terra o meio natural e mais ordinário de comunicação entre essas gentes, atestando documento do final do século XVII a força feminina na colônia, cuidando das casas e fazendas enquanto seus maridos estavam fora, e as crianças comunicando-se conforme a língua indígena e desconhecendo ainda língua portuguesa. Um século depois, fato idêntico foi constatado na região do Paraguai, onde mulheres somente falavam o guarani e os homens conversando com elas somente nessa língua indígena, algumas vezes apenas na língua castelhana, sendo que em outras regiões o castelhano era falado apenas por gente culta, mas nessa época, essa particularidade lingüística já pertencia ao passado em São Paulo. Assim, entre os paulistas do século XVII, teria sido corrente o uso da língua-geral indígena, mais do que o português; é possível considerar que entre as camadas mais pobres da população deveria ter sido mais forte tal uso, enquanto que nas camadas mais educadas e abastadas – e menos numerosas – provavelmente eram também eles versados na língua-geral no trato com os gentios. Vários registros trazem elementos para aferir até que ponto estava arraigado – ou não – o uso da língua tupi como língua corrente entre os colonizadores dos anos seiscentos na América portuguesa, e as dificuldades do uso do português culto entre os moradores há longo tempo já instalados nessas terras. Além desses testemunhos – todos centrados no século XVII, é preciso sempre ressaltar – outra circunstância merece toda a atenção, qual seja, as diferentes alcunhas dadas e utilizadas pelos portugueses entre si, todos procedentes da língua indígena, sendo raros aqueles procedentes da língua portuguesa, sendo que também ocorria dos nomes e apelidos de procedência lusa receberem o sufixo aumentativo tupi. Mas à medida em que o século XVII vai de distanciado para trás, verifica-se uma freqüência cada vez maior e mais exclusivista de alcunhas portuguesas, e as de origem tupi vão diminuindo e desaparecendo praticamente por completo. Tal fato coincide com a introdução, na colônia, de mais metropolitanos à medida que se descobre o ouro das Gerais e declina as Bandeiras e a caça do índio. Já na primeira metade do século XVII, desaparece, entre os moradores do planalto paulista, o uso corrente da língua tupi, adotando-se o português como forma de comunicação mais corrente entre as gentes, mantendo-se o uso da língua-geral dos gentios apenas esparsamente, encontrando-se registro de seu uso durante o século XVIII e ainda na primeira metade do século XIX, especialmente no espaço mais íntimo da amizade e do recito doméstico. Mas era também certo que onde faltasse índios administrados na comunidade, o português era dominante, não havendo contraste lingüístico; portanto, foi a utilização em larga escala de tais indígenas nas atividades domésticas e da lavoura – antes da vinda dos escravos africanos –, que motivou a facilidade do uso da língua tupi como língua-geral, e a desconsideração momentânea – mas sempre expansiva – da língua portuguesa. Mesmo nos casos onde os indígenas utilizados não pertencessem à grande família Tupi-Guarani, ainda assim era comum a influência da língua-geral na prosódia e nos usos sintáticos da população rural luso-americana, pois essa era a língua que podiam se entender todos. Se a expansão bandeirante iniciou-se atrás de indígenas para escravizá-los, foi porque havia uma carência – em São Paulo – de braços para a lavoura e falta de recursos econômicos para importar escravos africanos, sendo que a falta de recursos era devido à falta de comunicação fácil ou rápida dos centros produtores mais férteis dessa região da colônia – situada nos planaltos – com os grandes mercados consumidores do além-mar. Tal situação era oposta com o que ocorria no Nordeste, com suas lavouras paulistas de cana-de-açúcar distantes do litoral, serra acima, tornando penoso e raramente compensador o transporte de produtos da lavoura escarpas abaixo. É preciso observar que já no final do século XVI, uma faixa litorânea paulista já estava desgastada e imprestável para ser utilizada para o cultivo agrícola. Portanto, a caça do indígena, para atuar como escravo, foi uma solução imediata e mais “natural” daquelas gentes coloniais paulistas; as entradas queriam reproduzir o sedentarismo que caracterizava os grandes açucareiros do norte-nordeste, ou, em outras palavras, em busca do ideal da permanência e estabilidade, da realização econômica com pouco esforço, as gentes paulistas tiveram que praticar maior mobilidade e tiveram que ser mais dinâmicas que em outras regiões da América portuguesa. Sem os índios, esses portugueses, que se aventuraram para o interior e sertão da colônia, não poderiam viver no planalto, e com eles na poderiam viver em estado puro, renunciando a muito de seus hábitos hereditários, de suas formas de vida e de convívio, de suas técnicas, de suas aspirações e de sua linguagem. O que esses portugueses, especialmente seus descendentes mestiços, ganharam com isso, foi um mundo muito mais vasto e opulento; se no século XVI, o império colonial lusitano apenas se localizava junto ao litoral, no século XVIII a situação já será outra, qual seja, as fontes de vida da colônia e da metrópole, se transferem para o sertão remoto que fora desbravado pelos bandeirantes. O feito dos bandeirantes deixou marca inclusive na África: no século XVIII, um filho de São Paulo e neto de mamelucos – Francisco José de Lacerda Almeida – fez a travessia e exploração do continente africano, tentativa que ficou por décadas na memória do negro africano. Não há dúvida que os descobridores, exploradores, e conquistadores do interior da América portuguesa foram os portugueses e indígenas com seus descendentes puros e mestiços. Essa capacidade de amoldar-se a todos os meios, prejudicando suas características raciais e culturais, revelou ser aptidão

Nesse Planalto de Piratininga – atual São Paulo – emerge um momento novo e original da história da América Portuguesa, em direção à sua formação nacional; a população colonial que ali se estabelece adquire forma própria e voz articulada, sendo que a obra de expansão que empreenderam dispensava o estímulo da metrópole. Em realidade, esses pioneiros paulistas – audaciosos caçadores de índios, exploradores de riquezas – agiam contra a vontade e interesses imediatos da metrópole, verdadeiros aventureiros que se faziam colonos quando impeliam as circunstâncias. Eles viviam para as expedições exploratórias, e ao cabo delas – com sucesso ou insucesso – retornavam para suas vilas, sítios e roças, desta forma, antes dos descobrimentos das minas, dificilmente realizando obra colonizadora, salvo raras exceções.²¹³⁴

É no século XVIII que a América portuguesa recebe um afluxo maior de emigrantes para além da faixa litorânea, motivados pelas descobertas das minas de ouro das Gerais,²¹³⁵ uma larga emigração, apesar das obstruções que foram instituídas pela Coroa, a fim de controlar a produção e comércio do precioso metal. Era tolerada a emigração de ingleses e holandeses, por serem súditos de nações amigas de Portugal, mas a regra geral era a proibição terminante de estrangeiros, monges, padres sem emprego, negociantes e estalajadeiros, enfim, de todos aqueles que pudessem ir contra as determinações régias, vale dizer, à “insaciável avidez da metrópole”. A tal ponto isso – proibição de emigrantes – se desenvolveu, que em 1720 a Coroa decidiu que, fora as pessoas investidas de cargo público – e seus criados indispensáveis –, estavam proibidas passagens para a colônia luso-americana. Assim, dentre os eclesiásticos, “podiam vir os bispos e missionários, bem como os religiosos que já tivessem professado (...) [nas terras luso-americanas] e precisassem regressara aos seus conventos (...) [e] seria dada licença excepcional a particulares que conseguissem justificar a alegação de terem negócios importantes, e comprometendo-se a voltar dentro de prazo certo”.²¹³⁶

Desses fatos se conclui que Portugal somente decide intervir de maneira mais incisiva e enérgica nos negócios de suas possessões americanas com a descoberta do ouro, mas com uma energia marcadamente repressiva e policial, a fim de absorver tudo que lhe traga proveito mais imediato, não para edificar algo de caráter permanente em novas terras. O

praticamente única no português, não encontrável em outros povos do Velho Mundo, mais inflexíveis quanto às suas peculiaridades e idiossincrasias raciais e culturais. Para vencerem em seu feito descobridor, explorador, conquistador e colonizador, os portugueses tiveram que anular-se durante um longo tempo, realizando em sua obra na América, com as bandeiras, feito equiparável ao que fizeram na África e Ásia, desde tempos antigos. In: HOLANDA, Raízes..., p. 88-96.

²¹³⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 68.

²¹³⁵ Tratava-se de outro extraído e que em forma de pó ou em moeda era endereçado para outros reinos, ficando a menor parte com Portugal e sua colônia americana. In: HOLANDA, Raízes..., p. 68.

²¹³⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 68-9.

caráter autoritário e sem freios na imaginação repressiva e policial revelou-se mais precisamente na conhecida “Demarcação Diamantina”, vale dizer, “espécie de Estado dentro do Estado, com seus limites rigidamente definidos, e que ninguém pode transpor sem licença expressa das autoridades. Os moradores, regidos por leis especiais formavam com uma só família, governada despoticamente pelo intendente-geral. ‘Única na história (...) essa idéia de isolar um território, onde todas as condições civis ficavam subordinadas à exploração de um bem exclusivo da Coroa’”. A partir de 1771 a fiscalização recrudescera mais ainda; o morador do distrito que não pudesse provar satisfatoriamente sua identidade e idoneidade, era obrigado a abandonar imediatamente a região. regressando ficava sujeito a uma multa, reincidindo, ficava sujeito a um degredo em Angola. Residir no distrito, somente com minuciosa justificativa da pretensão, inclusive em terras próximas do local exclusivo, mediante consentimento prévio do intendente. Nesse ambiente social emerge e fortalece uma prática social altamente perniciosa para a integração e confiança entre as gentes, qual seja, “a devassa geral, que se conservava sempre aberta (...) era como uma teia imensa, infernal, sustentada pelas delações misteriosas, que se urdia nas trevas para envolver as vítimas, que muitas vezes faziam a calúnia, a vingança particular, o interesse e ambição dos agentes do fisco”.²¹³⁷

Assim, foi essa a circunstância que fez Portugal se interessar pela sua colônia americana, ou seja, o descobrimento das minas, especialmente as de diamantes, determinando a sua intenção de por ordem em sua possessão, mas ordem essa que significava o uso da tirania por parte daqueles “que se interessavam em ter mobilizadas todas as forças econômicas do país para lhe desfrutarem, sem maior trabalho, os benefícios”. Portanto, se não fosse o fato da descoberta das riquezas das minas, tudo indica que prevaleceria até o extremo o recurso fácil da colonização centrada na costa litorânea que, até então, tornava os benefícios colhidos relativamente acessíveis. Nesse contexto, se há algo difícil de se encontrar num capitão português é a postura que simbolicamente marca um capitão espanhol, vale dizer, afastar as naus que o conduziram às terras americanas e estabelecer apenas e unicamente a conquista das novas terras – pelo interior adentro –, sem possibilidade de retrocesso no intento, ato verdadeiramente simbólico do novo sistema de colonização espanhol, conforme fizeram Hernan Cortez e Francisco Pizarro.²¹³⁸

Para o espanhol, diferentemente do português, o mar não existia a não ser como um obstáculo a vencer; as terras do litoral eram apenas acesso para o interior, em direção às terras

²¹³⁷ HOLANDA, Raízes..., p. 69.

²¹³⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 69-70.

temperadas ou frias, nas grandes altitudes, salvo raras exceções, como Lima.²¹³⁹ Também no território da América Central verifica-se que os centros espanhóis mais progressivos e densamente povoados estão situados perto do Oceano Pacífico, onde o clima é mais ameno que o lado do Oceano Atlântico – caminho natural da conquista e do comércio. Assim, foi nos altiplanos e na proximidade da costa ocidental que os castelhanos fixaram seus primeiros estabelecimentos e não fizeram nenhuma tentativa séria para ocupar o litoral do Mar das Antilhas entre o Iucatã – região mexicana fronteira com Guatemala e Belize – e o Panamá, em princípio, interessante e importante por vários motivos geo-estratégicos, mas que ficou abandonado aos indígenas e ingleses. Por isso, núcleos de população centro-americana ficaram isolados da costa oriental por barreira de florestas virgens quase impenetráveis.²¹⁴⁰

Diferentemente, os portugueses valorizaram as vias de comunicação marítimas e fluviais, sendo a utilização de tais vias os fundamentos do esforço colonizador lusitano. As regras estabelecidas eram que, fora da beira-mar, se povoasse locais que ficassem junto das grandes correntes navegáveis – as normas espanholas mal se refere à navegação fluvial como meio de comunicação; o meio terrestre era o privilegiado pelos espanhóis. Mas um fato a mais favoreceu e facilitou a decisão sobre o tipo de exploração colonial centrado na costa litorânea da América portuguesa, qual seja, a costa era habitada por uma única família de indígenas que de norte a sul falavam o mesmo idioma. Tal idioma foi aprendido pelos jesuítas e adaptado à sintaxe clássica, e servirá como língua universal com os demais povos primitivos da colônia, mesmo os de castas diferentes. Tudo indica que a expansão portuguesa ao longo do litoral americano foi antecedida por extensas migrações de povos Tupi, sendo fato que os portugueses se estabeleceram nas áreas onde essas migrações indígenas se fixaram. De fato, os Tupi-Guaranis se fixaram no litoral na mesma época que os primeiros portugueses desembarcaram na América portuguesa, e chegaram até o Maranhão e Amazonas. Cronistas da época relataram com precisão essa ocupação Tupi-Guarani, com testemunhos e a verificação da perfeita identidade cultural²¹⁴¹ dos nativos habitantes da costa.²¹⁴²

²¹³⁹ Lima, capital do Peru, se localiza a 140 m acima do nível do mar e a pouca distância do litoral. O primeiro local escolhido para ser a capital do Peru foi Jauja, a 3.300 m de altitude. Tudo indica que acidentes históricos levaram a construir a capital a pouca distância do mar, uma vez que os cavalos trazidos não se aclimataram à altitude e clima de Jauja, sendo que já se sabia que o bom sucesso das armas castelhanas dependia do efeito moral que a simples presença dos cavalos – domados e montados pelos espanhóis – provocavam sobre os indígenas locais. Assim, a escolha de um sítio onde se fizesse mais fácil a criação de tais animais também conduzia as decisões importantes da colonização espanhola. In: HOLANDA, Raízes..., p. 70, nota de rodapé n. 98.

²¹⁴⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 70-1.

²¹⁴¹ Um dos traços marcantes dos povos Tupi-Guaranis é sua capacidade em assimilar traços de culturas diferentes e influenciarem, com sua cultura, povos estranhos à sua raça; isso a tal ponto é presente que estudiosos

A ocupação portuguesa acompanhou essa migração e ocupação Tupi-Guarani da costa, confundindo-se com eles, ocupando suas terras ou afastando-os para o sertão; a verdade é que os portugueses, com essa postura, acabaram herdando as inimizades e idiosincrasias dos gentios principais da costa. Os povos indígenas não-Tupis, os denominados Tapuias, foram praticamente ignorados durante o período colonial, correndo sobre eles lendas e versões fantásticas. Assim, a colonização portuguesa acabou não prosperando ou se firmando nas regiões não habitadas ou ocupadas pelos indígenas da língua-geral. Portanto, tais indígenas prepararam o terreno para a conquista lusitana. Somente em caso excepcionais ocorria a expansão portuguesa seguir adiante onde a expansão Tupi sofria um hiato; a regra geral era a não ocupação portuguesa nas regiões onde os Tupis não se encontrassem estabelecidos, ficando tais sítios escassamente povoados, inclusive ficando assim séculos depois de iniciada a colonização. A solução portuguesa para manter alguns centros isolados povoados foi produzir migrações artificiais de índios da costa, para que os defendessem dos outros gentios.²¹⁴³

Portanto, os portugueses acabaram habitando aqueles sítios antigamente ocupados pelos Tapuias e que foram expulsos em direção ao sertão pelos Tupi-Guaranis; as notícias que se possuíam desses outros povos indígenas acabaram sendo aqueles transmitidos pelos gentios vencedores. Os Tupi-Guaranis – uma só raça de gentes, falando a mesma língua – representou uma inestimável vantagem para os portugueses que privilegiaram as terras marinhas para colonizar, a fim de manter mais facilmente o contato com a Europa.²¹⁴⁴

A fisionomia mercantil da colonização portuguesa está evidenciada pela preferência da ocupação litorânea, perto dos portos de embarque, e pela diferença marcante entre o esplendor rural e a miséria urbana; essas duas características serão marcantes para o tipo de desenvolvimento social que daí se sucederá na América portuguesa. De fato, cronista da época já salientava, em 1552, que aquelas gentes européias, que para as terras luso-americanas se deslocavam, não possuíam amor algum por ela, vale dizer, o que desejavam todos era o máximo proveito próprio, às custas das novas terras, porque desejavam partir em seguida, depois de acumulada certa riqueza. O que desejavam, como regra generalíssima, era ver os navios sair carregados de riquezas em direção a Portugal, assim, não desejavam o bem da terra, nem trabalhavam para a favorecer, mas se aproveitarem dela da melhor forma e de

chegou a afirmar a impossibilidade de determinar-se o que é que identifica propriamente e especificamente a cultura Tupi-Guarani. In: HOLANDA, Raízes..., p. 72, nota de rodapé 101.

²¹⁴² HOLANDA, Raízes..., p. 71-2.

²¹⁴³ HOLANDA, Raízes..., p. 72-3.

²¹⁴⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 73.

qualquer maneira que pudessem. No século XVII outro cronista lamentará que os povoadores estabelecidos tenham como única pretensão levar tudo que construíram como riqueza para Portugal, independentemente da riqueza alcançada e do tempo que estivessem presos ao cultivo da terra.²¹⁴⁵

Nos melhores momentos da colonização portuguesa em terras americanas, o máximo que é possível caracterizar sua obra é, mais precisamente, feitorização e não colonização. Grandes obras aqui não eram convenientes serem feitas, a não ser que produzissem imediatos benefícios; despesas e prejuízos não deveriam ser feitos em desfavor da metrópole. Desta forma, essa postura ajustava-se ao princípio mercantilista adotados por todas as potências coloniais, que vigorou até o século XIX, qual seja, metrópole e colônia complementam-se reciprocamente. Nas possessões ultramarinas era rigorosamente proibida a produção de artigos que pudessem concorrer com os do Reino; nesse sentido, em fins do século XVIII, uma capitania principiou a exportar trigo para outras capitanias, e a reação da metrópole foi imediata no sentido de extinguir imediatamente tal iniciativa. A proibição alcançou a manufatura de ouro, prata, seda, algodão, linho e lã, uma vez que a Gabinete de Lisboa entendeu que, “tendo os moradores da colônia, por meio da lavoura e da cultura, tudo quanto lhes era necessário, se a isso se ajuntassem as vantagens da indústria e das artes para o vestuário, ‘ficarão os ditos habitantes totalmente independentes da sua capital dominante’”.²¹⁴⁶

Em alguns aspectos a administração portuguesa foi mais liberal que a espanhola. Assim, na América portuguesa foi admitida a livre entrada de estrangeiros que estivessem dispostos a vir trabalhar; para cá vieram espanhóis, italianos, flamengos, ingleses, irlandeses, alemães que aproveitaram essa tolerância portuguesa, sendo que o mesmo não sucedia nas possessões espanholas. A esses estrangeiros era permitido atuarem como mercadores pela costa luso-americana, pagando um percentual a título de tributo, mas impedidos de comerciar com os indígenas. Tal situação perdurou até 1600, quando Filipe II – então rei de Espanha e Portugal – ordenou a exclusão de todos os estrangeiros das terras americanas, proibindo sua atuação como administradores de propriedades agrícolas, sendo feito o recenseamento de seu número, domicílio e cabedais, alguns sendo despachados de retorno a seus países de origem. Somente depois da Restauração da soberania portuguesa é que a proibição seria revogada, a favor apenas de ingleses e holandeses.²¹⁴⁷

²¹⁴⁵ HOLANDA, Raízes..., p. 73.

²¹⁴⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 73-4.

²¹⁴⁷ HOLANDA, Raízes..., p. 74.

O exclusivismo castelhano contrasta com a liberalidade dos portugueses. Com efeito, se para os castelhanos seria indesejável e prejudicial à disciplina dos súditos o convívio com estrangeiros em terras recém-descobertas, cujo domínio ainda não fora estabelecido completamente, para os portugueses isso não importava muito, pois o que governava suas ações nas colônias era “sua moral interessada, moral de negociantes, embora negociantes ainda sujeitos, por muitos e poderosos laços, à tradição medieval”. Tudo, da liberalidade aos freios e impedimentos, era ditado ao que imediatamente pudesse melhor aproveitar aos interesses da metrópole. É verdade que esse comportamento era favorecido pela peculiaridade da cultura portuguesa imprimir na pessoa a aversão – como que congênita – a qualquer tipo de ordenação impessoal de existência. Tal atitude não era disciplinada pela vontade do domínio estatal – Portugal por essa época era uma nação com meios escassos para favorecer tal imposição aos súditos – nem mesmo por uma iniciativa pessoal que tenderia para uma certa rigidez ascética que caracterizava as gentes espanholas – talvez favorecido até pela sua paisagem áspera –, subordinando a vida a normas regulares e abstratas.²¹⁴⁸

A conseqüência dessa liberalidade dos portugueses se revela no tipo de cidade construída por eles em terras coloniais americanas. Na época em que a Bahia era o maior centro urbano da colônia, verificava-se que as habitações, no século XVIII, eram dispostas segundo os caprichos dos moradores locais, vale dizer, as casas eram dispostas de forma irregular ou desalinhadas, não havendo uma ordem abstrata guiando as construções, estando tudo ao acaso e impedindo ações públicas concretas para melhorar, por exemplo, a segurança das vilas. O esquema retangular de construção das cidades começava a se esboçar – Rio de Janeiro – mas não significava que era devido a uma enérgica vontade construtora dentro de formas fixas e pré-estabelecidas. Mais corretamente considerando, tais formas eram decorrentes de princípios racionais e estéticos de simetria legados pelo Renascimento, inspirado nos ideais da Antigüidade. Os portugueses procuraram adaptar-se à geografia do local nas construções das cidades, enquanto que os castelhanos procuraram impor o traçado geométrico em suas cidades.²¹⁴⁹

Assim, foi a rotina, e não uma razão abstrata que conduziu os feitos portugueses em vários aspectos de sua ação colonizadora. As contingências e situação contextuais governavam sua ação e comportamento, sendo que eram as experiências sucessivas – nem sempre coordenadas entre si – que marcava sua atitude; não havia plano traçado de antemão. Era regra geral fundarem estabelecimentos e mudarem-se várias vezes de sítio, uma atitude

²¹⁴⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 74-5.

²¹⁴⁹ HOLANDA, Raízes..., p. 75-6.

tateante e perdulária – caso o objetivo fosse se estabelecer definitivamente na colônia – que originava as vilas velhas ao lado de novos centros urbanos de origem colonial. Nesse sentido, a fundação de Salvador, no local que a edificaram, era dentro de certo padrão racional inexplicável, havendo um local ali próximo, mais adequado e livre dos incômodos das quebras e ladeiras que assinalavam a cidade. “A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, a sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra ‘desleixo’ – palavra que (...) implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que ‘não vale a pena’”.²¹⁵⁰

Essa atitude ou índole portuguesa não pode ser considerada como desapego ou desprezo pela vida, trata-se de uma moral que se fixa num realismo fundamental, ou seja, a realidade não pode ser transfigurada por meio da imaginação e abstrações intelectuais ou códigos de posturas e regras formais – “salvo nos casos onde essas regras já se tenham estereotipado em convenções e dispensem, assim, qualquer esforço ou artifício” –, devendo a pessoa abandonar tal intento; há que se aceitar a vida como ela é ou se apresenta, “sem cerimônias, sem ilusões, sem impaciências, sem malícia e, muitas vezes, sem alegria”. Esse incipiente e tosco realismo contrasta com os escritos das façanhas memoráveis dos portugueses da época dos descobrimentos; de fato, Vasco da Gama realizou uma obra fundada no bom senso e uma razão cautelosa, pois sua jornada foi através de mares conhecidos, destino conhecido e cruzou o Oceano Índico com a ajuda de pilotos experimentados. A expansão portuguesa tratou-se de uma obra da prudência, juízo discreto e seguindo o entendimento daquilo que a experiências já estabeleceu como assentado e seguro. A marca comum dos marinheiros portugueses, assim, é de “uma coragem (...) obstinada, mas raramente descomedida, (...) exceção feita a Magalhães”^{2151, 2152}.

²¹⁵⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 76.

²¹⁵¹ Fernão de Magalhães (1480-1521), explorador e navegador português. Membro de família nobre portuguesa, desde cedo Fernão de Magalhães mostrou interesse pela navegação, participando de várias expedições. Seu feito mais relevante e conhecido foi ter sido comandante da primeira expedição naval que deu a volta ao mundo, sob bandeira espanhola. A serviço de D. Manuel I, de Portugal, participou, entre 1500 e 1514, de expedições navais e militares à África e ao Oriente; a serviço de Portugal nas Índias Orientais, em 1511-1512 ele explorou as ilhas das Especiarias – Molucas. Em 1517 procurou o apoio do soberano espanhol Carlos I, futuro Carlos V, para oferecer seus serviços à Espanha, a fim de empreender uma viagem para as mesmas ilhas pela rota oeste. Com cinco navios, levando 239 homens, inclusive o historiógrafo italiano Antonio Pigafetta, Magalhães partiu de Sevilha em 20 de setembro de 1519. Passou pelas ilhas Canárias, costeou a Guiné, aproximou-se da costa americana à altura de Pernambuco (29 de novembro), passou pelo Rio de Janeiro (13 de dezembro) e estacionou em São Julião, à entrada do canal que receberia seu nome (31 de março de 1519 – 24 de agosto de 1520). De volta à Espanha, devido a amotinamentos, perdeu-se um barco e outro desertou. Magalhães prosseguia com três navios, cruzando o estreito (21 de outubro – 28 de novembro de 1520) que hoje leva o seu nome e conseguindo alcançar o Oceano Pacífico, cujo nome foi dado por Magalhães devido à aparência calma de suas águas. Por dois meses não se avistou terra e a tripulação foi dizimada pela fome, sede e escorbuto. A

Entretanto, tudo que os portugueses fizeram na época dos descobrimentos foi um feito sentido como heróico e de importância universal e duradoura; não há dúvida que o resultado alcançado implicava em verem-se no mesmo nível das façanhas gregas e romanas de outrora, e isso ficou consignado como um lugar comum em toda literatura quinhentista portuguesa. Mas é notório que a exaltação literária acentuou-se na medida em que foi tornando cada vez mais evidente o descrédito e declínio do poderio português. Historiadores, portanto, procuraram engrandecer retrospectivamente, através de suas penas, o feito português, como intenção pedagógica. “E a ‘fúria grande e sonora’ de Luís de Camões só há de ser bem compreendida se, ao lado dos *Lusíadas*, lermos o *Soldado Prático* de Diogo Couto que fornece, se não um quadro perfeitamente fiel, ao menos o reverso necessário daquela grandiosa idealização poética”. A história registra que nenhuma das maiores empresas ultramarinas dos portugueses foi verdadeiramente popular no Reino; o descobrimento do caminho das Índias foi decidido pelo Rei, contra a vontade de seus conselheiros – pois isso implicava abandonar o certo pelo duvidoso e problemático. Certo seria “o pacífico trato da Guiné e a honrosa conquista dos lugares de África, para ganho dos mercadores, proveito da rendas do Reino e exercício de sua nobreza”. Tempos depois, quando a canela indiana começa a faltar no Reino, outras críticas se somam para condenar a empresa marítima em direção ao Oriente. “É que o cabedal rapidamente acumulado ou a esperança dele, costuma cegar os indivíduos a todos os benefícios do esforço produtivo, naturalmente modesto e monótono, de modo que só confiam verdadeiramente no acaso e na boa fortuna”.²¹⁵³

A prejudicial, danosa e fatal influência que as descobertas ultramarinas fez incidir sobre o ânimo dos portugueses foi registrado por poetas e cronistas dos anos quinhentos. Tal influência funesta coincidiu, em geral, “com o processo de ascensão da burguesia mercantil, que se impusera já com a casa de Avis,²¹⁵⁴ mas recrudescer sensivelmente desde que D. João

esquadra chegou a Guam, nas Marianas (6 de março de 1521), esteve em Samar, nas Filipinas (16 de março), e aportou na ilha de Cebu (7 de abril). Em uma expedição feita de acordo com um chefe local, Magalhães foi morto (27 de abril) num conflito pelos nativos locais. Os sobreviventes chegaram às ilhas Molucas (6 de novembro) e um dos navios, o *Victoria*, com 18 homens e comandado por Juan Sebastián Elcano, chegou de volta à Espanha (1522), completando a viagem de circunavegação do globo. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 15; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.

²¹⁵² HOLANDA, Raízes..., p. 76-7.

²¹⁵³ HOLANDA, Raízes..., p. 77-8.

²¹⁵⁴ Dinastia de Avis. Segunda dinastia de Portugal, fundada em 1385 por D. João I, mestre de Avis, depois de uma crise sucessória que ameaçava a independência portuguesa, e que governou o país no tempo dos grandes descobrimentos. Para conquistar a Coroa, D. João teve que recorrer às armas, e para tanto contou com o apoio da pequena nobreza, dos ricos comerciantes e armadores, todos interessados na expansão comercial e marítima de Portugal. A dinastia foi encerrada em 1580 com o cardeal-rei D. Henrique, quando Portugal passou ao domínio de Castela – dinastia da Espanha –, até 1640. D. João IV começou neste ano a dinastia de Bragança. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1.

II conseguiu abater a arrogância dos homens do solar” – os aristocratas. Vigorava em Portugal a prática da infixidez das classes sociais, de tal forma que a ascensão social não encontrava muitos obstáculos, pelo menos comparativamente na mesma medida que verificava-se em terras onde a tradição feudal fez raízes profundas, nesse caso, erigindo uma estratificação social mais rigorosa; enfim, todos portugueses, seja qual fosse sua condição e posição social, almejavam alcançar a condição de nobre, de fidalgos, e viam tal intento como perfeitamente factível e possível. O resultado foi que os valores espirituais e sociais vinculados a essa situação de infixidez tornaram-se atributo da burguesia em ascensão, sendo também que assim não foi possível fixar e consolidar valores ou padrões éticos muito diferentes do que a nobreza portuguesa vinha cultivando, não se completando, desta forma, “a transição que acompanha de ordinário as revoluções burguesas para o predomínio de valores novos”.²¹⁵⁵

Portanto, à “medida em que subiam na escala social, as camadas populares deixavam de ser portadoras de sua primitiva mentalidade de classe para aderirem à dos antigos grupos dominantes. Nenhuma das ‘virtudes econômicas’ tradicionalmente ligadas à burguesia pôde, por isso, conquistar bom crédito, e é característico dessa circunstância o sentido depreciativo que se associou em português a palavras tais como *traficante* e sobretudo *tratante*, que a princípio, ainda hoje em castelhano, designam simplesmente e sem qualquer labéu, o homem de negócios. Boas para genoveses, aquelas virtudes – diligência pertinaz, parcimônia, exatidão, pontualidade, solidariedade social (...) – nunca se acomodariam perfeitamente ao gosto da gente lusitana”.²¹⁵⁶

²¹⁵⁵ HOLANDA, Raízes..., p. 78.

²¹⁵⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 78. A vida de negócios requer qualidades morais que se distinguem daquelas virtudes ideais cultivadas pela vida nobre. A nobreza se caracteriza pela busca particular da glória e fama e os negócios demandam em primeiro lugar a necessidade de crédito; os negócios tem em vista o lucro e impõe, para sua evolução, a crescente racionalização da vida social no seu aspecto econômico e a busca apenas da impessoal honorabilidade profissional. A vida nobre demanda o cultivo da honra cavalheiresca e palaciana, e os vínculos pessoais e diretos. Os ibéricos têm por acento marcante, a repulsa firme a todas as modalidades de racionalização e de despersonalização. Assim, já era de conhecimento de comerciantes de outros povos, que para tirar vantagens seguras em transações com portugueses e castelhanos, era necessário estabelecer com eles vínculos mais imediatos do que as relações formais que normalmente constituiriam os contratos e tratos em geral. A anedota da época dizia que, para conquistar um freguês na América espanhola ou portuguesa era necessário fazer dele, antes, um amigo. Em relação à Espanha e aos espanhóis, era notório que vigorava a lei que dizia que dos amigos tudo se podia exigir e tudo se podia receber, e essa regra era vigente nas mais diferentes relações sociais; assim, querer alguma coisa de alguém, o meio certo de alcançar tal intento era torná-lo um amigo, e isso aplicava-se também no caso de prestação de serviços, onde a atitude imperativa era considerada descabida – desta forma, as relações entre patrão e empregado era mais amistosas na Espanha do que em qualquer outra parte. Ainda na Espanha, era julgado perfeitamente normal angariar certo gênero de vantagens pessoais por intermédio de indivíduos com os quais travaram relações pessoais de afeto e camaradagem, sendo que não era compreensível porque uma pessoa exercendo determinada função pública, deixasse de prestar favores a familiares, amigos e parentes em função de sua atividade pública; nesse sentido, era “natural” as companhias de estradas de ferro viverem cheias de pedidos de passes gratuitos ou redução de preço, por pedidos oriundos geralmente das classes mais altas ou abastadas. Nesse ambiente de normalidade de interação social, os negócios não chegam a uma adequada racionalização, pelo menos conforme o liberalismo econômico – e o capitalismo – assim requerem,

De fato, a “nova nobreza” portuguesa que emergia nos anos quinhentos – com as características assinaladas – era adversa desse espírito capitalista; tal atitude, se seguida rigidamente por ela, seria indigna de seus estado, evocando e lembrando a essa nova classe –

uma vez que todo freguês ou cliente deve preferencialmente assumir a posição do amigo. *Ademais, outra consequência natural de tal situação ou comportamento social, é que um sistema social erigido sobre laços diretos, pessoa a pessoa, é a origem principal dos principais obstáculos que em Portugal e Espanha, bem como em suas colônias de ultramar, se erguem contra a rígida aplicação impessoal das normas de justiça e de quaisquer tipos de prescrições legais.* Registro do século XVIII indicam até que ponto ia essa particularidade portuguesa nas suas relações econômicas com outros povos, vale dizer, nas relações econômicas internacionais que envolviam a atuação do Estado de Portugal com outros Estados, ficando claro que havia a necessidade de ajuste dos demais Estados a essa particularidade ibérica, a fim de manterem relações de comércio entre si; a regra geral era o evidente contraste das práticas portuguesas com a mentalidade capitalista, onde a expressão “infidelidade” e a “falta de caráter correto” nos negócios era a tônica marcante em relação aos comerciantes portugueses. A atitude de infidelidade e falta de exatidão nos negócios com estrangeiros, revelam a faceta pelo gosto desordenado e imprevidente da pecúnia por parte dos portugueses dos setecentos e de outras épocas, mas isso não implica diretamente na crença de que isso seria os germes do espírito capitalistas neles; ao contrário, a simples ganância, esse amor pelas riquezas acumuladas por outrem, especialmente estrangeiros, é de todas as épocas e não caracteriza a mentalidade capitalista se não for acompanhada por certas virtudes econômicas que venham a racionalizar os negócios, tais como a honorabilidade e a exatidão, que não se confundem com a lealdade devida a superiores, amigos e afins. O gosto e a busca do prestígio em função dos bens materiais é de todos os povos e os portugueses e espanhóis não eram exceção à regra; câmbios, recâmbios, estratégias de mercadores era comum em toda parte, inclusive na Espanha, que tinha por lícito numerosos negócios especulativos que a Igreja condenava como usurários. Nesse sentido, nas feiras de algumas cidades espanholas – como sucedia em cidades da Itália –, constatava-se o incremento geral das instituições financeiras, com realizações de operações de crédito que posteriormente se disseminaram por outros países europeus. Particularmente os portugueses, seus comerciantes, na era dos descobrimentos, contribuíram para a elaboração do direito comercial e para o progresso do instituto do seguro marítimo, cabendo a Portugal o registro histórico de ter elaborado o primeiro corpo de doutrina sobre o seguro – *Tractatus perutilis et quotidianus de assecurationibus et sponsionibus Mercatorum* (Santarena ou Pedro de Santarém) – no ano de 1554 e reeditado várias vezes durante o século XVI. Não se pode olvidar também, nesse sentido, o papel relevante que banqueiros e comerciantes espanhóis tiveram na história das finanças do século XVI, atuando na bolsa de Antuérpia, especialmente burgaleses – junto com catalães e judeus –, somente desaparecendo na segunda bancarrota do Estado espanhol em 1575; de fato, nessa época havia protagonistas espanhóis significativos dentro do mundo das finanças, totalmente ausentes de escrúpulos em suas práticas altamente usurárias, empregando vultosas quantias em suas práticas, muito acima de seus competidores diretos, revelando uma ilimitada ganância, a ponto de suplantarem a lenda em torno do comportamento ganancioso dos genoveses da época. Tratavam-se, assim, de uma classe sem consciência alguma de escrúpulos, apesar de se comportarem, perante a Igreja, com deferência, a fim de saber e consultarem sempre teólogos da Universidade de Paris sobre a compatibilidade de certas práticas especulativas com as leis canônicas. De fato, na Espanha as práticas usurárias – muitas condenadas pela Igreja – eram normais nas feiras espanholas no tempo de Carlos V e de seus sucessores, assumindo feições que dificilmente se reproduziam em outros países, tamanha a ganância envolta a tais ações e comportamentos comerciais e financeiros. Quanto aos fidalgos portugueses que viviam no Oriente, apesar de sua linhagem eles não menosprezavam os bens de fortuna, inclusive até certo ponto desfazendo-se de certo preconceito de classe e condição social para alcançar tais bens e riquezas; nobres e vice-reis fixaram um padrão de comportamento onde deixavam de lado as obrigações de seu cargo e sua condição social se faziam mercadores e cuidavam de seu apetite próprio, deixando de lado as armas e cuidando da fazenda, colocando os interesses pessoais e imediatos à frente dos interesses do Estado, a tal ponto que em determinado momento começou a valer a máxima de que “quantos tens, tanto vales”. Assim, ao longo do tempo verificou-se que a antiga virtude da nobreza portuguesa, qual seja, a liberalidade, caiu em descrédito na prática, especialmente entre fidalgos da decadência, se isolando e se colocando a comer fechados e em silêncio, para não repartirem com o pobre o que tinham, e tendo agora por infâmia – não mais por grandeza – agasalhar e sustentar os pobres. Assim, conclui-se que portugueses e espanhóis se distinguem de outros povos não por temperança no gosto das riquezas, ou mesmo uma inclinação menor à avareza; o que distingue espanhóis e portugueses de outros povos – donde floresceu a mentalidade capitalista, criação tipicamente burguesa – é certa incapacidade congênita de fazer prevalecer qualquer forma de organização e ordenação impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal – este último caracterizado pelas relações fundadas no parentesco, vizinhança e amizade. In: HOLANDA, Raízes..., p. 96-9, e nota de rodapé n. 147.

ou mais precisamente novos atores sociais – a condição social dos mercadores citadinos que ela se achava ligada pela origem, mas desligada pelo orgulho pessoal de posição e nova condição social. Assim, não era sem sentido essa intenção sempre presente de romper laços com o passado, pois esse passado sempre lhes lembrava sua real origem social – e não a progênie de sangue nobre – e “ao mesmo tempo, de robustecer em si mesma, com todo ardor dos neófitos, o que parecesse atributo inseparável da nobreza genuína”. Assim, os ideais das classes nobres arrebatavam todas as intenções e imaginações, ideal hipertrofiado que as novas gentes nobres procuravam seguir fielmente, compensando “interiormente e para os demais uma integração imperfeita na mesma classes”; nesse contexto a invenção e imitação toma o lugar da tradição como princípio orientador, especialmente no século XVI, quando a separação das classes sociais em Portugal ficou menos rígida.²¹⁵⁷

Na literatura dessa época, não é em vão que se destacam personagens que vão mudando de costume à medida que ascendem a novas posições sociais, capitães que se desapegam dos velhos e tradicionais costumes austeros e convertendo-se a uma atitude de projeção mais vistosa frente a uma nova consciência de classe. Aqueles veteranos toscos, com barba por fazer há anos, carregando junto a si suas armas antigas e suas roupas grosseiras, representando o antigo brio e valor dos lusitanos, agora são substituídos por gentes que só querem andar com capas de veludo, chapéus com fita de ouro, armas douradas, barba tosada, topete alto. De fato, essa literatura mais crítica defendia que os portugueses fossem menos permeáveis às inovações, e mais fiéis ao ideal de imobilidade que fizera a grandeza de outros povos, uma vez que a nova nobreza – longe de preservar as antigas tradições com novas roupagens – concretamente aportava-se como uma caricatura da nobreza autêntica, esta de natureza essencialmente conservadora. O que os fidalgos dos anos quinhentos desejavam essencialmente era, através de aparências e exterioridades, distinguir-se das gentes mais humildes de Portugal.²¹⁵⁸

Os enfeites ostentosos passam a ser um objeto que trazem um fim em si mesmos, e a preocupação dessa nova gente é garantir aquilo que os fazem ser o que são em aparência, enfim, garantir tudo o que fazem a aparência de seu cabedal. Deixam de usar pessoalmente os cavalos e passam a andar somente de palanquins, desaprendendo a arte de equitação necessária para a guerra; os jogos e torneios, que foram criados para que não se perdesse o brio, a destreza e a paixão pelo uso das armas e que pertenciam à melhor tradição aristocrática – desde o século XIV há o *Livro da Montaria* escrito pelo Rei de Portugal D. João I,

²¹⁵⁷ HOLANDA, Raízes..., p. 79.

²¹⁵⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 79.

prescrevendo essa lições –, diminuem em perigos e aumentam em aparatos ostentatórios. Nesse contexto, em que era incompatível a condição social com a prática de certas atividades mundanas votadas para o comércio e busca da riqueza material, pois a mercancia era tida por baixa profissão, eles acabavam trocando a milícia pela toga, portos da administração civil e empregos literários, resguardando, desta forma, a própria dignidade e também sua própria comodidade. Assim, frente aos perigos iminentes das colônias de ultramar, havia mais leis e escritões, do que espadas e soldados, tornando-se corrente o uso de expressões vernaculares desusadas e raras, exprimindo tal aptidão expressiva um certo gosto e qualidade pessoal.²¹⁵⁹

Tratava-se, assim, de uma paisagem social de decadência, mas que contrastava com os escritos de outros autores literários que, em tom nativista elevado, ou em tintas épicas, exaperavam os altos feitos lusitanos, entretanto, simbolizando mais uma tentativa de contrapor essa exaltação literária frente ao fato concreto da retrospectiva melancólica de glórias extintas; Camões, nesse contexto, “contribuiu antes para desfigurar do que para fixar eternamente a verdadeira fisionomia moral dos heróis da expansão ultramarina. A tradição portuguesa, longe de manifestar-se no puro afã de glórias e na exaltação grandiloqua das virtudes heróicas, parece exprimir-se, ao contrário, no discreto uso das mesmas virtudes”. O próprio Camões ressaltou essa qualidade conservadora portuguesa ao escrever que era necessário “favorecer e levantar os mais experimentados que sabem ‘o como, o quando e onde as coisas cabem’, e enaltece a disciplina militar que se aprende pela prática assídua – vendo, tratando, pelejando’ – e não pela fantasia – ‘sonhando, imaginando ou estudando’”. Tratava-se, assim, de um modo de entender e sentir que exclui o exercício intelectual da imaginação pura, por ser artificiosa e sem proveito, e mesmo a ciência; nada disso sublima os seres humanos. Tudo que o ser humano poderá conseguir neste mundo é creditado a apenas duas fontes possível, quais sejam, (I) a natureza, como dom de Deus, e (II) pelo exercício do “bom senso amadurecido na experiência, que faz com que as obras humanas tenham mais de natureza do que de arte”.²¹⁶⁰

No século XV, o Rei de Portugal, D. Duarte, já havia fixado que acima da vontade espiritual deve se sobrepôr a vontade perfeita, esta última fundamentada na prudência, dizendo preferir aqueles que seguiriam o juízo da razão e do entender, percorrendo o caminho da discríção e do verdadeiro siso, em detrimento daqueles que andam a praticar feitos de cavalaria colocando-se frente a todos os perigos e trabalhos oferecidos, não se resguardando razoavelmente, seguindo destemperadamente aquilo que lhes traz prazer e lhes agrada, e sem

²¹⁵⁹ HOLANDA, Raízes..., p. 79-80, e nota de rodapé n. 112.

²¹⁶⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 80.

cuidado algum com a saúde de seu próprio corpo. Seriam, assim, “regras de tranqüila moderação, isentas de rigor e já distanciadas em muitos pontos dos ideais aristocráticos e feudais”, acrescentando que a boa consciência seria regida por um fundamento, diferente de sinais, sonhos e topos de verdade.²¹⁶¹

Assim, o realismo português, cultuado e orientado pelo Chefe maior da nação, repele abstrações ou delírios místicos; se é certo que na literatura medieval portuguesa sempre está presente de forma recorrente o tema da dissonância do indivíduo com o mundo, e mesmo o prazer que essa descoberta traz, é preciso ressaltar que essa dissonância também implica uma imagem afirmativa, uma forma de afirmação do gosto português pelo mundo e pela vida. Na lírica dos antigos cancioneiros essa atitude de aceitação realística do mundo como ele se apresenta, ausente da vontade de determinação de modificá-lo conforme um plano ideal e intelectual pré- concebido irá se encontrar em estado mais bruto; “as efusões do coração, as evocações terrenas ou sombrias, as malogradas aspirações, as imprecações, os desenganos, jamais se submeterão àquelas construções impessoais que admirariam mais tarde os artistas do Renascimento e do classicismo, mas compõem um rústico jardim de emoções íntimas”.²¹⁶²

O pensamento português será avesso a arranjos teóricos tendentes a governar a vida, a não ser o único possível de ser aceito, qual seja, o arranjo teórico que admite e se entrega aos valores únicos e definitivos dos acidentes da experiência individual. A tal ponto isso estará presente dentro do *habitus* comportamental de um povo que se escreverá na literatura que muitos males e desditas não aconteceriam se as pessoas deixassem de dar crédito às palavras ou discursos bem ordenados, bem como a razões bem elaboradas por corações e mentes livres, pois tudo indica que na vida as coisas parecem acontecer por desordem e não por ordem. A poesia portuguesa, mesmo depois da fase do romantismo, irá abandonar o personalismo e personalidade que marcam essa cultura; também não se deixa seduzir por transe ou desvarios metafísicos. Ao contar desilusões, não admitie que a mesma seja influenciada por outras atrações, invocações ou fabricações artificiosas; aceita a ordem que os seres humanos compõem com desleixo e certa liberdade, mas sem o trabalho diligente dele, enfim, aceita a ordem do semeador e não a do ladrilhador, a ordem das coisas que são divina e naturais.²¹⁶³

Esse modo de pensar e ver o mundo, captado pela literatura e poesia portuguesa da época, manifestou-se em diferentes esferas da vida social portuguesa, influenciando os modos

²¹⁶¹ HOLANDA, Raízes..., p. 81.

²¹⁶² HOLANDA, Raízes..., p. 81.

²¹⁶³ HOLANDA, Raízes..., p. 82.

e comportamentos dessa gente em diferentes situações histórico-sociais, e também, como não poderia ser diferente, nos atos e atividades da expansão colonizadora. Diferentemente dos espanhóis, “nenhum estímulo vindo de fora os incitaria a tentar dominar seriamente o curso dos acontecimentos, a torcer a ordem da natureza”. Os castelhanos, diferentemente, são assinalados por sua “fúria centralizadora, codificadora, uniformizadora de Castela, que tem sua expressão mais nítida no gosto dos regulamentos meticulosos – capaz de exercer-se, conforme já se acentuou, até sobre os traçados das cidades coloniais –”, isso tudo porque esse outro povo foi internamente desunido e viveu sob permanente ameaça de desagregação, pois “precisou lutar , dentro de suas próprias fronteiras peninsulares, com o problema dos aragoneses, o dos euscaros e, não só até 1492, mas até 1611, o dos mouriscos”. Por isso que à medida que a vocação imperial dos castelhanos sai de suas fronteiras para alcançar outros povos e colônias de ultramar, a sua monarquia voltou-se para tudo regular – pelo menos teoricamente, quando não na prática – por uma espécie de compulsão mecânica. A vontade normativa espanhola era produto de uma imposição histórica de sua agregação artificiosa e mal segura; a aspiração da unidade de partes tão desconexas levou o castelhano ao amor exasperado de busca da uniformidade e simetria, “resultado da carência de verdadeira unidade”.²¹⁶⁴

Comparativamente à Espanha, Portugal é um país sem problemas; desde o século XIII, ante de qualquer outro Estado europeu moderno, efetivou sua unidade política, alcançando uma certa homogeneidade étnica. De fato, Portugal precocemente satisfaz aquele impulso que era capaz de congregiar todas as energias sociais em prol de um objetivo comum que transcendia a realidade presente, para em seguida permitir que “certas regiões mais elevadas da abstração e da formalização cedessem o primeiro plano às situações concretas e individuais – as ‘árvores que não deixam ver a floresta’ (...) –”, mas feitos esses que devem ser relacionados ao realismo e naturalismo dos feitos portugueses durante toda sua história. Assim, não é sem razão que esse natural conservantismo que caracterizava os portugueses, esse deixar estar, o desleixo, “pudessem sobrepor-se tantas vezes entre eles à ambição de arquitetar o futuro, de sujeitar o processo histórico a leis rígidas, ditadas por motivos superiores às contingências humanas”.²¹⁶⁵

Em relação à simples ambição de riquezas, restava no português uma força poderosa e arraigada – que se traduzia bem no plano do discurso – para imprimir ou marcar certa coesão e sentido espiritual aos seus feitos nesse sentido econômico-financeiro; contra as acusações de

²¹⁶⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 82-3.

²¹⁶⁵ HOLANDA, Raízes..., p. 83.

que os portugueses eram gananciosos e sem escrúpulos no negócio das especiarias, era objetado que esses proveitos da mercancia eram necessários para as despesas de guerras imprevistas voltadas para a propagação da fé. Ademais, todo abuso recaía sobre mercadores, bufarinheiros e regatões, todos ambiciosos quanto aos seus ganhos e desconhedores de qualquer lei que contrariasse a sua cobiça.²¹⁶⁶

Nesse contexto, a Igreja portuguesa seguiu o relaxamento usual, quer nas dependências ultramarinas, quer nas dependências da própria metrópole. A Igreja católica portuguesa, na época, especialmente na América portuguesa, era estritamente sujeita ao poder civil, seguindo as vicissitudes e circunstâncias desta. O Grão-Mestrado da Ordem de Cristo foi transferido aos monarcas portugueses – ratificado em 1551 pelo Papa Júlio III, através da bula *Praeclara carissimi* – como patronato das terras descobertas; isso possibilitou que a Coroa portuguesa acabasse exercendo um forte poder discricionário sobre os assuntos eclesiásticos. “Propunham candidato ao bispado e nomeavam-nos com cláusula de ratificação pontificica, cobravam dízimos para dotação de culto e estabeleciam toda sorte de fundações religiosas, por conta própria e segundo suas conveniências momentâneas. A Igreja transformara-se, por esse modo, em simples braço do poder secular, em um departamento da administração leiga ou, conforme [se] dizia, (...) em um *instrumentum regni*”.²¹⁶⁷

Portanto, não é sem sentido que dentro da história da Igreja na América portuguesa, os clérigos da colônia terem se comportado como “avessos à disciplina social e mesmo ao respeito pela autoridade legal, [sendo que] o célebre ‘liberalismo’ dos eclesiásticos (...) de outrora parece relacionar-se largamente com semelhante situação [– interferência intensa do poder secular em suas atividades espirituais]”. “Como corporação, a Igreja podia ser aliada e até cúmplice fiel do poder civil, onde se tratasse de refrear certas paixões populares; como indivíduos, porém, os religiosos lhe foram constantemente contrários. Não só no período colonial, mas também durante o Império, que manteve a tradição do padroado, as constantes intromissões das autoridades nas coisas da Igreja tendiam a provocar no clero uma atitude de latente revolta contra as administrações”. Isso era tão arraigado que em 1890, em encontro de Bispos, alguns meses após a Proclamação da República brasileira, o regime republicano foi apoiado pelos eclesiásticos, apesar de condenaram a separação definitiva entre Igreja e Estado; mas os eclesiásticos participantes do encontro fizeram questão de deixar documentado sua ridicularização dos antigos Ministros de Estado que impuseram uma série de deveres e constrangimentos às suas atividades, efeitos do padroado que afirmava, na prática, a

²¹⁶⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 83-4.

²¹⁶⁷ HOLANDA, Raízes..., p. 84.

supremacia absoluta do poder temporal sobre o religioso, uma proteção que abafava a atividade religiosa luso-americana. Portanto, na formação da sociedade que se estabeleceu na América portuguesa, a influência da Igreja e das virtudes da religião cristã, devem ser consideradas tendo em vista o fato dos clérigos e leigos estarem subordinados indiscriminadamente ao poder caprichoso e despótico da Coroa portuguesa e seus descendentes.²¹⁶⁸

Aquele que pensa que o Estado é uma ampliação do círculo familiar, ou mesmo integração de certos agrupamentos sociais, agrupamento gradativo e evolutivamente contínuo de vontades individuais, comete um engano; entre o círculo familiar e o Estado o que existe efetivamente é uma descontinuidade e até mesmo uma oposição, mas jamais uma contínua e linear gradação, uma evolução linear que vai da família ao Estado. Ambas instituições são singulares e pertencem a ordens e naturezas diferenciadas; seria mais correto dizer que o Estado nasce da transgressão da ordem doméstica e familiar, onde o indivíduo “se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável” diante das leis estatais. Assim, rigorosamente, é possível asseverar – entre outros – que a criação do Estado é “um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo e não uma depuração sucessiva, uma espiritualização de formas mais naturais e rudimentares, uma procissão das hipóstases (...). A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência”.²¹⁶⁹

Dentre muitas leituras da obra *Antígona* de Sófocles,²¹⁷⁰ talvez ninguém tenha exprimido com mais intensidade a oposição e incompatibilidade fundamental entre os dois princípios sociais. “Creonte encarna a noção abstrata, impessoal da Cidade em luta contra essa

²¹⁶⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 84-5.

²¹⁶⁹ HOLANDA, Raízes..., p. 101.

²¹⁷⁰ Sófocles (entre 496 a 494 a.C.-406 a.C.), poeta trágico e escritor grego. Amigo de Péricles e Heródoto, cidadão completo, obteve, durante sua carreira excepcional, mais de 20 vitórias em concursos dramáticos. De sua obra, apenas sete tragédias, entre mais de uma centena – estima-se que seja em número de 123 tragédias –, e um drama satírico, do qual só restam longos fragmentos, *Os cães de caça*, chegaram até nós. *Ajax* (445 a.C.), *Trachiniai* (445? a.C.), *Antígona* (442 a.C.), *Édipo Rei* (425 a.C.), *Electra* (415 a.C.) *Filotecto* (409 a.C.), *Édipo em Colona* (401 a.C.). Deu à tragédia sua configuração definitiva: elevando de 12 para 15 o número de integrantes do coro, acrescentou um terceiro ator – que conferiu maior complexidade à trama e à construção da personagem – e substituiu a trilogia unida pela trilogia livre, onde cada drama formava um todo. Em Sófocles a ação da tragédia é levada a termo pela vontade e pelas paixões do herói, indivíduo excepcional que, em luta contra um destino que o oprime, continua livre. O comportamento de suas personagens em relação aos deuses apresenta profunda ambivalência. Sófocles retrata personagens humanas envolvidas em dilemas cruéis, freqüentemente antecipados pelos oráculos. Na tragédia *Antígona*, a heroína defende o direito de enterrar seu irmão, conforme as leis não escritas do direito natural, contra as leis do Estado e das sociedades humanas, representadas pela ordem do Rei, proibindo de enterrar o irmão da heroína. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 2 e 22; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.

realidade concreta e tangível que é a família. Antígona, sepultando Polinice contra as ordenações do Estado, atrai sobre si a cólera do irmão, que não age em nome de sua vontade pessoal, mas da suposta vontade geral dos cidadãos, da pátria”. Trata-se de um conflito de todas as épocas e ainda sempre presente nos dias presentes, bem especificado naquelas culturas onde uma lei geral deve suplantar uma lei particular – ordem moral – e põe em jogo a própria estrutura da sociedade nas crises que emergem desse conflito. Estudar essas crises – ou a ausências delas – é fundamental para compreender a história social de determinada cultura.²¹⁷¹

Assim, por exemplo, analisar o regime de trabalho das velhas corporações e grêmios de artesãos com o regime de salários das empresas modernas, contribui para melhor entender os problemas sociais atuais da atividade laboral. Se nas velhas corporações os mestres, aprendizes e jornaleiros formavam uma única família, dentro de uma hierarquia natural e partilhando em comum os mesmos confortos e dificuldades, foi a partir do moderno sistema industrial que, através da diferenciação entre empregadores e empregados, e também das funções de cada qual e entre cada qual – e com a exploração do trabalho do empregado, através do regime de trabalho e salários, pelo capitalista –, que eliminou a atmosfera de intimidade e cooperativismo que reinava entre os atores dos processos de produção e manufatura que envolve os ofícios industriais, estimulando a criação e o antagonismo de classes.²¹⁷²

A relação humana desaparece no moderno sistema de trabalho, onde o empregado é transformado num simples número sob o olhar e ponto de vista do empregador. Com a produção em larga escala, a necessidade de organização de grandes massas de trabalhadores, os novos mecanismos administrativos e econômicos voltados para garantir rendimentos e retornos vultosos para os detentores do capital, acentua-se e exacerba-se a distinção e separação das classes produtoras, tornando sem importância o destino e vida dos trabalhadores manuais por parte da classe dirigente, tirando de si, desta forma, a responsabilidade pessoal por aqueles que garantem a produção industrial e de serviços através de seu esforço pessoal. Se antigamente mestre e aprendiz trabalhavam na mesma sala, compartilhavam em comum o mesmo instrumento de ofício, criando vínculos pessoais diretos e afetivos, dentro da corporação moderna isso se extingue através da criação de autoridades intermediárias impessoais, onde entre o acionista e o trabalhador manual cria-se uma rede de

²¹⁷¹ HOLANDA, Raízes..., p. 101-2.

²¹⁷² HOLANDA, Raízes..., p. 102.

instâncias e hierarquias que tira a possibilidade de qualquer tipo de vínculo de solidariedade e responsabilidade entre um e outro.²¹⁷³

Para se ter uma pálida idéia do que se passou em terras luso-americanas, na crise que se desenvolveu na passagem da abolição de uma velha ordem social familiar por outra, a comparação analógica com a crise da transição do trabalho desenvolvido nas velhas corporações para o trabalho industrial é um referencial importante, e ajuda a visualizar e esclarecer melhor as conseqüências sociais resultantes. De fato, uma ordem social fundada numa ordem familiar é baseada em laços de afeto e de sangue – vínculos pessoais e diretos – a regular todo o funcionamento da sociedade, e substituí-la por outra onde as instituições e relações sociais sejam agora baseadas em princípios abstratos e impessoais, implica em modificar práticas e mentalidades antigas – todo um sentido de vida e senso prático naturalizado –, a fim de adequar-se aos novos tempos e às novas condições de vida. Se as famílias tradicionais, mais reacionárias aos novos princípios, vinculam a educação dos filhos e centram sua própria existência em torno de si mesmos, obedecendo ao velho ideal de viverem fechados em seu próprio círculo doméstico, as novas condições de vida impõe para a educação familiar outro papel, qual seja, a de iniciação preparatória – propedêutica – para a vida na sociedade, a vida prática fora da família, separando o indivíduo das virtudes domésticas e libertando-o das consideradas antigas “virtudes” familiares, seguindo rumos diferentes daqueles preconizados pelos antigos métodos de educação.²¹⁷⁴

Em novos tempos, até mesmo a obediências, pilar dentro de uma visão conservadora de educação, toma outro sentido e entendimento, devendo ser estimulada na medida em que permite à criança e ao jovem adotar razoavelmente opiniões e regras formuladas por adultos com experiência nos terrenos sociais onde ela ingressará, e assim preparar-se para desobedecer aos pais naquilo que ela apreenda e reconheça como falíveis as previsões dos progenitores, adquirindo progressivamente, assim, a individualidade, como fundamento justo das relações familiares. Tal educação é oposta daquela onde os pais dominam os jovens em suas escolhas nos mais diferentes aspectos de sua vivência e formação pessoal e social, tornando-os incompetentes social e individualmente. Nesse processo, observa-se que pais de mentes estreitas e mesmo os considerados atilados e inteligentes acabam cometendo o mesmo pecado educacional. Por isso, em sociedades que se encontrem fundadas arraigadamente na família – especialmente a família patriarcal –, torna-se uma luta inglória, cheia de restrições e precariedades, estabelecer um combate contra as forças sociais que são contra a formação e

²¹⁷³ HOLANDA, Raízes..., p. 102.

²¹⁷⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 102-3.

evolução das sociedades, segundo conceitos mais modernos. “A crise de adaptação dos indivíduos ao mecanismo social é, assim, especialmente sensível no nosso tempo devido ao decisivo triunfo de certas virtudes *antifamiliares* por excelência, como o são, sem dúvida, aquelas que repousam no espírito de iniciativa pessoal e na concorrência entre cidadãos”.²¹⁷⁵

Durante a época do Império, na América portuguesa, era manifesto as conseqüências que os vínculos familiares excessivamente estreitos e opressivos haviam imposto à vida dos indivíduos, limitando sua conduta e comportamento ulterior. Mas esses padrões de conduta inconvenientes para a vida pública, impostos desde cedo no círculo familiar, tinham meios de serem corrigidos; nesse sentido, os estabelecimentos de ensino superior, em especial, os de ensino jurídico fundados em 1827, em São Paulo e Olinda, deram sua contribuição para atenuar o problema, formando gentes públicas capazes, na medida em que retiravam esses adolescentes estudantes do meio provincial e rural, fazendo-os – bem ou mal – passarem a viver por si, libertando-os progressivamente do círculo caseiro e através, também, dos conhecimentos que eram ministrados nas Faculdades. Assim, a personalidade social inicial do estudante, moldada dentro do recinto doméstico, dentro de tradições muito particulares, recebia um outro tratamento nos estabelecimentos de ensino, ajustando-se a novas situações e novas relações sociais, implicando inescapavelmente, ao cabo, “na necessidade de uma revisão, por vezes radical, dos interesses, atividades, valores, sentimentos, atitudes e crenças adquiridos no convívio da família”.²¹⁷⁶

Na medida que se afastavam do convívio mais próximo dos pais, é que os jovens adquiriam novos brios e alcançavam um senso de responsabilidade que lhes era vedado pela lógica natural de funcionamento do círculo familiar. Entretanto, é forçoso reconhecer que as novas experiências nem sempre conseguiam apagar os vínculos domésticos, aquela “mentalidade criada ao contato de um meio patriarcal, tão oposto às exigências de uma sociedade de homens livres e de inclinação cada vez mais igualitária”. Não sem razão já foi dito por uma figura proeminente da história política do Império “que ‘em nossa política e em nossa sociedade (...), são os órfãos, os abandonados, que vencem a luta, sobem e governam’”.²¹⁷⁷

A crítica dirigida contra a tendência de alguns Estados, voltados para criação de vasto aparelhamento de seguro e previdência social, é que isso acarretaria nas pessoas impedimento para a plena manifestação de sua ação individual, bem como o prejuízo que isso acarretaria na

²¹⁷⁵ HOLANDA, Raízes..., p. 103-4.

²¹⁷⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 104.

²¹⁷⁷ HOLANDA, Raízes..., p. 104, e nota de rodapé n. 155.

competição entre as pessoas, evidentemente que isso só é válido para uma época que se instituiu pela primeira vez na história “a concorrência entre os cidadãos, com todas as suas conseqüências, em valor social positivo”. De forma análoga, a crítica dirigida aos espaços familiares excessivamente estreitos e exigentes, diminuindo acentuadamente o horizonte intelectual da criança criada nesse meio, somente é válida para os dias atuais – ou seja, conforme os valores cultivados atualmente –, podendo criar pessoas inadaptadas e até mesmo psicopatas; o fato concreto é que essa crítica somente é válida se datada para os tempos atuais, não podendo ser assim considerada para o passado, pois em “outras épocas, tudo contribuía para a maior harmonia e maior coincidência entre as virtudes que se forma e se exigem no recesso do lar e as que asseguram a prosperidade social e a rodem entre os cidadãos”. Se havia razões para que o poder simbólicos dos castigos corporais, e o terror da vara, vigessem no passado, produzindo os efeitos deles esperados, então com razão há motivos também para que em tempos atuais o diálogo e comparações de feitos aprováveis e reprováveis de uma pessoa com outra, ou da própria pessoa em si, tem sua razão e eficácia simbólica de ser. Na América portuguesa, desde tempos remotos, imperou o tipo primitivo de família patriarcal, cujo desenvolvimento da urbanização – com o dos meios de comunicação –, atraindo para as cidades vastas áreas rurais, acabou produzindo um desequilíbrio social, “cujos efeitos permanecem vivos até hoje”.²¹⁷⁸

Não deveria ser fácil para os “detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente [– família patriarcal –], compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privados e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário ‘patrimonial’ do puro burocrata, conforme a definição de Max Weber”. Para o funcionário patrimonial a gestão política, a seu encargo, é antes de tudo um assunto de interesse particular, privado, de economia pessoal; “as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário”. Um Estado com verdadeiros funcionários burocráticos, as funções, empregos e benefícios são interesse objetivos, voltados para o fim público do cargo ou função ocupados pelo funcionário, onde “prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos”. Num Estado patrimonial, a escolha das pessoas que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que merecem os candidatos, e muito menos de acordo com suas capacidades próprias. “Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão

²¹⁷⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 105.

das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático, quanto mais caracterizados estejam os dois tipos”.²¹⁷⁹

Na América portuguesa, a regra generalíssima é de um sistema administrativo público e corpo de funcionários totalmente dedicados aos interesses pessoais, vale dizer, patrimoniais. Ao longo da história, o que predomina são as vontades particulares “que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera, por excelência dos chamados ‘contatos primários’, dos laços de sangue e do coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas”.²¹⁸⁰

Dentro desse contexto, se há um tipo de ser humano que se produziu e reproduziu em terras luso-americanas, contribuição dela para a civilização, é o do ser humano cordial, vale dizer, a da sociedade cordial, uma espécie de “capital sentimento” do ser humano aqui nascido, tudo indica único no mundo.²¹⁸¹ Manifesta-se concretamente tal característica na forma da lhanza no trato, na hospitalidade, na generosidade, enfim, virtudes essas sempre elogiadas pelos estrangeiros que visitam essas terras e que representam um traço definido no caráter das gentes aqui nascidas. Trata-se de um comportamento ancestral, influência “dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal”. As virtudes assinaladas são muito mais que regras formais de boas maneiras e de civilidade,²¹⁸² em realidade são “antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”; assim sendo, o povo estabelecido na América portuguesa é antes de tudo

²¹⁷⁹ HOLANDA, Raízes..., p. 105-6.

²¹⁸⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 106.

²¹⁸¹ Sérgio Buarque de Holanda faz questão de explicar que essa cordialidade assinalada trata-se de algo substancial no ser humano nascido na América portuguesa, e não se confunde com aspectos formais ou de convencionalismo social, bem como não se confunde com juízos éticos e apologias. A cordialidade é aquela nascida sinceramente no coração da pessoa, emergindo, assim, da esfera do íntimo, do particular, do privado. In: HOLANDA, Raízes..., p. 106, nota de rodapé n. 157.

²¹⁸² Na formal civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças. Assim, entre os costumes do povo japonês, é sabido que a – regra da – polidez envolve os aspectos mais ordinários do convívio social, chegando a ponto de confundir-se, algumas vezes, com uma reverência já de caráter religiosa. De modo diferente, já houve quem percebesse o fato significativo de que as formas exteriores de veneração à divindade, no ritual xintoísta, não diferem essencialmente das maneiras sociais de demonstrar respeito. In: HOLANDA, Raízes..., p. 107.

avesso à noção ritualista da vida, ou de padrões formalmente regrados para serem seguidos e respeitados ritualisticamente em vários aspectos de sua existência cotidiana em sociedade.²¹⁸³

A forma ordinária de convívio social dos luso-americanos é contrária da formal polidez e sua civilidade – que exige, para ser bem sucedida, uma personalidade fortemente equilibrada e homogênea –; evidentemente que a manifestação da cordialidade pode levar a uma confusão entre ela e a polidez, uma vez que a atitude polida consiste “precisamente de uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no ‘homem cordial’: é a forma material e viva que se converteu em fórmula”. Ademais, a polidez é um modo de defesa pessoal ante a sociedade, uma vez que detém-se “na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções. Por meio de semelhante padronização das formas exteriores da cordialidade, que não precisam ser legítimas para se manifestarem, revela-se um decisivo triunfo do espírito sobre a vida. Armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social. E, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo”.²¹⁸⁴

“No ‘homem cordial’, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que (...) [nas gentes nascidas na luso-américa] – como bom americano – tende a ser o que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. Foi esse tipo de humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: ‘Vosso mau amor de vós mesmos vos faz do isolamento um cativoiro’”. A versão do luso-americano ao ritualismo social se manifesta claramente na sua dificuldade em reverenciar prolongadamente um superior; não que estejam ausentes nessa cultura fórmulas de reverência e de bom grado e tratamento, mas – e isso é significativo – somente na medida em que “não suprimam de todo a possibilidade de convívio mais familiar. A manifestação normal de respeito em outros povos tem aqui sua réplica, em regra geral, no desejo de estabelecer intimidade”. No caso luso-americano isso é muito particular, singular e específico, uma vez que os portugueses, tão próximos dessa cultura, possuem outra conduta, ou seja, demonstram seu apego formal aos títulos e sinais de reverência.²¹⁸⁵

²¹⁸³ HOLANDA, Raízes..., p. 106-7.

²¹⁸⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 107-8.

²¹⁸⁵ HOLANDA, Raízes..., p. 108. Grifos em itálico nossos.

No plano da lingüística esse modo de ser reflete-se na inclinação acentuada para o emprego dos diminutivos; a “terminação ‘inho’, aposta às palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. É a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também de aproximá-los do coração”.²¹⁸⁶ É sabido que os portugueses zombam dos abusos cometidos em terras luso-americanas desse apego aos diminutivos, abusos ridículos, tanto quanto é para aqueles nascidos nessas terras americanas, a pieguice lusitana, lacrimosa e amarga, que tanto caracteriza sua cultura. Outro aspecto que se destaca, nessa ordem peculiar de manifestações culturais, é a tendência para se omitir o nome da família no tratamento social, prevalecendo – como regra geral – o nome de batismo, o nome individual nos tratamentos.²¹⁸⁷ Essa é uma herança cultural tipicamente portuguesa, tradição cultural com velhas raízes mas que se acentuou na América portuguesa. É plausível conceber que esse fato se deve à sugestão de que o simples uso do prenome extirpa psicologicamente as barreiras sociais “determinadas pelo fato de existirem famílias diferentes e independentes uma das outras”, e também corresponderia a uma atitude natural de grupos humanos que decidem de bom grado viver a disciplina da simpatia e concórdia, tendo como fundamento as comunidades de sangue – parentesco –, de lugar – vizinhança –, ou de espírito – amizade –, e ao mesmo tempo repelindo a disciplina do raciocínio abstrato.²¹⁸⁸

Assim, a marca dominante da forma de convívio que se estabeleceu em terras luso-americanas é aquela ditada por uma ética de fundo emotivo, aspecto da vida das gentes aqui estabelecidas que dificilmente um estrangeiro consegue compreender em sua inteireza e profundidade. E tal característica comportamental social é tão forte, que mesmo nos negócios ou atividades que são marcadas pela impessoal concorrência, ela ainda vai estar presente,

²¹⁸⁶ Sérgio Buarque de Holanda aponta que o mesmo apego aos diminutivos foi percebido pelos folcloristas, gramáticos e dialetólogos em terras da língua espanhola, tanto na América quanto em várias regiões da própria Espanha. Diante desse quadro de abusos dos diminutivos em regiões e povos tão distantes entre si, é mais correto considerar que tais abusos sejam uma marca regional, uma tipologia cultural lingüística específica em oposição ou contraposição a uma linguagem geralmente adotada. De fato, já foi estudado que os diminutivos revelaram-se mais freqüentes nos campos do que nas cidades, um traço marcante da fala rural. Essas formas lingüísticas denunciam um caráter cultural, uma forma socialmente plasmada de comportamento nas relações coloquiais, que é a reiterada manifestação do tom amistoso em quem fala e sua petição – expectativa natural – de reciprocidade. Os ambientes rurais e dialetais que criaram e cultivam essas maneiras sociais costumam ser avessos aos tipos de relações interpessoais mais disciplinadas nas cidades ou das classes cultas, porque os julgam mais convencionais e mais insinceros e inexpressivos que os seus. Diferentemente, na América portuguesa, esse traço lingüístico marcante se preserva mesmo nos meios atingidos pela urbanização progressiva, e essa sua presença pode denotar uma lembrança que não se apaga – dentre tantos outros – dos estilos de convivência humana plasmados no meio rural e patriarcal, cuja marca o cosmopolitismo de nossos dias ainda não conseguiu apagar. É um traço nítido de distinção da atitude cordial ele ser indiferente ou oposto às regras formais de civilidade e urbanidade. In: HOLANDA, Raízes..., p. 108, nota de rodapé n. 159.

²¹⁸⁷ Foi a partir do século XII que os nomes de família passam a predominar na Europa cristã. In: HOLANDA, Raízes..., p. 109.

²¹⁸⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 108-9, e nota de rodapé n. 160.

obrigando a que o estrangeiro, tanto na América portuguesa quanto na América espanhola, para conquistar um freguês, tivesse que fazê-lo antes um amigo. E desse destino não escapava inclusive a própria religião católica, cujos membros comportavam-se em relação ao tratamento dos santos de uma forma que beirava uma intimidade quase desrespeitosa, conduta essa estranha às almas verdadeiramente devotas e religiosas. Os motivos que impeliam a esse comportamento tão franco e próximo dos símbolos religiosos, quase desrespeitosos, eram os mesmos, vale dizer, tinham um fundo comum com essa maneira comportamental da busca da cordialidade.²¹⁸⁹

Assim, a popularidade nas terras luso-americanas, da santa francesa Santa Teresa de Lisieux – Santa Teresinha – seria resultante do caráter intimista que pode alcançar seu culto, “culto amável e quase fraterno, que se acomoda mal às cerimônias [– ritualísticas formais –] e suprime distância “. O próprio Jesus, para as crianças, deixa de ser o Jesus dos evangelhos canônicos, para tornar-se seu companheiro de brinquedo, e dentro da livre manifestação popular, há até “a história do Cristo que desce do altar para sambar com o povo”. Essa forma mais intimista de culto já tinha registro na Península Ibérica na própria Europa medieval, na medida da “decadência da religião palaciana, superindividual, em que a vontade comum se manifesta na edificação dos grandiosos monumentos góticos”; é na medida em que esse período de decadência é superado, que emerge um sentimento religioso mais humano e singelo. “Cada casa quer ter sua capela própria, onde os moradores se ajoelham ante um padroeiro o protetor. Cristo, Nossa Senhora e os santos já não aparecem como entes privilegiados e eximidos de qualquer sentimento humano. Todos, fidalgos e plebeus, querem estar em intimidade com as sagradas escrituras e o próprio Deus é um amigo familiar, doméstico e próximo – o oposto do ‘Deus’ palaciano, a quem o cavaleiro, de joelhos, vai prestar sua homenagem, como a um senhor feudal”.²¹⁹⁰

Dentro do horror às distâncias, como traço característico do espírito das gentes luso-americanas, essa atitude perante o religioso é conforme esse espírito; se perante as gentes japonesas o ritualismo acaba invadindo o terreno da conduta social para imprimir-lhe mais rigor, o contrário sucede em terras luso-americanas, onde o rigorismo do rito acaba se afrouxando e se humanizando. Evidentemente que essa aversão ao rigor dos ritos é contrário ao sentimento religioso verdadeiramente profundo e consciente, pelo menos quando o rigor do rito revela-se condição para que o elemento espiritual seja menos supersticioso, menos acessível à influência popular, bem como à imaginação e aos corações. Na América

²¹⁸⁹ HOLANDA, Raízes..., p. 109-10.

²¹⁹⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 110.

portuguesa vingou um tipo de culto sem obrigação e sem rigor, de caráter mais intimista e familiar – senão “democrático” –, “um culto que dispensava no fiel todo esforço, toda diligência, toda tirania sobre si mesmo, o que corrompeu, pela base, nosso sentimento religioso”. Corrobora essa interpretação o fato de que durante o Império, numa famosa questão eclesiástica que reverberou por todo país, o bispo de Olinda – D. Vital de Oliveira – se obstinou em não abandonar seu excesso de zelo para com o ritual religioso, uma intransigência que foi classificada como imperdoável e criminosa, inclusive pelos que se consideravam como mais sinceros católicos.²¹⁹¹

“A uma religiosidade de superfície, menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias do que ao colorido e à pompa exterior, quase carnal em seu apego ao concreto e em sua rancorosa incompreensão de toda verdadeira espiritualidade; transigente, por isso mesmo que pronta a acordos, ninguém pediria, certamente, que se elevasse a produzir qualquer moral social poderosa”. Tal religiosidade acabava se perdendo e se confundindo num mundo político-social ainda sem forma – ou em formação – e acabavam não impondo sua ordem espiritual às gentes desse mundo. Extrapolado, é possível deduzir que nenhuma elaboração política seria possível senão fora da Igreja, “fora de um culto que só apelava para os sentimentos e os sentidos e quase nunca para a razão e a vontade”. Não à toa que a República foi feita pelos positivistas ou agnósticos, e a Independência fosse obra de maçons – sendo que foi pública e notória a sua entrega à maçonaria pelo primeiro Imperador do Brasil.²¹⁹²

Sempre foi visível a pouca devoção à Igreja pelas gentes luso-americanas, inclusive pelas mulheres; desde os anos quinhentos que os estrangeiros e cronistas apontavam a pouca devoção e a pouca frequência de ida das mulheres aos afazeres religiosos. Crônica datada de 1822 relata a pouca atenção dos fiéis aos serviços religiosos, não havendo a compenetração ao espírito das solenidades, todos se comportando como se fosse uma festa, conversando entre si durante a solenidade, externando como que uma espécie de fardo, uma obrigação que se cumpre por simples hábito; apesar das ruas estarem apinhadas de gentes nessas ocasiões, não se revela nas gentes o menor sinal de fervor religioso. Nesse ambiente, muito pouco se poderia esperar como uma verdadeira devoção que, para tingir as almas, deveria antes atingir os olhos e os ouvidos; somente um fervoroso poderia se entregar a um estímulo e encontrar um lugar para um culto mais espiritual, em meio a celebrações que eram normalmente tidas por gloriosas, pomposas e esplendorosas, com muito ruído, mixórdia, jovialidade e ostentação. Não sem sentido que, ainda no século XIX, visitante anotava que dificilmente se

²¹⁹¹ HOLANDA, Raízes..., p. 110-1.

²¹⁹² HOLANDA, Raízes..., p. 111.

poderia implantar em terras luso-americanas formas mais rigorosas de culto, culpando o clima dos trópicos para a “degenerescência” das gentes mais fortes, austeras, metódicas e severas, sejam protestantes ou puritanos.²¹⁹³

Assim, a exaltação dos valores cordiais e a preferência pelas formas exteriorizadas, concretas e sensíveis, da religião, “encontraram entre nós um terreno de eleição e acomodaram-se bem a outros aspectos típicos de nosso comportamento social. Em particular a nossa aversão ao ritualismo é explicável, até certo ponto, nesta ‘terra remissa e algo melancólica’, de que falavam os primeiros observadores europeus, por isto que, no fundo, o ritualismo não nos é necessário. Normalmente nossa reação ao meio em que vivemos não é uma reação de defesa. A vida íntima (...) [das gentes aqui nascidas] nem é bastante coesa, nem bastante disciplinada, para envolver e dominar toda a sua personalidade, integrando-a, como peça consciente, no conjunto social. *Ele é livre, pois, para se abandonar a todo o repertório de idéias, gestos e formas que encontre em seu caminho, assimilando-os freqüentemente sem maiores dificuldades*”.²¹⁹⁴

As gentes luso-americanas não são caracterizadas – não têm por apreciável – por uma aptidão para o social. Relutam em aceitar um princípio superindividual de organização, sendo que o culto religioso somente passa ser aceitável quando ele se torna mais humano e terreno; de fato, a formação social dessa gente é marcada por “um apego singular aos valores da personalidade configurada pelo recinto doméstico”. Assim sendo, cada “indivíduo (...) afirma-se ante os seus semelhantes indiferente à lei geral, onde esta lei contrarie sua afinidades emotivas, e atento apenas ao que o distingue dos demais, do resto do mundo”. De fato, raramente essa pessoa se aplica de corpo e alma a um objeto exterior e ele mesmo, e quando isso ocorre “é por simples gesto de retirada, descompasso e sem controle, jamais regulados por livre iniciativa. (...) [Tal pessoa é avessa] a atividades morosas e monótonas, desde a criação estética até as artes servis, em que o sujeito se submeta deliberadamente a um mundo distante dele: a personalidade individual dificilmente suporta ser comandada por um sistema exigente e disciplinador”.²¹⁹⁵

Nesse sentido, não é incomum entre as gentes luso-americanas que se presume intelectuais, “*a facilidade com que se alimentam, ao mesmo tempo, de doutrinas dos mais variados matizes e com que sustentam, simultaneamente, as convicções mais díspares. Basta*

²¹⁹³ HOLANDA, Raízes..., p. 111-2.

²¹⁹⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 112. Grifos em itálico nossos.

²¹⁹⁵ HOLANDA, Raízes..., p. 113.

que tais doutrinas e convicções se possam impor à imaginação por uma roupagem vistosa: palavras bonitas ou argumentos sedutores. A contradição que porventura possa existir entre elas parece-lhes tão pouco chocante, que alguns se alarmariam e se revoltariam sinceramente quando não achássemos legítima sua capacidade de aceitá-las com o mesmo entusiasmo. Não há, talvez, nenhum exagero em dizer-se que quase todos os nossos homens de grande talento são um pouco dessa espécie”.²¹⁹⁶

Se em outros povos as atividades profissionais de cada qual adquirem um acento quase religioso, em terras luso-americanas as atividades profissionais ou laborais são um mero acidente na vida das pessoas, nele busca alcançar-se apenas a própria satisfação, enfim, um fim em si mesmo e não na obra realizada. Foi Max Weber quem retratou influências morais e intelectuais para a ocorrência de determinados fenômenos sociais, em especial a formação da mentalidade capitalista. Ele ressaltou que os povos protestantes vieram a ser portadores de uma ética do trabalho que contrasta marcadamente com o das nações com predomínio católico. Nas nações católicas, segundo o sociólogo alemão, falta acompanhar às palavras que indicam atividade profissional esse timbre quase religioso que lhe corresponde, por exemplo, no povo alemão. A moral protestante e puritana entende a atividade laboral profissional como vocação; o trabalho, para eles, é uma disciplina ascética – disciplina imposta por Deus e que deve ser rigorosamente cumprida e executada fiel e pontualmente, como deveres seculares –, muito mais do que uma imposição da natureza ou um castigo divino. O fim do trabalho não é os meios econômicos que podem ser abandonados, satisfeitas as exigências físicas, mas um fim espiritual, “pois somente nele a alma pode estar sã, e que deve ser executado como dever moral, ainda quando tenha cessado de ser uma necessidade material”. “O verdadeiro cristão há de confinar-se ao círculo dos seus negócios e fugir a toda ociosidade, porque os que são pródigos com o tempo desdenham a própria alma. Há de preferir a ação à contemplação, que é uma espécie de indulgência para consigo mesmo. O rico não tem maiores escusas para deixar de trabalhar do que o pobre, embora deva empregar sua riqueza em alguma ocupação útil à coletividade. A cobiça é perigosa para a alma; mais perigosa, porém, é a preguiça. O luxo, a ostentação, o prazer irrestrito, não tem cabimento na conduta de um cristão. Até mesmo a devoção excessiva aos amigos e parentes há de ser evitada, por ocupar, muitas vezes, o lugar que se deve consagrar ao amor de Deus. ‘Em suma, a vida cristã deve ser sistemática e organizada: produto de uma vontade férrea e de uma inteligência fria’”.²¹⁹⁷

²¹⁹⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 113. Grifos em itálico nossos.

²¹⁹⁷ HOLANDA, Raízes..., p. 114, e nota de rodapé n. 167.

Não sem sentido, ainda em tempos atuais, é possível identificar em terras luso-americanas médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, professores, funcionários, que não se limitem a ser gentes de sua profissão exclusivamente. De fato, desde a independência, é possível identificar um mesmo fenômeno social, qual seja, que ninguém segue o curso natural da carreira iniciada, “mas cada qual almeja alcançar aos saltos os altos postos e cargos rendosos: e não raro o conseguem”; nos piores momentos dessa prática, ocupar cinco ou seis cargos ao mesmo tempo e não exercer nenhum era muito comum. Por isso, também era comum centenas de novos bacharéis ser diplomados todos os anos pelos cursos superiores de diferentes academias, mas que só excepcionalmente os conhecimentos recebidos seriam usados na vida prática. Ressalte-se que a inclinação geral para as profissões liberais não é um fenômeno exclusivo luso-americano; os próprios EUA foram uma terra infestada de bacharéis nos anos que se seguiram depois da guerra da sua independência, uma verdadeira terra de advogados, como aqui se procedeu.²¹⁹⁸

Comum a toda América, fatores de ordem social e econômico contribuíram para o prestígio das profissões liberais – não se pode olvidar que a formação social luso-americana é marcadamente colonial e agrário, sendo que a brusca transição da vida rural para a vida urbana favoreceu o prestígio e busca das profissões liberais –, mas é sintomático que esse prestígio já era presente e tradicional na história de Portugal; nesse país, uma carta de bacharel valia “tanto como uma carta de recomendação nas pretensões a altos cargos públicos”, valendo todos esforços, lícitos e ilícitos, para obter tal diploma. Vício do bacharelismo, cujas reminiscências ainda perduram, é a exaltação da personalidade individual como valor próprio, superior às contingências, que acompanha aquele que detém um diploma de bacharel; o título de doutor conferia dignidade e importância ao indivíduo, permitindo ele “atravessar a existência com discreta compostura e, em alguns casos, (...) libertá-lo da necessidade de uma caça incessante aos bens materiais, que subjuga e humilha a personalidade”. O certo é que muitos perseguem o diploma de bacharel com esperança recôndida de que se possa reproduzir uma época que não existe mais, uma vez que o ambiente social atual não permite que tal situação de privilégio se mantenha cabalmente.²¹⁹⁹

O fato é que a origem da sedução pelas carreiras liberais está ligada diretamente e estreitamente com o apego quase exclusivo das gentes luso-americanas aos valores da personalidade. Isso é tão forte que ainda sobrevive num ambiente de vida material que dificilmente o comporta; a ânsia geral é pelo emprego que garanta os meios de vida

²¹⁹⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 114-6, e notas de rodapé ns. 168 e 169.

²¹⁹⁹ HOLANDA, Raízes..., p. 116.

definitivos, “que dão segurança e estabilidade, exigindo, ao mesmo tempo, um mínimo de esforço pessoal, de aplicação e sujeição da personalidade, como sucede tão frequentemente com certos empregos públicos” – sinecuras e nepotismos. “Um amor pronunciado pelas formas fixas e pelas leis genéricas, que circunscrevem a realidade complexa e difícil dentro do âmbito dos nossos desejos, é dos aspectos mais constantes e significativos do caráter (...) [das gentes luso-americanas]. Essas construções de inteligência representam um repouso para a imaginação, comparável à exigência de regularidade a que o compasso musical convida o corpo do dançarino. O prestígio da palavra escrita, da frase lapidar, do pensamento inflexível, o horror ao vago, ao hesitante, ao fluido, que obrigam à colaboração, ao esforço e, por conseguinte, a certa dependência e mesmo abdicação da personalidade têm determinado assiduamente nossa formação espiritual. *Tudo quanto dispense qualquer trabalho mental aturado e fatigante, as idéias claras, lúcidas, definitivas, que favorecem uma espécie de atonia da inteligência, parecem-nos constituir a verdadeira essência da sabedoria*”.²²⁰⁰

O positivismo teve sucesso nas Américas portuguesa e espanhola. É possível compreender tal sucesso dentro do que a filosofia positivista simplificava – ou estabelecia como uma camisa de força – na busca de verdades científica, enfim, um certo repouso que permitia ao espírito definições irresistíveis e imperativas, conforme estabelecido no sistema de Auguste Comte. Para os positivistas, “a grandeza, a importância desse sistema prende-se exatamente à sua capacidade de resistir à fluidez e à mobilidade da vida. É realmente edificante a certeza que punham aqueles homens no triunfo final das novas idéias. O mundo acabaria *irrevogavelmente* por aceitá-las, só porque eram racionais, só porque a sua perfeição não podia ser posta em dúvida e se impunha obrigatoriamente a todos os homens de boa vontade e de bom senso. Nada haveria de deter e muito menos de anular o ascendente fatal de uma nova espiritualidade reclamada pelo conjunto das necessidades humanas. O mobiliário científico e intelectual que o Mestre legou à Humanidade bastaria para que se atendesse em todos os tempos e em todas as terras a semelhantes necessidades. *E nossa história, nossa tradição, eram recriadas de acordo com esses princípios inflexíveis*”. O resultado concreto da aplicação desse ideário positivista em terras luso-americanas foi conforme historicamente se registrou a aplicação de idéias e concepções teóricas estrangeiras em terras americanas, mais próximas de um tremendo mal entendido – sofreram adaptações incertas e muito restritas ou selecionadas. Assim, “em suas construções políticas, os positivistas imaginavam candidamente respeitar nosso ‘estado preexistente’, nossa feição própria, nosso antecedentes

²²⁰⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 116-7. Grifos em itálico nossos.

especiais. E assim, por exemplo, em um documento datado de Homero 102, isto é, quando contávamos dois meses de vida republicana, propunham que se subdividisse o país em duas sortes de Estados: ‘os Estados Ocidentais Brasileiros, sistematicamente confederados e que provêm da fusão do elemento europeu com o elemento africano e o elemento americano aborígene’ e os ‘Estados Americanos Brasileiros, empiricamente confederados, constituídos por hordas fetichistas esparsas pelo território de toda República; a federação deles limitar-se-ia à manutenção das relações amistosas hoje reconhecidas como um dever entre nações distintas e simpáticas, por um lado; e por outro lado em garantir-lhe a proteção do Governo Federal contra qualquer violência, etc.’”²²⁰¹

Sérgio Buarque de Holanda, com muita argúcia, indaga se essa confiança quase cega no poder milagroso das idéias dos positivistas – e de outros que lhe seguiram ou antecederam – não embutiria o secreto horror dessas pessoas à realidade luso-americana. De fato, os positivistas aqui sempre foram essencialmente negadores; não eram positivos em nenhum sentido que a essa palavra atribuiu Auguste Comte. “Viveram narcotizados por uma crença obstinada na verdade de seus princípios e pela certeza de que o futuro os julgaria, e aos seus contemporâneos, segundo a conduta que adotassem, individual e coletivamente, com relação a tais princípios. Essas convicções defendiam-nos do resto do país, no recesso dos gabinetes, pois foram, todos eles, grandes ledores. E o resto acabaria *fatalmente* – o advérbio que figura com mais insistência em seus escritos – por vir a eles, por aceitar seus ensinamentos, por acatar suas verdades. Em certo instante chegaram a formar a aristocracia do pensamento (...) [das gentes luso-americanas], a nossa *intelligentzia*. Foram conselheiros prediletos de alguns governantes e tiveram papel parecido com o daqueles famosos *científicos* de que gostava de cercar-se o ditador Porfírio Diaz”²²⁰²

O que sucedeu é que esse instinto fundamentalmente negador, impediu a possibilidade dessas gentes intelectuais de se inspirarem em qualquer sentido construtivo – inédito e original –, enfim, positivo, voltado para a boa edificação dos negócios públicos locais. “As virtudes que ostentavam – probidade, sinceridade, desinteresse pessoal – não eram forças com que lutassem contra políticos – mais ativos e menos escrupulosos”. O próprio Benjamim Constant Botelho de Magalhães,²²⁰³ tido com fundador da República em terras luso-

²²⁰¹ HOLANDA, Raízes..., p. 117-8. Grifos em itálico no original. Grifo sublinhado nosso.

²²⁰² HOLANDA, Raízes..., p. 118. Grifos em itálico no original.

²²⁰³ Benjamim Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), militar, engenheiro e político brasileiro. Aluno da Escola Militar em 1852, alferes em 1856. Participou da Guerra do Paraguai como capitão-engenheiro nos trabalhos de fortificação do acampamento de Tuiuti. Exerceu o magistério em vários estabelecimentos de ensino, inclusive na Academia Militar, onde pôde desenvolver seu pensamento positivista. Foi um dos chefes do movimento republicano, tendo sido considerado uma das figuras mais proeminentes dos primórdios da

americanas, jamais votou, senão no último ano da Monarquia, e isso porque havia um interesse pessoal em unicamente ajudar um amigo da família que se candidatava a um cargo no Senado. Dizia-se que costumava ter verdadeira ojeriza e repugnância pela política em prática no país, se recusando mesmo a ler jornais, tamanha a aversão que lhe causava a coisa pública. Seja qual fosse o governante e a facção ideológica que o político pertencesse, o fato é que lhe era indiferente quem governasse, uma vez que ninguém de fato prestava para nada; desta forma, sua atitude destoava da predileção das gentes da época que possuíam alguma cultura e educação. Tal comportamento era escusado pelas próprias pessoas mais próximas que o cercavam, no sentido que “ele (...) [seria] um espírito superior, que não se ocupava com essas coisas pequeninas, e nem tempo tinha, porque pouco lhe sobrava para seus estudos sérios de matemáticas a que sempre se dedicou com ardor e paixão”.²²⁰⁴

Curioso notar que os positivistas apenas foram um tipo específico de gentes que prosperou muito em terras luso-americanas, tão logo ele tomou maior consciência de si como um país. Na difícil adolescência política e social de um país nascente, a crença já mágica no poder da idéias pareceu muito dignificante, mas que, em realidade, de todas as formas de evasão da realidade, foi considerada a mais elevada, nobre, honrada e distinta. *“Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias [– formais e tradicionais –] e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia (...) [na América portuguesa] foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns*

República. Como Ministro da Guerra do primeiro governo provisório republicano, remodelou o ensino militar no país. Assumindo a pasta da Instrução Pública, empreendeu a reforma do ensino primário, secundário, superior, técnico e artístico, em todo território nacional, sob influência das idéias de Auguste Comte. Atingiu o generalato, por aclamação, em 15 de janeiro de 1890. em 28 de janeiro do ano seguinte o Congresso Nacional, em homenagem póstuma, decidiu fazer figurar perpetuamente seu nome no *Almanaque Militar*, “de sorte a, moralmente, não ser preenchida sua vaga”. A Constituição de 1891 considera-o, nas disposições transitórias, “fundador da República”. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 7; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1.

²²⁰⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 118-9.

lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos”.²²⁰⁵

Na América portuguesa, os movimentos políticos que foram tidos por reformadores, mais precisamente aparentemente devem ser assim considerados; é sintomático que tais movimentos sempre partiram de cima para baixo, de inspiração intelectual tanto quanto sentimental. A independência, as conquistas liberais, a evolução política, tudo veio “quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade”. De fato, essas mudanças bruscas, intempestivas, não eram fruto e não originavam “de uma predisposição espiritual e emotiva particular, de uma concepção de vida bem definida e específica, que tivesse chegado à maturidade plena”. Esses verdadeiros idólatras de novas idéias – ideais perfeitas sem correspondência com os fatos e com a vida – se esqueceram, “com freqüência, de que as formas de vida nem sempre são expressões do arbítrio pessoal, [enfim, que na vida as coisas] não se ‘fazem’ ou ‘desfazem’ por decreto”.²²⁰⁶

Não sem sentido que, no dia da Proclamação da República em terras luso-americanas, documento de um dos mentores do novo regime exterioriza o flagrante imprevisto que representou a realização local da idéia republicana; apesar de toda propaganda e popularidade do novo regime, o documento ressalta que o governo, naquele momento, era puramente militar, pois a participação do elemento civil no movimento foi praticamente nula, asseverando que o “*povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava*”. No mesmo sentido, o liberalismo cultivado que precedeu a proclamação da Independência também foi obra de minorias exaltadas. A repercussão entre o povo, apesar do que está descrito nos livros de história, foi bem limitada. Cronista estrangeiro que visitava a colônia portuguesa na América anotou que “as agitações do liberalismo anterior a 12 de janeiro foram promovidas por europeus e que as revoluções das províncias partiram de algumas famílias ricas e poderosas”. A massa do povo ficou a tudo indiferente, apenas se questionando se não acabaria ela ter de suportar todos os ônus do feito.²²⁰⁷

Foi com a vinda da família real portuguesa à sua colônia americana – especificamente os acontecimentos que lhe seguiram –, em 1808, que a “persistência dos velhos padrões coloniais viu-se pela primeira vez seriamente ameaçada”. Alguns centros urbanos passaram a ficar cada vez mais cosmopolitas, abrindo horizontes e sugerindo novas ambições, ambições essas diferentes daquelas cultivadas pelos senhores agrários e que, com o correr do tempo,

²²⁰⁵ HOLANDA, Raízes..., p. 119. Grifos em itálico nossos.

²²⁰⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 119.

²²⁰⁷ HOLANDA, Raízes..., p. 119-20. Grifos em itálico nossos.

passaram a incomodar os antigos deleites, lazeres, privilégios e prazeres da vida rural, com sua supremacia fundada na tradição e na opinião. Com a independência da colônia e as crises da regência, outras exigências e outro estado de coisas se impuseram rapidamente, atingindo de surpresa essa classe rural hegemônica, sendo que muitos acabaram não se conformando com as mudanças necessárias. Fixa-se, então, na literatura e cultura, a distinção e distância cada vez maior de um certo elemento “consciente” das gentes locais e uma grande massa de populacho, separação essa que irá se evidenciar mais claramente na história “em todos os instantes supremos da vida nacional”.²²⁰⁸

“Nos livros, na imprensa, nos discursos, a realidade começa a ser, infalivelmente, a *dura*, a *triste* realidade. A transição do convívio das coisas elementares da natureza para existência mais regular e abstrata das cidades, deve ter estimulado, em nossos homens, uma crise subterrânea, voraz. Os melhores, os mais sensíveis, puseram-se a detestar francamente a vida, o ‘cárcere da vida’, para falar na linguagem do tempo”. O romantismo emergente em terras luso-americanas, por essa época, copiando europeus ou criando um indianismo de convenção – antecipado em quase todas as minúcias por outros autores estrangeiros –, apenas foi artificioso e insincero em certas particularidades locais. De fato, os românticos locais abandonaram o “convencionalismo clássico, tudo quanto pretendia fazer de nossa natureza tropical uma pobre e ridícula caricatura das paisagens arcádias”. Esse romantismo fixou sua preferência no pessoal e no instintivo, mas não descendo aos fundos obscuros da existência humana, contentando-se em ser apenas espontâneo nas suas manifestações artísticas e intelectuais, e, nesse sentido, não trouxe nada de verdadeiramente novo culturalmente: “o pessimismo, o morrer de amores, e até a sentimentalidade lacrimosa que ostenta, constituem traços característicos da tradição lírica que (...) veio da metrópole”. Diante do novo mundo e momento político, essa literatura e intelectualidade foram energias negadoras frente às demandas emergentes da vida da nova nação independente.²²⁰⁹

“Apenas, não nos devem iludir as aparências a ponto de nos fazerem ver, nos movimentos de depressão e de exaltação que oferece essa literatura romântica, muito mais do que uma superfecundação na vida (...) [luso-americana da época], não obstante a sinceridade fundamental dos seus representantes típicos. *Tornando possível a criação de um mundo fora do mundo, o amor às letras não tardou em instituir um derivativo cômodo para o horror à nossa realidade cotidiana. Não reagiu contra ela, de uma reação sã e fecunda, não tratou de corrigi-la ou dominá-la; esqueceu-a, simplesmente, ou detestou-a, provocando desencantos*

²²⁰⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 120.

²²⁰⁹ HOLANDA, Raízes..., p. 120-1. Grifos em itálico no original.

precoces e ilusões de maturidade. Machado de Assis foi a flor dessa planta de estufa. Todo o nosso pensamento dessa época revela a mesma fragilidade, a mesma inconsistência íntima, a mesma indiferença, no fundo, ao conjunto social; qualquer pretexto estético serve-lhe de conteúdo”, enfim, tratava-se de uma “nova linguagem (...) luxuriosa para dizer a mesma coisa. Nada de verdadeiro, tudo de belo, mais arte que ciência; mais cúpula que alicerce”.²²¹⁰

Essas gentes essencialmente de idéias, cuidando das coisas práticas ou mesmo legiferando, reproduziam o que liam, vale dizer, puras pessoas de palavras e livros, não saindo “de si mesmos, de seus sonhos e imaginações”, *fabricando uma realidade artificial e livresca, onde a vida verdadeira morria asfixiada. Tratava-se de uma verdadeira atitude de quem vivia desatento ao mundo real que habitava e, desta forma, simplesmente procurava recriar outro mundo mais dócil aos seus desejos e aspirações ou devaneios. Ao assim proceder, essa personalidade acabava não se rebaixando, não se sacrificando no contato com coisas mesquinhas e desprezíveis; como aquele que tem vergonha do próprio corpo, essas gentes acabavam esquecendo “ os fatos prosaicos que fazem a verdadeira trama da existência diária, para (...) [se dedicarem] a motivos [tidos como] mais nobilitantes: à palavra escrita, à retórica, à gramática, ao Direito formal*”.²²¹¹

Na América portuguesa acabou se cultivando um amor bizantino pelo livro, significando uma espécie de penhor de sabedoria e indício de superioridade mental, simbolicamente no mesmo nível de importância aparente demonstrado pelo anel de grau ou carta de bacharel. Esses símbolos concretos externam um valor apreciativo exagerado que as gentes luso-americanas acabaram depositando em exteriorizações e aparências que revelariam ou estariam jungidos imediatamente com conteúdos que necessariamente não correspondiam. Seria como se as idéias necessariamente devessem estar vinculadas assiduamente ao corpóreo e sensível – consensualmente definidos ou naturalizados como símbolos de idéias e inteligência – para serem tidas como acessíveis às pessoas; sem essa vinculação não haveria legitimidade para uma idéia ser recepcionada e veiculada no espaço social. D. Pedro II, em seu tempo, foi o protótipo perfeito da intelectualidade oficial, e era um devotado aos livros, a ponto de registros apontarem seu gosto pelos livros conforme se satisfazem os cinco sentidos humanos. Entretanto, ele não era uma figura ímpar da América portuguesa da segunda metade do século XIX, em verdade, era uma pessoa intelectual típica de seu tempo e de seu país, enfim, da cultura contemporânea de seu país; como os positivistas, amigos da página

²²¹⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 121. Grifos em itálico nossos.

²²¹¹ HOLANDA, Raízes..., p. 121-2. Grifos em itálico nossos.

impressa, aprendia a “recriar a realidade conforme seu gosto e arbítrio”, não havendo nada de insólito nessa atitude.²²¹²

D. Pedro II, com essa postura conservadora, foi, paradoxalmente, um dos pioneiros da transformação do grupo de influência da elite brasileira – substituição de um grupo de influência por outro –, onde uma “velha nobreza colonial, nobreza de senhores agrários – os nossos homens de solar – tende a ceder seu posto a esta outra, sobretudo citadina, que é a do talento e a das letras. Porque com o declínio do velho mundo rural e de seus representantes mais conspícuos essas novas elites, a aristocracia do ‘espírito’, estariam naturalmente indicadas para o lugar vago. Nenhuma congregação achava-se tão aparelhada para o mister de preservar, na medida do possível, o teor essencialmente aristocrático de nossa sociedade tradicional como a das pessoas de imaginação cultivada e de leituras francesas. A simples presença dessas qualidades, que se adquirem, em geral, numa infância e numa adolescência isentas de preocupações materiais imperiosas, bastava, quando mais não fosse, para denunciar uma estirpe de *beati possidentes*”.²²¹³

Outros traços se somam, para revelar o aspecto conservador e senhorial da intelectualidade luso-americana dessa época. Por exemplo, (I) a idéia fixa, verdadeiro lugar comum que ainda se preserva em dias atuais, de que presume-se o verdadeiro talento aquele que é “espontaneamente” e “naturalmente” revelado na pessoa, qualidade pessoal que vem de nascença ou de berço e que, portanto, nenhum outro tem ou que não pode se igualar a nenhum outro; enfim, um predicado que seria distintivo de uma verdadeira “nobreza” pessoal. Isso porque distingue-se essa qualidade pessoal daquele outro saber – conhecimento, destreza e inteligência – adquirido pelo esforço denodado próprio, pelo trabalho assíduo e através do estudo acurado, pois estas ações pessoais “assemelham-se, por sua monotonia e reiteração, aos ofícios vis que degradam o homem”. Outro traço característico dessa singular intelectualidade (II) era o seu comportamento de voluntário alheamento das circunstâncias do mundo, com “o caráter transcendente, inutilitário, de muitas das suas expressões mais típicas”; (III) havia também a tendência freqüente, apesar de que nem sempre de forma manifesta, da pessoa querer se distinguir com o seu saber, tendo nesse saber como um instrumento principal “capaz de elevar seu portador acima dos mortais. O móvel dos conhecimentos não é, no caso, tanto intelectual quanto social, e visa primeiramente ao enaltecimento e à dignificação daqueles que o cultivam. De onde, por vezes, certo tipo de erudição sobretudo formal e exterior, onde os apelidos raros, os epítetos supostamente

²²¹² HOLANDA, Raízes..., p. 122.

²²¹³ HOLANDA, Raízes..., p. 122-3.

científicos, as citações em língua estranha se destinam a deslumbrar o leitor como se fossem uma coleção de pedras brilhantes e preciosas”. Há também (IV) a prática de buscar e utilizar o prestígio de “determinadas teorias que trazem o endosso de nomes estrangeiros e difíceis”, e pelo simples fato de o trazerem, parece se enquadrar perfeitamente e estreitamente nessa postura meramente cosmética e superficial em relação ao saber e inteligência; (V) por fim, outro traço marcante dessa intelectualidade é elaborar uma concepção do mundo “que procura simplificar todas as coisas para colocá-las mais facilmente ao alcance de raciocínios preguiçosos” – portanto, deles mesmos –, pois um “mundo complicado requereria processos mentais laboriosos e minudentes, excluindo por conseguinte a sedução das palavras ou fórmulas de virtude quase sobrenatural e que tudo resolvem de um gesto, como as varas mágicas”.²²¹⁴

Talvez não seja sem sentido a profusão de pedagogos da prosperidade em terras luso-americanas que, apegando-se a certas soluções contidas em verdades parciais, acabam transformando-as em requisito obrigatório e único de todo progresso social – e econômico –, de tal forma que a aplicação, na prática, de uma idéia em si mesma, seria ao suficiente para promover um progresso cultural, social, econômico que catapultaria, em pouco tempo, o país e a nação entre os maiores e mais desenvolvidos do Planeta, mas se esquecendo esses arautos da solução final e definitiva, que certos pressupostos e princípios ideais que defendem não se relacionam – ou não têm nada a ver diretamente, pois uma coisa não implica diretamente em outras – com as conseqüência que anseiam vir acontecer; uma medida desacompanhada de outros elementos igualmente fundamentais, que a completem, é uma medida inócua, sem possibilidade de produzir todas as conseqüência que se espera dela. Tais apregoadores com tais idéias tratam-se, portanto, de portadores de tentativas de panacéias e indicam duas coisas ao mesmo tempo: (I) a reprodução, em épocas mais recentes, do mesmo vício histórico de raciocínio que caracteriza as gentes intelectuais luso-americanas; (II) a reprodução, em épocas mais recentes, da tentativa de disfarçar “um invencível desencanto em face das nossas condições reais”. “Variam os discursos de diapasão e de conteúdo, mas têm sempre o mesmo sentido e as mesmas secretas origens. Muitos dos que criticam (...) [a América portuguesa Imperial] por ter difundido uma espécie de *bovarismo* nacional,²²¹⁵ grotesco e sensaborão,

²²¹⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 123.

²²¹⁵ Bovarismo, do antropônimo bovary, de Emma Bovary, heroína do romance *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert. Quer significar a tendência de certos espíritos romanescos para emprestarem a si mesmos uma personalidade e/ou condição fictícia e desempenharem um papel que não combina com a realidade. Por extensão, também significa ilusões que alimentam a respeito de si mesmos os homens e os povos. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [].

esquecem-se de que o mal não diminuiu com o tempo; o que diminuiu, talvez, foi apenas nossa sensibilidade aos seus efeitos”.²²¹⁶

Na época da Proclamação da República luso-americana, a propaganda defendeu o novo regime, “um sistema mais acorde com as supostas aspirações da nacionalidade: o país ia viver finalmente por si, sem precisar exhibir, só na América, formas políticas caprichosas e antiquadas; na realidade, porém, foi ainda um incitamento negador que animou os propagandistas: o (...) país devia entrar em novo rumo, porque se ‘envergonhava’ de si mesmo, de sua realidade *biológica*. Aqueles que pugnaram por uma vida nova representavam, talvez, ainda mais do que seus antecessores, a idéia de que o país não pode crescer pelas suas próprias forças naturais; deve formar-se fora para dentro, deve merecer a aprovação dos *outros*”. A República, nesse sentido de idéias e comportamentos, foi pior que o Império; o Império foi mais solidário e lutador por um país.²²¹⁷

Na América portuguesa, pode-se dizer que a data da abolição da escravatura – 1888 – foi um marco, definindo o fim do predomínio agrário, conforme um modelo que foi implantado desde a época da colônia; a proclamação da república, que veio a seguir, procurou instituir um quadro político que fosse adequado e conveniente à nova composição de forças sociais dominantes, em substituição ao quadro político anterior. Entre um acontecimento e outro, entre um momento e outro – apanhando numerosos outros fatos –, pode-se afirmar que existe um elo secreto estabelecendo uma revolução lenta, segura e concertada, efetivamente a única que a história luso-americana tem conhecido ou tem possibilitado suceder nessas terras e em sua vida nacional. A revolução que se processa não é daquelas que se fazem com convulsões visíveis, exteriores, de superfície, e que mais facilmente podem ser compendiadas por historiadores. De fato, se for bem comparado, essa revolução subterrânea, poderosa e eficaz, coloca a maioria das agitações que sucederam durante o período republicano luso-americano – e aquelas similares ocorridas em terras hispano-americanas – como “simples desvios na trajetória da vida política legal dos Estados, comparáveis a essas antigas

²²¹⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 123-5.

²²¹⁷ HOLANDA, Raízes..., p. 125. No Império, o princípio do poder moderador, chave de toda organização política e aplicação da idéia de um poder neutro, definia a verdadeira posição do Chefe de Estado Constitucional; tal poder se corrompeu rapidamente, fruto da inexperiência do povo, e foi base para a monarquia tutelar que se praticou, nesse período, em terras luso-americanas, compreensível num sistema agrário patriarcal de predomínio. A divisão política deu-se entre dois partidos, aglutinando cada qual pessoas e famílias, mais do que idéias, satisfazendo esse momento histórico com sua necessidade fundamental de solidariedade e luta. O Parlamento, com sua função precípua a ser cumprida na vida nacional, dava uma imagem visível dessa solidariedade e luta. In: HOLANDA, Raízes..., p. 125.

‘revoluções palacianas’, tão familiares aos conhecedores da história europeia”. Os efeitos dessas agitações são fracos, sem produzir um abalo profundo na sociedade.²²¹⁸

Para Sérgio Buarque do Holanda a grande revolução em curso nas terras luso-americanas não é fato passível de ser registrado num único e preciso instante, pois trata-se de “um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século”. Como uma cadeia de montanhas, cujo conjunto não se reduz a uma ou outra montanha – ou uma seleção reduzida e limitada de algumas delas –, os pontos culminantes dessa lenta revolução estão associados a acidentes diversos, que permitem estabelecer um retrato mais honesto das mudanças em curso; se 1888 foi um momento talvez mais decisivo nessa lenta revolução, é porque o desenvolvimento nacional passou a se dar, a partir da Abolição, sem as resistências tradicionais contra um novo estado de coisas no plano político-social, representando essa data apenas o marco mais visível entre duas épocas – e que por si só não é explicativa do conjunto de transformações em curso no país, e que vem se processando desde longa data.²²¹⁹

Após a Abolição, é possível asseverar que estava melhor preparado o terreno para que os centros urbanos passassem a ser o centro de gravidade da vida sócio-político-institucional da América portuguesa, desbancando os domínios rurais, até então tradicionais detentores da posição. O movimento que existiu durante todo o Império, subvertendo as bases que assentavam a sociedade luso-americana ainda ressoa, atingindo agora as raízes ibéricas da cultura local – tentando aniquilá-la –, para inaugurar um estilo novo que seria denominado mais propriamente como “americano”, se não fosse de fato uma ilusão. Na América portuguesa, e em outros lugares do mundo, iberismo e agrarismo se confundem a tal ponto que, por exemplo, no “dia em que o mundo rural se achou desagregado e começou a ceder rapidamente à invasão impiedosa do mundo das cidades, entrou também a decair, para um e outro, todo o ciclo das influências ultramarinas específicas de que foram portadores os portugueses”. A cultura em terras luso-americanas é ainda largamente ibérica e lusitana, justamente devido à falta concreta do “americanismo”, “que se resume até agora, em grande parte, numa sorte de exacerbamento de manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra”.²²²⁰

De fato, foi somente com o declínio dos centros de produção agrária é que as cidades se hipertrofiaram e passam a dominar a vida do país, passando de uma situação anterior de complemento da vida e mundo rural, para uma situação de autonomia, independência e de

²²¹⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 126.

²²¹⁹ HOLANDA, Raízes..., p. 126-7.

²²²⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 127.

primazia na sociedade. Para que isso sucedesse foram necessários dois movimentos simultâneos e convergentes na história social luso-americana, quais sejam, (I) um movimento procurando dilatar a ação das comunidades urbanas na vida político-social do país e (II) outro movimento procurando restringir cada vez mais a influência dos centros rurais para, ao final, transformarem-se em simples fontes abastecedoras e colônias das cidades. Com a perda da resistência do agrarismo, como fim das condições que permitiram a formação de uma gente rural poderosa e de organizações não urbanas dotadas de economia autônoma, é que as comunidades urbanas puderam ser alavancadas de sua posição anterior de dominadas para agora de dominantes.²²²¹

Durante a primeira metade do século XIX, a diminuição da importância da lavoura do açúcar para a economia nacional coincidiu com o desaparecimento progressivo dessas formas sociais tradicionais agrárias e o definhamento de sua influência, sendo que a cultura do café emergia em importância e substituíra a do açúcar. Cronista da época relatou equivocadamente que a cultura do café foi mais democrática, ao não incentivar a estratificação da sociedade, mas, diferentemente, atuando no sentido de favorecer um maior nivelamento social; de fato, enquanto a lavoura cafeeira não alcançou uma posição preponderante na economia agrária local, era possível afirmar que ela era uma planta democrática, se comparado com a cana e com o algodão. “Seu cultivo (...) não exige tamanha extensão de terreno nem tamanho dispêndio de capitais; o parcelamento da propriedade e a redução dos latifúndios operam-se mais facilmente com sua difusão, tudo isso contribuindo para o bem geral”, segundo um relato da época. Entretanto, a verdade é que na província do Rio de Janeiro e na região do Vale do Paraíba – província de São Paulo –, “as fazendas de café seguiram quase sempre à risca os moldes tradicionais da lavoura açucareira, constituindo cada qual uma unidade tanto quanto possível suficiente”. Para formar e sustentar tais propriedades eram necessários vultosos capitais que poucos podiam ter acesso ou disponibilidade.²²²²

Foi no oeste da província de São Paulo, na década de 1840, que os cafezais adquiriram seu caráter próprio, “emancipando-se das formas de exploração agrária estereotipadas desde os tempos coloniais no modelo clássico da lavoura canavieira e do ‘engenho’ de açúcar”. Assim, a figura típica do senhor de engenho perde os traços característicos nas lavouras dos cafezais; esse novo agricultor é mais desprendido da terra e da tradição da rotina rural, pois a “terra de lavoura deixa de ser o seu pequeno mundo para se tornar unicamente seu meio de vida, sua fonte de renda e riqueza. A fazenda resiste com menos energia à influência urbana, e

²²²¹ HOLANDA, Raízes..., p. 128.

²²²² HOLANDA, Raízes..., p. 128.

muitos lavradores passam a residir permanentemente nas cidades. Decai rapidamente a indústria caseira e diminuem em muitos lugares as plantações de mantimentos, que garantiam outrora certa autonomia à propriedade rural”. Essa mudança trazida ou provocada pela lavoura do café no relacionamento campo-cidade, deve se somar o fato da extinção do tráfico negreiro e da conseqüente carência de mão-de-obra para o campo, uma vez que, apesar deste último fato, ele corresponde cronologicamente com a expansão da lavoura cafeeira em terras luso-americanas.²²²³

Na província do Rio de Janeiro, em torno de 1884, um escravo era obrigado a cuidar de cerca de 7.000 pés de café, sendo que anteriormente – antes das leis restritiva ao tráfico negreiro – era responsável por cerca de 4.500 a 5.000 pés de café, neste último caso, sobrando tempo e ficando obrigado a cuidar da conservação dos caminhos e das plantações de milho, feijão, mandioca, arroz e batata-doce. Como a cana, portanto, o café absorveu a maioria dos braços disponíveis e tornou-se a fonte de riqueza mais importante das regiões produtoras e também, cada vez mais, a única considerada dignificante à pessoa, em despreço às demais formas de trabalho e aquisição de riquezas. Por isso que a expressão “quitandeiro” era em demérito e desprezo dada aos lavradores que se dedicavam a plantar e vender os mantimentos básicos da alimentação humana da época, ainda que acabassem obtendo muito lucro no negócio. Da mesma forma que sucedeu na cultura da cana, em seu auge da produção e lucros, a perspectiva de grandes ganhos com o café cegava o fazendeiro, levando a ele cuidar apenas do único objetivo que lhe guiava, qual seja, “ampliar continuamente as plantações [de café], desprezando tudo quanto distraísse a mão-de-obra do principal objeto de seus cuidados”. Assim, sucedeu ocorrer conseqüências previsíveis, tanto para o campo quanto para cidade, ou seja, encarecimento dos gêneros alimentícios básicos, uma vez que a plantação do café somente permite a plantação junta de outras culturas alimentícias somente no seu início, quando a planta ainda está baixa; uma vez crescido, nada mais pode ser plantado junto, além da terra ficar, imediatamente depois do café, improdutiva para a cultura de gêneros alimentícios.²²²⁴

Sucedeu que essas novas circunstâncias campo-cidade alteraram um certo padrão histórico que colocava a cidade como dependente do campo. Com o desenvolvimento das linhas de comunicações – especialmente através das vias férreas –, aproximou-se cada vez mais as zonas produtoras de café com as cidades, e acabou sucedendo que os campos é que passaram a ser dependentes das cidades; os recursos e mantimentos que faltavam nos campos,

²²²³ HOLANDA, Raízes..., p. 129.

²²²⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 129-30.

devido a essa simplificação da produção, passaram a ser fornecidos pelas cidades, agora como centros distribuidores. Com o café, o domínio agrário paulatinamente deixa de ser uma baronia, “para se aproximar, em muitos dos seus aspectos, de um centro de exploração industrial”, e mais precisamente nesse sentido é que se poderia classificar o café como uma “planta democrática”. “O fazendeiro que se forma ao seu contato, torna-se, no fundo, um tipo citadino, mais do que rural, e um indivíduo para quem a propriedade agrícola constitui, em primeiro plano, meio de vida e só ocasionalmente local de residência ou recreio. As receitas de bem produzir não se herdam pela tradição e pelo convívio, através de gerações sucessivas, com as terras de plantio, mas são aprendidas, por vezes, nas escolas e nos livros”.²²²⁵

Quando veio a abolição da escravidão, os efeitos nas lavouras do café e do açúcar foram diferentes. A cultura do café, por essa interdependência com a cidade já estava preparada para a aceitação do regime de trabalho remunerado em seus campos – uma troca para garantir sua existência e sobrevivência –; o predomínio da cidade sobre o campo, no caso do café, foi rápido e abriu caminho para grandes transformações e de grandes proporções. A cultura do açúcar, diferentemente, centrada unicamente num universo fechado em si mesmo, recebeu como desastre a extinção do trabalho escravo. Nas províncias do norte luso-americano, com a baixa dos preços mundiais do açúcar, a catástrofe agrária a que estavam expostos já era anunciada; de fato, 13 de maio de 1888 apenas veio referendar um estado de coisas. Aqueles senhores, outrora gentes poderosas estavam agora com seus domínios desagregados e nada restava a eles senão se conformarem com as novas condições de vida, com os novos tempos. Os romances de José Lins do Rego²²²⁶ retratam esse período de decadência de uma era, através de episódios significativos que mostram a evolução

²²²⁵ HOLANDA, Raízes..., p. 130.

²²²⁶ José Lins do Rego Cavalcanti (1901-1975), escritor brasileiro, uma das maiores e mais destacadas figuras do romance regionalista nordestino. Formou-se em Direito no Recife, foi promotor em Minas Gerais e depois funcionário do Ministério da Fazenda. Fixou-se no rio de Janeiro em 1935, onde colaborou com a imprensa local e desenvolveu suas atividades literárias. Embora não pretendesse fazer literatura engajada, sua obra constitui um libelo contra todas as formas de opressão a que estava submetido a população do submundo urbano e rural de sua região natal. Sua visão do mundo nordestino é a de um memorialista que procura nas recordações da infância a inspiração para livros como *Menino do Engenho* (1932) e *Moleque Ricardo* (1935). O pano de fundo destes romances é a riqueza dos engenhos e das casas grandes da aristocracia decadente, em contraste com o primitivismo e a pobreza das senzalas, e, embora não denunciem claramente esta realidade, apresentam um testemunho engajado. Um dos principais representantes do neo-realismo no Brasil, desprezou o rigor formal, buscando uma linguagem viva e espontânea, que retrata com fidelidade o falar da gente do nordeste. Ele próprio dividiu sua obra em várias fases: a) ciclo da cana de açúcar, que retrata o fim da era dos engenhos e o advento das usinas: *Menino do Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Bangüê* (1934), *Moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936), e *Fogo Morto* (1943); b) ciclo do cangaço, misticismo e seca: *Pedra bonita* (1938), *Os cangaceiros* (1953); c) obras vinculadas aos dois ciclos anteriores: *Pureza* (1937) e *Riacho Doce* (1939); d) obras autônomas: *Água mãe* (1941), *Eurídice* (1947). Publicou ainda crônicas, memórias e ensaios. Foi membro da Academia Brasileira de Letras. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 20; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.

processada que levou à ruína os velhos hábitos patriarcais, mantidos, até a agonia, pela inércia, hábitos que o meio deixou de estimular e passou a condenar irremediavelmente. “O desaparecimento do velho engenho, engolido pela usina moderna, a queda de prestígio do antigo sistema agrário e a ascensão de um novo tipo de senhores de empresas concebidas à maneira de estabelecimentos industriais urbanos, indicam bem claramente em que rumo se faz essa evolução”.²²²⁷

Esses velhos proprietários rurais, outrora poderosos e influentes protagonistas da vida nacional, agora estavam prostrados e impotentes, não podendo mais intervir nas novas instituições. “A República, que não criou nenhum patriciado, mas apenas uma plutocracia, se assim se pode dizer, ignorou-os por completo. Daí o melancólico silêncio a que ficou reduzida a casta de homens que no tempo do Império dirigia e animava as instituições, assegurando ao conjunto nacional certa harmonia que nunca mais foi restaurada”. Com o fim da estrutura em que assentava o regime monárquico, desaparece para sempre, também, essa classe de gentes; a “urbanização contínua, progressiva, avassaladora, fenômeno social de que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar, destruiu esse esteio rural, que fazia a força do regime decaído sem lograr substituí-lo, até agora, por nada de novo”. E o mais trágico dessa situação e circunstância toda é que esse quadro – político – formado pela monarquia continuou a guardar seu prestígio, apesar de perdido sua razão de ser, mantendo-se artificialmente como pôde. O Estado acaba preservando “como relíquias respeitáveis algumas das formas exteriores do sistema tradicional, depois de desaparecida a base que as sustentava: uma periferia sem um centro. A maturidade precoce, o estranho requinte de nosso aparelhamento de Estado, é uma das conseqüências de tal situação”.²²²⁸

“O Estado, entre nós, não precisa e não deve ser despótico – o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio – mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude, ao mesmo tempo, se quiser *adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar a virtude suprema entre todas*. Ele ainda pode conquistar por esse meio uma força verdadeiramente assombrosa em todos os departamentos da vida nacional. Mas é indispensável que as peças de seu mecanismo funcionem com certa harmonia e garbo. O Império (...) realizou isso em grande parte. A auréola que ainda hoje cinge, apesar de tudo, para os nossos contemporâneos, resulta quase exclusivamente do fato de ter encarnado um pouco esse ideal”. Assim, não é incorreto afirmar que uma imagem de país, fixada como projeto e aspiração na consciência coletiva das gentes

²²²⁷ HOLANDA, Raízes..., p. 130-1.

²²²⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 131.

luso-americanas, está muito ligada a um espírito – visão de mundo – que foi formado durante a época imperial de sua história, portanto, ainda produzindo seus efeitos.²²²⁹

Um dos efeitos dessa visão política de Estado, herdada culturalmente, concepção de Estado figurada dentro de um certo ideal, válida para a vida nacional e com projeção maior na vida internacional é, ostensivamente ou não, “a idéia que de preferência formamos para nosso prestígio no estrangeiro (...) [como sendo] a de um gigante cheio de bonomia superior para com todas as nações do mundo. Aqui, principalmente, o segundo reinado antecipou, tanto quanto lhe foi possível, tal idéia, e sua política entre os países platinos dirigiu-se insistentemente nesse rumo. Queria impor-se apenas pela grandeza da imagem que criara para si, e só recorreu à guerra para se fazer respeitar, não por ambição de conquista. Se lhe sobrava, por vezes, certo espírito combativo, faltava-lhe espírito militar”; as guerras estrangeiras, como métodos políticos, tendiam a ser encaradas como importunas, quando não criminosas, como foi a Guerra do Paraguai, cujos voluntários que a ela acudiram o foram muito pouco por vontade própria.²²³⁰

O povo da América portuguesa – mais precisamente sua elite – não ambicionou o posto de país conquistador, procurando, notoriamente, escapar dos métodos das soluções violentas para os conflitos externos; a totalidade de seu povo talvez deva ser classificada como o mais brando e mais comportado do mundo. No plano das relações internacionais e na ordem nacional sempre procurou defender constantemente os princípios tidos como universais de moderação e de racionalidade, sendo exemplo o fato de ter sido uma das primeiras nações a abolir a pena de morte em sua legislação, mas na prática abolido ela há muito mais tempo. É notório seu afã para modelar sua conduta com outros povos conforme aquela praticada, ou parece ser seguida, pelos países mais cultos, para então se envaidecer por fazer parte de tão ótima companhia; enfim, tudo isso “são feições bem características do nosso aparelhamento político [e cultura], *que se empenha em desarmar todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional*”.²²³¹

Essas forças são para quebrar tudo que seja desarmônico no país – segundo critério de manutenção de uma harmonia que poucos se questionam sinceramente de onde eles têm origem e legitimidade para serem alçados à categoria de padrões assentes – trata-se, mais corretamente, de um comportamento anômalo, e como todo comportamento de tal qualidade, acaba provocando um desequilíbrio que não deixa de ser anotado por observadores da vida

²²²⁹ HOLANDA, Raízes..., p. 131-2.

²²³⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 132.

²²³¹ HOLANDA, Raízes..., p. 132. Grifos em itálico nossos.

nacional luso-americana. Um observador do início do século XX escreveu sobre o paradoxo de tal situação, uma vez que provocava a separação praticamente quase que completa da política com a vida nacional, enfim, um alheamento entre a realidade e a política, como se um não tivesse nada a ver com outro, impedindo qualquer tipo de impulso e fomento de um surto social robusto e progressivo, importante para o desenvolvimento político-social do país. Diferentemente, ou ao revés, criou-se “uma classe artificial, verdadeira superfetação, ingênua e francamente estranha a todos os interesses, onde, *quase sempre com a maior boa-fé*, o brilho das fórmulas e o calor das imagens não passam de pretextos para as lutas de conquista e a conservação das posições”.²²³²

Diante dessa realidade, sempre surge o pensamento acerca da necessidade de mudar, mas mudar para quê? Não ocorre aos reformadores ou reformuladores que eles também são objeto principal das mudanças que desejam processar, uma vez que estão inconscientemente impregnados dos mesmos vícios que querem sejam mudados; a boa-fé independe da ideologia professada por cada um e todos estão imbuídos de boa-fé. Nesse contexto é interessante analisar as duas saídas que têm sido ressaltadas para reformar sócio-politicamente o país, ambas igualmente superficiais e enganadoras. (I) “A experiência já tem mostrado largamente como a pura e simples substituição dos detentores do poder público é um remédio aleatório, quando não precedida e até certo ponto determinada por transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade”. (II) “Outro remédio, só aparentemente mais plausível, está em pretender-se compassar os acontecimentos segundo sistemas, leis ou regulamentos de virtude provada, em acreditar que a letra morta pode influir por si só e de modo enérgico sobre o destino de um povo. A rigidez, a impermeabilidade, a perfeita homogeneidade da legislação parecem-nos constituir o único requisito obrigatório de uma ordem social. Não conhecemos outro recurso”.²²³³

De fato, apresenta-se verdadeiramente invencível e insuperável, uma espécie de lugar-comum assentado, a idéia de que “são as leis escritas, fabricadas pelos jurisconsultos, as mais legítimas garantias de felicidade para os povos e de estabilidade para as nações”; não ocorre a essas pessoas que crêem em tal idéia-força que não há correspondência como verdade que “os bons regulamentos e a obediência aos preceitos abstratos representam a floração ideal de uma apurada educação política, da alfabetização, da aquisição de hábitos civilizados e de outras condições igualmente excelentes”. Se assim fosse absolutamente, como explicar os ingleses que, sem constituição escrita, e regendo-se por um conjunto de leis anacrônico e confuso,

²²³² HOLANDA, Raízes..., p. 132-3. Grifos em itálico nossos.

²²³³ HOLANDA, Raízes..., p. 133.

pudessem revelar uma capacidade de disciplina espontânea sem comparação com nenhum outro povo? Se a necessidade da boa ordem entre as pessoas e a estabilidade do conjunto social tornaram necessária a criação de preceitos obrigatórios e sanções legais eficazes, é preciso não olvidar que a racionalização da vida, através da fabricação de normas abstratas, fruto de raciocínios abstratos, foram antes de tudo conveniências da vida – uma resposta diretamente vinculada ao contexto social e as demandas que dele emergem –, conveniências importantes que prevaleceram. Mas o “racionalismo excedeu os seus limites (...) quando, ao erigir em regra suprema os conceitos assim arquitetados [raciocínios abstratos], separou-os irremediavelmente da vida e criou com eles um sistema lógico, homogêneo, a-histórico”. É necessário não esquecer que para viver também é preciso uma dose de abstração da vida, através da faculdade intelectual e racional do ser humano, mas não a ponto de chegar ao nível do absolutismo da razão, que tanto pode pretender destituir a vida de todo elemento puramente racional – privilegiando apenas os sentidos humanos –, quanto impor raciocínios abstratos separados da vida e dos contextos e circunstâncias históricas e humanas.²²³⁴

Na América portuguesa, políticos e demagogos incidiram nesse erro, qual seja, chamarem “atenção freqüentemente para as plataformas, os programas, as instituições, como únicas realidades verdadeiramente dignas de respeito. Acreditam sinceramente que da sabedoria e sobretudo da coerência das leis depende diretamente a perfeição dos povos e dos governos. Foi essa crença, inspirada em parte pelos ideais da Revolução Francesa, que presidiu toda história das nações ibero-americanas desde que se fizeram independentes. Emancipando-se da tutela das metrópoles européias, cuidaram elas em adotar, como base de suas cartas políticas, os princípios que se achavam então na ordem do dia. As palavras mágicas de Liberdade, Igualdade e Fraternidade sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiraram foram antes de aparato do que de substância. Ainda assim, enganados por essas exterioridades, não hesitamos, muitas vezes, em tentar levar às suas conseqüências radicais alguns daqueles princípios. Não é, pois, de estranhas, se o ponto extremo de impersonalismo democrático fosse encontrar seu terreno de eleição em um país sul-americano. O Uruguai battlista²²³⁵ pretendeu, enquanto existiu, realizar, ao menos em teoria, a conseqüência lógica do ideal democrático moderno, ou seja, o mecanismo do Estado funcionando tanto quanto

²²³⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 133-4.

²²³⁵ José Batlle y Ordóñez (1856-1929), político uruguaio. Duas vezes presidente da República (1903 a 1907, e 1911 a 1915), exerceu o governo de forma democrática e introduziu na legislação grandes reformas de caráter social. Instituiu o salário-mínimo para o campo e para a cidade, a lei de aposentadoria para os trabalhadores, a proteção aos filhos naturais, a separação entre a Igreja e o Estado etc. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 3.

possível automaticamente e os desmandos dos maus governos não podendo afetar senão de modo superficial esse funcionamento”.²²³⁶

Do lado oposto à despersonalização democrática, tem-se o fenômeno do caudilhismo latino americano,²²³⁷ que “muitas vezes se encontra no mesmo círculo de idéias a que pertencem os princípios do liberalismo”. Tratar-se-ia de forma negativa, da tese liberal, e seu aparecimento é compreensível se for lembrado que a história sempre deu exemplos de movimentos sociais que continham o germe da própria negação, e negação que se faz necessariamente dentro do mesmo âmbito, ou espectro de uma mesma idéia ou ideologia. Muitos ditadores latino-americanos negaram o liberalismo, mesmo inconscientemente, e acabaram se enquadrando, em seus feitos e opções políticas, dentro do que previa o corpo doutrinário do fascismo europeu. Sérgio Buarque de Holanda entende que a superação da doutrina democrática na América Latina somente será possível uma vez vencida a antítese liberalismo-caudilhismo que marca as opções das sociedades locais, e tal vitória somente ocorrerá uma vez liquidados os fundamentos personalistas e, mesmo que não pareça, aristocráticos onde a vida social ainda assenta. Se o processo revolucionário está em curso, o seu significado é a dissolução lenta e irrevogável dos elementos arcaicos que, no caso da América portuguesa, o estatuto de país independente ainda não conseguiu extirpar. “em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar”.²²³⁸

Tudo indica que, na América portuguesa, a forma visível dessa revolução não será a das convulsões catastróficas, que procuram num golpe só, e conforme um modelo novo de pensamento pré-estabelecido, transformar valores longamente estabelecidos e assentados comodamente. Admite Sérgio Buarque de Holanda a possibilidade “que algumas das suas fases culminantes já tenham sido ultrapassadas, sem que possamos avaliar desde já sua importância transcendente. Estaríamos vivendo assim entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz”. Nesse sentido, no último quartel do século XIX, um naturalista norte-americano afirmava que a América do Sul necessitava de uma revolução, mas não de uma revolução horizontal, “simples remoinho de contendas políticas, que servem para atropelar algumas centenas ou milhares de pessoas menos afortunadas”, mas uma boa e

²²³⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 134.

²²³⁷ Caudilhismo é a designação dada a processos, sistema ou modos de caudilho, sendo este a figura do chefe militar; do mandachuva, do homem importante ou influente, figurão, mandarim, cabeça, líder, chefe político no interior. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [].

²²³⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 134-5.

honesto revolução vertical, “que trouxesse à tona elementos mais vigorosos, destruindo para sempre os velhos e incapazes”. Tal revolução deveria vir placidamente, e tendo como ponto final “a amalgamação, não o expurgo, das camadas superiores; camadas que, com todas as suas faltas e os seus defeitos, ainda contam com homens de bem”. Especificamente para a América portuguesa, o naturalista asseverou que seu povo sofria os erros do passado e aqueles cometidos por si mesmos; que a sociedade achava-se mal formada desde suas raízes e que o isolamento das classes mais cultas do resto do país era por desventura e não por culpa própria; finalmente, que as classes sociais mais baixas, apesar de serem sujos, ignorantes e grosseiros, têm boa têmpera dada pelo trabalho, sendo que a pobreza acabava defendendo-os, de algum modo, contra os maus costumes, e que fisicamente eram melhores do que as classes mais elevadas locais, sendo que mentalmente também seriam se lhes fossem favoráveis as circunstâncias”.²²³⁹

Acontecimentos políticos nos primeiros decênios do século XX, em vários países da América Latina, indicariam essa revolução e as mudanças em curso, revelando serem acontecimentos para além de puramente circunstancial e meramente local. Não há dúvidas que se erguerão obstinadas resistências dos adeptos do passado a qualquer tipo de mudança, não só em forma sentimental e mística, limitada ao campo literário, mas, principalmente, diretamente, em formas de expressão social, voltada – e capaz – para restringir ou comprometer qualquer transformação social profunda. “Uma reação dessa ordem encontraria apoio firme em certa mentalidade criada pelas condições especiais de nosso desenvolvimento histórico, e que o próprio espírito legístico dos nossos políticos do segundo reinado e da primeira República não conseguiu modificar: quando muito manteve-se à margem dos fatos, exacerbando mesmo, pelo contraste, as forças que queria neutralizar. Tal mentalidade, dentro ou fora do sistema liberal, exige que, por trás do edifício do Estado, existam pessoas de carne e osso. As Constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias são fenômeno corrente em toda história da América do Sul. é em vão que os políticos imaginam interessar-se mais pelos princípios do que pelos homens: seus próprios atos representam o desmentido flagrante dessa pretensão”.²²⁴⁰

Na época do Império, havia um ditado elaborado por um corajoso e arguto cronista da época, que revelava a verdade básica – por todos sabida – acerca da regra fundamental de funcionamento dos dois grandes partidos políticos que existiam na monarquia,

²²³⁹ HOLANDA, Raízes..., p. 135-6.

²²⁴⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 136-7.

especificamente, a semelhança fundamental que existia entre os dois: “Nada há mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder”, era o ditado. De fato, nada os distinguia, a não ser os rótulos, apenas bandeiras de combate – meras exteriorizações cosméticas. Esse fenômeno não era exclusivo luso-americano, pois em terras hispano-americanas não era incomum encontrar um caudilho que, contrário ao movimento unitarista político em seu território, paradoxalmente defendia a sujeição das províncias e interesses das aduanas ao seu comando; procurando, na prática, preservar-se numa posição ditatorial e despótica, contraditoriamente bradava como lema – e brandia como bandeira – a federação e a liberdade. Se federação era tida sinônimo de centralismo, ou se era tida como sinônimo de descentralização, isso não importava, o que valia realmente é que seria concebível conforme a vontade e interesse do caudilho de plantão.²²⁴¹

“Na tão malsinada primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva revela-se nitidamente o predomínio do elemento emotivo sobre o racional. Por mais que se julgue achar o contrário, *a verdadeira solidariedade só se pode sustentar realmente nos círculos restritos* e a nossa predileção, confessada ou não, pelas pessoas e interesses concretos não encontra alimento muito substancial nos ideais teóricos ou mesmo nos interesses econômicos em que se há de apoiar um grande partido. *Assim, a ausência de verdadeiros partidos não é entre nós, como há quem o supunha singelamente, a causa de nossa inadaptação a um regime legitimamente democrático, mas antes um sintoma dessa inadaptação.* A confusão é fácil e freqüente; o relatório Simon acerca da constituição indiana de 1930, via no fato de não se formarem na Índia partidos regulares um dos empecilhos à democratização do país. *A verdade é que, como nossa aparente adesão a todos os formalismos denuncia apenas uma ausência de forma espontânea, assim também a nossa confiança na excelência das formas teóricas mostra simplesmente que somos um povo pouco especulativo.* Podemos organizar campanhas, formar facções, armar motins, se preciso for, em torno de uma idéia nobre. *Ninguém ignora, porém, que o aparente triunfo de um princípio jamais significou (...) [em terras luso-americanas] – como no resto da América Latina – mais do que o triunfo de um personalismo sobre o outro*”.²²⁴²

Na vida política da América Latina o personalismo é uma constante sempre presente, podendo ser, em muitos casos, uma força positiva – evidentemente dentro do contexto evolutivo histórico-cultural-social-político dos povos locais – e, junto como personalismo, ao seu lado, os lemas da democracia liberal, nessa cultura política, acabam parecendo “conceitos

²²⁴¹ HOLANDA, Raízes..., p. 137.

²²⁴² HOLANDA, Raízes..., p. 137-8. Grifos em itálico nossos.

puramente ornamentais ou declamatórios, sem raízes fundas na realidade”. Como regra geral, nos países latino-americanos onde o personalismo – “ou a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo” – alcançou eliminar, extinguir ou suprimir as resistências liberais a ele, conseguiu implementar uma forma de estabilidade política aparente, mas que – tudo indica – realisticamente não seria possível de outro modo; de fato, excepcionalmente na história passada de alguns países do continente, a opção era ou a anarquia ou um poder acentuadamente oligárquico, sendo que este último conseguiu se passar como um dos mais estáveis, venturosos e afortunados para os povos desses países.²²⁴³

“A existência de tais situações, em verdade excepcionais, chega a fazer esquecer que os regimes discricionários, em mãos de dirigentes ‘providenciais’ e irresponsáveis, representam, no melhor caso, um disfarce grosseiro, não uma alternativa para a anarquia. A idéia de uma espécie de entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e presidindo os seus destinos, é dificilmente inteligível para os povos da América Latina. É freqüente imaginarmos prezar os princípios democráticos e liberais quando, em realidade, lutamos por um personalismo ou contra outro”. É analisando o mecanismo – complicado e intrincado – político e eleitoral do país que é possível enxergar o quanto se deseja encobrir, esconder, dissimular, disfarçar ou ocultar tal fato; somente quando as leis favorecedoras e acolhedoras do personalismo estão “resguardadas por uma tradição respeitável ou não foram postas em dúvida, ele aparece livre de disfarces. É notório que, no tempo da (...) monarquia [luso-americana], os jornais e o povo criticavam com muito mais aspereza a Câmara dos Deputados, eleita pelo povo, do que o Senado, cujos membros eram escolhidos pelo Imperador”.²²⁴⁴

É possível ponderar e contrabalançar um sentido absoluto de incompatibilidade dos luso-americanos com os ideais democráticos considerando algumas zonas de confluência e simpatia entre esses ideais e certos fenômenos específicos da formação nacional na América portuguesa. Nesse sentido é plausível citar três fatores significativos: “1. a repulsa dos povos americanos, descendente dos colonizadores e da população indígena, por toda hierarquia racional, por qualquer composição da sociedade que se tornasse obstáculo grave à autonomia do indivíduo; 2. a impossibilidade de uma resistência eficaz a certas influências novas (por exemplo, do primado da vida urbana, do cosmopolitismo), que, pelo menos até recentemente, forma aliadas naturais das idéias democrático-liberais; 3. as relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor”. Também é preciso considerar que se os ideais da Revolução

²²⁴³ HOLANDA, Raízes..., p. 138.

²²⁴⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 138.

Francesa teve adeptos, apoio e aceitação geral em terras luso-americanas, tudo indica que é porque havia uma atitude intelectual presente e subjacente a esses ideais, que não era estranha ao temperamento das gentes locais e que veio mesmo a se casar a índole e natureza dessas gentes. “A noção da bondade natural combina-se singularmente com o nosso já assinalado ‘cordialismo’. A tese de uma humanidade má por natureza e de um combate de todos contra todos há de parecer-nos, ao contrário, extremamente antipática e incômoda. E é aqui que nosso ‘homem cordial’ encontraria uma possibilidade de articulação entre seus sentimentos e as construções dogmáticas da democracia liberal”.²²⁴⁵

É na medida em que o observador não se prenda à exterioridade da vida social, cultural e política luso-americana, mas passe a inquirir as estruturas profundas que governam essa vida nacional – as formas subjacentes poderosas que estão a determiná-la – é que verificará até onde vai essa simpatia e coincidência aparente de ideais entre os dois mundos – o revolucionário francês e o cultural luso-americano – para concluir que a aproximação se limita à coincidência acima apontada, ou seja, de um lado um pensamento ideal, ponto de partida para construção de um sistema político, de outro, um sentimento que vê nesse pensamento ideal como adequado a um tipo de pensamento, atitude e índole que lhe identifica consciente ou inconscientemente. Não há dúvida que, “no liberalismo, a idéia da bondade natural do homem é simples argumento; seria ilusório supor que tal convicção repouse em alguma simpatia particular pelo gênero humano, considerado no conjunto ou em cada um dos seus indivíduos. Trata-se de uma teoria essencialmente neutra [– entende-se aqui no sentido equivalente aos conceitos abertos da ciência jurídica –], despida de emotividade e que se enquadra facilmente em fórmulas”.²²⁴⁶

De qualquer forma, o ideal liberal-democrático, se for analisado mais precisamente dentro do marco cultural que erigiu a índole, sentimento e comportamento do povo luso-americano, acaba por revelar ainda mais a aparente coincidência do que a real adequação. “Todo o pensamento liberal-democrático pode resumir-se na frase célebre de Bentham:²²⁴⁷ ‘A

²²⁴⁵ HOLANDA, Raízes..., p. 138-9.

²²⁴⁶ HOLANDA, Raízes..., p. 139.

²²⁴⁷ Jeremy Bentham (1748-1832), moralista e legislador britânico. Dedicou-se a descrever uma arquitetura imaginária da estrutura social, principalmente a hierarquia institucional de uma prisão – *Panóptico* (1787). Foi conhecido principalmente pela sua moral, que repousa no princípio da utilidade, o cálculo do prazer em relação à pena; esta relação é o fundamento do sistema econômico e social ideal – *Ciência da moral* (1834). Bentham preocupou-se também com penalologia – *Tratado das penas e das recompensas* (1811). Como economista escreveu *Defesa da usura*, onde apóia a idéias de Adam Smith a favor da liberdade de iniciativa econômica do indivíduo. Em outra obra *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*, expôs a doutrina utilitarista, que o tornou célebre e segundo a qual apenas o egoísmo e a busca da felicidade motivam a conduta humana. Por isso, o governo deve harmonizar os interesses, garantindo a maior satisfação possível ao maior número de pessoas. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 4.

maior felicidade para o maior número'. Não é difícil perceber que essa idéia está em contraste direto com qualquer forma de convívio humano baseado em valores cordiais. Todo afeto entre os homens funda-se forçosamente em preferências. Amar alguém é amá-lo mais do que a outros. Há aqui uma unilateralidade que entre em franca oposição com o ponto de vista jurídico e neutro [– no sentido de inerte, passivo –] em que se baseia o liberalismo. A benevolência democrática é comparável nisto à polidez [– exteriorização formal de uma civilidade, dentro de um plano impessoal –], resulta de um comportamento social que procura orientar-se pelo equilíbrio dos egoísmos. O ideal humanitário que na melhor das hipóteses ela predica é paradoxalmente impessoal; sustenta-se na idéia de que o maior grau de amor está por força do amor ao maior número de homens, subordinando, assim, a qualidade à quantidade. É claro que um amor humano sujeito à asfixia e à morte fora de seu círculo restrito, não pode servir de cimento a nenhuma organização humana concebida em escala mais ampla. Com a simples cordialidade não se criam os bons princípios [sociais impessoais]. *É necessário algum elemento normativo sólido, inato na alma do povo, ou mesmo implantado pela tirania, para que possa haver cristalização social. A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas ilusões da mitologia liberal, que a história está longe de confirmar. É certo que a presença de tais ilusões, não constitui em si argumento contra o liberalismo e que existem outros remédios, além da tirania, para a consolidação e estabilização de um conjunto social e nacional*".²²⁴⁸

Na América portuguesa, o domínio da aplicação prática de certos princípios e fórmulas políticas teve um rumo muito singular. Os pioneiros locais, tanto da Independência quanto da República, que ainda na época da Revolução Pernambucana de 1817 não desejavam de forma alguma modificar a situação do povo negro escravo, também, contraditoriamente, não reconheciam como correto o Direito dessa situação toda; ao assim agirem, de fato, eles “foram de uma sinceridade que nunca mais se repetiu no decurso de nossa vida de nação. *Depois deles, os políticos mais prudentes preferiram não mencionar o ponto vulnerável de uma organização que aspiravam perfeita e coerente consigo mesma, ainda quando somente no papel. E assim preferiram esquecer a realidade, feia e desconcertante, para se refugiarem no mundo ideal de onde lhes acenavam os doutrinadores do tempo*”. Também há como característica marcante da prática comportamental local, não ser incomum que essa maneira ou índole “realista” e “oportunista” de fazer acontecer as coisas, seja naturalmente acompanhada de justificação moral, procurando ratificar o que

²²⁴⁸ HOLANDA, Raízes..., p. 139-40. Grifos em itálico nossos.

paradoxalmente não se justifica – nesse caso, evidentemente que a injustificação está dentro de um outro plano racional, cultural e ético – e que se faz na/para sociedade: “*alguns ficariam sinceramente escandalizados se lhes dissessem que uma ação moralmente recomendável pode ser praticamente ineficaz ou nociva*. Não faltam exemplos de ditadores que realizam atos de autoridade perfeitamente arbitrários e julgam, sem embargo, fazer obra democrática”.²²⁴⁹

Evidentemente que tal comportamento não é exclusivo dos luso-americanos, tendo sido adotado na Europa moderna e ainda em curso nos tempos mais atuais do século XXI, capitaneado especialmente pelos EUA. Assim, outro exemplo, se o fascismo de tipo italiano alcançou sucesso foi porque, apesar da apologia da violência imanente em sua manifestação prática política, enxergou-se nele o grande mérito de “ter tornado possível a instauração de uma reforma espiritual abrangendo uma verdadeira tábua de valores morais” e, desta forma, num enérgico esforço acabar mudando o rumo da sociedade, livrando-a da anarquia e da dissolução. “O sistema que instituiu para sustentar a estrutura imposta com violência pretende compor-se de elementos vitais de doutrinas que repele em muito dos seus aspectos; nisso mesmo está um dos títulos de orgulho prediletos dos criadores do regime. Esse sistema lhes dava, aparentemente, a dignidade de um triunfo positivo sobre o liberalismo e também sobre as pretensões revolucionárias da Esquerda”.²²⁵⁰ Mas de fato, a reforma que seus adeptos europeus pretenderam é apenas uma sutil contra-reforma, subsistindo motivos poucas vezes confessados “de dar sentido e fundamento às reivindicações materiais que, em verdade, lhe (...) [serviam] de base”.²²⁵¹

A tentativa de implantação do fascismo na América portuguesa – movimento integralista²²⁵² – foi destituída da agressividade de seu paradigma europeu – Itália e Alemanha

²²⁴⁹ HOLANDA, Raízes..., p. 140. Grifos em itálico nossos.

²²⁵⁰ HOLANDA, Raízes..., p. 140-1.

²²⁵¹ HOLANDA, Raízes..., p. 141.

²²⁵² Integralismo foi a versão luso-americana do fascismo europeu, que pregava um governo ditatorial ultranacionalista que, por sua vez, promoveria uma limpeza do país baseada no lema “Deus, Pátria e Família”. Sua expressão partidária foi a Ação Integralista Brasileira – AIB –, fundada em 1932, que obteve grande apoio dos setores mais conservadores da sociedade, como a oligarquia tradicional, os militares e o clero. Favorecido pelo quadro político da época e inspirado no fascismo italiano, o integralismo acenava para o perigo de que os comunistas ascendessem ao poder, a fim de manter os opositores sob vigilância constante e estabelecer um clima emocional tenso entre seus próprios partidários, que formavam grupos paramilitares capazes de dissolver as manifestações de esquerda. Os integralistas promoviam uma luta constante contra o “perigo vermelho”. Em 1937, com o golpe de Estado dado por Getúlio Vargas, a AIB foi dissolvida, assim como outros partidos políticos. Esse movimento de inspiração fascista foi fundado em 1932 por Plínio Salgado – tendo com líder, também, Raimundo Padilha –, transformando-se em abril de 1933, em São Paulo, num partido político. A AIB resultou de um amálgama de agrupamentos políticos e culturais de orientação conservadora. De início apresentaram-se duas tendências: a) uma maioria fascista e b) alguns monarquistas. Em 1933-1934, o movimento alastrou-se por todo país provocando conflitos com grupos democráticos. Porém, foi após a fundação da Aliança Nacional Libertadora – ANL –, em 1935, que as escaramuças se intensificaram. O ideário da AIB, que reunia autoritarismo, catolicismo e nacionalismo, representou a condensação de vários elementos do pensamento conservador de Jackson Figueiredo, Alberto Torres e Oliveira Vianna, principalmente. A AIB

–, vale dizer, a truculência desabrida, exasperada, e apocalíptica; observa-se, também, que um comunismo paradoxal se reproduziu em terras americanas. “No caso do fascismo, a variedade (...) [luso-americana] ainda trouxe a agravante de poder passar por uma teoria meramente conservadora, empenhada no fortalecimento das instituições sociais, morais e religiosas de prestígio indiscutível, e tendendo, assim, a tornar-se praticamente inofensiva aos poderosos, quando não apenas o seu instrumento”. Portanto, o integralismo luso-americano fixou-se como “uma doutrina acomodatória, avessa aos gestos de oposição que não deixam ampla margem às transigências, e partidária sistemática da Ordem, quer dizer do Poder Constituído”. Aceitando em ser um movimento teórico insignificante, verificou-se que intimamente desejava “– e algumas vezes com desconcertante ostentação – (...) [era] a chancela, o *nihil obstat* da autoridade civil. Segue nesse ponto a grande tradição (...) [luso-americana], que nunca deixou funcionar os verdadeiros partidos de oposição, representativos de interesses ou de ideologias”.²²⁵³

“Se no terreno político e social os princípios do liberalismo têm sido uma inútil e onerosa superfetação, não será pela experiência de outras elaborações engenhosas que nos encontraremos um dia com a nossa realidade. Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intato, irreduzível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa. Já temos visto que o Estado, criatura espiritual, opõe-se à ordem natural e transcendente. Mas também é verdade que essa oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente consigo. Há uma única economia possível e superior aos nossos cálculos para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas. O espírito não é força normativa,

definia como seus principais inimigos o liberalismo, o capitalismo internacional – diante da qual mantinha uma atitude contraditória, pois jamais criticava a propriedade particular dos meios de produção –, o socialismo e o judaísmo. O partido exigia submissão e fidelidade completa de seus militantes. A cúpula dirigente era encabeçada pelo chefe nacional e pela Corte do Sigma. Completavam a organização a Câmara dos Quarenta, que fazia vezes de Senado caso o movimento conquistasse o poder, e a Câmara dos Quatrocentos, uma espécie de futuro Câmara dos Deputados. O partido fez dos movimentos de rua, como desfile de milícias e manifestos ruidosos, sua principal arma de divulgação. Adotava, também, uma indumentária característica, camisas verdes e calças brancas ou azuis, e cumprimentos militares como os seus similares internacionais. Entre 1934 e 1937, a AIB procurou participar das eleições; porém, na expectativa de se aproveitar de um golpe de Estado, auxiliou Getúlio Vargas a implantar o Estado Novo, elaborando, através de um militante, membro do serviço secreto do Exército – Olímpio Mourão filho –, o Plano Cohen; entretanto, como acima ressaltado, Getúlio Vargas extinguiu a agremiação política junto com outras existentes na época. Quando da comemoração do 1º de maio de 1988 pelos operários paulistas ligados à Centra Única dos Trabalhadores – CUT –, a AIB ressurgiu acompanhada dos *skinheads* – facção nazi do movimento punk –, provocando tumultos e agredindo os manifestantes. In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 1; NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 1.

²²⁵³ HOLANDA, Raízes..., p. 141-2.

salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas superiores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas. *Há porém um demônio pérfido e pretensioso, que se ocupa em obscurecer aos nossos olhos estas verdades singelas. Inspirados por ele, os homens se vêem diversos do que são e criam novas preferências e repugnâncias. É raro que sejam das boas*”.²²⁵⁴

3.2.3. PADRÃO CULTURAL E CIVILIZATÓRIO LUSO-AMERICANO: CONSEQÜÊNCIAS SOCIAIS

3.2.3.1 O CORONELISMO E O AUTORITARISMO

A expressão “coronelismo”, quer significar, na América portuguesa, um estatuto social e político. Ela é decorrência da designação dos antigos autênticos ou falsos coronéis vinculados à extinta Guarda Nacional. Em 18 de agosto de 1831, foi criada a Guarda Nacional, subordinada ao Ministro da Justiça do Império, ao mesmo tempo em que se extinguiu os corpos de milícia e de ordenanças – bem como as recentes guardas municipais –, estes últimos vinculados ao Ministro da Guerra. Durante as guerras estrangeiras que o Brasil participou – 1851 a 1852, e de 1864 a 1870 (Guerra do Paraguai) – essa guarda nacional brasileira prestou serviços à ordem pública e auxiliar do exército, tornando-se meramente decorativa a partir de então; por quase um século, cada um dos municípios brasileiros possuía um regimento da Guarda Nacional, sendo que o posto e função de coronel era concedido ao chefe político da comunidade. Uma vez nomeado para o cargo, o “coronel” e seus “oficiais” tratavam de obter rapidamente as patentes, pagando os emolumentos e averbações, a fim de obter os seus efeitos legais. Os coronéis e oficiais da Guarda Nacional, quando presos ou sujeitos a processos criminais – e no caso de condenados –, não podiam ser recolhidos aos cárceres comuns, ficando recolhidos numa sala especial da própria cadeia pública da

²²⁵⁴ HOLANDA, Raízes..., p. 142.

localidade a que pertenciam. Com seus uniformes e insígnias militares, marchavam para as missões bélicas e tomavam parte nas solenidades religiosas e civis da sua comunidade.²²⁵⁵

De forma muito comum, o cargo de coronel – comando-em-chefe da Guarda Nacional – era ocupado pelos “mais opulentos fazendeiros ou os comerciantes e industriais mais abastados, (...) [e que também exerciam localmente] a direção política, quase ditatorial, senão patriarcal, que lhes confiava o governo provincial”. Essa situação perdurou na passagem do Império para a República, até ser declarada extinta a Guarda Nacional, mas nos cerca de cem anos que existiu, esse sistema ficou arraigado na mentalidade do sertanejo, das gentes do interior do Brasil, como “coronel” aquele que tem em mãos o bastão de comando da política do município, ou o chefe do partido político de maior influência na localidade, o mandão poderoso político-economicamente do local. Verifica-se também que, nesse grupo, se inserem aqueles denominados coronéis tradicionais, que já assim o eram – com tais características marcantes – desde há muito tempo. “Homens ricos, ostentando vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversões lícitas e ilícitas, foram tais ‘coronéis’ os que deram ensejo ao significado especial que tão elevado posto militar assumiu, designando demopsicologicamente [– psicologia de um povo –]²²⁵⁶ ‘o indivíduo que paga as despesas’. E, assim, penetrou o vocábulo ‘coronelismo’ na evolução político-social do nosso país, particularmente na atividade partidária dos municípios brasileiros”. Assim, “além dos que realmente ocupavam nela tal posto, o tratamento de ‘coronel’ começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado”.²²⁵⁷

Assim, na América portuguesa independente, em 1831 foi criada a Guarda Nacional, em substituição às milícias e ordenanças do período colonial. Na hierarquia militar estabelecida dentro da referida Guarda nacional, a patente de coronel correspondia a um comando municipal ou regional, mas cuja ocupação do cargo e função dependia diretamente do prestígio econômico ou social de seu titular – regra generalíssima, um grande proprietário rural. Se, no início da prática de defesa armada das instituições, pessoas competentes e legítimas foram nomeadas para o cargo e função, verificou-se que, aos poucos, as patentes passaram a ser avaliadas em dinheiro e concedidas àqueles que se dispusessem a pagar o preço do cargo ou função, valor esse estipulado pelas altas hierarquias do nascente poder público imperial. Assim, na passagem de sua situação colonial para país independente, a

²²⁵⁵ MAGALHÃES, Basílio de. Origem do vocábulo “coronelismo”. In: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o Município e o regime representativo no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, p. 19, nota de rodapé.

²²⁵⁶ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [].

²²⁵⁷ MAGALHÃES, Origem..., p. 19, nota de rodapé.

América portuguesa reproduziu uma prática antiga, qual seja, a de que o poder econômico alcançado pela pessoa corresponderia direta e naturalmente uma posição sócio-política equivalente à riqueza acumulada, podendo comprar – e era o que efetivamente se praticava – a sua posição social merecida na sociedade.²²⁵⁸

Seja como fosse recebida a patente pela pessoa – de graça, como reconhecimento ou condecoração (acompanhada de ônus efetivos), ou pela força de donativos ajustados previamente –, socialmente elas traduziam um real e efetivo prestígio – com todos os ganhos simbólicos e mesmo materiais que o prestígio implicava – dentro de uma estrutura social hierarquizada – *habitus* fundamental de organização social, herdado secularmente da Ibéria – como era estruturado sócio-político-economicamente o latifúndio-escravista brasileiro. O latifúndio era a realização de um ideal, uma aspiração que moveram as gentes em terras luso-americanas, qual seja, construir um potentado local, fonte de suas riquezas e dos respectivos limites de auto-suficiência social, política e econômica, enfim, ser alguém numa estrutura social que estava preparada para reconhecer especialmente pessoas com tal tipo de competência, capacidade e poder, conferindo-lhe os ganhos simbólicos e materiais de sua posição social alcançada. Assim, o título de senhor de engenho era aspirado por muitos, porque trazia consigo o imaginário – que somente não era ficção porque se realizava efetivamente no mundo da vida – de um ser humano servido, obedecido e respeitado por muitos.²²⁵⁹

Pela própria característica histórica da formação social da sociedade luso-americana, a figura do coronel – seu cargo e função –, naturalmente acabou coincidindo como que perfeitamente com a figura do dono do latifúndio – cargo e função praticamente desenhado para ser ocupado pelo senhor do latifúndio, senhor de toda uma região, e de praticamente todas as gentes dessa paróquia, seres dominados que não tinham outra opção senão a lealdade a esse ser poderoso e dominante –, sendo esta instituição social luso-americana – latifúndio – correspondente a um efetivo potentado rural. O latifúndio era um eixo social em torno do qual vicejavam dependências sócio-político-econômicas praticamente irresistíveis, inescapáveis e invencíveis para as gentes a ele submetido, com o coronel correspondendo, local ou regionalmente, ao cacique e caudilho que emergiu – na mesma época – na América espanhola.²²⁶⁰

²²⁵⁸ LIMA SOBRINHO, Barbosa. Prefácio. In: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o Município e o regime representativo no Brasil. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, p. XIII.

²²⁵⁹ LIMA SOBRINHO, Prefácio..., p. XIII-XIV.

²²⁶⁰ LIMA SOBRINHO, Prefácio..., p. XIV.

Para se compreender a origem das práticas políticas luso-americanas, práticas essas que até a contemporaneidade são reproduzidas persistentemente – mas hoje de tal forma que procura ser transfigurada pela roupagem de um pretense discurso moderno –,²²⁶¹ é preciso compreender a qualidade da prática concreta do tipo específico de política que local ou regionalmente foi praticada e que a organização partidária brasileiro é herdeira. O clã rural ou potentado, é o núcleo fundamental de criação e desenvolvimento de uma prática eleitoral com base numa “pirâmide de coligações transitórias de interesses políticos”, formando um Estado fraco, dependente de interesses políticos internos eminentemente locais ou regionais, um governo central fragilizado, subordinado “ao arbítrio e capricho dos governadores”. A base do poder provém da propriedade, mais especificamente da riqueza amealhada com base nela, uma vez que é essa riqueza materializada em recursos econômicos suficientes que irá acudir os amigos do chefe do poder local – latifundiário, coronel – em suas necessidades, bem como as mais diferentes gentes que dependam, para sua sobrevivência, do coronel local, especialmente em épocas eleitorais, na compra de votos importantes para eleger os seus candidatos-servos, portanto, muitas vezes obrigado a satisfazer de seu próprio bolso as necessidades de seu potentado – evidentemente recuperando por outros meios o que despendia.²²⁶²

Hoje, com a criação do fundo partidário, esses custos diminuíram muito, com as várias doações – especialmente as grandes doações – de interessados em manter boas relações com os poderes públicos. Eleição, na América portuguesa, sempre significou dinheiro, mais precisamente um rateio que sempre levou em conta a quantidade de votos arregimentados ao final do processo. Para compensar tais sacrifícios e despesas, o coronel invariavelmente dilatava seus domínios territoriais por via de terras usurpadas dos adversários e mesmo dos próprios amigos – por via de preços espoliativos. Mas eles viviam num círculo inescapável de favores aos amigos e de perseguições aos adversários; de fato, para manter sua liderança, ele deve se apresentar como a melhor liderança, tendo que realizar melhoramentos locais para

²²⁶¹ Veja-se, por exemplo, as práticas políticas verificadas dentro dos partidos políticos brasileiros na atualidade – durante dos os anos da década de 1990 até o ano de 2005, data de finalização deste trabalho, mas podendo ser tomado com ponto de partida meados da década de 1980, quando os militares do último golpe de Estado praticado no Brasil, deixaram o poder –, onde se verifica prevalecer não tanto os programas, ideologias, propostas políticas, mas os desejos ou interesses pessoais de personalidade – caciques políticos – que controlam, com sua força política, ou todo partido e sigla partidária, ou um grupo fiel de partidários da mesma bancada ou legenda. Assim, a prática política passa pela decisão dessas pessoas, que as forças concretas e efetivas que acabam decidindo o destino político de todo um país, um estado da federação ou um município. Sobre o assunto, ademais os trabalhos científicos já escritos sobre os sistemas político e partidário brasileiros, bem como a prática democrática no Brasil, há todos os jornais diários e revistas semanais, abundantes de material sobre a atuação dessas gentes no plano local, estadual, e nacional.

²²⁶² LIMA SOBRINHO, Prefácio..., p. XIV-XV.

provar sua condição e posição de chefia, utilizando-se de seu prestígio político para advogar a favor dos interesses locais ou regionais.²²⁶³

É de se observar que o fenômeno do coronelismo é uma forma peculiar de manifestação do poder privado luso-americano, uma readaptação ou reprodução em forma nova do exorbitante poder privado herdado do passado colonial, manifestado agora num mundo sócio-político diferente da época colonial, num “regime político de extensa base representativa”, sendo também “um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”. É a estrutura agrária brasileira que fornecerá as bases de sustentação para um poder privado autoritário no interior do Brasil. De fato, há um eleitorado rural que não pode ser descartado, absolutamente dependente dos senhores dominantes locais, e o governo e os partidos de oposição procurarão se aliar com essas gentes poderosas para conquistar esses votos.²²⁶⁴ Daí decorrem “o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais”.²²⁶⁵

O coronel é a figura política que ocupa o topo da liderança de uma localidade ou região, regra geral os grandes e influentes latifundiários locais; mas o posto podendo também ser ocupado por médicos e advogados, desde que, aliadas à sua ilustração relativa, revelem qualidades de comando e dedicação política, conforme exige o cumprimento da função de coronel. Em São Paulo, verifica-se que os chefes políticos podiam ser coronéis e doutores. Os coronéis dominando no campo, nas suas respectivas fazendas unindo-se a outros fazendeiros; a influência do coronel na cidade decorria do fato desta ser dependente daquele, vale dizer, o comércio, advogados, médicos, funcionários que ele podia contratar e demitir, bem como outras atividades. Os doutores dominavam devido à sua cultura e inteligência, prestígio no uso da palavra, e serviços prestados – advogados ou médicos – para famílias ricas e massas pobres. Ocorria o fato do coronel e o doutor se unirem, o primeiro oferecendo sua influência e prestígio pessoal ou do clã, dinheiro e tradição; o segundo oferecendo sua inteligência e

²²⁶³ LIMA SOBRINHO, Prefácio..., p. XV.

²²⁶⁴ Nessa época, a grande maioria do eleitorado nacional estava assentada no campo, sendo que 90% dessa população rural era formada por parias sociais, sem terras, sem lares, sem justiça, e sem direito, todos dependentes diretos dos grandes senhores territoriais; nessas circunstâncias, mesmo que tivessem consciência de direitos, jamais poderiam exercê-los livremente. Qualquer demonstração de hesitação ao desejo do coronel, ou mostras de postura independente por parte dessas gentes párias, seria punida com a expulsão ou o despejo imediato pelos grandes senhores de terras. Um estudo feito por um padre da Igreja católica, analisando o fenômeno do êxodo rural, apontou que o êxodo seria obstado pelo sentimento religioso, que resignaria a pessoa ao campo; segundo esse religioso padre, o catolicismo supostamente injetaria no ânimo do camponês admirável resistência ao sofrimento e pobreza. In: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o Município e o regime representativo no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, p. 25, nota de rodapé n. 9.

²²⁶⁵ LEAL, Coronelismo..., p. 20.

oratória na manipulação da máquina política, cuidando das campanhas jornalísticas, da oratória em eventos solenes, dos debates, o alistamento, votação – com suas trapaças, intrigas e tramóias – da apuração, das atas, dos recursos eleitorais. Havia, também, a figura dos padres funcionando como líder intelectual aliado dos coronéis – cuja influência moral do ministério religioso contribuía para aumentar o prestígio político daquele –, bem como a ação política dos farmacêuticos e do comerciante, estreitamente ligados aos fazendeiros em geral.²²⁶⁶

Assim, a chefia do poder municipal era do coronel, mas podendo também ser dos doutores; entretanto, verifica-se que “esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos ‘coronéis’”. A ascensão política do bacharel dentro das famílias de poder, foi pelo lado dos filhos, e também dos genros, mais daqueles do que destes. Era nessas figuras – filhos e genros – que sucedia a transferência do poder, ou de parte considerável de poder, do poderoso meio rural para a classe intelectual emergentes, enfim, das casas-grandes dos engenhos para os sobrados das cidades. Quando o chefe municipal do poder tinha que se retirar estrategicamente, ficando em segundo plano, mesmo assim deixava em primeiro plano na direção política de sua paróquia, o genro-doutor, “a fachada moderna do coronelismo como força política”. Em situações mais extremas e raras, ocorria o fato da rivalidade política de uma região ou localidade estar sob chefias de membros da mesma família, mas sucedia também, o fato da rivalidade na mesma família ser mais aparente do que real, com a liderança mudando de mãos, mas sem alteração alguma de fundo sócio-político. Por fim, é de se ressaltar a figura do coronel que construiu, herdou ou consolidou sua liderança e praticamente não necessitava mais atuar ostensivamente para preservar sua posição de lideranças, deixando lugares-tenentes em seu lugar, estes exercendo o poder em nome do chefe maior que estava ausente.²²⁶⁷

O coronel, portanto, é o chefe e líder supremo do poder político local municipal, comandando arbitrariamente e discricionariamente uma quantidade considerável de votos de cabresto, uma vez que seus domínios podiam ser considerados, de fato, como um curral eleitoral. Seu prestígio político decore naturalmente de sua força eleitoral cativa, que, por sua

²²⁶⁶ LEAL, *Coronelismo...*, p. 21-2, e nota de rodapé n. 1.

²²⁶⁷ LEAL, *Coronelismo...*, p. 22-3, e notas de rodapé ns. 2 e 3. O fenômeno do absenteísmo, do chefe político que volta ao seu curral eleitoral de tempos em tempos, a fim de descansar, visitar sua família e para fins partidários, podia estar ligado à sua fortuna política acumulada, vale dizer, já ter sido deputado estadual ou federal, ocupado uma pasta de secretaria, uma posição administrativa de relevo, ou um emprego rendoso na capital do Estado ou da República; também poderia ocorrer que o êxito nos negócios ou na profissão o afastassem do seu território de dominação política, mas sempre conservando a chefia política local. O risco que ele corria era as defecções de seus lugares-tenentes em épocas de crise políticas e eleitorais que o afetassem. Por fim, o seu afastamento também podia ter causas de cálculo político, uma espécie de retirada tática. In: LEAL, *Coronelismo...*, p. 23.

vez, é decorrência direta de sua privilegiada condição social e econômica de dono de terras. Ele também acaba cumprindo outras significativas funções institucionais sociais, tais como, “uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que freqüentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas”. De fato, nesse último aspecto, o cangaço e a capangagem no interior do Brasil teve um papel político muito relevante, diminuído com o desenvolvimento da polícia – mas que lamentavelmente esta tem atuado como substituta daqueles. No Nordeste, era nas zonas de criação de gado que se verificava uma maior intensidade do cangaço – favorecido pelo nomadismo pastoral dos três primeiros séculos de colonização e ocupação da América portuguesa –, em detrimento das regiões agrícola – que fixavam mais as gentes nos campos. O cangaço no Nordeste é típico das regiões da caatinga, zonas pastoris por excelência, com “clãs organizados em torno de potentados locais”. É nas “represálias e crimes políticos e nas lutas de famílias [que] a ação dos capangas é da maior importância”.²²⁶⁸

Nesse sistema de dominação local ou regional, a grande massa humana se encontra sujeita a ele de forma desumana e degradante. Como essa massa tira a sua subsistência das terras do coronel, ela “vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono” – daí uma das conseqüências antigas da grande presença de menores trabalhando nas atividades da agricultura e pecuária do campo –, sendo que diante de si, inevitavelmente o coronel sempre será um homem muito rico. Não importa se tais fazendeiros são prósperos e abastados ou apenas remediados – outrora ricos, mas que agora vivem apenas à sombra do que foram em outras épocas, conservando suas terras e negócios, mas endividados e sem meios ou disponibilidades financeiras, estando praticamente tudo que é seu penhorado ou hipotecado –, vivendo numa fazenda apenas com os confortos mais primários – alimentação básica (leite, ovos, galinha, carne de porco e sobremesa), alguns com água encanada, instalações sanitárias, energia elétrica e rádio –, pois a sua condição sempre será, aos olhos do roceiro, do trabalhador da enxada, a da figura do coronel como um homem rico, mas rico “em comparação com sua pobreza sem remédio”. Além disso, como no meio rural os donos de terra e gado é que estão aptos a obter financiamentos junto aos bancos, até pelo próprio prestígio político – e seu círculo de relações político-sociais – inevitavelmente não deixa de

²²⁶⁸ LEAL, *Coronelismo...*, p. 23-4, e nota de rodapé n. 4.

ser para o próprio coronel que o roceiro se dirige nos seus momentos de mais extrema necessidade, comprando fiado no seu armazém ou pedindo dinheiro emprestado para pagar com a colheita. Não há dúvidas que tal situação irá influir não ausência de formação de classes médias nas cidades do interior e no próprio campo, estando todos na condição prática de simples trabalhadores assalariados, recebendo uma remuneração baixíssima pelos seus trabalhos prestados ou desenvolvidos.²²⁶⁹

Resultará disso a instalação de um imaginário da dependência natural entre o senhor da terra e todas as gentes que se subordinam ao coronel por via de suas propriedades e riquezas. A grande maioria das gentes é praticamente analfabeta, sem assistência médica, sem acesso a informações, se limitando a ver a figuras que os jornais e revistas trazem – sendo se indagar que tipo de verdade se forma da conjugação entre a visão dessas figuras e as comunicações que se estabelecem entre tais gentes entre si e as demais elites locais –, e regra geral o padrão é tido por conta de um benfeitor de todas as gentes. “É o fazendeiro, o ‘coronel’ quem assiste o jeca nas suas dificuldades de vida, é quem lhe dá um trecho de terra para cultivar, é quem lhe fornece remédios, é quem o protege das arbitrariedades dos governos, é o seu intermediário junto às autoridades. Criou-se, dessa forma, desde a colônia, um poder que a lei desconhece [– em realidade é obrigada a desconhecer ou ‘fechar os olhos’, especialmente por parte dos agentes públicos –], mas que é um poder de fato e incontrastável, imposto pelas contingências do meio”. Consciência de direitos, de dignidade existencial de vida, independência cívica, nessas circunstâncias, era uma quimera, mais precisamente, um não-existir, um desconhecido quase que absoluto, portanto, na luta política, essas gentes lutavam com o coronel, pelo coronel e para o coronel, estabelecendo os denominados votos de cabresto, resultante da organização cultural sócio-econômico-política rural da América portuguesa dessa época. Assim, no Brasil se formará uma situação de dependência histórica entre os senhores do poder e as classes médias.²²⁷⁰

A concentração agrária é um fenômeno social típico da América portuguesa; é certo que houve diversos fatores que estimularam a emergência da pequena e média propriedade, como a grande corrente migratória iniciada no século XIX, entretanto, a concentração da propriedade rural – a grande propriedade – é a regra geral que tem prevalecido na América portuguesa, e, junto com ela, a prática de uma agricultura predatória, voltada para esgotar toda a terra – e nada lhe dar em troca. Geralmente a terra destinada para a prática da pequena e média agricultura era uma terra já esgotada, portanto, de baixa produtividade, reproduzindo a

²²⁶⁹ LEAL, *Coronelismo...*, p. 24-5, e nota de rodapé n. 5.

²²⁷⁰ LEAL, *Coronelismo...*, p. 25, e nota de rodapé n. 8.

pobreza ou miséria sócio-econômica – com reflexos políticos e culturais – que marca a existência real das gentes nos campos do interior da América portuguesa. Considerando o fato de que a distribuição das gentes – dentro de um quadro de classes sócio-econômicas, conforme o acesso que tinham aos meios de produção econômica – era desigual no campo, é possível estimar que em 1940, na luso-América, de 2/3 a 90% das gentes era composta de empregados e parceiros não-proprietários e pequenos proprietários, dedicados à agricultura, pecuária e silvicultura – desmatamento; por outro lado, de 2,7% a 4,6% era os que se poderiam ser considerados como empregadores do campo.²²⁷¹

Com a maioria do eleitorado luso-americano residente e votante nos municípios do interior, e nesse interior – diverso dos centros urbanos – vigorando as leis sociais reais do mundo rural, apresentava-se o problema das despesas eleitorais. Sendo um mundo paupérrimo, as despesas de alistamento e eleição são rateadas entre os fazendeiros e chefes locais, uma vez que o roceiro – sem dinheiro e interesse – não se sacrificaria em busca de “documentos, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos, e até roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição”, enfim tudo isso são despesas a serem pagas – que se revelavam um verdadeiro feito econômico e político, haja vista o fato dos chefes locais serem economicamente remediados em sua maioria – pelos mentores políticos interessados em sua qualificação e comparecimento. O ato de votar, para o roceiro, lhe é completamente indiferente. Mas também esses caciques políticos tinham que revelar espírito público, tendo que se mostrar responsáveis pelo progresso do distrito ou município. Assim, seu esforço próprio pessoal – muitas vezes penoso –, ou o esforço seu e de seus amigos, é que garantiam a “escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de (...) [futebol], alinha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada” etc. Essas realizações de utilidade pública é que construía e garantiam sua posição de liderança. Não só o coronel da região ou localidade, mas também o político estadual e federal, dentro desse sistema ou estrutura social e econômica luso-americana, é um ser sem ideal político, com mentalidade estreita, confinada à sua facção partidária, sendo que os interesses da pátria nunca se sobrepõem aos interesses partidários – tudo indicando que, no máximo, poderia haver coincidência entre um e outro.²²⁷²

O coronel, também, era quem prestava favores pessoais de diferentes naturezas, tais como “arranjar emprego; emprestar dinheiro; avalizar títulos; obter créditos em casas comerciais; contratar advogado; influenciar jurados; estimular e ‘preparar’ testemunhas;

²²⁷¹ LEAL, *Coronelismo...*, p. 26-35.

²²⁷² LEAL, *Coronelismo...*, p. 35-8.

providenciar médico ou hospitalização nas situações mais urgentes; ceder animais para viagens; conseguir passes na estrada de ferro; dar ousada e refeição; impedir que a polícia tome as armas de seus protegidos, ou lograr que as restitua; batizar filho ou apadrinhar casamento; redigir cartas, recibos e contratos, ou mandar que o filho, o caixeiro, o guardalivros, o administrador ou o advogado o façam; receber correspondência; colaborar na legalização de terras; compro desavenças; forçar casamentos em casos de descaminho de menores; enfim uma infinidade de préstimos de ordem pessoal, que dependem dele ou de seus serviçais, agregados, amigos ou chefes. Quando o chefe local é advogado, médico, escrivão, sacerdote etc., muitos desses serviços são prestados pessoalmente, mediante remuneração irrisória, ou inteiramente gratuitos. Entre os favores da situação local tem ocupado lugar de destaque a condescendência fiscal”, sendo que o imposto municipal irá também contribuir para determinar as preferências locais, os grupos dos correligionários e o grupo dos adversários. Assim, essa atitude paternalista tinha também sua recíproca, qual seja, “negar pão e água ao adversário”. Aos amigos tudo, lícita ou ilícitamente, pois acima disso tudo está a solidariedade partidária; se vergonha há nesse mundo, é perder uma eleição, e os supostos pecados cometidos são todos regenerados ou justificados pela solidariedade partidária e mesmo – senão principalmente – pela vitória eleitoral.²²⁷³

Nessa época, verificava-se a desorganização da administração municipal. Em primeiro lugar, havia a escassez gritante de obtenção de funcionários competentes e capazes – com cultura suficiente – para gerir as estruturas administrativas municipais – bem como as estaduais e federal –, sendo comum a prática de improvisação de técnicos para os cargos e funções; por isso, após a revolução de 1930, foram criados departamentos de municipalidades, voltados para prestar assistências técnica aos carentes municípios luso-americanos, mas que se logo se transformaram em órgãos de natureza e função política. Em segundo lugar, havia a prática do filhotismo, correspondente direto do paternalismo coronelista, que também “contribui para desorganizar a administração municipal” – sob ponto de vista da racionalidade fundada na impessoalidade, evidentemente. Assim, pela prática do filhotismo, a administração municipal irá inchar de funcionários partidários do candidato ou grupo político vencedor, e nas épocas de eleição, se verificará a utilização “do dinheiro, dos bens e dos serviços do governo municipal nas batalhas eleitorais”. Decorrência direta do paternalismo e do filhotismo, é o chamado mandonismo, que nada mais é do que a perseguição dos adversários políticos com o uso da máquina administrativa pública, traduzido em frases do tipo: “para os

²²⁷³ LEAL, Coronelismo..., p. 38-9, e nota de rodapé n. 34.

amigos pão, para os inimigos pau”, ou mesmo “aos amigos se faz justiça, aos inimigos se aplica a lei”. Assim, dificilmente se verificarão relações cordiais entre o chefe local e seus adversários, sendo a regra geral a hostilidade, bem como a sistemática recusa de concessão de favores – observando-se que, nesse caso, os adversários também se sentiriam humilhados em pedir.²²⁷⁴

“Essa hostilidade manifesta-se na ausência de relações sociais (clubes e cafés separados); em gestos de acinte ou picardia (festas comemorativas, foguetes de vaia, mudança dos nomes de logradouros e de obras ou estabelecimentos públicos); em atos de provocação (incumbidos freqüentemente a capangas ou pessoas pouco qualificadas); em preterições nos serviços públicos (demissão de funcionários, falta de calçamento ou de limpeza da via pública junto à casa do adversário); no rigor fiscal (lançamentos exagerados em comparação com os dos amigos, multas, execuções e penhoras apressadas); na severidade policial (apreensão de armas, pressão nos inquéritos); em atos de sabotagem (sedução ou compressão da clientela de comerciantes e profissionais liberais); e por muitas outras formas, chegando mesmo à violência física e crimes mais graves, raramente na pessoa dos chefes contrários, mas freqüentemente na de seus aderentes mais modestos”. Em 1932, após a revolução de 1930, um cronista aponta que o povo luso-americano do interior não tinha assimilado os novos tempos, que no imaginário dessas gentes eles haviam compreendido que só mudaram os atores, mas o jogo continuava o mesmo. “*Comumente cada qual raciocina mais ou menos assim: Quando estive debaixo, apanhei a torto e a direito; agora que estou de cima, hei de dar pancada do mesmo modo*”²²⁷⁵.

No intervalo mais largo entre as campanhas eleitorais, quando o clima de disputa política é diverso e mais ameno daquele que antecede as eleições propriamente ditas, as facções políticas rivais do município chegam até a melhorar o relacionamento recíproco, eventualmente chegando a ser respeitosas; nessa fase, a facção que está no poder ou é apoiada pelo poder estadual, trabalha em torno de entendimentos que possam aumentar os partidários de suas fileiras, “pela adesão de cabos eleitorais urbanos ou de ‘coronéis’”, sendo que tal clima favorável ao acordo político também sucede pouco antes das eleições, “mas na fase que precede a tomada de compromissos”, quando ainda estão sendo definidas as posições de cada agente político. Entretanto, é nos períodos que antecedem as eleições, uma vez definidas as posições de cada qual, que emerge um ambiente de opressão, ou etapa de compressão, que atinge um ponto agudo imediatamente antes do pleito. Essa opressão trata-se do uso da coação

²²⁷⁴ LEAL, *Coronelismo...*, p. 39, e nota de rodapé n. 35.

²²⁷⁵ LEAL, *Coronelismo...*, p. 39, nota de rodapé n. 36. Grifos em itálico nossos.

no processo eleitoral; o “processo empregado com mais frequência é o de criar-se, ante do pleito, um ambiente de apreensões e de insegurança que afugente das urnas o eleitorado”, de tal forma que “o agente compressor raramente age no dia, no momento do pleito, para coagir o eleitor”. Considerando que é o governo estadual que coage, forças federais – por via do *habeas corpus* – são chamadas, mas não conseguem deslocar-se a tempo de garantir a realização de um pleito isonômico. Evidentemente que havia diferentes formas de manifestações da violência coativa pré-eleitoral, como a dos mandões intolerantes, que encaravam um adversário político como um verdadeiro inimigo, passível de ser eliminado por boicote social e econômico, ou mesmo assassinado; outros mandões intolerantes encaravam o voto contrário como uma injúria pessoal, mas atuando nos limites da lei e da moralidade. Estes últimos, mesmo sendo tratáveis socialmente, e de bem com todos, assumiam atitudes agressivas e belicosas nos dias de eleição, praticando todas as astúcias e golpes, concebendo como única vergonha na política perder um pleito.²²⁷⁶

A regra é ser honrado ao compromisso firmado de pessoa a pessoa – acordos de ordem pessoal –, tendo por base coisas concretas – favores em troca de votos – que duram uma ou poucas eleições, sendo que inexiste compromissos assumidos à base de princípios políticos. Portanto, essa era a ética especial que vigorava no meio em época eleitorais. A mudanças de partido político, geralmente para aderir ao governo, tinha um rito próprio que girava em torno do seguinte procedimento: o chefe local, o coronel, retarda seu pronunciamento, e quando se pronuncia, elenca as desconsiderações pessoais a que foi exposto, ou suas pretensões importantes que lhe foram negadas ou não atendidas, encontrando nessas justificativas ou razões, a fundamentação para abandonar o chefe ou facção política a quem apoiou eleitoralmente; se lhe faltar tais motivos, então ele se utilizará do argumento de que “não tem o direito de impor aos amigos o sacrifício da oposição”, o que, apesar da insinceridade, não deixa de ser verdade, uma vez que ao chefe local, seu “primeiro dever (...) é alcançar a vitória, o que significa obter para sua corrente o apoio da situação estadual”. De fato, a função de coronel implicava em pesados ônus; ao mesmo tempo em que portava-se como se fosse dono de tudo, o coronel passava a pertencer a todos, ao partido, seus amigos, seus demais dependentes, tendo que mostrar-se eficiente e praticamente infalível perante todas as demandas, sendo alvo direto de todas as críticas e elogios.²²⁷⁷

Na medida em que a organização agrária luso-americana mantém a dependência do eleitorado rural – sendo eles parcela majoritária do eleitorado – em mãos dos fazendeiros, os

²²⁷⁶ LEAL, *Coronelismo...*, p. 40, e notas de rodapé ns. 37 e 38.

²²⁷⁷ LEAL, *Coronelismo...*, p. 41-2, e nota de rodapé n. 41.

partidos políticos, especialmente o partido do governo estadual, não podem dispensar o papel do intermediário dos donos das terras dentro do jogo político em curso. O partido do governo estadual se submete ao coronel naquilo que é importante para o fazendeiro, dentro de sua esfera de atuação local – desde que não entre em conflito com a situação política estadual. O coronel, por sua vez, sabe que se for impertinente isso lhe trará prejuízos perante o poder político e público estadual; sendo boas suas relações de poder privado local – na ausência de poder público autêntico emergia esse poder privado singular – com o poder público estadual instituído, o coronel sabe que irá desempenhar “uma larga parcela de autoridade pública”. Assim, emerge “este aspecto importantíssimo do ‘coronelismo’, que é o sistema de reciprocidade: de um lado os chefes municipais e os ‘coronéis’, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o *cofre das graças e o poder das desgraças*”. Esse sistema de reciprocidade, assim, era mutuamente dependente – auto-realimentador – dentro do sistema político em vigor, e isso vigorava em todos os graus da escala política nacional luso-americana – âmbito municipal, estadual e federal –, sendo a base fundamental dessa estrutura a figura do coronel. O sistema patrimonialista – prática política singular da apropriação privada da coisa pública – “das estruturas políticas locais sobreviveu e manifesta-se de maneira curiosa. Se uma pessoa vem a ocupar um posto de comando na organização político-administrativa, não é raro presenciar-se a ascensão de grande número de pessoas da ‘terra dele’. Não só parentes de todos os graus, mas também amigos de infância, antigos colegas de trabalho, vizinhos, parentes e amigos desses vizinhos e amigos ocupam cargos ‘de responsabilidade’ ou de ‘confiança’ em torno do novo potentado. O chamado familiarismo e outras formas de nepotismo podem ser classificados como aspectos do patrimonialismo, Já que este se baseia em relações de lealdade e confiança pessoal, é óbvia a vantagem que traz a preferência dispensada a parentes, amigos e conhecidos, expostos ao controle da mesma estrutura local”.²²⁷⁸

Na relação entre coronel e governo estadual, grande parte dos favores pessoais atendidos por aquele depende das autoridades estaduais; os funcionários estaduais que servem no município são escolhidos pelo coronel – professores, promotores públicos, funcionários da saúde, coletores de tributos etc., enfim, todos deveriam, por praxe, passar pela aprovação do coronel – sendo que tal situação também se reproduzia para os cargos e funções de âmbito federal. No choque entre funcionários estadual e o poder local, o funcionário era removido.

²²⁷⁸ LEAL, *Coronelismo...*, p. 42-4, e nota de rodapé n. 45. Grifos em itálico nossos.

No âmbito do atendimento do serviço público – estradas, pontes, escolas, hospitais, água, energia elétrica etc., o poder municipal era totalmente dependente financeiramente do poder estadual, e o Estado, com seus poucos recursos, acabava naturalmente beneficiando os municípios que estivessem em mãos dos amigos – conforme resultado eleitoral –, fortalecendo ainda mais a figura do coronelismo. No processo eleitoral, as despesas não são suportadas integralmente pelo coronel ou candidato, portanto, os cofres públicos são utilizados para financiar as despesas eleitorais, ora em dinheiro, ora através de contratos com a administração municipal; fundos dos Estados e da União também poderiam contribuir para as despesas eleitorais dos aliados.²²⁷⁹

Por fim, assume destaque a nomeação do delegado e sub-delegado de polícia da localidade, “uma das mais valiosas prestações do Estado no acordo político com os chefes locais”, uma vez que colocava o chefe da polícia do Estado sob ordens do chefe situacionista local. De fato, isso tem a ver com o apoio – direto ou indireto, por ação ou omissão – da máquina administrativa estadual em favor do chefe político municipal, dentro da racionalidade voltada para embaraçar “ou atrapalhar negócios ou iniciativas da oposição, fechar os olhos à perseguição dos inimigos políticos, negar favores e regatear direitos dos adversários”, tudo voltado para consolidar o prestígio do coronel situacionista local. A política municipal, assim, reduz-se a prática de favores e uso da violência; busca-se o uso da mínima violência, entretanto, “em política, principalmente, recorre-se à violência, quando outros processos são mais morosos, ou ineficazes, para o fim visado”. Mas a política dos coronéis, suas disputas locais – com caráter pessoal de ódio mortal –, é voltada para alcançar a preferência do governo estadual, vale dizer, “batem-se para disputar, entre si, o privilégio de apoiar o governo e nele se amparar”; assim, não existe disputa para derrotar o governo no território do município. Partidos adversários entre si possuem um só consenso, todos são leais e apóiam o situacionismo estadual vigente, seja ele qual for; de forma alguma o governo do Estado pode ser adversário do chefe político local, seria o maior mal que poderia acontecer a ele, daí a busca de seu ardoroso apoio. As disputas eleitorais irão definir qual grupo receberá – por possuir a maioria do eleitorado – as graças do governo estadual. Ao governo estadual, “o que mais interessa é ter nas eleições estaduais e federais, que se seguirem, maior número de votos, com menor dispêndio de favores e mais moderado emprego da violência”. Para o plano político estadual, portanto, é interessante apoiar a corrente majoritária local. Assim, a “essência (...) do compromisso ‘coronelistas’ – salvo situações especiais que não constituem a

²²⁷⁹ LEAL, Coronelismo..., p. 44-7.

regra – consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta-branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar”.²²⁸⁰

A formação dessa prática e mentalidade autoritária é registrada historicamente no Brasil. Na época da independência das colônias espanholas e portuguesa do jugo metropolitano, verificou-se movimentos sociais diferentes nas sociedades hispano-americanas e luso-americanas. As antigas colônias espanholas se fragmentaram e a antiga colônia portuguesa manteve sua unidade; as instabilidades e rebeliões políticas que se verificaram em solo hispano-americano não teve correspondência em solo luso-americano, de tal forma que não se verificou neste ultimo mudanças irregulares e violentas de governo, conservando a supermacia do governo civil. As explicações para o fato de a América portuguesa ter percorrido um destino diferente da sua congênere espanhola centram-se ora em explicações sobre uma maior centralização da administração portuguesa, ora no fato político da Corte real ter se transmigrado para sua colônia, ora em esclarecimentos de natureza sócio-econômica – surto mineratório integrador, uma economia interna em desenvolvimento, situação de mercado levando a uma capacidade de domínio por parte de grupos econômico-políticos, escravidão favorecendo a centralização. José Murilo de Carvalho defenderá que “a decisão de fazer a independência com a monarquia representativa, de manter unida a ex-colônia, de evitar o predomínio militar, de centralizar as rendas públicas, foi uma opção política entre outras possíveis na época”. As elites políticas luso-americanas – grupos de pessoas distintas das massas e entre as próprias elites (elite da elite) –, sujeitos a fatores sociais e políticos que muitas vezes não tem controle, mas influentes economicamente e politicamente, efetivamente influenciaram as decisões tomadas na época e o rumo tomado pelos acontecimentos, até

²²⁸⁰ LEAL, Coronelismo..., p. 47-50. Para compreender melhor o fenômeno social do coronelismo na América portuguesa, vide: DANTAS, Iberê. **Coronelismo e dominação**. Aracajú: Ed. da UFS, []. 114 p.; CHIAVENATO, Júlio J. **Cangaço: a força do coronel**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: MCT/CNPq, 1990. 132 p.; VILAÇA, Marcos Vinícios; e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Coronel, coronéis**. 3. ed. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro; Niterói: Ed. da UFF, 1988. 234 p.; MARTINS, Rodrigo Baptista. **A masorca: o coronelismo e a violência no processo político brasileiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1977. 152 p.; ANDRADE, Léo Rosa de. **A estrutura coronelista de dominação: análise de um caso**. 1984. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1984.; SANTOS, Gustavo Ferreira. **Federalismo e autoritarismo na prática constitucional da primeira república**. 1996. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.; AGUIAR, Cynara Silde Mesquita Veloso de. **A prática do coronelismo em São João da Ponte (MG) no período de 1946-1996: um estudo de caso**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. 2 v.

mesmo porque elas foram gestadas, forjadas ou cunhadas pela própria ideologia política colonial portuguesa. Assim, homogêneas ideológica e socialmente, recrutadas entre as parcelas dominantes socialmente, essas gentes especiais foram formadas e treinadas – educação, ocupação e carreira política – para resolver os conflitos intra-elites – mineradores, latifundiários, comerciantes, etc. – reduzindo os seus efeitos descentralizadores, “e fornecer a concepção e a capacidade de implementar determinado modelo de dominação política”.²²⁸¹

O Estado gerado por essa elite será monárquico, centralizado, unitário e de baixa representatividade política, tendo sido em sua tarefa – das elites – também eficientes no fortalecimento do Estado, especialmente na sua capacidade de controle da sociedade, construindo um sentido especial de ordem sócio-político-econômico-jurídica. A manutenção dessa ordem passava pela constante cooptação de lideranças que poderiam contestá-la, especialmente os fazendeiros locais, desta forma, a política imperial era voltada também para distribuir títulos nobiliárquicos – às vezes mais de um para uma mesma pessoa. Entre os títulos nobiliárquicos, os títulos de barão “eram tradicionalmente reservados para os grandes proprietários rurais, sobretudo para aqueles que se distinguiam por seu poder e riqueza mas não por sua projeção na vida política, isto é, por seu pertencimento à elite política. Para os proprietários que ingressavam na elite [política], assim como para os altos burocratas, eram reservados títulos mais elevados, até o máximo de duque, concedido apenas a Caxias”. Em Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, o baronato era marca registrada dos grandes cafeicultores, aproximando os proprietários da monarquia, mas também funcionando como instrumentos de compensação para certas perdas materiais dos fazendeiros; a “Coroa tentava devolver em símbolos de *status* o que retirava em interesses materiais”.²²⁸²

Essa prática de dominação via cooptação e compensações, obtendo a centralização e hierarquização do poder, resolvendo as diferenças através de conciliações, é uma reprodução de um jogo social político e econômico que tem origem remota em Portugal, figurando situações de dependência e subordinação servil de seus protagonistas, em troca de vantagens – materiais ou simbólicas – hauridas de um centro de poder poderoso. O pensamento autoritário, personalista, e a racionalidade que os acompanham, ao passar dos tempos, acabam se reproduzindo, de tal forma a vigorar sempre de formas novas e diferenciadas, mas fundamentalmente mantendo as estruturas ideológicas como uma sina inescapável que toda sociedade deve conviver. Nesse sentido, Fernando Luiz Abrucio estuda um ator político

²²⁸¹ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 462 p.

²²⁸² CARVALHO, A construção...

fundamental da história republicana luso-americana, qual seja, os governadores de estados, e seu papel nos rumos políticos do país, inclusive em tempos mais recentes. Como barões da federação, seu poder incide sobre a carreira política estadual dos pretendentes a cargos eletivos legislativos e executivos, a começar a de vereadores e prefeitos municipais. É por via dos governadores que os líderes políticos locais vêm suas demandas atendidas pela União, pois os governadores é que detêm o maior poder de pressão na execução orçamentária nacional. A força dos governadores foi atestada pelas ações de contenções praticadas pelos dois regimes políticos nacionais mais autoritários da história brasileira – o Estado Novo e o regime militar instaurado após o golpe de 1964 – vale dizer, por via de nomeação de interventores e a extinção de eleições diretas para governadores. Os governadores foram os únicos atores que desafiaram o poder centralizador do presidente da república, tendo exercido um papel fundamental na redemocratização do Brasil. Tal como os barões da época do Império, a história dos governadores estaduais é marcada por exercício do poder sem contrapesos, anti-republicanismo e mesmo rejeição à submissão a uma autoridade maior, chegando a controlar os poderes legislativo e judiciário regionais. No jogo político, através de seu poder de interrupção de carreiras políticas federais, ele adquiriram um poder de veto significativo para as políticas nacionais, influenciando os membros do Congresso Nacional a defenderem apenas os arranjos federais que fossem favoráveis para seus interesses imediatos e de curto prazo, especialmente o acesso aos recursos fiscais nacionais, praticando políticas individualistas e não-cooperativas.²²⁸³

Como se formam essas gentes poderosas, sua atuação na sociedade e como se utilizam de mecanismos de poder, pode ser melhor compreendido através do trabalho de Ricardo Costa de Oliveira, ao investigar o processo de formação dos grupos sociais superiores do Estado do Paraná, e suas relações com a economia, política e cultura regional; no caso específico do Paraná, o entendimento passa pela elite vinculada à erva-mate e seu padrões de representação política, bem como ao fato de que eles mantinham estritos vínculos de parentesco entre si, mantidos desde longo tempo. A elite sócio-econômico-política paranaense, assim, na época da república velha, é formada principalmente por poucas famílias que detinham o controle da sociedade, da economia e da cultura regional, enfim, uma classe dominante composta de um reduzido número de famílias, parentes entre si e compartilhando muitos ascendentes em comum; dessas gentes emanam e sobressaem socialmente os grandes senhores de terras e homens, negociantes, ocupantes de altos quadros burocráticos, políticos de relevo, militares

²²⁸³ ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 256 p.

de altas patentes e promotores culturais. Materialmente essa elite é definida pela inserção econômica dentro do quadro social que atuam, bem como pelo comando político e social local e regional; para a continuidade e reprodução de sua proeminência social, as suas relações sociais e políticas exercem um papel fundamental – especialmente aquelas com o Estado –, a fim dessas pessoas não entrarem numa curva de decadência social e econômica. Trata-se de uma classe dominante que parece passar despercebida, por isso tidas como detentoras do silêncio dos vencedores.²²⁸⁴

Simon Schwartzman identificará a longa tradição autoritária brasileira dentro da “tese de que o entendimento da vida política brasileira passa necessariamente pela análise das contradições entre o centro econômico mais organizado da ‘sociedade civil’ no país, localizado em São Paulo, e o núcleo do poder central, muito mais fixado no eixo Rio de Janeiro-Brasília”. Destaca o fato do contraste entre Estado patrimonial, irracional, centralizador e autoritário, diante dos setores sociais que advogam autonomia, descentralização e racionalismo privado, por um lado, e o contraste entre ideologias liberais – livre-iniciativa, privatismo, não-intervencionismo – e as necessidades de planejamento governamental e intervenção estatal na vida sócio-econômica da sociedade. Na ordem prática da vida social, tanto conservadores quanto liberais – nas discussões e encaminhamento das soluções a esses paradoxos – acabam reproduzindo um mesmo ideário ético-moral – portanto, estabelecendo mais uma oposição ético-moral do que uma contradição ético-moral absoluta entre si –, diferindo apenas em grau – de um lado, um conservadorismo ameno, de outro um conservadorismo rígido e duro. “Ao juntar as duas dimensões em uma só, a oposição liberal defende, muito justamente, as tese de que o Estado não se deve sobrepor à sociedade e controlá-la, e de que é importante que os setores sociais mais dinâmicos e dotados de recursos próprios e autonomia, tenham o direito e oportunidade de se fazer ouvir e se fazer valer. Ao mesmo tempo, no entanto, essa perspectiva liberal nega a validade do planejamento social, da intervenção do Estado na vida econômica, da possibilidade de definição de valores sociais e nacionais que sejam superiores à simples agregação de interesses privatizados. Ela se confunde, assim, com a defesa do *status quo*, com a manutenção de privilégios econômicos, com o conservadorismo enfim. O reverso da medalha é a defesa extrema do intervencionismo governamental sem consideração para com os grupos sociais autônomos, sem mecanismos

²²⁸⁴ OLIVEIRA, Ricardo Costa. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001. 448 p.

explícitos e eficientes de responsabilização dos governantes em relação aos governados, enfim, autoritarismo”.²²⁸⁵

Assinala o autor que, no Brasil, as ideologias políticas liberais sempre foram cultivadas em grupos sociais restritos – social e economicamente –, mas com um conteúdo social de forma muito reduzida, ou seja, a ideologia era vista predominantemente para produzir riquezas para um grupo social, apenas e essencialmente isso, olvidando-se aquela parte da ideologia que garantiria a uma grande massa de gentes direitos, participação, democracia, e acesso aos bens e riquezas socialmente produzidos; assim, a lutas libertárias do liberalismo ganham força apenas em períodos de autoritarismo exacerbado, marcando, assim, um tipo específico de liberalismo praticado na América portuguesa, uma liberalismo conservador brasileiro. O autoritarismo brasileiro é um fenômeno com raízes profundas e está na história da formação do Estado brasileiro; ele nasce com marcas patrimoniais, com uma burocracia administrativa forte e pesada e uma sociedade civil – “classes sociais, grupos religiosos, étnicos, lingüísticos, nobreza etc.” – fraca e pouco articulada. “O Brasil nunca teve uma nobreza digna deste nome, a Igreja foi quase sempre submissa ao poder civil, os ricos geralmente dependeram dos favores do Estado e os pobres, de sua magnanimidade”. Assim, os padrões de relacionamento entre Estado e sociedade civil são de um dominante poderoso e um dominado estéril, submisso. Nesse quadro, a dominação social passa por uma burocracia estatal pesada, poderosa, mas ineficiente, apropriando as funções, órgão e rendas públicas dos setores privados – mas subordinados e dependentes do poder central. O sentido de modernização por que passa essa estrutura de dominação social é a sua transformação num despotismo burocrático, vale dizer, do “imperador-sábio D. Pedro II aos militares da Escola Superior de Guerra, passando pelos positivistas do Sul e tecnocratas do Estado-Novo, nossos governantes tendem a achar que tudo sabem, tudo podem, e não têm na realidade que dar muita atenção às formalidades da lei”.²²⁸⁶

O jogo político que se desenvolve é uma negociação contínua entre o Estado – provedor de todos os ganhos, benefícios e vantagens – e os diversos setores sociais pretendentes ao acesso das vantagens oferecidas pelo Estado, com os respectivos excluídos do mesmo – não se trata, portanto, de um jogo político fundado num processo de representação de setores sociais junto ao Estado. Trata-se de uma negociação entre desiguais onde a exclusão dos favores do Estado significa a ruína social. Praticamente todas as questões de

²²⁸⁵ SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 9-10.

²²⁸⁶ SCHWARTZMAN, Bases..., p. 10 e 13-4.

interesse social passam pelo crivo do poder público com as respectivas negociações subjacentes para encaminhamento delas, vale dizer, cooptação de lideranças pelo sistema político, a fim de serem colocadas à seu serviço; incorporação permissiva – fácil – de intelectuais, empresários, lideranças religiosas e sindicais dentro do estamento burocrático. Essa cooptação, quando institucionalizada, assume forma corporativista, ou seja, organização de “grupos funcionais e de interesse em instituições supervisionadas e controladas pelo Estado”, como os sindicatos, associações patronais e profissões liberais, inclusive todo sistema de ensino superior. Por outro lado, cooptação também implica na exclusão dos processos de decisão política e de parcela na distribuição da riqueza nacional. Assim, o Estado Novo organizava e cooptava o operariado urbano e excluía o campesinato do processo; o regime militar pós-64 excluiu – ou enfraqueceu muito – o trabalho urbano, intelectual e as populações das grandes cidades na influência da vida política do país. Por fim, a atividade econômica do Estado é de cunho mercantilista, entre outros, distribuindo privilégios a grupos privados nacionais e estrangeiros, conforme aliança de interesses, sendo que o populismo é sempre uma tônica da política praticada, vale dizer, estabelecimento de uma relação direta entre a liderança política e a massa de gentes ou povo, sem intermediação de grupos sociais organizados.²²⁸⁷

Assim, forma-se uma sociedade que, do ponto de vista político, ela é praticamente dependente do Estado para os “benefícios, sinecuras, autorizações, empregos, regulamentos, subvenções”, enfim, uma dependência que acaba estimulando inclusive a clandestinidade, vale dizer, num Estado que pretende controlar tudo, “comportamentos não regulados passam a ser vistos com ilegítimos, mas ao mesmo tempo aceitos de forma tácita e consensual: a economia informal, o jogo do bicho, (...) o contrabando, o poder privado em suas diversas manifestações, [o jeitinho] (...). Com isso, a vida quotidiana tende a ser desprovida de conteúdos éticos e normativos, uma situação endêmica de anomia, cujas conseqüências ainda não foram plenamente entendidas por nossos cientistas sociais”. Quando a estrutura social do Brasil passa por transformações profundas, a partir de meados do século XX – crescimento demográfico, migração campo-cidade, emergência da grande lavoura mecanizada exportadora, das grandes extensões de criação de gado, surgimento do assalariado rural e da agro-indústria, esvaziamento dos campos e inchamento das cidades, violência urbana, emergência de uma forte classe média urbana (no emprego público, nas profissões liberais, no comércio e na indústria), expansão do sistema educacional, crescimento do proletariado

²²⁸⁷ SCHWARTZMAN, Bases..., p. 14-5.

urbano (especialmente em São Paulo) –, toda a estrutura historicamente arcaica e tradicional entra em crise, pois aquela relação de simbiose e dependência entre Estado e sociedade civil não atende mais às demandas sociais, sendo que a estrutura burocrática é formalista, pesada, ineficiente e sem agilidade para as grandes demandas urbanas – infra-estrutura, economia, sistema financeiro etc. Assim, o sistema corporativista montado entre em colapso – “conveniência mútua entre o Estado e alguns setores mais organizados da sociedade” –, uma vez que o aumento no número de participantes do sistema, não vem acompanhado da correspondente distribuição de recursos e privilégios na mesma proporção, e mesmo a atividade econômica mercantil do Estado sofre com a ineficiência, irracionalidade e altos níveis de corrupção. Por fim, entra em crise o sistema político de cooptação, que garantia a contenção das reivindicações sociais, junto com a diminuição da capacidade do Estado em atender as demandas, levando a manifestações de radicalização política, especialmente por parte do movimento sindical – época de 1964 –, que posteriormente serão seguidas pelos funcionários públicos, professores e algumas categorias profissionais liberais – década de 1980. A estabilidade da ordem política do passado não existe mais e os novos tempos são de instabilidade e perplexidade. A solução encontrada foi a repressão e 20 anos de ditadura militar no Brasil.²²⁸⁸

Na época da conquista e colonização luso-americana, o sistema social, político e econômico da casa grande – e da senzala anexa – criou os senhores rurais, pessoas poderosas que praticamente dominaram a colônia quase sozinhas nessa época; eles eram donos das terras, do homens e das mulheres em seus domínios, com poder de vida e morte sobre seus dependentes, ciosos da hierarquia derivada ou inerente ao sistema social. Tudo se concentrava na casa grande, ou seja, a produção, trabalho, transporte, religião, vida sexual e de família, higiene do corpo e da casa, política, fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo os órfãos.²²⁸⁹ De fato, desde a independência do Brasil, e mesmo antes, o autoritarismo – herança secular da civilização ibérica – é uma marca que sempre se fez presente em diversos momentos da história social luso-americana. Em verdade essa foi uma realidade que permaneceu constantemente, reproduzindo-se socialmente de tal modo que as mudanças políticas e sociais mais certamente podem ser consideradas como a manutenção do vinho sendo feito, e a sua continuidade através de novas roupagens. D. Pedro, ao ser aclamado regente e defensor perpétuo do Brasil

²²⁸⁸ SCHWARTZMAN, Bases..., p. 15-9.

²²⁸⁹ FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Círculo do Livro, []. 594 p.

– em maio de 1822 –, reorganizou as bases do Estado brasileiro, ou seja, manteve a continuação da burocracia implantada por seu pai, encarregando ela da estrutura política do país – com os pés no Brasil e a mente e coração em Portugal. O evento de 7 de setembro de 1822, será fruto do encontro de interesses entre liberais e realistas, enfim, liberais revolucionários e conservadores absolutistas, correntes conflitantes que D. Pedro I suplanta através de uma revolução do alto. A Constituição de 1824 consagrará a igualdade sem democracia e liberalismo sem soberania popular, mantendo grupos sociais tradicionais e continuidades históricas junto ao poder central da nascente nação luso-americana. O movimento que desejava o imperador sujeito à soberania popular é esmagado impiedosamente. O que se seguirá é todo um movimento político voltado para centralizar o poder, conduzido pelo partido conservador, retirando toda a força de poder político local – províncias – em favor do poder política central, através de leis – lei de interpretação de 12 de maio de 1840 e reforma do código de processo criminal – e criação de órgãos políticos e de polícia centralizadores.²²⁹⁰

A partir daí, o que se verificará especialmente no segundo reinado, é um imperador poderoso, fonte de todas as sortes desgraças dos grupos políticos de atuação meramente artificial, época dos saqueremas e luzias, onde, revezando-se no poder, agiam praticamente da mesma forma. O povo era dominado pelos políticos e os políticos tutelados pelo imperador. O sistema político é o velho sistema secular nascido em Portugal e transplantado em terras americanas; acima das classes sociais e subjacente a todo jogo político, está o estamento, a velha camada político-social, realidade que cerca o imperador, camada dirigente, aristocrática – na função e origens históricas –, fechada em sua perpetuidade hereditária, camada que comanda, barganha e transige. Assim, o Estado reina soberano, por meio desses funcionários e a ordem social e política em vigor jamais é criada ou inovada, tudo é decorrente do sistema sócio-político erigido – bacharel, juiz, promotor, senador, deputado, ministro etc. Nesse contexto, a escola é criada para gerar letrados e bacharéis, necessários à burocracia, mas o nível de educação recebida por uma pessoa seria condizente às suas origens sociais. A aristocracia brasileira é a dos títulos, condecorações e do governo, se estendendo no patronato, uma aristocracia burocrática que faz convergir sobre si toda camada superior da sociedade brasileira, por via de alianças ou dependências. “Não se trata de uma classe, grupo ou camada que se apropria do Estado, do seu mecanismo burocrático para o exercício do governo. Uma categoria social, fechada sobre si mesma, manipula lealdades com o cargo

²²⁹⁰ FAORO, Os donos..., p. 329-36.

público, ela própria, sem outros meios, assentada sobre as posições políticas. Entre a carreira política e a dos empregos há uma conexão íntima e necessária, servindo o Estado como dispenseiro de recursos, para o jogo interno das trocas de vantagens. Essa coluna parte do imperador e vai até às eleições paroquiais, articula-se na vitaliciedade e se projeta nas autoridades policiais e judiciárias donas dos votos, no manejo caricato da soberania nacional”.²²⁹¹ O governo lança sombra em tudo – tudo emana dele, não há opinião pública e as classes sociais não possuem interesses e autonomias –, e o governo são os grupos vitalícios, reproduzindo-se hereditariamente no poder, e o poder não são as riquezas, mas os títulos nobiliárquicos que advém do emprego público – senador, ministro etc. O patronato é todo aparelhamento, instrumento que faz a aristocracia – estamento superior – expandir-se e se sustentar. Na base da pirâmide social, apatia, indiferença, alheamento, garantido por capangas, capoeiras e polícia oficial; o Estado, assim, com certeza não é o povo, mas uma entidade maior, abstrata e soberana; ele tudo pode, o indivíduo nada é; impedindo o povo de participar da vida pública, o sistema acaba por afirmar que o povo não tem condições, capacidade e competência para gerir os negócios públicos.²²⁹² E o que sucedera na república é continuação da mesma racionalidade e atitudes autoritárias e de dominação violenta, que marcará até os dias contemporâneos as relações entre o Estado e a sociedade.²²⁹³

O pensamento autoritário marca a história da vida republicana brasileira, concebendo inclusive ideólogos que gestarão obras fundamentando o seu uso prático na vida sócio-política brasileira.²²⁹⁴ De fato, verifica-se que o autoritarismo já está impregnado como se fosse uma ideologia inevitável das práticas políticas do país – integralismo político, pensadores católicos, Escola Superior de Guerra etc. Se o domínio militar sobre as instituições republicanas foi superado, mantém-se o elevado predomínio do poder executivo sobre os demais poderes da República. É da vontade dos governantes dos executivos e da elite ali inserida que brota a maior parte da produção legislativa do país, de forma centralizada e com forte dose de déficit democrático em muitas dessas ações – vide os sucessivos planos econômicos implementados à força sobre a sociedade desde a segunda metade da década de 1980. Para defender a manutenção desse *status quo* – o destino da sociedade em crise é aceder às decisões urgentes, mesmo que complexas; o processo democrático de tomadas de decisão inviabilizaria os efeitos sociais esperados de uma tomada de posição diante da crise, daí as

²²⁹¹ FAORO, Os donos..., p. 389-90.

²²⁹² FAORO, Os donos..., p. 341-94.

²²⁹³ Vide volume 2 de: FAORO, Os donos...

²²⁹⁴ VIEIRA, Evaldo. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil**: Oliveira Vianna & companhia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981. 150 p.

decisões urgentes serem inevitáveis; conformar-se com a situação é igualmente inevitável – os argumentos são muitos, mas todos referendando a concentração de poder em círculos restritos, conformando e legitimando a edificação de um Estado autoritário, e subvertendo a ideologia de um Estado democrático de direito. O ideal autoritarista subverte o ideal das práticas democráticas e republicanas. Assim, Alberto Torres, Azevedo Amaral, Francisco Campo e Oliveira Vianna, compõem uma primeira geração do pensamento autoritário brasileiro, e que fundamentou o primeiro governo de Getúlio Vargas e seu Estado Novo. Eugênio Gudim e Roberto Campos, destacados e influentes economistas brasileiros, reproduziram a ideologia dessa primeira geração de pensamento autoritário – a superioridade do Estado sobre a sociedade civil; a supremacia do executivo sobre os demais poderes; a preeminência de técnicos sobre os políticos dentro do poder executivo.²²⁹⁵

O uso da violência e do terror é o principal meio à disposição dos espíritos autoritários para conseguirem atingir seus objetivos sócio-político-econômicos, dentro de um ambiente social estabilizado. A história da América Latina, desde a conquista e colonização é escrita com muita violência, voltada para conseguir a submissão das pessoas ao poder central, lembrando sempre quem manda e quem deve obedecer. Nota-se que o uso da violência sempre teve um motivo pedagógico, ou seja, uma lição exemplar – brutal, cruel, bestial e feroz – para conhecimento de todos, a fim de não esquecerem o que lhes é reservado em caso de rebeldia frente ao poder central. De fato, em tempos mais recentes essa crueldade e ferocidade mantiveram-se nas práticas repressivas pelas forças militares e policiais contra a rebeldia do povo. No Brasil colonial, o pelourinho, junto com a igreja e a alfândega, é simbólico sobre a forma como Portugal via a ordem disciplinar em terras americanas, vale dizer, igreja para pacificar, alfândega para arrecadar, pelourinho para disciplinar e lembrar aos recalcitrantes e descumpridores das hierarquias, para não descumprirem com seus deveres enquanto súditos da Coroa portuguesa. Assim, o braço armado era quem garantia, em última instância, a manutenção da ordem.

O uso da força policial e militar sempre foi uma constante na vida da América portuguesa, quando elas faltavam, eram bandos ligados a um chefe político que cuidava – a seu modo – as questões de justiça na região. A violência, o sadismo e o terror eram a tônica

²²⁹⁵ SILVA, Ricardo. **A ideologia do Estado autoritário no Brasil**. Chapecó: Argos, 2004. 366 p. Sobre a temática vide ainda, entre outros: O'DONNELL, Guillermo. **Análise do autoritarismo burocrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 430 p.; O'DONNELL, Guillermo. **Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários**. São Paulo: Vértice; Revista do Tribunais, 1987. 80 p.; SANTOS, Gustavo Ferreira. **Federalismo e autoritarismo na prática constitucional da Primeira República**. 1996. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

das ações dessas gentes e, tudo indica, as culturas autoritárias produzem gentes que se lançam com destemor no cumprimento dos seus objetivos armados. A guerra do Paraguai é um exemplo funesto sobre a forma como se lida com o inimigo armado; os resultados em termos de mortos em combate – independentemente da polêmica dos números e percentuais – são impressionantes. Os combatentes de ambos os lados lutam escarniçadamente até a morte, como se a derrota e a morte fossem de efeitos idênticos; o fato é que a violência produzida nesses embates é atroz.²²⁹⁶ Entretanto, esse uso desmesurado da força e violência, levando praticamente ao extermínio do adversário, é fato comum também nos conflitos internos verificados em terras luso-americanas. A campanha de Canudos, no interior da Bahia, é um exemplo da “solução final” que caracteriza a solução de diferendos em terras autoritárias, e de ambas as partes do conflito. Canudos não se rendeu, escreveu o cronista, lutou até todos os resistentes morrerem,²²⁹⁷ de cerca de 20 mil habitantes, restou apenas pouco mais de trezentas pessoas ao final do conflito.²²⁹⁸ Outro fato exemplar acerca da intensidade do uso da violência, sucedido na mesma época, foi a Revolução Federalista ocorrida no Rio Grande do Sul, resultando em milhares de mortos, a maioria degolada.²²⁹⁹

Os militares sempre estiveram presentes na América Latina, cumprindo um papel que sempre reforçou o sentido de ordem social, postergando o progresso para um tempo futuro, supostamente a partir do alcance da ordem desejada. Essa atitude, na prática, protegeu e reforçou as mesmas racionalidades de dominação autoritária e personalista que marcou a história social da região, reproduzindo um mundo cuja ordem seria cada vez mais difícil e o progresso praticamente impossível – evidentemente refere-se aqui ao progresso de toda população.²³⁰⁰ Se não se pode culpar e responsabilizar os militares pela corrupção que grassa a nação em todo os seus setores públicos – pelo menos ninguém ainda o fez, analisando o

²²⁹⁶ Sobre a Guerra do Paraguai, vide: CHIAVENATO, Julio José. **Genocídio americano: a Guerra do Paraguai**. São Paulo: Círculo do Livro, []. 226 p.; CHIAVENATO, Julio José. **Genocídio americano: a Guerra do Paraguai**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. 208 p.; DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 620 p.; COSTA, Wilma Pires. **A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império**. São Paulo: Hucitec; Ed. da Unicamp, 1996. 336 p.

²²⁹⁷ Sobre a campanha de Canudos, vide: CUNHA, Euclides da. **Os sertões: campanha de Canudos**. 33. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987. 418 p.

²²⁹⁸ MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 195.

²²⁹⁹ Sobre essa entre muitos outros, vide: FREITAS, Décio. **O homem que inventou a ditadura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1999. 224 p.

²³⁰⁰ Sobre a temática acerca dos militares, entre outros vide: BORGES FILHO, Nilson. **Santos e pecadores: o comportamento político dos militares (Brasil-Portugal)**. Florianópolis: Paralelo 27; CPGD, 1997. 136 p.; STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à nova república**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 118 p.; CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004. 460 p.; COGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: contexto, 2001. 128 p.

papel dos militares na seara –, nem culpá-los por uma prática moral nacional que favorece uma permissividade de comportamentos muito além do que impessoalmente seria tolerado, o fato é que por sua omissão ou conseqüências indiretas de suas ações num passado mais recente – e mesmo num passado mais remoto, considerando as históricas práticas políticas do Brasil diante do patrimônio público –,²³⁰¹ a corrupção político-administrativa no Brasil permaneceu e continuou a produzir seus históricos efeitos na sociedade, após a recente entrega do poder aos civis depois de 20 anos de governo militar.²³⁰² Mas não há dúvidas em responsabilizá-los direta e indiretamente pelo terror que se abateu sobre a sociedade brasileira após 1964 – ditadura militar que coincidentemente também aconteceu em Portugal e Espanha, portanto, evento estrutural dessas culturas autoritárias –, quando assumiram o poder num golpe militar e perseguiram politicamente – de uma maneira violenta – todos aqueles que decidiram se opor ao regime militar, usando todos os recursos públicos de informação e mesmo recorrendo à ilegalidade e o terror da tortura para obter a contenção das ações e comportamentos rebeldes que nasceram na época, uma época onde se sonhava a possibilidade de construir um mundo melhor para toda sociedade.²³⁰³ Por fim, na história dos militares no Brasil, talvez o registro de seu momento maior em prol da democracia da nação e em favor de transformações sociais nas estruturas do governo, do jogo político e da tradicional atitude das elites do país, tenha ocorrido no início do século XX, quando militares decidiram se rebelar contra o *status quo* e acabaram apoiando o golpe militar de 1930, mas, mais especificamente, produzindo o feito da Coluna Prestes, uma ação extraordinária de grupo de militares e

²³⁰¹ ZANCANARO, Antonio Frederico. **A corrupção político-administrativa no Brasil**. São Paulo: Acadêmica, 1994. 166 p.

²³⁰² DIMENSTEIN, Gilberto. **A república dos padrinhos**: chantagem e corrupção em Brasília. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 159 p.; DIMENSTEIN, Gilberto. **Conexão Cabo Frio**: escândalo no Itamaraty. São Paulo: Brasiliense, 1989. 124 p.; OLIVEIRA, Francisco. **O roubo é livre**. 2. ed. Porto Alegre: Tchê!, 1985. 370 p.; SUASSUNA, Luciano; e PINTO, Luís Costa. **Os fantasmas da casa da dinda**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1992. 108 p.; KRIEGER, Gustavo; NOVAES, Luiz Antônio; e FARIA, Tales. **Todos os sócios do presidente**. 3. ed. São Paulo: Scritta, 1992. 196 p.; BRIGAGÃO, Clóvis. **Inteligência e marketing**: o caso Sivam. Rio de Janeiro: Record, 1996. 144 p.; BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 48 p.; BARBOSA, Livia. **O jeitinho brasileiro**: a arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 160 p.

²³⁰³ Arquidiocese de São Paulo. **Brasil: nunca mais** – um relato para a história. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 312 p.; Mitra arquidiocesana de São Paulo. **Projeto “Brasil: nunca mais”**. Petrópolis: Vozes, 1988. 12 v.; MARKUN, Paulo (org.). **Vlado**: retrato da morte de um homem e de uma época. São Paulo: Círculo do Livro, []. 121 p.; RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1996. 288 p.; DINGES, John. **Os anos do condor**: uma década de terrorismo internacional no cone sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 448 p.; FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro da Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005. 592 p. O fenômeno de ditaduras na América Latina tem correspondência na história da Península Ibérica recente. Interessante observar que a mentalidade, o comportamento, as respostas dos poderes públicos às diferentes demandas sociais reproduzem-se estruturalmente de forma idêntica nas sociedades ibéricas e americanas; sobre a ditadura em Espanha e Portugal, vide: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Espanha e Portugal**: o fim da ditaduras. São Paulo: Xamã; FFLCH História USP, 1995. 232 p.

simpatizantes que percorreram o Brasil de sul a norte, pregando uma revolução social no país.²³⁰⁴

Quando se analisa um setor social específico, que em princípio seria voltado para contribuir para o processo democrático participativo brasileiro, bem como a elevação espiritual e intelectual das pessoas que desfrutam do acesso aos seus meios, e que deveria ser um ponto de equilíbrio e referência contra a passionalidade, falta de inteligência, falta de impessoalidade e autoritarismo vigentes na sociedade, verifica-se que, dentro da estrutura social – e do seu *habitus* – que se reproduz continuamente, a mídia brasileira – jornais, revistas, televisão, rádio etc. – contribui para reproduzir o sistema de mando estabelecido, reforçando as hierarquias sociais construídas historicamente, elemento fundamental para manter a realidade sócio-econômico-político-cultural vigente em terras luso-americanas. A regra fundamental do jogo social que se joga dentro dos meios de comunicação, é que o veículo – seja qual for – é aquilo que o patrão deseja que seja, e a independência do exercício da profissão jornalística é dada pelos limites que o patrão estabelece para sua empresa. Ademais, o patrão – o empresário dono do veículo de comunicação – está vinculado junto a setores sociais poderosos, os donos do poder, assim como seus concorrentes também se ligam a outros setores poderosos, igualmente donos do poder. No varejo são diferentes e desunidos em aspectos mais amplos, no atacado – principalmente em épocas eleitorais ou quando o governante de plantão deve ser enfraquecido ou defenestrado do poder – eles acabam se unindo do ponto de vista negativo – para destruir adversários, independente de um consciente acordo prévio – quando os interesses gerais dos donos do poder são atingidos, desagradando a todos. A união da mídia, assim, é regra geral para restabelecer – enfim, não mudar a tradição – as regras do jogo social mais amplo e fundamental, que é essencialmente conservador e arcaico, voltado para a manutenção dos donos do poder no exercício real ou virtual do poder. O relacionamento entre grandes empresários, grandes agricultores, grandes banqueiros, políticos e donos de mídia – grandes ou pequenas – é uma constante na história sócio-político-econômica do Brasil, uma prática que se mantém até os tempos atuais, reforçada pelo alto grau de endividamento que as empresas de comunicação detêm, dependentes de verbas

²³⁰⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. **A coluna Prestes**: análise e depoimentos. São Paulo: Círculo do Livro, []. 112 p.; AMADO, Jorge. **O cavaleiro da esperança**: a vida de Luiz Carlos Prestes. 20. ed. São Paulo: Círculo do Livro, []. 356 p.; FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. 16 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 160 p.; DECCA, Edgar de. **1930**: o silêncio dos vencidos – memória, história e revolução. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. 216 p.; GUEIROS, José Alberto. **O último tenente**: Juracy Magalhães. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. 392 p.

do governo e da iniciativa privada para sustentarem os elevados salários do setor e viabilizarem-se economicamente.²³⁰⁵

3.2.3.2. AS IDÉIAS E MENTALIDADES: DA IBÉRIA À AMÉRICA PORTUGUESA

Os anos de 1870, viram emergir uma geração de intelectuais luso-americanos que influenciou, a seu modo, o mundo das idéias e os rumos políticos adotados pela América portuguesa independente de então. As idéias cultivadas por essa geração estavam inseridas dentro do movimento de transformação social que ebulia no final do Império, inscritas dentro da luta política em curso entre elites da sociedade da época – ou grupos sociais ideologicamente diferenciados em luta pelo domínio do poder. O campo intelectual, desta forma, revela uma dinâmica que se intercambia com outras esferas do espaço social; os diversos movimentos de reforma política tinham como alvo o sistema imperial, uma sociedade imperial que havia sido formada por um “amalgama cultural” articulada por três núcleos de significação, quais sejam, romantismo, catolicismo e “liberalismo estamental”. Esse liberalismo estamental vigente no Império, seria um tipo específico de liberalismo assimilado pela cultura luso-americana da época – revelado inicialmente por Florestan Fernandes –, qual seja, que cumpriu funções utópicas – ideais – no momento da independência política luso-americana, mas que “era um liberalismo que começava e terminava na ‘liberdade do senhor’”, excluindo escravos e hierarquizando os homens livres; a ordem é que importava, não tanto a liberdade. No Império “liberal”, o “exercício da cidadania não era entendido como direito individual universal mas como desempenho de função social na comunidade política, diferenciada segundo o grau de autonomia social e econômica dos homens livres. Os cidadãos não participavam da vida política com indivíduos, mas como representantes naturais das famílias detentoras do direito de reunidas governar o país”. Nessas

²³⁰⁵ ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo**: o jornalismo e a ética do marceneiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 272 p.; CARTA, Mino. **O castelo de âmbar**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 402 p.; DIMENSTEIN, Gilberto. **As armadilhas do poder**: bastidores da imprensa. São Paulo: Summus, 1990. 160 p. Sobre o assunto, vide também: HAMBURGER, Esther. **O Brasil antenado**: a sociedade da novela. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 196 p.; MICELI, Sergio. **A noite da madrinha**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 368 p.; GOMES, Pedro Gilberto; e COGO, Denise Maria (orgs.). **O adolescente e a televisão**. Porto Alegre: IEL; Ed. da Unisinos, 1998. 160 p.

estritas fronteiras é que se poderia conceber a idéia de uma comunhão perfeita da distribuição dos ganhos políticos – e tudo que advém daí – nessa estrutura hierarquizada.²³⁰⁶

Nessa época – como em todas as épocas –, a América portuguesa absorvia as idéias provenientes de fora, especialmente da Europa e Estados Unidos, alterando o seu sentido originário internamente, a fim de adaptá-las à prática cultural concretamente praticada em terras luso-americanas. Sobre a natureza desse processo de absorção de pensamentos alienígenas – e sua interpretação única dada pelas gentes locais, conforme a inclinação ou gosto pessoal do intelectual perante as idéias – é fato que a versão que chegava para uso local era uma “versão adaptada de forma algo desajeitada ao novo contexto”. O porquê dessa desconexão – contraponto, dissociação – entre a cópia e o original, era que talvez o que vinha da Europa não tinha a caráter de uma teoria completa e íntegra – inteiriça – para ser utilizado com modelo ou paradigma pronto e acabado em terras Américas; na própria Europa, uma sociedade estava em transição para se ajustar a um capitalismo em expansão, com suas dificuldades culturais internas de percepção e dominação dos fenômenos vinculados à racionalidade emergente. Essa geração de 1870 era uma geração “pertencente aos estratos altos da sociedade brasileira, que *experimentava* uma situação de marginalização política (...) e que aproveitou as novas *oportunidades políticas*, surgidas das fraturas da ordem política vigente, para articular-se em prol da reforma do *status quo* usando um conjunto de *recursos*, entre os quais o *repertório* intelectual”, que vivendo as mudanças estruturais em curso, agiu coletivamente – não sem tensões internas – para modificar a estrutura política vigente, e assumirem as posições que lhes cabiam na nova ordem.²³⁰⁷

De fato, esse movimento intelectual nascido na América portuguesa nos anos 1870, foi identificado pelos próprios contemporâneos dele como um movimento voltado para divulgar as novas escolas européias de pensamento. A interpretação dos resultados que alcançaram, sempre foi apontada como sincretismo e caos teórico, imitadores e modistas das idéias em voga na Europa de então, leitores sem nenhum espírito crítico, entretanto, havia uma dimensão política presente em todo esse processo. Observa-se que na própria história das idéias e no estudo de história cultural da civilização luso-americana, uma das mais importantes correntes de interpretação do movimento de 1870 – e o que sucedeu a partir daí – é extremamente hierarquizada, relacionando as doutrinas européias e a formação nacional luso-americana, estabelecendo a posição do pensamento brasileiro dentro da filosofia

²³⁰⁶ SALLUM JR., Brasília. Apresentação. In: ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 15-7.

²³⁰⁷ SALLUM JR., Apresentação..., p. 17-9. Grifos no original.

universal, com as escolas brasileiras, por sua vez, hierarquizadas em mestres e discípulos. A outra importante escola de interpretação é de cunho pragmático, buscando verificar o modo como as idéias alienígenas se conformaram no solo e experiência sócio-cultural latino-americana, estabelecendo os anos 1870 e no positivismo – outro marco hierárquico – o momento de origem da sociologia nacional da América portuguesa. Na adaptação da civilização ocidental às condições americanas, as teorias estrangeiras passaram por deformações “para servir (...) como ‘instrumento de ação, principalmente de ação social e política’ para grupos sociais específicos”, enfatizando a perspectiva prática – usos – das idéias.²³⁰⁸

Alonso irá defender que compreender o significado de um movimento intelectual como o da geração de 1870 luso-americana, implica em analisá-lo contextualmente, dentro das redes sociais onde eles transitam, marcadamente do ponto de vista da experiência política dessa época. “O repertório político-intelectual europeu auxiliou o movimento da geração de 1870 a exprimir de maneira sistemática e organizada suas críticas ao modo de pensar e agir da elite imperial [– portanto, ajudou a pensar o outro –]. Suas obras tomavam partido no debate político. Tinham, pois, um caráter deliberado de intervenção política. A ótica das práticas permite ver a dimensão de *ação coletiva* do movimento intelectual. (...) Assim, para entender por que o movimento ‘intelectual’ recorreu a certas maneiras de pensar não basta a análise de seus discursos. É preciso também compreender suas práticas. Isso impõe inscrever o movimento na estrutura de relações de poder da sociedade em que nasce. Formas de pensar e formas de agir estão em íntima conexão, de sorte que não é possível compreendê-las separadamente. A interpretação, por isso, exige uma análise fina, empírica, do modo pelo qual uma experiência social concreta plasma certas formas de pensar”. Tratou-se de um movimento voltado para especialmente contestar – portanto, antes de tudo um discurso, ou contra-discurso – o estatuto imperial em vigor; sua unidade foi o plano político, de pessoas que estavam marginalizadas em relação aos postos de mando do Segundo Reinado da América portuguesa independente. Importar idéias e pensamentos europeus e norte-americanos voltava-se especialmente em municiar essas gentes rebeldes de “instrumentos de crítica intelectual e de formas de ação política para combater as *instituições, práticas e valores* essenciais da ordem imperial”. Enquanto forma de contestação política, suas práticas

²³⁰⁸ ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 21-5.

e textos elaborados conformam uma unidade e identidade coletiva de revolta político-intelectual, demandando por reformas estruturais na sociedade.²³⁰⁹

Em busca de subsídios para criticar as instituições e valores do Segundo Reinado, bem como propor programas de reformas, foi que o movimento de 1870 socorreu-se de duas fontes principais, quais sejam, “o repertório da política científica e a própria tradição político-intelectual brasileira. O movimento não recorreu ao repertório intelectual europeu visando a construção de teorias em meio a um debate intelectual abstrato. Componentes desse repertório foram assimilados criteriosamente, conforme sua capacidade de elucidar a conjuntura brasileira e oferecer armas para a luta política”. Assim, eles reinterpretraram a história nacional com base em seu passado colonial e comparando suas trajetória em perspectiva com outras civilizações, “instrumentos para inserir o Brasil numa história ocidental em ritmo evolucionário e progressivo e ler a conjuntura como episódio de uma transformação estrutural em direção à constituição de um Estado de direito e de um mercado livre”. A modernidade era mudança, rompimento com o passado, e podia ser acelerada politicamente, tudo apontando “para a democratização do Estado e a instituição de um mercado livre tanto para o trabalho quanto para as mercadorias”. Entretanto, esse movimento reformador paradoxalmente apropriou-se da tradição que negava inicialmente. “O movimento manteve diálogo com a tradição imperial: preservou traços românticos, em especial na oratória, deu novo conteúdo ao americanismo, reviu a história e os símbolos nacionais, desencavando as rebeliões regenciais. A filiação mais importante do movimento à tradição consistiu em incorporar a preferência da elite imperial pela reforma em vez da revolução. Embora de novo tipo, o movimento comungou o elitismo político com o Segundo Reinado”. A sua marca fundamental, portanto, foi o elitismo; sua fórmula sócio-política preservava a manutenção de um grupo especial de gentes à frente dos negócios públicos e da condução política do país, procurando compor com grupos tradicionais dominantes e os grupos dominados, preservando a distinção – e o respectivo lugar de cada um – entre povo e elite – enfim, concentração de poder e doses de autoritarismo.²³¹⁰

Essa contradição intelectual que marcará a cultura luso-americana, esse racionalismo paradoxal que naturalmente vigora e impera na civilização brasileira, também irá produzir resultados estranhos na combinação de teorias racionais deterministas e evolutivas – noções de superioridade racial e estigma de nação mestiça – em plena época de liberalismo político

²³⁰⁹ ALONSO, Idéias..., p. 38-45. Grifos no original.

²³¹⁰ ALONSO, Idéias..., p. 332-4.

enquanto discurso ideológico – liberdade, igualdade e fraternidade. No final do século XIX, o Brasil era um país marcado por intensa miscigenação racial, fato observado por estrangeiros que visitavam a nascente república luso-americana, uma sociedade de raças cruzadas, um país mestiço, miscigenado biológica e culturalmente. No início do século XX, havia um pensamento científico corrente que ressaltava – ou procurava assim proceder – o branqueamento das gentes locais como a saída e solução para sua existência civilizacional. Os negros se tornariam brancos em um século, e a miscigenação era um período de transição na vida da nação; inevitavelmente, assim, um dia o Brasil seria um país branco. A mestiçagem local, o “amalgama de raças”, supostamente “deteriorava as melhores qualidades do branco, do negro, do índio, deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental”. Nas descrições dos estrangeiros da época, se destacava a população mulata, enfim, gente “assustadoramente feia”, viciada no sangue e no espírito. A mestiçagem era relacionada com o atraso e possível inviabilidade da nação. Assim, ao lado do discurso liberal, emergiu um discurso pretensamente científico de análise racial, utilizando-se dados estatísticos para corroborar o racismo científico em curso. Essas teorias raciais – cunhadas na Europa – chegavam com atraso de meio século na vida intelectual do país, e junto com a teoria liberal, eram dois grandes modelos teóricos explicativos que faziam grande sucesso na época, os pensamentos do momento – e da moda – que procuravam explicar – ou enquadrar – a realidade vivida, mesmo que espiritualmente contraditórias e excludentes entre si.²³¹¹

Apesar da reação recepcionar as teorias raciais como má consciência, e terem sido também interpretadas como subsciência ou cópias desautorizadas do imperialismo europeu, elas tiveram larga vigência no período. De fato, a crítica resalta que essas teorias racistas eram cópias inautênticas importadas acriticamente, uma espécie de pré-história das ciências sociais brasileiras, resultado da influência européia em terras luso-americanas, justificando o domínio europeu sobre os demais povos, num ambiente intelectual que apenas reproduzia o que vinha de fora, enfim, importação duvidosa de modelos deterministas – reproduzindo a histórica importação de idéias e doutrinas contraditórias, apenas um ato de imitação de pensamento alienígena. A cópia seria o mal maior do brasileiro da época, junto com a sua mania de querer demonstrar ser aquilo que ele não era, e de saber de tudo que sucedia no mundo, menos de si próprio – e seu mundo social. Mas o fato é que essas idéias tiveram usos no território nacional, tendo sido uma oportunidade e especificidade de ação social no âmbito dessa época. A raça e as idéias raciais foram política e historicamente construídas, recebendo

²³¹¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 11-15.

uma interpretação social, tendo sido as teorias assimiladas pelas elites locais e adotadas originalmente, estabelecendo critérios diferenciados de cidadania e mantendo a reprodução das diferenças sociais vigentes para o novo tempo de gentes livres. Essas teorias, assim, justificavam cientificamente a manutenção das organizações e hierarquias sociais tradicionais, e ao tempo, inviabilizava o nascente projeto nacional liberal. “do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre a raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações [supostamente] negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e ‘aperfeiçoamento’, obliterando-se a idéia de que a humanidade era una. Buscavam-se, portanto, em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitadas e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso”. Gentes das ciências – misto de cientista, político, pesquisador, literato, acadêmico e missionário – do final do século XIX decidiram, do interior dos estabelecimentos que trabalhavam, levar adiante as verdades de sua ciência positiva e determinista, a fim de dar saídas para o destino da nação.²³¹²

A história social da América portuguesa – em suas várias dimensões – é de ambigüidades que se põem e repõem constantemente. Os intelectuais brasileiros caracterizam-se pela ambivalência entre, de um lado, seus pensamentos e, de outro lado, suas ações.²³¹³ Manoel Bonfim e Olavo Bilac em obra escrita em 1910, “Através do Brasil”, procurarão obsessivamente definir para seus leitores uma definição de identidade social, em termos nacionais, para uma sociedade que acabava recém sair da escravidão e procurar ingressar na modernidade do século XX. No Brasil, era a época do fim do Império, e vigência da Primeira República. O empenho intelectual da época era converter uma coletividade social à uma idéia de nação. Através de dois personagens, os irmãos Carlos, de 15 anos, e Alfredo, de 10 anos, viajando por diferentes Estados brasileiros, de norte a sul do país, procurar-se incutir – adestrar – no leitor o imaginário de que eles vão aprendendo sobre si próprios através dos laços que os ligariam à coletividade maior que forma o país. Essa obra era direcionada para filhos de classes médias urbanas, “em grande parte descendentes das oligarquias rurais decadentes, classes em geral ‘cautelosas em suas alianças, conservadoras em seus programas

²³¹² SCHWARCZ, O espetáculo..., p. 15-22 e 239. Sobre o assunto, vide também: SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 330 p.

²³¹³ BASTOS, Elide Rugai. O fio de Ariadne. In: BOTELHO, André. **Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores nacionais**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002, p. 11-2.

políticos, convencionais em seu gosto estético e cegamente confiantes na educação como instrumento para a recuperação de seu *status*”.²³¹⁴

A obra trata-se de literatura escolar nacional, livro de leitura destinado à função e uso didático, gênero que emergiu nos primeiros anos da república luso-americana. Entre os artífices do gênero encontravam-se intelectuais notáveis, misto de ficção e história – novela histórica romântica – voltado para construir um sentimento nacional na juventude que emergia do fim do Império. Na educação nacional, a literatura escolar tinha o papel de reordenar as representações mentais do passado e presente, com vista à edificação de um projetado futuro da nação. O objetivo era “cultivar na juventude, sementeira da nação, os novos tipos de sociabilidade e solidariedade que a permitiriam identificar-se como pertencente a uma experiência social, política e cultural tida como comum e própria”. O cultivo da idéia de nações tinha na educação um momento privilegiado; por ela se efetivaria “uma verdadeira *reforma moral* da sociedade como condição da construção efetiva de uma *nação moderna* no país”. A educação seria meio social e político que redimiria o país de seu histórico atraso sócio-político-econômico-cultural, e as transformações sócio-econômicas por que passava o país realimentava positivamente tal concepção ou representação ideológica. Tal empreendimento não se circunscrevia ao plano pedagógico, abarcando todo campo cultural do país; portanto, nesse contexto, abarcando a produção da literatura de ficção, o pensamento social e o pensamento político da época; tudo se imbricava dentro de um mesmo projeto ideológico.²³¹⁵

“*Educação* não era então apenas sinônimo de aprendizado escolar, mas compreendia os diversos recursos sociais para propiciar ao indivíduo e aos diferentes grupos sociais o tipo de *formação* requerido pelas transformações por que passava a sociedade brasileira. Tratava-se, portanto, do debate sobre a *formação* dos *portadores sociais* do projeto de *modernização* baseado na idéia de nação, então em expansão”. Desta forma, as palavras dos autores, no sentido que sua obra é uma “simples narrativa, acompanhada dos cenários e costumes mais distintivos da vida brasileira”, contém, subjacente, “uma das mais fecundas problemáticas não apenas da história das idéias, mas da sociedade brasileira”. Quase um século após sua publicação, dezenas de reedições, quase cinco décadas como livro de leitura de escolas primárias do país, “é possível dizer que aquela ‘simples narrativa’ atuou na transmissão

²³¹⁴ BOTELHO, Aprendizado..., p. 21-2.

²³¹⁵ BOTELHO, Aprendizado..., p. 22-4.

sistemática de representações sobre o Brasil, por meio das quais, na sucessão de gerações, nos formamos moral, intelectual e politicamente”.²³¹⁶

Escrever livros de leituras, voltados para a formação da juventude, era um dos principais meios de atuação públicas de uma geração de intelectuais após o fim do Império e a vigência da República; nesse ato, eles se apresentavam como os mediadores entre Estado e sociedade, e convencidos que o atraso nacional brasileiro – seja o que eles considerassem por tal atraso – seria vencido pela educação. O tipo de sociedade narrada em “Através do Brasil” é cada vez mais estratificada, à medida que avança a jornada dos irmãos personagens da obra, chegando a conceber como natural, inclusive, condições humanas de gentes dependentes, ou seja, um indivíduo que é sujeito do favor e não um indivíduo portador de direitos. A própria formação dos irmãos personagens é ambivalente do ponto de vista ideológico e moral, reproduzindo um comportamento historicamente tradicional das elites locais, com comportamentos e atitudes que transitarium do tradicional – paternalismo – ao moderno – pretensamente burguês –, e sem explicitar o conflito inerente nessas atitudes – o conflito dos opostos – assentadas como naturais. A modernidade pretendida pela obra educativa concretamente faz resgatar as bases fundamentais da sociedade colonial escravista, que se queria inicialmente superar, ou seja, “estrutura hierárquica do espaço social, indistinção entre público e privado, naturalização das desigualdades socioeconômicas, estabelecimento das relações sociais em termos de mando e obediência”. Assim, o legado escravista na formação social da América portuguesa – observe-se que a Abolição não integrou os ex-escravos e seus dependentes na sociedade de classes – ficou encoberto e manteve em silêncio os debates “sobre os impasses produzidos por essas relações”.²³¹⁷

De fato, verifica-se que a vida intelectual brasileira – exteriorizada especialmente através de poetas, cronistas, contistas, críticos literários, analistas políticos, humoristas, romancistas, biógrafos, historiadores, tradutores, dramaturgos ou teatrólogos, ensaístas, cientistas políticos, cientistas econômicos – na época da Primeira República (1889-1930), está em mãos das instituições e grupos que exercem o trabalho de dominação social, mais precisamente, pela grande imprensa, que era a principal instância de produção cultural da época, fornecedora dos maiores ganhos materiais e simbólicos – gratificações e reconhecimento de posições sociais – para o grupo de pessoas que se dedicavam às atividades intelectuais, de tal forma que a produção literária da época, circulada e transitada pela grande

²³¹⁶ BOTELHO, *Aprendizado...*, p. 24. Grifos no original.

²³¹⁷ BOTELHO, *Aprendizado...*, p. 157-9.

imprensa, contribuiu para o trabalho de dominação dos grupos de poder sobre a sociedade.²³¹⁸ Mais tarde, no período que vai de 1920 a 1945, verifica-se que a vida dos intelectuais esteve ligada aos rumos das lutas e dissensões no âmbito do sistema político-partidário – pelo menos em São Paulo. A formação de grupos de dirigentes político-partidários, com seu grupo de intelectuais cooptados, tornou-se num dos eixos fundamentais da vida intelectual do país, com reflexos até os dias atuais. Vários empreendimentos da esfera educacional e intelectual foram chancelados por uma elite que pretendia reformar o sistema oligárquico sem alterar o sistema de representação política em vigor, com um mecenato privado subsidiando obras de vanguarda; portanto, intelectuais foram cooptados para hostes políticas da época. A expansão do setor editorial permitiu que um grupo de intelectuais saísse da condição de dependência, especificamente os escritores profissionais de literatura de ficção – romancistas. Por fim, o setor público, através da carreira do funcionalismo público foi outro mercado de trabalho cativo dos intelectuais, sendo que a função burocrática ocupada pelo agente implicava em condicionamentos ou interferência nos investimentos do seu trabalho intelectual.²³¹⁹

Entre 1864 a 1906, Machado de Assis retratará em suas obras o panorama social, político e cultural brasileiro da época, dos comerciantes espertos, dos aventureiros ricos mas culturalmente pobres, dos homens que exibem suas mulheres como atrativos para ascenderem socialmente, a ascensão de uma classe social onde lucro é tudo que importa. A sociedade tem suas práticas consagradas, ritos necessários para aqueles que pretendem os seus ganhos materiais e simbólicos; o escritor descreverá essa ações, atitudes e comportamentos, de uma sociedade de classes em expansão, onde o dinheiro mede todas as coisas e avalia todas as pessoas. No topo da pirâmide social estão os barões, conselheiros, comendadores, patentes da Guarda Nacional, ministros, regentes, banqueiros capitalistas, fazendeiros e comerciantes; esse conjunto de personagens falará e revelará o que é ser bem sucedido no Brasil, onde mesmo um jovem, para ter sucesso nesse ambiente social, desde cedo é educado – adestrado – para as coisas que realmente “importam” para sua vida, seu sucesso e futuro pessoal, vale

²³¹⁸ MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 15-68.

²³¹⁹ MICELI, Intelectuais..., p. 69-291. Apesar do autor analisar a situação dos intelectuais no período, em função de suas propriedades sociais e inter-relacionamento com os detentores do mando político e econômico, parecem que ainda persiste o fato estrutural – de fundo – de que todo esse movimento também não deixa de revelar a faceta do autoritarismo político em curso, excesso de poder em mãos do Estado e baixa capacidade de setores sociais específicos de se articularem e representarem interesses, ficando sempre dependentes e débeis em relação ao centro de poder político, conforme citação de Simon Schwartzman. In: MICELI, Intelectuais..., p. 242. A relação dos intelectuais e artistas brasileiros com suas elites, ainda serão exploradas pelo autor em: MICELI, Sergio. **Imagens negociadas**: retratos da elite brasileira (1920-49). São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 176 p.; MICELI, Sergio. **Nacional estrangeiro**: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 214 p.

dizer, ser um medalhão com todas as práticas de superficialidade e mera aparência – ornamentos – que isso implica.²³²⁰

O comportamento mental é uma importante dimensão da vida social; a tomada de consciência do processo histórico vivido por um povo, uma nação ou uma parcela significativa desse agrupamento social, é parte de um todo que compõem as mentalidades – e pode-se afirmar, a racionalidade média ou, mais especificamente, as pulsões que estão presentes fortemente, conduzindo as ações e comportamentos dessas gentes. A história da mentalidade é, assim, também a história social de um povo, de uma época dessas gentes. Na época que sucedeu logo após a Revolução Francesa – entre 1789 a 1801 –, verificou-se ocorrer movimentos insurrecionais nas terras luso-americanas – Inconfidências Mineira (1789), Carioca (1794), Baiana (1798) e Pernambucana (1801, mas observando-se que em 1817 sucedeu outra insurreição em Pernambuco, sendo a de 1801 considerada como precursora ou prenúncio daquela) – que acabaram por revelar visões de mundos que motivaram aqueles feitos. Essas expressões sociais indicam um sentido para o processo de tomada de consciência das gentes – pelo menos certa parcela de gentes – diante de sua história pessoal e a história social de uma terra colonizada ferozmente por quase já três séculos, num momento crítico – de crise – do sistema colonial implantado. A vivência numa situação social caracterizada como colonial dá um sentido das possibilidades das formas de pensamentos que podem ser concebidos e transitados socialmente – por exemplo, a desgraça da vida colonial, a decadência da colônia, na mesma medida em que uma crise econômica se revela se aprofundar mais fortemente –, de tal maneira que conceitos são criados para traduzir uma realidade concreta sócio-econômica vivida por uma parcela da população – a grande massa – e funcionarem como catalisadores nesses processos sociais de tomada de consciência. Essas formas de pensamento e conceitos vão sendo enriquecidos historicamente.²³²¹

No final do século XVIII, são expressões correntes em terras luso-americanas assertivas como colônias, decadência, ricos, pobres, plebe, opulência, posse, cabedais, classe,

²³²⁰ FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. 4. ed. São Paulo: globo, 2001. 560 p.; ASSIS, Machado de. **Teoria do medalhão**. Bauru: Edusc, 2001. 28 p. Sobre a sociedade brasileira da época, suas práticas e comportamento, também leia, entre outros: BARRETO, Lima. **Aventuras do Dr. Bogoloff**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001. 168 p. Para conhecer a história da literatura brasileira, vide: CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 9. ed. Belo horizonte: Itatiaia, 2000. 2. v. Do mesmo autor, e num trabalho que descreve a sociedade – relações sociais básicas e meios de subsistência – de um dos agentes sociais mais ausentes do presente trabalho – o roceiro ou caipira do interior do Brasil – vide: CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001. 376 p.

²³²¹ MOTA, Carlos Guilherme. **Idéia de revolução no Brasil (1789-1801): estudo das formas de pensamento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989. 142 p.

casta, restauração, conjuntura, história, independência, levante, revolução, república, como nortes para a ideologia que emergia dentro de certa parcela social que compunha a colônia portuguesa. Todos os sentidos emancipadores que se produziram nessa época, somente poderiam estar vinculados e especificados no/em relação/pelo sistema colonial implantado e em funcionamento secular – em tudo que era específico e singular na história da colonização luso-americana –, inclusive, evidentemente, o movimento contra-revolucionário da mentalidade oficial e do setor conservador ligado aos maiores beneficiários do sistema colonial implantado. Concretamente verifica-se que está presente significativamente no imaginário de todos os agentes sociais a propriedade – a posse, o ter, o possuir – como elemento estruturante das ideologias, enfim, a economia pautando a política; a propriedade é a base da pátria, ela é que gera o homem, por isso a questão fundamental na ordem social era ou não ser proprietário. Os interesses sociais – antigos e novos – gravitavam em torno da propriedade. Na Inconfidência Mineira (1789), o movimento está vinculado pela questão da propriedade – de lavras, terras de lavouras, de gado e de escravo – uma revolução concebida por gentes de posses, tendo como modelo a revolução dos colonos ingleses da América do Norte; o problema era o sistema colonial e o peso que ela significava para essas gentes de posses – o social estava praticamente ausente do seu imaginário, portanto, uma revolução elitista, voltada mais para restaurar do que modificar algo. Na Inconfidência Baiana (1798), a rebeldia parte de gentes da baixa esfera – pequenos artesãos, ex-proprietários de lavoura de cana, militares de baixo escalão – e visa especificamente combater a opulência do sistema colonial, não o sistema colonial em si, portanto, uma rebelião de cunho mais social, que adotou o modelo da revolução francesa – paradoxalmente no fundo um modelo metropolitano europeu, que não deixava de reproduzir uma outra situação colonial. Por fim, o ideal de ordem e estabilidade, fundadas na propriedade, era o objetivo maior perseguido nesse período já final da era colonial, e foi a luta pela propriedade o elemento de tomada de consciência motivador de manifestações nacionalistas, bem como informou os horizontes mentais e indicou a direção da ação revolucionária do período.²³²²

Quando se analisa a formação cultural brasileira, verifica-se que seu problema central reside na ausência da nacionalidade popular em seus produtos elaborados, enfim, ausência da sociedade como um todo na produção de bens culturais que são veiculados posteriormente para consumo geral. Assim, a produção cultural reproduz o elitismo e hierarquia que sempre

²³²² MOTA, Idéia...

caracterizou a vida histórico-social luso-americana, com “transformações” sociais sempre vindas do alto – uma espécie de revolução passiva –, dificultando a participação popular criadora nas várias esferas de manifestação sócio-político-econômica da vida social brasileira. A cultura resultante – pelo menos a reconhecida como legítima ou oficial – é uma cultura ornamental, elitista, meramente formal, que atua para dificultar a efetiva construção de uma consciência crítica nacional-popular na América portuguesa.²³²³ Dos que estão inseridos nesse vasto mundo de opressão, o seu cotidiano reproduz a necessidade ambígua de sofrer e enfrentar as condições sociais que os oprimem, bem como atravessar sua existência entre conformismos e resistências, entre enfrentamentos e aceitação, entre resignação e esperança. Eles compartilhando, desta forma, modos de vida e de comportamento existencial que se imbricam necessariamente – por via da família – em formas de relações pedagógicas intergeracionais. Nessa relação inter-geracional familiar, a criatividade e originalidade dessas gentes inferiorizadas socialmente produzem práticas inéditas, reinterpretações, reinvenções, estímulos, concebendo uma travessia de vida fundadas em partilhas e mudanças, contentando-se com o pouco e desse pouco extraindo forças criadoras de sobrevivência e existência, recriando a vida em conjunto.²³²⁴

A sociedade brasileira, assim, em seu cotidiano, vem convivendo com esses mundos diferenciados que, quando se comunicam, apenas reforçam as hierarquias reproduzindo um sentido de vida e existência muito peculiar. Para definir esse conjunto social brasileiro de forma geral, são utilizadas expressões como preguiçosos, irresponsáveis, corruptos, malandros, espertos, abandonados, entregues, desesperançados, miserável, egoísta, mesquinho, agressivo, cordial, frustrado entre muitas outras mais. Entretanto, essa maneira de pensar e sentir o país é uma construção social que vem sendo paulatinamente realizada ao longo dos tempos, fruto do comportamento omissivo e comissivo do conjunto de agentes sociais, especialmente os mais influentes da nação. Uma forma de reagir a essa situação que perdura secularmente é, talvez, converter a não seriedade de muitas das relações sociais estabelecidas na não seriedade do chiste, da piada, do gracejo, do não levar a vida extremamente a sério, diante das estruturas social luso americana.²³²⁵

²³²³ COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaio sobre idéias e formas*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 272 p.

²³²⁴ OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Vidas compartilhadas**: cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana. São Paulo: Hucitec; Papesp, 1999. 320 p.

²³²⁵ PINSKY, Jaime; e ELUF, Luiza Nagib. **Brasileiro(a) é assim mesmo**: cidadania e preconceito. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2000. 112 p.; VELLOSO, Monica. **Que cara tem o Brasil?**: as maneiras de pensar e sentir o nosso país. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000. 156 p.; BIANCHI, Ney. **A república do Frei Vavá ou a desmistificação do palavrão brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 1996. 160 p. sobre o brasileiro e sobre a cultura que se estabelece diante das suas circunstâncias estruturais sociais, vide ainda: MOURA, Abdias. **O**

Assim, essa humanidade luso-americana foi definida por Cassiano Ricardo como de traços mais emotivos, mais coração que cabeça, mais propenso a ideologias que idéias, que detesta violência, um ser menos cruel e odioso, bondoso, individualista; por Sérgio Buarque de Holanda como um ser que cultua a personalidade, que falta-lhe senso de hierarquia, desordenado, ausente de espírito de organização espontânea, inquieto, ansioso por prosperidade sem custos, ansioso por posição social e riqueza fáceis, aventureiro, que tem na inteligência como ornamento e prenda, cordial, individualista; por Fernando de Azevedo com uma humanidade que tem por característica a afetividade, irracionalidade, misticismo, sensibilidade, imaginação, religiosidade, resignação, docilidade, submissão, bondade, reserva, desconfiança, sobriedade, imprevidência, inteligência superficial e brilhante, individualista, sentimento democrático, tendências igualitárias, altruísmo, sentimentalidade, generosidade, pacificidade, hospitalidade, tolerância, intuição; por Viana Moog como gentes com características de apego ao passado europeu e português, desconfiadas, com medo do ridículo, que exibem seus sofrimentos, que são reservados na expressão de felicidade, com mania de doenças, desamor ao trabalho orgânico, sem profundidade religiosa, sem espírito de iniciativa, sem espírito de organização, sem espírito de cooperação, sem espírito técnico e científico, que tem no trabalho como um labéu infamante, vaidade, pedantismo, auto-suficiência, valorização de triunfo por meio de práticas – habilidade, intriga, cálculo, astúcia –, delicadeza e jeito – que não se confundem com cordialidade –, suscetibilidade – sensíveis, idiossincrático, melindrosos, ressentidos –, imaturidade emocional, discriminação racial, despreocupação dos aspectos materiais da vida, desprezo das virtudes econômicas, procura de riqueza fácil.²³²⁶ Enfim, todos esses diagnósticos, convergentes ou dissonantes, são elementos que procuram descrever uma realidade comportamental social. Para além de considerá-los como elementos ideológicos que seriam obstáculos para a autêntica tomada de consciência do povo, enfim, para que uma nação autêntica nasça junto com um povo livre para a história,²³²⁷ é preciso considerar que tratam-se de elementos que, sob determinadas e diversas racionalidades, explicam as idéias dentro ou fora do lugar, enfim, o lugar da idéias e das respectivas atitudes – a coerência dependendo do ponto de vista – numa sociedade hierática, reiterando as contradições que o específico racionalismo europeu – da revolução científica – verifica

sumidouro do São Francisco: subterrâneos da cultura brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. 412 p.; FLUSSER, Vilém. **Fenomenologia do brasileiro:** em busca de um novo homem. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998. 176 p.

²³²⁶ LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro:** história de uma ideologia. 6. ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002, p. 401-2.

²³²⁷ LEITE, O caráter..., p. 436.

quando “mede” ou “afere” os fatos sociais em curso na América portuguesa – e mesmo na América espanhola.²³²⁸

Assim, diante desse quadro de diferentes espaços manifestações racionais, verifica-se que um tipo específico de racionalidade diversa se implementou na cultura ibero-americana, diversa – não significando melhor ou pior – do que acabou sendo cultivada no restante da Europa continental e insular. Essa racionalidade, ao se instalar e circular pragmaticamente na América ibérica, produzirá resultados que, se comparados através da racionalidade impessoal cultivada no restante da Europa, se revelará diversa e irreduzível a comparações entre uma e outra – no sentido de uma ser paradigma ou modelar de outra –, haja vista que representarão duas culturas e racionalidades civilizacionais diversas. Serge Gruzinski analisará o fruto desse encontro de universos mentais diversos – vencedores e vencidos – para falar de uma cultura mestiça, de um pensamento mestiço resultante desse encontro. O fato é que, tudo indica, as estruturas racionais herdadas da Ibéria estão ainda preponderantemente vigentes, manifestando-se com sua força, sendo que o *habitus* dos vencidos se adaptou como pôde frente a essa nova realidade racional-cultural.²³²⁹

3.2.3.3. VISÕES DO BRASIL: CONSEQÜÊNCIAS DO MODO ESPECÍFICO DE UM SER SOCIAL

²³²⁸ SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5. ed. São Paulo: 34, 2000. 240 p.; CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 200 p.; CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 168 p.; PORTO, Manoel Ernesto Campos. **Apontamentos para a história da República**: em registro centenário. São Paulo: Brasiliense, 1990. 272 p.; FERREIRA NETO, Edgard Leite. **Os partidos políticos no Brasil**. São Paulo: contexto, 1988. 80 p.; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 224 p.; MOOG, Vianna. **Bandeirantes e pioneiros**: paralelo entre duas culturas. 19. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2000. 352 p.

²³²⁹ GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 400 p. Sobre a intelectualidade luso-americana e aspectos críticos da racionalidade produzida em diferentes momentos históricos, vide: FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994. 136 p.; TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB**: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1977. 202 p.; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **Intelectuais, história e política**: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. 292 p.; BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; e ROLLAND, Denis (orgs.). **Intelectuais**: sociedade e política, Brasil-França. São Paulo: Cortez, 2003. 256 p.; MORAES, José Geraldo Vinci de; e REGO, José Marcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: 34, 2002. 400 p.; NOBRE, Marcos; e REGO, José Marcio. **Conversas com filósofos brasileiros**. São Paulo: 34, 2000. 432 p.; BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; e REGO, José Marcio. **Conversas com economistas brasileiros**. 2. ed. São Paulo: 34, 1997. 448 p.; MANTEGA, Guido; e REGO, José Marcio. **Conversas com economistas brasileiros II**. São Paulo: 34, 1999. 424 p.

A América portuguesa produziu malandros e heróis, uma sociedade que vive em torno de dilemas; assim, é representativo que os seus carnavais convivem com a hierarquia social, as igualdades com as aristocracias, a cordialidade e amabilidade no trato com o autoritarismo e personalismo mesquinho, uma democracia relativa, um capitalismo à brasileira, um sistema social onde os riscos e as perdas são socializados e os ganhos privatizados, revolucionários que se transformam em libertadores e se convertem em reacionários, massas de gentes dominadas que se agridem entre si e aplaudem unidas o poder estabelecido – mais especificamente um chefe, um grande pai. Essa massa de gentes é o povo explorado, espoliado, agredido e desconhecido, vivendo “junto a um sistema de relações pessoais tão preocupado com personalidades e sentimentos; uma multidão tão sem rosto e sem voz, junto a uma elite tão rouca de gritar por suas prerrogativas e direitos; uma intelectualidade tão preocupada com o coração do Brasil e, no entanto, tão voltada para o último livro em francês; uma criadagem que passa tão despercebida e padrões tão egocêntricos; uma sociedade, enfim, tão rica em leis e decretos racionais, mas que espera pelo seu D. Sebastião, o velho e ibérico pai de todos os renunciadores e messias”. As zonas de encontro dessas gentes – malandros e heróis (renunciadores) – é também um espaço de mediação – carnavais, procissões etc. – uma zona onde o tempo fica suspenso e um rito deve ser repetido ou inovado de tal forma que os problemas devem ser esquecidos e não enfrentados. Os fatos da consciência, a análise dos sistemas ideológicos – que legitimam, marcam, e definem as posições, as identidades e a ação dos diferentes agentes sociais – são sistemas de valores que, quando estudados e comparados, permitem perceber um sistema social em funcionamento e compreendê-lo em suas linhas gerais, especialmente o funcionamento de uma ideologia dominante. Alcançar esses entendimentos, é atingir princípio sociológico subjacentes, mecanismos que estão explícitos ou implícitos na sociedade, voltados para constituir e ampliar um sistema de tradução do social sistema humano, enfim, coisas historicamente construídas que circulam por meios de instituições sociais – em seu caráter abrangente e último de normas, regras, a serem seguidas e reproduzidas respeitosamente, se não por todos, pelo menos pela parcela principal as quais elas estão dirigidas –, confrontando e significando diferentes princípios entre si – produzidos dentro da dialética social – e daí estabelecendo significações relações relevantes para a sociedade.²³³⁰

Um rito como o carnaval dramatiza o cotidiano da pessoa, aquilo que é de dentro e de fora da pessoa, aquilo que a sistema social marca como sendo coisas de sua casa e coisas da

²³³⁰ DaMATTÁ, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 15-20.

rua; essa festa inverte a ordem das coisas sociais, revelando, assim, a própria coisa social, ou seja, a sociedade em seus comportamentos e normalidades. Desta forma, nessa inversão do mundo social onde tudo fica suspenso, no Rio de Janeiro o carnaval tende a revelar alguns valores sociais subjacentes cultivados – consciente ou inconscientemente –, enfim, em primeiro lugar, aquilo que pode ser exibido em oposição àquilo que não deve ser mostrado e revelado, ou o que deve ficar escondido e o que não deve ser exposto – ficando no plano da modéstia e recato. No carnaval é da rua em que se vê a intimidade da casa nos seus exageros; os pobres tornam-se nobres, observe-se que eles não imitam os ricos, mas os nobres; os ricos vestem-se de pobres; o corpo se desnuda e se movimenta, revelando suas potencialidades reprodutivas; o “pecado” da mulher recatada provocar o homem e o público torna-se normal; reproduz-se o mundo cotidiano do ver e do fazer, e mesmo o mundo do ver e fazer do trabalho. Em segundo lugar, revela a posição ambígua da mulher na sociedade, ora como a Virgem-mãe, com sua sexualidade controlada pelo homem a serviço da sociedade, e mesmo sendo mãe considerada como uma virgem; ora como uma puta, uma mulher que não é controlada pelo homem, mas controladora e centro de uma rede de homens de todos os tipos. No carnaval, a mulher que coloca os poderes reprodutivos acima dos favores e prazeres sexuais, é deixada de lado em benefício da outra mulher que coloca sua sexualidade acima da reprodução; assim, a puta é glorificada. Em terceiro lugar, os gestos, as músicas e as harmonias revelam o mundo do carnaval como um mundo brincado e cantado por todos, todos falando de si mesmos, igualando os desiguais num mesmo e único mundo, numa mesma sociedade, todos necessários uns para os outros, utilizando-se o samba, a música vinda de baixo, para essa comunicação, interação ou relacionamento social. Canta-se a malandragem, a escravidão, a nobreza, a mitologia, as comidas mágicas, a mistura das três raças, que tudo é natural nessa miscigenação. No carnaval tudo vem de baixo, mas tudo voltados para cima, em busca de aprovação, legitimação dos segmentos superiores da sociedade; nesse brincar e cantar está presente o relacionar-se, buscando romper fronteiras entre posições sociais, dramatizando relações, possibilidades, desejos, mas também o cantar como sedução, na busca do amor da mulher, ou a busca pela flexibilização de conduta dos que estão acima, para que eles possam ceder em sua posição.²³³¹

Mas é nos princípios sociais da hierarquia e da igualdade que o carnaval manifesta o drama fundamental da sociedade brasileira, vale dizer, a manifestação dialética entre o hierárquico e o igualitário na festa e em todo sistema social. Há festas populares em outras

²³³¹ DaMATTA, Carnavais..., p. 136-46.

partes do Planeta onde a inversão de mundo procura recriar as hierarquias que foram perdidas; no caso brasileiro o carnaval procura recriar uma igualdade social que nunca houve. O ritual festivo é orientado para subverter um “meio social em que tudo é muito bem marcado, seja por meio de leis, regulamentos, portarias, decretos, regras de etiquetas etc.”. A fórmula clássica brasileira do “você sabe com quem está falando?” – modo de segregação ritual para sempre lembrar que hierarquias há na sociedade, mesmo que se diga que ela é uma sociedade igual – é suspensa nesse período festivo; a regra do carnaval é não ter regras, não há grupos sociais elementares a que a pessoa faz parte, apenas foliões. A manifestação de máxima liberdade, de extravasamento de repressões, sinaliza justamente a falta de liberdade e a repressões vivida no mundo social cotidiano. Os desfiles e concursos dos carnavais substituem a linguagem da hierarquia por uma linguagem competitiva e igualitária, de promoção de oportunidades para todos.²³³² Assim, o carnaval é um rito onde simbolicamente o princípio social da inversão é aplicado de modo consistente; no Brasil, as pessoas já sabem de antemão o seu lugar social, ou “(cada qual busca sempre estar no lugar social adequado), o que significa que o princípio da hierarquia é sempre aplicado, pois o maior temor social do Brasil é o de *estar fora do lugar, estar deslocado*, especialmente quando este deslocamento implica (...) se fazer passar por algo diferente do que se é realmente”. O carnaval é a transformação da “hierarquia cotidiana na igualdade mágica de um momento passageiro”, da suspensão e deslocação da classificação precisa das coisas, pessoas, gestos, categorias e grupos, conforme tradicionalmente estabelecido dentro do espaço social.²³³³

O carnaval brasileiro exalta o malandro, um ser que não cabe nem dentro da ordem estabelecida nem fora dela, vivendo no espaço indefinido entre a ordem e a desordem, mas utilizando e nutrindo-se de ambos espaços. Por um momento breve que seja, o malandro subverte o mundo social estabelecido, relativizando a moralidade fechada, abrindo outros eixos sociais de enquadramento e valoração da vida existencial de cada qual; a vida é esse malabarismo que a malandragem reúne em seu universo. Na época do carnaval, os milhares de marginais anônimos tornam-se “alguém”, por exemplo, mais concretamente nas escolas de samba, em professores e doutores do samba e do ritmo; mostram um momento único de transmutação daqueles considerados como fracos e dominados, agora em posição de fortes e dominantes, uma força revelada “numa alta criatividade, num poder inegável de organização e mobilização social, e na capacidade de reinventar todo ano a própria estrutura social”. No mundo rural, esse malandro se manifesta na figura mítica do herói – malandro rural – Pedro

²³³² DaMATTA, Carnavais..., p. 146-51.

²³³³ DaMATTA, Carnavais..., p. 169 e 171.

Malasartes, “que vive enganando os patrões e fazendeiros e compensando sua falta de poder com uma rara e extraordinária sagacidade”; com um irmão honesto e trabalhador – que sempre leva a pior – Pedro Malasartes, “astucioso e vadio”, é uma pessoa que “acaba triunfando sobre patrões poderosos, mas desonestos e (...) estúpidos”. Se Malasartes complementa o patrão rico e estúpido, o malandro urbano funciona como compensação a uma estrutura social hierática, das leis e do autoritarismo. O mundo social brasileiro se enche de conotações compensatórias e complementares, vale dizer, rico, mas infeliz; burra, mas bela; inteligente, mas chato; poderoso, mas azarento; e assim por diante. Assim, nessa época de festa carnavalesca, os indivíduos – alguém sem ninguém ou sem relações sociais significativas e sem posição social – se transformam em pessoas e vice-versa, enfim, todos e tudo se iguala.²³³⁴

A forma privilegiada de estabelecer distinção social na América portuguesa, separando radicalmente e autoritariamente duas posições sociais diferenciadas, é o uso da frase – ou insinuação – ritual “sabe com quem está falando?”, revelando a permissividade social para o uso de práticas escusas ou ilegítimas, que pulsa mais forte e vivo quanto mais naturalmente subentendido se encontra nos atos e práticas das pessoas, revelando os conflitos sociais dentro de uma sociedade que busca esconder os mesmos e transparecer gentil e harmoniosa, cordial. As crises e conflitos em terras luso-americanas não são algo para serem corrigidos; se as mesmas são algo natural e normal numa convivência social de outros povos, diferentemente, na América portuguesa crise e conflitos são inadmissíveis, encarados como verdadeiras catástrofes, uma espécie de fim do mundo, fraqueza social – ou pelo menos fraqueza dos donos do poder, o que seria personalisticamente e autoritariamente inadmissíveis. Por isso a conciliação e fuga dessas situações desagradáveis. Mas o “sabe com quem está falando?” expressa um rito social marcado pela autoridade e hierarquia, traço revelador da vida social luso-americana; choque de opiniões implica em uma visão de mundo igualitarista e democrática, contradição profunda com a estrutura hierática e autoritária da sociedade brasileira, enfim, a hierarquia é natural e os conflitos antinaturais. Interessante observar que o valor da “consideração” é muito “considerado” na relação entre o superior e o inferior, e todo conflito se reduz a um assunto de ordem pessoal a ser resolvido também pessoalmente, vale dizer, a crise é retraduzida sempre como uma revolta pessoal que deve ser reprimida, mas jamais é contra o sistema – portanto, não altera a complexa teia das relações sociais

²³³⁴ DaMATTA, Carnavais..., p. 171-4.

implicadas na dinâmica da estrutura social –, portanto, somente resta ser resolvidas na ordem pessoalmente circunscrita. Pedro Malasartes, diante de um fazendeiro cruel e explorador, bem como rico e estúpido, jamais acusa o sistema de dominação, mas sempre apenas o próprio fazendeiro. Como todos os pobres, o entendimento de Malasartes é aquele que se apresenta como opressor um agente definido em carne e osso, jamais a estrutura do sistema social que produz esse mesmo agente; castigue-se o agente, mantenha-se o sistema. Desta forma, o “sabe com quem está falando?” nunca se apresenta como reprodução de valores antigos e arcaicos sociais luso-americanos, mas apenas manifestação de traços pessoais indesejáveis – conforme o juízo de valor do agente e a situação analisada.²³³⁵

O sistema social luso-americano possui, assim, aspectos conhecidos de todos, mas não reconhecidos pelos seus membros – funcionando o par desconhecimento/reconhecimento, que Pierre Bourdieu assinala como legitimador e normalizador de práticas sociais a ponto de naturalizá-las –, de tal forma que as pessoas conscientemente rejeitam tais práticas, mas em situações concretas praticam o que supostamente negam. A sociedade, assim, vive o paradoxo entre a idéia a prática, entre o reconhecimento e o desconhecimento de sua cordialidade na ou dentro da hierarquia, uma regras ideal que nega e reprime o uso de certas práticas, mas uma prática que reproduz ou estimula o seu emprego. O rito do “sabe com quem está falando?” é voltado para a pessoa sentir-se importante, ou ser considerada como ela acha que deve ser, ou mostrar uma posição social, manifestando-se em ocasiões as mais diversas, como quando sente que sua autoridade está ameaçada ou diminuída, ou deseja impor de forma definitiva e cabal seu poder, ou perceber – consciente ou inconscientemente – no seu interlocutor uma possibilidade de inferiorizá-lo em relação ao seu *status* social, ou ser uma pessoa interiormente fraca ou que sofre de complexo de inferioridade – uso fundando num juízo de compensação –, ou perceber em seu interlocutor uma ameaça ao cargo ou posição social ocupada. Esse uso consciente e inconsciente reproduz as hierarquias sociais luso-americanas, enfim, uma já inconsciente consciência de ocupação deposição social, reforçando o lugar de cada um dentro do espaço social. Um corolário dessa manutenção da hierarquização da vida social luso-americana, é o profundo medo de ser considerado ridículo e palhaço pelo meio social, uma vez que cada espaço social possui suas leis, e infringir a norma é dar um fora, praticar um vexame, cuja observação “sabe com quem está falando?” é meio para colocar alguém dentro dos limites de sua posição social, como verdadeiro ponto de honra pessoal. Empregados(as) de pessoas importantes, filhos(as) de pessoas com destaque social, esposas de

²³³⁵ DaMATTA, Carnavais..., p. 181-5.

personalidades, reproduzem uma hierarquia baseada na intimidade social, e tudo indica que subjacente a tudo isso, está presente “mais a ideologia das corporações de ofício e irmandades religiosas, com sua ética de identidades e lealdades verticais, do que as éticas horizontais que chegaram com o advento do capitalismo ao mundo ocidental e à nossa sociedade”. Enfim, reprodução da lógica do mundo social das antigas ordens medievais em tempos modernos e contemporâneos.²³³⁶

Mais do que vinculadas a camadas ou posições economicamente definidas, o uso ritual do “sabe com quem está falando?” é de caráter amplo, e sempre voltado para chamar a atenção de outro “para o domínio básico da pessoa (e das relações pessoais), em contraste com o domínio das relações impessoais dadas pelas leis e regulamentos gerais, [de tal modo que] acaba por ser uma fórmula de uso pessoal”. Todos utilizam a fórmula ritual porque sempre haverá quem esteja pronto para recebê-la – inferior – e pronto para usá-la – superior –, reproduzindo e mantendo viva, ou permitindo e legitimando, a racionalidade das relações sociais com foco na pessoa, na ética e moralidade da personalidade – sobrançeria – frente ao Estado e à economia – com suas regras de impessoalidade, refundando continuamente o personalismo nas relações sociais que deveriam ser já impessoais – perpetuando a hierarquia social e a patronagem. As variantes do “sabe com quem está falando?” são muitas, todas cumprindo fundamentalmente a mesma função social – estabelecimento e restabelecimento da ordem e hierarquia –, e são elas: “quem você pensa que é?”; “onde você pensa que está?”; “recolha-se à sua insignificância!”; “vê se te enxerga!”; “você não conhece o seu lugar?”; “veja se me respeita!”; “será que não tem vergonha na cara?”; “mais respeito!”. A interrogação, o questionamento na América portuguesa é ato – pessoal – de agressividade como regra geral; a indagação feita é ligada a suspeita, crime ou pecado. Evita-se fazer perguntas, e assim a vida social segue pacífica e normal; se tudo está em seu lugar – sociedade hierarquizada – não há porque perguntar ou o que perguntar, pois a ordem estabelecida já responde tudo; as indagações levam ao questionamento da ordem, à sua revolução, enfim, um ato agressivo. A resposta natural ao rito “sabe com quem está falando?” como “não sei e não me interessa” – num plano social de relações de impessoalidade –, não acontece para produzir seus efeitos sociais; o interlocutor deve necessariamente saber com quem está falando, além do que a resposta “não sei” dificilmente é prática em terras luso-americanas, pois todos têm respostas para tudo, até sobre aquilo que não sabe. Há um horror pessoal de demonstrar falta de cultura e tapear numa resposta é algo natural dentro desse

²³³⁶ DaMATTA, Carnavais..., p. 185-95.

quadro mental. A ação pedagógica da vida – família, escola, amizades etc. – inculcará no luso-americano a postura de não fazer muitas perguntas, pois isso é recepcionado como indelicadeza e revelador de traços de agressividade – querer derrubar alguém.²³³⁷

Também se verifica que o uso do “sabe com quem está falando?” é antigo, se acentuando em terras luso-americanas na medida em que símbolos distintivos – fraques, bengalas, bigodes, anel de grau, roupas de linho branco, gestos, maneiras etc. – saíram de moda junto com a introdução de novos valores econômicos e de legislação impessoais e universais. O uso da expressão é voltado para preservar o respeito, a honra, o favor a consideração que se quer ver mantida indefinidamente. O resultado é uma sociedade em busca da nobilitação a qualquer custo – títulos, formas hierarquizantes –, avessa “à crítica honesta, ao estudo sério e à impessoalidade das regras universais sempre distorcidas em nome de uma relação pessoal importante”; uma sociedade contraditória conciliando a igualdade com a hierarquia. Na era da república, o título de doutor acabou substituindo a força simbólica dos títulos nobiliárquicos da época do Império, mantendo um sentido de nobreza e distinção hierárquica através de outros recursos de diferenciação social – tudo mudou para nada se alterar. A fórmula de sucesso social seria tornar-se um medalhão, ser convencional, ortodoxo, seguir os modismos, ser conformado, fugir da originalidade, distinguir-se das gentinhas, do zé-povinho, da arraia-miúda, da gentalha, das massas, da ralé, da patuléia, dos impuros em geral. Essas categorias sociais é que passam a comandar genericamente as diferentes gentes, marcando *a priori* um caráter das pessoas, independentemente das suas dimensões individuais concretas; as pessoas passam a ser suas ocupações e posições sociais, sem se importar em especificar e distinguir a individualidade de cada um, uma classificação, portanto, poderosamente moralizante e globalizante. Tudo isso indica que o que se busca preservar com tais práticas, no mundo social luso-americano, é o mundo das relações concretas, pessoais e biográficas, tentando transformar o mundo da impessoalidade e universalidade legal.²³³⁸

O jeitinho brasileiro de encaminhar ou resolver as coisas é outra realidade que transpassa a sociedade luso-americana e lança luzes para entender suas opções sociais e circunstâncias. Trata-se de uma instituição – portanto, norma, regras social, com as sanções dela decorrentes – em plena vigência, cultivada desde a família e instrumento útil para ajudar a enfrentar o cotidiano da vida social brasileira, um espaço social marcado por paradoxos, especialmente entre as leis duras e explícitas, formalizadas dentro do sistema jurídico

²³³⁷ DaMATTA, Carnavais..., p. 195-201.

²³³⁸ DaMATTA, Carnavais..., p. 201-6 e 219.

nacional, e as práticas sociais, que não são vistas como questões políticas relevantes. De fato, o jeitinho brasileiro não é um folclore, uma sobrevivência cultural, ou mesmo um costume inocente, que supostamente irá desaparecer com o desenvolvimento econômico ou evolução histórica da sociedade. Diferentemente, ele é um procedimento ou prática social estrutural e “obrigatório (e inevitável) quando se trata de articular o mais forte com o mais fraco, a carência de quem não tem com o eventual poder de quem tem; e, muito especialmente, a regra geral abstrata, universal e impessoal, com a compreensão humana, calorosa e solidária que nasce das relações pessoais, contextualizadas e particulares. Como se no Brasil não acreditássemos que as leis pudessem ser humanas e as relações pessoais não pudessem também servir como instrumento de opressão”. O jeitinho brasileiro trata-se, assim, de uma prática social conhecida e legitimada por todos os segmentos sociais que compõem a estratificação da sociedade brasileira, uma instituição singular e universal em terras luso-americanas; trata-se do “modo obrigatório de resolver aquelas situações nas quais uma pessoa se depara com um ‘não pode’ de uma lei ou autoridade e – passando por baixo da negativa sem contestar, agredir ou recusar a lei – obtém aquilo que desejava, ficando assim ‘mais igual’ do que os outros”.²³³⁹

Sua origem está na dificuldade social de lidar com princípios sociais contraditórios requeridos pelos diferentes agentes sociais luso-americanos, quais sejam, de um lado, o princípio liberal da igualdade, que prevê a igualdade universal e impessoal de todos perante a norma legal, e, de outro lado, o princípio da hierarquia que vigora nas práticas das relações sociais, estabelecendo um sistema de relações sociais hierarquizado. Portanto, dois princípios sociais contraditórios em vigor e que devem ser observados por todos. A hierarquia social jamais é tomada como um recurso de poder e como um problema político a ser resolvido, muito menos as contradições sociais – com os reflexos políticos, jurídicos e econômicos – que emergem a partir de sua vigência. Dois Brasis convivem simultaneamente, quais sejam, o Brasil oficial impessoal, igualitário universal, e o Brasil real do jeitinho, dos estilos da falar e fazer que “apelam para a simpatia pessoal e para a generosidade humana do interlocutor (que deve nos compreender e acolher a nossa carência e a nossa necessidade humana)”, enfim, estilos pessoalizantes e relacionais que inevitavelmente entram em choque com as leis, “ocasionando múltiplas situações nas quais a letra da norma só pode ser amaciada com um suave e humano ‘jeitinho’, um estilo de sociabilidade que permite religar a norma com a pessoa, fazendo com que o sistema todo readquira suas qualidades humanas”. O jeitinho

²³³⁹ DaMATTA, Roberto. Prefácio. In: BARBOSA, Livia. **O jeitinho brasileiro**: a arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 156 p.

brasileiro, diferentemente das posturas autoritárias e hierarquizantes, acrescenta, no mundo das relações sociais, a igualdade e fraternidade. Ele exprime a grande dificuldade luso-americana de lidar com as leis universais e impessoais, sendo resultado da contradição de duas realidades sociais diversas, quais sejam, a igualdade numa estruturas hierarquizada, resultando na solução de que “o indivíduo é o sujeito normativo das situações”. Se a norma abstrata está presente para mediar em tese as situações de conflito social, a solução sempre dependerá de quem está envolvido ou implicado na situação conflituosa. “Em outras palavras, no Brasil é muito mais importante conhecer a pessoa implicada, do que a lei que governa uma dada situação”. A prática pode ser vista como um ato vergonhoso, próximo do favor e da corrupção, mas também é prova da malandra engenhosidade social luso-americana diante dos fatos sociais em curso na sociedade.²³⁴⁰

Assim, a negativa dada a uma demanda pessoal, no Brasil, não significa um limite, barreiras definitivas e irrevogáveis, para o comportamento e desejo das pessoas interessadas em verem realizadas um pedido e anseio seu, sendo que explicações meramente de ordem econômica – o jeitinho brasileiro ser consequência de resquícios de um sistema econômico antigo com suas práticas arcaicas –, bem como apenas à história ou apenas à cultura, não são suficientes para revelar porque é que o brasileiro se comporta de tal maneira. Tido como folclore, algo que está fadado à extinção, o fato é que o “jeitinho” convive com o “jeitão” do nepotismo, a sinecura, o empreguismo, jogo do bicho etc., enfim, vigentes no curso normal da existência da sociedade luso-americana e absolutamente fora do discurso oficial político e econômico, estes sim como deslocados das situações sociais concretas e reais das gentes brasileiras. As explicações ou interpretações do Brasil procuram, de um lado, privilegiar sua estrutura econômica, política e racial, enfim, macroprocessos infra-estruturais ressaltando o conjunto institucional brasileiro em comparação com estruturas sócio-históricas de outras nações mais desenvolvidas, e se aqui se reproduziu elementos sociais – feudalismo, pré-capitalismo, processos de dominação, classes e grupos sociais etc. – que emergiram nesse outros processos sociais, produzindo os mesmos ou diferentes efeitos; de outro lado, privilegiar suas características culturais é se ater a usos e costumes sociais praticados, estrutura familiar, religiosidade etc. Uma interpretação estruturalista – marxista – focou a sociedade brasileira como um todo como objeto de análise, a fim de alcançar as causas econômicas e políticas responsáveis pelo seu *status quo*, enfim, o povo brasileiro e sua visão de mundo como atuantes na própria formação de sua estrutura social, fixando-se na divisão de

²³⁴⁰ DaMATTA, Prefácio...

classes sociais o papel de cada uma delas, enquanto umas como dominantes e outras como dominadas, não considerando nas suas análises “as situações sociais concretas, o conjunto de hábitos e costumes, as idéias e os valores predominantes”, perdendo tais elementos sociais o seu valor heurístico na determinação – e explicação – dos aspectos mais profundos da sociedade. Esses últimos elementos seriam irrelevantes – distorções das estruturas – e menores diante da determinação maior e relevante das estruturas sócio-econômica-política.²³⁴¹

Outra interpretação de natureza estruturalista, enfatiza os costumes e os dados das situações concretas ocorrentes no seio social – família, Igreja etc. – como elementos determinantes na formação da história e cultura luso-americana, explicando, desta forma, a própria sociedade; aqui, o conjunto institucional, centrado no econômico e político, apesar de referido e considerado, “perde a condição de determinante do modo de vida da sociedade brasileira”, elaborando, desta forma, uma história social do Brasil. O discurso utilizado por essa última vertente intelectual é notadamente mais afirmativo e positivo em relação à sociedade brasileira, enquanto as demais vertentes utilizam um discurso marcadamente técnico – marcado pelo econômico – em torno de uma identidade social de cunho negativo em terras luso-americanas. Conforme a opção ideológica do pesquisador, um ângulo de visão do Brasil já é predeterminado como escolha natural sobre sua investigação social, marcando os discursos sobre a sociedade brasileira – o que é o Brasil e quem são os brasileiros –, sendo que a intelectualidade luso-americana se apropriou de tais discursos acentuando ainda mais suas diferenças, tornando praticamente excludentes o que eram – e são – conhecimentos, estudos, entendimentos complementares. A partir dos anos 1950, quando se debruçou mais intensamente na tarefa de investigar e descobrir as causas do subdesenvolvimento brasileiro, os autores culturalistas foram enquadrados ideologicamente em juízos de valor como progressistas e não progressistas, e se suas obras foram tidas por revolucionárias na época de sua publicação – a partir da década de 1930, como Casa Grande e Senzala (1933), Raízes do Brasil (1935), Cultura Brasileira (1943), entre muitos outros mais –, modificando indelevelmente a postura mental e reflexiva de toda uma geração de intelectuais brasileiros, acabaram sendo analisados mais sócio-ideologicamente do que pelas contribuições que alcançaram obter para o pensamento social e cultural – civilizacional – brasileiro, enfim, a sua interpretação social do Brasil. Mas as suas obras intelectuais têm seus próprios méritos e apreenderam o Brasil conforme os problemas-questões que se propuseram a enfrentar; todos –

²³⁴¹ BARBOSA, Livia. **O jeitinho brasileiro**: a arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 1-5.

de uma forma ou outra – se lançaram no “emaranhado das relações sociais do dia-a-dia , tanto na esfera doméstica quanto na pública”, para extrair relações teóricas significativas e explicativas sobre aspectos destacados e relevantes da sociedade brasileira, revelando outros domínios, por exemplo, das relações entre gentes brancas e negras; as diferentes formas de subordinação e exploração praticadas; os sistemas de valores implícitos nas práticas sociais; a força das relações pessoais na estrutura da sociedade. E nessas suas leituras, eles acabaram dando uma compreensão para os grandes processo macrossociais em curso na história luso-americana, quais sejam, “as implicações da economia escravocrata, latifundiária e monocultora na formação do Brasil e nas relações entre as pessoas”, e que “as características da sociedade brasileira deveriam ser procuradas nos estilos de colonização que o português implantou aqui”, verdadeiros marcos na historiografia brasileira.²³⁴²

O “jeitinho” não é um comportamento tipicamente luso-americano, mas latino-americano, sendo estudado cientificamente já há muito tempo. O fato é que no Brasil ele tem um facilitado trânsito social e está ligado ao formalismo que vigora nas sociedades de origem ibero-americanas. As instituições políticas, sociais e jurídicas são de existências discrepantes com as práticas sociais concretas em curso na sociedade; aquelas optam pelo formalismo, a fim de escamotear a própria realidade, mas a sociedade concreta responde com o jeitinho para superar um mundo ideal que não se realiza. Diante de situações inesperadas, difíceis, imprevista e urgentes em sua solução, o “jeitinho” seria a fórmula social prática para superar essas situações problemáticas, enfim, uma demonstração também de criatividade das gentes latino-americanas – das mais humildes à mais elevadas sócio-economicamente – para as coisas da vida, conforme as circunstâncias da estrutura social vivida determinam as possibilidades de sua atuação.²³⁴³

Do ponto de vista racional – daquela racionalidade específica européia insular e continental (diversa da que perdurou na Ibéria por longo período), cultivada no âmbito do grande movimento da revolução científica, e que depositou nessa específica razão os fundamentos elementares e estruturais da forma de vida e existência daquelas sociedades, fundamento das decisões sociais –, a condição de vida existencial social e econômica do povo brasileiro é de uma contradição e paradoxos atroz – desumana e cruel. Essa situação

²³⁴² BARBOSA, O jeitinho..., p. 5-9.

²³⁴³ BARBOSA, O jeitinho..., p. 11-29. A cultura e civilização de uma nação reflete-se em seu cotidiano nas mais diferentes esferas. No plano da ciência da administração, por exemplo, pode-se verificar que o imaginário social cultivado também se encontra fortemente presente numa organização empresarial, produzindo os seus efeitos. Sobre o tema vide: MOTTA, Fernando C. Prestes; e CALDAS, Miguel P. **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997. 328 p.

objetiva vem sendo medida há muito tempo, sendo que novos instrumentos de aferição foram elaborados, revelando com melhor detalhe uma nação que não consegue secularmente alimentar minimamente toda sua população, sendo talvez o maior produtor e exportador de grãos do Planeta, e com um rebanho bovino que alcança uma cabeça por cada habitante, conforme dados de 2005, noticiados pela mídia em geral. A exclusão social no Brasil atinge o campo e a cidade e se o diagnóstico é concordante entre todos os que se debruçam sobre a questão, a realidade objetiva é que nada ou pouco se faz para superar essa situação, mantendo, século após século, década após década, um contingente de gentes que, mais do que pobres, já são classificados abaixo da linha de pobreza – nova classificação que, junto de outras, estas sim, são as idealizações que mais progridem e evoluem em terras e mentalidades latino-americanas – e que continuam renitentemente na mesma situação de pobreza e agora miséria, nada se alterando com o tempo.²³⁴⁴ Se for considerado do ponto de vista racional – aqui abre-se o sentido da expressão para qualquer tipo de racionalidade – o que está aí, presente e pulsante inalteravelmente é efetivamente o que se pode produzir com um tipo específico de racionalidade, conduta, comportamento social que, a bem da verdade, no passado alcançou dividir o mundo desconhecido em duas partes e conquistou e colonizou terras e gentes que outros povos e racionalidades não conseguiram alcançar, sendo que ninguém mais realizou tal feito no Planeta – alcançou tanto poder, legitimamente sancionado e forçosamente reconhecido pelas demais nações européias ocidentais. Bem ou mal, conforme o juízo íntimo pessoal, essa específica racionalidade produziu um sistema social que é o que está posto, e há muita gente satisfeita e entende que tudo deve continuar a ser o que sempre foi em terras latino-americanas.

Nestas palavras, procura-se condenar uma racionalidade, um mundo social, ou, diferentemente, justificar e referendar essa mesma específica racionalidade e a produção e reprodução desse mundo social? De fato, a questão é induzida, mas não é posta nestes termos reduzidos no presente trabalho. Este trabalho é um trabalho científico; se o seu autor é ideologicamente comprometido de forma inescapável com uma visão de mundo – como

²³⁴⁴ Há muitos dados sobre as adversas condições de vida e existência econômica e social para diversas camadas sociais que não compõem o topo do topo da pirâmide social do Brasil, muito divulgado na mídia em geral, entretanto, para análises mais sistematizadas e fundamentadas, vide: POCHMANN, Marcio; e AMORIM, Ricardo (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 224 p.; CAMPOS, André; POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo; e SILVA, Ronnie (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial**. São Paulo: Cortez, 2003. v. 2. 168 p.; CAMPOS, André; BARBOSA, Alexandre; POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo; e SILVA, Ronnie (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil: os ricos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3. 208 p.; BENJAMIN, César *et alii*. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. 208 p.; JAGUARIBE, Hélio *et alii*. **Brasil: reforma ou caos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 312 p.; JAGUARIBE, Hélio *et alii*. **Brasil, 2000: para um novo pacto social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 200 p.

necessariamente todas as pessoas que vivem e labutam no dia-a-dia desse mundo social, pois sem isso elas simplesmente não existem como seres humanos –, evidentemente deve se policiar para produzir ciência e não política em suas pesquisas; se a política utiliza-se de forma muito comum e natural os dados científicos e os resultados de trabalhos científicos, nem por isso os dados e resultados são necessariamente – a partir daí, dessa naturalização da ciência nos discursos políticos – de cunho ideológico comprometido politicamente com corrente ideológica política A ou B, ou outra qualquer. Juízos de bom ou ruim, aprovação ou condenação etc., são juízos de valor que se sucedem no campo da manifestação de ordem pessoal, moral, político, afetivo etc., e são legítimos, mas que dentro do trabalho científico devem ser depurados pelo rigor substancial e formalismo requerido a um cientista, em suas práticas e seus resultados investigativos. O que seguirá abaixo, portanto, são juízos de entendimentos que se pretende dentro do rigor científico – ademais, como sucede em todas as demais partes deste trabalho –, em função da pesquisa em torno da construção de um objeto de análise científica e, conseqüentemente, das relações necessárias que decorrem da própria construção desse objeto de estudo, enfim, o olhar, o viés original e inédito que se pretende num trabalho intelectual dessa magnitude, e as explicações e esclarecimentos que sucedem pela opção feita.

Assim, do ponto racional conforme herança da revolução científica européia, a opção brasileira sempre foi no sentido de privilegiar uma camada de gentes – por atos, comportamentos, atitudes próprias dessas mesmas pessoas, detentoras que são das forças políticas e econômicas necessárias para reproduzir a vida social no país – nos ganhos e desfrute dos bens materiais e simbólicos produzidos pela sociedade. Tudo sucedeu para garantir que essa situação fosse praticamente um direito das elites luso-americanas – uma vez que, por vias diretas ou transversas, o Poder Judiciário, e seus diferentes e diversos protagonistas, sempre atuaram para acabar lembrando a todos cidadãos as hierarquias sociais e garantir os privilégios inerentes à devida colocação de cada um dentro da estrutura social –, sendo que as demais conseqüências – especialmente materiais, com a conseqüente rebeldia – que acabaram inevitavelmente se abatendo sobre uma grande massa de gentes – pobreza e miséria sócio-econômica – sempre pôde ser contida por uso da força e violência à disposição da elite – institucionais ou não.

O Brasil é o segundo pior país em distribuição de rendas do mundo, mas essa comparação nada significa, pois é muito pontual e não modifica em nada a realidade do país comparando-o com outra nação; em realidade, a única comparação que tornaria o Brasil significativo em efeitos transformadores a partir de uma comparação, seria aquela que ele

olharia por si mesmo e para si mesmo, a fim de revelar-se – sem fugas e tergiversações retóricas de base racional medieval, com seus ficcionismos e probabilismos – em sua integralidade e sem exclusões. Observa-se que é uma prática comum – naturalizada – das pessoas médias e altas comparar a nação brasileira perante nações mais desenvolvidas – antigamente nações da Europa, mais especificamente a Inglaterra, a França, a Alemanha eram modelos civilizacionais que se gostaria que fosse implantado em terras tropicais luso-americanas, mas hoje tudo indica que o novo modelo é os Estados Unidos – para alcançar algumas conclusões sobre diferentes tipos de razões, tais como, violência existe em todo lugar, o racismo é um fenômeno mundial, pobreza existe nos mais diversos países, ricos sempre existiram etc., de tal modo que o Brasil reproduziria fenômenos sociais comuns e sempre presentes na vida das nações mais desenvolvidas, enfim, que a ordem social brasileira – por esse viés – em nada difere da ordem social presente em outras culturas e civilizações. De fato, pontualmente e acriticamente isso é uma realidade, entretanto, o efeito concreto de tais comparações tem sido produzir uma paralisia, um amortecimento, nas discussões e encaminhamentos de soluções a problemas sociais nacionais, uma naturalização de eventos e fatos que não podem ser comparados entre si de forma direta nação a nação, sem considerar a estrutura de produção e reprodução de vida social presente em cada nação, e mesmo o seu desenvolvimento histórico-cultural.

Para melhor entendimento, exemplificando, aqui não é os Estados Unidos, entretanto, se esse exemplo e assertiva não produz nenhum tipo de efeito de entendimento por si, outro exemplo seria: os Estados Unidos não é aqui, ou os Estados Unidos não é o Brasil. Afinal, pode-se comparar e justificar os Estados Unidos a partir do modelo brasileiro? Do ponto de vista abstrato acadêmico talvez, mas do ponto de vida substancial, concreto, do dia-a-dia de tomada de decisões fundamentais, e que farão diferença na vida das pessoas, é de se duvidar que os norte-americanos tenham no Brasil um modelo para sua presença no Planeta. Outro efeito dessa comparação é automatizar – naturalizar – os feitos dos atos praticados nos países desenvolvidos como modelares para serem utilizados nacionalmente e supostamente obter os mesmos resultados positivos que foram alcançados em nações estrangeiras e desenvolvidas. Assim, para justificar os problemas sociais brasileiros, a fim de – praticamente – nada de profundo fazer para vencê-los, lá fora eles também acontecem – portanto, não há necessidade de modificar a ordem social em curso –, enfim, é natural; e para aplicar soluções para problemas brasileiros, a reprodução do que foi feito no exterior – países desenvolvidos – com os seus resultados positivos, se reproduziria necessariamente e inevitavelmente também no Brasil – portanto, é necessário fazer-se o mesmo que foi realizado lá fora. Uma das coisas que

não se responde, por essa opção mimética de decisão social, é: quem esse países tomaram por modelo para serem o que são, e quem eles continuam a tomar por modelo para realizarem os feitos sociais que produzem e reproduzem ao longo dos tempos? Enfim, eles vivem copiando e construindo sua vida social por essa opção imitativa? Tudo indica que as nações tidas como desenvolvidas são auto-referentes, vale dizer, elas olham a si próprias e buscam em si mesmas as soluções para os diversos problemas sociais que as acometem historicamente, sempre de forma original, utilizando sua específica racionalidade para produzir e reproduzir seus diferentes e singulares mundos sociais; se elas se miram uma nas outras comparativamente é mais para alcançar um sentido de sua distinção, uma singularidade frente às demais, marcando e reforçando sua identidade nacional – comportamentos, idiossincrasias, habilidades etc.

Nesse sentido, de olhar o Brasil através do próprio Brasil, tem-se que no ano de 2005, por exemplo, 1% da população do país alcançou deter 50% do seu Produto Interno Bruto (PIB) – desta forma, 99% da população disputa os outros 50% do PIB – e cerca de 50.000 pessoas morrem vítimas de violência anualmente.²³⁴⁵ A opção brasileira tem sido, objetivamente – consciente ou inconscientemente –, produzir esses resultados sócio-econômicos e muito mais, determinando uma exclusão social impossível de escapar ou evitar por quem quer que não queria fugir da realidade sócio-econômica concreta que faz a sua substância como nação, pois ela transparece imediatamente para quem quiser andar pelas ruas das diferentes cidades brasileiras e ver o que sucede em seu entorno social próximo e mais amplo. De fato, Vera da Silva Telles ressalta que a pobreza é uma constante na vida sócio-

²³⁴⁵ Como vice-campeão mundial em má distribuição de renda, o Brasil possui uma elite, uma ínfima minoria – 1% da população – que detém 50% dos bens, e uma ampla maioria, por exemplo, a que compõem a força de trabalho, que ganha no máximo dois salários mínimos. In: CARTA, Mino. O dia em que a Daslu caiu: Bastilha não; colha-se apenas mais uma prova do fracasso dos donos do poder. **Revista CartaCapital**, ano XI, n. 351, p. 20, 20 jul. 2005. Além disso, é preciso considerar também que 70% das famílias brasileiras vivem no máximo com dois salários mínimos mensais e 30% dos habitantes vegetam abaixo da linha de pobreza. In: CARTA, Mino. O velho mundo fica muito longe. **Revista CartaCapital**, ano XII, n. 368, p. 20, 16 nov. 2005. É importante observar que conforme a metodologia estatística utilizada, as informações sócio-econômicas sobre o Brasil e suas gentes variam, entretanto, notório e marcante é que os indicadores sempre salientam a extrema desigualdade sócio-econômica que grassa o país, como, por exemplo, 10% da população deter 50% das riqueza nacional e os 10% mais pobres deter uma situação pior que a população mais dasafortunada do Vietnã, apesar do Brasil possuir um PIB três vezes maior que o do país asiático (In: Desenvolvimento: a dança melancólica dos números. **Revista CartaCapital**, ano XII, n. 359, p. 16, 14 set. 2005). Acrescente-se nessa análise que o Brasil é o país que mais gasta com segurança pública e privada do que com recursos para enfrentar a exclusão social, sendo possível constatar que 5 mil famílias detém 2/5 (42%) de todo fluxo de renda gerado no país durante um ano, e que os 10% mais ricos detiveram 3/4 da riqueza nacional em 2001; ademais, para conferir que a exclusão social é um processo que vem se reproduzindo há décadas e séculos, é possível verificar que em 1872, 1,8% do total de famílias no Brasil detinham 2/3 do estoque de riqueza e fluxo de renda, e em 2000, 2,4% do total das famílias detinham um patrimônio correspondente a 40% do PIB do país. In: CAMPOS, André; BARBOSA, Alexandre; POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo; e SILVA, Ronnie (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil: os ricos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3. 208 p.; e SAFATLE, Amália. O Brasil é dos ricos: os 10% mais endinheirados têm nas mãos 75,4% da riqueza nacional. **Revista CartaCapital**, ano X, n. 285, p. 42-6, 07 abr. 2004.

econômica do país e não poderia ser diferente num país cujas leis – e estrutura de administração das leis – são voltadas para sedimentarem privilégios, restando a idéias de igualdade no plano ideal dos pensamentos, discursos, retóricas, mas que não se concretizam no mundo dos fatos e dos comportamentos reais dos seus agentes sociais. Levantar tais temas e expô-los é provocar conflitos, sendo que o conflito, ademais, é sempre visto como algo marginal e ilegítimo, reforçando a inexistência de vários outros conflitos como detentores, em seu conteúdo, de interesse válidos e legítimos; assim, a pobreza é assunto da seara específica do assistencialismo e caridade, não fazendo parte dos debates concretos da política e da sociedade civil organizada de forma duradoura, constante e disciplinada, debates esse que deveriam ser votados para enfrentar e debelar essa situação; assim, as coisas sobre a temática são conduzidas, de tal forma que a pobreza acaba se conformando naturalmente como realidade inescapável e que todos devem conviver com ela, gostem ou não.²³⁴⁶ Diante disso, qual seria o sentido de cidadania e participação na vida política de um país – tudo indica que centrada fundamentalmente no voto – onde a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a péssima qualidade da educação, a precariedade do serviço de saúde e saneamento e as desigualdades sócio-econômicas se agravam cada vez mais? O voto em si verifica-se que não garante superação de nenhum dos problemas sociais listados, numa nação em que a realização plena da liberdade, participação e igualdade dos cidadãos implica necessariamente em realizar os direitos civis, sociais e políticos das gentes que compõem a totalidade da sociedade.²³⁴⁷

Diante desse quadro, uma racionalidade européia específica – a da revolução científica – indaga o tipo singular de democracia que se pratica concretamente no Brasil, vale dizer, daquela que pode ser extraída de sua própria realidade factual. A resposta é a constatação que o cotidiano da vida brasileira – urbano e rural – está impregnado de violência e brutalidade, onde a exclusão social encontra no uso da força o meio para reproduzir e perpetuar a ausências de vida minimamente digna, humana e cidadã. Com o uso da pistolagem na cidade e no campo, com a criação de esquadrões de morte, entre muito outros instrumentos mais, produzem-se chacinas, extermínios organizados, torturas, assassinatos no campo, abandono, exploração e morte de menores, discriminação contra mulheres, negro e indígenas, além da

²³⁴⁶ TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: 34; Curso de Pós-Graduação em Sociologia da USP, 2001. 168 p.

²³⁴⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 240 p.

degradação das prisões.²³⁴⁸ Para essas gentes – uma grande massa de pessoas humanas –, o que lhes resta é viver com aquilo que a sociedade lhes outorgou enquanto parcela de exclusão dos ganhos materiais e simbólicos produzidos socialmente; por pior que seja o que lhes reserva o futuro, esse quadro atroz de realidade existencial humana não produz movimento decidido capaz de suplantar e resgatar a dignidade de vida e cidadania dessas gentes, sendo que, essas pessoas, para sobreviverem, sabem apenas que estão só e abandonadas. A sociedade brasileira não se deu conta – ou, se já sabe, tudo indica que não se importa – que o Brasil faz parte da rota internacional de turismo sexual do Planeta, especialmente pela prostituição infantil; menores de idade que deveriam estar na escola e brincando, vivem da exploração sexual vendendo seu corpo, e esse quadro sucede porque – como tudo o mais – trata-se da opção social a elas impostas por uma estrutura social extremamente autoritária e desigual que perdura no país.²³⁴⁹ E para aqueles que possuem “melhores” oportunidades culturais, eles podem compor a massa de brasileiros que produzem o grande êxodo de pessoas que saem do país em direção aos demais países ricos do mundo – localizados preferentemente na Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão –, mas que também se verifica estarem presentes em muitas diferentes localidades do Planeta. Assim, cumprindo um destino inverso de seus antepassados que vieram como imigrantes – em tempos mais recentes ou mais antigamente –, em busca da melhoria de suas condições de vida, seus descendentes dirigem-se especialmente para os centros econômicos mundiais trabalhando em atividades duras, sujas e pesadas. O esforço dessas gentes nesses outros países, contribuindo para o progresso material deles – de forma direta ou indireta –, é o esforço que o Brasil perde em favor do estrangeiro, do progresso material que poderia ser o esforço e suor dessas milhares de pessoas em prol da nação de origem.²³⁵⁰

Dos que sempre permaneceram no país – especificamente daqueles que lutam em seu cotidiano com praticamente nada, mas tendo que usar toda sua criatividade e originalidade para inventar e construir as oportunidades de sua vida diuturna –, verifica-se, pelas próprias condições de reprodução social a que estavam – e ainda estão – submetidos – enfim, falta absoluta de condições sociais culturais e materiais de escaparem de um destino – que eles obrigaram-se a se submeter criativamente no mundo social profundamente desigual para

²³⁴⁸ DIMENSTEIN, Gilberto. **Democracia em pedaços**: direitos humanos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 264 p.; VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 302 p.; Execuções sumárias no Brasil – 1997-2003. Rio de Janeiro: Justiça Global; Florianópolis: NEN, 2003. 272 p.

²³⁴⁹ DIMENSTEIN, Gilberto. **Meninas da noite**: a prostituição de meninas-escravas no Brasil. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 264 p.

²³⁵⁰ REIS, Rossana Rocha; SALES, Teresa (orgs.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999. 312 p.

garantirem sua existência e subsistência, bem como criarem as oportunidades para melhorarem ascenderem sócio-economicamente. No mundo rural, desde tempos remotos, já na época da abolição da escravatura, o abandono das gentes do campo – livres mas pobres – dentro de uma sociedade autoritária e hierarquizada, obrigou-os a construir formas de sociabilidade que acabou impregnando sua existência de mais estigmas, entretanto, fruto do estigma maior que a sociedade já fixava de uma vez por todas sobre eles, sócio-economicamente. Essas gentes excluídas, com a concentração da propriedade das terras e o desenvolvimento das tecnologias do campo, passaram de pequenos agricultores para bóias-frias e, finalmente, como errantes dos campos, bem como desempregados e desvalidos dos centros urbanos. De norte a sul do país, a invenção da vida e sobrevivência dessas gentes é desmedida, gentes antes de tudo fortes, capaz de realizar longas travessias para reproduzir sua esperança de vida e existência melhor, transformando, por exemplo, o maior centro urbano e industrial do país, na maior cidade de habitantes de nordestinos, tamanho o grau de migração havida de uma região a outra da nação. Mas em todo esse processo social de transformação do mundo rural, subjaz a violência da expropriação das terras e a necessidade de retomar o processo de reinserção das gentes às lides da agricultura enquanto princípio do processo de solução de um problema social que tornou os campos vazios, com suas terras concentradas em mãos de umas poucas pessoas, e as cidades inchadas, praticamente explodindo de problemas sociais.²³⁵¹

Nas cidades ou centros urbanos, os excluídos são especialmente marcados pelos sem-tetos, mendigos, favelados. Trata-se de uma realidade social, como a dos excluídos do campo, que se desenvolveu e estabeleceu seus próprios padrões de sociabilidades, demandando criatividade e originalidade para construção de uma vida e existência dentro de uma estrutura social maior, que os delimitou nas suas condições sócio-econômicas de precaríssima

²³⁵¹ MOURA, Denise A. Soares de. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998. 314 p.; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999. 376 p.; GARCIA JR., Afrânio Raul. **O sul**: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB; MCT/CNPq, 1990. 288 p.; ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira. **A miséria e os dias**: história social da mendicância no Ceará. São Paulo: Hucitec, 2000. 384 p.; MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra**: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250 p. Coleção Corpo e Alma do Brasil.; MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 232 p.; ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e reforma agrária**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. 88 p.; GRAZIANO, Francisco. **A tragédia da terra**: o fracasso da reforma agrária no Brasil. São Paulo: Iglu; Jaboticabal (SP): Fundação de Estudos e Pesquisas em Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia/Unesp, 1991. 96 p.; BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Ed. da UFRRJ, 1997. 162 p.; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; MOREIRA, Roberto José; e BRUNO, Regina (orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 352 p. Sobre a formação da classe dos homens livres na América portuguesa, vide: FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997. 256 p.

existência. O mundo social da favela nasceu sob o signo social da marginalidade, da delimitação territorial do espaço que cabe hierarquicamente para as diferentes gentes que compõem o mundo social de uma cidade, sendo objeto contínuo de preconceitos que procuram produzir, de qualquer maneira, uma verdade que é desconhecida em sua extensão e profundidade por aquela parcela de gentes que deseja, de forma prepotente, marcar as hierarquias sociais. Como em todo espaço social brasileiro, a favela possui seu lado mais agressivo ligado às drogas e aos crimes, entretanto, é especialmente um espaço social de construção cultural, de formação de novas tribos sociais, da busca do reconhecimento social, de poesia, de arte, de musicalidade, de esporte, de lazer, de participação política, de construção de um sentido de cidadania e prática democrática, de exercício contínuo de criatividade e originalidade para a invenção da reprodução de sua vida, um mundo dentro do mundo, criado pela estrutura social hierárquico-hierática brasileira, alvo naturalizado do esquecimento social, por isso sua solidão, exclusão e espaço das impunidades.²³⁵²

Quando se analisa a estrutura de classe social no Brasil, junto com o componente da raça, verifica-se que as diversidades raciais correspondem objetivamente a muitas desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais etc., produzidas socialmente nas relações sociais entre as diferentes etnias. Praticamente, os pesquisadores tendem a concordar que as relações raciais no Brasil devem ser compreendidas dentro das relações de classes, pois a classificação racial – e as desclassificações decorrentes – dependem não só da aparência física da pessoa, mas também sua posição sócio-econômica na sociedade. Assim, ideologia de uma suposta democracia racial no Brasil é posta em xeque, a partir do momento que pesquisas empíricas indicam que as pessoas de cor mais escura são as mais pobres da nação, correspondendo também ao forte preconceito que existe contra essas pessoas. Assim sendo, o componente cultural da raça acaba determinando o destino pessoal de milhões de pessoas através de práticas cotidianas e estruturas sociais que reproduzem as desigualdades especialmente entre brancos e negros – é de se observar que a população não-branca é formada, além dos negros, também por indígenas, orientais e miscigenados, igualmente sendo objetos de discriminações –; no Brasil paradoxal, frente à idéia de que as suas relações raciais são mais harmoniosas devido à miscigenação – portanto, uma incorporação ou aceitação de

²³⁵² ZALUAR, Alba; e ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999. 372 p.; CASÉ, Paulo. **Favela: uma exegese a partir da Mangueira**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Prefeitura, 1996. 124 p.; LOPES, Doraci Alves. **Marginais da história?: o movimento dos favelados da Assembléia do Povo (1979/1986)**. Campinas: Alínea, 1997. 216 p.; NOBRE, Carlos. **Mães de Acari: uma história de luta contra impunidade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 176 p.; JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Círculo do Livro, []. 184 p.; NASSER, Ana Cristina Arantes. **Sair para o mundo: trabalho, família e lazer na vida de excluídos**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2001. 288 p.

raças via miscigenação –, verifica-se que também as relações raciais são excludentes, haja vista que os brancos brasileiros são os mais privilegiados e detêm parcela de riqueza e poder de forma profundamente desigual; a suposta inclusão racial via miscigenação estaria coexistindo com a exclusão racial e sócio-econômica. Muita literatura há sobre essa temática, estudos científicos que revelam objetivamente de que forma se processa – também por via de um pensamento autoritário, personalista e dotado de racionalidade meramente formal – as questões de raça e desigualdade sócio-econômica no Brasil.²³⁵³

O mundo social luso-americano, especificamente a parte que desde a conquista e colonização sempre esteve excluído dos benefícios materiais e simbólicos proporcionados pela sua existências em terras americanas, pode-se dizer que não esteve absolutamente passivo frente à sua condição sócio-econômico-política. Entretanto, o que se notabiliza nos registros é que manifestações de rebeldia sempre foram punidas exemplarmente – implacavelmente –, com o uso desmesurado da violência como registro decisivo para a memória daqueles que decidissem esquecer as hierarquias sociais internas, bem como as respectivas condutas ético-morais esperadas disciplinarmente pelos donos do poder – quem manda e quem obedece dentro da sociedade. Entretanto, ao longo do tempo – e em tempo mais recentes – os movimentos sociais foram se formando e se estabelecendo enquanto espaço de resistências, a partir do momento que o Estado compreendeu – ou se rendeu à realidade dos fatos, com a respectiva ressonância dos movimentos sociais – que não poderia controlar tudo e todos dentro da sociedade socialmente heterogênea que ele próprio contribuiu para consolidar, passando o poder estabelecido a adotar outra estratégia e tática, qual seja, a política de atuação pontual, ou repressão e uso da força contra eventos e fatos sociais

²³⁵³ IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 360 p.; MAGGIE, Yvonne; e REZENDE, Claudia Barcellos (orgs.). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 462 p.; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; e HUNTLEY, Lynn (orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra; SEF, 2000. 436 p.; TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2003. 348 p.; SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção de ser negro: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Educ/Papesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2005. 176 p.; SANTOS, Gevanilda; e SILVA, Maria Palmira da (orgs.). **Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI**. São Paulo: fundação Perseu Abramo, 2005. 176 p.; Folha de São Paulo/Datafolha. **Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998. 208 p.; BACELAR, Jeferson; e CAROSO, Carlos (orgs.). **Brasil, um país de negros?**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999. 288 p.; WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond; Afro, 2004. 392 p.; SÉRIE PENSAMENTO NEGRO EM EDUCAÇÃO. Florianópolis: Atilênde; Núcleo de Estudos Negros, 1997-2002. 8 v.; D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. 248 p. Sobre o mapeamento da estrutura de posições de classes no Brasil, dentro de um ponto de vista marxista analítico – compromisso com o rigor teórico e ênfase na testabilidade empírica de suas proposições – vide: SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeito na renda**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002. 364 p.

escolhidos arbitrariamente e destacadamente como necessário operar. E assim, nessa normalidade, sucede a vida social, onde a participação dos movimentos sociais no destino social – além de uma decisão própria das pessoas neles envolvidas – acabam também sendo ditados pelos donos do poder quanto a seu alcance e extensão, através do uso do aparelho repressivo voltado para manter as ações sociais, participativa e democraticamente concebidas, dentro de certos limites de normalidade – considerados arbitrariamente – tolerável, de tal forma que, nessa atitude, a seu modo, os donos do poder acabam também pautando e influenciando as ações dos movimentos sociais – de forma direta ou indireta.²³⁵⁴

Essa circunstância acima narrada dá medida do tipo de democracia participativa que é tolerável ser praticada em terras luso-americanas – território autoritário, personalista, arbitrário, e de racionalismo meramente formal, satisfazendo-se com as aparências sustentadas pelas suas instituições e agentes sociais. Na própria relação entre os poderes

²³⁵⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: colônia e império**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. 104 p.; AQUINO, Rubim Santos Leão de; VIEIRA, Fernando Antônio da Costa; WERNECK, Carlo Gilberto; e ROEDEL, Hiran. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 602 p.; PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec; Edusp; Fapesp, 2002. 328 p. Observa-se que junto com essa Guerra dos Bárbaros – confrontos e sublevações dos grupos tapuias do sertão nordestino contra os colonizadores lusos, em função da expansão colonial portuguesa, mais especificamente através da pecuária –, se desenvolvia na mesma época a Guerra do Palmares (1644-1695); CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 250.; REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 672 p.; CUNHA, Euclides da. **Os sertões: campanha de Canudos**. 33. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987. 418 p.; FREITAS, Décio. **O homem que inventou a ditadura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1999. 224 p.; BORGES FILHO, Nilson. **Santos e pecadores: o comportamento político dos militares (Brasil-Portugal)**. Florianópolis: Paralelo 27; CPGD, 1997. 136 p.; STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à nova república**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 118 p.; CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004. 460 p.; COGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: contexto, 2001. 128 p.; Arquidiocese de São Paulo. **Brasil: nunca mais – um relato para a história**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 312 p.; Mitra arquidiocesana de São Paulo. **Projeto “Brasil: nunca mais”**. Petrópolis: Vozes, 1988. 12 v.; MARKUN, Paulo (org.). **Vlado: retrato da morte de um homem e de uma época**. São Paulo: Círculo do Livro, []. 121 p.; RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1996. 288 p.; DINGES, John. **Os anos do condor: uma década de terrorismo internacional no cone sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 448 p.; FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro da Washington Luís a Lula (1927-2005)**. Rio de Janeiro: Record, 2005. 592 p.; CHIAVENATO, Julio José. **Genocídio americano: a Guerra do Paraguai**. São Paulo: Círculo do Livro, []. 226 p.; CHIAVENATO, Julio José. **Genocídio americano: a Guerra do Paraguai**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. 208 p.; DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 620 p.; COSTA, Wilma Pires. **A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império**. São Paulo: Hucitec; Ed. da Unicamp, 1996. 336 p.; COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Espanha e Portugal: o fim da ditaduras**. São Paulo: Xamã; FFLCH História USP, 1995. 232 p.; DUARTE-PLON, Leneide. **Tortura à francesa: Marie-Monique Robin mostra como o Brasil foi pioneiro na importação da teoria militar sobre esquadrões da morte**. **Revista CartaCapital**, ano XI, n. 329, p. 34-6, 16 fev. 2005.; QUADROS, Vaconcelos. **O arquivo existe: os documentos em poder do governo bastam para começar a esclarecer as atrocidades cometidas no Araguaia**. **Revista CartaCapital**, ano XI, n. 318, p. 34-6, 24 nov. 2004.; FRAGOSO, Mario. **Operação Marumbi completa 30 anos: derrotado nas urnas, regime militar desencadeia caça às bruxas para envolver o então MDB com o proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB) – resultado: prisões, torturas e um risível inquérito policial militar**. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 18 set. 2005. Especial, p. 8.

públicos instituídos – executivo, legislativo e judiciário – há uma relação de dependência, mando e subordinação consentida, pelas trocas políticas envolvidas, que acabam se convertendo em privilégios e ganhos materiais e simbólicos, socialmente produzidos pela nação, apenas para uma parcela da população, enfim, as mesmas gentes que tradicionalmente e historicamente ocupam as posições sociais de mando e poder, grupos autoritários em luta por privilégios apenas para si, fundamentalmente nada mais que isso, justificando a histórica função e uso das instituições nesse ambiente civilizacional e cultural. Assim, a democracia brasileira, sob ponto de vista das relações entre os poderes instituídos, e com vistas à realização de um ideal de justiça, apresenta um déficit no modo de seu funcionamento e, claramente, se converte num sistema de procedimentos formalizados, sem ressonância das expectativas e demandas sociais. O executivo federal predomina sobre o legislativo, especialmente, em tempos atuais, pelo uso de medidas provisórias – num passado mais recente, por via dos decretos-leis – especialmente pelo fato de que elas são emitidas sem o requisito de emergência que as fundamentariam. A sociedade é conduzida por decisões tomadas no âmbito do executivo, sem a participação dos parlamentares e da sociedade civil nessas decisões estratégicas para o destino da sociedade como um todo; o legislativo – os parlamentares – é cooptado pelo executivo por via de facilitação na liberação de recurso para projetos de interesse da base eleitoral do parlamentar, enfim, assistencialismo e clientelismo explícito, próprio de um sistema sócio-político de mandonismo e o correspondente filhotismo subordinado.²³⁵⁵

O legislativo não participa, desta forma, da formulação da agenda política da sociedade, e por via de outra forma de cooptação parlamentar – rateio de distribuição de cargos e funções públicas, loteando toda estrutura da administração pública –, o casamento de interesses entre executivo e legislativo é completado, restando à grande massa excluída da sociedade civil o papel de terceiros estranho a essa relação de intimidade afetiva de determinados agentes sociais pelo poder público e seus ganhos privados; a esfera pública fica cada vez mais distante do mundo concreto da vida dos excluídos e a democracia se fortalece em seu aspecto formal, mas esvaziando-se substancialmente. O espaço público, assim, restringe-se ao domínio do executivo junto das lideranças da sua maioria congressual, definindo restritamente valores e interesse a serem defendidos e estimulados. Na prática, a vontade prevalecente do executivo – sempre como vontade geral – é aquela idealizada e formulada no âmbito de uma tecnocracia estatal, por via dessa cooptação clientelista e

²³⁵⁵ VIANNA, Luiz Werneck (org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj/Faperj, 2002. 568 p.

assistencialista. Cultura cívica, por via de circulação de opiniões é impossível nesse sistema específico de prática singular democrática, e a sociedade é pautada unicamente pela economia como única razão e objetivo estratégico a ser estimulado e protegido, considerando apenas a opinião e interesses dos tomadores de decisões econômicas – burocratas, empresários, analistas técnicos, pecuaristas, agricultores etc. –, sem considerarem devidamente outras dimensões da vida social. Assim sendo, forçando a que o povo tenha acesso a um baixo índice de cultura cívica, os donos do poder assimilam essa realidade no sentido de reforçá-la, vale dizer, centralizam decisões sob argumento de que o povo não está em condições de tomar decisões fundamentais para o futuro da nação, ou seja, o seu próprio futuro e, na prática, reduzindo a nação, nesse caso, apenas à parcela mais beneficiada dos ganhos materiais e simbólicos socialmente produzidos por todas as gentes nacionais, sem exclusão.²³⁵⁶

A reação que se desenha para a sociedade civil, minorias políticas, organizações sociais e cidadãos, frente a esse déficit democrático – estreitamento da esfera pública e definição do conteúdo da esfera pública apenas pelo executivo ou preferentemente como economia –, é recorrerem ao judiciário por via de ações de inconstitucionalidade, ação popular e ação civil pública, para se protegerem do abuso do Estado e do poder econômico, provocando a intervenção do Supremo Tribunal Federal e de todo aparelho estadual e federal que compõem o judiciário, a seu favor, ou a favor dos interesses sonogados historicamente. Também foi aumentada a parcela de participação do Ministério Público estadual e federal na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Enfim, foi estabelecido um espaço até então historicamente desconhecido de manifestação daquela esfera pública que sempre foi cerceada de direitos de participação pelos poderes públicos, um espaço de complementaridade e de compensação do déficit democrático.²³⁵⁷ Entretanto, é forçoso notar que o espaço concedido para a sociedade civil superar este estado de passividade, induzida pela estrutura do sistema sócio-político praticado tenazmente há séculos, e reiterado inescapavelmente como um destino, é sempre por via de terceiros interpostos, jamais por via direta de participação democrática, enfim, meios tradicionais que atuam como filtros, instâncias de amortecimento e anteparos, e que estão à sua disposição para também postergar e, conforme o caso, permitir aos poderes negociarem entre si uma solução conciliatória do alto, regra geral formalmente estabelecidos como solução jurídica, mas para substancialmente alterarem pouco o *status quo*, especialmente

²³⁵⁶ VIANNA, A democracia...

²³⁵⁷ VIANNA, A democracia...

considerando o fato estrutural – de fundo – que o povo sempre ficará dependente de instituições tradicionais para procurar alterar a tradição.

O diagnóstico desse quadro factual-social que manifesta um tipo específico de democracia praticada no Planeta – a luso-americana – é de conhecimento de todos, portanto, um consenso que uniria gentes de diferentes espectros ideológicos para superá-lo, mas que, entretanto, concretamente se encontram efetivamente e absolutamente separados quanto ao remédio a ser aplicado para suplantar esses problemas. Talvez se principiassem a enxergar a sociedade como uma construção arbitrária – no seu duplo sentido – e histórica, portanto, fruto de decisões e indecisões sociais, bem como ações e omissões de diferentes e diversos tipos de gentes que compõem uma realidade social, então talvez certos idealismos que acompanham a idéia de sociedade fossem abandonados, inclusive as influências que exercem tais concepções idealistas no pensamento e tomada de decisão sobre um corpo social histórico.²³⁵⁸ O fato é que nos momentos que podem ser considerados como mais decisivos da história do Brasil, as opções tomadas pelas elites sociais luso-americanas são reveladores sobre o destino de uma nação – historicamente nada tem mudado essencialmente e substancialmente –, sendo que o resultado final objetivo das ações tomadas é a diagnosticada – mas sempre enferma – estrutura social luso-americana, com todos os seus paradoxos e a inescapável reiteração das hierarquias, do autoritarismo, personalismo e racionalismo formal, um racionalismo que justifica todas as mudanças já ocorridas, mas como a perpetuação imutável das estruturas sociais históricas, arcaicas e tradicionais.²³⁵⁹ Que povo é esse que produz e se reproduz socialmente com tais características?²³⁶⁰ Essas gentes produzem um destino social – uma singular racionalidade –, um *habitus*, que lançam e estabelecem certezas e incertezas conforme a posição relativa do observador; não há dúvida que, nesse contexto relativo, o Brasil é um país que deu certo e também um país que não deu certo, ficando as elites com a primeira opção, e os desvalidos e excluídos com a segunda opção.

²³⁵⁸ UNGER, Roberto Mangabeira. **A segunda via**: presente e futuro do Brasil. São Paulo: Carta Editorial, 1999. 80 p.; UNGER, Roberto Mangabeira. **A alternativa transformadora**: como democratizar o Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; São Paulo: Boitempo, 1990. 400 p.; UNGER, Roberto Mangabeira. **Democracia realizada**: a alternativa progressista. São Paulo: Boitempo, 1999. 232 p.; UNGER, Roberto Mangabeira. **Política**: os textos centrais – a teoria contra o destino. São Paulo: Boitempo; Chapecó (SC): Argos, 2001. 432 p. Sobre a produção intelectual do autor, vide ainda: UNGER, Roberto Mangabeira. **Paixão**: um ensaio sobre a personalidade. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1998. 280 p. Sobre uma discussão contemporânea da teoria democrática vide: SOUZA, Jessé (org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB, 2001. 480 p.

²³⁵⁹ PAIM, Antonio. **Momentos decisivos da história do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 324 p.

²³⁶⁰ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 480 p.; RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**: etapas da evolução sócio-cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 326 p.

3.2.4. DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA AMÉRICA PORTUGUESA

A prática do Direito e das Relações Internacionais, no Brasil, seguiu o influxo da herança cultural trazida e praticada desde a Ibéria antiga, e aqui produziu os resultados legados pela tradição. As práticas e as pré-disposições socialmente cultivadas vêm se seguindo o curso da específica racionalidade cultivada em terras ibero-americanas, cujo desenvolvimento e transformações reproduzem estruturas disposicionais antigas, mas com as roupagens que a modernidade lhe possibilita vestir e, assim, dissimulando as suas verdades objetivas.

3.2.4.1. O DIREITO LUSO-AMERICANO: ASPECTOS CRÍTICOS

Compreender o direito implantado e praticado no Brasil, exige um espírito crítico de análise interdisciplinar que passa pela leitura – entre muitos outros – de sua história, uma vez que a racionalidade e usos decorrentes do sistema jurídico acompanharam a mentalidade – e práticas – que vigorava na época dos quinhentos de Portugal, com o seu desenvolvimento ou desdobramento ao longo dos séculos que vieram a seguir, cujos efeitos se fazem sentir com todo seu drama em épocas contemporâneas. Nesse sentido, Antonio Carlos Wolkmer entende que é necessário ao pesquisador social e jurídico obter uma “nova leitura histórica do fenômeno jurídico enquanto expressão cultural de idéia, pensamento e instituições [que] implica a *reinterpretação das fontes do passado* sob o viés da interdisciplinaridade (social, econômico e político) e da reordenação metodológica, em que o Direito seja descrito sob uma perspectiva desmistificadora”, pois “nessa renovação crítica da historicidade jurídica, engendrada e articulada na dialética da vida produtiva e das relações sociais, torna-se imperioso explicitar a real apreensão do que possam significar as formas simbólicas de

‘instituições jurídicas’, ‘cultura jurídica’ e ‘História do Direito’, num contexto interpretativo crítico-ideológico”. Ao se deixar de lado “a concepção elitista de cultura (...) busca-se introduzir a noção de cultura à práxis humana e às manifestações intelectivas da consciência criadora do povo”. Para o autor, a “finalidade essencial da História do Direito é a interpretação crítico-dialética da formação e da evolução das fontes, idéias norteadoras, formas técnicas e instituições jurídicas, primando pela transformação presente do conteúdo legal instituído e buscando nova compreensão historicista do Direito num sentido social e humanizador”. Assim, o livro de história do direito é “uma introdução sócio-política de alguns momentos da História do Direito no Brasil. Trata-se de uma perspectiva que busca destacar e entrelaçar a produção cultural de idéias, procedimentos, e instituições como processo dialético de avanços, rupturas e superações”, e dentro dos objetivos do livro, “procura-se demonstrar que a transposição e a adequação do direito escrito europeu para a estrutura colonial brasileira acabou obstruindo o reconhecimento e a incorporação de práticas legais nativas e consuetudinárias, resultando na imposição de um certo tipo de cultura jurídica que reproduziria a estranha e contraditória convivência de procedimentos burocrático-patrimonialista com a retórica do formalismo liberal e individualista”.²³⁶¹

A importância de se estudar as relações entre história e direito reside em que é necessário perceber a normatividade que se extrai “de um determinado contexto histórico definido como experiência pretérita que conscientiza e liberta o presente”. Assinala que “História pode ser visualizada como a sucessão temporal dos atos humanos dinamicamente relacionados com a natureza e a sociedade”, mas a historicidade daí resultante pode ser meramente descritiva e que serve apenas para justificar a totalidade do presente, entretanto, também pode ser problematizante, vale dizer, que serviria para modificar a realidade vigente. No sentido de buscar um sentido crítico para a história dentro de um viés desmistificador e libertador, o autor em primeiro lugar cita a Nova História, como um marco teórico nessa sua releitura da história do direito no Brasil, ressaltando o privilégio que a Nova História dá para toda a atividade humana, em detalhes dos mais triviais do cotidiano – a fim de construir um saber ou entendimento dos comportamentos humanos cada vez mais profundos. Em segundo lugar, ressalta o aspecto das mudanças estruturais que ocorrem especialmente no campo social e o econômico, como as novas preocupações intelectuais dos historiadores – e não mais uma narrativa seqüencial de acontecimentos ou eventos destacados –; em terceiro lugar, alinha-se às preocupações de uma nova historiografia que se dedica com as experiências das pessoas

²³⁶¹ WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 1-7.

comuns e também das mentalidades coletivas, que aspiram por rupturas sociais, e não apenas daqueles que estão no poder especificamente. Em quarto lugar, ressalta a questão quanto às fontes que o historiador se socorre, observando que a nova historiografia deve buscar outros tipos de evidências confiáveis além daquelas aquelas tradicionais, circunscritas aos documentos públicos ou privados já arquivados. Finalmente, reconhece a Nova História que não é possível uma objetividade dos fatos, “pois a realidade é sempre visualizada através de representações, preconceitos e estereótipos”.²³⁶²

O autor cita José Honório Rodrigues, para extrair o entendimento que devemos recuperar um tipo de historicidade “comprometida com a transformação do mundo e com a salvação do próprio homem”. Ainda se referindo ao citado intelectual, assinala que “a História está indissolúvelmente ligada à consciência, o que nos leva, ou deve levar, a agir de modo histórico-político”, e se referindo a Alberto Vivar Flores, assinala que até hoje houve uma interpretação elitista da história na América Latina; a história não é a história dos vencidos, mas dos vencedores, e que o historiador deve recuperar a verdadeira história da América Latina, feita pelo homem latino-americano. Assim, com esses marcos teóricos iniciais, o autor se propõe a repensar a história do fenômeno jurídico brasileiro sob o viés crítico-desmistificador.²³⁶³

A historiografia jurídica tradicional cumpre uma função conforme sua natureza muito específica, qual seja, a história do direito, a história das instituições jurídicas, a história das idéias, ou a história do pensamento jurídico, estão todas identificadas com uma tradição voltada para um saber formalista, abstrato e erudito, enfim, um saber que negligencia “toda e qualquer explicitação do Direito por um processo dinâmico, inserido no bojo de conflitos e tensões sociais”. Essa história do direito foi construída por princípio e valores liberais burgueses, com a função de defender tais princípios; entretanto, tal historiografia se esgotou, pois chegou-se a um ponto em que se viu questionada a “sua falta de significado pela dificuldade de encontrar uma função que realmente (...) [justificasse] sua existência”. Hoje, as “profundas mudanças epistemológicas nas ciências humanas, os novos interesses, a insurgência de conflitos sociais e as recentes transformações por que vêm passando as formas de vida contemporânea determinam uma renovação metodológica nos estudos históricos das instituições jurídicas e políticas”. Assim, busca-se uma nova historicidade que seja problematizante, desmistificadora e transformadora – das verdades que a sociedade necessita

²³⁶² WOLKMER, História..., p. 11-3.

²³⁶³ WOLKMER, História..., p. 13-4.

realmente possuir para compreender sua realidade, circunstâncias e determinações estruturais a que está exposta.²³⁶⁴

Dentro dos novos marcos na historicidade do direito, Wolkmer assinala cinco “eventos epistemológicos”, como denomina, que “exerceram e ainda exercem significativa influência como marco de referência aos novos estudos históricos do direito na América Latina”. O primeiro evento, ocorre na Europa Ocidental, no final da década setenta, promovido por uma corrente progressista de cunho neomarxista, que resgatou os textos de Gramsci, e descobrindo novas possibilidades teóricas de interpretação do marxismo. O segundo evento, é a teoria crítica surgida no âmbito da Escola de Frankfurt, que pregou a mudança da sociedade a partir da constituição de um novo homem (emancipado, reconciliado com a natureza não opressora e com o processo histórico por ele montado); tal Escola também foi grande crítica dos grandes mitos da objetividade da filosofia burguesa. O terceiro evento, foi a instituição, na França, do que foi designado por Nova História – movimento que revolucionou a escrita da história e sua capacidade de interpretar e explicar a trajetória de uma civilização. O quarto evento, é a chamada filosofia da libertação, ou seja, “a existência de um pensamento libertador latino-americano que se define por uma luta teórico-prática contra uma situação sócio-política de dominação, opressão, exploração e injustiça”. Dentro dessa linha do desenvolvimento de um pensamento libertador, tem-se a teologia da libertação, teoria da dependência, a pedagogia libertadora do oprimido, e filosofia da libertação. O quinto e último evento, é a prática e hermenêutica jurídica alternativa, ou seja, a corrente do direito alternativo surgido no Brasil, no final dos anos oitenta e início dos noventa, em busca de ser um instrumento de luta em favor dos menos favorecidos e injustiçados, rejeitando a neutralidade e a apoliticidade dos agentes e das instâncias de jurisdição, buscando construir uma sociedade democrática e pluralista, optando metodologicamente por um instrumental histórico-social-dialético, privilegiando a legitimidade da maioria e a justiça social.²³⁶⁵

Para compreender a modernidade jurídica burguesa, suas idéias e instituições, é necessário desvelar e entender seus pressupostos. Desta forma, a “cultura jurídica produzida ao longo do século XVII e XVIII, na Europa Ocidental, resultou de um complexo específico de condições engendradas pela formação social burguesa, pelo desenvolvimento econômico capitalista, pela justificação de interesses liberal-individualistas e por uma estrutura estatal centralizada”. Segundo o intelectual latino-americano, nessa época a Europa dá nascimento a uma “nova visão de mundo que emerge com a modernidade, fundada numa racionalização

²³⁶⁴ WOLKMER, História..., p. 14-7.

²³⁶⁵ WOLKMER, História..., p. 17-24.

ético-filosófica e técnico-produtiva, expressando valores, crenças e interesses próprios de camadas sociais emergentes em luta contra o feudalismo aristocrático-fundiário”. Surge, então, o que se denomina por cultura liberal-individual, sendo que o direito construído nesse edifício ideológico, ou a ordem jurídica, naturalmente se adequa, se instrumentaliza para essa nova realidade. Esse racionalismo jurídico deu causa a três fatores fundamentais que modelaram esse direito individual-individualista: (I) a igualdade formal de todas as pessoas, ao consagrar os direitos subjetivos desconhecidos pelo direito romano; (II) a codificação do direito em normas gerais, abstratas e impessoais, ditadas pelo Estado legislador, que faz identificar o direito com a lei, esvaziando do direito todo o conteúdo e idéia de justiça; (III) a criação do direito público paralelo ao direito privado, como forma de garantir os direitos subjetivos e a igualdade formal proclamados pelo direito natural. Assim, o direito que se origina daí, também denominado por direito moderno, é um direito estatal, centralizado, escrito, previsível (segurança e certeza jurídica), e normativo. Também nesse momento emergem os princípios da generalidade, abstração, coercibilidade e impessoalidade, que na prática ocultam a desigualdade real dos agentes econômicos. O direito de propriedade, o contrato, o sujeito de direito e o direito subjetivo, a segurança e a certeza jurídica, jusnaturalismo e positivismo são categorias que emergem para a concretização técnica e formal de um direito fruto de uma cultura individual e positivista, “natural impedimento da transformação e do avanço do [próprio] direito”.²³⁶⁶

Na época colonial, nos primeiros séculos após o descobrimento, o Brasil foi colonizado pela inspiração doutrinário do mercantilismo, refletindo os interesses econômicos da metrópole. Quanto ao modo de produção, o Brasil somente poderia gerar e produzir produtos tropicais que a metrópole pudesse revender com alto lucro no mercado europeu, sendo que, em outras atividades produtivas, não poderia estabelecer concorrência com Portugal. “É no sistema monopolista [,implementado na colônia,] que reside o núcleo de toda essa conjuntura”. Quanto à formação social desse período, ela foi marcada pela polarização entre “imensos latifúndios e a massa de mão-de-obra escrava”. Assim, “a organização social define-se, de um lado, pela existência de uma elite constituída por grandes proprietários rurais, e de outro, por pequenos proprietários, índios, mestiços e negros, sendo que entre os últimos pouca diferença havia, pois sua classificação social era quase a mesma”. A alternativa pela escravidão foi no sentido que tornava mais lucrativa a exploração dos latifúndios. Quanto à estrutura política, o que se registrou foi a instalação de uma instância de poder desvinculada

²³⁶⁶ WOLKMER, História..., p. 24-34.

dos objetivos da população que aqui se encontravam, totalmente vinculada que estava à metrópole. Ao longo do tempo, se instalou uma burocracia patrimonial, que foi legitimado pelos proprietários de terras, senhores de escravos e donatários. O Estado que surge daí, com sua estrutura burocrática, é um Estado que sempre irá defender os donos de propriedades e dos meios de produção.²³⁶⁷

Quanto à concepção de idéia que modelou o Brasil colonial, os valores e as formas de pensamento do colonizador estavam condicionados pelo mercantilismo econômico e pela administração burocrática centralizada. A mentalidade emergida daí está fundada na “racionalidade escolástico-tomista e nas teses do absolutismo elitista português”. Há nessa época essa “mentalidade senhorial orientada para servir a Deus e ao Rei [e que] não iria favorecer o surgimento de uma classe burguesa enriquecida, capaz de projetar-se e impulsionar ‘uma forma capitalista à exploração da riqueza’”. Como os Estados Ibéricos – Portugal e Espanha – acabaram sendo o principal baluarte da filosofia da Contra-Reforma – reação ao protestantismo –, na América Latina se desenvolveu uma mentalidade escolástica decadente, barrando qualquer idéia nova que viesse de outros países mais adiantados. Portugal “distanciava-se do ideário renascentista, da modernidade científica e filosófica, do espírito crítico e das novas práticas do progresso material, advindas do Capitalismo”. Até o final do século XVIII, Portugal permaneceria impermeável às transformações que se processavam no continente europeu. Somente em fins do séc. XVIII e ao longo do séc. XIX, “começam a chegar ao Brasil os ecos do ciclo de idéias representados pelo iluminismo pombalino e pelas primeiras manifestações do liberalismo engendrados na Metrópole lusitana”.²³⁶⁸

Nesse quadro, era inevitável que, no plano do direito, a legislação colonizadora e o direito nativo se fundassem no direito cultivado na metrópole. “O Direito Português, enquanto expressão maior do avanço legislativo na península ibérica, acabou constituindo-se na base quase que exclusiva do Direito pátrio” brasileiro. Dos três grupos étnicos que formaram a sociedade brasileira – brancos, negros e índios –, foram os brancos que marcaram e influenciaram a formação jurídica nacional. O primeiro momento da colonização brasileira vai de 1520 a 1549, e é marcado por uma prática político-administrativa de características feudais: é o regime das capitanias hereditárias. A legislação do período é composta pela legislação eclesiástica, cartas de doação e pelos forais. Posteriormente, foi sendo transferida a legislação portuguesa ao Brasil; tais legislações eram aquelas conhecidas pelas ordenações reais – Afonsinas, Manuelinas, e Filipinas. Tendo em vista a diversidade de realidade entre a

²³⁶⁷ WOLKMER, História..., p. 34-41.

²³⁶⁸ WOLKMER, História..., p. 41-5.

vida da colônia e a vida da metrópole, foi necessário elaborar leis extravagantes. Já no século XVIII, uma grande mudança em matéria legislativa foi a “Lei da Boa Razão” (1769). O que se caracteriza é que toda essa legislação estava voltada unicamente para favorecer a metrópole; havia uma dissociação enorme entre a elite governante – ou os donos do poder – e a imensa massa da população; assim, essa legislação protegia os interesses do governo real e mantinha o poder dos fazendeiros proprietários de terras. Entretanto, Wolkmer ressalta que durante todo esse período é possível identificar a prática de outras formas jurídicas não oficiais, encontradas nas comunidades de índios e negros do Brasil colonial.²³⁶⁹

Em relação aos operadores jurídicos e a administração da justiça, verifica-se que nos primeiros momentos da colonização brasileira, no período das capitânicas hereditárias, a administração da justiça estava entregue aos senhores donatários. Eles eram os possuidores soberanos da terra, assim, exerciam as funções de administradores, chefes militares e juizes. Com o advento dos Governadores-Gerais, foi criada uma justiça colonial composta por um grupo de agentes profissionais, formando, assim, uma pequena burocracia, com uma estrutura jurídica montada nesse período colonial, desde os primeiros Ouvidores Gerais até os Tribunais que posteriormente foram aqui instalados. Ao se analisar o perfil dos juizes que aqui se instalaram, verifica-se que os “magistrados revelavam lealdade e obediência enquanto integrantes da justiça criada e imposta pela Coroa, o que explica sua posição e seu poder em relação aos interesses reais, resultando em benefícios nas futuras promoções e recompensas”. Apesar desses magistrados vierem para o Brasil com uma série de restrições em relação àquilo que poderiam fazer em sua vida privada, era regra geral a violação dessas normas, portanto, eles adquiriam terras, erigiam comércio próprio, casavam sem licença especial e assim por diante.²³⁷⁰

Esses magistrados eram escolhidos conforme um perfil estabelecido em Portugal; mas o que se ressalta é a atuação concreta desses agentes na vida social da colônia, especialmente diante da prática consagrada da convivência de duas modalidades – realidades – complexas e opostas de organização sócio-política, quase sejam, (I) de um lado, as relações burocráticas calcadas em procedimentos racionais, formais e profissionais; e (II) de outro lado, as relações primárias pessoais baseadas em parentesco, amizade, apadrinhamento e suborno. Além disso, o “comportamento profissional de setores da magistratura era constantemente afetado por uma gama de relações primárias que iam desde o casamento oficial (forma de incorporação na sociedade local e de aquisição de riqueza e propriedade) até os laços de amizade e de

²³⁶⁹ WOLKMER, História..., p. 45-58.

²³⁷⁰ WOLKMER, História..., p. 58-65.

compadrio (padrinho de batismo ou de casamento)”. Considerando que os magistrados não só exerciam funções jurisdicionais, mas também funções políticas e administrativas, a Coroa tolerou essas distorções praticadas pelo corpo de agentes. Wolkmer tece comentários sobre o papel que teve o Tribunal Eclesiástico, ou seja, a Inquisição praticada aqui no Brasil, concluindo de forma geral, nessa parte de seu trabalho, que “a especificidade da estrutura colonial de justiça favoreceu um cenário institucional de inviabilizou, desde seus primórdios, o pleno exercício da cidadania participativa e de práticas político-legais descentralizadas, próprias de sociedades democráticas e pluralista”.²³⁷¹

Numa etapa posterior da história sócio-política brasileira, emerge o liberalismo, um tipo específico de liberalismo, com sua natureza e idiossincrasias. “O liberalismo emergiu como uma nova concepção de mundo, impregnada de princípios, idéias e interesses, de cunho individualista, ‘traduzíveis em regras e instituições’ e vinculado ‘à condução e à regulamentação’ da vida pessoal em sociedade”. Essa ideologia tornou-se a expressão de uma liberdade integral presente em diferentes níveis da realidade, desde o ético até o social, o econômico e o político. Verifica-se que o liberalismo originário da Europa, possui três núcleos: a) ético-filosófico; b) econômico; c) político-jurídico. “A dimensão ‘ético-filosófica’ do liberalismo denota ‘afirmação de valores e direitos básicos atribuíveis à natureza moral e racional do ser humano’. Suas diretrizes assentam nos princípios da liberdade pessoal, do individualismo, da tolerância, da dignidade e da crença na vida”. Já o “aspecto ‘econômico’ refere-se, sobretudo, às condições que abrangem a propriedade privada, a economia de mercado, a ausência ou minimização do controle estatal, a livre empresa e a iniciativa privada”. Por fim, “a perspectiva ‘político-jurídica’ do liberalismo está calcada em princípios básicos como: consentimento individual, representação política, divisão dos poderes, descentralização administrativa, soberania popular, direitos e garantias individuais, supremacia constitucional e Estado de Direito”.²³⁷²

Diante disso, o autor irá assinalar que, frente a essas características, o liberalismo brasileiro é marcado pela ambigüidade, uma vez que ele “teve de conviver com uma estrutura político-administrativa patrimonialista e conservadora, e com uma dominação econômica escravista das elites agrárias”. Assevera que, “sobretudo importa ter em vista é esta clara distinção entre o liberalismo europeu, como ideologia revolucionária articulada por novos setores emergentes e forjados na luta contra os privilégios da nobreza, e o liberalismo brasileiro canalizado e adequado para servir de suporte aos interesses das oligarquias, dos

²³⁷¹ WOLKMER, História..., p. 65-71.

²³⁷² WOLKMER, História..., p. 74-5.

grandes proprietários de terras e do clientelismo vinculado ao monarquismo imperial. Essa faceta das origens de nosso liberalismo é por demais reconhecida, indubitavelmente, porque a falta ‘de uma revolução burguesa no Brasil restringiu a possibilidade de que se desenvolvesse a ideologia liberal nos moldes em que ocorreu em países como Inglaterra, França e Estados Unidos’. Nesses países o liberalismo foi a doutrina política libertadora que representou a ascensão da burguesia contra o absolutismo, ‘tornando-se conservadora à medida que a burguesia se instala no poder e sente-se ameaçada pelo proletariado’. Já no Brasil, o liberalismo expressaria a ‘necessidade de reordenação do poder nacional e a dominação das elites agrárias’, processo esse marcado pela ambigüidade da junção de ‘formas liberais sobre estruturas de conteúdo oligárquico’, ou seja, a discrepante dicotomia que iria perdurar ao longo de toda a tradição republicana: a retórica liberal sob a dominação oligárquica, o conteúdo conservador sob a aparência de formas democráticas. Exemplo disso é a paradoxal conciliação ‘liberalismo-escravidão’²³⁷³.

O liberalismo brasileiro foi peculiar devido a sua convivência com o escravismo, bem como ao fato de ser interpretado ecleticamente e conforme os gostos ou interesses mais imediatos de quem o lia, vale dizer, conforme o estrato social, cada um possuía uma idéia própria do que significava o liberalismo. Assim, após a independência, “circunstância favorecem o atrofiamento e o banimento do verdadeiro liberalismo”. Citando Emilia Viotti da Costa, o jurista latino-americano esclarece que o liberalismo brasileiro foi um liberalismo que assumiu várias facetas ao longo do século XIX, sendo utilizado por diferentes grupos sociais com diversas intenções. No aspecto político, o chamado liberalismo democrático no Brasil significou, na verdade, o liberalismo político das oligarquias, pois a grande massa popular estava ausente de representatividade. “Enfim, a tradição das idéias liberais no Brasil não só conviveu, de modo anômalo, com a herança patrimonialista e com a escravidão, como ainda favoreceu a evolução retórica da singularidade de um ‘liberalismo conservador, elitista, antidemocrático e antipopular’, matizado por práticas autoritárias, formalistas, ornamentais e ilusórias”.²³⁷⁴

No século XIX, com a independência do país, o liberalismo se constituiu na proposta de modernização e superação do colonialismo; entretanto, o projeto liberal foi em realidade a vitória dos conservadores, resultado de uma tentativa de conciliação entre patrimonialismo e liberalismo. Papel relevante e determinante na construção da ordem político-jurídico nacional foi a do bacharelismo liberal, junção do individualismo político e formalismo legalista. Dois

²³⁷³ WOLKMER, História..., p. 75-6.

²³⁷⁴ WOLKMER, História..., p. 76-9.

foram os fatores responsáveis pela edificação da cultura jurídica nacional ao longo do séc. XIX: (I) criação dos cursos jurídicos e a conseqüente formação de uma elite jurídica própria, integralmente adequada à realidade do Brasil independente; (II) elaboração de um notável arcabouço jurídico do Império: uma Constituição, vários Códigos e leis. A criação dos cursos jurídicos, veio atender a aspiração das elites em formar um quadro burocrático-administrativo que assumiria a responsabilidade de gerenciar o país. Assim, as Faculdades Direito foram instâncias de reprodução da nova ideologia que se estabelecia no país. As duas primeiras instituições de ensino jurídico, as duas Escolas estabelecidas no país, se estabeleceram cada qual com um perfil singular: a de Recife e a de São Paulo. A partir desse período – independência –, uma profusão de instrumentos legislativos é elaborado para contribuir na emancipação cultural jurídica do país. Assim, é a Carta Constitucional de 1824, o Código Criminal de 1830, o Código de Processo Criminal de 1832, o Código Comercial de 1850, as tentativas de codificação civil que resultaram no Código Civil de 1916, ressaltando-se aspectos ideológicos que estiveram sempre presentes, tanto no conteúdo dessas emanações legislativas quanto nos aspectos políticos que envolveram a elaboração de cada uma dessas leis.²³⁷⁵

Após a independência do país, não houve uma adesão integral da antiga magistratura ao novo regime: houve aqueles que abandonaram o país e houve aqueles que permaneceram, concordando com as novas condições políticas implantadas. Na época da independência, a magistratura era caracterizada por um espírito corporativista e de um forte exclusivismo educacional. A formação gerada em princípios e valores alienígenas, os transformavam em elite privilegiada e distante da população; “mais do que fazer justiça, eles estavam preparados e treinados para servir aos interesses da administração colonial”. Assim, a “arrogância profissional, o isolamento elitista e a própria acumulação do trabalho desses magistrados, aliados a uma lenta administração da justiça, pesada e comprometida colonialmente, motivaram as forças liberais para desencadear a luta por reformas institucionais, sobretudo para alguns, no âmbito do sistema de justiça”. Nas “décadas posteriores da Independência, em função do tipo de educação superior, dos valores e das idéias que incorporava, a camada profissional dos juízes se constituiria num dos setores essenciais da unidade e num dos pilares para construção da organização política nacional”. Nessa época não era incomum os magistrados exercerem papel de relevância nas tarefas de governo, pela educação e orientações recebidas; assim, eles não só foram os “primeiros funcionários modernos do

²³⁷⁵ WOLKMER, História..., p. 79-90.

Estado nascente, mas os principais agentes de articulação da unidade e da consolidação nacional”.²³⁷⁶

“O quadro dessa elite de servidores letrados, autênticos representantes do estamento burocrático estatal, com papel decisivo na organização e na unidade das instituições nacionais, somente se completa quando se leva em consideração o comportamento desses atores, suas relações e práticas com a sociedade civil. Nesse aspecto, há que se registrar o aparecimento de práticas revestidas de nepotismo, impunidade e corrupção em diversos segmentos da magistratura luso-brasileira ao longo do Império”. Anota que os juízes passaram a estabelecer vinculações políticas, compromissos partidários e subserviência ao poder, especialmente na esfera da administração local. “Na prática, o poder judicial estava identificado com o poder político, embora, institucionalmente, suas funções fossem distintas. O governo central utilizava-se dos mecanismos de nomeação e remoção de juízes para administrar seus interesses, fazendo com que a justiça fosse partidária, e o cargo utilizado para futuros processos eleitorais (...) ou mesmo para recompensar amigos e políticos aliados”. A partir da segunda metade do séc. XIX, iniciou-se, muito devido às forças liberais, “a luta por reformas que viabilizassem maiores garantias aos magistrados para exercer a função jurisdicional e aplicar a lei com autonomia frente ao poder político”. Citando Thomas Flory, assinala que as modificações talvez realmente importantes de teor inovador surgiram já a partir de 1827 com o estabelecimento do Juiz de Paz e do sistema participativo dos jurados. Ao longo do tempo outros grupos profissionais foram ascendendo, emergindo daí os profissionais liberais em substituição aos burocratas no seio da elite.²³⁷⁷

O bacharelismo liberal que emergirá do processo de independência e formação de uma burocracia autônoma nacional, definirá um perfil ideológico nesse atores jurídico.”Com a criação dos primeiros cursos jurídicos, o aparecimento do bacharel em Direito acabou impondo-se como uma constante na vida política brasileira”. Tratava-se “não só da composição de cargos a serviço de uma administração estatal em expansão, mas, sobretudo, representava um ideal de vida com reais possibilidades de segurança profissional e ascensão a um *status* social superior”. O bacharelismo legalista não era tanto uma profissão, mas muito mais uma carreira política, “com amplas alternativas no exercício público liberal, pré-condição para a montagem coesa e disciplinada de uma burocracia de funcionários”. Esse bacharelismo emergente expressava “intentos agrários e urbanos, favorecia, igualmente, uma formação liberal-conservadora que primava pela autonomia da ação individual sobre a ação

²³⁷⁶ WOLKMER, História..., p. 90-2.

²³⁷⁷ WOLKMER, História..., p. 93-4.

coletiva”. Ele foi o corpo profissional que sustentou setores da administração política, do judiciário e do legislativo.²³⁷⁸

O “perfil do bacharel juricista se constrói numa tradição pontilhada pela adesão ao conhecimento ornamental e ao cultivo da erudição lingüística”, sendo que os “princípios liberais conferiram legitimidade à idealização de mundo transposta no discurso e no comportamento desses bacharéis (...) [e foi] o liberalismo, em diferentes matizes, a grande bandeira ideológica ensinada e defendida no interior das academias jurídicas”. O bacharel “assimilou e viveu um discurso sócio-político que gravitava em torno de projeções liberais desvinculadas de práticas democráticas e solidárias”. Assim, “o ideário do bacharelismo liberal, que iria conformar as práticas políticas da virada do século XIX para o XX, não determinou (...) a despatrimonialização do Estado brasileiro”. Por isso que, junto com uma tradição patrimonialista sócio-jurídico-autoritária, convivía uma cultura jurídica liberal burguesa. Rui Barbosa foi o que mais corretamente “sintetizou o ‘bacharelismo liberal’ na cultura jurídica brasileira até a primeira metade deste século”. Ressalta o autor que, para Rui Barbosa, o Brasil lhe interessava pouco como povo, ou seja, como civilização, como psicologia coletiva, como estrutura, enfim, nunca estudou o Brasil. Esses bacharéis da legalidade reproduziram essa legalidade estreita, fechada e artificial, distanciada do direito vivo e comunitário existente efetivamente na sociedade.²³⁷⁹

Dentro dessa realidade cultural e civilizacional, o direito público brasileiro se formará através de influências como a Revolução Francesa e Americana, a vinda da Família Real e mesmo a eclosão de um exacerbado nacionalismo na América Latina. Assinala Wolkmer, que o fenômeno jurídico do constitucionalismo, enquanto sustentáculo teórico do direito público, no período pós-independência acabou traduzindo os valores político-ideológico-institucionais dominantes. O constitucionalismo “em seu sentido clássico representava a concepção técnico-formal do liberalismo político na esfera do Direito (...) [sendo que] privilegiava a contenção das atividades dos órgãos estatais nos limites de um Estado de Direito”. A construção da ordem jurídico-política do país, refletiu a própria estrutura sócio-econômica da sociedade brasileira estabelecida pelas elites, e o direito público foi estabelecido para cumprir seu papel dentro dessa nova ordem. Após a outorga da Carta Constitucional de 1824, seguiu-se fatores econômicos e políticos que, ao longo do tempo, acabaram enfraquecendo a Monarquia, podendo ser assinalado a crise econômica como fator principal para o fim do Império e o

²³⁷⁸ WOLKMER, História..., p. 98-100.

²³⁷⁹ WOLKMER, História..., p. 100-4.

surgimento do Estado Republicano de 1889; este, por sua vez, se manteve subordinado à estrutura dominante do capital internacional da época.²³⁸⁰

Wolkmer também ressalta que, contrapondo-se à base econômica do Império, que se assentava na cana de açúcar e o monopólio do poder político localizado na zona nordestina, emerge um novo produto econômico – o café – e inicia-se o deslocamento do domínio político mais para o Sul, especialmente Minas Gerais e São Paulo, e nesse contexto é que se podem compreender as influências recebidas pelo texto constitucional de 1891. “As duas primeiras constituições, elaboradas no século XIX (A Constituição Monárquica de 1824 e a Constituição da República de 1891), foram, portanto, imbuídas profundamente pela particularidade de um liberalismo liberal-conservador, expressando formas de governabilidade e de representação sem nenhum vínculo com a vontade e com a participação popular, descartando-se, assim, das regras do jogo, as massas rurais e urbanas”. Nessa época, o que prevalecia era o clientelismo como representação política – e a correlata política regional do coronelismo –, a conservação da grande propriedade, a defesa de um liberalismo econômico, um direito civil aparente e formalista; enfim, prevalecia uma economia de fundo agrário, com todas as demandas político-culturais que lhe caracterizava. Em seguida, contra o controle político e econômico das oligarquias agroexportadoras que ordenaram o Estado conforme seus interesses patrimonialistas, surge, já no início do século XX, forças emergentes insatisfeitas, exigindo mudanças das instituições erigidas e o desenvolvimento econômico voltado mais para o setor industrial do que o agroexportador.²³⁸¹

Com o colapso da economia agroexportadora e a falência das instituições da Velha República, surge o Estado como o único sujeito político “apto a unificar, nacionalmente, a sociedade burguesa e de fomentar o moderno arranque do desenvolvimento industrial”. Após analisar a dimensão social do direito público centrado na doutrina do constitucionalismo – comentando as Constituições de 1934, 1937, 1946 e as da década de 60 (1967 e 1969) sob esse viés, é ressaltado que a atual Constituição do Brasil de 1988 não foge desse desenvolvimento histórico, ou seja, a “tradição de nosso Constitucionalismo (...) primou sempre por formalizar toda a realidade viva da nação, adequando-a a textos jurídico-políticos estanques, pleno de ideais e princípios meramente programáticos. Em regra, as Constituições brasileiras recheadas de abstrações racionais não apenas abafaram as manifestações coletivas, como também não refletiram as aspirações e necessidades mais imediatas da sociedade”. Mas o intelectual reconhece avanços na Constituição de 1988, que a aproximam mais da realidade

²³⁸⁰ WOLKMER, História..., p. 104-8.

²³⁸¹ WOLKMER, História..., p. 108-11.

social e do momento histórico existente no país, comentando as modificações que foram intentadas a partir de meados da década de 90 pela elite conservadora nacional, onde, na área social, ela é atingida profundamente. Cita, em seguida, os principais agentes que interpretaram e reproduziram as verdades oficiais do publicismo jurídico brasileiro.²³⁸²

“A conclusão que se pode extrair da evolução do Direito Público, caracterizado, nessa reflexão, basicamente pelas principais constituições do Brasil, é que ele foi marcado ideologicamente por uma doutrina de nítido perfil liberal-conservador, calcado numa lógica de ação atravessada por temas muito relevantes para as elites hegemônicas, tais como a *conciliação* e o *reformismo*. O processo histórico nacional evidencia que as instâncias do Direito Público jamais foram resultantes de uma sociedade democrática e de uma cidadania participativa, pois a evolução destas foi fragmentária, ambígua e individualista, além de permanecerem sujeitas a constantes rupturas, escamoteamentos e desvios institucionais”. Em suma, “a falta de tradição verdadeiramente democrática nos liames do que se convencionou chamar de ‘liberalismo burguês’ fez com que inexistisse – na evolução das instituições do país – a consolidação e a constância de um Constitucionalismo de base popular-burguesa, pois, tanto o político quanto o social sempre foram construções momentâneas e inacabadas das oligarquias agrárias. (...) [Assim,] o Constitucionalismo brasileiro nunca deixou de ser contínuo produto da ‘conciliação compromisso’ entre o patrimonialismo autoritário modernizante e o liberalismo burguês conservador”.²³⁸³

Ao analisar as instituições privadas e a tradição jurídica individualista no direito privado brasileiro, assinala o autor que, ao “adentrar-se pela radiografia da legislação privada, constata-se sua identificação com a retórica liberal-individualista e com o formalismo discriminador das preceituações normativas que imperam sobre uma sociedade odiosamente estratificada”. Para aquela estrutura agrário-escravocrata do séc. XIX, não havia lugar para concepções avançadas na esfera do direito privado; era o direito público que dominava, sendo que a legislação napoleônica, quando alcançou o Brasil, não teve uma recepção efusiva, assinalando que a regulamentação civil do país somente veio após a legislação constitucional, penal, processual e mercantil. A legislação mercantil elaborada na época, tinha por característica invadir esferas da vida civil, ou seja, assuntos que prioritariamente deveriam ser disciplinados pelo direito civil.²³⁸⁴

²³⁸² WOLKMER, História..., p. 111-6.

²³⁸³ WOLKMER, História..., p. 116.

²³⁸⁴ WOLKMER, História..., p. 116-8.

O tema escravatura encontrava firmes resistências nas elites agrárias. Teixeira de Freitas elaborou sua Consolidação das Leis Cíveis ou projeto de Código Civil que, embora não tivesse vingado, serviu de base para o projeto que Clóvis Beviláqua em seguida apresentou; o esboço de Teixeira de Freitas influenciou muitas legislações sul-americanas, tais como a argentina, a uruguaia, a paraguaia e a chilena. O projeto de Código Civil preparado por Beviláqua foi aprovado em 1916, sendo grandemente influenciado pela legislação alemã. Este Código estava mais próxima de um perfil conservador que inovador, devido a ênfase que deu ao patrimônio privado do que efetivamente à pessoa humana; enfim, as necessidades reais, a diversidade e as particularidades da realidade brasileira não foram efetivamente considerados na elaboração do Código. Comenta, em seguida, o autor, alguns dos principais vultos que ajudaram a reproduzir uma certa especificidade de cultura jurídica no país na ordem civil. Assim, o Código Civil, antes de tudo privilegiou o direito de propriedade, reproduzindo uma estrutura econômica e social de concentração de riquezas nas mãos de poucos e de desigualdades social enormes. O que se verifica claramente em termos ideológicos, é que o que tem que ser favorecido na legislação civil, é a garantia de proteção dos bens patrimoniais, deixando de resolver os grandes conflitos sociais de massa.²³⁸⁵

No plano da historicidade e natureza do pensamento jusfilosófico nacional, na época da colonização não havia um pensamento original jurídico no Brasil, uma vez que os conhecimentos aqui propagados eram aqueles trazidos pelos jesuítas. Houve o que o autor chamou de “mimetismo sacralizado”, que nada mais era que o reflexo de um jusnaturalismo tomista-escolástico. Os registros trazem Tomás Antonio Gonzaga, e sua obra “Tratado de Direito Natural”, como a primeira obra jusfilosófica produzida no Brasil; mas em realidade era uma obra sem muita originalidade de pensamento, com pressupostos identificados com o jusnaturalismo de inspiração – ou natureza – teológica. Após a independência do país e a criação das duas Escolas de Direito, uma em Recife – inicialmente em Olinda – e outra em São Paulo, o Brasil adotou o ecletismo como sistema filosófico advindo do historicismo espiritualista francês. O ecletismo procura conciliar o que seria verdade em diferentes sistemas filosóficos; assim em sua atividade intelectual, seus adeptos tomariam esses pontos que poderiam ser conciliáveis e justapostos, e deixando de lado as partes não conciliáveis.²³⁸⁶

Concordando com Roberto Gomes, o autor assinala que o ecletismo foi em realidade a manifestação de alguns traços básicos de nosso caráter intelectual, enfim, a da indiferença cultural que até hoje perdura. O ecletismo sintetiza o mito do brasileiro da imparcialidade. Em

²³⁸⁵ WOLKMER, História..., p. 118-25

²³⁸⁶ WOLKMER, História..., p. 125-7.

seguida, as novas idéias que viriam superar as idéias de tradição jusnaturalista em vigor seriam o positivismo e o evolucionismo. O positivismo se fixou mais ao sul e sudeste do país – Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul –, enquanto que o evolucionismo se fixou mais na Escola de Recife. Passa, então, o autor, a comentar a recepção e a evolução das idéias jusfilosófica positivista nas maiores escolas existentes no país. Reconhece que, hoje, outras idéias e outros matizes teóricos foram construídos por autores diversos, citando vários, comentando especificamente sobre Francisco Campos, Francisco Cavalcante Pontes de Miranda, Djacir Menezes, Hermes Lima, entre outros.²³⁸⁷

Anota que surgem outras correntes filosóficas como o culturalismo, a conciliação, o nacionalismo de esquerda e o desenvolvimentismo, devido a crise sócio-econômica que abalou a estrutura capitalista da Velha República liberal-positivista. Comenta sobre o culturalismo jusfilosófico liderado por Miguel Reale, que procura filosoficamente dialogar com os valores, a pluralidade e o mundo da cultura. A evolução do culturalismo jusfilosófico nas últimas décadas, tem-no identificado com posturas idealista, ecléticas e liberais, com perfil ideológico conservador; assinala que o tridimensionalismo de Miguel Reale foi a crítica mais incisiva e séria para o exaurimento e derrocada do naturalismo jurídico sociológico, mas hoje, o pensamento de Miguel Reale, que foi renovador, acabou se transformando “numa proposta jurídica sem alcance transformador e sem muita eficácia para as novas necessidades de regulamentação social e para os objetivos político-jurídicos de uma sociedade de desenvolvimento tardio do Capitalismo periférico, como a brasileira deste final do séc. XX”.²³⁸⁸

Cita Tércio Sampaio Ferraz, José Eduardo Faria, Luiz Fernando Coelho, Luiz Alberto Warat e Agostinho Ramalho Marques Neto, como influências que emergiram no final da década de 70 e início de 80 para a formação do pensamento jusfilosófico nacional. Hoje o pensamento jurídico nacional não pode deixar de recepcionar as mudanças e os avanços paradigmáticos que estão ocorrendo nas ciências humanas, mudanças essas que são de ordem epistemológicas e metodológicas. “Justifica-se, assim, colocar em discussão, articular e operacionalizar um projeto de cunho crítico-interdisciplinar no Direito, ainda que se reconheçam as dificuldades de sua elaboração política e epistemológica”. “As novas tendências paradigmáticas que compõe o que se convencionou chamar de ‘pensamento crítico’ ou de ‘crítica jurídica’ rompem e desmistificam as dimensões político-ideológicas que sustentam a racionalidade do dogmatismo juspositivista contemporâneo”. Citando uma série

²³⁸⁷ WOLKMER, História..., p. 127-35.

²³⁸⁸ WOLKMER, História..., p. 135-8.

de juristas críticos brasileiros, assinala que apesar desses autores se estruturarem em fundamentos epistemológicos distintos – análise sistêmica, dialética, semiológica e psicanalítica –, todos se “intertextualizam numa ampla frente de ‘crítica jurídica’ (...) pela identificação mínima de alguns de seus pressupostos comuns”.²³⁸⁹

Para compreender melhor, em maiores detalhes, a história do direito brasileiro, pesquisada criticamente por Antonio Carlos Wolkmer, também tem-se que a história da origem ou implantação e desenvolvimento do primeiro sistema judiciário da colônia luso-americana é exemplar de um tipo de comportamento e postura que se perpetuou ao longo do tempo, e que certamente deixa suas marcas até os dias atuais. A Suprema Corte da Bahia e seus juízes explicitam o autoritarismo, personalismo, compadrio, corrupção, favorecimentos, burla de leis, o racionalismo meramente formal etc., que perpassam a história das práticas, competências, atitudes, habilidades e predisposições das gentes luso-americanas.

Assim, na origem histórica e social da colonização da América portuguesa, verifica-se que homens e mulheres simples – comerciantes, parteiras, padres, empregadas domésticas etc. – fizeram parte da história da expansão europeia. Na América essas pessoas deram surgimento a uma sociedade complexa que “apesar de ter fundido os elementos raciais e culturais da Europa, África e América, conservou sempre um forte sabor europeu em seu governo e na organização social de sua elite”. A burocracia surgiu para atender os interesses dos monarcas que “procuravam estabelecer sua autoridade e diminuir o poder de vários grupos, corporações e classes”. Assim, emergiu Estados fortemente centralizados sob égide de uma autoridade real, bem como do fenômeno da expansão ultramarina que criou os impérios ultramarinos. Manter a força militar, recolher impostos e promover a lei, tais eram as tarefas primordiais dos novos burocratas. As novas monarquias precisavam de tal classe e efetuaram as mudanças necessárias para estabelecer a burocracia. “Em meados do séc. XVII, burocracia e Estado tinham se tornados sinônimos e a máquina governamental crescera em tamanho e complexidade”. Na Ibéria, em Castela, o poder dos magnatas foi enfraquecido e as cidades foram jogadas contra a nobreza, sendo que “uma burocracia profissional foi criada para controlar ambas”. Em Portugal a Casa de Avis utilizou a burocracia para conseguir o apoio da classe mais baixa a de classe mercantilista para estabelecer a monarquia centralizada. Em

²³⁸⁹ WOLKMER, História..., p. 138-41.

ambos países, a nobreza continuou no governo, sendo reservado a eles os “cargos de distinção e utilidade, desde que ligassem a sua sorte com a nova estrela que se levantava – a Coroa”.²³⁹⁰

Para Portugal e Espanha, especialmente para o primeiro, as expansões ultramarinas tiveram a finalidade de descobrir novas fontes de riquezas, cujos recursos “passavam a sustentar as crescentes responsabilidades administrativas e militares do Estado”. Assim, expansão ultramarina e burocracia, “imprimiram nas colônias americanas uma estrutura administrativa bem desenvolvida e um curioso enfoque legalístico do governo e da vida”. A tradição romana foi transferida para as colônias. “A primeira responsabilidade do rei para com seus súditos, tanto das colônias quanto da metrópole, era a justa promoção da lei. (...) A lei, a base mesma da sociedade, era por definição boa”. Para entender “como o império português, sendo um sistema altamente racionalizado de organização burocrática, acomodava as relações pessoais de parentesco, amizade e interesse que sempre haviam caracterizado a sociedade ibérica”, é preciso entender que “o governo e a sociedade do Brasil colonial estruturaram-se a partir de dois sistemas interligados de organização. Em um nível havia a administração controlada e dirigida pela metrópole, caracterizada por normas burocráticas e relações impessoais, que amarrava os indivíduos e os grupos às instituições políticas do governo formal. Paralelamente havia uma teia de relações interpessoais primárias baseadas em interesse, parentesco ou objetivos comuns que, embora não menos formal, não contava com o reconhecimento oficial”. Assim, o autor procurará “examinar o relacionamento dinâmico entre esses dois sistemas de organização humana durante duzentos e cinquenta anos da história do Brasil, período em que a nação se formou como uma colônia ultramarina de Portugal”.²³⁹¹

“Os homens que preenchiam os cargos governamentais no império português tinham experiências sociais e ocupacionais muito variadas. Nobres, clérigos, contadores, todos tinham cargos administrativos e todos, certamente, poderiam ser chamados burocratas; entretanto, não podemos esquecer que o direito de soberania da coroa firmava-se sobre seu papel de guardião da justiça. A burocracia do Império tinha como núcleo uma organização judicial na qual os cargos eram ocupados por magistrados cujas vidas, *status* e planos estavam inextricavelmente ligados ao governo”. O autor irá colocar “esses magistrados em posição central no (...) trabalho (...) [concentrando-se] no desenvolvimento e funcionamento da Relação da Bahia, instituição judicial e administrativa estabelecida no Brasil em 1609. A

²³⁹⁰ SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**: a Suprema Corte da Bahia e seus juízes – 1609-1751. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. IX-X.

²³⁹¹ SCHWARTZ, Burocracia..., p. XI-XII.

Relação era o principal elo entre os desejos da população colonial e as ordens do governo real. Foi dado ênfase especial às funções administrativas da Relação e à natureza e desempenho de seus funcionários em detrimento de seu papel judicial”. Em sua pesquisa, ressalta que sua “intenção foi a de enfatizar a natureza da burocracia e de examinar as dimensões históricas oferecidas por uma aproximação humana em relação ao governo. As tabelas formais da organização não foram ignoradas; também serão encontradas referências a conflitos institucionais, como já se tornou tradicional em histórias administrativas; contudo, a fim de entender o funcionamento do governo e da sociedade no Brasil colonial, precisamos olhar além, para a teia complexa de outros relacionamentos sociais e econômicos que constituem a trama da existência colonial. É precisamente nessa área que esperamos oferecer algo novo através desta pesquisa”.²³⁹²

Esclarece o autor que sua intenção não é fazer um estudo exaustivo da burocracia, nem da sociedade colonial brasileira. “É principalmente um estudo das elites: de um lado, o mais alto nível de burocracia profissional, os desembargadores; de outro, os senhores de engenho e os fazendeiros de gado, que dominavam as instituições coloniais e, freqüentemente, monopolizavam os recursos econômicos e sociais disponíveis”. A sua “ênfase nos estratos superiores do governo e da sociedade colonial não reflete uma falta de interesse pela grande maioria da população. Ao contrário, reconhece que as instituições sociais e políticas do Brasil colonial muitas vezes funcionavam prejudicando essa vasta maioria, e tenta examinar como esse sistema nasceu e, ainda mais, como e por que vem se perpetuando”.²³⁹³

Tudo indica que portugueses e espanhóis, dos séculos XVI e XVII, “achavam que a administração imparcial da lei e o desempenho honesto do dever público asseguravam o bem-estar e o progresso do reino; inversamente, o embaimento da justiça por funcionários avarentos ou grupos e indivíduos poderosos traziam a ruína e provocavam a retaliação divina”. Assinala o autor que houve rei português que chegou a aplicação de medidas draconianas para preservar a igualdade da justiça entre ricos e pobres, sendo que “os portugueses viam uma estreita relação entre o rei e a sua lei”; isso era ressaltado pelos tratados eruditos e pelas próprias leis, com a “justiça (...) sendo a primeira responsabilidade do rei”. Tal concepção se refletia nas colônias portuguesas de além-mar, concluindo que a “administração da justiça (...) é uma chave para a compreensão dos impérios da Espanha e Portugal nos séculos XVI e XVII”.²³⁹⁴

²³⁹² SCHWARTZ, Burocracia..., p. XII.

²³⁹³ SCHWARTZ, Burocracia..., p. XIII.

²³⁹⁴ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 3-4.

O império português era comercial – uma talassocracia –, dentro de moldes religiosos e militares. O Estado desenvolveu uma complexa máquina de controle para gerir suas atividades. Segundo ao autor, os “padrões de governo e das instituições oficiais do Brasil eram baseadas em formas originárias de Portugal ou das áreas do Atlântico, África e Ásia (...) [e que torna-se] necessária a compreensão da estrutura judiciária portuguesa em 1580 para que se possa entender o período subsequente. Mas ainda (...), a estrutura judicial tornou-se o esqueleto da burocracia colonial”. O Conselho era a unidade básica da estrutura judicial e administrativa portuguesa; “um certo número de funcionários exerciam as funções administrativas e judiciais necessárias à vida urbana”. Abaixo dele vinha a Comarca ou Correição. Segundo o autor, a finalidade dos Juízes, especialmente os nomeados diretamente pela Coroa, era “a tentativa da monarquia de limitar o controle exercido por elementos do poder local”.²³⁹⁵

Os Tribunais de Apelação – também conhecidos como Tribunais de Relação ou Casa da Relação – eram as instâncias imediatamente superiores de recursos. A Casa de Suplicação era a outra instância acima de apelação. “A organização interna e os procedimentos da Casa de Suplicação serviam de modelo para todos os outros tribunais do império português”. Assim, a remuneração e o prestígio devido à função desempenhada no Tribunal, eram objetos de cobiça pelos magistrados. Critérios de ascendência nobre estabeleciam a hierarquia do Tribunal, sendo que a linhagem e posição social dos seus membros emprestavam prestígio ao Tribunal. Havia também o Desembargo do Paço, que se tornou “o órgão central na estrutura burocrática do império português”, que era um conselho governamental – institucionalizado pelas Ordenações Manuelinas – de assessoria para todos os assuntos de justiça e administração legal. O Desembargo do Paço acompanhava o Rei e reunia-se com ele; era o Rei que designava e nomeava os magistrados reais, além de promover e avaliar o desempenho deles. Sua composição variou de seis a treze desembargadores, sendo que um de seus membros era nomeado pela Igreja. É de se observar que, para o clero, havia um sistema de cortes e funcionários eclesiásticos, sendo que para a Inquisição ou Santo Ofício, havia uma organização e jurisdição própria.²³⁹⁶

Mais tarde foi criada a Mesa da Consciência e Ordens, “composta por padres e advogados civis que aconselhavam a Coroa nas questões que afetassem a Igreja, as ordens militares ou a Universidade de Coimbra”. As ordens religiosas e militares eram subordinadas à Mesa da Consciência, assim como as questões morais do domínio português no Brasil –

²³⁹⁵ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 4-6.

²³⁹⁶ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 8-10.

posição do índio, comércio de escravos, guerra justa. “Esses problemas morais bem como suas soluções exerceram considerável influência na formação da sociedade e da mentalidade do Brasil colonial”. Todo o sistema de administração judicial era altamente racionalizado, onde a autoridade real detinha o núcleo e mando para prover a demanda judicial de toda Coroa. Entretanto, os magistrados tinham tendência para assumir funções extrajudiciais. “*No processo de centralização, a Coroa portuguesa encontrou no sistema judiciário um instrumento eficaz e oportuno para a extensão do poder real; e no corpo de magistrados profissionais que integrava o sistema judiciário, a Coroa não só encontrou como formou um aliado eficiente*”. Os letrados e graduados, no século XV chegaram a uma posição igual a dos cavaleiros e fidalgos e passaram a assumir, a partir de meados do século XVI, algumas características de casta, sendo que “através de casamentos e ligações familiares, tornaram-se um grupo auto-perpetuador que ocupava a maior parte dos cargos judiciais em muitos dos cargos administrativos do governo”. Os filhos dos letrados “seguiam as pegadas paternas, indo do curso de lei canônica ou civil (geralmente na Universidade de Coimbra e algumas vezes em Salamanca) diretamente para o serviço real. Depois disso, as promoções dependiam não só da idade, dos graus universitários obtidos e do desempenho, mas também de ter ou não seu progenitor servindo à Coroa”.²³⁹⁷

Do século XIV a XVII, a classe dos letrados passa de uma origem humilde para uma classe de importância e prestígio, equivalente à aristocracia militar, devido à própria expansão – e centralização – do poder real. Eram encarregados de encontrar soluções legais para problemas práticos do governo. Reconhece o autor que as condições locais de cada colônia determinavam a natureza da administração judicial. Por exemplo, nos postos avançados da África do Norte – estabelecimentos militares, sobretudo –, os capitães tinham poderes judiciários sumários: nas penas que não envolviam a morte do condenado ou esquartejamento eles detinham a jurisdição final. Na América portuguesa, os capitães detinham o poder de indicar ocupantes de determinados cargos. “Os soldados, comerciantes, clérigos e cidadãos portugueses encaravam a administração da justiça como a parte mais importante do governo real e como justificativa primeira do poder real. Assim, passaram a esperar o mais alto nível de desempenho por parte dos magistrados encarregados de dispensar a justiça do rei (...). Contudo, a maioria das pessoas não conseguia ver a maneira pela qual a organização judicial tinha se tornado o esquema estrutural do império. Essa organização, racionalizada e

²³⁹⁷ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 10-4. Grifos nossos.

sistematizada desde o século XIV, oferecia à Coroa os meios burocráticos e de controle, e quase imperceptivelmente a magistratura real fora estendida às colônias”.²³⁹⁸

Os primeiros trinta anos do descobrimento não foram objeto de atenção especial por parte da Coroa e dos colonos portugueses quanto à aplicação da justiça na colônia. Os capitães dos navios e líderes de expedições militares eram os tradicionais árbitros das disputas que ocorriam. Disputas judiciais entre europeus, nesses primeiros trinta anos, eram enviadas para o Juiz da Guiné e Índia. Martin Afonso de Souza – e sua expedição –, ao vir para o Brasil, marcou uma transição importante para o estabelecimento de uma administração da justiça mais rigorosa e a formação da colonização e da regularização da sociedade brasileira. Foram dados a ele amplos poderes judiciais, além de ser o comandante militar, com autoridade legal sobre todas as causas cíveis e militares, exceto a dos fidalgos, podendo, ainda, criar os cargos judiciais e governamentais necessários para a administração da nova colônia. Assim foi que se procurou resguardar a nova colônia para Portugal nessa época. Mais tarde, o Brasil foi dividido em 15 partes e doado a 12 fidalgos portugueses, entre 1533 e 1535, sendo que os beneficiários recebiam poderes, privilégios e obrigações. O donatário recebia o poder de organizar justiça nos mesmos moldes dada a Martin Afonso de Souza, de tal forma que a justiça era controlada totalmente pelos donatários.²³⁹⁹

“Com o tempo, o sistema de capitanias hereditárias empregado no Brasil provou ser tão ineficiente na administração de justiça, quanto na promoção da colonização”. No aspecto da justiça, era freqüente o abuso e a falta de respeito pela lei. Assim, o Rei português decidiu centralizar o governo do Brasil, alterando o sistema de capitanias, sem aboli-lo. Tomé de Souza foi o primeiro governador-geral enviado para a Bahia, com uma grande expedição e instruções específicas de colonizar e estabelecer um governo central na colônia. A vinda de Pero Borges, em 1549, marcou uma cisão na estrutura do judiciário brasileiro até então praticado. Pelo fato das capitanias não terem sido abolidas, criou-se uma organização judiciária confusa e muitas vezes inoperante. Nesse período, já havia muito abuso administrativo e incompetência, pois pessoas despreparadas ocupavam funções que não estavam capacitadas a exercer, sendo o número de funcionários públicos muito grande, assim, não sendo pessoas que tivessem propensão de colonizar – trabalhar – a terra. O interior do Brasil não conhecia a lei. Havia uma grande miscigenação entre portugueses e índios, e isso causou um problema acerca da aplicação direito que era voltado apenas para os europeus. Os índios eram desconsiderados pela justiça, sendo a severidade dela aplicada com rigor contra

²³⁹⁸ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 14-8.

²³⁹⁹ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 19-21.

eles. Os jesuítas procuraram atenuar o tratamento discriminatório dado aos índios. Na estrutura administrativa montada, os três cargos mais importantes eram o do Governador-Geral, do Ouvidor Geral e do Provedor-Mor da Fazenda.²⁴⁰⁰

A vinda de Men de Sá ao Brasil, em 1557, marcou uma nova era no interesse real em relação à administração da justiça e à imposição da lei, pois era um homem culto, sendo que alcançara uma posição na Casa de Suplicação e era Conselheiro do Rei. Em assuntos da justiça, seus poderes foram ampliados em detrimento dos donatários. Ele dedicou muito tempo, no período que aqui esteve, para cuidar da administração e justiça no Brasil. Conseguiu o apoio dos jesuítas e cuidou para resguardar os direitos dos índios. Os cargos de Ouvidor-Geral e Provedor-Mor eram incompatíveis para serem ocupados por uma mesma pessoa, mas a praxe estabelecida era o acúmulo das funções numa mesma pessoa; assim, a administração da justiça ficava prejudicada. Além disso, as atividades não judiciais dos magistrados – obrigações militares, governadores interinos – tomavam o tempo dos magistrados em suas funções normais. Havia muitas disputas e contendas dos detentores das funções mais relevantes entre si e frente aos interesses dos colonizadores donatários.²⁴⁰¹

Em 1580, uma crise na dinastia portuguesa faz com que o espanhol Felipe II, Rei da Espanha, assumisse o Reino de Portugal. Como um rei ávido por detalhes, com uma queda pela precisão burocrática e um profundo senso de responsabilidade administrativa, ele demonstrou um interesse especial pela expansão da burocracia e pela melhoria do sistema judicial do Império. Em 1588, criou a Câmara de Castela – instituição similar ao Desembargo do Paço – “que exerceu extensos poderes sobre o recrutamento e controle da burocracia profissional espanhola”. O jurista encarregado pelo rei espanhol para avaliar o sistema administrativo, legal e burocrático português, chegou à conclusão que havia falta de justiça no reino português e que era consenso geral que era preciso corrigir isso. Havia o problema da codificação das leis, pois o conjunto da lei portuguesa era complexo, além do que o hábito e o costume local diferiam das formas legais prescritas. Também foi anotado que os indivíduos poderosos agiam impunemente, enfim, que altas hierarquias da Igreja e dos fidalgos gozavam de privilégios por parte de funcionários da justiça.²⁴⁰²

A fim de evitar conflitos diante da possibilidade de aplicar a lei e costumes espanhóis em terras portuguesas, um conselho moderador foi instituído para tomar uma posição prudente em relação às leis e reforma do judiciário português. “Formas e costumes

²⁴⁰⁰ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 22-8.

²⁴⁰¹ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 29-34.

²⁴⁰² SCHWARTZ, Burocracia..., p. 35-8.

portugueses foram empregados, e os especialistas legais conduziram a uma necessária revisão da lei”. Emerge daí as Ordenações Filipinas e uma grande reforma na estrutura do judiciário é feita, inclusive com substituição de juízes que não cumpriram sua missão como tais, refletindo-se nas colônias portuguesas ultramarinas. No Brasil, a reforma também se mostrava necessária e foi criada a Relação da Bahia em 1588, que em sua origem foi um fracasso, devido ao fato dos juízes não terem conseguido desembarcar na colônia por problemas de navegação quando chegaram na costa brasileira; assim, a Corte não foi instalada no Brasil. Somente em 1609 a Relação do Brasil começou a funcionar efetivamente. Entretanto, com o fracasso inicial, em 1590 o problema do judiciário brasileiro novamente voltou a preocupar Portugal, pois a quantidade de demanda dos serviços judiciários havia aumentado grandemente, até mesmo pelo melhor desenvolvimento do comércio na colônia. Muita discussão foi travada e a decisão final adiada até 1609. Entre outros motivos levantados para a decisão final de instalação do Tribunal, foi o crescimento da América portuguesa, que já era significativo e de importância. Havia o cargo de chanceler dentro desse Tribunal, que era designado primeiro magistrado. Além de suas funções judiciais normais, ele cuidava também de questões conflituosas legais-religiosas. Em caso de ausência do governador, ele também tinha a função de responder pelo governo.²⁴⁰³

Após 1609, a presença de dez desembargadores na América portuguesa aumentou a probabilidade de desempenho judicial melhor na colônia e multiplicou as oportunidades de contatos sociais. Sua origem social, padrão de carreira, educação e experiência eram qualitativamente significativas. “A chegada dos primeiros desembargadores pode ser vista como o começo do governo magistrático no Brasil, a total extensão da burocracia real à colônia, numa época em que o Brasil entrava num período de prosperidade econômica propiciada pelo grande desenvolvimento da produção açucareira”. Os “burocratas da magistratura constituíam um pequeno grupo especializado (...) [e] havia três tipos de cargos burocráticos (...). No nível mais alto, os cargos, geralmente de natureza executiva ou consultiva, eram ocupados pela antiga aristocracia militar e pelos nobres que possuíam terras (...). Esses nobres tradicionais tinham grande orgulho de sua linhagem, acreditavam terem nascidos para comandar e jamais renunciaram a seu papel no governo”. A magistratura constituía o segundo grupo de burocratas, “espinha dorsal do governo real tanto nas colônias quanto na metrópole”. Finalmente, o terceiro nível de burocracia: “uma vasta teia de pequenos

²⁴⁰³ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 41-53.

cargos, de tabeliães e escrivães oficiais de portos e comissários da marinha”, sendo que alguns desses cargos não requeriam qualquer habilidade ou experiência.²⁴⁰⁴

Durante o período de governo espanhol, tais cargos menos importantes foram disputados por todos. “O interesse geral em se tornar um funcionário público deu à Coroa uma considerável força política já que a doação ou não desses cargos constituiu-se em uma maneira da Coroa controlar um importante ‘recurso à deriva’”. Todos queriam um presente dos céus, entrar para a folha de pagamento do governo. A magistratura profissional serviu, também, para ser o elemento mediador entre a classe dos aristocratas e não aristocratas que ocupavam cargos públicos. “Nos fins do século XVI, a magistratura tinha se tornado uma classe semi-autônoma e um tanto auto-perpetuadora, geração sucedendo geração a serviço do rei”. Houve o ingresso de pessoas de outras classes sociais na classe dos letrados, e a graduação em direito por uma universidade era a chave do ingresso na carreira a serviço do rei.²⁴⁰⁵

“Embora o grau universitário fosse uma marca de distinção e *status*, jamais alcançou a importância que teve em Espanha e na América espanhola onde os títulos de licenciado e doutor eram orgulhosamente exibidos e ciumentamente preservados”. Verifica-se que os “magistrados portugueses, diferentemente dos espanhóis, preferiam utilizar seu título de carreira (...) ao título universitário como sinal de *status*”. No ensino e na educação, em Coimbra “a socialização era um processo de socialização destinado a criar um senso de lealdade e obediência ao Rei. (...) Durante os trezentos anos que o Brasil foi colônia de Portugal, Coimbra (...) [foi] a única faculdade de Direito dentro do império português. Todos os magistrados do império, tivessem eles nascidos nas colônias ou no continente, passavam pelo currículo daquela escola e bebiam seu conhecimento em Direito e na arte de governar naquela fonte”. Assim, a elite intelectual colonial portuguesa se ligava à metrópole, o que não ocorria com a elite colonial espanhola, cujas universidades se encontravam na própria colônia. O processo seletivo para escolha dos juízes era discriminatório; o candidato passava por uma investigação acadêmica e pessoal, sendo que a origem social, declarações de testemunhas sobre a vida pregressa do candidato, a reputação da família do candidato, se ele tinha ou não sangue puro, se a família vivia ou não de atividades inferiores, entre outros, eram critérios de seleção.²⁴⁰⁶

²⁴⁰⁴ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 55-7.

²⁴⁰⁵ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 58-9.

²⁴⁰⁶ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 59-62.

Segundo o autor, “o problema da autonomia burocrática é crucial para a (...) análise, pois embora a Coroa tenha planejado um corpo de funcionários dependentes e subservientes, o exercício e as práticas operacionais de magistratura engendram ações e atitudes independentes e, muitas vezes, contrárias aos desejos reais”. Por exemplo, como mediadores, a magistratura poderia estabelecer uma série de alianças temporárias; além disso, cada magistrado poderia seguir estratégias de ação de caráter puramente pessoal. “Burocracias não podem existir sem burocratas. A fim de compreender as ações da magistratura não é suficiente entender sua estrutura institucional e a história coletiva; torna-se necessário compreender também os homens que aí trabalham, como eram selecionados e a natureza do seu passado pessoal e profissional”. Assim, verifica-se que os “homens escolhidos para o primeiro Tribunal brasileiro e os que os sucederam representam a classe dos letrados (...) [sendo que] as atitudes e as aspirações dos magistrados da Coroa freqüentemente eram iguais àquelas da velha aristocracia militar”. Procuravam ressaltar a sua origem fidalga e as honrarias – títulos – recebidos. Eram ligados à Coroa e à manutenção da autoridade real. “A Coroa escolheu para o Brasil (...) cristãos de longa data, advogados de meia-idade, progredindo na profissão, de boa reputação, mas não eminentes. A maior parte temia que a nomeação para o Brasil os privaria de cargos no continente, que fossem melhores e tivessem maior prestígio”, assim, para aceitar o cargo no Brasil eles o fizeram em troca de vantagens e honrarias que justificassem a vida para a colônia. Verifica-se que uma vez instalados na colônia, eles tiveram uma conduta arrogante ao insistir receber respeito e deferência da parte dos outros.²⁴⁰⁷

“Durante o primeiro século do Brasil como colônia européia, vários grupos e instituições haviam estabelecido padrões de controle sobre os fatores sociais, políticos e econômicos da vida brasileira. A inserção de uma nova força, um poderoso órgão judicial e administrativo, iria certamente romper alguns desses padrões e gerar oposição por parte dos interessados prejudicados. Foi, portanto, surpreendente que quase não tivesse havido oposição na colônia à criação do Tribunal de Relação de 1609”. Para que tal fato sucedesse dessa forma, concorriam razões complexas: (I) havia o antigo desejo de melhorar a qualidade da justiça; (II) havia o sentimento de que o exemplo da colonização da América espanhola deveria ser seguido pela colônia luso-americana.²⁴⁰⁸

O fato é que a vinda dos novos magistrados encontrou uma América portuguesa em formação como colônia, portanto, um lugar tido por ainda anárquico. A sociedade luso-americana na época existente era a seguinte: mesmo após 1570, quando a colônia americana

²⁴⁰⁷ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 63-75.

²⁴⁰⁸ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 77.

começou a ter uma importância econômica maior, ainda assim ela era considerada como o quintal do império, haja vista que as Índias era a menina dos olhos da Coroa. “Sua escassa população européia se encontrava espalhada pelo litoral ou concentrada ao redor de pequenos núcleos urbanos, vulneráveis ataques dos índios hostis e de rivais europeus ciumentos”. Não havia imprensa, universidades, edifícios nobres e riquezas minerais como nas colônias espanholas. Enfim, era uma colônia clássica, ou seja, fonte de matérias-primas e produtos agrícolas tropicais, sendo que até o fim do século XVI, o Brasil era deficitário para o tesouro real, “consumindo mais em salários e despesas de defesa do que arrecada em taxas e impostos”. O comércio interno era de base de troca entre portugueses, e entre brancos e índios. A cana havia começado a vicejar, bem como o desenvolvimento da indústria açucareira.²⁴⁰⁹

A cultura do açúcar exerceu grande influência na formação da sociedade, dos padrões de vida e na administração do governo no Brasil colonial. Ela gerou uma fonte de renda que passou a cobrir as despesas da Coroa no Brasil. Estimulava outras atividades paralelas, influenciando inclusive a formação das cidades brasileiras. Recife, Bahia e Rio de Janeiro eram portos, pois facilitavam a entrada e a saída de navios do Brasil; para tais cidades se dirigiram os artesãos, os comerciantes, os advogados, os médicos, e os funcionários do governo e, naturalmente, para uma dessas cidades o Tribunal seria estabelecido. Em fins do século XVI o complexo escravo-açúcar tinha se tornado a força motora das colônias portuguesas da América do Sul. Apesar dos esforços das autoridades portuguesas em monopolizar o comércio sob controle da metrópole, existia o comércio direto com outras nações da Europa, especialmente a Inglaterra. Havia também a pirataria inglesa, francesa e holandesa que atacavam os navios ibéricos, onde o açúcar, os escravos e as mercadorias provenientes da Europa eram cobiçados. A cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos, capital do Brasil, era o principal ponto terminal do comércio atlântico – um importante entreposto de comércio costeiro – e o alvo mais comum para os intrusos europeus. Com a unificação da Península Ibérica, surgiram novas oportunidades de comércio entre o Brasil e as colônias espanholas, inclusive um comércio ilegal entre o Brasil e Buenos Aires; o Tribunal de Relação assumiu a incumbência de acabar com tais irregularidades, além de outros abusos contra o Tesouro Real.²⁴¹⁰

A comunidade mercantil no Brasil formava uma parte vital da vida local. Entende o autor que é possível ter havido uma certa identidade coletiva entre donos de lojas e agentes de

²⁴⁰⁹ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 77-8.

²⁴¹⁰ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 79-82.

importação e exportação, sendo que tais comerciantes eram uma fonte virtual de conflito para a Relação, devido a suas funções econômicas e suas ligações com os interesses comerciais com a metrópole. Entretanto, tal oposição não ocorreu, devido a outros fatores vantajosos que acompanhavam a instauração do Tribunal no Brasil. Salvador foi escolhido para ser a sede do Tribunal devido ao fato de ser a sede de governo, do bispado e era a área urbana mais importante da jovem colônia. Muitos dos colonizadores, tanto homens como mulheres, eram degredados ou exilados enviados ao Brasil pelas mais diversas razões. Os colonizadores portugueses, assim como os outros europeus, vinham com a esperança de encontrar dinheiro e ascensão social. Uma classe em especial – e que estava bem colocada na Bahia – foi a dos cristão-novos, cuja instalação do Tribunal veio com a política discriminatória que era aplicada a eles na metrópole. A aristocracia do açúcar era o elemento mais poderoso da sociedade; antes da vinda do Tribunal, as pessoas mais ricas tinham certas vantagens devido às suas relações de sangue e amizade, para conseguir que um processo judicial andasse mais celeremente ou mais lentamente. Com a vinda do Tribunal, tal situação ficava abalada, entretanto, a vinda do mesmo foi um fato de contentamento para todos, pois acreditou-se que o Tribunal era uma resposta da Coroa a reivindicações do setor agrícola da colônia.²⁴¹¹

Surge um conflito que envolvia a escravidão índia, colonizadores, jesuítas e questões de fundo moral e teológico da colonização portuguesa, que ameaçou a posição dos magistrados e a autoridade portuguesa, um ano após a instalação do Tribunal. O pano de fundo era as terras do sertão que permaneciam sendo dos índios e que se presumia como rico em metais preciosos. A busca das minas se vinculou a outro problema: a liberdade dos índios. As solicitações de autorização administrativa para exploração dessas terras do interior, implicavam a aceitação de escravização dos indígenas, a fim de viabilizar as expedições. Os espanhóis entendiam que os índios eram homens livres, e os portugueses colonizadores queriam o trabalho índio. O Tribunal de Relação tinha o poder de rever os procedimentos administrativos/judiciais, pois as ações dos colonizadores estavam subordinadas às leis. Além disso, o problema da escravidão índia tinha uma vertente moral e teológica e os jesuítas eram contra. Ao final, uma lei de 1611 foi promulgada, reiterando que a liberdade dos índios era uma regra, mas que em determinadas circunstâncias era permitida sua escravidão. Na prática a lei foi um retrocesso, e o Tribunal de Relação foi responsabilizado pelos jesuítas pelo recuo, que procuraram jogar o povo contra o mesmo. Como a lei também atingiu interesses dos senhores de engenho, eles passaram a ver o Tribunal como um representante da política e

²⁴¹¹ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 83-91.

autoridade reais. Os juizes não tiveram dúvidas em seguir o que a lei prescrevia, não dando atenção alguma aos conflitos subjacentes.²⁴¹²

O procedimento da Relação no Brasil assemelhava-se aos da metrópole. As Ordenações Filipinas era que ditava a estrutura e procedimento do tribunal. Anota o autor o seguinte: (I) suas transações – contratação de serviços, compras, etc. – eram efetuadas pelos membros individualmente; (II) os cargos de escrivão da Relação podiam ser adquiridos e passados de uma geração a outra; também era possível alguém receber um cargo como recompensa por serviços prestados à Corte e normalmente eram semiprofissionais competentes; (III) as audiências eram públicas e havia um procedimento rígido a ser seguido; (IV) era comum a demora da decisão; (V) as deliberações da Corte eram secretas; (VI) a lei e o arbítrio do magistrado eram condicionantes da sentença prolatada; (VII) o primeiro dever do Tribunal era a proteção dos interesses reais e a imposição das leis; (VIII) a Relação era uma fonte leal e inteligente de informações; (IX) atividades extrajudiciárias como investigatórias, fiscais e administrativas, eram também atividades a que os magistrados estavam incumbidos; (X) eram os desembargadores que faziam as correições, sendo também investigadores especiais nas varias capitánias do Brasil; (XI) outros mais.²⁴¹³

A intenção da Coroa era que os magistrados fossem sóbrios, mas sabendo da volubilidade humana, fez leis para enquadrar os magistrados dentro de certos padrões de comportamentos, a fim de alcançar a imparcialidade do magistrado, sua honestidade e obediência e lealdade para com o rei. Homens incorruptíveis eram raros e apareciam de vez em quando. Para assegurar a lealdade, a imparcialidade e a eficiência administrativa dos juizes, a Coroa fez duas coisas: (I) elevou-os acima da sociedade, garantindo-lhes posição de respeito, e garantindo-lhes prestígio, riqueza e *status* social, além dos altos salários, gratificações financeiras e de isenção de certos impostos; (II) isolou-os da sociedade, condicionando a morada deles próximas uns dos outros e limitando o contato social com outras pessoas; além disso, o casamento com moças no Brasil estava proibido, salvo exceção, e estavam proibidos de adquirir terras e estabelecer negócios privados. No entanto, o que se verificará na prática, era que o isolamento dos desembargadores era impossível, e usavam o cargo para proveito pessoal, além de desrespeitara a lei e fazer negociatas. No Brasil, a maior parte dos desembargadores era proprietária de escravos, e alguns chegaram a traficar escravos. A fortuna, o poder, o *status* e o cargo dos desembargadores, fez com que eles se tornassem alvos de contato para importantes grupos sócio-econômicos e as grandes famílias.

²⁴¹² SCHWARTZ, Burocracia..., p. 106-12.

²⁴¹³ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 113-36.

Assim, 17% dos desembargadores que moraram no Brasil casaram-se com brasileiras, apesar das leis e advertências reais. O casamento era uma aventura comercial, tanto para o juiz como para as famílias coloniais. Havia sempre a esperança mútua de obter vantagens. O compadrio, o apadrinhamento de batismo ou de casamento também era fonte de obrigações mútuas e aceitas, sancionadas pela Igreja. Quanto ao relacionamento com a aristocracia do açúcar, os senhores de engenho não eram molestados e exerciam considerável pressão sobre a Coroa e seus representantes.²⁴¹⁴

A vinda do Tribunal provocou ciúmes, hostilidades e conflitos com outras instituições da colônia. Analisa o autor os problemas surgidos com os Governadores-Gerais, a Câmara Municipal de Salvador, o Bispado baiano e o Tesouro Real do Brasil. A administração civil do Brasil se caracterizou pela delegação de poderes tripartida: (I) político-militar; (II) fiscal; (III) judicial. E apesar do controle da Coroa, eram contraditórios entre si. O governador-geral era o chefe político do estado e ocupava o cargo mais alto e também presidente do Tribunal, exercendo alguma autoridade sobre assuntos judiciais. Era o comandante supremo da colônia e representante direto da Coroa na colônia estando no ápice da burocracia colonial. O seu relacionamento com o Tribunal, dependia das circunstâncias, geralmente trabalhando em harmonia. Na sua condição de presidente do Tribunal, sua função era mais administrativa. O chanceler da Relação governava a colônia na ausência do governador-geral, com a ocasional ajuda do provedor-mor. Conflitos surgiam quando os novos governadores vinham para o Brasil e desejavam colocar em cargos públicos todos os seus amigos. Assuntos comuns – direito de residir em prédios públicos, pagamento pelo tesouro real das despesas de moradia – é que davam origem a mais conflitos do que questões de estado. As causas subjacentes de conflitos estavam na interdependência dessas duas instituições e no controle mútuo que exerciam uma sobre a outra. Assim, o governador-geral podia suspender um magistrado da Relação, fazer designações de magistrados para correições ou comissões, informar a Coroa – em relatórios secretos – sobre a ação dos juízes; por outro lado, a Relação controlava o governador-geral através da sua submissão à revisão das ordens por ele emitidas, decidindo acerca da legalidade do assunto, assim como tomava conta da inspeção judicial ou residência, exigida ao final do mandato do cargo de governador-geral.²⁴¹⁵

O bispo residente chefiava o estabelecimento eclesiástico e assumia a responsabilidade pelo bem-estar espiritual dos habitantes da colônia. O relacionamento entre o Tribunal e os bispos era conflituoso, combatendo os excessos cometidos pela Igreja, especialmente em

²⁴¹⁴ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 138-48.

²⁴¹⁵ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 153-7.

questões religiosas que afetavam a vida civil dos colonizadores – por exemplo, punições religiosas sobre assuntos morais, a coleta do dízimo etc. Entre o Tribunal e os militares não havia nenhuma simpatia, sendo que os soldados e os oficiais tinham aversão a todos aqueles que seguiam uma carreira intelectual, inclusive os monges; por outro lado, os magistrados consideravam as tropas como desordeiras e mal-educadas. Entre o Tribunal e a Câmara também havia um relacionamento entre harmônico – de alianças – e conflituoso. Em relação ao provedor-mor da fazenda, conflitos também surgiram, uma vez que o Tribunal passou a analisar suas ações sob a ótica legal, sendo que o provedor, por sua vez, asseverava que sobre seus atos o Tribunal não tinha competência. Assim, de maneira geral, os deveres, as funções e as jurisdições das instituições eram sobrepostas, e causavam constantes atritos que eram resolvidos pela Coroa em Portugal, o que ocasionava demora pela distância.²⁴¹⁶

A queda e a recaptura de Salvador – dentro do conflito entre ibéricos e holandeses – levou a muitas modificações no sistema colonial português, e a abolição do Tribunal foi uma delas. Os custos militares fizeram rever os demais gastos, além de ser questionado o real valor de profissões e atividades “não produtivas” na colônia. Nesse período, estava em discussão no continente a atuação e função da classe da magistratura, especificamente da insatisfação geral que recaía sobre ela. Também havia um desagrado geral com o sistema judicial, sendo que aqui no Brasil o Tribunal havia feito muitos inimigos que o pudessem defender nesse momento crítico. Assim, a abolição da Relação foi uma conjugação de fatores acidentais e históricos. Através da ordem real de 05 de abril de 1626 a Relação era abolida na colônia.²⁴¹⁷

Portugal foi reconhecida independente pela Espanha em 1668 – em 1640 a Duque de Bragança é proclamado rei de Portugal, seguindo-se uma guerra – e nessa época começou a mudar a estrutura do Império. A guerra dos portugueses travada com os holandeses resultou na vitória holandesa na Ásia, uma situação equilibrada na África e uma vitória portuguesa no Brasil. Dentre as reformas que afetou as colônias, o a criação do Conselho Ultramarino foi a mais importante, pois esse órgão assumiu todos os assuntos coloniais de natureza civil e militar. Feito o pedido para a restauração da Relação da Bahia, com a sua reinstalação, o Tribunal encontrou uma sociedade com os mesmos problemas encontrados pelo Tribunal anterior: “uma sociedade colonial desordeira, grande poder em mãos de poucos indivíduos e famílias e amplos setores da população impossibilitados ou não desejosos de obedecerem as regras sociais”. Para a população não europeia, a lei era imposta mais para dar uma lição do que administrar a justiça; os índios continuavam fora dos interesses do judiciário civil; os

²⁴¹⁶ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 158-72.

²⁴¹⁷ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 173-87.

criminosos eram facilmente soltos sob fiança. O regimento emitido para a Relação não diferia de maneira significativa daquele emitido em 1609. Todas as capitanias estavam subordinadas à Relação da Bahia à exceção de Maranhão. As rivalidades voltaram a se repetir ao nível das Instituições estabelecidas. Houve o problema de falta de funcionários, e os juízes não eram em número suficiente. Os magistrados freqüentemente recebiam tarefas especiais e atuavam em comissões extrajudiciais. Nessa época a colonização do Brasil se expandia e todos os problemas administrativos e judiciais que emergiram passaram a ser responsabilidade da Relação; além disso, tendo em vista que a importância do Brasil crescia como colônia, a Relação do Brasil passou a ter competência sobre a África Ocidental. As dificuldades encontradas pelos desembargadores em fazer visitas de supervisão ao interior, faziam com que essa região ficasse praticamente sem lei. Os fazendeiros do gado estabeleciam suas próprias leis e ficavam impunes quanto às penalidades da lei formalmente estabelecida.²⁴¹⁸

Apesar da tentativa da Coroa em estabelecer uma descentralização do judiciário, a fim de controlar as ilegalidades e crimes que eram cometidos no interior, o poder pessoal continuou a dominar no sertão, e tudo permaneceu como já estava estabelecido. As visitas de correição e investigação não ocorriam ou eram infrutíferas – pelos custos elevados, poucos desembargadores, desonestidade de desembargadores. Foi criado o Tribunal do Rio de Janeiro em 1751, reconhecendo a importância política da cidade, que se tornaria capital do vice-reino em 1763. O Tribunal do Rio de Janeiro dividiu em dois a área de jurisdição do Tribunal da Bahia, ficando aquele com jurisdição sobre toda região ao sul do Espírito Santo e das novas terras do oeste. Os conflitos administrativos com o provedor-mor, com a Igreja, com a Câmara de Salvador, os governadores-gerais e os funcionários mais importantes do Brasil continuaram a ocorrer. Ressalta-se que havia um consenso que os magistrados nascidos no Brasil causavam muitos problemas, e foi vetado o ingresso de tais magistrados para atuar em Tribunais brasileiros.²⁴¹⁹

Verifica-se, de modo geral que “os juízes do Tribunal Superior da Bahia estavam a procura dos benefícios disponíveis na colônia brasileira e, como membro de uma estrutura mais ampla, o império burocrático português, também buscavam certos objetivos profissionais que estavam intimamente ligados ao funcionamento desse império”. A origem geográfica dos desembargadores baianos refletia a distribuição demográfica da população portuguesa. A Coroa recrutava os magistrados de várias classes sociais, mas a maioria era predominante da classe média. A categoria mais representativa dos magistrados era composta

²⁴¹⁸ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 191-206.

²⁴¹⁹ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 206-22.

de filhos de advogados e burocratas formados pela universidade. Havia o nepotismo institucionalizado. Os filhos de artesãos e negociantes, apesar de teoricamente não poderem entrar na magistratura, devido as ocupações de seus pais, encontravam a oportunidade ao participarem do órgão representativo da ligas mercantis, que afastava aquele impedimento. Já os filhos dos militares estavam qualificados para servir ao rei. Se o candidato, ou qualquer um de seus ascendentes fosse de descendência ilegítima, ele seria barrado. Somente homens que tivessem um grau universitário de direito civil ou canônico podiam participar do certame seletivo. Para vir trabalhar no Brasil eram oferecidos atrativos, títulos e vantagens aos desembargadores. Os magistrados procuravam fazer do cargo um suporte de *status* social ao exigir privilégios, símbolos e reconhecimentos; assim, como a Coroa controlava os símbolos que legitimavam a ascensão social, quanto as recompensas internas da burocracia, conservava a magistratura amarrada aos seus interesses. Até certo ponto a magistratura tornou-se uma classe auto-perpetuadora, tendendo à hereditariedade profissional mesmo que a hereditariedade do cargo não fosse possível. Seis anos era o tempo médio de serviços que os desembargadores desempenhavam no Brasil. Ao longo dos anos, as crescentes atrações financeiras e pessoais tornaram mais difícil a volta dos desembargadores a Portugal, por ocasião do final de seu mandato no Brasil. Os quatro princípios em que se assentava a promoção e a recompensa da carreira da magistratura da época eram: antigüidade, mérito, precedente e nepotismo. Por fim, prestar serviço na Relação da Bahia era um degrau a mais na escala de promoção burocrática que levava às salas de aulas de Coimbra e até os Conselhos reais na metrópole.²⁴²⁰

Os desembargadores tinham um papel ativo na vida social, cultural e econômica da colônia, agindo, às vezes, de maneira imprevista, nem desejadas pelos regulamentos burocráticos. Ao chegar na colônia, a primeira preocupação era a moradia dele e de sua família. Normalmente, além de sua família, ele trazia parentes, afilhados, empregados, criados e escravos. Os magistrados se tornavam benfeitores de igrejas e de conventos, assumindo papéis importantes de liderança e obrigações financeiras nas principais comemorações religiosas. Havia a irmandade religiosa Misericórdia de Salvador, cujo ingresso era cobiçado pelos desembargadores. Esta congregação reunia as melhores e ilustres pessoas de Salvador, além de oferecer empréstimos financeiros a juros subsidiados. A posição de colônia trazia limitações para a vida intelectual, aqui não havia imprensa nem universidade e os desembargadores se mostravam poucos inclinados a se dedicarem a atividades intelectuais

²⁴²⁰ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 223-49.

como a literária, mas isso não impedia que os juízes participassem de sociedades culturais que eram criadas. Os desembargadores passaram a ser parte da rotina diária da cidade: as pessoas os cumprimentavam respeitosamente e agiam com deferência para com eles. Também os magistrados passaram a ser objeto de sátiras e ridicularizações públicas nos aspectos mais peculiares de cada um.²⁴²¹

O escritor Gregório de Matos, brasileiro e magistrado em Portugal, tratou os desembargadores, em seus trabalhos literários, como pessoas em carne e osso, e não pessoas isoladas da sociedade e sem rostos. Ele organizou sua crítica da Relação e dos magistrados em torno de dois temas: poder e corrupção. Por esse ato, foi deportado para Angola. Quanto à questão da corrupção, anota Schwartz que a crescente burocratização do império e o contínuo aumento de deveres e poderes dos desembargadores, criaram oportunidades ainda maiores de corrupção, sendo que havia muito desvio da lei e das normas burocráticas. Os magistrados controlavam o Tribunal Superior e os tribunais menos importantes, sendo que exerciam influência considerável sobre Instituições como a Fazenda e a Casa da Moeda e sobre as funções designativas do governador geral. Anota o autor que nem todos os atos considerados corruptos na burocracia eram ilegais; além disso, os magistrados continuamente desobedeciam as restrições feitas ao exercício simultâneo do comércio e muitas vezes se dedicavam aos negócios.²⁴²²

Os magistrados, muitas vezes, usavam o poder pessoal e a influência de seu cargo para obter vantagens pessoais, conveniências ou para proteger as famílias dele dependentes ou vinculadas. Pressões econômicas e aspirações de *status* contribuía para que os magistrados abusassem do cargo em benefício próprio. O objetivo primeiro dos desembargadores era a aquisição de terras, e dentre os abusos praticados pelos magistrados, o mais severamente condenado na época era a venda da justiça. Contra os magistrados envolvidos em corrupção quase nada podia ser feito; às vezes eram removidos. O casamento servia de laço principal entre famílias e era o método mais eficiente de incorporar magistrados na sociedade local de forma permanente. As atrações para conseguir um desembargador na família eram muitas, sendo que os desembargadores achavam que um casamento colonial lhes daria a oportunidade de adquirir riquezas e propriedades que estivessem de acordo com a condição e posição social que tanto aspiravam. Apesar da proibição da lei, houve considerável número de casamento, onde se verificava que a origem social das noivas era praticamente duas: ou eram filhas de viúvas ou de outros funcionários reais. Provavelmente os casamentos eram segundas núpcias

²⁴²¹ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 251-8.

²⁴²² SCHWARTZ, Burocracia..., p. 259-62.

dos desembargadores.²⁴²³ Finalmente, o compadrio ou apadrinhamento era uma forma para criar laços entre as pessoas ou reforçar laços já existentes – por consangüinidade e amizade –, e isso era muito praticado pelos juízes. “A genealogia social do desembargador, a teia de relações primárias de parentesco e de outros tipos, constituem uma série de influências primárias sobre seu comportamento social”. É de se considerar, também, que certas famílias baianas pareciam favorecer o relacionamento com a magistratura quase como se fosse um problema de política a ser seguida.²⁴²⁴

A forma peculiar do luso-americano de lidar com seu Direito é objeto de estudo e curiosidade para culturas que se desenvolveram sob signo da racionalidade fundada na impessoalidade. O sistema jurídico brasileiro, acompanha as manifestações culturais e civilizacionais legadas secularmente e desenvolvidas pelas gentes que conquistaram a independência e fundaram a república na América portuguesa. A maneira de lidar com o sistema jurídico formal – extensivamente, a maneira de ser típica do luso-americano no seu cotidiano e na construção de um modo existencial de vida social –²⁴²⁵ é marcado por práticas, atitudes, competência e habilidades que são estranhas para culturas que procuram seguir escrupulosamente a palavra dada, os contratos estabelecidos, a impessoalidade nas relações profissionais, o cumprimento de suas obrigações, o respeito ao direito do outro, a democracia, a função pública das instituições sociais, a racionalidade inter-geracional, entre outros. O jeito na cultura brasileira coloca no plano da realidade fática o que ainda não pode ser resolvido por uma tentativa de concepção de soluções racionalmente concebidas, para os problemas do cotidiano das instituições e existência mais geral da sociabilidade dos brasileiros, enfim, uma resposta prática da vida concreta para a idealidade formal traçada como meio de resposta às demandas sociais.

O “jeitinho brasileiro” existe para tudo – ou quase tudo – desde o plano íntimo-familiar, passando pelas amizades, até o plano da corrupção burocrático-estatal; em sua forma mais branda é uma espécie de tolerância, um tanto fora dos padrões idealmente concebidos, para determinadas práticas que se quer sejam no fundo respeitadas por todos os outros que não participaram delas, e que não deixa de remontar a traços e resquícios de comportamentos do passado como compadrio, apadrinhamento, filhotismo etc. – não querendo aqui afirmar-se que estes comportamentos próximos verificados no passado sejam a sua origem. Tratam-se de

²⁴²³ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 264-71.

²⁴²⁴ SCHWARTZ, Burocracia..., p. 272-86.

²⁴²⁵ BARBOSA, Livia. **O jeitinho brasileiro**: a arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

práticas – construtivas ou destrutivas – que são uma outra via para encaminhar uma questão, aparentemente solucionando no plano prático uma intenção que se deseja ser realizada, mas que sempre deixa problemas frente ao mundo ideal-formal social luso-americano. No plano do sistema jurídico brasileiro não é incomum afirmar-se, sem temor algum quanto às conseqüências e todas implicações do conteúdo da fala ou afirmação – evidentemente essa afirmação é dentro de um plano racional ideal, conforme valores da impessoalidade –, de que leis discutidas, aprovadas e promulgadas, válidas e vigentes, não são aplicadas e não possuem eficácia porque simplesmente não “pegam”. Não é incomum alardear-se que certas legislações luso-americanas serem consideradas como entre as mais avançadas do mundo – previdência social, combate à corrupção, proteção a menores, proteção ao consumidor, proteção ambiental etc. – mas verificar que na prática ela não cumpre – não realiza na prática – aquilo a que se destinava, portanto, sem proteger os bens jurídicos a que se propunha desde a sua promulgação. Há leis no Brasil que não “pegam”, assim com há instituições públicas que não cumprem completamente suas funções e competências legais – agências reguladoras e fiscalizadoras, agentes públicos, poderes públicos etc.

O que notabiliza a América Latina, e especialmente o Brasil, nesse contexto, é que a “diferença entre o direito escrito e o aplicado na prática é notoriamente [muito] grande”, frente ao que pode ser observado em comparação com outros países. Tudo indica que na cultura ibero-americana “as leis são reinterpretadas, (...) regulamentos e instruções centrais do Governo já são decretados com um cálculo prévio da percentagem em que serão cumpridas, onde o povo é um grande filtro das leis e os funcionários, pequenos ou poderosos, criam sua própria ‘jurisprudência’. Ainda que esta jurisprudência não coincida com as leis originais, conta com a aprovação geral, se é ditada pelo bom-senso”. No Brasil, a prática do desvio das normas legais alcançou tal patamar que é possível afirmar que o “jeito brasileiro” é uma instituição altamente cotada e já naturalizada como “parte integrante da cultura jurídica do Brasil. Em muitas áreas do direito, o jeito é a regra; a norma jurídica formal, a exceção”. O jeito tem a função de tornar possível o impossível, legalizar a ilegalidade, transubstanciar o injusto como algo justo, e sua função maior é resolver dificuldades independentemente de normas e instituições erigidas.²⁴²⁶

O “jeitinho brasileiro” designa vários comportamentos distintos entre si, mas ele está muito ligado, em seu sentido mais pejorativo a práticas de corrupção; ele pode ser identificado quando um “servidor público (...) deixa de cumprir seu dever legal em troca de vantagens

²⁴²⁶ ROSENN, Keith S. **O jeito na cultura jurídica brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p. 12-3.

pecuniárias ou promoções funcionais”, o “particular (...) emprega um subterfúgio para frustrar a prestação de uma obrigação legal sensata e justa (no sentido objetivo)”, o “funcionário público (...) cumpre suas funções com rapidez somente mediante vantagens pecuniárias ou promessas de promoção”, o “particular (...) burla uma lei irrealista, injusta ou economicamente ineficiente”, o “servidor público (...) foge do cumprimento de seu dever legal em razão de sua convicção de que a lei é irrealista, injusta ou economicamente ineficiente”.²⁴²⁷

Para compreender esse fenômeno social luso-americano é preciso retroceder ao passado da administração colonial portuguesa, que trouxe as instituições jurídicas originárias da colônia, bem como a respectiva burocracia e suas práticas. Tem-se, assim, o patronato, enquanto sistema político onde o soberano centraliza as decisões políticas e administrativas de forma pessoal ou através de seus funcionários, podendo delegar direitos especiais e privilégios para particulares em troca de mercadorias ou serviços, criando uma hierarquia a partir daí. Verifica-se que nas colônias luso-americanas esse sistema político fazia com que os administradores locais estivessem ligados ao rei por vínculos de lealdade pessoal ou meramente por finalidades lucrativas, e não por um senso de dever oficial, estimulando a corrupção, ao fortalecimento da burocracia, e fixação de um sistema jurídico personalista e imprevisível. Além disso, o patronato não cria um corpo de funcionários de governo voltados para o interesse público, uma vez que serviço e cargo públicos são idéias incompatíveis com o patronato. Cargo é privilégio pessoal, ou comprado ou cedido pelo rei, portanto, utilizar-se dele para angariar vantagens para si é natural – corrupção. Dar presentes para funcionários públicos – prática que se preserva até os dias atuais, mesmo que seja por mera precaução ou cautela de que o funcionário não irá prejudicar ou retardar propositadamente um pedido ou encaminhamento legalmente pertinente – é herança dessa prática antiga, e corrupção e desonestidade torna-se regra geral num sistema político e social que faz as pessoas buscarem favores do governo, em vez de serviços públicos, que sempre eram concedidos em bases pessoais – o cargo público era destinado, pelo próprio funcionamento do sistema social, para fins de lucro pessoal. Até os dias atuais, verifica-se que existe uma dificuldade muito grande para a mentalidade – em suas práticas, evidentemente – luso-americana compreender a diferença entre patrimônio público e patrimônio privado, daí a interminável série de escândalos de corrupção – revelando que ela é, em realidade, uma prática normal, comum e natural; tudo indica que excepcional seria a corrupção não suceder na esfera pública.²⁴²⁸

²⁴²⁷ ROSENN, O jeito..., p. 13-4.

²⁴²⁸ ROSENN, O jeito..., p. 25-30.

O zelo pela burocracia e sua quantidade interminável de papéis; a centralização das decisões burocrática; as deficiências da administração da justiça colonial – a justiça era negociada como as mercadorias e a sua entrega era demorada, com suas exceções, recurso e trâmites ou exigências burocráticas –; a falta de fiscalização do funcionamento dos serviços prestados pela Coroa em todos os níveis institucionais; a forma como tudo funcionava mediante subornos e burlas das leis; os próprios juízes infringiam as leis para seu próprio benefício, quando não a distorciam para favorecer parentes, amigos e dependentes; o aprofundamento das reclamações contra a corrupção e incompetência de magistrados após a independência; a confusa e contraditória legislação portuguesa; a liberdade local para reinterpretar as leis,²⁴²⁹ verifica-se tudo isso se soma para montar um quadro de práticas e comportamentos, que vão se naturalizando chegando a amortecer a capacidade e juízo crítico das pessoas se indignarem com as conseqüências mais nefastas legadas pelo “jeitinho brasileiro”. De fato, dentro de uma trajetória histórico-cultural, viver numa sociedade com tais comportamentos é também viver essas mesmas práticas, sob pena de censuras e punições ou exclusões sociais, próprias de quem é um *outsider* em qualquer sistema social. Portanto, o jeito em suas várias dimensões é uma forma de reproduzir uma prática, um *habitus*, socialmente e arbitrariamente sancionado, produzido e perpetuado.

Herança portuguesa também de ordem das práticas sociais, e que foi transplantado para terras americanas, é seu “tênue senso de lealdade e obrigação com respeito à sociedade na qual viviam, e um forte senso de lealdade e obrigação em relação à família e aos amigos”. Nesse contexto, a idéia de aplicação impessoal e igualitária da lei encontrará, no plano factual ou empírico, sérios problemas para ser implementado; não à toa o ditado popular diz que “para os amigos tudo, os inimigos a lei, e para os indiferentes, nada”. As pessoas, as amigadas, valem mais que a lei em terras luso-americanas; a ênfase nas relações pessoais simpáticas e diretas é a que prevalece sobre as relações categóricas e impessoais. Por isso, não é difícil formar o imaginário negativo – como alguém inferior e anônima – sobre as pessoas que obedecem a lei no Brasil – ou que lutam para que isso efetivamente suceda – pois isso denotaria que tal pessoa é sem relações sociais significativas, pois somente “pessoas sem amigos ou parentes tem que obedecer a lei como se fosse da aplicação universal”. Quem tem relações importantes sempre poderá invocar a fórmula já conhecida – “Você sabe com quem está falando?” – para exigir tratamento especial e diferenciado da burocracia ou da polícia, ou mesmo em qualquer espaço social que esteja presente. Na América portuguesa, a vontade

²⁴²⁹ ROSENN, O jeito..., p. 30-42.

pessoal é que deve prevalecer sobre uma lei universal – sentido singular do dever ser –, unicamente porque uma relação pessoal permite não aplicar a lei ao caso próprio ou de outra pessoa que se esteja protegendo; em nenhum momento se afirmará que a lei universal esteja errada por princípio, mas que simplesmente ela não se aplica para quem se considera importante ou tenha importantes relações sociais para protegê-lo dos rigores, universalidade e impessoalidade da norma universal.²⁴³⁰

A desigualdade sócio-econômica praticada na América portuguesa é das mais brutais do Planeta; a diferença de acesso a riquezas produzidas localmente, entre ricos e pobres, sempre foi acentuada, desde a época colonial, perdurando de forma mais drástica em tempos atuais.²⁴³¹ Verifica-se que a desigualdade sócio-econômica reflete-se também em desigualdade jurídica entre as pessoas situadas em diferentes patamares de posição sócio-econômica; a lei, a justiça, para as elites é uma, enquanto que para a grande massa da população é totalmente diferente – entenda-se, mais desfavorável e rígida nos seus rigores. O *status* social e o círculo de ligações pessoais determinam a qualidade da aplicação da lei. Nesse sentido, a atuação policial é exemplar – podendo-se dizer que ela é o substituto moderno dos antigos capangas dos coronéis –, junto com a burocracia pública, uma vez que a atuação de suas competências e a atenção e aplicação das normas jurídica a que estão afetados se revelará num sentido para as classes altas e médias e outro sentido para as classes baixas. A regra generalíssima é que para as elites se aplica a lei da impunidade, revelando que no imaginário prático das pessoas, a estrutura social brasileira é uma estrutura hierárquica, ideologia essa que se reflete nas práticas policiais, onde a categoria sócio-econômica que se insere uma pessoa ditará os diferentes graus de cidadania e civilização que a pessoa merece receber.²⁴³² Assim, o cumprimento da lei varia conforme a categoria social da pessoa

²⁴³⁰ ROSENN, O jeito..., p. 42-4.

²⁴³¹ Em dados recentes, divulgados em 2005 pela mídia em geral, a desigualdade sócio-econômica revelou que 1% da população brasileira detém 50% do PIB – produto interno bruto. Se for considerado que o PIB do Brasil no ano de 2004 foi estimado em um trilhão e seiscentos bilhões de reais, então, na prática, o PIB dos brasileiros – 99% – é de oitocentos bilhões de reais; pois os outros oitocentos bilhões estão em mãos de 1%. Por outro modo, cerca de cento setenta e oito milhões e duzentos mil brasileiros dispõem de oitocentos bilhões em riquezas, e um milhão e oitocentos mil outros brasileiros já alcançaram para sua disposição, oitocentos bilhões de reais, sendo que lutam bravamente, ano a ano, para aumentar cada vez mais esse quinhão. O Brasil deseja alcançar a posição de país número 1 do mundo em termos estatísticos de indicador de desigualdade sócio-econômica e pior distribuição de renda, disputando com Serra Leoa essa posição – atualmente o Brasil é o segundo país do mundo em termos de pior distribuição de renda. Entre aquilo que se pensa e aquilo que se faz, entre as melhores intenções dos discursos e o horror da verdade das práticas, esses dados apontam para o sentido objetivo e concreto da modernidade perseguida historicamente pela sua sociedade, ou pelo menos – certamente – pela parcela mais significativa e influente economicamente, culturalmente e politicamente dessa sociedade.

²⁴³² A polícia tem uma presença marcante na vida da sociedade, especialmente no cotidiano imaginário das pessoas de rendas mais baixas da sociedade brasileira. Sobre um estudo empírico acerca da polícia enquanto juizado especial de pequenas causas das classes populares – além de outros relevantes trabalhos sobre sociologia

envolvida nos atos praticados e não conforme a existência ou inexistência de atos ilegais, havendo, desta forma, uma ética acima da lei que é considerada previamente ou subjacentemente aos atos do policial ou do burocrata, seu critério pessoal de definir o que é justo socialmente. O sentido de quem é ou não uma pessoa civilizada em terras luso-americanas – portanto, passíveis de receber o tratamento que lhe corresponde – é sempre um critério pessoal e presente previamente e subjacentemente nos atos do servidor público. Na América portuguesa, o “Código Civil é para o rico; o Código Penal para o pobre”.²⁴³³

Esse relacionamento pessoal e próximo, muito comum na cultura luso-americana, resultando nos efeitos práticos do “jeitinho brasileiro”, leva também a que os brasileiros tendam a considerar “sentimentalmente” como um “coitado” – gerando compaixão e solidariedade – quem pratica um ato ilícito ou moralmente reprovável, sendo uma pessoa conhecida ou que estejam numa posição miserável. Entre ajudar – ou ser conivente – alguém a quem sente pena ou respeitar uma norma legal, a regra é que a lei será esquecida. “O ‘coitado’ é alguém que precisa ser protegido, e uma vez protegido, aquela obrigação direta e pessoal surge e supera a norma jurídica abstrata e impessoal. Esse sentimentalismo nacional tende a atenuar o rigor da lei e multiplicar a incidência do jeito”. Outro aspecto a considerar é o fato do luso-americano ser um pragmático, e isso é revelado mais claramente em sua capacidade de montar uma conciliação e assim resolver os problemas postos; a habilidade de conciliação é uma “arte e tradição dos brasileiros”. Mas este jeito brasileiro de ser é também uma forma de sutileza e dissimulação, uma forma de solucionar pela via pragmática do bom-senso, “em vez da estrita aderência à lei e à doutrina filosófica abstrata”.²⁴³⁴

A monarquia portuguesa, a Igreja e o tipo específico de formação familiar – patriarcalismo – que se instaurou na América portuguesa, deu origem a práticas paternalistas ou mandonistas de tipo autoritário e personalista, cujas influências perduram se reproduzindo até os dias atuais. No Brasil se formou a figura do “patrão”; em “troca de fidelidade e serviços, o patrão, um membro da elite local, protege os interesses dos seus empregados, arrendatários e seguidores. O patrão faz o papel de protetor, intercedendo perante a autoridade quando qualquer membro de seu rebanho está em dificuldade. Esse aspecto do sistema patronal serve para personalizar e particularizar relações legais com a classe baixa”, sendo que o sistema jurídico irá incorporar e refletir em suas normas essa tradição de mando, dependência, favores e obediência leal ao chefe, que o sistema patronal promove. Nos tempos

jurídica – vide: OLIVEIRA, Luciano. **Sua Excelência o Comissário e outros ensaios de sociologia jurídica**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004. 168 p.

²⁴³³ ROSENN, O jeito..., p. 44-7.

²⁴³⁴ ROSENN, O jeito..., p. 47-9.

atuais, o grande padrão é o governo, ou os governos, como fonte(s) de todos os principais ganhos materiais e simbólicos que as pessoas podem desfrutar perante a sociedade. Assim, são elites que elaboram fundamentalmente constituições e leis, conforme esse pequeno grupo de pessoas imagina ser o melhor para a grande maioria da população, sem considerar as expectativas e capacidade dessa grande maioria. Aqui se cumpre um velho adágio, qual seja, “manda quem pode, obedece quem tem juízo”.²⁴³⁵

O legalismo é outra herança da cultura luso-americana e que também traz reflexos até os dias atuais. “A cultura jurídica brasileira é altamente legalista, ou seja, na tradição do positivismo jurídico, valoriza-se excessivamente a norma legal escrita e formal como crivo de experiência humana. A sociedade faz questão de que toda as relações sociais sejam reguladas por legislação adequada. Acha-se que novas instituições ou práticas não devem ser adotadas, sem prévia autorização legal”. Diante desse quadro de profusão legislativa, a liberdade particular fica muito reduzida, com tantas leis e decretos voltados para regular em pormenores todos os aspectos da vida brasileira. A mentalidade formal subjacente a essa realidade, acaba se convencendo ou considerando como resolvido “tudo que é promulgado por lei. O Brasil herdou de Portugal a inocente crença de que quase todos os defeitos econômicos ou sociais podem ser consertados por meio de dispositivos legais. O Brasil tem continuado a tradição colonial de Portugal e da Espanha de promulgar leis sem grandes considerações a respeito de sua exequibilidade ou eficácia. Leis inexecutáveis ou ineficazes têm constantemente sido substituídas por novas leis, a maioria delas igualmente inexecutáveis ou ineficazes. A persistência, até hoje, da presunção de que todos os problemas podem ser resolvidos em nível jurídico é notável”. Além disso, os legisladores “geralmente não se contentam em apenas estabelecer o padrão desejável de comportamento em termos gerais. Eles parecem querer antecipar e regular todas as possíveis ocorrências futuras com uma legislação detalhada, abrangente e ocasionalmente incompreensível. Situações que em outros países seriam deixadas a critério dos juizes ou administradores, para serem analisadas casuisticamente, sob critério da razão, são geralmente pré-ordenadas pela lei, ou, pior ainda, pela Constituição”.²⁴³⁶

Também o formalismo – intimamente ligado com o legalismo –, traduzido em práticas de autenticação e verificação, é outro fenômeno que expressa o exagero da cultura luso-americana. “A presunção parece ser de que todo cidadão está mentindo, até que ele produza prova documental escrita de que está dizendo a verdade”, enfim, acredita-se em documentos, não em pessoas. “Outra faceta do formalismo é a óbvia discrepância entre condutas e as

²⁴³⁵ ROSENN, O jeito..., p. 51-3.

²⁴³⁶ ROSENN, O jeito..., p. 53-5.

normas legais destinadas a regular tais condutas. Os brasileiros comumente se referem à leis da mesma maneira que uma pessoa se refere a vacinas: tem aquelas que pega e aquelas que não pegam”. Esse fenômeno do formalismo luso-americano – e também em países hispano-americanos – é explicado por vários fatores, sendo que a independência não reduziu o número de leis inadequadas para as expectativas e necessidades da realidade luso-americana. As leis produzidas no Brasil têm a característica de terem sido transplantadas em massa do exterior, sem investigação quanto à sua adaptabilidade às necessidades locais. “A falta de criação de leis próprias para as necessidades brasileiras se deve em grande parte à natureza do processo legislativo. Boa parte da legislação brasileira foi esboçada por destacados juristas em uma atmosfera bastante deslocada da clamorosa justaposição de grupos de interesses. Os juristas têm, tipicamente, consultado as várias soluções para determinado problema no exterior, e tentado escolher uma que, através de uma proposição abstrata, pareça ser a melhor. Raramente se procura uma norma que cristalice os costumes e práticas cotidianas ou se realiza uma pesquisa empírica sobre a natureza peculiarmente brasileira do problema econômica, social, político ou administrativo em pauta [– a falta de pesquisas empíricas para informar o processo legislativo é um problema comum na América Latina –]. Disputas entre juristas e professores sobre a norma a ser adotada são freqüentes, mas são, tipicamente, disputas técnicas e doutrinárias. O produto final desse processo tem sido uma legislação de padrões idealizados de comportamento, continuando, assim, uma tradição secular que começou com a adoção do Direito Romano pelos portugueses”.²⁴³⁷

Tudo isso se reflete na educação jurídica praticada na América portuguesa. “A educação jurídica brasileira tem sido basicamente formalista. Uma importância quase exclusiva é dada à exegese clássica dos textos legais formais. Pouca atenção é dada ao exame de como as normas funcionam na prática. O estudo jurídico tem se concentrado na compreensão de normas legais e tem ignorado a conduta das pessoas afetadas por essas normas”. Verifica-se que a “ciência do direito influencia muitos advogados brasileiros. Gerações de estudante de direito brasileiro foram ensinados que direito é uma ciência, e que a tarefa da ciência do direito é analisar e elaborar princípios que podem ser abstraídos através de um estudo pormenorizado da legislação positiva, para então criar uma estrutura harmoniosa, um sistema coerente. Os componentes desse sistema, acredite-se, são puramente jurídicos, um conjunto de verdades descobertas, relacionadas entre si por uma rigorosa lógica dedutiva. Daí, a inquirição do cientista jurídico ser quase que exclusivamente direcionada

²⁴³⁷ ROSENN, O jeito..., p. 58-61.

para a norma legal. Embora ele possa parecer dar atenção a fatos derivados de disciplinas não jurídicas, com antropologia, sociologia, ciência política ou econômica, o cientista jurídico na realidade ignora fatos não jurídicos porque eles se afastam de sua busca de princípios absolutos e da verdadeira natureza das instituições legais. Encarar o direito como ciência e a educação jurídica como um meio de conferir dogmaticamente o verdadeiro significado das normas legais, tem provocado um divórcio entre o sistema jurídico formal e a conduta real”.²⁴³⁸

A influência do jeito na cultural brasileira, junto com outros singulares e relevantes fenômenos sociais produzidos e reproduzidos arbitrariamente e secularmente em terras e sociedade luso-americanas, tem se traduzido invariavelmente em algo socialmente também relevante, e que a expressão “crise” é a mais recorrente para explicar ou esclarecer o que se passa em várias esferas da sociedade brasileira. No campo judiciário, já foi feita referência anterior sobre o movimento crítico que se ergueu para fazer o direito ingressar na ordem da realidade concreta da vida, ou a ordem da vida finalmente ser reconhecida pelo direito e o seu sistema jurídico e judiciário, sem excluir amplas camadas da população do seu direito a ter direitos reconhecidos e afirmados. Esse movimento revelou ainda mais a profunda crise por que passava e ainda passa o sistema jurídico e judiciário brasileiro,²⁴³⁹ diversos textos de diferentes autores e pensadores sobre o Direito do Brasil não deixam de ainda refletir as angústias e esperanças em relação a esse conjunto de problemas,²⁴⁴⁰ especialmente de um Poder Judiciário que toma decisões diuturnamente afetando as esferas de atuação social de diversos agentes sociais, portanto, com impacto no cotidiano das pessoas, inclusive nos rumos políticos da sociedade,²⁴⁴¹ de uma sociedade que ainda vive a barbárie e que – tudo indica – não deseja assumir responsabilidades de todos os problemas sociais paridos de seu próprio ventre e nutridos em seu próprio seio, arquitetando continuamente métodos de fuga para eximir-se das ações estruturais necessárias para suplantar suas dificuldades históricas,

²⁴³⁸ ROSENN, O jeito..., p. 62-3.

²⁴³⁹ Além dos textos já anteriormente citados, vide, por exemplo: Dossiê Judiciário. **Revista USP**, São Paulo, n. 21, p. 6-151, mar/abr/mai 1994; SADEK, Maria Teresa (org.). **Acesso à justiça**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. 280 p.; SADEK, Maria Teresa (org.). **Reforma do judiciário**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. 224 p.

²⁴⁴⁰ Entre muitos outros, vide: DALLARI, Dalmo de Abreu. **O renascer do direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996. 142 p.; AGUIAR, Roberto A. R. de. **A crise da advocacia no Brasil**: diagnóstico e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1994. 168 p.; COELHO, Luiz Fernando. **Saudade do futuro**: transmodernidade, direito, utopia. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001. 176 p.

²⁴⁴¹ ARANTES, Rogério Bastos. **Judiciário & política no Brasil**. São Paulo: Idesp; Sumaré; Fapesp; Educ, 1997. 216 p.; VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de; MELO, Manuel Palacios Cunha; BURGOS, Marcelo Baumann. **Corpo e alma da magistratura brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 1997. 336 p.

culpando sempre os mais fracos e indefesos pelos respectivos destinos – trágicos – que os capturam praticamente de forma inescapável, inexorável e invencível.²⁴⁴²

3.2.4.2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM DESTINO DA AMÉRICA LATINA E DO BRASIL

Samuel Pinheiro Guimarães assinala que Estados que podem ser classificados ou considerados periféricos no Planeta – “sujeitos a crescentes desigualdades internas e externas, a choques súbitos e à violência das sociedades mais poderosas”, Estados isolados entre si, frágeis em seus vínculos políticos e econômicos, com estreitas relações com estruturas hegemônicas de poder, tendo sua existências conduzidas pela dinâmica dos Estados centrais – estão sujeitos à aculturação proveniente dos grandes centro da sociedade internacional; eles estão isolados entre si, vendo-se e avaliando-se conforme os valores antropocêntricos ditados pela cultura ou civilização hegemônica – do ponto de vista econômico-militar. Tais Estados, dos quais Brasil faz parte, possuem características próprias as mais variadas, algumas autênticas sociedades milenares, mais antigas que os países que no passado a invadiram para fins imperiais – comércio e riquezas –, todos com a presença de uma influência estrangeira em seu destino histórico. Semelhanças há, especialmente entre os grandes Estados periféricos – por exemplo, Brasil, China e Índia – caracterizados por uma grande população, vastos territórios não inóspitos, com estruturas industriais e mercados internos significativos.²⁴⁴³

No mundo internacional, estruturas hegemônicas de poder político e econômico – que não se confundem com Estados hegemônicos –, acabam organizando a atuação e condicionando a dinâmica dos grandes Estados periféricos, estruturas que beneficiam os países que a integram e voltam-se para a sua perpetuação e reprodução. Os Estados, dentro dessa visão estrutural, nunca são iguais, observando-se que além das clássicas funções do Estado, sobressai a sua função de defesa dos seus nacionais e de suas empresas quando se encontram em jurisdição estrangeira, enfim, colocando os interesse econômicos das grandes

²⁴⁴² MELLO, Marília Montenegro Pessoa de. **Inimputabilidade penal**: adolescentes infratores – punir e (re)socializar. Recife: Nossa Livraria, 2004. 182 p.; FEFFERMANN, Marisa. **Vidas arriscadas**: um estudo sobre os jovens inscritos no tráfico de drogas em São Paulo. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.; ATHAYDE, Phydya de. Vidas arriscadas. **Revista CartaCapital**, ano XII, n. 355, p. 8-13, 17 ago. 2005.

²⁴⁴³ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**: uma contribuição ao estudo da política internacional. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 15-23.

empresas vinculados – direta ou indiretamente – ao Estado. Essas estruturas internacionais hegemônicas são antigas, desde a época de ouro da Península Ibérica – séculos XV, XVI e XVII –, relacionando acumulação de riquezas, o Estado, o grande capital privado, forças armadas, tecnologia, na edificação dessas estruturas de poder. O resultado é a verificação de várias estruturas hegemônicas buscando preservar seu poder econômico, tecnológico, político, militar e ideológico, explicando complexos mecanismos de dominação internacional.²⁴⁴⁴

Muitas são as estratégias e táticas para se preservar ou expandir o poder dessas estruturas hegemônicas em vários domínios sociais. As organizações internacionais são instâncias de uso dessa dominação, através de suas normas e sanções, refletindo a força de influência específica de cada Estado dentro do organismo, e os valores que serão hegemônicos nele e em suas práticas. Outros recursos à disposição dessas estruturas hegemônicas são cooptar novos atores e promover processo de isolamento internacional de um Estado; gerar ideologias – conceitos, visões de mundo – para consumo da população de um número maior possível de países, concebidos dentro dos quadros técnicos ou burocráticos dos organismos internacionais, com sugestões de políticas a serem seguidas pelos governos; formação de elites simpáticas e admiradoras das estruturas hegemônicas, por via de programa de difusão cultural, procurando inculcar em tais pessoas a reprodução da ideologia dominante em seus países de origem; uso dos meios de comunicação de massas para difundir as ideologias e políticas de interesse das estruturas hegemônicas, difundindo o modo de vida e pensar das sociedades centrais da estrutura, desviando das mídias debates importantes para a sociedade, e reiteradamente inculcando o descrédito de toda atividade política.²⁴⁴⁵

A aceleração do progresso científico e tecnológico é voltada especialmente para produzir lucros e cada vez menos para o bem da humanidade. Os governos têm investido vultosas somas em pesquisas para financiar pesquisas de alto risco, que não poderiam ser assumidas pela iniciativa privada, e desenvolver armamentos necessários para defesa de seus interesses políticos e econômicos internacionais. Já a reorganização territorial e de soberania – por influência das organizações não-governamentais, blocos econômicos e das grandes empresas transnacionais – não retira do Estado a sua posição de ator principal do sistema internacional, e mesmo os movimentos de reorganização territorial e de soberania em curso mais recentes – União Européia, Europa Central e do Leste etc. – nenhum deles apontam para o fim do Estado. Em relação à reorganização do sistema produtivo, fruto direto da aceleração do progresso científico e tecnológico, várias sociedades periféricas semi-industrializadas estão

²⁴⁴⁴ GUIMARÃES, Quinhentos..., p. 25-9.

²⁴⁴⁵ GUIMARÃES, Quinhentos..., p. 31-9.

transformando seu sistema econômico produtivo em vários setores de atividades, em função de um novo paradigma para o funcionamento do sistema produtivo; assim, tem-se a informática, microeletrônica, robótica, equipamentos de precisão, automação, flexibilização produtiva, novas práticas e métodos gerenciais, redução do ciclo de vida de um produto, aumento do desemprego estrutural, volatilidade do movimento de capitais, biotecnologia e engenharia genética, novos materiais, fusão de empresas criando maior concentração de poder, tudo concorrendo para afetar a manutenção e expansão do poder no cenário internacional.²⁴⁴⁶

A concentração de poder ou a desconcentração de poder afetam as diferentes sociedades do sistema internacional, pois diz respeito “à questão da equidade, do arbítrio, da violência e do bem-estar e à própria visão de como e com que objetivo funcionam os sistemas econômicos, políticos e sociais”, determinando, no plano internacional, “a forma como se organizam as relações entre os Estados e, portanto, para a distribuição dos benefícios dessas relações entre eles; em conseqüência, para o bem-estar relativo de suas cidades”. Os fatos demonstram que sucedem processos de concentração de poder de toda ordem. Em relação ao poder tecnológico, verifica-se que avultam os capitais necessários para desenvolver pesquisas e introduzir inovações, com os países ricos e de alto desenvolvimento tecnológicos com maiores recursos de experiências e capitais, e movimentando-se para censurar e obstaculizar a difusão dos seus conhecimentos, em especial, os mais novos conhecimentos; o resultado concreto é que medidas no campo militar e civil “reduziram a velocidade de difusão da tecnologia e concentraram o poder tecnológico nas mãos de poucos países que dispõem de condições para desenvolver programas de maior alcance e complexidade”. Em relação ao poder econômico, há o aprofundamento da pobreza e a concentração da riqueza; os capitais dirigem-se para os centros mais desenvolvidos e todas as vantagens econômicas e culturais que eles proporcionam na busca do lucro; todos, do mais humilde, ao mais qualificado, desejam se dirigir para esses grandes centros culturais econômicos; a concentração econômica acontece internamente a um país e entre países; fusões e megafusões contribuem para essa concentração de riquezas, absorvendo pequenas e médias empresas. Em relação ao poder político, verifica-se o aumento do poder do Conselho de Segurança da ONU, com nova área de ingerência humanitária e que deverá incluir temas como meio ambiente; os poderes da Assembléia Geral e das agências especializadas perdem força cada vez mais, com exceção daquelas onde o voto é ponderado, com peso maior para os países centrais, e a concentração

²⁴⁴⁶ GUIMARÃES, Quinhentos..., p. 41-56.

de poder entre os países tem seu correspondente dentro de cada país. Em relação ao poder militar, verifica-se que, vinculado à concentração de conhecimento científico e tecnológico, e a restrição de difusão de tecnologias militares, as grandes potências acabam sendo as detentoras do *status* de poder militar mundial; a condenação das despesas com armamentos e os programas de desarmamento, aumentam o grau de concentração de poder militar das grandes potências. Em relação ao poder ideológico, verifica-se que as novas tecnologias de informação e das telecomunicações – aliadas a um sistema de controle e fiscalização – expandem a capacidade do acesso a informações e produção audiovisual gerados nos Estados Unidos, fortalecendo a ideologia produzida por esse centro; a transformação do inglês como língua universal, os programas de treinamento de estudantes – especialmente das ciências humanas – criam grupos de gentes ideologicamente identificados com os valores do centro.²⁴⁴⁷

O trabalho, os recursos naturais e o capital sofrem grandes influxos dos movimentos e tendências que afetam o curso das relações internacionais em várias dimensões, conforme analisados acima. As principais conseqüências para o trabalho são: “a transformação da pirâmide demográfica, os movimentos populacionais, o desemprego estrutural, e a desvalorização do trabalho como atividade humana”. Aumento da expectativa de vida, diminuição da taxa de natalidade, redução da taxa de crescimento demográfico, envelhecimento da população incidirão sobre o sistema previdenciário, as contas do Estado e a taxa de poupança; migrações de massas de gentes da periferia para os centros econômicos atingirão o mercado de trabalho central. A deterioração do meio ambiente e o esgotamento dos recursos naturais, especialmente na periferia, revelando que é impossível reproduzir o padrão de consumo dos países centrais, emergindo a ideologia do desenvolvimento sustentável apenas para os países periféricos. O capital efetivamente encontrou um mercado globalizado e desregulamentado, favorável à sua circulação do centro para periferia, sem nenhum tipo de controle para evitar os problemas que causa – desestruturação de economias – devido à sua volatilidade.²⁴⁴⁸

No mundo atual, apenas os Estados Unidos podem ser considerados como uma super potência – dentre as estruturas hegemônicas internacionais, se colocam em seu centro as grandes potências –, com interesse políticos, econômicos e militares em todas as regiões do Planeta. Para compreender as ações internacionais dessa nação, é preciso verificar as diferentes estratégias que eles traçaram domesticamente para o seu futuro. Assim, é *estratégia*

²⁴⁴⁷ GUIMARÃES, Quinhentos..., p. 57-62.

²⁴⁴⁸ GUIMARÃES, Quinhentos..., p. 69-72.

militar americana manter a hegemonia militar em âmbito mundial, impedir a reemergência do Japão e da Alemanha com potências militares capazes de desencadear conflitos e de contestar a hegemonia americana; impedir a emergência de potências militares capazes de desencadear conflitos e de contestar, ainda que regionalmente, a hegemonia americana; manter a inviolabilidade do território americano; proteger os interesses americanos em terceiros países, se necessário pela força, e, em especial, assegurar o acesso a insumos básicos, como petróleo; manter uma capacidade de intervenção militar direta e rápida em qualquer região do mundo, conter o expansionismo territorial soviético; desenvolver sistema de armas de alta tecnologia que permitam compensar uma eventual inferioridade numérica de forças convencionais; reduzir a probabilidade de perdas humanas americanas em combate. *A estratégia política americana* é manter a hegemonia política americana em âmbito mundial, implantar por tratado e preservar uma organização política internacional, de âmbito universal, de duração indefinida e garantir o direito de veto dos Estado Unidos nas decisões dessa organização e a preponderância das decisões do governo americano sobre qualquer decisão internacional; agir para a implantação e permanência de regimes políticos, se conveniente, democráticos e representativos, em terceiros países que melhor assegurem a influência e a defesa dos interesses políticos e econômicos americanos; auxiliar os movimentos políticos de oposição a governos que contrariem os interesses econômicos americanos e contestem as suas iniciativas políticas. *A estratégia econômica americana* é manter uma influência dos interesses econômicos americanos no âmbito mundial, implantar um sistema econômico internacional cujas normas garantam a mais livre circulação de bens, serviços e capital – mas não de trabalho –, manter a capacidade de proteção de setores da economia americana ameaçados pela competição estrangeira, induzir terceiros Estados a adotar instituições, normas de atividade e políticas econômicas semelhantes às americanas, garantir o acesso americano direto às fontes de matérias-primas essenciais à economia americana – em especial à energia –, garantir a mais ampla liberdade de ação às empresas americanas que atuam em terceiros países, impedir a transferência de tecnologia que permita o surgimento de competidores efetivos nos mercados de ponta mais lucrativos. *A estratégia ideológica americana* é manter a hegemonia ideológica americana – modelos americanos políticos, econômicos e sociais – em todo o mundo, garantir o livre acesso dos sistemas de divulgação do *american way of life* as todas as sociedades, promover a divulgação dos ideais americanos através de sistemas de treinamento profissional para prováveis integrantes das futuras elites de terceiros países, garantir o controle dos Secretariados de organismos internacionais multilaterais com capacidade de formulação ideológica internacionalista, apresentar o modelo socialista de

organização política, econômica e social com intrinsecamente mau e destruidor dos valores ocidentais, apresentar os Estados Unidos como paladinos da independência dos povos colônias, da liberdade individual, da democracia, da iniciativa privada e dos valores espirituais do homem, da igualdade e da não-discriminação étnica, social, religiosa e econômica.²⁴⁴⁹

Nesse contexto, os objetivos dos grandes Estados periféricos são “a redução de suas disparidades internas, a construção de sistemas democráticos reais, a luta pela multiculturalidade e, finalmente, a redução de sua vulnerabilidade externa”.²⁴⁵⁰ Assim, o que Samuel Pinheiro Guimarães fundamentalmente assinala que é *o mundo internacional há muito tempo funciona numa interdependência de relações assimétricas entre atores que nunca são iguais entre si – podendo a igualdade ser afirmada apenas num plano ideal formal, mas jamais no plano substancial ou pragmático das relações entre os diferentes atores*, havendo, assim, os mais fortes e mais fracos, os mais vulneráveis e os menos vulneráveis, os mais autônomos e os mais dependentes. Toda América Latina – e o Brasil incluído –, segue a sorte que lhe é possível dentro desse panorama de inserção no mundo internacional, desde os anos 1500, enfim, num feixe de relações e inter-relações com essa estrutura hegemônica internacional de poder que teve na Europa anteriormente, e hoje os Estados Unidos, o seu centro de gravidade.

A história internacional da América Latina é a história de sua dependência secular frente aos interesses gestados internamente em sociedade estrangeiras, basicamente interesses voltados para atender classes de pessoas que estavam na posição superior e de mando – ou de influência de mando – nos seus países de origem. Através de ideologia, condições materiais, gentes, tecnologia, todo o mundo ocidental foi forjado a imagem e semelhança da cultura e civilização que emerge na Europa Ocidental – influenciando também o mundo oriental – estabelecendo padrões racionais de relacionamentos sociais que adquiriram forma singular no espaço de uma sociedade internacional. A competição, a concorrência, a disputa, – nas mais amplas manifestações que isso se desenvolve concretamente, para o bem ou para o mal – trama e urde um padrão de racionalidade que tem espaço e tempo – e gentes – certos de gestação, nascimento e desenvolvimento, sendo que essa forma ideológica de dominação e subordinação – acrescido de meios materiais, gentes e tecnologia – estabeleceu-se como hegemônica e padrão modelar ou paradigmático, para reprodução e explicação racional do

²⁴⁴⁹ GUIMARÃES, Quinhentos..., p. 73-97.

²⁴⁵⁰ GUIMARÃES, Quinhentos..., p. 135-41.

que se faz e do que se tem feito de uma certa época para cá, em todo o espaço civilizatório ocidental.

Num mundo de competição, ou se luta ou se entrega aos fatos ditados pelos mais fortes; é possível também lutar por um espaço limitado de ação e manobra, previamente delimitado pelos mais fortes, mas nesse caso, trata-se de ações e comportamentos de quem é já dominado num mundo de dominantes. A América Latina, desde seu descobrimento, nunca foi protagonista de relevo no âmbito da cultura ocidental; em realidade, ela sempre se colocou como dominada e frágil – pragmaticamente –, num mundo onde o uso da força – retórica, racional, material, ativa, omissiva etc. – e a afirmação de uma posição firme e decidida diante de uma questão posta, é requisito e condição para ser um dia respeitado e considerado como agente dinâmico e protagonista estimado para decidir assuntos que apenas os fortes e vitoriosos estão aptos a deliberar, escutar uns aos outros e definir ou determinar uma resolução. A cultura ocidental definiu que os fortes andam com seus pares igualmente fortes, e os fracos andam junto com os fracos – e sempre seguindo atrás (atraso material e cultural) e a uma certa distância, os passos dos dominantes. Nascida para ser colônia da Europa, participante direta do enriquecimento e pujança – econômico, material, tecnológico, cultural – dos europeus, a América Latina veio ao mundo para entregar, adjudicar, oferecer, dar, proporcionar o que tinha de melhor economicamente para um Outro distante de suas terras, para assumir, em troca, todos os prejuízos – humanos, ecológicos, culturais – que essa entrega ainda lhe proporcionava com ônus. O renascimento de sua civilização nos moldes ocidentais – é preciso aqui considerar que uma Outra e milenar civilização sempre habitou toda a América – nos anos 1500 é marcado “geneticamente” pela dependência, como um lugar para tudo dar e nada receber em retribuição e como troca. O mundo é um espaço de bens e riquezas; aos mais fortes cabe desfrutar a parte que lhes compete, dentro da já natural desigual distribuição de riquezas entre os povos e, dentro de cada povo, entre as diferentes gentes classificadas sócio-economicamente.

As relações internacionais, assim, não deixarão de refletir a distribuição de forças no mundo, a parte dos benefícios e dos prejuízos que a estrutura do sistema hegemônico internacional impõem aos diversos protagonistas distribuídos no espaço e no tempo mundial. O destino da América Latina é o destino que as forças em movimento, dentro da estrutura hegemônica internacional de poder que faz parte, lhe reservam historicamente, vale dizer, atuar como protagonista coadjuvante dos interesses fixados fortemente pelas gentes dominantes pertencentes ao centro de gravidade da estrutura hegemônica. Os agentes sociais que se movimentam para produzir tais resultados, observa-se que são todas aquelas gentes que

se nutrem ideologicamente dos valores dominantes provenientes de um – ou mais – Estado-potência, mas que necessariamente não precisam ser residentes todos num mesmo espaço nacional; em realidade, entre os dominantes, existem aqueles que são dominantes-dominantes e aqueles que são dominantes-dominados. Enfim, existe a elite e a elite da elite, uma forma sofisticada de elaborar distinção e não confundir certas hierarquias sociais que uns e outros estabelecem entre si, a fim de constituírem diferenças significativas e identidades que não são redutíveis uns aos outros.

O estudo histórico, o estudo sociológico, o estudo político e o estudo econômico, invariavelmente apontarão ou ressaltarão a extrema vulnerabilidade econômica e política da região, frente aos centros hegemônicos – anteriormente na Europa (principalmente Inglaterra e França), atualmente os Estados Unidos – sempre dependendo – para sua segurança e desenvolvimento econômico – da proteção de um Estado-potência. A história externa da América Latina, assim, não deixa de ser a história de sua vulnerabilidade e dependência frente aos centros econômicos e políticos do mundo, bem como a tentativa de superar essa situação marcada relacionalmente pelos estímulos e respostas provenientes de outras terras e outras culturas para suas demandas, e as resistências – internas e externas – encontradas, na busca de seu destino de ser um continente mais forte – politicamente, economicamente, culturalmente.²⁴⁵¹

Nas relações interamericanas, a origem da América independente já registra a atuação dos Estados Unidos estabelecendo um marco geográfico de proteção atingindo toda a América, enfim, uma atitude política da maior envergadura – ou afronta à Europa – e que marcou uma posição de força perante o mundo civilizatório ocidental. Já na época da independência e logo após, os registros apontam a presença de influência estrangeira européia como uma espécie de garantia para a continuidade ou sobrevivência econômica das nascentes nações americanas, depois da separação definitiva – e dos respectivos vínculos econômicos e políticos – com as seculares metrópoles ibéricas. Notas-se que a decisão inicial das elites econômicas e governamentais, em suas relações internacionais comerciais, foi no sentido de manter as mesmas relações comerciais que secularmente havia sido praticado pela região, vale dizer, exportadora de bens e produtos primários para os mundos desenvolvidos europeu e norte-americano. Do ponto de vista acadêmico todos esse movimento se encerra em ciclos que apontaria e explicariam a época e as decisões tomadas, mas, note-se, marcados pelos

²⁴⁵¹ Para compreender numa forma mais contemporânea como se daria a manutenção da prática concreta da dependência de uma nação em desenvolvimento perante o mundo desenvolvido, vide: BATISTA JR., Paulo Nogueira. **A economia como ela é...** São Paulo: Boitempo, 2000, p. 73-103.

fatores ou acontecimentos externos, com profundos reflexos internos – especialmente o econômico –, obrigando os países latino-americanos, cada qual conforme seu tamanho e potencial, a se adaptarem às novas injunções ou realidades, portanto, não deixando de continuar se inserindo subordinadamente perante o mundo internacional.²⁴⁵²

Essa profunda ou marcante dependência ou vinculação do seu destino conforme os humores da potência de plantão, circula por vasta bibliografia daqueles que se propuseram a interpretar e explicar o destino latino-americano, onde cada país receberia um tratamento – ou desconsideração – das potências firmadas secularmente, de tal modo que acabaria se reproduzindo regionalmente – entre países latino-americanos – a crises que são de caráter mundial, protagonizados pelas potências hegemônicas.²⁴⁵³ De fato, quando se analisa a história das relações exteriores ou política exterior do Brasil, emerge um país inserido dentro de um contexto internacional de disputas de poder político econômico onde, nesse inter-relacionamento muito marcante com potências européias e norte-americana, irá assinalar sua posição ou atitudes e comportamentos concretos no cenário internacional mundial, regional e sub-regional e, conseqüentemente, o seu destino específico dos últimos cinco séculos.²⁴⁵⁴

²⁴⁵² MORENO PINO, Ismael. **Derecho y diplomacia en las relaciones interamericanas**. México: Secretaria de Relaciones Exteriores; Fondo de Cultura Económica, 1999. 856 p.; GRIEN, Raúl. **La integración económica como alternativa inédita para América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994. 638 p.; CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001. 320 p.

²⁴⁵³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da tríplice aliança ao Mercosul – 1870-2003)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 688 p.; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 692 p.; DÍAZ MÜLLER, Luis. **América Latina: relaciones internacionales y derechos humanos**. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1991. 388 p.; AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002. 302 p.; STALLINGS, Barbara; e SZÉKELY, Gabriel (comp.). **Japón, los Estados Unidos y la América Latina: ¿hacia una relación trilateral en el hemisferio occidental?**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994. 248 p. Sobre a temática, entre outros, vide ainda: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (org.). **Relações internacionais: visões do Brasil e da América Latina**. Brasília: IBRI, 2003. 480 p.; SCARLATO, Francisco Capuano; SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; e ARROYO, Mônica. **Globalização e espaço latino-americano**. 4 ed. São Paulo: Hucitec; Annablume; Anpur, 2002. 304 p.; KENNEDY, Robert. **O desafio da América Latina**. Rio de Janeiro: Laudes, 1968. 192 p.

²⁴⁵⁴ CERVO, Amado Luiz; e BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2002. 528 p.; SEITENFUS, Ricardo. **A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 380 p.; VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. 412 p.; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed. da UnB, 1998. 256 p.; SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O Império e as repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com o Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. 178 p. Ainda sobre a temática, entre outros, vide: ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. 440 p.; **Relações internacionais e o Brasil. Lua Nova: revista de cultura e política, revista trimestral do Centro de Estudos da Cultura Contemporânea**, São Paulo, n. 18, p. 1-209, ago. 1989.; OLIVEIRA, Odete Maria de. **Integração nuclear Brasil-Argentina: uma estratégia compartilhada**. Florianópolis: Ed. da UFSC; *Obra Jurídica*, 1996. 208 p.; BANDEIRA, Luiz Alberto

CAPÍTULO 3

SEÇÃO 3

AMÉRICA LATINA E DESTINO SOCIAL: ASPECTOS CRÍTICOS DESTACADOS

3.3.1. PADRÃO CULTURAL E CIVILIZATÓRIO HISPANO-AMERICANO: CONSEQÜÊNCIAS SOCIAIS

Um social modo de ser específico, uma ideologia e mentalidade única, foram as marcas originárias de gentes que vieram para as terras latino-americanas, a fim de cumprir um destino que Deus e o Rei lhes havia imposto. No auge da dominação ibérica na Europa, não havia racionalidade e atitudes que superasse os feitos produzidos por espanhóis e portugueses. Durante trezentos anos eles dominaram a Europa. A vinda dessas gentes às terras americanas significou a incorporação do novo perante o antigo, produzindo em outras terras e outros climas – naquilo que foi possível negociar enquanto *habitus* – uma tentativa de se fazer a continuação da Europa ibérica.

3.3.1.1. A QUESTÃO INDÍGENA

A América Latina, assim, é uma realidade que se difere de outros contextos civilizatórios e culturais, mesmo dentro da própria América,²⁴⁵⁵ não por ser mais ou menos

²⁴⁵⁵ Sobre a civilização e história do Canadá e Estados Unidos, vide, por exemplo: FOHLEN, Claude. **América anglo-saxônica**: de 1815 à atualidade. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1981. 348 p.; TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: sentimentos e opiniões. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 430 p.; TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 562 p.; MORRIS,

“desenvolvida” ou “evoluída” do que qualquer outra civilização ou cultura, mas porque teve uma origem singular e desenvolveu-se conforme uma identidade própria que foi se forjando com o tempo, e que no curso da história dos povos é e sempre foi colocada em questão para mudar, alterar, permanecer, reproduzir-se, evolucionar-se, revolucionar-se, enfim, continuar a sua arbitrária trajetória histórico-cultural.

A colonização ibérica que passou a dominar a América Latina a partir dos anos 1500, recusou idealmente assimilar a cultura e civilização dos povos indígenas – povos originários e naturais dessa região –, apreender com eles o que poderiam ensinar ao ocidente que também nascia para a novidade de todo um Planeta, diverso do seu mundo concebido até então – saindo do casulo territorial e cultural que haviam se inserido secularmente –, mas que factualmente não pôde escapar da influência real, efetiva ou inescapável da cultura milenar dos povos indígenas americanos e da necessidade da força de trabalho dessas gentes, para construírem originariamente seu modelo cultural, social, econômico e político de dominação colonial. De fato, como revelam os escritos históricos, escravizando, discriminando, explorando, matando-os aos milhares, ou mesmo aproximando-se deles, unindo-se a eles, aprendendo com eles como sobreviver em terras desconhecidas, miscigenando-se com os indígenas, concebendo filhos(as) em comum, os indígenas tiveram sua fundamental contribuição para a construção da América Latina.²⁴⁵⁶

Hoje, é possível afirmar que os antigos americanos da América Latina eram astecas, maias, incas, tupis, guaranis, araucanos, tapuias, e muitos outros povos mais que compunham a civilização pré-colombiana. Na América espanhola, os antigos mexicanos eram uma civilização que deixaram pensamentos e reflexões sobre a vida e os fatos humanos, explicando a vida e a morte numa relação essencial com as coisas divinas, deixando livros acerca da pintura, cantos sagrados, poemas, reflexões e palavras antigas, revelando toda riqueza cultural de uma antiga tradição civilizacional.²⁴⁵⁷ Não era e nunca foi uma cultura a ser desconsiderada, pois deu o sentido de vida e existência – crença – de todo um povo, ligando-os religiosamente a deuses, explicações cosmológicas – e mesmo cosmogônicas –, justificações de práticas sociais e institucionais; enfim, tratou-se de uma cultura desenvolvida, que elaborou todo um pensamento cosmológico, procurando dar um sentido

Richard B. **Documentos básicos da história dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. 246 p.; GRAY, Wood; e HOFSTADTER, Richard. **Panorama da história dos Estados Unidos**. []: USIS, []

²⁴⁵⁶ LAS CASAS, Frei Bartolomé de. **O paraíso destruído**: brevíssima relação da destruição das Índias. Porto Alegre: L&PM, 1996. 160 p.; FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Círculo do Livro, 1989. 594 p.

²⁴⁵⁷ LEÓN-PORTILLA, Miguel. **Los antiguos mexicanos a través de sus crónicas y cantares**. 5. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. 200 p.

para sua representação do mundo e do espaço, a origem de tudo no universo, as funções dos deuses e dos signos de tudo que lhes garantiam a vida – sua economia material de sobrevivência social –, jungido ao plano espiritual de existência.²⁴⁵⁸

Não há dúvida que essa cultura asteca, por exemplo, estará no *habitus* dessas pessoas nativas, quando os espanhóis iniciaram sua dominação na região mexicana, obrigando-os a uma negociação muito grande, entre suas representações subjetivas – e a objetividade do mundo em que viviam – e a objetividade do mundo que impõe o domínio espanhol, emergindo a questão de como continuar produzindo, reproduzindo, construindo e reconstruindo a vivência dos indivíduos e grupos nas suas relações sociais tradicionais com a nova realidade, numa sociedade abalada por uma dominação externa sem precedente algum. Durante trezentos anos, o povo mexicano – como toda América espanhola – foi dominado pelos espanhóis. Na América Latina, havia uma circunstância totalmente nova frente ao que se desenvolvia em outras regiões do mundo atingidas pela expansão européia, qual seja, a América como um todo, durante milênios, foi palco de raros contatos com outros povos do mundo, permanecendo praticamente intocável por influências externas, edificando uma cultura própria e singular, revelando suas opções e práticas, mas também parte daquilo que a humanidade pode criar arbitrariamente para sua própria existência.²⁴⁵⁹ A vinda de um outro povo, invadindo sua civilização e a submetendo a novos valores sociais, foi um evento desconhecido que somente poderia ser administrado a partir da própria cultura e racionalidade edificada em milênios de isolamento, sendo que, pelo outro lado – os dos invasores –, a recíproca era também verdadeira.²⁴⁶⁰

Não há dúvida que do choque de civilizações – especialmente representações ideológicas de mundo, e seus reflexos práticos e concretos no mundo da vida – emergem traumas de difícil reparação, primordialmente para os dominados, mas será uma experiência absolutamente nova e singular – por mais teratológica que resulte para uma das partes – para as duas partes, onde o *habitus* de cada qual atuará clara e transparentemente para produzir as determinações que sujeitam os agentes de ambas culturas aos dramáticos atos que sucederão. Para os mexicanos, posteriormente, a cultura ocidental introduzirá uma forma de expressão a eles até então desconhecida, qual seja, a escrita alfabética – sua cultura milenar havia concebido a forma de expressão pictórica –, bem como uma nova compreensão do tempo e do

²⁴⁵⁸ SOUSTELLE, Jacques. **El universo de los aztecas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. 186 p.

²⁴⁵⁹ GRUZINSKI, Serge. **La colonización de lo imaginario: sociedad indígena y occidentalización en el México español – siglos XVI-XVIII**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. 312 p.

²⁴⁶⁰ TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 326 p.

espaço, que acabou por afetar sua percepção do real e do imaginário.²⁴⁶¹ E tudo indica que pode ter sido no bojo dessa negociação dos significados entre duas culturas diversas, que emergiu, entre outros, o papel dos fatores espirituais na formação da consciência nacional mexicana entre os séculos XVI a XIX, relacionando as grandes divindades astecas Quetzalcóatl – herói civilizador – e Tonantzin – formosa deusa e mãe –, com duas santidades católicas, cultuadas pelos frades *criollos*, quais sejam, com Santo Tomás – tido como evangelizador do México – e Virgem Maria de Guadalupe – formosa santa e mãe. O povo mexicano é muito devoto à Virgem Maria de Guadalupe, e crê num Santo Tomás-Quetzalcóatl – evangelizador do México –, revelando que na evolução cultural do México há um componente importante e significativo da presença de forte elemento religioso na formação da consciência nacional dos mexicanos.²⁴⁶² É talvez essa cultura – uma nova ou diferente cultural, que tem muito da tradição indígena antiga, consciente ou inconscientemente – que esteja subjacente em todas manifestações sócio-político-culturais que se seguiram dentro da trajetória da civilização mexicana, até os tempos atuais. A história do México, e de todo seu movimento insurgente, seria também a história de um amplo movimento social de massa voltado para reconquistar seu passado, assimilá-lo e fazê-lo vivo no presente – conforme escreveu Octávio Paz em sua obra “El laberinto de la soledad”, de 1950 –,²⁴⁶³ mas o fato é que um mundo mítico verifica-se estar presente na origem e fundamento da história nacional mexicana.²⁴⁶⁴

As civilizações pré-colombianas não são apenas as astecas, maias e incas, mas rigorosamente também são todas as demais presentes em toda a América, do extremo norte da América do Norte até o extremo sul da América do Sul. Compunham todos eles o conjunto de povos passíveis de serem considerados originários e naturais – indígena – da região americana.²⁴⁶⁵ Significativas para a literatura sobre a temática, além dos astecas mexicanos, são os povos originários presentes na América Central – maias – e os povos originários presentes na região andina da América do sul – os incas, mas é de se asseverar que na região sudoeste do atual Estados Unidos, nas ilhas do Caribe, na região amazônica, toda a costa

²⁴⁶¹ GRUZINSKI, La colonización...

²⁴⁶² LAFAYE, Jacques. **Quetzalcóatl y Guadalupe**: la formación de la conciencia nacional en México. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. 518 p.

²⁴⁶³ LAFAYE, Jacques. **Quetzalcóatl y Guadalupe**: la formación de la conciencia nacional en México. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1992, p. 9.

²⁴⁶⁴ FLORESCANO, Enrique. **Memoria mexicana**. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1994. 606 p. Sobre a cultura e modo de vida dos povos originários no México e na América Central, vide: HABERLAND, Wolfgang. **Culturas de la América indígena**: Mesoamérica y América Central. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. 200 p.

²⁴⁶⁵ LEHMANN, Henri. **As civilizações pré-colombianas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. 120 p.

marítima da América portuguesa e espanhola, e por todo interior da América do Sul espanhola e portuguesa, verifica-se a existência de diversas comunidades de povos originários.²⁴⁶⁶ Todos eles se envolveram inescapavelmente com o processo de ocidentalização da região iniciado no ano de 1492, sofrendo as conseqüências do movimento de conquista e colonização, afetando diretamente sobre seus mitos, culturas, modos de vida, e com repercussões até nos dias atuais, contemporaneamente como antigos livres povoadores hegemônicos das terras, reduzidos apenas a minorias étnicas, lutando por um pedaço de terra para poderem viver e estruturar o que restou de sua cultural tradicional e antiga.²⁴⁶⁷

O contato do ocidente europeu com a civilização autóctone ou aborígene americana foi um ato de violência extrema por parte da América espanhola, uma vez que esses nativos, há milhares de anos isolados do mundo e do contato com outros povos, ignoravam que pudessem existir outras gentes, mas, principalmente, ignoravam como agir em caso dessa novidade diante de povos europeus e sua mentalidade ocidental. De fato, do ponto de vista dos vencidos, os registros apontam que eles se apavoraram com as criaturas de aspecto humano que montavam monstros desconhecidos e, na dúvida sobre qual comportamento adotar, eles estabeleceram com os invasores desde alianças e confraternizações até mesmo as franca hostilidade, e, tudo indica, conforme sua cultura lhes possibilitava dar um sentido interpretativo pragmático para a nova situação – visão mítica religiosa e cósmica. No México e no Peru, os nativos invocavam antigas profecias que anunciavam a catástrofe que se desenhava, inclusive com sinais provenientes da natureza, anunciando os novos tempos, onde era previsível a vinda de invasores em seus reinos e, junto, catástrofes. Os espanhóis foram inicialmente tratados como deuses – tido por imortais –, mas rapidamente tal crença se dissipou, a partir do comportamento impiedoso e cruel praticado pelos invasores contra os indígenas em diversas ocasiões e oportunidades.²⁴⁶⁸

Mas os invasores trouxeram também doenças infecciosas que contaminaram a saúde dos nativos americanos. Os aborígenes morriam de uma maneira muito fácil, só com o contato

²⁴⁶⁶ LEHMANN, As civilizações...; FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 2000. 96 p.

²⁴⁶⁷ FAVRE, Henri. **A civilização inca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 108 p.; RUZ LHUILLIER, Alberto. **La civilización de los antiguos mayas**. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1991. 100 p.; MESSMACHER, Miguel *et alii*. **La dinámica maya: los refugiados guatemaltecos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. 366 p.; MARTÍNEZ SARASOLA, Carlos. **Nuestros paisanos los indios: vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina**. Buenos Aires: Emecé, 2000. 660 p.; VILLAS BOAS, Orlando; e VILLAS BOAS, Cláudio. **Xingu: os índios, seu mitos**. São Paulo: Círculo do Livro, []. 222 p.; RIBEIRO, Darci. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Círculo do Livro, []. 462 p.; SANTILLI, Márcio. **Os brasileiros e os índios**. São Paulo: Senac-SP, 2000. 156 p.; BROWN, Dee. **Enterrem meu coração na curva do rio**. São Paulo: Círculo do Livro, []. 292 p.

²⁴⁶⁸ FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências – séculos XIII a XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 218-9.

com os invasores, em pouco tempo depois. Estima-se que cerca de quinze epidemias dizimaram a população do México e do Peru, entre elas sarampo, gripe, varíola e tifo, sem que os espanhóis fossem vitimados pelas epidemias; esse fato também era verificado junto aos nativos dos Estados Unidos e do Canadá. A aparente invulnerabilidade – gentes que não morriam – do invasor mexeu com a imaginação dos nativos, e deve ter abatido seu ânimo na luta contra aqueles, fora o fato de que os maias entendiam que haviam nascido para morrer. Entretanto, a sífilis – epidemia indígena que os índios já estavam acostumados – se transmitiu à Europa via Sevilha e Nápoles – alcançando até o Ceilão –, ao que tudo indica, sendo adquirido na América e sendo seus agentes os marinheiros que aportaram em terras americanas. Por fim, houve também os genocídios, especialmente em algumas ilhas da Antilhas.²⁴⁶⁹

No final do século XVI, os nativos da América espanhola demonstravam ciência de sua situação, especialmente do seu drama demográfico, apontando como causas do fato, de forma evidente e inescapável, a guerra, epidemias, migrações e mortalidade devido a trabalhos excessivos. Com a conquista espanhola, a sociedade nativa foi desestruturada, passando a imperar no meio aborígene o alcoolismo, e também foi desenvolvendo-se a cultura da folha de coca. A antiga posse comunitária das terras, que sustentava e garantia a base de subsistência das gentes americanas, foi arruinada pelos invasores, que, em seu lugar, implantaram as *encomiendas* provocando grandes deslocamentos de população; a introdução da economia monetária e os trabalhos forçados nas minas – nova forma de tributos – acabaram por desequilibrar de vez o sistema social anteriormente existente; os indígenas chegaram a ponto extremo de não poderem mais cultivar sua lavoura de subsistência por falta de tempo. A reciprocidade das trocas, que era fundamental no sistema sócio-econômico anterior, já não existia perante os espanhóis, que se utilizavam do sistema em benefício próprio, além de aumentar cada vez mais o tributo da prata. Revoltas aconteceram, mas todas subjugadas, entretanto, a fidelidade dos nativos para com suas tradições religiosas e sua língua permaneceu nos Andes e no México, sendo mais forte a resistência na região dos Andes, como elementos de resistência à colonização.²⁴⁷⁰

Após séculos de opressão, os estudos apontam que a representação do índio, no imaginário europeu, variou muito, conforme o tipo de registro, o objeto retratado e a ideologia do agente colonialista responsável por descrever ou retratar o que via ou supunha ver. Os nativos sempre foram vistos e retratados segundo os atributos impostos por aquele que via ou

²⁴⁶⁹ FERRO, História..., p. 219-21.

²⁴⁷⁰ FERRO, História..., p. 221-3.

retratava os mesmos – pelo menos isso se verifica para aqueles que andaram pela América portuguesa, vale dizer, portugueses, holandeses, e franceses –; os indígenas não possuíam identidade, e eles chegaram a ser identificados com a própria história ocidental europeia, alguns vendo um elo entre as comunidades indígenas e as comunidades do Velho Mundo. Haverá europeus que procurarão provar a origem europeia do indígena, e tudo que fosse oposta à lógica dos brancos, proveniente dos indígenas, era motivo de descrédito. É através dessas descrições dos nativos americanos que a imagem dos indígenas serão conhecidas na cultura ocidental; sem entenderem a complexidade cultural dos novos povos, fazem a seleção das informações que podem ser comparadas com o universo europeu e acabam traduzindo as tradições indígenas de acordo com o universo cultural e racional europeu, portanto, dando conotações estranhas à tradição indígena de rituais como canibalismo, comportamento sexual, e superstições. O antropocentrismo cultural europeu era tido como medida de todas as racionalidades do universo, passíveis de classificar, nomear e identificar novos costumes americanos.²⁴⁷¹

A partir do século XVI, os índios foram classificados como “novos habitantes”, sendo enquadrados de diversas formas: cristãos e colonos tutelados; selvagens, bárbaros e demoníacos. Essa polissemia da imagem do índio indica que ela era criada segundo os interesses dos colonizadores ou dos eclesiastas. Para Igreja, o gentio estava em trevas e necessitava dos ensinamentos de Deus para ser verdadeiramente gente – justificando a nobre missão religiosa dos inicianos –; para os desbravadores dos sertões e administradores coloniais, os nativos eram bárbaros destituídos de intelecto, mas providos de força física e corpo robusto, ideal para o corte da cana e plantio de víveres – justificando a escravidão. As imagens do índio – gravuras e pinturas –, que foram elaborados para serem expostos para conhecimento dos europeus, bem como os textos que narravam sobre eles, eram carregados de estereótipos; a representação que se fixava era de bárbaros e gentios, que legitimavam atos de conquista e intervenção.²⁴⁷²

Contemporaneamente, há uma luta intensa em busca da reparação histórica que é devida aos povos indígenas, no sentido de ser reconhecido seus direitos mais fundamentais, especialmente de terem seu próprio espaço e autonomia para reproduzir seu modo e sistema de vida e cultura, de acordo com sua trajetória histórica e condições necessárias que os dias atuais exigem e impõem para que eles alcancem uma existência segura para construir seu

²⁴⁷¹ RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização**: a representação do índio da Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; São Paulo: Edusp; Fapesp, 1996, p. 163-4; e texto de contracapas elaborado por Ronaldo Vainfas.

²⁴⁷² RAMINELLI, Imagens..., p. 164-5.

próprio futuro. Por outro lado, é possível também extrair aprendizados importantes dessa específica cultura e civilização, ensinamentos esses que revelam, na pior hipótese, a possibilidade de se edificar uma civilização solidária, onde as preocupações coletivas são individuais e vice-versa, imbricando-se inescapavelmente de uma racionalidade onde o todo e a parte são planos inter-relacionados e interdependentes de um mesmo espaço e tempo.²⁴⁷³ E dentro de um quadro geral de resistência própria indígena, destacam-se os movimentos indígenas na América Latina, voltados para resgatar seus antigos direitos, mas de acordo com a racionalidade político-social que eles se inserem, junto com todos os demais grupos sociais que compõem o grande entorno da respectiva sociedade nacional a qual estão vinculados. Assim, México, Guatemala, Nicarágua, Equador, Peru e Bolívia, são países com forte composição e presença dos descendentes autóctones americanos – os ameríndios –, onde se verifica, durante o último terço do século XX, diversos movimentos nativos, voltados para manifestar a sua significativa presença dentro de cada sociedade e, principalmente, que eles são titulares de direitos e merecedores da atenção política e social para suas demandas e expectativas como grupo étnico que compõem uma sociedade. Os Estados-nação americanos edificaram-se já considerando a exclusão dos indígenas em suas políticas; se mais recentemente, em 1º de janeiro de 1994, eclodiu a revolução indígena de Chiapas – México –, é preciso sublinhar que também ocorreram revoltas e manifestações sociais significativas no Equador – revoltas indígenas entre 1990 e 1993 –, na Bolívia – Marcha pela Dignidade e pelo Território de 1991 –, e também movimentos sem grandes mobilizações e confrontações nas Guatemala, Nicarágua, Peru, Chile, Colômbia e Brasil, todos em busca da concretização de suas reivindicações históricas enquanto grupos sociais merecedores da atenção dos poderes públicos e da sociedade.²⁴⁷⁴

Na América espanhola, a palavra “índio” é uma expressão carregada de preconceito social negativo, inicialmente designativa de colono da América e depois escravo da fazenda. Ao longo do tempo, o processo de dominação colonial encarregou-se de dar conotações mais pejorativas à expressão, passando a ser um termo carregado de menosprezo e desdém,²⁴⁷⁵

²⁴⁷³ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos do índio**: ensaios e documentos. São Paulo: Brasiliense, 1987. 232 p.; SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. Curitiba: Juruá, 1999. 212 p.; COLAÇO, Thaís Luzia. **“Incapacidade” indígena**: tutela religiosa e violação do direito guarani nas missões jesuíticas. Curitiba: Juruá, 2000. 224 p.; WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Direito e justiça na América indígena**: da conquista à colonização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. 242 p.

²⁴⁷⁴ MONTROYA ROJAS, Rodrigo. Movimentos indígenas na América do Sul: potencialidades e limites. In: BARSOTTI, Paulo; e PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). **América Latina**: história, idéias e revolução. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998, p. 165.

²⁴⁷⁵ Desde os descobrimentos, os viajantes, padres, intelectuais, entre outros, que passaram pelas Américas, faziam observações esparsas de caráter discriminatório geral da região – geografia, gentes, animais, clima etc. –, mas é por volta de 1750 que se inicia formalmente uma grande polêmica, que durará até 1900, sobre toda

sendo o Brasil, talvez, o único país da América que a conotação de forte carga pejorativa não esteja presente, com a utilização livre das expressões “índio” e “indígena” para designar os povos originários e nativos das Américas. Na América do Sul, os movimentos indígenas buscam sua afirmação perante a sociedade e políticas governamentais. Suas mais importantes reivindicações são “o reconhecimento de seu território, a defesa de sua cultura, de sua língua, de sua dignidade, o respeito que merecem enquanto povos e a defesa da natureza da qual se sentem parte”. O sentido de território para os indígenas é a terra, mas uma “vasta extensão de um território multiétnico onde é possível a vida e a reprodução cultural de um ou mais povos indígenas”, sendo que reivindicam o caráter coletivo dessa propriedade, uma vez que o individualismo não tem sentido em sua cultura e modo de produção. Todos os indígenas se sentem parte da natureza e da terra, não estando em conflito com ambas, por isso, não competem entre si para dominá-las e destruí-las. A defesa da língua e da cultura manifesta-se no afastamento de uma só educação oficial imposta pelo Estado, mas pela luta na obtenção de uma educação bilíngüe e intercultural; sendo muito pobres – em alguns casos a extrema pobreza –, lutam pela dignidade e respeito que merecem, e nessa luta acabam dando lições próprias de política e ética à todas instituições sociais, classes sociais e aos indivíduos em geral, relativizando o etnocentrismo cultural europeu ocidental e toda sua carga preconceituosa.²⁴⁷⁶

As potencialidades dos movimentos indígenas podem ser reveladas no enriquecimento dos conceitos de liberdade e democracia, colocando em questão o etnocentrismo da noção de igualdade, afirmando o direito à diferença e reivindicando o direito coletivo dos povos; mas também no aprendizado, reprodução e multiplicação das práticas fundadas no princípio da solidariedade; nas defesas da natureza; na revalorização da sabedoria indígena, que vive na clandestinidade; na emergência de intelectuais indígenas provenientes da racionalidade própria de sua singular cultura. Entretanto, o contributo que essa cultura poderia oferecer, dando novos sentidos à democracia e liberdade ocidental como tradicionalmente concebida

América como um continente imaturo, impotente, e inferior ao Velho Mundo, conforme o próprio Hegel irá se manifestar sobre a comparação entre Europa e o Novo Mundo. Assim, a América sempre esteve ligada a idéias de imaturidade e degeneração, enfim, tentativas duradouras de sustentação acerca de uma suposta inferioridade natural e inerente da América, uma tese tida por científica da inferioridade do Novo Mundo frente ao que se observava suceder no Velho mundo, tomando como ponto de partida, as observações da natureza como peculiaridades físicas, animais, clima, plantas, indígenas etc., revelando, no fundo, preconceitos sustentados por correntes pseudo ou semicientíficas européias da época. Assim, a discriminação e preconceito recaiam sobre toda América, do norte ao sul, sobre tudo que compunha sua realidade natural, e é de se concluir que as gentes nativas, nesse processo de fixação antropocêntrica da hegemonia de uma cultura e visão de mundo, foram duramente atingidas pelas conseqüências sociais práticas de mentalidades que concorriam para produzir as verdades prefixadas por antecedência. Sobre o assunto, vide: GERBI, Antonello. **La disputa del nuevo mundo: historia de una polémica – 1750-1900**. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. 888 p.

²⁴⁷⁶ MONTOYA ROJAS, Movimentos..., p. 165-7.

nos escritos políticos, hoje se encontra inserida e sujeita a condições sociais muito adversas – limitações –, de âmbito externo e interno. No plano externo, as suas vicissitudes são provenientes das empresas petrolíferas, narcotraficantes, madeireiros e criadores de gado; no âmbito interno, suas dificuldades são referentes a mudanças essenciais do seu modo de produção; a emergência de nova diferenciação e estratificação social dentro das comunidades indígenas; a fragilização das organizações e seus dirigentes; o estado de abandono e solidão a que se encontram os indígenas dentro da sociedade; e sua situação de necessidade e dependência do apoio financeiro.²⁴⁷⁷

A rebelião indígena de Chiapas, região do extremo sul do México – um dos Estados mais pobres do México –, que chegou a mobilizar cerca de 1/3 do efetivo total do exército mexicano para a região, é talvez o mais conhecido movimento de rebelião – depois dos dois processos revolucionários (revolução pela independência de 1810 e revolução político-indígena-camponesa de 1910) que sacudiu o país a partir do século XIX – contra uma situação social de degradação e miséria a que os indígenas foram lançados no México. Uma luta que os seus líderes sabem que não é apenas de âmbito regional ou local, mas que demanda transformações na vida nacional, pois o problema da miséria da grande maioria da população mexicana é estrutural e não pontual ou localizado. Por isso o movimento é tido por democrático, pois ele emerge da consciência indígena de sua condição humana e deles partem a iniciativa e determinação de lutarem pela sua dignidade existencial, conclamando a sociedade civil inteira para participar na transformação democrática da vida nacional – os revolucionários indígenas pedem teto, pão, terra, saúde, democracia, liberdade e justiça. A revolução de Chiapas, desta forma, já se inicia diferente dos tradicionais movimentos revolucionários liderados por uma vanguarda, e um movimento onde a parte reconhece a necessidade do todo no processo, pois um vínculo de solidariedade está interligando todos perante o destino da nação, assim como cada grupo social e de cada indivíduo. Esse movimento reproduz a histórica resistência de indígenas e camponeses mexicanos contra a opressão a que sempre foram submetidos, em defesa dos seus direitos, cultura, língua, religião, enfim sua civilização; e enquanto movimento guerrilheiro, eles não querem a tomada do poder central mexicano, mas a busca da construção de uma nova sociedade – novas relações sociais – negociada com todos os mexicanos.²⁴⁷⁸

²⁴⁷⁷ MONTOYA ROJAS, Movimientos..., p. 167-79.

²⁴⁷⁸ BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro; e UMBELINO DE OLIVEIRA, Ariovaldo (orgs.). **Chiapas: construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 382 p.; DI FELICE, Massimo; e MUÑOZ, Cristobal. **A revolução invencível: subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional – cartas e comunicados**. São Paulo: Boitempo, 1998. 256 p.; ALTMANN, Werner. *A rebelião indígena de Chiapas: a anti-*

3.3.1.2. RACIONALIDADES E PRÁTICAS SOCIAIS

Vista a partir do olhar que de si próprio pode se apreender, depois de ter se submetido a intensa e secular atuação pragmática ou empírica – e ainda continuar construindo sua singular história em tempos contemporâneos, com diferentes e diversas ações, comportamentos, práticas, omissões etc. –, com todas as fundamentações racionais que presenciou perpassar as diferentes sociedades para justificar todos os feitos e omissões realizadas, bem como todas as suas virtudes e todas as suas vicissitudes, a América Latina pode colher resultados objetivos do que criou e vem reproduzindo para si sócio-historicamente, sendo que, cientificamente, por princípio, não se pode enquadrar e considerar esse conjunto de levantamentos explicativos e esclarecimentos como passíveis de juízos valorativos de bem ou de mal, de bom ou de ruim. Cientificamente, é preciso considerar nua e cruamente – objetivamente – os diferentes aspectos de sua trajetória social e histórica, como a substância que se quis imprimir como estofa de uma civilização que emerge sem paralelo no Planeta.

Não é incomum – até mesmo devido a uma secular luta dentro do campo científico voltado para desqualificar a América Latina e colocá-la como continente inferior à Europa –, que os estudos científicos insiram elementos valorativos de significação indutora muito forte – preconceituosos mesmo –, mas que deveriam ser melhor contextualizados e explicados, para se compreender perfeitamente o que o cientista estava querendo afirmar ou esclarecer com tais signos. Denominar a América Latina como arcaica, subdesenvolvida, periférica, atrasada, inferior, dependente, subserviente, vulnerável, alienada, moderna, evoluída, entre tantos outros qualificativos, exige do pesquisador uma auto-censura – no sentido de uma sócio-auto-análise – voltada para esclarecer e especificar de que lugar fala esses qualificativos, ou seja, a partir de que ponto de vista eles são utilizados para (des)qualificar, ao final, todo um sub-continente. Nota-se que esses adjetivos possuem forte conotação cultural antropocêntrica, vale dizer, proveniente do império ou centro(s) econômico-político-cultural(is) tido(s) por desenvolvido(s) no momento histórico em que são utilizados. É pressuposto desse trabalho que a América Latina somente pode ser considerada negativamente ou positivamente a partir

de si própria, tendo a sua própria história – com sua trajetória civilizatória e cultural – como referencial e, desta forma, parâmetro paradigmático de pensamento acerca dos seus problemas e respectivas soluções.

Assim, é preciso considerar que também a busca de soluções para os problemas da região pode estar impregnada de forte conotação ideológica centralizada em outra cultura, procurando realizar, na América Latina, aquilo que não condiz e se adequa com sua história social e cultural. Não é incomum que, diante dos diversos problemas que acometem os povos da região, se apontem o que falta ser feito ou o que se deve fazer e ainda não foi realizado, cujas soluções, algumas ou muitas, aparentemente são tidas quase que como óbvias – mas óbvias dentro de um determinado parâmetro de reflexões e racionalidade, um lugar específico que esse óbvio fala e diz. Mas diante desses contextos todos, é preciso considerar que o que falta e não foi feito na região é possível ser enquadrado, também, como realidade cabal do que concretamente deve ser dado e considerado como ausência, mas ausências essa que é o que objetivamente se quis ou se quer que seja – mesmo inconscientemente –, vale dizer, a falta ou ausência reclamada é a realização do que não se faz porque não pode inescapavelmente ser feito. O que se realiza ou não se realiza na região, tratar-se-ia de um círculo repetitivo de atos e comportamentos omissivos e comissivos que parece ser invencível sair ou escapar, enfim, uma espécie de armadilha social e racional que prende, antes de tudo, as elites da região numa rede de censuras, constrangimentos, aprovações e recompensas. Tudo indica que é em função dos ganhos sociais garantidos – materiais e simbólicos – que se estabelecem os limites ou fronteiras de ações, comportamentos, atitudes e competências – especialmente institucionais – dentro das sociedades latino-americanas.

É possível tentar explicar o destino tomado – ou adotado – para a América Latina através de constatações como, por exemplo, de que tudo aqui foi precoce e ao mesmo tempo atrasado naquilo que deveria ser desenvolvido mais fortemente e solidamente, enfim, edificaram-se estruturas sócio-econômicas que retardariam a própria evolução civilizacional da região; que as diversas revoluções havidas não tocaram nas estruturas arcaicas que facilitaram a exploração econômica da região através de uso exploratório intenso da mão-de-obra, transformando a América Latina num mundo subdesenvolvido; que em tempos contemporâneos, revoluções, agitações sociais, ditaduras e intervenções militares são o resultado do atraso econômico e social acumulado, ansiosos por desenvolverem-se aceleradamente; que mesmo assim, a região possui um potencial demográfico e econômico muito favorável a seu futuro, sendo culturalmente e etnicamente uma terra mestiça; de que existiria uma incapacidade congênita dos latino-americanos se auto-governarem, devido à

dominação dos grandes proprietários egoístas, gerais sanguinários, políticos desonestos, caudilhos e coronéis, um expulsando o outro do poder, mas enquanto no exercício dele, com tempo para enriquecerem-se; que os assassinatos políticos, os golpes de Estado, as revoluções sociais e as ditaduras pessoais dissimuladas por aparente legalidade, são os retratos políticos efetivos da região.²⁴⁷⁹

Diante desse quadro, é possível constatar que as análises da experiência latino-americana sofrem influxos de erros preconceituais que induzem a generalizações errôneas, com fixação nas aparências jurídicas e institucionais, esquecendo-se das realidades histórico-sociais, bem como a tendência a julgamentos de valor das instituições políticas a partir de sua conformidade com um modelo ortodoxo assimilado do exterior. No entanto, constata-se também que mesmo quem alcança tais conclusões – menos preconceituosas –, não é incomum acabar incorrendo no erro de efetuar comparações de evolução histórico-social da região com outros países e culturas as mais diversas, inclusive fixando heranças de mentalidades ou ideologias subjacente às práticas políticas dentro de um ponto de vista ortodoxo, vale dizer, comparando eventos latino-americanos conforme uma ideologia que foi fixada – em todas suas conseqüências – em uma outra cultura de origem. Assim, por exemplo, o arbítrio e o totalitarismo seriam explicados como uma realidade ou um suposto passo para se alcançar no futuro próximo, a liberdade política e liberdade individual, uma vez que a cultura latino-americana já seria profundamente marcada pelo pensamento liberal europeu dos séculos XVIII e XIX. Numa fórmula própria, que não desejaria sacrificar nem o desenvolvimento nem a liberdade, a América Latina oscilaria “entre o governo da lei e do arbítrio, entre a ditadura e democracia”. Inclusive a preponderância do regime presidencialista na região, com o presidente sobrepondo-se ao congresso, é fruto de uma construção intelectual original da região, sugerida pela experiência; vale dizer, com uma população desagregada e sem sentido cívico desenvolvido, não seria possível um governo com separação de poderes, com o presidente respeitando a vontade do congresso, uma vez que “a todo instante é necessário tomar decisões que são de molde a subverter a estrutura social e a lesar os interesses e as crenças de importante parcela da população”.²⁴⁸⁰

Assim, na prática, e diante das necessidades impostas pela realidade, a América Latina teria recusado a separação dos poderes entre presidente e congresso; confiando poderes de iniciativa legislativa aos presidentes, as assembléias legislativas adotaram a postura de

²⁴⁷⁹ LAMBERT, Jacques. **América Latina**: estruturas sociais e instituições políticas. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Edusp, 1969, p. 13-24.

²⁴⁸⁰ LAMBERT, América..., p. 25-30.

inclinarem-se à vontade dos presidentes. Da mesma forma, ao mesmo tempo em que os regimes políticos latino-americanos não moderariam o presidente, se empenhariam “energicamente em preservar o caráter democrático dos regimes e defendê-los contra a transformação da preponderância presidencial em ditaduras, impondo, de maneira rígida, caráter muito temporário ao mandato do presidente”.²⁴⁸¹ Não há dúvidas que esse conjunto de afirmativas esclarecem a situação, mas não conseguem explicar as suas razões, a não ser que as conseqüências – manifestações – de uma prática social reiterada ao longo do tempo, sejam explicações explícitas das suas próprias causas.

A América Latina, após a independência, persistiu na manutenção das estruturas originárias da colonização, com a manutenção dos latifúndios – situação apontada com uma das causas do retardamento da evolução social da região.²⁴⁸² Essas gentes vinculadas às grandes propriedades tinham um comportamento ou escala de valores muito peculiares, quais sejam, favoreceram o desenvolvimento de uma forma de cultura de cunho generalista muito importante, mas conhecimento esse sem possibilidade de aplicação econômica direta, ou seja, uma cultura que não foi pragmática e voltada para resolver, através da técnica científica, os problemas de desenvolvimento sócio-econômico. Tratou-se de uma cultura que era reservada às elites locais, e que se ajustava perfeitamente bem – aceitava naturalmente – com a ignorância geral das massas. Especialmente os espanhóis, se dedicaram desde cedo a abrir universidades nas suas colônias – desde 1538, data em que se tem registro da criação da primeira instituição desse nível em terras latino-americanas, com as Universidades do México e de São Marcos (Lima) sendo datadas de 1551 e 1553, respectivamente –, sendo que, após o período das independências, a América latina contava com 26 universidades. O ensino dessas instituições era voltado para atender as elites, portanto, era ministrada uma cultura de base teológica e jurídica. O título de doutor era um símbolo reverenciado por uma população iletrada, que viam na ciência das elites e seus diplomas a sua própria ignorância.²⁴⁸³

De fato, as universidades latino-americanas foram organizadas de acordo com a tradição medieval européia, onde as ciências foram tardiamente inseridas em seus currículos. Após a independência e até meados do século XX, eram os estudos jurídicos que ocupavam o lugar praticamente exclusivo do ensino, junto com a medicina. No imaginário social, tanto da sociedade colonial como a posterior sociedade independente, o diploma de bacharel, licenciado e doutor consagrava para seu titular um estatuto social superior dentro da

²⁴⁸¹ LAMBERT, América..., p. 30-1.

²⁴⁸² LAMBERT, América..., p. 75-134.

²⁴⁸³ LAMBERT, América..., p. 139-40.

comunidade. As cátedras eram funções honoríficas disputadas – pelo prestígio social que conferiam – por padres, juízes, altos funcionários e pessoas ociosas. Para esses agraciados por diplomas, o exercício das suas respectivas profissões liberais desfrutavam do prestígio dos seus titulares, pois indicavam uma estirpe de gentes que, livres das preocupações de ganhar a vida – devido às suas outras funções ou riqueza latifundiária –, “podiam exercê-las como *profissões* e não como ofícios. Viver nobremente era não somente estar isento do cuidado de ganhar a vida por meio de um trabalho manual, mas também haver freqüentado a universidade”. E essas características da cultura e do ensino – uma cultura desinteressada, onde o título de “doutor” identifica um ser notável – se conservaram até a Segunda Guerra Mundial na América Latina, daí, talvez, a produção de brilhantes escritores, historiadores e juristas. Mas o fato é que essa cultura produziu um resultado prático específico, qual seja, um tipo de intelectual e de elites muito vinculada e dependente da cultura das metrópoles intelectuais européias – estudavam em Paris, Oxford, Viena ou Heidelberg, e retornavam para completar sua formação –, enfim, um grupo muito restrito de letrados de pessoas que era cosmopolita e ao mesmo tempo alienada das coisas locais regionais, “mais bem preparada para interessar-se pelos problemas da Europa do que resolver os problemas de seu país”²⁴⁸⁴

3.3.1.3. INSTABILIDADES POLÍTICAS

A América Latina é palco de perturbações políticas, mas seguido de períodos de estabilidade política. A instabilidade política seria devida a uma herança racial das gentes ibéricas, e da sua miscigenação com as populações ameríndias e africanas. Assim, o espanhol seria um ser orgulhoso, individualista e ingovernável, cuja disciplina somente seria obtida pelo uso da força. A anarquia política e a ditadura latino-americana seriam decorrentes da miscigenação dos ibéricos com os nativos americanos e, posteriormente, com os escravos africanos, enfim, uma herança racial cuja ditadura seria uma manifestação social inescapável – determinação – para sua existência, e praticamente impossível a democracia política, nas interpretações mais radicais. Entretanto, numa forma interpretativa mais branda, haveria uma psicologia que não predisporia os latino-americanos a submeterem-se a regimes políticos estáveis, entretanto, não se negam outros fatores que estariam também contribuindo para

²⁴⁸⁴ LAMBERT, América..., p. 140-2. Grifos em itálico no original.

produzir as verdades sócio-econômico-políticas que caracterizariam a existência concreta dos latino-americanos, quais sejam, “muitas das modalidades da vida política latino-americana têm sua origem na história das sociedades latino-americanas, nas estruturas sociais, e nas atitudes que criou nas populações e em seus dirigentes”.²⁴⁸⁵

Se forem tomadas por base a cultura democrática européia e suas práticas sociais racionais, verifica-se que a América Latina é palco de paradoxo ou contradições, uma vez que, em primeiro lugar, se constata o culto de elementos ideológicos europeus do século XIX e XX, e a respectiva demanda pela realização das instituições necessárias para a concretização dos resultados esperados no plano social, mas conservando de fato as estruturas sociais hierarquizadas segundo modelos implementados desde a época da colonização, cujos reflexos mais evidentes estão no retardamento do uso da tecnologia na agricultura. Em segundo lugar, também decorre do paradoxo latino-americano a profunda diferença dos efeitos que se esperam ser produzidos através de métodos empregados para governar – inspirados talvez na melhor racionalidade importada da Europa – e os efeitos que são produzidos “numa sociedade para a qual não foram feitos”; o que persiste concretamente por toda parte, é a “autoridade costumeira ou pessoal dos chefes locais, [sendo que] a lei parece não ser mais do que uma declaração de intenção do governo, declaração essa que uma administração, não podendo atingir os indivíduos, é impotente para fazer respeitar. Não apenas essa impotência freia o desenvolvimento do país, como o contraste entre o ideal que afirma e os fatos que os desmentem cria um sentimento de frustração que, por sua vez, é fonte de instabilidade política”. Por fim, a mais grave contradição que assola a América Latina é a profunda diferenciação sócio-econômica que atravessa as suas diferentes sociedades, vale dizer, trata-se da desigualdade sócio-econômica que distribui muito desigualmente os frutos do desenvolvimento econômico da região entre a população, gerando duas sociedades diferenciadas que acabam demandando a edificação concreta de dois diferentes processos sociais que, por sua vez, tudo indica que acabam exigindo formas de governo diferenciadas; como o governo é único para toda nação, faz com que as instituições políticas nacionais reproduzam a ambigüidade da situação de fato, onde o governo aparecerá ineficaz para alguns, iníquo para outros, e para ambos, de legalidade e legitimidade suspeitável; nesse quadro, o recurso à ilegal ação política da rebelião ou golpe de Estado torna-se supostamente como necessário e legítimo.²⁴⁸⁶

²⁴⁸⁵ LAMBERT, América..., p. 145-8.

²⁴⁸⁶ LAMBERT, América..., p. 149-51.

De fato, se forem tomadas por base as formas racionais de análise, conforme a racionalidade européia culturalmente edificou para si, a fim de analisar e avaliar o que historicamente fazem ou fizeram socialmente para si próprios, bem como as suas práticas concretas institucionais nos campos social, econômico, e político, é de se verificar necessariamente que a trajetória histórico-social latino-americana é um abundante conjunto de contradições, fundamentalmente entre uma ideologia e a sua prática – ou manifestação pragmática das ações e comportamentos –, enfim, paradoxos que – a bem da verdade – já vinham se manifestando desde a época da vinda dos primeiros colonos na América. Até mesmo nesse contexto, é passível de verificação o fenômeno de um mundo cultural e racional que deve se contentar formalmente com as palavras apenas, onde a legislação, regra geral, traduz um ideal que não pode ser realizado, ou não se desejava que fosse realizado. As estruturas sociais latino-americanas favorecem essa legislação perfeita nas idéias, mas impraticável no mundo da vida.²⁴⁸⁷

O resultado disso tudo é o ideal de democracia política ser manifestado concretamente através das ditaduras, sendo que o fascismo e nacional-socialismo europeu tiveram sua vertente em vários países latino-americanos, denunciando a democracia formal. Palco de diversas ou diferentes ditaduras, os latino-americanos viram emergir inclusive “ditadores involuntários”, que supostamente impuseram arbitrariamente sua vontade por impossibilidade de agir de forma diferente, mas que tendem a continuar existindo com a resistência de estruturas sociais arcaicas aos processos democráticos, cujos membros tradicionais, integrantes de tais estruturas antigas, não estão integrados à nação, não havendo diálogo entre os diferentes estratos sociais que compõem cada sociedade. As coletividades são isoladas umas das outras, com os problemas sendo resolvidos no interior de cada comunidade; algumas vivem fora do mercado, e outras vivem fora da lei, com o governo pouco podendo fazer para promover a integração dessas gentes, e atuando mais no sentido de promover favorecimentos pessoais. O personalismo e autoritarismo do chefe político ditam as decisões e a própria opinião pública do grupo que domina, substituindo o processo de democracia participativa representativa. Um representante político eleito para ocupar uma cadeira na assembleia política é mera formalidade, uma vez que ele lá está para afirmar a fidelidade e subordinação perante seu chefe político, cumprindo fielmente os interesses do mesmo. Assim, diante dessas estruturas sociais secularmente edificadas, a grande massa da população acaba se habituando a receber as decisões governamentais como simples declarações de intenções,

²⁴⁸⁷ LAMBERT, América..., p. 153-77.

não destinado a receber aplicação completa e imediata – quando lhes beneficiam em grande maioria.²⁴⁸⁸

A corrupção portanto, é uma decorrência natural das estruturas montadas. Perante a lei, há necessidade de abrandar sua ação e desobedecer às ordens dos governantes, e os funcionários públicos existem justamente para facilitar a acomodação da lei conforme as amizades, favores, compadrio etc., que estão transpassando a sociedade como a lei efetivamente concreta e real a que todos não devem desobedecer. A descrença no governo e nas suas ações, acreditando apenas na formalidade e exterioridade dos discursos e palavras que não se realizarão no mundo da vida, admitem a normalidade do uso de meios para fugir dos rigores da lei, ou alcançar aquilo que ela não previa para quem quer dela se beneficiar particularmente. O poder público é compreensivo para quem detém o poder, e apresenta-se a hipótese de também ser compreensivo para aqueles que podem pagar para obter complacência ou favorecimentos indevido originariamente na lei. Os exemplos de ditadores que exilaram-se ricos e de políticos que fizeram fortuna na América Latina são muitos.²⁴⁸⁹

A burocracia e o apego aos formalismos são outra marca resultante de uma sociedade que, na aparente luta para evitar fraudes e corrupção, acaba estimulando mais fraudes e contribuindo para institucionalizar os ilícitos cometidos, por via do uso da mesma burocracia para criar fatos jurídicos que jamais poderiam ser estipulados e estimulados. Também a demagogia, ou as promessas que jamais serão realizadas, é derivada da mesma estrutura social que cria o culto da palavra vã, gerando descontentamentos e crises políticas, quando o governo objetivamente age para concretamente produzir as desigualdades sociais, aprofundando a diminuição das condições existenciais de vida de uma grande massa populacional, não importa o discurso utilizado para ascender ao comando do poder público do Estado.²⁴⁹⁰

²⁴⁸⁸ LAMBERT, América..., p. 178-82.

²⁴⁸⁹ LAMBERT, América..., p. 183-4.

²⁴⁹⁰ LAMBERT, América..., p. 184-7.

3.3.1.4. CACIQUISMO E CAUDILHISMO

Durante o século XIX, a vida política da América espanhola foi dirigida pelo “caciquismo”, e na América portuguesa, pelo “coronelismo”.²⁴⁹¹ Dentro de um mundo de dominância rural, antes da emergência dos grandes centros urbanos como novos focos de poderio político, as populações rurais eram sujeitas à autoridade dos latifúndios, de forma direta ou indireta. Nesse ambiente, nessas regiões rurais, o efetivo poder econômico, social e político, poder pessoal que incidia sobre uma aldeia, uma propriedade, um clã, um bando, ou mesmo sobre um exército, era o do cacique. Soldados profissionais tinham nessa autoridade pessoal a única que reconheciam; tais caciques – dos latifúndios, tribais dos indígenas, condutores de exércitos, bandidos – tinham todos sua clientela cativa, para fins pessoais e do grupo; ele protegia seus clientes – práticas clientelistas de distribuição de cargos, favores, alimento do dia-a-dia etc.–²⁴⁹² e esses lhe deviam fidelidade para a revolta ou para a eleição. Nesse contexto social, a lealdade ao grupo e a seu chefe é a suprema demonstração de virtude social, e para impor seu domínio e sua força social, havia à disposição dos caciques e coronéis meios – atroz – voltados impor obediência e punir os recalcitrantes. O uso de capangas para o ato de execuções sumárias – assassinatos – é o meio de pavor, por excelência, utilizado para pedagogicamente angariar lealdades dóceis e cordatas. Nesse mundo político, a conquista do poder era a exploração do poder em favor e proveito do grupo vitorioso e de seu chefe – explorando as verbas públicas.²⁴⁹³

A decorrência da invenção social do cacique ou coronel foi a criação social do caudilhismo, vale dizer, a ditadura de um cacique ou coronel mais forte que os demais, “o instrumento brutal e inábil, porém eficaz, que começou a submeter o caciquismo a uma disciplina nacional”. Na América espanhola, é possível asseverar que a criação do Estado nacional não seria possível se a região que se tornaria um ente estatal posteriormente, não tivesse conhecido as figura da ditadura do caudilhismo. Apenas na América portuguesa, por

²⁴⁹¹ Caciques e, posteriormente, sua transformação em caudilhos, são frutos de uma conjuntura que se formou no âmbito da América espanhola, qual seja, a invasão napoleônica da Península Ibérica e as guerras de independência da América espanhola. Esses homens fortes emergem no contexto do enfraquecimento do poder de governo metropolitano sobre suas colônias americanas. Esse fenômeno se verificou dentro da própria Espanha, se difundindo na mesma época que emergiu na América espanhola. Assim como sucedeu no Brasil – em relação aos coronéis regionais da América portuguesa – a monarquia espanhola limitou muito o fenômeno a um âmbito mais local ou regional – a monarquia portuguesa, presente no Brasil desde 1808, também fez limitar a força de tais líderes regionais. In: CHEVALIER, François. **América Latina**: de la independencia a nuestros días. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 272-3.

²⁴⁹² CHEVALIER, América..., p. 277.

²⁴⁹³ LAMBERT, América..., p. 200-1.

condições históricas – por exemplo, permanência da monarquia –, a figura do caudilho somente alcançou repercussão regional, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul que, por sua vizinhança com a Argentina e o Uruguai, vivenciou, partilhou e foi influenciado pelo costume peculiar da cultura guachesca – boiadeiros indisciplinados ou independentes, os gaúchos. O caudilhismo, como ditadura ou como preponderância de uma pessoa apoiado numa clientela pessoal, é um fenômeno comum na história da América espanhola, sendo o caso da Venezuela o mais marcante de todos, pois durante mais de um século ela foi governada por caudilhos, havendo interrupção – nesse período que vai de 1830 a 1935 – de apenas sete anos, justamente sete anos de guerra civil.²⁴⁹⁴

A explicação para esse fenômeno social especialmente hispano-americano recai, em sua grande maioria, sobre a tendência ou inclinação natural do temperamento hispano-americano – talvez uma incapacidade política congênita –; também procura-se explicar o fenômeno como o resultado que acompanha geralmente o encontro entre ideologias democráticas e estruturas sociais arcaicas, ou a falta de maturidade política das sociedades hispano-americanas. De fato, as guerras civis durante esse período de caudilhismo expressavam guerras particulares que procuravam ser dissimuladas, enquanto tais, através de discursos ideológicos importados da Europa – liberalismo, conservadorismo. A implementação do instituto da democracia representativa, na América espanhola, se dá com a sobrevivência ou manutenção das estruturas sociais que vem se reproduzindo desde a época da colônia. As eleições livres irão significar, na prática, “a homogeneidade de cada grupo e a fidelidade de seus membros aos respectivos chefes”, o que não estimula os perdedores do pleito – sufrágio –, a se curvarem e aceitarem os resultados, quando seus interesses ou simples ambições ficarem atingidos. A luta política se desenvolverá reproduzindo o sistema de dominação entre clãs, aldeias e bandos, e provando até que ponto existe a cega lealdade de seus membros ao chefe do grupo; enfim, a união para a luta política “não têm outro objetivo senão o de provar o poderio desses grupos e de seus chefes, e de garantir a exploração do poder político em proveito próprio” – do grupo e seu líder.²⁴⁹⁵

Apesar do sistema político voltar-se para construir a consciência da unidade e solidariedade de uma nação, as lutas políticas internas indicam que tal objetivo ideal não se realiza no mundo dos fatos – ou no mundo da vida concreta –, sendo o interesse supremo das lutas os interesses do grupo e não do Estado; ser vencido democraticamente nas urnas “não é razão para renunciar ao emprego de outras armas, quando se crê ser mais forte. É quase um

²⁴⁹⁴ LAMBERT, América..., p. 201-2.

²⁴⁹⁵ LAMBERT, América..., p. 202-3.

dever patriótico para com o grupo a que se deve lealdade, empregar todos os meios para conseguir a vitória e, se os resultados das eleições são adversos, ou podem vir a ser adversos aos interesses vitais [do grupo que irá perder a eleição], não se hesita em contestá-los numa prova de força brutal. Se é necessário recorrer à violência, não faltam pretextos para contestar o valor das eleições: pressões e fraudes eleitorais que terão interferido, ou que se prevê poderiam ter interferido”. Por isso que o uso da força se naturalizou como normal para tomar o poder, “tão legítimo como a cédula eleitoral”, facilitado pela ausência de uma força pública que pudesse impedir o uso privado da violência, “e pela capacidade das clientelas pessoais em transformar-se em exércitos privados para a batalhas”, com recompensas bem mais diretas que os prometidos pela democracia. A partir do momento que, com essas práticas, um cacique conseguia estender seu domínio sobre toda uma vasta província ou todo um Estado, ampliando sua clientela pessoal, exercendo sua autoridade pessoal de chefe de forma tão arbitrária quando anteriormente era chefe e exercia a dominação de um pequeno território, emerge a figura do caudilho, enfim, o cacique torna-se caudilho por sua coragem e astúcia. Um caudilho não é necessariamente um militar, mas seja qual for sua origem – proprietário, advogado, bandido etc. – ele deve ser capaz de conduzir seu fiéis no combate, por isso que chega ao poder com o título de general adquirido nas batalhas revolucionárias.²⁴⁹⁶

Durante os primeiros anos de poder nacional, o caudilho estará sujeito a muitas intrigas, sendo instável sua posição e situação; eles sempre recorrem à violência para se perpetuarem no poder, tornando-se tiranos ao longo do tempo. Seu poder absoluto é exercido através de discursos e ações meramente formais que dissimulam a concretude de suas práticas – ajudados pela poderosa atração que exercem sobre as massas populares, com discursos contra os ricos –, formalmente estabelecendo liberdade e democracia política conforme havia prometido ao pegar em armas, e jurar respeito pelos direitos da pessoa. Utiliza-se de testas de ferro para manter a aparência de normalidade democrática, geralmente através de seus parentes mais confiáveis, e orquestrando a vitória em boas eleições e a obediência dos eleitos. Assim, ele se utiliza de meio ilegais de coerção para conseguir a aparência de respeito à democracia representativa, simulando que está partilhando o poder. A corrupção e, principalmente, o uso arbitrário de uma polícia onipresente,²⁴⁹⁷ bem como de capangas, fazem desaparecer os indóceis, “sem que houvesse dúvida sobre a origem da punição, ma sem que

²⁴⁹⁶ LAMBERT, América..., p. 203-4.

²⁴⁹⁷ Sobre os usos de uma polícia onipresente e sua função, em tempos mais recentes, vide: DINGES, John. **Os anos do condor**: uma década de terrorismo internacional no cone sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 448 p.; FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula – 1927-2005. Rio de Janeiro: Record, 2005. 592 p.

ninguém pudesse provar coisa alguma”. Mas caudilhos houveram de todos os tipos, desde os simples bandidos, até os que foram fatores de progresso nos respectivos países; eles eram provenientes de diferentes classes sociais, origem racial, cultores de diferentes ideologias sociais e políticas, que confundiam o patrimônio da nação como se fosse seu próprio patrimônio, até mesmo aqueles tidos como honestos. O papel dos caudilhos na construção das nações hispano-americanas foi o de unificar as terras, sendo seu auge o período de 1830 a 1860, perdendo sua força e praticamente se extinguindo em fins do século XIX e início do século XX.²⁴⁹⁸

O caudilhismo deixou seqüelas em forma de hábitos adquiridos na vida política dos países que por muito tempo dominou. A corrupção política, a imagem normal do enriquecimento dos que são detentores do poder político – uso do poder para enriquecimento próprio –, a personalização de lutas políticas – idéias e programas são encarnado em figuras políticas, como getulismo, peronismo, castrismo etc. –, ditaduras pessoais de caudilhos, elites rurais que reproduzem práticas caciquistas para manter uma influência duradoura sobre seus subordinados, processo eleitorais deformados, a compra de votos via ações assistenciais e uso dos serviços de cabos eleitorais dispendiosos, desvios de fundos públicos – originariamente voltados para atender programas oficiais de melhoria sócio-econômica dos beneficiários – para remuneração de serviços eleitorais – o dinheiro que já é destinado ao povo é cobrado como favor eleitoral ou votos nas eleições –, a sobrevivência local ou regional de chefes políticos via sufrágio universal. Assim, a sobrevivência local do caciquismo obriga a que partidos políticos firmem alianças com esses detentores do patronato rural – reduto explícito da sobrevivência de um passado –, impedindo o fim do latifúndio e das reformas estruturais necessária – transformando estruturas sociais arcaicas – para o desenvolvimento da nação.²⁴⁹⁹

3.3.1.5. HIERARQUIZAÇÃO DA VIDA

Também contribui para entender a sociedade – e aspectos essenciais da mentalidade ou racionalidade – hispano-americana, o fato de que ela reproduziu na América uma sociedade tradicional de tendência hierárquica, enfim, uma sociedade vinculada a um *homo*

²⁴⁹⁸ LAMBERT, América..., p. 204-11.

²⁴⁹⁹ LAMBERT, América..., p. 214-20. Para compreender melhor o fenômeno do caudilhismo, vide tentativa de montagem de uma tipologia que o caracterize: CHEVALIER, América..., p. 279-84.

hierarchicus, fundamentalmente, atores coletivos – diferentes de indivíduos ou cidadãos, conceitos que vieram se estabelecer com a Revolução Francesa –, uma instituição, organização, ordem e corpos semiprofissionais de diversas envergaduras, muito hierarquizados, submetidos a deveres ou serviços para com as autoridades – portanto, agentes sociais superiores da mesma ordem, ou dentro da classificação e hierarquia das ordens existentes – gozando de direitos, liberdades e privilégios – por sua condição ou posição social dentro da hierarquia. A Igreja era a primeira das ordens, em seguida vinham as corporações e corpos de todo gênero – militares, universidades, cidades, vilas, povos ou comunidades indígenas e camponesas, fazendas, clãs familiares ou parentais, clientelas, confrarias etc. –; havia também outras ordens ou categorias sociais com estatutos particulares, tais como espanhóis *criollos* – descendentes de espanhóis nascidos na América (ao que tudo indica, não mestiços) – ou tidos como tais, índios, castas de origem africana e escravos.²⁵⁰⁰

Dentro dessas classificações, distinções sociais e hierarquias, se estabeleciam diferenças sociais de cunho marcante, implicando diretamente na distribuição dos diferentes ganhos sociais – materiais e simbólicos – devidos a cada ocupante de uma posição na hierarquia social estabelecida; assim, havia diferenças sociais enormes entre as gentes tidas como brancas e todas as demais pessoas tidas como não-brancas; entre os senhores das fazendas e os simples peões – ou os escravos –, entre dominadores e dominados, entre poderosos protetores e protegidos, entre os caciques índios das comunidades e os índios sem terras, entre ricos e miseráveis. Desta forma, exceto os numerosos marginalizados sociais – os párias sociais –, todas as demais gentes, sejam grandes ou pequenas, se integravam a grupos, ordens ou corpos sociais, e tinham seu lugar ou no alto ou no baixo das estruturas verticais de sujeição, ou fiéis a coletividades muito hierarquizadas e ordenadas. Uma sociedade fundada em tal mentalidade, encontraria profundas dificuldades para aceitar um outro tipo de pessoa que nascia na Europa, e transplantado para as Américas via novas ideologias e instituições sócio-políticas, qual seja, o *homo aequalis*, um ser igualitário, indivíduo abstrato e ideal, sempre igual em si mesmo que, em suas manifestações práticas, fazendo emergir novos tipos de sociabilidades, totalmente independentes dos corpos de tipo hierarquizados; foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) que acabou dando sua dimensão sócio-política universal.²⁵⁰¹

²⁵⁰⁰ CHEVALIER, América..., p. 242-3.

²⁵⁰¹ CHEVALIER, América..., p. 243.

3.3.1.6. IDÉIAS, POSITIVISMO, ECLETISMO FILOSÓFICO: O PRAGMATISMO IBERO-AMERICANO

Um dos aspectos relevantes e ressaltados pelos estudiosos da América Latina, vinculado à sua história e desenvolvimento cultural e social, é o fato das idéias e as filosofias se revelarem ecléticas na região, e o fato de se adotarem modismos intelectuais que ficaram circunscritos a esferas muito limitadas de pessoas. Esses movimentos de pensamento que circulam na sociedade, provocando efeitos sociais, verifica-se serem sustentados por forças profundas – estruturais – que ajudam a formular, prolongar ou orientar as aspirações pessoais ou de grupo mais ou menos inconscientes, por sua vez, servindo de base para iniciativas e ações individuais ou coletivas em busca de novos padrões de sociabilidade – ou reprodução dos antigos padrões sob roupagens novas. Os pensadores latino-americanos importaram idéias dos centros cosmopolitas do mundo –especialmente europeu – e efetuaram reinterpretações de tais pensamentos para o plano regional. O fato, é que se difundiu em todo continente latino-americano um positivismo *sui generis*, mesclado por influências anglo-americanas, que, tudo indica, revelava uma concreta ruptura com o pensamento peninsular ibérico até então adotado. Entre final do século XIX e início do século XX, vigorou na maioria dos governos latino-americanos um positivismo pragmático, criando divergências entre liberais e positivistas latino-americanos, sendo que estes últimos acabaram trilhando o caminho do neoconservadorismo. Brasil, Argentina e México, por exemplo, viviam um século XIX pouco inclinados à cultivarem a especulação abstrata, favorecendo, assim, a vigência de aspectos concretos, práticos e utilitários de um singular positivismo – floresciam as doutrinas positivistas (ou mais precisamente suas seqüelas) especialmente de cunho espenceriano –, estimulado ou beneficiado, também, por um meio social específico de uma América Latina eclética – nessa época, a Espanha já era sensível para uma cultural intelectual metafísica e já recebia a influência da filosofia alemã.²⁵⁰²

O positivismo hispano-americano e a cultura ibérica espanhola se digladiavam, e mesmo no século XX algumas correntes de idéias hispano-americanas eram inspiradas de acordo com o quadro intelectual cultivado na Ibéria, por exemplo, o anarco-sindicalismo da revolução mexicana de 1910, que era semelhante ao que sucedia em alguns movimentos regionais dentro da Espanha. Entre 1939 a 1942, através da França, vieram milhares de

²⁵⁰² CHEVALIER, América..., p. 373-4.

refugiados republicanos espanhóis que se instalaram desde o México até Buenos Aires, reimplantando em terras americanas algumas correntes do pensamento ibérico – especialmente de Ortega y Gasset, de inspiração parcialmente germânica, contribuindo para dar forma a uma consciência nacional. Mas é no terreno espiritual, especialmente religioso ou anti-religioso, que a América corresponderá da mesma forma que sucedia na Ibéria. Analisar o interior dessas áreas culturais ibéricas é estabelecer investigações conjunturais e que não excluem os estudos das suas estruturas, quais sejam, as tendências, correntes, inclinações, direções e dos amplos movimentos que permanecem subjacentes, freqüentemente inconscientes, muito difíceis de se descobrir e desvelar. Ao se verificar os escritos dos intelectuais e elites latino-americanas, é possível estabelecer uma história das suas idéias; no século XIX, tudo indica que as sociedades nacionais dos impérios ibéricos se separaram da escolástica neotomista e das estruturas do antigo regime, concebidas como uma ordem quase eterna.²⁵⁰³

O pensamento conservador latino-americano não tinha um sistema de pensamento estruturado, coerente e original, de tal forma que somente tardia e imperfeitamente constituíram verdadeiros partidos políticos para si. Contra o pensamento liberal em voga após a independência, os conservadores se encontravam órfãos das idéias, legitimidade e modelo teórico que pudessem opor aos liberais. Eles se apoiavam na autoridade da Igreja – ordem mais importante da velha sociedade hierarquizada – e que era objeto de denúncias pela modernidade nascente, portanto, inserindo os conservadores numa posição ambígua e incômoda politicamente, daí seus fracassos políticos na América espanhola do século XIX. A América portuguesa também seguirá a fórmula conservadora, entretanto, evitará os conflitos com os liberais, tal como se verificou na América espanhola. As atitudes políticas dos conservadores eram paradoxais, haja vista que mesmo sendo políticos aferrados ao passado – como regra geral, podendo ser intelectuais, industriais, déspotas esclarecidos, contrários à Revolução Francesa –, eles podiam chegar a afirmar claramente que seu país seria um bom país com uma futura constituição liberal. Era fato que a maioria das universidades ensinavam uma escolástica caduca que, por sua vez, inspirava o ensino das escolas secundárias, desde a expulsão dos jesuítas das colônias em 1767, reproduzindo um tradicionalismo intelectual que veio se prolongando ao curso dos tempos. O que era comum dentro do conservadorismo tradicional latino-americano, era a posição adotada frente a Igreja e seu poder temporal, e

²⁵⁰³ CHEVALIER, América..., p. 374-5.

também o apoio que encontrava dentro do exército, assim, formavam um partido político conservador, tradicionalista e clerical.²⁵⁰⁴

O conservadorismo era também um temperamento e um modo de ser das pessoas que nele se identificavam. No México, “cientistas” que cercavam o ditador Porfirio Díaz tentaram fundar um partido político com o nome do antigo ditador; na Argentina, como as diversas ditaduras latino-americanas, é possível qualificar como neoconservadoras as oligarquias de origem liberal – políticos racionalistas e positivistas – que ocuparam o poder até a primeira década do século XX. Outra forma de conservadorismo é o que emergiu da situação colonial interna das elites brancas ou mestiças, com relação ao mundo indígena ou afro-americano, que acabou influenciando grande parte do pensamento latino-americano, inclusive muito liberais. Tratou-se uma mentalidade de espanhóis americanos que, guardando uma distância frente à metrópole, se inclinaram afirmativamente sobre a sociedade colonial, adotando, em relação aos indígenas, um sentimento ambíguo de solidariedade e superioridade. Por fim, havia os conservadores que se consideravam totalmente independentes da modernidade intelectual e política representada pelo liberalismo.²⁵⁰⁵

O liberalismo latino-americano sempre procurou professar explicitamente uma ideologia bem definida, conforme aquela legada pela Revolução Francesa, mesmo que, em seu princípio, tivesse vindo através de canais espanhóis. Ele está vinculado a sociabilidades de tipo igualitário, conforme emergem em associações ou sociedades de pensamentos ou tertúlias de livre adesão, bem como nas lojas maçônicas, todas consideradas como matrizes da modernidade política na América Latina. Suas bases ideológicas repousam na reivindicação individual da liberdade e igualdade dos cidadãos, sendo fundamento e legitimidade do Estado e vontade geral e da soberania popular, conforme pela primeira vez fora proclamada na Espanha em 1810-12, nas Cortes de Cádiz. Evidentemente isso ia de encontro ao que já estava secularmente estabelecido, vale dizer, privilégios e liberdade negociadas, ou os diferentes foros dos corpos hierarquizados do antigo regime, a antiga sociedade formada por diferentes ordens sociais e a Igreja – como pedra angular. Em seguida, os liberais instituíram verdadeiros partidos políticos muito elitistas, haja vista que cerca de 75% da população era campesina e analfabeta, declarando-se representantes dessa massa de gentes. Dentro da ideologia liberal, seria o sistema educacional, através da escola, aquele encarregado de inculcar conceitos-chaves da nova ideologia – democracia, soberania, igualdade etc. – na juventude, uma educação cívica comum a todos os governos liberais – ou que eram de filiação

²⁵⁰⁴ CHEVALIER, América..., p. 376-8.

²⁵⁰⁵ CHEVALIER, América..., p. 378-81.

liberal – que se estabeleceram na América Latina, sejam de tendência positivista ou autoritários.²⁵⁰⁶

Com exceção desses intelectuais, filhos – ou pais – da ilustração latino-americana, bem como da filosofia política e social difundida através das escolas, é muito pouco conhecida, na América, as outras vias através das quais se elaborou e transmitiu a modernidade liberal; dentre esses meios, com certeza se inclui o trabalho e experiência social de pequenos grupos sociais de indivíduos. São pequenos espaços de sociabilidade democrática, que já se verificavam na França do século XIX, e que se pressentia que já existiam em outras partes e outras épocas, como as lojas maçônicas anteriores à Revolução Francesa. Eram espaços sociais onde se nutriam e propagavam uma sociedade mais igualitária, voluntária e contratual; na América Latina, dentro de um ambiente muito limitado inicialmente, esses grupos sociais, logo depois da revolução liberal européia, tentam estimular a ideologia liberal nas gentes locais, entretanto, essa ideologia somente irá crescer na região nos séculos XIX e XX, com muitas variantes regionais, talvez devido a um inconsciente coletivo diferenciado, próprio de cada região e de cada geração. As sociedades e tertúlias literárias, econômicas, filantrópicas ou patrióticas, assim como os clubes – sobretudo as lojas maçônicas – constituíram, na América Latina, uma manifestação essencial, depois generalizada, das novas sociabilidades que emergiam com o liberalismo, apontados como espaços de aprendizagem e transmissão de ideologias, distintos dos diversos corpos hierarquizados do antigo regime, enfim, pessoas que se vinculavam livremente para pensar, tratando-se de elites de saber, mais do que de dinheiro. Não há dúvidas que tais lojas maçônicas são objetos de estudos limitados e parciais – polêmicos –, sendo sua origem, na América espanhola, a partir da chegada dos militares espanhóis e do regresso de deputados americanos das Cortes de Cádiz, se proliferando notavelmente após a independência. Não se conhece muito as diversas obediências – vinculações, dependências, subordinações – e rivalidades dessas lojas e seus nexos com a Espanha e França – o Grande Oriente da França possui seus arquivos depositados na Biblioteca Nacional de Paris, portanto, arquivos públicos pertencentes ao Estado –, bem como com os Estados Unidos, assim como a influências que alcançaram em numerosos países latino-americanos ao longo do século XIX.²⁵⁰⁷

As primeiras lojas americanas revelam ser pouco estruturadas e distintas da francmaçonaria; na época da independência e da restauração do absolutismo na Espanha, algumas delas eram sociedades secretas integradas por conspiradores liberais de tipo dos

²⁵⁰⁶ CHEVALIER, América..., p. 381-3.

²⁵⁰⁷ CHEVALIER, América..., p. 383-4.

carbonários – membro de uma sociedade secreta e revolucionária que atuou na Itália, França e Espanha no princípio do séc. XIX; por extensão, vulgarmente consideram-se como tais os membros de qualquer sociedade secreta e revolucionária –,²⁵⁰⁸ células de revolucionários pouco ligadas ou sem nexos com uma central, de difícil conhecimento sobre suas atividades devido ao pouco arquivo que deixaram. As lojas que se identificavam como maçônicas, quase autônomas de fato, se encontravam muito separadas umas das outras. Na Grande Colômbia, Simon Bolívar, apesar de ser francmaçon, proibiu, em 1828, o funcionamento de todas as sociedades secretas, a fim de evitar o enfrentamento político de lojas rivais. No México, nessa época, verificou-se o enfrentamento de francmaçons de rito yorquino – federalistas de tendência radical, também conhecidos como jacobinos – com francmaçons de rito escocês – moderados centralistas e elitistas.²⁵⁰⁹

Na região do Rio da Prata – Argentina e Uruguai –, tornou-se melhor conhecido o papel da francmaçonaria no século XIX. No final da época colonial, foram fundadas – primeiro em Buenos Aires, depois em Montevidéu – algumas lojas, uma de origem francesa (1795), depois mais seis (1806-7) de origem inglesa, estas últimas, pouco politizadas. A restauração do absolutismo espanhol obrigou aos liberais guardar sigilo – segredo – de suas atividades, especialmente nos corpos expedicionários espanhóis; mas foram aparecendo outros clubes e lojas. A loja Lautauro da Argentina e Chile tinha pouca disciplina e obediência interna, até mesma simbólica. Com a revolução liberal de 1820, na Espanha, o progresso de lojas mais estruturadas se viu em pouco tempo (1830) limitado na Argentina, durante a ditadura de Juan Manuel de Rosas, pois o caudilho era contrário ao universalismo humanista da verdadeira francmaçonaria legada da Europa, propagado por comerciantes em contato com o estrangeiro. Uma elite intelectual de liberais argentinos, exilada por Rosas, se integrou à maçonaria como atores políticos no Chile, Montevidéu, e sobretudo no Brasil. Em Montevidéu, as primeiras lojas de obediência regular eram quase todas de composição estrangeira, como a “Los Amigos de la Patria”, que solicitou e se incorporou ao Grande Oriente da França em 1844. A partir de 1852, com a queda de Rosas, e durante os anos seguintes, verifica-se em todo Rio da Prata um fenômeno de explosão associativa, que não se limita às diversas lojas vinculadas à Grande Loja da Inglaterra e ao Grande Oriente da França. Essa implantação maçônica regular está ligada a muitas outras formas modernas de sociabilidade; as lojas maçônicas se desenvolvem ao longo da rede fluvial, entre negociantes e funcionários, que tradicionalmente conservavam a direção das lojas, especialmente dentro do

²⁵⁰⁸ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [].

²⁵⁰⁹ CHEVALIER, América..., p. 384.

modelo inglês, ainda que pudessem ingressar a elas artesãos, empregados e pequenos comerciantes.²⁵¹⁰

Em Buenos Aires, dos 924 membros regulares da maçonaria – entre 1855 a 1862 –, 128 – 13,8% – ocupavam 241 postos públicos – 1,88 *per capita* – e toda essa classe política, em diversas dependências associativas, estabeleceu o recorde de ocupar 92,5% dos empregos do ramo judicial. Daquele total, 595 pessoas eram francomaçons, com mais de um terço destes – 34,8% – vinculados a atividades ao grande comércio, 15,6% funcionários de bom nível – militares, eclesiásticos, excluídos os empregados –, mais de 11% eram pessoas vinculadas a atividades da escrita – jornalistas, professores –, na mesma proporção havia os proprietários ou exercentes de alguma profissão liberal, em seguida vinham os empregados – 9,2% –, sendo que os artesãos e pequenos comerciantes eram muito poucos – 5,4%. As lojas maçônicas se apresentavam, assim, como uma via moderna para alcançar o poder; muitos de seus membros pertenciam à elite, e indubitavelmente haviam estado inscritos em confrarias e ordens terceiras, de base demasiado extensa, antes do ingresso na maçonaria. As obediências inglesas foram as mais numerosas e menos politizadas em Buenos Aires. As lojas, por estarem na linha de frente na defesa do liberalismo, provocaram a reação da Igreja, de tal forma que em Montevideu o vigário apostólico tornou pública uma carta sua dirigida a um Ministro de Estado (1855) identificando-o como venerável da loja “Amigos de la Patria”, e em Buenos Aires o arcebispo se opôs frontalmente (1857) a todas as lojas, especialmente a seu conceito filantrópico de caridade; posteriormente, o conflito entre Igreja e maçonaria diminuiu diante do perigo comum do socialismo operário, e da composição de um *modus vivendi* razoável entre Estado liberal e Igreja. O conflito reapareceu em 1930, por ocasião da intensificação do movimento de um certo nacionalismo argentino de tendência fascista, que atribuiu para a francomaçonomia qualidades como atéia, comunista e imperialista. Em 1935, na Argentina, a maçonaria se dividiu em Grande Oriente Federal Argentino – politizado e radical –, e Grande Loja Argentina – de índole mais moderada.²⁵¹¹

Nas outras partes da América Latina, é pouco conhecida a fundação de sociabilidades democráticas e lojas maçônicas vinculadas à modernidade liberal; tudo indica que no México, o Grande Oriente da França atuou de forma significativa na Reforma de 1856 – que resultou na Constituição mexicana de 1857 – e suas conseqüências. As lojas mexicanas se tornaram em centros de sociabilidade privilegiada dos liberais considerados como “puros”, comumente anticlericais; como a maior parte dos dirigentes liberais eram maçons, Porfirio Díaz decidiu

²⁵¹⁰ CHEVALIER, América..., p. 384-5.

²⁵¹¹ CHEVALIER, América..., p. 385-6.

intervir na maçonaria para controlar melhor as elites. A tradição maçônica jamais desapareceu do partido oficial mexicano, o representante da Revolução. Mas na América Latina, de modo geral, não só a maçonaria e as associações ou clubes já referidos são tidos como as únicas que estabeleceram tipos diferentes de sociabilidade daquelas que havia no antigo regime colonial, mas se reconhece que muitas outras vias ou tipos de sociabilidade se estabeleceram para a elaboração e difusão da modernidade política que ela vivenciou após o seu período de independência. Assim, têm-se organizações obreiras, precursoras dos futuros sindicatos de trabalhadores; confrarias laicas, de caráter mutualista; clubes liberais de oposição – alguns ligados a lojas maçônicas –; etc.²⁵¹²

Mas o liberalismo acabou evoluindo muito na América Latina, dando ensejo ao surgimento de correntes alternativas de pensamento, conforme o tempo e o espaço. Assim, o utilitarismo, é a constatação de que em diversos países latino-americanos independentes o pensamento se inclinou pouco para a filosofia especulativa, se orientando comumente para o pragmático, utilitário, prático e concreto, enfim, para a ação; o indigenismo latino-americano, é movimento das idéias indigenistas ou da defesa dos índios diante dos novos tempos ideológicos, que obrigam a uma solução para a contradição atroz da condição humana de vida e existência das gentes pré-colombianas; o agrarismo, corrente de pensamento ligada diretamente com o indigenismo, que preconiza a pequena propriedade, mas se opondo à propriedade comunitária, e tendo que conviver como o fato de tais idéias não avançarem, uma vez que os grandes proprietários estavam vinculados ao Partido Liberal.²⁵¹³

Na América Latina, nenhum movimento científico adquiriu mais importância do que o positivismo, mas um positivismo muito peculiar, abarcando idéias diversas, até mesmo idéias muito diferentes das defendidas por Auguste Comte. Assim, é com naturalidade que as gentes latino-americanas acentuaram a modernidade liberal, porém, sem uma verdadeira – substancial – ruptura ideológica, negando mesmo o conceito de revolução, e insistindo na idéia de uma evolução pacífica, qual seja, do pensamento tradicional para o pensamento moderno, do modo de vida social tradicional para o modo de vida social moderno, sem grandes conflitos. Em realidade são diversos positivismos, e esses positivismos únicos no mundo, *sui generis*, dominam os horizontes intelectuais, científicos, políticos e econômicos da América Latina a partir do fim do século XIX, com conseqüências que alcançam os dias contemporâneos. Trata-se de positivismos que acentuam os aspectos úteis, pragmáticos ou práticos, e ecléticos. Os aspectos mais dogmáticos e escrupulosos da filosofia de Auguste

²⁵¹² CHEVALIER, América..., p. 386-7.

²⁵¹³ CHEVALIER, América..., p. 387-92.

Comte eram menos cultivados, salvo raríssimas exceções, por um grupo brasileiro (1881) e um grupo chileno (1883). Seus cultores tratavam-se de racionalistas herdeiros da ilustração européia revolucionária, que queriam diferenciar-se do povo e, ao mesmo tempo, da velha metrópole, provocando reações da Igreja. O que essas gentes primavam, antes de tudo, era pelo útil, pelo tangível, pelo “positivo”, com grande desconfiança e menosprezo pela especulação abstrata e pelo filosófico, deixando o pensamento culto e qualificado num plano incipiente, voltando-se para um pensamento interessado quase que exclusivamente no plano material, para alcançar o enriquecimento material da pessoa – o positivismo tornou-se expressão de uma classe social impaciente por enriquecer-se.²⁵¹⁴

Difundiou-se, assim, um positivismo prático, alheio aos espíritos mais cultos, com ressonância muito grande nas novas burguesias comerciantes, empresários, que muito prosperaram em fins do século XIX e início do século XX – mas que vinham se enriquecendo muito antes. No México, esse positivismo edificou a melhor expressão de uma burguesia dos negócios, sustentando o governo autocrático de Porfirio Dias (1876-1911). No Brasil, apontam-se alguns desses burgueses como pioneiros do crescimento e da implantação da industrialização. Tratava-se de pessoas que se inspiravam ou se justificavam melhor em Herbert Spencer do que em Auguste Comte nos seus atos e comportamentos. No México, o positivismo formou as elites pensantes até a revolução de 1911, por essa época difundindo suas idéias e fórmulas por todo continente latino-americano. Brasil e México, foram os países que o positivismo teve seu maior êxito e difusão, especialmente no ensino universitário mexicano; mas a penetração e amplitude do movimento, mesmo em países quase desprovidos de ambiente intelectual liberal prévio, foram muito significativas na região. Para os ibero-americanos, era preciso canalizar as energias para aquilo que era útil e voltado para o progresso econômico, especialmente o industrial, deixando de lado as grandes idéias que semeavam as utopias. Durante o último quartel do século XIX, os discursos das elites latino-americanas exaltavam o império da ciência, os “cientistas”, a indústria, como o sistema de mais alto valor moral e onde domina a mais elevada liberdade. O que muitos partidários do positivismo e seu lema olvidaram – especialmente certas oligarquias e certos autocratas latino-americanos –, através de seus científicismos, interesses particulares e cálculos frios, é que Auguste Comte também havia incluído em seu lema “ordem e progresso”, o lema do “amor aos homens e à humanidade”; não sem razão, Auguste Comte será abandonado por muitos positivistas latino-americanos.²⁵¹⁵

²⁵¹⁴ CHEVALIER, América..., p. 392-3.

²⁵¹⁵ CHEVALIER, América..., p. 393-4 e 400.

Já nessa época, esses positivistas haviam iniciado sua separação de Auguste Comte – que subordinava os interesses individuais à sociedade – para seguir John Stuart Mill e, sobretudo, Herbert Spencer, adotando os critérios biológicos de Charles Darwin – em realidade uma corruptela, um abuso daquilo que Darwin havia pesquisado e descoberto – nas análises sociais, qual seja, os melhores dotados – obviamente essas elites – é que deveriam prevalecer na sociedade. Assim foi que o individualismo anglo-saxão acabou sendo introjetado no tronco latino, para proclamar as virtudes da liberdade econômica, afirmar a primazia da iniciativa individual, e exaltar o empreendedor – o *self-made man*. Mas as influências de Spencer, Darwin e Comte foram diversas conforme o país; Uruguai e Argentina adotaram Spencer e Darwin, enquanto que o Brasil adotou preferencialmente Comte. No México, esses cientistas eram gentes ligadas a grupos financeiros e interesses estrangeiros; no Brasil, especificamente em São Paulo, suas elites se inclinavam menos a literatura e eloquência, para se dedicarem a questões econômicas, atitude essa que era muito comum entre as gentes positivistas que defendiam a ordem e o progresso. No Brasil, além disso, o seu exército é dominado pela influência positivista francesa; tratava-se de um corpo armado seguro de si mesmo depois de vencer a Guerra do Paraguai, nutrido, ao que tudo indica, pelas doutrinas de Auguste Comte, das provas de uma fé politécnica na ciência e no poder da técnica. Ademais, o exército conta com o sul e sudeste brasileiro, como uma terra positivista de progresso, além de estabelecerem a República em 1889.²⁵¹⁶

Auguste Comte, professava um poder forte, capaz de conservar a coesão social e o difícil passo da passagem do estado metafísico para o estado positivo, acreditando que a revolução era contrária às leis da “física social”, que governavam a sociedade. Assim, na América Latina, houve quem proclamasse ordem e progresso sem revolução. Mas os caudilhos latino-americanos foram inspirados pelos aspectos políticos do positivismo *sui generis* cultivado na região. Durante cerca de meio século, a partir do último terço do século XIX, a maior parte dos governos da América Latina foram ditaduras ou Estados autoritários, que habitualmente se auto-consideravam como “ordem e progresso”, e assim foram aceitos e considerados, apesar dos abusos de poder por eles cometidos. O Brasil nesse contexto, foi um caso exemplar. Em 1889, passou de Império para República, a partir daí ostentando o lema comtiano “ordem e progresso” em sua bandeira nacional ou pavilhão nacional. Já próximo do fim do império, D. Pedro II demonstrava inclinações para um certo cientificismo de cunho liberal; em seguida, o positivismo começou a ser difundido entre as elites de saber do Rio de

²⁵¹⁶ CHEVALIER, América..., p. 394-6.

Janeiro – especialmente dentro do exército –, em São Paulo – cidade que se converteu na liderança da economia do café e iniciou sua industrialização –, em Rio Grande do Sul, e assim progrediu rapidamente. Todos esses centros revelaram tendências republicanas e abolicionistas, em oposição ao norte e nordeste do país. Os jovens militares do Colégio Militar – Rio de Janeiro –, influenciados pela modernidade científica e técnica, instauraram a república positivista, tendo como líderes os chefes do exército e Benjamin Constant Botelho de Magalhães, em 1889.²⁵¹⁷

Verifica-se que, nessa ocasião, positivistas já se manifestavam a favor de uma nova Constituição, que deveria conjugar – unificar – o princípio da “ditadura republicana” dentro da mais “completa liberdade espiritual”, com a “perpetuação da função ditatorial” moderada por uma assembléia única eleita, com a única função de votar impostos e determinar gastos públicos. Se isso não foi posto em prática formalmente, o fato é que a Constituição de 1891, inspirada em Auguste Comte e na Constituição dos Estados Unidos da América, na prática estabeleceu a criação de um forte poder executivo – mais poderoso ainda daquele que havia no Império – onde dois militares exerceram as funções como verdadeiros ditadores – Marechal Deodoro da Fonseca e Marechal Floriano Peixoto. Os militares se afastaram do poder em 1894-1898, entregando o mesmo aos civis, mas atuando como vigilantes do poder político, na prática como o poder moderador que anteriormente – durante o Império – era exercido pelo Imperador. O regime sócio-político instaurado era de cunho marcadamente autoritário, mas bastante respeitoso quanto às formas jurídico-políticas estabelecidas para o governo geral do país e o relacionamento das instituições sócio-políticas, com o apoio de cidades e latifundiários do centro-sul do país procurando equilibrar a condução da nova ordem social junto da herança coronelista que havia se estabelecido localmente ou regionalmente; as intervenções militares dessa época, quando requeridas, foram mais ou menos discretas. Mais tarde, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, e com a instauração, em 1937, de seu Estado Novo tecnocrático e ditatorial, o exército estabeleceu duas intervenções conforme a doutrina positivista militar prescrevia, mostrando os efeitos concretos de seu poder moderador onipresente, restabelecendo e mantendo a ordem, e garantindo o progresso da nação. Se Getúlio Vargas foi um modernizador do país, verifica-se também que os militares e os seus afins de ideário desenvolvimentistas possuíam o mesmo gosto, e que se perpetuou até os tempos contemporâneos, qual seja, a modernização tecnocrática e autoritária.²⁵¹⁸

²⁵¹⁷ CHEVALIER, América..., p. 396-7.

²⁵¹⁸ CHEVALIER, América..., p. 397-8.

No México, esse positivismo desempenhou um papel de verdadeira relevância política durante a ditadura de Porfirio Dias, cercado-se de cientistas e tecnocratas positivistas, com reflexos no sistema de ensino, na administração do governo; para essas gentes, a liberdade era dependente do progresso, ela nascia do progresso e não o contrário, tratava-se de um positivismo utilitário e carente de virtudes morais. Na Argentina, um outro diferenciado positivismo se desenvolveu, mas compartilhando muitas características que se verificavam nos outros países – separação entre Estado e Igreja, escolas normais etc. – especialmente a presença de um Estado autoritário, com forte motivação econômica. Na América Central uma série de ditaduras se estabeleceu sob o lema “ordem e progresso”, regidas por constituições liberal-positivistas, mesclando espírito progressista ou inovador, maçonaria, caudilhismo e abuso do poder pessoal. Na Colômbia, se verificou que houve até um presidente-caudilho – Rafael Reyes –, admirador de “cientistas”, promotor da indústria, mas de filiação política conservadora. Na Venezuela, houve um “caudilho civilizado” – General Guzmán Blanco –, admirador de Auguste Comte, que exerceu uma verdadeira ditadura positivista, com numerosos abusos de poder, estimulando e patrocinando instituições de ensino; sua revolução seria uma república prática, reino da ordem, e do progresso material e moral, se fundamentando na liberdade prática, a ordem verdadeira, fonte do progresso e desenvolvimento material do país, junto com a educação pública; por fim, esse caudilho venezuelano inaugurou um suntuoso templo maçônico e sua própria estátua – na qualidade de emanção do povo.²⁵¹⁹

Para tentar entender essa predileção ou facilidade com que o positivismo foi adotado em toda América Latina, explicações mais profundas se estabeleceram, procurando superara as explicações conjunturais adotadas, regra geral, especificações nacionais desse positivismo latino-americano. Haveria, assim, uma dinâmica própria estrutural que perpassaria todas sociedades ibero-americanas, reveladoras de suas mentalidades e estruturas elementares unitárias. O mexicano José Vasconcelos escreveu que a mentalidade latina, mais precisamente a mentalidade castelhana ou cultivada pelos castelhanos historicamente, necessita – de forma quase invencível e inescapável – de sistemas e sínteses. Trata-se de uma raça que não pode ater-se ao conceito particular, pois a sua já “natureza” é dogmática; os latinos americanos são dogmáticos por princípio. Por isso, quando lhes faltou o absolutismo católico, eles aderiram às generalidades do jacobinismo,²⁵²⁰ mas como ele não abarcava o absoluto, aderiram ao

²⁵¹⁹ CHEVALIER, América..., p. 398-400.

²⁵²⁰ Jacobinos e jacobinismos são expressões que designam a mais famosa associação política da Revolução Francesa e suas práticas ideológicas iniciais com as transformações que foram tomando ao longo do tempo. Tem

absolutismo da ciência, sob algumas de suas fórmulas mais ambiciosas e válidas. Assim, depois do antigo tomismo escolástico, passa-se a viver um período científico que aplica seus conceitos à política.²⁵²¹

3.3.2. REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICA LATINO-AMERICANA, NOVAS RACIONALIDADES E CONTRA-CORRENTES AO *STATUS QUO*

O conjunto de todo esse movimento secular das elites latino-americanas, resultou numa região marcada por profundas desigualdades sociais e falta de prática política democrática, mas especialmente esquecida da história de milhares de gentes – e seus diferentes subgrupos – que sempre sustentaram a base e as posições medianas da grande estrutura sócio-econômico-político-cultural do que constitui o conjunto da sociedade latino-americana. Os índios, os negros, as mulheres, os imigrantes, os movimentos sociais, a democracia, a violência, o racismo, a exclusão social, os oprimidos, as diferentes manifestações culturais populares, entre outros, todos emergem dentro dos novos estudos que resgatam as histórias e vivências do Outro – uma vasta maioria distribuída socialmente em diversas esferas de manifestações sócio-econômico-político-culturais – e que ficaram eclipsadas pelo antropocentrismo cultural que apenas mira um tipo específico de agente

suas origens no *Club Breton*, criado após a abertura dos estados-gerais em 1789, e tomou este novo nome de seu quartel-general em um antigo mosteiro jacobino – dominicano –, em Paris. Seu quadro de associados cresceu grandemente e sua política, preparada cuidadosamente, teve forte influência sobre a Assembléia Nacional. Em 1791, abrangia várias associações e tinha ramificações em todo o país. O alto índice de adesões fez com que os seus membros se tornassem profissionais que, a princípio, não se distinguiam por ponto de vista extremistas. Contudo, em 1792, Robespierre assumiu o controle e os moderados foram expulsos. A associação tornou-se foco de terror e práticas extremistas políticas; em junho de 1793, foi um dos instrumentos na deposição dos girondinos. Seu sucesso baseava-se em uma organização impecável e no apoio dos *sans-culottes* – sem calças, ou gentes mais humildes da França –, tendo seu fim depois da queda de Robespierre, sendo que as diversas tentativas de reanimá-lo forma definitivamente contidas em 1799. Os dicionários procuram classificar o jacobinismo com sinônimo moderno de republicano ardente e intransigente, chegando ate mesmo a ser entendido como opinião democrática exaltada ou sectária. Durante cerca de dez anos os jacobinos serão ardorosos defensores do Terceiro Estado, um clube, cuja hegemonia política iria se impor, durante um período de tempo, tanto em Paris quanto na província, legando como herança a imagem forte de um grupo de pessoas decididas a conduzir a revolução até o fim, dentro de uma estrutura organizacional que alguns verão a experiência ou a antecipação de uma democracia forte e vitoriosa, sendo que outras a classificarão como uma máquina de moer os indivíduos e, até mesmo, a matriz dos totalitarismos futuros. In: NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. v. 2.; VOVELLE, Michel. **Jacobinos e jacobinismo**. Bauru: Edusc, 2000, p. 25.; BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PAQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 9. ed. Brasília: UnB, 1997, v. 1.

²⁵²¹ CHEVALIER, América..., p. 400-1.

social, no pressuposto de que ele é suficiente para explicar a esclarecer a evolução das diferentes sociedades da América Latina e toda sua heterogeneidade.²⁵²²

²⁵²² Para melhor compreender esses e diversos outros aspectos da formação social da América Latina, entre outras obras vide: DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 326 p.; BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: América Latina colonial**. 2. ed. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 1998. v. 1. 682 p.; BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: América Latina colonial**. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 1999. v. 2. 682 p.; 870 p.; BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: da independência até 1870**. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Funag, 2001. v. 3. 1016 p.; ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; e MAIA, Carlos A (orgs.). **História da ciência: um mapa do conhecimento**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1995. 972 p. Coleção América 92, 500 anos – raízes e trajetórias. v. 2.; BITTENCOURT, Cirne Maria F.; e IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (orgs.). **Educação na América Latina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996. 320 p. Coleção América 92, 500 anos – raízes e trajetórias. v. 3.; DAYRELL, Eliane Garcindo; e IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (orgs.). **América Latina contemporânea: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996. 640 p. Coleção América 92, 500 anos – raízes e trajetórias. v. 4.; AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; e MONTEIRO, John Manuel (orgs.). **Raízes da América Latina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996. 600 p. Coleção América 92, 500 anos – raízes e trajetórias. v. 5.; NOVINSKY, Anita Waingort; e KUPERMAN, Diane (orgs.). **Ibéria-judaica: roteiros da memória**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996. 720 p. Coleção América 92, 500 anos – raízes e trajetórias. v. 6.; AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; e MONTEIRO, John Manuel (orgs.). **Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1997. 424 p. Coleção América 92, 500 anos – raízes e trajetórias. v. 7.; BESSONE, Tânia Maria Tavares; e QUEIROZ, Teresa Aline P. (orgs.). **América Latina: imagens, imaginação e imaginário**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1997. 756 p. Coleção América 92, 500 anos – raízes e trajetórias. v. 8.; HOLANDA, Heloísa Buarque de; e CAPELATO, Maria Helena Rolim (orgs.). **Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1999. 576 p. Coleção América 92, 500 anos – raízes e trajetórias. v. 9.; CHEVALIER, François. **América Latina: de la independencia a nuestros días**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. 780 p.; LAMBERT, Jacques. **América Latina: estruturas sociais e instituições políticas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Edusp, 1969. 436 p.; BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Garnier, 1903. 434 p.; RIBEIRO, Darcí. **América Latina: a pátria grande**. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1986. 150 p.; TOURAINE, Alain. **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina**. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas: Ed. da Unicamp, 1989. 600 p.; KAPLAN, Marcos. **Formación del Estado nacional en América Latina**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001. 358 p.; FUENTES, Carlos. **O espelho enterrado: reflexões sobre a Espanha e o Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. 400 p.; BERNAND, Carmen; e GRUZINSKI, Serge. **História do Novo Mundo**. São Paulo: Edusp, 1997. 706 p.; CARMAGNANI, Marcello; HERNÁNDEZ CHÁVEZ, Alicia; e ROMANO, Ruggiero (coord.). **Para una historia de América I: las estructuras**. México: Colegio de México; Fondo de Cultura Económica, 1999. 576 p.; WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar Barcellos. **História da América Latina: do descobrimento a 1900**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. 168 p.; CHASTEEN, John Charles. **América Latina: uma história de sangue e fogo**. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 286 p.; GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). **América Latina: história de meio século**. Brasília: UnB, 1988. 338 p. Coleção Pensamento Latino-Americano e Caribenho. v. 2. GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). **América Latina: história de meio século**. Brasília: UnB, 1990. 332 p. Coleção Pensamento Latino-Americano e Caribenho. v. 4.; América Latina. **Estudios de História: revista do Curso de Pós-Graduação em História da Unesp, FHDSS, campus de Franca, Franca-SP, v.7, n. 2, p. 1-282, 2000.**; PINSKY, Jaime *et alii*. **História da América através dos textos**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2001. 176 p. Coleção textos e documentos, v. 4.; GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 310 p.; FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Círculo do Livro, 1989. 594 p.; LAS CASAS, Frei Bartolomé de. **O paraíso destruído: brevíssima relação da destruição das Índias**. Porto Alegre: L&PM, 1996. 160 p.; TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 326 p.; O’GORMAN, Edmundo. **La invención de América**. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2002. 196 p.; MORSE, Richard. **O espelho de próspero: cultura e idéias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 192 p.; FLORESCANO, Enrique. **Memoria mexicana**. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1994. 606 p.; NUNES, América. **A revoluções do México**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. 176 p.; HERZOG, Jesús Silva. **Breve historia de la revolución mexicana: los antecedentes y la etapa maderista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. 384 p.; HERNÁNDEZ CHÁVEZ, Alicia. **México: breve historia contemporânea**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. 534 p.; AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. **La población negra de México: estudio etnohistórico**. 3. ed. México: Fondo de Cultura

Económica; Instituto Nacional Indigenista; Xalapa: Universidad Veracruzana; Gobierno del Estado de Veracruz, 1989. 376 p.; LUNA, Félix. **Breve historia de los argentinos**. Buenos Aires: Planeta, 1997. 280 p.; LUNA, Félix. **Breve historia dos argentinos**. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Brasil-Argentina; Quartet, 1995. 252 p.; FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Edusp, 1999. 580 p.; THORP, Rosemary (comp.). **América Latina en los años treinta: el papel de las periferias en la crisis mundial**. México: Fondo de Cultura Económica, 1988. 390 p.; PRADO, Maria Ligia. **A formação das nações latino-americanas**. 18. ed. São Paulo: Atual, 2001. 92 p.; ZARUR, George de Cerqueira Leite (org.). **Região e nação na América Latina**. Brasília; UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. 244 p.; SABATO, Hilda (coord.). **Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina**. México: Colegio de México; Fondo de Cultura Económica, 1999. 456 p.; MONTERO, Paula (coord.). **Entre mito e história: o V centenário do descobrimento da América**. Petrópolis: Vozes, 1996. 426 p.; IANNI, Octávio. **O labirinto latino-americano**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 144 p.; América: consonâncias e dissonâncias. **Tempo Brasileiro: revista trimestral de cultura**, Rio de Janeiro, n. 110, p. 1-167, jul-set de 1992.; RAMPINELLI, Waldir José; e OURIQUES, Nildo Domingos. **Os 500 anos: a conquista interminável**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 120 p.; BERNARD, Carmen (comp.). **Descubrimiento, conquista y colonización de América a quinientos años**. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes; Fondo de Cultura Económica, 1998. 294 p.; Revista **América Latina – 500 Anos de Conquista**: publicação da Ícone Editora, São Paulo, n. 2, p. 1-109, 1988.; PONCE DE LEÓN, Napoleón Baccino *et alii*. **A sagração da liberdade: heróis e mártires da América Latina**. Rio de Janeiro: Revan, 1994. 184 p.; PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos**. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999. 230 p.; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografia dos estudos culturais: uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 240 p.; CHONCHOL, Jacques. **Sistemas agrários em América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. 448 p.; AGUILAR, José Antonio; y ROJAS, Rafael (coord.). **El republicanismo en Hispanoamérica: ensayos de historia intelectual y política**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002. 454 p.; CALDERÓN, Fernando; y DOS SANTOS, Mario R. **Hacia un nuevo orden estatal en América Latina: veinte tesis sociopolíticas y un corolario**. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica; Buenos Aires: Clacso, 1991. 168 p.; PINTO, Céli Regina; e GUERRERO, Hugo. **América Latina: o desafio da democracia nos anos 90**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Montevideu: Associação de Universidades Grupo de Montevideu, 1996. 192 p.; Cultura e governabilidade democráticas: América Latina no limiar do terceiro milênio. **Tempo Brasileiro: revista trimestral de cultura**, Rio de Janeiro, n. 106/7, p. 1-140, jul-dez de 1991.; GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: LPP; Buenos Aires: Clacso, 2002. 320 p.; BAQUERO, Marcello (org.). **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2001. 208 p.; CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio americano: a Guerra do Paraguai**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. 208 p.; DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 622 p.; COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Ed. da Unicamp, 1996. 336 p.; DINGES, John. **Os anos do condor: uma década de terrorismo internacional no cone sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 448 p.; Universidade para a Paz das Nações Unidas; Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz. **O estado da paz e a evolução da violência: a situação da América Latina**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002. 232 p.; ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; e ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000. 544 p.; PIZARRO, Ana (org.). **América Latina: palavra, literatura e cultura – a situação colonial**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina; Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. 590 p. v. 1.; MENTON, Seymour. **Caminata por la narrativa latinoamericana**. Xalapa: Universidad Veracruzana; México: Fondo de Cultura Económica, 2002. 806 p.; MENTON, Seymour. **La nueva novela histórica de la América Latina: 1979-1992**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. 312 p.; HENRÍQUEZ UREÑA, Pedro. **Historia de la cultura en la América Hispánica**. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2001. 184 p.; COBO BORDA, Juan Gustavo (comp.). **Germán Arciniegas: América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. 432 p.; VERANI, Hugo J. **Las vanguardias literarias en Hispanoamérica: manifiestos, proclamas y otros escritos**. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1991. 288 p.; BULHÕES, Maria Amélia; e KERN, Maria Lúcia Bastos (orgs.). **América Latina: territorialidade e práticas artísticas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. 190 p.; DIENER, Pablo; e COSTA, Maria de Fátima. **A América de Rugendas: obras e documentos**. São Paulo: Estação Liberdade; Kosmos, 1999. 168 p.; DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, []. 2. v. 692 p.; ADES, Dawn. **Arte na América Latina**. São Paulo: Cosac & Naify, 1997. 366 p.; SALGADO, Sebastião. **Outras Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 120 p.; SALGADO, Sebastião. **Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 144 p.; MOREIRAS, Alberto. **A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. 412 p.; BARBOZA

Verifica-se a emergência de um pensamento crítico, contracorrente de um conjunto ideológico estabelecido pelas elites locais – ou importado por elas –, tradição que não alcançou promover a edificação de sociedades justas e equilibradas, repartindo igualmente as riquezas produzidas nacionalmente, pelo menos retirando da condição de miséria e pobreza sua população, de tal modo a possibilitar uma existência material minimamente digna, bem como educação e participação política efetiva na vida e condução do destino sócio-cultural e econômico da nação. Dentro dessas contra-correntes críticas, há

FILHO, Rubem. **Tradição e artifício**: iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000. 504 p.; PAIVA, Eduardo França; e ANASTASIA, Carla Maria Junho (orgs.). **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume; PPGH-UFMG, 2002. 530 p.; KARNAL, Leandro. **Teatro da fé**: representação religiosa no Brasil e no México do século XVI. São Paulo: Hucitec; História Social-USP, 1998. 254 p.; SCHMIDT, Benício Viero; OLIVEIRA, Renato de; ALVAREZ ARAGÓN, Virgílio. **Entre escombros e alternativas**: ensino superior na América Latina. Brasília: Ed. da UnB, 2000. 312 p.; WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 215 p.; WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Fundamentos de história do direito**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. 432 p.; WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Direito e justiça na América indígena**: da conquista à colonização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. 242 p.; WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito no Brasil**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 172 p.; WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura no direito. 3. ed. São Paulo: Alda-Omega, 2001. 404 p.; WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Humanismo e cultura jurídica no Brasil**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. 276 p.; WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. 386 p.; MARIATEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. 266 p.; MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. México: Ediciones Era, 1991. 110 p.; MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000. 296 p.; CARDOSO, Fernando Henrique; e FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, []. 144 p.; BARSOTTI, Paulo; e PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). **América Latina**: história, idéias e revolução. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998. 248 p.; PERICÁS, Luiz Bernardo; e BARSOTTI, Paulo (orgs.). **América Latina**: história, crise e movimento. São Paulo: Xamã, 1999. 224 p.; GURRIERI, Adolfo (coord.). **La obra de Prebisch em la Cepal**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. 2 v.; GRIEN, Raúl. **La integración económica como alternativa inédita para América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994. 638 p.; SALAMA, Pierre. **Riqueza y pobreza en América Latina**: la fragilidad de las nuevas políticas económicas. México: Universidad de Guadalajara; Fondo de Cultura Económica, 1999. 304 p.; CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000. 584 p.; WOLKMER, Antonio Carlos. **O terceiro mundo e a nova ordem internacional**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. 96 p.; SCARLATO, Francisco Capuano; SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; e ARROYO, Mônica. **Globalização e espaço latino-americano**. 4. ed. São Paulo; Hucitec; Annablume; Anpur, 2002. 304 p.; MORENO PINO, Ismael. **Derecho y diplomacia en las relaciones interamericanas**. México: Secretaria de Relaciones Exteriores; Fondo de Cultura Económica, 1999. 856 p.; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**: uma contribuição ao estudo da política internacional. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 168 p.; DÍAZ MÜLLER, Luis. **América Latina**: relaciones internacionales y derechos humanos. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1991. 388 p.; CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina**: velhos e novos paradigmas. Brasília: IBRI-FUNAG, 2001. 320 p.; MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (org.). **Relações internacionais**: visões do Brasil e da América Latina – estudo em homenagem a Amado Luiz Cervo. Brasília; IBRI-FUNAG, 2003. 480 p.; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O eixo Argentina-Brasil**: o processo de integração da América Latina. Brasília: Ed. da UnB, 1987. 120 p.; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: conflito e integração na América do Sul (da tríplice aliança ao Mercosul – 1870-2003). 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 688 p.; AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina**: a construção da hegemonia. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002. 302 p.; STALLINGS, Bárbara; y SZÉKELY, Gabriel (comp.). **Japón, los Estados Unidos y la América Latina**: ¿hacia una relación trilateral en el hemisferio occidental? México: Fondo de Cultura Económica, 1994. 248 p.; WIARDA, Howard J. **O modelo corporativo na América Latina e a latino-americanização dos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 1983. 220 p.

um discurso que permeia todas elas, qual seja, a idéia da “libertação” dessas gentes submetidas e dominadas secularmente, mas discurso esse que é também tratado por “emancipação”. De fato, revela ser inescapável para quem reflete os problemas nacionais e latino-americanos, identificar um certo determinismo, enfim, grilhões pesados e fortes que prendem num destino atroz e apavorante o destino de milhões de gentes que estão praticamente abandonadas e entregues a um destino incerto na região. Dentre esses discursos, destaca-se aquele proveniente de uma parte de eclesiastas pertencentes ao ramo mais progressista da Igreja católica que se instalou na América Latina, epistemologicamente e intelectualmente liberta de dogmas de uma teologia européia que não entende a realidade da região. Essa teologia da libertação, em suas origens, submete-se aos fatos que o cerca, submergindo na realidade pragmática dos milhões de gentes oprimidos da região, e emergindo outra, orientada pelo mesmo espírito religioso que milenarmente vem sustentando o cristianismo, mas agora dentro de uma perspectiva ameríndia e latino-americana, um projeto ecumênico e reconstrução da teologia a partir da própria criatividade e originalidade teológica local.²⁵²³

É na área do direito que também se revelam novos discursos voltados para uma *práxis* – e conseqüentemente um *ethos* – diversa do que vinha sendo secularmente praticado na vida desse excluídos de direitos mínimos, até mesmo o fundamental direito a ter direitos, dentro do reconhecimento que o Direito, sem descurar de seus objetivos de cientificidade, tem seu compromisso e função de contribuir para a reconstrução da sociedade latino-americana, voltada para que a pessoa humana possa desfrutar de uma existência digna, material e simbólica, enfim, emancipá-la de suas opressões advindas de um sistema de dominação e exploração desumana, que se traduzem fundamentalmente na falta de solidariedade para com sua existência e destino. As gentes da América Latina – a sua grande maioria oprimida – têm direito à justiça e paz social, sendo que o sistema jurídico agora é demandado para aproximar a norma abstrata da realidade social republicana a que serve.²⁵²⁴

²⁵²³ RICHARD, Pablo (org.). **Raízes da teologia latino-americana**. São Paulo: Edições Paulinas, 1987. 460 p. O pensamento crítico emancipatório se espalhará para a filosofia e antropologia: DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da libertação**. São Paulo: Edições Loyola, 1982.; DUSSEL, Enrique D. **Método para uma filosofia da libertação**: superação analética da dialética hegeliana. São Paulo: Edições Loyola, 1986. 294 p.; DUSSEL, Enrique D. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000. 672 p.; DUSSEL, Enrique D. **1492**: o encobrimento do outro – a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993. 198 p.; ZIMMERMANN, Roque. **América Latina – o não ser**: uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel (1962-1976). Petrópolis: Vozes, 1987. 266 p.; FLORES, Alberto Vivar. **Antropologia da libertação latino-americana**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991. 150 p.

²⁵²⁴ Sobre o tema, entre outros, vide: WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura no direito. 3. ed. São Paulo: Alda-Omega, 2001. 404 p.; WOLKMER, Antonio Carlos. **Ideologia, estado e direito**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. 207 p.; WOLKMER, Antonio

3.3.2.1. O PENSAMENTO DE ANTONIO CARLOS WOLKMER

A racionalidade crítica, aliada à sensibilidade humanística – certamente como decorrência direta da vivência com a realidade fática ou mundo da vida local e regional –, dentro de um quadro teórico interdisciplinar, produzirá juristas e pensadores da maior envergadura intelectual na América Latina, conhecedores profundos da realidade histórico-sócio-econômico-política a que estão submetidas as diferentes gentes históricas – concretas, reais – da região, bem como da racionalidade que produz e reproduz essa desumanidade. É de se destacar, dentre esse conjunto de notáveis intelectuais, investigadores jurídicos que contribuem para repensar as raízes das práticas sócio-jurídicas não só locais, mas também latino-americanas, permitindo seus saberes extrapolarem as fronteiras nacionais – a que estão normalmente inseridos como ponto de partida de suas investigações –, a figura de Antonio

Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 215 p.; WOLKMER, Antonio Carlos. **Constitucionalismo e direitos sociais no Brasil**. São Paulo: Acadêmica, 1989. 152 p.; WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Fundamentos de história do direito**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. 432 p.; WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Direito e justiça na América indígena: da conquista à colonização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. 242 p.; WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito no Brasil**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 172 p.; WOLKMER, Antonio Carlos; e LEITE, José Rubens Morato (orgs.). **Os "novos" direitos no Brasil: natureza e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2003. 450 p.; WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Humanismo e cultura jurídica no Brasil**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. 276 p.; WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. 386 p.; COELHO, Luiz Fernando. **Teoria crítica do direito**. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991. 416 p.; MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **A ciência do direito: conceito, objeto, método**. Rio de Janeiro: Forense, 1982. 198 p.; CORREAS, Óscar. **Teoría del derecho**. Barcelona: M. J. Bosch, 1995. 310 p.; CORREAS, Óscar. **Crítica da ideologia jurídica: ensaio sócio-semiológico**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995. 280 p.; WARAT, Luis Alberto; e ROCHA, Leonel Severo. **O direito e sua linguagem**. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995. 120 p.; WARAT, Luis Alberto. **Introdução geral ao direito: interpretação da lei – temas para uma reformulação**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1994. v. 1. 232 p.; WARAT, Luis Alberto. **Introdução geral ao direito: epistemologia jurídica e modernidade**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995. v. 2. 392 p.; WARAT, Luis Alberto. **Introdução geral ao direito: o direito não estudado pela teoria jurídica moderna**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997. v. 3. 240 p.; AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Aplicação do direito e contexto social**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996. 176 p.; AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Crítica à dogmática e hermenêutica jurídica**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997. 80 p.; AGUIAR, Roberto A. R. de. **O que é justiça: uma abordagem dialética**. 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1999. 130 p.; AGUIAR, Roberto A. R. de. **Direito, poder e opressão**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990. 186 p.; ANDRADE, Lédio Rosa de. **Introdução ao direito alternativo brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996. 342 p.; ANDRADE, Lédio Rosa de. **O que é direito alternativo?**. Florianópolis: Obra Jurídica, 1998. 72 p.; ARRUDA JR., Edmundo Lima de (org.). **Lições de direito alternativo 1**. São Paulo: Acadêmica, 1992. 172 p.; ARRUDA JR., Edmundo Lima de (org.). **Lições de direito alternativo 2**. São Paulo: Acadêmica, 1992. 208 p.; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de (org.). **Introdução crítica ao direito**. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1993. 144 p. Série o direito achado na rua; v. 1.; FACHIN, Luiz Edson. (coord.). **Repensando fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. 332 p.; FACHIN, Luiz Edson. **Elementos críticos do direito de família**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. 348 p.

Carlos Wolkmer. Jurista brasileiro natural de Rio Grande do Sul, onde iniciou sua carreira de professor e pesquisador, ocupou – e ainda ocupa – importantes cargos administrativos nas instituições de ensino onde trabalhou e trabalha. Atualmente (2005), é Professor Titula dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, ocupando presença diretiva dentro dos programas de mestrado e doutorado da referida pós-graduação. A notoriedade de seu saber é reconhecida no âmbito de todo Brasil e da América Latina, através dos diversos cursos de especialização, palestras, como professor-visitante, intercâmbios acadêmicos etc., sendo que sua reputação alcançou a Europa, como professor convidado de programas de mestrado e doutorado na Espanha, tendo obras editadas também em língua espanhola.

Trabalhando no plano interdisciplinar da filosofia, sociologia, história, direito, política, economia, humanismo, pensamento crítico e ideologia, construiu um vigoroso acervo crítico-teórico voltado para desvelar as práticas sociais que compõem a realidade geral e concreta do Brasil e da América Latina, compartilhando com uma geração de notáveis intelectuais a necessidade de superar o formalismo acadêmico e intelectual, superficial e incipiente, que tem marcado a racionalidade, cultura e civilização não só do Brasil, mas de toda América Latina. Essa sua notável e distinta produção intelectual representa um marco na cultural jurídica brasileira e latino-americana, representando para as novas gerações instrumentos e substâncias de espírito humano imprescindíveis para balizar suas ações e comportamentos em diversas esferas da vida social, em especial a intelectual e acadêmica; mais precisamente, ele edificou o que se constitui como um paradigmático trabalho e produção científicos, necessário para a realidade e contexto sócio-político-intelectual do Brasil e da América Latina, conforme demandado pela contemporaneidade, vale dizer, revelando o que é cumprir com competência, habilidade e atitude os desafios impostos pelo seu tempo, para um pesquisador que não deseja fugir da realidade do seu meio social local e regional.

Assim, no plano do pensamento jurídico crítico, Antonio Carlos Wolkmer resgata com erudição o pensamento crítico e alternativo no âmbito do Direito, no intuito de contribuir – enquanto profundo exercício reflexivo questionador – “para a tomada de consciência, a discussão teórico-prática, e a modificação de valores e posturas na busca de uma visão jurídica mais pluralista, democrática e antidogmática”, enfim, algo diferente do que a teoria jurídica tradicional dominante instituiu como ordenado e oficialmente consagrado, trazendo para o mundo jurídico tradicional algo que vinha negado (so)negando, ou seja, o mundo histórico e concreto dos valores humanos e a promoção da emancipação da pessoa humana de tudo que o aliena e o oprime. Para tanto, resgata as mudanças paradigmáticas da racionalidade

no ocidente, enfim, o contexto onde emerge a teoria crítica e as origens filosóficas, objetivos e significação, imprecisões e aporias da teoria crítica, bem como as possibilidades e limites da teoria crítica no direito. Em seguida, apresentando os principais eixos da teoria crítica no ocidente – EUA, França, Itália, Espanha, Alemanha, Bélgica, Portugal, México, Chile e Colômbia –, acaba se debruçando sobre o pensamento jurídico crítico praticado no Brasil. Finaliza estabelecendo uma discussão crítica sobre o direito em Hans Kelsen e Karl Marx.²⁵²⁵

No plano da filosofia política e da filosofia jurídica, bem como da ideologia na política e da ideologia no direito, dialoga – na busca de um conhecimento amplo, constante e crítico, contra um saber estanque absoluto e dogmático – com a racionalidade do jusculturalismo neo-idealista, bem como com o jusnaturalismo existencial, humanismo de contracultura, idealismo filosófico e *práxis* político-jurídica emancipatória, tudo voltado para produzir um saber político-jurídico atual e desmistificado, através da problematização de temas de forma interdisciplinar. Na busca da desideologização do poder político – e seu suporte jurídico –, advoga que a epistemologia jurídica necessita da filosofia política em sua dimensão dialético-hermenêutica e da sociologia crítica. Afirma que a razão metafísica, a essência ontológica, e a ciência lógico-analítica, necessitam reconhecer também, como ponto de partida de um pensamento da modernidade, o problema hermenêutico do sujeito em relação, um ser desmistificado que redescobre a autenticidade do sentido. Para o autor, toda ideologia é o reflexo simbólico permanente das condições e representações ético-culturais reais e imagináveis, como também, a própria racionalização e legitimação de uma estrutura socioeconômica que predomina em determinado momento histórico-político, portanto, uma categoria que se distancia do mecanicismo e do formalismo funcionalista, bem como do marxismo dogmático. Por fim, sua preocupação contra um saber estanque, absoluto e dogmático é revelado, pelo próprio intelectual, como produto de uma evolução pessoal e de longos anos de estudos e discussões, onde ele pôde verificar a relatividade da cultura, bem como o comportamento sócio-político dos indivíduos, e da própria necessidade da existencialidade humana repensar, refazer, e recriar sua concepção de mundo. Trata-se de seu apelo pessoal para uma atitude pluralista, democrática e transformadora, superando os fanatismos, intolerância e ortodoxia.²⁵²⁶

Organizador de livros com temas inéditos na cultura brasileira, para a reflexão intemporal do Direito, destaca-se a sua obra “Fundamentos de História do Direito”. Nela, um

²⁵²⁵ WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. São Paulo: Acadêmica, 1991. 152 p.

²⁵²⁶ WOLKMER, Antonio Carlos. **Ideologia, estado e direito**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. 230 p.

conjunto de pesquisadores se propõem a esclarecer a prática jurídica e o direito nas sociedades primitivas, no Oriente Antigo, na Grécia antiga, na Roma clássica, o instituto da família antigamente, a natureza histórica do direito da propriedade, o ressurgimento do direito romano no final da Idade Média, a dogmática jurídico-canônica medieval, a Inquisição, o legado do modelo jurídico inquisitorial, os sistemas penais e a questão da inferioridade latino-americana, o direito no Brasil colonial, o bacharelismo no Brasil, o escravo perante a lei civil e penal imperial brasileira, história social e política do processo.²⁵²⁷

E dentro da temática história e direito, Wolkmer irá elaborar mais uma obra da maior importância para a cultura jurídica brasileira, que é a “História do Direito no Brasil”. Nessa obra, ele esclarece que é necessário ao pesquisador social e jurídico obter uma nova leitura histórica do fenômeno jurídico enquanto expressão cultural de idéia, pensamento e instituições, e isso implica na reinterpretação das fontes do passado sob o viés da interdisciplinaridade – social, econômico e político – e na reordenação metodológica, em que o Direito seja descrito sob uma perspectiva desmistificadora, pois, segundo o autor, é nessa renovação crítica da historicidade jurídica, engendrada e articulada na dialética da vida produtiva e das relações sociais, que torna-se imperioso explicitar a real apreensão do que possam significar as formas simbólicas de “instituições jurídicas”, “cultura jurídica” e “História do Direito”, num contexto interpretativo crítico-ideológico. Para o autor, a finalidade essencial da História do Direito é a interpretação crítico-dialética da formação e da evolução das fontes, das idéias norteadoras, das formas técnicas e das instituições jurídicas, primando pela transformação presente do conteúdo legal instituído e buscando nova compreensão historicista do Direito num sentido social e humanizador, sendo que dentro dos objetivos do livro, procura-se demonstrar que a transposição e a adequação do direito escrito europeu para a estrutura colonial brasileira acabou obstruindo o reconhecimento e a incorporação de práticas legais nativas e consuetudinárias, resultando na imposição de um certo tipo de cultura jurídica que reproduziria a estranha e contraditória convivência de procedimentos burocrático-patrimonialista com a retórica do formalismo liberal e individualista.²⁵²⁸

Na obra “Constitucionalismo e Direito Sociais no Brasil”, ele estudará o processo de reconstitucionalização do Brasil no período de 1930 a 1934, especificamente verificando de que forma a Constituição de 1934 irá refletir as transformações e reordenações nas funções de

²⁵²⁷ WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Fundamentos de história do direito**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. 432 p.

²⁵²⁸ WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito no Brasil**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 172 p.

poder do Estado e suas inter-relações com a estrutura dominante social. Eclética, a referida Constituição revelará, nesse aspecto, os impasses entre forças opostas se digladiando para garantir poder – por um lado, segmentos revolucionários autoritários desejando uma modernização centralizadora, por outro lado, o setor oligárquico tradicional mantendo a ordem político-jurídica anterior.²⁵²⁹

Mas dentro desse conjunto elevado de produção intelectual, destaca-se a sua significativa obra “Pluralismo Jurídico”, cuja temática – pluralismo – é antiga na cultura ocidental, e que ele quer significar, na área jurídica, como a negação de que o Estado possa ser o único e exclusivo centro do poder político e fonte exclusiva de toda produção do direito na sociedade, portanto, concebendo o direito dentro de uma perspectiva descentralizadora e antidogmática, procurando fazer prevalecer fundamentos éticos, políticos e sociológicos sobre a técnica e formalidade positivista. Para Antonio Carlos Wolkmer, portanto, o pluralismo jurídico é o reconhecimento e legitimidade de uma multiplicidade de manifestações ou práticas normativas num mesmo espaço sócio-político, interagidas por conflitos ou consensos, podendo ser ou não oficiais e tendo sua razão de ser nas necessidades existenciais, materiais e culturais. Partindo da constatação da crise e esgotamento do modelo jurídico liberal-individual, ele irá procurar responder à indagação-problema sobre a forma como se estruturaria, se instrumentalizaria, se operacionalizaria e se efetivaria a recriação contínua do processo de práticas jurídicas informais e diferenciadas – de forma democrática, descentralizada e participativa – dentro de sociedades instáveis e conflituosas de massas que compõem o capitalismo periférico mundial, notadamente latino-americano.²⁵³⁰

Para compreender o direito, a filosofia jurídica e a justiça na América Latina, Antonio Carlos Wolkmer organizará duas obras capitais, novamente de leituras intemporais – como toda sua produção intelectual –, com artigos elaborados por um grupo de pesquisadores da maior envergadura intelectual e comprometimento científico com a realidade concreta existencial dos diferentes povos e diferentes grupos sociais que compõem a região. Em “Direito e Justiça na América Indígena”, será resgatada a história das sociedades pré-colombianas em diversas dimensões – cultural, econômica, política, social e jurídica –, abordado aspectos jurídicos em torno da conquista espanhola, estudado a pluralidade jurídica na América ibérica, desvelado o sentido de direito de propriedade dos índios missionários, o direito indígena pré-colonial, a colonização portuguesa e o direito indígena, o sistema jurídico

²⁵²⁹ WOLKMER, Antonio Carlos. **Constitucionalismo e direitos sociais no Brasil**. São Paulo: Acadêmica, 1989. 152 p.

²⁵³⁰ WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito**. 3. ed. São Paulo: Alda-Omega, 2001. 404 p.

dos povos missionários, o pluralismo jurídico no Quilombo dos Palmares e o direito dos povos indígenas hispano-americanos até a modernidade.²⁵³¹ Em “Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina”, são abordados o pensamento crítico de cunho político e jurídico latino-americano, a filosofia jurídica da alteridade na América Latina, a ética da libertação de Enrique Dussel, direitos humanos e ética da vida e trabalho humano, a teologia da libertação, a subjetividade do Outro e emancipação com construção de direitos na América Latina, a filosofia político-indigenista de Las Casas, filosofia política nas reduções jesuíticas, pluralismo jurídico e autonomia indígena, a justiça comunitária enquanto prática de democracia participativa na América Latina, e interculturalidade e racionalidade de resistência.²⁵³²

Assim, tendo como marco referencial a elevada e singular produção científica e intelectual – bem como a sua grande personalidade, para aqueles que estão próximos a ele – de Antonio Carlos Wolkmer, é possível verificar que uma nova racionalidade e prática – diversa do histórico positivismo de resultados imediatos, utilitaristas e pragmáticos – está em curso na América Latina, reunindo pessoas preocupada com uma racionalidade substancial, plenamente identificada com a realidade sócio-histórico-cultural de gentes – diferentes pessoas e grupos de gentes – que secularmente têm construído a riqueza e miséria sócio-econômico-política da região. Desta forma, é possível constatar que novos marcos conceituais, paradigmas, epistemologias estão sendo construídos e aperfeiçoados, à disposição daqueles que almejam adquirir uma inspiração espiritual e um modelo intelectual e ético-moral diferenciado, vale dizer, crítico, profundamente comprometido com a busca da verdade da região, a fim de que as soluções para seus problemas sejam também verdadeiras e promovam conseqüências estruturais duradouras, diversas do que vem sendo praticado secularmente em toda América Latina. Evidentemente, trata-se de uma nova postura, voltada ideologicamente para promover a emancipação e igualdade substanciais da grande maioria das pessoas e grupos de pessoas, que estão excluídas dos ganhos sociais materiais e simbólicos edificados pela modernidade, gentes oprimidas por condições de vida sócio-econômicas degradantes, necessitando, portanto, de emanciparem-se para alcançar uma nova condição de existência, que pode ser traduzida como numa vida digna e plena para realizar suas potencialidades humanas, no plano do afeto e sentimentos, no plano da cultura, bem como no plano da racionalidade.

²⁵³¹ WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Direito e justiça na América indígena**: da conquista à colonização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. 242 p.

²⁵³² WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. 386 p.

3.3.3. AMÉRICA LATINA: ANÁLISE CRÍTICA SOBRE UM DESTINO CIVILIZACIONAL OU SÓCIO-CULTURAL

Dentro de um senso comum teórico europeu ocidental, especificamente aquela parte da Europa que aderiu em primeira hora ao movimento revolucionário científico e religioso, portanto, fundado no marco desse peculiar pensamento europeu, haveria um *projeto histórico ocidental* que vem seguindo seu percurso há séculos, e que conteria elementos reflexivos comuns – filosóficos e científicos – já pré-estabelecidos e aptos para estabelecerem um julgamento de valor – em diferentes momentos históricos, sobre todas as demais culturas e civilizações, com tudo que elas conseguiram erigir enquanto valores e instituições sociais para gerir a sua vida coletiva e a dos indivíduos. Por essa concepção, tudo indica que está presente – de forma dissimulada ou inconsciente – o senso comum teórico de que, para especificamente o futuro da América Latina, é seu destino aproximar-se aos imperativos de longo prazo da história ocidental, vale dizer, cumprir-se aqui, inexoravelmente, o denominado *Grande Desígnio Ocidental*, que foi forjado na Europa revolucionária. Os povos europeus ocidentais que domaram cavalos tornaram-se mundialmente históricos para o tempo em que o fizeram. Tratar-se-ia, assim, de uma história ocidental sempre voltada para um crescendo uma evolução progresso nesses termos indicados.

Quando se escreve que o mundo ibérico, suas instituições e idéias, resultam arcaicos, ineptos e marginalizados, quem assim o faz procede como quem julga e se preocupa com o marco da evolução cultural – uma só evolução que se apresenta como paradigma –, sendo que tal preocupação parece também indicar o não desejo pessoal de querer aceitar a história, como se a recusa em si pudesse apagar a história e a herança que ela carrega e se pudesse simplesmente e impunemente colocar outra no lugar. O Novo Mundo, é preciso assinalar, fez parte da história européia de outro modo, produto-apêndice das forças econômicas, políticas e religiosas cujo palco principal era a Europa.

3.3.3.1. IBÉRIA E OS SÉCULOS DE OURO: OS MARES E A AMÉRICA COMO UM NEGÓCIO

De um ponto de vista objetivo, é possível asseverar que Portugal e Espanha dominaram fortemente sócio-político-economicamente a Europa durante cerca de três séculos. Os séculos XV, XVI e XVII, foram os séculos que os europeus se lançaram em atividades desbravadoras, conquistadoras e colonizadoras, cujo resultado foi integrar um novo continente ao seu domínio, bem como decifrar de uma vez por todas o enigma do mundo – suas reais dimensões e contudo terreal e marítimo –, ao mesmo tempo em que realizavam o mesmo feito em relação à África e Ásia; a civilização européia como um todo integrou um vasto mundo à sua ordem, ao mundo moderno europeu que emergia no período – suplantando o mundo medieval –, sendo que a conquista e colonização do Brasil foram um pequeno detalhe dentro do universo em transformação que se desenvolvia na Europa. A colonização portuguesa na América é, assim, parte desse processo maior e não um fato isolado, sem precedente, fruto do acaso, mas se origina mais proximamente dentro do movimento de expansão marítima de países europeus a partir do século XV, enfim, empresas comerciais de navegadores daqueles países. Até o século XIV, o comércio continental europeu era feito por via terrestre em sua grande maioria, com uma pequena navegação de cabotagem, sendo a principal rota comercial do mundo europeu, até então, aquela que ligava, por terra, o Mediterrâneo ao Mar do Norte, passando pela Itália, Suíça, até chegar à Holanda. Uma revolução da arte de navegar e nos meios de transporte no mar, no século XIV, fez surgir a rota marítima que contorna o continente pelo Estreito de Gibraltar, ligando os dois pólos do comércio europeu; de rota subsidiária, ao longo do tempo se transformará em rota principal. Nessa mudança, Holanda, Inglaterra, Normandia, Bretanha e Península Ibérica, despontam como territórios centrais do comércio europeu, sendo que no início do século XV a posição deles está consolidada; do equilíbrio das relações marítimas e comerciais dessas nações emergirá um novo sistema de relações internas européias, e dará causa a expansão ultramarina. Se holandeses, ingleses, normandos e bretões se ocuparão do comércio intra-europeu através dessa nova via marítima, os portugueses se lançarão a empresas que não encontravam concorrentes antigos e já instalados, aproveitando-se de sua favorável posição geográfica; assim, na costa ocidental da África ele navegará para estabelecer comércio com os mouros que dominam a região, bem como os autóctones africanos.

Neste avanço sobre o oceano desconhecido de então, descobre as ilhas de Cabo Verde, Açores e Madeira, prosseguindo ao continente africano cada vez mais ao sul. A partir de meados do século XV, eles decidem atingir o Oriente contornando a África. Essa rota

marítima os colocariam em contato direto com as Índias e todas as suas preciosas especiarias que, até então, enriqueciam os italianos e os mouros, que monopolizavam o comércio dessas especiarias tão cobiçadas na Europa. Os espanhóis vêm em seguida, procurando outra rota através do ocidente – uma nova rota descoberta tinha com garantido o monopólio de uso pelo descobridor –, e nessa empresa, descobrirão a América. Os portugueses também descobrirão sua parte do Novo Mundo, e depois virão os franceses, ingleses, holandeses, dinamarqueses e suecos, todos procurando tirar proveito da navegação oceânica. Nesse transcurso, Alemanha e Itália ficarão para trás nesse processo comercial marítimo – aferrando-se à antiga rota comercial europeia terrestre –, para ascenderem Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda como potências econômico-sociais na Europa. Assim, é em função do tipo específico de comércio europeu que passou a ser praticado que derivam todos os grandes acontecimentos da época – do ponto de vista português, exploração da costa africana, descobrimento e colonização de ilhas, roteiro das Índias, descobrimento da América, a exploração e ocupação das novas terras americanas –, tudo em nome do tráfico – marfim, ouro e escravos da costa africana e especiarias indianas. Espanhóis, ingleses e franceses tentarão obstinadamente a rota do ocidente em direção às Índias; não estava em seus planos povoar a América, de certa forma desprezando o território em favor do comércio das Índias. A ocupação das novas terras, de forma diversa das feitorias – como até então feitas – somente se deu por circunstâncias novas, imprevistas e contingências forçadas – a viabilidade comercial somente se daria por produção de gêneros destinados para a Europa. Portugal foi pioneiro e brilhante no povoamento e organização da produção de gêneros exportáveis à Europa em terras descobertas. Madeira, peles de animais e pesca, serão os primeiros gêneros extraídos para comerciar; somente mais tarde a agricultura. Caio Prado Junior anotará que, no seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre como o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. E assim, o Brasil será fornecedor de açúcar, tabaco e outros gêneros, depois ouro e diamante, depois algodão, em seguida, café.

A América portuguesa fez parte de um grande sistema mundial de comércio, montado na época pelos portugueses, e que também abrangia a África e o Oriente – alcançado a Índia e que chegou até a China. As relações comerciais se davam entre as diversas colônias entre si, e entre estas e a metrópole – onde era centralizada a administração de todo negócio. A

materialidade econômica, política e geográfica do império português se revelavam, a partir do ponto de vista do Brasil, pelos escravos vindos da Guiné e de Benguela, soldados vindos da Índia e ex-negociantes de Angola se tornando colonos nas novas terras, pelos panos indianos e tecidos de Goa utilizados nas rotas comerciais, tudo indicando a existência de um mercado imperial que sustentava todo sistema. Os negócios eram submetidos às regras políticas e jurídicas do antigo regime – doações e mercês régias, distribuição de ofícios e cargos civis e militares, concessão de privilégios comerciais, distribuição de pensões – tudo dentro de uma cadeia de poder e redes de hierarquias cujo centro estava no reino – no estamento. Malaca, Goa, Macau, Luanda, Rio de Janeiro eram localidades dotadas de especificidades e singularidades, mas que se tornaram sociedades reguladas pela economia e cultura política do reino português. Essas gentes que cruzaram os mares na época, eram dotadas de experiência de vida e percepção do mundo – ideologia – onde a ordem natural das coisas do universo era hierarquizada, e que pelas qualidades naturais e sociais das pessoas era igualmente natural ocuparem posições distintas e desiguais na sociedade. Essas aventuras marítimas de descobrimentos, eram a oportunidade de pequenos fidalgos e gentes consideradas mais baixos do reino de aumentar o seu cabedal material, social, político e simbólico, enfim, uma possibilidade real de mudar a sua qualidade pessoal-social, ingressando na nobreza da terra – serem proprietários – e mandar em outros homens e mulheres. A hierarquia social assim concebida foi reforçada pela escravidão africana. De fato, a colonização portuguesa fundada no escravismo – se for considerado apenas este aspecto econômico – criou um espaço sócio-econômico que ligou a Brasil à África através do oceano, que se completaram formando um só sistema – ou sub-sistema dentro do sistema maior – de exploração colonial.

O Brasil sempre foi um negócio, ou parte de um grande negócio que produzia grandes rendas para a Coroa portuguesa. Esse monopólio comercial passou a ser disputado pelos demais Estados europeus – inclusive no campo das idéias e do direito – criando rivalidades e guerras entre os diferentes protagonistas europeus. A Holanda, no início do século XVII, controlava o comércio entre os países europeus feito por mar, e no Brasil – e nas demais colônias na Ásia e África – disputou com Portugal o açúcar, o tráfico negreiro e as especiarias asiáticas. Nessa luta, os holandeses venceram na Ásia, perderam no Brasil e empataram na África. No caso do Brasil, apesar da data de janeiro de 1654, com a capitulação do Recife em poder dos estrangeiros, a luta a nível mundial persistiu, e tudo indica que os Países Baixos reconheceram a soberania portuguesa no Nordeste em troca de substanciais concessões financeiras e comerciais – mediante intensas negociações diplomáticas –, e isso depois deles terem adquirido o conhecimento de todos os aspectos técnicos e organizacionais da indústria

açucareira brasileira, durante sua permanência no Brasil, conhecimento esse que será base para a implantação de uma indústria açucareira concorrente, em grande escala, no Caribe.

3.3.3.2. O PERSONALISMO IBÉRICO

Se a visão objetiva acima exposta revela especialmente os marcos econômicos que animaram a empresa desbravadora ibérica, é preciso ler esse feitos todos por via de outros elementos também objetivos que igualmente estavam presentes e norteavam as condutas daquelas gentes – elites ou não – para concretizar os feitos que acabaram realizando. Assim, verifica-se que os registros mais antigos da formação das gentes ibéricas, revelam no espanhol – especialmente das regiões mais centrais e inóspitas – sua paixão pela independência, valor guerreiro, ascetismo, gosto pela dominação política, desprezo pela ganância mercantil, a busca da superação dos obstáculos da natureza como marca da nobreza do espírito humano, algo que o ser humano não deve fugir e suplantar quando os desafios se apresentam. O fato é que formou-se um espírito humano que deu origem à mentalidade de que a superação dos problemas impostos ao agrupamento central da Península Ibérica seria vencida através do cultivo de um orgulho perante o isolamento e o culto exclusivo da originalidade das gentes dessa região, enfim, o desenvolvimento extremo e intenso da cultura da personalidade. Essa característica pessoal forjou o Cavaleiro e sua ética, que influenciou a conduta da nobreza das demais regiões européias dessa época antiga. Foi o cultivo requintado da palavra junto a uma concepção estética da ação, que fez emergir a figura da *hidalgua*, uma aristocracia que determinou o tipo neolatino de personalidade até as camadas mais baixas, e que serviu de modelo para a evolução posterior da nobreza francesa, bem como as demais sociedades contemporâneas da época. O *hidalgo* espanhol traduzia, em sua existência, a busca da realização de um ideal de excelência e virtuosidade, influenciando amplas camadas sociais. Fazer-se fidalgo, afidalgar-se, este era o objetivo da parte mais ativa da sociedade hispânica entre os séculos XV, XVI e XVII. A entrega generalizada ao corpo de valores desta nova nobreza assegurava identidade e dinamismo à Ibéria dos Séculos de Ouro.

Na forma de vida social cultivada na Península Ibérica, é sintomático a “cultura da personalidade”, mais acentuadamente na Espanha, mas também presente fortemente em Portugal, traço marcante e decisivo na evolução da gente hispânica e que vem sendo cultivado desde tempos imemoriais; trata-se do cultivo pessoal e social do valor próprio da pessoa

humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço. Assim, o índice de valor de uma pessoa infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste. Cada qual é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes – e as virtudes soberanas para essa mentalidade são tão imperativas, que chegam por vezes a marcar o porte pessoal e até a fisionomia dos homens. Talvez o estoicismo – austeridade de caráter, rigidez moral, equilíbrio imperturbável em face dos resultados do jogo do destino – seja uma espécie de “filosofia nacional” ou conduta moral exemplar dos espanhóis, desde os tempos do nascimento e vida de Cristo no Oriente Médio. A expressão “sobranceria”, indicando a necessidade sempre presente do ser humanos se superar, implicava numa atitude ou comportamento de luta e emulação, enfim, para o sentimento que estimula, incentiva, impulsiona o ser humano à disputa, à competição, à concorrência, para igualar ou superar alguém, e que eram reconhecidas socialmente, de tal forma a serem engrandecidas pelos poetas, recomendadas pelos moralistas e sancionadas pelos governos. A gente ibérica da época cultivava um círculo de virtudes considerado como capital, em torno do qual eles constroem a sua vida de relações sociais e o sentido de mundo, e o aspecto central desses valores gira diretamente em torno do sentimento da própria dignidade de cada indivíduo. Esse sentimento era comum tanto a nobres quanto plebeus e, nesse sentido, equiparando a todos dentro de uma ética de fidalgos, não de vilãos.

Como consequência, em Portugal, na história desse país, uma carta de bacharel chegou a valia tanto como uma carta de recomendação nas pretensões a altos cargos públicos, valendo todos esforços, lícitos e ilícitos, para obter tal diploma. Tratava-se do vício do bacharelismo, cujas reminiscências ainda perduram, sendo a cabal exaltação da personalidade individual como valor próprio, superior às contingências, que acompanha aquele que detém um diploma de bacharel; o título de doutor conferia dignidade e importância ao indivíduo, permitindo ele atravessar a existência com discreta compostura e, em alguns casos, libertá-lo da necessidade de uma caça incessante aos bens materiais, que subjuga e humilha a personalidade. O fato é que a origem da sedução pelas carreiras liberais está ligada diretamente e estreitamente com o apego quase exclusivo das gentes luso-americanas aos valores da personalidade. Isso é tão forte que ainda sobrevive num ambiente de vida material que dificilmente o comporta; a ânsia geral é pelo emprego que garanta os meios de vida definitivos, que dão segurança e estabilidade, exigindo, ao mesmo tempo, um mínimo de esforço pessoal, de aplicação e sujeição da personalidade, como sucede tão freqüentemente com certos empregos públicos – vale dizer, sinecuras e nepotismos. Assim, vigoraria um amor pronunciado pelas formas fixas

e pelas leis genéricas, que circunscrevem a realidade complexa e difícil dentro do âmbito dos desejos pessoais, aspecto constante e significativo do caráter das gentes luso-americanas; bem como o amor a essas construções de inteligência, ao prestígio da palavra escrita, da frase lapidar, do pensamento inflexível, do horror ao vago, ao hesitante, ao fluido – que obrigam à colaboração, ao esforço e, por conseguinte, a certa dependência e mesmo abdicação da personalidade – têm determinado assiduamente a formação espiritual luso-americana – e também hispano-americana. *Tudo quanto dispense qualquer trabalho mental aturado e fatigante, as idéias claras, lúcidas, definitivas, que favorecem uma espécie de atonia da inteligência, parecem constituir a verdadeira essência da sabedoria.*

A razão cristã submeterá a razão legada pelos gregos, e se impregnará de velhas tradições judaicas, especialmente considerando um Deus criador e voluntarioso, e passará ao imaginário das gentes a percepção da história como dinâmica expressiva construída pela liberdade humana diante da graça divina e como caminho da humanidade para a redenção e o retorno ao Absoluto. Os feitos reais – guerras de reconquista –, bem como dos grandes navegadores, descobridores e conquistadores ibéricos, encontravam a fonte de sentido nesta percepção da história oferecida pelo Cristianismo e pelo modelo de nobreza do *hidalgo*; tudo se realizava conforme determinado por um plano transcendental divino. Essa tradição – já inconsciente – não é abandonada pelos ibéricos dos tempos presentes, uma vez que para todos, a tradição é ainda elemento vivo, “virtualmente presente” em sua existência. Quanto aos soldados espanhóis, além do uso da violência, outra característica o marcava, qual seja: soldado espanhol era admirado por seu denodo, mas muito malquisto por sua soberba, quando não ridicularizados pelas outras gentes européias pelo seu sentimento de vanglória, grandeza e nobreza que sustentavam e ostentavam indistintamente, tanto os fidalgos como a gente popular espanhol. De fato, as gentes espanholas tinham em comum o fato de, nesse período, sustentarem com denodo e galhardia uma prosápia de sangue, serem afetados pelo porte e trajar pessoal, pelo excesso de suscetibilidades – melindroso, que se ofendia e se ressentia com facilidade, idiossincrático –, pundonor – amor-próprio, dignidade, reputação –, e no ponto de honra, e exibição de apelidos prolixos e altissonantes – uso que não se achavam imunes inclusive os portugueses.

Desse personalismo resulta largamente a singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre os povos. Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida. Essa índole social acabou levando a uma “frouxidão da estrutura social”, a uma ausência de hierarquia social organizada, com iniciativas – mesmo legislativas –

voltadas, regra geral, para separar as pessoas do que uni-las e associá-las permanentemente, enfim, para conter e refrear paixões particulares, apenas; elementos anárquicos sempre encontraram com facilidade um bom campo para se enraizar e frutificar na América portuguesa, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes.

3.3.3.3. IGREJA, SENTIDO DE MUNDO E PRAGMATISMO: A NATURAL ACEITAÇÃO DA VIDA E DAS COISAS COMO SE APRESENTAM

A filosofia cristã e sua cosmogonia e cosmologia, encetou nessas gentes uma outra filosofia que veio a se adequar com sua cultura da personalidade, qual seja, a de uma terra finita – e de uma posteridade transcendental infinita junto a Deus – que é o lugar natural do ser humano, sendo que tudo o mais seria considerado estranho e alheio a ele, enfim, algo que jamais faria parte do mundo, algo que colocava limites intransponíveis e o encerrava de modo absolutamente definitivo no tempo e no espaço. Deus permitiu a existência do mundo derogando a ordem universal, as leis impostas em matéria de Sua Providência, para permitir ao ser humano um lugar onde pudesse viver, mas um lugar concedido por Deus ao ser humano, não para que este pudesse alcançar fins humanos particulares, mas, diferentemente, para os fins que Deus lhes impôs ao criá-los, vale dizer, o mundo não era do ser humano para o ser humano, mas de Deus para Deus.

O ser humano habitava o mundo como um inquilino, ou como um servo que habita algo que graciosamente lhe foi concedido, mas que jamais poderia servir-se como coisa sua, uma vez que não o havia feito ou criado. O ser humano é um prisioneiro do mundo, tudo recebe já feito e nada pode servir-se como coisa própria. O ser humano nessa época tinha em si como um ser já definido pela natureza, e que era uma criatura a quem já havia sido imposta alguns fins e um destino que transcendia sua vida, vale dizer, o ser humano é algo já pronto e acabado para sempre, segundo um modelo prévio e inalterável, imaginando que seu mundo tem a mesma inabalável estrutura ou índole. Assim, o sentido da existência ou da vida já estava dado definitivamente, o que ele faria de sua vida estava em aberto, para ele construir e inventar, mas conforme e dentro dos limites dos dogmas da Igreja católica; para isso, ele havia concebido uma ética cavaleiresca.

Essa visão de mundo, essa ideologia marcou profundamente a racionalidade e disposições das gentes que viviam a Ibéria medieval, a tal ponto de em final do século XV e início do século XVI, Cristóvão Colombo não saber ter descoberto um novo continente, mas sustentar arduamente até a morte que ele havia chegado à Ásia por outra via marítima até então desconhecida. Por todos os seus registros da época Colombo via a Ásia, apesar das demais viagens de exploração – regressos – que efetuou posteriormente. Para outro homem, com outra estrutura mental, a reiterada ausência dos indícios previstos nas suas especulações iniciais teria levado a uma dúvida, entretanto, para Colombo tudo concorria para provar a sua hipótese original, teimosia essa que fora anotado por observadores de Colombo na época. De fato, diante do desconhecido e da incerteza – não havia certeza sobre a descoberta do Novo Mundo –, os recursos intelectuais de Colombo indicam o modo peculiar de construção factível de conhecimento na Idade Média, qual seja, ele tinha dogmaticamente estabelecido com ponto de partida que a extensa longitude da Ilha da Terra seria uma verdade indiscutível, e diante da opção de modificar sua opinião de acordo com os dados revelados pela experiência – empíricos –, Colombo decidiu ajustar esses dados de modo favorável à verdade concebida *a priori* mediante interpretações violentas ou arbitrárias de que foi capaz.

Mas não se pode olvidar que o que estava em jogo era toda uma secular concepção cosmológica que sustentava a Igreja católica e que tinha influência direta e concreta nas opções técnicas e probabilísticas dos navegadores da época, inclusive sobre a razão filosófica da vida e a função existencial do ser humano nela. Para compreender o que sucedeu após a superação da polêmica da descoberta ou não de um Novo Mundo, o universo passou a ser um infinito campo de conquista, dependendo apenas da ousadia e eficácia da técnica que o ser humano utiliza, agora convertido em soberano da realidade universal; a partir daí as novas descobertas simplesmente foram incorporadas ao patrimônio humano no mundo, sem necessidade de justificativas e explicações como sucedeu no caso da América.

Na época dos descobrimentos, os teólogos medievais garantiam que o Paraíso Terreal era uma realidade ainda presente, num sítio acessível e ainda por se descobrir, portanto, não se tratava de uma quimera, mas um fato concreto e real, e sempre presente continuamente na imaginação dos navegadores, exploradores e povoadores ocidentais. Aqueles que descobrissem e chegassem nessas terras, verificaria que em seu solo seria sempre primavera, ao contrário da rudeza das estações e clima europeus, que somente beneficiava os previdentes, diligentes e pacientes. A América descoberta preencheu perfeitamente as descrições e narrativas deixadas pelos antigos. Se na Europa as paisagens eram decrépitas e as gentes tinham que se debater contra uma dura pobreza, na América a natureza se entregava

imediatamente ao ser humano em toda sua plenitude, sem a dura necessidade de ter de apelar para o trabalho humano – sinal de imperfeição para os homens espanhóis e portugueses que aqui aportaram. Como nos dias da Criação, tudo aqui era dom de Deus, não era obra do arador, do ceifador ou do moleiro. Note-se a discriminação contra o arador, ceifador e o moleiro; as gentes ibéricas que aqui vieram colonizar a América, compartilhavam essa imagem comum acerca do trabalho continuado e monótono, sendo outra postura muito comum, qual seja, a atitude de aceitação mais sossegada – fatalista – da realidade plausível, aquela a que se apresenta aceitável e admissível tal como é, e não se luta contra, revelando uma atitude em relação ao mundo de cunho muito pragmático, sem preocupações reflexivas e abstratas para cultivar um mundo diferente do que se apresentava aos sentidos imediatos.

Também na época dos descobrimentos marítimos se verificará a existência de uma literatura de viagens voltada para descrição de maravilhas e mistérios que cercavam o desconhecido além-mar. Mas essa literatura se constatará em maior intensidade na cultura espanhola, sendo que ocupará um espaço reduzido dos escritos dos portugueses sobre o Novo Mundo. O sonho de riquezas fabulosas que moviam os espanhóis em outras regiões americanas é, no caso dos portugueses, constantemente cerceado por uma noção mais nítida, porventura, das limitações humanas e terrenas. Os registros irão apontar que será através de idealizações estranhas, e não idealizações a partir dos ensinamentos da experiência, que guiarão os lusitanos a possibilidades sempre presentes de algum prodigioso feito, esperança que sempre persegue esses lusitanos, assim como todos os aventureiros da época. Para a mentalidade reinante, o espetáculo natural que lhes apresentava era real, vivo, inegável, fidedigno, mas tão concreto quanto tudo isso eram as fantasias que os outros – no caso, os espanhóis – nutriam, porém as deles mesmos não eram reconhecidas. Os portugueses da época se encontravam governados pela tradição e também por uma atitude de credulidade, de tal forma que não havia muito espaço para a postura inventiva – criadora – e a atitude imaginativa – especulativa. O sensível – percebido, visível, sentido imediatamente – era o que era e não havia porque reflexionar sobre o mesmo, portanto, apenas raramente aquilo que se apresentava imediatamente aos sentidos dessa gente era objeto de retificação, complicação, simplificação intelectual.

Uma vez que o *habitus* dos navegantes conquistadores estava preso às concepções de mundo medieval, é de supor-se que a seus olhos se realizava concretamente o que em sua memória havia sido inscrita por inúmeros livros que descreveram a paisagem de sonhos paradisíacos. Nessa época, o tema edênico, com suas diferentes histórias piedosas e profanas, forneceram uma explicação psicologicamente razoável para a mentalidade de muitos

navegantes europeus na era dos grandes descobrimentos marítimos, especialmente a visão que vieram ter acerca do Novo Mundo descoberto; mas verifica-se que essa visão do maravilhoso não se impunha apenas diante da singeleza e credulidade da gente mais popular, mas a todos os espíritos de diferentes épocas

De fato, esse sentido pragmático em relação à vida e às coisas da vida – inclusive suas surpresas – produzirá, em Portugal e Espanha, uma atitude cultural e intelectual que será diverso do que sucedia na época em pleno barroco e revolução científica, ou seja, não vingará o trabalho cultural dos humanistas, e a retórica não será exaltada e cultivada, mas, diferentemente, vigorará a escolástica e o aristotelismo medieval, a lógica e a dialética, e também onde vigorará fortemente – permanecerá isso como sinal duradouro – a aversão declarada a todo pensamento de cunho abstrato e puramente especulativo. Diante disso, não é sem sentido que para os cronistas-marinheiros portugueses da época, um objeto ou acontecimento extravagante – que desafiasse os costumes ou a ordem da natureza – que pudesse despertar ou sugerir um mistério era descartado por penetrar no mundo das especulações e sonhos desvairados, portanto, tais fatos e objetos eram desprezados para aterem-se ao útil e concreto, vale dizer, à experiência imediata que tende a reger a noção do mundo desses escritores e marinheiros, onde é quase como se as coisas só existissem verdadeiramente a partir dela.

3.3.3.4. HONRA E DIGNIDADE PESSOAL: UM SENTIDO PARA A RIQUEZA IMEDIATA

Na colonização da América portuguesa objetivamente se verificou que os seus colonos, eram praticamente aferrados à costa marítima, com um pé aqui e outro no Reino, pois todos esperavam de se ir algum dia, sendo que tudo o que colhiam era para a metrópole que se dirigia; o sistema colonial voltava-se para colher os frutos mais imediatos que as terras forneciam. Mas essa preferência pelo povoamento litorâneo, apesar de aderir plenamente ao modelo administrativo fortemente centralizado que era a Coroa portuguesa, não se pode dizer fruto de uma política ponderada e calculada em seus detalhes para esse tipo de povoamento; trata-se de uma política de ocupação de uso corrente entre povos colonizadores, desde a antigüidade, que se impôs naturalmente. Esse tipo de colonização marcadamente litorâneo

que praticavam os portugueses, persiste ainda nos dias mais atuais da primeira metade do século XX. Quando se pronuncia a expressão “interior”, ela é interpretada semelhantemente ao que se pensava no século XVI, vale dizer, uma região escassamente povoada e apenas atingida pela cultura urbana. Como iniciou muito cedo a expansão ultramarina, Portugal adotou pronta a antiga fórmula colonial, que resistiu intacta da Antigüidade Clássica à Idade Média; de forma conservadora – como de resto foi a ação colonial portuguesa –, aplicou-se a fórmula na medida em que ela era aplicável. Se os portugueses foram conservadores em atitude, é certo que eles adaptaram a tradição de acordo com as circunstâncias próprias que se deparavam. Em Portugal, o rei era o primeiro negociante do país, e os interesses privados ficavam sujeitos ao arbítrio da Coroa, sendo que em nenhum outro país tal feito se reproduziu. Portugal, na sua época de ouro era um país que vivia, a bem dizer, do exterior e para o exterior.

O que se mantém por essas novas terras é a mesma atitude de exploração econômica e social – muito mais intensa que na metrópole – já presente no reino, de tal forma que a essência da formação da América lusitana é em realidade uma terra e gente voltada para inicialmente fornecer açúcar, tabaco e alguns outros gêneros; em seguida, prover a Europa de ouro e diamante; depois, algodão; e, finalmente, café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, votado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem aquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia luso-americana. Assim, os brancos portugueses viviam ao longo da costa, mais como hóspedes do que povoadores. A América portuguesa também produzira os seus eldorados: os das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro que se extrai, até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios. E essa procissão dos milagres haverá de continuar assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a Independência, sequer, ou a República.

A fisionomia mercantil da colonização portuguesa está evidenciada pela preferência da ocupação litorânea, perto dos portos de embarque, e pela diferença marcante entre o esplendor rural e a miséria urbana; essas duas características serão marcantes para o tipo de desenvolvimento social que daí se sucederá na América portuguesa. De fato, cronista da época já salientava, em 1552, que aquelas gentes européias, que para as terras luso-americanas se deslocavam, não possuíam amor algum por ela, vale dizer, o que desejavam todos era o máximo proveito próprio, às custas das novas terras, porque desejavam partir em seguida, depois de acumulada certa riqueza. Nos melhores momentos da colonização

portuguesa em terras americanas, o máximo que é possível caracterizar sua obra é, mais precisamente, feitorização e não colonização. Grandes obras aqui não eram convenientes serem feitas, a não ser que produzissem imediatos benefícios; despesas e prejuízos não deveriam ser feitos em desfavor da metrópole. Desta forma, essa postura ajustava-se ao princípio mercantilista adotados por todas as potências coloniais, que vigorou até o século XIX, qual seja, metrópole e colônia complementam-se reciprocamente.

Para os portugueses o que governava suas ações nas colônias era sua moral interessada, moral de negociantes, embora negociantes ainda sujeitos, por muitos e poderosos laços, à tradição medieval. Tudo, da liberalidade aos freios e impedimentos, era ditado ao que imediatamente pudesse melhor aproveitar aos interesses da metrópole. É verdade que esse comportamento era favorecido pela peculiaridade da cultura portuguesa imprimir na pessoa a aversão – como que congênita – a qualquer tipo de ordenação impessoal de existência. Tal atitude não era disciplinada pela vontade do domínio estatal, subordinando a vida a normas regulares e abstratas.

3.3.4. AMÉRICA LATINA: ANÁLISE CRÍTICA SOBRE UM DESTINO CIVILIZACIONAL OU SÓCIO-CULTURAL (2)

3.3.4.1. PRAGMATISMO E TRADIÇÃO: A MANUTENÇÃO DA ORDEM SECULAR

Além disso, é principalmente o imediato e o cotidiano que recebem toda atenção desses colonizadores; de fato, eles eram sensíveis à atração da fantasia e do milagre, mas possuíam uma capacidade incomum de não se aterem imaginativamente ao que discrepa do usual; diante de terras e coisas estranhas eles prontamente aceitaram tal como são as coisas e aquiesceram a elas naturalmente, sendo que o incomum fez-se prontamente familiar e tudo ingressava enquadrado numa rotina diária. De fato, objetivamente tudo indica que suas atitudes eram fundadas numa radical docilidade ou passividade ante o real, onde não tinha sentido profundo as especulações mais desvairadas, bem como as inquietas solitudes e fantasias, bons e maus agouros, uma vez que indiferente a tudo isso, o mundo havia sempre de

seguir seu curso. No imaginário ideológico vigente lusitano, a ninguém é possível escapar do seu próprio destino, pois o que há de vir, virá, seja qual for a opinião ou o que pense disso a própria pessoa; trata-se, então, de uma postura intelectual fatalista, enfim, um realismo que significa resignação ao real e ao imediato.

Assim, na cultura portuguesa, afora a lenda de São Tomé, a regra geral era que o mundo lendário, maravilhoso e mitológico que acompanhava a conquista espanhola, esmorecia e diminuía à medida que se penetrava em terras lusitanas; em terras espanholas, os santos eram assíduos em diversos momentos da conquista, com milagrosas aparições acompanhadas de fabulosas narrativas que, com certeza, ascendiam sobre o ânimo dos soldados espanhóis, da mesma maneira que outra literatura profana, fazia o gosto desses homens, qual seja, os livros de Cavalaria, narrando façanhas, proezas, triunfos heróicos e gloriosos, aguçando seu senso de honra, dignidade, cortesia varonil, e descrevendo paisagens de encantamento e mistério. Por um lado, não se pode desconsiderar que a experiência dos marinheiros portugueses logrou derrogar os saberes especulativos antigos e modernos sobre o que poderia ser a vida e mistérios em regiões nunca antes navegadas e exploradas, daí, talvez, reforçando o valor da experiência – em detrimento da especulação –, e a aceitação do mundo como se apresenta, para sua postura intelectual perante a vida e as surpresas do mundo. Por outro lado, para compreender as atitudes e comportamentos lusitanos, também é preciso entender o poder e força da Coroa portuguesa, uma vez que a realeza era também um poder absorvente e disciplinador das vontades individuais, deixando, na prática, pouco lugar para as fantasias turbulentas dos heróis da Cavalaria, conforme narrado nos romances sobre o tema. A elite portuguesa no poder, depois da revolução que instaurou a Casa de Avis, não soube deixar de ficar presa, também – diante de tantas reformas –, em muitos aspectos, ao seu passado medieval. Assim, tratava-se de um poder muito forte, mas em comportamentos e atitudes racionais, com uma elite presa ao passado medieval, enfim, reprodutora da tradição hierárquica e das ordens sociais.

A nova elite portuguesa, aquela que comandará a época de ouro dos séculos XV, XVI e XVII da nação, emergirá pragmática conforme um aprendizado secular herdado, e que não terá uma outra concepção de mundo para colocar no lugar do passado, adaptando os novos tempos assumindo eles a continuação da tradição, acomodar-se tanto quanto possível, aos padrões desta. Assim, essa nova elite não se esforça em distinguir-se dos antigos, e tudo indica objetivamente que o que eles queriam era continuar o que sempre fora, somente agora com eles na posição dos antigos nobres; nesse sentido, eles atingiram seu objetivo, e tudo havia mudado para nada se alterar socialmente, e eles foram o novo que resguardaram um

fundo arcaico e conservador. Mas o que essa modernidade mal conseguia encobrir era os traços antiquados, a mentalidade vinculada ao passado e avessa à especulação e à imaginação desinteressada do humanismo renascentista. A elite portuguesa não se transformará espiritualmente como em outras regiões da Europa; a filosofia, para ela, não estava no saber, mas no fazer e no amar, vale dizer, útil apenas para o mais imediato que se apresentava para a vida. Mesmo quando tal comportamento e atitude, mais tarde, irá revelar um caminho de decadência sócio-econômica e política da nação, frente às outras culturas e nações européias emergentes – com uma racionalidade diversas da praticada na Ibéria –, muitas vezes se insurgiam contra a possibilidade de mudança dos hábitos lusitanos e de sua ideologia perante o mundo, pois isso seria ir no sentido oposto a tudo que outrora havia produzido sua grandeza, portanto, essas vozes reacionárias defendendo uma nação de poucas mudanças.

Na medida que na América portuguesa paulatinamente vai perdendo terreno uma vertente da herança cultural portuguesa, sucede ocorrer nas terras luso-americanas o que já acontecia nas terras hispano-americanas, vale dizer, as crônicas irão agora apontar a fascinação mirífica dos segredos e curiosidades da terra, entretanto maravilhas essas que dependem diretamente de depoimentos alheios – locais –, e mesmo relatos que apontarão a América portuguesa como o próprio Paraíso Terreal. Entretanto, a América portuguesa nasceu para ser cópia em tudo fiel do reino, enfim, “um novo Portugal” era o que queriam ver no mundo novo os colonizadores reinóis, isso significando que a lembrança e o costume haveriam de prevalecer aqui sobre a esperança e a surpresa.

3.3.4.2. RAZÃO PRÁTICA

A persistência numa ordem de pensamentos que levavam paulatinamente a Ibéria para a decadência sócio-econômica, revelava-se através do gosto ibérico pela literatura de Cavalaria – com seu desdém pela vida presente e atual, realidade que é sempre um aviltamento do mundo heróico – na aurora da idade moderna, demonstrando que o mundo cavalleiresco e heróico não havia desvanecido completamente em sua imaginação. Também havia obras atestando a idéia de uma natureza em declínio ou corrupta – junto com a decadência do ser humano –, ressaltando o fim do mundo próximo ou iminente, e reiterando a idéia da visão clássica da história do mundo – mundo que caminhava historicamente para sua deterioração, declínio e degradação em todas as suas partes –, que ia de uma suposta a idade

do ouro em direção à decadente idade do ferro. Na Ibéria, frente ao otimismo dos humanistas cultivado em outras terras, surgia um pessimismo como contraponto quanto à esperança de uma solução terrena que justificasse a razão de ser da existência humana, mas esse pensamento concebia que um mundo novo – virtuoso – se enquadraria influenciado por essa idealização negativa, onde esse mundo novo seria o extremo oposto daquilo que eles concebiam como sendo próprio de sua realidade e existência vivida. O processo mental que fundamentava tal atitude seria o mesmo que se verificará em muitas obras de imaginação, que opõe a degradação da natureza e do mundo frente à nostalgia das imagens idílicas, enfim, toda uma literatura que procurava inteligir simbolicamente a natureza, dando-lhe sentido moral voltado para o ser humano. A natureza, através de suas criaturas vivas, especialmente os animais, passa a ser um artigo do código moral que a humanidade precisa apreender como lição, a fim de seguir o caminho do bem, fugindo do mal, evidentemente dando margem a uma multiplicidade de interpretações.

Assim, uma marcante tendência intelectual ibérica espanhola da época de ouro era buscar um significado oculto das coisas da natureza. Observa-se que essa tendência para procurar significados ocultos em todas as coisas era generalizada em todo mundo ocidental, durante todo Renascimento e ao longo do século XVII, não podendo ser afirmado que isso era uma especialidade hispânica, mais especificamente castelhana. Em realidade, tendo sofrido mais lentamente as influências racionalistas cultivadas além da Península Ibérica, os espanhóis – e não apenas eles, mas outros povos também, como na Itália – permaneceram mais apegados a concepções mais tradicionais que tinham permanecido atraentes enquanto manifestações espirituais que exprimiam essas gentes. Não é sem sentido que portugueses e espanhóis contribuíram enormemente para o conhecimento da natureza das ilhas e continentes por onde visitaram, pois é através do que fornece os três reinos da natureza que se conhece ou reconhece a novidade do mundo estranho e o bom proveito que dele se pode, com toda probabilidade, retirar.

O que atraía os povos ibéricos não eram tanto o gosto apurado pelas formas naturais e concretas que ofereciam as terras descobertas – observa-se que eles não hesitaram em utilizar-se de métodos altamente predatórios no trato do mundo vegetal –, mas préstimos imediatos e os aspectos vistosos e raros que sobressaíam dela, como um fato à parte do próprio mundo natural. Por isso não é incorreto afirmar que os ibéricos cultivassem um modo aparente de ver a natureza, vale dizer, ver através e apesar da própria natureza, enfim, uma visão espiritual prevalecente sobre o carnal e concreto, mas que não descurava do empírico; a visão, o mais espiritual dos sentidos humanos é o que prevalece sobre todos o demais, pois é a mente no

campo espiritual. A visão da flora americana, para aqueles homens quinhentistas, oferecia a representação ou visão que correspondia ao imaginário, em vivas cores, do mistério do mundo, conforme a Igreja pregava. Esses encantos, êxtases e arroubos, que os escritos da época registraram, caprichosos exercícios intelectual-religiosos, eram uma tradição espanhola e portuguesa, mais castelhana que lusitana. Se verificará que os cronistas portugueses idealizavam o mundo novo e seus aspectos, mas não escapavam de descrições realistas e naturais, nesse sentido, eles serão dotados do predomínio de um realismo sóbrio e desenganado.

A própria descrição que consignaram nas crônicas – visão plácida das terras descobertas, atenção a pormenores episódicos, imediatos, particulares, anedótico, à curiosidade terrena, descrições miúdas, relatos escrupulosamente nítidos e fidelíssimos aos fatos como se apresentassem, realismo meramente descritivo que seria um acúmulo de minúcias justapostas, enfim, ausente das induções audazes, reflexões, idealismos, fantasias ou mesmo senso de unidade que marcava o renascentismo, e mesmo de conceitos prévios para aderir ao mundo sensível – revelam o ânimo conservador do olhar, que reproduzia uma disposição marcante no espírito português da época. Sem muito erro, é possível asseverar que esse quadro comportamental intelectual se aplica à totalidade dos historiadores ou cronistas portugueses do século XVI – interessados nas coisas da América lusitana –, mesmo entre aqueles que se entregavam a um critério de observação que pareceria serem eles dotados de uma objetividade e minúcias próprias de um trabalho científico, sendo que essa postura irá verificar presente ainda em alguns escritos do século XVII. A persistência dessa disposição intelectual portuguesa, sem a influência dos padrões intelectuais humanístico já na era do barroco, não era um caso circunscrito a poucas pessoas. O que nela parece refletir-se é o modo de sentir e é a *forma mentis* de toda uma sociedade que só aparentemente se despojou dos padrões velhos. Trata-se de uma postura conservadora natural, genuína, portanto, bem longe de ser considerada como uma atitude deliberada voluntariamente naquele sentido, e voltada para produzir os efeito que produziu.

Assim, por exemplo, cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, a sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” – palavra que implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que “não vale a pena”. Mas essa atitude ou índole portuguesa não pode ser considerada como desapego ou desprezo pela vida, trata-se de uma moral que se fixa num realismo fundamental, ou seja, a realidade não pode ser transfigurada por meio da

imaginação e abstrações intelectuais ou códigos de posturas e regras formais; há que se aceitar a vida como ela é ou se apresenta, sem cerimônias, sem ilusões, sem impaciências, sem malícia e, muitas vezes, sem alegria. Tratava-se, assim, de um modo de entender e sentir o mundo e as coisas do mundo que exclui o exercício intelectual da imaginação pura, por ser artificiosa e sem proveito, e mesmo a ciência; nada disso sublima os seres humanos. Tudo que o ser humano poderá conseguir neste mundo é creditado a apenas duas fontes possível, quais sejam, (I) a natureza, como dom de Deus, e (II) pelo exercício do bom senso amadurecido na experiência, que faz com que as obras humanas tenham mais de natureza do que de arte.

Assim, o realismo português, cultuado e orientado pelo Chefe maior da nação, repele abstrações ou delírios místicos, uma atitude de aceitação realística do mundo como ele se apresenta, ausente da vontade de determinação de modificá-lo conforme um plano ideal e intelectual pré- concebido. O pensamento português será avesso a arranjos teóricos tendentes a governar a vida, a não ser o único possível de ser aceito, qual seja, o arranjo teórico que admite e se entrega aos valores únicos e definitivos dos acidentes da experiência individual, pois tudo indicava que na vida as coisas parecem acontecer por desordem e não por ordem. Esta forma singular de racionalizar o mundo aceita unicamente a ordem que os seres humanos compõem com desleixo e certa liberdade as coisas, mas sem o trabalho diligente e denodado – disciplinado – dele, enfim, aceita a ordem do sementeiro e não a do ladrilhador, a ordem das coisas que são divina e naturais. Esse modo de pensar e ver o mundo, captado pela literatura e poesia portuguesa da época, manifestou-se em diferentes esferas da vida social portuguesa, influenciando os modos e comportamentos dessa gente em diferentes situações histórico-sociais, e também, como não poderia ser diferente, nos atos e atividades da expansão colonizadora. Diferentemente dos espanhóis, nenhum estímulo vindo de fora os incitaria a tentar dominar seriamente o curso dos acontecimentos, a torcer a ordem da natureza.

3.3.4.3. A ORDEM COMO SENTIDO: A BRUTAL VIOLÊNCIA FÍSICA COMO PEDAGOGIA

Nesse contexto, cultural e intelectual, verifica-se que os entendimentos superiores, ordens e cominações não eram rigorosamente respeitados; o fato concreto e realístico que vigorava nas possessões ultramarinas espanholas e portuguesas era que tais regras deveriam

ser obedecidas, porém, não cumpridas, havendo até muitas exceções fixadas, enfim, situações concretas que na prática ajudavam a justificar as ações mais inescrupulosas praticadas pelos ibéricos na época, tal como a escravidão. As intenções doutrinária e humanitária dos seus escritos eram discursivamente o oposto concreto e real das tristes práticas conquistadoras e colonizadoras, mas que não deixavam de ser justificadas por via das exceções estabelecidas. De fato, as especulações portuguesas voltaram-se para aplicar, a casos concretos, as teorias escolásticas que eram reconhecidas ou aceitas. Assim, a opinião que o padre Manoel da Nóbrega e seus auxiliares, e mesmo do padre Jose de Anchieta – considerado o suave evangelizador das selvas luso-americanas –, tinham dos indígenas era que eles – por motivos próprios – seriam cruéis e bestiais, devendo ser domados por temor e sujeição, através da espada e vara de ferro. Há passagens que indicam que essas gentes locais seriam tidas por assemelhadas a animais – e não a seres humanos –, enfim, brutos irracionais, sugerindo que talvez devessem ser tratadas por veterinários, sempre tais imagens vinculadas às resistências deles em abandonar os seus ritos e costumes ancestrais, em troca da educação cristã.

De fato, o recurso à violência – geralmente extrema – para se fazer respeitar era uma atitude comum das gentes ibéricas da época. Nos locais onde os portugueses eram mal recebidos e havia resistências a qualquer tipo de paz e comércio com Portugal, não hesitavam os europeus e pegarem em armas a fim de subjugar o povo recalcitrante, domando-os pela força e construindo as feitorias não como casas-fortes, mas como fortalezas por onde eles colocavam a todos sob sua obediência. Para o ibero-americano o Estado não precisa e não deve ser despótico – o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio – mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude, ao mesmo tempo, se quiser *adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar a virtude suprema entre todas*. Observa-se que o Brasil já quis impor-se apenas pela grandeza da imagem que criara para si, sendo que somente recorreu à guerra muito mais para se fazer respeitar, e não tanto por ambição de conquista. O povo da América portuguesa – mais precisamente sua elite – não ambicionou o posto de país conquistador, procurando, notoriamente, escapar dos métodos das soluções violentas para os conflitos externos; a totalidade de seu povo talvez deva ser classificada como o mais brando e mais comportado do mundo.

É notório seu afã para modelar sua conduta com outros povos conforme aquela praticada, ou parece ser seguida, pelos países mais cultos, para então se envaidecer por fazer parte de tão ótima companhia; enfim, tudo isso são feições bem características do nosso aparelhamento político e cultura, *que se empenha em desarmar todas as expressões menos*

harmônicas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional. A força, o uso da violência, é para quebrar tudo que seja desarmônico no país, resultando no paradoxo de tal situação, uma vez que provoca a separação praticamente quase que completa da política com a vida nacional, enfim, um alheamento entre a realidade e a política, como se um não tivesse nada a ver com outro. Criou-se, assim, uma classe artificial de gentes, verdadeira superfetação, ingênua e francamente estranha a todos os interesses, onde, *quase sempre com a maior boa-fé*, o brilho das fórmulas e o calor das imagens não passam de pretextos para as lutas de conquista e a conservação das posições, não lhes ocorrendo, reformadores ou reformuladores, que eles também são objeto principal das mudanças que desejam processar, uma vez que estão inconscientemente impregnados dos mesmos vícios que querem sejam mudados. Nesse contexto é interessante analisar as duas saídas que têm sido ressaltadas para reformar sócio-politicamente especialmente a América portuguesa, ambas igualmente superficiais e enganadoras, quais sejam, (I) a pura e simples substituição dos detentores do poder público como um remédio aleatório, quando não é precedida e até certo ponto determinada por transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade; e (II) em pretender-se compassar os acontecimentos segundo sistemas, leis ou regulamentos de virtude provada, em acreditar que a letra morta pode influir por si só e de modo enérgico sobre o destino de um povo. Desta forma, a rigidez, a impermeabilidade, a perfeita homogeneidade da legislação parecem constituir o único requisito obrigatório de uma ordem social, como se não fossem existentes outros recursos.

3.3.4.4. A ORDEM COSMOLÓGICA E COSMOGÔNICA DO PENSAMENTO MEDIEVAL: AS FUNDAÇÕES DO RACIONALISMO IBÉRICO

No plano racional, a Idade medieval era uma época dedicada a alcançar, através do intelecto, verdades absolutas para explicar o universo e o ser humano dentro do mesmo, enfim, uma época da busca humana por certezas absolutas e definitivas. Da história cultivada

no ocidente, há uma específica que não é muito cultivada pela historiografia, podendo ser traduzida como a história da psique interior de uma sociedade, psique que é revelada em súbitos clarões espontâneos e arcaicos, mas sujeita a um processo cumulativo de racionalização, repressão, e sublimação. Ela se inicia com a tentativa concertada e multifacetada de construir a cosmogonia cristã com coerência, credibilidade e demonstrabilidade. Desta forma, séculos após esse início, a revolução religiosa e a revolução científica foram pontos de chegada para o conjunto dos questionamentos que vinham sendo discutidos séculos antes; assim, antes de serem início de algo – enquanto revoluções –, elas foram respostas finais e com mesmo caráter fundamentalista – essencial, necessário, básico – para explicar o ser humano e o universo. Dessas revoluções, a consciência privada e a ciência – com sua demonstrabilidade, teoria, experimentação, publicidade – revelaram ser não totalmente compatíveis, companheiras e dotadas de afinidades; ao longo dos séculos, a consciência tornou-se mais flexível e maleável que a ciência.

Assim, as civilizações da América receberam essa outra história marginalizada; no caso dos ibéricos, eles não aderiram em primeira hora à modernidade, tendo se comportado mais cautelosamente, sendo que no início da era moderna – final da Idade Média – eles fizeram mais que manter suas posições quanto a questões-chaves cultivadas durante a Idade Média – questões essas que se mantiveram em seu final –, em realidade, eles retrocederam, vale dizer, eles reafirmaram a escolástica e o que ela havia produzido até então, diante das implicações que as duas revoluções levavam.

Cedo a razão estabelece que a *ciência* existe para aplicar os primeiros princípios do intelecto na ordem teórica, e a *consciência* existe para aplicar os primeiros princípios do intelecto na ordem prática; assim, haveria a necessidade de busca de um *certificado objetivo da prova* e de uma *certeza subjetiva da consciência* para cada ato da ciência e da consciência, sendo que a partir daí isso estaria sempre presente no período que vai do século XII a XVII na Europa. Santo Agostinho tinha uma combinação de teologia e filosofia que estabelecia já há oito séculos a preocupação cristã com a alma e com Deus e afirmando que a fonte do conhecimento era o contato iluminado da mente com o divino. Entretanto, o aristotelismo emergiu para afirmar que, diferentemente, o conhecimento emanava do mundo do senso comum a partir do que era visível e experimentado. Nessa disputa que era mais que intelectual, emerge o grande legado de Santo Tomás de Aquino, qual seja, a de unir os princípios filosóficos de Aristóteles com os preceitos da teologia cristã numa estrutura racional e harmoniosa, isenta de fantasias pessoais. Nem Deus era deslocado de seu papel de criador onipresente, nem a razão humana era privada da capacidade de conhecer a verdade do

mundo acessível a ela. Prescindindo da necessidade de uma “dupla verdade”, Tomás de Aquino tratava as verdades da fé e as do mundo natural como complementares e sempre compatíveis.

No século XIV, quando se inicia a dissolução da visão medieval, conseqüentemente da escolástica, o movimento nessa época é de buscar certeza tanto para o conhecimento como para a crença, ou seja, tanto para a razão como para a fé, de tal modo que mentes inquisitivas faziam investigações diretas dos fenômenos da natureza, evitando as interpretações de marcas especulativas, como até então se apresentavam dentro do modelo escolástico do pensamento cristão. O pensamento, a razão, passa a aceitar a se orientar no campo das probabilidades ou da mera probabilidade, a fim de considerar um conhecimento como válido. As descobertas da razão trouxeram uma nova realidade intelectual, qual seja, um indivíduo que antes era servo, um predestinado diante do mundo dos universais cultivados pela Igreja, agora passa a se perceber paulatinamente um indivíduo livre, dono de si, de seu destino e que tinha que entender agora a finalidade dos universais diante de sua nova realidade individual. Uma ordem metafísica de construção e visão de mundo cede para uma outra ordem lógica de construção e visão de mundo. No século XIV, portanto, se por um lado a certeza em Deus e no seu significado absoluto não é abalada, por outro lado a crença na incerteza e contingência de toda existência, passa a ser amplamente reconhecida.

Não se pode desprezar totalmente a razão escolástica medieval e suas investigações e interpretações de marca especulativa, pois é possível considerar que noções científicas cultivadas pelos escolásticos seriam mais modernas que as de Johanes Kepler e Galileu Galilei, no sentido de que seriam sensíveis ao papel da conjectura e da hipótese na construção do pensamento científico. Assim, houve uma enorme significação do pensamento conjetural no período que precedeu a revolução científica, dentro de marcos racionais medievais. Assim, é plausível considerar que a reação dos filósofos e cientistas revolucionários dos séculos XVI e XVII não foi contra o dogmatismo, o primitivismo teológico e o obscurantismo da época precedente, e sim contra o espírito pluralista e não concludente em que eram mantidos os fenômenos observados ou experimentados. O ficcionalismo escolástico foi útil aos matemáticos e aos físicos e filósofos de orientação matemática, enquanto que ao probabilismo escolástico aderiram filósofos naturais especulativos, lógicos e, sobretudo, teólogos e filósofos morais. Assim, Copérnico e Kepler foram grandes adversários do ficcionismo, Descartes e Pascal atacaram o probabilismo, e Galileu se opôs a ambos. O que os impelia – revolucionários científicos – não era o agnosticismo, nem a falta de fé religiosa, mas o desejo de cimentar o conhecimento em bases totalmente demonstráveis, fugindo do probabilismo e

do ficcionalismo casuístico; assim, mais do que negar a obra de Deus, queriam apresentar a mesma de forma mais persuasiva. E tudo indica que o que a Igreja atacou ao longo de todo processo não foi o método experimental nem as opiniões inovadoras, mas a pretensão de conhecimento demonstrável – como certificado ou certeza – nos reinos físico e moral.

O pensamento ibérico, através de importantes representantes, conheceu as novas tendências provenientes de toda Europa, mas espanhóis, sediados em Paris, eram acusados de corromper a vida acadêmica da cidade, uma vez que tais lógicos e intelectuais, utilizando toda sua capacidade intelectual, estavam em realidade produzindo verdadeiras aberrações e comprometendo culturalmente o nome de Paris por toda Europa com uma má reputação. Os lógicos espanhóis estavam cultivando apenas requintadas frivolidades, enquanto que outras universidades estavam cultivando tanto conhecimento verdadeiro como disparatado. Nessa época de evolução da razão em sua aplicação sobre as coisas da natureza e da moral, verificava-se que o destino dos intelectuais na Espanha era tido como incerto e nebuloso, uma vez que não havia uma saudável atmosfera intelectual, pois ela estava dominada por monges, de forma tirana e obscura. De fato, a atmosfera intelectual não era marcada por proscricções ou prescrições, mas por sanções positivas e incentivos, havendo uma tolerância seletiva e permissiva, com limitações em boa parte invisíveis mas efetivas, que canalizava os esforços dos intelectuais, predispondo-os a certas “opções livres”, mesmo quando outras eram possíveis. A Inquisição espanhola possivelmente atuou para direcionar os esforços intelectuais para essas “opções livres”.

Por essa época também se verifica uma tendência comportamental intelectual ibérica que marcará os destino racional desses povos, qual seja, os debates com as posições mais irreconciliáveis e maniqueístas eram “harmonizadas” através de uma matriz de interesse teológicos, morais e filosóficos, que “conciliavam” alternativas políticas as mais diversas, opostas e contraditórias. Assim, Ginés Sepúlveda, tutor do futuro Filipe II, adotará a posição de “reconciliar” o aristotelismo e o estoicismo dentro de uma perspectiva cristã tradicional, sendo que em certos aspectos era explicitamente anti-erasmista; ele manteve-se fiel a uma visão hierarquicamente articulada do universo e concentrou seus esforços no estabelecimento de uma racionalidade para o império espanhol, baseada na lei natural e na liderança moral, sendo que entendia como requisito fundamental de toda sociedade o domínio da mente sobre os apetites, partindo daí sua argumentação em defesa da escravização dos indígenas americanos. As disposições – ou *habitus* – dos espanhóis, são o seu envolvimento especial em questões concretas, não sem razão inclinando “naturalmente” os humanistas espanhóis para a historiografia, expressão natural do interesse pela “experiência humana”, entretanto, – e isso é

muito significativo – sem alcançar conclusões teóricas fecundas e profícuas – multiplicador de mais teorias, observações e investigações científicas – do trabalho científico desenvolvido por seus pares, vale dizer, sem promover a ciência e o desenvolvimento científico. Não chegando a tirar conclusões teóricas fecundas e profícuas, o costume – comportamento, disposição, *habitus* – é se circunscreverem a ações empiristas e daí pouco ou nada ultrapassar, a não ser permanecer nesse “excesso de empirismo”.

Nesse contexto, o caso cultural de Portugal era uma situação similar ao que ocorria na Espanha no mesmo período. Assim, o erasmismo português era limitado ao grupo de elite e baseado na imitação de exemplos estrangeiros, especialmente a corte do Imperador Carlos V e suas preferências culturais. Portugal, através de suas iniciativas marítimas, havia dado contribuições notáveis à ciência aplicada, como no campo da medicina – textos sobre propriedades terapêuticas da flora oriental –, astronomia e clima – relação entre pôr-do-sol, latitude e estação do ano –, economia – tratados sobre economia aplicada. Entretanto, esses investigadores pioneiros publicavam no estrangeiro e, além disso, como os espanhóis, careciam da curiosidade enciclopédica dos italianos e do impulso de traduzir suas descobertas em especulações científica mais vastas. Diante de tal panorama cultural, no final do século XVI, as contribuições portuguesas à literatura científica haviam praticamente cessado, sendo que, na Espanha, os autores de “elite” dedicados às matemáticas, às ciências naturais e à medicina caem de mais de treze por cento do total do século XVI para menos de um por cento no XVII.

Numa época que duas importantes revoluções varriam a Europa, na Península Ibérica a realidade era diversa; sua realidade político-econômico-social havia catalisado precocemente um modelo de modernidade próprio que o impulsionou bem cedo a tomar decisões que edificaram solidamente uma visão de mundo moderna para o seu tempo e suas circunstâncias, e que não deixava de contribuir, em aspectos importantes, para as tendências que tornavam realidade no restante da Europa. No plano religioso, os católicos entendiam que os atos deviam obedecer à justa razão no “tribunal da consciência”, sendo a consciência a regra aproximada, a lei revelada, a norma dominante, bem como o confessor, o juiz, a presidir o “foro íntimo”. As questões morais, portanto, eram decididas por normas de “autoridade” previamente “reveladas”, e aplicando-as – de forma muito técnica – casuisticamente. Essa estrutura básica voltada para orientar e julgar as ações humanas – e, assim, curar a alma –, permaneceu conservada, independentemente de todas as tentativas de flexibilização e libertação promovidas por italianos e ibéricos durante todo o curso da Idade Média. Diferentemente se verifica em terras protestantes; o protestantismo extingue o tribunal da

consciência, e conseqüentemente desaparecem o julgamento exterior da consciência e as funções centrais da casuística, mudando radicalmente as imagens dos indivíduos e dos sistemas de orientação espiritual, ao mesmo tempo em que abrem-se novas possibilidades para filosofias da “luz interior” que podiam ser apresentadas a pessoas e a grupos.

Isso também implicou em dois modos de se alcançar o conhecimento válido; de um lado, está a racionalidade formal-objetiva do tomismo e, de outro lado, a racionalidade dialético-pessoal do protestantismo. O modo formal-objetivo vai de um dado concreto a uma classe de coisas, e então retorna para interpretar o dado. No modo dialético-pessoal – visivelmente afinado ao occamismo que a Espanha havia descartado – a discussão alimenta-se do “sim” e do “não” que surgem dos encontros entre pessoas distintas. No primeiro caso as pessoas são “intercambiáveis”, porque a pessoa individual só é interessante e inteligível enquanto exemplo de um gênero ou regra geral. No segundo caso as pessoas são únicas e idiossincráticas, porque em vez de exemplificar uma ordem geral representam o não-eu do conhecedor. Assim, diante desse quadro, não seria sem razão o fato dos ibero-americanos possuírem inclinações fortes e serem partidários da primazia da doutrina e da ordem social, e tendo sua mentalidade a transitar fundamentalmente numa visão compreensiva e unificadora de mundo, dando muito importância à idéia de “lei natural” e suas implicações e conseqüências. Assim, as conseqüências do pensamento e da cultura ibérica, na organização de um corpo político e social, é que atuará como princípio organizador da sociedade a idéia imanente de organicidade e arquitetura, e não tanto um princípio fundado num pacto democrático e individualista – liberdade e igualdade original entre os seres humanos.

Quando se compara o escolasticismo, humanismo e ciência na Itália, tanto o escolasticismo como o humanismo lançaram raízes na Itália no final do século XIII e desenvolveram-se paralelamente ao longo e mesmo depois do Renascimento. O aristotelismo italiano, com origens em Oxford e Paris, centrava-se na lógica e na filosofia natural, enquanto o humanismo predominava na gramática, na retórica, na poética e na filosofia moral. Escolásticos e humanistas travavam controvérsias, mas não uma batalha de morte. Sua coexistência foi inclusive relativamente pacífica, e o aristotelismo italiano chegou a dar contribuições notáveis à filosofia do Renascimento. Quando a escolástica sucumbiu na Itália, o ataque não partiu dos humanistas nem dos platônicos, nem mesmo de filósofos naturais, mas da nova ciência natural imaginada por Leonardo da Vinci e estabelecida por Galileu e Kepler. Por outro lado, outros estudos defendem que a ciência galileana possui origens humanistas, a partir do momento em que os representantes do humanismo se interessaram pela tecnologia, bem como quando cientistas e humanistas decidiram não ser mais possível

fundar a argumentação acerca da verdade e do conhecimento baseado apenas na autoridade, e se viram na necessidade de adaptar a linguagem para o tratamento das descobertas no grande Livro da Natureza. De qualquer forma, Galileu Galilei compreendeu perfeitamente que o sistema copernicano não era um exercício matemático para salvar as aparências, mas uma visão nova e revolucionária, e em sua busca pelas certezas ele estabeleceu uma fronteira mais nítida entre física e metafísica, desobedecendo, assim, o mandato teológico de que o ser humano não deveria brincar com o que se supunha ser a estrutura do Universo.

Mas se assim se sucedeu na Itália, o fato é que esses acontecimentos não se repetiram na Península Ibérica, onde, no plano das leis, por exemplo, definia-se os sujeitos políticos não como “indivíduos”, mas por sua localização social e sua missão cristã; o governante, embora não fosse responsável perante as gentes por procedimentos formais, estava obrigado em consciência a impor as leis de Deus publicamente reconhecíveis. Ao ascender Filipe II ao trono, com a abdicação de Carlos V, as Espanha faz sua opção definitiva entre as existentes – em meados do século XVI –, optando pelo tomismo, e recaindo sobre o rei a tarefa de ordenamento social – por consenso social –, atuando em nome de seus súditos como o agente melhor colocado e mais apto para a função, enfim, centralização do poder e opção ideológica pela escolástica medieval. Mas essa opção acabou refletindo no momento crítico da expansão ultramarina, cujo conjunto de premissas políticas seguem orientando a lógica da ação e do pensamento políticos das sociedades que assimilaram essa herança cultural até hoje. Assim, o conjunto da obra da Maquiavel teve um destino semelhante ao que recebeu Erasmo de Roterdã, qual seja, foi recepcionada no apogeu do Renascimento, onde os princípios secularizados e pragmáticos do florentino eram colocados livremente ao lado dos ideais contemplativos da virtude cristã, sem estarem conciliados; seus preceitos, necessários para os tempos de construção de Estados e de estadistas, foram – com muitos disfarces (devido à proibição da obra) para dissociá-los da sua real fonte – propostos para serem utilizados casuisticamente no corpo doutrinal do pensamento político espanhol. Por isso que a Espanha concebeu politicamente que a verdadeira razão de Estado, necessária para preservá-lo e aperfeiçoá-lo, devia responder às leis de Deus e às virtudes de um príncipe cristão, uma vez que a fé e a razão natural são complementares. Para a cultura espanhola da época, o que se condenava em Maquiavel era sua defesa de alguns pontos de vista muito perigosos, entretanto o absolutismo de Maquiavel era até muito bem-vindo, uma vez que ele era um princípio cardinal do Estado espanhol.

Outro pensador espanhol, Francisco de Vitória, procurou *adaptar* o particular a um antigo universal, e não *aplicar* regras recém-descobertas ao particular. Isso implicou a

diferença entre uma tradição de *lei natural*, onde as situações devem conciliar-se com princípios, e uma tradição de *direitos naturais*, onde elementos nucleares sociais são liberados para a sua adequada recombinação. No século XVII, verifica-se que os filósofos espanhóis não propuseram nenhuma reordenação radical dos pressupostos políticos; sua postura, diante da revolução comercial e da Guerra dos Trinta anos, era no sentido de aceitar um mundo fluido – transitoriedade, mutabilidade e instabilidade da Natureza –, “sem tentar extrair dele uma lógica ou uma dinâmica que fornecessem diretrizes para uma filosofia social. A sensibilidade política espanhola elegeu como palavras de ordem a “conservação” e a “restauração”. Dada a mutabilidade das coisas é aceita a instabilidade como princípio mundial. Posteriormente, a moda do positivismo e do cientificismo nas gerações ibero-americanas talvez pudesse ser melhor compreendida como uma retomada dessa disposição ibérica do século XVII do que como uma obediência conveniente e superficial à “ciência da sociedade” da Europa do século XIX; pensamento político da era barroca espanhola estava centrado no Estado, e ditava que a liberdade era a obediência voluntária ou “ativa” ao poder constituído, noção vinculada à doutrina católica que definia o papel do livre-arbítrio na obtenção da graça. O Estado possuía um papel cuja função principal era a manutenção da ordem através da administração da justiça, justiça que tanto premiaria o mérito quanto castigaria a delinqüência.

De fato, o positivismo teve sucesso nas Américas portuguesa e espanhola. É possível compreender tal sucesso dentro do que a filosofia positivista simplificava na busca de verdades científica, enfim, um certo repouso que permitia ao espírito definições irresistíveis e imperativas. Para os positivistas, a grandeza, a importância desse sistema prende-se exatamente à sua capacidade de resistir à fluidez e à mobilidade da vida. É realmente edificante a certeza que punham aqueles homens no triunfo final das novas idéias. O mundo acabaria *irrevogavelmente* por aceitá-las, só porque eram racionais, só porque a sua perfeição não podia ser posta em dúvida e se impunha obrigatoriamente a todos os homens de boa vontade e de bom senso. Nada haveria de deter e muito menos de anular o ascendente fatal de uma nova espiritualidade reclamada pelo conjunto das necessidades humanas. O mobiliário científico e intelectual que o Mestre legou à Humanidade bastaria para que se atendessem em todos os tempos e em todas as terras a semelhantes necessidades. *E a história, bem como a tradição latino-americana, eram recriadas de acordo com esses princípios inflexíveis.* O resultado concreto da aplicação desse ideário positivista em terras luso-americanas foi conforme historicamente se registrou a aplicação de idéias e concepções teóricas estrangeiras

em terras latino-americanas, enfim, mais próximas de um tremendo mal entendido, pois sofreram adaptações incertas e muito restritas ou selecionadas.

Os positivistas sempre foram essencialmente negadores; não eram positivos em nenhum sentido que a essa palavra atribuiu Auguste Comte. Viveram narcotizados por uma crença obstinada na verdade de seus princípios e pela certeza de que o futuro os julgaria, e aos seus contemporâneos, segundo a conduta que adotassem, individual e coletivamente, com relação a tais princípios. Essas convicções os defendiam do resto do país, no recesso dos gabinetes, pois foram, todos eles, grandes ledores. E o resto acabaria *fatalmente* – o advérbio que figura com mais insistência em seus escritos – por vir a eles, por aceitar seus ensinamentos, por acatar suas verdades. Em certo instante chegaram a formar a aristocracia do pensamento das gentes luso-americanas, a *intelligentzia*. O que sucedeu é que esse instinto fundamentalmente negador, impediu a possibilidade dessas gentes intelectuais de se inspirarem em qualquer sentido construtivo – inédito e original –, enfim, positivo, voltado para a boa edificação dos negócios públicos locais. Curioso notar que os positivistas apenas foram um tipo específico de gentes que prosperou muito em terras luso-americanas, tão logo ele tomou maior consciência de si como um país.

Se até o começo do século XVII a Ibéria ainda fornecia cultura, frente ao estágio das demais culturas, para propor fórmulas alternativas plausíveis do *Grande Desígnio Ocidental*; sucedeu que no século XVIII isso já lhe era impossível, pois havia se tornado uma consumidora intelectual. A Ilustração ibérica era eclética, vale dizer, havia uma ausência ou abstenção da especulação sistêmica e tentativa de resolver problemas práticos no domínio das idéias e pensamentos. Assim, um pensador como Campomanes – 1723-1803 – tentava harmonizar a tradição com o novo racionalismo, mas da forma como tradicionalmente a cultura espanhola fazia, vale dizer, colocar vários elementos de idéia diversos existindo e funcionando lado a lado, justapondo pensamentos diversos sem qualquer tipo de fusão ou conciliação que os sistematizassem num arcabouço teórico fecundo e profícuo.

Observa-se que havia um traço constante da vida social luso-americana, qual seja, a posição suprema que nela detinha, de ordinário, certas qualidades de imaginação e “inteligência”, em prejuízo das manifestações do espírito prático ou positivo. Vale dizer, um certo prestígio universal que é considerado para aquele que demonstra possuir certa qualidade de “talento”, indicando no indivíduo um dote, um timbre especial para o exercício da inteligência, em contraste com as atividades que requerem algum esforço físico, qualidade pessoal essa extremamente apreciada principalmente nas regiões de lavoura colonial e escravocrata. Assim, verifica-se que no Segundo Império, a velha nobreza colonial, nobreza

de senhores agrários – os nossos homens de solar –, tende a ceder seu posto a esta outra, sobretudo cidadina, que é a do talento e a das letras, dentro da idéia fixa, verdadeiro lugar comum que ainda se preserva em dias atuais, de que presume-se o verdadeiro talento aquele que é “espontaneamente” e “naturalmente” revelado na pessoa, qualidade pessoal que vem de nascença ou de berço e que, portanto, nenhum outro tem ou que não pode se igualar a nenhum outro. Esse intelectual, assim, teria que demonstrar o seu comportamento de voluntário alheamento das circunstâncias do mundo, com o caráter transcendente, inutilitário, de muitas das suas expressões mais típicas, enfim, uma pessoa que se distinguiria com o seu saber, tendo nesse saber o instrumento principal capaz de elevar seu portador acima dos mortais. Para isso, seria um hábito seu a prática de buscar e utilizar o prestígio de determinadas teorias que trazem o endosso de nomes estrangeiros e difíceis, sendo outro traço marcante dessa intelectualidade a elaborar uma concepção do mundo que procuraria simplificar todas as coisas para colocá-las mais facilmente ao alcance de raciocínios preguiçosos.

Em verdade, tratava-se de muita pouca estima às especulações intelectuais: o trabalho mental, que não suja as mãos e não fatiga o corpo, pode constituir, com efeito, ocupação em todos os sentidos digna de antigos senhores de escravos e dos seus herdeiros. Não significa forçosamente, neste caso, amor ao pensamento especulativo, mas amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara, de tal forma que inteligência significa, antes de tudo, ornamento e prenda, não instrumento de conhecimento e ação. Esse é o devido papel que, mesmo sem o saber, é destinado e cultivado para a inteligência, pelas gentes luso-americanas. Talvez não seja sem sentido a profusão de pedagogos da prosperidade em terras luso-americanas que, apegando-se a certas soluções contidas em verdades parciais, acabaram transformando-as em requisito obrigatório e único de todo progresso social – e econômico. O tipo de sociedade que se estabeleceu na América portuguesa inclinou-se para valorizar elevadamente certas virtudes senhoriais – nobreza, aristocracia, fidalguia, casta, nata –, sendo que sucedeu-se, na prática, as qualidades do espírito passarem a ser os substitutos imediatos dos títulos honoríficos, sendo que não foi sem razão que o exercício dessas qualidades que ocupam a inteligência sem ocupar os braços, tenha sido expressamente considerado, já em outras épocas, como pertinentes aos homens nobres e livres, de onde, o nome de liberais dado a determinadas artes, em oposição às mecânicas que pertencem às classes servis.

Essas gentes essencialmente de idéias, cuidando das coisas práticas ou mesmo legiferando, reproduziam o que liam, vale dizer, puras pessoas de palavras e livros, não saindo de si mesmos, de seus sonhos e imaginações, *fabricando uma realidade artificiosa e livresca,*

onde a vida verdadeira morria asfixiada. Tratava-se de uma verdadeira atitude de quem vivia desatento ao mundo real que habitava e, desta forma, simplesmente procurava recriar outro mundo mais dócil aos seus desejos e aspirações ou devaneios. Ao assim proceder, essa personalidade acabava não se rebaixando, não se sacrificando no contato com coisas mesquinhas e desprezíveis; como aquele que tem vergonha do próprio corpo, *essas gentes acabavam esquecendo os fatos prosaicos que fazem a verdadeira trama da existência diária, para se dedicarem a motivos tidos como mais nobilitantes: à palavra escrita, à retórica, à gramática, ao Direito formal.* Na América portuguesa acabou se cultivando um amor bizantino pelo livro, significando uma espécie de penhor de sabedoria e indício de superioridade mental, simbolicamente no mesmo nível de importância aparente demonstrado pelo anel de grau ou carta de bacharel. Por isso que, na época da Proclamação da República luso-americana, não é sem sentido que aqueles que pugnaram por uma vida nova representavam, talvez, ainda mais do que seus antecessores, a idéia de que o país não pode crescer pelas suas próprias forças naturais; enfim, deve formar-se fora para dentro, deve merecer a aprovação dos *Outros*. Ainda hoje é possível constatar que a cultura em terras luso-americanas é ainda largamente ibérica e lusitana, justamente devido à falta concreta de um original “americanismo” latino, sendo que sua civilização se resume até agora, em grande parte, numa sorte de exacerbamento de manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra.

Na difícil adolescência política e social de um país nascente, a crença já mágica no poder da idéias pareceu muito dignificante, mas que, em realidade, de todas as formas de evasão da realidade, foi considerada a mais elevada, nobre, honrada e distinta. Não é incomum entre as gentes luso-americanas que se presumem intelectuais, *a facilidade com que se alimentaram, ao mesmo tempo, de doutrinas dos mais variados matizes e com que sustentaram, simultaneamente, as convicções mais díspares. Bastava que tais doutrinas e convicções se possam impor à imaginação por uma roupagem vistosa: palavras bonitas ou argumentos sedutores.* Assim, *importaram-se de terras estranhas, sistemas complexos e acabados de preceitos, sem saber até que ponto se ajustariam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam.* Neste sentido, o futuro Visconde de Cairu irá asseverar que o trabalho manual é pouco dignificante, em confronto com as atividades do espírito, sendo que não lhe ocorre um só momento que a qualidade particular dessa tão admirada “inteligência” é ser simplesmente decorativa, de que ela existe em função do próprio contraste com o trabalho físico, por conseguinte não pode supri-lo ou completá-lo, finalmente, que corresponde, numa sociedade de coloração aristocrática e

personalista, à necessidade que sente cada indivíduo de se distinguir dos seus semelhantes por alguma virtude aparentemente congênita e intransferível, semelhante, por esse lado à nobreza de sangue. Para esse intelectual, o princípio de economia política é o soberano da nação considerar-se chefe ou cabeça de uma vasta família, amparando a todos como se fossem seus filhos e cooperadores voltados para a felicidade geral, portanto, um governo civil com caráter paternal, angariando, na medida em que se aproxima mais desse ideal generoso e filantrópico, a obediência voluntária e cordial do povo, justiça e poder. Assim, era a família patriarcal o grande modelo onde se fundamentava a vida política e as relações entre governantes e governados, tratando-se, então, de um rígido paternalismo transplantado para o campo político.

Na América portuguesa também se verificava que a acentuada primazia da vida rural se adequava muito bem com o espírito dominador português. Avessos a normas imperativas e absolutas a guiar-lhe denodada e disciplinadamente seus passos e sua vida. O que era imperativo e absoluto seria a flexibilidade, ceder todas as vezes que as conveniências imediatas aconselhassem a ceder. Assim, o espírito português da época não era aquele que construía, planejando ou plantando alicerces, fruto de tirocínio, previsibilidade e aplicação perseverante de uma vontade subordinada ao cálculo intelectual instrumental; diferentemente, o que o tirocínio tradicional ordenava era ele sempre buscar feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão. Para os portugueses e seu imaginário, a colônia americana é apenas um lugar de passagem – para o governo e súditos –, impressão essa que permanecerá viva ainda no século XIX, conforme atesta viajante da época. Para os castelhanos, diversamente, eles entendem que possuem uma missão no Novo Mundo, qual seja, a continuação de sua luta secular contra os infiéis; o esforço despendido em terras cristãs européias para expulsar os infiéis e converter aqueles que permaneceram, foi reproduzido – os mesmos processos – em terras americanas.

Nas colônias americanas, na época da independência, verificava-se que o cenário era pouco propício para a realização dos grandiosos planos europeus de integração social participatória, qualquer que fosse sua origem ou época. Tudo indica que os intelectuais da época assistiam e seu realismo indicava que do ponto de vista deles, era mais evidente, porém, um processo de desarticulação social, qual seja, o colapso do ideal ibérico da “incorporação social” e a dicotomização da sociedade em “gente de bom senso” e uma plebe cada vez mais enfurecida e inassimilável. Diante desse quadro sócio-econômico-político elocubravam soluções do tipo “receita” que deu certo – imigração do norte da Europa –; mais que uma expressão de racismo, esse pensamento seria uma desesperada estratégia para a criação de um

corpo político numa América que eles concebiam caótica. No período que vai de 1760 a 1840, verifica-se que mentalidades novas e velhas se articulavam; as novas idéias eram recebida de forma menos crítica na colônia que na metrópole, e, desta forma, eram mais difíceis de serem aceitas e assimiladas no Novo Mundo. Por volta de 1760, a desconfiança em relação às novidades, a chamada atitude misoneísta, estava dando lugar nas principais universidades hispano-americanas a uma aceitação condicionada à razão e à observação dentro dos cânones de autoridade. Um ecletismo prudente tornou-se a ordem do dia, onde Descartes e Gassendi eram ensinados, mas sem excluir Aristóteles. Assim, a Ilustração católica ibérica foi uma transição inconclusa, ou uma modernização pela metade, e pode ser considerada como uma mistura, mescla ou uma combinação de elementos diversos.

Diante disso, nesse período temporal acima indicado, a realidade cultural e intelectual conviveu com correntes diferentes de pensamentos mais díspares possíveis, sendo que havia uma restrita e reduzida elite que dominava o processo de formulação ideológica; tratava-se de uma elite que distinguia cuidadosamente opiniões especulativas para consumo privado das receitas ortodoxas para circulação pública. Por tudo isso, não havia como identificar uma ideologia consensualmente estabelecida e reconhecida, dificultando o trabalho do cientista moderno, que acaba por optar abandonar a problemática ideológica e ater-se a explicações reduzidas ao econômico, ou optam por analisar exclusivamente o conteúdo explícito das ideologias em disputa. A consequência desse pragmatismo foi que uma ampla visão social, voltada para efetuar transações necessárias, a fim de incorporar – por mais assimétrica que fosse – as populações indígenas e mestiças na América, era agora substituída por outra visão, com enfoque excludente. Assim, as revoltas dos dominados que sucederam na época, não eram manifestações e mensagens de protestos que se inserissem num discurso ideológico-hegemônico da dominação. Essa necessidade de incorporação produziu na cultura social os protetores, pais, benfeitores, coronéis, messias, mártires, generais, revolucionários proscritos e a figura do proscrito – o índio, o beato, o camponês, o cangaceiro, o guerrilheiro, o descamisado, o sem-terra, o sem-teto etc., enfim, um povo hispano-americano *abnegado* e um povo luso-americano tido como *zé povinho*.

O liberalismo, nesse contexto cultural e civilizacional, era alheio à cultura política ibero-americana – com suas noções informais de autoridade, comunidade e salvação pessoal, bem como as crenças vinculadas à expressão erudita do pensamento político. No mundo ibérico, o liberalismo começa cuidadosamente e extremamente selecionado quanto às idéias ou proposições que serão propagadas. Dentro da cultura política em vigor, liberalismo e democracia podiam afetá-la, mas certamente nenhum podia suplantá-la. O produto final desse

liberalismo ibero-americano é ele tornar-se, sob diferentes amálgamas, propriedade tanto de partidos ou regimes “liberais” quanto conservadores. No contexto ibero-americano não se enxergava que mesmo nas pátrias de origem do liberalismo – Inglaterra e Estados Unidos – os sentimentos de justiça social ainda existiam, impedindo a transformação da liberdade de contrato em liberdade para oprimir e ser oprimido. Na América portuguesa, o problema da implantação do liberalismo, desde a independência, reproduz-se, conforme verificado na América espanhola, constatando-se resistências estruturais à articulação e à hegemonia do projeto liberal: o interesse dos proprietários de escravos numa economia de mercado “livre”, contraposto ao interesse dos industriais “liberais” na intervenção estatal e no protecionismo; a relutância dos “liberais radicais” em desafiar o sistema monárquico na sua campanha pela abolição da escravatura, bem como a relutância dos republicanos em desafiar os proprietários de escravos em sua campanha para acabar com a monarquia; a ansiedade dos regimes republicanos, sob a Constituição de 1891, em suspender o liberalismo político em favor do liberalismo econômico.

Wanderley Guilherme dos Santos observará que, diante dessa assimetria entre liberalismo político e liberalismo econômico, isso levou à emergência dos “liberais doutrinários”, defendendo uma reforma puramente legal, na crença de que boas leis produzem instituições viáveis que, por sua vez, elevam a qualidade moral do sistema sócio-político. Ao fracassar o liberalismo doutrinário, várias formas de autoritarismo são propostas para substituí-lo, sendo que o fracasso é considerado devido à orientação dos novos capitalistas para a economia internacional impediu que assumissem um papel de comando na elaboração de instituições estatais e políticas internas. Essa defecção da burguesia nacional significou sua renúncia a uma influência formativa em instituições centrais como o exército – que desenvolveu seu próprio espírito e seus próprios objetivos –, o sistema educacional – o que nunca chegou a ser um “agente de socialização burguesa” – e a burocracia pública – que resistiu à capitulação geral ante as preferências políticas do setor privado. O liberalismo ibero-americano apenas forneceu uma racionalidade modernizante para a ascensão seletiva do talento empresarial e para a vinculação das economias regionais com as do Ocidente capitalista, sendo que em versões locais o liberalismo era compatível com a hierarquia e subordinação; o que foi assimilado do *O Contrato social* foi uma visão orgânica da sociedade, apregoando a liberdade humana circunscrita ao campo da “liberdade para obedecer”.

Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre os latino-americanos. Só foram assimilados efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando o

peculiar instintivo horror das gentes às hierarquias – formais e tradicionais – e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia na América portuguesa foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos. Na América portuguesa, os movimentos políticos que foram tidos por reformadores, mais precisamente aparentemente devem ser assim considerados; é sintomático que tais movimentos sempre partiram de cima para baixo, de inspiração intelectual tanto quanto sentimental. A independência, as conquistas liberais, a evolução política, tudo veio quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade. Esses verdadeiros idólatras de novas idéias – idéias perfeitas sem correspondência com os fatos e com a vida – se esqueceram, com freqüência, de que as formas de vida nem sempre são expressões do arbítrio pessoal, enfim, que na vida as coisas não se “fazem” ou “desfazem” por decreto.

Tudo indica que na América Latina apresenta-se verdadeiramente invencível e insuperável, uma espécie de lugar-comum assentado, a idéia de que são as leis escritas, fabricadas pelos juriconsultos, as mais legítimas garantias de felicidade para os povos e de estabilidade para as nações; não ocorre a essas pessoas que crêm em tal idéia-força que não há correspondência como verdade que os bons regulamentos e a obediência aos preceitos abstratos representam a floração ideal de uma apurada educação política, da alfabetização, da aquisição de hábitos civilizados e de outras condições igualmente excelentes. Esquecem-se todos – ou negam o que está diante dos seus olhos – de que é necessário não esquecer que para viver também é preciso uma dose de abstração da vida, através da faculdade intelectual e racional do ser humano, mas não a ponto de chegar ao nível do absolutismo da razão, que tanto pode pretender destituir a vida de todo elemento puramente racional – privilegiando apenas os sentidos humanos –, quanto impor raciocínios abstratos separados da vida e dos contextos e circunstâncias históricas e humanas.

Na América portuguesa, políticos e demagogos incidiram nesse erro, qual seja, chamarem atenção freqüentemente para as plataformas, os programas, as instituições, como únicas realidades verdadeiramente dignas de respeito. Acreditam sinceramente que da sabedoria e sobretudo da coerência das leis depende diretamente a perfeição dos povos e dos governos. Foi essa crença, inspirada em parte pelos ideais da Revolução Francesa, que

presidiu toda história das nações ibero-americanas desde que se fizeram independentes. Emancipando-se da tutela das metrópoles européias, cuidaram elas em adotar, como base de suas cartas políticas, os princípios que se achavam então na ordem do dia. As palavras mágicas de Liberdade, Igualdade e Fraternidade sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos velhos e tradicionais padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiraram foram antes de aparato do que de substância. Ainda assim, enganados por essas exterioridades, não se hesita, muitas vezes, em tentar levar às suas conseqüências radicais alguns daqueles princípios. As Constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias são fenômeno corrente em toda história da América do Sul. é em vão que os políticos imaginam interessar-se mais pelos princípios do que pelos homens: seus próprios atos representam o desmentido flagrante dessa pretensão. Nada há mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder, era o ditado da política do Segundo Império brasileiro. De fato, nada os distinguia, a não ser os rótulos, apenas bandeiras de combate – meras exteriorizações cosméticas. Se federação era tida sinônimo de centralismo, ou se era tida como sinônimo de descentralização, isso não importava, o que valia realmente é que seria concebível conforme a vontade e interesse do caudilho de plantão.

Na tão malsinada primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva revela-se nitidamente o predomínio do elemento emotivo sobre o racional. Por mais que se julgue achar o contrário, *a verdadeira solidariedade só se pode sustentar realmente nos círculos restritos*, sendo que a predileção individual, confessada ou não, pelas pessoas e interesses concretos, não encontra alimento muito substancial nos ideais teóricos ou mesmo nos interesses econômicos em que se há de apoiar um grande partido. *Assim, a ausência de verdadeiros partidos não é entre latino-americanos, como há quem o supunha singelamente, a causa de sua inadaptação a um regime legitimamente democrático, mas antes um sintoma dessa inadaptação. A verdade é que, como a aparente adesão das gentes locais a todos os formalismos denuncia apenas uma ausência de forma espontânea, assim também a confiança na excelência das formas teóricas mostra simplesmente que o latino-americano é um povo pouco especulativo.* Podem organizar campanhas, formar facções, armar motins, se preciso for, em torno de uma idéia nobre. *Ninguém ignora, porém, que o aparente triunfo de um princípio jamais significou, em terras luso-americanas – como no resto da América Latina –, mais do que o triunfo de um personalismo sobre o outro.* Na vida política da América Latina o personalismo é uma constante sempre presente; como regra geral, nos países latino-americanos onde o personalismo – ou a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo

no espaço e no tempo – alcançou eliminar, extinguir ou suprimir as resistências liberais a ele, conseguiu implementar uma forma de estabilidade política aparente. A existência de tais situações, em verdade excepcionais, chega a fazer esquecer que os regimes discricionários, em mãos de dirigentes “providenciais” e irresponsáveis, representam, no melhor caso, um disfarce grosseiro, não uma alternativa para a anarquia. A idéia de uma espécie de entidade imaterial e impessoal, pairando sobre os indivíduos e presidindo os seus destinos, é dificilmente inteligível para os povos da América Latina. Assim, é freqüente imaginar-se prezar os princípios democráticos e liberais quando, em realidade, luta-se por um personalismo ou contra outro.

A história da democracia na Ibero-América é ainda mais difícil de acompanhar, diante da escassez de formulações ideológicas coerentes com seu projeto. A democracia ibérica, com não poderia deixar de reproduzir, retira elementos (I) da teoria regicida dos escolásticos jesuítas, (II) da doutrina tomista – *Governo dos governantes* –, e (III) da antiquíssima tradição católica de resposta à torpeza governamental ou eclesiástica na forma de movimentos sectários pelo igualitarismo ou de tumultos populares menos disciplinados. O movimento era no sentido de unir o velho ao novo para, desta forma, dar a impressão que se tratava fundamentalmente da mesma coisa, uma essência que havia mudado apenas de forma, de uma medieval para uma moderna, uma fertilidade eclética voltada para consolidar uma elite e dotá-la de linhas políticas e uma ideologia justificadora, sendo que isso era a tarefa mais importante do período pós-independência.

Numa Ibero-América com um liberalismo elitista, democracia rousseauiana confusa, e cultura política com tendências autoritárias as doutrinas e estratégias marxistas ibero-americanas revelaram ser palco de uma grande diversidade de manifestação e usos, levando inclusive a dúvidas sobre se o marxismo invocado por alguns movimentos era realmente marxista ou o ressurgimento de uma reivindicação da democracia rousseauiana. O precursor do marxismo ibero-americano foi o argentino Juan B. Justus – 1865-1928 – adotou uma posição pragmática que se opunha ao exclusivismo sectário, permitindo uma aproximação com a oligarquia e orientava o socialismo argentino para a classe média, em vez do proletariado. Observa-se que outra ideologia importada, o anarquismo, com sua oposição à autoridade hierárquica e coercitiva e sua preferência pela ação espontânea e de cunho moral de pequenos grupos, tinha afinidades com o “populismo” ibérico clássico e pressagiava grupos de seitas, os invasores de terras e os guerrilheiros de tempos mais atuais, funcionando como antídoto aceitável da cultura política da forma como tradicional e estruturalmente estava edificada, fundada na submissão e controle, desestabilizadora dos laços e vínculos sociais

horizontais, enfim, de ausência de solidariedade social entre os diversos grupos sociais existentes.

Assim, verifica-se que o discurso dos novos partidos comunistas parecia tão redutor, oportunista e orientado para o exterior como os dos Lions e Rotary Clubs ibero-americanos em relação às obras de Locke e Mill. O marxismo chegou tardiamente na Ibero-América devido ao elitismo da vida intelectual, o autoritarismo das instituições políticas e a lentidão do desenvolvimento intelectual local. Verificou-se, também, que havia muitas reservas dos intelectuais locais – antielitistas – frente ao marxismo. José Martí – 1853-1895 – anotou que desconfiava de uma influência que provocava a oposição entre as pessoas, em lugar de tentar alcançar saídas alternativas e construtiva. Andrés Molina Enríquez – 1866-1940 –, por sua vez, recusou de pronto o marxismo no México; defendeu um Estado forte com um executivo ditatorial e poderes judiciário e legislativo “complementares”, onde a cooperação deveria ser forçada; o Estado deveria ser tutelar e forte, com pleno domínio sobre o território e suas riquezas; a autoridade política centralizada mantendo uma ordem social pacífica, especialmente seus elementos díspares.

Richardo Morse assevera que, para o marxismo ter vingado na Ibero-América, teria sido necessário ele se adequar à cultura e mentalidade ibérica, conforme herança histórica impregnada no modo de ser das suas gentes, especialmente suavizando a pretensão marxista de ter desnudado a realidade social, uma vez que a mentalidade do mundo ibérico é acostumada por analisar modos casuísticos – e não de forma quase que total ou de grande envergadura ou abrangência, com um objetivo transnacional ou universalista – de legitimação intelectual; constatar a inexistência local de comunidades e estruturas de classes nacionais; compreender que, com um sentido de Estado visto historicamente e culturalmente como expressão do caráter orgânico da própria sociedade – e mesmo anterior a essa sociedade.

José Carlos Mariátegui – 1894-1930 – o pensador que é reputado o arquiteto das bases de um marxismo autenticamente indígena ou ibero-americano, defendeu o rompimento com o modelo de determinismo científico, quer fosse positivista, evolucionista ou marxista, e subordinando a questão da redenção social a um “direito natural” normativo. Supunha uma base comunitária e pré-contratual para a ordem política. Suas esperanças de um proletariado internacional livre de segmentações étnicas evocava o ideal, quando não a prática, do universalismo católico. E seu apelo a uma resposta voluntarista e comunitária contra a esclerose ou a torpeza do governo estava dentro do espírito da teoria escolástica. Na formação de suas convicções, Mariátegui rompeu com a “dependência” intelectual ao empregar a experiência europeia como uma lição ao invés de um paradigma. Na verdade, inverteu a

relação consagrada ao extrair de suas reflexões indo-americanas uma crítica dos pressupostos europeus.

Andrés Molina Enríquez e José Carlos Mariátegui são dois emblemáticos intelectuais que, cada qual com suas respectivas ideologias, cobrem a maior parte do terreno a ser ocupada pelos diferentes diagnósticos, proposições e modelos políticos ibero-americanos das décadas seguintes que se seguiram após o falecimento deles. Molina procurava soluções de continuidade com o passado próximo e o distante passado colonial; sem sacrificar os princípios herdados, ele procurou se adaptar ao novo século XX. Ele não foi o arquiteto do programa revolucionário do México, entretanto constata-se que o regime adotou políticas inclusivas de acordo com suas propostas. Ou seja, o êxito da revolução consistiu em erigir uma estrutura política central com poder e legitimidade suficientes para utilizar de forma oportunista, e inclusive simultânea, táticas e retóricas derivadas das matrizes do liberalismo, da democracia e do marxismo. O determinante, porém, continuou sendo o clássico cálculo ibérico de *incorporação* versus razão de Estado. Esse regime parece ter somente uma preocupação ao final de cada mandato de governo: escolher que tipo de sucessor irá assumir o próximo governo – um político ou um tecnocrata. Mariátegui reformulou o pensamento marxista, aproximando-o de forma mais pertinente à cultura política da indo-américa; demonstrou que o liberalismo não reformulou ou renovou as atitudes e instituições coloniais, e concluiu que liberalismo e democracia ocidental seriam a mesma coisa. A inspiração de Mariátegui para refletir o marxismo na Ibero-América – pelo menos no Peru – não se pode dizer que fosse próxima das correntes principais do marxismo e neomarxismo de sua época. Já fora observado que os ideólogos progressistas de nações pobres, mesmo rejeitando o utilitarismo individualista liberal – individualismo possessivo –, são muito seletivos para fundir elementos de tradição nacional com a europeia – enfim, reproduzem um costume antiquíssimo herdado dos escolásticos medievais ibéricos para trabalhar a construção do conhecimento. Desta forma, ao mesmo tempo em que são seduzidos pelo marxismo, também são atraídos pela tradição da democracia rousseauiana.

3.3.5. AMÉRICA LATINA: ANÁLISE CRÍTICA SOBRE UM DESTINO CIVILIZACIONAL OU SÓCIO-CULTURAL (3)

3.3.5.1. NOVOS TEMPOS: APROFUNDAMENTO EM DIREÇÃO AO PASSADO

Assim, constata-se que a forma específica de autoconstrução da América Ibérica reside nesta aparente arbitrariedade com que vive e vincula o seu passado aos produtos ideológicos do mundo moderno e contemporâneo, fazendo-se permanentemente insubmissa aos códigos proclamados como universais pela Europa ou pelo mundo anglo-saxão. Numa época que a Europa toda modificava-se culturalmente, a Ibéria decidiu permanecer a mesma; assim, os séculos XV, XVI e XVII – época de ouro para a Ibéria – revelarão, por exemplo que, sem conseguir centralizar e racionalizar o exercício do seu poder internamente, sem evoluir econômica e politicamente daquilo que tradicionalmente havia culturalmente construído para si, a Espanha acaba por tornar-se o Estado mais claramente aristocrático da Europa, cujas tentativas de recuperação, nos anos setecentos, não alterarão seu destino de decadência. Numa época que a burguesia ascendia socialmente e a nobreza declinava, a Ibéria revelará para toda Europa que ela era a região mais aristocrática e tradicional-medieval dentre todas as nações, numa cosmovisão para a qual a plena centralização e racionalização da política e do Estado não corporificavam as melhores e mais adequadas soluções. Nesta perspectiva, a experiência espanhola-lusitana deve ser compreendida como desdobramento de premissas políticas e culturais distintas daquelas que vieram a prevalecer na Europa. Espanha e Portugal, nos séculos XVI e XVII, eram duas sociedades que encontravam-se controladas pela racionalidade das formas medievais de organização da propriedade, da sociedade e do poder, enfim, uma sociedade arquetípica e que não deixava de ser pluralista a seu modo.

Verifica-se que em Portugal, nessa época, vigorava uma matriz coerente de poder, fundada numa visão tradicional de poder – portanto, conforme as elites portuguesas vinham desenvolvendo ao longo dos séculos, baseada em sua específica cultura e racionalidade, uma visão de natureza e distribuição de poder –, diversa de uma precoce centralização estatal do poder. Para compreender essa específica modalidade de exercício de poder político praticado em Portugal, é preciso compreender a teoria medieval, corporativa e jurisdicionalista, da sociedade e do poder, uma ideologia organicista e corporativista, visão dogmática da estruturação social da vida. O pensamento político medieval estava marcado pela crença numa ordem universal, orientada para um objetivo último e comum, que deveria ser alcançado através da cooperação de cada parte com o todo. Ao rei – à Coroa – cabia fundamentalmente o exercício da justiça, ou a preservação da “ordem” da totalidade social, garantindo a todas as partes a autonomia e as condições para a realização de suas funções particulares. Na época de

ouro, a escolástica neotomista e jesuítica, desenvolvidas pelos espanhóis, influenciava toda Península Ibérica, e predominava a permanência da tradição da ascendência do direito – e sua peculiar noção de justiça – sobre a política e sobre o *arbitrium* político do rei, enfim, era a jurisprudência dos letrados que governava Portugal. Mas é de se observar que o reino de Portugal, nessa época era organizado horizontalmente e assemelhado a uma “República das Repúblicas”, cada uma dotada de grande autonomia e atenta à sua jurisdição, favorecendo a proliferação de pequenos espaços tirânicos e opressivos, dominados pelos nobres ou por grupos específicos.

Nesse contexto, o movimento da Coroa espanhola e portuguesa era de aumentar a sua capacidade de controle e jurisdição do direito corporativo e do direito das comunidades, para conquistar cada vez mais parcelas de poder da nobreza e do clero, concretamente ou pragmaticamente revelou-se como um reforço do poder real, da autoridade pública, que não se fazia contra a ordem pluralista da tradição, mas a seu favor e para sua preservação, enfim, uma política real que não provocava confrontos e destruição. Mas observa-se que apesar da influência do direito romano trazida pelo humanismo, que distinguiu com mais clareza o particular e o público, a dogmática jurídica portuguesa continuava usando a figura da propriedade – *dominium* – para caracterizar o poder do rei sobre o reino e o que nele estivesse contido. O resultado, é que mesmo no plano jurídico e normativo, as pretensões centralizadoras do rei não encontravam outra fonte de legitimidade a não ser o direito privado, o que o obrigava a fazer composições – negociações – e não tanto imposições de império. Ademais, o avanço sobre territórios e postos em outros continentes passava a significar, para o rei, a possibilidade de agraciar com cargos, comissões, títulos, rendas e terras, revitalizando a antiga dinâmica da expansão dos séculos iniciais da história de Portugal. Na trajetória da Espanha, verifica-se que de forma semelhante, utilizou-se praticamente das mesmas estratégias para reafirmar seu poder em busca da preservação de sua função conservadora – praticar passivamente a administração da justiça tradicional – e de sua função dinâmica – promover a riqueza do reino.

Em relação aos portugueses verifica-se que eles reviveram, na época dos descobrimentos, a antiga tradição existente ao tempo da Reconquista da Ibéria em mão de muçulmanos, onde o soberano reclama para si o domínio destes mundos externos, organizando a sua estruturação e a sua exploração. Senhor incontestemente dessa infindável fronteira, revigora o seu carisma, o seu poder simbólico, ao se colocar como chefe e senhor de uma aventura também civilizacional e missionária. A literatura portuguesa do período, influenciada pelo humanismo, encontrará nos descobrimentos e nas viagens pela África e pelo

Oriente um arsenal temático apropriado à celebração da missão civilizatória dos portugueses e à conformação de uma consciência “nacional” de otimismo e de autoconfiança. Assim, a exploração, conquista e colonização foi feita sob monopólio inalienável da Coroa, senhora das terras, dos homens, das rotas e do tráfico; as concessões sem a perda de mando – a Coroa não delega a soberania, apenas o governo –; tal como na Reconquista, a construção de fortalezas militares, à sombra das quais se encontram o comerciante, o militar, o colono e o missionário.

Assim, os séculos XV, XVI e XVII, na Ibéria, foram pródigos em questões fundamentais compartilhadas com a humanidade européia ocidental, que acabaram moldando seu caráter, bem como de toda Europa e a civilização e cultura ocidental. Mas a descoberta do Novo Mundo colocou em xeque o edifício cosmológico e antropológico da sociedade medieval, abalando as colunas da antiga concepção medieval a respeito do mundo e da história, do tempo e do espaço. O neotomismo ibérico emerge com uma luta permanentemente contra todas as formas de “heresias” que se multiplicavam na Europa, em especial aquelas luteranas e humanistas. Na verdade, é possível dizer que eles lutavam contra todas as tendências históricas e teóricas que abdicavam de uma visão integrada, harmônica e objetiva do universo e da vida pessoal, tal como existente no cristianismo medieval, enfim, eles mantêm o cosmos como organismo vivo, objetivo, governado por um conjunto harmônico de leis necessariamente ligadas entre si. Nesse mundo de abandono, o Barroco será a expressão espiritual – sentimento e inteligência ou racionalidade – de um novo tempo, uma subjetividade que é agora solidão e desamparo, pois o ser humano já não é mais o centro do universo. Na raiz do Barroco, o alargamento da Europa e do *orbis terrarum*, a passagem da física estática das qualidades para o universo da física matematizante, o abandono do conhecimento essencial em troca da visão fenomenológica dos objetos, alterando de modo radical a percepção humana sobre o universo.

Especialmente diante da revolução científica a Igreja reagirá, através do Concílio de Trento, contra esse vendaval trazido pela especulação racionalista e matemática, procurando negociar com os novos conhecimentos através dos princípios do probabilismo e do ficcionalismo. A partir daí, tudo – ou quase tudo – poderia ser aceito enquanto experimentação teórica de hipóteses a respeito da natureza e do mundo, portanto, mantendo ou sustentando um universo harmônico, ordenado e hierárquico, próprio da tradição aristotélica. E esse movimento de renovação espiritual – reacionarismo – na Ibéria é a reiteração de crenças seculares da sua civilização, com suas manifestações artísticas revelando a dor e o culto da morte, enfim, penitência, drama, luto, tragédia e pessimismo. O teatro barroco será o do drama barroco, a da representação da inquietação espiritual e dos sentidos

humanos, da perda dos significados; e o teatro barroco espanhol, nesse contexto, será a da representação da vida como sonho e ilusão, engano e desengano, melancolia. No plano político, o barroco é marcado pela busca incansável do poder e da ordem. Em meio às ameaças de um destino aniquilador, o príncipe é quem pode devolver à sociedade uma estabilidade perdida, situada antes do tempo, favorecendo o seu desenvolvimento e sua pacificação.

Diante desse quadro, a Coroa espanhola decidiu reagir e estreitou a aliança do rei com a *hidalgúia* renovada – reforço da aristocracia –, e na ampliação do poder real em direção ao poder absoluto; tratou-se de uma aliança de moldes tradicionalistas implicando na derrota da burguesia. Também é elaborado um vasto programa de incorporação simbólica das massas e da sociedade, para a Coroa não ficar restrita – a fim de preservar o seu poder e a ordem social – ao uso da violência e repressão física para conter as manifestações de descontentamento e pessimismo. Toda literatura espanhola dessa época era voltada notadamente para a sacralização do poder e a manutenção da ordem e a Igreja, que nesse contexto também tinha um papel crucial, por isso a Coroa estimulou o fortalecimento de sua hierarquia e capacidade para controlar suas consciências. O que se buscava e era o núcleo desta imaginação, seria o desenvolvimento de uma determinada construção da superestrutura política, reordenada para o domínio das motivações internas dos indivíduos, levando-os à adesão ativa aos valores estabelecidos e à aceitação da ordem política absolutista. Sua opção, assim, foi pelo realismo e pela conservação, estimulando o estudo do comportamento humano e a construção de uma psicologia que pudesse resultar na possibilidade de invasão do *dominus interior* de cada homem. O que o Barroco espanhol pretendia era racionalizar o comportamento humano através de um adestramento – ação que não deixava de ser de cunho autoritário – ou da artificialização da subjetividade, por meio da disciplina rigorosa do exercício espiritual para assimilar valores, ou por meio extra-rationais e simbólicos. As artes e as técnicas são utilizadas para atingir as sensações e a emoção – deixando de lado a razão, sendo que neste mundo de sonho e desengano, apenas o senhor absoluto, o poder absoluto do rei, pode redimir a sociedade, estancando o seu desdobramento anárquico e garantindo a sua prosperidade. A subjetividade de cada homem plasmava-se para a adesão ativa à ordem sustentada pelo rei enquanto espaço ainda hierárquico. E assim, a Coroa barroca da Ibéria se apropria do velho modelo hierárquico e reproduz o que tradicionalmente sempre foi sua existência.

3.3.5.2. AMÉRICA LATINA E DESTINO COLONIAL

Pragmaticamente essa ideologia produziu um ser humano que, ao vir para a América, centrou-se na busca da riqueza – preferentemente aquela que viesse de maneira rápida –, pois nela estava sua honra e reconhecimento social e perante Deus. Os conquistadores espanhóis aqui vieram em busca do ouro e prata – os metais preciosos – e apenas para isso se aventuraram. O sistema colonial espanhol era de característica eminentemente de “exploração”, vale dizer, voltado para apenas e tão-somente extrair o máximo de recursos econômicos, sem inclinação voltada para efetivar um sistema colonial de “povoamento” – de fixação do homem no local para ali se estabelecer. Assim, por um lado, os representantes locais da economia metropolitana, o fisco e os comerciantes que faziam a ligação com a Península Ibérica, eram privilegiados pela Coroa, sendo-lhes concedida a supremacia econômica local, e, por outro lado, mantinha-se quase que totalmente os demais setores da economia colonial – inclusive os próprios setores da mineração – à margem da economia monetária. Tal sistema de intercâmbio, fundado na dependência externa forçada, assegurava uma evidente vantagem econômica para os interesses ligados à metrópole. Em relação à acusação de simples ambição de riquezas, restava no português uma força poderosa e arraigada – que se traduzia bem no plano do discurso – para imprimir ou marcar certa coesão e sentido espiritual aos seus feitos nesse sentido econômico-financeiro; contra as acusações de que os portugueses eram gananciosos e sem escrúpulos no negócio das especiarias, era objetado que esses proveitos da mercancia eram necessários para as despesas de guerras imprevistas voltadas para a propagação da fé. Ademais, todo abuso recaía sobre mercadores, bufarinheiros e regatões, todos ambiciosos quanto aos seus ganhos e desconhedores de qualquer lei que contrariasse a sua cobiça.

Na economia colonial que principia após a conquista, todo empreendimento espanhol agrícola é de importância secundária e dependente, constituindo-se numa segunda zona econômica, dominada pela economia mercantil e mineradora – primeira zona –, recebendo desta primeira zona econômica, em ritmo lento e com baixa intensidade, o último refluxo de uma economia monetária que privilegiava a metrópole, portanto, sobrevivendo com pouco dinheiro. Boa parte dos lucros das Índias era proveniente na observação dessa fronteira de separação entre as duas economias, e sempre havia, também, dentro do setor dominante, pessoas interessadas em manter aberta a comunicação com a zona agrícola, a fim dela não se isolar completamente e deixar de fornecer os bens necessários para o empreendimento principal. Havia, desta forma, uma combinação entre interesses privados e pressões oficiais

para favorecer a existência do intercâmbio entre as duas zonas econômicas coloniais, mesmo que em depreciação de uma delas, mesmo que em manutenção das discriminações que levavam a uma delas ser dominante e outra dominada, dependente da primeira e assim permanecer. Havia um mercado comercial cativo, e evidentemente que funcionários e comerciantes eram favorecidos por esse mercado garantido, sendo que relatos do século XVIII apontam reclamações sobre a quantidade de coisas inúteis que os índios eram obrigados a comprar, fruto dos estoques encalhados que não encontravam demanda nas cidades.

O pacto colonial espanhol foi amadurecido nos séculos XVI e XVII, sendo que no século XVIII foi objeto de uma transformação; nesse século XVIII, é certo que havia um declínio – por esgotamento – das atividades extrativas das minas, entretanto, tal declínio não era total, uma vez que esse século foi a da intensa exploração da prata mexicana, no entanto é correto entender que tal declínio influenciou na decisão tomada pela metrópole, voltada para assumir uma nova posição diante da economia colonial. As transformações que ocorreram no pacto colonial nesse período – devido ao declínio da atividade extrativa mineira e a mudança da relação da metrópole com as colônias – tomaram a forma jurídica entre 1778 e 1782, estabelecendo a liberdade de comércio entre a Península Ibérica e as colônias. A verdade é que tal reforma implicou em alguns fatos: (I) a admissão de que os metais nobres não eram a única contribuição possível das colônias à Coroa; (II) a descoberta das possibilidades de utilizar as colônias como mercado de consumo, diante do progresso geral da economia européia. Essas medidas imediatamente implicaram em fragilização das trocas inter-regionais que sucediam nas Índias espanholas. Esse contato com a Península Ibérica é origem da desagregação da área econômica hispano-americana, iniciando o cultivo de monoculturas, e fará com que a comunicações dessas áreas agrícolas seja mais intensa com a metrópole do que com qualquer outra área vizinha e levou ao rompimento das antigas relações que uniram as várias regiões das Índias espanholas; o domínio dos mercados locais está ligado e em favor dos comerciantes vindos da Península.

Os mercados de diferentes regiões mexicanas, por exemplo, controlam a economia dos produtos têxteis, mas tal economia é comandada por uma cadeia de intermediários que, através de adiantamentos e débitos nessa rede econômica, acabam se vinculando, ao final da cadeia, aos grandes importadores e exportadores comerciais do norte mexicano, verdadeiros senhores de todo México. No caso mexicano, no final do século XVIII anualmente era enviada à Europa 95% da produção da prata local, sendo 50% sem nenhuma contrapartida, e os outros 45% através do sistema comercial que privilegiava os produtos da metrópole. No

Peru se repetia o que acontecia em toda América espanhola, ou seja, quase todo dinheiro retornava, de modo muito fácil, para a mãe-pátria. Constata-se, assim, ser estabelecido um ritmo de trocas muito limitado internamente a essa região latino-americana. Por exemplo, a economia interior do Rio da Prata também estará articulada com aquela desenvolvida mais ao norte de seu domínio, especialmente para fornecer os produtos necessários à sobrevivência do trabalho nas minas de prata: (I) os diversos distritos comerciais, onde se desenvolveu a pecuária e o artesanato, ao longo do trajeto que vai até o Alto Peru, é fornecedora de lã, peles e carros; (II) as zonas agrárias sub-andinas que, irrigadas, é dedicada ao cultivo do trigo, da uva e das forragens. O fato é que essas duas zonas agrícolas e artesanais internas, fornecerão também seus produtos ao mercado do litoral e da capital do Vice-Reinado, mas que no último quartel do século XVIII teve que se retirar do mercado da capital, pois passou a sofrer a concorrência de produtos agrícolas vindos diretamente da Espanha.

Mas verifica-se que o novo sistema comercial assegura o benefício especialmente ao comércio da metrópole, muito mais que à sua indústria; o novo pacto colonial naufraga porque com ele a Espanha consegue apenas se transformar numa pesada e onerosa intermediária entre as suas Índias e as novas metrópoles econômicas da Europa industrial. Mas era no plano das importações de produtos vindos da Europa que a reforma econômica colonial dará mais certo. O uso de bens de consumo unificado – tecidos, gêneros alimentícios, ferramentas – fica limitado aos estratos sociais mais altos da colônia. Diante desse quadro ressalta-se outra particularidade, qual seja, que os títulos de nobreza ostentados pelos concessionários de minas e senhores de terra locais, no século XVIII, tinham uma origem absolutamente venal e traduziam – conforme uma tradição de hierarquia social antiga – a vitória pessoal do detentor do título na luta pela riqueza, daí o merecimento do título, tratando-se que gentes que – essa elite – era claramente inclinada para o consumo conspícuo – ostentatório, conforme Veblen descreveu –, mais precisamente para o desperdício. Os senhores do cacau de Caracas é que dominavam a economia venezuelana e possuíam uma riqueza que os permitia viverem na corte metropolitana, da mesma forma que os seus pares mexicanos – com seus títulos de nobreza venais, e com toda a admiração e ironia que isso implicava para a elite da metrópole. A totalidade da composição da alta classe é extremamente rica, situação essa que contrasta profundamente com a miséria da população em geral. Ao longo do tempo irá se verificar que essa desigualdade se aprofundará, de tal forma a criar novas tensões sociais; assim, o aumento demográfico gera a expansão da demanda e da economia do mercado interno – especialmente no setor do autoconsumo, alavancada pela expansão da capital mexicana e das zonas mineradoras –, sem o

correspondente aumento da participação popular no controle da terra, uma vez que ela está destinada para o aumento das culturas para exportação. Esse problema é possível afirmar estar na origem das primeiras manifestações de violência – sublevações – ocorridas nas zonas agrícolas tanto do norte – minerador – quanto do sul. Sublevações várias marcam aqueles anos – período da segunda metade do século XVIII – que ocorreram transformações administrativas mais significativas na colônia, tendo como ponto em comum o protesto contara peso do fisco nas atividades econômicas da colônia. Além disso, emerge outro problema, qual seja, a da população urbana que cresce mais rapidamente – imigração forçada dos camponeses aliado ao aumento natural da população – que as ofertas de trabalho na cidade não atende.

Após séculos de colonização, no final do século XVIII ainda se verificará que a minoria branca delega parte de seus poderes para uma alta classe indígena, a fim dela cumprir certas competências, comunicando-se diretamente com os demais índios, entretanto se verificará que essa classe alta indígena se revelará mais repugnante que seus mandatários, no trato e condução das atribuições a ela delegada. De fato, em cerca de três séculos de dominação espanhola, a contribuição indígena à demografia chilena, por exemplo, dá-se com a formação de um setor mestiço que, por sua vez, não procurou se distinguir dos brancos e assimilou a cultura espanhola. No fundo de todo problema da mestiçagem estava a questão da discriminação social que recaía sobre essas gentes. Essa discriminação racial – diferença de castas – é voltada para impedir que aquelas pessoas inseridas nos estratos urbanos mais baixos se elevem de posição social – por via da administração pública, do exército e da Igreja – e, caso alcancem algum sucesso econômico – situação muito rara, tendo em vista as dificuldades que o sistema colonial impunha a eles –, então a discriminação atuava para anular as conseqüências sociais de tal fato; as castas funcionavam, portanto, como elemento de estabilização social, segundo um modelo que já definia quem seria privilegiado e aqueles que seriam excluídos dos benefícios do sistema colonial espanhol. A questão racial revela que a sociedade colonial não é para todos, vale dizer, não tem espaço para todos. O espaço social colonial somente pode comportar uma pequena classe muito rica, ou seja, somente a um grupo muito reduzido é que teria garantido todos os benefícios de todo trabalho e esforço econômico-social despendido pelo conjunto de pessoas que aqui viviam; os esforços para ascender socialmente, no final do século XVIII, e os esforços para garantir o nível social alcançado aos descendentes – esse comportamento muito mais comum – já não é mais possível ser alcançado por muitos.

Uma das causas para o crescimento – em termos de violência mesmo – do sentimento antipeninsular, foi o fato de que os espanhóis vindos da Europa, após as reformas mercantis e administrativas dessa época, aqui vieram em grande número e se instalaram com arrogância e prepotência num espaço geográfico imenso, mas economicamente limitado, acentuando e exasperando uma luta pela sobrevivência – e pelos privilégios – já muito difícil. Mas se for observado que, dentro da cultura espanhola da época, havia uma ética – ou uma cultural – que definia quais seriam as causas que indicariam a uma personalidade a sua superioridade dentro da estrutura social montada, ou seja, dentro da hierarquia social e étnica da América espanhola, era grave o fato deles virem aqui e se assenhorearem privilegiadamente como vitoriosos das melhores posições da colônia sem terem lutado e vencido para merecerem o privilégio. A partir daí os mestiços, por exemplo, passam a tolerar menos as discriminações que lhe são impingidas pelos já nativos de origem espanhola, recrudescendo a violência e sentimento contra essa já tradicional separação hierárquica, e fazendo nascer nas camadas médias coloniais – numericamente mais modestas – um crescente descontentamento, uma vez que tal situação refletia sobre eles ao não mais encontrarem uma ocupação ou, ao encontrarem, verificar serem abaixo da dignidade deles – a que eles julgavam ter direito. O projeto colonial espanhol, o seu ordenamento colonial, e a cultura do ser humano que aqui aportou, acentuaram mais ainda as disparidades sociais. Tratava-se, portanto, de desequilíbrios fabricados pela ordem social colonial – e também pelos valores éticos que vigoravam e que estabeleciam uma hierarquia de ocupação, das mais dignas às mais indignas –, onde a extrema dureza da vida rural correspondia a poucas possibilidades de prosperidade econômica e social oferecidas pelo campo – tanto em terras onde a sociedade rural se dividia em senhores brancos e trabalhadores índios, quanto nas estruturas menos rígidas das colônias mais recentes. Nas cidades também se verifica a atitude de repugnância das pessoas aos trabalhos tidos como manuais, havendo uma procura muito intensa pelos empregos públicos, que tornava a máquina administrativa muito onerosa.

Os funcionários que metropolitanos que vinham trabalhar na colônia espanhola verificavam que havia o fato de que cada intendente era parte de um sistema de interesses localizados – havia grupos diferentes de interesses a partir da Espanha – e aqui encontraram um sistema de interesses já consolidados, de tal forma que eles não sabiam precisamente até que ponto os seus superiores na Espanha o teriam apoiado contra uma ofensiva tenaz e combinada a fim de disciplinar a vida a vidas administrativa e econômica da colônia, especialmente os desvios de condutas que eram praticados pelas elites locais. A corrupção

instalada diminui o poder dos agentes do rei e a margem de indisciplina dos súditos poderosos locais é ampla, embora não se externalize jamais em rebelião aberta.

No século XVIII, na América Latina, foi influenciado pela cultura e ideologia iluminista, que também procurou renovar a ideologia vigente na América espanhola. Entretanto, se verificará que essa renovação ideológica não teve um conteúdo revolucionário do ponto de vista jurídico, haja vista que foi uma ideologia transplantada que manteve-se fiel à Coroa, de tal forma que era esta – Coroa – a mais poderosa força de renovação dentro da América espanhola. Criticava-se tudo – economia e sociedade colonial, estruturas institucionais e jurídicas – menos a monarquia e o ordenamento e unidade do Império espanhol. Ademais, tanto na América espanhola quanto na América portuguesa, o iluminismo vigente não postulava uma ruptura com o passado mas, diferentemente, postulava a manutenção da tradição monárquica do século anterior, sendo que seus representantes iluministas professavam a sua fé na função renovadora da Coroa, enfim, sua fé no rei e no corpo místico do Reino.

No século XIX, com os problemas de comunicação entre a colônia e a Espanha, emerge um sentimento de autonomia nas gentes coloniais, entretanto, sentimento esse que estará vinculado principalmente com os ganhos da atividade comercial, do que propriamente com um sentimento de independência política. A política metropolitana e o vínculo da colônia com ela, passam a ser vistas como uma desvantagem, emergindo o desejo de ser formulado uma política comercial a partir dos interesses próprios da colônia. Com a inferioridade naval espanhola, as colônias se isolam cada vez mais de metrópole, reforçando a aspiração de autonomia comercial. Entretanto, do ponto de vista europeu, a Europa continental – onde se desenvolviam as guerras napoleônicas, e ávidos por produtos tropicais – e a Inglaterra – em busca de novos mercados, tendo em vista o fechamento daqueles da Europa continental –, não consideravam mais a América Latina como uma periferia sujeita apenas ao contrabando, como haviam procedido durante o século XVII, de tal forma que o sentimento ou intenção de autonomia – ou mesmo uma possível independência – econômico-comercial da região era muito pouco provável de acontecer realmente, como os fatos históricos que sucederam acabaram por comprovar. Se havia um sentimento de busca de independência na América Latina, essa independência tinha o sentido específico de estabelecer um vínculo mais sólido com as novas metrópoles econômicas, e assim serem considerados como iguais perante essas novas metrópoles.

O processo de independência da América espanhola se inicia com uma disputa entre elites nativas e elites metropolitanas sobre a administração dos negócios da colônia, enquanto

era incerto o futuro da monarquia espanhola diante da guerra movida pela França de Napoleão Bonaparte. Assim, forças peninsulares e nativas se defrontam para assumir o controle e administração das colônias respectivas, cujos resultados pendem para aquele grupo que possui maior poder de persuasão em termos de uso da violência; verifica-se que nessa época, rebeliões promovidas pelas elites locais foram reprimidas de forma muito severa, como se tratasse de uma rebelião de gentes humildes e não das gentes locais tidas como distintas, enfim, eles foram todos mortos. Esse movimento contrapondo elites nativas e metropolitanas tinham como pano de fundo ou problema chave a questão de saber quais seriam as futuras relações da metrópole com suas colônias e que posição ou lugar caberiam aos peninsulares e nativos nessas relações. Os movimentos revolucionários que haviam sido tentados até então buscavam retirar os espanhóis peninsulares do poder político, com a administração colonial francamente favorável aos peninsulares. O processo que iniciou a revolução na América Espanhola meridional estava marcado por um fundamento pacífico e de base legítima, enfim, uma ideologia independentista que não se mostrava claramente; ao revés, preferia esconder-se sob o manto da lealdade monárquica, bem como a conveniência e oportunidade de aliar-se mais imediatamente à Inglaterra, mas de olho em todos os novos centros europeus de economia mais desenvolvida. Tratou-se, assim, mais do que um duplo jogo político por parte dos revolucionários, uma vez que os revolucionários não se consideram rebeldes, mas herdeiros de um poder caído.

As revoluções que se processam sem violência, têm como centro de interesse o domínio político do *cabildo*, com as novas autoridades preocupadas em mostrar documentos que revelam a legitimidade de sua posição; renúncias e mais renúncias são apresentadas – não de todo espontâneas –, sendo que a preocupação com a exteriorização – aparência formal – de legitimidade e legalidade dos atos é a preocupação marcante e característica dos primeiros chefes do movimento de emancipação. As elites nativas procuram, a partir de então, imprimir uma reforma institucional de cunho liberal, tolerando uma certa participação no poder de outros estratos sociais, mas não concebem, nem apóiam, modificações muito profundas nas bases efetivas do poder político. Os adversários internos a essa elite nativa – funcionários, religiosos, militares espanhóis – usam seu poder contra um movimento que, se bem sucedido, também seria contrário a seus próprios interesses; defender sua posição social nas colônias era defender o domínio espanhol. A guerra civil que emerge é eminentemente das camadas dirigentes, mas que procurará cooptar e angariar adesões e alianças, em outros estratos sociais, fora de seu círculo de relações sociais mais imediatas. A luta entre elites peninsulares e elites nativas resulta na discriminação e estabelecimento de limitações e proibições por parte

do grupo no poder contra seus adversários. Assim, uma parte importante das classes altas é posta de lado – em Buenos Aires, os espanhóis peninsulares são impedidos de comerciar as varejo – reforçando uma guerra de tipo total – vida ou morte – transformando o caráter da sociedade hispano-americana como vinha se desenvolvendo; a repressão irá se utilizar de grupos vingadores contra os vencidos, restando impossível uma restauração acordada entre os diferentes grupos de elites em confronto anteriormente, enfim, a solução é uma solução final eliminadora da totalidade do grupo perdedor. Sucedeu que se estava difícil obter a reconciliação entre os grupos originais em conflito, era também porque as novas hierarquias que a guerra civil havia criado à margem, agora desejavam ser mantidas ou reconhecidas. A guerra civil, portanto, prosseguiu, e com o fenômeno do aumento de seus adversários antagonistas, bem como o conflito assumindo novo caráter, qual seja, a guerra civil acabou se transformando em guerra colonial.

Observa-se que a nova guerra – desta vez para a independência total da América espanhola – produziu líderes que, apesar do espírito liberal e revolucionário europeu que transitava em seus discursos, tinham uma visão conservadora sobre o futuro da América independente. Simon Bolívar nunca perdeu a fé na república, mas preconizava uma república autoritária sem cair no arbítrio pessoal; tudo indica que seu feito se tratava de uma revolução não liberal. De qualquer forma, a idéia de liberalismo hispano-americano era de uma fé numa ordem legal – que se venerava mas não se cumpria ou se obedecia.

A revolução pela independência no México se processou de forma diferente do que sucedeu na América do Sul; foi uma rebelião que iniciou-se com a insurgência de índios e mestiços contra a ordem estabelecida. O seu primeiro ato foi chefe revolucionário, Miguel Hidalgo, pároco de Dolores, que embora muito limitado, paradoxalmente conseguiu conquistar o consenso de multidões entusiásticas. Ele proclamou a revolução contra os peninsulares: pela independência, pelo rei, pela religião e pela virgem índia de Guadalupeo, praticando o massacre de soldados e notáveis locais, membros das elites nativas e metropolitanas refugiados num estabelecimento público de trigo da cidade.

A independência resultou em modificações muito pequenas na estrutura da sociedade local – mantendo-se velhos mandamentos – e os herdeiros dessa situação é que foram os principais responsáveis por isso. De fato, verificou-se que as modificações na estrutura social da América espanhola, se não eram as previstas, ainda assim eram decisivas; mas tudo indica que as modificações havidas não haviam conseguido penetrar nos esquemas ideológicos vigentes das gentes – elites – que resultaram das lutas. Todos os setores sociais da América espanhola foram atingidos pela revolução e seus efeitos. O que se tornou mais evidente e

cristalino foi o grau de violência que se verificou sendo praticado pelas gentes nessa época de lutas e mesmo depois que elas se encerraram. O fato é que a guerra de independência também será o motivo de vazão e exteriorização de um conjunto de conflitos e antagonismos, raciais, regionais e de grupos, há longo tempo reprimidos, e que transformaram o movimento revolucionário também numa sucessão de sangue e horror, conforme relatam os cronistas da época; as demonstrações da violência popular são incontroláveis, mas essa violência é apenas manifestação reprodutiva e reativa – imitação e reação – de um modelo de comportamento que apreendeu dos grupos de elite no poder. Os oficiais adquirem e consolidam rapidamente um espírito de grupo – espírito de corpo ou corporação –, tornando-se ao mesmo tempo um pesadelo e instrumento social de dominação e poder para o grupo social que desencadeou a revolução e ainda pretende continuar a dirigi-la; assim, o uso da violência acaba sendo uma prática comum na vida cotidiana das gentes hispano-americanas e acaba por dominar a sua vida e existência mais comezinha diária.

As novas repúblicas hispano-americanas emergem com um grande corpo de oficiais que não são desmobilizados após a independência, e para pagá-los é necessário o recurso de mais violência para obter meios cada vez maiores, extraídos de regiões já arruinadas pela guerra, reforçando a necessidade dos referidos militares. Em muitos países são criadas milícias rurais para manter a ordem local. A hegemonia militar, o peso das forças armadas, garante o início de um processo de democratização limitada, mas real, da vida política e social dos novos Estados, mas ao mesmo tempo garante que esse processo não avance muito, ficando restrito a um grupo limitado de pessoas, portanto, contendo uma possível extensão excessiva do mesmo dentro da sociedade. Desta forma, a democratização trazida foi limitada, e deveu-se a condições sócio-econômico-políticas locais, considerando as condições anteriores ao início do processo e a específica situação pós-revolucionária, sendo um aspecto marcante dessa democracia o fato de que, por volta de meados do século XIX, por quase toda parte, o instituto da escravidão é abolido na América espanhola, mas a população negra emancipada não será reconhecida como igual às gentes brancas e mestiças, passando a ocupar uma posição social de desigualdade diferente daquela produzida pela sociedade colonial antiga. Quanto a divisão de castas, não se verifica nenhuma mudança substancial na estrutura social vigentes até então, diferentemente do que sucede em relação a proprietários, comerciantes e advogados urbanos. As novas autoridades constituídas, inclusive, se revelam hostis às formas de organização comunitárias, não compreendendo – ou se recusando a aceitar – que são as circunstâncias factuais prementes que impelem os mesmos a reproduzir um tipo de organização social de moldes ainda antigo ou arcaico. Mas se a população indígena

conserva de fato e de direito o velho estatuto colonial em épocas iniciais já independentes, serão as gentes mestiças, os mulatos livres e todos aqueles que são inseridos juridicamente como população de segunda linha nas sociedades urbanas e rurais – as classes mais humildes que exercem atividades livres – que obtém maiores vantagens da transformação revolucionária.

Mas um fato permanece diante de toda essa mudança política, qual seja, o fato que em nenhum lugar desaparece a hegemonia dos proprietários, mesmo naquelas regiões onde a história registrou os camponeses revelando uma postura mais radical quanto à busca de maior igualdade, liberdade e participação. No Uruguai, por exemplo, foi exigido dos não-proprietários que se subordinassem e se sujeitassem como assalariados de um proprietário – a fim de rapidamente o país voltar a exportar produtos agrícolas e pecuários –, beneficiando este último e praticamente entregando em suas mãos papel preponderante no novo ordenamento rural. Assim, foram os próprios dirigentes mais radicais dos movimentos camponeses que acabaram destruindo sua própria obra, contribuindo para reproduzir o sistema de dominação e subordinação de uma massa de gentes historicamente excluída de direitos e de participação nos destinos da sociedade. Outros líderes foram mais conscientemente zelosos em abandonar as causas sociais iniciais que defendiam, a fim de angariar para si vantagens pessoais dentro de uma nova ordem sócio-econômico-política em edificação.

Em relação aos grupos de latifundiários, às camadas dos grandes proprietários, a revolução provocou tanto o fim quanto a emergência das gentes de tal estrato social. Se durante o período colonial essas gentes eram dominantes dominadas, vale dizer, apesar de pertencerem às camadas mais altas da sociedade colonial, tinham uma posição subordinada frente às demais elites, após a independência eles começam a ascender socialmente, tendo as elites urbanas que se acomodarem frente à nova realidade e distribuição de poder e forças sociais; de fato, as elites urbanas foram as mais prejudicadas pelos resultados do processo revolucionário, sendo alvo e sofrendo as primeiras repressões, bem como ficando mais pobres. Seus bens móveis são dilapidados pela guerra, assim como os bens institucionais – supostamente coletivos – como Igreja, conventos, corporações de comerciantes e concessionários de minas.

Já na origem do Estado português, a supremacia do rei é o elemento que marca as relações políticas entre rei e súditos. Como senhor do reino, o rei terá na terra seu instrumento por excelência de poder, a fonte maior das rendas. No século XIV, o patrimônio real era o

mais vasto do reino, ultrapassando em muito o do clero, e três vezes maior que a da toda nobreza da época, sendo que desse patrimônio emanavam as rendas que sustentavam guerreiros e funcionários reais. Entre o rei e os súditos não há intermediários: um comando e todos obedecem. Não há aliados ou sócios do rei; acima dele somente o Papa, a Santa Sé – o clero estava excluído; abaixo dele, apenas delegados, súditos e subordinados, todos sob suas ordens. No início da formação de Portugal foi traçado um limite rígido entre o exercício de um cargo e a propriedade privilegiada, estabelecendo-se circunscrições administrativas e militares, hierarquicamente distribuídos, mas todos os cargos de exclusiva escolha régia. A subordinação, especialmente da nobreza territorial e do clero, é fruto de uma longa batalha e que teve no uso da jurisdição, o poder de julgar, dizendo qual era o direito e o costume geral do reino, atribuído privativamente ao rei e revelando-se uma arma política fundamental. Por cerca de dois séculos da origem e formação de Portugal, a caráter patrimonialista do Estado se sacralizará indelevelmente, ficando sem distinção o que seria riqueza privada e riqueza pública.

Assim, Portugal nascerá como um reino onde o rei é o senhor de tudo; a legitimidade para tudo existir hauria dele, autoridade incontestável que nutria seu poder na propriedade fundiária, com sua exploração direta e indireta, e as diversas espécies de rendas que daí emanava, sendo que as rendas do comércio, especialmente o marítimo, desde cedo ficaram sob controle e domínio da Coroa. Portugal irá buscar no antigo império romano a sua sustentação política e jurídica; a constituição de Diocleciano moldará seu caráter político; o direito de Justiniano moldará seu caráter jurídico. As relações entre soberano e súditos seguirá sempre, por sete século – século XII ao século XIX –, uma só e coerente ideologia. O direito romano, assim, se impôs como modelo de pensamento e ideal de justiça, enfim, uma ideologia que foi se formando, germinando e se desenvolvendo obscuramente na sociedade nascente, tendo o clero um papel importante na naturalização da romanização da sociedade, utilizando-se do direito romano para essa tarefa, especialmente considerando que o referido direito justificava legalmente os privilégios previstos em seu bojo, e o mesmo era também um instrumento ideal para cumprir uma missão e afirmar um domínio. Também emerge um embrionário quadro de funcionários administrativos vinculados ao soberano para reforçar o Estado patrimonial nascente, tendo no direito romano seu estatuto legal, mas absorvendo seletivamente o que interessava da antiga ordem político-jurídica romana.

Na história da formação política da nação lusa, uma revolução é vencida pela burguesia comercial, erguendo-se a dinastia de Avis e fazendo perecer a dinastia Afonsina – aquela fixado, em 1140, pelo primeiro rei de Portugal. Um novo senhor centralizador do

poder – conforme ditava a tradição – e carismático, era o novo chefe político da nação, e a racionalidade da autoridade legal moldou intelectualmente o novo tipo de autoridade emergente. A burguesia se tornará servidora da monarquia, a nobreza abandonará suas pretensões de implantar o feudalismo em terras portuguesas. As conquistas burguesas são preservadas e a nobreza não desaparece nem perde seu papel e influência junto à Coroa, enfim, a burguesia conquistou seu lugar mas, sobre ela, havia uma cabeça, dona de maior riqueza, a propriedade virtual de todo o comércio. Assim, a revolução burguesa preservou a força autoritária da Coroa e continuou submissa a ela, diferentemente do que ocorreria no futuro em revoluções semelhantes no restante da Europa. O príncipe é o senhor de todos os lucros, vantagens e transações do reino, e é também o distribuidor de todas as vantagens materiais e simbólicas para as diferentes gentes do reino. Os novos tempos elegem cada vez mais a navegação oceânica – a grande empresa marítima e seus ganhos – como centro das atenções da Coroa, afastando-se da renda fundiária e da circulação promovida pelo comércio interno. Em nome do rei, o Estado emerge como agente econômico ativo do reino, forçando as casas senhoriais a lançarem-se em empreendimentos comercial-marítimos.

O precoce Estado patrimonial português fez emergir, também precocemente, um quadro administrativo vinculado diretamente ao soberano, de caráter ministerial, um grupo de conselheiros e executores junto ao rei e subordinado a ele, a fim de dar seguimento e implementação do projeto patrimonialista político-econômico português. Assim, a corporificação de seu poder se dará numa comunidade de gentes específica desse Estado, qual seja, o estamento. A ordem social portuguesa é formada de classes – nobres, cleros, burgueses – estamento e castas. O estamento é uma camada social e não econômica, sendo que o estamento português é de cunho político. Os estamentos florescem, de modo natural, nas sociedades em que o mercado não domina toda economia, a sociedade feudal ou patrimonial; os estamentos são órgãos do Estado. Assim, junto ao rei, livremente recrutada, uma comunidade – patronato, parceria, oligarquia – manda, governa, dirige, orienta, determinando, não apenas formalmente, o curso da economia e as expressões da sociedade, sociedade tolhida, impedida, amordaçada. O comércio, velho aliado do rei, não governa: mal logra estruturar a ideologia mercantilista, subjugado pelo estamento, com suas tradições, normas jurídicas, e pendores espirituais. As categorias tradicionais do clero, nobreza territorial e burguesia, se reduzem a participantes dos conselhos reais e dos círculos ministeriais, sendo que letrados e legistas ganham proeminência cada vez maior na estrutura administrativa portuguesa. Os legistas foram crescendo em importância a tal ponto de, no século XVI, serem

considerado já uma espécie casta em Portugal, uma comunidade onde todas as parcialidades se representavam.

Por essa época verifica-se que a troca de benefícios é a base da atividade pública, dissociada em interesses reunidos numa única convergência: o poder e o tesouro do rei. Nos séculos XIII e XIV, a costa portuguesa foi o cais europeu, concentrado o comércio do Atlântico, a troca de produtos locais, e o trânsito de especiarias vindas do Mediterrâneo; as atividades marinhas que se desenvolviam de um lado, para o Mediterrâneo e, de outro lado, para Flandres, acabaram se estendendo para o norte da África, França e Inglaterra. A empresa marítima – com todo os seus custos e investimentos – não encontrou na facção agrária do reino um elemento de obstáculo e resistência. Assim, Portugal, no século XV, fez-se plataforma para expedições ultramarinas, fruto de um lento, continuado e sólido contexto comercial de alguns séculos, e Lisboa fez-se uma cidade cosmopolita, centro e núcleo de irradiação de muitos comerciantes de toda Europa, e fazendo Portugal estabelecer um ativo comércio de transportes, empresa que acabou tomando conta da nação. A mercancia europeia, cujo setor mais moderno pertencia aos italianos, não se limitava ao transporte, a carregar e descarregar mercadorias, senão que se dedicavam às sutis e finas operações de dinheiro, assim, esses comerciantes, exportadores e importadores, banqueiros e intermediários, também constituíam, sob vigilância e a proteção real, o impulso das navegações, costeiras, primeiro, e ultramarinas mais tarde.

A conquista calculada de Ceuta, nessa trajetória de conquista do mar, foi uma guerra de conquista, voltada para atender nobres ociosos e sequiosos por postos rendosos; os homens do dinheiro viram o lucro fácil da empresa; o tesouro real teria grossas compensações. Homens se lançaram com energia e vida na conquista de honras, saques, lucros, alimentados por muita fé religiosa, e, à frente de todos, o escudo real. O estamento estava encoberto, mas representava a realidade do evento: cruzada, rapina, pirataria, comércio, dilatação do império e da fé. A escola náutica lusitana de Sagres é outro momento nessa trajetória, e se instaura convertendo definitivamente a aventura numa empresa, enfim, empresa marítima, racionalmente planejada e racionalmente expandida. Banqueiros italianos, flamengos e alemães estavam em Lisboa; os venezianos se tornaram os principais financiadores das expedições ultramarinas. O mercado principal de compra era a Europa e não o reino, e esse comércio era fundamental – condição indispensável – para o tráfico ultramarino; as compras da África e Ásia eram despachadas para uma rede comercial que se estendia da Itália até a Inglaterra. O monopólio régio se reduzia a uma superintendência comercial, orientadora da circulação. Este o marcante perfil do capitalismo monárquico português, politicamente

orientado. A Coroa dirige a empresa enquanto monopólio seu inalienável; as terras descobertas eram como se fossem conquistadas, e pertenciam de direito e de fato à monarquia. Sendo senhora das terras e das gentes, era também das rotas e do comércio.

E desse novo patrimônio vinha nova riqueza, por sua vez geradora de nova força política e econômica, aumentando a capacidade da Coroa distribuir benefícios – concessões de novos domínios, sem abrir mão do mando – entre seus súditos; a soberania da realeza é largamente dilatada. Fortalezas militares são construídas para garantir a posse das novas terras e a regularidade dos pagamentos devidos à Coroa. Nessas novas localidades se reuniam o colono, o militar, o mercador e o missionário; junto aos fortes erguem-se feitorias comerciais e igrejas. Portugal crescia, assim, pela ocupação militar, pela exploração mercantil e pela evangelização – constantes na história ultramarina. Mas essas conquistas, ao longo do tempo, irão afetar o rumo da formação política portuguesa, uma vez que passa a se verificar o aumento de servidores do Estado, engrossando o estamento instalado nas terras descobertas – África, Ásia e América – e, principalmente, no reino, todos atrás de ordenados e favores, com o rei pagando tudo, abusos e roubos, infortúnios comerciais e contratos fraudados. Esse sistema se enrijece e se congela, reproduzindo continuamente seus efeitos no corpo social; a atividade mercantil é praticada ao extremo delírio e não se desenvolve o capitalismo industrial; num determinado momento, tudo – bens de consumo – em Portugal era vindo de fora; seu artesanato interno e sua agricultura não supriam as necessidades nacionais.

A monarquia, em cada novo passo, compromete-se com o capitalismo internacional, nos empréstimos, contratos e compromissos. O capitalismo politicamente orientado, estruturado sobre o estamento, não haure energia íntima para se renovar, tornar-se flexível e ensinar a empresa livre. O estamento torna-se cada vez mais burocrático, preocupado e interessado em amparar as atividades que lhe fornecem os ingressos que, por sua vez, alimenta sua nobreza e seu ócio de ostentação. Por sua vez, os burgueses portugueses acabaram se afidalgando; o comerciante rico com o transporte, exportações e empréstimos, chegou até a renunciar a seus negócios, se radicando na terra e passando a reproduzir o velho estilo de vida aristocrático. É fato, então, que esse burguês se acomodou ao estado-maior dirigente português, que não deixava de agir triturando e cunhando interiormente o estilo de vida da elite de Portugal. Interessante é que esse estilo de vida nobre ibérico inculcava descrédito às práticas do homem de negócios e todos que se dedicavam a algum trabalho manual, pois os verdadeiros e elevados valores humanos eram os que consagravam a ociosidade letrada. O único setor social que ficou alheio a esses valores consagrados ao ócio e ao desprezo das atividades de negócios e trabalhos manuais foi a burguesia judia portuguesa,

muito significativa no século XIV, tendo sido preservada pela revolução que ergueu o Mestre de Avis, mas que posteriormente pagará muito caro pela sua postura de diferenciação e autonomia social.

De fato, a mentalidade portuguesa na época da expansão das atividades comerciais marítimas era predominantemente medieval, vale dizer, o pensamento econômico medieval enquadra a realidade – seja ela qual for – dentro de moldes que recusam o tráfico do dinheiro e do próprio comércio conforme a ideologia capitalista nascente. Observa-se que a realidade concreta estava se desenrolando nas atividades subterrâneas conduzidas por uma plutocracia européia instalada em Lisboa – sob conhecimento da Coroa e seu estamento – movimentando efetivamente os portos portugueses. Mas, apesar dessa realidade subterrânea, a prática do mercantilismo português obedecia a uma outra ordem de idéias, uma representação subjetiva conforme uma ideologia do comércio fundado no pensamento medieval, qual seja, os interesses econômicos se subordinavam à salvação da alma, verdadeiro fim da vida, entendida a atividade econômica com integrante da conduta moral, ditada pela moral teológica. Os motivos econômicos, extraviados de suas aspirações éticas, seriam suspeitos de pecado.

Para um dos mais respeitados pensadores do século XIV, o comerciante, se vende íntegra e intransformada uma mercadoria, deve ser expulso do templo de Deus, como praticante da usura. Era comum ser declarado que nenhum valor possuíam as coisas materiais, coisas fundadas na cobiça, valendo somente porque poderiam ser dadas, sendo condenada a usura, os empréstimos e a cobiça dos bens materiais – conforme o pensamento tomista dominante, e essa ética medieval, tomista, sobreviveu durante o período de expansão ultramarina de Portugal, inspirando os seus feitos, ética sustentada no pensamento dos letrados e da corte. Talvez essa ética contribua para explicar a expulsão dos judeus e suas riquezas do território português no século XV; o dinheiro – e seu poder – tinha que estar fundido na ordem estatal e no estamento, e os judeus eram uma categoria social autônoma, independente, portanto, agora um grupo estranho, anormal, perturbador e que não tinha, por isso, a solidariedade da nobreza política, enfim, gentes que não mereciam reconhecimento. Os judeus comerciavam e trabalhavam, não viviam parasitariamente na corte, de sinecuras honoríficas; a ordem econômica, tal como estruturada secularmente, estava ferida e ameaçada pelas práticas e ética judias. Assim, essa ideologia e ética medieval não fazia desenvolver e amadurecer em solo português as atividades econômicas conforme demandava os novos tempos, o que veio ocorrer somente no século XVIII – reformas do Marques de Pombal –, com a decadência do comércio ultramarino.

O mercantilismo tinha que conviver, até essa época, com o direito canônico, que condenava a usura, sobrevivendo na prática somente à margem da lei. Até as reformas pombalinas, a ideologia ou racionalismo vigente em Portugal era a escolástica aristotélica e tomista. O fato é que a situação foi sustentada e chegou a tal ponto de discrepância, que a diferença entre prática e pensamento levava inevitavelmente a considerar como hipócrita a atitude das camadas dominantes. A ideologia coerente com a realidade seria o mercantilismo, só tardiamente afirmado pelos escritores portugueses. Mas o tipo de mercantilismo adotado pelos portugueses e transmitido ao Brasil tratava-se de um mercantilismo paradoxal, ativo nas medidas administrativas e na ação e governo, negado na doutrina e nos debates teóricos mesmo na época das doutrinas liberais. O mercantilismo empírico português, herdado pelo Estado brasileiro, fixou-se num ponto fundamental, inseparável de seu conteúdo doutrinário, disperso em correntes, facções e escolas. Este ponto, claramente emergente da tradição medieval, apurado em especial pela monarquia lusitana, acentua o papel diretor, interventor e participante do Estado na atividade econômica. O Estado organiza o comércio, incrementa a indústria, assegura a apropriação da terra, estabiliza preços, determina salários, tudo para o enriquecimento da nação e o proveito do grupo que a dirige. O mercantilismo opera sob tal constelação, como agente unificador e centralizador, versado contra o disperso e universal mundo da Idade Média. O Estado, desta forma, elevado a uma posição prevalente, ganha poder internamente contra as instituições e classes particularistas, e, externamente se estrutura como nação em confronto com outras nações. Do seu seio, mediante esse estímulo, floresce o absolutismo, consagrado na razão de estado.

O tipo específico de mercantilismo praticado por Portugal – e importado para a América portuguesa – é que bastava muito comércio e a vinda de moedas para os cofres do Estado que suficiente seria para promover a riqueza da nação. Essa ilusão monetária cegou – e talvez ainda cegue em tempos contemporâneos – a economia nacional para a necessidade de, paralelamente ao comércio, promover o desenvolvimento da economia agrária e industrial interna, a fim de promover efetiva poupança nacional, uma vez que, sem fixação de fontes produtoras nacionais fundadas na agricultura e na indústria, todo dinheiro acumulado com o comércio é destinado para adquirir bens que são necessários para a subsistência e sobrevivência da nação. O fato é que o comércio externo foi desenvolvido descolado das atividades agrícolas e industriais internas, e o país não acumulou capitais; toda prata e ouro acumulado acabava nas manufaturas e outras cidades européias. Objetivamente isso tudo era o resultado da uma longa história do sistema de verdadeira especulação que foi o empreendimento econômico português, a mola, por alguns séculos, da riqueza fruto do golpe

audaz, do expediente astuto, da aventura temerária, e não do trabalho continuado, do cálculo e da poupança. No plano das idéias e do pensamento, a cultura portuguesa se notabiliza, assim, por importar pensamentos, e de forma tardia – e quando a realidade a qual vai ser aplicado o pensamento já é tumultuária, há muito reclamando uma reforma intelectual que corresponda na ordem prática da vida –, levando ao atraso científico e ao enrijecimento do direito – a favor do estado-maior de domínio. A utilização técnica do conhecimento científico, uma das bases da expansão do capitalismo industrial, sempre foi, em Portugal e no Brasil, fruta importada. Não brotou a ciência das necessidades práticas do país, ocupados os seus sábios, no tempo de Descartes, Copérnico e Galileu, com o silogismo aristotélico, desdenhoso da ciência natural.

A vida intelectual – depois da época quinhentista – ficou reduzida a comentários; comentar livros antigos, dedicar-se a sutilezas formais, ao jogo verbal de ilusões, distante do espírito crítico e experimentalista que varria a Europa, andando para trás ou caminhando de costa pra o futuro; a revolução científica europeia do século XVII passou ao largo de Portugal, permanecendo o país uma cultura e mentalidade medieval, com a ciência se fazendo para as escolas e para os letrados, mas não para a nação, para suas necessidades materiais, para sua inexistente indústria, sua decrépita agricultura, ou seu comércio de especulação. Nesse contexto intelectual, o direito português – consolidado precocemente – se notabilizará por servir mais à organização política que ao comércio e à economia particular.

O Estado português, assim, edificou-se – a partir da Casa de Avis – envolvido por uma camada de domínio, um estado-maior de governo, o estamento de feição burocrática. O alimento dessa estrutura foi dado pela classe comercial, ao mesmo tempo fornecedora das vantagens materiais e lucros que sustentavam o Tesouro Real, mas ao mesmo tempo, desprezado e aviltado pelo estamento. Esses dois grupos estabelecem relações apenas de ordem econômica, com estilos de vida totalmente diferentes: o estamento é aristocrático, está junto da corte, influenciando as decisões da Coroa. Se o comércio enriquece, o estamento consome senhorialmente; o único plano que as duas classes se entendem é no fomento das navegações, principalmente, dos lucros dele emanados, mas a partilha desse ganhos divide as duas classes. É no rei que reside a junção do comércio com a ética: o comércio em suas mão é obra de Deus e necessária à pátria. O reino se transforma numa vasta casa de negócios, uma vez consagrado o absolutismo; todos estavam a serviço do rei. Se os nobres não podiam comerciar, é certo que os frutos do tráfico acabavam em seus deleites e benefícios. Mas ao final de tudo, o sistema apresentava-se coerente no seguinte sentido: o reino entregava a sobra mais suculenta da presa para banqueiros italianos e do norte da Europa – Holanda e

Alemanha, como os Fugger, Welser, Hochstötter, Affaitati –, ficando apenas com sobras ostentatórias para a nobreza militar e a nobreza de funcionários.

Órgãos administrativos se expandiam, aumentando o número de funcionários e delegados do rei, e o Estado arcava com todos os compromissos financeiros da empresa ultramarina, além de todos os funcionários e militares que vigiavam o comércio, chegando a um ponto de estar sempre beirando a ruína. Cargos e graças começaram a ser vendidos pelos seus beneficiários; a corrupção grassa solta e uma estirpe e fidalguia – avessa ao trabalho – começa a conhecer a miséria. A corte – dos senhores e embaixadores – é o centro dos pretendentes das mercês econômicas, de cargos, capitânias e postos militares. A linhagem já quase nada vale, muito menos o merecimento, a conquista ao emprego, ao posto, à dignidade se faz à custa da intriga bem tecida, da conversa doce. O funcionário está por toda parte, dirigindo, controlando e limitando a economia, preocupado em se perpetuar no exercício da parcela de poder que acompanha o cargo; trata-se de uma pessoa que se deixa subornar, se corromper, especializando-se na arte de furtar, enriquecendo no exercício do cargo. Não satisfeito, os funcionários se especializam na arte de acumular dois a quatro cargos, e cultivando o ócio. Esses funcionários – membros do estamento – ocupam o lugar da velha nobreza, reproduzindo a antiga ética e estilo de vida, com muito luxo, gosto suntuário e casa ostentatória; o consumo improdutivo lhes transmitindo prestígio e poder – entre seus pares, o príncipe e as massas – sugerindo gentes de grandeza, importância e força, tudo sustentado pelo Tesouro da Coroa. Lisboa torna-se capital dos fidalgos ociosos, dos plebeus mendigos e os rufiões, com uma camada superior que desdenha o trabalho e a produção, tudo que consumiam era importado, às custas de dinheiro do comércio que não parava em Portugal. Trabalhar é indigno; uma fábrica, uma oficina, uma exploração agrícola ou mineira, são coisas impróprias da fidalguia. O preconceito universal contra o trabalho manual é que ele é um símbolo servil.

A conquista da América portuguesa se insere dentro do movimento social europeu da época, onde a Península Ibérica se lançou como nações comerciais, erigindo uma sociedade monárquica de moldes patrimonial – com um estamento poderoso em Portugal –, e a conquista das rotas do Atlântico sendo uma decorrência da política comercial que impulsionava todo o conjunto dos diferentes mundos sociais europeu da época. Para Portugal, as descobertas de novas rotas comerciais significavam exclusividade na exploração delas, garantindo ingressos monetários seguros e perpétuos – enquanto fossem mantidas as regras e poderio do sistema político-econômico internacional da época – para Coroa, sendo esta a

grande negociante da nação, e fonte de todas as riquezas, privilégios e ganhos materiais e simbólicos da nação. O mapa definitivo do Planeta foi definido por esses navegadores portugueses e espanhóis que efetivamente realizaram o feito de integrar o Atlântico na civilização europeia ocidental. Os portugueses – junto com os espanhóis – fizeram das novas terras descobertas e das rotas marítimas de comércio, o maior negócio do Planeta da época com base em especiarias e metais preciosos, e agricultura em larga escala de produtos tropicais, tráfico de escravos, indústria naval, tudo voltado para atender o mercado consumidor europeu do período, do mediterrâneo ao norte da Europa.

A descoberta do Brasil é episódio da expansão ultramarina de Portugal. O descobridor queria de imediato saber de ouro e prata das gentes nativas que aqui encontrou. O comércio é a razão primeira da nova terra; verificaram que era uma terra sem ouro e prata, nem trigo, nem gado, nem ferro, nem vinho; enfim, uma terra desprezada de nascença pelo traficante. Mas havia gentes pobres e miseráveis em Portugal, gentes excluídas dos séculos de ouro das expansões marítimas portuguesas, e as novas terras descobertas eram um paraíso para essas gentes, e prometia ao imigrante potencial sua libertação do trabalho, pois o suor e fadiga do indígena enobreceriam o colono. A conquista da América portuguesa se inicia com o pau-brasil – um símile das mercadorias orientais – com a instalação de feitorias – não a colonização ainda – para sua exploração, descobrindo-se, cedo, que os autóctones não haviam nascidos para serem escravos e obedientes ao invasor. Em tudo, o mesmo modelo das terras descobertas como negócio do rei. Essa empresa colonizadora era do mesmo tipo de capitalismo comercial, politicamente orientado, que sempre marcou as empresas de Portugal após a revolução de Avis. O objetivo último é tudo fazer para consolidar bases comerciais no Novo Mundo. Nesse contexto, povoar a terra era necessário, obras auxiliar da conquista, e incluía a permissão para casar “gente baixa” com as mulheres nativas da terra. O casamento racial era parte de um jogo de conveniências e fixaria essas gentes na terra.

As vilas se criavam antes da povoação, a organização administrativa precedia ao afluxo das populações. Prática que é modelo da ação do estamento, repetida no Império e na República: a criação da realidade pela lei, pelo regulamento. A economia e a sociedade se amoldarão ao abstrato império das ordens régias; a América seria um reino a moldar, na forma dos padrões ultramarinos, não um mundo a criar. Muita terra foi distribuída, porque seu valor era muito baixo; uma vez que o indígena era inviável para ser utilizado como escravo, o escravo africano tornou-se necessário, mas ele era muito caro. Para o cultivo da terra eram necessários escravos, caros e difíceis, cujas terras representavam 10% do valor deles; a riqueza não era a terra, mas o escravo, e ele seria a chave da prosperidade, o lado mais

instável e sensível da empresa. O açúcar para exportar ingressaria no circuito internacional comercial que tinha centro na Europa; o setor mais dinâmico do engenho seria externo, qual seja, o das transações internacionais, que orientava o açúcar ao mercado e trazia o escravo, à custa de juros mordentes e lucros extorsivos. Aí entrava o comércio, numa rede que envolvia e atava donatários, senhores de engenho, mercadores, não raro com empresas organizadas. O mundo luso-americano, nessa época, será um mundo preocupado com o lucro fácil, capaz de permitir o regresso a Portugal.

Emerge o Governo-Geral em 1548 – quinze anos após a instalação das capitânias hereditárias – em busca de mais lucros; centralização de poder que faria a Coroa ganhar muito mais rendas do que se mantivesse o sistema de donatarias. O domínio das novas terras será sob signo autoritário, e sua população se subordinará pela via da impiedade e violência. Fundam-se os primeiros municípios na América portuguesa, lembrando os antigos municípios portugueses e suas funções políticas e econômicas; na América ele será elemento de povoamento e também para impor disciplina aos moradores, além de transformar as rendas e tributos em moedas de forma muito fácil. Os municípios visavam, antes de tudo, a manutenção da ordem e a obediência ao soberano, sendo que o pelourinho – coluna de pedra ou de madeira, para atar os desobedientes e criminosos, a fim de açoitá-los ou enforcá-los – era o núcleo legal fundamental do sistema político-econômico-jurídico da colônia. Ele era instalado na alfândega ou na igreja, que indicavam a superioridade do rei, cobrador de impostos, ao lado do padre, vigiando as consciências. Observa-se, assim, que desde o primeiro século da história brasileira, a realidade se faz e se constrói com decretos, alvarás e ordens régias. Qualquer ameaça à disciplina das ordens superiores, a camada governante intervinha com a repressão violenta e impiedosa ou pela transação conciliadora, processo constante da vida colonial que será legada ao Império e à República. Falar alto e firme ao rei não seria tolerado, em nenhum momento, expressão criminosa de anarquia.

A ascensão da dinastia de Bragança – na Restauração da monarquia portuguesa que estava em mãos de espanhóis –, com a ajuda dos luso-americanos, não implicou em maiores franquias locais. D. João IV instaura na colônia uma centralização repressiva, cujo regime das minas, na virada do século, iria consolidar ferreamente. Por essa época, as câmaras municipais estão polvilhadas de caudilhos locais e serão convertidas em órgãos inferiores – e subordinados – da administração geral das capitânias. Toda iniciativa colonial é sufocada, atingindo seu ponto culminante com a descoberta das minas e dos diamantes, tudo voltado para carrear mais recursos – todo recurso possível – para Portugal restaurado. Nas situações extremas de rebeldia, soldados conseguiam de todos a obediência ao rei, um soberano que só

cuidava de sua colônia para retirar rendas e direitos, sendo que as gentes todas usavam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, para desfrutarem dela e a deixarem destruída.

A conquista dos sertões iniciou-se com iniciativa oficial, em direção ao sertão do São Francisco; na primeira metade do século XVI, de várias capitanias partem expedições que atravessam o sertão mas não o dominam. Ao sul de São Vicente, onde a cana não vingara, uma nova camada social, os conquistadores – os bandeirantes são sua face paulista –, irá adentrar em todas as direções do território, num movimento de expansão territorial em direção ao interior, e que marcará a história do Brasil dos anos 1500 aos anos 1700. Esse conquistador era caçador de índios, buscador das minas e rastreador dos campos de criação, inclusive aqueles que eram contratado para inclusive fazer guerra contra os índios a fim de pacificar certas regiões. A herança desse conquistador será o coronel e o capanga, o fazendeiro e o sertanejo, o latifundiário e o matuto, o estancieiro e o peão. Esses conquistadores serão os caudilhos coloniais. O ciclo do ouro do século XVII coincide com medida centralizadoras e absolutista de Portugal restaurado, com os paulistas ocupando postos civis e militares sob vigilância do rei; o agente régio substitui, controla e domina o conquistador, caudilho, potentado. Na guerra dos emboabas, é a lei do reino que se estabelece, e não dos sertões. A autoridade faz calar os rebeldes, velando pela exploração mineradora e pelo comércio, utilizando-se da violência militar, policialismo e espionagem, destruindo todas as fontes de autoridade local vinculada e solidária aos interesses da população. Vilas e comarcas se dividem, a fim de atomizar as hostes de caudilhos. Assim, o poder autoritário e repressivo sempre se pôs alheio e distante da sociedade, amputando os seus membros resistentes, a ordem se traduz na obediência passiva ou no silêncio. Cria-se, em toda parte, o sentimento de rebeldia informe, que se traduz em estranho conflito interior, com a vontade animosa na propaganda e na palavra, débil na ação e arrependida na hora da consequência. O inconfidente é bem o protótipo do homem colonial: destemperado e afoito na conspiração, tímido diante da armas e, frente ao juiz, herege que renuncia ao pecado, saudosos da fé.

De fato, Portugal somente decide intervir de maneira mais incisiva e enérgica nos negócios de suas possessões americanas com a descoberta do ouro, mas com uma energia marcadamente repressiva e policial, a fim de absorver tudo que lhe traga proveito mais imediato, não para edificar algo de caráter permanente em novas terras. O caráter autoritário e sem freios na imaginação repressiva e policial revelou-se mais precisamente na conhecida “Demarcação Diamantina”, vale dizer, espécie de Estado dentro do Estado, com seus limites rigidamente definidos, e que ninguém pode transpor sem licença expressa das autoridades.

Nesse ambiente social emerge e fortalece uma prática social altamente perniciosa para a integração e confiança entre as gentes, qual seja, a devassa geral, que se conservava sempre aberta era como uma teia imensa, infernal, sustentada pelas delações misteriosas, que se urdia nas trevas para envolver as vítimas, que muitas vezes faziam a calúnia, a vingança particular, o interesse e ambição dos agentes do fisco. Assim, foi essa a circunstância que fez Portugal se interessar pela sua colônia americana, ou seja, o descobrimento das minas, especialmente as de diamantes, determinando a sua intenção de por ordem em sua possessão, mas ordem essa que significava o uso da tirania por parte daqueles que se interessavam em ter mobilizadas todas as forças econômicas do país para lhe desfrutarem, sem maior trabalho, os benefícios.

No século XVI, o Estado patrimonialista-estamental português é um espaço de poder centralizado; o funcionário é o outro eu do rei sempre onipresente. O sistema é o do “manda quem pode e obedece quem tem juízo”; o funcionário é a sombra do rei, de um rei que tudo pode. Os funcionários têm ordenados que pouco crescem ao longo dos anos, favorecendo a corrupção e o uso da violência. Nas colônias pratica-se a rapinagem a distorção de textos legais favorecedores de vantagens pessoais e avareza, ensejando um grito de revolta contra esse domínio do funcionário. O cargo público transforma o titular em portador de autoridade e incute-lhe uma marca de nobreza, infundindo o acatamento aristocrático ao súdito, suposto homem bom, de boa linhagem, um fidalgo limpo de sangue. Nesse ambiente, emerge a venda de empregos, enriquecendo mais a burguesia, que age para se incorpora à nobreza e reproduzir seu modo de vida e consciência social; todos querem um cargo público para ascender socialmente e, finalmente conseguir atingir o afidalgamento. Se a hierarquia da administração colonial era verticalmente formada, essa estrutura, na prática, era complexa, confusa e tumultuária da vida e realidade local, com atribuições mal delimitadas e frouxos vínculos hierárquicos – e assim todos acabavam se dirigindo ao rei diretamente. O governo é um governo fluído, através de seus órgãos colegiados e da hierarquia sem rigidez. O que os juristas e burocratas portuguesas fazem aqui revela sua falta de força criadora, enfim, transplantam e importam ao invés de adaptar e construir, com bases em rígidos – hieráticos, sagrados – pensamentos que deveria ser realizados. O fato é que toda essa estrutura irá se acomodar ao sistema de proteções e desvios que caracterizará fortemente o sistema político-econômico-social português de dominação. Tudo era aparência que dissimulava o domínio e centralização monárquica, todos se tornando, inevitavelmente como simples executoras de ordens superiores. O quadro administrativo da colônia se completa com a presença de quatro figuras, que acentuam e reforçam a autoridade metropolitana: o juiz, o cobrador de tributos e

rendas, o militar e o padre. A justiça era tardia, incompetente, cruel, permeada de práticas mentirosas e trapaceiras.

No final do século XVII, a América portuguesa é apenas um centro produtor de açúcar, com uma zona periférica fornecedora de mão-de-obra e animais. Nas zonas periféricas da colônia portuguesa na América, por essa época – final do século XVII e início do século XVIII – ainda sobrevive a exploração da madeira, ouro e pedras preciosas extraídas em pequenas quantidades, artigos artesanais produzidos pelos indígenas da América portuguesa e obtido mediante trocas junto às fronteiras das zonas açucareiras. Começa a adquirir importância a criação da pecuária, mas também continua a caça ao indígena local, para fins de utilização como mão-de-obra, caça humana essa desenvolvida na região correspondente ao atual Brasil central. Num momento de crise conjuntural mundial do mercado açucareiro, a indústria açucareira, por esse período de dificuldades econômicas, se defenderá através dos escravos indígenas, pois atingida profundamente em suas finanças não tem como arcar com os custos dos escravos africanos. É nesse contexto que as pessoas e animais presentes no interior da colônia luso-americana adquirem um novo valor para a economia colonial com um todo. Nessa região açucareira, economicamente verifica-se um sistema que não é marcado pela busca racional do lucro, como se verificava, no mesmo período, para a produção açucareira nas Antilhas; nota-se que nas relações sociais – marcadas, anotam alguns, pelo patriarcalismo –, os negros são inseridos nelas, estabelecendo uma base de afinidades étnicas, mas preservando-se aquilo que eles herdaram de suas tradições africanas após a sua transplantação forçada em terras coloniais americanas. O fenômeno da África continuará a ser uma presença muito viva nessa colônia, acentuado pelo fato da escravidão – e seu comércio de importação – nela ter vigorado até final do século XIX, fenômeno que não se sucedeu para os negros levados escravos para os EUA e os das antigas Antilhas Britânicas.

Mas também havia outra zona geográfica periférica à cultura da cana-de-açúcar, com uma população mestiça, que é característica dos criadores de gado da região litorânea norte da colônia, atual região nordeste do Brasil. Nessa zona geográfica e econômica periférica da América portuguesa, a vida é mais simples, dura e difícil, se comparada à zona açucareira. De qualquer forma, as duas zonas de ocupação têm em comum o fato de possuírem uma população muito escassa, e que expande-se rapidamente num espaço geográfico não limitado por obstáculos físicos importantes, a não ser as distâncias que separavam as ocupações. Até início do século XVIII estima-se que a população na colônia portuguesa era em torno de quatrocentas mil pessoas, sendo a população negra a maioria, mais que os brancos e mulatos juntos, e os mulatos eram em maior número que os índios subjugados, de tal forma que, para

um espaço geográfico estimado em três milhões de quilômetros quadrados, havia uma população que ocupava amplamente este espaço. Em 1698 é descoberto o ouro na colônia portuguesa e, trinta anos mais tarde, o diamante; tais fatos mudam o destino colonial da América portuguesa, verificando-se que até mesmo proprietários de pequenos engenhos, com todos os seus escravos, partiam para tentar a fortuna buscando fragmentos de ouro aluvial e pepitas. A indústria mineradora produziu nova riqueza para a colônia portuguesa, de tal forma a retomar e intensificar a importação de escravos. Mas entre o final do século XVIII e início do século XIX, as minas tradicionais já haviam esgotado suas possibilidades e os recém-chegados se dirigiam em direção mais ao interior central, na zona geográfica hoje correspondente a Goiás e os dois Mato Grosso. Depois do esgotamento da indústria mineira – cujo luxo arquitetônico da cidade de Ouro Preto representa o auge de seu esplendor –, tais estabelecimentos passaram a se dedicar à criação do gado, com a dificuldade de que essa atividade dificilmente se inseriria nos produtos comerciados com a metrópole portuguesa e a Europa.

O Brasil dos aventureiros e prospectores dos metais e pedras preciosas dirigiu-se, de modo irreversível, em direção ao extremo norte da colônia e ao extremo sul, em busca do desbravamento – e riquezas – das últimas fronteiras da colônia luso-americana. Já no século XVIII, o extremo sul será palco da economia da pecuária, e no extremo norte, verifica-se que o regime de ventos, presentes no atual Maranhão, permitia uma rápida comunicação – navegação à vela – entre essa zona geográfica colonial e a metrópole portuguesa, muito mais que nos demais portos presentes de norte a sul da colônia. A agricultura não baseada na cana-de-açúcar aproveitou-se do momento econômico e político mundial da época, tirando vantagem da revolução industrial em curso na Europa e das guerras do período.

A América portuguesa, no início do século XIX, é uma colônia cheia de contrastes econômicos, onde uma aparência de prosperidade convive com profundos desequilíbrios de desenvolvimento econômico e social. Observa-se que já no início do século XVIII a economia portuguesa estava totalmente inserida na área de influência britânica, de tal modo que o ouro produzido na colônia americana – e a prata espanhola também, que passa pela América portuguesa – tem na metrópole apenas um centro de trânsito, sendo que é mais o ouro do que a prata que os britânicos desejam preferencialmente, a tal ponto que alguns historiadores afirmarem que é esse ouro português sul-americano que será uma das principais causas da revolução industrial inglesa. O acordo entre Portugal e Grã-Bretanha, no aspecto comercial, garante a proteção da produção vinícola da metrópole, entretanto, nada oferece como defesa para a produção colonial da América, portanto, cujos produtos muito dificilmente chegam a

ser inseridos dentro do mercado de consumo britânico. O açúcar sempre esteve presente, em todas as épocas, como um item importante de exportação, se não de forma absoluta, pelo menos relativamente; no auge da extração aurífera, o ouro e o açúcar eram os dois únicos itens de exportação da colônia em direção à Europa, política colonial de produção e exportação que era a mesma praticada pela América espanhola. O setor açucareiro também contribuiu decisivamente para o crescimento demográfico na colônia. É na atual Bahia que na época – século XVIII – se concentrava a maior parte da população da colônia luso-americana, sendo 50% negros e escravos – uma escassa minoria não escrava –, 23% de brancos, 7% de índios e os demais mestiços e mulatos.

Com a intensificação da imigração proveniente da metrópole, produziu-se um equilíbrio social diverso do que sucedia no restante da América Latina; tanto no norte litorâneo quanto no centro litorâneo – atual Rio de Janeiro – já existia uma elite de senhores de terra estreitamente ligados ao mercado metropolitano e europeu, fato que não ocorreu na América espanhola – senhores das terras vinculados ao mercado ultramarino. Essa elite senhorial local era uma camada muito forte – economicamente e politicamente –, de tal forma que todos os ordenamentos rurais que se referiam à colônia, necessariamente deveria ter a sua apreciação e aprovação. Na região interior mais central e mais ao extremo sul da colônia luso-americana, não há nada existente e semelhante a essa classe senhorial local poderosa. É de se notar, por essa época, que a grande propriedade, como na América espanhola, é a regra geral, sendo construída com base em patrimônios privados modestos frente à dimensão das terras possuídas, com apenas uma parte da produção direcionada para o mercado internacional. Os senhores das terras locais não são tão independentes quanto os comerciantes das cidades; constata-se que os proprietários de gado local – correspondentes àqueles que se estabeleceram no atual sertão nordestino e no extremo sul da América portuguesa – possuem uma sólida base de poder local, onde a ordem da zona geográfica onde se localizam é mantida – e as vezes perturbada – por esses proprietários e seus pequenos exércitos privados. Nas cidades é onde está estabelecida uma antiga tradição mercantil. A classe social de produtores e comerciantes, na América portuguesa, desenvolve-se de forma diferenciada ao que se verifica, no mesmo período, na América espanhola; o setor agrário luso-americano é amplo, com produção dirigida para o ultramar, e setor esse controlado por uma classe homogênea de grandes proprietários de terras. Constata-se, também, que Portugal, diferentemente da Espanha, possuía estruturas econômicas mais fracas, não conseguindo impor e fazer valer firmemente uma política colonial, como a Espanha realizou. Essa debilidade de um Portugal territorialmente pequeno, frente a uma colônia territorialmente extensa, reflete-se nas relações

sociais; na segunda metade do século XVII, observa-se que a América espanhola estabeleceu uma administração colonial muito coesa – equilíbrio de forças entre os agentes que garantem uma união econômica entre a metrópole e a colônia – e isso foi alcançado pela América portuguesa muito mais tardiamente.

Diante disso, não deixa de ser considerado que o Brasil primitivo, aquele das capitânicas, é também um conjunto de estabelecimentos comerciais privados sobre a costa americana; os primeiros conquistadores, portanto, e seus descendentes, bem como as pessoas que posteriormente aqui vieram com seus capitais, eram donos privados das concessões recebidas e angariaram forte poder local por sua posição na sociedade colonial, de tal forma que, quando a administração real substituiu aquela dos donos das concessões, ela teve que se apoiar nas situações particulares e locais de poder – fruto de cerca de duzentos anos de exercício local do mesmo – em proporção muito maior do que a verificada na América espanhola. A América portuguesa se iniciará como um conjunto de estabelecimentos comerciais de escassa rentabilidade, e somente com o ciclo de produção e comércio da cana-de-açúcar – com a riqueza que o açúcar produziu – é que começará a formação de uma classe de grandes proprietários de terra, cuja mão-de-obra é formada por escravos negros e adquiridos pelos proprietários a preço de mercado – e não mediante uma concessão de mão-de-obra mais ou menos gratuita da Coroa, como se sucedeu na América espanhola. O sistema administrativo aqui montado, portanto, não deixa de transparecer que acaba colocando a Coroa portuguesa como dependente, dividindo suas prerrogativas com as instituições criadas localmente, instituições essas com funções muito similares às congêneres espanholas, mas com significado bem diferente. Os conselhos comunais são similares, por estrutura e origem, àqueles da América espanhola, ou seja, são também, fortalezas das oligarquias locais, que se renovam por cooptação, por herança ou por aquisição do cargo. Dessa realidade colonial resulta uma diferença essencial do ponto de vista econômico entre os dois tipos de colonização empreendida na América, qual seja, na América espanhola, a propriedade da terra e a riqueza nem sempre estão ligadas; já na América portuguesa, ocorre o inverso e, por isso, a classe dominante dispõe de um poder que falta freqüentemente à sua congênere da América espanhola.

Por ocasião da vinda da família real para o Brasil, verificava-se que Portugal, diante do quadro europeu de convulsão ideológica e política – com reflexos bélicos – procurou se inserir dentro de um bloco contra-revolucionário, mas acabou se refugiando numa neutralidade com o temor, pelo mar, da potência naval britânica, e por terra, da força militar francesa, especialmente devido à aliança franco-espanhola. O Bloqueio Continental imposto

por Napoleão Bonaparte – voltado para impedir o comércio da Grã-bretanha com a Europa continental – não fez Portugal alterar sua posição, procurando conservar sua neutralidade e as comunicações com suas colônias; para a sustentação econômica de Portugal, era fundamental alinhar-se com a Grã-Bretanha. Diante das conseqüências dessa decisão, a família real portuguesa é obrigada a fugir para o Rio de Janeiro em 1808. Com essa decisão da corte lusitana, a vida na América portuguesa mudou drasticamente. O Rio de Janeiro de repente é alçado ao estatuto de sede da corte. A proteção da Inglaterra a Portugal – ou à família real – tinha seu custo, e logo mudanças no sistema e nas relações comerciais começaram a se verificar. Tratado de 1810 concedeu à Inglaterra o estatuto de país mais favorecido comercialmente com a América portuguesa, com suas mercadorias pagando direitos alfandegários menores que os provenientes da metrópole, seus operadores econômicos isentos da jurisdição dos tribunais ordinários locais, submetendo-se a magistraturas especiais.

A ruptura entre colônia e metrópole deveu-se a difusão de correntes ideológicas republicanas e a vontade do parlamento português em fazer a colônia retornar ao seu antigo estatuto de colônia. O Império do Brasil surgiu num período desfavorável para as idéias republicanas e de forma pacífica – se comparado com o que sucedeu na América espanhola –; a Coroa era tida como a base concreta e real da unidade política da América portuguesa. Sem uma crise profunda durante o período da independência, o poder político – e econômico – ficou em mãos dos mesmos grupos dirigentes que haviam se estabelecido durante o período colonial.

3.3.5.3 AMÉRICA LATINA: CULTURA E CIVILIZAÇÃO

Do ponto de vista cultural e civilizacional, verifica-se que em terras luso-americanas todo o fruto do trabalho desenvolvido parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem, de modo que inescapavelmente pode-se considerar que os brasileiros ainda hoje uns desterrados em sua própria terra. A América portuguesa é herdeira de formas de convívio, instituições e idéias provenientes da Península Ibérica, e frente às

novidades importadas de outros cantos da Europa ocidental – e se as tentativas de implementação delas alcançou bom êxito –, a questão mais importante que se impõe nessas terras é até onde tem sido possível representar as primitivas formas histórico-culturais de convívio herdadas. Quando se critica essa incapacidade americana para a coesão da vida social, imediatamente procura-se a solução em mandamentos e ordenações que, se for analisado com objetividade, são antes de tudo criações do espírito que não compreenderam a realidade sócio-cultural e histórico-política da formação luso-americana, equivocando-se ao imaginar que a anarquia local, a incapacidade de estabelecer ou erigir uma organização social sólida é um fato ou fenômeno recente, quando em realidade é uma herança de tempos imemoriais. Tal atitude acaba também revelando a incapacidade das elites locais de imaginar o novo e criar espontaneamente de forma fecunda.

Assim é possível afirmar que a escolástica na Idade Média foi criadora porque foi atual, nela o mundo haveria necessariamente de ter hierarquia – hierarquia do pensamento, hierarquia cosmogônica. O princípio da hierarquia – que provém de uma normativa tradição social – nunca foi capital para cultura ibérica; a hierarquia – tradicional – funda-se em privilégios, e portugueses e espanhóis conheceram precocemente a irracionalidade específica e a injustiça social de certos privilégios, especialmente os hereditários. Desta forma, o prestígio social, independente do nome herdado, manteve-se continuamente nas épocas mais gloriosas da história das nações ibéricas. Na época dos descobrimentos marítimos, os registros apontam que era praticamente inexistente a separação entre classes sociais em Portugal, a tal ponto de se apontar que a nobreza portuguesa jamais constituiu-se como uma aristocracia fechada. Também era comum encontrar pessoas de linhagem – fidalgos portugueses – executando ofícios em todas as profissões, desde os oficiais industriais, até os arrendatários de bens rústicos; unicamente lhes eram negadas as honras *enquanto vivessem de trabalhos mecânicos*. Verifica-se que no final do século XV, os ibéricos se adiantaram aos demais Estados europeus, formando unidades políticas e econômicas de expressão moderna, entretanto, com persistência, entre eles, de hábitos de vida tradicionais. Portugal, por exemplo, no tempo do Mestre de Avis – final do século XIV e início do século XV – permitia sem maiores obstáculos a ascensão social do povo dos mesteres e mercadores citadinos, diferentemente das barreiras sociais criadas em terras cristãs onde o feudalismo imperava fortemente.

Ademias, se a história irá revelar que os burgueses europeus emergirão para suplantarem os valores aristocráticos a fim de cultivar novos valores ético-morais, verifica-se que na Ibéria, dentro da cultura portuguesa, os títulos e honrarias palacianas eram cobiçados por

todos, da burguesia urbana aos portugueses em geral. Brasões, nobiliários, livros de linhagem, tudo representava a vontade e tendência geral para alcançar um nivelamento de classe, mesmo que funcionasse e atuasse no mero plano da exterioridade social, sendo que era de conhecimento de todos que a verdadeira, a autêntica nobreza já não precisa transcender ao indivíduo; há de depender das suas forças e capacidades, pois mais valeria a eminência própria do que a herdada. Assim, na cultura social portuguesa, a abundância dos bens da fortuna, os altos feitos, e as altas virtudes, origem e manancial de todas as grandezas, supririam vantajosamente a prosápia de sangue. Todos portugueses, sejam quais fossem sua condição e posição sociais, almejavam alcançar a condição de nobre, de fidalgos, e viam tal intento como perfeitamente factível e possível. Nesse contexto, em que era incompatível a condição social com a prática de certas atividades mundanas votadas para o comércio e busca da riqueza material, pois a mercancia era tida por baixa profissão, eles acabavam trocando a milícia pela toga, portos da administração civil e empregos literários, resguardando, desta forma, a própria dignidade e também sua própria comodidade. Assim, frente aos perigos iminentes das colônias de ultramar, havia mais leis e escriturais, do que espadas e soldados, tornando-se corrente o uso de expressões vernaculares desusadas e raras, exprimindo tal aptidão expressiva um certo gosto e qualidade pessoal.

Se os povos calvinistas e protestantes encontraram uma natural facilidade para se organizarem espontaneamente, as nações católicas ibéricas revelaram outra faceta desse fenômeno social. Tudo indica que em terras onde as doutrinas do livre-arbítrio e responsabilidade pessoal imperaram – nos moldes ibéricos –, criou-se uma mentalidade desfavorecedora da associação entre as pessoas, e que se constituiu no maior óbice a esse espírito de organização social e racionalização de vida. Para a cultura ibérica, os registros apontam que o seu princípio unificador social foi sempre representado pelos governos, vale dizer, uma força superior que atuasse para promover o que espontaneamente a sociedade não buscava alcançar.

Outro fator de extrema preponderância na análise das características comportamentais e psicológicas desses povos ibéricos, é a repulsa que sempre lhes inspirou toda moral fundada no culto ao trabalho, repulsa essa que teve um caráter quase que praticamente absoluto. Se no artesanato medieval se enaltece o trabalho físico e, ao mesmo tempo, se denigre o lucro torpe, a atitude do ser humano ibérico é exatamente o oposto a esses valores medievais. Para compreender melhor a relação dos ibéricos com uma ética do trabalho, tal qual foi erigida em outras terras européias, é preciso compreender o sentido ético que guiava a vida existencial e proceder dessas gentes ibéricas na época, qual seja, o valor que davam à “inteireza”, ao “ser”,

à “gravidade”, ao “termo honrado”, ao “proceder sisudo”, esses atributos que ornamentariam e engrandeceriam o nobre escudo, representariam virtudes essencialmente inativas, pelas quais o indivíduo se reflete sobre si mesmo e renuncia a modificar a face do mundo. Para as gentes ibéricas, a aceitação de uma lei estranha ao indivíduo não é exigida por Deus, e nada acrescenta à sua glória e não aumenta a própria dignidade. Diante disso, o trabalho manual e mecânico visaria um fim exterior ao homem e pretendia conseguir a perfeição de uma obra distinta dele; por isso que a religião do trabalho e o cultivo privilegiado de atividades utilitárias não vieram a se solidificar na Península Ibérica, de forma que uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia, sendo que ambos almejam como ideal de destino pessoal alcançar uma vida de grande senhor, exclusive de qualquer esforço e de qualquer preocupação.

Se os povos protestantes passaram a apregoar e exaltar o esforço manual, as nações ibéricas ainda reproduziram um ideal da Antigüidade Clássica, uma vez que entre elas predomina a concepção antiga de que o ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor. Não há dúvidas que a ausência dessa moral do trabalho – fruto de esforço humilde, anônimo, desinteressado, que cria a solidariedade de interesses, estimulando a organização racional e a coesão social – acabou se ajustando muito bem a uma reduzida capacidade de organização social. Na Península Ibérica, a moral do trabalho sempre representou fruto exótico, sendo precárias as idéias de solidariedade. A única solidariedade passível de existir entre as gentes portuguesa e espanhola, é aquela que envolvia vinculação de sentimentos – mais do que relações de interesse – no âmbito do recinto doméstico ou entre amigos, portanto, em círculos muito restritos, particulares e personalisticamente privados, que não favoreciam associações mais vastas de tipo gremial ou nacional, ao contrário, contribuía para que eles não ocorressem. Desta forma, frente a esta autarquia do indivíduo, à exaltação extrema da personalidade, paixão fundamental e que não tolera compromisso, só pode haver uma alternativa: a renúncia a essa mesma personalidade em vista de um bem maior. Paradoxalmente, a obediência, assim, aparece para os ibéricos como uma virtude, a mais suprema virtude de todas; trata-se de uma obediência cega – absolutamente diferente dos princípios medievais e feudais de lealdade – e o único princípio político verdadeiramente forte que os fará unir-se. Isso implica que, para portugueses e espanhóis, a vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhe igualmente peculiares de sua cultura e comportamento. Não existe, a seu ver, outra sorte de

disciplina perfeitamente concebível, além da que se funda na excessiva centralização do poder e na obediência.

Se hoje a simples obediência, como princípio de disciplina, parece uma fórmula caduca e impraticável, tudo indica que é daí, sobretudo, a instabilidade constante de nossa vida social. Desaparecida a possibilidade desse freio, é em vão que tem-se procurado importar dos sistemas de outros povos modernos, ou criar por conta própria, um sucedâneo adequado, capaz de superar os efeitos de nosso natural inquieto e desordenado. A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estas encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida. Neste particular cumpre lembrar o que se deu com as culturas européias transportadas para o Novo Mundo. Nem o contato ou mistura com raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes dos lusitanos e hispânicos de além-mar. No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns, é que ainda nos associa à Península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Pode-se afirmar que de lá veio a forma atual da cultura luso-americana: o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma.

Assim, esse comportamento, enfim, essa ação voltada para a busca das posições sociais e riquezas fáceis, tratava-se de um ato que, em si mesmo, vale dizer, na própria execução do ato, dava ao indivíduo um modo de encontrar um sentido próprio dele existir, entretanto é forçoso reconhecer que esse gosto de ventura, com todos os seus elementos sociais negativos ou as fraquezas dele inerentes, é que teve influência decisiva na formação da América portuguesa e da específica formação nacional que daí resultou. Nesse aspecto da competência conquistadora, os portugueses e seus descendentes imediatos foram insuperáveis; não há exemplo histórico de um povo que pudesse exceder o feito português de recriar em outras terras – hostis – o meio econômico-social de sua origem, enfim, a facilidade com que eles alcançaram tal intento. A boa qualidade das terras do nordeste brasileiro, ideal para a então altamente lucrativa cultura da cana-de-açúcar, foi palco do desenvolvimento do tipo de organização agrária que seria modelo a ser copiado pelas demais colônias européias que viriam a se estabelecer em zonas tropicais – tórridas. A conjugação de terras férteis e mal desbravadas, foi propícia para erigir a grande propriedade rural como verdadeira unidade de produção; para o fator trabalho, uma vez frustrado o emprego do braço indígena, restou a introdução do escravo africano. Apesar de serem versáteis ao extremo, todas as inclinações práticas dos indígenas eram contrárias à noção de ordem, constância e exatidão – essa espécie de segunda natureza ou requisito fundamental para a existência social e civil européia –,

somente se adaptando a essas normas civilizadas como quem desempenha mecanicamente um papel, e que logo o abandona quando surge a oportunidade.

A exploração das terras voltadas para explorar a cana-de-açúcar era alguma coisa vagamente parecida com a agricultura – entendido por esse termo a exploração agrária através de métodos que zelam pela continuação da fecundidade da terra. O português queria das novas terras a riqueza, mas riqueza essa que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho, semelhante àquela que ele havia obtido com as especiarias e metais preciosos da Índia, assim não foi uma civilização tipicamente agrícola que se instaurou na América portuguesa, mediante a lavoura açucareira, até porque não era essa a índole aventureira que trouxe os portugueses para a América, até porque a atividade agrícola não ocupava, para os portugueses, posição social e reconhecimento social de primeira grandeza. Se em outros países a agricultura era uma atividade considerada fundamental, em Portugal o labor na lavoura não era atraente ao povo, preferindo ele as aventuras marítimas e as glórias da guerra e da conquista. Mas é preciso considerar também que havia outro fator que deve ser sopesado quando se trata de agricultura praticada nos trópicos, qual seja, o meio tropical é detentor de grandes e inesperados obstáculos para a prática agrária com os melhoramentos e progressos técnicos obtidos no cultivo de outros tipos de terras e climas; uma pujante vegetação florestal ofereceu sérias resistências ao emprego ou manejo desembaraçado do arado, explicando o escasso emprego desse instrumento para lavrar a terra. Diante da somatória desses fatos e circunstâncias fáticas, a prática agrícola de uso generalizado na época era, uma vez esgotada a alta produtividade da terra usada, os lavradores irem mata adentro em busca de novas terras para plantio e cultivo da cana-de-açúcar, de tal forma que era comum uma fazenda mudar de sítio ou de dono em menos de duas gerações.

É marcante na ação portuguesa um elemento distintivo significativo, qual seja, pelo muito que pediam à terra e o pouco que lhe davam em retribuição; do ponto de vista quantitativo, produziam em larga escala. Desde o início da colonização luso-americana – e em continuação séculos depois – o princípio de criação de riqueza local vigorou ininterruptamente para a produção agrária, qual seja, o que importava era extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios, enfim, servir-se da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída. Assim, em síntese, a vida para os portugueses revelou-se incomparavelmente mais suave, mais acolhedora das dissonâncias sociais, raciais, e morais. Esses colonizadores eram, antes de tudo, homens que sabiam repetir o que estava feito ou o que lhes ensinara a rotina. Bem assentes no solo, não

tinham exigência mentais muito grandes e o Céu parecia-lhes uma realidade excessivamente espiritual, remota, póstuma, para interferir em seus negócios de cada dia.

Observa-se que na relação racial, toda ação portuguesa voltada para preservar certas atividades exclusivamente para os brancos, não teve um a motivação discriminatória essencialmente racista em seu âmago, mas, diferentemente, a questão da desonra, infâmia, má reputação que tradicionalmente a cultura portuguesa depositava sobre algumas atividades que, portanto, era reservada para as mãos e suor do povo negro. Os negros e seus descendentes eram relegados a trabalhos de baixa reputação, conforme os textos oficiais assinalavam, aquelas atividades degradantes ao indivíduo e toda sua geração. A ausência do orgulho de raça entre os portugueses levou a que houvesse o fenômeno da mestiçagem como parte do processo formal colonização, meio importante para fixar o ser humano no ambiente tropical.

Mas a hipertrofia da lavoura latifundiária e a escravidão não favoreceram qualquer esforço sério de cooperação nas demais atividades produtoras, ao oposto do que sucedia em outros países. Ademais, na colônia americana de Portugal sucedia ocorrer que certos profissionais transgrediam os regimentos de seus ofícios ou fugiam dos exames obrigatórios para o exercício da profissão, contando, inclusive, com a proteção de juizes para essa conduta ilegal; diante disso, uma licença obtida para o exercício de uma profissão qualquer, a mais singela que fosse, era suficiente para o exercício de qualquer profissão – cuja rigidez se circunscrevia apenas nas normas de postura. Uma vez acumulado algum cabedal, esse artífice abandonava seu ofício para desfrutarem as regalias de uma condição mais nobre e/ou um cargo público. A lei colonial não estabelecia hierarquia entre diferentes espécies de trabalho manual, entretanto, de fato, existiam discriminações consagradas pelos costumes revelando uma grande intolerância em relação aos ofícios considerados socialmente como de mais baixa reputação, ou atividades mais vis que uma pessoa poderia praticar – por exemplo, vender sardinhas e berimbaus –, sendo que se a pessoa possuía uma função pública ele acabava perdendo-a por esse fato. Assim, em relação aos ofícios urbanos reproduzia-se a mesma mentalidade ou disposição que vigorava para o trabalho rural, qual seja, a regra geral era o amor ao ganho fácil e a mesma infixidez que caracterizava o mundo rural. A grande maioria dos indivíduos assumia um ofício, mas rapidamente o abandonava para se dedicar a outro negócio, atraído pelo maior lucro deste último, e assim sucessivamente. De fato, já na época da independência, é possível identificar um mesmo fenômeno social, qual seja, que ninguém segue o curso natural da carreira iniciada, mas cada qual almeja alcançar aos saltos os altos postos e cargos rendosos: e não raro o conseguem.

Trabalhos de índole coletiva somente alcançavam bom termo – espontaneamente era aceitos – desde que fossem de duração provisória, e que unissem a certos sentimentos e emoções coletivos. Sentimentos e inclinações de índole pessoal é que moviam um indivíduo ou grupo de indivíduos a socorrer o vizinho ou amigo precisado de assistência, escapando daquela atitude calculista e racional voltada para a importância dos ganhos e vantagens do aspecto especificamente material do trabalho em comum. Na rivalidade, como na prestância, o objetivo material comum tem significação praticamente secundária; o que antes de tudo importa é o dano ou o benefício que uma das partes possa fazer à outra. A cultura portuguesa e a espanhola, revelam originariamente fortes elementos de traços culturais personalistas e, sendo assim, não seria sem sentido que os vínculos de pessoa a pessoa sempre, nessas sociedades, fossem os mais decisivos socialmente, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos. É sintomático que na América portuguesa tivesse vigorado ostensivamente agregações e relações pessoais – mesmo que precárias –, e lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, como fato comum de sua existência social, tornando-a socialmente um todo incoerente e amorfo, sendo que, nesse contexto, também tivesse energicamente fortalecido – de maneira singular – o lado afetivo, irracional e passional das relações individuais e sociais, verificando-se uma estagnação ou atrofia das qualidades individuais e sociais ordenadoras, disciplinadoras e racionalizadoras.

Já os holandeses eram – na época – um povo dotado daquelas qualidades de disciplina, previsibilidade e racionalidade que fariam tanto sucesso para o progresso e desenvolvimento da Europa continental além Pirineus. Eles trouxeram para o Brasil – recrutados entre aventureiros de toda espécie, de todos os países da Europa – homens cansados de perseguições, sendo que eles vinham apenas em busca de fortunas impossíveis, sem imaginar criar fortes raízes na terra. No século XVII, as diferentes experiências dos Países Baixos no continente americano foram acentuadamente fracassadas. Essa população era urbana, cosmopolita, instável, e preferia, portanto, morar na nascente cidade que estava sendo erigida – atual Recife –, estabelecendo muito cedo a divisão clássica entre engenho e cidade, senhor rural e mascate, divisão essa que fazia parte de quase toda história do nordeste luso-americano, de Pernambuco, em especial. Entretanto, esse progresso urbano, marcante no tipo de colonização holandesa, é um elemento importante de distinção entre a colonização lusitana e a flamenga. Na América dominada pelos portugueses, as cidades continuavam simples e pobres dependências dos domínios rurais. Os holandeses, diferentemente, construíram palácios monumentais, parques opulentos – cuja riqueza de fauna e flora era fonte de inspiração para artistas e cientistas –, institutos científicos e culturais, várias e diferentes obras

de assistência, importantes organismos políticos e científicos. Nova Holanda, assim, era uma jóia, um esplendor, dentro de uma América portuguesa pobre e miserável, mas cuja realidade ficava circunscrita e não transpunha externamente os muros das cidades assim construídas; o esforço dos conquistadores batavos limitou-se a erigir uma grandeza de fachada, que só aos incautos podia mascarar a verdadeira, a dura realidade econômica em que se debatiam. Os holandeses se esforçaram para competir com os portugueses na lavoura, entretanto verifica-se que apenas poucas pessoas dessa gente arriscavam-se a abandonar a cidade e viver no campo, além do que os elementos que se socorriam para as lides do campo verificou-se que não se adaptavam a essa vida.

Na formação da América portuguesa, toda estrutura da sociedade colonial teve base e fundamento fora dos meios urbanos. Rigorosamente não foi uma civilização agrícola que os portugueses implantaram na América, entretanto, é possível asseverar que foi uma civilização com fortes raízes rurais. Nos séculos iniciais de ocupação européia, é em torno de propriedades rústicas que girava toda efervescência da vida colonial, a tal ponto das cidades e lugarejos criados na época serem meros apêndices e dependências daquelas propriedades rurais. Durante a monarquia instaurada historicamente na América portuguesa, os fazendeiros eram escravocratas e os seus filhos – educados nas profissões liberais – eram quem monopolizava a política, e tal domínio era tão forte ou absoluto – incontestado – que muitos dos antigos senhores puderam, com frequência, dar-se o luxo de inclinações antitradicionalistas e mesmo de empreender alguns dos mais importantes movimentos liberais que já se operaram em todo o curso da história luso-americana. Entre os anos 1851 a 1855, verifica-se que foi época curta mas de intensas reformas na América portuguesa; foi a época do crédito para movimentar a economia em novos moldes, sendo que mesmo as especulações decorrentes desse novo regime econômico eram provenientes e às custas da economia agrária, das tradicionais atividades agrícolas, e esse crédito ampliava-se, acarretando a liquidação paulatina da velha herança rural e colonial, economia e sociedade essa fundada no trabalho escravo e na exploração extensiva e perdulária das terras de lavoura. As idéias liberais eram incompatíveis – dentro de um certo rigor racional – com escravatura, entretanto, o discurso reacionário e tradicional defendia que a importação de negros, por mais algum tempo, seria, na pior hipótese, um mal inevitável, em todo caso diminuto, se comparado à miséria geral que a carência de mão-de-obra poderia produzir. Assim, tratava-se de um discurso que se reproduzia ao longo do tempo, se adaptando aos contextos temporais diferentes, mas que no fundo procura manter um certo estado de coisas sem modificações, pelo simples temor da

mudança, sempre implicada em alteração de interesses econômicos, vantagens e privilégios sociais arraigados.

Os interessados no negócio escravocrata procuraram estabelecer uma série de medidas de precauções que buscassem alcançar a salvaguarda do exercício de suas atividades ilegais, procurando assegurar a própria impunidade e a invulnerabilidade de suas transações: nos portos, estabelecendo um sistema de comunicação que avisasse de perigos aos navios negreiros que chegassem, a fim de protegê-los; subvencionando jornais a favor de artigos favoráveis ao tráfico; subornando funcionários públicos em busca de documentos oficiais ilícitos ou em troca de uma fraca fiscalização; estimulando perseguições políticas ou policiais aos seus adversários; comprando sua impunidade através de ações artificiais aparentemente legais, envolvendo vários agentes públicos na cadeia de construção da impunidade. Os novos tempos anunciando o fim de uma era de domínio do campo, e com ele o rendoso comércio de escravos, fez emergir o mundo financeiro e da especulação, em detrimento da riqueza que era decorrente apenas da terra. Se haviam aqueles que estavam otimistas como os novos tempos, alcançando riqueza rápida diante da ilimitada liberdade de crédito, havia também aqueles que, atingidos fortemente pelo fim do tráfico negreiro, estavam perplexos e descontentes. O espírito conservador, diante dos novos costumes econômicos fundados na especulação, reclamava da falta dos tempos anteriores com os escravos, questionando a nova pobreza dos brancos, os apetrechos e vestuários importados e caros, alimentos importados – frutas, legumes e cereais – que poderiam ser produzidos localmente, empresas desavisadas que produziam a deslocação do trabalho e muito além das legítimas forças do país, tudo promovendo a escassez e alto preço de todos os víveres. Essa nostalgia do mundo rural e patriarcal era reforçada pela grande instabilidade que caracterizavam as novas fortunas, se desfazendo rapidamente ao sabor das circunstâncias desfavoráveis. Dois mundos distintos, duas mentalidades diversas, passaram a conviver a partir daí, com toda hostilidade e rancor que um nutre pelo outro, pois parece não haver espaço aos dois na sociedade da época; de um lado o racional, o abstrato, o cidadão, o cosmopolita, de outro lado, o tradicional, o corpóreo e sensível, o regional e o paroquial.

O ano de 1864 registra a primeira crise comercial no império luso-brasileiro-americano nascente, crise essa que foi o desfecho normal de uma situação rigorosamente insustentável, nascida da ambição de vestir um país ainda preso à economia escravocrata, com os trajes modernos de uma grande democracia burguesa. Não é em vão que o fracasso de Visconde de Mauá como empresário industrial e comercial – e também financeiro, mas observando-se que ele provavelmente deve ser o único caso mundial de um empresário que

enfrentou uma falência resultando em sobras de dinheiro ao final – é a medida da radical incompatibilidade entre as formas de vida copiadas de nações socialmente mais avançadas, de um lado, e o patriarcalismo e o personalismo fixados entre nós por uma tradição de origem secular. Tudo indica que as iniciativas progressistas de Irineu Evangelista de Souza – Visconde de Mauá – foram toleradas e admiradas até o ponto em que não comprometeram os padrões de veneração tradicional; nos choques e conflitos, a tolerância mudava para desconfiança e daí para oposição calorosa rapidamente.

A política, na época, seguia os padrões tradicionais, vale dizer, ao se filiar a um partido, a pessoa assumia, por esse ato, compromissos que não poderia romper sem que isso significasse um ato de rebelião equivalente a de vassalo contra o senhor, enfim, uma traição e deslealdade de ordem pessoal; tratava-se de um círculo de idéias, atitudes e princípios políticos que contrastava fundamentalmente das concepções que cultivava a burguesia em ascensão. As facções são constituídas à semelhança das famílias, precisamente das famílias de estilo patriarcal, onde os vínculos biológicos e afetivos que unem ao chefe os descendentes, colaterais e afins, além da famulagem – criados, servos, seguidores – e dos agregados de toda sorte, hão de preponderar sobre as demais considerações. Formam, assim, como um todo indivisível, *cujos membros se acham associados, uns aos outros, por sentimentos e deveres, nunca por interesses e idéias*; por isso, abandonar o partido era um ato de desonra e quem assim procedesse praticava um ato de traição. Na origem desse espírito de facção estão os costumes do patriciado rural da América portuguesa. Os registros apontam que os senhores de engenho portugueses, os lavradores livres – que faziam plantações em terras próprias ou foreiras, mas sem o compromisso de moerem sua cana em certo ou determinado engenho –, os lavradores obrigados – que plantavam em terras dos engenhos com a obrigação expressa de só destes se servirem – e os arrendatários, todos tinham praticamente a mesma postura e condutas nas terras coloniais. Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo. Esse modelo implementado de família e relações sociais rurais é proveniente de uma longa tradição, inclusive regulada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, que foram preservadas secularmente na Península Ibérica. Tratava-se de um tipo peculiar de organização familiar, onde a família e seus agregados são dispostos de forma a serem a base e centro de todo um ideal de administração e disciplina vivencial em comum – e a autoridade imensa do pater-famílias –; nesse contexto, por exemplo, os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinados ao patriarca, os *liberi*.

De fato, uma ordem social fundada numa ordem familiar é baseada em laços de afeto e de sangue – vínculos pessoais e diretos – a regular todo o funcionamento da sociedade, e substituí-la por outra, onde as instituições e relações sociais sejam agora baseadas em princípios abstratos e impessoais, implica em modificar práticas e mentalidades antigas – todo um sentido de vida e senso prático naturalizado –, a fim de adequar-se aos novos tempos e às novas condições de vida. Em novos tempos, até mesmo a obediências, pilar dentro de uma visão conservadora de educação, toma outro sentido e entendimento, devendo ser estimulada na medida em que permite à criança e ao jovem adotar razoavelmente opiniões e regras formuladas por adultos com experiência nos terrenos sociais onde ela ingressará, e assim preparar-se para desobedecer aos pais naquilo que ela apreenda e reconheça como falíveis as previsões dos progenitores, adquirindo progressivamente, assim, a individualidade, como fundamento justo das relações familiares. Tal educação é oposta daquela onde os pais dominam os jovens em suas escolhas nos mais diferentes aspectos de sua vivência e formação pessoal e social, tornando-os incompetentes social e individualmente. Nesse processo, observa-se que pais de mentes estreitas e mesmo os considerados atilados e inteligentes acabam cometendo o mesmo pecado educacional. Por isso, em sociedades que se encontrem fundadas arraigadamente na família – especialmente a família patriarcal –, torna-se uma luta inglória, cheia de restrições e precariedades, estabelecer um combate contra as forças sociais que são contra a formação e evolução das sociedades, segundo conceitos mais modernos.

Durante a época do Império, na América portuguesa, era manifesto as conseqüências que os vínculos familiares excessivamente estreitos e opressivos haviam imposto à vida dos indivíduos, limitando sua conduta e comportamento ulterior. Assim, a personalidade social inicial do estudante, moldada dentro do recinto doméstico, dentro de tradições muito particulares, recebia um outro tratamento nos estabelecimentos de ensino, ajustando-se a novas situações e novas relações sociais, implicando inescapavelmente, ao cabo, na necessidade de uma revisão, por vezes radical, dos interesses, atividades, valores, sentimentos, atitudes e crenças adquiridos no convívio da família. Entretanto, é forçoso reconhecer que as novas experiências nem sempre conseguiam apagar os vínculos domésticos, aquela mentalidade criada ao contato de um meio patriarcal, tão oposto às exigências de uma sociedade de homens livres e de inclinação cada vez mais igualitária.

Na sociedade familiar colonial, o princípio da autoridade praticamente absoluta do chefe de família resistiu as todas as pressões e forças corrosivas vindas de fora do grupo familiar, sobrevivendo imune frente a todas restrições ou abalos que viessem questioná-lo, e nesse isolamento desprezou qualquer princípio superior que pudesse perturbá-lo ou oprimi-lo.

Tratou-se de um pátrio-poder virulento e violento, virtualmente ilimitado e de poucos freios para sua tirania. Os registros indicam, por exemplo, que um desses chefes de família, suspeitando de ato de adultério da nora, após um conselho de família condenou-a a morte e mandou executar a sentença, dando franca publicidade desse seu ato privado familiar, sem que a justiça ou as autoridades públicas impedisse o homicídio, ou mesmo castigassem posteriormente o culpado. Nesse contexto, o quadro familiar é um espaço exigente e de poder, acompanhando os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico, onde a entidade privada familiar prevalece e precede às entidades públicas que pudesse existir na época. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, *não podia deixar de marcar nessa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades*; o único setor onde o princípio da autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens, sendo que o resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, *uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família*.

Não deveria ser fácil para os detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente – família patriarcal –, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privados e do público. Para o funcionário patrimonial a gestão política, a seu encargo, é antes de tudo um assunto de interesse particular, privado, de economia pessoal; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário. Num Estado patrimonial, a escolha das pessoas que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que merecem os candidatos, e muito menos de acordo com suas capacidades próprias. Na América portuguesa, a regra generalíssima era – e ainda continua sendo – de um sistema administrativo público e corpo de funcionários totalmente dedicados aos interesses pessoais, vale dizer, patrimoniais. Ao longo da história, o que predomina são as vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera, por excelência dos chamados “contatos primários”, dos laços de sangue e do coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar as sociedades em normas antiparticularistas.

Com a ascensão dos centros urbanos, com a vinda da Corte portuguesa em 1808 e, mais tarde, com a Independência da colônia, outras profissões ascendem e começam a ganhar melhor *status* e eminência, como a atividade política, a burocracia, as profissões liberais. Para tais profissões, com toda probabilidade, depois dos portugueses metropolitanos, foram para elas direcionados os filhos das gentes principais da colônia, toda ela constituída de lavradores e donos de engenhos. E que, *transportada de súbito para as cidades, essa gente carregue consigo a mentalidade, os preconceitos e, tanto quanto possível, o teor de vida que tinham sido atributos específicos de sua primitiva condição*. Na América portuguesa, os interesses materiais mais imediatos não se coadunava com as melhores idéias formuladas na época sobre a postura de dignidade que caberia ao poder e às instituições governamentais. O costume, a tradição, a opinião geralmente aceita deveriam cancelar as instituições e seu funcionamento, para serem respeitadas e consideradas no meio social, portanto, amalgamá-las com as posturas e comportamentos consagrados pela antigüidade e tradição era uma necessidade para serem acolhidas ou pelo menos toleradas, e esse exercício de contemporização e adaptação era feito até mesmo – em realidade, tudo indica que principalmente por eles – pelos pensamentos mais audaciosos e tidos como progressistas da época.

Desta forma, o aparelho governamental e as idéias políticas ou filosóficas que o permeavam, fundamentando sua atuação, precisavam ser adaptados – nas idéias e funções – para se adequarem e serem aceitos pelo pensamento reacionário e conservador da época. De tal forma isso era feito, que, ao final, objetivamente era impossível não deixar de considerar que tanto os tradicionalistas quanto os iconoclastas transitavam na mesma órbita de idéias, com diferenças unicamente de ordem formal e superficial, mas de fundo e substantivamente ambos preservando a ordem e o legado colonial. Portanto, a manutenção do *status quo* sócio-político-econômico foi a regra geral dos comportamentos e ações das gentes que viveram a época colonial, e essa postura avançou incólume após a Independência da colônia. Assim, em outras palavras, *todas as tergiversações, acomodações, adaptações etc.*, entre os grupos tradicionais e aqueles novos que emergiam de tempos em tempos na cena política local, significavam, fundamentalmente, que o que ocorria de fato *não era uma tentativa de mudar substancialmente uma certa tradição*, mas um novo grupo *procurar alcançar a posição que essa tradição havia alcançado no seio da sociedade, na política, na economia e acomodar-se nela como novos senhores, reproduzindo a mesma tradição*.

Numerosas agitações políticas e intelectuais, havidas antes e depois da Independência, em realidade ações de caráter marcadamente exterior e epidérmico, apenas revelaram o quanto era difícil vencer a tradição, ou o quanto ela era forte e arraigada, a ponto de converter

a seu favor todos esses agentes que alcançaram algum tipo de sucesso nas suas agitações. A colonização portuguesa havia imposto limites políticos praticamente insuperáveis, provenientes do campo, e essa realidade veio a produzir efeito social multiplicador, implantando-se meio de vida urbana. Talvez, na América portuguesa, a sua cultura seja o mais clássico exemplo do ditado político “mudar para nada se alterar”, pois tudo que se fez para vencer certo atraso – a expressão aqui é utilizada frente aos ensinamentos deixados pela própria história luso-americana – de vida política, econômica e social, redundou em mudança cosméticas, que reforçaram ou reiteraram as forças da tradição, ao final. De fato, havia uma mentalidade de casa-grande que invadiu assim as cidades e conquistou todas as profissões, sem exclusão das mais humildes; desta forma, para determinados serviços era comum não ser encontrado gente apta, inclusive serviços públicos, pois a América portuguesa era terra de senhores e escravos, bem como comércio em mãos de pessoas ambiciosas por riquezas e enobrecimento; não havia classe média apta e numerosa para semelhantes serviços. A colonização da América portuguesa caracterizou-se, também, por não fixar pessoas entre as grandes propriedades rurais e os centros urbanos, criando extensos sítios ermos, ou de população dispersa e mal apegada à terra. A regra geral era a ocupação de novas áreas rurais implicar do declínio da população do núcleo originário, sendo que não estando ao alcance terras para desbaratar e desbravar, sucede o fenômeno do crescimento dos núcleos urbanos, absorvendo aquela população excedente do meio rural, fato esse que se dá naturalmente e sem maiores resistências.

As cidades, assim, eram dependentes do campo; o meio agrário dominava a sociedade colonial. Como não havia possibilidade de formar um grupo ou uma classe burguesa urbana independente, as novas e elevadas funções cidadinas que eram criadas tinham candidatos recrutados – forçosamente – entre indivíduos da mesma massa dos antigos senhores rurais, portadores de mentalidade e tendência características dessa classe. Toda a ordem administrativa do país, durante o Império, e mesmo depois, já no regime republicano, há de comportar, por isso, elementos estreitamente vinculados ao velho sistema senhorial. Diante desse quadro, se no mundo todo sucedeu que a prosperidade do meio urbano fez-se às custas dos centros de produção agrícola, aqui ocorreu, se não exatamente, praticamente o contrário. A regra geral no mundo foi a formação de classes não agrárias com o incremento das cidades; tais classes passam a concentrar a propriedade da terra em suas mãos que, residindo nas cidades, vivem regrada ou conspicuamente a consumir o resultado da produção rural, sem retornar ao campo o equivalente econômico do que recebem, portanto, enriquecendo as cidades e empobrecendo o campo, bem como aqueles que vivem do trabalho efetivo da terra.

Mas na América portuguesa, nas cidades coloniais, dominadas pela grande propriedade rural, as funções cidadinas mais elevadas eram ocupadas pelos senhores da terra, e esses senhores de terras, senhores de engenho, eram efetivamente os únicos “cidadãos” nas colônias. As terras dedicadas à lavoura eram a moradia habitual dos grandes. Essas gentes só afluíam aos centros urbanos a fim de assistirem aos festejos e solenidades. Nas cidades apenas residiam alguns funcionários da administração, oficiais mecânicos e mercadores em geral. Era uma população urbana pobre, senão miserável, constituindo-se em número muito reduzido, onde as casas, fechadas quase todo o ano, só se enchiam com as festas públicas, realidade essa presente mesmo em cidades que eram consideradas centros administrativos da colônia.

Essa realidade foi assim durante os primeiros dois séculos da colonização; já no terceiro, a vida urbana, em certos lugares, parece adquirir mais caráter com a prosperidade dos comerciantes reinóis instalados nas cidades, mas nos anos setecentos, durante a segunda metade do século XVIII, ainda persistia bem nítido o estado de coisas que caracterizava a vida colonial desde os seus primeiros tempos. A pujança dos domínios rurais, comparada à mesquinhez urbana, representa fenômeno que se instalou aqui com os colonos portugueses, desde que se fixaram à terra. O predomínio esmagador do ruralismo, segundo todas as aparências, foi antes um fenômeno típico do esforço dos nossos colonizadores do que uma imposição do meio. Se for considerada a flexibilidade e liberalidade – verdadeira aversão a uma subordinação da sua vida perante normas gerais, regulares e abstratas – que marcava a atitude e comportamento natural dos lusitanos, não é de se estranhar uma consequência dessa liberalidade ser revelada no tipo de cidade construída por eles em terras coloniais americanas. Na época em que a Bahia era o maior centro urbano da colônia, verificava-se que as habitações, no século XVIII, eram dispostas segundo os caprichos dos moradores locais, vale dizer, as casas eram dispostas de forma irregular ou desalinhadas, não havendo uma ordem abstrata guiando as construções, estando tudo ao acaso. Se os portugueses procuravam adaptar-se à geografia do local nas construções das cidades, verifica-se que os castelhanos procuraram impor o traçado geométrico em suas cidades. Assim, foi a rotina, e não uma razão abstrata que conduziu os feitos portugueses em vários aspectos de sua ação colonizadora. As contingências e situação contextuais governavam sua ação e comportamento, sendo que eram as experiências sucessivas – nem sempre coordenadas entre si – que marcava sua atitude; não havia plano traçado de antemão.

Mas dentro desse contexto, se há um tipo de ser humano que se produziu e reproduziu em terras luso-americanas, contribuição dela para a civilização, é o do ser humano cordial, vale dizer, a da sociedade cordial, uma espécie de “capital sentimento” do ser humano aqui

nascido, e que tudo indica ser único no mundo. Manifesta-se concretamente tal característica na forma da lhanza no trato, na hospitalidade, na generosidade, enfim, virtudes essas sempre elogiadas pelos estrangeiros que visitam essas terras e que representam um traço definido no caráter das gentes aqui nascidas. As virtudes assinaladas são muito mais que regras formais de boas maneiras e de civilidade, em realidade são antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante; assim sendo, o povo luso-americano é antes de tudo avesso à noção ritualista da vida, ou de padrões formalmente regrados para serem seguidos e respeitados ritualisticamente em vários aspectos de sua existência cotidiana em sociedade. *No 'homem cordial', a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que nas gentes nascidas na luso-américa – como bom americano – tende a ser o que mais importa. Ela é antes um viver nos outros.* Assim, a marca dominante da forma de convívio que se estabeleceu em terras luso-americanas é aquela ditada por uma ética de fundo emotivo, aspecto da vida das gentes aqui estabelecidas que dificilmente um estrangeiro consegue compreender em sua inteireza e profundidade; a manifestação normal de respeito em outros povos tem aqui sua réplica, em regra geral, no desejo de estabelecer intimidade.

Não sem sentido que em terras luso-americanas, o rigorismo do rito acaba se afrouxando e se humanizando, vingando socialmente um tipo de culto sem obrigação e sem rigor, de caráter mais intimista e familiar – senão “democrático” –, um culto que, do ponto de vista religioso, dispensava no fiel todo esforço, toda diligência, toda tirania sobre si mesmo, o que corrompeu, pela base, sentimento religioso luso-americano. Normalmente a reação dessas gentes ao meio em que vive não é uma reação de defesa. A vida íntima das gentes nascidas na América portuguesa nem é bastante coesa, nem bastante disciplinada para envolver e dominar toda a sua personalidade, integrando-a, como peça consciente, no conjunto social. *Ele é livre, pois, para se abandonar a todo o repertório de idéias, gestos e formas que encontre em seu caminho, assimilando-os freqüentemente sem maiores dificuldades.* As gentes luso-americanas não são caracterizadas – não têm por apreciável – por uma aptidão para o social. Relutam em aceitar um princípio superindividual de organização, sendo que o culto religioso somente passa ser aceitável quando ele se torna mais humano e terreno; de fato, a formação social dessa gente é marcada por um apego singular aos valores da personalidade configurada pelo recinto doméstico. Assim sendo, cada indivíduo afirma-se ante os seus semelhantes indiferente à lei geral, onde esta lei contrarie suas afinidades emotivas, e atento apenas ao que

o distingue dos demais, do resto do mundo, e essa personalidade individual dificilmente suporta ser comandada por um sistema exigente e disciplinador – metódico e impessoal.

Nota-se na civilização luso-americana a repulsa dos povos descendente dos colonizadores e da população indígena, por toda hierarquia racional, por qualquer composição da sociedade que se tornasse obstáculo grave à autonomia do indivíduo. É na medida em que o observador não se prenda à exterioridade da vida social, cultural e política luso-americana, mas passe a inquirir as estruturas profundas que governam essa vida nacional, é que verificará até onde vai essa simpatia e coincidência aparente de ideais entre os dois mundos, quais sejam, de um lado um pensamento ideal, ponto de partida para construção de um sistema político, de outro, um sentimento que vê nesse pensamento ideal como adequado a um tipo de pensamento, atitude e índole que lhe identifica consciente ou inconscientemente. Com a simples cordialidade não se criam os bons princípios sociais de caráter impessoal. *É necessário algum elemento normativo sólido, inato na alma do povo, ou mesmo implantado pela tirania, para que possa haver cristalização social. A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas ilusões da mitologia liberal, que a história está longe de confirmar.* Nota-se que os políticos mais prudentes preferiram não mencionar o ponto vulnerável de uma organização que aspiravam perfeita e coerente consigo mesma, ainda quando somente no papel. E assim preferiram esquecer a realidade, feia e desconcertante, para se refugiarem no mundo ideal de onde lhes acenavam os doutrinadores do tempo. Também há como característica marcante da prática comportamental local, não ser incomum que essa maneira ou índole “realista” e “oportunista” de fazer acontecer as coisas, seja naturalmente acompanhada de justificação moral, procurando ratificar o que paradoxalmente não se justifica.

Na América portuguesa, como na espanhola, o autoritarismo foi o resultado inevitável dessas mentalidades, praticas e atitudes ibéricas em terras americanas. O Brasil conheceu a figura do “coronel”, ou seja, aquele que tem em mãos o bastão de comando da política do município, ou o chefe do partido político de maior influência na localidade, o mandão poderoso político-economicamente do local. Nascido de um cargo e função legalmente instituído para cuidar da segurança das localidades em substituições à antiga força colonial portuguesa, logo o cargo e função foram desvirtuado em sua ocupação pelos mandatários locais. Se no início da prática de defesa armada das instituições, pessoas competentes e legítimas foram nomeadas para o cargo e função, verificou-se que, aos poucos, as patentes passaram a ser avaliadas em dinheiro e concedidas àqueles que se dispusessem a pagar o

preço do cargo ou função, valor esse estipulado pelas altas hierarquias do nascente poder público imperial. O poder econômico alcançado pela pessoa corresponderia direta e naturalmente uma posição sócio-política equivalente à riqueza acumulada, podendo comprar – e era o que efetivamente se praticava – a sua posição social merecida na sociedade. Seja como fosse recebida a patente pela pessoa, socialmente elas traduziam um real e efetivo prestígio social dentro de uma estrutura social hierarquizada. Os agentes sociais que ocupavam a função eram provenientes dos latifúndios locais. O latifúndio era a realização de um ideal, uma aspiração que moveram as gentes em terras luso-americanas, qual seja, construir um potentado local, fonte de suas riquezas e dos respectivos limites de auto-suficiência social, política e econômica, enfim, ser alguém numa estrutura social que estava preparada para reconhecer especialmente pessoas com tal tipo de competência, capacidade e poder, conferindo-lhe os ganhos simbólicos e materiais de sua posição social alcançada. O latifúndio era um eixo social em torno do qual vicejavam dependências sócio-político-econômicas praticamente irresistíveis, inescapáveis e invencíveis para as gentes a ele submetido, com o coronel correspondendo, local ou regionalmente, ao cacique e caudilho que emergiu – na mesma época – na América espanhola.

Tudo girava em torno de poder, prestígio social e eleições. *Eleição, na América portuguesa, sempre significou dinheiro, mais precisamente um rateio que sempre levou em conta a quantidade de votos arregimentados ao final do processo.* É de se observar que o fenômeno do coronelismo é uma forma peculiar de manifestação do poder privado luso-americano, uma readaptação ou reprodução em forma nova do exorbitante poder privado herdado do passado colonial, manifestado agora num mundo sócio-político diferente da época colonial, num regime político de extensa base representativa, sendo também um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. É a estrutura agrária brasileira que fornecerá as bases de sustentação para um poder privado autoritário no interior do Brasil. Daí decorrem o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais. O coronel é a figura política que ocupa o topo da liderança de uma localidade ou região, regra geral os grandes e influentes latifundiários locais; mas o posto podendo também ser ocupado por médicos e advogados, desde que, aliadas à sua ilustração relativa, revelem qualidades de comando e dedicação política, conforme exige o cumprimento da função de coronel. O coronel, portanto, é o chefe e líder supremo do poder político local municipal, comandando arbitrariamente e

discrecionariamente uma quantidade considerável de votos de cabresto, uma vez que seus domínios podiam ser considerados, de fato, como um curral eleitoral.

De fato, nesse último aspecto, o cangaço e a capangagem no interior do Brasil teve um papel político muito relevante, diminuído com o desenvolvimento da polícia – mas que lamentavelmente esta tem atuado como substituta daqueles. No Nordeste, era nas zonas de criação de gado que se verificava uma maior intensidade do cangaço, em detrimento das regiões agrícola. O cangaço no Nordeste é típico das regiões da caatinga, zonas pastoris por excelência, com clãs organizados em torno de potentados locais. É nas represálias e crimes políticos e nas lutas de famílias que a ação dos capangas é da maior importância. Nesse sistema de dominação local ou regional, a grande massa humana se encontra sujeita a ele de forma desumana e degradante. Como essa massa tira a sua subsistência das terras do coronel, ela vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono e, nesse contexto, inevitavelmente o coronel sempre será um homem muito rico; a sua condição sempre será, aos olhos do roceiro, do trabalhador da enxada, a da figura do coronel como um homem rico e não deixa de ser para o próprio coronel que o roceiro se dirige nos seus momentos de mais extrema necessidade. Resultará disso a instalação de um imaginário da dependência natural entre o senhor da terra e todas as gentes que se subordinam ao coronel por via de suas propriedades e riquezas. A grande maioria das gentes é praticamente analfabeta, sem assistência médica, sem acesso a informações, se limitando a ver a figuras que os jornais e revistas trazem. Criou-se, dessa forma, desde a colônia, um poder que a lei desconhece, mas que é um poder de fato e incontrastável, imposto pelas contingências do meio. Consciência de direitos, de dignidade existencial de vida, independência cívica, nessas circunstâncias, era uma quimera, mais precisamente, um não-existir, um desconhecido quase que absoluto, portanto, na luta política, essas gentes lutavam com o coronel, pelo coronel e para o coronel, estabelecendo os denominados votos de cabresto.

Não só o coronel da região ou localidade, mas também os políticos estadual e federal, dentro desse sistema ou estrutura social e econômica luso-americana, são todos um ser sem ideal político, com mentalidade estreita, confinada à sua facção partidária, sendo que os interesses da pátria nunca se sobrepõem aos interesses partidários – tudo indicando que, no máximo, poderia haver coincidência entre um e outro. O coronel, também, era quem prestava favores pessoais de diferentes naturezas, tais como arranjar emprego; emprestar dinheiro; avalizar títulos; obter créditos em casas comerciais; contratar advogado; influenciar jurados; estimular e “preparar” testemunhas; providenciar médico ou hospitalização nas situações mais urgentes; ceder animais para viagens; conseguir passes na estrada de ferro; dar ousada e

refeição; impedir que a polícia tome as armas de seus protegidos, ou lograr que as restitua; batizar filho ou apadrinhar casamento; redigir cartas, recibos e contratos, etc. Entre os favores da situação local tem ocupado lugar de destaque a condescendência fiscal, sendo que o imposto municipal irá também contribuir para determinar as preferências locais, os grupos dos correligionários e o grupo dos adversários. Assim, essa atitude paternalista tinha também sua recíproca, qual seja, negar pão e água ao adversário. Aos amigos tudo, lícita ou ilicitamente, pois acima disso tudo está a solidariedade partidária; se vergonha há nesse mundo, é perder uma eleição, e os supostos pecados cometidos são todos regenerados ou justificados pela solidariedade partidária e mesmo – senão principalmente – pela vitória eleitoral. Pela prática do filhotismo, a administração municipal irá inchar de funcionários partidários do candidato ou grupo político vencedor, e nas épocas de eleição, se verificará a utilização do dinheiro, dos bens e dos serviços do governo municipal nas batalhas eleitorais; pela prática do mandonismo, nada mais seria do que perseguir os adversários políticos com o uso da máquina administrativa pública, traduzido em frases do tipo: “para os amigos pão, para os inimigos pau”, ou mesmo “aos amigos se faz justiça, aos inimigos se aplica a lei”. Assim, dificilmente se verificarão relações cordiais entre o chefe local e seus adversários, sendo a regra geral a hostilidade, bem como a sistemática recusa de concessão de favores. Mas havia também outras práticas como o rigor fiscal – lançamentos exagerados em comparação com os dos amigos, multas, execuções e penhoras apressadas –; a severidade policial – apreensão de armas, pressão nos inquéritos –; em atos de sabotagem – sedução ou compressão da clientela de comerciantes e profissionais liberais –; e por muitas outras formas, chegando mesmo à violência física e, no extremo, crimes mais graves.

Entretanto, é nos períodos que antecedem as eleições, uma vez definidas as posições de cada qual, que emerge um ambiente de opressão, ou etapa de compressão, que atinge um ponto agudo imediatamente antes do pleito. Essa opressão trata-se do uso da coação no processo eleitoral; o processo empregado com mais freqüência é o de criar-se, ante do pleito, um ambiente de apreensões e de insegurança que afugente das urnas o eleitorado. Evidentemente que havia diferentes formas de manifestações da violência coativa pré-eleitoral, como a dos mandões intolerantes, que encaravam um adversário político como um verdadeiro inimigo e o voto contrário como uma injúria pessoal. A regra é ser honrado ao compromisso firmado de pessoa a pessoa – acordos de ordem pessoal –, tendo por base coisas concretas – favores em troca de votos – que duravam uma ou poucas eleições, sendo que inexistia compromissos assumidos à base de princípios políticos. Portanto, essa era a ética especial que vigorava no meio em época eleitorais. Mas, por outro lado, a função de coronel

implicava em pesados ônus; ao mesmo tempo em que portava-se como se fosse dono de tudo, o coronel passava a pertencer a todos, ao partido, seus amigos, seus demais dependentes, tendo que mostrar-se eficiente e praticamente infalível perante todas as demandas, sendo alvo direto de todas as críticas e elogios. Mas para atender sua clientela, havia sistema de reciprocidade: de um lado os chefes municipais e os “coronéis”, que conduziam magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispunha do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possuía, em suma, o *cofre das graças e o poder das desgraças*. Esse sistema de reciprocidade, assim, era mutuamente dependente – auto-realimentador – dentro do sistema político em vigor, e isso vigorava em todos os graus da escala política nacional luso-americana – âmbito municipal, estadual e federal –, sendo a base fundamental dessa estrutura a figura do coronel.

Se uma pessoa vem a ocupar um posto de comando na organização político-administrativa, não é raro presenciar-se a ascensão de grande número de pessoas da “terra dele”. Não só parentes de todos os graus, mas também amigos de infância, antigos colegas de trabalho, vizinhos, parentes e amigos desses vizinhos e amigos ocupam cargos “de responsabilidade” ou de “confiança” em torno do novo potentado. O chamado familiarismo e outras formas de nepotismo podem ser classificados como aspectos do patrimonialismo. Na relação entre coronel e governo estadual, grande parte dos favores pessoais atendidos por aquele depende das autoridades estaduais; os funcionários estaduais que servem no município são escolhidos pelo coronel – professores, promotores públicos, funcionários da saúde, coletores de tributos etc., enfim, todos deveriam, por praxe, passar pela aprovação do coronel. Por fim, assume destaque a nomeação do delegado e sub-delegado de polícia da localidade, uma das mais valiosas prestações do Estado no acordo político com os chefes locais, uma vez que colocava o chefe da polícia do Estado sob ordens do chefe situacionista local, e tudo funcionava dentro da racionalidade voltada para embaraçar ou atrapalhar negócios ou iniciativas da oposição, fechar os olhos à perseguição dos inimigos políticos, negar favores e regatear direitos dos adversários, consolidando o prestígio do coronel situacionista local. A política municipal, assim, reduzia-se a prática de favores e uso da violência; buscava-se o uso da mínima violência, entretanto, em política, principalmente, recorre-se à violência, quando outros processos são mais morosos, ou ineficazes, para o fim visado.

Mas a política dos coronéis, suas disputas locais – com caráter pessoal de ódio mortal –, era voltada para alcançar a preferência do governo estadual, vale dizer, batiam-se para disputar, entre si, o privilégio de apoiar o governo e nele se amparar; assim, rigorosamente não existia disputa para derrotar o governo no território do município. Partidos adversários

entre si possuíam um só consenso, todos são leais e apóiam o situacionismo estadual vigente, seja ele qual for; de forma alguma o governo do Estado pode ser adversário do chefe político local, seria o maior mal que poderia acontecer a ele, daí a busca de seu ardoroso apoio.

Mas a formação dessa prática e mentalidade autoritária é registrada historicamente no Brasil. Na época da independência, o Estado gerado pela elite local será monárquico, centralizado, unitário e de baixa representatividade política, também eficientes no fortalecimento do Estado, especialmente na sua capacidade de controle da sociedade, construindo um sentido especial de ordem sócio-político-econômico-jurídica. A manutenção dessa ordem passava pela constante cooptação de lideranças que poderiam contestá-la, especialmente os fazendeiros locais, desta forma, a política imperial era voltada também para distribuir títulos nobiliárquicos – às vezes mais de um para uma mesma pessoa. Entre os títulos nobiliárquicos, os títulos de barão eram tradicionalmente reservados para os grandes proprietários rurais, sobretudo para aqueles que se distinguiam por seu poder e riqueza mas não por sua projeção na vida política, isto é, por seu pertencimento à elite política. Para os proprietários que ingressavam na elite política, assim como para os altos burocratas, eram reservados títulos mais elevados, até o máximo de duque, concedido apenas a Caxias. A Coroa tentava devolver em símbolos de *status* o que retirava em interesses materiais. Essa prática de dominação via cooptação e compensações, obtendo a centralização e hierarquização do poder, resolvendo as diferenças através de conciliações, é uma reprodução de um jogo social político e econômico que tem origem remota em Portugal, figurando situações de dependência e subordinação servil de seus protagonistas, em troca de vantagens – materiais ou simbólicas – hauridas de um centro de poder poderoso.

Gentes poderosas são formadas no âmbito social, com uma forte e influente atuação na sociedade e, nesse processo de relacionamentos social, se utilizam de mecanismos de poder. Verifica-se que a elite sócio-econômico-política paranaense, assim, na época da república velha, era formada principalmente por poucas famílias que detinham o controle da sociedade, da economia e da cultura regional, enfim, uma classe dominante composta de um reduzido número de famílias, parentes entre si e compartilhando muitos ascendentes em comum; dessas gentes emanavam e sobressaiam socialmente os grandes senhores de terras e homens, negociantes, ocupantes de altos quadros burocráticos, políticos de relevo, militares de altas patentes e promotores culturais. Para a continuidade e reprodução de sua proeminência social, as suas relações sociais e políticas exerciam um papel fundamental – especialmente aquelas com o Estado –, a fim dessas pessoas não entrarem numa curva de decadência social e

econômica. Trata-se de uma classe dominante que parece passar despercebida, por isso tidas como detentores do silêncio dos vencedores.

Na história republicana da América portuguesa, ocupam papel de destaque os governadores de Estados-membros, e seu papel nos rumos políticos do país, inclusive em tempos mais recentes. Como barões da federação, seu poder incide sobre a carreira política estadual dos pretendentes a cargos eletivos legislativos e executivos, a começar a de vereadores e prefeitos municipais. É por via dos governadores que os líderes políticos locais vêm suas demandas atendidas pela União, pois os governadores é que detêm o maior poder de pressão na execução orçamentária nacional. Os governadores foram os únicos atores que desafiaram o poder centralizador do presidente da república, tendo exercido um papel fundamental na redemocratização do Brasil. Tal como os barões da época do Império, a história dos governadores estaduais é marcada por exercício do poder sem contrapesos, anti-republicanismo e mesmo rejeição à submissão a uma autoridade maior, chegando a controlar os poderes legislativo e judiciário regionais. No jogo político, através de seu poder de interrupção de carreiras políticas federais, ele adquiriram um poder de veto significativo para as políticas nacionais, influenciando os membros do Congresso Nacional a defenderem apenas os arranjos federais que fossem favoráveis para seus interesses imediatos e de curto prazo, praticando políticas individualistas e não-cooperativas.

Na longa tradição autoritária brasileira foi erigido um Estado patrimonial, irracional, centralizador e autoritário, de tal forma que tanto os primevos conservadores quanto liberais acabaram reproduzindo um mesmo ideário ético-moral nessas terras, diferindo apenas em grau, de um lado, um conservadorismo ameno, de outro, um conservadorismo rígido e duro. No Brasil, as ideologias políticas liberais sempre foram cultivadas em grupos sociais restritos – social e economicamente –, mas com um conteúdo social de forma muito reduzida, ou seja, a ideologia era vista predominantemente para produzir riquezas para um grupo social. O autoritarismo brasileiro é um fenômeno com raízes profundas e está na história da formação do Estado brasileiro; ele nasce com marcas patrimoniais, com uma burocracia administrativa forte e pesada e uma sociedade civil – classes sociais, grupos religiosos, étnicos, lingüísticos, nobreza etc. – fraca e pouco articulada. Assim, os padrões de relacionamento entre Estado e sociedade civil são de um dominante poderoso e um dominado estéril, submisso, de tal forma que do imperador-sábio D. Pedro II aos militares da Escola Superior de Guerra, passando pelos positivistas do Sul e tecnocratas do Estado-Novo, nossos governantes tendem a achar que tudo sabem, tudo podem, e não têm na realidade que dar muita atenção às formalidades da lei. O jogo político que se desenvolve é uma negociação contínua entre o Estado –

provedor de todos os ganhos, benefícios e vantagens – e os diversos setores sociais pretendentes ao acesso das vantagens oferecidas pelo Estado, com os respectivos excluídos do mesmo – não se trata, portanto, de um jogo político fundado num processo de representação de setores sociais junto ao Estado. Trata-se de uma negociação entre desiguais onde a exclusão dos favores do Estado significa a ruína social.

Nesse sistema autoritário luso-americano funciona a tradicional prática da cooptação de lideranças pelo sistema político, a fim de serem colocadas à seu serviço; incorporação permissiva – fácil – de intelectuais, empresários, lideranças religiosas e sindicais dentro do estamento burocrático, mas cooptação que também implica na exclusão dos demais excluídos dos processos de decisão política e de parcela na distribuição da riqueza nacional. Por fim, a atividade econômica do Estado é de cunho mercantilista, entre outros, distribuindo privilégios a grupos privados nacionais e estrangeiros, conforme aliança de interesses, sendo que o populismo é sempre uma tônica da política praticada, vale dizer, estabelecimento de uma relação direta entre a liderança política e a massa de gentes ou povo, sem intermediação de grupos sociais organizados. Assim, forma-se uma sociedade que, do ponto de vista político, ela é praticamente dependente do Estado para os benefícios, sinecuras, autorizações, empregos, regulamentos, subvenções, enfim, uma dependência que acaba estimulando inclusive a clandestinidade, vale dizer, num Estado que pretende controlar tudo, comportamentos não regulados passam a ser vistos com ilegítimos, mas ao mesmo tempo aceitos de forma tácita e consensual: a economia informal, o jogo do bicho, o contrabando, o poder privado em suas diversas manifestações, o jeitinho. *Com isso, a vida quotidiana tende a ser desprovida de conteúdos éticos e normativos.* Quando entra em crise o sistema político de cooptação, que garantia a contenção das reivindicações sociais, a solução encontrada foi a repressão e 20 anos de ditadura militar no Brasil, solução essa que correspondeu ao mesmo modelo no restante da América Latina, como regra geral.

Na época da conquista e colonização luso-americana criou-se os senhores rurais, pessoas poderosas que praticamente dominaram a colônia quase sozinhas nessa época. O autoritarismo – herança secular da civilização ibérica – é uma marca que sempre se fez presente em diversos momentos da história social luso-americana, de tal forma que mudanças políticas e sociais mais certamente podem ser consideradas como a manutenção do vinha sendo feito, e a sua continuidade através de novas roupagens. Assim, por exemplo, a Constituição de 1824 consagrará a igualdade sem democracia e liberalismo sem soberania popular, mantendo grupos sociais tradicionais e continuidades históricas junto ao poder central da nascente nação luso-americana. O movimento que desejava o imperador sujeito à

soberania popular será esmagado impiedosamente. O que se seguirá é todo um movimento político voltado para centralizar o poder, sendo que se verificará, especialmente no segundo reinado, um imperador poderoso, fonte de todas as sortes desgraças dos grupos políticos de atuação meramente artificial, época dos saqueremas e luzias, onde, revezando-se no poder, agiam praticamente da mesma forma. O sistema político é o velho sistema secular nascido em Portugal e transplantado em terras americanas; acima das classes sociais e subjacente a todo jogo político, está o estamento, a velha camada político-social, realidade que cerca o imperador, camada dirigente, aristocrática – na função e origens históricas –, fechada em sua perpetuidade hereditária, camada que comanda, barganha e transige. Uma categoria social, fechada sobre si mesma, manipula lealdades com o cargo público, ela própria, sem outros meios, assentada sobre as posições políticas. Entre a carreira política e a dos empregos há uma conexão íntima e necessária, servindo o Estado como dispenseiro de recursos, para o jogo interno das trocas de vantagens. Essa coluna parte do imperador e vai até às eleições paroquiais, articula-se na vitaliciedade e se projeta nas autoridades policiais e judiciárias donas dos votos, no manejo caricato da soberania nacional. O governo lança sombra em tudo – tudo emana dele, não há opinião pública e as classes sociais não possuem interesses e autonomias –, e o governo são os grupos vitalícios, reproduzindo-se hereditariamente no poder, e o poder não são as riquezas, mas os títulos nobiliárquicos que advém do emprego público – senador, ministro etc.

O Estado, assim, com certeza não é o povo, mas uma entidade maior, abstrata e soberana; ele tudo pode, o indivíduo nada é; impedindo o povo de participar da vida pública, o sistema acaba por afirmar que o povo não tem condições, capacidade e competência para gerir os negócios públicos. E o que sucedera na república é continuação da mesma racionalidade e atitudes autoritárias e de dominação violenta, que marcará até os dias contemporâneos as relações entre o Estado e a sociedade. Esse pensamento autoritário marcará a história da vida republicana brasileira, concebendo inclusive ideólogos que gestarão obras reflexivas fundamentando o seu uso prático na vida sócio-política brasileira, defendendo, fundamentalmente, o elevado predomínio do poder executivo sobre os demais poderes da República. É da vontade dos governantes dos executivos e da elite ali inserida que brota a maior parte da produção legislativa do país, de forma centralizada e com forte dose de déficit democrático em muitas dessas ações, referendando a concentração de poder em círculos restritos, conformando e legitimando a edificação de um Estado autoritário, e subvertendo a ideologia de um Estado democrático de direito; o ideal autoritarista subverte o ideal das práticas democráticas e republicanas, enfim, a superioridade do Estado sobre a

sociedade civil; a supremacia do executivo sobre os demais poderes; a preeminência de técnicos sobre os políticos dentro do poder executivo.

Para conseguir manter a ordem autoritária, num ambiente opressor, o uso da violência e do terror é o principal meio à disposição dos espíritos autoritários para conseguirem atingir seus objetivos sócio-político-econômicos, dentro de um ambiente social estabilizado. A história da América Latina, desde a conquista e colonização é escrita com muita violência, voltada para conseguir a submissão das pessoas ao poder central, lembrando sempre quem manda e quem deve obedecer. Nota-se que o uso da violência sempre teve um motivo pedagógico, ou seja, uma lição exemplar – brutal, cruel, bestial e feroz – para conhecimento de todos, a fim de não esquecerem o que lhes é reservado em caso de rebeldia frente ao poder central. O uso da força policial e militar sempre foi uma constante na vida da América portuguesa, quando elas faltavam, eram bandos ligados a um chefe político que cuidava – a seu modo – as questões de justiça na região. A violência, o sadismo e o terror eram a tônica das ações dessas gentes e, tudo indica, as culturas autoritárias produzem gentes que se lançam com destemor no cumprimento dos seus objetivos armados. Assim, uso desmesurado da força e violência, levando praticamente ao extermínio do adversário, é fato comum também nos conflitos internos verificados em terras luso-americanas. Os militares sempre estiveram presentes na América Latina, cumprindo um papel que sempre reforçou o sentido de ordem social, postergando o progresso para um tempo futuro, supostamente a partir do alcance da ordem desejada. Essa atitude, na prática, protegeu e reforçou as mesmas racionalidades de dominação autoritária e personalista que marcou a história social da região, reproduzindo um mundo cuja ordem seria cada vez mais difícil e o progresso praticamente impossível.

Não há dúvidas que o uso dessa força e violência é que garantiu na prática, diretamente ou por sua omissão ou conseqüências indiretas de suas ações num passado mais recente, a corrupção político-administrativa no Brasil, de tal forma a permanecer e continuar a produzir seus históricos efeitos na sociedade. Especificamente aos militares, não há dúvidas em responsabilizá-los direta e indiretamente pelo terror que se abateu sobre a sociedade brasileira após 1964 – ditadura militar que coincidentemente também aconteceu em Portugal e Espanha, portanto, evento estrutural dessas culturas autoritárias –, quando assumiram o poder num golpe militar e perseguiram politicamente – de uma maneira violenta – todos aqueles que decidiram se opor ao regime militar; para tanto eles usando todos os recursos públicos de informação e mesmo recorrendo à ilegalidade – ao terror da tortura – para obter a contenção das ações e comportamentos rebeldes que nasceram na época, uma época onde se sonhava a possibilidade de construir um mundo melhor para toda sociedade. Por fim, não se pode

esquecer que a mídia brasileira – jornais, revistas, televisão, rádio etc. – contribui para reproduzir o sistema de mando estabelecido, reforçando as hierarquias sociais construídas historicamente, elemento fundamental para manter a realidade sócio-econômico-político-cultural vigente em terras luso-americanas.

Na América portuguesa, como na espanhola, também um tipo específico de racionalidade acabou sendo incorporado poderosamente no imaginário das gentes latino-americanas, como o resultado inevitável dessas mentalidades, práticas e atitudes ibéricas em terras americanas. Por isso que o liberalismo assimilado pela cultura luso-americana da era um liberalismo que começava e terminava na “liberdade do senhor”, excluindo escravos e hierarquizando os homens livres; assim, a ordem é que importava, não tanto a liberdade. No Império “liberal” os cidadãos não participavam da vida política com indivíduos, mas como representantes naturais das famílias detentoras do direito de reunidas governar o país, organizadas dentro de uma estrutura hierarquizada. Nessa época – como em todas as épocas –, a América portuguesa absorvia as idéias provenientes de fora, especialmente da Europa e Estados Unidos, alterando o seu sentido originário internamente, a fim de adaptá-las à prática cultural concretamente praticada em terras luso-americanas. Sobre a natureza desse processo de absorção de pensamentos alienígenas – e sua interpretação única dada pelas gentes locais, conforme a inclinação ou gosto pessoal do intelectual perante as idéias – é fato que a versão que chegava para uso local era uma versão adaptada de forma algo desajeitada ao novo contexto.

De fato, o histórico movimento intelectual nascido na América portuguesa nos anos 1870, foi identificado pelos próprios contemporâneos dele como um movimento voltado para divulgar as novas escolas européias de pensamento. A interpretação dos resultados que alcançaram sempre foi apontada como sincretismo e caos teórico, imitadores e modistas das idéias em voga na Europa de então, leitores sem nenhum espírito crítico, entretanto, sempre presente uma dimensão política presente em todo esse processo. Importar idéias e pensamentos europeus e norte-americanos voltava-se especialmente em municiar essas gentes rebeldes de instrumentos de crítica intelectual e de formas de ação política para combater as *instituições, práticas e valores* essenciais da ordem imperial. Enquanto forma de contestação política, suas práticas e textos elaborados conformam uma unidade e identidade coletiva de revolta político-intelectual, demandando por reformas estruturais na sociedade. Componentes desse repertório foram assimilados criteriosamente, conforme sua capacidade de elucidar a conjuntura brasileira e oferecer armas para a luta política, entretanto, esse movimento

reformador paradoxalmente apropriou-se da tradição que negava inicialmente. A filiação mais importante do movimento à tradição consistiu em incorporar a preferência da elite imperial pela reforma em vez da revolução. Embora de novo tipo, o movimento comungou o elitismo político com o Segundo Reinado. A sua marca fundamental, portanto, foi o elitismo; sua fórmula sócio-política preservava a manutenção de um grupo especial de gentes à frente dos negócios públicos e da condução política do país, procurando compor com grupos tradicionais dominantes e os grupos dominados, preservando a distinção – e o respectivo lugar de cada um – entre povo e elite – enfim, concentração de poder e doses de autoritarismo.

Essa contradição intelectual que marcará a cultura luso-americana, esse racionalismo paradoxal que naturalmente vigora e impera na civilização brasileira, também irá produzir resultados estranhos na combinação de teorias racionais deterministas e evolutivas – noções de superioridade racial e estigma de nação mestiça – em plena época de liberalismo político enquanto discurso ideológico – liberdade, igualdade e fraternidade. Havia um discurso em voga no sentido de que o povo negro se tornaria brancos em um século, e a miscigenação era um período de transição na vida da nação; inevitavelmente, assim, um dia o Brasil seria um país branco; também se anunciava que a mestiçagem local, o “amálgama de raças”, supostamente deteriorava as melhores qualidades do branco, do negro, do índio, deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental. A época era de importação duvidosa de modelos deterministas – reproduzindo a histórica importação de idéias e doutrinas contraditórias, apenas um ato de imitação de pensamento alienígena. A cópia seria o mal maior do brasileiro da época, junto com a sua mania de querer demonstrar ser aquilo que ele não era, e de saber de tudo que sucedia no mundo, menos de si próprio – e seu mundo social.

A raça e as idéias raciais foram política e historicamente construídas, recebendo uma interpretação social, *tendo sido as teorias assimiladas pelas elites locais e adotadas originalmente*, estabelecendo critérios diferenciados de cidadania e mantendo a reprodução das diferenças sociais vigentes para o novo tempo de gentes livres. *Essas teorias, assim, justificavam cientificamente a manutenção das organizações e hierarquias sociais tradicionais*, e ao tempo, inviabilizava o nascente projeto nacional liberal. Buscavam-se, portanto, em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitadas e paralelos inacreditáveis, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso. Tudo isso referenda a idéia de que a história social da América portuguesa – em suas várias dimensões – é de ambigüidades que se põem e repõem constantemente; os intelectuais brasileiros caracterizam-se pela ambivalência entre, de um lado, seus pensamentos e, de outro

lado, suas ações. Por exemplo, uma época que nascia a república, e que necessitava propagar idéias de um novo tempo e novas práticas sociais, a análise de uma obra que serviu de base para o ensino fundamental de gerações de brasileiros – com dezenas de reedições, quase cinco décadas como livro de leitura de escolas primárias do país –, é possível dizer que aquela “simples narrativa” atuou na transmissão sistemática de representações sobre o Brasil, por meio das quais, na sucessão de gerações, formou um contingente de gentes na ordem moral, intelectual e politicamente. Mas o tipo de sociedade narrada em “Através do Brasil” é cada vez mais estratificada, à medida que avança a jornada dos irmãos personagens da obra, chegando a conceber como natural, inclusive, condições humanas de gentes dependentes, ou seja, um indivíduo que é sujeito do favor e não um indivíduo portador de direitos. A modernidade pretendida pela obra educativa concretamente faz resgatar as bases fundamentais da sociedade colonial escravista que se queria inicialmente superar, ou seja, estrutura hierárquica do espaço social, indistinção entre público e privado, naturalização das desigualdades socioeconômicas, estabelecimento das relações sociais em termos de mando e obediência. Assim, o legado escravista na formação social da América portuguesa – observe-se que a Abolição não integrou os ex-escravos e seus dependentes na sociedade de classes – ficou encoberto e manteve em silêncio os debates sobre os impasses produzidos por essas relações.

Na época da Primeira República (1889-1930), a vida intelectual brasileira está em mãos da grande imprensa, como a principal instância de produção cultural da época. A produção literária da época, circulada e transitada pela grande imprensa, contribuiu para o trabalho de dominação dos grupos de poder sobre a sociedade. Mais tarde, no período que vai de 1920 a 1945, verifica-se que a vida dos intelectuais esteve ligada aos rumos das lutas e dissensões no âmbito do sistema político-partidário. Nessa época, vários empreendimentos da esfera educacional e intelectual foram chancelados por uma elite que pretendia reformar o sistema oligárquico sem alterar o sistema de representação política em vigor. Mas é a expansão do setor editorial que permitiu a um grupo de intelectuais que saísse da condição de dependência, especificamente os escritores profissionais de literatura de ficção – romancistas. Por fim, o setor público, através da carreira do funcionalismo público foi outro mercado de trabalho cativo dos intelectuais, sendo que a função burocrática ocupada pelo agente implicava em condicionamentos ou interferência nos investimentos do seu trabalho reflexivo.

A sociedade da época, suas elites – ou os pretendentes a essa condição social – tinham práticas, comportamentos e atitudes que refletiam a ética dos comerciantes espertos, dos aventureiros ricos mas culturalmente pobres, dos homens que exibem suas mulheres como

atrativos para ascenderem socialmente, a ascensão de uma classe social onde lucro é tudo que importa, onde o dinheiro mede todas as coisas e avalia todas as pessoas; onde mesmo um jovem, para ter sucesso nesse ambiente social, desde cedo é educado – adestrado – para as coisas que realmente “importam” para sua vida, seu sucesso e futuro pessoal, vale dizer, ser um medalhão, com todas as práticas de superficialidade e mera aparência – ornamentos – que isso implica. Isso tudo reflete uma história da mentalidade, a história social de um povo, de uma época dessas gentes, que vem sendo cultivada ao longo do tempo. Por exemplo, no final do século XVIII – época de revolução da Europa –, todos os sentidos emancipadores que se produziram nessa época, somente poderiam estar vinculados e especificados no/em relação/pelo sistema colonial implantado e em funcionamento secular – em tudo que era específico e singular na história da colonização luso-americana. Está presente significativamente no imaginário de todos os agentes sociais a propriedade – a posse, o ter, o possuir – como elemento estruturante das ideologias, enfim, a economia pautando a política; a propriedade é a base da pátria, ela é que gera o homem, por isso a questão fundamental na ordem social era ou não ser proprietário. Assim, o ideal de ordem e estabilidade, fundadas na propriedade, era o objetivo maior perseguido nesse período já final da era colonial, e foi a luta pela propriedade o elemento de tomada de consciência motivador de manifestações nacionalistas, bem como informou os horizontes mentais e indicou a direção da ação revolucionário do período.

Assim, essa humanidade luso-americana foi definida por Cassiano Ricardo como de traços mais emotivos, mais coração que cabeça, mais propenso a ideologias que idéias, que detesta violência, um ser menos cruel e odioso, bondoso, individualista. Por Sérgio Buarque de Holanda como um ser que cultua a personalidade, que falta-lhe senso de hierarquia, desordenado, ausente de espírito de organização espontânea, inquieto, ansioso por prosperidade sem custos, ansioso por posição social e riqueza fáceis, aventureiro, que tem na inteligência como ornamento e prenda, cordial, individualista. Por Fernando de Azevedo como uma humanidade que tem por característica a afetividade, irracionalidade, misticismo, sensibilidade, imaginação, religiosidade, resignação, docilidade, submissão, bondade, reserva, desconfiança, sobriedade, imprevidência, inteligência superficial e brilhante, individualista, sentimento democrático, tendências igualitárias, altruísmo, sentimentalidade, generosidade, pacificidade, hospitalidade, tolerância, intuição. Por Viana Moog como gentes com características de apego ao passado europeu e português, desconfiadas, com medo do ridículo, que exibem seus sofrimentos, que são reservados na expressão de felicidade, com mania de doenças, desamor ao trabalho orgânico, sem profundidade religiosa, sem espírito de iniciativa,

sem espírito de organização, sem espírito de cooperação, sem espírito técnico e científico, que tem no trabalho como um labéu infamante, vaidade, pedantismo, auto-suficiência, valorização de triunfo por meio de práticas – habilidade, intriga, cálculo, astúcia –, delicadeza e jeito – que não se confundem com cordialidade –, suscetibilidade – sensíveis, idiossincrático, melindrosos, ressentidos –, imaturidade emocional, discriminação racial, despreocupação dos aspectos materiais da vida, desprezo das virtudes econômicas, procura de riqueza fácil. Enfim, esse conjunto de observações tratam-se de elementos que, sob determinadas e diversas racionalidades, explicam as idéias dentro ou fora do lugar, enfim, o lugar da idéias e das respectivas atitudes – a coerência dependendo do ponto de vista – numa sociedade autoritária, hierárquico-hierática e de racionalidade formal.

Aspecto que assinala uma racionalidade preocupada com o que se desenvolve intelectualmente no exterior, é o que marca a formação cultural brasileira, onde se verifica que seu problema central reside na ausência da nacionalidade popular em seus produtos elaborados, enfim, ausência da sociedade como um todo na produção de bens culturais que são veiculados posteriormente para consumo geral. Assim, a produção cultural reproduz o elitismo e hierarquia que sempre caracterizou a vida histórico-social luso-americana, com “transformações” sociais sempre vindas do alto – uma espécie de revolução passiva –, dificultando a participação popular criadora nas várias esferas de manifestação sócio-político-econômica da vida social brasileira. Dessas gentes que são oprimidas em seu cotidiano, dos que estão inseridos nesse vasto mundo de opressão, o seu cotidiano reproduz a necessidade ambígua de sofrer e enfrentar as condições sociais que os oprimem, bem como atravessar sua existência entre conformismos e resistências, entre enfrentamentos e aceitação, entre resignação e esperança. Verifica-se que na relação inter-geracional familiar, a criatividade e originalidade dessas gentes inferiorizadas socialmente produzem práticas inéditas, reinterpretações, reinvenções, estímulos, concebendo uma travessia de vida fundadas em partilhas e mudanças, contentando-se com o pouco e desse pouco extraindo forças criadoras de sobrevivência e existência, recriando a vida em conjunto.

3.3.6. AMÉRICA LATINA: ANÁLISE CRÍTICA SOBRE UM DESTINO CIVILIZACIONAL OU SÓCIO-CULTURAL (4)

3.3.6.1. O DIREITO

Especificamente no âmbito da história e sociologia do direito, e para os resultados concretos do tipo de direito que foi praticado em terras luso-americanas, contata-se que a transposição e a adequação do direito escrito europeu para a estrutura colonial brasileira, acabou obstruindo o reconhecimento e a incorporação de práticas legais nativas e consuetudinárias, resultando na imposição de um certo tipo de cultura jurídica que reproduziria a estranha e contraditória convivência de procedimentos burocrático-patrimonialista com a retórica do formalismo liberal e individualista. A marca de nascença para as contradições e exclusões que o sistema jurídico implantou em terras latino-americanas, especialmente em terras luso-americanas, é dada pelos primeiros magistrados que para a colônia vieram originariamente, a fim de implementar um sistema jurídico a fim de regular os conflitos originados e praticar a justiça – pelo menos um tipo peculiar de justiça. Esses magistrados eram escolhidos conforme um perfil estabelecido em Portugal; mas o que se ressalta é a atuação concreta desses agentes na vida social da colônia, especialmente diante da prática consagrada da convivência de duas modalidades – realidades – complexas e opostas de organização sócio-política, quase sejam, (I) de um lado, as relações burocráticas calcadas em procedimentos racionais, formais e profissionais; e (II) de outro lado, as relações primárias pessoais baseadas em parentesco, amizade, apadrinhamento e suborno.

Na época da ideologia do liberalismo, natural seria as instituições jurídico-políticas se adequarem ao novo ideário. Entretanto, em terras luso-americanas – e mesmo hispano-americanas –, se verificará que emergira um tipo específico de liberalismo, com sua natureza e idiossincrasias marcadas pela racionalidade ibero-americana. O liberalismo brasileiro é marcado pela ambigüidade, uma vez que ele teve de conviver com uma estrutura político-administrativa patrimonialista e conservadora, e com uma dominação econômica escravista das elites agrárias, assim, canalizado e adequado para servir de suporte aos interesses das oligarquias, dos grandes proprietários de terras e do clientelismo vinculado ao monarquismo imperial. Esse liberalismo expressaria a necessidade de reordenação do poder nacional e a dominação das elites agrárias, processo esse marcado pela ambigüidade da junção de formas liberais sobre estruturas de conteúdo oligárquico, ou seja, a discrepante dicotomia que iria perdurar ao longo de toda a tradição republicana: a retórica liberal sob a dominação oligárquica, o conteúdo conservador sob a aparência de formas democráticas. Exemplo disso é a paradoxal conciliação “liberalismo-escravidão”. O liberalismo brasileiro foi peculiar

devido a sua convivência com o escravismo, bem como ao fato de ser interpretado ecleticamente e conforme os gostos ou interesses mais imediatos de quem o lia, vale dizer, conforme o estrato social, cada um possuía uma idéia própria do que significava o liberalismo.

Desta forma, a tradição das idéias liberais no Brasil não só conviveu, de modo anômalo, com a herança patrimonialista e com a escravidão, como ainda favoreceu a evolução retórica da singularidade de um liberalismo conservador, elitista, antidemocrático e antipopular, matizado por práticas autoritárias, formalistas, ornamentais e ilusórias, revelando que concretamente o projeto liberal foi em realidade a vitória dos conservadores, resultado de uma tentativa de conciliação entre patrimonialismo e liberalismo. Subjacente a esse movimento estava o quadro dessa elite de servidores letrados, autênticos representantes do estamento burocrático estatal, com papel decisivo na organização e na unidade das instituições nacionais, com o seu comportamento singular, bem como suas relações e práticas com a sociedade civil. Nesse aspecto, há que se registrar o aparecimento de práticas revestidas de nepotismo, impunidade e corrupção em diversos segmentos da magistratura luso-brasileira ao longo do Império. Anota que os juizes passaram a estabelecer vinculações políticas, compromissos partidários e subserviência ao poder, especialmente na esfera da administração local. Na prática, o poder judicial estava identificado com o poder político, embora, institucionalmente, suas funções fossem distintas. Em terras luso-americanas instaurou-se o bacharelismo legalista – bacharelismo liberal que emergirá do processo de independência e formação de uma burocracia autônoma nacional –, que não era tanto uma profissão, mas muito mais uma carreira política, com amplas alternativas no exercício público liberal, pré-condição para a montagem coesa e disciplinada de uma burocracia de funcionários. Esse bacharelismo emergente expressava intentos agrários e urbanos, e favorecia, igualmente, uma formação liberal-conservadora que primava pela autonomia da ação individual sobre a ação coletiva. Ele foi o corpo profissional que sustentou setores da administração política, do judiciário e do legislativo da época.

O perfil do bacharel jurista se constrói numa tradição pontilhada pela adesão ao conhecimento ornamental e ao cultivo da erudição lingüística, sendo que os princípios liberais conferiram legitimidade à idealização de mundo transposta no discurso e no comportamento desses bacharéis, sendo que foi o liberalismo, em diferentes matizes, a grande bandeira ideológica ensinada e defendida no interior das academias jurídicas. O bacharel assimilou e viveu um discurso sócio-político que gravitava em torno de projeções liberais desvinculadas de práticas democráticas e solidárias. Assim, o ideário do bacharelismo liberal, que iria

conformar as práticas políticas da virada do século XIX para o XX, não determinou a despatrimonialização do Estado brasileiro. Por isso que, junto com uma tradição patrimonialista sócio-jurídico-autoritária, convivia uma cultura jurídica liberal burguesa. Esses bacharéis da legalidade reproduziram essa legalidade estreita, fechada e artificial, distanciada do direito vivo e comunitário existente efetivamente na sociedade. De fato, por exemplo, a tradição do constitucionalismo luso-americano primou sempre por formalizar toda a realidade viva da nação, adequando-a a textos jurídico-políticos estanques, pleno de ideais e princípios meramente programáticos. Em regra, as constituições brasileiras recheadas de abstrações racionais não apenas abafaram as manifestações coletivas, como também não refletiram as aspirações e necessidades mais imediatas da sociedade. Assim, pode-se deduzir que as principais constituições do Brasil foram marcadas ideologicamente por uma doutrina de nítido perfil liberal-conservador, calcado numa lógica de ação atravessada por temas muito relevantes para as elites hegemônicas, tais como a *conciliação* e o *reformismo*, especialmente tais interesses, de tal forma que tanto o político quanto o social sempre foram construções momentâneas e inacabadas das oligarquias agrárias. Assim, o constitucionalismo brasileiro nunca deixou de ser contínuo produto da “conciliação-compromisso” entre o patrimonialismo autoritário modernizante e o liberalismo burguês conservador.

Quando se adentra pela radiografia da legislação privada, constata-se sua identificação com a retórica liberal-individualista e com o formalismo discriminador das preceituações normativas que imperam sobre uma sociedade odiosamente estratificada. O projeto de Código Civil preparado por Beviláqua foi aprovado em 1916, sendo grandemente influenciado pela legislação alemã. Este Código estava mais próxima de um perfil conservador que inovador, devido a ênfase que deu ao patrimônio privado do que efetivamente à pessoa humana; enfim, as necessidades reais, a diversidade e as particularidades da realidade brasileira não foram efetivamente considerados na elaboração do Código. Assim, o Código Civil, antes de tudo privilegiou o direito de propriedade, reproduzindo uma estrutura econômica e social de concentração de riquezas nas mãos de poucos e de desigualdades social enormes.

Após a independência do país e a criação das duas Escolas de Direito, uma em Recife – inicialmente em Olinda – e outra em São Paulo, o Brasil adotou o ecletismo como sistema filosófico advindo do historicismo espiritualista francês. O ecletismo procura conciliar o que seria verdade em diferentes sistemas filosóficos; assim em sua atividade intelectual, seus adeptos tomariam esses pontos que poderiam ser conciliáveis e justapostos, e deixando de lado as partes não conciliáveis; esse ecletismo foi em realidade a manifestação de alguns traços básicos de nosso caráter intelectual, enfim, a da indiferença cultural que até hoje

perdura. O ecletismo sintetiza o mito do brasileiro da imparcialidade. Mas observa-se que contemporaneamente o pensamento jurídico brasileiro já não pode deixar de recepcionar as mudanças e os avanços paradigmáticos que estão ocorrendo nas ciências humanas, mudanças essas que são de ordem epistemológicas e metodológicas.

Mas para entender como o império português, sendo um sistema altamente racionalizado de organização burocrática, acomodava as relações pessoais de parentesco, amizade e interesse que sempre haviam caracterizado a sociedade ibérica, é preciso entender que o governo e a sociedade do Brasil colonial estruturaram-se a partir de dois sistemas interligados de organização. Em um nível havia a administração controlada e dirigida pela metrópole, caracterizada por normas burocráticas e relações impessoais, que amarrava os indivíduos e os grupos às instituições políticas do governo formal. Paralelamente havia uma teia de relações interpessoais primárias baseadas em interesse, parentesco ou objetivos comuns que, embora não menos formal, não contava com o reconhecimento oficial. Assim, torna-se necessário examinar o relacionamento dinâmico entre esses dois sistemas de organização humana durante duzentos e cinqüenta anos da história do Brasil, período em que a nação se formou como uma colônia ultramarina de Portugal. De fato, reconhece-se que as instituições sociais e políticas do Brasil colonial muitas vezes funcionavam prejudicando a vasta maioria das diferentes gentes aqui instaladas, uma vez que elas estavam dominadas por um tipo específico de elite social que veio da Ibéria, com suas práticas, comportamentos e racionalidades e idiossincrasias: de um lado, o mais alto nível de burocracia profissional, os desembargadores; de outro, os senhores de engenho e os fazendeiros de gado, que dominavam as instituições coloniais.

Em Portugal, critérios de ascendência nobre estabeleciam a hierarquia do Tribunal, sendo que a linhagem e posição social dos seus membros emprestavam prestígio ao Tribunal. Os letrados e graduados, no século XV chegaram a uma posição igual a dos cavaleiros e fidalgos e passaram a assumir, a partir de meados do século XVI, algumas características de casta, sendo que através de casamentos e ligações familiares, tornaram-se um grupo auto-perpetuador que ocupava a maior parte dos cargos judiciais em muitos dos cargos administrativos do governo – estamento. Os filhos dos letrados seguiam as pegadas paternas, indo do curso de lei canônica ou civil – geralmente na Universidade de Coimbra e algumas vezes em Salamanca – diretamente para o serviço real. Depois disso, as promoções dependiam não só da idade, dos graus universitários obtidos e do desempenho, mas também de ter ou não seu progenitor servindo à Coroa. No Brasil, já no primeiro século de ocupação colonial, verificou-se que já havia instalado muito abuso administrativo e incompetência, pois

pessoas despreparadas ocupavam funções que não estavam capacitadas a exercer, sendo o número de funcionários públicos muito grande, assim, não sendo pessoas que tivessem propensão de colonizar – trabalhar – a terra. O interior do Brasil não conhecia a lei. Havia uma grande miscigenação entre portugueses e índios, e isso causou um problema acerca da aplicação direito que era voltado apenas para os europeus. Os índios eram desconsiderados pela justiça, sendo a severidade dela aplicada com rigor contra eles. Também foi anotado que os indivíduos poderosos agiam impunemente, enfim, que altas hierarquias da Igreja e dos fidalgos gozavam de privilégios por parte de funcionários da justiça.

A chegada dos primeiros desembargadores pode ser vista como o começo do governo magistrático no Brasil, a total extensão da burocracia real à colônia, numa época em que o Brasil entrava num período de prosperidade econômica propiciada pelo grande desenvolvimento da produção açucareira. Constatava-se que na colônia, na época da instalação do primeiro Tribunal judiciário, administrativamente, no nível mais alto, os cargos geralmente de natureza executiva ou consultiva eram ocupados pela antiga aristocracia militar e pelos nobres que possuíam terras. Esses nobres tradicionais tinham grande orgulho de sua linhagem, acreditavam terem nascidos para comandar e jamais renunciaram a seu papel no governo. A prática comum era todos desejarem – e lutarem – por um presente dos céus, entrar para a folha de pagamento do governo. Se na América espanhola os títulos de licenciado e doutor – passaporte para o emprego público – eram orgulhosamente exibidos e cuidadosamente preservados, verifica-se que os magistrados portugueses, diferentemente dos espanhóis, preferiam utilizar seu título de carreira ao título universitário, como sinal de *status*.

Os homens escolhidos para o primeiro Tribunal brasileiro e os que os sucederam, representavam a classe dos letrados – estamento –, sendo que as atitudes e as aspirações dos magistrados da Coroa freqüentemente eram iguais àquelas da velha aristocracia militar. Procuravam ressaltar a sua origem fidalga e as honrarias – títulos – recebidos, enfim, eram ligados à Coroa e à manutenção da autoridade real. Os colonizadores portugueses, assim como os outros europeus, vinham com a esperança de encontrar dinheiro e ascensão social. A aristocracia do açúcar era o elemento mais poderoso da sociedade; antes da vinda do Tribunal, as pessoas mais ricas tinham certas vantagens, devido às suas relações de sangue e amizade, para conseguir que um processo judicial andasse mais celeremente ou mais lentamente.

Uma vez instalado o Tribunal, verifica-se em suas práticas que suas transações – contratação de serviços, compras, etc. – eram efetuadas pelos membros individualmente; os cargos de escrivão da Relação podiam ser adquiridos e passados de uma geração a outra; também era possível alguém receber um cargo como recompensa por serviços prestados à

Corte e normalmente eram semiprofissionais competentes; as audiências eram públicas e havia um procedimento rígido a ser seguido; era comum a demora da decisão; as deliberações da Corte eram secretas; a lei e o arbítrio do magistrado eram condicionantes da sentença prolatada; o primeiro dever do Tribunal era a proteção dos interesses reais e a imposição das leis; a Relação – Tribunal – era uma fonte leal e inteligente de informações; atividades extrajudiciárias como investigatórias, fiscais e administrativas, eram também atividades a que os magistrados estavam incumbidos; eram os desembargadores que faziam as correições, sendo também investigadores especiais nas varias capitânicas do Brasil; dentre muitos outros mais.

Para preservar a independência e isenção do magistrado, uma série de preceitos foi estabelecida para ser respeitada, atingindo inclusive a vida privada dos desembargadores, até mesmo o seu isolamento. No entanto, o que se verificará na prática, era que o isolamento dos desembargadores era impossível, e usavam o cargo para proveito pessoal, além de desrespeitara a lei e fazer negociatas. No Brasil, a maior parte dos desembargadores era proprietária de escravos, e alguns chegaram a traficar escravos. A fortuna, o poder, o *status* e o cargo dos desembargadores, fez com que eles se tornassem alvos de contato para importantes grupos sócio-econômicos e as grandes famílias. O casamento era uma aventura comercial, tanto para o juiz como para as famílias coloniais. Havia sempre a esperança mútua de obter vantagens. O compadrio, o apadrinhamento de batismo ou de casamento também era fonte de obrigações mútuas e aceitas, sancionadas pela Igreja. De qualquer forma, os primeiros desembargadores e os que vieram depois encontraram uma sociedade colonial desordeira, grande poder em mãos de poucos indivíduos e famílias, bem como amplos setores da população impossibilitados ou não desejosos de obedecerem as regras sociais. Para a população não européia, a lei era imposta mais para dar uma lição do que administrar a justiça; os índios continuavam fora dos interesses do judiciário civil; os criminosos eram facilmente soltos sob fiança.

Ademais, as dificuldades encontradas pelos desembargadores em fazer visitas de supervisão ao interior, faziam com que essa região ficasse praticamente sem lei. Os fazendeiros do gado estabeleciam suas próprias leis e ficavam impunes quanto às penalidades da lei formalmente estabelecida; o poder pessoal continuou a dominar no sertão, e tudo permaneceu como já estava estabelecido. Havia o nepotismo institucionalizado; se seis anos era o tempo médio de serviços que os desembargadores desempenhavam no Brasil, constatou-se que ao longo dos anos, as crescentes atrações financeiras e pessoais tornaram mais difícil a volta dos desembargadores a Portugal, por ocasião do final de seu mandato no Brasil. Os

quatro princípios em que se assentava a promoção e as recompensas da carreira da magistratura da época, eram: antigüidade, mérito, precedente e nepotismo. O escritor Gregório de Matos, brasileiro e magistrado em Portugal, tratou os desembargadores, em seus trabalhos literários, como pessoas em carne e osso, e não pessoas isoladas da sociedade e sem rostos. Ele organizou sua crítica da Relação – Tribunal – e dos magistrados em torno de dois temas: poder e corrupção. Com a crescente burocratização do império e o contínuo aumento de deveres e poderes dos desembargadores, criou-se oportunidades ainda maiores de corrupção, sendo que havia muito desvio da lei e das normas burocráticas; os magistrados continuamente desobedeciam as restrições feitas ao exercício simultâneo do comércio e muitas vezes se dedicavam aos negócios. Os magistrados, muitas vezes, usavam o poder pessoal e a influência de seu cargo para obter vantagens pessoais, conveniências ou para proteger as famílias dele dependentes ou vinculadas. Pressões econômicas e aspirações de *status* contribuíam para que os magistrados abusassem do cargo em benefício próprio.

O objetivo primeiro dos desembargadores era a aquisição de terras, e dentre os abusos praticados pelos magistrados, o mais severamente condenado na época era a venda da justiça. Contra os magistrados envolvidos em corrupção quase nada podia ser feito; às vezes eram removidos. O casamento servia de laço principal entre famílias e era o método mais eficiente de incorporar magistrados na sociedade local de forma permanente. As atrações para conseguir um desembargador na família eram muitas, sendo que os desembargadores achavam que um casamento colonial lhes daria a oportunidade de adquirir riquezas e propriedades que estivessem de acordo com a condição e posição social que tanto aspiravam. O compadrio ou apadrinhamento era uma forma para criar laços entre as pessoas ou reforçar laços já existentes – por consangüinidade e amizade –, e isso era muito praticado pelos juizes.

Assim, o sistema jurídico brasileiro – e suas práticas corriqueiras – acompanha as manifestações culturais e civilizacionais, legadas secularmente e desenvolvidas pelas gentes que conquistaram a independência e fundaram a república na América portuguesa. Verifica-se que no Brasil há práticas, atitudes, competências e habilidades, por parte de suas gentes, que são estranhas para outras culturas que procuraram erigir uma civilização que procura seguir escrupulosamente a palavra dada, cumprir os contratos estabelecidos, seguir a impessoalidade nas relações profissionais, o cumprimento de suas obrigações, o respeito ao direito do outro, a democracia, a função pública das instituições sociais, a racionalidade inter-geracional, entre outros. Assim, o jeito na cultura brasileira é uma resposta prática da vida concreta para a idealidade formal traçada como meio de resposta às demandas sociais.

Há leis no Brasil que não “pegam”, assim com há instituições públicas que não cumprem completamente suas funções e competências legais – agências reguladoras e fiscalizadoras, agentes públicos, poderes públicos etc. O que notabiliza a América Latina, e especialmente o Brasil, nesse contexto, é que a diferença entre o direito escrito e o aplicado na prática é notoriamente muito grande; as leis são reinterpretadas, regulamentos e instruções centrais do Governo já são decretados com um cálculo prévio da percentagem em que serão cumpridas – e mesmo não cumprido –, onde o povo é um grande filtro das leis e os funcionários, pequenos ou poderosos, criam sua própria “jurisprudência”. Assim, no Brasil, a prática do desvio das normas legais alcançou tal patamar que é possível afirmar que o “jeito brasileiro” é uma instituição altamente cotada e já naturalizada como parte integrante da cultura jurídica do Brasil. Em muitas áreas do direito, o jeito é a regra; a norma jurídica formal, a exceção. O jeito tem a função de tornar possível o impossível, legalizar a ilegalidade, transubstanciar o injusto como algo justo, e sua função maior é resolver dificuldades independentemente de normas e instituições erigidas. O “jeitinho brasileiro” designa vários comportamentos distintos entre si, mas ele está muito ligado, em seu sentido mais pejorativo a práticas de corrupção; ele pode ser identificado quando um servidor público deixa de cumprir seu dever legal em troca de vantagens pecuniárias ou promoções funcionais; quando o particular emprega um subterfúgio para frustrar a prestação de uma obrigação legal sensata e justa – no sentido objetivo –; quando o funcionário público cumpre suas funções com rapidez somente mediante vantagens pecuniárias ou promessas de promoção; quando o particular burla uma lei irrealista, injusta ou economicamente ineficiente; quando o servidor público foge do cumprimento de seu dever legal em razão de sua convicção de que a lei é irrealista, injusta ou economicamente ineficiente.

Ao se olhar o passado colonial, verifica-se que essa prática está vinculada ao patronato político. O patronato, enquanto sistema político onde o soberano centraliza as decisões políticas e administrativas de forma pessoal ou através de seus funcionários, podendo delegar direitos especiais e privilégios para particulares em troca de mercadorias ou serviços, criando uma hierarquia a partir daí, acaba não criando um corpo de funcionários de governo voltados para o interesse público, uma vez que serviço e cargo públicos são idéias incompatíveis com o patronato. Cargo é privilégio pessoal, ou comprado ou cedido pelo rei, portanto, utilizar-se dele para angariar vantagens para si é natural – corrupção, sendo que corrupção e desonestidade torna-se regra geral num sistema político e social que faz as pessoas buscarem favores do governo, em vez de serviços públicos, que sempre eram concedidos em bases pessoais – personalismo e autoritarismo. Daí porque até os dias atuais, verifica-se que existe

uma dificuldade muito grande para a mentalidade – em suas práticas concretas, evidentemente – luso-americana compreender a diferença entre patrimônio público e patrimônio privado, e *daí também a interminável série de escândalos de corrupção – revelando que ela é, em realidade, uma prática normal, comum e natural; tudo indica que excepcional seria a corrupção não suceder na esfera pública*. No passado, a forma como tudo funcionava mediante subornos e burlas das leis; os próprios juízes infringiam as leis para seu próprio benefício, quando não a distorciam para favorecer parentes, amigos e dependentes; o aprofundamento das reclamações contra a corrupção e incompetência de magistrados após a independência; a confusa e contraditória legislação portuguesa; a liberdade local para reinterpretar as leis; verifica-se tudo isso se soma para montar um quadro de práticas e comportamentos, que vão se naturalizando chegando a amortecer a capacidade e juízo crítico das pessoas se indignarem contra as conseqüências mais nefastas legadas pelo “jeitinho brasileiro”.

Assim, na sociedade vigora o ténue senso de lealdade e obrigação com respeito à sociedade na qual vivem, e um forte senso de lealdade e obrigação em relação à família e aos amigos; o ditado é “para os amigos tudo, os inimigos a lei, e para os indiferentes, nada”. As pessoas, as amizades, valem mais que a lei em terras luso-americanas; a ênfase nas relações pessoais simpáticas e diretas é a que prevalece sobre as relações categóricas e impessoais. Somente pessoas sem amigos ou parentes tem que obedecer a lei como se fosse da aplicação universal. Quem tem ralações importantes sempre poderá invocar a fórmula já conhecida – “Você sabe com quem está falando?” – para exigir tratamento especial e diferenciado da burocracia ou da polícia, ou mesmo em qualquer espaço social que esteja presente. Na América portuguesa, a vontade pessoal é que deve prevalecer sobre uma lei universal – sentido singular do dever ser –, unicamente porque uma relação pessoal permite não aplicar a lei ao caso próprio ou de outra pessoa que se esteja protegendo; em nenhum momento se afirmará que a lei universal esteja errada por princípio, mas que simplesmente ela não se aplica para quem se considera importante ou tenha importantes relações sociais para protegê-lo dos rigores, universalidade e impessoalidade da norma.

Verifica-se que a desigualdade sócio-econômica reflete-se também em desigualdade jurídica entre as pessoas situadas em diferentes patamares de posição sócio-econômica; a lei, a justiça, para as elites é uma, enquanto que para a grande massa da população é totalmente diferente – entenda-se, mais desfavorável e rígida nos seus rigores. O *status* social e o círculo de ligações pessoais determinam a qualidade da aplicação da lei. A regra generalíssima é que para as elites se aplica a lei da impunidade, revelando que no imaginário prático das pessoas,

a estrutura social brasileira é uma estrutura hierárquica, ideologia essa que se reflete nas práticas policiais, onde a categoria sócio-econômica que se insere uma pessoa ditará os diferentes graus de cidadania e civilização que a pessoa merecerá receber. Na América portuguesa, o “Código Civil é para o rico; o Código Penal para o pobre”.

Também os brasileiros tendam a considerar “sentimentalmente” como um “coitado” – gerando compaixão e solidariedade – quem pratica um ato ilícito ou moralmente reprovável, sendo uma pessoa conhecida ou que estejam numa posição miserável. O “coitado” é alguém que precisa ser protegido, e uma vez protegido, aquela obrigação direta e pessoal surge e supera a norma jurídica abstrata e impessoal. Outro aspecto a considerar é o fato do luso-americano ser um pragmático, e isso é revelado mais claramente em sua capacidade de montar uma conciliação e assim resolver os problemas postos; a habilidade de conciliação é uma “arte e tradição dos brasileiros”. Mas este jeito brasileiro de ser é também uma forma de sutileza e dissimulação, uma forma de solucionar pela via pragmática do bom-senso, em vez da estrita aderência à lei e à doutrina filosófica abstrata.

Também no imaginário luso-americano, o patrão faz o papel de protetor, intercedendo perante a autoridade quando qualquer membro de seu rebanho está em dificuldade. Esse aspecto do sistema patronal serve para personalizar e particularizar relações legais com a classe baixa, sendo que o sistema jurídico irá incorporar e refletir em suas normas essa tradição de mando, dependência, favores e obediência leal ao chefe, que o sistema patronal promove. Nos tempos atuais, o grande patrão é o governo, ou os governos, como fonte(s) de todos os principais ganhos materiais e simbólicos que as pessoas podem desfrutar perante a sociedade. *Assim, são elites que elaboram fundamentalmente constituições e leis, conforme esse pequeno grupo de pessoas imagina ser o melhor para a grande maioria da população, sem considerar as expectativas e capacidade dessa grande maioria.* Aqui se cumpre um velho adágio, qual seja, “manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

A cultura jurídica brasileira é altamente legalista, ou seja, na tradição do positivismo jurídico, valoriza-se excessivamente a norma legal escrita e formal como crivo de experiência humana. A sociedade faz questão de que toda as relações sociais sejam reguladas por legislação adequada. A mentalidade formal subjacente a essa realidade, acaba se convencendo ou considerando como resolvido tudo que é promulgado por lei. O Brasil herdou de Portugal a inocente crença de que quase todos os defeitos econômicos ou sociais podem ser consertados por meio de dispositivos legais. O Brasil tem continuado a tradição colonial de Portugal e da Espanha de promulgar leis sem grandes considerações a respeito de sua exequibilidade ou eficácia. Também o formalismo – intimamente ligado com o legalismo –, traduzido em

práticas de autenticação e verificação, é outro fenômeno que expressa o exagero da cultura luso-americana. A presunção parece ser de que todo cidadão está mentindo, até que ele produza prova documental escrita de que está dizendo a verdade, enfim, acredita-se em documentos, não em pessoas, e esse fenômeno do formalismo luso-americano também se repete em países hispano-americanos.

As leis produzidas no Brasil têm a característica de terem sido transplantadas em massa do exterior, sem investigação quanto à sua adaptabilidade às necessidades locais. Raramente se procura uma norma que cristalice os costumes e práticas cotidianas ou se realiza uma pesquisa empírica sobre a natureza peculiarmente brasileira do problema econômico, social, político ou administrativo em pauta – a falta de pesquisas empíricas para informar o processo legislativo é um problema comum na América Latina. Tudo isso se reflete na educação jurídica praticada na América portuguesa. A educação jurídica brasileira tem sido basicamente formalista e pouca atenção é dada ao exame de como as normas funcionam na prática. Os componentes desse sistema, acredite-se, são puramente jurídicos, um conjunto de verdades descobertas, relacionadas entre si por uma rigorosa lógica dedutiva. Daí, a inquirição do cientista jurídico ser quase que exclusivamente direcionada para a norma legal; o cientista jurídico na realidade ignora fatos não jurídicos porque eles se afastam de sua busca de princípios absolutos e da verdadeira natureza das instituições legais.

3.3.6.2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As relações internacionais estabelecidas pelos latino-americanos, também receberão o influxo inevitável de sua cultura e civilização. Se Estados que podem ser classificados ou considerados periféricos no Planeta estão sujeitos à aculturação proveniente dos grandes centros da sociedade internacional; se as estruturas hegemônicas de poder político e econômico acabam organizando a atuação e condicionando a dinâmica dos grandes Estados periféricos; se essas estruturas que beneficiam os países que a integram e voltam-se para a sua perpetuação e reprodução – de todos –; se há várias estruturas hegemônicas buscando preservar seu poder econômico, tecnológico, político, militar e ideológico, explicando complexos mecanismos de dominação internacional; se a história internacional da América Latina é a história de sua dependência secular frente aos interesses gestados internamente em sociedade estrangeiras, basicamente interesses voltados para atender classes de pessoas que

estão na posição superior e de mando – ou de influência de mando – nos seus países de origem; se num mundo de competição, ou se luta ou se entrega aos fatos ditados pelos mais fortes; se é possível também lutar por um espaço limitado de ação e manobra, previamente delimitado pelos mais fortes, mas nesse caso, tratar-se-ia de ações e comportamentos de quem é já dominado num mundo de dominantes; se a América Latina, desde seu descobrimento, nunca foi protagonista de relevo no âmbito da cultura ocidental; se em realidade, ela sempre se colocou como dominada e frágil – pragmaticamente –, num mundo; se nascida para ser colônia da Europa, participante direta do enriquecimento e pujança – econômico, material, tecnológico, cultural – dos europeus, a América Latina veio ao mundo para entregar, adjudicar, oferecer, dar, proporcionar o que tinha de melhor economicamente para um Outro distante de suas terras, para assumir, em troca, todos os prejuízos – humanos, ecológicos, culturais – que essa entrega lhe proporcionava com ônus; se a América Latina nasceu para a dependência, como um lugar para praticamente tudo dar e muito pouco receber em retribuição e como troca.

Então as relações internacionais, assim, não deixarão de refletir a distribuição de forças no mundo, a parte dos benefícios e dos prejuízos que a estrutura do sistema hegemônico internacional impõem aos diversos protagonistas distribuídos no espaço e no tempo mundial; então o destino da América Latina nesse contexto internacional é atuar como protagonista coadjuvante dos interesses fixados fortemente pelas gentes dominantes; então a história externa da América Latina, assim, não deixa de ser a história de sua vulnerabilidade e dependência frente aos centros econômicos e políticos do mundo; então as sociedades latino-americanas estão marcadas pelos fatores ou acontecimentos externos, com profundos reflexos internos – especialmente o econômico –, obrigando os países latino-americanos, cada qual conforme seu tamanho e potencial, a se adaptarem às novas injunções ou realidades, assim, não deixando de continuar se inserindo subordinadamente perante o mundo internacional.

Portanto, no plano das relações internacionais, um mundo cultural que concebeu de forma terminante as hierarquias sociais e as conseqüências necessárias desse modo e sistema de vida – autoritarismo, mandonismo, filhotismo, lealdade ao grupo, patrimonialismo, personalismo, estratificação social etc. –, tudo indica que também se compreendeu com os mesmos valores contra si próprio perante o Planeta, vale dizer, se compreendeu como dependente e vulnerável perante os mais fortes e assumiu sua devida posição hierárquica na hierarquia da estrutura do sistema de poder e economia mundial; portanto, a América Latina é e sempre foi palco de uma duradoura dependência perante nações mais fortes, ou seja, Portugal e Espanha durante séculos, depois a Inglaterra – e em menor medida França,

Holanda, Alemanha – e, mais recentemente na história da região, os Estados Unidos; portanto, o ato de mandar exige a contrapartida do ato de ser obedecido, e quem se insere numa racionalidade de tal qualidade, automaticamente sabe quando é fraco e deve se postar subserviente perante o mais alto; portanto, objetivamente a história da política externa latino-americana – especialmente no plano econômico – é aderir dependentemente na estrutura econômica mundial, fornecendo mais do que recebendo em troca – do ponto de vista da grande maioria de sua população.

3.3.6.3. MUNDO SOCIAL LATINO-AMERICANO

O resultado social interno de suas opções civilizatórias, revela uma América portuguesa que produziu malandros e heróis, uma sociedade que vive em torno de dilemas; assim, é representativo que os seus carnavais convivem com a hierarquia social, as igualdades com as aristocracias, a cordialidade e amabilidade no trato com o autoritarismo e personalismo mesquinho, uma democracia relativa, um capitalismo à brasileira, um sistema social onde os riscos e as perdas são socializados e os ganhos privatizados, revolucionários que se transformam em libertadores e se convertem em reacionários, massas de gentes dominadas que se agridem entre si e aplaudem unidas ao poder estabelecido – mais especificamente um chefe, um grande pai. As relações pessoais desenvolvidas no seio social são relações preocupadas com personalidades – ou pessoalidades – e sentimentos, onde os problemas devem ser esquecidos e não enfrentados. As crises e conflitos em terras luso-americanas não são algo para serem corrigidos, em verdade são inadmissíveis, encarados como verdadeiras catástrofes, uma espécie de fim do mundo, fraqueza social. Por isso a conciliação e fuga dessas situações desagradáveis. No caso brasileiro, o carnaval procura recriar uma igualdade social que nunca houve; a fórmula clássica brasileira do “você sabe com quem está falando?” – modo de segregação ritual para sempre lembrar que hierarquias há na sociedade, mesmo que se diga que ela é uma sociedade igual – é suspensa nesse período festivo; a regra do carnaval é não ter regras, mas a manifestação de máxima liberdade, de extravasamento de repressões, tudo sinalizando justamente a falta de liberdade e a repressões vivida no mundo social cotidiano.

No Brasil, as pessoas já sabem de antemão o seu lugar social, ou cada qual busca sempre estar no lugar social adequado, o que significa que o princípio da hierarquia é sempre

aplicado, pois o maior temor social do Brasil é o de *estar fora do lugar, estar deslocado*, especialmente quando este deslocamento implica se fazer passar por algo diferente do que se é realmente. Na época do carnaval, os milhares de marginais anônimos tornam-se “alguém”, por exemplo, mais concretamente nas escolas de samba, em professores e doutores do samba e do ritmo; mostram um momento único de transmutação daqueles considerados como fracos e dominados, agora em posição de fortes e dominantes, uma força revelada numa alta criatividade, num poder inegável de organização e mobilização social, e na capacidade de reinventar todo ano a própria estrutura social. No mundo rural, esse malandro se manifesta na figura mítica do herói – malandro rural – Pedro Malasartes, que vive enganando os patrões e fazendeiros e compensando sua falta de poder com uma rara e extraordinária sagacidade.

Nota-se que a forma privilegiada de estabelecer distinção social na América portuguesa, separando radicalmente e autoritariamente duas posições sociais diferenciadas, é o uso da frase – ou insinuação – ritual “sabe com quem está falando?”, revelando a permissividade social para o uso de práticas escusas ou ilegítimas, que pulsa mais forte e vivo quanto mais naturalmente subentendido se encontra nos atos e práticas das pessoas, revelando os conflitos sociais dentro de uma sociedade que busca esconder os mesmos e transparecer gentil e harmoniosa, cordial. Mas o “sabe com quem está falando?” expressa um rito social marcado pela autoridade e hierarquia, traço revelador da vida social luso-americana. Na estrutura hierática e autoritária da sociedade brasileira, todo conflito se reduz a um assunto de ordem pessoal a ser resolvido também pessoalmente. O sistema social luso-americano possui, assim, aspectos conhecidos de todos, mas não reconhecidos pelos seus membros, de tal forma que as pessoas conscientemente rejeitam tais práticas, mas em situações concretas praticam o que supostamente negam. O rito do “sabe com quem está falando?” é voltado para a pessoa sentir-se importante, ou ser considerada como ela acha que deve ser, ou mostrar uma posição social, manifestando-se em ocasiões as mais diversas e esse uso consciente e inconsciente reproduz as hierarquias sociais luso-americanas, enfim, uma já “inconsciente consciência” de ocupação deposição social, reforçando o lugar de cada um dentro do espaço social.

Assim, se reproduz uma hierarquia baseada na intimidade social, e tudo indica que subjacente a tudo isso, está presente mais a ideologia das corporações de ofício e irmandades religiosas, com sua ética de identidades e lealdades verticais, enfim, reprodução da lógica do mundo social das antigas ordens medievais em tempos modernos e contemporâneos. Trata-se de uma fórmula de uso pessoal. Todos utilizam a fórmula ritual porque sempre haverá quem esteja pronto para recebê-la – inferior – e pronto para usá-la – superior –, reproduzindo e mantendo viva, ou permitindo e legitimando, a racionalidade das relações sociais com foco na

pessoa, na ética e moralidade da pessoalidade – sobrançeria – frente ao Estado e à economia – com suas regras de impessoalidade, refundando continuamente o personalismo nas relações sociais que deveriam ser já impessoais – perpetuando a hierarquia social e a patronagem. Verifica-se também que o uso do “sabe com quem está falando?” é antigo, indicando que o uso da expressão é voltado para preservar o respeito, a honra, o favor a consideração que se quer ver mantida indefinidamente. O resultado é uma sociedade em busca da nobilitação a qualquer custo – títulos, formas hierarquizantes –, avessa à crítica honesta, ao estudo sério e à impessoalidade das regras universais sempre distorcidas em nome de uma relação pessoal importante; uma sociedade contraditória conciliando a igualdade com a hierarquia

Outro aspecto das práticas culturais é que a interrogação, o questionamento na América portuguesa é ato – pessoal – de agressividade como regra geral; a indagação feita é ligada a suspeita. Evita-se fazer perguntas, e assim a vida social segue pacífica e normal; ademais, verifica-se também que é uma prática comum todos terem respostas para tudo, até sobre aquilo que não sabe. Há um horror pessoal de demonstrar falta de cultura e tapear numa resposta é algo natural dentro desse quadro mental. A ação pedagógica da vida – família, escola, amizades etc. – inculcará no luso-americano a postura de não fazer muitas perguntas, pois isso é recepcionado como indelicadeza e revelador de traços de agressividade – querer derrubar alguém.

Também significativo na cultura luso-americana é o “jeitinho brasileiro”, como forma de encaminhar ou resolver as coisas, sendo que lança luzes para entender suas opções sociais e circunstâncias. Trata-se de uma instituição social em plena vigência, cultivada desde a família e instrumento útil para ajudar a enfrentar o cotidiano da vida social brasileira. Ele é um procedimento ou prática social estrutural e obrigatório – e inevitável – quando se trata de articular o mais forte com o mais fraco, a carência de quem não tem com o eventual poder de quem tem. O jeitinho brasileiro trata-se, assim, de uma prática social conhecida e legitimada por todos os segmentos sociais que compõem a estratificação da sociedade brasileira, uma instituição singular e universal em terras luso-americanas; trata-se do modo obrigatório de resolver aquelas situações nas quais uma pessoa se depara com um “não pode” de uma lei ou autoridade e – passando por baixo da negativa sem contestar, agredir ou recusar a lei – obtém aquilo que desejava, ficando assim “mais igual” do que os outros. O “jeitinho” não é um comportamento tipicamente luso-americano, mas latino-americano, sendo estudado cientificamente já há muito tempo. O fato é que no Brasil ele tem um facilitado trânsito social e está ligado ao formalismo que vigora nas sociedades de origem ibero-americanas. As instituições políticas, sociais e jurídicas são de existências discrepantes com as práticas sociais

concretas em curso na sociedade; aquelas optam pelo formalismo, a fim de escamotear a própria realidade, mas a sociedade concreta responde com o jeitinho para superar um mundo ideal que não se realiza.

Sua origem está na dificuldade social de lidar com princípios sociais contraditórios, quais sejam, o princípio liberal da igualdade com o princípio da hierarquia – que estabelece um sistema de relações sociais hierarquizado. Dois Brasis convivem simultaneamente, quais sejam, o Brasil oficial impessoal, igualitário universal, e o Brasil real do jeitinho, dos estilos da falar e fazer que apelam para a simpatia pessoal e para a generosidade humana do interlocutor, enfim, estilos pessoalizantes e relacionais que inevitavelmente entram em choque com as leis. O jeitinho brasileiro, diferentemente das posturas autoritárias e hierarquizantes, acrescenta, no mundo das relações sociais, uma igualdade e fraternidade, e exprime a grande dificuldade luso-americana de lidar com as leis universais e impessoais. Tido como folclore, algo que está fadado à extinção, o fato é que o “jeitinho” convive com o “jeitão” do nepotismo, a sinecura, o empreguismo, jogo do bicho etc., enfim, vigentes no curso normal da existência da sociedade luso-americana, absolutamente fora do discurso oficial político e econômico, estes sim como deslocados das situações sociais concretas e reais das gentes brasileiras.

Compreender os grandes processo macrossociais em curso na história luso-americana, quais sejam, as implicações da economia escravocrata, latifundiária e monocultora na formação do Brasil e nas relações entre as pessoas, e que as características da sociedade brasileira deveriam ser procuradas nos estilos de colonização que o português implantou aqui, é princípio para interpretar heurísticamente sua civilização e porque a exclusão social no Brasil atinge o campo e a cidade, produzindo não só pobres, mas também miseráveis – pobres dos pobres – e que essa situação de desigualdade sócio-econômica, o que está aí, presente e pulsante inalteravelmente é efetivamente o que se pode produzir com um tipo específico de racionalidade, conduta, comportamento social. Bem ou mal, conforme o juízo íntimo pessoal, essa específica racionalidade produziu um sistema social que é o que está posto, e há muita gente satisfeita e entende que tudo deve continuar a ser o que sempre foi em terras latino-americanas. Assim, do ponto racional – racionalidade conforme herança da revolução científica européia –, a opção brasileira sempre foi no sentido de privilegiar uma camada de gentes; tudo sucedeu para garantir que essa situação fosse praticamente um direito das elites luso-americanas, sendo que a rebeldia – que acabaram inevitavelmente se abatendo sobre uma grande massa de gentes – pobreza e miséria sócio-econômica – sempre pôde ser contida por uso da força e violência à disposição da elite – institucionais ou não.

O Brasil é o segundo pior país em distribuição de rendas do mundo, determinando uma exclusão social impossível de escapar ou evitar por quem quer que não queria fugir da realidade sócio-econômica concreta que faz a sua substância como nação. A pobreza é uma constante na vida sócio-econômica do país e não poderia ser diferente num país cujas leis – e estrutura de administração das leis – são voltadas para sedimentarem privilégios, restando a idéias de igualdade no plano ideal dos pensamentos, discursos, retóricas, mas que não se concretizam no mundo dos fatos e dos comportamentos reais dos seus agentes sociais. Levantar tais temas e expô-los é provocar conflitos, sendo que o conflito, ademais, é sempre visto como algo marginal e ilegítimo, jogando o problema pobreza na seara específica do assistencialismo e caridade, não fazendo parte dos debates concretos da política e da sociedade civil organizada de forma duradoura, constante e disciplinada. O Brasil já faz parte da rota internacional de turismo sexual do Planeta, especialmente pela prostituição infantil; também há uma massa de brasileiros que produzem o grande êxodo de pessoas que saem do país em direção aos demais países ricos do mundo para trabalharem em atividades duras, sujas e pesadas. Diante desse quadro, uma racionalidade européia específica – a da revolução científica – indaga o tipo singular de democracia que se pratica concretamente no Brasil, vale dizer, daquela que pode ser extraída de sua própria realidade factual. A resposta é a constatação que o cotidiano da vida brasileira – urbano e rural – está impregnado de violência e brutalidade, onde a exclusão social encontra no uso da força o meio para reproduzir e perpetuar a ausências de vida minimamente digna, humana e cidadã; produzem-se chacinas, extermínios organizados, torturas, assassinatos no campo, abandono, exploração e morte de menores, discriminação contra mulheres, negro e indígenas, além da degradação das prisões. As pessoas marginalizadas – excluídas (*outsiders*) –, para sobreviverem, sabem apenas que estão só e abandonadas, sendo que objetivamente trata-se da opção social a elas impostas por uma estrutura social extremamente autoritária e desigual que perdura no país.

Dos que sempre permaneceram no país, acabam obrigando-se a se submeter criativamente no mundo social profundamente desigual para garantirem sua existência e subsistência, bem como criarem as oportunidades para melhorarem ascenderem sócio-economicamente. No caso do processo social de transformação do mundo rural, subjaz a violência da expropriação das terras e a necessidade de retomar o processo de reinserção das gentes às lides da agricultura enquanto princípio do processo de solução de um problema social que tornou os campos vazios, com suas terras concentradas em mãos de umas poucas pessoas, e as cidades inchadas, praticamente explodindo de problemas sociais. Nas cidades ou centros urbanos, os excluídos são especialmente marcados pelos sem-tetos, mendigos,

favelados. Trata-se de uma realidade social, como a dos excluídos do campo, que se desenvolveu e estabeleceu seus próprios padrões de sociabilidades, demandando criatividade e originalidade para construção de uma vida e existência dentro de uma estrutura social maior, que os delimitou nas suas condições sócio-econômicas de precaríssima existência, como pode ser verificado nas favelas – estas resultantes da estrutura social hierárquico-hierática brasileira, alvo naturalizado do esquecimento social, por isso sua solidão, exclusão e espaço das impunidades.

Quando se analisa a estrutura de classe social no Brasil, junto com o componente da raça, verifica-se que as diversidades raciais correspondem objetivamente a muitas desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais etc., produzidas socialmente nas relações sociais entre as diferentes etnias; observa-se que a classificação racial socialmente estabelecida – e as desclassificações decorrentes – *dependem não só da aparência física da pessoa, mas também sua posição sócio-econômica na sociedade*. E as manifestações de rebeldia sempre foram punidas exemplarmente – implacavelmente –, com o uso desmesurado da violência como registro decisivo para a memória daqueles que decidissem esquecer as hierarquias sociais internas, bem como as respectivas condutas ético-morais esperadas disciplinarmente pelos donos do poder – quem manda e quem obedece dentro da sociedade. Assim, verifica-se também que a participação dos movimentos sociais no destino social – além de uma decisão própria das pessoas neles envolvidas – acabam também sendo ditados pelos donos do poder quanto a seu alcance e extensão, através do uso do aparelho repressivo voltado para manter as ações sociais, participativa e democraticamente concebidas, dentro de certos limites de normalidade – considerados arbitrariamente – tolerável.

Por fim, na própria relação entre os poderes públicos instituídos – executivo, legislativo e judiciário – há uma relação de dependência, mando e subordinação consentida, pelas trocas políticas envolvidas. Assim, a democracia brasileira, sob ponto de vista das relações entre os poderes instituídos, e com vistas à realização de um ideal de justiça, apresenta um déficit no modo de seu funcionamento e, claramente, se converte num sistema de procedimentos formalizados, sem ressonância das expectativas e demandas sociais. O executivo federal predomina sobre o legislativo, especialmente, em tempos atuais, pelo uso de medidas provisórias, sendo que o legislativo – os parlamentares – é cooptado pelo executivo por via de facilitação na liberação de recurso para projetos de interesse da base eleitoral do parlamentar; outra forma de cooptação parlamentar – rateio de distribuição de cargos e funções públicas, loteando toda estrutura da administração pública. E a democracia se fortalece em seu aspecto formal, mas esvaziando-se substancialmente. Cultura cívica, por via

de circulação de opiniões é impossível nesse sistema específico de prática singular democrática, e a sociedade é pautada unicamente pela economia como única razão e objetivo estratégico a ser estimulado e protegido, considerando apenas a opinião e interesses dos tomadores de decisões econômicas – burocratas, empresários, analistas técnicos, pecuaristas, agricultores etc. –, sem considerarem devidamente outras dimensões da vida social. Forçando a que o povo tenha acesso a um baixo índice de cultura cívica, os donos do poder assimilam essa realidade no sentido de reforçá-la, vale dizer, centralizam decisões sob argumento de que o povo não está em condições de tomar decisões fundamentais para o futuro da nação, ou seja, o seu próprio futuro e, na prática, reduzindo a nação.

Nesse contexto é forçoso notar que o espaço concedido para a sociedade civil superar este estado de passividade, induzida pela estrutura do sistema sócio-político praticado tenazmente há séculos, e reiterado inescapavelmente como um destino, é sempre por via de terceiros interpostos, jamais por via direta de participação democrática, enfim, meios tradicionais que atuam como filtros, instâncias de amortecimento e anteparos, e que estão à sua disposição para também postergar e, conforme o caso, permitir aos poderes negociarem entre si uma solução conciliatória do alto, regra geral formalmente estabelecidos como solução jurídica, mas para substancialmente alterarem pouco o *status quo*, especialmente considerando o fato estrutural – de fundo – que o povo sempre ficará dependente de instituições tradicionais para procurar alterar a tradição. O fato é que nos momentos que podem ser considerados como mais decisivos da história do Brasil, as opções tomadas pelas elites sociais luso-americanas são reveladores sobre o destino de uma nação – historicamente nada tem mudado essencialmente e substancialmente –, sendo que o resultado final objetivo das ações tomadas é a diagnosticada – mas sempre enferma – estrutura social luso-americana, com todos os seus paradoxos e a inescapável reiteração das hierarquias, do autoritarismo, personalismo e racionalismo formal.

A América Latina, assim, é uma realidade que se difere de outros contextos civilizatórios e culturais, mesmo dentro da própria América, não por ser mais ou menos “desenvolvida” ou “evoluída” do que qualquer outra civilização ou cultura, mas porque teve uma origem singular e desenvolveu-se conforme uma identidade própria que foi se forjando com o tempo. A colonização ibérica que passou a dominar a América Latina a partir dos anos 1500, recusou idealmente assimilar a cultura e civilização dos povos indígenas – povos originários e naturais dessa região –, apreender com eles o que poderiam ensinar ao ocidente, que também nascia para a novidade de todo um Planeta. Entretanto, os indígenas tiveram sua

fundamental contribuição para a construção da América Latina. Hoje, é possível afirmar que os antigos americanos da América Latina eram astecas, maias, incas, tupis, guaranis, araucanos, tapuias, e muitos outros povos mais que compunham a civilização pré-colombiana. Durante trezentos anos, o povo mexicano – como toda América espanhola – foi dominado pelos espanhóis. Na América Latina, havia uma circunstância totalmente nova frente ao que se desenvolvia em outras regiões do mundo atingidas pela expansão européia, qual seja, a América como um todo, durante milênios, foi palco de raros contatos com outros povos do mundo, permanecendo praticamente intocável por influências externas.

Não há dúvida que do choque de civilizações – especialmente representações ideológicas de mundo, e seus reflexos práticos e concretos no mundo da vida – emergem traumas de difícil reparação, primordialmente para os dominados, mas será uma experiência absolutamente nova e singular – por mais teratológica que resulte para uma das partes – para as duas partes, onde o *habitus* de cada qual atuará clara e transparentemente para produzir as determinações que sujeitam os agentes de ambas culturas aos dramáticos atos que sucederão. A história do México, e de todo seu movimento insurgente, seria também a história de um amplo movimento social de massa voltado para reconquistar seu passado, assimilá-lo e fazê-lo vivo no presente, mas o fato é que um mundo mítico verifica-se estar presente na origem e fundamento da história nacional mexicana. O contato do ocidente europeu com a civilização autóctone ou aborígine americana foi um ato de violência extrema na América espanhola, uma vez que esses nativos, há milhares de anos isolados do mundo e do contato com outros povos, ignoravam que pudessem existir outras gentes, mas, principalmente, ignoravam como agir em caso dessa novidade diante de povos europeus e sua mentalidade ocidental. De fato, do ponto de vista dos vencidos, os registros apontam que eles se apavoraram com as criaturas de aspecto humano que montavam monstros desconhecidos e, na dúvida sobre qual comportamento adotar, eles estabeleceram com os invasores desde alianças e confraternizações até mesmo a franca hostilidade, e, tudo indica, conforme sua cultura lhes possibilitava dar um sentido interpretativo pragmático para a nova situação – visão mítica religiosa e cósmica. Mas os invasores trouxeram também doenças infecciosas que contaminaram a saúde dos nativos americanos. Os aborígenes morriam de uma maneira muito fácil, só com o contato com os invasores, em pouco tempo depois. Estima-se que cerca de quinze epidemias dizimaram a população do México e do Peru, entre elas sarampo, gripe, varíola e tifo, sem que os espanhóis fossem vitimados pelas epidemias; esse fato também era verificado junto aos nativos dos Estados Unidos e do Canadá.

No final do século XVI, os nativos da América espanhola demonstravam ciência de sua situação, especialmente do seu drama demográfico, apontando como causas do fato, de forma evidente e inescapável, a guerra, epidemias, migrações e mortalidade devido a trabalhos excessivos. Com a conquista espanhola, a sociedade nativa foi desestruturada. A antiga posse comunitária das terras, que sustentava e garantia a base de subsistência das gentes americanas, foi arruinada pelos invasores, que, em seu lugar, implantaram as *encomiendas* provocando grandes deslocamentos de população. Após séculos de opressão, os estudos apontam que a representação do índio, no imaginário europeu, variou muito, conforme o tipo de registro, o objeto retratado e a ideologia do agente colonialista responsável por descrever ou retratar o que via ou supunha ver; os indígenas não possuíam identidade, e eles chegaram a ser identificados com a própria história ocidental européia, alguns vendo um elo entre as comunidades indígenas e as comunidades do Velho Mundo. Haverá europeus que procurarão provar a origem européia do indígena, e tudo que fosse oposta à lógica dos brancos, proveniente dos indígenas, era motivo de descrédito. O antropocentrismo cultural europeu era tido como medida de todas as racionalidades do universo, passíveis de classificar, nomear e identificar novos costumes americanos. Para Igreja, o gentio estava em trevas e necessitava dos ensinamentos de Deus para ser verdadeiramente gente; para os desbravadores dos sertões e administradores coloniais, os nativos eram bárbaros destituídos de intelecto, mas providos de força física e corpo robusto, ideal para o corte da cana e plantio de víveres.

Contemporaneamente, há uma luta intensa em busca da reparação histórica que é devida aos povos indígenas, no sentido de ser reconhecido seus direitos mais fundamentais, especialmente de terem seu próprio espaço e autonomia para reproduzir seu modo e sistema de vida e cultura, de acordo com sua trajetória histórica e condições necessárias que os dias atuais exigem e impõem para que eles alcancem uma existência segura para construírem seu próprio futuro. Por outro lado, é possível também extrair aprendizados importantes dessa específica cultura e civilização, ensinamentos esses que revelam, na pior hipótese, a possibilidade de se edificar uma civilização solidária, onde as preocupações coletivas são individuais e vice-versa, imbricando-se inescapavelmente de uma racionalidade onde o todo e a parte são planos inter-relacionados e interdependentes de um mesmo espaço e tempo. Os Estados-nação americanos edificaram-se já considerando a exclusão dos indígenas em suas políticas. Na América espanhola, a palavra “índio” é uma expressão carregada de preconceito social negativo, um termo carregado de menosprezo e desdém; o Brasil é, talvez, o único país da América que a conotação de forte carga pejorativa não esteja presente. . Na América do Sul, os movimentos indígenas buscam sua afirmação perante a sociedade e políticas

governamentais. Suas mais importantes reivindicações são o reconhecimento de seu território, a defesa de sua cultura, de sua língua, de sua dignidade, o respeito que merecem enquanto povos e a defesa da natureza da qual se sentem parte; o sentido de território para os indígenas é a terra, mas uma vasta extensão de um território multiétnico onde é possível a vida e a reprodução cultural de um ou mais povos indígenas, sendo que reivindicam o caráter coletivo dessa propriedade; todos os indígenas se sentem parte da natureza e da terra, não estando em conflito com ambas, por isso, não competem entre si para dominá-las e destruí-las; a defesa da língua e da cultura manifesta-se pela luta na obtenção de uma educação bilíngüe e intercultural; lutam pela dignidade e respeito que merecem, e nessa luta acabam dando lições próprias de política e ética à todas instituições sociais, classes sociais e aos indivíduos em geral, relativizando o etnocentrismo cultural europeu ocidental e toda sua carga preconceituosa.

As potencialidades dos movimentos indígenas podem ser reveladas no enriquecimento dos conceitos de liberdade e democracia, colocando em questão o etnocentrismo da noção de igualdade, afirmando o direito à diferença e reivindicando o direito coletivo dos povos; mas também no aprendizado, reprodução e multiplicação das práticas fundadas no princípio da solidariedade; na defesa da natureza; na revalorização da sabedoria indígena, que vive na clandestinidade; na emergência de intelectuais indígenas provenientes da racionalidade própria de sua singular cultural. Nesse sentido filosófico, a rebelião indígena de Chiapas, região do extremo sul do México – um dos Estados mais pobres do México –, tratou-se sempre de uma luta que os seus líderes já sabiam de antemão que não era apenas de âmbito regional ou local, mas que demandava transformações na vida nacional, pois o problema da miséria da grande maioria da população mexicana é estrutural e não pontual ou localizado, conclamando a sociedade civil inteira para participar na transformação democrática da vida nacional – os revolucionários indígenas pedem teto, pão, terra, saúde, democracia, liberdade e justiça. A revolução de Chiapas, desta forma, já se inicia diferente dos tradicionais movimentos revolucionários liderados por uma vanguarda, e um movimento onde a parte reconhece a necessidade do todo no processo, pois um vínculo de solidariedade está interligando todos perante o destino da nação, assim como cada grupo social e de cada indivíduo. Esse movimento reproduz a histórica resistência de indígenas e camponeses mexicanos contra a opressão a que sempre foram submetidos, em defesa dos seus direitos, cultura, língua, religião, enfim sua civilização; e enquanto movimento guerrilheiro, eles não querem a tomada do poder central mexicano, mas a busca da construção de uma nova sociedade – novas relações sociais – negociada com todos os mexicanos.

A América Latina, após a independência, persistiu na manutenção das estruturas originárias da colonização, com a manutenção dos latifúndios – situação apontada com uma das causas do retardamento da evolução social da região. Essas gentes vinculadas às grandes propriedades tinham um comportamento ou escala de valores muito peculiares, quais sejam, favoreceram o desenvolvimento de uma forma de cultura de cunho generalista muito importante, mas conhecimento esse sem possibilidade de aplicação econômica direta, ou seja, uma cultura que não foi pragmática e voltada para resolver, através da técnica científica, os problemas de desenvolvimento sócio-econômico. Tratou-se de uma cultura que era reservada às elites locais, e que se ajustava perfeitamente bem – aceitava naturalmente – com a ignorância geral das massas. Se especialmente os espanhóis se dedicaram desde cedo a abrir universidades nas suas colônias, sendo que, após o período das independências, a América latina contava com 26 universidades, é também preciso considerar que o ensino dessas instituições era voltado para atender as elites, portanto, era ministrada uma cultura de base teológica e jurídica. O título de doutor era um símbolo reverenciado por uma população iletrada, que viam na ciência das elites e seus diplomas a sua própria ignorância. De fato, as universidades latino-americanas foram organizadas de acordo com a tradição medieval européia, onde as ciências foram tardiamente inseridas em seus currículos.

Após a independência e até meados do século XX, eram os estudos jurídicos que ocupavam o lugar praticamente exclusivo do ensino, junto com a medicina. No imaginário social, tanto da sociedade colonial como a posterior sociedade independente, o diploma de bacharel, licenciado e doutor consagrava para seu titular um estatuto social superior dentro da comunidade. As cátedras eram funções honoríficas disputadas – pelo prestígio social que conferiam – por padres, juizes, altos funcionários e pessoas ociosas. Viver nobremente era não somente estar isento do cuidado de ganhar a vida por meio de um trabalho manual, mas também haver freqüentado a universidade. E essas características da cultura e do ensino – uma cultura desinteressada, onde o título de “doutor” identifica um ser notável – se conservaram até a Segunda Guerra Mundial na América Latina, daí, talvez, a produção de brilhantes escritores, historiadores e juristas. Mas o fato é que essa cultura produziu um resultado prático específico, qual seja, um tipo de intelectual e de elites muito vinculada e dependente da cultura das metrópoles intelectuais européias – estudavam em Paris, Oxford, Viena ou Heidelberg, e retornavam para completar sua formação –, enfim, um grupo muito restrito de letrados de pessoas que era cosmopolita e ao mesmo tempo alienada das coisas locais regionais, mais bem preparada para interessar-se pelos problemas da Europa do que resolver os problemas de seu país.

A América Latina é palco de perturbações políticas, mas seguido de períodos de estabilidade política. Um senso comum apregoa que a instabilidade política seria devida a uma herança racial das gentes ibéricas, e da sua miscigenação com as populações ameríndias e africanas; assim, o espanhol seria um ser orgulhoso, individualista e ingovernável, cuja disciplina somente seria obtida pelo uso da força. Entretanto, numa forma interpretativa mais branda – outro senso comum –, haveria uma psicologia que não predisporia os latino-americanos a submeterem-se a regimes políticos estáveis. Mas observa-se- que não se negam outros fatores que estariam também contribuindo para produzir as verdades sócio-econômico-políticas que caracterizariam a existência concreta dos latino-americanos, quais sejam, *que muitas das modalidades da vida política latino-americana têm sua origem na história das sociedades latino-americanas, nas estruturas sociais, e nas atitudes que criou nas populações e em seus dirigentes*. A América Latina é palco de paradoxo ou contradições, uma vez que se constata o culto de elementos ideológicos europeus do século XIX e XX, e a respectiva demanda pela realização das instituições necessárias para a concretização dos resultados esperados no plano social, mas conservando de fato as estruturas sociais hierarquizadas segundo modelos implementados desde a época da colonização; também decorre do paradoxo latino-americano a profunda diferença dos efeitos que se esperam ser produzidos através de métodos empregados para governar – inspirados talvez na melhor racionalidade importada da Europa – e os efeitos que são produzidos numa sociedade para a qual não foram feitos; o que persiste concretamente por toda parte, é a autoridade costumeira ou pessoal dos chefes locais, sendo que a lei parece não ser mais do que uma declaração de intenção do governo, declaração essa que uma administração, não podendo atingir os indivíduos, é impotente para fazer respeitar. Não apenas essa impotência freia o desenvolvimento do país, como o contraste entre o ideal que afirma e os fatos que os desmentem cria um sentimento de frustração que, por sua vez, é fonte de instabilidade política.

Por fim, a mais grave contradição que assola a América Latina é a profunda diferenciação sócio-econômica que atravessa as suas diferentes sociedades, vale dizer, trata-se da desigualdade sócio-econômica que distribui muito desigualmente os frutos do desenvolvimento econômico da região entre a população, gerando duas sociedades diferenciadas que acabam demandando a edificação concreta de dois diferentes processos sociais que, por sua vez, tudo indica que acabam exigindo formas de governo diferenciadas; como o governo é único para toda nação, faz com que as instituições políticas nacionais reproduzam a ambigüidade da situação de fato, onde o governo aparecerá ineficaz para alguns, iníquo para outros, e para ambos, de legalidade e legitimidade suspeitável; nesse

quadro, o recurso à ilegal ação política da rebelião ou golpe de Estado torna-se supostamente como necessário e legítimo. De fato, se forem tomadas por base as formas racionais de análise, conforme a racionalidade européia culturalmente edificou para si, a fim de analisar e avaliar o que historicamente fazem ou fizeram socialmente para si próprios, bem como as suas práticas concretas institucionais nos campos social, econômico, e político, é de se verificar necessariamente que a trajetória histórico-social latino-americana é um abundante conjunto de contradições, fundamentalmente entre uma ideologia e a sua prática – ou manifestação pragmática das ações e comportamentos –, enfim, paradoxos que – a bem da verdade – já vinham se manifestando desde a época da vinda dos primeiros colonos na América. Até mesmo nesse contexto, é passível de verificação o fenômeno de um mundo cultural e racional que deve se contentar formalmente com as palavras apenas, onde a legislação, regra geral, traduz um ideal que não pode ser realizado, ou não se desejava que fosse realizado. As estruturas sociais latino-americanas favorecem essa legislação perfeita nas idéias, mas impraticável no mundo da vida. De fato, se forem tomadas por base as formas racionais de análise, conforme a racionalidade européia culturalmente edificou para si, a fim de analisar e avaliar o que historicamente fazem ou fizeram socialmente para si próprios, bem como as suas práticas concretas institucionais nos campos social, econômico, e político, é de se verificar necessariamente que a trajetória histórico-social latino-americana é um abundante conjunto de contradições, fundamentalmente entre uma ideologia e a sua prática – ou manifestação pragmática das ações e comportamentos –, enfim, paradoxos que – a bem da verdade – já vinham se manifestando desde a época da vinda dos primeiros colonos na América. Até mesmo nesse contexto, é passível de verificação o fenômeno de um mundo cultural e racional que deve se contentar formalmente com as palavras apenas, onde a legislação, regra geral, traduz um ideal que não pode ser realizado, ou não se desejava que fosse realizado. As estruturas sociais latino-americanas favorecem essa legislação perfeita nas idéias, mas impraticável no mundo da vida.

Palco de diversas ou diferentes ditaduras, os latino-americanos viram emergir inclusive “ditadores involuntários”, que supostamente impuseram arbitrariamente sua vontade por impossibilidade de agir de forma diferente, mas que tendem a continuar existindo com a resistência de estruturas sociais arcaicas aos processos democráticos, cujos membros tradicionais, integrantes de tais estruturas antigas, não estão integrados à nação, não havendo diálogo entre os diferentes estratos sociais que compõem cada sociedade. As coletividades são isoladas umas das outras, com os problemas sendo resolvidos no interior de cada comunidade; algumas vivem fora do mercado, e outras vivem fora da lei, com o governo pouco podendo

fazer para promover a integração dessas gentes, e atuando mais no sentido de promover favorecimentos pessoais. O personalismo e autoritarismo do chefe político ditam as decisões e a própria opinião pública do grupo que domina, substituindo o processo de democracia participativa representativa. Um representante político eleito para ocupar uma cadeira na assembléia política é mera formalidade, uma vez que ele lá está para afirmar a fidelidade e subordinação perante seu chefe político, cumprindo fielmente os interesses do mesmo. Assim, diante dessas estruturas sociais secularmente edificadas, a grande massa da população acaba se habituando a receber as decisões governamentais como simples declarações de intenções, não destinado a receber aplicação completa e imediata – quando lhes beneficiam em grande maioria. A corrupção portanto, é uma decorrência natural das estruturas montadas. Perante a lei, há necessidade de abrandar sua ação e desobedecer às ordens dos governantes, e os funcionários públicos existem justamente para facilitar a acomodação da lei conforme as amizades, favores, compadrio etc., que estão transpassando a sociedade como a lei efetivamente concreta e real a que todos não devem desobedecer. A descrença no governo e nas suas ações, acreditando apenas na formalidade e exterioridade dos discursos e palavras que não se realizarão no mundo da vida, admitem a normalidade do uso de meios para fugir dos rigores da lei, ou alcançar aquilo que ela não previa para quem quer dela se beneficiar particularmente. O poder público é compreensivo para quem detém o poder, e apresenta-se a hipótese de também ser compreensivo para aqueles que podem pagar para obter complacência ou favorecimentos indevido originariamente na lei. Os exemplos de ditadores que exilaram-se ricos e de políticos que fizeram fortuna na América Latina são muitos.

A burocracia e o apego aos formalismos são outra marca resultante de uma sociedade que, na aparente luta para evitar fraudes e corrupção, acaba estimulando mais fraudes e contribuindo para institucionalizar os ilícitos cometidos, por via do uso da mesma burocracia para criar fatos jurídicos que jamais poderiam ser estipulados e estimulados. Também a demagogia, ou as promessas que jamais serão realizadas, é derivada da mesma estrutura social que cria o culto da palavra vã, gerando descontentamentos e crises políticas, quando o governo objetivamente age para concretamente produzir as desigualdades sociais, aprofundando a diminuição das condições existenciais de vida de uma grande massa populacional, não importa o discurso utilizado para ascender ao comando do poder público do Estado. Durante o século XIX, a vida política da América espanhola foi dirigida pelo “caciquismo”, e na América portuguesa, pelo “coronelismo”. A decorrência da invenção social do cacique ou coronel foi a criação social do caudilhismo, vale dizer, a ditadura de um cacique ou coronel mais forte que os demais. Dentro de um mundo de dominância rural, antes

da emergência dos grandes centros urbanos como novos focos de poderio político, as populações rurais eram sujeitas à autoridade dos latifúndios, de forma direta ou indireta. Nesse contexto social, a lealdade ao grupo e a seu chefe é a suprema demonstração de virtude social, e para impor seu domínio e sua força social, havia à disposição dos caciques e coronéis meios – atroz – voltados impor obediência e punir os recalcitrantes. O uso de capangas para o ato de execuções sumárias – assassinatos – é o meio de pavor, por excelência, utilizado para pedagogicamente angariar lealdades dóceis e cordatas. Nesse mundo político, a conquista do poder era a exploração do poder em favor e proveito do grupo vitorioso e de seu chefe – explorando as verbas públicas.

As guerras civis durante esse período de caudilhismo expressavam guerras particulares que procuravam ser dissimuladas, enquanto tais, através de discursos ideológicos importados da Europa – liberalismo, conservadorismo. A implementação do instituto da democracia representativa, na América espanhola, se dá com a sobrevivência ou manutenção das estruturas sociais que vem se reproduzindo desde a época da colônia. As eleições livres irão significar, na prática, a homogeneidade de cada grupo e a fidelidade de seus membros aos respectivos chefes, o que não estimula os perdedores do pleito – sufrágio –, a se curvarem e aceitarem os resultados, quando seus interesses ou simples ambições ficarem atingidos. A implementação do instituto da democracia representativa, na América espanhola, se dá com a sobrevivência ou manutenção das estruturas sociais que vem se reproduzindo desde a época da colônia. As eleições livres irão significar, na prática, a homogeneidade de cada grupo e a fidelidade de seus membros aos respectivos chefes, o que não estimula os perdedores do pleito – sufrágio – a se curvarem e aceitarem os resultados, quando seus interesses ou simples ambições ficarem atingidos. Ser vencido democraticamente nas urnas não é razão para renunciar ao emprego de outras armas, quando se crê ser mais forte. É quase um dever patriótico para com o grupo a que se deve lealdade, empregar todos os meios para conseguir a vitória e, se os resultados das eleições são adversos, ou podem vir a ser adversos aos interesses vitais do grupo que irá perder a eleição, não se hesita em contestá-los numa prova de força brutal.

O caudilhismo – mais precisamente o *habitus* que o inspira – deixou seqüelas em forma de hábitos adquiridos na vida política dos países que por muito tempo dominou. A corrupção políticas, a imagem normal do enriquecimento dos que são detentores do poder político – uso do poder para enriquecimento próprio –, a personalização de lutas políticas – idéias e programas são encarnado em figuras políticas, como getulismo, peronismo, castrismo etc. –, ditaduras pessoais de caudilhos, elites rurais que reproduzem práticas caciquistas para

manter uma influência duradoura sobre seus subordinados, processo eleitorais deformados, a compra de votos via ações assistenciais e uso dos serviços de cabos eleitorais dispendiosos, desvios de fundos públicos – originariamente voltados para atender programas oficiais de melhoria sócio-econômica dos beneficiários – para remuneração de serviços eleitorais – o dinheiro que já é destinado ao povo é cobrado como favor eleitoral ou votos nas eleições –, a sobrevivência local ou regional de chefes políticos via sufrágio universal.

Também contribui para entender a sociedade – e aspectos essenciais da mentalidade ou racionalidade – hispano-americana, o fato de que ela reproduziu na América uma sociedade tradicional de tendência hierárquica, enfim, uma sociedade vinculada a um *homo hierarchicus*, fundamentalmente, atores coletivos – diferentes de indivíduos ou cidadãos, conceitos que vieram se estabelecer com a Revolução Francesa –, uma instituição, organização, ordem e corpos semiprofissionais de diversas envergaduras, muito hierarquizados, submetidos a deveres ou serviços para com as autoridades – portanto, agentes sociais superiores da mesma ordem, ou dentro da classificação e hierarquia das ordens existentes – gozando de direitos, liberdades e privilégios – por sua condição ou posição social dentro da hierarquia. Dentro dessas classificações, distinções sociais e hierarquias, se estabeleciam diferenças sociais de cunho marcante, implicando diretamente na distribuição dos diferentes ganhos sociais – materiais e simbólicos – devidos a cada ocupante de uma posição na hierarquia social estabelecida. Desta forma, exceto os numerosos marginalizados sociais – os párias sociais –, todas as demais gentes, sejam grandes ou pequenas, se integravam a grupos, ordens ou corpos sociais, e tinham seu lugar ou no alto ou no baixo das estruturas verticais de sujeição, ou fiéis a coletividades muito hierarquizadas e ordenadas.

Um dos aspectos relevantes e ressaltados pelos estudiosos da América Latina, vinculado à sua história e desenvolvimento cultural e social, é o fato das idéias e as filosofias se revelarem ecléticas na região, e o fato de se adotarem modismos intelectuais que ficaram circunscritos a esferas muito limitadas de pessoas. Assim, o fato é que se difundiu em todo continente latino-americano um positivismo *sui generis*, mesclado por influências anglo-americanas, que, tudo indica, revelava uma concreta ruptura com o pensamento peninsular ibérico até então adotado. Entre final do século XIX e início do século XX, vigorou na maioria dos governos latino-americanos um positivismo pragmático, criando divergências entre liberais e positivistas latino-americanos, sendo que estes últimos acabaram trilhando o caminho do neoconservadorismo. O pensamento conservador latino-americano não tinha um sistema de pensamento estruturado, coerente e original, de tal forma que somente tardia e imperfeitamente constituíram verdadeiros partidos políticos para si. Contra o pensamento

liberal em voga após a independência, os conservadores se encontravam órfãos das idéias, legitimidade e modelo teórico que pudessem opor aos liberais. Eles se apoiavam na autoridade da Igreja – ordem mais importante da velha sociedade hierarquizada – e que era objeto de denúncias pela modernidade nascente.

O liberalismo latino-americano sempre procurou professar explicitamente uma ideologia bem definida, conforme aquela legada pela Revolução Francesa, mesmo que, em seu princípio, tivesse vindo através de canais espanhóis. Ele está vinculado a sociabilidades de tipo igualitário, conforme emergem em associações ou sociedades de pensamentos ou tertúlias de livre adesão, bem como nas lojas maçônicas, todas consideradas como matrizes da modernidade política na América Latina. Suas bases ideológicas repousam na reivindicação individual da liberdade e igualdade dos cidadãos, sendo fundamento e legitimidade do Estado e vontade geral e da soberania popular. As sociedades e tertúlias literárias, econômicas, filantrópicas ou patrióticas, assim como os clubes – sobretudo as lojas maçônicas – constituíram, na América Latina, uma manifestação essencial, depois generalizada, das novas sociabilidades que emergiam com o liberalismo, apontados como espaços de aprendizagem e transmissão de ideologias, distintos dos diversos corpos hierarquizados do antigo regime, enfim, pessoas que se vinculavam livremente para pensar, tratando-se de elites de saber, mais do que de dinheiro. Em Buenos Aires, dos 924 membros regulares da maçonaria – entre 1855 a 1862 –, 128 – 13,8% – ocupavam 241 postos públicos – 1,88 *per capita* – e toda essa classe política, em diversas dependências associativas, estabeleceu o recorde de ocupar 92,5% dos empregos do ramo judicial. Daquele total, 595 pessoas eram francomaçons, com mais de um terço destes – 34,8% – vinculados a atividades ao grande comércio, 15,6% funcionários de bom nível – militares, eclesiásticos, excluídos os empregados –, mais de 11% eram pessoas vinculadas a atividades da escrita – jornalistas, professores –, na mesma proporção havia os proprietários ou exercentes de alguma profissão liberal, em seguida vinham os empregados – 9,2% –, sendo que os artesãos e pequenos comerciantes eram muito poucos – 5,4%. As lojas maçônicas se apresentavam, assim, como uma via moderna para alcançar o poder; muitos de seus membros pertenciam à elite, e indubitavelmente haviam estado inscritos em confrarias e ordens terceiras, de base demasiado extensa, antes do ingresso na maçonaria.

Mas na América Latina, de modo geral, não só a maçonaria e as associações ou clubes já referidos são tidos como as únicas que estabeleceram tipos diferentes de sociabilidade daquelas que havia no antigo regime colonial, mas se reconhece que muitas outras vias ou tipos de sociabilidade se estabeleceram para a elaboração e difusão da modernidade política que ela vivenciou após o seu período de independência. Assim, têm-se organizações obreiras,

precursoras dos futuros sindicatos de trabalhadores; confrarias laicas, de caráter mutualista; clubes liberais de oposição – alguns ligados a lojas maçônicas –; etc. Mas o liberalismo acabou evoluindo muito na América Latina, dando ensejo ao surgimento de correntes alternativas de pensamento, conforme o tempo e o espaço. Assim, o utilitarismo é a constatação de que em diversos países latino-americanos independentes, o pensamento se inclinou pouco para a filosofia especulativa, se orientando comumente para o pragmático, utilitário, prático e concreto, enfim, para a ação. Na América Latina, nenhum movimento científico adquiriu mais importância do que o positivismo, mas um positivismo muito peculiar, abrangendo idéias diversas, até mesmo idéias muito diferentes das defendidas por Auguste Comte. Assim, é com naturalidade que as gentes latino-americanas acentuaram a modernidade liberal, porém, sem uma verdadeira – substancial – ruptura ideológica, negando mesmo o conceito de revolução, e insistindo na idéia de uma evolução pacífica, qual seja, do pensamento tradicional para o pensamento moderno, do modo de vida social tradicional para o modo de vida social moderno, sem grandes conflitos.

Em realidade são diversos positivismos, e esses positivismos únicos no mundo, *sui generis*, dominam os horizontes intelectuais, científicos, políticos e econômicos da América Latina a partir do fim do século XIX, com conseqüências que alcançam os dias contemporâneos. Trata-se de positivismos que acentuam os aspectos úteis, pragmáticos ou práticos, e ecléticos. Os aspectos mais dogmáticos e escrupulosos da filosofia de Auguste Comte eram menos cultivados, salvo raríssimas exceções. O que essas gentes primavam, antes de tudo, era pelo útil, pelo tangível, pelo “positivo”, com grande desconfiança e menosprezo pela especulação abstrata e pelo filosófico, deixando o pensamento culto e qualificado num plano incipiente, voltando-se para um pensamento interessado quase que exclusivamente no plano material, para alcançar o enriquecimento material da pessoa – o positivismo tornou-se expressão de uma classe social impaciente por enriquecer-se. Difundiu-se, assim, um positivismo prático, alheio aos espíritos mais cultos, com ressonância muito grande nas novas burguesias comerciantes, empresários, que muito prosperaram em fins do século XIX e início do século XX – mas que vinham se enriquecendo muito antes.

Para os ibero-americanos, era preciso canalizar as energias para aquilo que era útil e voltado para o progresso econômico, especialmente o industrial, deixando de lado as grandes idéias que semeavam as utopias. Durante o último quartel do século XIX, os discursos das elites latino-americanas exaltavam o império da ciência, os “cientistas”, a indústria, como o sistema de mais alto valor moral e onde domina a mais elevada liberdade. O que muitos partidários do positivismo e seu lema olvidaram – especialmente certas oligarquias e certos

autocratas latino-americanos –, através de seus científicismos, interesses particulares e cálculos frios, é que Auguste Comte também havia incluído em seu lema “ordem e progresso”, o lema do “amor aos homens e à humanidade”; não sem razão, Auguste Comte será abandonado por muitos positivistas latino-americanos. Por outro lado, Auguste Comte também professava um poder forte, capaz de conservar a coesão social e o difícil passo da passagem do estado metafísico para o estado positivo, acreditando que a revolução era contrária às leis da “física social”, que governavam a sociedade. Assim, na América Latina, houve quem proclamasse ordem e progresso sem revolução.

No Brasil, Os jovens militares do Colégio Militar – Rio de Janeiro –, influenciados pela modernidade científica e técnica, instauraram a república positivista, tendo como líderes os chefes do exército e Benjamin Constant Botelho de Magalhães, em 1889. Verifica-se que, nessa ocasião, positivistas já se manifestavam a favor de uma nova Constituição, que deveria conjugar – unificar – o princípio da “ditadura republicana” dentro da mais “completa liberdade espiritual”, com a “perpetuação da função ditatorial” moderada por uma assembléia única eleita, com a única função de votar impostos e determinar gastos públicos. Se isso não foi posto em prática formalmente, o fato é que a Constituição de 1891, inspirada em Auguste Comte e na Constituição dos Estados Unidos da América, na prática estabeleceu a criação de um forte poder executivo – mais poderoso ainda daquele que havia no Império – onde dois militares exerceram as funções como verdadeiros ditadores – Marechal Deodoro da Fonseca e Marechal Floriano Peixoto. No México, esse positivismo desempenhou um papel de verdadeira relevância política durante a ditadura de Porfirio Dias, cercado-se de cientistas e tecnocratas positivistas, com reflexos no sistema de ensino, na administração do governo; para essas gentes, a liberdade era dependente do progresso, ela nascia do progresso e não o contrário, tratava-se de um positivismo utilitário e carente de virtudes morais. Na Argentina, um outro diferenciado positivismo se desenvolveu, mas compartilhando muitas características que se verificavam nos outros países – separação entre Estado e Igreja, escolas normais etc. – especialmente a presença de um Estado autoritário, com forte motivação econômica. Na América Central uma série de ditaduras se estabeleceu sob o lema “ordem e progresso”, regidas por constituições liberal-positivistas, mesclando espírito progressista ou inovador, maçonaria, caudilhismo e abuso do poder pessoal. Na Colômbia, se verificou que houve até um presidente-caudilho – Rafael Reyes –, admirador de “cientistas”, promotor da indústria, mas de filiação política conservadora. Na Venezuela, houve um “caudilho civilizado” – General Guzmán Blanco –, admirador de Auguste Comte, que exerceu uma verdadeira ditadura positivista, com numerosos abusos de poder, estimulando e patrocinando instituições

de ensino; sua revolução seria uma república prática, reino da ordem, e do progresso material e moral, se fundamentando na liberdade prática, a ordem verdadeira, fonte do progresso e desenvolvimento material do país, junto com a educação pública; por fim, esse caudilho venezuelano inaugurou um suntuoso templo maçônico e sua própria estátua – na qualidade de emanção do povo.

Para tentar entender essa predileção ou facilidade com que o positivismo foi adotado em toda América Latina, explicações mais profundas se estabeleceram, procurando superara as explicações conjunturais adotadas, regra geral, especificações nacionais desse positivismo latino-americano. Haveria, assim, uma dinâmica própria estrutural que perpassaria todas sociedades ibero-americanas, reveladoras de suas mentalidades e estruturas elementares unitárias. O mexicano José Vasconcelos escreveu que a mentalidade latina, mais precisamente a mentalidade castelhana ou cultivada pelos castelhanos historicamente, necessita – de forma quase invencível e inescapável – de sistemas e sínteses. Trata-se de uma raça que não pode ater-se ao conceito particular, pois a sua já “natureza” é dogmática; os latinos americanos são dogmáticos por princípio. Por isso, quando lhes faltou o absolutismo católico, eles aderiram às generalidades do jacobinismo, mas como ele não abarcava o absoluto, aderiram ao absolutismo da ciência, sob algumas de suas fórmulas mais ambiciosas e válidas. Assim, depois do antigo tomismo escolástico, passa-se a viver um período científico que aplica seus conceitos à política.

O conjunto de todo esse movimento secular das elites latino-americanas, resultou numa região marcada por profundas desigualdades sociais e falta de prática política democrática, mas especialmente esquecida da história de milhares de gentes – os índios, os negros, as mulheres, os imigrantes, os movimentos sociais, a democracia, a violência, o racismo, a exclusão social, os oprimidos, as diferentes manifestações culturais populares, entre outros. Verifica-se a emergência de um pensamento crítico, contracorrente de um conjunto ideológico estabelecido pelas elites locais. Dentro dessas contra-correntes críticas, há um discurso que permeia todas elas, qual seja, a idéia da “libertação” dessas gentes submetidas e dominadas secularmente, mas discurso esse que é também tratado por “emancipação”. A racionalidade crítica, aliada à sensibilidade humanística – certamente como decorrência direta da vivência com a realidade fática ou mundo da vida local e regional –, dentro de um quadro teórico interdisciplinar, produzirá juristas e pensadores da maior envergadura intelectual na América Latina, conhecedores profundos da realidade histórico-sócio-econômico-política a que estão submetidas as diferentes gentes históricas – concretas, reais – da região, bem como da racionalidade que produz e reproduz essa desumanidade.

Destaca-se, assim, a figura de Antonio Carlos Wolkmer e sua produção teórica que, trabalhando no plano interdisciplinar da filosofia, sociologia, história, direito, política, economia, humanismo, pensamento crítico e ideologia, construiu um vigoroso acervo crítico-teórico voltado para desvelar as práticas sociais que compõem a realidade geral e concreta do Brasil e da América Latina, compartilhando com uma geração de notáveis intelectuais a necessidade de superar o formalismo acadêmico e intelectual, superficial e incipiente, que tem marcado a racionalidade, cultura e civilização não só do Brasil, mas de toda América Latina.

3.3.7. O *HABITUS* (*ETHOS* E *PRÁXIS*) NA CIVILIZAÇÃO LATINO-AMERICANA: UMA COMPREENSÃO DA FORMAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E IDEOLÓGICA DA AMÉRICA LATINA

Como se pode observar, existe a emergência de novas posturas intelectuais, práticas, comportamentos, ações afirmativas brotando a partir de diferentes setores e esferas sociais das sociedades latino-americanas – daqueles setores identificados com as camadas humildes e populares, em realidade, a própria base da pirâmide social, onde se localiza a vasta maioria da população regional –, verdadeiros espaços de resistência a uma situação sócio-econômico-político-cultural de profunda desigualdade entre as gentes que compõem os diferentes espectros sociais da América Latina, nas suas diversas nações. Entretanto, uma questão é sempre presente, qual seja, porque a produção e reprodução social da vida e existência latino-americana têm marcas tão fortes, produzindo e reproduzindo uma sociedade tão desigual e, o que é mais atroz, tão naturalmente assimilável – pela atitude inércia e indiferença, por um lado, e comportamentos e atitudes que reforçam e aprofundam a miséria de muitos, por outro lado, especialmente daqueles que foram e compõem as suas elites – nessas disparidades que grassam a sociedade, atingem todos os dias em dor e sofrimento de ordem material e simbólica os excluídos sociais, ferindo os olhos e sensibilidades de todos os que não estão amortecidos e indiferentes à miséria e ao abandono da grande massa das gentes?

Para compreender a atitude, comportamento, indiferença, pendor, omissão, comissão, racionalidade, mentalidade, tendência, instinto, habilidade, competência, disposição, temperamento, inclinação, propensão, determinação, característica, faculdade, pré-disposição, forças profundas, vontade, tropismo, estruturas sócio-culturais, inculcação, adestramento,

círculo vicioso, caráter, índole, natureza etc., sejam quais forem os diferentes e diversos designativos utilizados para retraduzir em termos assimiláveis todo um modo de ser próprio que caracteriza o resultado pragmático da cultura, atitude e mentalidade ibero-americana, este trabalho fundamenta-se em tripla perspectiva. Entende-se que haveria, assim, três princípios norteadores de condutas, pulsões²⁵³³ – de respostas sociais – já inconscientes quase que inescapáveis que subjazem as decisões e atitudes mais corriqueiras e comezinhas das pessoas – em especial de suas elites –, estruturas elementares estabelecidas por um longo – praticamente milenar – adestramento e inculcação de modos comportamentais de respostas às demandas sociais e fundadas numa razão social arbitrariamente cultivada pelas pessoas e sociedade – secularmente reproduzidas –, três princípios diretamente envolvidos com os ganhos materiais e simbólicos da vida social, enfim, três elementos que compõem um núcleo fundamental do *habitus* latino-americano – particularmente de suas elites sócio-político-econômica –, e que explicariam muito sobre o seu destino e sobre o que as pessoas fazem ou deixam de fazer uma para as outras e, assim, edificar uma tipo específico de sociedade, vale dizer, relações inter-pessoais sociais significativas, explícitas e implícitas, que assinalam os efetivos valores a serem cultivados e circulados perante os diferentes grupos sociais.

²⁵³³ E expressão pulsão, na teoria psicanalítica – observa-se que a expressão também é utilizada na etologia, no behaviorismo, na psicofisiologia – é definido pela pressão exercida pelo somático – para os fins explicativos deste trabalho, restringe-se ao sistema nervoso somático, ou sistema nervosa da vida de relação, relacionado com os sistemas sensoriais, desde a captação de informações pelos receptores e a veiculação de mensagens sensoriais, até a integração central nas áreas de projeção e, depois, de associação – que, assim, se impõem ao aparelho psíquico. Trata-se, portanto, de um impulso que faz tender par a ação. A pulsão, portanto, tem uma fonte somatopsíquica, um alvo, que leva à satisfação e à descarga de energia que é investida, e um objeto com relação ao qual o alvo pode ser alcançado. Se o objeto não for encontrado e se o alvo não for alcançado, nascerão a frustração e um aumento da tensão, que será sentida como desprazer. In: DORON, Roland; e PAROT, Françoise. **Dicionário de psicologia**. São Paulo: Ática, 1998. 864 p. Pulsão é o processo dinâmico que consiste numa pressão ou força – carga energética, fator de motricidade – que faz o organismo tender para um objetivo. Segundo Freud, uma pulsão tem a sua fonte numa excitação corporal – estado de tensão –; o seu objetivo ou meta é suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional; é no objeto ou graças a ele que a pulsão pode atingir sua meta. Sua origem está na noção energética a que o organismo humano está sujeito, mais especificamente, nas excitações que ele está submetido e que tem de descarregar em conformidade com o princípio de constância – princípio enunciado por Freud, segundo o qual o aparelho psíquico tende a manter a nível tão baixo ou, pelo menos, tão constante quanto possível a quantidade que excitação que contém, sendo que a constância é obtida, por um lado, pela descarga da energia já presente e, por outro, pela evitação do que poderia aumentar a quantidade de excitação e pela defesa contra esse aumento. Ao lado das excitações externas a que o indivíduo pode fugir ou de que pode proteger-se, existem fontes internas portadoras constantes de um afluxo de excitação a que o organismo não pode escapar e que é fator propulsor do funcionamento do aparelho psíquico. Toda pulsão tem fonte, objeto e meta; ligado a uma descrição da sexualidade humana, seu objeto é variável, contingente, só é escolhido sob a sua forma definitiva em função das vicissitudes da história do sujeito; as metas são múltiplas, parcelares, e estreitamente dependentes de fontes somáticas, sendo que estas são igualmente múltiplas e suscetíveis de assumirem e conservarem para o sujeito uma função predominante. Finalmente, a pulsão está ligada à pressão ou força – fator quantitativo econômico – como uma exigência de trabalho imposta ao aparelho psíquico. In: LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Baptiste. **Vocabulário de psicanálise**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 554 p. Sobre um histórico do conceito em Freud e Lacan, vide: CHEMAMA, Roland (Org.). **Dicionário de psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 242 p.

Esses três princípios, composição elementar do *habitus* histórico latino-americano, seriam então a pulsão do autoritarismo hierárquico-hierático, a pulsão do personalismo e a pulsão do (ir)racionalismo formal-pragmático.

3.3.7.1. AUTORITARISMO HIERÁRQUICO-HIERÁTICO

O autoritarismo hierárquico-hierático, na vida privada e pública da sociedade, marca um mundo social ditado por uma ou várias hierarquias a serem respeitadas, dentro de grupos específico ou não, estabelecendo, de pronto, o lugar de cada um dentro da sociedade ou grupo que faz parte, com todas as conseqüências sociais sobre quem manda e quem obedece, quem está no alto e quem embaixo, quem é ou não subserviente e dependente. Ele é um princípio predisposicional ditado pelo par mandonismo/obediência. Não se pode confundir essa hierarquização social como uma modernidade voltada para racionalizar o governo e a ordem das relações sociais travadas no seio de uma sociedade participativa. O autoritarismo hierárquico-hierático nega a participação democrática tornado-a, quando ocorre, totalmente inócua. Num sistema social hierarquizado, tudo é conforme os níveis superiores dos estratos sociais determinam, em qualquer hipótese, uma vez que a realidade concreta da vida social é, em última instância, determinada ou influenciada por eles, não importa o que possam pensar ou desejar aqueles que estão nas escalas inferiores de decisão social. Esse princípio autoritário hierárquico-hierático, assim, tende a incutir o ideário do mando e obediência, vale dizer, manda quem pode, obedece quem tem juízo em todos os segmentos sociais, uma vez que haverá meios coercitivos – ostensivos ou não – para fazer lembrar a todos as hierarquias sociais, o lugar de cada um no sistema social em curso. O pensamento autoritário é de cunho ou índole marcadamente totalitarista, vale dizer, para os amigos tudo e para os inimigos nada ou, como se tornou um mote comum, para os amigos tudo e para os inimigos a lei. Não existe margem para composições, negociações, acordos, uma vez que o pensamento ou espírito autoritário funciona também dentro da lógica personalista – de índole pessoal – amigo/inimigo, tudo/nada, praticamente impossível a lógica impessoal aliado/adversário, próprio/impróprio.

Nas relações públicas latino-americanas, em épocas coloniais, esse princípio vigorou com sua máxima força, uma vez que a América Latina era apenas um espaço de fornecimento de riquezas para uma racionalidade de mundo que concebia fortemente sua sociedade, seus

pensadores, suas gentes, seus governantes, como o ápice do mundo conhecido, o que de fato poderiam assim se considerar, considerando os seus feitos concretos alcançados, diante do imaginário que governava suas certezas sobre o mundo e universo, bem como papel deles, como gentes, nesse universo. Ademais, como se verifica e pode ser extraído dos textos acima levantados sobre a Ibéria e a época da descoberta, conquista e colonização da América Latina, o pensamento social do mundo como um espaço hierárquico-hierático e rigidamente definido por posições de pessoas em cada estrutura de grupo e mesmo dos grupos entre si, era o mais natural e comum dos entendimentos das gentes que realizaram a exploração das riquezas das terras latino-americanas, e com tal ideário ou ideologia formada e estruturada no seu modo de ver o mundo e agir nele, durante três séculos a Ibéria foi o centro do Planeta e suas gentes deixaram sua marca definitiva na história do mundo. Apropriado e adequado, portanto, que o natural e imperceptível espírito do autoritarismo hierárquico-hierático se reproduzisse continuamente nas sociedades metropolitanas e nas sociedades nascentes em solo latino-americano, até mesmo porque, no plano da idéias ou do pensamento, a hierarquização do mundo era o modelo ou paradigma dominante das sociedades européia da época, assimilado de forma muito singular pela cultura ibérica, tão natural quanto a contemporânea idéia de democracia no mundo ocidental, o Estado como ente aglutinador de uma nação, do sentido de nação, do sentido de liberdade na esfera civil e na esfera pública, a busca da impessoalidade – profissionalismo – nas relações profissionais etc.

O que irá suceder no espaço das relações institucionais públicas, após a independência das nações latino-americanas, é reprodução de um sistema político alimentado e impulsionado por relações de força que, se não explicitamente, certamente implicitamente manteve o mesmo mundo hierárquico e autoritário legado pelos povos ibéricos, onde o poder deveria ser centralizado e as relações eram e se davam de forma autoritária, com as características acima assinaladas. Afinal, uma vez definido – mais precisamente, reproduzido – um *habitus*, fruto de um longo e secular – milenar – processo de ideologização do mundo e das coisas, que podem as pessoas fazer a não ser aquilo que estão já praticamente programadas ou automatizadas para fazerem e responderem às suas demandas históricas? Os indígenas americanos reagiram aos invasores conforme o seu *habitus* determinava, pois nada mais eles tinham como instrumental cultural para fazer diante das circunstâncias. Da mesma forma, os hispano-americanos e os luso-americanos construíram a independência de suas nações conforme o acervo cultural disponível para agir diante de suas circunstâncias temporal, espacial e humana, históricas, sendo que, pode-se afirmar, o que sucedeu, desde então, no plano sócio-político-econômico na região, especialmente nas ações do poderes públicos –

hierarquicamente o espaço natural e privilegiado de inserção e fixação das elites da região – é consequência direta dessas determinações que pulsam em toda sua força autoritária – além das demais outras determinações atuantes em conjunto – produzindo uma realidade, que não se conforma com nenhum discurso – regra geral, nesses casos sempre fixados sob valores intelectuais e morais estranhos à história social da região –, por melhor que seja, tendente a explicar que tudo se fez para evitar o que se sucedeu como destino dos povos – evidentemente, aqui a referência é a grande massa pobre e miserável – da região.

Caciques e caudilhos na América espanhola, coronéis na América portuguesa; uso da força, do terror, do mandonismo, do filhotismo, da ameaça, do assassinato, do clientelismo, de capangas, dos bandos de seguidores, da violência como recurso fundamental para se preservar posições políticas, da corrupção, do patrimônio público como inevitável extensão do patrimônio privado do grupo ou do chefe de plantão, entre outros, enfim todos esse fatos ou fenômenos sociais latino-americanos, notavelmente coincidentes – com variação de graus em suas manifestações – na Américas espanhola e portuguesa, e que até os tempos atuais – ano de 2005, quando este trabalho é encerrado – repercutem suas consequência, ressumam um antigo e já milenar *habitus*, um comportamento que inescapavelmente acaba reproduzindo ações e efeitos autoritários hierárquico-hieráticos, de pessoas que tempo vai e tempo vem, apenas sabem igualmente reproduzir a mentalização de que em terras latino-americanas, quem manda efetivamente manda e deve ser sem contestação, sendo que toda estrutura social-institucional fundamentalmente assim reproduzirá essa ideologia, porque a estrutura – vale dizer, as gentes e seus *habitus* que a compõem – é parte da própria ideologia autoritária, senão a ideologia encarnada.

O princípio autoritário é, desta forma, profundamente antidemocrático e anti-republicano, enfim, ele é, utilizando as palavras de Sérgio Buarque de Holanda, uma verdadeira contradição ético-moral com os valores democráticos e republicanos – uma oposição sempre se dá dentro do mesmo planos ético-moral, uma contradição é no plano da incompatibilidade total, situação que se verifica entre aquele que é crente em Deus e aquele que é ateu. O fato de tal princípio arcaico vigorar na prática – real e pragmaticamente –, em tempos contemporâneos supostamente – *formalmente* – democráticos – tempos esse sempre relacionados com liberdades, direitos, eleição (principalmente) e participação –, é demonstrável, lamentavelmente, a partir da seguinte indagação: onde estão as liberdades, os direitos e a participação da democracia em curso na região? A resposta concreta é, exatamente até onde as elites autoritárias hierárquico-hieráticas permitirem – eles estão no centro e domínio do poder político e econômico de todo a sociedade – que eles existam e circulem de

forma desimpedida na sociedade; por exemplo, a contenção – falta de distribuição – dos meios econômicos para uma grande massa da população, a fim dela poder expandir e fazer valer em maior amplitude a prática democracia – em sentido amplo – interna dos povos, é o meio também de fazer todos sempre entenderem subliniamente as hierarquias do mundo, quem anda e obedece, a parte de cada um na riqueza que é produzida internamente, enfim, através de tudo que é prometido político-juridicamente e sonogado no mundo dos fatos, e tudo conforme a regras do jogo democrático – da *racionalidade meramente formal*, é preciso assinalar. O autoritarismo domina num mundo onde há que se esperar do governo o que no plano privado historicamente praticamente nada ou pouco se pode esperar.

No mundo político, assim, fundamentalmente ou estruturalmente manda quem pode e obedece quem tem juízo, cada qual – pessoa ou grupo – dentro de seu espaço de influência e diante das forças que, somadas, formam um bloco, não tanto para construir algo coletivamente, mas especialmente para destruir seu inimigo – aqui está uma das verdadeiras forças do autoritarismo hierárquico-hierático, quiçá a verdadeira força do autoritarismo hierárquico-hierático –; os meios para lembrar a hierarquia, quando ela é quebrada, são muitos, envolvendo as amizades dentro das elites que formam a iniciativa privada, a alta burocracia governamental, o poder executivo, o poder legislativo, o poder judiciário, os meios de comunicação, os formadores de opinião, a academia e isso se espraia por toda estrutura hierárquica das pessoas privadas ou agentes públicos que ocupam posições nesses espaços, enfim, todos cumprem seu papel institucional, para produzir as verdades que, regra geral, têm muito pouco de substância, e muito de formalismo performático – retórica, teatralidade, omissões, meias verdades, mentira, estímulo a emoções que obliteram a razão impessoal, e assim por diante.

Nas relações privadas, o autoritarismo hierárquico-hierático soa forte – especialmente de forma inconsciente – dentro da educação recebida na família, perpassando pelas escolas, amizades, clubes, grupos de sociabilidades mais restritos etc. Basicamente, essa educação faz lembrar a posição de cada um dentro do grupo social, e como deve agir – ou se omitir – para garantir seu lugar dentro do espaço social, mais precisamente, os ganhos materiais e simbólicos que movimentam todas essas práticas estruturais da sociedade. É possível apontar a omissão como o mais eficaz mecanismo de reprodução do mal-estar civilizacional que se enredou as sociedades e culturas latino-americanas. A falta de solidariedade é uma marca constante para os problemas que afetam muitos dos que compõem essas gentes, e que, supostamente, não diz respeito a quem dele não é atingido. A sociedade e o indivíduo são um só, não existe apenas indivíduo, assim como não existe apenas sociedade, ou espaços

exclusivos de um e outro. A inter-relação social obriga necessariamente a que haja um modo de vida onde as pautas que regem o pensamento e ações das pessoas, estão condicionadas intrinsecamente pelo meio social. Opções como educação, leituras, consumo, lazer, moradia, profissão, amizades, casamento, política etc., enfim, tudo que diga respeito a questões mais comezinhas do dia-a-dia privada das pessoas, até as decisões de ordem coletiva, tudo, é condicionado – direta ou indiretamente – pela singular sociedade que se insere um agente social.

O princípio autoritário hierárquico-hierático, do ponto de vista privado e individual, tem na regra geral da omissão, a realização de um processo antigo e fundamental de inculcação – presente em diferentes esferas da vida de uma pessoa – sobre o que devem pedagogicamente considerar e desconsiderar nos eventos do mundo da vida, uma vez que a regra do não-envolvimento de uma pessoa com as questões sociais que emergem em seu entorno é sempre com argumentos fundados, mas de ordem geral meramente formal, que, dentro dessa (a)normalidade social, sempre fazem a pessoa lembrar especialmente as censuras e as punições sociais que podem lhe recair caso haja um ostensivo envolvimento seu em assuntos que, como é sempre lembrado, não lhe dizem respeito. Ademais, sempre poderá haver aquele que o fará lembrar das hierarquias sociais genéricas, ameaçando-o no sentido da pessoa sabe com quem exatamente está falando, enfim, o uso do rito social “sabe com quem está falando?”.

As amizades são tudo nesse mundo privado autoritário hierárquico-hierático, um ajuda o outro, não exatamente para construir algo em conjunto, mas especialmente para prejudicar alguém – aí está o sentido de se afirmar que as elites brasileiras são desunidas no varejo, mas unidas no atacado –;²⁵³⁴ uma mão lava a outra e as duas lavam a caradura; uma sociedade autoritária hierárquico-hierática, portanto, será uma sociedade envolta em muita desconfiança, com pessoas inclinadas a saber muito do outro, e pouco propensas a falar sobre si e, regra geral, as pessoas tergiversarão sobre assuntos que – sabem de antemão –, por mais tolos que sejam, poderão prejudicá-los em outros ambientes sociais – como o profissional, clube, tertúlia, confraria etc. – haja vista que o mundo hierárquico-hierático é também uma concorrência constante para impedir ou prejudicar uma posição social já conquistada ou em vias de se conquistar. Diante da realidade social, econômica e política que cercam todos, a conversas preferentemente girarão em torno de assunto sem sentido, alienadas dos fatos e da realidade, e quando uma posição intelectual mais forte é manifestada, segue-se o silêncio.

²⁵³⁴ CARTA, Mino. O plebeu parte para cima. **Revista CartaCapital**, ano XII, n. 354, p. 18, 10 ago. 2005.

O sentido mais específico e fecundo de solidariedade – que é sempre implícito – presente nessas sociedades, é essa constante corrente social-individual voltada para causar mal-estar ou prejudicar o próximo; o espírito de união excepcionalmente é voltado para ajudar e contribuir para com o bem-estar e valorização positiva da imagem de alguém, uma vez que sempre pesa uma certeza absoluta na desconfiança contrária sobre o bom caráter de uma pessoa – a pessoa é mau-caráter, é apenas uma questão de tempo esse fato emergir. Não à toa, que já se escreveu e tornou-se um mote, um ditado nacional, que afirma o brasileiro ser solidário apenas no câncer – jornalista e escritor Otto Lara Rezende.

Dentro das hierarquias autoritárias hierárquico-hieráticas brasileiras, o sucesso alheio é, assim, extremamente doloroso, não tanto porque a pessoa ofendida não chegou em algum lugar de reconhecimento e de prestígio material ou social – sabedora de antemão que dificilmente alcançará certa posição social –, mas porque um Outro chegou lá; sucesso no Brasil é ofensa pessoal, asseverou Tom Jobim, e quem faz sucesso – ou em vias de fazer – encontrará em cada esquina quem quer destruí-lo, afirmou, por sua vez, o cineasta Fábio Barreto; assim, a regra social, por mais cruel que seja, parece ser aquela de que não basta ser feliz, é preciso que os outros não sejam felizes. De fato, o meio artístico e esportivo é, por excelência, um espaço democrático de revelação de talentos e possível ascensão social por vias que fogem às tradicionais estruturas sociais estabelecidas, e sempre visto com muito preconceito pela sociedade brasileira – tanto a elitista quanto a não-elitista –, uma vez que as pessoas, em determinada posição social, devem ter um comportamento exemplar, aquele sacralizado, requerido e fixado pela histórica e autoritária hierarquização do mundo social brasileiro – humildade, inteligência e desenvoltura na mídia, não comprometimento político-social explícito, não ofender suscetibilidades – não ser agressivo –, respeito pelas instituições – não criticar –, falar apenas sobre seu ofício, reproduzir o óbvio, sendo tolerável apenas um comportamento folclórico – que serve para lembrar a todos de onde sócio-economicamente a pessoa veio.

Trata-se de um mundo privado individual e social de muita incerteza, medo, receio, temor, uma vez que nada garante que aquilo que conquistou socialmente permanecerá, permitindo alçar projetos para continuar ascendendo ou produzindo socialmente; nessa trajetória, é provável ter que se associar a outras pessoas para criar um vínculo de solidariedade e defesa conjunta do mal que Outro vai lhe causar – mas entenda-se, neuroticamente ou como um tropismo, procurando destruir o Outro ante que ele o destrua, imaginando-se um liberal spencer-darwiniano, atuando conforme as regras “naturais” do jogo social, regras que ditariam a suposta lei da natureza dos mais fortes. Não sem sentido, o sonho

de trabalho ou atividade laboral de uma parcela grande da população de tais sociedades hierárquico-hieráticas autoritárias é o emprego público com sua estabilidade. Ganhar pouco não importa, importante é a segurança da estabilidade do emprego e da remuneração certa, ademais, sempre haverá “jeitinhos” que poderão ser dados para compensar certas perdas materiais. Num mundo dito liberal – política e economicamente –, essa preferência maciça ou “opção” pelo emprego público diz claramente que algo está errado e destoando dos princípios condutores da vida social liberal – a não ser que esse valores ou princípios apenas existam no mundo das idéias e não da vida concreta.

Paradoxalmente a vida num mundo autoritário e hierarquizado-hierático é de um espera constante, uma expectativa de mudanças que não virá pela livre força dos diferentes agentes e grupos sociais, num jogo de fecunda participação democrática, sabendo-se de antemão que mudar é, antes de tudo, fazer perpetuar as mesmas coisas. A própria hierarquia da vida e dos fatos incutem inconscientemente a continuidade das estruturas de subordinação da vida de cada qual e, nesse processo, a esperança é apenas suspensa em toca da continuidade da vida, e a vida é os seus personagens e seu cotidiano, cujos valores transitam conforme a continuidade da existência assim marcada os impelem, pois eles – valores, personagens e cotidiano – já estão dados de antemão para cada um dentro do espaço social, uma certeza que vem do inconsciente. Reafirmar a crenças nas instituições e esperança nas autoridades sociais constituídas é um ato reflexo automatizado das pessoas – um valor formal, não substancial – sabendo todos, antecipadamente, que as instituições sociais e as autoridades sociais são e servem à sua natureza própria dentro do mundo hierárquico-hierático autoritário, qual seja, atender os donos do poder; participar de uma parcela do butim, estar entre os vencedores do momento, é a infeliz felicidade do *status quo*. Por isso, também, que as punições sociais são rígidas e severas de acordo com a ordem inversa da hierarquia social da pessoa ou grupo, como na época do pelourinho; quanto mais baixo dentro da escala sócio-econômica, as punições e censuras sociais – nas suas mais diferentes esferas – atuarão e serão mais severas; quanto mais elevada a posição sócio-econômica dentro da estrutura social, mais compreensão e mais abrandamento serão reconhecidos à pessoa e seu grupo, especialmente no plano institucional-judicial.

As hierarquias são tão intrinsecamente estabelecidas no inconsciente individual e coletivo, que ouvir algo sobre alguém – vindo da pessoa certa – implica em prejudicar de uma vez por todas o indivíduo – para o bem ou para o mal –, sendo essa influência também utilizada arbitrariamente, especialmente quando se trata de amizades e favores em jogo. A personalidade é que vigora com toda força nesse mundo autoritário hierárquico-hierático, de tal

forma que é praticamente impossível juízos de impessoalidade que possam mitigar ou contrariar o que foi pessoalmente posto – quem assim o fizer será colocado imediatamente como inimigo pessoal de quem foi contrariado –, observando-se que isso também recai ou estimula o não-envolvimento, haja vista que a omissão ou silêncio tem em vista que futuramente se desejará a reciprocidade da pessoa ou do grupo caso seja necessário. Os juízos de valor – para avaliar e analisar o mundo e as coisas – que cada um possui, tem caráter quase que absoluto, sendo considerado uma ofensa pessoal discordar de certas opiniões; a pessoalidade atua de forma muito forte, novamente impossível a impessoalidade das relações para colocar outros aspectos ou discordar frontalmente do que foi afirmado. A mentira sustentada por alguém ou um grupo deve sempre permanecer no plano dos ditos e desditos e do que não pode ser demonstrado cabalmente, para produzir seus verdadeiros efeitos contra a pessoa vitimada pela calúnia, difamação ou injúria. A vítima invariavelmente é culpada pela sua própria situação, pois sempre é lembrado que, com certas pessoas – sempre as hierarquias sacrossantas –, não se pode contrariar, devendo-se aceitar os fatos sobre quem manda e quem obedece, enfim, de que há uma hierarquia no mundo e há que ser respeitada, goste ou não a pessoa ou o grupo social.

3.3.7.2. PERSONALISMO

O personalismo na cultura e modo de ser do ibero-americano, manifesta-se nos planos público e privado das diferentes sociedades latino-americanas. Trata-se de um atributo de ordem pessoal, vinculado diretamente com a pulsão autoritária hierárquico-hierática que vigora na sociedade. O personalismo é o amor-próprio, a soberba, o orgulho, a altanaria, a altivez, a empáfia, a sobrançeria, o egoísmo, a mesquinhez, a sordidez, a pequenez zelosa da desgraça alheia, o sentido de exclusivismo arrogante que acompanha a personalidade de um indivíduo e se reproduz nos diferentes grupos sociais, especialmente os mais elevados sócio-economicamente da sociedade. Traduz-se num sentido de sobrançeria, superioridade, elevação, ascendência, dominação, de um bastar-se a si próprio – ou do grupo específico – frente a todos os demais, e que, ao mesmo tempo em que quer ser respeitado nessas qualidades, também respeita apenas nos demais iguais a si – segundo seu juízo pessoal – e despreza em todos os demais. Não se trata de um espírito ou inclinação para edificar um corpo socialmente coeso e unido, em realidade o princípio personalista é também – como o princípio

autoritário hierárquico-hierático – muito anti-social, anti-democrático e anti-republicano em suas manifestações práticas. Esse sentido de superioridade da pessoa em relação aos demais e ao mundo, fecha o sentido da vida a uma visão estreita do que a própria pessoa acaba concebendo auto-elogiosamente para si, fruto de sua própria capacidade moral e intelectual, um mérito próprio, quando não um destino biológica e geneticamente já traçado para o seu natural sucesso – tudo conforme sua peculiar racionalidade ou inteligência guiado por tais valores.

Tudo é pessoal para as gentes dotadas dessa atavias cultural social; atingir uma posição social é algo muito individual como que ligado a essências que só ele e gentes como eles possuem. Essa atitude cultural mental leva a que tais pessoas ostentem sua condição impar – privilegiada – e superior perante todos os demais, até mesmo para demarcar um espaço de relações sociais, bem como marcar uma posição no espaço social – sempre no ápice da pirâmide social, e alguns no ápice do ápice da pirâmide social – e reforçar sua condição de superioridade perante todos os demais de seu grupo ou de grupos alheios. Nesse contexto, levar vantagem em tudo é reprodução de uma pedagogia que todos devem se lembrar dentro da luta social para galgar posições e respectivas vantagens a elas correlacionadas, e isso somente pode decorrer de uma mente especial, vale dizer, atilada, arguta, astuta, inteligente e esperta.

No espaço público, o personalismo não permite a emergência de uma sociedade democrática – participativa – e que vingue o pensamento republicano, vale dizer, um Estado onde o chefe é eleito pelo povo e não apenas isso, que sempre coloque “em relevo a coisa pública, a coisa do povo, o bem comum, a comunidade” enquanto sua prioridade maior, tendo no interesse comum e numa lei comum o fundamento político e jurídico para a comunidade afirmar sua sociedade e justiça.²⁵³⁵ Evidentemente, uma cultura personalista cultiva e cultua espíritos voltados para serem ele as luzes e razão do destino social que compõe o seu entorno; alcançar uma posição social de destaque é também alcançar uma natural posição política, haja vista que elites personalistas têm em grande conta sua posição de liderança vinculada a todas as conotações de ordem pessoal – competência, capacidade, destino etc. – adquiridos “naturalmente”, um cuidado grande da preservação de seu natural espaço de influência. O poder alcançado pertence ao chefe, apenas a ele e seu grupo político, fruto de uma luta que o alçou como o vencedor – por ter sido ele o mais competente, por saber melhor manipular a realidade para alcançar seus objetivos, por conhecer melhor a realidade que todos os demais,

²⁵³⁵ Vide verbete república em: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PAQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 9. ed. Brasília: UnB, 1997, v. 2.

enfim, por ser mais atilado e esperto –, portanto, nada mais natural que repartir os ganhos especialmente para si e seu grupo político. Todos os atos políticos e públicos conterão essa carga de autoritarismo hierárquico-hierático e personalismo, que pressupõe a sociedade como um conjunto de grupos e lideranças personalistas, grupos e pessoas que querem alcançar a posição de mando na sociedade, ordens autônomas que lutam pelo mesmo objetivo, portanto, o todo social é preferentemente reduzido aos seguidores do chefe em comando e do grupo vencedor da luta pelo poder.

No espaço privado, o personalismo é de uma prepotência desmedida quando livre de rédeas que o controle, haja vista o patriarcalismo brasileiro, que conferia, na prática, direito de vida e morte sobre os membros familiares e às demais gentes ligadas à casa grande, absolutamente subordinados às determinações do chefe de família. No mundo das relações personalistas, tudo é assimilado no plano íntimo particular e pessoal, não havendo espaço para a impessoalidade – a subjetividade impera sobre a objetividade. Mulheres e homens assimilam as coisas sempre muito próximas aos seus sentimentos mais reservados e pessoais, à coisa do coração, e reagirão com simpatia ou verdadeiro ódio – sentimentos extremos –, conforme suas idiosincrasias ou mesmo conveniências – uma vez que os círculos de amizades ou relacionamentos também podem desejar determinar a sorte social de uma pessoa, influenciando direta ou indiretamente sua postura –, as respostas sociais que obtém do Outro para suas condutas e comportamentos. Os negócios, os relacionamentos profissionais, tudo é ou se transformará em algo pessoal, e as soluções para os problemas emergentes dessa realidade exigem encaminhamentos diferenciados ou especiais – cumprindo, assim, um desígnio do personalismo, qual seja, de exigir e receber sempre um tratamento especial e diferenciado do meio social – independentemente de instituições votadas para dirimir impessoalmente as diferenças e conflitos emergentes socialmente. De fato, a cultura personalista exige exclusividades de tratamento e encaminhamento de pedidos, designação que no Brasil deriva “jeitinho brasileiro” em suas diversas modalidades – independentemente da camada sócio-econômica que a pessoa ou grupos faz parte –, e no plano público, administrativo e judiciário, isso se manifesta nos diferenciados tratamentos e soluções que os problemas serão encaminhados e resolvidos, conforme a posição sócio-econômico-cultural da pessoa ou grupo envolvido na contenda. A lei sempre será mais benéfica para os ricos e poderosos e duríssima para os pobres e miseráveis. Por fim, é interessante notar que a demonstração ostensiva ou implícita de que se pertence a um grupo de “proteção”, sendo inclusive beneficiado por favores ilegais, é um ato de reconhecimento e merecimento pessoal que tem em terceiros um marco de admiração e respeito ou consideração; não apenas isso,

utilizar sua força social para produzir em outro um mal é signo de superioridade e demonstração explícita de quem quer obter respeito alheio, produzindo os efeitos sociais específicos – reconhecimento e respeito ou consideração – que se desejava obter.

No plano ético-moral, a sociedade personalista fica impossibilitada de compreender a ética e moralidade da vida social impessoal, onde as relações se dão conforme uma racionalidade fundada num contrato abstrato que determina espaços impessoais de solução de conflitos ou de encaminhamentos de questões sociais emergentes cotidianamente, dentro da também racionalidade impessoal de que a lei é feita para todos – sem exceção – e não apenas para ser usada – com todo seu rigor – contra os inimigos ou os mais humildes e miseráveis da sociedade. Simples discussões sobre assuntos de condomínio, questões de encaminhamento familiar, encaminhamentos nas reuniões de estudantes, debates em reuniões de colegiados, aspectos de relacionamentos afetivos, questões de relações de amizade, enfim, todas os assuntos conflituosos e naturais que emergem do fato de se viver em sociedade, os desentendimentos momentâneos, não incomum são palcos de verdadeiros dramas pessoais e coletivos, causas de dissabores, ódios insuperáveis, ofensas pessoais, tamanho o grau de personalismo e autoritarismo hierárquico-hierático – idiosincrasias – contidos nas palavras, silêncios e intenções das pessoas em debate. Não à toa que tudo é feito, dentro dos diferentes espaços sociais, para se alcançar o não-conflito, a conciliação, permitindo que no seu extremo, haja uma sociedade que não fale, não converse sobre si e suas coisas mais mezinhas, que se dê por pressuposto evidente e natural, o prévio – e aparentemente óbvio – conhecimento por todos do que se passa – ou que se esconda os fatos, a fim de não produzir desconforto e problemas maiores – ao redor das pessoas, e ninguém se envolva. Assim, reforça-se a sociedade realística – e insensível ou entorpecida – que compreende que as coisas são como são e fiquem por isso mesmo, enfim, a produção da inércia e o afastamento ou não envolvimento das pessoas inescapavelmente interessadas, com as coisas que o mundo social demanda que sejam enfrentadas socialmente. Essa inércia, apatia ou entrega diante dos fatos, permite que no mundo social personalista e autoritário hierárquico-hierático – em seus espaços mais arcaicos, especialmente no setor público – as coisas sejam feitas e desfeitas sem passar por processos democráticos de debates – especialmente com base em muita desinformação –, e com total impunidade quanto às conseqüências dos atos, produzindo efeitos de ordem mesmo desumanas na sociedade; as decisões tomadas voltam-se para beneficiar os interesses uma minoria e prejudicar a maioria.

A naturalização desses comportamentos, pressupõe a edificação de uma vida social equilibrada e harmoniosa dentro desse quadro estrutural ditado pelo personalismo – de fato,

todo sistema social procura encontrar seu equilíbrio dentro de valores sociais elegidos conscientes ou inconscientemente pela sociedade, ditando o caráter geral da mesma –, mas a insatisfação é evidente, como se deduz nesses pequenos ou grandes momentos de crises individual-sociais, jamais superando racionalmente e francamente os problemas – enfrentando-os claramente do ponto de vista racional impessoal –, mas apenas compondo momentaneamente os mesmos, deixando problemas maiores para o futuro. De fato, essa atitude racional é decorrente dessa estrutura mental e comportamental personalista e autoritária hierárquico-hierática, voltada para imaginar e pensar apenas o curto prazo, e jamais o médio e longo prazo, pois isso seria comprometer desde já a liberdade e futuro de alguém ou um grupo social, naquilo que podem fazer e desfazer coisas conforme seu arbitrário talante, sempre revelando uma hierarquia social sobre quem manda e faz e quem não está em posição de contestar essa posição. A conciliação dos problemas sempre envolve aspectos superficiais dos mesmos, fugindo dos elementos profundos e substanciais – estruturais – que poderiam dar outras conseqüências substanciais para a dinâmica da vida social; regra geral, a conciliação é voltada para preservar o *status quo* entre dominantes e dominados, em desfavor deste último, uma vez que a disputa personalista entre elites que compõem uma sociedade jamais fará olvidar que a briga, jogo ou a luta é apenas e tão somente entre eles – elites – e não se admite que a grande massa da população possa participar de forma profunda no processo de poder e decisão social.

3.3.7.3. RACIONALISMO RACIONAL-PRAGMÁTICO

O racionalismo formal-pragmático ou irracionalismo formal-pragmático – diferenciação estabelecida que pode ser dependente do lugar que fala a crítica, ou seja, ou do ponto de vista referencial (paradigmático) cultural alienígena, ou cuja diferenciação também pode decorrer de conclusão própria a partir de reflexão própria dos usos e costumes de uma cultura e civilização, sem necessidade de recorrer a recursos teóricos estrangeiros – é o tipo específico de racionalidade ou mentalidade voltada para pensar a vida e os fatos sociais que foi importado, implantado e reproduzido singularmente na América Latina. A racionalidade medieval que perdurou na Ibéria européia foi transplantada na América Latina, com todos usos, costumes e *habitus* que secularmente foram sendo construídos para dar um sentido social à vida e existências das gentes que compunham e ainda compõem aquela região

peninsular européia. Essa racionalidade era baseada estruturalmente num mundo hierarquizado, num espaço humano onde as pessoas, cada uma delas, possuíam o devido lugar para compor a harmonia universal humana na Terra, segundo preceito que acabaram se impregnando da filosofia e princípios religiosos cristãos. A estrutura social era formada de grupos sociais singulares, autônomos e hierarquizados, sendo que esses grupos também tinham especialmente na Igreja a hierarquia maior.

Obedecer e ser obedecido, conforme a posição social ocupada pela pessoa em cada grupo, dentro da estrutura rigidamente elaborada para gerir os laços sociais desse mundo medieval europeu ibérico, era uma decorrência natural da estrutura hierarquizada e hierática do mundo social assim concebido. A sociedade é grupos – ordens – autônomos cujas hierarquias estão estabelecidas e convivem com outros grupos igualmente estabelecido em estruturas hierárquicas, onde os mais elevados são dominantes frente aos mais abaixo da estruturas que, com o tempo, vão galgando posições até o topo da hierarquia; entre os grupos, a Santa Sé, o Papado, é a hierarquia maior e a que todos devem obediência.²⁵³⁶ A razão ibérica, na época, impregnada de um sentido religioso cristão da razão existencial do ser humano no universo, dava um sentido de vida e existência para todas as gentes que compunham o universo social ibérico e, paradoxalmente, a vida na Terra era em função de outra existência – junto de Deus – após a morte, enfim, vivia-se para um outro mundo, depois

²⁵³⁶ As ordens que emergiram durante a Idade Média como espaços sociais hierarquizados reproduz o ideal que os antigos viam no mundo celeste, ou seja, os planetas cada qual ocupando seu lugar sem ser um empecilho um para o outro, enfim, uma harmonia do cosmos e que poderia se reproduzida pelas pessoas. O sistema social seria uma concórdia de ordens reguladas conforme o modelo da oferecido pela harmonia dos planetas do espaço celeste, assim, socialmente se estaria conformando com a ordem, cuja origem estaria na divindade. O cristianismo irá inovar a antiga idéia e contribuir para a descentralização do corpo social, no sentido de que cada um deve ficar em seu lugar e em seu estado, mas pessoas passíveis de mobilidade e reversibilidade em sua condição social. Após a emergência da distinção entre plebeus e clero – ou clérigos, como grupo de administradores da herança do Senhor dentro das comunidades humanas criadas, estabelecem-se duas ordens que passam a reger o mundo, quais sejam, as dos clérigos com sua *autoritas* e a do soberano com sua *potestas*. Na disputa para se determinar quem é superior a outro, estabeleceu-se que o poder é subordinado à autoridade no âmbito espiritual, e a autoridade ao poder na esfera temporal. Ao longo do tempo, as ordens não mais regerão o mundo, e sim a Igreja, com o poder subordinado à autoridade, firmando uma monarquia pontifical iniciada em meados do século VIII. Mais tarde, as ordens são distinguidas entre si, estabelecendo-se superiores e inferiores entre elas, e inserido um superior no topo da hierarquia, a figura do Papa; a ordem dos clérigos é superior frente a todos as demais ordens dos leigos, com a distinção maior entre o que é material e o que é espiritual; emergem também as discriminações, pois surge a categoria social dos excluídos – hereges, judeus, leprosos, sodomitas. O Papa, assim, assume a posição superior das hierarquias, posição intocável, no topo e que não pode ser julgado por ninguém. Essa sociedade de ordens, nunca foi um sistema de castas, sendo o mundo medieval um holismo moderado, com estruturas de controle plásticas; a possibilidade de mobilidade moral implicava em flexibilização das fronteiras entre as funções sociais. De fato, a sociedade medieval é caracterizada por uma grande mobilidade; na perspectiva do final dos tempos, hierarquia e ordem têm como objetivo unicamente possibilitar a fluidez das pessoas – conversões – e dos bens – comutação –; em vista do Além, a distribuição hierárquica não poderia ser absoluta nem definitiva; o acesso à ordem – do Além – supõem sempre uma possibilidade de ultrapassar o lugar ocupado, e tal é o principal efeito da transcendência. In: IOGNA-PRAT, Dominique. Ordem(ns). In: LE GOFF, Jacques; e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Bauru: Edusc; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, v. 2., p. 305-19.

da morte, um mundo de recompensas para aqueles que fizeram de sua vida na terra uma oportunidade para práticas e comportamentos virtuosos. A história da pessoa, seu feitos, é que seria a sua salvação ou condenação na eternidade. Essa estrutura de visão de mundo e pensamento enquanto ação no mundo da vida, permaneceu durante longo tempo no imaginário das gentes ibéricas, e praticamente foi determinante nos feitos do século XV, XVI e XVII, os séculos de ouro da Ibéria.

Quando Cristóvão Colombo aportou em terras americanas, a racionalidade européia ibérica em vigor – e as que sucederam ao longo dos séculos – ancorou junto, passando a vigorar no solo latino-americano. De fato, a sociedade estratificada, hierarquizada, hierática, autoritária, personalista, encontrou na América Latina o espaço para desenvolver-se livre de censuras ou oposições e impedimentos que poderiam encontrar na metrópole. O ambiente, as gentes locais, a sociedade ibérica em transformação pelo barroco etc., enfim, tudo deve ter contribuído para construir um espaço de desenvolvimento de personalidades que se revelaram violentas e brutais para o controle e disciplina da vida social americana. Assim, por via de ações autoritárias e violentas, impuseram através do terror quem é que mandava e quem obedecia nos novos tempos de colonização ibérica, fundando uma estrutura de domínio nos moldes do que se verificava na Europa, um ambiente autoritário, hierarquizado, hierático, personalista, e cuja racionalidade obedecia aos objetivos mais imediatos e pragmáticos que demandava a colonização – o pensamento da forma como conduzir as coisas na nascente sociedade nunca obedeceu a um desígnio de médio e longo alcance; a cabeça de cada administrador era a medida do que ser considerado como certo ou errado a ser realizado. O racionalismo obedecia ao imaginário cultural medieval ibérico, vale dizer, o mundo social tinha que ser um mundo estruturado por via de ordens sociais – a sociedade, em resumo, seria para alguém apenas a ordem a que pertenceria a pessoa –, onde a pessoa era o que fazia para si – daí advindo o reconhecimento social – em vida, e também um mundo de obediência da hierarquização hierática estabelecida, como um dos fundamentos sociais mais naturais a ser seguido por todos e idealização reproduzida continuamente; a luta social é voltada para alcançar posições superiores dentro da hierarquia, através de feitos pessoais que faria a pessoa merecedora dos ganhos materiais e simbólicos prometidos pela estrutura social.

O fato é que, séculos após, na época da independência das colônias americanas das metrópoles, verificou-se que a violência crua foi a tônica na América espanhola, especialmente após as guerra revolucionárias; chefes políticos autoritários e personalistas emergem, reproduz-se a estruturação de ordens ou grupos hierárquicos, não há democracia nem mesmo espírito republicano em funcionamento, o uso da violência é o melhor método de

convencimento e conquista de poder, enfim, na América espanhola, a mudança promovida pela independência manteve os mesmos valores e racionalidades praticados secularmente pelos espanhóis. Nota-se que se a América portuguesa não foi palco de guerras pela independência, não menos verdade é que formou-se uma elite que reproduziu o autoritarismo e práticas centralizadoras que marcou a presença portuguesa no Brasil; mas, também não se pode olvidar que o fenômeno autoritário do coronelismo já estava em gestação, durante o curto período do Império no Brasil, e que ganhou força no final do século XIX e início do século XX, reproduzindo em solo luso-americano o que o caciquismo e o caudilhismo representavam em solo hispano-americano. A racionalidade da América latina, assim, seguiu estruturalmente, como um destino inescapável, um programa definido secularmente na Ibéria, vale dizer, violência autoritária, culto ao personalismo, ordens sociais – grupos sociais fechados em si enquanto sentido de sociedade –, estratificação e hierarquização hierática social. Essa antiga racionalidade, convivendo com os novos tempos supostamente republicanos e democráticos, dissimulou e perverteu – evidentemente que este juízo é a partir de valores da cultura de origem – as idéias que norteavam o espírito liberal de onde emanavam os valores dos novos tempos revolucionários, conseguindo reproduzir na prática o *habitus* antigo e tradicional que sempre acompanhou a trajetória civilizatória e cultural ibérica, reproduzindo-se tanto no espaço público quanto no espaço privado.

No espaço público, o formalismo racional ibérico caracteriza-se por fundamentalmente obedecer aos ditames emanados explícita ou implicitamente de uma estrutura hierárquica-hierática e de mando estabelecida, estrutura essa que o formalismo racional faz parte e ajuda a perpetuar. As pessoas estão ligadas a determinados grupos sociais, e esses grupos têm sua hierarquia estabelecida; atender a seus pares é a regra básica social das pessoas assim colocadas socialmente. É preciso esclarecer esse aspecto. Existir numa sociedade cuja racionalidade social é reproduzir uma forma de vida autoritária, personalista e hierarquizada, é perceber que há diferentes grupos de dominação dentro do espaço social em luta. A pessoa pode decidir pertencer ou não a esse grupo em luta, mas da forma alguma ela escapa das influências que o meio lhe impõem. Agir ou não agir sempre implica em beneficiar alguém ou algum grupo, e todos têm uma noção mínima do que pode ou não pode fazer num espaço público dominado por pessoas que comportam-se objetivamente – mesmo sem o saber – dentro de uma ordem social fundamentalmente fechada, vale dizer, o grupo a que ele pertence. Pertencer a um grupo social é naturalmente beneficiar ou não prejudicar aqueles que são seus iguais. A sociedade, reitera-se aqui, circunscreve-se apenas a esse círculo de pessoas, uma vez que outros círculos de pessoas agem para se proteger a si e seus interesses, assim,

não há porque se pensar muito no Outro, pois eles devem – ou deveriam – estar cuidando de si, eles estão incluídos em outros círculos sociais que, como um tropismo, estão agindo dentro das mesmas regras de atuação social.

Nesse mundo a importância do espaço público é reproduzir o que historicamente o espaço público teve por finalidade na história da Ibéria e também da América latina, vale dizer, fornecer os bens ou ganhos materiais e simbólicos que garantem a reprodução do sistema social de vida que se coaduna com o espírito autoritário, personalista hierarquizado de mundo, um *habitus*, uma racionalidade que transita sempre circularmente para sobreviver por meios diferentes – mantendo-se sempre o mesmo nas consequências sociais – de acordo com as exigências dos novos tempos. Estar, viver e existir numa sociedade é comportar-se de acordo com as exigências inescapáveis do próprio meio, vale dizer, compreender que há aqueles que mandam e são forte, tem a lei, amigos e a estrutura pública – administrativa, judiciária etc. – e econômica para fazer valer sua decisão de conseguir o que quer. Em última instância, pode alcançar atingir seus objetivos da forma como deseja, podendo produzir dificuldades, censuras, punições e impedir que os ganhos sociais sejam devidamente distribuídos, conforme os ditames de uma ação democrática, plural e republicana. A personalidade está sempre presente pairando no ambiente social, de tal forma que a impessoalidade da lei é ainda fraca para subjugar essas vontades mais fortes e poderosas, produzidas socialmente dentro desse específico sistema social. E todos aqueles que convivem nessa sociedade – ou nessas sociedades –, se desejam desfrutar continuamente de ganhos materiais e simbólicos socialmente produzidos por todos – sem exceção –, jogam o jogo que é devido jogar pois sabem que os Outros – iguais a eles – assim também procedem, e círculo de reprodução de um modo de vida e existências social se fecha e se reproduz continuamente. A luta, é preciso frisar, é sempre para ocupar o lugar de mando principal, tirar o Outro do poder, tão-somente, no mais, tudo é reproduzido por aqueles que ascendem ao poder, nada mais que isso – tudo o mais é retórica.

A compreensão desse mundo autoritário, personalista e hierarquizado é uma espécie de racionalidade primeira que as pessoas assimilam desde cedo, manifestando-se comumente no mote popular que diz não valer a pena lutar ou contrariar pessoas poderosas e ricas, uma vez que elas sempre conseguem o que desejam, e para quem assim age, resta apenas incômodo e mal-estar posterior. Assim, verifica-se que o poder executivo na América Latina, é o espaço da arrecadação e gastos do dinheiro público, o maior arrecadador, o maior fornecedor de bens e vantagens sociais para aqueles que puderem se apropriar de uma parcela de sua riqueza – que, por menor que seja, é uma vultosa quantidade de riqueza, diante do seu

orçamento. Se em tempos recentes passados, era explícito o uso da máquina pública latino-americana para beneficiar o grupo político que chegava ao poder, contemporaneamente isso se procede de forma mais implícita e dissimulada, mas reproduzindo a racionalidade fundamental que jamais abandonou a ideologia do patrimonialismo, ou seja, é mais do que moralmente natural a atitude de se apropriar das riquezas públicas para ajudar preferentemente o grupo social a que pertence. Trata-se de uma ideologia, uma racionalidade, um *habitus*, praticamente invencível, pois não há sentido na luta social que não seja alcançar esse objetivo e todos assim se conduzem, estando fora do jogo proceder de forma diversa, ou subverter essas regras básicas, como praticar os valores democráticos de forma radical ou além da medida das aparências que o jogo requer – quem assim o fizer conseguira unir todos os adversários (e mesmo os supostos aliados) para tirá-lo do poder, a fim de que a “normalidade” volte a imperar.

A estrutura administrativa do poder executivo é voltada para atender o grupo vitorioso; em posições chaves – decisórias – são colocadas pessoas – técnicos e político, pois a engenharia para dilapidar o patrimônio público é cada vez mais sofisticada tendo em vista aperfeiçoamentos legislativos voltados para maior controle e fiscalização, mas que jamais conseguirão atingir o imaginário e *habitus* das pessoas – voltadas para produzir o desiderato histórico do relacionamento entre poder público e interesse privados. Há aqueles que mandam e aqueles que obedecem, há as hierarquias sociais instaladas, o autoritarismo e o personalismo determinando as ações e decisões no âmbito de cada órgão, enfim, há aqueles que devem cumprir estritamente e formalmente seu papel como agente público e não questionar politicamente as decisões tomadas – a lei referenda as decisões tomadas, tudo se faz conforme prescrição legal. O círculo se fecha, desta forma, nessa estrutura administrativa pública, e a máquina pública cumpre os desígnios do grupo de poder dono momentâneo da estrutura de poder público, enquanto ali estiverem instalados.

O poder legislativo, dentro dessa estrutura mental conceptiva e reprodutiva de uma específica estrutura social e suas práticas singulares, é força de pressão e manobra dos grupos políticos em luta pelo poder e controle da máquina pública. O grupo que assume a direção pública da nação é geralmente formado por diferentes sub-grupos, portanto, todos eles mercedores de uma parcela dos ganhos materiais – e mesmo simbólicos – oferecidos pela estrutura administrativa. O poder legislativo relaciona-se com o executivo, através da distribuição de cargos em empresas e órgãos públicos, garantindo, assim, sua participação direta na rapina, butim ou pilhagem que será feita aos cofres públicos e beneficiar administrativamente seus pares de facção ou ordem, reiterando a idéia de que sociedade é

antes de tudo aqueles que lhes são iguais por pertencerem lealmente ao mesmo grupo político. Os líderes dos grupos geralmente estão encastelados numa função política dentro do poder legislativo, nada impedindo que o líder esteja sem mandato parlamentar, comandando as ações dos seus asseclas a partir de sua região ou base política. Esse relacionamento executivo-legislativo garante que da elaboração das leis à sua execução, o domínio esteja em mãos praticamente de um grupo que fica com o monopólio do poder, reproduzindo mais harmoniosamente o patrimonialismo latino-americano, e garantindo que a hierarquia, as estruturas de dominação, o autoritarismo e personalismo de suas práticas mantenham-se sempre observados e seguidos, garantindo-se o controle dos possíveis recalcitrantes. Ganhar o poder é respeitar as regras secularmente estabelecidas, por isso que tudo muda para nada se alterar substancialmente, uma vez que o jogo em si não pode parar de continuar sendo jogado sempre estruturalmente da mesma forma, e isso é um acordo tácito respeitado por todos aqueles que participam do jogo de poder.

O poder judiciário, nesse contexto, é órgão do sistema público de poder e governo – em sentido amplo – que irá referendar e atestar o *status quo*. De fato, os seus tribunais, antes de tudo, existem para atestar o fiel cumprimento da legalidade dos atos praticados; estando eles de acordo com o a lei, cumpre-se a formalidade básica que é adequar o mundo da vida à lei. Quando questões muito delicadas lhes chegam para conhecimento e decisão, há um juízo político que se transmuta em juízo jurídico, a fim de decidir definitivamente e legitimamente as questões. A impunidade é uma marca que acompanha a história do judiciário latino-americano, cujos resquícios ainda perduram quando se trata de saber até onde é confiável o poder judiciário na região. Nota-se que as leis são severamente usadas contra as camadas mais pobres e humildes da população, e mais brandas à medida que o acusado ou réu for uma pessoa poderosa ou rica. São seus tribunais superiores – segunda, terceiro ou quarta instância de decisão – que principalmente garantem um sistema desigual de aplicação de justiça, basicamente penalizando os mais pobres e fracos, e favorecendo aos mais ricos. Assim, considerando que a escolha dos juízes que ocuparão vagas nessas instâncias superiores, regra geral, passa pelo crivo e aprovação do poder legislativo e do chefe do executivo de plantões, então novamente o círculo se fecha, pois garante-se que pessoas afins estarão sempre presentes em postos chaves da estrutura de poder público da nação, e inevitavelmente juízos políticos sempre estarão presentes nas decisões de interesses “público” tomadas nessas instâncias.

Viver num espaço social com tal modo de ser e agir, implica em difícil ou impossível união dos diferentes grupos autárquicos para alcançar um objetivo comum de longo prazo.

Tudo se reduz para viver e construir a coisa público-privada para o momento em que se vive factualmente o exercício do poder, pois o amanhã é longe e longo demais para os horizontes mais imediatos e de curtos que regem a lógica das ações e comportamentos sociais das gentes latino-americanas. Nesse contexto cultural, historicamente estabelecido, pactos não são cumpridos, palavras dadas são esquecidas, não há como confiar no outro em relação ao futuro, não há como estabelecer acordos políticos mínimos de consenso entre as diferentes forças políticas sociais, em prol de um futuro comum benéfico para todos. Assim, é edificado na prática um sentido de futuro que é concretamente abandonado enquanto futuro de médio e longo prazo, para se confundir com o presente mais imediato, vale dizer, o tempo que resta ao mandato do grupo no comando do exercício poder político da nação – esse é todo espectro de futuro que se permite cada grupo no poder estabelecer para si; tudo que é para acontecer para eles deve suceder nesse período de tempo.

A racionalidade pública, assim, é planejada para o curtíssimo prazo, tornando a regra geral do governo de plantão apenas apagar os focos de conflitos ou problemas deixados pelo passado mais distante, por falta de planejamento de médio e longo prazo, e nisso se resume pragmaticamente a razão política em terras latino-americanas. Considerando que o próximo grupo que assumir o poder alterará tudo que puder dos atos praticados pelo grupo anterior no poder, o reforço a uma ação de curtíssimo prazo é reiterado permanentemente. Desunião, pensamento de curto prazo, inconfiabilidade moral e política, acabam ajudando a construir um destino social que, nessas circunstâncias, jamais sai do círculo viciosos fixado como o destino próprio das sociedades autoritárias, personalistas, hierárquicas e de racionalidade formal.

No plano das relações internacionais, por exemplo, um mundo cultural que concebeu de forma terminante as hierarquias sociais e as conseqüências necessárias desse modo e sistema de vida – autoritarismo, mandonismo, filhotismo, lealdade ao grupo, patrimonialismo, personalismo, estratificação social etc. –, tudo indica que também se compreendeu com os mesmos valores contra si próprio perante o Planeta, vale dizer, se compreendeu como dependente e vulnerável perante os mais fortes e assumiu sua devida posição hierárquica na hierarquia da estrutura do sistema de poder e economia mundial. A América Latina é e sempre foi palco de uma duradoura dependência perante nações mais fortes, ou seja, Portugal e Espanha durante séculos, depois a Inglaterra – e em menor medida França, Holanda, Alemanha – e, mais recentemente na história da região, os Estados Unidos. O ato de mandar exige a contrapartida do ato de ser obedecido, e quem se insere numa racionalidade de tal qualidade, automaticamente sabe quando é fraco e deve se postar subserviente perante o mais alto. E a história da política externa latino-americana – especialmente no plano econômico – é

aderir dependentemente na estrutura econômica mundial, fornecendo mais do que recebendo em troca.

No espaço privado, a racionalidade das pessoas submetidas a esse sistema de reprodução social volta-se essencialmente para detectar e submeter-se às hierarquias do mundo social. Estar e ser alguém no mundo é conseguir pertencer a um grupo ou facção de poder e obedecer – e ser obedecido – lealmente as hierarquias desse espaço social grupal. A sociedade passa a ser concretamente esse específico ou reduzido grupo ou facção de pessoas, que se constituem na prática como uma verdadeira ordem social de cunho medieval, sendo que todos as demais gentes ou fazem parte de outros grupos – portanto, gentes estabelecidas como elas –, ou lamentavelmente estão fora – são *outsiders* ou excluídos – dos ganhos e reconhecimentos materiais e simbólicos produzidos pelo conjunto da sociedade, mas que sempre poderão ser utilizadas no mínimo como massa de manobra para fins políticos ou privados. No mundo das relações privadas e pessoais, desta forma, está em jogo – mesmo que inconscientemente – o pertencimento e cooptação das pessoas dentro da lógica das hierarquias e grupos de ordens sociais estabelecidos. Numa região que cultiva o liberalismo, é notável como práticas da ideologia liberal simplesmente não sucedem – impessoalidade nas relações, cumprimento de contratos, participação democrática, concessão de direitos garantidos, garantia dos direitos humanos, defesa e estímulo da livre iniciativa e concorrência nacional, etc. – preferindo-se reproduzir renitentemente a racionalidade dos modos de vida e relações sociais seculares, concebidos na idade média ibérica, em praticamente todos os espaços sociais que compõem as diferentes nações.

Verifica-se que o personalismo é uma atitude muito forte nas diversas instâncias de relações sociais que são travadas na sociedade. O sentimento de que tudo é de ordem pessoal permeia as relações entre as pessoa e os grupos, de tal forma que deve-se aceitar passivamente as falas, situações conflituosas criadas em convivência, não discutir temas da maior relevância social, enfim, tudo levando a uma situação social de passividade e passionalidade nas relações, inclusive naquelas que envolvem afetos entre casais unidos emocionlamente. O espaço para a impessoalidade racional é estranho nesse mundo que se fecha sempre em direção à tradição, à reprodução passiva de um sistema social que estimula a própria passividade, à uma constante espera. Há uma certeza que paria negativamente no sentido de que, faça o que fizer alguém para escapar da letargia que permeia o ambiente social, a realização e ganhos virá dos grupos, dos favores, das ajudas – quando não todas as dificuldades e óbices para não dar certo uma postura liberal e democrática. Nesse contexto intelectual de passividade, verifica-se que os pensamentos acabam sendo pautados e definidos

– quanto à legitimidade, alcance, extensão e profundidade do que se pode debater – pela mídia – os mais fortes formadores de opinião em tempos contemporâneos –, que atua no sentido de limitar até onde as pessoas, nesse percurso intelectual pessoal, podem reproduzir e a falar acerca das coisas sociais, como linguagem comum inteligível por todos. Essa entrega à situação ou *status quo* autoritário, personalista, hierárquico, é a aceitação do mundo como estruturado em grupos, da sociedade definida como o restrito círculo mais próximo da vida de uma pessoa, do Estado como extensão do espaço privado, da corrupção como um fato natural e força obrigatória da própria imposição da lei – distante da vida, a lei perfeita nas idéias não permite a vida fluir com a liberdade dos encargos e ônus pesadíssimos que recaem sobre os particulares, convidando todos a se locupletarem, a praticarem jeitinhos, reiterando o desencanto da vida como ela é na América Latina –, da impossibilidade de escapar dessa situação decepcionante de desilusão, das gentes próximas iguais e dos inferiores sócio-economicamente como descarga das frustrações pessoais, da admiração – pela coragem necessária – e do desprezo – pelo inevitável “fracasso” – por aqueles que se recusam o lutam para não mais reproduzir as hierarquias fixadas.

Assim, tem-se uma sociedade que racionaliza contentando-se com as aparências de correta formalidade dos atos e procedimentos sociais – posturas, condutas e justificativas –, sem importar-se se substancialmente os efeitos públicos e de interesse comum – ou privados – foram realizados satisfatoriamente, dentro de um ambiente social democrático, impessoal e plural. Reconhece, mesmo que inconscientemente, que o mundo social gravita em torno de grupos ou lideranças hegemônicas, e a eles naturalmente serão destinados os principais ganhos materiais e simbólicos cultivado pela sociedade como um todo; eles – especialmente esses vencedores silenciosos – é que receberão as vantagens e benefícios alcançáveis através do sistema jurídico, do sistema de relações pessoais, da estrutura dos poderes públicos, pois é o destino inescapável e indiscutido que cabe àqueles que mandam, quais sejam, os chefes, os donos do poder e seus asseclas. O mundo das relações sociais privadas convive adequando-se a essas estruturas sociais estabelecidas – em realidade ele é parte integrante e indissociável do *habitus*, da racionalidade, do caráter social –, reproduzindo em seu meio as condições sociais de reprodução desse espaço social autoritário e violento. Pertencer ou não a tais grupos é questão de somenos relevância, quando se verifica que a simples participação da vida social é inevitavelmente reproduzir o mundo social que conscientemente pode-se até mesmo rejeitar, mas não escapar da reproduzi-lo. Assim, aparentar que tudo o que sucede à sua volta não lhe diz respeito – inclusive na negação formal de responsabilidade pelo curso do destino social que ele pertence – é reproduzir a racionalidade formal histórica que se manifesta de diversas

formas para produzir os dominantes e dominados conforme a civilização latino-americana tem revelado. Assim, a sociedade sempre é responsável diretamente por tudo que sucede e decorre a partir de sua própria existência, para o bem o para o mal.

A facilidade com que uma promessa é feita, uma palavra é empenhada, é a mesma facilidade com que uma promessa é esquecida, ou um acordo não é cumprido, a partir do momento que aparece a primeira dificuldade de se manter fiel a um compromisso firmado – que seja moralmente mesmo. Daí decorre outro fato, qual seja, a palavra dada é em relação a uma pessoa; outra pessoa pode exigir – dentro da hierarquias sociais estabelecidas – que se cumpra outra coisa, ou nada se cumpra em relação ao primeiro compromisso, uma vez que esta outra terceira pessoa passa a exigir o cumprimento de outra promessa em relação a ela; enfim, existe uma volubilidade muito grande em relação a rígidos compromissos morais assumidos no âmbito da sociedade. A desconfiança é uma constante nesse ambiente social, levando mesmo as pessoas a serem um tanto “investigadoras morais” – e ao mesmo tempo julgadoras morais – umas das outras, para saber ou conhecer o caráter do outro, sendo que isso se dá a partir de um modelo autoritário de padrão de moralidade, qual seja, o adotado pelo indivíduo que investiga ou do grupo social a que ele faz parte; os jogos sociais que emergem daí reforçam as desconfianças mútuas e artificializa cada vez mais as relações humanas sociais, trazendo tensões inesperadas – construídas artificialmente, mesmo que inconscientemente –, enfim, frustrações e fechamento moral das pessoas ao mundo das formalidades e superficialidades das relações. Há, desta forma, o estímulo e reforço do não envolvimento e omissão em relação aos fatos sociais que demandam participação, a fim do outro não saber posições pessoais, intelectuais, políticas, morais etc., para mais tarde não ser prejudicado – ver utilizado contra si – por essas suas convicções e opiniões, vale dizer, convicções e opiniões legítimas de ter e defender num mundo democrático e participativo, mas não num mundo autoritário, hierárquico-hierático e de racionalidade formal. Jamais se discute onde emergem os padrões de moralidade que se deseja fixar e servem de modelos para avaliar o Outro, e porque há tantas certezas num mundo social onde todos contribuem para reproduzir o autoritarismo, o personalismo, as hierarquias e o racionalismo formal.

A união não é possível ou muito difícil nesse plano social; se porventura o que as pessoas desejam é de consenso comum, então os meios, ferramentas e recursos a serem utilizados é que dividirão todas elas, sendo praticamente impossível alcançar um meio termo dentro do plano da participação democrática. Arrogância, prepotência, intolerância, emergem entre racionalidades que não desejam racionalizar suas concretas realidades e aprender com ela ao longo do tempo, sendo praticamente impossível conviver com as dificuldades que são

inerentes a uma decisão coletiva tomada e que deve ser seguida e sempre rediscutida racionalmente e impessoalmente pelo próprio bem do alcance dos objetivos, e administrada ao longo do tempo com denodo, perseverança e disciplina, a fim de medir os acertos e erros e as causas dos mesmos. Em diversas instâncias sociais de debate e discussão, as hierarquias sociais presentes sempre querem falar mais alto e fazerem prevalecer suas posições, mesmo que tenham de partir para a desqualificação pessoal do Outro, sempre lembrando quem é quem, e qual a posição que cada um ocupa no mundo de acordo com sua parcela de poder e competência formal estabelecida. Os debates sociais, assim, são momentos de reprodução do autoritarismo e racionalismo ibero-medieval.

A vida é o contínuo dia-a-dia, sem maiores perspectivas de um trabalho coletivo familiar, parental, fraterno, de clubes, de confrarias etc., que possa lançar luz e perspectiva – e estímulo grupal – para planos sociais mais ambiciosos de médio e longo prazo, voltados para trazer o benefício mais amplo do coletivo específico e geral, tudo se resumindo, no máximo, aos interesses mais próximos, deixando ou abandonando a pretensão de uma ambição coletiva de cunho mais geral, voltado para construir uma nação e mundo social mais forte e justo sócio-economicamente. O viver é sempre para o hoje, o agora, e o amanhã, literalmente, é o amanhã do dia seguinte, no máximo. As expectativas e esperanças de um mundo social estruturalmente diferente – mais democrático, participativo, de verdadeira liberdade etc. – podem ser muitas para as pessoas, inclusive para aquelas pertencentes às elites culturais e econômicas, mas os planos cedem diante do peso e exigências do dia-a-dia e dos desvios que meio social impõem realisticamente para os sonhos. O liberalismo precisa do mercado, mas ninguém quer abrir mão de nada a favor da formação desse mercado; a democracia precisa de mais liberdade, meios materiais e instâncias de mais participação decisória, entretanto, ninguém concede nada a favor da efetiva participação democrática; a república precisa do reconhecimento da impessoalidade e generalidade das leis, mas as leis insistem ser dois pesos e duas medidas na sua aplicação; todos os poderes públicos precisam expressar substancialmente o relevo da coisa pública, a coisa do povo, o bem comum, a comunidade afirmada na justiça social, no entanto, referendam o autoritarismo político e social. Portanto, abandona-se o futuro em favor do realismo das hierarquias, personalismos, prepotência, autoritarismo, racionalismo formal, e a vida acaba seguindo como é possível ser diante das circunstâncias. A vida é o que dá para ser nela, enfim uma entrega, uma desistência de moldar o próprio destino e seu futuro no mundo.

Diante disso, no mundo público e privado, tem-se um racionalismo de formas, aparências, onde o conteúdo do que se veicula idealmente regra geral não tem

correspondência com a substância do mundo dos fatos e da vida real e concreta. A retórica, o discurso, é a tônica mais concreta nesse mundo de aparências, o importante é que o discurso preencha um espaço idealizado – previamente preparado – de coerência, como um teatro, onde atores e expectadores fazem parte de uma encenação, cada a qual em seu devido lugar e competência; o importante é os ritos serem cumpridos e obedecidos como previamente esperado, sob pena de mal-estar e incômodo geral – platéia e atores. As idéias são frutos ideais de um pequeno grupo, transitando sem correspondências nos fatos – e com forte carga ideológica negadora da realidade a que vai ser aplicada – uma vez que são formadas sem estudos empíricos prévios sobre os problemas que pretende atacar; o mundo real, assim, transita em teses fundadas em outras teses, e se a idéia é boa, não há, em princípio, porque não dar certo no mundo dos fatos racionais humanos; se a idéia não dá certo, são as pessoas e o mundo da vida que são errados.

Dando importância às formas – às aparências –, sem se preocupar com o conteúdo, resolvendo o mundo nas idéias, imaginando que basta ter a idéia brilhante que logicamente e inevitavelmente elas se realizarão em todas as suas conseqüências se forem postas em aplicação, essa postura intelectual e ideológica formal acaba obliterando e olvidando que diagnosticar, problematizar e propor soluções para os problemas do mundo social é mais que um ato de pensamentos ideais apenas – do que se “acha” ou “sente” pessoalmente diante de uma questão –, mas de reflexões prévias sobre as pesquisas empíricas que devem ser feitas voltadas para apreender as reais dimensões de um problema, enfim, muitas e impessoais pesquisas, conforme aquelas que a revolução científica européia legou para toda humanidade. Além disso, são necessários debates democráticos e profundos – especializados ou não, conforme os praticados na mídia e espaços privados e públicos da Europa e mesmo Estados Unidos –, voltados para, depois de tudo, imergir na realidade e aplicar essas outras idéias nascidas dentro de outro plano racional – idéias com fundamentos na realidade e voltadas para a própria realidade – para, agora sim, com denodo e disciplina, verificar constantemente os resultados e as correções que as circunstâncias impõem, especialmente o entendimento dos porquês e causas dos acertos e erros.

Ao escapar de um processo lento e seguro de resolver os problemas sociais – caindo automaticamente na reprodução do mundo do curto prazo, que sempre são atalhos carregados de seqüelas sociais –, as sociedades autoritárias acabam se realizando apenas num único sentido, qual seja, naquele onde tudo se inicia e acaba no plano da retórica e das aparências, e não compreendendo – ou se recusando terminantemente a aprender por uma disposição intelectual ideal, enfim, um princípio racional que deve seguir cegamente – que o aprendizado

a partir da experiência impessoal, científica e democraticamente construída, jamais é suplantado pela retórica da idéia e do pensamento formal, bastando ver os exemplos europeus, asiáticos e mesmo norte-americanos em seus feitos sociais, nas suas mais diversas dimensões. Tudo indica que a facilidade para se prender – e perder-se – num mundo de pensamentos ideais, sem correspondência no mundo da vida e dos fatos, é a mesma para se desistir delas em nome de um realismo maior que acabe se apresentando concretamente, fruto da hierarquia do mundo.

De fato, essa preocupação com as aparências é a tônica que assinala a formalismo racional ibérico em terras latino-americanas. Por exemplo, quando a lei ofende interesses poderosos, então não se cumpre a mesma, ou se cumpre até o ponto onde não pode prejudicar os prováveis embaraçados por ela. Democracia, justiça, administração pública, instituições públicas, regra geral, todos preocupam-se em realizar no mundo dos discursos formalidades legais, o estrito cumprimento do que ordena a lei, adequando o mundo da vida aos ajustes das formalidades da lei; na prática, o escopo da lei – bem comum – fica ao largo dos resultados obtidos. A racionalidade do setor público é voltada para atender preferentemente os donos do poder, destinando recursos escassos para tal finalidade, regra geral, por via da corrupção, obedecendo as exigências dos ditames legais instituídos, acrescido do poder discricionário do agente público envolvido na ilicitude. Vigora, portanto a indistinção entre patrimônio público e patrimônio privado, mas isso não se é afirmado como a regra geral, apenas que isso esta sendo combatido, mas numa luta que nunca acaba, renovando-se cada vez mais, e tudo indica cada vez mais forte; vigora o bem comum como objetivo das instituições públicas em todos os planos e esferas de poder, entretanto, sempre há alguém ou um grupo que merece mais bem comum que os demais. Nesse contexto, como já reiterado anteriormente, há um tipo e sentido específico de união social em curso, qual seja, aquela que prejudica ou destrói o Outro, justificando o ditado popular que afirma que para ajudar não há pessoa alguma – até aí, em terras latino-americanas, e diante de sua realidade atroz (se as pessoas não prejudicarem já é muita coisa), não haveria problemas social algum – mas para prejudicar aparece uma pessoa em cada esquina. Assim, difícil é construir algo em comum benéfico para ampla coletividade, bem como práticas comuns de ajuda e solidariedade.

CAPÍTULO 4

SEÇÃO 1

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E REGIONALIZAÇÃO: A INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E O MERCOSUL

4.1.1. INTEGRAÇÃO, HUMANIDADE E CIÊNCIAS SOCIAIS

4.1.1.1. RELAÇÕES HUMANAS E ESPAÇO INTEGRADO INTERNACIONAL

As relações humanas são individuais e sociais, simultaneamente constituídas, melhor seria afirmar que não se distinguem, tamanho o grau de imbricação, inter-relacionamento e interdependência que o comportamento humano – dito individual e coletivo – se manifesta, formando mais precisamente uma unidade de influências que a ciências não pode mais desconhecer em sua manifestação; o intelecto humano, conforme todo um modo de pensar europeu ocidental, estabeleceu uma fronteira abstrata e teoricamente produtiva entre um agir e outro, uma forma positivista de construir uma abstrata distinção de agir e comportamentos, no entanto, depois do progresso crítico da ciência social, é preciso considerar que essa dicotomia, se se persistir nela, também traz prejuízos para uma atitude científica mais criteriosa, voltada para compreender e desvelar o mundo social em suas diferentes facetas significativas, aportando conhecimentos novos, aprimorados, suplantando e melhor esclarecendo entendimentos anteriores.

Não se quer, aqui, negar a existências de um espaço íntimo e particular, específico da personalidade e da estrutura psíquica humana, entretanto, do ponto de vista sociológico, mesmo essa momento particular existencial do ser humano sofre o influxo de toda uma história social, e torna-se necessário, então, entender toda essa influência até onde for possível, para melhor compreender o social – e não um puro ideal estritamente individual.

Essa, é uma tarefa que não pode abandonar o cientista, na sua análise crítica dos indivíduos socialmente considerados. As inter-relações humanas sucedem em diferentes níveis de relacionamentos, desde as mais próximas, físico-espacialmente consideradas locais, como as familiares, amigáveis, escolares etc., até aquelas que interligam pessoas fixadas geograficamente em diferentes espaços, como o regional-nacional, nacional, regional-internacional, continental, intercontinental, global ou mundial. Os motivos para essa aproximação interativa variam, desde a razão mais íntima e privada da curiosidade, até o plano político e/ou econômico, abarcando nessa simplificação, toda a complexidade emergente do viver coletivo humano, bem como suas mais diferentes manifestações intelectuais, voltadas para reproduzir ou reconstruir um diferenciado sistema de vida e sobrevivência coletiva – enfim, ganhos e perdas sociais.

As relações internacionais, enquanto realidade fática – e uma disciplina de estudos científicos –, é edificação cultural humana, dentro de sua trajetória civilizacional, voltada para produzir efeitos sociais – historicamente muito diferenciados, conforme apontam os registros até o momento – em diferentes agrupamentos humanos, espacialmente distantes entre si, mais precisamente, culturalmente e civilizacionalmente distantes entre si. Por isso, as relações internacionais vão desde simples intercâmbios relacionais humanos de sociabilidade, passando pelos tráficos comerciais, alcançando até a guerra, permeando esses extremos os diversos outros tipos de manifestação de relações que pode haver entre alteridades que se encontram com todas as surpresas, temores, satisfações e desgostos que essa aproximação possibilita produzir. Para compreender melhor essa realidade social, histórica e teórica, remete-se aqui a Odete Maria de Oliveira,²⁵³⁷ Fred Halliday,²⁵³⁸ Adriano Moreira,²⁵³⁹ António

²⁵³⁷ Odete Maria de Oliveira é professora doutora estudiosa do direito internacional e das relações internacionais, que foi incumbida, no ano de 1995, pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, a reativar a área de concentração das Relações Internacionais em nível de mestrado. Pioneira, portanto, no reerguimento da área de concentração, o Curso, seus discípulos e toda projeção e produção já alcançada – e futura – pela área de concentração, tem um débito histórico para com sua pessoa intelectual e humana. Escreveu diversas obras importantes para compreensão de diversos temas internacionais – com foco no direito e na política –; no caso específico, destacamos sua obra OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações internacionais**: estudos de introdução. Curitiba: Juruá, 2001, 298 p., onde aborda o fenômeno histórico-científico da disciplina das relações internacionais; trabalha a questão dos diferentes paradigmas que informam as diferentes teorias das relações internacionais; por fim, a Professora Doutora elabora um estudo acerca do que se constitui a sociedade internacional contemporânea e os diferentes atores que nele participam. Também se destaca a obra OLIVEIRA, Odete Maria de; e DAL RI JÚNIOR (orgs.). **Relações internacionais**: interdependência e sociedade global. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2003, 728 p. Prefaciada por Robert Keohane que, junto com Joseph S. Nye Jr., é um dos pais da teoria da interdependência como estudo no plano das relações internacionais, a coletânea de artigos esclarece melhor e estabelece diversas relações significativas sobre o mundo internacional a partir do ponto de vista da referida teoria, apresentando-a e trazendo-a pioneiramente – nesse nível de estudos – para conhecimento da academia brasileira.

²⁵³⁸ HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. 312 p. Obra onde o autor analisa os eventos e processos internacionais dentro de uma análise comparativa e racional, de um ponto de vista voltado para torná-los mais sujeitos ao controle democrático, admitindo que os eventos e

José Fernandes,²⁵⁴⁰ Irineu Strenger,²⁵⁴¹ Gilmar Antonio Bedin,²⁵⁴² Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle.²⁵⁴³

Basicamente, a estrutura do mundo internacional foi forjada a partir do marco cultural europeu ocidental, onde, nesse espaço geográfico, a própria cultural civilizacional ocidental –

desenvolvimentos sociais e políticos dentro de um Estado, são influenciados fortemente por processos – acontecimentos sistêmicos – internacionais. Assim, as relações internacionais são abordadas a partir de reflexões teóricas, explicativas ou éticas e fundadas em análise histórica. Abordando o desenvolvimento das teorias voltadas para explicar o fenômeno internacional, resgata o marco teórico do materialismo histórico como um ferramental reflexivo atual para explicar fenômenos que sucedem, e não podem ser devidamente explicados pelas teorias das relações internacionais erigidas até o momento, para, ao final, analisar a validade teórica desse resgate em casos concretos.

²⁵³⁹ MOREIRA, Adriano. **Teoria das relações internacionais**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999. 626 p. Obra onde o autor analisa fundamentalmente o poder internacional, a sua racionalização e manifestação, especialmente do ponto de vista militar, e os diversos protagonistas que podem atuar nesse ambiente, analisando, também, o papel da política e a diplomacia nesse contexto, para, então, abordar a integração internacional.

²⁵⁴⁰ FERNANDES, António José. **Relações internacionais: factos, teorias e organizações**. Lisboa: Editorial Presença, 1991. 488 p. Obra dividida em duas grandes partes, onde, numa primeira, aborda as relações internacionais pacíficas – reciprocidade, cooperação e coordenação, e integração –, explicando as relações diplomáticas e consulares, abordando a problemática das organizações internacionais – especialmente a ONU, OEA, OUA e o Conselho da Europa –, e abordando, também, a integração europeia; numa segunda parte, o autor aborda as relações internacionais conflituosas, trazendo à discussão as teorias da estratégia e a teoria dos conflitos. FERNANDES, António José. **Relações internacionais contemporâneas: do mundo da Europa à Europa do mundo**. Itajaí: Univali, 1998. 300 p. Obra onde numa primeira parte o autor conceitua e delimita o objeto de estudo das relações internacionais, especialmente as relações internacionais pacíficas e conflituosas, abordando a estrutura internacional focalizando três atores, quais sejam, os Estados, as Organizações Internacionais e as empresas multinacionais, para, em seguida, estabelecer um quadro formativo e evolutivo das relações internacionais com os respectivos paradigmas e perspectivas teóricas explicativas; numa segunda parte, aborda a integração europeia., estabelecendo uma relação da União Europeia com o mundo.

²⁵⁴¹ STRENGER, Irineu. **Relações internacionais**. São Paulo: LTr, 1998. 256 p. Obra onde autor aborda as relações internacionais, enfocando fatores históricos formativos das relações internacionais e elementos atuais que influenciam seu desenvolvimento, ressaltando a finalidade da ordem internacional e o papel da política nesse contexto, bem como o papel da Estado, das Organizações Internacionais – em especial a ONU –, e as empresas multinacionais nessa estrutura, e também o significado das relações diplomáticas e o direito de negociação e dos tratados presentes nessa esfera internacional. Por fim, aborda ao fenômeno da globalização.

²⁵⁴² BEDIN, Gilmar Antonio. **A sociedade internacional e o século XXI: em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária**. Ijuí: Unijuí, 2001. 400 p. O autor aborda edificação da sociedade internacional após a Paz de Westfália, enfim, a sociedade internacional moderna e a sociedade internacional contemporânea, analisando sua origem, pressupostos políticos, atores, estrutura, conceitos fundamentais, instituições relevantes e modelo teórico explicativo dominante, com a finalidade de verificar a superação do estado de natureza existente em favor de um aperfeiçoamento ético e institucional das relações internacionais, defendendo uma natureza humana não movida exclusivamente pelo instinto de dominação; que a forma de sociedade democrática pode induzir a um comportamento internacional de cunho pacífico; e que é possível construir instituições planetárias e regras e preceitos ético-jurídicos mundiais. BEDIN, Gilmar Antonio *et alii*. **Paradigma das relações internacionais**. Ijuí: Unijuí, 2000. 304 p. Obra escrita junto com Odete Maria de Oliveira, Raimundo Batista dos Santos Junior e Shiguenoli Miyamoto, que explica a emergência de quatro paradigmas básicos das relações internacionais, quais sejam, o realismo, o idealismo, a dependência e a interdependência, trazendo aportes teóricos e históricos explicativos sobre as temáticas.

²⁵⁴³ RENOUVIN, Pierre; e DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introducción a la historia de las relaciones internacionales**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. 520 p.; RENOUVIN, Pierre; e DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à história das relações internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. 544 p. Obra onde os autores abordam as relações internacionais composta de elementos profundos subjacentes – economia, geografia, demografia, nacionalismos etc. –, condicionando e determinando as ações sociais humanas nesse espaço internacional, ao mesmo tempo em que colocam um ator ou protagonista humano – estadista –, decidindo políticas que conformarão socialmente e culturalmente nesse específico espaço, mas conforme todos os constrangimentos que sua decisão se submete – e que também acaba submetendo as próprias forças condicionantes –, enfim, conforme as forças profundas subjacentes que condicionam suas ações como estadista.

em especial, um marco de racionalidade – foi edificada originariamente e se espalhou pelo mundo. Assim, as diversas gentes, hoje culturalmente separadas por um espaço geográfico delimitado, constituídas enquanto uma subjetividade de significação simbólica nacional, protagonistas desse espaço, pode-se afirmar, que edificaram um tipo específico de direito internacional;²⁵⁴⁴ aperfeiçoaram a mais tradicional e antiga das atividades humanas, que é a

²⁵⁴⁴ Para uma compreensão melhor dos diferentes aspectos dessa ordem jurídica internacional vide: MELLO, Celso D. de Albuquerque Mello. **Curso de direito internacional público**. 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. 2 v. 1654 p.; RIDRUEJO, José Antonio Pastor. **Curso de derecho internacional publico y organizaciones internacionales**. 4. ed. Madrid: Tecnos, 1992. 856 p.; DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; e PELLET, Alain. **Direito internacional público**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 1232 p.; DIEZ DE VELASCO, Manuel. **Instituciones de derecho internacional público**. 12. ed. Madrid: Tecnos, 1999. 926 p.; DIEZ DE VELASCO, Manuel. **Las organizaciones internacionales**. 10. ed. Madrid: Tecnos, 1997.; CARRILLO SALCEDO, Juan Antonio. **Curso de derecho internacional público**. Madrid: Tecnos, 1991. 344 p.; MIAJA DE LA MUELA, Adolfo. **Introducción al derecho internacional publico**. 6. ed. Madrid: Yagües, 1974. 704 p.; VERDROSS, Alfred. **Derecho internacional publico**. 6. ed. Madrid: Aguilar, 1976. 692 p.; MARINHO MENÉNDEZ, Fernando M. **Derecho internacional público**: parte general. 2. ed. Madrid: Trotta, 1995. 606 p.; PEREIRA, André Gonçalves; e QUADROS, Fausto de. **Manual de direito internacional público**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2000. 696 p.; AKEHURST, Michael. **Introdução ao direito internacional**. Coimbra: Almedina, 1985. 360 p.; CUNHA, Joaquim da Silva; PEREIRA, Maria da Assunção do Vale. **Manual de direito internacional público**. Coimbra: Almedina, 2000. 688 p.; SOARES, Albino de Azevedo. **Lições de direito internacional público**. 3. ed. Coimbra: Coimbra, 1986. 436 p.; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e; ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de direito internacional público**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. 530 p.; ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de direito internacional público**. 11. ed. 5. tiragem. São Paulo: Saraiva, 1985. 404 p.; CUNHA, Joaquim da Silva. **Direito internacional público**: introdução e fontes. 5. ed. Coimbra: Almedina, 1993. 304 p.; TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **O esgotamento de recursos internos no direito internacional**. 2. ed. Brasília: UnB, 1997. 330 p.; TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Princípios do direito internacional contemporâneo**. Brasília: UnB, 1981. 268 p.; JO, Hee Moon. **Introdução ao direito internacional**. São Paulo: LTr, 2000. 720 p.; DUPUY, René-Jean. **O direito internacional**. Coimbra: Almedina, 1993. 180 p.; MONCADA, Antônio Cabral de. **Curso de direito internacional público**. Coimbra: Almedina, 1998. v. 1. 364 p.; REZEK, José Francisco. **Direito internacional público**: curso elementar. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1991. 408 p.; REZEK, José Francisco. **Direito dos tratados**. Rio de Janeiro: Forense, 1984. 628 p.; LITRENTO, Oliveiros. **Manual de direito internacional público**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979. 594 p.; LITRENTO, Oliveiros. **Direito internacional público em textos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1985. 588 p.; SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. 352 p.; SOARES, Guido Fernando Silva. **Órgãos dos Estados nas relações internacionais**: formas da diplomacia e as imunidades. Rio de Janeiro: Forense, 2001. 260 p.; RAWLS, John. **O direito dos povos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 260 p.; KELSEN, Hans. **Derecho y paz en las relaciones internacionales**. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. 216 p.; KAPLAN, Morton A.; e KATZENBACH, Nicholas de B. **Fundamentos políticos do direito internacional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964. 384 p.; SODER, José. **História do direito internacional**. Frederico Westphalen: Ed. da URI, 1998. 256 p.; BAPTISTA, Luiz Olavo; e FONSECA, José Roberto Franco (coords.). **O direito internacional no terceiro milênio**: estudos em homenagem ao Prof. Vicente Marotta Rangel. São Paulo: LTr, 1998. 928 p.; PEREIRA, Luis Cezar Ramos. **Ensaio sobre a responsabilidade internacional dos Estados e suas conseqüências no direito internacional**: a saga da responsabilidade internacional do Estado. São Paulo: LTr, 2000. 504 p.; CASTRO, Luiz Augusto de Araújo. **O Brasil e o novo direito do mar**: mar territorial e zona econômica exclusiva. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1989. 92 p.; FIORATI, Jete Jane. **A disciplina jurídica dos espaços marítimos na convenção das Nações Unidas sobre direito do mar de 1982 e na jurisprudência internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. 500 p.; NAZO, Georgette Nacarato. **Questões importantes referentes ao mar**. São Paulo: Sociedade Amigos da Marinha (Soamar), 1996. 110 p.; PORTUGAL. **O direito do mar**: versão em língua portuguesa da convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar com anexos e ata final da terceira conferência das Nações Unidas sobre o direito do mar. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1984. 220 p.; Direito espacial: coletânea de convenções, atos internacionais e diversas disposições legais em vigor. Brasília: Agência Espacial Brasileira; Sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial, 1997. 182 p.; MEDEIROS, Antônio Paulo Cachapuz de. **O poder legislativo e os tratados internacionais**. Porto Alegre: L&PM; Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, 1983. 206 p.; BOSON, Gerson de Britto Mello. **Constitucionalização do**

troca, tráfico ou comércio – essa, sim, a mais primeva de todas, pois ela é pressuposta daquela outra depreciada atividade humana, que é considerada equivocadamente a mais antiga das profissões humanas –;²⁵⁴⁵ fundaram um estatuto jurídico e filosófico voltado para a proteção

direito internacional: internacionalização do direito constitucional; direito constitucional internacional brasileiro; os caminhos da paz. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. 296 p.; QUADROS, Fausto de. **Direito das comunidades européias e direito internacional público:** contributo para o estudo da natureza jurídica do direito comunitário europeu. Lisboa: Almedina, 1991. 542 p.; RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e relações internacionais.** 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. 776 p.; ARAUJO, Nadia de. **Direito internacional privado:** teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. 508 p.; RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura. **Direito internacional privado e constituição:** introdução a uma análise das suas relações. Coimbra: Coimbra Editora, 1994. 276 p.; RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito internacional privado:** teoria e prática. 3. ed. rev./ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 1999. 316 p.; DOLINGER, Jacob. **Direito internacional privado:** parte geral. 2. ed. atual. Rio de Janeiro: Renovar, 1993. 442 p.; STRENGER, Irineu. **Curso de direito internacional privado.** Rio de Janeiro: Forense, 1978. 628 p.; AMORIN, Edgar Carlos de. **Direito internacional privado.** 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1992. 386 p.; SANTOS, António Marques dos. **Estudos de direito internacional privado e de direito processual civil internacional.** Coimbra: Almedina, 1998. 368 p.; MANCINI, Paquale Stanislao. *Direito internacional.* Ijuí: Unijuí, 2003. 312 p.; ROQUE, Sebastião José. **Direito internacional privado.** Rio de Janeiro: Forense, 1991. 112 p.; CASELLA, Paulo Borba; e ARAUJO, Nadia de. **Integração jurídica interamericana:** as convenções interamericanas de direito internacional privado (cidips) e o direito brasileiro. São Paulo: LTr, 1998. 664 p.

²⁵⁴⁵ Para compreender melhor o desenvolvimento atual do comércio internacional do ponto de vista jurídico, em diversos aspectos específicos, vide: CASELLA, Paulo Borba; e MERCADANTE, Araminta de Azevedo (coords). **Guerra comercial ou integração mundial pelo comércio?:** a OMC e o Brasil. São Paulo: LTr, 1998.; ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Brasil e o multilateralismo econômico.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. 328 p.; HUCK, Hermes Marcelo. **Da guerra justa à guerra econômica:** uma revisão sobre o uso da força em direito internacional. São Paulo: Saraiva, 1996. 318 p.; BARRAL, Welber (org.). **O Brasil e a OMC.** 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2002. 358 p.; BAPTISTA, Luiz Olavo. **Empresa transnacional e direito.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987. 158 p.; RICUPERO, Rubens. **O Brasil e o futuro do comércio internacional.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1988. 42 p.; LAFER, Celso. **O OMC e a regulamentação do comércio internacional:** uma visão brasileira. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. 168 p.; ARAUJO, Nadia de. **Contratos internacionais:** autonomia da vontade, Mercosul e convenções internacionais. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. 230 p.; RODAS, João Grandino. **Contratos internacionais.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: RT, 1995. 304 p.; BAPTISTA, Luiz Olavo; HUCK, Hermes Marcelo; e CASELLA, Paulo Borba (coor.). **Direito e comércio internacional:** tendências e perspectivas: estudos em homenagem ao Prof. Irineu Strenger. São Paulo: LTr, 1994. 608 p.; MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito internacional americano:** estudo sobre a contribuição de um direito regional para a integração econômica. Rio de Janeiro: Renovar, 1995. 246 p.; NASSER, Rabih Ali. **A liberalização do comércio internacional nas normas do GATT-OMC:** a institucionalização como instrumento de liberalização. São Paulo: LTr, 1999. 112 p.; MARQUES, Alexandre de Moura. **Comércio exterior:** aspectos legais relativos às operações de comércio exterior e internacional. Porto Alegre: Síntese, 1999. 86 p.; COSTA, Lígia Maura; e GRISI, Celso Cláudio de Hildebrand e (coords.). **Negociações internacionais e a globalização.** São Paulo: LTr, 1999. 160 p.; BARRAL, Welber. **Dumping e comércio internacional:** a regulamentação antidumping após a Rodada Uruguai. Rio de Janeiro: Forense, 2000. 398 p.; CELLI JUNIOR, Umberto. **Regras de concorrência no direito internacional moderno.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. 254 p.; CARVALHO, Leonardo Arquimimo de. **Direito antitruste & relações internacionais:** extraterritorialidade e cooperação. Curitiba: Juruá, 2001. 230 p.; BARRAL, Welber (org.). **O Brasil e o protecionismo.** São Paulo: Aduaneiras, 2002. 272 p.; BROGINI, Gilvan Damiani. **Medidas de salvaguarda e uniões aduaneiras.** São Paulo: Aduaneiras, 2000. 124 p.; BAPTISTA, Luiz Olavo. **Os investimentos internacionais no direito comparado e brasileiro.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. 104 p.; LEAL, Rosemiro Pereira. **Soberania e mercado mundial.** Leme (SP): Editora de Direito (LED), 1996. 264 p.; DAL RI JÚNIOR, Arno; e OLIVEIRA, Odete Maria de (orgs.). **Direito internacional econômico em expansão:** desafios e dilemas. Ijuí: Unijuí, 2003. 952 p.; CHEREM, Giselda da Silveira. **Os países em desenvolvimento e a regulamentação da política de subsídios pela OMC.** 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.; BARRAL, Welber de Oliveira. **A concorrência e a ordem jurídica comunitária.** 1993. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

dos direitos humanos com caráter universal;²⁵⁴⁶ instituíram o imperialismo;²⁵⁴⁷ globalizaram econômico-financeiramente o planeta;²⁵⁴⁸ enfim, impuseram um variado cardápio arbitrário

²⁵⁴⁶ GALTUNG, Johan. **Direitos humanos: uma nova perspectiva**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. 254 p.; TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997. 2 v. 488 p. 440 p.; PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 3. ed. atual. São Paulo: Max Limonad, 1997. 488 p.; TORRES, Ricardo Lobo. **Os direitos humanos e a tributação: imunidades e isenções**. Rio de Janeiro: Renovar, 1995. 500 p.; GUERRA FILHO, Willis Santiago (coord.). **Dos direitos humanos aos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. 206 p.; QUINTANA, Fernando. **La ONU y la exégesis de los derechos humanos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris; UNIGRANRIO, 1999. 416 p.; LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. **Proteção dos direitos humanos na ordem interna e internacional**. Rio de Janeiro: Forense, 1984. 192 p.; GOMES, Luiz Flávio; e PIOVESAN, Flávia. **O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. 468 p.; LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 408 p.; COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 1999. 424 p.; TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos humanos e meio-ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1993. 352 p.; RAMOS, André de Carvalho. **Direitos humanos em juízo: comentários aos casos contenciosos e consultivos da Corte Interamericana de Direitos Humanos e estudo da implementação dessas decisões no direito brasileiro**. São Paulo: Max Limonad, 2001. 574 p.; HANASHIRO, Olaya Sílvia Machado Portella. **O sistema interamericano de proteção aos direitos humanos**. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2001. 176 p.; PRONER, Carolina. **Os direitos humanos e seus paradoxos: análise do sistema americano de proteção**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.; RODRIGUES, Simone Martins. **Segurança internacional e direitos humanos: a prática da intervenção humanitária no pós-guerra fria**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. 278 p.; PIRES, Maria José Moraes. **As reservas à convenção europeia dos direitos do homem**. Coimbra: Almedina, 1997. 496 p.

²⁵⁴⁷ HOBBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios: 1875-1914**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 548 p.; KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 676 p.; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Tudo império perecerá: teoria das relações internacionais**. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. 486 p.; HARDT, Michael; e NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 504 p.; ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1998. 394 p.; ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J.; *et alii*. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraopondo; Ed. da UFRJ, 2001. 336 p.; ANDERSON, Peter J. **Política global do poder, justiça e morte: uma introdução às relações internacionais**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. 400 p.; BRUIT, Héctor H. **O imperialismo**. 17. ed. São Paulo: Atual, 1997. 92 p.; SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 462 p.; CHOMSKY, Noam. **Novas e velhas ordens mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996. 376 p.; CHOMSKY, Noam. **Os caminhos do poder: reflexões sobre a natureza humana e a ordem social**. Porto Alegre: ArtMed, 1998. 256 p.; CHOMSKY, Noam. **A luta de classes: entrevistas a David Barsamian**. Porto Alegre: ArtMed, 1999. 166 p.; CHOMSKY, Noam. **11 de setembro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 154 p.; CHOMSKY, Noam. **O que o tio sam realmente quer**. Brasília: UnB, 1996. 152 p.; CHOMSKY, Noam. **A minoria próspera e a multidão inquieta**. 2. ed. Brasília: UnB, 1997. 150 p.; CHOMSKY, Noam. **Segredos, mentiras e democracia: entrevistas a David Barsamian**. Brasília: UnB, 1997. 144 p.

²⁵⁴⁸ PETRAS, James. **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa**. Blumenau: Ed. da Furb, 1999. 440 p.; ADDA, Jacques. **A mundialização da economia: gênese**. Lisboa: Terramar, 1997. 184 p.; ADDA, Jacques. **A mundialização da economia: problemas**. Lisboa: Terramar, 1997. 192 p.; FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997. 156 p.; SEGRERA, Francisco López. **Los retos de la globalización: ensayos en homenaje a Theotonio dos Santos**. Caracas: Unesco/Creslac, 1998. 2 v. 898p.; BECK, Ulrich. **O que é globalização?: equívocos do globalismo; respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 284 p.; IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 272 p.; SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; e SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Anpur, 1994. 334 p.; SCARLATO, Francisco Capuano; SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; e ARROYO, Mônica. **Globalização e espaço latino-americano**. 4 ed. São Paulo: Hucitec; Annablume; Anpur, 2002. 304 p.; DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2001.; FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 84 p.; ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1998. 236 p.; WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Bauru: Edusc, 2000. 184 p.; VIEIRA, Lizst. **Cidadania e globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998. 144 p.; CHOMSKY,

de temas determinantes,²⁵⁴⁹ ao qual o pesquisador – latino-americano e estrangeiro – necessita enfrentar, pois são as circunstâncias específicas e contextos que revelam os desafios intelectuais a ele imposto, por um tipo específico de reprodução de cultura e civilização.

Noam; e DIETERICH, Heinz. **A sociedade global**: educação, mercado e democracia. Blumenau: Ed. da Furb, 1999. 268 p.; CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?: neoliberalismo e ordem global**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 192 p.; PAVIANI, Jaime; e DAL RI JUNIOR, Arno. **Globalização e humanismo latino**. Porto Alegre: Edipucrs, 2000. 328 p.; SILVA, Karine de Souza. **Globalização e exclusão social**. Curitiba: Juruá, 2000. 172 p.; ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de; e RAMOS, Alexandre. **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Curitiba: Ibej, 1998. 300 p.; OLIVEIRA, Odete Maria de (coord.). **Relações internacionais & globalização**: grandes desafios. Ijuí: Ed. da Unijuí, 1997. 320 p.; CHESNAIS, François (coord.). **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998. 336 p.; FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 1999. 360 p.; HIRST, Paul; e THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 366 p.; KURZ, Robert. **Os últimos combates**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 396 p.; TAVARES, Maria da Conceição; e FIORI, José Luís. **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 414 p.; FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 240 p.; FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 494 p.; FIORI, José Luís; LOURENÇO, Marta Skinner de; e NORONHA, José Carvalho de. **Globalização**: o fato e o mito. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998. 240 p.; BARNET, Richard J.; e MÜLLER, Ronald E. **Poder global**. São Paulo: Círculo do Livro, []. 422 p.; SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 176 p.; OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de (org.). **Globalização, regionalização e nacionalismo**. São Paulo: Ed da Unesp, 1999. 288 p.; MATTELARD, Armand. **A mundialização da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999. 162 p.; TAYLOR, Charles (org.). **Multiculturalismo**: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 194 p.; MATTELARD, Armand. **A comunicação-mundo**: história das ideias e das estratégias. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 370 p.; LAFONTAINE, Oskar. **La sociedad del futuro**. Madrid: Editorial Sistema, 1993. 220 p.; MONTESINOS, Jorge Nieto. **Governar a globalização**: a política da inclusão; a mudança de responsabilidade compartilhada. México: Unesco, 1998. 256 p. Relatório sobre os princípios democráticos e a governabilidade. Cúpula Regional para o Desenvolvimento Político e os Princípios Democráticos, realizado em Brasília, em julho de 1997.; NEVES, Carlos Augusto dos Santos *et alii*. **Governança global**: reorganização da política em todos os níveis de ação. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1999. 152 p.; Globalização na América Latina: integração solidária. Brasília: Funag, 1997. 276 p.

²⁵⁴⁹ Como, por exemplo, DAL RI JÚNIOR, Arno; e OLIVEIRA, Odete Maria de (orgs.). **Cidadania e nacionalidade**: efeitos e perspectivas nacionais-regionais-globais. Ijuí: Ed da Unijuí, 2002. 544 p.; BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios**: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade pública do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. 306 p.; BADIE, Bertrand; e SMOUTS, Marie-Claude. **O mundo em viragem**: sociologia da cena internacional. Lisboa: Instituto Piaget, 1999. 332 p.; LAMAZIÈRE, Georges. **Ordem, hegemonia e transgressão**: a resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Comissão Especial das nações Unidas (UNSCOM) e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1998. 198 p.; MAGALHÃES, Fernando Simas. **Cúpula das Américas de 1994**: papel negociador do Brasil, em busca de uma agenda hemisférica. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999. 200 p.; BARRETO FILHO, Fernando Paulo de Mello. **O tratamento nacional de investimentos estrangeiros**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999. 164 p.; TAVARES, Ricardo Neiva. **As organizações não-governamentais nas Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999. 204 p.; OLIVEIRA, Odete Maria de. **Os descaminhos do Brasil nuclear**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 1999. 550 p.; LÖWY, Michael. **Nacionalismos e internacionalismos**: da época de Marx até nossos dias. São Paulo: Xamã, 2000. 152 p.; NARDIN, Terry. **Lei, moralidade e as relações entre os Estados**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. 344 p.; LAFER, Celso. **Paradoxos e possibilidades**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. 190 p.; FOSSAERT, Robert. **O mundo no século XXI**: uma teoria dos sistemas mundiais. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. 662 p.; LITRETO, Oliveiros. **A ordem internacional contemporânea**: um estudo da soberania em mudança. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991. 94 p.; PIERRÉ-CAPS, Stéphane. **A multinação**: o futuro das minorias na Europa Central e Oriental. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 380 p.; CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise**: 1919-1939. Brasília: Ed. da UnB, 1981. 220 p.; MORGENTHAU, Hans J. **Política ente las naciones**: la lucha por el poder y la paz. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1989. 730 p.; HINKELAMMERT, Franz J. **Cultura de la esperanza y sociedad sin exclusion**. São José da Costa Rica: DEI,

4.1.1.2. SENTIDO SÓCIO-CULTURAL DE INTEGRAÇÃO

Dentro dos estudos das relações internacionais, a integração internacional é uma das temáticas impostas fortemente pelas circunstâncias históricas e culturais atuais, que foi recepcionada e marcada pelos novos contextos que a diferencia, em determinados aspectos, do que outrora foi a integração de povos diferentes, mas mantendo um espírito comum – de racionalização, portanto – com o que sempre se pode constatar presente em processo de integração humana. Assim, toda a atual tecnologia proporcionada pela ciência, bem com o uso de recursos energéticos e de comunicação – em sentido amplo –, são elementos diversos do que sucedia estar à disposição das gentes antigas, e que hoje, jungidos a uma específica racionalidade econômica – aperfeiçoada e diversa do que era possível conceber e ser posta outrora em prática –, dão um caráter paradoxalmente humano e desumano do que pode significar a idéia de aproximação de gentes diversas a partir de um processo social integrativo marcado pelo fator econômico. Por outro lado, a integração é um fenômeno humano que se

1995. 390 p.; JAGUARIBE, Hélio et alii. **Leituras de política internacional**: a nova ordem internacional. Brasília: Ed. da UnB, 1982. 192 p.; RICHARD, Guy (dir.). **A história inumana**: massacre e genocídios das origens aos nossos dias. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 426 p.; PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **O Conselho de Segurança após a guerra do golfo**: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1998. 228 p.; CÂMARA, Irene Pessôa de Lima. **Em nome da democracia**: a OEA e a crise haitiana – 1991-1994. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1998. 240 p.; BATTATI, Mario. **O direito de ingerência**: mutação da ordem internacional. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 354 p.; BACHELET, Michel. **Ingerência ecológica**: direito ambiental em questão. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 372 p.; ARSLANIAN, Regis P. **O recurso à seção 301 da legislação de comércio norte-americana e a aplicação de seus dispositivos contra o Brasil**. Brasília: Instituto Rio Branco, 1994. 172 p.; RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia cultural**: seu papel na política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1989. 106 p.; COELHO, Pedro Motta Pinto. **Fronteiras na Amazônia**: um espaço integrado. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1992. 160 p.; XAVIER, Renato. **O gerenciamento costeiro no Brasil e a cooperação internacional**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1994. 158 p.; FONSECA JÚNIOR, Gelson; e CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de. **Temas de política externa brasileira II**. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão; São Paulo: Paz e Terra, 1997. 2 v. 366 p. 206 p.; LAFER, Celso. **Comércio, desarmamento, direitos humanos**: reflexões sobre uma experiência diplomática. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 204 p.; JAGUARIBE, Hélio. **Um novo cenário internacional**: conjunto de estudos. Rio de Janeiro; Guanabara, 1986. 388 p.; FONSECA JR., Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais**: poder e ética entre as nações. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 376 p.; MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões**: relações internacionais do Brasil durante e após a segunda guerra mundial. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1991. 116 p.; HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. 456 p.; BARBOZA, Mario Gibson. **Na diplomacia, o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Record, 1992. 334 p.; MUÑOZ, Herald. **A nova política internacional**. São Paulo; Alfa-Omega, 1996. 128 p.; KISSINGER, Henry. **Diplomacia das grandes potências**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999. 1008 p.; ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. 440 p.; VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. 423 p.

verifica suceder desde a concepção e nascimento do ser humano, onde, por um espírito – ou uma racionalidade – muito presente nas pessoas – de forma já naturalizada –, elas se unem para perpetuar a vida e existência humana, para garantir a reprodução de seu modo existencial – histórico e cultural – de vida e sobrevivência, para marcar culturalmente sua forma de existência.

O termo integração advém do adjetivo latino *intēger*, *intēgra*, *intēgrum*, e em sua acepção mais comum – *intēgrum* – quer significar intacto, inteiro. A acepção de completar, inteirar, incorporar-se, muito genérica e comum, assume conotações específicas em matemática e outras disciplinas do conhecimento, como a antropologia.²⁵⁵⁰ Assim, o termo integração quer designar o ato ou efeito de integrar, ou seja, tornar inteiro, completar, inteirar, integralizar, fazer entrar num conjunto, num grupo, e tem sido utilizado para indicar, por exemplo, no plano político, reunião de um território, uma população, uma minoria; no plano da economia vinculada à ciência da administração, a fusão de empresas em estágios diferentes do processo de produção, ou a concentração, numa mesma unidade de produção, de todas as operações industriais, da matéria-prima à difusão do produto acabado; no plano logístico, a coordenação entre serviços de transporte que permite a passagem de um serviço para outro, de uma rede a outra, num ponto determinado do percurso; no plano antropológico, o processo de afirmação que tende a dar a uma minoria racial – ou maioria quase que absolutamente discriminada – direitos iguais aos da população dominante.²⁵⁵¹

Evidentemente suas utilizações significativas não ficam circunscritas a esses planos acima citados, também sendo utilizado na astronáutica, eletrônica, matemática, psicologia, neurologia e nas relações internacionais, para citar alguns exemplos mais.²⁵⁵² Significativo é sua utilização na biologia e as ilações extraídas daí para serem aplicada no campo do pensamento filosófico e social. Desta forma, na biologia a expressão tem o significado de assimilação, ação ou atividade anabólica,^{2553 2554} e dentro de um ramo específico da biologia,

²⁵⁵⁰ ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. São Paulo; Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 1995, v. 12.

²⁵⁵¹ GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 13.

²⁵⁵² GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 13.; ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA. Lisboa: Editorial Verbo, 1970, v.10.

²⁵⁵³ ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL ILUSTRADA EUROPEO-AMERICANA. Madrid: Espasa-Calpe, 1958, tomo XXVIII, segunda parte.

²⁵⁵⁴ Na fisiologia o termo anabolismo que dizer o conjunto de fenômenos bioquímicos que se processam no organismo vivo, destinados a regenerar, a partir de substâncias simples, a matéria viva que se gasta durante a fase catabólica do metabolismo, através das queimas respiratórias intracelulares. É por intermédio destas últimas que o organismo obtém a energia necessária ao seu funcionamento. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, []. Desta forma, na fisiologia a integração

que é a zoologia, quer significar o processo pelo qual os seres de ordem inferior se unem para formar outros de ordem mais elevada, ou ação pela qual os seres recebem substâncias estranhas ao seu organismo, assimilando-as, passando estas a fazerem parte desse ser.²⁵⁵⁵

Herbert Spencer,²⁵⁵⁶ elaborou um sistema filosófico onde a integração refere-se ao passo que é dado de um estado difuso e imperceptível rumo a ou outro estado mais concentrado e perceptível, observando-se, nesse processo, um aumento de matéria e uma diminuição do movimento. Integração e desintegração são as duas funções capitais do processo cósmico de evolução, do qual são formados ou valorados os diferentes fenômenos do mundo físico e do mundo moral.²⁵⁵⁷

Spencer desenvolveu a tese de que toda realidade – material, social e espiritual – evoluiria à semelhança dos organismos vivos. Essa evolução seria a manifestação de um ser absoluto – Incognoscível ou Força – e não teria ponto final: cada momento seria sempre o início de uma nova desintegração. No plano político-social, o sistema spenceriano desdobra-se na tese de que são naturalmente superiores os indivíduos que se adaptam ao ambiente e dele sabem tirar proveito. A sobrevivência da espécie humana só estaria assegurada se os benefícios sociais fossem distribuídos segundo a capacidade de cada indivíduo em se auto-sustentar; os que não se adaptassem seriam eliminados – idéia que depois seria conhecida como darwinismo social.²⁵⁵⁸ Por essa visão, é condenada qualquer intervenção do Estado nos

é o fenômeno que coordena a atividades das células, tecidos e órgãos no sentido de se estabelecer uma harmonia funcional onde, mediante intervenção do sistema nervoso, as células do organismo tornam-se interdependentes, interatuantes, integradas numa unidade operacional para sustentação da vida.. In: ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA. Lisboa: Editorial Verbo, 1970, v.10.

²⁵⁵⁵ ENCICLOPÉDIA EPB UNIVERSAL. São Paulo: Pedagógica Brasileira, 1969, v. 5.

²⁵⁵⁶ Filósofo inglês – pensador positivista – que viveu entre 1820 a 1903, escrevendo obras como *Primeiros Princípios*, *Princípios de Biologia*, *Princípios de Psicologia*, *Princípios de Sociologia* e *O Indivíduo Contra o Estado*. In: HUISMAN, Denis. **Dicionário de obras filosóficas**. São Paulo; Martins Fontes, 2000; e **DICIONÁRIO DE ECONOMIA**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Herbert Spencer (1820-1903), filósofo e cientista britânico, autor de um sistema organicista e evolucionista de interpretação do universo, baseando-se num princípio de evolução antes mesmo de Charles Darwin. Para Spencer, a evolução – enquanto lei universal que rege todos os fenômenos – é entendida como a manifestação de um ser absoluto que ele denomina *Incognoscível* ou *Força*, sendo uma lei à qual se submete não só a natureza, mas também o espírito. A lei da evolução é definida por Spencer como a passagem do homogêneo ao heterogêneo, do menos complexo ao mais complexo, do menos adaptado ao mais adaptado, num processo que supõe a conservação da matéria e da energia. Spencer nega a existência de um ponto final na evolução; segundo ele, todo equilíbrio é apenas um ponto de partida para nova desintegração e, por isso, todo o universo se acha submetido a uma mudança perpétua. Spencer aplicou a lei da evolução a todos os domínios da realidade, particularmente à biologia, à psicologia, à ética, e à sociologia. Ao conjunto de sua doutrina, deu o título de “Sistema de Filosofia Sintética”, obras de fôlego que compreende os seguintes trabalhos: *Primeiros princípios* (1862), *Princípios de biologia* (1864-1867), *Princípios de psicologia* (1876-1896) e *Princípios de ética* (1879-1892). In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 22.

²⁵⁵⁷ ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL ILUSTRADA EUROPEO-AMERICANA. Madrid: Espasa-Calpe, 1958, tomo XXVIII, segunda parte.

²⁵⁵⁸ O termo darwinismo social surgiu em meados do século XIX, de teorias que sustentavam que a organização social é – ou se assemelha – a um organismo vivo, que as sociedades sofrem mudanças evolutivas e que essas seqüências de evolução são – ou podem ser – progressivas. As conseqüências involuntárias, ou até

mecanismos do mercado e é considerado absolutamente como desnecessário os gastos com previdência social e obras de utilidade pública.²⁵⁵⁹

Pois bem, feita essa pequena digressão sobre as idéias filosóficas de Spencer, o que se sucedeu é que a expressão integração adquiriu conotações e denotações que se espraiaram por diversos ramos de saberes, tendo como ponto em comum essa noção de inteirar, completar, fazer ingressar num conjunto, num grupo, e encontrar uma harmonia de inter-relacionamento, numa interdependência anteriormente não existente e que passou a ser construída – ou entendida – como necessária, alcançando um estágio de convivência superior ao que havia anteriormente.

Assim, para a sociologia, a integração seria um ajustamento recíproco de elementos de um grupo e sua identificação como grupo, visando formar um todo equilibrado, apresentando-se o grupo de maneira homogênea – talvez, mais precisamente, uma unidade comum dentro de determinados valores ajustados, diante da heterogeneidade social –,²⁵⁶⁰ seria uma unificação social, um processo que assegura a inteireza de um grupo social, a unidade de uma instituição, enquanto valores e normas sociais de coexistência.²⁵⁶¹ Especificamente na temática integração racial e/ou étnica – nesse caso imbricando-se com o campo de estudos da antropologia –, trata-se de formas de coexistência de grupos étnicos ou raciais diferentes num mesmo espaço geográfico, cultural e histórico.^{2562 2563}

biologicamente determinadas, das ações individuais, sua agregação em mecanismos tais como o comportamento competitivo e o mercado, e intenções por parte do analista de tirar conclusões normativas e voltadas para programas de ação distinguiram as continuações dessa tendência no século XX. As teorias evolucionistas da transformação, em termos de constituição biológica e comportamento observável, e da transformação humana em sentidos semelhantes precederam em muito Charles Darwin. Não obstante, o darwinismo social e as teorias precedentes de Darwin entram em contradição em vários aspectos. Por exemplo, este rejeitava qualquer noção de progresso na transformação de indivíduos e na origem das espécies, assim como o conceito de seleção natural referia-se a variação não-padronizada, à interação com o meio ambiente e ao mero sucesso reprodutivo, e não a conceitos normativos como “sobrevivência dos mais aptos”. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom; et alii. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

²⁵⁵⁹ DICIONÁRIO DE ECONOMIA. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

²⁵⁶⁰ ENCICLOPÉDIA EPB UNIVERSAL. São Paulo: Pedagógica Brasileira, 1969, v. 5.

²⁵⁶¹ GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 13.

²⁵⁶² ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA. Lisboa: Editorial Verbo, 1970, v.10. A integração racial busca uma aceitação do convívio sem distinções rígidas entre pessoas e grupos com diversas origens ráticas e tradições culturais diferentes. Esse convívio procura conduzir à interligação numa mesma comunidade e à formação de uma cultura comum. A sociologia das relações raciais costuma distinguir as diferentes formas de contato; a) *proibição dos contatos*, quando as relações com estranhos são desencorajadas, geralmente sancionadas ou reduzidas a contatos periféricos ocasionais, limitados a certas fórmulas de troca segundo um rito complicado; b) *genocídio e transferência*, quando os membros de um grupo com que não se deseja o contato são sistematicamente eliminados ou objeto de medidas de expulsão ou deslocação pra áreas longínquas; c) *coexistência*, em que, aceitando-se a presença de grupos diferentes num mesmo território, podem organizar-se os contatos na base da “sujeição” do grupo mais fraco ou na base de um “paternalismo” protetor em relação aos mais fracos. O sistema de “sujeição”, quando evolui no sentido da aceitação da igualdade jurídica dos grupos em presença, tende a favorecer uma separação ou segregação e conduz a uma situação de pluralismo, ou pode conduzir a uma separação política com base na autonomia. O sistema “paternalista” tende, por seu lado, a evoluir no sentido de aceitação da igualdade jurídica e da “integração racial”. Neste caso, os membros dos grupos

Para a psicologia social, a integração grupal seria a adaptação recíproca dos membros de um grupo, em função das normas internas desse mesmo grupo, e ela estaria, assim, em relação direta com o *consensus* e com a coesão do grupo, dependendo imediatamente da densidade sócio-afetiva e, mediadamente, do seu subjacente, que seria o co-inconsciente do grupo; já a integração pessoal seria a estruturação dinâmica dos componentes da personalidade numa configuração totalitária que visa a unidade pessoal e a sua adaptação aos meios que a condicionam.²⁵⁶⁴

estranhos ao grupo cujas instituições moldaram de forma predominante a nova comunidade política são juridicamente assimilados aos membros deste grupo ou tendem a sê-lo e por isso se fala em política de “assimilação”. Nesta distingue-se a “assimilação uniformizadora” da “assimilação tendencial”, a qual se diferencia da primeira por ter a preocupação de contemporizar com os usos e costumes próprios dos grupos estranhos, tendo em conta a mais ou menos lenta realização do processo de integração. Na verdade, em todos os casos de coexistência de raças desenvolve-se um processo de aculturação, da adoção de traços da cultura de um grupo pelo outro ou outros, que é particularmente intenso nas situações de integração racial. In: ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA. Lisboa: Editorial Verbo, 1970, v.10.

²⁵⁶³ De forma semelhante, mas com outros elementos críticos de análise, para a antropologia o conceito de integração é utilizado tanto para (i) designar o processo pelo qual dois ou mais grupos étnicos em contato têm modificadas suas estruturas sociais por influências recíprocas dos diferentes valores e normas que as orientam, mas também (ii) um determinado - ou dado - estágio do longo de tal processo. Nesses dois sentidos, com frequência o conceito é ligado ao da aculturação, principalmente pelos antropólogos que privilegiam a cultura como nível de análise: deflagrado o processo aculturativo, ou seja, a transmissão de certos elementos da cultura material e não-material de uma sociedade à outra, a integração resultaria daquelas situações em que uma minoria étnica seria gradativamente “absorvida” pela sociedade inclusiva, redundando no abandono progressivo de sua cultura e conseqüente incorporação da cultura mais impositiva. Foi desta forma analítica que o antropólogo Darcy Ribeiro estudou as populações indígenas brasileiras, estabelecendo num *continuum* as etapas - categorias - por que passou - ou percorreu - seu processo de aculturação, sendo elas: a) isolados; b) contato intermitente; c) contato permanente; d) integrados. Nesse último caso é que estariam as populações indígenas que nos dias atuais pouco ou quase nada conservam da cultura tradicional, por força do tempo, da intensidade e das características do contato estabelecido com a sociedade maior. Uma crítica que se faz a essa linha culturalista de análise é que no resultado dos estudos não se percebe a preocupação de estudar de modo consistente as relações de contato como elementos de algo maior, que seria um sistema interétnico tido - ou tomado - como o foco principal do processo de mudança desencadeado pelo contato; enfim, estudar o “sistema intercultural” como uma unidade com um grau relativo de autonomia. Por tal posição teórica, o sistema interétnico seria aquele sistema formado pela relação de duas populações dialeticamente unificadas através de interesses diametralmente opostos, ainda que interdependentes, por paradoxal que pareça, mas cujas relações que se formam significam mais do que mera cooperação, competição e conflito entre as sociedades nelas envolvidas; em verdade, trata-se de uma oposição - contradição mesmo - entre os sistemas societários em interação, que passam a constituir subsistemas de um todo mais inclusivo, o sistema interétnico. Desse modo, haveria entre tais subsistemas e o sistema inclusivo a mesma correspondência lógica que mantém entre si as classes sociais e a sociedade global, podendo, da mesma forma, analisar a situação de contato étnico como uma fricção interétnica, equivalente lógica das lutas de classes. Os mecanismos sociais inerentes à situação de contato, inseridos na integração social como processo responsável pela constituição do sistema interétnico, são operados em três níveis: a) econômico; b) social; e c) político. Para tentar avaliar o *potencial de integração* das populações envolvidas no sistema interétnico, diagnóstico da situação e prognóstico do seu desenvolvimento, é necessário a consideração conjunta desses três níveis. No nível econômico, o grau de dependência de cada subsistema diante dos recursos postos ao seu alcance pelo subsistema oposto; no nível social, avaliação da capacidade dos diferentes grupos em contato manterem um mínimo de organização suscetível de mobilizar seus componentes e de orientá-los a *fins*; no nível político, a análise deve se dirigir ao sentido de identificação dos *meios* escolhidos pelos diferentes grupos em contato, no sentido de alcançarem os fins propostos, incluindo a manipulação da autoridade e do poder (com as diferentes modalidades de uso da força). In: ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. São Paulo; Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 1995, v. 12.

²⁵⁶⁴ ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA. Lisboa: Editorial Verbo, 1970, v.10.

No domínio da sociopsicologia a integração social relaciona-se aos fenômenos da delinquência e da marginalidade social, em especial com as crianças com deficiências ou insuficiências mentais e seu direito de participar integrado na vida social. Assim, neste último caso, a integração seria um processo sócio-educativo que visa a inserção harmoniosa das crianças deficientes – insuficientes – mentais na dinâmica e processo do coletivo social, formando um todo social que evolui à mobilidade – especialmente considerando o aspecto do direito à formação profissional e do direito ao trabalho – e ao aperfeiçoamento, uma educação voltada para desenvolver a pessoa – desenvolver as suas potencialidades – para a integração social. Tal fato implica que a psicologia, a sociologia, a filosofia social, a sociedade civil organizada e a política produzam saberes e ações concretas – programas pedagógicos, criação de associações e instituições especiais, políticas de incentivos, etc. – para atender a problemática integrativa do insuficiente ou deficiente.²⁵⁶⁵

No plano conjunto da política e da economia, a integração econômica refere-se a um processo ou a uma situação de combinação de economias nacionais separadas em regiões econômicas mais vastas, em que todos os impedimentos à livre troca de bens – e serviços – foram eliminados – abrangendo grande parte das atividades produtivas econômicas –, e em que são estabelecidos determinados elementos de cooperação e coordenação entre as nações que as compõem. O termo divulgado por Bela Balassa em 1962, refere-se, desta forma, a integração econômica de Estados, contraposta à integração dentro de uma nação ou à integração global mundial.²⁵⁶⁶

A integração política, sob ponto de vista da teoria dos sistemas, é a capacidade de uma unidade – ou de um sistema – para se manter a si mesmo face a desafios internos e externos;

²⁵⁶⁵ POLIS: ENCICLOPÉDIA VERBO DA SOCIEDADE E DO ESTADO. Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo, 1985, v. 3.

²⁵⁶⁶ POLIS: ENCICLOPÉDIA VERBO DA SOCIEDADE E DO ESTADO. Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo, 1985, v. 3. Para fins analíticos as formas principais de integração são: a) associações de livre-comércio; b) zonas de livre comércio; c) uniões aduaneiras; d) mercados comuns; e) uniões econômicas. Nas associações de livre comércio os Estados partes decidem estabelecer listas comuns nacionais com preferências tarifárias entre si; nas zonas de livre comércio os Estados partes procuram eliminar todas as barreiras tarifárias e não tarifárias que impeçam a livre troca de bens e serviços entre si, sujeitando-se a um regime de origem, a fim de se protegerem dos produtos e serviços vindos de fora do bloco; nas uniões aduaneiras, os Estados partes decidem manter a zona de livre comércio, acrescido de uma política comercial externa comum através de Tarifas Externas Comuns (TEC) para o bloco; nos mercados comuns, os Estados partes decidem manter a zona de livre comércio, mais a união aduaneira, e decidem a livre circulação dos fatores de produção – trabalho, bens, pessoas, capital e serviços – entre si; nas uniões econômicas os Estados partes decidem manter a zona de livre comércio, a união aduaneira, o mercado comum, mas com a coordenação e unificação das políticas monetárias, fiscais, econômicas e sociais dos Estados. Essa experiência de integração econômica se verificou – e ainda se verifica – em todo o Planeta, mesmo num passado recente entre os Estados pertencentes ao antigo bloco comunista. In: POLIS: ENCICLOPÉDIA VERBO DA SOCIEDADE E DO ESTADO. Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo, 1985, v. 3; e OLIVEIRA, Odete Maria de. **União européia: processos de integração e mutação**. Curitiba: Juruá, 1999.

mais especificamente, é o processo de alteração das relações de poder que permite conservar ou aumentar a capacidade de sobrevivência do sistema, ou qualquer aumento da capacidade de decisão das instituições comuns e de um dado sistema político. As definições de integração política variam conforme o âmbito onde será aplicado, qual seja, processo de integração de caráter nacional, internacional-regional e internacional-global.²⁵⁶⁷

Por outro viés, a integração política pode ser trabalhada racionalmente sob aspectos nacional e internacional, e inserindo-se elementos históricos importantes sob ponto de vista analítico; assim sendo, a integração pode ser considerada – em sentido bem amplo – como a superação de divisões e rupturas e a união orgânica entre os membros de uma organização, trazendo, assim, uma idéia de corpo ou organicidade como produto final do processo

²⁵⁶⁷ POLIS: ENCICLOPÉDIA VERBO DA SOCIEDADE E DO ESTADO. Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo, 1985, v. 3. No âmbito nacional, entende-se normalmente por integração política o processo pelo qual qualquer sistema ou unidade consegue assimilar ameaças externas que estariam em vias de se organizar e de constituírem um anti-sistema – ao estabelecido; no âmbito internacional a integração política corresponde à formação de um novo sistema institucional a partir de dois ou mais sistemas previamente existentes; noutros termos, poderá definir-se como a formação de uma comunidade política por via da união de duas ou mais comunidades políticas. A literatura mais especializada sobre integração internacional tem se preocupado com os processo regionais. E. B. Haas, em 1958 definia a integração política internacional regional como o processo pelo qual atores políticos atuando em cenários nacionais diferentes vão transferindo para um novo centro – cujas instituições detém ou reclamam jurisdição sobre os Estados pré-existentes – as suas lealdades, expectativas e atividades políticas, sendo o resultado final de um processo de integração política é a formação de uma nova comunidade política que vem sobrepor-se às preexistentes. K. Deutsch apresentou uma definição de integração política que também pode aplicar-se em nível nacional, que é a obtenção, dentro de um dado território, de um “sentido de comunidade” e de instituições e práticas suficientemente fortes e difundidas entre as suas populações, para serem capazes de assegurar, por um longo tempo, expectativas críveis de mudanças pacíficas. Já L. N. Lindberg definiu a integração política como sendo um processo pelo qual as nações renunciam ao desejo e à capacidade de conduzirem as suas políticas externas e as principais políticas internas independentemente uma das outras, procurando, antes, tomar decisões comuns ou delegar o poder de tomada de decisão em novos órgãos centrais. Ainda sobre a temática da integração internacional regional, as principais escolas teóricas dedicadas ao problema são: a) federalista; b) funcionalista e neofuncionalista; c) teoria ou análise empírica das comunicações. A Escola Federalista é centrada no caráter institucional criado na integração, procurando defender uma visão integracionista que colocasse em primeiro lugar a cultura e a política como motores do processo, e em segundo plano a economia. A Escola Funcionalista e Neofuncionalista é centrada no caráter estrutural-funcionalista ou sistêmica, enxergando o processo de integração como um processo de evolução, onde passo a passo seria construída uma integração política entre Estados, regra geral partindo dos interesses internacionais em torno do campo econômico para alcançar o estágio superior de integração no campo político; enfim, uma estratégia de longo prazo de natureza gradual mas que revelou os limites de análise através da confrontação empírica dos postulados funcionalista que não explicaram os altos e baixos dos processos de integração, não se mostrando correspondência entre avanços e recuos no processo de integração política e o desenvolvimento ou atraso de certas necessidades funcionais do mesmo, e ao mesmo tempo em que se identificou a importância capital de um fator estritamente político para mover o processo. A Escola da Teoria das Comunicações é centrada na procura da identificação e inventário dos diversos fluxos de transações entre as diferentes unidades envolvidas na integração – que, por exemplo, podem ir desde as transações comerciais e os movimentos de capitais, até os fluxos de correspondência e movimentos turísticos – e que a partir da escolha desta enorme massa de informações procurava construir índices que permitissem a formulação de hipóteses empíricas de forma a elaborar, ao final, uma teoria operacional que era orientada para a medida do próprio processo de integração; entretanto, é de observar-se que os resultados obtidos nem sempre corresponderam ao volume de informações e ao refinamento dos metidos empregados. In: POLIS: ENCICLOPÉDIA VERBO DA SOCIEDADE E DO ESTADO. Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo, 1985, v. 3.

integrativo, implicando uma visão mais profunda de união entre as partes integradas. Aqui, o Estado-nação seria o produto atual mais bem acabado desse processo em movimento.²⁵⁶⁸

Como é possível observar, o termo integração, oriundo da biologia, química, matemática²⁵⁶⁹ e economia industrial, designa fusão recíproca e equilibrada de elementos que

²⁵⁶⁸ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PAQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 9. ed. Brasília: UnB, 1997, v. 1. O nível de integração dependerá dos setores específicos que se leva em consideração; pode-se ter uma alta integração jurídica e econômica junto com uma baixa integração política, observando-se que normalmente a integração econômica e a jurídica são condições que favorecem a integração política. Observa-se, também, que quando o poder político é o motor da integração, seus primeiros atos são voltados para promover a integração jurídica e econômica. Verifica-se, na prática e teoricamente, que não é possível estabelecer uma certeza *a priori* de qual dos setores – passíveis de envolvimento mais estreito num sistema político-econômico-social – é preciso alcançar uma integração mais estreita ou mais rápida, a fim de atingir uma integração mais elevada que abarque todos os demais outros setores. Uma tentativa de tal envergadura precisa ser baseada numa análise contextual da estrutura interna da(s) sociedade(s) envolvidas(s) no processo de integração. A integração política se confunde com a unificação nacional e supranacional, mas é preciso não confundir integração com unificação, pois um Estado ou uma organização pode ter caráter unitário mas baixo índice – nível – de integração. O nível de integração poder ser mensurado por três parâmetros: a) uma organização é tanto mais integrada quanto mais consegue controlar os instrumentos coercitivos e impor a observância das normas e dos procedimentos dela emanados; b) é tanto mais integrada quanto mais controla as decisões relativas à distribuição de recursos; c) pé tanto mais integrada quanto mais constitui o centro de referência e de identificação dominante para os membros da própria organização. Quanto ao alcance da integração, isso dependerá do número de áreas que os vários componentes da organização interagem habitualmente e da intensidade das interações. Quanto à probabilidade de sucesso da integração, isso dependerá de uma certa homogeneidade cultural dessas unidades a serem integradas, como elemento decisivo para que tenha início ao processo, mas insuficiente para fazer progredir a integração a níveis mais elevados. Observa-se que uma vez iniciado o processo são a quantidade e a qualidade dos benefícios atingíveis pela organização que vão impulsionar os vários membros a fundir suas energias para conseguir níveis mais altos de integração. Além dos benéficos econômicos e simbólicos a integração necessita de elites e objetivos dinâmicos para o seu constante impulsionamento. Como tipologia da integração, é possível esboçar três tipos históricos: a) integração territorial; b) integração nacional; e c) integração social. A integração territorial visa o poder de controle de um grupo sobre a totalidade de um dado território antes fracionado, modalidade bastante identificada com a construção de um Estado, e pode se dar através da conquista, fusão e irradiação. A integração nacional trata-se da construção de uma identidade comum a todos os grupos étnicos, lingüísticos, religiosos e regionais, a fim de que se sintam partes da mesma comunidade política, modalidade bastante identificada com a construção da nação, e buscando alcançar o consenso sobre alguns valores mínimos fundamentais, em especial sobre procedimentos para solução de conflitos. Já a integração social refere-se à superação da distância entre elites e massas, entre governantes e governados, onde o problema da comunicação entre eles se torna importante, mas mais significativo ainda é a atitude das elites em relação às massas e a sua disponibilidade de recursos econômicos e simbólicos. Por fim, constata-se que os Países do Terceiro Mundo é influenciada pelas atividades das grandes potências neocoloniais e pelas empresas transnacionais. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PAQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 9. ed. Brasília: UnB, 1997, v. 1.

²⁵⁶⁹ Na matemática, sobre integração, veja-se o cálculo diferencial e integral. A aritmética, a álgebra, a geometria euclidiana, as trigonometria, a geometria analítica e os diversos tipos de funções matemáticas, constituem grande parte do que se pode considerar como objeto de estudos da ciência matemática tradicional, e foram praticamente predominantes, satisfazendo as demandas requeridas, conforme um padrão estabelecido de racionalidade científica; entretanto, a partir do século XVII, o desenvolvimento da ciência impôs novos desafios aos matemáticos, de tal modo que aprofundaram a sua ciência e acabaram criando ou descobrindo o cálculo infinitesimal – ou diferencial – exercendo uma influência decisiva, não só para a ciência matemática, mas também inclusive para as ciências naturais. O cálculo infinitesimal – tal qual a geometria euclidiana – marca toda uma época do pensamento humano. Foram problemas estabelecidos pelo desenvolvimento das ciências em geral – especialmente a física – que impulsionaram para uma outra dimensão, mais extensa, os conhecimentos matemáticos que por séculos estavam estabelecidos como suficientes, até então, para dar conta dos problemas humanos. Assim, por exemplo, suplantando a medição de movimentos simples ou lineares, como medir o movimento de um objeto que se move a uma velocidade e aceleração variável no tempo e no espaço? Ou, diferentemente, sabendo-se a aceleração – variável – de um objeto em cada instante, como medira a velocidade e o espaço percorrido num dado momento? Como calcular a distância máxima e mínima de um planeta em relação

constituem um sistema, distinguindo-se – por esse ponto de vista mais estrito – de coordenação, adaptação e assimilação, sendo que, extrapolando para o âmbito das ciências humanas, passou a ser usado na análise dos sistemas sociais e nos estudos dos fenômenos culturais.²⁵⁷⁰ No plano prático das ações sociais, verifica-se a manifestação do fenômeno da integração desenvolvendo-se em diversas dimensões dentro do espaço social da educação,²⁵⁷¹ dos negócios e administração empresarial,²⁵⁷² da área da saúde pública,²⁵⁷³ da área

ao sol, ou de um planeta em relação a outro? Como calcular o volume da Terra? Enfim, esses e muito outros problemas emergiram junto com o desenvolvimento das ciências, e necessitaram novos ferramentais matemáticos para auxiliar na busca das respostas requeridas pelos novos problemas se colocava ao investigador. O cálculo diferencial, nasce para dar respostas a esses problemas, sendo que o cálculo integral procura complementar a busca de solução desses problemas na ordem matemática. In: KLINE, Morris. **Matemáticas para los estudiantes de humanidades**. México: Fondo de Cultura Económica, 1998, p. 367-8 e 389.; FLEMMING, Diva Marília; e GONÇALVES, Mirian Buss. **Calculo A: funções, limite, derivação, integração**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Makron; Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992. 617 p.; TAYLOR, Angus Ellis. **General theory of functions and integration**. New York: Blaisdell, 1965. 437 p.; DESCOMBES, Roger. **Integration**. Paris: Hermann, 1972. 207 p.

²⁵⁷⁰ POLIS: ENCICLOPÉDIA VERBO DA SOCIEDADE E DO ESTADO. Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo, 1985, v. 3.

²⁵⁷¹ ARAÚJO, Maria Cristina P. de (org.). **Animais no meio ambiente: integração-interação**. Ijuí; Ed. da Unijuí, 1989. 144 p.; FEIL, Iselda Terezinha Sausen. **Alfabetização: um desafio novo para um novo tempo**. Petrópolis: Vozes; Ijuí: Unijuí, 1983. 188p.; PRZYBYLSKI, Edy. **A supervisão escolar: a integração e o aprimoramento do professor**. Porto Alegre: Sagra, 1977.; SILVA, Franklin Leopoldo e; ROMÃO, José Eustáquio; TRAGTEMBERG, Maurício; e MARRACH, Sonia Alem. **Conciliação, neoliberalismo e educação**. São Paulo: Annablume; Ed. da Unesp, 1996.; MANTOAN, Maria Teresa Eglér *et alii*. **A integração de pessoa com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnom; Senac, 1997.; BENÍTEZ, Luiz Bráulio Farias. **A burocracia, o direito e a educação formal: requisitos para a integração social**. 1996. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.; ABREU, Ivonisa Maria Castagna de. **Significado do controle da produção científica na universidade: o caso da UFSM**. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Maria, 2001.; MACHADO, Nelson Santos. **O relacionamento entre estrutura, poder e estratégia em organizações universitárias: a criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina**. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.; BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993. 142 p.; MACKAY, Ana Paula Machado Goyano. **Atividade verbal: processo de diferença e integração entre fala e escrita**. São Paulo: Plexus, 2000. 164 p.; BRASLAVSKY, Cecília (org.). **Aprender a viver juntos: educação para a integração na diversidade**. Brasília: Unesco; Ibe; Sesi; UnB, 2002. 146 p.; CAMPBELL, Jack (org.). **Construindo um futuro comum: educando para a integração na diversidade**. Brasília: Unesco, 2002. 264 p.; URIARTE, Oscar Ermilda; e GHIONE, Hugo Barretto (coords). **Formación profesional en la integración regional**. Montevideo: OIT; Cinterfor, 2000. 364 p.; TEIXEIRA JÚNIOR, Antonio de Souza *et alii*. **Desafios da educação no século XXI: integração regional, ciência e tecnologia**. Brasília: ABM; ABQES, 1995. 178 p.; LOPES, Alice Casimiro; e MACEDO, Elizabeth (orgs.). **Disciplinas e integração curricular: histórias e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 224 p.; FAZENDA, Ivani Catarina Arante. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** São Paulo: Loyola, 1993. 112 p.

²⁵⁷² SIMPÓSIO INTEGRAÇÃO INDÚSTRIA-UNIVERSIDADE PARA AUTOMAÇÃO: EXPERIÊNCIAS DE ISRAEL E DO BRASIL, 1991, Anais. São Paulo: Epusp; Technion; Fiesp/Ciesp, 1991.; LAWRENCE, Paul R.; LORSCH, Jay W.; GARRISON, James S. **As empresas e o ambiente: diferenciação e integração administrativas**. Petrópolis: Vozes, 1973. 300 p.; MATOS, Francisco Gomes de. **Integração na empresa**. Rio de Janeiro: CEDEG; TORRES JR., Alvair Silveira. **Integração e flexibilidade: o novo paradigma nas organizações**. São Paulo: Alfa-Omega, 1994; SILVA, Carlos Alejandro Nome. **Transporte hidroviário urbano de passageiros para a região metropolitana de Florianópolis: planejamento e integração**. 2002. Dissertação (Mestrado em engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.; CAPANEMA, Ivana Fontanive. **Ambiente para construção de**

tecnológica da informação,²⁵⁷⁴ da compreensão e evolução da sociedade local-regional e nacional,²⁵⁷⁵ da área do meio ambiente,²⁵⁷⁶ da específica área da ciência político-jurídica,²⁵⁷⁷ da área da literatura,²⁵⁷⁸ da área da comunicação,²⁵⁷⁹ entre diversas outras mais.

sistemas especialistas em tempo real para a Itaipu Binacional. 1999. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.; SANTOS, Reinaldo dos. **Análise da estrutura de *governance* e do processo de cooperação da rede de fornecedores-parceiros da Renault do Brasil S/A.** 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.; ALPERSTEDT, Graziela Dia. **Adaptação estratégica em organização universitária:** um estudo qualitativo na Universidade do Sul de Santa Catarina. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.; COSTA, Bertoldo Silva. **A sociedade catarinense e o lixo:** resíduos sólidos; proposta de um modelo de gestão. 2002. Dissertação (Mestrado em engenharia Ambiental) – Curso de Pós-Graduação em engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.; JAVIER DE LUCA, Francisco. **Modelo cluster eco-industrial de desenvolvimento regional:** o pólo de mineração do carvão no sul de Santa Catarina. 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.; MOURA JÚNIOR, Armando Noé Carvalho de. **Novas tecnologias e sistemas de administração da produção:** análise do grau de integração e informatização nas empresas catarinenses. 1996. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

²⁵⁷³ ERDMANN, Alacoque Lorenzini. **A complexidade no cotidiano de um sistema organizacional de cuidados de enfermagem hospitalar.** 1995. Tese (Doutorado em Filosofia de Enfermagem) – Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.; DALL’AGNOL, Clarice Maria. **O agir-refletir nos movimentos de integração e diferenciação de uma equipe de enfermagem em relações de trabalho.** 1994. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.; 1º SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE INTEGRAÇÃO DA PESQUISA NUTRICIONAL E ALIMENTAR, 1979, João Pessoa (PB), Anais. João Pessoa: Ed. da UFPb, 1979.

²⁵⁷⁴ ROSSET, Valério. **Um modelo de autorização e distribuição de direitos de acesso sobre conteúdos digitais.** 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Curso de Pós-Graduação em Ciência da Computação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

²⁵⁷⁵ ALVES FILHO, Antonio. **Desenvolvimento de comunidade:** uma revisão crítica à luz da teoria da delimitação dos sistemas sociais. 1982. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1982.; WERLE, Denílson Luís. **Sociedade civil, mercado político e fundamentos da normatividade:** teoria da sociedade civil de Cohen a Arato e teoria da escolha racional. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.; ZURBA, Magda do Canto. **Modos de subjetivação da vida cotidiana:** um estudo na Vila Cachoeira. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.; JESUS, Samir Ribeiro de. **Trabalho-educação e dominação do trabalhador:** a formação histórica do caboclo serrano catarinense. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.; PAULILO, Maria Ignez Silveira. **A integração no sul do Estado de Santa Catarina.** 1987. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.; MILANESI, Luiz Augusto. **O paraíso via Embratel:** o processo de integração de uma cidade do interior paulista na sociedade de consumo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.; OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Urbanização e tribalismo:** a integração dos índios terêna numa sociedade de classes. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. FRÖTSCHER, Méri. **Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade:** ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950). 2003. Tese (Doutorado em História Cultural) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.; SAITO, Hiroshi; e MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil.** Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1973. 558 p.; MUSE, Benjamin. **A luta do negro americano:** dez anos de integração racial – desde a decisão de 1954 da Corte Suprema dos Estados Unidos da América do Norte. Rio de Janeiro: GRD, 1966.; FERNANDES, Florestan. **A integração dos negros na sociedade de classes:** o legado da raça branca. 3. ed. São Paulo; Ática, 1978. v. 1.; FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes:** no limiar de uma nova era. São Paulo: Edusp; Dominus, 1965. v. 2.; ORTIZ, Renato. **A morte branca**

do feiticeiro negro: umbanda; integração de uma religião numa sociedade de classes. Petrópolis: Vozes, 1978. 208 p.; BERTULIO, Dora Lucia de Lima. **Direito e relações raciais:** uma introdução crítica ao racismo. 1989. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.; MARASCHIN, Cláudio. **A objeção da consciência ao serviço militar obrigatório:** análise do tratamento jurídico da consciência humana. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

²⁵⁷⁶ CHLUDINSKI, Adriano Py. **Integração de dados oceanográficos e de sensoriamento remoto na análise espacial de águas costeiras visando a setorização da Reserva Biológica Marina do Arvoredo e Baía de Tijucas, SC.** 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.; HAUFF, Shirley Noely. **Diagnóstico ambiental integrado da bacia hidrográfica da Lagoa da Conceição – Florianópolis, SC.** 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.; ALEXANDRE, Agripa Faria. **Ambientalismo político, seletivo e diferencial no Brasil.** 2003. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

²⁵⁷⁷ WOLKMER, Antonio Carlos. **Ideologia, estado e direito.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. 207 p.; WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico.** São Paulo: Acadêmica, 1991. 152 p.; WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 215 p.; WOLKMER, Antonio Carlos. **Constitucionalismo e direitos sociais no Brasil.** São Paulo: Acadêmica, 1989. 152 p.; WOLKMER, Antonio Carlos. **Elementos para uma crítica do Estado.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1990. 64 p.; WOLKMER, Antonio Carlos; PASOLD, Luiz Cesar *et alii*. **Direito, estado, política e sociedade em transformação.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995. 186 p.; WOLKMER, Antonio Carlos. **O terceiro mundo e a nova ordem internacional.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. 96 p.; WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Fundamentos de história do direito.** 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. 432 p.; WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Direito e justiça na América indígena:** da conquista à colonização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. 242 p.; WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito no Brasil.** 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 172 p.; WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico:** fundamentos de uma nova cultura no direito. 3. ed. São Paulo: Alda-Omega, 2001. 404 p.; WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Introdução à história do pensamento político.** Rio de Janeiro: Renovar, 2003. 502 p.; WOLKMER, Antonio Carlos; e LEITE, José Rubens Morato (orgs.). **Os "novos" direitos no Brasil:** natureza e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2003. 450 p.; WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Humanismo e cultura jurídica no Brasil.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. 276 p.; WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. 386 p.; ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica:** do controle da violência à violência do controle penal. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. 336 p.; ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Dogmática jurídica:** esboço de sua configuração e identidade. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. 121 p.; ANDRADE, Vera Regina Pereira de (org.). **Verso e reverso do controle penal:** (des)aprisionando a sociedade da cultura punitiva. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002. 2 v. 216 p. 220 p.; ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Cidadania:** do direito aos direitos humanos. São Paulo: Editora Acadêmica, 1993. 144 p.; ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal máximo X cidadania mínima:** códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. 187 p.; BALTHAZAR, Ubaldo Cesar (org.). **Reforma tributária & mercosul:** a instituição do IVA no direito tributário brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. 255 p.; BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. **Princípio da legalidade tributária e decreto-lei:** o conflito doutrinário. 1983. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1983.; BALTHAZAR, Ubaldo Cesar; e PALMEIRA, Marcos Rogério. **Temas de direito tributário.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001. 190 p.; BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. **Manual de direito tributário.** Florianópolis: Diploma Legal, 1999. 89 p.; BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. **Estudos de Direito Tributário.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004. 185 p.; BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. **Textos de Direito Tributário.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004. 152 p.; COLAÇO, Thaís Luzia. **Incapacidade indígena:** tutela religiosa e violação do direito guarani nas missões jesuíticas. Curitiba: Juruá, 1999. 224 p.; DOBROWOLSKI, Sílvio. **O pluralismo e o controle dos poderes do Estado.** 1993. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.; DOBROWOLSKI, Sílvio (org.). **A constituição no mundo globalizado.** Florianópolis: Diploma Legal, 2000. 315 p.; FAGÜNDEZ, Paulo Roney Ávila. **Direito e holismo:** introdução a uma visão jurídica de integridade. 1999. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.; FAGÜNDEZ, Paulo Roney Ávila. **O direito e a hipercomplexidade.** São Paulo: LTr, 2003. 173 p.; FAGÜNDEZ, Paulo Roney Ávila (org.). **Retrato dos cursos jurídicos em Santa Catarina:** elementos para uma educação jurídica. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2002. 502 p.; FAGÜNDEZ, Paulo Roney Ávila. **Direito e taoísmo:** elementos para compreensão do sistema jurídico à

luz do princípio único universal. 2003. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.; PORTANOVA, Rogério Silva. **Informática: da tutela jurídica da privacidade ao segredo da indústria bélica.** 1987. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.; PORTANOVA, Rogério. **Qual o papel do Estado no século XXI?:** rumo ao Estado do bem estar social. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000.; PORTANOVA, Rogério Silva. **Ecologie et politique au Bresil.** 1994. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Doutorado em Antropologia e Sociologia Política, Universidade Paris VIII, Paris, 1994.; PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Mercosul no cenário internacional: direito e sociedade.** Curitiba: Juruá, 1998. 2 v. 528 p. 460 p.; PIMENTEL, Luiz Otávio. **O sistema brasileiro de proteção jurídica à tecnologia e o direito econômico.** 1993. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.; PIMENTEL, Luiz Otávio. **Propriedade intelectual e universidade: aspectos legais.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. 182 p.; PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Direito da integração e relações internacionais: ALCA, MERCOSUL e UE.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001. 704 p.; PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Mercosul, Alca e integração Euro-Latino-Americana.** Curitiba: Juruá, 2001. 2 v. 293 p. 285 p.; PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Direito da integração: estudos em homenagem a Werter R. Faria.** Curitiba: Juruá, 2001. 2 v. 420 p. 410 p.; PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Direito industrial: aspectos introdutórios.** Chapecó: Unoesc, 1994. 210 p.; PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Direito internacional e da integração.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. 1071 p.; PILATI, José Isaac. **História da colonização de Maravilha.** Florianópolis : IU/UFSC, 1991. 239 p.; PILATI, José Isaac. **O processo administrativo sanitário na Federação Brasileira.** 1989. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.; PILATI, José Isaac. **Vigilância sanitária: contribuições ao estudo jurídico e político.** 1995. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.; PILATI, José Isaac. **Teoria e prática do direito comparado.** Florianópolis: OAB/SC, 2000. 95 p.; PILATI, José Isaac. **Crônicas do Oeste e uma canção de balseiro.** Florianópolis : Imprensa Universitária, 2000. 114 p.; MEZZAROBBA, Orides. **O partido político em Marx e Engels.** Florianópolis: Paralelo 27, CPGD, 1998. 80 p.; MEZZAROBBA, Orides. **O partido político no Brasil.** Joaçaba: UNOESC, 1995. 132 p.; MEZZAROBBA, Orides. **Da representação política liberal ao desafio de uma democracia partidária: o impasse constitucional da democracia representativa brasileira.** 2000. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2000.; MEZZAROBBA, Orides. **Introdução ao direito partidário brasileiro.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003. 347 p.; MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito.** São Paulo: Saraiva, 2003. 310 p.; MEZZAROBBA, Orides (org.). **Humanismo latino e Estado no Brasil.** Florianópolis: Fundação Boiteux; Treviso : Fondazione Cassamarca, 2003. 519 p.; MINELLA, Olga Maria de Aguiar (OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de). **El contracto colectivo de trabajo en los sistemas juridicos mexicano y brasileño.** 1984. Tese (Doutorado em Direito) - Division de Estudios de Posgrado, Facultad de Derecho, Universidad Nacional Autónoma de México, 1984.; OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. **Monografia jurídica: orientações metodológicas para o trabalho de conclusão de curso.** Porto Alegre: Síntese, 1999. 125 p.; OLIVEIRA, Odete Maria de. **A questão nuclear brasileira: um jogo de mandos e desmandos.** Florianópolis: UFSC, 1989. 201 p.; OLIVEIRA, Odete Maria de. **Integração nuclear Brasil-Argentina: uma estratégia compartilhada.** Florianópolis: Ed. da UFSC; Obra Jurídica, 1996. 208 p.; OLIVEIRA, Odete Maria de. **Prisão: um paradoxo social.** 3. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. 273 p.; OLIVEIRA, Odete Maria de (coord.). **Relações internacionais & globalização: grandes desafios.** Ijuí : Unijuí, 1997. 318 p.; OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações internacionais: estudos de introdução.** Curitiba : Juruá, 2001. 297 p.; OLIVEIRA, Odete Maria de (org.); e DAL RI JÚNIOR, Arno. **Relações internacionais: interdependência e sociedade global.** Ijuí : Ed. Unijuí, 2003. 728 p.; NORONHA, Fernando. **Terceiro mundo e Brasil no Sistema Mundial de Interdependência Complexa.** 1981. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1981.; NORONHA, Fernando. **Direito das obrigações: fundamento do direito das obrigações.** São Paulo : Saraiva, 2003. 698 p.; SILVA, Moacyr Motta da. **O regime jurídico do empregado público e a administração pública federal.** 1986. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1986.; SILVA, Moacyr Motta da. **Aspectos jurídicos da carteira de trabalho e previdência social como meio de prova frente ao direito probatório.** 1996. 286 p. + anexos. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.; SILVA, Moacyr Motta da; VERONESE, Josiane Rose Petry. **A Tutela Jurisdicional dos Direitos da Criança e do Adolescente.** São Paulo: LTr, 1998. 214 p.; LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Inovações em direito ambiental.** Florianópolis: Fundação José Artur Boiteux, 2000. 253 p.; LEITE, José Rubens Morato. **Dano ambiental do individual ao coletivo extrapatrimonial.** 1999. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999; LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de

Araújo. **Direito ambiental na sociedade de risco**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 292 p.; LEITE, José Rubens Morato. **Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2 ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. 343 p.; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Acesso à justiça: a defesa dos interesses difusos da criança e do adolescente - ficção ou realidade?** 1994. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 1994.; VERONESE, Josiane Rose Petry; SOUZA, Marli Palma; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Infância e adolescência, o conflito com a lei**: algumas discussões. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001. 152 p.; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Temas de direito da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, 1997. 126 p.; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Entre violentados e violentadores?** São Paulo: Cidade Nova, 1998. 72 p.; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTr, 1999. 208 p.; VERONESE, Josiane Rose Petry; PETRY, João Felipe Correa. **Adoção Internacional e Mercosul**: aspectos jurídicos e sociais. Florianópolis: Boiteux, 2004. 280 p.; PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. **O sujeito do direito**: uma abordagem interdisciplinar. 1991. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.; FELIPE, Sônia T.; PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. **O corpo violentado**: estupro e atentado violento ao pudor. Florianópolis: Ed da UFSC, 1998. 118 p.; PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi; FELIPE, Sônia T. **A violência das mortes por decreto**: um ensaio sobre direito e psicanálise e três estudos de filmes à luz do contratualismo. Florianópolis : UFSC, 1998. 126 p.; PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. **Elementos para a compreensão da lei**: uma abordagem a partir da leitura cruzada entre direito e psicanálise. 2000. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2000.; PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi (org.). **Legalidade e subjetividade**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002. 207 p.; CADEMARTORI, Sérgio. **Estado de direito e legitimidade**: uma abordagem garantista. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. 188 p.; CADEMARTORI, Sérgio. **As dimensões jurídico-políticas do segredo**. 1990. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.; BARRAL, Welber de Oliveira (Org.). **O Brasil e a OMC**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2002. 358 p.; BARRAL, Welber de Oliveira. **A arbitragem e seus mitos**. Florianópolis : OAB, 2000. 160 p.; BARRAL, Welber de Oliveira. **A concorrência e a ordem jurídica comunitária**. 1993. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.; BARRAL, Welber de Oliveira (org.). **O Brasil e o protecionismo**. São Paulo: Aduaneiras, 2002. 272 p.; BARRAL, Welber de Oliveira. **Metodologia da pesquisa jurídica**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. 204 p.; BARRAL, Welber (org.). **Negociações comerciais multilaterais**: a Trade Promotion Authority e os interesses brasileiros. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. 304 p.; BARRAL, Welber (org.); ANDRADE, Henri Clay. **Inovações no processo civil**. Florianópolis: OAB/SE, 1999. 345 p.; BARRAL, Welber Oliveira. **Dumping e comércio internacional**: a regulamentação antidumping após a rodada Uruguai. Rio de Janeiro: Forense, 2000. 395 p.; BARRAL, Welber. **Tribunais Internacionais**: mecanismos contemporâneos de solução de controvérsias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004. 334 p.; ROVER, Aires José. **Direito, sociedade e informática**: limites e perspectivas da vida digital. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000. 244 p.; ROVER, Aires José. **Abolicionismo e americanismo em Joaquim Nabuco**: uma estética política da emancipação humana. 1991. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.; ROVER, Aires José. **Representação do conhecimento em sistemas especialistas**: o uso da técnica de enquadramentos. 1999. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999; CLÈVE, Clèmerson Merlin. **A fiscalização abstrata de constitucionalidade no direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. 298 p.; FERREIRA FILHO, Manoel Caetano. **A preclusão no direito processual civil**. Curitiba: Juruá, 1991. 128 p.; COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **A lide e o conteúdo do processo penal**. Curitiba: Juruá, 1989. 166 p.; FACHIN, Luiz Edson. **Estabelecimento da filiação e paternidade presumida**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1992. 184 p.; FACHIN, Luiz Edson. (coord.). **Repensando fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. 332 p.; FACHIN, Luiz Edson. **Elementos críticos do direito de família**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. 348 p.; MIRANDA, Custódio da Piedade Ubaldino. **Interpretação e integração dos negócios jurídicos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.; NOGUEIRA, Ruy Barbosa. **Da interpretação e da aplicação das leis tributárias**. 2. ed. São Paulo: José Bushastsky, 1974.; BONAVIDES, Paulo. **A constituição aberta**: temas políticos e constitucionais da atualidade, com ênfase do federalismo das regiões. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1996. 506 p.; MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 1992. 702 p.; MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de direito administrativo brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 1993. 484 p.; PAMPLONA FILHO, Rodolfo; e VILLATORE, Marco Antonio César. **Direito do trabalho doméstico**. São Paulo: LTr, 1997. 184 p.; ALBUQUERQUE, Leticia. **A convenção de Estocolmo sobre poluentes orgânicos persistentes**. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2003.; DORNELES, Leandro do Amaral Dorneles de. **Direito do trabalho em perspectiva**: flexibilização e descaracterização da regulação

4.1.1.3. ESBOÇO DE UMA TAXIONOMIA DA INTEGRAÇÃO SOCIAL

Um processo de integração social e humano, é um processo cultural. Nele está presente toda carga simbólica e história, antiga e recente, determinando os feitos, paradoxos e possibilidades, referentes a essa decisão social de aproximação qualitativa, e, conseqüentemente, aos sucessos e ilusões que marcarão a trajetória integrativa. Desta forma, seja em que plano social esteja sendo referida – familiar, fraterna, local, regional, nacional, internacional, etc. –, a integração é antes de tudo um fato cultural, portanto, humano, conseqüentemente, sujeito a sofrer influxos conscientes e inconscientes do que o próprio ser

tutelar do trabalhador. 1999. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.; OLIVEIRA, Cláudio Ladeira de. **A fundamentação do princípio filosófico de legitimação jurídica em Jürgen Habermas**. 2000. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2000.; AREND, Márcia Aguiar. **Capitulação penal: o poder (in)visível do ministério público**. 1998. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.; BARBOSA, Leila Carioni. **O princípio da proporcionalidade e sua relação com os princípios constitucionais da República Federativa do Brasil de 1988**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2002.; PARDO, David Wilson de Abreu. **Para uma interpretação conforme os direitos fundamentais**. 1998. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.; MARTEL, Letícia de Campos Velho. **Devido processo legal substantivo: razão abstrata, função e características de aplicabilidade – a linha decisória da Suprema Corte Estadunidense**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2005. 428 p.; MARTEL, Letícia de Campos Velho. **Devido processo legal substantivo: razão abstrata, função e características de aplicabilidade à luz da linha decisória da Suprema Corte Estadunidense**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.; HAUSER, Ester Eliana. **Modelos penais minimalistas: contribuição e limites na reconstrução da legitimidade dos sistemas penais contemporâneos**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.; CAMARGO, Monica Ovinski de. **O princípio da presunção inocência no Brasil: o conflito entre punir e libertar**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2005. 320 p.; CAMARGO, Mônica Ovinski de. **O Estado e o indivíduo: o conflito entre punir e libertar – história da presunção de inocência no Brasil (1948-2000)**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.; CORRÊA, Joseane Aparecida. **A qualificação jurídica do tempo de serviço para fins de aposentadoria do servidor público estadual e a aplicação da emenda constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.; OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. **Para uma crítica da razão androcêntrica: gênero, homoerotismo e exclusão da ciência jurídica**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.; KAKU, William Smith. **O atual confronto político-institucional da União Européia: a organização internacional e o federalismo em questão**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

²⁵⁷⁸ FERREIRA, Edda Arzúa. **Integração de perspectivas: contribuição para uma análise das personagens de ficção**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1975. 118 p.

²⁵⁷⁹ KNAPP, Karlfried; ENNINGER, Werner; e KNAPP-POTTHOFF, Annelie (orgs.). **Analyzing intercultural communication**. Berlin: New York: Amsterdam: Mouton de Gruyter, 1987. 320 p.; YOUNG, Robert. **Intercultural communication: pragmatics, genealogy, deconstruction**. Clevedon (Avon-UK): Multilingual Matters, 1996. 216 p.

humano – envolvido no processo – socialmente edificou em sua trajetória histórico-cultural coletiva, com toda carga concreta e real dos signos ou simbolismos que dão sentido e significado ao conjunto de todas ações e omissões que constituem sua realidade institucional moral e histórico-social, enfim, sua cultura e civilização.

Não é descabido, diante dos usos históricos da expressão, abrir a possibilidade de ponderar criticamente uma taxionomia tipológica,²⁵⁸⁰ em realidade, algumas breves linhas delimitadoras que identifique os diferentes processos de integração internacional sob bases mais contemporâneas de análise, tendo em vista um movimento no sentido de compreender as relações de aproximação entre os Estados – ou povos diferentes entre si, do ponto de vista histórico, cultural e civilizacional – dentro de um leque mais amplo de significação do processo integrativo, onde historicamente poder-se-ia elaborar idealmente uma identificação por etapas, ou passos que a humanidade encetou para produzir o reconhecimento de que existe um movimento no sentido de se verificar a interdependência inescapável entre os diferentes povos, a partir do modo como se verifica historicamente as diferentes formas de integração construídas pela humanidade, até alcançar o ponto ou momento que se verifica hoje – e se verificou historicamente – no Planeta, dentro da trajetória – difícil – de construir uma unidade mínima de valores e comuns a partir da diferença ou alteridade. Nessa tentativa, torna-se possível, também, estabelecer perspectivas teóricas acerca de estágios por que esteja passando a integração de diferentes povos, tendo o Estado moderno como uma etapa histórica nesse processo.

Assim, para fins desse trabalho, adota-se a tipologia das relações internacionais de integração dentro do seguinte quadro: a integração internacional é analisada histórica e culturalmente sob o marco básico – fundamental, elementar – da independência e autonomia dos povos – entenda-se, as diferentes comunidades humanas estabelecidas –, durante e após a

²⁵⁸⁰ Os tipos, como construções racional-ideais utilizados para explicar uma dada realidade, ou enquadrar uma dada realidade dentro de seus parâmetros, a fim de analisá-la em vários aspectos, até onde se aproxima do seu arquétipo ideal e das possibilidades de relações analíticas que ele comporta, foi introduzido mais sistematizados teoricamente nas ciências sociais por Max Weber. Eles são modelos teóricos de interpretação de um conjunto selecionado de fatos sociais. Evidentemente um tipo ideal não consegue comportar a complexidade toda da própria realidade que ele quer estudar, a fim de aperfeiçoá-la ou dotá-la de uma previsibilidade importante para cálculo dos meios e fins que podem ser possíveis pelos agentes – que interagem entre si numa dada realidade social – dentro desses parâmetros analíticos ideais e a própria realidade em foco; assim, um tipo ideal está sempre pressuposto a presença de uma racionalidade, ou um comportamento puramente racional dos agentes ou protagonistas envolvidos, conforme o tipo impõem. Tendo em vista que a Sociologia de Weber é voltada para compreender a interpretar a ação social, ou seja, ação que é um comportamento humano mas cujo sentido visado pelo agente depende também do seu conhecimento de como o outro se comporta – ou reage – diante de certos gestos ou comportamentos, os tipos ideais contribuem para racionalizar compreensivamente e interpretar objetivamente a ação orientada de maneira racional para seu fim, praticado num dado grupo social, conforme a cultura e racionalidade desse grupo social. Assim, para a dominação social legítima, o autor alemão identifica três tipos ideais: a) racional; b) tradicional; c) carismática. Sobre o assunto vide: WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: UnB, 1994, v. 1.

finalização do seu processo interno de integração – também traduzido mais modernamente pelo marco da soberania.²⁵⁸¹ Também é aqui considerado que integração é, antes de tudo, uma realidade de fato, que pode existir sob forma não jurídica ou formalmente estabelecida, e se sucede tanto em tempo de paz quanto em tempo de guerra – ou épocas de exceção política. Apesar do emprego da expressão “internacional” ser mais precisamente empregada após a instituição do Estado-nação, aqui ele está sendo adotado para um emprego mais abrangente, podendo designar comunidades humanas antigas – duas ou mais – que não estavam constituídas político-juridicamente como a modernidade impôs, mas que existiam enquanto tais, a ponto de realizarem um processo de integração, conforme suas singulares histórias, culturas e circunstâncias permitiram.

A integração internacional é um processo movido por ação humana que necessita ser analisada conforme todos os aspectos – matérias, simbólicos, políticos, econômicos, culturais, históricos, contextuais etc. – onde deu certo ou fracassou, junto com as comunidades envolvidas, a fim de extrair saberes que possam ajudar a compreender as diferentes formas de aproximação entre grupos de pessoas diferentes entre si culturalmente. Hoje, provavelmente como ontem, as dificuldades – ou facilidades – enfrentadas pelos processos em curso residem nos interesses eleitos e nas mentalidades determinantes sobre o alcance e profundidade da união perseguida, a idéia dos ganhos e perdas que cada partes têm do resultado final da integração, bem como os medos, temores e desconfianças envolvidos. Mesmo o uso da violência, revela ser um caminho ou alternativa terminal e simplificado – espécie do gênero “solução final” – para se alcançar algo que pela via democrática é tortuoso e abundante de dificuldades. De qualquer forma, dentro de uma análise de longa duração – dentro de um contexto temporal mais abrangente –, é possível intuir que o que se alcança ou se alcançou nesta seara revela um momento, uma etapa, que está a mostrar um movimento em direção a processos mais profundos de aproximação e união entre diferentes povos.

²⁵⁸¹ Parte-se do princípio, nesta análise, de que uma dimensão e grau de sentimento social de autonomia e independência sempre estiveram presentes nos agrupamentos humanos, ou acabou se estabelecendo dentro do grupo, até mesmo para estimular a edificação de uma identidade comum – comunitária – entre os membros de cada coletivo humano. Tal sentimento, seria aquele longamente edificado, e que sobreviveria apesar de, por exemplo, circunstâncias factuais de subjugação à força – violência – de uma comunidade à outra. Uma integração, portanto, pode se dar por acordos – formais ou não – e/ou pelo uso da violência. Não se desconhece que, por exemplo, impérios existem desde tempos remotos, e que é uma forma de realizar uma integração social; o uso da força ou os acordos estabelecidos, para criar um tipo novo de civilização mais extensa que uma originariamente existente, é feito histórico, que deixaram – e ainda deixam – seqüelas culturais marcantes dentro dos povos envolvidos em tais processos. Mas nem por isso, deixaram de ser exemplos de processos históricos de integração. Para se compreender um pouco mais acerca do sentido de identidade social que está relacionado a existência num agrupamento humano de caráter mais duradouro e constante, remete-se ao verbete “identidade”, e as explicações trazidas pelos dicionários que seguem: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom; et alii. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 369 e segts.; DORON, Roland; e PAROT, Françoise. **Dicionário de psicologia**. São Paulo; Ática, 1998, p. 403 e segts.

Daí, diante do estágio atual dos diferentes processos integrativos entre povos diferentes, é possível dessumir a ocorrência de cinco modelos – categorias – básicos de integração,²⁵⁸² com base na cultura e civilização ocidental: a) violenta; b) cooperativa; c) fundacional; d) supranacional; e um modelo e) desintegrativo; neste último caso, revelando que o processo de integração é antes de tudo um fenômeno formal, encerrando em si um conteúdo aberto, e que, conforme os usos práticos que se fizer dele, pode até prejudicar ou causar mal às sociedades atingidas por esse processo, que é possível denominar-se como desintegrativo;²⁵⁸³ enfim, nesse último tipo indicado convergiriam elementos de análise da antítese do processo maior de intercâmbio, inter-relacionamento e interdependência recíproca e construtiva de bem-estar nas comunidades interessadas. De qualquer forma, cada modelo significaria um tipo específico de integração quanto ao alcance e profundidade do processo, suas características principais, técnicas administrativo-jurídicas empregadas, não implicando necessariamente que é homogêneo o comportamento integrativo das diferentes realidades fáticas enquadradas para análise num dado modelo, mas que seu “produto final” – e respectivo processo desenvolvido – permite ilações e relacionamentos teóricos fecundos para compreender melhor o sentido, alcance, extensão e profundidade, tanto do processo histórico-cultural subjacente, quanto dos usos específicos que resulta do processo, com seus ganhos e perdas.

Enquadrar uma realidade num dos modelos não significa enrijecê-lo nessa categoria de uma vez por todas dogmaticamente, mas verificar que há um comportamento médio presente nos diferentes protagonistas e elementos significativos desse tipo ideal de integração, cuja racionalidade é dada por uma construção coletiva – consciente e inconsciente – de seus próprios agentes, conforme a cultura dominante – ideologia hegemônica – entre eles, sendo que isso marcará os meios e fins que podem ser estipulados, ou empregados racionalmente, numa dada forma de integração compartimentalizada teoricamente. Entretanto, algumas análises fecundas poderão ser daí estabelecidas, com os elementos significativos que compõem cada quadro integrativo modelar, a fim de estabelecer relações heurísticas

²⁵⁸² A criação e especificação teórica completa, exaustiva e precisa de uma tipologia dos modelos de integração é objeto de uma tese específica. Neste trabalho é proposto apenas um esboço do que poderia ser a edificação dessa tipologia, entretanto, para o autor serve como referência inicial para pensar os diferentes tipos sociais de integração já desenvolvidos pela cultura ocidental. A inserção deste tópico no trabalho, é devida a uma arguta observação – entre outras mais – do Prof. Dr. Rogério Silva Portanova, que sugeriu uma abordagem sobre o tema.

²⁵⁸³ Sobre o assunto, vide o plano internacional, encorajado pelos Estados Unidos, e executado por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, denominado Operação Condor, uma aliança secreta entre os governos dos Estados citados, para perseguir e capturar supostos terroristas, e que resultou em tortura e morte de aproximadamente 30.000 pessoas latino-americanas. DINGES, John. **Os anos do condor**: uma década de terrorismo internacional no cone sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 448 p.

pertinentes que contribuem para melhor compreender este fenômeno humano, a fim de ajudar a sua evolução e aperfeiçoamento a bem dos povos envolvidos – vale dizer, o conjunto de toda população e não apenas de uma parcela diminuta dela.

Por isso, é preciso reconhecer aqui que, sob determinado ponto de vista, admite-se que não se está inovando teoricamente sobre integração, haja vista que a teoria das organizações internacionais e a teoria do Estado são recepcionadas para explicar muitas das características de cada modelo, bem como uma dada etapa de todo um processo em curso histórico, entretanto, o diferente – ou novo – seria a forma de abordagem que se faz, unificando em torna da expressão “integração” – e sua antítese –, diversos fenômenos que foram estudados contextualmente e isoladamente, e que agora podem e devem ser enquadrados dentro da categoria genérica dos “processos de integração” de diferentes comunidades humanas e seus diferentes estágios alcançados.

A integração de comunidades humanas evolui – não confundir com progresso – conforme contextos históricos específicos – singularidade e variedade –, mas também conforme o comportamento de suas elites políticas e econômicas – não importa em que grau de “sofisticação” e diferenciação elas existem nas comunidades envolvidas –, e os interesses em questão. Assim, sinteticamente, uma integração violenta, é aquela que um povo – ou um conjunto unido de diferentes comunidades – usa a força para subjugar outro(s) povo(s), com o intuito de ampliar a extensão de uma dada civilização, conforme todos os ganhos materiais e simbólicos que essa ampliação traz como benefícios ao(s) grupo(s) dominador(es). Não importa o tempo que dure esse tipo de integração – ou subjugação – o fato é que, regra geral, não existe o extermínio do(s) povo(s) dominado(s) pelo(s) dominador(es), de tal forma que a incorporação das novas gentes é físico-geograficamente uma assimilação – anexação – de espaço com todos os seus meios sócio-materiais de vida, e sócio-culturalmente uma coexistência da diferença com o predomínio fundamental da cultural dominante – naquilo que é mais diretamente ligado aos fins fundamentais da anexação. A teoria do imperialismo, desde os exemplos mais antigos, aos mais recentes, aqui é recepcionada para explicitar melhor os elementos de análise pertinentes, a fim de compreender esse fenômeno social.

A integração em sua fase cooperativa, caracteriza-se dentro do grande espectro de um primeiro passo voltado para inter-relacionar povos fundado num motivo de interesse comum – ou vários motivos – e que seja necessário para dois ou mais Estados, povos ou comunidades, podendo ter caráter duradouro – permanente – ou por tempo delimitado. Aqui há um respeito pela autonomia e independência de cada comunidade, podendo a autonomia ceder em prol da integração. Desta forma, a atual teoria das organizações internacionais seria recepcionada aqui

para explicar o fenômeno mais modernamente, após a constituição específica de uma sociedade política que é o Estado. Para explicar os fenômenos mais antigos, as teorias civilizacionais poderiam contribuir para entender o fenômeno.

A integração em sua fase fundacional é aquela onde há, ao final, a constituição de um ente político único que angaria todas as lealdades das comunidades envolvidas em sua constituição, regra geral levando a instituição de um Estado soberano, autônomo e independente. São formadas instituições únicas – que podem existir no plano local e nacional – e um sistema legislativo, administrativo e jurídico comum a todos. O caráter de sua existência é sempre permanente. A atual teoria do Estado seria recepciona aqui para explicar as características principais desse modelo de integração e seu estágio final. Dentro da tipologia de integração aqui sendo adotada, esse estágio corresponderia a uma etapa avançada de inter-relacionamento, intercâmbio e interdependência de comunidades.

A integração em sua fase supranacional²⁵⁸⁴ é atualmente a forma mais complexa de integração existente, pois, ao mesmo tempo em que respeita a independência e a autonomia dos Estados, requer a transferência – ou delegação – de forma praticamente irreversível de competências soberanas dos seus membros estatais para um novo ente supranacional criado, passando a ser esse novo ente o gestor dos interesses de todos os seus membros naquilo que lhe foi transferido ou delegado. Isso significa que, nesse processo complexo de integração, ao mesmo tempo em que se preserva a existência – diga-se aqui, soberana – dos Estados membros, há um novo órgão, presente acima dos Estados – supranacional –, que acaba gerenciando com autonomia – mas não independência – as competências recebidas. Não há criação de um ente político que angarie plenamente todas as lealdades dos Estados envolvidos no processo, tal qual na integração fundacional, mas também é certamente um aprofundamento da integração meramente cooperativa.

A desintegração é antítese da integração e quer designar aqui todos os processos internacionais havidos, formais ou não e que redundaram em extermínios de povos e comunidades, etnias, raças, oponentes políticos e ideológicos, encetado por um conjunto de

²⁵⁸⁴ Supranacionalidade é categoria relacionada com a soberania – esta entendida aqui nas suas duas facetas manifestativas de independência e autonomia –, e quer significar a transferência – ou delegação como aponta uma parte da doutrina – de competências soberanas, no caso, uma diminuição da autonomia dos Estados envolvidos, em favor de um ente superior aos Estados e que passará a gerir os interesses comuns em nome de todos, observando-se que suas normativas e decisões cumprirão três requisitos: a) primazia; b) aplicabilidade direta; c) efeito direto. Assim, haveria uma relação vertical de subordinação entre os Estados para com a Instituição supranacional criada. Para compreender melhor a questão da soberania e supranacionalidade, vide: QUADROS, Fausto de. **Direito das comunidades européias e direito internacional público**: contributo para o estudo da natureza jurídica do direito comunitário europeu. Lisboa: Almedina, 1991. 542 p.; STELZER, Joana. **União européia e supranacionalidade**: desafio ou realidade?. Curitiba: Juruá, 2000. 198 p.

diferentes elites, detentores do poder e autoridade numa dada – ou sobre uma dada – sociedade, e que se unem junto a uma causa comum que ofende os interesses mais próximos e mesmo duradouros do povo subjugado. Aqui, por paradoxal que seja, historicamente verifica-se que uma integração de qualidade cooperativa desenvolveu-se entre elites, inclusive governamentais, para produzir, em tempo de paz, guerra ou exceção política, atrocidades contra a humanidade de onde eles emergiram como protagonistas privilegiados, humanidade que foi a causa direta de sua elevada posição social, e que direta ou indiretamente foram responsáveis para a elite ser detentora de grande força e poder de reprodução dos meios de vida social – econômico e político. Mas essas elites utilizam o poder contra o próprio povo.

4.1.1.4. INTEGRAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL

A integração, portanto, é um fato social humano, que se desenvolve nas mais diversas dimensões de sua existência individual e coletiva, não importa o grau de cultural – civilizacional – de complexidade que as relações sociais se dêem e se realizem no mais amplo aspecto. Integração é também idealmente tornar íntegro – inteiro, completo – alguma coisa, entretanto, a busca dessa idealidade é sempre uma constante indefinida, pelo próprio caráter arbitrário daquilo que se busca, portanto, tornando a ação integrativa um processo contínuo em transformação, ditado pelas gentes, seu espaço e circunstâncias – ou momento – que se vive, com todas suas imposições e desafios próprios de uma época.

É no campo econômico que a expressão integração adquire uma conotação muito significativa, uma vez que nessa esfera de manifestação social e cultural humana estão presentes as condições materiais de sobrevivência de uma comunidade, portanto, a garantia de reprodução material de seu modo de vida a existência. Desta forma, após a criação da figura social do Estado, um espaço geográfico – um território – fixou-se como delimitação interna das preocupações coletivas voltadas para garantir o bem-estar existencial de um conjunto definido de gentes, vinculadas político-juridicamente entre si, a esse território, e voltados institucionalmente para garantir seu próprio bem-estar coletivo. Essa configuração estatal de organização de coletividades implicou a necessidade de ordenar racionalmente – pelo menos a melhor racionalidade que a sua própria civilização concebeu para ser usada por todos e para

todos – seus recursos materiais e humanos, votados para – em seu sentido mais fundamental – manter e reproduzir a existência e cultura da comunidade.²⁵⁸⁵

A criação do Estado foi uma invenção da civilização européia ocidental e multiplicou-se pelo Planeta; antes desses entes formais jurídico-políticos serem concebidos, as relações entre diferentes comunidades se estabeleciam de acordo com as regras institucionais sociais permitidas até então, daí o ofício da diplomacia ser estabelecido bem antes da formação dos Estados, conforme a configuração mais ampla de inter-relacionamentos alcançada entre gentes – uma elite – que necessitavam fazer acordos e guerras, a fim de manterem e sobreviverem em sua posição social. O comércio, a troca, sempre existiu, e é parte do mais singelo comportamento humano. O comércio que se desenvolveu na Europa, em princípio no Mediterrâneo – depois pelos Oceanos – e pelas rotas terrestres em direção ao Oriente, desenvolveu-se muito, institucionalizando-se cada vez mais. As pequenas comunidades de outrora se expandiram, o Planeta tornou-se um mundo de Estados soberanos, do Ocidente ao Oriente, e o que sucedia outrora – a comunicação entre povos e civilizações diferentes, dentro de um âmbito mais “internacional” regional – agora se institucionalizou em escala planetária.

O comércio, junto a novos fatores econômicos – de ordem produtiva e financeira –, são contemporaneamente a locomotiva que fundamentam os processo de aproximação e integração entre Estados diferentes, em busca de ganhos – ou proteções – na ordem econômica internacional, ordem essa que provoca profundos reflexos internos – portanto, na vida e existência coletiva das pessoas, mais precisamente, nos meios materiais e culturais de vida e existência – em cada um dos países envolvidos no processo de desenvolvimento e integração de economias, em direção a uma ideologia econômica voltada para alcançar a liberdade total econômica – produção, contratação, financeira etc.²⁵⁸⁶ Mais comércio – e tudo que político e economicamente está envolvido para viabilizar a facilitação do mesmo – é o mote ou epígrafe que comanda as ações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de seus países associados – pelo menos os mais desenvolvidos.

Evidentemente que se o lema é acorde entre todos os parceiros comerciais mundiais, a forma, modo ou maneira com que isso deverá ser concretizado é fonte de desentendimentos

²⁵⁸⁵ Uma manifestação singela dessa necessidade de discutir o planejamento nacional ou regional de um Estado, para integrar economicamente as gentes de um país ou de uma região dentro dele, vide: REBELO, Darino Castro. **Transamazônica: integração em marcha**. Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes; Centro de Documentação e Publicações, 1973. 60 p.; COLASSUONO, Miguel. **Integração da economia de São Paulo no planejamento econômico nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1973. 74 p.

²⁵⁸⁶ Sobre o assunto, muita literatura há, por exemplo: SANTOS, Theotônio dos. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável**: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 146 p.; ALMEIDA FILHO, Aristides Ribeiro de. **Sistema monetário internacional**: as regras do jogo. São Paulo: Brasiliense, 1987. 112 p.

entre esses protagonistas, e a superação dessas complexas contradições é por vias de negociações difíceis, uma vez que envolve o próprio destino econômico nacional – portanto, social, assim, de vida e existência material e cultural, enfim, civilizacional – de cada um dos Estados envolvidos nessas negociações.²⁵⁸⁷ De qualquer forma, no bojo de toda essa efervescência política, ideológica, comercial, produtiva, financeira etc., na esfera econômica internacional, observa-se o fenômeno da emergência dos blocos econômicos como um fenômeno autorizado – ou permitido – pelas próprias regras da OMC, onde um conjunto de Estados, definidos por interesses econômicos comuns – mas também políticos, culturais, históricos etc. –, decidem se unir dentro de um bloco econômico, estabelecendo facilidades ou favorecimentos econômico entre eles, com o intuito de incrementar as força econômica interna dos Estados envolvidos nessa integração inter-bloco, e obter ganhos econômicos para as sociedades envolvidas.

No estágio atual do desenvolvimento econômico internacional, tem-se, portanto, ações voltadas para o multilateralismo e o regionalismo, procurando suplantando os acordos bilaterais entre Estados, que é uma forma mais presente e forte de negociações econômicas na esfera comercial internacional. Muitos são os blocos econômicos presentes no Planeta atualmente, do Ocidente ao Oriente, se destacando, no plano europeu, a União Européia, e nas Américas, o Acordo de Livre Comércio entre Estados Unidos, Canadá e México (NAFTA), o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), o Pacto ou Grupo Andino (GRAN) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Uma teoria econômica de integração – secundado por um suporte jurídico –, estabelecendo etapas integrativas – zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, etc. –, concebe procedimentos que devem ser viabilizados ou concretizados pelos Estados parceiros nesse processo de integração regional intra-bloco, onde, de etapa em etapa, o resultado final será uma economia regional mais liberalizada e sinérgica na utilização

²⁵⁸⁷ Para um melhor panorama sobre os interesses latino-americanos, vide: THORSTENSEN, Vera; NAKANO, Yoshiaki; LIMA, Camila de Faria; e SATO, Cláudio Seiji. **O Brasil frente a um mundo dividido em blocos**. São Paulo: Nobel; Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais, 1994. 280 p.; MAGARIÑOS, Gustavo. **Comercio e integración: mundo-continente-región**. Montevideo: FCU, 1994. 3 v.; CABRAL, Milton. **Integração econômica da América Latina**. Brasília: Senado Federal, 1983. 94 p.; LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; e NABUCO, Maria Regina (orgs.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1994. 312 p.; MENEZES, Alfredo da Mota. **Do sonho à realidade: a integração econômica latino-americana**. São Paulo: Alfa-Omega, 1990. 282 p.; Seminário sobre integração latino-americana. Brasília: UnB, 1982. 208 p.; SEITENFUS, Vera Maria Pietzscici; e BONI, Luís Alberto de. **Temas de integração latino-americana**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1990. 284 p.; CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001. 320 p.; ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. 440 p.; VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. 423 p.; PIÑÓN ANTILLÓN, Rosa Maria. **La economía global: márgenes de maniobra para México y América Latina**. México: Facultad de Ciencias Políticas y Sociales; Universidad Nacional Autónoma de México; Delegación de la Comisión Europea en México, 2002. 424 p.; Conasur: objetivos y acciones. Brasília: IICA/CONASUR, 1992. 72 p.

de seus fatores produtivos, aproveitando-se das complementaridades que as diferentes economias envolvidas têm a oferecer reciprocamente para seus parceiros no processo. Evidentemente que se dentro de uma lógica econômica se justifica e é factível – sedutor mesmo – a necessidade de se implementar o processo – ainda mais se for considerados que os demais blocos econômicos estão em marcha e passíveis de se tornarem outra UE –, não se pode desconhecer que tal processo integrativo altera modos de vida, insere sociedades e suas heterogeneidades internas dentro de uma nova racionalidade social, enfim, atinge estruturas culturais e civilizacionais. Assim, a questão que emerge é como promover uma integração, cuja idéia é até simples, mas cuja consecução envolve complexidades que repousam antes de tudo no inconsciente humano das pessoas que serão atingidas pelo processo?

4.1.1.4. INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL E ECONÔMICA: ASPECTOS TEÓRICOS

No plano científico da disciplina das relações internacionais, a expressão “integração” é utilizada para ser tratada inicialmente como categoria diferenciada de aproximação e união entre Estados, mas aproximação e união essas voltadas para um aprofundamento vertical intenso entre eles, querendo isso significar que eles perseguirão de forma imbricada os interesses comuns eleitos e criarão instituições para gerir os mesmos, vocacionadas para favorecer a solidificação e aprofundamento dos objetivos perseguidos e também o incremento e reforço das suas competências de atuação institucional, cuja forma mais desenvolvida alcançada é a União Européia pela via da supranacionalidade.

Em contraste com a integração identificada nestes termos, aponta-se a cooperação internacional, como forma de aproximação entre Estados, entretanto, sem um aprofundamento vertical tal qual se verificaria naquela,²⁵⁸⁸ sendo sua forma mais tradicional as organizações internacionais através do mecanismo da intergovernamentalidade.²⁵⁸⁹ Contemporaneamente

²⁵⁸⁸ Uma exceção a essa regra seria a Organização Mundial de Comércio (OMC), cujas regras de desregulamentação do comércio possuem eficácia para todos os seus membros, vinculando-os ao que decidiram nas rodadas de negociações, praticamente impossibilitando – pela força material e simbólica, e daí seu peso específico como reguladora do comércio mundial – o desrespeito delas, como pode acontecer em relação à atuação de outras organizações internacionais, especialmente as de caráter mais político.

²⁵⁸⁹ A intergovernamentalidade, no plano das relações internacionais, é categoria também relacionada com soberania e quer significar o respeito à idéia clássica de soberania, enquanto poder absoluto dos Estados e que, portanto, não pode ser cingida ou transferida, quer dizer, limitada. Aqui a relação entre os Estados é de

observa-se também que a expressão “integração”, nas relações internacionais, é fortemente identificada com a integração econômica, ou seja, a instituição de blocos econômicos voltados para alcançar uma zona de livre comércio, ou união aduaneira ou mercado comum, como regra geral.²⁵⁹⁰

No plano das ciência da economia, a teoria da integração econômica é um ramo da teoria do comércio internacional, que se ocupa especificamente dos agrupamentos de mercados de diferentes países. A teoria econômica se desenvolveu sobretudo através da análise das diversas conseqüências econômicas internas e internacionais das denominadas uniões aduaneiras – forma específica de agrupamento de mercados –, apesar de que, é preciso assinalar, os agrupamentos de mercados podem assumir diferentes formas, tais como área de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica etc. Assim sendo, a teoria das uniões aduaneira divide-se em duas partes, vale dizer, de um lado, a teoria pura das uniões aduaneiras, ocupando-se em investigar da eficiência distributiva dos bens, produtos e serviços entre os Estados parceiros do processo, bem como do respectivo bem-estar sócio-econômico que produz o comércio interno desse agrupamento de mercado; de outro lado, os estudos sobre os ajustes monetários e de balança de pagamentos, enfim, harmonização das políticas econômicas.²⁵⁹¹

A teoria tradicional ou ortodoxa das uniões aduaneiras se origina na obras de Jacob Viner,²⁵⁹² cuja contribuição principal foi demonstrar que, sob certos pressupostos, um movimento de proteção por via da união aduaneira, não é necessariamente um movimento na mesma direção ao livre comércio, porque, do ponto de vista do bem-estar mundial, uma união aduaneira pode tanto ter efeitos benéficos – criação de comércio – quanto adversos – desvio de comércio.²⁵⁹³ De fato, Viner demonstrou a falsidade do argumento até então geral, no sentido de asseverar que uma união aduaneira diminuiria as tarifas alfandegárias e

coordenação, enfim, relações horizontais de coordenação das soberanias estatais e a forma técnica de inter-relacionamento entre os Estados partes de organizações assim criadas é aquela fixada pelo Direito Internacional Público clássico fundado pelos europeus. Sobre o assunto, os manuais de direito internacional público explicitam melhor a idéia.

²⁵⁹⁰ Mais sobre o assunto supranacionalidade/integovernmentabilidade, bem como a utilização do termo integração, com fontes para maior reflexão vide: OLIVEIRA, Odete Maria de. **União européia: processos de integração e mutação**. Curitiba: Juruá, 1999; PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Direito da integração e relações internacionais**: Alca, Mercosul, UE. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001; PORTO, Manuel Carlos Lopes. **Teoria da integração e políticas comunitárias**. Coimbra: Almedina, 1997. KAKU, William Smith. **O atual confronto político-institucional da União Européia**: a organização internacional e o federalismo em questão. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

²⁵⁹¹ ANDIC, Suphan; e TEITEL, Simon (org.). **Integración económica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1977, p. 7.

²⁵⁹² VINER, Jacob. **The customs union issue**. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950.

²⁵⁹³ ANDIC e TEITEL, Integración..., p. 7.

constituiria, portanto, um movimento em direção ao livre comércio – sendo que o livre comércio elevaria sempre ao máximo o bem-estar mundial –, e que, portanto, toda união aduaneira aumentaria o bem-estar mundial. Sinteticamente, a teoria da união aduaneira ocupasse das trocas discriminatórias por via das barreiras comerciais – tarifas alfandegárias – praticadas por cada Estado, frente a bens e produtos vindos do exterior, mas para que a união aduaneira funcione em direção ao livre comércio, é preciso analisar determinados pressupostos que consideram as conseqüências que tal decisão trará dentro da área da união aduaneira e também para o comércio para fora da referida área.²⁵⁹⁴

4.1.2. A UNIÃO EUROPÉIA

4.1.2.1. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

Dentre os processo de integração econômica regional em curso no Planeta, a União Européia é o exemplo mais acabado de integração, tendo superado as etapas da zona de livre comércio, da união aduaneira, do mercado comum, a união econômica e que atualmente está em busca da consolidação de sua união total – união econômica e política.²⁵⁹⁵ Entretanto, é preciso reconhecer que tal processo de integração é fruto de toda uma secular e específica história e desenvolvimento singular de uma civilização e cultura, vale dizer, européia ocidental. É preciso compreender um pouco essa evolução histórica, social e cultural, a fim de inserir a União Européia dentro de um contexto mais amplo, uma vez que a sua existência suplanta a idéia de que uma fórmula econômica de integração regional, aliada a um suporte jurídico, é o que bastou para erigir e desenvolver até o atual estágio de integração, esse processo em contínua mutação, que é a integração econômica regional da Europa ocidental, e

²⁵⁹⁴ ALARCÓN PIZZORNO, Christian Rolando. **Integração regional e o sistema multilateral da Organização Mundial do Comércio**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Para melhor compreender sobre os aspectos técnico- econômicos dos agrupamentos de mercados, em especial a união aduaneira, vide: ANDIC, Suphan; e TEITEL, Simon (org.). **Integración económica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1977. 692 p.; CAVALCANTI, Marco Antônio Freitas de Hollanda. **Integração econômica e localização sob concorrência imperfeita**. Rio de Janeiro: BNDES, 1997. 94 p.

²⁵⁹⁵ Sobre o significado de cada etapa e suas implicações, entre outros vide especialmente: OLIVEIRA, Odete Maria de. **União européia: processos de integração e mutação**. Curitiba: Juruá, 1999, p. 36-40.

que atualmente volta-se para incorporar a Europa Central e do Leste, até a fronteira da Rússia, procurando alcançar também a fronteira do Oriente Médio.

Desta forma, na Europa, indícios de solidariedade entre os seres humanos sempre se verificaram ao longo dos registros históricos existentes. Assim, na Grécia antiga, o instituto de arbitragem entre as cidades gregas revelaria tal fenômeno, bem como a manifestação do princípio confederativo e as políticas comuns de defesa entre as cidades.²⁵⁹⁶ Nesse aspecto, o Império Romano e a posterior dominação da Igreja Cristã dos povos durante toda a Idade Média não refletiriam necessariamente uma solidariedade entre os povos, mas diferentemente, uma imposição, pela força, da cultura dominante.²⁵⁹⁷ Entretanto, deve ser observado também que a *Respublica Christiana*²⁵⁹⁸ tinha o mundo como uma comunidade – e não uma sociedade –, assim, é de se concluir que os valores cristão dominantes congregassem os povos de forma solidária à uma causa comum, desde que fosse de origem e vinculação com a religião dominante.

Após o fim da Idade Média e o surgimento do Estado Moderno, o que se verificou foi a reordenação do mundo europeu ao novo *status* internacional com a presença de atores soberanos; mais que solidariedade, o que se constatou foi a tentativa de concerto para formar um equilíbrio de poderes, a fim de que nenhum Estado sobrepujasse a outros, implicando nessa ação a necessária presença da desconfiança e rivalidade, idéias e ações opostas a uma integração baseada numa solidariedade internacional de Estados. Mesmo após a Revolução Francesa, com sua cultura humanista iluminando-a, o que se verificou foi a continuação de hostilidades inter-europeus. Somente a partir do séc. XIX é que a Europa irá, após muitos conflitos internos, já indelevelmente marcados na cultura e história dos povos que a compunha, ensaiar a cooperação internacional entre Estados, voltada para administração de assuntos comuns e para a paz. Acordos para navegação internacional dos seus rios, a Santa Aliança e o posterior Concerto Europeu, são exemplos desse início de mudança de postura de Estados frente a povos vizinhos.²⁵⁹⁹

²⁵⁹⁶ SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p. 31.

²⁵⁹⁷ Nesse sentido também SEITENFUS, Manual..., p. 31.

²⁵⁹⁸ No ano de 800, Carlos Magno, na qualidade de legítimo sucessor dos imperadores romanos, foi coroado Imperador pelo Papa Leão III, restabelecendo o Império Romano do Ocidente, ao mesmo tempo em que reconheceu a superioridade da Igreja sobre o Imperador. Essa é a época da *Respublica Christiana*, onde o Papa considerava-se autoridade máxima, tendo exercido o poder temporal e espiritual sobre as pessoas, outorgando ao Imperador autoridade temporal, mas permanecendo, este, dependente daquele. Tem-se aqui uma comunidade de povos cristãos centrada na figura do Papa e do Imperador, mas com predomínio de autoridade papal recaindo sobre o poder imperial. In: KAKU, William Smith. **O atual confronto político-institucional da União Européia**: a organização internacional e o federalismo em questão. Ijuí: Unijuí, 2003, p. 36-7.

²⁵⁹⁹ KAKU, O atual..., p. 55.

No plano das idéias, ressalte-se que esses constantes conflitos entre os povos foram objeto de questionamentos, desde o século XIII, sobre como controlar a guerra e manter a paz entre os seres humanos, conforme história e cultura europeia até então marcante. As idéias de uma organização internacional de alcance universal já se manifestavam nas penas de Raimundo Lúlio, do poeta Dante Alighieri, de Pierre Dubois e também, em 1464, por George de Podiebrad, rei da Boêmia. Mas a partir do século XVI, outros estudos surgiram, escritos por William Penn, Jean-Jacques Rousseau, os abades São Pedro e Gregório, sendo que Immanuel Kant escreveu seu importante trabalho sobre a paz perpétua. Observa-se que tais manifestações intelectuais não influenciaram a política dos Estados que continuaram agindo de forma individualista e egoísta, alheia às novas contribuições culturais da razão, conforme seus interesses específicos, inclusive de segurança.²⁶⁰⁰ Na Europa, a tentativa de concerto ou orquestração entre as nações deu-se a partir do século XIX. A Santa Aliança e o Concerto Europeu revelaram os primeiros indícios da promoção cooperativa mais solidárias entre Estados, em busca de objetivos comuns, com preocupações na manutenção da paz internacional, especialmente para favorecer a intensificação da troca e de um maior intercâmbio, nomeadamente o comercial, entre os Estados interessados. É certo que tais alianças e concertos também procuravam manter o *statu quo* da política internacional dominante por alguns países europeus, bem como suas ideologias políticas.²⁶⁰¹

A busca interessada da paz era o objetivo principal de tais conferências, pois se apresentava como condição para alcance de outros objetivos subjacentes a ela; assim, não é descabido o enfoque eminentemente pacifista para caracterizar os fins que possuíam tais ações no âmbito internacional. Note-se que se atualmente a busca da paz, ou sua manutenção, tem um peso simbólico importante, inclusive identificado com as idéias de direitos humanos; mas como contraponto, torna-se necessário ponderar e importante assinalar, que no imaginário simbólico do europeu naquela época pós-westefaliana, especialmente entre suas elites regentes, a guerra era decorrência “natural” das ações de um soberano, diante do “estado de natureza” internacional anárquico que se encontrava a existência dos povos, mais especificamente, diante de toda história de guerras e conflitos desencadeados no solo europeu.²⁶⁰²

²⁶⁰⁰ SEITENFUS, Manual..., p. 32.; CUNHA, Joaquim da Silva; PEREIRA, Maria da Assunção do Vale. **Manual de direito internacional público**. Coimbra: Almedina, 2000, p. 471-2.; MELLO, Celso D. de Albuquerque Mello. **Curso de direito internacional público**. 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 593-7.

²⁶⁰¹ KAKU, O atual..., p. 56-7.

²⁶⁰² KAKU, O atual..., p. 57.

Diante disso, sendo considerado como “natural” o socorro e uso desse meio extremo, sempre que uma diferença entre soberanos ou príncipes não fosse resolvida por meios pacíficos, dentro dessa “normalidade” social, então estaria longe se ser considerado como crime – ou qualquer julgamento de valor nesta esfera – a ação decidida e concreta em favor da luta armada para solução definitiva de um conflito de interesses. Essa “cultura naturalizada da guerra” passa por transformações substanciais a partir do momento em que um mundo formado por Estados principescos, portanto, com litígios eminentemente de ordem interdinas-ticas e com exércitos profissionais, é substituído por um mundo de Estados-nação e, agora, com guerras e conflitos de magnitude internacional, sendo seus exércitos compostos por povos militarmente preparados, assim, formados por cidadãos que não podem fugir ao dever de morrer pelo seu Estado, se for o caso, devido ao princípio da igualdade democráticas, que conduz à igualdade dos cidadãos ao recrutamento.²⁶⁰³ A partir de agora, o recurso à guerra não pode ser mais utilizado arbitrariamente e desmesuradamente, ao contrário da concepção de mundo anterior onde a paz ou guerra eram elementos a mais que estavam à disposição do soberano, dentro do conjunto de opções do tabuleiro de interesses políticos internacional onde se inseria, para poder usar arbitrariamente quando lhe fosse mais conveniente e oportuno, sem preocupações, por exemplo, quanto à perda de vidas humanas, sem desconsiderar também o custo material dessa aventura.²⁶⁰⁴

Assim, com as ressalvas acima, ressalte-se a aspiração geral à paz e ao progresso das relações pacíficas, como objeto dos esforços da denominada Santa Aliança e do Concerto Europeu, sendo os rudimentos do aparecimento das organizações internacionais na sociedade internacional, respondendo à satisfação de um dos desejos que se apresentavam nesse âmbito no início do século XIX.²⁶⁰⁵ Dessas tentativas, tanto americanas – por essa época, na América, também os recém-libertos Estados da região se movimentavam em busca de uma maior aproximação integrativa em torno da defesa dos interesses comuns – quanto européias, voltadas para uma maior aproximação integrativa, posteriormente resultaram em conferências mundiais para a paz, realizadas no final do século XIX e início do século XX. Mas tais congressos ou conferências se constituíram, antes de tudo, num esforço diplomático entre os Estados interessados em encaminhar e resolver o elenco de assuntos comuns que motivavam a sua reunião em tais eventos internacionais. Assim, não havia uma institucionalização de seu

²⁶⁰³ DUPUY, René-Jean. **O direito internacional**. Coimbra: Almedina, 1993, p. 13.

²⁶⁰⁴ É de se observar também que a regulamentação do exercício da guerra, portanto, sua não proscrição como crime, estendeu-se até o fim de terceiro quartel do século XIX. In: DUPUY, O direito..., p. 13.

²⁶⁰⁵ RIDRUEJO, José Antonio Pastor. **Curso de derecho internacional publico y organizaciones internacionales**. 4. ed. Madrid: Tecnos, 1992, p. 691.

funcionamento e existências, não se constituindo no que viria a se uma organização internacional em sentido próprio, organização essa que é uma etapa votada para efetivar uma aproximação integrativa mais duradoura entre diferentes Estados soberanos. Tais conferências, num sentido histórico, podem ser consideradas como gérmen das atuais organizações internacionais de caráter político geral.²⁶⁰⁶

Ora, se tais encontros eram embriões do que hoje pode ser denominado institucionalmente por organismos internacionais ou organizações internacionais, somente a partir do momento em que interesses específicos – sobre questão que envolvia mais de um Estado e tornava imprescindível uma atuação conjunta firme e pragmática para resolvê-los – emergiam, é que as organizações internacionais surgiram, para se fixarem definitivamente no cenário e sociedade internacional em desenvolvimento. O fenômeno irá se principiar na Europa ocidental.

No início do século XIX, surgem os organismos internacionais para tratar de assuntos técnicos. O primeiro que se tem registro foi uma comissão fluvial para tratar de assuntos relacionados à administração conjunta da navegação no rio Reno que cortava – e ainda corta – vários Estados europeus, sendo que em 1856 criou-se outra comissão com mesma finalidade, desta vez relacionada ao rio Danúbio, observando-se que várias outras comissões foram constituídas e passaram a existir em pleno funcionamento já na segunda metade do século XIX.²⁶⁰⁷ É de se observar que tais comissões foram frutos de decisão política tomada logo após a derrota de Napoleão, decisão essa tomada na Ata do Congresso de Viena de 1815 que, entre outros, proclamou a liberdade de navegação dos rios europeus internacionais; para a Comissão Central formada para regular a navegação do rio Reno, foi atribuída competências para emendar o seu regulamento, bem como a outorga de alguns poderes judiciais de apelação em caso de conflitos.²⁶⁰⁸

Aqui, portanto, as finalidades que uniam os Estados membros, já eram de outra ordem de interesses. Tratavam-se de organizações voltadas para atender “uma série de necessidades precisas e delimitadas relativas a questões particulares”.²⁶⁰⁹ Observa-se, também, que fatores como diminuição de custos, ou seja, menos oneração, bem como a maior praticidade, favoreceram a constituição desses organismos internacionais de caráter permanente, em detrimento das reuniões diplomáticas de caráter pontual e descontínuo como eram até então

²⁶⁰⁶ SEITENFUS, Manual..., p. 34; PASTOR RIDRUEJO, Curso..., p. 692

²⁶⁰⁷ SEITENFUS, Manual..., p. 35.

²⁶⁰⁸ PASTOR RIDRUEJO, Curso..., p. 692.

²⁶⁰⁹ PASTOR RIDRUEJO, Curso..., p. 691.

realizadas.²⁶¹⁰ A partir daí surgem uma série de outros organismos, sendo que, na segunda metade do século XIX, “em torno de questões administrativas, foram criados instrumentos de cooperação. Assim, funda-se a União Telegráfica (1865), a União Postal Universal (1874), a União para a Proteção da Propriedade Intelectual (1883) e a União das Ferrovias (1890)”.²⁶¹¹

Assinale-se também a criação, no campo das comunicações, da União Radiotelegráfica (1906); já no campo econômico, a criação da União Internacional para a Publicação das Tarifas Aduaneiras (1890), da União Internacional do Açúcar (1902), do Instituto Agrícola Internacional (1905), entre outros; no campo científico e social, a criação da União para a Proteção da Propriedade Industrial (1883), da União para a Proteção da Propriedade Literária e Artística (1886), da Oficina Internacional de Pesos e Medidas (1875), das Comissões Internacionais Sanitárias em diversas cidades, da Associação Internacional para a Proteção Legal dos Trabalhadores (1900), da Organização Internacional do Trabalho (1919), entre outros.²⁶¹²

O aspecto que se ressalta no funcionamento dessas organizações, era que funcionavam invariavelmente – como regra geral – através de dois órgãos, ou seja, através de Conferências periódicas com representantes dos Estados membros e uma Secretaria, que assegurava a permanência do organismo. Como ressaltado acima, foram questões de ordem prática que levaram ao surgimento das organizações internacionais; especificamente quanto às Secretarias, elas surgiram a partir do momento que tornou necessário preparar a agenda, a infra-estrutura para as reuniões, bem como manter a memória do que era decidido em tais encontros ou conferências internacionais, que paulatinamente foram se tornando mais frequentes. Diante disso, é entendimento que o surgimento do Secretariado é que marca efetivamente o surgimento – formal – de tais organizações.²⁶¹³

Assim, fruto de um lento e empírico processo de construção, as organizações internacionais, enquanto uma fase do processo de aproximação cooperativa e integrativa entre Estados, ocuparam seu espaço na sociedade internacional, e acabaram por revelar ao mundo de Estados o grande potencial que neles se encerra de cooperação internacional institucionalizada, sendo que serviram como modelos para realizações muito mais ambiciosas de cooperação que se verificaram após a Primeira Grande Guerra Mundial.²⁶¹⁴ Nesse sentido, do ponto de vista histórico, o surgimento das organizações supranacionais européias,

²⁶¹⁰ SEITENFUS, Manual..., p. 34-5.

²⁶¹¹ SEITENFUS, Manual..., p. 35.

²⁶¹² PASTOR RIDRUEJO, Curso..., p. 692; SEITENFUS, Manual..., p. 35.

²⁶¹³ PASTOR RIDRUEJO, Curso..., p. 692-3; SEITENFUS, Manual..., p. 23-4.

²⁶¹⁴ PASTOR RIDRUEJO, Curso..., p. 692-3.

estabelecendo relações de subordinação entre elas e os respectivos Estado membros, assim como a possibilidade de haver aplicabilidade direta do direito daí emanado a todos os sujeitos de direito interno dos respectivos Estados-membros, é o mais avançado modelo de organismo internacional que atualmente existe no mundo, processo esse em curso na Europa.²⁶¹⁵

O fato é que hoje as organizações internacionais, juntamente com outros atores,²⁶¹⁶ assumiram relevo no cenário internacional, influenciando os acontecimentos nessa esfera – que, por sua vez, determinam os acontecimentos internos em cada Estado e as pessoas em geral –, tendo adquirido uma relativa independência em relação aos Estados membros, em condições de tomar decisões autônomas e desempenhar decisões específicas.²⁶¹⁷ Além disso, verifica-se que elas têm atuado para modificar significativamente o direito internacional público, especialmente no sentido de uma maior humanidade, socialização e democratização que marca contemporaneamente o referido direito.²⁶¹⁸

Tornaram-se elas em espaço de diálogo e de confronto, mas sem deixar de serem reconhecidas como relevantes e significativas, enfim, um passo a mais dado pelo ser humano no engendramento de espaços civilizatórios de coexistência, desta vez dentro do contexto – maior – internacional; introduzem elas o multilateralismo; tornam-se instância de reconhecimento do outro e das diferenças dos povos.²⁶¹⁹

4.1.2.2. CONJUNTURA DESENCADEADORA DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA UNIÃO EUROPÉIA

Especificamente quanto à União Européia, além dos elementos históricos relacionados ao surgimento das organizações internacionais, é preciso somar alguns outros elementos históricos mais específicos que se relacionam direta e indiretamente com o processo europeu de integração em curso. Assim, do Império Romano à dominação religiosa da Igreja Católica,

²⁶¹⁵ Nesse sentido vide PEREIRA, André Gonçalves; e QUADROS, Fausto de. **Manual de direito internacional público**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2000, p. 417.

²⁶¹⁶ Por exemplo, empresas transnacionais e organizações não-governamentais (ONG's).

²⁶¹⁷ PASTOR RIDRUEJO, curso..., p. 685. Entretanto é preciso verificar tal assertiva com outros elementos, especialmente sobre o processo de tomada de decisões dentro de tais organismos e o peso fundamental que possuem os Estados mais fortes e poderosos ali presentes. Diante disso, o grau de independência que possa ter um organismo internacional, e qual Estado efetivamente ele está influenciando – determinando inclusive a qualidade da cooperação internacional daí emanada –, deve ser ponderado com esses elementos que permitem uma radiografia mais precisa sobre o funcionamento da sociedade internacional através de tais organizações.

²⁶¹⁸ PASTOR RIDRUEJO, Curso..., p. 685.

²⁶¹⁹ SEITENFUS, Manual..., p. 21.

verifica-se séculos de adesão ou submissão de um povo a uma cultura e uma estrutura jurídico-política dominante unificadora, que se transmutou para a descentralização de poder através de Estados-nação. O sentido de unidade devido a imposição de um poder hegemônico ou, pelo menos, a busca de uma unificação de esforços, que atendessem o limite desejável voltado para suprir deficiências de relacionamentos entre povos distintos – mas que preservasse sua autonomia – sempre esteve presente na vida dos povos europeus.²⁶²⁰

O surgimento de espaços geográficos amalgamados individualmente como identitários, delimitadores de uma soberania, obrigou à engenharia de uma nova forma de aproximação de diferentes povos, para a busca e alcance de objetivos comuns, aproximação essa que teve nas dominações romana e religiosa o seu paradigma mais marcante, sendo que este nunca pôde mais se repetir, a não ser no plano ideal dos pensamentos de escritores que procuravam resgatar a união de povos, traçado pelo marco jurídico-político.²⁶²¹

Assim, seguindo sua trajetória factual-histórica e conceitual-racional, a Europa unida pela força das armas, depois pelo poder da religião, mais tarde fragmentada em unidades jurídico-políticas independentes, teve, nessa última fase, que compreender melhor os anseios manifestados por intelectuais, por uma unidade para seu futuro.²⁶²² Foi preciso que guerras outrora locais, de rivais dinásticos, se transmudassem para guerras mundiais com destruição de milhões de vidas – e todo sofrimento humano social decorrente dessa aventura –; que, de centro cultural e econômico do mundo, que marcara sua existência, ela perdesse sua hegemonia econômica; que ficasse destruída e em ruínas por consequência de duas guerras mundiais; que as cicatrizes passadas e atuais revelassem sendas amargas que haviam construído para si; enfim, que verificasse o que sua cultura civilizatória, construída como se fosse a mais alta elaboração da humanidade, havia proporcionado, para que efetivamente as elites européias atuassem de forma concreta na efetivação de uma unidade européia, que os livrasse dos males que a exacerbada existência fragmentada – especialmente beligerante e concorrencial – dos povos, haviam conduzido a Europa e o mundo.²⁶²³

A União Européia, antiga Comunidades Européias, é o resultado de um esforço conjunto de povos, história, cultura, elites, conjunturas específicas, na busca de uma aproximação econômica, social e política entre Estados da Europa Ocidental, dentro de um

²⁶²⁰ KAKU, O atual..., p. 205.

²⁶²¹ KAKU, O atual..., p. 205.

²⁶²² Ao mesmo tempo que um nacionalismo exacerbado amadurecia depois da Revolução Francesa, um sentimento de integração e união dos povos europeus também se desenvolvia para assegurar uma paz que a Europa ainda não conhecia em sua história. O trabalhismo internacional teve um papel importante na instituição de um movimento mais concreto pela paz, ante da eclosão da 1ª Grande Guerra Mundial. In: SOLDER, José. **A União Européia: história, organização e funcionamento.** São Leopoldo; Unisinos, 1995, p. 14-5.

²⁶²³ KAKU, O atual..., p. 205-6.

projeto parcimonioso e progressivo de construção comunitária, e com respeito à identidade sócio-cultural de todos os seus participantes.²⁶²⁴ Aqui não pode deixar de ter registro a atuação de elites européias que motivadamente atuaram para concretizar o ideal de integração européia, sendo um catalisador do processo diante de um povo que precisava confiar naqueles líderes que lutaram para sua libertação durante a 2ª Grande Guerra mundial. Não há dúvidas que circunstâncias somaram-se para produzir tal resultado, ou seja, a guerra que havia tirado milhões de vidas humanas, e que também havia destroçado material e espiritualmente os povos europeus; a perda da hegemonia econômica e da política internacional no mundo; o medo de implantação do regime comunista diante de caos que estava o continente; a indústria norte-americana ávida por lucrar com a reconstrução da Europa.²⁶²⁵ Diante disso, cumpriu-se uma trajetória onde os fatos e acontecimentos se uniram a processos racionais, conceituais e pragmáticos, forjando uma integração que se verifica única, pois ela se fixa pela conjugação de diversos fatos arbitrários, revelando uma nova possibilidade de união econômica e política entre diversos povos.^{2626 2627}

Desta forma, a configuração da União Européia não deixa de ser uma incógnita, tendo em vista a imprevisibilidade dos acontecimentos que possam afetar a Europa Ocidental, mas observando-se que uma marcha já marcada pelo tempo revela a inclinação pela integração, entretanto, vivendo as suas circunstâncias históricas e como processo aberto à conformação definitiva que possa ser dado a ele. Note-se que séculos se passaram, até que o mundo político se voltasse para os pensadores que, desde há muito tempo, já vinham propugnado por uma Europa unida em favor dos povos, e somente a partir daí é que essa integração regional de fundo econômico – e hoje sendo marcado pelo fundo político e social – se realizou, mas uma realização singular e única, marcada por um contexto geográfico, histórico, político, econômico, social, cultural e temporal, eminentemente europeu ocidental.²⁶²⁸

²⁶²⁴ ALVES, Jorge de Jesus Ferreira. **Lições de direito comunitário**. Coimbra: Coimbra, 1992, p. 16 e 25.

²⁶²⁵ Sobre o temor comunista e os interesses econômicos das indústrias norte-americanas vide também OLIVEIRA, União..., p. 88. Também é de se observar que os EUA atuaram de forma significativa nos rumos políticos e econômicos da Europa – como de resto em muitos outros países do mundo –, que se processou após a 2ª Grande Guerra Mundial, sendo o reflexo disso a sua ainda participação em organismos internacionais em princípio de caráter eminentemente europeu. Sobre isso vide também SOLDER, A União..., p. 15-6.

²⁶²⁶ Vide também TEIXEIRA, António Fernando Dias. **A natureza das comunidades européias**. Coimbra: Almedina, 1993, p. 86. É de se observar que especialmente a concretização da paz na Europa, devido às dimensões que uma guerra naquela região havia tomado, é muito ressaltada por vários autores como, por exemplo, STELZER, Joana. **União européia e supranacionalidade: desafio ou realidade?** Curitiba: Juruá, 2000, p. 19; e SOLDER, A União..., p. 13.

²⁶²⁷ KAKU, O atual..., p. 206-7

²⁶²⁸ CASELLA, Paulo Borba. **Comunidade européia e seu ordenamento jurídico**. São Paulo: LTr, 1994, p. 51-9.

Verifica-se hoje que a União Européia está além de uma clássica organização internacional e que nenhuma classificação teórica conseguiu a enquadrar jurídica e politicamente, se debatendo teses como a federalista e funcionalista – entre outros mais – sobre os caminhos de construção da Europa. A questão de fundo que se trata aqui é qual método a ser utilizado para concretizar a unificação e, uma vez alcançada, qual regime submeter o sistema unificado.²⁶²⁹

Como já assinalado, pensadores, desde épocas remotas, já vinham se debruçando sobre uma possível unidade *política* envolvendo toda a Europa. Jeremy Bentham, Immanuel Kant, Pierre Dubois, Jean-Jacques Rousseau, entre outros, trabalharam no plano das idéias sobre o tema. O motivo principal que os impulsionavam, eram as rivalidades regionais internas que levavam a freqüentes guerras e que precisava ser terminada a bem dos povos envolvidos. Entretanto, foi a partir do início do século XX, especificamente após a 1ª Grande Guerra Mundial, que emergiu um clima ou momento favorável à efetivação daquelas idéias idealistas para o contexto prático do mundo da vida, o que foi reforçado logo após o fim da 2ª Grande Guerra Mundial.²⁶³⁰

No período de intervalo entre as duas grandes guerras mundiais, destacam-se as ações de Luigi Einaudi, Conde Coudenhove-Kalergi e Aristides Briand. O primeiro expressando sua preocupação acerca de uma Europa unida, congregando os povos que lutaram na 1ª Guerra Mundial; o segundo defendendo a necessidade de uma união paneuropeia, com forte inspiração norte-americana, cujos resultados repercutiram em apelo oficial para uma união europeia, ou mesmo de uma união econômica e aduaneira europeia, daí resultando a realização de um importante evento em Viena, denominado Congresso Paneuropeu, para a formação de uma comunidade única política com vários Estados na Europa; já o terceiro encetou iniciativas, influenciado pelo Conde Kalergi, de caráter concreto junto à Sociedade das Nações (SDN) – precursora da Organização das Nações Unidas (ONU) –, referendado por vários Estados nessa empreitada, prevendo um vínculo federal para seu projeto de uma União Européia, mas com o respeito das soberanias instaladas, dentro de um caráter mais pragmático de um sistema de contatos e solidariedade entre os Estados-nação, através de seus respectivos governos. Observa-se que esta idéia posteriormente foi acatada com reservas, especialmente pela Grã-Bratânia, devido a seus interesses específicos, tendo sido abortada com a morte de

²⁶²⁹ CASELLA, Comunidade..., p. 74-8.

²⁶³⁰ CAMPOS, João Mota de. **Direito comunitário**: o direito institucional. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1997, p. 30; ALVES, Lições..., p. 17. Sobre os pensadores que se debruçaram acerca de uma proposta de união europeia vide: OLIVEIRA, União..., p. 83-4, especialmente a nota de rodapé n.º 155; e CASELLA, Comunidade..., p. 60-6.

seu idealizador e a ascensão do nacionalismo exacerbado e agressivo na Europa, especialmente na Alemanha de Hitler.²⁶³¹

O fim da 2ª grande Guerra Mundial revelou uma Europa em ruína material, e material e espiritualmente necessitada por atender as necessidades mais básicas da sua população, enfim, com graves problemas econômicos e sociais espalhados por todo seu território. Do ponto de vista político, sentia-se pressionada pelo poderio ideológico que vinha do Leste Europeu, dominado pela União Soviética, agravada pela situação de fraqueza militar que se encontrava exposta, devido à desmobilização do exército inglês e retirada do exército norte-americano. Tal situação motivou uma necessidade de organização dos países europeus ocidentais a partir da unidade, sentimento esse que já iniciara sua materialização durante o transcurso da guerra, através da aproximação motivada pelas circunstâncias bélicas contra a Alemanha.²⁶³²

Winston Churchill, antigo Primeiro Ministro da Inglaterra durante a resistência contra o inimigo comum, está entre os primeiros a envidar esforços para a união dos povos europeus, dentro de um quadro político confederativo, integrado por todos os países, inclusive e especialmente pela Alemanha e França, observando-se que a Grã-Bretanha, devido à sua Comunidade de Nações e posição privilegiada junto aos EUA, não se encontrava vocacionada para participar de tal unidade junto a Estados que se encontravam em posição de fragilidade na época.²⁶³³ Verifica-se que o discurso – na Universidade de Zurique em 1946 – de Churchill, a favor de um Estados Unidos da Europa – para que esses povos possam viver em paz, segurança e liberdade –, atinge a opinião pública e seus dirigentes positivamente, observando-se que já estavam ocorrendo reuniões visando alcançar uma federação européia, o que foi reforçado pela fundação de diversos outros movimentos em vários países.²⁶³⁴

Logo surge o denominado “Comitê Internacional de Coordenação dos Movimentos para a União Européia” com intuito de coordenar todos esses demais movimentos e realiza

²⁶³¹ CAMPOS, Direito..., p. 30-5; OLIVEIRA, União..., p. 86-7; ALVES, Lições..., p. 17; TEIXEIRA, A natureza..., p. 82-3.

²⁶³² CAMPOS, Direito..., p. 35-8; OLIVEIRA, União..., p. 87 e 90; ALVES, Lições..., p. 17.

²⁶³³ Outros fatores para a recusa da Grã-Bretanha, encabeçada pela Inglaterra, em participar de movimentos integracionistas – mais profundos que o de simples cooperação – europeus, são explicados logo abaixo. É de se observar também que, ideologicamente, o perigo soviético favorecia concretamente uma integração e a defesa de uma Europa livre que, conforme concepção de Churchill, precisava dos esforços alemães para tal empreendimento, enfim, necessário era cooptá-los para não caírem sob guarda comunista. O rearmamento alemão era o elemento mais delicado dessa equação anti-comunista, pois a França, como se verá abaixo, tinha reservas quanto a essa possibilidade, tendo em vista o resultado disso na história recente e passada. In: SOLDER, A União..., p. 16-7 e 20.

²⁶³⁴ CAMPOS, Direito..., p. 38-41; OLIVEIRA, União..., p. 90; TEIXEIRA, A natureza..., p. 87-8; SOLDER, A União..., p. 16-7; MATHIJSEN, P. S. F. R. **Introdução ao direito comunitário**. Coimbra: Coimbra, 1991, p. 15-6.

um importante congresso em Haia, no ano de 1948, com a participação de importantes personalidades da Europa, protagonistas respeitáveis e representativos de diversos extratos da sua vida política, econômica, intelectual, social, cultural, científica e religiosa. Desse congresso, emerge as duas principais correntes políticas que se degladiarão até os tempos contemporâneos quanto ao perfil político por onde se processará essa integração, ou seja, (I) a corrente federalista, defensora de uma federação política – os Estados Unidos da Europa – com a instituição de uma autoridade supranacional, e (II) uma corrente pragmática, defensora de uma integração paulatina, através de uma cooperação de Estados soberanos, hostil a um abandono de soberania por parte dos Estados.²⁶³⁵

Como resultado do Congresso também foi criado um “Comitê para a Europa Unida”, que se transformaria, um ano depois, no “Movimento Europeu”, e da sua moção final era evocada a convocação urgente de uma “Assembléia Européia”, composta pelos Parlamentos Nacionais, com várias funções voltadas para examinar a viabilização da união da Europa, designadamente quanto à expressão da opinião pública; aspectos políticos, jurídicos e econômicos pertinentes; de um Conselho da Europa; bem como acerca de uma Carta Européia de Direitos do Homem.²⁶³⁶

Também desse Congresso de Haia de 1948, no âmbito das relações internacionais, o conceito de soberania é requestionado, conforme estabelecido por Jean Bodin, e desenvolvido pelos doutrinadores alemães do século XIX, começando a ser objeto de relativização, por ser uma construção histórica e aberto à outras análises igualmente históricas. A concepção de soberania, resultante desse Congresso, remete para a necessidade de transferir prerrogativas soberanas dos Estados para Organizações Internacionais, sendo que, no seio destas, é que seria efetuado o exercício comum dos poderes soberanos pelos Estados, ou seja, a soberania é divisível e permitida a partilha de poderes entre Estados e Organizações Internacionais; a transferência de direitos soberanos volta-se para o seu exercício comum, em busca de uma melhor coordenação e desenvolvimento dos recursos materiais, imateriais e humanos dos diferentes povos que acedem a tal ato de transferência de poder.²⁶³⁷

Verifica-se, enfim, que a situação militar, econômica, social e política encontrava-se no cerne dos motivos que estavam a provocar as elites e governantes no sentido de repensar a Europa.²⁶³⁸ Mas a construção de uma unidade européia passaria por duas fases, distintas por

²⁶³⁵ CAMPOS, Direito..., p. 41-2; OLIVEIRA, União..., p. 90-1; ALVES, Lições..., p. 17-8; TEIXEIRA, A natureza..., p. 89; SOLDER, A União..., p. 18-9.

²⁶³⁶ CAMPOS, Direito..., p. 42-3; SOLDER, A União..., p. 19.

²⁶³⁷ TEIXEIRA, A natureza..., p. 18 e 89, nota de rodapé n.º 1.

²⁶³⁸ ALVES, Lições..., p. 18.

suas singularidades mas interpenetrantes, ou seja, uma de cooperação – que se desdobraria em cooperação defensiva, política e econômica – e outra de integração, caracterizando-se a primeira por atuação dos Estados com pleno respeito à sua soberania, dentro de um quadro de coordenação de atividades através de organizações internacionais, enquanto que a fase de integração seria caracterizada pela instituição de órgãos supranacionais, mas também a partir do quadro clássico de encontro de Estados soberanos dentro de organizações internacionais.²⁶³⁹

4.1.2.3. ETAPAS DA INTEGRAÇÃO EUROPÉIA

a) FASE DA COOPERAÇÃO

Assim, quanto à fase de cooperação, no plano da defesa tem-se o Tratado de Dunquerque (1947), estabelecido entre França e Inglaterra, voltado para a defesa e assistência mútua em caso de nova guerra contra a Alemanha; posteriormente, o Tratado de Bruxelas (1948) uniu Grã-Bretanha, França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, contra o novo inimigo que emergia do Leste, ou seja, a União Soviética, substituindo a aliança e compromisso bilateral estabelecido pelo Tratado de Dunquerque – específico contra a Alemanha – pelo novo compromisso de assistência mútua automática em caso de qualquer agressão armada, independentemente da procedência, mas prevendo, também, um sistema de consultas mútuas nos campos da economia, do social e da cultura, assim como um sistema de solução pacífica de controvérsias entre os Estados-membros; já a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de 1949, trouxe os EUA como participante da defesa da Europa Ocidental, tendo em vista que isso havia se tornado imprescindível diante do perigo soviético na época; a União da Europa Ocidental (UEO), de 1954, fruto de uma revisão do Tratado de Bruxelas, incorporou Itália e Alemanha como seus novos participantes, instituindo-se um Conselho Executivo e uma Assembléia Parlamentar, mas funcionando na prática como mero quadro de encontro entre seus membros, uma vez que a OTAN havia assumido efetivamente a posição do principal protagonista na organização do sistema de defesa da Europa, especialmente contra a ameaça soviética, observando-se que esta organização – UEO –, com o fim do conflito Leste-

²⁶³⁹ CAMPOS, Direito..., p. 45-126; ALVES, Lições..., p. 15-61; STELZER, União..., p. 20-42.

Oeste, renasceu como o fórum privilegiado para capitanear a política externa e de segurança comum da atual União Européia.²⁶⁴⁰

Na fase de cooperação econômica, tem-se inicialmente o BENELUX, ou seja, uma organização internacional de cooperação na esfera econômica, criada em 1944 – durante a guerra e já no seu final – pela Bélgica, Holanda e Luxemburgo, para a finalidade de concretizar uma união aduaneira voltada a favorecer uma intensificação das trocas comerciais entre os seus países-membros; entretanto verifica-se que desde 1922, Bélgica e Luxemburgo constituíram uma união econômica de caráter incipiente, onde negociações intergovernamentais resolviam seus problemas. A Convenção previa algumas etapas a serem cumpridas e superadas, para se alcançar, finalmente, o estabelecimento de tarifas comuns e a liberação da mobilidade dos fatores de produção numa união econômica. Esse processo serviu de paradigma para a constituição da Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA).²⁶⁴¹

Em seguida, tem-se a Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE), de 1948, voltada para a recuperação material de uma Europa destruída e prestes a aceder ao comunismo, devido ao descontentamento da sua população. Assim, através do Plano Marshall, que consistia num projeto de recuperação da Europa com recursos norte-americanos, a criação desse organismo internacional veio coordenar os esforços dos países que aderiram a ele, manifestado no desiderato de uma estreita cooperação e relações econômicas entre os participantes, aumento e desenvolvimento de sua capacidade de produção, modernização de seus equipamentos industrial e agrícola, aumento das trocas, entre outros. Concretamente, os países conseguiram se reerguer industrialmente, tendo aumentado muito seu comércio intra-europeu, além de terem instituído um sistema de compensação de divisas multilateral, através de uma União Européia de Pagamentos, que favoreceu o desenvolvimento das trocas comerciais. Finalmente, é de observar que a instituição da OECE

²⁶⁴⁰ CAMPOS, Direito..., p. 45-50; ALVES, Lições..., p. 23-4; SOLDER, A União..., p. 23 e 35-6. A OTAN foi criada numa época difícil do relacionamento Leste-Oeste, uma vez que o denominado bloqueio de Berlin Ocidental (jun/48 a mai/49) pelos soviéticos, com o fechamento das vias de acesso terrestre e fluvial para a cidade, a fim de obrigar que toda Berlin fosse anexada ao setor soviético da Alemanha, havia obrigado as potências ocidentais, além de pedir ajuda aos EUA, também criar uma ponte aérea para enviar todos os recursos materiais para a vida dos habitantes da cidade que estavam sob sua jurisdição. O referido Tratado de Bruxelas foi formalmente o requisito necessário para que os EUA se engajassem militarmente na Europa, no seio da OTAN, uma vez que cumpria, o referido Tratado, a exigência norte-americana para que houvesse, formalmente, uma demonstração de efetivo esforço daqueles países, voltado para a organização e coordenação de suas forças de defesa, fato esse que permitiu a aprovação, pelo senado norte-americano, da participação dos EUA na OTAN. In: SOLDER, A União..., p. 22-3.

²⁶⁴¹ OLIVEIRA, União..., p. 85-6; TEIXEIRA, A natureza..., p. 90; ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O mercosul no contexto regional e internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 1993, p. 57.

foi colocada como requisito necessário para que a Europa Ocidental passasse a receber os recursos norte-americanos.²⁶⁴²

A criação da OECE foi, assim, um requisito para que países europeus tivessem acesso ao capital norte-americano, uma vez que os recursos deveriam ser empregados coordenadamente para a reconstrução econômica dos países europeus que aceitassem participar dos fundos. Até 1951, o montante destinado foi de 12,4 bilhões de dólares americanos, que os europeus não precisaram devolver em grande parte; com esse dinheiro, matérias-primas e bens de investimentos eram adquiridos nos EUA para ativar a indústria e o comércio europeu. Aqui se inicia a influência mais intensa norte-americana nos destinos da Europa ocidental.²⁶⁴³

Ainda na fase de cooperação econômica, tem-se a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 1960, que cerca de treze anos após a criação da OECE é instituída como uma conversão desta, ou seja, origina-se a partir da estrutura organizacional já existente, mas com objetivos mais ampliados, inclusive quanto a seus participantes. A OCDE incorpora agora os EUA e o Canadá, além de 18 países europeus, perdendo, assim, seu caráter eminentemente europeu, reconhecendo que os objetivos iniciais circunscritos apenas à Europa foram bem sucedidos, e que precisava ampliar seu campo de atuação para o âmbito de todos os países industrializados do mundo, com o objetivo de favorecer o sistema de economia de mercado, a intensificação da liberalização das trocas econômicas e a busca do desenvolvimento do comércio internacional, entre outros, e tendo por pressuposto de que essas iniciativas favoreceriam as relações pacíficas e harmoniosas entre os povos. De fato, para atingir seus objetivos, os países membros acordam em utilizar mais eficazmente seus recursos; desenvolverem-se científica e tecnologicamente, incentivando a pesquisa; reduzir os obstáculos às trocas de bens e serviços; e outros mais. Hoje, na OCDE, foram incorporados o Japão, Austrália e Nova Zelândia.²⁶⁴⁴

Quanto à fase de cooperação política, tem-se especialmente o Conselho da Europa (1949). Este Conselho nasceu como fruto do Congresso de Haia de 1948, através de um compromisso estabelecido entre os Estados-membros da União Européia Ocidental (França, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda e Luxemburgo), além de Irlanda, Itália, Dinamarca, Suécia e Noruega; sua composição é apenas de países da Europa, sendo seus órgãos internos um

²⁶⁴² CAMPOS, Direito..., p. 50-3; OLIVEIRA, União..., p. 88-90; ALVES, Lições..., p. 22; TEIXEIRA, A natureza..., p. 90-1; MATHIJSEN, Introdução..., p. 16-7.

²⁶⁴³ SOLDER, A União..., p. 21-2.

²⁶⁴⁴ CAMPOS, Direito..., p. 53-8; ALVES, Lições..., p. 22-3.

Comitê de Ministros, sujeitos à regra da unanimidade para a tomada de decisões, bem como uma Assembléia Consultiva e Comissões Especializadas de apoio. Foi criado para a função primordial voltada para ser um fórum de concretização de uma união mais estreita entre seus membros, sob o signo dos princípios democráticos da liberdade individual e política, além da preeminência do direito, evidenciando-se um objetivo principal genérico e distante de uma efetiva integração política dos Estados, como fora o teor da moção final dos trabalhos desenvolvidos no referido Congresso de Haia. Mas outro de seus objetivos, era favorecer o progresso econômico e social, pois se considerava que, sem justiça social e desenvolvimento econômico, não seria possível alcançar os ideais democráticos assinalados. No fundo, o Conselho foi erigido com amplíssima competência deliberativa – com exceção de questões relativas à defesa externa – e pouquíssimos meios para efetivar suas deliberações, funcionando como órgão de simples cooperação intergovernamental, sendo criticado, devido a essa realidade – favorecida grandemente pela oposição sistemática Grã-Bretanha a uma integração europeia federalista –, por seus resultados.²⁶⁴⁵

O Conselho, assim, é uma das mais antigas organizações internacionais europeia, e que abrange a maior extensão geográfica também, funcionando como organismo de cooperação e não de integração, defendendo valores democráticos da democracia representativa e pluripartidária, bem como valores morais estabelecidos pela civilização greco-romana-cristã. Sua realização mais marcante foi a Convenção sobre Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais da Europa, bem como a instituição de uma Comissão Europeia dos Direitos do Homem, para receber queixas, tanto de governos quanto de particulares, nessa esfera, e de um Tribunal Europeu dos Direitos do Homem – com sede em Estrasburgo – para julgar litígios envolvendo tais matérias.²⁶⁴⁶

b) FASE DA INTEGRAÇÃO

A fase da integração é marcada pela denominada Declaração Schuman, onde o Ministro dos Negócios Estrangeiros da França – Robert Schuman – propõe uma forma de composição para o fim dos históricos conflitos que marcaram a existência da França e Alemanha, conforme idealização de Jean Monnet. Tratou-se de colocar em conjunto a produção franco-alemã de carvão e do aço, sob o controle de uma Alta Autoridade comum, numa organização internacional aberta à participação de outros países, resolvendo isso três

²⁶⁴⁵ CAMPOS, Direito..., p. 58-74; SOLDER, A União..., p. 24-5; OLIVEIRA, União..., p. 91-2.

²⁶⁴⁶ ALVES, Lições..., p. 19-21; SOLDER, A União..., p. 25-6; CAMPOS, Direito..., p. 71-2.

questões fundamentais da época, ou seja, (I) a questão econômica, voltada para solucionar ou reorganizar a siderurgia européia, que se encontrava no dilema entre o dirigismo privado, através de um poderoso cartel, ou o dirigismo público, no controle do mercado europeu do aço, aberto à participação de todos sem distinção a fim de favorecer o nível de vida e desenvolvimento dos povos; (II) a questão política, voltada para solucionar ou eliminar as causas de conflitos históricos franco-alemães, através de novas bases de entendimentos, dentro de um quadro onde não era mais possível ignorar a recuperação político-institucional da Alemanha Federal e a necessidade de incorporá-la dentro do quadro de defesa contra o inimigo comum soviético, implicando em rearmá-la e também, por sua vez, no renascimento de temores do que isso poderia significar no futuro, a não ser numa fórmula que comprometesse os interesses vitais da Alemanha numa integração franco-alemã indissolúvel ou irreversível na prática; (III) a questão da unificação européia, que exigia para a sua realização a superação das fórmulas clássica de justaposição de soberanias e simples cooperação, que não avançavam em direção a uma profunda e forte integração européia, uma vez que as fórmulas da UEO, OECE e do Conselho da Europa visivelmente não avançariam na direção de uma integração de moldes federal.²⁶⁴⁷

No campo das idéias, tal forma de integração foi identificada como funcionalista, devido ao fato de que a abdicação paulatina de partes da soberania dos Estados, em favor de organismos supranacionais, e o sucesso dessa iniciativa, ampliaria o processo de transferência de competências soberanas para outros domínios, até atingir praticamente todos os campos da atividade humana; assim, a partir de um enfoque econômico de integração supranacional, seria atingida a solidariedade política, enfim, de uma base de ações cooperativas seria atingida a integração; uma seria função de outra, sempre num progresso e crescimento.²⁶⁴⁸ Além disso, havia a concepção de que a paz duradoura na Europa não poderia ser realizada através do marco da soberania, como até então havia sido estabelecido, ou seja, a soberania nacional como fundadora de uma política de rivalidade e protecionismos econômicos.²⁶⁴⁹

Essa Declaração inicial – Declaração Schuman –, revelava que a construção da Europa se efetivaria a partir de uma solidariedade de fato entre os povos, superando as diferenças seculares que marcavam suas existências, e que tal solidariedade seria alcançada aos poucos, e

²⁶⁴⁷ CAMPOS, Direito..., p. 75-9; ALVES, Lições..., p. 24-5; OLIVEIRA, União..., p. 92-3; CASELLA, Comunidade..., p. 69-70. Especialmente para a Alemanha, a aceitação da proposta francesa significaria o retorno da Alemanha como povo com igualdade de direitos na Europa, o fim do controle internacional da região do Ruhr – vide nota de rodapé logo abaixo para maiores esclarecimentos sobre essa região –, e o fim da discriminação na produção do aço. In: SOLDER, a União..., p. 29.

²⁶⁴⁸ ALVES, Lições..., p. 25.

²⁶⁴⁹ SODER, A União..., p. 14.

não de um só golpe; assim, a solidariedade na produção do carvão e do aço, entre a França e Alemanha, torna uma possível guerra entre ambos impensável e impraticável materialmente – pois pelo plano resultaria que o controle do carvão e aço não pertenceria a nenhum deles individualmente, nem mesmo a ambos –, permitindo a Europa se preocupar com a tarefa importante de favorecer o desenvolvimento do continente africano, pois ali estaria a garantia de matérias-primas essenciais de uma Europa pobre nesse âmbito, além do que a existência e funcionamento da Alta Autoridade, com decisões vinculantes para os Estados-membros, seria o embrião e base concretas para uma futura federação européia. Desta forma, a paz e a unificação da Europa Ocidental, através da gerência comum de um fator de produção essencial para o desenvolvimento econômico de todos, assim como a garantia de uma importante fonte de matérias-primas, eram a base e objetivos de uma só Declaração, que se tornou histórica e angariou imediatamente a aprovação de diversos países – e posteriormente sua adesão –, inclusive a Alemanha, resultando na instituição da Comunidade Européia do Carvão e Aço (CECA), através de um tratado internacional firmado em 1951, com França, República Federal da Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo.²⁶⁵⁰

Desta forma, o tratado nasce politicamente ambicioso, tendo por base o econômico. Criar um mercado comum do setor de carvão e aço, a livre circulação dos fatores de produção nesse setor, contribuir para o desenvolvimento da África e estabelecer uma federação européia, tais eram os objetivos fundamentais da CECA. Para atingir os objetivos econômicos, proibiam-se restrições quantitativas quanto à circulação dos produtos e pessoas; quaisquer tipos de medidas ou práticas discriminatórias em qualquer fase da cadeia da produção ou comercialização dos produtos; subvenções, ajudas ou gravames emanados do poder público de qualquer Estado-membro; e práticas restritivas. Assim, a regularidade do abastecimento, a qualidade do produto, a melhora das condições de trabalho e de vida dos

²⁶⁵⁰ CAMPOS, Direito..., p. 79-81 e 83; ALVES, Lições..., p. 26; TEIXEIRA, A natureza..., p. 91-3; MATHIJSEN, Introdução..., p. 17-8; SOLDER, A União..., p. 28-30. É de se observar que os EUA, em especial, por motivos de segurança, queria a Alemanha rearmada; por isso, apoiou todas as iniciativas favoráveis ao entendimento franco-alemão, uma vez que já se sabia, desde 1949, que a URSS possuía a bomba atômica. In: SOLDER, A União..., p. 29. No mesmo sentido, vide OLIVEIRA, União..., p. 92. Além do mais é de se notar que os EUA não tinham restrições ao reerguimento econômico e político da República Federal da Alemanha, ao contrário, tal situação lhe era favorável, uma vez que tal país serviria como um bastião de defesa europeu – questão geopolítica – por sua localização geográfica com o Leste comunista, e, além disso, garantiria os lucros que as indústrias norte-americanas, através de suas filiais, estavam obtendo com sua instalação naquele país. Por sua vez, a Alemanha queria continuar garantindo os investimentos que estava recebendo dos EUA, pois estava se desenvolvendo – se reerguendo economicamente – e tinha, nessa específica relação, o entendimento de que em caso de guerra, dificilmente os EUA iriam lhe bombardear, destruindo as filiais de suas indústrias. In: SOLDER, A União..., p. 27-8.

trabalhadores, tudo concorria para melhora o nível de vida da população dos Estados-membros.²⁶⁵¹

Observa-se que a escolha para uma integração através do carvão e aço, foi devido ao fato desse setor ser considerado vital, sendo que possibilitaria um maior controle quanto a um possível uso militar da matéria-prima, bem como possibilitariam França e Alemanha trabalharem em conjunto devido à suas indústrias no setor serem complementares e não concorrentes.²⁶⁵² Mas é de se assinalar, que na história de relacionamentos franco-alemã, havia, no passado, um modelo de união dos dois povos, concretizado no Império Continental Franco-Alemão de Carlos Magno, e que não deixavam de inspirar a integração desenhada no momento. Paulo Borba Casella assinala que Carlos Magno foi um ponto de inflexão na história européia e na construção de sua cultura e formação da idéia de Europa, sendo que as guerras intra-européias, de mais de onze séculos, que se verificaram desde o fim de seu império – que efetivamente não se formou como uma organização social e econômica de Estado civil –, tinham por paradigma a figura desse império outrora firmado. Esse período, denominado carolíngio, seria o parâmetro e o ideal inspirador das tentativas unificadoras que seriam produzidas na Europa, tanto militarmente quanto pacificamente, ou seja, a partir de um centro, estender todo um ideal cultural – um arbitrário cultural – a ser adotado ou imposto ao restante dos povos, como fora remotamente a Roma antiga, sendo esta, por sua vez, a fonte de inspiração paradigmática de Carlos Magno.²⁶⁵³

A Inglaterra recusou-se a participar dessa proposta, por razões ideológicas e de políticas econômica e social conjunturais. Observa-se que, na época, a Inglaterra entendia que a instituição de uma autoridade supranacional afetaria indevidamente a independência decisória do Parlamento Britânico quanto à condução dos assuntos do país, além do fato de se considerar como uma grande potência e parceira privilegiada dos EUA – a potência da época –, e que poderia manter, encabeçando a British Commonwealth, o seu prestígio e influência nos destinos do planeta; observa-se, também, que a posição política da Grã-Bretanha, nessas iniciativas integrativas, sempre esbarrou na sua posição de limitação e constrangimento que ficaria, caso aceitasse ingressar numa federação, frente aos países membros da sua

²⁶⁵¹ OLIVEIRA, União..., p. 94-5.

²⁶⁵² ALVES, Lições..., p. 27. Ruhr é uma região alemã com grandes jazidas de carvão e onde está concentrada a sua siderurgia. Após a 2ª Grande Guerra, a França pretendeu que sobre ela recaísse um controle permanente dessa região, e que todo o setor siderúrgico fosse transferido para a região francesa de Lorena, onde se encontravam suas jazidas de carvão e indústrias produtoras de aço. A solução dada, após longos debates, foi que a administração da região de Ruhr seria efetuada por uma “Autoridade Internacional do Ruhr” (1949), composta por representantes dos governos dos EUA, Inglaterra, França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, sendo que as decisões mais importantes seriam tomadas pelos EUA, Inglaterra e França. In: SOLDNER, A União..., p. 27.

²⁶⁵³ CASELLA, Comunidade..., p. 81-90.

Comunidade de Nações Britânicas. De fato, o Reino Unido era poderoso e gozava de um prestígio na Europa e no mundo, sendo que vendiam os produtos manufaturados cujas matérias-primas vinham dos países formadores da Comunidade Britânica, ou seja, com sua economia em bom encaminhamento, além do que a sua imprensa ostensivamente apoiava a sua escusa em participar de tal empreendimento.²⁶⁵⁴

A CECA nasce em 1951, através do Tratado de Paris, cuja ratificação não encontrou grande resistências dos parlamentos nacionais dos Estados participantes, e com características como: a) transferência de determinadas competências estatais para uma Alta Autoridade Comunitária, com poderes de ação sobre os Estados-membros e empresas nacionais dos setores de carvão e aço; b) produção legislativa autônoma; c) possibilidades de revisões do Tratado pelas próprias instituições comunitárias; d) submissão dos Estados-membros à legislação comunitária e ao controle jurisdicional comunitário; e) velar pelo abastecimento regular do mercado comum, em condições e preços compatíveis e acesso igualitário à fontes de produção; f) dentre outros mais. Assim, as principais instituições criadas em seu bojo foram uma Alta Autoridade, um Conselho de Ministros, uma Assembléia Comum e um Tribunal da Comunidade, emergindo com muita publicidade e a instituição de um Jornal Oficial da Comunidade, passos iniciais para efetivação da quebra de resistências ao projeto, e para um aprofundamento futuro da integração europeia.²⁶⁵⁵

Paralelo a esses acontecimentos, dentro de um plano integrativo político de defesa comum, já se cogitava a criação de um exército unificado para a Europa Ocidental, motivado especialmente pela questão do rearmamento alemão e sua participação na defesa comum do bloco de países europeus ocidentais, sob autoridade única. Surge a partir da França, o Plano Pleven, em 1950, voltado para a criação de uma Comunidade Europeia de Defesa (CED), onde a Alemanha participaria da defesa atlântica, mas sem um exército próprio com toda sua estrutura institucional e hierárquica. Assim, um exército europeu seria criado sob a autoridade de um Ministro Europeu de Defesa, e no plano estratégico e no alistamento de tropas, a CED ficaria subordinada à OTAN. Em 1952 é instituída a Comunidade Europeia de Defesa (CED), através de um tratado assinado pela França, Alemanha, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Holanda, e junto com a instituição emerge imediatamente a questão crucial, ou seja, uma defesa europeia comum sob que bases políticas e para quais interesses? Os objetivos políticos

²⁶⁵⁴ CAMPOS, Direito..., p. 82-3 e 34; ALVES, Lições..., p. 35-6; MATHIJSEN, Introdução..., p. 18; SOLDER, A União..., p. 30-1.

²⁶⁵⁵ CAMPOS, Direito..., p. 83-5; ALVES, Lições..., p. 27-8; MATHIJSEN, Introdução..., p. 18-9; SOLDER, A União..., p. 31-2.

e militares deveriam ser coincidentes, ou seja, essencialmente se justificaria a defesa comum se a Europa Ocidental fosse considerada como uma Pátria única.²⁶⁵⁶

Tendo por base tal concepção, e dentro do marco estabelecido no tratado da CED, onde uma de suas instituições, denominada Assembléia Parlamentar, ficou incumbida de elaborar a constituição de uma estrutura federal ou confederal que enquadrasse as Comunidades já criadas, ou que viessem e ser criadas, foi elaborado um projeto para criação de uma Comunidade Política Européia (CPE), que previa basicamente uma estrutura federal nos seguintes moldes: a) um Parlamento da Comunidade, com poderes legislativos, composto pela Câmara dos Povos e Senado; b) um Conselho Executivo Europeu eleito pelo Parlamento da Comunidade e assistido por um Conselho de Ministros nacional; c) um Tribunal; d) um Conselho Econômico e Social. Suas finalidades principais seriam absorver as Comunidades já criadas; realizar o mercado comum; e promover a coordenação das políticas exteriores dos Estados-membros. Ocorreu que resistências de países a uma aproximação com a Alemanha – esta, por sua vez, enfrentando fortes resistências internas ao rearmamento, tendo em vista uma futura reunificação com a RDA –, levou ao malogro das duas Comunidades – a CED e a CPE –, inclusive com a rejeição francesa, que fora sua idealizadora, sendo que, diante disso, a Alemanha passou a integrar a OTAN a partir daí, com todas as suas forças armadas sob o comando geral desse organismo de defesa continental.²⁶⁵⁷

A CECA sobreviveu aos reveses da CED e CPE, e alguns anos mais tarde, motivados pelo sucesso daquela, foi lançada uma proposta de integração eminentemente econômica na Europa, propondo-se a criação de um amplo mercado comum europeu, além de uma forma de desenvolvimento pacífico da energia atômica de cunho comunitário, sendo que novamente Jean Monnet principiou o debate dessas idéias. Numa conferência realizada na cidade de Messina (Itália), decidiu-se que uma comissão de delegados governamentais, assessorados por especialistas – e não as chancelarias –, iria estudar a questão e preparar um projeto de tratado naqueles sentidos. A Comissão Spaak foi criada, e concluiu que a instituição de um mercado comum era necessária para fazer avançar o processo de integração, mas com uma instituição

²⁶⁵⁶ CAMPOS, Direito..., p. 86-8; ALVES, Lições..., p. 30; TEIXEIRA, A natureza..., p. 93-4; SOLDIER, A União..., p. 33. O plano proposto por Pevlen foi idealizado novamente por Jean Monnet, sendo que a sua motivação mais imediata foi o temor de uma expansão comunista na Europa, motivada pelos acontecimentos em curso na Ásia, especialmente a partir da eclosão da Guerra da Coreia. Ao pedido alemão e francês, de reforço militar na região européia, os EUA pediram a contrapartida européia de incremento do seu poder bélico, que significava na prática o rearmamento da Alemanha, pedido esse que imediatamente foi recusado pela França por motivos que, além do fator histórico das consequências da preponderância militar da Alemanha na Europa, nessa época – 1950 – estava com parte de seu exército lutando na Indochina, o que a tornava mais fraca militarmente na Europa. In: SOLDIER, A União..., p. 32-3.

²⁶⁵⁷ CAMPOS, Direito..., p. 88-91; ALVES, Lições..., p. 30-1; OLIVEIRA, União..., p. 353-4; TEIXEIRA, A natureza..., p. 94-5; SOLDIER, A União..., p. 33-6.

dotada de autoridade própria; essa Comissão entregou, ao final, dois projetos, um voltado para a instituição de um mercado comum e outro voltado para regular a gestão comum no domínio específico da energia atômica. Em 1957, na cidade de Roma, foram assinados os tratados que criaram a Comunidade Econômica Européia (CEE) e a Comunidade Européia de Energia Atômica (CEEA, também conhecida com EURATOM), e as três Comunidades criadas passaram a comandar o processo de integração européia.²⁶⁵⁸

Acerca da EURATOM, observa-se que já em meados da década de 1950, os resultados econômicos demonstravam que a Europa passava por um processo de grande recuperação tecnológica e científica nessa esfera. A Europa Ocidental era a segunda maior consumidora de energia do mundo. A demanda por energia era grande e o petróleo era uma das suas principais fontes, e apesar de haver bastante carvão mineral disponível na Europa, ainda assim existia uma dependência quanto àquele outro principal item energético. O desenvolvimento da energia atômica apresentou-se como uma nova maneira para superar uma possível deficiência energética, além de estar contribuindo para desenvolver uma nova indústria – e toda uma economia em trono dela –, sendo que, no âmbito europeu, verificava-se que nessa época os interesses nacionais não estavam em conflito nesse campo. A idéia de desenvolver em comum essa nova fonte de energia, nos moldes inscritos na CEEA, tinha como seu principal interessado a França, que, além de possuir a tecnologia mais desenvolvida na área entre os europeus, poderia observar o desenvolvimento da indústria nuclear alemã mais transparentemente; já a Alemanha e os demais países, nessa época, tinham interesses específicos no Mercado Comum Europeu. Mas é de se observar, também, que todos os países interessados se encontravam em atraso frente aos EUA e URSS, quanto ao desenvolvimento tecnológico dessa forma de energia, sendo que, pesquisas nessa área, em busca de progressos tecnológicos, eram muito caras, tornando conveniente e oportuno uma colaboração mais estreita, em moldes comunitários, nesse novo setor industrial e energético.²⁶⁵⁹

Os objetivos da EURATOM voltavam-se, então, para a formação e rápido desenvolvimento da indústria nuclear européia. Para tanto estabeleceu-se: “a) desenvolver a investigação e difusão dos conhecimento técnicos; b) fixar normas de segurança, proteção sanitária da população e dos trabalhadores; c) facilitar os investimentos; d) velar para o abastecimento regular; e) garantir a utilização pacífica dos materiais nucleares; f) criar um

²⁶⁵⁸ CAMPOS, Direito..., p. 91-4; OLIVEIRA, União..., p. 96; TEIXEIRA, A natureza..., p. 95; MATHIJSSEN, Introdução..., p. 19-20; SOLDER, A União..., p. 37.

²⁶⁵⁹ SOLDER, A União..., p. 36 e 39.

mercado comum com garantia à livre circulação dos trabalhadores, materiais e equipamentos e capitais para os investimentos nucleares”.²⁶⁶⁰

Assim, em matéria de energia atômica, não havia maiores divergências entre os participantes, sendo que, após a concretização do tratado internacional, verificou-se a construção de quatro centros europeus de energia nuclear – Itália, Holanda, Bélgica e Alemanha – reunindo mais de 2.500 cientistas pesquisadores. Dos seus projetos de pesquisas, se encontra a fusão nuclear, considerada uma forma limpa de obtenção da energia nuclear, ao contrário do processo tradicional de fissão nuclear,²⁶⁶¹ tendo conseguido experimentalmente realizar, pela primeira vez, a fusão nuclear em laboratório; além disso, verifica-se que os objetivos de pesquisa da EURATOM ampliaram-se com o passar do tempo, para a busca de formas alternativas de energia.²⁶⁶²

Acerca da CEE, ela foi criada para atingir mais diretamente todo o sistema econômico em vigor nos Estados-membros e, portanto, a vida cotidiana das pessoas, uma vez que pretendia alcançar a liberdade de circulação de mercadorias, pessoas, serviços, estabelecimento e capitais, prevendo a instituição de uma união aduaneira com uma tarifa externa comum (TEC), retirando dos Estados sua autonomia nessa esfera tributária. Assim, seus objetivos gerais estabeleciam: “a) promover um desenvolvimento harmonioso das atividades econômicas ao conjunto da Comunidade; b) manter a expansão contínua e equilibrada; c) apresentar estabilidade crescente; d) acelerar a elevação do nível de vida e relações mais estreitas entre os Estados que a integrassem”.²⁶⁶³

Verificou-se que os debates revelaram as diferenças de concepções entre seus participantes quanto a um mercado comum europeu. Seria um mercado livre ou dirigido – controlado e protegido – com a participação – ou não – das colônias e territórios ultramarinos, pertencentes aos países-membros europeus que os possuíam?; seria com uma política agrícola comum, protegida ou livre?; tais eram, então, algumas das questões que colocavam em confronto os Estados-membros, interessados na implantação de uma maior integração das economias dos países europeus ocidentais. Observe-se que estava sendo debatida a implantação de políticas comuns agrícola, de transportes, comércio e concorrência, entre outras mais, como política social, industrial, do meio ambiente, e energética, o que – pela natureza dos temas e sua importância sócio-econômica para cada nação – implicava em sérias

²⁶⁶⁰ OLIVEIRA, União..., p. 97.

²⁶⁶¹ Como se sabe, o produto da fissão nuclear resulta em partículas radioativas altamente nocivas à saúde das pessoas e à vida em geral, onde ele se deposita, situação essa que não ocorre no processo de fusão nuclear.

²⁶⁶² SOLDER, A União..., p. 39-40.

²⁶⁶³ OLIVEIRA, União..., p. 97.

defrontações, com severas resistências particulares; entretanto, vencidas as diferenças, a CEE acabou sendo concretizada.²⁶⁶⁴

É de observar, que aspectos de semelhança e diferença despontam da leitura dos tratados que criaram as três Comunidades e, portanto, da existência das Comunidades em si. Assim, como diferenças têm-se: a) seus objetos e domínios econômicos são diversos; b) o Tratado de Roma é mais aperfeiçoada que o Tratado de Paris, em algumas matérias; c) o Tratado de Paris é mais fortemente marcado pela supranacionalidade que o Tratado de Roma; d) o Tratado da CECA é um tratado-regra, ou seja, que regula em pormenores os assuntos que se ocupa, enquanto que o Tratado da CEE tende a ser mais um tratado-quadro, ou seja, se limitando a formular orientações gerais e princípios fundamentais.²⁶⁶⁵ Já quanto às semelhanças tem-se que: a) todos estão voltados para regular aspectos no domínio econômico; b) as estruturas orgânicas das três Comunidades são semelhantes; c) com relação à regras para o estabelecimento de um mercado comum, a feição do Tratado da CEE é de um tratado-regra, como o Tratado da CECA.²⁶⁶⁶

Nesse processo em curso, a Inglaterra novamente havia sido convidada a participar da instituição da CEE e da EURATOM, mas novamente havia se retirado durante o transcurso dos trabalhos da Comissão Spaak, atuando na qualidade de observadora. Como contraposição às propostas de uma união aduaneira e a um futuro mercado comum europeu, tentou vingar a idéias de uma Associação Européia de Livre Comércio (EFTA) no âmbito europeu, mas cuja criação, em 1960, não havia conseguido a adesão dos países que formavam as Comunidades recém criadas. Assim, o tratado assinado em Estocolmo tinha a Inglaterra, Dinamarca, Noruega, Suécia, Áustria, Suíça e Portugal como membros da EFTA. Seu objetivo primordial seria criar uma vasta zona de livre comércio na Europa, mas observa-se que esta foi a maneira encontrada pelos países referidos para não ficarem isolados, diante de um processo de integração econômica que avançava no continente, e que poderia prejudicá-los se o enfrentassem isoladamente, bem como se contrapor a ele. Entretanto, em 1973, Inglaterra e Dinamarca aderem às Comunidades Européias, e todos os Estados-membros do EFTA negociam um acordo de livre comércio com a mesma; em 1986, Portugal consegue sua adesão e no início da década de 1990 Áustria, Noruega, Suécia e Finlândia solicitam sua adesão.²⁶⁶⁷

²⁶⁶⁴ SOLDER, A União..., p. 37-9; OLIVEIRA, União..., p. 97.

²⁶⁶⁵ CAMPOS, Direito..., p. 94-5; ALVES, Lições..., p. 29-30; SOLDER, A União..., p. 38.

²⁶⁶⁶ CAMPOS, Direito..., p. 94-5.

²⁶⁶⁷ CAMPOS, Direito..., p. 96-100; ALVES, Lições..., p. 36; SOLDER, A União..., p. 42. Para a Inglaterra, era importante manter suas preferências comerciais com os países que compunham a Commonwealth; assim, preferia que fosse implantada apenas uma zona de livre comércio, onde cairiam somente os tributos alfandegários internos, mantendo-se a autonomia de cada membro quanto às tarifas a serem praticadas em

Observa-se que a expressão “espaço econômico europeu” era própria para designar as relações de cooperação entre as Comunidades e o EFTA; até 1984, essas relações eram limitadas a acordos de comércio visando assegurar a circulação de produtos industriais livres que quaisquer tipos de restrições entre os blocos econômicos, entretanto, a partir desse ano, estabeleceu-se a meta de comprometimento no reforço dessa cooperação, com intuito de criar um espaço econômico mais dinâmico entre eles, o que foi reiterado e reforçado em 1990, para se alcançar uma estreita cooperação econômica, cultural, científica, social, ambiental, empresarial, entre outros.²⁶⁶⁸

EFTA e Comunidades acabaram por estabelecer um tratado entre si, criando o Espaço Econômico Europeu (EEE), em 1992, destinado a proporcionar uma adesão dos países membros da EFTA às Comunidades, sem traumas, bem como assegurar, em caso de não aceitação de adesão, a qualidade mínima de Estado associado das Comunidades. Para tanto estabeleceu-se como objetivos específicos do EEE a livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais, bem como uma colaboração estreita em diversos outros domínios. Sua estrutura orgânica seria formada por representações das Comunidades e dos Estados-membros da EFTA num Conselho do EEE, num Comitê Misto e num Comitê Parlamentar Misto, sendo que o novo organismo internacional criado respeitaria integralmente o direito comunitário estabelecido – inclusive o que futuramente poderia ser criado – no âmbito das Comunidades. Observe-se que, apesar de respeitar o direito comunitário, o EEE não se tratava de uma extensão das Comunidades aos Estados-membros do EFTA, haja vista que estes últimos eram contrários a muitas políticas estabelecidas no âmbito das Comunidades, como o da pesca, agrícola, comercial, entre outros, sendo considerado uma criação *sui generis*.²⁶⁶⁹

Pouco mais de um ano após ter encabeçado a criação da EFTA, a Inglaterra solicita sua adesão às Comunidades. Agora, uma série de fatores estava concorrendo para a mudança de seu posicionamento quanto à aceitação de pertencer a um organismo internacional com características supranacionais. Assim, havia a desagregação da Commonwealth; dúvidas em relação à sua condição de parceiro privilegiado dos EUA, uma vez que estes haviam aumentado os laços econômicos e políticos com as Comunidades; crise econômica e financeira interna; o resultado da criação da EFTA aquém das expectativas; a economia do

relação a terceiros países. Ocorre que, numa união aduaneira, os países não têm autonomia para estipular tarifas aduaneiras para com outros países, além de ser introduzida uma tarifa externa comum (TEC), retirando, portanto, a autonomia dos membros em relação a essa esfera. Os países das Comunidades recusaram a proposta inglesa, tendo em vista o enfraquecimento que acarretaria à união e integração até então feita, observando-se que estavam recusando também um mercado importante, que ampliaria o comércio recíproco. In: SOLDNER, A União..., p. 41-2 e 45.

²⁶⁶⁸ ALVES, Lições..., p. 53-4.

²⁶⁶⁹ CAMPOS, Direito..., p. 101-2; ALVES, Lições..., p. 54.

continente em crescimento; e receio de um isolamento tanto dos norte-americanos quanto dos europeus continentais. Duas foram as tentativas de adesão fracassadas, quais sejam, a de 1961 e a de 1967, cuja oposição francesa concorreu para dificultar o seu ingresso, uma vez que a Inglaterra pedia a adesão, mas condicionava a certas exigências que foram recusadas em ambas ocasiões, exigências essas muitas mais de ordem doméstica ou particularidades específicas internas da Grã-Bretanha,²⁶⁷⁰ note-se que seu pedido não foi rejeitado formalmente, mas considerado inoportuno quanto à sua apreciação. Finalmente, em 1969, depois de uma Conferência de Chefes de Estado e de Governo, fixou-se que o reavivamento ou reforço da idéia comunitária, e o impulsionamento de seu processo, se daria através do “aprofundamento” da Comunidade em direção de uma união econômica e monetária, como nova fase do processo de integração econômica; bem como o “acabamento”, como realização completa das políticas comuns, a exemplo da política agrícola, ademais do lançamento de novas políticas; e, finalmente, o seu “alargamento”, com aceitação de adesões de novos países, nesse caso, possibilitando um novo impulso à cooperação política.²⁶⁷¹

O resultado desse alto encontro de Haia foi a adesão da Inglaterra,²⁶⁷² Irlanda e Dinamarca nas Comunidades, em 1972, sendo que a Noruega, que também tinha sido aprovada, não pôde ingressar devido a um referendo nacional negativo nesse sentido.²⁶⁷³ Observa-se que, imediatamente após seu ingresso, a Inglaterra pediu a revisão de termos do Tratado que a inseriu nas Comunidades, obtendo, como resultado dessa solicitação, bem menos do que havia requerido. Assim, o primeiro referendo nacional da história inglesa foi feito para verificar o interesse dos cidadãos na permanência ou retirada das Comunidades, tendo sido aprovado a sua permanência.²⁶⁷⁴

Em novos processos de alargamentos, em seguida ao da Inglaterra e outros países do EFTA, a Grécia estabeleceu um tratado internacional de associação com as Comunidades em

²⁶⁷⁰ Observe-se que outros motivos estavam subjacentes na recusa francesa, tais como o receio de perda da sua influência nas Comunidades; receio da influência norte-americana, através do ingleses no processo em curso; falta de confiança nas intenções britânicas; ausência de transparência britânica quanto aos seus conhecimentos em matéria nuclear. In: ALVES, Lições..., p. 36-7. Assinale-se que na segunda tentativa, a Inglaterra havia cedido muito mais em suas exigências, mas mesmo assim a França vetou seu ingresso, apontando a má situação da economia britânica; entretanto, havia o receio francês da perda da hegemonia na Comunidade para a Inglaterra. In: SOLDER, A União..., p. 47.

²⁶⁷¹ CAMPOS, Direito..., p. 103-6; ALVES, Lições..., p. 36 e 37-8; MATHIJSEN, Introdução..., p. 21-2.

²⁶⁷² Anote-se que os demais membros da Comunidade deixaram ver à França, que a Política Agrícola da Comunidade (PAC) não seria aceita nos moldes dos interesses franceses, se ela não retirasse o veto ao ingresso da Inglaterra na Comunidade; para os demais países, isso – ingresso dos britânicos nas Comunidades – era interessante para estabelecer uma contraposição à crescente economia alemã. In: SOLDER, A União..., p. 47.

²⁶⁷³ Dinamarca e Irlanda solicitaram, em 1961, o seu ingresso, enquanto que Noruega, em 1962. In: OLIVEIRA, União..., p. 108.

²⁶⁷⁴ CAMPOS, Direito..., p. 106-7; OLIVEIRA, União..., p. 108; MATHIJSEN, Introdução..., p. 22; SOLDER, A União..., p. 48.

1961, entretanto, a implantação de um regime anti-democrático no país congelou a aplicação do Tratado, e somente em 1975, após o restabelecimento das instituições democráticas, é que o ela pôde solicitar seu ingresso como membro pleno de direito, o que ocorreu somente em 1979. Já Portugal e Espanha, solicitaram em 1977 o seu ingresso nas Comunidades, e sucedeu que a análise dessas solicitações, juntamente com a solicitação grega, levantou questões sobre a possibilidade de haver uma integração heterogênea, haja vista os problemas econômicos – e outros específicos – que estavam em questão, quanto à capacidade dos países se adequarem às exigências que as Comunidades demandavam. Depois de anos de negociações, finalmente, em 1985, Portugal e Espanha são aceitos como membros de plenos direitos junto às Comunidades.²⁶⁷⁵

Também em 1985, registrou-se a defecção da Groelândia do sistema comunitário europeu, uma vez que fazia parte do mesmo, desde 1973, como integrante do Reino da Dinamarca. Observa-se que a sua participação dava-se através de um estatuto especial, por exemplo, com competência exclusiva no campo das pescas, agricultura e criação de gado, entretanto, um referendo decidiu pelo seu afastamento das Comunidades, possivelmente motivado pelo seu isolamento, condições climáticas, população e particularidades culturais não européias, decidindo-se por um outro e novo tipo de relacionamento com as Comunidades.²⁶⁷⁶

Por ocasião da ampliação das Comunidades aos países do sul da Europa, pesava o fato de que a ampliação feita anteriormente, em direção aos países do norte da Europa, não havia provocado o avanço, consolidação e aprofundamento, tanto da integração econômica quanto política, que era esperado, causando dúvidas quanto às conseqüências benéficas de um alargamento em direção a um sul não desenvolvido economicamente, cuja economia era centrada na agricultura, além de serem sociedades recém democratizadas, após viverem um período dentro de sistemas ditatoriais. Isso trazia a questão do maior dispêndio que seria necessário para ajudar tais países, problemas de ordem institucional – com a necessária participação nos processos decisórios das diversas instituições comunitárias, especialmente no Conselho –, interesses nacionais que poderiam agravar as possibilidades de dissensão interna

²⁶⁷⁵ CAMPOS, Direito..., p. 108-21; OLIVEIRA, União..., p. 108; ALVES, Lições..., p. 41; MATHIJSEN, Introdução..., p. 23. Dentre os três países, foi Espanha que trouxe mais dificuldades para o ingresso, justamente porque tinha uma economia agrária e industrial mais desenvolvida que os demais, ingressando como concorrente direto dos demais países-membros, com alguns produtos específicos. Portugal já era membro do EFTA, e mantinha relações com a Comunidade através desse organismo internacional, enquanto que a Grécia já era, desde 1961 um país associado. In: SOLDER, A União..., p. 50-1.

²⁶⁷⁶ MATHIJSEN, Introdução..., 25; SOLDER, A União..., p. 62.

comunitária, problemas esses que ressaltavam novamente a necessidade de um governo central de moldes federativo.²⁶⁷⁷

Entre 1992 e 1993, Áustria, Finlândia, Noruega e Suécia solicitaram e conseguiram sua adesão nas Comunidades, que passou a vigorar a partir de 1994, entretanto, Noruega novamente não aderiu por vontade de seu povo, manifestada através de um outro referendo, que recusou sua participação nas Comunidades. A Europa comunitária era agora de quinze Estados-membros, e a questão que se apresentava sempre presente já era antiga, ou seja, quais rumos a Comunidade estava tomando com essas novas adesões e que direção e sentido tomar nas decisões necessárias rumo a uma integração mais vertical? Aqui repousavam questões-chaves, ou seja, acerca do grau de autonomia e competências dos órgãos comunitários na Europa comunitária, e o poder de decisão de cada um deles nesse processo de integração, pois a estrutura institucional da Comunidade, à medida do avanço das adesões, sofria o impacto desse aumento de membros, especialmente quanto ao funcionamento do processo decisório.²⁶⁷⁸

Após o fim do regime soviético, os Estados da Europa Central e do Leste pediram sua adesão à Comunidade; dentre os países que solicitaram, o Conselho Europeu definiu seis Estados que poderiam ser incluídos na próxima adesão, sendo eles Chipre, Eslováquia, Estônia, Polônia, Hungria, e República Checa. Ocorreu que para serem aceitos nessa quinta adesão, tais Estados precisariam demonstrar que haviam incorporado valores democráticos ocidentais e que, portanto, respeitariam os direitos humanos, o Estado de Direito, a proteção às minorias, bem como, no campo da economia, que implantariam e fariam funcionar internamente, uma economia de mercado, e que estariam aptos para enfrentar a pressão competitiva e as forças de mercado dentro da União Européia. Entretanto, por outro lado, esse novo pedido fez pesar, também, a questão se tais adesões não iriam impedir o avanço do processo integracionista em curso, conforme já construído pelos demais Estados-membros.²⁶⁷⁹ De fato, sucedeu que em 2004, mais dez países do centro e do leste europeu e acabaram se incorporando à União Européia, totalizando, agora, vinte e cinco Estados-membros. O Conselho Europeu, em dezembro de 2002, aprovou a adesão da Hungria, Polônia, República

²⁶⁷⁷ SOLDER, A União..., p. 49-50.

²⁶⁷⁸ CAMPOS, Direito..., p. 122; OLIVEIRA, União..., p. 108-9. É de assinalar que essas ampliações acabaram também aumentando o número de países ultramarinos associados à Comunidade, especialmente da África, do Caribe e do Pacífico, criando uma área de preferências comerciais bastante extensa. O Acordo de Lomé contabiliza um total de 66 Estados em desenvolvimento, associados à Comunidade. In: SOLDER, A União..., p. 49.

²⁶⁷⁹ OLIVEIRA, União..., p. 109-10.

Checa, República Eslovaca, Eslovênia, bem como dos Estados Bálticos – Estônia, Letônia e Lituânia – e das ilhas mediterrânicas de Malta e de Chipre.

Nesse processo de adesão que se amplia cada vez mais, as indagações também aumentam. Desta forma, questiona-se se o processo de integração europeia necessita de expansão territorial, quanto e até onde; também o que pode ser entendido por Estado europeu, uma vez que o processo seria em princípio aberto para tais tipos característicos de Estado; o conceito de Estado democrático igualmente é incerto. Diante disso, o Conselho Europeu, para dar maior objetividade e transparência aos critérios de adesão, estabeleceu os seguintes parâmetros para iniciar as negociações visando a associação de um novo Estado à União Europeia: a) aceitação do acervo comunitário; b) aceitação do acervo político; c) adesão às finalidades política; d) economia competitiva ou de concorrência em operação; e) existência de um sistema legal e administrativo adequado ao setor público como ao privado. Evidentemente, há uma série de outros fatores de interesses condicionando a aceitação de novos Estados, dentro de uma visão de custos benefícios que abarca não só o econômico, mas também o aspecto político da integração europeia. Desta forma, os países solicitantes foram enquadrados nos seguintes marcos: a) Estados que não necessitam de período prévio de adaptação; b) Estados que necessitam de período preparatório; c) Estados com dificuldades políticas.²⁶⁸⁰

²⁶⁸⁰ OLIVEIRA, União..., p. 110-2. Para melhor compreender a realidade da União Europeia e as diversas implicações a ela relacionadas, entre outros vide: OLIVEIRA, Odete Maria de. **União europeia: processos de integração e mutação**. Curitiba: Juruá, 1999. 486 p.; KAKU, William Smith. **O atual confronto político-institucional da União Europeia: a organização internacional e o federalismo em questão**. Ijuí: Unijuí, 2003. 392 p.; STELZER, Joana. **União europeia e supranacionalidade: desafio ou realidade?**. Curitiba: Juruá, 2000. 198 p.; STELZER, Joana. **A comunidade europeia e a livre circulação de mercadorias na formação do mercado único: a função da jurisprudência comunitária na definição das competências e do conceito de medidas de efeito equivalente às restrições quantitativas**. 2003. Tese (Doutorado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.; SILVA, Karine de Souza. **Direito da comunidade europeia: fontes, princípios, e procedimentos**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2005. 480 p.; CASELLA, Paulo Borba. **Comunidade europeia e seu ordenamento jurídico**. São Paulo: LTr, 1994. 650 p.; MATHIJSEN, P. S. F. R. **Introdução ao direito comunitário**. Coimbra: Coimbra, 1991.; SOLDER, José. **A União Europeia: história, organização e funcionamento**. São Leopoldo; Unisinos, 1995. 184 p.; SÁ, Luís. **A crise das fronteiras**. Estado, administração pública e união europeia. Lisboa: Cosmos, 1997. 654 p.; MONNET, Jean. **Memória: a construção da unidade europeia**. Brasília: UnB, 1986. 576 p.; GUÉRY, Gabriel. **Viver a Europa social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 360 p.; NOUSCHI, Marc. **Em busca da Europa: construção europeia e legitimidade nacional**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. 276 p.; NONON, Jacqueline; e CLAMEN, Michel. **A Europa no plural: doze países no singular**. Lisboa: Piaget, 1998. 316 p.; PORTO, Manuel. **A Europa no dealbar do novo século: intervenções parlamentares**. Coimbra: Almedina; Grupo PPE (PSD), 1999. 156 p.; PORTO, Manuel Carlos Lopes. **Lições de teoria da integração e políticas comunitárias**. Coimbra: Almedina, 1991. 2 v.; PORTO, Manuel Carlos Lopes. **Teoria da integração e políticas comunitárias**. Coimbra: Almedina, 1997. 570 p.; SANDE, Paulo José Rombert de Almeida. **O sistema político da União Europeia: entre hesperus e phosphorus**. Lisboa: Centro de Informação Europeia Jacques Delors, 2000. 216 p.; RAMOS, Rui Manuel Moura. **Das comunidades à União Europeia: estudos de direito comunitário**. Coimbra: Coimbra, 1994. 368 p.; CUNHA, Paulo de Pitta *et alii*. **A União Europeia na encruzilhada**. Coimbra: Almedina, 1996. 232 p.; PEREIRA, André Gonçalves *et alii*. **Em torno da revisão do tratado da União Europeia**. Coimbra: Almedina, 1997. 264 p.; QUADROS, Fausto de. **O princípio da subsidiariedade no direito comunitário após o tratado**

da união europeia. Coimbra: Almedina, 1995. 84 p.; QUADROS, Fausto de. **Direito das comunidades europeias e direito internacional público:** contributo para o estudo da natureza jurídica do direito comunitário europeu. Lisboa: Almedina, 1991. 542 p.; KEGEL, Patrícia Luíza. **Direito internacional público e direito comunitário nas constituições nacionais:** a experiência da república federal da Alemanha. 2000. Tese (Doutorado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.; FERNANDES, António José. **A União Europeia de Maastricht:** federação, confederação ou comunidade de estados? Lisboa: Presença, 1994. 140 p.; CUNHA, Paulo de Pitta e. **De Maastricht a Amesterdão:** problemas da união monetária europeia. Coimbra: Almedina, 1999. 144 p.; CUNHA, Paulo de Pitta e. **Integração europeia:** estudos de economia, direito, e política comunitários (1963-1993). 2. ed. Coimbra: Almedina, 2004. 740 p.; CUNHA, Paulo de Pitta e. **Direito institucional da União Europeia.** Coimbra: Almedina, 2004. 216 p.; PORTO, Manuel Carlos Lopes. **Do acto único à “nova fronteira” para a Europa.** Coimbra: Almedina, 1988. 78 p.; PORTO, Manuel *et alii*. **A revisão do tratado da União Europeia.** Coimbra: Almedina, 1996. 304 p.; LOPES, M. Conceição; PINA, David; e SILVA, Guilherme H. R. **O acto único europeu:** alterações aos tratados CECA, CEE E CEEA (anotações e comentários); acta final; actas da assembléia da república; projecto de tratado da união europeia. Coimbra: Almedina, 1991. 250 p.; LUSTER, Rudolf *et alii*. **União Europeia:** um projeto de constituição. Sindelfingen (Alemanha): Libertas, 1989. 152 p.; GOMES, Carla Amado. **A natureza constitucional do tratado da União Europeia.** Lisboa: Lex, 1997. 96 p.; PIRES, Francisco Lucas. **Introdução ao direito constitucional europeu:** seu sentido, problemas e limites. Coimbrãs: Almedina, 1997. 124 p.; QUADROS, Fausto de. **Direito comunitário I:** programa, conteúdos e métodos do ensino. Coimbra: Almedina, 2000. 96 p.; LARANJEIRO, Carlos. **União económica e monetária e euro:** legislação comunitária e portuguesa. Coimbra: Almedina, 1999. 640 p.; ALVES, Jorge de Jesus Ferreira. **Direito da concorrência nas comunidades europeias.** 2. ed. Coimbra: Coimbra, 1992. 364 p.; ALVES, Jorge de Jesus Ferreira. **Lições de direito comunitário:** parte institucional, ordenamento jurídico, liberdades de circulação. 2. ed. Coimbra: Coimbra, 1992. 486 p.; LAUREANO, Abel. **Regime jurídico fundamental da União Europeia anotado.** Lisboa: Quid Iuris Sociedade Editora, 1997. 704 p.; VILAÇA, José Luís; e GORJÃO-HENRIQUES, Miguel. **Tratado de Amesterdão.** 3. ed. Coimbra: Almedina, 2000. 312 p.; GOMES, José Caramelo; e FERNANDES, José Augusto Pereira. **Enquadramento jurídico da União Europeia.** Lisboa: Livraria Petrony, 1994. 780 p.; PEREIRA, António Pinto. **O parlamento europeu.** Lisboa: Rei dos Livros, 1998. 408 p.; PEREIRA, António Pinto. **A comissão europeia.** Lisboa: Rei dos Livros, 1998. 121 p.; PEREIRA, António Pinto. **O comité das regiões da União Europeia.** Lisboa: Rei dos Livros, 1998. 152 p.; PEREIRA, António Pinto. **O conselho da União Europeia.** Lisboa: Rei dos Livros, 1998. 328 p.; PEREIRA, António Pinto. **O tribunal de contas das comunidades europeias.** Lisboa: Rei dos Livros, 1999. 368 p.; PEREIRA, António Pinto. **O tribunal de justiça das comunidades europeias.** Lisboa: Rei dos Livros, 2000. 700 p.; FORTE, Umberto. **União Europeia:** comunidade económica europeia (direito das comunidades europeias e harmonização fiscal). São Paulo: Malheiros, 1994. 184 p.; CAMPOS, João Mota de. **Direito comunitário:** o direito institucional. 8. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. 872 p.; CAMPOS, João Mota de. **Direito comunitário:** o ordenamento jurídico comunitário. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. 920 p.; CAMPOS, João Mota de. **Direito comunitário:** o ordenamento económico. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. 1094 p.; ROJO SALGADO, Argimiro. **El modelo federalista de integración europea:** la Europa de los estados y de las regiones. Madrid: Dykinson, 1996. 162 p.; LOIS, Jean-Victor. **El ordenamiento jurídico comunitario.** 5. ed. Bruxelas: CECA; CE; CEEA, 1993. 268 p.; VASCONCELOS, Álvaro de (coord.). **Portugal no centro da Europa:** propostas para uma reforma democrática do tratado da União Europeia. Lisboa: Quetzal, 1995. 262 p.; TEIXEIRA, António Fernando Dias. **A natureza das comunidades europeias:** estudo político-jurídico. Coimbra: Almedina, 1993. 296 p.; WEILER, Joseph H. H. **Europa, fin de siglo.** Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1995. 210 p.; FORTE, Umberto. **União Europeia:** comunidade económica europeia (direito das comunidades europeias e harmonização fiscal). São Paulo: Malheiros, 1994. 184 p.; PERONE, Gian Carlo. **A ação sindical nos Estados-membros da União Europeia:** lições. São Paulo: LTr, 1996.; CARRERA HERNÁNDEZ, Francisco Jesús. **Política pesquera y responsabilidad internacional de la comunidad europea.** Salamanca (Espanha): Universid de Salamanca, 1995.; São Paulo (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Entendendo o meio ambiente.** 2. ed. São Paulo: SMA, 1997. 8 v.; GUEROT, Ulrike. **União europeia:** transtornos e alcance da integração regional. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. 104 p.; CHLUMSKÝ, Jiří; MALÝ, Jiří, RYDVAN, Tomáš; ŠUMPÍKOVÁ, Markéta. **Monitoring preparations os tradition countries for EU-accession.** Prague: University Economics of Prague; Research Center of Integration of the Czech into European Economy; Friedrich Ebert-Stiftung, 2000.; BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. **La TVA europeenne et son evolution par etapes en fonction du processus d'integration au sein de la CEE (période 1958-1991).** 1993. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade Direito, Universidade Livre de Bruxelas, Bruxelas, 1993.; FINKELSTEIN, Cláudio. **A caminho de uma federação europeia.** São Paulo, Curso de Pós-Graduação em Direito, Pontificia Universidade Católica de São Paulo, mimeo.

4.1.3. INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

4.1.3.1. INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Durante todo seu período colonial, a América Latina esteve integrada aos Impérios Ibéricos, produzindo a extração de todas as riquezas possíveis das terras americanas, destinadas para o continente europeu e a sua específica civilização em desenvolvimento. A América espanhola tinha por objeto principal os metais preciosos – especialmente ouro e prata – e a América portuguesa especialmente os produtos extrativos das novas terras descobertas, os metais preciosos e o cultivo em grande escala de produtos agrícolas de interesses comercial europeu. Uma só América espanhola e uma só América portuguesa existiam, cada qual vinculada diretamente com suas respectivas metrópoles, administradas por diferentes vice-reinados, aqui instalados em regiões administrativo-territoriais específicas, produzindo riquezas para a Europa em geral. Tal, então, era a integração havida durante os mais de trezentos anos de colonização ibérica em terras latino-americanas.

O processo geral de independência das colônias espanholas e portuguesas, para o surgimento dos Estados nacionais soberanos latino-americanos pós-revolucionário, resultou em dois efeitos sociais diferenciados; de um lado, desmembrou a América espanhola em diversos entes políticos soberanos, enquanto que, de outro lado, a independência da América portuguesa, ocorrida praticamente na mesma época da independência das colônias espanholas latino-americanas, manteve a unificação político-jurídico-territorial dentro da figuração do novo ente soberano emergente.

É no período da independência da América espanhola que emerge o primeiro projeto de integração de caráter internacional,²⁶⁸¹ voltado para unificar os povos coloniais espanhóis

²⁶⁸¹ É preciso considerar que o processo de independência hispano-sulamericano foi um empreendimento comum. A guerra travada já apontava, em 1810, as principais forças insurgentes, quais sejam, a Venezuela e Nova Granada ao norte, e Buenos Aires e Chile ao sul. Os exércitos eram compostos por gentes de todas as localidades onde espanhóis estabeleceram centros de vida comunitária coloniais. As exceções eram a América Central e México, que estabeleceram lutas solitárias para alcançar sua independência, devido à geografia e grandes distâncias que separavam, por exemplo, o México da América do Sul; inicialmente a América Central se integrou ao México, entretanto, depois seguiu seu próprio e independente caminho. In: MORENO PINO, Ismael.

latino-americanos, projeto esse de caráter eminentemente político, uma vez que era voltado para que governos livres e Estados independentes se unissem para lutar contra inimigos comuns, sustentando a liberdade alcançada pelos povos latino-americanos, nos processo de independência, junto à metrópole.²⁶⁸² Um modelo de união política de Estados independentes em torno de um sistema confederativo garantiria a coesão e esforço comum em prol dos objetivos de garantir a liberdade de todos os novos protagonistas estatais latino-americanos. Tal projeto teve em Simón Bolívar seu protagonista mais expoente.²⁶⁸³

A idéia de uma unificação política dos povos da América, especialmente dos povos hispano-latino-americanos, em verdade não teve em Simón Bolívar o primeiro a conceber e estabelecer a idéia de uma união entre os povos americanos, mas foi efetivamente o primeiro personagem a organizar de forma sistemática todas as concepções anteriores, em prol de sua concretização factual, corrigindo-as e trazendo para o plano das realidades vividas pelas gentes da época e praticando atos concretos necessários para realizá-las no plano existencial e concreto da vida. De fato, entre os precedentes dessa idéia há dois documentos do Chile, datados de 1810, defendendo a necessidade da reunião das nações americanas em torno de um congresso, com intuito de se organizarem e se fortalecerem, sendo quem um dos documentos estabelecia claramente a necessidade de uma Confederação entre as colônias espanholas da América do Sul com o intuito de afastar toda dominação estrangeira que pesava sobre as mesmas.²⁶⁸⁴

Em Honduras, na mesma linha, outro intelectual defendia uma grande Confederação unificando todos os Estados da América espanhola, destinada a protegê-las contra invasões externas e impedir a ebulição de divisões intestinas; também nos Estados Unidos idéias semelhantes a essas foram concebidas, entretanto, com o diferencial de que a posição dos trabalhos intelectuais norte-americanos da época expressavam um claro pendor de superioridade de ordem hegemônica traçada pelos próprios Estados Unidos, enquanto que os

Derecho y diplomacia en las relaciones interamericanas. México: Secretaria de Relaciones Exteriores; Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 47-9.

²⁶⁸² Por essa época, verificava-se um sentimento de unidade entre as gentes hispano-americanas envolvidas no processo da independência contra a metrópole; havia praticamente um estatuto fraterno de cidadania continental nessas gentes. Assim, Simón Bolívar foi o chefe supremo de cinco repúblicas emergentes do processo de independência, sendo o fato considerado natural, vale dizer, sem surgir o problema de se questionar que um estrangeiro estaria governando a vida de cinco diferentes povos, havendo outros casos no mesmo sentido. In: MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 48-9.

²⁶⁸³ SANTOS, Ricardo Soares Stersi dos. **Mercosul e arbitragem internacional comercial:** aspectos gerais e algumas possibilidades. Belo Horizonte: Del Rey, 1998. p. 23-5.

²⁶⁸⁴ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 52.

produtos intelectuais dos hispano-americanos era voltados para a consecução de um mundo de união entre iguais.²⁶⁸⁵

Simón Bolívar, em sua Carta da Jamaica, datada de 1815, afastava, como solução para os povos hispano-americanos, de um lado a idéia de um super-Estado que unificaria essas gentes, do México ao extremo sul da América do Sul – concepção tida como muito utópica –, e de outro lado a solução via a pulverização da dispersão nacionalista – concepção tida como suicida. Para esse militar libertador, era necessária uma união entre as repúblicas hispano-americanas, emergentes das guerras de independência contra Espanha, centrada em três requisitos: (I) união de tipo confederal, fugindo à idéia utópica de um Estado unitário – devido às dissensões em relação à idéia –, mas motivados por um fundamento comum, que se localizava na Europa, e era a Santa Aliança,²⁶⁸⁶ que ameaçava as nascentes repúblicas hispano-americanas; (II) um espaço geográfico delimitado para a Hispanoamérica, excluindo Brasil e Estados Unidos desse mapa; (III) incluir na futura união apenas as nações que tenham optado por se organizar político-juridicamente sob o marco de um governo republicano, uma vez que monarquias americanas eram mais propensas para unirem-se na Santa Aliança do que numa confederação republicana.²⁶⁸⁷

O Congresso do Panamá, realizado em 22 de junho 1826, gestado para discutir tais idéias integrativas de cunho político, foi realizado sob contradições ou desentendimentos, entre seus dois principais organizadores, não só em relação aos entes políticos que dele deveriam participar, mas quanto a própria criação da referida confederação – sem excluir as resistências quanto à adoção do livre comércio entre os Estados-partes, e a oposição quanto a adoção e presença de princípios republicanos e democráticos no bojo do tratado final –, além de percalços acerca da presença de representantes, bem como desistências, de último momento, da presença de países convidados. O resultado do encontro foi o Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua, que só foi ratificado pelo governo colombiano, não tendo

²⁶⁸⁵ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 52-3.

²⁶⁸⁶ A Santa Aliança foi um pacto estabelecido em 1815, entre os imperadores da Rússia e da Áustria e o rei da Prússia, com posterior adesão da França e da Inglaterra, destinado a favorecer a paz e os interesses comuns entre os povos europeus, com inspiração na fraternidade cristã comum a católicos, ortodoxos e protestantes. Através do que se denominou por “sistema de congressos”, seus membros se comprometiam a se reunir periodicamente e a resolver os problemas que surgissem na esfera internacional. Dessa união, resultou uma doutrina intervencionalista, onde a Santa Aliança poderia intervir em assuntos internos de Estados a seu pedido, a fim de manter a referida ordem desses Estados e a dos Estados vizinhos. O seu real objetivo ideológico era manter o mundo, a ordem e a legitimidade da monarquia. In: KAKU, William Smith. **O atual confronto político-institucional da União Européia**: a organização internacional e o federalismo em questão. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2003, p. 47.

²⁶⁸⁷ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 53-4.

entrado em vigor.²⁶⁸⁸ É de se assinalar que o Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua consagrou princípios e instituições que posteriormente foram aceitos e adotados no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), a extinta Sociedade das Nações (SD) e a Organização das Nações Unidas (ONU).²⁶⁸⁹

Visando dar continuidade ao espírito integracionista lançado pelo Congresso do Panamá, mas não efetivado, o México tomou a iniciativa de efetuar convocações para as nações ibero-americanas, entre 1831 a 1842, a fim de participarem de novas conferências, entretanto, tais iniciativas resultaram frustradas. Entre dezembro de 1847 a março de 1848, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru se reúnem para dar seguimento aos ideais políticos de integração internacional, sendo assinados alguns tratados específicos sobre matérias técnicas e um, em especial, de caráter político, visando uma união e confederação entre os Estados signatários, mas cuja ratificação não ocorreu posteriormente por nenhuma das altas partes contratantes. Em 1856, duas novas tentativas de estabelecer alianças resultaram igualmente frustradas; numa delas, Chile, Equador e Peru tentaram estabelecer um pacto de aliança e assistência recíproca, e noutra, oito países americanos tentaram estabelecer o seu específico tratado de aliança e confederação.²⁶⁹⁰

Entre dezembro de 1864 a março de 1865, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Salvador e Venezuela se encontram para estabelecer acordos de aproximação de caráter técnico, político e defensivo, movidos principalmente pela “crescente intervenção norte-americana e européia nas questões internas e externas dos Estados hispano-americanos”, abandonando de vez a idéia política confederativa traçado por Simón Bolívar, em troca do estreitamento dos laços intergovernamentais, em busca de cooperação internacional e posicionamentos comuns em torno de assuntos definidos. Aqui, novamente, nenhum dos tratados foi posteriormente ratificado pelos Estados participantes da reunião.²⁶⁹¹

Todas essas tentativas intentadas foram sob manto e estrutura racional de que havia entre as nascentes nações, no plano das relações exteriores, uma semelhança de interesses, igualdade de interesses e causas defendidas, e a própria distância entre elas seria motivo para manterem-se em contato mais estreito entre si; portanto, um gênero diferenciado de relações internacionais dever-se-ia ser estabelecido entre eles, diverso que normalmente havia sido estabelecido, até então, com as diversas outras potências estrangeiras, uma vez que entre os hispano-americanos havia laços fortes de natureza, costume, identidade de origem, religião,

²⁶⁸⁸ SANTOS, Mercosul..., p. 26-31.

²⁶⁸⁹ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 56-8.

²⁶⁹⁰ SANTOS, Mercosul..., p. 31-2; MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 59-63.

²⁶⁹¹ SANTOS, Mercosul..., p. 32-3.

cultura, história, idioma, hábitos sociais, o temor comum ante a Europa e Estados Unidos, uma comum dedicação a ideais democráticos e republicanos. Assim, a viabilização de uma integração confederativa deveria ser aproveitando-se das experiências mais recentes que indicavam maneiras diferenciadas de se abordar uma efetiva integração. Verificava-se que essas tentativas de encontro eram movidas por fatores muitos pontuais e de caráter mais emergencial, tal como uma iminente guerra com uma potência européia, nesse caso voltada para acertar esforços externos conjuntos, mas aproveitando a ocasião para debater medidas que garantissem maior proximidade e amizade entre as nações, e que fortalecessem as relações diplomáticas e comerciais entre os desacertados parceiros. Ao longo do tempo, foram aperfeiçoando os temas relativos aos encontros, sendo inseridos, além da temática principal da união confederativa e da instituição definitiva do seu respectivo congresso permanente de plenipotenciários, as questões da assistência mútua em defesa da independência política e integridade territorial; do repúdio ao direito de conquista; da solução pacífica dos conflitos; do asilo político; dos deveres recíprocos em caso de lutas civis; da igualdade entre estrangeiros e nacionais, com a conseqüente renúncia à proteção diplomática; da codificação do Direito Internacional; da constituição de uma união aduaneira preferencial; das regras relativas ao correio internacional; do comércio e navegação etc.²⁶⁹²

Os fracasso dos encontros estão justificados devido aos nacionalismos e interesses particularistas que haviam se tornado forte para cada Estado hispano-americano; número baixíssimo de adesão aos tratados discutidos e elaborados pelas altas partes interessadas; oposição interna do legislativo nacional; alegação de fatores impeditivos da nova Confederação – guerras civis, diferenças entre nações, realidades geográficas como as grandes distâncias que dificultavam a intercomunicação –; indiferença, egoísmo particularista, e instabilidade política; aberta hostilidade; divergências; desconfianças; golpes; quarteladas; falhas e erros políticos; espírito de independência nacional desenvolvido ao extremo; desavenças geradas pelas disputas de fronteiras; os conflitos pela navegação dos rios; a ambição pessoal dos líderes revolucionários envolvidos nas lutas civis, gerando influências perniciosas; a falta de educação ou preparação do povo para a participação na vida política nacional; duplicidade ou sobreposição de esforços entre diferentes países buscando realizar um congresso de mesmo sentido e conteúdo básico; perda de liberdade e flexibilidade necessárias para relacionamento com outras potências estrangeiras; alegada inexistência de razões para um tratamento diferenciado – e favorecedor – das nações americanas entre si,

²⁶⁹² MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 59-66.

frente às nações situadas em outros continentes; o fato de uma guerra travada em solo americano – México vs. Estados Unidos – ser suficiente para por fim a qualquer esforço no sentido da integração confederativa, tal fato revelando a vulnerabilidade de tais idéias; grupos internos que estavam alijados do poder buscavam na Europa apoio para promover uma guerra civil interna, a fim de retornar ao poder com ao apoio estrangeiro; participação nos congressos apenas dos Estados mais diretamente interessados nos temas em discussão e descaso dos demais; fracasso da tentativa de melhorar as técnicas diplomáticas, no sentido de separar em documentos políticos dos eminentemente técnicos, uma vez que isso não possibilitou uma maior adesão dos participantes, resultando em não ratificação de ninguém dos tratados acordados.²⁶⁹³

a) DOUTRINA MONROE E CONTEXTO DA DOMINAÇÃO NORTE-AMERICANA NA AMÉRICA LATINA

Paralelamente a todos esse eventos de ordem internacional e a possibilidade de uma integração política dos recém formados Estados hispano-americanos, cabe mencionar a Doutrina Monroe, sua origem e evolução, uma vez que ela esteve permeando durante um bom tempo, a existência das nascentes nações junto com os Estados Unidos e a Europa.

Os colonos norte-americanos, assim como os ibero-americanos, eram utilizados como simples instrumentos ou objetos para atender os interesses e finalidades exclusivas das potências metropolitanas, enfim, sua qualidade era de apêndice das políticas européias, uma vez que essa era a racionalidade “normal” que regulava a relação entre os impérios e suas colônias. Vinculados à Grã-Bretanha, era inescapável que a colônia norte americana, com suas gentes e sistema social, fossem envolvidos, direta ou indiretamente, nas conseqüências das políticas adotadas pela metrópole; assim, guerras e controvérsias européias envolvendo a Grã-Bretanha obrigava a acessória colônia seguir o destino imposto pela mãe-pátria e se colocar – mais precisamente, ser assim vista e considerada – como inimiga dos inimigos da metrópole. Não há dúvida que para uma colônia e, em seguida, uma nascente nação, que tem a Europa como principal mercado desagüador dos seus produtos, manter relações com muitos países para continuar vendendo é a melhor política externa e comercial que poderiam adotar, revelando nesse posicionamento um espírito independentista em relação a vinculação preferencial um só mercado importador-exportador.²⁶⁹⁴

²⁶⁹³ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 59-67.

²⁶⁹⁴ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 68.

Deve-se considerar também que após a independência dos Estados Unidos, emerge, para os norte-americanos, o princípio racional de que no Planeta havia dois Hemisférios; de um lado, um mundo onde o sistema político era fundado na independência, liberdade, democracia e governo republicano, e, de outro lado, um mundo europeu marcado pelos governos monárquicos, absolutismos e as guerras e políticas do poder. Por fim, considerando que os Estados Unidos nasceram cercados por duas poderosas potências navais da época – Grã-Bretanha ao nordeste e Espanha ao sudeste – acabaram logo cedo, defendendo o princípio da não transferibilidade territorial dos territórios americanos à outras potências européias, estabelecendo, assim, desde o início de sua existência enquanto Estado, a determinação da garantia de seus territórios, e mesmo a sua expansão, o que foi feito de forma significativa a partir do século XIX. Note-se que a Espanha, ocupou espaços territoriais norte-americanos, aproveitando-se da guerra da independência das colônias inglesas, e a Grã-Bretanha, mesmo depois da assinatura do Tratado de Paz com os Estados Unidos, negou-se a se retirar de certos pontos que ela considerava estratégicos para seus interesses. A Revolução Francesa ocorrida na Europa provocou uma série de conflagrações no continente europeu, que foi aproveitado estrategicamente pela diplomacia dos Estados Unidos, permitindo ele recuperar a integralidade dos territórios norte-americanos, conforme até então considerados, tanto da Espanha quanto da Grã-Bretanha.²⁶⁹⁵

Emerge, assim, a doutrina política norte-americana do Destino Manifesto, qual seja, a de que é o primeiro dever dos estadistas norte-americanos conservar o território onde assenta a independência dos Estados Unidos, e seu segundo dever o de ocupar-se em manter os territórios, a oeste, livres de toda dominação européia e, portanto, disponíveis para a expansão continental da nova república americana. A questão territorial norte-americana foi, assim, tratada como um assunto vital da independência, segurança e futuro continental dos Estados Unidos; portanto, o princípio da não transferibilidade ou inalienabilidade territorial, junto com a Doutrina do Destino Manifesto, tratavam-se de concepções unilateral e particularista, visando unicamente assegurar a independência e a própria segurança dos Estados Unidos. Por fim, assinale-se que um outro princípio – o princípio da intangibilidade – completará o conjunto de valores políticos internos, com expressão na política externa, dos Estados Unidos, onde fixou-se, também, no nascimento desse Estado, a regra de que, em todo tratado internacional de aliança a ser firmado, se reconheceria a intangibilidade de todo território situado na América do Norte. Esse conjunto de princípios políticos, de um lado, é o que está

²⁶⁹⁵ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 68-9.

na origem da Doutrina Monroe, sendo que, de outro lado, circunstâncias históricas emergiram, impelindo a afirmação e adoção da referida Doutrina no plano continental americano.²⁶⁹⁶

Após a Revolução Francesa, na Europa emerge a figura de Napoleão Bonaparte, com sua pretensão imperial. Após a sua derrota definitiva, surge a Santa Aliança na Europa, e que, no cenário internacional, decidiu posicionar-se no sentido de manter todo governo monárquico legítimo, mediante a supressão dos movimentos revolucionários. Na Espanha, a monarquia é restituída ao poder, e o monarca decide solicitar uma reunião com a Santa Aliança, para o intuito de reconquistar seus territórios americanos, e provocando, tal ato, temores e preocupação não só para os recém Estados republicanos hispano-americanos, mas também para os Estados Unidos, que não via sem perigos, o fato de ter como seu vizinho uma potência estrangeira européia que considerava hostis aos seus interesses e futuro. A própria Grã-Bretanha via com insatisfação o pleito do monarca espanhol, uma vez que perderia o mercado sul-americano para seus manufaturados, ao mesmo tempo em que via a alteração do *status quo* do equilíbrio de poder internacional então em vigor, cuja manutenção tinha sido o objetivo primordial de sua diplomacia. De fato, a atuação da Santa Aliança não se circunscreveu à França, interferindo na Itália e Espanha, revelando aos britânicos que o equilíbrio europeu por eles administrado, a fim de permanecerem como a principal potência européia, estava ameaçado.²⁶⁹⁷

Apesar de Grã-Bretanha e Estados Unidos estarem unidos quanto a impedir uma possível intervenção da Santa Aliança em território americano, a forma política de conduzir a questão e os compromissos que recairiam sobre ambos eram diversos, levando os Estados Unidos tomarem um caminho próprio na questão. Do ponto de vista da política externa norte-americana, era importante os novos Estados americanos serem reconhecido como nações independentes pelas nações européias, portanto, não passível de ingerência externa, inclusive pela Grã-Bretanha; por outro lado, via com desconfiança a Santa Aliança, haja vista as pretensões territoriais russas na região do Alasca, enxergando na atitude russa uma possível intenção de futura ingerência da própria Santa Aliança em terras americanas; Estados Unidos não tinham interesse em interferir ou imiscuir-se nos conflitos europeus e entendia que não poderia permitir que a Europa interferisse nos assuntos transatlânticos; toda América possui um conjunto de interesses distintos – próprios e singulares – da Europa, devendo edificar um sistema internacional próprio, diverso do que foi erigido pelos europeus; por fim, reconhecia a

²⁶⁹⁶ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 69-71.

²⁶⁹⁷ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 71-2.

importância – e dependência – do poderio da Grã-Bretanha para consolidar seu sistema próprio de relações internacionais, tendo nessa nação européia o elemento de garantia de que as demais nações européias não iriam interferir nesse processo de busca da independência e autonomia.²⁶⁹⁸

Nesse contexto, hesitações da Grã-Bretanha, ações afirmativas anticoloniais norte-americanas, afirmação britânica no sentido de não ter ambições territoriais na América, posterior proposta de declaração conjunta entre Grã-Bretanha e Estados Unidos contrários a uma possível atividade da Santa Aliança na América, enfim, esse conjunto de fatos ou eventos levou a que os Estados Unidos decidissem a fazer sua própria declaração, recusando a idéia de uma declaração conjunta com a Grã-Bretanha – pois isso poderia implicar nos Estados Unidos ficarem de mãos atadas no que se referia a sua expansão em direção à costa das antigas colônias espanholas. Assim, em dezembro de 1823, a Doutrina Monroe emerge oficialmente através de uma mensagem presidencial, compreendendo três aspectos: (I) sobre a colonização futura dos territórios americanos pela Europa, no sentido de isso estar obstado a qualquer potência européia; (II) sobre o reconhecimento do princípio dos dois hemisférios, e que será considerado com ato inamistoso, pelos Estados Unidos, qualquer intenção de estender para o hemisfério ocidental o sistema político que caracteriza propriamente a Europa; (III) sobre a decisão norte-americana de não intervir nos assuntos internos das potências européias.²⁶⁹⁹

O fato histórico concreto é que dois meses antes dessa mensagem presidencial, em outubro de 1823 a França já havia emitido uma declaração formal asseverando que ela considerava irreversível a liberdade das antigas colônias americanas frente à Espanha, e que a França não se apropriaria de nenhuma porção dos territórios das novas nações e nem interviria contra elas através do uso da força, eliminando, desta forma, o perigo de intervenção da Santa Aliança em terras americanas. Se na Europa a Doutrina foi recebida com desgosto e desprezo, nos Estados Unidos foi bem recebida, e o restante da América com moderado entusiasmo – com desilusão e até ceticismo –, sendo observado que o caráter da doutrina era muito particular e servia aos interesses da nação que havia que a havia concebido. De qualquer forma, objetivamente a doutrina estabeleceu um contraste devido entre o caráter republicano dos governos hispanos e norte-americano, frente aos governos monárquicos e absolutistas vigentes na maioria da Europa; e também acabou obrigando a Grã-Bretanha a reconhecer os Estados independentes oriundos das antigas colônias Espanholas.²⁷⁰⁰

²⁶⁹⁸ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 72-4.

²⁶⁹⁹ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 72-8.

²⁷⁰⁰ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 76 e 78-81.

É forçoso reconhecer que a Doutrina Monroe era uma política eminentemente de caráter exclusivista e privado dos Estados Unidos, e expressão de seu interesse de auto-conservação, sendo, por isso, essencial ao governo norte-americano que a mantivesse sempre sob seu exclusivo arbítrio; a doutrina era uma declaração de caráter unilateral e não obrigava o seu emitente na esfera internacional. Por isso, quando cinco nações americanas buscaram aliar-se aos Estados Unidos, sob o manto dos termos da referida doutrina, e para receber segurança e assistência em casos de violação dos princípios contidos na mensagem, a resposta dada foi negativa ou, na melhor hipótese, evasiva. Por essa época, quando indagado de que forma os Estados Unidos se propunham a fazer cumprir a Doutrina Monroe, a resposta norte-americana era de que qualquer medida do governo em caso de emergências futuras, deveria passar antes pelo seu Poder Legislativo norte-americano, e que sem consultar as potências européias amigas dos Estados Unidos, não poderia erguer armas contra a Santa Aliança. Portanto, a doutrina era de interesse exclusivo norte-americano e dependia, em caso extremo, do Congresso daquele Estado e do apoio da Grã-Bretanha. Não foi sem sentido que após essa declaração, verificou-se um movimento concreto das nações americanas – Brasil incluído – em direção à Grã-Bretanha, em detrimento dos Estados Unidos, pois os britânicos ofereciam proteção armada, produtos manufaturados a preços acessíveis e empréstimos financeiros em condições favoráveis.²⁷⁰¹

A doutrina não constituía direito algum, seja de que natureza fosse; era apenas uma declaração unilateral presidencial de política exterior, não comprometendo nenhuma futura administração norte-americana, sendo que sua força dependeria sempre do poder e influência dos Estados Unidos no mundo que, na época, era pouco significativo. Até o ano de 1826 era oficialmente certo – conforme demonstram os documentos oficiais trocados entre os Estados Unidos e América Latina – que os Estados Unidos não estavam preparados para pegar em armas para ajudar e defender a América espanhola contra uma possível intervenção européia; de fato, a própria Grã-Bretanha relutava em afirmar explicitamente o seu compromisso de defender a América Latina frente a possíveis interferências européias.²⁷⁰²

Em 1845, os Estados Unidos decidem dar um novo vigor interpretativo aos princípios da Doutrina Monroe, tendo em vista seus interesses pelas terras da Califórnia, cuja possessão aspirava. Assim, as terras americanas não só seriam intransferíveis de uma potência européia a outra, mas também os princípios da doutrina proibiam que os Estados da região pudessem se auto-anexar-se a uma potência não americana, vale dizer, que nenhuma colônia ou domínio

²⁷⁰¹ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 81-2.

²⁷⁰² MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 82-4.

européu poderia ser implantado ou estabelecido com o consentimento dos Estados Unidos no continente norte-americano, ampliando o âmbito material de aplicabilidade da doutrina, mas reduzindo o seu âmbito espacial de validade e aplicabilidade. Fora esse fato, é certo que desde a celebração do Congresso do Panamá (1826) e durante seus próximos quinze anos posteriores, os Estados Unidos não invocaram a Doutrina Monroe nos foros internacionais, mas, ao contrário, permitiram que ela fosse violada repetidas vezes; a história registra que desde o fim do Congresso do Panamá, até o fim da guerra civil norte-americana, foram produzidas nove violações à doutrina. Observa-se que na solução dessas violações a Doutrina Monroe, em si, não foi causa das soluções encontradas, revelando ser uma mera declaração sem força jurídica internacional.²⁷⁰³

O fato é que se a doutrina em si não era causa imediata, direta e concreta das soluções à invasões estrangeiras em território americano, o seu uso simbólico capturou e conquistou a imaginação pública norte-americana, consolidando seu prestígio interno. Em 1870, os Estados Unidos decidiram incorporar formalmente em sua política externa o princípio da não-transferibilidade territorial, onde nenhum território do continente americana – portanto, agora era toda a América – era considerado passível de ser sujeito de uma transferência de domínio para uma potência européia – desde então, somente uma violação ocorreu, referente à mudança de soberania de uma ilha no ano de 1878. Em 1880, por ocasião da construção do Canal do Panamá, novamente foi invocado a Doutrina Monroe para defender o direito dos Estados Unidos de construir, apropriar-se e operar o canal, ficando subentendido, ao final das negociações, que aos Estados Unidos era dado o direito de fortificar e defender a via interoceânica.²⁷⁰⁴

Em 1895, por ocasião de uma disputa de fronteiras entre Grã-Bretanha e Venezuela, os Estados Unidos se manifestaram na questão nos seguintes termos, quais sejam, a de que toda ameaça a independência de qualquer Estado soberano americano, constituía, por si só, um atentado à segurança e bem-estar do próprio Estados Unidos, uma vez que os Estados americanos eram não só próximos geograficamente, mas também despertavam a natural simpatia, além de possuírem semelhantes estruturas institucionais governamentais, resultando em aliados e amigos naturais, tanto no plano comercial quanto político com os Estados Unidos. Finalizaram asseverando que sendo os Estados Unidos praticamente soberanos no continente americano, e seus feitos considerados praticamente leis sobre os sujeitos aos quais limita sua interposição, a Doutrina Monroe era de direito público americano, muito bem

²⁷⁰³ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 84-9.

²⁷⁰⁴ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 89-91.

fundada em princípios e abundantemente sancionada por precedentes, permitindo e exigindo dos Estados Unidos considerarem como um dano próprio a aquisição coercível do controle político de um Estado americano por parte de uma nação européia. O que sucedeu de fato é que a opinião pública – inclusive britânica – ficou a favor dos Estados Unidos, e tendo em vista a iminência de uma guerra com a África do Sul, a Grã-Bretanha aceitou se submeter a arbitragem. Nesse episódio a Doutrina Monroe alcançou o ápice de seu prestígio.²⁷⁰⁵

Uma das conseqüências mais nefastas da referida doutrina logrou aparecer pela primeira vez oficialmente em 1859, quando os Estados Unidos tentaram ocupar a México sob fundamento dos princípios da Doutrina Monroe; na ocasião essa tentativa foi rechaçada no Senado norte-americano. Em dezembro de 1904 emerge o corolário Roosevelt, em torno do problema da cobrança coercitiva da dívida externa na América Latina. A intervenção armada era tolerada pelos Estados Unidos, uma vez que não significava em ocupação permanente de território do Estado coagido a pagar suas dívidas. Por essa época, um problema concreto envolvendo Venezuela, de um lado, e Grã-Bretanha, Alemanha e Itália, de outro, com o bombardeio alemão de um forte, abatendo barcos de guerra venezuelanos, foi o caso que levou, posteriormente à adoção do corolário referido, e também à formulação da Doutrina Drago, na América Latina, que prescrevia que se proibia o emprego da força armada e a ocupação territorial, como meios para alcançar o pagamento da dívida pública de um Estado.²⁷⁰⁶

Esse episódio de cobrança de dívida foi encaminhado para uma solução via arbitragem, aceita por todas as partes interessadas, entretanto, ao analisar o caso concreto, a Corte Permanente de Arbitragem de Haia decidiu, entre outros, que era reconhecida prioridade no recebimento da dívida venezuelana, àqueles que já haviam recorrido à força para obter seu crédito. Esta situação colocou os Estados Unidos num dilema, qual seja, reconhecer o direito de intervenção coercitiva às nações credoras européias, com todos os problemas que isso pode trazer contra os princípios da Doutrina Monroe, ou, a fim de garantir a integridade principiológica e histórica de sua doutrina, se obrigar a garantir, de alguma forma, que os credores receberão o pagamento devido pelos devedores. Coincidentemente o laudo arbitral foi emitido no mesmo mês e ano que os Estados Unidos consolidaram sua pretensão de construir e defender o Canal do Panamá, e com o problema futuro de que talvez a dívida não pudesse ser paga, diante das circunstâncias econômicas dos Estados latino-americanos. Assim, em dezembro de 1904 os Estados Unidos proclamaram o Corolário

²⁷⁰⁵ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 91-2.

²⁷⁰⁶ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 86-7 e 92-3.

Roosevelt à Doutrina Monroe, qual seja, que em caso de não pagamento de dívidas – ou mau comportamento crônico dos devedores latino-americanos –, onde pode se requerer a intervenção de alguma nação civilizada para concretizar – à força – o referido pagamento, pode forçar os Estados Unidos, na América, com base na Doutrina Monroe, a exercer claramente um poder de política internacional, em casos de flagrantes mau comportamentos ou impotência, mas ação de polícia essa que será exercida com mal-estar em exercê-lo.²⁷⁰⁷

A partir desse corolário, uma doutrina que havia sido concebida para impedir a intervenção européia em solo americano, converteu-se na fundamentação de todas as intervenções que foram levadas a cabo pelos Estados Unidos na América Latina a partir de então, e enquanto vigorou a Doutrina Monroe como princípio de política externa dos Estados Unidos. Assim, sob proteção dessa doutrina, o Estados Unidos chegaram a cobrar 55% dos direitos aduaneiros dominicanos.²⁷⁰⁸

Com o posterior Corolário Knox à Doutrina Monroe, ele veio completar o Corolário Roosevelt, uma vez que instituiu a denominada “diplomacia do dólar”, que basicamente asseverava que a paz, prosperidade e segurança da América Central e do Caribe era um interesse prioritário para o governo dos Estados Unidos, buscando a eliminação dos investimentos europeus na região e sua substituição por investimentos norte-americanos. Para atingir tal intento, recorreu-se tanto ao uso de pressões sobre o governo da região quanto uso de atrativos para vencer as resistências locais, bem como a garantia de segurança e proteção aos investimentos dos capitalistas norte-americanos. Assim, por exemplo, a partir desse corolário, o presidente da Nicarágua foi derrubado; forças armadas dos Estados Unidos foram ostensivamente utilizadas para garantir vidas e interesses norte-americanos. Se o Corolário Roosevelt procurava prevenir contra possíveis intervenções européias na região, o Corolário Knox protegia os interesses estratégicos dos Estados Unidos na região e servia a interesses privados.²⁷⁰⁹

Por fim, o Corolário Lodge à Doutrina Monroe completou as ações imperialistas norte-americanas na região, ao afirmar que os Estados Unidos recusam aceitar que espaços geográficos estratégicos situados em terras americanas sejam passíveis de transferência de domínio para companhias não americanas, que poderiam estar atuando como agentes de potências estrangeiras em terras americanas. Assim, empresas multinacionais com sede em outros países europeus ou asiáticos, ficavam impedidas de adquirir propriedade de grandes

²⁷⁰⁷ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 93-4.

²⁷⁰⁸ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 94-5.

²⁷⁰⁹ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 95-6.

extensões de terrenos para instalar suas plantas industriais, em locais que fossem considerados estratégicos para os Estados Unidos, especialmente perto do mar. Os próprios cidadãos norte-americanos, proprietários de tais terrenos, eram dissuadidos a não venderem suas propriedades para empresas ou grupo de empresas não americanas. Tal corolário foi considerado como exemplo dos poderes expansivos implícitos da Doutrina Monroe.

É de se observar que por ocasião da ratificação do Pacto das Nações, a Doutrina Monroe foi inserida naquele documento como um pacto regional, quando nenhum entendimento regional fora estabelecido para fixar a doutrina e os seus respectivos corolários. Assim, foi desta forma que a Doutrina Monroe alcançou os limites interpretativos unilaterais dos seus poderes expansivos implícitos; a partir de então, internamente, no âmbito de sucessivos governos – como fora edificado a força interventiva norte-americana na região – norte-americanos, foi feito um trabalho no sentido de retirar da Doutrina Monroe as conseqüências interventivas – especialmente via força – que havia alcançado até então, com idas e vindas, mas basicamente negando o direito dos Estados Unidos intervir internamente nos Estados da região americana, e reconhecendo que a referida doutrina – e seus corolários – era antes de tudo uma doutrina de defesa própria norte-americana. O corolário Roosevelt foi repudiado oficialmente pelos Estados Unidos, pelo menos sob o manto da Doutrina Monroe, podendo estar justificado pelo princípio de autoconservação dos povos.²⁷¹⁰

Em 1930, o governo norte-americano declarou oficialmente que a Doutrina Monroe era uma declaração dos Estado Unidos contra a Europa, e não dos Estados Unidos contra a América Latina. Foi na administração de Franklin D. Roosevelt, que foram tomadas medidas concretas ou factuais no sentido de demonstrar efetivamente – e não mais retoricamente – que a era de intervenção norte-americana tinha chegado ao fim, pelo menos com as características como havia sido feito até então. Mas do ponto de vista latino-americano, o fim da referida doutrina somente foi concretizada quando foram aprovadas uma série de instrumentos internacionais – a própria Carta da OEA é um desses documentos – cujos conteúdos eram incompatíveis com o fim da referida doutrina e seus corolários, em especial, com a unilateralidade de sua interpretação e aplicação. Após esse ostracismo, a Doutrina Monroe sinalizou renascer na década de 1960, durante a guerra fria, sendo invocada – quanto à sua validade e vigência – em duas ocasiões; a primeira, quando o líder soviético da época ameaçou o mundo, afirmando que os mísseis balísticos soviéticos, contendo ogivas atômicas, estavam prontos para apoiar Cuba; a segunda, durante a crise da instalação dos mísseis

²⁷¹⁰ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 96-7.

atômicos soviéticos em Cuba, quando o executivo e legislativo norte-americano fizeram novas referências à Doutrina Monroe. Pode-se concluir que somente certas partes da referida Doutrina Monroe podem estar subsistindo, mas não pelo documento em referência, mas pelos diversos outros instrumentos e compromissos recíprocos internacionais que foram estabelecidos pelos Estados da região americana, e que estão relacionados a pontos específicos da doutrina.²⁷¹¹

4.1.3.2. INTEGRAÇÃO POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA

Feita essa digressão em relação à Doutrina Monroe no âmbito da América, e retornando ao movimento integracionista bolivariano, assinala-se que essa fase de encontros que fracassaram no intuito de formar uma confederação hispano-latino-americana, pode ser denominada por fase hispano-americana de unificação continental, enfim, uma tentativa de integração que abarcava toda América espanhola em torno de uma organização confederativa, a fim de defenderem-se e auto-preservarem-se enquanto nascentes nações independentes americanas, e alcançar a consecução de alguns entendimentos na área do comércio, política e técnica. A fase de integração que vem a seguir, pode se denominada por conferências internacionais americanas, ou panamericanismo, ou sistema interamericano.

Dentro do movimento de colaboração e solidariedade hemisférica, surge, primeiramente, em certos círculos intelectuais, o interesse de formar um movimento interamericano, até mesmo porque verificavam que as relações entre a América Latina e os Estados Unidos corriam de modo geral satisfatórias, durante a parte final do século XIX. De fato, verificava-se que do ponto de vista econômico os Estados Unidos precisavam sair de sua posição de isolamento – e unilateralismos – em relação ao continente americano, a fim de viabilizar a sua crescente produção industrial com a conquista de novos mercados vizinhos. Nessa época, tal mudança poder-se-ia dizer que ainda correspondia à idéia de que a política – do governo norte-americano – deveria estar a serviço dos negócios – privados nacionais, e seus respectivos interesses. Ainda do ponto de vista político dos Estados Unidos, as guerras do Paraguai e do Pacífico causaram preocupação, uma vez que havia o temor que sua prolongação acabaria motivar a intervenção européia. A política governamental voltou-se,

²⁷¹¹ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 97-8.

então, para alcançar a paz e impedir que futuras guerras acontecessem na América, e cultivar relações comerciais amistosas com as demais nações americanas, uma vez que os produtos manufaturados norte-americanos estavam à altura de competir com os similares produzidos pelas nações industriais européias, podendo produzir um incremento nas exportações, poupança e balança de pagamentos dos Estados Unidos.²⁷¹²

Nesse contexto, em 1881, os Estados Unidos fizeram um convite formal a todas as nações americanas, a fim de tomarem parte num congresso internacional regional que seria realizado no ano seguinte, cujo tema principal seria a discussão de métodos de prevenção de guerras entre as nações do continente americano, reunião essa que não se concretizou devido ao assassinato do presidente norte-americano. Somente em 1888 é que a idéia de realização de um congresso internacional geral, regional interamericano, foi retomada, mas cujo programa agora havia sido mudando radicalmente em relação ao convite anterior; com exceção de um tema referente a arbitragem, o congresso tinha um caráter exclusivamente comercial. Entre outubro de 1889 a abril de 1890, com exceção da República Dominicana, todos os países latino-americanos se fizeram representar na I Conferência Internacional Americana. O resultado concreto da reunião revelou as diferenças de interesses e abordagens entre a América Latina e os Estados Unidos; as primeiras estavam interessadas em declarações de ordem política, enquanto que o segundo, tinha interesse em assuntos preferencialmente aduaneiros e comerciais. De fato, muitas poucas medidas foram adotadas ao final do encontro, sendo rechaçado a idéia da criação de uma união aduaneira, bem como a matéria de arbitragem; uma resolução prescrevendo o direito de conquista foi aprovada por todas as delegações, com exceção dos Estados Unidos, tendo igual sorte a resolução relativa a reclamações e intervenção diplomática – que prescrevia igualdade de direitos civis entre nacionais e estrangeiros, e que uma nação não reconheceria a favor dos estrangeiros outras obrigações ou responsabilidades que a constituição e leis haviam estabelecido para os nacionais.²⁷¹³

O mais importante acordo da reunião foi a criação da União Internacional das Repúblicas Americanas, cuja missão era compilar e distribuir dados ou informações sobre o comércio da região. Essa União estaria representada na capital norte-americana pela Oficina Comercial das Repúblicas Americanas, sob a supervisão do Secretário de Estado dos Estados Unidos. Chile e República dominicana se recusaram a fazer parte da União, mas acabaram acedendo alguns anos depois, de tal forma que todos os Estados americanos independentes

²⁷¹² MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 101-2.

²⁷¹³ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 103-4.

acabaram fazendo parte da referida União e de seus objetivos. Inicialmente voltada para publicar boletins contendo informações pertinentes à sua original missão, em pouco tempo suas atividades foram aumentadas, até alcançar todas as questões relativas a vida e crescimento econômico das repúblicas americanas. Um Comitê Executivo foi criado, composto pelo Secretario de Estado norte americano e mais quatro representantes diplomáticos latino-americanos, com a finalidade de fiscalizar as atividades da Oficina. Assim, trataram-se de uma União e Oficina dominadas pelo governo dos Estados Unidos, esta última embrião da futura União Panamericana.²⁷¹⁴

A II Conferência Internacional Americana, entre outubro de 1901 e janeiro de 1902, foi marcada pelo crescimento do poder norte-americano – como resultado da Guerra Hispano-americana – e pela celebração da I Conferência de Haia, onde, de toda América, apenas Estados Unidos e México haviam participado. Três instrumentos em matéria de arbitragem recebem escassas ratificações; Estados Unidos novamente não aceitou os pontos referentes a tratamentos de estrangeiros, que restringiam a intervenção diplomática. Também foi reorganizada a Oficina, passando a se denominada como Oficina Internacional das Repúblicas Americanas, passando a integrar nela todos os representantes diplomáticos sediados na capital dos Estados Unidos, e presidido pelo Secretario de Estado norte-americano, enfim, mantendo os mesmos problemas políticos originários.²⁷¹⁵

A III Conferência Internacional Americana, de 1906, teve como marco a diminuição da influência européia no continente, e o conseqüente aumento do poder dos Estados Unidos na região. Entre a II e III Conferências, os Estados Unidos tomaram o Canal do Panamá, proclamaram o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, e estabeleceram, na prática, um protetorado em Cuba e Panamá; enfim, as delegações latino-americanas estavam bastante desconfiadas das intenções norte-americanas. Nessa Conferência foi criada uma Junta Internacional de Jurisconsultos, com a missão de preparar um projeto de código de Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado. Diante do interesses dos latino-americanos, em ver aprovada a Doutrina Drago, que proibia a intervenção armada e a ocupação territorial como métodos para cobrar as dívidas públicas, os Estados Unidos trabalharam e alcançaram sucesso em remeter o assunto para II Conferência de Haia. Também foram aprovadas a ampliação das atribuições da Oficina Internacional.²⁷¹⁶

²⁷¹⁴ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 104-5.

²⁷¹⁵ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 105-6.

²⁷¹⁶ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 106.

A IV Conferência Internacional Americana, de 1910, foi realizada sob clima mais harmonioso, entretanto seus sucessos foram escassos. Emergiram críticas mais explícitas e incisivas contra o controle que os Estados Unidos exerciam sobre a Oficina Internacional. A Oficina Internacional passou a ser denominada União Panamericana, e isso ocasionou provocar uma confusão – de natureza e competência – entre o organismo internacional – União das Repúblicas americanas – e o órgão encarregado de representá-la – agora denominado União Panamericana. Não se pode olvidar que, dentro da União Panamericana, ainda havia o Comitê Executivo com finalidade fiscalizatórias próprias.²⁷¹⁷

A V Conferência Internacional Americana, de 1923, não contou com a presença de Bolívia, México e Peru. México alegou que como seu governo não era reconhecido pelos Estados Unidos, não pôde participar da preparação do programa da Conferência. Tratou-se de uma reunião de alto conteúdo de temas políticos, como direitos de estrangeiros; proposta de criação de uma Liga de nações Americanas, voltada pra estreitar ainda mais aproximação e laços de amizade entre os povos americanos; questões envolvendo controvérsias entre nações americanas e não americanas etc. Entretanto, apesar da temática ser de caráter eminentemente de interesse latino-americano, os Estados Unidos trabalharam e foram bem sucedidos em alcançar a não aprovação de resoluções mais substanciais, que eram contrários ao interesse de sua nação. Foram aprovadas mudanças na composição do Conselho Diretivo da União Panamericana, passando a sua presidência ser escolhida através do voto. A mais importante decisão da Conferência foi a aprovação do Pacto de Gondra, voltado para prevenir conflitos entre os Estados americanos. Por esse tratado, uma controvérsia não resolvida pelas vias diplomáticas ou através do mecanismo da arbitragem, será submetida a investigação e informe de uma comissão formada por cinco membros, escolhidos pelas partes interessadas, sendo que, durante os trabalhos da Comissão, e até seis meses após o seu final, as partes envolvidas na diferença se comprometiam a não praticar atos hostis entre si. Por fim, quando algumas delegações procuraram obter uma melhor definição da Doutrina Monroe, os Estados Unidos responderam que ela tratava-se de uma política exclusiva norte-americana, e apenas ao governo dos Estados Unidos era reservado o direito de sua definição, interpretação e aplicação, fazendo emergir nos latino-americanos um clamor cada vez mais explícito em favor de uma doutrina absoluta de não-intervenção.²⁷¹⁸

A VI Conferência Internacional Americana, de 1928, foi precedida por uma reunião no ano anterior, pela Comissão de Jurisconsultos Americanos, voltada para finalizar a redação do

²⁷¹⁷ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 106-7.

²⁷¹⁸ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 107-9.

Código de Bustamante. Esta Comissão, entre outros, preparou o princípio da não intervenção, no sentido de que nenhum Estado teria o direito de imiscuir-se nos assuntos internos de outro, e que, durante os trabalhos preparatórios, havia sido previamente aprovado pelos Estados Unidos, com a ressalva que tal condição não incluía medidas de proteção a vida e propriedades estrangeiras. Mesmo assim, na reunião oficial de 1928, os Estados Unidos se opôs a aprovar tal princípio, conseguindo a adesão de alguns Estados a favor de suas teses, de tal forma que, ao final, o referido princípio não foi aprovado. Mas de modo geral, a reunião de 1928 foi bem sucedida, sendo aprovado o Código Bustamante e um conjunto de convenções voltadas para questões técnicas, diplomáticas e políticas.²⁷¹⁹

Após a VI Conferência, iniciou-se, paralelamente, as denominadas “Conferências Especiais”, sendo a primeira realizada logo após a finalização daquela, denominada Conferência Internacional dos Estados Americanos sobre Conciliação e Arbitragem, adotando a Convenção Geral de Conciliação Interamericana, e o Tratado Geral de Arbitragem, com seu Protocolo Adicional sobre Arbitragem Progressiva.²⁷²⁰

A partir da VII Conferência Internacional Americana, celebrada em 1933, pode-se asseverar que foi dado início a uma nova fase nas Conferências Interamericanas, uma vez que iniciam-se encontros onde se aceita definitivamente o princípio da não intervenção, vale dizer, onde formalmente passa a ser aceita uma colaboração entre partes que são consideradas iguais entre si. De fato, a partir dessa Conferência os Estados Unidos começam a praticar a sua política de “boa vizinhança”; foi aprovado, de forma unânime, a Convenção sobre Direitos e Deveres dos Estados, inclusive com sua disposição referente à não intervenção, conforme elabora pela Comissão dos Jurisconsultos Americanos, mas agora de forma melhorada, ou seja, estava proibida a intervenção não apenas nos assuntos internos, mas também em assuntos externos de qualquer Estado americano; os Estados livres do continente que tivessem uma controvérsia, não poderiam ser objeto de intervenção de um Estado que lhes exigisse uma determinada solução para o conflito. Os Estados Unidos, entretanto, inseriram uma reserva na Convenção, no sentido de que eles, de qualquer forma, reservavam os seus direitos frente ao que estava previsto no tratado assinado, conforme esses direitos já estavam reconhecidos pelo direito internacional até então. É certo que para o ponto de vista norte-americano, a interpretação de não-intervenção era restrita exclusivamente ao não emprego da força armada, portanto, uma interpretação mais restritiva que a dos latino-americanos.²⁷²¹

²⁷¹⁹ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 109-10.

²⁷²⁰ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 110-1.

²⁷²¹ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 111-2.

A referida Convenção também consagrou o princípio do não reconhecimento das ocupações e aquisições territoriais que fossem fruto de atos de violência, e fixou os requisitos necessários para a existência do Estado como sujeito de Direito Internacional, estipulando que a sua existência política é independente do reconhecimento dos demais, e que os Estados são juridicamente iguais, desfrutam de iguais direitos e são dotados de igual capacidade para exercê-los. Por fim, a Conferência aprovou uma Convenção sobre Asilo Político, que precisou melhorar a ilicitude de asilo para pessoas acusadas de delito comum, no sentido que somente seria ilícito o asilo quando outorgado a pessoas ainda não consideradas culpadas – com sentença transitada em julgado – que estivessem sendo processadas, ou houvessem sido condenados definitivamente pelos Tribunais ordinários. O fato concreto, é que os Estados Unidos começaram dar mostras de que aceitava o princípio da não intervenção, desocupando territórios da América Central e Caribe, se comprometendo a não exercer um pretensão direito de intervir em nações da região, inclusive pondo fim a intervenções de ordem financeira na região.²⁷²²

Em 1936 realizou-se a segunda das denominadas Conferências Especiais, tendo por motivação a finalização da Guerra do Chaco, constatando-se a ineficácia dos instrumentos de paz interamericanos, mas com objetivos, também, de enfrentar as crescentes ameaças extracontinentais. A Conferência Interamericana de Consolidação da Paz estabeleceu o Protocolo Adicional à Não Intervenção, aceito pelos Estados Unidos sem reserva alguma, que estipulava que as Altas Partes contratantes declaravam inadmissível intervenção em qualquer Estado da região americana, de forma direta ou indireta, e sob qualquer motivo, nos seus assuntos internos e externos. Em caso de violação de tal regra, consultas mútuas seriam estabelecidas, a fim de intercambiar opiniões e buscar métodos de concertação pacíficos. Nesta reunião especial, também foi aprovada a Convenção sobre a Manutenção, Garantia e Restabelecimento da Paz, bem como três acordos para a solução pacífica de controvérsias.²⁷²³

A VIII Conferência Internacional Americana, de 1938 – um ano antes do início da 2ª Guerra Mundial – produziu a chamada Declaração de Lima, estabelecendo uma Reunião de Ministros das Relações Exteriores, como o órgão através do qual se efetivaria as consultas a que diversos documentos interamericanos de paz faziam referência; ela não ficou restrita apenas a ameaças extracontinentais, afirmando que a solidariedade continental era contra toda intervenção ou ameaça externa, mas ao mesmo tempo afirmando que a solidariedade seria

²⁷²² MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 112-3.

²⁷²³ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 113-4.

para atos de qualquer natureza que pudesse ameaçar a paz, segurança e integridade territorial de qualquer das repúblicas americanas.²⁷²⁴

Esse Órgão de Consulta veio a se reunir em 1939, no início do conflito mundial, no que veio a ser denominado por I Reunião de Consulta. Nessa oportunidade, foi emitida uma Declaração, como medida de proteção continental, criando uma zona marítima de segurança, com extensão média de 300 milhas marítimas, a partir de ambas as costas. As repúblicas americanas reservaram o direito de manter esta zona livre de todo ato hostil por parte de qualquer nação não beligerante não americana. Também adotaram a Declaração Geral de Neutralidade das Repúblicas Americanas, ficando a cargo de cada Estado regular a forma como se daria aplicação concreta de tal *status*. Na prática ambas Declarações não produziram resultados práticos, devido à constante violação pelos beligerantes do mar territorial demarcado, e também porque as nações americanas forma perdendo cada vez mais sua atitude de neutralidade frente ao conflito.²⁷²⁵

Em 1940 acontece a II Reunião de Ministro das Relações Exteriores, a fim de debaterem e deliberarem acerca do problema de uma possível transferência de soberania dos territórios americanos pertencentes às potências derrotadas pelos alemães. Assim, foram aprovadas uma ata e uma convenção sobre administração provisória das referidas colônias. Também foi aprovada a Resolução XV, de Assistência Recíproca e Cooperação, que acabou estabelecendo a pedra angular do que viria a se constituir no Sistema de Segurança Coletiva Interamericano, uma vez que estipulou, entre outros, que qualquer ato de agressão – à integridade ou inviolabilidade do território, à soberania, ou à independência política – contra qualquer Estado americano signatário do documento seria considerado como se fosse uma agressão própria a cada um dos demais Estados, estabelecendo formalmente, assim, a solidariedade interamericana frente a agressão. Por fim, nessa reunião foi criada a Comissão Interamericana de Paz.²⁷²⁶

Em 1942 ocorreu a III Reunião de Consulta, e, nessa ocasião, nove países da América Central e do Caribe, além dos Estados Unidos, já haviam se engajado à guerra em curso na Europa, contra o Eixo. Além disso, esses dez beligerantes americanos haviam firmado a Declaração das Nações Unidas, onde não havia referência alguma ao Sistema Americano. Os Estados Unidos, nessa reunião, desejavam uma declaração voltada para uma ruptura solidária das nações americanas com os países do Eixo. Argentina e Chile não desejavam a adoção de

²⁷²⁴ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 114-5.

²⁷²⁵ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 115.

²⁷²⁶ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 115-7.

tal medida obrigatória. O resultado final foi uma declaração no sentido de recomendar o referido rompimento diplomático. Apenas Argentina e Chile acabaram não rompendo, de fato, relações diplomáticas com as potências do Eixo; todas demais nações concretizaram o referido rompimento. Outras medida que forma adotadas nessa reunião eram referentes a limitação e regulação das relações comerciais e financeiras com as potências do Eixo e seus cidadãos; também foram estabelecidos dois novos órgãos, quais sejam, a Junta Interamericana de Defesa e o Comitê Consultivo de Emergência para a Defesa Política.²⁷²⁷

Chile (1943) e Argentina (1944) acabaram rompendo relações com as potências do eixo, entretanto, suas relações com os Estados Unidos acabaram por se deteriora, mais especialmente com a Argentina, aponto dos Estados Unidos ter tentado impor drásticas medidas contra a Argentina, acusando-a de ser nazifascista. Mas o que veio atingir fortemente as relações interamericanas foram as propostas de Dumbarton Oaks, elaboradas pelas grandes potências que, atingindo os interesses latino-americanos, os mesmos não foram consultados para emitir um parecer e posicionamento sobre as referidas propostas. Basicamente fora decidido que toda ação que fosse tomada para manter a paz e segurança numa região determinada, deveria contar com a aprovação prévia do Conselho de Segurança da ONU. Em caso de veto, o sistema de segurança interamericano ficaria inoperante.²⁷²⁸

A III Conferência Especial, Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz, realizada no ano de 1945, teve triplo objetivo, quais sejam, (I) ponderar o futuro do Sistema Interamericano à luz das propostas de Dumbarton Oaks; (II) discutir os problemas econômicos do pós-guerra; (III) debater o caso da Argentina. Nela foram adotadas três resoluções: (I) a Ata de Chapultepec, que consagrou categoricamente o princípio de que todo atentado contra a integridade ou a inviolabilidade do território, ou contra a soberania ou independência política de um Estado americano, seria considerado com um ato de agressão contra os demais, e inovando em aspectos fundamentais da matéria, especificando que ela é contra qualquer tipo de violação de ordem interna ou externa ao continente e, também, estabelecendo sanções concretas contra o(s) agressor(es); (II) a Resolução IX, destinada a regular o funcionamento da Organização Interamericana, estabelecendo novas regras para a composição do Conselho Diretor da União Panamericana, bem como eleição de seus cargos diretivos, ampliando-se a competência material do Conselho Diretivo; (III) a Resolução XXX, que expressou o ponto de vista das nações americanas – em verdade, mais precisamente ponto de vista latino-americano, uma vez que os Estados Unidos estavam divididos, dentro do

²⁷²⁷ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 117-8.

²⁷²⁸ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 118.

próprio governo, entre regionalistas e universalistas – sobre a forma de reforma das propostas de Dumbarton Oaks, alcançado, no âmbito da Conferência de San Francisco – que aprovou a Carta da ONU – o reconhecimento dos acordos regionais dentro da ONU, e como a outorga, para esses acordos regionais, das faculdades necessárias para poderem se ocupar com efetividade, dos assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais, suscetíveis de ação regional.²⁷²⁹

A IX Conferência Internacional Americana, de 1948, aprovou cinco convenções internacionais, sendo a mais importante, a Carta da Organização dos Estados Americanos e o Tratado Americano de Soluções Pacíficas. A Carta da OEA foi fruto de 60 anos de experiência acumulada do Sistema Americano, e, após a criação da OEA, entre os anos de 1948 a 1998, pode ser contabilizado, dentro de seu bojo, a realização da X Conferência Interamericana, dezenove reuniões de consulta, e três Conferências Interamericanas Extraordinárias, além das sucessivas reuniões da Assembléia Geral da OEA. Assim, a criação da OEA foi, ao mesmo tempo, um ponto de chegada e de partida, dentro das relações interamericanas, uma vez que, a partir daí, a organização internacional centralizou as normas de condutas entre os Estados, os direitos e obrigações do ser humano, bem como os princípios da cooperação interamericana nos terrenos econômico, social e cultural.²⁷³⁰

A X Conferência Internacional Americana, realizada em 1954, não contou com a participação apenas da Costa Rica, e aprovou três convenções, quais sejam, sobre asilo diplomático, sobre asilo territorial e sobre fomento das relações culturais. Também foi aprovada a Resolução XCIII, que era uma declaração de solidariedade para a preservação política dos Estados americanos, contra a intervenção do comunismo internacional, no sentido de que o domínio ou controle das instituições políticas de um Estado americano pelo movimento comunista internacional era caso passível de acionamento do TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca –, abrindo possibilidade, na época, para ser aplicado uma intervenção política sobre o governo da Guatemala. A referida Resolução recebeu o voto negativo da Guatemala e as abstenções da Argentina e México.²⁷³¹

A XI Conferência Internacional Americana, convocada para ser realizada em Quito – Equador – no ano de 1960, jamais foi efetivada; de fato, a reunião não se realizou porque Peru e Equador se encontravam sob uma controvérsia territorial e que havia chegado a um conflito armado entre os dois Estados. Ambos não desejavam a discussão do assunto no bojo da

²⁷²⁹ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 118-20.

²⁷³⁰ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 127-8 e 146-7.

²⁷³¹ MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 147-9.

reunião, tendo que se recorrer, na época, das Conferências Interamericanas Extraordinárias, previstas na Carta da OEA.²⁷³²

4.1.3.3. INTEGRAÇÃO ECONÔMICA LATINO-AMERICANA

Em meados do século XIX, quando havia encerrado a fase de independência e formação das nascentes repúblicas americanas, a América Latina tinha seu potencial exportador muito pouco utilizado. Foi através de estímulos – crescentes investimentos – nas áreas econômicas de exploração econômica tradicional, assim como em outros setores que apresentavam novas possibilidades, junto com o melhoramento da infraestrutura e dos serviços – especialmente os dos transportes – para que todas as nascentes repúblicas se transformassem em exportadores de bens de consumo e insumos para os grandes centros europeus, recebendo em troca os produtos manufaturados que nesses centros eram produzidos e os excedentes de mão-de-obra – imigração – que não tinham mais oportunidade de trabalho nos centros industriais europeus. De fato, a literatura é pródiga em relatar e ressaltar o auge experimentado, em níveis de desenvolvimento econômico, pelas nações européias, entre meados do século XIX até o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914.²⁷³³

Inicialmente seriam as carnes, lãs e cereais do Cone Sul (Argentina, Paraguai e Uruguai); deis seria o guano – adubo obtido através do acúmulo excremento das aves marinhas nas costa do Peru –²⁷³⁴ e o nitrato ou salitre do Chile; produtos tropicais – açúcar, cacau, café, tabaco etc. – de todo Caribe, Colômbia, Brasil, Venezuela, Equador e outros países; e também os minerais que ainda existiam no México, Bolívia, Chile e Peru. A terra, o clima, a abundância e exclusividade de localização do produto, a mão-de-obra latino-americana competindo com as antigas colônias européias localizadas na África e Ásia, tudo contribuía para a inserção da América Latina na economia que se desenvolvia no Ocidente, na Europa Ocidental. Conforme o produto e interesse, havia diferentes capitais provenientes de nacionalidades diversas, mas atuando com a mesma lógica e fim último, presentes nas nascentes colônias que, desde cedo, passaram a rivalizar-se entre si.²⁷³⁵

²⁷³² MORENO PINO, Derecho y diplomacia..., p. 149.

²⁷³³ GRIEN, Raúl. **La integración económica como alternativa inédita para América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 141 e 144-5.

²⁷³⁴ MARTÍNEZ ALMOYNA, Julio. **Dicionário de espanhol-português**. Porto: Porto Editora, 1999.

²⁷³⁵ GRIEN, La integración..., p. 145.

Se o destino da América Latina iniciou-se sob o signo da colonização, vale dizer, exploração dos máximos recursos naturais – minerais, produtos extrativos tropicais e produtos cultivados tropicais – e riquezas em direção à metrópole, após a independência sua sina continuou sendo a mesma, ou seja, continuar enviando para os grandes centros consumidores industriais os bens e produtos, entretanto, agora, dentro de uma política exportadora que assim vigorou até a primeira década do século XX, conforme o desenvolvimento da expansão econômica européia e norte-americana, acompanhando as conjunturas dessa expansão. Nesse período ocorre o declínio da influência inglesa e a ascensão da hegemonia norte-americana e de outras potências européias. O novo destino da América Latina seria de exportadora de alimentos e bens primários, e importadora de produtos manufaturados. De fato, haveria uma estrutura econômica internacional determinante e vinculante, reservando o papel de periferia a uma América Latina, frente aos centros capitalistas ocidentais; toda infraestrutura sócio-econômica latino-americana herdada da colonização, seus padrões internos de consumo, tudo indicava uma impossibilidade local de inventar-se um novo sistema econômico que contribuísse para lhes dar uma autonomia sócio-econômica, conforme a Europa e os Estados Unidos projetavam.²⁷³⁶

Tudo que os sucessivos governos objetivamente conseguiram alcançar foi uma economia de exportação, funcionando mais ou menos por uma inércia, segundo o seguinte mecanismo: distribuição dos valores das exportações em diferentes itens; crescentes investimentos de capitais estrangeiros para a exploração dos recursos naturais destinados à exportação; aumento progressivo dos preços dos bens exportados; imigração e deslocamento massivo da mão-de-obra para os setores dedicados à atividade exportadora; assimilação ideológica dos marcos filosóficos, sociais e institucionais adequados para as atividades exportadoras; enfim, uma teia de sucessivos fatos sócio-econômicos que foram se entrelaçando ao longo do tempo, aumentando e se encadeando cada vez mais, condicionada pela atividade exportadora, onde a globalidade do sistema econômico – inclusive as importações – internacional e local, funcionava para alcançar um ponto considerado ótimo do sistema.²⁷³⁷

Com exceção de México e Argentina, todos os demais países pouco ou nada fizeram para sair dessa situação; os grupos dominantes nacionais – elites – da América Latina agora independente, autônoma e soberana, decidiram não alterar sua característica primordial de seu papel e atuação eminentemente exportadora, dentro do quadro econômico internacional,

²⁷³⁶ GRIEN, La integración..., p. 145-8.

²⁷³⁷ GRIEN, La integración..., p. 148-9.

recusando-se, por exemplo, a incrementar a economia interna com qualquer tipo de acumulação primária para alavancar o desenvolvimento econômico autônomo interno. De fato, o comportamento de tais grupos em recusar a soberania e independência econômica nacional e latino-americana chegou ao paroxismo, ou seja, nas oportunidades que surgiram, durante esse período inicial – auge de um período exportador ou expansão do gasto público –, para orientar os investimentos internos naqueles setores que poderiam modificar ou reverter essa tendência dependentista, objetivamente verifica-se que tais grupos hegemônicos ou dominantes constataram e aceitaram a evidência de que as vantagens comparativas – imediatas – e, por consequência, os menores custos reais relativos, estavam junto da atividade exportadora, frente a qualquer possível produção alternativa.²⁷³⁸

A racionalidade latino-americana atuou no sentido de reconhecer e aceitar essa realidade, como que de forma insensível ou inconsciente, atitude essa que objetivamente era equivalente a uma internalização ou assunção consciente do sistema econômico internacional e do papel das nações latino-americanas como sociedade e economias exportadoras. Dentro dessa lógica, os setores público e privado dependiam primordialmente das exportações e seus ingressos para pagar as importações e os gastos internos, reconhecendo e aceitando – de forma até inconsciente e desconhecida – os fatos como evidentes; os gastos dos Estados adviriam das tarifas alfandegárias das exportações, e de empréstimos internacionais tendo como garantia os ingressos das exportações; os impostos cobrados na alfândega também seriam utilizados como garantia de empréstimos; os ingressos das exportações pagando as importações, cujos produtos saíam mais baratos do que produzir internamente; etc. Tratou-se, assim, do que viria a se denominar como fase do “crescimento para fora” – ou “desenvolvimento vertical”, com o desenvolvimento da economia das áreas costeiras – da América Latina, centrada na política exportadora como foi aplicada, um modelo de crescimento conscientemente exportador, fundado nos aspectos estruturais sócio-econômico que se encontrava a região.²⁷³⁹

A América Latina cresceu, desta forma, com uma economia em direção ao exterior, especializando os setores exportadores e estimulando novas formas de organização em torno da propriedade dos recursos naturais – em mãos estrangeiras, através de investimentos diretos, ou do Estado financiador de explorações, por sua vez, financiado através de créditos externos – e modificando a estrutura sócio-econômica interna das nações e da região, de forma substancial conforme essa orientação primordial exportadora; de fato, aos poucos, as

²⁷³⁸ GRIEN, La integración..., p. 149-50.

²⁷³⁹ GRIEN, La integración..., p. 150-1.

economias de subsistência passaram a ser monetarizadas, com crescimento grau de capitalização, pagando as importações. Entretanto, do ponto de vista interno latino-americano, o sistema produzia distorções nocivas, mostrando sua ineficácia; a principal consequência era a subordinação ou dependência do sistema frente à economias centrais, vale dizer, se essas economias se desenvolviam, havia ganhos, mas se estagnassem ou caíssem os níveis e indicadores de desenvolvimento, então as nações latino-americanas ficavam totalmente vulneráveis; o desenvolvimento, assim, não era precisamente em direção ao exterior, mas, diferentemente, era um desenvolvimento a partir do exterior, tamanho o grau de dependência que os setores produtivos internos estavam subordinados aos centros localizados no exterior. Na prática, quem determinou o crescimento e desenvolvimento latino-americano – seu sentido e direção – no período foram os centros econômicos europeus e norte-americanos.²⁷⁴⁰

A partir da Primeira Guerra Mundial, todos os problemas iminentes ou potenciais do sistema econômico internacional então vigente para a América Latina – com seu papel subalterno, subordinado e dependente – emergiram para as nações da região e suas elites. Os Estados centrais voltaram-se para seus próprios interesses, em detrimento das suas relações com os Estados periféricos, revelando a vulnerabilidade do sistema primário-exportador que a região havia adotado preferencialmente, como sua relação econômica com o centro. Nessa época, a região possuía uma presença notável no comércio internacional, o que a fez sentir mais fortemente o revés. A década de 1920 foi uma década de mudanças na economia do Planeta, culminando com a crise de 1929, submetendo a sérios traumas a dependente evolução econômica da América Latina. Isso obrigou aos países buscarem novas alternativas de desenvolvimento e crescimento econômico.²⁷⁴¹

Desde os primeiros anos do século XX, a América Latina começou a sentir uma série de modificações na esfera internacional, fatores esse que repercutiram diretamente nas expectativas de cada protagonista da região. Do ponto de vista geopolítico a Inglaterra perde sua proeminência no concerto econômico internacional em favor de Estados Unidos, França e Alemanha, devido à estrutura industrial interna desses países, mas que em breve seria suplantado pelos Estados Unidos, como a mais proeminente nação industrial do mundo e que passaria a fazer gravitar em torno de si a América Latina. Outro fator sentido, foi o fato dos países centrais iniciarem um movimento de aumentar entre eles mesmo o comércio em geral, inclusive o da industrialização dos produtos primários periféricos, mercado onde os Estados Unidos compareceu com uma ampla gama e cota de produtos manufaturados, além de

²⁷⁴⁰ GRIEN, La integración..., p. 151-3.

²⁷⁴¹ GRIEN, La integración..., p. 154.

alimentos e matéria-prima; a consequência direta foi a perda da participação relativa dos bens primários no total do comércio mundial, além da queda de preços dos produtos do setor primário, especialmente os alimentos, que passaram a ser substituídos por outros similares ou mesmo sintéticos.²⁷⁴²

Essas transformações provocaram modificações nos mercados mundiais de produção e consumo de bens primários e industrializados, afetando todas as áreas periféricas, sendo que a América Latina se comportou como sujeito totalmente passivo nessas fortes e sucessivas transformações das estruturas de intercâmbio econômico geral; toda região acusou as repercussões desses desajustes, em graus diferentes, segundo os países e a natureza dos produtos afetados. Mas as mudanças econômicas havidas não se circunscreveram à produção de alimentos e bens primários, atingindo também o setor financeiro – desvalorização, paridades monetárias inconsistentes, inflação etc. – de numerosos países europeus após a Primeira Guerra Mundial, afetando as exportações de capital e a natureza dos investimentos como vinha sendo praticado até então, tornando os Estados Unidos o maior credor internacional de capitais de curto e médio prazo, onerando muito os países devedores financeiramente. A crise econômica de 1929-30 veio a consagrar a caducidade do sistema econômico centro-periferia como vinha sendo praticado.²⁷⁴³

Os anos da década de 1930 iniciam dentro de um quadro econômico cauteloso e de comércio internacional muito restrito, onde a elevação das tarifas alfandegárias tornou-se o eixo central das decisões dos países centrais em matéria de preservação das suas economias nacionais e afetando, assim, a economia internacional, especialmente o seu comércio, quebrando todas as expectativas que os países periféricos possuíam quanto ao funcionamento da economia internacional. Cada nação latino-americana sofreu de forma diferenciada as consequências do período – conforme a pauta de suas exportações, solidez de suas economias, fortalecimento de seus mecanismos institucionais e produtivos etc. –, enfrentando também diferenciadamente os seus efeitos, mas com a mesma característica passividade com que vinha acompanhando todos os acontecimentos negativos que paulatinamente se desenrolavam diante de si. Diminuição das exportações, queda dos preços, importações de manufaturas muito caras, degradação das relações de intercâmbio internacional cada vez mais desfavoráveis à periferia, financiamento externo escasso etc., tudo contribuiu para encurrular

²⁷⁴² GRIEN, La integración..., p. 154-6.

²⁷⁴³ GRIEN, La integración..., p. 156-8.

e revelar o alto grau de vulnerabilidade que se encontrava cada país dentro do cenário econômico internacional.²⁷⁴⁴

Para a América Latina, tudo indica que foi a sua dificuldade para importar que revelou, mais claramente para suas gentes – elites –, a vulnerabilidade a que estava exposto seu modelo de crescimento centro-periferia até então adotado, passando a ser sua maior preocupação, diante das circunstâncias críticas – a partir de 1930 –, como viabilizar a importação de manufaturados imprescindíveis para seu desenvolvimento e consumo. De modo geral, dois grupos de países se revelaram nessas circunstâncias, quais sejam, de um lado, aqueles que não tinham outra opção, a não ser tolher o seu desenvolvimento econômico – dependente exclusivamente da atividade primário-exportadora –, ajustando a contração dos ingressos e investimentos externos com desemprego, recessão etc., por não possuírem estruturas sócio-econômicas aptas para serem modificadas, a fim de apoiar novas respostas à situação de crise econômica; e, de outro lado, outro grupo de países – Argentina, Brasil, Chile, México e, mais tarde, Colômbia –, que já possuíam internamente uma incipiente diversificação econômica setorial, maior solidez institucional e sócio-econômica, e um nível maior de desenvolvimento econômico relativo. Esse último grupo de países materializou a emergência de uma certa atividade industrial – bens de consumo, têxteis, produtos agropecuários elaborados etc. –, enfim, um incipiente setor secundário, ainda considerado como atividade acessória no início do século XX.²⁷⁴⁵

De qualquer forma, todos os países da região tomaram a atitude comum de conter a entrada de produtos manufaturados, frente às grandes dificuldades para adquiri-los – financiamentos vantajosos, altos preços, queda das exportações, diminuição dos preços dos produtos primários etc. – levando as nações latino-americanas do grupo mais vulnerável a um retorno a práticas e fatores produtivos característicos do setor pré-capitalista – agricultura de subsistência e artesanato – em um processo de atrofia da economia monetária. O outro grupo de nações latino-americanas de economia mais complexa, voltou sua atenção para atender a economia interna, tomando a iniciativa de tentar produzir internamente em cada país, alguns dos bens que eram importados, uma vez que o desenvolvimento de sua economia havia criado um mercado interno próprio, mas que era atendido exclusivamente com importação de produtos manufaturados.²⁷⁴⁶

²⁷⁴⁴ GRIEN, La integración..., p. 158-60.

²⁷⁴⁵ GRIEN, La integración..., p. 161.

²⁷⁴⁶ GRIEN, La integración..., p. 161-2.

Uma nova fase de desenvolvimento econômico é iniciada na América Latina; uma nova atitude, por parte desses poucos países aptos a ter iniciativas para suplantar a crise sócio-econômica que os acometia, levou-os a adotar – durante anos – medidas restritivas e de contenção das importações, e começar a produzir internamente os produtos manufaturados que anteriormente eram trazidos diretamente do exterior. É a fase denominada por processo de substituição de importações, que se inicia na década de 1930, de forma consciente e programada, dentro do propósito geral de aumentar a participação da produção nacional na satisfação ou atendimento da demanda interna, em detrimento da participação da oferta importada. Tal atitude foi reproduzida mimeticamente na região, e que foi até identificado com um movimento de crescimento econômico voltado para dentro da região, mais precisamente, para atender um mercado interno existente – não significando necessariamente o desenvolvimento do seu interior geográfico –, mas vinculado ao fato de que ocorrera uma contração do seu setor exportador, e que os países latino-americanos estavam dispostos que o decrescente volume de divisas procedente do setor exportador fosse, em sua maior parte, utilizado para pagamento das importações. O setor público de cada nação tratou de tomar medidas voltadas para complementar essa política comercial defensiva, ou seja, adotou medidas protecionistas – desvalorizações monetárias, controles de câmbio seletivos, elevação de tarifas alfandegárias, distribuição limitada de divisas, contingenciamentos etc.²⁷⁴⁷

Tais medidas, postas em práticas, provocaram o encarecimento das importações, além de controlá-las, favorecendo a necessidade de ser suprido internamente sua escassez, e revelando, nesse processo, a sua rentabilidade frente aos encarecidos importados; os Estados, portanto, propiciaram a viabilidade da produção substitutiva de certos bens. A partir dos anos 1940 e 1950, em diante, os outros países mais atrasados iniciaram ensaiar o mesmo processo, conforme as forças e possibilidades que sua estrutura sócio-econômica permitia. Tratou-se de um período em que a América Latina pela primeira vez foi obrigada a olhar para si mesma – e agir de forma independente – para enxergar quais as suas efetivas possibilidades para conceber uma atuação autônoma na esfera econômica interna e internacional. A elite da região teve que mirar suas possibilidades a partir de duas premissas, quais sejam, de um lado, a quantificação dos coeficientes de fornecimento de produtos importados que se dava em cada setor das demandas respectivas, e a proporção que o produto significava na importação total para a economia dos países; de outro lado, o inventário da setor industrial existente – nível empresarial, tecnologia etc. – tendo em vista a indiferença estrangeira para sua capacidade

²⁷⁴⁷ GRIEN, La integración..., p. 162-3.

industria e a falta dessa capacidade em seus vizinhos. Tratou-se, então de um diagnóstico acerca da magnitude do problema e da real capacidade de cada país em enfrentá-lo.^{2748]}

Em linhas gerais, portanto, o crescimento sócio-econômico latino-americano, dessa nova fase, teve impulso inicial dos setores públicos de cada país, a partir dos anos 1930, observando-se que esses mesmos setores públicos é que socorreram os exportadores, compensando as suas perdas contraídas em suas vendas externas ou pela crise econômica que acometeu o comércio internacional; nesse comportamento reproduz-se tradição da forte presença do setor público na economia latino-americana. O Estado passou a ser o principal elemento dinamizador da nova política econômica de substituição das importações; para isso, gastos públicos foram utilizados para fortalecer a estrutura econômica interna da nação, especialmente para fomentar a infra-estrutura industrial existente, tendo com lema principal de atuação uma reprodução – cópia, importação de idéia – forçada de um certo colbertismo²⁷⁴⁹ protecionista, que implicava na substituição da importação de bens de consumo elaborados através do incremento de sua produção nas instalações industriais que contava internamente, e incorporando mais horas de trabalho utilizando-se da elástica oferta de mão-de-obra existente e excedente, e salários baixos. Apesar disso, iniciou-se, através do Estado, uma maior capacidade de investimentos, através da concessão oficial de financiamento, sendo criada as primeiras instituições financeiras estatais, e também iniciado os primeiros projetos de formação profissional, seguridade social etc.²⁷⁵⁰

Com o impulso da economia interna, o mercantilismo latino-americano evoluiu no sentido de buscar no exterior os bens de capital²⁷⁵¹ e equipamentos estrangeiros, mas sem internalizar a tecnologia incorporada em cada equipamento adquirido, demanda de equipamentos estrangeiros devido ao fato de que a demanda por produtos ou bens

²⁷⁴⁸ GRIEN, La integración..., p. 163-4.

²⁷⁴⁹ Jean-Baptiste Colbert (1619-1683), estadista francês que, como Ministro das Finanças de Luís XIV, foi o principal responsável pela aplicação da política mercantilista. Começou por obrigar os homens de negócios a devolver parte de seus lucros ao Tesouro Nacional. Empreendeu profunda reforma fiscal, acabando com o confuso sistema de taxação herdado da Idade Média. Incrementou a atividade comercial para superar os mercados holandeses e criou várias companhias de comércio, com a das Índias Ocidentais e das Índias Orientais; aumentou os impostos sobre artigos importados e construiu numerosas vias de comunicação. Criou privilégios para várias empresas privadas e fundou fábricas estatais. Ministro da Marinha desde 1668, levou à frente a transformação da França numa grande potência naval. Incentivou ainda as ciências e as artes. Escreveu, em 1663, *Memórias sobre os Assuntos Financeiros da França*. In: DICIONÁRIO DE ECONOMIA. Coleção os Economistas. São Paulo: Abril, 1985.

²⁷⁵⁰ GRIEN, La integración..., p. 164-5.

²⁷⁵¹ Bens de capital são bens que servem para a produção de outros bens, especialmente os bens de consumo, tais como máquinas, equipamentos, material de transporte e instalações de uma indústria. Alguns autores usam a expressão bens de capital com sinônimo de bens de produção; outros preferem usar esta última expressão para designar algo mais genérico que inclui ainda os bens intermediários – matéria-prima depois de algumas transformações como, por exemplo, o aço – e as matérias-primas. In: DICIONÁRIO DE ECONOMIA. Coleção os Economistas. São Paulo: Abril, 1985.

intermediários e insumos havia crescido, e o abastecimento de bens e produtos de consumo primário estava relativamente suprido, restando, portanto, a necessidade de continuar atender o aumento de consumo geral do mercado interno por bens ou produtos mais elaborados. Novamente, nessa fase, o Estado foi o grande promotor e provedor dos recursos necessários para efetuar tais importações de bens de capital, exigindo maiores investimentos e criação de novas infra-estruturas produtivas.²⁷⁵²

Nessa altura, os Estados latino-americanos, especialmente os mais desenvolvidos até então, verificaram o estabelecimento de uma hierarquização econômica de todos os seus setores, identificando e estabelecendo preferências pra aqueles setores econômicos considerados mais fundamentais, estabelecendo em cada Estado instituições econômicas – industriais, financeiras etc. – de acordo com essa nova orientação. De fato, iniciou-se uma outra fase de impulso ou desenvolvimento econômico na América Latina, continuação da “industrialização por substituição das importações”, e que alguns autores entenderam ser mais precisamente identificada como de uma “industrialização induzida” – reativação de todos os setores sócio-econômicos produtivos, dinamização das atividades complementares (transporte, energia etc.), crescimento do mercado interno em termos de magnitude e seletividade, progressivo aumento do bem-estar social etc. –, quando, mais corretamente é preciso considerar que a América Latina perseguiu um destino sócio-econômico específico nesse período de sua existência, voltado para substituir os produtos importados – devido ao seu alto custo – através da industrialização interna fomentada pelos cofres dos Estados, decisão essa que provocou condicionantes, em especial deficiências que sempre estiveram ligadas umbilicalmente com o processo substitutivo que adotou. De fato, é possível conceber etapas desse processo de industrialização por substituição, a fim de visualizá-lo melhor.²⁷⁵³

A primeira fase do processo é o de medidas – especialmente administrativas alfandegárias – voltadas para efetivar a contenção de suas compras externas, forçando o uso de bens e produtos substitutivos produzidos internamente, conforme a capacidade sócio-econômica e industrial de cada país; a segunda fase coincidiu com a primeira fase durante anos, atingido apenas aquelas nações latino-americanas que foram capazes de elaborar algum produto exclusivamente com os instrumentos e equipamentos já existentes nas suas incipientes instalações industriais, e que consistiu na produção de bens e produtos substitutivos, através da reativação de sua primitiva ou originária infra-estrutura industrial –

²⁷⁵² GRIEN, La integración..., p. 166.

²⁷⁵³ GRIEN, La integración..., p. 166-7.

com financiamento estatal e decisões protecionistas –, voltada conscientemente para suprir, com produção própria, as importações que eram necessárias.²⁷⁵⁴

A terceira fase nasce entrelaçada com a segunda, e consistiu “na ampliação daquelas possibilidades produtivas e incorporação de novas plantas ao setor industrial, procurando dar respostas cada vez mais seletivas para as seletivas exigências de um crescente mercado interno, com investimentos adicionais, maior diversificação da capacidade instalada, etc., canalizando tudo dentro de numerosas disposições reguladoras e protetoras dessa nova mentalidade, através dos organismos especializados de recente criação [– grandes instituições industriais e financeiras –], especializados precisamente no incentivo técnico-financeiro, orientados ao fomento de propostas e projetos industriais, segundo o volume de substituição [de bens e produtos industriais] que fossem capazes de relaizar, e não tanto conforme quaisquer outros critérios de industrialização ortodoxa [que poderia ser adotado dentro de uma perspectiva de médio e longo prazo]; por isso que essa fase foi denominada de industrialização substitutiva, constituindo, para muitos autores, quase o único conteúdo do processo de substituição de importações”. Essa terceira fase foi a mais longa do processo, e que, para alguns autores, esgotou-se nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, enquanto que outros, sendo indefinido o seu final, a vêem ainda presente, mas uma industrialização específica, fruto da anterior industrialização induzida.²⁷⁵⁵

Essas seriam, então, as três etapas da industrialização latino-americana, sendo que, uma vez que sempre foram superpostas e simultâneas, não seria possível estabelecer a duração precisa de cada uma delas; essa indeterminação e entrelaçamento têm levado muitos analistas a avaliarem que fracassou, na América Latina, seu intento de industrialização, ou, por outro lado, que seus resultados não corresponderam à expectativa esperada. De fato, não sucedeu na América Latina – com exceção das décadas de 1970 e 1980, ainda assim de forma equivocada – a manutenção de um processo ortodoxo de industrialização, vale dizer, uma industrialização que estivesse programada em função de um modelo estrutural de desenvolvimento, uma industrialização estabelecida por si própria, onde se espera obter as vantagens ou carências contidas nela mesma, independente dos aspectos negativos que provenham da economia mundial, enfim, ela atuando como um vetor a mais dentro de um conjunto econômico ordenado e coerente, voltados para alcançar alguns ganhos pré-estipulados para o futuro sócio-econômico da nação.²⁷⁵⁶

²⁷⁵⁴ GRIEN, La integración..., p. 167.

²⁷⁵⁵ GRIEN, La integración..., p. 167-8.

²⁷⁵⁶ GRIEN, La integración..., p. 168-9.

De fato, a América Latina se notabilizou por efetuar uma industrialização voltada para suprir mais imediatamente determinadas despesas em suas contas internacionais, e que são questionáveis quanto à priorização dos bens e produtos que deveriam ser substituídos – substituir bens primários em detrimento dos equipamentos industriais, ou vice-versa? –, fazendo com que cada país acabasse tomando suas decisões segundo seus interesses nacionais ou conjunturais, sem nenhum tipo de coordenação regional. A industrialização latino-americana voltou-se mais para economizar divisas do que para gerar divisas, atingindo também outros setores, como o do agronegócios – estimulando determinadas produções agrárias –, mas não agindo de acordo com um esquema mais ou menos planejado, mas unicamente segundo sua capacidade de substituir importações, sempre em decisões de curto prazo. Assim, tanto os países mais avançados quanto os menos avançados da região, estabeleceram uma atividade industrial e seu desenvolvimento, conforme as limitações impostas pelas exportações, como pelos critérios – questionáveis – de substituições vigentes em cada caso ou oportunidade – conveniência circunstancial, ou conjuntura de curto prazo –, que não se mantiveram de forma continuada e coerente. Nos momentos em que melhorava transitoriamente as condições do mercado mundial para os produtos primários ou tradicionais, era praticamente invariável as nações latino-americanas fazerem essas exportações ascenderem a um patamar de proeminência na balança de pagamentos geral, em detrimento da atenção dos setores industriais, relegados a uma política de idas e vindas.²⁷⁵⁷

O processo de substituição de importações levou à uma aquisição cada vez mais crescente de equipamentos e bens de capital, que eram pagos com o decréscimo de importações de determinados produtos vindos do exterior, que, por sua vez, requeriam a compra de novos outros equipamentos e bens de capital no exterior para substituí-los – pela produção – internamente; essas novas compras novamente requeriam a diminuição da compra de outros produtos importados e assim sucessivamente, produzindo um círculo de decisões econômicas que tenderiam a ampliar o leque de produtos importados a serem substituídos por uma produção nacional ou interna. Ocorreu que esse processo também acabou por levar a essas economias nacionais a ficarem praticamente dependentes ou reféns, de forma progressiva, da tecnologia estrangeira, através dos equipamentos e bens de capital importados. Tratou-se, assim, de um processo contraditório, que acabou por negar a própria essência do processo, vinculando-o diretamente ao desenvolvimento do setor exportador do país ou ao endividamento externo, através do incremento de novas e mais custosas importações.²⁷⁵⁸

²⁷⁵⁷ GRIEN, La integración..., p. 169-71.

²⁷⁵⁸ GRIEN, La integración..., p. 173.

Essa política econômica de substituição de importações, também implicava na necessidade de haver um efetivo crescimento sócio-econômico da nação; as importações – cuja composição modificava conforme o perfil da demanda – cresciam num ritmo maior que as exportações, ou as exportações cresciam num ritmo bem menor do que as importações, de tal modo que chegou num ponto onde o próprio processo negou, em sua tendência, o seu propósito original, vale dizer, as importações passaram a superar as exportações exigindo divisas monetárias que não decresceu. Emerge o problema da crescente dependência com o exterior, especialmente através da balança de pagamentos, atormentando os países latino-americanos, revelando mais claramente a subordinação externa – tecnológica e de capital – a que levou o processo de substituição de importações. De acordo com uma equivocada forma de conceber o crescimento industrial, os equipamentos eram instalados conforme eram e chegavam importados, sem transferência alguma de tecnologia; ademais, para produzir certos bens, exigiam insumos de muito maior grau de elaboração, que também eram importados, resultando muito reduzida a participação sócio-econômica nacional na elaboração final dos produtos, quando não simples montadora final e embaladora – encaixotadora – dos bens industriais produzidos internamente.²⁷⁵⁹

Nessas circunstâncias é impossível – talvez mais precisamente, é impossível vingar e se estabelecer uma mentalidade diferente da que está em vigor – uma mentalidade industrial, com uma mínima capacidade de inovação própria, que além de possibilitar gradualmente uma dinâmica economia fundada na concorrência, também possibilitasse uma produção posterior de progressiva autonomia industrial. Considerando que algumas vezes essa política, já em seu sentido deletério, era imposta por força contratual dos financiamentos externos que eram feitos para adquirir equipamentos – os denominados empréstimos vinculados –, mesmo assim, não se pode olvidar que a efetiva racionalidade latino-americana que governava a política econômica e industrial, era concretamente de curto prazo, ou seja, a simples substituição de importações sem quaisquer outros horizontes. O fortalecimento de uma vinculação de dependência tecnológica com o exterior, era imprescindível para subsistência do único modo concebido de industrialização que se mostrava factível para a mentalidade e cultura civilizacional presente na América Latina; nessa altura, é forçoso admitir que a industrialização para substituição de importações já não se prestava para um maior ou melhor consumo interno, nem mesmo para crescimento sócio-econômico latino-americano. De qualquer modo, também é preciso reconhecer que essa política voltada para a industrialização

²⁷⁵⁹ GRIEN, La integración..., p. 174-5.

trouxe maiores benefícios sócio-econômicos – especialmente diversificação econômica – que aquele processo voltado especialmente para exportação de matérias-primas, transformando de forma significativa algumas economias, injetando um ritmo expansivo de modernidade econômica que não era até então conhecido.²⁷⁶⁰

Assim, preço pago pela América Latina, através desse processo econômico de substituição de importações, acabou sendo muito caro, pois ao longo do tempo emergiu todas as contradições intrínsecas dessa decisão política – aliada à visão cultural de curto prazo que também era imanente aos protagonistas latino-americanos – determinando, ao final, a própria negação do processo – sob determinado ponto de vista. Estando esgotada, ou não, tal política, a industrialização por substituição de importações esteve sempre jungida umbilicalmente a seus próprios limites, bem como à imodificável vulnerabilidade derivada de tal dependência externa – volume de exportações, melhoria dos indicadores de intercâmbio comercial externo, investimentos externos diretos e mesmo contratação de endividamento no exterior –, levando, paradoxalmente, ao aumento cada vez maior de importações de bens de capital e equipamentos, além de insumos elaborados no exterior.²⁷⁶¹

Do ponto de vista sócio-econômico interno de cada nação, ao longo de tempo essa política provocou a desigualdade na distribuição dos ganhos econômicos, dando origem à fragmentação do tecido social e ao nascimento dos segmentos sociais marginalizados; também a criação do emprego foi praticamente anulada, nem mesmo proporcionalmente, com o capital praticamente sendo destinado para pagamento de contas externas. Outros fatores negativos foram que as atividades artesanais e as indústrias tradicionais – aquelas primeiras indústrias que coexistiram com o crescimento vindo de fora, através da intensiva exportação de produtos primários – foram fortemente atingidas e asfixiadas – especialmente pelos capitais que condicionavam a sua disponibilidade desde que também se contratasse, de fora, a importação de bens e produtos que eram produzidos internamente por essas atividades – sem compensação alguma, não sendo utilizadas como base para uma maior complexidade econômica e industrial; desatenção com o setor agrário, em sua demanda interna antes atendida com as importações, e que acabou se tornando precária, com uma oferta agrícola interna insuficiente, não planejada e não conduzida tecnicamente; desestímulo à eficiência empresarial, haja vista ter sido o Estado o grande promotor de boa parte da atividade industrial substitutiva, o concedente dos recursos financeiros, e o protetor das iniciativas e produções ineficientes e de altos custos sociais, e, especialmente, o causador determinante da denominada inflação

²⁷⁶⁰ GRIEN, La integración..., p. 175.

²⁷⁶¹ GRIEN, La integración..., p. 176.

estrutural da América Latina, além de outras características que o converteram em garantia ou obstáculo para qualquer iniciativa de uma industrialização com outros valores norteadores para a região.²⁷⁶²

Diante desse quadro, torna-se difícil conceber tal prática de crescimento industrial, de evolução equivocada, desigual e arbitrária, como um modelo de industrial de crescimento sócio-econômico, independente do imaginário conceber, durante um período muito longo, a industrialização como a grande possibilidade de superar os estrangulamentos de suas economias. Após a Segunda Guerra Mundial, Brasil e Argentina – e esporadicamente a Venezuela – ensaiaram a implantação de uma industrialização mais séria, voltada para deslocar suas atividades para a exportação de produtos manufaturados, criando zonas fabris, pólos industriais, complexos produtivos – indústria automotriz, siderúrgica, têxtil, química, etc. –, enfim, grandes investimentos com participação associada de capitais estrangeiros com o Estado, aumentando muito a taxa de crescimento industrial de toda América Latina e a exportação de bens e produtos manufaturados.²⁷⁶³

Apesar desse surto de crescimento e de transformações econômicas, especialmente a partir dos anos 1960 até início dos anos 1970, que poderiam contradizer o que anteriormente fora afirmado, o fato é que, para a realidade da América Latina nesses anos, a pretensa industrialização – já praticamente alheia à substituição de importações – se encontrava inserida estruturalmente em um jogo político-econômico internacional que revelava frequentemente a região de costas para o longo prazo e ao desenvolvimento. Se essa industrialização em determinadas áreas e a evolução do setor manufatureiro foram realizações concretas, é preciso entender o caráter arbitrário e superdimensionado, de resultados esporádicos e fora de contexto, com que todo processo esteve envolvido, resultando praticamente em custos insustentáveis e deficitários para muitos países, operados fora de qualquer dimensionamento econômico, conforme as capacidades do mercado – interno e externo – passível de absorver a produção, e se descuidando especialmente da necessária produtividade na agricultura, como a base da própria operatividade do sistema industrial implantado.²⁷⁶⁴

É preciso também considerar que boa parte das atitudes adotadas foi apoiada pela manipulação interessada – protecionista – das tarifas alfandegárias, como instrumento regulador da política de substituição de importação praticada. Desse conjunto de medidas em

²⁷⁶² GRIEN, La integración..., p. 176.

²⁷⁶³ GRIEN, La integración..., p. 176-7.

²⁷⁶⁴ GRIEN, La integración..., p. 177-8.

torno de tal política, foram as empresas estatais as principais protagonistas beneficiárias, grandes importadoras dentro do total de importações que se efetuava na América Latina que, junto com as empresas privadas enquadradas pelos governos em seus programas de fomento, eram grandes beneficiárias de exceções tarifárias alfandegárias – de forma total – na importação de bens, insumos e equipamentos – sempre vinculados obrigatoriamente a sua aquisição –, e simplesmente prontos a serem utilizados, sem nenhum repasse tecnológico. As anomalias se multiplicaram, inclusive a dependência externa, sob a forma de proteções internas a essas empresas privilegiadas pelo Estado, que redundaram concretamente em não alcance da capacitação tecnológica suficiente para finalizar essa própria dependência do exterior. As demais empresas excluídas desse privilégio sofriam as conseqüências de tal política, pagando as tarifas aduaneiras vigentes, tarifas essas que eram concebidas conforme os referidos setores privilegiados.²⁷⁶⁵

Esse tratamento tarifário alfandegário privilegiado protetor produziu efeitos multiplicativos e realimentadores, até chegar a ponto de consolidar uma forma de crescimento econômico que provavelmente havia sido orientado saem excessivo rigor metodológico, ficando manifesta a utilização desses instrumentos tarifário em sua capacidade para criar, desviar e destruir comércio, mas, também, para definir as características e destino de uma evolução econômica, através da destinação de recursos financeiros numa ou outra direção.²⁷⁶⁶

a) INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL NA AMÉRICA LATINA

A idéia de integração latino-americana iniciou-se na década de 1950, voltada para a integração dos esforços da região, a fim de responder a circunstâncias conjunturais, tanto de âmbito internacional quanto de ordem interna. Após a Segunda Guerra Mundial havia poucas expectativas em relação aos países latino-americanos; aqueles com maiores recursos sócio-econômicos haviam optado pela industrialização substitutiva – Argentina, Brasil, Chile, México etc. – que, com o declínio do processo, viram-se em dificuldades, uma vez que haviam depositado todas as esperanças e recursos – se comprometido com praticamente com todos seus recursos disponíveis – no mesmo. Diante desse grave risco de não desenvolvimento regional, emerge debates em grupos minoritários – intelectuais e políticos – voltados para uma suposta “consciência latino-americana” subjacente às sociedades da região, e na valorização da interdependência regional ou ampliação dos marcos nacionais como

²⁷⁶⁵ GRIEN, La integración..., p. 179-80.

²⁷⁶⁶ GRIEN, La integración..., p. 181-2.

forma solidária de atuação frente ao exterior. Assim como a União Européia é vista por alguns como a realização nostálgica da unidade do Ocidente medieval cristão, a integração latino-americana é vista como uma certa reconciliação com a consciência histórica, apoiado-se recorrentemente e persistentemente nessa idéia; junto com a criação dos Estados, iniciou-se, então, a busca de uma integração política, cooperação com dimensão latino-americana, concepção solidário do espaço latino-americano, presente como objetivo constitucional em vários Estados, chegando mesmo a figurar como programa de partidos políticos, enfim, sinônimo de progresso da região, mas que até os anos 1950 não passou de um conceito meramente retórico.²⁷⁶⁷

A história comum dos países hispano-americanos da região, independentes desde 1821, deu forma a um sentimento de unidade que sempre renascia de tempos em tempos, ora em forma de uma só República Federativa, ora nas denominadas Províncias Unidas – sem o México –, e mesmo na Federação Centro-Americana, entre outros mais, inclusive para solucionar problemas comuns que atingiam Estados da região. Assim, a idéia e efetivação da criação de um Partido Unionista no início dos anos 1900, postulando a restauração federativa manteve viva essa consciência comum em função da proximidade geográfica cultural, social e política e que mais tarde materializou-se na criação da Confederação de Universidades Centro-Americanas (1948) ou pela Organização dos Estados Centro-Americanos (1951), ambas de curta existência.²⁷⁶⁸

Assim, por volta de 1950, a idéia de integração começou a tomar formas mais concretas que, nessa altura, já se somava a outros fatores sócio-econômicos mais concretos da realidade latino-americana; assim, por exemplo, na América Central durante esses anos 1950, compreendeu-se pragmaticamente que a pequena dimensão geográfica de cada Estado – com seus problemas de insuficiência demografia e recursos naturais – era um obstáculo real ao crescimento econômico dos países. Assim, para vários Estados, a interpretação prática de sua realidade acerca da dimensão insuficiente de espaços, mercados e recursos, era uma justificação para a interdependência ou cooperação, mas igualmente para a integração como uma segunda melhor opção para a região. Iniciam-se, então, os estudos para uma integração fundada numa união econômica regional, com o seguimento paralelo da integração de conteúdo eminentemente político em seu curso irregular, como resposta da região à conjuntura internacional do pós-guerra, com um duplo propósito, quais sejam, impulso ao desenvolvimento sócio-econômico da região e o fortalecimento do poder de negociação da

²⁷⁶⁷ GRIEN, La integración..., p. 185-6.

²⁷⁶⁸ GRIEN, La integración..., p. 186-7.

América Latina frente às demais nações, especialmente as mais desenvolvidas – e pouco solidárias – na Europa e Estados Unidos. Se nos anos 1930, a idéia sobre substituição de importações haviam arrebanhado os Estados da região, agora, nos anos 1950, junto àqueles que insistiam na política de industrialização para substituição de importações, a nova idéia era obter um concerto voltado para um maior grau de unificações da gestão de suas possibilidades materiais e de gestão institucional, para obterem, assim, uma melhor expectativa sócio-econômica para o futuro. Diante disso, há o início da instrumentalização teórica do processo, conforme toda doutrina já concebida, bem como a transferência das experiências similares de outros continentes.²⁷⁶⁹

Não há dúvida que muitos fatores de ordem pragmática, histórica, cultural, geográfica, lingüística, entre outros fatores, concorreram para a busca da concretização da integração econômica latino-americana, ao lado da busca de sua integração política, assim como não há dúvidas que os argumentos prós e contras também são abundantes em fundamentações, dentro do debate público travado, especialmente entre as elites econômicas, políticas e intelectuais de cada nação. Dentre esse grupo de especialistas profissionais intelectuais, está aquele reunido na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL),²⁷⁷⁰ órgão especializado vinculado à ONU, criado em 1948, que procurou efetivar a capacitação teórica e prática das sociedades latino-americanas em busca de sua integração econômica regional, voltada para incrementar o escasso comércio entre países vizinhos e fronteiriços da região. A criação da CEPAL, esteve no bojo de um projeto maior da ONU, de criar comissões regionais pelo mundo, todos com o mesmo intuito.²⁷⁷¹

Em 1956, com a criação do Comitê de Comércio no âmbito da CEPAL, inicia-se uma fase de coordenação política de integração comercial onde, em 1957, na Conferência Econômica Interamericana, seus membros decidiram pela elaboração de um projeto para estabelecer de forma gradual e progressiva, mas de maneira multilateral e competitiva, um mercado comum latino-americano. Os instrumentos internacionais que foram firmados com esse objetivo, na região foram: (I) Tratado de Montevideu (Uruguai), de 1960, criando a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), com o objetivo de criar uma zona de livre comércio no território comum dos países membros, e que, em 1980, foi substituída pelo Segundo Tratado de Montevideu, extinguindo a ALALC e criando a

²⁷⁶⁹ GRIEN, La integración..., p. 187-8.

²⁷⁷⁰ Para compreender melhor a CEPAL, em especial, a obra de seu maior expoente, o economista Raúl Prebisch, vide: GURRIERI, Adolfo (coord.). **La obra de Prebisch em la Cepal**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. 2 v.

²⁷⁷¹ GRIEN, La integración..., p. 188-90.

Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), voltada para atingir, de forma gradual e progressiva, um mercado comum latino-americano; (II) Tratado de Manágua (Nicarágua), de 1960, estabelecendo o Tratado Geral de Integração Econômica, com vistas à criação futura de um Mercado Comum Centro-Americano (MCCA);²⁷⁷² (III) Convênio de Saint John (Ilha Antigua), de 1968, que instituiu a Associação de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA); (IV) Convênio de Changuaramas (Trinidad e Tobago), de 1973, derivação e evolução do Convênio de Saint John, que instituiu a Comunidade do Caribe (CARICOM), com objetivo de edificar um mercado comum; (V) Acordo de Cartagena, de 1969, que instituiu o Pacto do Grupo Andino (GRAN).²⁷⁷³

4.1.3.4. INTERFERÊNCIAS E INDUTORES DA INTEGRAÇÃO

Junto a esse movimento integracionista de marco comercial, além da Doutrina Monroe, sucedia paralelamente outras ações de caráter multilateral na região que, se não eram contrapontos ou antagônicos com aqueles, sem dúvida criavam um protagonismo paralelo. Assim, dentro de um espírito pan-americanista, foi criado o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA), voltado para encontrar soluções coletivas para as necessidades e problemas dos Estados da região, e daí emerge a denominada Aliança para o Progresso, que tinha por objetivo entre outro, aplicar vinte bilhões de dólares norte-americanos na região, a fim de impulsionar seu desenvolvimento. Também a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1959, foi outro exemplo de panamericanismo, cujo objetivo era acelerar o processo de desenvolvimento econômico, individual e coletivo, de seus países membros, que, a partir de 1976, aceitou a participação de alguns países europeus como seus sócios; em 1964, o BID criou e financiou em sua totalidade o Instituto para a Integração da América Latina (INTAL), com o intuito de aportar idéias e pesquisas, bem como pessoal tecnicamente especializado e capacitado para as necessidades do processo de integração.²⁷⁷⁴

Um documento Técnico-Governamental datado de 1965, elaborado por quatro economistas de prestígio continental – Felipe Herrera (BID), José Antonio Mayobre

²⁷⁷² Sobre esse processo de integração centro-americano, vide: LIZANO F., Eduardo. **La integración económica centroamericana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1975. 2 v.

²⁷⁷³ GRIEN, La integración..., p. 191-205 e 264-5.

²⁷⁷⁴ GRIEN, La integración..., p. 205-8.

(CEPAL), Carlos Sanz de Santamaría (CIAP) e Raúl Prebisch (UNCTAD e CEPAL) – também se inclui entre as iniciativas paralelas à marcha da integração econômica na América Latina, apesar de ser sugestões voltadas para acelerar e consolidar a integração da região – uma recomposição de proposições, sem base jurídica nem estrutura institucional alguma – foi um documento influente durante certo período nas decisões determinantes das máximas autoridades latino-americanas, assimilando as sugestões ou proposições para a criação de um mercado comum latino-americano, como se fossem um autêntico programa normativo com vistas à efetivação da integração. Outro movimento significativo, foi a Iniciativa para a Bacia do Caribe (ICC), que entrou em vigor em 1981, gestado pelo governo norte-americano e aceito por quase todos os Estados banhados pelas águas caribenhas; basicamente, a iniciativa permitia o livre acesso ao mercado norte-americano, de determinados produtos da região, até o ano de 1995, sem reciprocidade por parte dos países da CARICOM ou da América Central caribenha, além de outras disposições de rodem financeira e tarifária alfandegária envolvendo o comércio e investimentos na região específica.²⁷⁷⁵

Assim, todas essas iniciativas paralelas, não podem ser consideradas como impulsionadoras nem complementares do processo integrador latino-americano, conforme acima assinalado – ALALC, ALADI, MCCA, GRAN, CARICOM –; em realidade se circunscreveram no âmbito da cooperação – financeira, técnica, teórica etc. – não significando um compromisso mais aprofundado de integração, mas que existiram e influíram, cada qual a seu modo, na busca da melhoria sócio-econômica – bem como política – dos países da região.²⁷⁷⁶

Mas para auxiliar, induzir ou impulsionar a integração econômica da América Latina, foram criados organismos auxiliares e de estímulo, se destacando a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), por Resolução do Conselho Econômico e Social da ONU, em 1948, voltada para contribuir num maior desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, estabelecendo as medidas que promovessem e facilitassem a ação concertada entre eles, a fim de enfrentar quaisquer problemas econômicos, orientando teoricamente os governos no sentido de reforçar as relações econômicas dentro da América Latina, bem como da região com o restante do mundo, mantendo um constante estudo sobre a realidade latino-americana. Apesar de seus membros específicos serem vinte e sete países latino-americanos, e seis fora da região – entre eles Estados Unidos, Canadá e Espanha – o seu caráter e circunscrição operacional sempre foi exclusivamente limitada à região latino-americana. O

²⁷⁷⁵ GRIEN, La integración..., p. 208-12.

²⁷⁷⁶ GRIEN, La integración..., p. 212.

pensamento econômico cepalino é já parte tradicional do acervo reflexivo crítico sobre a América Latina, tendo contribuído para a integração econômica latino-americana.²⁷⁷⁷

O segundo organismo auxiliar a ser destacado, é o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), criado em 1975, e voltado para funções muito mais concretas, entre elas, a de possibilitar e impulsionar a integração latino-americana, mas sem nenhuma ação de execução direta. Tratou-se de um organismo regional de consulta, coordenação, cooperação e promoção econômica e social, de caráter permanente, integrado pelos Estados latino-americanos, voltado para aprofundar as pesquisas sobre todos os problemas da América Latina, com enfoque latino-americano, e tendo como inspiração os objetivos do antigo Congresso Anfictiônico – convocado em 1824, por Simón Bolívar, para realizar-se no Panamá, no ano de 1826 –, voltado para alcançar um desenvolvimento integral, auto-sustentado e independente da região, utilizando-se melhor os seus recursos materiais. O compromisso dos Estados aderentes do convênio constitutivo do SELA, era de apoiar os processos de interação da região e propiciar ações voltadas para a sua harmonização e convergência, respeitando os compromissos assumidos nos marcos de tais tratados.²⁷⁷⁸

Em todos esses processos de integração econômica latino-americana, jamais os povos foram consultados para manifestar sua vontade sobre os compromissos – e a expectativa de futuros ganhos – assumidos. Tais processos sempre tiveram sua discussão circunscrita a uma parcela muito reduzida da população envolvida, com todos os prós e contras dos diferentes grupos de pressão, setores econômicos, grupos e associações profissionais etc. O debate sempre foi inconcluso e que foi perdendo sua razão de ser, à medida que, invariavelmente, a flexibilização e enfraquecimento intermitente do processo integrador acabavam se revelando ostensivamente a todos. Entretanto, é forçoso reconhecer que todos esses processos de integração já mencionados, avançaram em sua trajetória até os dias atuais, cada um conforme determinado grau de eficácia, inclusive com o surgimento de novas modalidades de integração fronteiriça na América Latina, como o Pacto Amazônico,²⁷⁷⁹ Área de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA); a Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).²⁷⁸⁰

²⁷⁷⁷ GRIEN, La integración..., p. 213-4.

²⁷⁷⁸ GRIEN, La integración..., p. 214-5.

²⁷⁷⁹ GRIEN, La integración..., p. 215 e 218.

²⁷⁸⁰ Algumas das mais novas derivações desse processo de integração que está em curso nos cinco continentes, são os acordos entre blocos, voltados especialmente para criar zonas de livre comércio, trazendo novos desafios investigativos, a fim de que haja ganhos ou bem-estar para todas as sociedades envolvidas nesse mega-processo, conforme pode ser verificar direta ou indiretamente em KINOSHITA, Fernando. **El tratado de libre comercio**

4.1.4. A INTEGRAÇÃO DO CONE SUL

4.1.4.1. O MERCOSUL

Assinala Paulo Roberto de Almeida, que o Mercosul visa a constituição de um território econômico comum no Cone Sul; é a unificação dos mercados da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Hoje, é na realidade mais um processo do que um resultado. O seu objetivo final é a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países membros. O Mercosul é um dos mais importantes blocos econômicos no mundo contemporâneo e o de maior peso relativo entre os países em desenvolvimento. Seu modelo

entre la Unión Europea y el Mercosur: consolidación de un marco jurídico-económico internacional. 1999. Tesis (Doctorado en Derecho) – Área de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales, Departamento de Derecho Público, Facultad de Derecho (ICADE), Universidad Pontificia Comillas Madrid, Madrid, 1999.; KINOSHITA, Fernando. **Direito internacional da cooperação:** a zona de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia. Rio de Janeiro: Papel & Virtual, 2001. 342 p.; KINOSHITA, Fernando. **Manual bibliográfico e de pesquisa das relações entre o Mercosul e a União Européia:** documentos impressos e eletrônicos. Rio de Janeiro: Papel & Virtual, 2001. 328 p.; VENTURA, Deisy. **As assimetrias entre o Mercosul e a União Européia:** os desafios de uma associação inter-regional. Barueri (SP): Manole, 2003. 694 p.; LABRANO, Roberto Ruiz Dias (org. e comp.). **Mercosul-União Européia.** Assunção: Intercontinental; ECSA-AL, 2001. 412 p.; CARVALHO, Genésio. **A política de cooperação da União Européia com os países da África:** a experiência de Guiné-Bissau. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.; GANA, Eduardo (comp.). **Las relaciones económicas entre América Latina y la Unión Europea:** el papel de los servicios exteriores. Santiago de Chile; ONU; CEPAL, 1996.; GHISOLFI, Reginaldo da Luz. **A proteção legal do embrião humano e sua relação com a engenharia genética na União Européia e no Brasil.** 2002 Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.; SILVA, Josiane Kuhn da. **Integração monetária:** avaliação e perspectiva dos casos europeu e Mercosul. 2000. Dissertação (Mestrado em Economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.; CHASKA MORI, Lourdes Soria. **La Unión Europea, Mercosur y el medio ambiente.** Bruxelas: Friedrich-Naumann-Stiftung, 1996.; ALMEIDA, Linoberg Barbosa de. **Sistema mundial, Mercosul e Alca:** dilemas da política externa brasileira no atual contexto da globalização. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.; PIÑÓN ANTILLÓN, Rosa Maria (coord.). **La Cumbre de Guadalajara 2004:** ¿ una alianza histórica o una asociación estratégica entre la Unión Europea, América Latina y el Caribe?. México: ECSA México; Fundación Friedrich Ebert; IEIE-ITAM, CELARE (Chile); IELEPI (España); DGAPA-UNAM, 2004. 170 p.; Catedra Internacional Andres Bello/Argentina. **Integración y cooperación atlántico-pacífico.** Rosario (Santa Fe, Argentina): Universidad Nacional de Rosario; REUN; AUGM; UNESCO, 2002. 334 p.; ALGORTA PLÁ, Juan (org.). **O Mercosul e a Comunidade Européia:** uma abordagem comparativa. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Instituto Goethe/ICBA, 1994. 328 p.; VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.). **Mercosul & Nafta:** o Brasil e a integração hemisférica. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. 290 p.; Unión Europea y Mercosur: el papel de los órganos jurisdiccionales en los procesos de integración. Assunção: CIEJ; CIDSEP, 1997. 272 p.; NASCIMENTO, Bráulio do. **Euro-América: uma realidade comum?** Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Folclore/IBICC/UNESCO; Tempo Brasileiro, 1996. 248 p.; Globalização na América Latina: integração solidária. Brasília: Funag, 1997. 276 p.

integracionista se aproxima mais do modelo europeu do que o norte-americano; o europeu é comunitário e o americano é livre-cambista. “Ele começa a se efetivar num momento da economia mundial em que a inovação tecnológica diversifica produções, altera o ciclo de vida dos produtos, redimensiona as economias de escala, restringe os aportes de mão-de-obra e das matérias-primas no custo final e modifica os pressupostos em que se baseava a teoria clássica das vantagens comparativas”.²⁷⁸¹ Assim, a realidade em que o Mercosul emerge é diferente daquele que consolidou a integração europeia, mas há, também, uma natureza política no processo – além da econômica – no sentido de aproximar os países do Cone Sul, especialmente Brasil e Argentina.

Para o Brasil, o Mercosul é “a mais importante opção de política externa de sua trajetória como nação independente”. Enfim, é “no Cone Sul que estão concentrados nossos principais interesses econômicos e políticos e para onde devem confluir nossos esforços de modernização e de inserção internacional, com vistas a uma adaptação bem sucedida às atuais condições da nova ordem econômica mundial”. Com o Mercosul, a política externa brasileira mudou de uma absoluta independência para uma relativa interdependência regional e “neste sentido, a aceitação implícita de uma evolução no conceito de soberania absoluta”. No comércio intra-Mercosul, não só os produtos, mas outras áreas se inserem no processo de desenvolvimento econômico no processo de integração, como os setores de serviços, tecnologia, investimentos, recursos humanos, e até mesmo o *know-how*, pesquisas científicas aplicadas e outros produtos da inteligência, e quanto a estes últimos, especialmente se for considerado o ambiente natural que concentra quase toda a diversidade biotecnológica do planeta, desde as zonas equatoriais de fauna e flora tropicais até as superfícies áridas da terra do fogo.²⁷⁸² “O que se pretende (...) não é, na verdade, o estabelecimento do livre-comércio irrestrito, mas tão-simplesmente o alargamento dos horizontes de mercado do consumidor e do produtor nacionais. Isto significa, na prática, uma espécie de ‘reserva de mercado ampliada’, em escala regional, que deve servir de anteparo comercial antes da abertura global em relação ao mundo”.²⁷⁸³

Da zona do livre comércio até a união aduaneira, há as seguintes vantagens: a) maior eficiência na produção, pela especialização crescente dos agentes econômicos segundo suas vantagens comparativas ou competitivas; b) alto nível de produção pelo maior aproveitamento das economias de escala permitidas pela ampliação de mercado; c) uma melhor posição de

²⁷⁸¹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O mercosul no contexto regional e internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 1993, p. 13-14.

²⁷⁸² ALMEIDA, O mercosul..., p. 15.

²⁷⁸³ ALMEIDA, O mercosul..., p. 20.

barganha no plano internacional, em virtude das dimensões ampliadas da nova área, resultando em melhores termos de intercâmbios; d) mudanças positivas (e obrigatórias) na eficiência econômica dos agentes em virtude de maior concorrência intrasetorial; e) transformações tanto na qualidade quanto na quantidade dos fatores de produção por força de avanços tecnológicos. Caso a integração aduaneira avance da união aduaneira até o mercado comum, as vantagens podem ser acrescidas dos seguintes: f) mobilidade de fatores através das fronteiras entre os países membros, permitindo uma alocação ótima de recursos; g) coordenação de políticas monetárias e fiscais num sentido teoricamente mais racional, já subordinadas a uma lógica impessoal e não à pressão de grupos setoriais ou correntes politicamente influentes em escala nacional; h) os objetivos do pleno emprego – ou próximo disso –, altas taxas de crescimento econômico e uma melhor distribuição de renda tornam-se metas comuns.²⁷⁸⁴

Do ponto de vista dos agentes econômicos, evidentemente os efeitos da integração serão diferenciados, conforme os setores envolvidos. O processo de integração não se faz sem custos sociais e econômicos, e, numa fase de transição, muitas indústrias – ou muitos industriais – não serão capazes de se adaptar à novas circunstâncias, sendo que os trabalhadores menos especializados – ou os empregados de setores de baixa eficiência econômica relativa –, serão bastante atingidos. “A possibilidade de uma diminuição relativa no nível de emprego de um determinado setor industrial confrontado à concorrência dos países vizinhos, por exemplo, deve ser contrabalançada com a faculdade aberta aos trabalhadores e consumidores em geral de ter acesso a produtos mais baratos e de melhor qualidade”.²⁷⁸⁵

Assim, deduz-se de Paulo Roberto de Almeida, que aspectos relevantes estão se processando no âmbito dos países do Mercosul, como nos campos econômico e político, ressaltando que no âmbito da política externa ele se tornou o tema prioritário dos países, representando a confirmação de um ideal integracionista do Cone Sul latino-americano. Este processo está forçando um ajuste econômico e uma modernização tecnológica dos países, e, assim, os esforços de modernização estão sendo estabelecidos para, no âmbito do Mercosul, os países se abrirem às condições da nova ordem econômica mundial. O Mercosul não escapa nem ao fenômeno da globalização nem da regionalização, ou seja, segue a conformação característica modelada dentro dessa nova ordem, voltada para o estabelecimento de blocos regionais de comércio preferencial. Ele também tem exigido das elites empresarias, e dos

²⁷⁸⁴ ALMEIDA, O mercosul..., p. 20-1.

²⁷⁸⁵ ALMEIDA, O mercosul..., p. 23.

setores políticos dos países membros, esforços e surgimento de novas mentalidades para viabilizá-lo, sem considerar o fato de que ele é um bloco com poder considerável dos quatro países em escala mundial.

a) CAUSAS DO MERCOSUL

Demétrio Magnoli e Regina Araújo, resgatando um passado recente, apontam a década de 1980 como a década perdida para a América Latina. Elevação das taxas internacionais de juros multiplicaram duas vezes e meia a dívida externa da região no período, além da queda dos preços dos produtos agrícola e minerais, entre outros mais como queda dos investimentos na região, acabaram incidiram negativamente nas economias da região, especialmente de forma muito dura naqueles países que tinham uma pauta muito restrita de exportações de produtos primários. O resultado é que a produção de riquezas cresceu em ritmo muito inferiores à taxa de crescimento demográfico. No continente latino-americano, foi um período de violentas crises econômicas e políticas, com recessão, desemprego, surtos de hiperinflação, e generalização da miséria. Na Colômbia e Peru, emergem a força e poder dos narcotraficantes; e no Brasil, México e Argentina, a década de 1980 foi o fim do ciclo de substituição de importações.²⁷⁸⁶

Do ponto de vista econômico, a América Latina era um conjunto heterogêneo de economias primárias e subdesenvolvidas, com a maioria dos Estados voltados para a exportação de produtos primários como sua principal atividade econômica e fonte de ingressos externos, para pagar suas dívidas, com Argentina, Brasil, Chile e México – apenas esse países – voltados para solidificar uma economia industrializada, com estruturas econômicas mais complexas, urbana e industrial. De qualquer forma, verificava-se que o Estado sempre teve uma forte presença nas economias; toda infra-estrutura econômica, tanto dos países mais desenvolvidos, quanto dos menos desenvolvidos da região, tinha no Estado seu maior financiador. Com a crise do endividamento, o patrimônio público foi vendido para fazer frente aos encargos financeiros; o Estado perderia seu papel de indutor econômico na região.²⁷⁸⁷

De fato, todas essas transformações na América Latina eram reflexos de transformações mais profundas na ordem econômica mundial, acompanhando os ventos da

²⁷⁸⁶ MAGNOLI, Demétrio; e ARAUJO, Regina. **Para entender o Mercosul**. 8. ed. São Paulo: Moderna, 1995. p. 7-8.

²⁷⁸⁷ MAGNOLI e ARAUJO, Para entender..., p. 8-9.

economia global, a qual a América Latina tinha um papel dependente e subalterno nesse contexto. Se após a Segunda Guerra Mundial a economia ocidental capitalista conheceu um período de inédita prosperidade por cerca de 20 anos – entre 1950 a 1970 –, desenvolvendo os setores tradicionais das indústrias – siderurgia, metalurgia e automóveis – e com a emergência de novos setores – eletroeletrônicos, petroquímicos e químicos –, com altas taxas de crescimento econômico nas nações desenvolvidas, multiplicando por cinco os valores transacionados no comércio mundial, nesse período a região foi beneficiada com investimentos externos, em função da oferta de mão-de-obra, matéria-prima e energia abundante, aprofundando o processo de industrialização da Argentina, Brasil, Chile e México.²⁷⁸⁸

É a partir da década de 1970, que esse ciclo de desenvolvimento mundial pós-guerra começa a se esgotar, especialmente através da elevação dos preços de petróleo – “choques” de 1973 e 1979 – espalhando a recessão pelo Planeta e elevando a inflação em todos os países do mundo, ricos ou pobres.²⁷⁸⁹ A América Latina lançou-se ao endividamento – os bancos estavam com os excedentes monetários das rendas dos países exportadores de petróleo –, enquanto que os países industrializados mudavam a estrutura de seu modelo industrial conforme concebido até então, vale dizer, efetuaram uma revolução tecno-científica em suas indústrias, introduzindo a automatização e robotização em suas linhas de produção – que, além de reduzir a necessidade de mão-de-obra, aumentavam a produtividade industrial –, ao mesmo tempo em que passaram a utilizar, de forma menos intensiva, matéria-prima e energia para fabricar um produto. “A informática, a biotecnologia, e a química fina desenvolveram mercadorias revolucionárias, utilizando mão-de-obra altamente especializada e novas matérias-primas, muitas das quais sintetizadas em laboratórios”.²⁷⁹⁰

Essa revolução industrial, revolução técnica e científica aplicada aos processos industriais de produção de bens e produtos de consumo, provocou também um movimento de concentração e centralização de capitais, com as empresas transnacionais se movimentando

²⁷⁸⁸ MAGNOLI e ARAUJO, Para entender..., p. 9.

²⁷⁸⁹ É preciso também considerar, para avaliar corretamente os acontecimentos que sucederam nesse início da década de 1970, e que iniciou um novo período de crises econômicas mundiais, o fato de que, em 1971, os EUA decidiram a inconvertibilidade do dólar em relação ao ouro, como vinha garantido, até então, para todos os países do Planeta – pelos menos os ocidentais de economia liberal-capitalista –; na prática, isso implicava em consequências econômicas e políticas muito significativas, sendo uma delas o fato de que a moeda norte-americana acabava inflacionando o mundo, ao ser emitida em grande quantidade – para dar conta dos déficits orçamentário e comercial dos EUA – além de depreciar as exportações do mundo em desenvolvimento, valorizando as exportações norte-americanas. Esse fato deu partida para a crise econômica mundial que se seguiu a partir desse período. Conforme VIZENTINI, Paulo Fagunde G. Crise e transição: o contexto internacional das integrações regionais. In: SEITENFUS, Vera Maria Pietzscici; e BONI, Luís Alberto de. **Temas de integração latino-americana**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1990, p. 13.

²⁷⁹⁰ MAGNOLI e ARAUJO, Para entender..., p. 10.

para novas modalidades de fusão e integração, a fim de se tornarem mais competitivas – obterem maiores ganhos com essas associações – no mercado mundial. Sucede também que o custo de incorporação dessas novas tecnologias nos processos industriais implicava em altos valores – pois a pesquisa envolvia pesados investimentos para a descoberta dessas novas tecnologias –, aplicados a produtos que se tornavam rapidamente obsoletos, exigindo, portanto, para compensar esses elevados dispêndios, uma ampliação da escala dos mercados, com mega-corporações econômico-industriais liderando uma “ampla integração do mercado mundial, diluindo os limites representados pelas barreiras nacionais”. Nesse contexto, a emergência de blocos regionais econômicos de integração, voltados para facilitar a circulação de bens, produtos, serviços e capitais, é expressão desse movimento em direção à ampliação de mercados no Planeta.²⁷⁹¹

Os blocos regionais de integração econômica estão presentes nos cinco continentes, basicamente estruturados em torno das economias dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. Assim, dessas transformações estruturais da economia mundial, nas décadas de 1970 e 1980, outras conseqüências derivadas do processo são a globalização e a regionalização econômica; pela primeira, indica a tendência de se globalizar os mercados, estimulando os fluxos internacionais de mercadorias e investimentos, procurando a eliminação das barreiras à competição econômica – seja qual for sua dimensão, especialmente a financeira – no mercado mundial; pela segunda, busca-se a regionalização dos mercados, no sentido de se estipular barreiras entre os blocos regionais econômicos, buscando proteger a esfera de influência de cada uma das grandes zonas econômicas. “Essas duas tendências não são contraditórias ou excludentes: a regionalização é, em grande medida, um patamar da globalização. A ampliação dos mercados, consolidada no interior dos megablocos, visa ampliar a competitividade das empresas que concorrem no mercado internacional”.²⁷⁹²

Na América Latina, essa revolução técnica e científica aplicada aos processos industriais de produção, bem como a emergência dos blocos regionais de integração econômica, repercutiram diretamente nas suas economias internas, no sentido de o preço da mão-de-obra e a disponibilidade de matérias-primas deixaram de ser os atrativos para atrair investimentos na região, considerando os novos ramos industriais de tecnologia intensiva; o movimento da região foi no sentido de privatizar suas economias e reduzir as barreiras alfandegárias. O Estados Unidos, nesse cenário, de potência hegemônica mundial no pós-guerra, perdeu a liderança pela recuperação econômica da Europa e da emergência do milagre

²⁷⁹¹ MAGNOLI e ARAUJO, Para entender..., p. 10.

²⁷⁹² MAGNOLI e ARAUJO, Para entender..., p. 11-2.

japonês, tornando aquela nação numa das maiores economias capitalistas mundiais. No início da década de 1980, os EUA possuíam um déficit comercial – compravam do mundo mais do que vendiam – e déficit orçamentário – o governo gastava mais do que arrecadava internamente – muito grande, e decidiram elevar suas taxas de juros para financiar seus dois déficits. “Os juros altos atraíram para o mercado financeiro dos Estados Unidos um grande volume de capitais especulativos, que substituíram os recursos antes conseguidos com a exportação de mercadorias e serviços. Assim, os Estados Unidos retomaram seu crescimento econômico, mesmo com a importação generalizada de bens de consumo. A política econômica dos juros elevados, [que perdurou praticamente toda década de 1980, avançando até os dias atuais] (...) abriu um novo período de prosperidade para as economias desenvolvidas, que se beneficiaram amplamente do acesso ao insaciável mercado de consumo dos Estados Unidos. Contudo, a perda de competitividade da economia norte-americana e a consolidação dos megablocos regionais na Europa e no Pacífico impuseram aos Estados Unidos uma revisão de sua inserção no cenário econômico”.²⁷⁹³

No ano de 1990, os Estados Unidos propõem a Iniciativa para as Américas, vale dizer, um ato político voltado para estabelecer uma zona de livre-comércio em todo continente americano, “do Ártico até a Terra do Fogo”. Tal proposta revela o retorno do interesse norte-americano pelo continente, reeditando uma orientação geopolítica muito antiga. Nesse contexto, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), de 1992, entre Canadá, Estados Unidos e México é um passo concreto para efetivar os objetivos políticos da Iniciativa. A tentativa de vingar a ALCA é a segunda medida mais concreta e cabal daquele desiderato. Assim, o Mercosul emerge no interior desse ambiente acirrado de concorrência econômica – em todos os ramos – mundial – globalização –, regionalização por via dos megablocos de integração regional econômica, mas que não deixa ainda de estar submetido à influência dos Estados Unidos – em sua política interna e externa –, e será nas suas relações com o NAFTA e a ALCA, e sua participação concreta no desenvolvimento da Iniciativa para as Américas, que determinarão sua substância e viabilidade.²⁷⁹⁴

O Mercosul emerge da aproximação geopolítica entre Argentina e Brasil, através dos acordos prévios de cooperação econômica bilateral, firmados pelos dois Estados. Não há dúvida que essa cooperação diplomática e econômica somente se deu após a redemocratização política dos dois países. Em meados da década de 1980, ambos passavam pelo processo de transição das ditaduras militares – que contribuiu para uma integração muito

²⁷⁹³ MAGNOLI e ARAUJO, Para entender..., p. 12-3.

²⁷⁹⁴ MAGNOLI e ARAUJO, Para entender..., p. 13-5.

específica entre as forças de repressão entre os dois países, bem como dos demais Estados que perseguiram, torturavam e assassinavam os opositores aos regimes militares no poder – para regimes civis e fundados na liberdade democrática. A Argentina conheceu dois períodos de golpes militares ditatoriais – entre 1966 a 1972 e 1976 a 1983 –, sendo que o Brasil conheceu uma ditadura militar que vigorou entre 1964 a 1984. Assinale-se, também, que a redemocratização coincidiu com o fim do ambiente de rivalidades geopolíticas e diplomáticas, que por várias décadas marcaram as relações entre as potências regionais platinas.²⁷⁹⁵

Essa rivalidade em torno dos maiores Estados presentes na Bacia Platina, é antiga, vindo a partir da época da independência das colônias espanholas, quando Argentina e Brasil disputaram o controle da região que é atualmente o Uruguai – no ano de 1821 o Uruguai chegou a ser anexado ao Brasil como “Província Cisplantina”. Desde o início do século XX, o pensamento geopolítico brasileiro voltou-se para políticas externas regionais que ampliassem a vinculação dos países da região vizinha ao Brasil, dando início a uma competição com a Argentina, competição essa voltada para ampliar o grau de influência de cada qual na região. Assim, por exemplo, pelo fato de dependerem do estuário platino e do Porto de Buenos Aires para terem acesso aos mercados do mundo, Bolívia e Paraguai eram prisioneiros geopolíticos naturais da Argentina; não foi sem sentido que o Brasil foi protagonista de uma estratégia diplomática de envergadura, no sentido de fornecer alternativas à Bolívia e Paraguai, no sentido de não ficarem exclusivamente vinculados a um só país como canal de escoamento de suas exportações ou recebimento de suas importações, ao mesmo tempo que os colocavam também sob a órbita de interesses do Brasil. Por isso, foram construídas a estrada de ferro Brasil-Bolívia – que liga Santa Cruz de la Sierra ao porto de Santos – e a rodovia BR-277 – que liga Assunção ao porto de Paranaguá –; com a inauguração posterior do porto de Rio Grande, reduziu-se mais ainda a importância dos portos de Buenos Aires e Montevideu para os países da região.²⁷⁹⁶

Sucedeu, também, que no pós-guerra, o Brasil estabeleceu uma cooperação estratégica com o Estados Unidos, iniciada durante a guerra, o que marginalizou diplomaticamente a Argentina, e durante a década de 1970, em plena ditadura militar, Argentina e Brasil envolveram-se numa corrida à tecnologia de armamentos nucleares.²⁷⁹⁷ Também o projeto de

²⁷⁹⁵ MAGNOLI e ARAUJO, Para entender..., p. 25-6.

²⁷⁹⁶ MAGNOLI e ARAUJO, Para entender..., p. 26-7.

²⁷⁹⁷ Para compreender melhor as relações entre Brasil e Argentina, bem como aspectos relevantes acerca da disputa nuclear travada entre os dois países, vide: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina**. Brasília: Ed. da UnB, 1987. 120 p.; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da tríplice aliança ao Mercosul – 1870-2003)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 688 p.; OLIVEIRA, Odete Maria de. **A questão**

construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu, por meio de uma empresa binacional – brasileira e paraguaia – gerou sérios problemas diplomáticos com a Argentina, em função de decisões unilaterais de uso das águas compartilhadas do Rio Paraná, prejudicando seus projetos à jusante do rio, e também ressentido pela captura geoeconômica do Paraguai pelo Brasil. Assim, essa circunstância de ressentimento e rivalidade durou até a década de 1980.²⁷⁹⁸

Mas não foi apenas a redemocratização que contribuiu para arrefecer a competição entre os dois países; também a longa crise econômica que se abateu sobre os dois rivais, bem como a emergência dos megabloques de integração econômica regional – com a diminuição da tensão do conflito Leste-Oeste –, acabaram impondo como prioridade da agenda externa dos dois Estados a idéia da cooperação econômica conjunta. Assim, em novembro de 1985, num encontro na cidade de Foz do Iguaçu, os presidentes dos dois países instituíram a Ata de Iguaçu, uma declaração de intenções políticas e que preparou os empreendimentos práticos da integração. Em julho de 1986 é assinado o Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina (PICE), ultrapassando a tradição retórica da época da ALALC, uma vez que “o programa baseava-se no conceito de uma integração gradual e flexível, assentada sobre acordos específicos por setores industriais. No seu cerne, estava o projeto de ampliação da competitividade internacional das duas economias, através da dilatação da escala dos mercados”. Em 1998, Argentina e Brasil firmaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que fixou um prazo de dez anos para a instituição de um mercado comum entre os dois países. Nesse novo tratado, a “estratégia a ser seguida envolveria uma progressiva união aduaneira, com a redução das taxas alfandegárias até a total eliminação dos obstáculos às trocas bilaterais e à formação de uma zona de livre comércio. Mas tarde se passaria ao mercado comum, no qual se contemplava também a livre circulação de capitais e mão-de-obra e, portanto, a coordenação de políticas econômicas internas dos parceiros”.²⁷⁹⁹

Em julho de 1990, os novos governos dos dois países decidiram acelerar o processo de integração, estabelecendo a antecipação do mercado comum para dezembro de 1994, fazendo entrar em vigor o Acordo de Complementação Econômica n. 14 (ACE-14), “determinando a redução gradual das tarifas alfandegárias, até a sua completa extinção. O enfoque adotado,

nuclear brasileira: um jogo de mandos e desmandos, Florianópolis: Ed. UFSC, 1989.; OLIVEIRA, Odete Maria de. The inconsistent brasilian nuclear decisions. In: DI LASCIO, Marco Alfredo et al. **Energy policy for the sustainable development of the amazon region**. Brasília: UnB, 1995.; OLIVEIRA, Odete Maria de. **Integração nuclear Brasil-Argentina:** uma estratégia compartilhada. Florianópolis: Ed. da UFSC; Obras Jurídica, 1996. 208 p.; OLIVEIRA, Odete Maria de. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, ano 41, n. 1, 1998, p.6-23.; OLIVEIRA, Odete Maria de. **Os descaminhos do Brasil nuclear**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 1999. 550 p.

²⁷⁹⁸ MAGNOLI e ARAUJO, Para entender..., p. 27-8.

²⁷⁹⁹ MAGNOLI e ARAUJO, Para entender..., p. 28.

prevendo uma redução linear das tarifas alfandegárias para todos os produtos, representou uma mudança significativa na rota prevista pelo PICE. Coerentes com a orientação neoliberal, os dois governos abandonaram a idéia de acordos setoriais, vinculados à situação específica dos ramos produtivos de cada país, preferindo reforçar a abertura dos mercados e a livre competição entre as empresas envolvidas”. Assim, foi dentro desse enfoque e contexto que emergiu o Mercosul, através do Tratado de Assunção, firmado em março de 1991, com a adesão do Paraguai e Uruguai, tratado esse que se vincula juridicamente, de maneira formal e substancial, com o Tratado de Montevidéu de 1980, que instituiu a ALADI – em substituição à ALALC, tendo também Argentina e Brasil como signatários –, subordinado-se ao que previa este último tratado, notadamente naquilo que era permitido como acordos parciais. No Mercosul, estabeleceu-se que o poder de decisão é reservado totalmente aos governos nacionais, dentro dos moldes tradicionais de organizações internacionais de cooperação, com o respeito total à soberania dos Estados-membros; ele é produto de um conjunto de acordos bilaterais entre Argentina e Brasil, países que representam o eixo de ligação e movimentação da integração do Cone Sul.²⁸⁰⁰

4.1.4.2. MERCOSUL POLÍTICO-JURÍDICO-INSTITUCIONAL: EVOLUÇÃO

Paulo Roberto de Almeida, numa análise do tratado instituidor do Mercosul, à época, anotou, entre outros mais, que os objetivos do Tratado de Assunção – instituídos para o Mercosul – seriam: a) inserção competitiva dos quatro países num mundo caracterizado pela consolidação de blocos regionais de comércio e na qual a capacitação tecnológica é cada vez mais importante para o progresso econômico e social; b) viabilização de economias de escala, permitindo a cada um dos países-membros ganhos de produtividade; c) ampliação das correntes do comércio e de investimento como resto do mundo, bem como a promoção da abertura econômica regional, favorecendo o objetivo último da integração latino-americana.²⁸⁰¹

Os mecanismos que foram fixados para atingir tais objetivos seriam os seguintes: a) um programa de liberalização comercial consistindo de reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas de eliminação de restrições não-tarifárias ou medidas

²⁸⁰⁰ MAGNOLI e ARAUJO, Para entender..., p. 28-9.

²⁸⁰¹ ALMEIDA, O mercosul..., p. 81-2.

de efeito equivalente, assim como outras restrições ao comércio entre os países-membros, para chegar a uma tarifa zero sobre a totalidade do universo alfandegário em 31 de dezembro de 1994; b) a coordenação de políticas macroeconômicas, que se realizaria gradualmente e de forma convergente com os programas de desgravação tarifária e de eliminação de restrições não tarifárias. Esse exercício visaria assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados-partes e evitaria que futuros descompassos na política dos quatro países pudessem favorecer ou prejudicar artificialmente a competitividade de bens e serviços; c) uma tarifa externa comum, que incentivaria a competitividade externa dos quatro países; d) a adoção de acordos setoriais, com o fim de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas e eficientes; e) o estabelecimento, durante o período de transição, de um regime geral de origem, de cláusulas comuns de salvaguardas e de um sistema provisório de solução de controvérsias.²⁸⁰²

Para o cientista social, economista e diplomata, o Tratado de Assunção não poderia ser comparado ao Tratado de Roma, ele se assemelharia mais à Convenção BENELUX. Havia sido deixado para o segundo semestre de 1994, a realização de uma conferência diplomática com o intuito de estabelecer a estrutura institucional definitiva dos órgãos de administração do Mercosul, assim como atribuições específicas de cada um deles e seu sistema de tomadas de decisões.²⁸⁰³

Até a adoção do tratado definitivo do Mercosul, as decisões intergovernamentais seriam encaminhadas através de dois órgãos provisórios, quais sejam, o Conselho do Mercado Comum (CMC) e o Grupo Mercado Comum (GMC), com o Conselho sendo o órgão superior de condução política do processo de integração – composto pelos Ministros de Relações Exteriores e Ministros de Economia das nações partes do processo –, e o Grupo como seu órgão executivo, com a finalidade de velar pelo cumprimento do tratado, e adotando as providências necessárias para o cumprimento das decisões do Conselho, bem como tomando iniciativas e propondo medidas necessárias para a administração do Tratado de Assunção, além de se encarregar da cooperação econômica setorial e macroeconômica, sendo auxiliado pelos subgrupos de trabalho, e composto por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, Ministérios de Economia e dos Bancos Centrais dos Estados-partes. As decisões dos dois órgãos seriam tomadas por consenso.²⁸⁰⁴

²⁸⁰² ALMEIDA, O mercosul..., p. 82.

²⁸⁰³ ALMEIDA, O mercosul..., p. 82.

²⁸⁰⁴ ALMEIDA, O mercosul..., p. 84.

Os subgrupos de trabalho instituídos, voltados para favorecer o impulsionamento do processo, foram onze: 1) assuntos comerciais; 2) assuntos aduaneiros; 3) normas técnicas; 4) políticas fiscal e monetária relacionadas com o comércio; 5) transporte terrestre; 6) transporte marítimo; 7) política industrial e tecnológica; 8) política agrícola; 9) política energética; 10) coordenação de políticas macroeconômicas; 11) relações trabalhistas, emprego e seguridade social. O trabalho dos subgrupos era complementado por inúmeras reuniões especializadas em nível ministerial ou técnico. Além das normais reuniões dos Ministros da Economia e Presidentes de Bancos Centrais, outras reuniões setoriais eram realizadas, nas áreas de educação, trabalho, justiça e agricultura. Reuniões especializadas também estavam sendo feitas nas áreas de turismo, cultura, ciência, tecnologia, bem como dos responsáveis pela cooperação técnica entre o Mercosul e organismos intergovernamentais e multilaterais.²⁸⁰⁵

O Mercosul também havia mobilizado os mais diversos grupos sociais e entidades representativas da sociedade e do setor privado – tanto empresarial quanto de trabalhadores –, deixando de ser um projeto exclusivamente governamental, envolvendo apenas negociadores oficiais dos quatro países. Especialmente nas áreas agrícola, industrial, financeira e monetária, se verificava a participação das entidades privadas mais representativas dos setores nas discussões. Também, o Tratado de Assunção não regularia sozinho todos os aspectos do processo de integração sub-regional, assim, foram negociados e adotados diversos atos subordinados, que complementavam suas cláusulas. Teria-se, assim, como exemplo mais marcante – por sua elevada importância dentro do processo –, o Protocolo de Brasília sobre Solução de Controvérsias, um dos mais importantes instrumentos vinculados ao Tratado de Assunção.²⁸⁰⁶

Anotou em que em substituição às guerras, como solução de diferenças, concebeu-se meios político-diplomáticos, que foram sendo aperfeiçoados desde o séc. XVI, ressaltando entre esses meios os entendimentos diretos (negociação), os bons ofícios, a mediação, consulta e a conciliação. Já os métodos jurídicos começaram a firmar-se gradativamente, a partir do século passado, sendo esses métodos a arbitragem e a solução judicial. A constituição e afirmação de Tribunais supranacionais seria um dos fenômenos mais importantes das últimas décadas na esfera internacional. Na América Latina, o exemplo de tribunal supranacional era o Tribunal do Pacto Andino. O Tratado de Assunção previu um sistema de solução de controvérsias para o período transitório que deveria ser substituído por um sistema permanente. Assim, por esse sistema, as partes deveriam tentar a negociação

²⁸⁰⁵ ALMEIDA, O mercosul..., p. 86-7.

²⁸⁰⁶ ALMEIDA, O mercosul..., p. 87-8.

direta e depois a intervenção do Grupo Mercado Comum e do Conselho do Mercado Comum. Em 1991, foi firmado um Protocolo regulando esse sistema de solução transitório, prevendo quatro instâncias resolutivas e os procedimentos para cada uma delas. Há, nesse Protocolo, o recurso a um sistema arbitral, e um procedimento mais célere, para as reclamações formuladas pelos particulares. Basicamente, os mecanismos previstos são compõem-se de duas partes fundamentais: a) as vias diplomáticas tradicionais de negociação, e b) o recurso a uma instância jurisdicional de caráter arbitral. O âmbito de aplicação desse Protocolo provisório foi fixado como sendo sobre controvérsias entre Estados Partes, versando acerca de interpretação, aplicação e não cumprimento de disposições contidas no Tratado, nos acordos celebrados ou decisões e resoluções dos órgãos do Mercosul.²⁸⁰⁷

As negociações diretas se dariam pelos meios diplomáticos tradicionais, sendo que o Grupo Mercado Comum deveria ser informado delas. Não havendo solução, qualquer das partes estava apta a submeter os assunto ao Grupo Mercado Comum, sendo que ele deveria formular recomendações para solução da diferença. Não sendo resolvida a controvérsia até esta instância, as partes poderiam recorrer ao sistema arbitral; uma vez constituído o Tribunal, ele fixaria a sua sede e especificaria as suas próprias regras de procedimento. As decisões do Tribunal deveriam ser adotadas por maioria; uma vez proferido o laudo, ele seria inapelável e obrigatório para os Estados-Partes na controvérsia, sendo que os Estados deveriam cumprir a decisão. O Protocolo previu a aplicação de mecanismos mais ágeis de solução de controvérsias, no caso de reclamações originadas de particulares – pessoas físicas ou jurídicas –, tendo por objeto sanção aplicada por qualquer Estado-Parte, ou mesmo aplicação de medidas legais ou administrativas de efeito restritivo, discriminatório ou de concorrência desleal, em violação ao Tratado, aos acordos, decisões ou resoluções dos órgãos do Mercosul.²⁸⁰⁸

Numa obra também pioneira, sobre a temática, José Ângelo Estrella Faria estabeleceu sua interpretação jurídico-política-econômica do Tratado de Assunção. Segundo o jurista, os princípios e regras gerais do Mercosul, abrangem os princípios que norteiam todo o processo integracional, disposições de caráter gerais e objetivos finais. Os princípios são normas de condução diplomática, traduzindo sempre um consenso das partes contratantes; já as disposições de caráter geral são elementos delineadores do modelo de integração. Quanto às regras contendo os objetivos finais, são mecanismos básicos previstos para atingir seus

²⁸⁰⁷ ALMEIDA, O mercosul..., p. 88-98.

²⁸⁰⁸ ALMEIDA, O mercosul..., p. 88-98.

objetivos, como, por exemplo, as obrigações implicitamente assumidas pelas partes. Assim, anota que flexibilidade, gradualidade, equilíbrio e reciprocidade, são termos sistematicamente reiterados em documentos do Mercosul, sendo seus princípios norteadores. Complementa asseverando que, quando “objeto de norma específica, qualquer desses princípios terá eficácia jurídica direta, cabendo analisar as conseqüências daí decorrentes. Se, ao contrário, eles são expressos em textos componentes do *contexto* do Tratado, servirão como elementos para sua interpretação, ou para explicar certas características suas”.²⁸⁰⁹

O ritmo impresso ao processo de integração coincide com as idéias de flexibilidade, gradualidade e equilíbrio. Flexibilidade é coisas, eventos atos ou atitudes livres de rigidez, facilmente manejáveis e dotados de certa versatilidade. Gradualidade qualifica atos, eventos ou atitudes que sucedam ou ocorram em marcha gradativa, em progressão de etapas sucessivas e cronologicamente ordenadas. Equilíbrio é uma situação de igualdade absoluta, ou aproximada entre duas forças opostas, ou ainda boa proporção e harmonia. Três conclusões se alcançam: a) o estabelecimento do Mercosul se dará por etapas sucessivas, em escala crescente de intensidade; b) as disposições, os planos, os prazos e tudo o mais de disser respeito ao Mercosul não terão um caráter rígido, mas maleável; c) os interesses em jogo, assim como as vantagens resultantes do Mercosul serão proporcionalmente equivalentes para todos os países.²⁸¹⁰

Sobre a origem dos termos, foi na Ata do Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina (PICE), de 1986, que ficou definido os princípios de elaboração e execução do programa. Assim sendo, ele seria gradual, em fases anuais de definição, negociação e avaliação; flexível, de forma a se poder ajustar seu alcance, seu ritmo e seus objetivos; e equilibrado, no sentido que não deve introduzir uma especialização das economias em setores específicos. Posteriormente o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento – Brasil-Argentina –, de 1988, ficou estabelecido que os dois países, Brasil e Argentina, aplicariam na consolidação do processo de integração e cooperação econômica, os princípios de gradualismo, flexibilidade, equilíbrio e simetria.²⁸¹¹

A Ata para Integração Brasileiro-Argentina de 1990, assim como os Acordos de Complementação Econômica ns. 1 e 14, não se referiram expressamente aos referidos princípios. Finalmente, o Tratado de Assunção se referiu aos três princípios, mas de forma diferenciada dos textos bilaterais anteriores. Ao invés de mencioná-los em disposição própria,

²⁸⁰⁹ FARIA, José Ângelo Estrella. **O Mercosul**: princípios, finalidade e alcance do tratado de Assunção. Brasília: MRE/SGIE/NAT, 1993, p. 2. Grifos no original.

²⁸¹⁰ FARIA, O Mercosul..., p. 2-3.

²⁸¹¹ FARIA, O Mercosul..., p. 3.

incluiu-os em seu preâmbulo. Pelo fato de se encontrarem expressos no Preâmbulo, tais princípios teriam: 1) valor jurídico relativo; 2) não prevalecem sobre outras disposições do Tratado, ou de atos dele derivados; 3) são enunciados programáticos.²⁸¹²

O princípio da gradualidade “traduz, em primeiro lugar, o desejo dos governos envolvidos de promover a integração paulatinamente, com o intuito de 'dar tempo para que os setores produtivos nos dois países se ajustassem às contingências criadas pela abertura parcial e seletiva dos mercados”. Para o cumprimento desse princípio é necessário o estabelecimento de etapas verticais e horizontais para a condução do processo. Na etapa vertical, enquanto não ocorrer uma etapa anterior, a posterior não poderá ser executada.²⁸¹³

Já o princípio da flexibilidade, ele não deixa claro exatamente sobre o que se deve reger por ele, mas duas conclusões se alcançam: a) a flexibilidade funciona como uma diretiva de procedimento para tomada das deliberações necessárias; b) a noção de flexibilidade constitui um dos elementos primários para a interpretação do tratado, subordinada à exegese teleológica que tem precedência no direito internacional. No contexto do Mercosul, o princípio da flexibilidade é uma diretiva para a condução do processo de integração regional; a possibilidade é sempre para um maior ajustamento e redefinição de metas, prazos e instrumentos. Esse princípio, assim, acaba influenciando quanto à forma do processo, quanto ao alcance da integração e quanto às opções pelos instrumentos e prazos escolhidos pelos países. Sobre o aspecto da interpretação do tratado, deve ser aplicada restritivamente a noção de flexibilidade como elemento de interpretação, uma vez que se exige, para o cumprimento do Tratado, o máximo de uniformidade coerência e rigor. Também ocorre que há regras auto-aplicáveis que não se pode recusar sua aplicação sob fundamento da flexibilidade.²⁸¹⁴

Quanto ao princípio do equilíbrio, seu “maior valor inegavelmente consiste em estabelecer objetivos para as autoridades competentes, como norma programática”. Em relação à especialização econômica, ela dificilmente deixará de ocorrer num processo de integração econômica, assim, um equilíbrio que evite a especialização das economias em setores específicos deve ser visto relativamente. Outra interpretação para o equilíbrio almejado seria o “‘estímulo à integração intra-setorial’ e o ‘equilíbrio progressivo, quantitativo e qualitativo, do intercâmbio dos grandes setores e por segmentos, através da expansão do comércio’”. “Enquanto diretiva para as autoridades competentes, parece que a regra do *equilíbrio* teria maior sentido prático quando interpretada *negativamente*, isto é, não

²⁸¹² FARIA, O Mercosul..., p. 3-4.

²⁸¹³ FARIA, O Mercosul..., p. 4.

²⁸¹⁴ FARIA, O Mercosul..., p. 6-9.

como a obrigação de só aprovar medidas que trouxessem perfeito *equilíbrio*, mas sim como dever de *evitar o desequilíbrio*".²⁸¹⁵

A reciprocidade, no Tratado do Mercosul, está fundada em matéria eminentemente jurídica, pertinente às relações básicas entre as partes contratantes, e não diz respeito a metas ou objetivos do Mercosul (vide art. 2º do Tratado de Assunção). A reciprocidade de direito e obrigação significa, sinteticamente, um compromisso assumido em contrapartida a uma concessão da outra parte contratante, derivando daí o desejado equilíbrio das prestações pelas partes. A reciprocidade no Tratado de Assunção se destina a reger as relações entre as partes no âmbito do próprio Tratado. A "reciprocidade, num tratado, confunde-se, em larga medida, com a 'igualdade perante o direito contido no tratado', (...) incompatível, em princípio, com qualquer tratamento diferenciado". "Para a *reciprocidade*, como de resto, para a noção de *igualdade*, pode-se distinguir entre o sentido *formal* e o sentido *material*. O seu sentido formal consiste na própria regra de reciprocidade; o sentido material diz respeito à real extensão das prestações de cada Parte Contratante".²⁸¹⁶

Assim, nesse último sentido, a reciprocidade pode ser vista tanto do lado das concessões outorgadas dentro de um sistema, quanto pelos resultados alcançados dentro desse mesmo sistema. No primeiro caso, cada país assume uma conta de responsabilidade na obtenção dos benefícios derivados do Tratado, desta forma, "haverá *reciprocidade* desde que as opções para a obtenção dos benefícios sejam igualitárias, ou, pelo menos, equitativas". Já no segundo caso, avalia-se a situação não em função das expectativas gerais de cada país, mas dos benefícios concretos que cada um deles obtém; assim, neste caso, um universo de indicadores aceito multilateralmente são referenciais para apreciação de cada situação determinada.²⁸¹⁷

Apesar dos esforços do Uruguai, no sentido de que essa segunda concepção prevalecesse, Argentina e Brasil resistiram à idéia, e o que ficou estabelecido no Tratado de Assunção foi a reciprocidade formal dos direitos e obrigações. Na esfera internacional, a reciprocidade invoca dois tipos de problemas. O primeiro, é se uma parte que se considere atingida pelo inadimplemento de outra, estaria legitimada a liberar-se do vínculo? O segundo, seria também o fato de uma parte ser atingida pelo inadimplemento de outra, nesse caso, estaria ela legitimada a não dar execução posterior às suas obrigações? Quanto à primeira situação, o direito dos tratados prevê que somente quando houver uma violação a uma parte

²⁸¹⁵ FARIA, O Mercosul..., p. 12-4. Grifos no original.

²⁸¹⁶ FARIA, O Mercosul..., p. 17. Grifos no original.

²⁸¹⁷ FARIA, O Mercosul..., p. 18. Grifos no original.

substancial do Tratado é que poderá ocorrer de uma parte se considerar liberada do vínculo. Outro aspecto que deve ser analisado, é que o Mercosul previu um sistema de solução de controvérsia para dirimir essas situações conflitantes. Assim sendo, torna-se, no caso do Mercosul, difícil a extinção das obrigações assumidas pelas partes.²⁸¹⁸

Por esse motivo, quanto à segunda situação, à primeira vista e análise poderia concluir que, como um Estado não cumpriu suas obrigações, automaticamente os demais Estados não estariam obrigados a cumprir sua parte dentro do que o Tratado estabeleceu, porque aqui se estaria utilizando o princípio da reciprocidade. Contudo, essas conclusões preliminares não podem ser aplicadas com essa força, tendo em vista o objeto e finalidade específicos do Tratado de Assunção. O Tratado de Assunção foi celebrado para a constituição de um mercado comum, assim, junto com a coordenação política, existe a busca de uma unidade do seu ordenamento jurídico; enfim, “obrigações existentes para as Partes Contratantes devem ter o mesmo valor e o mesmo alcance para todas elas, sem discriminação”. Desta forma, ações unilaterais estão excluídas do âmbito do Tratado.²⁸¹⁹

A reciprocidade é disposição acessória, e tem sua aplicabilidade para atingir os fins do Tratado, e não ser interpretada de forma a tornar impossível o cumprimento da metas acordadas, além disso, a reciprocidade deve ser interpretada em harmonia com outros princípios, como a da solidariedade, que não está expressamente consignado. Assim, o princípio da reciprocidade, no Tratado de Assunção, não deve ser interpretado de forma permissiva de qualquer tipo de desvio por parte de qualquer Estado-Membro, das normas contidas no Tratado ou dele derivadas, mesmo numa situação onde um Estado-parte tenha violado esta mesma norma. O artigo segundo possui sua eficácia. Em primeiro lugar, ele institui um sistema de controle da execução do Tratado, pois cada Estado-parte passa a acompanhar a incorporação interna das regras acordadas por todos, em cada um dos países. O princípio da reciprocidade passa a ser observado na tomada de decisões necessárias para a implementação do Mercosul.²⁸²⁰

Por prever uma integração econômica, o Tratado de Assunção pertence à categoria dos tratados de integração. Tais tratados exigem um regramento peculiar, chamado direito da integração. Se genericamente o objeto do Tratado de Assunção é a integração, torna-se necessário analisar os tipos específicos – ou as espécies que existem – que podem ser zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns. Além de outros anteriores ao

²⁸¹⁸ FARIA, O Mercosul..., p. 18-9.

²⁸¹⁹ FARIA, O Mercosul..., p. 19-20.

²⁸²⁰ FARIA, O Mercosul..., p. 21-2.

primeiro citado ou posteriores ao último. Existem dois tipos de integração econômica: a integração internacional e a integração regional. A primeira, é resultado da ação de empresas, e se dá à margem de decisões e regulamentos estatais, enquanto que a segunda, é impulsionada por acordos políticos. A integração regional, a partir de agora denominada simplesmente de integração, é resultado de acordos políticos entre países geograficamente próximos, sendo que os países procuram obter algumas vantagens desse processo, que são essencialmente em número de cinco: a) espera-se a integração acarrete uma certa especialização nas economias dos países envolvidos, que decorre da exploração das vantagens comparativas; b) que haja aumento da capacidade média de produção das empresas, com redução dos custos de produção e exploração de economias de escala, além da racionalização da produção e geração de recursos da modernização tecnológica; c) que haja queda de barreiras e abertura de mercados; d) que haja geração de uma base de sustentação o mais ampla possível no mercado interno, para gerar exportações para terceiros países; e) que haja exportação para terceiros países, a fim de obter divisas necessárias à incorporação e ao desenvolvimento de novas tecnologias, melhorando os termos de troca do grupo com terceiros países.²⁸²¹

“Um *mercado comum* constitui a forma mais avançada e complexa de integração econômica, essencialmente porque não visa apenas à liberalização dos fluxos comerciais, mas sim a plena liberdade de circulação de bens, pessoas, serviços e capitais”. Aqui é necessária uma administração permanente do processo. “Num mercado comum, à renúncia ao uso de tarifas, quotas e medidas de efeito equivalente soma-se, em especial, o dever de assegurar a plena mobilidade dos fatores de produção”. O termo fatores produtivos se aplica ao trabalho e ao capital, de ambos derivam um terceiro fator, que é o estabelecimento “como unidade de fusão orgânica de um e outro”. Livre circulação de pessoas, engloba trabalhadores e empresas, e livre circulação de capitais, refere-se apenas a investimentos materiais. “Do ponto de vista dos *trabalhadores*, o estabelecimento da livre circulação determina não apenas a abolição de todas as barreiras propriamente ditas fundadas na nacionalidade, mas a instituição de uma verdadeira condição de igualdade de direitos com os nacionais, em todos os países membros do mercado comum”.²⁸²²

O Tratado de Assunção, quando trata da livre circulação de pessoas, se refere especificamente à sua qualidade de fator de produção; assim, as barreiras que devam ser derrubadas e as discriminações que devam ser abolidas dizem respeito especificamente ao

²⁸²¹ FARIA, O Mercosul..., p. 22-3.

²⁸²² FARIA, O Mercosul..., p. 40-1. Grifos no original.

exercício do trabalho. “Dessa forma, a livre circulação não pode ser entendida como assegurando a todos os cidadãos do MERCOSUL o direito irrestrito de ir e vir entre os quatro países atualmente participantes do mercado comum, mas sim como o direito ao exercício de atividade econômica em qualquer um dos países, sem discriminações em função da nacionalidade”.²⁸²³

Quanto a liberdade de estabelecimento de empresas ou a livre circulação de pessoas jurídicas, isso implica na “eliminação das barreiras e entraves existentes, como a edição de regras jurídicas harmônicas”. A liberdade de instalação de uma empresa deve abranger tanto a matriz como as unidades dependentes da matriz; reservas de mercado devem ser eliminados, devendo ser alterado a ordem constitucional para isso, se necessário; atividades que dependam de autorização prévia ou reconhecimento de capacitação profissional, devem ser estabelecidas regras mínimas comuns no âmbito do Mercosul; o capital de empresas, no âmbito do Mercosul, não pode ser discriminado como estrangeiro, não importa em que país se estabeleça, surgindo a questão da remessa de lucros e dividendos, cujas restrições devem ser debatidas. Quanto ao estabelecimento das empresas propriamente dito, questão que surge é atribuir uma origem para essas empresas; o critério seria o da nacionalidade; talvez onde se encontre a administração central ou onde se encontre o vínculo substancial com a economia de um país; ou outro critério a ser debatido e constituído no âmbito do Mercosul.²⁸²⁴

“O processo de *integração econômica* é um fenômeno singular, no qual os problemas dele resultantes só podem ser satisfatoriamente resolvidos com um alargamento de seu alcance, tanto mais necessário, quanto maiores forem as fraquezas estruturais das economias envolvidas”. O processo de integração não é um processo que vise uma política deliberada de seleção natural de empresas, mas algumas empresas não sobreviverão ao processo e outros sim. Num processo como esse, os governos se unem para minorar os impactos negativos que ele causa em determinados setores. Os setores econômicos não são vistos dentro de um ponto de vista nacional – setores siderúrgicos brasileiros e argentino; setores agrícolas uruguaio e paraguaio; etc. –, mas vistos como setor agrícola, siderúrgico, etc. da totalidade única geográfica do Mercosul. Políticas comuns são estabelecidas, para que resulte em ações conjuntas benéficas ao processo de integração e aos fins por ele almejado.²⁸²⁵

O artigo primeiro do Tratado de Assunção, dispõe que o mercado comum pressupõe a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes. O termo

²⁸²³ FARIA, O Mercosul..., p. 42. Grifos no original.

²⁸²⁴ FARIA, O Mercosul..., p. 47-9.

²⁸²⁵ FARIA, O Mercosul..., p. 53. Grifos no original.

coordenação tem um sentido preciso, diferindo de outros similares como harmonização, cooperação, convergência e política comum. “*Cooperação* em políticas econômicas e setoriais poderia significar o simples intercâmbio de informações, ou auxílio à execução de medidas nacionais. *Convergência* seria perseguir-se um objetivo comum, sem compromisso quanto aos meios escolhidos para tanto, em compasso relativamente sincrônico. *Harmonização* seria a aproximação dos mecanismos nacionais da condução da política econômica, com vistas a se atingir um maior grau de uniformidade na estrutura econômica de cada um dos países. *Políticas comuns* é expressão que traduz adoção e aplicação simultânea das mesmas regras e instrumentos por todos os países, ou mesmo até por um órgão supranacional que se outorgue competência. A *coordenação*, por sua vez, consiste na eleição de metas e princípios compatíveis entre si e na discussão permanente, tanto das alterações necessárias, quando das medidas que cada país esteja tomando – ou deva tomar – para alcançar as metas, ou aplicar plenamente os princípios, de forma a que a atuação de um país não prejudique a de outro”.²⁸²⁶

“O estabelecimento da livre circulação de mercadorias dependerá da aplicação de dois grandes conjuntos de regras: o programa de reduções tarifárias e o princípio do tratamento nacional, de um lado, e a proibição de restrições quantitativas e medidas de efeitos equivalentes de outro”. Medidas de salvaguarda limitarão a livre circulação de mercadorias, conforme estabelecido no Tratado, sendo previsto também listas nacionais de exceção. A livre circulação de mercadorias no âmbito do Mercosul será um dos elementos essenciais no mercado comum. O Tratado estabeleceu uma sistemática para redução de tarifas aplicadas ao comércio regional e também sobre não discriminação de produtos regionais. Para alcançar essa livre circulação, é prevista a execução de um programa de liberação comercial com uma desgravação progressiva e linear automática de tarifas.²⁸²⁷

Os Estados Partes, da mesma forma que assumiram o compromisso de reduzir as tarifas existentes, também assumiram o compromisso de não as aumentarem, sendo que “uma vez atingido o percentual máximo de desgravação (100%), vigorará a proibição da imposição de gravames e medidas de efeitos equivalentes”. Uma outra série de medidas, que pode impor barreiras substanciais ao comércio, é o conjunto das restrições quantitativas e as medidas de efeitos equivalentes. Trata-se aqui, das barreiras não alfandegárias que o Tratado de Assunção não estabeleceu cronograma específico para sua eliminação completa.²⁸²⁸

²⁸²⁶ FARIA, O Mercosul..., p. 53-4.

²⁸²⁷ FARIA, O Mercosul..., p. 76-7.

²⁸²⁸ FARIA, O Mercosul..., p. 78.

As restrições são qualquer medida de caráter administrativo, financeiro, cambial, ou de qualquer natureza mediante a qual um Estado Parte impeça ou dificulte, por decisão unilateral, o comércio recíproco. A diferença entre restrições e gravame, é que os gravames incidem sobre as mercadorias importadas ou exportadas, encarecendo-as. Já as restrições, são medidas destinadas a não aumentar diretamente o preço das mercadorias, mas sim limitar o volume do comércio daquele produto, ou mesmo eliminá-lo completamente. Está previsto no Anexo IV do Tratado de Assunção “a possibilidade de imposição de restrições à livre circulação de mercadorias como medida de defesa de setores da economia nacional prejudicados pela importação de produtos concorrentes”, que são as chamadas cláusulas de salvaguarda. Somente em caso excepcionais os Estados Partes podem recorrer a elas.²⁸²⁹

O Tratado de Assunção prevê que os Estados Partes também devem estabelecer regras uniformes para o comércio de produtos procedentes de países não participantes do Mercosul. Outro propósito do Mercosul é, através do bloco econômico formado, aumentar seu poder de barganha com outros países, enfim um aspecto político de sua formação. Uma pauta aduaneira comum, “é uma relação sistemática baixada como norma jurídica que compreende todas as mercadorias e as alíquotas tarifárias pertinentes. Ela é composta, assim, de dois elementos: a nomenclatura que consiste na relação completa das mercadorias integrantes do universo tarifário e as alíquotas, cuja incidência sobre a base de cálculo permite estabelecer, em cada caso, o montante dos direitos aduaneiros devidos”.²⁸³⁰

“Outros pontos relevantes para a instituição de uma tarifa externa comum são a uniformidade de regras de determinação da origem dos produtos e de formalidades aduaneiras”. Assim, o Mercosul prevê o que pode ser considerado como uma mercadoria originada dentro dos Estados-partes e, conseqüentemente, o que é mercadoria não originada nos Estados-partes. Isso implica em que as formalidades aduaneiras, existentes em cada país, devam ser unificadas num único regime, a fim de que todos os países tenham regras uniformes para identificação da origem dos produtos provenientes de fora do Mercosul. Para o comércio regional, a regra é a completa eliminação de gravames e restrições; para o comércio com terceiros países, a regra é a uniformidade de tarifas, gravames não tarifários e demais restrições, sendo indispensável, desta forma, a definição comum do que seja território aduaneiro e as exceções admissíveis no tratamento fiscal do comércio exterior.²⁸³¹

²⁸²⁹ FARIA, O Mercosul..., p. 112-4.

²⁸³⁰ FARIA, O Mercosul..., p. 124.

²⁸³¹ FARIA, O Mercosul..., p. 125.

É interessante observar que os Estados, nesse ponto, devem adotar essencialmente a mesma política comercial, “isso significa, em primeiro lugar ser impossível que um país participante da união conceda ou mantenha unilateralmente vantagens comerciais a um terceiro país; em segundo lugar, nenhum Estado pode introduzir ou preservar um sistema próprio de monitoramento ou promoção das importações ou exportações de qualquer produto, caso contrário estará minando os fundamentos da união e eventualmente prejudicando os interesses dos demais participantes; em terceiro lugar, as gestão de contingentes, cotas e demais restrições ao comércio com terceiros países, devem seguir regras comum, com vistas a evitar desvios de importação ou exportação; em quarto lugar, a participação dos países em negociações multilaterais deve ser harmônica para que não afetem objetivos comuns”. Uma vez adota a pauta aduaneira comum, com a uniformidade de taxas e formalidade aduaneiras, a partir daí se reconhece o regime de livre prática, ou seja, os produtos provenientes de terceiros países passam a circular livremente dentro da comunidade, uma vez ingressado no bloco econômico conforme todas as regras e formalidades estabelecidas.²⁸³²

Os instrumentos de proteção quanto a práticas desleais, tratam-se de medidas que devem ser dotadas conjuntamente pelos Estados Partes, para defesa contra práticas comerciais desleais de empresas estrangeiras ou de terceiros Estados. O artigo quarto do Tratado de Assunção é uma norma programática, em que estabelece que nas futuras atuações dos Estados-partes e dos órgãos por eles constituídos, nas relações com terceiros países, deva ser assegurado condições eqüitativas de comércio, sendo que deverá ser aplicado as legislações nacionais para inibir importações cujos preços estejam influenciados por subsídios, dumping ou qualquer outra prática desleal. Caso um Estado parte não tenha regras específicas para prevenção de dumping, subsídios e outras práticas desleais, então ele deverá introduzir em seu ordenamento normas nesse sentido, passando o autor, em seguida passa a explicar o funcionamento do combate ao dumping e ao subsídio no âmbito do GATT, ressaltando que, outras práticas desleais, relacionam-se com as práticas protecionistas dos países industrializados, que têm adotado instrumentos específicos para tal finalidade, citando o exemplo do EUA e da União Européia.²⁸³³

Ao analisar o Tratado de Assunção, com os Acordos Regionais de cooperação e integração econômica, anteriormente estabelecidos e em vigor na região, tendo como signatários os o membros do Mercosul em mais de um dos referidos tratados, o autor analisa as regras gerais de sucessão dos tratados internacionais. “Diz-se haver sucessão ou cumulação

²⁸³² FARIA, O Mercosul..., p. 126.

²⁸³³ FARIA, O Mercosul..., p. 135 e segts.

de tratados quando mais de um acordo internacional regula a mesma matéria”. A regra básica é que a lei posterior derroga a anterior, sendo exceção as partes contratantes do último tratado terem expressamente decididos em contrário, entendendo-se, nesse caso, que em caso de conflito o tratado anterior é que terá precedência.²⁸³⁴

A data determinante da anterioridade é a data de sua adoção, e não da entrada em vigor do Tratado. Essas regras valem quando as partes contratantes são as mesmas, tanto de um quanto de outro tratado. Entretanto, um problema surge quando as partes de um tratado não são as mesmas e as disposições não são plenamente conciliáveis. Nesse caso, “constatada a incompatibilidade de dois tratados e estabelecido qual deve prevalecer, o Estado fica obrigado a tomar as providências necessárias para preservar o compromisso. Se não o faz, responde perante os demais Estados, mas as obrigações continuam válidas quanto às outras Parte Contratantes”.²⁸³⁵

Analisando a integração latino-americana, tendo em vista os tratados anteriores que já haviam sido estabelecidos com a finalidade de também favorecer a integração econômica, o autor assinala que o Tratado de Assunção não possui nenhuma incompatibilidade substancial com a ALADI, e em relação aos compromissos internacionais assumidos entre Argentina e Brasil desde 1986, também visando a integração econômica entre os países; esses acordos permanece inalterados e em vigor “desde que as disposições neles contidas não sejam contrárias ao Tratado de Assunção e na medida que seus objetivos não possam ser atingidos por este último”.²⁸³⁶

Assim, aquilo que o Mercosul regular de maneira suficiente ou mesmo de maneira mais avançada, os acordos bilaterais não terão aplicação, entretanto, naquelas matérias restantes “a manutenção dos acordos anteriores pode suscitar alguns problemas em razão da pretensão à reciprocidade de que dispõe Uruguai e Paraguai”. Conforme disposto no artigo oitavo do Tratado de Assunção, os Estados Partes se comprometeram a preservar seus acordos internacionais anteriormente celebrados, portanto, os acordos celebrados entre Argentina e Brasil estão, em princípio, em vigor, e em tese podem vir a ser estendidos para o Paraguai e o Uruguai, ou ser mantido apenas entre os primeiros signatários.²⁸³⁷

Desta forma, o Tratado de Assunção, firmado em 1991, concebia um sistema de integração com caráter provisório, modalidade diversa de qualquer outro processo de

²⁸³⁴ FARIA, O Mercosul..., p. 155.

²⁸³⁵ FARIA, O Mercosul..., p. 157.

²⁸³⁶ FARIA, O Mercosul..., p. 162.

²⁸³⁷ FARIA, O Mercosul..., p. 162.

integração até então conhecido, e transitoriedade com data marcada para sua finalização, ou seja, 31 de dezembro de 1994. Antes dessa data, as partes deveriam se reunir extraordinariamente para estabelecer a estrutura institucional definitiva dos órgãos de administração do Mercosul, bem como as atribuições específicas de cada um deles e seu sistema de adoção de decisões. Essa atitude também revela uma das marcas mais salientes de todo processo de integração do Cone Sul, qual seja, sua flexibilidade, como princípio inscrito em seu preâmbulo. A idéia era não adiantar demasiado no tempo, erigindo suas instituições conforme o aprofundamento das etapas de seu processo de integração, diferenciando-se dos demais processos similares já intentados na América Latina, com esquemas demasiadamente rígidos, ao final resultando em seu fracasso, revelando, nessa opção pelo Mercosul, a honesta e sincera vontade política dos Estados-partes de caminhar cautelosamente e sem ceder um mínimo de soberania em prol de um organismo internacional²⁸³⁸ – fruto de um arbitrário cultural e manifestação de um tipo específico de civilização.

Na VII reunião do Conselho do Mercado Comum, realizado na cidade de Ouro Preto (Minas Gerais, Brasil), em 17 de dezembro de 1994, foi firmado, pelos Ministros das Relações Exteriores, e pelos Presidentes dos quatro Estados-partes do Mercosul, o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul, também denominado de Protocolo de Ouro Preto. Esse tratado vinha suprir as carências, verificadas e experimentadas até então, específicas do Tratado de Assunção, bem como vinha suprir também as novas necessidades que emergiram e se manifestaram durante o transcurso próprio do processo de integração mercosulino. Numa análise sintética, pode-se asseverar que, após o Protocolo de Ouro Preto, o objeto do Mercosul foi preservado, ou seja, continuou como meta a constituição de um mercado comum. O estágio que se encontrava – e ainda se encontra – o processo, em final de 1994, era um misto de zona de livre comércio e união aduaneira, neste último caso, com 80% do seu universo tarifário alfandegário já negociado entre os Estados-partes, aproximadamente.²⁸³⁹

Na VI reunião do Conselho do Mercado Comum, em agosto de 1994, ficou estabelecido que a Tarifa Externa Comum (TEC) seria alcançada em 1º de janeiro de 2006, sendo que o Protocolo de Ouro Preto fixou que o período de transição estaria encerrado em 31 de dezembro de 1994, e que se iniciava, em seguida, a etapa denominada como “convergência”, fixada para terminar em 1º de janeiro de 2006. Se a união aduaneira, tudo

²⁸³⁸ ORTEMIN, Jorge Pérez. **El Mercado Comum del Sur**: desde Asunción a Ouro Preto (aspectos jurídicos-institucionales). Montevideu: Fundación de Cultura Universitária, 1995, p. 17-8.

²⁸³⁹ ORTEMIN, El Mercado..., p. 71-4.

indica, tem prazo determinado para sua concretização definitiva, já a finalização do mercado comum, apesar de ser reiterado com propósito principal do Mercosul, não possui data fixa para seu alcance, tratando-se de uma meta a ser alcançada no futuro incerto.²⁸⁴⁰

Como parte integrante do Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto derroga todas as disposições opostas ao seu texto, com vigência após a aprovação parlamentar dos Estados-membros; desta forma, o Tratado de Assunção, o Protocolo de Brasília e o Protocolo de Ouro Preto, são considerados como um todo, cuja adesão ou denúncia é sempre em relação aos três instrumentos em conjunto, jamais isoladamente. Se o Tratado de Assunção era um texto explicitamente transitório quanto a parte orgânica do mecanismo de integração, o Protocolo de Ouro Preto ainda não pode ser considerado como o texto definitivo da estrutura institucional do Mercosul, uma vez que o princípio da flexibilidade novamente está consagrado em vários de seus dispositivos, na prática, consagrando novamente a política de não adiantar-se aos fatos, mas adequar as instituições paulatinamente conforme os avanços das etapas do processo de integração.²⁸⁴¹

Estabeleceu-se que o Mercosul passaria a ter personalidade jurídica internacional e no âmbito interno dos Estados-partes, podendo celebrar acordos de sede, e sendo outorgando faculdades gerais e específicas derivadas do reconhecimento dessa personalidade. O Conselho do Mercado Comum é o órgão titular dessa personalidade jurídica; entretanto, para negociações e estabelecimento – assinaturas – de acordos internacionais entre o Mercosul e terceiros países, grupos de países, e organizações internacionais, existe a possibilidade de delegação única ao Grupo Mercado Comum, através de mandato expresso e conforme condições pré-estipuladas no próprio Protocolo de Ouro Preto. Assim, trata-se de delegação de representação – para negociação e assinatura de acordos internacionais – extremamente precisa e (de)limitada, revelando um zelo – cautela, temor – muito grande por essa opção restritiva. Até mesmo nas negociações comerciais, se reforça a necessidade de estar presente os representantes de todos os Estados-partes. Para a realização de atos meramente protocolares, tudo indica que não há necessidade de estar sempre presente, rigorosamente, a representação dos quatro Estados, podendo o Conselho delegar a personalidade jurídica para um de seus membros, por exemplo, o Presidente do Conselho.²⁸⁴²

Quanto à estrutura orgânica do Mercosul, o Protocolo de Ouro Preto, além de manter a estrutura do Tratado de Assunção, ampliou a mesma. Assim, os órgãos atuais do Mercosul

²⁸⁴⁰ ORTEMIN, El Mercado..., p. 74.

²⁸⁴¹ ORTEMIN, El Mercado..., p. 75-6.

²⁸⁴² ORTEMIN, El Mercado..., p. 76-7.

são: (I) Conselho do Mercado comum; (II) Grupo Mercado Comum; (III) Comissão de Comércio do Mercosul; (IV) Comissão Parlamentar Conjunta; (V) Foro Consultivo Econômico-Social; (VI) Secretaria Administrativa do Mercosul. Entretanto, ficou prevista a possibilidade de ser criado órgãos auxiliares, necessários para a consecução dos objetivos do processo de integração. Dentro dessa atual estrutura, apenas o Conselho, o Grupo e a Comissão de Comércio, possuem capacidade e competência decisória, não podendo os órgãos auxiliares possuírem tal poder. Portanto, a criação de um novo órgão, com capacidade decisória, somente poderá ocorrer através de um novo tratado no âmbito da integração em curso. Esse poder de criação, modificação e extinção de órgãos auxiliares está repartido entre o Conselho, o Grupo e a Comissão; o Conselho é quem possui o mais amplo poder de criação de órgãos, vale dizer, com competência para instituir órgãos auxiliares de quaisquer tipos, bem como as Reuniões de Ministros; o Grupo, também possui tal competência, mas dentro dos limites de seus objetivos, como os subgrupos de trabalho e as reuniões especializadas; a Comissão de Comércio, tem competência de estabelecer Comitês Técnicos, necessários para o adequado cumprimento de suas funções.²⁸⁴³

A natureza jurídica das normas obrigatórias emanadas do Conselho, Grupo e Comissão de Comércio, é de ordem internacional intergovernamental, e isso ficou consignado expressamente por insistência do governo brasileiro, durante as tratativas do conteúdo jurídico do futuro Protocolo de Outro Preto, a fim de deixar bem claro que excluía a supranacionalidade dentro do processo, pelo menos no estágio em que se encontrava e ainda se encontra. Desta forma, o Conselho do Mercado Comum (CMC) continua sendo o órgão superior – de condução política – do Mercosul, conforme estipulado no Tratado de Assunção, mantendo a mesma composição, hierarquia e funcionamento, devendo funcionar normalmente como vinha fazendo, mas com pelo menos uma reunião semestral com a presença dos Presidentes dos Estados-partes. Apesar do Protocolo enumerar suas funções e atribuições, de caráter geral e específico, tal enumeração é de natureza enunciativa e exemplificativa, emitindo Decisões de caráter obrigatório para os Estados-partes.²⁸⁴⁴

Igualmente, o Grupo Mercado Comum (GMC) continua sendo o órgão executivo do processo de integração, com coordenação sob encargo dos Ministérios das Relações Exteriores. Sua composição básica se mantém – representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Ministérios das Economias e dos Bancos Centrais –, entretanto, pode ser composto por outros representantes governamentais, bem como podendo convocar – para

²⁸⁴³ ORTEMIN, El Mercado..., p. 77-9.

²⁸⁴⁴ ORTEMIN, El Mercado..., p. 79-80.

auxiliar em seus trabalhos – representantes de outros órgãos da Administração Pública ou da estrutura institucional do Mercosul. Conforme um Regulamento Interno discutido e aprovado internamente, bem como pelo Conselho, ele funcionará através de reuniões ordinárias e extraordinárias, a fim de cumprir as funções e competências enumeradas taxativamente – mas algumas com grande amplitude de atuação – no Protocolo de Outro Preto, dentro dos limites de sua competência, e subordinado hierarquicamente ao Conselho, com uma clara delimitação de competências entre esses dois órgãos decisórios do Mercosul. Seções Nacionais compõem a estrutura orgânica interna do Grupo Mercado comum. O Grupo emite Resoluções, também obrigatórias para os Estados-partes.²⁸⁴⁵

A Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), havia sido criada por Decisão do Conselho (9/94) na VI Reunião, realizada em agosto de 1994, numa forma cuja legalidade era questionada. O Protocolo de Outro Preto veio sanar qualquer irregularidade jurídica que porventura houvesse quanto à existência da referida Comissão, ao asseverar sua existência e detalhar sua competência. Assim, conforme a leitura das funções e atribuições da CCM, previstas no Protocolo de Ouro Preto, a Comissão de Comércio é fundamentalmente o órgão encarregado de assistir ou assessorar o Grupo Mercado Comum, velando especificamente pela aplicação dos instrumentos de política comercial comum para o funcionamento da união aduaneira, bem como efetuar a fiscalização do andamento e revisão dos temas e matérias relacionadas com as políticas comerciais comuns, como comércio intra-Mercosul e extra-Mercosul, conforme acordados pelos Estados-partes. Sua composição é de representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, sendo que em cada Estado-parte há uma Seção Nacional do CCM, e que não se confunde com a Seção Nacional do GMC. Sua sessão de funcionamento poderá ser efetuada quantas vezes for necessária, através de solicitação dos Estados-partes ou do Grupo – podendo funcionar com a presença de representantes de três Estados-partes, mas cuja decisão final necessita do consenso de todos os Estados-partes –, mas, no mínimo, ele deverá se reunir uma vez por mês, conforme seu Regulamento Interno, aprovado – no caso, homologado – também pelo Grupo. É através de Diretivas e Propostas que a CCM se expressa, sendo as primeiras obrigatórias para os Estados-partes, e as segundas, as suas respostas aos projetos e iniciativas encaminhados para sua consideração pelo GMC. Sua presidência pro-tempore – presidência essa com competências específicas, para agilizar e dinamizar sua gestão –, coincide com a presidência pro-tempore do CMC. Por fim, reclamações podem ser dirigidas à CCM, conforme o Procedimento Geral para Reclamações

²⁸⁴⁵ ORTEMIN, El Mercado..., p. 80-1.

ante a Comissão de Comércio do Mercosul, bem como a CCM possui poder para criar, modificar e extinguir Comitês Técnicos, a fim de contribuírem para o cumprimento das funções da CCM, conforme atribuições e funções previstas no seu Regulamento, mas sem capacidade decisória e apenas emitindo recomendações.²⁸⁴⁶

A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), foi instituída pelo Tratado de Assunção, na época, sem integrar a estrutura institucional do Mercosul. Sucedeu, na prática, que os parlamentares dos quatro Estados-membros atuaram firmemente para dar maior visibilidade e peso da Comissão Parlamentar dentro do processo de integração em curso, conforme o mínimo de espaço que lhe foi formalmente concedido pelo tratado instituidor. Seu regulamento estipulou que a CPC teria caráter consultivo, deliberativo e de formulação de propostas, podendo se reunir com a presença de três Estados-partes, mas tomando decisões apenas por consenso de todos os seus membros – sendo que cada Estado se expressa por votação da maioria de seus membros, acreditados pelos seus respectivos Parlamentos. As atribuições fixadas prevêem atuações de acompanhamento e informe do processo – evolução nos aspectos político, econômico, social e cultural –, facilitação da futura instalação do Parlamento do Mercosul, instituição de subcomissões e solicitação de assessoramento de análise do processo, emissão de recomendações aos órgãos institucionais do Mercosul, realização de estudos de harmonização legislativa, propor normas necessárias para favorecer a integração, estabelecer relações com entidades e organismos nacionais e internacionais, estabelecer relações com parlamentos de terceiros países, subscrever acordos de cooperação e assistência técnica com organismos públicos e privados – nacionais ou internacionais –, entre outros. Cada Estado-parte pode indicar, no máximo, 16 deputados e senadores, se reunindo, de forma ordinária, pelo menos duas vezes ao ano, e de forma extraordinária, conforme previsto em regulamento. A composição de sua Mesa Diretora também segue o previsto em regulamento. Na prática, a CPC tem sido muito ativa e atuante desde a sua criação, tendo emitido diversas Resoluções e Recomendações.²⁸⁴⁷

O Protocolo de Outro Preto veio reconhecer a Comissão Parlamentar Conjunto como um órgão do Mercosul, mas sem poder decisório algum, definindo-o como órgão representativo dos parlamentos nacionais dos Estados-partes no âmbito do Mercosul. Sem definir o *quantum* de sua composição, apenas estabelece a regra genérica que a representação, por Estado-parte, seja igual, sendo designada pelos respectivos parlamentos nacionais. Como competência, é prevista a sua atuação na aceleração dos procedimentos internos de cada

²⁸⁴⁶ ORTEMIN, El Mercado..., p. 81-5.

²⁸⁴⁷ ORTEMIN, El Mercado..., p. 85-7.

Estado-parte, para a pronta entrada em vigor das normas emanadas dos órgãos do Mercosul, vale dizer, Decisões do CMC, Resoluções do GMC, e Diretivas da CCM, bem como a atuação secundária na harmonização de legislações, necessária para o avanço do processo de integração. Também é prevista a possibilidade do CMC solicitar à CPC o exame de temas prioritários para a integração, sendo que esta poderá imitar Recomendações ao CMC, por via do GMC – que, por sua vez, poderá emitir observações ou informes de cunho próprio junto ao documento da CPC –, reiterando, assim, a ausência de poder decisório para a CPC, tendo apenas caráter consultivo com a emissão de Recomendações. Por fim, o Regulamento Interno da CPC independe da aprovação ou homologação por qualquer outro órgão decisório do Mercosul, mas sujeitos à censura se ferir as disposições dos Tratados instituintes.²⁸⁴⁸

O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES), é o órgão de representação dos setores econômicos e sociais dos Estados-partes, com funções exclusivamente consultivas, manifestando-se mediante Recomendações ao GMC, portanto, sem poderes decisórios. O Protocolo de Outro Preto estabeleceu que sua composição deverá ser por igual número de representantes de cada Estado-parte, devendo seu Regulamento Interno ser homologado pelo GMC. Seu Regimento Interno prevê como principais atribuições a emissão de recomendações para responder as consultas a ele dirigido pelo GMC e demais órgãos do Mercosul, realizar estudo e investigações voltados para contribuir para o desenvolvimento do processo econômico e social – avaliando impactos sócio-econômicos de políticas tomadas ou a serem adotadas –, realizar consultas necessárias para o cumprimento de seus objetivos, buscar uma maior participação da sociedade no processo de integração regional, entre outros. O FCES será composto pelas suas Seções Nacionais de cada Estado-parte, com autonomia de organização, podendo definir livremente os setores econômicos e sociais que as compõem, desde que tais instituições setoriais sejam as representativas nacionalmente. A estrutura institucional será composta pelo Plenário do Foro, que poderá constituir órgãos de assessoramento, sendo que cada Seção Nacional designa até 9 titulares e suplentes para compor o Plenário. Sua reuniões ordinárias são semestrais, podendo ocorrer reuniões extraordinárias quando necessário.²⁸⁴⁹

A Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM), pelo Tratado de Assunção, não possuía o estatuto de órgão do Mercosul, tendo sido concebido como mero arquivo de documentos e informes das atividades da integração. A dinâmica do processo de integração obrigou, na prática, a Secretaria Administrativa atuar como um verdadeiro órgão, tendo sido

²⁸⁴⁸ ORTEMIN, El Mercado..., p. 87-8.

²⁸⁴⁹ ORTEMIN, El Mercado..., p. 88.

necessário criar toda uma estrutura interna própria, para dar conta do seu competente desempenho e atribuições. Trata-se do único órgão com sede fixa no Mercosul, pois nenhum outro possui. Um Diretor comanda a Secretaria. O Protocolo de Outro Preto consagrou a Secretaria Administrativa com órgão do Mercosul, financiado equitativamente pelos Estados-partes, com sede fixa em Montevideu, e com funções meramente administrativas, sendo-lhe negada funções técnicas dentro do processo de integração, apesar de estar disposto que a Secretaria é um órgão de apoio operativo e responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos do Mercosul. O Diretor é eleito pelo GMC, mas designado pelo CMC, devendo sua nacionalidade obrigatoriamente corresponder a um dos Estados-partes; seu mandato é de dois anos, sem direito à reeleição, eleito de forma rotativa. A enumeração das suas atividades e funções não possui caráter taxativo, podendo ser ampliado, conforme solicitação do CMC, GMC e CCM. A seu cargo está a publicação do Boletim Oficial do Mercosul, onde é inserida integralmente, em língua espanhola e portuguesa, a íntegra das Decisões, Resoluções, Diretivas, Laudos Arbitrais ou qualquer outro ato que o CMC e o GMC, decidam como sendo relevante a atribuição de publicidade oficial. Por fim, o orçamento da Secretaria é elaborado por ela mesma e encaminhada ao GMC para sua aprovação, sendo que é a própria Secretaria quem executa o orçamento.²⁸⁵⁰

As decisões tomadas no âmbito do Mercosul, pelo tratado de Assunção, era pelo regime de consenso e que, apesar dos temores acerca dos problemas potenciais desse tipo de tomada de decisões, funcionou muito bem dentro do Mercosul. Assim, apesar de ficar estipulado que nenhuma decisão seria tomada sem a aceitação expressa ou tácita de todos os Estados-membros do processo de integração, isso não paralisou o encaminhamento de decisões importantes tomadas em seu bojo. O Protocolo de Outro Preto, consagrou a regra geral de que as decisões dos órgãos do Mercosul – com ou sem capacidade decisória, órgãos principais ou órgãos auxiliares – serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados-partes. Tal regra não é aplicada apenas à Secretaria Administrativa, tendo em vista a natureza de suas funções – meramente administrativas –, e sua composição principal pela figura de um só Diretor, impossibilitando a aplicação da regra geral de tomada de decisões no âmbito do Mercosul.²⁸⁵¹

O Mercosul está organizado enquanto uma ordem jurídica, vale dizer, um conjunto organizado e estruturado de normas jurídicas, com fontes próprias, órgãos e procedimentos aptos a emití-los, interpretá-los, bem como fiscalizar e aplicar sanções para as suas violações

²⁸⁵⁰ ORTEMIN, El Mercado..., p. 88-90.

²⁸⁵¹ ORTEMIN, El Mercado..., p. 91-2.

e descumprimentos. O direito mercosulino é constituído de tratados, enfim, normas de direito internacional, cuja normatividade continua se reproduzindo através das normas criadas pelos órgãos dos referidos tratados internacionais, e, além disso, suas normas não regulam apenas relações entre Estados, mas também relações entre particulares – pessoas físicas e jurídicas – dos Estados-partes. Os tratados constitutivos – junto com seus anexos, bem como aqueles tratados modificativos – são considerados como direitos originários, enquanto que as normas unilaterais emanadas dos órgãos criados pelos referidos tratados são denominadas por direito derivado; além dessas duas fontes, é preciso considerar que existem ainda, como fontes, os princípios gerais de direito, a jurisprudência, o direito emergente das relações exteriores do bloco de integração, com terceiros Estados ou organizações internacionais, enfim, todo um conjunto mais amplo de normas aplicáveis dentro do ordenamento jurídico da integração econômica internacional em curso. Portanto, no âmbito do Mercosul, o Tratado de Assunção, o Protocolo de Brasília, o Protocolo de Ouro Preto, as Decisões do CMC, as Resoluções do GMC, e as Diretivas da CCM, formam um ordenamento jurídico organizado e estruturado, conforme características acima assinaladas.²⁸⁵²

O Protocolo de Ouro Preto consagrou expressamente a obrigatoriedade do direito derivado para os Estados-partes do Mercosul, entretanto, isso não significa que tal norma jurídica daí emanada tenha automaticamente as características de primazia – norma acima das normas nacionais, mesmo a Constituição de cada Estado-parte –, aplicabilidade direta – norma que, por si mesma, é suficiente para criar direitos e obrigações entre os particulares de todos os Estados-partes, sem necessitar, para isso, passar pelo processo de incorporação legislativa interna de cada Estado –, e aplicabilidade imediata – norma que, uma vez emitida, já adquire o estatuto de direito positivo em cada ordenamento interno dos Estados-partes, podendo ser invocada pelos interessados em sua defesa de direitos e obrigações. De fato, a referida obrigatoriedade não significa aplicabilidade imediata, uma vez que está previsto que os Estados-partes se comprometem a adotar todas as medidas necessárias para assegurar, nos seus respectivos territórios, o cumprimento das normas emanadas dos órgãos decisórios do Mercosul, devendo comunicar a Secretaria Administrativa as medidas adotadas. Assim, o princípio da aplicação imediata é substituído pelo princípio da aplicação simultânea, vale dizer, quando todos os Estados-partes informarem a incorporação da norma dentro de seus ordenamentos jurídicos nacionais, caberá a Secretaria Administrativa informar o fato a cada Estado-parte, e somente 30 dias após – prazo voltado para cada Estado publicar no seu diário

²⁸⁵² ORTEMIN, El Mercado..., p. 92-4.

oficial o início da vigência da norma –, as regras jurídicas entrarão em vigor simultaneamente nos Estados-partes.²⁸⁵³

O Sistema de Solução de Controvérsias do Mercosul, estabelecido pelo Tratado de Assunção, inclusive todo seu desenvolvimento posterior, até o Protocolo de Ouro Preto, ficou marcado pelo caráter político e diplomático na busca da solução das disputas entre os Estados-partes; superar os impasse que porventura pudessem emergir como obstáculos ao desenvolvimento do processo de integração, bem como contribuir para a implementação do tratado, dando a interpretação correta, impondo a sua aplicação conforme o espírito da integração iniciada, tais eram as funções primordiais estabelecidas para o sistema de solução de controvérsias. O sistema estabelecido fixou apenas aos Estados-membros o acesso limitado ao seu uso, quando necessário, enfim, uma estrutura de solução de controvérsias acessível apenas aos governos, sem possibilidade de contato direto com os cidadãos, e mesmo os particulares, quando necessitassem, deveriam socorrer-se da sua Seção Nacional do Grupo Mercado Comum, e a partir daí, assistir o encaminhamento de sua queixa pelo GMC. Foi somente após o Protocolo de Ouro Preto, que os particulares, por via de reclamação na Comissão de Comércio do Mercosul, passou a ser assistido por seu Estado de origem, agindo como *dominus* da ação.²⁸⁵⁴

O processo pode ser originado diretamente de reclamações dos Estados-partes, e queixa de particular à Seção Nacional do GMC, ou da CCM, seguindo, a partir daí, um procedimento semelhante centrado em duas fases, uma primeira, de negociações diretas e intermediadas, e uma segunda, denominada de arbitral; também o sistema é organizado em razão da competência, que pode ser da pessoa reclamante ou da matéria analisada. Assim, (I) em razão da pessoa do reclamante, ou ele é uma pessoa privada em defesa de seu interesse privado – contra outro particular do mesmo Estado, ou particular de outro Estado-membro, ou contra qualquer Estado –, ou é o Estado em defesa do interesse público – nas relações com seus particulares, ou com os particulares dos outros Estados-membros, ou mesmo em relação com outros Estados-partes. O sistema tradicional de solução de controvérsias entre dois Estados é aquele regulado pelo Direito Internacional, enquanto que o sistema tradicional de solução de controvérsias entre dois particulares por Tribunais dos Estados envolvidos; quando envolve uma pessoa privada e um Estado, a solução tradicional aponta dois caminhos, quais sejam, ou a submissão da disputa aos Tribunais do Estado envolvido, ou recorrer à proteção

²⁸⁵³ ORTEMIN, El Mercado..., p. 94, 101, 106-8.

²⁸⁵⁴ BAPTISTA, Luiz Olavo. **O Mercosul, suas instituições e ordenamento jurídico**. São Paulo: LTr, 1998, p. 148-56.

diplomática, com mecanismos tradicionais, caso a referida proteção seja concedida ao particular no caso concreto.²⁸⁵⁵

Num processo de integração econômica regional, regra geral abandona-se esses meios consagrados secularmente como formas tradicionais de solução de controvérsias, a fim de adotar um próprio – uma combinação que, na prática, não deixa de reproduzir muitas das características das formas de solução de controvérsias já consagradas – para atender as características especiais do processo de integração em curso, conforme a etapa em que se encontra. O Tratado de Assunção – Anexo III – estabelece que as controvérsias entre Estados serão enfrentadas “primeiro por negociações diretas entre os litigantes, depois, em etapas sucessivas, pela atuação do Grupo Mercado Comum ou do Conselho do Mercado comum”. As controvérsias entre particulares e um dos Estados, são objeto do Protocolo de Brasília. Assim, são submetidas ao sistema de solução de controvérsias, os Estados-partes do Mercosul, na qualidade de partes litigantes, reconhecendo como obrigatória, automaticamente e sem necessidade de qualquer tipo de acordo prévio ou especial, a jurisdição do Tribunal Arbitral constituído em cada caso, pra conhecer e resolver todas as controvérsias a que se refere. As reclamações efetuadas pelos particulares pessoas privadas, ficam subentendidas que são assumidas pelos próprios Estado-parte onde foi feita a reclamação, que, por sua vez, acaba se apresentando, na prática, como litigante próprio, se ela for acolhida. Por fim, não se pode olvidar que as pessoas de direito privado podem acessar os Tribunais dos Estados-partes para reclamar seus direitos violados no âmbito do Mercosul.²⁸⁵⁶

(II) Em razão da matéria, o Sistema de Solução de Controvérsias abarca todo direito originário e derivado emanado do processo de integração econômica do Cone Sul.²⁸⁵⁷

O Sistema de Solução de Controvérsias prevê, então, dois procedimentos, conforme quem lhes dão início, vale dizer, ou os particulares ou os Estados-membros. O procedimento iniciado por iniciativa de particulares é principiado através de formalização de reclamação ante a Seção Nacional do GMC, ante o Estado-parte onde tenha sua residência habitual ou a sede de seu negócios, com o fornecimento de elementos que permitam à Seção Nacional determinar a veracidade da violação e a existência ou ameaça de um prejuízo. O objeto da reclamação pode ser sanção ou aplicação, por qualquer dos Estados-partes, de medidas legais ou administrativas de efeito restritivo, discriminatórias ou de concorrências desleal, em violação ao Tratado de Assunção, acordos celebrados no âmbito do mesmo, das Decisões do

²⁸⁵⁵ BAPTISTA, O Mercosul..., p. 156-7.

²⁸⁵⁶ BAPTISTA, O Mercosul..., p. 157-8.

²⁸⁵⁷ BAPTISTA, O Mercosul..., p. 158-9.

CMC ou das Resoluções do GMC, abrangendo, portanto, a implementação ou violação das normas do Mercosul, inclusive as medidas tomadas no campo legislativo, “para introdução de tais normas no direito interno de cada país”. Cumpridos os requisitos iniciais exigidos, a atividade posterior é vinculada – obrigatória – para a administração, afastado o juízo político de conveniência, não se confundindo com a figura tradicional da proteção diplomática, enfim, o Estado, provocado por seu cidadão, é obrigado a atuar. A discricionariedade que existe, está na atuação a Seção Nacional recebedora da reclamação, em apreciar a confiabilidade e eficácia da prova; sendo de natureza incontestável, o Estado deve cumprir seu dever legal.²⁸⁵⁸

Quando o procedimento é por iniciativa do Estado, a solução segue inicialmente o rito diplomático e, em não havendo solução, segue o rito arbitral. A fase diplomática inicia-se por negociações diretas, onde as partes, por intermédio da Secretaria Administrativa, mantêm o GMC informado do andamento das negociações, bem como os resultados alcançados. Na ausência de acordo que solucione a diferença, ou havendo um acordo parcial, qualquer Estado pode submeter o pleito à análise do GMC que, após ouvir as partes interessadas, e ter consultado especialistas – se for o caso –, formula recomendações aos Estados-litigantes. Caso os Estados não atendam essas recomendações, passa-se à fase arbitral, que se inicia com uma comunicação de qualquer das partes, à Secretaria Administrativa do Mercosul, da sua intenção de recorrer ao procedimento arbitral previsto no Protocolo de Brasília. A Secretaria Administrativa “comunica à outra ou outras partes da divergência e ao Grupo Mercado Comum, e passa a se ocupar da tramitação do procedimento”. A submissão à arbitragem é obrigatória. O processo arbitral propriamente dito é iniciado com a escolha dos árbitros, e, em seguida, é dado início ao procedimento arbitral. Da decisão do Tribunal Arbitral não há recurso, devendo as partes cumpri-la, cabendo apenas pedidos de esclarecimentos quanto às omissões ou dúvidas do teor do laudo emitido.²⁸⁵⁹

O Protocolo de Outro Preto estabeleceu algumas mudanças no sistema de solução de controvérsias, subdividindo e atribuindo funções específicas para o GMC e a CCM. A CCM recebeu a função de receber e examinar reclamações apresentadas pelas Seções Nacionais da CCM, originadas pelos Estados-partes ou pelos particulares – pessoas físicas ou jurídicas – conforme situações previstas nos artigos 1 ao 25 do Protocolo de Brasília, dentro de sua área de competência. Portanto, sua atuação dentro do sistema geral de solução de controvérsias do Mercosul, a CCM considera as reclamações numa fase pré-contenciosa, sem julgá-las em sentido estrito, uma vez que está expressamente previsto que o exame das reclamações no

²⁸⁵⁸ BAPTISTA, O Mercosul..., p. 159-63.

²⁸⁵⁹ BAPTISTA, O Mercosul..., p. 163-6.

âmbito da CCM não impede que o Estado-parte que efetuou a reclamação se socorra da proteção prevista no Protocolo de Brasília para Solução de Controvérsias. A atuação da CCM é, portanto, de verificação e constatação do problema em curso, emitindo opiniões e fazendo recomendação, sem caráter de julgamento e obrigatoriedade, em sentido estrito, com poderes de coerção para execução ou de aplicação de sanções, caso não seja seguida as medidas aprovadas na CCM para dirimir o conflito de interesses.²⁸⁶⁰

Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, firmado em fevereiro de 2002, e já em vigor, estabelece que ele recai sobre as controvérsias que surjam entre os Estados-partes sobre a interpretação, a aplicação ou o não cumprimento do Tratado de Assunção, do Protocolo de Ouro Preto, dos protocolos e acordos celebrados no marco do Tratado de Assunção, das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul. Admite que as controvérsias compreendidas no âmbito de aplicação do Protocolo, que possam também ser submetidas ao sistema de solução de controvérsias de outros esquemas preferenciais de comércio, de que sejam parte individualmente os Estados-partes do Mercosul, poderão submeter-se a um ou outro foro, à escolha da parte demandante. Sem prejuízo disso, as partes na controvérsia poderão, de comum acordo, definir o foro. Mas uma vez iniciado um procedimento de solução de controvérsias, nenhuma das partes poderá recorrer a mecanismos de solução de controvérsias estabelecidos nos outros foros com relação a um mesmo objeto, definido nos termos do artigo 14 do Protocolo. (art. 1º)

Está estabelecido que, se necessário, poderão ser criados mecanismos expeditos para resolver divergências entre Estados-partes sobre aspectos técnicos regulados em instrumentos de políticas comerciais comuns. (art. 2º). Também está previsto o estabelecimento de

²⁸⁶⁰ BAPTISTA, O Mercosul..., p. 166-8. Para compreender melhor a temática e o sistema de solução de controvérsias, em seus desdobramentos e desenvolvimento, veja a obra que traz uma coletânea de artigos, escritos por especialistas – juristas e funcionários governamentais –, sobre o Sistema de Solução de Controvérsias do Mercosul, instituído pelo Protocolo de Brasília e modificado pelo Protocolo de Olivos, fornecendo reflexões importantes acerca do funcionamento do referido sistema de solução de controvérsias. In: Solução de Controvérsias no Mercosul. Brasília: Câmara dos Deputados; Centro de Documentação e Informação; Coordenação de Publicações, 2003. 280 p. Vide também a obra de João Bosco Lee, que investiga o direito interno e o direito convencional da arbitragem no âmbito da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, estabelecendo um estudo aprofundado, numa primeira parte do trabalho, sobre a cláusula compromissória, o compromisso, o tribunal arbitral, o procedimento arbitral e a sentença arbitral, o controle judicial das sentenças arbitrais nacionais e o reconhecimento e execução das sentenças arbitrais estrangeiras; e na segunda parte do trabalho, é examinado também, exaustivamente, o sistema interamericano de arbitragem comercial internacional, a aplicação desse sistema interamericano no âmbito do Mercosul, e a arbitragem comercial internacional no direito do Mercosul, onde, neste último tópico, é investigado a resolução de controvérsias no Mercosul e o Protocolo de Brasília, e a harmonização da arbitragem comercial internacional no direito do Mercosul. In: LEE, João Bosco. **Arbitragem comercial internacional nos países do Mercosul**. Curitiba: Juruá, 2002. 448 p.

mecanismos relativos à solicitação de opiniões consultivas ao Tribunal Permanente de Revisão – criado pelo Protocolo. (art. 3º).

Quanto ao procedimento, novamente está previsto que os Estados-partes procurarão resolver uma controvérsia, antes de tudo, pela via das negociações diretas, (art. 4º) sendo que os Estados-partes informarão ao Grupo Mercado Comum, por intermédio da Secretaria Administrativa do Mercosul, sobre as gestões que se realizarem durante as negociações e os resultados das mesmas. (art. 5º) Caso não haja entendimento, qualquer dos Estados-partes na controvérsia poderá iniciar diretamente o procedimento arbitral previsto no Protocolo, entretanto, está facultado também que os Estados-partes na controvérsia poderão, de comum acordo, submetê-la à consideração do Grupo Mercado Comum. (art. 6º) Se a controvérsia for submetida ao Grupo Mercado Comum, este formulará recomendações que, se possível, deverão ser expressas e detalhadas, visando à solução da divergência. (art. 7º)

Quando não tiver sido possível solucionar a controvérsia mediante a aplicação dos procedimentos referidos anteriormente, qualquer dos Estados-partes na controvérsia poderá comunicar à Secretaria Administrativa do Mercosul sua decisão de recorrer ao procedimento arbitral, e a Secretaria Administrativa do Mercosul notificará o fato, de imediato, ao outro ou aos outros Estados envolvidos na controvérsia, bem como ao Grupo Mercado Comum. (art. 9º) O procedimento arbitral tramitará ante um Tribunal Ad Hoc composto de três (3) árbitros, (art. 10) cujos nomes são retirados a partir de uma lista registrada na Secretaria Administrativa do Mercosul. (art. 11) Os Estados-partes na controvérsia designarão seus representantes ante o Tribunal Arbitral Ad Hoc e poderão ainda designar assessores para a defesa de seus direitos. (art. 12) É facultada às partes solicitar medidas provisórias que considere apropriadas para prevenir danos, e o Tribunal Arbitral Ad Hoc poderá concedê-las, na medida em que existam presunções fundamentadas de que a manutenção da situação poderá ocasionar danos graves e irreparáveis a uma das partes na controvérsia. (art. 15) O Tribunal Arbitral Ad Hoc emitirá o laudo num prazo de sessenta (60) dias, prorrogáveis por decisão do Tribunal por um prazo máximo de trinta (30) dias. (art. 16)

Qualquer das partes na controvérsia poderá apresentar um recurso de revisão do laudo do Tribunal Arbitral Ad Hoc ao Tribunal Permanente de Revisão. O recurso estará limitado a questões de direito tratadas na controvérsia e às interpretações jurídicas desenvolvidas no laudo do Tribunal Arbitral Ad Hoc. (art. 17) Esse Tribunal Permanente de Revisão será integrado por cinco (5) árbitros, (art. 18) cuja decisão poderá ser objeto de contestação. (art. 21) O Tribunal Permanente de Revisão poderá confirmar, modificar ou revogar a fundamentação jurídica e as decisões do Tribunal Arbitral Ad Hoc. (art. 22)

As partes na controvérsia, culminado o procedimento estabelecido nos artigos 4 e 5 do Protocolo, poderão acordar expressamente submeter-se diretamente e em única instância ao Tribunal Permanente de Revisão, caso em que este terá as mesmas competências que um Tribunal Arbitral Ad Hoc. Nessas condições, os laudos do Tribunal Permanente de Revisão serão obrigatórios para os Estados partes na controvérsia a partir do recebimento da respectiva notificação, não estarão sujeitos a recursos de revisão e terão, com relação às partes, força de coisa julgada. (art. 23) O Conselho do Mercado Comum poderá estabelecer procedimentos especiais para atender casos excepcionais de urgência que possam ocasionar danos irreparáveis às Partes. (art. 24)

Os laudos do Tribunal Arbitral Ad Hoc e os do Tribunal Permanente de Revisão serão adotados por maioria, serão fundamentados e assinados pelo Presidente e pelos demais árbitros. Os árbitros não poderão fundamentar votos em dissidência e deverão manter a confidencialidade da votação. As deliberações também serão confidenciais e assim permanecerão em todo o momento. (art. 25) Os laudos dos Tribunais Arbitrais Ad Hoc são obrigatórios para os Estados-partes na controvérsia a partir de sua notificação e terão, em relação a eles, força de coisa julgada se, transcorrido o prazo previsto para interpor recurso de revisão, este não tenha sido interposto. Os laudos do Tribunal Permanente de Revisão são inapeláveis, obrigatórios para os Estados partes na controvérsia a partir de sua notificação e terão, com relação a eles, força de coisa julgada. (art. 26) Os laudos deverão ser cumpridos na forma e com o alcance com que foram emitidos. A adoção de medidas compensatórias nos termos do Protocolo não exime o Estado-parte de sua obrigação de cumprir o laudo. (art. 27) Qualquer dos Estados-partes na controvérsia poderá solicitar um esclarecimento do laudo do Tribunal Arbitral Ad Hoc ou do Tribunal Permanente de Revisão, e sobre a forma com que deverá cumprir-se o laudo. (art. 28) Caso o Estado beneficiado pelo laudo entenda que as medidas adotadas não dão cumprimento ao mesmo, terá um prazo, a partir da adoção das mesmas, para levar a situação à consideração do Tribunal Arbitral Ad Hoc ou do Tribunal Permanente de Revisão, conforme o caso. (art. 30)

Se um Estado-parte na controvérsia não cumprir total ou parcialmente o laudo do Tribunal Arbitral, a outra parte na controvérsia terá a faculdade, dentro do prazo de um (1) ano, e independentemente de recorrer aos procedimentos do artigo 30, de iniciar a aplicação de medidas compensatórias temporárias, tais como a suspensão de concessões ou outras obrigações equivalentes, com vistas a obter o cumprimento do laudo. (art. 31) Caso o Estado-parte beneficiado pelo laudo aplique medidas compensatórias por considerar insuficiente o cumprimento do mesmo, mas o Estado-parte obrigado a cumprir o laudo considerar que as

medidas adotadas são satisfatórias, este último terá um prazo para levar esta situação à consideração do Tribunal Arbitral Ad Hoc ou do Tribunal Permanente de Revisão, conforme o caso, o qual terá um prazo de trinta (30) dias desde a sua constituição para se pronunciar sobre o assunto. (art. 32)

O Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul aplica-se também às reclamações efetuadas por particulares (pessoas físicas ou jurídicas) em razão da sanção ou aplicação, por qualquer dos Estados Partes, de medidas legais ou administrativas de efeito restritivo, discriminatórias ou de concorrência desleal, em violação do Tratado de Assunção, do Protocolo de Ouro Preto, dos protocolos e acordos celebrados no marco do Tratado de Assunção, das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul.

Os particulares afetados formalizarão as reclamações ante a Seção Nacional do Grupo Mercado Comum do Estado-parte onde tenham sua residência habitual ou a sede de seus negócios, fornecendo elementos que permitam determinar a veracidade da violação e a existência ou ameaça de um prejuízo, para que a reclamação seja admitida pela Seção Nacional e para que seja avaliada pelo Grupo Mercado Comum e pelo grupo de especialistas, se for convocado. (art. 40) A menos que a reclamação se refira a uma questão que tenha motivado o início de um procedimento de Solução de Controvérsias de acordo com os Capítulos IV a VII do Protocolo, a Seção Nacional do Grupo Mercado Comum que tenha admitido a reclamação, conforme o artigo 40, deverá entabular consultas com a Seção Nacional do Grupo Mercado Comum do Estado-parte a que se atribui a violação, a fim de buscar, mediante as consultas, uma solução imediata à questão levantada. Tais consultas se darão por concluídas automaticamente e sem mais trâmites se a questão não tiver sido resolvida em um prazo de quinze (15) dias contado a partir da comunicação da reclamação ao Estado Parte a que se atribui a violação, salvo se as partes decidirem outro prazo. Finalizadas as consultas, sem que se tenha alcançado uma solução, a Seção Nacional do Grupo Mercado Comum elevará a reclamação sem mais trâmite ao Grupo Mercado Comum. (art. 41)

Recebida a reclamação, o Grupo Mercado Comum avaliará os requisitos – elementos de convicção – sobre os quais se baseou sua admissão pela Seção Nacional, na primeira reunião subsequente ao seu recebimento. Se concluir que não estão reunidos os requisitos necessários para dar-lhe curso, rejeitará a reclamação sem mais trâmite, devendo pronunciar-se por consenso. Se o Grupo Mercado Comum não rejeitar a reclamação, esta será considerada admitida. Neste caso, o Grupo Mercado Comum procederá de imediato à convocação de um grupo de especialistas que deverá emitir um parecer sobre sua procedência,

no prazo improrrogável de trinta (30) dias contados a partir da sua designação. Nesse prazo, o grupo de especialistas dará oportunidade ao particular reclamante, e aos Estados envolvidos na reclamação, de serem ouvidos e de apresentarem seus argumentos, em audiência conjunta. (art. 42)

O grupo de especialistas a que faz referência o artigo 42, será composto de três (3) membros designados pelo Grupo Mercado Comum ou, na falta de acordo sobre um ou mais especialistas, estes serão escolhidos por votação que os Estados Partes realizarão dentre os integrantes de uma lista de vinte e quatro (24) especialistas. (art. 43) O grupo de especialistas levará seu parecer ao Grupo Mercado Comum. Se, em parecer unânime, se verificar a procedência da reclamação formulada contra um Estado Parte, qualquer outro Estado Parte poderá requerer-lhe a adoção de medidas corretivas ou a anulação das medidas questionadas. Se o requerimento não prosperar num prazo de quinze (15) dias, o Estado Parte que o efetuou poderá recorrer diretamente ao procedimento arbitral, nas condições estabelecidas no Capítulo VI do Protocolo. Recebido um parecer que considere improcedente a reclamação por unanimidade, o Grupo Mercado Comum imediatamente dará por concluída a mesma no âmbito do presente Capítulo. Caso o grupo de especialistas não alcance unanimidade para emitir um parecer, levará suas conclusões ao Grupo Mercado Comum que, imediatamente, dará por concluída a reclamação no âmbito da reclamação proposta. Nesses dois últimos casos, é facultado aos Estados iniciar procedimento de negociação direta, intervenção do GMC, e procedimento arbitral, as favor do articular. (art. 44)

4.1.4.3. MERCOSUL E A EMERGÊNCIA DE DIVERSAS PROBLEMÁTICAS INTEGRATIVAS

Os diferentes processos de integração regional econômico em curso no Planeta, como o Mercosul, uma vez instituídos, acabam demandando diferentes investigações e análises, tendo em vista os diferentes e específicos problemas práticos que emergem no cerne de cada um deles.²⁸⁶¹ As decisões práticas concretas, tomadas no bojo de cada um deles, abarcam temáticas diversas sobre integração, que podem ser tais como proteção do meio ambiente na UE, contratos internacionais dentro de mercados integrados, cidadania múltipla européia,

²⁸⁶¹ PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Direito da integração**: estudos em homenagem a Werter R. Faria. Curitiba: Juruá, 2001. 2. v. 420 p. 410 p.

solução de controvérsias no Mercosul, a evolução trazida pelo Tratado de Amsterdã dentro do UE, o problema da Zona Franca de Manaus dentro do contexto do Mercosul, a questão da competência internacional da UE visto pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, os direitos de propriedades e a livre concorrência, e o acordo de cooperação Mercosul-EU,²⁸⁶² entre muitos outros mais, como exemplificadamente se verá a seguir.

De fato, tais processos de integração seguem a tentativa de concretização de um arcabouço teórico, ou mais precisamente, ideológico, que norteiam toda ação integrativa. Assim, partindo de uma análise econômica e política do liberalismo, que marca a configuração do Estado e do Direito a partir de sua vitória sobre a ideologia do Estado absoluto, em especial, na constituição do modo de produção capitalista, é possível verificar e analisar a partir de que princípios políticos e ideológicos são norteadas as integrações econômicas internacionais regionais, tendo por pressuposto mais manifesto um direito liberal, que é tomado como parte da revolução moderna, ao consagrar a ideologia dominante da Europa, instituindo preceitos reguladores para toda uma sociedade, no formato de normas que se apresentam como princípios ou regras de caráter obrigatório. Nesse contexto, as integrações econômicas, especialmente a partir do pós-guerra, são tomadas de um referencial teórico econômico liberal, como um processo voltado para proporcionar o desenvolvimento econômico de sociedades, nos moldes e ditames ideológicos do comércio internacional, liberal e de economia capitalista. Criticamente, é possível identificar no processo de integração regional do Mercosul a influência de princípios neoliberais, entretanto, também buscar, a partir daí, delinear os traços de uma nova integração, desta vez pautada sob o signo da solidariedade, com vistas ao equilíbrio entre os fatores político-democrático e econômico-liberal, voltada para construir uma integração econômica solidária e justa socialmente.²⁸⁶³

Do ponto de vista principiológico liberal ou neoliberal, o Banco Mundial entende que o trabalho seguro, produtivo e ambientalmente racional é chave para o progresso econômico e social de qualquer país, reconhecendo, assim, o valor do trabalho, e também que, mais do que uma questão econômica, ele se insere na essência do desenvolvimento humano, bem como compreendendo que as implicações do trabalho atingem aqueles que trabalham, bem como os que não trabalham – tais como crianças, idosos e incapacitados. Em relatório elaborado sobre a temática, o Banco mundial verifica que a redução da intervenção governamental no

²⁸⁶² FARIA, Werter R. **Estudos sobre integração**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000. 223 p.

²⁸⁶³ MARTINS, Raquel de Fátima Antunes. **Os princípios jurídicos da integração econômica do Cone Sul: a influência do pensamento liberal**. 2002. Dissertação. (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

mercado, e a crescente integração do comércio, dos fluxos de capitais e do intercâmbio das informações e tecnologia, acabam gerando condições para pressões competitivas globais, influenciando a renda, níveis de emprego e condições de trabalho do trabalhador. De um lado, diante da visão de quem vê o novo mercado global como fonte de oportunidades e pronta recompensa, e por outro lado, dos que consideram as mudanças como ameaça à segurança – defendendo o protecionismo –, o Banco Mundial acaba sustentando que (I) há benefícios para todos os trabalhadores de todos os países, especialmente os pobres, pelo crescimento econômico com aumento de produtividade, fomentado por sólidos investimentos em capital, bem como na saúde e na educação das populações; (II) que o aumento da integração entre os países, inclusive por meio de migrações, pode beneficiar simultaneamente trabalhadores dos países ricos e pobres, cabendo aos governos o papel de ajuda aos trabalhadores adversamente afetados por mudanças dos padrões de comércio e fluxo de capitais, por isso devendo – os governos – criar uma rede de assistências social e ajuda para prepará-los para as mudanças; (III) que políticas trabalhistas de muitos países têm favorecido erroneamente os ocupantes de bons empregos, em detrimento dos trabalhadores rurais e do setor informal e dos desempregados. Desta forma, acaba se tornando necessário estabelecer uma estrutura normativa onde sindicatos e empresas possam operar, contribuindo positivamente para o desenvolvimento, sendo necessário definir padrões mínimos que cerceiem a exploração e discriminação no trabalho e do trabalhador, e, por isso, considera que são boas as políticas trabalhistas que operam em harmonia com o mercado, evitando concessão de proteções e privilégios especiais a grupos de trabalhadores; (IV) os Estados que adotam reformas econômicas que encaminham toda sociedade para sistemas de mercado e, mais especificamente, mercados abertos, acabam beneficiando os trabalhadores, sendo que, nessas mudanças é possível constatar que o emprego e os salários podem se reduzir, assim é, mas de forma temporária, podendo também obrigar o trabalhador a se deslocar de antigas para novas ocupações. Por isso cabe ao governo prestar firme apoio aos trabalhadores e suas famílias nesses períodos de transição.²⁸⁶⁴

Do ponto de vista cultural, é ainda possível resgatar outros fatores que ideologicamente estariam influenciando o processo, tal como os discutidos num Colóquio realizado na Universidade de Brasília, junto com a Associação de Estudos Sociais Latino-Americanos (ASSLA) – com sede em Sassari, Itália –, com o objetivo de cotejar a experiência de integração européia frente à experiência de integração latino-americana desenvolvida até

²⁸⁶⁴ Banco Mundial. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1995: o trabalhador e o processo de integração mundial. Washington: Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial, 1995. 274 p.

então. O Direito, assim, daria o suporte para os mecanismos políticos e econômicos da integração, uma vez que não há integração econômica sem um mínimo de integração jurídica, mas observando-se que é o Direito Romano o patrimônio comum das ordens jurídicas de diferentes países latino-americanos, sendo de se indagar até que ponto é aceitável a idéia sobre a existência de um sistema jurídico latino-americano, dotado de originalidade e característica próprio. Assim, é possível investigar, especialmente para no caso latino-americano, (I) sobre sistemas jurídicos e direito romano, destacando-se a relação entre o sistema jurídico romano e o sistema jurídico latino-americano, em especial sobre uma possível unidade deste último; também (II) sobre direito internacional e integração, enfocando teorias de integração latino-americanas do século XIX, a questão constitucional e internacional presentes em tais processos e o papel da atual UE frente à ordem econômica internacional da época; sobre (III) integração econômica e integração jurídica, especialmente a experiência européia nesse sentido, e também a visão da integração como eixo da política de desenvolvimento latino-americano no contexto econômico mundial então vigente.²⁸⁶⁵

Entretanto, uma das polêmicas maiores dos processos de integração regional – e do movimento contemporâneo do comércio mundial ou multilateral – está centrada na questão fulcral se elas efetivamente proporcionam alcançar um sistema de maior e melhor bem-estar para todas as sociedades envolvidas no processo, havendo argumentos francamente favoráveis, como o emitido pelo Banco Mundial, acima exposto, mas também severas reservas críticas quanto ao bem geral que se espera alcançar com a globalização e integração regional econômica. Nesse contexto crítico-reflexivo, é possível e devido verificar e analisar concretamente o que vem sucedendo sócio-político-economicamente a partir desses processos, destacadamente, por exemplo, as conseqüências da globalização e da integração regional sobre os países do Mercosul, especialmente o Brasil.²⁸⁶⁶

Diante disso, é possível constatar que o Mercosul, nesse contexto, revela-se mais que um mecanismo de integração econômica, mas um projeto político que acabou impulsionando o processo de integração latino-americano. A globalização – entendida especialmente, senão praticamente, como desregulamentação dos fluxos financeiros, alocando recursos produtivos dentro de mercados globais, favorecido pelo desenvolvimento das telecomunicações – e a regionalização, exigem, de um lado, clareza de diagnóstico quanto à natureza dos processos, até em que grau é possível concebê-los como inevitáveis, bem como os mecanismos de seu

²⁸⁶⁵ Direito e integração: experiência latino-americana e européia. Brasília: UnB, 1981. 129 p.

²⁸⁶⁶ VIGEVANI, Tullo; e LORENZETTI Jorge (coord.). **Globalização e integração**: atitudes sindicais e impactos sociais. São Paulo: LTr, 1998. 344 p.

funcionamento e suas conseqüências. De outro lado, é preciso determinar também qual seria papel do Estado dentro desse contexto, especificamente em que ponto a soberania tradicional é afetada e quais são as competências remanescentes que podem ainda ser exercidas nacionalmente, a fim de que sejam preservados valores civilizatórios e históricos humanísticos e culturais, bem como de que forma é possível estabelecer e preservar os limites de sacrifício coletivos, que podem ser exigidos de uma geração em benefício de gerações futuras.²⁸⁶⁷

Assim, é admissível investigar a natureza e conseqüências da globalização, o papel do Mercosul no desenvolvimento da sub-região do Cone Sul e da América Latina, a projeção do continente latino-americano no cenário internacional, a papel da sociedade civil organizada e sua relação como governo sobre temas de integração econômica internacional regional, o papel dos sindicatos no processo governamental de formulação de temas e metas políticas – bem como sobre a ALCA –, dentro de um olhar multidisciplinar – com a participação, por exemplo, de representantes da administração pública, órgãos internacionais, dirigentes sindicais e acadêmicos, a fim de extrair lições e ensinamentos fecundos pragmáticos e realísticos –, analisando esse processo sob o ponto de vista social, sendo, portanto, de especial interesse para os sindicatos e centrais sindicais envolvidos no processo – bem com todos os demais agentes sociais –, desde o processo de integração entre Brasil e Argentina nos anos 1980 e a criação do Mercosul a partir de 1991.²⁸⁶⁸

Dessa discussão, emerge o entendimento que, mais que efeitos do Mercosul sobre determinados setores da economia nacional brasileira, os sindicatos e centrais sindicais acabam identificando no Mercosul um espaço de participação ou de intervenção propositivos – fugindo de uma possível passividade ou resistência ao processo integrativo –, localizando questões nacionais político-laborais nessa agenda internacional. A visão de um mercado comum teria vindo ao encontro das expectativas da classe trabalhadora organizada, e sua participação e assento no Grupo Mercado Comum (GMC), órgão institucional do Mercosul, favoreceu sua melhor compreensão acerca das implicações positivas e negativas do processo de integração econômico regional, impelindo-os a uma participação ativa nas negociações com o governo e com os empresários. Em última instância, eles estariam participando da formulação da política do Estado nacional e do desenvolvimento do próprio processo de integração. Política industrial, tarifa externa comum, direitos individuais e coletivos do trabalho, emprego, migração de mão-de-obra, formação profissional, entre outros, passam a

²⁸⁶⁷ VIGEVANI e LORENZETTI, Globalização e integração...

²⁸⁶⁸ VIGEVANI e LORENZETTI, Globalização e integração...

ser objeto de discussão entre os sindicatos e centrais sindicais, processo esse que se desenvolve dentro das maiores centrais sindicais dos Estados-partes – CUT, CGT e Fora Sindical no Brasil; CGT e CTA, na Argentina; CUT, no Paraguai; e PIN/CNT, no Uruguai –, tendo eles elaborado e proposto a “Carta dos Direitos Fundamentais do Mercosul”.²⁸⁶⁹

Assim, é possível constatar que (I) a globalização, enquanto abertura e liberalização dos mercados, não é algo novo, sendo sua atual peculiaridade atual a aceleração do processo devido ao desenvolvimento de novas tecnologias. Os Estados são frágeis para regular seus efeitos e mesmo o sistema das Nações Unidas possui limitada capacidade para dar conta do fenômeno. Uma regulamentação internacional para o fenômeno deveria considerar as assimetrias entre os países, enfim, a real e concreta existência de diferenças econômicas, tecnológicas, sociais e culturais entre os povos. Ademais, a liberalização de mercados, sob ponto de vista da produção de bens e serviços, implicou na mudança de estratégias das empresas transnacionais, passando a tomar decisões a partir de uma perspectiva global, centralizada na matriz, mas com a produção dispersa pelo mundo, dificultando ou impedindo o poder regulamentar público sobre as decisões empresariais, provocando uma grande segmentação do mundo do trabalho, inter e intra-países.²⁸⁷⁰

Especificamente quanto à globalização do capital financeiro, verifica-se que ela debilita as instituições nacionais que deveriam controlá-lo, sendo que acaba afetando diretamente as estratégias de investimento das grandes empresas multinacionais em países em desenvolvimento. Talvez uma saída para os governos seja mesmo a aposta na regionalização, mas com uma integração voltada para atender questões sociais da região; para isso, o papel dos sindicatos seria sua articulação internacional, focando a globalização dos direitos sociais. O aumento do comércio deve ser analisado sob o ponto de vista dos benefícios que traz para os trabalhadores, e a articulação dos sindicatos latino-americanos deve partir de medidas voltadas para alcançar a ação sindical comum dos países do Mercosul, como ponto de partida para projetos mais amplos e ambiciosos para o futuro; para tanto, há necessidade de ser elaborado uma plataforma comum, compartilhada, de defesa institucional, e defesa de regras e normas já elaboradas por organismos internacionais, que tratam a questão do trabalho e os direitos sociais, políticos e de qualidade de vida.²⁸⁷¹

(II) O Mercosul é uma integração que, ultrapassando a sua projeção dentro dos países-membros, lança a América Latina dentro do cenário internacional, devendo expandir seus

²⁸⁶⁹ VIGEVANI e LORENZETTI, Globalização e integração...

²⁸⁷⁰ VIGEVANI e LORENZETTI, Globalização e integração...

²⁸⁷¹ VIGEVANI e LORENZETTI, Globalização e integração...

benefícios para o restante da América Latina. Trata-se de um processo de integração com pouca participação da sociedade, devendo ser buscado mecanismos para superar essa deficiência, e fazer com que maiores segmentos da sociedade possam ser estimulados a expor suas idéias; a participação de parlamentares, sindicatos e representantes empresariais é parcial, e a maior participação social poderia respaldar e legitimar mais fortemente as decisões governamentais. A Comissão Parlamentar Conjunta deveria ser reforçada em seu peso participativo; o Fórum Consultivo Econômico Social (FCES) precisaria ser fortalecido para melhor articulação entre governo e sociedade organizada. A integração é oportunidade para melhorar a estrutura produtiva dos seus sócios, buscando maior eficiência e produtividade através de maior escala de produção, aumento da competitividade etc. A integração deve almejar como objetivo central o fortalecimento das políticas nacionais de crescimento econômico, implicando numa formulação de política nacional e regional de desenvolvimento. Os efeitos negativos do Mercosul, sobre alguns setores econômicos produtivos, devem se combatidos através de mecanismos de compensação e de reconversão produtiva, e um observatório social deveria ser criado para monitorar permanentemente a situação do mercado de trabalho e a formação profissional na região.²⁸⁷²

(III) Reconhece-se que o sindicalismo estava despreparado para a globalização, sendo obrigado a reagir formulando novas estratégias frente a demandas que desconhecia; os sindicatos tiveram teve que compatibilizar e harmonizar suas agendas nacional, regional e externa ao Mercosul, ficando certo tempo limitado quanto ao acompanhamento dos eventos de integração em cursos, e parcialmente afastados do restante da sociedade organizada, portanto, acabaram limitados quanto a sua capacidade de mobilização em torno dos temas de seu interesse. Mesmo o sindicalismo mundial, verifica-se que também foi afetado pela globalização, bem como não soube compreendê-la num primeiro momento; o regionalismo é o instrumento para controlar os efeitos negativos do processo de globalização, uma vez que o Estado-nação, isoladamente, é ineficaz para fazê-lo. O sindicato, nesse novo contexto de globalização e regionalização, deve atuar, em nível nacional, de forma propositiva em questões internacionais, evitando estratégia que insistam em contrapor-se à integração; já em nível regional, o movimento sindical deve propor a criação de mecanismos que compensem os aspectos negativos da globalização, e uma ação de coordenação, através da qual as centrais sindicais estimulariam a articulação de ações internacionais permanentes. No plano do fortalecimento dos objetivos sociais da integração, torna-se necessário constituir mecanismos

²⁸⁷² VIGEVANI e LORENZETTI, Globalização e integração...

trans-fronteiriços de colaboração sindical em nível local de empresas ou cadeias produtivas ou mesmo em escala microrregional; no plano da tomada de decisões, o sindicalismo não pode ficar restrito a uma função meramente consultiva – dentro do SGT-10 e do FCES –, devendo ter também funções deliberativas; fundos de reconversão produtiva e requalificação profissional seriam mecanismos importantes para constituir mecanismos compensatórios para setores negativamente afetados pela integração regional.²⁸⁷³

(IV) A exclusão social, do ponto de vista da classe trabalhadora, é exclusão do mercado de trabalho, sendo que o modelo tradicional de inclusão social, a partir do emprego formal na América Latina está em crise, emergindo fortemente o subemprego e a informalização. Um programa estrutural que ataque o desemprego estrutural é necessário ser feito, a fim de limitar a exclusão, e enquanto isso não é feito, propostas emergenciais devem ser implementadas para incluir o trabalho atípico nas contratações tradicionais, enfim, mecanismos solidários que abarquem os trabalhadores do mercado atípico. Medidas que podem evitar a exclusão social são a promoção do crescimento econômico e a melhoria da distribuição de renda. Constata-se que os investimentos produtivos e aumento de produção no Brasil não acompanham de forma equivalente no índice de ocupação de mão-de-obra, sendo os investimentos de empresas transnacionais de efeito limitado na criação de postos de trabalho. Verifica-se que, se os investimentos nacionais são os que criam mais empregos, são as transnacionais que pagam os melhores salários. Os sindicatos, assim, devem se renovar, buscando no local do trabalho o controle da flexibilidade e da eficiência do trabalho, visando a boa qualidade quanto aos serviços públicos; também devem formular propostas para as estratégias políticas e econômicas – macroeconômicas – aplicadas pelos Estados, intervindo propositivamente na formulação de soluções para temas como inflação, dívida pública, déficits orçamentários e da balança de pagamentos, comércio exterior, estabilização econômica etc. No âmbito do Mercosul as políticas sindicais devem considerar conjuntamente esses temas.²⁸⁷⁴

(V) Nesse contexto, um processo de integração da ambição da ALCA, da forma como é proposta, é vista pelo sindicalismo como uma mera tentativa de consolidar a influência dos EUA em solo latino-americano, limitadora do Mercosul, no seu esforço de inserção de seus sócios na economia internacional, e que poderia mudar o rumo dos investimentos diretos na região. A ALCA não prevê, em seu bojo, de qualquer tipo de participação social, sendo prioritário, para o sindicalismo, a consolidação do Mercosul e de seus mecanismos de

²⁸⁷³ VIGEVANI e LORENZETTI, Globalização e integração...

²⁸⁷⁴ VIGEVANI e LORENZETTI, Globalização e integração...

participação social.²⁸⁷⁵

Por fim, outra polêmica fundamental, mas de ordem político-jurídica, é a questão da soberania e a crise e papel do Estado-nação, no mundo contemporâneo da globalização, multilateralismo e regionalismo. Diante disso, quanto à soberania, é possível traçar com maior precisão teórica, a partir do contexto da emergência do Estado soberano, o seu conceito e, também, as transformações por que ele passou ao longo do tempo, e constatar a ambigüidade que acabou marcando o uso do seu conceito. Do ponto de vista interno e externo de uma nação, a soberania é analisada conforme visão de diferentes autores clássicos que trabalharam sobre a matéria. Ao analisar-se o multilateralismo econômico internacional, é possível avaliar o seu reflexo sobre a soberania do Estado brasileiro, a partir da sua participação na OMC, bem como no Mercosul – regionalismo –, confrontando a liberdade de ação do Estado frente a limitação a essa mesma liberdade, conforme trazida pelas normas jurídicas internacionais.²⁸⁷⁶ Quanto à crise do Estado-nação, é possível, dentro de uma linha que identifica a crise dos paradigmas jurídico-políticos da modernidade, analisar a globalização frente a integração regional, e identificar naquela, a causa de importantes efeitos no terreno das relações jurídicas e dos paradigmas do Direito moderno. Globalização, integração regional, crise da capacidade regulatória do Estado-nação e crise dos paradigmas jurídico-políticos da modernidade, tudo se inter-relaciona para por em questão algumas categorias fundamentais da teoria geral do Direito moderno. O Mercosul, a supranacionalidade e a integração de direito internacional, a globalização e a integração regional são, portanto, elementos de fundamentação para esse movimento do Direito, nos tempos das transformações atuais.²⁸⁷⁷

Uma integração regional econômica, volta-se para produzir mais comércio entre seus parceiros. Todos ganham e todos perdem nesse processo, e a racionalidade subjacente é que os ganhos, ao final, serão maiores sócio-economicamente, do que a existente na situação fática pré-integração. Por isso, se sindicalistas possuem a percepção acima assinalada, sobre o significado do processo dentro de sua realidade concreta vivida pelos trabalhadores, governos e empresários não podem se descuidar dos objetivos últimos que os impulsionam a apostar no

²⁸⁷⁵ VIGEVANI e LORENZETTI, Globalização e integração...

²⁸⁷⁶ LUPI, André Lipp Pinto Bastos. **Soberania, OMC e Mercosul**. São Paulo: Aduaneiras, 2001. 368 p. Sobre o assunto, vide também: VIGNALI, Heber Arbuét. **O atributo da soberania**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas; Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos da Integração, 1996. 59 p. Estudos de Integração, v. 9.

²⁸⁷⁷ FREITAS JR., Antônio Rodrigues de. **Globalização, Mercosul e crise do Estado-nação: perspectivas para um Direito numa sociedade em mudança**. São Paulo: LTr, 1997. 88 p.

processo de integração econômica regional; o comércio deve ser criado entre os parceiros, e não desviado a favor de um ou um grupo menor de parceiros, que, assim, se beneficiariam em medida desproporcional do processo, estimulando a incompetência econômica dentro do bloco regional, dificultando o alcance de mais comércio entre os parceiros.

As relações entre as práticas desleais e a política de concorrência devem ser sempre monitoradas e avaliadas. Dentro da perspectiva de integração do continente americano – como de qualquer outro processo de integração – o tema é de crucial importância na agenda de discussão e negociações comerciais do continente americano. A partir de um processo geral que aprofundou-se a partir da década de 1990, notabiliza-se o avanço constante e firme dos processos regionais de integração, voltados para promover a liberação econômica e maiores níveis de comércio, investimento e transferência de tecnologias estrangeiras; assim, são exemplos o Acordo de Livre Comércio entre Canadá e Estados Unidos de 1989, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) de 1994, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) de 1991, o Acordo de Livre Comércio entre Chile e Canadá de 1997, bem como os diversos outros acordos de integração regional, que emergiram no bojo e expectativas das negociações para a instauração de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), abrangendo todos os Estados americanos do continente, à exceção de Cuba. Elemento capital dos principais acordos comerciais regionais americanos, é a definição do que seria comércio desleal, particularmente o que seriam exportações e importações subsidiadas, ou com base em discriminação de preço ou *dumping*. Tanto o Canadá quanto o México, procuraram impedir ao máximo o direito dos EUA de aplicar contramedidas de maneira unilateral, como as cotas compensatórias ou o *antidumping*, uma vez que tais medidas, quando aplicadas, provocam o efeito de perda de mercado, ou ameaça de perda, diante da incerteza que tais procedimentos criam.²⁸⁷⁸

Assim, criar mecanismos de solução de controvérsias por via arbitral foi o caminho encontrado pelos parceiros comerciais para avançarem na integração econômica. A prática demonstra que o processo de liberação econômica internacional, através da redução das barreiras comerciais, é acompanhada de um grande crescimento de ações concretas contra práticas comerciais desleais, forma por onde as indústrias nacionais procuram obter proteção contra a concorrência internacional. À medida que os acordos no âmbito da OMC sejam implementados, a expectativa é que tais ações se multipliquem mais, como efeito do aumento

²⁸⁷⁸ LÓPEZ-AYLLÓN, Sergio; e VEGA CÁNOVAS, Gustavo. **Las prácticas desleales de comercio em el proceso de integración comercial en el continente americano**: la experiencia de América Del Norte y Chile. México: UNAM, 2001. 250 p.

da liberação comercial internacional. Tanto em nível mundial quanto regional, preocupam muito as ações baseadas em leis *antidumping*, que se propõem a proteger as indústrias nacionais contra a concorrência estrangeira desleal. Entre 1980 e 1997, os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aplicaram mais de 2000 ações desse tipo, provocando a necessidade de busca de aperfeiçoamento desse específico instrumento, para disciplinar a sua utilização como um mecanismo de proteção comercial, tornando-se um dos temas mais importantes da agenda comercial do mundo. Se há um consenso sobre a necessidade da reforma dos regimes *antidumping*, o mesmo não se pode afirmar quanto ao sentido em que a reforma deve ser feita, havendo muitas propostas alternativas. Cabe, assim, nesse contexto, analisar a experiência do Canadá, Chile, México e Estados Unidos na utilização dos mecanismos de proteção estabelecidos, com o enfoque no sentido de disciplinar e restringir a utilização de leis *antidumping* como um mecanismo protecionista. Diante disso, pode ser vista, por exemplo, a perspectiva dos EUA e do Chile, acerca das práticas desleais nos processo de integração que participaram; a forma como evoluiu as leis contra práticas comerciais desleais no âmbito do NAFTA, com propostas de novos ajustes na administração dessas leis; a reforma das leis *antidumping* nos EUA e no âmbito da OMC; analisar as políticas *antidumping* dentro de um ponto de vista da concorrência; e verificar a experiência do sistema de solução de controvérsias em matéria de práticas desleais no âmbito de alguns tratados de integração comercial.²⁸⁷⁹

Portanto, é preciso estudar em suas várias facetas a livre circulação de mercadorias dentro do Mercosul, abordando o seu processo de integração econômica através de contextualização histórico-evolutiva, e mesmo cotejando com o modelo diferenciado de integração em curso na União Européia, com especial ênfase no estudo das denominadas liberdades do mercado comum, e os desembaraços que permitiram o sucesso da livre circulação de mercadorias na integração européia. O estudo da livre circulação de mercadorias no Mercosul, através das medidas até então já tomadas, apresenta perspectivas de análise sobre o futuro da integração do Cone Sul.²⁸⁸⁰ De fato, o início do século XX é ponto de partida para um intenso fenômeno de integração entre os países. A partir do final da Segunda Guerra Mundial, surgem as organizações internacionais voltadas para promover a cooperação e integração econômica, sendo exemplos a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); a atual União Européia (UE), fruto de três organizações internacionais, a

²⁸⁷⁹ LÓPEZ-AYLLÓN e VEGA CÁNOVAS, Las prácticas...

²⁸⁸⁰ GOBBO, Edenilza. **Mercosul e a livre circulação de mercadorias**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

Organização para a Unidade Africana (OUA); o Conselho de Ajuda Mútua Econômica (CAME ou CAMECOM) que reúne os países do leste europeu; a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI); o Grupo Andino (GA); a Área de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA); o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Em todos eles, a liberalização do comércio foi o mote paulatinamente, através de cumprimento das fases de um processo de integração. É possível verificar, assim, os atos voltados para a supressão de medidas de proteção ocorridas no âmbito da UE, e os aspectos relacionados com a eliminação dos obstáculos às trocas comerciais no âmbito do Mercosul, bem como as regras emitidas pela OMC diretamente aplicáveis dentro de um processo de integração regional econômico internacional.²⁸⁸¹

Em economias que possuem na agricultura uma fonte significativa de riquezas, uma integração regional demanda, com maior ênfase, a necessidade de estudar e analisar, teórica e empiricamente, os efeitos dos ajustes estruturais decorrentes do fenômeno da liberalização comercial e da integração econômica regional – especial caso do Mercosul –, que recaem sobre a agricultura, dentro de um enfoque multidisciplinar, afastando-se da abordagem – limitadora – que apenas coloca em contraposição comparativa as diferentes estruturas produtivas em processos de integração, restringindo-se a esse exercício intelectual para alcançar algumas conclusões estáticas sobre ganhos e perdas dentro do processo para os diferentes atores econômicos. Assim, o Mercosul pode ser trabalhado sob ponto de vista de

²⁸⁸¹ OLIVEIRA, Celso Maran de. **Mercosul: livre circulação de mercadorias: medidas protecionistas a serem levantadas no Mercosul rumo ao mercado comum (processo comparativo com a União Européia)**. Curitiba: Juruá, 2002. 352 p. Sobre o assunto, vide ainda: FARIA, Werter R. **Defesa da concorrência no Mercosul**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas; Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos da Integração, 1992. 72 p. Estudos de Integração, v. 1.; OLIVAR JIMENEZ, Martha Lucia. **A defesa contras as práticas desleais na Europa, um exemplo a seguir?**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas; Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos da Integração, 1992. 100 p. Estudos de Integração, v. 2.; OLIVAR JIMENEZ, Martha Lucia; CALEFFI, Vanessa; e BENJAMIN, Daniela. **O regime comum de origem do Mercosul**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas; Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos da Integração, 1993. 105 p. Estudos de Integração, v. 3.; LINDNER, Eduardo. **ZPEs brasileiras: a necessidade de mudança no contexto do Mercosul**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas; Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos da Integração, 1993. 68 p. Estudos de Integração, v. 4.; FARIA, Werter R. **Disciplina da concorrência e controle das concentrações de empresas no Mercosul**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas; Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos da Integração, 1993. 105 p. Estudos de Integração, v. 5.; BRONZATTO, Carlos Alberto; e BARBOZA, Márcia Noll. **Os efeitos do artigo 98 do código tributário nacional e o processo de integração do Mercosul**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas; Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos da Integração, 1994. 102 p. Estudos de Integração, v. 6.; OLIVAR JIMENEZ, Martha Lucia. **O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente sua necessidade num Mercado Comum**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas; Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos da Integração, 1994. 55 p. Estudos de Integração, v. 7.; FARIA, Werter R. **Harmonização legislativa no Mercosul**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas; Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos da Integração, 1995. 76 p. Estudos de Integração, v. 8.

suas possibilidades de desenvolvimento econômico, político e social regional, a partir de uma interpretação do setor agroalimentar, conforme as estratégias dos atores sociais envolvidos e que são determinadas por esses processos de liberalização e integração econômica, procurando explicar os pontos de conflito e convergência que condicionam a harmonização das políticas públicas nacionais no setor.²⁸⁸²

Desta forma, ao se fazer um apanhado geral da evolução do comércio mundial após a Segunda Guerra Mundial, ressalta-se o crescimento das trocas comerciais internacionais e a liberalização comercial até a década de 1970, para, em seguida, verificar-se a emergência do protecionismo dos países industrializados a partir de então, especialmente sobre a agricultura. De fato, verifica-se que a crise agrícola, da década de 1980, está vinculada a essa ação de manutenção e agravamento do protecionismo agrícola nos países industrializados, emergindo assim o papel do antigo GATT – atual OMC – para a facilitação do comércio mundial, podendo ser analisado, também, algumas tendências do comércio mundial, especialmente a relação multilateralismo e regionalização, bem como os fluxos comerciais intra e extra-bloco dos países componentes do Mercosul a partir da década de 1980.²⁸⁸³

É possível ser feito, também, uma apresentação das características do desenvolvimento agroindustrial da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, a partir de meados da década de 1970, destacando as conseqüências dinâmicas da inserção da agroindústria brasileira dentro desse processo de estrutura produtiva diversificada, para, então, ser efetuada a análise econômica de alguns dos principais setores agroalimentares do Brasil – por exemplo, quatro cadeias agroindustriais (soja, carne bovina, trigo e lácteos) e dois produtos hortícolas (maçã e alho) – com o objetivo de avaliar os efeitos do Mercosul em suas condições de competitividade no mercado internacional e na ampliação da participação da produção agroindustrial do Brasil e dos demais países da região no abastecimento de seus próprios mercados.²⁸⁸⁴

Por fim, é possível analisa a construção dos atores do Mercosul, quais sejam, o Estado, a iniciativa privada e o terceiro setor, em seus processos de reconhecimento e legitimação nos campos político, da mídia e acadêmico; diante disso, enquanto processo social, verifica-se que o Mercosul passa a apresentar-se com mudanças do papel do Estado, ou seja, de ator principal passa a ser um coadjuvante, sendo que consolida-se a posição da iniciativa privada através da ideologia do mercado; ao terceiro setor, especialmente os pequenos produtores, verifica-se ser

²⁸⁸² DELGADO, Nelson; LAVINAS, Lena; MALUF, Renato; ROMANO, Jorge. **Estratégias agroindustriais e grupos sociais rurais: o caso do Mercosul.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996. 186 p.

²⁸⁸³ DELGADO, LAVINAS, MALUF e ROMANO, Estratégias agroindustriais...

²⁸⁸⁴ DELGADO, LAVINAS, MALUF e ROMANO, Estratégias agroindustriais...

destinado um papel secundário. Através de trabalho de campo junto a dois municípios paranaenses – Palotina e Medianeira – é possível apresentar os resultados das primeiras manifestações de reestruturação produtiva, após o advento do Mercosul, sobre as realidades locais agrícola e pecuária. Os dois municípios do extremo-oeste paranaense, caracterizam-se por possuírem uma prática econômica agrícola voltada para a produção de grãos, com predominância de unidades familiares modernas, tecnificadas e integradas. Através de questionamentos e entrevistas, constatou-se a emergência de estratégias diferenciadas por parte dos produtores agrícolas locais, cooperativas e institutos de pesquisa, para enfrentar os novos padrões de produtividade que parecem ser exigidos pelo processo de integração e liberalização econômica. Assim, liderado pelo setor privado, especialmente pelas cooperativas, verifica-se uma tendência à diversificação produtiva. Diante disso, torna-se possível indicar algumas tendências e perspectivas no campo da agroalimentação, destacando o aspecto da “segurança alimentar” envolvida no processo, e de importância vital para a população dos países-partes do Mercosul.²⁸⁸⁵

Afinal, como fazer uma integração econômica regional de caráter duradouro, aprofundando-a cada vez mais? A União Européia seria o exemplo mais acabado de um processo de integração que caminha nesse sentido já há 55 anos, servindo como paradigma – explicitamente comparativo ou meramente referencial – para reflexão dos demais processos em curso no Planeta. Do ponto de vista jurídico uma das maiores críticas e reflexões que recaem sobre o Mercosul, é o fato dele não ter adotado – e se recusar a fazê-lo – a supranacionalidade e o respectivo Tribunal supranacional para vigorar dentro do processo de integração do Com Sul.

O fenômeno supranacional emergiu no nascimento da União Européia, e é cabível e necessário analisá-lo dentro de um ponto de vista político-jurídico. A supranacionalidade pode ser, desta forma, abordada sob tripla visão, quais sejam, a transferência de soberania, o poder normativo e a dimensão teleológica da integração. Ela emerge historicamente da evolução secular da integração européia, e o aprofundamento do processo conforme diferentes tratados internacionais estabelecido; sua conceituação não pode ficar dissociado das relações políticas e econômicas em torno do conceito, e as suas fontes dentro do direito comunitário, por isso, ele necessita ser analisado em seus complexos fundamentos, quais sejam, sob viés da

²⁸⁸⁵ DELGADO, LAVINAS, MALUF e ROMANO, Estratégias agroindustriais...

transferência de soberania, poder normativo e dimensão teleológica da integração.²⁸⁸⁶

No âmbito do Mercosul, trata-se, então, de reavaliar as perspectivas do projeto jurídico-político de integração econômica do Mercosul, sob a perspectiva de uma natureza supranacional e a correlata necessidade de ser instituído um Tribunal de Justiça, em sua fase final de constituição do mercado comum. Assim, o projeto de consolidação do processo de integração do Cone Sul, passa pela reconsideração – que não deixa de ser um aprofundamento – de seu projeto político, no sentido de estabelecer competências supranacionais em seu bojo, com o criação de uma corte de justiça comunitária, conforme se verifica com a Corte de Justiça das Comunidades Européias e o Tribunal do Grupo Andino, respeitado o contexto próprio da realidade política, econômico, social e cultural da América Latina. Avaliando o contexto de integração latino-americano, especialmente a ALALC, ALADI e o Grupo Andino, onde a integração é trabalhada como uma opção político-estratégica para o desenvolvimento sócio-econômico dos Estados-membros, é possível estudar a União Européia como modelo teórico próprio para a integração no continente americano, especialmente seu arcabouço jurídico-político, ressaltando o papel da Corte de Justiça das Comunidades Européias, cujo similar na região é o Tribunal do Grupo Andino. Da forma como se encontra, o Mercosul é uma organização internacional e intergovernamental, segundo moldes tradicionais concebidos, e com o problema da formação, integração e aplicação dessa ordem jurídica, bem como com o problema da necessária harmonização legislativa no âmbito do direito de cooperação que o norteia. As limitações jurídicas e políticas existentes dentro do Sistema de Solução de Controvérsias, implantado em seu bojo, reforçariam a necessidade futura da efetivação da supranacionalidade e do correlato Tribunal de Justiça Supranacional, para dirimir as controvérsias emergentes do processo.²⁸⁸⁷

É possível defender a necessidade de instituir a supranacionalidade no âmbito do Mercosul, como elemento novo e necessário para fazer evoluir o processo de integração regional, fundamentando juridico-constitucionalmente tal entendimento, pois na fase de união aduaneira que se encontra o processo, a instituição correlata de um Tribunal de Justiça Supranacional seria viável. O Mercosul, como bloco econômico, se insere dentro do processo de globalização, como resistência aos efeitos negativos que este último fenômeno traz, e que os Estados-nação, isoladamente, não conseguem superar. Cotejando o fenômeno

²⁸⁸⁶ STELZER, Joana. **Integração européia**: dimensão supranacional. 1998. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

²⁸⁸⁷ KLAES, Marianna Izabel Medeiros. **Supranacionalidade**: paradigma necessário ao Mercosul. 1999. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

integracionista equivalente europeu, é possível identificar os fundamentos da integração europeia e do Cone Sul, estabelecendo conceituações necessárias para dar suporte à tese defendida, analisando as reais possibilidades de adoção do princípio de supranacionalidade no Mercosul.²⁸⁸⁸

Mas é evidente que a supranacionalidade traz efeitos jurídicos e políticos que precisam ser avaliados por cada um dos Estados-partes de um processo de integração, respondendo ao instituto, cada nação, conforme sua história e cultura. Assim, do ponto de vista brasileiro, é possível verificar a posição da doutrina brasileira, o governo brasileiro com seus diferentes ocupantes, a Constituição Federal do Brasil e os tratados-marcos do Mercosul sobre a temática da supranacionalidade. A supranacionalidade, em cotejo com o conceito de intergovernabilidade, implica em reconhecer que uma nova noção de soberania emerge, diversa daquela absoluta e indivisível; decorre daí, para aqueles que defendem a supranacionalidade dentro do processo de integração do Mercosul, a necessidade de instalar-se um Tribunal de Justiça de caráter supranacional, mas ao analisar as diferentes posições de governo, de diferentes governantes brasileiros, denota-se que a posição dominante é em prol da intergovernabilidade no Mercosul, sendo que a Constituição federal brasileira possui dispositivos específicos que impedem a função jurisdicional supranacional no âmbito da participação brasileira no Mercosul.²⁸⁸⁹

Assim, a defesa da necessidade de ser instituído um Tribunal de Justiça Supranacional no âmbito do Mercosul, como órgão jurisdicional permanente, conforme previsto no Protocolo de Brasília e no Protocolo de Outro Preto, teria seu fundamento histórico no próprio Cone Sul e na integração da América Latina, e a inserção do Mercosul dentro dessa trajetória histórica e integrativa. Analisando o Tribunal de Justiça da Comunidade Européia, tomado como paradigma de órgão jurisdicional em blocos econômicos regionais com objetivos comunitários, em especial sua organização e funcionamento, é possível efetuar um comparativo entre o Tribunal europeu e o Tribunal Arbitral sul-americano previsto no Mercosul, para apontar semelhanças e diferenças entre a estrutura e funcionamento de um e outro, e, então, sustentar a necessidade da criação de um Tribunal semelhante ao europeu no âmbito do Mercosul, apontando as limitações atualmente existentes no sistema sul-americano, bem como analisando as barreiras jurídicas, atualmente existentes no Mercosul, para a implementação de tal modelo diferenciado de solução de controvérsias, mas conforme a

²⁸⁸⁸ KERBER, Gilberto. **Mercosul e a supranacionalidade**. São Paulo: LTr, 2001. 160 p.

²⁸⁸⁹ LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **Supranacionalidade no Mercosul**: a doutrina, os governos, a Constituição federal e os tratados de integração. Curitiba: Juruá, 2001. 126 p.

realidade cultural, social, política e econômica da América Latina.²⁸⁹⁰

De qualquer forma, a ausência da supranacionalidade, ou mesmo de um Tribunal com tal competência, não implica que o Mercosul e os demais processos em curso no Planeta fiquem praticamente paralisados por essa falta. De fato, as demandas emergentes dentro do processo de integração são muitas e dinâmicas, como a que se verifica dentro da área administrativo-judiciária.

Assim, o fenômeno internacional está cada vez mais presente nos contratos privados, devido ao crescimento do comércio mundial e à internacionalização das economias. O contrato internacional contém o elemento estrangeiro, que o vincula a mais de um sistema jurídico nacional, provocando, em caso de conflito e diferenças quanto ao seu cumprimento e interpretação, a questão de se determinar a legítima jurisdição competente ou a competência intencional, apta para analisar e interpretar com caráter definitivo o teor do ajuste. No âmbito do Mercosul, o Protocolo de Buenos Aires estabelece um sistema unificado de normas sobre qual jurisdição nacional seria competente para analisar conflitos de interesses, aplicáveis às controvérsias civis e comerciais. Assim, torna-se imprescindível analisar a amplitude dessas regras jurídicas processuais do Mercosul, a fim de se verificar a sua aplicabilidade prática no cotidiano do operador jurídico.²⁸⁹¹

Dentro do problema da intensificação das relações jurídicas entre os cidadãos de Estados diferentes, está o de que o juiz é cada vez mais obrigado a invocar o direito internacional para aplicá-lo numa lide sob sua responsabilidade jurisdicional local nacional. Assim, num processo de integração econômica regional internacional, tal questão se soma à necessidade de se estabelecer entendimentos jurídicos uniformes no espaço comercial comum, enfim, dentro um marco jurídico comum internacional ou comunitário, sob o risco de se produzir diferentes interpretações, produzindo efeitos os mais diversos para protagonistas que atuam sob o ponto de vista de regras comuns, não importa o país onde se localizem as transações jurídico-econômicas. Dentro dessa linha, torna-se importante conhecer analisar e estudar, dentro de um processo de integração, o procedimento processual internacional de reenvio prejudicial, mecanismo de cooperação jurisdicional – internacional – dentro da União

²⁸⁹⁰ PIRES, Kátia Vanessa. **Tribunal de Justiça supranacional**: uma necessidade do Mercosul. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Ainda sobre o assunto, vide: LOCATELI, Cláudia Cinara. **Mercosul**: tribunal arbitral ou tribunal permanente?. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

²⁸⁹¹ MOTA, Tânia. **Jurisdição internacional em matéria contratual civil e comercial no Mercado Comum do Sul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

Européia, onde um juiz nacional, com dúvidas acerca do alcance de uma norma comunitária, suspende a lide que tramita em sua jurisdição e o reenvia para o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, com as questões prejudiciais elaboradas pelo próprio juiz, e que são respondidas pelo Tribunal e remetidas, em seguida, para o juiz de origem, a fim de que aplique a norma, conforme interpretada pelo Tribunal, ao caso concreto em questão. Cotejando a experiência européia na matéria processual internacional, verifica-se a possibilidade de sua aplicação dentro do Mercosul, a fim de consolidar sua ordem jurídica. Para tanto, é analisado o modelo do reenvio prejudicial na Europa, bem como o funcionamento técnico-jurídico procedimental e processual do instituto, verificando, também, a cooperação jurisdicional como garantidora da integração econômica regional internacional, e os aspectos de alguns fatores que seriam pertinentes à aplicação do instituto no âmbito do Mercosul.²⁸⁹²

Já instituída e presente entre os associados da integração do Cone Sul, está o procedimento da carta rogatória no Mercosul, que permite, ao mesmo tempo, discutir a constitucionalidade do Protocolo sobre Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa – Protocolo de Las Leñas –, diante da Constituição brasileira. Para tanto, é possível ser feita a abordagem da relação entre direito internacional e direito constitucional, em especial a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal brasileiro, sobre os conflitos entre normas de direito interno e direito internacional, para, em seguida, ser analisada a questão da cooperação interjurisdicional, analisando as cartas rogatórias em tratados internacionais e na legislação interna brasileira; por fim, é possível ser analisado o procedimento de homologação de sentença estrangeira e laudos arbitrais no Brasil, através de carta rogatória, para, então, atacar o problema da constitucionalidade do Protocolo de Las Leñas, com a análise de decisão do STF brasileiro, sobre a matéria de homologação de sentença estrangeira por via de carta rogatória.²⁸⁹³

No plano criminal, emerge o problema sobre aspectos diversos do sistema judicial penal de cada país membro do Mercosul, com enfoque especial sobre o tema da proteção dos direitos humanos,²⁸⁹⁴ mas também sobre a investigação criminal nos Estados-partes do Mercosul, indagando sobre as possibilidades, bem como os meios, do estabelecimento de uma cooperação mais eficiente entre os órgãos de segurança pública pertinentes, voltados para

²⁸⁹² SALDANHA, Jânia Maria Lopes. **Cooperação jurisdicional**: reenvio prejudicial: um mecanismo de direito processual a serviço do direito comunitário: perspectiva para sua adoção no Mercosul. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. 144 p.

²⁸⁹³ MELO, Danyelle Bandeira de. **Carta rogatória no Mercosul**. Teresina: Ed. da UFPI, 2001. 200 p.

²⁸⁹⁴ TORRES KIRMSER, José Raúl. **Hacia una reforma del procedimiento penal**: regulación del derecho penal internacional y protección de los derechos del hombre: el Mercosur y la cooperación en materia penal. 2. ed. Asunción: Litocolor, 1996. 312 p. Anais do Seminario Internacional de Asunción en el ambito del Mercosur.

combater uma criminalidade que, ao aproveitar-se das fronteiras territoriais, dificulta a ação da justiça. Por isso, é possível analisar os contornos da polícia, em especial seu histórico e o enquadramento dos atos de origem, a especialização da repressão e os propósitos e características da investigação criminal, bem como abordar a cooperação policial internacional, seus níveis, formas e exemplos em funcionamento no mundo, enfatizando as propostas referentes à área do Mercosul. Ao comparar as legislações processuais penais dos Estados-partes, privilegia-se o estudo de uma dimensão específica da investigação criminal.²⁸⁹⁵

No plano civil, há a necessidade do estudo e análise do transporte internacional multimodal à luz do Acordo Parcial de Facilitação do Transporte Multimodal de Mercadorias entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, firmado em 30 de dezembro de 1994. Conforme definições estabelecidas por convenções internacionais sobre a matéria, especialmente no que tange a responsabilidade civil de tais tipos de transporte – que recai sobre a figura do operador de transporte multimodal, como o responsável pela mercadoria do momento em que a toma sob sua custódia até o da entrega definitiva dela ao destinatário –, verifica-se que a responsabilidade civil de tais tipos de transporte não possui normas uniformes, mesmo com o referido acordo internacional específico sobre a matéria, firmado entre o Estados-partes, ficando as partes sem a proteção jurídica, especialmente no que tange os valores e limites pela carga transportada. Assim, torna-se necessário definir-se o que consiste o transporte multimodal de mercadorias, o contrato internacional que o acompanha ou está vinculado a ele, e analisar-se a questão da responsabilidade civil em tais tipos de contratos.²⁸⁹⁶

Outra temática relevante é sobre a harmonização legislativa no Mercosul, referente aos procedimentos legais referentes à adoção internacional, conforme pratica por cada Estado-membro. Assim, partindo de uma investigação de alguns aspectos mais gerais referentes à adoção internacional, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, é possível estudar documentos internacionais e doutrinas que abordam a proteção integral à criança e ao adolescente. Cotejando as Constituições de cada Estado-parte e o ordenamento jurídico interno infra-constitucional, constata-se o regime jurídico e os procedimento adotados por cada Estado sobre a matéria, cada qual com suas peculiaridades, diferenças e semelhanças.

²⁸⁹⁵ SOUZA, João Batista Eglor de. **A investigação criminal e a perspectiva de cooperação policial nos Estados-partes do Mercosul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

²⁸⁹⁶ NAKAMURA, Dione Miki. **A responsabilidade civil no contrato de transporte internacional multimodal de mercadorias no Mercosul à luz do Acordo Parcial para a Facilitação do Transporte Multimodal de Mercadorias de 1994**. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

Finalmente, é possível fazer uma abordagem das perspectivas para uma harmonização dos procedimentos legais da adoção internacional no âmbito do Mercosul.²⁸⁹⁷

Ainda na mesma linha de ordem jurisdicional civil, há o dano moral pela violação ao direito à privacidade no âmbito dos países membros do Mercosul, que pode ser analisado sob ponto de vista do desenvolvimento das relações internacionais e a evolução dos direitos humanos no plano internacional. Desta forma, é possível estabelecer inter-relações de aspectos doutrinários, integração e direitos humanos, para analisar as legislações nacionais sobre a proteção à privacidade e a indenização civil por dano moral em cada um dos Estados-membros, para, ao final, focar a harmonização das legislações sobre direito à privacidade e indenização por dano moral no Mercosul.²⁸⁹⁸ Também de importância é a questão sobre o direito notarial no âmbito dos Estados-partes do Mercosul, especialmente no que se refere à importância da circulação de documentos notariais, dentre eles, a escritura pública de compra e venda. Para tanto, É abordado o fenômeno da integração, focando o Mercosul, para, cotejar a legislação notarial da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, apontando convergências e divergências, com vista a uma futura harmonização legislativa nessa temática.²⁸⁹⁹

No plano político-constitucional, além da liberdade individual,²⁹⁰⁰ entre outros há a necessidade de investigar o instituto da nacionalidade no âmbito do Mercosul, frente às disposições previstas no Direito Internacional, identificando a regulação constitucional da nacionalidade de cada Estados-membros do bloco de integração econômica regional. Através de noções teórico-estruturais básicas, focando um conceito mais atual do instituto, verifica-se os modos de atribuição, aquisição e perda da nacionalidade, colocando a importância da nacionalidade dentro da evolução do processo de integração em curso. Para isso, são colocados sob contexto o Direito Internacional Privado e o Direito Internacional Público, delimitando-se o campo de trabalho sobre a nacionalidade do ponto de vista jurídico interno e externo, com a preocupação de precisar as definições dos conceitos correlatos ao instituto da nacionalidade, como cidadania, naturalização, nação e princípio da nacionalidade, bem como

²⁸⁹⁷ GATELLI, João Delciomar. **Os procedimentos legais da adoção internacional utilizados pelos países do Mercosul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

²⁸⁹⁸ MACHADO, Jânio de Souza. **O dano moral pela violação ao direito a privacidade: Mercosul e os direitos humanos**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

²⁸⁹⁹ MILANI, Maria Isabel Licks. **Os atos de lavratura de escrituras públicas de compra e venda nos Estados-partes do Mercosul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

²⁹⁰⁰ CORRÊA, Plínio de Oliveira. **Liberdade individual nos países do Mercosul**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995. 224 p. Obra onde se avalia a liberdade individual conforme a legislação positiva da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

o próprio conceito de nacionalidade, para, então, refletir sobre os critérios fixadores da nacionalidade originária e os problemas do conflito ou acumulação da nacionalidade de tipo positivo – polipatria – e negativo – apatridia. Assim, torna-se possível realizar um estudo da situação atual do princípio da nacionalidade na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, especificamente os tratamentos que têm recebido os institutos da nacionalidade, naturalização e os princípios do *jus soli* e do *jus sanguinis* nas Constituições e leis ordinárias dos referidos Estados, apontando-se as similaridades e diferenças presentes em cada ordenamento jurídico. Por fim, ao analisar a União Européia – e sua nacionalidade comunitária –, procura-se subsídios para alcançar uma aproximação das legislações nacionais dos Estados-partes do Mercosul.²⁹⁰¹

Também dentro de um plano político-constitucional genérico, há o grave problema da representação democrática dentro dos processos de integração, especialmente o Mercosul. Assim, é possível estabelecer um estudo que procure revelar, à luz do processo histórico da democracia ocidental, a importância de ser adotado o regime de representação democrática política no contexto jurídico-institucional do processo de integração econômica regional do Mercosul, almejando viabilizar os imperativos de satisfação social, ao colocar os cidadãos em contato mais próximo com as questões e temáticas internacional-regionais. Ao analisar-se a manifestação de tal fenômeno dentro do processo desenvolvido na Europa – União Européia –, em especial as implicações políticas e sociais decorrentes do exercício da representação política democrática praticada através do Parlamento Europeu, extrai-se elementos paradigmáticos para cotejar e ponderar o processo europeu com a conjuntura orgânico-institucional do Mercosul. Daí, pode ser verificada a conveniência e possibilidade de inserir, dentro do processo de integração sul-americano, um modelo de representação política democrática nos moldes praticados pelos europeus, estudo que irá revelar as dificuldades e perspectivas de uma implementação de tal tipo dentro do quadro organizacional-institucional do Mercado Comum do Sul, verificando as reais possibilidades do surgimento de uma representação democrática no âmbito do processo de integração do Cone Sul.²⁹⁰²

No plano do direito internacional, há a necessidade, também, de esclarecer o princípio geral da boa-fé, de um ponto de vista objetivo, dentro do direito internacional, bem como sua aplicação no âmbito do Mercosul – especialmente na resolução dos conflitos emergentes no

²⁹⁰¹ DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **O Mercosul e a nacionalidade**: estudo à luz do direito internacional. Rio de Janeiro: Forense, 2001. 212 p.

²⁹⁰² CARABACA, Marlon. **A implementação da representação democrática no processo de integração econômica regional do Mercosul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

processo de integração. Analisando e esclarecendo o seu conceito, a sua função e diferentes formas como esse princípio se manifesta no direito internacional, é possível constatar que esse princípio, apesar de ser negligenciado pelas obras teóricas do direito internacional, é fonte autônoma de direito internacional – princípio de natureza costumeira e presente em inúmeros tratados internacionais –, dentro de um ponto de vista objetivo, enfim, um conceito aberto cuja aplicação é definida pelo juiz ou intérprete em cada caso concreto. Resgatando o estudo das fontes jurídicas internacionais primárias, e recapitulando os autores clássicos da literatura jurídica internacional, é possível, também, analisar o direito internacional e suas formas de expressão, com ênfase no seu aspecto convencional – teoria dos tratados internacionais – e extraconvencionais – especialmente os princípios gerais do direito, com seus fundamentos filosóficos. O princípio da boa-fé, enquanto elemento do ordenamento jurídico internacional, é estudado distinguindo-se seu aspecto objetivo do subjetivo, a sua função criadora de deveres secundários e como limitador ao exercício de posições jurídicas, bom como método de aplicação e integração das normas. Finalmente, é possível verificar a extensão, amplitude e função do referido conteúdo principiológico dentro do Mercosul, através da análise de laudo arbitral e normativas derivadas dentro desse processo de integração regional, tendo o princípio de boa-fé objetivo como princípio geral do direito, modelo de conduta e padrão ético de conduta leal e confiança.²⁹⁰³

Do ponto de vista social, especialmente no que se refere aos direitos do trabalho e cláusulas sociais que garantam mínimas condições de dignidade para os trabalhadores dos Estados-partes da integração, surge a necessidade de focalizar a dimensão social do Mercosul, ou a extensão social-laboral da integração regional, para responder à indagação de como seria possível desenvolver o processo de reconhecimento, ainda incompleto, dessa referida dimensão. Assim, tal consideração e relevo iniciam-se através do procedimento da harmonização de legislações, já previsto nos Tratados constitutivos do bloco econômico, evitando, assim, o risco de que a concorrência entre os agentes econômicos dos países-partes acabe se fundando nos custos laborais, gerando situações de dumping social, bem como reconhecendo que o Tratado de Assunção deixou de fora as diretrizes sociais, fixando-se mais

²⁹⁰³ LOREZONI, Roger de Lima. **O princípio geral da boa-fé em seu prisma objetivo no direito internacional e sua perspectiva de aplicação no mercado comum do sul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

em temas econômico-comerciais.²⁹⁰⁴

Também é necessário analisar a dimensão social do processo de integração do Mercosul, tendo em vista a implantação da cláusula social – conjunto de normas jurídicas, no caso, de caráter internacional, que assegurem a proteção ao trabalhador dos países membros do bloco de integração econômica –, a fim de garantir direitos com a futura livre circulação de trabalhadores dentro do processo de integração. É necessário, assim, explicitar o conteúdo da cláusula social e a necessidade de sua implementação dentro do Mercosul. As cláusulas sociais estabelecem um padrão mínimo de proteção ao trabalhador que devem ser observados em todos os contratos de trabalho, podendo ser utilizada, do ponto de vista do comércio internacional, de forma negativa – proibindo a importação de produtos oriundos de países que não respeitam tais cláusulas – ou positiva – quando prevê condições mais favoráveis de acesso ao mercado internacional dos países cumpridores de cláusulas sociais. Ao se analisar a legislação internacional e cotejar as diversas formas que a referida cláusula é fixada em diferentes processos de integração, é possível estabelecer parâmetros principiológicos de direitos fundamentais do trabalho para sua implantação, bem como verificar as possibilidades, alternativas e prováveis efeitos dentro do Mercosul. Para tanto, torna-se importante explicitar (I) os modelos de integração regional e a natureza e justificativa das cláusulas sociais, enquanto condições mínimas de trabalho assegurado aos trabalhadores, especialmente tomando por base a experiência da OIT; (II) a existência e funcionamento da cláusula social no contexto de alguns processos de integração regional ou multilateral, estabelecendo um paralelo com o Mercosul enquanto bloco econômico regional de integração internacional; por fim, (III) levantar as assimetrias sociais existentes dentro dos membros da integração no Cone Sul, a partir do cotejamento das respectivas normas de direito individuais, apresentando elementos críticos para a implementação da cláusula social no bloco.²⁹⁰⁵

Ainda nessa mesma linha de direitos sociais, é também importante analisar o instituto das Convenções Coletivas de Trabalho em cada Estado-parte do Mercosul, e a possibilidade de ser estabelecida uma regulação mínima – harmonização – sobre a temática, para os trabalhadores do bloco econômico do Cone Sul. As Convenções Coletivas de Trabalho são fontes produtoras de normas aplicáveis às relações de trabalho, no caso, agora de caráter internacional, uma vez que são voltadas para garantir direitos para trabalhadores da

²⁹⁰⁴ PAZ, Vânia Beatriz Rey. **O processo de reconhecimento da dimensão social no âmbito do Mercosul**. 2003. Tese (Doutorado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

²⁹⁰⁵ ROCHA, Dalton Caldeira. **A cláusula social e o Mercosul**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Emerge a questão de saber se tais documentos jurídico-trabalhistas, conforme presente em cada Estado-parte, garantem direitos trabalhistas a trabalhadores. Desta forma, analisando as cartas constitucionais dos Estados-partes do Mercosul, bem como a respectiva doutrina e legislação ordinária, é possível verificar a sua aplicação nas relações trabalhistas no âmbito do bloco, para mensurar até onde estariam garantidos os direitos trabalhistas para os trabalhadores inseridos dentro do processo de integração do Cone Sul.²⁹⁰⁶

Também é fundamental analisar a possibilidade de trabalho cooperativado no Mercosul, investigando o alcance e abrangência da integração regional, em comparação com a previsão de trabalho cooperativado dentro do ordenamento jurídico de cada Estado-parte do processo integrativo, considerando o impacto dessa modalidade de trabalho sobre a realidade laboral dos povos envolvidos na integração. Tal forma de organização trabalhista tem sido vista como meio de superação de conjunturas – ou contextos – econômicas recessivas. Assim, a organização cooperativa pode ser tratada como um importante mecanismo de combate ao desemprego, e o seu estudo, nesse contexto, enfocaria o alcance do arcabouço jurídico do Mercosul como potencializador dessa forma de organização dos trabalhadores. Enfocando o trabalho cooperativado no âmbito internacional da OIT, é possível investigar as normas nacionais internas da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, sobre a matéria específica, com ênfase sobre as perspectivas de harmonização legislativa dela entre os Estados-partes.²⁹⁰⁷

Na mesma linha, é igualmente fundamental investigar as regras que regulamentam a jornada de trabalho e os repouso remunerados na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, conforme adotados nos contratos de emprego urbano privados em cada um desses países, abordando, também, as regras de flexibilização das mesmas, em curso em cada ordenamento jurídico. Cotejando as leis internas específicas de cada país, as convenções e recomendações da OIT, e as regras acordadas no âmbito do Mercosul, é possível constatar as diferenças e semelhanças de tratamento que marcam cada ordenamento jurídico. Assim, pode-se verificar a possibilidade da harmonização legislativa das normas trabalhistas, como pressuposto fundamental para a efetiva circulação de trabalhadores dentro do bloco de integração do Cone Sul, garantindo as adequadas condições de trabalho ao empregado nos dois quesitos eleitos como capitais – limite da jornada de trabalho e o repouso remunerado. Dentro do contexto

²⁹⁰⁶ MENDONÇA, João Maria Oliveira. **A convenção coletiva de trabalho na legislação ordinária dos Estados-partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

²⁹⁰⁷ VENDRUSCULO, Tarciso. **O ordenamento jurídico do trabalho cooperativo e sua relação com o Mercosul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

político-econômico mundial de reorganização dos fatores de produção, é também possível efetuar uma análise da flexibilização do trabalho, bem como a possibilidade de ser estabelecido contratos de trabalho obedecendo ditames de negociações coletivas entre as organizações associativas dos países pertencentes ao bloco, ou seja, uma negociação coletiva de âmbito internacional.²⁹⁰⁸

Assim, dentre tantos outros estudos e investigações necessários para compreender melhor o fenômeno sócio-laboral dentro do processo de integração do Mercosul, torna-se necessário elaborar considerações acerca da problemática, as transformações do mundo do trabalho – considerando as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais por que passa a humanidade na última década, em especial o progresso tecnológico e a globalização da economia –, bem como do sindicalismo brasileiro, tendo em vista a liberalização e integração de mercados, seguindo a lógica neoliberal econômica, onde a sociedade civil organizada e as esferas políticas, parecem não conseguir incorporar um projeto alternativo a essa política econômica social fundada estritamente na lógica do mercado.²⁹⁰⁹

Por fim, dentro dessa problemática social, outras de caráter diferente emergem, como a questão do atendimento à saúde dentro do bloco de integração regional. A visão econômica preponderante de tais processos de integração, necessariamente terá de passar por uma reavaliação ou rediscussão para integrar nele a visão da integração jurídico-social, destacando-se a saúde pública das populações envolvidas. É de se observar que o tema já é objeto de moderna legislação expedida pelos órgãos competentes do Mercosul, uma vez que os governos dos países envolvidos já se vêem compelidos a solucionar problemas quanto ao adequado tratamento e encaminhamento de doenças e problemas que afetam a saúde pública, especialmente aqueles vinculados à comercialização de produtos de origem agropecuária. É importante, assim, enforçar os esforços voltados para coibir que seja prejudicada a saúde dos cidadãos envolvidos dentro do processo de integração econômica internacional, como temática de importância para o progresso e consolidação do Mercosul, dentro de um cenário consciente de democracia política e social. Numa investigação de tal tipo, é possível abordar o projeto de Carta Social dentro do Mercosul, as atividades desenvolvidas pelos subgrupos de trabalho, e comparar a experiências da União Européia – com sua Carta Social de 1989 –, com seus respectivos projetos jurídico-sociais referentes à saúde pública, como um paradigma

²⁹⁰⁸ MAZZUTI, Adriana Grotto. **A jornada de trabalho e os repousos remunerados nos contratos de emprego urbanos privados no ordenamento jurídico dos Estados-partes do Mercosul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

²⁹⁰⁹ PEREIRA, Josecleto Costa de Almeida. **O trabalho e o equilíbrio social: Mercosul e sindicalismo**. Porto Alegre: Síntese, 2000. 156 p.

relevante para o Mercosul, enfatizando os direitos sociais – em especial, a saúde pública – como importante, e tema atual para a integração do Mercosul. Ao se levantar o contexto histórico, a realidade e a normatividade da saúde pública no Brasil, bem como alguns elementos sobre a saúde pública dos demais Estados-partes, são apresentadas propostas iniciais para repensar o Mercosul dentro dessa temática, voltadas para unificação ou harmonização das normas de saúde pública entre os seus países-partes.²⁹¹⁰

Questões sobre investimentos e tributação no âmbito do Mercosul, estão interligadas, uma vez que os ganhos e perdas de investidores e empresários, passam pela relação que um e/ou outro – investimentos e tributação –, ao final, estabelecem como retorno dos negócios e investimentos dentro do bloco de integração regional.

Aos se analisar os investimentos diretos estrangeiros (IDE) na Argentina, Brasil e Uruguai – análise criteriosa das características e efeitos de tais capitais –, a fim de verificar se tais ingressos de capitais corresponderiam ao discurso do culto ideológico de suas virtudes, vale dizer, papel benigno, insubstituível e salvador das economias da região, constata-se que tais investimentos não são uma panacéia que supriria condições de desenvolvimento sustentado da região. De fato, em alguns aspectos específicos, o investimento estrangeiro cumpre um papel modernizador, mas combinado com efeitos negativos para a economia da região, como o aumento da importação de insumos e componentes estrangeiros, fechamento de fábricas, queda do emprego, e com reflexos negativos na balança de pagamentos. Mais de que promover a atividade exportadora da região, os IDE tem focado apenas o mercado da região, não alavancando qualitativamente o desenvolvimento da indústria manufatureira do bloco econômico. Pelo fato de tais investimentos também centrarem-se em atividade de fusões e aquisições, eles não criam nova capacidade produtiva, provocando a desnacionalização em quase todos os setores da indústria e dos serviços, bem como aumentando o índice de concentração dos mercados, ao mesmo tempo em que impede o desenvolvimento das empresas nacionais em vários aspectos, não criando complementaridade com as referidas empresas de capital nacional. Desmistifica-se, assim, a concepção do IDE como o remédio que curará os problemas de desenvolvimento econômico da região, voltado para um crescimento sustentado. Portanto, trata-se de uma modernização precária, pois os IDE não são acompanhados de uma estratégia de desenvolvimento industrial e de comércio exterior que acabe combinando as potencialidades das empresas estrangeiras com as empresas

²⁹¹⁰ LUIZ, Denise de Souza. **Integração jurídico-social do Mercosul**: a necessidade do estudo da “saúde pública” como um dos segmentos dos direitos sociais. Curitiba: Juruá, 2002. 214 p.

nacionais, bem como agregando novos instrumentos e novas políticas horizontais necessárias para uma política industrial que promova o desenvolvimento industrial da região. Sem um elevado grau de coordenação entre autoridades, agências e instâncias governamentais, bem como uma estreita coordenação com o setor privado, não se promove uma política de competitividade conforme requerido para o contexto econômico mundial atual. Dentro do Mercosul, verifica-se que o Estado está fragmentado, os governos desarticulados, os instrumentos dispersos e o capital nacional em defensiva.²⁹¹¹

Mas as questões tributárias são as mais sensíveis para os governos dos Estados-partes, uma vez que são fontes de receita para os gastos públicos, e também para investidores, comerciantes, produtores rurais, industriais, entre outros, porque determinam o grau de retorno – lucro – de suas atividades privadas. Assim, por exemplo, um problema que se coloca no âmbito da integração do Cone Sul é a presença do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), presente na Argentina, Paraguai e Uruguai, mas ausente da legislação brasileira, sendo que, em cada um dos países onde ele está presente, se encontra regulado conforme peculiaridades do sistema tributário de cada um dos países referidos. A harmonização legislativa regional implica em por em acordo todos os sistemas tributários – com todas as suas implicações, ou seja, créditos tributários, políticas de alíquotas, isenções, reduções e outros benefícios fiscais etc. –, implicando em reformas difíceis e de grande envergadura.²⁹¹²

Mas muitas outras questões emergem nesse campo, como os que especialistas tributaristas da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia debateram, como sobre o tratamento fiscal do preço de transferência no âmbito do Mercosul – *transfer pricing* –, a tributação da renda de pessoa física e jurídica no Mercosul, e os meios de solução dos conflitos fiscais no âmbito do Mercosul – mediações, arbitragem, tribunal multinacional ou supranacional. Trazendo as experiências de seus países de origem, ou analisando a temática do preço de transferência do ponto de vista regional ou multilateral, a questão dos preços praticados pelas empresas em transações internacionais com partes relacionadas – alguém direta ou indiretamente vinculado no exterior como, por exemplo, matriz, filial, ou subsidiária –, fenômeno que é muito comum em empresa multinacionais onde o preço final de um produto é um somatório de diferentes preços elaborados por divisões fabris espalhadas pelo mundo, é avaliada do ponto de vista da legislação internacional e nacional brasileira, chilena, uruguaia, paraguaia e argentina. Também a tributação de pessoas físicas e jurídicas, é

²⁹¹¹ CHUDNOVSKY, Daniel (org.). **Investimentos externos no Mercosul**. Campinas: Papyrus; Instituto de Economia da Unicamp, 1999. 352 p.

²⁹¹² BALTHAZAR, Ubaldo César (org.). **Reforma tributária & Mercosul: a instituição do IVA no direito tributário brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. 256 p.

analisada considerando particularidades brasileira e boliviana, mas especialmente, frente ao processo de integração regional do Mercosul e a necessidade de harmonização legislativa, sendo cotejado o processo sul-americano sobre a matéria com outras experiências integrativas internacionais. Por fim, o sistema de solução de controvérsias do Mercosul é revisitado, sendo focado, em especial, as formas de solução para os conflitos fiscais em seu âmbito.²⁹¹³

Também é possível analisar a integração das normas tributárias dos Estados-membros do Mercosul como sistema, procura-se sistematizar as normas tributárias existentes em cada um dos Estados, procurando refletir o funcionamento da arrecadação dos tributos no novo contexto regional, especificamente o processo de harmonização das diferentes legislações tributárias. A idéia seria que uma harmonização dos impostos ao consumo, permitiria que bens e serviços procedentes de outros países associados suportassem, no mercado daquele que os importe ou recebe, respectivamente, uma carga igual à imposta aos bens e serviços produzidos localmente, de forma que não afetassem as condições de concorrência em função de sua origem. Para tanto, deve ser analisado o tratado internacional como fonte de direito tributário, o Tratado de Assunção, em especial o artigo 7º, referente a uma disposição tributária e, em seguida, ser focado cada um dos sistemas tributários dos Estados-membros do Mercosul; por fim, deve ser analisado o processo de harmonização das legislações tributárias no bojo da integração do Cone Sul.²⁹¹⁴

Nesse processo de harmonização legislativa tributária, é preciso estudar os princípios constitucionais tributários de cada Estado-membro do Mercosul, e suas implicações dentro do processo de harmonização necessária para avançar o processo de integração do Cone Sul, especificamente procurando focar os óbices que tais princípios impõe dentro de um futuro processo de harmonização legislativa – especialmente pelo lado brasileiro, a necessidade de ser efetuada reformas constitucionais para tal intento –, para, em seguida, dentro de uma linha de avanço e aprofundamento, ser proposto um modelo de legislação comunitária em matéria tributária, para suplantá-la, se assim for a decisão política dos interessados, o modelo volta do para tentativa de harmonização de leis. Para tanto, torna imprescindível ser estabelecido um histórico do desenvolvimento do Mercosul, bem como levantado as tentativas anteriores havidas, no plano internacional, para se efetivar uma integração no âmbito da América Latina, a fim de enfrentar o problema da ineficácia jurídica das normas do Mercosul, confrontando-se a intergovernabilidade e a supranacionalidade, bem com um estudo comparado dos modelos

²⁹¹³ CAMPOS, Dejalma (coord.). **O sistema tributário e o Mercosul**. São Paulo: LTr, 1998. 432 p.

²⁹¹⁴ FERNANDES, Edison Carlos. **Sistema tributário do Mercosul: o processo de harmonização das legislações tributárias**. São Paulo: RT, 1997. 152 p.

de harmonização legislativa do Mercosul e da União Européia. Em seguida, devem ser estudados os princípios, desde um ponto de vista filosófico, até especificamente os da ciência jurídica, especificando aspectos técnicos distintivos em relação a outros conceitos correlatos, bem como – dentro da abordagem do pensamento sistêmico – a evolução do entendimento sobre princípios dentro de um sistema, conforme diferentes escolas de pensamento jurídico. Por fim, é importante estudar a estruturação constitucional dos poderes dentro de cada Estado-membro, especialmente os Tribunais Constitucionais, bem como identificar os principais princípios constitucionais tributários explícitos e implícitos em cada ordenamento, abordando o procedimento de coordenação, harmonização e unificações de legislações diversas, dentro de um processo de integração como o Mercosul, apresentando o contraponto da supranacionalidade para superar as divergências legislativas e analisar as possibilidades de uma harmonização tributária na integração do Cone Sul.²⁹¹⁵

De qualquer forma, é também necessário estudar a tributação específica do imposto sobre a renda da pessoa jurídica no Brasil e Argentina – e dos demais países do Mercosul –, com vista a uma futura harmonização tributária, necessária para fluxo de investimentos, bens e serviços, sem distorções provenientes de diferentes normas tributárias aplicadas sobre as transações, apresentando, assim, uma visão geral dos sistemas tributários do Brasil e da Argentina. Para tanto, devem ser analisados os sistemas tributários do Brasil e da Argentina, o problema da harmonização tributária do imposto de renda de pessoa jurídica nos mercados comuns, trazendo os princípios jurídicos aplicáveis e os seus efeitos econômicos, tendo como exemplo os feitos da União Européia sobre a matéria. Finalmente, é preciso estabelecer um quadro comparativo do imposto sobre a renda de pessoa jurídica no Brasil e na Argentina, abordando diversos aspectos técnicos referentes a matéria.²⁹¹⁶

A União Européia é inevitavelmente um paradigma, e também torna-se necessário estudar a harmonização legislativa tributária no âmbito de processos internacionais de integração, especificamente sobre o imposto de valor agregado, conforme foi feito na União Européia, com sua possível implementação no Mercosul, mas focando os aspectos normativos, sociais e políticos, presente no processo. Para tanto, é necessário realizar um estudo sobre integração, a estrutura do Mercosul e da União Européia, com enfoque no processo de harmonização legislativa no âmbito de uma integração internacional, para,

²⁹¹⁵ PORTO, Ricardo Philippi. **Os princípios tributários e a harmonização fiscal no Mercosul**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

²⁹¹⁶ PRIMO, Avelino Dorini. **Harmonização tributária no Mercosul: imposto sobre a renda de pessoa jurídica no Brasil e Argentina**. 1999. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

finalmente, realizar um estudo sobre o imposto sobre o valor agregado, com vista à harmonização legislativa, tanto da União Européia, quanto do Mercosul.²⁹¹⁷

Dentro de um ponto de vista teórico e empírico em curso no processo de integração do Cone Sul, é possível tomar como ponto de partida a verificação da viabilidade de uma Zona Franca na região da Grande La Plata – próxima a Buenos Aires, Argentina – e a sua compatibilidade com o Mercosul. Procura-se, assim, verificar o grau de compatibilidade entre um espaço territorial dentro de um dos Estados-membros do Mercosul, conferido-lhe o caráter legal de uma Zona Franca, frente à regras e desideratos previstos dentro do Mercosul.²⁹¹⁸

Outra situação concreta teórico e prática, mas de cunho diverso do eminentemente tributário, nesse caso, de ordem logística – com todas as suas implicações legais –, é a proposta de um caminho prático, econômico e possível para integração Brasil-Argentina, inserindo, pelo lado do Brasil, o Estado de Santa Catarina – através do Município de Dionísio Cerqueira –, e pelo lado da Argentina, a Província de Misiones – através do Município de Bernardo de Irigoyen –, no mundo da internacionalização das economias, alçando tais realidades municipais como realidades jurídico-político, de reconhecimento local, regional, nacional e internacional. Revela essa possibilidade, um melhor aproveitamento natural do Porto Seco de Dionísio Cerqueira para efetivar uma integração internacional, como meio de passagem internacional, instrumento de comunhão de economias regionais. Aspectos sócio-econômicos regionais, históricos, bio-geográficos, geográficos, sócio-econômico-política, são analisados para verificar as condições para uso aduaneiro da zona especial. Assim, não se deixa de analisar-se o processo de integração como um processo aberto, sendo a fronteira uma mera realidade física – e política – que não pode servir como obstáculo à integração regional, e a integração não apenas uma política exclusivamente inter-governamental e de interesse restrito econômico, mas um interesse coletivo com implicações político, cultural e histórico.²⁹¹⁹

Evidentemente, nesse movimento voltado para produzir mais comércio entre países associados, milhões de pessoas irão consumir os bens, produtos e serviço que serão favorecidos pela maior liberalização da circulação dos mesmos dentro do bloco, sendo esse

²⁹¹⁷ SALDANHA, Eduardo. **Imposto sobre valor agregado**: o modelo da União Européia e as perspectivas de harmonização legislativa para o Mercosul. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

²⁹¹⁸ Zonas Francas e Mercosur: la zona franca de La Plata. La Plata: Universidad Nacional de la Plata; Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales; Instituto de Integración Latino-Americana, 1998. 200 p.

²⁹¹⁹ BOTTAN, Antonio Carlos. **O porto seco de Dionísio Cerqueira - SC**: um caminho à integração Brasil-Argentina. 1991. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

consumo um pressuposto para o sucesso e continuação – desenvolvimento – da integração. Assim, a partir da reflexão, instigada por inquietude quanto ao futuro do Mercosul, especialmente sua relação como a vida cotidiana dos milhões de pessoas que compõem as sociedades envolvidas no processo, nomeadamente a baixa integração existente nos planos cultural e comunitário, a sua viabilidade não deixa de ser posta em dúvida. A grande parte da sociedade civil não participa dos fóruns governamentais, não podendo expressar o que querem e o que esperam do processo de integração em curso. Justifica-se, assim, o estudo das relações de consumo que se darão dentro desse âmbito, ou sejam relações de consumo de caráter internacional, campo onde o Mercosul terá impacto direto e imediato sobre a sociedade civil, notadamente o tratamento jurídico das relações de consumo de caráter internacional, e a respectiva competência jurisdicional para soluções dos conflitos regionais de consumo, enfim, o direito e proteção do consumidor dentro do Mercosul. Para isso, é verificado o surgimento da proteção do consumidor no contexto do direito privado moderno, bem como no plano do direito comparado – num plano internacional –, voltado para identificar o conceito de consumidor, para, então, analisar a dimensão político-econômica do consumidor dentro do Mercosul. Por fim, cotejando comparativamente os instrumentos jurídicos sobre atemática, de âmbito substancial e processual, positivados dentro cada Estado-membro, pode ser analisado o efetivo acesso à justiça que o consumidor mercosulino possui no atual estágio da integração, enfim, a tutela jurisdicional do consumidor no Mercosul – acesso à justiça de âmbito regional.²⁹²⁰

Entretanto, dentro de um cenário internacional comercial – dos acordos bilaterais, regionais e multilaterais – contendo duas tendências opostas, de um lado, a de liberalização comercial, e de outro lado, a de adoção de políticas protecionistas, verificam-se novos e imaginativos instrumentos voltados para os Estados não violarem seus compromissos internacionais assumidos – adequando-se, assim, à lógica da liberalização comercial –, ao mesmo tempo em que materializam seus intuitos protecionistas. É nesse contexto que a defesa do consumidor, através de seus rígidos padrões de qualidade e segurança do consumidor, emergiria como uma das medidas – haveriam outras, como as regras de proteção à saúde, a segurança e vida das pessoas, animais e vegetais, bem como regras ambientais – voltadas para instaurar uma sutil forma de proteção do mercado nacional do país, apesar das negociações voltadas para reduzir os tradicionais instrumentos de proteção ao mercado. Dentro dessa ordem de idéias, é possível investigar de que forma as medidas legais de proteção ao

²⁹²⁰ RICHTER, Karina. **Consumidor & Mercosul**. Curitiba: Juruá, 2002. 224 p.

consumidor configuram barreira técnica restritiva ao livre comércio mundial, com base em normas da OMC e do Mercosul. De fato, verifica-se que parâmetros são estabelecidos por regras comerciais internacionais, a fim de fundamentarem a adoção de regulamentos e normas técnicas de proteção ao consumidor pelos Estados. As medidas de proteção ao consumidor geram barreiras ao comércio, entretanto, podem ser utilizadas, uma vez demonstrada sua compatibilidade com as regras comerciais internacionais. Para se obter respostas mais claras, é necessário ser feito um estudo sobre o livre comércio, protecionismo e proteção ao consumidor; a proteção ao consumidor e as barreiras técnicas na OMC; e, finalmente, no âmbito do Mercosul, as barreiras técnicas e a proteção ao consumidor dentro do bloco de integração regional.²⁹²¹

Relacionado à temática do consumidor, mas focado para compreender políticos e econômicos sobre a temática, outro trabalho procura ressaltar a importância do turismo no processo de integração do Cone Sul, enfocando a tratamento institucional dispensado à matéria através da criação da Reunião Especializada do Turismo (RET). Para tanto, analisa os antecedentes do Mercosul e o papel da América Latina dentro da Nova Ordem Mundial; procura elaborar uma abordagem do turismo dentro de um ponto de vista científico, estabelecendo uma relação entre o turismo e as relações internacionais; finalmente, efetua uma abordagem institucional do turismo dentro do âmbito do Mercosul, trazendo as políticas nacionais do turismo na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, bem como as primeiras discussões no âmbito da Reunião Especializada do Mercosul sobre a temática.²⁹²²

O campo da educação, que está diretamente relacionado com a formação profissional dos trabalhadores do bloco do Cone Sul, também impõe muitos desafios para o bom andamento do próprio processo, onde instituições públicas e privadas de ensino – em seus diferentes graus, e de todos os Estados-membros –, junto com seus órgãos públicos reguladores e fiscalizadores do sistema nacional de ensino, necessitam viabilizar a harmonização do nível de educação que deve receber sua população, a fim de haver equilíbrio inclusive na procura da mão-de-obra.

O Mercosul impõe desafios para o sistema de ensino dos países envolvidos, mais especificamente, como avaliar os sistemas de ensino praticados em cada país – com vistas a

²⁹²¹ LOCATELLI, Liliana. **A proteção ao consumidor como uma barreira ao livre comércio**: da OMC ao Mercosul. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

²⁹²² BÖER, Márcia Cambraia Belderrain. **Mercosul e turismo**: possibilidades e tendências. 1998. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

uma harmonização de titulações e exercício profissional envolvido –, especialmente com relação às Universidades, a fim de, nesse aspecto, ser cumprido os requisitos da integração. Assim, para melhor refletir sobre a temática, é importante o contributo de especialistas dos países-membros do bloco, abordando a relação entre Estado, sociedade e universidade no processo de integração em curso, trazendo aspectos fundamentais para reflexão sobre experiências de integração no Mercosul. A discussão acaba trazendo as visões de diferentes pesquisadores sobre o sistema universitário de seu país de origem, abordando aspectos primordiais de cada sistema educacional, bem como, também, acaba discutindo as condicionantes e possibilidades de uma integração educacional dentro do Mercosul.²⁹²³

Ao efetuar diferentes análises sobre os sistemas universitários da Argentina, Brasil e Uruguai, é possível apontar as potencialidades das universidades frente ao processo de integração do Mercosul. Desta forma, ao trazer conhecimentos sobre o sistema universitários dos países já nominados, permite-se apontar diferenças e similaridades, indicando que as universidades podem ser um ator partícipe – ativo – da integração em curso. Para tanto, é importante analisar os objetivos e paradigmas que informam as relações entre Estado, sociedade, universidade e o processo de integração, bem como efetuar um diagnóstico dos modelos universitários da Argentina, Brasil e Uruguai nesse sentido.²⁹²⁴

Não bastassem todas as diversas temáticas, cuja exposição acima foi apenas uma breve amostra, o Mercosul está inserido dentro de um mundo também dividido em outros diferentes blocos econômicos de integração regional, e necessita se integrar economicamente com todos eles – mesmo não estando totalmente concluído, como de resto a grande maioria dos demais blocos não está com as suas fases de integração totalmente prontas, acabadas e vencidas, como é o exemplo da União Européia, que agora caminha para a concretização da fase da União Econômica e da União Econômica e Política Total –, a fim de não perder terreno no campo econômico-comercial frente aos mesmos blocos.

Negociações entre blocos estão em andamento, buscando consolidar novos marcos jurídico-econômicos internacionais, sendo um deles a Zona de Livre-Comércio entre Mercosul e União Européia. Emergem, assim, razões teóricas e práticas para estudá-lo, enfim, a necessidade de compreendê-lo, a fim de que se possa inscrevê-lo dentro do movimento atual da sociedade internacional, bem como suas conseqüências se inserem pragmaticamente no

²⁹²³ MOROSINI, Marília Costa (org.). **Universidade no Mercosul**. São Paulo: Cortez, 1994. 310 p.

²⁹²⁴ MOROSINI, Marília; e LEITE, Denise (orgs.). **Universidade e integração no cone sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992. 136 p.

dia-a-dia do cotidiano sócio-econômica das pessoas atingidas – direta ou indiretamente – pelo processo.²⁹²⁵

Assim, uma das negociações em curso é sobre um Acordo de Livre-Comércio entre Mercosul e União Européia que, por sua natureza, abrange uma gama muito grande de assuntos, sendo necessário aos especialistas envolvidos nas negociações, ter uma visão nítida das circunstâncias e conjunturas que transpassam os diferentes temas, a fim de discutirem e serem negociados propostas viáveis que equilibrem restrições, concessões e benefícios dos atores envolvidos nas tratativas. Assim, as restrições internas e externas presentes em cada bloco, bem como os conhecimentos específicos afetos a cada um deles, são tratados especialmente quanto aos condicionamentos jurídicos presentes nas negociações. Também deve ser considerado, entre outros, o problema do alargamento da União Européia e o reflexo disso – impactos e conflitos – dentro de um acordo com o Mercosul; os setores estratégicos de serviços de telecomunicações e serviços técnicos profissionais; e o acesso ao mercado de manufaturados. Assim, tendo em vista o ganhos e perdas previstos com tal acordo, a validade da postura defensiva do Brasil pode ser contestada em alguns aspectos, sendo que no setor de telecomunicações, o esforço de harmonização e/ou reconhecimento pode ser importante para ambos os lados, facilitando o comércio como um todo. Tudo indica que o alargamento da UE é altamente prejudicial para o Mercosul, sendo que a competência da UE para negociar acordos comerciais requer cuidados maiores.²⁹²⁶

Dentro do referido acordo, é possível analisar as relações intercomunitárias entre União Européia e Mercosul, no seu aspecto de cooperação política e comercial, no sentido de verificar as peculiaridades e evolução do Mercosul, e o seu papel nas relações com a América Latina e a União Européia. Muitas são as questões que devem ser analisadas, sobre o regime jurídico do Acordo de Cooperação, firmado entre os dois blocos econômicos em 15 de dezembro de 1995, a fim de esclarecer diversos aspectos técnicos envolvidos no mesmo, e os documentos preparatórios do acordo, emitidos pela União Européia e pelo Mercosul, bem como os documentos conjuntos emitidos pelas partes.²⁹²⁷

O Brasil atualmente negocia três grandes acordos internacionais, quais sejam, junto à OMC, à Alca e ao acordo Mercosul-União Européia, cujas repercussões, uma vez concluídos tais acordos, atingirão o plano político, econômico e social interno. Isso implica em reunir

²⁹²⁵ KINOSHITA, Fernando. **Direito internacional da cooperação**: a zona de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia. Rio de Janeiro: Papel & Virtual, 2001. 342 p.

²⁹²⁶ MARCONINI, Mário; e FLÔRES, Renato (orgs.). **Acordo Mercosul-União Européia**: além da agricultura. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2003. 272 p.

²⁹²⁷ DROMI, Roberto; e MOLINA DEL POZO, Carlos. **Acuerdo Mercosur-Union Europea**. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1996. 306 p.

especialistas acadêmicos, sociedade civil organizada e membros do poder executivo e legislativo para debater aspectos destacados sobre a participação do Brasil na Alca, especialmente sobre a inserção brasileira no mundo, tomando por parâmetro o Mercosul, Alca, UE e OMC; mas também a experiência do Nafta – EUA, Canadá e México –; o acesso a mercados, tarifas, barreiras e regras de origem; a agricultura; os serviços, investimentos e compras governamentais, abrangendo serviços financeiros, telecomunicações, padrões trabalhistas e ambientais; a defesa comercial, política de concorrência e propriedade intelectual; entre outros.²⁹²⁸ Luiz Otávio Pimentel ressalta que o “comércio em si, a facilitação e ampliação de sua prática e mercados, é algo que tem sido objeto das principais atenções político-econômicas dos governos. Para que isso se concretize cada vez mais, é necessário um processo de cooperação e interdependência cada vez mais profundo entre os Estados, especialmente aqueles que se encontram mais próximos geograficamente, revelando que a realidade concreta das desigualdades e assimetrias entre os diferentes atores internacionais, bem como as influências recíprocas – e desiguais – entre países centrais e periféricos, entre outros, não podem mais ser desconsiderados das análises dos diferentes estudiosos dos processos de integração. O desenvolvimento mais recente de tais processos revela que a sociedade, a política, a economia e o direito estão se transformando significativamente, acompanhando importantes mudanças do cenário internacional”. Assim, não é sem sentido que os estudos sobre a temática integracionista reflitam os diferentes direitos da integração, trabalhos de diferentes estudiosos, voltados para análise e valoração crítica dos processos de integração em curso no mundo, procurando reafirmar o respeito aos princípios democráticos e dos direitos humanos como norteadores dos processos de integração; que tais processos devem vincular povos e não apenas Estados como o seu fim último; que tais processos devem diminuir a pobreza, exclusão e desigualdade econômico-social e não acentuá-los; que o equilíbrio ambiental e a preservação dos recursos naturais é de fundamental importância e elemento político dentro dos processos de integração, especialmente na América Latina; apoiar as minorias étnicas no sentido de preservar e perpetuar seus valores e tradições culturais; entre outros mais.²⁹²⁹

De fato, determinado pela globalização das relações econômicas nos últimos 50 anos, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, emergiu diferentes esquemas de integração internacional, cujo desenvolvimento transformou as formas de comércio e de geração de

²⁹²⁸ CINTRA, Marcos; e CARDIM, Carlos Henrique (orgs.). **O Brasil e a Alca**: seminário. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002. 508 p.

²⁹²⁹ PIMENTEL, Luiz Otávio (org). **Mercosul, Alca e integração euro-latino-americana**. Curitiba: Juruá, 2001. 2 v. 294 p. 286 p.

riquezas entre os povos. As transformações do comércio mundial se deram com a ultrapassagem de uma política de intercâmbio entre países, para uma política de estratégias de blocos de Estados, onde eles se unem para obter vantagens coletivas nessas negociações. Forma-se, assim, uma nova geografia econômica no mundo, que muda à medida dos avanços dessas formações regionais comerciais, determinando um novo tipo de desenvolvimento ou atraso entre os diferentes povos envolvidos. A União Européia (UE), a Liga Árabe, o Acordo de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), são exemplos dessa nova corrente regional econômico-comercial, sendo o caso europeu considerado como o mais desenvolvido entre todos.²⁹³⁰

A América Latina, formada por 33 nações, também tem perseguido se inserir dentro dessa nova corrente ou tendência comercial mundial, procurando elaborar seus esquemas de integração conforme sua diversa identidade cultural – história, idiosincrasias, acervo cultural que a identifica e a diferencia –, frente a outras regiões do mundo. Em 1960 emerge a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC); posteriormente emergem o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), o Grupo Andino (GAN), a Comunidade do Caribe (CARICOM) e, mais recentemente, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), todos voltados para tornar mais competitivos comercialmente os países da região. O Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) se constitui no primeiro caso de integração entre um país latino-americano e países desenvolvidos da região norte, mas dentro de um quadro de complementação econômica continental, correspondendo aos novos rumos do movimento global. A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), é um projeto de integração mais ambicioso, dentro do horizonte de mudanças e transformações das relações geopolíticas e comerciais mundiais, abarcando todo o continente americano, num só marco jurídico, os diferentes intercâmbios que regem a vida econômica de todos os seus povos. A ALCA se insere dentro da lógica dos blocos econômicos, implicando em redefinições políticas e econômicas, onde os países em conjunto procuram melhorar suas vantagens e superar suas debilidades. Dentro desse quadro, os EUA são a maior economia do Planeta e o Canadá um dos países de maior desenvolvimento econômico do mundo, tornando-se necessário harmonizar e encontrar o equilíbrio entre os interesses de duas das nações economicamente mais desenvolvidas do mundo, e 32 países latino-americanos – Cuba não está incluída no quadro da ALCA – que, no seu conjunto, são apenas aproximadamente 14% da economia estadunidense; a ALCA, assim, é oportunidade e ameaça. Portanto, ele necessita

²⁹³⁰ GARCÍA, Arturo Oropeza (coord.). **Alca**: um debate sobre la integración. México: UNAM; CARI, 2003. 408 p.

ser discutida por especialistas, dentro da nova ordem global e também no marco da integração latino-americana, seu impacto econômico e social, bem como do ponto de vista do direito comparado.²⁹³¹

²⁹³¹ GARCÍA, Alca... Para compreender melhor as temáticas acima expostas, bem como diversas outras que estão implicadas direta ou indiretamente com o processo de integração do Mercosul, vide: REICHEL, Heloisa Jochims; e GUTFREIND Ieda. **As raízes históricas do Mercosul**: a região platina colonial. São Leopoldo: Unisinos, 1998. 214 p.; CERVO, AMADO Luiz; e RAPOPORT, Mario (orgs.). **História do cone sul**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed. da UnB, 1998. 336 p.; O Mercosul e a integração sul-americana: mais do que a economia, encontro de culturas. Brasília: FUNAG, 1997. 264 p.; CAMPBELL, Jorge (org.). **Mercosul**: entre a realidade e a utopia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. 550 p.; ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O mercosul no contexto regional e internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 1993. 206 p.; MAGNOLI, Demétrio; e ARAUJO, Regina. **Para entender o Mercosul**. 8. ed. São Paulo: Moderna, 1995. 74 p.; ORTEMIN, Jorge Pérez. **El Mercado Comum del Sur**: desde Asunción a Ouro Preto (aspectos jurídicos-institucionales). Montevideo: Fundación de Cultura Universitária, 1995. 152 p.; BONILLA, Sergio Abreu. **Mercosur e integración**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitária, 1995. 190 p.; VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **A ordem jurídica do Mercosul**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996. 168 p.; ACCIOLY, Elizabeth. **Mercosul & União Européia**: estrutura jurídico-institucional. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2001. 222 p.; FARIA, José Ângelo Estrella Faria. **O Mercosul**: princípios, finalidades e alcance do tratado de Assunção. Brasília: Ministério das Relações Exteriores; Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, 1993. 193 p.; BASSO, Maristela. **Mercosul**: seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos Estados-membros. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. 668 p.; SOARES, Esther Bueno. **Mercosul**: desenvolvimento histórico. São Paulo: Oliveira Mendes, 1997.; PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Mercosul no cenário internacional**: direito e sociedade. Curitiba: Juruá, 1998. 2 v. 528 p. 460 p.; TAVARES, José Antônio Giusti e ROJO, Raúl Enrique. **Instituições políticas comparadas dos países do mercosul**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. 492 p.; SCHAPOSNIK, Eduardo C. **As teorias da integração e o Mercosul**: estratégias. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997. 250 p.; BRANDÃO, Antônio Salazar P.; e PEREIRA, Lia Valls (orgs.). **Mercosul**: perspectivas da integração. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996. 308 p.; CHIARELLI, Carlos Alberto Gomes e CHIARELLI, Matteo Rota. **Integração**: direito e dever. São Paulo: LTr, 1992. 288 p.; BAPTISTA, Luiz Olavo. **O Mercosul**: suas instituições e ordenamento jurídico. São Paulo; LTr, 1998. 272 p.; CASELLA, Paulo Borba. **Mercosul**: exigências e perspectivas; integração e consolidação do espaço econômico (1995-2001-2006). São Paulo: LTr, 1996. 320 p.; BAPTISTA, Luiz Olavo; MERCADANTE, Araminta de Azevedo; e CASELLA, Paulo Borba. **Mercosul**: das negociações à implantação. 2. ed. São Paulo: LTr, 1998. 438 p.; PRETTI, Fúlvio. **Mercosul**: a instituição e o sistema de solução de controvérsias. Blumenau: Ed. da FURB, 1999. 368 p.; Solução de Controvérsias no Mercosul. Brasília: Câmara dos Deputados; Centro de Documentação e Informação; Coordenação de Publicações, 2003. 280 p.; LIPOVETZKY, Jaime César; e LIPOVETZKY, Daniel Andrés. **Mercosul**: estratégias para a integração; mercado comum ou zona de livre comércio? análises e perspectivas do Tratado de Assunção. São Paulo: LTr, 1994. 552 p.; PABST, Haroldo. **Mercosul**: direito da integração. Rio de Janeiro: Forense, 1997. 278 p.; CARAMUTI, Ofélia Stahinger de. **El Mercosur em el siglo XXI**. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1998. 592 p.; CASELLA, Paulo Borba (coord.). **Mercosul**: integração regional e globalização. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. 1160 p.; FIGUEIRAS, Marcos Simão. **Mercosul no contexto latino-americano**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 282 p.; DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **O Mercosul e a nacionalidade**: estudo à luz do direito internacional. Rio de Janeiro: Forense, 2001. 212 p.; WINTER, Luís Alexandre Carta. **Crise do modelo presidencialista no âmbito do Mercosul**. Curitiba: Juruá, 2003. 146 p.; MARCHI, Júlio César. **O processo de integração dos serviços de saúde no Mercosul**: uma análise das perspectivas e obstáculos no âmbito da prestação dos serviços. 2000. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Curso de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.; LUIZ, Denise de Souza. **Integração jurídico-social do Mercosul**: a necessidade do estudo da “saúde pública” como um dos segmentos dos direitos sociais. Curitiba: Juruá, 2002. 214 p.; BALTHAZAR, Ubaldo César (org.). **Reforma tributária & Mercosul**: a instituição do IVA no direito tributário brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. 256 p.; RICHTER, Karina. **Consumidor & Mercosul**. Curitiba: Juruá, 2002. 224 p.; SILVEIRA, Paulo Antônio Caliendo V. da. **Defesa da concorrência no Mercosul**: acordos entre empresas, abuso de posição dominante e concentrações. São Paulo: LTr, 1998. 318 p.; ILHA, Adair da Silva; e VENTURA, Deisy (orgs.). **O Mercosul em movimento II**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. 244 p.; VENTURA, Deisy de Freitas Lima (org.). **América Latina**: cidadania, desenvolvimento e Estado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996. 288 p.; VENTURA, Deisy de Freitas Lima (org.). **Direito comunitário do Mercosul**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. 336 p.; Mercosul: acordos e protocolos na área jurídica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996. 154 p.; GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. **Conflito entre normas do Mercosul e o direito interno**:

como resolver o problema? o caso brasileiro. São Paulo: LTr, 1997. 244 p.; SANTOS, Ricardo Soares Stersi dos. **Mercosul e arbitragem internacional comercial**: aspectos gerais e algumas possibilidades. Belo Horizonte: Del Rey, 1998. 240 p.; PIRES, Alice; FONSECA, Amanda; e CROSHERE, Indira. **Soluções de controvérsias no Mercosul**. São Paulo: LTr, 1998. 182 p.; KINOSHITA, Fernando. **El tratado de libre comercio entre la Unión Europea y el Mercosur**: consolidación de un marco jurídico-económico internacional. 1999. Tesis (Doctorado en Derecho) – Área de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales, Departamento de Derecho Público, Facultad de Derecho (ICADE), Universidad Pontificia Comillas Madrid, Madrid, 1999.; KINOSHITA, Fernando. **Direito internacional da cooperação**: a zona de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia. Rio de Janeiro: Papel & Virtual, 2001. 342 p.; KINOSHITA, Fernando. **Manual bibliográfico e de pesquisa das relações entre o Mercosul e a União Européia**: documentos impressos e eletrônicos. Rio de Janeiro: Papel & Virtual, 2001. 328 p.; VENTURA, Deisy. **As assimetrias entre o Mercosul e a União Européia**: os desafios de uma associação inter-regional. Barueri (SP): Manole, 2003. 694 p.; LABRANO, Roberto Ruiz Dias (org. e comp.). **Mercosul-União Européia**. Assunção: Intercontinental; ECSA-AL, 2001. 412 p.; MENEM, Carlos Saul. **Que é o Mercosul?** Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1996. 236 p.; SZTAJN, Rachel. **Direito da integração**. São Paulo: Cultural Paulista; Unicid, 2001.; BASTOS, Celso Ribeiro; e FINKELSTEIN, Cláudio. **Mercosul**: lições do período de transitoriedade. São Paulo: Celso Bastos Editora; Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1998.; PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Direito da integração**: estudos em homenagem a Werter R. Faria. Curitiba: Juruá, 2001. 2 v.; BONILLA, Sergio Abreu; e FILLLOL, Alejandro Pastori. **Uruguay y el nuevo orden mundial**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitária, 1992.; MAGARIÑOS, Gustavo. **Uruguay en el Mercosur**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitária, 1991. 104 p.; ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Mercosul**: fundamentos e perspectivas. Brasília: Grande Oriente do Brasil, 1998. 98 p.; ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Mercosul em sua primeira década (1991-2001)**: uma avaliação política a partir do Brasil. Buenos Aires: BID-INTAL, 2002. 64 p.; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O eixo Argentina-Brasil**: o processo de integração da América Latina. Brasília: Ed. da UnB, 1987. 120 p.; REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; e CARDIM, Carlos Henrique. **Seminário de política externa do Brasil para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003. 440 p.; A agenda política e institucional do Mercosul: aportes para a integração regional. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1997. 248 p.; VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador**: a construção do Mercosul. Brasília: FUNAG; IBRI, 2002. 308 p.; ALVES, Janine da Silva. **Mercosul**: características estruturais de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (uma análise de base exploratória de indicadores econômicos e sociais). Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992. 172 p.; ARRUDA, Marcos; GONÇALVES, Reinaldo; e PRADO, Luis Carlos Delorme. **Mercosul ou a integração dos povos do Cone Sul?** Rio de Janeiro: PACS; FASE; UFRJ, 1992. 96 p.; FERNANDEZ, Wilson. **Mercosur**: economia, política y estrategia en la integración. Montevideo: Fundación de Cultura Universitária, 1992. 166 p.; CABRAL, Salvador. **A revolução cultural do Mercosul**. Florianópolis: Insular, 1995. 154 p.; RODRÍGUEZ, Juan Manuel. **El Mercosur despues de Buenos Aires**: la última oportunidad. Montevideo: Fundación de Cultura Universitária, 1995. 112 p.; Um país chamado Mercosul. Brasília: Senado Federal; Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, 2001. 138 p.; CHUDNOVSKY, Daniel; e FANELLI, José Maria (coords.). **El desafío de integrarse para crecer**: balance y perspectivas del Mercosur en su primera década. Madrid: Red de Investigaciones Económicas del Mercosur; BID; Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2001. 402 p.; JESUS, Avelino de. **Mercosul**: estrutura e funcionamento. São Paulo: Aduaneiras, 1993. 168 p.; MENDES, Ana Gláucia. **Liberalização de mercado e integração econômica do Mercosul**: estudo de caso sobre o complexo agroindustrial tritícola. Brasília: Ipea, 1994. 173 p.; ZAMBERLAM, Jurandir. **Mercosul**: caminhos ou descaminhos do pequeno agricultor. Passo Fundo: P. Berthier, 1993. 144 p.; OLTRAMARI, Andréa Poletto. **Dimensão econômica e interdependência estrutural da agropecuária e da agroindústria no Mercosul**: uma abordagem insumo-produto. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.; VIEIRA, Wilson; e CARVALHO, Fátima (edit.). **Mercosul**: agronegócio e desenvolvimento econômico. Viçosa (MG): Ed. da UFV, 1997. 296 p.; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná. **Mercosul e a pequena empresa**: oportunidades e ameaças. Curitiba: Sebrae, 1993. 78 p.; Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Instituto para a Integração da América Latina (INTAL). **Las fuentes de información sobre productos y empresas en el Mercosur**: quien vende y quien compra en el Mercosur. Buenos Aires: BID-INTAL, 1991.; CHRAIM, Macul. **O Mercosul e seus impactos sobre o sistema de transporte rodoviário de passageiros de Santa Catarina**. 1996. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.; FEIJÓ, Flavio Tosi. **Os determinantes das exportações de produtos industriais brasileiros par a Argentina**: uma análise econométrica. 1999. Dissertação (Mestrado em Economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.; CASAGRANDE, Nelson Granemann. **A gestão da informação como estratégia de acesso ao Mercosul pelas pequenas empresas de Santa Catarina**: um diagnóstico do setor calçadista. 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia

de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.; WILBERT, Marcelo Driemeyer. **O Mercosul e a teoria dos jogos**: um estudo introdutório. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.; ARAGÃO, José Maria. **A harmonização de políticas macroeconômicas no Mercosul**: a construção de um mercado comum. Buenos Aires: BID-INTAL, 1993.; ROSA, Paulo Moreira. **Os sistemas contábeis nos países do Mercosul**: um estudo sobre o exercício da profissão e as normas e práticas contábeis na avaliação de elementos do ativo. 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.; MÂNICA, Eliseu. **Os critérios de habilitação do advogado nos Estados partes do Mercosul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.; MEIRA, Maria Elisa; SCHROEDER, Osni; PINTO, Valeska Peres; e BIMBI, Eduardo. **O Mercosul no contexto da integração continental**: as profissões dos arquitetos, engenheiros, agrônomos e agrimensores no Mercosul e na Alça. Porto Alegre: Confea; Ciam-Brasil; Crea-RS, 1997. 300 p.; BIMBI, Eduardo ; MEIRA, Maria Elisa; SCHROEDER, Osni; e PINTO, Valeska Peres. **Mercosul**: estratégias para a integração (alguns elementos para a definição de um projeto dos arquitetos, engenheiros, agrônomos e agrimensores). Porto Alegre: Confea; Ciam-Brasil; Crea-RS, 1997. 180 p.; URIARTE, Oscar Ermilda; e GHIONE, Hugo Barretto (coords). **Formación profesional en la integración regional**. Montevideo: OIT; Cinterfor, 2000. 364 p.; TEIXEIRA JÚNIOR, Antonio de Souza *et alii*. **Desafios da educação no século XXI**: integração regional, ciência e tecnologia. Brasília: ABM; ABQES, 1995. 178 p.; PAULA, Maria Carlota de Souza. **Cooperação em ciência e tecnologia no Mercosul**: síntese final. Brasília, MCT, 1998. 66 p.; ARASAKI, Yara Maria Vieira. **A formação do economista face a uma nova realidade**: o Mercosul pelo viés do Protocolo 23. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 1995.; SOUSA, Vicente de Paula. **As políticas e as práticas de acesso ao ensino superior nos países que integram o Mercosul**. 1995. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.; ALMEIDA, Guaraci José de. **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no Mercosul**: na percepção dos representantes de governo, especialistas e administradores universitários. 1997. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.; URIARTE, Oscar Ermida. **Mercosur y derecho laboral**. Montevideu: Fundación de Cultura Universitaria, 1996.; Instituto de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social de la Facultad de Derecho de la Universidad de la Republica. **El derecho laboral del Mercosur**. Montevideu: Fundación de Cultura Universitaria; OIT-Relasur, 1995.; Costos laborales en el Mercosur. Montevideu: Fundación de Cultura Universitaria, 1993.; FERREIRA, María Carmen; e OLIVERA, Julio Ramos. **Mercosur**: enfoque laboral. Montevideu: Fundación de Cultura Universitaria, 1994.; MACHADO, Jânio de Souza. **O dano moral pela violação ao direito à privacidade**: o Mercosul e os direitos humanos. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2003. 184 p.; SILVA, Paulo Napoleão Nogueira da. **Direito constitucional do Mercosul**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.; SILVA, Marcus Rector Toledo. **Mercosul e personalidade jurídica internacional**: as relações externas do bloco sub-regional pós-Ouro Preto. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. 314 p.; BRANCO, Luizella Giardino B. **Sistema de solução de controvérsias no Mercosul**: perspectiva par a criação de um modelo institucional permanente. São Paulo: LTr, 1997.; PUCCI, Adriana Noemi. **Arbitragem comercial nos países do Mercosul: análise comparativa da legislação, jurisprudência e doutrina dos autores da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai relativas à arbitragem**. São Paulo: LTr, 1997.; CASELLA, Paulo Borba (coord.). **Contratos internacionais e direito econômico no Mercosul após o período de transição**. São Paulo: LTr, 1996.; GOMEZ, Juan Alberto Benitez. **Problemas tributarios que plantea el Mercosur**. Montevideu: Facultad de Derecho de la Universidad de la Republica, 1993.; MARQUES, Cláudia Lima (coord.). **Estudos sobre a proteção do consumidor no Brasil e no Mercosul**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994. 314 p.; Políticas ambientais no Mercosul e as experiências da integração européia. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1995.; OLIVIERI, Alejandro Gabriel. **A política ambiental na constituição do Mercosul (1991-1994)**: emergência do problema e tentativa de institucionalização no denominando “período de transição”. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.; SCHMIDT, Jandir Ademar. **Mercosul e a política de proteção ambiental**. 2000. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.; I Congresso de Magistrados o Mercosul. Florianópolis: Associação dos Magistrados Catarinense, []; ROSA, Luis Fernando Franceschini da. **Mercosul e função judicial**: realidade e superação. São Paulo: LTr, 1997.; MILANI JUNIOR, Casemiro. **A interpretação uniforme do Protocolo de Medidas Cautelares no âmbito do Tratado de Assunção**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.; PAZ, Vânia Beatriz Rey. **Mercosul**: a (im)possibilidade de harmonizar as legislações sindicais. 1997. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em

Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.; CASTRO, Ricardo Valente Souto de. **Mercosul e a necessidade de harmonizar as legislações de trânsito**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.; JAEGER JUNIOR, Augusto. **Mercosul e a livre circulação de pessoas**. 1999. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.; TORRES KIRMSE, José Raúl. **Reflexiones ante la problemática jurídica del Mercosur**: el derecho frente al desafío de la integración. Asunción: Intercontinental, 1998.; BALAZOTE, Alejandro O.; CATULLO, María R.; e RADOVICH, Juan. **Antropología y grandes proyectos en el Mercosur**. La Plata (Argentina): Minerva, 2001.; VÁZQUEZ, María Cristina *et alii*. **Estudios multidisciplinares sobre el Mercosur**. Montevideo: Facultad de Derecho de la Universidad de la República, 1995.; LEHNEN, Arno Carlos; CASTELLO, Iara Regina; e SCHÄFFER, Neiva Otero (orgs.). **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Prefeitura Municipal de Uruguaiana, 1994.; REZENDE, Fernando; e OLIVEIRA, Fabrício Augusto de (orgs.). **Federalismo e integração econômica regional**: desafios para o Mercosul. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004. 368 p.; II Seminário Técnico de Integração do Cone Sul. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.; ARAÚJO, Nádia; MARQUES, Frederico V. Magalhães; e REIS, Márcio Monteiro. **Código do Mercosul**: tratados e legislação. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. 516 p.; Mercosul: legislação e textos básicos. 3. ed. Brasília: Senado Federal; Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul; Ministério das Relações Exteriores, 2000. 546 p.; O Brasil, a União Européia e as relações internacionais. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1997.; Ministério das relações Exteriores; e Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (FUNCEX/RJ). **O Brasil e o Nafta**: impacto sobre comércio e investimentos. Brasília: Abigraf, 1993. 140 p.; O Brasil e a Alça: tributação e integração. São Paulo: Sinafresp; Forma 3 Editoração, 2001.; GASSEN, Valcir. **Os princípios jurisdicionais de tributação no Estado de origem e de destino**: suas implicações jurídico-políticas na tributação sobre o consumo em processos de integração econômica. 2002. Tese (Doutorado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.; BENICÁ, Paulo. **Tributação do consumo pela sistemática do valor agregado**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.; LIMA, Ana Lúcia de Araújo. **Análises das congruências e divergências com vistas à harmonização das formas de contabilização de derivativos entre Brasil e Argentina**. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.; PEREIRA, Antonio Fernando de Oliveira de Andrade. **Causalidade e co-integração no mercado de capitais da América Latina**. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.; PARASKEVOPOULOS, Christos C.; GRINSPUN, Ricardo; e EATON, George C. **Economic integration in the Americas**. Cheltenham (UK): Edward Elgar, 1996.; KRIEGER, César Amorim. **The possibilities of integration in the Americas: Mercosur, Nafta and the Andean Pact**. 1996. Dissertation (Master of Laws) – International Business Legal Studies, University of Exeter, United Kingdom, 1996.; Estrategias de desarrollo e integración en el Grupo Andino. Lima (Peru): INTAL-JUNAC, 1985.; ZYLBERSTAJN, Hélio; RODRIGUES, Iram Jácome; CASTRO, Maria Silvia Portella de; VIGEVANI, Tullo (orgs.). **Processos de integração regional e a sociedade**: o sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela. São Paulo: Paz e Terra, 1996.; ARAÚJO JR., José Tavares de *et alii*. **Brasil**: o desafio da abertura econômica. Rio de Janeiro: FGV; Comitê de Cooperação Empresarial; Centro de Economia Mundial, 1992. 228 p.; BAUMANN, Renato; e LERDA, Juan Carlos. **Brasil-Argentina-Uruguai**: a integração em debate. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Ed. da UnB, 1987.; VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). **O Brasil e o Plano Bush**: oportunidades e riscos numa futura integração das Américas. São Paulo: Nobel, 1991.; I Seminário de Universidades pela Integração Brasil e Argentina. Recife: UCP; FASA, 1992. 574 p.; REIS, Marilise Luísa Martins dos. **A universidade pública em crise**: dilemas e desafios frente à globalização e ao Mercosul. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.; CRISTOFOLI, Maria Silvia. **Intercâmbio cultural, ensino de história e identidade latino-americana**: uma utopia possível. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.; SCHALLENBERGER, Erneldo. **A integração do Prata no sistema colonial**: colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá. Toledo: Toledo, 1997.; BRITO, Antonio José Guimarães. **Povos indígenas e relações internacionais**: a tolerância como princípio nas relações interétnicas. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.; Simpósio Internacional sobre aspectos ambientais da Bacia do Prata. Rio de Janeiro: Instituto Acqua, 1994. 2088 p.; Anais do Seminário Internacional de energia e meio ambiente na integração da Bacia do Prata. Porto Alegre: EFRGS/SAGRA; DC Luzzatto, 1992.; PAULA, Ericson de. **Um modelo de integração energética para a América Latina**. São Paulo: Bartira, 1997.; CARRASQUILLA, Ricardo Schembri. **Teoría jurídica de la integración latinoamericana**. São Paulo: Parlamento Latinoamericano, 2001. 130 p.; RUSSOMANO, Gilda Maciel Corrêa Meyer; e TISSEMBAUM,

4.1.5. ASPECTOS CRÍTICOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA E NO MERCOSUL

4.1.5.1. POR QUE INTEGRAR?: EXPLICAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

Do ponto de vista econômico – que é a visão motora principal que movimenta a formação de blocos econômicos regionais – a integração regional é necessária, atualmente, por que mudanças recentes, processadas no âmbito do comércio mundial, estariam a constranger os Estados do Planeta em uma mesma direção, especialmente a globalização, a revolução tecnológica e os novos fatores de competitividade do diversos ramos econômicos. Após a Segunda Guerra Mundial, teria havido a intensificação cada vez maior da internacionalização de produção e dos mercados, fato que, alavancado pelo antigo GATT – atual OMC –, aumentou o fluxo de comércio mundial de forma sem precedente na história da humanidade, conforme diversos dados estatísticos medindo diferentes períodos poderiam atestar. Investimentos e mercado de capitais, estariam se internacionalizando cada vez, em detrimento dos mercados domésticos, principalmente nos países mais ricos; para os países pobres, nesse contexto, exportar significaria taxas maiores de crescimento.²⁹³²

A revolução tecnológica iniciada em meados na década de 1970 nos países mais adiantados economicamente e culturalmente, afetou dramaticamente a economia mundial a partir da década de 1980, através da microeletrônica conjugada com a informática e mecânica de precisão, provocando reestruturação de todas as atividades industriais e de serviços, a estrutura das organizações sociais e mesmo o próprio comportamento humano. Mas foi com a conjugação da tecnologia da informação com as telecomunicações, e a redução dos custos de

Mariano R. **Integração econômica e direito social**. Rio de Janeiro: José Konfino, 1971. 252 p.; TILBERY, Henry. **Tributação e integração da América Latina**. São Paulo: José Bushatshky, 1971. 182 p.; CARRANZA, Iñigo Pedrueza. **Sociedade civil: novas liberdades ou novos controles sociais? (o seu papel comparado nos processos de construção regional: Mercosul e União Européia)**. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; e MELO, José Marques de (orgs.). **Políticas regionais de comunicação: os desafios do Mercosul**. Londrina: Intercom; Ed. da UEL, 1997. 358 p.

²⁹³² THORSTENSEN, Vera; NAKANO, Yoshiaki; LIMA, Camila de Faria; e SATO, Cláudio Seiji. **O Brasil frente a um mundo dividido em blocos**. São Paulo: Nobel; Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais, 1994, p. 17-9.

transportes – vele dizer, favorecimento da circulação de bens e serviços – que fez emergir um novo padrão de relacionamento entre mercados nacionais e internacionais; fronteiras nacionais e distâncias deixaram de ser problemas. A globalização traduziu-se em “redução dos custos de comunicações e de transportes, a convergência entre capacidades tecnológicas entre países desenvolvidos, a expansão das empresas multinacionais e o desenvolvimento do mercado internacional de capitais”. Uma economia altamente intensiva em conhecimentos tecnológicos é a que nasce desse processo, indicando que, agora, o que irá importar é indústria da “microeletrônica, biotecnologia, telecomunicações, robôs, máquina e equipamentos, indústrias de novos materiais, aviação civil e computadores e *softwares*”, em detrimento das indústrias e economia tradicional em vigor até a década de 1980.²⁹³³

O movimento internacional da economia reestrutura a economia doméstica, especialmente considerando a busca da máxima rentabilidade nos negócios, favorecido pela agora facilitada locomoção de empreendimentos no Planeta, disputando regimes fiscais e monetários vantajosos, acabou tornando as economias locais – nacionais – facilmente substituíveis, literalmente. As vantagens comparativas buscadas pelas empresas hoje seriam de outra ordem, vale dizer, o quanto podem se beneficiar – dentro da nova ordem econômica em ebulição – sistemicamente. Assim, a regionalização emerge dentro desse quadro de mudanças da economia mundial, procurando administrar o comércio dentro do bloco, e do bloco com os demais países e os diferentes outros blocos no mundo.²⁹³⁴

Inovações tecnológicas, microeletrônica, processamento de informações e telecomunicações, computadores, novos equipamentos de comunicações nas indústrias, redefiniriam os novos fatores de competitividade dos negócios, exigindo uma organização empresarial distinta dos modelos tradicionais até então concebidos, e mesmo diferentes formas de organização de trabalho. Além disso, os padrões do comércio e investimento mundial estariam em mudança, porque a nova teoria do comércio – teoria estratégica de comércio – indicaria que o comércio seria “resultado da rivalidade estratégica entre empresas e governos, em que um pequeno número de empresas e o governo toma a decisão levando em consideração a reação dos demais participantes do mercado”, alterando o resultado da competição entre empresas.²⁹³⁵

Com a entrada do GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio –, procurou-se regular as normas do comércio mundial, com sua política multilateral voltada para resolver

²⁹³³ THORSTENSEN, NAKANO, LIMA e SATO. O Brasil..., p. 19-20.

²⁹³⁴ THORSTENSEN, NAKANO, LIMA e SATO. O Brasil..., p. 20-1.

²⁹³⁵ THORSTENSEN, NAKANO, LIMA e SATO. O Brasil..., p. 21-4.

negociadamente os conflitos comerciais entre seus parceiros e reduzir as tarifas de comércio internacional. Não se pode desconhecer que, apesar das crises e das burlas aos seus princípios, e os efeitos pragmáticos negativos da nova onda de globalização econômica sobre os mecanismos do antigo GATT, hoje a atual OMC está novamente fortalecida. Entretanto a globalização da década de 1980, apesar do GATT, provocou o movimento da harmonização das diferenças nacionais – a busca da integração – e o movimento da administração do comércio – em busca de medidas protecionistas de conteúdo nacional. Diante disso, a formação dos blocos regionais de comércio seria a resposta que se apresenta como inevitável em função das pressões do novo movimento econômico mundial, e que terão de conviver com os princípios da OMC; a integração regional seria também a alternativa para gestão dos conflitos e interdependência emergentes de processo multilaterais como a da OMC.²⁹³⁶

Os benefícios da integração seriam de duas ordens, uma estática e outra dinâmica. Os ganhos estáticos seriam o “aumento de eficiência na produção devido ao aumento na especialização e utilização de insumos e bens de capital especializados; aumento no nível de produção devido ao aproveitamento das economias de escala com o acesso a um mercado mais amplo; melhoria do poder de barganha internacional, devido ao tamanho maior do mercado, levando a melhores termos de troca; mudanças forçadas na eficiência econômica (custos menores, maior nível de emprego, maiores salários) trazidas pela competição maior; mudanças que afetam o volume e a qualidade dos fatores de produção devido ao progresso técnico”. Já o ganhos dinâmicos seriam as “economias de escala tornadas possíveis pelo acesso a mercados mais amplos; economias externas às firmas, que podem reduzir os custos específicos ou gerais; aumento na taxa de investimento devido ao aumento de fluxo de capital do exterior; efeito de polarização, devido à concentração do efeito de criação de comércio ou desenvolvendo tendência a atrair fatores de produção de outras regiões; efeito de eficiência econômica e da confiança devido ao aumento de competição e redução de incerteza”.²⁹³⁷

Na segunda metade da década de 1980, Argentina, Brasil e Uruguai, haviam assinado Acordos de Complementação Econômica, voltados para uma maior integração entre as economias dos referidos países, propalados como destinados para a formação de um mercado comum. Em realidade, eram acordos destinados a um arranjo da liberalização de comércio entre os países signatários, muito longe do mercado comum pretendido em discursos, e que não seguiam nenhuma fórmula econômica de integração conhecida – áreas de tarifas preferenciais, área de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união monetária e

²⁹³⁶ THORSTENSEN, NAKANO, LIMA e SATO. O Brasil..., p. 30-40.

²⁹³⁷ THORSTENSEN, NAKANO, LIMA e SATO. O Brasil..., p. 40-1.

econômica –, sendo uma fórmula própria, estabelecida pelos próprios signatários em negociação. De fato, a tentativa de integração econômica na América Latina já havia conhecido, até então, muitos exemplos, sendo o mais próximo, da época, a fracassada tentativa da ALALC.²⁹³⁸

A idéia de integração econômica, assim, é recente na região, mas marcada pelos modelos que do exterior²⁹³⁹ acabaram sendo mirados e exportados para realizarem-se como uma integração de moldes latino-americanos.²⁹⁴⁰ O Mercosul e os demais processos de integração, em curso na região, seguem esse padrão de integração estabelecido pela cultura européia, mas intenção reforçada pelo fato de que haveria um novo panorama econômico internacional – produção e finanças –, especialmente no âmbito do comércio internacional, que somente poderia ser enfrentado através da integração por via da formação de blocos econômicos regionais.²⁹⁴¹ Essas injunções inescapáveis – praticamente invencíveis – de ordem econômica, estariam ainda presentes nos tempos atuais, justificando todo o esforço negociador já despendido e ainda em curso, a fim de aprofundar o aumento do comércio mundial, por via intra e extra blocos econômicos de integração.²⁹⁴²

²⁹³⁸ BAUMANN, Renato; e LERDA, Juan Carlos. A integração econômica entre Brasil, Argentina e Uruguai: que tipo de integração se pretende? In: BAUMANN, Renato; e LERDA, Juan Carlos. **Brasil-Argentina-Uruguai: a integração em debate**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Ed. da UnB, 1987, p. 12-25. A fim de conhecer uma síntese dos referidos acordos no âmbito da América Latina, vide: SOARES, Esther Bueno. **Mercosul: desenvolvimento histórico**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1997.; e BÖHLKE, Marcelo. **O processo de integração regional e a autonomia do seu ordenamento jurídico**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.; Mais preciso nessa síntese, efetuando uma cronologia dos processos integracionistas no hemisfério americano, vide: ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Mercosul: fundamentos e perspectivas**. Brasília: Grande Oriente do Brasil, 1998, p. 44 e segts.

²⁹³⁹ Como já foi anteriormente assinalado, a integração econômica internacional regional, formadora de um bloco econômico internacional, com características próprias para seu comércio interno, e também atuação conjunta no comércio externo, está fundada em um suporte teórico de integração econômica de mercados. Sobre o assunto vide os textos de: ANDIC, Suphan; e TEITEL, Simon (org.). **Integración económica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1977. 692 p.

²⁹⁴⁰ CABRAL, Milton. **Integração econômica da América Latina**. Brasília: Senado Federal, 1983, p. 10 e segts.

²⁹⁴¹ Estrategias de desarrollo e integracion en el Grupo Andino. Lima (Peru): INTAL-JUNAC, 1985, p. 43 e segts.; FERNANDEZ, Wilson. **Mercosur: economia, política y estrategia en la integración**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1992. p. 11 e segts.

²⁹⁴² VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul**. Brasília: FUNAG; IBRI, 2002. 308 p.; VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). **O Brasil e o Plano Bush: oportunidades e riscos numa futura integração das Américas**. São Paulo: Nobel, 1991.; VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.). **Mercosul & Nafta: o Brasil e a integração hemisférica**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. 290 p.; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Perspectivas das relações do Brasil com os Estados Unidos. In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; e CARDIM, Carlos Henrique. **Seminário de política externa do Brasil para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003, p. 155-71.; HUGUENEY FILHO, Clodoaldo. As negociações da Alca em sua fase final: perspectivas para o Brasil. In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; e CARDIM, Carlos Henrique. **Seminário de política externa do Brasil para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003, p. 173-9.; VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. América do Sul, espaço geopolítico prioritário do projeto nacional brasileiro. In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; e CARDIM, Carlos Henrique. **Seminário de política externa do Brasil para o século**

Do ponto de vista dos países pobres ou em desenvolvimento, a partir da década de 1970, eles se viram diante de um mundo cuja ordem econômica se alterava, com a revolução tecnológica em curso, e uma reestruturação internacional do trabalho que incidia diretamente no campo social; o capital, as indústrias, os negócios, procuravam baixos salários, paraísos fiscais ou nações que tinham uma política fiscal facilitadora, bem como nações legislação trabalhista e ambiental deficiente. O fato é que meios de transportes mais baratos e eficientes permitiam favoravelmente essa transferência ou mobilidade de negócios de um país desenvolvido para outro menos desenvolvido ou pobre. Ásia, África e América Latina passam a se alvos preferenciais das grandes corporações econômicas mundiais, e isso irá provocar problemas sociais dentro dos países desenvolvidos. A emergência de novos países industriais – dentro dessa conjuntura – no denominado Terceiro Mundo, irá revelar a concentração de renda em níveis elevadíssimos, poluição em níveis impressionantes, salários médios baixíssimos, entre outros.²⁹⁴³

Emerge nos EUA o recrudescimento do conservadorismo, e o neoliberalismo será a manifestação econômica dessa faceta dos novos tempos, a partir da década de 1980. No plano econômico-comercial, essa foi também a época da intensificação da concorrência entre as nações desenvolvidas, onde os EUA sente a possibilidade de perda a hegemonia econômica do Planeta, capitaneada pela revolução tecnológica das grandes indústrias e corporações asiáticas e europeias. Emergem os mega-blocos comerciais, voltados para estabelecer um

XXI. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003, p. 183-211.; SABOIA, Gilberto Vergne. Perspectivas das relações do Brasil com os países da América do Sul – Integração regional, Argentina, Colômbia e Venezuela. In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; e CARDIM, Carlos Henrique. **Seminário de política externa do Brasil para o século XXI.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003, p. 213-34.; DIAS, Lindolpho de Carvalho. Perspectivas das relações do Brasil com os países da América do Sul. In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; e CARDIM, Carlos Henrique. **Seminário de política externa do Brasil para o século XXI.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003, p. 235-70.; HIRST, Mônica. As relações Brasil-Argentina: pontos para reflexão e o debate. In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; e CARDIM, Carlos Henrique. **Seminário de política externa do Brasil para o século XXI.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003, p. 271-82.; PIÑÓN ANTILLÓN, Rosa Maria. **La economía global: márgenes de manobra para México y America Latina.** México: Facultad de Ciencias Políticas y Sociales; Universidad Nacional Autónoma de México; Delegación de la Comisión Europea en México, 2002. 424 p.; PIÑÓN ANTILLÓN, Rosa Maria (coord.). **La Cumbre de Guadalajara 2004: ¿ una alianza histórica o una asociación estratégica entre la Unión Europea, América Latina y el Caribe?.** México: ECSA México; Fundación Friedrich Ebert; IEIE-ITAM, CELARE (Chile); IELEPI (España); DGAPA-UNAM, 2004. 170 p.; Catedra Internacional Andres Bello/Argentina. **Integración y cooperación atlántico-pacífico.** Rosario (Santa Fe, Argentina): Universidad Nacional de Rosario; REUN; AUGM; UNESCO, 2002. 334 p.; ALGORTA PLÁ, Juan (org.). **O Mercosul e a Comunidade Européia: uma abordagem comparativa.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Instituto Goethe/ICBA, 1994. 328 p.; LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; e NABUCO, Maria Regina (orgs.). **Integração, região e regionalismo.** Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1994. 312 p.; GINESTA, Jacques. **El Mercosur y su contexto regional e internacional.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. 216 p.

²⁹⁴³ VIZENTINI, Paulo Fagunde G. Crise e transição: o contexto internacional das integrações regionais. In: SEITENFUS, Vera Maria Pietzscici; e BONI, Luís Alberto de. **Temas de integração latino-americana.** Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1990, p. 15-9.

mínimo de proteção para os seus associados, dentro dessa economia de livre mercado global em curso, tendo no bloco asiático – nessa época – o maior protagonista rival da economia ocidental. Os EUA passam a ser uma nação importadora de produtos manufaturados do Planeta todo, com crescentes déficits comerciais e orçamentários, situação que perdura até os dias atuais.²⁹⁴⁴

A periferia mundial desse sistema econômico capitalista, sofreu desigualmente a crise e reestruturação desse sistema, conforme suas conjunturas e especificidades nacionais, e regionais. O continente africano, pode-se afirmar, regrediu economicamente na década de 1980; muitos países da Ásia, África e América Latina vêm em curso um processo de decomposição completa de suas estruturas sociais. A criminalidade e explosões sociais acentuaram-se na periferia, uma vez que se viram na situação sócio-econômica insuportável de serem hipoconsumidores de bens e produtos – abaixo já do mínimo que vinham se submetendo. Emergem, também, com muita força, os grupos e cartéis criminosos em muitos países periféricos desse sistema econômico.²⁹⁴⁵

Especificamente na América Latina, desde a década de 1950, a partir do surgimento do processo de integração européia, é que se buscam meios de se concretizar uma integração econômica latino-americana,²⁹⁴⁶ mas é por volta dos anos 1960 que o tema de integração ingressa definitivamente na pauta dos programas de governo de diversos Estados da região, passando a estar mais fortemente presente nos debates de amplos setores acadêmicos e políticos. É nesse período que “foram assinados os principais tratados de integração, foram fundadas várias instituições dedicadas à problemática integracionista e foram escritos vários livros e inúmeros artigos sobre a integração latino-americana”. Uma euforia da época, sobre a temática e suas possibilidades de realizações concretas para as sociedades da região, esvaiu-se – desvaneceu-se –, tendo em vista que ela era motivada sem uma base sólida de conhecimentos sobre o assunto, conforme as especificidades culturais e históricas latino-americanas, fazendo com que a idéia da integração regional ficasse restrita às instituições especializadas e especialistas da região. Será no final da década de 1980 que o tema retomará com destaque novamente dentro do meio acadêmico e político.²⁹⁴⁷

²⁹⁴⁴ VIZENTINI, Crise e transição..., p. 19-24.

²⁹⁴⁵ VIZENTINI, Crise e transição..., p. 25-6.

²⁹⁴⁶ MENEZES, Alfredo da Mota. **Do sonho à realidade**: a integração econômica latino-americana. São Paulo: Alfa-Omega, 1990, p. 13.

²⁹⁴⁷ SILVA, Celson J. Antecedentes históricos do processo de integração latino-americana: ALALC, MCCA, Pacto Andino. In: SEITENFUS, Vera Maria Pietzscici; e BONI, Luís Alberto de. **Temas de integração latino-americana**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1990, p. 32-3.

De fato, o tema da integração latino-americana emerge já a partir do seu processo de independência – especificamente a independência dos hispano-americanos –, mas nessa época com caráter marcadamente político e cultural, movimento esse – de idéias e de ações de alguns homens públicos e notoriedade intelectual – que vai até as primeiras décadas do século XX, mas que acabaram fracassando no seu intento integracionista. Esse é o período que se destaca a figura, por exemplo, do hispano-americano Simón Bolívar, do argentino Domingos Faustino Sarmiento, do chileno Andrés Bello, do peruano Victor Haya de la Torre, do mexicano José Vasconcelos, do uruguaio Henrique Rodó, entre tantos outros que direta ou indiretamente pensaram a independência e unidade histórico-cultural da América Latina.²⁹⁴⁸ Para o conjunto de países da região, os argumentos favoráveis à integração eram que a mesma “aumentaria o mercado e o comércio; a industrialização cresceria e seria melhor distribuída espacialmente; a especialização na produção, principalmente industrial, ocorreria; seria implantada a produção econômica de escala; a eficiência e a competitividade estariam presentes; a integração seria a forma ideal para se trabalhar e defender em grupo e, por fim, progressivamente, aumentar-se-ia o bem-estar dos povos integrados”.²⁹⁴⁹

A criação da CEPAL no pós-guerra – 1948 – na América Latina, é um marco decisivo em direção à integração econômica. Nela foi concebida a teoria e ideologia do desenvolvimento da região, com Raúl Prebisch a figura de maior exponência do órgão da ONU, e na concepção e desenvolvimento desse conjunto de idéias.²⁹⁵⁰ Analisando a situação concreta do subdesenvolvimento da região, a CEPAL concebe o pensamento desenvolvimentista, buscando fazer uma constante revisão da teoria econômica tradicional, conforme as peculiaridades apresentadas pela região latino-americana. Isso implicou em efetuar investigações mais precisas sobre o material empírico encontrado, a fim de formular um instrumental teórico e conceitual melhor e mais adequado para a realidade concreta da região. Daí os destaques para eventos econômicos como estrangulamento externo, deterioração dos termos de troca, crescimento para fora, crescimento para dentro, processo de substituição de importações, industrialização da região.²⁹⁵¹

Do ponto de vista cepalino, a saída da situação de atraso estava em “encontrar a forma de aumentar rapidamente as produções nacionais e elevar a eficiência da organização

²⁹⁴⁸ SILVA, Antecedentes..., p. 32-3. Sobre essas personalidades, vide também: PONCE DE LEÓN, Napoleón Baccino *et alii*. **A sagração da liberdade**: heróis e mártires da América Latina. Rio de Janeiro: Revan, 1994. 192 p.

²⁹⁴⁹ MENEZES, Do sonho..., p. 13.

²⁹⁵⁰ Sobre a obra de Raúl Prebisch na CEPAL, vide: GURRIERI, Adolfo (coord.). **La obra de Prebisch em la Cepal**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. 2 v.

²⁹⁵¹ SILVA, Antecedentes..., p. 35-7.

econômica latino-americana. Para isso, tinha-se que introduzir mudanças institucionais e deviam ser incorporados o progresso técnico e os altos índices de produtividade da indústria moderna. Isto não se podia levar adiante, como os fatos demonstravam, se se persistissem na política de industrialização fechada nos mercados nacionais e se o comércio exterior se limitasse a produtos primários. Era imprescindível expandir o comércio e estabelecer gradualmente uma estrutura diversificada de produção, cuja demanda ultrapassasse os limites dos mercados nacionais e tornasse possível, além disto, o aumento das correntes de importações”. A integração regional emerge, dentro da concepção cepalina, como alternativa para essa situação de estancamento econômico, uma vez que a industrialização iria requerer amplos mercados, a fim de alcançar a produtividade – elevada – dos grandes centros industriais.²⁹⁵²

Para a CEPAL, a industrialização era o fundamento primeiro para o desenvolvimento; ela era necessária para substituir as importações, sem o qual o crescimento econômico da região não aconteceria. No início da década de 1960, o modelo de substituição de importações mostrava o seu esgotamento na maioria dos países da região, devido à inelasticidade dos mercados; nos países que possuíam um significativo mercado interno – Argentina, Brasil e México –, a industrialização avançava, revelando que a “magnitude do mercado interno era, portanto, condição imprescindível para a industrialização e crescimento econômico como um todo”. O avanço do processo industrial iria requerer mercados maiores que os domésticos, uma vez que indústrias de tecnologia de ponta, bens de capital, e mesmo de produção intermediária, iriam requerer mercados maiores e em condições de comprar.²⁹⁵³

Assim, os fundamentos da proposta integracionista para a América Latina, segundo a CEPAL, estariam assentados em dois pontos importantes e interligados, quais sejam, “a insistência na urgência em acelerar a industrialização, de acordo com a tese que, sem ela, o desenvolvimento econômico seria impossível”, e de que “o fator basicamente responsável pelos ‘atos falhados’ da industrialização latino-americana não seria outro senão a própria limitação dos mercados nacionais a que essa industrialização se tem circunscrito”. Assim, era “urgente e imprescindível ampliar os mercados nacionais através da criação do mercado regional latino-americano, sob o argumento de que sem isto seria impossível desenvolver um complexo industrial dinâmico, capaz de produzir bens de capital e os bens intermediários” que a América Latina necessitava.²⁹⁵⁴

²⁹⁵² SILVA, Antecedentes..., p. 37.

²⁹⁵³ MENEZES, Do sonho..., p. 14.

²⁹⁵⁴ SILVA, Antecedentes..., p. 37.; MENEZES, Do sonho..., p. 14-8.

Os acontecimentos na Europa, especificamente a criação do Mercado Comum Europeu, também esteve presente e influenciando os debates no âmbito da CEPAL, no sentido da concretização de uma integração econômica latino-americana. Do ponto de vista dos entendimentos da época, a CEPAL compreendia que o processo europeu iria beneficiar outros países em desenvolvimento, mais próximos dos interesses daquela integração européia, em detrimento da América Latina, tornando mais urgente ainda a integração da região. Assim, a criação da ALALC e do MCCA, estimulados pela CEPAL, está dentro dessa orientação econômico-comercial, voltados para estimular a formação de um sólido mercado regional, e fazer vingar a efetiva concretização de uma industrialização permanente, duradoura e construtiva na região. Com a criação do Comitê de Comércio (1955), no âmbito da CEPAL, veio catalisar a formação de um mercado regional, com a formação de grupos especializados voltados para, de um lado, trabalhar para a implementação gradual de um sistema multilateral de pagamentos, e, de outro lado, definir as características de um mercado regional comum.²⁹⁵⁵

Se segunda metade da década de 1950, a CEPAL elabora os documentos bases para a futura criação de um mercado comum latino-americano – “Los Pagos y el Mercado Regional Latinoamericano” (1955); “Bases para la Formación del Mercado Regional Latinoamericano” (1958); “Recomendaciones acerca de la Estructura y Normas del Mercado Comum Latinoamericano” (1959). Todos esse documentos e estudos da CEPAL, estavam voltados para a instituição de um mercado comum de toda América Latina, entretanto, no momento de se discutir os termos de um anteprojeto do Mercado Comum Latino-Americano, não houve seguimento da proposta, porque Argentina, Brasil, Chile e Uruguai impuseram uma meta mais limitada e pragmática, voltada para uma integração de tipo mais limitada – sub-regional – uma vez que os quatros países juntos significavam, na época, 50% das exportações e 70% das importações, de toda a América Latina, e o comércio entre eles estava regido por uma série de acordos bilaterais de compensação – cerca de 16 instrumentos internacionais. Paralelamente a essa discussão voltada para instituir um único mercado comum em toda região, esse problemas decorrentes do comércio recíproco entre os países, também foi objeto de estudo específicos no âmbito da CEPAL, chegando à conclusão de ser instituído um sistema de preferências tarifárias, como passo necessário à formação futura de um mercado comum latino-americano, e sem que fosse incompatível com as regras gerais do GATT, enfim, um regime especial de exceção à “cláusula da nação mais favorecida”, cuja fórmula

²⁹⁵⁵ SILVA, Antecedentes..., p. 38-9.

definitiva encontrada foi a da área de livre comércio. A Área de Livre Comércio era tomada como ponto de partida para a instituição futura de um Mercado Comum Latino-Americano, meta que deveria ser perseguida pelos países da região.²⁹⁵⁶

Em 1959, portanto, na CEPAL havia duas propostas voltadas para efetivar uma integração; de um lado, um grupo de especialistas em política comercial tinha uma proposta limitada a restrita a um pequeno número de Estados – mas de peso significativo para a economia da região, quais sejam, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai – e, de outro lado, a proposta do Grupo de Trabalho do Comitê de Comércio, buscando alternativas para alcançar a formação de um Mercado Comum. A Área de Livre Comércio proposta pelos quatro países do sul foi vitoriosa, angariando a adesão imediata de Bolívia, Paraguai e Peru. Na discussão da fórmula, em 1959, uma conferência intergovernamental entre os Estados interessados elaborou um “Proyecto de Tratado de Zona de Livre Comercio”. Em 1960, novas negociações foram travadas, agora com a incorporação do México no projeto, e foi firmado o Tratado instituidor da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), criando uma zona de livre-comércio entre os seus signatários.²⁹⁵⁷

De certa forma, a ALALC foi um evento inesperado dentro dos rumos de discussão no âmbito da CEPAL. Entretanto, a concepção do Mercado Comum Centro-Americano teve uma história diversa. De fato, a América Central tentou criar para si várias experiências de união política, desde a Federação de 1824-1838, até mesmo a Organização dos Estados Centro-Americanos (ODECA) em 1951. Todas essas tentativas resultaram fracassadas. Dentro da CEPAL, nos estudos que se desenvolviam com vistas a um mercado comum latino-americano, as peculiaridades geográficas, econômicas e político-sociais da sub-região eram objeto de um estudo mais acurado, tomado desde o início de modo muito especial. Com o estancamento do modelo de crescimento baseado para fora – por via de exportações de produtos primários – a região centro-americana não pôde partir para o modelo de crescimento para dentro – substituição de importações por via de industrialização interna – como outros países mais desenvolvidos da região haviam adotado; seus mercados nacionais eram muito reduzidos, e o seu comércio exterior era muito pequeno – somente Haiti, Panamá e Paraguai, nessa época, possuíam trocas inferiores aos das nações centro-americanas.²⁹⁵⁸

²⁹⁵⁶ SILVA, Antecedentes..., p. 39-43.

²⁹⁵⁷ SILVA, Antecedentes..., p. 44-5.

²⁹⁵⁸ SILVA, Antecedentes..., p. 49-50.

Nos estudos desenvolvidos na CEPAL, a economia da América Central cresceu durante a Segunda Guerra Mundial, beneficiado, também, por estímulos norte-americanos e pela abertura do Canal do Panamá, entretanto, após o fim da guerra, o crescimento econômico da região foi insuficiente para erguer economias nacionais com um dinamismo estável e constante, mantendo essas economias em constante instabilidade. No início dos anos 1950, a CEPAL colocava para cinco economias nacionais – Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua – a integração como alternativa à sua realidade, e como sendo de necessidade inadiável, o que foi aceito pelos governos na época, uma integração voltada para “desenvolver a produção agrícola e industrial e os sistemas de transporte em seus respectivos países de forma a promover a integração de suas economias e a formação de mercados mais amplos, mediante o intercâmbio de seus produtos, a coordenação de seus planos de desenvolvimento e a criação de empresas em que todos ou alguns de tais países tenham interesse”. Assim, em 1952 foi formado o “Comité de Cooperación de los Ministros de Economía del Istmo Centroamericano”, e até o fim da década de 1950, a CEPAL, através do seu Comitê de Cooperação Econômica (CCE), assessorou e coordenou o programa integracionista dos referidos cinco países centro-americanos.²⁹⁵⁹

De 1951 a 1958, ocorreu a etapa preparatória da integração, com a negociação e assinatura de vários acordos comerciais bilaterais entre os países, sendo também elaborado estudos sobre problemas de infra-estrutura regional. A estratégia adotada foi uma postura política gradualista de integração, com a série de acordos – tratados – comerciais bilaterais e também a criação da Organização dos Estados Centro-Americanos (ODECA), a Escola Superior de Administração Pública para a América Central (ESAPAC) e o Instituto Centro-Americano de Pesquisa e Tecnologia Industrial (ICAITI). Tratou-se, portanto, de uma fase voltada para construir uma integração econômica gradual, “propiciar o progressivo crescimento industrial e a paulatina liberalização do comércio regional”. Foi um período que, embora limitada em seus propósitos concretos, permitiu colocar o tema da integração em ampla e viva discussão na região, além de sedimentar ou favorecer a “criação de bases institucionais e comerciais dos programas de integração posteriores”. Desta forma, em 1958 é firmado o “Tratado Multilateral de Libre Comercio y Integración Económica”, iniciando uma nova etapa do processo de integração e que irá durar até 1960, quando é firmado outro documento, qual seja, o “Tratado General de Integración Económica Centroamericana”,

²⁹⁵⁹ SILVA, Antecedentes..., p. 50-1.

marcando a fase multilateral do processo, e fase na qual os Estados Unidos passaram a demonstrar efetivo interesse pela integração centro-americana em curso.²⁹⁶⁰

O programa de CEPAL, voltado para a integração centro-americana, foi executado conforme planejamento prévio voltado para não executar de forma imediata uma união econômica completa na América Central, mas “uma integração limitada, acompanhada de uma política de reciprocidade comercial e industrial”, princípio e orientação que foi incorporado nos tratados e convênios internacionais elaborados no bojo do processo. Junto com o princípio do livre-comércio – que tinha primazia no processo –, o princípio da reciprocidade governou as ações desenvolvidas pelos Estados interessados nesse período. A partir de 1959, tendo em vista os rumos e progresso alcançados pela integração centro-americana, os EUA passam a adotar uma postura mais agressiva, no sentido de interferir nos rumos do mesmo, passando a influir diretamente no programa de integração em curso – especialmente buscando a cooptação e desvio dos associados por via de dinheiro –, com posicionamentos contrários a muitos dos princípios defendidos pela CEPAL, e também sob o argumento de estabilizar politicamente e defender a área da ameaça comunista – afastando a influência da CEPAL na sub-região. O que era desejado pelos EUA, era uma integração econômica de moldes clássicos, voltada para instituir um mercado comum na sub-região.²⁹⁶¹

De fato, tudo indica que a ação política dos Estados Unidos foi vitoriosa no sentido de desviar os rumos da integração em curso. Assim, em 1960, El Salvador, Guatemala e Honduras, firmaram o Tratado de Associação Econômica, subvencionado com ajuda monetária norte-americana, instituindo uma associação econômica entre si, abandonando as concepções básicas elaboradas pela CEPAL, bem como o gradualismo do processo integrador. A partir dessa associação econômica, os princípios defendidos pelos EUA, passaram a prevalecer abertamente na integração centro-americana, entre eles, que “os mercados regionais não deveriam ‘desviar’, mas ‘criar’ comércio”, que “dentro de um prazo definido, dever-se-ia promover a eliminação de todos os obstáculos ao comércio intra-regional”, que “os programas deveriam estar de acordo com as regras do GATT e com a liberalização mundial do comércio”, que “elas deveriam aumentar o grau de competição dentro da área”, que “além da liberdade de comércio, os programas deveriam, também, promover a livre circulação dos fatores de produção”, e que “o financiamento do comércio regional deveria ser estipulado em moedas convertíveis”. Para a realidade latino-americana da época, algumas condições não poderiam ser realizadas e eram situações que não correspondiam às reais necessidades das

²⁹⁶⁰ SILVA, Antecedentes..., p. 51-3.

²⁹⁶¹ SILVA, Antecedentes..., p. 53-6.

nações subdesenvolvidas. “O programa que até então vinha sendo desenvolvido pela CEPAL baseava-se no princípio do gradualismo e na reciprocidade de benefícios, no controle e programação da política industrial e na formação de indústrias de integração. Os Estados Unidos, ao contrário, propunham o estabelecimento imediato e irrestrito do livre comércio, além de defenderem o princípio da livre competição absoluta e o máximo de liberdade para as inversões estrangeiras”.²⁹⁶²

De fato, a associação ultrapassava em muito a real capacidade dos países centro-americanos, gerando estranheza e protestos, pois complicava muito e dificultava o programa de integração cepalino em curso, não só pelos acordos bilaterais e multilaterais firmados entre os parceiros, mas também pelo fato de que agora passava a existir duas orientações distintas quanto ao futuro da integração econômica regional. Uma reavaliação global de todo processo foi objeto de uma reunião extraordinária, em 1960, do CCE, chegando a conclusão de que uma fórmula era preciso ser encontrada, a fim de compatibilizar as duas orientações num novo tratado. Em 1962, foi firmado o Tratado Geral de Integração Centro-Americana, reafirmando a união dos cinco países, seguindo de perto a linha política do Tratado de Associação Econômica, mas também levando em conta os princípios que já haviam sido consagrados no regime de indústrias de integração. O referido tratado não revogou nenhum dos tratados e acordos anteriores, mas passou a prevalecer sobre todos.²⁹⁶³

O Pacto Andino emerge do debate inacabado acerca da necessidade de um mercado comum latino-americano, apesar da existência da ALALC e MCCA. Em 1965, o presidente do Chile solicita a renomados diretores de quatro organismos internacionais latino-americanos – Felipe Herrera (BID), José Antonio Mayobre (CEPAL), Carlos Sanz de Santamaría (CIAP) e Raúl Prebisch (UNCTAD e CEPAL) – um informe, a ser dirigido posteriormente para os demais presidentes da região, com novas proposições para o processo de integração regional, cujo resultado foi a recomendação enfática para que se efetuasse a criação do Mercado Comum Latino-Americano. Esse documento teve muita repercussão na região, reacendendo os debates acadêmicos e políticos voltados para a criação – ou não – do referido mercado comum. Em 1967, através da Declaração dos Presidentes dos Estados Americanos, fixou-se a intenção política de criar progressivamente o mercado comum latino-americano a partir de

²⁹⁶² SILVA, Antecedentes..., p. 55-7.

²⁹⁶³ SILVA, Antecedentes..., p. 57-8.

1970, intenção essa que ficou apenas no plano retórico, mas que concretamente deu início para a criação do Pacto Andino.²⁹⁶⁴

Se em 1959/1960, as propostas e negociações no âmbito da CEPAL conduziam-se para um programa destinado a criar um mercado comum envolvendo toda América latina, mas que resultaram concretamente na ALALC e MCCA, é a partir da segunda metade da década de 1960 que a discussão toma novo vigor, mas que irá resultar, em 1969, no Acordo de Cartagena, ou Pacto Andino, novamente um acordo de caráter sub-regional. Do ponto de vista econômico e político-ideológico, o Pacto Andino foi muito importante na história da integração regional latino-americana, uma vez que a amplitude e profundidade de suas proposições mais fundamentais ultrapassavam a idéia de um mercado comum, indo muito além das experiências da ALALC e MCCA, e sofrendo os reflexos paradoxais – culturais – de um processo latino-americano de integração.²⁹⁶⁵

A CEPAL concebeu a integração econômica latino-americana como “instrumento de proteção às atividades industriais locais e como instrumento para promover o ‘desenvolvimento econômico regional’”, desta forma, com intuito de “criar condições para que os países latino-americanos pudessem aumentar seu poder de competição com os centros hegemônicos, sobretudo com os Estados Unidos”. Na prática, a ALALC e o MCCA acabaram adotando medidas e mecanismos tímidos nesse sentido, além de acabarem sendo envolvidos pela interferência dos Estados Unidos. A partir de 1959, os Estados Unidos passaram a adotar uma política mais agressiva de ingerência no processo de integração da região, atividade que ganhou um impulso maior com a chamada “Aliança para o Progresso”, de 1961, uma proposta dos EUA para que os Estados americanos se unissem nessa aliança, e que foi lançada juntamente com a “Declaração aos Povos da América”, que estipulou como um de seus objetivos a aceleração da integração da América Latina, fortalecendo a ALALC e MCCA. Tal aliança para o progresso não levou a resultado algum, esvaziando-se, mas produziu o efeito de facilitar a interferência dos EUA no processo de integração latino-americana, especialmente através da Agency for International Development (AID) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), órgãos através dos quais eles aumentaram sua capacidade de “intervenção branca” em toda América Latina, em vários setores.²⁹⁶⁶

Em 1966, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, emitem a Declaração de Bogotá – embrião do Pacto Andino – com um tópico especial sobre a Aliança para o

²⁹⁶⁴ SILVA, Antecedentes..., p. 64-5.

²⁹⁶⁵ SILVA, Antecedentes..., p. 65.

²⁹⁶⁶ SILVA, Antecedentes..., p. 65-6.

Progresso, no sentido de reforçar suas estruturas e mecanismos, para recuperar as metas previstas e não cumpridas ainda; mas a declaração visava a aceleração do processo de integração latino-americano através da formação de um acordo sub-regional mais dinâmico que a ALALC. Em 1967, EUA e Trinidad-Tobago emitem outra declaração, igualmente voltada para impulsionar a Aliança para o Progresso, dispondo-se a acelerar a formação de um Mercado Comum Latino-Americano. O Pacto Andino emerge dentro desse contexto político e conjuntural; criado para ser alternativa para a ALALC – equilibrando as desvantagens relativas dos países menores –, ele acabou como apêndice da ALALC e ligado a ele umbilicalmente; concebido como instrumento de promoção do desenvolvimento industrial de base sub-regional, enfim, “um modelo de desenvolvimento não dependente, que permitisse reforçar os centros internos de decisão”, não se pode olvidar que suas origens estão estreitamente ligadas às duas declarações acima citadas – 1966 e 1967 –, portanto, ao reforço para a Aliança para o Progresso.²⁹⁶⁷

Em 1967, o Conselho de Ministros da ALALC se reúne extraordinariamente e aprova as Resoluções 202 e 203. Pela Resolução 202, foi recomendado o estabelecimento de regras a que os acordos regionais – firmados no âmbito da ALALC – deveriam se submeter, sendo fixado dez princípios norteadores para a elaboração futuro das referidas regras; pela Resolução 203, foram aprovadas as bases do acordo sub-regional entre Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Em 1968, foi instituída a Corporação Andina de Fomento (CAF), voltada para impulsionar o processo de integração sub-regional. Finalmente, em 1969, é firmado o Acordo de Integração Sub-Regional – Acordo de Cartagena – entre Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. Venezuela iria aderir ao acordo em 1973.²⁹⁶⁸

4.1.5.2. PORQUE TANTOS PROBLEMAS?: A ESTRUTURAL DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA

Se a busca da melhoria sócio-econômica era o objetivo direto e indireto de tais ações político-econômicas internacionais, o fato é que objetivamente esse conjunto de eventos provocou efeitos sociais, políticos e econômicos diversos do que se pretendia originariamente. Assim, as preocupações do pensamento econômico se debruçaram preferencialmente sobre os

²⁹⁶⁷ SILVA, Antecedentes..., p. 66-7.

²⁹⁶⁸ SILVA, Antecedentes..., p. 68.

processos de industrialização – os seus sucesso e fracassos –, bem como as freqüentes crises econômicas que se abateram sobre as nações do continente latino-americano, e que tanto podem ser considerados já como parte integrante – quase que naturalizada – da trajetória histórica formativa das sociedades da região. Pode-se constatar que a história sócio-econômica da América Latina é de uma dependência que parece ser praticamente invencível e inescapável. A América Latina é membro cativo da periferia da economia mundial, daquele grupo – não seleta – de países subdesenvolvidos, ou, dentro das novas nomenclaturas vigentes, talvez países em desenvolvimento. As suas contradições sócio-econômicas estão assentadas já de forma naturalizada, consagradas tranqüilamente na mídia, academia, política, enfim, no dia-a-dia inescapável de todas as gentes latino-americanas – sem exceção – diante de si própria e da alteridade que o cerca.

Se em discurso, tudo é dito e feito para vencer um certo atraso econômico da região, serão as circunstâncias objetivas que pronunciarão outras verdades que merecem ser reveladas, a fim de comparar-se os desideratos com os resultados concretos alcançados. Para compreender melhor teoricamente as relações internacionais que estiveram envolvidos os Estados da América Latina, talvez nenhuma outra teoria conseguiu explicar melhor suas circunstâncias, constrangimentos e determinações, do que os estudos marxistas aplicados à região, que se constitui uma teoria válida para esclarecer o destino que lhe foi reservado perante o Planeta. Assim, a aplicação do marxismo nas relações internacionais nos anos 1970 e 1980, conseguiu explicar melhor o funcionamento do mecanismo de subdesenvolvimento a que estavam submetidos grande parte dos países do mundo, inseridos dentro de uma estrutura internacional de exploração entre países – mesmo que desconhecida em sua integralidade e em seus detalhes de funcionamento –, conforme os interesses dos Estados mais desenvolvidos. De fato, a partir da década de 1980, os conceitos marxistas passaram a ser aplicados fecundamente, dentro dos escritos da economia política internacional, “para analisar as causas e as conseqüências de um mercado cada vez mais internacionalizado e das novas formas que ele estava assumindo”, revelando tais estudos que o pensamento marxista, no âmbito das relações internacionais, possui seu grau de contributo para a devida compreensão multifocal dos problemas que ocorrem nessa esfera.²⁹⁶⁹

O materialismo histórico, desenvolvido por Karl Marx – e aprimorado por correntes independentes de estudiosos marxistas –, possui relevância onde constitui um contributo importante para a interpretação e mesmo determinação do mundo contemporâneo. A sua

²⁹⁶⁹ HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999, p. 31.

ortodoxa centralização no estudo do imperialismo, a sua ênfase quase exclusivo no estudo das condicionantes econômicas dentro da sociedade, a sua visão centrada nos acontecimentos mundiais como um processo único, entre outros, confinou demais a discussão do materialismo histórico, impedindo o seu desenvolvimento para campos mais abrangentes de estudos e investigações, como acabaram fazendo os intelectuais marxistas de linha mais independentes. Apesar das grandes linhas teóricas das relações internacionais – desenvolvidas especialmente na Inglaterra e Estados Unidos – não dialogarem com o marxismo, é a partir da década de 1970 que a literatura acadêmica concedeu espaço ao marxismo, concebendo-o com um novo paradigma interpretativo das relações internacionais – paradigma estruturalista –, mas que, apesar “das ‘leis de ferro’ da história e das determinações de contexto socioeconômico”, concebia a possibilidade de uma margem de liberdade, vontade, possibilidade e voluntarismo social; a teoria crítica da Escola de Frankfurt defendeu o “potencial emancipatório dos grupos e dos indivíduos e sobre a possibilidade de uma resposta teórica apropriada”.²⁹⁷⁰

Mas esse paradigma estruturalista marxista concebido fixou-se ainda como uma teoria da determinação primordial sócio-econômica, focando a produção e exploração econômica, sendo que sua temática de análise fixou-se – limitadamente – nas relações internacionais Norte-Sul, revelando duas limitações teóricas significativas, quais sejam, a de que teoria forneceu “somente uma consideração parcial do que já fora objeto de estudo dentro do materialismo histórico” – dominação, exploração e imperialismo –, bem como revelou que considerava como relevantes apenas algumas limitadas questões – relações Norte-Sul como chaves – centrais – da política mundial. Mas apesar dessa abordagem dos anos 1970, e sua limitações, o desenvolvimento do materialismo histórico – marxismo – dentro das relações internacionais revela um potencial que ainda pode ser explorado proficuamente. Assim, em primeiro lugar, é preciso reconhecer que o materialismo histórico “é uma teoria geral abrangente da ação política, social e econômica, capaz de considerar todos os campos da ação social”, vale dizer, a “tentativa mais consistente de fornecer uma teoria abrangente da sociedade elaborada [no século XIX]”, com impacto em várias áreas do conhecimento social, e potencial conceitual para ser aplicado às relações internacionais. Em segundo lugar, apesar de sua agenda reduzida, circunscrita a temáticas limitadas, tal estudo resultou na possibilidade de compreender a “guerra, a violência, o Estado, o conflito internacional, as questões econômicas transnacionais e o desenvolvimento do próprio sistema internacional”, sendo que o próprio imperialismo, como rivalidade estratégica interestatal, foi uma concepção original,

²⁹⁷⁰ HALLIDAY, Repensando..., p. 61-7.

inédita e ambiciosa jamais feita na época de 1900-1920, quando foi concebida. Mas também as Teorias do Sistema Mundial – Immanuel Wallerstein –, os debates da Guerra Fria, as análises das relações intercapitalistas, e os novos escritos da história internacional foram importantes contributos marxista para as relações internacionais da década de 1970.²⁹⁷¹

Para uma compreensão do paradigma materialista histórico, há alguns temas gerais que marcam a posição teórica do modelo de interpretação social. Em primeiro lugar, há que se reconhecer a determinação material ou determinação por fatores sócio-econômicos dentro de um grupo social. Concebendo a sociedade com um todo orgânico e inter-relacionado, onde um afeta determina a vida da outro, a atividade econômica – meios de garantia de vida e existência – é a central e tudo gira em torno dela. O modo de produção – forças de produção e relações de produção – acaba sendo determinação estrutural constituinte de qualquer formação social, mas isso não significa que tudo se reduz à atividade econômica, pois Marx afirmou apenas que o modo de produção sempre está vinculado, de uma forma ou outra, a tudo o mais que sucede na referida sociedade – instituições, ideologias, eventos etc. – e não que tudo se reduz ao modo de produção. Portanto, o contexto sócio-econômico sempre estará presente no contexto nacional-internacional, influenciando os diferentes acontecimentos nessa esfera, e o Estado passará a ser visto como um espaço de interesse de gentes que possuem uma dada formação social, definida por uma dada estrutura sócio-econômica. Nessa formação social, há classes sociais, estratos de gentes específicas que determinam os rumos do grande grupo, portanto, a soberania de um Estado passa a ser visualizado sob ponto de vista interno da luta pelo poder social e sua legitimação interna, e a segurança estatal a segurança de grupos sociais por razões sócio-econômicas específicas. Por fim, a história do sistema internacional mundial também é a história da disseminação global do capitalismo e da subjugação das sociedades pré-capitalistas, sustentando o caráter individual dos Estados e suas relações.²⁹⁷²

Em segundo lugar, há a determinação histórica, no sentido de que a história determina os acontecimentos ou comportamentos do presente, ou, em outras palavras, “que os eventos e as características de qualquer sociedade somente poderiam ser percebidos em seu contexto histórico”. Assim, a sociedade deve ser percebida em seu contexto sócio-econômico, onde a origem dessa formação social – com suas circunstâncias e conjunturas históricas de desenvolvimento (paixões, ilusões e identificações inconscientes) – e o lugar ocupado dentro do sistema internacional mundial seriam capitais e determinantes para analisar e compreender o papel, posição, circunstâncias e situação de uma dada formação frente às demais. Assim, “as

²⁹⁷¹ HALLIDAY, Repensando..., p. 67-73.

²⁹⁷² HALLIDAY, Repensando..., p. 73-5.

políticas doméstica e externa, os instintos dos líderes e as respostas do público, as instituições políticas, as mágoas e os medos que movem a população, tudo isso é mais reflexo do passado do que se costuma admitir”. A união das determinações sócio-econômicas e históricas produz o efeito de naturalização e permanência de uma visão de mundo, e que, enquanto não são dadas as condições de emancipação intelectual – lucidez –, a sociedade permanece sujeita a esse processo de socialização política voltada para tornar os eventos sociais em curso como inevitáveis e imutáveis; desmistificar a sociedade desse estado de inconsciência das determinações que os influenciam e que o grupo acaba reproduzindo também inconscientemente, retira a idéia de naturalidade e perpetuidade do *status quo*, sugerindo que outras alternativas existem às que estão em curso e em prática diuturna. O efeito de inconsciência e naturalização se reproduz no terreno nacional-internacional. Vencer a resistência teórica, prática e profissional do lugar da história nas relações internacionais é imprescindível, para não abstrair questões históricas que permitiriam conclusões mais fecundas com o seu estudo concomitante às questões teóricas em seu seio.²⁹⁷³

Em terceiro lugar, há a “centralidade das classes [sociais] como atores na vida política doméstica e internacional. Genericamente, as classes são definidas pela posse e controle dos meios de produção e isto depois determina as outras formas de poder social que elas detêm. Se dentro de um Estado particular as classes agem para subjugar e controlar os menos poderosos, internacionalmente elas agem para aliar-se a grupos similares, quando isto lhes é benéfico e, para competir, por meios pacíficos ou militares, quando se prefere a rivalidade. O conflito entre as classes, ou seja, ‘luta de classes’, ocorre, portanto, em dois níveis; entre grupos em diferentes posições na escala socioeconômica e entre grupos de posição equivalente”. A luta ocorre dentro e fora do Estado, uma vez que o mundo capitalista se ampliou com sua disseminação internacional e as rivalidades são nacional-internacionais, com classes dominantes procurando preservar sua posição nas duas esferas de atuação imbricadas. No plano especificamente internacional, a centralidade das classes permite analisar os principais conflitos políticos internacionais a partir de um caráter sócio-econômico, como conflitos entre classes sociais dominantes capitalistas e entre velhos poderes capitalistas e novos rivais, enfim, conflitos inter-imperialistas e inter-capitalistas. O Estado passa a ser visto como uma entidade determinada pelo contexto sócio-econômico e de classe – forças sociais amplas –, colocando a questão de como os atores não-estatais sempre afetaram o poder e o caráter do Estado, agindo através do Estado ou por via de outros canais, e também como as

²⁹⁷³ HALLIDAY, Repensando..., p. 75-6.

políticas domésticas são pautadas e influenciadas cada vez mais pela política internacional – por via de atuação de classes com atuação internacional como banqueiros e comerciantes. O capitalismo, assim, é a história da internacionalização das classes dominantes, muito mais do que as trabalhadoras.²⁹⁷⁴

Em quarto lugar, há o conflito e a revolução com apogeu. “O conflito é tomado aqui como um conceito histórico e social, pertencente às relações entre as diferentes classes e os outros grupos sociais e gerado pelas diferenças em posições socioeconômicas. O materialismo histórico não somente discute que tal conflito é inevitável, dadas as desigualdades de riqueza e posição econômica na sociedade contemporânea, mas também que é um fator dinâmico fundamental da política no sistema internacional e nas sociedades individuais”. O auge de tais conflitos é a guerra e/ou a revolução; “as guerras representam conflitos entre duas classes sociais rivais de características similares para obter o monopólio de mercados, de recurso e de territórios”. As revoluções são políticas “que somente mudam a forma de governo”, e revoluções as sociais, “que alteram o sistema de dominação de classe”. As revoluções sociais seriam locomotivas da história porque, representando conflitos entre classes sociais de diferentes características – dentro de Estados particulares –, seriam “eventos que, nascendo de conflitos profundos dentro de uma estrutura socioeconômica, levam a mudanças no caráter social dos Estados e a mudanças substanciais no caráter da política internacional. Longe de representar aberrações, colapsos ou interrupções da política normal, elas são difusas e pontos de transição centrais dentro da história das nações e da comunidade internacional em geral”. Por isso que, do ponto de vista marxista, a segurança internacional – com a centralidade das ações dos Estados sobre a matéria – cede em favor do conflito e as formas pela qual eles é gerado, conduzido e resolvido, vale dizer, o conflito social nacional-internacional com fundamento na riqueza e poder econômico. Também é entendido que os Estados emergem através de conflitos históricos; por outro lado, quando se verifica, na prática, que a administração de conflitos sociais é a principal de políticos e analistas acadêmicos das relações internacionais, verifica-se que o pensamento marxista é aplicável diante da necessidade de conter esses conflitos inter-capitalistas e revoluções sociais – conflitos sociais sobre a propriedade, o poder e recursos. A ordem mundial – política internacional –, portanto, pode e deve sempre ser perguntada para quem e para quais interesses; a anarquia do sistema mundial deve ser perguntada se não é em relação ao mercado e ao próprio capitalismo.²⁹⁷⁵

²⁹⁷⁴ HALLIDAY, Repensando..., p. 76-8.

²⁹⁷⁵ HALLIDAY, Repensando..., p. 79-81.

Por fim, relacionado a todos os tópicos acima, e também um tema central dentro do materialismo histórico, está o “reconhecimento da esfera da necessidade e do poder de influência de fatores não reconhecidos em nosso comportamento”. De um lado, há a questão da “avaliação da importância da (...) vontade e da atividade humana consciente dentro do pensamento marxista (...)[, uma vez que] Marx enfatizou a importância da determinação socioeconômica e histórica: estas forças agem profundamente sobre os atores humanos e definem os limites do que eles podem atingir e as tendências de suas ações”; e, de outro lado, complementarmente também “Marx afirmou a importância de fatores sociais e históricos não-reconhecíveis ou de alguma forma tão poderosas quanto o inconsciente individual de Freud. Mas como Freud, ele acreditava que a vontade humana e o objetivo de tornar o inconsciente explícito e consciente eram possíveis dentro de certos limites. Além disso, tal reconhecimento era um caminho não para a celebração do inevitável, do render-se face ao determinado, mas, pelo contrário, uma pré-condição para o exercício da liberdade que as circunstâncias permitem. Os grupos sociais poderiam mais facilmente mudar sua posição se percebessem a extensão dos fatores que determinavam a sua situação”. Desta forma, o materialismo histórico mostrou que, um sistema internacional alternativo, somente pode ser atingido “através de um esforço sustentado e de uma tentativa inexorável de reconhecer até que ponto os atores humanos permanecem prisioneiros das forças sociais e históricas que atuam sobre eles”, revelando, também, mais do que qualquer outra teoria, “que a ação humana criou um mundo e, este mundo, era capitalista”.²⁹⁷⁶

Na América Latina, o marxismo é introduzido em final do século XIX,²⁹⁷⁷ e permitiu a construção de um vigoroso conjunto de estudos críticos, revelando mais concretamente as injunções internas e externas que a região estava submetida, permitindo compreender melhor aspectos sócio-econômicos da formação civilizacional da região. Assim, um dos estudos e estudiosos mais significativos dessa corrente assinalou que as nações latino-americanas formaram-se à sombra – produto direto – da expansão civilizacional europeia, dentro de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático, e essa condição inicial acabou acompanhando toda sua trajetória histórica como um destino inescapável para todas as nações

²⁹⁷⁶ HALLIDAY, Repensando..., p. 81-2.

²⁹⁷⁷ GONZÁLES CASANOVA, Pablo. Os pioneiros do marxismo na América Latina. In: BARSOTTI, Paulo; e PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). **América Latina**: história, idéias e revolução. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998, p. 17-43.; LÖWY, Michael. Notas sobre a recepção do marxismo na América Latina. In: BARSOTTI, Paulo; e PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). **América Latina**: história, idéias e revolução. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998, p. 11-6.

das região, adquirindo uma forma mais complexa de dependência após o fim do seu período de independência.²⁹⁷⁸

A razão principal para permanecerem praticamente em sua condição de colônias dependentes dos grandes centros desenvolvidos seria a “evolução do capitalismo e a incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas”. Assim, os países ficaram submetidos a diferentes padrões de dominação externa, conforme a natureza do capitalismo da Europa e dos Estados Unidos e, aliado a isso, constata-se, também, que “uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados. Em consequência, a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida”. Por isso, a integração nacional – desenvolvimento autônomo econômico, sócio-cultural e político – tornou-se impossível dentro dessas circunstâncias, fazendo com que interesses particularistas de camadas privilegiadas fossem assimilados como interesses do próprio conjunto da nação, vinculando, assim, o destino nacional com as injunções ou interesses de ordem internacionais. Anota-se que “a docilidade dos interesses privados latino-americanos em relação ao controle externo não constitui tão somente uma estratégia econômica. Trata-se de um componente dinâmico de uma tradição colonial de subserviência, baseada em fins econômicos, mas também na cegueira nacional, até certo ponto estimulada e controlada a partir de fora”.²⁹⁷⁹

As formas básicas de dominação externa e dependência da região, seguem basicamente quatro sistemas históricos – com seus requisitos econômicos, culturais, e políticos –, quais sejam, em primeiro lugar, o antigo sistema colonial, onde os colonizadores eram submetidos à vontade e ao poder das coroas espanholas e portuguesas, sendo que, por isso, deviam, como vassallos, obediência e lealdade. A ordem social estabelecida era montada de tal forma a manter e preservar os interesses das coroas e dos colonizadores, conforme os fins que uniam as duas classes de protagonistas. A sociedade colonial edificada, a partir daí, segundo os padrões ibéricos de estrutura social, aliado a trabalhos forçados, combinou estamentos e castas, onde “apenas os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e de transmitir posição social através da linhagem ‘européia’”. Uma flexibilização verificou-se dentro da estratificação social resultante nesse tipo específico de

²⁹⁷⁸ FERNANDES, Florestan. Padrões de dominação externa na América Latina. In: BARSOTTI, Paulo; e PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). **América Latina: história, idéias e revolução**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998, p. 95.

²⁹⁷⁹ FERNANDES, Padrões..., p. 95-6.

sociedade colonial, que resultou numa maior “absorção e controle das massas de nativos, africanos e mestiços, classificados em categorias de castas, ou mantidos fora das estruturas estamentais, como estratos dependentes”. Na prática, esse tipo de dominação colonial resultou numa “exploração ilimitada, em todos os níveis de existência humana e da produção, para o benefício das coroas e dos colonizadores”, e que veio a entrar em crise posteriormente por fatores internos e externos às colônias e respectivas metrópoles.²⁹⁸⁰

Em segundo lugar, fruto da desagregação do antigo sistema colonial, emerge um novo padrão de dominação ditado por nações européias que conquistam o controle dos negócios de exportação e importação na América Latina – especialmente a Inglaterra –, interessadas mais no comércio que na produção local. Entre as últimas décadas do século XVIII, e as primeiras décadas do século XIX, sem exercerem um poder imperial sobre as colônias latino-americanas, essas potências européias ocuparam o espaço econômico deixado pela crise ou desagregação do antigo sistema colonial, aproveitando-se da estrutura econômica de produção já construída e em funcionamento, ao mesmo tempo em que viam nessas colônias a ausência de produtos de alto valor agregado e um mercado consumidor relativamente amplo, justificando o seu domínio estratégico nas esferas comerciais e financeiras, a fim de lucrarem nesse circuito. Inicia-se, assim, a instituição de mercados capitalistas modernos, assentados nos grandes centros urbanos das colônias. Foi um período de dominação sócio-econômica externa por via indireta, enfim, um neo-colonialismo financeiro e comercial ditado por outras potências econômicas européias emergentes, diversas de Portugal e Espanha. Verifica-se que os custos para implantação dessa nova realidade econômica era baixíssimo para as novas potências européias, uma vez que demandavam “pequeno número de pessoal qualificado, a difusão em escala reduzida de novas instituições econômicas [– agências comerciais e bancárias –] e de novas técnicas sociais, e várias modalidades de associação com agentes e interesses locais e nacionais”. As circunstâncias e acaso da época contribuíram para estabelecer essa monopolização dos mercados latino-americanos, “uma vez que as ex-colônias não possuíam os recursos necessários para produzir os bens importados e seus setores sociais dominantes tinham grande interesse na continuidade da exportação”. Entretanto, “a dominação externa era uma realidade concreta e permanente, a despeito do seu caráter como processo puramente econômico. Os efeitos estruturais e históricos dessa dominação forma agravados pelo fato de que os novos controles desempenhavam uma função reconhecida: a manutenção do *status quo ante* da economia, com o apoio e cumplicidade das ‘classes

²⁹⁸⁰ FERNANDES, Padrões..., p. 96-7.

exportadoras' (os produtores rurais) e os seus agentes ou os comerciantes urbanos. O esforço necessário para alterar toda infra-estrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial".²⁹⁸¹

Em terceiro lugar, após a reorganização da economia mundial, através da revolução industrial na Europa – cujo neo-colonialismo latino-americano contribuiu, como fonte de acumulação de capital nos países europeus, por sua vez, dando origem a diversos mercados nacionais na Europa e América Latina, que impulsionaram e realimentaram o processo industrial naquele continente –, emerge um outro tipo de dominação externa na América Latina. As “transformações do capitalismo na Europa provocou novas formas de articulação das economias periféricas da América Latina, na direção dos dinamismos das economias capitalistas centrais”. Essa nova circunstância ficou mais evidente em meados do século XIX, e se estendeu até o início do século XX, uma fase onde as “influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural [conforme ditado pela ideologia econômica liberal-capitalista]. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina”. Se o período que vai até 1929 – Grande Depressão Mundial – é considerado a idade do ouro da capital estrangeiro na América Latina, beneficiando a região, é preciso considerar, também, que os Estados europeus, e mesmo os Estados Unidos, efetivamente ganharam muito mais com seus negócios locais; a Inglaterra, por exemplo, convertia todas as mudanças econômicas, sociais e culturais, em curso na América Latina, em puros negócios – construção de infra-estruturas nacionais, especulação imobiliária, na saúde, educação, transporte etc. Ademais, o controle financeiro das economias locais tornou-se complexo e profundo, e feito de tal forma que “as economias dependentes foram transformadas em mercadorias, negociáveis à distância, sob condições seguras e ultra-lucrativas”. Concretamente, esse novo padrão de dominação imperialista novamente atuou no sentido de condicionar e reforçar as estruturas econômicas já arcaicas e presentes nas diferentes nações da região, fundamentalmente necessárias para preservar o tradicional esquema da exportação-importação, baseado na produção de matérias-primas e bens

²⁹⁸¹ FERNANDES, Padrões..., p. 97-8. Grifos no original.

primários; além disso, contribuiu para o próprio fracasso do modelo de desenvolvimento ditado pelas modernas elites econômico-financeira-industriais das nações européias hegemônicas, não impulsionando uma revolução econômico-liberal nos moldes europeus. De fato, verifica-se que do antigo para o novo colonialismo latino-americano, “a integração nacional das economias dependentes sempre foi negligenciada. Os objetivos manifestos e latentes foram dirigidos para os ganhos líquidos, isto é, para a transferência do excedente econômico das economias satélites para os países hegemônicos”. Assim, nessa longa trajetória até alcançar-se o imperialismo europeu no continente latino-americano, fechando um circuito iniciado pelo antigo colonialismo, talvez o seu produto mais acabado foi a construção e instituição – no seu duplo sentido – da elite latino-americana complacente e cordata.²⁹⁸²

Em quarto lugar, a partir da expansão das grandes empresas corporativas multinacionais nos países latino-americanos, emerge outra forma de dominação externa na região. Atuando nas esferas comerciais, de serviços, financeiras, nos campos da indústria leve e pesada, essas “empresas trouxeram à região um novo estilo de organização, de produção e de *marketing*, com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. Elas representam o capitalismo corporativo ou monopolista, e se apoderaram das posições de liderança – através de mecanismos financeiros por *associação* com sócios locais, por corrupção, pressão ou outros meios – ocupadas anteriormente pelas empresas nativas e por seus *policy makers*”. Nesse novo tipo de dominação e de correspondente dependência, verifica-se que “essa tendência envolve um controle externo simétrico ao antigo sistema colonial”, mas agora dentro das condições e considerando um “moderno mercado capitalista [mundial], da tecnologia avançada, e da dominação externa compartilhada por diferentes nações”, correspondendo a um processo de imperialismo total, e não restrito como o imperialismo anterior. Esse imperialismo total “organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da vida política nacional etc.”; mas também se verifica que tal tipo de dominação “demonstra que mesmo os mais avançados países latino-americanos ressentem-se da falta dos requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas”, uma vez que é sempre pessoal estrangeiro – como sucedeu em toda história

²⁹⁸² FERNANDES, Padrões..., p. 99-100.

latino-americana – que, na prática concreta, quem implementa as mundaças – “transplantação maciça de tecnologia e de instituições, suprimento externo de capital e de controle financeiro”; por fim, deve ser considerado, também, que “uma economia satélite ou dependente não possui as condições estruturais e dinâmicas par sobrepujar nacionalmente, pelos esforços de (...) setores dominantes das [suas próprias] classes altas e médias (...), o subdesenvolvimento e suas conseqüências”, uma vez que os interesse privados internos acabam se alinhado aos interesses privados externos “na exploração do subdesenvolvimento em termos de orientações de valor extremamente egoístas e particularistas”. Todo processo para a autonomia industrial e econômica da região tem em fatores externos o seu controle efetivo; a “ilusão de uma revolução industrial liderada pela burguesia nacional foi destruída, conjuntamente com os papéis econômicos, culturais e políticos estratégicos das elites no poder latino-americanas”.²⁹⁸³

Essa nova forma de imperialismo e dominação – com o respectivo novo padrão de dependência decorrente dela decorrente – não é apenas fruto de fatores econômicos, apesar de no centro dela estar a grande empresa corporativa e o capitalismo monopolista. As profundas mudanças trazidas por essa forma de organização empresarial são processo históricos, de natureza sócio-econômico e sócio-cultural, cuja influência dinâmica decisiva foi de ordem política, mais especificamente tendo como grande contraponto uma economia socialista em curso e que necessitava – por parte das nações capitalistas avançadas da Europa, América e Ásia – efetuar uma defesa agressiva do capitalismo privado. O novo imperialismo – total – é ideológico, representando “uma luta violenta pela sobrevivência e pela supremacia do capitalismo em si mesmo”, tendo como grande rival a economia socialista da época. Isso implicou, por parte destacadamente dos Estados Unidos, na “expansão incoercível da empresa corporativa, a hiperinflação das finanças internacionais e a hegemonia dos Estados Unidos”, partir do fim da Segunda Guerra Mundial. O novo padrão de imperialismo revelou-se destrutivo para os países latino-americanos, que estavam tentando improvisar um modelo europeu de desenvolvimento econômico, mas dentro de um quadro marcado pela ausência de condições de crescimento auto-sustentado, bem como impossibilidade imediata de integração nacional da economia e de efetuar uma rápida industrialização – daí as medidas voltadas para aproveitar as oportunidades de crescimento econômico através de medidas protecionistas diretas e indiretas, enquanto o fluxo de capitais externos e de controle financeiro continuasse afluindo; expansão interna nos momentos de arrefecimento momentâneo da influência

²⁹⁸³ FERNANDES, Padrões..., p. 100-1.

capitalista externa; substituição de importações e seleção estratégica de importação de bens e serviços; desenvolvimento estatal de indústrias básicas, buscando a implantação da diferenciação da produção industrial, aceleração autônoma do crescimento da economia interna e integração nacional da economia. Mas o moderno imperialismo iniciou-se – através das empresas norte-americanas e européias – com o apoio econômico e político irracional dos Estados latino-americanos, sob o pressuposto que as empresas iriam alavancar o crescimento nacional auto-sustentado. “Assim que elas se tornaram um pólo econômico ativo das economias latino-americanas, revelaram sua natureza, como uma influência estrutural e dinâmica interna e como um processo histórico-econômico. As empresas anteriores, moldadas para um mercado competitivo restrito, foram absorvidas ou destruídas, as estruturas econômicas existentes foram adaptadas à dimensão e às funções das empresas corporativas, as bases para o crescimento econômico autônomo e a integração nacional da economia, conquistadas tão arduamente, foram postas a serviço dessas empresas e dos seus poderosos interesses privados”²⁹⁸⁴.

Apesar de ser um processo europeu, asiático e norte-americano, os Estados Unidos desempenharam papel pioneiro e dominante, sendo seguido pelos seus colegas europeus e pelo Japão, nesse processo lucrativo de recolonização. Na América Latina, verificou-se que os Estados eram carentes de recurso humanos e materiais para contrabalançar a hegemonia dos Estados Unidos na região, especialmente para os efeitos negativos decorrentes da presença das suas empresas corporativas; além do mais, considerando que as elites econômicas e de poder não estavam submetidas a qualquer tipo de controle democrático, o processo de modernização na região, capitaneado pelos Estados Unidos, significou concretamente a capitulação, ou a “rendição total e incondicional, propagando-se por todos os níveis da economia, da segurança e da política nacionais, da educação e da cultura, da comunicação em massa e da opinião pública, e das aspirações ideais com relação ao futuro e ao estilo de vida desejável”. Apenas alguns setores sociais acabaram – por motivos políticos, intelectuais ou religiosos – se opondo a esse recolonialismo ou reprodução da dependência externa. As elites econômicas políticas e culturais aderem a essa modernização como única forma para combater a subversão, corrupção e evitar o comunismo. Nesse processo, por via institucional, diversos países acabaram se incorporando ao espaço econômico e sócio-cultural dos Estados Unidos – por via das corporações empresariais e sua cultura; instituições oficiais, semi-oficiais e privadas, “encarregadas de conduzir políticas de controle global de finanças, da

²⁹⁸⁴ FERNANDES, Padrões..., p. 102-3.

educação, da pesquisa científica, da inovação tecnológica, dos meios de comunicação em massa, do emprego extranacional das políticas, das forças armadas e mesmo dos governos”.²⁹⁸⁵

Diante disso, “as economias, as sociedades e as culturas latino-americanas estão sendo reconstruídas de acordo com interesses e valores políticos que adquirem uma natureza pervertida nas condições locais”. Até que ponto é desejável ou não toda essa modernização, trata-se de uma discussão não se processa por vias democráticas, sendo que, concretamente, fica naturalmente estabelecido que a “deterioração das estruturas políticas é aceita e aprovada da mesma maneira que a deterioração dos termos de troca, porque ambas as tendências são entendidas como um ‘custo natural’ da hegemonia e da segurança dos Estados Unidos”. Desse programa de modernização vindo de fora, com todas as suas derivações complementares, verifica-se que o “que está em jogo são os requisitos políticos de uma incorporação dependente mas eficaz desses países ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos”; nota-se que os “campeões da liberdade e da democracia agora estão apoiando todo tipo de iniquidades, para assegurar os interesses privados de suas empresas corporativas ou o que supõem ser a segurança de sua nação”. Na prática, toda essa ação também está produzindo, de forma cada vez mais intensa, mudanças de padrões tecnológicos inúteis, aumentando, assim, a pobreza, bem como a expropriação ou devastação de recursos econômicos escassos da região. No plano interno das nações, sucede a revitalização de estrutura de poder e de privilégios arcaicos.²⁹⁸⁶

Nessas quatro formas de dominação externa, apenas alguns países latino-americanos experimentaram todas as etapas – em função do grau de seu desenvolvimento sócio-econômico –, enquanto outros países puderam conhecer apenas as duas primeiras formas típicas de dominação externa; de qualquer forma, também se verificou que nenhum “país possui uma economia homogênea e potencialidades organizadas de desenvolvimento auto-sustentado efetivo. A dominação externa, em todas as suas formas, produz uma especialização geral das nações como fontes de excedentes econômicos e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas”. As transições de um tipo de economia para outra, ou de um tipo de capitalismo para outro, produz invariavelmente na região algumas realidades estruturais diversas. “Primeiro, a concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa. Segundo, a coexistências de estruturas

²⁹⁸⁵ FERNANDES, Padrões..., p. 104-5.

²⁹⁸⁶ FERNANDES, Padrões..., p. 105-6.

econômicas, socioculturais e políticas em diferentes ‘épocas históricas’, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda economia, como uma base para exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio social, e do poder (o que implica a existência permanente de uma exploração pré ou extracapitalista, descrita por alguns autores como ‘colonialismo interno’). Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema (essa exclusão variava, em 1964, de um quarto até a metade ou três quartos da população, conforme os países)”. Portanto, concluía Florestan Fernandes, nessa parte de seu trabalho, que o “desafio latino-americano, (...) não é tanto como produzir riquezas, mas como retê-la e distribuí-la, para criar pelo menos uma verdadeira economia capitalista moderna”.²⁹⁸⁷

Em outro texto marxista, também importante contributo intelectual para compreender aspectos sócio-econômicos da formação social e histórica da América Latina, e que se complementa com os escritos de Florestan Fernandes, Rui Mauro Marini assinala que a “história do subdesenvolvimento latino-americano é a história [– parte integrante –] do desenvolvimento do sistema capitalista mundial”. O próprio surgimento da América Latina é dentro do sistema capitalista em gestação na Europa, em sua fase de expansão mercantilista a partir do século XVI. Com a posterior decadência dos países ibéricos, as demais potências européias emergentes passam a disputar entre si a hegemonia sobre a região, e será especialmente a Inglaterra que acabará impondo seu predomínio, controle e exploração das riquezas da região – é a fase do capitalismo comercial. Será no primeiro quartel do século XIX, com a afirmação da fase do capitalismo industrial na Europa – destacadamente a Inglaterra –, que a região latino-americana passa a participar mais ativamente no mercado mundial, produzindo matérias-primas e consumindo parte da produção manufaturada leve européia; essa é também – não sem coincidência – a fase da independência das colônias ibero-americanas das suas centenárias metrópoles. Inicia-se a integração dinâmica dos novos países no mercado mundial por via de dois caminhos – obedecendo as reais capacidades de cada qual em imergir nessa integração –, quais sejam, num primeiro momento, por via dos países que já apresentam uma certa infra-estrutura econômica, estrutura essa desenvolvida durante a fase colonial de sua existência – Brasil, Chile e Argentina – e que a aproveitam para incrementar o comércio com a Europa, importando bens de consumo não duráveis e iniciando

²⁹⁸⁷ FERNANDES, Padrões..., p. 101-2.

obras de infra-estrutura, e socorrendo-se a empréstimos com a Inglaterra quando necessário.²⁹⁸⁸

No último quartel do século XIX, sucedem significativas transformações no capitalismo internacional, emergindo novas potências econômicas, especialmente Alemanha e Estados Unidos, que passam a agir com uma política própria na região, muitas delas contrárias aos interesses britânicos, sendo que os Estados Unidos passam a atuar fortemente no campo do comércio. Nos países centrais, “aumenta o desenvolvimento da indústria pesada e a tecnologia correspondente, e a economia se orienta para uma maior concentração das unidades produtivas, dando lugar ao surgimento dos monopólios”, sendo que o capital acumulado volta-se para além das fronteiras nacionais, retornando com um lucro que aumenta ainda mais a sua concentração, realimentando o processo de expansão imperialista. O crescimento da economia dos países latino-americanos, no período, corresponde também pelo aprofundamento de sua dependência em relação aos países industrializados. O principal setor de exportação é controlado pelo capital estrangeiro, sendo que às classes dominantes internas desses países fica reservado “o controle de atividades secundárias de exportação ou a exploração do mercado interno”; considerando que nesses países dependentes a sua economia depende diretamente da relação exportação-importação, o controle externo que incide sobre essa equação volta-se de forma desfavorável aos latino-americanos, uma vez que os excedentes dificilmente serão aplicados nos setores internos mais rentáveis da economia, que farão o país alcançar uma autonomia decisória econômica.²⁹⁸⁹

Nota-se que nos países que ficaram praticamente dependentes de forma completa do capital estrangeiro em suas atividades exportadoras, nem mesmo se desenvolveu uma indústria leve, voltada para atender o seu mercado interno, exigindo sempre mais a importação de produtos. “Deste modo, com maior ou menor grau de dependência, a economia que se desenvolve nos países latino-americanos, durante todo o século XIX e nas primeiras décadas (...) [do século XX], é uma economia exportadora, especializada na produção de alguns bens primários. Um aparte variável da mais-valia que aí se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigentes no mercado mundial e pelas práticas financeiras impostas por estas economias, ou através da ação direta de investidores estrangeiros no campo da produção. As classes dominantes locais tratam de ressarcir-se desta perda aumentando o valor absoluto da mais-valia criada pelos trabalhadores agrícolas ou

²⁹⁸⁸ MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução. In: BARSOTTI, Paulo; e PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). **América Latina: história, idéias e revolução**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998, p. 113-4.

²⁹⁸⁹ MARINI, Subdesenvolvimento..., p. 114-5.

mineiros, isto é, submetendo-os a um processo de superexploração. A superexploração do trabalho constitui assim o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial”.²⁹⁹⁰

Apesar das crises por que tal sistema econômico mundial passa – disputas coloniais, depressão econômica mundial e guerras mundiais – a resultante do processo todo é a reafirmação da integração econômica na esfera do mercado em níveis cada vez mais elevados – reafirmando a tendência integradora do imperialismo. Tal processo dá origem ao reforço de um centro hegemônico de poder – Estados Unidos – e faz emergir com força seu contraponto, que é o sistema econômico socialista. Nas economias centrais verifica-se que sua indústria de bens de capital cresce aceleradamente – em especial, a indústria bélica –, sendo o Estado um poderoso agente de produção e consumo na economia, sendo seu maior comprador bélico. O contínuo crescimento de acumulação de capital implica agora em investimentos diretos nas economias periféricas, forçando-as a se integrarem cada vez mais dentro do sistema produtivo mundial; entretanto, agora, também, as economias periféricas possuem em estrutura econômica diversificada, produto de seu aprendizado com as crises do sistema econômico mundial e a vulnerabilidade do seu antigo sistema fundado na economia primário-exportadora, impondo a industrialização de substituição de importações que vigorou na primeira metade do século XX. Essa industrialização era decorrente das possibilidades concretas de cada mercado interno e da industrialização iniciada no século anterior, basicamente uma indústria com papel complementar ao setor exportador ou uma indústria de bens de consumo de base artesanal, voltada para as massas de baixo poder aquisitivo. “No primeiro caso, os interesses da indústria coincidem rigorosamente com os do setor agro-mercantil e seu desenvolvimento não causa uma diferenciação efetiva no seio das classes dominantes. No segundo, a classe industrial, que se inclui entre as classes médias urbanas, se constitui em geral de imigrantes que, ao não se integrarem plenamente à sociedade, deixam de participar ativamente dos choques de interesses que ali se verificam”.²⁹⁹¹

É esse setor dedicado ao mercado interno de massa que cresce com as crises econômicas mundiais, e que procurará o protecionismo no campo econômico e liberalismo no campo político, mas também aproveitará para reivindicar para si o excedente econômico das atividades exportadoras, por via do sistema bancário. Eles são a base objetiva para uma mudança da atividade econômica interna dos países latino-americanos. Entretanto, essa

²⁹⁹⁰ MARINI, Subdesenvolvimento..., p. 115-6.

²⁹⁹¹ MARINI, Subdesenvolvimento..., p. 116-8.

mudança – radical – não irá acontecer, porque o forte e influente setor exportador sobrevive, se defendendo da conjuntura depressiva do mercado mundial por via da ajuda do Estado e acordos comerciais desvantajosos, de tal modo que, mantinha normalmente suas atividades, bem como, também pela dificuldade da importação de bens e produtos de consumo, acabou exercendo uma pressão benéfica e estimulante em sua indústria interna. Diante disso, a elite agro-mercantil e a elite industrial acabaram se pactuando – por essa contingências e circunstâncias – em proveito mútuo. “O estado que assim se estabelece é um estado de compromisso que reflete a complementaridade objetiva que consolidava suas relações. Somente naqueles países onde o setor exportador, controlado diretamente pelo capital estrangeiro, não dispunha das condições necessárias para mudar sua orientação é que as tensões se tornaram mais graves, dando lugar a conflitos radicais que terminaram, sem dúvida, por conduzir a uma situação de repressão imposta pelas antigas classes dominantes, que se traduziram num relativo estancamento econômico”.²⁹⁹²

Esse pacto entre elites com racionalidades, em princípio, radicalmente diversas em função da natureza de suas atividades, era uma cooperação antagônica que não excluía os choques de interesses – câmbio, crédito, luta pelo predomínio econômico interno e externo – mas que não chegavam a ameaçar os fundamentos do poder estabelecido na região. Durante a Segunda Guerra Mundial, a industrialização na região se intensifica em novos países, reforçando as condições para uma luta mais franca dentro da coalização antagônica; será a elite industrial que se utilizará da pressão da massas urbanas a seu favor, num jogo político que foi classificado como populismo na América Latina. Trata-se de um momento histórico onde se constataria o esgotamento de uma etapa de industrialização de tipo primária, “substitutiva de bens de consumo não duráveis, e a necessidade de implantar uma indústria pesada, produtora de bens intermediários, de consumo durável e de capital”. A elite industrial passa a se mover em direção da superação da estagnação que se encontra seu parque industrial, procurando aberturas de frentes externas, dinamizando seu mercado interno – por via de políticas de redistribuição de rendas via aumento de salários e propostas de reforma agrária. “Na medida em que isto se articula com a exigência de ampliar o mercado par a indústria leve e exigir uma maior excedente de capital aplicável, torna-se necessário aumentar as transferências de capital do setor exportador e pôr em andamento proteções alfandegárias que defendam o mercado nacional. É isto que a burguesia colide simultaneamente com a classe latifundiária-mercantil e com os trustes internacionais aos quais, por suas atividades de

²⁹⁹² MARINI, Subdesenvolvimento..., p. 118-9.

exportação e importação, a economia está conectada”. Diante desse conflito, o populismo e o seu discurso nacionalista e de redistribuição de renda se desenvolve, como uso das elites industriais para enfrentar seus poderosos adversários, procurando cooptar as classes médias e o operariado, mas sem querer romper com o esquema de colaboração vigente, buscando predominar economicamente sobre as antigas classes latifundiárias e mercantil, e desenvolver o capitalismo autônomo do país. Numa época cuja conjuntura internacional era abundante em capitais, aliado ao grande desenvolvimento do setor de bens de capitais e aceleração do progresso tecnológico nas economias centrais – diminuindo o prazo de reposição do capital fixo, praticamente obrigando a exportar para a periferia máquinas e equipamentos que se tornariam logo obsoletos, e não completamente amortizados –, essa luta ou conflito interno de elites, dentro das sociedades latino-americanas, no sentido de ser desenvolvido um setor próprio de bens de capital, recebeu o influxo ou assédio do capital estrangeiro que desejava implantar tal setor conforme suas diretrizes e interesses, recebendo a resistência inicial da ideologia nacionalista em torno de um projeto autônomo de desenvolvimento capitalista autônomo.²⁹⁹³

Dessa luta contra a elite agrária e comercial, e contra o assédio do capital estrangeiro, a política da elite industrial sucumbiu e fracassou, fundamentalmente porque a indústria não pôde superar os condicionamentos impostos pelo setor externo. Essencialmente voltada para o atendimento da demanda das classes mais abastadas e ricas da região, bem como utilizando a tecnologia importada dos grandes centros, que dispensava o uso abundante da mão-de-obra, essa indústria tinha diante de si um mercado reduzido e procurava compensar os ganhos que não tinham na relação preço-salário, vale dizer, salários baixos e preços altos – inflação. Para vencer essa situação e poder implantar uma indústria pesada, é lançada mão de medidas imediata e de curto prazo, voltada pra ampliar a escala de mercado, acelerar a transferência dos excedentes das exportações para o setor industrial, e aproveitando-se da oferta mundial de maquinarias e equipamentos. Para poder importar tais equipamentos e bens intermediários, é feito um acordo com a elite agro-mercantil, a fim de levantar as divisas necessárias, mas “descarregando sobre as massas trabalhadoras da cidade e do campo o esforço de capitalização, com o que reafirma uma vez mais o princípio fundamental do subdesenvolvimento, ou seja, a superexploração do trabalho”. Resulta disso a inflação, as políticas de estabilização, a renúncia da reforma agrária, o abandono das reformas de base e das políticas de redistribuição de renda, enfim, abandono das bases discursivas do populismo

²⁹⁹³ MARINI, Subdesenvolvimento..., p. 119-21.

e, principalmente, a renúncia em levar adiante uma política de desenvolvimento autônomo.²⁹⁹⁴

Nos anos 1950, do pós-guerra, o quadro econômico mundial era desfavorável às exportação dos países subdesenvolvidos, bem como dificuldades em importar e a presença de abundante capital estrangeiro à disposição. As companhias estrangeiras, com seus equipamentos e maquinários obsoletos e não amortizados nas metrópoles, mesmo assim eram um progresso – em níveis tecnológicos – que não havia no parque industrial da região. Os referidos capitais ingressaram em forma de investimentos diretos e associações; para o investidor estrangeiro, o produto final era similar ao produzido na metrópole e com preço competitivo – mesmo frente ao produzido na metrópole com maquinário mais moderno –, devido aos baixos salários praticados na América Latina; para o empresário local, o equipamento importado – apesar de tecnologia inferior – permitia ganhos significativos frente ao que ele vinha obtendo com outros maquinários de tecnologia mais obsoleta ainda. Ao ingressar nesse circuito de produção industrial, a elite industrial abandona o ideal de desenvolvimento econômico autônomo para se integrar com mais força aos capitais estrangeiros – e as suas condicionantes –, dando “lugar a um novo tipo de dependência, muito mais radical que a anterior”. A associação de capitais desnacionaliza por completo a elite empresarial local, acentua a dispensa de mão-de-obra e consolida a prática abusiva de preços – segundo custos de empresas tecnologicamente mais atrasadas – como meio de compensar a redução de mercado consumidor interno. As elites industriais se separam das massas populares, inicia-se a queda dos regimes liberais-democráticos e emergem as ditaduras tecnocrático-militares, com o recrudescimento do papel dirigista do Estado e o aumento considerável dos gastos militares, e uma oferta industrial que não está assentada na expansão do consumo popular.²⁹⁹⁵

Dentro das regras expansionistas do capitalismo mundial, o capitalismo latino-americano adere a elas, mas fundado na superexploração do trabalho, contrapondo, de um lado, os ganhos das classes beneficiadas e, de outro lado, as necessidades mais elementares de trabalho e consumo das grandes massas. Na América Latina, a acumulação de capital atinge patamares impensáveis e exasperadores, se comparável ao que sucede dentro de economias desenvolvidas. A explicação de que esse fenômeno concentrador de renda – concentração de riqueza num só pólo da sociedade – seria devido “à ordem natural das coisas”, como soem acontecer na região, e que derivaria “necessariamente da irracionalidade cada dia mais

²⁹⁹⁴ MARINI, Subdesenvolvimento..., p. 121-2.

²⁹⁹⁵ MARINI, Subdesenvolvimento..., p. 122-3.

evidente da organização econômica imposta pelo capitalismo” é ainda insuficiente. É preciso considerar o papel preponderante dos projetos de integração regional em curso, bem como “a ditadura aberta da classe representada pelos regimes tecnocrático-militares”, assim como compreender esse processo dentro de “um novo esquema de divisão internacional de trabalho, que afeta não só as relações entre os países latinos-americanos e os centros de dominação imperialista, como também as relações daqueles países entre si”. Na América Latina formam-se ilhas de relativo desenvolvimento industrial e urbano, cercadas por grandes áreas rurais, sendo que aos países centrais são reservadas – hierarquicamente – as etapas mais avançadas dos processos de produção econômica e o controle das tecnologias correspondentes, e aos países latino-americanos algumas etapas inferiores do processo de produção; entretanto, além disso, entre os países latino-americanos, são também estabelecidos níveis ou hierarquias entre si, “segundo os ramos de produção que desenvolveram ou estão em condições de desenvolver, e se nega aos demais o acesso a estes tipos de produção, convertendo-os em simples mercados consumidores”. Assim, a força ou violência contra as massas se torna necessário, em caso de resistências, para executar os ajustes sócio-econômicos estruturais necessários para por em andamento a ordem econômica e, em sendo o caso, para “reprimir tanto as aspirações de progresso material como os movimentos de reformulação política produzidos pela ação das massas”. E desta forma, a América latina se integra dependentemente no sistema econômico mundial de economia capitalista.²⁹⁹⁶

Para explicar mais concretamente o estágio de subdesenvolvimento econômico da América Latina, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto elaboraram um ensaio de interpretação sociológica para estabelecer um diálogo com os economistas e planejadores do desenvolvimento nacional da região, sobre a natureza social e política do processo desenvolvimentista da América Latina, procurando tentar revelar “de forma direta e específica *como* se dá essa relação e que implicações derivam da forma de combinação que se estabelece entre economia, sociedade e política em momentos históricos e situações estruturais distintos”, procurando “esclarecer alguns pontos controvertidos sobre as condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de

²⁹⁹⁶ MARINI, Subdesenvolvimento..., p. 123-5. Mais sobre o pensamento marxista, frente aos problemas latino-americanos, bem como sua específica história na região, vide: BARSOTTI, Paulo; e PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). **América Latina: história, idéias e revolução**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998. 248 p.; PERICÁS, Luiz Bernardo; e BARSOTTI, Paulo (orgs.). **América Latina: história, crise e movimento**. São Paulo: Xamã, 1999. 224 p.; MARINI, Rui Mauro. **Dialéctica de la dependência**. México: Ediciones Era, 1991. 110 p.; MARIATEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. 266 p.; LÖWY, Michael. **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 541 p.

dependência com os pólos hegemônicos do sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo, (...) aspiram à soberania”.²⁹⁹⁷

Ao final da Segunda Guerra Mundial, todas as análises econômicas indicavam que a América Latina possuía todas as condições para completar seu processo de formação do setor industrial e de iniciar outras transformações econômicas as fariam alcançar um desenvolvimento econômico sustentável; vários elementos se somavam para corroborar tal expectativa. Mas a partir do final da década de 1950 essa expectativa otimista veio a desvanecer, e a dúvida e perplexidade que ficou imanente era por que, com tantas condições aparentemente favoráveis para suplantar a etapa de substituição de importações para uma industrialização mais vigorosa, auto-suficiente e autônoma, em direção ao mercado interno, “não se tomaram as medidas necessárias para garantir a continuidade do desenvolvimento ou por que as providências não alcançaram seus objetivos”. De todas as análises feitas, talvez falte “uma análise integrada que forneça elementos para dar respostas de forma mais ampla e matizada às questões gerais sobre as possibilidades do desenvolvimento ou estagnação dos países latino-americanos, e que responda às perguntas decisivas sobre seu sentido e suas condições políticas e sociais”.²⁹⁹⁸

Para alcançar uma interpretação global do desenvolvimento – suplantando as análises econômicas ou interpretações sociológicas até então usuais – “é necessário estudar desde o início as conexões entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades subdesenvolvidas, não só nessas sociedades e entre elas, mas também, com relação aos países desenvolvidos, pois a especificidade histórica da situação de subdesenvolvimento nasce precisamente da relação entre sociedades ‘periféricas’ e ‘centrais’”. Em relação ao subdesenvolvimento há aqueles tipos originados da sua vinculação centro-periferia em termos coloniais, e há aqueles tipos em que as economias periféricas já são sociedades nacionais e a vinculação centro-periferia dá-se a partir desse enquadramento – ora vinculando-se aos centros dominantes depois que se estabeleceram como sociedades nacionais, ou já na época de sua condição de colônia, mantendo-se em situação de subdesenvolvimento mesmo após a transformação em nação. De fato, o subdesenvolvimento emerge historicamente “quando a expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista.

²⁹⁹⁷ CARDOSO, Fernando Henrique; e FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, [], p. 7.

²⁹⁹⁸ CARDOSO e FALETTTO, Dependência..., p. 9-15.

Desta forma, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferenciação em etapas ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição”.²⁹⁹⁹

O subdesenvolvimento deve ser reconhecido em sua historicidade, e para melhor compreendê-lo, deve ser assinalado as características estruturais das economias subdesenvolvidas, e a maneira como as mesmas se vincularam historicamente ao mercado mundial, bem como de que forma se constituíram os grupos sociais internos “que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários”. Assim, a dependência da situação de subdesenvolvimento é uma forma social de dominação “que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores”, e no caso extremo, as decisões sobre produção e consumo são tomadas “em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas”. Ao se interpretar globalmente um processo de desenvolvimento “é necessário ter presente que não existe um nexo imediato entre a diferenciação do sistema econômico e a formação de centros autônomos de decisão e, portanto, que as análises devem definir não só os graus de diferenciação estrutural que as economias e as sociedades dos países que se acham em fase de transição alcançaram no processo de integração ao mercado mundial, mas também o modo através do qual se logrou historicamente essa integração”.³⁰⁰⁰

Por isso, a esfera política do comportamento social – de resultados de certa forma imprevistos – influi de forma necessária no processo de desenvolvimento e, desta forma, os diversos fatores internos e externos que atuam nesse processo, estão jungidos e imbricados como se fossem uma mesma realidade que se inter-relaciona necessariamente, sendo aquele expressão deste. São justamente os fatores político-sociais internos – vinculados, como é natural, à dinâmica dos centros hegemônicos – os que podem produzir políticas que se aproveitem das ‘novas condições’ ou das novas oportunidades de crescimento econômico. De igual modo, as forças internas são as que redefinem o sentido e o alcance do político-social da diferenciação ‘espontânea’ do sistema econômico”. As alianças dos grupos e forças sociais internas dependem do tipo e intensidade das mudanças em curso que, por sua vez,

²⁹⁹⁹ CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 25-6.

³⁰⁰⁰ CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 26-8.

“dependem, em parte, do modo de vinculação das economias nacionais ao mercado mundial; a articulação dos grupos econômicos nacionais com os grupos e forças externos realiza-se distintamente e com conseqüências diferentes, antes e depois de começar um processo de desenvolvimento. O sistema interno de alianças políticas altera-se, além disso, muitas vezes em conseqüência das alianças existentes no plano internacional”.³⁰⁰¹

Modelos econômicos de interpretação de análise de desenvolvimento devem ser referidos a situações globais – sociais, econômicas, políticas – para ter um sentido mais fecundo. Por isso, ao se considerar “a ‘situação de dependência’ na análise do desenvolvimento latino-americano, o que se pretende ressaltar é que o modo de integração das economias nacionais no mercado internacional supõe formas definidas e distintas de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos. Pois bem, quando se aceita a perspectiva de que os influxos do mercado, por si mesmos, não são suficientes para explicar a mudança nem para garantir sua continuidade ou sua direção, a atuação das forças, grupos e instituições sociais passa a ser decisiva para análise do desenvolvimento”.³⁰⁰²

O subdesenvolvimento de uma nação, portanto, não é devido exclusivamente a fatores externos. “A situação de ‘subdesenvolvimento nacional’ supõe um modo de ser que por sua vez depende de vinculações de subordinação do exterior e da reorientação do comportamento social, político e econômico em função de ‘interesses nacionais’”. A análise integrada dos processos de desenvolvimento procura justamente determinar as vinculações econômicas e político-sociais que se dão no âmbito da nação, uma vez que o comportamento real dos grupos sociais liga de fato a esfera econômica com a política; entretanto, essas relações também se referem às vinculações – de toda ordem – da nação com o sistema político e econômico mundial, mais especificamente as relações estruturais econômicas entre classes e grupos com o exterior. Assim, não será despropositado considerar que os diferentes momentos históricos do capitalismo – capitalismo mercantil, capitalismo industrial, capitalismo financeiro, capitalismo competitivo, capitalismo monopolista – produzem um tipo específico de relação centro-periferia. “Os países latino-americanos, como economias dependentes, ligam-se nestas distintas fases do processo capitalista aos diferentes países que atuam como centro e cujas estruturas econômicas incidem significativamente no caráter que adota a relação”. Cada metrópole irá dar um significado diverso a essa relação centro-periferia, desenvolvimento-subdesenvolvimento, autonomia-dependência.³⁰⁰³

³⁰⁰¹ CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 28-9.

³⁰⁰² CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 29-30.

³⁰⁰³ CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 30-4.

Ao romper o “pacto colonial”, com a formação das novas nações americanas, “a vinculação entre as economias periféricas e o mercado internacional assume um caráter distinto”, pois à sua condição de economia periférica há que se agregar a sua nova condição de nação independente. “O tipo de vinculação das economias nacionais periféricas às distintas fases do processo capitalista, com os diversos modos de dominação que este supõe, implica que a integração à nova fase realiza-se através de uma estrutura social e econômica que, apesar de modificada, procede da situação anterior”. Portanto, serão distintos “o modo e a possibilidade de desenvolvimento de uma nação que se vincula ao setor exportador internacional com um produto de alto consumo”, conforme o período seja de capitalismo competitivo ou, diversamente, capitalismo monopolista; da mesma forma, “serão distintas, comparadas com as ‘colônias de exploração’, as possibilidades de integração nacional e de formação de um mercado interno naqueles países cuja economia nacional organizou-se mais como ‘colônias de população’”. Nesse processo, “cada forma histórica de dependência produz um arranjo determinado entre as classes, não estático, mas de caráter dinâmico. A passagem de um para outro modo de dependência, considerada sempre em uma perspectiva histórica, deve ter-se fundado em um sistema de relações entre classes ou grupos gerados na situação anterior”; na passagem de uma dependência para outra, “a relação interna entre as classes é que torna possível e dá fisionomia própria à dependência”.³⁰⁰⁴

É preciso analisar “tanto as condições como as possibilidades de desenvolvimento e de consolidação dos Estados nacionais latino-americanos, segundo o modo pelo qual os grupos sociais locais conseguiram estabelecer sua participação do processo produtivo e definir formas de controle institucional capazes de assegurá-la”. De fato, situações históricas explicam como as nações americanas ingressaram no sistema mundial de poder econômico capitalista, mas na condição de periferia dessa economia internacional, sendo que a base econômica de produção implantada anteriormente em cada país condicionou a forma que adquiriu essa incorporação dos centros coloniais aos centros metropolitanos. Com a ruptura do pacto colonial, a comercialização dos produtos produzidos nas colônias ligou-se diretamente à Inglaterra, e a “formação das nações na América Latina fez-se possível através de grupos sociais locais, cuja capacidade para estruturar um sistema local de controle político e econômico variou justamente em função do processo histórico de sua constituição no período colonial”. O problema da organização nacional quase que invariavelmente consistia em “manter sob controle local os sistema produtivo exportador herdado do sistema colonial,

³⁰⁰⁴ CARDOSO e FALETTTO, Dependência..., p. 34-6.

que constituía o vínculo principal com o exterior e com a atividade econômica fundamental”, e “em dispor de um sistema de alianças políticas entre os vários setores sociais e econômicos das antigas colônias que permitisse ao grupo que assegurava as relações com o exterior – com o mercado internacional e naturalmente com os Estados nacionais dos países centrais – manter um mínimo de poder interno para que a nação pudesse adquirir estabilidade e se constituísse como expressão política da dominação econômica do setor produtivo-exportador”.³⁰⁰⁵

As nações que se estruturaram economicamente para ser uma base agrícola para a economia metropolitana – dos produtos primários necessários que não era possível as metrópoles abastecerem-se –, principiaram sua existência com mais sucesso, garantindo uma continuidade de mercado, com uma elite nativa que era mais ou menos idônea para dirigir o aparato estatal derivado da independência. Quem mais sofreu nesse processo de mudança político-econômico-social foram as denominadas colônias de exploração – com as áreas de mineração –, ou aquelas regiões marginais da corrente principal do mercado colonial, uma vez que não puderam se organizar garantindo a continuidade de seu mercado com uma elite local mais ou menos idônea; alguns países emergiram com forte influência de fatores externos – resultado das lutas de potências estrangeiras para garantir sua influência na região. Os limites nacionais estabelecidos abrangiam as áreas consideradas econômico e socialmente mais desenvolvidas, junto com o setor economicamente considerado marginal à economia exportadora, mas que indiretamente se relacionava com o exterior, uma vez que era a base da economia de consumo interno, além de assegurar produtos necessários para o funcionamento da economia exportadora ou atuando de forma complementar com o referido setor. “A ruptura do pacto colonial e a formação dos Estados nacionais implica, portanto, um novo modo [interno] de ordenação da economia e da sociedade local na América Latina. por seu intermédio, os grupos que controlavam o setor produtivo-exportador das economias locais tiveram que assegurar vinculações e definir novas relações político-econômicas num duplo sentido: reorientando as vinculações externas na direção dos novos centros hegemônicos, e constituindo internamente um sistema de alianças com oligarquias locais que não estavam diretamente integradas ao sistema produtivo-comercializador ou financeiro votado ‘para fora’”.³⁰⁰⁶

O processo de independência e criação dos novos Estados latino-americanos não foi homogêneo, sendo realizado com muitos obstáculos internos. Uma vez independentes, seguiu-se um período de muitas lutas internas, e dessas lutas resultaram as alianças das

³⁰⁰⁵ CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 39-40.

³⁰⁰⁶ CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 41-2.

oligarquias locais, formaram-se os mercados nacionais e os limites territoriais de ordem e legitimidade dos grupos hegemônicos. De fato, o controle nacional do sistema produtivo ficou a cargo dos grupos hegemônicos que atuaram pela independência, recuperando “suas vinculações com o mercado mundial e com os demais grupos locais. Perfila-se, então, uma primeira situação de subdesenvolvimento e dependência dentro dos limites nacionais”, uma vez que o sucesso da independência e do controle do sistema produtivo local estava vinculado, em seu nascimento, ao interesse conflitante dos centros hegemônicos externos, ou, mais precisamente, conforme o interesse específico do centro hegemônico mais forte ou predominante no mundo – e que tinha mais forte influência na América Latina. A Inglaterra, por exemplo, desejava apenas assegurar o abastecimento de matérias-primas, não se preocupando em investir capitais produtivos diretos na periferia, desenvolvendo um capitalismo comercial e financeiro, preocupado fundamentalmente em garantir o escoamento e comercialização dos produtos coloniais, preocupando-se em manter a classe econômica local, com a mesma base econômica produtiva herdada dos primeiros tempos coloniais; além disso, a peculiar situação econômica de mercado – controlada particularmente pelos grupos locais exportadores, por sua vez dominada pelos interesses econômicos externos –, condicionava muito o tipo e participação no pacto formador dos grupos produtores nacionais e no tipo de consolidação do sistema político local de dominação – que tornava factível o Estado nacional – enfim, no sentido de ordem nacional resultante do processo de independência política.³⁰⁰⁷

E o processo de dependência se reforçou ao considerar-se que o êxito econômico das novas nações dependia da “disponibilidade de um produto primário capaz de assegurar, transformar e desenvolver o setor exportador herdado da colônia”, da “abundante oferta de mão-de-obra” e da “disponibilidade de terras apropriáveis”. Diante dessas variáveis econômicas postas, e as circunstâncias da época, a expansão da economia exportadora era um problema muito mais de ordem política, uma vez que garantir a “apropriação da terra e o domínio da mão-de-obra – por meio da escravidão, da imigração ou, nas antigas colônias mais densamente povoadas, opondo obstáculos à integração da maioria dos antigos colonos ao sistema de propriedade – constituía o problema básico para os grupos locais dominantes”. O pacto estabelecido com o grupo de proprietários marginais ao sistema exportador, era garantir a ordem nos seus domínios – latifúndios improdutivos ou de escassa produtividade. Desta forma, o grupo exportador – “moderno”, composto por plantadores, mineradores e banqueiros

³⁰⁰⁷ CARDOSO e FALETTTO, Dependência..., p. 42-3.

– garantia a ordem nacional por via dos grupos proprietários marginais – “tradicional”, composto pelos setores agropecuários – e impedia o acesso dos colonos pobres, imigrantes, antigos escravos libertos etc., à propriedade da terra. Tratava-se, assim, de um pacto entre o setor moderno e o setor tradicional – aliança que não faz desaparecer as diferenças entre os grupos –, em torno da vinculação direta e indireta de ambos às exportações em direção aos grandes centros consumidores europeus e norte-americano, e aos ganhos daí decorrentes, mas acordo esse não sem conflitos, girando em torno da participação de cada qual na distribuição da renda, especialmente por iniciativa das oligarquias locais.³⁰⁰⁸

Toda contradição desse acordo transparece na distribuição de cargos e atuação concreta do aparato estatal na vida sócio-política e econômica do país, revelando a transferência de toda ambigüidade do pacto para dentro das instituições políticas estatais. Os grupos exportadores são a ligação – o elo, enfim, aqueles que exercem um papel vital de intermediação – entre a economia central e os setores econômicos internos tradicionais. Os grupos dominantes modernizadores e os grupos dominantes tradicionais são duas realidades ideológicas diferenciadas em muitos aspectos, com exceção, talvez na busca do monopólio e controle egoístico das riquezas. Assim, as instituições políticas nacionais, repositório natural de representantes dos dois grupos dominantes nacionais, “obedecerão sempre a uma dupla inspiração, a dos grupos ‘modernizadores’ que têm origem no próprio sistema econômico exportador e a dos interesses oligárquicos regionais; estes últimos podem opor-se a que o paternalismo dominante transforme-se em um burocratismo mais eficaz”. Se no plano político a história da América Latina é exemplar, no tipo de contradição fruto de convivência entre grupos de interesses, ao mesmo tempo conflitantes em vários aspectos, mas unidos por um objetivo final comum, se verificará que essa ambigüidade se acentuará na medida em que o curso do tempo revelará a emergência de novos setores econômicos urbanos – industrial, comercial e serviços – agregados significativamente à economia nacional, como sucedeu a partir do início do século XX em alguns países latino-americanos; trata-se, então, de somar à equação sócio-econômica, além dos dois grupos dominantes mencionados, ao nascimento de uma classe econômica média que passa a exigir e acabam influenciando reformas na ordem política, e que, por isso, acentuam a divergência interna entre os dois grupos dominantes clássicos.³⁰⁰⁹

De qualquer forma, historicamente sucedeu, nessa fase de existência da América Latina, uma interligação entre o sistema político e o sistema econômico que pode ser descrita,

³⁰⁰⁸ CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 43-4.

³⁰⁰⁹ CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 44-5.

em termos gerais, da seguinte forma: (I) se há um “controle autônomo” do processo produtivo nas nações periféricas, ele se manifesta em dois sentidos, quais sejam, de um lado, as decisões de investimentos são tomadas internamente – política de investimentos em relação à expansão ou retração da produção –, formando-se a sensação de uma primeira condição de controle interno do processo econômico, mas mirando-se e condicionando-se ao mercado internacional dos produtos de exportação, e, por outro lado, por um determinado ponto vista, decorrente ou relacionado à decisão interna autônoma de tomada de decisões sobre investimentos, assim o capital “encontra seu ponto de partida e seu ponto final no sistema econômico interno”, formando-se a sensação de uma segunda condição de controle interno do processo econômico, “fundamental para se obter uma relativa autonomia de decisões de produção, porque representa a possibilidade da existência real de grupos empresariais locais”. (II) No entanto, concretamente, “a comercialização dos produtos de exportação depende de condições (preços, cotas etc.) impostas no mercado internacional por aqueles que o controlam a partir das economias centrais”; (III) por fim, integrar economicamente as economias locais com o sistema mundial de comércio e economia – mercado mundial –, exigia a capacidade do grupo produtor nativo em “reorientar seus vínculos políticos e econômicos no plano externo e no plano interno”, para se tornarem economias dependentes, mas em desenvolvimento, e isto se dava de duas formas, quais sejam, de um lado, no plano externo, alterar as alianças políticas internacionais em direção dos novos núcleos dinâmicos do capitalismo, significando vincular-se, agora, a outras condições de negociação, determinadas pelo setor financeiro e comercial dessas outras e diferentes economias centrais e seus agentes locais; de outro lado, no plano interno, a ordem nacional é construída como fruto das lutas e alianças “com as oligarquias excluídas do setor exportador ou que desempenham nele um papel secundário”, enfim, uma aliança que une a grande plantação – ou a fazenda moderna, com toda sua expressão ou manifestação urbana, bem como seus grupos comerciais e financeiros – e a fazenda tradicional. Pode-se afirmar que, entre 1850 a 1930, a fazenda moderna e a fazenda tradicional foram as duas grandes formas básicas da estrutura social latino-americana, e “constituíram os pilares da organização social e política dos países incorporados ao mercado mundial através do controle nacional das mercadorias de exportação”.³⁰¹⁰

Quando os grupos econômicos locais não podiam ostentar a manutenção do seu predomínio ou controle sobre o setor produtivo, a incorporação das economias latino-americanas – assim submetidas – ao mercado mundial era através do controle direto e

³⁰¹⁰ CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 45-6.

explícito estrangeiro sobre sua produção econômica primária. Tais nações também eram designadas como “economias de enclave” e que, também sob condições distintas – com efeitos sociais e econômicos diferenciados, conforme o grau de diferenciação e expansão econômica alcançados inicialmente como economias nacionais –, existiram no período pós-independência. Dois foram os casos gerais de formação de economias de enclave, quais sejam, de um lado, quando setores econômicos controlados nacionalmente num primeiro momento, “por sua incapacidade para reagir e competir na produção de mercadorias que exigiam condições técnicas, sistemas de comercialização e capitais de grande importância, forma paulatinamente desarticulados”; de outro lado, os “países onde os grupos econômicos locais só haviam conseguido organizar uma produção incorporada apenas marginalmente ao mercado mundial” – Caribe –, fazendo com que tais enclaves econômicos estivessem diretamente vinculados e dependentes aos humores da expansão das economias centrais. Em qualquer dos casos, “o desenvolvimento econômico baseado em enclaves passa a expressar o dinamismo das economias centrais e o caráter nelas assumido pelo capitalismo, independentemente da iniciativa dos grupos locais”, bem como “os enclaves produtores chegaram a ordenar os sistema econômico nacional e a imprimir-lhe características comuns”; nessas economias, os produtores locais perdem a significação no desenvolvimento da economia nacional, bem como a possibilidade de organizar seu próprio sistema autônomo de autoridade e distribuição de recursos, tamanha a dependência de tecnologia e capital externo, bem como subordinação a sistemas internacionais de comercialização.³⁰¹¹

Essa também foi uma fase – final do século XIX e início do século XX – em que o sistema capitalista mundial reorienta as relações centro-periferia – daí a realidade imbricada entre os fatos sócio-econômico-político internos e externos –, onde a antiga forma do controle financeiro e comercial – de marca européia – sobre a periferia, é substituído por novas formas de ação econômica, que passam a orientar os investimentos estrangeiros “para o controle dos setores de produção do mundo periférico considerados importantes, real ou potencialmente, para as economias centrais”. Sucedeu, também, que a economia norte-americana – emergente como novo centro hegemônico mundial, em substituição às européias – possuía uma relativa autonomia econômica em relação a muitos produtos primários, e “limitou a expansão das economias latino-americanas ligadas ao comércio mundial por intermédio do mercado norte-americano, mais do que havia ocorrido com as economias vinculadas ao sistema importador europeu”. Do ponto de vista econômico, a participação das economias de enclave no mercado

³⁰¹¹ CARDOSO e FALETTTO, Dependência..., p. 46-7.

mundial acabou formado localmente um setor econômico que poderia se considerado como “moderno”, na medida em que “era uma espécie de prolongamento tecnológico e financeiro das economias centrais”, sendo o setor exportador altamente especializado em sua produção, e com fortes saídas de excedentes, impossibilitando a formação de uma mercado interno, com alta concentração de renda no setor de enclave.³⁰¹²

Os enclaves externos formados eram de dois tipos, um mineiro e outro agrícola. No enclave mineiro, é reduzido o emprego de mão-de-obra, elevada a concentração de capital, há expansão da produção, e pagamentos de salários diferenciados em favor do setor operário especializado; no enclave agrícola, há emprego de muita mão-de-obra, pode haver pouca concentração de capital, a expansão e modernização da economia força a ocupação de terras disponíveis – afetando a economia interna de subsistência –, e não há pressões por elevação de salários – pela inexistência praticamente de mão-de-obra qualificada e abundante mão-de-obra desqualificada disponível. Do ponto de vista da economia nacional, os dois tipos de enclave levam a um baixo nível de distribuição de renda, com conseqüências políticas e sociais condicionadas de forma diferente. Assim, diferentemente da tentativa do modelo de desenvolvimento fundado no controle nacional do sistema produtor, o desenvolvimento dos enclaves caminha de forma distinta. Os problemas sócio-econômicos e políticos eram os “da definição das bases e das condições de continuidade na estrutura local de dominação e o da determinação dos limites de participação dos grupos que a constituem no sistema produtivo de novo tipo que representam os enclaves”. Assim, as “alianças políticas requeridas tinham dupla vinculação: com o setor externo, representados pelas companhias inversoras, e com o setor interno na medida em que algum grupo, por si só ou aliado a outros, lograva constituir um sistema de poder e dominação bastante forte e estável para pactuar com o setor externo as condições nas quais se aceitaria nacionalmente a exploração econômica dos enclaves”. Resumindo, nas economias de enclave, as relações entre os sistemas econômico e político se dão dentro do seguinte quadro: (I) “a produção é um prolongamento direto da economia central em um duplo sentido: tanto o controle das decisões de investimento depende diretamente do exterior, como os lucros gerados pelo capital (impostos e salários) apenas ‘passam’ em seu fluxo de circulação pela nação dependente, indo incrementar a massa de capital disponível para investimentos das economia central”; (II) “não existem realmente conexões com a economia local – com o setor de subsistência ou com o setor agrícola vinculado ao mercado interno – mas sim com a sociedade dependente, através de canais como

³⁰¹² CARDOSO e FALETTTO, Dependência..., p. 47-8.

o sistema de poder, porque ela define as condições de concessão”; (III) “do ponto de vista do mercado mundial, as relações econômicas são estabelecidas no âmbito dos mercados centrais”.³⁰¹³

Assim, todas as economias latino-americanas logram, durante certo tempo, crescer, vinculados à dinâmica da demanda externa, sejam as economias que procuraram manter o controle nacional do setor exportador, sejam as economias de enclave, integrando-se por via dessas duas formas diferenciadas com a economia mundial, inclusive conseguindo alcançar uma certa diversificação econômica interna nesse período de crescimento econômico. Diante disso, emergiu novos grupos sociais – a classe média local – trazendo novos aspectos políticos e econômicos diante do *status quo* estabelecido internamente – movimentos sociais, orientações e alianças políticas, que viabilizavam o sistema exportador desde o século XIX, revelando a estratégia de distintos grupos vinculados diferentemente ao processo produtivo. Junto aos setores agrários, mineiros e pecuários tradicionais, emergiu setores financeiros e mercantis importantes, bem como os primórdios de uma economia urbano-industrial. A emergência desse setor médio provocou um efeito social, econômico e política da maior importância dentro das sociedades onde acabaram se estabelecendo, com maior ou menor grau de força conforme as características próprias como emergiram em cada nação. “Para a compreensão das mudanças ocorridas, no período que chamamos ‘de transição’, parece evidente que tiveram significação estratégica as formas específicas que assumiram as relações entre esse grupos em cada país. Com efeito, por ‘período de transição’ entender-se-á o processo histórico-cultural em virtude do qual a diferenciação da própria economia exportadora criou as bases para que, na dinâmica social e política, comesçassem a fazer-se presentes, além dos setores sociais que tornaram possível o sistema exportador, também os setores sociais imprecisamente chamados ‘médios’. O surgimento destes e as formas peculiares que adquirem – germes de uma incipiente burguesia industrial com os correspondentes grupos profissionais de base técnica, burocracia civil e militar, camadas de empregados etc. – dependerão das formas peculiares pelas quais se organizou o sistema exportador e estas variarão historicamente em cada país da região. Não obstante, novos grupos sociais adquirem gravitação em todos os países, se bem que desigual segundo cada modalidade de estrutura sócio-econômica”, enfim, conforme a fase de crescimento para fora se tratasse de economias cujo controle das exportações era nacional, ou economias de enclave.³⁰¹⁴

³⁰¹³ CARDOSO e FALETTTO, Dependência..., p. 48-51.

³⁰¹⁴ CARDOSO e FALETTTO, Dependência..., p. 52-3.

Mas esse setor médio, por si só, não alcançaria a proeminência sócio-política reivindicatória, se sua existência não estivesse conjugada com outro fator, qual seja, a crise econômica externa – portanto, também política – que se abateu no mercado mundial, e suas conseqüências para a América Latina. Mas é de se assinalar que a crise do setor oligárquico – e seu sistema de dominação – deteriorou-se antes da crise econômica mundial, de tal forma que, quando a crise veio, ela consolidou uma situação que estava já desenhada há algum tempo. A reorganização “do sistema político-social variou em função de duas ordens distintas de determinações sociais e políticas: a) foram distintas as possibilidades de superação da crise político-social, respectivamente, nas sociedades estruturadas a partir de uma ordenação econômico-social de tipo enclave, e nas sociedades nas quais a burguesia financeira agro-exportadora local mantinha o controle do sistema produtivo; b) em cada uma dessas duas situações básicas, por sua vez, a diferenciação interna do sistema produtivo e o fracionamento dos grupos sociais, em cada país da América Latina, abriam perspectivas diferentes para a formação – ainda dentro das bases gerais do sistema exportador – de novas alianças entre os grupos sociais. O êxito e as possibilidades variáveis dessas alianças explicam o maior ou menor grau de persistência da ‘ordem constituída’ exportadora ou, ao contrário, indicam o momento e as formas de transição do ‘sistema exportador’ para as sociedades nas quais os grupos vinculados ao mercado interno, como a burguesia urbana e as ‘classes médias’, começam a adquirir importância crescente”.³⁰¹⁵

Assim, crise oligárquico-exportador – fruto da crise político-social interna do sistema de poder e da crise da economia mundial – dá origem a transformações sociais, configurando-se novas alianças políticas. No caso das sociedades com a produção controlada nacionalmente, o momento da transição é marcado pela existência de uma elite urbana, mais precisamente, setores produtores capitalistas ou de empresários capitalistas – com a maior parte vinculada a área rural – muito importante e já influente na sociedade, enfim, um grupo em expansão nacional, com marcas características diferenciadas de país a país. Por isso que a crise do sistema político nacional, catalisada pela pressão dos novos grupos sociais, variou conforme dois fatores, quais sejam, os tipos particulares de dominação formados em cada país, para favorecer o setor exportador, e também, a forma como foi sendo construída – em função do dinamismo do próprio setor exportador – a diferenciação do sistema produtivo nacional, com o desenvolvimento paulatino de uma economia urbano-industrial e de novos setores paralelos ao exportador. Em linhas gerais, o que sucedeu é que por razões histórico-

³⁰¹⁵ CARDOSO e FALETTTO, Dependência..., p. 53-4.

sociais latino-americanas, formou-se um grupo dominante que controlou o sistema produtivo e político nacional – caso de países pequenos –, impondo a monoprodução, ou teve que estabelecer pactos regionais – com outros grupos exportadores, no caso de países grandes – para se manter no poder de forma praticamente hegemônica. Tal sistema exportador possibilitou a formação de um setor produtivo para o mercado interno, muito favorecido por aquelas economias nacionais que desenvolveram mais de um setor exportador, vale dizer, as economias exportadoras diversificadas com núcleos exportadores paralelos ao principal. A produção para o mercado interno é expressão do crescimento da economia interna, mas consumo esse não relacionado com a mão-de-obra empregada no setor rural – com baixa capacidade de consumo –, e sim, devido ao avanço do processo de divisão social do trabalho, obrigando a uma especialização complementar nas formas produtivas entre a fazenda e os centros urbanos, fazendo surgir nas cidades, novos grupos sociais – pequenos comerciantes, profissionais liberais, servidores públicos, bancários, professores, transportadores etc – e os primeiros núcleos industriais.³⁰¹⁶

Assim, o surgimento dessa elite urbana, ou dos grupos sociais urbano-industriais, é devido à sua vinculação direta e complementar ao desenvolvimento do setor exportador, portanto, “sem que seus interesses econômicos oponham-se ao desse setor, mas, pelo contrário, tornam-se um setor complementar daquele”. Assim, foram condições histórico-estruturais que condicionaram a formação do setor urbano-industrial e da diferenciação sócio-econômica alcançada por cada nação. “A dinâmica dessas forças, entretanto, depende da unidade ou diferenciação dos grupos agro-exportadores e das alianças entre alguns desses grupos com os setores sociais emergentes”. Por isso que a história irá verificar modos diferenciados de transição, ou seja, de participação das classes médias nas alianças de poder, naquelas economias onde a produção exportada era controlada nacionalmente. Desta forma, na Argentina, verificou-se a incorporação dos setores médios à hegemonia da burguesia exportadora; no Brasil, a incorporação dos setores médios “tradicionais”, com crise da dominação oligárquico-burguesa; no Uruguai, a incorporação da classe média à aliança de poder; na Colômbia, o predomínio oligárquico e a debilidade da classe média.³⁰¹⁷

Diverso foi o processo de transição nas economias de enclave. A equação das transformações ocorridas teve que considerar o tipo específico de enclave – mineiro ou agrário –, “o grau de diferenciação do setor nacional da economia e o processo político através do qual os grupos que controlavam esse setor organizaram o Estado e definiram suas

³⁰¹⁶ CARDOSO e FALETTTO, Dependência..., p. 54-60.

³⁰¹⁷ CARDOSO e FALETTTO, Dependência..., p. 60-74.

relações entre si, com as classes subordinadas e com os grupos externos que constituíram os enclaves econômicos”. A dinâmica da transição será diferenciada de país a país, conforme a diferenciação de sua estrutura produtiva, mas observando que, nesse processo específico de mudança e transição, a relação política ganha relevo como forma de dominação; “é por meio da relação política que se torna possível a exploração econômica” dos setores operários e camponeses pelos grupos dominantes. Esses grupos dominantes nacionais “vinculam-se à empresa estrangeira mais como classe politicamente dominante que como ‘setor empresarial’”, sendo as empresas estrangeiras que acabam por estabelecer “relações diretamente econômicas com os setores operários e camponeses”. A função dos grupos nacionais de poder, é garantir uma ordem interna que coloque à disposição do setor econômico externo de enclave, “a mão-de-obra indispensável para a exploração econômica e que assegure a viabilidade dos contratos feitos”. Tal economia forma concentrações de operários e camponeses, cuja incorporação de classes médias torna-se muito difícil, tamanho o grau de exclusão das massas do jogo político.³⁰¹⁸

Antes da incorporação dos setores médios como forças políticas influentes na sociedade, o predomínio era dos grupos oligárquicos com seus latifúndios de baixa produtividade, voltados para os mercados regional e interno. A dominação principal é sobre as massas camponesas, uma vez que os demais setores sociais não têm importância dentro do sistema produtivo controlado nacionalmente. O jogo político é dominado pelas oligarquias, e participação dos setores médios é sempre através de mobilização da massa camponesa através de programas antioligárquicos. Adquirindo forte tom nacionalista quando fica claro que a oligarquia é mediadora do controle do enclave. O desenvolvimento da economia interna, nessas circunstâncias, torna mais complexo o processo de divisão de trabalho, somado ao crescimento da população urbana. Os setores médios crescem em número, e emergem os setores populares urbanos, que se somam aos operários e aos camponeses do enclave e da fazenda. O Estado receberá o influxo de toda essa complexidade, ajustando interesses das oligarquias e dos grupos de elites capitalistas-urbanas com os enclaves. Diante desse quadro, as tentativas de incorporação dos setores médios no sistema de poder em curso, encontram um sistema de dominação mais diferenciado, fundado nas relações entre o setor oligárquico e as novas elites capitalistas urbanas – industriais e comerciais – com o enclave; também os grupos dominados estão mais diversificados, como os camponeses da fazenda ou da grande plantação, os operários do enclave, e os setores populares urbanos. Por isso que políticas de

³⁰¹⁸ CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 74-6.

alianças ampliam-se muito dentre esses diferentes grupos, manifestando-se de forma distinta conforme o país. No México, Bolívia e Venezuela a incorporação da classe média se deu através do enfraquecimento do predomínio oligárquico; no Chile e no Peru, a classe média ascendeu à dominação oligárquico-burguesa; na América Central, a classe média adotou uma atitude revolucionária ou de violência frente aos latifúndios e ao enclave.³⁰¹⁹

Assim, a partir da participação cada vez mais crescente das classes médias urbanas e das elites capitalistas industriais e comerciais no sistema de dominação – nessa relação entre grupos ou classes sociais –, e da política de consolidação do mercado interno e de industrialização – expressão econômica da situação social –, é que sucede o período de transição da América Latina. No plano político-econômico, os setores público e privado coexistiram complementarmente, convergiram mesmo, na fase da industrialização substitutiva de importações. No plano social, a expansão do setor privado da economia implica em novas bases econômicas de desenvolvimento, com amplas alterações da divisão social do trabalho – emerge o proletariado (operário) e aumento o setor urbano não-proletariado da população. As cidades iniciam a inchar-se de gentes desempregadas, transformando-se em sociedades urbanas de massas. A presença dessas gentes, acrescido do nascimento de uma economia industrial diferenciada, é que dará início ao chamado “desenvolvimento para dentro”, e que se acentuará durante o período da Segunda Guerra Mundial e alcançará seu auge na década de 1950. Durante esse período de industrialização substitutiva, o papel do Estado na economia se acentua e se altera – frente ao tradicional papel de defesa de interesses de exportadores e latifundiários –, passando a adotar medidas protecionistas do mercado interno por via de tarifas alfandegárias, iniciando o processo de transferência de rendas do setor exportador para o setor interno e cria as condições de infra-estrutura – aço, refinarias de petróleo, eletricidade etc. – para apoiar a industrialização substitutiva de importações. Mas isso não significou a ascensão de uma classe industrial típica européia ou norte-americana, uma vez que tratou-se de uma política de acordos entre os diversos setores sociais nacionais – desde o agrário até o popular-urbano.³⁰²⁰

O problema político posto era, com a industrialização, formar uma base econômica que sustentasse os novos grupos sociais médios que passaram a compartilhar o poder interno, bem como “oferecer oportunidades de inserção econômico-social aos grupos populares numericamente importantes, cuja presença nas cidades como desempregados ou insatisfeitos podia alterar o sistema de dominação”. O novo sistema de dominação era formado pelas

³⁰¹⁹ CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 76-90.

³⁰²⁰ CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 90-3.

classes médias ascendentes, burguesia urbana (mercantil, industrial e financeira), setores do antigo sistema importador-exportador, e setores do latifúndio de baixa produtividade, tendo em seu pólo oposto os dominados, formados pelos setores populares – classe operária, massa popular urbana e massa agrária. Dentro desse quadro geral, verificou-se na América Latina a formação de distintas formas de industrialização e tipo de organização e controle do poder, levando à implantação de diferentes tipos de políticas de industrialização substitutiva; o passado formativo das economias e sociedades – inclusive seus setores populares – nacionais irá determinar as singularidades de cada caso.³⁰²¹

Nos plano econômico e político, de modo geral, esse novo período é marcado pela pressão das massas, voltada para a participação e ao distributivismo social e econômico, bem como pelo interesse dos novos setores dominantes “na continuidade da expansão econômica nacional, agora orientada para o mercado interno, como continuação do sistema de dominação”; daí emerge as condições para um tipo específico de política, a do populismo desenvolvimentista nacionalista – voltadas para a incorporação das massas ao sistema de produção e também – de modo variável – ao sistema político. Foi um período de consumo ampliado, investimentos acelerados, desenvolvimento via setor estatal, e fortalecimento do setor urbano-industrial. O populismo desenvolvimentista, assim, era uma ideologia que articulava metas contraditórias, com o objetivo – mais de curto prazo – “de lograr um grau razoável de consenso e de legitimar o novo sistema de poder que se apresenta à nação apoiado em um programa de industrialização que propõem benefícios para todos”, enfim, criando um mercado interno supondo: “a) disponibilidade de capitais para serem reinvestidos dentro do país; b) disponibilidade de divisas para financiar a industrialização; c) possibilidades de redistribuição de renda, ainda que moderada, para permitir a incorporação da massas, dentro de certos limites; d) capacidade empresarial, pública e privada, para expandir a economia; e) um mínimo de eficiência e de responsabilidade nas administrações estatais; f) capacidade para consolidar uma liderança política capaz de se impor aos interesses contraditórios dos distintos grupos e de obter, eventualmente, períodos de conciliação entre os grupos em conflito, em nome do interesse nacional”.³⁰²²

No entanto, o controle dos capitais e divisas está em mãos do setor exportador, o que obriga os demais grupos se unir para contrapor aos interesses dos exportadores e destinar o capital para o novo tipo de desenvolvimento desejado; mas essa mobilização – união – depende da conjuntura internacional, especificamente dos preços internacionais, para

³⁰²¹ CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 93-4.

³⁰²² CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 94-5.

remunerar os exportadores e financiar a industrialização, bem como da união dos setores industriais e setores operário-populares, para manter a política de tarifas alfandegárias e política monetária que sustentem – em detrimento dos setores agrários e grupos médios tradicionais – o ritmo de investimentos industriais que acabem elevando o salário ou, pelo menos, incorpore mais pessoas ao sistema industrial. O choque ou conflito entre os grupos é inevitável, e a “experiência histórica determinará como se combinam concretamente esses condicionantes da industrialização e dará origem aos ‘modelos’ político-econômico de desenvolvimento”. A atuação dos Estados e das elites industriais será determinante para definição da política de industrialização resultante em cada país, dando origem a mais de uma alternativa de industrialização – liberal, nacional-populista, e Estado desenvolvimentista. “Como é evidente, em qualquer alternativa o problema da industrialização consiste em saber que grupos poderão tomar as decisões de investimento e consumo e reorientar as direções pelas quais flui o investimento para o mercado interno. Grave problema, além disso, é o da ‘incorporação’ de amplos setores que o processo de industrialização mobiliza socialmente. Esta é a razão pela qual a temática do ‘nacionalismo’ e do ‘populismo’ expressam orientações fundamentais em função das quais se tratou de organizar as sociedades ‘em vias de desenvolvimento’, para ajustar os interesses de grupos opostos, mas unidos entre si, com o propósito de controlar um novo rumo para o poder nacional”.³⁰²³

Na Argentina, desta forma, formou-se um populismo com uma economia de livre empresa, onde o Estado atua como árbitro – e ente distribuidor de renda – na equação da continuidade da expansão econômica, respeitando o caminhar próprio da iniciativa empresarial privada – que se formou hegemônico, forte e moderno –, mas impondo diretrizes gerais com intuito de incorporar mais rapidamente as massas a essa economia, gentes essas que já eram social, política e economicamente importantes. No Brasil, diferentemente da Argentina, não se formou um setor empresarial forte e moderno para se contrapor ao setor agrário tradicional, sem unificar os setores populares, rurais e urbanos como massa assalariada. “No Brasil, o populismo aparece como elo através do qual se vinculam as massas urbanas mobilizadas pela industrialização – ou expulsas do setor agrário como consequência de suas transformações ou de sua deterioração – ao novo esquema de poder; e converter-se-á na política de massas, que tratará de impulsionar a manutenção de um esquema de participação política relativamente limitado e baseado principalmente em uma débil estrutura sindical que não afetou as massas rurais nem o conjunto do setor popular urbano”. Nas

³⁰²³ CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 95-7.

economias de enclave emerge o Estado desenvolvimentista – por exemplo, México e Chile – onde o Estado é reorganizado com uma maior participação da classe média – e os setores populares como pontos de referência obrigatórios –, sendo a industrialização promovida pelo Estado.³⁰²⁴

A formação do mercado interno na América Latina, assim, é fruto de uma política de industrialização com conotações nacionalistas e populistas; entretanto, o momento seguinte, vale dizer, da formação de uma maior diferenciação da economia capitalista – formação do setor de bens de capital e fortalecimento de grupos empresariais –, o que transparece é a “crise do populismo e da organização política representativa dos grupos dominantes”; trata-se, também, de uma fase onde se procura “ordenar o sistema político e social sobre novas bases que expressem a vinculação entre o setor produtivo orientado para o mercado interno e as economias externas dominantes”. Para explicar essa nova reorganização política e as relações entre a economia interna e os centros hegemônicos do mercado mundial, será novamente o conceito de dependência que irá caracterizar a estrutura dessa nova fase do desenvolvimento, com a política como instrumento que determina os rumos econômicos da região.³⁰²⁵

Se uma aliança foi estabelecida para promover o desenvolvimento voltado para ampliar a base interna da economia de países latino-americanos, a situação de poder era voltada para consolidar o mercado interno. As alianças eram entre as antigas e tradicionais situações ou grupos dominantes, com os setores médios, a elite industrial e mesmo as massas urbanas, com o Estado como árbitro, beneficiou desigualmente os grupos, conforme cada país e circunstâncias. Mas esse sistema somente funcionou a contento enquanto a conjuntura externa – dos mercados metropolitanos centrais – continuasse favorável e comprando, bem como pagando adequadamente, pelos produtos latino-americanos. Essa renda é que garantia o financiamento da industrialização e setores urbanos internos, e também remunerava os exportadores. Com o fim dessa circunstância externa favorável, os efeitos sobre cada nação foram distintos, conforme distintamente eles haviam procurado o progresso nas políticas de industrialização e a consolidação de seu mercado interno. A equação encontrada foi o não enfrentamento radical entre os grupos sociais, procurando manter uma certa estabilidade e desenvolvimento. Mas o fato concreto, é que tudo indica a “existência de limites estruturais precisos para um desenvolvimento industrial controlado nacionalmente, dentro dos quais jogam as distintas forças sociais”.³⁰²⁶

³⁰²⁴ CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 97-113.

³⁰²⁵ CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 114.

³⁰²⁶ CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 114-8.

Objetivamente, o desenvolvimento capitalista exige investimentos de grande vulto, e essa acumulação só pode ser feita às custas de uma forte diferenciação social – desigualdade social – e as pressões políticas dos diferentes setores sociais para participar dos ganhos econômicos é incompatível com o desenvolvimento capitalista. O ingresso da massa popular – setor camponês ou urbano – nos ganhos econômicos, “diminui a capacidade de acumulação e produz a ruptura de um elo importante da aliança pela hegemonia política”, vale dizer, o setor agrário manifesta-se contra o Estado populista ou os setores urbano-industriais que apóiam tais reivindicações das massas; se as pressões urbanas por melhores salários são muito fortes, então os grupos agrários encontram aliados políticos nos grupos industriais e grupos financeiros. As transferências de renda do setor agrário ao setor urbano, em condições desfavoráveis do mercado mundial, também encontram a resistência do setor agrário. Outro fator importante, é em relação ao fato de que a acumulação e financiamento industrial latino-americano dependem diretamente da exportação, de tal forma que a sua colocação – produtos exportáveis da região – no mercado internacional está sob controle externo, mas, principalmente, está submetido à deterioração dos preços de troca. Isso implica que o financiamento da industrialização e desenvolvimento econômico da região fica altamente comprometido e limitado por fatores externos.³⁰²⁷

Assim, não foi sem razão que, na América Latina, do ponto de vista político e social, “fracassaram os objetivos de manter o ritmo de industrialização no âmbito interno sem promover mudanças político-estruturais profundas”. Por fim, aliado a todos esse fatores, nessa época – década de 1950 – havia também uma abundante oferta de capitais industriais estrangeiros em busca de novos mercados. Tratou-se de um fluxo de curta duração do centro para a periferia, dinheiro das corporações industriais atuando como investidores – uma novidade frente aos empréstimos anteriores – e pressionando a região para a tomada de novos investimentos ou financiamentos. No início do processo de substituição de importações empresas estrangeiras fizeram investimentos nos países periféricos da região e esse ingresso inicial de capitais estrangeiros não foi percebido como problema ao desenvolvimento em curso; de fato, tudo conspirava para o processo de substituição de importações evoluir continuamente até a autonomia industrial e econômica da região, entretanto, após alcançar um auge do processo, verificou-se a ocorrência de uma perda da velocidade na dinâmica do processo, revelando que o mesmo estava inserido dentro de um problema mais complexo, dando origem a “criação dos setores tecnológica e economicamente mais significativos da

³⁰²⁷ CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 119-22.

indústria de bens intermediários e de bens de capital”; também verificou-se que as organizações produtivas não estavam organizadas internamente, não havia associações entre grupos nacionais e trustes estrangeiros, e as circunstâncias levaram a conflitos a partir dos setores sociais mais atingidos pela crise, resultando no fim da aliança desenvolvimentista.³⁰²⁸

A nova situação de desenvolvimento muda a tradicional relação mercado mundial e economias exportadoras periféricas – eminentemente agro-exportadora. “A vinculação das economias periféricas ao mercado internacional se dá, sob esse novo modelo, pelo estabelecimento de laços entre o centro e a periferia que não se limitam apenas, como antes, ao sistema de importações-exportações; agora as ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais”. A industrialização da América Latina, assim, não é consequência única da expansão industrial do centro, mas também contou com a participação direta de empresas estrangeiras. A dependência desse novo período é decorrente do capital externo, endividamento crescente e de curto prazo, mas marcado também pelo seu fluxo e controle de decisões de investimentos a partir do exterior; assim, a massa de renda gerada e realizada no mercado interno está condicionada diretamente a partir do exterior. Os países periféricos, desta forma, são industrializados e dependentes. “Assim, o desenvolvimento, a partir desse momento, realiza-se intensificando a exclusão social, e já não só das massas, mas também de camadas sociais economicamente significativas da etapa anterior, cuja principal alternativa agora é conseguir vincular-se subsidiariamente ao setor monopolista moderno e também vincular-se em forma subordinada ao sistema de dominação política que se instaura”.³⁰²⁹

Outro intelectual que tratou da mesma temática, inserindo aportes teóricos e elementos históricos diferenciados, mas dentro da mesma linha racional reveladora da dependência sócio-econômica latino-americana, é Rui Mauro Marini. Segundo o autor, as análises marxistas da dependência latino-americana costumam incorrer em dois erros, quais sejam, ora substituem o fato concreto pelo conceito abstrato – rompendo a relação entre o concreto e o abstrato, com descrições empíricas dissociadas do discurso teórico –, ora adulteram o conceito para adequá-lo a uma realidade que não cabe dentro do conceito puro. A economia latino-americana é peculiar e seu capitalismo singular – capitalismo dependente – só pode ser compreendido quando analisado os fatos nacionais e internacionais que ele se insere.³⁰³⁰

³⁰²⁸ CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 122-4.

³⁰²⁹ CARDOSO e FALETTO, Dependência..., p. 124-38.

³⁰³⁰ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000, p. 105-6.

As América Latina é descoberta numa época em que nascia o capitalismo na Europa e esteve sempre na trajetória e desenvolvimento da dinâmica desse sistema sócio-econômico, participando ativa ou passivamente nessa evolução, com metais preciosos ou produtos exóticos num primeiro momento.³⁰³¹ Os produtos latino-americanos contribuíram para o fluxo comercial e financeiro, e contribuíram para o desenvolvimento da manufatura européia e, mais tarde na instituição da grande indústria. A época da revolução industrial européia coincidiu com a época da independência latino-americana das suas metrópoles ibéricas, fazendo que muitos deles passem a gravitar sob a órbita da influência inglesa. Ignorando-se uns aos outros, as novas nações passam a estabelecer relações diretas com a Inglaterra, produzindo e exportando bens primários, e importando bens manufaturados de consumo e dívidas. “Até à metade do século XIX, as exportações latino-americanas estão estagnadas e a balança comercial latino-americana é deficitária; os empréstimos externos se destinam a sustentar a capacidade de importação. Ao aumentar as exportações e, sobretudo, a partir do momento em que o comércio exterior começa a produzir saldos positivos, o papel da dívida externa passa a ser o de transferir para a metrópole parte do excedente obtido na América Latina”. Nesse momento é que as relações econômicas e políticas da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida, vale dizer, “é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Nas palavras de André Gunder Frank, tratou-se do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.³⁰³²

A criação da grande indústria moderna foi favorecida pela economia dos países exportadores dependentes, fornecendo os bens agrícolas em grande quantidade para atender a especialização – especialmente urbana – das atividades industriais; a massa de gentes européias que se dirigiu para as cidades foram alimentadas – produtos agrícolas e pecuários – pelos latino-americanos. Além disso, a região contribuirá para formar um mercado de matérias-primas necessárias e importantes para as indústrias européias – especialmente à medida que ocorre o incremento do desenvolvimento industrial. Com o surgimento da grande indústria – junto com o crescimento da classe trabalhadora e a elevação de sua produtividade

³⁰³¹ Para a formação da economia capitalista mundial, a América Latina contribuiu principalmente com metais preciosos nos séculos XVI e XVII; no século XVIII, a descoberta do ouro brasileiro coincidiu com o auge da manufatura inglesa; no século XIX, a partir de 1840, a sua articulação com a economia mundial se realiza completamente. In: MARINI, Dialética..., p. 110.

³⁰³² MARINI, Dialética..., p. 107-9.

–, a massa de matéria-prima irá aumentar em proporção muito grande. Desta forma, as funções das nações latino-americanas, nesse sistema econômico mundial, acabam transcendendo a demanda de bens e produtos físicos para atender as necessidades dos países centrais industriais. “Além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à da mais-valia relativa,³⁰³³ isto é, que a acumulação passe e depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador”. De fato, a América Latina irá executar uma política intensa de exploração do trabalhador local, que desenvolverá a sua produção de matérias-primas, contribuindo, desta forma indireta – transferindo os ganhos com o sacrifício local –, para mudanças qualitativas na economia e processo de produção e ganhos dos países centrais.³⁰³⁴

A América Latina, assim, teve um papel importante na passagem processada nos países capitalistas, da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. Rui Mauro Marino entende que a mais-valia relativa deve ser entendida como “uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente, com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta na desvalorização real da força de trabalho”. Distinguindo entre mais-valia relativa e produtividade, entende que “se bem constitui a condição por excelência da mais-valia relativa, uma maior capacidade produtiva do trabalho não garante por si mesmo um aumento da mais-valia relativa”. O que determina a cota de mais-valia “não é a produtividade em si, mas o grau de exploração do trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de

³⁰³³ A extração da mais-valia é a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo, enfim, a específica diferença ou singularidade distintiva do modo de produção capitalista – frente aos outros modos de produção –, em que o excedente toma a forma de lucro, e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário. Lucro e salário são as formas específicas que o trabalho excedente e o trabalho necessário assume quando empregados pelo capital. A mais-valia é a diferença entre o valor da força de trabalho – salário – e o valor final produzido pela força de trabalho em ação – que é sempre maior que o salário –, enfim, o valor produzido pelo trabalhador que é apropriado pelo capitalista sem que um equivalente seja dado em troca – lucro. Não se trata de troca injusta, mas a apropriação, pelo capitalista, dos resultados do trabalho excedente não pago. A história da produção capitalista é também a luta entre a tentativa do capital de aumentar as taxa da mais-valia e, por outro lado, a tentativa, de parte da classe trabalhadora, de resistir a este aumento. A mais-valia absoluta envolve o crescimento da taxa de mais-valia através de um aumento do valor total produzido por cada trabalhador sem alteração do montante de trabalho necessário, ou seja, por via da ampliação – intensiva ou extensiva – da jornada de trabalho. A mais-valia relativa é o modo de obtenção de mais-valia por via da manutenção da mesma jornada de trabalho, mas dividindo-a de forma a obter maior quantidade de mais-valia por unidade dividida, a ser apropriada pelo capital – ou em proporções mais favoráveis ao capital; a forma como se dá a mais-valia relativa é por via da redução da quantidade dos valores de uso consumidos pelo trabalhador – diminuição dos salários ou salários insuficientes – ou pela redução do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mesma quantidade de valores de usos – inovações tecnológicas, mudanças técnicas, aumento de produtividade. In: BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 465 p.

³⁰³⁴ MARINI, Dialética..., p. 111-3.

trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente de seu salário)”; o aumento do trabalho excedente sobre o necessário é fundamental para modificar a cota da mais-valia favoravelmente ao capitalista, e isso implica que ela está relacionada diretamente à redução ou desvalorização dos bens-salário – e a produtividade do trabalho concorre para isso, mas não necessariamente.³⁰³⁵

Na segunda metade do século XIX, o contributo da América Latina para a oferta mundial de alimentos está no seu auge e os países centrais irão confiar no comércio exterior o atendimento de sua demanda interna de meios de subsistência. Esse efeito de oferta – somado à depressão dos preços dos produtos primários no mercado mundial – produzirá a redução do valor real da força de trabalho nos países centrais, “permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em cotas de mais-valia cada vez mais elevadas. Em outras palavras, mediante sua incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais”.³⁰³⁶

O aumento da oferta mundial de matérias-primas e alimentos levou ao declínio de preço desses produtos, frente aos preços alcançados pelas manufaturas; inicia-se, assim, o processo de deterioração dos termos de troca entre o centro e a periferia, revelando, de fato, a depreciação dos bens primários frente aos manufaturados. Para que esse fenômeno não se convertesse em desestímulo à economia latino-americana frente à economia mundial, é preciso analisá-lo excluído da interpretação que o reduz a mero resultado da lei de oferta e procura – uma vez que do lado da oferta verifica-se a sua aceleração continuada apesar da deterioração dos termos de troca –, ou mesmo que forças diplomáticas e militares fossem responsáveis pelo falseamento das leis mercantis. Em realidade, a exploração capitalista mundial utiliza-se de recursos extra-econômicos porque há uma base econômica que a torna possível, assim, não é porque “se cometeram abusos contra nações não-industriais que estas se tornaram economicamente fracas, [mas em realidade] é porque eram fracas que abusou-se delas. Não é tampouco porque produziram além do devido que sua posição comercial deteriorou-se, mas foi a deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala”. Nota-se, ademais, que à medida que o mercado mundial alcança formas desenvolvidas, o uso da violência política e militar sobre as nações mais fracas é substituído pela “reprodução de relações econômicas que perpetuam e ampliam o atraso e a debilidade dessas nações”. É a

³⁰³⁵ MARINI, Dialética..., p. 113-5.

³⁰³⁶ MARINI, Dialética..., p. 115-6.

ampliação do mercado mundial que permite a divisão internacional do trabalho entre nações, e que realimenta a ampliação do mercado mundial.³⁰³⁷

Se teoricamente o comércio de mercadorias expressa uma troca de equivalentes – quantidade de trabalho socialmente necessário para produzir as mercadorias trocadas –, na prática há vários mecanismos que são utilizados para burlar as leis de intercâmbio, dentro da própria esfera de produção e em outros âmbitos de distintas esferas que se inter-relacionam. São mecanismos de transferência de valor – seja de produtividade, seja de monopólio de produção – que é acompanhado de um mecanismo de compensação por parte da nação mais desfavorecida, por via de uma maior exploração de trabalho – aumentando sua intensidade e/ou prolongando a jornada de trabalho. “O que aparece claramente, então, é que as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de sus mercadorias exportadas (o que implicaria num esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional, através do recurso a uma maior exploração do trabalhador”.³⁰³⁸

Na América Latina, a compensação para o problema do intercâmbio comercial desigual com as nações capitalistas centrais deu-se através da intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e pela expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – reduzir o consumo do operário além do seu limite normal –, auxiliado pela natureza do trabalho nas economias periféricas, como até então vinha sendo praticado – ou seja, indústria extrativa e agricultura, e não a indústria fabril –, que favorecia esse tipo de decisão exploratória do trabalho humano. Assim se institui a superexploração do trabalho humano, trabalho que se remunera por baixo de seu valor. “A superioridade do capitalismo sobre as demais formas de produção mercantil e sua diferença básica em relação a elas residem em que o que transforma em mercadoria não é ao trabalhador – ou seja, o tempo total de existência do trabalhador, com todos os pontos mortos que este implica do ponto de vista da produção – mas sua força de trabalho, isto é, o tempo de sua existência utilizável para a produção, deixando ao próprio trabalhador o cuidado de responsabilizar-se pelo tempo não produtivo, do ponto de vista capitalista”.³⁰³⁹

A América Latina desenvolve sua economia mercantil em função – ou subordinadamente – do mercado mundial, devendo reproduzir as relações de produção dos países capitalistas centrais. “Chamada a coadjuvar a acumulação de capital com base da

³⁰³⁷ MARINI, Dialética..., p. 117-20.

³⁰³⁸ MARINI, Dialética..., p. 120-3.

³⁰³⁹ MARINI, Dialética..., p. 123-8.

capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve que fazê-lo mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalhador. Nesta contradição, radica-se a essência da dependência latino-americana”. A produção latino-americana, diferentemente dos países centrais, não depende da capacidade interna de consumo para sua realização; assim, a produção e a circulação de mercadorias estão dissociadas internamente, de tal forma que o modelo clássico de capital e trabalhador serem vistos significativamente como vendedor e comprador de mercadorias não se concretiza na economia da região. A contradição do regime de produção capitalista é que “os operários como compradores de mercadorias são importantes para o mercado. Mas como vendedores de sua mercadoria – a força de trabalho – a sociedade capitalista tende a reduzi-los ao preço mínimo”. Por isso que o “consumo individual dos trabalhadores expressa representa, então, um elemento decisivo na criação de demanda para as mercadorias produzidas, sendo uma das condições para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo da circulação”. Entretanto, na economia exportadora latino-americana as coisas se dão de outra maneira, vale dizer, “a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, [sendo que] o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia”. Daí a decorrência natural da máxima exploração da força de trabalho local, em havendo um exército de reserva trabalhador para repor aqueles que não suportam o ritmo do sistema econômico-produtivo. Sem mercado interno, será o mercado mundial a única opção para a saída da produção local; e o pouco consumo interno deverá ser suprido, em sua maioria, através de importações, com duas esferas de circulação, quais sejam, a baixa esfera – formada pela massa de trabalhadores – consomem uma produção interna, e a alta esfera – formada pelos não-trabalhadores – consomem produtos importados, ligando-se, desta forma, com o mercado mundial.³⁰⁴⁰

Sobre o processo de industrialização da América Latina, que se deu na forma substitutiva de importações, fruto de ideologia desenvolvimentista – capitaneado pela CEPAL –, nas economias exportadoras latino-americanas não logrou alcançar a formação e sedimentação de uma autêntica economia industrial que, “definindo o caráter e o sentido da acumulação de capital, produzisse uma mudança qualitativa no desenvolvimento econômico desses países”. Diferentemente, “a indústria seguiu sendo ali uma atividade subordinada à produção e à exportação de bens primários, que constituíam, este sim, o centro vital do processo de acumulação”. Foi com a crise da economia capitalista, acentuada durante o

³⁰⁴⁰ MARINI, Dialética..., p. 131-5, e nota de rodapé n. 31.

período entre as duas grandes guerras, impõem obstáculos à acumulação voltada para o mercado externo que o eixo da acumulação volta-se fortemente para a industrialização, e dá origem à moderna economia industrial que prevalece na região. Nesse momento, as altas esferas de circulação e consumo passam a buscar o atendimento de suas demandas no mercado interno, e tudo indicava que iria se reproduzir, na região, o círculo virtuoso de desenvolvimento capitalista que havia marcado os centros capitalistas europeus e norte-americano. Assim, na década de 1950, ganharam força as idéias desenvolvimentistas, “que supunham que os problemas econômicos e sociais que afetavam a formação social latino-americana eram devidos a uma insuficiência de seu desenvolvimento capitalista e que a aceleração deste bastaria para fazê-los desaparecer”.³⁰⁴¹

No entanto, essa fórmula não considerava particularidades que se revelaram capitais para não ser reproduzida a economia industrial clássica em solo latino-americano. Na criação do mercado interno, por exemplo, ela é contrapartida da cumulação de capital na economia clássica; separando os produtos dos meios de produção, o capital cria o assalariado e também o consumidor, abrindo uma estreita correspondência entre o ritmo da acumulação e o mercado interno. Como os alimentos necessários ao trabalhador são obtidos no exterior a preços baixos, isso possibilita ao operário a absorver mais produtos manufaturados dentro de seu consumo individual, fazendo com que a produção industrial dedique-se a produzir bens de consumo popular e de forma barata, forçando ao aumento da produtividade do trabalho com compensação. O consumo individual da classe não produtora também cresce nesse processo, favorecendo o aumento da produção dos bens de consumo manufaturados em geral e também dos artigos suntuários. Entretanto, a industrialização na América Latina sucede de forma diferente. A tradicional economia exportadora da região forçou à diminuição cada vez maior do consumo individual do trabalhador, desta forma, permitindo a instalação de apenas uma fraca indústria, que se ampliou quando fatores externos favoreceram seu fortalecimento, através de empecilhos à importação. Tratou-se de uma industrialização que não cria sua própria demanda, “mas nasce para atender a uma demanda já constituída e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados”.³⁰⁴²

Os trabalhadores, desta forma, não são um mercado consumidor significativo no início da industrialização latino-americana, o mercado já era dado e os preços atuavam para restringir ao acesso popular ao consumo dos produtos. O problema não era de mercado, mas de mercadoria para atender o mercado; além disso, o capitalista local jogava com os preços

³⁰⁴¹ MARINI, Dialética..., p. 135-7.

³⁰⁴² MARINI, Dialética..., p. 137-40.

para equilibrar problemas de demanda e procura de produtos, porventura existentes, favorecido por situação de monopólio devido às barreiras tarifárias alfandegárias existentes. O baixo nível tecnológico existente nas indústrias, e a abundante mão-de-obra disponível, faz com que os salários se mantenham sempre em baixa. “Isso lhe permitirá absorver grandes massas de trabalho, o que, acentuado pela intensificação do trabalho e a prolongação da jornada, acelerará a concentração de capital no setor industrial”. A economia industrial nascente será dependente da economia exportadora e reproduzirá, também, a fenômeno de superexploração do trabalhador, com uma dissociação entre o consumo da esfera alta e da esfera baixa de circulação de bens e produtos, dentro da mesma economia – já não mais em relação ao mercado mundial. Assim, dedicada “à produção de bens que não entram ou entram muito escassamente na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições de salário próprias dos trabalhadores”. Daí decorre que o valor da manufatura não determine o valor da força de trabalho, uma vez que não é um elemento essencial do consumo individual do trabalhador; além disso, o fato de que o operário seja superexplorado e perca seu poder de compra, impedindo mais ainda a possibilidade de adquirir os bens manufaturados, não cria problema da esfera de circulação ao capitalista, uma vez que “as manufaturas não são elementos essenciais no consumo individual do operário”.³⁰⁴³

Ao avançar a industrialização latino-americana, os itens de suas importações se alteram. Os bens de consumo diminuem e aumenta os de matéria-prima, produtos semi-elaborados – bens intermediários –, e maquinarias destinadas à indústria. O financiamento dessa importação não é satisfeito unicamente com o produto das exportações da região, de tal forma que torna necessário a importação de capitais externos em forma de financiamento e investimentos diretos na indústria. Essa facilidade em tomada de capitais externos era favorecida pela conjuntura, uma vez que as grandes corporações capitalistas – com a concentração de capital em escala mundial – passam a deter uma abundância de recursos que necessitam ser aplicados novamente, e que tem no exterior uma grande demanda. Esses capitais são direcionados preferentemente para o setor industrial da periferia. De fato, as bases industriais periféricas se desenvolveram durante esse período pós-guerra, mas cujos atraentes lucros eram devido especialmente pela superexploração do trabalho. Outro fator que deve se considerado, é que nos países centrais havia se desenvolvido muito a indústria de bens de capital, levando a que os “equipamentos produzidos ali, sempre mais sofisticados, tivessem

³⁰⁴³ MARINI, Dialética..., p. 140-2.

que ser aplicados no setor secundário dos países periféricos. Surge, então, por parte das economias centrais, o interesse em impulsionar neles o processo de industrialização, com o objetivo de criar mercados para sua indústria pesada. Por outro lado, na medida em que o ritmo do progresso técnico reduziu nos países centrais o prazo de reposição do capital fixo praticamente pela metade, colocou-se para esses países a necessidade de exportar para a periferia equipamentos e maquinaria que já eram obsoletos antes de se terem amortizados totalmente”. Por isso que essa fase da industrialização latino-americana corresponde a “uma nova divisão internacional do trabalho [– hierarquização da economia capitalista mundial –], em cujo âmbito se transferem aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial (...), reservando-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (...) e o monopólio da tecnologia correspondente”.³⁰⁴⁴

É justamente no momento em que os países dependentes vão aos grandes centros buscar instrumentos tecnológicos que lhes permitam competir e acelerar seu crescimento industrial e econômico, que as grandes corporações capitalistas estão com abundante capital para financiar as indústrias desses países, e que levam a tecnologia requerida pro eles. De fato, o progresso técnico implantado na região caracterizou-se pela economia de força de trabalho – tanto em tempo quanto em esforço – que um operário destinava à produção de uma certa massa de bens. Isso implicou em diminuição da população operária e crescimento das camadas sociais não produtivas – ou de serviços. As novas tecnologias incorporadas nos processos produtivos industriais, não modificaram a estrutura de superexploração do trabalhador, vale dizer, “tornou possível ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar a sua produtividade e, simultaneamente, manter a tendência de remunerá-lo em proporção inferior ao seu valor real”. Se os produtos agora são aqueles que refletem o consumo popular dos países avançados economicamente, o consumo dos países dependentes não irá refletir o que sucede nas economias centrais, uma vez que o “abismo que existe (...) entre o nível de vida dos trabalhadores e o dos setores que alimentam a esfera alta da circulação torna inevitável que produtos como automóveis, aparelhos eletrodomésticos, etc., se destinem necessariamente a esta última”. Novamente, não são bens que sejam parte do consumo normal dos trabalhadores, e produtos que podem ser considerados suntuários que somente são viabilizados por via da intervenção do Estado – subvenções, financiamento –, inflação – que transfere poder de compra – e rebaixamento dos salários. Os investimentos no setor tecnológico para atender o consumo popular ficam mais prejudicado ainda com essa

³⁰⁴⁴ MARINI, Dialética..., p. 143-5.

baixa capacidade de consumo dos trabalhadores, e somente as indústrias destinadas aos bens suntuários podem crescer a taxas elevadas – e os outros tipos de indústrias ficam estagnadas ou regridem.³⁰⁴⁵

Assim, novamente há um descasamento e mesmo repulsão entre a baixa esfera e a alta esfera de circulação e surgem as indústrias “dinâmicas” que atendem a demanda das altas esferas e a indústrias “tradicionais”, que atendem a baixa esfera, bem como muito desempregado. Por isso que, a partir de meados da década de 1960, a exportação de manufaturas essenciais e bens suntuários – o direcionamento da produção novamente em direção ao exterior – é a “tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afetam”. E não é sem razão que modelos de integração econômica regional e subregional, até políticas agressivas de competição internacional, emergem em toda América Latina, reproduzindo – como um destino inescapável – o “modelo da velha economia exportadora”.³⁰⁴⁶

4.1.5.3. DIFICULDADES E PROBLEMAS ESPECÍFICOS DOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANOS E DO MERCOSUL

As circunstâncias que emerge o Mercosul não serão aqui revisitadas, uma vez que já foram acima abordadas, entretanto, para os fins deste trabalho, torna-se necessário avaliar mais acuradamente os problemas e insucessos que marcam as tentativas de integração econômica latino-americanas, especialmente o Mercosul.

Quando são analisados os processos de integração latino-americanos em geral, não deixa de transparecer que eles invariavelmente chegam a uma encruzilhada difícil ser transposta, anunciando simplesmente o seu final, apenas não se concretizando integralmente o vaticínio pelo fato de que subsistem seus órgãos institucionais a lembrar que as idéias que os impulsionaram estão moribundas. De fato, pensamentos elevados voltados para a integração do continente latino-americano, parecem carecer de uma vitalidade que os encaminhem a um

³⁰⁴⁵ MARINI, Dialética..., p. 146-8.

³⁰⁴⁶ MARINI, Dialética..., p. 149-50. Pra compreender melhor a problemática econômica que atinge toda América Latina, entre outros mais, vide: SALAMA, Pierre. **Riqueza y pobreza en América Latina**: la fragilidad de las nuevas políticas económicas. México: Universidad de Guadalajara; Fondo de Cultura Económica, 1999. 304 p.; CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000. 584 p.

melhor destino, caindo no vazio, diante dos elementos materiais e culturais dissociadores que os perseguem. É fato que os processos de integração perseguidos, se tinham o nobre motivo voltado para melhorar efetivamente as condições existenciais sócio-econômicas dos povos envolvidos,³⁰⁴⁷ a sua discussão se circunscreveu a uma elite local, não deixando de se estender além-fronteiras, revelando que a integração na região sempre foi um assunto restrito e reservado a poucos, aliado a interesses – legítimos ou não – e influências externas.³⁰⁴⁸

Aspecto relevante a ser considerado para as particularidades da região é que a oposição a um determinado processo em curso não se dá de forma manifesta e explícita, mas por indiferença e inapetência. O fato concreto é que a organização político-institucional dos Estados da região, após a sua independência, veio através de fórmulas prontas e acabadas – a serem implantadas e aplicadas diretamente – provindas de outras realidades culturais e históricas, estas últimas mais adaptadas, portanto, aos próprios mecanismos que erigiram para si enquanto coletividades históricas que constroem a solução de seus problemas sócio-político-econômicos, vale dizer, que vivem culturalmente as decisões voltadas para solução de seus problemas sociais. Na América Latina, o constitucionalismo – jurídico e político – ficou marcado, em nascença, pela outorga dos atos de soberania a um protagonista ou grupo de elite, que segregava outros grupos de elite ou outras regiões partes do mesmo território. Uma Constituição, um governo – débil que fosse –, e um povo expressado por uma realidade sócio-econômica com muitos problemas permitiam afirmar perante o mundo que uma nova nação emergia como ator soberano, como todas as demais existentes até então. Pouco mais de um século depois essas nações se depararam mais concretamente com a realidade já existia implicitamente desde o descobrimento da América, qual seja, a de que o campo dos negócios e da economia não respeita fronteiras, muito menos as estabelecidas formalmente numa Constituição ideologicamente estatuída. O mundo econômico é o mundo das transações e dos lucros, e ambas tendem a não considerar fatores ideológicos, fronteiriços, lealdades, sociais etc., para cumprir um destino inescapavelmente seu, e centrado em si mesmo, qual seja, mais transações em busca de mais lucros. E o comportamento médio da América latina, diante dessas circunstâncias tem se revelado como crise de imaginação e falta de poder criativo.³⁰⁴⁹

³⁰⁴⁷ A fim de refletir essa circunstância, vide, por exemplo, o teor do art. 4º, parágrafo único, da Constituição Federal do Brasil. É preciso ações concretas e irreversíveis para fazer valer o seu conteúdo, caso contrário trata-se de palavras sem sentido e substância para a vida dos brasileiros e demais povos latino-americanos.

³⁰⁴⁸ Além do que já foi escrito acima sobre as particularidades da integração política e econômica da América Latina, que corroboram a assertiva que o povo esteve ausente em todo processo desenvolvido, bem como a influências de fatores externos condicionando o sucesso ou insucesso dos processos de integração desenvolvidos, vide: SCHAPOSNIK, Eduardo C. **As teorias da integração e o Mercosul**: estratégias. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997. 250 p.

³⁰⁴⁹ SCHAPOSNIK, As teorias..., p. 10-2.

De forma geral, as atitudes das elites – partidos políticos, academia, organizações intelectuais e sindicais, etc. – frente ao processo de integração são respostas de ordem ideológica e pragmática. A idéia em si não recebe muita oposição, entretanto grande é a ignorância que recai sobre o que seria seu conteúdo e do que poderia ser o benefício final a ser alcançado pela integração, daí um misto de passividade e desconfiança em relação à idéia e a viabilidade de sua concretização. Sendo um fenômeno burilado ou gerido por poucos, é natural que a maioria do povo fique alheia ao processo, com ignorância maior ainda sobre o que está sucedendo a si e à nação uma vez deflagrada a integração regional. Para o povo – e evidentemente para as elites envolvidas –, os resultados acabam tornando-se mais claros a partir do momento em que sobrevêm as crises econômicas internas a cada um dos países associados como queda nas exportações, declínio do comércio intra-regional, estancamento da economia, endividamento vertiginoso, recrudescimento da dependência – ou vulnerabilidade – do país a eventos externos, desta forma angariando o pessimismo de todos, mas justamente no momento crucial em que os órgãos instituídos para gerir a integração são verdadeiramente solicitados para provar toda força e certeza do processo em curso, prova na qual a história tem demonstrado a reprovação ou fracasso do processo como um todo.³⁰⁵⁰

Se a causa imediata da integração repousa numa crise econômica mundial que fazem ver a todos que existe a necessidade de atuarem conjuntamente para enfrentar o problema, paradoxalmente os laços de os uniam associativamente não sobrevive ao curso do tempo, quando a crise se instala dentro do processo de integração – tudo indica que é assim até o próximo evento mundial crítico que os impulse a resgatar as idéias integrativas regionais. Um dos indicadores dessa postura que se revela muito imediatista e de curto alcance, frente aos ambiciosos objetivos que uma integração econômica internacional regional intenta alcançar, é o fato de que os países da região atuam marcadamente de forma individual e egoística quando podem, sem foco efetivo sobre quem eles devem mirar para identificar como seu inimigo comum, e sobre o que eles devem apontar para identificar como trincheiras e contra-reações que os permitam se proteger e contrapor aos problemas que os afligem de forma comum. Assim, reduzem sua visão a problemas de imposições e limitações ao comércio mundial, “deixando de lado de forma deliberada os problemas internos que pudessem ser enfrentados e a unidade com os países latino-americanos, que fosse uma forma de substituir os suplicatórios (...) pela ação” positiva, afirmativa, concreta em favor da conquista própria de um espaço autônomo social e econômico no mundo. O espírito

³⁰⁵⁰ SCHAPOSNIK, As teorias..., p. 12-3.

competitivo entre as nações latino-americanas, buscando, cada qual, alcançar sua auto-suficiência e soluções próprias para os problemas que atingem a todos, é uma marca peculiar da história e formação dessas sociedades, e enquanto o Norte desenvolvido se une para continuar se desenvolvendo, a região se esmera em permitir todas as vantagens aos seus concorrentes mundiais.³⁰⁵¹

Não é sem sentido que, em vigor os tratados de Montevideu – ALALC e ALADI –, o que se verifica na região é a busca de cada país em acentuar suas diferenças, traçando fronteiras econômicas mais difíceis de serem transpostas, ao buscarem alcançar a auto-suficiência e, desta forma, “duplicando instalações, aumentando os preços através de uma enorme proporção de custos fixos e impossibilitando, desta maneira, a concorrência nos mercados mundiais para suas manufaturas”. Mas, se havia muita boa-fé – e mesmo ingenuidade – nos protagonistas que atuaram para efetivar a integração, não enxergando a situação real das perspectivas futuras do processo e os erros e estancamentos em curso, é preciso reconhecer que muitas opiniões realistas e abalizadas se insurgiram, advertindo sobre os erros e contradições sendo cometidos, mas que não foram consideradas, inclusive ocultando francamente as fraquezas do sistema à medida que eles iam se revelando no curso do processo. Diante disso, as crises das tentativas de integração latino-americanas necessitam a análise do que foi produzido durante todo esse período pós-guerra, especialmente as tentativas de conserto via emendas e remendos, a fim de que a experiência seja melhor compreendida em todas as suas circunstâncias e aproveitada para ser aplicada como instrumento de contribuição para as integrações em curso.³⁰⁵²

Principiar a reconhecer o um processo de integração como um movimento muito maior que apenas mais comércio, mas que possui uma dimensão política mais ampla que a conveniência econômico-comercial abrangendo mais de uma sociedade por inteiro, é um desafio que se impõe no processo de integração em curso, uma vez que, entre outros, parece ser pedir muito ao setor empresarial em geral, “que demonstrou tão pouca audácia e independência na condução de seus próprios negócios, [que] adote os riscos de ter de competir com outros componentes em um mercado ampliado”. A ALALC, por exemplo, fracassou porque as dificuldades políticas e mentalidades – desintegrativa – dos administradores foram superiores às necessidades voltadas para alcançar, mesmo que superficialmente, a idéia de solidariedade latino-americana. De modo geral, as crises dos processos de integração podem ser atribuídos a partir de: (I) “situações críticas no

³⁰⁵¹ SCHAPOSNIK, As teorias..., p. 13-4.

³⁰⁵² SCHAPOSNIK, As teorias..., p. 14-5.

desenvolvimento dos países”; (II) “declino do comércio exterior e maior incidência dos serviços financeiros da dívida, que provocaram o estrangulamento do setor externo”; (III) “situação política da região e o predomínio de fatores geopolíticos”; (IV) “afrouxamento do feto societário”; (V) fracassos de projetos ao limitá-los a simples intercâmbios comerciais”; (VI) “defeito de instituições sem condições suficientes para auto-impulsionar o avanço da política integrativa”; (VII) falta de uma ação ao nível político dos países”; (VIII) “desinteresse dos setores populares fundado na limitação do modelo”; (IX) “transnacionalização crescente das economias periféricas”; (X) “falta de definição clara do modelo que levou a equívocos desvirtuadores do que se havia proposto no princípio”; (XI) inexistência de um alto grau de idealismo e de ganhos concretos que permitiriam visualizar os resultados”; (XII) falta de oportunismo para aproveitar eventos externos favoráveis à região.³⁰⁵³

As crises, assim, podem ser apontadas a partir da ideologia inspiradora dos modelos de integração tentados – liberal ou neoliberal –, bem como a forma com foi instrumentalizado e executado os processos. A partir de um momento inicial de euforia, tendo em vista o aumento do comércio intra-regional, segue-se, em seguida, a vinda do ceticismo com a queda do mesmo, uma vez que a expectativa de que o modelo aplicado na integração levaria automaticamente ao seu desenvolvimento e modernização não se concretiza, conforme os cânones da teoria econômica clássica. “O modelo escolhido carecia de dinamismo próprio e não existiam mecanismos adequados de correção que eliminassem os efeitos negativos”, enfim, “adotou-se uma ideologia reformista conservadora com mudanças muito superficiais”. De fato, a tentativa de implantar um modelo de desenvolvimento conforme a índole que havia sido estabelecida na Europa e Estados Unidos, não considerou devidamente as diferenças entre essas civilizações e culturas, com a civilização e cultura latino-americana. “Aplicaram-se critérios de crescimento economicista e não de desenvolvimento, desprezando o social e o político, como se o social e o político devessem vir automaticamente a partir da melhora dos índices de produção”.³⁰⁵⁴

Nesse modelo “não se define o significado e o conteúdo da integração, o sistema de valores que se adota, as alternativas a enfrentar, as opções possíveis, os objetivos e meios, os requisitos internos e externos, os agentes e resistências, os instrumentos e as conseqüências. Tampouco se trata da política sobre setores e níveis sociais e não se diz qual é a ideologia, ficando exposta explicitamente à clássica liberal. Ao mesmo tempo, não se define exatamente o papel dos atores no projeto, não se definem os obstáculos, não se criam mecanismos para

³⁰⁵³ SCHAPOSNIK, As teorias..., p. 15-7.

³⁰⁵⁴ SCHAPOSNIK, As teorias..., p. 18-9.

resistir à pressão dos grupos hegemônicos, não se articulam mecanismos que superem a dependência. Não fica estabelecido como se repartem os custos e benefícios, não se tentam mudanças na estrutura social. Não se estabelece como mobilizar a opinião pública, nem as fases dessa mobilização. Não se conseguiu emocionar nenhum setor. Não participam nem as elites nem as massas. Não se estabelece o requisito da democracia ou, em todo caso, como se superaríamos as dificuldades. Não se colocou o desenvolvimento como projeto global porque cada país encarou um projeto custoso e duplicador de esforços. Tampouco se tentou superar o dilema nação-religião. Os enfoques e métodos foram limitantes. Foram se restringindo às obrigações deixando todo o jogo das leis de mercado. Deixou-se também para que o comércio conseguisse produtividade, complementaridade, operacionalização dos fatores, economia de escala, inovação tecnológica, racionalização do trabalho e equilíbrio do desenvolvimento entre países. O cerceamento de cada país tem efeito limitante sobre o projeto geral, pois deixa a cada país, individualmente, a tarefa de relacionar-se com a potência hegemônica”.³⁰⁵⁵

Não sem sentido, por isso que a antiga ALALC já apresentava problema em 1967, devido ao estancamento das concessões bilaterais, situação que perdurou até 1980, com a instituição da ALADI. Tanto no desenvolvimento do comércio, quanto no desenvolvimento industrial, a gestão da ALALC resultou nula. “A ALALC não afetou em nada a divisão internacional do trabalho, a livre ação das corporações transnacionais, as relações de intercâmbio, as deficiências estruturais que seguem favorecendo aos setores dominantes na região. Mais tarde a ALADI também não atuaria na questão da dívida. O modelo adotado, por obra do grau de integração estabelecido, não contemplava a atitude de terceiros países, especialmente dos desenvolvidos, que com o correr do tempo intensificariam a proteção para seus produtos”.³⁰⁵⁶

Na América Latina, há muitos fatores que depõem contra os processos de integração, entre elas são assinaladas forças externas,³⁰⁵⁷ heterogeneidade dos grupos de poder,³⁰⁵⁸ obstáculos de ordem global, de política interna de ordem econômico e social – internacional e interna – e derivados do modelo de integração adotado;³⁰⁵⁹ fatores econômicos regionais;³⁰⁶⁰ meios de transportes;³⁰⁶¹ sistemas de pagamento;³⁰⁶² visão unitária político-econômica da

³⁰⁵⁵ SCHAPOSNIK, As teorias..., p. 19-20.

³⁰⁵⁶ SCHAPOSNIK, As teorias..., p. 20-2.

³⁰⁵⁷ SCHAPOSNIK, As teorias..., p. 51-74; BARBOSA, Rubens Antonio. **América Latina em perspectiva: a integração regional da retórica à realidade**. São Paulo: Aduaneiras, 1991, p. 57.

³⁰⁵⁸ SCHAPOSNIK, As teorias..., p. 75-109.

³⁰⁵⁹ SCHAPOSNIK, As teorias..., p. 147-53.

³⁰⁶⁰ MENEZES, Do sonho..., p. 136-47.

³⁰⁶¹ MENEZES, Do sonho..., p. 147-57.

³⁰⁶² MENEZES, Do sonho..., p. 157-64.

região.³⁰⁶³ Regra geral, os processos integrativos da ALALC, MCCA e Grupo Andino – GRAN – passam pelas seguintes fases: (I) uma primeira fase, onde inicia-se a vigência do processo, revelando consecuições tangíveis nas áreas específicas eleitas para serem favorecidas pela integração, de acordo com objetivos pré-fixados; (II) uma segunda fase, onde o desenvolvimento do processo começa a dar mostras de lentidão, vive momentos oscilantes entre otimismo e ceticismo, e todo processo é objeto de críticas e questionamentos por seus parceiros; (III) uma terceira fase, de estagnação e mesmo de retrocesso – involução –, caracterizado por ações voltadas para reestruturar todo o processo, bem como modificá-lo instrumentalmente, de tal modo a revelarem-se esgotados e de futuro incerto.³⁰⁶⁴

Objetivamente, o retrocesso de tais integrações econômicas regionais revela o caráter de sua incompletude, diante de fatores antitéticos erosivos presentes em todo processo desde seu nascimento, e que se manifestam já em sua primeira década de existência, muito antes que pressões da conjuntura internacional – crises econômicas recessivas, principalmente –, bem como a crise do endividamento externo – a partir de 1982 –, se revelem mais cabalmente. De fato, os desequilíbrios e conflitos que iriam desnaturar e desintegrar os processos latino-americanos, dariam mostras nos últimos anos de bonança da economia do mundo ocidental – os dois decênios anteriores a 1973 –, movimento econômico esse que beneficiou a América Latina com seu comércio exterior. O que veio depois foram as circunstâncias depressivas da crise e seu fator multiplicador negativo, colocando em relevo as acentuadas insuficiências que eram imanentes no modelo de integração proposto e as debilidades do esquema, diante da realidade latino-americano, os quais retrocederam muito mais que as relações da América Latina com o exterior. Nesse momento de crise, ficaram evidenciadas as precárias condições de infra-estrutura da sub-região respectiva, que haviam sido atendidas apenas pelos processos de integração formalmente em curso, bem como o fato da emergência de controversas atuações econômicas paralelas aos processos, algumas surgindo explicitamente como verdadeiros flancos que deixavam vulneráveis os respectivos projetos ou programas estabelecidos, e outras camufladas com estrangulamentos econômicos, conflitos políticos, déficits persistentes, injusta ou desigual distribuição de renda, disfunções financeiras, industriais etc. As conseqüências da recessão econômica no mundo ocidental se manifestaram através de um novo protecionismo, regionalização ou entrincheiramento em blocos econômicos, e restrições a créditos com o aumento das taxas de juros – especialmente na crise energética de 1973 e 1979-1980 –, sendo que na América Latina as conseqüências foram

³⁰⁶³ MENEZES, Do sonho..., p. 165-73.

³⁰⁶⁴ GRIEN, La integración..., p. 361.

contração do volume de seu comércio exterior, queda dos preços, deterioração dos termos de intercâmbio, aumento da dívida externa e o pagamento de juros, diminuição de investimentos, escassez crescente de divisas, redução das importações de bens intermediários, decréscimo de sua produção, descapitalização, e também paralisação dos processos de integração.³⁰⁶⁵

De fato, uma das marcas dos processos de integração latino-americanos – ALALC, MCCA, GRAN – é que os seus tratados constitutivos sempre visaram praticamente apenas a liberalização comercial, enfim, reproduzindo a função eminentemente comercial da América Latina perante o mundo, desde sua descoberta, destino inescapável que irá marcar a forma como as crises econômicas irão incidir sobre sua existência social – bem como sua organização político-social. Diante da orientação preferencial para programas de liberalização, verificou-se que, de fato, nenhum outro segmento foi erigido e favorecido como instrumental, desenvolvendo-se mais ou menos significativamente a favor da integração como um todo, a não ser o setor industrial, mesmo assim, de oscilante atenção. Com a crise do comércio exterior, resultando também em queda nas transações intra-blocos, acabou expondo toda a irrelevância dos processos de integração em curso nas sub-regiões, imobilizados em funcionalidades marginais e contradições externas, além de revelar às suas elites, o lugar secundário de uma integração parcialmente executada, diante da necessidade de superação de conjunturas adversas. A integração, desta forma, ficou desacreditada, inclusive em setores políticos e acadêmicos. Enquanto classificada mais certamente como um conjunto de acordos comerciais, transparece algumas causas que são possíveis identificar como motivadores da atonia que alcançou os citados processos de integração latino-americanos.³⁰⁶⁶

(I) Causas estruturais: tratam-se de estruturas político-administrativas, econômicas, demográficas etc., decorrentes da geografia física e de difícil domínio, condicionando diferentemente os processos, apesar da integração voltar-se também para suplantar ou corrigir as distorções decorrentes desses problemas estruturais, com o objetivo de alcançar o bem-estar e o crescimento econômico. Assim, além das questões geográficas da região ou sub-região, existe também a desigual dotação de fatores de produção; mercado excessivamente reduzido; ausência de complementaridade produtiva; transações econômicas regionais distribuídas desigualmente, dependentes da localização geográfica; profunda desigualdade entre Estados mais desenvolvidos e Estados de menor desenvolvimento; quadro monetário flutuante e instável, com incontroláveis taxas de inflação; tarifas alfandegárias elevadas e instáveis por sua permanente flutuação; conformação de mercados que não permitem a redução das

³⁰⁶⁵ GRIEN, La integración..., p. 364-5.

³⁰⁶⁶ GRIEN, La integración..., p. 366-8.

diferenças produtivas; reduzida capacidade de poupança interna e sujeito a restrições externas; inserção na divisão internacional de trabalho centro-periferia com intercâmbio desigual e também com desigual distribuição benefícios.³⁰⁶⁷

(II) Causas instrumentais: os textos constituintes dos processos de integração latino-americanos, juntamente com suas normas daí derivadas, em muitos aspectos não chegaram a ser executados, ou se converterem em preceitos agonizantes ou testemunhos de uma intenção que não se concretizou, como a articulação comum dos planejamentos elaborados ou a compulsória programação concertada ou conjunta. Em outros casos os textos foram retirados ou transformados antes de sua aplicação, quando não descumpridos ou tomado em consideração, mesmo estando em vigor. As justificativas para esse conjunto de atitudes recaem, com freqüência, no fato de que tais instrumentos normativos não haviam sido elaborados conforme a realidade e circunstâncias dos países membros do bloco econômico – em realidade, conforme cada país e também conforme determinado momento ou circunstância específica – e que, portanto, haviam sido pouco realista, mesmo os próprios tratados originários. Entretanto, tais argumentos são feitos após o processo dar início e depois que sobrevém a crise, mas nunca antes, no momento de se discutir e posteriormente firmar os tratados e emitir as normativas. As causas instrumentais dos insucessos seriam a preponderância comercial que caracteriza os textos originais dos tratados; inoperância de numerosos instrumentos, como a falta de poder às instituições e órgãos comunitários para exigirem o cumprimento do acordo firmado, enfim, ausências de supranacionalidade e órgãos jurisdicionais para decidir sobre conflitos de entendimento e aplicar suas decisões; visíveis obstáculos para a integração como a regra de negociação produto a produto, as listas de exceções, a evocação apenas de normas essencialmente comerciais, as reservas de mercado, as listas comuns; incoerência entre resoluções de forma a criar problemas – antagonismos – de relacionamento entre processo de integração regional e sub-regional; reiterada ambigüidade – que alguns consideram como flexibilidade – de um grande número de normas pretensamente integrativas; antinomia entre determinados instrumentos e os aspectos que deveriam regular, em situações de escancarada inaplicabilidade do preceito pelo próprio órgão comunitário; falta de concordância dos instrumentos normativos entre si; instrumentos elaborados que produziram efeitos contrários para os destinatários de seus efeitos, mas que persistem no erro durante anos, mesmo sendo perceptível o problema dos mesmos;

³⁰⁶⁷ GRIEN, La integración..., p. 369-72.

incapacidade intrínseca dos instrumentos normativos da integração latino-americanos para enfrentar ou conduzir-se diante de crises econômicas mundiais profundas.³⁰⁶⁸

(III) Causas exógenas: a conjuntura internacional produz efeitos evidentes dentro dos processos de integração latino-americanos, sendo problemático delimitar precisamente as incidências dessa conjuntura sobre a evolução dos referidos processos. Não há dúvida que a influência externa é estrutural em quase todas as atividades econômicas da região, coincidindo com sua singular história, sendo que a integração se desenvolve dentro dessas atividades; entretanto, como desenvolvimento da economia mundial – e sua política – essas manifestações exógenas adquiriram múltiplas formas concatenadas entre si, de tal forma a afetar os acontecimentos econômicos em geral no Planeta. Foi, portanto, uma influência depressiva que incidiu sobre todos os eixos de sustentação do espaço econômico, na qual os processo de integração da região percorrem de forma bastante tangencial – periférica e dependente –, e seria uma tarefa muito difícil precisar alteração por alteração, dentro de cada processo de integração, aquelas que poderiam ser diretamente atribuída pela crise mundial induzida, ainda mais considerando que muitas das modificações dos processos foram originadas antes do estabelecimento da conjuntura crítica mundial. Os acontecimentos recessivos do início da década de 1980, atingiram uma América Latina já fragmentada em suas estruturas sociais, políticas e econômicas, e com os Estados mais fracamente inter-relacionados, comparativamente à época em que a integração econômica era um fato concreto em curso e uma forte idéia como solução para os problemas sócio-econômicos, bem como o crescimento e desenvolvimento da região. Sucedeu que a habitual vulnerabilidade econômica da região, frente as perturbações devido à crise da época, multiplicaram grandemente os seus efeitos dentro da região, refletindo sobre os processos integracionista, acentuando as suas inerentes debilidades e contradições. Foi desta forma, de modo indireto, que as causas exógenas afetaram os processo de integração latino-americanos em curso, aumentando suas disfunções e afastando de si a atenção dos responsáveis pela condução política, social e econômica da região, este muito mais dedicados e preocupados em resolver os problemas mais imediatos, e procurando esconder as suas limitadas liberdades de atuação, liberdades que, embora muito relativizadas, continuavam explícitas nos instrumentos de integração vigentes.³⁰⁶⁹

Assim sendo, podem ser levantados como manifestações da influência externa com repercussão generalizada nos processo de integração – causa de causas –, além dos sucessos

³⁰⁶⁸ GRIEN, La integración..., p. 372-5.

³⁰⁶⁹ GRIEN, La integración..., p. 375-6.

da violência externa da época que fragmentaram de fato a região e sub-regiões integradas – contribuindo para o entorpecimento e disfunção dos processos, aliado a fatores como desinformação, falta de apoio político etc. –, enfim, fatores políticos externos aos processos que os condicionaram no seu desenvolvimento nos anos de instabilidade político-ideológico mundial, há as causas de marcante expressão econômica, como protecionismo dos mercados externos, contraindo as exportações locais e acentuando o problema de escassez de divisas da região; políticas de ajustes referentes à obrigada limitação da demanda agregada, com a redução de importações, inclusive as intrazonais, constituídas, em sua maior parte, por bens de consumo e manufaturas pouco complexas – elaboradas –; falta de liquidez, paralisando e quase anulando os mecanismos instrumentais de compensação dentro do bloco, acentuando ainda mais a queda do comércio recíproco intra-bloco, ao dificultar seu financiamento e compensação; deterioração dos termos de intercâmbio – fundado mais nas situações de recessão da economia mundial – que coincidiu com o aumento do preço de petróleo –; endividamento externo e elevação das taxas de juros, forçando a região, através do pagamento dos serviço e juros da dívida, a transferir recurso para o exterior, acentuando a depressão e a queda da poupança interna; centralização do comércio exterior da América Latina nos Estados Unidos, na década mais crítica, devido ao comportamento recessivo do restante do mercado mundial; novas tecnologias que produziram transformações na tecnologia industrial e em todo campo da produção, alterando substancialmente tudo que fora fixado e vinha sendo praticado pela economia industrial tradicional – vantagens comparativas, localização geográfica, matérias-primas etc.³⁰⁷⁰

(IV) Causas de execução: relacionadas com o cumprimento das normas estabelecidas dentro de cada processo ou com a efetivação prática dos instrumentos, tratando-se das causas mais diretamente visíveis como responsáveis pelos resultados obtidos na intertração latino-americana, sem diminuir a influências das demais causas já analisadas acima, como escassez de respaldo outorgado – por quem e direito – aos acordos negociados e firmados; interesse nacional superior ao interesse sub-regional ou da zona de integração, como postura apriorística; temor da multilateralidade dos programas de desgravação tarifária, recorrendo-se aos acordos bilaterais para fugir dos mesmos; manipulação arbitrária das tarifas alfandegárias, imposição de restrições administrativas, descumprimento unilateral de normas já negociadas – com intuito compensatório ou represália –; comportamento oportunista dos associados de refugiarem-se nos respectivos mercados recíprocos ampliados, sempre que os mercados

³⁰⁷⁰ GRIEN, La integración..., p. 376-9.

externos à América Latina se comportavam recessivamente; sistemáticos descumprimentos unilaterais das normas da integração, como a medida primeira, diante da constatação de dificuldades reais, potenciais ou estimadas pelos países; repetidas adoções de decisões unilaterais realizadas sem consultas prévias perante seu parceiros associados, revelando profunda diferença entre as políticas nacionais e os compromissos supostamente assumidos dentro do processo de integração; ostensivo distanciamento de boa parte dos setores privados, do processo de integração em curso, a qual está inserido necessariamente, defendendo privilégios protecionistas, mercado nacional cativo – monopólio –, subsídios etc., atuando à margem da integração, e considerando como um atentado à segurança nacional as ameaças que lhe recaem com o mercado ampliado com livre comércio; incapacidade ou impossibilidade dos países em trabalhar com planejamentos de médio e longo prazo, a fim de verificarem os efeitos dinâmicos da integração intentada e compensadores dentro de um prazo mais longo, condicionando os resultados do processo a exigências de curto prazo; lentidão e incapacidade para negociar os programas comerciais – praticamente a isso foi reduzido os objetivos reais dos processos de integração – devido principalmente a posturas prévias defensivas adotadas pelos países associados frente a desgravações – especialmente as economias menores – e receos quanto à concorrência aberta num mercado ampliado; desigual distribuição dos benefícios do processo de integração, gerando muitas reclamações de países, mas sempre em prejuízo do reclamante, e conforme seu próprio critério de avaliação e estimativa de prejuízos, gerando indiferença, afastamento e hostilidade frente a integração; aceitação praticamente inquestionável, de certos países, das imposições de ordem externa que recaem sobre si a e a integração, frente a postura abusiva dos mesmos para aceitar a condição voluntária e não compulsiva das normas de integração, tornando-a vulnerável; não internalização dos processos de integração nas políticas nacionais, revelando a postura do governo e seus técnicos em não considerar a integração como uma variável necessária e seus enfoques econômicos de desenvolvimento; mudanças de governos, de tempos em tempos, como o novo grupos político no poder alternando objetivos e diferentes interesses, acabam buscando reinterpretações, reconduções ou cortes do que já havia sido anteriormente – no governos anterior – negociado, freando ou perturbando a continuidade – que deveria ser ininterrupta – do programa integrador.³⁰⁷¹

Como já assinalado, até o final da década de 1920 e início da década de 1930, a América Latina existia economicamente para exportar matérias-primas e alimentos para o

³⁰⁷¹ GRIEN, La integración..., p. 379-86.

mundo europeu e norte-americano, se abastecendo de produtos manufaturados em troca. A crise econômica atingiu também fortemente a região, e inicia-se o processo de substituição de importações, com a implantação de indústria e a busca da auto-suficiência na área, processo que se acentuou após a Segunda Guerra Mundial. Mas o modelo de industrialização implementado trazia problemas em seu bojo, quais sejam, do ponto de vista tecnológico, e da oferta e demanda dos manufaturados produzidos na região – falta de mercado –, além da desigualdade econômica entre as nações da região. A integração, com a especialização intra-indústria – fortemente defendida pela CEPAL – era uma solução para os problemas de crescimento e desenvolvimento sócio-econômico da América Latina. Tratava-se, assim, de uma integração regional de tarefa muito difícil, uma vez que envolvia industrialização e complementação industrial entre as maiores economias da região, bem como uma equitativa distribuição dessas indústrias – e seus benefícios – entre as diferentes economias nacionais envolvidas.³⁰⁷²

O Tratado de Montevideu de 1960, assessorado pelos estudos a CEPAL, instituiu a ALALC e o objetivo de a criara uma zona de livre comércio entre seus signatários, com a eliminação progressiva de todas restrições comerciais – direitos alfandegários, fiscal, monetário e cambial – que incidam sobre a importação de produtos originários entre seus parceiros, dentro de um prazo de 12 anos. Para tanto, ficou estabelecido que duas listas – uma nacional e outra comum – seriam estabelecidas, contendo a lista de produtos comerciáveis de interesse individual e comum dos Estados envolvidos, e a formas de redução das tarifas envolvendo os respectivos produtos. O princípio norteador do processo era o da equidade nas concessões, ou o princípio da reciprocidade, voltado pra produzir mais comércio intra-regional, e também para intensificando a integração e a complementação econômica entre os parceiros, por via de coordenação das políticas de industrialização, onde os setores interessados poderiam celebrar acordos de complementação econômica setor a setor. Também os capitais circulariam de forma a receber o mesmo tratamento igualitário de país a país, e cláusulas de salvaguarda poderiam ser acionadas para garantir a não ocorrência de prejuízos graves a setores produtivos de uma economia nacional e, da mesma forma, seria possível aplicar restrições às importações da zona, em caso de problemas na balança comercial. Também medidas unilaterais poderiam ser tomadas pelos países em situações de emergência, sem necessidade prévia de comunicação aos demais parceiros. Assim, eram previstas

³⁰⁷² MENEZES, Do sonho..., p. 18-29.

exceções e mais exceções ao tratado, derivados da realidade sócio-econômica de cada nação, que os inclinava a inserir tais exceções dentro do acordo comercial regional internacional.³⁰⁷³

Também era previsto um regime especial para a agricultura, voltada para garantir abastecimento normal aos consumidores internos, sem prejudicar a produção habitual e própria de cada país, e também um tratamento diferenciado voltado para as nações de menor desenvolvimento econômico da região, consistindo em ressalvas e mais ressalvas que acabaram se revelando ineficazes diante da realidade concreta da região. Desta forma, o Tratado de Montevideu de 1960, apesar de suas boas intenções, não resultará em mudanças profundas na economia e comércio da região, apenas aumentando um pouco esse comércio intra-regional, especialmente nos anos iniciais da integração, mas sem provocar alterações diversificações nas atividades econômicas dos parceiros. De fato, do ponto de vista estritamente econômico “a geografia, as distâncias físicas, as desigualdades entre os países, as distâncias econômicas e sociais internas, o problema do transporte inadequado, o protecionismo, a falta de competitividade nos setores industrial e primário, o problema do *déficit* comercial e a balança de pagamentos”, enfim, uma série de questões ou problemas que não são solucionados pela simples existência do tratado firmado. O tratado “vinha tentar liberar e estimular o comércio regional” e se isso fosse alcançado em profundidade, alterações econômicas virtuosas viriam como conseqüência natural.³⁰⁷⁴

Mas essa liberalização econômica enfrentou grandes problemas, tais como o fato de que as reduções de tarifas alfandegárias não seriam automáticas, em obediência a um programa determinado, mas sim negociadas produto a produto, e de tempos em tempos, com todos os problemas das exceções estabelecidas no tratado. Assim, sucedeu pressões por mais tempo, fazendo com que, no plano interno, já não houvesse preocupações para se adaptar a um cronograma de liberação e competição econômica num mercado mais ampliado – o receio mesmo da concorrência dificultava os entendimentos. Assim, a vida econômica continuou a mesma, com setor industrial privilegiado e protegido, com um mercado interno cativo e com mecanismo de exceções internacionais como mais proteção ainda. Também faltavam incentivos e estímulos para muitos países membros acerca do processo integrativo; por exemplo, a industrialização de bens intermediários e de capital estava prevista, mas não havia real garantia de que ela iria realmente ocorrer nos países menores. Da mesma forma, não havia garantia de que as indústrias e economias dos países menores não seriam sufocadas pelas indústrias e economias dos países maiores, enfim, não havia um “programa garantido e

³⁰⁷³ MENEZES, Do sonho..., p. 30-41.

³⁰⁷⁴ MENEZES, Do sonho..., p. 41-5.

planificado para toda região, para beneficiar as economias menores, sob o aspecto industrial, ou até mesmo no crescimento geral, não haveria muito incentivo a suas participações”. Diante disso, nos três primeiros anos do tratado, foi muito difícil atingir parte do que fora programado, e as negociações foram se arrefecendo até o final da década de 1960; na década de 1970 o processo praticamente estagnou-se e extinguiu-se. As negociações das listas nacionais de produtos indicavam que – tomando por base o total de itens objeto de concessão alcançados até 1979 – 73% das concessões haviam sido negociadas nos três primeiros anos da ALALC, e as demais, em sua maioria – 98% –, até o início da década de 1970, listas essas que poderiam ser renegociadas ou revogadas. Em relação à lista comum de produtos – aqueles produtos que eram consenso geral a sua redução tarifária total até o final do ano de 1972 – ficou programado quatro negociações trianuais, voltadas, cada uma delas, para eliminar 25% dos produtos das restrições ao comércio intra-bloco. A primeira negociação ocorreu – “negociações árduas, complicadas e cheias de detalhes” –, mas a partir da segunda rodada de negociações, não se chegaria a consenso algum, e a “tentativa de integração morria aí”, nem mais se falaria numa real zona de livre comércio.³⁰⁷⁵

“O motivo principal para a negociação e definição na lista comum de artigo por artigo, produto por produto, de país para país, era que os países de economia menores relutavam em se comprometerem na liberação de suas importações. Se liberassem, não poderiam voltar atrás, pois a decisão tinha caráter irrevogável”. Além disso, se os termos do tratado “previam, ao longo do tempo, uma melhor distribuição espacial das fábricas especializadas em um ou dois itens, beneficiando, em consequência, mais países da região”, a questão era saber quem é que garantiria que, por exemplo, “no jogo livre do mercado, uma indústria dinâmica iria distribuir suas produções no Paraguai e Equador e a montagem final na Argentina”. A realidade revelou que o setor privado foi cauteloso e preferiu aguardar os acontecimentos, enquanto que os recursos públicos – governos e banco de fomento (BID) – eram escassos e limitados. O projeto, assim, ficou paralisado na liberalização dos 25% iniciais do comércio total da zona, sendo que em sua maioria eram produtos agrícolas, e não industriais, revelando um início não muito brilhante, onde as economias menores relutavam mais fortemente em abrir sua economia para seus parceiros, sem compensações equivalentes, entre outras razões a mais para o impasse na liberação comercial.³⁰⁷⁶

Muitos outros problemas se apresentaram, como a instalação de indústria em países de menor desenvolvimento, especialmente os recursos necessários para tal empreendimento;

³⁰⁷⁵ MENEZES, Do sonho..., p. 45-7.; SILVA, Antecedentes..., p. 46.

³⁰⁷⁶ MENEZES, Do sonho..., p. 48-52.; SILVA, Antecedentes..., p. 45 e 48.

vários pedidos de tratamento especial devido ao desequilíbrio da balança comercial; governos frágeis diante de situações econômicas com repercussões políticas imediatas; problemas de cobertura défcits eventuais na balança de pagamentos; criação de um alto Conselho decisório que não se reunia. Assim, em dezembro de 1969, a ALALC admitiu a impossibilidade de fazer cumprir todos os objetivos do Tratado de Montevideu de 1960, alterando seu conteúdo através do Protocolo de Caracas, abandonando a integração econômica inicialmente imaginada. “Nove anos depois a ALALC foi declarada oficialmente morta. Ela continuou trabalhando até 1980, mas sem nenhuma força para atingir os objetivos propostos”.³⁰⁷⁷

Desta forma, fatores econômicos, transportes, políticos e sociais concorreram para o fracasso da ALALC, mas também fatores internos institucionais igualmente contribuíram para o insucesso desse processo de integração; também o fato de querer abarcar um amplo espaço geográfico como mercado, não foi devidamente considerado frente às brutais diferenças zonas de desenvolvimento que se estabeleciam entre os países. Argentina, Brasil e México eram considerados os três grandes gigantes industriais da região; Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela, eram considerados como países de desenvolvimento intermediário; Bolívia, Equador e Paraguai eram as economias menores. Cada qual com problemas internos específicos para resolverem, as relações econômicas entre os grupos eram desiguais ao extremo. Ao solicitarem – para fins de equidade – que houvesse o planejamento, distribuição e a instalação planejada de novas fábricas em seus territórios, as nações de economia menores se depararam com sérios óbices para sua intenção, especialmente financeiros de investimentos; mesmo no caso de investimentos de infra-estrutura, os escassos recursos disponíveis eram insuficientes para tais gastos. Por fim, observou-se que o comportamento dos países de economias maiores da região, era de se interessar pela integração até certo ponto, na medida em que verificavam o aumento de suas exportações; além dos ganhos imediatos que estavam obtendo, não aceitavam novas concessões comerciais.³⁰⁷⁸

Mesmo após o surgimento do Grupo Andino, a ALALC funcionou durante certo tempo. Em 1980 é firmado outro Tratado de Montevideu, extinguindo definitivamente a ALALC e instituindo a ALADI, composta pelos mesmos países que compunham a ALALC, abandonando os antigos objetivos e aceitando uma zona de livre comércio, criando uma área de preferências econômicas, abandonando objetivos compulsórios e automáticos no âmbito do novo tratado.³⁰⁷⁹

³⁰⁷⁷ MENEZES, Do sonho..., p. 52-6.

³⁰⁷⁸ MENEZES, Do sonho..., p. 56-9.

³⁰⁷⁹ MENEZES, Do sonho..., p. 63-4.

Uma das conseqüências desse fracasso da ALALC foi a criação, em 1969, do Grupo Andino, integração sub-regional estabelecida pelo Acordo de Cartagena, formado por países de desenvolvimento médio e pequeno, pertencentes à ALALC, e voltados para reproduzir os acerto e corrigir os erros desta. Assim, os termos do Acordo de Cartagena estão relacionados à liberalização do intercâmbio comercial, coordenação de uma política de desenvolvimento industrial, criação de uma corporação de fomento, investimento em infra-estrutura física etc. Como a ALALC os primeiros anos forma de euforia, tendo sido criada importantes instituições voltadas para favorecer a integração, uma tarifa externa comum, instituídos tratamentos especiais para alguns países e para o capital estrangeiro, unido mais as economias da zona comercial. Entretanto, no plano industrial, os resultados foram decepcionantes e os acordos de complementação industrial acabaram sendo paralisados; no plano comercial, verificou-se a paulatina diminuição das trocas intra-bloco.³⁰⁸⁰

O caso do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) novamente foi criação assessorada pela CEPAL. O que marca fortemente suas vicissitudes é a grande influência norte-americana em seu destino. Num processo paulatino e progressivo de integração iniciado em 1951, a fim de construir a adequação, aos poucos, das economias centro-americanas numa integração mais profunda, os EUA intervêm no processo em 1960, cooptando alguns países da região num modelo de integração mais acelerado e com uma filosofia diferente do que vinha até então sendo praticada. Tratou-se de um impacto muito grande nos trabalhos em curso há quase dez anos, revelando, também, a luta surda entre a CEPAL e órgão da política externa norte-americana na década de 1950 e início da década de 1960. O que sucedeu, a partir daí, é que a integração da região foi se dividindo em compartimentos diferentes, atraindo a “atenção de forças de fora da região. Temos união política, militar, econômica, técnica, administrativa, segurança, todas, interessantemente, separadas entre si. Sucesso inicial, mas com conseqüências negativas para o futuro”. É nesse contexto que emerge o MCCA, através do Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana, de 1960, sintetizando propostas filosóficas da CEPAL e propostas filosóficas dos EUA.³⁰⁸¹

No pós-guerra, os EUA ajudaram o Europa ocidental e o Japão, mas não ajudaram a integração econômica na América Latina. De fato, para o período histórico, havia o perigo comunista rondando a Europa e o Japão também era estratégico na região pelo mesmo

³⁰⁸⁰ MENEZES, Do sonho..., p. 59-63.

³⁰⁸¹ MENEZES, Do sonho..., p. 104-12.; SILVA, Antecedentes..., p. 53-6.

motivo. A América Latina nunca esteve ameaçada uma vez que os norte-americanos a consideravam como sua área de estrita influência – *back door*, nas palavras de um vice-presidente dos EUA. Desta forma, os EUA criaram a Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), vinculada ao seu Departamento de Estado, para atuar especificamente na América Central, e a Aliança para o Progresso – para toda América Latina – a fim de estar próximo dos acontecimentos da região, influenciando como pode, inclusive nos processos de integração em curso, conforme os ditames e demandas de sua política interna. Assim, inicialmente o comércio regional aumenta com a entrada do MCCA, e é estabelecido um Banco de Integração na região; sucedeu que esse Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), que deveria financiar mais infra-estrutura e mais indústria na região – por via de aporte financeiros do BIC, México, Suíça, Canadá, EUA e demais países membros do MCCA – acabou destinando grande parte dos recursos para reequipar e expandir as já existentes, reproduzindo a desigualdade sócio-econômica dos parceiros associados. Tratou-se de uma instituição com superpoderes na região – com uma estrutura decisória e administrativa dúplice –, que com poucos recursos movimentavam o setor privado, sendo através dele que os EUA garantiam sua presença mais concreta na integração local, recusando, sistematicamente, créditos para as indústrias de integração.³⁰⁸²

De fato, um documento denominado Regime para Indústrias de Integração foi aprovado junto à instituição definitiva do MCCA, em 1960, e fora elaborado pela CEPAL. Nele havia sido concebido um plano engenhoso, qual seja, conceber “indústrias novas e dinâmicas aproveitando a economia de escala, diminuindo custos e melhorando sua qualidade e competitividade, com um mercado ampliado e sem discriminações alfandegárias para atuar. E mais: as novas indústrias seriam especialmente distribuídas de forma equitativa, beneficiando, em tese, a todos os membros, incluindo principalmente as economias menos desenvolvidas da zona”. Mas o que aconteceu, de fato, foi a busca egoísta dos países da região em busca dos poucos e controlados recursos financeiros, tornando sem aplicabilidade os planos da CEPAL; além do mais, criaram-se tantas formalidades para liberar os empréstimos, acompanhado de solicitações técnicas para aprovar a implantação de uma indústria, que praticamente inviabilizou-se a industrialização da região. Desta forma, o resultado final é a não existência de uma industrialização séria, mas a expansão do tipo de indústria meramente montadora, ou seja, “os produtos antes importados inteiros, agora passaram a chegar nos países em partes, para serem montados, empacotados ou engarrafados, e circularem na região

³⁰⁸² MENEZES, Do sonho..., p. 118-21.

como ‘manufatura da América Central’”. O mais grave e que essas indústrias acabaram se instalando nos países mais ricos da região. Não sem sentido, iniciam as reclamações quanto ao desequilíbrio do comércio regional, em busca do desenvolvimento equilibrado e a justa distribuição de benefícios de forma equitativa dentro do processo de integração, sendo que os países menos desenvolvidos passam a pedir tratamento especial. Por fim, apesar de uma política única de incentivo para desenvolvimento industrial dentro da integração, os capitais externos pressionam os governos em busca de maiores vantagens para instalar plantas industriais, e acabavam dobrando os mesmos, de tal forma que os países menos desenvolvidos não receberam nenhuma indústria de porte.³⁰⁸³

Os estudos da CEPAL indicavam a necessidade de fortes investimentos para expandir a infra-estrutura da integração regional, especialmente transportes, telecomunicações e energia. O setor de transporte foi o mais beneficiado, e o de energia e telecomunicações forma focos de muitas discussões, debates e conflitos, pois os países queriam todos ser auto-suficientes nas matérias. Havia muitas fobias, receios e espírito nacionalista, de tal forma que ninguém poderia ser superior ou liderar outro país. Também o setor agrícola não avançou dentro do processo; todos os países queriam ser auto-suficientes em alimentação, além disso, mudanças na produção, ou mudanças no setor agrário, era mexer num vespeiro e tocar no problema social do camponês, era tema tabu; as distâncias sócio-econômicas entre o camponês e o operariado urbano eram enormes. Por isso que a estrutura de produção no setor agrícola praticamente não se alterou no processo da MCCA.³⁰⁸⁴

De positivo e com algum êxito foi a implementação da Câmara de Compensação para facilitar o pagamento dos países da região, auxiliando o comércio regional com o menor uso possível de moedas fortes. Assim, até 1970, o processo movimentava a América Central de uma forma qualitativamente diferente do que sucedia antes da sua implementação, e pode-se afirmar que entre 1961 a 1970, o MCCA foi mais equilibrado e real do que a ALALC, nos seus objetivos maiores. Mas o maior impasse para o processo de integração econômica da América Central foi a Guerra entre El Salvador e Honduras, em junho de 1969. Após o final da guerra, a violência entre os protagonistas beligerantes se prolongou pela via comercial, prejudicando o comércio regional, especialmente entre os dois países. A guerra ocorreu num momento em que o mercado comum já caminhava para sua estagnação, esgotamento e debilitação, pois o mercado já estava saturado de determinados bens produzidos ou maquiados, além de ser extremamente concentrado e inelástico, entre outros. Mas o que pesou

³⁰⁸³ MENEZES, Do sonho..., p. 122-4.

³⁰⁸⁴ MENEZES, Do sonho..., p. 124-6.

realmente é que o MCCA não estava distribuindo eqüitativamente os custos e benefícios, e havia uma distância enorme entre o que era esperado no início da integração e o que estava concretamente sendo oferecido como benefício geral a todos os protagonistas – além disso, os problemas estruturais e históricos da região permaneciam. As expectativas otimistas internas e internacionais sobre o processo de integração centro-americano revelaram-se exageradas, com distribuição de custos-benefícios desiguais entre os países associados; os países menos desenvolvidos acabam sentindo mais intensamente e rapidamente os problemas inerentes ao processo. Uma tentativa de reestruturas todos processo foi tentado em 1970, sendo objeto de amplo debate em todas as camadas sociais e foi rejeitado por vários segmentos da sociedade. Por fim, a partir de 1979, mudanças políticas, sociais e econômicas profundas acontecem em El Salvador e Nicarágua – somados à crise econômica internacional em curso – de tal modo que os conflitos da Guerra Fria se instalam efetivamente em solo salvadorenho e nicaraguense, paralisou de vez o processo do MCCA.³⁰⁸⁵

O Mercosul tem demonstrado lograr resultados práticos diferentes – mais animadores – que aqueles alcançados pelos anteriores processos de integração econômica e, no plano político, a vontade revelada pelos sucessivos governos dos Estados-membros, indica a intenção de prosseguir desenvolvendo o que já foi alcançado e aprimorar as instituições erigidas com intuito de alcançar uma integração mais ampla e completa. O futuro mercado comum implicará, no plano jurídico interno de seus sócios, alterações de princípios de direito interno, para adaptar as respectivas legislações à nova ordem comunitária internacional. Atualmente o Mercosul é um típico organismo internacional, obedecendo regras de direito internacional clássico, inclusive quanto à incorporação de normas mercosulinas dentro da legislação nacional de cada um dos seus membros. Portanto, no processo decisório vigora a cooperação direta intergovernamental e a regra do consenso, devendo os Estados-membros voluntariamente introduzir em sua legislação interna as decisões colegiadas do Mercosul.³⁰⁸⁶

Por ocasião da formação do mercado comum, será necessária a institucionalização supranacional, fato esse que necessitará a necessária reforma da legislação interna, para dar vigência a tais normas comunitárias. Enquanto não vem essa profunda mudança, vigoram as

³⁰⁸⁵ MENEZES, Do sonho..., p. 126-34.; SILVA, Antecedentes..., p. 61-3. Sobre o processo de integração centro-americano, vide: LIZANO F., Eduardo. **La integración económica centroamericana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1975. 2 v.

³⁰⁸⁶ BASTOS, Celso Ribeiro; e FINKELSTEIN, Cláudio. A institucionalização do Mercosul e a harmonização de normas. In: BASTOS, Celso Ribeiro; e FINKELSTEIN, Cláudio. **Mercosul: lições do período de transitoriedade**. São Paulo: Celso Bastos Editora; Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1998, p. 9-10 e 12.

regras tradicionais de incorporação das normas internacionais dentro da legislação interna do Estado, bem como, uma vez incorporado, as regras de hierarquia e vigência, conforme estabelecido internamente pelas regras nacionais que regulam a relação entre o direito interno e o direito internacional. Quando for debatido o aprofundamento da competência e composição dos órgãos comunitários, igualmente será estabelecido o alcance, forma do processo e harmonização das suas normas. “O grau de integração varia com a solidificação das instituições comunitárias. A integração plena somente se alcança após cumpridas diversas etapas da integração, quando então será necessária a adoção das mencionadas reformas estruturais no sentido de apresentar em todas as unidades da comunidade uma coesão em suas normas legais, direitos e deveres individuais, estrutura institucional e condições de mercado”.³⁰⁸⁷

Assim, enquanto o aprofundamento mais significativo do processo não sucede, a realidade do Mercosul segue conforme as regras políticas e jurídicas tradicionais de relacionamentos de Estados dentro de um organismo internacional. De fato, há muitos eventos em curso dentro do processo que revelam os aspectos positivos e negativos do seu atual estágio de existência. Em documento preparado pela Secretaria do Mercosul, através de sua Assessoria Técnica – a fim de aprimorar a interação do Cone Sul –, é possível verificar que no ano de 2003 ocorreram avanços e retrocessos em matéria de liberalização do comércio intra-regional, tendo se consolidado num texto único um conjunto de disposições sobre o regime de origem. A fim de completar a Zona de Livre Comércio (ZLC) da sub-região e permitir seu adequado funcionamento, é anotado a necessidade de se estabelecer um novo cronograma para o Programa de Liberalização de Barreiras Não-Tarifárias, além de ser necessário completar a universalização da ZLC a todos os setores econômicos – especialmente a indústria automotriz e o setor açucareiro, bem como a progressiva eliminação dos sistemas de subsídios diretos e indiretos às exportações do comércio intra-regional.³⁰⁸⁸

O mesmo documento aponta que o estágio da União Aduaneira (UA) se caracteriza por um certo nível de incerteza quanto a seu futuro, como meio para levar adiante o processo de integração, apesar dos avanços em matéria de negociações com terceiros extra-bloco; verifica-se que os problemas nacionais ou domésticos dos sócios, especialmente de economia política, dificultam a construção conjunta ou comum de uma Tarifa Externa Comum (TEC). Se os governos dos Estados sócios, em discurso, apontam que é necessário e importante o

³⁰⁸⁷ BASTOS e FINKELSTEIN, A institucionalização..., p. 12-3 e 17.

³⁰⁸⁸ Primer Informe Semestral de la Secretaría del Mercosur: um foco para el proceso de integración regional. Montevideu: Secretaría del Mercosur; Sector de Asesoría Técnica, 2004. 57 p.

estabelecimento de uma TEC e um rumo de convergências, verifica-se que esses mesmos governos, na prática, têm agido de maneira flexível na aplicação da política comercial comum do bloco, e se desviado discricionariamente do que já fora objeto de acordo.³⁰⁸⁹

O Mercosul necessita de um cronograma de redução e eliminação progressiva do Regime de Origem (RO); mudanças da regras de circulação de bens, produtos e serviços, especialmente solução do problema da redundante cobrança da TEC; avançar em matéria de coordenação econômica, com o cumprimento de metas de convergência – metas comuns em matéria de déficit fiscal, dívida e inflação –, especialmente para agir de forma menos egoística possível em tempos de crise econômica; reforço dos aspectos monetários e financeiros para aumentar o nível da integração econômica – ratificar entendimentos já obtidos em matéria macroeconômica, avançar além dessas metas macroeconômicas, melhorar os sistema de pagamentos no interior da região, aplicar um esquema cambiário com base numa cesta de moedas –; estabelecimento e harmonização de padrões técnicos de bens, serviços e produtos – saúde, segurança e satisfação do consumidor –, bem como coordenação das atividades das autoridades voltadas para fiscalizar a aplicação dos mesmos; promover encadeamentos produtivos dentro da região, com o objetivo de melhorar a competitividade do bloco, facilitar a especialização e fortalecer a inserção extra-regional das cadeias produtivas; instalar novos foros de competitividade – nacionais e regional –, que permitam e favoreçam uma maior coordenação e cooperação entre as instituições públicas e privadas dos Estados-partes.³⁰⁹⁰

No aspecto da infra-estrutura – onde o desenvolvimento do comércio e da competitividade das economias estão diretamente relacionadas –, é necessário priorizar os projetos da área que potencializem os benefícios ao bloco; existem diferenças ou assimetrias muitos grandes entre os países do Mercosul – por exemplo, tamanha de mercados, produção, competitividade, riqueza – que acabam gerando custos diferenciados entre os parceiros para alcançar o desenvolvimento conjunto de seus membros, e é por isso que uma política de convergência estrutural é necessária para alcançar o desenvolvimento de todos os sócios do bloco, evitando que os custos do processo acabem recaindo mais sobre alguns membros, de tal forma a reproduzir e aprofundar as assimetrias e diferenças; existe a necessidade de sempre desenvolver uma visão global que atenda a interesses de ordem geral da sub-região, uma vez que verificas-se que a base intergovernamental e política, predominante em todos os níveis de funcionamento substantivo do Mercosul, favorece que uma visão setorial acabe

³⁰⁸⁹ Primer Informe...

³⁰⁹⁰ Primer Informe...

influindo no curso dos assuntos de integração, constituindo um obstáculo ao desenvolvimento institucional da integração.³⁰⁹¹

Também a incorporação das normas do Mercosul dentro dos ordenamentos jurídicos nacionais é problemática, uma vez que se verifica que apenas a metade das normas emitidas pelo bloco de integração se encontra em vigor dentro dos Estados-membros, sendo que, se for considerado alguns temas específicos, pode ser constatado que o nível de incorporação é mais baixo ainda, como a justiça – em torno de 20%. Verifica-se que a escassa efetividade do direito do mercosulino é devido a problemas estruturais, principalmente pelo fato de que existe a ausência de identificação de uma tipologia clara que especifique mais precisamente a qualidade dos atos emanados dos órgãos decisórios, vale dizer, se são atos de gestão, político ou normativos, sendo classificados todos, genericamente, como normas. Outro fator que contribui para a dificuldade de incorporação de normas do Mercosul dentro das legislações nacionais é o fato de que, apesar de haver uma decisão específica – n. 20/02 – estabelecendo um mecanismo de consulta para a participação dos órgãos nacionais responsáveis pela incorporação e aplicação das normas em discussão, em realidade isso não vem ocorrendo. De qualquer forma, existe a necessidade de ser instituído um Tribunal de Justiça Permanente dentro da integração do Cone Sul.³⁰⁹²

De fato, no aspecto jurídico, é possível fazer um balanço jurídico do Mercosul através das decisões judiciais emitidas pelos juízes e Tribunais brasileiros, para verificar que, apesar de várias normas mercosulinas já estarem incorporadas ao direito brasileiro, e poderem ser utilizadas por todos os operadores do direito, constata-se que tal uso não é fato corriqueiro dentro do poder judiciário brasileiro, o que pode ser comprovado pelo reduzido número de casos que pode ser levantado versando matérias que impliquem o uso de tais normas, mas que pode ser também pelo desconhecimento da matéria por parte dos operadores jurídicos. De fato, a solução de controvérsias no – e por causa do – Mercosul é assunto complexo, uma vez que envolve três vias distintas, que podem ser utilizadas pelos interessados, para buscar alcançar uma solução para seus conflitos de interesses envolvendo matéria de competência da integração do bloco mercosulino, quais sejam, a via institucional, onde são utilizados os órgãos institucionais do Mercosul e o seu Sistema de Solução de Controvérsias – Protocolo de Brasília, aprimorado pelo Protocolo de Olivos –; a via judicial, onde as ações particulares são iniciadas nos perante tribunais nacionais, tanto para aplicação da cooperação interjurisdicional – Protocolo de Las Leñas – quanto a respeito de aplicação de normas emanadas do bloco de

³⁰⁹¹ Primer Informe...

³⁰⁹² Primer Informe...

integração e já incorporadas dentro do ordenamento jurídico nacional; e a via arbitral, que pode ser utilizada pelos particulares para seus litígios de natureza privada, desde que prevista contratualmente ou previamente compromissada nesses sentido. Assim sendo, verifica-se que ainda é tímida a utilização das normas do Mercosul no dia-a-dia forense dos operadores do direito, não fazendo parte de suas rotinas.³⁰⁹³

Quando se avalia a primeira década do Mercosul – 1991-2001 –, emergem muitas observações e análises que permitem compreender virtudes e vicissitudes do processo. Nos primeiros anos da integração, seguindo um destino que é similar aos demais que já houveram no continente latino-americano, o Mercosul apresentou resultados muito positivos, com forte expansão do comércio regional, entretanto, não é possível desconhecer que apresentou e ainda apresenta graves problemas, entre eles a sua capacidade de avançar além da estrita atividade comercial, a ausências de acordos de complementação econômica, as falta de acordos de cooperação científica e tecnológica, a inexistência de ações conjuntas no campo financeiro, a lacuna de um passo qualquer em direção ao Mercado Comum, uma União Aduaneira imperfeita com um número elevado de exceções e sua TEC constantemente e reiteradamente violada, uma Zona de Livre Comércio de fato e juridicamente incompleta, falta de definição sobre a forma de realização de negociações com outros blocos – conjuntamente ou cada Estado individualmente –, ausência de supranacionalidade institucional, falta de órgão supranacionais permanentes de solução de controvérsias, carência de coordenação de políticas macroeconômicas entre seus sócios, desrespeito a regras de jogo pactuadas quanto a adoção de políticas econômicas claras pelos seus sócios.³⁰⁹⁴

O Mercosul chegou a tal ponto de paralisação que teve que ser objeto de “relançamento” para superação da atonia a que havia alcançado,³⁰⁹⁵ mas solução de crise essa que decorreu unicamente de fatores políticos de pessoas que decidiram resolvera crise, mas não devido a um conjunto de ações próprias, emanadas de suas instituições. De fato, muitas

³⁰⁹³ ARAUJO, Nadia de. Mercosul: balanço jurídico através da análise da jurisprudência brasileira. In: PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Direito da integração**: estudos em homenagem a Werter R. Faria. Curitiba: Juruá, 2001, v. 2, p. 159-74.

³⁰⁹⁴ GARRÉ COPELLO, Belter. El proceso de integración regional – Mercur/Conosur/Alcsa: evolución y evaluación 2001. In: PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Direito da integração**: estudos em homenagem a Werter R. Faria. Curitiba: Juruá, 2001, v. 1, p. 146-7.

³⁰⁹⁵ O referido “relançamento” foi efetivado através da Reunião Presidencial do Conselho do Mercado Comum (CMC) realizado em junho do ano de 2000, na cidade de Buenos Aires – seguido da reunião do CMC realizado na cidade de Florianópolis, em dezembro de 2000, com o mesmo clima de relançamento –, onde ficou decidido estabelecer uma estratégia comum de ação tanto para o interior do Mercosul, quanto para o exterior. No plano interior, decidiu-se dotar o processo de novos mecanismos ou melhorar os existentes; no plano exterior, mediante a associação dos Estados do Cone Sul com todos os demais da América do Sul – em especial da Comunidade Andina –, bem como novos relacionamentos mediante a negociação de uma Zona de Livre Comércio com a União Européia, com os países do NAFTA, com a África do Sul e com o México. In: GARRÉ COPELLO, El proceso..., p. 160.

são as questões concretas econômicas – comércio de produtos tidos como sensíveis para a economia nacional interessada – que se colocam como problemáticas para o inter-relacionamento harmonioso entre os membros do bloco, tais como o regime automotriz, setor açucareiro, calçados, aço, têxteis, lácteos, couro etc., bem como a forma de conduzir conjunta e concatenadamente as negociações inter-blocos, gerando muitos posicionamentos diferentes, conflitos geralmente centrados em ganhos – exportação – de curto prazo ou ganhos de prazo mais dilatado. De todas as crises enfrentadas pelo Mercosul, as do final da década de 1990 e início da década de 2000 foram as mais graves e prejudiciais ao seu sistema de integração, ficando muito claro a todos que o Mercosul não era um mecanismo estático de integração, mas que seu desenvolvimento dependerá dos Estados, que são aqueles, em última instância, quem decide se o processo é útil ou não para eles, não podendo, assim, ser desconhecido a raiz da natureza política da organização e da integração em curso.³⁰⁹⁶

Ocorre que essa “natureza política” do processo de integração em curso, é uma liberdade que tem provocado as constantes ou permanentes violações dos Estados ao sistema jurídico do Mercosul, através de criação de subsídios, restrições não-tarifárias, proteções administrativas – inclusive judiciais –, bem como o uso de outros meios que acabam produzindo o resultado final de distorção permanente do mercado regional, trazendo a incerteza, imprevisibilidade e insegurança jurídica para os atores econômicos do bloco, e dificultando negócios e investimentos, prejudicando principalmente as economias menores do processo de integração regional. Assim, por exemplo, problemas sócio-econômicos e políticos internos da Argentina e Brasil, especificamente a forma de solução adotada por cada um dos países, acabam por afetar gravemente e criar sérias tensões dentro das complicadas relações internas do bloco, implicando diretamente em descumprir os compromissos adotados dentro do Mercosul, reafirmando protecionismos, procurando unilateralmente os melhores investimentos de bens de capital e tecnologia fora da zona de integração, abandonando a TEC, o projeto conjunto de união aduaneira, enfim, procurando manter um livre comércio intra-zona e uma unilateral e independente política comercial extra-zona. Assim as desvalorizações cambiais brasileiras de 1999 e 2001 e os desequilíbrios fiscais de Argentina e Brasil – com as medidas unilaterais tomadas para correção – são exemplos de instabilidade e desconfiança interna e externa ao processo, afetando – diretamente ou indiretamente – todos os seus sócios. Assim, as medidas unilaterais ou bilaterais das economias maiores do Mercosul que são adotadas sem uma comunicação prévia aos demais sócios, a concentração de comércio em

³⁰⁹⁶ GARRÉ COPELLO, El proceso..., p. 147-63.

determinados setores, a falta de instituições melhor aprimoradas, a resistência dos maiores mercados nacionais do Mercosul em abrir os mercados para seus sócios, são todos problemas que, se não resolvidos, não prenunciam o avanço da integração.³⁰⁹⁷

O Mercosul, “com todos os seus problemas de união aduaneira imperfeita e zona de livre comércio inacabada, apresenta-se como um *dado* da realidade econômica e política da América do Sul”, e diante dessas circunstâncias todas, é possível afirmar que avançou razoavelmente em termos políticos voltados para a liberalização de comércio e a construção comum de uma agenda voltada para formação progressiva de um espaço econômico integrado no Cone Sul, com “crescimento do comércio e a intensificação dos vínculos de toda espécie entre os membros plenos e os associados, (...) [sendo que] não houve desvio notável de comércio e os fluxos comerciais, de investimentos e financeiros com parceiros externos”. Também é possível asseverar que outra realização significativa do bloco é ter desenvolvido um espaço integrado e democrático na América do Sul, motivado por duas ameaças da ruptura democrática no Paraguai; assim, em 1996, foi firmado o Compromisso Democrático no Mercosul, “pela qual os quatro países assumiram o compromisso de consultarem-se e de aplicarem medidas punitivas, dentro do espaço normativo do bloco, em caso de ruptura ou ameaça de ruptura da ordem democrática em algum Estado membro”; em 1998, foi firmado o Protocolo de Ushuaia, compromisso democrático no Mercosul, Bolívia e Chile, prevendo sanção e exclusão em caso de ruptura da ordem democrática. De modo geral, os dez anos de existência do bloco pode ser dividido em três momentos, quais sejam, (I) “a fase da transição, prevista no próprio tratado, até o final de 1994”; (II) “a configuração institucional da união aduaneira, iniciada formalmente em primeiro de janeiro de 1995, mas que de fato corresponde a uma ‘segunda fase de transição’, pois que abrindo espaço de tempo adicional para que fossem completados os requisitos de uma zona de livre-comércio completo e de uma união aduaneira acabada”; (III) “finalmente, uma conjuntura de crise política e econômica aberta com a desvalorização do real em janeiro de 1999 e a ameaça subsequente de dolarização da Argentina. Os contenciosos comerciais e os reclamos protecionistas decorrentes foram em grande medida contornados por um programa de ‘relançamento’ do Mercosul no ano de 2000”.³⁰⁹⁸

Em sua primeira fase, observa-se que frente as metas estabelecidas para serem cumpridas, atingiu-se apenas parcialmente seus objetivos, em especial à livre circulação de

³⁰⁹⁷ GARRÉ COPELLO, El proceso..., p. 164-80.

³⁰⁹⁸ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Mercosul em sua primeira década (1991-2001): uma avaliação política a partir do Brasil**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2002, p. 7, 17-8, 29 e 31.

bens – com vários produtos presentes em listas de exceções e restrições de diversos ordens –, mas sendo um insucesso em relação a serviços e circulação de trabalhadores. Em sua segunda fase, o Mercosul fixou para si uma Zona de Livre Comércio incompleta, negociando uma liberdade de circulação de bens numericamente abrangendo quase a totalidade da pauta aduaneira, mas em volume e/ou valor do comércio intra-bloco deixando de lado a sua parte mais expressiva, qual seja, automóveis e autopeças. Durante praticamente quase dez anos os produtos do setor automobilístico ficaram de fora das negociações, até ser firmado, em dezembro de 2000 o marco comum do regime automotriz. Por fim, essa segunda fase também se caracteriza por ter sido fixado um acordo-marco para o regime da livre circulação de serviços, e estabelecido uma Tarifa Externa Comum (TEC), cujo programa inicial de implementação sofreu atrasos temporais e imposição de regimes temporários de exceção – listas de exceções nacionais –, além de terem sido estabelecidas outras exceções às Listas de Convergência de Bens de Capital, bem como a de Produtos do Setor de Informática e Telecomunicações.³⁰⁹⁹

Em sua terceira fase, devido à crise financeira asiática e aos problemas decorrentes do choque de competitividade mundial, a TEC foi revista, por iniciativa da Argentina e Brasil, em dezembro de 1997; em março de 2001, diante da crise econômica que acometia a Argentina, a vigência da TEC foi suspensa temporariamente por esse país, sendo que nessa ocasião foi tentado – pela Argentina – o retrocesso do Mercosul a ao estatuto de Zona de Livre Comércio, abandonando o objetivo da União Aduaneira. No plano macroeconômico das paridades cambiais, em maio de 1991, a Argentina adotou a lei de conversibilidade – Plano Cavallo – sustentando uma paridade absoluta entre peso e dólar, enquanto o Brasil irá adotar, em 1994, o Plano Real, para estabilizar sua economia interna, parcialmente sustentado numa âncora cambial. Sucedeu que recessão, desemprego, sistemas de câmbios diferentes, processos eleitorais, crises financeiras internacionais – do México em 1994, da Ásia em 1997, da Rússia em 1998, do Brasil, em seguida – acabaram causando sérias dificuldades para a negociação da integração, especialmente por parte da Argentina e Brasil. Em janeiro de 1999, o Brasil desvaloriza o real, introduzindo, em seguida, um regime de flutuação cambial, dando origem a uma grave crise político comercial e de credibilidade externa.³¹⁰⁰

Assim, de 1999 a 2001, o Mercosul e os países que o compõem passaram por uma conjuntura econômica e política negativa – internacional e nacional –, e apresentou-se ao bloco a necessidade de preservar sua unidade de propósitos, sendo que, por exemplo, no

³⁰⁹⁹ ALMEIDA, Mercosul em sua..., p. 7-8.

³¹⁰⁰ ALMEIDA, Mercosul em sua..., p. 8-9.

decorrer do ano de 2001, Argentina e Brasil tiveram que correr em direção ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para pedir empréstimos financeiros. Mas o fato é que, a partir de 1999, o bloco começou a viver uma crise de identidade, com repercussões em seu funcionamento interno e no relacionamento entre seus membros; alguns viam o princípio dessa situação a desvalorização cambial brasileira, em janeiro de 1999, enquanto outros viam uma crise que era já latente, partir do momento que se verificou a incapacidade dos países cumprirem as metas e objetivos traçados em 1991 e, iniciando em 1995 a União Aduaneira parcial com a Zona de Livre Comércio incompleta. Em verdade a União Aduaneira estabelecida pelo Mercosul tinha um caráter surrealista, uma vez que os países membros estabeleceram “não exceções comuns à TEC, mas desvios nacionais de seu perfil normal (...), e outras tantas (às vezes algumas centenas) de exceções temporárias ao regime da união aduaneira”. Se a esses elementos forem somados fatores conjunturais ligados às crises financeiras mundiais de 1995 a 2001, bem como aos problemas macroeconômicos, de coordenação política e divergências cambiais entre os principais sócios do bloco, é possível avaliar as grandes dificuldades que o processo de integração estava envolvido. Mas a crise mais séria sucedeu em 2001, quando a Argentina “proclamou, no lugar de uma união aduaneira, a utilidade de uma volta ao princípio da zona de livre comércio, como se esta fosse um patamar para a plena realização das potencialidades individuais dos países membros ou até mesmo para a solução de seus problemas estruturais de competitividade e de equilíbrio fiscal”, inclusive angariando defensores brasileiros par a idéia, chegando a ser cogitado uma decisão conjunta de suspensão da TEC, não estando claro em que isto contribuiria para a solução de problemas e dificuldades temporários, tendo sido abandonada a idéia, em prol de uma união aduaneira imperfeita.³¹⁰¹

Por derradeiro, diante desse quadro sócio-econômico e político que caracteriza o funcionamento do Mercosul, com todas suas virtudes e vicissitudes, existe a necessidade de esclarecer e explicar quem é que atua nesses eventos e circunstâncias que torna possível a visibilidade desse ente, enquanto vontade, acertos, erros e realidade concreta e presente na vida nacional de quatro Estados-membros – genericamente –, mas, mais especificamente, na vida daqueles que são beneficiados e prejudicados, dos que decidem e ajudam a decidir, dos que participam e sempre participaram influenciando na formação e desenvolvimento do processo de integração, e aqueles que se agregam ao longo do tempo, conforme o momento e luta, para também atuar influenciando no destino do Mercosul, que está jungido ao próprio e diferenciado

³¹⁰¹ ALMEIDA, Mercosul em sua..., p. 25-7.

destino desse conjunto de atores e protagonistas diretos e indiretos, revelando melhor quem é e faz a realidade concreta desse ente integrativo.

De fato, verifica-se que o dinamismo de um processo de integração, no aspecto da formalização e consolidação de diversos tipos – índoles – de acordos voltados para aprofundar a integração em curso, é dado pelos países que são sócios do processo, é preciso compreender que é a participação de milhares de atores sociais – normalmente diferenciada e deficiente – que efetivamente acaba garantido o sucesso ou êxito da integração econômica regional. Afirmar que o sucesso é decorrência apenas da atuação dos Estados-partes, genericamente centrada na atuação dos governos, e também genericamente em torno de objetivos econômico-comerciais gerais e específicos, voltados para desregulamentar, abrir e liberalizar as economias nacionais, a fim de favorecer a intensificação do comércio intra-regional, é deixar de compreender o funcionamento concreto e dinâmico das coisas da vida e acabar analisando teoricamente de forma muito restrita os paradoxos e possibilidades interpretativos – e mesmo as possibilidades no plano político – de todo sistema integrativo.³¹⁰²

Uma decisão política de um governante dentro do processo, também é fruto ou reflexo de debates internos com setores interessados, que opinam sobre o que é mais conveniente para um problema posto, de tal forma que imaginar que a simples vontade política dos governantes é o que basta para criar e impulsionar um processo de integração econômica regional, também é desconhecer que ele é antes de tudo resultado necessário de consensos e conciliação de interesses. Assim, se houver um marco democrático regional, a participação irá apresentar-se praticamente como obrigatória para todos os atores interessados; entretanto, é preciso reconhecer que na América Latina sua história é marcada por instabilidades político-institucionais, sendo tais instabilidades o principal obstáculo para as relações de cooperação e integração. De qualquer forma, o que caracteriza marcantemente os processos integrativos latino-americanos – ademais, todos os demais processos de integração em curso no Planeta – é a sua centralização no eixo econômico-comercial, e dentro dessa forte condicionante, emerge o problema da participação, mais precisamente uma participação muito específica, vale dizer, qual papel assumem os empresários e sindicatos dentro do processo, se a participação de ambos é similar ou não – nesse caso, como se distinguem –, e de que forma canalizam ou dão vazão às suas expectativas, enfim, de que forma atuam.³¹⁰³

³¹⁰² MELLADO, Noemí B. Participación e influencias en el Mercosur. In: PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Direito da integração**: estudos em homenagem a Werter R. Faria. Curitiba: Juruá, 2001, v. 2, p. 175.

³¹⁰³ MELLADO, Participación..., p. 175-6.

Analisando a literatura sobre democratização, verifica-se que a dimensão social dos direitos da cidadania é deixada de lado, reduzindo a democracia ao aspecto estritamente político, ficando as demandas e os direitos sociais à margem da agenda democrática. Para as demandas sociais há sempre falta de respostas – se a desigualdade econômica desestabiliza a democracia; se é possível exercer os direitos políticos sem ter acesso aos bens econômicos e culturais que possibilitem o exercício de tais direitos –, e essa falta de respostas enfraquece a participação política, reduzindo a noção de cidadania a sua forma mais nominal, qual seja, o excluído social, por mais que possa eleger seus representantes políticos, não participa das decisões políticas que o marginalizam socialmente, o que o reduz – ou mantém – ao estado de passividade política, que, por sua vez, é uma forma de exclusão. A participação tem uma dupla acepção; no seu sentido amplo, diz respeito à inserção aos custos e benefícios do processo integrativo para todos seus participantes – e excluídos –, e em seu sentido mais restrito, diz respeito ao direito de influir no momento da tomada de decisões. O Mercosul apresenta uma insuficiente participação nos dois aspectos assinalados, motivado, tudo indica, devido à cultura política da região, aos obstáculos e barreiras que se levantam para a participação ativa dos diversos estratos da sociedade civil na vida social local e nacional.³¹⁰⁴

A sociedade civil – indivíduos, grupos sociais, classes sociais, mercado econômico, instituições, marcos normativos específicos, grupos de gêneros, categorias profissionais etc., cujo acesso a recursos sociais materiais e imateriais, cultura e prestígio social é desigual – é inter-relacionada e imbricada com a política, o Estado, o mercado, sendo que, dentro dos marcos de uma sociedade democrática – nacional ou regionalmente –, especificamente dentro de um processo regional, são os diferentes agentes que desenvolvem uma importante cultura de participação. Tal cultura de participação é primordial para que ocorram questionamentos críticos do funcionamento de todo sistema social, suas estruturas, processos políticos e administrativos; especificamente dentro do processo de integração regional, emergem aqueles que sustentam a participação dos diferentes atores sociais como uma necessidade para corrigir o seu déficit democrático, enquanto outra corrente defende que os debates sobre as políticas de integração devem ser restringidas a grupos de técnicos vinculados ao poderes executivos, uma vez que os governantes representam os interesses do conjunto social nacional. O processo de integração do Cone Sul reproduz essa segunda corrente, uma vez que são os atores burocráticos governamentais – corpo de funcionários vinculados aos ministérios – que mais visivelmente conduzem o processo, entretanto, torna-se necessário verificar como os

³¹⁰⁴ MELLADO, Participación..., p. 176-7.

atores do setor produtivo influem – mecanismos e instâncias de atuação – na definição das políticas públicas no plano nacional e regional.³¹⁰⁵

Constata-se que os atores privados possuem um comportamento participativo conforme a evolução do Mercosul, vale dizer, conforme as redefinições de interações e interesses, na medida em que o processo avança e revela abertura de oportunidades que favorecem a participação de novos atores ou aprofunda a participação dos antigos. Assim, no período que vai do estabelecimento da Ata de Buenos Aires (06/07/1990) até o Tratado de Assunção (26/03/1991), que corresponde ao planejamento e definição do modelo de integração, é possível verificar que alguns atores do setor produtivo – pequena e médias empresas, bem como sindicatos – não foram consultados, ficando seus interesses alijados do processo; num segundo período, que vai do Tratado de Assunção até o Protocolo de Ouro Preto (17/12/1994), período de transição, verifica-se que os grandes grupos econômicos nacionais tiveram uma participação influente fundamental na definição de cronogramas e definição de setores sensíveis; num terceiro período, que se inicia com o Protocolo de Ouro Preto, período de consolidação, através do Foro Consultivo Econômico e Social (FCES) é incluído outros atores que estavam alijados do processo até então, como os dirigentes sindicais e as pequenas e médias empresas.³¹⁰⁶

Dos atores do processo de integração do Mercosul, destacam-se aqueles participantes que efetivamente são beneficiários do modelo, mas dentro do quadro geral, também o fato de que há um grande déficit democrático participativo dentro do processo. Verifica-se que na opinião dos atores sociais do Mercosul há uma atitude positiva, não só para a integração latino-americana em geral, como para o próprio Mercosul; em relação aos organismos consultivos, como mecanismo de condução de interesses setoriais, verifica-se uma atitude mais crítica em relação a esses mecanismos; o consenso de todos é que há um déficit participativo muito grande, evidenciado na falta de consulta para as decisões e suas finalidades, desta forma, impedido a incorporação de uma sociedade mais participativa e comprometido com o novo espaço econômico criado. De forma geral, nota-se, na década de 1990, que novos atores emergiram para participar do Mercosul, enquanto atores mais antigos ou tradicionais aumentaram seu poder e capacidade de influência nas decisões estatais; por fim, outros atores ficaram mais fracos como efeito dos ajustes e reestruturações produtivas impostas pelo processo. Esse protagonismo diferenciado também reflete a perda da capacidade de tradicionais instituições intermediárias – políticas ou privadas, como partidos

³¹⁰⁵ MELLADO, Participación..., p. 177-9.

³¹⁰⁶ MELLADO, Participación..., p. 180.

políticos e associações – atuarem como mediadora entre o Estado e a sociedade, em função da realidade concreta da influência inescapável de funcionamento de um novo modelo de inter-relação econômica, onde os grupos burocráticos estatais passam também a interagir diretamente com os grandes grupos econômico-financeiros nacionais e transnacionais.³¹⁰⁷

De qualquer forma, conforme cada uma das etapas de desenvolvimento do Mercosul – planejamento, transição ou consolidação –, a burocracia estatal negociadora e atores privados estão em constante atuação, estes últimos influenciando de forma diferenciada, podendo ser apontadas como beneficiárias diretas da integração, as empresas transnacionais de atuação regional e os grandes grupos econômico-financeiros nacionais, que incorporaram suas estratégias empresariais ao mercado ampliado. Também se verifica que alguns atores estão muito mais perto dos negociadores estatais – grandes grupos econômicos nacionais – que outros – pequenas e médias empresas, sindicatos –, bem como existem aqueles que possuem maiores recursos financeiros para influenciar os rumos do processo de integração – empresas transnacionais. Dos atores públicos, o mais alto nível político de decisão e condução do processo de integração é constituído pelos Presidentes de Repúblicas, sendo a burocracia estatal negociadora formada pelos Ministros de Estados – Relações Exteriores e Economia – e Presidente dos Bancos Centrais, com todos os órgãos auxiliares e agentes que lhes são subordinados, participando para cumprir as finalidades da integração. As burocracias estatais negociadoras – que estão sujeitas à influência de grupos empresariais –, evidenciam um corporativismo na condução de seus trabalhos dentro do processo de integração, implicando em defesa de interesses que necessariamente não seriam interesses gerais. Os Presidentes das Repúblicas externam suas decisões na Cumbres – Encontros ou Reuniões – Presidenciais, e a burocracia estatal negociadora tomam decisões no âmbito do CMC, GMC, CCM e as Reuniões de Ministros.³¹⁰⁸

Em relação ao comportamento dos atores do setor produtivo, a sua atuação difere conforme o tamanho ou porte da empresa, de tal forma que o setor empresarial pode ser dividido conforme a dimensão da empresa; assim, existem as pequenas e médias empresas, os grandes grupos econômicos nacionais, e as empresa transnacionais que atuam na região. Desses grupos, estas últimas estabelecem estratégias empresariais na região, independentes das políticas de integração. Os atores privados mais poderosos da região possuem acesso direto aos Poderes Executivos nacionais, e exercem uma capacidade de influência e pressão fundamental nas negociações, de forma individual e não institucionalizada, criando canais

³¹⁰⁷ MELLADO, Participación..., p. 188.

³¹⁰⁸ MELLADO, Participación..., p. 188-90.

próprios de interlocução, mais conformes seu peso específico dentro do processo – como o Foro de Líderes Empresariais do Mercosul. Observa-se, também, que os atores empresariais não seguem rigorosamente a impessoalidade e a racionalidade requeridas pelas políticas neoliberais, uma vez que, “historicamente, seu comportamento político é caracterizado pelo predomínio da ação orientada para políticas estatais específicas, e sua atuação se direcionou ao exercício de influência nas decisões através do contato direto com distintas esferas do aparelho estatal”. Por isso que, frente às políticas globais, sua ação é defensiva ou reativa, requerendo proteção de seus interesses específicos, do que de participação na formulação das mesmas; a concentração do poder no Executivo e a criação de canais formais e informais para acessar quem toma decisões, favorece ou incentiva tal postura ou comportamento. As pequenas e médias empresas são as prejudicadas pelo processo de integração, pelas perdas no intercâmbio de bens e serviços na região, revelando que o setor necessita políticas públicas para compensar as perdas que apresenta e se inserir satisfatoriamente no processo, bem como programas comuns de fomento. Quanto aos sindicatos, eles sofrem uma dupla desestruturação dentro do Mercosul, quais sejam, de um lado, transformações tecno-produtivas da economia internacional, aliada a uma reestruturação do aparato produtivo nacional, e, de outro lado, a retração do Estado como sujeito regulador das relações laborais, aliada à desregulamentação e flexibilização do trabalho.³¹⁰⁹

Assim, no Mercosul, a percepção do processo a partir de seus atores e agentes – governos nacionais, associações empresariais, sindicatos, grandes grupos econômicos nacionais, grupos transnacionais, pequena e média empresas, empresários, funcionários e sindicalistas –, revela que os atores institucionais é que possuem maior influência nas decisões do que os atores individuais, sendo os atores empresariais os que mais influenciam nas decisões finais. Os sindicatos e as pequenas e médias empresas representam um baixíssimo nível de influência.³¹¹⁰

Dentro do aparelho burocrático estatal, quem mais influencia o Mercosul são os funcionários de Economia. Revela ser regra geral, dentro do processo, a procura preferencial dos atores e agentes mais influentes da nação ou região a fim de efetuar um diálogo, em detrimento dos possíveis afetados pela decisão, revelando que a procura desses atores mais influentes é devido ao peso do poder específico que possuem e capacidade de influência sobre a decisão que será tomada, bem como a consulta não ser motivada por uma atitude democrática. Aqueles que tomam decisões dentro do Mercosul se movimentam conforme

³¹⁰⁹ MELLADO, Participación..., p. 190-2.

³¹¹⁰ MELLADO, Participación..., p. 193-4.

certas expectativas, e acabam consultando atores que consideram mais apropriados para determinados interesses e tomadas de posições – opiniões. Assim, os atores mais influentes são os grandes grupos econômicos, nacionais e transnacionais, por sua capacidade para influenciar a execução das decisões, exercendo sua influência através de lobby e pressão sobre os governos nacionais, a fim de impor seus interesses. Sem haver mecanismos formais de consultas, há estabelecida uma hierarquia para a consulta prévia e para tomadas de decisão, sendo que o lobby e a pressão são os mecanismos informais para impor interesses. Apesar dos funcionários assinalarem que existem canais formais para efetuar consultas, tudo indica que eles se referem àqueles que praticamente não tem peso na tomada de decisões, pois impera um sistema informal de consultas que ouve apenas quem tem poder real para influir sobre o sistema de decisões.³¹¹¹

A participação dos atores nas decisões que são tomadas no âmbito do Mercosul é desigual, tanto como direito a participação na tomada de decisão, quanto a participação na distribuição dos benefícios. Os atores podem ser classificados como burocráticos, políticos e sociais, sendo que, num primeiro nível, estão os representantes dos grupos econômicos de maior peso ou de empresas transnacionais, e, num segundo nível, as organizações sindicais e as pequenas e médias empresas; portanto, a participação depende de condições econômicas, políticas e institucionais. Em relação aos atores empresariais, a maior participação é das empresas transnacionais, seguida da participação dos grandes grupos econômicos nacionais; de qualquer forma, ambos são os mais consultados, devido à sua influência conjunta e capacidade de condicionar a economia e as decisões. As organizações setoriais não atuam diretamente no mercado de bens e serviços regionais, revelando um nível médio/baixo de participação; entretanto, sua influência é maior no plano da tomada de decisões dentro dos espaços de consultas formais. As pequenas e médias empresas revelam um nível muito baixo de participação, e são os empresários brasileiros quem mais atuam dentro do processo. Em relação aos atores sindicais, há um nível muito baixo de participação nas decisões, sendo que daí decorre a sua baixa influência no desenvolvimento do processo de integração regional. São os sindicalistas brasileiros quem mais participam dos debates do Mercosul.³¹¹²

A grande maioria dos agentes envolvidos no processo consideram que o funcionamento institucional do Mercosul é pouco adequado para que se alcance os fins definidos e perseguidos pelo Tratado, e que a existências de instituições supranacionais aumentaria a eficácia do processo de tomada de decisões dentro da integração. A falta de

³¹¹¹ MELLADO, Participación..., p. 194-6.

³¹¹² MELLADO, Participación..., p. 196-9.

eficácia das decisões é devido à falta de vontade política para cumprir as decisões tomadas e a falta de adequação entre a decisão tomada e a realidade do processo de integração.³¹¹³

³¹¹³ MELLADO, Participación..., p. 199-201. Para melhor compreender o desenvolvimento do Mercosul, vide: SOARES, Maria Susana Arroza; e MALLMANN, Maria Izabel (orgs.). Cronologia do Mercosul. In: GINESTA, Jacques. **El Mercosur y su contexto regional e internacional**. Porto Alegre: Cedep; Ed. da UFRGS, 1999, p. 165-213.; CAMPBELL, Jorge (org.). **Mercosul: entre a realidade e a utopia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. 550 p.; CHUDNOVSKY, Daniel; e FANELLI, José Maria (coords.). **El desafío de integrarse para crecer: balance y perspectivas del Mercosur en su primera década**. Madrid: Red de Investigaciones Económicas del Mercosur; BID; Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2001. 402 p.; Um país chamado Mercosul. Brasília: Senado Federal; Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, 2001. 138 p.; RODRÍGUEZ, Juan Manuel. **El Mercosur despues de Buenos Aires: la ultima oportunidad**. Montevidéo: Fundación de Cultura Universitária, 1995. 112 p.

CAPÍTULO 4

SEÇÃO 2

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: ANÁLISES CRÍTICAS DESTACADAS

4.2.1. INTEGRAÇÃO, CULTURA E ECONOMIA

Um processo de integração social e humano, é um processo cultural. Nele está presente toda carga simbólica e história, antiga e recente, determinando os feitos, paradoxos e possibilidades, referentes a essa decisão social de aproximação qualitativa, e, conseqüentemente, aos sucessos e ilusões que marcarão a trajetória integrativa. Desta forma, seja em que plano social esteja sendo referida – familiar, fraterna, local, regional, nacional, internacional, etc. –, a integração é antes de tudo um fato cultural, portanto, humano, conseqüentemente, sujeito a sofrer influxos conscientes e inconscientes do que o próprio ser humano – envolvido no processo – socialmente edificou em sua trajetória histórico-cultural coletiva, com toda carga concreta e real dos signos ou simbolismos que dão sentido e significado ao conjunto de todas ações e omissões que constituem sua realidade institucional moral e histórico-social, enfim, sua cultura e civilização.

A integração, portanto, é um fato social humano, que se desenvolve nas mais diversas dimensões de sua existência individual e coletiva, não importa o grau de cultural – civilizacional – de complexidade que as relações sociais se dêem e se realizem no mais amplo aspecto. Integração é também idealmente tornar íntegro – inteiro, completo – alguma coisa, entretanto, a busca dessa idealidade é sempre uma constante indefinida, pelo próprio caráter arbitrário daquilo que se busca, portanto, tornando a ação integrativa um processo contínuo em transformação, ditado pelas gentes, seu espaço e circunstâncias – ou momento – que se vive, com todas suas imposições e desafios próprios de uma época.

É no campo econômico que a expressão integração adquire uma conotação muito significativa, uma vez que nessa esfera de manifestação social e cultural humana estão presentes as condições materiais de sobrevivência de uma comunidade, portanto, a garantia de reprodução material de seu modo de vida a existência. Desta forma, após a criação da figura social do Estado, um espaço geográfico – um território – fixou-se como delimitação interna das preocupações coletivas voltadas para garantir o bem-estar existencial de um conjunto definido de gentes, vinculadas político-juridicamente entre si a esse território, e voltados institucionalmente para garantir seu próprio bem-estar coletivo. Essa configuração estatal de organização de coletividades implicou a necessidade de ordenar racionalmente – pelo menos a melhor racionalidade que a sua própria civilização concebeu para ser usada por todos e para todos – seus recursos materiais e humanos, voltados para – em seu sentido mais fundamental – manter e reproduzir a existência e cultura da comunidade.

O comércio, a troca, sempre existiu, e é parte do mais singelo comportamento humano. O comércio que se desenvolveu na Europa, em princípio no Mediterrâneo – depois pelos Oceanos – e pelas rotas terrestres em direção ao Oriente, desenvolveu-se muito, fortalecendo e institucionalizando-se cada vez mais ao longo dos séculos. As pequenas comunidades de outrora se expandiram, o Planeta tornou-se um mundo de Estados soberanos, do Ocidente ao Oriente, e o que sucedia nessas épocas antigas – a comunicação entre povos e civilizações diferentes, dentro de um âmbito mais “internacional” regional – agora se institucionalizou em escala planetária.

O comércio, junto a novos fatores econômicos – de ordem produtiva e financeira –, são contemporaneamente a locomotiva que fundamentam os processo de aproximação e integração entre Estados diferentes, em busca de ganhos – ou proteções – na ordem econômica internacional, ordem essa que provoca profundos reflexos internos – portanto, na vida e existência coletiva das pessoas, mais precisamente, nos meios materiais e culturais de vida e existência – em cada um dos países envolvidos no processo de desenvolvimento e integração de economias, em direção a uma ideologia econômica voltada para alcançar a liberdade total econômica –, produção, contratação, financeira etc. Mais comércio – e tudo que política e economicamente está envolvido para viabilizar a facilitação do mesmo – é o mote ou epígrafe que comanda as ações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de seus países associados – pelo menos os mais desenvolvidos.

Evidentemente que se o lema é acorde entre todos os parceiros comerciais mundiais, a forma, modo ou maneira, intensidade e profundidade com que isso deverá ser concretizado é fonte de desentendimentos entre esses protagonistas, e a superação dessas complexas

contradições é por vias de negociações difíceis, uma vez que envolve o próprio destino econômico nacional, portanto, social, e assim, de vida e existência material e cultural – civilizacional – de cada um dos Estados envolvidos nessas negociações.

De qualquer forma, no bojo de toda essa efervescência política, ideológica, comercial, produtiva, financeira etc. na esfera econômica internacional, observa-se o fenômeno da emergência dos blocos econômicos como um fenômeno autorizado – ou permitido – pelas próprias regras da OMC, onde um conjunto de Estados, definidos por interesses econômicos comuns – mas também políticos, culturais, históricos etc. –, decidem se unir dentro de um bloco econômico, estabelecendo facilidades ou favorecimentos econômico entre eles, com o intuito de incrementar as força econômica interna dos parceiros envolvidos nessa integração inter-bloco, a fim de obter ganhos econômicos para as sociedades envolvidas.

Evidentemente que se dentro de uma lógica econômica se justifica e é factível – sedutor mesmo – a necessidade de se implementar o processo – ainda mais se for considerados que os demais blocos econômicos estão em marcha e passíveis de se tornarem outra UE –, não se pode desconhecer que tal processo integrativo altera modos de vida, insere sociedades e suas heterogeneidades internas dentro de uma nova racionalidade social, enfim, atinge estruturas culturais e civilizacionais. Assim, a questão que emerge é como promover uma integração, cuja idéia é até simples, mas cuja consecução envolve complexidades que repousam antes de tudo no inconsciente humano das pessoas que serão atingidas pelo processo?

No caso do continente americano, durante todo seu período colonial a América Latina esteve integrada aos impérios Ibéricos, produzindo a extração de todas as riquezas possíveis das terras americanas, e que eram destinadas para o continente europeu e a sua específica civilização em desenvolvimento. A América espanhola tinha por objeto principal de interesse os metais preciosos – especialmente ouro e prata – e a América portuguesa especialmente os produtos extrativos das novas terras descobertas, os metais preciosos e o cultivo em grande escala de produtos agrícolas de interesses comercial europeu. Uma só América espanhola e uma só América portuguesa existiam, cada qual vinculada diretamente às suas respectivas metrópoles, e administradas por diferentes vice-reinados, aqui instalados em regiões administrativo-territoriais específicas, produzindo riquezas para a Europa em geral. Tal era, então, a integração havida durante os mais de trezentos anos de colonização ibérica em terras latino-americanas.

É no período da independência da América espanhola que emerge o primeiro projeto de integração de caráter internacional, voltado para unificar os povos coloniais espanhóis

latino-americanos, projeto esse de caráter eminentemente político, uma vez que era voltado para que governos livres e Estados independentes se unissem para lutar contra inimigos comuns, sustentando a liberdade alcançada pelos povos latino-americanos no processo de independência, junto à metrópole. Assim, um modelo de união política de Estados independentes em torno de um sistema confederativo garantiria a coesão e esforço comum em prol dos objetivos de garantir a liberdade de todos os novos protagonistas estatais latino-americanos. Tal projeto teve em Simón Bolívar seu protagonista mais expoente.

A idéia de uma unificação política dos povos da América, especialmente dos povos hispano-latino-americanos, em verdade não teve em Simón Bolívar o primeiro a conceber e estabelecer a idéia de uma união entre os povos americanos, mas foi efetivamente o primeiro personagem a organizar de forma sistemática todas as concepções anteriores, em prol de sua concretização factual, corrigindo-as e trazendo para o plano das realidades vividas pelas gentes da época e praticando atos concretos necessários para realizá-las no plano existencial e concreto da vida.

O Congresso do Panamá, realizado em 22 de junho 1826, gestado para discutir tais idéias integrativas de cunho político, foi realizado sob contradições ou desentendimentos, entre seus dois principais organizadores, não só em relação aos entes políticos que dele deveriam participar, mas quanto à própria criação da referida confederação – sem excluir as resistências quanto à adoção do livre comércio entre os Estados-partes, e a oposição quanto a adoção e presença de princípios republicanos e democráticos no bojo do tratado final –, além de percalços acerca da presença de representantes, bem como desistências, de último momento, da presença de países convidados.

O resultado do encontro foi o Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua, que só foi ratificado pelo governo colombiano, não tendo entrado em vigor. É de se assinalar que o Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua consagrou princípios e instituições que posteriormente foram aceitos e adotados no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), a extinta Sociedade das Nações (SD) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

Visando dar continuidade ao espírito integracionista lançado pelo Congresso do Panamá, mas não efetivado, o México tomou a iniciativa de efetuar convocações para as nações ibero-americanas, entre 1831 a 1842, a fim de participarem de novas conferências, entretanto, tais iniciativas resultaram frustradas. Entre dezembro de 1847 a março de 1848, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru se reúnem para dar seguimento aos ideais políticos de integração internacional, sendo assinados alguns tratados específicos sobre matérias técnicas e um, em especial, de caráter político, visando uma união e confederação entre os

Estados signatários, mas cuja ratificação não ocorreu posteriormente por nenhuma das altas partes contratantes.

Em 1856, duas novas tentativas de estabelecer alianças resultaram igualmente frustradas; numa delas, Chile, Equador e Peru tentaram estabelecer um pacto de aliança e assistência recíproca, e noutra, oito países americanos tentaram estabelecer o seu específico tratado de aliança e confederação. Entre dezembro de 1864 a março de 1865, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Salvador e Venezuela se encontram para estabelecer acordos de aproximação de caráter técnico, político e defensivo, movidos principalmente pela crescente intervenção norte-americana e européia nas questões internas e externas dos Estados hispano-americanos, abandonando de vez a idéia política confederativa traçado por Simón Bolívar, em troca do estreitamento dos laços intergovernamentais, em busca de cooperação internacional e posicionamentos comuns em torno de assuntos definidos. Aqui, novamente, nenhum dos tratados foi posteriormente ratificado pelos Estados participantes da reunião.

Todas essas tentativas intentadas foram sob manto e estrutura racional de que haveria entre as nascentes nações, no plano das relações exteriores, uma semelhança de interesses, igualdade de interesses e causas defendidas, e a própria distância entre elas seria motivo para manterem-se em contato mais estreito entre si; portanto, um gênero diferenciado de relações internacionais deveria ser estabelecido entre eles, diverso do que normalmente havia sido estabelecido, até então, com as diferentes outras potências estrangeiras, uma vez que entre os hispano-americanos haveria laços fortes de natureza, costume, identidade de origem, religião, cultura, história, idioma, hábitos sociais, o temor comum ante a Europa e Estados Unidos, e uma comum dedicação a ideais democráticos e republicanos.

Mas verificava-se que essas tentativas de encontro eram movidas por fatores muitos pontuais e de caráter mais emergencial, tal como uma iminente guerra com uma potência européia, nesse caso voltada para acertar esforços externos conjuntos, mas aproveitando a ocasião para debater medidas que garantissem maior proximidade e amizade entre as nações, e que fortalecessem as relações diplomáticas e comerciais entre os desacertados parceiros. Ao longo do tempo, foram aperfeiçoando os temas relativos aos encontros, sendo inseridos, além da temática principal da união confederativa e da instituição definitiva do seu respectivo congresso permanente de plenipotenciários, as questões da assistência mútua em defesa da independência política e integridade territorial; do repúdio ao direito de conquista; da solução pacífica dos conflitos; do asilo político; dos deveres recíprocos em caso de lutas civis; da igualdade entre estrangeiros e nacionais, com a conseqüente renúncia à proteção diplomática;

da codificação do Direito Internacional; da constituição de uma união aduaneira preferencial; das regras relativas ao correio internacional; do comércio e navegação etc.

Assim, os reiterados fracassos dos encontros sempre foram justificados no âmbito do senso comum de que seria devido aos nacionalismos e interesses particularistas que haviam se tornado forte para cada Estado hispano-americano; número baixíssimo de adesão aos tratados discutidos e elaborados; oposição interna do legislativo nacional; alegação de fatores impeditivos da nova Confederação – guerras civis, diferenças entre nações, realidades geográficas como as grandes distâncias que dificultavam a intercomunicação –; indiferença, egoísmo particularista, e instabilidade política; aberta hostilidade; divergências; desconfianças; golpes; quarteladas; falhas e erros políticos; espírito de independência nacional desenvolvido ao extremo; desavenças geradas pelas disputas de fronteiras; os conflitos pela navegação dos rios; a ambição pessoal dos líderes revolucionários envolvidos nas lutas civis, gerando influências perniciosas; a falta de educação ou preparação do povo para a participação na vida política nacional; duplicidade ou sobreposição de esforços entre diferentes países buscando realizar um congresso de mesmo sentido e conteúdo básico; perda de liberdade e flexibilidade necessárias para relacionamento com outras potências estrangeiras; alegada inexistência de razões para um tratamento diferenciado – e favorecedor – das nações americanas entre si, frente às nações situadas em outros continentes; o fato de uma guerra travada em solo americano – México vs. Estados Unidos – ser suficiente para por fim a qualquer esforço no sentido da integração confederativa, tal evento revelando a vulnerabilidade de tais idéias; grupos internos que estavam alijados do poder buscavam na Europa apoio para promover uma guerra civil interna, a fim de retornar ao poder com ao apoio estrangeiro; participação nos congressos apenas dos Estados mais diretamente interessados nos temas em discussão e descaso dos demais; fracasso da tentativa de melhorar as técnicas diplomáticas, no sentido de separar em documentos políticos dos eminentemente técnicos, uma vez que isso não possibilitou uma maior adesão dos participantes, resultando em não ratificação de ninguém dos tratados acordados.

4.2.2. ESTADOS UNIDOS E INTEGRAÇÃO

Como contraponto aos feitos hispano-americanos e luso-americanos, os Estados Unidos agiram perante o mundo de forma diferenciada. A Revolução Francesa ocorrida na Europa provocou uma série de conflagrações no continente europeu, que foi aproveitado estrategicamente pela diplomacia dos Estados Unidos, permitindo ele recuperar a integralidade dos territórios norte-americanos, conforme até então considerados, tanto da Espanha quanto da Grã-Bretanha. Emerge, assim, a doutrina política norte-americana do Destino Manifesto, qual seja, a de que é o primeiro dever dos estadistas norte-americanos conservar o território onde assenta a independência dos Estados Unidos, e seu segundo dever o de ocupar-se em manter os territórios, a oeste, livres de toda dominação européia e, portanto, disponíveis para a expansão continental da nova república americana.

A questão territorial norte-americana foi, assim, tratada como um assunto vital da independência, segurança e futuro continental dos Estados Unidos; portanto, o princípio da não transferibilidade ou inalienabilidade territorial, junto com a Doutrina do Destino Manifesto, tratavam-se de concepções unilateral e particularista, visando unicamente assegurar a independência e a própria segurança dos Estados Unidos.

Por fim, assinale-se que um outro princípio – o princípio da intangibilidade – completará o conjunto de valores políticos internos, com expressão na política externa, dos Estados Unidos, onde fixou-se, também, no nascimento desse Estado, a regra de que, em todo tratado internacional de aliança a ser firmado, se reconheceria a intangibilidade de todo território situado na América do Norte.

Após a Revolução Francesa, na Europa emerge a figura de Napoleão Bonaparte, com sua pretensão imperial. Após a sua derrota definitiva, surge a Santa Aliança na Europa, e que, no cenário internacional, decidiu posicionar-se no sentido de manter todo governo monárquico legítimo, mediante a supressão dos movimentos revolucionários. Na Espanha, a monarquia é restituída ao poder, e o monarca decide solicitar uma reunião com a Santa Aliança, para o intuito de reconquistar seus territórios americanos, e provocando, tal ato, temores e preocupação não só para os recém Estados republicanos hispano-americanos, mas também para os Estados Unidos, que não via sem perigos, o fato de ter como seu vizinho uma potência estrangeira européia que considerava hostis aos seus interesses e futuro.

Os Estados Unidos não tinham interesse em interferir ou imiscuir-se nos conflitos europeus e entendia que não poderia permitir que a Europa interferisse nos assuntos transatlânticos; toda América possuía um conjunto de interesses distintos – próprios e singulares – da Europa, devendo edificar um sistema internacional próprio, diverso do que foi erigido pelos europeus; por fim, reconhecia a importância – e dependência – do poderio da Grã-Bretanha para consolidar seu sistema próprio de relações internacionais, tendo nessa nação europeia o elemento de garantia de que as demais nações europeias não iriam interferir nesse processo de busca da independência e autonomia.

Os Estados Unidos decidiram fazer sua própria declaração, recusando a idéia de uma declaração conjunta com a Grã-Bretanha – pois isso poderia implicar nos Estados Unidos ficarem de mãos atadas no que se referia a sua expansão em direção à costa das antigas colônias espanholas. Assim, em dezembro de 1823, a Doutrina Monroe emerge oficialmente através de uma mensagem presidencial, compreendendo três aspectos: (I) sobre a colonização futura dos territórios americanos pela Europa, no sentido de isso estar obstado a qualquer potência europeia; (II) sobre o reconhecimento do princípio dos dois hemisférios, e que será considerado com ato inamistoso, pelos Estados Unidos, qualquer intenção de estender para o hemisfério ocidental o sistema político que caracteriza propriamente a Europa; (III) sobre a decisão norte-americana de não intervir nos assuntos internos das potências europeias.

Se na Europa a Doutrina foi recebida com desgosto e desprezo, nos Estados Unidos foi bem recebida, e o restante da América com moderado entusiasmo – com desilusão e até ceticismo –, sendo observado que o caráter da doutrina era muito particular e servia aos interesses da nação que havia concebido. De qualquer forma, objetivamente a doutrina estabeleceu um contraste devido entre o caráter republicano dos governos hispanos e norte-americano, frente aos governos monárquicos e absolutistas vigentes na maioria da Europa. É forçoso reconhecer que a Doutrina Monroe era uma política eminentemente de caráter exclusivista e privado dos Estados Unidos, e expressão de seu interesse de auto-conservação, sendo, por isso, essencial ao governo norte-americano que a mantivesse sempre sob seu exclusivo arbítrio; a doutrina era uma declaração de caráter unilateral e não obrigava o seu emitente na esfera internacional.

Por isso, quando cinco nações americanas buscaram aliar-se aos Estados Unidos, sob o manto dos termos da referida doutrina, e para receber segurança e assistência em casos de violação dos princípios contidos na mensagem, a resposta dada foi negativa ou, na melhor hipótese, evasiva. Por essa época, quando indagado de que forma os Estados Unidos se propunham a fazer cumprir a Doutrina Monroe, a resposta norte-americana era de que

qualquer medida do governo em caso de emergências futuras, deveria passar antes pelo seu Poder Legislativo norte-americano, e que sem consultar as potências européias amigas dos Estados Unidos, não poderia erguer armas contra a Santa Aliança.

Portanto, a doutrina era de interesse exclusivo norte-americano e dependia, em caso extremo, do Congresso daquela Estado e do apoio da Grã-Bretanha. Não foi sem sentido que após essa declaração, verificou-se um movimento concreto das nações americanas – Brasil incluído – em direção à Grã-Bretanha, em detrimento dos Estados Unidos, pois os britânicos ofereciam proteção armada, produtos manufaturados a preços acessíveis e empréstimos financeiros em condições favoráveis.

Em 1845, os Estados Unidos decidem dar um novo vigor interpretativo aos princípios da Doutrina Monroe, tendo em vista seus interesses pelas terras da Califórnia, cuja possessão aspirava. Assim, as terras americanas não só seriam intransferíveis de uma potência européia a outra, mas também que os princípios da doutrina proibiam que os Estados da região pudessem se auto-anexar-se a uma potência não americana, vale dizer, que nenhuma colônia ou domínio europeu poderia ser implantado ou estabelecido com o consentimento dos Estados Unidos no continente norte-americano, ampliando o âmbito material de aplicabilidade da doutrina, mas reduzindo o seu âmbito espacial de validade e aplicabilidade.

O fato concreto era que se a doutrina em si não era causa imediata, direta e concreta das soluções à invasões estrangeiras em território americano, o seu uso simbólico capturou e conquistou a imaginação pública norte-americana, consolidando seu prestígio interno. Em 1870, os Estados Unidos decidiram incorporar formalmente em sua política externa o princípio da não-transferibilidade territorial, onde nenhum território do continente americano – portanto, agora era toda a América – era considerado passível de ser sujeito de uma transferência de domínio para uma potência européia – desde então, somente uma violação ocorreu, referente à mudança de soberania de uma ilha no ano de 1878. Em 1880, por ocasião da construção do Canal do Panamá, novamente foi invocado a Doutrina Monroe para defender o direito dos Estados Unidos de construir, apropriar-se e operar o canal, ficando subentendido, ao final das negociações, que aos Estados Unidos era dado o direito de fortificar e defender a via interoceânica.

Uma das conseqüências mais nefastas da referida doutrina logrou aparecer pela primeira vez oficialmente em 1859, quando os Estados Unidos tentaram ocupar a México sob fundamento dos princípios da Doutrina Monroe; na ocasião essa tentativa foi rechaçada no Senado norte-americano. Em dezembro de 1904 emerge o corolário Roosevelt, em torno do problema da cobrança coercitiva da dívida externa na América Latina. A intervenção armada

era tolerada pelos Estados Unidos, uma vez que não significava em ocupação permanente de território do Estado coagido a pagar suas dívidas. Por essa época, um problema concreto envolvendo Venezuela, de um lado, e Grã-Bretanha, Alemanha e Itália, de outro, com o bombardeio alemão de um forte, abatendo barcos de guerra venezuelanos, foi o caso que levou, posteriormente à adoção do corolário referido, e também à formulação da Doutrina Drago, na América Latina, que prescrevia que se proibia o emprego da força armada e a ocupação territorial, como meios para alcançar o pagamento da dívida pública de um Estado.

Assim, em dezembro de 1904 os Estados Unidos proclamaram o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, qual seja, que em caso de não pagamento de dívidas ou mau comportamento crônico dos devedores latino-americanos, comportamento por onde se pode requerer a intervenção de alguma nação civilizada para concretizar – à força – o referido pagamento, permite forçar os Estados Unidos, na América, com base na Doutrina Monroe, a exercer claramente um poder de política internacional – nesses casos de flagrantes mau comportamentos ou impotência por um devedor –, mas ação de polícia essa que seria exercida com “mal-estar” pela potência norte-americana, segundo as palavras do governo da época.

A partir desse corolário, uma doutrina que havia sido concebida para impedir a intervenção européia em solo americano, converteu-se na fundamentação de todas as intervenções que foram levadas a cabo pelos Estados Unidos na América Latina, e enquanto vigorou a Doutrina Monroe como um princípio de política externa dos Estados Unidos. Assim, sob proteção dessa doutrina, os Estados Unidos, por exemplo, chegaram a cobrar 55% dos direitos aduaneiros dominicanos.

Com o posterior Corolário Knox à Doutrina Monroe, ele veio completar o Corolário Roosevelt, uma vez que instituiu a denominada “diplomacia do dólar”, que basicamente asseverava que a paz, prosperidade e segurança da América Central e do Caribe era um interesse prioritário para o governo dos Estados Unidos, buscando a eliminação dos investimentos europeus na região e sua substituição por investimentos norte-americanos. Para atingir tal intento, recorreu-se tanto ao uso de pressões sobre o governo da região quanto ao uso de atrativos para vencer as resistências locais, bem como a garantia de segurança e proteção aos investimentos dos capitalistas norte-americanos. Assim, por exemplo, a partir desse corolário, o presidente da Nicarágua foi derrubado, bem como forças armadas dos Estados Unidos foram ostensivamente utilizadas para garantir vidas e interesses norte-americanos. Se o Corolário Roosevelt procurava prevenir contra possíveis intervenções européias na região, o Corolário Knox protegia os interesses estratégicos dos Estados Unidos na região e servia a interesses privados.

Por fim, o Corolário Lodge à Doutrina Monroe completou as ações imperialistas norte-americanas na região, ao afirmar que os Estados Unidos recusavam aceitar que espaços geográficos estratégicos situados em terras americanas fossem passíveis de transferência de domínio para companhias não americanas, que poderiam estar atuando como agentes de potências estrangeiras em terras americanas. Assim, empresas multinacionais com sede em outros países europeus ou asiáticos, ficavam impedidas de adquirir propriedade de grandes extensões de terrenos para instalar suas plantas industriais, em locais que fossem considerados estratégicos para os Estados Unidos, especialmente perto do mar. Os próprios cidadãos norte-americanos, proprietários de tais terrenos, eram dissuadidos a não venderem suas propriedades para empresas ou grupo de empresas não americanas. Tal corolário foi considerado como exemplo dos poderes expansivos implícitos da Doutrina Monroe.

Em 1930, o governo norte-americano declarou oficialmente que a Doutrina Monroe era uma declaração dos Estado Unidos contra a Europa, e não dos Estados Unidos contra a América Latina. Foi na administração norte-americana de Franklin D. Roosevelt que foram tomadas medidas concretas ou factuais no sentido de demonstrar efetivamente – e não mais retoricamente – que a era de intervenção norte-americana tinha chegado ao fim, pelo menos com as características como havia sido feito até então. Mas do ponto de vista latino-americano, o fim da referida doutrina somente foi concretizada quando foram aprovadas uma série de instrumentos internacionais – a própria Carta da OEA é um desses documentos – cujos conteúdos eram incompatíveis com o fim da referida doutrina e seus corolários, em especial, com a unilateralidade de sua interpretação e aplicação.

Após um ostracismo, a Doutrina Monroe sinalizou renascer na década de 1960, durante a guerra fria, sendo invocada – quanto à sua validade e vigência – em duas ocasiões; a primeira, quando o líder soviético da época ameaçou o mundo, afirmando que os mísseis balísticos soviéticos, contendo ogivas atômicas, estavam prontos para apoiar Cuba; a segunda, durante a crise da instalação dos mísseis atômicos soviéticos em Cuba, quando o executivo e legislativo norte-americano fizeram novas referências à Doutrina Monroe. Pode-se concluir que somente certas partes da referida Doutrina Monroe podem estar subsistindo, mas não pelo documento em referência, e sim pelos diversos outros instrumentos e compromissos recíprocos internacionais que foram estabelecidos pelos Estados da região americana, e que estão relacionados a pontos específicos da doutrina.

4.2.3. AMÉRICA LATINA E INTEGRAÇÃO

Se os Estados Unidos se afirmaram perante o mundo – e a América, em especial –, a América Latina decidiu trilhar outros rumos. Pode-se classificar o movimento integracionista bolivariano – nessa fase de encontros que fracassaram no intuito de formar uma confederação hispano-latino-americana – como a fase hispano-americana de tentativa de unificação continental, enfim, uma ensaio de integração que abarcava toda América espanhola em torno de uma organização confederativa, a fim de defenderem-se e auto-preservarem-se enquanto nascentes nações independentes americanas, bem como alcançar a consecução de alguns entendimentos na área do comércio, política e técnica. A fase de integração que vem a seguir, por sua vez, pode se denominada por conferências internacionais americanas, ou panamericanismo, ou sistema interamericano.

Dentro do movimento de colaboração e solidariedade hemisférica, surge, primeiramente, em certos círculos intelectuais, o interesse de formar um movimento interamericano, até mesmo porque verificavam que as relações entre a América Latina e os Estados Unidos corriam de modo geral satisfatórias, durante a parte final do século XIX. De fato, verificava-se que do ponto de vista econômico os Estados Unidos precisavam sair de sua posição de isolamento – e unilateralismos – em relação ao continente americano, a fim de viabilizar a sua crescente produção industrial com a conquista de novos mercados vizinhos. A política governamental voltou-se, então, para alcançar a paz e impedir que futuras guerras acontecessem na América, bem como em, cultivar relações comerciais amistosas com as demais nações americanas, uma vez que os produtos manufaturados norte-americanos estavam à altura de competir com os similares produzidos pelas nações industriais européias, podendo produzir um incremento nas exportações, poupança e balança de pagamentos dos Estados Unidos.

Na I Conferência Internacional Americana, o resultado concreto da reunião revelou as diferenças de interesses e abordagens entre a América Latina e os Estados Unidos; as primeiras estavam interessadas em declarações de ordem política, enquanto que o segundo, tinha interesse em assuntos preferencialmente aduaneiros e comerciais. A II Conferência Internacional Americana, foi marcada pelo crescimento do poder norte-americano – como resultado da Guerra Hispano-Americana – e pela celebração da I Conferência de Haia, onde, de toda América, apenas Estados Unidos e México haviam participado. A III Conferência

Internacional Americana, teve como marco a diminuição da influência européia no continente, e o conseqüente aumento do poder dos Estados Unidos na região; entre a II e III Conferências, os Estados Unidos tomaram o Canal do Panamá, proclamaram o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, e estabeleceram, na prática, um protetorado em Cuba e Panamá; enfim, as delegações latino-americanas estavam bastante desconfiadas das intenções norte-americanas.

A IV Conferência Internacional Americana, foi realizada sob clima mais harmonioso, entretanto seus sucessos foram escassos; de fato, emergiram críticas mais explícitas e incisivas contra o controle que os Estados Unidos exerciam em organismos regionais que haviam sido criados entre os parceiros americanos. A V Conferência Internacional Americana, não contou com a presença de Bolívia, México e Peru. México alegou que como seu governo não era reconhecido pelos Estados Unidos, não pôde participar da preparação do programa da Conferência. Tratou-se de uma reunião de alto conteúdo de temas políticos, como direitos de estrangeiros; proposta de criação de uma Liga de nações Americanas, voltada para estreitar ainda mais aproximação e laços de amizade entre os povos americanos; questões envolvendo controvérsias entre nações americanas e não americanas etc. Entretanto, apesar da temática ser de caráter eminentemente de interesse latino-americano, os Estados Unidos trabalharam e foram bem sucedidos em alcançar a não aprovação de resoluções mais substanciais, que eram contrários ao interesse de sua nação.

A VI Conferência Internacional Americana, foi precedida por uma reunião no ano anterior, pela Comissão de Jurisconsultos Americanos, voltada para finalizar a redação do Código de Bustamante. Esta Comissão, entre outros, preparou o princípio da não intervenção, no sentido de que nenhum Estado teria o direito de imiscuir-se nos assuntos internos de outro, e que, durante os trabalhos preparatórios, havia sido previamente aprovado pelos Estados Unidos, com a ressalva que tal condição não incluía medidas de proteção à vida e propriedades estrangeiras. Mesmo assim, na reunião oficial, os Estados Unidos se opuseram a aprovar tal princípio, conseguindo a adesão de alguns Estados a favor de suas teses, de tal forma que, ao final, o referido princípio não foi aprovado. Mas de modo geral, a reunião foi bem sucedida, sendo aprovado o Código Bustamante e um conjunto de convenções voltadas para questões técnicas, diplomáticas e políticas.

A partir da VII Conferência Internacional Americana, pode-se asseverar que foi dado início a uma nova fase nas Conferências Interamericanas, uma vez que iniciou-se encontros onde se aceitava definitivamente o princípio da não intervenção, vale dizer, onde formalmente passa a ser aceita uma colaboração entre partes que são consideradas iguais entre si. De fato, a partir dessa Conferência os Estados Unidos começam a praticar a sua política de “boa

vizinhança”; foi aprovado, de forma unânime, a Convenção sobre Direitos e Deveres dos Estados, inclusive com sua disposição referente à não intervenção, conforme elaborada pela Comissão dos Jurisconsultos Americanos, mas agora de forma melhorada, ou seja, estava proibida a intervenção não apenas nos assuntos internos, mas também em assuntos externos de qualquer Estado americano; os Estados livres do continente que tivessem uma controvérsia, não poderiam ser objeto de intervenção de um Estado que lhes exigisse uma determinada solução para o conflito. Os Estados Unidos, entretanto, inseriram uma reserva na Convenção, no sentido de que eles, de qualquer forma, reservavam os seus direitos frente ao que estava previsto no tratado assinado, conforme esses direitos já estavam reconhecidos pelo direito internacional até então. É certo que para o ponto de vista norte-americano, a interpretação de não-intervenção era restrita exclusivamente ao não emprego da força armada, portanto, uma interpretação mais restritiva que a dos latino-americanos.

A VIII Conferência Internacional Americana – um ano antes do início da 2ª Guerra Mundial –, produziu a chamada Declaração de Lima, estabelecendo uma Reunião de Ministros das Relações Exteriores, como o órgão através do qual se efetivaria as consultas a que diversos documentos interamericanos de paz faziam referência; ela não ficou restrita apenas a ameaças extracontinentais, afirmando que a solidariedade continental era contra toda intervenção ou ameaça externa, mas ao mesmo tempo afirmando que a solidariedade seria para atos de qualquer natureza que pudesse ameaçar a paz, segurança e integridade territorial de qualquer das repúblicas americanas.

Esse Órgão de Consulta veio a se reunir em 1939, no início do conflito mundial, no que veio a ser denominado por I Reunião de Consulta. Nessa oportunidade, foi emitida uma Declaração, como medida de proteção continental, criando uma zona marítima de segurança, com extensão média de 300 milhas marítimas, a partir de ambas as costas. As repúblicas americanas reservaram o direito de manter esta zona livre de todo ato hostil por parte de qualquer nação não beligerante não americana. Também adotaram a Declaração Geral de Neutralidade das Repúblicas Americanas, ficando a cargo de cada Estado regular a forma como se daria aplicação concreta de tal *status*. Na prática ambas Declarações não produziram resultados práticos, devido à constante violação pelos beligerantes do mar territorial demarcado, e também porque as nações americanas foram perdendo cada vez mais sua atitude de neutralidade frente ao conflito.

A IX Conferência Internacional Americana, de 1948, aprovou cinco convenções internacionais, sendo a mais importante, a Carta da Organização dos Estados Americanos e o Tratado Americano de Soluções Pacíficas. A Carta da OEA foi fruto de 60 anos de

experiência acumulada do Sistema Americano, e, após a criação da OEA, entre os anos de 1948 a 1998 pode ser contabilizado, dentro de seu bojo, a realização da X Conferência Interamericana, dezenove reuniões de consulta, e três Conferências Interamericanas Extraordinárias, além das sucessivas reuniões da Assembléia Geral da OEA. Assim, a criação da OEA foi, ao mesmo tempo, um ponto de chegada e de partida, dentro das relações interamericanas, uma vez que, a partir daí, a organização internacional centralizou as normas de condutas entre os Estados, os direitos e obrigações do ser humano, bem como os princípios da cooperação interamericana nos terrenos econômico, social e cultural.

a) DEPENDÊNCIA COMO DESTINO

Em meados do século XIX, quando havia encerado a fase de independência e formação das nascentes repúblicas americanas, a América Latina tinha seu potencial exportador muito pouco utilizado. Foi através de estímulos – crescentes investimentos – nas áreas econômicas de exploração econômica tradicional, assim como em outros setores que apresentavam novas possibilidades, junto com o melhoramento da infraestrutura e dos serviços – especialmente os dos transportes –, para que todas as nascentes repúblicas se transformassem em exportadores de bens de consumo e insumos em direção aos grandes centros europeus, recebendo em troca os produtos manufaturados que nesses centros eram produzidos e os excedentes de mão-de-obra – imigração – que não tinham mais oportunidade de trabalho nos centros industriais europeus.

De fato, a literatura é pródiga em relatar e ressaltar o auge experimentado, em níveis de desenvolvimento econômico, pelas nações européias, entre meados do século XIX até o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e que refletiu na economia interna das nações exportadoras de produtos primários para os grandes centros econômicos da época. Inicialmente seriam as carnes, lãs e cereais do Cone Sul – Argentina, Paraguai e Uruguai –; depois seria o guano – adubo obtido através do acúmulo excremento das aves marinhas nas costa do Peru – e o nitrato ou salitre do Chile; certamente os produtos tropicais – açúcar, cacau, café, tabaco etc. – de todo Caribe, Colômbia, Brasil, Venezuela, Equador e outros países; e também os minerais que ainda existiam no México, Bolívia, Chile e Peru. A terra, o clima, a abundância e exclusividade de localização do produto, a mão-de-obra latino-americana competindo com as antigas colônias européias localizadas na África e Ásia, tudo contribuía para a inserção da América Latina na economia que se desenvolvia no Ocidente, especificamente na Europa Ocidental. Conforme o produto e interesse, havia diferentes

capitais provenientes de nacionalidades diversas, mas atuando com a mesma lógica e fim último, presentes nas nascentes colônias que, desde cedo, passaram a rivalizar-se entre si.

Se o destino da América Latina iniciou-se sob o signo da colonização, vale dizer, exploração máxima dos recursos naturais – minerais, produtos extrativos tropicais e produtos cultivados tropicais – e riquezas em direção à metrópole, constata-se que após a independência sua sina continuou sendo a mesma, ou seja, continuar enviando para os grandes centros consumidores industriais os bens e produtos localmente cultivados e extraídos, entretanto, agora dentro de uma política exportadora que assim vigorou até a primeira década do século XX, conforme o desenvolvimento da expansão econômica européia e norte-americana, acompanhando as conjunturas dessa expansão.

Nesse período, ocorre o declínio da influência inglesa e a ascensão da hegemonia norte-americana e de outras potências européias na região. O novo destino da América Latina seria de exportadora de alimentos e bens primários, e importadora de produtos manufaturados. De fato, haveria uma estrutura econômica internacional determinante e vinculante, reservando o papel de periferia a uma América Latina, frente aos centros capitalistas ocidentais; toda infra-estrutura sócio-econômica latino-americana herdada da colonização, seus padrões internos de consumo, tudo indicava uma impossibilidade local de inventar-se um novo sistema econômico que contribuísse para lhes dar uma autonomia sócio-econômica, conforme a Europa e os Estados Unidos projetavam.

Assim, tudo que os sucessivos governos locais objetivamente conseguiram alcançar foi uma economia de exportação, funcionando mais ou menos por uma inércia, segundo o seguinte mecanismo: distribuição dos valores das exportações em diferentes itens; crescentes investimentos de capitais estrangeiros para a exploração dos recursos naturais destinados à exportação; aumento progressivo dos preços dos bens exportados; imigração e deslocamento massivo da mão-de-obra para os setores dedicados à atividade exportadora; assimilação ideológica dos marcos filosóficos, sociais e institucionais adequados para as atividades exportadoras; enfim, uma teia de sucessivos fatos sócio-econômicos que foram se entrelaçando ao longo do tempo, aumentando e se encadeando cada vez mais, condicionada pela atividade exportadora, onde a globalidade do sistema econômico – inclusive as importações – internacional e local, funcionava para alcançar um ponto considerado ótimo no sistema.

Com exceção de México e Argentina, todos os demais países pouco ou nada fizeram para sair dessa situação; *os grupos dominantes nacionais – elites – da América Latina agora independente, autônoma e soberana, decidiram não alterar sua característica primordial de*

seu papel e atuação eminentemente exportadora, dentro do quadro econômico internacional, recusando-se, por exemplo, a incrementar a economia interna com qualquer tipo de acumulação primária para alavancar o desenvolvimento econômico autônomo interno. De fato, o comportamento de tais grupos em recusar a soberania e independência econômica nacional e latino-americana chegou ao paroxismo, ou seja, nas oportunidades que surgiram, durante esse período inicial – auge de um período exportador ou expansão do gasto público –, para orientar os investimentos internos naqueles setores que poderiam modificar ou reverter essa tendência dependentista, objetivamente verifica-se que tais grupos hegemônicos ou dominantes constataram e aceitaram a evidência de que as vantagens comparativas – imediatas – e, por conseqüência, os menores custos reais relativos, estavam junto da atividade exportadora, frente a qualquer possível produção alternativa.

Portanto, a peculiar racionalidade latino-americana atuou no sentido de reconhecer e aceitar essa realidade – entregar-se a esses fatos sem resistência –, como que de forma insensível ou inconsciente, atitude essa que objetivamente era equivalente a uma internalização ou assunção consciente do sistema econômico internacional e do papel – coadjuvante – das nações latino-americanas como sociedade e economias exportadoras. Dentro dessa lógica, os setores público e privado dependiam primordialmente das exportações e seus ingressos para pagar as importações e os gastos internos, reconhecendo e aceitando – de forma até inconsciente e desconhecida – os fatos como evidentes; os gastos dos Estados adviriam das tarifas alfandegárias das exportações, e de empréstimos internacionais tendo como garantia os ingressos das exportações; os impostos cobrados na alfândega também seriam utilizados como garantia de empréstimos; os ingressos das exportações pagando as importações, cujos produtos saíam mais baratos do que produzir internamente; etc. Tratou-se, assim, do que viria a se denominado como fase do “crescimento para fora” – ou “desenvolvimento vertical”, com o desenvolvimento da economia das áreas costeiras – da América Latina, centrada na política exportadora como foi aplicada, enfim, um modelo de crescimento conscientemente exportador, fundado nos aspectos estruturais sócio-econômico que se encontrava a região.

A América Latina cresceu, desta forma, com uma economia em direção ao exterior, especializando os setores exportadores e estimulando novas formas de organização em torno da propriedade dos recursos naturais – em mãos estrangeiras, através de investimentos diretos, ou do Estado financiador de explorações, por sua vez, financiado através de créditos externos – e modificando a estrutura sócio-econômica interna das nações e da região de forma substancial, conforme essa orientação primordial exportadora; de fato, aos poucos, as

economias de subsistência passaram a ser monetarizadas, com crescimento do grau de capitalização, pagando as importações.

Entretanto, do ponto de vista interno latino-americano, o sistema produzia distorções nocivas, mostrando sua ineficácia; a principal consequência era a subordinação ou dependência do sistema frente às economias centrais, vale dizer, se essas economias se desenvolviam, havia ganhos a serem contabilizados, mas se estagnassem ou caíssem os níveis e indicadores de desenvolvimento, então as nações latino-americanas ficavam totalmente vulneráveis; o desenvolvimento, assim, não era precisamente em direção ao exterior, mas, diferentemente, era um desenvolvimento a partir do exterior, tamanho o grau de dependência que os setores produtivos internos estavam subordinados aos centros localizados no exterior.

Na prática, quem determinou o crescimento e desenvolvimento latino-americano – seu sentido e direção – no período, foram os centros econômicos europeus e norte-americanos. Sucedeu que a partir da Primeira Guerra Mundial, todos os problemas iminentes ou potenciais do sistema econômico internacional então vigente, emergiram para as nações da região e suas elites; a América Latina viu-se em seu papel subalterno, subordinado e dependente. Os Estados centrais voltaram-se para seus próprios interesses, em detrimento das suas relações com os Estados periféricos, revelando a vulnerabilidade do sistema primário-exportador que a região havia adotado preferencialmente, como sua relação econômica com o centro. Nessa época, a região possuía uma presença notável no comércio internacional, o que a fez sentir mais fortemente o revés. A década de 1920 foi uma década de mudanças na economia do Planeta, culminando com a crise de 1929, submetendo a sérios traumas a dependente evolução econômica da América Latina. Isso obrigou aos países buscarem novas alternativas de desenvolvimento e crescimento econômico.

A América Latina se comportou como sujeito totalmente passivo nessas fortes e sucessivas transformações das estruturas de intercâmbio econômico geral por que passava o Planeta; toda região acusou as repercussões desses desajustes, em graus diferentes, segundo os países e a natureza dos produtos afetados. Mas as mudanças econômicas havidas não se circunscreveram à produção de alimentos e bens primários, atingindo também o setor financeiro – desvalorização, paridades monetárias inconsistentes, inflação etc. – de numerosos países europeus após a Primeira Guerra Mundial, desta forma afetando as exportações de capital e a natureza dos investimentos como vinha sendo praticado até então, tornando os Estados Unidos o maior credor internacional de capitais de curto e médio prazo, onerando muito os países devedores financeiramente.

A crise econômica de 1929-30 veio a consagrar a caducidade do sistema econômico centro-periferia como vinha sendo praticado. Os anos da década de 1930 iniciam dentro de um quadro econômico cauteloso e de comércio internacional muito restrito, onde a elevação das tarifas alfandegárias tornou-se o eixo central das decisões dos países centrais em matéria de preservação das suas economias nacionais e afetando, assim, a economia internacional, especialmente o seu comércio, quebrando todas as expectativas que os países periféricos possuíam quanto ao funcionamento da economia internacional. Cada nação latino-americana sofreu de forma diferenciada as conseqüências do período – conforme a pauta de suas exportações, solidez de suas economias, fortalecimento de seus mecanismos institucionais e produtivos etc. –, enfrentando também diferenciadamente os seus efeitos, mas com a mesma característica passividade com que vinha acompanhando todos os acontecimentos negativos que paulatinamente se desenrolavam diante de si. Diminuição das exportações, queda dos preços, importações de manufaturas muito caras, degradação das relações de intercâmbio internacional cada vez mais desfavoráveis à periferia, financiamento externo escasso etc., tudo contribuiu para encurralar e revelar o alto grau de vulnerabilidade que se encontrava cada país dentro do cenário econômico internacional.

Para a América Latina, tudo indica que foi a sua dificuldade para importar– a exportação e a busca da autonomia local para os ganhos dessa atividade teve em vista antes de tudo os ganhos privados da atividade e não tanto um projeto de poupança nacional – que revelou mais claramente para suas gentes – elites –, a vulnerabilidade a que estava exposto seu modelo de crescimento centro-periferia até então adotado. A partir daí passou a ser sua maior preocupação, diante das circunstâncias críticas – a partir de 1930 –, a questão de como viabilizar a importação de manufaturados imprescindíveis para seu desenvolvimento e consumo.

De modo geral, dois grupos de países se revelaram nessas circunstâncias, quais sejam, de um lado, aqueles que não tinham outra opção, a não ser tolher o seu desenvolvimento econômico – dependente exclusivamente da atividade primário-exportadora –, ajustando a contração dos ingressos e investimentos externos com desemprego, recessão etc., por não possuírem estruturas sócio-econômicas aptas para serem modificadas, a fim de apoiar novas respostas à situação de crise econômica; e, de outro lado, outro grupo de países – Argentina, Brasil, Chile, México e, mais tarde, Colômbia –, que já possuíam internamente uma incipiente diversificação econômica setorial, maior solidez institucional e sócio-econômica, e um nível maior de desenvolvimento econômico relativo. Esse último grupo de países materializou a emergência de uma certa atividade industrial – bens de consumo, têxteis, produtos

agropecuários elaborados etc. –, enfim, um incipiente setor secundário, ainda considerado como atividade acessória no início do século XX.

Assim, uma nova fase de desenvolvimento econômico é iniciada na América Latina; uma nova atitude, por parte desses poucos países aptos a ter iniciativas para suplantar a crise sócio-econômica que os acometia, levou-os a adotar – durante anos – medidas restritivas e de contenção das importações, e começar a produzir internamente os produtos manufaturados que anteriormente eram trazidos diretamente do exterior. É a fase denominada por processo de substituição de importações, que se inicia na década de 1930, de forma consciente e programada, dentro do propósito geral de aumentar a participação da produção nacional na satisfação ou atendimento da demanda interna, em detrimento da participação da oferta importada.

Tal atitude foi reproduzida mimeticamente na região, e que foi até identificado com um movimento de crescimento econômico voltado para dentro da região, mais precisamente, para atender um mercado interno existente – não significando necessariamente o desenvolvimento do seu interior geográfico –, mas vinculado ao fato de que ocorrera uma contração do seu setor exportador, e que os países latino-americanos não estavam dispostos que o decrescente volume de divisas procedente do setor exportador fosse, em sua maior parte, utilizado para pagamento das importações. O setor público de cada nação tratou de tomar medidas voltadas para complementar essa política comercial defensiva, ou seja, adotou medidas protecionistas – desvalorizações monetárias, controles de câmbio seletivos, elevação de tarifas alfandegárias, distribuição limitada de divisas, contingenciamentos etc.

A partir dos anos 1940 e 1950, em diante, os outros países mais atrasados iniciaram ensaiar o mesmo processo, conforme as forças e possibilidades que sua estrutura sócio-econômica permitia. Tratou-se de um período em que a América Latina pela primeira vez foi obrigada a olhar para si mesma – e agir de forma independente – para enxergar quais as suas efetivas possibilidades para conceber uma atuação autônoma na esfera econômica interna e internacional. A elite da região teve que mirar suas possibilidades a partir de duas premissas, quais sejam, de um lado, a quantificação dos coeficientes de fornecimento de produtos importados que se dava em cada setor das demandas respectivas, e a proporção que o produto significava na importação total para a economia dos países; de outro lado, o inventário da setor industrial existente – nível empresarial, tecnologia etc. – tendo em vista a indiferença estrangeira para sua capacidade industria e a falta dessa capacidade em seus vizinhos. Tratou-se, então de um diagnóstico acerca da magnitude do problema e da real capacidade de cada país em enfrentá-lo.

Em linhas gerais, portanto, o crescimento sócio-econômico latino-americano, dessa nova fase, teve impulso inicial dos setores públicos de cada país, a partir dos anos 1930, observando-se que esses mesmos setores públicos é que socorreram os exportadores, compensando as suas perdas contraídas em suas vendas externas ou pela crise econômica que acometeu o comércio internacional; nesse comportamento reproduz-se a tradição da forte presença do setor público na economia latino-americana – geralmente socializando os prejuízos. O Estado passou a ser o principal elemento dinamizador da nova política econômica de substituição das importações; para isso, gastos públicos foram utilizados para fortalecer a estrutura econômica interna da nação, especialmente para fomentar a infraestrutura industrial existente, que implicava na substituição da importação de bens de consumo elaborados através do incremento de sua produção nas instalações industriais que contava internamente, e incorporando mais horas de trabalho utilizando-se da elástica oferta de mão-de-obra existente e excedente, e salários baixos. Além disso, iniciou-se, também através do Estado, uma maior capacidade de investimentos, através da concessão oficial de financiamento, sendo criada as primeiras instituições financeiras estatais, e também iniciado os primeiros projetos de formação profissional, seguridade social etc..

Com o impulso da economia interna, o mercantilismo latino-americano evoluiu no sentido de buscar no exterior os bens de capital e equipamentos estrangeiros, mas sem internalizar a tecnologia incorporada em cada equipamento adquirido. Havia a demanda de equipamentos estrangeiros, devido ao fato de que a demanda por produtos ou bens intermediários e insumos havia crescido, e o abastecimento de bens e produtos de consumo primário estava relativamente suprido, restando, portanto, a necessidade de continuar atender o aumento de consumo geral do mercado interno por bens ou produtos mais elaborados.

Assim, o Estado foi o grande promotor e provedor dos recursos necessários para efetuar tais importações de bens de capital, exigindo maiores investimentos e criação de novas infra-estruturas produtivas. Mas ao longo de todo processo, verificou-se que, de fato, não sucedeu na América Latina – com exceção das décadas de 1970 e 1980, ainda assim de forma equivocada – a manutenção de um processo ortodoxo de industrialização, vale dizer, uma industrialização que estivesse programada em função de um modelo estrutural de desenvolvimento, uma industrialização estabelecida por si própria, onde se espera obter as vantagens ou carências contidas nela mesma, independente dos aspectos negativos que provenham da economia mundial, enfim, ela atuando como um vetor a mais dentro de um conjunto econômico ordenado e coerente, voltados para alcançar alguns ganhos pré-estipulados para o futuro sócio-econômico da nação.

A América Latina se notabilizou por efetuar uma industrialização voltada para suprir mais imediatamente determinadas despesas em suas contas internacionais, e que são questionáveis quanto à priorização dos bens e produtos que deveriam ser substituídos – substituir bens primários em detrimento dos equipamentos industriais, ou vice-versa? –, fazendo com que cada país acabasse tomando suas decisões segundo seus interesses nacionais ou conjunturais, sem nenhum tipo de coordenação regional. A industrialização latino-americana voltou-se mais para economizar divisas do que para gerar divisas, atingindo também outros setores, como o do agronegócios – estimulando determinadas produções agrárias –, mas não agindo de acordo com um esquema mais ou menos planejado, mas unicamente segundo sua capacidade de substituir importações, sempre em decisões de curto prazo.

Verifica-se que nos momento em que melhorava transitoriamente as condições do mercado mundial para os produtos primários ou tradicionais, era praticamente invariável as nações latino-americanas fazerem essas exportações ascenderem a um patamar de proeminência na balança de pagamentos geral, em detrimento da atenção dos setores industriais, relegados a uma política de idas e vindas. O processo de substituição de importações levou a uma aquisição cada vez mais crescente de equipamentos e bens de capital, que eram pagos com o decréscimo de importações de determinados produtos vindos do exterior, que, por sua vez, requeriam a compra de novos outros equipamentos e bens de capital no exterior para substituí-los – pela produção – internamente; essas novas compras novamente requeriam a diminuição da compra de outros produtos importados e assim sucessivamente, produzindo um círculo de decisões econômicas que tenderiam as ampliar o leque de produtos importados a serem substituídos por uma produção nacional ou interna.

Ocorreu que esse processo também acabou por levar essas economias nacionais a ficarem praticamente dependentes ou reféns, de forma progressiva, da tecnologia estrangeira, através dos equipamentos e bens de capital importados. Tratou-se, assim, de um processo contraditório, que acabou por negar a própria essência do processo, vinculando-o diretamente ao desenvolvimento do setor exportador do país ou ao endividamento externo, através do incremento de novas e mais custosas importações. Emerge, desta forma, o problema da crescente dependência com o exterior, especialmente através da balança de pagamentos, atormentando os países latino-americanos, revelando mais claramente a subordinação externa – tecnológica e de capital – a que levou o processo de substituição de importações. De acordo com uma equivocada forma de conceber o crescimento industrial, os equipamentos eram instalados conforme chegavam da importação, sem transferência alguma de tecnologia;

ademais, para produzir certos bens, exigiam insumos de muito maior grau de elaboração, que também eram importados, resultando muito reduzida a participação sócio-econômica nacional na elaboração final dos produtos, quando não simples montadora final e embaladora – encaixotadora – dos bens industriais produzidos internamente.

Considerando que algumas vezes essa política, já em seu sentido deletério, era imposta por força contratual dos financiamentos externos que eram feitos para adquirir equipamentos – os denominados empréstimos vinculados –, mesmo assim, não se pode olvidar que a efetiva racionalidade latino-americana, que governava a política econômica e industrial, era concretamente de curto prazo, ou seja, a simples substituição de importações sem quaisquer outros horizontes. O fortalecimento de uma vinculação de dependência tecnológica com o exterior era imprescindível para subsistência do único modo concebido de industrialização que se mostrava factível para a mentalidade e cultura civilizacional presente na América Latina; nessa altura, é forçoso admitir que a industrialização para substituição de importações já não se prestava para um maior ou melhor consumo interno, nem mesmo para crescimento sócio-econômico latino-americano.

De qualquer modo, também é preciso reconhecer que essa política voltada para a industrialização trouxe maiores benefícios sócio-econômicos – especialmente diversificação econômica – que aquele processo voltado especialmente para exportação de matérias-primas, de tal forma a transformar de forma significativa algumas economias, injetando um ritmo expansivo de modernidade econômica que não era até então conhecido. Do ponto de vista sócio-econômico interno de cada nação, ao longo do tempo essa política provocou a desigualdade na distribuição dos ganhos econômicos, dando origem à fragmentação do tecido social e ao nascimento dos segmentos sociais marginalizados; também a criação do emprego foi praticamente anulada, com o capital praticamente sendo destinado para pagamento de contas externas.

Outros fatores negativos foram que as atividades artesanais e as indústrias tradicionais – aquelas primeiras indústrias que coexistiram com o crescimento vindo de fora, através da intensiva exportação de produtos primários – foram fortemente atingidas e asfixiadas – especialmente pelos capitais que condicionavam a sua disponibilidade, desde que também se contratasse, provenientes do exterior, a importação dos mesmos bens e produtos que eram produzidos internamente por essas atividades – sem compensação alguma, não sendo utilizadas como base para uma maior complexidade econômica e industrial; desatenção com o setor agrário, em sua demanda interna antes atendida com as importações, e que acabou se tornando precária, com uma oferta agrícola interna insuficiente, não planejada e não

conduzida tecnicamente; desestímulo à eficiência empresarial, haja vista ter sido o Estado o grande promotor de boa parte da atividade industrial substitutiva, o concedente dos recursos financeiros, e o protetor das iniciativas e produções ineficientes e de altos custos sociais, e, especialmente, o causador determinante da denominada inflação estrutural da América Latina, além de outras características que o converteram em garantia ou obstáculo para qualquer iniciativa de uma industrialização com outros valores norteadores – mais afirmativos e construtivos – para a região.

Apesar desse surto de crescimento e de transformações econômicas, especialmente a partir dos anos 1960 até início dos anos 1970, que poderiam contradizer o que anteriormente foi afirmado, o fato é que, para a realidade da América Latina nesses anos, a pretensa industrialização – já praticamente alheia à substituição de importações – se encontrava inserida estruturalmente em um jogo político-econômico internacional que revelava freqüentemente a região de costas para o longo prazo e ao desenvolvimento. Se essa industrialização em determinadas áreas, e a evolução do setor manufatureiro foram realizações concretas, é preciso entender o caráter arbitrário e superdimensionado, de resultados esporádicos e fora de contexto com que todo processo esteve envolvido, resultando praticamente em custos insustentáveis e deficitários para muitos países, operados fora de qualquer dimensionamento econômico, conforme as capacidades do mercado – interno e externo – passível de absorver a produção, e se descuidando especialmente da necessária produtividade na agricultura, como a base da própria operatividade do sistema industrial implantado. Assim, todo esse processo se insere em decisões que não se coadunam com uma racionalidade impessoal que, de forma calculada, planeja a construção de seu futuro conforme diretrizes previamente traçadas e a serem seguidas pelo conjunto social.

b) INTEGRAÇÃO ECONÔMICA: EUFORIA E VICISSITUDES

Especificamente no campo da integração, a idéia de integração econômica latino-americana iniciou-se na década de 1950, voltada para a integração dos esforços da região, a fim de responder a circunstâncias conjunturais, tanto de âmbito internacional quanto de ordem interna. Após a Segunda Guerra Mundial havia poucas expectativas em relação aos países latino-americanos; aqueles com maiores recursos sócio-econômicos haviam optado pela industrialização substitutiva – Argentina, Brasil, Chile, México etc. – que, com o declínio do processo, viram-se em dificuldades, uma vez que haviam depositado todas as esperanças e recursos – se comprometido com praticamente com todos seus recursos disponíveis – no

mesmo. Diante desse grave risco de não desenvolvimento regional, emerge debates em grupos minoritários – intelectuais e políticos – voltados para uma suposta “consciência latino-americana” subjacente às sociedades da região, e na valorização da interdependência regional ou ampliação dos marcos nacionais como forma solidária de atuação frente ao exterior.

Assim como a União Européia é vista por alguns como a realização nostálgica da unidade do Ocidente medieval cristão, a integração latino-americana é vista como uma certa reconciliação com a consciência histórica, apoiado-se recorrentemente e persistentemente nessa idéia; junto com a criação dos Estados, iniciou-se, então, a busca de uma integração política, cooperação com dimensão latino-americana, concepção solidário do espaço latino-americano, presente como objetivo constitucional em vários Estados, chegando mesmo a figurar como programa de partidos políticos, enfim, sinônimo de progresso da região, mas que até os anos 1950 não passou de um conceito meramente retórico.

De fato, a história comum dos países hispano-americanos da região, independentes desde 1821, deu forma a um sentimento de unidade que sempre renascia de tempos em tempos, ora em forma de uma só República Federativa, ora nas denominadas Províncias Unidas – sem o México –, e mesmo na Federação Centro-Americana, entre outros mais, inclusive para solucionar problemas comuns que atingiam Estados da região. Assim, a idéia e efetivação da criação de um Partido Unionista no início dos anos 1900, postulando a restauração federativa manteve viva essa consciência comum em função da proximidade geográfica cultural, social e política e que mais tarde materializou-se na criação da Confederação de Universidades Centro-Americanas (1948) ou pela Organização dos Estados Centro-Americanos (1951), ambas de curta existência.

Na América Central durante esses anos 1950, compreendeu-se pragmaticamente que a pequena dimensão geográfica de cada Estado – com seus problemas de insuficiência demografia e recursos naturais – era um obstáculo real ao crescimento econômico dos países. Assim, para vários Estados, a interpretação prática de sua realidade acerca da dimensão insuficiente de espaços, mercados e recursos, era uma justificação para a interdependência ou cooperação, mas igualmente para a integração como uma segunda melhor opção para a região.

Iniciam-se, então, os estudos para uma integração fundada numa união econômica regional, com o seguimento paralelo da integração de conteúdo eminentemente político em seu curso irregular, como resposta da região à conjuntura internacional do pós-guerra, com um duplo propósito, quais sejam, impulso ao desenvolvimento sócio-econômico da região e o fortalecimento do poder de negociação da América Latina frente às demais nações, especialmente as mais desenvolvidas – e pouco solidárias – na Europa e Estados Unidos. Se

nos anos 1930, a idéias sobre substituição de importações haviam arrebanhado os Estados da região, agora, nos anos 1950, junto àqueles que insistiam na política de industrialização para substituição de importações, a nova idéia era obter um concerto voltado para um maior grau de unificações da gestão de suas possibilidades materiais e de gestão institucional, para obterem, assim, uma melhor expectativa sócio-econômica para o futuro. Diante disso, há o início da instrumentalização teórica do processo, conforme toda doutrina já concebida, bem como a transferência das experiências similares de outro continente.

Não há dúvida que muitos fatores de ordem pragmática, histórica, cultural, geográfica, lingüística, entre outros fatores, concorreram para a busca da concretização da integração econômica latino-americana, ao lado da busca de sua integração política, assim como não há dúvidas que os argumentos prós e contras também são abundantes em fundamentações, dentro do debate público travado, especialmente entre as elites econômicas, políticas e intelectuais de cada nação. Dentre esse grupo de especialistas profissionais intelectuais, está aquele reunido na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão especializado vinculado à ONU, criado em 1948, que procurou efetivar a capacitação teórica e prática das sociedades latino-americanas em busca de sua integração econômica regional, voltada para incrementar o escasso comércio entre países vizinhos e fronteiriços da região.

A criação da CEPAL, esteve no bojo de um projeto maior da ONU, de criar comissões regionais pelo mundo, todos com o mesmo intuito. Em 1956, com a criação do Comitê de Comércio no âmbito da CEPAL, inicia-se uma fase de coordenação política de integração comercial onde, em 1957, na Conferência Econômica Interamericana, seus membros decidiram pela elaboração de um projeto para estabelecer de forma gradual e progressiva, mas de maneira multilateral e competitiva, um mercado comum latino-americano. Os instrumentos internacionais que foram firmados com esse objetivo, na região foram: (I) Tratado de Montevideu (Uruguai), de 1960, criando a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), com o objetivo de criar uma zona de livre comércio no território comum dos países membros, e que, em 1980, foi substituída pelo Segundo Tratado de Montevideu, extinguindo a ALALC e criando a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), voltada para atingir, de forma gradual e progressiva, um mercado comum latino-americano; (II) Tratado de Manágua (Nicarágua), de 1960, estabelecendo o Tratado Geral de Integração Econômica, com vistas à criação futura de um Mercado Comum Centro-Americano (MCCA); (III) Convênio de Saint John (Ilha Antigua), de 1968, que instituiu a Associação de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA); (IV) Convênio de Changuaramas (Trinidad e Tobago), de 1973, derivação e evolução do Convênio de Saint John, que instituiu a Comunidade do Caribe

(CARICOM), com objetivo de edificar um mercado comum; (V) Acordo de Cartagena, de 1969, que instituiu o Pacto do Grupo Andino (GRAN).

Junto a esse movimento integracionista de marco comercial, sucedia paralelamente outras ações de caráter multilateral na região que, se não eram contrapontos ou antagônicos com aqueles, sem dúvida criavam um protagonismo paralelo. Assim, dentro de um espírito pan-americanista, foi criado o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA), voltado para encontrar soluções coletivas para as necessidades e problemas dos Estados da região, e daí emerge a denominada Aliança para o Progresso, que tinha por objetivo entre outro, aplicar vinte bilhões de dólares norte-americanos na região, a fim de impulsionar seu desenvolvimento.

Também a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1959, foi outro exemplo de panamericanismo, cujo objetivo era acelerar o processo de desenvolvimento econômico, individual e coletivo, de seus países membros, que, a partir de 1976, aceitou a participação de alguns países europeus como seus sócios; em 1964, o BID criou e financiou em sua totalidade o Instituto para a Integração da América Latina (INTAL), com o intuito de aportar idéias e pesquisas, bem como pessoal tecnicamente especializado e capacitado para as necessidades do processo de integração.

Um documento Técnico-Governamental datado de 1965, elaborado por quatro economistas de prestígio continental – Felipe Herrera (BID), José Antonio Mayobre (CEPAL), Carlos Sanz de Santamaría (CIAP) e Raúl Prebisch (UNCTAD e CEPAL) – também se inclui entre as iniciativas paralelas à marcha da integração econômica na América Latina; apesar de ser sugestões voltadas para acelerar e consolidar a integração da região – uma recomposição de proposições, sem base jurídica nem estrutura institucional alguma – foi um documento influente durante certo período nas decisões determinantes das máximas autoridades latino-americanas, assimilando as sugestões ou proposições para a criação de um mercado comum latino-americano, como se fosse um autêntico programa normativo com vistas à efetivação da integração.

Outro movimento significativo, foi a Iniciativa para a Bacia do Caribe (ICC), que entrou em vigor em 1981, gestado pelo governo norte-americano e aceito por quase todos os Estados banhados pelas águas caribenhas; basicamente, a iniciativa permitia o livre acesso ao mercado norte-americano, de determinados produtos da região, até o ano de 1995, sem reciprocidade por parte dos países da CARICOM ou da América Central caribenha, além de

outras disposições de ordem financeira e tarifária alfandegária envolvendo o comércio e investimentos na região específica.

Assim, todas essas iniciativas paralelas, não podem ser consideradas como impulsionadoras nem complementares do processo integrador latino-americano, conforme acima assinalado – ALALC, ALADI, MCCA, GRAN, CARICOM –; em realidade se circunscreveram no âmbito da cooperação – financeira, técnica, teórica etc. – não significando um compromisso mais aprofundado de integração, mas que existiram e influíram, cada qual a seu modo, na busca da melhoria sócio-econômica – bem como política – dos países da região.

Em todos esses processos de integração econômica latino-americana, jamais os povos – especialmente todo conjunto da sociedade civil organizada – foram consultados para manifestar sua vontade sobre os compromissos – e a expectativa de futuros ganhos – assumidos. Tais processos sempre tiveram sua discussão circunscrita a uma parcela muito reduzida da população envolvida, com todos os prós e contras dos diferentes grupos de pressão, setores econômicos, grupos e associações profissionais etc. O debate sempre foi inconcluso e que foi perdendo sua razão de ser, à medida que, invariavelmente, a flexibilização e enfraquecimento intermitente do processo integrador acabavam se revelando ostensivamente a todos. Entretanto, é forçoso reconhecer que todos esses processos de integração já mencionados, avançaram em sua trajetória até os dias atuais, cada um conforme determinado grau de eficácia, inclusive com o surgimento de novas modalidades de integração fronteiriça na América Latina, como o Pacto Amazônico, Área de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA); a Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Assim, especificamente na América Latina, verifica-se que desde a década de 1950, a partir do surgimento do processo de integração européia, é que se buscam meios de se concretizar uma integração econômica latino-americana, mas é por volta dos anos 1960 que o tema de integração ingressa definitivamente na pauta dos programas de governo de diversos Estados da região, passando a estar mais fortemente presente nos debates de amplos setores acadêmicos e políticos. É nesse período que foram assinados os principais tratados de integração, foram fundadas várias instituições dedicadas à problemática integracionista e foram escritos vários livros e inúmeros artigos sobre a integração latino-americana. Mas essa euforia da época, sobre a temática e suas possibilidades de realizações concretas para as sociedades da região, esvaiu-se – desvaneceu-se –, tendo em vista que ela era motivada sem uma base sólida de conhecimentos sobre o assunto, conforme as especificidades culturais e

históricas latino-americanas, fazendo com que a idéia da integração regional ficasse restrita às instituições especializadas e aos especialistas da região. Será no final da década de 1980 que o tema retomará com destaque novamente dentro do meio acadêmico e político.

A criação da CEPAL no pós-guerra – 1948 – na América Latina, é um marco decisivo em direção à integração econômica. Nela foi concebida a teoria e ideologia do desenvolvimento da região, com Raúl Prebisch a figura de maior exponência do órgão da ONU, na concepção e desenvolvimento desse conjunto de idéias. Analisando a situação concreta do subdesenvolvimento da região, a CEPAL concebeu o pensamento desenvolvimentista, buscando fazer uma constante revisão da teoria econômica tradicional, conforme as peculiaridades apresentadas pela região latino-americana. Isso implicou em efetuar investigações mais precisas sobre o material empírico encontrado, a fim de formular um instrumental teórico e conceitual melhor e mais adequado para a realidade concreta da região. Daí os destaques para eventos econômicos como estrangulamento externo, deterioração dos termos de troca, crescimento para fora, crescimento para dentro, processo de substituição de importações, industrialização da região.

Do ponto de vista cepalino, a saída da situação de atraso estava em encontrar a forma de aumentar rapidamente as produções nacionais e elevar a eficiência da organização econômica latino-americana. Para isso, tinha-se que introduzir mudanças institucionais e deviam ser incorporados o progresso técnico e os altos índices de produtividade da indústria moderna. Isto não se podia levar adiante, como os fatos demonstravam, se se persistissem na política de industrialização fechada nos mercados nacionais e se o comércio exterior se limitasse a produtos primários. Era imprescindível expandir o comércio e estabelecer gradualmente uma estrutura diversificada de produção, cuja demanda ultrapassasse os limites dos mercados nacionais e tornasse possível, além disto, o aumento das correntes de importações. A integração regional emerge, dentro da concepção cepalina, como alternativa para essa situação de estancamento econômico, uma vez que a industrialização iria requerer amplos mercados, a fim de alcançar a produtividade – elevada – dos grandes centros industriais.

Para a CEPAL, a industrialização era o fundamento primeiro para o desenvolvimento; ela era necessária para substituir as importações, sem o qual o crescimento econômico da região não aconteceria. No início da década de 1960, o modelo de substituição de importações mostrava o seu esgotamento na maioria dos países da região, devido à inelasticidade dos mercados; nos países que possuíam um significativo mercado interno – Argentina, Brasil e México –, a industrialização avançava, revelando que a magnitude do mercado interno era,

portanto, condição imprescindível para a industrialização e crescimento econômico como um todo. O avanço do processo industrial iria requerer mercados maiores que os domésticos, uma vez que indústrias de tecnologia de ponta, bens de capital, e mesmo de produção intermediária, iriam requerer mercados maiores e em condições de comprar.

Assim, os fundamentos da proposta integracionista para a América Latina, segundo a CEPAL, estariam assentados em dois pontos importantes e interligados, quais sejam, a insistência na urgência em acelerar a industrialização, de acordo com a tese que, sem ela, o desenvolvimento econômico seria impossível, e de que o fator basicamente responsável pelos “atos falhos” da industrialização latino-americana não seria outro senão a própria limitação dos mercados nacionais a que essa industrialização se tem circunscrito. Assim, era urgente e imprescindível ampliar os mercados nacionais através da criação do mercado regional latino-americano, sob o argumento de que sem isto seria impossível desenvolver um complexo industrial dinâmico, capaz de produzir bens de capital e os bens intermediários que a América Latina necessitava.

Em 1959, na CEPAL, havia duas propostas voltadas para efetivar uma integração; de um lado, um grupo de especialistas em política comercial tinha uma proposta limitada a restrita a um pequeno número de Estados – mas de peso significativo para a economia da região, quais sejam, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai – e, de outro lado, a proposta do Grupo de Trabalho do Comitê de Comércio, buscando alternativas para alcançar a formação de um Mercado Comum. A Área de Livre Comércio proposta pelos quatro países do sul foi vitoriosa, angariando a adesão imediata de Bolívia, Paraguai e Peru. Na discussão da fórmula, em 1959, uma conferência intergovernamental entre os Estados interessados elaborou um “Proyecto de Tratado de Zona de Livre Comercio”. Em 1960, novas negociações foram travadas, agora com a incorporação do México no projeto, e foi firmado o tratado instituidor da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), criando uma zona de livre-comércio entre os seus signatários.

Também nos estudos desenvolvidos na CEPAL, a economia da América Central havia crescido durante a Segunda Guerra Mundial, beneficiado por estímulos norte-americanos e pela abertura do Canal do Panamá; entretanto, após o fim da guerra, o crescimento econômico da região foi insuficiente para erguer economias nacionais com um dinamismo estável e constante, mantendo essas economias em constante instabilidade. No início dos anos 1950, a CEPAL colocava para cinco economias nacionais – Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua – a integração como alternativa à sua realidade, e como uma necessidade inadiável, o que foi aceito pelos governos na época. Seria uma integração voltada

para desenvolver a produção agrícola e industrial e os sistemas de transporte em seus respectivos países, de forma a promover a integração de suas economias e a formação de mercados mais amplos, mediante o intercâmbio de seus produtos, a coordenação de seus planos de desenvolvimento e a criação de empresas em que todos ou alguns de tais países tivessem interesse. Assim, em 1952 foi formado o “Comité de Cooperación de los Ministros de Economía del Istmo Centroamericano”, e até o fim da década de 1950, a CEPAL, através do seu Comitê de Cooperação Econômica (CCE), assessorou e coordenou o programa integracionista dos referidos cinco países centro-americanos.

O programa de CEPAL, voltado para a integração centro-americana, foi cumprido conforme planejamento prévio, ou seja, voltado para não executar de forma imediata uma união econômica completa na América Central, mas uma integração limitada, acompanhada de uma política de reciprocidade comercial e industrial. Esse gradualismo e reciprocidade integrativa foram princípios e orientações incorporadas nos tratados e convênios internacionais elaborados no bojo do processo. Junto com o princípio do livre-comércio – que tinha primazia no processo –, o princípio da reciprocidade governou as ações desenvolvidas pelos Estados interessados nesse período.

Entretanto, a partir de 1959, tendo em vista os rumos e progresso alcançados pela integração centro-americana, os EUA passaram a adotar uma postura mais agressiva, no sentido de interferir nos rumos do mesmo, influenciando diretamente no programa de integração em curso – especialmente buscando a cooptação e desvio dos associados por via de sua política do dinheiro –, com posicionamentos contrários a muitos dos princípios defendidos pela CEPAL, e também sob o argumento de estabilizar politicamente e defender a área da ameaça comunista – afastando a influência da CEPAL na sub-região. Concretamente o que era desejado pelos EUA, era uma integração econômica de moldes clássicos, voltada para instituir um mercado comum na sub-região.

De fato, a ação política dos Estados Unidos foi vitoriosa no sentido de desviar os rumos da integração em curso. Assim, em 1960, El Salvador, Guatemala e Honduras, firmaram o Tratado de Associação Econômica, subvencionado com ajuda monetária norte-americana, instituindo uma associação econômica entre si, abandonando as concepções básicas elaboradas pela CEPAL, bem como o gradualismo do processo integrador. A partir dessa associação econômica, os princípios defendidos pelos EUA passaram a prevalecer abertamente na integração centro-americana, vale dizer, que os mercados regionais não deveriam “desviar”, mas “criar” comércio; que dentro de um prazo definido, dever-se-ia promover a eliminação de todos os obstáculos ao comércio intra-regional; que os programas

deveriam estar de acordo com as regras do GATT e com a liberalização mundial do comércio; que eles deveriam aumentar o grau de competição dentro da área; que além da liberdade de comércio, os programas deveriam, também, promover a livre circulação dos fatores de produção; e que o financiamento do comércio regional deveria ser estipulado em moedas convertíveis.

Para a realidade latino-americana da época, algumas condições não poderiam ser realizadas e eram situações que não correspondiam às reais necessidades das nações subdesenvolvidas. O programa que até então vinha sendo desenvolvido pela CEPAL baseava-se no princípio do gradualismo e na reciprocidade de benefícios, no controle e programação da política industrial e na formação de indústrias de integração. Os Estados Unidos, ao contrário, propunham o estabelecimento imediato e irrestrito do livre comércio, além de defenderem o princípio da livre competição absoluta e o máximo de liberdade para as inversões estrangeiras.

Já o Pacto Andino emerge do debate inacabado acerca da necessidade de um mercado comum latino-americano, apesar da existência da ALALC e MCCA. Em 1965, o presidente do Chile solicita a renomados diretores de quatro organismos internacionais latino-americanos – Felipe Herrera (BID), José Antonio Mayobre (CEPAL), Carlos Sanz de Santamaría (CIAP) e Raúl Prebisch (UNCTAD e CEPAL) – um informe, a ser dirigido posteriormente para os demais presidentes da região, com novas proposições para o processo de integração regional. O resultado do estudo foi a recomendação enfática para que se efetuasse a criação do Mercado Comum Latino-Americano. Esse documento teve muita repercussão na região, reacendendo os debates acadêmicos e políticos voltados para a criação – ou não – do referido mercado comum.

Em 1967, através da Declaração dos Presidentes dos Estados Americanos, fixou-se a intenção política de criar progressivamente o mercado comum latino-americano a partir de 1970, intenção essa que ficou apenas no plano retórico, mas que concretamente deu início à criação do Pacto Andino. Se em 1959/1960, as propostas e negociações no âmbito da CEPAL conduziam-se para um programa destinado a criar um mercado comum envolvendo toda América latina, mas que resultaram concretamente na ALALC e MCCA, é a partir da segunda metade da década de 1960 que a discussão toma novo vigor, mas que irá resultar, em 1969, no Acordo de Cartagena, ou Pacto Andino, novamente um acordo de caráter sub-regional.

Do ponto de vista econômico e político-ideológico, o Pacto Andino foi muito importante na história da integração regional latino-americana, uma vez que a amplitude e profundidade de suas proposições mais fundamentais ultrapassavam a idéia de um mercado

comum, indo muito além das experiências da ALALC e MCCA, e sofrendo os reflexos paradoxais – culturais – de um processo latino-americano de integração.

Assim, a CEPAL havia concebido a integração econômica latino-americana como instrumento de proteção às atividades industriais locais e como instrumento para promover o desenvolvimento econômico regional e, desta forma, com intuito de criar condições para que os países latino-americanos pudessem aumentar seu poder de competição com os centros hegemônicos, sobretudo com os Estados Unidos. Na prática, a ALALC e o MCCA acabaram adotando medidas e mecanismos tímidos nesse sentido, além de acabarem sendo envolvidos pela interferência dos Estados Unidos.

A partir de 1959, os Estados Unidos passaram a adotar uma política mais agressiva de ingerência no processo de integração da região, atividade que ganhou um impulso maior com a chamada “Aliança para o Progresso”, de 1961, uma proposta dos EUA para que os Estados americanos se unissem nessa aliança, e que foi lançada juntamente com a “Declaração aos Povos da América”, que estipulou como um de seus objetivos a aceleração da integração da América Latina, fortalecendo a ALALC e MCCA. Tal aliança para o progresso não levou a resultado algum, esvaziando-se, mas produzindo o efeito de facilitar a interferência dos EUA no processo de integração latino-americana, especialmente através da Agency for International Development (AID) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), órgãos através dos quais eles aumentaram sua capacidade de “intervenção branca” em toda América Latina, em vários setores.

4.2.4. O CONTEXTO DO MERCOSUL

O processo de integração do Cone Sul, o Mercosul, visa a constituição de um território econômico comum no Cone Sul; ele é a unificação dos mercados da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Trata-se de um processo cujo objetivo final é a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivo entre os países membros; há uma natureza política no processo – além da econômica – no sentido de aproximar os países do Cone Sul, especialmente Brasil e Argentina. Dessume-se do pensamento de Paulo Roberto de Almeida que aspectos relevantes estão se processando no âmbito dos países do Mercosul, como nos campos econômico e político, ressaltando que no âmbito da política externa ele se tornou o tema prioritário dos países envolvidos, representando a confirmação de um ideal integracionista do Cone Sul

latino-americano. Este processo está forçando um ajuste econômico e uma modernização tecnológica dos Estados-membros, e, assim, os esforços de modernização estão sendo estabelecidos para, no âmbito do Mercosul, os países se abrirem às condições da nova ordem econômica mundial. O Mercosul não escapa nem ao fenômeno da globalização nem da regionalização, ou seja, segue a conformação característica modelar dentro dessa nova ordem, voltada para o estabelecimento de blocos regionais de comércio preferencial. Ele também tem exigido das elites empresarias, e dos setores políticos dos países membros, esforços e surgimento de novas mentalidades para viabilizá-lo, sem considerar o fato de que ele é um bloco com poder considerável, dos quatro países, em escala mundial.

O Mercosul também deve se visto dentro do panorama global de transformações globais da economia. Assim, a partir da década de 1970 o ciclo de desenvolvimento mundial pós-guerra começou a se esgotar, especialmente através da elevação dos preços de petróleo – “choques” de 1973 e 1979 – espalhando a recessão pelo Planeta e elevando a inflação em todos os países do mundo, ricos ou pobres. A América Latina lançou-se ao endividamento – os bancos estavam com os excedentes monetários das rendas dos países exportadores de petróleo –, enquanto que os países industrializados mudavam a estrutura de seu modelo industrial conforme concebido até então, vale dizer, efetuaram uma revolução tecno-científica em suas indústrias, introduzindo a automatização e robotização em suas linhas de produção – que, além de reduzir a necessidade de mão-de-obra, aumentavam a produtividade industrial –, ao mesmo tempo em que passaram a utilizar, de forma menos intensiva, matéria-prima e energia para fabricar um produto. A informática, a biotecnologia, e a química fina desenvolveram mercadorias revolucionárias, utilizando mão-de-obra altamente especializada e novas matérias-primas, muitas das quais sintetizadas em laboratórios.

Essa revolução industrial, revolução técnica e científica aplicada aos processos industriais de produção de bens e produtos de consumo, provocou também um movimento de concentração e centralização de capitais, com as empresas transnacionais se movimentando para novas modalidades de fusão e integração, a fim de se tornarem mais competitivas – obterem maiores ganhos com essas associações – no mercado mundial. Sucedeu também que o custo de incorporação dessas novas tecnologias nos processos industriais implicava em altos valores – pois a pesquisa envolvia pesados investimentos para a descoberta dessas novas tecnologias –, aplicados a produtos que se tornavam rapidamente obsoletos, exigindo, portanto, para compensar esses elevados dispêndios, uma ampliação da escala dos mercados, com mega-corporações econômico-industriais liderando uma ampla integração do mercado mundial, diluindo os limites representados pelas barreiras nacionais. Nesse contexto, a

emergência de blocos regionais econômicos de integração, voltados para facilitar a circulação de bens, produtos, serviços e capitais, é expressão desse movimento em direção à ampliação de mercados no Planeta.

Os blocos regionais de integração econômica estão presentes nos cinco continentes, basicamente estruturados em torno das economias dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. Assim, dessas transformações estruturais da economia mundial, nas décadas de 1970 e 1980, outras conseqüências derivadas do processo são a globalização e a regionalização econômica; pela primeira, indica a tendência de se globalizar os mercados, estimulando os fluxos internacionais de mercadorias e investimentos, procurando a eliminação das barreiras à competição econômica – seja qual for sua dimensão, especialmente a financeira – no mercado mundial; pela segunda, busca-se a regionalização dos mercados, no sentido de se estipular barreiras entre os blocos regionais econômicos, buscando proteger a esfera de influência de cada uma das grandes zonas econômicas.

Essas duas tendências não são contraditórias ou excludentes: a regionalização é, em grande medida, um patamar da globalização. A ampliação dos mercados, consolidada no interior dos megablocos, visa ampliar a competitividade das empresas que concorrem no mercado internacional. Na América Latina, essa revolução técnica e científica aplicada aos processos industriais de produção, bem como a emergência dos blocos regionais de integração econômica, repercutiram diretamente nas suas economias internas, no sentido de o preço da mão-de-obra e a disponibilidade de matérias-primas deixaram de ser os atrativos para atrair investimentos na região, considerando os novos ramos industriais de tecnologia intensiva; o movimento da região foi no sentido de privatizar suas economias e reduzir as barreiras alfandegárias.

Assim, do ponto de vista econômico – que é a visão motora principal que movimenta a formação de blocos econômicos regionais – a integração regional é necessária, atualmente, por que mudanças recentes, processadas no âmbito do comércio mundial, estariam a constranger os Estados do Planeta em uma mesma direção, especialmente a globalização, a revolução tecnológica e os novos fatores de competitividade do diversos ramos econômicos. Após a Segunda Guerra Mundial, teria havido a intensificação cada vez maior da internacionalização de produção e dos mercados, fato que, alavancado pelo antigo GATT – atual OMC –, aumentou o fluxo de comércio mundial de forma sem precedente na história da humanidade, conforme diversos dados estatísticos medindo diferentes períodos poderiam atestar. Investimentos e mercado de capitais estariam se internacionalizando cada vez mais,

em detrimento dos mercados domésticos, principalmente nos países mais ricos; para os países pobres, nesse contexto, exportar significaria taxas maiores de crescimento.

A revolução tecnológica iniciada em meados na década de 1970 nos países mais adiantados economicamente e culturalmente, afetou dramaticamente a economia mundial a partir da década de 1980, através da microeletrônica conjugada com a informática e mecânica de precisão, provocando reestruturação de todas as atividades industriais e de serviços, bem como a estrutura das organizações sociais e mesmo o próprio comportamento humano. Mas foi com a conjugação da tecnologia da informação com as telecomunicações, e a redução dos custos de transportes – vele dizer, favorecimento da circulação de bens e serviços – que emergiu um novo padrão de relacionamento entre mercados nacionais e internacionais; fronteiras nacionais e distâncias deixaram de ser problemas. A globalização traduziu-se em redução dos custos de comunicações e de transportes, a convergência entre capacidades tecnológicas dos países desenvolvidos, a expansão das empresas multinacionais e o desenvolvimento do mercado internacional de capitais.

Diante disso, é uma economia altamente intensiva em conhecimentos tecnológicos que nasce desse processo, indicando que, agora, o que irá importar é indústria da microeletrônica, biotecnologia, telecomunicações, robôs, máquina e equipamentos, indústrias de novos materiais, aviação civil e computadores e *softwares*, em detrimento das indústrias e economia tradicional em vigor até a década de 1980. O movimento internacional da economia reestrutura a economia doméstica, especialmente considerando a busca da máxima rentabilidade nos negócios, favorecido pela agora facilitada locomoção de empreendimentos no Planeta, disputando regimes fiscais e monetários vantajosos, e que acabou tornando as economias locais – nacionais – facilmente substituíveis, literalmente. As vantagens comparativas buscadas pelas empresas hoje seriam de outra ordem, vale dizer, o quanto podem se beneficiar – dentro da nova ordem econômica em ebulição – sistemicamente. Assim, a regionalização emerge dentro desse quadro de mudanças da economia mundial, procurando administrar o comércio dentro do bloco, e do bloco com os demais países, bem como com os diferentes outros blocos no mundo.

Com a entrada do GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio –, hoje OMC, procurou-se regular as normas do comércio mundial, com sua política multilateral voltada para resolver negociadamente os conflitos comerciais entre seus parceiros e reduzir as tarifas de comércio internacional. Não se pode desconhecer que, apesar das crises e das burlas aos seus princípios, e os efeitos pragmáticos negativos da nova onda de globalização econômica sobre os mecanismos do antigo GATT, hoje esse organismo internacional está novamente

fortalecido. Entretanto a globalização da década de 1980, apesar do GATT, provocou o movimento da harmonização das diferenças nacionais – a busca da integração – e o movimento da administração do comércio – em busca de medidas protecionistas de conteúdo nacional. Diante disso, a formação dos blocos regionais de comércio seria a resposta que se apresenta como inevitável em função das pressões do novo movimento econômico mundial, e que terão de conviver com os princípios da OMC; a integração regional seria também a alternativa para gestão dos conflitos e da interdependência emergentes de processo multilaterais como a da OMC.

Do ponto de vista dos países pobres ou em desenvolvimento, a partir da década de 1970 eles se viram diante de um mundo cuja ordem econômica se alterava, com a revolução tecnológica em curso, e uma reestruturação internacional do trabalho que incidia diretamente no campo social; o capital, as indústrias, os negócios, passaram a procurar baixos salários, paraísos fiscais ou nações que tinham uma política fiscal facilitadora, bem como nações com legislação trabalhista e ambiental deficiente. O fato é que meios de transportes mais baratos e eficientes permitiram favoravelmente essa transferência ou mobilidade de negócios de um país desenvolvido para outro menos desenvolvido ou pobre.

Ásia, África e América Latina passam a se alvos preferenciais das grandes corporações econômicas mundiais, e isso irá provocar problemas sociais dentro dos países desenvolvidos. A emergência de novos países industriais – dentro dessa conjuntura – no denominado Terceiro Mundo, irá revelar a concentração de renda em níveis elevadíssimos, poluição em níveis impressionantes, salários médios baixíssimos, entre outros. A periferia mundial desse sistema econômico capitalista sofreu desigualmente a crise e reestruturação desse sistema, conforme suas conjunturas e especificidades nacionais, e regionais. O continente africano, pode-se afirmar, regrediu economicamente na década de 1980; muitos países da Ásia, África e América Latina vêm em curso um processo de decomposição completa de suas estruturas sociais. A criminalidade e explosões sociais acentuaram-se na periferia, uma vez que se viram na situação sócio-econômica insuportável de serem hipoconsumidores de bens e produtos – abaixo já do mínimo que vinham se submetendo. Emergem, também, com muita força, os grupos e cartéis criminosos em muitos países periféricos desse sistema econômico.

O Mercosul emerge da aproximação geopolítica entre Argentina e Brasil – duas nações historicamente concorrentes pela primazia ou predomínio geo-estratégico na região –, através dos acordos prévios de cooperação econômica bilateral, firmados pelos dois Estados. Não há dúvida que essa cooperação diplomática e econômica somente se deu após a

redemocratização política dos dois países. Mas não foi apenas a redemocratização que contribuiu para arrefecer a competição entre os dois países; também a longa crise econômica que se abateu sobre os dois rivais, bem como a emergência dos megabloco de integração econômica regional – com a diminuição da tensão do conflito Leste-Oeste –, acabaram impondo como prioridade da agenda externa dos dois Estados a idéia da cooperação econômica conjunta. Assim, em novembro de 1985, num encontro da cidade de Foz do Iguaçu, os presidentes dos dois países instituíram a Ata de Iguaçu, uma declaração de intenções políticas e que preparou os empreendimentos práticos da integração.

Em julho de 1986 é assinado o Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina (PICE), ultrapassando a tradição retórica da época da ALALC, uma vez que o programa baseava-se no conceito de uma integração gradual e flexível, assentada sobre acordos específicos por setores industriais. No seu cerne, estava o projeto de ampliação da competitividade internacional das duas economias, através da dilatação da escala dos mercados. Em 1998, Argentina e Brasil firmaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que fixou um prazo de dez anos para a instituição de um mercado comum entre os dois países. Nesse novo tratado, a estratégia a ser seguida envolveria uma progressiva união aduaneira, com a redução das taxas alfandegárias até a total eliminação dos obstáculos às trocas bilaterais e à formação de uma zona de livre comércio. Mas tarde se passaria ao mercado comum, no qual se contemplava também a livre circulação de capitais e mão-de-obra e, portanto, a coordenação de políticas econômicas internas dos parceiros.

Em julho de 1990, os novos governos dos dois países decidiram acelerar o processo de integração, estabelecendo a antecipação do mercado comum para dezembro de 1994, fazendo entrar em vigor o Acordo de Complementação Econômica n. 14 (ACE-14), determinando a redução gradual das tarifas alfandegárias, até a sua completa extinção. O enfoque adotado, prevendo uma redução linear das tarifas alfandegárias para todos os produtos, representou uma mudança significativa na rota prevista pelo PICE. Coerentes com a orientação neoliberal, os dois governos abandonaram a idéia de acordos setoriais, vinculados à situação específica dos ramos produtivos de cada país, preferindo reforçar a abertura dos mercados e a livre competição entre as empresas envolvidas.

Assim, foi dentro desse enfoque e contexto que emergiu o Mercosul, através do Tratado de Assunção, firmado em março de 1991, com a adesão do Paraguai e Uruguai, tratado esse que se vincula juridicamente, de maneira formal e substancial, com o Tratado de Montevidéu de 1980, que instituiu a ALADI – em substituição à ALALC, tendo também Argentina e Brasil como signatários –, subordinado-se ao que previa este último tratado,

notadamente naquilo que era permitido como acordos parciais. No Mercosul, estabeleceu-se que o poder de decisão é reservado totalmente aos governos nacionais, dentro dos moldes tradicionais de organizações internacionais de cooperação, com o respeito total à soberania dos Estados-membros; ele é produto de um conjunto de acordos bilaterais entre Argentina e Brasil, países que representam o eixo de ligação e movimentação da integração do Cone Sul.

4.2.5. O CONTRIBUTO DO PENSAMENTO MARXISTA PARA COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA DA AMÉRICA LATINA

Se a busca da melhoria sócio-econômica da região era o objetivo direto e indireto de tais ações político-econômicas internacionais, o fato é que objetivamente esse conjunto de eventos provocou efeitos sociais, políticos e econômicos diversos do que se pretendia originariamente. Assim, as preocupações do pensamento econômico se debruçaram preferencialmente sobre os processos de industrialização – os seus sucessos e fracassos –, bem como as freqüentes crises econômicas que se abateram sobre as nações do continente latino-americano, e que tanto podem ser consideradas – crises – já como parte integrante – quase que naturalizada – da trajetória histórica formativa das sociedades da região. Pode-se constatar que a história sócio-econômica da América Latina é de uma dependência que parece ser praticamente invencível e inescapável. A América Latina é membro cativo da periferia da economia mundial, daquele grupo – não seletivo – de países subdesenvolvidos, ou, dentro das novas nomenclaturas vigentes, talvez países em desenvolvimento.

As suas contradições sócio-econômicas estão assentadas já de forma naturalizada, consagradas tranqüilamente na mídia, academia, política, enfim, no dia-a-dia inescapável de todas as gentes latino-americanas – sem exceção – diante de si própria e da alteridade que o cerca. Se em discurso, tudo é dito e feito para vencer um certo atraso econômico da região, serão as circunstâncias objetivas que pronunciarão outras verdades que merecem ser reveladas, a fim de comparar-se os desideratos com os resultados concretos alcançados. Para compreender melhor teoricamente as relações internacionais que estiveram envolvidos os Estados da América Latina – com os seus efeitos sócio-político-econômicos internos –, talvez nenhuma outra teoria conseguiu explicar melhor suas circunstâncias, constrangimentos e

determinações, do que os estudos marxistas aplicados à região, que se constitui uma teoria válida para esclarecer o destino que lhe foi reservado perante o Planeta.

Assim, a aplicação do marxismo na interpretação das relações internacionais nos anos 1970 e 1980, conseguiu explicar melhor o funcionamento do mecanismo de subdesenvolvimento a que estavam submetidos grande parte dos países do mundo, inseridos dentro de uma estrutura internacional de exploração econômica entre países – mesmo que desconhecida em sua integralidade e em seus detalhes de funcionamento –, marcados conforme os interesses dos Estados mais desenvolvidos. De fato, a partir da década de 1980, os conceitos marxistas passaram a ser aplicados fecundamente, dentro dos escritos da economia política internacional, para analisar as causas e as conseqüências de um mercado cada vez mais internacionalizado e das novas formas que ele estava assumindo, revelando tais estudos que o pensamento marxista, no âmbito das relações internacionais, possui seu grau de contributo para a devida compreensão multifocal dos problemas que ocorrem nessa esfera.

Na América Latina, o marxismo é introduzido em final do século XIX, e permitiu a construção de um vigoroso conjunto de estudos críticos, revelando mais concretamente as injunções internas e externas que a região estava submetida, permitindo compreender melhor aspectos sócio-econômicos da formação civilizacional da região. Assim, um dos estudos e estudiosos mais significativos dessa corrente, Florestan Fernandes, assinalou que as nações latino-americanas formaram-se à sombra – produto direto – da expansão civilizacional européia, dentro de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático, e essa condição inicial acabou acompanhando toda sua trajetória histórica como um destino inescapável para todas as nações da região, adquirindo uma forma mais complexa de dependência após o fim do seu período de independência.

A razão principal para permanecerem praticamente em sua condição de colônias dependentes dos grandes centros desenvolvidos seria a evolução do capitalismo e a incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas. Assim, os países ficaram submetidos a diferentes padrões de dominação externa, conforme a natureza do capitalismo da Europa e dos Estados Unidos e, aliado a isso, constata-se, também, que uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados.

Em conseqüência, a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida. Por isso, a integração nacional – desenvolvimento autônomo econômico, sócio-cultural e político –

tornou-se impossível dentro dessas circunstâncias, fazendo com que interesses particularistas de camadas privilegiadas fossem assimilados como interesses do próprio conjunto da nação, vinculando, assim, o destino nacional com as injunções ou interesses de ordem internacionais. Anota-se que a docilidade dos interesses privados latino-americanos em relação ao controle externo não constitui tão somente uma estratégia econômica; tratou-se de um componente dinâmico de uma tradição colonial de subserviência, baseada em fins econômicos, mas também na cegueira nacional, até certo ponto estimulada e controlada a partir de fora.

As formas básicas de dominação externa e dependência da região seguem basicamente quatro sistemas históricos – com seus requisitos econômicos, culturais, e políticos –, quais sejam, em primeiro lugar, o antigo sistema colonial, onde os colonizadores eram submetidos à vontade e ao poder das coroas espanholas e portuguesas, sendo que, por isso, deviam, como vassallos, obediência e lealdade. A ordem social estabelecida era montada de tal forma a manter e preservar os interesses das coroas e dos colonizadores, conforme os fins que uniam as duas classes de protagonistas. Na prática, esse tipo de dominação colonial resultou numa exploração ilimitada, em todos os níveis de existência humana e da produção, para o benefício das coroas e dos colonizadores.

Em segundo lugar, fruto da desagregação do antigo sistema colonial, emerge um novo padrão de dominação ditado por nações européias que conquistam o controle dos negócios de exportação e importação na América Latina – especialmente a Inglaterra –, interessadas mais no comércio que na produção local. Entre as últimas décadas do século XVIII, e as primeiras décadas do século XIX, sem exercerem um poder imperial sobre as colônias latino-americanas, essas potências européias ocuparam o espaço econômico deixado pela crise ou desagregação do antigo sistema colonial, aproveitando-se da estrutura econômica de produção já construída e em funcionamento, ao mesmo tempo em que viam nessas colônias a ausência de produtos de alto valor agregado e um mercado consumidor relativamente amplo, justificando o seu domínio estratégico nas esferas comerciais e financeiras, a fim de lucrarem nesse circuito. Inicia-se, assim, a instituição de mercados capitalistas modernos, assentados nos grandes centros urbanos das colônias. Foi um período de dominação sócio-econômica externa por via indireta, enfim, um neo-colonialismo financeiro e comercial ditado por outras potências econômicas européias emergentes, diversas de Portugal e Espanha. A dominação externa era uma realidade concreta e permanente, a despeito do seu caráter como processo puramente econômico. Os efeitos estruturais e históricos dessa dominação foram agravados pelo fato de que os novos controles desempenhavam uma função reconhecida: a manutenção do *status quo ante* da economia, com o apoio e cumplicidade das “classes exportadoras” – os

produtores rurais – e os seus agentes ou os comerciantes urbanos. O esforço necessário para alterar toda infra-estrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial.

Em terceiro lugar, após a reorganização da economia mundial, através da revolução industrial na Europa – cujo neo-colonialismo latino-americano contribuiu, como fonte de acumulação de capital nos países europeus, por sua vez, dando origem a diversos mercados nacionais na Europa e América Latina, que impulsionaram e realimentaram o processo industrial naquele continente –, emerge um outro tipo de dominação externa na América Latina. As transformações do capitalismo na Europa provocaram novas formas de articulação das economias periféricas da América Latina, na direção dos dinamismos das economias capitalistas centrais. Uma fase onde as influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural, conforme ditado pela ideologia econômica liberal-capitalista. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina. O controle financeiro das economias locais tornou-se complexo e profundo, e feito de tal forma que as economias dependentes foram transformadas em mercadorias, negociáveis à distância, sob condições seguras e ultra-lucrativas. Concretamente, esse novo padrão de dominação imperialista novamente atuou no sentido de condicionar e reforçar as estruturas econômicas já arcaicas e presentes nas diferentes nações da região, fundamentalmente necessárias para preservar o tradicional esquema da exportação-importação, baseado na produção de matérias-primas e bens primários.

Em quarto lugar, a partir da expansão das grandes empresas corporativas multinacionais nos países latino-americanos, emerge outra forma de dominação externa na região. Atuando nas esferas comerciais, de serviços, financeiras, nos campos da indústria leve e pesada, essas empresas trouxeram à região um novo estilo de organização, de produção e de *marketing*, com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. Elas representam o capitalismo corporativo ou monopolista, e se apoderaram das posições de liderança – através de mecanismos financeiros por *associação* com sócios locais, por corrupção, pressão ou outros meios – ocupadas anteriormente pelas empresas nativas e por seus *policy makers*.

Nesse novo tipo de dominação e de correspondente dependência, verifica-se que essa tendência envolve um controle externo simétrico ao antigo sistema colonial, mas agora dentro das condições e considerando um moderno mercado capitalista mundial, da tecnologia avançada, e da dominação externa compartilhada por diferentes nações, correspondendo a um processo de imperialismo total, e não restrito como o imperialismo anterior. Esse imperialismo total organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da vida política nacional etc.; mas também se verifica que tal tipo de dominação demonstra que mesmo os mais avançados países latino-americanos ressentem-se da falta dos requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas, uma vez que é sempre pessoal estrangeiro – como sucedeu em toda história latino-americana – que, na prática concreta, quem implementa as mudanças – transplantação maciça de tecnologia e de instituições, suprimento externo de capital e de controle financeiro. Todo processo para a autonomia industrial e econômica da região tem em fatores externos o seu controle efetivo; a ilusão de uma revolução industrial liderada pela burguesia nacional foi destruída, conjuntamente com os papéis econômicos, culturais e políticos estratégicos das elites no poder latino-americanas.

A dominação externa, em todas as suas formas, produz uma especialização geral das nações como fontes de excedentes econômicos e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas. As transições de um tipo de economia para outra, ou de um tipo de capitalismo para outro, produz invariavelmente na região algumas realidades estruturais diversas. Primeiro, a concentração de renda, bem como do prestígio social e do poder, nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa. Segundo, a coexistências de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes “épocas históricas”, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda economia, como uma base para exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio social, e do poder – o que implica a existência permanente de uma exploração pré ou extracapitalista, descrita por alguns autores como “colonialismo interno”. Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema –

essa exclusão variava, em 1964, de um quarto até a metade ou três quartos da população, conforme os países.

Assim, a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história – parte integrante – do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. O próprio surgimento da América Latina é dentro do sistema capitalista em gestação na Europa, em sua fase de expansão mercantilista. Com a posterior decadência dos países ibéricos, as demais potências européias emergentes passam a disputar entre si a hegemonia sobre a região, e será especialmente a Inglaterra que acabará impondo seu predomínio, controle e exploração das riquezas da região – é a fase do capitalismo comercial. Com a afirmação da fase do capitalista industrial na Europa – destacadamente a Inglaterra –, é que a região latino-americana passa a participar mais ativamente no mercado mundial, produzindo matérias-primas e consumindo parte da produção manufaturada leve européia; essa é também – não sem coincidência – a fase da independência das colônias ibero-americanas das suas centenárias metrópoles. Inicia-se a integração dinâmica dos novos países no mercado mundial por via de dois caminhos – obedecendo as reais capacidades de cada qual em imergir nessa integração –, quais sejam, num primeiro momento, por via dos países que já apresentavam uma certa infra-estrutura econômica, estrutura essa desenvolvida durante a fase colonial de sua existência – Brasil, Chile e Argentina – e que a aproveitam para incrementar o comércio com a Europa, importando bens de consumo não duráveis e iniciando obras de infra-estrutura, e socorrendo-se a empréstimos com a Inglaterra quando necessário.

No último quartel do século XIX, sucedem significativas transformações no capitalismo internacional, emergindo novas potências econômicas, especialmente Alemanha e Estados Unidos, que passam a agir com uma política própria na região, muitas delas contrárias aos interesses britânicos, sendo que os Estados Unidos passam a atuar fortemente no campo do comércio. Nos países centrais, aumenta o desenvolvimento da indústria pesada e a tecnologia correspondente, e a economia se orienta para uma maior concentração das unidades produtivas, dando lugar ao surgimento dos monopólios, sendo que o capital acumulado volta-se para além das fronteiras nacionais, retornando com um lucro que aumenta ainda mais a sua concentração, realimentando o processo de expansão imperialista. O crescimento da economia dos países latino-americanos, no período, corresponde também ao aprofundamento de sua dependência em relação aos países industrializados. O principal setor de exportação é controlado pelo capital estrangeiro, sendo que às classes dominantes internas desses países fica reservado o controle de atividades secundárias de exportação ou a exploração do mercado interno; considerando que nesses países dependentes a sua economia

depende diretamente da relação exportação-importação, o controle externo que incide sobre essa equação volta-se de forma desfavorável aos latino-americanos, uma vez que os excedentes dificilmente serão aplicados nos setores internos mais rentáveis da economia, que farão o país alcançar uma autonomia decisória econômica.

Nota-se que nos países que ficaram praticamente dependentes de forma completa do capital estrangeiro em suas atividades exportadoras, nem mesmo se desenvolveu uma indústria leve, voltada para atender o seu mercado interno, exigindo sempre mais a importação de produtos. Deste modo, com maior ou menor grau de dependência, a economia que se desenvolve nos países latino-americanos, durante todo o século XIX e nas primeiras décadas do século XX, é uma economia exportadora, especializada na produção de alguns bens primários. Nesse contexto, a superexploração do trabalho constitui assim o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial. Emerge uma luta interna de elites – agrária, comercial e industrial – pelos limitados capitais disponíveis para cada atividade, e dessa luta contra a elite agrária e comercial, e contra o assédio do capital estrangeiro, a política da elite industrial sucumbiu e fracassou, fundamentalmente porque a indústria não pôde superar os condicionamentos impostos pelo setor externo.

Essencialmente voltada para o atendimento da demanda das classes mais abastadas e ricas da região, bem como utilizando a tecnologia importada dos grandes centros, que dispensava o uso abundante da mão-de-obra, essa indústria tinha diante de si um mercado reduzido e procurava compensar os ganhos que não tinham na relação preço-salário, vale dizer, salários baixos e preços altos – inflação. Para vencer essa situação e poder implantar uma indústria pesada, é lançada mão de medidas imediatas e de curto prazo, voltadas para ampliar a escala de mercado, acelerar a transferência dos excedentes das exportações para o setor industrial, e aproveitando-se da oferta mundial de maquinarias e equipamentos.

Para poder importar tais equipamentos e bens intermediários, é feito um acordo com a elite agro-mercantil, a fim de levantar as divisas necessárias, mas descarregando sobre as massas trabalhadoras da cidade e do campo o esforço de capitalização, com o que reafirma uma vez mais o princípio fundamental do subdesenvolvimento, ou seja, a superexploração do trabalho. Resulta disso a inflação, as políticas de estabilização, a renúncia da reforma agrária, o abandono das reformas de base e das políticas de redistribuição de renda, enfim, abandono das bases discursivas do populismo e, principalmente, a renúncia em levar adiante uma política de desenvolvimento autônomo.

Nos anos 1950, do pós-guerra, o quadro econômico mundial era desfavorável às exportações dos países subdesenvolvidos, bem como havia dificuldades em importar, mas com uma presença de abundante capital estrangeiro à disposição. As companhias estrangeiras, com seus equipamentos e maquinários obsoletos e não amortizados nas metrópoles, mesmo assim era um progresso – em níveis tecnológicos – que não havia no parque industrial da região. Os referidos capitais ingressaram em forma de investimentos diretos e associações; para o investidor estrangeiro, o produto final era similar ao produzido na metrópole e com preço competitivo – mesmo frente ao produzido na metrópole com maquinário tecnologicamente mais moderno –, devido aos baixos salários praticados na América Latina; para o empresário local, o equipamento importado – apesar de tecnologia inferior – permitia ganhos significativos frente ao que ele vinha obtendo com outros maquinários de tecnologia mais obsoleta ainda.

Ao ingressar nesse circuito de produção industrial, a elite industrial local abandona o ideal de desenvolvimento econômico autônomo, para se integrar com mais força aos capitais estrangeiros – e as suas condicionantes –, dando lugar a um novo tipo de dependência, muito mais radical que a anterior. A associação de capitais desnacionaliza por completo a elite empresarial local, acentua a dispensa de mão-de-obra e consolida a prática abusiva de preços – segundo custos de empresas tecnologicamente mais atrasadas – como meio de compensar a redução de mercado consumidor interno. As elites industriais se separam das massas populares, inicia-se a queda dos regimes liberais-democráticos e emergem as ditaduras tecnocrático-militares, com o recrudescimento do papel dirigista do Estado e o aumento considerável dos gastos militares, e uma oferta industrial que não está assentada na expansão do consumo popular.

Na América Latina formam-se ilhas de relativo desenvolvimento industrial e urbano, cercadas por grandes áreas rurais, sendo que aos países centrais são reservadas – hierarquicamente – as etapas mais avançadas dos processos de produção econômica, bem como o controle das tecnologias correspondentes, e aos países latino-americanos algumas etapas inferiores do processo de produção; entretanto, além disso, entre os países latino-americanos, são também estabelecidos níveis ou hierarquias entre si, segundo os ramos de produção que desenvolveram ou estão em condições de desenvolver, e se nega aos demais o acesso a estes tipos de produção, convertendo-os em simples mercados consumidores. Assim, a força ou violência contra as massas se torna necessário, em caso de resistências, para executar os ajustes sócio-econômicos estruturais necessários para por em andamento a ordem

econômica e, em sendo o caso, para reprimir tanto as aspirações de progresso material como os movimentos de reformulação política, produzidos pela ação das massas.

E desta forma, a América Latina renova sua sina de se integrar dependentemente no sistema econômico mundial de economia capitalista. De fato, tudo indica – pelo conjunto de circunstância e contextos e conjunturas específicas – que o subdesenvolvimento deve ser reconhecido em sua historicidade, e para melhor compreendê-lo deve ser assinalado as características estruturais das economias subdesenvolvidas, e a maneira como as mesmas se vincularam historicamente ao mercado mundial, bem como de que forma se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que, no plano político-social, existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários. Assim, a dependência da situação de subdesenvolvimento é uma forma social de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômica aparecem como produtores ou como consumidores, e no caso extremo, as decisões sobre produção e consumo são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas.

4.2.6. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Quando são analisados os processos de integração latino-americanos em geral, não deixa de transparecer que eles invariavelmente chegam a uma encruzilhada difícil de ser transposta, anunciando simplesmente o seu final, apenas não se concretizando integralmente o vaticínio pelo fato de que subsistem seus órgãos institucionais a lembrar que as idéias que os impulsionaram estão moribundas. De fato, pensamentos elevados voltados para a integração do continente latino-americano, parecem carecer de uma vitalidade que os encaminhem a um melhor destino, caindo no vazio, diante dos elementos materiais e culturais dissociadores que os perseguem. É fato que os processos de integração perseguidos, se tinham o nobre motivo voltado para melhorar efetivamente as condições existenciais sócio-econômicas dos povos envolvidos – da totalidade dele e não apenas de uma parcela privilegiada –, de fato a sua

discussão se circunscreveu a uma elite local, não deixando de se estender além-fronteiras, revelando que a integração na região sempre foi um assunto restrito e reservado a poucos, aliado a interesses – legítimos ou não – e influências externas.

Aspecto relevante a ser considerado para as particularidades da região é que a oposição a um determinado processo em curso não se dá de forma manifesta e explícita, mas por indiferença e inapetência. O fato concreto é que a organização político-institucional dos Estados da região, após a sua independência, veio através de fórmulas prontas e acabadas – a serem implantadas e aplicadas diretamente – provindas de outras realidades culturais e históricas, estas últimas mais adaptadas, portanto, aos próprios mecanismos institucionais que erigiram para si enquanto coletividades históricas que constroem a solução de seus problemas sócio-político-econômicos, vale dizer, que vivem culturalmente as decisões voltadas para solução de seus problemas sociais.

Na América Latina, o constitucionalismo – jurídico e político – ficou marcado factualmente, em nascença, pela outorga dos atos de soberania a um protagonista ou grupo de elite, que segregava outros grupos de elite ou outras regiões partes do mesmo território. Uma Constituição, um governo – débil que fosse –, e um povo que sempre foi expressado por uma realidade sócio-econômica com muitos problemas, permitiam afirmar perante o mundo que uma nova nação emergia como ator soberano, como todas as demais existentes até então. Pouco mais de um século depois essas nações se depararam mais concretamente com a realidade que já existia implicitamente desde o descobrimento da América, qual seja, a de que o campo dos negócios e da economia não respeita fronteiras, muito menos as estabelecidas formalmente numa Constituição ideologicamente estatuída.

O mundo econômico é o mundo das transações e dos lucros, e ambas tendem a não considerar fatores ideológicos, fronteiriços, lealdades, sociais etc., para cumprir um destino inescapavelmente seu, e centrado em si mesmo, qual seja, mais transações em busca de mais lucros. E o comportamento médio da América Latina, diante dessas circunstâncias tem se revelado como crise de imaginação e falta de poder criativo para enfrentar as vicissitudes que a economia mundial impõe, e não considerar apenas a vantagens e lucros.

De forma geral, as atitudes das elites – partidos políticos, academia, organizações intelectuais e sindicais, etc. – frente ao processo de integração são respostas de ordem ideológica e pragmática. A idéia em si não recebe muita oposição, entretanto grande é a ignorância que recai sobre o que seria seu conteúdo e do que poderia ser o benefício final a ser alcançado pela integração, daí um misto de passividade e desconfiança em relação à idéia e a inviabilidade de sua concretização. Sendo um fenômeno burilado ou gerido por poucos, é

natural que a maioria do povo fique alheia ao processo, com ignorância maior ainda sobre o que está sucedendo a si e à nação uma vez deflagrada a integração regional.

Para o povo – e evidentemente para as elites envolvidas –, os resultados acabam tornando-se mais claros a partir do momento em que sobrevêm as crises econômicas internas a cada um dos países associados, como a queda nas exportações, o declínio do comércio intra-regional, o estancamento da economia, o endividamento externo vertiginoso, o recrudescimento da dependência – ou vulnerabilidade – do país a eventos externos, enfim, tudo contribuindo, desta forma, para angariar o pessimismo de todos, e o que é mais notável, justamente no momento crucial em que os órgãos instituídos para gerir a integração são verdadeiramente solicitados para provar toda força, mostrar a que veio e dar certeza ao processo em curso; essa prova de fogo tem na história a demonstração da reprovação ou fracasso do processo como um todo.

Se a causa imediata da integração repousa numa crise econômica mundial que fazem ver a todos que existe a necessidade de atuarem conjuntamente para enfrentar o problema, paradoxalmente os laços de os uniam associativamente não sobrevive ao curso do tempo, quando uma crise se instala dentro do processo de integração – tudo indicando que será assim até o próximo evento mundial crítico que os impulsiona novamente a resgatar as idéias integrativas regionais. Um dos indicadores dessa postura que se revela muito imediatista e de curto alcance, frente aos ambiciosos objetivos que uma integração econômica internacional regional intenta alcançar, é o fato de que os países da região atuam marcadamente de forma individual e egoística quando podem, sem foco efetivo sobre quem eles devem mirar para identificar como seu inimigo ou adversário comum, e sobre o que eles devem apontar para identificar como trincheiras e contra-reações que os permitam se proteger e contrapor aos problemas que os afligem de forma comum.

Assim, ao não procederem solidariamente, reduzem sua visão a problemas de imposições e limitações ao comércio mundial, deixando de lado, de forma deliberada, os problemas internos que poderiam ser enfrentados, bem como a unidade com os países latino-americanos, como uma forma de substituir os suplicatórios pela ação positiva, afirmativa, concreta em favor da conquista própria de um espaço autônomo social e econômico no mundo. O espírito competitivo – nesse caso destrutivo – entre as nações latino-americanas, buscando, cada qual, alcançar sua auto-suficiência e soluções próprias para os problemas que atingem a todos, é uma marca peculiar da história e formação dessas sociedades, e enquanto o Norte desenvolvido se une para continuar se desenvolvendo, a região se esmera em permitir todas as vantagens aos seus concorrentes mundiais.

Principiar a reconhecer o processo de integração como um movimento muito maior que apenas mais comércio, e que possui uma dimensão política mais ampla que a conveniência econômico-comercial abrangendo mais de uma sociedade por inteiro, é um desafio que se impõe nos processos de integração latino-americanos em curso, uma vez que, entre outros, parece ser pedir muito ao setor empresarial em geral, que sempre demonstrou tão pouca audácia e independência na condução de seus próprios negócios, que adote os riscos de ter de competir com outros componentes em um mercado ampliado. A ALALC, por exemplo, fracassou porque as dificuldades políticas e mentalidades – desintegrativa – dos administradores foram superiores às necessidades voltadas para alcançar, mesmo que superficialmente, a idéia de solidariedade latino-americana. De modo geral, as crises dos processos de integração podem ser atribuídos a partir de: (I) situações críticas no desenvolvimento dos países; (II) declínio do comércio exterior e maior incidência dos serviços financeiros da dívida, que provocaram o estrangulamento do setor externo; (III) situação política da região e o predomínio de fatores geopolíticos; (IV) afrouxamento do afeto – sentimento – societário; (V) fracassos de projetos ao limitá-los a simples intercâmbios comerciais; (VI) defeito de instituições sem condições suficientes para auto-impulsionar o avanço da política integrativa; (VII) falta de uma ação ao nível político dos países; (VIII) desinteresse dos setores populares fundado na limitação do modelo; (IX) transnacionalização crescente das economias periféricas; (X) falta de definição clara do modelo que levou a equívocos desvirtuadores do que se havia proposto no princípio; (XI) inexistência de um alto grau de idealismo e de ganhos concretos que permitiriam visualizar os resultados; (XII) falta de oportunismo para aproveitar eventos externos favoráveis à região.

As crises, assim, podem ser apontadas a partir da ideologia inspiradora dos modelos de integração tentados – liberal ou neoliberal –, e também a forma como foram instrumentalizados e executados os processos. A partir de um momento inicial de euforia, tendo em vista o aumento do comércio intra-regional, segue-se, em seguida, a vinda do ceticismo com a queda do mesmo, uma vez que a expectativa de que o modelo aplicado na integração levaria automaticamente ao seu desenvolvimento e modernização não se concretiza, conforme os cânones da teoria econômica clássica. O modelo escolhido careceria de dinamismo próprio e não existiriam mecanismos adequados de correção que eliminassem os efeitos negativos, enfim, adotou-se uma ideologia reformista conservadora com mudanças muito superficiais. De fato, a tentativa de implantar um modelo de desenvolvimento conforme a índole que havia sido estabelecida na Europa e Estados Unidos, não considerou devidamente as diferenças entre essas civilizações e culturas, com a civilização e cultura

latino-americana. Aplicaram-se critérios de crescimento economicista e não de desenvolvimento, desprezando o social e o político, como se o social e o político devessem vir automaticamente a partir da melhora dos índices de produção.

Nesse modelo não se define o significado e o conteúdo da integração, o sistema de valores que se adota, as alternativas a enfrentar, as opções possíveis, os objetivos e meios, os requisitos internos e externos, os agentes e resistências, os instrumentos e as conseqüências; tampouco se trata da política sobre setores e níveis sociais e não se diz qual é a ideologia, ficando exposta explicitamente à clássica liberal. Ao mesmo tempo, não se define exatamente o papel dos atores no projeto, não se definem os obstáculos, não se criam mecanismos para resistir à pressão dos grupos hegemônicos, não se articulam mecanismos que superem a dependência. Não fica estabelecido como se repartem os custos e benefícios, não se tentam mudanças na estrutura social, não se estabelece como mobilizar a opinião pública, nem as fases dessa mobilização, enfim, não se conseguiu emocionar nenhum setor.

Também em sua elaboração não participam nem as elites nem as massas, não se estabelece o requisito da democracia ou, em todo caso, como se superariam as dificuldades. Não se colocou o desenvolvimento como projeto global porque cada país encarou um projeto custoso e duplicador de esforços. Os enfoques e métodos foram limitantes. Foram se restringindo às obrigações deixando todo o jogo segundo as leis de mercado. Deixou-se também para que o comércio conseguisse produtividade, complementaridade, operacionalização dos fatores, economia de escala, inovação tecnológica, racionalização do trabalho e equilíbrio do desenvolvimento entre países. O cerceamento de cada país tem efeito limitante sobre o projeto geral, pois deixa a cada país, individualmente, a tarefa de relacionar-se com a potência hegemônica.

Na América Latina, assim, há muitos fatores que depõem contra os processos de integração, dentre elas sempre sendo assinaladas forças externas; heterogeneidade dos grupos de poder; obstáculos de ordem global, de política interna de ordem econômico e social – internacional e interna – e derivados do modelo de integração adotado; fatores econômicos regionais; meios de transportes; sistemas de pagamento; visão unitária político-econômica da região; etc.. Regra geral, os processos integrativos da ALALC, MCCA e Grupo Andino – GRAN – passaram pelas seguintes fases: (I) uma primeira fase, onde inicia-se a vigência do processo, revelando conquistas tangíveis nas áreas específicas eleitas para serem favorecidas pela integração, de acordo com objetivos pré-fixados; (II) uma segunda fase, onde o desenvolvimento do processo começa a dar mostras de lentidão, vive momentos oscilantes entre otimismo e ceticismo, e todo processo é objeto de críticas e questionamentos por seus

parceiros; (III) uma terceira fase, de estagnação e mesmo de retrocesso – involução –, caracterizado por ações voltadas para reestruturar todo o processo, bem como modificá-lo instrumentalmente, de tal modo a revelarem-se esgotados e de futuro incerto.

De fato, os desequilíbrios e conflitos que viriam a desnaturar e desintegrar os processos latino-americanos de integração, daria mostras nos últimos anos de bonança da economia do mundo ocidental – os dois decênios anteriores a 1973 –, movimento econômico esse que beneficiou a América Latina com seu comércio exterior. O que veio depois foram circunstâncias depressivas da crise e seu fator multiplicador negativo, colocando em relevo as acentuadas insuficiências que eram iminentes no modelo de integração proposto e as debilidades do esquema diante da realidade latino-americano, os quais retrocederam muito mais que as relações da América Latina com o exterior. Nesse momento de crise, ficaram evidenciadas as precárias condições de infra-estrutura da sub-região respectiva, que haviam sido atendidas apenas pelos processos de integração formalmente em curso, bem como o fato da emergência de controversas atuações econômicas paralelas aos processos, algumas surgindo explicitamente como verdadeiros flancos que deixavam vulneráveis os respectivos projetos ou programas estabelecidos, e outras camufladas com estrangulamentos econômicos, conflitos políticos, déficits persistentes, injusta ou desigual distribuição de renda, disfunções financeiras, industriais etc.

As conseqüências da recessão econômica no mundo ocidental se manifestaram através de um novo protecionismo, regionalização ou entrincheiramento em blocos econômicos, e restrições a créditos com o aumento das taxas de juros – especialmente na crise energética de 1973 e 1979-1980 –, sendo que na América Latina as conseqüências foram contração do volume de seu comércio exterior, queda dos preços, deterioração dos termos de intercâmbio, aumento da dívida externa e o pagamento de juros, diminuição de investimentos, escassez crescente de divisas, redução das importações de bens intermediários, decréscimo de sua produção, descapitalização, e também paralisação dos processos de integração.

Quando se avalia a primeira década do Mercosul – 1991-2001 –, emergem muitas observações e análises que permitem compreender virtudes e vicissitudes do processo. Nos primeiros anos da integração, seguindo um destino que é similar aos demais que já houve no continente latino-americano, o Mercosul apresentou resultados muito positivos, com forte expansão do comércio regional, mas ao mesmo tempo, entretanto, não é possível desconhecer que apresentou e ainda apresenta graves problemas, entre eles a sua capacidade de avançar além da estrita atividade comercial, a ausências de acordos de complementação econômica, as falta de acordos de cooperação científica e tecnológica, a inexistência de ações conjuntas no

campo financeiro, a lacuna de um passo qualquer em direção ao Mercado Comum, a existência de uma União Aduaneira imperfeita com um número elevado de exceções e sua TEC constantemente e reiteradamente violada, a ainda presença de uma Zona de Livre Comércio de fato e juridicamente incompleta, falta de definição sobre a forma de realização de negociações com outros blocos – conjuntamente ou cada Estado individualmente –, ausência de supranacionalidade institucional, falta de órgão supranacionais permanentes de solução de controvérsias, carência de coordenação de políticas macroeconômicas entre seus sócios, desrespeito a regras de jogo pactuadas quanto à adoção de políticas econômicas claras pelos seus sócios.

O Mercosul, em seu primeiro decênio, já experimentou chegar a tal ponto de paralisação que teve que ser objeto de “relançamento” para superação da atonia a que havia alcançado, mas solução de crise essa que decorreu unicamente de fatores políticos de pessoas que decidiram resolver a crise, mas não devido a um conjunto de ações próprias, emanadas de suas instituições. De fato, muitas são as questões concretas econômicas – comércio de produtos tidos como sensíveis para as economias nacionais interessadas – que se colocam como problemáticas para o inter-relacionamento harmonioso entre os membros do bloco, tais como o regime automotriz, setor açucareiro, calçados, aço, têxteis, lácteos, couro etc., bem como a forma de conduzir conjunta e concatenadamente as negociações inter-blocos, gerando muitos posicionamentos diferentes, conflitos geralmente centrados em ganhos – exportação – de curto prazo ou ganhos de prazo mais dilatado.

De todas as crises enfrentadas pelo Mercosul, as do final da década de 1990 e início da década de 2000 foram as mais graves e prejudiciais ao seu sistema de integração, ficando muito claro a todos que o Mercosul não poderia ser um mecanismo estático de integração, mas que seu desenvolvimento depende dos Estados, que são aqueles, em última instância, quem decide se o processo é útil ou não para eles, não podendo, assim, ser desconhecido a raiz da natureza política da organização e da integração em curso. Ocorre que essa “natureza política” do processo de integração em curso é uma liberdade que tem provocado as constantes ou permanentes violações dos Estados ao sistema jurídico do Mercosul, através de criação de subsídios, restrições não-tarifárias, proteções administrativas – inclusive por vias judiciais –, bem como o uso de outros meios que acabam produzindo o resultado final de distorção permanente do mercado regional, trazendo a incerteza, imprevisibilidade e insegurança jurídica para os atores econômicos do bloco, além de dificultar negócios e investimentos, prejudicando principalmente as economias menores do processo de integração regional.

Assim, por exemplo, problemas sócio-econômicos e políticos internos da Argentina e Brasil, especificamente a forma de solução adotada por cada um dos países, acabam por afetar gravemente e criar sérias tensões dentro das complicadas relações internas do bloco, implicando diretamente em descumprir os compromissos adotados dentro do Mercosul, reafirmando protecionismos, procurando unilateralmente os melhores investimentos de bens de capital e tecnologia fora da zona de integração, abandonando a TEC, o projeto conjunto de união aduaneira, enfim, procurando manter um livre comércio intra-zona e uma unilateral e independente política comercial extra-zona. Assim as desvalorizações cambiais brasileiras de 1999 e 2001 e os desequilíbrios fiscais de Argentina e Brasil – com as medidas unilaterais tomadas para correção – são exemplos de instabilidade e desconfiança interna e externa ao processo, afetando – diretamente ou indiretamente – todos os seus sócios. Desta forma, as medidas unilaterais ou bilaterais das economias maiores do Mercosul que são adotadas sem uma comunicação prévia aos demais sócios, a concentração de comércio em determinados setores, a falta de instituições melhor aprimoradas, a resistência dos maiores mercados nacionais do Mercosul em abrir os mercados para seus sócios, são todos problemas que, se não resolvidos, não prenunciam o avanço da integração.

4.2.7. AMÉRICA LATINA, *HABITUS* E INTEGRAÇÃO

Um *habitus* é uma pré-disposição, uma disposição, um código e determinação presente continuamente entre as pessoas. Criado pelas pessoas e sustentado pelas mesmas pessoas, ele circula pela sociedade produzindo os efeitos materiais e simbólicos que a ele estão todos vinculados, e sua força é sempre maior na medida em que já é praticamente desconhecido em todo seu poder e atuação na produção concreta de efeitos sociais que produzem o cotidiano social – as verdades factuais concretizadas relacionalmente entre as pessoas. O *habitus* não se trata de uma determinação absoluta e inescapável, mas seu desconhecimento certamente possibilita que a determinação seja duradoura, a ponto das pessoas se acostumarem com as conseqüências positivas e negativas que todo *habitus* produz na sociedade. O *habitus* latino-americano, mais precisamente, aquele que governa as atitudes das pessoas que se inserem dentre o conjunto das elites das diferentes sociedades, e que não deixa de influenciar todas as demais pessoas enquanto um padrão naturalizado de condutas e atitudes que se espera sejam

cumpridas em dadas ocasiões, é marcado pelo autoritarismo hierárquico-hierático, pelo personalismo e pela racionalidade formal, conforme definido no capítulo anterior.

No plano das relações internacionais, tudo indica esse *habitus* naturalizou-se de tal forma que as hierarquias – e a respectiva ordem – que as sociedades desejam ver respeitadas internamente, traduziu-se também numa concepção de inserção de cada qual – cada Estado – no sistema internacional de Estados soberanos, a ponto das sociedades naturalizarem uma posição coadjuvante diante de Estados mais fortes, mas – certamente – de superioridade perante outros Estados mais fracos que eles. Quem é cioso pelas hierarquias, já de forma inconsciente igualmente entenderá imediatamente – por uma pré-disposição – sua devida posição perante o mundo – ou de seu Estado, sociedade e nação perante o sistema internacional – e que realisticamente não cabe e não vale a pena lutar contra os fatos como se apresentam. O fato concreto é que os Estados latino-americanos, em sua tentativa de unirem-se para alcançarem um fim comum que os colocaria em posição de força e vantagem perante Estados mais fortes, acabaram frustrando – por seus próprios atos – esse intento.

Não há dúvida que, junto ao esse pensamento autoritário e hierárquico, o racionalismo formal também contribuiu para os fracassos verificados, pulsando de forma intensa e poderosa no sentido de conspirar contra as razões estruturais – de fundo – que originariamente – pelo menos em discursos e retórica – sempre motivou os intentos integracionaístas. Nota-se nos diferentes tipos de tentativas de integração latino-americanas, desde a época da independência das metrópoles, que externamente – e mesmo internamente em cada Estado nascente – muitos particularismos, desconfianças, volubilidades, e idiossincrasias – ações e pensamentos de curto prazo – governaram concretamente as atitudes e comportamentos das elites políticas presentes para conduzir os diferentes processos. Os fracasso dos encontros e tentativas de ação solidária estão justificadas, por um senso comum, devido aos nacionalismos, interesses particularistas, baixo número de adesão aos tratados discutidos e elaborados, oposição interna, indiferença, egoísmo particularista, e instabilidade política, divergências; desconfianças, grupos internos que buscavam na Europa apoio para promover uma guerra civil interna, etc.

Nesse sentido, a história social, econômica e política da região – especialmente as ingerências externas –, não deixa de casar com essa índole, disposição, racionalidade, pulsão latino-americana, antes de tudo voltada para se acomodar às circunstâncias, conforme uma racionalidade *sui generis*. Assim, historicamente a América Latina nasceu para servir ao mundo ocidental – inicialmente a Europa –, extraíndo e produzindo todas as riquezas que atendessem o mercado comercial e consumidor europeu da época. Ao alcançar sua independência, ela se inseriu num novo colonialismo, desta vez estrangido pela Inglaterra e

sua força persuasiva, enfim, aceitando os constrangimentos externos que vinculavam dependentemente as economias locais às diferentes potências da Europa, e que posteriormente se direcionará para ao Estados Unidos. Exportar matérias-primas e produtos agrícolas e pecuários parece ter sido o destino histórico a que suas gentes optaram desde longa época, herança do passado colonial fixado por trezentos anos em suas terras e que perdurou enquanto o mundo decidiu continuar comprando seus produtos.

Nesse sentido, comparando a política externa do nascente Estados Unidos com a dos nascentes Estados latino-americanos, verifica-se a afirmação imperial – e industrial – daquela nação americana desde cedo, com a Doutrina Monroe e seus corolários, especificamente os usos concretos que se fizeram a partir daí, sendo que a história das conferências internacionais americanas é carregada de conflitos, especialmente colocando, de um lado, os Estados Unidos e suas pretensões – e o aumento de sua influência nessas reuniões –, e, de outro lado, as demais nações latino-americanas e suas diferenças, mas também alguma união e consenso.

De fato, o comportamento padrão das economias nacionais indicava que os grupos dominantes nacionais – elites – da América Latina agora independente, autônoma e soberana, decidiram não alterar sócio-economicamente a característica primordial de seu papel e atuação eminentemente exportadora, dentro do quadro econômico internacional, recusando-se, por exemplo, a incrementar a economia interna com qualquer tipo de acumulação primária para alavancar o desenvolvimento econômico autônomo interno. Assim, a racionalidade latino-americana atuou no sentido de reconhecer e aceitar essa realidade, como que de forma insensível ou inconsciente, atitude essa que objetivamente era equivalente a uma internalização ou assunção consciente do sistema econômico internacional e do papel – coadjuvante – das nações latino-americanas como sociedade e economias exportadoras.

A crise econômica mundial a partir da Primeira Guerra Mundial, com a crise de 1929, provocou reestruturações econômicas que movimentaram o Planeta, mas encontraram a América Latina se comportando como sujeito praticamente passivo nessas fortes e sucessivas transformações das estruturas de intercâmbio econômico do mundo. Cada nação latino-americana sofreu de forma diferenciada as conseqüências do período, enfrentando também diferenciadamente os seus efeitos. A implantação de uma industrialização voltada para substituir produtos até então importado contou com a proteção alfandegária do Estado. O Estado passou em seguida a ser o maior dinamizador dessa nova política e do crescimento econômico experimentado na época, entretanto, a instalação de indústrias com maquinário estrangeiro ocorreu sem a necessária transferência de tecnologia, como Estado sendo o grande financiador dessas iniciativas todas.

Mas o que é grave – sob determinado ponto de vista – é que todo esse proceder não deu origem à manutenção de um processo ortodoxo de industrialização, vale dizer, uma industrialização que estivesse programada em função de um modelo estrutural de desenvolvimento, uma industrialização estabelecida por si própria e a favor do desenvolvimento econômico sustentado e duradouro da região. Assim, a América Latina se notabilizou por efetuar uma industrialização voltada para suprir mais imediatamente determinadas despesas em suas contas internacionais – questionáveis –, fazendo com que cada país acabasse tomando suas decisões segundo seus interesses nacionais ou conjunturais, sem nenhum tipo de coordenação regional. A industrialização latino-americana voltou-se mais para economizar divisas do que para gerar divisas, atingindo também outros setores, como o do agronegócios.

Ocorreu que esse processo também acabou por levar essas economias nacionais a ficarem praticamente dependentes ou reféns, de forma progressiva, da tecnologia estrangeira, através dos equipamentos e bens de capital importados, sendo que através de uma série de constrangimentos – financiamentos vinculados, insumos importados etc. – a economia dessas nações encontrou-se novamente dependente dos países centrais, produzindo internamente desigualdades sociais, fim da indústria nativa, benefícios para certos grupos sociais etc. A região estava de costas para o longo prazo e ao desenvolvimento.

A idéia de integração econômica latino-americana iniciou-se na década de 1950. A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão especializado vinculado à ONU, criado em 1948, procurou efetivar a capacitação teórica e prática das sociedades latino-americanas em busca de sua integração econômica regional, voltada para incrementar o escasso comércio entre países vizinhos e fronteiriços da região. Nela foi concebida a teoria e ideologia do desenvolvimento da região. Os instrumentos internacionais que foram firmados com esse objetivo, na região foram muitos.

Do ponto de vista cepalino, a saída da situação de atraso estava em encontrar a forma de aumentar rapidamente as produções nacionais e elevar a eficiência da organização econômica latino-americana. Era imprescindível expandir o comércio e estabelecer gradualmente uma estrutura diversificada de produção, cuja demanda ultrapassasse os limites dos mercados nacionais e tornasse possível, além disto, o aumento das correntes de importações. A integração regional emerge, dentro da concepção cepalina, como alternativa para essa situação de estancamento econômico, uma vez que a industrialização iria requerer amplos mercados, a fim de alcançar a produtividade – elevada – dos grandes centros industriais.

Se a busca da melhoria sócio-econômica era o objetivo direto e indireto de tais ações político-econômicas internacionais, o fato é que objetivamente esse conjunto de eventos provocou efeitos sociais, políticos e econômicos muito diversos do que se pretendia originariamente. Pode-se constatar que a história sócio-econômica da América Latina é de uma dependência que parece ser praticamente invencível e inescapável. As suas contradições sócio-econômicas estão assentadas já de forma naturalizadas, consagradas tranqüilamente na mídia, academia, política, enfim, no dia-a-dia inescapável de todas as gentes latino-americanas – sem exceção.

Verifica-se, assim, que os países ficaram submetidos a diferentes padrões de dominação externa, conforme a natureza do capitalismo desenvolvido na Europa e nos Estados Unidos e constatando-se, também, que uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados. Em conseqüência, a institucionalização política do poder sempre foi realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida. Por isso, a integração nacional – desenvolvimento autônomo econômico, sócio-cultural e político – tornou-se praticamente impossível dentro dessas circunstâncias, fazendo com que interesses particularistas de camadas privilegiadas fossem assimilados como interesses do próprio conjunto da nação, e os interesses daqueles ligados ao sistema econômico internacional, vinculando, assim, o destino nacional com as injunções ou interesses de ordem internacionais.

Assim, a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história – parte integrante – do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. O próprio surgimento da América Latina é dentro do sistema capitalista em gestação na Europa. Observa-se que o crescimento da economia dos países latino-americanos, regra geral correspondeu também ao aprofundamento de sua dependência em relação aos países industrializados. De fato, a história revela que o principal setor de exportação sempre foi controlado pelo capital estrangeiro, ficando às classes dominantes internas desses países o controle de atividades secundárias de exportação ou a exploração do mercado interno; dentro desse quadro de relações econômicas de dependência, se for considerado que nesses países dependentes a sua economia sempre foi subordinada diretamente da relação exportação-importação, então fica evidente que o controle externo que incide sobre essa equação sempre voltou de forma desfavorável aos latino-americanos, uma vez que os excedentes dificilmente foram aplicados nos setores internos mais rentáveis da economia, que fariam um país alcançar uma autonomia decisória econômica. O mais drástico é que para manter a rentabilidade do sistema econômico, nesse

contexto, a superexploração do trabalho constitui-se assim no princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que implicou em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial.

Nos anos da década de 1950, ao ingressar nesse circuito de produção industrial, a elite industrial abandonou o ideal de desenvolvimento econômico autônomo para se integrar com mais força aos capitais estrangeiros – e as suas condicionantes –, dando lugar a um novo tipo de dependência, muito mais radical que a anterior. Na América Latina formaram-se ilhas de relativo desenvolvimento industrial e urbano, cercadas por grandes áreas rurais, sendo que aos países centrais foram reservadas – hierarquicamente – as etapas mais avançadas dos processos de produção econômica e o controle das tecnologias correspondentes, e aos países latino-americanos algumas etapas inferiores do processo de produção.

Quando são analisados os processos de integração latino-americanos em geral, não deixa de transparecer que eles invariavelmente chegam a uma encruzilhada difícil de ser transposta; um aspecto relevante a ser considerado para as particularidades da região é que a oposição a um determinado processo em curso não se dá de forma manifesta e explícita, mas por indiferença e inapetência. De forma geral, as atitudes das elites – partidos políticos, academia, organizações intelectuais e sindicais, etc. – frente ao processo de integração são respostas de ordem ideológica e pragmática. A idéia em si não recebe muita oposição, entretanto grande é a ignorância que recai sobre o que seria seu conteúdo e o que poderia ser o benefício final a ser alcançado pela integração, daí um misto de passividade e desconfiança em relação à idéia e a inviabilidade de sua concretização.

Um dos indicadores dessa postura que se revela muito imediatista e de curto alcance, frente aos ambiciosos objetivos que uma integração econômica internacional regional intenta alcançar, é o fato de que os países da região atuam marcadamente de forma individual e egoística quando podem e surge a oportunidade, sem foco efetivo sobre quem eles devem mirar para identificar como seu inimigo ou adversário comum, e sobre o que eles devem apontar para identificar como trincheiras e contra-reações que os permitam se proteger e contrapor aos problemas que os afligem de forma comum. A ALALC, por exemplo, fracassou porque as dificuldades políticas e mentalidades – desintegrativa – dos administradores foram superiores às necessidades voltadas para alcançar, mesmo que superficialmente, a idéia de solidariedade latino-americana. Assim, verifica-se que, regra geral, os processos integrativos como da ALALC, MCCA e Grupo Andino – GRAN – passam pelas seguintes fases: inicialmente euforia e otimismo, depois lentidão, e finalmente estagnação e mesmo retrocesso.

Quando se avalia a primeira década do Mercosul – 1991-2001 –, emergem muitas observações e análises que permitem compreender virtudes e vicissitudes do processo. Nos primeiros anos da integração, seguindo um destino que é similar aos demais que já houve no continente latino-americano, o Mercosul apresentou resultados muito positivos, com forte expansão do comércio regional, entretanto, não é possível desconhecer que apresentou e ainda apresenta graves problemas; assim, no período indicado, verifica-se que o Mercosul chegou a tal ponto de paralisação que teve que ser objeto de “relançamento” para superação da atonia a que havia alcançado, mas solução de crise essa que decorreu unicamente de fatores políticos de pessoas que decidiram resolver a crise, e não devido a um conjunto de ações próprias, emanadas de suas instituições. Assim, o processo de integração do Cone Sul corre os mesmos riscos de todos os demais históricos processos de integração já havidos, guiados por uma racionalidade marcada pelo contingente e pelo curto prazo, um pragmatismo *sui generis* que tem marcado o destino dependente da história social da América Latina.

Se uma integração é feita de decisão, é preciso conhecer os atores que atuam e influenciam efetivamente para a conformação final do processo de integração. Do ponto de vista participativo no processo decisório, verifica-se que o processo de integração, centralizado no eixo econômico-comercial, é influenciado pelo papel assumido pelos empresários e sindicatos dentro do processo, mas de forma muito desigual. Considerando que a expressão “participação” tem uma dupla acepção, quais sejam, no seu sentido amplo, diz respeito à inserção aos custos e benefícios do processo integrativo para todos seus participantes – e excluídos –, e em seu sentido mais restrito, diz respeito ao direito de influir no momento da tomada de decisões, verifica-se que o Mercosul apresenta uma insuficiente participação nos dois aspectos assinalados, motivado – segundo análises – pela específica cultura política da região, bem como aos obstáculos e barreiras que se levantam para a participação ativa dos diversos estratos da sociedade civil na vida social local e nacional.

Constata-se que os atores privados possuem um comportamento participativo conforme a evolução do Mercosul, vale dizer, conforme as redefinições de interações e interesses, na medida em que o processo avança e revela abertura de oportunidades que favorecem a participação de novos atores ou aprofunda a participação dos antigos. Assim, no período que vai do estabelecimento da Ata de Buenos Aires (06/07/1990) até o Tratado de Assunção (26/03/1991), que corresponde ao planejamento e definição do modelo de integração, é possível verificar que alguns atores do setor produtivo – pequena e médias empresas, bem como sindicatos – não foram consultados, ficando seus interesses alijados do processo; num segundo período, que vai do Tratado de Assunção até o Protocolo de Ouro

Preto (17/12/1994), período de transição, verifica-se que os grandes grupos econômicos nacionais tiveram uma participação influente fundamental na definição de cronogramas e definição de setores sensíveis; num terceiro período, que se inicia com o Protocolo de Outro Preto, período de consolidação, através do Foro Consultivo Econômico e Social (FCES) é incluído outros atores que estavam alijados do processo até então, como os dirigentes sindicais e as pequenas e médias empresas.

Dos atores do processo de integração do Mercosul, destacam-se aqueles participantes que efetivamente são beneficiários do modelo, mas dentro do quadro geral, também o fato de que há um grande déficit democrático participativo dentro do processo. De forma geral, nota-se que durante a década de 1990 novos atores emergiram para participar do Mercosul, enquanto atores mais antigos ou tradicionais aumentaram seu poder e capacidade de influência nas decisões estatais; por fim, outros atores ficaram mais fracos como efeito dos ajustes e reestruturações produtivas impostas pelo processo. Esse protagonismo diferenciado também reflete a perda da capacidade de tradicionais instituições intermediárias – políticas ou privadas, como partidos políticos e associações – de atuarem como mediadoras entre o Estado e a sociedade, em função da realidade concreta da influência inescapável de funcionamento de um novo modelo de inter-relação econômica, onde os grupos burocráticos estatais passam também a interagir diretamente com os grandes grupos econômico-financeiros nacionais e transnacionais. De qualquer forma, conforme cada uma das etapas de desenvolvimento do Mercosul – planejamento, transição ou consolidação –, a burocracia estatal negociadora e atores privados estão em constante atuação, estes últimos influenciando de forma diferenciada, sendo que podem ser apontadas como beneficiárias diretas da integração, as empresas transnacionais de atuação regional e os grandes grupos econômico-financeiros nacionais, que incorporaram suas estratégias empresariais ao mercado ampliado

Os atores privados mais poderosos da região possuem acesso direto aos Poderes Executivos nacionais, e exercem uma capacidade de influência e pressão fundamental nas negociações, de forma individual e não institucionalizada, criando canais próprios de interlocução, mais conformes seu peso específico dentro do processo – como o Foro de Líderes Empresariais do Mercosul. Observa-se, também, que os atores empresariais não seguem rigorosamente a impessoalidade e a racionalidade requeridas pelas políticas neoliberais, uma vez que, historicamente, seu comportamento político é caracterizado pelo predomínio da ação orientada para políticas estatais específicas, e sua atuação se direcionou ao exercício de influência nas decisões através do contato direto com distintas esferas do aparelho estatal.

Por isso que, frente às políticas globais, sua ação – empresários – é defensiva ou reativa, requerendo proteção de seus interesses específicos, do que participação na formulação das mesmas. As pequenas e médias empresas são as prejudicadas pelo processo de integração, pelas perdas no intercâmbio de bens e serviços na região, revelando que o setor necessita políticas públicas para compensar as perdas que apresenta e se inserir satisfatoriamente no processo, bem como programas comuns de fomento. Quanto aos sindicatos, eles sofrem uma dupla desestruturação dentro do Mercosul, quais sejam, de um lado, transformações tecnoproductivas da economia internacional, aliada a uma reestruturação do aparato produtivo nacional, e, de outro lado, a retração do Estado como sujeito regulador das relações laborais, aliada à desregulamentação e flexibilização do trabalho.

Além disso, são os atores institucionais que possuem maior influência nas decisões do que os atores individuais, sendo os atores empresariais os que mais influenciam nas decisões finais. Os sindicatos e as pequenas e médias empresas representam um baixíssimo nível de influência. Dentro do aparelho burocrático estatal, quem mais influencia o Mercosul são os funcionários de Economia. Revela ser regra geral, dentro do processo, a procura preferencial dos atores e agentes mais influentes da nação ou região a fim de efetuar um diálogo, em detrimento dos possíveis afetados pela decisão, revelando que a procura desses atores mais influentes é devido ao peso do poder específico que possuem e capacidade de influência sobre a decisão que será tomada, bem como a consulta não ser motivada por uma atitude democrática. Assim, os atores mais influentes são os grandes grupos econômicos, nacionais e transnacionais, por sua capacidade para influenciar a execução das decisões, exercendo sua influência através de lobby e pressão sobre os governos nacionais, a fim de impor seus interesses. Sem haver mecanismos formais de consultas, já existe estabelecida uma hierarquia para a consulta prévia e para tomadas de decisão, sendo que o lobby e a pressão são os mecanismos informais para impor interesses.

Diante disso, a participação dos atores nas decisões que são tomadas no âmbito do Mercosul é desigual, tanto como direito a participação na tomada de decisão, quanto a participação na distribuição dos benefícios. Por isso que num primeiro nível, estão os representantes dos grupos econômicos de maior peso ou de empresas transnacionais, e, num segundo nível, as organizações sindicais e as pequenas e médias empresas; portanto, a participação depende de condições econômicas, políticas e institucionais. Em relação aos atores empresariais, a maior participação é das empresas transnacionais, seguida da participação dos grandes grupos econômicos nacionais; de qualquer forma, ambos são os mais

consultados, devido à sua influência conjunta e capacidade de condicionar a economia e as decisões.

As organizações setoriais não atuam diretamente no mercado de bens e serviços regionais, revelando um nível médio/baixo de participação; entretanto, sua influência é maior no plano da tomada de decisões dentro dos espaços de consultas formais. As pequenas e médias empresas revelam um nível muito baixo de participação, e são os empresários brasileiros quem mais atuam dentro do processo. Em relação aos atores sindicais, há um nível muito baixo de participação nas decisões, sendo que daí decorre a sua baixa influência no desenvolvimento do processo de integração regional. São os sindicalistas brasileiros quem mais participam dos debates do Mercosul.

Portanto, é preciso considerar o pragmatismo racional que governa o Mercosul, diante dessa realidade decisória e todas as demais compreensões que podem ser extraídas histórica e socialmente. Enfim, elementos de compreensão maior sobre um modo de ser específico que tem norteado o destino social das diferentes nações latino-americanas e de como tudo tem contribuído para construir ou deixar de construir coisas culturalmente significantes para a coletividade – a sua totalidade e não apenas uma parcela dela –, inserindo-a numa civilização singular.

CONCLUSÃO

Há muitos objetos de estudos construídos e a serem construídos nas ciências sociais; há muitas metodologias estabelecidas e ainda por serem estabelecidas nas ciências do ser humano. Indescritíveis são as opções possíveis de serem construídos objetos e métodos para explicar e descrever proficuamente o funcionamento do mundo social. A interdisciplinaridade, multidisciplinaridade ou transdisciplinaridade, conforme conceituação adotada pelo pesquisador, são diálogos construtivos entre diferentes áreas do conhecimento social e humano, voltados para ampliar a possibilidade de alcançar um entendimento que os trabalhos de uma especialização em si podem apontar, mas não permitem ampliar e generalizar suas construções e conclusões teóricas.

Este trabalho parte do pressuposto que dialogar com diferentes tipos de trabalhos científicos na grande área das ciências humanas ou sociais é buscar alcançar uma outra – e que não deixa de ser nova – teoria que dialogue heurísticamente com esses diferentes e aproximados trabalhos, a fim de reposicionar num outro patamar o que epistemologicamente e teoricamente já se apresentava perpassando o conteúdo explicativo dos referidos trabalhos. Um produto investigativo das ciências sociais deve procurar explicar o mundo social, até o limite a que ele se propôs a retraduzir uma realidade em termos teórico-explicativos. Assim, ele deve se debruçar sobre a realidade e enquadrá-la num feixe de reflexões abstratas sistematizadas e coerentes em sua fundamentação de causas e efeitos. A área do conhecimento das ciências humanas e sociais, assim, – como todas as demais áreas do conhecimento humano, exceto a matemática pura – deve ser empírica e teórica ao mesmo tempo, no sentido de uma conjugar harmoniosamente com a outra, de forma a retraduzir numa espécie de lei ou norma – teoria – a complexidade que se apresenta a realidade, mas dentro de uma forma racional mais simples e conseqüente quanto a causas e efeitos – enfim, dentro de uma nova linguagem humana, vale dizer, a linguagem científica.

Ciência é antes de tudo descrever e explicar as coisas e fatos que sucedem cotidianamente diante da humanidade, utilizando-se dos processos mentais que conceberam expressivas formas – instrumentos intelectuais – para esclarecer, explicar, simplificar, reduzir – não significando por isso que o complexo factual deixou de ser complexo por esse ato – uma parte elegida da realidade do mundo e das coisas pertinentes ao ser humano, e que a ciência social estipula com sendo o próprio ser humano em ação, omissão, atitude e

comportamento, perante todas as demais pessoas, individual e coletivamente. A interdisciplinaridade, nesse contexto, permite ao pesquisador especializado que, sem abrir mão de sua especialidade, avance na busca do conhecimento de sua própria área de especialidade, aproveitando-se de todos os progressos dos outros ramos científicos afins e mesmo distantes, a fim de continuar pensando e aperfeiçoando o seu ofício de investigador e as conclusões que tanto farão melhorar o entendimento que a sociedade necessita do pesquisador científico.

Nas ciências sociais, a apreensão intelectual dos efeitos sociais do tempo de longuíssima duração tem conseqüências significativas para a racionalidade explicativa e para a compreensão de uma humanidade específica e da igualmente singular sociedade que ela edifica. A longa duração permite ver as estruturas das instituições sociais que permanecem – tal qual as sólidas colunas de um castelo ou edificações que sobrevivem secularmente ou milenarmente as intempéries do tempo – atuando de forma inconsciente e quase que onipresente nas atitudes e comportamentos das pessoas, instituições essas que se corporificam em forma de *habitus* conforme Pierre Bourdieu e Norbert Elias descobriram em suas pesquisas sociais. Os atos e atitudes que têm fundamento na longa duração são o que permanecem produzindo efeitos sociais que marcam uma maneira ou modo de ser específico de uma dada sociedade; eles permanecem no tempo, fundamentando práticas tidas como “naturais” e que vai ganhando novos corpos ou mesmo novas roupagens, mas que mantêm-se com o mesmo “espírito” informador e justificador de práticas individuais e coletivas. Fernando Braudel revelou-o mais precisamente, entretanto, Pierre Bourdieu e Norbert Elias tiveram ele sempre presente nas pesquisas sociais que efetuaram, especialmente ao descobrirem o *habitus* socialmente construído e os efeitos inconscientes que ele provoca na sociedade.

O sociólogo francês e o sociólogo alemão também compreenderam a importância de mirar a sociedade do ponto de vista relacional, uma vez que objetivamente é nas relações que emerge as significações subjetivas que se transmutarão em eventos objetivos – ações e omissões – que marcarão indelevelmente o sistema de relações humanas e, conseqüentemente, os atos e omissões concretos que construirão o mundo social, seu sentido ideológico predominante, as lutas sociais e individuais com os respectivos valores de fundamento, os objetos de reconhecimento material e simbólico que animam o ego das pessoas e garantem sua sobrevivência espiritual e material etc., atingindo homens, mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos. É na dinâmica do inter-relacionamento cotidiano das pessoas, com tudo o que negociam, consciente e inconscientemente, para fazer sua vida individual e grupal, que o

coletivo que marca o mundo social resulta concreto e objetivo para ser medido e aferido pelo investigador social, desde os tempos passados até atravessar os tempos presentes. Uma estrutura social, assim, difere de tempos e tempos, de nação a nação, e comparações somente podem se dar de estrutura a estrutura – para fins epistemológicos e teóricos – mas jamais podendo ser colocados intemporalmente como universais. Entretanto, nada impede que a investigação reconheça e identifique certos elementos persistentes que, como uma determinação aparentemente inescapável – devido à sua inconsciência pelos agentes sociais –, vigorem fortemente na sociedade, dando um sentido de reiteração de práticas e comportamentos, mesmo que a estrutura social tenha outro colorido institucional e muitas de suas práticas sejam sob o signo da modernidade, enfim, superação do passado e de certos valores e condutas que não podem mais existir no seio social.

O mundo social é uma arbitrariedade em seu duplo sentido – tanto das coisas serem estabelecidas por aleatoriedade e mesmo também pelo emprego da violência –, entretanto não quer significar isso que seja ilusório e ficcional – uma coisa não tem nada a ver com a outra. O mundo social é real e concreto, a magia não ilusória é que as pessoas realizam e efetivam no mundo da vida a arbitrariedade e a ficção, de tal forma a dar concretude a coisas sociais que não podem mais ser desprezadas e desconsideradas pois tudo isso produz riquezas, guerras, misérias, satisfação espiritual, desejos, infelicidade, ciência, ignorância, estupidez, microcomputadores, salários, balas doces, alimentos, bebidas etc.

Um *habitus* emerge no seio social fruto da humanidade que pensa e faz coisas – mesmo sem saber o que faz, considerando os efeitos dentro de um tempo de longuíssima duração que produz o inconsciente. Em seu sentido mais atomizado, Boudieu verificou que, na sociedade francesa, a inserção de um agente ou grupos – classe de agentes – numa determinada posição no espaço social não era assim tão espontânea, mas, diferentemente, tem a influência de que naquele ponto aonde irá se inserir se localiza um conjunto de agentes com semelhanças de estilo de vida, de bens desfrutados e práticas sociais. Por isso, uma das funções do *habitus* é dar conta dessa unidade de estilo de vida que vincula as práticas sociais e os bens desfrutados de um agente singular ou de uma classe de agentes. Os *habitus*, assim, são diferenciados e diferenciadores, distintos e distinguidos. Eles são operadores de distinções, geradores de práticas distintas e distintivas – o que se come, o que se veste, como se fala, o que se fala, esportes que se pratica etc., enfim, esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e divisão de mundo e de e gostos diferentes, estabelecendo diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e mal, entre o que é distinto e o que é vulgar. A noção de *habitus*, desta forma, permite também enxergar as capacidades

criadoras, ativas, inventivas dos agentes sociais em seus inter-relacionamentos em busca – consciente e inconsciente – de distinção.

Em um sentido mais coletivo, abstrato e amplo, o *habitus* é uma espécie de segunda natureza humana e social, uma espécie de saber social incorporado. Conforme Elias ressaltou, os destinos de uma nação ao longo dos séculos vêm a ficar sedimentados no *habitus* de seus membros individuais, decorrendo daí que o *habitus* muda com o tempo precisamente porque as fortunas e experiências de uma nação – ou de seus agrupamentos constituintes – continuam mudando-se e acumulando-se, sendo que tal conceito implica num equilíbrio entre continuidade e mudança. Diante disso, o *habitus*, longe de ser uma ficção, é algo concreto que afeta a sociedade, pois a resultante da força relativa de todos os *habitus* sociais em ação entre indivíduos, entre indivíduos e grupos, e entre grupos entre si, resulta numa explicação do sentido de sociedade – seu caráter nacional –, esclarecendo também suas opções sociais em diversas esferas políticas e econômicas de atuação.

América Latina – Brasil incluído – é fruto de um grande negócio comercial estabelecido a partir da Ibéria, e tendo a Europa ocidental com o grande mercado consumidor final dos produtos finais transacionados. Na época dos descobrimentos as especiarias eram objetos de cobiça muito grande, numa Europa que não as conhecia e estava ávida por consumi-las. O comércio, que era terrestre, voltou-se para o mar, inicialmente o Mediterrâneo, depois o Mediterrâneo com a costa atlântica da Europa até chegar nas regiões norte-européias, depois descendo paulatinamente a costa africana até contornar o seu extremo sul e atingir as Índias, para então lançar-se em direção ao leste e descobrir a América, tudo dentro da racionalidade comercial que acabou envolvendo não só as especiarias, mas escravos, outro, prata, produtos agrícolas tropicais.

Se do ponto de vista econômico essa era a realidade, é preciso considerar algo mais quanto à conquista e colonização européia, vale dizer, as gentes que vieram concretizar o feito de realizar um destino traçado na Europa e pela Europa, em terras virgens e desconhecidas. O povo ibérico correspondeu a uma vertente diferente da civilização européia; a sua opção civilizatória e cultural é marcadamente herança direta da Idade Média européia e do pensamento escolástico e segundo esses valores eles conheceram a sua época de ouro – os séculos XV, XVI e XVII – com a realização de feitos que nenhum outro povo europeu estava apto para concretizar da forma como o empreendimento ibérico foi efetivado. Trezentos anos de dominação na Europa, numa época que a Europa estava mais madura cultural e civilizacionalmente, tendo já conhecido a dominação do império romano, e a dominação da

Igreja católica, em plena época do Renascimento, revoluções científica e religiosa, princípio de instauração de sua modernidade econômica e política.

Os ibéricos trouxeram para a América suas formas de vida, visão de mundo, enfim, apenas e tudo que possuíam para concretizar um feito voltado para realizar o destino da Ibéria perante a Europa, um destino ao mesmo tempo religioso e comercial. Portugal foi um povo que se dedicou integralmente ao negócio marítimo e Espanha um povo a resgatar o ideal do Sacro Império na Europa, com uma guerra santa contra os infiéis e hereges na Europa, ambos, posteriormente, com uma missão civilizadora perante o Novo Mundo. De fato, Ibéria em sua trajetória histórica, se constituiu numa outra opção civilizatória perante todos os demais pares europeus, influenciando as demais civilizações em seus inter-relacionamentos sociais recíprocos.

Nesse sentido, a época dos descobrimentos é rica em desvelar os sentidos racionais que norteavam as gentes ibéricas enquanto sua existência no mundo e os fundamentos éticos e espirituais que davam um “chão” de segurança para sua aventura na existência. Todas as pessoas possuem ideologia, afirmações, dúvidas, que trazem um sentido de certeza e probabilidades diante de seu cotidiano e de seu tempo, a fim do mundo pessoal e social realizar feitos concretos que realimentam os sentidos significativos de vida de cada qual e da própria sociedade. Os Ibéricos desvelaram o Planeta com todos os erros e incertezas que – hoje – sabe-se que estavam incursos no seu modo específico de racionalismo escolástico-medieval aplicado, mas que cumpriu a contento o desbravamento dos mares desconhecidos e as descobertas de novas terras, enfim, a superação das fronteiras finais da época, feito esse que não era pouco em termos de condições econômicas, tecnológicas e sociais para ser realizado.

A colonização, por eles implantada em terras americanas, seguiu o destino herdado da sua terra de origem – Europa ibérica –, com todas as idiosincrasias e racionalidades que norteavam os feitos dessas gentes. Durante cerca de trezentos anos, a colonização latino-americana acompanhou os humores e transformações por que passava Portugal e Espanha numa Europa em ebulição revolucionária – racional e religiosa. O destino da América Latina, desde sua origem, sempre esteve ligado a centros hegemônicos de poder e dominação, reservando-se a ela um papel coadjuvante diante de um jogo político e econômico de lutas mais “relevantes” sucedendo em outras terras e outros climas.

A América Latina, assim, durante toda sua colonização até a independência, foi sempre terra para dar tudo que possuía como riqueza para a Europa, para tudo dela ser retirada e de forma rápida, sem se importar com seu destino, uma vez que ele já estava traçado desde o

início, qual seja, esgotar suas riquezas e depois abandoná-la – se fosse o caso. Este ideário de dilapidação de riquezas estava conforme os padrões comerciais que guiavam os feitos marítimos e de tráfico de Portugal e Espanha, posteriormente de Inglaterra, França, Alemanha etc., pois o mundo era a Europa e tudo partia e acabava nesse continente. As gentes que aqui vieram, especialmente as suas elites, nunca vieram para ficar; aqui sempre foi terra de passagem, uma oportunidade para aquisição de honra, dignidade, *status* e reconhecimento social que se traduzia invariavelmente em riquezas. Por isso que as metrópoles eram o baricentro de todas as atenções e principais decisões dessas pessoas, ou para defender os interesses exclusivos metropolitanos, ou para defender os interesses daqueles que aqui estavam produzindo as riquezas para as metrópoles.

A independência da América espanhola e da América portuguesa sucedeu porque injunções políticas contextuais a partir da Europa favoreceram que a independência pudesse ser proclamada na América Latina. Entretanto, apesar do evento libertador, a verdade crua era que a região estava ligada dependentemente com a Europa ibérica por cerca de trezentos anos e os fatos revelam a recondução da América Latina em direção a um novo colonialismo e dependência que perduram ainda hoje, tamanha a vulnerabilidade externa – especialmente financeira – que a região se encontra. Vincular-se dependentemente a uma potência hegemônica, a fim de continuar a ser fornecedora de bens primários para o exterior – capitalismo comercial dependente – foi objetivamente o movimento mais marcante que norteou a conduta e atitudes das elites regionais. Quando eles reivindicavam autonomia e independência da metrópole, é notável que isso significava na prática a busca maior liberdade para comerciar com outros centros econômicos europeus emergentes – a fim de continuarem comerciando e ganhando dinheiro com mais liberdade –, e não tanto o sintoma de um espírito em busca da independência política da região ou de sua nação específica. Assim, ficar rico e não pensar no conjunto específico do destino da América Latina sempre foi uma postura “natural” das elites coloniais e pós-independência.

A forma social básica de constituir a sociedade na Ibéria, e transplantado para terras americanas, foi aquela legada pela Europa medieval, qual seja, a das ordens sociais, com suas hierarquias e autonomias perante o corpo social maior. Uma sociedade constituída em ordens, é antes de tudo uma sociedade hierárquica, onde aposição de cada indivíduo é dada previamente conforme os estatutos – formais ou não – que regem cada grupo social, onde nesse grupo ele se realiza socialmente e individualmente. O respeito pelas hierarquias nessas figurações sociais é algo como que sacrossanto, e tanto Portugal quanto Espanha reproduziram em suas sociedades esferas de relações onde paulatinamente um príncipe

assumiu uma posição de mando e proeminência, de tal forma que as hierarquias sempre foram exemplarmente mantidas através do uso extremo da violência. Um autoritarismo emerge nessas sociedades – e a respectiva submissão –, práticas de mandonismo que se naturalizam a fim de resguardar a ordem e tradição, qual seja, há aquele(s) que manda(m) e o(s) outro(s) que obedece(m). Reconhecer-se em sua devida posição social – e as respectivas práticas esperadas conforme a posição social ocupada – é a regra elementar nessas sociedades.

As gentes ibéricas também cultivaram um sentido de sobrançeria, de personalismo, que marcaria os seus feitos sociais, de tal forma que, nessas sociedades, a ascensão e reconhecimento social se dariam pela busca de um mérito próprio, através de seus feitos em vida; especificamente na América, alcançar rapidamente riquezas para tornar-se um ser nobre. O sentido de mundo, futuro e sociedade, assim, ficam circunscritos a círculos muito restritos, uma vez que o futuro é medido apenas pelo que importa imediatamente alcançar em vida, a sociedade é apenas o círculo restrito de gentes que compartilham entre si um ideário e vivência comum – e cada um por si próprio –, e o mundo – com todo seu conteúdo – existe apenas para servir e atender os objetivos pessoais de enobrecimento que é perseguido por essas elites e seus seguidores. As relações sociais assim, são marcadamente pessoais, sendo praticamente impossível a impessoalidade nas ações e comportamentos recíprocos estabelecidas entre essa gentes.

A racionalidade cultivada por essa cultura acaba se circunscrevendo ao que existe de mais pragmático e imediato a ser alcançado pelos atos em vida; o pensamento é antes de tudo dogmático e em torno dele tudo se realiza, independentemente das novas condições sociais que possam impedir o resultado social que se deseja alcançar. Acomodar-se à situações é a atitude mais freqüente de uma racionalidade que afasta-se de elucubrações mais complexas, científicas e filosóficas, a fim de ordenar a vida conforme um projeto inter-geracional e de longo prazo. A racionalidade cumpre o destino de reforço da hierarquização e autoritarismo da vida, bem como a pessoalidade das relações para, a final, tudo se resumir em enriquecimento imediato ou vantagens mais imediatas circunscrita a umas poucas pessoas. A idéia de nação é assimilada e naturalizada como historicamente foi legada, ou seja, há aqueles que são privilegiados ou alcançaram tal condição social e os outros que não conseguiram ou não vão atingir tal intento; aos primeiros estão reservados os melhores frutos sociais – materiais e simbólicos – produzidos pelo coletivo humano, e aos segundos, a sua natural devida posição – e respectivos ganhos – de sua condição social. Assim, conforme o dogma de um certo mérito pessoal socialmente cultivado, se naturalizam e se justificam as desigualdades sócio-econômicas que possam grassar tais sociedades.

Assim, sociedades de marcas autoritárias hierárquico-hieráticas, personalistas e de racionalismos formal-pragmáticos acabaram se instaurando na América Latina, conforme característica próprias já assinaladas no corpo do trabalho, e essas características, isoladamente ou em conjunto, formaram e se fixaram como um *habitus* secularmente estabelecido na América, legado direto da cultura e civilização ibérica. Se existem atitudes e posturas que já não correspondem a esse *habitus* em terras latino-americanas, o fato é que ele ainda produz seus efeitos, determinando objetivamente ações e atitudes das gentes da região – especialmente de suas elites –, cujos discursos subjetivos regra geral apenas dissimulam o cerne da questão posta num momento de decisão. O específico *habitus* latino-americano, assim, produz efeitos que se espraiam por toda sociedade, uma vez que as pessoas são um conjunto inter-relacionado de trocas sociais e, nesse sentido, um destino comum liga a todos por suas ações e omissões cotidianas. As esferas públicas e privadas das gentes submetidas – o ser humano coletivamente cria seus próprios liames ou forças que o dominam e o submetem num instante posterior – a esse *habitus* acaba recebendo o influxo da própria criação coletiva produzindo as sociedades que são cada uma das atuais nações latino-americanas, para o bem e para o mal – conforme a visão adotada.

No plano das relações internacionais das nações da região, a regra geral é que as históricas tentativas de integração inter-latino-americanas já havidas fracassaram ou não progrediram conforme todas as expectativas iniciais depositadas em cada um dos projetos. De fato, verifica-se que os projetos ou foram inspiradamente concebidos, ou sofreram os influxos do *habitus* da região, portanto, ficando sujeitos a sérias contradições que praticamente inviabilizaram a concretização dos ideais integrativos. Verifica-se, nesse sentido, que as idéias de democracia, instituições políticas, economia, liberdade e igualdade etc. – que implicam sempre numa certa impessoalidade, e racionalidade não hierárquica da vida –, sempre foram recepcionadas na região como um verdadeiro engano, considerando o ponto de vista cultural e racional de onde partiram tais idealidades voltadas para gerir o mundo social e as heterogêneas coletividades concebidas.

Na América Latina tudo é pessoal, as instituições devem se adequar aos padrões históricos de mandonismo autoritário; em verdade, as instituições foram transplantadas e erigidas para continuar a reproduzir o modelo primordial de sociedade autoritária hierárquico-hierática que sempre foi afim do espírito ibérico e ibero-americano, e dentro desse conjunto de práticas e atitudes naturais, se inserir perante o mundo reconhecendo sua natural vocação e posição perante às demais nações mais forte – submissão – e mesmo as mais fracas – dominação –, adequando sua racionalidade – e decisões respectivas – às conveniências do

momento ou conjuntura. E assim, a vida e existência das diferentes nações são uma eterna espera por tempos melhores, bem como a contínua sujeição às contingências e circunstâncias do momento; por óbvio que o mundo é sempre os eventos que são contextuais e conjunturais, de tal forma que a América Latina não escapa jamais da armadilha do curto prazo. A racionalidade discursiva aplicada nessas circunstâncias é abundante de justificativas para manter o *status quo* da sociedade, especialmente a pobreza dos pobres e a riqueza dos ricos.

No plano eminentemente político, as tentativas de integração no período de independência confundiam democracia e republicanismo com autoritarismo, exclusão política e sócio-econômica, e grande dose de personalismo dos principais agentes políticos das nascentes nações. A suscetibilidade com que as nações se deixaram se envolver por potências hegemônicas européias, depois os Estados Unidos, sem um plano de médio e longo prazo definido para escapar da forte influência e dependência desses grandes centros econômicos é também fato marcante da história internacional das nações latino-americanas. A tentativa de unificação da América espanhola por via de uma integração confederativa continental fracassou, dando origem ao sistema interamericano. A história desse sistema, também denominado por pan-americano, somente deu mostras de avanços quando a potência hegemônica da América decidiu impulsioná-lo, mas conforme seus interesses específicos devidamente resguardados. Enquanto tal fato não sucedesse, os Estados da região sofreram as influências dos Estados Unidos, em tudo que podia desarticular e cooptar os demais Estados da região. Assim, apesar de serem nações consideradas como soberanas, e teoricamente – dentro de uma racionalidade impessoal – com fortes interesses comuns a uni-los, além de serem em número muito maior que apenas os Estados Unidos isoladamente, mesmo assim, tais nações se conduziram dependentemente conforme os humores da nação hegemônica continental.

A integração econômica revela com mais propriedade as fortes relações internacionais de dependência a que se submeteu a América Latina perante nações economicamente mais fortes do mundo, continuando uma situação histórica colonial de existir para atender as demandas provenientes do exterior, e sujeitar-se às intempéries políticas que foram – e ainda são – forjadas além de suas fronteiras internas. De fato, uma vez liberta das metrópoles ibéricas, as nascentes nações imediatamente se votaram para se vincular às novas potências econômicas emergentes, afim de continuarem exportando matérias-primas e produtos agrícolas e pecuários para esses centros. Numa época que a Europa se industrializava, a América Latina aceitou ser fornecedora de bens e produtos primários a fim de abastecer essas

nações em etapa de industrialização, e não considerou concretamente seguir o mesmo caminho e se preparar para o mundo do capitalismo mundial que se desenhava.

Somente no início do século XX, com crises econômicas que abateram todas as principais nações econômicas do Planeta, e com reflexos dramáticos sobre as economias latino-americanas, é que se decidem partir para a política econômica de substituição de importações, mas mesmo assim, tudo indica que para suprir mais imediatamente a demanda interna – especialmente das gentes socialmente mais abastadas – do que optar pela autonomia e soberania econômica, a fim de enfrentar os novos tempos de concorrência econômica de produtos industrializados. O maior indicador dessa política mais imediatista – e que também era uma gangorra, de idas e vindas – é que, nos períodos em que o mercado mundial conjunturalmente se revelava mais favorável aos produtos primários – pauta tradicional das exportações desses países –, não havia dúvida nenhuma, no âmbito interno dessas nações, no sentido de voltar a estimular esse comércio tradicional, em detrimento do desenvolvimento industrial interno; não se pode olvidar, também, que essa política industrial era sem transferência de tecnologia, tornando-a vulnerável quanto à suas demandas e necessidades.

Desta forma, a história da América Latina foi favorecer a economia do mundo ocidental, (I) fornecendo ouro e prata para uma acumulação inicial de riquezas, que possibilitou a instalação inicial das primeiras indústrias, bem como (II) bens primários – matérias-primas mas especialmente produtos agrícolas e pecuários – para sustentar uma nascente industrialização que retirava gentes européias das terras para trabalhar nas indústrias, mas também (III) sendo uma consumidora de produtos industrializados elaborados nesses centros econômicos e industriais, portanto sustentando a indústria nascente. Por fim, (IV) adquirindo equipamentos que não passavam por inovações tecnológicas, necessitando do capital financeiro externo – industrial ou bancário – para continuar produzindo com competitividade mínima, mas cujos ganhos necessitavam dos baixos salários ou valor de mão-de-obra local. Ao (V) adquirir equipamentos tecnologicamente de uma ou mais geração anterior às mais modernas em funcionamento nos grandes centros, a América Latina também contribuiu para desovar os custos – prejuízos – que a indústria européia estava incurso, pois eram equipamentos ainda não amortizados completamente e que acabavam nas indústrias locais, por via de financiamentos externos.

A tentativas de integração econômica regional ou sub-regional, pelo menos os estudos teóricos, voltavam-se para superar essa condição dependente que as nações estavam submetidas perante, agora, os centros mais industrializados. A CEPAL foi a principal escola que, analisando as peculiaridades de cada nação e cada sub-região, compreendeu a

necessidade de estabelecer projetos específicos de médio e longo prazo, a fim de conseguir proporcionar o desenvolvimento econômico autônomo, de países e conjunto de países. Entretanto, os planos da CEPAL eram de médio e longo prazo, numa região cuja racionalidade não era adequada para tais empreendimentos, uma vez que cada governo era um específico governo, sendo que o próximo governo praticamente fazia tudo começar do zero, enfim, governos personalistas. O pragmatismo racional latino-americano voltado para os ganhos e lucros de curto prazo, impediu que um projeto inter-geracional de crescimento e desenvolvimento econômico pudesse ser implantado a fim de ver os seus concretos resultados. Além disso, secundado pela interferência norte-americana – votada para resguardar os seus interesses na região – cooptando facilmente os governos em vigor, muitos dos projetos tentados acabaram fracassando.

O (I) Tratado de Montevidéu (Uruguai), de 1960, criando a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), com o objetivo de criar uma zona de livre comércio no território comum dos países membros, e que, em 1980, foi substituída pelo Segundo Tratado de Montevidéu, extinguindo a ALALC e criando a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), voltada para atingir, de forma gradual e progressiva, um mercado comum latino-americano; o (II) Tratado de Manágua (Nicarágua), de 1960, estabelecendo o Tratado Geral de Integração Econômica, com vistas à criação futura de um Mercado Comum Centro-Americano (MCCA); o (III) Convênio de Saint John (Ilha Antigua), de 1968, que instituiu a Associação de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA); o (IV) Convênio de Changuaramas (Trinidad e Tobago), de 1973, derivação e evolução do Convênio de Saint John, que instituiu a Comunidade do Caribe (CARICOM), com objetivo de edificar um mercado comum; o (V) Acordo de Cartagena, de 1969, que instituiu o Pacto do Grupo Andino (GRAN); todos eles foram resultado do ingente esforço da CEPAL voltado para proporcionar desenvolvimento econômico na região, mas cujos sucessos seguiram as fases de euforia, lentidão e estagnação.

O Mercosul emerge no contexto da regionalização e da globalização, enfim, dos blocos econômicos voltados para favorecer o comércio regional e enfrentar o comércio mundial com os outros blocos econômicos regionais constituídos. Caminhando para seu décimo quinto ano de vida, verifica-se que os primeiros anos da integração o Mercosul apresentou resultados muito positivos, com forte expansão do comércio regional; entretanto, constata-se também que nessa trajetória o processo integrativo do Cone Sul apresentou e ainda apresenta graves problemas, entre eles a sua capacidade de avançar além da estrita atividade comercial, e estabelecer acordos mais profundos de cooperação na área de

complementação econômica, ciência e tecnologia, financeiro, ausência de movimento em direção ao Mercado Comum, presença de uma União Aduaneira imperfeita com um número elevado de exceções e sua TEC constantemente e reiteradamente violada, uma Zona de Livre Comércio de fato e juridicamente incompleta, entre muitos outros, carência de coordenação de políticas macroeconômicas entre seus sócios, desrespeito a regras de jogo pactuadas quanto a adoção de políticas econômicas claras pelos seus sócios, entre outros mais. O Mercosul chegou a tal ponto de paralisação que teve que ser objeto de “relançamento” para superação da atonia a que havia alcançado, mas solução de crise essa que decorreu unicamente de fatores políticos de pessoas que decidiram resolver a crise, mas não devido a um conjunto de ações próprias, emanadas de suas instituições.

De fato, verifica-se que muitas são as questões concretas econômicas – comércio de produtos tidos como sensíveis para a economia nacional interessada – que se colocam como problemáticas para o inter-relacionamento harmonioso entre os membros do bloco, bem como a forma de condução conjunta das negociações Mercosul e demais blocos, gerando muitos posicionamentos diferentes, conflitos geralmente centrados em ganhos – exportação – de curto prazo ou ganhos de prazo mais dilatado. De todas as crises enfrentadas pelo Mercosul, as do final da década de 1990 e início da década de 2000 foram as mais graves e prejudiciais ao seu sistema de integração, ficando muito claro a todos que seu desenvolvimento é dependente praticamente de forma exclusiva dos Estados, pois não há mecanismos próprios para enfrentar autonomamente esse problema, não podendo, assim, ser desconhecido a raiz da natureza política da organização e da integração em curso.

Mas sucede que essa “natureza política” do processo de integração em curso, é uma liberdade que tem provocado as constantes ou permanentes violações dos Estados ao sistema jurídico do Mercosul, através de criação de subsídios, restrições não-tarifárias, proteções administrativas – inclusive judiciais –, bem como o uso de outros meios que acabaram produzindo o resultado final de distorções no mercado regional, trazendo a incerteza, imprevisibilidade e insegurança jurídica para os atores econômicos do bloco, bem como dificultando negócios e investimentos, prejudicando principalmente as economias menores do processo de integração regional. Todos esse problemas não resolvidos são prenúncios históricos da provável estagnação do processo de integração.

Diante disso, tudo lembra que fatores idiossincráticos – que não deixam de ser de caráter personalista – e de racionalidade formal-pragmática ainda esteja atuando no sentido de não favorecer o processo de integração econômico regional do Mercosul, sendo que as questões pontuais que freqüentemente despontam nos meios de comunicação, apontando

reclamações diversas – diretamente ou indiretamente referidas às questões pertinentes à integração econômica, bem como outras que fogem imediatamente a esses assuntos específicos, atingindo outros de âmbito político entre os parceiros e de afetação na sub-região – partindo de cada um dos parceiros privados ou públicos, contra outros parceiros privados ou públicos do processo, são sintomas indicativos de que um *habitus* pode estar atuando para não concretizar os fins últimos que foram estipulados para o Mercosul. De certa forma, a histórica dependência externa esteja pautando novamente o Mercosul, na sua constituição e desenvolvimento até o presente momento, restando saber se é para reafirmar a posição subalterna das nações envolvidas perante o mundo desenvolvido – reafirmando as hierarquias do Planeta e a devida posição que “realisticamente” as elites locais já tem como certo para sub-região –, ou, diferentemente, para constituir um bloco econômico autônomo no mercado comercial mundial, e buscar um espaço de afirmação mundial.

REFERÊNCIAS UTILIZADAS

1º SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE INTEGRAÇÃO DA PESQUISA NUTRICIONAL E ALIMENTAR, 1979, João Pessoa (PB), Anais. João Pessoa: Ed. da UFPb, 1979.

A agenda política e institucional do Mercosul: aportes para a integração regional. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1997. 248 p.

ABADIE-AICARDI, Aníbal. Expansión imperial y *pathos* espacial: un aspecto de la mentalidad imperial ibérica. In: **Mélanges de la Casa de Velázquez**, (M.C.V.) 1987, t. XXIII, p. 253-79.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo**: o jornalismo e a ética do marceneiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 272 p.

ABREU, Ivonisa Maria Castagna de. **Significado do controle da produção científica na universidade**: o caso da UFSM. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Maria, 2001.

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 256 p.

ACCIOLY, Elizabeth. **Mercosul & União Européia**: estrutura jurídico-institucional. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2001. 222 p.

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de direito internacional público**. 11. ed. 5. tiragem. São Paulo: Saraiva, 1985. 404 p.

ADDA, Jacques. **A mundialização da economia**: gênese. Lisboa; Terramar, 1997. 184 p.

ADDA, Jacques. **A mundialização da economia**: problemas. Lisboa; Terramar, 1997. 192 p.

ADES, Dawn. **Arte na América Latina**. São Paulo: Cosac & Naify, 1997. 366 p.

AGUIAR, Cláudio. **Os espanhóis no Brasil**: contribuição ao estudo da imigração espanhola no Brasil. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. 244 p.

AGUIAR, Cynara Silde Mesquita Veloso de. **A prática do coronelismo em São João da Ponte (MG) no período de 1946-1996**: um estudo de caso. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. 2 v.

AGUIAR, Roberto A. R. de. **A crise da advocacia no Brasil**: diagnóstico e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1994. 168 p.

AGUIAR, Roberto A. R. de. **Direito, poder e opressão**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990. 186 p.

AGUIAR, Roberto A. R. de. **O que é justiça**: uma abordagem dialética. 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1999. 130 p.

AGUILAR, José Antonio; y ROJAS, Rafael (coord.). **El republicanismo en Hispanoamérica**: ensayos de historia intelectual y política. México: Fondo de Cultura Económica, 2002. 454 p.

AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. **La población negra de México**: estudio etnohistórico. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica; Instituto Nacional Indigenista; Xalapa: Universidad Veracruzana; Gobierno del Estado de Veracruz, 1989. 376 p.

AKEHURST, Michael. **Introdução ao direito internacional**. Coimbra: Almedina, 1985. 360 p.

ALARCÓN PIZZORNO, Christian Rolando. **Integração regional e o sistema multilateral da Organização Mundial do Comércio**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Ibama, 1998. 276 p.

ALBUQUERQUE, Leticia. **A convenção de Estocolmo sobre poluentes orgânicos persistentes**. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. **Pequena história da formação social brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal. 1986. 736 p.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.); NOVAIS, Fernando A. (dir.). **História da vida privada no Brasil: Império – a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 526 p.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 528 p.

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Ambientalismo político, seletivo e diferencial no Brasil**. 2003. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; e MAIA, Carlos A (orgs.). **História da ciência: um mapa do conhecimento**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1995. 972 p. Coleção América 92, 500 anos – raízes e trajetórias. v. 2.

ALGORTA PLÁ, Juan (org.). **O Mercosul e a Comunidade Européia: uma abordagem comparativa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Instituto Goethe/ICBA, 1994. 328 p.

ALMEIDA FILHO, Aristides Ribeiro de. **Sistema monetário internacional: as regras do jogo**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 112 p.

ALMEIDA, Guaraci José de. **Fatores restritivos e facilitadores da integração universitária no Mercosul**: na percepção dos representantes de governo, especialistas e administradores universitários. 1997. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

ALMEIDA, Linoberg Barbosa de. **Sistema mundial, Mercosul e Alca**: dilemas da política externa brasileira no atual contexto da globalização. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Mercosul em sua primeira década (1991-2001)**: uma avaliação política a partir do Brasil. Buenos Aires: BID-INTAL, 2002. 64 p.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Mercosul**: fundamentos e perspectivas. Brasília: Grande Oriente do Brasil, 1998. 98 p.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Brasil e o multilateralismo econômico**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. 328 p.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O mercosul no contexto regional e internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 1993. 206 p.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil**: história e sociologia da diplomacia brasileira. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. 440 p.

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALPERSTEDT, Graziela Dia. **Adaptação estratégica em organização universitária**: um estudo qualitativo na Universidade do Sul de Santa Catarina. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ALTMANN, Werner. A rebelião indígena de Chiapas: a anti-neoliberalismo orgânico da América Latina. In: BARSOTTI, Paulo; e PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). **América Latina: história, idéias e revolução**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998, p. 183-203.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; e ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000. 544 p.

ALVES FILHO, Antonio. **Desenvolvimento de comunidade**: uma revisão crítica à luz da teoria da delimitação dos sistemas sociais. 1982. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1982.

ALVES, Janine da Silva. **Mercosul**: características estruturais de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (uma análise de base exploratória de indicadores econômicos e sociais). Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992. 172 p.

ALVES, Jorge de Jesus Ferreira. **Direito da concorrência nas comunidades européias**. 2. ed. Coimbra: Coimbra, 1992. 364 p.

ALVES, Jorge de Jesus Ferreira. **Lições de direito comunitário**: parte institucional, ordenamento jurídico, liberdades de circulação. 2. ed. Coimbra: Coimbra, 1992. 486 p.

AMADO, Jorge. **O cavaleiro da esperança**: a vida de Luiz Carlos Prestes. 20. ed. São Paulo: Círculo do Livro, []. 356 p.

América Latina. **Estudos de História**: revista do Curso de Pós-Graduação em História da Unesp, FHDSS, campus de Franca, Franca-SP, v.7, n. 2, p. 1-282, 2000.

América: consonâncias e dissonâncias. **Tempo Brasileiro**: revista trimestral de cultural, Rio de Janeiro, n. 110, p. 1-167, jul-set de 1992.

AMORIN, Edgar Carlos de. **Direito internacional privado**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1992. 386 p.

Anais do Seminário Internacional de energia e meio ambiente na integração da Bacia do Prata. Porto Alegre: EFRGS/SAGRA; DC Luzzatto, 1992.

ANDERSON, Peter J. **Política global do poder, justiça e morte**: uma introdução às relações internacionais. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. 400 p.

ANDIC, Suphan; e TEITEL, Simon (org.). **Integración económica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1977. 692 p.

ANDRADE, Lédio Rosa de. **Introdução ao direito alternativo brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996. 342 p.

ANDRADE, Lédio Rosa de. **O que é direito alternativo?**. Florianópolis: Obra Jurídica, 1998. 72 p.

ANDRADE, Léo Rosa de. **A estrutura coronelista de dominação**: análise de um caso. 1984. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1984.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e reforma agrária**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. 88 p.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de (org.). **Verso e reverso do controle penal**: (des)aprisionando a sociedade da cultura punitiva. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002. 2 v. 216 p. 220 p.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica**: do controle da violência à violência do controle penal. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. 336 p.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Cidadania**: do direito aos direitos humanos. São Paulo: Editora Acadêmica, 1993. 144 p.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Dogmática jurídica**: esboço de sua configuração e identidade. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. 121 p.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal máximo X cidadania mínima**: códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. 187 p.

AQUINO, Rubim Santos Leão de; VIEIRA, Fernando Antônio da Costa; WERNECK, Carlo Gilberto; e ROEDEL, Hiran. **Sociedade brasileira**: uma história através dos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Record, 2001. 602 p.

ARAGÃO, José Maria. **A harmonização de políticas macroeconômicas no Mercosul**: a construção de um mercado comum. Buenos Aires: BID-INTAL, 1993.

ARANTES, Rogério Bastos. **Judiciário & política no Brasil**. São Paulo: Idesp; Sumaré; Fapesp; Educ, 1997. 216 p.

ARASAKI, Yara Maria Vieira. **A formação do economista face a uma nova realidade**: o Mercosul pelo viés do Protocolo 23. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 1995.

ARAÚJO JR., José Tavares de *et alii*. **Brasil**: o desafio da abertura econômica. Rio de Janeiro: FGV; Comitê de Cooperação Empresarial; Centro de Economia Mundial, 1992. 228 p.

ARAÚJO, Maria Cristina P. de (org.). **Animais no meio ambiente**: integração-interação. Ijuí; Ed. da Unijuí, 1989. 144 p.

ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira. **A miséria e os dias**: história social da mendicância no Ceará. São Paulo: Hucitec, 2000. 384 p.

ARAUJO, Nadia de. **Contratos internacionais**: autonomia da vontade, Mercosul e convenções internacionais. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. 230 p.

ARAÚJO, Nadia de. **Direito internacional privado**: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. 508 p.

ARAÚJO, Nadia de. Mercosul: balanço jurídico através da análise da jurisprudência brasileira. In: PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Direito da integração**: estudos em homenagem a Werter R. Faria. Curitiba: Juruá, 2001, v. 2, p. 159-74.

ARAÚJO, Nádia; MARQUES, Frederico V. Magalhães; e REIS, Márcio Monteiro. **Código do Mercosul**: tratados e legislação. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. 516 p.

AREND, Márcia Aguiar. **Capitulação penal**: o poder (in)visível do ministério público. 1998. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

Arquidiocese de São Paulo. **Brasil**: nunca mais – um relato para a história. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 312 p.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1998. 394 p.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J.; *et alii*. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. da UFRJ, 2001. 336 p.

ARRUDA JR., Edmundo Lima de (org.). **Lições de direito alternativo 1**. São Paulo: Acadêmica, 1992. 172 p.

ARRUDA JR., Edmundo Lima de (org.). **Lições de direito alternativo 2**. São Paulo: Acadêmica, 1992. 208 p.

ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de; e RAMOS, Alexandre. **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Curitiba: Ibej, 1998. 300 p.

ARRUDA, Ângela (org.). Representando a alteridade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 168 p.

ARRUDA, Marcos; GONÇALVES, Reinaldo; e PRADO, Luis Carlos Delorme. **Mercosul ou a integração dos povos do Cone Sul?** Rio de Janeiro: PACS; FASE; UFRJ, 1992. 96 p.

ARSLANIAN, Regis P. **O recurso à seção 301 da legislação de comércio norte-americana e a aplicação de seus dispositivos contra o Brasil.** Brasília: Instituto Rio Branco, 1994. 172 p.

ASSIS, Machado de. **Teoria do medalhão.** Bauru: Edusc, 2001. 28 p.

ATHAYDE, Phydia de. Vidas arriscadas. **Revista CartaCapital**, ano XII, n. 355, p. 8-13, 17 ago. 2005.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia.** São Paulo: Ed. da Unesp, 2002. 302 p.

AYLLÓN, Manuel. **Yo, Fernando de Aragón: el único rey de las Españas.** Barcelona: Random House Mondadori, 2005. 432 p.

AYMARD, Maurice. O homem e o historiador. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). **Fernand Braudel: tempo e história.** Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 11-20;

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; e MONTEIRO, John Manuel (orgs.). **Raízes da América Latina.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996. 600 p. Coleção América 92, 500 anos – raízes e trajetórias. v. 5.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; e MONTEIRO, John Manuel (orgs.). **Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1997. 424 p. Coleção América 92, 500 anos – raízes e trajetórias. v. 7.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Aplicação do direito e contexto social.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996. 176 p.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Crítica à dogmática e hermenêutica jurídica.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997. 80 p.

BACELAR, Jeferson; e CAROSO, Carlos (orgs.). **Brasil, um país de negros?**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999. 288 p.

BACHELET, Michel. **Ingerência ecológica: direito ambiental em questão**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 372 p.

BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade pública do respeito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. 306 p.

BADIE, Bertrand; e SMOUTS, Marie-Claude. **O mundo em viragem: sociologia da cena internacional**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999. 332 p.

BALAZOTE, Alejandro O.; CATULLO, María R.; e RADOVICH, Juan. **Antropología y grandes proyectos en el Mercosur**. La Plata (Argentina): Minerva, 2001.

BALTHAZAR, Ubaldo César (org.). **Reforma tributária & Mercosul: a instituição do IVA no direito tributário brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. 256 p.

BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. **Estudos de Direito Tributário**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004. 185 p.

BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. **La TVA europeenne et son evolution par etapes en fonction du processus d'integration au sein de la CEE (période 1958-1991)**. 1993. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade Direito, Universidade Livre de Bruxelas, Bruxelas, 1993.

BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. **Manual de direito tributário**. Florianópolis: Diploma Legal, 1999. 89 p.

BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. **Princípio da legalidade tributária e decreto-lei: o conflito doutrinário**. 1983. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1983.

BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. **Textos de Direito Tributário**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004. 152 p.

BALTHAZAR, Ubaldo Cesar; e PALMEIRA, Marcos Rogério. **Temas de direito tributário**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001. 190 p.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Instituto para a Integração da América Latina (INTAL). **Las fuentes de información sobre productos y empresas em el Mercosur**: quien vende y quien compra en el Mercosur. Buenos Aires: BID-INTAL, 1991.

Banco Mundial. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1995: o trabalhador e o processo de integração mundial. Washington: Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial, 1995. 274 p.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: conflito e integração na América do Sul (da tríplice aliança ao Mercosul – 1870-2003). 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 688 p.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel**: a revolução cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 692 p.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O eixo Argentina-Brasil**: o processo de integração da América Latina. Brasília: Ed. da UnB, 1987. 120 p.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata**: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed. da UnB, 1998. 256 p.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo**: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila – da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 602 p.

BAPTISTA, Luiz Olavo. **Empresa transnacional e direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987. 158 p.

BAPTISTA, Luiz Olavo. **O Mercosul**: suas instituições e ordenamento jurídico. São Paulo: LTr, 1998. 272 p.

BAPTISTA, Luiz Olavo. **Os investimentos internacionais no direito comparado e brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. 104 p.

BAPTISTA, Luiz Olavo; e FONSECA, José Roberto Franco (coords.). **O direito internacional no terceiro milênio**: estudos em homenagem ao Prof. Vicente Marotta Rangel. São Paulo: LTr, 1998. 928 p.

BAPTISTA, Luiz Olavo; HUCK, Hermes Marcelo; e CASELLA, Paulo Borba (coord.). **Direito e comércio internacional**: tendências e perspectivas: estudos em homenagem ao Prof. Irineu Strenger. São Paulo: LTr, 1994. 608 p.

BAPTISTA, Luiz Olavo; MERCADANTE, Araminta de Azevedo; e CASELLA, Paulo Borba. **Mercosul**: das negociações à implantação. 2. ed. São Paulo: LTr, 1998. 438 p.

BAQUERO, Marcello (org.). **Reinventando a sociedade na América Latina**: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2001. 208 p.

BARBOSA, Leila Carioni. **O princípio da proporcionalidade e sua relação com os princípios constitucionais da República Federativa do Brasil de 1988**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

BARBOSA, Livia. **O jeitinho brasileiro**: a arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 160 p.

BARBOSA, Rubens Antonio. **América Latina em perspectiva**: a integração regional da retórica à realidade. São Paulo: Aduaneiras, 1991. 250 p.

BARBOSA, Rui. **Às classes conservadoras**. São Paulo: LTr; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. 52 p.

BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício**: iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000. 504 p.

BARBOZA, Mario Gibson. **Na diplomacia, o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Record, 1992. 334 p.

BARNET, Richard J.; e MÜLLER, Ronald E. **Poder global**. São Paulo: Círculo do Livro, []. 422 p.

BARNETT, Antony. Negar até o fim: a assessoria de Bush aconselha aos aliados: digam que o meio ambiente está melhorando. **Revista CartaCapital/The Observer**, São Paulo, ano X, n. 286, p. 46, 14 abr. 2004.

BARRAL, Welber (org.). **Negociações comerciais multilaterais**: a Trade Promotion Authority e os interesses brasileiros. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. 304 p.

BARRAL, Welber (org.). **O Brasil e a OMC**. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2002. 358 p.

BARRAL, Welber (org.). **O Brasil e o protecionismo**. São Paulo: Aduaneiras, 2002. 272 p.

BARRAL, Welber (org.); ANDRADE, Henri Clay. **Inovações no processo civil**. Florianópolis: OAB/SE, 1999. 345 p.

BARRAL, Welber de Oliveira. **A arbitragem e seus mitos**. Florianópolis : OAB, 2000. 160 p.

BARRAL, Welber de Oliveira. **A concorrência e a ordem jurídica comunitária**. 1993. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

BARRAL, Welber de Oliveira. **Metodologia da pesquisa jurídica**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. 204 p.

BARRAL, Welber. **Dumping e comércio internacional**: a regulamentação antidumping após a Rodada Uruguai. Rio de Janeiro: Forense, 2000. 398 p.

BARRAL, Welber. **Tribunais Internacionais**: mecanismos contemporâneos de solução de controvérsias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004. 334 p.

BARRETO FILHO, Fernando Paulo de Mello. **O tratamento nacional de investimentos estrangeiros**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999. 164 p.

BARRETO, Lima. **Aventuras do Dr. Bogoloff**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001. 168 p.

BARSOTTI, Paulo; e PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). **América Latina**: história, idéias e revolução. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998. 248 p.

BASSO, Maristela. **Mercosul**: seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos Estados-membros. Porto alegre: Livraria do Advogado, 1997. 668 p.

BASTIDE, Roger. **Brasil**: terra de contrastes. 10. ed. São Paulo: Difel, 1980. 288 p.

BASTOS, Celso Ribeiro; e FINKELSTEIN, Cláudio. A institucionalização do Mercosul e a harmonização de normas. In: BASTOS, Celso Ribeiro; e FINKELSTEIN, Cláudio. **Mercosul**: lições do período de transitoriedade. São Paulo: Celso Bastos Editora; Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1998, p. 9-10 e 12.

BASTOS, Celso Ribeiro; e FINKELSTEIN, Cláudio. **Mercosul**: lições do período de transitoriedade. São Paulo: Celso Bastos Editora; Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1998.

BASTOS, Elide Rugai. O fio de Ariadne. In: BOTELHO, André. **Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores nacionais**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002, p. 11-2.

BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; e ROLLAND, Denis (orgs.). **Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França**. São Paulo: Cortez, 2003. 256 p.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **A economia como ela é...** São Paulo: Boitempo, 2000.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **A O Brasil e a economia internacional: recuperação e defesa da autonomia nacional**. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2005. 156 p.

BATTATI, Mario. **O direito de ingerência: mutação da ordem internacional**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 354 p.

BAUMANN, Renato; e LERDA, Juan Carlos. A integração econômica entre Brasil, Argentina e Uruguai: que tipo de integração se pretende? In: BAUMANN, Renato; e LERDA, Juan Carlos. **Brasil-Argentina-Uruguai: a integração em debate**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Ed. da UnB, 1987, p. 12-25.

BAUMANN, Renato; e LERDA, Juan Carlos. **Brasil-Argentina-Uruguai: a integração em debate**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Ed. da UnB, 1987.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Hemus, 1983. 120 p.

BECK, Ulrich. **O que é globalização?: equívocos do globalismo; respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 284 p.

BEDIN, Gilmar Antonio *et alii*. **Paradigma das relações internacionais**. Ijuí: Unijuí, 2000. 304 p.

BEDIN, Gilmar Antonio. **A sociedade internacional e o século XXI: em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária**. Ijuí: Unijuí, 2001. 400 p.

BENICÁ, Paulo. **Tributação do consumo pela sistemática do valor agregado**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

BENÍTEZ, Luiz Bráulio Farias. **A burocracia, o direito e a educação formal**: requisitos para a integração social. 1996. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

BENJAMIN, César *et alii*. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. 208 p.

BERNARD, Carmen; e GRUZINSKI, Serge. **História do Novo Mundo**. São Paulo: Edusp, 1997. 706 p.

BERNARD, Carmen (comp.). **Descubrimiento, conquista y colonización de América a quinientos años**. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes; Fondo de Cultura Económica, 1998. 294 p.

BERTULIO, Dora Lucia de Lima. **Direito e relações raciais**: uma introdução crítica ao racismo. 1989. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

BESAÇON, Alain. **A imagem proibida**: uma história intelectual da iconoclastia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 616 p.

BESSONE, Tânia Maria Tavares; e QUEIROZ, Teresa Aline P. (orgs.). **América Latina**: imagens, imaginação e imaginário. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1997. 756 p. Coleção América 92, 500 anos – raízes e trajetórias. v. 8.

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: América Latina colonial. 2. ed. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 1998. v. 1. 682 p.

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: América Latina colonial. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 1999. v. 2. 682 p.; 870 p.

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: da independência até 1870. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Funag, 2001. v. 3. 1016 p.

BETHENCOURT, Francisco. **História das inquisições**: Portugal, Espanha e Itália, séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 534 p.

BETTATI, Mario. **O direito de ingerência**: mutação da ordem internacional. Lisboa: Instituto Piaget, 356 p.

BIANCHI, Ney. **A república do Frei Vavá ou a desmistificação do palavrão brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 1996. 160 p.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Tempo, tempo vivido e história**. Bauru: Edusc, 2003. 96 p.

BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; e REGO, José Marcio. **Conversas com economistas brasileiros**. 2. ed. São Paulo: 34, 1997. 448 p.

BIMBI, Eduardo ; MEIRA, Maria Elisa; SCHROEDER, Osni; e PINTO, Valeska Peres. **Mercosul**: estratégias para a integração (alguns elementos para a definição de um projeto dos arquitetos, engenheiros, agrônomos e agrimensores). Porto Alegre: Confea; Ciam-Brasil; Crea-RS, 1997. 180 p.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 48 p.

BITTENCOURT, Cirne Maria F.; e IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (orgs.). **Educação na América Latina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996. 320 p. Coleção América 92, 500 anos – raízes e trajetórias. v. 3.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PAQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 9. ed. Brasília: UnB, 1997, v. 1.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PAQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 9. ed. Brasília: UnB, 1997, v. 2.

BOCK, Ana Mercês Bahia (org.). **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003. 384 p.

BÖER, Márcia Cambraia Belderrain. **Mercosul e turismo: possibilidades e tendências**. 1998. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

BÖHLKE, Marcelo. **O processo de integração regional e a autonomia do seu ordenamento jurídico**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

BONAVIDES, Paulo. **A constituição aberta: temas políticos e constitucionais da atualidade, com ênfase do federalismo das regiões**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1996. 506 p.

BONFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Garnier, 1903. 434 p.

BONFIM, Manoel. **O Brasil na América: caracterização da formação brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 452 p.

BONFIM, Manoel. **O Brasil nação: realidade e soberania brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. 632 p.

BONILLA, Sergio Abreu. **Mercosur e integración**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitária, 1995. 190 p.

BONILLA, Sergio Abreu; e FILLOL, Alejandro Pastori. **Uruguay y el nuevo orden mundial**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitária, 1992.

BORGES FILHO, Nilson. **Santos e pecadores: o comportamento político dos militares (Brasil-Portugal)**. Florianópolis: Paralelo 27; CPGD, 1997. 136 p.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 408 p.

BOSON, Gerson de Britto Mello. **Constitucionalização do direito internacional: internacionalização do direito constitucional; direito constitucional internacional brasileiro; os caminhos da paz**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. 296 p.

BOTTAN, Antonio Carlos. **O porto seco de Dionísio Cerqueira - SC: um caminho à integração Brasil-Argentina**. 1991. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 465 p.

BOURDIEU Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão do sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999. 328 p.

BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 750 p.

BOURDIEU, Pierre e EAGLETON, Terry. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 265-78.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992;

BOURDIEU, Pierre *et alii*. **Liber 1**. São Paulo: Edusp, 1997. 324 p.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 160 p.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A ontologia política de Martin Heidegger**. Campinas: Papyrus, 1989. 132 p.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **As estruturas sociais da economia**. Lisboa: Piaget, 2001. 288 p.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 432 p.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2**: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 116 p.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 152 p.

BOURDIEU, Pierre. **Cosas dichas**. Barcelona: Gedisa Editoria, 2000. 200 p.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 234 p.

BOURDIEU, Pierre. **Creencia artística y bienes simbólicos**: elementos para una sociología de la cultura. Córdoba y Buenos Aires: Aurelia Rivera, 2003. 278 p.

BOURDIEU, Pierre. **Cuestiones de sociología**. Madrid: Istmo, 2003. 272 p.

BOURDIEU, Pierre. **El oficio de científico**: ciencia de la ciencia y reflexividad. Barcelona: Anagrama, 2003. 214 p.

BOURDIEU, Pierre. **El sentido práctico**. Madrid: Taurus, 1991. 456 p.

BOURDIEU, Pierre. **El sociólogo y las transformaciones recientes de la economía en la sociedad**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2000. 78 p.

BOURDIEU, Pierre. **Intelectuales, política y poder**. Buenos Aires: Eudeba, 2003. 272p.

BOURDIEU, Pierre. **La distinción**: criterio y bases sociales del gusto. 2. ed. Madrid: Taurus, 2000. 600 p.

BOURDIEU, Pierre. **Lições da aula**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. 64 p.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalinas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 322 p.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrando do Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Pensamiento y acción**. 2. ed. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2002. 158 p.

BOURDIEU, Pierre. **Poder, derecho y clases sociales**. 2. ed. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo; Papyrus, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Los uso sociales de la ciencia**. Buenos aires; Nueva Vision, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 144 p.

BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. **O amor pela arte**: os museus de arte na Europa e seu público. São Paulo: Edusp: Zouk, 2003. 244 p.

BOURDIEU, Pierre; HAACKE, Hans. **Livre-troca**: diálogo entre ciência e arte. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 136 p.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Los herederos**: los estudiantes y la cultura. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003. 190 p.

BOURDIEU, Pierre; TEUBENER, Gunther. **La fuerza del derecho**. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre: Uniandes: Instituto Pensar, 2000. 222 p.

BRANCO, Luizella Giardino B. **Sistema de solução de controvérsias no Mercosul:** perspectiva par a criação de um modelo institucional permanente. São Paulo: LTr, 1997.

BRANDÃO, Antônio Salazar P.; e PEREIRA, Lia Valls (orgs.). **Mercosul:** perspectivas da integração. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996. 308 p.

BRASLAVSKY, Cecília (org.). **Aprender a viver juntos:** educação para a integração na diversidade. Brasília: Unesco; Ibe; Sesi; UnB, 2002. 146 p.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII.** São Paulo: Martins Fontes, 1997, 1998, 1998. 3 v. 542 p. 578 p. 630 p.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRAUDEL, Fernand. **Gramática das civilizações.** São Paulo: Martins Fontes, 1989. 508 p.

BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II.** São Paulo: Martins fontes, 1983, 1984. 2 v. 696 p. 732 p.

BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a história.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 3-31.

BRIGAGÃO, Clóvis. **Inteligência e marketing:** o caso Sivam. Rio de Janeiro: Record, 1996. 144 p.

BRITO, Antonio José Guimarães. **Povos indígenas e relações internacionais:** a tolerância como princípio nas relações interétnicas. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BROGINI, Gilvan Damiani. **Medidas de salvaguarda e uniões aduaneiras.** São Paulo: Aduaneiras, 2000. 124 p.

BRONZATTO, Carlos Alberto; e BARBOZA, Márcia Noll. **Os efeitos do artigo 98 do código tributário nacional e o processo de integração do Mercosul**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas; Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos da Integração, 1994. 102 p. Estudos de Integração, v. 6.

BROWN, Dee. **Enterrem meu coração na curva do rio**. São Paulo: Círculo do Livro, []. 292 p.

BRUIT, Héctor H. **O imperialismo**. 17. ed. São Paulo: Atual, 1997. 92 p.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Ed. da UFRRJ, 1997. 162 p.

BUCKLEY, Walter. **A sociologia e a moderna teoria dos sistemas**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1976. 308 p.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993. 142 p.

BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro; e UMBELINO DE OLIVEIRA, Ariovaldo (orgs.). **Chiapas: construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 382 p.

BULHÕES, Maria Amélia; e KERN, Maria Lúcia Bastos (orgs.). **América Latina: territorialidade e práticas artísticas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. 190 p.

BUSARELLO, Raulino. **Dicionário básico latino-português**. 5. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2002. 289 p.

CABRAL, Milton. **Integração econômica da América Latina**. Brasília: Senado Federal, 1983. 94 p.

CABRAL, Salvador. **A revolução cultural do Mercosul**. Florianópolis: Insular, 1995. 154 p.

CADEMARTORI, Sérgio. **As dimensões jurídico-políticas do segredo**. 1990. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

CADEMARTORI, Sérgio. **Estado de direito e legitimidade**: uma abordagem garantista. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. 188 p.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá**: empresário do império. São Paulo: Companhia da Letras, 1995. 560 p.

CALDERÓN, Fernando; y DOS SANTOS, Mario R. **Hacia un nuevo orden estatal en América Latina**: veinte tesis sociopolíticas y un corolario. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica; Buenos Aires: Clacso, 1991. 168 p.

CÂMARA, Irene Pessôa de Lima. **Em nome da democracia**: a OEA e a crise haitiana – 1991-1994. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1998. 240 p.

CAMARGO, Mônica Ovinski de. **O Estado e o indivíduo**: o conflito entre punir e libertar – história da presunção de inocência no Brasil (1948-2000). 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CAMARGO, Monica Ovinski de. **O princípio da presunção inocência no Brasil**: o conflito entre punir e libertar. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2005. 320 p.

CAMPBELL, Jack (org.). **Construindo um futuro comum**: educando para a integração na diversidade. Brasília: Unesco, 2002. 264 p.

CAMPBELL, Jorge (org.). **Mercosul**: entre a realidade e a utopia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. 550 p.

CAMPOS, André; BARBOSA, Alexandre; POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo; e SILVA, Ronnie (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil: os ricos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3. 208 p.

CAMPOS, André; POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo; e SILVA, Ronnie (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial**. São Paulo: Cortez, 2003. v. 2. 168 p.

CAMPOS, Dejalma (coord.). **O sistema tributário e o Mercosul**. São Paulo: LTr, 1998. 432 p.

CAMPOS, João Mota de. **Direito comunitário: o direito institucional**. 8. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. 872 p.

CAMPOS, João Mota de. **Direito comunitário: o ordenamento económico**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. 1094 p.

CAMPOS, João Mota de. **Direito comunitário: o ordenamento jurídico comunitário**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. 920 p.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas; e GUARESCHI, Pedrinho A. **Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 224 p.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 9. ed. Belo horizonte: Itatiaia, 2000. 2. v.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001. 376 p.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4. ed. Campinas (SP): Unicamp; IE, 1998. 324 p.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000. 584 p.

CAPANEMA, Ivana Fontanive. **Ambiente para construção de sistemas especialistas em tempo real para a Itaipu Binacional**. 1999. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

CARABACA, Marlon. **A implementação da representação democrática no processo de integração econômica regional do Mercosul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CARAMUTI, Ofélia Stahringer de. **El Mercosur em el siglo XXI**. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1998. 592 p.

CARDOSO, Ciro Flamarion; e MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000. 288 p.

CARDOSO, Fernando Henrique; e FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, []. 144 p.

CARMAGNANI, Marcello; HERNÁNDEZ CHÁVEZ, Alicia; e ROMANO, Ruggiero (coord.). **Para una historia de América I**: las estructuras. México: Colegio de México; Fondo de Cultura Económica, 1999. 576 p.

CARONE, Edgard. **A quarta república**: 1945-1964. São Paulo: Difel, 1980. 588 p.

CARONE, Edgard. **A república velha I**: instituições e classes sociais (1889-1930). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 416 p.

CARONE, Edgard. **A república velha II**: evolução política (1889-1930). 4. ed. São Paulo: Difel, 1983. 510 p.

CARONE, Edgard. **A segunda república**: 1930-1937. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. 454 p.

CARONE, Edgard. **A terceira república**: 1937-1945. 2. ed. São Paulo: Difel, 1982. 586 p.

CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil**: 1877-1944. 2. ed. São Paulo: Difel, 1984. 490 p.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo**: 1937-1945. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 388 p.

CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise**: 1919-1939. Brasília: Ed. da UnB, 1981. 220 p.

CARRANZA, Iñigo Pedrueza. **Sociedade civil**: novas liberdades ou novos controles sociais? (o seu papel comparado nos processos de construção regional: Mercosul e União Européia). 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CARRASQUILLA, Ricardo Schembri. **Teoría jurídica de la integración latinoamericana**. São Paulo: Parlamento Latinoamericano, 2001. 130 p.

CARRERA HERNÁNDEZ, Francisco Jesús. **Política pesquera y responsabilidad internacional de la comunidad europea**. Salamanca (Espanha): Universidad de Salamanca, 1995.

CARRILLO SALCEDO, Juan Antonio. **Curso de derecho internacional público**. Madrid: Tecnos, 1991. 344 p.

CARTA, Mino. **O castelo de âmbar**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 402 p.

CARTA, Mino. O dia em que a Daslu caiu: Bastilha não; colha-se apenas mais uma prova do fracasso dos donos do poder. **Revista CartaCapital**, ano XI, n. 351, p. 20, 20 jul. 2005.

CARTA, Mino. O plebeu parte para cima. **Revista CartaCapital**, ano XII, n. 354, p. 18, 10 ago. 2005.

CARTA, Mino. O velho mundo fica muito longe. **Revista CartaCapital**, ano XII, n. 368, p. 20, 16 nov. 2005.

CARVALHO, Genésio. **A política de cooperação da União Européia com os países da África**: a experiência de Guiné-Bissau. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 462 p.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 168 p.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 240 p.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 200 p.

CARVALHO, Leonardo Arquimimo de (org.). **Geopolítica & relações internacionais**. Curitiba: Juruá, 2002. 300 p.

CARVALHO, Leonardo Arquimimo de. **Direito antitruste & relações internacionais**: extraterritorialidade e cooperação. Curitiba: Juruá, 2001. 230 p.

CASAGRANDE, Nelson Granemann. **A gestão da informação como estratégia de acesso ao Mercosul pelas pequenas empresas de Santa Catarina**: um diagnóstico do setor calçadista. 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

CASÉ, Paulo. **Favela**: uma exegese a partir da Mangueira. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Prefeitura, 1996. 124 p.

CASELLA, Paulo Borba (coord.). **Contratos internacionais e direito econômico no Mercosul após o período de transição**. São Paulo: LTr, 1996.

CASELLA, Paulo Borba (coord.). **Mercosul: integração regional e globalização**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. 1160 p.

CASELLA, Paulo Borba. **Comunidade européia e seu ordenamento jurídico**. São Paulo: LTr, 1994. 650 p.

CASELLA, Paulo Borba. **Mercosul: exigências e perspectivas; integração e consolidação do espaço econômico (1995-2001-2006)**. São Paulo: LTr, 1996. 320 p.

CASELLA, Paulo Borba; e ARAUJO, Nadia de. **Integração jurídica interamericana: as convenções interamericanas de direito internacional privado (cidips) e o direito brasileiro**. São Paulo: LTr, 1998. 664 p.

CASELLA, Paulo Borba; e MERCADANTE, Araminta de Azevedo (coords). **Guerra comercial ou integração mundial pelo comércio?: a OMC e o Brasil**. São Paulo: LTr, 1998.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004. 460 p.

CASTRO, Luiz Augusto de Araújo. **O Brasil e o novo direito do mar: mar territorial e zona econômica exclusiva**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1989. 92 p.

CASTRO, Ricardo Valente Souto de. **Mercosul e a necessidade de harmonizar as legislações de trânsito**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

Catedra Internacional Andres Bello/Argentina. **Integración y cooperación atlántico-pacífico**. Rosario (Santa Fe, Argentina): Universidad Nacional de Rosario; REUN; AUGM; UNESCO, 2002. 334 p.

CAVALCANTI, Marco Antônio Freitas de Hollanda. **Integração econômica e localização sob concorrência imperfeita**. Rio de Janeiro: BNDES, 1997. 94 p.

CELLI JUNIOR, Umberto. **Regras de concorrência no direito internacional moderno**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. 254 p.

Centro de Memória da Eletricidade do Brasil. **Memórias do desenvolvimento**: Lucas Lopes – depoimento. Rio de Janeiro: CMEB, 1991. 348 p.

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. **Dom Quixote de la Mancha**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 610 p.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina**: velhos e novos paradigmas. Brasília: IBRI-FUNAG, 2001. 320 p.

CERVO, Amado Luiz; e BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2002. 528 p.

CERVO, AMADO Luiz; e RAPOPORT, Mario (orgs.). **História do cone sul**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed. da UnB, 1998. 336 p.

CINTRA, Marcos; e CARDIM, Carlos Henrique (orgs.). **O Brasil e a Alca**: seminário. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002. 508 p.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. 154 p.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. 453 p.

CLAVAL, Paul. **A nova geografia**. Coimbra: Almedina, 1987. 162 p.

CLAVAL, Paul. **Geografia do homem**: cultural, economia, sociedade. Coimbra: Almedina, 1987. 500 p.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. **A fiscalização abstrata de constitucionalidade no direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. 298 p.

COBO BORDA, Juan Gustavo (comp.). **Germán Arciniegas**: América Ladina. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. 432 p.

COELHO NETTO, J. Teixeira. **Semiótica, informação e comunicação**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.

COELHO, Luiz Fernando. **Saudade do futuro**: transmodernidade, direito, utopia. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001. 176 p.

COELHO, Luiz Fernando. **Teoria crítica do direito**. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991. 416 p.

COELHO, Pedro Motta Pinto. **Fronteiras na Amazônia**: um espaço integrado. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1992. 160 p.

COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Espanha e Portugal**: o fim da ditaduras. São Paulo: Xamã; FFLCH História USP, 1995. 232 p.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: contexto, 2001. 128 p.

COLAÇO, Thaís Luzia. **“Incapacidade” indígena**: tutela religiosa e violação do direito guarani nas missões jesuíticas. Curitiba: Juruá, 2000. 224 p.

COLASSUONO, Miguel. **Integração da economia de São Paulo no planejamento econômico nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1973. 74 p.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 1999. 424 p.

Conasur: objetivos y acciones. Brasília: IICA/CONASUR, 1992. 72 p.

CORRÊA, Joseane Aparecida. **A qualificação jurídica do tempo de serviço para fins de aposentadoria do servidor público estadual e a aplicação da emenda constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998.** 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CORRÊA, Plínio de Oliveira. **Liberdade individual nos países do Mercosul.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995. 224 p.

CORREAS, Óscar. **Crítica da ideologia jurídica:** ensaio sócio-semiológico. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995. 280 p.

CORREAS, Óscar. **Teoría del derecho.** Barcelona: M. J. Bosch, 1995. 310 p.

COSTA, Antonio Luiz Monteiro Coelho da. Silêncio de ensurdecer. **Revista CartaCapital,** São Paulo, ano X, n. 280, p. 50-3, 3 mar. 2004.

COSTA, Bertoldo Silva. **A sociedade catarinense e o lixo:** resíduos sólidos; proposta de um modelo de gestão. 2002. Dissertação (Mestrado em engenharia Ambiental) – Curso de Pós-Graduação em engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

COSTA, Ligia Maura; e GRISI, Celso Cláudio de Hildebrand e (coords.). **Negociações internacionais e a globalização.** São Paulo: LTr, 1999. 160 p.

COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; MOREIRA, Roberto José; e BRUNO, Regina (orgs.). **Mundo rural e tempo presente.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 352 p.

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles:** o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Hucitec; Campinas: Ed. da Unicamp, 1996. 336 p.

Costos laborales en el Mercosur. Montevideu: Fundación de Cultura Universitaria, 1993.

COULANGES, Fustel. **A cidade antiga.** São Paulo: Hemus, 1975. 312 p.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaio sobre idéias e formas. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 272 p.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **A lide e o conteúdo do processo penal**. Curitiba: Juruá, 1989. 166 p.

CRISTOFOLI, Maria Silvia. **Intercâmbio cultural, ensino de história e identidade latino-americana**: uma utopia possível. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

Cultura e governabilidade democráticas: América Latina no limiar do terceiro milênio. **Tempo Brasileiro**: revista trimestral de cultural, Rio de Janeiro, n. 106/7, p. 1-140, jul-dez de 1991.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. 33. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987. 418 p.

CUNHA, Joaquim da Silva. **Direito internacional público**: introdução e fontes. 5. ed. Coimbra: Almedina, 1993. 304 p.

CUNHA, Joaquim da Silva; PEREIRA, Maria da Assunção do Vale. **Manual de direito internacional público**. Coimbra: Almedina, 2000. 688 p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos do índio**: ensaios e documentos. São Paulo: Brasiliense, 1987. 232 p.

CUNHA, Paulo de Pitta e. **De Maastricht a Amesterdão**: problemas da união monetária européia. Coimbra: Almedina, 1999. 144 p.

CUNHA, Paulo de Pitta e. **Direito institucional da União Européia**. Coimbra: Almedina, 2004. 216 p.

CUNHA, Paulo de Pitta e. **Integração europeia**: estudos de economia, direito, e política comunitários (1963-1993). 2. ed. Coimbra: Almedina, 2004. 740 p.

CUNHA, Paulo de Pitta *et alii*. **A União Europeia na encruzilhada**. Coimbra: Almedina, 1996. 232 p.

CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de leitura**. 2. ed. rev. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. 268 p.

CHARTIER, Roger. Formação social e economia psíquica: a sociedade de corte no processo civilizador. In: ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHASKA MORI, Lourdes Soria. **La Unión Europea, Mercosur y el medio ambiente**. Bruxelas: Friedrich-Naumann-Stiftung, 1996.

CHASTEEN, John Charles. **América Latina**: uma história de sangue e fogo. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 286 p.

CHAUI, Marilena. O que é ideologia. 39. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. 128 p.

CHEMAMA, Roland (Org.). **Dicionário de psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 242 p.

CHEREM, Giselda da Silveira. **Os países em desenvolvimento e a regulamentação da política de subsídios pela OMC**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CHESNAIS, François (coord.). **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998. 336 p.

CHEVALIER, François. **América Latina**: de la independencia a nuestros días. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. 780 p.

CHIARELLI, Carlos Alberto Gomes e CHIARELLI, Matteo Rota. **Integração**: direito e dever. São Paulo: LTr, 1992. 288 p.

CHIAVENATO, Júlio J. **Cangaço**: a força do coronel. São Paulo: Brasiliense; Brasília: MCT/CNPq, 1990. 132 p.

CHIAVENATO, Julio José. **Genocídio americano**: a Guerra do Paraguai. São Paulo: Círculo do Livro, []. 226 p.

CHIAVENATO, Julio José. **Genocídio americano**: a Guerra do Paraguai. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. 208 p.

CHLUDINSKI, Adriano Py. **Integração de dados oceanográficos e de sensoriamento remoto na análise espacial de águas costeiras visando a setorização da Reserva Biológica Marina do Arvoredo e Baía de Tijucas**, SC. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CHLUMSKÝ, Jiří; MALÝ, Jiří, RYDVAN, Tomáš; ŠUMPÍKOVÁ, Markéta. **Monitoring preparations os tradition countries for EU-accession**. Prague: University Economics of Prague; Research Center of Integration of the Czech into European Economy; Friedrich Ebert-Stiftung, 2000.

CHOMSKY, Noam. **11 de setembro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 154 p.

CHOMSKY, Noam. **A luta de classes**: entrevistas a David Barsamian. Porto Alegre: ArtMed, 1999. 166 p.

CHOMSKY, Noam. **A minoria próspera e a multidão inquieta**. 2. ed. Brasília: UnB, 1997. 150 p.

CHOMSKY, Noam. **Novas e velhas ordens mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996. 376 p.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?:** neoliberalismo e ordem global. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 192 p.

CHOMSKY, Noam. **O que o tio sam realmente quer.** Brasília: UnB, 1996. 152 p.

CHOMSKY, Noam. **Os caminhos do poder:** reflexões sobre a natureza humana e a ordem social. Porto Alegre: ArtMed, 1998. 256 p.

CHOMSKY, Noam. **Segredos, mentiras e democracia:** entrevistas a David Barsamian. Brasília: UnB, 1997. 144 p.

CHOMSKY, Noam; e DIETERICH, Heinz. **A sociedade global:** educação, mercado e democracia. Blumenau: Ed. da Furb, 1999. 268 p.

CHONCHOL, Jacques. **Sistemas agrários em América Latina:** de la etapa prehispánica a la modernización conservadora. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. 448 p.

CHRAIM, Macul. **O Mercosul e seus impactos sobre o sistema de transporte rodoviário de passageiros de Santa Catarina.** 1996. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

CHUDNOVSKY, Daniel (org.). **Investimentos externos no Mercosul.** Campinas: Papirus; Instituto de Economia da Unicamp, 1999. 352 p.

CHUDNOVSKY, Daniel; e FANELLI, José Maria (coords.). **El desafío de integrarse para crecer:** balance y perspectivas del Mercosur en su primera década. Madrid: Red de Investigaciones Económicas del Mercosur; BID; Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2001. 402 p.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo:** racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. 248 p.

DAL RI JÚNIOR, Arno; e OLIVEIRA, Odete Maria de (orgs.). **Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais-regionais-globais**. Ijuí: Ed da Unijuí, 2002. 544 p.

DAL RI JÚNIOR, Arno; e OLIVEIRA, Odete Maria de (orgs.). **Direito internacional econômico em expansão: desafios e dilemas**. Ijuí: Unijuí, 2003. 952 p.

DALL'AGNOL, Clarice Maria. **O agir-refletir nos movimentos de integração e diferenciação de uma equipe de enfermagem em relações de trabalho**. 1994. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O renascer do direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996. 142 p.

DaMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DaMATTA, Roberto. Prefácio. In: BARBOSA, Livia. **O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros**. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 156 p.

DANTAS, Iberê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju: Ed. da UFS, []. 114 p.

DAYRELL, Eliane Garcindo; e IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (orgs.). **América Latina contemporânea: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996. 640 p. Coleção América 92, 500 anos – raízes e trajetórias. v. 4.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, []. 2. v. 692 p.

DECCA, Edgar de. **1930: o silêncio dos vencidos – memória, história e revolução**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. 216 p.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. 448 p.

DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto; Ed. da Unesp; Fapesp, 1997. 680 p.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Livro de ouro da história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. 400 p.

DELGADO, Nelson; LAVINAS, Lena; MALUF, Renato; ROMANO, Jorge. **Estratégias agroindustriais e grupos sociais rurais: o caso do Mercosul**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996. 186 p.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **O Mercosul e a nacionalidade: estudo à luz do direito internacional**. Rio de Janeiro: Forense, 2001. 212 p.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente: 1300-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 472 p.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Brasília: UnB, 1985. 110 p.

DESCOMBES, Roger. **Integration**. Paris: Hermann, 1972. 207 p.

Desenvolvimento: a dança melancólica dos números. **Revista CartaCapital**, ano XII, n. 359, p. 16, 14 set. 2005.

DI FELICE, Massimo; e MUÑOZ, Cristobal. **A revolução invencível: subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional – cartas e comunicados**. São Paulo: Boitempo, 1998. 256 p.

DIAS, Lindolpho de Carvalho. Perspectivas das relações do Brasil com os países da América do Sul. In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; e CARDIM, Carlos Henrique. **Seminário de política externa do Brasil para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003, p. 235-70.

DIAS, Manuel Nunes. **O descobrimento do Brasil: subsídio para o estudo da integração do Atlântico Sul**. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1967. 168 p.

DÍAZ MÜLLER, Luis. **América Latina**: relaciones internacionales y derechos humanos. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1991. 388 p.

DICIONÁRIO DE ECONOMIA. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

DIENER, Pablo; e COSTA, Maria de Fátima. **A América de Rugendas**: obras e documentos. São Paulo: Estação Liberdade; Kosmos, 1999. 168 p.

DIEZ DE VELASCO, Manuel. **Instituciones de derecho internacional público**. 12. ed. Madrid: Tecnos, 1999. 926 p.

DIEZ DE VELASCO, Manuel. **Las organizaciones internacionales**. 10. ed. Madrid: Tecnos, 1997.

DIMENSTEIN, Gilberto *et alii*. **O complô que elegeu Tancredo**. Rio de Janeiro: JB, 1985. 248 p.

DIMENSTEIN, Gilberto. **A república dos padrinhos**: chantagem e corrupção em Brasília. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 159 p.

DIMENSTEIN, Gilberto. **As armadilhas do poder**: bastidores da imprensa. São Paulo: Summus, 1990. 160 p.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Conexão Cabo Frio**: escândalo no Itamaraty. São Paulo: Brasiliense, 1989. 124 p.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Democracia em pedaços**: direitos humanos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 264 p.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Meninas da noite**: a prostituição de meninas-escravas no Brasil. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 264 p.

DINGES, John. **Os anos do condor**: uma década de terrorismo internacional no cone sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 448 p.

DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; e PELLET, Alain. **Direito internacional público**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 1232 p.

Direito e integração: experiência latino-americana e européia. Brasília: UnB, 1981. 129 p.

Direito espacial: coletânea de convenções, atos internacionais e diversas disposições legais em vigor. Brasília: Agência Espacial Brasileira; Sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial, 1997. 182 p.

DOBROWOLSKI, Silvio (org.). **A constituição no mundo globalizado**. Florianópolis: Diploma Legal, 2000. 315 p.

DOBROWOLSKI, Sílvio. **O pluralismo e o controle dos poderes do Estado**. 1993. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

DOLINGER, Jacob. **Direito internacional privado**: parte geral. 2. ed. atual. Rio de Janeiro: Renovar, 1993. 442 p.

DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 326 p.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 620 p.

DORNELES, Leandro do Amaral Dorneles de. **Direito do trabalho em perspectiva**: flexibilização e descaracterização da regulação tutelar do trabalhador. 1999. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

DORON, Roland; e PAROT, Françoise. **Dicionário de psicologia**. São Paulo: Ática, 1998. 864 p.

DOSSE, François. **História do estruturalismo: o campo de signo, 1945/1966**. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1993. 464 p. v. 1.

DOSSE, François. O traje novo do presidente Braudel. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). **Fernand Braudel: tempo e história**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 35-55.

Dossiê Judiciário. **Revista USP**, São Paulo, n. 21, p. 6-151, mar/abr/mai 1994.

DROMI, Roberto; e MOLINA DEL POZO, Carlos. **Acuerdo Mercosur-Union Europea**. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1996. 306 p.

DUARTE-PLON, Leneide. Tortura à francesa: Marie-Monique Robin mostra como o Brasil foi pioneiro na importação da teoria militar sobre esquadrões da morte. **Revista CartaCapital**, ano XI, n. 329, p. 34-6, 16 fev. 2005.

DUBY, Georges (dir.). **A civilização latina: dos tempos antigos ao mundo moderno**. Lisboa: Dom Quixote, 1989. 230 p.

DUNNING Eric; e MENNELL, Stephen. Prefácio à edição inglesa. In: ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 7-8 e 11.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

DUPUY, René-Jean. **O direito internacional**. Coimbra: Almedina, 1993. 180 p.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá: teoria das relações internacionais**. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. 486 p.

DUSSEL, Enrique D. **1492: o encobrimento do outro – a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993. 198 p.

DUSSEL, Enrique D. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000. 672 p.

DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da libertação**. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

DUSSEL, Enrique D. **Método para uma filosofia da libertação: superação analítica da dialética hegeliana**. São Paulo: Edições Loyola, 1986. 294 p.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Unesp: Boitempo, 1997. 206 p.

EINSTEIN, Albert. **A teoria da relatividade especial e geral**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. 136 p.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **La sociedad cortesana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. 406 p.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2 v.

ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ELIAS, Norbert. **Sobre el tiempo**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. 224 p.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 168 p.

ENCICLOPÉDIA EPB UNIVERSAL. São Paulo: Pedagógica Brasileira, 1969, v. 5.

ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. 2 v.

ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998. 24 v.

ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA. Lisboa: Editorial Verbo, 1970, v.10.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. São Paulo; Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 1995, v. 12.

ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL ILUSTRADA EUROPEO-AMERICANA. Madrid: Espasa-Calpe, 1958, tomo XXVIII, segunda parte.

ERDMANN, Alacoque Lorenzini. **A complexidade no cotidiano de um sistema organizacional de cuidados de enfermagem hospitalar**. 1995. Tese (Doutorado em Filosofia de Enfermagem) – Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografia dos estudos culturais**: uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 240 p.

Estrategias de desarrollo e integracion en el Grupo Andino. Lima (Peru): INTAL-JUNAC, 1985.

FACHIN, Luiz Edson. (coord.). **Repensando fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. 332 p.

FACHIN, Luiz Edson. **Elementos críticos do direito de família**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. 348 p.

FACHIN, Luiz Edson. **Estabelecimento da filiação e paternidade presumida**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1992. 184 p.

FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila (org.). **Retrato dos cursos jurídicos em Santa Catarina**: elementos para uma educação jurídica. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2002. 502 p.

FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. **Direito e holismo**: introdução a uma visão jurídica de integridade. 1999. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. **Direito e taoísmo**: elementos para compreensão do sistema jurídico à luz do princípio único universal. 2003. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. **O direito e a hipercomplexidade**. São Paulo: LTr, 2003. 173 p.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994. 136 p.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis**: a pirâmide e o trapézio. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001. 560 p.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 8. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989. 2 v. 752 p.

FARIA, José Ângelo Estrella. **O Mercosul**: princípios, finalidades e alcance do tratado de Assunção. Brasília: Ministério das Relações Exteriores; Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, 1993. 193 p.

FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 1999. 360 p.

FARIA, Werter R. **Defesa da concorrência no Mercosul**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas; Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos da Integração, 1992. 72 p. Estudos de Integração, v. 1.

FARIA, Werter R. **Disciplina da concorrência e controle das concentrações de empresas no Mercosul**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas; Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos da Integração, 1993. 105 p. Estudos de Integração, v. 5.

FARIA, Werter R. **Estudos sobre integração**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000. 223 p.

FARIA, Werter R. **Harmonização legislativa no Mercosul**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas; Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos da Integração, 1995. 76 p. Estudos de Integração, v. 8.

FAROUKI, Nayla. **A relatividade**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. 128 p.

FAUSTO, Boris (dir.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 424 p.

FAUSTO, Boris (dir.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano – sociedade e instituições (1889-1930)**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1985. 432 p.

FAUSTO, Boris (dir.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano – sociedade e política (1930-1964)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. 608 p.

FAUSTO, Boris (dir.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano – economia e cultura (1930-1964)**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986. 670 p.

FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Edusp, 1999. 580 p.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. 16 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 160 p.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 296 p.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP/FDE, 1995.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 2000. 96 p.

FAVRE, Henri. **A civilização inca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 108 p.

FAZENDA, Ivani Catarina Arante. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** São Paulo: Loyola, 1993. 112 p.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas arriscadas**: um estudo sobre os jovens inscritos no tráfico de drogas em São Paulo. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FEIJÓ, Flavio Tosi. **Os determinantes das exportações de produtos industriais brasileiros par a Argentina**: uma análise econométrica. 1999. Dissertação (Mestrado em Economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

FEIL, Iselda Terezinha Sausen. **Alfabetização**: um desafio novo para um novo tempo. Petrópolis: Vozes; Ijuí: Unijuí, 1983. 188p.

FELIPE, Sônia T.; PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. **O corpo violentado**: estupro e atentado violento ao pudor. Florianópolis: Ed da UFSC, 1998. 118 p.

FERNANDES, António José. **A União Européia de Maastricht**: federação, confederação ou comunidade de estados? Lisboa: Presença, 1994. 140 p.

FERNANDES, António José. **Relações internacionais contemporâneas**: do mundo da Europa à Europa do mundo. Itajaí: Univali, 1998. 300 p.

FERNANDES, António José. **Relações internacionais**: factos, teorias e organizações. Lisboa: Editorial Presença, 1991. 488 p.

FERNANDES, Edison Carlos. **Sistema tributário do Mercosul**: o processo de harmonização das legislações tributárias. São Paulo: RT, 1997. 152 p.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: no limiar de uma nova era. São Paulo: Edusp; Dominus, 1965. v. 2.

FERNANDES, Florestan. **A integração dos negros na sociedade de classes**: o legado da raça branca. 3. ed. São Paulo; Ática, 1978. v. 1.

FERNANDES, Florestan. Padrões de dominação externa na América Latina. In: BARSOTTI, Paulo; e PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). **América Latina**: história, idéias e revolução. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998, p. 95-112.

FERNANDEZ, Wilson. **Mercosur**: economia, política y estratégia en la integración. Montevideu: Fundación de Cultura Universitária, 1992. 166 p.

FERREIRA FILHO, Manoel Caetano. **A preclusão no direito processual civil**. Curitiba: Juruá, 1991. 128 p.

FERREIRA NETO, Edgard Leite. **Os partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988. 80 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [].

FERREIRA, Edda Arzúa. **Integração de perspectivas**: contribuição para uma análise das personagens de ficção. Rio de Janeiro: Cátedra, 1975. 118 p.

FERREIRA, María Carmen; e OLIVERA, Julio Ramos. **Mercosur**: enfoque laboral. Montevideu: Fundación de Cultura Universitaria, 1994.

FERRO, Marc. **História das colonizações**: das conquistas às independências – séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 464 p.

FIGUEIRAS, Marcos Simão. **Mercosul no contexto latino-americano**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 282 p.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro da Washington Luís a Lula (1927-2005)**. Rio de Janeiro: Record, 2005. 592 p.

FINKELSTEIN, Cláudio. **A caminho de uma federação européia**. São Paulo, Curso de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mimeo.

FIORATI, Jete Jane. **A disciplina jurídica dos espaços marítimos na convenção das Nações Unidas sobre direito do mar de 1982 e na jurisprudência internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. 500 p.

FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 494 p.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 240 p.

FIORI, José Luís; LOURENÇO, Marta Skinner de; e NORONHA, José Carvalho de. **Globalização: o fato e o mito**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998. 240 p.

FISCHER, Gustave-Nicolas. **Os conceitos fundamentais da psicologia social**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002. 268 p.

FLEMMING, Diva Marília; e GONÇALVES, Mirian Buss. **Calculo A: funções, limite, derivação, integração**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Makron; Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992. 617 p.

FLORES, Alberto Vivar. **Antropologia da libertação latino-americana**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991. 150 p.

FLORESCANO, Enrique. **Memoria mexicana**. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1994. 606 p.

FLUSSER, Vilém. **Fenomenologia do brasileiro**: em busca de um novo homem. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998. 176 p.

FOHLEN, Claude. **América anglo-saxônica**: de 1815 à atualidade. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1981. 348 p.

Folha de São Paulo/Datafolha. **Racismo cordial**: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998. 208 p.

FONSECA JR., Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais**: poder e ética entre as nações. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 376 p.

FONSECA JÚNIOR, Gelson; e CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de. **Temas de política externa brasileira II**. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão; São Paulo: Paz e Terra, 1997. 2 v. 366 p. 206 p.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997. 156 p.

FORTE, Umberto. **União Européia**: comunidade econômica européia (direito das comunidades européias e harmonização fiscal). São Paulo: Malheiros, 1994. 184 p.

FOSSAERT, Robert. **O mundo no século XXI**: uma teoria dos sistemas mundiais. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. 662 p.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 240 p.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 408 p.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa ventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro – 1790-1830. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 400 p.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Portuguesa, 2001. 478 p.

FRAGOSO, João; e FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia – Rio de Janeiro, c. 1790-c.1840**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 256 p.

FRAGOSO, Mario. Operação Marumbi completa 30 anos: derrotado nas urnas, regime militar desencadeia caça às bruxas para envolver o então MDB com o proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB) – resultado: prisões, torturas e um risível inquérito policial militar. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 18 set. 2005. Especial, p. 8.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997. 256 p.

FREITAS JR., Antônio Rodrigues de. **Globalização, Mercosul e crise do Estado-nação: perspectivas para um Direito numa sociedade em mudança**. São Paulo: LTr, 1997. 88 p.

FREITAS, Décio. **O homem que inventou a ditadura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1999. 224 p.

FRÉMONT, Aramand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980. 280 p.

FREUD, Sigmund. **O ego e o id**. Rio de Janeiro: Imago, 1997. 66 p.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997. 116 p.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Círculo do Livro, []. 594 p.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. 6. ed. São Paulo: Global, 2004. 1116 p.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 896 p.

FROTSCHER, Méri. **Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade**: ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950). 2003. Tese (Doutorado em História Cultural) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FUENTES, Carlos. **O espelho enterrado**: reflexões sobre a Espanha e o Novo Mundo. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. 400 p.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 23. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989. 248 p.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 84 p.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 120 p.

FURTADO, Celso. **Obra autobiográfica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3 v.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 310 p.

GALTUNG, Johan. **Direitos humanos**: uma nova perspectiva. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. 254 p.

GANÁ, Eduardo (comp.). **Las relaciones económicas entre América Latina y la Unión Europea**: el papel de los servicios exteriores. Santiago de Chile; ONU; CEPAL, 1996.

GARCÍA DE CORTÁZAR, Fernando; GONZÁLES VESGA, José Manuel. **História de Espanha**: uma breve história. Lisboa: Editorial Presença, 1997. 536 p.

GARCIA JR., Afrânio Raul. **O sul**: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB; MCT/CNPq, 1990. 288 p.

GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. **Conflito entre normas do Mercosul e o direito interno**: como resolver o problema? o caso brasileiro. São Paulo: LTr, 1997. 244 p.

GARCÍA, Arturo Oropeza (coord.). **Alca**: um debate sobre la integración. México: UNAM; CARI, 2003. 408 p.

GARRÉ COPELLO, Belter. El proceso de integración regional – Mercur/Conosur/Alca: evolución y evaluación 2001. In: PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Direito da integração**: estudos em homenagem a Werter R. Faria. Curitiba: Juruá, 2001, v. 1, p. 146-7.

GASSEN, Valcir. **Os princípios jurisdicionais de tributação no Estado de origem e de destino**: suas implicações jurídico-políticas na tributação sobre o consumo em processos de integração econômica. 2002. Tese (Doutorado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

GATELLI, João Delciomar. **Os procedimentos legais da adoção internacional utilizados pelos países do Mercosul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

GERBI, Antonello. **La disputa del nuevo mundo**: historia de una polémica – 1750-1900. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. 888 p.

GHISOLFI, Reginaldo da Luz. **A proteção legal do embrião humano e sua relação com a engenharia genética na União Européia e no Brasil**. 2002 Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GINESTA, Jacques. **El Mercosur y su contexto regional e internacional**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. 216 p.

Globalização na América Latina: integração solidária. Brasília: Funag, 1997. 276 p.

GOBBO, Edenilza. **Mercosul e a livre circulação de mercadorias**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

GOMES, Carla Amado. **A natureza constitucional do tratado da União Européia**. Lisboa: Lex, 1997. 96 p.

GOMES, José Caramelo; e FERNANDES, José Augusto Pereira. **Enquadramento jurídico da União Européia**. Lisboa: Livraria Petrony, 1994. 780 p.

GOMES, Luiz Flávio; e PIOVESAN, Flávia. **O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. 468 p.

GOMES, Pedro Gilberto; e COGO, Denise Maria (orgs.). **O adolescente e a televisão**. Porto Alegre: IEL; Ed. da Unisinos, 1998. 160 p.

GOMEZ, Juan Alberto Benitez. **Problemas tributarios que plantea el Mercosur**. Montevidéo: Facultad de Derecho de la Universidad de la Republica, 1993.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; MinC/Iphan, 1996. 156 p.

GONZÁLES CASANOVA, Pablo. Os pioneiros do marxismo na América Latina. In: BARSOTTI, Paulo; e PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). **América Latina**: história, idéias e revolução. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998, p. 17-43.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). **América Latina**: história de meio século. Brasília: UnB, 1988. 338 p. Coleção Pensamento Latino-Americano e Caribenho. v. 2.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). **América Latina**: história de meio século. Brasília: UnB, 1990. 332 p. Coleção Pensamento Latino-Americano e Caribenho. v. 4.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: LPP; Buenos Aires: Clacso, 2002. 320 p.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998. 24 v.

GRAY, Wood; e HOFSTADTER, Richard. **Panorama da história dos Estados Unidos**. []: USIS, [].

GRAZIANO, Francisco. **A tragédia da terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Iglu; Jaboticabal (SP): Fundação de Estudos e Pesquisas em Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia/Unesp, 1991. 96 p.

GRIEN, Raúl. **La integración económica como alternativa inédita para América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994. 638 p.

GRUZINSKI, Serge. **La colonización de lo imaginario: sociedad indígena y occidentalización en el México español – siglos XVI-XVIII**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. 312 p.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 400 p.

GUEIROS, José Alberto. **O último tenente: Juracy Magalhães**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. 392 p.

GUEROT, Ulrike. **União européia: transtornos e alcance da integração regional**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. 104 p.

GUERRA FILHO, Willis Santiago (coord.). **Dos direitos humanos aos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. 206 p.

GUÉRY, Gabriel. **Viver a Europa social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 360 p.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; e HUNTLEY, Lynn (orgs.). **Tirando a máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra; SEF, 2000. 436 p.

GUIMARÃES, J. Geraldo M. **Repensando o folclore**. Barueri (SP): Manole, 2002. 204 p.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Perspectivas das relações do Brasil com os Estados Unidos. In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; e CARDIM, Carlos Henrique. **Seminário de política externa do Brasil para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003, p. 155-71.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**: uma contribuição ao estudo da política internacional. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 168 p.

GURRIERI, Adolfo (coord.). **La obra de Prebisch em la Cepal**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. 2 v.

HABERLAND, Wolfgang. **Culturas de la América indígena**: Mesoamérica y América Central. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. 200 p.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 1993. 150 p.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. 312 p.

HAMBURGER, Esther. **O Brasil antenado**: a sociedade da novela. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 196 p.

HANASHIRO, Olaya Sílvia Machado Portella. **O sistema interamericano de proteção aos direitos humanos**. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2001. 176 p.

HARDT, Michael; e NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 504 p.

HAUFF, Shirley Noely. **Diagnóstico ambiental integrado da bacia hidrográfica da Lagoa da Conceição – Florianópolis, SC**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

HAUSER, Ester Eliana. **Modelos penais minimalistas: contribuição e limites na reconstrução da legitimidade dos sistemas penais contemporâneos**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

HAWKING, Stephen William. **O universo numa casca de noz**. 2. ed. São Paulo: Mandarim, 2002. 216 p.

HAWKING, Stephen William. **Uma breve história do tempo: do big bang aos buracos negros**. 29. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. 264 p.

HECKSCHER, Eli F. **La época mercantilista: historia de la organización y las ideas económicas desde el final de la Edad Media hasta la sociedad liberal**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983, p. 325.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 6. ed. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 2 v. 328 p. 264 p.

HELLER, Agnes *et alii*. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 268 p.

HENRÍQUEZ UREÑA, Pedro. **Historia de la cultura en la América Hispánica**. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2001. 184 p.

HENRY, John. **A revolução científica e as origens da ciência moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. 150 p.

HERNÁNDEZ CHÁVEZ, Alicia. **México: breve historia contemporânea**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. 534 p.

HERZOG, Jesús Silva. **Breve historia de la revolución mexicana**: los antecedentes y la etapa maderista. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. 384 p.

HINKELAMMERT, Franz J. **Cultura de la esperanza y sociedad sin exclusion**. São José da Costa Rica: DEI, 1995. 390 p.

HIRST, Mônica. As relações Brasil-Argentina: pontos para reflexão e o debate. In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; e CARDIM, Carlos Henrique. **Seminário de política externa do Brasil para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003, p. 271-82.

HIRST, Paul; e THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 366 p.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**: inserção da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Ed da UFMG, 2002. 324 p.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios**: 1875-1914. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 548 p.

HOLANDA, Heloísa Buarque de; e CAPELATO, Maria Helena Rolim (orgs.). **Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1999. 576 p. Coleção América 92, 500 anos – raízes e trajetórias. v. 9.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 302 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Para uma nova história**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 176 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 224 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (dir.). **História geral da civilização brasileira**: a época colonial – do descobrimento à expansão. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 392 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (dir.). **História geral da civilização brasileira**: a época colonial – administração, economia, sociedade. 6. ed. São Paulo: Difel, 1985. 520 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (dir.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil monárquico – processo de emancipação. 6. ed. São Paulo: Difel, 1985. 412 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (dir.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil monárquico – dispersão e unidade. 5. ed. São Paulo: Difel, 1985. 552 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (dir.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil monárquico – reações e transações. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 1987. 500 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (dir.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil monárquico – declínio e queda do Império. 4. ed. São Paulo: Difel, 1985. 390 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (dir.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil monárquico – do Império à República. 4. ed. São Paulo: Difel, 1985. 438 p.

HUCK, Hermes Marcelo. **Da guerra justa à guerra econômica**: uma revisão sobre o uso da força em direito internacional. São Paulo: Saraiva, 1996. 318 p.

HUGUENEY FILHO, Clodoaldo. As negociações da Alca em sua fase final: perspectivas para o Brasil. In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; e CARDIM, Carlos Henrique. **Seminário de política externa do Brasil para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003, p. 173-9.

HUISMAN, Denis. **Dicionário de obras filosóficas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. 456 p.

I Congresso de Magistrados o Mercosul. Florianópolis: Associação dos Magistrados Catarinense, [].

I Seminário de Universidades pela Integração Brasil e Argentina. Recife: UCP; FASA, 1992. 574 p.

IANNI, Octávio. **O labirinto latino-americano**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 144 p.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 360 p.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 272 p.

IGLÉSIAS, Francisco. **História e ideologia**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1981. 304 p.

II Seminário Técnico de Integração do Cone Sul. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

ILHA, Adayr da Silva; e VENTURA, Deisy (orgs.). **O Mercosul em movimento II**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. 244 p.

Instituto de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social de la Facultad de Derecho de la Universidad de la Republica. **El derecho laboral del Mercosur**. Montevidéo: Fundación de Cultura Universitaria; OIT-Relasur, 1995.

IOGNA-PRAT, Dominique. Ordem(ns). In: LE GOFF, Jacques; e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Bauru: Edusc; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, v. 2., p. 305-19.

JACQUES, Maria das Graças *et alii*. **Psicologia social contemporânea**: livro-texto. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 264 p.

JAEGER JUNIOR, Augusto. **Mercosul e a livre circulação de pessoas**. 1999. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

JAEGER, Werner. **Paidéia**: a formação do homem grego. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 1420 p.

JAGUARIBE, Hélio *et alii*. **Brasil, 2000**: para um novo pacto social. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 200 p.

JAGUARIBE, Hélio *et alii*. **Brasil**: reforma ou caos. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 312 p.

JAGUARIBE, Hélio *et alii*. **Leituras de política internacional**: a nova ordem internacional. Brasília: Ed. da UnB, 1982. 192 p.

JAGUARIBE, Hélio. **Um novo cenário internacional**: conjunto de estudos. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 388 p.

JANUÁRIO, Elias Renato da Silva *et alii*. **Fronteira**: memória e linguagem. Cáceres (MT): Unemat, 2001. 164 p.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

JAVIER DE LUCA, Francisco. **Modelo cluster eco-industrial de desenvolvimento regional**: o pólo de mineração do carvão no sul de Santa Catarina. 2001. Tese (Doutorado em

Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

JESUS, Avelino de. **Mercosul**: estrutura e funcionamento. São Paulo: Aduaneiras, 1993. 168 p.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Círculo do Livro, []. 184 p.

JESUS, Samir Ribeiro de. **Trabalho-educação e dominação do trabalhador**: a formação histórica do caboclo serrano catarinense. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

JO, Hee Moon. **Introdução ao direito internacional**. São Paulo: LTr, 2000. 720 p.

KAKU, William Smith. **O atual confronto político-institucional da União Européia**: a organização internacional e o federalismo em questão. Ijuí: Unijuí, 2003. 392 p.

KAKU, William Smith. **O atual confronto político-institucional da União Européia**: a organização internacional e o federalismo em questão. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 552 p.

KAPLAN, Marcos. **Formación del Estado nacional en América Latina**. Buenos Aires: Amorrortu, 2001. 358 p.

KAPLAN, Morton A.; e KATZENBACH, Nicholas de B. **Fundamentos políticos do direito internacional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964. 384 p.

KARNAL, Leandro. **Teatro da fé**: representação religiosa no Brasil e no México do século XVI. São Paulo: Hucitec; História Social-USP, 1998. 254 p.

KEGEL, Patrícia Luíza. **Direito internacional público e direito comunitário nas constituições nacionais**: a experiência da república federal da Alemanha. 2000. Tese (Doutorado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

KELSEN, Hans. **Derecho y paz en las relaciones internacionales**. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. 216 p.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 676 p.

KENNEDY, Robert. **O desafio da América Latina**. Rio de Janeiro: Laudes, 1968. 192 p.

KERBER, Gilberto. **Mercosul e a supranacionalidade**. São Paulo: LTr, 2001. 160 p.

KINOSHITA, Fernando. **Direito internacional da cooperação**: a zona de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia. Rio de Janeiro: Papel & Virtual, 2001. 342 p.

KINOSHITA, Fernando. **El tratado de libre comercio entre la Unión Europea y el Mercosur**: consolidación de un marco jurídico-económico internacional. 1999. Tesis (Doctorado en Derecho) – Área de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales, Departamento de Derecho Público, Facultad de Derecho (ICADE), Universidad Pontificia Comillas Madrid, Madrid, 1999.

KINOSHITA, Fernando. **Manual bibliográfico e de pesquisa das relações entre o Mercosul e a União Européia**: documentos impressos e eletrônicos. Rio de Janeiro: Papel & Virtual, 2001. 328 p.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia das grandes potências**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999. 1008 p.

KLAES, Marianna Izabel Medeiros. **Supranacionalidade**: paradigma necessário ao Mercosul. 1999. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

KLINE, Morris. **Matemáticas para los estudiantes de humanidades**. México: Fondo de Cultura Económica, 1998. 576 p.

KNAPP, Karlfried; ENNINGER, Werner; e KNAPP-POTTHOFF, Annelie (orgs.). **Analyzing intercultural communication**. Berlin: New York: Amsterdam: Mouton de Gruyter, 1987. 320 p.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 280 p.

KRIEGER, César Amorim. **The possibilites of integration in the Américas: Mercosur, Nafta and the Andean Pact**. 1996. Dissertation (Master of Laws) – International Business Legal Studies, University of Exeter, United Kington, 1996.

KRIEGER, Gustavo; NOVAES, Luiz Antônio; e FARIA, Tales. **Todos os sócios do presidente**. 3. ed. São Paulo: Scritta, 1992. 196 p.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996. 258 p.

KURZ, Robert. **Os últimos combates**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 396 p.

LABRANO, Roberto Ruiz Dias (org. e comp.). **Mercosul-União Européia**. Assunção: Intercontinental; ECSA-AL, 2001. 412 p.

LACOSTE, Yves. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 3. ed. Campinas: Papirus, 1993. 264 p.

LAFAYE, Jacques. **Quetzalcóatl y Guadalupe**: la formación de la conciencia nacional en México. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. 518 p.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 408 p.

LAFER, Celso. **Comércio, desarmamento, direitos humanos**: reflexões sobre uma experiência diplomática. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 204 p.

LAFER, Celso. **O OMC e a regulamentação do comércio internacional**: uma visão brasileira. Porto Alegre; Livraria do Advogado, 1998. 168 p.

LAFER, Celso. **Paradoxos e possibilidades**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. 190 p.

LAFONTAINE, Oskar. **La sociedad del futuro**. Madrid: Editorial Sistema, 1993. 220 p.

LAMAZIÈRE, Georges. **Ordem, hegemonia e transgressão**: a resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Comissão Especial das nações Unidas (UNSCOM) e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1998. 198 p.

LAMBERT, Jacques. **América Latina**: estruturas sociais e instituições políticas. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Edusp, 1969. 436 p.

LAMPEDUSA, Tomasi di. **O leopardo**. São Paulo: Círculo do Livro, []. 220 p.

LANE, Sílvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002. 88 p.

LANE, Sílvia T. Maurer; e SAWAIA, Bader Burihan (orgs.). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense: EDUC, 1995. 174 p.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Baptiste. **Vocabulário de psicanálise**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 554 p.

LARANJEIRO, Carlos. **União económica e monetária e euro**: legislação comunitária e portuguesa. Coimbra: Almedina, 1999. 640 p.

LAS CASAS, Frei Bartolomé de. **O paraíso destruído**: a sangrenta história da conquista da América espanhola; brevíssima relação da destruição das Índias. 6. ed. Porto Alegre: L&PM, 1996. 158 p.

LAUREANO, Abel. **Regime jurídico fundamental da União Européia anotado**. Lisboa: Quid Iuris Sociedade Editora, 1997. 704 p.

LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; e NABUCO, Maria Regina (orgs.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1994. 312 p.

LAWRENCE, Paul R.; LORSCH, Jay W.; GARRISON, James S. **As empresas e o ambiente**: diferenciação e integração administrativas. Petrópolis: Vozes, 1973. 300 p.

LEAL, Rosemiro Pereira. **Soberania e mercado mundial**. Leme (SP): Editora de Direito (LED), 1996. 264 p.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o Município e o regime representativo no Brasil. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LEE, João Bosco. **Arbitragem comercial internacional nos países do Mercosul**. Curitiba: Juruá, 2002. 448 p.

LEGENDRE, Pierre. **O amor do censor**: ensaio sobre a ordem dogmática. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Colégio Freudiano, 1983.

LEHMANN, Henri. **As civilizações pré-colombianas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. 120 p.

LEHNEN, Arno Carlos; CASTELLO, Iara Regina; e SCHÄFFER, Neiva Otero (orgs.). **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Prefeitura Municipal de Uruguaiana, 1994.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 6. ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002. 452 p.

LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Inovações em direito ambiental**. Florianópolis: Fundação José Artur Boiteux, 2000. 253 p.

LEITE, José Rubens Morato. **Dano ambiental do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 1999. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

LEITE, José Rubens Morato. **Dano ambiental**: do individual ao coletivo extrapatrimonial. 2 ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. 343 p.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. **Direito ambiental na sociedade de risco**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 292 p.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. **Los antiguos mexicanos a través de sus crónicas y cantares**. 5. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. 200 p.

LEVACK, Brian P. **A caça às bruxas na Europa moderna**. 2. ed. São Paulo: Campus, [].

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. 456 p.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. **Proteção dos direitos humanos na ordem interna e internacional**. Rio de Janeiro: Forense, 1984. 192 p.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Prefácio. In: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o Município e o regime representativo no Brasil. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LIMA, Ana Lúcia de Araújo. **Análises das congruências e divergências com vistas à harmonização das formas de contabilização de derivativos entre Brasil e Argentina**.

2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. 792 p.

LIMA, Oliveira. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 296 p.

LINDNER, Eduardo. **ZPEs brasileiras**: a necessidade de mudança no contexto do Mercosul. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas; Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos da Integração, 1993. 68 p. Estudos de Integração, v. 4.

LINS, Daniel (org.). **A dominação masculina revisitada**. Campinas: Papyrus, 1998. 128 p.

LINS, Daniel (org.). **Cultura e subjetividade**: saberes nômades. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2002. 120p.

LINS, Daniel (org.). **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação/Pierre Bourdieu. Campinas: Papyrus, 2000. 120 p.

LIPOVETZKY, Jaime César; e LIPOVETZKY, Daniel Andrés. **Mercosul**: estratégias para a integração; mercado comum ou zona de livre comércio? análises e perspectivas do Tratado de Assunção. São Paulo: LTr, 1994. 552 p.

LITRENTO, Oliveiros. **A ordem internacional contemporânea**: um estudo da soberania em mudança. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991. 94 p.

LITRENTO, Oliveiros. **Direito internacional público em textos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1985. 588 p.

LITRENTO, Oliveiros. **Manual de direito internacional público**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979. 594 p.

LIZANO F., Eduardo. **La integración económica centroamericana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1975. 2 v.

LOCATELI, Cláudia Cinara. **Mercosul: tribunal arbitral ou tribunal permanente?**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

LOCATELLI, Liliana. **A proteção ao consumidor como uma barreira ao livre comércio: da OMC ao Mercosul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

LOIS, Jean-Victor. **El ordenamiento jurídico comunitario**. 5. ed. Bruxelas: CECA; CE; CEEA, 1993. 268 p.

LOPES, Alice Casimiro; e MACEDO, Elizabeth (orgs.). **Disciplinas e integração curricular: histórias e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 224 p.

LOPES, Doraci Alves. **Marginais da história?: o movimento dos favelados da Assembléia do Povo (1979/1986)**. Campinas: Alínea, 1997. 216 p.

LOPES, M. Conceição; PINA, David; e SILVA, Guilherme H. R. **O acto único europeu: alterações aos tratados CECA, CEE E CEEA (anotações e comentários); acta final; actas da assembléia da república; projecto de tratado da união europeia**. Coimbra: Almedina, 1991. 250 p.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; e MELO, José Marques de (orgs.). **Políticas regionais de comunicação: os desafios do Mercosul**. Londrina: Intercom; Ed. da UEL, 1997. 358 p.

LÓPEZ-AYLLÓN, Sergio; e VEGA CÁNOVAS, Gustavo. **Las prácticas desleales de comercio em el proceso de integración comercial en el continente americano: la experiencia de América Del Norte y Chile**. México: UNAM, 2001. 250 p.

LORENTZ, Adriane Cláudia Melo. **Supranacionalidade no Mercosul**: a doutrina, os governos, a Constituição federal e os tratados de integração. Curitiba: Juruá, 2001. 126 p.

LOREZONI, Roger de Lima. **O princípio geral da boa-fé em seu prisma objetivo no direito internacional e sua perspectiva de aplicação no mercado comum do sul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998. 224 p.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciências social**: elementos para uma análise marxista. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 112 p.

LÖWY, Michael. **Nacionalismos e internacionalismos**: da época de Marx até nossos dias. São Paulo: Xamã, 2000. 152 p.

LÖWY, Michael. Notas sobre a recepção do marxismo na América Latina. In: BARSOTTI, Paulo; e PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). **América Latina**: história, idéias e revolução. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998, p. 11-6.

LÖWY, Michael. **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 541 p.

LUHMANN, Niklas. **O direito da sociedade** (Das Recht der Gesellschaft). Mimeo. Tradução provisória para o espanhol de Javier Torres Nafarrate.

LUHMANN, Niklas; e DE GEORGI, Raffaele. **Teoría de la sociedad**. México: Universidad de Guadalajara; Universidad Iberoamericana; Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente, 1993.

LUIZ, Denise de Souza. **Integração jurídico-social do Mercosul**: a necessidade do estudo da “saúde pública” como um dos segmentos dos direitos sociais. Curitiba: Juruá, 2002. 214 p.

- LUNA, Félix. **Breve historia de los argentinos**. Buenos Aires: Planeta, 1997. 280 p.
- LUNA, Félix. **Breve historia dos argentinos**. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Brasil-Argentina; Quartet, 1995. 252 p.
- LUPI, André Lipp Pinto Bastos. **Soberania, OMC e Mercosul**. São Paulo: Aduaneiras, 2001. 368 p.
- LUSTER, Rudolf *et alii*. **União Européia: um projeto de constituição**. Sindelfingen (Alemanha): Libertas, 1989. 152 p.
- LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. 96 p.
- MAALOUF, Amin. **As cruzadas vistas pelos árabes**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 256 p.
- MACKAY, Ana Paula Machado Goyano. **Atividade verbal: processo de diferença e integração entre fala e escrita**. São Paulo: Plexus, 2000. 164 p.
- MACHADO, Jânio de Souza. **O dano moral pela violação ao direito a privacidade: Mercosul e os direitos humanos**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- MACHADO, Jânio de Souza. **O dano moral pela violação ao direito à privacidade: o Mercosul e os direitos humanos**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2003. 184 p.
- MACHADO, Nelson Santos. **O relacionamento entre estrutura, poder e estratégia em organizações universitárias: a criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina**. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- MACHIAVELLI, Niccolò. **O príncipe**. São Paulo: Círculo do Livro, []. 170 p.

MADEIRA, Angélica; e VELOSO Mariza (orgs.). **Descobertas do Brasil**. Brasília: UnB, 2001. 329 p.

MAGALHÃES, Basílio de. Origem do vocábulo “coronelismo”. In: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o Município e o regime representativo no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, p. 19, nota de rodapé.

MAGALHÃES, Fernando Simas. **Cúpula das Américas de 1994: papel negociador do Brasil, em busca de uma agenda hemisférica**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999. 200 p.

MAGARIÑOS, Gustavo. **Comercio e integración: mundo-continente-región**. Montevideo: FCU, 1994. 3 v.

MAGARIÑOS, Gustavo. **Uruguay en el Mercosur**. Montevideu: Fundación de Cultura Universitária, 1991. 104 p.

MAGGIE, Yvonne; e REZENDE, Claudia Barcellos (orgs.). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 462 p.

MAGNOLI, Demétrio; e ARAUJO, Regina. **Para entender o Mercosul**. 8. ed. São Paulo: Moderna, 1995. 74 p.

MANCINI, Paquale Stanislao. **Direito internacional**. Ijuí: Unijuí, 2003. 312 p.

MANDROU, Robert. **Magistrados e feiticeiros na França do século XVII: uma análise de psicologia histórica**. São Paulo: Perspectiva, []. 460 p.

MÂNICA, Eliseu. **Os critérios de habilitação do advogado nos Estados partes do Mercosul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MANTEGA, Guido; e REGO, José Marcio. **Conversas com economistas brasileiros II**. São Paulo: 34, 1999. 424 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér *et alii*. **A integração de pessoa com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnom; Senac, 1997.

MARASCHIN, Cláudio. **A objeção da consciência ao serviço militar obrigatório: análise do tratamento jurídico da consciência humana**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MARCONINI, Mário; e FLÔRES, Renato (orgs.). **Acordo Mercosul-União Européia: além da agricultura**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2003. 272 p.

MARCHI, Júlio César. **O processo de integração dos serviços de saúde no Mercosul: uma análise das perspectivas e obstáculos no âmbito da prestação dos serviços**. 2000. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Curso de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MARIATEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. 266 p.

MARINI, Rui Mauro. **Dialéctica de la dependência**. México: Ediciones Era, 1991. 110 p.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000. 296 p.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução. In: BARSOTTI, Paulo; e PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). **América Latina: história, idéias e revolução**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998, p. 113-4.

MARINS, Paulo César Garcez. **Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. 320 p.

MARIÑO MENÉNDEZ, Fernando M. **Derecho internacional público: parte general**. 2. ed. Madrid: Trotta, 1995. 606 p.

MARKUN, Paulo (org.). **Vlado**: retrato da morte de um homem e de uma época. São Paulo: Círculo do Livro, []. 121 p.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **A ciência do direito**: conceito, objeto, método. Rio de Janeiro: Forense, 1982. 198 p.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve história de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1996. 768 p.

MARQUES, Alexandre de Moura. **Comércio exterior**: aspectos legais relativos às operações de comércio exterior e internacional. Porto Alegre: Síntese, 1999. 86 p.

MARQUES, Cláudia Lima (coord.). **Estudos sobre a proteção do consumidor no Brasil e no Mercosul**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994. 314 p.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente**: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 480 p.

MARTEL, Leticia de Campos Velho. **Devido processo legal substantivo**: razão abstrata, função e características de aplicabilidade – a linha decisória da Suprema Corte Estadunidense. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2005. 428 p.

MARTEL, Leticia de Campos Velho. **Devido processo legal substantivo**: razão abstrata, função e características de aplicabilidade à luz da linha decisória da Suprema Corte Estadunidense. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MARTÍNEZ ALMOYNA, Julio. **Dicionário de espanhol-português**. Porto: Porto Editora, 1999.

MARTÍNEZ SARASOLA, Carlos. **Nuestros paisanos los indios**: vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina. Buenos Aires: Emecé, 2000. 660 p.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (org.). **Relações internacionais**: visões do Brasil e da América Latina – estudo em homenagem a Amado Luiz Cervo. Brasília; IBRI-FUNAG, 2003. 480 p.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 232 p.

MARTINS, Raquel de Fátima Antunes. **Os princípios jurídicos da integração econômica do Cone Sul**: a influência do pensamento liberal. 2002. Dissertação. (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MARTINS, Rodrigo Baptista. **A masorca**: o coronelismo e a violência no processo político brasileiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1977. 152 p.

MARTORELL, Joanot. **Tirant lo Blanc**. São Paulo: Giordano, 1998. 860 p.

MATHIJSSEN, P. S. F. R. **Introdução ao direito comunitário**. Coimbra: Coimbra, 1991.

MATOS, Francisco Gomes de. **Integração na empresa**. Rio de Janeiro: CEDEG, 1987.

MATTELARD, Armand. **A comunicação-mundo**: história das ideias e das estratégias. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 370 p.

MATTELARD, Armand. **A mundialização da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999. 162 p.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 84 p.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 536 p.

MAXWELL, Kenneth. **Chocolate, piratas e outros malandros**: ensaios tropicais. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 470 p.

MAZZUTI, Adriana Grotto. **A jornada de trabalho e os repouso remunerados nos contratos de emprego urbanos privados no ordenamento jurídico dos Estados-partes do Mercosul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1979.

MEDEIROS, Antônio Paulo Cachapuz de. **O poder legislativo e os tratados internacionais**. Porto Alegre: L&PM; Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, 1983. 206 p.

MEIRA, Maria Elisa; SCHROEDER, Osni; PINTO, Valeska Peres; e BIMBI, Eduardo. **O Mercosul no contexto da integração continental**: as profissões dos arquitetos, engenheiros, agrônomos e agrimensores no Mercosul e na Alça. Porto Alegre: Confea; Ciam-Brasil; Crea-RS, 1997. 300 p.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 1992. 702 p.

MELO, Danyelle Bandeira de. **Carta rogatória no Mercosul**. Teresina: Ed. da UFPI, 2001. 200 p.

MELLADO, Noemí B. Participación e influencias en el Mercosur. In: PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Direito da integração**: estudos em homenagem a Werter R. Faria. Curitiba: Juruá, 2001. v. 2.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de direito administrativo brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 1993. 484 p.

MELLO, Celso D. de Albuquerque Mello. **Curso de direito internacional público**. 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. 2 v. 1654 p.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito internacional americano**: estudo sobre a contribuição de um direito regional para a integração econômica. Rio de Janeiro: Renovar, 1995. 246 p.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A ferida de Narciso**: ensaio de história geral. São Paulo: Senac-SP, 2001. 120 p.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O negócio do Brasil**: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. 276 p.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999. 228 p.

MELLO, Marília Montenegro Pessoa de. **Inimputabilidade penal**: adolescentes infratores – punir e (res)socializar. Recife: Nossa Livraria, 2004. 182 p.

MENDES, Ana Gláucia. **Liberalização de mercado e integração econômica do Mercosul**: estudo de caso sobre o complexo agroindustrial tritícola. Brasília: Ipea, 1994. 173 p.

MENDONÇA, João Maria Oliveira. **A convenção coletiva de trabalho na legislação ordinária dos Estados-partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MENEM, Carlos Saul. **Que é o Mercosul?** Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1996. 236 p.

MENEZES, Alfredo da Mota. **Do sonho à realidade**: a integração econômica latino-americana. São Paulo: Alfa-Omega, 1990. 282 p.

MENTON, Seymour. **Caminata por la narrativa latinoamericana**. Xalapa: Universidad Veracruzana; México: Fondo de Cultura Económica, 2002. 806 p.

MENTON, Seymour. **La nueva novela histórica de la América Latina: 1979-1992.** México: Fondo de Cultura Económica, 1993. 312 p.

Mercosul: acordos e protocolos na área jurídica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996. 154 p.

Mercosul: legislação e textos básicos. 3. ed. Brasília: Senado Federal; Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul; Ministério das Relações Exteriores, 2000. 546 p.

MESSMACHER, Miguel *et alii*. **La dinámica maya: los refugiados guatemaltecos.** México: Fondo de Cultura Económica, 1993. 366 p.

MEZZAROBA, Orides (org.). **Humanismo latino e Estado no Brasil.** Florianópolis: Fundação Boiteux; Treviso : Fondazione Cassamarca, 2003. 519 p.

MEZZAROBA, Orides. **Da representação política liberal ao desafio de uma democracia partidária: o impasse constitucional da democracia representativa brasileira.** 2000. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MEZZAROBA, Orides. **Introdução ao direito partidário brasileiro.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003. 347 p.

MEZZAROBA, Orides. **O partido político em Marx e Engels.** Florianópolis: Paralelo 27, CPGD, 1998. 80 p.

MEZZAROBA, Orides. **O partido político no Brasil.** Joaçaba: UNOESC, 1995. 132 p.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito.** São Paulo: Saraiva, 2003. 310 p.

MIAJA DE LA MUELA, Adolfo. **Introducción al derecho internacional público.** 6. ed. Madrid: Yagües, 1974. 704 p.

MICELI, Sergio. **A noite da madrinha**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 368 p.

MICELI, Sergio. **Imagens negociadas**: retratos da elite brasileira (1920-49). São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 176 p.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, Sergio. **Nacional estrangeiro**: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 214 p.

MILANESI, Luiz Augusto. **O paraíso via Embratel**: o processo de integração de uma cidade do interior paulista na sociedade de consumo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MILANI JUNIOR, Casemiro. **A interpretação uniforme do Protocolo de Medidas Cautelares no âmbito do Tratado de Assunção**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MILANI, Maria Isabel Licks. **Os atos de lavratura de escrituras públicas de compra e venda nos Estados-partes do Mercosul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MINELLA, Olga Maria de Aguiar (OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de). **El contracto colectivo de trabajo en los sistemas jurídicos mexicano y brasileño**. 1984. Tese (Doutorado em Direito) - Division de Estudios de Posgrado, Facultad de Derecho, Universidad Nacional Autónoma de México, 1984.

Ministério das relações Exteriores; e Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (FUNCEX/RJ). **O Brasil e o Nafta**: impacto sobre comércio e investimentos. Brasília: Abigraf, 1993. 140 p.

MIRANDA, Custódio da Piedade Ubaldino. **Interpretação e integração dos negócios jurídicos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

Mitra arquidiocesana de São Paulo. **Projeto “Brasil: nunca mais”**. Petrópolis: Vozes, 1988. 12 v.

MONCADA, António Cabral de. **Curso de direito internacional público**. Coimbra: Almedina, 1998. v. 1. 364 p.

MONNET, Jean. **Memória**: a construção da unidade europeia. Brasília: UnB, 1986. 576 p.

MONTERO, Paula (coord.). **Entre mito e história**: o V centenário do descobrimento da América. Petrópolis: Vozes, 1996. 426 p.

MONTESINOS, Jorge Nieto. **Governar a globalização**: a política da inclusão; a mudança de responsabilidade compartilhada. México:Unesco, 1998. 256 p. Relatório sobre os princípios democráticos e a governabilidade. Cúpula Regional para o Desenvolvimento Político e os Princípios Democráticos, realizado em Brasília, em julho de 1997.

MONTOYA ROJAS, Rodrigo. Movimentos indígenas na América do Sul: potencialidades e limites. In: BARSOTTI, Paulo; e PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). **América Latina**: história, idéias e revolução. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998, p. 165-82.

MOOG, Vianna. **Bandeirantes e pioneiros**: paralelo entre duas culturas. 19. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2000. 352 p.

MORAES, José Geraldo Vinci de; e REGO, José Marcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: 34, 2002. 400 p.

MORAIS, Fernando. **Corações sujos**: a história da Shindo Renmei. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 350 p.

MOREIRA, Adriano. **Teoria das relações internacionais**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999. 626 p.

MOREIRAS, Alberto. **A exaustão da diferença**: a política dos estudos culturais latino-americanos. Belo Horizonte: UFMG, 2001. 412 p.

MORENO PINO, Ismael. **Derecho y diplomacia en las relaciones interamericanas**. México: Secretaria de Relaciones Exteriores; Fondo de Cultura Económica, 1999. 856 p.

MORGENTHAU, Hans J. **Política entre las naciones**: la lucha por el poder y la paz. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1989. 730 p.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 348 p.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. 180 p.

MORIN, Edgar; e MOIGNE, Jean-Louis Le. **A inteligência da complexidade**. 2. ed. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000. 268 p.

MOROSINI, Marília Costa (org.). **Universidade no Mercosul**. São Paulo: Cortez, 1994. 310 p.

MOROSINI, Marília; e LEITE, Denise (orgs.). **Universidade e integração no cone sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992. 136 p.

MORRIS, Richard B. **Documentos básicos da história dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. 246 p.

MORSE, Richard. **O espelho de Próspero**: cultura e idéias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 192 p.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003. 408 p.

MOTA, Carlos Guilherme. **Idéia de revolução no Brasil (1789-1801)**: estudo das formas de pensamento. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989. 142 p.

MOTA, Tânia. **Jurisdição internacional em matéria contratual civil e comercial no Mercado Comum do Sul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MOTTA, Fernando C. Prestes; e CALDAS, Miguel P. **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997. 328 p.

MOURA JÚNIOR, Armando Noé Carvalho de. **Novas tecnologias e sistemas de administração da produção**: análise do grau de integração e informatização nas empresas catarinenses. 1996. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

MOURA, Abdias. **O sumidouro do São Francisco**: subterrâneos da cultura brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. 412 p.

MOURA, Denise A. Soares de. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998. 314 p.

MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões**: relações internacionais do Brasil durante e após a segunda guerra mundial. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1991. 116 p.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra**: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250 p. Coleção Corpo e Alma do Brasil.

MUÑOZ, Heraldo. **A nova política internacional**. São Paulo; Alfa-Omega, 1996. 128 p.

MUSE, Benjamin. **A luta do negro americano**: dez anos de integração racial – desde a decisão de 1954 da Corte Suprema dos Estados Unidos da América do Norte. Rio de Janeiro: GRD, 1966.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. 13. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. 256 p.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do império**. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 2. v. 792p. 656 p.

NADER, Pedro Eduardo Portilho. Histórias adversas: a confrontação entre a história dos *Annales* e a chamada escola positivista. **Revista USP**, São Paulo, n. 23, p. 63-4, setembro/outubro/novembro de 1994. Dossiê Nova História.

NAKAMURA, Dione Miki. **A responsabilidade civil no contrato de transporte internacional multimodal de mercadorias no Mercosul à luz do Acordo Parcial para a Facilitação do Transporte Multimodal de Mercadorias de 1994**. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

NARDIN, Terry. **Lei, moralidade e as relações entre os Estados**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. 344 p.

NASCIMENTO, Bráulio do. **Euro-América: uma realidade comum?**. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Folclore/IBECC/UNESCO; Tempo Brasileiro, 1996. 248 p.

NASSER, Ana Cristina Arantes. **Sair para o mundo: trabalho, família e lazer na vida de excluídos**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2001. 288 p.

NASSER, Rabih Ali. **A liberalização do comércio internacional nas normas do GATT-OMC: a institucionalização como instrumento de liberalização**. São Paulo: LTr, 1999. 112 p.

NAZO, Georgette Nacarato. **Questões importantes referentes ao mar**. São Paulo: Sociedade Amigos da Marinha (Soamar), 1996. 110 p.

NEVES, Carlos Augusto dos Santos *et alii*. **Governança global: reorganização da política em todos os níveis de ação**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1999. 152 p.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: um escrito polêmico**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 208 p.

NOBRE, Carlos. **Mães de Acari**: uma história de luta contra impunidade. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 176 p.

NOBRE, Marcos; e REGO, José Marcio. **Conversas com filósofos brasileiros**. São Paulo: 34, 2000. 432 p.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Pierre Bourdieu/Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. 256 p.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. **Da interpretação e da aplicação das leis tributárias**. 2. ed. São Paulo: José Bushastsky, 1974.

NONON, Jacqueline; e CLAMEN, Michel. **A Europa no plural**: doze países no singular. Lisboa: Piaget, 1998. 316 p.

NORONHA, Fernando. **Direito das obrigações**: fundamento do direito das obrigações. São Paulo : Saraiva, 2003. 698 p.

NORONHA, Fernando. **Terceiro mundo e Brasil no Sistema Mundial de Interdependência Complexa**. 1981. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1981.

NOUSCHI, Marc. **Em busca da Europa**: construção europeia e legitimidade nacional. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. 276 p.

NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1996. 2 v.

NOVINSKY, Anita Waingort; e KUPERMAN, Diane (orgs.). **Ibéria-judaica**: roteiros da memória. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996. 720 p. Coleção América 92, 500 anos – raízes e trajetórias. v. 6.

NUNES, Américo. **A revoluções do México**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. 176 p.

O Brasil e a Alça: tributação e integração. São Paulo: Sinafresp; Forma 3 Editoração, 2001.

O Brasil, a União Européia e as relações internacionais. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1997.

O Mercosul e a integração sul-americana: mais do que a economia, encontro de culturas. Brasília: FUNAG, 1997. 264 p.

O'DONNELL, Guillermo. **Análise do autoritarismo burocrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 430 p.

O'DONNELL, Guillermo. **Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários**. São Paulo: Vértice; Revista do Tribunais, 1987. 80 p.

O'GORMAN, Edmundo. **La invención de América**. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2002. 196 p.

OLIVAR JIMENEZ, Martha Lucia. **A defesa contras as práticas desleais na Europa, um exemplo a seguir?**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas; Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos da Integração, 1992. 100 p. Estudos de Integração, v. 2.

OLIVAR JIMENEZ, Martha Lucia. **O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente sua necessidade num Mercado Comum**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas; Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos da Integração, 1994. 55 p. Estudos de Integração, v. 7.

OLIVAR JIMENEZ, Martha Lucia; CALEFFI, Vanessa; e BENJAMIN, Daniela. **O regime comum de origem do Mercosul**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas; Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos da Integração, 1993. 105 p. Estudos de Integração, v. 3.

OLIVEIRA, Celso Maran de. **Mercosul**: livre circulação de mercadorias: medidas protecionistas a serem levantadas no Mercosul rumo ao mercado comum (processo comparativo com a União Européia). Curitiba: Juruá, 2002. 352 p.

OLIVEIRA, Cláudio Ladeira de. **A fundamentação do princípio filosófico de legitimação jurídica em Jürgen Habermas**. 2000. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de (org.). **Globalização, regionalização e nacionalismo**. São Paulo: Ed da Unesp, 1999. 288 p.

OLIVEIRA, Francisco. **O roubo é livre**. 2. ed. Porto Alegre: Tchê!, 1985. 370 p.

OLIVEIRA, Luciano. **Sua Excelência o Comissário e outros ensaios de sociologia jurídica**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004. 168 p.

OLIVEIRA, Odete Maria de (coord.). **Relações internacionais & globalização**: grandes desafios. Ijuí: Ed. da Unijuí, 1997. 320 p.

OLIVEIRA, Odete Maria de (org.); e DAL RI JÚNIOR, Arno. **Relações internacionais**: interdependência e sociedade global. Ijuí : Ed. Unijuí, 2003. 728 p.

OLIVEIRA, Odete Maria de . **Prisão**: um paradoxo social. 3. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. 273 p.

OLIVEIRA, Odete Maria de. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, ano 41, n. 1, 1998, p.6-23.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **A questão nuclear brasileira**: um jogo de mandos e desmandos. Florianópolis: UFSC, 1989. 201 p.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Integração nuclear Brasil-Argentina**: uma estratégia compartilhada. Florianópolis: Ed. da UFSC; Obra Jurídica, 1996. 208 p.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Os descaminhos do Brasil nuclear**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 1999. 550 p.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações internacionais**: estudos de introdução. Curitiba: Juruá, 2001, 298 p.

OLIVEIRA, Odete Maria de. The inconsistent brasilian nuclear decisions. In: DI LASCIO, Marco Alfredo et al. **Energy policy for the sustainable development of the amazon region**. Brasília: UnB, 1995.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **União européia**: processos de integração e mutação. Curitiba: Juruá, 1999. 486 p.

OLIVEIRA, Odete Maria de; e DAL RI JÚNIOR (orgs.). **Relações internacionais**: interdependência e sociedade global. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2003, 728 p.

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. **Monografia jurídica**: orientações metodológicas para o trabalho de conclusão de curso. Porto Alegre: Síntese, 1999. 125 p.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Vidas compartilhadas**: cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana. São Paulo: Hucitec; Papesp, 1999. 320 p.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001. 448 p.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Urbanização e tribalismo**: a integração dos índios terêna numa sociedade de classes. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. **Para uma crítica da razão androcêntrica**: gênero, homoerotismo e exclusão da ciência jurídica. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

OLIVIERI, Alejandro Gabriel. **A política ambiental na constituição do Mercosul (1991-1994): emergência do problema e tentativa de institucionalização no denominando “período de transição”**. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

OLTRAMARI, Andréa Poletto. **Dimensão econômica e interdependência estrutural da agropecuária e da agroindústria no Mercosul: uma abordagem insumo-produto**. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

ORTEMIN, Jorge Pérez. **El Mercado Comum del Sur: desde Asunción a Ouro Preto (aspectos jurídicos-institucionales)**. Montevideú: Fundación de Cultura Universitária, 1995. 152 p.

ORTIZ, Renato (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d’Água, 2003. 172 p.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro: umbanda; integração de uma religião numa sociedade de classes**. Petrópolis: Vozes, 1978. 208 p.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1998. 236 p.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom; et alii. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PABST, Haroldo. **Mercosul: direito da integração**. Rio de Janeiro: Forense, 1997. 278 p.

PAGLIA, Camille. **Personas sexuais: arte e decadência de Nefertite a Emily Dickinson**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 656 p.

PAIM, Antonio. **Momentos decisivos da história do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 324 p.

PAIVA, Eduardo França; e ANASTASIA, Carla Maria Junho (orgs.). **O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX**. São Paulo: Annablume; PPGH-UFMG, 2002. 530 p.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; e VILLATORE, Marco Antonio César. **Direito do trabalho doméstico**. São Paulo: LTr, 1997. 184 p.

PARASKEVOPOULOS, Christos C.; GRINSPUN, Ricardo; e EATON, George C. **Economic integration in the Americas**. Cheltenham (UK): Edward Elgar, 1996.

PARDINI, Flávia. Reação inédita à manobra idem: presidente de associação de cientistas explica as razões do manifesto contra Bush. **Revista CartaCapital**, São Paulo, ano X, n. 285, p. 50-1, 7 abr. 2004;

PARDO, David Wilson de Abreu. **Para uma interpretação conforme os direitos fundamentais**. 1998. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **O conselho de segurança após a guerra do golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1998. 228 p.

PAULA, Ericson de. **Um modelo de integração energética para a América Latina**. São Paulo: Bartira, 1997.

PAULA, Maria Carlota de Souza. **Cooperação em ciência e tecnologia no Mercosul: síntese final**. Brasília, MCT, 1998. 66 p.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **A integração no sul do Estado de Santa Catarina**. 1987. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

PAVIANI, Jaime; e DAL RI JUNIOR, Arno. **Globalização e humanismo latino**. Porto Alegre: Edipucrs, 2000. 328 p.

PAZ, Vânia Beatriz Rey. **Mercosul**: a (im)possibilidade de harmonizar as legislações sindicais. 1997. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

PAZ, Vânia Beatriz Rey. **O processo de reconhecimento da dimensão social no âmbito do Mercosul**. 2003. Tese (Doutorado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

PENA-VEGA, Alfredo; e NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **O pensar complexo**: Edgar Morin e a crise da modernidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. 204 p.

PEREIRA, André Gonçalves *et alii*. **Em torno da revisão do tratado da União Européia**. Coimbra: Almedina, 1997. 264 p.

PEREIRA, André Gonçalves; e QUADROS, Fausto de. **Manual de direito internacional público**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2000. 696 p.

PEREIRA, Antonio Fernando de Oliveira de Andrade. **Causalidade e co-integração no mercado de capitais da América Latina**. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

PEREIRA, António Pinto. **A comissão europeia**. Lisboa: Rei dos Livros, 1998. 121 p.

PEREIRA, António Pinto. **O comité das regiões da União Européia**. Lisboa: Rei dos Livros, 1998. 152 p.

PEREIRA, António Pinto. **O conselho da União Européia**. Lisboa: Rei dos Livros, 1998. 328 p.

PEREIRA, António Pinto. **O parlamento europeu**. Lisboa: Rei dos Livros, 1998. 408 p.

PEREIRA, António Pinto. **O tribunal de contas das comunidades europeias**. Lisboa: Rei dos Livros, 1999. 368 p.

PEREIRA, António Pinto. **O tribunal de justiça das comunidades europeias**. Lisboa: Rei dos Livros, 2000. 700 p.

PEREIRA, Josecleto Costa de Almeida. **O trabalho e o equilíbrio social: Mercosul e sindicalismo**. Porto Alegre: Síntese, 2000. 156 p.

PEREIRA, Luis Cezar Ramos. **Ensaio sobre a responsabilidade internacional dos Estados e suas conseqüências no direito internacional**: a saga da responsabilidade internacional do Estado. São Paulo: LTr, 2000. 504 p.

PERICÁS, Luiz Bernardo; e BARSOTTI, Paulo (orgs.). **América Latina**: história, crise e movimento. São Paulo: Xamã, 1999. 224 p.

PERONE, Gian Carlo. **A ação sindical nos Estados-membros da União Européia**: lições. São Paulo: LTr, 1996.

PETRAS, James. **Neoliberalismo**: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau: Ed. da Furb, 1999. 440 p.

PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi (org.). **Legalidade e subjetividade**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002. 207 p.

PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. **Elementos para a compreensão da lei**: uma abordagem a partir da leitura cruzada entre direito e psicanálise. 2000. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. **O sujeito do direito**: uma abordagem interdisciplinar. 1991. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi; FELIPE, Sônia T. **A violência das mortes por decreto**: um ensaio sobre direito e psicanálise e três estudos de filmes à luz do contratualismo. Florianópolis : UFSC, 1998. 126 p.

PIERRÉ-CAPS, Stéphane. **A multinação**: o futuro das minorias na Europa Central e Oriental. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 380 p.

PIETTRE, Bernard. **Filosofia e ciência do tempo**. Bauru: Edusc, 1997. 226 p.

PILATI, José Isaac. **Crônicas do Oeste e uma canção de balseiro**. Florianópolis : Imprensa Universitária, 2000. 114 p.

PILATI, José Isaac. **História da colonização de Maravilha**. Florianópolis : IU/UFSC, 1991. 239 p.

PILATI, José Isaac. **O processo administrativo sanitário na Federação Brasileira**. 1989. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

PILATI, José Isaac. **Teoria e prática do direito comparado**. Florianópolis: OAB/SC, 2000. 95 p.

PILATI, José Isaac. **Vigilância sanitária**: contribuições ao estudo jurídico e político. 1995. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Mercosul, Alca e integração euro-latino-americana**. Curitiba: Juruá, 2001. 2 v. 294 p. 286 p.

PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Direito da integração e relações internacionais**: Alca, Mercosul e UE. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001. 704 p.

PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Direito da integração**: estudos em homenagem a Werter R. Faria. Curitiba: Juruá, 2001. 2 v. 420 p. 410 p.

PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Direito internacional e da integração**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. 1071 p.

PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Mercosul no cenário internacional: direito e sociedade**. Curitiba: Juruá, 1998. 2 v. 528 p. 460 p.

PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Mercosul, Alca e integração Euro-Latino-Americana**. Curitiba: Juruá, 2001. 2 v. 293 p. 285 p.

PIMENTEL, Luiz Otávio. **Direito industrial: aspectos introdutórios**. Chapecó: Unoesc, 1994. 210 p.

PIMENTEL, Luiz Otávio. **O sistema brasileiro de proteção jurídica à tecnologia e o direito econômico**. 1993. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

PIMENTEL, Luiz Otávio. **Propriedade intelectual e universidade: aspectos legais**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. 182 p.

PINSKY, Jaime (org.). **O ensino de história e a criação do fato**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2001. 112 p.

PINSKY, Jaime *et alii*. **História da América através dos textos**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2001. 176 p. Coleção textos e documentos, v. 4.

PINSKY, Jaime; e ELUF, Luiza Nagib. **Brasileiro(a) é assim mesmo: cidadania e preconceito**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2000. 112 p.

PINTO, Céli Regina; e GUERRERO, Hugo. **América Latina: o desafio da democracia nos anos 90**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Montevideu: Associação de Universidades Grupo de Montevideu, 1996. 192 p.

PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 192 p.

PIÑÓN ANTILLÓN, Rosa Maria (coord.). **La Cumbre de Guadalajara 2004: ¿ una alianza histórica o una asociación estratégica entre la Unión Europea, América Latina y el Caribe?**. México: ECSA México; Fundación Friedrich Ebert; IEIE-ITAM, CELARE (Chile); IELEPI (España); DGAPA-UNAM, 2004. 170 p.

PIÑÓN ANTILLÓN, Rosa Maria. **La economía global: márgenes de manobra para México y America Latina**. México: Facultad de Ciencias Políticas y Sociales; Universidad Nacional Autónoma de México; Delegación de la Comisión Europea en México, 2002. 424 p.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 3. ed. atual. São Paulo: Max Limonad, 1997. 488 p.

PIRES, Alice; FONSECA, Amanda; e CROSHERE, Indira. **Soluções de controvérsias no Mercosul**. São Paulo: LTr, 1998. 182 p.

PIRES, Francisco Lucas. **Introdução ao direito constitucional europeu: seu sentido, problemas e limites**. Coimbra: Almedina, 1997. 124 p.

PIRES, Kátia Vanessa. **Tribunal de Justiça supranacional: uma necessidade do Mercosul**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PIRES, Maria José Morais. **As reservas à convenção europeia dos direitos do homem**. Coimbra: Almedina, 1997. 496 p.

PIZARRO, Ana (org.). **América Latina: palavra, literatura e cultura – a situação colonial**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina; Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. 590 p. v. 1.

POCHMANN, Marcio; e AMORIM, Ricardo (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 224 p.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 337.

POLANYI, Michael. **A lógica da liberdade**: reflexões e réplicas. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. 314 p.

POLIS: ENCICLOPÉDIA VERBO DA SOCIEDADE E DO ESTADO. Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo, 1985, v. 3.

Políticas ambientais no Mercosul e as experiências da integração europeia. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1995.

PONCE DE LEÓN, Napoleón Baccino *et alii*. **A sagração da liberdade**: heróis e mártires da América Latina. Rio de Janeiro: Revan, 1994. 192 p.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2002. 568 p.

PORTANOVA, Rogério Silva. **Ecologie et politique au Bresil**. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Doutorado em Antropologia e Sociologia Política, Universidade Paris VIII, Paris, 1994.

PORTANOVA, Rogério Silva. **Informática**: da tutela jurídica da privacidade ao segredo da indústria bélica. 1987. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

PORTANOVA, Rogério. **Qual o papel do Estado no século XXI?**: rumo ao Estado do bem estar social. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000.

PORTO, Manoel Ernesto Campos. **Apontamentos para a história da República**: em registro centenário. São Paulo: Brasiliense, 1990. 272 p.

PORTO, Manuel Carlos Lopes. **Do acto único à “nova fronteira” para a Europa**. Coimbra: Almedina, 1988. 78 p.

PORTO, Manuel Carlos Lopes. **Lições de teoria da integração e políticas comunitárias**. Coimbra: Almedina, 1991. 2 v.

PORTO, Manuel Carlos Lopes. **Teoria da integração e políticas comunitárias**. Coimbra: Almedina, 1997. 570 p.

PORTO, Manuel *et alii*. **A revisão do tratado da União Européia**. Coimbra: Almedina, 1996. 304 p.

PORTO, Manuel. **A Europa no dealbar do novo século: intervenções parlamentares**. Coimbra: Almedina; Grupo PPE (PSD), 1999. 156 p.

PORTO, Ricardo Philippi. **Os princípios tributários e a harmonização fiscal no Mercosul**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PORTUGAL. **O direito do mar**: versão em língua portuguesa da convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar com anexos e ata final da terceira conferência das Nações Unidas sobre o direito do mar. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1984. 220 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**: colônia e império. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. 104 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 394 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. 368 p.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no século XIX**: tramas, telas e textos. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999. 230 p.

PRADO, Maria Ligia. **A formação das nações latino-americanas**. 18. ed. São Paulo: Atual, 2001. 92 p.

PRETTI, Fúlvio. **Mercosul**: a instituição e o sistema de solução de controvérsias. Blumenau: Ed. da FURB, 1999. 368 p.

Primer Informe Semestral de la Secretaría del Mercosur: um foco para el proceso de integración regional. Montevideú: Secretaría del Mercosur; Sector de Asesoría Técnica, 2004. 57 p.

PRIMO, Avelino Dorini. **Harmonização tributária no Mercosul**: imposto sobre a renda de pessoa jurídica no Brasil e Argentina. 1999. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

PRONER, Carolina. **Os direitos humanos e seus paradoxos**: análise do sistema americano de proteção. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PRZYBYLSKI, Edy. **A supervisão escolar**: a integração e o aprimoramento do professor. Porto Alegre: Sagra, 1977.

PUCCI, Adriana Noemi. **Arbitragem comercial nos países do Mercosul**: análise comparativa da legislação, jurisprudência e doutrina dos autores da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai relativas à arbitragem. São Paulo: LTr, 1997.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec; Edusp; Fapesp, 2002. 328 p.

QUADROS, Fausto de. **Direito comunitário I**: programa, conteúdos e métodos do ensino. Coimbra: Almedina, 2000. 96 p.

QUADROS, Fausto de. **Direito das comunidades europeias e direito internacional público**: contributo para o estudo da natureza jurídica do direito comunitário europeu. Lisboa: Almedina, 1991. 542 p.

QUADROS, Fausto de. **O princípio da subsidiariedade no direito comunitário após o tratado da união européia**. Coimbra: Almedina, 1995. 84 p.

QUADROS, Vaconcelos. O arquivo existe: os documentos em poder do governo bastam para começar a esclarecer as atrocidades cometidas no Araguaia. **Revista CartaCapital**, ano XI, n. 318, p. 34-6, 24 nov. 2004.

QUINTANA, Fernando. **La ONU y la exégesis de los derechos humanos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris; UNIGRANRIO, 1999. 416 p.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização**: a representação do índio da Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; São Paulo: Edusp; Fapesp, 1996. 186 p.

RAMOS, André de Carvalho. **Direitos humanos em juízo**: comentários aos casos contenciosos e consultivos da Corte Interamericana de Direitos Humanos e estudo da implementação dessas decisões no direito brasileiro. São Paulo: Max Limonad, 2001. 574 p.

RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura. **Direito internacional privado e constituição**: introdução a uma análise das suas relações. Coimbra: Coimbra Editora, 1994. 276 p.

RAMOS, Rui Manuel Moura. **Das comunidades à União Européia**: estudos de direito comunitário. Coimbra: Coimbra, 1994. 368 p.

RAMPINELLI, Waldir José; e OURIQUES, Nildo Domingos. **Os 500 anos**: a conquista interminável. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 120 p.

RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e relações internacionais**. 6. ed. ver. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. 776 p.

RAWLS, John. **O direito dos povos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 260 p.

REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; e CARDIM, Carlos Henrique. **Seminário de política externa do Brasil para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003. 440 p.

REBELO, Darino Castro. **Transamazônica: integração em marcha**. Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes; Centro de Documentação e Publicações, 1973. 60 p.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito internacional privado: teoria e prática**. 3. ed. rev./ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 1999. 316 p.

REICHEL, Heloisa Jochims; e GUTFREIND Ieda. **As raízes históricas do Mercosul: a região platina colonial**. São Leopoldo: Unisinos, 1998. 214 p.

REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. 292 p.

REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; e FRY, Peter. **Pluralismo, espaço social e pesquisa**. São Paulo: Anpocs; Hucitec, 1995. 352 p.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 672 p.

REIS, Marilise Luísa Martins dos. **A universidade pública em crise: dilemas e desafios frente à globalização e ao Mercosul**. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

REIS, Rossana Rocha; SALES, Teresa (orgs.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999. 312 p.

Relações internacionais e o Brasil. **Lua Nova**: revista de cultura e política, revista trimestral do Centro de Estudos da Cultura Contemporânea, São Paulo, n. 18, p. 1-209, ago. 1989.

RENOUVIN, Pierre; e DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à história das relações internacionais**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. 544 p.

RENOUVIN, Pierre; e DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introducción a la historia de las relaciones internacionales**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. 520 p.

Revista **América Latina – 500 Anos de Conquista**: publicação da Ícone Editora, São Paulo, n. 2, p. 1-109, 1988.

REZEK, José Francisco. **Direito dos tratados**. Rio de Janeiro: Forense, 1984. 628 p.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público**: curso elementar. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1991. 408 p.

REZENDE, Fernando; e OLIVEIRA, Fabrício Augusto de (orgs.). **Federalismo e integração econômica regional**: desafios para o Mercosul. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004. 368 p.

RIBEIRO, Darci. **América Latina**: a pátria grande. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1986. 150 p.

RIBEIRO, Darci. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Círculo do Livro, []. 462 p.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 480 p.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**: etapas da evolução sócio-cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 326 p.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia cultural**: seu papel na política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1989. 106 p.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Faperj, 2002. 404 p.

RIBEIRO, Renato Janine. Apresentação a Norbert Elias. In: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 9-12. v. 1.

RICOEUR, Paul. **Ideologia e utopia**. Lisboa: Edições 70, 1991. 528 p.

RICUPERO, Rubens. **O Brasil e o futuro do comércio internacional**. Brasília; Fundação Alexandre de Gusmão; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1988. 42 p.

RICHARD, Guy (dir.). **A história inumana: massacres e genocídios das origens aos nossos dias**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 428 p.

RICHARD, Pablo (org.). **Raízes da teologia latino-americana**. São Paulo: Edições Paulinas, 1987. 460 p.

RICHTER, Karina. **Consumidor & Mercosul**. Curitiba: Juruá, 2002. 224 p.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1996. 288 p.

RIDRUEJO, José Antonio Pastor. **Curso de derecho internacional publico y organizaciones internacionales**. 4. ed. Madrid: Tecnos, 1992. 856 p.

ROCHA, Antonio Penalves. Tempo histórico e civilização material. In: LOPES, Marcos Antonio (org.). **Fernand Braudel: tempo e história**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROCHA, Dalton Caldeira. **A cláusula social e o Mercosul**. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

RODAS, João Grandino. **Contratos internacionais**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: RT, 1995. 304 p.

RODRIGUES, Simone Martins. **Segurança internacional e direitos humanos**: a prática da intervenção humanitária no pós-guerra fria. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. 278 p.

RODRÍGUEZ, Juan Manuel. **El Mercosur despues de Buenos Aires**: la ultima oportunidad. Montevidéo: Fundación de Cultura Universitária, 1995. 112 p.

ROJO SALGADO, Argimiro. **El modelo federalista de integración europea**: la Europa de los estados y de las regiones. Madrid: Dykinson, 1996. 162 p.

ROQUE, Sebastião José. **Direito internacional privado**. Rio de Janeiro: Forense, 1991. 112 p.

ROSA, Luis Fernando Franceschini da. **Mercosul e função judicial**: realidade e superação. São Paulo: LTr, 1997.

ROSA, Paulo Moreira. **Os sistemas contábeis nos países do Mercosul**: um estudo sobre o exercício da profissão e as normas e práticas contábeis na avaliação de elementos do ativo. 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

ROSENN, Keith S. **O jeito na cultura jurídica brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p. 12-3.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2001. 552 p.

ROSSET, Valério. **Um modelo de autorização e distribuição de direitos de acesso sobre conteúdos digitais**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Curso de Pós-Graduação em Ciência da Computação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ROVER, Aires José. **Abolicionismo e americanismo em Joaquim Nabuco**: uma estética política da emancipação humana. 1991. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

ROVER, Aires José. **Direito, sociedade e informática**: limites e perspectivas da vida digital. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000. 244 p.

ROVER, Aires José. **Representação do conhecimento em sistemas especialistas**: o uso da técnica de enquadramentos. 1999. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

ROWLAND, Robert. **Antropologia, história e diferença**: alguns aspectos. 2. ed. Porto: Afrontamento, 1987. 68 p.

RUNCIMAN, Steven. **História das cruzadas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1992-4. 3 v.

RUSSOMANO, Gilda Maciel Corrêa Meyer; e TISSEMBAUM, Mariano R. **Integração econômica e direito social**. Rio de Janeiro: José Konfino, 1971. 252 p.

RUZ LHUILLIER, Alberto. **La civilización de los antiguos mayas**. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1991. 100 p.

SÁ, Luís. **A crise das fronteiras**. Estado, administração pública e união europeia. Lisboa: Cosmos, 1997. 654 p.

SABATO, Hilda (coord.). **Ciudadanía política y formación de las naciones**: perspectivas históricas de América Latina. México: Colegio de México; Fondo de Cultura Económica, 1999. 456 p.

SABOIA, Gilberto Vergne. Perspectivas das relações do Brasil com os países da América do Sul – Integração regional, Argentina, Colômbia e Venezuela. In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; e CARDIM, Carlos Henrique. **Seminário de política externa do Brasil para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003, p. 213-34.

SADEK, Maria Teresa (org.). **Acesso à justiça**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. 280 p.

SADEK, Maria Teresa (org.). **Reforma do judiciário**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. 224 p.

SAFATLE, Amália. O Brasil é dos ricos: os 10% mais endinheirados têm nas mãos 75,4% da riqueza nacional. **Revista CartaCapital**, ano X, n. 285, p. 42-6, 07 abr. 2004.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 464 p.

SAITO, Hiroshi; e MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1973. 558 p.

SALAMA, Pierre. **Riqueza y pobreza en América Latina**: la fragilidad de las nuevas políticas económicas. México: Universidad de Guadalajara; Fondo de Cultura Económica, 1999. 304 p.

SALDANHA, Eduardo. **Imposto sobre valor agregado**: o modelo da União Européia e as perspectivas de harmonização legislativa para o Mercosul. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SALDANHA, Jânia Maria Lopes. **Cooperação jurisdicional**: reenvio prejudicial: um mecanismo de direito processual a serviço do direito comunitário: perspectiva para sua adoção no Mercosul. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. 144 p.

SALGADO, Sebastião. **Outras Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 120 p.

SALGADO, Sebastião. **Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 144 p.

SALLUM JR., Brasília. Apresentação. In: ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SANDE, Paulo José Rombert de Almeida. **O sistema político da União Européia**: entre hesperus e phosphorus. Lisboa: Centro de Informação Europeia Jacques Delors, 2000. 216 p.

SANTILLI, Márcio. **Os brasileiros e os índios**. São Paulo: Senac-SP, 2000. 156 p.

SANTOS, António Marques dos. **Estudos de direito internacional privado e de direito processual civil internacional**. Coimbra: Almedina, 1998. 368 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 11. ed. Porto: Afrontamento, 1999. 60 p.

SANTOS, Gevanilda; e SILVA, Maria Palmira da (orgs.). **Racismo no Brasil**: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI. São Paulo: fundação Perseu Abramo, 2005. 176 p.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção de ser negro**: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Papesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2005. 176 p.

SANTOS, Gustavo Ferreira. **Federalismo e autoritarismo na prática constitucional da primeira república**. 1996. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Estrutura de posições de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças e efeito na renda. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro; IUPERJ, 2002. 364 p.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O Império e as repúblicas do Pacífico**: as relações do Brasil com o Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889). Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. 178 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 312 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 176 p.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; e SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Anpur, 1994. 334 p.

SANTOS, Reinaldo dos. **Análise da estrutura de *governance* e do processo de cooperação da rede de fornecedores-parceiros da Renault do Brasil S/A**. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SANTOS, Ricardo Soares Stersi dos. **Mercosul e arbitragem internacional comercial: aspectos gerais e algumas possibilidades**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998. 240 p.

SANTOS, Theotônio dos. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 146 p.

São Paulo (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Entendendo o meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: SMA, 1997. 8 v.

SCARLATO, Francisco Capuano; SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; e ARROYO, Mônica. **Globalização e espaço latino-americano**. 4 ed. São Paulo; Hucitec; Annablume; Anpur, 2002. 304 p.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **A integração do Prata no sistema colonial: colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá**. Toledo: Toledo, 1997.

SCHAMA, Simon. **O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na época de ouro – uma interpretação**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 686 p.

SCHAPOSNIK, Eduardo C. **As teorias da integração e o Mercosul: estratégias**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997. 250 p.

SCHERER-WARREN, Ilse; SCHEIBE, Luiz Fernando; ASSMANN, Selvino José; *et alii*. **Estudos interdisciplinares em ciências humanas**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. 392 p.

SCHMIDT, Benício Viero; OLIVEIRA, Renato de; ALVAREZ ARAGÓN, Virgilio. **Entre escombros e alternativas: ensino superior na América Latina**. Brasília: Ed. da UnB, 2000. 312 p.

SCHMIDT, Jandir Ademar. **Mercosul e a política de proteção ambiental**. 2000. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz; e GOMES, Nilma Lino (orgs.). **Antropologia e história: debate em região de fronteira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 192 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.); NOVAIS, Fernando A. (dir.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 822 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz *et alii*. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 560 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus juízes – 1609-1751**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 5. ed. São Paulo: 34, 2000. 240 p.

SEGRERA, Francisco López. **Los retos de la globalización**: ensayos en homenaje a Theotonio dos Santos. Caracas: Unesco/Creslac, 1998. 2 v. 898p.

SEITENFUS, Ricardo. **A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 380 p.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. 352 p.

SEITENFUS, Vera Maria Pietzscici; e BONI, Luís Alberto de. **Temas de integração latino-americana**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1990. 284 p.

Seminário sobre integração latino-americana. Brasília: UnB, 1982. 208 p.

Série Pensamento Negro em Educação. Florianópolis: Atilênde; Núcleo de Estudos Negros, 1997-2002. 8 v.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná. **Mercosul e a pequena empresa**: oportunidades e ameaças. Curitiba: Sebrae, 1993. 78 p.

SEVCENKO, Nicolau (org.); NOVAIS, Fernando A. (dir.). **História da vida privada no Brasil**: República – da *belle époque* à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 726 p.

SHATTUCK, Roger. **Conhecimento proibido**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 376 p.

SILVA, Antonio Franco Ribeiro da. **Culpa**: aspectos psicanalíticos, culturais & religiosos. São Paulo: Iluminuras, 1998. 160 p.

SILVA, Carlos Alejandro Nome. **Transporte hidroviário urbano de passageiros para a região metropolitana de Florianópolis**: planejamento e integração. 2002. Dissertação (Mestrado em engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SILVA, Celson J. Antecedentes históricos do processo de integração latino-americana: ALALC, MCCA, Pacto Andino. In: SEITENFUS, Vera Maria Pietzscici; e BONI, Luís Alberto de. **Temas de integração latino-americana**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1990.

SILVA, Evandro Lins e. **O salão dos passos perdidos**: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Ed. da FGV, 1997. 528 p.

SILVA, Franklin Leopoldo e; ROMÃO, José Eustáquio; TRAGTEMBERG, Maurício; e MARRACH, Sonia Alem. **Conciliação, neoliberalismo e educação**. São Paulo: Annablume; Ed. da Unesp, 1996.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e; ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de direito internacional público**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. 530 p.

SILVA, Josiane Kuhnen da. **Integração monetária**: avaliação e perspectiva dos casos europeu e Mercosul. 2000. Dissertação (Mestrado em Economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SILVA, Karine de Souza. **Direito da comunidade européia**: fontes, princípios, e procedimentos. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2005. 480 p.

SILVA, Karine de Souza. **Globalização e exclusão social**. Curitiba: Juruá, 2000. 172 p.

SILVA, Marcus Rector Toledo. **Mercosul e personalidade jurídica internacional**: as relações externas do bloco sub-regional pós-Ouro Preto. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. 314 p.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999. 376 p.

SILVA, Moacir Motta da; VERONESE, Josiane Rose Petry. **A Tutela Jurisdicional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTr, 1998. 214 p.

SILVA, Moacyr Motta da. **Aspectos jurídicos da carteira de trabalho e previdência social como meio de prova frente ao direito probatório**. 1996. 286 p. + anexos. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

SILVA, Moacyr Motta da. **O regime jurídico do empregado público e a administração pública federal**. 1986. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1986.

SILVA, Paulo Napoleão Nogueira da. **Direito constitucional do Mercosul**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

SILVA, Porfírio. **A filosofia da ciência de Paul Feyerabend**. Lisboa: Piaget, 1998. 354 p.

SILVA, Ricardo. **A ideologia do Estado autoritário no Brasil**. Chapecó: Argos, 2004. 366 p.

SILVEIRA, Paulo Antônio Caliendo V. da. **Defesa da concorrência no Mercosul: acordos entre empresas, abuso de posição dominante e concentrações**. São Paulo: LTr, 1998. 318 p.

Simpósio Integração Indústria-Universidade para Automação: Experiências de Israel e do Brasil, 1991, Anais. São Paulo: Epusp; Technion; Fiesp/Ciesp, 1991.

Simpósio Internacional sobre aspectos ambientais da Bacia do Prata. Rio de Janeiro: Instituto Acqua, 1994. 208 p.

Sites – sítios da internet – ou páginas eletrônicas visitadas em janeiro de 2005:
http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/textos/consenso_w.htm;
<http://www.bnjm.cu/librinsula/2004/febrero/08/documentos/documento26.htm>;
<http://www.brasilnews.com.br/News3.php3?CodReg=5719&edit=Economia&Codnews=999>.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 608 p.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 514 p.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 330 p.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 358 p.

SOARES, Albino de Azevedo. **Lições de direito internacional público**. 3. ed. Coimbra: Coimbra, 1986. 436 p.

SOARES, Esther Bueno. **Mercosul: desenvolvimento histórico**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1997.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Órgãos dos Estados nas relações internacionais: formas da diplomacia e as imunidades**. Rio de Janeiro: Forense, 2001. 260 p.

SOARES, Maria Susana Arrosa; e MALLMANN, Maria Izabel (orgs.). Cronologia do Mercosul. In: GINESTA, Jacques. **El Mercosur y su contexto regional e internacional**. Porto Alegre: Cedep; Ed. da UFRGS, 1999, p. 165-213.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A coluna Prestes: análise e depoimentos**. São Paulo: Círculo do Livro, []. 112 p.

SOLDER, José. **A União Européia: história, organização e funcionamento**. São Leopoldo; Unisinos, 1995. 184 p.

SOLDER, José. **História do direito internacional**. Frederico Westphalen: Ed. da URI, 1998. 256 p.

Solução de Controvérsias no Mercosul. Brasília: Câmara dos Deputados; Centro de Documentação e Informação; Coordenação de Publicações, 2003. 280 p.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de (org.). **Introdução crítica ao direito**. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1993. 144 p. Série o direito achado na rua; v. 1.

SOUSA, Vicente de Paula. **As políticas e as práticas de acesso ao ensino superior nos países que integram o Mercosul**. 1995. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

SOUSTELLE, Jacques. **El universo de los aztecas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. 186 p.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. Curitiba: Juruá, 1999. 212 p.

SOUZA, Jessé (org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB, 2001. 480 p.

SOUZA, João Batista Eglor de. **A investigação criminal e a perspectiva de cooperação policial nos Estados-partes do Mercosul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e (org.); NOVAIS, Fernando A. (dir.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 526 p.

STALLINGS, Barbara; e SZÉKELY, Gabriel (comp.). **Japón, los Estados Unidos y la América Latina**: ¿hacia una relación trilateral en el hemisferio occidental?. México: Fondo de Cultura Económica, 1994. 248 p.

STELZER, Joana. **A comunidade europeia e a livre circulação de mercadorias na formação do mercado único**: a função da jurisprudência comunitária na definição das competências e do conceito de medidas de efeito equivalente às restrições quantitativas. 2003. Tese (Doutorado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

STELZER, Joana. **Integração européia**: dimensão supranacional. 1998. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

STELZER, Joana. **União européia e supranacionalidade**: desafio ou realidade?. Curitiba: Juruá, 2000. 198 p.

STEPAN, Alfred. **Os militares**: da abertura à nova república. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 118 p.

STRENGER, Irineu. **Curso de direito internacional privado**. Rio de Janeiro: Forense, 1978. 628 p.

STRENGER, Irineu. **Relações internacionais**. São Paulo: LTr, 1998. 256 p.

STROBEL, Orlando Maciel. **Agenda 21 local**: um modelo para capacitação de facilitadores, apoiado em ambiente colaborativo virtual. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SUASSUNA, Luciano; e PINTO, Luís Costa. **Os fantasmas da casa da dinda**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1992. 108 p.

SZTAJN, Rachel. **Direito da integração**. São Paulo: Cultural Paulista; Unicid, 2001.

TAVARES, José Antônio Giusti e ROJO, Raúl Enrique. **Instituições políticas comparadas dos países do mercosul**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. 492 p.

TAVARES, Maria da Conceição; e FIORI, José Luís. **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 414 p.

TAVARES, Ricardo Neiva. **As organizações não-governamentais nas Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999. 204 p.

TAYLOR, Angus Ellis. **General theory of functions and integration**. New York: Blaisdell, 1965. 437 p.

TAYLOR, Charles (org.). **Multiculturalismo**: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 194 p.

TEIXEIRA JÚNIOR, Antonio de Souza *et alii*. **Desafios da educação no século XXI**: integração regional, ciência e tecnologia. Brasília: ABM; ABQES, 1995. 178 p.

TEIXEIRA, António Fernando Dias. **A natureza das comunidades europeias**: estudo político-jurídico. Coimbra: Almedina, 1993. 296 p.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2003. 348 p.

TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. 290 p.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: 34; Curso de Pós-Graduação em Sociologia da USP, 2001. 168 p.

THORP, Rosemasry (comp.). **América Latina en los años treinta**: el papel de las periferias en la crisis mundial. México: Fondo de Cultura Económica, 1988. 390 p.

THORSTENSEN, Vera; NAKANO, Yoshiaki; LIMA, Camila de Faria; e SATO, Cláudio Seiji. **O Brasil frente a um mundo dividido em blocos**. São Paulo: Nobel; Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais, 1994. 280 p.

TILBERY, Henry. **Tributação e integração da América Latina**. São Paulo: José Bushatshky, 1971. 182 p.

- TINHORÃO, José Ramos. **As festas no Brasil colonial**. São Paulo: 34, 2000. 176 p.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 562 p.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: sentimentos e opiniões. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 430 p.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 326 p.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB**: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1977. 202 p.
- TORRES JR., Alvaír Silveira. **Integração e flexibilidade**: o novo paradigma nas organizações. São Paulo: Alfa-Omega, 1994.
- TORRES KIRMSER, José Raúl. **Hacia una reforma del procedimiento penal**: regulación del derecho penal internacional y protección de los derechos del hombre: el Mercosur y la cooperación em materia penal. 2. ed. Asunción: Litocolor, 1996. 312 p. Anais do Seminario Internacional de Asunción en el ambito del Mercosur.
- TORRES KIRMSER, José Raúl. **Reflexiones ante la problemática jurídica del Mercosur**: el derecho frente al desafío de la integración. Asunción: Intercontinental, 1998.
- TORRES, Ricardo Lobo. **Os direitos humanos e a tributação**: imunidades e isonomias. Rio de Janeiro: Renovar, 1995. 500 p.
- TORRES, Sonia. **Raízes e rumos**: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001. 640 p.
- TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue**: política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas: Ed. da Unicamp, 1989. 600 p.

TOWNSEND, Mark; HARRIS, Paul. O apocalipse está aí. **Revista CartaCapital/The Observer**. São Paulo, ano X, n. 280, p. 46-9, 3 mar. 2004;

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos humanos e meio-ambiente**: paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1993. 352 p.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **O esgotamento de recursos internos no direito internacional**. 2. ed. Brasília: UnB, 1997. 330 p.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Princípios do direito internacional contemporâneo**. Brasília: UnB, 1981. 268 p.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997. 2 v. 488 p. 440 p.

TRONCOSO, Hugo Cancino; KLENGEL, Susanne; e LEONZO, Nanci (eds.). **Nuevas perspectivas teóricas y metodológicas de la historia intelectual de América Latina**. Madrid: Ibero americana; Frankfurt am Main: Vervuert, 1999. 344 p.

Um país chamado Mercosul. Brasília: Senado Federal; Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, 2001. 138 p.

UNGER, Roberto Mangabeira. **A alternativa transformadora**: como democratizar o Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; São Paulo: Boitempo, 1990. 400 p.

UNGER, Roberto Mangabeira. **A segunda via**: presente e futuro do Brasil. São Paulo: Carta Editorial, 1999. 80 p.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Democracia realizada**: a alternativa progressista. São Paulo: Boitempo, 1999. 232 p.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Paixão**: um ensaio sobre a personalidade. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1998. 280 p.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Política**: os textos centrais – a teoria contra o destino. São Paulo: Boitempo; Chapecó (SC): Argos, 2001. 432 p.

Unión Europea y Mercosur: el papel de los órganos jurisdiccionales en los procesos de integración. Assunção: CIEJ; CIDSEP, 1997. 272 p.

Universidade para a Paz das Nações Unidas; Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz. **O estado da paz e a evolução da violência**: a situação da América Latina. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002. 232 p.

URIARTE, Oscar Ermida. **Mercosur y derecho laboral**. Montevideu: Fundación de Cultura Universitaria, 1996.

URIARTE, Oscar Ermida; e GHIONE, Hugo Barretto (coords). **Formación profesional en la integración regional**. Montevideo: OIT; Cinterfor, 2000. 364 p.

VANNUCCHI, Aldo. **Cultura brasileira**: o que é, como se faz. Sorocaba (SP): Universidade de Sorocaba; São Paulo: Loyola, 1999. 144 p.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 302 p.; Execuções sumárias no Brasil – 1997-2003. Rio de Janeiro: Justiça Global; Florianópolis: NEN, 2003. 272 p.

VASCONCELOS, Álvaro de (coord.). **Portugal no centro da Europa**: propostas para uma reforma democrática do tratado da União Europeia. Lisboa: Quetzal, 1995. 262 p.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador**: a construção do Mercosul. Brasília: FUNAG; IBRI, 2002. 308 p.

VÁZQUEZ, Maria Cristina *et alii*. **Estudios multidisciplinares sobre el Mercosur**. Montevideu: Facultad de Derecho de la Universidad de la Republica, 1995.

VEBLEN, Thorstein Bunde. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo Abril Cultural, 1983. 182 p.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.). **Mercosul & Nafta**: o Brasil e a integração hemisférica. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. 290 p.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). **O Brasil e o Plano Bush**: oportunidades e riscos numa futura integração das Américas. São Paulo: Nobel, 1991.

VELLOSO, Monica. **Que cara tem o Brasil?**: as maneiras de pensar e sentir o nosso país. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000. 156 p.

VENDRUSCULO, Tarciso. **O ordenamento jurídico do trabalho cooperativo e sua relação com o Mercosul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima (org.). **América Latina**: cidadania, desenvolvimento e Estado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996. 288 p.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima (org.). **Direito comunitário do Mercosul**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. 336 p.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **A ordem jurídica do Mercosul**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996. 168 p.

VENTURA, Deisy. **As assimetrias entre o Mercosul e a União Européia**: os desafios de uma associação inter-regional. Barueri (SP): Manole, 2003. 694 p.

VERANI, Hugo J. **Las vanguardias literarias en Hispanoamérica**: manifiestos, proclamas y otros escritos. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1991. 288 p.

VERDROSS, Alfred. **Derecho internacional publico**. 6. ed. Madrid: Aguilar, 1976. 692 p.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Acesso à justiça**: a defesa dos interesses difusos da criança e do adolescente - ficção ou realidade? 1994. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Entre violentados e violentadores?** São Paulo: Cidade Nova, 1998. 72 p.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os Direitos da Criança e do Adolescente.** São Paulo: LTr, 1999. 208 p.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Temas de direito da criança e do adolescente.** São Paulo: LTr, 1997. 126 p.

VERONESE, Josiane Rose Petry; PETRY, João Felipe Correa. **Adoção Internacional e Mercosul:** aspectos jurídicos e sociais. Florianópolis: Boiteux, 2004. 280 p.

VERONESE, Josiane Rose Petry; SOUZA, Marli Palma; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Infância e adolescência, o conflito com a lei:** algumas discussões. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001. 152 p.

VERRI, Pietro. **Observações sobre a tortura.** São Paulo: Martins Fontes, 1992. 120 p.

VIANNA, Luiz Werneck (org.). **A democracia e os três poderes no Brasil.** Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj/Faperj, 2002. 568 p.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de; MELO, Manuel Palacios Cunha; BURGOS, Marcelo Baumann. **Corpo e alma da magistratura brasileira.** Rio de Janeiro: Revan, 1997. 336 p.

VIEIRA, Evaldo. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil:** Oliveira Vianna & companhia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981. 150 p.

VIEIRA, Lizst. **Cidadania e globalização.** 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998. 144 p.

VIEIRA, Padre Antonio. **Sermões:** problemas sociais e políticos do Brasil. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1981. 160 p.

VIEIRA, Wilson; e CARVALHO, Fátima (edit.). **Mercosul**: agronegócio e desenvolvimento econômico. Viçosa (MG): Ed. da UFV, 1997. 296 p.

VIGEVANI, Tullo; e LORENZETTI Jorge (coord.). **Globalização e integração**: atitudes sindicais e impactos sociais. São Paulo: LTr, 1998. 344 p.

VIGNALI, Heber Arbuet. **O atributo da soberania**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas; Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos da Integração, 1996. 59 p. Estudos de Integração, v. 9.

VILAÇA, José Luís; e GORJÃO-HENRIQUES, Miguel. **Tratado de Amesterdão**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2000. 312 p.

VILAÇA, Marcos Vinícios; e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Coronel, coronéis**. 3. ed. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro; Niterói: Ed. da UFF, 1988. 234 p.

VILAR, Pierre. **História de Espanha**. Lisboa: Livros Horizonte, 1992. 144 p.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão**: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: Funarte; FGV, 1997. 334 p.

VILLAS BOAS, Orlando; e VILLAS BOAS, Cláudio. **Xingu**: os índios, seu mitos. São Paulo: Círculo do Livro, []. 222 p.

VINER, Jacob. **The customs union issue**. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950.

VIZENTINI, Paulo Fagunde G. Crise e transição: o contexto internacional das integrações regionais. In: SEITENFUS, Vera Maria Pietzscici; e BONI, Luís Alberto de. **Temas de integração latino-americana**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1990.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. 412 p.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. 423 p.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. América do Sul, espaço geopolítico prioritário do projeto nacional brasileiro. In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; e CARDIM, Carlos Henrique. **Seminário de política externa do Brasil para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003, p. 183-211.

VOVELLE, Michel. **Jacobinos e jacobinismo**. Bauru: Edusc, 2000. 282 p.

WACQUANT, Loïc (org.). **O mistério do ministério**: Pierre Bourdieu e a política democrática. Rio de Janeiro: Revan, 2005. 232 p.

WARAT, Luis Alberto. **Introdução geral ao direito**: epistemologia jurídica e modernidade. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995. v. 2. 392 p.

WARAT, Luis Alberto. **Introdução geral ao direito**: interpretação da lei – temas para uma reformulação. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1994. v. 1. 232 p.

WARAT, Luis Alberto. **Introdução geral ao direito**: o direito não estudado pela teoria jurídica moderna. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997. v. 3. 240 p.

WARAT, Luis Alberto; e ROCHA, Leonel Severo. **O direito e sua linguagem**. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995. 120 p.

WARE, Vron (org.). **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond; Afro, 2004. 392 p.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Bauru: Edusc, 2000. 184 p.

WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar Barcellos. **História da América Latina**: do descobrimento a 1900. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. 168 p.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 12. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Ed. da UnB, 1999. v. 2.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 3. ed. Brasília: UnB, 1994, v. 1.

WEILER, Joseph H. H. **Europa, fin de siglo**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1995. 210 p.

WERLE, Denílson Luís. **Sociedade civil, mercado político e fundamentos da normatividade**: teoria da sociedade civil de Cohen a Arato e teoria da escolha racional. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

WHITROW, G. J. **O tempo na história**: concepções de tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 244 p.

WIARDA, Howard J. **O modelo corporativo na América Latina e a latino-americanização dos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 1983. 220 p.

WIENER, Norbert. **Cibernética e sociedade**: o uso humano dos seres humanos. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1978. 192 p.

WILBERT, Marcelo Driemeyer. **O Mercosul e a teoria dos jogos**: um estudo introdutório. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

WINTER, Luís Alexandre Carta. **Crise do modelo presidencialista no âmbito do Mercosul**. Curitiba: Juruá, 2003. 146 p.

WITTGENSTEIN, Ludwig Josef Johan. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Direito e justiça na América indígena**: da conquista à colonização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. 242 p.

WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. 386 p.

WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Fundamentos de história do direito**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. 432 p.

WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Humanismo e cultura jurídica no Brasil**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. 276 p.

WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Introdução à história do pensamento político**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. 502 p.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Constitucionalismo e direitos sociais no Brasil**. São Paulo: Acadêmica, 1989. 152 p.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Elementos para uma crítica do Estado**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1990. 64 p.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito no Brasil**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 172 p.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Ideologia, estado e direito**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. 207 p.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Ideologia, estado e direito**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. 230 p.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 215 p.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. São Paulo: Acadêmica, 1991. 152 p.

WOLKMER, Antonio Carlos. **O terceiro mundo e a nova ordem internacional**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. 96 p.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura no direito. 3. ed. São Paulo: Alda-Omega, 2001. 404 p.

WOLKMER, Antonio Carlos; e LEITE, José Rubens Morato (orgs.). **Os "novos" direitos no Brasil**: natureza e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2003. 450 p.

WOLKMER, Antonio Carlos; PASOLD, Luiz Cesar *et alii*. **Direito, estado, política e sociedade em transformação**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995. 186 p.

XAVIER, Renato. **O gerenciamento costeiro no Brasil e a cooperação internacional**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1994. 158 p.

YOUNG, Robert. **Intercultural communication**: pragmatics, genealogy, deconstruction. Clevedon (Avon-UK): Multilingual Matters, 1996. 216 p.

ZALUAR, Alba; e ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999. 372 p.

ZAMBERLAM, Jurandir. **Mercosul**: caminhos ou descaminhos do pequeno agricultor. Passo Fundo: P. Berthier, 1993. 144 p.

ZANCANARO, Antonio Frederico. **A corrupção político-administrativa no Brasil**. São Paulo: Acadêmica, 1994. 166 p.

ZARUR, George de Cerqueira Leite (org.). **Região e nação na América Latina**. Brasília; UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. 244 p.

ZELDIN, Theodore. **Uma história íntima da humanidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. 420 p.

ZIMMERMANN, Roque. **América Latina – o não ser**: uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel (1962-1976). Petrópolis: Vozes, 1987. 266 p.

ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 338 p.

Zonas Francas e Mercosur: la zona franca de La Plata. La Plata: Universidad Nacional de la Plata; Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales; Instituto de Integración Latino-Americana, 1998. 200 p.

ZURBA, Magda do Canto. **Modos de subjetivação da vida cotidiana**: um estudo na Vila Cachoeira. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ZYLBERSTAJN, Hélio; RODRIGUES, Iram Jácome; CASTRO, Maria Silvia Portella de; VIGEVANI, Tullo (orgs.). **Processos de integração regional e a sociedade**: o sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

